00100.088207/2026-17

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXXI SUP. A AO Nº 59, TERÇA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 2026

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
2ª - Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR)
3º - Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4ª - Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Outubro de 2024 7

Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de Fevereiro de 2026 81

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 5ª Reunião, Conjunta, realizada em 13 de Março de 2026 (em conjunto com a 13ª Reunião da CDH)**(Vide item 1.6)**

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Março de 2026 160

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Março de 2026 189

Ata da 8ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de Março de 2026 (em conjunto com a 16ª Reunião da CDH) 193

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Março de 2026 232

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Março de 2026 261

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Março de 2026 300

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Abril de 2026 334

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Abril de 2026 372

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Abril de 2026 431

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Abril de 2026 435

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Abril de 2026 461

1.2.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER.

Ata da 1ª Reunião, realizada em 26 de Março de 2026 512

Ata da 2ª Reunião, realizada em 31 de Março de 2026 561

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.088207/2026-17

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Março de 2026 603

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Abril de 2026 675

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Abril de 2026 731

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Abril de 2026 845

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 2ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de Fevereiro de 2026 (em conjunto com a 6ª Reunião da CDH)**(Vide item 1.6)**

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Março de 2026 927

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Março de 2026 958

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Março de 2026 988

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Março de 2026 1012

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Março de 2026 1038

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Março de 2026 1082

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Março de 2026 1110

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Abril de 2026 1142

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Abril de 2026 1175

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Abril de 2026 1210

1.4.1 – SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ata da 1ª Reunião, realizada em 3 de Julho de 2024 1233

Ata da 2ª Reunião, realizada em 10 de Julho de 2024 1246

1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Dezembro de 2024 1301

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Fevereiro de 2026 1342

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Fevereiro de 2026 1356

1.6 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Agosto de 2024 1403

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Novembro de 2024 1477

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Fevereiro de 2026 1521

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Fevereiro de 2026 1582

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 6ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de Fevereiro de 2026 (em conjunto com a 2ª Reunião da CE) 1642

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Março de 2026 1722

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Março de 2026 1797

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Março de 2026 1858

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Março de 2026 1908

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Março de 2026 1985

Ata da 13ª Reunião, Conjunta, realizada em 13 de Março de 2026 (em conjunto com a 5ª Reunião da CAS) 2034

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Março de 2026 2108

Ata da 16ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de Março de 2026 (em conjunto com a 8ª Reunião da CAS)**(Vide item 1.2)**

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Março de 2026 2160

1.7 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Março de 2026 2232

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Março de 2026 2255

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Abril de 2026 2274

1.8 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 01ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Fevereiro de 2026 2310

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Março de 2026 2327

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Abril de 2026 2348

1.9 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2024 2390

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Março de 2026 2425

Ata da 03ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Abril de 2026 2444

Ata da 04ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Abril de 2026 2454

Ata da 05ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Abril de 2026 2553

1.10 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Maio de 2024 2640

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Março de 2026 2644

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Março de 2026 2658

1.11 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

1.11.1 – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Ata da 1ª Reunião, realizada em 13 de Março de 2024 2673

Ata da 2ª Reunião, realizada em 5 de Dezembro de 2024 2685

1.11.2 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DISCUTIR E ANALISAR O MERCADO DE ATIVOS AMBIENTAIS BRASILEIROS

Ata da 6ª Reunião, realizada em 26 de Novembro de 2024 2696

1.12 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Março de 2026 2703

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Março de 2026 2720

1.13 – COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Dezembro de 2024 2737

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Dezembro de 2024 2868

1.14 – COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Março de 2026 2890

Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de Abril de 2026 2908

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 56ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e hum minuto do dia nove de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Sergio Moro, André Amaral, Fernando Dueire, Plínio Valério, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Lucas Barreto, Paulo Paim, Humberto Costa, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Romário, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Cleitinho, Zequinha Marinho e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Sérgio Petecão, Flavio Azevedo e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 66/2024 - CAE, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Finalidade:** Debater os impactos da Reforma Tributária no "Imposto Seletivo". **Participantes:** Sra. Letícia de Oliveira Cardoso, Diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis do Ministério da Saúde; Sra. Fernanda Schmitt, Procuradora da Fazenda Nacional; Sr. Matias Lopes, Gerente Executivo Tributário de Exploração & Produção do IBP; Sr. Erick de Paula Carmo, Representante da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás); Sra. Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Presidente da MSGas; Sr. Márcio Maciel, Presidente-executivo do Sindicerv; Sr. Gilberto Tarantino, Presidente da Associação Brasileira de Cerveja Artesanal (Abracerva); Sr. Carlos Lima, Presidente da Diretoria Executiva do Instituto Brasileiro da Cachaça (Ibrac); Sr. Eduardo Cidade, Presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (Abbd); Sr. Felipe Fernandes Reis, Secretário Geral do Instituto Pensar Energia; Sr. João Batista Ferreira Dornellas, Presidente da União Nacional da Cadeia Produtiva de Alimentos e Bebidas (Uncab); Sra Lara Iwanicki, Representante da Oceana Brasil; Sr Beto Pinheiro, Presidente da Abrasel-DF; Sr. Edson Vismona, Presidente Executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO); Sra. Dayane Lima, Coordenadora do Comitê Técnico Tributário da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB); Sr. Eduardo Cidade, Presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (Abbd); e Sr. Renato Matos Roll, Representante da Associação dos Produtores de Charutos Artesanais do Brasil. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/09

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de outubro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater os impactos da reforma tributária no Imposto Seletivo, em atenção ao Requerimento 66, de 2024, da CAE, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso.

Antes de convidar aqui os expositores, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211; repito: 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Relembrando aqui o objetivo dessas reuniões: para atender a esse requerimento, foi instituído o grupo de trabalho, e o que a gente precisa mesmo apresentar, depois, é um relatório, que está previsto para o dia 22. A gente quer apresentar um relatório, assim, de uma forma bem sintética, didática, para a gente convencer, realmente, para as mudanças. Então, a gente precisa ter qual é o objetivo, aqui, das colocações. É assim: o texto da Câmara, que já foi aprovado – nós não vamos discutir a reforma tributária aqui –; qual é a proposta de mudança, a emenda, a proposta; e uma justificativa que seja bem consistente, até muito óbvia, mas que seja, assim, uma coisa bem didática, simples, para que qualquer Senador leia e fale: "Caramba, tem que mudar esse texto" – porque, se não for assim, dificilmente a gente vai conseguir mudar...

Apresentei um requerimento para que essa matéria venha oficialmente para a CAE. Vamos ter dificuldade de aprovar o requerimento, mas, de qualquer forma, é inadmissível uma reforma tributária não passar pela Comissão de Assuntos Econômicos oficialmente. Este grupo de trabalho aqui é formal, mas, na prática, o projeto não está aqui, foi direto para a CCJ. Eu não vejo com bons olhos a gente aprovar isso sem uma discussão como a que a gente está fazendo aqui, e a gente precisa do Governo aqui, para a gente, inclusive, ajustar aquilo que é óbvio, porque tem muitas coisas óbvias aqui que têm que mudar.

E uma das coisas que eu já quero deixar registrado aqui é que esses 26,5% colocados pelo Governo, que eu ainda não entendi muito ainda, porque é uma matéria complexa e só eles entendem... Em tudo que a Câmara aprovou a mais, há uma contestação do Governo que ampliaria a carga maior.

Então, os 26,5% já estão em 28%, sei lá quanto que eles falam, sem detalhar muita coisa, mas, por exemplo, todo mundo sabe que, no regime atual, existe uma sonegação razoável, grande. Aqui foi falado também, em audiência, que essa sonegação chega a 27%. Foi feita aqui uma apresentação de um estudo que foi feito pela Fundação Getulio Vargas, promotoria não sei de onde. Então, tem aí a audiência que diz tudo isso.

Ora, se você vai reduzir que seja 25% de sonegação, é óbvio que você vai ter reduzida também a carga tributária. Então, esse negócio de 26,5 é meio conversa para boi dormir. Na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prática, a gente tem que ter isso muito claro, de uma forma clara, para a gente não ser enganado com essas narrativas que são construídas assim, de qualquer jeito.

Bem, então eu já vou convidar logo aqui a Letícia de Oliveira Cardoso, que está no remoto, que é Diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis do Ministério da Saúde.

Quero convidar aqui a Fernanda Schmitt, que é a Procuradora da Fazenda Nacional.

Podem aplaudi-la aí, para a gente começar a audiência bem animado. (*Palmas.*)

Matias Lopes, que é o Gerente Executivo Tributário de Exploração e Produção do IBP. (*Palmas.*)

Erick de Paula Carmo, representante da Associação Brasileira de Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás). (*Palmas.*)

E a Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, que é Presidente do MSgás. (*Palmas.*)

Eu vou começar logo pela Letícia, que ela está remotamente.

Então, vamos ouvi-la primeiro, que ela tem um compromisso.

Letícia, a palavra é sua.

A SRA. LETÍCIA DE OLIVEIRA CARDOSO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos os presentes aí.

Infelizmente, eu não consegui, por conta de agenda aqui, no Ministério, estar presente aí – gostaria muito de estar.

Obrigada, aos Senadores, pela oportunidade de apresentar a visão do Ministério da Saúde sobre o Imposto Seletivo.

Nós recebemos aqui algumas perguntas norteadoras, que foram enviadas, e que apoiariam também a necessidade de algumas respostas; mas eu preparei uma apresentação; eu gostaria aqui de compartilhar. Digam-me se vocês veem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k. Está o.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LETÍCIA DE OLIVEIRA CARDOSO (*Por videoconferência*.) – O.k.? Está joia.

Então, eu vou fazer uma breve apresentação, e vou pontuar alguns aspectos das perguntas norteadoras que foram enviadas aqui, para gente.

Eu sou Letícia Cardoso, Diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis, da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde.

A ideia é a gente falar um pouco do impacto desses fatores de risco.

As doenças crônicas hoje, no Brasil, acometem cerca de 700 mil brasileiros por ano. É um número bastante relevante. São a primeira causa de morte e adoecimento no Brasil e no mundo, causam mortes prematuras, geram perda de produtividade e altos custos na saúde, especialmente em países de renda baixa e média, como é o nosso caso.

Impactam, portanto, os cofres públicos do país não só pelo aspecto da saúde, em termos de tratamento, internação e reabilitação, mas também no que diz respeito ao absenteísmo, à perda de produtividade, porque as pessoas ficam doentes e têm consequências e sequelas graves das doenças crônicas hoje, no cenário nacional. Pelo menos 50% da nossa população têm o diagnóstico de uma doença crônica e 60% apresentam excesso de peso na nossa população, que é um importante causador das doenças crônicas.

Entre os seus principais fatores de riscos estão o tabaco, como é bem conhecido pela população, outros produtos fumígenos também, as bebidas alcoólicas e os alimentos ultraprocessados.

Então, sobre o tabaco, especificamente, a gente sabe que ele causa câncer, doença do coração, respiratória, inúmeras doenças relacionadas à osteoporose, úlcera gastrointestinal e outras. São 162 mil mortes anuais atribuíveis ao tabaco, o que dá cerca de 443 mortes por dia. Então, tem um impacto muito importante na saúde e, especialmente, os países de baixa e média renda são os países que sofrem mais com as consequências do tabaco, porque absorvem esse maior número de tabagistas no mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, nós temos um inquérito, Senadores, que acontece anualmente, que é o Vigitel, que a gente coordena pelo nosso departamento, que vem monitorando a taxa de tabagismo.

A gente tem tido um sucesso na nossa legislação e na proteção da nossa população nos últimos anos. A gente caiu de 15% da população para 10%, em 2017, e para 9%, agora, em 2018, mas, de um tempo para cá, a gente não tem caído mais. Esses números estão estacionados, e tem algo que tem nos preocupado, que são os cigarros eletrônicos, especialmente pela população mais jovem, e outros tipos de produtos fumígenos entre os jovens, passando como uma exposição que não causa risco, quando, na verdade, todos os produtos fumígenos causam risco à saúde.

As bebidas alcoólicas também... Embora o tabagismo seja muito conhecido pela população, o consumo do álcool tem sido tratado como um consumo que não tem grande problema. A concepção pela sociedade ainda é muito permissiva com o consumo do álcool no Brasil, mas a gente já tem um conjunto de evidências robustas, inclusive pela Organização Mundial da Saúde, de que ele está associado às doenças crônicas, a problemas de saúde mental, a situações de violência, em especial a violência doméstica, que é um grave problema no nosso país, a violência contra a mulher; acidentes de trânsito também estão associados ao consumo de bebida alcoólica. Causam, portanto, também mortes prematuras, causando problemas de saúde, de seguridade social, problemas com a Justiça e segurança pública. Hoje, 9,8% dos óbitos no país, em todas as idades, estão associados ao consumo de álcool, são dados nossos, daqui, do Ministério da Saúde.

E além de estar associado com um conjunto importante de doenças e outras questões de Justiça, absenteísmo, etc., o consumo do álcool – se o do tabaco vem caindo ao longo dos anos – vem crescendo, em especial, no cenário pós-pandêmico e, em especial também, no público feminino, o que nos chama a atenção aqui.

Eu quero voltar a um ponto que eu mencionei quando eu comecei a falar do consumo de bebida alcoólica, que é a permissividade cultural que a gente tem na nossa população. Embora a gente tenha uma legislação que proíba a venda de bebidas alcoólicas entre menores de 18 anos, o que é uma coisa boa, a gente, quando pergunta para os jovens – e, aqui, esse inquérito nosso é um inquérito nacional, que abarca escolas públicas e privadas, feito em parceria com o IBGE, com uma metodologia científica muito rigorosa –, os dados mostram que 63% dos jovens já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

experimentaram bebida alcoólica uma vez na vida; 35% tomaram a primeira dose de bebida alcoólica antes dos 13 anos – ou seja, são crianças, um terço das nossas crianças experimentando bebida alcoólica com menos de 13 anos; e 27% consumiram bebida alcoólica pelo menos um dia nos últimos 30 dias da realização da pesquisa. E eles compram em loja, mercado, bar, botequim, padaria, com um acesso, embora exista a legislação, relativamente permitido a essa população jovem.

E, quando a gente fala de alimentos, como eu disse, os principais fatores de risco são tabaco, álcool e alimentos ultraprocessados. Esses alimentos, que são alimentos comumente chamados pela população de "industrializados", que têm um conjunto de aditivos e pouco alimento *in natura* dentro da sua composição, o percentual calórico deles na dieta dos brasileiros tem crescido. Em 2002, estava 12%; agora, a gente está com 18%, sendo que, quando a gente olha para a população mais jovem, esse percentual ainda é mais alto. E a gente sabe que eles estão relacionados a um conjunto de doenças também – à obesidade em si, mas não só; causam 10% de todas as mortes prematuras no país; e 22% das mortes prematuras por doença do coração, que é uma causa importante de morte na nossa população.

Algum tempo atrás, existia uma argumentação de que não existiam evidências científicas suficientes para se abordar a questão dos alimentos ultraprocessados como fatores de risco para a saúde, mas, hoje, nós não temos mais essa dúvida de que esses alimentos são extremamente prejudiciais para a saúde. Hoje, já existe um estudo, que juntou 45 revisões sistemáticas da literatura, mostrando, sim, a relação com diversas doenças. Em especial, aqui eu destaco um resultado com o diabetes mellitus tipo 2. Eles também geram custos, como os demais fatores de risco, para o SUS, mas não só para o SUS, para toda a nossa população e economia do país.

Então, o imposto seletivo o que prevê? Ele prevê um aumento do custo desses produtos que fazem mal à saúde e que geram gastos públicos. Seus maiores reflexos são observados nos grupos populacionais de menor renda. Então, esses fatores de risco estão mais presentes no grupo de menor renda e, por isso, eles responderiam mais rapidamente ao aumento do preço, diminuindo assim o seu consumo. Ele também gera arrecadação adicional, contribuindo para compensar os elevados custos econômicos das doenças causadas pelo consumo desses produtos.

Algumas considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os produtos fumígenos, bebidas alcoólicas e alimentos ultraprocessados causam doenças e mortes, sim. A prevalência de consumo desses produtos é alarmante no nosso país.

Embora, em produtos fumígenos, a gente tenha observado essa queda, a gente não está mais observando essa queda. Nós estamos muito preocupados com isso, pelo lado da saúde, de voltar a ter um aumento do câncer de pulmão e de outras doenças relacionadas ao tabaco, mas não só, como também com as bebidas alcoólicas e alimentos ultraprocessados, pois a obesidade gera um custo na casa de bilhões para o nosso país. A redução do consumo desses produtos e a desaceleração da obesidade são medidas urgentes de saúde pública, e o Imposto Seletivo é altamente custo efetivo para a prevenção e promoção da saúde.

Nós temos, então, a necessidade de proteger a população desses produtos que são prejudiciais à saúde. E aí eu não fiz menção aqui, pelo curto tempo, ao meio ambiente, mas a gente sabe também do impacto das embalagens desses alimentos ultraprocessados, a gente sabe também do microplástico.

Então, deixo aqui o meu contato e aproveito os meus últimos segundos de fala para mencionar uma das perguntas norteadoras, que é uma argumentação que a indústria do tabaco tem feito sobre a questão dos cigarros eletrônicos, defendendo a legalização da venda dos cigarros eletrônicos, dizendo que, além desses e de outros cigarros que não são legalizados, eles aumentam aí todo um contrabando e todo um custo relacionado especialmente à legalização dos *vapes*. E a gente tem, inclusive, evidências de estudos do Banco Mundial mostrando que isso não é verdade e que a legalização desses cigarros não vai proteger a gente.

Então, eu queria deixar essa última menção, que foi um ponto específico abordado nas perguntas norteadoras, e agradecer a oportunidade de o Ministério da Saúde estar aqui participando dessa audiência sobre esse tema, que é tão caro para a saúde da nossa população, não só para a saúde, mas para a vida das pessoas do nosso país.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Letícia.

Eu vou aproveitar para fazer alguns comentários, na medida das falas, porque não sei se esse assunto vai ser ainda trazido para esta Comissão oficialmente, mas aqui tem os consultores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e também gente da relatoria lá da CCJ acompanhando. Tendo em vista que o Imposto Seletivo é exatamente para proteger a questão da saúde e do meio ambiente, a gente talvez tenha que colocar na lei essa condição, porque o que foi dito aqui ontem é que há um compromisso de arrecadação de 65 bilhões, que vai ser repassado aos estados e municípios. Então, deixa de ser um imposto de recuperação de meio ambiente ou de saúde e passa a ser um imposto simplesmente arrecadatório, para cobrir a arrecadação dos estados e municípios. Então, esse é um ponto que ninguém está falando aí, mas que é bom registrar.

Vou passar para a Fernanda, que é a nossa Procuradora da Fazenda Nacional.

Fernanda.

A SRA. FERNANDA SCHMITT (Para expor.) – Boa tarde a todos os presentes, aos meus colegas de mesa e a quem está nos acompanhando virtualmente.

Presidente, é uma grande honra estar participando desta audiência pública como representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que é responsável pelo assessoramento jurídico do Ministério da Fazenda em matéria tributária, consultoria e assessoramento jurídico. Foi nesse contexto que o PLP passou pela análise de juridicidade da compatibilidade com a Constituição Federal, pelo crivo da PGFN, antes de ser encaminhado para o Congresso Nacional e assim o será quando finalizada a votação na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, enfim, no Congresso Nacional, e, antes da sanção presidencial ou do veto, vai ser novamente submetido ao crivo da análise da juridicidade, da compatibilidade, daquilo que for, de fato, aprovado no final, com a Constituição Federal.

Eu vou aproveitar só para fazer um recorte em relação ao que o senhor falou – e não estava no meu *script*, mas eu acho que é importante que se diga –: o Imposto Seletivo tem uma finalidade extrafiscal. Ele tem uma finalidade não só de arrecadar, mas também de induzir comportamentos. Então, nenhum tributo é despido da sua finalidade fiscal, da sua finalidade arrecadatória, mas ele tem uma finalidade extra, um *plus*, que é justamente combater as externalidades negativas, que é a prejudicialidade à saúde, ao meio ambiente, e é isso que o justifica, é a razão de ser da sua existência; mas, por não ser despido da sua finalidade fiscal, da sua finalidade arrecadatória, 60% do valor arrecadado vai ser repartido – e isso é uma previsão constitucional – com estados e municípios, para responder um pouquinho desse seu questionamento inicial. O valor arrecadado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com esse tributo se destina a ser repartido, portanto, 60% do valor, com estados e municípios, porque ele, ainda que seja um tributo que se destina a combater as externalidades negativas, não está despido da sua finalidade arrecadatória.

Pois bem. Com relação ao Imposto Seletivo, é importante também que se diga que a PGFN não faz análise de mérito. Ela não vai se imiscuir naquilo que deve ou não ser objeto de incidência do imposto seletivo; se armas, munições, ultraprocessados, medicamentos em algum grau vão ser objeto da incidência do imposto seletivo ou não. Não é esse o objeto. O objeto da nossa análise é a juricidade, é a conformidade. O PLP deve estar norteado pelos parâmetros constitucionais.

Eu gostaria de direcionar toda a minha análise a um ponto específico do projeto de lei complementar que diz respeito ao fato gerador, quando ele se destina ao Imposto Seletivo na extração quando os produtos são destinados à exportação. Há uma grande discussão em torno desse tema, discute-se a compatibilidade da proposta com esse recorte. Há o argumento de que incidir Imposto Seletivo na exportação decorrente de bens minerais extraídos seria inconstitucional. Há várias emendas nesse sentido, há muita doutrina discutindo a constitucionalidade dessa medida, e é sob esse prisma que eu gostaria de conversar um pouquinho. Lá no inciso V do art. 409 do PLP, há uma regra expressa dizendo que é fato gerador do Imposto Seletivo a exportação de bem mineral extraído, e é sobre isso que eu gostaria, de fato, de conversar com os senhores.

Nós temos um sistema jurídico construído, a partir da Constituição Federal de 1988, com a velha máxima de que nós não exportamos tributo. Esse é o recorte constitucional, e é assim que é o imposto seletivo orientado em relação a todas as demais hipóteses e materialidades previstas na Constituição. Nós não podemos realizar a incidência do Imposto Seletivo na exportação que decorre de veículos, embarcações e aeronaves, produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas e por aí vai. Com relação aos bens minerais extraídos, a Constituição Federal deu, de fato, um tratamento diferenciado, e há uma justificativa para que isso aconteça.

Por exemplo, quando nós dizemos que o Imposto Seletivo, que é o imposto especial sobre o consumo, é um *plus* em relação às demais tributações porque se subentende que aquele produto é prejudicial ou à saúde ou ao meio ambiente, nós estamos dizendo que, quando o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imposto Seletivo incide sobre um veículo, na hora em que nós exportamos esse veículo potencialmente poluidor a um outro país, a poluição acontece no outro país.

Então, não haveria nenhum impedimento para que... Aliás, há um impedimento para que o Imposto Seletivo aconteça nessa circunstância. Quando nós estamos falando da exportação de um bem mineral extraído, a extração mineral acontece no nosso país. O desgaste, a causalidade que justifica a incidência do Imposto Seletivo, que é a prejudicialidade ao meio ambiente, ocorre no nosso país, não importa para onde vai o objeto desta tributação.

Com isso, quero lhes dizer que há uma autorização constitucional, sim, para que ocorra a incidência do Imposto Seletivo na exportação de bens minerais extraídos. E essa compatibilidade reside expressamente na literalidade do texto constitucional. Lá no inciso VII do §6º da Constituição Federal, está escrito que "na extração, o imposto será cobrado independentemente da destinação, caso em que a alíquota máxima corresponderá a 1% (um por cento)". Observem que aqui nós temos um microrregime jurídico material constitucional destinado a esse recorte, a essa materialidade, que é a extração. Nas outras hipóteses, segue a regra geral, em que não ocorre a incidência do Imposto Seletivo na exportação, mas aqui há um tratamento específico dizendo, de acordo com a literalidade do texto constitucional, dessa forma.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FERNANDA SCHMITT – Mas, para além disso, quando nós analisamos, quando houve a inserção da materialidade de extração no texto constitucional, nós nos debruçamos sobre o relatório do Senador Eduardo Braga, aqui, no Senado Federal, onde surgiu a incidência do Imposto Seletivo na extração, e lá está escrito – no relatório, que eu peço vênia para ler – assim: "caso em que não interessará o destino do produto extraído, mercado interno ou estrangeiro, justamente porque os danos ao território nacional são permanentes".

Repito, quando se está diante de uma extração qualificada pela prejudicialidade ao meio ambiente, não importa para onde vai o produto dessa extração, a prejudicialidade ao meio ambiente está no nosso país. É isso que justifica excepcionalmente o tratamento tributário diferenciado nesse caso concreto. Então, estamos diante de uma interpretação histórica, teleológica, finalística e literal da norma constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais, reforço, como argumento ainda, uma nova previsão constante aqui, por força da Emenda Constitucional 132, que teve a ousadia e a coragem de inserir, como princípio norteador do Sistema Tributário Nacional, o princípio da proteção ao meio ambiente. Quando nós fazemos uma análise conjunta, nós nos damos conta de que nós estamos vivendo um novo contexto, um novo cenário normativo. Então, nós não podemos fazer uma análise isolada sem considerar todos esses aspectos.

Por tudo isso, é constitucional, sim, o PLP nesta parte; é compatível com o texto constitucional. Então, gostaria de deixar isso muito claro e muito delimitado.

Outro aspecto, ainda no tempo que me é ofertado, que eu gostaria de falar é sobre a alíquota *ad rem* e a forma de sua correção. Isso é importante que se diga, porque a alíquota é um instrumento...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FERNANDA SCHMITT – ... de materialização, de efetivação do Imposto Seletivo. Quando nós estamos falando de produtos fumígenos e bebidas alcoólicas, nós temos a possibilidade de cumulação de sistemática de cobrança, por intermédio da alíquota *ad rem*, que é uma alíquota específica, que é uma alíquota fixa, e da alíquota *ad valorem*. Quando nós estamos tratando de alíquota *ad rem*, como ela é um percentual fixo incidente sobre o produto, nós precisamos nos preocupar com que essa alíquota não fique defasada ao longo do tempo; ela precisa ser corrigida para que ela tenha sua finalidade consagrada, de forma que o Imposto Seletivo não seja esvaziado, Presidente Izalci.

Então, o Poder Executivo encaminhou uma proposta, falando justamente da necessidade de correção monetária dessas alíquotas *ad rem*. No âmbito da Câmara dos Deputados, houve uma pequena alteração, e lá foi suprimida a previsão de uma indexação para essa alíquota *ad rem*, e o que está sendo pautado agora no Senado é como vai ser feita a construção dessa regra.

Mas eu gostaria de chamar a atenção para a importância de se ter presente essa regra no texto do PLP, porque, se nós não tivermos um instrumento de atualização dessa alíquota *ad rem*, isso esvazia o Imposto Seletivo, na medida em que ele se propõe, por via valor, efetivar o direito a que se propõe, que é o combate à externalidade negativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu identifiquei algumas emendas que pedem a supressão dessa regra e eu gostaria de trazer clareza para os senhores da importância dela para a efetivação do Imposto Seletivo.

De resto, eu fico à disposição.

Agradeço a oportunidade e digo que é um prazer nós estarmos aqui nesta Casa da Cidadania, debatendo democraticamente um tema que é tão caro para toda a sociedade.

Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Fernanda.

Ontem, foi falado um pouquinho aqui sobre isso. Estava aqui o representante também dessa questão da exploração mineral, e se falou – estou vendo aqui agora na internet – da Cfem, que é uma tributação para Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais São coisas diferentes? Como é que é isso? Só para aproveitar...

A SRA. FERNANDA SCHMITT – São coisas diferentes sim.

A Cfem não tem natureza tributária. A Cfem não é um tributo e, nisso, ela se difere de forma substancial. Não estamos falando da mesma coisa não. São atualizações completamente diferentes. A Cfem já existe, e ela não tem natureza tributária.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim, mas ela é para compensar a questão ambiental ou não?

A SRA. FERNANDA SCHMITT – Também. Também.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só para esclarecer então.

O.k.

Vou passar para o Matias Lopes, que é o Gerente Executivo Tributário de Exploração e Produção do IBP.

O que é IBP? Só para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MATIAS LOPES (Para expor.) – Senador Izalci, IBP é Instituto Brasileiro de Petróleo, que congrega toda a cadeia, e hoje, aqui, a gente está falando obviamente do Imposto Seletivo e a nossa extração.

Para a gente chegar às inadequações, eu diria, por enquanto, inadequações no Seletivo para o setor de óleo e gás, a gente tem que entender o petróleo e o gás natural no tempo e a demanda que eles vão ter.

Nós temos aqui a Agência Internacional de Energia e a Opec também – a Opec é um órgão da Opep –, com as previsões, até 2050, de demanda de petróleo e gás no mundo, especialmente aqui, nesse caso, o petróleo, e a gente vê que, até 2050, mesmo pegando... Vamos pegar as duas linhas intermediárias. Uma é muito mais de demanda, a outra é muito menos. Vamos pegar a intermediária. Em qualquer delas, o petróleo continua sendo necessário para a energia no planeta.

Então, diante disso, o Brasil, com reservas que tem, comprovadas até 2012, nós estamos agora discutindo talvez a Margem Equatorial, estamos olhando para frente, e temos que decidir o que é que queremos daqui para frente, especialmente nesse horizonte.

E aqui o caso específico do Brasil, em termos de demanda de petróleo também. A gente vê que, até 2050, nós vamos continuar com demanda. O Brasil seria demandado a produzir.

É importante notar que, se o Brasil não produz, algum país no mundo vai produzir, porque há demanda no planeta para isso, e a energia é e continua sendo muito importante, especialmente as energias firmes, como é o caso do petróleo, porque a gente sabe que qualquer evento climático pode alterar as outras energias, que não são firmes.

E para a gente chegar a esse cenário, o Brasil compete com outros países do mundo. Recentemente, vocês vejam ali na parte norte da América do Sul, todo mundo aqui acho que já sabe que a Guiana já está com descobertas importantes, já está produzindo, tem reservas importantes lá, e temos alguma coisa no Golfo do México. Então, nós temos, no horizonte, países competindo inclusive agora, com descobertas muito recentes. Se o Brasil não correr para tentar produzir esse petróleo até 2050 pelo menos, com o horizonte que a gente está vendo até ali, nós podemos ter problemas e importar petróleo a partir da próxima década. Então, esta Casa tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esse importante papel de tentar ver e estudar essa questão: o que o Brasil quer na realidade? Para isso, a gente já tem, como já mencionei, os países que são hoje os nossos concorrentes mundiais.

O primeiro fator é a geologia, todos têm a geologia; o segundo, certamente, é a segurança jurídica, inclusive para os investimentos.

Os nossos sistemas fiscais são concessão e partilha. Esse eslaide é um pouco sujo para efeitos de amostragem em geral, mas ali, a parte de cima, a linha de cima é o petróleo a US$80 o barril, e, na parte de baixo, a US$50 dólares, não esquecendo que há dois anos atrás estávamos com o petróleo a preço negativo. Então, todo mundo trabalha com vários cenários, e a gente trouxe dois cenários aqui, mostrando que, na concessão, o Brasil ainda fica um pouquinho entre o Golfo do México, a Namíbia e a Guiana, mas, quando vai para a partilha, nós perdemos para os modelos desses nossos países concorrentes. Então, não é uma crítica aos nossos modelos, mas a gente já tem que saber que hoje, sem a extração e sem o Seletivo, nós já temos problemas de competitividade. Por isso que é importante o Brasil olhar para esse fator.

E aqui a gente tem o que até o nosso Diretor tem chamado – eu até anotei aqui – de empilhamento de impactos, porque quem está de fora do Brasil, e até o investidor nacional vai olhar a reforma. O IBPC sempre apoiou, continua apoiando a reforma tributária, IBS, CBS, racionalidade e simplificação, mas não o aumento de carga. Isso nunca foi colocado na reforma tributária e veio através do Imposto Seletivo e na extração de óleo e gás. Fora as contribuições dos estados que ficaram lá quietinhas, aqueles fundos dos estados que vão ser cobrados até o final do ICMS.

Aí a gente vai.... Juros sobre capital próprio, tributação... Claro que esta Casa, o Congresso é soberano, não se discute soberania aqui; discute-se só a quantidade de elementos que podem retirar atratividade do investidor.

Preço de referência do petróleo é outro fator também de uma discussão enorme. Aí é um fator que não é tributário, mas é um fator que é bastante significativo na hora da tomada de decisões de investimentos, porque ela faz parte da base de cálculo do *royalty*. Aliás, faz parte do *royalty* e temos a questão de controle local e licenciamento também, em que vira e mexe a gente tem uma instabilidade; taxa de fiscalização ambiental que o Rio de Janeiro já cobra, está tentando cobrar isso há dez anos e isso aí causa uma instabilidade muito forte; e o Imposto de Exportação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ano passado acho que quase ninguém mais recorda, mas no ano passado a gente teve Imposto de Exportação sobre o petróleo, durante seis meses. Ninguém mais fala nisso porque a medida provisória caiu. E isso vai aumentando essa bola de neve e chega agora à questão dos PLs de Contribuição Social sobre o Lucro específicos para o setor bancário, específicos para óleo e gás; e essa medida da semana passada – não vai entrar no mérito dela –, que é o adicional de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, é mais um fator que agrega esse empilhamento de impactos que a gente vê para o setor de petróleo.

Entrando um pouquinho agora na questão ambiental – e eu tive sorte de falar depois da Dra. Fernanda –, a gente já tem que, de cada 10 barris produzidos no Brasil, sete já vão para os cofres da União, dos estados e dos municípios. Então, a tributação *lato sensu* já é forte. Por quê? Porque ela inclui *royalties* e participações especiais, que quem produz petróleo tem que pagar.

E, dentro desses *royalties*, já há previsão de proteção ambiental.

Eu até coloquei pequenininho ali o decreto que estabelece...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MATIAS LOPES – ... essa vinculação ambiental, mas há também, na Lei do Petróleo e na Lei da Partilha, essa destinação para proteção ambiental.

Então, o que a gente está vendo aqui, de fato, não de direito, mas de fato, é uma bitributação. É tributar a extração para efeitos ambientais, de um lado, e os *royalties*, com a mesma capacidade, do outro lado.

Volto a dizer: é uma questão de decisão do país.

Impactos no setor: já falei de alguns.

Quanto à exportação, eu diria o seguinte: não entrando no mérito agora da questão jurídica, mas a gente, quando pensa na exportação e na questão da destinação, apesar de estar escrito, lá no relatório do Senador Braga – a questão da destinação –, o que vale é o que está no texto da emenda constitucional. E essa destinação – e nós temos também já pareceres sobre isso – pode ser entendida como destinação do produto, e não destinação territorial. Por quê? Porque um derivado do petróleo que vai virar uma seringa de hospital que mal vai fazer à saúde? Então, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode ser em cima de um eventual derramamento de petróleo para efeito ambiental, porque a extração não tem essa capacidade.

Então, eu não vou nem entrar muito nesse aspecto, que ele é mais jurídico, e aqui a gente está num ambiente, eu acho, mais de pensamento legislativo do que questões de constitucionalidade ou não.

Logicamente que, diminuindo a atratividade do petróleo, vamos também ter uma diminuição de projetos e, com isso, a gente vai ter uma diminuição de receitas e vamos ter um efeito negativo na nossa balança comercial, em que, hoje, o setor de óleo e gás é o segundo, só perde para o agro, e ainda vai passar o agro daqui a pouquinho.

Então, a gente tem isso.

A Dra. Fernanda lembrou muito bem aqui que o Seletivo é para desestimular algum ato social, desestimular o consumo. A gente quer desestimular o consumo de petróleo e gás?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MATIAS LOPES – Quer dizer, vamos abrir mão de receitas e empregos que nós temos hoje?

Cadeia produtiva onerada também é outra coisa; Imposto Seletivo e acumulativo. São bens da nossa matriz energética, são essenciais, e nós estamos fazendo exatamente o contrário: estamos tributando mais os essenciais do que os supérfluos.

Vai contra também o próprio Programa Gás para Empregar, o PAC... Por quê? Porque, no Brasil, o gás natural é associado ao petróleo. Se não tivermos produção de petróleo, não temos gás. É tão simples quanto isso. Então, é importante que a sociedade também entenda que, sem petróleo, não vamos ter gás natural.

Aqui algumas sugestões. Não vou entrar em cada uma, mas seria basicamente a exclusão do petróleo e gás dos NCMs que estão no PLP, porque não tem sentido ter fontes de energia firme dentro do imposto do pecado.

Desoneração das exportações também seria um viés importante, porque não tem... A gente perde capacidade competitiva com outros países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MATIAS LOPES – Alíquota zerada para bens essenciais, que eu já falei...

Talvez aqui a gente possa ter programas de ação prévios, por exemplo, em relação a créditos que possam ser dados para usar em projetos ambientais, Senador – seria talvez importante, tá? –, e programas também ambientais de transição energética.

Temos emendas que nós já colocamos ali, fica aqui na Casa, para que elas sejam devidamente estudadas e analisadas.

A transição, que são dez anos, não podemos esquecer...

Eu sei que o meu tempo já acabou... Não. Está acabando ainda, não é?

A transição são dez anos; com os leilões de petróleo, tem perspectiva no horizonte, então, a gente tem que cuidar para que a reforma não atrapalhe o sucesso desses leilões.

Carga fiscal: como eu já mencionei aqui, de cada dez barris, sete vão para os entes federados.

Aqui eu botei só a questão do gás natural, eu vou passar nela agora, mas ela tem que ser vista quando a gente for tratar de CBS e IBS.

E aqui as nossas conclusões: instabilidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MATIAS LOPES – ... das regras, o que eu já mencionei; novas reservas são fundamentais; o Seletivo pode prejudicar os investimentos, que vão ser direcionados para outros países; e, importante este último aqui, a Câmara reduziu para 0,25% a alíquota, mas isso não resolve o problema ainda, foi um alívio, mas não resolve.

Por isso, eu queria agradecer a paciência de todos e a atenção.

Senador, obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Matias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já passo imediatamente para Erick de Paula, que representa aqui a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado.

O SR. ERICK DE PAULA CARMO (Para expor.) – Exmo. Senador Izalci, caros colegas de mesa, demais presentes, meu nome é Erick de Paula Carmo, sou representante e consultor jurídico da Abegás (Associação Brasileira de Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado) aqui no país. É uma entidade de classe nacional tradicional, que já existe há mais de 30 anos.

Eu tentarei ser o mais breve e objetivo aqui dentro até da nossa proposta do que foi passado, que seria a Emenda 768, que foi apresentada ao Senado Federal, ao PLP 68, de 2024, que seria de exclusão do gás natural da incidência do Imposto Seletivo.

Como bem sabemos, como foi bem pontuado pela minha colega aqui de mesa, a Dra. Fernanda, o Imposto Seletivo visa atingir externalidades negativas, bens e serviços que seriam prejudiciais ao meio ambiente e à saúde. E, quanto ao gás natural, a gente costuma brincar que ele seria como se ele estivesse numa zona cinzenta: dependendo do enfoque que se dá a ele, ele pode ser considerado uma energia limpa ou não. No processo de extração de reservas petrolíferas e dos bolsões de gás, é que se daria esse enfoque talvez prejudicial ao meio ambiente, mas, como energia limpa, como um insumo e até como um modal energético de transição, que vai ser muito importante para o país, ele pode ser encarado, sim, como um bem essencial, até mesmo porque, na Lei Complementar 194, de 2022, foi inserido no Código Tributário Nacional, no art. 18-A, que o gás natural é bem essencial, e de modo algum ele poderia ser considerado supérfluo. E, se há pelo menos na nossa lei complementar – foi assim recepcionada pela Constituição Federal de 1988 – essa norma geral de tributação, seria uma inconsistência tratá-lo de outra forma. É por isso que a Abegás pede a exclusão do código NCM do gás natural – que foi incluído ali no, salvo engano, Anexo 17, que trata dos bens minerais –, da incidência do Imposto Seletivo.

Existem diversos programas – no Governo passado, o Gás para Crescer; agora, o Gás para Empregar – que tratam dessa questão de atração de investimentos no país, investimentos em ativos de infraestrutura, que estão vinculados às concessões das distribuidoras de gás natural, e o preço do gás natural tem que se tornar competitivo, mais competitivo. Uma incidência do Imposto Seletivo, que é cumulativo e regressivo, aumentaria o preço do gás na ponta da cadeia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômica, para o consumidor, o usuário do gás, e isso seria, de uma certa forma, contraproducente.

As nossas metas agora são de descarbonização dos combustíveis fósseis, e acredito que o gás natural possa desempenhar, sim, um papel relevante como combustível de transição energética, até porque, no momento atual, nós não temos tecnologia de ponta suficiente para produção em larga escala, por exemplo, de hidrogênio verde e não há como fazer esse salto utópico do óleo, do petróleo, e passar direto para o hidrogênio verde. Nós temos que entender que nós temos uma transição, uma escada a subir, a galgar paulatinamente, até que seja viável essa produção em larga escala de energias mais limpas. É dentro deste mote que nós pedimos essa exclusão do gás natural, até para a atração de investimentos tanto internos como externos, principalmente na expansão da malha dutoviária do país, o que eu acredito que seja bastante salutar mesmo.

Outro ponto que eu gostaria de tratar – e aí é tratando mais de outros setores – é da incidência única do Imposto Seletivo. Pelo menos a promessa que nós temos no texto da Emenda Constitucional 132, de 2023, é de que a incidência será única. Mas, pela redação que consta hoje no PLP 68, de 2024, nós podemos chegar a uma interpretação conjunta de que essa incidência será feita pelo código NCM. Então, se, na nota fiscal de saída, você pega um insumo de insumo, como o gás natural mesmo, por exemplo, se ele estiver na incidência do Imposto Seletivo, se houver uma industrialização subsequente na próxima etapa da cadeia e, na nota fiscal, sair um código NCM de um produto que foi industrializado de forma diferente, pode ser que haja uma incidência novamente do Imposto Seletivo. E isso seria, penso, extremamente prejudicial e regressivo, até para o preço, para ele ser mais competitivo para esse produto.

Então, são esses pontos que eu gostaria de trazer a este debate.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ERICK DE PAULA CARMO – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Tem emenda nesse sentido já colocada?

O SR. ERICK DE PAULA CARMO – Já. Já foi apresentada a Emenda nº 768.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com isso eu encerro aqui a minha fala. Como prometi, fui bastante objetivo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Erick.

Vou passar para a Cristiane Alkmin, que é a Presidente da MSGas.

A SRA. CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Izalci.

Primeiramente, eu gostaria de parabenizar não só esta Casa, mas também a Câmara dos Deputados, assim como o Executivo pelo excelente trabalho que têm feito com relação à reforma tributária. Eu sou uma entusiasta, acho que a gente precisa melhorar nossa produtividade, acho que a gente precisa simplificar, dar transparência e acho que isso tudo vai acontecer com a reforma tributária.

No entanto, eu acho que algumas coisas precisam ser realmente melhoradas nessa reforma tributária. E aqui eu venho pedir à Casa que olhe com muito cuidado e diga não ao Imposto Seletivo no gás natural, em particular, e vou explicar aqui a minha colocação, os meus argumentos, não só como Presidente da MSGas, mas como economista que sou.

Ontem teve a sanção de uma lei chamada Combustível do Futuro, que teve mais de 3 mil pessoas, diversos Ministros, Parlamentares, mostrando, Senador, que o Brasil tem que liderar na transição energética mundialmente.

Nossa matriz energética já é limpa – em 50%, já é limpa; é elétrica em 85% –, mas podemos melhorá-la absurdamente. E de que forma? Se nós olharmos hoje nos nossos lares do Brasil, 20% deles usam lenha e carvão para a sua cocção, o que é um absurdo, porque nós temos o gás natural, que, apesar de ser um combustível fóssil, é muito menos poluente do que carvão e lenha.

Também temos, Senador, os nossos ônibus, nos nossos centros urbanos. Hoje, nos centros urbanos, o que a gente tem mais de poluição, o que mais polui são exatamente os ônibus, as frotas de ônibus, que em geral são a diesel. Nas nossas rodovias, temos ali uma poluição incrível, porque, de novo, a nossa frota é basicamente a diesel, à gasolina, que são muito mais poluentes do que o gás natural, sem contar com o agro, com os tratores do nosso agro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais ainda, Senador: temos aqui a indústria, seja de celulose, seja siderúrgica... Se formos aqui ao lado, em Goiás, temos aqui em Anápolis um polo industrial em que diversas fábricas são a diesel, são a óleo combustível, são a carvão, que são muito mais poluentes do que o gás natural.

Temos as nossas termoelétricas. Agora, acabamos de passar por isso, a nossa oferta de eólicas e de solar aumentou muito, é verdade, na nossa economia. No entanto, na hora ali de você ter que colocar uma energia firme, ter que dar segurança energética para as pessoas, você não consegue tê-las com fontes intermitentes como são a eólica e a solar. Portanto, do que a gente precisa? Ligar as termoelétricas. E nós, aqui no Brasil, temos diversas termoelétricas a diesel, a carvão e a óleo combustível, que poluem muito mais do que o gás natural.

Então, aí, eu digo o seguinte: o Brasil precisa diminuir as emissões de gases de efeito estufa, como bem colocou minha colega aqui, a Procuradora Fernanda, cujo sobrenome é quase igual ao meu, Schmidt, mas com "tt". A gente quer, de fato, "induzir comportamento" – não foi a expressão que a senhora usou? – para diminuir... A gente quer diminuir isso, mas não vai ser colocando Imposto Seletivo no gás natural em particular, porque nós temos ainda, nos centros urbanos, nas rodovias, nas indústrias, nas usinas termoelétricas, nos lares das pessoas, combustíveis muito mais poluentes do que o gás natural.

Então, se nós queremos fazer parte de uma transição energética saudável, nós precisamos olhar de maneira holística. E aí eu falo realmente como economista: a gente precisa olhar tudo que a gente tem. A gente precisa olhar os biocombustíveis também, a gente precisa olhar a eólica, a solar, o gás natural e os próprios GLPs, que são mais poluentes do que o gás natural.

O gás natural, hoje, cumpre um papel tão fundamental na nossa economia que não tem condição de a gente botar o Imposto Seletivo nele. É simplesmente um absurdo, porque a gente está diante ainda de uma pobreza energética grande. A gente ainda está diante... Por mais que a nossa matriz seja razoavelmente limpa ou comparativamente limpa quando a gente olha o mundo, a gente ainda pode melhorar. E esse poder melhorar está nas mãos aqui deste Parlamento também. A gente não pode deixar, de maneira alguma, encarecer um tipo de combustível, uma fonte energética que vai descarbonizar. A gente vai descarbonizar; a gente não vai carbonizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje importamos 25% do diesel consumido. O Brasil precisa se descarbonizar, e hoje as grandes empresas, Cosan, por exemplo, com a Compass, com a Edge, estão importando GNL, estão falando de transição energética nas rodovias.

A gente tem ali, na Fundação Getulio Vargas, um *think tank* da FGV Energia que fez agora um seminário em que ele colocou... O título do seminário é "O Papel do Gás Natural e do Biometano na Transição Energética Justa, Sustentável e Acessível".

Temos o BNDES, a ANP, o próprio Ministério de Minas e Energia; temos a EPE nessa agenda, na agenda da transição energética, na agenda que diz o seguinte, Senador: temos que ter menos diesel nos caminhões que rodam nas nossas rodovias e nos ônibus que rodam nos nossos centros urbanos.

Portanto, o GNV, que é o que a gente colocaria ali, que vem do gás natural, vem para descarbonizar – descarbonizar.

O Ministro Alexandre Silveira mesmo colocou, no blogue dele, que tem R$6 bilhões de investimentos em soluções de transporte de gás natural.

Temos diversos articulistas que mostram a importância da justiça climática, da descarbonização.

O CEO da Gerdau colocou: "Não há bala de prata para uma siderurgia mais limpa, mas gás natural é aposta", como saiu no jornal.

Então, reparem que isso aqui não sou eu que estou falando e não é só o Brasil.

Esse eslaide eu peguei da Fundação Getulio Vargas, da FGV Energia. Ele mostra as estratégias de países como Austrália, Canadá, Rússia, China, Estados Unidos e o próprio Brasil, para o uso do gás natural como uma maneira de você passar por essa transição energética, descarbonizando – descarbonizando, essa é a palavra. Em suma, gente, é consenso generalizado no Brasil e no mundo: o gás natural descarboniza, pelo menos neste momento.

E este momento, Fernanda, não é um momento só agora; é um momento que vai durar uns 10 anos, 15 anos, porque isso demora. Para você investir no *upstream*, ou *downstream*, ou nesses segmentos de infraestrutura, você precisa de tempo para maturar. Então, a gente não está falando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma coisa de hoje ou de amanhã. A gente está falando de um período em que a gente vai precisar usar um conjunto de energias, de fontes de energia – não só o gás natural, mas um conjunto. O Brasil é tão rico, a gente não pode perder uma oportunidade como essa; a gente está fazendo uma reforma tributária tão importante...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – ... e tão relevante e cometeu uma injustiça com o brasileiro – com o brasileiro! –, porque o gás natural traz externalidade positiva para o meio ambiente e para a saúde das pessoas.

O próprio Diretor da Agência Internacional de Energia diz que o gás natural é um dos pilares da energia global, porque substitui combustíveis mais poluentes, melhora a qualidade do ar e limita as emissões de CO_2.

E aí vamos à nossa reforma tributária, a nossa bela reforma tributária, em que agora – Fernanda sabe disso, não é, Fernanda? – um dos nossos princípios, como foi colocado aqui, é da defesa do meio ambiente. Que lindo que foi colocar isso no nosso Sistema Tributário Nacional. Isso é muito oportuno, principalmente para o Brasil. E no Imposto Seletivo, é o que foi falado aqui, a gente precisa induzir comportamentos e o que a gente quer é desincentivar o uso, o consumo, ou seja, o Imposto Seletivo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – ... tem que entrar para bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente – prejudiciais.

E aí vem o PLP 68, Senador – eu já estou terminando aqui –, que coloca, no meu ponto de vista, como brasileira, economista e Presidente da MSGas, de uma maneira equivocada as NCMs de gás. A gente precisa retirar isso do nosso PLP 68 pelo bem do Brasil. Na teoria e na prática há uma evidente contradição porque a Constituição Federal agora tem no seu princípio, pelo Sistema Tributário Nacional, uma defesa pelo meio ambiente, e a gente não pode deixar que no gás natural, que é um meio que vai descarbonizar a nossa economia, a gente coloque aí o Imposto Seletivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E só para finalizar, faz sentido, Senador, impor Imposto Seletivo no gás natural e subsidiar o GLP?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Nós temos aí diversos... você tem o Gás para Todos, por exemplo, que é um programa que eu acho que está correto, porque o GLP, por mais poluente que seja – e mais poluente que o gás natural –, ele ajuda na diminuição da pobreza energética porque ele substitui a lenha e o carvão daquele cidadão, daquele vulnerável. Então, esse é um programa que está correto, mas por que o gás natural não foi considerado aí também? É uma pergunta que eu faço. Aí você vai botar Imposto Seletivo no gás natural e vai subsidiar o GLP? Então, são atitudes que me parecem incongruentes. A gente não devia estar tratando dessa maneira.

Portanto, finalizando aqui, a minha fala – e desculpa o tempo um pouquinho maior que eu usei – é para dizer não ao Imposto Seletivo no gás natural.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem.

Bem, eu vou já agradecer aos expositores aqui dessa primeira rodada e pedir para a gente fazer aqui a troca dos expositores. Vocês poderiam ocupar ali a primeira fileira.

Eu já chamo para participar aqui o Márcio Maciel, Presidente Executivo do Sindicerv. Podem aplaudi-lo também, não tem problema não. (*Palmas.*)

O Gilberto Tarantino, que é o Presidente da Associação Brasileira de Cerveja Artesanal. (*Palmas.*)

O Carlos Lima, que é o Diretor Executivo do Instituto Brasileiro da Cachaça. (*Palmas.*)

Parece até que fizeram tudo... Não é?

O Eduardo está aí já? Eduardo, não, ainda não.

O Felipe Fernandes Reis, que é o Secretário Geral do Instituto Pensar Energia. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Carlos é Presidente da Diretoria Executiva do Instituto Brasileiro da Cachaça.

Vou chamar o Eduardo Cidade também, que é o Presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas. (*Palmas.*)

Obrigado pela presença.

Bem, vou passar imediatamente ao Márcio Maciel, que é o Presidente-Executivo do Sindicerv.

O SR. MÁRCIO MACIEL (Para expor.) – Tem o passador de apresentação ou é com vocês aí? (*Pausa.*)

Bem, obrigado.

Senador, primeiro, muito obrigado pelo convite para participar desta audiência pública. É superimportante – olhe a quantidade de pessoas que estão aqui presentes – a gente fazer uma discussão clara, consciente e baseada em evidências sobre tributação do Imposto Seletivo e, no que nos tange aqui, tributação de bebida alcoólica.

Para começar essa discussão, eu gosto de lembrar um dado da pesquisa do Instituto Locomotiva que foi feita no meio deste ano que aponta que, para 85% dos brasileiros, compartilhar uma cerveja com os amigos é parte da cultura do nosso país. Isso diz muito sobre ser brasileiro, não é? A gente no Sindicerv fala isto: a cerveja ajuda o brasileiro a ser cada vez mais brasileiro, a ser uma população mais alegre, mais jovial, que celebra, enfim, que se encontra. Então, independentemente de a cerveja ter nascido 10 mil anos atrás do crescente fértil, a gente fala tranquilamente que a cerveja é a bebida do brasileiro, é a bebida preferida do brasileiro, é a paixão nacional. E, por isso, a gente tem muito orgulho e responsabilidade para estar falando aqui sobre esse tema.

E o que eu diria que é a principal característica da indústria da cerveja brasileira, Senador? É que 90% da riqueza gerada por uma cervejaria fica na localidade onde ela está instalada. Esse é um dado da FGV que mostra que nós, como indústria nacional, presentes em todos os estados brasileiros e em 771 municípios, geramos muito mais do que uma bebida. A gente gera empregos, oportunidade, inovação. Somos um dos maiores arrecadadores de impostos de todos os estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo estudo da FGV, se você desagregar petróleo e combustível, o setor que mais paga imposto no Brasil é o setor da cerveja. E a gente faz isso com orgulho, porque sabe que esse dinheiro está sendo distribuído pela população brasileira e gerando investimentos em infraestrutura, saúde e educação. Enfim, é superimportante isso.

O Sindicerv é o principal representante do setor cervejeiro há mais de 75 anos. Representamos grandes, pequenas, nacionais e cervejarias regionais. E a gente representa uma indústria, Senador, que vai do campo ao copo. E esses números mostram a relevância da indústria cervejeira para o país. Como eu falei, somos o setor que mais paga imposto no Brasil. São R$50 bilhões de tributos pagos no último ano. Em 2023, foram R$50 bilhões que deixamos em estados, municípios e União.

O Brasil é o terceiro maior produtor de cerveja. A gente só fica atrás de China e Estados Unidos. Estamos com recorde de 15,4 bilhões de litros e atingimos o recorde histórico de 1.847 cervejarias operando em 771 municípios, como eu falei. É uma indústria que vai do campo ao copo, como a gente fala, tratando desde o agronegócio, da plantação de cevada, lúpulo, que está sendo cada vez mais trazido para o Brasil, até bares e restaurantes, eventos, passando pela logística.

Enfim, a gente nessa cadeia como um todo, representa 2% do PIB e gera mais de 2 milhões de empregos. Mais de 2 milhões de empregos a cadeia produtiva da cerveja gera no Brasil, porque cada emprego numa indústria de cerveja, em uma dessas 1.847, replica pelo menos outros 34, 35 empregos na cadeia como um todo.

E, por essa nossa característica nacional e por estarmos presentes no Brasil inteiro, a gente sempre apoiou uma reforma tributária, Senador, porque, estando em 27 estados, a gente sabe como é difícil você pagar imposto no Brasil, a carga tributária não só é gigantesca, mas é difícil. Então, a gente sempre defendeu uma reforma tributária, ainda mais nos parâmetros que foram trazidos nessa reforma: que ela seria neutra, simplificaria e promoveria o crescimento e geração de empregos, mesmo sabendo que seríamos afetados pelo Imposto Seletivo. O setor da cerveja nunca, em nenhum momento, advogou por não estar no Imposto Seletivo; muito pelo contrário, a gente sabe que estaria no Imposto Seletivo e a gente entende que o Imposto Seletivo no Brasil para bebidas alcoólicas tem que ser construído da melhor forma, como ele é feito no mundo. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imposto Seletivo não é algo novo, ele existe desde o século XIX. Então temos milhões de experiências de como isso funciona bem no mundo inteiro. Então, o Sindicerv e o setor cervejeiro como um todo sempre defenderam uma reforma que tenha esses princípios de simplificação, redução de complexidade, de segurança jurídica, fomente a reindustrialização e combata a pobreza, mas, principalmente, Senador, o que a gente é muito atento é a não haver aumento de carga.

Hoje em dia, da cerveja que o consumidor brasileiro paga no Brasil, 56% do seu preço é imposto. Nenhum país da América Latina cobra tanto imposto na cerveja quanto o Brasil cobra. Isso é assustador. Então, o que a gente sempre defendeu e defende na reforma tributária é uma neutralidade de carga e que não haja aumento de carga. A gente não está pedindo para a cerveja pagar menos imposto, Senador, a gente está pedindo para que a gente mantenha a nossa carga. A nossa carga é alta, então mantenha essa carga pelo menos, já que a reforma é neutra, Senador André.

Pois bem, dando esse cenário, Senador, eu quero trazer quais são as três propostas do setor cervejeiro alinhadas com todas as 1.847 indústrias de cerveja no Brasil e toda a nossa cadeia. A gente defende que o Imposto Seletivo de bebidas alcoólicas seja progressivo, de acordo com o teor alcoólico, respeitando as melhores práticas internacionais. O que isso quer dizer, Senador? Produtos diferentes pagam imposto diferente – é assim no mundo inteiro, é assim no Brasil, é assim em qualquer ordenamento tributário. Temos, inclusive para o setor de bebidas alcoólicas, a orientação do órgão máximo de saúde do mundo, a OMS, para que a taxação de bebidas alcoólicas no Imposto Seletivo seja feita desta forma: progressiva de acordo com o teor alcoólico; quanto maior o teor alcoólico da bebida, maior o imposto que ela paga. O Brasil já faz isso, isso não é novidade. Então, no IPI a gente já faz isso. Mais de dezenas de países fazem isso no mundo inteiro, a OCDE inteira, União Europeia faz isso, México faz isso, enfim, não é novidade isso no mundo. É a recomendação da OMS que é chancelada por OCDE, FMI, Banco Mundial e tem se provado como efetiva para reduzir o consumo nocivo de álcool em todos os países em que ela foi implementada, porque isso incentiva a produção de bebidas de menor teor alcoólico e que as pessoas procurem bebidas de menor teor alcoólico para beber, em vez de se intoxicarem mais rápido com bebidas de maior teor alcoólico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um ponto também que nos chama muito a atenção, Senador, e preocupa o setor como um todo, é o período de transição. Como o meu colega do IBP trouxe aqui, o período de transição será muito longo. Teremos, desde 2027 até 2032, a convivência com dois modelos. E é nesse período que a gente tem risco de aumento de carga tributária, Senador. A gente defende que para todos os setores que estejam no Imposto Seletivo... E é bom ressaltar: quem está no Imposto Seletivo vai pagar mais imposto do que todo mundo. Todo mundo vai estar sujeito à CBS e ao IBS, e quem está no Imposto Seletivo vai estar com CBS, IBS mais Imposto Seletivo, sem poder estar em nenhum regime especial. Então, já vamos pagar mais que todo mundo. E o que a gente defende é que, durante esse período de transição, os impostos que vão saindo, durante esse período, representem a alíquota do Imposto Seletivo que vai crescendo progressivamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO MACIEL – ... enquanto os outros impostos vão saindo.

Já estou próximo de concluir.

A Câmara dos Deputados prestou atenção na questão do ICMS. Ontem o representante da Fazenda falou isso, mas o próprio representante da Fazenda falou que precisa ter um ajuste de texto. E a gente defende um ajuste de texto justamente para que os dois primeiros anos do Imposto Seletivo, 2027 e 2028, tenham um tratamento também em que ele seja gradual, mantendo a carga, mas sem aumento de carga nesse período.

E, por fim – eu não vou entrar tanto nisto, porque o meu colega da Abracerva vai falar bastante sobre isto –, o setor de cerveja sempre defendeu que todo pequeno produtor nacional de bebida alcoólica, não só de cerveja, mas de todos os tipos de bebida, tenha um tratamento diferenciado no Imposto Seletivo. Por quê, Senador? Porque esses pequenos empreendedores – e não preciso nem falar da importância de micro e pequeno empreendedor no Brasil – são responsáveis por inovação, geração de emprego em âmbito local...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO MACIEL – Eles são responsáveis por transmissão da cultura. E a gente entende que isso vale tanto para cerveja como para cachaça, vinho e outros produtos alcoólicos que são feitos no Brasil. Esses pequenos produtores têm que ser protegidos. E eu fiquei muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feliz de ver ontem o representante da Fazenda falando que a Fazenda deve encaminhar alguma coisa nessa direção. Então, é algo positivo para o setor como um todo.

Encerrando, Senadores, eu quero trazer aqui mais um dado dessa pesquisa Locomotiva de que sete de cada dez brasileiros já consideram que se paga muito imposto na cerveja. Assim, é até meio óbvio quando a gente vê que 56% do preço da cerveja são impostos.

A gente defende, de fato, uma reforma tributária padrão OCDE, que dê tratamento diferenciado para produtos diferentes e que tenha uma regra de transição que não aumente a nossa carga, para que o setor continue crescendo, gerando emprego e renda no Brasil inteiro.

É isso.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Márcio.

Passo a palavra para o Gilberto...

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois não, meu querido Senador André Amaral.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para interpelar.) – Querido Senador Izalci, eu costumo dizer sempre que tive muito orgulho em votar no senhor quando era eleitor aqui no Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Eu estou de saída, eu tenho audiência agora na Presidência da República e eu gostaria de pedir para falar um pouco rápido e sair.

Primeiro, eu ouvi a fala do Dr. Márcio Maciel, do qual me associo ao pensamento. Aos produtos diferentes nós precisamos dar um tratamento diferenciado. Eu falo de uma maneira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito especial da cachaça de alambique – cachaça de alambique. A cachaça de alambique representa a cultura nacional. É o único produto genuinamente brasileiro. Os produtos diferentes têm que ter um tratamento diferenciado. A relevância social, de uma maneira muito especial no Nordeste, Dr. Márcio, da cachaça é gigantesca. Ninguém tem ideia do êxodo rural que foi evitado com os engenhos, que passaram momentos dificílimos. O engenho passa o ano inteiro cultivando a cana, tratando a cana, muitos deles, nos tratos primários, porque não têm estrutura. Colhem sua cana, moem naquele momento. Isso é de uma relevância social gigantesca.

Não podemos falar dos gigantes, não. Para se ter uma ideia, a Paraíba toda, reunida, que é o meu estado, através da Aspeca, da qual meu filho, o ex-Deputado André Amaral Filho, é o Presidente, produz apenas 30 milhões de litros de cachaça de alambique. Esse produto, que é genuinamente brasileiro, que é a história do Brasil desde a sua colonização – tudo lá começou, em Pernambuco, nos idos de 1700 –, tem que ter um tratamento diferenciado. E me associo à indústria da cerveja artesanal, que tem que ter um tratamento diferenciado. É necessária essa sensibilidade, pela relevância social.

No Estado de Minas Gerais, que perdeu para a Paraíba – peço muitíssima vênia aos senhores mineiros – o título de melhor cachaça do Brasil, mas é respeitável, é louvável, são os pequenos engenhos que lá estão, na labuta, no sacrifício diário, para manter sua família. Como eu falei, passam o ano inteiro cultivando sua cana, para depois colher, moer e fazer uma cachaça de qualidade. A magnitude da relevância social não há como mensurar. E por que esses produtos não têm que ter um tratamento diferenciado? Têm que ter um tratamento diferenciado.

Os pequenos cervejeiros, e eu tomo a liberdade... Nós sabemos o sacrifício por que passam. Nós sabemos o sacrifício por que passam.

Eu me associo às suas palavras, Dr. Márcio.

E quero parabenizá-lo, Dr. Izalci Lucas, porque, como sempre, brilhante em tudo. Quero parabenizá-lo.

Tenho certeza de que a cachaça de alambique terá um tratamento diferenciado. Estamos pedindo, doutor, com a propositura de uma emenda, estamos solicitando um tratamento diferenciado, uma alíquota menor para a cachaça de alambique. Ela não pode ser tratada de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma igualitária. Os pequenos, por si sós, estão dizendo que são pequenos: o Presidente da Associação Brasileira de Cerveja Artesanal; a Associação dos Produtores de Cachaça de Alambique; aqui da Paraíba, a Aspeca; os de Minas Gerais; e os de outras associações de fabricantes de cachaça de alambique. Então, é em respeito à história, à memória do Brasil Colônia, cujo único produto genuinamente brasileiro é a nossa cachaça, saborosa.

Presidente, obrigado.

Eu peço licença, porque eu tenho uma audiência agora na Presidência da República.

E parabenizo os demais.

Dr. Márcio, mais uma vez, me associo às suas palavras.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senador André Amaral.

Vou passar, então, para o Gilberto Tarantino, que é o Presidente da Associação Brasileira de Cerveja Artesanal.

O SR. GILBERTO TARANTINO (Para expor.) – Boa tarde, Senador Izalci. Boa tarde, Senador André.

Eu queria dizer que fico emocionado, Senador André, com a sua fala, olhando para os pequenos produtores de bebida, seja a nossa querida cachaça. Eu também sou um apreciador da cachaça. Inclusive, na minha cervejaria, eu uso barris por onde passaram a cachaça para fazer cervejas especiais.

Então, já começo dizendo aqui que a Abracerva está alinhada com o seu pensamento, com o pensamento do meu colega aqui, o Márcio Maciel, do Sindicerv, e queria dizer aqui aos presentes também que nós apoiamos um tratamento tributário diferenciado para a pequena indústria de bebida, seja ela qual for: cerveja, cachaça, outros destilados e vinho. Mas eu estou falando da pequena indústria, principalmente de quem está no Simples.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, queria começar dessa maneira agradecendo a presença do Senador André e a oportunidade de estar aqui, Senador Izalci. Realmente é um prazer.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Eu tomo a liberdade, Dr. Gilberto, de entregar ao senhor a nossa propositura na emenda, com a justificativa, para que o senhor possa...

O SR. GILBERTO TARANTINO – Agradeço. Muito obrigado. (*Pausa.*)

Então, boa tarde, pessoal.

Eu gostaria de me apresentar aqui... Meu nome é Gilberto Tarantino. Eu sou sócio de uma cervejaria, eu sou um produtor de cerveja artesanal na cidade de São Paulo. Eu estou nesse mercado de cerveja artesanal há 15 anos, assumi a Abracerva e recentemente também substitui um colega na Câmara Setorial da Cerveja para defender o nosso setor, para defender o ponto de vista do pequeno empresário, do empreendedor, porque eu vejo aqui que talvez eu seja um dos poucos que produz o produto que eu estou defendendo aqui, ou seja, eu sei as dores. Eu posso dizer, inclusive, que eu já convidei, e convido o Senador Izalci também, e já convidei profissionais do setor da economia, do Ministério da Fazenda até a visitar a minha cervejaria, para que eu apresente não só as instalações, mas os números também de uma maneira bem clara de como é uma luta, no nosso país, vender a cerveja de que o brasileiro tanto gosta.

Repassando aqui alguns números, o Brasil é o terceiro maior produtor de cerveja no mundo. O setor inteiro emprega mais de 2 milhões de empregos. Números oficiais do Ministério da Agricultura mostram que em 2023, 1.847 cervejarias declararam a produção de cerveja no nosso país. Isso equivale a mais de 10 mil rótulos diferentes aqui no Brasil. São 15 bilhões de litros produzidos, que representam 2% do PIB nacional e, no ano passado, foram mais de R$50 bilhões recolhidos em impostos.

Números oficiais do Mapa também mostram o impressionante crescimento da indústria cervejeira no Brasil. No ano de 2023, foram 1.847 cervejarias, e, no ano de 2013, eram apenas 195. Olhem que crescimento surpreendente mesmo. Se a gente voltar a 2003, a gente está falando de 50 cervejarias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembrando que, se vocês acham que 1.847 é um número impressionante, na França, que é a terra do vinho, em que todo mundo lembra do vinho, são 2,5 mil cervejarias, enquanto nos Estados Unidos são 11 mil cervejarias. Ou seja: a gente tem um potencial enorme de crescimento no nosso país.

As Regiões Sul e Sudeste são as mais desenvolvidas em número de fábricas, porém, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, proporcionalmente, têm o maior potencial de crescimento, principalmente por causa do calor.

Hoje em dia, a indústria nacional de equipamentos, assim como de insumos, já pode atender ao país inteiro.

E a gente tem um número muito interessante também: um, em cada sete municípios, no Brasil, já tem uma cervejaria registrada, ou seja, a gente também trabalha muito o local, as cidades onde a cerveja é produzida no país inteiro.

Tudo isso para dizer, pessoal, que cerveja não é pecado. Cerveja é a bebida predileta do brasileiro. Respeitando, como sempre, as demais bebidas, mas a cerveja é a bebida da celebração, do encontro dos amigos, e a gente ama essa bebida.

Agora, nós temos desafios, como eu falei. Eu já convidei inclusive profissionais do Ministério da Fazenda e novamente convido aqui o Senador Izalci para uma visita... Nós temos grandes desafios para o crescimento. E, através de uma pesquisa feita pelo Guia da Cerveja, a alta carga tributária continua sendo o grande desafio. Então, é necessário que a gente tome conta do setor de cervejas.

E, quando a gente fala em sustentabilidade – gostaria de citar até fatos da ONU –, a sustentabilidade não é só do meio ambiente. A gente tem que falar em sustentabilidade financeira. Afinal de contas, se a gente tem um universo aí de 2 milhões de empregos diretos e indiretos, só do lado das pequenas a gente está falando em 10%, uma vez que as cervejarias artesanais, que têm uma mão de obra muito mais intensa, menos automatizada, geram muito emprego no país inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente tem aqui, nesse Capítulo 8, dos Objetivos Sustentáveis da ONU, promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.

Também lembro o seguinte: cerveja é agricultura; cerveja começa no campo, na roça.

Aqui, no Brasil, a gente já tem uma indústria da cevada, que responde apenas por 50% da demanda, e a gente tem uma indústria do lúpulo, que está iniciando, que foi uma quebra de paradigma... Só lembrando que a cerveja é composta por água, malte – que são os cereais maltados –, lúpulo e levedura. Aqui, no Brasil, o lúpulo começou a ser plantado há pouco tempo, há cinco anos, e toda cerveja tem esses componentes que saem da roça.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO TARANTINO – Eu, recentemente, estive numa plantação de lúpulo e, assim, para a gente tomar um copo de cerveja, isso passou por tantas mãos, por tantas famílias, por tanta geração de emprego, por tanto trabalho, que realmente é uma dádiva a gente poder tomar um copo de cerveja, passando por todas as mãos, do campo ao copo literalmente.

Nós temos aqui, aqui, no Cerrado, aqui, em Brasília, aqui, em Goiás, plantação de lúpulo. Lembrando que esse é um grande desafio também, esse é um grande campo a ser explorado, uma vez que nós somos o terceiro maior produtor de cerveja do mundo, e 99% do lúpulo é importado. Ao contrário do que acontece no Hemisfério Norte do planeta, o lúpulo aqui, no Brasil – e o brasileiro realmente tem que ser estudado pela Nasa... O brasileiro desenvolveu, através de uma inovação agrícola, iluminação na roça, das 18 às 22 horas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO TARANTINO – No Brasil, nós temos três safras de lúpulo por ano *versus* uma safra de lúpulo em países como os Estados Unidos ou a Alemanha por conta da neve. Então, a gente tem um potencial enorme na agricultura.

Também gostaria aqui de ressaltar o importante papel que várias cooperativas já vêm desenvolvendo no campo dos cereais maltados. Lembro que, do campo ao copo, cerveja é a bebida predileta do brasileiro, lembrando que as cervejarias artesanais têm que ter um tratamento diferenciado na reforma tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso aí pessoal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem.

Tem alguma proposta de emenda que já foi apresentada?

O SR. GILBERTO TARANTINO – Nós temos uma proposta de emenda com o Senador Astronauta Marcos Pontes que está...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Que já foi apresentada.

O SR. GILBERTO TARANTINO – ... que já foi apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Está bom, Gilberto.

Obrigado.

O SR. GILBERTO TARANTINO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Passo a palavra, então, ao Carlos Lima, que é o Presidente da Diretoria Executiva do Instituto Brasileiro da Cachaça.

O SR. CARLOS LIMA (Para expor.) – Bom, boa tarde a todos e a todas.

Boa tarde, Senador Izalci.

Ao saudá-lo, saúdo também o Senador André Amaral, que teve que nos deixar.

Saúdo também os demais Senadores e Senadoras que estão nos acompanhando pela internet.

Eu ia pedir apenas o passador. (*Pausa.*)

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador, eu acho que o primeiro ponto importante... A gente está aqui falando de um tema extremamente importante para o Brasil, um tema relacionado ao Imposto Seletivo e, como bebidas alcoólicas e outros produtos precisam ser taxados aqui, no Brasil, não dá para se falar de bebida alcoólica sem trazer sempre uma mensagem de consumo responsável e moderado de bebidas alcoólicas.

Então, é importante dizer que o Instituto Brasileiro da Cachaça tem como papel fundamental disseminar sempre mensagens de consumo responsável de bebidas alcoólicas, orientando aqueles que optem por beber que sempre o façam de maneira responsável e moderada, e que, se beberem, nunca dirijam.

Eu acho assim, Senador, que o Senador André Amaral trouxe alguns pontos importantes nessa questão da reforma tributária. É muito importante a gente trazer a informação de que, quando a gente fala de bebida nacional, bebida tipicamente brasileira, a gente está falando da cachaça. Cachaça é um produto que nasceu no Brasil, um produto que tem mais de 500 anos de história, que gera hoje mais de 600 mil empregos diretos e indiretos e é um patrimônio nacional. Assim como outros países do mundo têm produtos típicos e tradicionais, assim como a França tem o champanhe, o México tem a tequila, a Escócia tem o *scotch whisky,* o Brasil tem a cachaça.

É muito importante que a gente comece essa fala aqui, Senador, dizendo que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados coloca esse setor em risco. Efetivamente, o texto aprovado traz um risco de extinção para o segmento produtivo da cachaça. O instituto lançou esse manifesto, e eu, posteriormente, entregarei uma cópia desse manifesto. Peço àqueles que tiverem a oportunidade que leiam o manifesto e apoiem o setor da cachaça nesse tema de reforma tributária.

O que é o Ibrac, Senador? O Ibrac nasceu em 2006; é uma entidade que hoje congrega mais de 107 associados diretos, representa mais de 80% de todo o volume que é produzido e comercializado de cachaça formalmente no Brasil. Está presente em 17 estados e, sob o guarda-chuva do Ibrac, a gente tem hoje mais de 13 associações estaduais, regionais e outras associações nacionais. Então, o Ibrac é uma grande instituição que representa hoje tanto pequenas, médias e grandes empresas quanto algumas empresas multinacionais que têm produção de cachaça no seu portfólio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A produção de cachaça, Senador, é um produto produzido de norte a sul do país; é efetivamente a bebida nacional; é efetivamente o produto brasileiro. Apenas dois estados da Federação não possuem produtores devidamente registrados: Amapá e Roraima. É um produto com mais de 500 anos de história; é a primeira indicação geográfica do Brasil. Então, foi o primeiro produto que o Governo brasileiro reconheceu como um produto típico e tradicional do Brasil.

É um produto que, hoje, é exportado para mais de 60 países; protegido em quatro países. Então, quatro países já reconhecem a cachaça como produto típico e exclusivo do Brasil: Estados Unidos, México, Colômbia e Chile. E, agora, com a ratificação do Acordo Mercosul-União Europeia, a expectativa é de que a União Europeia também reconheça a cachaça como um produto genuinamente do Brasil.

Onde é que está a nossa preocupação, Senador Izalci e demais Senadores e Senadoras que nos acompanham? O Poder Executivo, ao encaminhar o projeto de lei, o PLP 68, para a Câmara dos Deputados, trouxe um modelo híbrido de tributação. Então, ele olhou modelos de tributação de bebidas alcoólicas no mundo e trouxe uma proposta de um modelo híbrido de tributação para as bebidas alcoólicas. Esse modelo híbrido é composto por uma alíquota *ad valorem* e uma alíquota específica.

Como é calculada essa alíquota específica? É uma alíquota que considera o tamanho do vasilhame das bebidas alcoólicas e o percentual alcoólico dessas bebidas alcoólicas – o teor alcoólico dessas bebidas alcoólicas. Então, se eu tenho uma cachaça com mil mililitros em uma garrafa e 40% de álcool, essa alíquota específica do imposto, do *ad valorem*, perdão, do *ad rem,* do Imposto Seletivo, vai tributar 400ml de álcool, que é a quantidade de álcool puro que eu tenho dentro daquela garrafa de cachaça; se eu tenho uma garrafa de vinho com mil mililitros e 13% de álcool, eu tenho 130ml de álcool puro dentro daquela garrafa de vinho; e, se eu tenho uma cerveja de um litro com 5% de teor alcoólico, eu tenho 50ml de álcool puro dentro daquela garrafa de cerveja.

Então, traz uma modelagem que, no *ad rem,* tributa-se de uma maneira proporcional à quantidade de álcool puro que tem dentro daquelas bebidas alcoólicas, ou seja, quem tem mais álcool puro vai pagar mais; quem tem menos álcool puro vai pagar menos, desde que a alíquota aplicada ao *ad rem* seja a mesma alíquota para todo mundo. O que não dá para se admitir aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é uma variação de alíquotas em que cada categoria de bebidas alcoólicas dentro do *ad rem* tenha ou possa ter uma alíquota diferente de tributação.

E trouxe uma proposta também, nesse modelo híbrido, de uma tributação *ad valorem*, um percentual aplicado ao preço daquele bem, ao preço daquele produto; algo também aplicado no mundo. Então, o Brasil trouxe um modelo híbrido: um se tributa pela quantidade de teor alcoólico; perdão, pela quantidade de álcool que tem dentro daquela garrafa, e a outra, por uma alíquota *ad valorem*. É uma proposta que o setor recepcionou de uma maneira muito boa. O setor apoiava essa proposta, tivemos diversas conversas com a Sert nesse sentido.

Agora, o que nos trouxe uma grande surpresa, uma grande preocupação foi que a Câmara dos Deputados, ali, aos 45 minutos do segundo tempo, antes da votação do texto no Plenário da Câmara dos Deputados, trouxe uma inovação, fazendo com que a alíquota *ad valorem*, que só deveria considerar valor de bem do produto, também pudesse ser específica por categoria...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS LIMA – ... e também pudesse ter alíquotas progressivas de acordo com o teor alcoólico, ou seja, distorceu completamente o que seria um princípio de uma tributação *ad valorem*, fazendo com que produtos com menos teor alcoólico tenham, ou possam ter, uma alíquota *ad valorem* menor do que produtos com maior teor alcoólico, ou seja, distorcendo completamente o princípio do que seria uma tributação *ad valorem*, que é exatamente o ponto aqui da nossa discussão.

Quando a gente viu essa alteração da Câmara dos Deputados, além de a gente entender que houve uma distorção do princípio de uma aplicação *ad valorem*, quando a alíquota *ad valorem* deveria considerar apenas o bem do produto, nós ficamos com a percepção de que a Câmara dos Deputados tentou forçar uma diferenciação dentro do *ad valorem* entre produtos com baixo teor alcoólico e produtos com teor alcoólico mais elevado. Então, este é o nosso principal ponto, Senador: pedir a alteração dessa cobrança da alíquota *ad valorem* que foi inserida pela Câmara dos Deputados, ali aos 45 minutos do segundo tempo.

E o que é que dizem os estudos? Eu acho que, quando a gente olha o modelo de tributação de bebidas alcoólicas, a gente precisa ver também o que os estudos daqui, do Brasil, dizem, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existe já publicado e quais são as orientações quando a gente pensa em tributação de bebidas alcoólicas.

Tem uma nota do Conselho Nacional de Saúde, uma nota de 14 de março de 2024, que fala da aplicação do Imposto Seletivo para diversos setores, e no item VI da nota eles dizem o seguinte: "Garantir que o imposto seletivo não varie conforme o teor alcoólico das bebidas alcoólicas, tendo em vista que esta medida reduziria significativamente o impacto sobre a cerveja, responsável por 90% do consumo de álcool no País". A gente tem que lembrar que o Imposto Seletivo tem um objetivo de se coibir consumo nocivo de álcool, reduzir consumo nocivo de álcool, e, quando a gente olha o movimento da Câmara de Deputados, ele vai exatamente no sentido inverso dessa proposta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS LIMA – Um outro é um documento do Observatório Brasileiro do Sistema Tributário, que também coloca que "o Imposto Seletivo vinculado ao teor alcoólico [...], tributando mais bebidas destiladas e vinhos em relação a cervejas, tornou [...] intenso o fenômeno de substituição [...] [ou seja, os] indivíduos mantiveram o consumo alcoólico, apenas substituindo o tipo de bebida", pararam de beber com bebidas destiladas e passaram a consumir mais cervejas.

Há um outro estudo, Senador, que fala sobre a contribuição dos tipos de bebidas alcoólicas para o consumo, o uso abusivo de álcool e os danos relacionados ao álcool, que é uma comparação entre cinco países. Foi um estudo que teve como financiadora uma grande indústria do setor cervejeiro no mundo, e esse estudo traz alguns achados muito importantes. Primeiro, ele fala que "uma maior implementação de intervenções baseadas em evidências para reduzir o consumo de cerveja pode ter o maior impacto sobre o consumo nocivo e problemas relacionados". Também fala que "as políticas destinadas a reduzir o consumo abusivo devem visar a cerveja em países onde o seu consumo é elevado" – quando a gente olha a tributação de bebidas alcoólicas, a gente tem que olhar qual é aquele produto mais consumido naquele país quando a gente pensa em se coibir consumo nocivo de álcool.

Temos também um estudo do Inca...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LIMA – ... que a gente vai deixar aqui à disposição e também vem no mesmo sentido.

O que é que a gente pleiteia, então, Senador, com um olhar de saúde? Eu acho que aqui não é uma questão concorrencial, fazer com que um pague mais ou que outro pague menos; é um olhar simplesmente de saúde, que é o principal objetivo do Imposto Seletivo.

Nós temos duas emendas do Senador Castellar: uma emenda que pede a supressão do §4º, que foi esse parágrafo inserido pela Câmara dos Deputados, em que a gente pede que as alíquotas *ad rem* e *ad valorem* sejam únicas, independentemente do tipo de bebidas alcoólicas; e claro, na linha daqueles que me antecederam, o Instituto Brasileiro da Cachaça, como uma entidade que lutou para que o setor de bebidas alcoólicas estivesse no Simples Nacional – foi uma luta de mais de dez anos do Instituto Brasileiro da Cachaça –, nós também apoiamos um tratamento diferenciado para os micro e pequenos produtores de bebidas alcoólicas, usando como referência hoje o que é o Simples Nacional. Então, são duas emendas, Senador: uma que trata da exclusão do §4º; e outra emenda que pede um tratamento diferenciado para micro e pequenos produtores.

A gente deixa aqui um ponto de reflexão. Se a cerveja representa mais de 90% do consumo de bebidas alcoólicas, hoje, no Brasil, e o Imposto Seletivo tem como objetivo reduzir o consumo nocivo de álcool, por que a atual proposta da Câmara dos Deputados está indo exatamente no efeito contrário? Está incentivando o consumo dessa cerveja, desse produto, e não trazendo uma regra isonômica no princípio de tributação de bebidas alcoólicas.

Eu acho que era isso, Senador.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estarmos presentes aqui, na CAE. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Carlos.

Passo, imediatamente, para o Eduardo Cidade, que é o Presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas.

O SR. EDUARDO CIDADE (Para expor.) – Senador Izalci, é uma satisfação estar aqui, fazendo parte deste debate, cumprimentando os demais integrantes desta mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até tínhamos preparado uma apresentação, mas entendemos que o debate, a conversa e o trazer a informação para aqueles que estão nos ouvindo seriam também de bastante importância e relevância.

A ABBD (Associação Brasileira de Bebidas Destiladas), defende isonomia, igualdade tributária entre todas as bebidas alcoólicas, porque, quando falamos em Imposto Seletivo, nós estamos lá, no princípio constitucional, falando de proteção à saúde. Esse é o ponto que a gente aqui precisa discutir. Se nós entrarmos no debate de quem é mais ou menos, nós vamos entrar em um debate que não vai chegar a lugar nenhum. O que a gente precisa, sim, é atender ao princípio constitucional de proteção à saúde do consumidor.

A Secretaria Especial da Reforma Tributária, durante a discussão que se fez nesse processo, teve dezenas de pessoas que lá auxiliaram aquela secretaria a trazer uma proposta que implementasse efetivamente essa proteção à saúde do consumidor. Chegaram a um modelo de tributação que foi o modelo encaminhado à Câmara dos Deputados, que trazia essa alíquota mista, esse cálculo híbrido entre uma alíquota *ad rem* e uma alíquota *ad valorem*, como o Carlos muito bem aqui representou.

Esse modelo traz o princípio de isonomia e proporcionalidade, ao mesmo tempo que trata esse produto – bebida alcoólica – de forma igualitária.

No entanto, quando da discussão desse PL na Câmara dos Deputados, foi acrescido lá um §4º no terceiro texto substitutivo. Não teve efetivamente tempo hábil de os Parlamentares discutirem essa matéria, e lá inseriram esse §4º, que traz essa diferenciação no *ad valorem*, por teor alcoólico.

E aí, nesse sentido, é extremamente importante a gente fazer aqui algumas reflexões. Essa regra criada lá pela Câmara dos Deputados apenas incentiva bebidas com menor quantidade de álcool por volume, como se essas bebidas não fossem justamente aquelas responsáveis pela maior quantidade de ingestão de álcool pela população brasileira, como assim citou o meu colega Márcio. É fato que o consumo *per capita* de cerveja é mais de dez vezes superior ao consumo de destilados no Brasil: são 84 litros *per capita* consumidos, por ano, pela população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando se fala aqui nos estudos e nas análises que diversos órgãos fizeram, o Inca (Instituto Nacional do Câncer), na sua manifestação tratando sobre esse tema, alerta.

Outro ponto crítico nas políticas de preços é que a cerveja, em 2015, entrou na legislação tributária brasileira na categoria bebidas frias, a mesma de outras bebidas não alcoólicas, como isotônico, refrigerante e tantas outras.

O Conselho Nacional de Saúde, como o meu colega do Ibrac já manifestou, também faz uma referência muito forte a esse consumo de bebida cerveja pelo brasileiro. Vale repetir aqui, Senador: 90% do volume de álcool consumido no país é através da cerveja. Evidências científicas, quando a gente cita, trazem, sim, algumas fontes de informação, de relação, de considerações com relação a tudo isso.

Mas cabe aqui uma observação: durante a 75ª Assembleia Mundial da Saúde, ocorrida em maio de 2022, os Estados-membros da OMS estavam lá discutindo o plano global de ação para a redução do consumo nocivo de álcool mundialmente. E, nessa oportunidade, o Brasil foi muito categórico em seu posicionamento ao afirmar: "Apontamos especificamente a falta de evidências científicas que comprovem e sustentem recomendações que diferenciem bebidas de acordo com seu teor alcoólico". É a OMS. Tanta discussão que se faz sobre esse assunto, mas o Brasil foi lá e disse: "Olha, não tem evidência científica suficiente para dizer que tem que fazer a diferenciação por teor alcoólico" – 27 de maio de 2022.

Esse importante posicionamento do Brasil na OMS comprova, mais uma vez, que diferenciar bebidas por seu teor alcoólico...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO CIDADE – ... ao invés da quantidade de álcool, não é apenas equivocado, como também sem respaldo científico. Essa discussão não acabou. Ela não pode servir como referência para o legislador brasileiro.

Dentro desse aspecto, Senador Izalci, e para que a gente possa ser mais prático na nossa manifestação, o que a ABBD tem pleiteado junto a todos aqueles interlocutores com que estamos tratando é a exclusão do §4º, inserido na Câmara dos Deputados sem uma efetiva discussão sobre o problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse aspecto, algumas emendas, sim, já foram apresentadas, mas a gente trouxe aqui – e vamos entregar ao senhor – algumas sugestões, com justificativas claras em relação a esse ponto, pedindo a exclusão do §4º, inserido pela Câmara dos Deputados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO CIDADE – Quanto à emenda que traz esse diferencial para os pequenos produtores, a gente não vê problema algum. O que a gente entende é que não deve ser isenção de impostos. Tem que ter, sim, um diferencial em relação a esse pequeno produtor; o Simples Nacional já é uma grande referência para esse processo, e nós não temos objeção alguma a esse tipo de diferencial para o pequeno produtor.

Nesse sentido, que esta Casa e esta Comissão e o Senado Federal possa deixar um legado de eficaz aplicação de tributação ao álcool, que pense no futuro e na boa saúde do povo brasileiro, embasada em recomendações que se preocupam com o Brasil e não com uma indústria específica. Um modelo baseado em isonomia trará muitos frutos ao país quando, no futuro, olharmos os dados históricos.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Bem, agradeço aqui aos expositores mais uma vez. E vamos fazer mais uma rodada.

Agradeço aqui e convido: o Felipe Fernandes Reis, Secretário Geral do Instituto Pensar Energia; o João Batista Ferreira Dornellas, Presidente da União Nacional da Cadeia Produtiva de Alimentos e Bebidas; a Lara Iwanicki, representante da Oceana Brasil; o Beto Pinheiro, Presidente da Abrasel, aqui do DF.

Peço mais uma cadeira aqui, porque eu já vou chamar também o Edson Vismona, Presidente-Executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial.

Já passo imediatamente a palavra para o Felipe Fernandes.

O SR. FELIPE FERNANDES REIS (Para expor.) – Senador Izalci, obrigado pelo convite. Em nome do Instituto Pensar Energia, gostaria de agradecer a oportunidade de vir aqui defender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquele que é um dos maiores orgulhos do nosso país, que é a nossa matriz energética, a matriz energética mais renovável do G20 e uma das mais limpas do mundo.

Vejo aqui a fala da Profa. Cristiane e do Dr. Matias, que tanto defenderam um pouco de racionalidade para o Imposto Seletivo, isso porque o setor de petróleo já contribuiu bastante para as atividades relacionadas à sua cadeia de exploração e produção de petróleo, e o setor de gás natural tem um potencial enorme de agregar mais valor ainda para a nossa matriz energética.

E o Instituto Pensar Energia veio aqui exatamente defender a matriz energética do nosso país porque é uma matriz energética limpa, renovável, mas, infelizmente, muito cara. E parte desse custo, como se sabe, 40% do que o consumidor brasileiro paga na conta de luz, está relacionada a tributos em cargos setoriais. O Imposto Seletivo vai aumentar ainda a carga tributária para o consumidor de luz e para o consumidor de energia do país, isso porque não tem nenhuma previsão no PLP 68 que traz à norma constitucional aquilo que é o seu dever. A lei complementar tem que realmente regulamentar o que está previsto na Constituição. A Constituição não deixa qualquer dúvida de que operações com energia elétrica são imunes ao Imposto Seletivo. Mas, quando se pretende tributar petróleo, gás natural, carvão mineral, na verdade, eu quero violar indiretamente a imunidade constitucional para tributar operações com energia elétrica, para aumentar a conta de luz dos brasileiros e das empresas brasileiras em razão de uma ideologia. Isso porque faltam – conforme até, inclusive, já foi aqui apresentado – instrumentos minimamente regulatórios para o Imposto Seletivo para assegurar, Senador, que o Imposto Seletivo não tem esse caráter arrecadatório.

Vejam, estamos aqui defendendo o setor de energia, o consumidor de energia do país. E, conforme eu estava até tratando recentemente, 40% do que se paga hoje de energia no país, Senador, são tributos e encargos setoriais. O Imposto Seletivo vai elevar esse encargo para os consumidores, para os empresários brasileiros.

E o que a gente defende? Que realmente se respeite a previsão constitucional, que foi inclusive alcançada graças ao trabalho do Senado, na época da PEC, que é de assegurar que as operações com energia elétrica sejam imunes ao Imposto Seletivo. E essa imunidade não é mera previsão hipotética, ela tem que ser aplicada na prática, tem que estar prevista na lei complementar. É por isso que a gente defende as Emendas 405, 557 e 696, que trazem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente aquilo que a lei complementar tem que fazer: assegurar que não haverá violação da imunidade constitucional das operações com energia elétrica, ou seja, não vamos tributar os insumos energéticos, aqui petróleo, gás natural e carvão mineral.

A gente faz essa defesa porque a gente não pode afastar a política tributária nacional do planejamento energético do país. O país, com muito esforço, muitos programas, iniciativas e a duras penas, está conseguindo se tornar independente do ponto de vista de produção de petróleo. O país ainda depende muito da importação de gás; o país tem uma vocação enorme para aumentar a sua produção de gás e reduzir as emissões de gases de efeito estufa, ao mesmo tempo em que aumenta a sua produção de petróleo e gás.

Em 2022, Senador, por exemplo, o país aumentou a sua produção de petróleo e de gás natural e reduziu as emissões de gases de efeito estufa, o que mostra para o mundo que é bom que o Brasil continue produzindo petróleo e gás. A média de emissões do setor de petróleo e gás no Brasil está abaixo da média mundial. Então, quando eu crio um imposto cuja natureza dele é desincentivar a produção, desincentivar a comercialização, desincentivar o consumo, como o Imposto Seletivo, e aplico para o setor de petróleo e de gás, na verdade, eu estou passando a mensagem para o mundo de que o Brasil quer reduzir a sua produção de petróleo e gás. E isso é ruim para os compromissos internacionais de reduções de emissões de gases de efeito estufa.

Por isso que é tão importante – quando a gente vai falar de alíquota, a gente vai falar de incidência de Imposto Seletivo –, a gente, antes de qualquer coisa, avaliar quais são, na verdade, os instrumentos tributários e regulatórios que já compensam eventual externalidade decorrente dessa prática. O Dr. Matias muito bem lembrou que, a cada dez barris de petróleo produzidos no país, sete ficam a título de *royalties*, participações especiais, impostos de tributos de toda natureza. E o Imposto Seletivo vai reduzir a participação de estados e municípios produtores em *royalties* e participações especiais, por exemplo.

Então eu vou estar, de alguma maneira, reduzindo o compartilhamento da riqueza com a população local para atender, por exemplo, o interesse de ter uma alíquota nacional de 28% ou de 27,5% do IVA.

Na verdade, o que a gente está fazendo na prática? É onerar o petróleo e o gás produzidos no país, o petróleo e o gás exportados no país e desonerar a importação de combustíveis que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são produzidos em países que emitem mais que o Brasil. Então, é um erro estratégico do ponto de vista de política nacional, mas um erro ainda maior em relação ao nosso posicionamento sobre o IVA na política tributária nacional.

E aqui a gente volta a defender que a incidência do Imposto Seletivo, se vier a ocorrer no setor de petróleo e gás, tem que respeitar um mínimo de isonomia em termos de hipóteses de incidência. Então, assim, se vai ter uma alíquota de 0,25% para bens minerais extraídos, tem que ser para o minério de ferro, para o petróleo, para o carvão mineral, para que eu deixe de criar hipóteses nas quais a mesma previsão de incidência do Imposto Seletivo comece a discriminar com base em arbitrariedades, que a gente sabe que, infelizmente, levam à segurança jurídica.

Então, o nosso pleito, Senador, enquanto Instituto Pensar Energia, preocupado com a conta de energia do país, preocupado com os investimentos que o país tem a realizar no setor de petróleo e de gás, preocupado especialmente com o planejamento energético... Assim, energia não é pecado. Então, a gente precisa ter essa seriedade em relação ao setor de energia para que, ao mesmo tempo em que eu ofereça às famílias de baixa renda *cash back* na energia elétrica, no gás de cozinha e no gás natural...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE FERNANDES REIS – ... eu não tire esse incentivo aumentando os insumos energéticos com Imposto Seletivo, porque é uma contradição que, novamente, passa a mensagem de que a reforma tributária, que está sendo tão debatida aqui no Parlamento, infelizmente vai ser revisada por um juiz ou por um grupo de desembargadores em razão dessas inseguranças estão sendo criadas.

Então, por essas razões o Instituto Pensar Energia defende que os insumos energéticos sejam preservados em sua imunidade constitucional e de que realmente o Imposto Seletivo seja um imposto regulatório e, portanto, não onere quem realmente já contribui bastante para o planejamento energético do país. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Felipe.

Passo a palavra ao João Batista Ferreira, que é o nosso Presidente da União Nacional da Cadeia Produtiva de Alimentos e Bebidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO BATISTA FERREIRA DORNELLAS (Para expor.) – Boa tarde, Senador Izalci.

Em primeiro lugar, quero agradecer o honroso convite para estar aqui representando esse, sim, que é o setor que orgulha muito os brasileiros, que é o setor de produção de alimentos. Então, quero cumprimentar o Senador Izalci e todas as demais pessoas presentes aqui.

Senador, o Brasil sempre foi conhecido como o celeiro da humanidade, mas é um orgulho para nós também podermos dizer que, a partir de 2022, o Brasil passou a ser também o supermercado da humanidade. O que significa isso? O Brasil hoje é o país que mais exporta alimento industrializado do planeta. Nós tínhamos uma disputa muito cercana, muito perto ali com os Estados Unidos, mas passamos em 2022 e passamos de longe! Queira Deus que o Brasil consiga manter sempre esse posto de maior exportador de alimento industrializado do planeta.

A indústria brasileira de alimentos e bebidas produz 270 milhões de toneladas de comida todos os anos. E, desse total, três quartos ficam no Brasil, e um quarto é exportado para 190 países, que sempre voltam a comprar, costumeiramente compram nosso alimento, chancelando assim a qualidade daquilo que a gente faz aqui no Brasil. Isso é um orgulho para todos nós.

Essa indústria gera mais de 10 milhões de empregos do campo até a mesa, e são 41 mil empresas que produzem alimentos e bebidas não alcoólicas no Brasil inteiro. Quando eu falo do campo até a mesa, eu estou incluindo inclusive a agricultura familiar, porque 67,5% do que a agricultura familiar produz no Brasil é comprado pela indústria de alimentos.

Mas nós temos uma situação que, apesar de todos esses números – esses números tão grandes: 270 milhões de toneladas de comida, celeiro do mundo, supermercado do mundo –, o Brasil ainda enfrenta uma situação de fome. Nós temos hoje 33 milhões de pessoas que passam fome e um número ainda maior, mais expressivo, algumas pesquisas falam de 65 milhões, outras chegam até 120 milhões de pessoas que enfrentam algum grau de insegurança alimentar.

E a gente se pergunta: por que com tanto alimento, um campo forte, uma indústria forte, tem gente passando fome? O grande problema, Senador, não é que falte alimento no Brasil; é falta de acesso a esse alimento, falta de renda para ter acesso. Quando a gente fala de falta de renda, é preciso saber – são dados públicos esses – que 70% da população economicamente ativa no Brasil recebe até dois salários mínimos e compromete grande parte dessa renda, dos dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

salários mínimos, com alimentação, evidentemente. E um outro dado mais preocupante: o Brasil tem hoje a segunda maior carga tributária do mundo sobre alimento industrializado. A gente paga, em média, números da Fipe, pesquisados pela Fipe, 24,4% de imposto sobre o alimento industrializado contra 7%, que são o que os países da OCDE pagam. Então, 24,4% contra 7% já é um número que deveria chamar a atenção de que tem alguma coisa errada.

Nós acreditamos, Senador, que a reforma tributária é uma excelente oportunidade para o Brasil promover justiça social, colocando comida na mesa do brasileiro. A gente tem defendido desde o início, como Uncab (União Nacional da Cadeias Produtiva de Alimentos e Bebidas Não Alcoólicas), que a reforma tributária barateie o alimento. Qual alimento? Todos os alimentos. O alimento que você compra na feira livre, o alimento que você compra nas quitandas e o alimento que você compra no supermercado. Não tem sentido a gente pagar tão caro sendo um país que produz tanto.

E a gente acredita que o Congresso Nacional acertou e acertou muito ao criar, por exemplo, a cesta básica nacional isenta, ao criar a redução em 60% na tarifa para os alimentos. A gente sempre defendeu isso, mas infelizmente a grande maioria dos alimentos industrializados ficou na tarifa cheia. Quando a gente fala de tarifa cheia, imagina, hoje nós estamos pagando 24,4% e estamos falando talvez de 25%, 26%, que é o que se fala da taxa com risco de aumentar.

Mas, Senador, apesar dessa enorme carga tributária, a gente sabe, e é conhecido, é público, que algumas ONGs e grupos de pressão estão aqui no Senado diariamente constrangendo Parlamentares, tentando fazer com que o brasileiro pague mais caro pelo alimento que eles decidiram chamar de ultraprocessado.

Aqui é preciso esclarecer uma coisa muito importante: a indústria não ultraprocessa nada, a indústria processa a matéria-prima na quantidade exata e necessária para transformar essa matéria-prima em alimentos seguros. Quando se criou essa classificação, essa denominação de ultraprocessado, o intuito original dos pesquisadores era combater a obesidade. E a gente aplaude toda preocupação contra doenças crônicas não transmissíveis, obesidade. Isso é digno de ser aplaudido. O que não é digno de ser aplaudido é que os fatos mostram que alguma coisa está estranha nessa história, porque, por exemplo, no Brasil a gente tem que 19,7% da nossa dieta vem dos chamados ultraprocessados – 19,7% –, e nós ouvimos hoje o Ministério da Saúde falando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui que 60% da população está em sobrepeso e obesidade. Mas vamos falar só de obesidade, a obesidade é 23%. Portanto, 19,7% dos alimentos ultraprocessados e 23% de obesos. Ora, no Japão, o consumo é 38%, a dieta do japonês considera 38,2%, para ser mais exato, de alimentos ultraprocessados e tem 3,5% de obesidade. Então, eu falo: a ciência tem que funcionar aqui, ali e acolá, não pode só funcionar só aqui no Brasil, senão a gente tem que desconfiar e trazer outros dados para a gente poder discutir seriamente sobre essas coisas.

Falam: "João, espere aí! O alimento ultraprocessado tem mais de cinco ingredientes". Bom, qualquer broa caseira que você fizer tem mais de cinco ingredientes em casa. "Ah, mas tem aditivos." A broa caseira também tem um aditivo: você põe pó Royal para fazer broa. O que é pó Royal? É um fermento em pó químico, é um aditivo. Mas mais importante que isso, mais importante que isso, Senador: o uso de aditivos alimentares, não o uso indiscriminado... Todos os aditivos que a indústria usa são liberados primeiramente pela OMS.

Existe um órgão da OMS que tem mais de 70 anos de existência que é o Jecfa, que é o acrônimo para Comitê Conjunto de Especialistas em Aditivos Alimentares. São mais de 200 especialistas do mundo inteiro que liberam ou não o uso de um aditivo, e eles trabalham pesquisando o grau de inocuidade, qual seria a dose que seria inócua. E, depois que a OMS libera, a EFSA, na Europa, a FDA, nos Estados Unidos, e a Anvisa no Brasil liberariam, então, aqui nos países nossos, inclusive em qual alimento pode ser usado. Não existe um uso indiscriminado. Para citar o pó Royal, que eu comentei aqui, um fermento em pó químico, eu não posso colocar pó Royal para fazer um iogurte, porque não é necessário. A autoridade regulatória não permite, ela só permite naqueles produtos em que o uso é necessário e na quantidade exata que pode ser necessária, mantendo a inocuidade. Esse Jecfa é muito importante e é baseado só em conhecimento científico. Então, há alimento de que se fala: "Ah, tem aditivos?". Tem aditivos liberados pela OMS e pela autoridade regulatória, com padrões rígidos, porque esses aditivos são revisados toda vez que aparece um novo conhecimento sobre isso.

Vão falar também: "Ah, João, mas espere aí, o ultraprocessado tem muito sódio, muita gordura". Você nunca foi a uma feira comer pastel, pastel com garapa, por exemplo, uma feira livre? Quem não gosta? Todos nós gostamos, não estou falando contra, não, mas provavelmente você não vai encontrar nenhum alimento que tenha mais sódio e mais gordura do que aquele pastel. E, se você tomar com a garapa, a garapa tem em média 24% a 25% de açúcar, é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mais que um néctar, por exemplo, que está incluído no Imposto Seletivo. Então, Senador, quando a gente fala...

Você nunca entrou numa padaria, por exemplo, para comprar um sonho? Aquele sonho tem muita gordura, tem muito açúcar, mas "ah, não são alimentos industrializados". Opa! O problema é alimento industrializado? Então, seria um ataque contra a indústria.

Senador, essa indústria de alimentos e bebidas, com as 41 mil empresas que operam no Brasil, está investindo R$120 bilhões – nós tivemos chance de mostrar esse número ao Presidente Lula – de 2023 a 2026 em inovação, em novas plantas, em tecnologia, pesquisa, desenvolvimento. Desse total dos R$120 bilhões, R$45 bilhões são devotados à pesquisa, à inovação, ao desenvolvimento, só que tem um problema: toda vez que você usa pesquisa, inovação e desenvolvimento, os produtos que saem dali...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO BATISTA FERREIRA DORNELLAS – ... provavelmente já vão nascer com a classificação de ultraprocessados, portanto, quase como sendo um pecado.

Um bom exemplo para isso é uma pequena cooperativa de produtores de leite, que fabricam leite, leite de saquinho, por exemplo. Algum dia, eles querem aumentar o seu portfólio e falam: "Vamos fabricar requeijão". Pronto, requeijão é ultraprocessado, segundo essa classificação. "Ah, então, vamos fabricar iogurte com frutas." Também seria ultraprocessado, segundo essa classificação. "Então, vamos seguir fabricando leite, porque o brasileiro não merece comer outro tipo de produto." Esse tipo de discussão não deveria nem estar na mesa, Senador.

Outro bom exemplo seriam os produtos chamados *plant-based*. Existem pessoas que têm o direito legítimo de não querer comer carne, por exemplo. A pessoa tem o direito de não querer comer carne, mas, se ela quiser comer uma almôndega à base de soja, por exemplo, isso já entra na classificação de ultraprocessado. Apesar de que os estudos iniciais ainda são incipientes, precisa muito mais coisa, esses estudos iniciais já demonstram que esses produtos podem, sim, fazer bem...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO BATISTA FERREIRA DORNELLAS – ... para a saúde, por exemplo, na redução de colesterol e muitas outras coisas, mas esses produtos já nascem atacados pelos ultraprocessistas, pelas ONGs que não gostam e que atacam esses produtos. Evidentemente, em se comprovando o benefício desses produtos, cai por terra essa teoria – ou esvazia grande parte dessa teoria – que criou os ultraprocessados. O produto seria um ultraprocessado que faz bem para a saúde.

Senador, não é só isso. Existem vários outros estudos que já demonstram, por exemplo, que o cereal matinal e o iogurte com fruta fazem bem para a saúde. Eles são, inclusive, protetivos em relação a algumas doenças.

Quando eu falo, por exemplo, da agricultura familiar, e eu falava lá na frente, dizia que 67,5% são comprados pela indústria. Então, o senhor imagine, por exemplo, o cacau. O cacau é um caso gritante: 99% do cacau que a agricultura familiar produz no Brasil é comprado pela indústria. Essa indústria vai fazer o quê? Vai produzir chocolate, ou um achocolatado, ou um biscoito. Os três caíram na classificação de ultraprocessados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO BATISTA FERREIRAS DORNELLAS – Então, Senador, a nossa grande dificuldade – e não é nossa, da Abia, da Uncab, nem da indústria; é da ciência de alimentos do mundo inteiro – em aceitar essa classificação que criou a terminologia de ultraprocessado é porque ela é dúbia, é confusa e é muito ampla. Dentro dessa categoria, você pode ter uma balinha de abacaxi, de banana, do que você quiser, e até uma fórmula infantil que é comprada pelo SUS para salvar vida.

Nós tivemos, outro dia, aqui, numa outra audiência pública que o senhor também presidiu, uma senhora, representando o grupo das mães metabólicas, que falava: "Poxa, eu tenho dificuldade de encontrar produto para o meu filho e, quando eu compro, é muito caro". Esse produto seria considerado também um ultraprocessado, e o filho dela só pode comer aquilo. São milhares as pessoas que têm esse problema no Brasil que, então, para exercer o seu direito sagrado de se alimentar, teriam que pagar um imposto do pecado. Não faz sentido isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A gente sabe, Senador, que essas discussões estão no Senado, mas a gente acha que este é o momento de a gente discutir como é que põe comida na mesa do brasileiro, como é que põe comida na mesa desses 33 milhões ou 65 milhões de pessoas que estão com algum grau de insegurança alimentar. Não deveríamos estar discutindo aqui imposto sobre nenhum tipo de alimento – sobre nenhum tipo de alimento.

E eu vou terminar minha fala dizendo o seguinte, Senador: no Brasil, eu falava, nós pagamos 24,4% de imposto sobre alimento industrializado, contra 7% da OCDE.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO BATISTA FERREIRAS DORNELLAS – Isso já é mais do que uma prova de que imposto seletivo não exerce nenhum efeito em relação à obesidade, porque só um país do mundo – eu vou me privar de falar o nome desse país, mas é aberto –, só um país do mundo cobra mais que 24,4% sobre alimento industrializado. Nós somos a segunda maior taxa tributária do planeta. Se isso fosse efetivo, o Brasil seria um país de gente magra – de gente magra –, porque nós já pagamos muito imposto: 7% contra 24%. E quanto mais vai ser necessário?

Aí, falarão, como já foi falado aqui hoje: "Não é só a obesidade, João, também tem as doenças crônicas não transmissíveis". Se isso fosse um fato também, por pagar tanto imposto, nós teríamos a segunda população mais saudável do planeta, e a gente sabe que não é verdade.

Então, Senador, a nossa sugestão aqui é muito clara: que não se acate nenhuma medida – nenhuma medida –, nenhuma emenda que proponha a inclusão de alimentos em Imposto Seletivo e, ainda mais, que o Congresso acate aquelas medidas que pedem a suspensão, a supressão, por exemplo, da presença de bebidas açucaradas no imposto seletivo. A Emenda 434, por exemplo, é uma que fala isso. E existem várias emendas. Nós sugerimos que a bebida açucarada saia do Imposto Seletivo e que nenhum alimento entre na categoria de produtos que deveriam pagar esse imposto do pecado. Comer é um direito sagrado, não é pecado. Comer não é pecado. A gente defende, então, que não exista Imposto Seletivo para nenhum tipo de alimento.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, João.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro a presença da nossa querida Senadora Damares e passo imediatamente a palavra à representante da Oceana Brasil, Lara Iwanicki. É isso?

O SR. LARA IWANICKI (Para expor.) – Iwanicki.

Boa tarde a todos.

Quero, inicialmente, cumprimentar aqui a mesa, os demais participantes, agradecer pelo convite, Senador Izalci, e parabenizá-lo também, Senador, pela liderança nesse grupo de trabalho, nessa discussão tão importante.

É muito bom ver, aqui, a Comissão cheia para trabalhar e discutir um tema tão importante quanto o Imposto Seletivo. A gente vê com muitos bons olhos a inclusão desse imposto visando à redução do consumo de itens que prejudicam o meio ambiente e a saúde humana. Isso é superimportante de incluir.

Eu sou a Lara, sou representante aqui da Oceana Brasil. A Oceana, para quem não conhece, é uma organização do terceiro setor que trabalha com políticas públicas para o ambiente costeiro e marinho. Nós não trabalhamos só para o meio ambiente, mas para as pessoas que dependem desses ecossistemas, então, pescadores, setor de turismo e os brasileiros que gostam de usufruir desse ecossistema de uma forma limpa e organizada. Então, a Oceana se dedica, por meio de campanhas de *advocacy*, a garantir subsistência para pescadores artesanais e a qualidade ambiental desse ecossistema.

E, diferente um pouco aqui do caminho da maioria dos participantes, nós viemos, na verdade, defender a inclusão de mais um item dentro do Imposto Seletivo, que faltou, e a gente considera super relevante, que é a inclusão do plástico de uso único. O plástico – e fui precedida aqui pela representante do Ministério da Saúde, que já trouxe um pouco da questão do microplástico, do impacto das embalagens que embalam principalmente os ultraprocessados, mas também os plásticos descartáveis – é tema de uma discussão global, uma discussão que a gente vem fazendo também no Brasil, que precisa também estar em sintonia com a reforma tributária.

O plástico é um material bastante importante. Nós fazemos um recorte aqui muito específico, que é para essa categoria que a gente chama de uso único ou descartável, que é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produção de itens que são para consumo e descarte imediato e que, portanto, geram um volume muito grande de resíduos que não é gerenciado, que não é reciclado e que gera uma série de impactos para o ecossistema e para a saúde humana.

Esses impactos vêm sendo documentados desde a década de 70. A Oceana vem publicando relatórios, trabalhando com cientistas para documentar qual é a responsabilidade do Brasil e qual é o volume dessa poluição no nosso país. São 325 mil toneladas de contribuição do nosso país para a poluição marinha. Nós temos, antes da poluição marinha, também uma poluição terrestre, uma poluição por rios, e isso impacta comunidades ribeirinhas, isso impacta diversos setores.

Então, o impacto ambiental já está muito bem consolidado, não só na ciência, mas no nosso cotidiano já está muito visível. Nós temos poluição por plástico em todas as praias do Brasil e temos um impacto em nível ecossistêmico, em nível de biodiversidade bastante sério, desde o microscópico zooplâncton até a baleia. Então, a gente tem um impacto muito grande na cadeia alimentar e isso chega também para o consumo humano. Algumas pesquisas brasileiras mostraram o consumo de microplásticos por peixes comerciais, são peixes que chegam no nosso prato, e isso chega depois no corpo humano.

A ciência tem evidenciado cada vez mais a presença de microplásticos em órgãos vitais do corpo humano, então nós temos evidências de microplásticos no pulmão humano, no cérebro, no coração, na placenta, no sêmen, no feto. E a pesquisa mais recente que encontrou microplástico nas artérias também demonstrou aumento de risco de infarto e AVC. Então, já não é mais um recorte de um impacto ambiental, ele é também um recorte e um impacto para a saúde humana bastante severo.

A gente fala aqui da presença de microplásticos no cérebro humano – essa é uma pesquisa brasileira de duas semanas atrás – e também dos produtos químicos que são associados aos produtos plásticos. Nós temos produtos que a gente chama de disruptores endócrinos: ftalatos, bisfenol A, entre outros que geram câncer, que geram uma série de problemas hormonais. Esses são produtos químicos que estão presentes nesses plásticos de uso único e que também geram um impacto bastante grave para a saúde humana.

Um estudo recente também mostrou que cada pessoa consome entre 74 mil a 121 mil partículas de microplástico por ano; então, isso está circulando no nosso corpo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ciência tem mostrado cada vez mais o impacto, o efeito disso, crônico, para a nossa saúde, e tanto a questão ambiental quanto a questão da saúde classificam o plástico de uso único como um candidato à inclusão no Imposto Seletivo.

Para além do impacto ambiental e para a saúde humana, nós também temos um impacto socioeconômico, porque essa é uma poluição que onera os municípios. Nós acabamos de ter eleições municipais. Os municípios vão ter que olhar para isso. Completamos 14 anos de Política Nacional de Resíduos Sólidos com 3 mil lixões a céu aberto sem nenhuma política pública que enderece esse problema – nenhuma política pública.

Nós não temos o decreto de logística reversa de plásticos publicado. O Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar é de 2022, está em processo de atualização, mas basicamente não tem orçamento para executar limpeza de praias, o que nem deveria ser política pública em nível de Governo. Nós temos algumas cidades que proíbem ou sacola ou canudo ou copo de uma forma isolada, mas nós não temos nem no Executivo, nem no Legislativo política pública que enderece esse problema. Então, a reforma tributária é uma oportunidade para a gente olhar para isso.

O impacto socioeconômico está principalmente no gerenciamento de resíduos sólidos. É um custo para as cooperativas – 40% do que é triado numa cooperativa de reciclagem é rejeito e 95% disso é plástico de uso único. A gente está falando aqui de sacolas, isopores, embalagens multicamadas que embalam principalmente os produtos ultraprocessados, que não têm reciclabilidade e são custo para a cooperativa. E quem paga essa conta é quem está na ponta, e não quem está produzindo a embalagem.

O setor de turismo e o setor de pesca também arcam com o custo dessa poluição. Um estudo recente também mostrou que esse é um prejuízo econômico de US$100 bilhões por ano. Então, é uma externalidade negativa que não está sendo absorvida pelo setor produtivo, e é por isso que a gente precisa considerar esse item dentro do Imposto Seletivo.

Esse é um tema que está tão permanente, não só na mídia, mas por conta do tamanho do impacto que tem, que despertou no ano passado a negociação de um tratado global contra a poluição plástica. A Oceana tem participado disso presencialmente, e a última reunião, prevista, Senador, para novembro agora, será sobre um acordo que é juridicamente vinculante e vai tratar da produção de polímeros, aditivos químicos, produtos plásticos de uso único. Então, todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

países vão ter que olhar para isso, principalmente aqueles que não têm legislação sobre isso, como é o caso do Brasil.

A gente vem trazendo este debate também para o Congresso Nacional. Nós temos um projeto de lei, construído com uma série de setores da sociedade, indústrias que produzem material alternativo a plástico, catadores, pescadores, sociedade civil, que é o PL 2.524. O PL está aqui na CAE, com a Relatoria do Senador Otto Alencar. Estou vendo a Senadora Damares aqui. A Senadora presidiu uma audiência pública de cinco horas, belíssima, na Comissão de Ações Sociais, que resultou inclusive na aprovação desse projeto lá. E esse é um projeto que pretende, então, colocar o Brasil onde ele já deveria estar com relação a essa poluição e a esse problema.

Quando a gente olha para o mundo, vários países já implementaram legislação de redução da produção de plásticos, mas muitos países – isso é bem interessante – implementaram taxação desses itens plásticos, principalmente sacolas plásticas, itens descartáveis e, em alguns casos, embalagens também não recicláveis.

Então, nós temos, em azul aqui, a maior parte dos países – a gente vê um recorte que vai de países desenvolvidos aos em desenvolvimento – e, em roxo, os países que têm...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LARA IWANICKI – ... taxas já implementadas; são taxas sobre produtos e que geram uma série de benefícios para os países que já implementaram isso.

O primeiro deles é a redução significativa do consumo de plásticos, então, justamente atinge o objetivo que pretende o Imposto Seletivo, que é o de se desincentivar esse consumo.

Houve aumento nas taxas de reciclagem. Por quê? As taxas nos países como, por exemplo, o Reino Unido e a África do Sul, resultaram num fundo, Senador, que foi o de promover a matéria-prima reciclável, e desenvolveu inovação, tecnologia e substituiu essas embalagens por embalagens recicláveis. Então, teve um aumento na arrecadação bastante significativo e que foi destinado para isso também.

Houve o desenvolvimento de novos mercados e empregos verdes, então, tem um potencial enorme para a substituição de itens plásticos descartáveis – lembrando que o plástico é um item

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fóssil, ele não se biodegrada e a maior parte dele não se recicla. Então, ele é um custo; ele gera uma série de externalidades negativas e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LARA IWANICKI – ... ele pode ser substituído por matéria-prima mais reciclável, reutilizável e mais sustentável.

Enfim, houve um alívio fiscal para esses governos, principalmente com relação ao gerenciamento de resíduos, e maior conscientização e mudança de comportamento do consumidor a partir do momento em que você dá para o consumidor a opção de escolha; e essa é justamente a proposta aqui.

O que a gente vê de oportunidades, Senador... E sei que o Senador também é autor de um projeto de lei, que também está aqui na CAE, sobre as sacolas plásticas, com relatoria do Senador Esperidião Amin, que defendeu, inclusive, o aumento do escopo, não só para sacolas, mas também para outros itens. Isso conversa bastante com o que a gente está discutindo aqui.

E as oportunidades que a gente vê... Primeiro, na verdade, uma observação: a gente não está falando de todos os plásticos. O plástico tem um benefício para a sociedade, mas o plástico de uso único, descartável, precisa ser tributado e desincentivado.

Redução de custos com essas externalidades negativas: quem está pagando essa conta é o consumidor e é quem está na ponta, então a gente precisa reduzir essas externalidades negativas.

Inovação e fomento à bioeconomia: o Brasil talvez seja o país com a melhor condição para promover essa substituição com embalagens compostáveis, com materiais que sejam mais recicláveis. Nós temos indústrias muito bem consolidadas de vidro, de alumínio, de outros metais, papel e celulose; indústrias de compostáveis estão recebendo cada vez mais investimento. Então, isso também significa emprego, renda, PIB, arrecadação. Mas a gente precisa fazer com que esses materiais sejam competitivos, e hoje esses materiais não são competitivos. O subsídio que a gente dá, como país, para a indústria petroquímica, que produz plástico, é de R$250 bilhões por ano.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LARA IWANICKI – Então, isso torna esse produto muito mais barato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que a gente aceita subsidiar uma indústria que gera um produto absurdamente poluente, que prejudica nossa saúde? A gente está pagando isso com dinheiro de imposto e não está equilibrando isso, dando ao consumidor a opção de escolha.

Um dos maiores discursos das indústrias é: o consumidor precisa fazer consumo consciente. O consumidor precisa fazer um consumo consciente democrático, e, para isso, essas alternativas precisam estar a um custo acessível. A gente não quer onerar o consumidor; a gente quer proteger o consumidor. Mas, para isso, a gente precisa equilibrar essa carga tributária também para quem está produzindo esses materiais que são muito mais interessantes e geram muito mais atrativos, Senador.

A gente vai passar por uma transição energética nos próximos anos e a gente precisa também fazer uma transição para descarbonizar esse setor de embalagens, de produtos plásticos, fomentar a economia verde, fomentar a bioeconomia e fomentar a economia circular.

Então, com isso, eu encerro – já passei bastante aqui na minha fala – defendendo a inclusão do plástico de uso único no Imposto Seletivo para desincentivar esse consumo, sobretudo daqueles itens que não são descartáveis.

Essa é uma demanda que faz parte de um manifesto que a gente vai lançar na próxima semana, com mais uma série de organizações que defendem outros pleitos para além do plástico de uso único. E quero entregar aqui, também, para o Senador, uma proposta de emenda, junto com uma nota técnica, que justifica essa emenda como contribuição para o grupo de trabalho.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Lara.

Passo imediatamente, então, ao Beto Pinheiro, que é o Presidente da Abrasel no DF.

O SR. BETO PINHEIRO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

A Abrasel é a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes. Recebemos o convite através do nosso Presidente Nacional, Paulo Solmucci, que não pôde estar aqui presente hoje e pediu que eu viesse aqui representá-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer ao Senador Izalci pelo convite e parabenizá-lo pela condução dos trabalhos, em que tem realmente se dedicado bastante a esse tema. Eu tive a oportunidade de ouvir a palestra recentemente lá no Lide, que foi bastante esclarecedora.

Cumprimento toda a mesa, todos os participantes, e quero cumprimentar também a presença da Senadora Damares, que é uma querida amiga aqui do nosso Distrito Federal.

Por que a Associação de Bares e Restaurantes quer falar, quer conversar e quer participar de um debate sobre o Imposto Seletivo? É porque todos os produtos que estão dentro dessa cadeia, que chegam aos nossos restaurantes para poderem ser consumidos e vendidos, obviamente vão sofrer impacto nos seus preços, e obviamente pode ter um aumento da inflação em cima desses produtos por causa do Imposto Seletivo. Então, a gente entende que é importante a gente acompanhar todas as regras de tributação em cima de alimentos e bebidas, porque, para alimentos e bebidas, aumentando o preço nos restaurantes, obviamente a população vai perdendo a capacidade de pagamento e a capacidade de consumo nas nossas empresas.

É importante eu, no início desta fala, já apresentar aqui para vocês uma situação que é bastante preocupante para o nosso setor: por exemplo, a pesquisa que a gente rodou agora, no mês de setembro, Senador, demonstra que 27% do nosso setor está operando com prejuízo. Esse número é assustador. Na hora em que a gente, como Presidente da entidade que representa o setor, verifica que 27% do setor está operando com prejuízo... Isso realmente nos preocupou bastante, e obviamente a gente tem que trabalhar para reverter essa situação. Além disso, 37% estão andando em equilíbrio econômico, ou seja, isso quer dizer que estão andando de lado; 37% estão andando de lado. E o que restou do nosso setor, operando com lucro? São 36% do nosso setor operando com lucro.

Então, realmente, Senador, a gente precisa trazer essa reflexão para a reforma tributária, à qual a Abrasel é favorável. A gente acredita que existe, sim, esse espaço de melhorar o nosso regime tributário, trazendo uma simplificação de todo esse processo, trazendo a neutralidade, que é princípio básico, a não cumulatividade. Então, a reforma tem princípios, desde a sua origem, que a gente gostaria de reforçar, neste debate, que precisam ser mantidos.

Em relação aos alimentos e bebidas, ao que já foi apresentado aqui, a gente sugere que sejam seguidos – como já foi feito na Câmara Federal – os modelos internacionais bem-sucedidos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou seja, a gente acredita que os modelos internacionais que têm sido praticados na grande maioria dos países e que têm funcionado bem podem ser uma boa referência, como o próprio modelo do IVA dual, que é praticado em vários países, tem funcionado bem e a gente está trazendo para cá. Assim, a gente entende a que esses modelos pode ser dada continuidade aqui no nosso país.

A gente tem, por exemplo, o que já foi debatido, na mesa anterior: a questão das bebidas alcoólicas. Bebida alcoólica a gente sabe que sempre teve Imposto Seletivo e vai continuar tendo. Então, a gente entende, como foi dito pelo colega Márcio Maciel e os demais, que vai ter o imposto, mas que a gente precisa ter cuidado com essas premissas, para poder não errar a mão na hora de calibrar isso e acabar realmente prejudicando setores importantes, como o setor de bares e restaurantes, o setor de supermercados, como foi dito pelo colega João Batista, as feiras. Enfim, com alimento e bebidas, a gente tem que ter cuidado, para não perder a mão nessa taxação e realmente acabar dando um remédio que não vai resolver o problema.

Então, a Abrasel concorda com o colega João Batista quando ele fala que tem que ter cuidado para não adotar medidas que não tiveram comprovadas a sua eficácia em outros países. Tem modelos que foram aplicados em outros países, para poder trazer uma solução que, na prática, não veio. Eu posso citar aqui, por exemplo, o México. Foi adotada uma medida no México, para poder combater a obesidade com alguns alimentos, e essa questão da saúde pública não veio com essa medida.

Então, a questão da saúde é muito ampla, é muito complexa e, obviamente, é multifatorial. São várias coisas envolvidas. Nós temos, obviamente, a decisão da pessoa do que vai comer, de que ela precisa fazer atividade física. Como disse o João, o Brasil era para estar com a saúde muito melhor do que está hoje. Então, é muito mais uma questão realmente de consciência e de educação sobre o que tem que ser feito para poder cuidar da saúde.

Eu também não vou me estender muito, mas, por fim, eu queria citar aqui a questão das bebidas açucaradas. É interessante você pensar que o açúcar está na cesta básica como um item zerado.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO PINHEIRO – Aí, quando eu pego esse açúcar e coloco em algum outro líquido, agora esse líquido virou o vilão. Então, para mim, no mínimo, isso é incoerente. Não faz sentido, na nossa maneira de pensar, que eu pego o açúcar, jogo dentro de uma bebida, qualquer que seja, pode ser um suco, pode ser um refrigerante, pode ser um chá, e aí aquele produto virou um vilão e saiu de zero para o imposto do pecado.

Então, é um pedido. Eu acho que tem muita coisa que está bem encaminhada, mas a esta Casa, como a Casa revisora do Congresso Federal, o pedido que eu gostaria de deixar, neste debate, é que as bebidas açucaradas – também como foi feito pelo João Batista – saiam desse Imposto Seletivo e que não tenha essa cobrança adicional.

Eu encerro aqui.

Muito obrigado e boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Beto.

Eu agradeço aqui ao Felipe e ao João Batista pela exposição.

Vou chamar, porque ficou ainda fora da mesa, o Renato Matos, que é da Associação dos Produtores de Charutos Artesanais do Brasil. (*Pausa.*)

Já passo, imediatamente, a palavra para o Edson, Presidente-Executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial.

O SR. EDSON VISMONA (Para expor.) – Boa tarde.

Gostaria de cumprimentar o Sr. Senador Izalci e a Senadora Damares, e parabenizá-lo, Sr. Senador, pela oportunidade que nos dá, a todos que participaram aqui desta importante audiência pública, de tratar algo fundamental para o nosso futuro. Nós brasileiros muitas vezes – e nós sabemos disso – perdemos grandes oportunidades de estimular o nosso desenvolvimento. Com certeza, a questão da reforma tributária se insere nesse processo. Nós precisamos aproveitar esta oportunidade para fortalecer estruturalmente o nosso país.

E aqui eu apresento rapidamente o meu instituto, o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco). Nós não representamos nenhum setor específico, representamos uma causa que entendemos importante nesse aspecto de fortalecer estruturalmente este país, que é a ética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos fortalecer relações éticas não só entre as pessoas, mas também entre as corporações.

E tenho por obrigação porque temos desenvolvido estudos desde 2003... O Etco tem 21 anos, e apresentamos vários estudos que incentivaram propostas importantes, como da transação tributária, da defesa do contribuinte, que está em discussão aqui, com a relatoria do Senador Efraim Filho. Enfim, várias iniciativas tivemos para fortalecer essa proposta de termos uma reforma tributária equilibrada, simples e que fortaleça os setores produtivos, o desenvolvimento, a geração de empregos e de investimentos.

E eu vou tratar aqui, Sr. Senador, de um tema que não é muito agradável, não foi apresentado aqui por nenhum dos outros setores, mas me parece extremamente importante. A sociedade brasileira enfrenta o crescimento do mercado ilegal em diversos setores. Nós tivemos, no ano passado, prejuízos pelo mercado ilegal de R$441 bilhões. Setores como bebidas, combustíveis e cigarros são duramente afetados, mas também vestuário, brinquedos, TV por assinatura, perfumes, cosméticos, defensivos agrícolas, são todos os setores duramente afetados, mais de 50 nós temos mapeados que são duramente afetados pelo mercado ilegal. E aí vem a parte mais perversa desse processo: quem está ocupando esse espaço do mercado ilegal no Brasil, de bilhões, são as organizações criminosas e as milícias.

Nós tivemos hoje uma operação, uma importante operação realizada pela integração da Receita Federal, Polícia Federal e Ministério do Trabalho, desbaratando uma estrutura criminosa na fabricação clandestina de cigarros dentro do Brasil – R$1,5 bilhão de reais, só essa organização criminosa foi apontada hoje como movimentando essa estrutura, utilizando inclusive trabalho análogo à escravidão.

Essa é a dimensão do mercado ilegal que nos preocupa. E por que nós estamos aqui discutindo reforma tributária e trazendo essa questão das organizações criminosas e milícias, que estão duramente afetando a nossa segurança pública, ponto primordial hoje apontado pela nossa sociedade como algo extremamente preocupante? Porque as organizações criminosas, ocupando esse espaço, têm um viés claramente econômico: gerar lucro, lucro fácil, baixo risco. Quando uma organização criminosa e uma milícia ocupam esse espaço, elas não pagam imposto, essa é a grande vantagem econômica, é fator econômico criminoso. E, não pagando imposto, oferecem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produto com um preço mais barato. Aí vem a questão da demanda, tratando esta questão econômica, oferta e demanda. Na oferta, eles cumprem esse espaço, oferecem produtos mais baratos porque não pagam nada de imposto. E aí a demanda é atraída.

Nós temos pesquisas da Fecomércio do Rio de Janeiro mostrando exatamente isso. O consumidor é perguntado: "Por que você compra produto ilegal?". "Porque é mais barato", ele responde. "Por que é mais barato?". E ele também responde: "Porque não paga imposto". E aí a questão da demanda tem que ser tratada com muita objetividade, sem grandes emoções. É um fato econômico de que nós precisamos tratar.

O que nós temos visto, e é essa a nossa preocupação, é que a almejada neutralidade da carga tributária no Brasil – este seria um princípio: não haver aumento da carga tributária, um princípio colocado desde os primeiros debates da reforma tributária –, infelizmente me parece que não vai ser cumprida. Ao mesmo tempo, a questão da simplificação, do combate ao contencioso... As questões estão sendo colocadas e estão sendo mais complexas.

Nesse processo, enfrento o tema da nossa audiência: o Imposto Seletivo. Sr. Senador, se o Imposto Seletivo, que onerará alguns setores aqui apresentados, representar uma afronta a esse princípio da neutralidade, nós teremos aí um incentivo imediato ao crescimento do mercado ilegal no Brasil, à operação das organizações criminosas e das milícias. Veja, os setores aqui apontados já têm uma carga tributária elevada. Eu uso o exemplo dos cigarros: de 70%, talvez 75% com o último aumento que teve de IPI, a 90%, dependendo do ICMS. Ora, não é uma carga tributária desprezível, ao contrário, é bem elevada! Então, já está cumprindo um papel essa carga tributária, que nós já enfrentamos aqui. O mesmo se pode falar de bebidas e até de combustíveis, a carga tributária já é elevada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDSON VISMONA – Se esse Imposto Seletivo representar um aumento ainda maior dessa carga tributária, nós vamos ter um efeito inverso, Sr. Senador. Eu garanto isso. Os fatos demonstram, nós já tivemos isso lá atrás, e a história demonstrou. Se houver um aumento da carga tributária via Imposto Seletivo, não vai aumentar a arrecadação, como foi apresentado aqui pela nobre representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Não vai aumentar a arrecadação, porque o ilegal vai ocupar esse espaço e o ilegal não paga nada de imposto. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também não vai ser verdade que diminuirá o consumo. Vai diminuir o consumo do legal, mas vai ampliar claramente o do ilegal. Eu faço essa ressalva, que é importantíssima!

Se o Imposto Seletivo é criado para diminuir o consumo de alguns produtos e, por um outro efeito, também aumentar a arrecadação, que é a questão da extrafiscalidade, esse objetivo não será alcançado. Eu sou taxativo em afirmar isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDSON VISMONA – Não será alcançado. Nós teremos a diminuição do consumo do legal, que paga imposto, e o aumento do consumo do ilegal, e esse não paga nada de imposto. Essa perversão é que está ínsita a essa questão do Imposto Seletivo e que eu preciso trazer aqui para os senhores com uma certa veemência, porque é algo que está realmente despertando a atenção de toda a sociedade. Quem vai ocupar esse espaço é o ilegal, quem vai ocupar esse espaço são as organizações criminosas, são as milícias. E também tem essa questão envolvendo a nossa segurança pública, além da defesa do consumidor, da questão da sonegação e do desenvolvimento econômico dos setores que aqui investem.

Por isso, Sr. Senador, nossa proposta é que haja um equilíbrio, preservando a neutralidade proposta inicialmente pela reforma tributária, para que nós não tenhamos uma distorção que irá afetar duramente os setores envolvidos, que já são altamente tributados, mas também a nossa segurança pública, porque as organizações criminosas e milícias ocuparão esse espaço com certeza.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDSON VISMONA – Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Edson.

Passo... Aliás, antes de passar para o Renato, tem a Dayane. A Dayane acho que está aí no virtual já há algum tempo.

Dayane. (*Falha no áudio.*)

Dayane... (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dayane... (*Falha no áudio.*)

Contacte a Dayane para mim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, provavelmente.

Dayane, seu microfone está fechado. Não está aparecendo a sua imagem aqui. O vídeo só tem áudio.

Enquanto ajustam isso aí, vou passar para o Renato fazer também as suas considerações. O Renato é da Associação dos Produtores de Charutos Artesanais do Brasil.

Renato.

O SR. RENATO MATOS ROLL (Para expor.) – Boa tarde.

Obrigado, Senador. É um prazer estar aqui novamente debatendo a reforma tributária com todos.

Cumprimento aqui meus colegas de mesa e os demais debatedores que estão aqui também nos acompanhando.

Hoje eu tenho a honra de estar aqui representando a Associação dos Produtores de Charutos Artesanais do Brasil, uma entidade que reúne os principais produtores, as principais empresas do setor de charutos artesanais aqui no país, representando cerca de 85% dessa produção, com foco na excelência e na tradição da manufatura aqui no país, sempre buscando reconhecimento da valorização desse produto, que é único no mercado internacional, garantindo a sustentabilidade a longo prazo dessa produção aqui no Brasil, que é uma produção que traz consigo um grande apelo cultural também. Os charutos brasileiros, particularmente aqueles produzidos no Recôncavo Baiano, têm uma visão, uma visibilidade no mercado internacional muito grande e são muito valorizados. E é isto que essa entidade busca: valorizar e também crescer essa produção aqui no país.

A criação da Apcab justamente vem num momento em que a entidade entendeu, e esses produtores entenderam, a necessidade urgente de diferenciar esse produto dos demais produtos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

derivados de tabaco e seus sucedâneos, como os próprios charutos não artesanais aqui no país, porque há uma percepção de que há uma falta de compreensão, uma falta da compreensão adequada dos seus processos produtivos e também dos seus padrões de consumo, perfil de consumidores, que vêm impactando negativamente essa produção aqui no Brasil, inclusive do ponto de vista não só tributário, mas também regulatório.

E aqui é importante a gente esclarecer, e eu leio aqui, qual é a consideração internacional do que é um charuto artesanal. É aquele que é envolto em folhas inteiras de tabaco, contém capote 100% de folhas de tabaco, contém pelo menos 50% do tabaco *long filler,* é feito à mão, é enrolado à mão, ou seja, não é industrializado, tem apenas ferramentas simples, não possui filtro, ponta ou bocal que não seja o próprio tabaco, não tem nenhum sabor caracterizante que não seja o do tabaco. E aqui é importante: contém então apenas tabaco, água, cola vegetal sem nenhum ingrediente ou aditivo, pesando então mais do que 2,73g por mil unidades, ou seja, é um produto que é produzido da mesma forma há séculos, uma tradição aqui no Brasil também secular e, como eu disse antes, reconhecido internacionalmente. Com uma grande preocupação dessa tradição das charuteiras, tem um componente de mão de obra local muito forte também, como disse especialmente aqui essa tradição concentrada hoje, mas não exclusiva, na Bahia, ali no Recôncavo Baiano, e tem, apesar da sua grande diversidade de tamanhos e tipos de produtos, uma produção de volume limitado, garantindo essa exclusividade desse produto que a gente tem hoje.

E qual é o pleito da entidade perante a questão do Imposto Seletivo dentro da reforma tributária? Observando aqui, acompanhando tudo que os demais colegas já trouxeram com relação à característica do Imposto Seletivo e seu objetivo, a gente traz aqui um ponto específico que é: ele tem o condão de desencorajar o consumo daqueles produtos que teriam um impacto maior ao meio ambiente e à saúde.

Então, nesse sentido, observando as características que eu citei e alguns detalhes a mais que vou colocar, a Apcab sustenta que o Imposto Seletivo aplicado aos produtos fumígenos precisa também prever a diferenciação com relação ao impacto na saúde humana e no sistema de saúde público, de maneira que essa possibilidade possa ser discutida na fase seguinte, quando a gente estiver tratando especificamente do Imposto Seletivo, e não nessas diretrizes gerais que são trazidas agora. Essa previsão, Senador, inclusive, já foi apresentada também junto ao seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gabinete, essa sugestão de emenda, e pode ser feita por meio de uma complementação da redação do §3º do art. 406, que trata da previsão de lei ordinária que poderá estabelecer alíquotas específicas para os demais produtos fumígenos que não estão na NCM 2402.

E aqui é importante a gente lembrar novamente que é um produto que é feito... Bom, é uma produção artesanal feita apenas de tabaco, água e cola vegetal, sem nenhum outro tipo de aditivo. O seu consumo é atípico, incomum e infrequente, ocorrendo apenas em pequenas quantidades, e caracterizado por uma prática de não inalar. Isso vem trazendo, dentro desse contexto, pesquisas recentes internacionais que mostram que esse consumo, que é extremamente limitado e reservado a ocasiões especiais, restrito, que tem um perfil distinto, geralmente de adultos, mais velhos, com educação superior e situação econômica estável, traz um impacto adverso na saúde dessas pessoas e também no sistema de saúde público muito pequeno.

Então, diante dessas características que são realmente muito diferentes das dos demais produtos derivados de tabaco, fumígenos derivados de tabaco, é que a gente pede, Senador, que essa alteração no §3º do art. 406 venha a ocorrer, para que a gente possa ter, no momento da discussão efetiva sobre o Imposto Seletivo, essa possibilidade de diferenciar aqueles produtos derivados de tabaco que têm um menor impacto na saúde humana, dessa forma, desincentivando os demais e mantendo essa diferença, que é efetiva no dia a dia do seu consumo.

Sendo isso o que eu tinha para apresentar, agradeço demais. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Renato.

Vou passar imediatamente à Dayane Lima, que é a Coordenadora do Comitê Técnico Tributário da Associação de Comércio Exterior do Brasil.

A SRA. DAYANE LIMA (*Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos. Vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim.

A SRA. DAYANE LIMA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Perfeito.

Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu quero, em nome da Associação de Comércio Exterior do Brasil, mais uma vez, agradecer a oportunidade de participarmos desta audiência, especialmente por envolver um tema que impacta tão significativamente algo que é caro para o Brasil, que é a sua competitividade no mercado internacional.

De forma bastante objetiva, a AEB traz aqui, hoje, dois pontos em relação ao Imposto Seletivo no PLP 68, que são pontos que precisam da mais absoluta atenção desta Casa.

O primeiro deles diz respeito à não incidência do Imposto Seletivo nas exportações. Na audiência pública de ontem, esse tema foi brevemente comentado; hoje também foi mencionado por alguns colegas que me antecederam. E nós aqui, então, queremos enfatizar essa mensagem, no sentido de que o Brasil não pode continuar exportando imposto e perdendo competitividade no mercado internacional. Um país que, em décadas passadas, detinha um papel de protagonista, chegando a exportar mais do que os países que hoje são os nossos grandes concorrentes, atualmente amarga uma participação de pouco mais de 1% quando se fala de exportações no cenário mundial.

Definitivamente, nós precisamos melhorar, e muito, e essa melhora certamente não virá por meio da criação de um novo resíduo tributário que, caso, de fato, alcance as exportações, vai inevitavelmente onerar os bens e os produtos nacionais.

Então, feita essa contextualização, eu gostaria de enfatizar aos senhores e às senhoras o seguinte: qual é o espírito da reforma tributária no contexto do comércio exterior? Essa resposta está lá na exposição de motivos da PEC 45: pela completa desoneração das exportações brasileiras, para trazer maior competitividade para o setor produtivo nacional.

O que ficou, ao final, então, quando a PEC 45 foi aprovada e a Emenda Constitucional 132 ficou estabelecida? O que ficou estabelecido no texto? Está lá no art. 153, §6º, inciso I, da Constituição a premissa fincada para as exportações no que diz respeito ao Seletivo, sob a análise do Seletivo: não haverá incidência do Seletivo nas exportações. Essa é a premissa estabelecida pelo legislador constitucional e que deve ser observada na regulamentação do tema pelo PLP 68.

Existe, no texto constitucional, alguma ressalva com relação a essa premissa de não incidência do Seletivo nas exportações? Absolutamente, não. O inciso VII desse mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispositivo – §6º, do art. 153 –, que vai dizer que o Seletivo, na extração, vai incidir, independentemente da destinação, em uma alíquota de até 1%, não está falando de uma destinação geográfica daquele bem extraído, porque a premissa geográfica foi estabelecida no inciso I – não há Seletivo nas exportações.

Então, que destinação é essa de que o inciso VII está falando? Ele está falando de uma destinação de uso desse bem extraído. Nós estamos falando aqui de destinação como finalidade daquele produto, se para industrialização, se para comercialização, por exemplo. Há diversos exemplos na legislação tributária nesse sentido quando se fala em destinação de determinados produtos.

Então, construir uma narrativa de que esse dispositivo constitucional específico da extração deixou aberta uma possibilidade de relativização da imunidade constitucional das exportações vai totalmente na contramão do espírito da reforma para o comércio exterior. Isso é perda de competitividade para o Brasil. Isso é andar para trás. E não há sequer um paralelo mundial de tributação nas exportações para o Seletivo que se encaixe nessa hipótese que nós estamos aqui, nesta oportunidade, combatendo.

E eu vou inclusive além: ainda que fosse o caso, dadas as circunstâncias, em função de todo o cenário que eu comentei sobre a perda de protagonismo do Brasil – no último relatório divulgado pela OMC, o Brasil amarga a 24ª posição dos maiores exportadores mundiais –, não me parece que, caso existisse esse paralelo, seria exatamente uma cópia que nós devêssemos, então, almejar.

Objetivamente, o que nós propomos de mudança. no texto do PLP 68. é a supressão do art. 397, tal como reproduzido no eslaide que nós disponibilizamos e que faz parte do material que nós deixamos à disposição dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, para que não haja o alcance do Seletivo nas exportações.

Qual é a implicação prática, caso prevaleça essa interpretação de que o Seletivo poderia, sim, alcançar produtos exportados? A implicação prática é a judicialização; é você ter uma regulamentação da reforma tributária nascendo já com um novo *leading case* para se discutir no Supremo. Então, seria algo absolutamente lamentável e que nós entendemos que deve ser evitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o nosso último ponto com relação ao Seletivo seria a inclusão do imposto nos regimes aduaneiros especiais. O PLP 68 caminhou bem ao garantir a manutenção integral dos regimes aduaneiros especiais; eles são absolutamente fundamentais para a própria subsistência do setor exportador, para resguardar a competitividade dos produtos e serviços nacionais. Em resumo, parte desses regimes garante aos exportadores a suspensão dos tributos nas aquisições de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, justamente porque a saída do produto final não é tributada. Então, você tem ali a suspensão dos tributos nessas aquisições pelos exportadores, justamente para diminuir o acúmulo de créditos tributários na cadeia, trazendo, então, um fôlego de caixa para o exportador, para que ele tenha a melhor condição de competir lá fora.

Então, o PLP 68 incluiu o IBS e a CBS nesses regimes aduaneiros, a exemplo do *drawback*, do Recof, e de outros, mas o Imposto Seletivo ficou de fora. Então, a AEB apresenta uma sugestão de ajuste no PLP 68 nesse sentido, de modo que o Imposto Seletivo também seja inserido, também seja considerado nesses regimes aduaneiros especiais que eu mencionei.

Nós, mais uma vez, agradecemos a oportunidade em função do tempo. Quero agradecer imensamente a atenção de todos, e o nosso material está à disposição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Dayane.

Bem, ontem acabou que não deu nem para ler as perguntas e comentários, vou aproveitar e ler hoje, os de hoje e os de ontem.

O Lucas, de Rondônia, pergunta: “A reforma trará diferenciação [no imposto sobre] combustíveis com menor impacto ambiental?”.

É o que nós estamos discutindo aqui: o Imposto Seletivo.

O Luciano, do Paraná: “Por que não abaixar a alíquota dos impostos que incidem sobre combustíveis (gasolina, etanol, diesel e gás) para 1%?”.

O pessoal aqui quer aumentar um pouquinho, não é? (*Risos.*)

Reduzir aqui não é uma palavra muito aceita nessa discussão, mas tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Gustavo, do Pará, fala que, segundo o Núcleo – viu, João Batista? Esta aqui é para você – de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo, os alimentos ultraprocessados estão associados a 57 mil mortes anuais, e pergunta: "Por que o Imposto Seletivo não [os abrange] [...]?". Já foi explicado isso aqui, na audiência pública; o João Batista falou sobre isso.

O Rodrigo, do Rio Grande do Sul: "Quais critérios serão adotados para definir os produtos que estarão sujeitos ao Imposto Seletivo na nova reforma tributária?". Bem, já foi estabelecido no PL 68, e agora estamos discutindo aqui se será colocada mais algum, se será retirada, quem sai, quem entra... É o que está sendo discutido aqui, na Comissão.

O João, de Santa Catarina: "[Qual o impacto, em números, dessa medida] [...] na saúde pública e na arrecadação estatal?". No discurso, era para não aumentar nada, era para ser neutro, mas é o que a gente está ainda debatendo.

O Eduardo, do Acre: "Por que [...] [as soluções só se resumem a] aumentar impostos? Muitos desistiram de fumar com a campanha [...] [antifumo na década de] 80".

E há um comentário aqui do Marcos, daqui, do Distrito Federal: "Se não acompanhado de medidas socioeconômicas mitigadoras, o ônus do Imposto Seletivo recairá desproporcionalmente sobre os mais pobres". É o comentário.

O Irnac, de Minas Gerais: "Como a reforma tributária afetará diferentes faixas de renda da população sobre o consumo nas regiões do país?". Pode causar impacto em cada um, dependendo do texto final que vai ser aprovado.

A Maria, de São Paulo: "Quais políticas anticontrabando serão [...] [implementadas, considerando que] o aumento de impostos [...] [contribui para] a prática desse delito?". Foi o que foi colocado aqui pelo nosso expositor, o Edson, não é, Edson? Realmente, o que o Brasil precisa é fiscalizar mais, porque hoje está tudo liberado. De fato, isso foi colocado de uma forma muito clara aqui. Realmente, tem estudos da Fundação Getulio Vargas que dizem que, com relação aos combustíveis, mesmo, foram mais de R$24 bilhões de sonegação e fraudes, porque isso acontece, inclusive, pelo tráfico. O Governo precisa levar em consideração também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É evidente que, com a implantação do *split payment*, vai se reduzir muito a sonegação, e eu espero que esse percentual apresentado aqui contribua também na redução da alíquota referencial, que são os 26,5%. Tem que, no mínimo, baixar para 20%, se você considerar o que vai aumentar a arrecadação pela falta de sonegação, apesar das considerações do Edson, que também são relevantes, de que, no Brasil, o mercado é muito grande de sonegação, fraude, etc., mas também a fiscalização é muito devagar.

Comentários.

O do Francisco, de Minas Gerais: "Muito importante a consulta pública com esse tema, pois trata-se de medidas novas, que mudam o rito da tributação e mexem com a economia!".

E o do Rodrigo, do Rio Grande do Sul: "A aplicação do Imposto Seletivo pode ser um mecanismo eficaz para desincentivar o consumo de produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente".

A Andreia, de Goiás, pergunta: "A reforma [...] [não poderia levar à ampliação do] mercado informal e contrabando [...] [com repercussão na segurança pública e arrecadação de impostos]?". Foi o que foi alertado aqui pelo Dr. Edson, exatamente isso.

O João, de São Paulo: "Qual é [...] [o objetivo maior] do Imposto Seletivo? Aumentar a arrecadação ou prevenir [as] doenças e vícios?". Também faço essa pergunta assim, com mais ênfase.

A Daiana, do Rio de Janeiro: "Como a reforma tributária afetará a aplicação e a abrangência do Imposto Seletivo?".

Marcos, do Distrito Federal: "A legislação do Imposto Seletivo prevê estudo [...] [sobre] impactos socioeconômicos [...] de consumo da população mais baixa?". Sim, não é? A população mais baixa está com o *cashback* aí para funcionar. Vamos ver se vai dar certo.

Gustavo, do Pará: "Por que o Imposto Seletivo não incidirá sobre as armas de fogo, [...] [uma vez que] essas estão associadas a homicídios, a acidentes e a suicídios?".

Vamos ver como é que fica o texto final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, gente, eu quero, mais uma vez, agradecer a presença de todos nesta audiência. Acho que nós cumprimos aqui o nosso objetivo e já declaro, então, encerrada esta audiência pública, lembrando que, semana que vem, na terça-feira e na quarta-feira, nós faremos audiência sobre transição e fiscalização. Convido o pessoal para tirar uma foto aqui para registrar o nosso momento. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 16 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Augusta Brito, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Margareth Buzetti, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Irajá, Vanderlan Cardoso, Rogerio Marinho, Carlos Portinho, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Convite de autoridade**. **Finalidade:** Reunião da Comissão de Acompanhamento do Banco Master, para ouvir o Sr. João Carlos De Andrade Uzeda Accioly, presidente interino da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **Resultado:** Reunião realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5451, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para permitir o financiamento de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos com recursos desses Fundos." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto, com o acolhimento das emendas nºs 1 a 4-CCT, na forma de cinco emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 76, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 5178, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de pessoa ou cuidador social de pessoa, e altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, nº 8.069, de 13 de julho de 1990." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 5300, de 2023 - Não**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Dispõe sobre a profissão de cuidador de crianças e de cuidador de idosos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Favorável ao PL 76/2020, nos termos do substitutivo apresentado; e contrário aos demais projetos apensados e respectivas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2718, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.238, de 19 de novembro de 2021, que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer, para conceder passe livre às pessoas em tratamento oncológico no sistema de transporte coletivo interestadual." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4972, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, que cria o Instituto Nacional de Propriedade Industrial e dá outras providências, para determinar que os recursos oriundos dos serviços realizados pelo INPI sejam reinvestidos no próprio Instituto; e a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para tornar mais eficiente o processo de exame de pedido de patente pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2697, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a redação da Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008, para prever equiparação à exportação às operações de aquisição ou venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas efetuadas por empresas estabelecidas nas áreas de livre comércio de Tabatinga, de Macapá e Santana, de Brasiléia, de Cruzeiro do Sul e de Guajará-Mirim." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/24

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 24 de fevereiro de 2026.

Comunico aos Senadores e às Senadoras que foram apresentados à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal os seguintes documentos:

- Aviso nº 55: informa sobre o recebimento e a adoção de procedimentos relativos aos pedidos constantes no Ofício 1/2026/CAE/Senado Federal;

- Ofício sem número, da Câmara Municipal de Chapecó;

- Ofício 2.392, da Prefeitura Municipal de Araguari;

- Mensagem 373, da Presidência da República, que encaminha o Relatório Anual de Implementação da Lei 12.815;

- Moção de repúdio, da Câmara Municipal de São José dos Campos;

- Aviso 52, do Tribunal de Contas da União: informa o recebimento do ofício no qual solicitamos documentos específicos relacionados à supervisão do Sistema Financeiro Nacional a cargo do Banco Central do Brasil;

- Ofício SEI nº 1.145/2026/Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços).

Os documentos apresentados, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro do Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu gostaria de submeter à deliberação do Plenário desta Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 43ª Reunião Ordinária, realizada em 09/12; da 44ª Reunião Extraordinária, realizada em 10/12; da 1ª Reunião Ordinária, realizada em 03/02; da 2ª Reunião Ordinária, realizada em 04/02; da 3ª Reunião Ordinária, realizada em 10/02; e da 4ª Reunião Extraordinária, realizada também em 10/02/2026.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) As atas estão, como todos viram, aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião está dividida em duas partes. Reunião de trabalho... Nós estamos recebendo a visita do Sr. João Carlos de Andrade Uzêda Accioly, Presidente interino da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que vem falar acerca do caso Master, em atendimento ao Requerimento 19/2026, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Antes de convidar o Sr. João Carlos para tomar lugar à mesa, eu gostaria de trazer algumas informações.

Primeiro, hoje nós teremos uma reunião de trabalho com o Ministro André Mendonça, às 14h30, no Supremo Tribunal Federal. Todos os Senadores e Senadoras estão convidados para, às 14h30, reunião de trabalho com o Ministro André Mendonça, no Supremo Tribunal Federal. Hoje, 14h30.

Recebemos a formalização ontem – e gostaríamos de, até o final desta reunião, definirmos qual encaminhamento será adotado pela Comissão – de uma proposta contendo sugestões para o depoimento do Sr. Daniel Vorcaro. Ele sugere três alternativas. A primeira alternativa é fazer um depoimento em São Paulo imediatamente; a segunda alternativa, depor por videoconferência; e a terceira alternativa, depor presencialmente aqui na próxima terça-feira.

Eu queria só comunicar que até agora nós não recebemos nenhuma das informações que nós requisitamos aos diferentes órgãos. Até mesmo as informações do Tribunal de Contas da União, que faz o controle público em nome do Senado Federal, nós não tivemos a honra ainda de receber essas informações. Eu quero até aproveitar a oportunidade e fazer um apelo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ainda não recebemos.

Quero fazer um apelo ao Presidente Vital do Rêgo, do Tribunal de Contas da União: que, por favor, ele disponibilize as informações que foram requisitadas na conversa que nós tivemos há dez dias naquele tribunal. Essas informações...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, foi a primeira reunião.

É fundamental, é importantíssimo que o Tribunal de Contas mande essas informações, elas são fundamentais para que nós possamos dar consequência aos nossos trabalhos de acompanhamento, mesmo, de investigação do caso Master.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Bom dia para todos.

Já que V. Exa. está, Presidente, recapitulando, esta solicitação foi um contato, eu não participei dele, que V. Exa. teve com o Presidente do TCU...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que foi um agente, como instituição, muito importante até um certo momento, em que houve um processo de dissuasão natural.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como diria Kajuru Nasser, brotou a dissuasão, e a árvore ou planta germinou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... registrar o meu aplauso a V. Exa., porque uma das solicitações mais cruciais que V. Exa. fez foi a respeito do depositário fiel das provas. Não casa bem com a função, com o cargo de Presidente do Senado ser depositário de provas, seria trazer a delegacia que alguns já instituíram no Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal tem uma grande delegacia hoje: se você agredir com uma crítica um ministro, corre o risco de ser chamado à sessão de delegacia, que está aumentando, está sufocando o Supremo Tribunal Federal. "Se falou alguma coisa, chama o Presidente da Unafisco, e, se bobear, já manda com a tornozeleira para casa."

Então, essa delegacia não pode chegar aqui. Depositar provas de um caso rumoroso e amplo como este no gabinete do Presidente do Senado pode nos complicar muito, principalmente se alguma prova dessa for prejudicada.

Esse foi um pleito que V. Exa. vocalizou, inclusive na reunião com o Ministro Fachin, e ele foi satisfatoriamente atendido pelo novo relator.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E eu quero deixar esse registro...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... cumprimentando V. Exa. pessoalmente pela insistência neste assunto: acabar com esse ridículo. Isso é uma coisa ridícula que compromete a instituição do Senado Federal. Essa, pelo menos, está superada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Foi resolvida.

Senador, com a palavra, V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, na linha do que foi dito aqui pelo Senador Amin, eu apresentei o Requerimento 29, de 2026, que trata exatamente de uma audiência pública com os auditores-fiscais. Estou convidando aqui: o Superintendente lá; o Robinson também aqui, o Secretário da Receita; os quatro auditores que, por incrível que pareça, tiveram tornozeleira eletrônica – estão de tornozeleira – e foram afastados dos cargos. E, o mais grave, em 2019 aconteceu exatamente a mesma coisa. E aí, tempo depois, um até morreu, com depressão, acabou morrendo. E, tempo depois, eles foram readmitidos porque não tinha prova nenhuma. E a informação que eu tenho, inclusive da Receita, quando fui apurar esses casos, é que existe uma lista lá de 133 autoridades que não podem ser fiscalizadas pela Receita Federal.

Então essas coisas a gente tem que esclarecer. Então eu vou pedir a V. Exa., na ordem do dia, para colocar como extrapauta esse requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Veja a advertência que o Amin nos fez antes: que nós não podemos transformar isso aqui em delegacia de polícia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas se refere à Receita Federal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu sei...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O assunto é aqui mesmo. Não tem como buscar, não tem como fazer uma CPI, então o caminho é CAE.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, mas é um assunto policial de quebra de sigilo, é uma investigação que está acontecendo. É muito difícil você se imiscuir numa questão dessas, sem pormenorizadamente conhecer os fatos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu posso justificar depois na hora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode justificar na hora da apreciação. Pode, pode.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E a gente colocar em votação, porque o que eu quero aqui é transparência e conhecer, de fato, o que está acontecendo com a Receita Federal, porque isso aqui foi através do inquérito. Está fazendo sete anos que foi incluído no "inquérito do fim do mundo" para justificar a prisão, o afastamento dos servidores. Então, é muito grave essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A presente reunião, como eu informava, destina-se a ouvir o Sr. João Carlos de Andrade Uzêda Accioly, Presidente interino da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), acerca da fraude do Banco Master, em atendimento ao Requerimento 19/2026, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu tenho a honra e a satisfação de convidar o Sr. João Carlos para tomar lugar à mesa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Presidente, pode me incluir na lista dos inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Posso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Obrigado. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, é apenas para pedir que me inscreva aqui. Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Presidente Renan, pode me inscrever também?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Também já está. (*Pausa.*)

Eu vou conceder, inicialmente, a palavra, por 20 minutos, ao Sr. João Carlos de Andrade Uzêda Accioly para a sua exposição inicial. Evidentemente, se o senhor precisar de mais tempo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não haverá nenhuma dificuldade. Portanto, concedo a palavra para essas colocações iniciais por 20 minutos.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente. Até botei um guia temporal aqui. Preparei um guia para eu me organizar e manter o controle do tempo. Então, vou passar até a uma leitura aqui.

Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Sras. Senadoras, Srs. Senadores, quero começar parabenizando a Comissão de Assuntos Econômicos pela instalação deste grupo de trabalho para acompanhar as investigações relacionadas ao caso do Banco Master.

Eu entendo e respeito que esta Casa esteja determinada a acompanhar de perto, exigir respostas e reforçar a apuração de responsabilidades, inclusive com o objetivo de aprimorar a legislação e as instituições em geral e a fiscalização naquilo que couber ao Parlamento.

A CVM, como a gente já registrou em nota pública, valoriza essa iniciativa como uma medida do Parlamento voltada ao aprimoramento do funcionamento das instituições essenciais ao adequado desempenho do mercado de capitais e permanece à disposição da CAE para outras interações institucionais e esclarecimentos. Essa é a linha que eu reitero aqui de forma direta e transparente.

Também quero dizer, de maneira muito objetiva, que a CVM agradece a oportunidade de apresentar seu trabalho e de ter sua atuação como objeto de escrutínio público. Em uma república é necessário que as instituições se submetam a controle e é especialmente saudável quando esse controle se dá no ambiente do Legislativo, com representantes eleitos, legitimidade política para cobrar, propor mudanças e vocalizar a expectativa da sociedade.

Também digo algo sem rodeios, que é o seguinte: este espaço aqui não serve apenas para apontarmos o que foi feito corretamente ou satisfatoriamente; também serve para que a CVM, assim como todas as demais instituições envolvidas, ouça críticas construtivas, identifiquem pontos de aperfeiçoamento e fortaleçam suas rotinas de supervisão, sua capacidade de resposta e sua coordenação com outras autoridades. A iniciativa também é bem-vinda porque, em certos casos, ainda remanesce incompreensão na opinião pública sobre o papel exato da CVM em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situações como esta. Então, quando o público compreende corretamente as competências, fica mais fácil evitar diagnósticos equivocados e cobrar com precisão aquilo que compete a cada um.

Quero também deixar três compromissos bem claros aqui. O primeiro é a total disposição para esclarecer o que for cabível sobre atribuições, rotinas, fluxos, coordenação institucional e receber recomendações desta Casa a respeito. O segundo compromisso é um esforço contínuo de aprimoramento e supervisão, inclusive porque a CAE pode querer apresentar propostas legislativas de fortalecimento de mecanismos de fiscalização e prevenção de riscos. Tive notícia hoje de um PL apresentado pelo Senador, pelo Presidente, que faz parte desse contínuo aprimoramento. Isso é legítimo e desejável. Terceiro, se houver pontos que envolvam sigilo, eu explicarei com transparência, porque alguns detalhes talvez não possam ser tornados públicos aqui, ou ao menos não ainda, e, se houver informações de que ainda não dispomos, enviaremos tão logo as tenhamos levantado.

Então, um pouquinho sobre o papel da CVM, em momentos de crise é comum, por ansiedade social muito compreensível, que se busque, às vezes, um responsável único ou principal. E algo importante a se ter em conta aqui é que o desenho institucional brasileiro de supervisão do mercado é multiautoridade. Então tem vários órgãos, cada um responde por uma parte e a resposta do Estado depende, muitas vezes, da coordenação eficaz entre essas entidades.

Antes de falar das atribuições, também uma coisa que é importante lembrar é o seguinte: em casos de fraude, por maiores que eles sejam, a grande responsabilidade, às vezes, de quem for a responsabilidade, a grande causa sempre é daqueles que cometem as violações. Então, a cada episódio de uma nova fraude inovadora, é possível e necessário extrair lições para aprimorar os métodos de detecção e coibição de irregularidades. Mas a gente não deve confundir essa identificação daquilo que pode ser aprimorado com a identificação das causas imediatas. A causa do crime, *lato sensu,* é a escolha do criminoso e não do policial que o combate. Em termos de fraude, quando a gente vê... E aí, na experiência, lidando com fraude desde bastante tempo, sempre que você tem um determinado desenho institucional, os fraudadores identificam como aquele sistema evoluiu e as brechas que eventualmente ainda remanescem. Então, quando tem uma grande fraude, a resposta institucional é voltada a aprimorar os instrumentos que, se houvesse antes, teriam talvez coibido. Você cria novos instrumentos. A partir daí, você tem um novo desenho, e os fraudadores podem falar assim: "Bom, agora aquele caminho fechou. Que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros caminhos a gente pode achar?". Isso é um padrão geral, não é desse caso nem de outro, de qualquer modalidade de fraude. Isso se refere a desde casos grandes até pequenos casos de fraude, em que você tem sistemas operacionais de bancos, de instituições financeiras que coíbem pequenas fraudes e os fraudadores vão sempre arrumando onde é que ainda tem buraco. Então acho que essa parte do papel nosso aqui é fazer com que eventuais lacunas que tenha havido sejam fechadas.

Outra referência importante é o desempenho consistente do mercado de capitais como um todo no Brasil. Acho que é importante manter em vista a robustez, o tamanho do mercado, a parte que funciona bem. Então, para falar mais especificamente de fundos, são 33 mil fundos, são mais de R$11 trilhões de ativos, mais de 5 mil administradores de carteira. Enfim, são milhares de operações diárias legítimas que fomentam a atividade econômica. No ano passado, o mercado de capitais superou o mercado financeiro – vamos dizer assim, o mercado financeiro como usar os bancos como fonte de financiamento –, então, o mercado de capitais superou o mercado financeiro em valor de crédito concedido. Isso mostra uma evolução institucional e da economia do país. Então, com as limitações impostas pelos Acordos de Basileia, que são aquilo que limita o quanto que o banco pode se alavancar, é normal que as instituições recorram ao mercado de capitais. Isso é traço das economias mais avançadas. O Brasil avança enquanto tem episódios como este, mas a economia segue se tornando mais robusta, mais alinhada com as grandes sociedades de economia mais pujante.

Em 2024, por exemplo, pelos dados mais atuais aqui, já o mercado de capitais se tornou o maior financiador da infraestrutura brasileira. Então, por meio de fundos de infraestrutura, adquirem debêntures de infra e canalizam a poupança privada para obras e projetos não só de interesses limitados ali, mas de interesse nacional. Em números, o mercado fechou 2024 com quase R$1 trilhão em emissões – R$980 milhões –, contra R$138 bilhões do BNDES. Então, as emissões privadas se concentram em debêntures, títulos de renda incentivados para a infraestrutura, agricultura e outros setores.

Quando a gente percebe o significado disso para a sociedade, vê que é um modo de uma poupança popular financiar a economia real diretamente, sem precisar do intermediário, sem precisar aquele recurso ser tributado, alocado num banco de desenvolvimento e ser devolvido para a sociedade. E o banco de desenvolvimento pode destinar os recursos a projetos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

características mais próprias do banco de desenvolvimento, aqueles projetos que não têm um retorno econômico, mas cujas características sociais justifiquem uma atuação do estado nesse sentido.

Então, falando aqui da CVM em relação ao mercado de fundos, que é mais o que está voltado ao objeto aqui do Banco Master, a CVM é responsável por regular e supervisionar o mercado de capitais, incluindo os fundos de investimento, as ofertas públicas de valores mobiliários, de títulos que gerem remuneração *lato sensu* ao investidor – a maioria deles, não são todos; a lei faz algumas exceções relevantes – e também por um grande aspecto de dar transparência àquilo que está sendo oferecido. A ideia é que o público saiba o que está adquirindo para poder ter sua decisão informada. Então, a CVM é um grande regulador de assegurar que as informações correspondam ao que está sendo oferecido ao público. Isso é um ponto de grande contato aqui com o objeto do Master, já que tinha um problema informacional grande, que era, o que tudo vem demonstrando, de informações de que os ativos valiam muito mais do que efetivamente valiam. Então, é uma questão informacional. É o que se chama, no jargão, de regulador de conduta – ver se está sendo oferecido algo correto, se a informação está sendo prestada corretamente, se tem dinheiro sendo desviado –, enquanto uma outra parte crucial do sistema é a supervisão chamada prudencial, que é tipicamente exercida pelos bancos centrais nas economias. Não é diferente aqui. Então, os bancos centrais olham para os bancos para ver se estão solventes, para ver se o patrimônio do banco cobre as obrigações a que ele está sujeito. E ele faz esse tipo de análise para ver se os bancos estão capazes de honrar seus compromissos. Então, para isso, ele olha o balanço dos bancos, a participação que é detida diretamente pelos bancos, seja via fundos e tudo mais.

Esse modelo de supervisão da CVM é disciplinado por resolução do Conselho Monetário Nacional, então a Resolução do CMN 3.427 exige a supervisão baseada em risco. A ideia da supervisão baseada em risco é que você tem recursos limitados de qualquer autoridade responsável pela fiscalização e isso precisa ser alocado de uma maneira mais eficiente, naquilo que vai ter mais retorno para a sociedade, já que você não tem infinita disponibilidade de gente, de tecnologia, de tempo para fiscalizar tudo.

Então, quando você pensa até na própria origem histórica das comissões de valores no mundo, qual é a lógica de existir uma agência do Estado para cuidar de investidores? A ideia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

basicamente, é que, se você tem... E o capitalismo de massa se dá sempre por pequenos valores de muita gente. Captando pouco de muita gente, você consegue mais dinheiro do que muito dinheiro de pouca gente. Isso gera uma situação em que você tem milhares, milhões, às vezes, de pequenos investidores cuja participação individual é financeiramente pequena demais para que cada um se dedique a olhar o que está acontecendo com o seu investimento. Então, você não vai gastar R$1 mil de fiscalização quando o seu retorno é R$1 mil, porque acaba que vai comer o seu retorno. Então, quem tem grande disponibilidade de tempo e até recursos técnicos para fiscalizar o seu investimento é quem tem investimento muito grande. Isso faz com que justifique a existência de uma agência que olhe por aqueles que não têm condição e nem incentivo individual de fazê-lo. Por isso que surgem CVMs no mundo, lá nos anos 30 do século passado.

E isso é refletido na supervisão baseada em risco, em que ela se decide e fala assim: "Olha, a CVM vai olhar os fundos dedicados ao pequeno poupador, ao investidor individual, cujas participações são pequenas o suficiente para que ele não tenha condições de verificar". Então não faz parte da prioridade, dentro do plano bianual de risco, olhar os cotistas individuais, aqueles que têm fundos exclusivos – que o cotista é um banco, por exemplo, que é o caso do Banco Master – porque se supõe que o grande investidor, que tem centenas de milhões num fundo, tem condições de ficar verificando.

A CVM tem uma atuação em relação a esses fundos exclusivos que é basicamente movida por denúncias, reclamações dos investidores quando eles são lesados. Então as estruturas pulverizadas recebem o tratamento diferenciado nos planos de supervisão preventiva da CVM. Essa lógica é internacionalmente consagrada, não é uma omissão regulatória, eu acho que ela pode ser aprimorada com o tempo, especialmente com o desenvolvimento de tecnologia, você pode cada vez mais fazer mais com menos, algoritmos que detectem atipicidades e tal. É no segmento de fundos exclusivos em que o Master se insere.

Então a especificidade do caso Master é a seguinte. O Banco Central tem a visão dos bancos de seus balanços em situação de solvência. A CVM calibra a supervisão preventiva para detectar fraude tradicional. O que eu chamo de fraude tradicional aqui? É aquela em que o investidor, especialmente o pequeno, como eu expliquei, é prejudicado, é violado em seu patrimônio contra o seu interesse e sem seu conhecimento. A CVM tem o papel de justamente substituí-lo, fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse papel para ele, para a massa de pequenos investidores. Então esse tem um monitoramento proativo do regulador nas jurisdições em geral.

O caso Master tem uma peculiaridade estrutural, que é uma grande inovação aqui dele, talvez inédita, que sai desse padrão, porque o prejudicado, considerando o Banco Master como cotista dos fundos, não foi uma vítima passiva de uma fraude, não são os gestores que estão dizendo para ele que a meia furada que ele botou no ativo do fundo vale R$500 milhões; ele foi, em larga medida – ao que tudo tem indicado –, o promotor ativo desse superdimensionamento dos ativos dos fundos em que ele investia. Ainda por cima, ele se deu por meio de fundos exclusivos, então eles não têm oferta pública, não têm apelo à poupança popular, são construídos para investidores que, por definição regulatória vigente, têm de sofisticação e recursos para exercer sua fiscalização ali.

Então tinha um alinhamento perverso de incentivos entre os gestores e os investidores para manter essa ficção contábil. É um "me engana é que eu gosto". Assim, por que ele gosta de ser enganado? Porque ele bota no balanço dele que tem um balanço muito mais robusto e isso permite que ele siga emitindo CDBs. Lá para o Banco Central, parece que ele tem uma solidez que não tinha.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Ele gosta de ser enganado?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – No caso, o Banco Master, ao que tudo indica, gosta de ser enganado, nesse caso, pelo seguinte sentido, Presidente: se o fundo diz para ele que o ativo dele vale muito mais do que vale, ele pega essa história e bota no balanço.

Então, ele pode dizer que os recursos...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Que têm resultado.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – ... que têm resultado e que tem solidez para seguir emitindo CDBs, por exemplo. Exato.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Inflaciona o ativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Inflaciona no ativo dele, exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Ou seja, emissão de dinheiro.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – É, emite dinheiro, exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Junto com a Casa da Moeda.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – É.

Então, uma das respostas institucionais de que a CVM vem participando nesse sentido é a discussão que tem ocorrido exatamente no Parlamento. Tem um projeto de lei de programa de proteção a informantes, incentivo informante, o chamado *whistleblower* – é algo que funciona em economias desenvolvidas. Então, você incentiva pessoas a denunciarem as fraudes, pessoas que têm conhecimento, e elas recebem incentivos financeiros do que for recuperado. Isso se mostra frutífero em outras jurisdições.

E também quero deixar claro o que a CVM não tem por atribuição, algumas coisas. Ela não tem por atribuição as regras de distribuição e emissão de CDBs. Isso compete ao Banco Central. E pode ser um pouco contraintuitivo, porque, se você olha o que é um CDB, ele é essencialmente um valor mobiliário, um título que dá rendimento, por excelência, àquilo que a CVM fiscaliza, mas por uma escolha legislativa e um arranjo institucional, por serem emitidos muito por bancos, isso ficou na esfera da competência do Banco Central. E não se trata aqui de transferir responsabilidade, não; é só uma clareza do que é feito.

Então, na CVM, a gente exige regra de conduta para a oferta de valores, em que você tem que dizer quanto que os distribuidores estão recebendo, dizer o conteúdo das informações. Isso não tem nos CDBs. Quer dizer, tem feito pelo Banco Central.

Os investimentos de governo em fundos de pensão cabem ao Ministério da Previdência Social. Enfim, são essas...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Um minuto. Então, eu estou já concluindo.

Tem uma articulação muito importante nesse aspecto, que é entre a CVM e o Banco Central. Ela tem um acordo de cooperação técnica que define o compartilhamento de informações. Então, ele já existe desde 2014. Tem um grande fluxo de informações. O Banco Central tem acesso a todas as informações dos fundos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – O Banco Central com a CVM, Senadora. Exatamente.

Então, o Banco Central tem acesso às informações dos fundos, especialmente quando o cotista é o banco, porque ele precisa ver o balanço do banco. Isso também foi recentemente ampliado. Não foi uma resposta à liquidação; foi algo que apesar... A CVM aprovou isso em dezembro... No começo de janeiro, na verdade. Está em fase de conclusão para a assinatura do Banco Central.

São essas questões que eu queria apresentar aqui inicialmente. Tem exemplos de atuação concreta da CVM, mas acho que isso pode ficar...

Opa, perdão, esse aqui foi o meu alarme de ajustamento do tempo. Então...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Só para ajudar, eu vou conceder a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Eduardo Braga, que vai ter que se retirar em seguida, mas eu acho que era importante nós tentarmos fazer uma cronologia da CVM, em função desse caso Master. Por exemplo, o senhor está na CVM há quanto tempo?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Presidente, eu tomei posse como Diretor em 18 de maio de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em 18 de maio de 2022.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Isso. E, na Presidência interina, desde 1º de janeiro deste ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Quando o senhor tomou posse, quem eram os outros diretores e o Presidente da CVM?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – São cinco membros do Colegiado no total, quatro diretores e um Presidente. O Presidente era o Dr. Marcelo Barbosa. Ele concluiu o mandato dele em julho de 2022, e assumiu o Presidente Dr. João Pedro Nascimento.

O Colegiado era composto pelo Presidente Marcelo Barbosa, pela Diretora Flávia Perlingeiro, pelo Diretor Alexandre Rangel, pelo Diretor Otto Lobo e por mim. Em seguida, houve a substituição em julho do Presidente, que passou a ser o Dr. João Pedro Nascimento. E aí, a cada ano, a CVM muda pelo menos uma vaga, porque os mandatos são escalonados. É de pelo menos uma, porque, de vez em quando, tem alguém que renuncia antes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Hoje, temos duas diretorias preenchidas... E a Presidência também. Tem três vagas, sendo que a Diretora Marina Copola e eu somos os diretores. Eu fico na Presidência interina por ser o mais antigo, e tem a vaga de Presidente em aberto e duas diretorias, sendo que já há indicação para Presidente e para uma de diretoria. Tem uma vaga para a qual ainda não tem indicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Eduardo Braga, com a palavra, V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para interpelar.) – Primeiro, eu quero agradecer a V. Exa., Presidente Renan, e quero agradecer aos colegas Esperidião Amin e – creio – Damares, que estavam inscritos, mas eu, lamentavelmente, tenho uma audiência com o Ministro e vou ter que me ausentar.

Dr. João Carlos, eu não quero falar da sua atuação, eu quero falar da atuação da CVM, porque, veja, quando falamos de mercado financeiro, transparência deveria ser a palavra de ordem. E a CVM não é ré primária no caso da transparência, é só lembrar o que aconteceu no caso das Lojas Americanas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não podemos esquecer, Presidente Renan, que, recentemente, o mercado financeiro brasileiro levou um tombo – um tombo – de proporções bilionárias por falta de transparência e de segurança nas informações que são dadas a esses milhares ou milhões de investidores pequenos que acreditam no sistema financeiro, em função da CVM, em função do Banco Central, em função das agências reguladoras, portanto, que deveriam fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil. É entidade autárquica vinculada ao Ministério da Fazenda, criada desde 1976.

Dito isso, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer algumas indagações com o objetivo de transparência, porque o que faltou com relação ao Banco Master foi honestidade nas informações. Esse é o primeiro problema e a primeira crise séria, só que isso não aconteceu apenas com o Banco Master, aconteceu com as Lojas Americanas, aconteceu com o Banco Master, aconteceu com o Banco Pleno e, voltando mais para o passado, aconteceram outras vezes.

Portanto, nós estamos diante de uma comprovação de algo que lamentavelmente nos constrange dizer: uma orgia no mercado financeiro e no mercado bancário brasileiro que precisa acabar. E precisa acabar, Presidente, com novas legislações que imponham mais transparência, mais rigor na fiscalização e mais credibilidade.

Para obter clareza sobre a saúde real das instituições financeiras e a governança envolvida, as perguntas à CVM, em alguns casos por extensão ao Banco Central, que, Sr. Presidente, deve ser imediatamente convidado para voltar aqui na presença dos companheiros membros da Comissão de Assuntos Econômicos, porque desta feita o tombo é o maior escândalo financeiro da história da República brasileira, maior do que todos os anteriores...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Incluindo o Império.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... incluindo o Império – aqui, por sugestão do meu mentor em matéria de fiscalização financeira –...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O postulador da sua canonização. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Portanto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Isso, a brincadeira da canonização, Presidente, é porque, ao resolver a questão do carvão, nós estabelecemos um potencial mercado de terras-raras que está no resíduo do carvão mineral.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ah tá!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mas, voltando ao que importa...

Portanto, a questão de extensão ao Banco Central, que divide essa regulação, deveria focar a exposição de risco, conflitos de interesse e precificação de ativos.

E, aí, Dr. João Carlos, me perdoe, não é o Banco Master brincando com o dinheiro dele próprio, ele está brincando com o dinheiro de milhões e milhões de brasileiros, inclusive de fundos de pensão, de fundos de previdência. Nós estamos tendo aqui diante de nós, como V. Exa. já disse, algo extremamente nojento, porque isso não prejudicou apenas o Fundo Garantidor, que acaba prejudicando todos os brasileiros; não prejudicou apenas milhões de investidores, que, por vontade própria, por acreditarem no sistema, por acreditarem na credibilidade e por acreditarem na transparência, investiram no Banco Master. Nós estamos falando de milhares, eu diria de milhões de brasileiros que estão sendo prejudicados, porque o dinheiro do seu fundo de previdência se evaporou de forma criminosa. E não dá para dizer que a CVM não foi omissa. Perdoe-me, não dá para dizer que a CVM não foi omissa.

A concentração e a qualidade dos ativos, a principal dúvida do mercado, costuma girar em torno da composição das carteiras dos fundos geridos ou ligados ao banco.

E aí a pergunta: quais medidas de supervisão estão sendo aplicadas para verificar a qualidade dos ativos de créditos privados nos fundos gerados pelo Banco Master? Mas eu estendo além do Banco Master: isso tem que ser uma prática constante, Presidente, porque outros bancos também têm seus fundos privados e outros bancos também estão, neste momento, arrecadando recursos de milhões de brasileiros que estão colocando recursos da sua poupança pessoal para poder acreditar que este rendimento assegurará uma aposentadoria.

Então, eu pergunto: quais são exatamente as medidas de supervisão que a Comissão de Valores Mobiliários está a fazer? O objetivo dessa pergunta é entender se o banco está emprestando para si próprio, porque, se o banco estiver emprestando para si próprio, ele está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

burlando a lei. E, ao burlar a lei, ele deveria ser sancionado imediatamente. Ou seja, nós permitimos que um monstro fosse criado, em prejuízo de milhões de brasileiros.

A segunda pergunta é com relação à precificação de títulos, marcação a mercado.

Esta é uma outra questão importantíssima, Sr. Presidente, porque, independentemente do valor de face do título, você tem a marcação a mercado, e a CVM tem que fiscalizar isso. Crises bancárias muitas vezes se escondem em ativos que estão registrados por um valor que não condiz com a realidade da venda. É o caso.

A pergunta: houve auditoria recente sobre os critérios de precificação dos ativos, marcação a mercado, nos fundos de investimentos ligados ao Banco Master? Existe algum indício de precificação artificial de títulos de baixa liquidez?

É claro que havia, Sr. Presidente, e a CVM era exatamente a autarquia responsável para denunciar isso ao mercado. E não o fez por omissão, Sr. Presidente. É o mínimo que nós podemos dizer.

Esta pergunta, Sr. Presidente, obviamente é para saber se o patrimônio anunciado é real, ou se é uma bolha de valores inflamados, ou se é um crédito podre. Hoje, sabido por todos nós, um crédito podre. E isso aconteceu em função de que as fiscalizações, as auditorias, a marcação a mercado, aquilo que deveria ter sido feito preventivamente não aconteceu.

Terceira pergunta: governança e conflitos de interesse.

Sr. Presidente, esta é outra questão central, governança e conflitos de interesse no caso Master.

A pergunta: como a CVM avalia a segregação de funções, chamada de *chinese wall*, entre a gestão de recursos de terceiros e a tesouraria do banco? Foram identificadas as operações que priorizaram o caixa da instituição em detrimento dos cotistas dos fundos?

Esta pergunta tem um objetivo: verificar se o banco usou o dinheiro dos clientes para tapar seus próprios buracos. Hoje está claro, Sr. Presidente, que eles fizeram isso costumeiramente e repetidamente, e nada foi feito pela CVM, mais uma vez, como aconteceu no caso das Lojas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Americanas e como aconteceu no caso do Banco Pleno e como aconteceu em outros casos, Sr. Presidente!

Sr. Presidente, por fim, a quarta e última pergunta é sobre transparência em aquisições recentes, porque isto é grave, Sr. Presidente. O Banco Master teve um crescimento acelerado via aquisições como o Will Bank e o Voiter. E, Sr. Presidente, a pergunta é: os aportes de capital e as estruturas de financiamento utilizadas nas recentes aquisições do grupo foram devidamente reportados e têm origem de capital transparente e compatível com as normas de *compliance* vigentes?

Sr. Presidente, é claro que não e é claro que, mais uma vez, houve omissão. Eu estou dizendo a palavra e o adjetivo "omissão", Sr. Presidente, porque eu quero ser politicamente correto. O nome disso, lamentavelmente, não é omissão.

Nota importante: embora a CVM regule os fundos e o mercado de capitais, a saúde bancária estrita, o caixa do banco, é área do Banco Central, Sr. Presidente. Por isso, o eminente Presidente do Banco Central precisa vir se sentar aqui urgentemente para nos explicar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E o ex também, Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E o ex também, o ex também, porque isto não começou ontem.

Aliás, há uma cronologia do tempo na questão do Banco Master, mas o Dr. João está na CVM desde 2022. De 2022 a 2026, a cronologia do tempo desta coisa escandalosa, desta coisa monstruosa, que é o caso do Banco Master... Isso se acelerou de 2018 para cá. O Dr. João está lá de 2022 para cá, portanto, em boa parte da cronologia deste tempo, ele é Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, nesta cronologia. Então, ele pode, sim, nos dar informações não genéricas, mas detalhadas do que foi feito pela CVM.

Questionar se as duas autarquias estão trocando informações sobre o caso é vital. Então, a pergunta ao Dr. João: foram trocadas informações oficiais entre a CVM e o Banco Central?

Se o foram, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que o presidente da subcomissão solicitasse da CVM, formalmente, a cópia das informações que foram trocadas entre a CVM e o Banco Central

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que, no futuro, com a conclusão do relatório, aprovado por esta Comissão, nós possamos informar o Ministério Público Federal quem foi omisso e quem foi responsável ou não pelo aconteceu.

Por fim, quero dizer, Sr. Presidente, que, da exposição de risco de concentração, da precificação a mercado e marcação a mercado, dos conflitos de interesse e de governança e das aquisições, falta apenas um detalhe: a alavancagem. E aí farei a minha última pergunta: no âmbito das recentes aquisições das outras instituições financeiras, foram verificados os impactos na alavancagem dos fundos estruturados – porque este foi outro crime cometido pelo Banco Master, ele alavancou os fundos muito além daquilo que os fundos tinham de crédito e ativos para responder por aquelas alavancagens – que eventualmente serviram de veículos para tais transações?

Sr. Presidente, só para deixar claro aos colegas Senadores e Senadoras e a quem nos acompanha, todas as minhas perguntas estão baseadas e fundamentadas na Lei 6.385, de 1976, que atribui à CVM o dever de assegurar o funcionamento eficiente e regular o mercado de balcão e de bolsa, bem como proteger os titulares de valores mobiliários contra atos ilegais ou práticas não equitativas, certos de que a transparência é o pilar fundamental para a manutenção da confiança no sistema financeiro nacional, sem o que, lamentavelmente, nós estaremos diante de uma crise de confiança gravíssima que afetará o mercado financeiro brasileiro, a Bolsa de Valores brasileira e o sistema bancário brasileiro, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu queria só objetivar o... Talvez fosse o caso, até para suscitar novas indagações e novas respostas também, que o Eduardo repetisse só a pergunta e nós ouvíssemos...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Só querendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Três e três.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Presidente, só para...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Presidente, só um complemento. Só um complemento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, só para...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Omar, para uma breve comunicação.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para breve comunicação.) – É um segundo. Um segundo não dá, né?

Depois dessa belíssima explanação e conhecimento do Senador Eduardo Braga em relação a essa matéria, eu queria só que V. Exa. também, para que eu não precise falar depois... Se há indício, se outros bancos estão nessa mesma situação da alavancagem, porque o Fundo Garantidor não estará... A CVM deve ter esses dados, porque isso aí é uma cópia do que aconteceu nos Estados Unidos em 2008, 2009. Isso é uma cópia, o Brasil copiou, os bancos brasileiros...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É isso, acabou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, veja bem, só para fazer um adendo às suas perguntas, Eduardo, se a CVM tem indícios... Eu não estou falando... Indícios se outras...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Instituições estão...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... instituições bancárias estão nessa mesma situação, porque, se isso for uma corrente, como aconteceu em 2008, 2009, nos Estados Unidos, a nossa situação é muito perigosa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Esperidião Amin, com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Eu serei muito breve. Eu acho que (*Falha no áudio.*)... em buscar a verdade. E vou repetir: nós podemos não ser os melhores descobridores, mas temos que evitar que encubram a verdade. O problema, o mérito desta Comissão não é descobrir coisas – isso a Polícia Federal está fazendo –; o problema é quando as provas que a Polícia Federal levanta desaparecem ou são submetidas a sigilo de cem anos. Quer dizer, a operação abafa, a única manifestação do Congresso Brasileiro para participar da apuração desse escândalo foi uma iniciativa sua.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Até agora, nem a Câmara dos Deputados, nem o Senado Federal fez coisa alguma. E se escondeu do assunto... O Congresso brasileiro se escondeu desse assunto, Kajuru, exceto por este grupo de trabalho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A nossa missão não é descobrir, é evitar que encubram, evitar que abafem. E o processo para abafar era monumental: sigilo de cem anos, prova guardada no gabinete do Presidente do Senado, intimidação, aplicação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de tornozeleira eletrônica para quem descobrir alguma coisa relacionada a algum dos blindados. Então, eu estou muito satisfeito por participar e serei muito conciso.

Na reunião do Banco Central provocada pelo grupo – queria chamar a atenção de todos que participaram da reunião do Banco Central –, eu fiz um pedido. O Banco Central tem a responsabilidade, como foi aqui exposto tanto pelo nosso Senador Eduardo Braga, quanto pelo expositor, de examinar a saúde financeira do banco para saber se ele tem dinheiro para pagar o seu passivo – que às vezes se fantasia de ativo –, se ele pode transformar aquilo em dinheiro para o credor; isso é uma missão. Agora, quando o fundo é ficto, contém bagulhos, crédito podre, cabe à CVM apurar. Outro dia o Ministro da Fazenda disse: "Olha, vocês têm que olhar a CVM". A CVM é dele – está com três cargos dos cinco vagos –, a responsabilidade é do Ministro da Fazenda! E ele vem nos alertar? Então, primeira coisa, a CVM tem essa parceria com o Banco Central. Sabidamente isso é insuficiente. Ela tem algum método para fiscalizar? Por exemplo, se um banco, como é o caso, teve um saldo de 80%, 90% de crescimento num ano. Isso é normal? O algoritmo existe para isso: para tudo que não for normal ele dá um apito.

A minha pergunta é: qual é o método que a CVM desenvolveu para auditar a saúde dos fundos? Os fundos são um conjunto monumental. A alavancagem deve ser mais de 20 vezes o que tem de dinheiro, no mundo inteiro é assim. Agora, tem que ser coisa sustentável por coisa sustentável, e assim sucessivamente.

No mínimo, fiscalizar o fundo que apresente um resultado discrepante, seja para baixo, seja para cima dessa média, ninguém bate recorde de repente. Então, essa é a primeira pergunta.

E a segunda, dando sequência ao que falamos no Banco Central, qual é a sugestão de aperfeiçoamento da legislação? No final das contas, essa é a convocação que nós temos. Nós já pedimos isso ao Banco Central, certo? Está registrado e fica registrado aqui. A CVM, depois dessa pancada, não vou rememorar todas, a sustentação disso aqui é a mesma, olha bem, no tempo do banco analógico, do Banco Econômico. Tinha lá um senhor que controlava 750 contas. Essas contas davam a saúde do banco, retratavam, ali era movimentado tudo direitinho, mas ficticiamente. Não foi assim? O Banco Econômico foi isso, ou seja, uma ilusão sustentada até o dia em que a casa caiu. Os prejuízos, na época não tinha FGC... Agora, não haverá compensação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para os fundos de pensão. O dinheiro dos 18 fundos de previdência, Senador Kajuru, que foi depositado, foi investido no banco? Não. É a pergunta final daquele texto.

O senhor ouviu que todos os professores do Banco Central mencionaram que conheciam aquela peça humorística sobre o *subprime* de 2009. A pergunta final do humorista um, Senadora Leila: "Sim, mas e se o Governo não bancar isso? Se o Governo não bancar, o seu fundo de pensão vai pagar". É cruel, mas é verdade. O fundo de previdência, quer dizer, o socorro da pessoa que contribuiu durante o seu trabalho, foi embora por causa dessas casas da moeda pulverizadas que são os fundos. Então, qual é a sugestão legislativa? Essa é a pergunta básica.

Uma informação sobre quais são os critérios para as auditorias, se é que existem, que o banco pratica. E acho que nós estamos no rumo certo ao conduzirmos questões como essa, que nos livram de pessoas que descobrem alguma coisa, Senador Izalci, serem enquadradas, preste atenção, no Inquérito 4.781, para proteger possíveis infratores da explosão da verdade. O 4.781 cumpriu o compromisso que o Ministro Rezek previu: "Isto não vai dar certo", seja o inquérito do fim do mundo... Ele está servindo agora para intimidar quem queira descobrir traços desta imensa falcatrua cujos danos ainda não são totalmente conhecidos. Portanto, duas perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Pela ordem.) – É muito rápido, Sr. Presidente. É só para aproveitar a fala dos colegas aqui, em vista à gravidade de todo esse episódio. Eu apresentei um requerimento, atendendo essa cronologia, para que a gente convide o Dr. Roberto Campos Neto. É um dos requerimentos que já estão aí na sua mesa, só para reforçar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senador, só para ver a lista de inscrição...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... porque eu estava inscrito aí.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está inscrito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Fui o primeiro inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu queria só ver como é que nós ordenávamos a resposta às perguntas que já foram feitas.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Três em três. Então o Izalci será o terceiro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Eu vou direto às perguntas já.

Bem, o que veio à tona nos últimos meses sobre o mercado financeiro deixou todo mundo assustado e em alerta. Como e por que isso aconteceu? O que tenho para mim, que também sou auditor, é que alguém fechou os olhos para deixar o maior esquema do mercado financeiro acontecer.

A primeira pergunta que eu faço para V. Sa.: a CVM, comandada agora por V. Sa., sabia das irregularidades desde 2022; por que não foi feito nada?

A tentativa de compra do Banco Master, feita pelo BRB, parecia um bom negócio, mas acabou comprando gato por lebre. O que me assusta é que ninguém, nem o Conselho Fiscal do BRB, viu que era errado fazer esses investimentos em títulos podres. Eu tenho falado que deram um cheque em branco para o Governador Ibaneis, só que poderiam ter evitado a compra desses títulos. Mas o que aconteceu foi um prejuízo, hoje, no mínimo de 5 bilhões anunciados. O senhor sabe me dizer por que ninguém viu esse problema ou esse esquema? Eu fico estarrecido com essa questão, já que a consequência disso tudo acabou culminando com o rombo bilionário do BRB, o banco que é dos brasilienses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. João, a CVM foi avisada do vespeiro que era o Banco Master e a Reag Investimentos? Eu pergunto para o senhor: não foi feito nada porque não confiavam nos relatórios dos técnicos que alertaram isso?

A mídia tornou público que apenas políticos indicavam pessoas para o conselho, como a Reag Investimentos também mantinha conselhos apadrinhados dentro do BRB. Isso é muito estranho, para não falar bizarro. Mostra que o conflito de interesse era enorme e ninguém fez nada sobre isso. Mas a minha pergunta é: a CVM já abriu um processo administrativo sancionador para investigar a Reag Investimentos por abuso de poder de controle e também conflito de interesse na indicação dos conselheiros do BRB? Ou a CVM vai aplicar multas irrisórias, como tem acontecido, ao CPF dos laranjas e deixar a Reag livre para continuar operando e capturando o conselho de administração no mercado de capitais? O senhor poderia informar também.

O sigilo fiscal e bancário existe para proteger a privacidade de investigadores legítimos, não para servir de escudo em investigações policiais. Temos a informação de que a Reag utilizou o sigilo de carteiras para impedir uma investigação minuciosa da Polícia Federal sobre o fluxo de recursos do caso Master. Qual é a posição da CVM quando seus regulados usam regras de mercado para obstruir a Justiça? O senhor ordenará a abertura imediata dessas carteiras para a CAE e para a Polícia Federal?

E, para encerrar, o conselho foi escolhido por indicação política, nomeadas pessoas como a chefe de gabinete do Governador Ibaneis para fiscalizar as contas do próprio Governo no banco. Isso mostra claramente um conflito de interesses que resultou num rombo de no mínimo 5 bilhões. Eu gostaria de saber como a CVM, que deveria fiscalizar, fechou os olhos para essa questão.

E ainda tem mais uma.

Depois que a bomba estourou, os conselhos fiscais do BRB renunciaram. Eles eram apadrinhados pelo Governador Ibaneis, e na prática estavam fazendo o que ele queria. O conselho deveria proteger o BRB, mas o que fizeram foi entregar o BRB para o Ibaneis comprar gato por lebre. O senhor poderia dizer qual a sua avaliação sobre essa situação? Você acha que isso foi feito de propósito? Você acha que isso foi feito para salvar alguém? Você acha que usaram o BRB como ferramenta de corrupção?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, só para encerrar, eu vi também várias denúncias de CPFs fantasmas, vários CPFs fantasmas para criar fundos. A CVM não tem um sistema para detectar pelo menos isto, os CPFs?

Eram as minhas perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Só para nós obtermos o maior rendimento desse debate, eu sugiro que o Dr. João Carlos refaça rapidamente a pergunta e dê a resposta, porque, na forma do nosso Regimento, os perguntadores poderão se satisfazer ou não com a resposta. Em não se satisfazendo, eles terão direito à réplica, e, nesse caso, o Dr. João Carlos terá direito à tréplica. Então, seria melhor, nós daríamos um ritmo mais adequado aqui à audiência pública.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY (Para expor.) – Perfeito, Presidente.

Vou tentar... Eu fiz umas anotações, assim, a cada pergunta. Eu começo pelas do Senador Eduardo, que foi o primeiro.

Assim, o Senador falou da omissão da CVM, e eu acredito que, se houve uma omissão, aparentemente, foi na divulgação daquilo que a CVM fez, porque foi muito mais do que a ausência de atuação que tem parecido ao público.

Eu concordo inteiramente com o que o Senador falou sobre a importância da transparência. A CVM se pauta muito por uma máxima de um jurista antigo, um ministro da Suprema Corte americana, um jurista de perfil progressista, o Louis Brandeis, que dizia ou que falava que a luz do sol é o grande desinfetante, e isso aí a CVM aplica muito aos participantes. E eu acho que aqui é um momento, inclusive, de se aplicar a si própria. Então, a gente vem trazer uma transparência, tudo o que foi feito, e também aceitar que algumas coisas não foram feitas por desenho institucional, mas é um desenho institucional justamente que a gente quer aprimorar.

Então, na fala do Senador, havia esta afirmação, uma pergunta já com uma certa petição de princípio, mas de dizer: por que não foi feito nada? Acho que houve uma omissão em divulgar o que foi feito.

Eu trouxe aqui alguns exemplos do que foi feito e que estão fora do radar. Mas, por exemplo, para abrir já com a Compliance Zero, a Compliance Zero é feita depois que a CVM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunica ao MPF, em junho de 2025, os indícios de aporte de quase R$500 milhões em clínicas de laranja. Então, a CVM detectou, em sua supervisão.

A CVM é organizada em diferentes superintendências. Então, tem várias CVMs, tem partes que funcionam...

Em relação ao caso Master, a gente, ao fazer essa autoanálise em relação ao grupo de trabalho, que, em parte, foi em reação à iniciativa da CAE...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vamos observar aqui este cronograma.

Em junho de 2025, a CVM comunicou ao Ministério Público...

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Comunica ao Ministério Público indícios que compuseram justamente uma base grande da Operação Compliance Zero. O que foi isso? Foi a identificação de notas comerciais, de títulos emitidos. O Banco Master empresta ou diz que empresta cerca de R$500 milhões para uma clínica chamada Mais Médicos, que tinha uma receita anual de R$50 mil – anual de R$50 mil!

Exatamente. Não tem qualquer lastro possível.

Então, a gente não sabe ainda se o dinheiro saiu para a Clínica Mais Médicos para, dali, ir para outro lugar ou se já tinha saído e foi inserido no balanço para simplesmente criar um ativo, mas o dinheiro saiu em algum momento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E a CVM já conhecia essa Clínica Mais Médicos?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Não. Justamente chamou a atenção da detecção pró-ativa nesse caso; não foi reativa, não foi nada. Partiram da CVM essas informações cruciais que deram base à Compliance Zero.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Certo.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Isso foi mencionado, inclusive, na sentença contra o Sr. Daniel Vorcaro, do senhor juiz que determinou tudo aquilo que foi feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ela detectou esses indícios ao analisar exatamente esses ativos em uma das várias áreas de fiscalização que estavam olhando o que estava depositado em uma instituição depositária. Aí viram: que títulos são esses aqui para essa clínica minúscula? Quem empresta R$300 milhões para quem tem uma receita de R$50 mil por ano?

Então, eram 200 para a Mais Médicos e 300 para outra clínica lá que era ligada pela mesma pessoa física que aparentemente pode ser um laranja.

Eu preciso falar sempre "aparentemente" porque eu sou julgador. Então, eu não posso simplesmente fazer assertivas definitivas, porque, depois, vão falar que eu não podia julgar o caso, "você prejulgou". Mas vamos dizer que tem uma grande aparência.

Assim, a grande Operação Compliance Zero nasce de uma comunicação da CVM ao MP. Tem outros exemplos aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Esse exemplo tem resposta? Você sabe o que aconteceu, se realmente houve infração?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – O MP usou essas informações. E aí foi um exemplo de as instituições funcionarem bem na sua coordenação. O MP instruiu o caso com outras informações que tinha, interagiu com a polícia. Fizeram aquilo crescer dentro, a partir do que tinham, identificaram outros indícios e fizeram a operação com os resultados que aconteceram.

Além disso, tem uma lista aqui que fala, primeiramente, das comunicações. As comunicações foram pergunta de outro. Vou ainda responder ao Senador Eduardo.

Então, por exemplo, houve processos aqui, alguns dos casos públicos. Todo o material está compilado. Ele vai ser submetido à CAE, mas alguns exemplos: em dezembro de 2023, um processo aberto em dezembro de 2023 é uma aparente infração de um fundo gerido pela Reag que tinha o Master como cotista. Isso, já foi feita a acusação, está aguardando o julgamento pelo Colegiado.

Em agosto de 2022, uma possível manipulação de mercado com um ativo feito pelo Banco Master – então, com a emissão de um fundo chamado Brazil Realty. Então, qual é a acusação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesse caso? Os ativos eram inseridos no fundo por um determinado valor, aparentemente próximo do real; no momento seguinte, aquele imóvel que valia R$100 milhões magicamente passava a valer R$300 milhões, e essas cotas do fundo eram vendidas para fundos cujos cotistas são fundos de pensão – como a gente sabe, problema antigo. E esse é um processo que está aguardando julgamento.

Outro processo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É julgamento da CVM?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Isso, dentro da CVM.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas desde 2023 está esperando isso? Três anos?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Não, porque a acusação... O processo foi aberto em 2022, quando começa o inquérito, tem o andamento das investigações e, finalmente, é feito um termo de acusação. Esse caso... Às vezes, demora mais ou menos por causa de... Tem muitos acusados, fazem proposta de termos de compromisso, muda. Cada processo tem uma história, demora mais para chegar ao fim. Essa é uma questão que eu até vou tratar mais adiante, mas que é uma questão institucional – a CVM realmente tem falta de recursos humanos que permitiriam que os processos andassem mais rápido. Isso realmente seria possível.

Tenho exemplo aqui de outra abertura de inquérito, em abril de 2025, em que o Master usa suas participações em fundos para melhorar o seu resultado, que é exatamente o coração da fraude. Isso foi aberto em abril de 2025. Em maio de 2025, um Fidc do Master adquiriu direitos creditórios muito maiores que o patrimônio líquido do Fidc, para vender ao Master. Então, é aquilo de contar a história para si próprio, que vale mais.

Tem outros exemplos aqui. Em relação ao BRB – já posso até adiantar, quando chegar essa pergunta já vai estar respondida –, foram feitas só na SEP, a superintendência de empresas... E aí tem um ponto importante, que é o seguinte: "Ah, por que não foi feito em relação..."? Por exemplo, a outra pergunta do Senador Eduardo tinha sido sobre transparência em aquisições recentes, pelo Master, do Will Bank, do Voiter. Isso não compete à CVM, é o Banco Central que vê se está comprando ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E que autoriza.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – E que autoriza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Aliás, a aquisição do Pleno foi autorizada em menos de 30 dias.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Já durante a crise de liquidez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Já durante a crise. Em julho, exatamente em julho.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Isso também se refere à pergunta que ele fez sobre conflito de interesse. Dentro de banco a gente não faz, mas a gente faz em fundos. Então, em fundos tem regras específicas de segregação de atividades.

Em relação ao fluxo de informações, também faz parte daquilo que foi feito pela CVM. Tem aqui uma cronologia que mostra o seguinte quadro: além dessa que eu já mencionei, que constituiu uma parte tão importante da Compliance Zero, em 2017 teve um comunicado ao MPF; em 2020 teve comunicados ao MPF, ao Banco Central, à Susep; em 2021, teve comunicados ao MPF e ao Banco Central, dois para cada um; em 2022, teve comunicados para o MPF, para a Receita Federal, para o Banco Central, para a Susep.

Em 2025, tem comunicados para o MPF, para a Receita, para o Banco Central.

Enfim, aí tem lá... Vem a liquidação do Master.

Em relação a essas comunicações, a gente também ampliou o acordo operacional com o Banco Central; está em vias de ser assinado – acho que eu já mencionei isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Já falei. É.

E aí, o que mais de pergunta aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Accioly, eu não entendi.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Por favor.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Essa... Aqui, olha.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Ah. É.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor comentou que esses ofícios eram enviados pela CVM a esses órgãos?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY (Para expor.) – Sim.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sobre o Banco Master?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Aqui é sobre o Master ou o Reag, porque os dois têm uma interligação muito...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Desde quando isso aí?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – O primeiro ofício aqui...

A gente começou a mapear o... Ainda se chamava Máxima, mas não desde a origem do Máxima, porque ele pertencia a outro grupo. A linha de corte, para a gente começar a olhar, foi a era em que ele estava, já, ligado ao Sr. Daniel Vorcaro, para ter, justamente, uma pertinência aqui.

Então, desde 2017, já tem comunicações, comunicações que são feitas quando a CVM está... As áreas de fiscalização identificam indícios, "olha, aqui parece ter irregularidade", e o processo da CVM corre em paralelo. Ela segue investigando, ela promove uma acusação ou não.

Tem casos que viram arquivamento, tem casos que viram ofício de alerta...

Então, assim, a gente já identificou mais de 200 processos abertos, e ainda está na fase de apuração, dentro do grupo de trabalho que a gente organizou, tendo até como exemplo a CAE, para apurar o que é que foi feito com cada um.

Alguns exemplos que eu li foram resultados desses que caminharam, já, para acusações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem vários exemplos de atuações que a CVM fez.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – O processo administrativo sancionador foi interposto quando?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY (Para expor.) – Cada um desses tem uma data.

Eu posso mandar depois o detalhamento da data das acusações porque, por exemplo, em relação ao BRB... E o BRB...

Por que é que o BRB tem uma ótica da CVM? O BRB é uma companhia aberta. Então, por ter ações listadas em mercado, a CVM tem, por competência, verificar. Então, tem 24 processos só em relação ao BRB, Master e Reag aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Esse processo você vai disponibilizar para a CAE também?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY (Para expor.) – Tudo disponibilizado para a CAE.

Uma das perguntas que o Senador fez – V. Exa. perguntou, ao final – era sobre se a gente disponibilizaria as carteiras de ativos, e eu não vou determinar que isso seja feito, porque já determinei e já foi feito. A maior parte já foi enviada pelos administradores dos fundos.

A conclusão dos trabalhos da CVM está prevista para esta semana, e essa parte, que fazia parte de um questionamento específico da CAE, já tem dados preliminares. Acho que...

Não sei se é isso que o Joabe está...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Desculpe estar me incomodando, mas tem uma coisa que está me incomodando.

O senhor falou de 24 processos que já estavam rolando com o BRB, no caso...

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Só o BRB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Então, assim... Mas onde é que houve a falha? Porque estavam correndo os processos, estava acontecendo a investigação, mas aconteceu a situação, a fraude, os rombos. Onde é que houve erro? O que é que a gente pode fazer nesse sentido?

Porque, se a CVM identificou, está ali, comunicou ao Ministério Público, e a fraude aconteceu, onde é que está o erro?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY (Para expor.) – É, o processo da CVM, Senadora, visa...

Uma vez que se identifica uma irregularidade, é feita uma acusação. Os acusados têm direito à defesa, e, ao final disso, vem uma punição, que pode chegar, inclusive, ao descredenciamento das pessoas, porque o que acontece, muitas vezes...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Tudo bem, mas aí ela já lesou, já acabou com a vida das pessoas. Estou falando de previdência, dos IPREVs aí.

Então, assim, a gente tem que realmente repensar esse processo.

Eu não tenho a menor dúvida de que houve uma omissão clara. Não é só da CVM – pelo menos estão aí os processos –, mas em todo o processo, Senador Renan. A gente realmente tem que acompanhar, fazer um pente fino.

Onde foi que houve o erro? Porque, se houve, se foram abertos os processos, estão sendo ainda julgados, e aconteceu a fraude, em algum lugar existe um gargalo nesse processo, ou mesmo a questão da omissão.

A gente realmente tem que avaliar isso aqui dentro da Casa.

Enfim, é só um alerta, porque eu estou ouvindo a sua fala, e está claro que houve, de certa forma, por mais que haja omissão nas falas dos nossos colegas, houve o papel da CVM, houve uma provocação do Ministério Público, mas a fraude aconteceu. E esse recurso não vai ser ressarcido, não tem como ser.

Então, é só um alerta nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero perguntar: para você, na sua impressão, Dr. João Carlos, onde foi que houve o erro, já que a CVM fez o papel dela em alguns processos?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Vou anotar isso aqui, para tentar manter uma ordem aqui.

Seguindo para as perguntas de V. Exa. – ah, ele não está... –, do Senador Esperidião Amin...

Então, a CVM tem método para investigar fundos? Ela tem métodos. Esses métodos são, eu já falei *en passant* no início, mas são mais de 30 mil fundos, R$11 trilhões em ativos. E, seguindo o plano de supervisão baseada em risco, isso é algo, por excelência, um exemplo daquilo que pode ser usado como ponto de aprimoramento.

Pela lógica da fraude tradicional, em que alguém surrupia dinheiro de investidor, porque está contando informação falsa para ele, a supervisão da CVM se concentra nos fundos de varejo e, em relação aos grandes investidores, reage a denúncias e reclamações, porque elas normalmente vêm.

Se você tem um grande investidor que está sendo lesado pelo gestor, o olho do dono engorda o boi e está ali olhando. Então, ele vê que tem alguma coisa errada, denuncia para a CVM, e a CVM reage. Isso tem funcionado bem por muito tempo.

A gente chega aqui a um momento de uma novidade, que é o cotista que está sendo aparentemente enganado, e ele, na verdade, está promovendo esse engano. Então, ele recebe aquilo e não tem por que denunciar.

Não tem por que o Master denunciar, porque formalmente, juridicamente ele consta como investidor. Na prática, o investidor é o dinheiro de outras pessoas, que são os correntistas.

E, nesse ponto, o arranjo institucional atual é essa ótica sobre o balanço dos bancos ser visto pelo Banco Central.

Então, o Banco Central não vê só o balanço do banco; ele vê de todos os ativos dos fundos de investimento também – em que o banco é cotista.

Uma revisão que pode ser feita e que eu acho que é possível cada vez mais, com o desenvolvimento de tecnologia, é que a CVM implemente, e os outros órgãos, ferramentas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

análise agregada de *big data* e inteligência artificial e sistemas de detecção que possam, em vez de só alocar recursos onde pode mais ter risco, tentar, cada vez mais, olhar tudo, ainda mais com a inteligência que a gente adquire de que isso também é uma modalidade de fraude que pode ser feita.

Então, tem essa resposta em relação ao método de detectar fundos.

Aí, em relação ao que é feito quando se olha, você tem a demonstração financeira que é preparada pelo fundo, o auditor independente tem que validar aquilo, e, quando tem atipicidade, como, por exemplo, o fundo multiplicou várias vezes, aí o auditor identifica aquilo, faz anotações – o senhor sabe bem –, e isso aí vai para a superintendência que compete lá na CVM, para olhar o que está sendo feito.

Em outras épocas se fazia por amostragem, falando assim: vamos ver demonstrações, relatórios de auditoria, para ver onde tem detecção.

Isso a gente está apurando dentro do grupo de trabalho, para ver qual foi o encaminhamento dado, porque a gente identificou, sim, que havia relatórios de auditoria com ressalvas, com anotações, abstenção de opinião, e a gente está verificando ainda qual foi o encaminhamento dado a isso pela respectiva superintendência.

Isso ainda está em andamento, mas o certo é que isso vire um processo, vire uma determinação de correção.

A gente está vendo ainda se isso faz parte dos processos que foram instaurados.

Deixe-me ver o que mais que eu estou...

Aqui a próxima: sugestão de aperfeiçoamento à legislação.

Bom, tem uma que eu... Além da que o Senador Presidente Renan Calheiros apresentou, que não conheço a fundo ainda, mas, pela descrição que me foi apresentada, já está no mínimo num excelente caminho de aumentar a responsabilização daqueles envolvidos, existe uma linha de se criar uma lei de *whistleblower*, que é incentivar as pessoas a denunciarem aquilo que elas veem de errado, porque a fraude tem o problema de ela ser desenhada justamente para não ser detectada. Muitas vezes ela engana os auditores até.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O auditor não tem a competência de fazer o que a gente chama de auditoria forense, que é de detectar fraude. Ele detecta atipicidades. Então, você incentivar pessoas a denunciarem, para poder receber uma parte do que é recuperado, é uma medida interessante.

Eu também já mencionei, em fóruns de discussão, sobre você aumentar o poder de cotistas de fundo de processarem quem lesou o fundo, para ressarcir o fundo, e ele também ter um benefício econômico.

Isso é apenas a aplicação de um instrumento que já existe nas S.A. e já existe – que pode ser aprimorado – nos Estados Unidos com bastante uso, que se chama ação derivada.

Isso pode ser feito também para você aumentar o número de pessoas que têm interesse em recuperar dinheiro para o fundo. Isso é uma medida que também acho que pode ser cogitada aqui pelo legislador.

A transparência sobre os cotistas, que eu acho que é uma coisa, a meu ver...

Aqui eu não posso falar institucionalmente pela CVM, porque a gente nunca discutiu isso, mas, na minha opinião pessoal, por que nas limitadas a gente tem a informação de quem são os sócios na junta comercial, algo público, e, nos fundos de investimento, que são essencialmente sociedades empresárias, só têm objeto diferente, não tem os cotistas abertos?

E aí fica assim: "Ah, mas isso é sigilo fiscal..". Sigilo fiscal? Então, você não abre uma empresa; você tem uma conta só guardada.

Se você faz um empreendimento que lida com terceiros, por que não se identificar? Eu acho que isso é algo que pode ser no mínimo debatido.

A minha opinião agora é de que poderia ser aberto. Acho mais coerente que você abra quem são os cotistas.

Uma sugestão também de aperfeiçoamento não exatamente de legislação, mas de regulação, é isso de você, nessa supervisão baseada em risco, trazer outros elementos que estão em risco, que a gente viu que estavam, que foram usados para...

Aí, depois, passando para as perguntas de V. Sa. – V. Exa., desculpe –, assim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CVM, sim, sabia desde 2022... Não foi nem de 2022; desde antes até já começava. E aí não é que não fez nada, ela fez vários processos, está fazendo; alguns poderiam ser mais rápidos.

Realmente, eu inicialmente era cético, devo confessar. Quando eu ouvia comentários de que precisa de mais recursos, precisa de mais gente, eu pensava: "Bom, acho que talvez possa ser uma questão de reorganizar internamente". Mas eu fui vendo realmente, especialmente a partir de ser interino e me inteirando lá com as áreas, que não, o pessoal trabalha além da capacidade máxima. Tem muitos servidores que têm uma dedicação, assim, exaustiva mesmo. E aí você vê que tem acúmulo de processos por pessoa, e aquilo poderia ser mais rápido se tivesse mais gente; mas também tem recursos tecnológicos que precisam ser feitos.

Preciso dizer só um rápido parâmetro: de 2015 para cá, em valores ajustados pela inflação, o orçamento discricionário da CVM foi reduzido em 70%; ele é 30% hoje do que era em 2015, sendo que o mercado cresceu bastante. Isso não é este Governo ou aquele Governo. O Governo atual, inclusive, aumentou substancialmente o recurso, o discricionário, mas foi de R$20 milhões para R$30 milhões; ou seja, de 80% de redução foi para 70% de redução. É um aumento de 50% para o que a gente tem, mas ainda é aquém do que é necessário para ter sistemas. Hoje, a gente, a CVM, tem sistemas que são operacionalizados pela bolsa, pela Anbima, por participantes, e isso, idealmente, deveria estar dentro da própria CVM, que precisa de orçamento.

Isso é parte do que a gente já está fazendo, tá? Reprogramar uns usos que estavam previstos para recursos e fazer o seguinte: "Estes recursos aqui deveriam ser mais bem aplicados em sistemas de supervisão, em algoritmos de desenvolvimento". Um exemplo do que pode ser feito, já está sendo feito, vinha sendo negociado desde o começo do ano passado, concluiu-se em dezembro, foi uma ampliação do acordo de... não, não foi, isso eu já falei; foi um decreto de reorganização interna da CVM. Então, contou com o apoio do Governo, que editou um decreto presidencial em dezembro que criou novas superintendências na CVM, especialmente uma de integração entre as superintendências e aprimoramento por uso de ferramentas tecnológicas. Porque não é só um pedido de ter mais estudos anteriores da CVM, de falar assim: "Ah, precisa de mais 500 funcionários". Acho que isso está em revisão. Tem lá um plano, conforme os critérios do MGI, do Ministério de Gestão, em que esse número provavelmente é menor, mas acho que ele pode ser ainda menor com o uso de ferramentas tecnológicas que podem fazer uma análise, filtragem de dados. A gente fez um exercício fazendo retrospectivamente um algoritmo que, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivesse detectado atipicidades, sem falar nada de Americanas, sem falar nada de Master, um algoritmo mostrou que aqueles casos teriam pulado com sinais de alerta. Então, às vezes, um simples algoritmo pode fazer mágica.

O que há mais de perguntas aqui?

O BRB tem vários problemas. Só do BRB eu mencionei aqui que tem 24 processos, estão sendo olhados. Não tenho ainda como me aprofundar muito, mas está...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Quais são os principais problemas?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Tem irregularidades na venda de ativos do Master ao BRB. Aí a lógica é que, como o BRB é uma companhia aberta, quem tomou aquela decisão que vai lesar os acionistas do BRB está sujeito à fiscalização da CVM. Por ser companhia aberta, e não por ser banco.

Outro, você tem...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – A fiscalização é em cima do CPF ou é... da instituição?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – É de ambos, de ambos. A CVM tem... O sistema punitivo da CVM vai em cima dos CPFs e do CNPJ. Quando se entende que o CNPJ estava sistematicamente envolvido naquilo, ele é punido também. Diferentemente do direito criminal, no administrativo sancionador, você tem sanções para pessoa jurídica. Em certos casos, quando você vê que a instituição foi tomada por pessoas que estavam se usando daquela posição para lesar inclusive a própria pessoa jurídica, aí a pessoa jurídica é até parte do réu ou até parte dos réus, até porque isso fornece muitas informações para melhorar a decisão do julgador. Mas, se se entender que no fim a instituição foi também uma vítima, a instituição não é punida, porque você puniria novamente os acionistas que já perderam com a... Mas a resposta é: sim, as instituições, a pessoa jurídica, e as naturais são acusadas.

Tem outros. Então, tem, assim, investigação que diz que o BRB fabricou contratos, para justificar desvio de 12 bilhões, então tem esclarecimento dessa companhia e tem o processo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decorre daí. Esse aqui já é... Esses aqui eu marquei como depois da liquidação do Master, mas são 5, então 19 foram anteriores à liquidação, só para tirar o caráter de "ah, vão fazer alguma coisa agora", entendeu?

Tem todos aqui e estão à disposição da CAE, mas...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif.

Com a palavra V. Exa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, ele é o próximo inscrito? Porque eu só queria uma informação sobre a questão do...

Existem, hoje, duas vagas de diretoria abertas, ainda, na CVM? Está faltando sabatinar, parece...

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY (Para expor.) – Não. Existem duas vagas a serem sabatinadas, porque já foram indicadas pela Presidência da República, então uma é do Presidente, porque o mandato do Presidente vai até julho de 2027. O Presidente anterior renunciou em julho de 2025, e o mandato dele iria até julho de 2027. Então, para esse mandato-tampão, houve a indicação já do Presidente da República, para ocupar essa vaga. Houve também a indicação de um Diretor para ocupar uma das vagas de diretoria. E há uma vaga, ainda, em aberto, para a qual falta ser indicada. Então, são três vagas que o colegiado não tem hoje: duas já foram indicadas, mas ainda estão aguardando para se fazer a sabatina e tudo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu queria pedia a V. Sa. o seguinte: tem um projeto tramitando na Câmara Legislativa, agora – estão discutindo isto hoje lá –, sobre a questão da constituição de um fundo imobiliário para cobrir esse roubo, esse rombo que tem lá no BRB. Teria como V. Sa. disponibilizar rapidamente esse processo, para eu dar uma olhada, até para comunicar?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Não, tudo o que nós temos está disponibilizado já hoje, e o que faltar a gente disponibiliza à medida que for chegando, está bom?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Primeiramente, eu quero parabenizar o senhor, porque a questão do Banco Master hoje estarreceu o Brasil. São, até a última informação que eu levantei, mais de R$50 bilhões que foram lesados – e quando nós falamos "lesados", são brasileiros lesados –, brasileiros lesados que acreditavam na instituição do Banco Master.

Mas o Banco Master era fiscalizado pela CVM – pelo menos deveria ser...

Dr. Accioly, o senhor trouxe aí informações importantes. Segundo me consta, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, que tem por finalidade regular, desenvolver e fiscalizar o mercado de capitais no Brasil, atuando na proteção de investidores contra falsas informações.

Sr. Presidente, eu queria que o senhor refletisse comigo. Hoje, segundo os dados oficiais, existem aproximadamente 500 servidores federais na CVM – 500 servidores! Não é pouca coisa. A média de salário dos diretores e do Presidente da CVM é exatamente o salário de nós Senadores, aproximadamente R$30 mil, que é um salário que é dez vezes a média do salário do brasileiro. Ou seja, realmente é um pessoal privilegiado, recebe muito bem e tem uma estrutura muito bem organizada para fazerem seus trabalhos.

Dr. Accioly, qual é a minha pergunta para o senhor? Não sei se o senhor sabe que existia um banco no Estado de Santa Catarina, meu estado, chamado Besc (Banco do Estado de Santa Catarina). O senhor sabe quando o Besc foi liquidado? Em 2003. Como é que nós explicamos para a população brasileira que a CVM aceitava R$800 milhões como um ativo verdadeiro do Banco Master, e 500 servidores da CVM, incluindo o senhor, não tiveram a competência ou não tiveram o cuidado – nada pessoal contra o senhor, mas é uma reflexão – de entender e de verificar que um banco que foi executado em 2003 tinha ativos e capitalizava com isso? Ou seja, o Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Master disse assim para o mercado: "Mercado, eu tenho R$800 milhões do Banco do Estado de Santa Catarina", mas é uma mentira de um tamanho descomunal. Cadê a CVM?

Como o Senador Eduardo Braga comentou, a CVM não é réu primário. Existem várias outras falhas no passado que mostram que algo de errado ocorre. Aí, eu me reservo o direito de pensar: será omissão, Sr. Presidente? Será conivência? Será incompetência? Será leniência? Será corrupção ativa, passiva, tráfico de influência? Algumas dessas questões ou várias questões dessas estão envolvidas. Porém, no depoimento, Sr. Presidente, do Dr. Accioly, ele comentou que já há alguns anos a CVM, pelo menos parcialmente, tem feito o seu trabalho de denunciar às autoridades irregularidades do funcionamento do Banco Master.

Portanto, eu peço a V. Exa. – porque é um trabalho fundamental que o senhor está fazendo, um trabalho que a CAE está fazendo, que com certeza o Senador Eduardo Braga já explanou muito bem, é um trabalho que hoje o Congresso Nacional, na nossa atribuição de fiscalização, deve fazer, e o senhor liderou esse processo através da Comissão de Assuntos Econômicos –, eu gostaria de pedir a V. Exa. que incluísse para quem a CVM... Ele tem ali um gráfico, ele mostrou um gráfico ali, o Accioly, com tudo que ele foi denunciando ao longo do tempo.

E, por último, Sr. Presidente, queria pedir que sejamos aqui, nós Senadores – através desta Comissão e dessa missão especial que o senhor está fazendo dentro desta Comissão –, corajosos para realmente buscar os culpados por esse escândalo de proporções bilionárias que lesou cada um dos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Dr. João Carlos.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY (Para expor.) – Obrigado...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ah, Senadora Leila.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Foi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Bagattoli e Senadora Soraya Thronicke.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

João Carlos, você sabe que o maior escândalo da história, talvez dos últimos 30 anos, vai ser essa situação do Banco Master. Você sabe que passamos por aquela situação do Banco Santos lá atrás, e agora jamais eu imaginaria que nós íamos chegar numa situação como essa que chegou.

O que mais me preocupa disso tudo é que existe omissão da CVM, existe omissão do Banco Central, não sei o que aconteceu com o Ministério Público nessa fiscalização. E agora o que mais me entristece disso tudo é que eu vejo que há uma disputa para que isso não seja investigado, e isso inclusive pelo nosso Supremo Tribunal Federal. Há uma preocupação muito grande para o país nessa situação.

Eu vou lhe dar um exemplo aqui. Em 2025, eu protocolei um requerimento aqui nesta Casa... O Senador Renan Calheiros, nosso Presidente aqui da CAE... Você pode verificar lá que o Basa, naquela época, antes de o Presidente renunciar, já tinha aplicado em torno de R$50 milhões, R$60 milhões em títulos podres – Banco da Amazônia. E eu protocolei, inclusive, aqui um requerimento para que o Sr. Luiz Lessa, Presidente do banco, viesse aqui dar esclarecimentos sobre essa situação, e ele vai ter que vir aqui a esta Casa, Presidente Renan Calheiros, dar explicação. Por quê? Porque esses institutos de previdência dos funcionários não podem perder dinheiro, ninguém pode perder. E, lá atrás, o Banco Basa já teve que ressarcir os correntistas porque aplicou no Banco Santos. Quero ver como que ele vai fazer nessa vez agora, com esses acontecimentos.

Quero dizer para você que os próprios FIDCs têm que ter uma auditoria externa, mas também podem ser auditados também pela CVM. Agora, fica uma pergunta no ar: por que a CVM demorou tanto tempo para deixar essa situação explodir?

É que nós não sabemos ainda... Aqui eu ouvi o Senador Jorge Seif falar em torno de R$50 bilhões – nós não sabemos se é R$50 bilhões, se é R$60 bilhões, se é R$100 bilhões. Eu faço a seguinte pergunta: a CVM e o Banco Central têm esses dados para esclarecer para a população brasileira? Qual é o valor aproximadamente real dessa situação? Por quê? Porque eu falo para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você: foi uma omissão muito grande, mas muito grande, da CVM; foi uma omissão muito grande do Banco Central. E aqui nós não estamos discutindo quem é Governo, quem não é Governo, de que partido é, de que no partido não é. Nós queremos saber. O povo brasileiro não pode arcar com esse prejuízo, principalmente os correntistas, porque você sabe que só vai cobrir até o valor de R$250 mil para quem aplicou em CDBs – e se aplicou ainda em CDBs; se aplicou nos títulos que não são títulos garantidores, vai perder tudo. E o que mais me preocupa são os fundos de previdência. Os fundos de previdência são o que mais me preocupa. Eu ouvi falar, não sei se é real, do caso do Amapá: 400 milhões. Como que fica isso? Responda para nós: isso vai ser ressarcido? Alguém vai pagar por isso? E digo mais, quem foi responsável por esses fundos, as pessoas que são responsáveis, onde colocaram esse dinheiro? Porque, se colocaram dentro do Banco Master, a própria CVM não viu que isso era um fundo de risco? Como que fica essa situação?

Porque nós precisamos esclarecer isso para a população. Se tiver políticos envolvidos, vão ter que pagar por isso. Se tiver pessoas dos judiciários envolvidas, vão ter que pagar por isso. O que nós não podemos mais aceitar é o que está acontecendo com a própria Receita Federal, pessoas que estão tentando investigar vão ser presas, vão sair de tornozeleira. Aonde nós vamos chegar com isso? Como é que vamos fiscalizar isso? De que maneira vamos fiscalizar? De que maneira nós vamos dar transparência para a sociedade?

Olha, eu conheço parte do sistema financeiro. Antes de ser político, eu sou empresário. Eu conheço parte do sistema financeiro. Agora, nós não podíamos... Eu jamais imaginei que nós íamos chegar a isso aí.

Quero deixar mais três perguntas aqui para você.

Havendo denúncias ou comunicação sobre o caso, a CVM adotou medidas para garantir a proteção do denunciante, evitar qualquer tipo de retaliação? Quais são esses mecanismos?

Como a CVM avalia a proposta de transferir a regulação e fiscalização de fundos de investimentos para o Banco Central? Isso traria mais eficiência ou poderia gerar uma fragmentação prejudicial ao mercado de capitais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a última pergunta. Com mais de 120 processos envolvendo o Grupo Master e a Reag, qual é a expectativa da CVM quanto ao desfecho sancionador? De que forma o resultado dessas ações poderá servir de baliza para desencorajar práticas similares no mercado?

É muito grave. Sei que você está na Presidência interino, mas me desculpe. Foi uma falha da administração inteira, tanto da CVM quanto do Banco Central. Isso não pode passar impune, isso tem que ser investigado. Nós precisamos saber, o povo brasileiro quer saber qual é o valor real do prejuízo para os correntistas e do prejuízo, principalmente, para essas pessoas, esses funcionários, que não têm nada a ver e esse dinheiro foi aplicado lá indevidamente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Soraya Thronicke, com a palavra V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, na sua pessoa e na pessoa do Senador Kajuru cumprimento todos os colegas aqui. Quero parabenizá-lo pela agilidade nos trabalhos. É muito gratificante participar de um grupo de trabalho tão ágil, tão sério, de pessoas de vários espectros, de vários partidos, mas que estão se comportando à altura da gravidade que este caso merece.

Dr. João Accioly, não é de hoje que eu o conheço, prazer em revê-lo. O senhor tem um currículo muito bom e respeitado, que eu respeito, o senhor sabe disso. E, na qualidade de advogada, eu vou lhe dar também – é óbvio – o benefício da dúvida. Não gosto de acusar, jamais, e eu creio que, sim, você está tentando dar as respostas e disponibilizar documentos que estão faltando.

Mas eu gostaria de saber, porque eu não sei se todos ignoram essa questão, mas dentro dos processos administrativos da CVM, qual é exatamente o limite da competência desses PADs? E, nesses PADs, quais seriam as penalidades mais graves possíveis de serem aplicadas? Se o Banco Master... Lógico, vocês não vão prejulgar aqui, mas o Banco Master estaria perto de ter essa reprimenda mais grave dentro do âmbito da CVM. Lógico, vocês não são o Judiciário, então há limites. Há limites também, porque vocês não são o TCU. Então, eu quero saber o limite da competência. Nós sabemos que hoje a CVM possui, pelo menos, 126 processos administrativos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abertos relacionados ao Banco Master, Reag, Trustee e outras entidades de grupos desde 2017. Desses 126 abertos, quantos já foram julgados? Quantos foram arquivados por prescrição ou pedidos de vista sucessivos? Qual o tempo médio da tramitação desses processos? E outra questão que eu considero importante: de quem é a legitimidade para propor esses PADs? Quem tem legitimidade? Eu tenho? Qualquer do povo tem? Ou somente membros da CVM ou investidores? Não sei. Quem tem legitimidade?

Bom, em 2020, o TCU já apontava a falta de jurisprudência consolidada, transparência e governança na CVM. Quais medidas concretas a autarquia adotou desde esse tempo para corrigir as falhas? E por que, mesmo após a auditoria, o caso Master pôde evoluir até a liquidação extrajudicial? Evoluiu, foi muito longe. Gostaria de entender o porquê.

Muitas perguntas aqui já foram feitas. Eu vou pular algumas.

Gostaria de entender por que a CVM aceitou termos de compromisso de 6,1 milhões que arquivaram processos contra Daniel Vorcaro, Luiz Antonio Bull e outros executivos ligados ao Master sem reconhecimento de culpa. Qual foi o critério para aceitar valores tão baixos diante de prejuízos bilionários a fundos de pensão e investidores? E em quantos outros casos do Master foram firmados acordos semelhantes? Sabe-se também que, em dezembro de 2025, o colegiado rejeitou, por unanimidade, uma proposta de 21 milhões do Banco Master, Vorcaro e Viking. O que mudou da análise entre esses acordos aceitos no passado e esse rejeitado? Sendo que esse é muito maior, 21 milhões; o outro foi 6,1.

O senhor considera que o instituto do termo de compromisso está sendo usado de forma excessiva para casos graves de fraude? Pergunta.

Uma pergunta que eu fiz também aqui, nosso colega que possui FIDCs, o Fundo Garantidor (FGC), cobre apenas partes dos CDBs. E quanto aos FIDCs e fundos geridos por entidades do grupo? Como é que funciona?

Por fim, eu gostaria que o senhor pudesse passar para os nossos aposentados, pensionistas e pequenos investidores que perderam recursos, como amigos meus, inclusive a minha nora... Abaixo de 250 mil vai receber, mas eu duvido que vá receber com os juros propostos, aqueles juros robustos. Vai demorar para receber, mas ali ela perdeu, no Master, perdeu até o momento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda a economia de uma vida. Ela é violinista, musicista e sofreu muito para juntar esse recurso. Então, em nome dela, eu penso em todas essas pessoas.

Então, o que o senhor diria para acalentar o coração dessas pessoas, desses pequenos investidores, dos pensionistas? Os grandes, acima de 250 mil, esses aí já estão perdidos e já sabem, de repente, como que vão fazer ou que está impossível de se fazer.

Mas qual é a mensagem de confiança que a autarquia pode transmitir ao mercado e aos investidores após esse escândalo? E como é que fica a nossa imagem, do mercado brasileiro em geral, para o mercado exterior diante desse escândalo e diante do teu conhecimento, porque eu sei que V. Sa. possui, sim. Como é que o senhor vê o futuro do nosso mercado, da nossa bolsa, enfim, dos investimentos que viriam para o Brasil, se há uma perda significativa e qual seria, sei lá, o tamanho dessa perda, se for possível imaginar?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra, o Sr. João Carlos.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Então, inicialmente, Senador Jorge Seif, a fiscalização pela CVM... Falou-se muito do Besc, né? Então, é importante lembrar...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – São as cártulas do Besc.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – As cártulas do Besc, exato.

Então, assim, tem os... Lembrando, os CDBs que são emitidos pelo Banco Master não são uma atribuição da CVM, mas o Besc estava num fundo que era...

Só um instantinho aqui que eu...

A situação do Besc era um Fidc, né? Comprou esses ativos. Esses ativos foram identificados, essa questão foi identificada pela CVM; um inquérito foi aberto em 2022. Em 2025, o inquérito foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concluído, virou uma acusação; existe uma acusação em andamento. Então, assim, foi algo que a CVM identificou, propôs a acusação, e a acusação está em andamento. Então, eu acredito que, como foi no fim de 2025, que foi o inquérito, ainda deve estar em prazo de defesa, né? Então, esse é um processo que será julgado, né?

Então, é importante ter esse caso como mais um exemplo de algo que foi feito pela CVM em suas competências.

Tem outra questão de... Então, qual a falha? Eu acho que a gente pode pensar... Talvez ainda seja cedo para identificar as falhas, porque a gente está ainda em um grupo de trabalho para ver, dentro da CVM, cada área. Tem áreas que fizeram muito, tem outras áreas que, aparentemente, não tanto. E aí a gente está identificando, por exemplo, que havia auditorias com apontamentos. A gente ainda está vendo o que foi feito na sequência disso. Vai haver no relatório exatamente uma visão introspectiva para aprender o que funcionou bem, o que não funcionou bem, e daí poder aprimorar. Pode ter havido erro? Sim, certamente não é impossível, mas o que aparece primeiro, até por naturalidade, são os vários acertos. Agora, os erros vão aparecer também.

E aí, o que mais? Os FIDCs têm auditoria externa pela CVM. Isso é feito exatamente naquela supervisão baseada em risco. Agora, e quanto à carteira dos FIDCs... Porque tem um contexto que é o seguinte: o Fidc, economicamente, acaba fazendo um papel muito equivalente ao banco. Então, tem o jargão que fala de atividade parabancária, o *shadow banking*, o *parallel banking*. E disso aí, por compor o cenário todo do sistema financeiro, por cuja rigidez o Banco Central zela, o Banco Central tem conhecimento, olha os FIDCs e tem que olhar mesmo, é a atuação prudencial. Então, assim, naquele contexto da discussão de o Banco Central ter competência sobre o fundo, ele já tem o acesso à informação e faz sentido que ele possa ter algum instrumento prudencial de intervir, algo que não existe hoje em nenhum dos campos. A CVM também está ampliando essa área. Então, na área, foi criada uma superintendência dentro desse decreto de dezembro, que vinha sendo discutido desde o início do ano, e trazer a supervisão prudencial para o âmbito dos fundos. Então, vai ser uma coisa de complementaridade com o Banco Central.

Os dados... Ah, quais os valores, não é? Então, assim, você tem aqui um número de mais ou menos 50 bilhões, que é o que está coberto pelo FGC – na prática, é um rombo no FGC – e tem pelo menos mais 10 bilhões, 11 bilhões que não estão cobertos. Então, são valores realmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

muito expressivos. Quem paga? Quem paga é quem causa. Então, por exemplo... Daí entram aquelas ideias que eu cheguei a comentar, mas, ao se identificar quem causou as fraudes, as pessoas têm responsabilidade civil sobre isso. Se você violou seus deveres como gestor de um fundo, como gestor da instituição financeira... No Brasil, tem um sistema interessante de responsabilização em que, nas atividades bancárias, os membros têm responsabilidade pessoal, o patrimônio fica todo indisponível. Então, há que se ter toda uma fase de responsabilização e apuração desses prejuízos. Os números que eu tenho mais atuais são esses dessa ordem; agora, podem ser acrescidos.

Agora, o que mais? Fundo de previdência. Na sua maior parte, pelo menos – não sei se teve alguma exceção disso – até onde a gente apurou... Depois, reiterando o compromisso de dar as informações atualizadas... Os fundos de previdência, talvez até por causa da fiscalização da CVM mais atenta aos fundos de investimento quando os cotistas são fundos de pensão, investiram muito num título chamado letra financeira, diretamente do Banco Master.

Então, isso não tem competência da CVM, isso fica fora do perímetro regulatório, tem sido usada essa expressão. Então, a CVM não olha as emissões de letras financeiras pelos bancos para investidores. Então, os fundos de pensão compraram muitas letras financeiras. Isso fica já dentro da atribuição do Banco Central.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, se me permite, só por causa desse tema.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quais são os fundos cuja fiscalização é do Banco Central e quais são os fundos cuja responsabilidade é da CVM? Porque tem esse...

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – É assim: todos os fundos são de competência da CVM, tá? Tem uma parte de... Por exemplo, você tem fundo de investimento em ações, fundo imobiliário, fundo em investimento financeiro, fundo multimercado, fundo de renda fixa... Todos são de competência da CVM. Então, ela verifica o que se faz, o que o gestor, o administrador faz em relação ao fundo, o que a conduta está fazendo, verifica se há fraude ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não. Dentro desse cenário, ela tem esse foco nos fundos de varejo, o foco proativo de ficar procurando o que tem de errado nos fundos de pequenos investidores.

Os fundos de grandes investidores, fundos exclusivos – em que normalmente os reguladores do mercado de capitais nem têm competência no mundo; a CVM tem –, normalmente isso fica dentro de uma postura reativa, porque tipicamente o titular daquele patrimônio identifica quando tem alguma irregularidade e comunica, denuncia, e a CVM reage. Nesse caso, qual é a competência do Banco Central? O Banco Central, como tem que zelar pela higidez do sistema financeiro, olha todos aqueles fundos que têm características bancárias, cujo funcionamento econômico é equivalente, para a economia, a uma instituição financeira que é o parabancário, ou *shadow banking*, como se fala. Então, ele tem acesso a essas informações para ver o grau de alavancagem do sistema, possíveis repercussões sistêmicas. Ele examina todos os FIDICs desde 2018, eu acho, e ainda remanesciam alguns tipos de fundos que podem ter carteira de crédito em seus ativos. Esses aí foram recentemente incluídos no acordo de cooperação para que não só o Banco Central tenha acesso às informações também, embora a maioria já tivesse, como os usuários também possam ter acesso a isso e alimentar o sistema.

O que mais? Proteção...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É só, Presidente, porque nós estivemos no Banco Central e um dos itens que foi colocado foi esse, de que o Banco Central não tem autonomia e não fiscaliza diversos fundos, parece que ele só cuida dos fundos estruturantes, né? E eu fico assustado também com essa questão, porque todos os fundos têm que ter auditoria independente.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Isso; têm.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E aí parece que esses auditores têm que ser penalizados também, por mais que sejam meus colegas.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Fica sob a competência da CVM, sim. E o Banco Central, faz sentido que ele tenha uma fiscalização que, na verdade, ele já exerce. O que pode faltar, a meu ver, nessa discussão de ampliar a competência do Banco Central – até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como o Ministro de Haddad muito bem colocou, depois explicando acho que o projeto –, não é retirar competências da CVM, mas é acrescentar algumas ao Banco Central, porque a CVM não tem, por exemplo, a atuação prudencial de ver, assim: "Isso aqui está com risco de quebrar, eu vou intervir para interromper o funcionamento", né?

Outras perguntas aqui que fizestes, Senador.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Só para concluir, inclusive os FIDICs a CVM fiscaliza, não diretamente a CVM. Uma auditoria externa tem competência para fiscalizar, para ver até para quem os FIDICs vão emprestar aqueles valores, para ter uma segurança maior, se vai ter o retorno. Ela tem competência para fiscalizar, para ver até para quem os FIDCs vão emprestar aqueles valores, para ter uma segurança maior, se vai ter o retorno.

Agora – eu só quero concluir em menos de 30 segundos – Daniel Vorcaro: se ele fez isso tudo sozinho, para começar, ele tinha que estar guardado a sete chaves. Ele tinha que estar guardado a sete chaves, não da forma como ele está. Agora, eu digo assim: se ele fez isso tudo sozinho, sem ter participação de ninguém, nós temos que congelar o cérebro dele (*Risos.*) para fazer um estudo daqui a cinquenta, sessenta, cem anos, porque ele é o maior gênio do mundo que eu já vi até hoje no mercado financeiro.

Obrigado, Presidente.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY (Para expor.) – Complementando aqui as perguntas que eu tinha anotado, que eu acho que ainda não enderecei, então...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – As perguntas da Senadora Soraya?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Sim, estou chegando a elas, ainda faltam algumas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ah, perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Então, proteção aos denunciantes. Tem os mecanismos de denúncia privada, isso é parte também do que está sendo apurado, porque pode ter havido algum vazamento, e isso é gravíssimo. Se tiver aparecido, isso vai compor relatório e a gente vai tomar as medidas necessárias, porque o sistema hoje já tem um problema de falta de incentivo a denunciar. Então, é aquela ideia do projeto de *whistleblower*, de dar legitimidade para cotista de fundo de investimento propor ação em nome do fundo e ficar com uma parte daquilo lá; você tem incentivos econômicos para promover denúncia. Agora, do jeito que pode ter acontecido, de não só não ter incentivo, e ainda ter um desincentivo, de você denunciar e ainda ser exposto, é gravíssimo. Então, se tiver acontecido isso, isso também vai fazer parte do relatório, mas eu sei que há sistema de proteção, eu já o vi funcionando, eu já vi porque tem mecanismos de denúncia anônima, pedidos de denúncia anônima. A gente vê a regra, agora, se tiver havido a exceção de alguma violação, isso vai aparecer e vão ser tomadas as devidas medidas.

A transferência, como eu avalio a transferência para o BC? Eu acho que não deveria ser transferido nada para o Banco Central que cabe à CVM. O que pode haver é uma ampliação de alguma ferramenta que o Banco Central não tenha diretamente ainda, porque indiretamente ele já tem todas. Pelo acordo operacional vigente, se ele precisa que a CVM faça algo, ele pode requisitar que a CVM exija uma informação e tal, mas ele já recebe, tem toda essa transparência sobre as carteiras de crédito que compõem os fundos, sobre os cotistas que esses fundos têm, mas, eventualmente, ele pode sentir falta de um instrumento, por exemplo, de intervenção. "Ah, vou precisar liquidar esse fundo aqui." É coerente que os fundos que se assemelhem a bancos tenham uma resposta institucional, uma competência institucional do Banco Central, a mesma que cabe aos bancos. Então, enquanto for harmonicamente algo em que tudo aquilo que se assemelha a uma atividade bancária tenha a mesma infraestrutura regulatória, fiscalizatória do Banco Central, acho que faz todo sentido.

Acho que já não faz nenhum sentido que fundos que não têm essa característica bancária passem ao Banco Central, porque a CVM já faz isso há muito tempo. Inclusive, quando você vê... Pelos acordos operacionais, é previsto que o Banco Central faça sugestões às regulações de fundos, e quando você observa nos últimos anos as grandes reformas que houve de regulação, o Banco Central não apresentou sequer sugestões de mudança nas propostas que eram submetidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao público inteiro para fazer sugestões. A CVM tem um histórico muito democrático de submeter as suas propostas regulatórias à audiência pública, à consulta pública. Então, recebe sugestões de todo mundo assim.

Então, o Banco Central também não teve. Aparentemente, supõe-se que esteja de acordo, que aquelas propostas estavam de acordo, inclusive são muito elogiadas. O regime regulatório, as regras que estão vigentes são muito elogiados no Brasil como o estado da arte. O que a gente está vendo aqui são possíveis e aparentes ineficiências na aplicação das regras. As regras em si são boas, a gente precisa ver como que as instituições estão aplicando essas regras. Você tem uma regra que diz que não pode ter fraude, que a auditoria vai verificar; agora, se isso não é aplicado, isso é um outro problema.

Então, o que mais que faltava aqui? Mais de 120 processos. A expectativa da CVM é que todos aqueles que virarem acusações sejam julgados. O que a gente espera, mais como cidadão até do que como membro da comissão, é que as acusações venham sólidas, venham com elementos de prova robustos, porque, pelo que a gente tem visto dos fatos, parecem não faltar elementos para compor acusações sólidas e que venham a resultar em condenações.

Em relação ao alcance das punições, já passando para as perguntas da Senadora Soraya, o limite é a competência da CVM. Então, é aquilo que eu já falei: ela vai poder punir gestores de fundos, gestores de instituições de companhias abertas. Em 2017, a lei aumentou substancialmente o limite da multa, então às vezes é mais grave até do que certas condenações criminais. Especialmente quando tem substituição de pena restritiva de liberdade por pecuniária, você tem limite que é o maior dos valores – então, R$50 milhões ou até o triplo da vantagem econômica indevida que se teve, o triplo da lesão causada. Então, as punições têm o potencial de ser elevadíssimas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Deixe-me só fazer um adendo aí.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Os PADs estão aguardando prova emprestada de processos judiciais ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY (Para expor.) – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Dos 126 em curso, vocês ainda estão investigando?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Tá, então, porque aí depende.

E aí o que eu faço com a insolvência, com a falência de um devedor desse? A responsabilidade pessoal, do jeito que está, eu acredito que o patrimônio pessoal não vai conseguir pagar. Como é que faz isso?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Em relação aos processos em andamento, tem diferentes fases. Então, por exemplo, tem um processo pelo menos que já está pronto para ser julgado – assim, quase pronto, porque ele precisa ser redistribuído; ele estava de relatoria do ex-Presidente interino Otto Lobo. Aí, pelas regras lá da CVM, quando se encerra o mandato, aquilo precisa ser redistribuído, então vai ser redistribuído na próxima reunião de colegiado, que teria sido até hoje – na verdade, isso ficou adiado. Então, terá um novo Relator. Esse já tem as defesas, já tem tudo, já está pronto para o julgamento.

Tem outros. Tem um que eu mencionei aqui, mais recentemente, em que foi feita acusação e que, acredito, ainda está em prazo de juntada de defesas. Tem outros, como a própria Senadora apontou, cujo encaminhamento foi um encerramento por celebração de termo de compromisso.

E aí, passando até às perguntas relativas ao feito de termo de compromisso, cada processo trata de determinadas acusações. Então, você pode ter um de R$6 milhões que foram as contrapartidas pagas, teve um de 3, teve um de 6, teve esse rejeitado de 21... E esse, inclusive, demorou, porque houve proposta, depois houve um entendimento da área técnica de que seria de R$300 milhões, depois houve outro que baixou para 12, e ficou num vai e vem de negociação...

E uma pergunta que eu acho muito pertinente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Só para...

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Eles são públicos?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Tudo é público. Tudo 100% público.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Tudo público. A gente pode ter acesso a esses...

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Estão no *site* da CVM, e depois até indico já para facilitar.

Normalmente, uma pergunta que... O termo de compromisso está sendo usado excessivamente? Eu acredito que não, porque tem razões... Por exemplo: por que um de 21 foi rejeitado e um de seis foi aceito? Por causa dos valores, provavelmente. O de 21, esse que foi rejeitado, foi contra, inclusive, a recomendação da área técnica. A área técnica recomendava aceitar, porque os valores estavam proporcionais. Tipicamente, eles tendem a ser maiores do que as multas que seriam aplicadas, porque a ideia que se tem, já que não vai ser julgado e nem condenado, é pagar mais para servir como desestímulo a condutas semelhantes. Havia recomendação de aceitação. No momento, a gente deliberou... O meu voto, pelo menos, foi que, por achar que, independentemente do valor, a questão ali, como menciona todo o assunto do Master, as ligações, seria mais coerente com o interesse público que ele fosse aprofundado e julgado, tivesse um pronunciamento definitivo com eventuais condenações, mas que se aprofundasse o caso. No termo de compromisso, você não aprofunda tanto nas minúcias do caso, porque a ideia, é justamente... Fala-se assim: tempo escasso, recurso escasso. Então, é melhor receber alguma coisa aqui para não ter processo.

Eu tenho algumas questões com o termo de compromisso, objeções teóricas, mas acho que uma grande vantagem do termo de compromisso, o grande apelo que eu vejo é o seguinte: quando você tem uma condenação da CVM, uma vez transitada em julgado, vira um título executivo do valor da multa, valores que vão para a União. No termo de compromisso, é a única oportunidade que a CVM tem de impor aos acusados que eles ressarçam os prejuízos. Então, quando se fala em R$6 milhões, em R$3 milhões, é a parte dos recursos que vai para a União. A pessoa paga uma guia de recolhimento lá que fala multa administrativa... Na prática, é uma multa, embora, juridicamente, tenha um monte de... "Ah, não é uma sanção". Mas, enfim, moralmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeiramente, é uma multa, que não tem a condenação, mas, para fazer o termo de compromisso, a Lei 6.385 tem dois pré-requisitos: um é cessar a prática, evidentemente; e o outro é ressarcir os prejuízos. Então, a CVM tem oportunidade nessas ocasiões de falar assim: "Você lesou aqui os cotistas, não quer ser julgado e quer sair sem risco de ter uma condenação? Então, você vai pagar essa multa aqui, mas tem que ressarcir os prejuízos". Num desses processos – eu acho que foi nesse de 6 milhões –, houve um ressarcimento imposto pela CVM de R$50 milhões aos prejudicados. Ele tem essa vantagem, ele é o instrumento que...

Eu não estou falando como CVM, estou falando como membro do colegiado. Sou frequentemente derrotado, assim, fico minoritário em votações relativas a termos de compromisso, porque acho que às vezes tem casos que deveriam ser julgados e tal, mas até entendo o argumento de que a gente não tem tempo de julgar tudo, então tem uns que são mais resolvidos, assim, com essa forma, mas tem o ressarcimento como uma contrapartida.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós temos ainda inscritos o Senador Kajuru, a Senadora Margareth Buzetti e a Senadora Damares Alves.

Vamos começar pelo Kajuru, que está aqui ao lado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Inicialmente, Deus e saúde a todos, presentes e ausentes. Presidente Renan Calheiros, quero registrar, da mesma forma, o aplauso ao seu trabalho, em especial o que foi falado pelo Senador Esperidião Amin, de suas ações nesta Comissão Especial da nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

Dr. João Carlos, só como o senhor aqui emitiu opiniões pessoais, mas também em função de todo o seu conhecimento do caso escandaloso, um sim ou não num pingue-pongue: o senhor afirma que há políticos envolvidos e há integrantes do Judiciário envolvidos nessa roubalheira toda? Evidentemente eu não penso como o Senador Jaime, o Vorcaro não é gênio sozinho, muita gente participou com ele para chegar a esses números; queria a sua sensação, por fineza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ainda, num último pingue-pongue, no sim ou não, eu queria saber do senhor: se o senhor estivesse na pele do Governador do Distrito Federal, "Inganeis", desculpe, Ibaneis, o senhor estaria preocupado ou não em relação a tudo que já sabemos do BRB, o banco?

Queria que o senhor explicasse um pouco melhor e convencesse a gente melhor sobre a Comissão de Valores Mobiliários não ter detectado que as operações do Banco Master apresentavam indícios de fraude. Porque aqui houve educação de todos os nossos amigos e amigas, com a palavra "omissão", quando na verdade nós sabemos que essa não é a palavra devida a tudo de que tomamos conhecimento até agora.

O Banco Master detém menos de 1% dos ativos do sistema financeiro, como explicar tamanho alvoroço no mercado por causa da liquidação de um banco, Presidente Renan, de terceira categoria, no futebol, um banco de terceira divisão? O que deve mudar, Dr. João Carlos, como Presidente da CVM, no sistema financeiro depois do caso Master, essa é uma preocupação, ou, na sua opinião, nada precisa mudar?

Era isso, Presidente Renan. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Presidente João Carlos, as informações disponíveis que apontam que as auditorias independentes não teriam identificado existência de ativos superavaliados ou inexistentes no Banco Master e nos fundos relacionados...

Além disso, observou-se que uma agência de classificação de risco elevou a nota de crédito do Banco Master em 2024. Paralelamente, diversos regimes próprios de previdência social investiram recursos expressivos em instrumentos financeiros e fundos vinculados ao Banco Master.

Nesse sentido, pergunto: os resultados das auditorias e as avaliações da agência de classificação de risco não podem ter incentivado os regimes previdenciários a adquirir títulos ou fundos vinculados ao Banco Master? A cadeia de distribuição e as assessorias que eventualmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenham recomendado esses produtos financeiros também não teriam tido um papel importante no ocorrido? Elas não teriam falhado em seu dever de diligência? Terceiro: considerando o caso concreto em discussão, qual seria a responsabilidade da CVM sobre as auditorias independentes, agências de riscos e eventuais falhas no dever da diligência?

São essas as minhas perguntas.

E quando você fala que o Vorcaro não é isso tudo... Ele é muito mais, gente! Ele deixou o mercado financeiro do país inteiro de joelhos e, talvez, vendo a maior fraude que já existiu no país, desde os primórdios. Então, nós precisamos, realmente... Parabenizo o Senador Renan Calheiros por estar fazendo esta Comissão. É importante que a gente chegue a esclarecimentos. Como o Senador falou, é isto: nós queremos esclarecimentos, nós não estamos aqui para inquirir nem investigar ninguém, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvidas. (*Fora do microfone.*)

Muito obrigado.

Com a palavra a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Eu vou ser bem breve, Presidente.

Presidente Accioly, não param de chegar perguntas aqui para mim. A equipe técnica está trabalhando, nós não vamos ter tempo. Eu queria que o senhor assumisse um compromisso comigo: que eu possa encaminhar algumas perguntas por ofício. Não será requerimento, porque nossos requerimentos demoram muito a sair da Casa, mas algumas perguntas por meio de ofício, para o senhor me responder, porque eu vou compartilhar com os colegas do grupo, pode ser?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY (Para expor.) – Sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá.

Então agora eu quero só completar a pergunta do Kajuru e fazer uma minha, só uma aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Kajuru perguntou se havia políticos. Eu vou além: dê nomes. E vou completar ainda a pergunta dele: vocês sofreram ameaça, assédio ou chantagem de algum político brasileiro nesse período? E aí a minha pergunta vai ser... Essa é só o complemento dela.

A minha pergunta vai ser a seguinte: o senhor reconhece que esta Comissão aqui é correlata à sua atividade? O senhor reconhece a importância desta Comissão? Por que eu estou perguntando? Cada vez em que a gente vai se reunir com alguém, a gente escuta o seguinte: "Mas estava na cara que tinha alguma coisa errada no Banco Master", é só o que a gente ouve. Mas estava na cara de quem? A gente não aguenta mais isso. Esta Comissão tem missão constitucional, mas esta Comissão já estava incomodada desde abril do ano passado.

Eu queria lhe perguntar o seguinte: a CVM fez algum comunicado a esta Comissão? Mesmo que não tivesse nada comprovado, mas olha: "Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, responsabilidade de vocês. Nós estamos vendo um movimento estranho aqui".

Porque, é assim, os senhores, quando nos procuram para ser sabatinados, nós somos *hors-concours*, nós somos os deuses... Aí, então, nós somos muito importantes! Mas a gente tem sido o tempo todo surpreendido com a notícia e com a constatação de que somos tirados do processo investigativo, do processo fiscalizador, que é a nossa missão.

Em algum momento a CVM procurou esta Comissão ou algum político desta Comissão, algum membro, para informar que tinha um movimento suspeito que estava na cara? Porque nós estamos acompanhando desde abril. Sabiamente, o Senador Renan segurou a nossa audiência pública porque o Banco Central estava para tomar uma decisão importante, no caso do BRB, foi de forma estratégica, e, quando a gente ia fazer audiência pública, veio a operação policial, e a gente também não ia atrapalhar a operação policial, mas a gente sente que vocês nos procuram na hora da sabatina e depois nos tiram do processo fiscalizador, que é a nossa missão.

Inclusive, Presidente Renan, os próximos sabatinados aqui... Nós vamos ter que ser muito criteriosos na sabatina, nossa régua vai ter que mudar, porque, se algum sabatinado que se sentar a esta mesa sabia de alguma coisa e não teve – não teve – a iniciativa de comunicar esta Casa e esta Comissão, a gente vai ter que ter alguns critérios para escolher os próximos diretores, tem dois indicados já para serem sabatinados, e o próximo Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é mais ou menos isso que eu queria só colocar aqui, que está me angustiando. A pergunta do Kajuru foi pertinente, mas eu vou lhe mandar uma série de perguntas e eu só quero o compromisso das respostas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Objetivamente, há alguma resposta para a Senadora Damares a essa pergunta? Houve alguma interferência, algum pedido, alguma insinuação? Houve algum trabalho...

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY (Para expor.) – Nada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... político lá com relação à CVM?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Perfeito.

Eu posso dizer que a mim não houve nada e que desconheço que tenha havido a outros, mas é apenas um desconhecimento, eu não tenho sequer a impressão de não ter havido. Eu não tenho impressão de ter havido, nem impressão de não ter havido, eu sei que a mim não. Mas eu estou, também, há 60, 54 dias, 55 dias, na Presidência interina. Posso falar por mim que não houve, ao menos ainda, aproximação de qualquer político, nunca me senti ameaçado; nesse ponto, estou muito tranquilo.

Em relação a... Fazendo uma ordem meio Quentin Tarantino aqui, porque comecei pelo final... Mas, assim, tem mais gente envolvida, Senador Kajuru. Eu concordo que... Aliás, não só pessoalmente, de impressão, eu concordo que haja mais gente envolvida, mas os próprios processos da CVM mostram que o acusado não é sempre o Sr. Daniel Vorcaro, tem outros acusados. Então, claro que, em fraudes, você tem o interesse em restringir o círculo que você sabe que é fraude, mas nunca é sozinho.

Sobre o envolvimento de outras autoridades, não é competência da CVM ter órgão de controle de autoridades. Como eu também tenho um filho de 11 anos e um receio de eventuais retaliações, eu nem me aventuro em tentar ver quem está envolvido, mas, como impressão pessoal, eu realmente concordo com o que me parece ser o *zeitgeist* de que esse sistema conseguiu, talvez, durar tanto tempo ou se propagar por tantas questões, por meio de ligações, e aí, de âmbito não republicano, entre agentes privados e agentes públicos. Você tem, no mínimo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algo que se trata até de uma questão feita de fundo de pensão. Você tem um problema intrínseco a fundo de pensão, fundo de previdência complementar, que é a falta de governança, uma governança precária, em que os destinatários do dinheiro ficam muito longe da tomada de decisão. Eles ficam alijados desse processo, diferentemente de um fundo de investimento, uma companhia aberta, em que quem recebe o dividendo ou a valorização tem voto, tem voz para ver o que está sendo feito. Os executivos têm remuneração vinculada ao resultado. A gente sabe que não é isso, não é esse o caso com o RPPS e tudo mais. É algo que requer realmente aprimoramentos institucionais.

A CVM não tem competência direta para ver o que é que os fundos fazem, o que os fundos de pensão fazem, mas tem quando algo é feito, num fundo de investimento, contra esses fundos. Então a gente tem muitos processos, cansa de julgar processos em que a acusação é "ah, esse fundo de investimento aqui se apropriou de um recurso de um RPPS ou de alguns RPPS, porque fez, vendeu gato por lebre".

E aí, eu trato da pergunta de V. Exa. sobre...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Dr. João, só...

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Por favor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... por favor, o complemento escorreito da Senadora Damares em relação à minha pergunta: o senhor não responde sobre nomes envolvidos, da classe política, da classe jurídica, por medo de retaliações?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY (Para expor.) – É porque eu não sei, assim, eu não tenho qualquer informação adicional que tenha vindo por conta do meu cargo, sobre essas questões. Eu poderia ter... Por exemplo, se em razão da posição que eu ocupo, eu tivesse algo além do que eu leio no noticiário, eu não teria problema em compartilhar. No máximo talvez, se eu tivesse um medo concreto, eu falaria algo tipo: "Ah, prefiro falar sob algum tipo de proteção". Mas eu sequer tenho. Então eu sei o que todo mundo sabe das notícias de jornal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até por isso é que eu falei que não é competência da CVM, porque, se fosse, talvez a gente tivesse que ter... Aliás, tem uma coisa que pode vir a ser, sim, da competência, Senador, retificando aqui, pensando, refletindo mais: em algum momento, pode ser que apareça, nos processos, alguma consequência com impacto regulatório de alguma ligação dessa. Então, por exemplo, se um repasse de algum recurso, algo do tipo pode vir a aparecer nos processos. Nesse caso, vou ter informações com competência para dá-las a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu gostaria de fazer alguma pergunta.

Já respondeu à Senadora Margareth? Já?

Alguma pergunta...

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Só um pontinho, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sim, por favor, por favor.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – ... que ainda não falei, que eu acho que é da Senadora Margareth, que era do... Aqui, onde é que eu...? Mas era relativo aos RPPS, não é? Qual foi o ponto que eu...? Tive a impressão de que tem algum ponto que eu não respondi ainda, mas...

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT. *Fora do microfone*.) – Foi no caso das consultorias.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Ah, das consultorias, não é? Então, as consultorias, o que acontece? – por isso é que eu falo que é relativo ao RPPS.

A ideia de que a consultoria e a agência de *rating* sejam os motores das fraudes perpetradas contra os fundos de pensão eu acho que é um pouco incompleta. Por quê? A gente sabe que, quando alguém vai tentar convencer uma entidade de previdência complementar a aplicar recursos em que se sabe que aquilo lá não vale aquilo, não é um laudo de avaliação, não é um *rating* que convence os tomadores de decisão; é outra coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Elas podem ter incentivado?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Eu acho que não é um incentivo, eu acho que é um cumprimento de um pré-requisito formal. Assim, não é que isso se dê em todos os casos, mas certamente a gente sabe como se dá em, vamos dizer, parte dos casos em que há fraude, inclusive com o julgamento já feito, em que o candidato a requerer, a captar dinheiro dessa entidade tem alguma combinação paralela com quem decide pelo dinheiro, e aquela pessoa vai ser remunerada por fora; e aí depois dizem algo como: "Ah, já combinou, bota 100 aqui, toma 10 de volta, e agora a gente precisa formalizar esse processo. Arruma um laudo aí, arruma um laudo de avaliação, um laudo de consultoria".

Então, eu não acho que estimula, eu acho que é uma condição necessária, mas definitivamente não é condição suficiente. E concordo que isso gera responsabilidade, claro, se aquilo tiver sido feito de má-fé, mas eu queria só pontuar que ele é mais um requisito formal, do tipo: "Ah, agora que a gente já combinou, vamos pegar um laudo aqui, outro laudo ali". Eu acho que é mais assim, pelo menos numa boa parte dos casos.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – O senhor concorda que é falha?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Eu concordo que há falhas nisso, sim.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Fernando Farias.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Quem é que pode proibir que uma expectativa de precatória que é comprada no mercado por dez e é atribuída no balanço por cem... que isso não seja mais feito? Quem é? É a CVM, é Banco Central, quem é que pode proibir isso? É a turma da contabilidade? Como é que funciona isso, para proibir isso? Porque isso é claro no mercado, é fácil de ver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – De quem é a responsabilidade funcional? É da CVM, do Banco Central?

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E quem pode proibir daqui para a frente, né?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY (Para expor.) – Eu acho que quem pode proibir é quem já proibiu, porque isso já é proibido. O que acontece – de novo, eu falei – é que pode ser que alguma regra possa ser aprimorada, mas acho que a gente está falando mais de um problema de aplicação das regras, de racionalização da fiscalização de estar sendo cumprido ou não, do *enforcement* – queria uma palavra em português para substituir isso, mas vamos dizer que é fazer a lei valer mais do que a própria lei.

Por que ele já está proibido? Porque proibir, como um todo, não seria desejável, pois, se o preço está de acordo com o valor real dele, as pessoas estão lá alocando risco e preferências intertemporais de perfil de risco quando as operações são legítimas, porque a maioria é legítima, ou, não sei, boa parte é legítima – suponho que seja a maioria. Agora, regras já há que impedem esse tipo de coisa, que é justamente as camadas de governança em que se faz a verificação, o investidor analisa aquilo lá, quando é um grande investidor, ele analisa se o processo tem chance de ter bom resultado, se vai ser julgado, se é contra uma jurisprudência.

A gente já viu casos na CVM em que uma ação judicial posta como um ativo, esse pré, pré, pré-precatório – não foi gagueira, não, é porque o estágio é muito preliminar –, e aí aquilo lá tem uma avaliação que é forjada, e você tem lá um adquirente de uma entidade de previdência complementar que concordou com aquilo lá porque estava tendo...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O senhor está dizendo, eu não sei se eu estou entendendo, que cabe ao investidor denunciar?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Não, é que em certos casos o investidor percebe quando é grande, e em outros casos, quando o investidor tem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Mas o Banco Master é diferente porque ele estava participando da farsa. Ele queria dizer que naquela história ele acreditava porque ele ia botar no balanço para poder fazer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Deixe-me fazer uma pergunta aqui.

O senhor falou na existência de 30 mil fundos de investimentos, no movimento de 11 trilhões, falou em alguns momentos das dificuldades de recursos tecnológicos, de aspectos de frouxidão da própria legislação e que isso tudo poderia resultar numa certa cegueira fiscalizatória, e não há uma identificação muito clara do que seria o papel da CVM e do Banco Central. No âmbito do termo de compromisso que foi instaurado pelo processo administrativo sancionador, alguns interessados especificamente ofereceram pagar em parcela única: o Banco Master, 5,940 milhões; a Viking Participações, 4,950; o Sr. Daniel Bueno Vorcaro, 2,970 milhões – na época, o Sr. Daniel Vorcaro era Diretor do Banco Master e sócio considerado responsável da Viking Participações. De acordo com a minuta do termo de compromisso, a conduta dos proponentes, que incluía operações defeituosas, a integralização de cotas com ativos superdimensionados, gerou na época um impacto negativo no mercado de capitais de algo em torno de R$6 milhões. E aí nós tivemos um problema no âmbito do Comitê de Termo de Compromisso. No caso do Banco Master, no âmbito do processo administrativo sancionador, a CVM identificou operações com problemas e ativos superestimados realizados pelo banco. Por que o Comitê de Termo de Compromisso deliberou por aceitar as propostas de termo de compromisso apresentadas pelos acusadores?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Então, se eu tenho aqui a ordem das perguntas, tenho... Acho que é só essa até o momento que... Não é?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, eu estou fazendo essa agora.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão do termo de compromisso, esse foi... Se eu puder ter um esclarecimento, porque a gente tem alguns termos de compromisso que foram aceitos e tem um que foi rejeitado, pelo menos um que foi rejeitado algumas vezes. Então, esse aí foi... O senhor teria a data de aceitação desse? Só para eu...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É o mesmo de que o senhor depois pediu vista no conselho.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Ah, tá. Esse aí...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu queria saber o porquê dessa divergência no colegiado...

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... por que o pedido de vista.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Tá, perfeito.

Esse processo teve um encaminhamento que teve diversas propostas, eu não tenho todas de cabeça. Mas, primeiro, os acusados fazem uma proposta de bem menos do que isso, e aí o Comitê de Termo de Compromisso faz uma contraproposta...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O comitê aceitou.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Ao final de várias idas e vindas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sim, mas, no dia 12 é que teve o pedido de vista feito pelo senhor.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Sim, eu fiz o pedido de vista naquela ocasião porque o processo tinha mudado de um parecer inicial em que o comitê recomendava rejeitar o termo de compromisso e submeter o processo a julgamento.

Quando tem essa reunião, acredito que foi em maio, não sei, de 2025, havia mudado a orientação, o parecer do Comitê de Termo de Compromisso, recomendando aceitar o termo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

compromisso. Então, a ideia era que fossem cobrados esses valores que totalizavam, eu não lembro, não sei se eram 12 ou 21 milhões, a recomendação era aceitar. Isso depois de discussões sobre o valor, que foi para cima, para baixo, chegou a esse.

Na ocasião, a gente já tinha essa atenção, o Master já estava ali, tipo: "Por que não liquida, como é que está isso?". Já tinha passado o ultimato do Banco Central, a crise de liquidez, negociação de venda para o BRB, o Master já estava...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Especificamente, é o seguinte, o Comitê de Termo de Compromisso da CVM aceitou a proposta dos acusados, mas o colegiado não aceitou.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por que essa divergência?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – É bem frequente, Presidente, que o colegiado divirja da área técnica em casos em que tem... Por exemplo, o comitê pode recomendar a aceitação, e o colegiado diz que nega. Também há o caso oposto, em que o comitê recomenda negar o termo de compromisso, e o colegiado aceita. Então, cada caso tem suas razões... Você tem, por exemplo, perspectivas, às vezes, pela própria regra da CVM.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Neste caso, qual é o fundamento da divergência entre o comitê e o conselho? Qual foi o fundamento?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – O fundamento é o seguinte – eu posso falar pelo meu entendimento, que foi, inclusive, o que me motivou o pedido de vista –, porque, como você tinha um parecer fundamentado para aceitar, que foi feito meses antes, naquele ínterim entre o parecer e a data da deliberação mudaram as circunstâncias, o Master... Começou a ficar evidente que tinha algo profundo ali, muito mais profundo do que vinha aparecendo aos poucos.

E eu pensei: "Bom, um caso desse talvez mereça ser julgado para que as questões sejam aprofundadas e não sejam simplesmente encerradas sem julgamento, sem aprofundamento".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu fiz algumas perguntas lá para entender, porque eu nunca fui o relator desse caso. Então, eu queria entender qual era a relação daquelas acusações com a situação de liquidez do Banco Master, se tinha... Porque, a meu ver, quanto mais aquele caso tivesse proximidade com os problemas centrais do Master, mais justificaria divergir do comitê e fazer uma fundamentação para julgar o caso.

E aí, para ter uma opinião fundamentada, porque eu não poderia... Pela Lei do Processo Administrativo, quando você tem um parecer fundamentado, você não pode simplesmente tomar uma decisão oposta sem fundamentá-la. Então, para que eu pudesse fundamentar, eu falei assim: "Bom, preciso me aprofundar nesse caso e entender qual é a relação dele com todo o contexto".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu tenho uma outra pergunta com foco no dano social, na questão dos aposentados. As entidades de previdência aportaram volumes vultuosos nos fundos do conglomerado Master, falam em R$18 bilhões. Qual a medida concreta a CVM, na época, adotou para avisar esses gestores de regimes próprios de previdência social sobre o risco iminente? O que é que fez na oportunidade a CVM?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Parte, Presidente, dos processos que a CVM, que a gente já identificou que foram feitos se refere a aportes de fundos de pensão em fundos de investimento. Mas, no caso do Master, isso, aparentemente, pelo menos as informações até o momento, não era a regra. A regra era que eles investissem mais diretamente em letras financeiras, ou seja, emitidas diretamente pelo Banco Central... Desculpe, pelo Banco Master. Então, o Banco Master para fundos de previdência. A CVM não tem nem competência para olhar isso. Agora, naquilo que ela fez em relação aos fundos de investimento, não me parece que terá havido, e aí é um redesenho institucional que nunca houve, não há essa previsão... Agora, de ter esse alerta é uma ideia, inclusive, que me parece muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E a quem cabe proteger os regimes próprios de previdência?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Então, no Ministério da Previdência Social, você tem a secretaria de... Não lembro a sigla exatamente, mas a secretaria de proteção da Previdência Social, você tem a Previc, então você tem quem olha aquilo que os fundos de pensão estão fazendo internamente. E aí, dessa relação para a frente, com o fundo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimento, já entra a CVM. Se aquilo é diretamente com o Banco Central, já não tem a CVM. Mas todo esse detalhamento também vai fazer parte do que a gente vai submeter.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O Presidente interino comunicou, através da assessoria, que até o final desta semana ele irá encaminhar um ofício com o detalhamento das respostas a todas as perguntas feitas pelos Senadores e Senadoras na reunião de hoje, como também mandará todos os documentos requisitados.

Se o senhor tivesse, *grosso modo*, que sugerir alguma alteração, porque é competência desta Comissão, e a Senadora Damares falou isso, é competência desta Comissão fazer a fiscalização do sistema financeiro – e é competência também desta Comissão caminhar no rumo do aperfeiçoamento da própria legislação –, *grosso modo*, o senhor teria alguma sugestão de alteração na legislação a sugerir a esta Comissão?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Certamente teria algumas. A primeira não é nem de legislação, é um mea-culpa institucional, histórico, porque a colocação da Senadora Damares me parece extremamente verdadeira. Não me parece, não suponho que tenha havido comunicação à CAE. Isso é algo que eu tenho até um constrangimento como cidadão, talvez, porque acho que isso nunca foi feito.

Então, eu não estou dizendo que é porque eu estou há pouco tempo no cargo, porque, sendo muito honesto, assim, não estava no nosso radar; está a partir de agora. Então, eu não teria nem como dizer assim: "Não fiz porque eu estou há pouco tempo". Sinceramente, eu não o faria, não me ocorreria, porque não faz parte da cultura. Eu acho que tem que fazer, porque eu acho que o grau de benefício que este grupo de trabalho da CAE vai trazer para a CVM é enorme, porque nos impeliu a olhar para dentro e a não ficar só dizendo assim: "Ah, fizemos tudo". Estou falando assim: eu trouxe aqui o que a gente fez; o grupo de trabalho vai identificar algo que eventualmente não foi feito. Isso é igual a um filho: você quer mostrar o que ele está fazendo errado. Se ele caiu de bicicleta, você vai dizer: "Anda direito". Então, para o bem da instituição, a gente tem que ser sincero consigo próprio para ver onde que há aprimoramentos.

Então, há aprimoramentos, a meu ver. Possível encaminhamento de laudos de auditores independentes com anotações. Será que isso foi feito? A gente está apurando. Talvez não tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sido dado o encaminhamento que poderia ser dado. Revisitar o supervisão baseada em risco. Aprimorar a integração entre as áreas. A gente vê, por exemplo, que esses 126 processos já passaram de 200. Por que tem tanto processo? Não são tantos assuntos. Então, assim, maior integração institucional. Acho que tem muita coisa a ser aprendida aqui, das lições.

Então, eu reitero esse compromisso de encaminhar tudo e usar este momento não só para tirar lições agora, mas para inaugurar, talvez até – não sei se você já ouviu no passado, posso estar sendo injusto com o passado – ou reinaugurar uma maior interação que a gente envie para CAE. De fato, a última vez em que eu estive aqui, tudo bem que eu era só Diretor, mas, assim, foi na sabatina. Então, é 100% verdade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Há uma legislação já disponível dentro da competência desta Comissão e do próprio Poder Legislativo. O artigo 4º da Lei Complementar 105 diz exatamente que o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, nas suas áreas de atribuições, e as instituições financeiras fornecerão ao Poder Legislativo federal as legislações, as informações e os documentos sigilosos que fundamentalmente se fizerem necessários ao exercício de suas respectivas competências constitucionais e legais.

Então, as pessoas perguntam muito – e alguns plantam nos jornais: qual é o alvo desta Comissão? Esta Comissão não tem alvo. Nós estamos acompanhando essa fiscalização do Banco Master não é porque nós queremos fazer isso; é porque nós somos funcionalmente obrigados a fazer isso e nós queremos colaborar com o aperfeiçoamento da legislação, com o aprimoramento do papel da própria CVM.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tem alguma divergência entre os diretores da CVM?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Em relação a isso, eu creio que não.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O senhor já foi informado de alguma nomeação política para a CVM?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Acho que eu poderia começar com a minha.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Se o senhor me permitir, a sua nomeação... Nomeação, não. A sua indicação para ser sabatinado aqui no Senado Federal aconteceu por sugestão exatamente de quem?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Vou começar primeiro por essa parte, porque é mais fácil para...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Bom, eu estava no Ministério da Economia quando fui indicado. A indicação sempre é do Presidente da República, mas a minha indicação foi do Ministro da Economia, do Ministro Paulo Guedes, com quem a gente havia tido interações ao longo do Governo, em que eu participava de grupos de consultoria que a gente fez, trabalhava em reformas legislativas, na Lei de Liberdade Econômica. Então, eu digo assim... É porque, quando eu falo que a indicação é política, isso não necessariamente é excludente de ser técnica, porque sempre tem alguma política. Eu lembro, porque eu passei por isso. Então, eu recebia notícias de que tinha alguém... Foi mais uma questão aí, no meu caso, de tentativas de botar outra pessoa no lugar, porque, no meu caso, foi assim diretamente do Executivo, do Ministro da Economia. Então, foi algo assim mais padrão. Só que havia... Há política em grande sentido. Então, há disputas internas, há técnicos do ministério com quem eu já tinha tido atritos, porque eu não sou tão polido como eu estou sendo hoje aqui, normalmente. Então, nas discussões sobre como é que a lei devia ser ou não, eu, às vezes, tinha uma sinceridade um pouco mais ríspida, vamos dizer assim. E essas pessoas depois vieram tentar assim: "Não, não bota esse cara, não. Vamos botar outro". Então, assim, tem aquela política *lato sensu*. Você tem que... Então, pô, é o amigo do outro, do secretário, indicação de não sei quem. Então, há um cenário político. Eu acho que ele acaba também sendo técnico porque a quem interessa compor o colegiado? Normalmente, ou integralmente, vou falar na grande maioria, todos que eu já pensei sobre isso... A quem interessa compor o colegiado da CVM é quem trabalha com isso, é quem tem um perfil técnico que vai poder se beneficiar disso, como no meu caso, com muita vontade de deixar legados de aprimoramentos institucionais e deixar isso como... (*Manifestação de emoção.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perdão, é só porque eu estou no... Lembrei do meu tratamento médico e das consequências.

Mas tem a vontade de deixar legados do interesse público e requer que seja técnico porque você não consegue fazer isso se você não entender daquela matéria. Também, para depois da carreira... Não vou ficar entrando em muitos detalhes aqui, mas o Senador comentou que o nosso salário é de 30 mil. Vou só dizer que isso é o dos funcionários de carreira, não é o nosso. Mas eu não falei nada porque eu acho que isso não interfere no trabalho de jeito nenhum. Então, os candidatos, tipicamente, que vão se submeter à política *lato sensu* de ser indicado costumam ter perfil técnico porque, senão, o que vale? Não tem muita coisa.

Então, eu acho que, assim, do que eu vi, eu tenho notícia, assim, de saber que certas nomeações, ao longo da história da CVM, foram muito, assim, sem discussão: "Ah, porque o Presidente indica, o Ministro da Fazenda indica e vai...". Então, essa a gente pode dizer que é supertécnica, não tem nada, mas que tem uma disputa tem, e a disputa, no mínimo, em *lato sensu*, eu diria que é política, entendeu? Agora, se é uma política...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O senhor nunca soube de eventual vinculação na indicação de alguém na CVM?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Vinculação de que tipo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por exemplo, o senhor foi contemporâneo do Otto. Ele encerrou o mandato. Quanto tempo é o mandato?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – O mandato é de cinco anos. O mandato do Otto iniciou-se em 2021, mas ele só tomou posse no início de 2022, eu acho; foi bem perto do início do meu. O meu começou em 2022, e eu tomei posse em maio de 2022. Então, é...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ele foi indicado agora para Presidente da CVM?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Ele foi indicado pelo Presidente da República para completar o mandato tampão, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A influência da indicação é do Ministro da Fazenda ou é de alguém?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Olha, eu tenho conhecimento é de que tem... Pela minha experiência, né? Eu tenho a experiência de quando eu estava nesse processo de ser... Para vocês terem ideia, a primeira vez em que o Ministro falou, propôs para eu... "Poxa, por que você não...? Vamos lá, para a gente trabalhar no Governo". Falou de CVM em setembro de 2019. Aí, as disputas políticas *lato sensu*, assim, era tudo mais interno do Executivo, mas, enfim, era esse tipo de política. Eu só fui assumir em 2022. Então, desde essa época, eu ouvia as movimentações. Então, assim, hoje, eu tenho mais por noticiário e tal, mas você tem formas de chegar ao Presidente da República. Então, assim, é pelo Ministro da Fazenda? É pelo Ministro da Justiça? É pelo ministro...? Não sei. É alguém com quem você já tenha tido experiência?

Então, a notícia que eu tive, por exemplo, o Dr. Otto Lobo teve já... tinha uma experiência. Eu acompanhei mais numa época em que ele foi para diretor, porque era quando eu estava também. Então, estava naquela disputa, vamos dizer assim. Então, ele tinha um currículo que tinha umas vantagens, assim, grandes, curriculares, porque já tinha sido conselheiro do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro, que julga em grau de recursos as decisões da CVM, do Banco Central e do Coaf. Tinha também uma experiência no tema. Agora, como chega o nome ao Ministro? Eu não sabia como chegava. Era assim, tipo, o Ministro perguntava assim: "Ah, conhece?". Eu falei: "Assim...", não o conhecia muito na época, assim, conhecia mais de não ter trabalhado junto, mas de saber quem era. Agora, os acessos são diversos, né? Até porque a indicação não tem formalidade de ser do Ministério da Fazenda...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Especificamente com relação ao caso Master, como o Dr. Otto se pautou?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Olha, nós tivemos uma decisão em 2022 que foi relativa ao Master, que foi um termo de compromisso que nós aceitamos, tá? Foi uma decisão unânime. O colegiado era o Diretor Otto, o Presidente João Pedro Nascimento, a Diretora Flávia Perlingeiro, o Diretor Alexandre Rangel e eu. Esse caso já veio com uma proposta de aceitação pelo Comitê de Termo de Compromisso, e a gente deliberou aceitar. Naquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento, 2022, o Master era um pequeno banco que tinha feito aparentemente algumas manipulações, os valores estavam ali dentro do parâmetro, e a gente aceitou.

Depois teve as idas e vindas desse termo de compromisso que V. Exa. mencionou, em que não houve deliberação: o processo ia e vinha, saía de pauta. Ele veio a ser decidido em dezembro e aí teve o voto de novo unânime. Aí, no caso, era o Presidente interino Otto, a Diretora Marina e eu, e nós rejeitamos o termo de compromisso.

Outras coisas que... Teve um outro processo que envolveu, em alguma medida, o Banco Master, que foi o caso da OPA da Ambipar, que foi acho que em julho ou agosto de 2025. Também envolve o Banco Master, e a decisão foi de não ter a realização dessa oferta pública. E isso pode ser dito como algo favorável ao Master, porque a interpretação original da superintendência que propôs esse caso ao colegiado era que essa obrigação recairia sobre os fundos do Master e sobre o empresário Sr. Nelson Tanure, além de recair sobre o controlador da Ambipar. E aí a decisão do colegiado foi dividida em parte. Por que eu digo em parte? Porque, primeiro, houve a votação do então Presidente João Pedro Nascimento e da Diretora Marina Copola – eu não estava nesse dia –, dizendo que deveria haver a oferta pública de aquisição. No entanto, ambos os votos excluíram expressamente que essa obrigação recairia sobre o Banco Master. Então, divergiram da área técnica para dizer o seguinte: "Não, isso aqui o Banco Master não tem que pagar".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Quem divergiu? Desculpa...

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Os membros do colegiado que votaram naquela primeira ocasião, que foi o Presidente João Pedro Nascimento e a Diretora Marina Copola. Por que divergiram? Porque, até quando votei, eu falei assim: pode não ser muito confortável a gente ver que isso está acontecendo, mas foi a parte que, a meu ver, era a única correta do voto deles, porque a Lei das S.As. atribui essa obrigação ao acionista controlador. E eles corretamente falaram assim: "Olha, se a lei fala que é o acionista controlador, não pode a CVM infralegalmente dizer que a atribuição foi outra".

Nesse caso, depois, quando o processo retorna, o Otto Lobo e eu dissemos que não deveria haver a OPA e também dissemos que, enfim, por não ter, naturalmente, já não cairia sobre o Master. Eu cheguei, inclusive, a registrar que, a meu ver, Master e Tanure eram a mesma coisa. Até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

perguntaram assim: "Você vai falar isso mesmo?". É o que eu acho. Não tinha distinção ali entre Master e Tanure. Eu botei no meu voto. Então, isso...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Quando foi esse voto?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Esse foi final de julho ou começo de agosto de 2025?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – De 2025.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Há um ano, quase um ano.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – É, meio ano, né? Foi 2025, agosto, julho... final de julho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, só nessa linha de controle...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... tem projetos tramitando aqui com relação à composição de conselho fiscal e conselho de administração.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Certo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Hoje, acontecem muitas indicações políticas realmente sem nenhuma formação, ou uma formação totalmente não relacionada com auditoria, por exemplo. Então, acho que nós precisamos aprovar um projeto, acho que do Portinho... Só que o Portinho parece que limitou a advogado, mas a gente pode ter outros profissionais, como contador, por exemplo.

A gente precisa, realmente, ter esse cuidado, porque, você vê, com o BRB agora, um dos membros do conselho era a Secretária lá do Governador, a chefe de gabinete. Então, essas coisas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O cara, para fazer parte do conselho fiscal e do conselho de administração, tem que ter pré-requisito, tem que ter formação.

Era só uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nada mais havendo a tratar, eu queria agradecer a sua presença aqui nesta Comissão...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Uma perguntinha última antes de encerrar?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – V. Sa. foi procurado alguma vez pelo Paulo Henrique Costa ou pelo Governador Ibaneis na CVM, sobre essa transação BRB-Master?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY (Para expor.) – Não. Nem sobre essa, nem sobre outro assunto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O senhor não conhece o Paulo Henrique Costa?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Não. O nome é até familiar, mas, assim, não cheguei a conhecer; nem pessoalmente, nem por Teams.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O Kajuru perguntou se o Governador Ibaneis pode dormir tranquilo, você não respondeu.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – É porque eu não sou médico (*Risos.*) , nem é a competência da CVM fazer essas coisas, então eu prefiro... Fico numa posição meio assim: eu me preocupo mais com o meu sono e espero que os outros tenham um sono tranquilo também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, como alguém faz um investimento de R$12 bilhões sem ter a certeza absoluta de que tem garantia? Como é que acontece um negócio desses na CVM e no Banco Central e não acontece nada?

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Qual especificamente? Porque...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O investimento do BRB. O Banco Master comprou da Tirreno R$6,7 bilhões, sem pagar, sem receber documento, e vendeu para o BRB por R$12,2 bilhões – uma coisa que não existe.

O SR. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY – Para não ser leviano, já que eu não conheço os detalhes desse caso, eu posso falar de outros parecidos, em que alguém compra algo que não vale nada. É porque não vale nada para aqueles que depositam a confiança na minha gestão, porém se aquilo valer algo para mim... É uma explicação não jurídica, mas é uma explicação de natureza humana e de caráter. Não estou dizendo que essa foi a ocorrência, porque seria leviano, eu não conheço os fatos; mas é algo que existe.

Então, você compra algo porque você está sentado no dinheiro de terceiros, "*other people's money*" é a expressão. O problema... É uma obra clássica lá que fala sobre o que as pessoas fazem com o dinheiro dos outros. Então, quando você está sentado no dinheiro dos outros, você tem incentivos diferentes a comprar, mas você não quer que aquilo necessariamente... se você cumprir o seu mandato, você vai querer que aquilo dê retorno para os outros. Se você está descumprindo o seu mandato, você pode não se preocupar com o retorno para os seus constituintes, porque a pessoa vai ter um retorno paralelo.

Eu não posso afirmar que foi isso que aconteceu, mas é algo que acontece.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mais uma vez, nossos agradecimentos.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia dezoito de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as presidências dos Senadores Marcelo Castro e Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Fernando Dueire, Jussara Lima, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Bruno Bonetti, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Paulo Paim, Laércio Oliveira, Roberta Acioly, Alan Rick e Esperidião Amin, e ainda do Senador Marcos do Val, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1169, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer alíquota diferenciada de contribuição aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1602, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para instituir a pena de multa aos responsáveis por evento que resulte em dano à saúde da coletividade." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3748, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para designar medidas de enfrentamento à evasão escolar em razão da maternidade ou parentalidade precoces." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com onze emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS a 11-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1881, de 2022 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Altera o art. 14 da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar a realização de pesquisas em saúde junto à população infantil." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1-CDH e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2336, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, que torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil, para determinar o ensino de noções de primeiros socorros aos estudantes da educação básica, nos termos especificados." **Autoria:** Senador Luiz Pastore (MDB/ES). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3346, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para assegurar adaptação razoável do horário de trabalho que permita prestação alternativa ao empregado e ao servidor público, em virtude de escusa de consciência, quando o seu dia de guarda religioso coincidir com os dias ou os turnos do exercício de atividades laborais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4293, de 2025 (Emenda(s) da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2017) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para instituir ajuda de custo ao usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) que necessita realizar tratamento de saúde fora do Município onde reside." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1675, de 2023 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da atividade de Psicopedagogia." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos de emenda substitutiva que apresenta e pela rejeição das Emendas nº 1-CE e 2-CE. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 3-CAS (substitutivo). **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1799, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre ações para avaliação médica completa e periódica da saúde da mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a conscientização acerca da importância da prevenção de doenças e de agravos à saúde." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CDH, na forma de duas emendas (de redação) que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 124, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 12.608, de 10 de abril de 2012, 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para prever medidas de flexibilização tarifária referentes aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviços de energia elétrica e de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante a vigência de calamidade pública decretada em razão de desastres naturais ou de emergências climáticas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Bruno Bonetti. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista à Senadora Teresa Leitão, nos termos regimentais. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 6161, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o artigo 243-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 7, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a valorização da Categoria dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais e andamento das proposições que tratam do piso salarial das categorias, sobretudo o PL 1731 de 2021." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Styvenson Valentim (PSDB/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 11, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a obesidade como grave problema de saúde pública, devendo o Estado adotar políticas públicas eficazes de prevenção e tratamento." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 14, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2026 - CAS seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/18

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes expedientes:

– Correio eletrônico do cidadão Fábio Alves Pardo, contendo o relato de alegado descumprimento de decisões judiciais por operadora de planos de saúde.

– Cópias de ofícios e moções de câmaras municipais, contendo considerações sobre assistência social, saúde, previdência e questões trabalhistas.

Os expedientes encontram-se à disposição da Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados no final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" da ferramenta de videoconferência para os Senadores que participam remotamente.

Senadora Teresa, eu sou Relator de uma matéria e V. Exa. é Relatora de outra matéria. Eu proporia, se V. Exa. estiver de acordo, V. Exa. vir para o meu lugar, eu relatar a matéria e depois a senhora relataria, para a gente dar continuidade aqui. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Bom dia a todos e a todas.

Conforme orientação do Presidente, vamos para o item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3748, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para designar medidas de enfrentamento à evasão escolar em razão da maternidade ou parentalidade precoces.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável ao Projeto, com onze emendas que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Castro para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Agradecendo a contribuição de V. Exa., Senadora Teresa, peço permissão para ir direto à análise.

Compete à CAS opinar sobre proposições relacionadas à proteção e defesa da saúde, conforme o art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal. Assim, restringe-se esta análise aos aspectos de saúde pública envolvidos.

A gravidez na adolescência é reconhecida como uma importante questão social e de saúde pública, por elevar riscos à mãe e ao recém-nascido, comprometer a trajetória educacional e perpetuar ciclos de pobreza. Em 2023, segundo o Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Datasus/Sinasc), foram registrados 289.093 nascimentos de mães de 15 a 19 anos (11,39%) e 13.932 de 10 a 14 anos (0,55%), totalizando cerca de 303 mil nascidos vivos – 11,9% do total nacional.

Diante desse cenário, a redução da gravidez na adolescência requer políticas integradas de saúde, educação e assistência social, com ênfase na educação sexual, no acesso a métodos contraceptivos e no fortalecimento da rede de proteção. Paralelamente, é essencial garantir condições para que adolescentes grávidas e jovens mães permaneçam na escola, assegurando continuidade educacional e oportunidades de reinserção social e profissional.

Garantir condições para que adolescentes grávidas ou jovens mães continuem os estudos traz benefícios concretos tanto para elas quanto para seus filhos. A continuidade da trajetória escolar contribui para a saúde mental da mãe, amplia suas perspectivas de autonomia financeira e fortalece sua capacidade de tomar decisões informadas sobre saúde e planejamento familiar.

Para a criança, a maior estabilidade social e as melhores condições de cuidado repercutem positivamente em seu desenvolvimento físico, emocional e cognitivo.

Entre as jovens mais vulneráveis, especialmente as de baixa renda, o risco de evasão escolar é mais elevado. A falta de recursos, de apoio familiar e institucional e de creches acessíveis leva muitas adolescentes a abandonar a escola, perpetuando o ciclo de pobreza e reduzindo suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e de ascensão social.

Enfrentar essa realidade requer políticas públicas integradas de saúde, educação e assistência social, voltadas a garantir a permanência escolar e o suporte social às jovens mães.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Medidas como horários escolares flexíveis, programas de reinserção educacional e acompanhamento psicológico reduzem a evasão e ajudam a romper ciclos intergeracionais de vulnerabilidade, melhorando indicadores de saúde, educação e renda.

O projeto em análise propõe medidas necessárias e consistentes para enfrentar a evasão escolar decorrente da gravidez, maternidade ou parentalidade precoces. Ao incluir no marco legal da educação e da proteção da infância dispositivos que promovem o acolhimento e a permanência de mães e pais adolescentes, a proposição contribui para a construção de um sistema educacional mais inclusivo e sensível à realidade social desses jovens.

Além disso, o texto tem repercussões relevantes para a promoção do aleitamento materno, colaborando com a meta de o Brasil alcançar 70% de amamentação exclusiva até os seis meses de vida até 2030, conforme diretrizes do Ministério da Saúde. Ao garantir condições institucionais adequadas às mães estudantes, o projeto facilita a manutenção da amamentação, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como uma das estratégias mais eficazes e de menor custo para reduzir a morbimortalidade infantil, diminuindo a ocorrência de diarreias, afecções perinatais e infecções, principais causas de morte de recém-nascidos. A amamentação também traz benefícios à saúde da mulher, como a redução do risco de câncer de mama e de ovário.

Importa destacar que a proposta não se limita às mães adolescentes, abrangendo também os pais adolescentes e outros jovens que, embora não sejam pais ou mães biológicos, assumem responsabilidades de cuidado de crianças por razões familiares ou sociais. Em diversos contextos, especialmente em famílias em situação de vulnerabilidade, irmãos, irmãs, tios ou primos adolescentes acabam exercendo funções parentais diante da ausência, falecimento ou incapacidade dos responsáveis legais.

Essa forma de parentalidade precoce ampliada também pode resultar em evasão escolar, uma vez que implica a conciliação entre o estudo e o cuidado cotidiano de uma criança. Reconhecer tais situações é essencial para que as políticas públicas de permanência e acolhimento escolar alcancem adolescentes cuidadores, garantindo-lhes apoio pedagógico, psicológico e social compatível com suas condições de vida.

Trata-se, portanto, de uma iniciativa meritória, que fortalece a proteção da infância e da adolescência, amplia o acesso à educação e contribui para a promoção da saúde pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, recomenda-se a aprovação do projeto, com ajustes pontuais voltados à coerência terminológica, à adequação normativa e à viabilidade de implementação.

Em primeiro lugar, padroniza-se a terminologia para as expressões "gravidez, maternidade, paternidade ou parentalidade precoces" e "crianças e adolescentes", assegurando uniformidade redacional e abrangência conceitual.

Em seguida, corrige-se a numeração do art. 12 da Lei de Diretrizes e Bases, renumerando o novo inciso para XIII e aperfeiçoa-se a redação do art. 4, para preservar programas suplementares sem instituir obrigatoriedade generalizada de creches, o que poderia ser inviável para redes municipais de menor capacidade orçamentária. Nada impede o planejamento de creches em escolas nas quais tal medida se mostre adequada, evitando-se apenas um comando normativo de aplicação universal que poderia comprometer a viabilidade da política educacional em escala nacional.

Ademais, propõem-se ajustes no ECA, para conferir efetividade à permanência escolar: no art. 54, inciso VIII, asseguram-se condições adequadas de frequência e permanência para mães, pais e adolescentes em situação de parentalidade precoce; no art. 208, inciso XII, preveem-se ações e busca ativa voltadas também a estudantes cuidadores; no art. 260-I, inciso II, estabelece-se prioridade a políticas de prevenção da evasão escolar vinculada à parentalidade precoce em sentido amplo.

Por fim, propõe-se a supressão do art. 4º do projeto de lei, que prevê a aplicação de multa ao gestor escolar, por destoar do caráter principiológico e indutor da proposta. Sugere-se, ademais, que a operacionalização envolvendo fluxos intersetoriais, mecanismos de monitoramento e cooperação federativa contemple expressamente as situações de adolescentes cuidadores e seja remetida a regulamentação própria, com implementação gradual e calibrada às diferenças regionais e às capacidades orçamentárias dos entes federados.

Com tais aprimoramentos, o substitutivo harmoniza a legislação educacional e preventiva da infância e adolescência, reforçando a coerência normativa e a efetividade dos direitos fundamentais à educação, à convivência familiar e à proteção integral.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, voto pela aprovação do PL 3.748, de 2023, com as seguintes emendas – que já estão publicadas aí, que são essas várias emendas.

É esse o relatório e o parecer, Senadora Teresa Leitão.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

A matéria está em discussão.

Senadora Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Pela ordem.) – Bom dia a todos aqui presentes.

Quero cumprimentar a nossa querida Presidente, Senadora Teresa Leitão, parabenizar o nosso Presidente Marcelo Castro pela brilhante relatoria – meu Presidente, parabéns – e também cumprimentar a nossa querida Senadora Augusta Brito, que foi autora desse projeto tão importante para o nosso país. Quero cumprimentar o Senador Styvenson, que está aqui presente.

E queria pedir, por gentileza, se assim os colegas aceitarem, Presidente, fazer inversão de pauta –o meu item é o item 13; só é um requerimento –, porque eu tenho uma agenda externa. Se for possível você liberar...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu vou devolver a Presidência...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... para o Senador Marcelo Castro.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Só para...

E ele vai tomar o pé do...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Então, enquanto você faz essa inversão aí de Presidência, eu vou só fazer um comentário e vocês vão...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Certo.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pode.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu posso fazer um comentário sobre a pauta de ontem.

Eu quero comunicar todos aqui presentes da minha alegria.

Ontem, na CAE, nós votamos o Projeto 4.305, de 2025, um projeto que fala da pediatria, para colocarmos um pediatra, Senador Marcelo Castro – o senhor também é médico –, para cada quatro equipes de saúde da família, para que, Senadora Teresa, os nossos brasileiros e brasileiras tenham a oportunidade de terem seus filhos, seus netos, seus adolescentes sendo atendidos pelo pediatra, que é o especialista nessa área da criança e do adolescente.

Então, um pediatra para cada quatro equipes de saúde da família estará disponível para atender a nossa população. Isso foi um avanço na medicina. Estou muito feliz e quero agradecer a todos os pares por terem votado favoravelmente.

Ontem foi na CAE, depois veio aqui para a CAS. E já adianto, Sr. Presidente Marcelo Castro, para que a gente possa colocar, com certa celeridade, aqui em pauta esse projeto tão importante. Depois vai para o Plenário, e aí nós poderemos... vai depois para a sanção presidencial.

E queremos comemorar esse avanço tão grande que a gente teve aqui no Senado Federal.

Muito grata, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada.

O projeto continua em discussão.

Em sistema remoto, levantou a mão o Senador Bruno Bonetti.

Com a palavra o Senador Bruno Bonetti, para debater a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO BONETTI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Senadora, bom dia; bom dia, demais Senadores, assessoria.

Senadora, por um compromisso estabelecido anteriormente, eu gostaria de solicitar, gentilmente, se possível, a inversão da pauta, para eu já fazer a leitura do relatório que está no item 10 da pauta de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu vou pedir a V. Exa. o mesmo que pedi à Senadora Eudócia. Eu estou ocupando a Presidência unicamente, de maneira eventual, para a relatoria do Senador Marcelo Castro, que vai tomar as rédeas do restante da Comissão.

Não havendo mais quem queira debater, eu também parabenizo, digo que a Comissão de Educação está esperando por esse projeto de portas abertas.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores que concordam com o relatório apresentado pelo Senador Marcelo Castro permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1-CAS a 11-CAS.

A matéria vai à CDH.

Devolvo a Presidência ao Presidente Marcelo Castro. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradeço aqui a colaboração preciosa da Senadora Teresa Leitão.

E vamos ao próximo item, de que ela é Relatora.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Pela ordem.) – Por gentileza, se for possível, se os colegas concordarem, eu pediria a V. Exa. a inversão de pauta para o item 13, porque eu tenho uma agenda externa que é de suma importância, eu não posso deixar de estar presente. E agradeço a compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

A Senadora Teresa concordaria? (*Pausa.*)

Pois não. Então, vamos ao item 13, que é o requerimento de autoria da Senadora Eudócia.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 11, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a obesidade como grave problema de saúde pública, devendo o Estado adotar políticas públicas eficazes de prevenção e tratamento.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 14, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2026 - CAS seja incluído o convidado que especifica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Passo a palavra à nobre Senadora, para fazer a defesa do seu requerimento.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para encaminhar.) – Quero cumprimentar, mais uma vez, o nosso querido Presidente Marcelo Castro e vou à leitura do requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a obesidade como grave problema de saúde pública, devendo o Estado adotar políticas públicas eficazes de prevenção e tratamento.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Dr. Alexandre Padilha, nosso Ministro da Saúde; Dr. Fábio Rogério Trujilho, Presidente da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica; Dr. Neuton Dornelas Gomes, Presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia; Dra. Maria Edna de Melo, chefe da Liga de Obesidade Infantil do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Dr. João Eduardo Nunes Salles, Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes; Dra. Inara Silva, Coordenadora do Departamento de Voz; Dra. Maria Laura da Costa Louzada, Professora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

E aqui, Sr. Presidente, eu solicito a sua autorização para ler mais um nome que eu quero acrescentar aqui nesta relação. Concedida?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – E a Dra. Fabíola Suano, que é médica pediatra, Presidente do Departamento de Nutrologia da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP).

A justificação é que a obesidade tem se consolidado como um dos principais desafios de saúde pública no Brasil e no mundo, estando associada ao aumento do risco de diversas doenças crônicas, como diabetes, doenças cardiovasculares e alguns tipos de câncer. Diante da crescente prevalência da obesidade em diferentes faixas etárias, torna-se essencial promover um debate

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualificado sobre estratégias de prevenção, diagnóstico e tratamento, bem como sobre a necessidade de políticas públicas eficazes que garantam cuidado integral à população.

Em 2022, cerca de uma em cada oito pessoas no mundo vivia com obesidade. Entre os adultos, acima de 18 anos, 16% eram obesos, enquanto 43% apresentavam sobrepeso (incluindo obesidade). No total, mais de 2,5 bilhões de adultos tinham excesso de peso em 2022, dos quais 890 milhões eram obesos.

Entre crianças e adolescentes, o crescimento também é expressivo: em 2022, mais de 390 milhões de pessoas de 5 a 19 anos estavam acima do peso, sendo 160 milhões classificadas com obesidade.

E aqui eu quero dizer da importância desta audiência pública em virtude dos crescentes aumentos desse percentual. Isso eu falei em 2022. Em 2026, isso quase que dobrou. Então, é de suma importância, neste momento, essa audiência pública.

Quero agradecer, Sr. Presidente, por ter invertido a pauta. Muito grata. E quero agradecer aos senhores colegas aqui presentes e remotamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quero parabenizar a Senadora Eudócia por esses dois requerimentos – o de nº 11 e o de nº 14 –, que tratam de um assunto relevante, importantíssimo para a saúde pública mundial. É evidente que será um ponto alto aqui desta Comissão essa audiência pública.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam os requerimentos permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovados os dois requerimentos, nºs 11 e 14.

Vamos ao item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2336, DE 2022

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, que torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil, para determinar o ensino de noções de primeiros socorros aos estudantes da educação básica, nos termos especificados.

Autoria: Senador Luiz Pastore (MDB/ES)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável ao Projeto.

2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

3- A votação será nominal.

Concedo a palavra à nobre Senadora Teresa Leitão, para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Peço a V. Exa. para ir direto à análise.

A presente proposição encontra-se em consonância com as competências da CAS, previstas no art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que trata de matérias relacionadas à proteção e defesa da saúde.

Uma vez que cabe a esta Comissão a decisão terminativa sobre a proposição, me pronunciarei também sobre sua constitucionalidade e juridicidade.

A proposição é constitucional, uma vez que se insere nas competências legislativas da União, conforme disposto no art. 24, inciso XII, da Constituição Federal, que trata sobre proteção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e defesa da saúde. Não há também vício de iniciativa, pois o caso não se enquadra em nenhuma das hipóteses de competência privativa elencadas em nossa Constituição.

Ademais, não há vícios de juridicidade, considerando que a proposta respeita os princípios e normas do ordenamento jurídico vigente e coaduna-se com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

A proposta tem mérito indiscutível ao buscar ampliar a proteção dos estudantes no ambiente escolar ao incluir a obrigatoriedade de ensino de noções básicas de primeiros socorros para os estudantes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Essa medida visa garantir que os próprios estudantes estejam aptos a tomar medidas iniciais em situações de emergência, contribuindo para a redução de acidentes e aumentando as chances de sobrevivência em situações críticas.

É importante ressaltar que a proposta não visa à inclusão de mais um componente no currículo escolar obrigatório, mas, sim, à integração ao ensino de noções de primeiros socorros, no âmbito do programa de capacitação de professores e profissionais das escolas. Dessa forma, evita-se a sobrecarga curricular e respeita-se a competência dos órgãos técnicos, como o MEC e o Conselho Nacional de Educação, no que se refere à definição das diretrizes curriculares.

Voto.

Diante do exposto, considerando a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.336, de 2022, com a seguinte redação sugerida, que passará a constituir o substitutivo:

> PROJETO DE LEI Nº 2.336, DE 2022
> [...]
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º A Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, passa a vigorar com a seguinte ementa: "Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil, bem como prevê que tais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

noções sejam ensinadas aos estudantes do ensino médio e dos anos finais do ensino fundamental."

Art. 2º A Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

"Art. 2º-A. Noções de primeiros socorros devem ser ministradas aos estudantes do ensino médio e dos anos finais do ensino fundamental, de acordo com diretrizes específicas para cada faixa etária.

§ 1º A capacitação orientada para os professores e profissionais da escola nos termos do art. 1º desta Lei também deverá incluir a formação dos alunos, sem a necessidade de alterações no currículo escolar.

§ 2º As aulas sobre noções de primeiros socorros poderão ser integradas às atividades já existentes, como projetos especiais, semanas temáticas ou atividades extracurriculares."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório da nobre Senadora Teresa Leitão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação nominal.

O projeto é terminativo.

Vou abrir o painel para a votação nominal.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. Pela ordem.) – Presidente, o meu também é terminativo. Por que não me espera fazer a leitura do meu para votar todos juntos? Só uma sugestão. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – É porque não pode votar simultaneamente dois projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. *Fora do microfone*.) – Ah, não?!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Vota um de cada vez.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. *Fora do microfone*.) – Eu ia fazer para economia...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É, eu sei disso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, as Sras. e os Srs. Senadores já podem iniciar a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Enquanto nós fazemos a votação nominal...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V. Exa.: sobre o item 2 da pauta, se o senhor pudesse relatar imediatamente, enquanto o...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Eduardo Braga, o Senador Bruno Bonetti havia pedido a inversão de pauta. O dele também não é terminativo. É um projeto rápido, a gente vota e em seguida... V. Exa. poderia esperar ou...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É que eu tenho uma audiência no Ministério da Pesca. Eu só pediria para relatar e aí logo em seguida...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente.

Então, vamos ao item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1602, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para instituir a pena de multa aos responsáveis por evento que resulte em dano à saúde da coletividade.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Braga, para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Primeiramente, quero cumprimentar V. Exa. pela iniciativa do projeto e, ao mesmo tempo, agradecer a confiança de V. Exa. para relatá-lo.

Se V. Exa. me permite, esse parecer está distribuído, publicado, e eu gostaria de ir diretamente à análise e ao voto.

Da análise.

Conforme dispõe o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado, compete à CAS manifestar-se sobre o mérito de matérias atinentes à proteção e defesa da saúde e às competências do SUS.

A proposição trata de matéria de proteção e defesa da saúde, que está inserida na competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também está em consonância com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, da Constituição Federal) e à legitimidade da iniciativa legislativa dos Parlamentares (art. 61, da Constituição Federal). Portanto, não vislumbramos óbices quanto à constitucionalidade da proposta.

Com relação ao mérito, reconhecemos que a medida proposta pelo projeto, com a penalização de multa, concorrerá para a recomposição das finanças do Sistema Único de Saúde em casos de eventos que causem impacto sobre a saúde das populações atingidas.

Aqui eu abro um parêntese para citar o exemplo daquela Boate Kiss, Senador Styvenson, que é um exemplo claro de um dos casos de um evento que, por irresponsabilidade – e eu diria até por irresponsabilidade criminosa –, acabou levando algumas centenas de pessoas à morte e causando danos à saúde de centenas de outros brasileiros e brasileiras e, portanto, um custo ao Sistema Único de Saúde que não inerente a uma doença provocada pela natureza ou pela própria questão do desenvolvimento da genética humana, mas sim em função de um evento promovido de forma irresponsável, sem as devidas cautelas, seja do proprietário, seja, inclusive, dos órgãos competentes de fiscalização.

Esse projeto visa exatamente estabelecer uma multa adicional a todas as outras penalizações já previstas no campo criminal e no campo cível. Agora, na questão administrativa da saúde pública, cria-se, portanto, uma multa para ressarcir o custo ao Sistema Único, em casos de eventos que causem impacto sobre a saúde das populações atingidas, uma vez que o SUS, no cumprimento de seu dever constitucional, terá que arcar com grandes somas de recursos financeiros, materiais e de recursos humanos para assistir as vítimas, diante das dificuldades financeiras que cronicamente afetam a saúde pública.

Toda medida que visa garantir recursos extraordinários para o sistema é bem-vinda.

Também se merece destacar o benefício para as finanças do SUS decorrente da previsão de que os recursos advindos das multas impostas não serão contabilizados para fins de cumprimento do disposto no §2º do art. 198 da Constituição Federal. Com isso, garante-se o efetivo incremento dos recursos a serem aplicados na assistência à saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto positivo do projeto é que a nova tipificação de infração sanitária proposta poderá contribuir para inibir condutas ou práticas que potencialmente tenham o condão de causar danos à saúde da coletividade.

Assim, consideramos meritória a proposição ora analisada.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, incumbe promover aperfeiçoamentos da proposição de forma a torná-la consoante ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Para tanto, propomos incluir um primeiro artigo que explicite claramente o objeto da lei, conforme estabelece o art. 7º da LCP nº 95, de 1998.

Voto, Sr. Presidente.

Pelas razões expostas, obviamente o voto é favorável ao Projeto de Lei nº 1.602, de 2019, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº -CAS
> Inclua-se no Projeto de Lei nº 1.602, de 2019, o seguinte art. 1º, renumerando-se o atual art. 1º como art. 2º e os demais [sucessivamente]:
> "Art. 1º Esta Lei objetiva alterar a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para tipificar como infração sanitária o ato de provocar evento que resulte em dano à saúde da coletividade e para instituir a pena de multa aos responsáveis.

Esse é o voto, Sr. Presidente. Esse é o relatório, com o cumprimento deste Relator à iniciativa de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório do Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discuti-lo, submeto-o à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório aprovado, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS.

A matéria vai à CAE.

Agradecendo ao Senador Eduardo Braga pela relatoria brilhante, a matéria vai então para a CAE em decisão terminativa.

Continuamos em votação nominal.

Vamos ao item 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 124, DE 2022

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 12.608, de 10 de abril de 2012, 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para prever medidas de flexibilização tarifária referentes aos serviços de energia elétrica e de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante a vigência de calamidade pública decretada em razão de desastres naturais ou de emergências climáticas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Bruno Bonetti

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao Projeto.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Bruno Bonetti para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. tem a palavra.

O SR. BRUNO BONETTI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Marcelo. Bom dia, demais Senadores, assessoria, telespectadores.

Vou relatar o PL 124, de 2022, de autoria do nobre Deputado Júlio Delgado, para prever medidas de flexibilização tarifária referentes aos serviços de energia elétrica e de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante a vigência de calamidade pública decretada em razão de desastres naturais ou de emergências climáticas.

Peço licença para ir direto à análise.

O PL nº 124, de 2022, trata de flexibilização tarifária referente aos serviços de energia elétrica e de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante a vigência de calamidade pública decretada em razão de desastres naturais ou de emergências climáticas. Insere-se a matéria no âmbito de competência da CAS.

O parecer da concluiu pela constitucionalidade e juridicidade da proposição, conforme já aprovado pela Comissão de Infraestrutura, não viola qualquer cláusula pétrea nem incorre em vício de iniciativa. Não se vislumbra, portanto, qualquer vício de inconstitucionalidade, seja formal ou material, ou de injuridicidade, nem se verificam óbices quanto à regimentalidade ou à técnica legislativa.

No exame do mérito, a proposição mostra-se consistente ao enfrentar uma das dimensões das calamidades públicas, qual seja, o impacto financeiro imediato sobre os consumidores em territórios atingidos. O projeto estabelece a suspensão de componentes tarifários e impede o corte do fornecimento por inadimplência. A medida opera como mecanismo temporário de estabilização econômica, permitindo que recursos escassos sejam direcionados à recomposição das condições mínimas de subsistência.

Quanto ao aspecto financeiro, a Conof, por meio da Nota nº 4, de 2026, lembra que, se aprovado, ainda será regulado na forma do seu art. 2º e, a depender da regulação, o impacto financeiro aqui estimado pode ser tanto minorado quanto majorado. A consultoria ainda apresentou um impacto da medida se vigente referente a quatro eventos climáticos, dois em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minas Gerais e dois no meu estado do Rio de Janeiro, cujas consequências foram reconhecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) como calamidade pública, demonstrando que o benefício se sobrepõe enormemente sobre o custo e o recurso será recorrido ao orçamento aprovado para a própria calamidade.

Sob perspectiva mais ampla, a medida dialoga com princípios de solidariedade e justiça distributiva, ao equilibrar proteção social e responsabilidade fiscal. Nesse sentido, o projeto aperfeiçoa o arcabouço institucional brasileiro para lidar de forma mais justa e racional com os impactos econômicos de desastres naturais e emergências climáticas.

Vou ao voto.

Diante do exposto, nos pronunciamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 124, de 2022, e no mérito, pela sua aprovação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo ao Senador Bruno Bonetti pela relatoria, coloco em discussão.

Senadora Teresa com a palavra para discutir a matéria.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu quero, primeiro, enaltecer a pertinência do projeto e da relatoria, mas, de acordo com o meu direito regimental, eu vou pedir vista do projeto por alguns detalhes que nós precisamos ajustar. Em nome do Governo, eu digo ao Relator que a nossa assessoria vai procurar a assessoria dele – não houve tempo hábil para isso –, para propor alguns ajustes e aprovarmos o projeto sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente, Senadora Teresa. Vista concedida.

Vamos, então, continuar com a votação nominal.

Já temos quantos aí? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nove. Faltam dois, né? (*Pausa.*)

Item 12 da pauta.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 7, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a valorização da Categoria dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais e andamento das proposições que tratam do piso salarial das categorias, sobretudo o PL 1731 de 2021.

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA) e outros.

Autoria: Senador Angelo Coronel/Styvenson Valentim.

Passo a palavra ao nobre Senador Styvenson Valentim para a leitura do seu requerimento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a valorização da categoria de fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais e andamento das proposições que tratam do piso salarial das categorias, sobretudo o PL 1.731, de 2021.

É essa a finalidade do requerimento que eu subscrevi, do Angelo Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Tendo atingido o quórum, vou encerrar a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – São 10 votos SIM, nenhum NÃO.

A matéria está aprovada.

Projeto aprovado nos termos da Emenda nº 1, da CAS, substitutivo.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 1675, DE 2023

- Terminativo -

Dispõe sobre o exercício da atividade de Psicopedagogia.

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos de emenda substitutiva que apresenta e pela rejeição das Emendas nº 1-CE e 2-CE.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável ao Projeto.

2- Em 5/6/2024, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

3- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

4- Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Styvenson Valentim para a leitura de seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Marcelo Castro.

Fim da espera para o pessoal da psicopedagogia, até agora esperando.

Vou partir para a análise, já que é atribuição desta Comissão fazer este tipo de proposição, examinar esta proposição, conforme o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 100, inciso I.

Sob o ângulo formal, não há impedimento para a aprovação do PL. A matéria em questão é privativa da União Federal, conforme o art. 22, incisos I e XVI da Constituição Federal, e não se trata de tema reservado à iniciativa exclusiva do Presidente da República, do Procurador-Geral da República ou dos tribunais superiores, conforme estabelecido no art. 48 do mesmo diploma legal. Além disso, a inserção das alterações propostas pode ser realizada por meio de lei ordinária, não sendo necessária uma lei complementar para tanto.

Quanto ao conteúdo do projeto, somos a favor da sua aprovação, pois a psicopedagogia é uma prática interdisciplinar que reúne saberes de diversas áreas do conhecimento, entre as quais se destacam a psicologia, a pedagogia, a neurociência e a linguística.

Além disso, o campo de atuação da atividade é voltado à identificação e intervenção em dificuldades de aprendizagem, lidando com crianças, adolescentes e adultos, muitas vezes em situação de vulnerabilidade.

Nesse contexto, a ausência de qualificação adequada na prática da atividade pode trazer sérios prejuízos ao desenvolvimento das pessoas atendidas.

Dessa forma, regulamentar a profissão mostra-se fundamental para garantir que apenas profissionais com formação adequada e conduta ética possam exercer essa atividade, oferecendo segurança e qualidade no atendimento, especialmente no atual cenário de valorização da educação inclusiva e do acolhimento às diferenças no ambiente escolar.

Assim, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.675, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contudo, verificamos que o projeto contém pontos que carecem de ajustes técnicos para garantir maior precisão normativa e evitar dúvidas quanto à sua aplicação prática, motivo pelo qual optamos por apresentar substitutivo ao projeto original, incorporando o conteúdo das Emendas nº 1, que foi discutida na Comissão de Educação, e nº 2, da CE, que, contudo, por razão regimental, devem ser formalmente rejeitadas.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.675, de 2023, na forma do seguinte substitutivo, rejeitando as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Educação.

É esse o meu relatório, Sr. Presidente, só deixando claro que foram dois anos de espera com a audiência pública e, nesta leitura aqui, até agora, não foi apresentada emenda no prazo regimental, nem foram apresentadas até aqui, neste colegiado, nenhum tipo de modificação. Então, segue da forma como está para aprovação da Comissão, aqui discutida.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo ao Senador Styvenson pela relatoria, vamos colocar em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, vamos colocar em votação.

A votação será nominal.

Vou abrir aqui o painel para votação.

O painel está aberto.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tendo alcançado o quórum, vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Houve 12 votos SIM; nenhum NÃO.

A matéria está aprovada, nos termos da Emenda nº 3 da CAS, substitutivo.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Lembro que agora, na sequência, teremos reunião desta Comissão destinada à deliberação de indicações a programações decorrentes das emendas RP8 da CAS à LOA de 2026.

Lembro ainda que teremos hoje, às 14h30, reunião extraordinária da Comissão, em forma de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, destinada a debater os impactos na vida do cidadão brasileiro com neuromielite óptica (NMO): negligências e sofrimentos.

Convoco para o dia 25 de março, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia dezoito de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Fernando Dueire, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Bruno Bonetti, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Paulo Paim, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Roberta Acioly, Alan Rick e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Beto Faro e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Mara Gabrilli, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de Indicações de Emendas RP8**. **Finalidade:** Deliberação de indicações às programações decorrentes de emendas RP-8 da CAS à LOA 2026, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 01/2006-CN. Relatoria: Senador Marcelo Castro. **Resultado:** A Comissão deliberou e aprovou, por unanimidade, 2.360 indicações, conforme planilha anexa, e deliberou e rejeitou, por unanimidade, 286 indicações, conforme planilha anexa. Em seguida, o presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e sete minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8383763287

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/18

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de indicações às programações decorrentes de emendas da Comissão de Assuntos Sociais RP 8 à LOA 2026, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210, de 2024, e do art. 45-A, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

A coordenação e relatoria das indicações da CAS ficam a cargo desta Presidência.

A votação será simbólica.

Passo à leitura do relatório.

Nos termos da Lei Complementar nº 210, de 2024, e da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, com redação dada pelas Resoluções nº 1 e 2, de 2025, do Congresso Nacional, compete a esta Comissão apresentar indicações para a execução de programas decorrentes de emendas de comissão à Lei Orçamentária Anual de 2026 (Lei 15.346/2026).

Na LOA 2026, esta Comissão apresentou emendas RP 8 nas seguintes programações: 2E89, Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento de Metas (Emenda 60060001), unidade orçamentária, Fundo Nacional de Saúde; e a emenda 2E90, Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas (Emenda 60060002), unidade orçamentária, Fundo Nacional de Saúde.

No prazo concedido por esta Comissão, foram apresentadas 2.652 sugestões de indicações. Posteriormente, foram retiradas, pelos autores, 286, em decorrência de erro material; e seis terão sua votação adiada.

Dessa forma, restaram 2.360 sugestões de indicações a serem apreciadas pela Comissão.

É o relatório.

Análise.

As sugestões de indicações constantes do Anexo 1 cumprem os requisitos estabelecidos na Lei Complementar 210, de 2024, e na Resolução nº 1 do Congresso Nacional, de 2006.

Voto.

Tendo em vista o exposto, votamos pela aprovação das indicações elencadas no Anexo 1 e pela rejeição das constantes do Anexo 2.

Lido o relatório, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação as planilhas constantes dos Anexos 1 e 2, nos termos do relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado.

As indicações constantes da planilha do Anexo 1 são aprovadas e as constantes do Anexo 2 são rejeitadas.

A decisão desta Comissão será comunicada à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização e ao Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado Federal*.

Nada mais havendo, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 38 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (8ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (16ª REUNIÃO), EM 18 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia dezoito de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúnem-se a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Fernando Dueire, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Bruno Bonetti, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Paulo Paim, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Roberta Acioly, Alan Rick, Esperidião Amin, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Vanderlan Cardoso, Sergio Moro e Damares Alves, e ainda do Senador Wellington Fagundes não-membro das comissões. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Mara Gabrilli, Ivete da Silveira, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Tereza Cristina e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 71/2025 - CAS, de autoria Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 32/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Debater os impactos na vida do cidadão brasileiro com Neuromielite Óptica (NMO): negligências e sofrimentos. **Participantes:** Douglas Kazutoshi Sato, Médico Neurologista; Mauro Goldbaum, Secretário-Geral do Conselho Brasileiro de Oftalmologia – CBO; Renata de Paula Faria Rocha, Tecnologista da Coordenação-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde; Lauda Santos, Diretora da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras – FEBRARARAS; Daniele de Lemos Americano Freire, Presidente da NMO Brasil – Associação Brasileira de Pacientes de Neuromielite Óptica e Doenças do seu Espectro; e Samira Apóstolos, Neurologista do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/18

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Bom, boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, em conjunto com a 16ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nº 71, de 2025, CAS, e 32, de 2026, da CDH, de minha autoria e de autoria da Senadora Damares Alves, para realização de audiência pública destinada a debater impactos na vida do cidadão brasileiro com neuromielite óptica, negligências e sofrimentos.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Bom, eu quero chamar aqui para compor a mesa os seguintes convidados: Dr. Douglas Kazutoshi Sato – está *online* –, médico neurologista; o meu colega Dr. Mauro Goldbaum, Secretário-Geral do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, que está aqui presente – seja muito bem-vindo; Renata de Paula Faria Rocha, Tecnologista da Coordenação-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde; Dra. Daniele de Lemos Americano Freire, Presidente da NMO Brasil (Associação Brasileira de Pacientes de Neuromielite Óptica e Doenças de Seu Espectro); Dra. Lauda Santos, Diretora da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (Febrararas); e a Dra. Samira Apóstolos, Neurologista do Hospital das Clínicas da USP – seja muito bem-vinda –, da Academia Brasileira de Neurologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra para os ilustres convidados.

O Dr. Douglas está presente remotamente aí? (*Pausa.*)

O SR. DOUGLAS KAZUTOSHI SATO (*Por videoconferência.*) – Sim. Boa tarde, Doutor. Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Boa tarde, Dr. Douglas, seja muito bem-vindo.

Eu vou passar a palavra para o colega para se manifestar em relação ao assunto.

Eu vou dividir as falas por dez minutos e depois eu vou fazer uma nova rodada para alguns esclarecimentos que, porventura, vocês queiram fazer.

Dr. Douglas, por favor.

O SR. DOUGLAS KAZUTOSHI SATO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Perfeito. Deixe-me só... Vamos ver se... Não está compartilhando. Preciso novamente da autorização para compartilhamento de tela. Bom, agora sim.

Sem grandes demoras, eu agradeço a oportunidade ao Senado, aos Senadores, para a gente poder conversar um pouquinho sobre a doença neuromielite ótica, uma doença rara e, muitas vezes, desconhecida da grande população. Acredito que é de suma importância a gente poder ter esse espaço hoje. Então, realmente eu agradeço a gente poder conversar sobre ela.

Eu sou professor da Faculdade de Medicina da UFRGS e lidero, coordeno, o Ambulatório de Neurologia Autoimune do Serviço de Neurologia do Clínicas daqui, de Porto Alegre.

Dando uma ideia do que é essa doença, nós temos, então, este nome que a gente abrevia de NMO ou NMOSD, que é de espectro da doença, e é importante entender que ela é rara. A gente tem uma prevalência até cinco a cada cem mil habitantes. Então, não é uma doença comum, certo? A gente tem uma distribuição mundial. O mundo inteiro tem casos relatados dessa doença e tem um predomínio de acometimento bastante importante no sexo feminino. A média de idade é entre a terceira e quarta década de vida, embora, em centros de referência, como o nosso, a gente acabe tendo também experiência de crianças e até idosos acometidos com essa doença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é importante? Essa doença é bastante grave. A gente tem aqui um exemplo de uma mielite, ou seja, uma inflamação da medula de forma bastante extensa. Esses pacientes necessitam, muitas vezes, do centro de referência para serem avaliados de forma adequada. Nós necessitamos de neuroimagem, que é basicamente ressonância magnética – então, não é em qualquer hospital primário que a gente vai ter esse recurso –, tal como exames laboratoriais, principalmente o anticorpo anti-aquaporina 4, que permite fazer o diagnóstico definitivo dessa doença.

O que é relevante, do ponto de vista de sociedade, é que nós temos a esclerose múltipla, que nós abreviamos como EM, com tratamentos, e um PCDT já há uma série de anos, talvez décadas já, presente. Só que esses tratamentos podem piorar a neuromielite ótica, sendo que, às vezes, por uma questão de avaliação clínica, o diagnóstico pode ser equivocadamente dado como esclerose múltipla e esses pacientes passarem a receber tratamentos, número um, de alto custo, número dois, que podem causar, digamos assim, uma atividade dessa doença, coisa que a gente não quer.

Neuromielite ótica ainda está sem PCDT. Existe um movimento para se criar esse protocolo clínico, que possa oferecer tanto o diagnóstico, como o manejo de tratamento dessa doença. Nós usamos medicações não aprovadas, às vezes, diretamente para essa doença, porque nós temos três medicamentos aprovados no Brasil para neuromielite ótica, só que nenhum está presente como opção dentro do Sistema Único de Saúde. Então nós temos realmente, digamos assim, bastante coisa para conversar e conseguir adequar o melhor tratamento, avaliação e cuidado com os nossos pacientes.

Eu acho que essa doença chama muita atenção por conta da gravidade do que a gente chama de ataques ou surtos da doença. Então é uma doença que muitas vezes é recorrente, acontece mais de uma vez ao longo da vida desse paciente e que tem, então, digamos alguns focos principais, sendo que ela ganha esse nome justamente pela presença de mielites graves – então, presença de inflamação, na medula, muito grave, neurites ópticas, ou seja, inflamações no nervo do olho que podem causar até cegueira. Então, por isso que tem também colegas aí do CBO – então é bem legal ter esse tipo de parceria – e lesões também cerebrais ou da região do tronco cerebral, que podem causar sintomas, como náuseas e vômitos incoercíveis ou até alterações no nível de consciência. Então é uma doença que é grave, que tem um alto risco de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incapacidade e é recorrente. Então nós realmente precisamos da ajuda, digamos assim, para dar um suporte à saúde desses pacientes.

Como é que o paciente enxerga tudo isso? Eu acho que é importante dizer que a mielite para o paciente significa muitas vezes uma limitação em cadeira de roda ou até ficar restrito ao leito, no caso de uma mielite cervical muito grave. Muita dor neuropática é bastante comum nos nossos pacientes, alterações de bexiga, incontinência urinária e fecal. A neurite óptica eu acho que chama muita atenção em relação a outros quadros de inflamação, porque, nessa doença, é muito comum o paciente ficar cego daquele olho, se não manejado de forma rápida, tamanha a gravidade dela. E por fim tem outros quadros também de tronco cerebral que podem muitas vezes confundir e demorar, digamos assim, para o paciente ser diagnosticado adequadamente com essa doença.

Como é que é feito o diagnóstico? Eu gosto de dar essa visão geral do centro de referência, como é que a gente faz aqui, por exemplo, no Clínicas. Nós necessitamos de neuroimagem que ajude a olhar e enxergar essas lesões inflamatórias, e também a presença do anticorpo anti-aquaporina 4 no soro.

Como é que está o cenário brasileiro em relação a tudo isso? Existe uma avaliação do ano passado da Conitec, quando, digamos, se decidiu por unanimidade que fosse disponibilizada a incorporação do anticorpo no SUS, além disso indicando que não havia o protocolo clínico de diretrizes terapêuticas, o que facilitaria, digamos assim, o manejo desses pacientes de uma forma mais adequada dentro do Sistema Único de Saúde. Então, a realidade dos pacientes... E depois da consulta pública foi endossada essa incorporação, mas ainda é muito difícil fazer a testagem do anticorpo anti-aquaporina 4 em alguns hospitais. Aqui, no Hospital de Clínicas, temos, digamos assim, a parceria junto ao laboratório que faz o exame, mas digamos assim que a grande maioria não tem esse acesso ainda, apesar de estar já aprovado, desde meado do ano passado. Então, a gente tem um trabalho muito grande, como país, de disponibilizar essas ferramentas para que os pacientes sejam adequadamente diagnosticados e tratados.

O que está acontecendo? Então, eu acho que é importante porque nós temos um quadro realmente de desconhecimento da doença; isso é importante – a questão da cobertura dos exames –, e precisamos, ainda... O Brasil pode contribuir, de forma muito importante, em relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à pesquisa e desenvolvimento em relação a essa doença, porque essa doença acomete muito mais pessoas não brancas; então, ou afrodescendentes, ou asiáticos... E isso chama a atenção e é uma necessidade, uma importância de saúde pública que outros países com predomínio de raça ou etnia branca têm, digamos, em grau menor.

Tratamento. Novamente, a gente não tem PCDT. Isso aqui foi publicado como um desejo dos médicos que trabalham especificamente com essa doença; a gente quer ter acesso aos anticorpos que são feitos em nível laboratorial. A neuroimagem, que está prevista, existe no centro de referência, mas as medicações... Se vocês olharem, eu marquei com X, e dentro de alguns exames também, nós não temos nada oficialmente, digamos, disponível dentro do Sistema Único de Saúde. Então...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOUGLAS KAZUTOSHI SATO (*Por videoconferência.*) – ... tudo isso é feito dentro da melhor competência.

E só ressaltando que a disponibilidade das medicações que ajudam mais esses pacientes é muito maior nos países desenvolvidos do que em desenvolvimento, como o Brasil.

Todos esses avanços na parte de pesquisa resultaram no desenvolvimento de tratamentos que funcionam muito bem para essa doença. Então, nós temos... Hoje nós a entendemos muito bem e conseguimos, sim, ter opções aprovadas, do ponto de vista de melhor evidência. Então, aqui estão os artigos publicados, digamos assim, definindo a favorabilidade dos tratamentos.

Então, eu acho que aqui, resumindo, eu acho que na NMO a gente precisa de ferramentas – para ajudar os nossos pacientes – diagnósticas; os tratamentos têm que passar a estar disponíveis no SUS para reduzir, então, a incapacidade – quando o paciente não tem ataque, ele não tem aumento de incapacidade, isso é muito importante –, tal como o sofrimento dos nossos pacientes. A gente quer muito que os pacientes tenham o melhor cuidado possível que a gente possa oferecer.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Dr. Sato, antes de passar a palavra para o próximo palestrante, que é o Dr. Mauro, eu queria que o senhor me esclarecesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algo que é de interesse de todos nós, da sociedade de um modo geral. O valor da dosagem de anticorpo... Tem o valor desse exame? E o valor dos anticorpos monoclonais que são utilizados na doença? O senhor podia só, para esclarecimento... Porque a gente sabe que os anticorpos monoclonais, normalmente, são caros e eu queria saber exatamente o preço desses anticorpos a que o senhor referiu para tratamento dessa doença, o valor deles, até para a gente poder também tentar ajudar na incorporação dessas substâncias na Conitec.

Obrigado.

O SR. DOUGLAS KAZUTOSHI SATO (*Por videoconferência.*) – Perfeito, perfeito. Eu acho que primeiro em relação ao diagnóstico, o teste da anti-aquaporina 4 foi... Teve toda uma negociação, pelo que eu entendi, junto à Conitec e houve uma redução do *kit* comercial, pelo menos, que é o mais comum e disponível, que caiu para R$190, o teste; então, não é um teste, também, extremamente caro. Ele não é barato, mas não é nenhum absurdo.

O teste do anti-MOG, que é um diagnóstico diferencial, infelizmente não está disponível e não foi feito também nenhum processo para incorporação. A gente espera... Eu faço em nível de pesquisa, tentando ajudar os pacientes, mas a gente gostaria realmente que isso também fosse incorporado.

Quanto aos tratamentos, nós temos aí... Eu não vou lembrar de valores exatos em relação aos anticorpos, mas eles são valores elevados, sim. Houve a submissão de dois deles – do satralizumabe e do inebilizumabe – à Conitec, e ambos receberam negativa do ponto de vista de custo-efetividade, então houve uma limitação em relação à incorporação por conta do custo.

Sendo bem sincero, eu espero que haja uma conversa nova, digamos assim, para que se possa permitir essa viabilização. Eu entendo que a verba pública é limitada, mas esses pacientes precisam ser tratados. Então, de alguma forma, a gente precisa conseguir, digamos, um meio do caminho para o tratamento desses pacientes. É uma doença rara; nós calculamos que haja em torno de 4 mil pacientes com essa doença no Brasil. Acredito que existem opções interessantes também que, embora *off-label*, a gente tem uma experiência muito grande, como o rituximabe. Eu lembro de uma reunião junto ao Ministério da Saúde, à Conitec, quando a gente começou essa conversa dos protocolos, de considerar esse tipo de medicação, que tem um custo menor, por já ter perdido patente e ter opções, então, que a gente consegue oferecer dentro do Sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Único de Saúde, e as medicações aprovadas talvez fiquem para um caso de refratariedade a uma medicação de primeira linha.

Então, isso seria o que eu consigo te explicar, digamos assim, da realidade que a gente está vivendo neste momento.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Doutor. Muito obrigado.

Eu acho que esta audiência pública também tem um condão – como nós estávamos conversando um pouco antes da nossa audiência pública aqui com o meu querido colega Mauro e com a nossa Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, que está aqui no Congresso – importante de tudo que a gente fala aqui sobre neuromielite ótica: é chamar a atenção para o diagnóstico. É uma doença muito negligenciada em relação a diagnóstico. Tem muita gente que ainda recebe diagnóstico de esclerose múltipla e, na realidade, tem neuromielite.

Então, quando a gente fala, a gente chama a atenção, e diz que existe um exame que pode esclarecer e fazer o diagnóstico diferencial, a gente está chamando a atenção dos colegas do Brasil todo para que não negligenciem o diagnóstico dessa doença, que muitas vezes leva o CID de esclerose múltipla, em vez de neuromielite ótica.

Mas eu não quero monopolizar isso aqui; eu quero é dar a palavra para vocês: meu querido colega Dr. Mauro Goldbaum, que é um craque em oftalmologia e que veio aqui nos prestigiar na audiência pública.

Seja muito bem-vindo, Dr. Mauro! Por dez minutos.

O SR. MAURO GOLDBAUM (Para expor.) – Muito obrigado. Obrigado pela generosidade.

Meu nome é Mauro Goldbaum. Eu sou médico oftalmologista, mais na área de retina, no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Sou Secretário-Geral do Conselho Brasileiro de Oftalmologia e também Secretário-Geral da Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, queria parabenizar o Senador Hiran, a Senadora Damares, pela iniciativa de trazer à discussão essa patologia, essa condição, que mesmo rara, traz consequências muito significativas para os pacientes, familiares, para todos que têm contato com ela.

Vou ecoar, em grande parte, o que o colega Douglas trouxe e focar um pouquinho mais na área oftalmológica. Como foi colocado, temos uma doença que guarda uma grande semelhança com a esclerose múltipla, também é uma doença desmielinizante. A esclerose múltipla é mais conhecida, todos sabem da gravidade dela; a neuromielite ótica é uma doença ainda mais grave por uma série de razões.

Primeiro que a grande maioria dos pacientes é bilateral e eles, muitas vezes, evoluem para uma acuidade visual, uma visão menor que 20/200. Em oftalmologia, a gente tem três blocos de visão: visão normal, visão subnormal e o que a gente chama de cegueira legal. A visão subnormal é quando o paciente, com auxílios ópticos, consegue desenvolver suas atividades do dia a dia. Quando a gente faz diagnóstico de cegueira legal é quando, abaixo de um certo sarrafo, a gente imagina que mesmo com auxílios ópticos especiais, é difícil manter esse cotidiano de forma normal, e o sarrafo, geralmente, a linha divisória é esse 20/200, abaixo da qual a maioria dos pacientes com neuromielite ótica vão acabar se localizando. Depois da primeira crise de neuromielite, às vezes a visão não é tão comprometida, mas depois da segunda, mais de 70% dos pacientes vão ter o que a gente chama, então, de cegueira legal.

E mesmo o campo de visão... Porque as doenças têm comprometimentos diferentes do campo visual, tem pacientes que algumas doenças afetam mais o centro do campo visual, às vezes mais a periferia, e a neuromielite ótica tem um comportamento ainda mais diverso, levando a um comprometimento tanto central como periférico, adicionando à gravidade, à dificuldade que o paciente vai enfrentar.

Uma outra diferença muito importante em relação à esclerose múltipla é que a chance de recuperação após a crise é muito menor. Muitas vezes, os pacientes com neuromielite ótica têm crises cumulativas, não são crises que a crise vem, há uma piora da função, depois há uma melhora. Assim, geralmente é uma piora, uma piora, adicionando novamente à gravidade do quadro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um problema adicional que a gente tem na oftalmologia, falando no SUS, é a dificuldade de acesso a um neuro-oftalmologista. Isso porque a neuromielite ótica afeta principalmente o nervo ótico, e a neurite é um pouco mais posterior, é um quadro que, muitas vezes, examinando o olho, a gente não tem tanto a noção, porque ela afeta uma região do nervo ótico ainda mais para trás. Muitas vezes ela é mais bem diagnosticada, mais bem conduzida pelos colegas oftalmologistas que fazem essa interface com neurologia, que são os neuro-oftalmologistas, que são em número reduzido e a disponibilidade de a gente conseguir uma consulta com um neuro-oftalmologista no SUS é bastante difícil.

Se eu pudesse resumir – acho que em boa parte o Douglas já colocou –, sendo bem sucinto, fazendo um retrato da dificuldade do paciente com neuromielite ótica, a gente tem uma dificuldade de acesso à própria doença, ao próprio neuro-oftalmologista, que muitas vezes vai fazer a primeira suspeita do diagnóstico. A gente tem a dificuldade do diagnóstico, a dificuldade de obter o exame de anticorpo para aquaporina no SUS e a gente tem dificuldade de tratamento, não havendo, então, a disponibilidade das drogas ou do PCDT específico para neuromielite óptica. Quer dizer, acho absolutamente pertinente esta iniciativa de trazer essa doença à discussão pela dificuldade em todas as camadas de atendimento a esses pacientes.

Parabenizo, de novo, todos os envolvidos nessa iniciativa.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, caro colega Mauro.

Passo, em seguida, a palavra, por dez minutos, para a Dra. Renata de Paula Faria Rocha, Tecnologista da Coordenação-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde.

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todos.

Obrigada pelo convite.

É uma honra estar aqui representando o Ministério da Saúde.

Eu queria fazer algumas considerações, até com relação ao que já foi dito. Eu trabalho na Coordenação de Doenças Raras, e essa coordenação é bastante recente dentro da estrutura do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Saúde. A gente considera que isso foi um ganho considerando as doenças raras. A gente tinha a temática de doenças raras dentro de outra coordenação, que não era uma coordenação específica para isso. Então, o fato de a gente ter uma coordenação de doenças raras hoje traz visibilidade para doenças que a gente sabe que são de baixa frequência, quando a gente considera de forma individual, mas, quando a gente traz para o coletivo, a gente tem uma quantidade enorme de pessoas portadoras dessas doenças raras. Associado a isso, a gente tem também a questão do alto custo tanto de tratamento quanto de diagnóstico dessas doenças.

A gente pode dizer que a Coordenação de Doenças Raras tem um desafio enorme. A gente vem trabalhando – a Coordenação tem cerca de três anos, acho que vai fazer três anos – e tentando preencher essas lacunas que ainda são muitas dentro da rede de atenção, e a gente reconhece isso. Estamos trabalhando em diversas linhas de frente para tentar sanar essas lacunas.

Com relação à incorporação do exame, eu peço que, quando as pessoas tiverem dificuldade com relação a acesso ao exame, se puderem, notifiquem via nosso *e-mail* da Coordenação de Raras, cgraras@saude.gov.br, para a gente saber. É importante a gente ter essa proximidade também porque uma coisa é a gente ter a política, a gente ter a definição, a gente ter a incorporação de uma tecnologia e outra coisa é a gente ter a implementação disso na prática. Então, é importante para a gente também, que está em nível central, conhecer como está a realidade de quem está acessando e de quem está usando os serviços.

Bom, a gente tem avançado em diversas frentes de trabalho e tem conseguido ampliar os serviços de referência em doenças raras, e isso foi um ganho também. A questão dos especialistas é uma dificuldade em todas as especialidades, a gente pode dizer assim. Ainda mais quando a gente fala de doenças raras, a gente tem um quantitativo bastante reduzido de profissionais médicos e de equipe multiprofissional também especializada para atender essa população, mas a gente vem trabalhando isso, trabalhando na questão de capacitação da atenção primária também, na identificação, para que a gente consiga diminuir esse tempo de diagnóstico, e na incorporação de tecnologias. A gente tem dificuldade com relação à incorporação de diversas medicações relacionadas ao custo. Então a gente sabe que precisa seguir esse rito da Conitec. A Conitec faz essa avaliação do custo da medicação, e, em doenças raras, a gente sabe que isso é uma questão que ainda precisa ser trabalhada, porque, em doenças raras, o custo das medicações é realmente maior do que nas outras doenças. Então a gente precisa trabalhar essa relação com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Conitec, em termos de incorporação dessas medicações, mas a gente vem trabalhando nisso e vem trabalhando na perspectiva de diminuir o tempo após a incorporação.

Então a gente tem, por normativas, que implementar uma tecnologia em 180 dias e a gente sabe que muitas vezes isso não é possível, mas a gente vem trabalhando para reduzir esse tempo. Com relação aos PCDTs, a gente tem 7 mil doenças raras. Então isso é um desafio enorme quando a gente pensa em elaboração dos PCDTs.

Hoje, o que a gente observa é que as demandas de elaboração de criação dos PCDTs estão muito relacionadas à incorporação das tecnologias. Então, quando a gente tem uma tecnologia nova incorporada, isso acaba exigindo ou a revisão de um PCDT que já exista ou a elaboração de um PCDT. Então, a gente acaba esbarrando nessas dificuldades de ter que priorizar determinados PCDTs em detrimento de outros, conforme as tecnologias vão aparecendo.

Mas eu queria dizer para vocês que o Ministério da Saúde está aberto ao diálogo, aberto a fazer essa aproximação com todos, tanto com a comunidade civil quanto com os Parlamentares, com as sociedades científicas, para que a gente possa criar estratégias e pensar em melhor formas de facilitar o acesso tanto ao diagnóstico quanto ao tratamento não só da neuromielite, mas, pensando em doenças raras, de quem precisar, da população que necessite de atendimento.

Então, estamos à disposição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. Renata.

Eu quero fazer uma rápida consideração. Eu estava vendo números aqui, Dr. Renata, do nosso Sistema Único de Saúde, no que tange à cirurgia mais feita no SUS – não só no SUS, mas no mundo –, que é a cirurgia da catarata. Nós fizemos, no ano passado, mais de 1,1 milhão de cirurgias, quase 70% no SUS. No nosso estado – eu sou oftalmologista –, na nossa clínica, a gente opera, em média, 500 cirurgias por mês. É o único estado brasileiro que não tem lista de espera para a cirurgia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, quando a gente fala de oftalmologia e exame oftalmológico, o exame que envolve acuidade visual, senso cromático, campo, doenças oculares externas, exame externo, fundo de olho e tal, tonometria, o exame completo, as pessoas têm muita dificuldade, sabem por quê? Porque a oftalmologia não está na atenção primária. Se a gente estivesse na atenção primária, eu acho que o diagnóstico não seria tão negligenciado. Eu acho que é um trabalho que nós temos que fazer juntos.

Essa é apenas uma consideração com a qual eu acho que a senhora concorda, não é?

Muito obrigado, Doutora, pela sua presença.

Eu vou passar, em seguida, a palavra para a Dra. Daniele de Lemos Americano Freire, nossa Presidente da Associação Brasileira de Pacientes de Neuromielite Óptica e Doenças do seu Espectro.

A SRA. DANIELE DE LEMOS AMERICANO FREIRE (Para expor.) – Boa tarde.

Obrigada pelo convite e por estar presidindo esta sessão.

Obrigada ao Senador e à Senadora Damares também.

Eu vou fazer minha rápida audiodescrição e, depois, vou agradecer às outras pessoas da mesa.

Eu sou Daniele Americano, Presidente da NMO Brasil, que é a Associação Brasileira de Pacientes de Neuromielite Óptica e Doenças do seu Espectro. Eu sou uma mulher branca, de cabelo castanhos claros, que um dia foram louros, mas não são mais, e eu estou usando um macacão verde. Pedem para citar a idade, para as pessoas entenderem mais ou menos. Eu sou uma mulher de 49 anos e estou sentada em uma cadeira de rodas. Ao meu lado está a Dra. Samira, ao lado da Dra. Samira está a Lauda, depois o Senador Hiran; e aí, para lá, eu já não vou saber de cabeça o nome das pessoas, mas está tudo bem.

Senador, eu queria agradecer de novo este momento, porque é muito importante para as pessoas que convivem com a NMO. Eu queria agradecer a presença do Ministério da Saúde aqui, do Dr. Mauro, que é muito importante. A gente sempre conta com neurologistas nos eventos de NMO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim como o Dr. Hiran, também é oftalmologista, não é?

O SR. MAURO GOLDBAUM (*Fora do microfone*.) – Sou.

A SRA. DANIELE DE LEMOS AMERICANO FREIRE – É muito importante contar com a presença de oftalmologistas, porque muitos pacientes chegam primeiro aos oftalmos.

A Lauda, pela Febrararas, também – obrigada –; a Dra. Samira e o Dr. Sato, que eu não tinha mencionado...

A gente está aqui hoje para discutir, para debater a realidade dos pacientes com NMO no Brasil hoje. Como o Dr. Sato colocou, a gente tem em média 4,5 mil, 5 mil pacientes – é o que se estima que se tenha no Brasil de pacientes. O exame de anti-aquaporina 4 custa em média R$130, como o senhor perguntou. Eu não acredito que esse valor seja tão exorbitante para onerar o Governo dessa forma, mas ele onera a vida do paciente quando não é feito.

Quando o paciente leva um tempo para fechar o diagnóstico... Todas essas pessoas que estão aqui na frente são pacientes, essas vestidas de verde. Lá atrás também tem um paciente, eu sou paciente. Todos nós sofremos com sequelas em razão de diagnóstico demorado.

E aí, quando a Dra. Renata falou para a gente se reportar ao Ministério da Saúde quando eu não conseguir o exame de anti-aquaporina 4, que foi incorporado pela Conitec no ano passado, eu vou ter que dizer para ela que mais de 70% dos nossos pacientes são pessoas com baixa escolaridade, sem acesso à educação, sem acesso a nada. Como ela pretende que essas pessoas se reportem ao Ministério da Saúde para dizer que não estão tendo acesso ao tratamento? Elas não sabem nem o que elas têm. Como elas vão dizer que não estão tendo acesso ao anti-aquaporina 4? Elas nem sabem que precisam do anti-aquaporina 4, na verdade.

Não somos muitos pacientes. Existem 13 milhões de pacientes de doenças raras no Brasil. Desses 13 milhões, cerca de 5 mil são pessoas com NMO, que, sem tratamento, estão morrendo. No ano passado, a gente teve duas ou três perdas; neste ano, a gente já teve também, a Bruna. A gente está perdendo pacientes.

A NMO não tem cura ainda, mas ela tem tratamento. Sem tratamento, as pessoas podem ficar completamente cegas, as pessoas podem perder os movimentos e ficar tetraplégicas, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas podem morrer, porque a doença afeta o sistema nervoso central e pode afetar o sistema cardiorrespiratório.

Então, eu acho que há necessidade de se repensar como é feita essa triagem e como que essa burocracia pode andar, porque as pessoas estão morrendo. Os cidadãos brasileiros estão morrendo.

Eu disse isso aqui em 2024, numa audiência pública que a gente teve aqui com o Dr. Hiran também: o cidadão brasileiro, hoje, não tem o direito constitucional à vida garantido, porque a gente não tem o direito à saúde se o tratamento não está disponível no SUS para a gente, apesar de existirem três medicações aprovadas pela Anvisa para isso; e não estão disponíveis nem os aprovados pela Anvisa, nem os *off label*. Então, antes não se aprovava porque era *off label*, hoje não se aprova porque o custo-efetividade da vida dessas pessoas não vale a pena.

Então, eu acho que há de se repensar, e, Dra. Renata, perdoe-me se eu for incisiva aqui, mas é que você está como representante do Ministério da Saúde e eu como representante das pessoas que estão morrendo, então, eu preciso fazer uso da minha voz para dizer: a gente precisa de tratamento. Se você entra hoje no JusBrasil, a gente tem mais de 6 mil ações judiciais para que as pessoas tenham acesso ao medicamento. Então, o Governo segue pagando o tratamento, só que ele segue pagando por via judicial, e está saindo muito mais caro, porque, então, ele paga o tratamento, ele paga as custas judiciais, ele paga o advogado...

Essa pessoa que precisa ajuizar uma ação para ter acesso à vida, para ter o seu direito constitucional à vida garantido, também está perdendo, porque, enquanto não tem o tratamento... Hoje a gente estava falando sobre isso: o paciente de NMO não pode ficar sem tratamento, e, quando fica sem tratamento, ele vai perdendo: vai perdendo os movimentos, vai perdendo a visão, e isso impacta demais a vida das pessoas.

E aí, voltando, essa doença afeta mais os afrodescendentes, que, no Brasil, historicamente, infelizmente, têm menos acesso à saúde, têm menos acesso à educação, têm menos acesso a tudo. Então, eles são 100% dependentes do SUS, e eles... Nove mulheres para cada homem. Então, a gente sabe também que, historicamente, no Brasil, essas mulheres são chefes de família. Então, se essa mulher, chefe de família, fica numa cama, toda aquela comunidade que depende dela é afetada, e esse valor não entra no custo-efetividade da Conitec, infelizmente. A Conitec pensa no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valor do medicamento, mas ela não pensa no valor da vida daquela pessoa, e é necessário que se tenha isso em mente.

Eu sei que fala: "Ah, a gente pensa na vida", mas, no final do dia, não pensa na vida. Porque, se a Conitec diz: "Não, a gente não vai incorporar a medicação", e sem medicação a pessoa morre... E aí? Quem paga essa conta? O paciente paga essa conta. O cidadão brasileiro com NMO paga essa conta, e isso não é justo.

Então, eu acho que eu acabei me emocionando aqui, porque é muito triste a gente saber que existe medicação, a gente saber que existe tratamento que pode garantir qualidade de vida, e não ter acesso a ele. Porque o cidadão médio não tem acesso, não tem condições financeiras de bancar a medicação do imunobiológico, como o Dr. Hiran comentou, mas nem a outra medicação, que é barata, que hoje não se usa mais, mas, nem quando ela era barata, era utilizada, porque era *off label*. Então, não tem PCDT, não tem tratamento. A gente precisa diminuir esse *gap* e essa burocracia.

Aqui, eu vou deixar meu pedido... Vai ser uma pergunta, na verdade, que eu sei que depois se pode fazer umas perguntas, que é para a Dra. Renata: como a gente pode encurtar esse *gap*? Como a gente pode encurtar esse tempo dessa burocracia? Porque, se precisava de um consenso, foi publicado o consenso; se precisava de informações sobre a NMO, foram fornecidas as informações sobre a NMO; e a gente precisa de tratamento. A gente precisa ter acesso à vida. A gente está morrendo. E eu acho que a gente não pode deixar isso acontecer. Eu vou dizer – por mim – a minha medicação é judicializada. Se eu estou aqui... Eu acho que, talvez, 90% dos pacientes que estão aqui hoje judicializaram para terem acesso à medicação, porque, em alguns lugares, os centros de estudo fornecem a medicação. Em alguns lugares, talvez, o estado forneça a medicação, mas não é a realidade de todas as pessoas. Não é a realidade da pessoa que mora no interior do interior do Brasil, que, às vezes, não tem nem acesso ao médico, como ela vai ter acesso ao tratamento? Como ela vai pagar esse medicamento? Ainda que seja a azatioprina, que custa R$200 na farmácia. Como uma pessoa que ganha R$1.600 vai pagar R$200 de azatioprina? Fora o resto que ela precisa pagar.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELE DE LEMOS AMERICANO FREIRE – Eita!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou deixar a minha pergunta aqui: como a gente pode atuar para encurtar esse tempo? Se houver possibilidade, Dr. Hiran, eu queria pedir a palavra no final. Somos todas pacientes. A gente tem a Marcela. Marcela está grávida do segundo filho pós-diagnóstico. Então, é sobre vida. A gente está falando... Sempre que a gente fala de saúde, a gente fala sobre vida. Sempre que fala sobre doença, a gente fala sobre vida. E aí, embora o Ministério da Saúde não esteja preparado para isso, o paciente também não está preparado para ter o diagnóstico de uma doença rara, ficar tetraplégico funcional, ficar cego ou com visão monocular e ter que se virar a partir disso. Então, não sei como, mas a gente precisa modificar essa burocracia do Ministério da Saúde especificamente.

Aí eu vou deixar só uma última palavra aqui no meu último segundo, que é uma coisa que a minha mãe sempre fala: "Dinheiro para fazer evento sempre tem, mas para medicação não tem?". A gente está com prioridades diferentes. Assim: quem a gente está priorizando? E aí não é nem o Ministério da Saúde, acho que é o Governo como um todo: quem é a prioridade? Vamos fazer evento para chamar atenção e vamos deixar as pessoas que estão precisando de medicação morrerem? Então, o meu apelo é esse. Não vamos deixar as pessoas com NMO morrerem, porque a gente já está morrendo, já está ficando tetraplégico, já está ficando cego.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Daniele.

Passo em seguida a palavra... Eu vou deixar para o final para a senhora responder, doutora, o questionamento da Daniele, mas passo, em seguida, a palavra à Dra. Lauda Santos, Diretora da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (Febrararas).

Por favor, por dez minutos.

A SRA. LAUDA SANTOS (Para expor.) – Boa tarde, Senador, muito obrigada por me convidar para esta mesa, à Senadora Damares também, aos demais aqui presentes, e a toda a composição da mesa.

Vou fazer minha audiodescrição, porque, como sabemos, tem muita gente nos acompanhando nas redes sociais. Eu sou uma mulher branca, de 1,60m – era um pouquinho mais alta, mas a gente vai envelhecendo, vai encolhendo –, de cabelos curtos, uso óculos. Eu estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usando uma blusa preta com um outro casaquinho por baixo, estampadinho, nas cores marrom. Também, se falar de idade, Dani, você abriu a guarda, eu sou uma mulher de 67 anos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu acho bom a gente não falar de idade. Tem muita mulher aqui. Não vamos falar de idade para não quebrar o protocolo. (*Risos.*)

A SRA. LAUDA SANTOS – Bom, vamos falar, então, aí, porque coube ao Antoine, que é o Presidente da Febrararas – eu estou aqui representando a Federação Brasileira das Associações de Pacientes... Ao todo, nós estamos concluindo um guarda-chuva de cem associadas à Federação. Todas têm o seu trabalho específico – independente. Então, a gente costuma trabalhar em rede e nossas demandas vão para a Febrararas.

Então, vou falar aqui um pouquinho, assim, sobre a NMO. Já tem aqui... os *experts* já falaram muito sobre o tema.

Bom, na nossa realidade, o problema é enfrentado com paciente com NMO que trabalha... ausência de políticas públicas estruturadas. Pacientes vivem em um vazio assistencial: não há uma linha de cuidado definida nem acesso equitativo de tratamento no SUS. A decisão da Conitec é baseada exclusivamente no impacto orçamentário.

E aqui eu deixo uma reclamação e um sentimento de ausência, porque eu acredito que a Conitec deveria estar aqui. Tudo bem, a gente tem a Dra. Renata representando a CG Raras, que está fazendo um trabalho maravilhoso, incluindo os pacientes raros, fazendo uma política para o paciente raro, mas a Conitec é a Comissão de Incorporação de Tecnologia. E, se a gente está falando aqui de uma tecnologia para NMO, eles deveriam estar aqui, sim.

A negativa recente desconsiderou completamente a gravidade da doença, a reversibilidade dos danos e o custo social de omissão. Negar apenas pelo custo imediato é ignorar o custo humano econômico de longo prazo.

Desrespeito ao rito técnico. A justificativa de ausência do PCDT não pode ser usada como barreira. O fluxo correto é claro: primeiro se incorpora a tecnologia e depois se estrutura o protocolo. O que ocorreu foi uma inversão no processo, e isso fragiliza a credibilidade do sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual o nosso impacto real? Quando o Estado falha, o paciente paga o preço: com a perda da visão irreversível, a incapacidade física permanente, afastamento do trabalho, dependência familiar e social – porque, como a Dani falou, se tem uma pessoa com NMO, está todo mundo junto, e a maioria das mulheres são as provedoras dos seus lares. Então, imagina isso daí: você sendo a dependente de quem você teria a obrigatoriedade de prover. Não é fácil.

E mais: o SUS passa a arcar com custos ainda maiores. Se ele não trata, tem que trabalhar a reabilitação, internações recorrentes, judicialização. E, aqui, a pergunta que se precisa fazer é simples: quando falamos de doenças raras, questionamos: quanto custa não tratar uma doença rara hoje? Hoje nós estamos falando de NMO, né? Mas isso daí vale para todas as doenças raras. O que está em jogo?

Estamos diante de uma decisão que não é apenas técnica, é uma decisão sobre a equidade no Sistema Único de Saúde, respeito ao direito constitucional à saúde e coerência das políticas públicas. Se abrimos precedentes para negar tecnologia apenas por impacto orçamentário, sem diálogo, sem negociação e sem transparência, colocamos em risco toda a logística da incorporação no país.

As propostas da Febrararas, em termos concretos, são: revisão imediata da decisão da Conitec, com reabertura do processo de diálogo técnico e qualificado; adoção de modelo de negociação, como acordos de risco compartilhado e entrada progressiva; construção urgente de um PCDT de NMO com participação de especialistas e pacientes; reconhecimento da NMO como condição de alta gravidade e urgência terapêutica.

Nós minutamos, Senador, uma minuta de proposta de nota técnica para o Ministério da Saúde, que, se o senhor me permitir, eu gostaria de ler aqui para que todos saibam qual é a proposta da Febrararas. Porque, como a Dani falou, no ano passado, nós estivemos aqui numa audiência também e deram-se alguns encaminhamentos, mas eu acho que não teve avanço, né, Dani? O que se teve foi muito pouco. Então, eu preparei e gostaria de apresentar aqui para todos os presentes.

Então, concluindo, negar tratamento para doenças raras não é economia. É transferir o custo para o sofrimento humano, e um sistema de saúde que não responde à urgência dos mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vulneráveis deixa de ser universal e passa a ser seletivo. A Febrararas está aqui para dizer: "Não aceitaremos que o orçamento seja mais rápido do que o direito à vida".

Vou ler aqui rapidamente a nota técnica que nós fizemos:

Assunto: análise técnico-regulatória da decisão de não incorporação de tecnologias para o tratamento de neuromielite óptica no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Proponente: Febrararas.

A Febrararas é uma organização da sociedade civil de âmbito nacional, que congrega associações de pacientes com doenças raras em todo o Brasil, atuando na defesa dos direitos, na promoção do acesso à saúde e no fortalecimento das políticas públicas voltadas a essa população. Com atuação estratégica junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a Febrararas desenvolve iniciativas de *advocacy*, formação, articulação institucional e produção de conhecimento, contribuindo para a construção de um sistema de saúde mais equitativo, inclusivo e baseado nas necessidades reais dos pacientes raros.

Isto posto, a Febrararas propõe esta nota técnica sobre a não incorporação de tecnologias para o tratamento de NMO.

Contexto. A NMO é uma doença rara autoimune de elevada gravidade clínica, caracterizada por surtos recorrentes que podem resultar em danos neurológicos irreversíveis, incluindo cegueira e paralisia. A ausência de tratamento adequado está associada à progressão rápida da incapacidade e elevado impacto assistente, social e econômico.

Nesse contexto, a presente nota técnica analisa a decisão recente da Conitec de não incorporação de tecnologias terapêuticas para a NMO, com base predominantemente em impacto orçamentário.

Análise da decisão. A avaliação conduzida apresenta limitações relevantes do ponto de vista técnico-regulatório.

2.1. Predominância do impacto orçamentário. Observa-se que a decisão foi fortemente ancorada no impacto financeiro direto ou sem adequada ponderação de desfechos clínicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evitados, progressão da doença, custos futuros associados à incapacidade. Tal abordagem reduz o escopo da Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS), comprometendo sua abrangência.

2.2. Ausência de modelagem de cenários alternativos. Não foram exploradas estratégias que poderiam viabilizar a incorporação de forma sustentável, tais como acordos de compartilhamento de risco, incorporação condicionada, entrada progressiva de pacientes. A ausência dessa análise limita a racionalidade decisória.

Subestimação de custos indiretos. A análise não incorpora de forma adequada custos com internações recorrentes, reabilitação de longo prazo, perda de produtividade, impacto sobre cuidadores. Isso resulta em subestimação de custo total de não incorporação.

Inconsistência regulatória. Destaca-se a utilização de ausência de PCDT para justificativa para a não incorporação. Entretanto, conforme a prática consolidada no âmbito do SUS, a incorporação de tecnologias precede a elaboração de PCDT. A inversão dessa lógica configura inconsistência no progresso regulatório e pode gerar insegurança técnica e jurídica.

Impacto sistêmico da decisão. A manutenção da não incorporação implica assistencial...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LAUDA SANTOS – ... progressão evitável de incapacidade, agravamento de desfechos clínicos; na parte econômica, aumento de internações e custos hospitalares, ampliação da judicialização, aquisição não planejada e com maior custo unitário; no regulatório, fragilização do processo de ATS e criação de precedente baseado exclusivamente em restrição orçamentária.

Na análise econômica ampliada, a literatura e a prática demonstram que o custo de não incorporação não representa economia real. Há deslocamento de gastos para formas menos eficientes, o sistema passa a operar de forma reativa. A não incorporação resulta, na prática, em perda de eficiência alocativa.

Recomendações técnicas. Diante do exposto, recomenda-se: reavaliação da decisão pela Conitec com ampliação do escopo analítico, incluindo custos diretos e indiretos, cenários alternativos de incorporação; a adoção de mecanismo de mitigação de risco, acordo de risco compartilhado; pagamento por desempenho; incorporação condicionada; o desenvolvimento subsequente do PCDT, estruturado após eventual incorporação, com participação de especialistas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e sociedade civil; monitoramento dos resultados, uso de dados de vida real, avaliação contínua de efetividade e impacto orçamentário.

E as nossas considerações finais. A decisão analisada apresenta limitações metodológicas e inconsistências regulatórias que comprometem a racionalidade do processo de incorporação. A sustentabilidade do sistema de saúde não se constrói pela exclusão da tecnologia, mas pela incorporação responsável, baseada em evidência, negociação e monitoramento.

Posicionamento final da Febrararas. A Febrararas se manifesta pela necessidade da revisão técnica da decisão, com vistas à adoção de soluções que conciliam sustentabilidade orçamentária e garantia de acesso. Negar a incorporação não elimina o custo, apenas transfere o gasto para formas mais caras, menos eficientes e socialmente mais injustas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem, Dra. Lauda.

Eu vou, inclusive, como uma proposição legislativa... Eu peço a sua autorização para subscrever essa minuta de nota técnica, e vamos encaminhá-la ao Ministro da Saúde, para que ele faça uma reavaliação. Até vou subscrever como Presidente da nossa Comissão de Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado. Vamos subscrever essa nota e encaminhá-la ao Ministério da Saúde.

Passo a palavra, em seguida, à Dra. Samira Apóstolos, minha colega neurologista do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo.

Muito obrigado pela sua presença, seja muito bem-vinda. E a senhora tem a palavra por dez minutos.

A SRA. SAMIRA APÓSTOLOS (Para expor.) – Muito obrigada a todos pelo convite; à associação de pacientes, a quem devo a honra de estar aqui; ao Senador Dr. Hiran, pela ilustre oportunidade; ao colega Dr. Mauro; ao Dr. Douglas, que foi meu veterano, que me estimulou muito na carreira de neuroimunologia; à Dra. Lauda; à Dra. Renata; e à Dra. Daniele de Lemos Freire, que também está aqui com a gente, como paciente neste momento, para discutirmos e buscarmos melhores soluções para os pacientes com NMO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A neuromielite óptica eu acho que já foi bem apresentada pelo Dr. Douglas, antes, em termos de gravidade, de impacto, e ela traz uma gravidade para o paciente, principalmente decorrente de surtos. Isso é muito importante citar, porque quando a gente fala isso, a gente impacta muito no orçamento. Se você evita o surto, você evita incapacidade. A incapacidade não é decorrente de uma doença progressiva e inexorável, a incapacidade é decorrente do surto. Por isso, eu preparei um pouco para a gente falar sobre o impacto, no Brasil de hoje, do paciente com neuromielite óptica; o impacto no Brasil do paciente na situação de saúde do Brasil de hoje.

E, restritamente, enquanto a Febrararas tem esse desafio de cuidar de tudo, a Associação de Pacientes de Neuromielite Óptica tem aqui o papel da luta por eles. E a gente estava discutindo exatamente estas duas questões: o tempo para o diagnóstico e o tempo para o tratamento. Se eu digo que a doença, a incapacidade na doença ou a mortalidade, que pode chegar a até 50% em cinco anos se a doença não é tratada, decorre de evitar surtos, então eu tenho que ter acesso a um diagnóstico precoce para que o paciente não tenha surtos. Além disso, estudos de estatística mostram que a maioria dos pacientes tem surto nos primeiros três a cinco anos da doença. Então, eu tenho que fazer o diagnóstico precoce. E aí se entra nesses dois tópicos que a gente escolheu falar aqui hoje.

Para tal, eu vou mostrar um pouco dos dados da casuística do Hospital das Clínicas da USP, que é um registro extenso, que está em processo de publicação. Quanto mais a gente desenvolve, a gente tem feito algumas publicações nesta área. O Dr. Douglas foi o pioneiro nessa área. Ele estudou a grande maioria desses pacientes e levou esses dados de detecção do anticorpo, para trazer para o Brasil, pela primeira vez, a técnica de detecção de anticorpos, ficando cinco anos no Japão, inclusive na época do grande tsunâmi que teve lá. Ele é meu amigo pessoal e sabe do nosso grande desafio e da grande admiração que a gente tem por ele, porque ele conseguiu trazer isso através de um grande estudo. Ele foi aluno da Faculdade de Medicina na residência da USP também e estudou grande parte desses pacientes, e a gente continua estudando essa coorte.

Ela contém, então, um grande número de pacientes que vêm para o Hospital das Clínicas da USP – como todo mundo sabe – do Brasil inteiro, não só de São Paulo. Muitos desses pacientes têm o diagnóstico de neuromielite óptica. A grande maioria que vem com desmielinizações atípicas, que não são aquelas que a gente vê normalmente na esclerose múltipla, fecha no final o diagnóstico de neuromielite óptica. E a gente tem um grande desafio, porque alguns pacientes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permanecem negativos para os anticorpos. A gente dosa, dosa, e não se faz o diagnóstico no momento correto. E por que isso? Porque muitos desses pacientes não foram dosados na fase aguda da doença.

Por isso, querida colega, Dra. Renata, a gente precisa não só pedir que a gente... Eu fico muito grata pelo *e-mail*, e eu vou entrar em contato contigo pelo *e-mail*, mas eu acho que, mais do que *e-mail* para o contato, é preciso ter fluxo, e esse fluxo precisa estar estruturado, porque o médico que está na trincheira e o paciente que chega, sei lá, a Macaúbas, na Bahia – na cidade da minha família –, estão lá, no meio do nada; se eles não têm acesso a dosar o anticorpo para um paciente com neurite óptica, se não é dosado naquele momento, e o colega oftalmologista adequadamente prescreve pulsoterapia de corticosteroides, você não consegue mais detectar o anticorpo. E o paciente fica aí com o diagnóstico de negativo, e a gente não sabe qual é o diagnóstico dele. Muitas vezes, perde-se a chance do diagnóstico, porque depois dificilmente alguém vai ter coragem de tirar o corticoide. O paciente ficou, às vezes, com visão monocular; você vai tirar o corticoide, tirar o imunossupressor, e deixar o paciente perder a visão do outro olho? É um desafio muito grande. Ninguém vai se responsabilizar por isso.

Então, para quem está na trincheira, a gente precisa de fluxo. A gente precisa que eu possa ensinar para o colega neurologista jovem, para o oftalmologista jovem que roda com a gente na neurologia, ou quando a gente manda que os nossos médicos neurologistas rodem na neuro-oftomologia para aprenderem como atender esses pacientes, a gente precisa que ambos tenham fluxo para o diagnóstico adequado.

Por isso, a gente tem um esforço enorme da Academia Brasileira de Neurologia pelo Departamento Científico de Neurologia, da Academia Brasileira de Neurologia pelo Departamento Científico de Neuroimunologia, de tentarmos estruturar esse fluxo no Brasil. E nós do grupo da Neurologia da USP fizemos esse estudo.

Eu vou mostrar um caso para vocês entenderem como é a casuística desses pacientes.

Vejam vocês: a grande maioria deles, 86%, é do sexo feminino. A maioria deles se declaram não brancos, pardos, pretos, amarelos ou indígenas, então, 44% brancos, os outros 56% são não brancos. A maioria deles tem em torno de 34 anos no diagnóstico, mas tem gente que pode abrir a doença com quatro anos e com 72 anos, quando a gente olha o intervalo total.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A doença é muito democrática: ela é muito mais comum na mulher preta em torno de 40 anos, mas ela pode acontecer em qualquer etnia e em qualquer idade. Isso também é um alerta porque qualquer médico pode pegar essa doença... Pode se deparar com um paciente – para ter que cuidar – com essa doença. A gente precisa que todos estejam atentos: o pediatra, o adulto, o neuro-oftalmo, o oftalmo e o neurologista. E o ortopedista, muitas vezes, porque, às vezes, tem uma lesão: "Ah, é trauma medular" e não é; o gastro porque, muitas vezes, os pacientes começam com aquela síndrome chamada de – a gente colocou ali a sigla – APS, que é a área postrema, em que se começa a ter náuseas e vômitos incoercíveis. Então, isso precisa ser mais divulgado, dada a gravidade da doença. Se eu não trato na fase aguda, até a metade dos pacientes pode ficar com déficits irreversíveis em pouco tempo.

A grande maioria dos pacientes começa com essas duas síndromes de que o Douglas falou, e os dados internacionais são replicados aqui no Brasil: 40% com perda da visão do olho, 30% com mielite transversa. E há outras variações de síndromes, que podem ser variáveis, mas essas são as síndromes cardinais, as mais importantes.

E aí, quando a gente estuda os pacientes com essas características, 80% deles têm um anticorpo aquaporina, no Brasil, positivo na nossa casuística. Mas, veja, esses pacientes são frutos de estudos de 20 a 30 anos, graças ao nosso Prof. Dagoberto Callegaro, que começou esse estudo mais de 30 anos atrás, graças ao Douglas, que trouxe o anticorpo para o Brasil mais de 20 anos atrás. Então, é um estudo feito por múltiplas mãos, para a gente ter esses dados tão robustos.

Se eu não colho na fase aguda, se eu imunossuprimo o paciente e não coleto o sangue, deixo o sangue armazenado para avaliação, eu vou perder o diagnóstico. Então, o médico tem que saber disso, essa informação é importante ser repassada, mas o Ministério da Saúde tem que saber, para buscar aquela primeira amostra coletada lá. Quando foi coletado o primeiro hemograma para avaliar a infecção, tem uma amostra centrifugada, e é nessa amostra que a gente tem que fazer, para não gastar esse dinheiro do contribuinte, R$190, que é o quite, fazendo em uma amostra que tem menor chance de vir positiva – isso tudo tem que ser conversado e estruturado no estudo desse fluxo.

Da maioria dos pacientes é feito o diagnóstico só no centro terciário; a maioria começa no centro primário, havendo o diagnóstico só no centro terciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhe só, 20% dos casos não procuraram ajuda médica. Então, às vezes, a pessoa perde o olho, perde a visão, e as pessoas mais humildes, que, infelizmente, no nosso Brasil vai ser a população não branca, preta, parda... "Ah, não, achei que era um cisco, achei que era alguma coisa", "Achei que eu tive catarata igual a minha avó, minha avó perdeu a visão". É uma coisa em que você fica: "Mas D. Maria, por que a senhora não veio antes?", e elas vêm, depois de um tempo muito grande, muitas vezes com incapacidade muito severa.

E este é o dado gritante para o Ministério da Saúde: a gente tem 40% dos pacientes que só têm acesso ao anticorpo com mais de cinco anos depois dos sintomas. Isso é impossível porque, se a gente sabe que a doença... Em cinco anos, metade dos pacientes ficam cadeirantes e 30% morrem se não tratados, se eu demoro cinco anos para fazer a dosagem do anticorpo, já foi. Então, a gente não pode aceitar isso. Esses dados servem como alerta para dizerem para a gente que a gente não pode aceitar isso de jeito nenhum. Num centro... Terciário, não, quaternário, como o Hospital das Clínicas, o tempo para o diagnóstico é de 17 meses, e esses dados impactam muito o cuidado do paciente.

Então, nessa coorte o tempo de diagnóstico foi muito elevado porque representa pacientes de todo o Brasil. E outros centros nacionais... Aí eu quero chamar atenção. Nossos colegas aqui do Ceará e...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SAMIRA APÓSTOLOS – ... os pacientes de Salvador também mostraram esse tempo de cerca de 11 meses para o diagnóstico. A gente tem que relatar essa dificuldade da testagem, que é o principal marcador. A gente fez esse estudo com a colega Raquel Vassão sobre esse quadro. Nesse ponto, para quem vai estudar custo-efetividade, a gente recomenda.. O Consenso Brasileiro, o *guideline* para o tratamento da neuromielite óptica, do qual eu tenho a honra de ser a primeira autora, mostra que 90% de nós, 99% de nós, concordamos que seja tratado em centro terciário, porque é uma doença que não dá para tratar no centro primário.

Mas o que acontece no Brasil? A maioria não consegue ser tratada, só 60% conseguem o anticorpo de forma adequada, segundo os dados de 2023.

Esse é o estudo que eu falei, da Bahia, mostrando a dificuldade de acesso e a dificuldade de acesso impactando no prognóstico. Tem estudo semelhante no Ceará. Eu vou passar um pouco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais rápido, mas temos estudo semelhante no Ceará, mostrando, Dr. Mauro e Dr. Hiran, que 30% dos casos vão para o oftalmologista. Então, é o oftalmologista quem vê. É no Congresso Brasileiro de Oftalmologia que isso tem que ser discutido.

Aqui esse dado do Ceará mostrando que, quando começa com síndrome área postrema, o diagnóstico é mais tardio.

E aqui para mostrar ainda mais esse outro estudo da nossa casuística de que achados de ressonância podem mostrar alterações cognitivas nesses pacientes

O tratamento é uma outra linha muito grave de que o Ministério da Saúde tem que cuidar. É importante que todos saibam que o tempo entre o começo dos sintomas e iniciar a pulsoterapia e, quando indicado, a plasmaférese, impacta no prognóstico. Eu tenho que fazer o diagnóstico em menos de cinco dias para impactar num melhor prognóstico. Então, isso tudo é muito importante que a gente saiba, porque a maioria dos nossos pacientes são tratados de forma equivocada. Isso se relacionam a um pior risco de incapacidade.

Por último, a gente publicou, recentemente, num esforço conjunto com a Academia Brasileira de Neurologia, Coordenadoras Dra. Ana Piccolo e Dra. Cláudia, documento mostrando que a gente precisava desse consenso. A gente foi atrás disso e esse consenso foi publicado. Até hoje nenhum movimento de PCDT. A gente mandado *e-mails*, mandado buscas ao Natan, a toda a equipe que lida com isso e a gente tem tido muita dificuldade.

Então, eu fico, de novo, muito agradecida ao Dr. Hiran e a todos aqui que deram a oportunidade de a gente lutar por esses pacientes, por essas pessoas. Mais do que pacientes são pessoas, são mães de famílias, pais de famílias, que são atingidos por essa doença e não têm a oportunidade de diagnóstico nem de tratamento adequado hoje no Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, hoje eu fui brindado aqui por aulas de três especialistas. Eu agradeço muito a vocês porque eu sou muito ligado em cirurgia do segmento anterior, faço refrativa, catarata, essas coisas. E falar sobre uma doença importante, tão negligenciada, é algo que enriquece muito o meu conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado aos nossos colegas que participam desta audiência pública aqui, tanto o Sato quanto o Mauro, a Dra. Samira. Parabéns pelo trabalho! Contem comigo. Nós estamos no Gabinete 6 para tentar ajudar a fazer essas incorporações.

No final do ano passado nós trouxemos um robô, um Da Vinci, aqui, um Da Vinci funcionando. Mostramos para as pessoas como é que funciona uma cirurgia de próstata com utilização de robô. E, pasmem, nós estávamos há praticamente 20 anos fazendo essa cirurgia na saúde suplementar, na medicina privada, e não existia cirurgia robótica no Sistema Único de Saúde, não estava incorporado. Existia uma secessão tecnológica no tratamento da doença que mais nos mata, que é o câncer de próstata. Então, a pessoa que está no SUS fazia uma cirurgia a céu aberto, com uma incidência maior de efeitos colaterais, como disfunção erétil, como incontinência urinária, um tempo maior de hospitalização. E quem tem condição de ter acesso à saúde suplementar pode fazer com robô. Vai para casa no outro dia. Usa uma sonda por três, quatro dias. Fica bacana, sem incidência de complicações – são muito pequenas.

De forma que isso era algo extremamente injusto e nós conseguimos, com o trabalho que nós fizemos aqui, com a sensibilidade do Ministério, do Ministro do Padilha e tudo, nós conseguimos incorporar a cirurgia de próstata no SUS através de um trabalho que fizemos. Trouxemos todos os especialistas aqui, grandes cirurgiões de robótica do país e eu acho que nós ajudamos muito para sensibilizar a Conitec sobre a importância dessa incorporação, assim como o faremos também na questão da neuromielite.

Acho que tenho sido parceiro de vocês aqui – vocês sabem disso. Toda vez que vocês me procuram, eu não falto com vocês.

Agora vou voltar a palavra à Dra. Renata, que foi provocada pela Daniele, que fez uma pergunta.

E eu já vou aproveitar e dizer que vou passar aqui a palavra, por um minuto, para cada um fazer as suas considerações, até porque o Presidente Davi acabou de me ligar e me chamar para o começo da nossa sessão. Mas eu vou conceder aí um minuto para cada um de vocês fazerem suas considerações finais e você pode responder à pergunta da Daniele.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA (Para expor.) – Eu tenho algumas considerações para fazer com relação a isso.

Eu acho que a incorporação do exame pode ser, pensando em estratégias, um motivador para a elaboração do PCDT e isso pode ser disparado pelas associações, pelas sociedades de pacientes. Então, acho que isso já é um ponto em que a gente já pode pensar.

Acho que o PCDT, pensando em tudo que foi falado aqui, é o caminho agora. Eu acho que é a gente tentar mesmo que a Conitec elabore esse PCDT para a gente conseguir estabelecer linhas de cuidado.

Uma outra coisa em que pensei aqui – e isso sou eu que estou pensando, o meu chefe ainda não sabe, o Natan ainda não sabe – é que a gente tem a possibilidade de acordos de cooperação que a gente pode fazer com instituições. De repente, a gente podia pensar num acordo de cooperação para a linha de cuidado, para estabelecer uma linha de cuidado.

Essa é uma sugestão em que a gente pode pensar como estratégia. Mas eu acho que a gente tem que correr atrás desse PCDT, as associações fazerem essa solicitação do PCDT para a gente tentar... E eu acho que o PCDT vai fortalecer a questão das medicações, de incorporação nas medicações.

Uma outra coisa que eu quero deixar aqui de provocação para todos vocês é quando a Conitec faz a questão das consultas públicas. A Lauda falou de uma questão sobre a qual eu acho que precisamos estar atentos. Às vezes – e isso eu tenho observado em algumas reuniões da Conitec –, o comparador que é utilizado para a medicação não é o melhor comparador e isso joga o custo da medicação lá em cima.

Quando a gente pensa em tudo que foi falado, em questão de mortalidade, de internação, de tratamentos, o comparador precisa ser outro quando se faz a comparação da medicação. E eu vejo que isso não vem acontecendo em algumas medicações quando se fala de doenças raras.

Eu acho que, quando isso vai para a consulta pública, então, quando sai o relatório e vai para a consulta pública, vocês precisam participar. A associação... A gente estava numa audiência pública semana passada, a associação de acondroplasia está fazendo um movimento enorme na consulta pública da medicação. Então, eu acho que precisa desse movimento e mostrar que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comparador não foi o melhor comparador porque isso está jogando custo muito alto. Porque a gente sabe que o custo é alto, mas às vezes o custo incremental nem é tão alto se a gente comparar com o tratamento que vai ser necessário. Então, eu acho que é outro alerta que pode ficar.

Está aí, continuo colocando à disposição. Pode mandar um *e-mail* para a gente e a gente pensa na questão do acordo? Eu acho que é uma possibilidade. A gente tem pensado em acordos de cooperação, em Proadi... A gente está com Proadi, também, para a elaboração de algumas linhas de cuidado de algumas doenças raras, mas a NMO não entrou, então talvez seja uma possibilidade. Estou colocando à disposição a Coordenação de Raras.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Dra. Renata.

Eu passo a palavra, para suas considerações finais, ao Dr. Sato. Por favor.

O SR. DOUGLAS KAZUTOSHI SATO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, eu acho que a conversa aqui foi extremamente interessante, quero agradecer.

A gente sabe o que fazer, a gente sabe como diagnosticar e tratar, e os pacientes estão aí sofrendo. É resolver esse buraco, digamos assim, que a gente tem, neste momento, assistencial. Conto, então, realmente, com a força e a colaboração política. Eu sou um pesquisador que adora essa doença, então também gostaria que a gente tivesse mais acesso, realmente, a oferecer. E uma parte, até do trabalho que a gente faz, reverte como testes e diagnósticos sem custo para os pacientes dentro da nossa pesquisa. Então, a gente faz um apelo, também, que a neuromielite possa ser priorizada em relação a avanços que a gente possa oferecer dentro do nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Dr. Sato.

O meu gabinete, número seis, do Senado, aqui na Ala Affonso Arinos, está à sua disposição. Como Presidente da Frente Parlamentar da Medicina, também, eu estou sempre disponível para tentar ajudar naquilo que for de interesse da saúde do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos discutindo coisas muito importantes aqui no Parlamento sobre prova de proficiência em medicina para frear um pouco a proliferação desenfreada de escolas médicas no nosso país, que fragiliza a atenção que nós damos, principalmente, aos pacientes do Sistema Único de Saúde. Nós temos aqui projetos que acabam com essa questão de cota em residência médica, privilegiando meritocracia, quem estuda, quem é bom aluno... Nós já temos cota para entrar na universidade, não tem por que nós passarmos seis anos estudando e ter cota para entrar em residência médica. Isso é um completo absurdo.

Nós estamos discutindo coisas muito importantes aqui e nós estamos à disposição de vocês, dos nossos colegas, aqui no nosso gabinete, também no nosso Instituto Brasil de Medicina, que é a nossa interface com as sociedades de especialidades, que funciona aqui em Brasília também, que é o nosso elo de ligação entre o Parlamento e as sociedades, de forma que vocês podem contar conosco.

Eu vou passar a palavra aqui em seguida ao meu querido colega Mauro Goldbaum, que ainda vai para São Paulo daqui a pouco.

O SR. MAURO GOLDBAUM (Para expor.) – Novamente, muito obrigado e parabéns pela reunião.

Acho que a gente tem diferentes questões. A gente tem questões mais pontuais, questões mais estruturais e tal, algumas com resoluções mais fáceis ou mais difíceis, mas eu queria falar um pouquinho sobre o trabalho da Conitec, tanto pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia como pela Sociedade de Retina e Vítreo.

Eu tive a oportunidade de participar de várias reuniões da Conitec, tanto na incorporação de medicações como na elaboração de PCDTs. A gente acha incrível o trabalho da Conitec, todo o processo é de uma forma muito transparente, lógica e muito bem discutida.

A gente tem diferentes histórias: tem histórias de maior, digamos, sucesso com as doenças mais prevalentes, retinopatia diabética, degeneração macular relacionada à idade; a gente tem uma história parecida, na verdade, com a neuromielite óptica, que é a distrofia retiniana, que precisa de terapia gênica, que já é uma situação realmente diferente. A gente entende as dificuldades nessa discussão, mas eu aqui superparabenizo o trabalho da Conitec.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode ser desconhecimento meu, mas eu acho que todos esses fóruns só têm a adicionar. Eu sinto falta de um fórum onde a gente discuta o SUS como um todo. Eu sempre participo de reuniões que falam de uma doença, de uma droga, de uma incorporação, mas eu não me lembro de discussões nas quais a gente discuta a saúde do sistema de saúde como um todo, nas quais a gente tenha uma discussão racional de aonde a gente pode ir nas diferentes doenças, diferentes situações.

Enfim, parabenizo o trabalho da Conitec, entendo as dificuldades, e, como sugestão, acho que valeria a pena a gente abrir essas discussões, digamos, num nível mais abrangente do que segmentado.

Muito obrigado de novo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, querido colega Dr. Mauro.

Vou passar a palavra para Daniele de Lemos, por favor, por um minuto.

A SRA. DANIELE DE LEMOS AMERICANO FREIRE (Para expor.) – Eu agradeço novamente esta reunião de hoje, agradeço a presença de todos aqui. Não sei se a Dra. Renata veio de verde propositalmente, mas, já que está de verde, que é a cor da NMO, eu lhe agradeço também.

Semana que vem, no dia 27, é o Dia de Conscientização da Neuromielite Óptica. A gente tem esse dia no Brasil – o Dr. Hiran participou da lei que instituiu essa data no Brasil – e este ano a gente está lançando o dia mundial, a gente está coordenando o dia mundial de conscientização da neuromielite óptica, porque esse é um problema mundial, né?

Eu queria trazer só mais dois pontos, para fechar, que são coisas que a gente vai levar para o senhor.

Tiago já está ali; Tiago vê meu nomezinho piscando lá e ele já fala: "Meu Deus...".

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sobrou para...

A SRA. DANIELE DE LEMOS AMERICANO FREIRE – A gente está falando do tratamento aqui da doença especificamente, mas o paciente de NMO precisa do tratamento multidisciplinar, porque o tratamento de que a gente está falando hoje aqui vai fazer com que a doença não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

progrida, mas a gente precisa ter psicólogo, fisioterapeuta, assistente social, etc. Então, acho que a gente podia pensar num projeto de lei que viabilizasse isso para os pacientes de NMO, porque é uma necessidade.

Um outro ponto que eu queria trazer é que a gente tem um projeto de lei parado aqui na Casa, na Comissão de Assuntos Sociais, que já passou por todas as Comissões por que precisava passar, e a gente precisa fazê-lo andar, que é o 2.236, de 2026. Ele está parado desde dois mil e vinte e... Não; é 2.236, de 2022, desculpem-me. Ele está parado desde 2022, é um projeto de lei que trata sobre assuntos previdenciários para as pessoas com NMO e é uma reparação histórica, porque a NMO era considerada uma vertente da esclerose múltipla até 2004, então os pacientes tinham todos esses direitos. No momento em que a medicina avançou, o paciente perdeu os direitos, porque são doenças diferentes. Então, é apenas uma reparação histórica e, de novo, são 5 mil pessoas, não tem um impacto orçamentário que vá falir o Brasil, né?

E mais uma coisa até que eu estava comentando com a Dra. Samira hoje mais cedo: muitos desses pacientes nem têm trabalho formal, eles têm muito trabalho informal. Então, esse acesso ao... esses benefícios previdenciários não vão ter esse impacto tão grande.

De novo, muito obrigada, obrigada sempre pelo apoio. A gente é muito agradecida ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, obrigado.

Você sabe que aqui as coisas não andam como a gente quer. Eu estava dando um exemplo hoje, pessoal: para nós aprovarmos, aqui no Senado, um projeto de lei que fraciona – olhem só! – as férias dos médicos residentes – coisa simples, né? Todo CLT tem – são quatro anos.

Há mais de dez anos me deram a incumbência de fazer uma lei que regulamentasse a pesquisa clínica no país. O nosso país é o mais adequado do mundo para se fazer pesquisa clínica, por diversidade geográfica, étnica, climática, tudo. Dez anos!

Eu relatei esse projeto todo lá na Câmara, e ficou em urgência constitucional no Plenário. Aí, eu me elegi Senador. O Pedro Westphalen, nosso colega, aprovou no Plenário com quórum de PEC. Quer dizer, mais de... são 344 votos, mais ou menos. Aí nós viemos aqui, relatamos no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Plenário. Foi aprovada, por unanimidade, Dra. Samira, uma lei que regulamenta a pesquisa clínica e traz recursos para investimento e inovação no nosso país. Aprovamos.

Foi para o Governo. O Governo vetou grande parte do projeto. Aí, depois de um ano e pouco, depois de um ano e pouco... Renata, um ano e pouco a gente esperando aqui uma sessão no Congresso para derrubar o veto, para colocar a lei em vigor.

Quer dizer, hoje, muitos recursos estão chegando, muito investimento em pesquisa, em parceria com universidades, enfim, porque nós temos um marco legal. Nós acabamos com dois estágios éticos e um técnico – a maioria dos países desenvolvidos do mundo só tem um estágio ético e um técnico, o outro é um estágio recursal só. Estabelecemos prazos, demos prioridade à pesquisa que tem interesse no SUS, diminuindo o prazo para 50%, biossegurança para o paciente, enfim, uma série de coisas.

Foram 11, quase 12 anos...

A SRA. DANIELE DE LEMOS AMERICANO FREIRE (*Fora do microfone*.) – Não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... entendeu?

Agora, aqui, é essa discussão sobre proficiência. De cem médicos que a gente forma, 30 não sabem nada, não sabem absolutamente nada! Pior, não querem mais fazer residência. Sabe por quê? Porque o residente ganha três contos – R$3 mil, porque são R$4 mil, com o desconto, R$3 mil. O médico do Mais Médicos ganha R$12 mil. Aí, o cara sai devendo um milhão e pouco do Fies. Ele vai querer ganhar R$3 mil, R$4 mil? Ele vai para o interior ganhar R$12 mil, aí o Prefeito lá... dá uns plantõezinhos ganha mais R$12 mil, vai para R$25 mil, R$30 mil.

Sabe quando ele vai fazer residência? Nunca mais! Aí ele não vai dar diagnóstico de neuromielite óptica, não; ele não vai dar diagnóstico de nada, porque não sabe nada! E nós damos salvo-conduto através do Mais Médico para médico que é formado em faculdade... lá do outro lado ali de Ponta Porã, Pedro Juan Caballero, lá na Bolívia tem um monte de faculdade que é uma salinha, uma faculdade de medicina que forma milhares de colegas que não sabem absolutamente nada – e essas faculdades são financiadas, inclusive, pelo PCC!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aí eles vêm para cá e têm quatro anos para trabalhar no Mais Médicos sem CRM, orientados por teleorientação, à distância, nos vazios deste país, sem CRM, sem Revalida. Está tudo errado, está tudo errado!

Quando a gente fala de fazer proficiência, o Ministério da Educação, com todo o respeito, quer fazer a prova. Agora o Ministério, quando começamos a falar nisso, está criando sanções para escolas, diminuindo o número de vagas, suspendendo vestibulares e tal, porque a gente começou a brigar aqui dentro. O relatório é meu. Ninguém questionou nada. Agora, quem vai fazer a prova? É o Ministério da Educação ou é o CFM? Ora, a OAB não faz a prova de proficiência para advogado? Tem que ser o CFM que tem que fazer a prova para os médicos, para os egressos, porque é uma autarquia federal especial, que tem autorização legal para fazê-lo. Pronto. Mas não. Aí nós estamos aqui em uma briga desgraçada, o ano todinho, discutindo isso. Quando a gente aprova em tudo, vai lá para... Não! Novos Senadores chegam e dizem: "Não. Tem que discutir no Plenário". Era terminativo na comissão, aí vai para o Plenário. Chega lá, eu fico pedindo para o Presidente pautar, não tem sessão, não sei o quê. Aí vai, vai, vai, e, daqui a pouco, a gente fica, até o final do ano, discutindo essa questão aqui. É assim: não é como a gente quer. A gente tem que ir trabalhando duro para tentar conseguir as coisas aqui, sabe? Mas contem comigo.

Quem é o próximo aqui? Deixe-me ver.

D. Lauda Santos, por favor.

A SRA. LAUDA SANTOS (Para expor.) – É, Senador, estamos muito vulneráveis, né? Lamentavelmente.

O senhor falou de pesquisa clínica. Eu fico triste quando a gente vê que o Brasil é o único país no mundo que cobra quatro impostos para pesquisa clínica quando você tem que importar um tratamento para fazer pesquisa no Brasil. Então, isso é um disparate. Mas não vamos falar de coisas ruins.

Eu queria muito que, no nosso sistema de educação, tivesse vários pesquisadores, como o Dr. Sato. Acho que a gente precisava multiplicar, pelo menos, por dez, para poder fazer pesquisas em doenças raras. Eu fico muito feliz de tê-lo conosco, de ter ouvido a fala dele. Esta é uma oportunidade de aprendizado muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em Brasília, a gente tem um gargalo muito grande com os profissionais de saúde para os sinais e sintomas em doenças raras. Nós propusemos na Fepecs, na Faculdade de Saúde... Inclusive, Dra. Samira, Dr. Mauro, se vocês pudessem cadastrar os currículos de vocês para serem os capacitadores desses profissionais de saúde na atenção primária para os sinais e sintomas em doenças raras.... Então, a gente vai ter vários cursos de pós-graduação, com uma grade maravilhosa. Depois, eu posso mandar para a Dani, mandar para a senhora. Essa capacitação vai também ter cursos de extensão, cursos mais rápidos e tal. Para toda pessoa que tiver nível superior e quiser fazer esse curso de pós-graduação e de extensão, está superaberto. Vai ser *on-line*, não vai precisar se deslocar para poder se capacitar. Então, a gente está abrindo essa porta porque a gente sente uma necessidade muito grande dos diagnósticos. A gente sabe que diagnóstico tardio incapacita demais o paciente raro. Então, não é só para NMO. Mas, se vocês, que têm essa *expertise*... Quando a senhora falou aqui, Dra. Samira, de tantos sinais que a gente não considera e tudo, abriu-me um leque muito grande de capacitar esses profissionais que estão atendendo os nossos pacientes de NMO aqui, no Distrito Federal.

Eu quero muito agradecer e aqui eu vou entregar, em mãos, ao Senador Hiran a nossa minuta de nota técnica, porque ele se comprometeu a protocolar, não é, Senador?

Então, assim, passo a suas mãos e confio no seu encaminhamento aí.

Tenho certeza de que a gente vai mudar esse PCDT de NMO.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Conforme combinado, vamos encaminhar ao Ministério da Saúde, subscrevendo essa nota técnica, como Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado da República.

E quero aqui aproveitar para registrar a presença da minha querida amiga Carla Messias. Ela é Vereadora da capital Boa Vista, do meu estado. Eu tenho muita honra de dizer que o nosso Partido Progressista tem três mulheres Vereadoras na capital, Boa Vista, e todas elas extremamente comprometidas com causas sociais. Está feito o registro.

Seja muito bem-vinda, Carla! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, por um minuto, minha querida Dra. Samira Apóstolos, que nos deu uma aula, assim como o meu querido Mauro e como o meu querido Sato.

A SRA. SAMIRA APÓSTOLOS (Para expor.) – Então acho que, nesse último minuto, vou agradecer pelo empenho do Senador Hiran e de todos aqui presentes na mesa, pela persistência e resiliência espetaculares que os pacientes com neuromielite óptica apresentam, sempre buscando... Vejam vocês que a maioria delas tem diagnósticos e tratamentos adequados, mas elas estão aqui buscando não só por elas, mas para que existam políticas públicas para outros que, como elas, foram acometidos numa fase em que o diagnóstico não era acessível e o tratamento não era possível. Então, eu queria parabenizá-las e agradecer a elas pela persistência nesta jornada. E à Renata e ao Dr. Mauro pela jornada juntos, para a gente tentar melhorar o acesso.

E sim, Lauda, eu acho que esse é um desafio de nós médicos que somos pesquisadores, que somos professores, que estamos na linha de frente de ensino, assistência e pesquisa, que é a função primária das universidades. Então, para a gente, é muito importante que a gente possa capacitar o médico que está na atenção básica, o médico que, como a gente sempre fala, está na trincheira. Esse médico é o clínico, é o oftalmo. Estou aberta para a gente tentar desenhar isso, e também, Renata, para desenhar o fluxo adequado como modelo de tratamento para que esses pacientes possam ser melhor tratados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, muito obrigado, Samira. Muito obrigado a todos. Mas antes de encerrar, a Daniele me pediu para eu passar a palavra para a Marcela, para a Marcela fazer uma consideração rápida sobre nossa audiência e o que você achar pertinente.

Por favor.

A SRA. MARCELA BORGES MUSTEFAGA (Para expor.) – Eu queria agradecer por esse espaço de fala.

Eu queria, na verdade, que vocês que estão aqui escutando a gente hoje imaginassem, por 15 segundos que seja – porque eu sei que, daqui a 15 minutos, isso não vai passar mais na cabeça de vocês –, que vocês um dia vão acordar sem enxergar os filhos de vocês, sem enxergar a família

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de vocês, os amigos, sem conseguir ler um relatório, que vocês podem um dia acordar sem conseguir andar. É claro que essa é uma fala muito apelativa e que é dolorida, porque é o que a gente vive, é o que a gente passa todos os dias, porque a gente convive com esse medo, a gente convive com essa ansiedade. Eu estou grávida e eu convivo com isso pensando no filho que está na minha barriga e no que está do lado de fora, que é o Otávio, o Felipe e o Otávio. E eles são as minhas motivações de estar aqui hoje.

Quando eu falo que, daqui a 15 minutos, vocês vão se esquecer disso, é porque é isso, a vida de cada um segue, mas a nossa está parada e a gente precisa muito de qualidade de vida, porque a gente quer trabalhar, porque a gente quer produzir, a gente quer fazer as nossas coisas. Isso é só dignidade; é só um apelo, é só um pedido. Então, imaginem isto: imaginem acordar sem andar, imaginem acordar sem enxergar. É por isso que nós passamos.

Obrigada; obrigada por mais uma vez acolher o nosso pedido, acolher a nossa causa, a nossa luta. A gente só tem a agradecer, mesmo. E a todo mundo que está aqui hoje olhando para a neuromielite óptica: obrigada, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado.

Eu queria dizer a você que eu estou Senador, mas eu sou mesmo é oftalmologista. Quando eu vou lá para o meu estado, todo mundo sabe: a primeira coisa que eu faço é ir lá atender e operar. Atendo, atendo no interior, tenho carreta oftalmológica; eu mesmo vou atender. Às vezes, as pessoas dizem: "Mas é o senhor mesmo?". Eu digo: "Sou eu mesmo". Às vezes eu vou operar, tenho que tirar a máscara, e dizem: "É o senhor que vai me operar, mesmo, Senador?". E eu: "Caiu minha mão, por acaso?". (*Risos.*) Ora bolas!

Eu não esqueço. Nós já fizemos aqui, inclusive, Samira, Sato, em parceria com o Conselho Brasileiro de Oftalmologia – precisamos fazer de novo –, um fórum de saúde ocular, onde nós colocamos uma casa dos sentidos: uma casa absolutamente escura, com todos os utensílios dentro da casa, os móveis, onde as pessoas entravam para sentirem como é que uma pessoa que não enxerga nada vive no ambiente, no domicílio dela. Eu acho que umas 800 pessoas passaram nesse dia nessa casa. Era uma fila para você sentir como é não enxergar. Isso impactou muito a vida das pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu tenho certeza de que a gente não vai, daqui a 15 minutos, esquecer isso. Vocês sabem que nosso compromisso aqui com saúde, com boas práticas, enfim, é uma coisa que faz parte da nossa vida diária; então, contem sempre conosco.

Eu quero agradecer aqui a presença de todos. Nós todos aqui temos alguma parcela de colaboração a dar a essa luta de vocês, e eu tenho certeza de que, em nome de todos que estão aqui nesta mesa e do Dr. Douglas, que nos acompanha remotamente, eu posso falar que contem conosco, porque o nosso objetivo, sem dúvida, é ajudar vocês.

Que Deus abençoe vocês! Que você tenha um filho lindo, que venha com muita saúde e que você tenha muita saúde para cuidar dele também – é o que eu estou pedindo também, porque eu tenho cinco e ainda tenho que viver um pouquinho, porque ainda tenho um para formar. (*Risos.*)

Um beijo para todos; tudo de bom.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Lucas Barreto, Bruno Bonetti, Wilder Morais, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Paulo Paim, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Roberta Acioly, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Augusta Brito e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Mara Gabrilli, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 96/2025 - CAS, de autoria Senadora Dra. Eudócia (PL/AL), e REQ 6/2026 - CAS, de autoria Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 2364, de 2021, que "institui a campanha Março Borgonha, com o objetivo de prevenir e conscientizar a população sobre a importância do diagnóstico precoce do mieloma múltiplo". **Participantes:** Luana Ferreira Lima, Gerente de Políticas Públicas e Advocacy da Associação Brasileira de Câncer do Sangue - ABRALE; Iara Zapparoli Gonçalves, Vice-Coordenadora do Departamento de Hematologia do Hospital de Amor; Jayr Schmidt Filho, Líder do Centro de Referência em Neoplasias Hematológicas do A.C. Camargo Cancer Center; e Alexandre Gustavo Apa, Médico Hematologista do Instituto Nacional de Câncer - INCA. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/24

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos aqui presentes; colegas Senadores e colegas Senadoras que estão nos acompanhando remotamente.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nº 96, de 2025, da CAS, e nº 6, de 2026, da CAS, de minha autoria, para realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 2.364, de 2021, que institui a campanha Março Borgonha, com o objetivo de prevenir e conscientizar a população sobre a importância do diagnóstico precoce do mieloma múltiplo.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 061 2211; e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

A finalidade desta audiência pública interativa é instruir o Projeto de Lei nº 2.364, de 2021, que institui a campanha Março Borgonha, com o objetivo de prevenir e conscientizar a população sobre a importância do diagnóstico precoce do mieloma múltiplo.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, como eu já falei, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou então pela Ouvidoria, como eu já falei, 0800 0612211.

Foram dois os requerimentos de realização desta audiência: o Requerimento 96, de 2025, da CAS, de minha autoria, e o 6, de 2026, também da CAS, de minha autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião é destinada a instruir a seguinte matéria: o Projeto de Lei 2.364, de 2021, da Câmara dos Deputados.

É nossa convidada a Dra. Luana Ferreira Lima, Gerente de Políticas Públicas e Advocacy da Associação Brasileira de Câncer do Sangue (Abrale), que está aqui presencialmente. Eu a convido a fazer parte da mesa, Dra. Luana. Parabéns pelo seu trabalho e grata pela participação. Pode se sentar aqui do meu lado.

Também quero cumprimentar a Dra. Lara Zapparoli Gonçalves, Vice-Coordenadora do Departamento de Hematologia do Hospital de Amor, que está presente por videoconferência. Seja muito bem-vinda, Dra. Lara. Obrigada pela participação neste momento tão importante e por ter aceitado o nosso convite. (*Pausa.*)

Perdoe-me, é Dra. Iara, e não Lara. Perdoe-me, Dra. Iara Zapparoli Gonçalves.

Temos também aqui participando desta audiência pública o Dr. Jayr Schmidt Filho, Líder do Centro de Referência em Neoplasias Hematológicas do A.C.Camargo Cancer Center, que está aqui conosco através de videoconferência; e o Dr. Alexandre Gustavo Apa, Médico Hematologista do Instituto Nacional de Câncer (Inca), também por videoconferência.

Eu quero aqui, mais uma vez, cumprimentar todos os senhores, doutores e doutoras, e agradecer a cada um de vocês por terem aceitado o nosso convite para estarmos aqui, neste momento, discutindo um tema de alta relevância para as políticas públicas na área de saúde do nosso país e, especialmente, na área oncológica e onco-hematológica.

Vamos começar.

Eu quero convidá-la, Dra. Luana Ferreira Lima, para começar a nossa audiência pública.

Você tem a palavra. Pode ficar à vontade. Você tem dez minutos para se posicionar.

A SRA. LUANA FERREIRA LIMA (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todos e todas.

Senadora, eu queria começar cumprimentando a todos, cumprimentando você pelo trabalho tão brilhante que tem feito, pela atenção com o paciente oncológico e onco-hematológico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está aqui para debater uma doença do sangue, um câncer do sangue, mas queria também agradecer em nome dos pacientes que nos escutam, que estão nos vendo e que tem uma jornada muito desafiadora com o mieloma múltiplo. Então, eu queria agradecer muito por esta oportunidade de a gente poder discutir muito mais do que um mês, mas, de fato, ações contínuas de atenção a esse paciente, de diagnóstico, do cuidado integral.

Então, muito obrigada, Senadora, em nome da Associação Brasileira de Câncer do Sangue, a Abrale.

Bem, vou começar, então. Estou aqui representando a Abrale e vou trazer um pouco desses desafios, Senadora, que a gente tem acompanhado. Então, eu sou Luana Ferreira Lima, sou Advogada, Gerente de Políticas Públicas lá da Abrale, e também coordeno o movimento Todos Juntos Contra o Câncer.

Queria falar só um pouco do nosso trabalho institucional, né, porque a gente trabalha com o paciente, dá apoio para esse paciente desde o diagnóstico até o acompanhamento da família, durante o tratamento, a gente faz o que é chamado jornada do paciente no sistema. Então, a gente tem o apoio ao paciente, educação e informação para esse paciente, que é muito importante, e não só para o paciente, mas também para a comunidade médica, porque, Senadora, em alguns lugares a gente não encontra os especialistas, né, então a gente tem o Oncoensino, para poder capacitar, para poder dar uma segunda opinião médica.

O nosso outro pilar é de pesquisa e monitoramento, então, com esses dados é que a gente tem subsídio para atuar em políticas públicas. Então, a gente produz dados de jornada do paciente, incluindo, aí, o mieloma múltiplo.

Bem, queria falar só um pouco do impacto aqui do nosso trabalho. No ano passado, nós conseguimos fazer 7.900 atendimentos de pacientes onco-hematológicos e de também de outras doenças do sangue. Então, é um trabalho que a gente vem desenvolvendo e, nessa oportunidade também, a gente conhece mais sobre as dificuldades, os gargalos, o que esse paciente enfrenta na sua jornada.

E, aí, vou entrar um pouco mais no mieloma múltiplo, Senadora. O Observatório de Oncologia, que é um projeto do Movimento Todos Juntos Contra o Câncer, apresenta dados de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2024 que mostraram que a doença já apresenta uma incidência de 1,24 casos por 100 mil habitantes no Brasil. Hoje, em 2026, a gente acredita que se tenha um número ainda maior.

No cenário global, foram registrados mais de 176 mil novos casos e 117 mil óbitos, em 2020, conforme a Agência Internacional para a Pesquisa em Câncer, o Iarc. E com uma incidência maior em homens do que em mulheres, quase duas vezes maior em pessoas negras em comparação com brancas. Então, vejam, a gente tem uma questão importante, racial, social também ligada ao mieloma múltiplo e hoje a gente vai ter especialistas aqui que vão falar na sequência – a gente está aqui representando uma entidade de apoio ao paciente –, e eles vão poder até falar um pouco mais sobre esses números.

Hoje a gente fala de uma doença rara, mas a gente tem pesquisas que mostram um aumento do número de pacientes com mieloma múltiplo, que ainda é pouco discutido e debatido em termos de políticas públicas estruturantes. A gente está falando da necessidade de políticas públicas em onco-hematologia, um debate que a gente tem feito junto ao Ministério da Saúde, e uma doença que vem atingindo... A gente falava de uma doença em pacientes idosos, mas hoje a gente vê realmente um número de pessoas, de pacientes sendo diagnosticados mais jovens.

O mieloma múltiplo. Essa é uma discussão que a gente vem fazendo, dados e informações sobre o mieloma, porque a gente ainda não tem tantos dados, tantas informações para o trabalho em políticas públicas. Então, é um trabalho, é uma discussão que a gente tem feito com o Inca para que o mieloma múltiplo também possa estar nas estimativas oficiais do instituto.

Vocês vejam que a gente teve agora a publicação da estimativa e, no mês passado, das novas estimativas do Inca, e a gente ainda não tem o mieloma múltiplo. Então, a gente tem feito esse trabalho com eles. Nós tivemos já uma reunião com o Conprev e esperamos ter um grupo de pessoas sobre o mieloma múltiplo no Inca.

Então, a gente tem aqui, continuando, uma pesquisa que foi feita pela Abrale, em 2017, com 200 pacientes, que mostrou que aproximadamente 29% desses 200 pacientes enfrentaram uma demora superior a um ano para receber esse diagnóstico. Então, vejam, esse é um dado muito importante, essa demora no diagnóstico. Aqui eu estou falando – acho que os especialistas também vão complementar a minha fala – da necessidade de a gente ter o acesso rápido aos exames e também aos especialistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E um outro dado importante é que 40% dos casos apresentaram desafios para ter o diagnóstico, exigindo consulta com mais de um médico. Então, a gente sabe que, no Sistema Único de Saúde, o paciente encontra diversos desafios no sentido de chegar realmente ao especialista que vai trazer esse diagnóstico. E aí é importante a gente ter outras especialidades que possam ficar atentas ao mieloma múltiplo, a encaminhar logo esse paciente para um hematologista.

E aí gente tem também uma questão no tempo para início do tratamento. A gente sabe da lei dos 60 dias, então, depois do diagnóstico, a partir do momento em que aquele paciente tem um diagnóstico, existe uma lei que garante que ele comece o tratamento em até 60 dias. E aí a gente identificou que, entre os anos de 2018 e 2022, quase 80% dos pacientes tiveram que esperar mais de 60 dias para iniciar o tratamento após o diagnóstico. Então, esse é um desafio que a gente vem enfrentando com o mieloma múltiplo e com outras patologias também da área da oncologia, que é garantir realmente o tratamento em tempo adequado, em tempo hábil – lembrando, Senadora, que a gente tem patologia que nem pode esperar os 60 dias para início do tratamento. Mas aqui, no caso do mieloma, a gente vê que a maioria desses pacientes realmente iniciou o tratamento – quase 80% – após os 60 dias.

Esses são dados do nosso Observatório de Oncologia, que trabalha esses dados.

Outra informação importante também é que mais de 50% têm que fazer um deslocamento para o tratamento, então têm que sair dos seus municípios para tratar, não moram no mesmo município. Então, é uma questão de acesso a esse tratamento dentro do seu domicílio. A gente sabe a dificuldade de um TFD, de um deslocamento, de ter acesso. E vejam o impacto que isso é, o impacto social desse paciente ter que sair ali do seu domicílio, percorrer longas distâncias. E, quando a gente está falando de um paciente da Região Norte, da Região Nordeste, a gente tem aí maiores impactos com relação a esse deslocamento a locais, a centros para o tratamento.

E aí a gente tem também o número de óbitos no Brasil. Dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, mostram que o país teve 13.524 óbitos por mieloma de 2018 a 2021. Então, o maior número de óbitos foi em 2024, 4.120.

E aí a gente tem alguns dados que mostram, então, os estados com maior número, como Minas Gerais, São Paulo e Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou falar um pouco também do que a gente tem feito, que acho que é importante também. Existe um movimento dos pacientes, das organizações de apoio ao paciente para a garantia de políticas públicas.

Desde 2024 a gente começou a realizar fóruns e debates...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUANA FERREIRA LIMA – ... sobre o mieloma múltiplo e para a sensibilização também dos gestores, dos tomadores de decisão. Então, a gente teve o fórum sobre mieloma múltiplo, o Mieloma Múltiplo em Foco, onde a gente pôde discutir com o Inca, com os especialistas, com os pacientes sobre a situação do mieloma e também encaminhamentos – uma das questões também foi o número de pacientes mais jovens.

Em 2019, em março de... Perdão. Em 2025, em março, nós estivemos com o Deputado Alex Manente, falando sobre essa situação, discutindo sobre essa jornada do paciente com mieloma e os dados. E aí nós tivemos, com essa mobilização, protocolada a Indicação nº 1.242, de 2025, que estava propondo ao Ministério da Saúde a inclusão do mieloma múltiplo nas estimativas oficiais do Inca. Essa recomendação chegou ao Ministério da Saúde, foi para o Inca. Então, também foi muito importante a gente ter essa recomendação aqui por parte da Câmara dos Deputados.

E como a gente vem atuando? Também no Congresso Hemo, que é o maior congresso de hematologia da América Latina, um dos maiores do mundo, feito pela Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular, a gente pôde fazer uma reunião específica ali com especialistas. É um congresso científico, mas nós levamos pacientes para poder discutir com a Sociedade Brasileira de Transplante de Medula Óssea.

Hoje, um dos problemas que a gente tem é com relação ao transplante, porque o paciente de mieloma múltiplo acaba ficando no final da fila para o transplante de medula. A gente tem... O transplante é uma opção de tratamento, é uma forma de tratamento também, mas esse paciente acaba perdendo a janela para esse tratamento, para o TMO, porque a gente tem outras patologias mais graves que entram, como uma leucemia aguda, por exemplo, e esse paciente vai ficando no final da fila. Então a gente vem discutindo isso com as sociedades médicas e também com os pacientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente saiu também com alguns encaminhamentos aqui desse congresso.

E aí quais são os próximos passos, assim, que a gente vem trabalhando e que saíram também ali do nosso encontro no congresso? Então, a criação de um programa de mentoria e capacitação multidisciplinar, com o apoio do Ministério da Saúde e sociedades médicas, para qualificar novos centros transplantadores nas Regiões Norte e Nordeste com relação ao mieloma; solicitação via LAI do número de pacientes com mieloma múltiplo em fila de transplante em cada centro do país, que nós já começamos – então a Abrale está levantando essas informações para a gente compreender melhor esse cenário, porque a gente não tem o número hoje, por exemplo, de pacientes de TMO que estão aguardando e como isso está funcionando dentro dos serviços – ; e articulação com CACONs e UNACONs para a coleta desses dados face à ausência de registros oficiais. Então, esse é um pouco do trabalho que a gente vem fazendo.

E aí eu queria finalizar dizendo que nenhuma vida deve ser perdida por falta de acesso ao diagnóstico, exames e tratamentos para mieloma múltiplo. É o que a gente vem aqui trabalhando.

E a gente precisa garantir o direito à vida e ao cuidado integral para todos os pacientes do país, com esse cuidado especial hoje para esses pacientes de mieloma.

Obrigada, Senadora Eudócia, muito obrigada pela oportunidade de fala. (*Palmas.*)

Queria cumprimentar também a todos os especialistas que estão aí *online* também. A gente admira muito o trabalho deles.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quero parabenizá-la, Dra. Luana Ferreira, pela brilhante explanação. Como é muito bonito e louvável o trabalho da Abrale! E essa questão que você colocou de vocês estarem fazendo um levantamento, via LAI, para que vocês tenham esse poder de informação... Porque informação é poder, né? Ter essas informações para vocês poderem avançar cada vez mais, trabalhando junto com as instituições governamentais; porque sem as instituições, sem o Ministério da Saúde, sem os ministérios, sem as secretarias municipais de saúde e as estaduais fica difícil o trabalho. As coisas acontecem no município, então é muito importante a participação de todos nesse avanço de diagnóstico precoce.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA FERREIRA LIMA (*Fora do microfone*.) – Posso só complementar?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pode.

A SRA. LUANA FERREIRA LIMA – Senadora, eu só gostaria de complementar que o trabalho que a gente vem fazendo é um trabalho cooperativo – e eu não citei aqui, gostaria de citar – também com a Ameo (Associação da Medula Óssea), a Dra. Carmen Vergueiro, o Wagner também, que tem muito se esforçado; com a ABHH, que é a sociedade de especialidade de hematologia; e com a Sociedade Brasileira de Transplante de Medula Óssea também, o Dr. Fernando. Então, é um trabalho que a gente tem feito realmente com outras organizações para a mudança desse cenário.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não.

Então, é muito importante darmos as mãos, para que a gente possa avançar cada vez mais.

E esse meu pedido, esses dois requerimentos que eu coloquei aqui na CAS, uma vez que foi direcionado esse projeto de lei do nosso querido Deputado Federal Alex Manente... E olhem que já faz cinco anos que esse projeto está aqui na Casa, no Congresso Nacional, mas chegou há pouco tempo aqui no Senado Federal. E eu, uma vez identificando a importância desse projeto de lei, fiquei feliz em saber que veio exatamente para mim. Uma das pautas, aliás, a minha maior pauta aqui no Senado Federal é a saúde, e, dentro da saúde, as doenças oncológicas.

Mas o que eu quero frisar, diante do que você colocou, Dra. Luana, e que os colegas vão colocar posteriormente à sua fala? O diagnóstico precoce. O diagnóstico precoce é o melhor tratamento, aliás, para todas as doenças, especialmente para as doenças oncológicas. Se nós fizermos políticas públicas para cada vez mais os pacientes terem acesso a especialistas, a exames complementares e terem o seu diagnóstico precoce, nós estamos falando aqui num maior número de sobrevidas e menor custo para o Ministério da Saúde e para todas as secretarias municipais de saúde do nosso país.

Então, olha como é simples – é complexo, mas simples ao mesmo tempo. Se nós unirmos forças, enquanto Parlamentares, enquanto gestores como um todo – estaduais, municipais, Presidência da República, Ministro da Saúde –, e pudermos impulsionar o acesso desses pacientes a médicos especialistas, a nossos colegas oncologistas e, aqui, especificamente, onco-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hematologistas, a gente vai ter êxito em relação à evolução desses pacientes e até na cura – até na cura. Porque a gente sabe que hoje o câncer, pode ser que a gente esteja um pouco longe disso, mas agora já podemos falar – estou aqui com vários colegas via videoconferência –, hoje a gente ainda pode falar de esperança quando tem diagnóstico de câncer. Hoje o câncer não é mais uma sentença de morte, não é mais, só que – e aí tem uma vírgula –, só que nós temos que avançar nessas políticas públicas para os nossos pacientes terem acesso às especialidades médicas, no caso, à oncologia e à onco-hematologia, e terem também acesso aos exames complementares.

Você falou aqui em transplante de medula óssea, que é um dos tratamentos do mieloma múltiplo, mas antes disso tem alguns passos que sequer estão acontecendo atualmente. É por isso que aqui estamos nesta audiência pública tão importante.

Quero só fazer um registro, porque você colocou alguns números, Dra. Luana. Eu também fiz um levantamento de que aproximadamente 188 mil, quase 190 mil novos casos são diagnosticados a cada ano no mundo. É muita coisa, é muita coisa. O mieloma múltiplo hoje é o terceiro tipo de câncer hematológico do mundo. Ele está avançando, como você colocou na sua apresentação. Ele era raro, era – vamos ouvir nossos colegas oncologistas –, mas acredito que hoje a gente possa colocar que não é tão raro assim, como era outrora. Então, era isso que eu queria colocar.

Dessa forma, quero agradecer mais uma vez a sua participação – viu, Dra. Luana? –, que muito abrilhantou aqui este momento tão importante.

E agora eu quero convidar a Dra. Iara Zapparoli Gonçalves, que, como eu já falei, é Vice-Coordenadora do Departamento de Hematologia do Hospital de Amor e está por videoconferência.

Dra. Iara, muito bem-vinda aqui à nossa discussão, à nossa audiência pública. Quero dizer à senhora que tem dez minutos para sua explanação.

O SR. IARA ZAPPAROLI GONÇALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Oi. Nós estamos no ar, não é? Estou aqui em companhia da Isabela. Nós somos do Departamento de Hematologia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Hospital de Amor de Barretos. Gostaria de agradecer a oportunidade de participação do nosso departamento, do nosso hospital, nesta reunião tão importante.

Esta iniciativa é uma iniciativa de muita importância, porque educação, conscientização, é a grande arma das populações para lutar qualquer luta. O que as populações precisam fazer é se conscientizar, se educar e conhecer.

Nós aqui somos um hospital terciário e a gente... (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dra. Iara...

O SR. IARA ZAPPAROLI GONÇALVES (*Por videoconferência.*) – ... que foi colocado pela Dra. Luana.

Nós perdemos os pacientes que foram diagnosticados...

Está travado?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dra. Iara, está tendo um probleminha com a sua internet. Você poderia rever aí?

Obrigada.

O SR. IARA ZAPPAROLI GONÇALVES (*Por videoconferência.*) – Voltou a internet? Vocês conseguem me ouvir?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Estamos conseguindo ouvir agora. Está saindo o vídeo.

O SR. IARA ZAPPAROLI GONÇALVES (*Por videoconferência.*) – Se precisar, eu fico sem vídeo, só com áudio. Se for o caso, não tem problema.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Mas agora deu certo, Dra. Iara. Agora deu certo. Pode continuar.

O SR. IARA ZAPPAROLI GONÇALVES (*Por videoconferência.*) – Como eu vinha dizendo, nós somos um hospital. O Hospital de Amor, em Barretos, é um hospital terciário, e a gente percebe na prática isso que foi colocado pela Dra. Luana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na hierarquização do SUS, um hospital terciário recebe pacientes já diagnosticados. E o que a gente percebe primeiro é que nós recebemos muitos pacientes avançados. No caso do mieloma múltiplo, o paciente que chega tardiamente chega com complicações que muitas vezes impossibilitam o tratamento pleno – pacientes já com insuficiência renal ou com lesões vertebrais que o deixam acamado, sem possibilidade de andar, e essas alterações podem dificultar o tratamento.

A outra coisa que a gente percebe na prática em relação ao que foi colocado é que a maioria dos nossos pacientes, em torno de 60% dos nossos pacientes, não são da nossa região que seria a nossa DRS (*Falha no áudio.*) ... região de atuação. Nós recebemos (*Falha no áudio.*) ... E para qualquer tratamento de saúde é muito ruim. É muito difícil para o paciente – e para a família – ser tratado fora do seu município, fora da sua região, e principalmente para um paciente de mieloma que, via de regra, é um paciente idoso, com lesões ósseas, com dor e debilitado.

Então, assim, a primeira (*Falha no áudio.*) ... um desafio importante o diagnóstico. O diagnóstico precoce pode levar o tratamento numa situação de mais qualidade de vida para o paciente. Diagnóstico precoce, se a gente pudesse falar qual que é o local preferencial em termos de saúde pública, de política de saúde pública, para se alocar dinheiro, para se alocarem os recursos, seria no diagnóstico precoce. Quase tudo...

Vamos pegar o linfoma de Hodgkin, que também é uma doença onco-hematológica: se você diagnostica um paciente em um estágio inicial, você cura 95% com muito pouca quimioterapia, muito pouca radioterapia; se você espera o paciente em estágio avançado, você vai ter uma chance de remissão muito menor, vai precisar chegar em segunda linha, em transplante, em drogas novas, imunoterapia, etc., quando o diagnóstico precoce poderia alocar esse recurso de maneira mais efetiva, com menos trabalho para o paciente, com menos impacto na vida do paciente e da família e maior chance de cura.

No caso do mieloma, que para a gente até hoje é uma doença que é considerada uma doença crônica, o que a gente vai conseguir com o diagnóstico precoce é tratar esse paciente antes que ele tenha complicações, e dar para ele (*Falha no áudio.*) ... e um tempo maior lutando em relação à doença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realmente sempre é uma iniciativa importante conscientizar a população da possibilidade. A gente vê pacientes que ficam muito tempo: "Ah, é só uma dor, eu fiz um esforço, alguma coisa" e não procuram.

Quando o paciente procura... Automedicação é uma prática muito comum no nosso país e que, no caso do mieloma, acarreta, às vezes, mais complicação por uso de remédios que podem afetar rim e piorar a situação do paciente. E muitas das vezes, quando procuram o atendimento primário, têm um atendimento baseado em tirar o sintoma naquele momento, sem uma investigação mais adequada, o que (*Falha no áudio.*)... de conscientização dos profissionais, dos colegas que estão lá na ponta, no atendimento primário e secundário.

O diagnóstico do mieloma é um diagnóstico que envolve alguns critérios, e a suspeição do mieloma múltiplo é feita com coisas relativamente simples e exames relativamente novos. A gente tem exames como creatinina, hemograma, cálcio, que são exames muito comuns e muito fáceis de ter nos lugares, mesmo nos serviços menos equipados. A conscientização leva a pensar no problema e, pensando no problema, há o aumento do diagnóstico. É claro que é importantíssimo, mas não para aí.

O que a gente tem hoje de maior problema no mieloma múltiplo, além do diagnóstico precoce, é acesso à medicação. Hoje no SUS, há um *gap* muito importante entre o que é oferecido no sistema particular e convênio e o que é oferecido no SUS, o que leva também a uma dificuldade, após o diagnóstico, do que fazer com esse paciente, até para poder chegar ao transplante. O paciente para chegar ao transplante passou primeiro por um tratamento medicamentoso, com uma resposta no mínimo parcial para poder chegar lá ao transplante.

Enfim, uma luta de cada vez. E essa primeira luta, que é a luta da conscientização, da possibilidade do diagnóstico precoce, é pelo que a gente está aqui parabenizando a Casa, na pessoa da Sra. Senadora. E é realmente muito importante. A conscientização, a educação são o começo de tudo.

Era isso que eu tinha para falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dra. Iara, parabéns. Em pouco tempo você conseguiu resumir tudo que nós precisamos, em termos de políticas públicas, em relação ao mieloma múltiplo.

É de extrema importância a conscientização dos nossos pacientes, dos nossos colegas médicos que atendem nas UBS, nossos colegas generalistas. Por isso, a importância de termos esse mês o que o nosso querido Deputado denominou de Março Borgonha, do qual eu sou Relatora, como eu já falei, porque será um mês de uma conscientização para toda a população, tanto para as famílias como também para os médicos, os enfermeiros, agentes comunitários de saúde, que estão de porta em porta, que podem, através de sinais e sintomas... Tem que ter toda uma preparação, obviamente. É focar nisso, levar para as pessoas, para a comunidade médica, para os nossos colegas enfermeiros, técnicos de enfermagem, como eu já falei, agentes comunitários de saúde, os principais sinais e sintomas do paciente que, possivelmente, pelo menos, tenha algum grau de doença oncológica ou hematológica. Muitas vezes começa com uma anemia que – aí se prescreve sulfato ferroso, enfim – nunca chega a ser resolvida. E isso eu estou falando do básico. Mas tem que ter todo um preparo dessa comunidade multidisciplinar para que identifique esses pacientes e possa levá-los até o especialista.

É como a Dra. Iara falou e como eu também havia falado, é muito, mas muito importante o diagnóstico precoce, muito. Isso é sem sombra de dúvidas. Mas também não adianta ter o diagnóstico precoce e não ter as medicações indicadas pelos colegas oncologistas para tratar esse paciente. Como a Dra. Iara falou, há um lapso temporal muito grande entre aqueles pacientes que dependem totalmente do SUS e os nossos pacientes que têm o tratamento na área suplementar e também particular. Então, essa questão dos 60 dias que você colocou tão bem, Dra. Luana, nem sempre a gente vê, infelizmente. Infelizmente, muitas vezes fica só no papel mesmo, literalmente. Essa questão dos 60 dias é para poucos, muito poucos.

Então, nós estamos aqui discutindo essa questão de políticas públicas voltadas especificamente, nesta sessão, para mieloma múltiplo. A gente precisa, além dessa conscientização no mês de março, que será imprescindível, de suma relevância, também conscientizar os nossos gestores para que eles possam dar a possibilidade de a comunidade médica e quem está atendendo o paciente lá na ponta viabilizar tudo isto – diagnóstico precoce,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assistência médica dos nossos especialistas oncologistas, exames complementares e medicações que cada oncologista, a depender de cada caso, vai prescrever.

E aqui, como a Dra. Iara colocou sobre as imunoterapias, eu quero colocar aqui, para os senhores e senhoras que estão nos acompanhando nessa importantíssima audiência pública, que eu fui Relatora de um projeto de lei sobre as imunoterapias que estava na Casa também há bastante tempo. Coincidentemente, há cinco anos estava aqui na Casa. Eu peguei essa relatoria, agradeço ao nosso Presidente Marcelo Castro, que me deu essa... eu tive a honra de ter essa relatoria para mim. Nós conseguimos passar aqui na CAS, agradeço também aos colegas Senadores e Senadoras que votaram favoravelmente; foi para o Plenário, foi votada favoravelmente. Isso tem umas duas semanas.

Estou aqui com a nossa Kazumi, que é uma paciente oncológica e que vem lutando, com outras ONGs também, contra o câncer. Ela nunca deixa de estar presente. Na sua pessoa, Kazumi, eu quero cumprimentar todas as associações, institutos e ONGs que têm o seu perfil voltado para a luta contra o câncer. Parabéns pela sua presença e obrigada por estar aqui conosco.

E aí, sobre as imunoterapias, a gente teve essa alegria de ter esse projeto de lei aprovado depois de cinco anos aqui no Senado, no Plenário do Senado Federal, e ele já foi para a sanção presidencial. Eu já coloquei em várias falas minhas e aqui coloco novamente, reitero a minha fala de pedir ao nosso Presidente da República, de fazer esse apelo ao Presidente para não vetar esse projeto tão importante para os nossos pacientes oncológicos.

Como você falou, Dr. Iara – você falou aí –, entre várias terapias disponíveis para os pacientes com doença oncológica, especialmente para mieloma múltiplo, uma delas são as imunoterapias, e nem sempre o paciente tem acesso fácil às imunoterapias. Isso é uma realidade nossa: nem sempre, ou uma vez, ou nunca.

Então, que a gente possa colocar em prática, que o nosso Presidente da República possa sancionar esse projeto de lei e a gente possa, uma coisa que estava só no papel, a gente possa ver acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque nós temos o caso de uma amiga da Kazumi, que é a Dany Catunda: ela tinha diagnóstico de... ela já tinha doença metastática. Não estou lembrando... Foi de mama, Kazumi, que ela teve?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Cabeça e pescoço, ela teve uma doença oncológica de cabeça e pescoço. Não tenho o histopatológico dela para dizer aos senhores agora, mas foi uma doença oncológica de cabeça e pescoço, em que teve metástases. Ela começou o tratamento com imunoterapia – depois de muita luta, muita luta, começou a imunoterapia –, depois faltou; faltou a imunoterapia para a Dany. E aí, ela começou a comprar do próprio bolso; a família se reuniu, os amigos, mas é muito caro, e ela não teve condições de continuar comprando e, infelizmente, veio a óbito.

Então, era uma paciente jovem, que tinha tudo para dar certo, tinha tudo para dar certo e foi a óbito. Então, esse é um caso que eu estou falando dentre milhares, centenas de milhares, que acontecem no nosso país. Esse é motivo de lamentarmos muito, mas a nossa esperança é essa, é avançar e a gente ter uma nova realidade e novas esperanças.

Eu quero também colocar só mais uma questão para os senhores e senhoras, doutores e doutoras aqui presentes: eu tenho um projeto de lei que é da minha autoria, que é o PL – não precisa decorar números –, mas é o PL 2.718, de 2025. Eu fui autora desse projeto de lei, Dra. Luana, e esse projeto de lei, caros colegas Iara, Jayr e Alexandre, concede passe livre às pessoas em tratamento oncológico, com acompanhante.

Porque você colocou, Iara, como é difícil o paciente oncológico poder sair da sua cidade para ir para outro estado, para outras cidades. Você também colocou isso, Luana, que 60% destes pacientes precisam sair da sua cidade, do seu estado, para outros estados. E, nesse projeto de lei, eu também coloquei o sistema de transporte coletivo interestadual, o desconto de 80% das passagens aéreas – 80%, que é uma grande ajuda aos nossos pacientes – e também o passe livre para trens, barcos e ônibus.

Esse projeto de lei foi aprovado aqui na CAS e está para ser colocado em pauta no Plenário do Senado Federal – queria até confirmar... Está para ser votado, entrar em pauta no Plenário do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal, para passar pelo crivo dos nossos colegas Senadores e Senadoras, para, dessa forma, ele seguir o seu trâmite aqui no Congresso Nacional, mas o fato é que esse projeto de lei já existe, é da minha autoria. Creio em Deus que esse projeto passará aqui no Senado Federal, seguirá a sua tramitação e passará em todas as Casas, para a gente poder comemorar mais uma vitória.

Eu já fiz minhas considerações.

Agora eu passo... Mais uma vez, obrigada à Dra. Iara e à Dra. Isabela, que está aí presente, pela sua explanação e pela sua participação. Mais uma vez, muito grata.

Passo a palavra ao Dr. Jayr Schmidt... É um nome meio difícil, né, Dr. Jayr?

O SR. JAYR SCHMIDT FILHO (*Por videoconferência*.) – É "ximite".

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – "Ismite." "Ismite."

Dr. Jayr...

O SR. JAYR SCHMIDT FILHO (*Por videoconferência*.) – É...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – É isso, Dr. Jayr?

O SR. JAYR SCHMIDT FILHO (*Por videoconferência*.) – É "ximite".

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Schmidt. Acertei?

O SR. JAYR SCHMIDT FILHO (*Por videoconferência*.) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dr. Jayr Schmidt Filho, que é Líder do Centro de Referência em Neoplasias Hematológicas do A.C.Camargo Cancer Center.

Com a palavra, V. Exa., Dr. Jayr... "V. Exa." é como a gente fala aqui no Senado, mas, para mim, você também é V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Dr. Jayr Schmidt Filho, você tem dez minutos para as suas considerações em relação a esse tema.

Muito grata.

O SR. JAYR SCHMIDT FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Obrigado, Exma. Senadora – vou devolver aí também o tratamento.

Para mim, é um privilégio estar aqui hoje falando sobre esse tema tão relevante. Para nós médicos hematologistas e onco-hematologistas é de suma importância debater sobre o cenário do mieloma no Brasil e no mundo. Para mim, em especial... Preparei uma apresentação em nome da nossa instituição, em nome do A.C.Camargo Cancer Center, aproveitando este momento tão nobre de estar aqui.

Dentro desse contexto do mieloma múltiplo, eu queria... Na verdade, nós queríamos – eu estou falando em nome da instituição também – trazer um pouco de um trabalho que a gente fez, assim como a Dra. Luana falou, sobre dados de casuística de um outro observatório.

A gente também tem o nosso Observatório do Câncer do A.C.Camargo, no qual a gente se dedicou bastante a entender um pouco como é a nossa população, dentro do cenário de um centro público e privado, e trazer um pouquinho sobre o que representa o mieloma múltiplo dentro da nossa população de pacientes onco-hematológicos da nossa instituição.

Eu sou líder do Centro de Referência em Neoplasias Hematológicas do A.C.Camargo Cancer Center – é assim que a gente se refere às nossas especialidades aqui dentro.

Bom, primeiro quero falar um pouquinho sobre a nossa instituição. Nós somos uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos e com o propósito de honrar a vida, desafiando as fronteiras da oncologia, promovendo educação e pesquisa para a sociedade. Isso nos move diariamente para integrarmos o que há de melhor dentro desse modelo, que a gente chama de "*cancer center* do Brasil". É assim que a gente tenta trazer esse cenário, sendo o primeiro a ter essa denominação de *cancer center* do Brasil, e por isso a gente acabou, no ano passado, tendo essa felicidade de ser reconhecido pelo Ministério da Saúde, integrando a rede do Proadi-SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para isso a gente lançou uma série de desafios também dentro desse contexto, que nos motivou bastante a desenvolver novos projetos.

Dentro desse cenário do Observatório do Câncer, a gente de fato precisa entender como estão as nossas taxas de sobrevida, fazendo, como *benchmarking*, como comparação, outros *cancer centers* do mundo, né, e nós temos uma história de pelo menos 70 anos dentro dessa área oncológica, trazendo assistência, ensino e pesquisa dedicada exclusivamente à oncologia, através de um corpo clínico que é fechado e especializado. Então, hoje o corpo clínico que atua dentro do A.C.Camargo é um corpo clínico que não é aberto, ou seja, é um corpo clínico dedicado aqui à nossa instituição, tá?

E aqui alguns números que a gente tem, em especial em termos de infraestrutura, em termos de unidades, números de centros cirúrgicos, postos de infusão, e a nossa taxa do NPS também, em termos de satisfação com os nossos pacientes.

Bom, então a gente realmente tem uma visão de um mundo que tenta superar o câncer, tendo o propósito de honrar a vida, desafiando as fronteiras da oncologia, promovendo educação e pesquisa para a sociedade; e como valores o respeito à vida, gerar e compartilhar conhecimento, compromisso social e a consciência também no uso de recursos e buscando sempre a excelência dentro da oncologia.

Bom, então a gente trabalha com esse conceito do *cancer center*, né, conforme eu mencionei no primeiro eslaide, e o conceito do *cancer center* transita por essas áreas de assistência, ensino e pesquisa. Então, na assistência, a gente tem desde a prevenção, o rastreamento, o diagnóstico, o tratamento e o pós-tratamento também, que é muito importante; a questão da reabilitação, do seguimento e dos programas dedicados aos pacientes que são sobreviventes do tratamento contra o câncer.

Na parte de ensino, há diversos tipos de curso que a gente tem aqui também: residência médica, cursos de pós-graduação, iniciação científica, pós-graduação *lato sensu*, *stricto sensu*, e diversos outros eventos aí também que nós promovemos. E dentro da pesquisa também, a pesquisa básica, a pesquisa clínica, a pesquisa epidemiológica e a pesquisa translacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, aqui com relação ao Proadi, é algo que a gente entrou ano passado, mas que já está ganhando uma força muito grande, e de fato a gente já está projetando o cenário para o próximo triênio, inclusive. Aqui são alguns exemplos de alguns projetos que a gente tem do Proadi SUS hoje, além de outros projetos que já estão sendo dedicados aqui também. Entre esses aqui, eu gostaria de citar o projeto do SuperCentro Diagnóstico, na questão aí de qualificação e de laboratórios, né, integração aí também com relação à anatomia patológica e agilizar biópsias e tratamento.

E aí eu já entro para falar um pouquinho sobre o Observatório do Câncer, falando especificamente no contexto das neoplasias hematológicas e do mieloma múltiplo, trazendo um pouco disso que a gente tem. Então aqui eu deixo esse QR *code*, inclusive. O Observatório do Câncer das Neoplasias Hematológicas está aberto, ele é público, né, então vocês conseguem acessar tranquilamente, né, a gente divulgou isso no momento da publicação dele, que aconteceu aí no ano passado, em diversos locais de mídia e tudo mais. Então aqui a gente consegue colocar isso. Então a gente traz aí, com o Observatório do Câncer, um pouco dessa nossa população entre os anos de 2000 a 2022.

Bom, e dentro desse contexto das neoplasias hematológicas, a gente vai colocar aqui, obviamente, as gamopatias monoclonais, que é o espectro de doenças no qual o mieloma múltiplo é o principal representante; e a gente também tem outros perfis, como amiloidose, entre outras ali também, que compõem a questão das gamopatias. E tem aqui também o observatório, que inclui diversos tipos de linfomas, de leucemias e outras doenças onco-hematológicas aqui também.

Então, antes disso, eu queria falar um pouquinho do mieloma. Acho que a Dra. Luana e a Dra. Iara também tiveram bastante tempo para poder ressaltar a importância dessa doença. É uma doença de comportamento heterogêneo, é uma doença rara e tem a característica de acometer mais a população idosa, apesar de que os pacientes mais jovens, principalmente abaixo de 55 anos, são extremamente desafiadores, uma vez que é uma doença que quanto mais a gente vai tratando mais você pode ir selecionando clones mais agressivos dela.

Então aqui a gente tem a maneira como ela pode acontecer: ela pode comprometer a função renal, tem muitos pacientes que abrem com hemodiálise; conforme a Senadora Eudócia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falou, o paciente com anemia, que não melhora com outros tipos de tratamento; a doença óssea também é algo muito importante que debilita muito esses pacientes, muitos pacientes chegam com fratura, com necessidade de ir para cirurgia, tem bastante comprometimento dessas funções; além de outras alterações laboratoriais.

E aqui, em especial, contextualizando no Brasil e no mundo, a Dra. Luana falou sobre esses 1,24 novos casos para cada 100 mil habitantes que a gente tem aí por ano, e uma idade mediana aqui no Brasil é em torno de mais ou menos 64 anos, que é mais ou menos compatível com o que a gente tem em casuísticas também de outros países da América Latina.

Então é uma doença que realmente compromete muito do ponto de vista de morbimortalidade.

A Dra. Iara mesmo disse sobre essa questão que a gente tem já: as diferenças, em especial, das novas tecnologias que foram aprovadas aqui e aquilo que está disponível no sistema público e aquilo que está disponível no sistema privado.

Infelizmente, no sistema público hoje a gente para aqui. Então vou trazer aqui: o primeiro amarelinho que a gente tem aqui é o bortezomibe, que foi aprovado ainda recentemente e foi a última droga que a gente tem incorporada no SUS; daí para a frente, todos esses outros amarelinhos que vocês estão vendo aqui, mais os vermelhinhos, mais esses outros que eu acabei colocando aqui, que nessa referência ainda não estavam citados, são drogas novas, são novas maneiras de imunoterapia, que a Dra. Eudócia mesmo colocou aí também; além de terapias outras que a gente tem disponível – terapia celular à base de células geneticamente modificadas, uma série de outras coisas que já estão sendo aprovadas aí também. A gente já tem isso aprovado pela Anvisa, já tem isso disponível, com uma certa dificuldade muitas vezes no contexto mesmo da saúde suplementar pelo custo elevadíssimo, mas, em termos de saúde pública, a gente infelizmente tem um abismo de diferença entre essas tecnologias que estão aprovadas aí também.

Bom, então aqui a gente traz: apesar de ser uma doença rara, conforme a gente tem aqui, quando a gente compara em especial, depois dos linfomas, a gente já tem o mieloma múltiplo dentro do espectro das hemopatias em termos de ocorrência aqui dentro da nossa instituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui a gente vê perto de 500 casos aí, mais ou menos, que estão descritos nessa casuística nossa.

A sobrevida desses pacientes melhorou muito, conforme a gente vê aí no passar do tempo, graças a essas novas tecnologias que foram aprovadas. Mesmo nesse contexto que a gente coloca aqui de 2015 para a frente, já que a casuística para em 2022, realmente a gente teve uma melhora comparado com as outras eras. E o papel do transplante, como a Dra. Luana falou, a gente também vê que melhora muito o desfecho de sobrevida dos nossos pacientes, conforme a gente vê aqui no verde em cima: quem faz transplante vive mais em relação a quem não faz transplante, mesmo nessas diferentes eras.

Então a gente conclui aí, nesse tempo que a gente teve, que o transplante realmente, na nossa casuística, melhorou muito os desfechos de sobrevida para os nossos pacientes e os novos tratamentos que a gente tem hoje são desafiadores do ponto de vista de custo de incorporação, mas tem oportunidade de oferecer pesquisa, estudos clínicos, que é outro cenário que a gente também tem oportunidade de oferecer aqui dentro da nossa instituição.

Com isso, eu agradeço. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Obrigada, Dr. Jayr, por participar deste momento tão importante. Você nos traz tantas informações pertinentes, traz para todos que estão nos acompanhando a real conscientização e orientação – você colocou alguns sintomas, inclusive do mieloma múltiplo –, para que toda a comunidade médica possa estar acompanhando passo a passo o trabalho de vocês aí no A.C. Camargo, que é um trabalho incrível realmente. Quero agradecer mais uma vez, Dr. Jayr, por sua explanação e pela sua contribuição importantíssima nesta audiência pública.

E em relação ao que você falou, Dr. Jayr, sobre essas novas drogas, pelo menos na área de imunoterapia, que você elencou ali em um dos seus eslaides, eu também sou autora do Projeto de Lei nº 930, de 2026, deste ano já. Nesse projeto de lei, eu coloquei a incorporação de medicamentos e tratamentos sempre que a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) incorporar. Então, por exemplo, hoje – pode ser que amanhã o quadro seja diferente –, nós temos oito drogas de imunoterapia incorporadas na ANS e temos apenas três pelo Sistema Único de Saúde. Esse meu projeto de lei faz com que a gente observe que as pessoas, os nossos pacientes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que dependem totalmente do SUS, que não têm plano de saúde, que não têm recursos financeiros para fazer tratamento particular e têm o diagnóstico – no caso aqui, mais uma vez, vou focar só no mieloma múltiplo, mas, como estou comentando esse projeto de lei, vou colocar todas as doenças oncológicas –, têm indicação por vocês, colegas oncologistas e onco-hematologistas, de tratamento com imunoterapia... Então, nós tínhamos oito na ANS e três no SUS. Esse projeto de lei vai fazer com que, através dessa incorporação da ANS, a gente tenha como base essa incorporação e leve também as drogas para o SUS. Por quê? Se os nossos pacientes que têm condições de fazer o tratamento particular ou suplementar por plano de saúde... Por que eles têm condições de escolher viver enquanto os nossos pacientes brasileiros e brasileiras padecem por não ter essa mesma oportunidade? Então, esse projeto de lei vem trazer equidade, vem trazer um tratamento universal, e é assim que o SUS fala: universalidade.

Então, eu quero colocar aqui para você, para todos os que estão aqui acompanhando e especialmente para você, Dr. Jayr, que acabou de comentar essas novas drogas, que queremos avançar mais e mais, porque talvez essas drogas que você mostrou não tenham todas na ANS, mas ao menos que o SUS incorpore o que já foi incorporado na ANS – ao menos – para que a gente tenha um tratamento igualitário. E estou lutando aqui no Senado com o objetivo de que a gente possa aprovar esse projeto de lei e que a gente possa, num futuro breve, ter essa possibilidade para todos os nossos pacientes do nosso querido Brasil.

Eu quero mais uma vez lhe agradecer, Dr. Jayr, pela participação.

E agora eu chamo... Com a palavra... Eu quero fazer uma consideração aqui para vocês, antes que o último palestrante fale, que é o Dr. Alexandre.

Nós temos aqui algumas perguntas feitas através do e-Cidadania, para todos vocês. As perguntas que tem aqui, às vezes, são mais voltadas para o Dr. Jayr, ou para a Dra. Iara, ou para a Dra. Luana. O que é que normalmente nós fazemos? Eu vou enviar essas perguntas para os senhores e senhoras. Vocês vão responder, fazendo uma... Vamos dizer assim: a depender do que vocês colocaram na fala, vocês vão responder o que foi questionado. Nós pegaremos esse... Por *e-mail* também. Vocês mandam para nós, e nós enviamos para cada pessoa que fez essa pergunta. E aqui eu vou colocar as perguntas, mas serão enviadas para vocês. Não precisa responder agora, porque demanda algum tempo para vocês esclarecerem tudo isso, e a gente manda para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossos ouvintes, nossos cidadãos e cidadãs, brasileiros e brasileiras que nos acompanham neste momento.

A primeira pergunta é da Amanda, do Ceará: " [...] quais políticas [acho que ela quis dizer políticas públicas] para formação e capacitação de profissionais novos e dos já atuantes no SUS serão realizadas?". A primeira pergunta é da Amanda. Quero lhe agradecer, Amanda, pela participação.

Gentil, de São Paulo, pergunta o seguinte: "[...] como instituições de ensino podem ajudar na conscientização do diagnóstico precoce do mieloma múltiplo?". Essa é a segunda pergunta.

A terceira pergunta é do Luiz, do Amazonas: "Como garantir que o diagnóstico precoce chegue à periferia e não fique restrito aos grandes centros de oncologia?".

Quero também agradecer aqui ao Gentil e ao Luiz pela participação.

A quarta pergunta é da Elisa, do Amapá, que diz: "Parabenizo a iniciativa da audiência pública, pois discutir o diagnóstico precoce do mieloma múltiplo é essencial para salvar vidas". Na verdade, não foi uma pergunta; ela ressaltou a importância da iniciativa desta audiência pública em relação ao mieloma múltiplo. Quero aqui lhe agradecer, Elisa, que é do Amapá. Essa sua participação é importantíssima e suas considerações. Agradeço as suas palavras, todos nós que estamos aqui fazendo parte da audiência pública, e mais ainda na minha pessoa, enquanto Senadora, por ter colocado esses requerimentos. Por esse motivo é que estamos aqui discutindo uma pauta tão importante para a saúde pública do nosso país. Muito grata, Elisa, pela participação.

A Gláubia, do Amazonas, colocou o seguinte: "Não conhecia o mieloma múltiplo e vejo como é importante essa conscientização, pois os sintomas podem ser confundidos com outras doenças". Na verdade, também a Gláubia fez as suas considerações em relação ao tema, não fez pergunta. Mas é de muita importância a sua colocação, Gláubia.

Muito obrigada a todos que participaram do e-Cidadania. Vocês receberão nos seus *e-mails*. Quem fez as perguntas, os três primeiros – Amanda, Gentil e Luiz –, receberão as respostas nos seus *e-mails*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora eu passo a palavra para o último palestrante, o Dr. Alexandre Gustavo Apa, que é Médico Hematologista do Instituto Nacional do Câncer (Inca).

Seja muito bem-vindo, Dr. Alexandre, a essa discussão tão importante. Agradeço por você ter aceitado o nosso convite de participar dessa audiência.

Com a palavra o Sr. Dr. Alexandre Gustavo Apa.

O SR. ALEXANDRE GUSTAVO APA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado. Boa tarde a todos. Eu queria agradecer à Ilma. Senadora em nome do meu instituto, o Instituto Nacional do Câncer, pelo convite em participar dessa audiência de grande relevância na saúde pública, com essa doença tão importante hoje em dia no nosso meio.

Como foi falado já pelos outros palestrantes, é de suma importância realmente a gente enfatizar o máximo possível o diagnóstico precoce do mieloma múltiplo. A gente sabe que, quanto mais precoce o diagnóstico, maior a nossa capacidade de melhorar o desfecho, tanto em termos de sobrevida global como de morbidade desses pacientes.

E aí tem uma coisa, é um tema muito importante, no sentido de que a gente tem que mapear, e daí a importância de a gente ter uma estatística, de a gente ter um estudo epidemiológico bem eficaz, mapear não só a incidência do mieloma, mas onde ele é mais prevalente na população, os locais de maior prevalência, para que a gente possa também atuar de forma mais efetiva nesses locais de maior prevalência da neoplasia e também minimizar, que é outro problema que a Senadora até colocou, o deslocamento desses pacientes para os centros de referência de tratamento. Se a gente conseguir melhorar o diagnóstico dentro da localidade onde esses pacientes moram, se a gente puder também em outra etapa começar a ter pequenos centros de referência perto dessa população, até para melhorar o tratamento e o diagnóstico, não só o início do tratamento, seria de suma importância. A gente vê hoje no Inca, acho que em outras grandes instituições, que os pacientes que chegam para a gente para tratar já estão em um estágio bem avançado. E obviamente isso demanda mais, é um tratamento mais caro, é um tratamento mais intenso, com maior morbidade, mortalidade para o paciente. Então, acho que essa questão de a gente mapear os locais, onde são os locais, se é real incidência, tentar maximizar o diagnóstico o mais perto possível da população-alvo, é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já foram colocadas outras situações, como não só o diagnóstico precoce, mas também o tratamento tentando ser o mais igualitário possível. Obviamente, não vai ser totalmente igual, mas se a gente puder pelo menos parecer ou ficar mais próximo do possível para esses pacientes, isso também vai ter um impacto não só na morbidade como na sobrevivência desses pacientes, na qualidade de vida desses pacientes, principalmente.

Eu agradeço imensamente a sua atuação em relação a tentar diminuir essas desigualdades de tratamento, acho que isso é de suma importância. E eu acho que a questão da educação continuada e principalmente a gente abordar muito as especialidades que teoricamente vão ter um contato maior com essa população... Como essa doença é uma doença que pode acometer muito os ossos, por exemplo, a gente fazer um trabalho muito voltado com os ortopedistas é importante. Como é a população um pouco mais idosa, um trabalho voltado para os geriatras também é importante; locais que não têm geriatras, para os clínicos gerais, porque o paciente pode se apresentar com uma anemia, às vezes apenas com uma anemia, às vezes com uma anemia e uma dor óssea, às vezes com uma insuficiência renal, e aí a gente também tem que ter um outro trabalho voltado para os nefrologistas. Ou seja, se a gente começar também a aumentar a nossa capacitação, de algumas especialidades que provavelmente talvez entrem em contato antes da gente com esses pacientes com mieloma múltiplo, isso também vai ajudar bastante no diagnóstico precoce e consequentemente no tratamento, enfim, no desfecho desses pacientes.

Então, eu acho que esses pontos aqui que foram alavancados e elencados – estou falando de novo basicamente a mesma coisa, só enfatizando esses pontos – são de suma importância para a gente melhorar a nossa trajetória de diagnóstico e tratamento desses pacientes com mieloma múltiplo e, consequentemente, melhorar os desfechos que a gente busca nesses pacientes com mieloma múltiplo, enfim, reduzir morbidade, reduzir mortalidade, proporcionar uma qualidade de vida melhor para esses pacientes. Eu acho que basicamente é mais ou menos isso que a gente tem que tentar abordar.

Eu acho que esse mês de conscientização vai ser muito útil para fazermos projetos de educação continuada, enfim, de conscientização dos profissionais, da população, para a gente poder alavancar essas melhoras e ser mais consistente no nosso meio. Eu acho que é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero agradecer à Ilma. Senadora pela oportunidade de a gente expor nossas ideias e de a gente evoluir conjuntamente para a melhora dessa doença e do desfecho dos pacientes. É basicamente isso.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dr. Alexandre Gustavo, muito grata pelas suas colocações. Realmente nos deu mais subsídios para a gente poder, juntos, ter essa conscientização em relação a essa doença. Você bem colocou a questão dos colegas ortopedistas, pois realmente é uma doença que afeta muito a massa óssea. E é muito importante a gente poder ter esse trabalho junto com os colegas ortopedistas, generalistas, como você colocou, que são os colegas que estão lá nas UBS, que têm o maior contato com os pacientes, esses colegas que também estão nas equipes de saúde da família. Então, é muito importante essa conscientização. Por isso que esse mês de Março Borgonha vem para fazer a diferença no mieloma múltiplo, do diagnóstico precoce, da conscientização, porque nós sabemos, no caso, que o conhecimento é tudo. Quem tem conhecimento tem poder. Então, nós precisamos exatamente disto, conscientizar a população e conscientizar os nossos colegas, a equipe também da enfermagem, como eu já falei anteriormente. Então, é uma equipe multidisciplinar para poder identificar esses sinais e sintomas para que os pacientes possam chegar até vocês especialistas na área de oncologia com brevidade. Mais uma vez, digo: o melhor tratamento é o diagnóstico precoce, porque, na maioria das vezes, o paciente, além de ter uma evolução muito satisfatória, pode até ter a cura em alguns casos.

Então, quero aqui agradecer a cada um dos senhores e senhoras mais uma vez.

Foi um prazer conhecê-los, mesmo que remotamente!

Numa oportunidade, em breve, quem sabe eu estarei com vocês, *in loco*, aí, tanto no Inca, como no A.C.Camargo, como no Hospital de Amor.

E, falando em Hospital de Amor, Dra. Iara e Dra. Isabela, eu estive aí no ano passado, acho que em meados de 2025. Estive com o Dr. Carlos e com o Dr. Luiz da Oncopediatria. O Dr. Luiz e o Dr. Carlos. E fiquei muito feliz de estar aí e de ver a estrutura que vocês têm no Hospital de Amor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também tive a oportunidade de conhecer a Dra. Josiane, que é pesquisadora aí do Hospital de Amor, e, inclusive, vem estudando... E você falou também, Dr. Jayr, em pesquisas aí no A.C.Camargo Cancer Center, sobre a pesquisa... Eu também tenho um projeto de lei para ajudar os nossos pesquisadores a terem mais oportunidade de estudar.

Eu acho que a pesquisa é importantíssima na área médica e, mais ainda – não sei se posso assim colocar, mas estou colocando, porque é assim que eu acho –, mais importante ainda, na área da oncologia, porque a medicina está avançando muito rapidamente e a doença oncológica é tempo dependente. Não se tem tempo. Ela tem que ser célere. Os tratamentos têm que ser céleres, assim como a doença é célere na sua evolução, na grande maioria das vezes.

Eu tive a oportunidade, voltando para você, Dra. Iara, e para vocês que estão aqui ainda... Agradeço por vocês ainda estarem aqui conosco, participando. Eu conheci a Dra. Josiane e ela trabalha no estudo da vacina RNA mensageiro contra o câncer, os cânceres que a gente mais diagnostica, como o câncer de mama, o câncer de próstata, o câncer de pulmão e assim por diante. Essa vacina RNA mensageiro está sendo bem disruptiva mesmo. Ela nos mostra, nos estudos – eu já fiz algumas missões oficiais para outros países –, ela nos mostra, e a Dra. Josiane pôde confirmar isso comigo... Fiquei muito feliz por ela estar fazendo esse estudo aqui no nosso país. Os estudos mostram uma eficácia muito grande dessa vacina nessas doenças oncológicas que mais matam.

Eu estou esperançosa em relação a essa vacina, sabem? E eu levantei essa bandeira aqui também no Senado Federal. Tanto é que o meu primeiro projeto de lei aqui no Senado foi o do marco regulatório da vacina contra o câncer, vacina essa que é a vacina RNA mensageiro. Apesar de eu ser pediatra e gastroenterologista pediátrica, eu estudo muito a oncologia por entender a importância das doenças oncológicas no nosso meio. Já fui Secretária municipal de Saúde três vezes, já fui Prefeita também lá em Alagoas, que é o meu estado, na cidade de Ibateguara, que me viu nascer. Então, isso me vislumbra estar estudando, estar querendo avançar cada vez mais. E aí, eu fiz essas considerações.

Muito grata, mais uma vez, aos senhores e às senhoras. Estou muito feliz por essa oportunidade ímpar e, com certeza, vocês vão fazer a diferença nessa comunidade de estudiosos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de oncologistas, de onco-hematologistas, para a gente poder, Dra. Luana, fazer a diferença na vida dessas pessoas.

Um grande abraço para vocês, muito grata, e vamos avançando. E à medida que eu for avançando, eu vou convidá-los mais algumas vezes. E vou me sentir, mais uma vez, honrada se vocês aceitarem, mais uma vez, o meu convite.

Um grande abraço. Que Deus abençoe todos vocês. Estamos juntos, viu, nessa luta contra o câncer. Fiquem todos com Deus.

Muito obrigada, Dra. Luana, Dra. Iara, Dra. Isabela, Dr. Jayr, Dr. Alexandre. Estamos juntos, muito grata.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Grande abraço a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Fernando Dueire, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Bruno Bonetti, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Paulo Paim, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Roberta Acioly, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Augusta Brito e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Eduardo Girão, Wilder Morais, Ana Paula Lobato e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2336, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, que torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil, para determinar o ensino de noções de primeiros socorros aos estudantes da educação básica, nos termos especificados." **Autoria:** Senador Luiz Pastore (MDB/ES). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 2 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 1675, de 2023 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da atividade de Psicopedagogia." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2120, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas da Covid-19." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 124, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 12.608, de 10 de abril de 2012, 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para prever medidas de flexibilização tarifária referentes aos serviços de energia elétrica e de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante a vigência de calamidade pública decretada em razão de desastres naturais ou de emergências climáticas." **Autoria:** Câmara dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Bruno Bonetti. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1169, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer alíquota diferenciada de contribuição aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3346, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para assegurar adaptação razoável do horário de trabalho que permita prestação alternativa ao empregado e ao servidor público, em virtude de escusa de consciência, quando o seu dia de guarda religioso coincidir com os dias ou os turnos do exercício de atividades laborais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4293, de 2025 (Emenda(s) da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2017) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para instituir ajuda de custo ao usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) que necessita realizar tratamento de saúde fora do Município onde reside." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS (de redação). **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 20, de 2026-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1799, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre ações para avaliação médica completa e periódica da saúde da mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a conscientização acerca da importância da prevenção de doenças e de agravos à saúde." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CDH, na forma de três emendas (de redação) que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1924, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, para dispor sobre a Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNIPI)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS (de redação). **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 21, de 2026-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 6161, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o artigo 243-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Roberta Acioly (*Ad hoc*), substituiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 12, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 118/2025, – que debaterá o impacto negativo do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde pública, especialmente entre os jovens –, sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 13, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 119/2025, – que debaterá a rotulagem nutricional de produtos alimentícios ultraprocessados e o uso de edulcorantes, seus impactos na saúde pública e as estratégias regulatórias necessárias à proteção do consumidor –, sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 15, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 119/2025 - CAS seja incluída a convidada que especifica." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Projeto de Lei n° 4425, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN e dá outras providências, para dispor sobre a alimentação adequada e saudável aos indivíduos hospitalizados." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 17, de 2026** que: "Requer nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão solicite à Secretaria de Estado de Saúde de Alagoas (SESAU/AL) o envio de informações e documentos." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 20, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei nº 4293, de 2025 (Emenda-CD), que "altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para instituir ajuda de custo ao usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) que necessita realizar tratamento de saúde fora do Município onde reside"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 21, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1924/2025, que "altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, para dispor sobre a Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNIPI)"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/25

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos aqui presentes, colegas Senadores, colegas Senadoras.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes expedientes: cópias de ofícios e moções de câmaras municipais e instituições, contendo considerações sobre questões trabalhistas e saúde. Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão; ocorre de modo semipresencial; e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio de recurso "levantar a mão", da ferramenta de videoconferência para os Senadores que participam remotamente.

Informo que o item 5, Projeto de Lei nº 1.169, de 2024, foi retirado de pauta a pedido do Relator, o Senador Flávio Arns, para reexame.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1169, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer alíquota diferenciada de contribuição aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Sra. Presidente, se me permite, pela ordem... Se V. Exa. pudesse uma inversão de pauta para mim, eu ficaria aqui para outros projetos, mas já liberaríamos esse que foi conversado com todo mundo. Resumo: foi aprovado na CDH, foi aprovado aqui, foi aprovado no Plenário. Daí pediram algumas adaptações, com que a gente concordou, e vamos só mostrar o que mudou nesse substitutivo final.

Se V. Exa. permitir, é o item 6.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – No caso, Senador, é o item 6?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É o item 6.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – É o item 6. Está concedido, Senador Paulo Paim.

Item 6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3346, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para assegurar adaptação razoável do horário de trabalho que permita prestação alternativa ao empregado e ao servidor público, em virtude de escusa de consciência, quando o seu dia de guarda religioso coincidir com os dias ou os turnos do exercício de atividades laborais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações: *Matéria em reexame na Comissão de Assuntos Sociais.*

E agora concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidenta, Senadora Eudócia, este projeto é de autoria do Deputado Wolney Queiroz, do PDT.

Eu já fiz o relatório aqui, o Magno Malta fez um belo trabalho também lá na Comissão de Direitos Humanos. Foi aprovado por unanimidade em ambas as Casas. Depois, no Plenário, os segmentos – e me refiro à presença, por exemplo, aqui, de Vanderlei Vianna, da Anajure (Associação Nacional dos Juristas Evangélicos) e Luigi Mateus, Advogado Geral da Igreja Adventista... Então, todos os segmentos estão contemplados. Ninguém reclamou, ninguém me procurou para contestar, mas, sim, para adaptar. Então, se me permitir, eu vou só dizer o que mudou em relação ao primeiro momento.

Pediram que trocássemos a expressão "adaptação razoável do horário de trabalho" por "adaptação do horário do trabalho". Só isso, né? Podem ver que a mudança é pequena, mas é importante. Que já está presente, inclusive, na legislação trabalhista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ajustar a redação do §2º do art. 67 da CLT para mais precisão, simplificando, assim, a redação.

Depois, simplificar o §3º do art. 67, recolocando-o para dispositivos da CLT que já tratam do tema.

Em seguida, transferir o conteúdo do §4º do art. 67 para o art. 442-A, entrevista de emprego, criando, então, um parágrafo único.

Transferir o §5º do art. 67 para o 456-A, que trata de vestimenta no trabalho.

Definir legalmente o conceito de "incompatibilidade técnica" e "impedimento legal" para evitar insegurança jurídica para todos.

E, por fim, nesse acordão que foi feito, tornar mais claras as regras para pedido e resposta de chefia quanto à ausência ou adaptação de jornada de servidores públicos por escusa religiosa.

Por fim, eu faço o seguinte comentário, Presidenta – e vamos já para colocar o meu voto.

O substitutivo aprimora a proposta, reorganiza dispositivos da CLT e da Lei 8.112, de 1990, garantindo mais coerência legislativa e segurança jurídica, a definição expressa de incompatibilidade técnica e impedimento legal e esclarecendo critérios para análise do pedido de adaptação, reduzindo margem de interpretação e conflito. O texto também alinha-se à jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal sobre liberdade religiosa e escusa de consciência, assegurando a proteção do direito fundamental sem prejudicar a continuidade das atividades laborais. Com isso, ninguém, ninguém é prejudicado.

Assim, o substitutivo apresenta técnica legislativa mais adequada e contribui para a efetividade da norma.

Esse é o voto, Sra. Presidenta.

É um ajuste que me pediram todos os segmentos e aqui há alguns representados.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito bem, querido Senador Paulo Paim. Quero cumprimentar e parabenizar o colega Deputado que foi o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autor desse projeto de lei, e também parabenizá-lo, Senador Paulo Paim, pela sua relatoria. Inclusive, eu sou da Igreja Adventista do Sétimo Dia e eu sei como é difícil...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – E eles trabalharam muito nesse projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu sei como é difícil ser membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia, que é uma igreja, assim, abençoadíssima, como todas são, e conciliar ser adventista do sétimo dia e ter que trabalhar. Esse é um problema, assim, crônico em todos os estados, em todo o nosso país.

E me alegro com esse projeto de lei – me alegro –, que vai ser aprovado com certeza aqui, se Deus quiser, na CAS, para ir para o Plenário...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Para a Câmara.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Para a Câmara, voltar para a Câmara.

Senador Paulo Paim, Senador Fernando Dueire, quero cumprimentá-los mais uma vez, aqui presentes, sempre participando dos nossos trabalhos aqui na CAS.

E agora eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS, substitutivo.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns, mais uma vez, Senador. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos para o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 124, DE 2022

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 12.608, de 10 de abril de 2012, 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para prever medidas de flexibilização tarifária referentes aos serviços de energia elétrica e de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante a vigência de calamidade pública decretada em razão de desastres naturais ou de emergências climáticas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao Projeto.

2- Em 23/03/2026, o senador Bruno Bonetti apresentou relatório reformulado.

3- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

A relatoria é do Senador Bruno Bonetti, com o Senador Paulo Paim como Relator *ad hoc*.

Concedo agora a palavra ao Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, esse também é um projeto que foi amplamente discutido. A assessoria do Romário – hoje o Romário é substituído pelo também excelente Senador Bruno Bonetti – conversou com o Governo, conversou com todos os setores.

Se V. Exa. permitir, eu farei um resumo aqui da proposta relatada por Bruno Bonetti.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Projeto de Lei 124, de 2022, altera as Leis 12.608, de 2012, 12.340, de 2010; e também 11.445, de 2007, para criar medidas de flexibilização tarifária aplicáveis durante estado de calamidade pública decorrente de desastres naturais ou emergências climáticas.

Nós vivemos isso, eu, especificamente, naquela questão do Rio Grande do Sul, e foi fundamental termos um aprimoramento na lei nesse sentido.

O texto estabelece que, para consumidores diretamente atingidos, ficam suspensas as cobranças de parcela da tarifa de energia elétrica relacionada a custos antecipados, como bandeiras tarifárias e interrupção de fornecimento de energia elétrica por inadimplência. Após o período da suspensão, não haverá cobrança de juros ou multas relativas ao período de calamidade.

As concessionárias de energia serão ressarcidas pelo Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap), que terá suas regras ajustadas para permitir o repasse desse recurso.

O projeto também determina que prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamentos sanitários adotem medidas de flexibilização tarifária semelhantes em situação de calamidade pública reconhecida.

O Relator, Bruno Bonetti, é favorável por considerar que a proposta é adequada para reduzir os impactos financeiros sobre os afetados por desastres e prever fonte de custeio que preserve o equilíbrio das concessões.

Eu faço aqui um comentário final, Sra. Presidente, e já vou para o voto.

As medidas previstas no PL 124, de 2022, mostram-se especialmente relevantes diante do agravamento das mudanças climáticas que têm intensificado a frequência e a severidade dos desastres naturais no país. Em cenários de calamidade, a garantia de continuidade dos serviços essenciais de energia, água e saneamento torna-se elemento central de proteção social, reduzindo a vulnerabilidade imediata das populações afetadas.

O projeto é meritório ao contribuir para fortalecer a capacidade institucional do Estado e responder a eventos climáticos extremos, alinhando, assim, proteção social, segurança jurídica e responsabilidade fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu achei o projeto excelente, Presidenta! E, como eu estou falando só no Bruno Bonetti, eu sou o Relator *ad hoc*, o nome do autor da proposta eu não tenho aqui nesse meu resumo. Quero só fortalecer o autor...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Aqui só coloca a Câmara dos Deputados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Onde está o nome do autor?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Também não temos, mas podemos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu quero só... É um projeto tão bom... Fico feliz em relatar e quero fortalecer também o autor, porque muitas vezes o autor é esquecido, a gente só fala do Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – É verdade, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Deputado Júlio Delgado. Já me passaram aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Júlio Delgado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então, Deputado Júlio Delgado, ó, viu? Eu o conheço há décadas, já fui Deputado Federal com ele.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Que maravilha!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Excelente projeto! Fiquei orgulhoso do Romário e do Bruno lembrarem de mim para ler o relatório, que vai ser fundamental. Com tanta calamidade climática que vem acontecendo, esse projeto cai como uma luva.

Então, o voto é totalmente favorável.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns ao Deputado Bruno Bonetti... Não, Bruno Bonetti é o Senador, não é? O Deputado é o Júlio Delgado, de Minas Gerais. Parabéns, Deputado Bruno Delgado, pela autoria – também concordo com V. Exa., Senador Paulo Paim – do brilhante projeto de lei. E parabenizo o Senador Bruno Bonetti pela relatoria e V. Exa., Relator *ad hoc*.

E agora eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores que o aprovam e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS, substitutivo.

A matéria vai à CAE.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, meu querido Senador Fernando Dueire.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu gostaria de pedir, e me parece que já foi feita, a inclusão do PL 4.425, de 2025, como item extrapauta. Com respeito aos colegas, tendo compromisso logo em seguida, gostaria de pedir a inversão, para que eu possa relatar esse projeto.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Colegas Senadores e Senadoras, vocês acatam o pedido do Senador Fernando Dueire? (*Pausa.*)

Então, concedido, Senador Fernando Dueire. V. Exa. vai relatar o Projeto de Lei nº 4.425 de 2025, que é terminativo. É da minha autoria, e eu me sinto muito honrada de você ser o Relator, meu querido Senador Fernando Dueire.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 4425, DE 2025

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN e dá outras providências, para dispor sobre a alimentação adequada e saudável aos indivíduos hospitalizados.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

A observação é que será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque. É terminativo.

Dessa forma, concedo a palavra ao Senador Fernando Dueire para proferir o relatório.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Muito honrado, Senadora, em ser o Relator desse projeto, um projeto de extrema sensibilidade.

Às vezes, Senador Paim, eu me pergunto por que a Senadora Eudócia demorou tanto para chegar aqui nesta Casa, porque os projetos dela são projetos muito preciosos e têm uma sensibilidade muito grande. Ela tem uma capacidade, até pela sua formação e temperamento, em tudo aquilo que é humano, e isso faz toda diferença.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Obrigada pelas palavras.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Sra. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei nº 4.425, do ano passado, de 2025, de autoria da nossa Senadora Dra. Eudócia, que altera

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Lei nº 11.346/2006, que trata do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), para dispor sobre a alimentação adequada e saudável aos indivíduos hospitalizados.

Destacamos que os principais pontos do projeto estão dispostos no acréscimo dos incisos IV e IX da lei, senão vejamos:

> Art. 4º A segurança alimentar e nutricional abrange:
> .....
> VIII – a oferta de alimentação nutritiva adequada aos indivíduos hospitalizados e seus acompanhantes, vedado o uso de alimentos ultraprocessados, visando a assegurar a recuperação da saúde e prevenção de novos agravos.
> Art. 9º O Sisan tem como base as seguintes diretrizes:
> .....
> VII - proposição e disponibilização de mecanismos e instrumentos de exigibilidade do direito humano à alimentação nutritiva adequada nos hospitais públicos, e monitorar sua aplicação.

Na justificação da autora, nobre Senadora Eudócia, que preside esta sessão, ela argumenta que, apesar de todo o regramento legal e infralegal existente para orientar os hospitais a fornecerem alimentos com a devida qualidade nutricional, há relatos de pacientes, em hospitais públicos e privados, de inadequada oferta de alimentos ultraprocessados aos internados, Senador Paim.

Nesse sentido, entendemos que as disposições do projeto em exame caminham na direção preconizada pelo Sisan, principalmente porque os estabelecimentos de saúde, notadamente os hospitais, devem adotar procedimentos integralmente compatíveis com as recomendações científicas.

Assim, não faz sentido que um hospital ofereça alimentos que sabidamente não são benéficos à saúde das pessoas. De fato, os alimentos ultraprocessados apresentam, em geral, baixa qualidade nutricional e costumam conter excesso de açúcares, gorduras e sódio, além de grande quantidade de aditivos alimentares, como corantes, aromatizantes, emulsificantes e conservantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos certeza de que a grande maioria dos hospitais segue essas recomendações nutricionais, já bastante difundidas até mesmo na população em geral. Dessa forma, as regras pretendidas pelo PL 4.425, de 2025, servirão para inibir os estabelecimentos que infelizmente insistem em adotar práticas incompatíveis com a promoção da saúde.

Isso posto e considerando a importância da iniciativa da nobre autora, fazemos apenas uma ressalva, já bem entendida com ela, em formato de emenda, no sentido de salvaguardar casos excepcionais. É preciso reconhecer que é temerário estabelecer uma regra absoluta que proíba por completo o uso de alimentos ultraprocessados em serviços de saúde, pois pode haver situações muito específicas em que o uso dessa estratégia de intervenção nutricional pode ser necessário.

Como exemplo, podem ser mencionadas situações de inapetência importante e comuns em quadros pré-operatórios ou doenças agudas nas quais o paciente recusa a dieta hospitalar padrão. Nesses casos, a oferta pontual de alimentos de maior aceitação, ainda que ultraprocessados, pode viabilizar a ingestão calórica mínima e evitar o agravamento do estado nutricional.

Outra hipótese relevante é a hipoglicemia aguda, especialmente em pacientes diabéticos. Nessas situações, é necessária rápida elevação da glicemia, sendo prática corrente a utilização de alimentos com alto teor de açúcares simples, como bebidas açucaradas ou biscoitos, pela sua pronta disponibilidade e rápida absorção.

Cabe mencionar ainda a situação de pacientes idosos, para os quais são frequentes a inapetência, a saciedade precoce e a redução da ingestão alimentar. Nesses casos, Senador Paim, a oferta de pequenas – pequenas – porções de alimentos mais palatáveis e de maior densidade calórica, inclusive ultraprocessados, pode contribuir para assegurar o aporte energético mínimo e prevenir a piora do estado nutricional.

Em razão disso, oferecemos emenda que possibilita o uso desses alimentos ultraprocessados para os pacientes quando houver justificativa técnica.

Encaminho o voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do PL 4.425, de 2025, com a seguinte emenda:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº – CAS

Dê-se a seguinte redação ao inciso VIII acrescentado ao art. 4º da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 4.425, de 2025:

"Art. 2º .....

'Art. 4º .....

.....

VIII – a oferta de alimentação nutritiva adequada aos indivíduos hospitalizados e a seus acompanhantes, vedado o uso de alimentos ultraprocessados, salvo em situações tecnicamente justificadas em prontuário por profissional de saúde habilitado.' (NR)"

É esse o voto.

E parabenizo V. Exa. por um projeto tão precioso como este.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabenizo-o, Senador Fernando Dueire, pelo excelente relatório, motivo de muito orgulho para mim, como sua colega, como sua amiga pessoal.

Eu quero só fazer um comentário sobre a questão dos ultraprocessados e o motivo pelo qual eu fui autora deste projeto de lei. Os ultraprocessados já foram estudados largamente e são, cientificamente, comprovadamente, oncogênicos – eles têm a capacidade de causar câncer. E o que nós temos visto no dia a dia – obviamente não em todos os hospitais, é uma minoria de hospitais – é que ainda tem alimentação ultraprocessada em alguns hospitais, mas só que alguns hospitais para nós médicos é muito, tem que ser zero hospital. Todos têm que seguir o Sisan, que orienta a alimentação saudável, porque o tratamento dos pacientes não é só medicamentoso, é nutricional também. Então, tão importante quanto os medicamentos é a nutrição.

Isso serve para pacientes hospitalizados e não hospitalizados também, no nosso dia a dia. Porém, eu quis focar nos pacientes hospitalizados, porque imaginem: ele já está lá para se tratar de algum tipo de doença, aí você compromete mais ainda a saúde desse paciente que está precisando se curar de alguma doença ou estabilizar alguma doença crônica se você coloca na alimentação algum alimento que ele tem que ingerir e que vai causar dano à sua saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero colocar para os colegas Senadores e colegas Senadoras que possam – eu faço este apelo – votar favoravelmente, porque isso só vem, Senador Paulo Paim, ajudar os nossos pacientes que estão hospitalizados, que precisam de uma alimentação totalmente saudável.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, para discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Presidenta, Senadora Dra. Eudócia, V. Exa. é médica, para a alegria de todos nós, e mostra, como disse muito bem o Relator Fernando Dueire, a sua sensibilidade, porque eu estive já diversas vezes baixado em hospital – estou também com tratamento de saúde, mas estou indo bem –, e V. Exa. tem toda razão: eu não vou citar naturalmente o hospital em que eu estive, mas já recebi alimentos ultraprocessados. E eu nem percebi, só vim perceber agora, quando a senhora levanta o problema e corretamente – eu digo politicamente correta – diz que não são todos, são alguns, mas alguns, quando cometem isso, trazem o mal.

Eu tinha um peso excessivo – tinha e tenho ainda –, mas já perdi quase 16kg, e uma das recomendações foi esta: por favor, não coma produtos ultraprocessados.

Então eu só quero cumprimentar V. Exa. pela grandeza do projeto. E naturalmente o Fernando Dueire é um Senador ímpar também. E ímpar não é aquele em que 2+2=4, 4+4=8, não, né? É um daqueles que ajudam a fazer a diferença. Eu sempre digo que teve um momento no Plenário em que ele estava com o relatório pronto. Eu fiz um pedido para ele em nome dos trabalhadores, e ele me respondeu – eu vou dizer aqui, porque eu fiquei orgulhoso –: "Um pedido teu em relação aos trabalhadores, só para tirar de pauta, para a gente rediscutir, vamos lá na mesa, porque vamos retirar". Lembra, né? Eu jamais esqueci esse dia, porque para mim foi muito bonito esse acolhimento, eu diria, do trabalho que nós todos fizemos aqui.

Então, parabéns a V. Exa., parabéns ao Relator.

É um excelente projeto. Eu já digo que extrapauta... E a assessoria do Governo já veio falar comigo e disse: "O projeto é bom, não há problema nenhum. Fique bem à vontade para votar favoravelmente". Então, a recomendação é acompanhar, porque é nominal, vamos votar à distância. Então, não tem ninguém contra que eu conheça ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Obrigada pelas suas palavras, Senador Paulo Paim. Eu me sinto muito honrada pelas suas considerações e também pelas considerações do meu querido amigo, Senador Fernando Dueire.

Também coloco para vocês a minha alegria de tê-los conhecido assim que eu cheguei aqui ao Senado. E fui muito abraçada por vocês. Eu posso dizer assim: que eu me sinto em casa, ao lado de vocês e de também outros colegas Senadores e Senadoras, mas são coisas que marcam. E o Senador Paulo Paim e V. Exa., Senador Fernando Dueire, marcaram o início do meu mandato aqui no Senado. Eu me senti tão protegida por vocês, que eu falei: "Agora eu vou avançar, porque tenho a ajuda dos meus colegas". Muito grata.

E obrigada pelas suas considerações, Senador Paulo Paim, em relação realmente a essa questão nutricional tão importante, e também agradeço ao Ministério da Saúde, que entende da mesma forma, para que, juntos, possamos cada vez mais dar uma medicina de qualidade para os nossos pacientes.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto e a emenda, nos termos do relatório apresentado.

A votação é eletrônica, e vou iniciar a votação.

O painel já está aberto, e os colegas Senadores e Senadoras que estão presencialmente e remotamente já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Solicito aos assessores e assessoras aqui presentes que possam comunicar aos seus respectivos Senadores e Senadoras que já podem votar.

E agora, enquanto os colegas estão votando, nominalmente, eu vou passar para o item 7.

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 4293, DE 2025 (EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2017)

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para instituir ajuda de custo ao usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) que necessita realizar tratamento de saúde fora do Município onde reside.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

E, dessa forma, concedo a palavra a V. Exa., meu querido Senador Veneziano Vital do Rêgo, para a leitura do relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Minha querida Presidente, meus cumprimentos, meu bom-dia a V. Exa. e meu bom-dia...

Já tive a oportunidade de passar no nosso Plenário e peço as devidas escusas por não ter permanecido, em razão de compromissos outros. (*Falha no áudio.*)

Aqui vieram à Capital Federal receber prêmios do Ministério da Educação, Prêmio Ouro, por investimentos feitos na educação, precisamente no período de alfabetização... Como a senhora bem sabe, tanto quanto eu, quanto o meu irmão e amigo Senador Dueire, Senador Paulo Paim, são obrigações que nós temos, com muito gosto, de poder ouvir os nossos parceiros, de poder receber as demandas das administrações locais, mas pedi licença ao Senador Paim, que lá se encontrava, e a V. Exa., que estava por chegar, para fazê-lo desta forma virtual.

E quero saudá-la. Já tive a oportunidade aqui de fazer o registro, com voto favorável, ao relatório tão preciso, tão minucioso, feito pelo Senador Dueire, ao falar a respeito da sua felicíssima propositura. E, junto ao Senador Dueire e, igualmente, ao Senador Paulo Paim, dividimos as impressões melhores que temos a seu respeito, pela sua presença entre nós, produtiva, sempre equilibrada, sempre engajada e envolvida com os temas que são atinentes à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa realidade. V. Exa., para nós... É motivo de muita alegria tê-la e de muito orgulho para o povo de Alagoas.

Em relação à matéria, cuja incumbência de relatar foi a mim reservada, eu pediria aos companheiros, a partir de V. Exa., que nos conduz como Presidente, para fazer a análise já direta. Este relatório é de conhecimento dos senhores e das senhoras, não há, ao meu sentir, controvérsias, portanto, o pedido é para que nós assim façamos a leitura já da análise.

A distribuição do PL nº 4.293 está amparada no inciso II, do art. 100, do Regimento Interno.

Cumpre ressaltar, de início, que, na atual fase do processo legislativo, cabe ao Senado apenas apreciar as modificações propostas pela Câmara, pois a matéria já foi aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional.

Assim sendo, embora a nossa Casa já tenha se manifestado sobre o mérito da proposta, ainda cabe dizer que o SUS hoje já concede ajuda de custo aos pacientes que precisam se deslocar para outros municípios a fim de obterem tratamento de saúde por meio de auxílio financeiro denominado Tratamento Fora de Domicílio (TFD).

Na justificativa do PLS (Projeto de Lei do Senado), nº 264, de 2017, seu autor apontava receio de que essa ajuda de custo tão valiosa para o usuário do SUS pudesse ser extinta, a depender da vontade governamental, vez que estava instituída apenas no plano infralegal.

As consequências do término do TFD se tornariam ainda mais impactantes em razão de a saúde pública ser organizada em regiões de saúde, circunscrições geográficas maiores que abarcam vários municípios e em que devem funcionar os serviços de saúde de caráter especializado, razão pela qual eventualmente haverá deslocamentos, para longe de suas cidades, de pacientes em busca de tratamentos de saúde de maior complexidade.

Nesse sentido, as mudanças sugeridas pela Câmara dos Deputados devem ser aproveitadas, visto que tão somente incorporam para o texto do projeto em comento regras já vigentes para o TFD, de acordo com a PRC nº 1, de 2022, da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde – é uma portaria, PRC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mudanças bruscas na forma de repartição do financiamento, de autorização para concessão e de reajuste do TFD podem até mesmo interferir em sua continuidade e estabilidade, o que pode trazer riscos para pessoas que dele necessitarem para a realização de seus tratamentos de saúde.

Por isso, Presidenta Senadora Eudócia, companheiros que estão a nos ouvir, acompanhando a nossa sessão, somos favoráveis ao acolhimento das emendas da Câmara dos Deputados ao PLS nº 264, de 2017, por entender que elas preservam a política pública existente e conferem maior segurança jurídica ao TFD.

Adicionalmente, é o último parágrafo, é necessário fazer uma emenda de redação, sem alteração de mérito, para renumerarmos os artigos inseridos na LOS pelo projeto como arts. 19-X, 19-Y e 19-Z, vez que, nesta lei, já estão em vigor os arts. 19-V e 19-W.

VOTO

Diante do que nós expusemos em nosso relatório, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.293, de 2025, com a seguinte emenda de redação que de conhecimento é de cada um dos nossos e das nossas companheiras integrantes da Comissão, da CAS.

Sra. Presidente, esse é o nosso trabalho e eu peço a V. Exa. recebê-lo com o entendimento da modesta colaboração, já agradecido à Presidência por ter reservado a gratíssima oportunidade de poder fazer parte desse instante oferecendo o nosso relatório.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Meu querido Senador Veneziano Vital do Rêgo, parabéns pela brilhante relatoria desse projeto tão importante, que é o projeto do tratamento fora do domicílio.

A importância desse seu projeto... a autoria é da Câmara dos Deputados, mas V. Exa. é o Relator aqui no Senado, e foram muito cirúrgicas as suas palavras no seu relatório, muito importantes, quando dão a oportunidade para os nossos pacientes serem tratados fora do município onde residem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, Senador Veneziano, tem muitos pacientes com doenças oncológicas que nem sempre têm médicos oncologistas no seu município e precisam sair do seu município para fazer tratamento em outros estados. Essa é a grande maioria dos casos.

Inclusive, meu Senador, eu tenho também um projeto de lei de que eu fui autora sobre TFD, onde nós conseguimos colocar, e foi aprovado – e eu quero agradecer a V. Exa. e a todos os colegas, Senadores e Senadoras que votaram favoravelmente –, em que, inclusive, as viagens de avião são 80% mais baratas para o paciente com doença oncológica e também para o seu acompanhante. Esse foi um avanço muito grande que nós tivemos aqui na Casa em relação aos nossos pacientes.

Então, quero lhe parabenizar mais uma vez por esse relatório e, Senador Veneziano, sou muito grata pelas suas palavras. Eu me senti muito honrada, muito lisonjeada pelas suas palavras, eu que estou chegando agora. Vocês todos são – eu admiro todos vocês, que já estão aqui há mais tempo –, vamos dizer assim... eu sigo vocês, o passo a passo de vocês, vocês são um modelo para mim de Senadores, de Senadoras, especialmente, você, Senador Vital, você que é comprometido com as causas do povo brasileiro, com as causas do seu estado. Eu me orgulho muito de ter você como um amigo pessoal, esse grande político que é, e por você também ser amigo do meu filho, do Prefeito JHC. Fui muito abraçada por você aqui na Casa assim que eu cheguei e isso é motivo de muita alegria. Sou muito grata pelas suas palavras, mais uma vez, repito, porque ouvir você, esse grande político, grande Senador, falando o que você falou a meu respeito é motivo de muita alegria para mim, eu me sinto extremamente lisonjeada.

Muito grata, Senador Veneziano.

E agora eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CAS, de redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário.

Com a palavra, Senador Veneziano.

Pois não, meu querido Senador.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Minha amada, receba meu mais respeitoso beijo. Saiba que os meus – como os de qualquer outro ou outra companheira da senhora nesse ambiente sagrado da política, que é o Senado Federal –, todos eles não são elogios protocolares, são registros de reconhecimento que são analisados e identificados, fácil e objetivamente, a respeito da sua postura, como extraordinária mulher, que se faz com muita coragem.

Eu faço esse registro porque também tive eu a grande honra e a grande alegria de poder dividir esse mesmo espaço com outra senhora digna de todos os registros, de toda fortaleza, pela sua formação humana, que foi a Senadora Nilda Gondim, minha mãe.

Então, são duas senhoras – a senhora e ela –, que se engajaram, que se envolveram, que acreditaram, que colaboram com a boa política. Então, fico muito honrado e até mesmo emocionado, porque vejo muito na Senadora Eudócia as referências que me enchem de muita alegria, de muita motivação de continuar nessa trajetória, nas referências espelhadas da Senadora Nilda.

Um beijo para a senhora.

Eu só queria pedir, por fim, até por uma questão de reconhecimento ao trabalho que foi feito pelo autor desta matéria, colega nosso, Senador Randolfe Rodrigues, Presidenta Eudócia, que nós pudéssemos apreciar o requerimento de urgência.

Esta matéria vem da Câmara. Eu conversava, há poucos instantes, com a assessoria do nosso companheiro Líder Randolfe Rodrigues, que pedia especial mercê para que nós pudéssemos requerer ao Colegiado, evidentemente, sob a sua autorização, o requerimento de urgência.

E, ao fim mesmo, transmita meu abraço calorosíssimo a uma das figuras dessa nova juventude brasileira e que tem dado um *show* como Chefe do Executivo da nossa amada capital Maceió, meu querido companheiro de Parlamento... Fizemos uma grande amizade – ele, bem mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jovem do que eu –, desfrutando daquele vigor intelectual e daquela vontade de fazer, na expectativa de poder ter essa honra, que eu tive na minha cidade, Campina Grande, e que ele tem na capital do vosso amado Estado de Alagoas. Transmita meu abraço ao Prefeito JHC.

É esse pedido que eu faço – o requerimento de urgência –, Senador Eudócia, agradecido pelos votos que nós contabilizamos de aprovação da matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Autorizado, com certeza, meu querido Senador Veneziano.

Quero, mais uma vez, agradecer as suas palavras honrosas, palavras que me alegram. Senador Veneziano, você é uma pessoa incrível. Fico até sem palavras para falar sobre a sua pessoa. O JHC tem a maior admiração por você. Inclusive, quando eu vim assumir aqui, o Senado, ele disse: "Mãe, procure o Senador Vital do Rêgo, para ele te dar todo o apoio, tudo que você precisa lá, porque ele é referência, meu amigo pessoal". E assim você fez, Senador, abraçou-me calorosamente e me guiou nesta Casa. Agradeço-lhe muito por essa parceria e por você ter me auxiliado aqui no Senado Federal.

E quero cumprimentar sua mãe, a nossa Senadora Nilda Gondim. Eu tive o prazer de conhecê-la na comenda que ela recebeu, na última comenda, que foi a Ceci Cunha. Foi a última ou foi a penúltima, mas foi uma comenda em que eu estava também participando e em que tive o prazer de conhecer sua mãe.

Mande o meu abraço caloroso para a Senadora Nilda Gondim.

Senador, vamos colocar agora em votação o requerimento de urgência para a matéria apresentado pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento ao Plenário do Senado Federal.

Com a palavra o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Por videoconferência.*) – Senadora, um beijo afetuoso, mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela oportunidade.

Registrarei ao Senador Randolfe Rodrigues a sua solidariedade ao propósito de nós já levarmos à apreciação como matéria acabada, plenamente amadurecida, de cujo objeto, indiscutivelmente, é incontroversa a importância, para nós garantirmos e consolidarmos essa ajuda a pacientes, através do TFD.

Grande abraço à senhora. Nós nos veremos mais tarde em Plenário.

Bom dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Grande abraço, nosso querido Senador.

Queridos Senadores e Senadoras que estão remotamente, só falta um voto para o projeto de lei que está em votação. É o Projeto de Lei 4.425, do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Colegas assessores e assessoras aqui presentes, se vocês puderem entrar em contato com seus Senadores e Senadoras, será muito oportuno. (*Pausa.*)

Enquanto a gente não tem o último voto, Senador Fernando Dueire, eu vou adiantando e lendo aqui o item 1.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 2336, DE 2022

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Altera a Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, que torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recreação infantil, para determinar o ensino de noções de primeiros socorros aos estudantes da educação básica, nos termos especificados.

Autoria do Projeto: Senador Luiz Pastore (MDB/ES)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Observações:

1- Em 18/03/2026, foi aprovado o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2336, de 2022, ora submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

3- Até o momento, não foram oferecidas emendas em turno suplementar.

Dessa forma, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 2

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 1675, DE 2023

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Dispõe sobre o exercício da atividade de Psicopedagogia.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria do Projeto: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Observações:

1- Em 18/03/2026, foi aprovado o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1675, de 2023, ora submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal

3- Até o momento, não foram oferecidas emendas em turno suplementar.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Risf.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação do Projeto de Lei nº 4.425, de 2025.

Vamos ao resultado.

(Procede-se à apuração.)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Foram 13 votos SIM; nenhum voto contrário.

Abstenção: zero.

O quórum foi de 14 votos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi aprovado, meu querido Senador Fernando Dueire, o nosso projeto de lei que vai ajudar tantos pacientes hospitalizados a terem uma alimentação saudável.

Parabéns, mais uma vez, pela sua brilhante relatoria, meu querido Senador Fernando Dueire.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Parabéns, Senadora Eudócia!

Foi com muita honra que eu relatei esse projeto, que tem sua inspiração, tem sua sensibilidade, e os colegas Senadores responderam a isso, foi por unanimidade. Parabéns. Parabéns àqueles que precisam necessariamente, quer hospitalizados ou não, de um atendimento e de uma nutrição adequada.

A senhora, sempre com sua sensibilidade, consegue chegar na ponta, naqueles que precisam.

É o Senado Federal respondendo à sociedade brasileira. Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito grata pelas palavras, Senador Fernando Dueire.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu quero fazer minhas...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Meu querido Senador, com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu quero fazer minhas as palavras do Senador Fernando Dueire e quero confessar que eu vim aqui, rapidamente, saindo de uma outra Comissão, porque me disseram que ele era o Relator. Quando cheguei aqui, vi que ele era o Relator de um projeto de lei de sua autoria. Então, eu quero agradecer por ter chegado a tempo de ajudar a fazer o bem, cumprimentá-la mais uma vez e registrar aqui, em nome do seu esforço, que não existe coincidência, não é?

Eu recebi há pouco estas duas guerreiras: Iriana Custódia Koch e Jurema Ramos dos Santos, que vieram me pedir pela tramitação de um projeto que cria a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer. Tem tudo a ver, né? Tem tudo a ver com o trabalho que a senhora desenvolveu aqui, assim que chegou, em nome do quê? Da prevenção, do atendimento mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

urgente, mais rápido. Quanto mais cedo chegarmos... E eu estava repetindo esse *slogan*, que foi cunhado aqui, com muito amor, com muita dedicação e com muito conhecimento científico, pela sua presença. Eu comentei há pouco com vocês.

Então, eu queria registrar a presença das duas guerreiras, que interpretam, lá em Santa Catarina, uma prioridade à vida, que a senhora sempre defendeu e, aqui no Senado, fez iluminar todos nós, a começar pelo Senador Fernando Dueire, e a mim, Amin, que sou o mais novo amigo de infância do Senador Fernando Dueire.

Então parabéns pela causa que todos vocês abraçam. Eu quero ajudar também.

Muito obrigado.

E parabéns pelo êxito mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Meu querido Senador Esperidião Amin, muito grata pelas palavras.

Quero cumprimentar – vou usar suas palavras, Senador – as colegas guerreiras que lutam contra o câncer, essa doença que cada vez mais vem causando óbitos.

O câncer, Senador Esperidião Amin, atualmente é a segunda doença que mais mata no Brasil e no mundo, só perde para as doenças cardiovasculares. Mas foi feito um estudo científico no qual os colegas chegaram à seguinte conclusão: daqui a 2030, o câncer será a doença que mais vai matar no Brasil e no mundo. Por isso a importância da prevenção, do diagnóstico precoce, porque o melhor tratamento para as doenças oncológicas é a prevenção e o diagnóstico precoce. Porque, se nós temos a prevenção no momento oportuno, antes de o paciente desenvolver a doença; e se temos o diagnóstico precoce, uma vez que o paciente já tenha diagnóstico da patologia, mas chegue precocemente ao colega oncologista, a chance, Senador Esperidião Amin, de cura é enorme.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu ia até colocar mais, eu ia colocar 98% porque tem vários estudos com 95% ou 98%; entre 95% e 98% de chances de cura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, nossas queridas amigas e meu colega Senador Esperidião Amin, dessa forma, inclusive com o nosso Ministério da Saúde, o Governo Federal e os governos estaduais e municipais, enfim, iriam diminuir muito os gastos com os pacientes oncológicos que estão na fase de metástase, inclusive os nossos pacientes que estão em cuidados paliativos. Em relação aos pacientes em cuidados paliativos, Senador, que são os pacientes que, infelizmente, já estão fora de tratamento, o valor que é gasto com esses pacientes é enorme – é enorme.

Então, se nós conseguirmos avançar cada vez mais na prevenção e no diagnóstico precoce, a gente vai minimizar muito o número de mortalidade e morbidade, de morbimortalidade, por doenças oncológicas.

E aqui eu quero parabenizá-lo, Senador Esperidião Amin, de ter trazido essas duas guerreiras até a CAS para eu ter o prazer de conhecê-las e dizer a elas que estamos juntas nesse combate a essa doença tão agressiva, essa doença que é tempo-dependente, a gente não pode esperar sequer 24 horas – imagine um ano e meses – para poder dar o diagnóstico.

Muito grata.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só quero agradecer...

A senhora vai encerrar a sessão?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Ainda não.

Mas, com a palavra, V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu só queria agradecer e registrar, então, o carinho com que a senhora nos recebeu. (*Pausa.*)

E, só para a senhora saber, esse projeto que cria a Política Nacional de Prevenção chegou da Câmara dos Deputados em novembro, 5 de novembro, e eu vou usar o seu nome na semana que vem para nós dois pedirmos a imediata tramitação dele aqui no Senado. Ele está na Mesa Diretora.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Faça isso, Senador Esperidião Amin. Faça isso porque aí o senhor vai me ajudar também nessa luta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Estamos juntos. Aliás, eu estou me associando à sua luta.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito obrigada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A líder é ela.

Eu só ia pedir a licença para que ambas fizessem, depois, uma foto com V. Exa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – É um prazer imenso!

E podem ter certeza, Senador e as suas amigas guerreiras, que nós, eu junto com o Senador Esperidião Amin, iremos dar a maior celeridade possível a esse projeto de lei que vem da Câmara; podem ter certeza.

Muito grata, Senador.

Vamos agora para o item 13.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 15, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 119/2025 - CAS seja incluída a convidada que especifica.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

O requerimento é de minha autoria.

Passo à leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 119, de 2025, da CAS, seja incluída a seguinte convidada: a Sra. Mariana Ribeiro, Analista de Políticas Públicas do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec).

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora vamos para o item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 1924, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, para dispor sobre a Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNIPI).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

A relatoria é da Senadora Damares Alves, porém o Relator *ad hoc* é o nosso querido Senador Esperidião Amin.

Dessa forma, concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Quero registrar a satisfação com que assumo *ad hoc* a relatoria da Senadora Damares Alves, que está, neste momento, envolvida na Comissão de Educação – e eu para lá me dirigirei.

E, em breves palavras, quero cumprimentar também a Deputada Laura Carneiro, que é autora do projeto na Câmara, o Projeto de Lei 1.924, que altera a Lei nº 13.257, para dispor sobre a Política Nacional Integrada da Primeira Infância.

O relatório, Sra. Presidente, mostra que o projeto não está eivado de qualquer equívoco legiferante.

Nos termos dos incisos I a IV do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à nossa Comissão de Assuntos Sociais tratar deste assunto e sobre ele deliberar.

A análise do projeto, muito bem elaborada pela Senadora Damares, resulta no pedido de aprovação e na apresentação de uma emenda de redação, que eu me permito ler.

> EMENDA Nº 1, DE 2026 (DE REDAÇÃO)
> O Art. 2º do Projeto de Lei nº 1.924, de 2025, passa a vigorar com as seguintes alterações:
> "Art. 2º .....
> .....
> 'Art. 6º-A .....
> I – interesse das crianças e sua condição de sujeitos de direitos, observado o estágio de seu desenvolvimento e sua capacidade progressiva de compreensão e de tomada de decisão;
> .....
> XII – simultaneidade na oferta dos serviços para crianças na primeira infância e suas famílias ou responsáveis legais, reconhecida a relação de interdependência entre ambos, nos termos da Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024;
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

XV – territorialização e descentralização dos serviços públicos ofertados, considerados os interesses das crianças na primeira infância e de suas famílias ou responsáveis legais, nos termos da Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024.' (NR).

'Art. 6º-B .....

.....

II – garantir o direito ao cuidado às crianças na primeira infância sob a perspectiva integral e integrada de políticas públicas que reconheçam a interdependência da relação entre as crianças e suas famílias ou responsáveis legais, nos termos da [mesma] Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024;

III – fortalecer, ampliar e qualificar o acesso das crianças na primeira infância e de suas famílias ou responsáveis legais a bens e serviços públicos;' (NR). [Esta é a nova redação.]

'Art. 6º-C .....

I – viver com direitos: garantia da proteção e da defesa das crianças contra todas as formas de violência, discriminação e preconceito;

II – viver com educação: garantia de acesso e permanência na educação infantil de qualidade com aprendizagem e desenvolvimento integral, em articulação com o papel da família no cuidado e na educação na primeira infância.'

....." (NR).

Este é o relatório e estas são as emendas de redação oferecidas pela Relatora, a Senadora Damares Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quero parabenizar a Deputada Laura Carneiro por esse projeto de lei tão importante para nossas crianças, também cumprimentar e parabenizar a nossa querida Senadora Damares Alves pela brilhante relatoria e também V. Exa. por sua participação, Senador, por ter lido *ad hoc* para avançarmos nos nossos projetos de lei que estão aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

E quero enfatizar que neste mês de março, Senador, o marco legal da primeira infância completa dez anos. Então, esse projeto é de suma importância, ainda mais aniversariando neste mês de março: dez anos do marco...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – De 8 de março de 2016, exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Exatamente.

... marco legal da primeira infância. Então, que os nossos queridos Senadores e Senadoras possam votar favoravelmente a esse projeto, que irá fazer total diferença na vida das nossas crianças de todo o nosso país.

E agora coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS, de redação.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos.

E aqui, caros Senadores e Senadoras, eu coloco em votação o requerimento de urgência para essa matéria, apresentado pela nossa querida Senadora Damares Alves e o qual subscrevo.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento ao Plenário do Senado Federal em caráter de urgência. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, eu quero pedir socorro a V. Exa. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, meu amigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu só apresentei as duas aqui, mas é muito mais do que uma quadrilha, no bom sentido da palavra. (*Risos.*)

Eu quero apresentar o...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e o Gentil da Luz, diretamente da Içara para o mundo. (*Pausa.*)

Invadiram a Casa, Presidente, mas invadiram por uma boa causa.

Diran, não é? (*Pausa.*)

Diran, de Araranguá, e o Samuca, pré-candidato. Isso não pode falar aqui. (*Risos.*) E o Samuca, também de Araranguá.

Então, Sra. Presidente, foi uma invasão. Eu agradeço pela sua atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Que honra, Senador Esperidião Amin!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas todos na mesma causa!

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Venha mais vezes presencialmente à CAS, porque, quando V. Exa. vem, vem todo um conjunto de pessoas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nós vamos invadir isso aí para fazer uma fotografia com a senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Com certeza, vamos.

E quero cumprimentar os colegas Vereadores aqui presentes, presidentes de ONGs e de institutos, todos voltados para a luta contra o câncer.

Parabéns a todos vocês. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuando a nossa sessão, tem um requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 17, de 2026, da CAS, apresentado por esta Vice-Presidência. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo à leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 17, DE 2026

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão solicite à Secretaria de Estado de Saúde de Alagoas (SESAU/AL) o envio de informações e documentos.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão solicite à Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas (Sesau) o envio das seguintes informações e documentos:

1) A relação completa da folha de pagamento da Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas referente aos exercícios de 2024 e 2025, com a identificação de cargos, vínculos funcionais, unidades de lotação e valores pagos;

2) A relação detalhada de todos os pagamentos realizados a título de plantões extraordinários, adicionais de plantão, gratificações ou quaisquer outras formas de remuneração vinculadas a escalas extraordinárias de trabalho, discriminando os profissionais beneficiados, as unidades de saúde correspondentes e a quantidade de plantões pagos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3) O valor total anual gasto pela Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas com plantões extraordinários nos anos de 2024 e 2025;

4) Os atos normativos, portarias, resoluções ou demais instrumentos administrativos que disciplinam a autorização e o pagamento de plantões extraordinários;

5) A identificação das unidades hospitalares ou estruturas da rede estadual de saúde que concentram os maiores volumes de pagamentos de plantões extraordinários.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – E lembro que teremos hoje, às 15h, reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater a valorização da categoria dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais e andamento das proposições que tratam do piso salarial das categorias, sobretudo o Projeto de Lei nº 1.731, de 2021.

E nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quinze horas e dezesseis minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Fernando Dueire, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Bruno Bonetti, Wilder Morais, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Paulo Paim, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Roberta Acioly, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Weverton, Jaime Bagattoli e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 7/2026 - CAS, de autoria Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Styvenson Valentim (PSDB/RN). **Finalidade:** Debater a valorização da Categoria dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais e andamento das proposições que tratam do piso salarial das categorias, sobretudo o Projeto de Lei nº 1731, de 2021. **Participantes:** Silano Souto Mendes Barros, Coordenador da Comissão de Ações Políticas do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO; Marianna dos Santos Oliveira de Sousa, Vice-Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO; Gláucio Roberto Santana de Jesus, Presidente do Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais da Bahia - SINFITO/BA; Iury Henrique Cardoso de Melo, Assessor de Relações Governamentais da Comissão de Ações Políticas do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO; Anderson Coelho, Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região - CREFITO-MG; Rodrigo Amorim, Fisioterapeuta e Secretário de Cultura do Estado do Piauí; Pedro Henrique Oliveira, Representante estudantil de fisioterapia do Estado do Piauí; e Ana Carolina Machado, Representante estudantil de terapia ocupacional do Estado do Piauí. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/25

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 7, de 2026, aqui da CAS, de autoria do Senador Angelo Coronel, para realização de audiência pública destinada a debater a valorização da categoria dos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais (*Palmas.*) e o andamento das proposições que tratam do piso salarial da categoria, sobretudo o Projeto de Lei nº 1.731, de 2021.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e o e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Hoje será uma audiência pública para debater a valorização da categoria de fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais e o andamento das proposições que tratam do piso salarial da categoria, sobretudo o Projeto de Lei nº 1.731, de 2021.

Observações: a reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Requerimento de realização da audiência: Requerimento 7, de 2026, da CAS, do Senador Angelo Coronel.

Os convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos o prazer de convidar o Sr. Silano Souto Mendes Barros, Coordenador da Comissão de Ações Políticas do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito). (*Palmas.*)

Convidamos também a Sra. Marianna dos Santos Oliveira de Sousa, Vice-Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito). (*Palmas.*)

Convidamos também o Sr. Gláucio Roberto Santana de Jesus, Presidente do Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais da Bahia (Sinfito/BA). (*Palmas.*)

E convidamos o Sr. Iury Henrique Cardoso de Melo, Assessor de Relações Governamentais da Comissão de Ações Políticas do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito). (*Palmas.*)

Bom, vamos aos expositores, aos convidados.

Esta audiência pública foi aprovada aqui, na Comissão, por requerimento do Senador Angelo Coronel. Normalmente, o Senador que apresenta o requerimento preside a sessão, mas, por motivo superior, o Senador Angelo Coronel não pôde estar aqui. E, por motivo mais superior ainda, Deus quis que eu estivesse aqui hoje, porque era para eu ter viajado ontem para o Piauí, mas teve uma audiência marcada para hoje, e eu tive que ficar. E, aí, estou tendo o prazer de presidir esta sessão desse assunto tão importante para os fisioterapeutas e os terapeutas ocupacionais.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu vou passar a palavra ao primeiro convidado, o primeiro palestrante, que é o Sr. Silano Souto Mendes Barros, Coordenador da Comissão de Ações Políticas do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito).

V. Sa. tem a palavra.

O SR. SILANO SOUTO MENDES BARROS (Para expor.) – Senador Marcelo Castro, inicialmente, eu agradeço pelo seu aceite para presidir esta audiência. Soubemos, inclusive, com duas semanas de antecedência, do seu envolvimento e que até gravou um vídeo, diretamente do Piauí, para todos os fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais brasileiros, de apoio à nossa causa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde a todos e a todas.

Em 2020, o planeta sofreu a eclosão de uma pandemia. Isolamento social, busca pela vacina, milhões de mortes em todo o globo. Foi naquela situação que as sociedades viraram os olhos para uma maior atenção aos soldados que foram intimados, convocados para aquela guerra. O opositor era um vírus, e os soldados eram os profissionais da área da saúde de todo o planeta.

Aqui no Brasil não foi diferente: médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogos, fonoaudiólogos, nutricionistas, entre outros tantos, na linha de frente, retaguarda, meios, flancos. Quantos desses soldados pereceram durante a guerra? Quantos caíram e tiveram as suas vidas ceifadas naquela funesta pandemia? Outros tantos, mesmo sequelados, voltaram ao fronte de batalha. Nos apartamentos, nas varandas, nos terraços das suas casas, a população aplaudia aqueles guerreiros, aqueles soldados diante de uma guerra planetária.

Foi naquela ocasião que, aqui no Brasil, os enfermeiros desenvolveram uma ação muito bonita, de valorização, em busca da dignidade da profissão na arte do cuidar. Lograram êxito. Saíram desta Casa, assim como da Câmara dos Deputados, e com a sanção presidencial, com o avanço do piso salarial da enfermagem, dos técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem.

Bem antes de a pandemia explodir, os fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais já travavam essa luta em prol da valorização e da dignidade profissional.

Quando falamos em valorização e dignidade profissional, nós falamos de algo muito maior do que um piso salarial. Nós precisamos abordar outros pontos. É preciso discutir, por exemplo, um plano de carreira; é preciso discutir, num país continental, que a fisioterapia e a terapia ocupacional cheguem a todos os rincões deste país. Mas sabemos que um profissional da área da saúde, assim como um soldado vive em constante preparação para defender o seu estreito, nós precisamos nos aperfeiçoar.

São anos de estudos, pós-graduações, cursos de capacitações, mestrados, doutorados, pós-doutorados. E obviamente isso não é barato no mundo em que vivemos e no país em que vivemos. O investimento é muito alto para cuidar da vida dos outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso, então, que todos esses profissionais, no Brasil, sejam valorizados. A desvalorização salarial não é um privilégio da fisioterapia e da terapia ocupacional. A saúde brasileira está adoecida. A saúde brasileira é desvalorizada, tendo em vista que apenas 4,76% do PIB brasileiro é destinado à saúde neste país. Menos de 5% de toda a riqueza gerada por este país é investida na saúde.

Nós temos o SUS, a maior conquista do povo brasileiro nos últimos 50 anos. Mas é preciso preparar aqueles que trabalham no SUS. É preciso olhar para cada um dos profissionais da área da saúde.

Dessa forma, nós temos diversos projetos de lei que versam sobre pisos salariais, inclusive de profissionais da área da saúde. No entanto, Senador, o piso salarial da fisioterapia e da terapia ocupacional, quando o projeto de lei estava na Câmara dos Deputados... Ele iniciou aqui no Senado Federal, foi aprovado no Senado Federal – e inclusive mais um agradecimento, o Senador foi Relator do nosso projeto de lei aqui no Senado. E, quando chega à Câmara dos Deputados – a Comissão de Trabalho já discute, assim como a Comissão de Saúde, essa importância –, é na CFT (Comissão de Finanças e Tributação), em que se discute o impacto financeiro que esse piso poderia gerar sobre os cofres públicos.

Aqui, eu abro parênteses na minha fala para agradecer também ao Deputado Duarte Jr., que está aqui agora nesta sala do Senado (*Palmas.*), que foi Relator do nosso projeto de lei na CFT e que o tratou com a imensa responsabilidade que um Parlamentar tem que ter neste Brasil, tanto olhando para a valorização e dignidade dos profissionais de fisioterapia e terapia ocupacional, como também com atenção aos cofres públicos.

É através da relatoria do Deputado Duarte Jr. que o Ministério da Saúde solicita, então, um estudo de impacto. O pagador dessa conta é o Ministério da Saúde, porque a União é quem deve, neste caso, em sendo aprovado – e vai ser aprovado –, quando sancionado e quando virar lei efetivamente... O Ministério da Saúde é quem vai fazer os repasses, o Governo Federal é quem vai fazer os repasses para os mais de 5 mil municípios deste país, 63% dos quais têm menos de 20 mil habitantes e não suportariam o peso dessa carga. Obviamente, passa a ser uma política de Estado, passa a ser um repasse da União, e foi sob essa relatoria do Deputado Duarte Jr. que se foi buscar de onde viria o financiamento para esse novo peso financeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda assim, foi observado que, para um ajuste fiscal otimizado, deveria o valor, que era inicialmente de R$4,8 mil, ser reduzido para R$4,65 mil, e assim, numa conversa com a categoria, sindicatos, e com o Sistema Coffito/CREFITOs, a fisioterapia e terapia ocupacional entendeu que era necessária aquela redução, que parece pouco para cada um – de R$4,8 mil para R$4,65 mil –, mas que, para os cofres públicos, segundo o pagador, o Ministério da Saúde, seria cabível.

Então, na CFT da Câmara, nós sofremos uma alteração dentro do projeto de lei, mas uma alteração para ajuste, para que esse piso salarial pudesse caber no bolso do Estado. Assim sendo, o nosso projeto foi à CCJ, também sob a relatoria do Deputado Duarte Jr., e conseguimos a aprovação. Esse projeto retorna a esta Casa, ao Senado Federal, em outubro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILANO SOUTO MENDES BARROS – ... e, de outubro para cá, ele não teve nenhum andamento, não houve um despacho para designar por quais Comissões esse projeto terá que passar, se terá que passar por alguma Comissão ou se vai direto para o Plenário. Nós não temos um norte; o projeto travou a sua tramitação aqui no Senado.

Então, a categoria hoje se mobilizou, em frente ao Congresso Nacional, e depois conseguiu trazer uma boa parte daqueles que estavam mobilizados aqui para dentro deste auditório, para, junto com os Senadores da República, solicitar, pedir um despacho para que o projeto possa seguir a sua tramitação.

Sabemos que o impacto desse projeto é sete vezes menor do que foi o impacto da enfermagem. Sabemos, mais ainda, Senador, que boa parte deste país já paga um valor acima de R$4.650 para fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais. Sul e Sudeste, com exceção do Rio de Janeiro, que tem lei própria estadual e é abaixo do piso, já pagam valores acima. Centro-Oeste, Norte e Nordeste seriam as regiões que sofreriam um maior impacto, porque são cidades que pagam muito aquém do piso salarial.

É importante que se diga: R$4.650 de piso para fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais é ainda muito pouco. Mas o que não podemos é nos submeter a concursos públicos nos municípios brasileiros, onde o salário de um fisioterapeuta ou de um terapeuta ocupacional é exatamente um salário mínimo, porque a Constituição proíbe que seja inferior ao salário mínimo, para profissionais que têm tanta responsabilidade com a vida humana e que precisam se capacitar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada vez mais para continuar, mais do que reabilitando pessoas, mas cuidando da vida funcional de cada um do povo brasileiro.

É preciso lembrar que, muito mais do que trabalhar na área da saúde e, no caso da terapia ocupacional, saúde e assistência social, nós somos profissionais que mexemos com a economia deste país. Mexemos com a economia deste país, porque é um país que vive uma epidemia de acidentados e sequelados de acidentes de trânsito. É um país que ainda tem as suas UTIs lotadas. E nesse caso, Senador, é preciso lembrar que cada recuperação funcional de um indivíduo desses faz com que ele saia da seguridade nacional, deixe de ser um peso para o Estado, assim como falam, e passa a ser, volta a ter uma vida ativa e contribuir com o Estado brasileiro, voltando assim a trabalhar na economia deste país, tornar a economia deste país viável.

Dessa forma, nós estamos aqui clamando aos Senadores da República que, junto com o Presidente do Senado Davi Alcolumbre, possam pedir o despacho, para que sigam a pauta, sigam a tramitação, porque nós ainda temos uma outra batalha, que é a sanção presidencial.

Agradeço a oportunidade, Senador, e digo àqueles que estão aqui representando a fisioterapia e a terapia ocupacional: vamos continuar fortes e vamos seguir firmes na luta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo a contribuição do Sr. Silano...

Eu soube que o Deputado Duarte Júnior... Não, pode esperar para depois?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Posso, sim, Presidente. Fica à vontade. Agradeço aí a preferência, mas são apenas mais três oradores à mesa. Então, em respeito à importância do tema, faço questão aqui de ouvir cada um deles. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Registramos também a presença da Sra. Roberta Acioly, nossa Senadora, pelo glorioso Estado de Roraima. (*Palmas.*)

Vamos passar a palavra, por dez minutos, para a Sra. Marianna dos Santos Oliveira de Sousa, Vice-Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar a palavra, por dez minutos, para a Sra. Marianna dos Santos Oliveira de Sousa, Vice-Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. (*Palmas.*)

A SRA. MARIANNA DOS SANTOS OLIVEIRA DE SOUSA (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas.

Na realidade, a minha fala vai ser breve.

Eu gostaria de cumprimentar a todos os amigos, especialmente ao Senador. Obrigada pela acolhida em presidir esta audiência, que é tão importante para as nossas categorias. Cumprimento também a todos os estudantes, aos profissionais, aos conselhos regionais, que se mobilizaram para estar aqui, fizeram toda uma força-tarefa; isso é importantíssimo para as classes.

E ocupo esta mesa hoje não apenas como profissional terapeuta ocupacional, mas como representante de duas categorias que, historicamente, têm sustentado o cuidado no Brasil, muitas vezes, de forma silenciosa, mas absolutamente essencial.

Falar sobre piso salarial da fisioterapia e da terapia ocupacional é tratar de um tema que ultrapassa o interesse corporativo. Trata-se de uma agenda estruturante para o sistema de saúde brasileiro, para as políticas públicas e, sobretudo, para a garantia de cuidado digno à população. Estamos falando de profissões regulamentadas, de formação superior, de base científica consolidada, de atuação transversal em áreas estratégicas, não só na saúde como na educação, no trabalho, na justiça; de profissões que atuam diretamente na funcionalidade, na autonomia, na reabilitação e na qualidade das pessoas, desde o nascimento até o envelhecimento. No entanto, apesar dessa relevância, vivemos uma realidade que precisa ser enfrentada com seriedade: vínculos de trabalho precarizados, ausência de parâmetros mínimos de remuneração e desvalorização que comprometem não apenas os profissionais, mas o próprio sistema de cuidado. Um país que não estabelece critérios mínimos de valorização para os seus profissionais de saúde compromete a sustentabilidade das políticas públicas, e isso se reflete diretamente na assistência prestada à população.

O piso salarial, nesse contexto, não é um privilégio, é um instrumento de organização de mercado de trabalho, de proteção social e de qualidade da assistência. Ele estabelece um patamar mínimo civilizatório de reconhecimento, que permite maior estabilidade profissional, reduz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rotatividade e contribui para a fixação de profissionais nos serviços, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Além disso, é importante destacar que a ausência de um piso impacta diretamente na qualidade do cuidado. Profissionais submetidos a jornadas exaustantes, a múltiplos vínculos e à baixa remuneração enfrentam limitações concretas ao ofertar atendimento qualificado, seguro e humanizado. Estamos, portanto, diante de uma discussão que envolve responsabilidade com o SUS, com o sistema suplementar e com todas as políticas públicas em que atuam esses profissionais.

E é preciso dizer com clareza: não haverá avanço consistente na saúde brasileira sem a valorização efetiva do fisioterapeuta e do terapeuta ocupacional. Esta Casa tem um papel fundamental nesse processo.

A construção do piso salarial exige sensibilidade política, diálogo institucional e compromisso com a realidade concreta desses profissionais. Sabemos que toda política pública envolve desafios, especialmente no que se refere à viabilidade econômica. No entanto, é preciso compreender que a valorização dos profissionais não deve ser vista como despesa, mas como investimento estratégico, como retorno direto à qualidade assistencial, à eficiência dos serviços, à redução de custos recorrentes devido a tratamentos inadequados e descontinuados. Investir na reabilitação, na funcionalidade e na autonomia é, inclusive, uma estratégia inteligente de sustentabilidade do próprio Sistema Único de Saúde brasileiro.

Por fim, reforço que não é uma pauta isolada. Ela dialoga com o fortalecimento das políticas públicas, com a defesa do SUS e com a construção de um sistema de saúde mais justo, resolutivo e humano. O que está em debate aqui é o reconhecimento concreto de profissões que transformam vidas diariamente, e reconhecer isso é por meio do piso salarial digno, de decisões políticas e, sobretudo, de um comprometimento com o Brasil.

Então, obrigada a todos e, Senadores, olhem pela nossa pauta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo a colaboração e a exposição da Dra. Marianna, passo então ao próximo convidado, Sr. Gláucio Roberto Santana de Jesus, Presidente do Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais da Bahia. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GLÁUCIO ROBERTO SANTANA DE JESUS (Para expor.) – A Bahia tem um molho, né, dizem por aí. A gente quase leva o Oscar, mas lembrar de todos os profissionais fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, que não só estão aqui hoje reivindicando valorização e melhoria em seus salários, mas todos aqueles que também hoje, neste momento, nos assistem pela TV Senado, que nos assistem pelas redes sociais e que fazem milagre todos os dias dentro da sua assistência. Fazem milagre porque fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais em todo o país lutam todos os dias para dar o seu melhor e são profissionais extremamente qualificados, profissionais que têm doutorado, mestrado, pós-graduação e se qualificam constantemente para poder prestar o seu melhor na sua assistência.

Ao mesmo tempo, a gente tem que pensar que essa qualificação que esse profissional tem todos os dias precisa, da mesma forma, ser bem remunerada, ser bem qualificada, a resposta da sua contratação precisa não ser precarizada, precisa não ser explorada essa mão de obra especializada. Profissionais que precisam estar na ponta, fazendo acontecer, mas sabendo que, voltando para casa, vão ter a dignidade de poder custear sua família, custear todas as suas demandas sociais, porque vão ter, no final do mês, um piso salarial digno e, de fato, tão atrativo quanto as suas atribuições diárias.

Presidente, gostaria de lembrar que essa conquista que temos hoje de o PL 1.731 chegar até aqui partiu, ainda me lembro, do contato que o Sinfito Bahia, desde lá de 2015, criando o PL 988, que teve acesso ao Deputado, apresentou-se a esse Deputado, aqui na Câmara dos Deputados, ficou parado um bom tempo o PL 988. Retomando, em 2021, o PL 1.731, também advindo de uma conquista, de um trabalho dos sindicatos, juntamente com o Crefito 7, então foi o Sinfito Bahia, junto com o Crefito 7, que teve a ideia de criar esse novo PL, que é o PL 1.731 e, a partir daí, apresentando ao Senador Angelo Coronel, que brilhantemente fez com que chegasse até hoje, sendo ajudado, obviamente, por tantos outros Senadores, que fazem com que cheguemos até aqui. Só que esses sindicatos que eu represento hoje na Bahia, por exemplo, são profissionais que estão trabalhando todos os dias pelas boas representações de trabalhadores e de trabalhadoras em cada canto do nosso país, sindicatos, muitas vezes, que não têm como custear, como viver no seu dia a dia e prestar a sua melhor representação.

Por conta disso, eu gostaria, Presidente, que me permitisse, eu gostaria que ficassem de pé todos os representantes dos sindicatos, para que vocês possam levar uma salva de palmas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda essa plenária que está aqui agora, porque vocês fazem milagre todos os dias para defender trabalhadoras e trabalhadores do país inteiro. (*Palmas.*)

E foram vocês que ajudaram a trazer o PL 1.731 até aqui, sendo abraçado hoje pelo Senador Marcelo Castro. Então, muito obrigado a todos vocês. Por favor, podem se sentar.

Ao mesmo tempo, eu gostaria de poder dizer, quanto ao PL 1.731 e ao piso salarial de que a gente precisa hoje, que a gente tem que lembrar que esses profissionais, em sua maioria, são mulheres, mulheres que assumem dupla, tripla jornada de trabalho. São profissionais que saem do hospital e que chegam em casa para formar uma outra jornada de trabalho, além de terem que ter outros vínculos de emprego para poder ter dignidade na sua vivência. Então, a gente pensando que, majoritariamente, nossas profissões são formadas por mulheres, a gente precisa trazer para elas a dignidade salarial.

O nosso colega trouxe a questão da regionalidade, o nosso grande Silano, mas a gente tem que lembrar e bater nessa tecla de que o piso vai ajudar muito, principalmente quem é do Norte e quem é do Nordeste, porque é onde a gente encontra hoje os menores salários pagos a profissionais tão necessários para a construção de uma saúde pública brasileira. A gente precisa, todos os dias, fortalecer o nosso SUS.

Então, hoje, chegamos neste momento para fazer um momento histórico, histórico para nossas profissões, que há 55 anos estão regulamentadas, há 55 anos trabalham pela evolução da saúde, pela devolução da funcionalidade de vários pacientes em nossos estados. Mas hoje, neste momento, a gente percebe o quanto é importante a união de todas as entidades representativas.

Temos hoje presentes aqui conselhos regionais que representam as profissões, conselho federal, sindicato, associação, todos trabalhando em prol de uma única causa, Senadora, que é a aprovação do piso salarial e da dignidade de todos os profissionais do nosso Brasil, que são aproximadamente 400 mil profissionais.

Então, quando a gente fala de um impacto financeiro que esse PL venha a causar, é um impacto financeiro extremamente menor quando comparado a outros pisos salariais que aí estão. Por quê? Porque a quantidade de profissionais é muito menor, muito menor do que o corpo, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, da enfermagem. Então, o impacto financeiro é muito menor e, por conta disso, a gente tem, sim, a possibilidade de a gente poder custear esse piso salarial.

E quando a gente fala de dignidade, fala sobre os serviços de fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, fala sobre a devolução da funcionalidade, a gente associa muito ao que está hoje muito explícito no Fantástico, em todos os grandes jornais, que é o avanço da questão do estudo da polilaminina. Só que a gente tem que pensar que a polilaminina veio fazer milagre, mas, ao mesmo tempo, profissionais já fazem milagres todos os dias, diariamente, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais no Brasil inteiro. Só que a gente tem que lembrar que a utilização da polilaminina, sem um fisioterapeuta e um terapeuta ocupacional adequado, sem uma assistência prestada a esse profissional, ela não vai trabalhar sozinha, ela não vai devolver a funcionalidade e o movimento de que esse paciente precisa.

Então, a gente precisa lembrar que a gente precisa aumentar a quantidade de centros de reabilitação. Centros de reabilitação sendo custeados pelo estado, pelo município, mas a gente tem que pensar que clínicas de reabilitação devem ser abertas. Precisamos democratizar o acesso ao serviço de fisioterapeutas e de terapeutas ocupacionais. Não podemos destinar os serviços tão importantes – que é a devolução do movimento, a devolução da funcionalidade – apenas para aquela população que tem como custear um plano de saúde ou que tem como custear de forma própria, por recursos próprios. Temos que pensar também naqueles pacientes SUS-dependentes, que utilizam em toda a totalidade o SUS.

Então, aquele paciente hoje, com o avanço da polilaminina, por exemplo, terá de fato a qualidade assistencial que precisa ter? Precisamos discutir sobre isso. Precisamos mostrar o avanço da polilaminina, mas precisamos mostrar a necessidade da abertura de novos centros. Precisamos discutir sobre isso, mas, ao mesmo tempo, mostrar a importância desse profissional que precisa, da mesma forma, ser qualificado.

Estamos hoje em hospitais, em clínicas, fazendo perícia judicial, dando aula nas universidades, trabalhando com a saúde estética, estamos em vários lugares. A fisioterapia e a terapia ocupacional ocupam hoje o lugar que ocupam por conta do avanço e do seu debruço à ciência. Nós produzimos ciência todos os dias, e essa produção de ciência trouxe as nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissões aonde está e, por conta disso, também reivindicamos o mínimo, que é o piso salarial de nossas profissões.

O PL 1.731 é justo, é digno, é necessário e é para agora! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo aí a contribuição do Dr. Gláucio, vamos passar ao Dr. Iury Henrique Cardoso Melo, Assessor de Relações Governamentais da Comissão de Ações Políticas do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

V. Sa. tem a palavra. (*Palmas.*)

O SR. IURY HENRIQUE CARDOSO DE MELO (Para expor.) – Obrigado.

Primeiramente, quero agradecer a acolhida do Presidente Marcelo Castro. V. Exa. tem sido realmente um agente de defesa dos interesses do conselho e das profissões aqui no Senado, com bastante paciência, com bastante atenção para ouvir todas essas demandas e ouvir, inclusive, o quão árdua tem sido a luta das profissões ao longo desses 11 anos que nós já temos de tramitação das matérias que tratam do piso salarial das categorias.

A minha fala é uma fala bastante breve e me atendo àquele trabalho que a gente desempenha aqui, do ponto de vista do trâmite legislativo dessas propostas. E eu acho que se tem um dizer que pode comunicar qual é a tônica dessa tramitação aqui é de uma construção de um processo legislativo responsável. E eu não falo só responsável do ponto de vista do debate ou da articulação política, mas eu acho que também muito responsável daquilo que é uma das maiores preocupações da forma de se fazer política pública em qualquer lugar, que é a preocupação da demanda social em consonância com a viabilidade financeira e orçamentária de implementação.

A CAP vem fazendo um trabalho – claro, apoiada também pelos sindicatos, pelos profissionais que se espalham por todo o Brasil, com o apoio de todos os regionais que compõem o sistema também, presidentes, enfim – para tanto ter essa articulação dentro do Congresso, estando aqui semanalmente, o Senador com certeza sabe que a gente gasta bastante sola de sapato aqui batendo em porta de gabinete, conversando com assessoria, conversando com as áreas técnicas e, a partir disso, para entender qual era a melhor forma de a gente construir isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A intenção não era que fosse uma tramitação açodada, que o debate público fosse podado. Não obstante, o Dr. Silano mencionou na fala dele que a gente passou por um período muito complexo da pandemia, em que ganharam debate todas as profissões que atuaram na linha de frente. E, a partir disso, o poder público passou a ter uma atenção maior para a valorização, mas desde lá a gente não teve uma aprovação. O debate vem se estendendo.

Inclusive, na esteira de outras proposições muito semelhantes que causaram preocupação ao poder público, houve uma preocupação de a gente construir isso tendo o máximo de escuta de todas as entidades do poder público, tanto do Executivo quanto dos entes privados quanto dos Parlamentares que discutem essa matéria e têm uma preocupação com o tema.

E, para que que a gente pudesse chegar na hora e tivesse essa oportunidade de dizer, como a gente tem agora, de que é um piso viável, é um projeto viável, é um projeto de que não se tem dúvidas a respeito de todos os detalhes da construção dele. Eu destaco que isso é resultado de um apreço técnico não só da mobilização e tudo, mas de discutir de forma séria e de forma técnica. Essa é a tônica, inclusive, que o Conselho tem articulado e o fez durante a tramitação na Câmara – e não falo isso somente pela presença do Deputado Duarte, mas de Relatores que tivessem essa preocupação de uma construção responsável, viável, e não, mais uma vez... O próprio Duarte, em algumas conversas, falou que a gente não vai correr atrás de aprovar algo que daqui a pouco a gente está discutindo no STF, ou a gente está enfrentando uma resistência, uma dificuldade, o famoso ganha, mas não leva, mas alguma coisa que realmente possa fazer a diferença na vida do profissional e daqueles trabalhadores da rede pública e privada. E foi assim que ele foi construído.

Destaco, principalmente, este assunto que volta a ser debatido aqui no Senado Federal, que são justamente as emendas da Câmara, para falar um pouco mais do que elas são. São basicamente as emendas que viabilizam, nesse contexto tão complexo que a gente tem do ponto de vista financeiro, essa realidade do piso no momento em que ele for aprovado.

São três pontos que são essenciais serem compreendidos. O primeiro é o de compreender qual é o impacto. Naturalmente, a decisão nas Casas passa muito pela seara política, mas, por meio do RIC 3.126, a gente teve um retorno do Ministério da Saúde a respeito da análise de impacto em 2023, que seria de aproximadamente R$648 milhões. Ao tempo da discussão do piso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da enfermagem – que não falo com demérito, pois é uma conquista, e somos favoráveis à valorização de todas as profissões da área da saúde, educação, enfim –, falava-se no impacto de R$22,5 bilhões. Isso seria o equivalente a uma porcentagem bem inferior a 5% do que seria o impacto do piso da enfermagem e que foi viabilizado.

Além disso, havia uma preocupação muito grande de quais as repercussões isso poderia ter entre os entes federados. A CAP teve a oportunidade, inclusive, de se reunir com a Frente Nacional dos Prefeitos para pacificar essa questão e demonstrar que não existiria nenhum impacto para os estados e municípios, uma vez que o repasse seria feito por um fundo mantido pela União, para os estados e municípios.

Não obstante, inclusive, na aprovação do Senado Federal, quem verifica a página de tramitação do PL 1.731 vê muitas moções de apoio ao projeto de prefeituras que querem ver essa valorização dos profissionais, principalmente nas regiões interioranas, em que há maior carência de atendimento e em que esse profissional, não tendo uma compensação financeira pelo seu trabalho, vai para os grandes centros, vai para outros estados e tem uma manutenção desse ciclo vicioso, ruim, de não ter uma capacidade, uma rede de atendimento para atender principalmente a população mais vulnerável.

Então, esses três elementos vêm para a análise do Senado, somente esses três, para avaliar se o projeto será aprovado da forma como a Câmara dos Deputados construiu.

Uma coisa importante a ser ressaltada é que, nas duas últimas Comissões, o projeto foi aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados. A gente fez questão de levar, Senador, inclusive, essa informação sobre a questão financeira, porque, naturalmente, o senhor é um dos Parlamentares que tem essa preocupação do ponto de vista técnico. A gente tentou comunicar bastante aos Parlamentares que não tivessem essa preocupação, porque tinha essa construção. Então, até Parlamentares que, normalmente, têm resistência a matérias de piso salarial, ressaltaram que, verificando-se que é viável, nenhum Parlamentar, em sã consciência, vai ser contrário à valorização de uma categoria.

Então, mostrando-se que era viável, seriam pela aprovação, e essa aprovação também passa por um diálogo muito grande que tem sido mantido aqui no Senado com a Liderança do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo, para que a gente tenha condições de, mais uma vez, escutando todos os entes interessados e que poderiam ser afetados, fazer a melhor construção possível.

E agora chega este momento em que a gente aguarda o despacho do projeto pela Mesa Diretora do Senado, pela Secretaria-Geral da Mesa, para que essa matéria possa novamente ser debatida, para que essas emendas possam ser debatidas, para que o poder público possa se manifestar, mas para isso tudo a gente precisa que o projeto esteja nas Comissões, esteja em condições de os Senadores apreciarem essa matéria, de o Governo colocar isso dentro dos projetos mais próximos de serem deliberados, na sua agenda, se posicionar propriamente dito.

O que a gente quer é a possibilidade de continuar este debate. Para isso a gente pede o apoio de todos os Senadores, de todos os Parlamentares, os Deputados também, que continuam nos acompanhando aqui no Senado, fazendo interlocução com a base do Governo e com a oposição.

Essa aprovação também de forma unânime demonstra que é uma matéria suprapartidária, não é de interesse de esquerda ou de direita, mas de interesse do Brasil, do cidadão. Afinal, o trabalho do conselho e o trabalho do Parlamento têm como ente final aquele que recebe o resultado de todas as políticas públicas, que é o cidadão.

A gente acha que é muito importante e que é o momento, de fato, de discutir. Passamos 11 anos discutindo essa matéria, amadurecendo essa matéria e a gente se aproxima de um desfecho muito positivo. E a gente sabe que aquele Senado que nos respondeu em 2021 com certeza vai nos responder agora.

Fazemos esse apelo também à Presidência do Senado para que permita essa deliberação aqui, uma vez que a gente já tem um cenário bem otimista e as Comissões anseiam por poder deliberar essa matéria.

Agradeço a atenção do Senador, agradeço a atenção de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecemos a contribuição do Sr. Iury. Tem dois que pediram aqui para falar: o Anderson Coelho, que é da Crefito-4, de Minas Gerais – então quero passar a palavra a V. Sa. –, e, depois, o Rodrigo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amorim, que é Fisioterapeuta e Secretário de Cultura do importantíssimo Estado da República chamado Piauí (*Risos.*) – por coincidência, o meu estado.

Então, com a palavra o Sr. Anderson Coelho.

O SR. ANDERSON COELHO (Para expor.) – Boa tarde, Senador, demais colegas que compõem o dispositivo e aqueles que acompanham a assembleia.

Eu já me senti contemplado na fala dos que me precederam, mas, para reforçar a importância... Acho que o piso salarial é tão importante para a categoria quanto para a sociedade, para a assistência à saúde da população. É importantíssimo que o Parlamento entenda que não é uma luta corporativa, mas é uma luta por qualidade assistencial, que se impacta diretamente na assistência que chega à sociedade. É preciso a gente entender que o modelo biomédico está ultrapassado, que a gente precisa incluir terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas no início da linha de cuidado, numa saúde baseada em valor, centrada no paciente. Esse modelo tem que vir para a rede SUS, para os serviços. Isso já está demonstrado.

Esse projeto não pode ficar mais uma legislatura sem aprovação, uma vez que ele já está em deságio do que acontece na maior parte do país. A gente já identificou de onde vem o fundo, a gente já identificou a necessidade de atualização. Então, ele já superou todos os vícios que eventualmente poderiam ser suscitados. Não há por que e, inclusive, nem se é necessário, ou não.

Esse projeto já foi aprovado no Senado, já foi aprovado na Câmara dos Deputados. O que está em jogo é apenas se o Senado vai acolher as alterações da Câmara ou se vai resgatar o texto original, que saiu do Senado. Então, assim, não tem por que o Presidente desta Casa, o Senador Davi Alcolumbre, sentar em cima dessa pauta, que nos é tão cara e que vai beneficiar tanto a categoria quanto a população.

É importante que a gente entenda que o piso salarial é só um começo de uma luta por remuneração. A gente está aí com projetos de lei tramitando para alteração de questões ligadas ao fluxo da saúde suplementar. A gente tem uma luta gigante com a remuneração na assistência domiciliar, nas empresas de *home care*. A gente tem um diálogo constante com esta Casa. Essa luta não começou agora. A gente tem tido uma luta permanente aqui nos bastidores do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso Nacional, para fazer isso virar lei, porque muitos estados não têm, por acordo em dissídio coletivo, um piso salarial. Então, a gente precisa disso por lei.

Em que pese a gente ter Norte, Nordeste e região central, que na maior parte das vezes não têm este valor sendo praticado, a gente sabe que, em muitos estados, em muitos municípios, pela verticalização dos serviços, pelos planos de cargos e salários, isso vai beneficiar... O impacto na rede pública é muito pequeno, uma vez que a maior parte dos serviços públicos já remuneram o piso, mas daria uma segurança inclusive para novos concursos e a demonstração da importância. A categoria de fisioterapia e terapia ocupacional nasceu e sempre se mostrou muito importante nas grandes crises sanitárias de importância internacional, nas grandes competições, e não pode ter só o reconhecimento social. Essa valoração na precificação, na remuneração é importante para um profissional que, como já foi dito, está sempre se mantendo, estudando, se atualizando, acompanhando as evoluções científicas. Até para que ele tenha condições de continuar se capacitando, continuar se preparando para atender as necessidades de saúde da população, esse piso torna-se necessário. Então, que fique muito claro que esta luta nossa não é uma luta corporativista!

Quero agradecer ao senhor por, desde quando estava com o orçamento na mão, ter nos ajudado a apontar de onde vinha esse fundo.

Quero também pedir e reclamar aos Senadores para que, principalmente no acordo de Líderes, façam com que esse projeto seja comum, seja consensual. Não estamos tratando mais se aprovamos ou não o piso, mas simplesmente de qual texto esta Casa vai adotar para que ele siga para a sanção presidencial, para que a gente não tenha mais uma legislatura sendo findada sem aprovação desse projeto.

Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo o Sr. Anderson, eu vou chamar aqui o Rodrigo Amorim, que é o último... (*Pausa.*) Então, com a palavra o Sr. Rodrigo Amorim, Fisioterapeuta e Secretário de Cultura do Estado do Piauí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO AMORIM OLIVEIRA NUNES (Para expor.) – Boa tarde! Boa tarde a todos e a todas! (*Pausa.*)

Que boa tarde fraco é esse? (*Risos.*)

Primeiro, eu quero agradecer. Quando eu soube que ia ter esta audiência e como era com o meu Senador, eu falei: "Não, eu vou ter que ir lá para prestigiar esse Senador que sempre abraçou a causa da fisioterapia e da terapia ocupacional". Eu me sinto bastante contemplado aqui, com as falas que me antecederam. Não vou me prolongar, mas, na verdade, eu venho trazer uma experiência exitosa aqui, o nosso querido Silano, que tem feito um trabalho à frente do Coffito; o Gláucio, de que eu admiro bastante o trabalho que vem fazendo; e os demais colegas aqui Presidentes, como a Letícia – o Ângelo, que é lá do Piauí também –, a Letícia lá do sindicato.

O Piauí está aqui em peso, Senador. Então, do jeito que você está nos ajudando, também nós vamos ajudá-lo e abraçá-lo forte lá no Piauí. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Eu já sou "Marcelo Castro". Então, imaginem agora! Brincando, hein?

Realmente, Senador, a gente tem um trabalho muito forte lá no Piauí. Graças a Deus, em 2019, assim que eu fui Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, a gente teve essa lei no Estado do Piauí, que foi aprovada e sancionada pela Regina Sousa, na época Governadora.

E, de lá para cá, Senador, aumentou o número de fisioterapeutas contratados com carteira assinada, com férias, o que nós não tínhamos. Tinha colegas que desistiam de trabalhar, porque o salário era R$1,5 mil naquela época, com as ajudas, com as insalubridades, etc. Hoje, a gente já passa dos R$4 mil, porque tem insalubridade, outras conquistas que a categoria teve lá no Estado do Piauí, através do piso salarial.

O seu estado, meu Senador, já é um estado exemplo para o Brasil, tem um piso salarial e tenta trazer mais dignidade para os profissionais. Temos uma lei estadual que também trouxe mais dignidade para os repousos dos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais nos hospitais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lá em São Raimundo Nonato, hoje, é uma realidade, Senador – lá na nossa cidade de São Raimundo Nonato, eu sou de São João do Piauí –, lá, hoje, o fisioterapeuta no hospital está com carteira assinada...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Você sabe que eu sou de São Raimundo Nonato?

O SR. RODRIGO AMORIM OLIVEIRA NUNES – É, eu sei. (*Risos.*)

Eu moro do seu lado ali, em São João do Piauí.

Lá, em São Raimundo Nonato, por exemplo, o hospital acabou de assinar as carteiras dos fisioterapeutas e, então, todos estão recebendo o piso estadual.

E a nossa diferença lá, se esse piso for aprovado, é em torno de R$300. Então, a gente está bem próximo já do piso nacional no estado.

A gente deseja que esta luta não fique só no Piauí, a gente quer que chegue também a outros estados e ao Brasil, porque realmente é uma profissão que, apesar de a gente ter 400 mil – e lá no Piauí nós somos mais de 5 mil – profissionais, tem carência. Os profissionais se formam, se dedicam, pagam cursos bastante caros, mas depois eles desistem, porque realmente não tem condições de a gente ter uma manutenção de vida, de a gente ter a possibilidade de comprar um carro, etc.

E aí a gente fez uma pesquisa lá no Piauí, lá em 2019, e 63% dos fisioterapeutas moravam com os pais, porque trabalhavam, ganhavam pouco, mas não tinham condições de ter sua casa, seu carro, etc. Esse número já está mudando, graças a Deus. Já somos menos de 40%, mas é um número ainda muito alto. Então, a gente deseja ter nossa liberdade econômica, mas, da forma como está sendo feita, como é e como vinha acontecendo, a gente achava que isso poderia estar bem distante, mas, graças a Deus, está mudando.

E hoje, por conta da fisioterapia e da terapia ocupacional... Você sabe que o nosso hino lá diz que o Piauí não foge à luta. E, por isso, eu estou hoje aqui. Mesmo Secretário de Cultura lá do nosso Governador Rafael Fonteles, a gente está aqui para apoiar essa classe tão importante. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não posso deixar as raízes jamais, e a minha essência, de onde eu cresci e tive a oportunidade de ter visibilidade como Presidente do Crefito 14.

Quero desejar sucesso a todos os colegas, ao Ângelo, nosso Presidente do Crefito 14; à Letícia, nossa Presidente do sindicato; ao Sandroval, nosso Presidente do Coffito. E que sejam prósperas essas conquistas.

E sei que o senhor está junto com a gente, nos abraçando em todos os momentos, e pode contar comigo também. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quero parabenizar aí o Rodrigo pela palavra fácil, elevando o nome do nosso Estado do Piauí, que trata bem os fisioterapeutas, servindo, como ele disse, de exemplo para outros estados.

Quero comunicar aqui a presença do Deputado Márcio Jerry, do nosso vizinho e querido Estado do Maranhão. (*Palmas.*)

Honra-nos muito a sua presença, Márcio.

E vou passar a palavra ao Deputado Duarte Jr., que foi o Relator da matéria na Câmara.

V. Exa. tem a palavra. (*Palmas.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para expor.) – Presidente, Senador Marcelo, quero aqui agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui.

Confesso que essas semanas que antecedem os últimos dias de janela partidária têm sido semanas intensas, semanas em que o sistema persegue aqueles que lutam, a cada dia, para um Brasil justo, para um Maranhão de mais oportunidades. Não sei se é o sistema nervoso, a febre também tem me perseguido aqui – e tão somente não, é febre; febre não se passa assim, não, Márcio.

Eu quero dizer a vocês que o fato de eu estar aqui é, mais uma vez, a demonstração de amor, carinho e respeito por estas duas profissões: a profissão de fisioterapia e terapia ocupacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo, Sr. Presidente, que, ao tempo que fico feliz com essa mobilização, com essa organização, com o crescimento da organização desse movimento, em ver cada um de vocês, dos quatro cantos deste país, na frente deste Congresso Nacional, se mobilizando, pressionando, eu fico preocupado de ver o esforço de cada um dos painelistas aqui, tentando convencer o Parlamento, tentando convencer o Senado de que tem dinheiro, de que tem estudo técnico, de que tem fundamento para aprovar esse piso. E, a todo instante, quer se justificar aquilo que é óbvio: que o piso da fisioterapia e da terapia ocupacional é bem menos custoso do que todos os outros pisos que já foram aprovados e que hoje geram resultados na prática. (*Palmas.*)

Eu lamento muito, Sr. Presidente, se aquilo que eu vou falar vai incomodar alguém que infelizmente aqui não está mais de vista. Eu espero que incomode, que sugere alguma ação, uma ação positiva, porque omissão a gente não aguenta mais. Eu estou cansado de estar neste Parlamento, onde eu vejo que, infelizmente, quando as coisas são para o mal, são para machucar, são para destruir, são para perturbar, elas andam. Vejam como, aqui, nesta Casa, foi aprovada rapidamente, andou rapidamente a PEC da blindagem, um projeto de emenda à Constituição que visava proteger políticos bandidos, políticos corruptos, estupradores, assediadores, propineiros, safados, políticos que cometiam os mais variados crimes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – "Nesta Casa", que ele está falando aí...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – É a Câmara Federal, vou chegar lá. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Aqui, no Senado, nós derrotamos, viu?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Amém. (*Palmas.*)

E é nesse sentido, Sr. Presidente, que eu trago aqui a esperança nesta segunda Casa. É a mesma esperança de quando, lá, na Câmara, foi aprovada, contra o meu voto, essa PEC da blindagem. E aqui o Senado fez justiça e derrubou essa PEC da sem-vergonhice, e eu espero que agora, mais uma vez, o Senado não faça vergonha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que o Senado faça justiça. Que o Senado não engavete. Até porque vai ter uma renovação, talvez, de dois terços dos Senadores. Daqui a poucos meses, daqui a poucas semanas, nós vamos ter eleição, e o povo brasileiro vai ter a oportunidade de escolher dois dos seus três Senadores.

E agora é hora de V. Exas., o povo, perceberem que quem manda é V. Exa., é o povo. A S. Exa. é o povo. (*Palmas.*) Não é o Senador quem manda. Quem decide quem está aqui, quem decide quem tem o poder da caneta é o povo, art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988: "O poder emana do povo".

Não são vocês quem tem que estar aqui pedindo pelo amor de Deus para serem atendidos; é o Senador ou a Senadora quem têm que pedir, pelo amor de Deus, para que vocês possam dar a eles um minuto de atenção, para que eles possam ter o poder de cuidar das pessoas, de servir às pessoas, ao interesse público.

Infelizmente, a gente às vezes pensa que falta dinheiro. Não falta. Falta é vergonha na cara e vontade de agir, porque dinheiro sobra, com a corrupção do Banco Master, com a fraude do INSS, que a gente está investigando lá na CPMI do INSS...

Agora, por que, quando é para pagar o piso do fisioterapeuta, do terapeuta ocupacional, a gente vê todo esse esforço, toda essa preocupação para tentar mostrar os fundamentos, que estão claros para todos nós? Será que é preciso que algum Senador aqui tenha algum filho com deficiência para que ele possa ter que fazer a fisioterapia, a terapia ocupacional, com o seu filho, para que ele possa ver o quão isso é importante? Será que o seu filho tem que ter algum problema respiratório? Será que o seu filho tem que estar internado com alguma crise respiratória, para que ele possa ver a importância de um fisioterapeuta? Será que tem que ter algum idoso na família sofrendo de AVC, para ver a importância de um fisioterapeuta?

Será que vai ser preciso relembrar um dos maiores traumas da humanidade, que foi o período da covid, para se ver a importância que têm os fisioterapeutas e os terapeutas ocupacionais?

Meus amigos, eu não vou aqui dedicar mais tempo para lembrar a todos vocês a importância que têm esses profissionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente não está falando de milhões e milhões de reais, como aqueles que foram desviados pelo Banco Master. Eu não estou falando aqui de milhões e milhões de reais que foram retirados da conta dos aposentados brasileiros através da fraude do INSS. Eu estou falando aqui de um piso que é o básico, que é o mínimo existencial para que um fisioterapeuta, para que um terapeuta ocupacional não tenha que fazer dois, três, quatro, cinco, dez plantões, e deixe de viver com a sua família (*Palmas.*), deixe de viver com dignidade, para ter que ter o mínimo para poder pagar suas contas. Fazer dez plantões, ter três, quatro, cinco vínculos, viver tal qual o pai do Cris, aquele personagem...

Não é porque quer ficar milionário. Não é. É porque ter um plantão não dá para fechar a conta no final do mês, Senador.

É por isso que eu venho da Câmara Federal aqui, ao Senador Federal, para pedir aos nossos Senadores, como Relator, com muito orgulho, na Comissão de Constituição e Justiça, Relator na Comissão de Finanças e Tributação, onde este projeto foi aprovado por duas vezes, por unanimidade, porque tem fundamento técnico, jurídico, científico e também orçamentário, para que V. Exas. não percam mais tempo; para que V. Exas., antes da eleição, possam aprovar esse projeto. Agora, se não aprovarem, que vocês possam fazer tal qual se faz em um programa de televisão que passa há mais de 20 anos: coloquem no paredão e eliminem desse Senado esses Senadores de pouca vergonha, que não aprovam o piso do fisioterapeuta ocupacional.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Por fim, Sr. Presidente, aqui eu quero elencar, de forma muito didática, para concluir, cinco pontos – cinco pontos, não por acaso, torcendo para o Brasil ser hexacampeão, mas cinco pontos, lembrando o pentacampeonato aqui.

Primeiro, menor impacto fiscal. O piso da fisioterapia e terapia ocupacional tem o menor impacto fiscal, pouco mais de R$600 milhões por ano para pagar o piso para a categoria.

Segundo, há um estudo formal de impacto orçamentário. Ninguém aqui fez algo no improviso, aqui ninguém fez algo no achismo; aqui tem estudo técnico-científico que demonstra que há um impacto orçamentário justificado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceiro, fonte de custeio definida, ou seja, o projeto foi ajustado respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quarto, ninguém aqui está jogando problema para os estados e para os municípios. Aqui o Governo Federal prevê uma assistência orçamentária e financeira da União para os estados e municípios. Ninguém está fazendo aqui as coisas... jogando a conta para outro pagar, não. O próprio Governo Federal, a própria União custeia o piso para os estados e municípios.

Quinto e último ponto, é um projeto antigo, debatido há mais de dez anos, ou seja, já teve inúmeras revisões, já teve inúmeras atualizações e foi, como eu disse, aprovado por unanimidade, por este Relator aqui relatado na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Finanças e Tributação.

Por isso, Sr. Presidente, aqui o que está em jogo não é mais o "se", mas, sim, quando esse piso vai ser aprovado.

Meu muito obrigado.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou passar a palavra ao nobre Deputado Márcio Jerry, também do glorioso Estado do Maranhão.

O SR. MÁRCIO JERRY (Bloco/PCdoB - MA. Para expor.) – Senador Marcelo Castro, é com muita alegria que compareço a esta audiência e o faço a convite do nosso querido companheiro Vereador Aarão Neto, lá do Maranhão, Presidente do Sindicato de Fisioterapeutas do estado, de...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. MÁRCIO JERRY (Bloco/PCdoB - MA) – ... Humberto de Campos, que é uma das cidades mais bonitas do Maranhão, é a cidade dele, um dos portais de entrada dos Lençóis Maranhenses, e da Letícia Padilha, que é do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional também do Maranhão.

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO JERRY (Bloco/PCdoB - MA) – A primeira vez que eu cheguei a esta Casa, à Câmara dos Deputados, foi como Secretário Parlamentar, Senador Marcelo Castro, em 2003. Faz tempo. E, de lá para cá, passadas essas décadas, sempre que a gente vê aqui uma categoria lutando com insistência, dialogando, persistindo, ao fim e ao cabo, colhe vitórias. E vocês agora, dada essa mobilização, essa luta, a capacidade de dialogar, de expor os pontos de vista, estão realmente próximos de uma vitória muito importante, que está agora aqui no Senado. E este é o caminho: o caminho de dialogar, o caminho de expor a pertinência desta aprovação, de expor a possibilidade de incorporação pelo Estado brasileiro, pelos diversos entes, pelos três entes federados da nossa União, dessa conquista importante para o aprimoramento da política pública de saúde no Brasil.

Eu faço uma referência também ao fato de que acompanho muito, como Presidente da Frente Parlamentar pelo Fortalecimento do SUS, e a gente sabe que vocês, enquanto profissionais, são integrantes e essenciais para o fortalecimento, para o aprimoramento, para a resolutividade permanente desse sistema de saúde que é um dos mais importantes, não só do Brasil, é um dos mais importantes do planeta Terra, do mundo. Portanto, é sempre importante fazer esta referência também ao aprimoramento que vocês oportunizam, garantem para o SUS.

E por fim, vim mais uma vez reiterar aqui o meu apoio a esse diálogo fraternal com os nossos Senadores, para que a gente possa aqui, agora, já concluir esse processo legislativo e chegarmos brevemente, quem sabe é neste semestre agora, para que haja essa garantia fundamental de valorização profissional, de aprimoramento da atuação de vocês e de aprimoramento da política pública de saúde no Brasil. Contem com o nosso apoio, e ficamos à disposição para participar nesse diálogo que vocês farão com os Senadores aqui no Senado Federal.

E lembro que a categoria que, em 2003, mais percorria, Senador Marcelo Castro, aqui os corredores – eu sempre gosto de lembrar isso – eram os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias. E, de tanto lutar, foram as categorias que mais conquistas tiveram de reconhecimento da valorização profissional. E vocês estão prestes, próximos também a erguerem essa grande conquista. Eu tenho certeza de que vocês conseguirão e podem contar com o nosso apoio, com a nossa participação aqui no diálogo com o Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou passar a palavra à nossa Senadora Roberta Acioly, do Estado de Roraima. (*Palmas.*)

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Bom dia a todos. Que satisfação estar aqui, nesta audiência pública! É mais do que justa a valorização dos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.

Gostaria de cumprimentar a mesa na pessoa do meu colega Senador Marcelo Castro, e todos os fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais que aqui estão, nessa luta, nessa batalha.

A valorização do piso, como eu já falei, é uma causa mais do que justa. Vocês exercem uma função primordial na saúde, na reabilitação e na melhora da qualidade de vida da população.

Aproveito o momento para cumprimentar também o meu colega Dr. Wagner, Presidente do Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais do Estado de Roraima.

Quero dizer que estou muito feliz porque esta pauta está viva. É uma pauta legítima e é mais do que merecedora; merece, sim, ter prioridade no Senado Federal.

Infelizmente, eu só tenho um voto, mas vocês podem ter certeza do meu compromisso; e ratifico a minha causa junto a vocês na aprovação desse projeto. Vocês podem contar com a Senadora Roberta Acioly. (*Palmas.*)

Eu não tenho dúvidas de que só quem sabe da importância, da qualidade e da assistência prestada por vocês é quem um dia já precisou.

Então, contem comigo, contem com o meu apoio, contem... Tenho certeza de que o nosso colega Senador Marcelo Castro... Vamos lá, junto com o nosso Presidente, fazer com que essa pauta, com que esse projeto seja colocado em pauta.

E é isso. Eu admiro todos vocês que aqui estão, e contem sempre conosco, com o nosso apoio.

Meu muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tem mais duas pessoas que pediram para falar, então eu vou abrir essa exceção, e vocês vão entender por que eu estou abrindo essa exceção: porque os dois que estão pedindo são do Estado do Piauí. (*Risos.*) Eu não podia negar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Coincidentemente.

É o Pedro Henrique Oliveira, que é representante estudantil de fisioterapia do Estado do Piauí.

Pedro, você tem a palavra, pode falar daí mesmo. Pois não.

O SR. PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA – Olá, boa tarde. Conseguem me ouvir?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA – Olá, pessoal. Primeiramente eu gostaria de agradecer a oportunidade e cumprimentar aqui o Ilmo. Senador Marcelo Castro, inclusive meu conterrâneo também. (*Risos.*)

Eu gostaria de também cumprimentar todos os membros da mesa, todos os representantes de sindicato, dos conselhos.

É um momento ímpar este momento em que nós estamos aqui. Tivemos a oportunidade de estar aqui em Brasília e poder comunicar aqui nossas demandas a V. Exas.

Então, primeiramente, eu gostaria de relatar que os fisioterapeutas, os estudantes de Fisioterapia são pessoas que têm sangue no olho, eles se dedicam mesmo. Na minha universidade mesmo, na Universidade Estadual do Piauí, eu, atualmente no oitavo período, posso presenciar ali muitos estudantes que se dedicam, que estão à frente de projetos de extensão, muito ambiciosos, com tribunais de Justiça, com secretarias de estado, assim como também em projetos de pesquisa, buscando protocolos, novas intervenções que possam ser combinadas e levar o melhor da fisioterapia para o Estado do Piauí e todo o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, eu quero prestar aqui o meu agradecimento também ao Dr. Ângelo Vasconcelos, que é o Presidente do Crefito-14; à Dra. Letícia Evangelista, que é Presidente do Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais; e ao Dr. Rodrigo Amorim, que foi Presidente do Crefito-14.

Eu gostaria de falar aqui sobre a formação continuada. Então, esses estudantes de Fisioterapia muitas vezes receiam não ter o seu valor agregado lá na frente e, às vezes, se formam sem saber como vão sustentar suas famílias, como vão poder alugar uma casa, comprar uma casa, como o Dr. Rodrigo falou. Essa é uma realidade que ainda acontece especialmente no Norte e Nordeste, que não têm um piso regulamentado. Isso prejudica até mesmo a pós-graduação, porque eles não conseguem ter recursos financeiros suficientes para se capacitar, para dar entrada num mestrado, para se manter num mestrado ou doutorado, assim comprometendo a qualidade do serviço.

Gostaria de finalizar a minha fala reiterando o nosso agradecimento por estar aqui, o Crefito-14 Estudante. Eu, como Presidente do Crefito-14 Estudante, agradeço a oportunidade e digo que este momento é importantíssimo. Que o nome do Piauí seja levado sempre adiante, principalmente nessa causa da fisioterapia e terapia ocupacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, meu conterrâneo de estado e de cidade.

Eu vou passar a palavra para a última inscrita aqui, que é a Ana Carolina Machado, também representante estudantil de terapia ocupacional do Estado do Piauí.

A SRA. ANA CAROLINA MACHADO (Para expor.) – Boa tarde, Sr. Presidente Marcelo Castro, conterrâneo – não é de Piripiri, mas tem parente em Piripiri.

Sou Ana Carolina, acadêmica de terapia ocupacional, como o senhor bem falou. Estou aqui representando todos os acadêmicos de terapia ocupacional de todo o Brasil, estudantes que, mesmo antes da nossa formação completa, já vivenciam de perto essa realidade, que vêm cuidando da reabilitação, dessa luta. A gente ainda tem um pequeno número de profissionais no mercado de trabalho, então, já tem esse pouco de dificuldade, mulheres que têm que estar no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado de trabalho e dentro de casa, com o mercado invisível, trabalhando mais de uma vez, em vários trabalhos ao mesmo tempo, para poder ter uma remuneração digna. Então, a gente já vê isso de perto e está aqui, como estudante, para defender o PL 1.731, de 2021, que propõe essa instituição do piso salarial nacional – não só em um local, nem em outro, mas nacional – de fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.

Mais do que uma pauta corporativa, como já foi dito aqui mais de uma vez, trata-se de uma questão de justiça social, valorização profissional e da garantia de qualidade de atendimento à população brasileira, que é a que mais carece dos serviços.

A terapia ocupacional é uma profissão essencial nas políticas públicas e atua diretamente com pessoas em situação de vulnerabilidade, com deficiência. Como a nossa Senadora falou, geralmente só quem precisa vai poder entender como é, mas a gente não quer chegar a ver todos precisarem dos atendimentos da fisioterapia e da terapia ocupacional. A gente lida com diversos grupos, e, entre os grupos, o nosso trabalho promove a autonomia, a inclusão social e a participação, que são esses pilares fundamentais de uma sociedade democrática e equitativa.

A aprovação do piso salarial nacional representa esse avanço em reconhecer o valor técnico, científico e humano dessas profissões. Trata-se de fortalecer tanto o SUS como o Suas e demais outras políticas sociais, políticas públicas, dependendo diretamente do trabalho dessas duas categorias. Investir nos profissionais de terapia ocupacional e fisioterapia é investir nessa reabilitação da inclusão, da produtividade, da dignidade da população brasileira, é garantir que pessoas possam voltar às suas atividades, exercer a sua cidadania e viver com qualidade e dignidade.

Então, Srs. Senadores que verão todo esse movimento que nós estamos aqui hoje fazendo historicamente, a gente pede essa sensibilidade, esse compromisso, essa responsabilidade histórica, porque o futuro da saúde e das políticas sociais passa pela valorização de quem cuida delas. Nós acadêmicos somos o futuro dessas profissões, e a gente quer um futuro em que seja possível exercer nossa vocação com dignidade, reconhecimento e uma condição justa de trabalho. E a aprovação do PL 1.731 é um passo fundamental nessa direção.

Para finalizar minha fala, eu não poderia deixar de agradecer ao Senador Marcelo Castro, como eu falei, meu conterrâneo, pelo apoio que vem dando desde o início a essa causa. Como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele falou no início da fala dele, não era para ele estar presidindo aqui hoje. Ele veio, está aqui, dando o suor dele para estar nos prestigiar, tamanha a relevância.

Então, muito obrigada, Senador. E eu gostaria que o senhor recebesse, das mãos da nossa Presidente da Sinfito do Piauí, Dra. Letícia Evangelista, a nossa camisa da nossa mobilização, apoiando a nossa causa. (*Palmas.*)

E é isso. Meu muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, já finalizando aqui esta audiência pública, eu queria fazer um relato rápido de como eu encaro essa causa, à semelhança de outras causas que nós ajudamos aqui no Senado Federal.

Uma das coisas de que eu tenho muito orgulho é de sempre estar preocupado em encontrar uma maneira de melhorar a vida das pessoas. Eu acho que, em última instância, é essa a missão mais nobre que pode ter um político. Quanto à educação, todos nós sabemos que o fundamental de uma nação é uma boa educação. Todos os países ricos do mundo tiveram uma boa educação. É a base, a maneira mais eficaz de uma pessoa ascender socialmente é através da educação.

Quando eu fui Presidente da Comissão de Educação aqui do Senado, nós fizemos um trabalho muito forte e conseguimos aprovar o novo Fundeb. Isso, minha gente, significa que a União contribuía com 11% e agora está contribuindo com 23%. Nós mais do que dobramos os recursos da União para a educação. Hoje, você pode falar com qualquer Prefeito do Brasil que ele vai dizer que os recursos da educação são suficientes, salvo uma ou outra exceção, o que é da regra.

Então, o Brasil, hoje, é um dos países – e eu não estou dizendo que investe bem – que mais investe, proporcionalmente ao seu PIB, em educação, do mundo inteiro. E eu tenho muito orgulho de, como Presidente da Comissão de Educação do Senado, ter feito esta luta – e uma luta que foi vitoriosa.

Segundo, foi falado aqui, pelo Deputado Márcio Jerry, sobre os ACSs e os ACEs – os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias. Eles são um dos pilares mais importantes da saúde pública do Brasil, porque fazem um trabalho educativo, preventivo e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orientação de como as pessoas devem se comportar. Então, uma ação bem-feita por eles, além dos agentes de combate às endemias, é fundamental para que o país tenha uma boa saúde.

Quando eu fui Ministro da Saúde, eu melhorei o salário deles, e, em todas as conquistas que eles tiveram aqui na Câmara e no Senado, quando eu estava na Câmara, eu era um dos enfrentantes, e aqui no Senado também.

A categoria da enfermagem, os técnicos de enfermagem, os auxiliares de enfermagem, foi outra luta que nós travamos aqui. Eu fui Relator, estive à frente de todas as causas, e também fomos vitoriosos. E, agora, essa luta em que nós estamos aqui dos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.

A exemplo do fato de que nós fomos vitoriosos em todas essas lutas, eu não tenho a menor dúvida de que nós seremos também vitoriosos na luta dessa categoria tão importante. (*Palmas.*)

A covid pegou a humanidade de surpresa. Foi um trauma imenso, porque ninguém esperava que um vírus desses pudesse trazer um transtorno tão grande, tão grave, uma pandemia que pegou todos os países do mundo. Eu fiquei chocado e horrorizado quando eu vi, na Itália, um dos países mais desenvolvidos do mundo, o sistema funerário normal não dar conta... Foi preciso o Exército entrar para enterrar as pessoas que estavam morrendo umas por cima das outras pela covid. E isso trouxe esse trauma todo. O Brasil não soube lidar bem porque não obedeceu à ciência como deveria ter obedecido.

Mas essa pandemia que houve nos trouxe uma lição: mostrar para a sociedade a importância do SUS, a importância da enfermagem e a importância dos fisioterapeutas. Eu acho que, em nenhum momento, ficou tão evidente a importância do trabalho de vocês quanto no caso da pandemia da covid. Infelizmente, mas ela serviu para trazer essa visibilidade para vocês.

O nosso colega Gláucio falou muito aqui na polilaminina. Eu peço a vocês que vão com calma, porque, toda vez que aparece uma esperança nova, a gente se enche de esperança. E esse desejo da gente – eu sou psiquiatra – de que as coisas aconteçam faz, às vezes, com que a gente julgue uma coisa erradamente pelo desejo, pelo afeto que a gente tem. Eu cito isso, porque, no estudo que foi publicado, já foram feitas observações. Ele tinha uns erros importantes. Então, é preciso que se façam mais estudos para saber mesmo se essa polilaminina vai ser uma coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promissora, importante, o que seria uma coisa extraordinária. Digo isso já com a experiência de médico de muitos anos.

Quando eu era Ministro da saúde, vocês devem se lembrar de que teve aquela onda da pílula do câncer, lembram-se? Você tomava a pílula e curava todo o câncer do mundo, que era fosfoetanolamina. E eu recebi Comissões aqui do Senado, Comissões da Câmara para aprovar a salvação... E no que deu? Em nada.

Não estou dizendo que a polilaminina vai dar em nada, só estou pedindo prudência. Tem que ser feitos os estudos, tem que ser estudos de caráter internacional, tem que ter os controles. Todo medicamento que vai ser colocado na praça tem que sofrer as recomendações da Organização Mundial de Saúde: primeiro, aplicar esse medicamento em pequenos animais, normalmente camundongos; segundo, em grandes animais, primatas, que são nossos primos – se serve para o macaco, muito provavelmente, é quase certeza que vai servir para o homem também, porque a nossa diferença é o cérebro só, o resto tudo é igual; nós somos primos, estamos no mesmo ramo evolutivo –; depois, você faz num número muito pequeno de pessoas para ver se tem algum efeito colateral, porque ela pode ajudar por um lado e atrapalhar por outro; depois, você faz num grupo maior; depois você faz em nível internacional, para depois você lançar no mercado. E, depois de lançar no mercado, você ainda tem o controle para poder saber se pode apresentar algum transtorno.

Então, só peço prudência, vamos com calma, e vamos torcer para que essa polilaminina seja realmente uma coisa importante, porque será uma revolução fantástica na medicina você regenerar os nervos que estão cortados, que estão seccionados, e a pessoa voltar a se locomover.

Quase por último, quero relembrar aqui o autor dessa proposta. Essa proposta do piso salarial dos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais nasceu aqui no Senado. O autor foi o Senador Angelo Coronel, da Bahia. E aqui teve dois Relatores: um da CAS (Comissão de Assuntos Sociais), que é a nossa Comissão; e outro da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), que é para saber o impacto econômico dessa matéria. Eu fui o Relator aqui na CAS; e o Romário, do Rio de Janeiro, foi o Relator na CAE. Foi para a Câmara, a Câmara fez modificações – o Relator foi o Deputado Duarte Jr. – e voltou agora com alterações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós precisamos fazer? Ou nós aprovamos as alterações que a Câmara fez ou nós aprovamos o projeto como saiu daqui. De um jeito ou de outro, do que nós precisamos? De botar isso para andar. Então, vamos fazer gestões junto ao nosso Presidente Davi Alcolumbre para que ele distribua a matéria (*Palmas.*) que, certamente, terá que passar novamente pela Comissão de Assuntos Sociais, que é a nossa Comissão aqui. Aí, como eu sou o Presidente e eu designo o Relator, eu vou me autodesignar Relator ou (*Palmas.*) designarei como Relatora a nossa Senadora Roberta Acioly, que está (*Palmas.*) aqui o tempo todo nos prestigiando.

Então, dito tudo isso, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 15 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia seis de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Bruno Bonetti, Wilder Morais, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Roberta Acioly. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 3/2024 - CAS, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), e REQ 63/2024 - CAS, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Debater sobre o uso de cigarros eletrônicos. **Participantes:** Marcelo Couto Dias, Secretário da Família, Cidadania e Segurança Alimentar da Prefeitura de Osasco; João Paulo Becker Lotufo, Coordenador do Grupo de Trabalho de Drogas na Infância e na Adolescência da Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP; Flávia Fonseca Fernandes, Secretária-Geral da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia – SBPT; e André Salem Szklo, Tecnologista da Divisão de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco do Instituto Nacional de Câncer – INCA. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/06

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 3 e 63, de 2024, de minha autoria, para realização de audiência pública destinada a debater sobre o uso de cigarros eletrônicos.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e contará com serviços de interatividade com o cidadão, pela Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211.

Eu vou repetir o telefone: 0800 0612211.

A ligação pode ser feita de qualquer lugar do Brasil, sem custo algum, e pelo e-Cidadania, por meio do Portal do Senado www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

Nós temos a alegria de receber para este debate, para esta audiência pública, quatro expositores nesta tarde.

Informo aos nossos quatro convidados que o número de instituições que estão ligando, que querem participar do debate... Acredito que a gente vai precisar fazer uma segunda, uma terceira audiência sob este olhar, mas hoje, neste debate, nós temos presente, de forma *online:* Marcelo Couto Dias, Secretário da Família, Cidadania e Segurança Alimentar da Prefeitura de Osasco – mas o Marcelo também foi Secretário Nacional Adjunto no governo anterior; João Paulo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Becker Lotufo, Coordenador do Grupo de Trabalho de Drogas na Infância e na Adolescência da Sociedade Brasileira de Pediatria.

Muito bem-vindo, Dr. João Paulo; muito bem-vindo, Dr. Marcelo.

Está de forma presencial, aqui do meu lado, a Dra. Flávia Fonseca Fernandes, Secretária-Geral da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia – seja bem-vinda, Doutora; é uma alegria ter a senhora com a gente –; e, de forma *online*, André Salem Szklo. Ei, André, eu não sei se eu pronunciei certo o seu nome – você vai depois corrigir. Ele é Tecnologista da Divisão de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco, do Instituto Nacional de Câncer (Inca). Muito bem-vindo, Dr. André. É uma alegria tê-lo conosco.

Nós também convidamos o ex-Secretário Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas do Ministério da Cidadania, o Dr. Quirino Cordeiro, que não pôde estar presente, e um representante também da BAT Brasil, que também não pôde estar presente.

Nós já estamos recebendo perguntas e comentários via internet e vamos fazer a exposição da seguinte forma: vai falar primeiro o Dr. André, do Inca; na sequência, a gente vai ter um outro *online*, que será o Marcelo; aí, para fazer, aqui, uma interação maior, a gente volta para a Dra. Flávia; e a gente encerra com o Dr. João Paulo Becker. Tudo bem? Então, a gente estabelece essa ordem de fala. E vai ser uma alegria.

Senhores expositores, senhoras e senhores, eu cumprimento as pessoas que estão aqui no plenário, devem ter ouvido que esse requerimento de audiência pública é do ano de 2024. Nós não conseguimos fazer esta audiência em 2024, e a gente também não conseguiu fazer esta audiência em 2025. E nós já estamos em abril – estamos em abril, né? –, de 2026.

Quando esses dois requerimentos foram apresentados, foi exatamente com um foco diferente de tudo que estava sendo discutido e está sendo discutido aqui, no Senado, para a regulamentação do uso dos cigarros eletrônicos. Aconteceram já muitas audiências com esse objetivo. É possível que um dos senhores já tenham estado aqui para este debate, mas há um pedido das famílias. Quem pediu esta audiência pública aqui – e isto está representado em dois requerimentos – foram as famílias brasileiras. As famílias querem também ter espaço para falar sobre a regulamentação dos cigarros eletrônicos, a legalização do uso de cigarros eletrônicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque o que está acontecendo nas audiências públicas para discutir o projeto de lei? Observem que eu não trouxe esta audiência para discutir um projeto de lei, mas para discutir o tema. O que está acontecendo nas audiências públicas para se discutir o tema? Fala-se em números; fala-se em arrecadação; fala-se em combate ao crime, porque, legalizando, nós não vamos ter mais contrabando; fala-se que, ao legalizar, nós vamos ter arrecadação, porque pelo cigarro que está entrando de forma clandestina terá que se pagar, Há um outro foco. Fala-se, inclusive, que a gente tem que legalizar o cigarro eletrônico porque ele tem um dispositivo que vai afastar as pessoas do tabaco. A gente até viu a Sousa Cruz aqui, a esta mesa, apoiando a legalização do cigarro eletrônico, falando que isso vai afastar as pessoas do tabaco; mas a gente também viu um *lobby* muito grande de quem tem interesse financeiro na legalização.

Mas há uma preocupação dos pais, os pais estão preocupados, porque... O que nós estamos vendo? Crianças de dez anos fazendo consumo no Brasil. O que nós estamos vendo, Doutores? Em festinhas de adolescentes, os cigarros são servidos em bandejas.

E, detalhe, cigarros com motivos infantis, é só procurar. Esses dispositivos têm motivo infantil, tão bonitinho, tem cor-de-rosa, laranja, azulzinho, tem de todas as cores, com desenhos lindos, passando uma imagem para o adolescente de que é tudo muito bonitinho e inofensivo, mas os pais estão preocupados. Os pais querem ouvir os senhores doutores que estão aqui.

O Marcelo vai fazer muito esse papel aí da família, agora neste debate, mas os doutores, nós queremos ouvir. Vocês realmente falam que os pais podem ficar felizes, que esse cigarro eletrônico não faz mal nenhum, que a gente tem que aprovar a legalização e liberar geral no Brasil?

Nesse sentido, doutores, eu quero trazer para os senhores – que não é o objeto dessa audiência –, mas eu quero trazer uma outra preocupação, que as famílias pediram que eu falasse sobre isso, antes de passar a palavra aos senhores.

Por favor, os eslaides.

Nós estamos recebendo, doutores...

Os eslaides, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos recebendo muito pedido de informação, de famílias no Brasil inteiro – não é mais nem só sobre o cigarro eletrônico –, sobre o tal do inalador nasal de aromaterapia. As crianças estão pedindo para os pais comprarem.

Vejam só. Volte a imagem anterior.

Olha lá. É para cheirar mesmo, está vendo? É para cheirar, e de todas as cores, de novo, bonitinho. E as crianças estão... É de fácil aquisição na internet. Quando as famílias começaram a me procurar sobre isso, eu fui buscar informações.

Pode passar. Olha lá. Próxima imagem, por favor.

Tem em bastão, tem assim em aerossol, tem de todas as cores. Da mesma forma que se oferece o cigarro eletrônico, estamos aí com uma outra realidade, doutores, que é o inalador nasal de aromaterapia.

Vamos continuar. Próxima imagem.

Inclusive, diz lá – olha só –: "É inalação nasal rápida para refrescar, aumentar a energia, e aliviar a fadiga e o estresse." E aí, doutores, as famílias que me procuraram são famílias de meninos e meninas, entre 10 e 14 anos, que fazem esporte... Olha a contradição: meninos que fazem esporte querem inalar para ter mais energia para jogar melhor, para ter mais desempenho nos jogos. E eu fui atrás disso. Gente, isso está sendo vendido assim, de forma solta no Brasil, assim como o cigarro eletrônico.

Pode passar.

E lá, você pode comprar via internet. Tem aquele lá, ó: "Energia". Você aspira esse inalador, você vai ter muita energia. Só que a gente está sabendo – pode passar o próximo eslaide – que já tem contraindicações. As contraindicações estão todas postas aí, ó, porque pode dar lesões nasais, sensibilidade respiratória, não faz bem para pessoas alérgicas.

Pode passar o próximo eslaide, por favor.

Olha lá: inalador nasal de aromaterapia Nicor. Olha só, eles fazem propaganda, mas a gente já sabe, por exemplo, que os Estados Unidos já estão proibindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar lá.

Já emitiram alertas e bloqueio à venda de inaladores de energia. Quer dizer, é o cigarro para relaxar; o inalador, para dar energia. E aí eu pergunto aos doutores do pulmão: os pais têm ou não têm razão de estarem preocupados com esses avanços e a forma como tudo isso está sendo vendido na internet?

Pode passar.

A gente deu uma olhadinha que pode provocar irritação severa na mucosa nasal.

Próxima.

Olha lá, falsa sensação de desobstrução e efeito rebote, e isso me preocupou muito. Uma criança que pode estar congestionada usa essa coisinha aí brincando, quando, na verdade, tinha que estar se tratando de uma rinite, se tratando de uma doença mais severa. Estão brincando com inalação.

Pode passar.

Risco grave para asmáticos e alérgicos. E aí, doutores, diante da preocupação das famílias, enquanto esta audiência aqui não acontecia, porque eu tenho pressa, a vida tem pressa, atendendo ao pedido das famílias, eu já mandei um ofício para o Presidente do Conselho Federal de Medicina para que se posicione sobre o inalador.

Próxima imagem.

Mandei um ofício, Dr. André, para o Ministro da Saúde para que também se posicione sobre esse inalador. Também fiz um pedido para o Dr. Leandro, da Anvisa. Eu quero entender o que a Anvisa está fazendo com relação ao tal do inalador. A Anvisa já esteve nessa mesa para falar sobre o cigarro eletrônico, eu quero ouvi-la também sobre o tal do inalador. E também já mandei um ofício para o Dr. Ricardo Corrêa, Dra. Flávia, lá da Sociedade Brasileira de Pneumologia.

Então, doutores, entendam qual é a preocupação da Senadora aqui, entendam que eu estou falando em nome de milhares de pais no Brasil que estão manifestando a preocupação com relação ao cigarro eletrônico e agora com o tal do inalador. Queremos ouvi-los, e a família brasileira precisa ser ouvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Dra. Flávia, a família brasileira, que não está conseguindo conter os meninos de se aproximarem da maconha, de se aproximarem do *crack*, tem como argumento a questão do crime: "Não vai porque é crime". "Ah, mas só um pouquinho; o STF liberou." "Mas um poucão não pode." Agora, imaginem o cigarro eletrônico se ficar liberado... E a minha preocupação com a propaganda do cigarro eletrônico o tempo todo *online*. A bebida tem regramento para a publicidade. Aí o cigarro eletrônico vai ficar com a publicidade dessa forma como acontece na internet?

Então, doutores, trago aqui e entendo a legítima preocupação da família brasileira. Queremos discutir. Não quero falar de dinheiro, de arrecadação, de combate ao crime, eu quero falar da preocupação do pai, da mãe, do cuidador, do responsável que está lá na ponta vendo os seus meninos consumirem. Agora você pode pedir, inclusive pelo telefone, *delivery* do cigarro eletrônico. O inalador você pode, de qualquer computador, adquirir no Brasil.

Então, fica aqui o norte desta audiência pública: os pais têm ou não têm motivo para estar preocupados com os cigarros eletrônicos e agora com esse novo dispositivo, o inalador?

Nesse sentido, vamos ouvir o Dr. André Salem. Não vou ousar repetir seu nome, o senhor se apresente. Ele é do setor de tecnologia da Divisão de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco do Instituto Nacional do Câncer.

Muito bem-vindo, Dr. André! É um prazer recebê-lo em nossa audiência.

O senhor tem dez minutos, mas, se precisar gastar um tempinho maior para completar a sua exposição, fique à vontade.

O SR. ANDRÉ SALEM SZKLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora.

Agradeço-lhe muito o convite. É um tema realmente muito importante e, como a senhora mesma bem assinalou, envolve diretamente as famílias porque, no caso da indústria da nicotina, a gente está sempre falando de produtos que são voltados basicamente para o público jovem, adolescente. A estratégia alvo da indústria da nicotina é recrutar esses novos consumidores para substituir, infelizmente, os que virão a falecer em decorrência desse comportamento de risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu quero trazer um olhar que é sobre os dados das várias pesquisas que nós temos no Brasil – o Brasil é uma referência no controle do tabagismo, no controle desse comportamento de risco –, e essas pesquisas dialogam. Isso também se insere quando a gente vai falar da ameaça do dispositivo eletrônico para fumar, porque no Brasil esse produto é regulamentado pela Anvisa, e a regulamentação é a proibição.

Então, o cenário que nós temos é que a gente tem um cigarro convencional extremamente barato no país. Essa curva, quanto mais alta, é mais fácil, economicamente falando, para o cidadão brasileiro adquirir um cigarro convencional. E a gente está sempre aumentando, aumentando. Houve um reajuste tímido em 2024, mas que não chegou nem perto de diminuir a acessibilidade desse produto.

A cada ano que passa, a produção de cigarro convencional aumenta no país. Aumento de produção de cigarro convencional significa o quê? Que tem mais gente começando a fumar esse produto ou menos gente parando de fumar. Agora em 2026, comparado com 2025, já estamos falando de mais de 1 bilhão de unidades a mais, ou seja, esse cenário continua piorando.

Os dados que a gente teve mais recentes da proporção de fumantes no país estão mostrando uma estagnação – como era de se esperar, né? –, e, até o último dado da pesquisa telefônica do IBGE, então, mostrou um aumento na proporção de fumantes no país entre os jovens adultos, coincidindo com a queda do preço real do cigarro convencional brasileiro. Então, a gente vê que parou de cair a proporção de fumantes no jovem adulto, tanto entre homens quanto entre mulheres, e o dado mais recente mostrou, o dado da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar, que a gente observou, uma pequena queda agora na proporção de fumantes de cigarro.

O que a gente observou também é que houve uma queda, nessa última pesquisa, do consumo de narguilé, que é um produto altamente utilizado pelo adolescente, e também isso coincidiu, tanto a experimentação quanto o uso atual de narguilé. O cigarro de palha, que também vem crescendo entre os jovens adultos, também mostrou uma queda entre os adolescentes.

Isso tudo parece que coincide com um aumento que foi registrado na proporção de usuários de cigarro eletrônico, de dispositivos eletrônicos para fumar, que foi o registrado entre os adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, eu queria chamar a atenção: esse preço do cigarro convencional muito barato, a própria pesquisa telefônica mostra que esse adolescente, a partir do momento em que ele vai avançando nessa dependência, que ele experimenta o dispositivo eletrônico e ele começa a ter que usar de uma maneira mais intensa, diariamente, a dependência de nicotina se instala, a gente vê que inverte, e a proporção de fumantes de cigarro convencional entre os jovens adultos passa a ser maior do que a de dispositivo eletrônico.

A gente, então, tem um problema que independe de liberar ou não liberar o dispositivo eletrônico para fumar. A gente tem um problema atualmente num produto para o qual é permitida a sua comercialização, que é o cigarro convencional, em que nove entre cada dez adolescentes que tentam comprar o seu próprio cigarro do Brasil são bem-sucedidos nessa tentativa. Esses produtos são vendidos inclusive no formato avulso, o que também é proibido. Então, você encontra que nove entre cada dez estabelecimentos comerciais legalizados, autorizados – não é o camelô na rua – oferecem a compra do cigarro avulso.

Como a Senadora bem disse, a gente também tem essa venda pela internet, tanto do cigarro convencional quanto do dispositivo eletrônico para fumo.

A verdade é que a indústria da nicotina, que está tão interessada em teoricamente proteger o adolescente brasileiro, é responsável por um atraso de quase 14 anos na implementação de uma resolução da Anvisa – pioneira, seria o primeiro país no mundo que teria proibido a adição de quaisquer aditivos, de quaisquer produtos de tabaco. Ela bloqueou isso através de ações judiciais, e a gente observa que, entre 2014 e 2020, explodiu o número de produtos registrados no país que contêm os aromas e sabores que teriam sido proibidos por essa resolução da Anvisa, aromas e sabores que também fazem parte dos dispositivos eletrônicos para fumar, que favorecem a iniciação, que atacam diretamente esse adolescente, esse jovem, e acabam interferindo, como a Senadora bem disse, em problemas que têm a ver, obviamente, com o desenvolvimento dessa família. Então, a gente teve uma disparada nesses registros de produtos com aditivos, em função da interferência da indústria do tabaco, que também interfere em dados oficiais de contrabando de mercado ilegal, em que ela superestima esse contrabando, para forçar que você não tenha aumento de preços e impostos dos produtos dos cigarros convencionais e tantas outras medidas que poderiam caminhar na redução da proporção de fumantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fato é que a gente observou esse aumento, na Pesquisa Nacional de Saúde Escolar, desse uso, dessa experimentação dos *vapes*, dos dispositivos eletrônicos para fumar, mas comparado com os países em que esses produtos têm a venda permitida, o Brasil tem uma situação bem diferente. O uso diário, esse uso mais contínuo desses dispositivos, é bem inferior quando você compara com os países onde esse produto tem permitida a venda. Peguei ali os exemplos anteriores, e temos aqui o exemplo da Nova Zelândia, onde ele é permitido, e você tem 10% de uso diário entre os adolescentes, e no Brasil esse número é irrisório.

Também tivemos o caso da Austrália, em que disparou o uso desses produtos de uso diário, e a Austrália avançou, em 2024, para proibir a venda desse produto para uso recreativo. Então, diante desse cenário – em que o Brasil não está... Porque o que acontece é que a gente tem uma experimentação do dispositivo eletrônico para fumar, mas, como eu coloquei bem, o produto do cigarro convencional é tão barato, que esse dispositivo eletrônico entra na epidemia do tabagismo no Brasil apenas para promover a iniciação de um grupo de usuários que não teriam começado na dependência da nicotina.

Este gráfico aqui é bem interessante, porque a gente vê como é que o perfil que está usando o cigarro convencional, basicamente na baixa escolaridade, baixa renda, é oposto daquele que está usando o cigarro eletrônico. Então, a gente está trazendo um perfil de adolescentes diferente daqueles que teriam evoluído na dependência da nicotina por meio do cigarro convencional.

O Levantamento Nacional de Álcool e Drogas mais recente também mostrou que as meninas estão entrando nessa dependência mais do que os meninos, isso também é algo que não acontece com o cigarro convencional. O fato é que o próprio dado da pesquisa telefônica apontou a mesma coisa: o uso maior de DEF entre as meninas, mulheres, do que entre os homens, fazendo com que depois elas se aproximassem dessa dependência; essa proporção de fumantes de produtos derivados do tabaco é semelhante à dos meninos.

Algo muito importante é que, quando a gente pega, por exemplo, jovens adultos, na pesquisa telefônica do Vigitel, a grande maioria, quase 90%, ou é composta de jovens adultos que nunca teriam fumado, nunca tinham fumado, ou que estão fazendo o uso dual, ou seja, a gente está trazendo uma população que, na verdade, está sendo recrutada por meio do dispositivo eletrônico para fumar e que depois, como eu falei, vai migrar para o cigarro convencional. Esse é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um perigo muito sério, porque, com o uso dual, a literatura mostra que você aumenta o risco de várias doenças – como doenças cardiovasculares, disfunção metabólica, doenças pulmonares, doenças bucais – acima do uso de quem está usando apenas o cigarro convencional, ou então de quem está usando o cigarro eletrônico e não está usando nenhum outro produto derivado do tabaco.

Algo que agride diretamente o âmago das famílias – como é um dos assuntos importantes dessa audiência, e a gente já tinha assinalado isso ano passado, com a pesquisa que foi publicada – é que as mulheres grávidas, as meninas grávidas estão usando – ou estão experimentando – os dispositivos eletrônicos para fumar numa proporção muito maior do que as mulheres não grávidas. Isso é importante, porque vai ao encontro desse discurso da redução de danos que a indústria do tabaco promove. Então, a menina acaba que experimenta esse dispositivo, ela engravida e ela permanece ainda usando esse dispositivo eletrônico para fumar – uma parte delas – nessa lógica da redução de danos.

E a gente sabe que há uma literatura que também mostra que o uso dual ou o uso de cigarro convencional aumenta uma série de chances, de riscos de desenvolver desfechos materno-infantis. Então, por exemplo, os dados da última pesquisa do Vigitel também mostraram que a gente sabe que o uso diário do dispositivo eletrônico para fumar no Brasil é bem menor do que naqueles países onde é regulamentada a venda, mas você vê que as mulheres grávidas estão usando mais diariamente do que as mulheres não grávidas. Então isso, como eu falei, é a lógica de um novo perfil que está sendo recrutado para a dependência da nicotina e, particularmente, nessa lógica da redução de danos, que é falaciosa, porque ela não acontece. Para vários desfechos, o risco é igual, ou, se é menor, não é os 95% menor, como diz a indústria do tabaco.

Então, a gente tem uma experimentação elevadíssima também entre as meninas, as mulheres grávidas da faixa de 18 a 24 anos, e o fato é que, quando você olha a proporção de fumantes de 18 a 24 anos, as mulheres grávidas estão até com uma proporção maior do que as mulheres não grávidas; ou seja, um efeito de você experimentar esse DEF, usar esse DEF, e, depois, quando a pressão econômica aparece, você vai usar de forma dual, com o cigarro convencional, ou vai migrar totalmente para o cigarro convencional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a experimentação de dispositivo eletrônico para fumar, já tem muitos dados na literatura que mostram que ela está associada a um risco maior de você iniciar também no cigarro industrializado ou no narguilé. Os dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar mostraram isso: que é quase quatro vezes maior a proporção de uso de narguilé ou de cigarro industrializado entre quem está experimentando o dispositivo eletrônico para fumar *versus* quem não está experimentando. E o próprio último dado do Vigitel também apontou exatamente isto: que, entre aqueles que estavam usando cigarro convencional, atualmente, tinha uma proporção que era quase um triplo de experimentação de cigarro eletrônico, mostrando que esse produto, entre jovens e adolescentes brasileiros, tem um efeito sinergético, que potencializa o problema da epidemia do nicotinismo no Brasil.

Os dados que também temos entre os adultos – 18 anos ou mais – mostram uma certa estabilidade: não há aumento no uso de usuários de dispositivo eletrônico para fumar, reforçando a ideia de que a estratégia de *marketing* da indústria do tabaco são produtos tecnológicos recheados de aromas e sabores, voltados para atrair, para recrutar os nossos adolescentes – a geração futura, que vai crescer nesse ambiente e que tem uma interferência na indústria do tabaco.

É muito importante a gente reforçar, também, que a gente tem os dados econômicos. Então, essa estratégia de *marketing* da indústria do tabaco, essa interferência na política pública, essa interferência no desenvolvimento sustentável do país, das famílias, tem um custo para o país. E a gente tem como estimar isso, publicação inclusive do Instituto Nacional de Câncer, do Ministério da Saúde, que foi apresentado ano passado, inclusive em datas celebrativas, em que a gente mostrou que para cada R$1 que a indústria do tabaco usa em estratégia para estimular a iniciação de jovens e adolescentes na dependência da nicotina, o país gasta o quíntuplo no custo direto e indireto das doenças relacionadas a esse comportamento de risco.

A tal arrecadação, que é dita como algo importante e é um dos motivos por que ela quer mudar a regulamentação atual, ou seja, passar de proibição total para liberação da venda, para cada R$1 arrecadado em impostos federais com a venda de cigarros legais atualmente, o país gasta quase o triplo com custos diretos e indiretos. Então essa conta não fecha, a gente vai estar sempre de maneira desvantajosa do ponto de vista econômico, porque a epidemia de tabagismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Brasil causa atualmente quase 177 mil mortes, aproximadamente, anuais e um custo direto e indireto da ordem de R$160 bilhões por ano.

Então esta audiência, esse tema da família tem a ver com desenvolvimento sustentável e, para atingir isso, a gente tem que, obviamente, caminhar no sentido de implementar medidas voltadas para a redução da iniciação e para o estímulo da cessação. As perdas causadas pelo tabagismo são enormes e as pessoas que morrem, que infelizmente adoecem, que vêm a falecer, em função desse comportamento de risco, são substituídos por novos consumidores adolescentes, por meio do cigarro convencional, mas agora também a indústria do tabaco quer fazer isso por meio dos *vapes*, dos dispositivos eletrônicos para fumar. A gente então tem que, cada vez mais, reforçar as medidas de prevenção e controle do tabaco, para a gente acabar com esse ciclo perverso de morte e novos recrutamentos.

Agradeço muita a atenção. Infelizmente vou ter que me ausentar agora, mas fico à disposição depois para poder responder eventuais perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. André, antes de o senhor sair, eu quero agradecer e quero informar para as pessoas que estão nos assistindo que a apresentação de Dr. André vai ficar no *site* da Comissão à disposição.

O senhor sabe, Dr. André, que esse é o tipo de eslaide, de material que vai ser muito consultado por pesquisadores, por famílias, por jornalistas. Parabéns por sua apresentação, mas eu só queria ler aqui, doutor, alguns comentários que chegaram. Eu tenho três perguntas, mas serão para os demais expositores, só para o senhor ter ideia do nível de comentários que estão chegando.

Por exemplo, Renata, do Distrito Federal: "Jovens que usam *vape* precisam de apoio, não apenas punição, para romper o vício. Criem um incentivo para a abstinência".

Se o senhor me fala que cada um cigarro, cada um, dinheiro arrecadado de um, o nosso custo vai ser quase três, aí a gente vai criar mais programas para abstinência de uma coisa que a gente podia estar evitando a dependência. Boa sua participação, Renata, mas a gente precisa colocar números agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Renan, do Pará: "Sem fiscalização da vigilância sanitária a luta será enfraquecida! O DF tem a maior população adulta e também escolar no consumo de *vapes*".

Sandra, do Rio de Janeiro: "A legislação já existe, é preciso mecanismos de conscientização e educação. Fumar é um vício que precisamos combater".

Lucas, do Paraná: "O dever do Estado é regulamentar". Olha o que ele fala: "O Estado não deve ditar o que um cidadão maior de idade pode ou não consumir".

E Luiz, de Alagoas, fala, doutor: "O uso de cigarro eletrônico vem tendo um aumento muito grande na adolescência, principalmente em cidades pequenas [...] [sem] fiscalização".

Aí, Dr. André, o senhor traz para nós o número de que morrem mais de 177 mil pessoas no Brasil relacionadas ao tabaco – 177 mil/ano –, mas essas são as mortes, a gente tem que considerar as milhares de pessoas com péssima qualidade de vida, que estão em sofrimento. A morte é o desfecho de um sofrimento, mas nós temos milhares de pessoas em profundo sofrimento no Brasil, todo ano, por conta do tabagismo, relacionado ao tabaco. E a gente precisa falar isso da forma como o senhor colocou. Obrigada, Dr. André.

Só faltou colocar uma coisinha na sua apresentação, coloque na próxima: eles fedem, o cheiro é muito ruim. A gente sabe quando uma pessoa está usando cigarro eletrônico, quando se aproxima da gente. Não adianta dizer que vocês estão usando no anonimato, porque o cheiro de vocês chega antes. É por isso que os pais identificam. Então, Dr. André, se o cheiro sai pelos poros, ao ponto de a gente entrar no elevador e saber que alguém que usa *vape* acabou de sair do elevador, se está saindo pelos poros, o que está dentro desse pulmão? É isso que os pais no Brasil estão perguntando.

O Estado realmente não pode ditar comportamento, mas é esse mesmo Estado, que não pode ditar, que vai ter a conta lá no final depois, para arcar com internação, com medicação, com hospital, com médico.

Dr. André, obrigada por sua participação. Obrigada por disponibilizar esses eslaides tão preciosos. A gente sabe que o senhor vai precisar sair, se ausentar. É só se quiser fazer alguma consideração final e a gente já encerra sua participação. Quer responder ou falar alguma coisa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ SALEM SZKLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço enormemente as colaborações, os comentários. E eu acho que eu vou ficar depois à disposição para poder responder com mais tranquilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. André.

Na sequência, vamos ouvir agora o Dr. Marcelo Couto Dias, Secretário da Família, Cidadania e Segurança Alimentar da Prefeitura de Osasco. Ele é especialista em políticas públicas para famílias.

Dr. Marcelo, é uma honra recebê-lo nesta audiência. Dez minutos para a sua exposição.

O SR. MARCELO COUTO DIAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora Damares, pelo convite. Agradeço também a toda a equipe que organizou, que está organizando este evento, esta oportunidade de reflexão de um tema tão relevante para a população brasileira e, como foi mencionado pela Senadora na abertura, um tema que tem preocupado muito as famílias. Então, é importante a gente olhar sob essa perspectiva das famílias.

Quando a gente vê os dados atuais sobre o uso, a gente vê uma prevalência grande entre os adolescentes. Então, mais de um em cada dez adolescentes, 11,4% para sermos mais precisos, referiram ter consumido esses cigarros eletrônicos, esses dispositivos eletrônicos de fumar, em algum momento da vida, enquanto essa prevalência entre adultos é de 8,6%, ou seja, nós estamos falando de um fenômeno que atinge mais os adolescentes. E aqui entra o ponto, o interesse e, ao mesmo tempo, a responsabilidade das famílias dentro dessa temática, porque nós estamos falando da saúde de adolescentes.

Como diz a Constituição Federal, no art. 227, é dever da família, da sociedade e do Estado garantir, assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança, do adolescente e do jovem, entre os quais está a saúde. Então, há uma responsabilidade compartilhada da família, com a sociedade e o Estado, de garantir a saúde da criança, do adolescente e do jovem. Nós estamos falando de uma questão, então, de um problema que tem impactos grandes sobre a saúde, que serão mais bem detalhados nas próximas duas apresentações, que trarão aspectos mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

específicos de saúde, mas a gente está falando, então, de um direito básico dos adolescentes, diante dessa prevalência.

Então, um outro fenômeno, também – e aqui, eu estou me referindo aos dados do 3º Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (Lenad), os dados já mostram para a gente, já trouxeram, foi a primeira vez em que o Lenad trouxe esses dados sobre os dispositivos eletrônicos –, mostra que a conversão da experimentação para o uso atual dos dispositivos eletrônicos para fumar revela um padrão preocupante: mais da metade das pessoas, 63,6% daqueles que experimentaram (e isso significa aproximadamente 9% da população), mantiveram o uso após a experimentação. Isso é um problema sério, ou seja, as pessoas falam: "Ah, experimentar, só experimentar", só que há uma alta taxa de conversão da experimentação no uso frequente, que é o uso problemático dessas substâncias.

E aqui, mais uma vez, entre os adolescentes, a situação é mais complexa, chegando a quase 80% a taxa de conversão da experimentação em uso atual. Enquanto, na média da população, 63,6% dos que experimentaram passam a usar com frequência os dispositivos, entre os adolescentes essa taxa é de quase 80%, ou seja, praticamente 3 em cada 4. Mais de 3 em cada 4 adolescentes que experimentam relatam usos posteriores, então se convertem em usuários. Então, esse é um problema muito sério e que atinge de forma muito específica os adolescentes. E aqui nasce uma questão de preocupação muito grande das famílias, que são as responsáveis diretas e imediatas por esses adolescentes, pelos atos, pelos comportamentos e também pela saúde, pelos impactos e pelas repercussões que esse uso terá ao longo da vida desses indivíduos.

Essa prevalência – também é um dado importante de a gente mostrar, no que diz respeito ao uso e ao impacto deles na adolescência – é uma prevalência maior entre indivíduos do sexo feminino, que é diferente dos adultos. Então, nos adultos, você tem uma prevalência maior de uso entre homens, mas quando a gente fala dos adolescentes, a prevalência do uso é maior entre as meninas. E aqui a gente coloca os dispositivos eletrônicos de fumar, os cigarros eletrônicos, no rol onde também estão o álcool e outras drogas, outras substâncias ilícitas em que, nesses casos, os dados da Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares – como já foi mencionado pelo André, que me precedeu – dão conta de uma prevalência maior entre as meninas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui a gente tem que ficar atenta a uma questão, tem uma questão aqui até de saúde mental também, que está relacionada com isso; os dados da PeNSE também mostram uma degradação grande da saúde mental dos nossos adolescentes e, especialmente, as meninas estão sendo mais afetadas, e isso as torna mais vulneráveis a todos esses tipos de substâncias que promovem, ainda que temporariamente, um alívio para aquele sofrimento emocional a que os adolescentes estão, infelizmente, cada vez mais submetidos na nossa sociedade e tantos outros problemas relacionados a isso.

Então, há uma prevalência, também, maior entre meninas, e aqui estão os dados, só para vocês saberem, até para que as famílias entendam um pouco disso aqui. A gente tem um consumo, ao longo da vida, entre adolescentes, em que 12,3% das meninas já consumiram em algum momento, enquanto os meninos são 10,6%. Quando a gente vai pensar o consumo no último ano, 9,8% das meninas relataram ter consumido, enquanto 7,7% dos meninos... E o consumo no último mês, um consumo imediato, mais próximo, de aproximadamente 5% entre meninas e 2,61% entre os meninos. Então, estão bem consolidados esses dados de que o uso dos dispositivos eletrônicos para fumar, os cigarros eletrônicos, atinge mais os adolescentes do que os adultos e, entre os adolescentes, atinge mais as meninas do que os meninos.

A gente tem uma situação que exige uma atenção específica e ações claras para enfrentar esse problema, que são ações de diversas ordens, algumas aqui já foram até mencionadas pelo André, ou seja, o fato da proibição... O uso desses dispositivos é proibido, mas a gente sabe que tem uma lacuna grande em termos de fiscalização, porque não basta a proibição, é preciso que isso seja fiscalizado. A gente tem um problema semelhante com o álcool: é proibida a venda de álcool para adolescentes e o consumo por eles, mas, infelizmente, as pesquisas mostram um acesso fácil e um consumo frequente, entre adolescentes, do álcool, e acontece a mesma coisa com os cigarros eletrônicos. Então, há necessidade de incremento das estratégias de fiscalização. Manter a proibição... É fundamental a manutenção da proibição, até ia apresentar alguns dados aqui, mas a fala do André já contemplou. Não é uma solução essa liberação do uso porque os países que já fizeram isso mostraram um aumento do consumo e uma prevalência maior. Então, não é verdade que legalizar vai disciplinar, vai ordenar melhor o consumo: isso vai aumentar o número de pessoas submetidas aos problemas relacionados ao consumo desses dispositivos, à utilização desses dispositivos. Não vou me deter sobre esse tema, acho que a apresentação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

André já deixou isso bastante claro, mas há uma necessidade de fiscalização dessa legislação. Os dispositivos são proibidos no Brasil, mas, infelizmente, eles são muito consumidos; a gente pode passar pela rua e não é preciso andar muito para ver alguma pessoa, adulto ou adolescente, utilizando.

Então, é um problema sério do Brasil, em que as legislações não são cumpridas, a fiscalização é muito frágil muitas vezes. Aqui a gente tem aquela expressão de que "a lei tem que pegar", uma coisa absurda porque lei é lei, mas no Brasil não basta ter a lei, ela ainda precisa, depois, "pegar", e aqui a gente está vendo que essa proibição dos dispositivos eletrônicos, dos cigarros eletrônicos, está muito longe de "pegar", então há uma necessidade de uma atuação firme do Estado na fiscalização desse consumo. Como a Senadora mencionou, é muito frequente ver isso em festas de adolescentes, com um uso aberto, então há necessidade de pensar isso.

A gente tem um dado... O Lenad também mostrou que um a cada 20 brasileiros, um pouco mais de 5%, relata o uso frequente, cotidiano, desses dispositivos, ou seja, estão usando sempre ou quase sempre. Tem uma escala que o Lenad colocou, em que ele apresenta algumas possibilidades. Entre as possibilidades está essa de consumir sempre ou quase sempre. E a gente tem uma taxa de pessoas que relataram consumir sempre ou quase sempre, de mais de 5%. Outros são às vezes, raramente ou quase nunca. Então 5,3% falam que fazem isso sempre ou quase sempre. E esse padrão de consumo regular está potencialmente associado à dependência de nicotina.

O uso habitual em contextos sociais, mais uma vez, foi maior entre adolescentes. Então, entre esses que respondem que consomem os dispositivos sempre ou quase sempre, 7% são adolescentes e 5% são adultos. Enfim, então temos um problema que tem uma necessidade muito específica de ação no que diz respeito à vida dos adolescentes.

E aqui então, eu queria falar só algumas recomendações que eu acho que são importantes para contemplar essas preocupações que as famílias relatam, que as famílias trazem sobre esse tema. Então acho que a primeira coisa é reduzir o acesso a isso. É muito necessário. Isso tem a ver, em primeiro lugar, com ampliar a fiscalização sobre essas vendas *online* e pontos de venda e outros produtos disso. Acho que isso é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem que se estabelecer uma articulação federativa com estados e municípios, para ficarem bem claras essas ações, para garantir a eficácia regulatória, ou seja, tem que alinhar metas, tem que ter procedimentos, tem que ter clareza das penalidades no nível federal, estadual e municipal, sobretudo nesse contexto em que a gente vê um aumento do consumo e um aumento numa faixa etária que, segundo a lei, deve ser tratada com absoluta prioridade.

Então, em termos até da absoluta prioridade de que fala a Constituição, é necessário o incremento dessas ações de fiscalização, manter essa proibição. Acho que isso é muito claro, isso vai muito na linha dessa preocupação que as famílias têm, porque o acesso é cada vez mais fácil, o acesso pela internet, são ferramentas que os adolescentes dominam muito mais do que os seus pais, então eles sabem muito mais onde encontrar, como acessar, etc. Então os pais ficam numa posição muito prejudicada nesse sentido, porque às vezes, o pai, se for tentar adquirir um produto desse, não consegue, por ter falta de destreza com a internet de um modo geral. Mas os adolescentes fazem isso com muita facilidade. Tem comunidades em que se pode acessar. Então a manutenção da proibição integral é muito necessária.

Mas, além disso, é necessário que essa proibição não esteja somente no papel, que ela seja acompanhada de uma fiscalização clara da venda digital, sobretudo, porque hoje basicamente a forma de acesso a esses dispositivos é por meio da venda digital. Então aqui há uma necessidade de uma fiscalização maior nesse sentido.

Além disso, também é muito necessário garantir isso que foi já mencionado, que é uma forma de atrair esses novos consumidores, que é associar isso com uma ideia de que assim você vai se distanciar do cigarro, como se o dispositivo eletrônico fosse uma forma de se distanciar do cigarro tradicional. Isso é um equívoco. As pesquisas mostram isso. Então, é necessário sensibilização, ações de comunicação que mostrem que não há essa relação.

Agora, também tem um outro ponto que é muito importante, que também o Lenad mostrou, que existe um contingente significativo da população brasileira que não conhece esses dispositivos. Então, as estratégias de comunicação também têm que ter esse cuidado para não levar informação sobre uma coisa que a população não sabe, para que mais adolescentes fiquem conhecendo. Então, tem que ter uma sensibilidade nessas ações e focar em grupos específicos, para evitar o risco de um efeito iatrogênico de campanhas publicitárias que acabariam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aumentando o acesso à informação, ao conhecimento de uma população – que é mais de 15% da população – que nunca... Pelo menos nos dados aqui da pesquisa do Lenad, 17% falaram que nunca ouviram falar sobre esses dispositivos. Então as estratégias de campanha de comunicação precisam ter essa cautela, para não acabar tendo esse efeito de levar essa informação para essa população.

E o último ponto que eu queria destacar aqui, que eu acho muito importante, é também mostrar a necessidade de investir no fortalecimento do vínculo familiar, na melhoria das práticas parentais. Diversos estudos recentes – temos estudos de 2025, de 2026 – mostram uma associação entre a qualidade da relação, da supervisão, da expressão afetiva, ou seja, das práticas parentais e a prevenção do uso de cigarros eletrônicos. Então, os estudos mostram que quando os adolescentes crescem em contextos marcados por um exercício da parentalidade de forma adequada, caracterizada por supervisão, limites claros, regras, ou seja, pais que sabem onde os filhos estão, com quem andam, o que estão fazendo, a que hora vão retornar, que abrem espaço para o diálogo, enfim, que exercem a parentalidade de forma adequada, esses adolescentes têm uma chance menor de experimentarem e terem o uso frequente dos cigarros eletrônicos.

Então, investir no fortalecimento dos vínculos familiares, investir na melhoria das práticas parentais é muito importante, não só para os cigarros eletrônicos – os estudos já mostram essa relação entre parentalidade e uso de cigarros eletrônicos –, mas para vários outros desfechos na vida dos adolescentes: menor uso de drogas, menos problemas de saúde mental. Tanto sintomas internalizantes, quantos externalizantes de saúde mental são verificados em maior frequência em adolescentes que crescem em ambientes familiares marcados pela negligência, pelo autoritarismo, pela permissividade; enquanto adolescentes que crescem em lares marcados por uma combinação adequada entre supervisão e expressão afetiva, que é o que a ciência chama de estilo parental autoritativo, são menos vulneráveis a todos esses desfechos.

Então, o investimento na parentalidade – políticas públicas que promovam práticas parentais adequadas, que melhorem a relação e a comunicação dos pais com os filhos – é muito importante, em escala, para garantir o desenvolvimento saudável dessas crianças e dos adolescentes. A gente tem, inclusive, uma recomendação da Organização Mundial da Saúde. Foi publicada em 2021 essa recomendação, que, justamente, fala que programas e intervenções parentais baseados em evidências são uma forma escalável e econômica de apoiar pais e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cuidadores e prevenir abusos, negligência, adversidades na infância, mas também de contribuir para a saúde mental, para o bem-estar e para reduzir os comportamentos de risco ao longo da vida, entre os quais está o uso de álcool e outras drogas e também dos cigarros eletrônicos.

Então, aproveito esta oportunidade aqui. Esse é um trabalho que a gente tem realizado aqui na Prefeitura de Osasco, que é justamente com o foco em fortalecer esses vínculos familiares. Desde 2023, a gente implementa programas de fortalecimento de vínculos – dois programas especificamente –: o programa ACT Para Educar Crianças em Ambientes Seguros e o Programa Famílias Fortes.

Temos difundido essas metodologias nas escolas da rede municipal de ensino, agora estabelecendo parcerias também com escolas da rede estadual, e, entre os resultados desse investimento no fortalecimento do vínculo e da melhoria das práticas parentais está a redução – já comprovada em estudos e pesquisas feitas no Brasil – da exposição de crianças e adolescentes a comportamentos de risco, entre os quais está o uso de cigarros eletrônicos.

Era isso que eu tinha para compartilhar com vocês. Mais uma vez a parabenizo pela iniciativa e espero que essa fala tenha contribuído para este debate tão rico e necessário, que o Brasil precisa fazer em torno desse tema.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Marcelo. Se puder ficar até o final, para as considerações finais, temos duas perguntas direcionadas ao senhor.

Leonardo, do Distrito Federal, diz o seguinte: "A normalização desse tipo de comportamento, baixa coerção social e ausência de punição dos responsáveis não ajudam. Punir os pais, talvez?".

Responda quando eu lhe devolver a palavra.

E também a pergunta: por que esse índice maior de meninas? Se o senhor poderia explicar. O expositor anterior falou em um número crescente de mulheres grávidas. Agora, quando a gente traz para a adolescência, o senhor aponta que o número maior de quem experimentou ou está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazendo uso do cigarro eletrônico é de meninas. Então, ficam essas duas perguntas para o senhor responder.

Vamos para o nosso penúltimo expositor desta audiência pública, Dr. João Paulo Becker Lotufo, Coordenador do Grupo de Trabalho de Drogas na Infância e na Adolescência da Sociedade Brasileira de Pediatria.

Muito obrigada Doutor, por estar conosco.

O SR. JOÃO PAULO BECKER LOTUFO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço por esta oportunidade.

Eu quero me apresentar primeiro como pediatra, um pediatra que ainda está na ativa. Eu sou pneumopediatra e trabalhei muito sobre a questão do tabaco no sentido de prevenir o fumo em ambiente fechado. Então, desde 2012, nós estamos batalhando nessa luta. Eu tenho um ambulatório antitabágico, que começou tratando os pais fumantes das minhas crianças asmáticas.

Quando você pergunta para o jovem qual é a droga que faz menos mal – hoje o tabagismo todo mundo sabe que faz mal – eles respondem claramente: a maconha e o álcool. Mas, na verdade, o cigarro eletrônico hoje também está ocupando esse espaço da droga que faz menos mal.

Existe uma falta de amplas campanhas para divulgar o malefício de todas as drogas. Então nós temos hoje, por exemplo, no Supremo, um dos Ministros querendo trabalhar a liberação da maconha. Então, já foi votado o porte, mas não foi gasto um minuto para se dizer qual é o risco do uso da droga. E a maconha está junto do cigarro eletrônico também, não vamos ignorar isso.

Então, aproveitando os dados recentes que tivemos sobre o uso de drogas, os jovens costumam falar para mim: "Tio, todo mundo usa". Mas, na verdade, a menor parte da população usa. Então, vocês vejam, o álcool, por exemplo, 50% da população não colocou uma gota de álcool na boca no último ano; o tabaco, 90% não fumam. Nós aumentamos um pouquinho – de 9,2% para 11,5%, de 2023 para 2024 –, mas, na verdade, quase 90% da população não fumam. A maconha muito menos e as outras drogas também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas quando você comenta com o jovem que o risco da droga é até em nível cerebral... (*Pausa.*)

Então, o risco da droga ocorre em todos os momentos. Se você fala que 20% dos jovens vão ficar dependentes da maconha, por exemplo, e o garoto diz para mim: "Tio, eu estou aqui com o PHD não sei quem, de Nova York, que diz que 10% ficam dependentes". Eu perguntei a ele: se você fosse pegar um avião em que estivesse, na porta do avião, escrito "10% de chances de cair", você pegaria esse avião?

Então, esse é o problema. Qual é o risco do uso da droga? Qual é o risco do uso do cigarro eletrônico? Nem todo mundo vai ficar doente, nem todo mundo vai ter câncer, nem todo mundo vai ter um E-Vale, nem todo mundo vai ter surto psicótico, mas o risco da doença existe.

Começa com as drogas lícitas e termina com as drogas ilícitas. Você ter um rapaz de 30 anos hoje, batendo no pai de 74 anos porque ele não queria comprar bebida alcoólica, esse é o fim do túnel, vamos dizer assim.

Na verdade, isso é o que, no lado da medicina, a gente pega.

Então, nem todos vão ficar doentes.

Quando começar a falar da questão de droga para as famílias? É intraútero – intraútero –, porque, se a mãe fuma, o feto já tem problemas. Se a mãe usa maconha, o feto já tem problemas. E assim vai.

Estamos com um problema no berçário do Hospital Universitário da USP, onde 15% acabam ficando com abstinência de droga no berçário. O uso da droga durante a gestação tem aumentado muito. Não se comenta isso e, na verdade, as crianças do berçário acabam tendo abstinência de droga. Aumenta-se o tempo de internação. Elas choram intensamente e, na verdade, quando se aumenta o tempo de internação, isso acaba aumentando o custo de permanência hospitalar e aumenta a chance de infecção hospitalar.

Então, o que eu estou vendo hoje é que pais e filhos estão procurando ajuda. Eles estão percebendo que os filhos estão dependentes do cigarro eletrônico. O meu ambulatório para parar de fumar tem recebido vários alunos da Universidade de São Paulo, que estão percebendo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não conseguem ficar uma aula sem sair para usarem o cigarro eletrônico. O cigarro eletrônico tem cinco vezes mais nicotina, vicia mais e as doenças estão aparecendo mais precocemente.

Na verdade, eu tenho meu trabalho de prevenção que se chama Dr. Bartô, que é um personagem que eu criei, e ele tem um livro que se chama *Os 12 Passos*. Todo mundo tem os 12 passos hoje, não é? Alcoólicos anônimos, narcóticos anônimos e nós fizemos também os 12 passos para evitar um pouquinho o risco da droga na família.

E quais são eles? Família unida com limites – limite é uma coisa que está faltando –; conversar dentro de casa, fazer as refeições com os filhos, sem o celular na mesa; atividades sociais e esportivas, desenvolvê-las – seria a escola em tempo integral para nós, é um projeto da Islândia –; espiritualidade é um fator protetor; bons amigos; e o exemplo dos pais.

Você sabia que, se os pais fumam, a chance de droga nos filhos é de 50%? Estou falando de drogas lícitas, e depois caminhando para as ilícitas. Se os pais não fumam, 2% de chance de drogas nos filhos. Se os pais bebem, 25% de chance. Se os pais não bebem, 1%. Então, dentro desses 12 passos, se eu tivesse um para trabalhar, seria a família. E a escola é a segunda família.

Nosso projeto é um projeto nas escolas, um projeto contínuo, que a gente não consegue ter uma verba pública para impactar, mas nós temos municípios que estão trabalhando. O Município de Pompeia, vou estar lá no sábado; mês que vem, Erechim, no Rio Grande do Sul; Santa Cruz do Rio Pardo e vários outros. Mas o projeto não é ir à escola fazer uma palestra, é treinar os professores para que eles exerçam um programa de prevenção de drogas durante o ano todo. O programa tem que ser contínuo, tem que ser persistente. Não adianta uma palestrinha na escola.

Então, na verdade, a minha ideia é: qual é o risco de uso de droga? Qual é a campanha governamental que falou do risco do uso da maconha quando discutiram o porte da maconha? Nenhuma. Nenhum. Então, nós precisamos trabalhar isto: uma campanha efetiva, a nível nacional, para a gente divulgar o risco de todas as drogas, e incluir aí o cigarro eletrônico.

Na verdade, o que acontece? Quando a gente tirou o cigarro de dentro do restaurante, do ambiente fechado – e isso ocorreu em 2009 –, o Brasil só se tornou ambiente livre do tabaco em 2014. O Ministro da Saúde, na época, engavetou a regulamentação do uso da droga, desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto de não se fumar em ambiente fechado. E o Brasil, apesar de nós já termos dados, em São Paulo, de que tinha diminuído o infarto e o derrame, são trabalhos do Incor, o Brasil demorou cinco anos para que o Ministro – ou outro Ministro, porque aquele não fez, por coincidência o mesmo Ministro que nós temos hoje –, engavetou por cinco anos um projeto que tinha relação com benefícios à saúde.

E quero lembrar que o cigarro eletrônico também produz o tabagismo passivo. A criança que está em volta recebe a nicotina e o seu cérebro já reconhece a nicotina, e quando ela começar a experimentar, ela vai ter problemas mais precocemente.

Então, minha mensagem é essa. Eu acho que a gente tem que investir na família, tem que investir na prevenção, que é uma coisa que os governos têm dificuldade. Aqui em São Paulo, por exemplo, disse que se acabou com a Cracolândia, mas hoje, vindo para cá, onde eu estou no hospital, eu passei por várias ruas dominadas de gente de rua. Quer dizer, então espalha-se a droga, e não há uma campanha de prevenção esclarecendo à população que precisa saber do risco do uso da droga.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. João, que alegria ter o senhor aqui com a gente.

E a Dra. Flávia estava aqui do meu lado dizendo assim: "A senhora conhece o trabalho dele? Ele é extraordinário!". Aí ela estava abrindo aqui para eu ver o *site* do Dr. Bartô e eu queria que o senhor, em dois minutinhos, passasse o endereço para a população, Dr. João Paulo, porque o senhor disse tudo, mas tem muitos pais que lá na ponta não têm a informação.

A Dra. Flávia acabou de me dizer que tem material seu com os quais ela conversa com o filhinho dela de três anos – com material seu.

Passe o *site* para o Brasil, Doutor, para a gente ir lá buscar o seu precioso material, por favor.

O SR. JOÃO PAULO BECKER LOTUFO (*Por videoconferência*.) – Está no *site:* www.drbarto.com.br. Ali tem todo o material que a gente precisa, tem um programa... tem lá mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 120 vídeos falando do mal da droga. Isso pode ser repassado nas famílias, nas escolas, em todo lugar.

Estamos esperando uma colaboração para que esse projeto entre na política pública de prevenção de droga, o que tem sido muito difícil.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. João, obrigada por sua participação.

Nós vamos acessar o *site*, vamos conhecer, mas eu só tenho que informá-lo que o senhor vai ter muito trabalho nos próximos anos, porque no dia 31 agora o Ministro da Suprema Corte Gilmar Mendes falou, de forma muito clara, que o STF já pensa... Está bem aqui. Eu vou ler exatamente como está na imprensa, para não dizerem que eu tenho problema com a Suprema Corte – não tenho, pelo contrário: "STF está perto de discutir descriminalização de todas as drogas". Eu estou aqui falando de cigarro eletrônico, e eles estão a alguns passos à frente: é descriminalização de todas as drogas.

O senhor vai ter muito trabalho no Brasil ainda, Dr. João Paulo. Que Deus lhe dê saúde, energia, disposição como pediatra para ajudar as famílias brasileiras a enfrentar a dependência.

E o senhor disse algo extremamente interessante: as crianças dependentes... o uso passivo, quem está ao lado de quem usa o cigarro eletrônico também está usando cigarro eletrônico. Então, por favor, não use cigarro eletrônico perto de mim, nem perto de criança, nem perto de grávidas, por favor! Que você se tranque numa sala se quiser, use seu cigarro eletrônico, mas não faça crianças como usuárias passivas do cigarro eletrônico.

Obrigada, Dr. João Paulo. Deus o abençoe!

Nós vamos ouvir agora a Dra. Flávia Fonseca Fernandes, Secretária-Geral da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia.

Só que você vai começar de forma diferente. Arthur, do Pará, pergunta o seguinte: "Por que não integrar o Programa Saúde na Escola [...] com mutirões de espirometria para alertar sobre danos precoces?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa pergunta já fica aí, responda ao longo de sua fala ou no início, mas muito obrigada por estar presente, Doutora! Muito obrigada. Você tem seus dez minutos.

Dr. João Paulo, se precisar sair – a gente fica imaginando a agenda de um pediatra numa tarde como esta –, o senhor também fique à vontade.

Dra. Flávia.

A SRA. FLÁVIA FONSECA FERNANDES (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora, pelo convite.

Boa tarde a todos, é um prazer para a gente estar aqui.

É uma tarefa superdifícil falar depois do Dr. João Paulo e de tantos outros colegas que trouxeram para a gente dados, experiências, uma *expertise* sobre cigarro eletrônico.

Então, eu vou tentar... eu preparei alguns eslaides e vou tentar selecionar para falar um pouquinho mais daquilo que, às vezes, a gente não comentou tanto ainda.

Esses são meus conflitos de interesse. Eu acho que o maior conflito de interesse que eu teria que falar para fazer essa publicação é que eu sou uma médica pneumologista e que, por ser pneumologista, eu convivo com várias pessoas que têm doenças respiratórias, eu cuido delas, eu cuido dessas famílias e eu acompanho o sofrimento delas, muitas vezes, décadas depois do consumo de qualquer coisa que acabou auxiliando ou propiciando uma doença surgir.

Então, o meu conflito de interesse: eu sou extremamente enviesada contra qualquer droga inalatória, porque isso prejudica o pulmão, porque isso faz mal e porque eu vejo a sequela disso a cada dia, a cada hora, a cada paciente que eu atendo, a cada filho, a cada mãe que eu acompanho. Então, eu tenho um enorme conflito de interesse. Se eu parecer tendenciosa – e eu vou tentar falar o que a ciência fala –, é porque, muitas vezes, quando eu vejo um artigo científico... Nós, médicos, não vemos só o artigo científico; a gente lembra daquela pessoa, daquelas pessoas que a gente acompanha no consultório. Então, esse é o meu grandessíssimo conflito de interesse aqui.

Esse é um esquema meio clássico, e eu só vou colocá-lo aqui para que ninguém se faça de desentendido sobre o que são cigarros eletrônicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cigarros eletrônicos são líquidos que contêm uma mistureba de coisas, entre elas, na imensa maioria das vezes, nicotina. Esses líquidos são aquecidos, viram um tipo de vapor, e esse vapor, que é inalado, distribui não só a nicotina, como trocentas outras substâncias.

É importante a gente falar algumas coisas. É supercomum no consultório, na vida, no corredor do supermercado, as pessoas perguntarem para a gente: "Ah, mas é menos pior, né?". E a resposta é que não é menos pior, não é pior, nem melhor, nem nada disso, é diferente, ponto. Vamos falar sério? São coisas diferentes. O que eles têm em comum? Eles distribuem nicotina, certo? Isto eles realmente têm em comum – o cigarro tradicional, o palheiro, o que quer que seja –: nicotina. O *vape* também tem nicotina. O.k. Mas, quando a gente para para olhar, o cigarro de maço que a pessoa compra, tem mais de mil substâncias diferentes ali, tem um monte de substâncias diferentes que estão ali ou que vão se formando à medida que acontece a combustão. No liquidozinho do *vape*, é a mesma coisa, só que são substâncias diferentes muitas vezes ou, às vezes, são as mesmas substâncias que são formadas, mas formadas via outros compostos. Então, as quantidades são diferentes. Isso não faz ser melhor ou pior. Por exemplo, muitos cancerígenos, substâncias que claramente são associadas a câncer, oncogênicos, substâncias que modificam o DNA da célula, estão muito mais presentes na degradação do liquidozinho do *vape* do que no cigarro tradicional. Isso não faz o cigarro tradicional ser melhor. Vamos deixar muito claro: os dois são ruins, os dois são péssimos, os dois são drogas, os dois fazem mal e nenhum dos dois deve ser consumido em hipótese alguma.

Esse é um esquema muito simplificado de como nós temos os danos à saúde relacionados ao uso de cigarros eletrônicos.

É muito fácil a gente pensar nos danos respiratórios. Eu estou inalando alguma coisa que está indo lá para o pulmão. Então, o pulmão vai ficar meio machucado. Tudo bem, é isto mesmo: machuca o pulmão, às vezes, de uma forma que a maioria das pessoas nem imagina, porque não é uma lesão, não é queimar o pulmão, não é isso.

A questão é que eu estou inalando substâncias tóxicas, e essas substâncias tóxicas atuam na superfície do pulmão, alterando a forma como eu tenho uma resposta imune, alterando, às vezes, a forma como o meu pulmão reage quando eu inalo o restante das coisas que estão no ar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu afeto o pulmão mais do que só fazendo uma queimadura no meu pulmão. Eu, sim, estou predispondo o meu pulmão a ter uma doença pulmonar obstrutiva crônica, ter DPOC, ter enfisema. Sim, eu posso predispor a ter crises de asma, hiper-reatividade brônquica, mas eu também altero a imunidade do meu pulmão, a forma como o meu pulmão responde ao ambiente ao meu redor. Isso pode prejudicar de uma forma muito importante: não só ele altera a imunidade do meu pulmão, como de todo o meu corpo, e isso faz com que eu esteja suscetível a alguns tipos de doenças a que eu não estaria se fosse de outra forma.

Além disso, há o risco cardiovascular. É uma coisa muito legal porque, quando começou essa história do *vape*, muita gente apresentava como uma redução de danos, como se não fossem ter os efeitos cardiovasculares que a gente vê muito frequentemente vinculados ao cigarro tradicional. E hoje a gente entende que não é assim: que eu tenho, sim, dano vascular, que eu tenho, sim, as minhas artérias tendo um envelhecimento muito precoce. E aí, em vez de eu ter isso em uma pessoa com 50 anos, eu tenho isso em uma pessoa de 15, 20. Então, eu tenho danos! É que, às vezes, para eu poder ver um infarto, um derrame, eu preciso de décadas, e nós temos pouco tempo ainda de exposição, mas essa conta vai chegar. Nós temos evidências claras do dano cardiovascular associado aos cigarros eletrônicos.

E aí, eu queria chamar a atenção para um ponto que foi comentado pelo Marcelo, que é a questão dos danos na saúde mental.

Esse aqui é um esqueminha que foi cedido pelo Dr. Thulio, que é um dos nossos diretores da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, que fala sobre como a nicotina funciona. Então, a nicotina se liga em alguns receptores cerebrais e eles agem liberando dopamina: dopamina na região do cérebro que dá bem-estar. É por isso que a pessoa se sente plena; ela está feliz, ela está realizada naquele momento, ela está cheia de dopamina.

O que acontece é que essa liberação de dopamina não está acontecendo porque você acabou de completar uma maratona, você correu 10km; ou não é porque você conquistou seu diploma na faculdade; ou não é porque você, pela primeira vez, conseguiu ficar de pé e chegar na cozinha, quando você tem um ano de idade. A liberação de dopamina não é por alguma conquista que você teve, não é pela nota boa que você tirou na escola. Não! A liberação de dopamina é artificial. É por um pufe. E o que acontece quando eu começo a fazer isso, e fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso, e fazer isso? Eu começo a ter um monte de dopamina no meu cérebro que é liberada por coisas que não são reais. Não é por uma conquista minha; não é porque eu fiz o gol no meu jogo da faculdade. É porque eu estou fumando aquele cigarro. E isso faz com que os meus receptores cerebrais peguem e estejam acostumados com muita dopamina, o que me leva a:

1) Quando eu tenho uma conquista de verdade – quando eu vou lá e tiro um dez na minha prova da escola –, a dopamina que libera não vai ser o bastante, porque nenhuma dopamina é produzida com a quantidade igual à que a nicotina produz; e

2) Eu quero sempre a dopamina, então, como é que eu vou... Eu não consigo isso. A minha nota da escola não é o bastante, então eu vou lá e pego meu *vape* de novo, e de novo, e de novo, e de novo. E assim eu construo viciados; e assim eu construo as pessoas que estão presas no *vape* – e no cigarro, a mesma coisa no cigarro.

O *vape* ainda tem um agravante, um agravante que não é muito falado: no *vape*, no liquidozinho do *vape*, eu não tenho a nicotina da forma do tabaco, que é lá da folha do tabaco, não; eu não tenho essa nicotina, eu tenho uma nicotina manufaturada, uma nicotina industrializada, eu tenho sais de nicotina. Esses sais de nicotina não têm o gosto ruim da nicotina, então é mais fácil fumá-los, e eles se vinculam de uma forma mais forte, eles alteram os meus neurotransmissores de um jeito mais intenso e acabam liberando mais dopamina.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FLÁVIA FONSECA FERNANDES – Ai, que susto! (*Risos.*)

Eles acabam liberando mais dopamina, e, quando liberam mais dopamina, eu quero mais, eu quero mais dopamina, eu quero mais, e mais, e mais dopamina. Então, eu acabo fazendo mais fácil esse ciclo vicioso na adição.

Eu quis falar isso aqui tudo porque no adolescente tenho mais um agravante: o cérebro está em formação até os 25 anos de idade, o que significa que tem pouco tempo que meu cérebro acabou de se desenvolver completamente. Entendeu, gente?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – O meu também. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FLÁVIA FONSECA FERNANDES – Então, nós somos aqui pessoas novinhas, o cérebro acabou de se formar completamente, mas, quando eu ainda estou em formação, se eu tenho todo esse estímulo, é pior. Por quê? Porque eu faço uma alteração no cérebro que acaba ficando irreversível. Então, os danos que eu tenho a longo prazo, quando eu tenho essa exposição durante a infância e a adolescência, é pior do que na vida adulta. Não que todo mundo aqui, que eu acho que tem mais de 25 anos, ninguém aqui deva sair fumando, mas, quando a gente começa a pensar nas nossas crianças, nos nossos adolescentes, nos meus primos, temos que pensar que é sobre isso, e eu não estou afetando só a dopamina, eu estou afetando a memória, eu estou afetando a minha capacidade de reagir a situações adversas.

A gente sabe que as crianças e os adolescentes que usam *vape* têm uma maior chance de ter ansiedade, depressão e ideação suicida. Então, se a gente não atua nesse momento, a gente está expondo a nossa geração a um grande risco de saúde mental.

E esses são os *vapes*?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Que bonitinhos!

A SRA. FLÁVIA FONSECA FERNANDES – São lindos, gente! Eu queria *vapes* para colocar na papelaria, são bonitinhos demais – as crianças também acham isso, os adolescentes também acham isso –, mas eles são extremamente perigosos. Olha tudo o que a gente falou. É surreal isso estar disfarçado de produtos de papelaria. E eles são feitos assim, porque são feitos para atrair as crianças e os jovens. Eles são feitos para levar as crianças e os jovens para o vício. Por quê? Porque a indústria quer continuar ganhando dinheiro, porque, no fim das contas, é sobre isto: é sobre dinheiro, e eles estão colocando em risco os nossos filhos, os nossos netos, os nossos familiares por dinheiro.

Com os cigarros eletrônicos, o que a gente está fazendo é traçar um caminho para uma nova geração de usuários de tabaco, porque a geração anterior foi dos fumantes que eram iguais ao meu avô que fumava. O meu avô fumava por quê? Provavelmente, porque ele viu a propaganda do cara do Hollywood, que fumava, e eram o homem e a mulher muito bonitos, muito jovens, que tinham muito dinheiro e muito poder. Hoje isso caiu por terra. Por quê? Porque todo mundo sabe que cigarro faz mal, todo mundo sabe que cigarro mata, e quem fuma sabe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disso. Então, eles estão fazendo tudo disfarçado. E como eles estão fazendo isso? Eu tenho um ponto de entrada, eu tenho os *vapes* sendo usados pelos jovens.

O Dr. André falou, lá na primeira apresentação, que quase 30% dos nossos jovens já têm contato com o *vape* no ensino médio.

Eu tenho uma taxa de conversão, que o Sr. Marcelo comentou, de quase 80%. Três em cada quatro adolescentes que provam continuam fumando. Eu tenho isso progredindo, igual também foi falado, para o uso duplo, por quê? Porque é mais barato eu manter continuamente o tabaco convencional; então, eu começo a usar os dois. Até que chega uma hora em que eu vou ficar só com o cigarro normal, certo?

Então, o que a gente está fazendo... O que a indústria quer é isso, que a gente chegue a uma população que vai usar continuamente, por quê? Porque eles ganham dinheiro assim, certo?

Então, aqui, eu queria concluir, ultrapassando pouco os meus dez, mas menos que quinze minutos, falando que a gente tem um problema. Os jovens são os focos, e, se a gente não faz nada, eles vão entrar nessa, porque jovem acha legal usar o inalador.

Gente, vamos parar um pouquinho e ser racional. Sobre a questão dos inaladores você comentou no começo, Senadora. Alguém acha uma boa ideia enfiar qualquer coisa dentro do nariz para sentir um cheiro? Gente, desculpem, isso não é uma boa ideia e isso não é algo coerente, a não ser que seja um remédio – não faz sentido.

Então, assim, os jovens são suscetíveis a esse tipo de moda e a esse tipo de pressão social. A gente precisa entender que eles são o foco e que a gente precisa tomar cuidado com essa faixa etária; que a gente tem uma substância, que é a nicotina, que vai alterar o cérebro das nossas crianças e dos nossos jovens, e isso pode trazer danos permanentes para uma geração; que existem, sim, danos sistêmicos do cigarro eletrônico no corpo humano; que, se a gente deixar isso acontecer, o que vai acontecer ao cigarro eletrônico é mais uma forma de cigarro junto ao cigarro convencional; e que nós temos uma grave ameaça, uma ameaça que está documentada em artigos científicos de forma superclara, à saúde da nossa população, em especial da nossa juventude.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau!

Dra. Flávia, muito obrigada.

Famílias que estão nos assistindo, façam o recorte dessa fala dela, mostrem nas igrejas, mostrem nas escolas, mostrem para os professores. Vamos atrás do material do Dr. Bartô. Gente, informação salva, informação liberta. Vamos compartilhar a informação.

Dra. Flávia, muito obrigada por sua participação.

A pergunta do Arthur: "Por que não integrar o Programa Saúde na Escola (PSE) com mutirões de espirometria [explica o que é espirometria] para alertar sobre os danos precoces?".

A SRA. FLÁVIA FONSECA FERNANDES – Desculpa, Arthur. Desculpa, Senadora. Eu comecei a falar e esqueci.

A espirometria é um exame em que a gente vê como o pulmão está funcionando. Então é um exame de sopro.

A pergunta, Arthur, é ótima. Por que não integrar o programa Saúde na Escola com mutirão de espirometria e com atividades para ensinar sobre o risco de uso de drogas, de uma forma geral, inaladas? É uma excelente pergunta.

Nós estamos à disposição do Ministério da Saúde, porque eu acho que é uma ótima forma de integrar com o Programa Saúde na Escola. Nós podemos, inclusive, falar não só sobre prevenção de uso de drogas inalatórias, como também a gente pode fazer diagnóstico precoce de doenças respiratórias – com a asma sendo superprevalente em crianças, uma doença tratável, que tem uma morbidade muito elevada. E a gente pode, então, juntar as coisas e cuidar da saúde dos nossos escolares.

Eu acho que é uma excelente ideia, Arthur. Eu acho que é uma coisa para a gente mandar para o Ministério da Saúde e falar: "Oi, ministério, estamos aqui, com o Ministério da Educação, para a gente poder, sim, fazer essa parceria".

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Flávia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Marcelo, para as considerações finais, e a gente já encerrar a nossa audiência, três minutos, e, se puder, responder à pergunta que eu te fiz.

Dr. Marcelo...

O SR. MARCELO COUTO DIAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Vamos lá, tentar responder aqui à pergunta.

Primeiro, com relação à questão das famílias. Seria o caso de punir as famílias? Eu acredito que não. As famílias precisam ser orientadas sobre como que elas podem melhorar essa interação, essa comunicação com os filhos, e sobre quais as repercussões disso para a vida. Então, eu acredito que o principal ponto aqui não é uma questão de punição, mas uma questão de orientação.

Eu acho que os programas de orientação parental cumprem esse papel, acho que é muito importante que as escolas, sobretudo agora com esses dados que a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar trouxe para nós, que é uma série histórica, a gente já tem a PeNSE desde 2009 e agora vimos os últimos dados aqui publicados neste ano, que mostram uma série de problemas relacionados à saúde mental, outros comportamentos de risco, como uso de álcool, de drogas ilícitas, dos cigarros eletrônicos, enfim.

O que a gente sabe é que a qualidade da interação da família é um fator de risco ou um fator de proteção para isso. Então, acho que o primeiro ponto é esse, investir no fortalecimento dos vínculos familiares como uma prevenção, como uma prevenção universal. Quanto melhor a relação dos pais com os filhos, quanto maior a supervisão dos pais, menor a chance de os filhos terem esse problema. Eu acredito que a maioria... Os dados mostram também: as pessoas sabem dos problemas associados ao tabaco, mas muitas vezes os pais, sobretudo na adolescência, estão distantes dos seus filhos, não sabem onde eles estão, o que eles estão fazendo, com quem eles andam, como eles estão se sentindo, e essa aproximação, esse fortalecimento de vínculo é muito importante.

Então, acredito que é necessário investir no fortalecimento dos vínculos familiares por meio de medidas eficazes. O Dr. Bartô deu o exemplo aqui das iniciativas que ele realiza, e a gente também tem um exemplo aqui, como eu falei, dos programas que são implementados nas escolas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para melhorar este vínculo, para melhorar a parentalidade, melhorar a supervisão e melhorar a expressão afetiva, aumentar a exigência e a responsividade, a expressão do afeto, mas também, associado a isso, melhorar o desenvolvimento das crianças de um modo geral.

Porque muitas vezes os pais não têm clareza do impacto que as suas atitudes têm na vida dos filhos. É muito comum... É até um senso comum que os adolescentes não se importam com o que os pais fazem, com o que os pais falam, mas isso não é verdade. Os estudos mostram, por exemplo, com relação ao consumo de álcool e drogas, que a posição dos pais e as atitudes dos pais influenciam mais a decisão de comportamento dos adolescentes do que as decisões dos colegas, dos pares. Então, a gente tem esse senso comum que os estudos desmistificam, de que é, sim, muito importante a atitude e as ideias que os pais têm sobre isso – claro que não é suficiente.

Com relação à questão das meninas, é um tema ainda para ser muito estudado, mas eu acredito que está associado com a questão da saúde mental. A gente tem um quadro maior de meninas com problemas de saúde mental, e aqui a gente tem a questão das telas, que é um outro tema muito importante, relevante, inclusive foi uma discussão sobre isso. Foi iniciado no Governo Federal na gestão anterior, no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, então comandado pela Ministra Damares, hoje Senadora, sobre a questão do uso das tecnologias – que agora esse tema se expandiu, tem uma lei sobre isso –, mas o que a gente sabe é que os meninos são muito afetados pela questão dos jogos e da pornografia, enquanto as meninas são muito afetadas nas redes sociais, e uma das principais repercussões são os transtornos de ansiedade e depressão. Então, isso está associado ao consumo de substâncias, ao consumo do álcool.

Então, a gente tem verificado maior consumo de álcool e drogas ilícitas entre meninas, mais do que entre meninos, e eu acredito que o fator da saúde mental esteja associado com isso. Então, há necessidade grande de pensar ações de prevenção, uma prevenção universal, e essas estratégias de prevenção passam pelo fortalecimento das famílias.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Marcelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Flávia, quer ainda os seus três minutos de agradecimento e considerações finais?

A SRA. FLÁVIA FONSECA FERNANDES (Para expor.) – Não vou gastar os três minutos.

Eu quero agradecer a participação do público. Eu entendo que este é um tema em que as pessoas têm muitas dúvidas, muitas curiosidades. Então, é um prazer para a gente, como sociedade, estar aqui e fazer parte deste debate.

Nós estamos à disposição – eu falo representando o Dr. Ricardo Amorim, que é o nosso Presidente – para discutir e para trabalharmos juntos. Nós já temos a parceria com algumas secretarias de saúde, a do Distrito Federal é uma que trabalha muito junto com a gente, para trabalharmos nas escolas, para trabalharmos nas formações dos professores.

Nós estamos sempre abertos a fazer o que for possível para preservar a saúde respiratória da nossa população. Então, contem conosco. É um prazer a gente estar aqui colaborando.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Flávia.

Por falar no DF, nós estamos encerrando a audiência, mas eu faço questão de registrar a presença de Larisse Cavalcante, Diretora de atendimento e apoio à saúde do estudante da Secretaria de Educação do DF, que desenvolve o programa de saúde mental dos estudantes. Obrigada por estar conosco.

E aí eu quero, para a gente encerrar, me dirigir às famílias do Distrito Federal. Durante todo o momento aqui, foi apresentado o relatório do PeNSE – para quem está me acompanhando, o PeNSE é a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar –, e, pelos dados apresentados aqui, em nível nacional, quase 30% dos adolescentes entre 13 e 17 anos, de uma certa forma, estão consumindo os cigarros eletrônicos, e, para minha tristeza, Larisse, no Distrito Federal, esse número é de 43%. Então, papais e mamães do Distrito Federal, 43% dos adolescentes entre 13 e 17 anos, aqui no meu DF, já experimentaram ou estão usando cigarros eletrônicos, e, às vezes, os pais não sabem. Aí a gente quer se dirigir a essas famílias. A participação da família nesse processo é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu falava de dependência tecnológica – agora eu não falo mais, porque não dá tempo de sair fazendo palestra pelo Brasil –, eu dizia para os papais e mamães do Brasil: "Você tem a senha do celular do seu filho de 14 ou 15 anos? Aí os pais: "Não, é invasão de privacidade". Deixe-me dizer uma coisa para as famílias que estão me acompanhando – câmera aqui. Papai e mamãe, enquanto está sob o teu teto, enquanto come do seu feijão, do seu arroz, não tem privacidade. Você tem que saber a senha do seu filho. A mesma coisa eu falo: papai e mamãe, estão olhando a mochila da sua criança? Será que não tem um cigarrinho eletrônico ali disfarçado de canetinha, porque alguém o seduziu, porque é muito bonito? A Dra. Flávia acabou de dizer, e o Dr. Marcelo também disse, que, de cada quatro – é, Dra. Flávia? – que experimenta, três permanecem usando. Por que correr o risco, pai e mãe? Depois de tudo que a gente viu aqui, por que correr o risco? Então a minha preocupação, Larisse, com o nosso DF: 43% dos adolescentes entrevistados estão dizendo que já experimentaram ou estão usando cigarros eletrônicos. E sabem por quê? Para alguém ficar mais rico. Desculpa aos Senadores que são a favor da regulamentação: o que está envolvido aqui é dinheiro. A Dra. Flávia foi muito corajosa em dizer: é dinheiro. Alguém quer ficar rico em cima de nossas crianças e adolescentes, em cima dos nossos jovens, causando dependência química e abrindo a porta para a nicotina. Daqui a pouco o tabaco volta com força no Brasil. Essa é a previsão. E, estranhamente, empresas que produzem cigarros estão a favor do cigarro eletrônico. Estranho, né? Já estão vendo o futuro, que mais gente vai estar dependendo do tabaco lá na frente? Deixe-me dizer uma coisa: tudo é dinheiro, tudo é dinheiro. Sigam o rastro do dinheiro, que vocês terão as respostas.

Eu agradeço a coragem de todos os expositores que vieram aqui falar pelas famílias brasileiras, falar com as famílias brasileiras, e a minha preocupação especial com as famílias do DF, que me trouxeram a esta Casa para ser corajosa e não me curvar diante de *lobbies* poderosíssimos, em detrimento da saúde de nossas crianças e adolescentes. E a gente vai continuar este debate.

Eu só quero mandar um recado para Luiz, de São Paulo. Luiz perguntou: "Considerando que a Anvisa, na Resolução [...] nº 46, de 2009, já proíbe a venda, importação, [...] [comercialização] e publicidade, como reforçar a fiscalização?". O recado fica: denunciem, famílias, procurem as autoridades. À população brasileira: denuncie.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí tem gente dizendo: "Mas é melhor regulamentar, porque aí vai vir o de boa qualidade, porque agora os meninos estão consumindo o de péssima qualidade, porque está sendo tudo contrabandeado". Vocês acham que existe boa qualidade nisso? Pode ser a melhor fábrica do mundo. O efeito vai ser prejudicial à saúde do usuário – das crianças e dos adolescentes.

E, assim, registrando a minha indignação – eu posso falar, você não pode; eu ainda tenho um pouquinho de imunidade parlamentar –, também, de a Suprema Corte estar namorando, flertando com a descriminalização de todas as drogas, eu encerro esta audiência.

Eu fico imaginando: hoje, 40g de maconha é permitido por apreensão; não são 40g ao dia. Se você pegar uma pessoa com 40g agora, ela não vai presa, mas daqui a pouco ela pode estar com mais 40, mais 40. Como é que vai ser o uniforme da polícia daqui para a frente? Uniforme com revólver, algema, cassetete e uma balança na mão? Policial correndo atrás de um bandido com uma balança na mão? Eu não consigo imaginar que país é esse. Como é que vai se medir a droga líquida, a droga líquida que vão liberar? Como é que vai medir o que é evaporado? Eu não sei para onde caminha esta nação.

E, deste modo, preocupada com a saúde da família brasileira, dos meninos e das meninas, a gente encerra esta audiência, agradecendo a presença de todos.

Que Deus abençoe o Brasil, que Deus dê juízo à Suprema Corte, que Deus dê juízo ao Senado Federal.

Muito obrigada, doutores.

(*Iniciada às 14 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e um minuto do dia oito de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Bruno Bonetti, Wilder Morais, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Teresa Leitão, Dr. Hiran, Roberta Acioly, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Rogério Carvalho, Jorge Seif e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jussara Lima, Flávio Arns, Eduardo Girão, Humberto Costa, Ana Paula Lobato e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1881, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o art. 14 da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar a realização de pesquisas em saúde junto à população infantil." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1-CDH e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2563, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui, em âmbito nacional, o Julho Neon como mês da saúde bucal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1799, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Valorização e Reconhecimento do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran (*Ad hoc*), substituiu Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2120, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas da Covid-19." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 25, de 2026-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2203, de 2022 - Não**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre as despesas processuais das pessoas jurídicas de direito privado que atuam, sem fins lucrativos, no cuidado e tratamento, preventivo e combativo, da saúde humana e na área de assistência social." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1799, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre ações para avaliação médica completa e periódica da saúde da mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a conscientização acerca da importância da prevenção de doenças e de agravos à saúde." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CDH, na forma de três emendas (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 2-CAS (de redação), 3-CAS (de redação) e 4-CAS (de redação). **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 24, de 2026-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 6161, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o artigo 243-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Roberta Acioly (*Ad hoc*), substituiu Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 2-CAS (substitutivo). **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3539, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para dispor sobre o prazo de validade das solicitações de exames complementares." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 19, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3518/2019, que "dispõe sobre o exercício da profissão de agente cultural em moda e beleza"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 22, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre a nova invenção na área da oncologia, que consiste na criação de uma caneta capaz de identificar células cancerígenas nos tecidos durante a cirurgia." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL), Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 23, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o cenário atual da Atrofia Geográfica, as barreiras ao diagnóstico precoce e a incorporação de novas terapias no sistema público e suplementar de saúde." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 24, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1799/2023, que "dispõe sobre ações para avaliação médica completa e periódica da saúde da mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a conscientização acerca da importância da prevenção de doenças e de agravos à saúde"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Projeto de Lei n° 2745, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar a conduta de divulgar ou propalar, por qualquer meio ou forma, informações falsas sobre as vacinas." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista à Senadora Damares Alves, nos termos regimentais. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 25, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2120/2022, que "institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas da Covid-19"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/08

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes expedientes:

- Aviso nº 240/2026, do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha a cópia do Acordo nº 674, de 2026, que trata de relatório de auditoria destinada a avaliar o processo de incorporação, alteração ou exclusão de tecnologia do Sistema Único de Saúde e de elaboração de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas no âmbito da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia do Sistema Único de Saúde, referente ao período de 2021 a 2023.

- Documento da Associação Brasileira de Pessoas com Hemofilia, o qual encaminha pesquisa e estudo da associação sobre o impacto da hemofilia na mobilidade, produtividade e custos sociais e reforça o debate sobre a necessidade de inovação terapêutica do SUS.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, tanto nas deliberações nominais como nas matérias terminativas. (*Pausa.*)

Item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1799, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre ações para avaliação médica completa e periódica da saúde da mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a conscientização acerca da importância da prevenção de doenças e de agravos à saúde.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CDH, na forma de três emendas (de redação) que apresenta.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

Concedo a palavra à nobre Senadora Mara Gabrilli para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Sr. Presidente. Prazer em vê-lo.

Eu peço licença para ir direto à análise, já que temos o relatório publicado já faz algumas semanas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A distribuição do PL nº 1.799, de 2023, para a CAS, está amparada no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que atribui a esta Comissão competência para opinar sobre matérias que digam respeito à proteção e defesa da saúde e as competências do SUS.

Conforme foi ressaltado, no parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a proposição trata de tema de relevância para a saúde pública brasileira. De fato, dados epidemiológicos indicam que parcela expressiva da morbimortalidade feminina está associada a doenças crônicas não transmissíveis, as DCNT, muitas das quais podem ser prevenidas, diagnosticadas precocemente ou controladas mediante acompanhamento regular no âmbito da atenção primária à saúde.

Entre essas enfermidades, destacam-se as doenças cardiovasculares, que permanecem como a principal causa de morte entre mulheres no Brasil, e estimativas recentes ainda indicam que tais doenças respondem por aproximadamente 30% dos óbitos femininos no país, incluindo condições como infarto agudo do miocárdio e acidente vascular cerebral. No campo das neoplasias, o câncer de mama destaca-se como o tipo de câncer mais incidente entre as mulheres brasileiras. Segundo estimativas do Instituto Nacional de Câncer, o Inca, são registrados mais de 70 mil novos casos por ano, o que corresponde a uma taxa de incidência superior a 60 casos por 100 mil mulheres. Outro agravo relevante é o câncer do colo do útero, que apresenta estimativa anual superior a 17 mil novos casos e permanece como importante causa de mortalidade feminina, especialmente em regiões de menor cobertura e rastreamento.

Além dessas enfermidades, condições como hipertensão arterial, diabetes *mellitus* e dislipidemias apresentam elevada prevalência entre mulheres adultas e idosas e constituem fatores de risco importantes para doenças cardiovasculares e outras complicações crônicas, de acordo com levantamentos como a Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), realizada pelo Ministério da Saúde.

Esses fatos evidenciam que é preciso utilizar estratégias de promoção da saúde, rastreamento e acompanhamento periódico para o manejo das DCNT, que têm melhor prognóstico quando identificadas em estágios iniciais.

Nesse contexto, cumpre reconhecer que o SUS já desenvolve importantes políticas públicas voltadas à promoção da saúde da mulher, sendo a principal delas a Política Nacional de Atenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Integral à Saúde das Mulheres, que orienta a organização das ações de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde feminina ao longo de todo o ciclo de vida.

Apesar desses avanços e de toda a estrutura de atenção à saúde da mulher, é importante reconhecer que uma das diretrizes legais do SUS – a execução de ações preventivas – ainda enfrenta desafios para sua plena implementação.

Nesse cenário, a atenção primária à saúde, organizada em torno das unidades básicas de saúde e da Estratégia Saúde da Família, desempenha papel central. Tal modelo pressupõe atuação territorializada e acompanhamento contínuo da população, inclusive por meio da atuação dos agentes comunitários de saúde, que realizam visitas domiciliares e promovem a busca ativa de pessoas que necessitam de acompanhamento, vacinação ou realização de exames preventivos.

Entretanto, na prática, observa-se que muitas ações de prevenção e acompanhamento periódico da saúde da população ainda são realizadas de forma insuficiente ou irregular, problema esse que o PL em comento busca enfrentar.

Ademais, a realização de avaliações periódicas de saúde preconizadas pelo PL, de autoria da nobre Deputada Nely Aquino, pode ajudar a consolidar uma cultura de prevenção e de autocuidado, o que representa estratégia fundamental para reduzir a morbimortalidade associada a doenças crônicas e outras condições evitáveis. Além de produzir impactos positivos na qualidade de vida da população, a adoção sistemática de medidas preventivas também pode contribuir para a sustentabilidade do próprio SUS, ao reduzir a incidência de doenças em estágios avançados e a necessidade de tratamentos de maior complexidade e custo.

O SUS deve atuar como importante indutor de mudanças culturais relacionadas ao cuidado com a saúde. As campanhas educativas, de que trata o PL, exercem papel relevante nesse contexto, especialmente quando direcionadas ao público feminino. Estudos indicam que as mulheres frequentam mais os serviços de saúde, tendem a apresentar maior adesão às ações de prevenção e, usualmente, desempenham papel central no cuidado com a saúde de seus familiares, o que amplia o alcance social das iniciativas voltadas a esse grupo populacional.

Diante dessas considerações, entendemos que o Projeto de Lei nº 1.799, de 2023 – pelo qual parabenizamos a relevante iniciativa da Deputada Nely Aquino, que está presente agora aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Plenário. Quero parabenizá-la. –, é dotado de grande mérito ao reforçar a importância das avaliações periódicas de saúde e das campanhas de conscientização voltadas à prevenção de doenças na população feminina.

Também reputamos pertinente a emenda de redação aprovada pela CDH, que explicita a necessidade de considerar a eventual condição de deficiência da mulher na organização das avaliações de saúde, contribuindo para tornar as políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às diferentes realidades das usuárias do sistema.

E, por fim, cabe registrar ressalva quanto ao emprego da expressão "procedimento", constante do art. 2º do projeto. No âmbito da organização dos serviços de saúde, esse termo possui significado específico, frequentemente associado à codificação e à remuneração de atos assistenciais, inclusive nos sistemas de informação do SUS. Assim, é mais adequado utilizar expressão, que remeta à adoção de protocolos, rotinas ou condutas assistenciais voltadas à avaliação periódica da saúde da mulher, evitando eventual interpretação restritiva do dispositivo. Para tanto, apresentamos subemenda de redação à Emenda nº 1, da CDH, para substituir, com as adequações necessárias, o termo "procedimento" por "rotinas assistenciais". Adicionalmente, para manter a coerência do texto do projeto, são feitos ajustes de redação também no art. 3º, em consonância com as mudanças realizadas no art. 2º.

Ademais, a partir de solicitação das áreas técnicas do Ministério da Saúde, promovemos mais uma alteração redacional no parágrafo único do art. 2,º a fim de suprimir a referência à preferência ao mês do aniversário da mulher, um comando que poderia causar transtornos para a organização dos serviços, algo que certamente não é objetivo da proposta. Sendo assim, mantemos todos os benefícios das avaliações e da assistência regular inseridos na obrigação de avaliação preferencialmente uma vez ao ano.

Indo ao voto, em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.799, de 2023, bem como pela aprovação da Emenda nº 1, da CDH, na forma das emendas de redação que apresentamos.

Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a belíssima relatoria de V. Exa., Deputada Mara Gabrilli. É um prazer tê-la conosco aqui nesta manhã.

Em discussão o relatório da nobre Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senadora Soraya Thronicke com a palavra, para discutir o requerimento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS. Para discutir.) – Bom dia, Presidente, bom dia, Senadora Zenaide, bom dia, Senadora Mara Gabrilli. Que bom vê-la! Estamos com saudades – muitas saudades. É bom vê-la bem, feliz e bela, como sempre. Brilhante relatório!

Parabenizo a Deputada Nely, aqui ao meu lado, que sempre está muito ativa nessas pautas de interesse. Não é interesse de mulher, não; é interesse de todos nós brasileiros porque as pessoas, às vezes, pensam, Deputada, que nós estamos trabalhando para interesse de mulherzinha, mimimi. Não. Isso significa o interesse de todos nós brasileiros.

Então, parabéns, mais uma vez!

O meu voto será favorável.

Eu gostaria, Presidente, aproveitando o ensejo, de pedir para V. Exa. – aqui dois médicos estão comigo neste momento – para incluir, extrapauta, um projeto de lei do Senador Jorge Kajuru, o 2.745, de 2021. É um apelo do Governo Federal, um apelo do Ministério da Saúde a V. Exa., que tanto prima pela ciência, ambos, né? Então, creio que seja um projeto de lei relevante e urgente. Se possível – o relatório está pronto –, eu gostaria de lê-lo hoje.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos, então. ..

Continua em discussão o relatório da nobre Senadora Mara Gabrilli.

Senadora Zenaide com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Agradeço a nossa amiga e Senadora Mara Gabrilli e ao nosso Presidente, Senador Marcelo Castro.

Mara, como sempre, com esse olhar diferenciado. Mara, quando diz avaliação médica completa em um ano, isso quer dizer, gente, prevenção e diagnóstico precoce das doenças.

Eu sempre digo, Dr. Marcelo Castro, que isso aqui fica na saúde primária. A saúde básica é quem faz a prevenção, é quem vacina, é quem faz o preventivo, é quem cuida do hipertenso e do diabético e assim por diante. Então, é a saúde primária que eu venho mostrando para os gestores municipais; que ou eles organizam a saúde primária ou eles podem colocar uma UPA em cada esquina e não vai dar vencimento. É ou não é, Presidente? Porque, se eu sou hipertensa, eu vou à UPA, baixa a minha pressão, e dizem: "Procure o seu médico". Que médico, se não tem na unidade básica de saúde? Aí todos os dias, provavelmente, eu vou estar nesse pronto-socorro e, em um belo dia, posso não chegar a tempo, ter um AVC ou um infarto.

Então, quero parabenizar a Mara e dizer que é por aí.

Na hora em que você propôs isso aqui, Mara, nessa relatoria, você está propondo que o Estado brasileiro fortaleça a saúde primária das mulheres e, claro, dos homens também, e se fortalece se a gente botar no nosso Orçamento; é como a gente vai dar diagnóstico precoce ou então afastar, cuidar da doença em tempo hábil.

Muito obrigada.

Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, Senadora Zenaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui parabenizar a Deputada Nely Aquino pela iniciativa desse projeto tão importante, que, sem nenhuma dúvida, Deputada, vai salvar muitas vidas. Esse projeto teve a relatoria da nossa Senadora Mara Gabrilli, sempre comprometida com as pautas mais importantes, sobretudo da área da saúde e da assistência social, de que trata aqui a nossa Comissão. É uma Senadora muito atuante, muito presente.

E a gente fica orgulhoso de poder hoje votar esse projeto tão importante para a prevenção de doenças, para o fortalecimento da saúde. Sabemos que essas práticas, essas medidas tomadas preventivamente vão evitar muitas doenças, muitos traumas no futuro. A gente sabe que essas doenças crônicas não transmissíveis, na imensa maioria, são absolutamente evitáveis se fossem tomadas as precauções, fossem feitos os exames previamente.

Então, parabenizando todos, submeto à votação.

Como o projeto não é terminativo, é votação simbólica.

A Sras. e Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O projeto foi aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 2, da CAS, de redação; e nº 4, de redação também.

A matéria vai ao Plenário.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senadora Mara, V. Exa. tem a palavra.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, muito obrigada.

Eu gostaria de pedir para aprovarmos também a urgência para o PL 1.799 para o Plenário. É um tema de saúde da mulher, muito relevante, que merece ter celeridade em sua aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora Mara Gabrilli.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 24, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1799/2023, que "dispõe sobre ações para avaliação médica completa e periódica da saúde da mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a conscientização acerca da importância da prevenção de doenças e de agravos à saúde".

Autoria: Comissão de Assuntos Sociais

Submeto o requerimento da Senadora Mara Gabrilli à votação.

Quem for favorável à urgência da matéria permaneça como se acha. (*Pausa.*)

Aprovado.

Foi requerida a urgência para o Plenário. (*Pausa.*)

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores sobre o requerimento apresentado pelas nobre Senadora Soraya Thronicke, para incluir, extrapauta, o Projeto de Lei nº 2.745, de 2021, que altera a Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o Código Penal, para tipificar a conduta de divulgar ou propor, por qualquer meio ou forma, informações falsas sobre as vacinas.

As Sras. e Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Então, vamos incluir, extrapauta, o Projeto de Lei nº 2.745, de 2021, não terminativo.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 2745, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar a conduta de divulgar ou propalar, por qualquer meio ou forma, informações falsas sobre as vacinas.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à nobre Senadora Soraya Thronicke para a leitura do seu relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, agradeço imensamente a V. Exa. e aos colegas que consentiram com esse item extrapauta.

Este Projeto de Lei nº 2.745, de 2021, de autoria do Senador Jorge Kajuru, tipifica o crime de disseminar informações falsas sobre vacinas. A proposição acrescenta o art. 268-A ao Código Penal, que aplica pena de detenção de seis meses a dois anos e multa a quem divulgar ou propalar qualquer meio ou forma, informações falsas ou sem comprovação científica sobre vacinas.

A proposição acrescenta o art. 268-A ao Código Penal, que aplica pena de detenção de seis meses a dois anos, e multa, a quem divulgar ou propalar, por qualquer meio ou forma, informações falsas ou sem comprovação científica sobre vacinas.

Se aprovada, a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Passarei diretamente para a análise, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à CAS opinar sobre proteção e defesa da saúde e competências do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme dispõe o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, temática abrangida pelo projeto de lei ora em análise.

A vacinação é considerada, salvo o acesso à água potável, a medida de saúde pública de maior impacto na redução do adoecimento e morte na população mundial.

De fato, as vacinas são responsáveis por impedir a propagação de doenças, que, de outra forma, estariam assolando o planeta. A esse respeito, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 3,5 a 5 milhões de mortes por doenças como difteria, tétano, coqueluche, influenza e sarampo são evitadas anualmente pela vacinação.

Além da importância fundamental de preservar vidas e evitar sequelas de doenças, a vacinação também é uma estratégia econômica bem-sucedida: a cada US$1 investido na imunização, US$16 são economizados no tratamento de doenças. Apenas com a extinção da varíola devido à vacinação, mais de 5 milhões de vidas são salvas anualmente, o que gera uma economia superior a US$1 bilhão por ano. A vacinação também amplia a expectativa de vida das pessoas, conferindo mais capacidade de trabalho e melhor qualidade de vida.

O impacto positivo das vacinas na prevenção de doenças possibilitou a ampla aceitação da imunização. A varíola, por exemplo, foi responsável pela morte de mais de 300 milhões de pessoas no século passado. Porém, o sofrimento causado por essa doença motivou um esforço mundial, a partir de 1950 apenas, com a criação da Campanha Mundial de Erradicação da Varíola. Graças a isso, ela foi erradicada.

Outro feito impressionante foi o da vacina contra a poliomielite, doença que afeta principalmente crianças menores de cinco anos de idade e, nos casos mais graves, leva a um quadro de paralisia. O esforço global de erradicação da pólio levou a uma redução de 99% dos caso: desde 1988, de um número estimado de 350 mil casos, distribuídos por mais de 125 países, para apenas 13 casos reportados em 2024. Atualmente, a transmissão do poliovírus selvagem ocorre de forma endêmica apenas no Afeganistão e no Paquistão.

Caso análogo é o do sarampo: antes da vacina ser aplicada massivamente, a partir de 1963, a doença causava cerca de 2,6 milhões de mortes por ano, em todo o mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As vacinas também passaram a ser utilizadas para enfrentar doenças como o câncer do colo uterino, o segundo mais frequente entre mulheres que vivem em regiões menos desenvolvidas do globo, cuja causa principal é a infecção pelo papilomavírus humano (HPV). A vacinação para mulheres jovens, ampliada para os homens, vem levando a uma redução significativa de novos casos.

No que tange ao Brasil, a história da imunização remonta ao período colonial, mas ganhou abrangência nacional a partir da instituição da Campanha de Erradicação da Varíola, em 1966.

Na esteira do sucesso da campanha contra a varíola, foi criado o Programa Nacional de Imunizações, em 1973, considerado uma referência internacional, que oferece gratuitamente dezenas de vacinas, soros e anticorpos, para todas as idades. Contudo, o programa cinquentenário vem enfrentando desafios, entre os quais se destaca a queda nas coberturas vacinais, notadamente a partir de 2016.

A preocupação com a queda nas coberturas vacinais decorre do fato de que a imunização protege não apenas o indivíduo vacinado, mas também toda a comunidade, ao reduzir a circulação de agentes infecciosos. A baixa cobertura vacinal, por sua vez, compromete essa proteção coletiva e expõe ao risco não só a pessoa não imunizada, mas também seus familiares e demais indivíduos com quem ela mantém contato. Por esse motivo, ainda que a erradicação da poliomielite, por exemplo, tenha sido alcançada em praticamente todos os países, o vírus pode voltar a circular caso as baixas coberturas vacinais se mantenham.

A diminuição nas coberturas vacinais levou a OMS a introduzir o conceito de “hesitação vacinal” – definida como o atraso ou a recusa em aceitar vacinas disponíveis nos serviços de saúde –, reconhecida desde então como uma das dez maiores ameaças à saúde global na atualidade.

Trata-se de um fenômeno complexo e multifacetado. Entre seus fatores, destaca-se a desinformação, disseminada especialmente por redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas. Como consequência, as escolhas da população são negativamente influenciadas, gerando desconfiança e medo – sobretudo entre idosos e pessoas com baixa escolaridade e renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estudo realizado pela Sociedade Brasileira de Imunizações demonstrou que, entre as pessoas que decidiram não se vacinar, cerca de 60% foram motivadas por informações falsas – 60%.

No mesmo sentido, pesquisa promovida pelo Conselho do Ministério Público revelou que 21% dos 3 mil entrevistados em todas as regiões do país disseram ter deixado de se vacinar ou de vacinar seus filhos após terem recebido informações negativas sobre imunizantes em redes sociais ou aplicativos de mensagens instantâneas – vide "vai virar jacaré".

Essa divulgação de informações falsas associa-se à busca de lucro por meio da comercialização de produtos que, sem respaldo científico, alegam remover supostas toxinas deixadas pelas vacinas, bem como de publicações que difundem técnicas ou fórmulas milagrosas, apresentadas como capazes de proteger os indivíduos das doenças em substituição à vacinação.

Por tais motivos, ao tipificar como crime a divulgação de informações falsas sobre vacinas, o projeto de lei em análise representa um importante instrumento para evitar adoecimentos e mortes preveníveis pela vacinação – medida simples, de baixo custo e com eficácia e segurança cientificamente comprovadas.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.745, de 2021, de relatoria do meu amigo e hoje novo correligionário Jorge Kajuru, a quem eu parabenizo desde já.

E, para terminar, Presidente, gostaria só de trazer um relato. Eu conheço dois casos bem próximos de pessoas que tiveram poliomielite e tiveram sequelas; pessoas, que têm irmãos, cujos pais, na época, vacinaram uns e se esqueceram de vacinar outros. Então, fica muito clara a necessidade de uma informação correta e massiva, ou melhor, uma "reinformação", porque as pessoas se desinformaram ultimamente. E eu tenho uma irmã que mora fora do país, mora nos Estados Unidos, que não vacinou seus filhos – graças a Deus, hoje já estão, com a idade, livre da pólio. E, quando eu fui visitá-la, na época da covid, houve um problema entre nós duas, porque ela queria vir visitar o Brasil, e não queria ser vacinada e achava um absurdo o que nós estávamos exigindo, enfim. Eu ainda havia prometido, Senadora Zenaide, para minha mãe, porque minha mãe foi nessa oportunidade, de a gente não tocar em temas sensíveis, como política e como questão de vacina, mas não teve jeito. Certa noite, tocamos no assunto e eu falei para ela que os filhos dela tiveram a sorte de não contraírem nenhuma doença que pudesse deixar sequelas; mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ela teve mais sorte ainda, porque a mãe dela, que é a minha mãe, que é a nossa mãe, sempre foi muito responsável. E citei os dois casos que ela conhece bem. E eu disse: "Sorte sua de ter uma mãe responsável, como a que nós temos, que a vacinou, porque você poderia ser uma dessas pessoas. E sorte dos seus filhos, que não contraíram nada. E é sorte sua também de eles não terem contraído, porque senão você se culparia pelo resto da sua vida".

Esse tipo de mentira, de *fake news*, realmente tem nos preocupado sobremaneira – ainda mais aqui, temos três médicos aqui. E o Brasil, que sempre foi o número um em vacinação, um grande exemplo mundial, hoje passa por isso, graças a pessoas insensatas, que têm uma boca maior, logicamente, do que o seu minicérebro – mini, micro, ou sem neurônios –, uma boca maior, que propaga tanta besteira. Na verdade, não é nem besteira; a gente não pode minimizar esse tipo de atitude, porque isso é maldade – maldade com as pessoas, em prol sei lá do que, de projetos pessoais. Enfim, eu não sei... V. Exa. é psiquiatra e deve saber mais do que eu o nome dessa doença, contra a qual precisamos também inventar uma vacina, porque não dá para a gente suportar.

Então, peço aos colegas que votem neste projeto de lei. Eu não sei se ele é terminativo aqui, se a gente pode pedir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS) – Ah, só na CCJ, infelizmente, porque senão nós poderíamos levar direto para o Plenário.

Agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório da nobre Senadora Soraya Thronicke.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não. Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Quero cumprimentar o Senador Humberto Costa, cumprimentar V. Exa. e cumprimentar a Relatora, Soraya Thronicke.

Essa é uma questão extremamente relevante. Parece um projeto singelo, mas toca numa questão central. Se nós conseguimos, ao longo do século XX, aumentar a expectativa de vida da população, é porque nós introduzimos mecanismos de prevenção. Todos nós conhecemos o ditado que diz que é melhor prevenir do que remediar, e uma das formas de prevenção mais eficazes, mais efetivas é a vacinação, é a imunização em massa.

Eu tenho 57 anos. A minha geração, quem tem 60 anos, quem tem 62 anos sabe o que é conviver com colegas em sala de aula vítimas da paralisia infantil. As minhas filhas e os meus amigos mais jovens não sabem o que é ter um colega deficiente em sala de aula. Sabe por quê? Porque tivemos a vacinação em massa contra a poliomielite. O tétano matava centenas, milhares de mulheres. As mulheres não morrem mais no pós-parto por outros motivos, mas, principalmente, por conta da vacinação. E tantas outras doenças...

Por exemplo, quantas pessoas morriam anualmente por infecção de vias aéreas em função das infecções bacterianas, como consequência ou depois de uma infecção viral. Com a vacinação de idosos, a gente reduziu bastante a internação e a mortalidade, aumentando a qualidade e a expectativa de vida da população. Eu posso passar aqui o dia falando da importância da vacinação.

A gente chama de vacina, mas nesse bojo, os tratamentos oncológicos mais eficazes têm o mesmo princípio, só que, ao contrário, a gente chama de vacina, mas é um soro. A gente separava isso... Antigamente, nós separávamos isso. É um soro, ou seja, é um anticorpo. Se a gente hoje produz anticorpo para combater determinadas doenças, em laboratório, você imagine a riqueza que é estimular o próprio corpo a produzir anticorpo para combater determinadas doenças.

Portanto, eu quero cumprimentar o Senador Humberto Costa, cumprimentar V. Exa., Senador Marcelo Castro... desculpe, o Senador Jorge Kajuru, o Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão, e a Senadora Soraya Thronicke, por trazerem esse tema aqui para esta Comissão de Assuntos Sociais. Essa é uma questão de extrema relevância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mundo, Senador Marcelo Castro – parece que o conhecimento que a humanidade acumulou não tem mais importância –, é o mundo dos *influencers*. Em alguns países, os *influencers*, para falar de determinados temas, precisam ter formação profissional.

E não é para restringir a liberdade de expressão; é para garantir que aquela expressão não seja uma desinformação que comprometa a vida das pessoas, que coloque em risco a vida, que coloque em risco esse maior patrimônio que a gente tem.

Portanto, fica aqui essa manifestação, que é mais uma manifestação de alegria e de esperança que a gente possa fazer este debate, porque não é só a punição que a gente vai ter como consequência. É preciso colocar esse tema em debate com a profundidade e a seriedade com que a gente precisa tratar dessas questões, porque, veja, quem não se vacina e estimula os outros a não se vacinar... Aqueles que ainda não tiveram a oportunidade de se vacinar podem ser contaminados por alguém, ou seja, a gente pode viver epidemias por conta desse tipo de informação irresponsável, desprovida de qualquer lastro de conhecimento, que a humanidade produziu.

Então, obrigado, Sr. Presidente. É isso aí.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Jorge Seif, V. Exa. tem a palavra.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, o senhor é médico, um médico que hoje é Senador da República. O senhor conhece certamente o Dr. Zeballos, que é um grande especialista, um grande cientista, um grande médico brasileiro. Ele até hoje critica e mostra estudos internacionais que comprovam que algumas vacinas que foram utilizadas no Brasil e no mundo foram, inclusive, banidas. Agora, um projeto desse aqui vai calar a boca de Dr. Zeballos?

Mentira é mentira, sobre política, sobre vacina, sobre economia. Mentira é mentira. Agora, mais uma vez – mais uma vez – querem criminalizar a opinião, porque todos nós temos livre pensamento e opinião. Eu posso ouvir o Dr. Marcelo Castro, que é a favor de vacina A, B ou C, e o Dr. Zeballos, que pode ser contra por isso, por aquilo. Aí agora, então, esse projeto aqui, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, vai meter uma prisão no Dr. Zeballos, que, desde lá de trás, fala os problemas das vacinas? Então, isso aqui tem uma gravidade, uma seriedade.

E outra coisa: eu sou a favor da liberdade. Por exemplo, amigos meus já se vacinaram de herpes zoster. Eu ainda estou vendo se eu vou me vacinar ou não. Então, a opinião é liberdade. Eu posso opinar, eu posso querer ou não. Minha mãe todo ano toma vacina lá da gripe. Meu pai já não toma.

Então, eu tenho um discurso para falar isso, mas isso me preocupa. Tudo agora vira criminalização, ou seja, se o cara... Olha, eu estou falando do Dr. Zeballos, não estou falando de Jorge Seif, não estou falando de ninguém. Eu estou falando de Dr. Zeballos, que é uma autoridade reconhecida internacionalmente. Olhe aqui. Estamos diante, Sr. Presidente, de um projeto que, à primeira vista, parece bem-intencionado – combater desinformação sobre vacinas –, mas, Sr. Presidente, ao analisarmos com responsabilidade jurídica e institucional, percebemos um problema grave: o que se propõe é a criação de mais um tipo penal específico para punir divulgações de informações falsas, mas apenas sobre vacinas. E eu pergunto: por que apenas sobre vacinas?

A mentira, quando causa dano, Sr. Presidente, já é tratada pelo nosso ordenamento jurídico. O Código Penal já prevê crimes como charlatanismo, curandeirismo, fraudes e condutas que colocam em risco a saúde pública. Criar um crime novo, seletivo, direcionado a um único tema, abre um precedente extremamente perigoso. Hoje é vacina; amanhã é economia; depois, política. E quando percebemos, estamos diante de um sistema que escolhe quais discursos podem ou não ser criminalizados.

Outro ponto grave, Sr. Presidente: subjetividade. Quem define o que é informação falsa? A ciência evolui, o que é verdade hoje pode não ser amanhã. O debate científico pressupõe divergência, questionamento e revisão constante. O senhor vai lembrar, há poucos dias me falavam: "Ah, o ovo é um alimento que provoca colesterol". Agora o ovo é um superalimento, só perde para o leite materno. A ciência, Sr. Presidente, evolui.

Então, transformar isso em matéria penal é correr risco de criminalizar opiniões, interpretações e até críticas legítimas. O direito penal deve ser a última ferramenta do Estado e não pode ser usado como instrumento para regular o debate público, inclusive entre médicos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como eu dei exemplo aqui. Combater desinformação é necessário, sim, mas isso deve ser feito com educação, transparência e fortalecimento das instituições, não com a criação de tipos penais seletivos que podem restringir a liberdade de expressão, inclusive a liberdade médica.

Por essas razões, manifesto minha posição completamente contrária a esse projeto discriminatório e que cerceia a liberdade, inclusive de médicos que pensam diferentemente.

Muito obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, pela ordem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS) – Só para esclarecer, para esclarecer, antes de continuarmos o...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Deixe a senhora, porque está pedindo pela ordem.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É porque eu estou lendo dez relatórios ali e já vou abrir outra Comissão.

Presidente, eu sou assídua na Comissão, acompanho as matérias. Como entrou extrapauta, e eu quero pedir vista dessa matéria, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sem nenhuma dúvida.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vou voltar para ler os relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Deixe-me conceder.

Vamos continuar. Podemos continuar o debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois não, Senadora Soraya Thronicke, V. Exa. tem a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS. Como Relatora.) – É importante destacar que eu tenho certeza de que o nobre colega não está agindo com dolo, certo? Que não é, ele não está trazendo desinformação acerca do projeto de lei. Eu creio que tenha sido um lapso dele não ter lido esta parte do relatório.

Não vai dar cadeia, gente, não é, está escrito: a pena é de detenção e não de reclusão. Então já vou informar corretamente à população. A pena é de detenção de seis meses a dois anos. Seis meses a dois anos é cediço para todos que legislam, inclusive, e para quem é do meio jurídico, que entende de leis, que tem uma formação, pelo menos, mas as assessorias conseguem bem destacar isso para os nobres colegas, que aqui não tem reclusão – tá? – e multa.

Então, detenção de seis meses a dois anos, não estamos falando de cadeia fechada, não estamos falando da Papuda, da Papudinha e etc., não precisa ter medo. É só não disseminar. Esse Dr. Zeballos tem autoridade para falar sobre o assunto e há muitas pessoas que se manifestam nas redes sociais sem autoridade, sem um debate à altura, um debate científico. Então, que o Dr. Zeballos debata com pessoas, com cientistas, com médicos que estejam à sua altura, está certo?

Mas quem não entende nada disso ficar disseminando desinformação e mentira, aí não dá. É para essas pessoas, não é para o Dr. Zeballos.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Dr. Hiran, V. Exa. pediu a palavra?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone*.) – Pedi.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – V. Exa. tem a palavra.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Bom dia, bom dia, Presidente. Bom dia a todos.

A gente considera – certamente, os médicos que estão aqui – vacinas um patrimônio da humanidade. As vacinas realmente salvam vidas, as vacinas evitaram muitas catástrofes, as vacinas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm um impacto muito grande em evitar doenças virais comuns na infância. Mas o que aconteceu, Presidente, foi que nós vivemos uma tragédia humana na questão da covid, e nós não tínhamos escolha: ou nós acelerávamos o processo de criação de vacinas para tentar minimizar o sofrimento das pessoas, diminuir a mortalidade pela covid... E, certamente, as vacinas, algumas vacinas têm, como todos os fármacos, efeitos colaterais. E essa questão da...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Até a água. (*Risos.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Então, e essa política antivacina, Senador Seif, não é uma política... Esse movimento antivacina é um movimento mundial. Nos países desenvolvidos da Europa, tem muita gente contra a vacina. Mas eu acho que isso é um direito, é uma discricionalidade humana, quer dizer, você usar a vacina ou não é um problema pessoal seu, ninguém é obrigado. Aliás, vacinar não é uma obrigação. Agora, as pessoas têm que ter consciência de que, Senadora Zenaide, vacina realmente salva vida. E eu acho que a pesquisa, as universidades, os centros de pesquisa, as grandes farmacêuticas pesquisam para aumentar a efetividade e diminuir o risco – isso é um princípio.

Agora, eu acho que criminalizar isso – Senadora Soraya, minha querida amiga; até meu querido amigo Kajuru, que é meu grande amigo também, a quem respeito muito – não tem muita razão, porque tem coisas muito mais graves que estão acontecendo na internet que a gente não está criminalizando. Por exemplo, tem médico criando especialidade médica que não existe, na internet, Senador Marcelo. Tem médico especialista em longevidade, tem; já tem médico especialista em imortalidade. Daqui a pouco...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou marcar uma consulta com esse aí. (*Risos.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vamos marcar, vamos marcar, nós estamos precisando.

Mas o que acontece é que hoje a internet realmente é uma terra de ninguém e eu acho que cada um deve se preparar adequadamente para fazer o seu juízo de valor. Mas eu acho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminalizar opinião não é uma coisa muito adequada. É o meu pensamento, salvo melhor juízo a respeito das opiniões divergentes. Gosto muito e respeito o Senador Seif.

Mas o que aconteceu foi isso, especificamente nas vacinas, nas várias vacinas, que muitas nem foram utilizadas no Brasil, por exemplo, como foram utilizadas na Rússia; a Sputnik não foi utilizada no Brasil, mas foi utilizada largamente na Rússia, na Guiana, na Venezuela.

Então, cada uma tem seus efeitos benéficos, efeitos colaterais, e eu acho que a gente tem que encarar esse tema com muita seriedade e opiniões a gente tem que respeitar. Eu sou contra a gente criminalizar quem fala mal disso, porque, aliás, a internet fala mal de tanta coisa que a gente... senão a gente vai ter que criar uma infinidade de leis aqui que certamente nem vão funcionar, serão letras mortas no futuro, essa é a minha opinião.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS) – Só mais uma informação, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS. Como Relatora.) – Esse citado, concordo, e ele é meu médico, mas quando um médico fala é outra coisa, meu médico eu obedeço assim, tudo, tudo que ele fala. Olha só, esse comentado Dr. Roberto Zeballos, médico que sofreu derrota judicial por difundir *fake news* acerca da vacina, acerca da covid-19. Está até aqui no *site* da Cofen, Conselho de Enfermagem. Até mesmo o Conselho de Ética da Cofen trata da questão: difundir *fake news* é infração ética. Então, procurem saber também agora quem é este Dr. Roberto Zeballos, com todo o respeito.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senadora Zenaide, V. Exa. tem a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Para mim é o seguinte, faltar com a verdade, seja *online*, seja como for, é uma mentira, não deixa de ser uma mentira. Segundo, vacinar não é um ato individual, não; vacinar é um ato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coletivo. A gente se vacina para proteger não só a gente, mas quem está ao nosso redor, porque a gente sabe que, como falou o Dr. Hiran aqui, existem efeitos colaterais. A maioria das vacinas não tem nem tanto efeito colateral, em algumas pessoas se forma o anticorpo mais rápido ou demora a formar, como é na maioria dos idosos, devido ao sistema imunológico.

Agora, eu sou médica e digo o seguinte: a medicina é praticar a ciência. Vacina, gente, é quem mais salvou, quem mais prorrogou a vida média do povo no mundo. Se perguntar a qualquer pessoa, diz: vacina e água tratada fizeram com que a população que mais cresce no mundo hoje seja a de 80 a 100 anos, não foi gratuito isso. Foi dito aí, eu acho que eu me sinto... Eu, como infectologista, entro no voo toda semana, ida e volta; se você estiver com febre, dor na garganta, pode ser sarampo. Cuidado, o sarampo voltando, uma doença gravíssima, anergisante, com mil efeitos colaterais, e a grande maioria dos nossos colegas médicos nunca viu uma mancha de Koplik, que é uma condição *sine qua non*.

Eu acho que você dizer – e ainda acho mais grave quando parte de alguém da saúde, respeitado pelo povo – que as vacinas causam morte... A gente veio ao ponto de dizer assim: "Você está com dor disseminada?", paciente que foi minha paciente, foi para o médico e disse que é dor óssea, ela tem fibromialgia e outras coisas "gia" aí, aí ele disse "é da vacina da covid". "Você tomou a vacina da covid?" "Tomei". Aí ele disse: "É da vacina da covid, Doutor?". Aí, ela disse: "Doutor, faz 15 anos que eu tenho essa doença, não tinha nem covid, nem vacina". Então, o que é que ninguém pode questionar? Que quem reduziu a mortalidade tamanha deste país foram as vacinas e foi a mídia.

A mídia é importante, tão importante que ela foi quem mais salvou vidas – como o SUS e as vacinas –, porque ela combateu *fake news* contra as vacinas e defendeu a ciência.

E a prova de que a gente luta por esses soldadinhos que são nossos anticorpos é que a gente terminou de aprovar e foi sancionado pelo Presidente da República o uso da imunoterapia para os cânceres. O que quer dizer? Aquilo que meu organismo não fez, porque estava cansado por algum motivo, a gente consegue isso e bota no seu organismo, porque a ciência descobriu. É uma contradição você defender a imunoterapia – que é feita justamente com o anticorpo; o processo é o mesmo, as imunoglobulinas – e ao mesmo tempo ser contra a vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou dar aqui um exemplo. Quando eu vejo alguém contra a vacina que diz que é contra o aborto, aí eu questiono: "Pergunte aos obstetras do que eles têm mais medo que suas pacientes apresentem". As viroses nos três primeiros meses, porque elas são teratogênicas, deformam o bebê na barriga da mãe, são a principal causa de aborto espontâneo – sarampo, catapora, rubéola, tudo isso. Então, eu acho indefensável...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A zika vírus

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Zika vírus. É indefensável a gente permitir que alguém, seja de que nível for, faça uma campanha contra a vacina.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone*.) – V. Exa. me permite um aparte?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Tudo bem. Vou só encerrar e você faz.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone*.) – Não, posso dar o aparte depois.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Certo.

Então, não defender vacina para mim é assim, algo assustador, até porque quem deixa de ser vacinado é o idoso e a criança, que pagam um preço caro por isso.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Eu queria só... Enfatizando, meu querido Senador Seif, eu sou contra criminalizar, sou contra! E, só para chamar atenção para uma coisa aqui, já que tanta gente nos assiste, Presidente: existe uma vacina que pode acabar com uma doença altamente prevalente nas mulheres – em homenagem às mulheres que estão aqui – que é o câncer de colo de útero. Se os pais e as mães vacinarem as crianças de 11 a 14 anos, meninos e meninas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS. *Fora do microfone*.) – Contra o HPV.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... contra o HPV, daqui a 20 anos, se a gente tiver uma cobertura vacinal de 90%, 95%, sabe o que acontece? O câncer de colo de útero desaparece, Presidente. Então, vamos fazer educação em saúde, aqui, não é?

Agora, continuo sendo, com todo respeito à minha querida paciente Soraya, eu continuo sendo contra criminalizar a opinião. Eu acho que é um direito, é um direito pessoal; a gente não pode ferir o direito pessoal. Quem não quer usar a vacina e falar... fazer juízo de valor de alguém, de alguma coisa, eu acho que isso não é crime.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, eu acho que o mais velho daqui sou eu. (*Risos.*) E eu sou do tempo em que não tinha vacina. Vocês não são mais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – No meu tempo só tinha vacina para varíola; as outras vacinas não tinham. E a gente vivia aquelas ondas. Vinha a onda do sarampo, a onda da papeira...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... da catapora, que era a varicela.

E, inclusive, Dr. Hiran, quando eu estudei medicina, o livro de semiologia do Vieira Romeiro ensinava os alunos a fazerem as perguntas na anamnese.

Então, quais eram as perguntas básicas que o médico era obrigado a fazer ao cliente? Você nasceu de parto normal? Primeira pergunta que a gente fazia. Segunda: você andou e falou nas épocas normais? – para saber o desenvolvimento psicomotor da pessoa. Terceira: você teve as viroses próprias da infância? Por quê? Porque todo mundo tinha as viroses próprias da infância, pegava todas as viroses. Hoje, se você perguntar a um filho meu ou a uma neta minha se teve as viroses próprias da infância, vai ouvir: "Que bicho é esse?". Ninguém teve. Por quê? Porque todo mundo se vacinou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone*.) – Sarampo, em adulto, dava logo otite, né?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Exato. Não, a caxumba.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, a caxumba. É a papeira, a caxumba, Hiran. (*Risos.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – É a caxumba.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, gente, nada foi mais importante para a saúde da humanidade do que o advento da vacina. Isso é inegável. Isso é de uma irresponsabilidade, de uma estupidez. As pessoas dizem: "Não! São contra a vacina por ignorância". Não é por ignorância, não, é por maldade, é por ruindade. Pessoas que querem tirar proveitos ideológicos, proveitos políticos e ficam criando mentiras para iludir outras pessoas. Isso trouxe prejuízo muito grande para a humanidade.

Graças a Deus, até há pouco tempo, no Brasil, não existia isto: movimento antivacina. Infelizmente, na época da covid, esse movimento começou aqui também, no Brasil, discriminando-se vacina. "A vacina chinesa. Quem vai tomar a vacina chinesa?". Uma santa ignorância, porque o produto que vinha para fazer a vacina da CoronaVac do Butantan – a briga era contra o Butantan – era o mesmo produto que vinha também da China para fazer a AstraZeneca na Fiocruz. Todos os dois eram chineses. Quer dizer, era só ignorância.

Então, gente, nós estamos tratando de vidas, temos que ter responsabilidade. Uma coisa é a pessoa ter opinião do que é mais bonito, qual a música melhor, qual é o futebol melhor; outra coisa é a ciência. Nos dias de hoje, médicos... O que mais me constrange é isso. Eu tenho colegas médicos, pessoas consideradas, por mim, normais até há pouco tempo. Quando veio essa onda de vacina da covid, eles passaram a fazer campanha contra a vacina. Isso é uma estupidez imperdoável, não se justifica sob nenhum título. Um deles, que fazia campanha contra a vacina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pegou covid, foi para o hospital, foi entubado. Quando voltou, ele se refez, pediu desculpa e voltou à ciência novamente. Foi preciso andar à beira da morte.

Outro dia, nós aprovamos um projeto aqui, no Congresso, mais prático, mais objetivo que possa ter. A cobertura vacinal está caindo por vários motivos. Um deles é essa difusão de críticas às vacinas.

E aí um Deputado teve a ideia de facilitar a vacinação, porque hoje o marido trabalha, a mulher trabalha, tem dificuldade de levar os filhos, as crianças num determinado posto para fazer a vacinação. E ele teve uma ideia simples, mas boa, de permitir que os postos de saúde fossem às escolas para vacinar os meninos nas escolas. Uma coisa prática, objetiva. Esse projeto veio aqui, para ser aprovado aqui na Comissão e foi um desfile de Senadores aqui – parecia que o mundo ia se acabar – se colocando contra, fazendo discurso contra, votaram contra o projeto de simplesmente os postos de saúde irem às escolas: "Estão obrigando as crianças..." Estão obrigando ninguém. O pai que não quisesse vacinar a criança, ia só dizer para a professora ou para o professor, "Olhe, o meu filho não vai ser vacinado", só isso, para aumentar a cobertura vacinal. Por quê? Sobre vacinação, Dr. Hiran – desculpe-me aqui –, eu tenho um entendimento de que também é um ato coletivo, porque, quando eu não me vacino, eu adoeço e passo a ser um transmissor daquela doença para os outros. Se eu morasse numa ilha isolada e fosse um ermitão: "Não. Tem problema não. Eu estou sozinho e faço da minha vida o que quiser. Eu não me vacino, mas eu não vou 'pegar a minha doença' em ninguém. É minha doença, mas é consequência minha". Mas quem vive em sociedade tem que pensar no bem comum, no bem coletivo também – é minha opinião.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, esse assunto aqui está... Há pedido de vista aqui, pela Senadora Damares, e nós vamos voltar ao tema na próxima sessão.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, só para...

Como a gente mencionou o Dr. Roberto Zeballos, eu queria que o Brasil soubesse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Jorge Seif, o que mais me estranha é isto: são pessoas que estudaram...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Mas veja...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... que passaram, que sabem o que é ciência, que sabem o que é vacina, indo por cabeça de gente que nunca abriu um livro na vida, porque se posicionou contra e eles passam... Feito um... (*Risos.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente, só para lembrar...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pelo amor de Deus!

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... a quem está nos acompanhando, algumas denúncias que o Dr. Zeballos fez lá atrás se confirmaram com o banimento de algumas vacinas. Isso é importante que se registre. Olhem o currículo desse cara, olhem aqui: formado pela Escola Paulista de Medicina, ele é clínico geral, imunologista, alergista. Formação por passagem em centros internacionais, Scripps Clinic, nos Estados Unidos; teve atuação hospitalar no Sírio-Libanês e Albert Einstein, as duas maiores referências; tem palestras de produção científica e registros biográficos. Para chegar aqui e falar: "Não, ele foi processado pelas enfermeiras". Pelo amor de Deus! Vamos respeitar o currículo desse cara. E eu o respeito mais ainda – quero deixar um abraço ao Dr. Zeballos, porque eu o adoro, acompanho-o nas redes sociais e tudo –, porque os estudos que ele fez lá atrás, em que recebeu realmente processo, foi condenado em alguns processos, sobre vacinas e experimentos que ele denunciou, depois foram confirmados com banimento em estudos no Canadá, nos Estados Unidos e na Europa.

Um abraço Dr. Zeballos, obrigado pela sua coragem, que é de poucos no Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

Senador Rogério, você me dá licença? Deixe-me...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – É rapidinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, tranquilo. Não, tudo bem, tranquilo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Eu queria dizer que eu conheço bastante o Dr. Zeballos, mas eu queria só fazer um comentário para o meu amigo Jorge Seif. Jorge, deixe-me dizer, Senador: eu fiz formação na Universidade Federal de Sergipe, fiz residência em Medicina Preventiva e Social na Unicamp, fiz mestrado, fiz doutorado, fui secretário municipal, secretário estadual, secretário do Ministério da Saúde, trabalhei em várias pesquisas e eu sinto muito que a gente esteja dando lugar a questões menos...

Ou seja, a gente está pegando uma particularidade, aquilo que é previsível ter de efeito colateral em qualquer estratégia de prevenção ou de tratamento – seja biológico, prevenção biológica, como é o caso da vacina, ou de tratamento biológico, qualquer –, e transformando isso, e generalizando isso.

Na ciência, a gente generaliza baseado no maior benefício e, geralmente, uma vacina não tem 100% de eficácia. Quanto mais ela é eficaz, mais próximo dos 100% de eficácia. Determinadas vacinas alcançam uma eficácia de 80%, de 90%, de 95%, mas isso reduz a mortalidade, isso reduz as sequelas. Isso, do ponto de vista sanitário, do ponto de vista da saúde pública, do ponto de vista da saúde da população de um país, de um estado, de um município, do ponto de vista da sociedade, representa proteção, representa proteção à vida.

Então, o Dr. Zeballos – que eu conheço, com quem conversei muito durante a pandemia, certo? – sabe muito bem que as vacinas têm importância. Agora, é óbvio que, em algum momento, nós vamos ter... Pode ter – e isso é indicado pelo próprio laboratório ao produzir uma vacina –, pode ter algum efeito colateral, pode ter algum... Isso é de qualquer... E isso não pode ser generalizado, isso não pode substituir o poder, o impacto, a importância, a relevância. Isso...

Eu me lembro aqui de que, no começo do século XX, nós tivemos a revolta da vacina. Na revolta da vacina contra a febre amarela, morreram milhares de pessoas no Brasil. Sabem por quê? Porque alguém disse que a vacina era um absurdo. Ou seja: nós estamos voltando a um debate de 100 anos. O século XX superou tudo isso. Isso é um atraso, um retrocesso. Isso é jogar no lixo a história da humanidade, o que a humanidade acumulou na ciência, na defesa da vida, na preservação da vida, e na preservação... Isso é jogar no lixo toda a história do Carlos Chagas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jogar no lixo a do Adolfo Lutz, jogar no lixo todos os grandes sanitaristas deste país que, de fato, salvaram e ajudaram a salvar milhões – não foi uma, duas, três... Quando a gente trata de saúde pública, Senador Jorge Seif, a gente está tratando de ação que não salva uma vida, duas vidas, salva milhões de vidas – milhões de vidas.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor me dá um aparte?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu vou dar um exemplo só...

Eu citei V. Exa...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, eu quero só comentar com o senhor...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Não, só...

Sim...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tá. Termine, termine.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Quero só dizer o seguinte: olhe, se não fosse a ciência, a epidemia da aids não teria sido contida. Se não fosse o entendimento da saúde pública... E não foi no Sírio-Libanês que se produziu o conhecimento para conter a aids, não foi no Einstein que se produziu isso. Foi nos laboratórios, foi nas universidades, foi nos sistemas de saúde que se produziu a maior parte do conhecimento para tratar, coletivamente, problemas de saúde pública.

E nós estamos falando aqui, se nós... E agora eu vou fazer um alerta: se nós continuarmos defendendo a proteção desse lugar chamado ambiente digital... O ambiente digital é mais importante do que a vida da minha mãe, do meu filho, da minha tia, do meu pai, de todo mundo? Porque, para proteger e não ter critério daquilo que vai ser divulgado, não se pode – ou pode – dar essa liberdade, que é criminosa. Como, por exemplo, o feminicídio, como, por exemplo, tudo que a gente está vendo nesse momento: nesse lugar protegido em nome da liberdade, está sendo gestada morte, violência e obscurantismo – obscurantismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não podemos aceitar isso num Parlamento que tem a responsabilidade de proteger a sociedade brasileira, o povo brasileiro e as instituições brasileiras, como, por exemplo, o Sistema Único de Saúde. Se o Sistema Único de Saúde não tiver adesão à vacinação, a gente não aguenta – a gente não aguenta. E no dia em que a gente tiver vacina contra a dengue em larga escala, muitas vidas serão salvas, muito sofrimento deixará de existir, muitos idosos não terão sequelas permanentes por conta da chicungunha – por conta da chicungunha, por exemplo, que a gente pode resolver com vacina.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, só para... Aqui houve, no meu entendimento, um desvirtuamento completo do que a gente está discutindo. Eu não estou discutindo vacina. Vacina é indiscutível, eu concordo com o Senador Rogério. Ninguém está falando contra a vacina. Eu estou falando da opinião das pessoas sobre algum tema que quer ser criminalizado – agora tudo quer ser criminalizado neste Senado – e eu dei um exemplo do Dr. Zeballos.

Por exemplo, um médico chega e faz um diagnóstico comigo; eu vou em outro para ouvir uma segunda opinião, e ele me dá outro. Então, eu tenho que prender o outro porque mentiu? A opinião de um médico pode ser criminalizada? É o que esse projeto propõe. Eu tenho dois médicos. O senhor é médico. Eu vou lá: "Dr. Marcelo, é isso que está acontecendo". "Toma esse remédio que vai ficar bom". Aí eu vou em outro médico que fala: "Não, toma esse outro remédio". Quem errou? É mentira? Não, são opiniões clínicas, pontos de vista diferentes.

Ninguém está falando contra vacina, pelo amor de Deus! Aí desvirtuaram completamente o assunto. O que eu estou discutindo é que opinião não pode ser criminalizada, seja de um médico ou não médico, seja de um político ou não político, de um advogado ou não advogado.

O que se propõe neste Senado, infelizmente – o Partido dos Trabalhadores, 24 horas, e os ligados ao Partido dos Trabalhadores – é criminalizar opinião, criminalizar debate, criminalizar inclusive a opinião médica.

Então, o que eu estou falando, Sr. Presidente: as pessoas devem se vacinar com liberdade. Quer se vacinar, se vacina. Não quer se vacinar... Agora, criminalizar opinião médica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialmente nesse tema que está se discutindo aqui, como também o Senador Rogério falou, já está... Olhe aqui, está aqui. Nas leis já tem, olhe aqui: "obscurantismo", tudo que ele falou.... Como é que está aqui... Olhe aqui: charlatanismo, curandeirismo, crime contra a saúde pública e fraude já estão previstos no Código Penal – já estão previstos no Código Penal. Querem botar mais esse peso em cima da sociedade? Calar a voz, inclusive, de médicos e especialistas? Que absurdo!

Ainda vêm fazer discurso ideológico aqui, dizendo que é um absurdo... Ninguém está falando contra a vacina; eu estou falando pela liberdade médica e dei o exemplo do Dr. Zeballos. Sou a favor da liberdade. Não gostou da opinião do Zeballos? Vá procurar o Marcelo. Não gostou do Marcelo? Vá procurar o Seif. Vá procurar com liberdade, mas ouça os especialistas. Cada um tem um ponto de vista, cada um tem uma formação, cada um tem uma experiência, cada um faz os seus experimentos, sua ciência, seus estudos; e aqui querem meter o cara na cadeia porque ele teve uma opinião divergente da comunidade científica. Que absurdo!

Relembro ao senhor, Dr. Marcelo: poucos anos atrás – não estou falando de muitos anos atrás, não –, eu li uma matéria, se eu não me engano, foi na *Veja* ou na *Superinteressante*, dizendo que ovos de galinha eram um alimento mortífero, que arrebentavam veia, que aumentavam colesterol, que matavam a pessoa. Eu me lembro, eu li essa matéria, eu era assinante das duas revistas. E agora, recentemente, se falou que é um superalimento o ovo. Então, a ciência evolui, muda, faz mais estudos, descobrem-se outras proteínas, descobrem-se outras propriedades. Então, não dá para este Senado, toda a vida agora, ficar criminalizando opinião, especialmente porque são redundâncias, porque já estão no nosso Código Penal esses tipos penais de charlatanismo, curandeirismo, crime contra saúde.

Então, isso aqui é projeto para calar o povo, calar a boca do brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos ao...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Hiran.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, eu queria só pedir a V. Exa., que nós temos dois requerimentos, nos itens 10 e 11: a gente poderia colocar em votação muito rapidamente, Sras. e Srs. Senadores? São dois requerimentos, e a gente pode até votar em globo. Um é da Senadora Eudócia, que me pediu para subscrever, sobre a criação de uma caneta capaz de identificar células cancerígenas nos tecidos durante cirurgia, é uma invenção de uma cientista brasileira, que ela quer convidar aqui para vir a uma audiência; e uma audiência pública sobre atrofia geográfica, que é uma forma de degeneração macular relacionada à idade, para a qual tem muitas inovações e tratamentos no mundo que não tem no Brasil, para a gente aprovar duas audiências públicas. Pode ser, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com certeza.

Vamos aqui ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2120, DE 2022

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas da Covid-19.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto.

Relatoria do Senador Humberto Costa, com a relatoria *ad hoc* da Senadora Zenaide Maia.

Concedo a palavra à nobre Senadora Zenaide Maia para fazer a leitura do seu relatório *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de V. Exa. utilizar a palavra, Senadora Zenaide, eu quero comunicar aqui a presença, que nos honra muito, da Sra. Sueli Bellato e do Paulo Garrido, que fazem parte da Associação nacional Vida e Justiça pelas vítimas da covid-19. É uma honra tê-los aqui na nossa Comissão.

Com a palavra a nobre Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu queria pedir licença aqui para ir direto à análise.

Nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar acerca de proposições que versem sobre saúde e temas correlacionados. Nesse sentido, observa-se que a matéria atende aos preceitos regimentais.

Quanto à constitucionalidade, não se vislumbram quaisquer vícios. A União, de forma concorrente com estados e Distrito Federal, possui competência para legislar sobre cultura na forma do art. 22, inciso IX, e sobre defesa da saúde, nos termos do inciso XII do mesmo artigo da Constituição Federal.

Não se verificam, igualmente, óbices quanto à juridicidade da proposição, uma vez que esta atende aos princípios gerais do direito e da técnica legislativa.

No mérito, o projeto merece prosperar.

A pandemia da covid-19 representou o maior desafio sanitário enfrentado pela humanidade no século XXI. No Brasil, foram registrados milhões de casos e centenas de milhares de óbitos, em um cenário de colapso dos sistemas de saúde, escassez de equipamentos de proteção individual, falta de leitos de UTI, ausência inicial de tratamentos eficazes ou vacinas e completa falta de coordenação central.

O projeto visa a criação de um dia de memória nacional dedicado a homenagear as vítimas da covid-19, destacando a profundidade dos efeitos que a crise sanitária provocou em nosso país, sobretudo na dimensão humana.

A pandemia da covid-19 deixou evidente que disputas políticas e a falta de coordenação nacional podem comprometer gravemente a capacidade do Estado de proteger sua população em momentos de crise. No Brasil, assistimos à fragmentação de responsabilidades e à politização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de medidas que poderiam ter salvado a vida de milhares de brasileiras e brasileiros, como o uso de máscaras, o distanciamento físico e a própria vacinação.

Paralelamente, o avanço do negacionismo científico tornou-se um dos fatores mais nocivos ao enfrentamento da crise. A desinformação e a deslegitimação de pesquisadores e instituições científicas, bem como a defesa de métodos sem respaldo técnico comprometeram a adesão da população a medidas essenciais e atrasaram a vacinação em larga escala.

Essas práticas não só ampliaram o impacto da doença, como também revelaram como a manipulação política da dúvida e da mentira pode ameaçar a vida. Essa experiência reforça a urgente necessidade de fortalecer a governança pública e assegurar que decisões estratégicas em saúde sejam orientadas por critérios técnicos e pelo interesse coletivo.

Com mais de 700 mil mortes no Brasil, o projeto reconhece publicamente as perdas e a dor de milhares de famílias. É um gesto de empatia e respeito institucional. A data proposta contribui para que esta tragédia sanitária não seja esquecida, funcionando como um alerta para a importância da ciência, da saúde pública e da solidariedade social.

O Dia Nacional em Memória das Vítimas da Covid-19 é uma iniciativa digna, sensível e relevante. Vai além da formalidade: representa um gesto de humanidade e de construção da memória histórica do Brasil.

Para que esse dia tenha real valor, é necessário que seja lembrado com respeito, ações educativas, homenagens públicas e compromisso com a saúde coletiva. Serve como espaço para repensar políticas públicas, valorizar os profissionais de saúde, prevenir futuras crises sanitárias e, sobretudo, fortalecer o SUS.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.120, de 2022.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão, o relatório da Senadora Zenaide Maia. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Presidente, eu queria pedir aqui para encaminhar em regime de urgência para o Plenário esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

Submeto o requerimento da Senadora Zenaide Maia, o pedido de urgência para o Projeto de Lei nº 2.021, de 2022.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A urgência foi concedida.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1799, DE 2025

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional de Valorização e Reconhecimento do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), e dá outras providências.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria da Senadora Professora Dorinha, com relatoria *ad hoc* do Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Posso ir direto à análise?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Dr. Hiran, pode ir direto à análise.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – A distribuição do projeto a esta Comissão justifica-se no art. 100, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, que lhe atribui a competência para apreciar matérias que, como o caso, versem sobre relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego, seguridade e assistência social, proteção e defesa da saúde, que são, todos, temas relacionados ao campo de atuação do Sesc e do Senac.

A constitucionalidade da proposição está presente, pois foram observados os arts. 22, incisos I e XVI, 23, inciso V, 24, incisos VII e XII, e 48, *caput*, todos da Constituição Federal, que colocam a matéria no campo de competência do Congresso Nacional, tanto no tocante à sua iniciativa quanto à sua apreciação.

O projeto não dispõe sobre matéria reservada a lei complementar, não apresenta contrariedade a princípio geral do direito ou tratado internacional e seu processamento se acha de acordo, até o presente momento, com o Regimento Interno desta Casa.

No mérito, entendemos que o projeto merece aprovação.

O Sesc e o Senac, que foram criados na década de 1940, constituem, juntamente com o Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (Senai), o ponto de partida do Sistema S.

Para contextualizar sua importância no desenvolvimento da história brasileira, devemos partir de três fatos primordiais.

Primeiro, sua relevância na oferta de serviços de formação e aperfeiçoamento profissional em um Brasil pouco urbanizado, pouco alfabetizado e ainda profundamente arraigado a práticas comerciais e administrativas antigas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, sua eminente função de oferecer serviços médicos, odontológicos, educacionais, culturais e esportivos para um Brasil que, à época, não possuía um serviço público unificado de saúde e que pouco ou nada incentivava a atividade física e cultural.

Terceiro, seu desempenho institucional inovador para a época, que constituiu um embrião daquilo que, décadas depois, viemos a chamar de terceiro setor.

Desde sua fundação, portanto, o Sesc e o Senac constituem entidades de importância capital para o nosso desenvolvimento social, contemplando grande número de atividades educacionais em diversas áreas, como a gastronomia, a hotelaria, o *design* gráfico, o *design* de interiores, a gestão comercial, a propaganda e *marketing*, a análise e desenvolvimento de sistemas, a moda, a logística, entre outras.

Representam, ainda, um polo cultural importantíssimo, promovendo grande número de atividades no campo das artes plásticas, da música e das artes performáticas, além da publicação de livros. Da mesma forma, constituem um apoio fundamental para a oferta de serviços de saúde a seus associados.

Além disso, recordemos, trata-se de uma rede de serviços de âmbito nacional, amplamente capilarizada pelo nosso território e que, ao mesmo tempo, por ser vinculada às federações de comércio, possui a capacidade de se adaptar às necessidades de cada estado.

Portanto, justa e oportuna a adoção de data de celebração desses dois órgãos, pelo que concorremos com a opinião do autor da proposição e opinamos pela sua aprovação.

Unicamente, julgamos pertinente dispensar algumas ponderações quanto ao conteúdo da proposição, com propostas de emenda para seu aperfeiçoamento.

O art. 2º é redigido de forma explicativa, indicando os objetivos do projeto e as atividades desempenhadas pelo Sesc e Senac. Esse tipo de dispositivo programático não é usual na técnica legislativa brasileira, mas nos orientamos por mantê-lo, dado que, por se tratar de norma que objetiva um dia de valorização das atividades daquelas entidades, seria cabível preservar, no próprio texto legal, os fundamentos dessa valorização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 3º, por outro lado, dispõe sobre a obrigação de que o poder público – implicitamente referido – realize atividades em parceria com o Sesc e o Senac pela passagem do dia nacional, em violação tanto à autonomia do Poder Executivo – e possivelmente dos entes federativos – quanto à autogestão dos próprios órgãos homenageados, que possuem capacidade administrativa de dispor como e quando realizam suas atividades. Ressalte-se que, ademais, os Executivos federal, estaduais e municipais já possuem capacidade de celebrar tais parcerias, observando-se o interesse público, naturalmente.

O mesmo pode ser dito do art. 4º, que permite que a sociedade civil, em parceria com o poder público, realize atividades alusivas ao dia nacional. Trata-se de dispositivo inócuo, dado que essa capacidade já existe, sendo desnecessário reiterá-la.

Assim, propomos emenda para a supressão desses dois dispositivos, mantendo o núcleo normativo essencial da proposição.

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.799, de 2025, com a seguinte emenda:

> Emenda nº - CAS
> Suprimam-se os arts. 3º e 4º do PL nº 1.799, de 2025, renumerando-se o artigo subsequente.

Lida a análise e o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão e submeto-a à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, cumprimento o Senador Hiran pela leitura do relatório redigido, apresentado pela ilustre Senadora Professora Dorinha.

Cumprimento todos os servidores, todos aqueles que integram o Sistema S – Sesc, Senac – por esta matéria, que, de forma singela, homenageia o Serviço Social do Comércio e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Eles são significativos para o Brasil e, portanto, de maneira honrosa, nós reconhecemos o seu papel, instituindo o seu dia.

Sr. Presidente, agradeço mais uma vez a esta Comissão e ao Senador Dr. Hiran por fazer a leitura do relatório.

Sr. Presidente, solicito a V. Exa. a gentileza de poder fazer uma inversão de pauta para a leitura do nosso relatório do PL 3.539, havendo essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente.

Já estou com o item 8 aqui da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3539, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para dispor sobre o prazo de validade das solicitações de exames complementares.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alan Rick para fazer a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou direto à análise, uma vez que o autor da matéria está presente nesta reunião, matéria importante, inclusive para pacientes de doenças raras, que necessitam constantemente de laudos e exames dos planos de saúde.

De acordo com o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposições que dizem respeito a proteção e defesa da saúde, temáticas abrangidas pelo projeto em comento. Ademais, por se tratar de análise exclusiva deste Colegiado, compete à CAS avaliar também os aspectos atinentes à constitucionalidade, à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa da matéria.

Passemos, portanto, à análise do mérito.

É louvável a iniciativa do autor de instituir prazo de validade unificado, de até 180 dias, para as solicitações de exames complementares no âmbito do sistema de saúde suplementar. Tal matéria representa solução eficaz ao problema recorrente enfrentado por beneficiários de planos de saúde decorrente da ausência de regulamentação nacional sobre a matéria. Na prática, as operadoras costumam adotar o prazo de validade de 30 dias, o que obriga os pacientes a retornarem aos consultórios em busca dos profissionais para reemitirem solicitações consideradas vencidas, gerando burocracia desnecessária, perda de tempo e possíveis atrasos nos tratamentos de saúde.

Como destacou o autor da proposta, essa situação afeta de forma ainda mais sensível os pacientes com doenças crônicas – como diabetes, hipotireoidismo, hipogonadismo, osteoporose, artrite reumatoide e lúpus eritematoso sistêmico –, cujos ajustes terapêuticos costumam apresentar resultados laboratoriais apenas semanas ou meses após o início do tratamento. Nesses casos, o prazo atualmente adotado pelas operadoras mostra-se inadequado, uma vez que a necessidade de revalidação de pedidos implica custos administrativos adicionais e pode acarretar interrupções no acompanhamento clínico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressaltamos que, além das pessoas com doenças crônicas, aquelas que vivem com doenças raras também enfrentam o mesmo problema. A fibrose cística, por exemplo, requer acompanhamento clínico e laboratorial contínuo, com exames complementares que devem ser realizados em intervalos que superam 30 dias. A ampliação do prazo de validade para até 180 dias mostra-se, assim, medida necessária para compatibilizar a prática assistencial com a realidade terapêutica dessas pessoas.

Enquanto a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) não disciplina o tema, cada operadora é livre para adotar prazos próprios. A falta de parâmetro normativo nacional compromete a previsibilidade das relações entre operadoras, profissionais de saúde e beneficiários, tornando o processo de solicitação e realização de exames mais oneroso e sujeito a desentendimentos. O tema já foi objeto de regulamentação pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj), que, por meio da Resolução nº 334, de 2022, estabeleceu que as solicitações de exames complementares podem ter validade de até 180 dias a contar da data de emissão. Embora meritória, a norma tem alcance restrito ao território fluminense e, portanto, força limitada enquanto norma infralegal. Ao incorporar essa boa prática ao ordenamento jurídico federal, o PL nº 3.539, de 2024, confere uniformidade nacional à regra e segurança jurídica às relações entre beneficiários, prestadores de serviços de saúde e operadoras de planos de saúde.

Notadamente, a definição de prazo uniforme para as solicitações de exames complementares contribui para a racionalização dos fluxos assistenciais, redução da burocracia e melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais no setor de saúde suplementar. Ao diminuir a necessidade de reemissão de pedidos e, consequentemente, de novos contatos ou consultas com os profissionais responsáveis para essa finalidade, a medida gera eficiência do atendimento, com economia de tempo e de custos para pacientes, profissionais e operadoras, além de favorecer a continuidade dos tratamentos e a adesão terapêutica.

Registre-se, por fim, que a proposição trata da proteção e defesa da saúde, matéria que está inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal. Além disso, está de acordo com os comandos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa legislativa dos Parlamentares. Por conseguinte, não há óbices quanto à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucionalidade da proposta. O projeto de lei também atende aos requisitos de juridicidade e regimentalidade. Em relação ao mérito, como acima indicado, a iniciativa é oportuna e relevante.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.539, de 2024.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório do Senador Alan Rick. (*Pausa.*)

A votação será nominal, o projeto é terminativo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Podemos votar os itens 10 e 11 enquanto votamos, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Podemos, sim.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou só abrir o painel aqui para iniciar a votação. (*Pausa.*)

O painel está aberto.

As Sras. e os Srs. Senadores podem iniciar a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Item 10 da pauta.

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 22, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre a nova invenção na área da oncologia, que consiste na criação de uma caneta capaz de identificar células cancerígenas nos tecidos durante a cirurgia.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL) e outros

A autoria é da Senadora Dra. Eudócia e do Senador Dr. Hiran, que o subscreve.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Passo a palavra ao nobre Senador Dr. Hiran para fazer a leitura do seu requerimento.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre a nova invenção na área da oncologia, que consiste na criação de uma caneta capaz de identificar células cancerígenas nos tecidos durante a cirurgia.

A responsável pela invenção é a cientista brasileira Lívia Schiavinato Eberlin, que também é Professora e Pesquisadora da Baylor College of Medicine, nos Estados Unidos.

A realização da presente audiência pública tem por finalidade ampliar e qualificar o debate sobre inovações tecnológicas aplicadas ao diagnóstico e tratamento do câncer, reunindo especialistas, pesquisadores, gestores e profissionais da saúde que atuam diretamente na prevenção e no combate à doença.

Nesse contexto, destaca-se a relevante contribuição da cientista brasileira Dra. Lívia Schiavinato Eberlin, formada em Química pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), atualmente Professora e Pesquisadora da Baylor College of Medicine, nos Estados Unidos. A pesquisadora é responsável pelo desenvolvimento da MasSpec Pen, tecnologia inovadora que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permite a identificação, em tempo real e em aproximadamente 10 segundos, de células cancerígenas durante procedimentos cirúrgicos.

A referida tecnologia representa um avanço significativo na área da oncologia, ao possibilitar maior precisão na remoção de tumores, reduzir a necessidade de intervenções adicionais e contribuir para melhores desfechos clínicos aos pacientes. Trata-se de solução que pode impactar diretamente a eficiência dos serviços de saúde, além de promover maior segurança aos profissionais e pacientes.

A trajetória da Dra. Lívia Eberlin, que já liderou importantes laboratórios de pesquisa na Universidade do Texas, em Austin, e foi reconhecida com a prestigiada Bolsa MacArthur Genius, evidencia o potencial da ciência brasileira no cenário internacional e reforça a importância de aproximar essas inovações do sistema de saúde nacional. Nesse sentido, a própria pesquisadora destaca – entre aspas –: "Meu sonho é fazer do Brasil um dos primeiros países a usar essa tecnologia", afirma Lívia, que cresceu em Campinas e leva o nome da cidade em cada conquista científica.

Diante disso, a audiência pública se apresenta como espaço essencial para discutir os desafios regulatórios, científicos e operacionais para eventual incorporação dessa tecnologia no Brasil, bem como para fomentar parcerias institucionais e incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico no país.

Assim, a iniciativa busca não apenas divulgar avanços científicos de grande relevância, como também contribuir para o aprimoramento das políticas públicas de saúde voltadas ao enfrentamento do câncer.

Lido, Presidente.

Presidente, eu posso sugerir que leia também o próximo? Porque eu acho que vai estar todo mundo de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com certeza.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Só para a gente agilizar os trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O item 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 23, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o cenário atual da Atrofia Geográfica, as barreiras ao diagnóstico precoce e a incorporação de novas terapias no sistema público e suplementar de saúde.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Passo a palavra ao nobre Senador para fazer a leitura do seu requerimento.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o cenário atual da atrofia geográfica, as barreiras ao diagnóstico precoce e a incorporação de novas terapias no sistema público e suplementar de saúde.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO);

- representante da Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo;

- representante da Associação de Pacientes Retina Brasil;

- representante do Ministério da Saúde;

- o Dr. Mauricio Maia, Médico Oftalmologista Especialista em Doenças da Retina e Professor Adjunto e Livre-Docente em Oftalmologia da Escola Paulista de Medicina/Unifesp;

- representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A atrofia geográfica representa o estágio avançado da degeneração macular relacionada à idade (DMRI) em sua forma seca – uma doença crônica, progressiva e degenerativa da retina, que acomete principalmente indivíduos acima de 60 anos. Trata-se de uma das principais causas de cegueira irreversível no mundo e no Brasil, com impacto significativo na qualidade de vida dos pacientes e na saúde pública.

Segundo estimativas da Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo, mais de 300 mil brasileiros vivem com algum grau de atrofia e degeneração relacionadas à idade, número que tende a crescer de forma expressiva em decorrência do envelhecimento populacional. Apesar da gravidade e da progressão inevitável da doença, não há tratamento aprovado ou disponível no Brasil para a forma seca da DMRI, diferentemente da forma úmida, que conta com terapias incorporadas ao SUS desde 2021.

Em contraste, países como Estados Unidos, Japão e Austrália já aprovaram medicamentos inovadores que demonstraram eficácia em retardar a progressão da atrofia geográfica, oferecendo uma nova perspectiva terapêutica para pacientes que, até então, não tinham alternativas clínicas.

Diante desse cenário de necessidade não atendida, propõe-se a realização de audiência pública com o objetivo de: discutir o panorama atual do diagnóstico e manejo dessa degeneração no Brasil; avaliar o impacto da doença na saúde pública e na vida dos pacientes; apresentar evidências científicas sobre os tratamentos disponíveis internacionalmente; e debater caminhos regulatórios, pesquisas clínicas e estratégias de acesso que possam viabilizar a chegada dessas terapias ao país.

Diante do envelhecimento da população brasileira, a atrofia geográfica deixará de ser uma condição silenciosa para se tornar um desafio de saúde pública. Esta audiência busca antecipar soluções e garantir dignidade visual aos cidadãos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou submeter à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo com os itens 10 e 11 da pauta, requerimentos de autoria do Senador Dr. Hiran e da Dra. Eudócia, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Requerimentos aprovados.

Vou encerrar a votação, porque já tem número suficiente, e anunciar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Onze votos a favor.

O projeto foi aprovado. (*Palmas.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Eu só queria agradecer aos membros da CAS, porque hoje é um dia de grande significado, especialmente por estarmos na Semana da Saúde, momento em que o Brasil volta o seu olhar àquilo que é mais essencial: a vida, o cuidado e a dignidade.

Quero, antes de tudo, fazer um reconhecimento público e sincero ao Relator dessa matéria, Senador Alan Rick, pela sensibilidade, pelo rigor técnico e pela compreensão profunda do impacto social que esse projeto que acabamos de aprovar vai promovendo na população. O relatório não apenas aprimorou a proposta, mas também traduziu, com clareza, a realidade vivida por milhões de brasileiros.

E esse projeto, já finalizo, é algo simples, mas profundamente transformador: garantir que um pedido médico tenha validade razoável, de até 180 dias, evitando que o paciente seja penalizado pela burocracia.

Hoje, Sr. Presidente, na prática, o que acontece é o seguinte: imagine um paciente com diabetes, que é algo comum no nosso país; o médico solicita exames para avaliar o tratamento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas muitas vezes, o resultado relevante só vem após algumas semanas ou meses. Quando o paciente finalmente consegue fazer o exame, o pedido vence, e ele precisa voltar ao consultório, enfrentar a fila, gastar tempo, dinheiro, muitas vezes, para pegar um novo papel.

Então quero agradecer a todos os membros da CAS, agradecer ao senhor por ter pautado, e agradecer ao Alan Rick por ter desburocratizado a saúde, os pedidos de exame para cada um de nós brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o autor da matéria, o Senador Jorge Seif, pela sensibilidade, pela humanidade de ouvir atentamente o clamor desses pacientes, notadamente, Senador Seif, pacientes de doenças crônicas, pacientes que precisam de tratamentos permanentes, doenças raras e outras doenças, que sofrem com essa burocracia.

E nós não tínhamos uma normativa federal que regulamentasse prazos para esses exames. A matéria que V. Exa. apresentou e que, com muita honra, pude relatar, dignifica, traz a solidariedade deste Parlamento e uma ação efetiva para reduzir a dor, o sofrimento, a burocracia e os custos para esses pacientes. É bom para o paciente, é bom para os planos de saúde, é bom para a sociedade brasileira.

Parabéns.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Antes de sair também, eu quero parabenizar a sensibilidade do meu querido Alan Rick e a pertinência da matéria aqui apresentada pelo Senador Seif.

No meu estado, Senador, e aqui nós estamos com a nossa Senadora Roberta, que substitui o nosso ex-Senador Mecias de Jesus, grande amigo. A Senadora Roberta, que também é da saúde, sabe que aproximadamente três, quatro anos atrás, o nosso estado, pasmem, nós tínhamos um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

patologista para fazer biópsia de mama nas mulheres, de uma patologia que mais as mata, que é o câncer de mama. Então muitas mulheres ficavam seis meses para fazer o exame e seis meses para receber o resultado do histopatológico. Então essa matéria garante acesso, facilita a vida das pessoas.

Graças a Deus, isso mudou, nós já levamos para lá uma unidade do Hospital de Amor, que foca muito no diagnóstico precoce e em procedimentos minimamente invasivos, diminuindo em grande parte as cirurgias mais complexas e que causam grande dano à mama das mulheres e grande dano psicológico às mulheres.

Graças a Deus, hoje invertemos esse perfil epidemiológico no nosso estado, mas isso já foi uma realidade lá. As mulheres, quando chegavam para apresentar o pedido de exame, tinham que voltar ao médico, entrar numa outra fila para pedir outra requisição.

Eu acho que você está indo ao encontro de acesso, principalmente para aquelas pessoas que utilizam o nosso Sistema Único de Saúde, um tripé pétreo da integralidade, equidade, universalidade, que é tão patrimônio do nosso povo brasileiro.

Parabéns, querido amigo. Deus te abençoe!

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos ao item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 6161, DE 2023

- Não terminativo -

Acrescenta o artigo 243-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Roberta Acioly

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

2- A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

A relatoria é do Senador Angelo Coronel, que terá o relatório *ad hoc* da Senadora Roberta Acioly.

Concedo a palavra à nobre Senadora Roberta Acioly, para a leitura do relatório.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relatora.) – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, gostaria de pedir permissão para ir direto à análise.

Compete à CAS opinar sobre matérias alusivas à proteção e defesa da saúde, conforme previsto no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, atende aos critérios de regimentalidade a análise do PL nº 6.161, de 2023, por este Colegiado.

Não temos dúvidas quanto ao mérito da proposição. O Caderno Temático do Levantamento Nacional de Álcool e Drogas, fruto de uma parceria entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e a Universidade Federal de São Paulo, apresenta dados preocupantes sobre o tabagismo no Brasil.

Entre os achados, chama a atenção o percentual de adolescentes que já experimentaram algum produto com nicotina: 10,5% das meninas e 8,3% dos meninos, de 14 a 17 anos, relataram já ter experimentado. Entre esses, 78% afirmaram não ter encontrado dificuldades para adquirir produtos com nicotina, o que abrange cigarros convencionais e dispositivos eletrônicos para fumar. No caso desses últimos, a comercialização está proibida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) desde 2009.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desse quadro, fica evidente que a venda de cigarros para a população infantojuvenil, em especial a de dispositivos eletrônicos para fumar, mais atraentes a crianças e adolescentes, deve ser tipificada como crime, pois a proibição administrativa, isoladamente, mostra-se insuficiente para conter o acesso e o uso desses produtos, demandando interferência estatal na dimensão mais vertical de sua atuação: o direito penal.

Não obstante o mérito da proposta, acreditamos que há espaço para aperfeiçoar a matéria, conforme passamos a expor.

Inicialmente, observamos que a pena proposta para o novo tipo penal parece excessiva quando comparada às penas já previstas no ECA. O art. 243, por exemplo, que criminaliza a venda ou entrega de bebida alcoólica ou de produtos que possam causar dependência física ou psíquica a crianças ou adolescentes, prevê detenção de dois a quatro anos, além de multa. Assim, embora reconheçamos a gravidade da conduta analisada, a pena sugerida para o novo art. 243-A ultrapassa o padrão adotado pelo ECA. Por isso, sugerimos ajustá-la para detenção de dois a quatro anos e multa, alinhando-a à pena prevista no art. 243 do estatuto. No mesmo espírito de resguardar o padrão entre as previsões do ECA, acrescentamos disposição semelhante à recente inovação trazida pela Lei nº 15.234, de 2025, que passou a considerar mais grave a conduta quando a criança ou o adolescente consumir o produto nocivo.

Nessa mesma toada, em atenção à boa técnica legislativa, propomos a substituição da pena de 1,2 mil a 2 mil dias-multa, que não segue o padrão do Código Penal nem de outros tipos penais do ECA, pela previsão genérica de multa, haja vista que a quantidade de dias e o valor de cada dia-multa são determinados principalmente conforme a situação econômica do réu, nos termos do art. 60 do Código Penal.

Prosseguindo com nossa exposição, sugerimos também a inclusão de dispositivo na Seção I – Disposições Gerais, do Capítulo I – Dos Crimes, do Título VII – Dos Crimes e das Infrações Administrativas, do ECA, para dispor que qualquer crime previsto no estatuto que apresente produto ou proveito econômico ensejará a perda dos bens e valores utilizados na prática criminosa em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente da unidade da Federação (estado ou Distrito Federal) em que foi cometido o crime. Atualmente essa previsão encontra-se limitada ao art. 244-A do ECA e ao novo artigo proposto; com a mudança proposta e a inserção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de um novo art. 227-B, tal perdimento de bens e valores aplicar-se-á a todos os crimes do ECA em que houver proveito econômico.

Por fim, além de outros pequenos ajustes redacionais propostos, incluímos também as importantes melhorias já aprovadas na CDH e acolhemos sugestões trazidas pelo Ministério da Saúde, a fim de fazer adequações terminológicas e evitar interpretações conflitantes com a Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco (CQCT) da Organização Mundial de Saúde.

Pelo exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.161, de 2023, na forma da emenda substitutiva, que já está publicada no sistema.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Excelência.

Em discussão o parecer da nobre Senadora Roberta Acioly. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação simbólica.

A Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2–CAS (Substitutivo).

A matéria vai à CCJ. (*Pausa.*)

Senadora Eudócia, V. Exa. gostaria de usar a palavra? É uma honra tê-la aqui.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Pela ordem.) – Obrigada, meu Presidente. A honra é toda minha.

Bom dia a todos aqui presentes, Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, e a todos os colegas Senadores e Senadoras que nos acompanham remotamente.

Eu quero aqui, Sr. Presidente – o senhor também é médico –, falar de uma excelente notícia: o projeto de lei sobre as imunoterapias, do qual eu fui a Relatora, tive a honra de ser a Relatora, que foi aprovado por esta Casa – já tinha sido aprovado na Câmara, veio para o Senado, foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovado aqui no Senado –, foi para sanção presidencial, e ontem o Presidente da República sancionou esse projeto de lei tão importante, que é o marco regulatório. Esse projeto de lei tão importante sobre as imunoterapias.

As imunoterapias, como o senhor bem sabe, Sr. Presidente, são medicações, são medicamentos que ajudam a controlar a doença, o câncer; ajudam a curar a doença, o câncer; e ajudam os nossos pacientes que precisam dessa medicação a vencer o câncer. Então, em outras palavras, falando de uma forma bem objetiva, esse projeto de lei de que eu fui Relatora, que o Presidente da República sancionou ontem – com muita alegria, eu dei a notícia em tempo real para os nossos queridos brasileiros e brasileiras, especialmente para o meu querido Estado de Alagoas, para todos os alagoanos e alagoanas –, esse projeto de lei por que eu venho lutando, como Relatora, há alguns meses, que estava, há cinco anos, parado aqui na Casa, no Congresso como um todo, veio da Câmara, ficou cinco anos parado, e eu tive a honra de ser Relatora.

As imunoterapias são medicações que estimulam o sistema imunológico a reconhecer as células cancerígenas, dessa forma, matando essas células. Então, é uma terapia de ponta no tratamento contra o câncer.

E o que é que diz esse projeto de lei? Diz o seguinte: que todos os pacientes, tanto da rede particular, como da rede suplementar, como do SUS, em especial, todos os pacientes brasileiros e brasileiras que tiverem indicação pelo médico oncologista para receber essa droga para controlar e até curar o paciente dessa doença que tanto mata os nossos brasileiros, brasileiras e pessoas de todo o mundo, essas drogas sendo prescritas pelo colega oncologista, mostrando que vai contribuir consideravelmente para o tratamento desse paciente, esse paciente terá acesso total e irrestrito às imunoterapias, e não era o caso anteriormente. Os pacientes tinham que judicializar, tinham que procurar outros meios, tinham que até tentar comprar essas medicações, que são muito caras. Mas agora que têm a lei, agora que se transformou em lei, que é a Lei 15.379, de 2026, os pacientes, Sr. Presidente, não vão precisar mais judicializar e não vão precisar mais unir forças junto com a família, com a comunidade, para ter acesso a essas medicações, porque elas serão entregues de forma gratuita pelo SUS. É isso que diz o projeto de lei agora transformado na Lei 15.379, de 2026.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E algo muito importante: uma vez que o SUS irá comprar, através do Ministério da Saúde, em grande quantidade, a tendência é diminuir muito os custos dessa droga. Então, uma droga que era caríssima, agora, com o Ministério da Saúde comprando em grande quantidade, vai diminuir muito o seu valor. E aí as pessoas terão acesso sem precisar ficar na fila de espera, porque, mais uma vez, repito, o câncer é uma doença tempo-dependente. Um dia para um paciente em tratamento oncológico é muito mais do que um ano. Disso sabe quem tem diagnóstico de doença oncológica e quem está em tratamento de câncer.

Mais uma vez, eu coloco uma das mais importantes considerações: as imunoterapias indicadas para os pacientes metastáticos significam dizer que o paciente que tinha praticamente um tempo de vida pré-determinado, agora, sim, pode dizer que vai ter direito à vida, porque a imunoterapia muda todo o padrão terapêutico e evolutivo dos nossos pacientes, melhorando consideravelmente o prognóstico desses pacientes.

Então, Sr. Presidente, é motivo de muita alegria. O senhor também é médico, e quero dizer a V. Exa. que estou muito feliz e, inclusive, muito emocionada falando desse projeto que foi sancionado ontem e falando aqui na CAS. E quero dizer ao senhor que é um orgulho para mim trabalhar com V. Exa. aqui na CAS, o senhor que é sempre sensível aos projetos de lei na área da saúde. Especialmente, vou falar por mim, Sr. Presidente, o senhor sempre abre as portas aqui na CAS para os projetos de tanta relevância que são esses projetos especialmente para as doenças oncológicas.

Muito grata, meu amigo pessoal e nosso grande Presidente, Senador Marcelo Castro. Muito grata pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senadora Eudócia, eu me sinto muito reconhecido pelas suas palavras.

Quero só parabenizar V. Exa., que chegou com força total à nossa CAS, sempre defendendo boas pautas, apresentando projetos, participando de relatorias. Tem sido um orgulho muito grande para mim trabalhar com V. Exa.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sr. Presidente, antes que o senhor termine a sessão, hoje é o Dia Mundial de Combate ao Câncer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Hoje é o Dia Mundial de Combate ao Câncer. Então, todos vocês...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – E nós estamos trabalhando por isso.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Amém, Sr. Presidente, muito grata.

Quero deixar aqui o meu abraço, os meus cumprimentos para todos que têm diagnóstico de câncer e quero dizer a vocês que continuem acreditando tanto no Senado como em todo o Congresso Nacional, nos colegas médicos, oncologistas, pesquisadores, porque nós iremos avançar cada vez mais. E vocês têm aqui a Senadora Dra. Eudócia lutando por vocês no Senado para que a gente avance cada vez mais e para que tenham um outro futuro com os diagnósticos de doenças oncológicas. Então, parabéns a vocês que lutam e que estão sobrevivendo com fé e com esperança em dias melhores. E, com as imunoterapias, vocês agora têm um futuro, um novo horizonte na vida de vocês.

Então, Sr. Presidente, vamos celebrar, mas com alegria, o Dia Mundial de Combate ao Câncer, porque hoje é uma realidade as nossas forças juntas, lutando contra o câncer.

Então, Sr. Presidente, vamos celebrar, mas com alegria, o Dia Mundial de Combate ao Câncer, porque hoje é uma realidade as nossas forças juntas, lutando contra o câncer.

Um grande abraço a cada um de vocês. Continuaremos, juntos, lutando para combater o câncer, essa doença que tanto afeta os nossos brasileiros e brasileiras e todo o mundo. Um grande abraço da Senadora Dra. Eudócia.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Pois não, Senadora.

Lembro agora que, na sequência, teremos reunião desta Comissão destinada à deliberação de indicações às programações decorrentes das emendas RP 8 da CAS à LOA 2026.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoco para o dia 15 de abril, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às doze horas e dez minutos do dia oito de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Bruno Bonetti, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Teresa Leitão, Dr. Hiran, Roberta Acioly, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Weverton, Rogério Carvalho e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jussara Lima, Flávio Arns, Eduardo Girão, Wilder Morais, Humberto Costa, Ana Paula Lobato e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de Indicações de Emendas RP8**. **Finalidade:** Deliberação de indicações às programações decorrentes de emendas RP-8 da CAS à LOA 2026, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 01/2006-CN. Relatoria: Senador Marcelo Castro. **Resultado:** A Comissão deliberou e aprovou, por unanimidade, 50 indicações, conforme planilhas anexas, e deliberou e rejeitou, por unanimidade, 17 indicações (sendo 7 relativas a indicações aprovadas em reunião anterior), conforme planilha anexa. Em seguida, o presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da reunião anterior e desta reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2285298191

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/08

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de indicações às programações decorrentes de emendas da Comissão de Assuntos Sociais RP 8 à LOA 2026, nos termos do art. 5º, da Lei Complementar nº 210, de 2024, e do art. 45-A, da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional.

A coordenação da relatoria das indicações da CAS ficou a cargo desta Presidência.

A votação será simbólica.

Passo à leitura do relatório.

Nos termos da Lei Complementar nº 210, de 2024, e da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, com redação dada pelas Resoluções nº 1 e 2, de 2025, do Congresso Nacional, compete à Comissão apresentar indicações para a execução de programações decorrentes de emendas de Comissão à Lei Orçamentária Anual de 2026 (Lei 15.346/2026).

Na LOA 2026, esta Comissão apresentou emenda RP 8 nas programações:

- 2E89 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas (Emenda 60060001); e

- 2E90 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas (Emenda 60060002).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No prazo concedido por esta Comissão foram apresentadas 90 novas sugestões de indicações. Posteriormente, foram retiradas quatro, por terem sido cadastradas com erro. Há também seis indicações não apreciadas na última reunião realizada nesta Comissão.

Foram apresentadas ainda 21 solicitações de cancelamento de indicações aprovadas anteriormente, em virtude de impedimento técnico.

É o relatório.

Análise.

Após análise, concluímos que 50 sugestões de indicações cumprem os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 210 e na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional; 17 devem ser rejeitadas, sendo 7 relativas a indicações aprovadas em reunião anterior; e 36 sugestões de indicações terão sua votação adiada.

Voto.

Tendo em vista o exposto, votamos pela aprovação das indicações constantes dos Anexos I e II e pela rejeição das indicações listadas no Anexo III.

Lido o relatório, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação as planilhas constantes dos Anexos I, II e III, nos termos do relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As indicações constantes das planilhas I e II são aprovadas e as constantes do Anexo III são rejeitadas.

A decisão desta Comissão será comunicada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e ao Ministério da Saúde.

Antes do encerramento da reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata das reuniões anteriores e da ata desta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas são aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 12 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia treze de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença da Senadora Roberta Acioly. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Wilder Morais, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 62/2025 - CAS, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 2888, de 2021, que "institui no calendário oficial o Julho Laranja, destinado à conscientização sobre a necessidade do exame ortodôntico anual nas crianças de 6 (seis) a 12 (doze) anos de idade". **Participantes:** Daniela Garib, Professora Titular de Ortodontia da Universidade de São Paulo - USP (representante de: Rafael de Faria Bicalho, Presidente em exercício da ABOR-DF); Cibele Cristina Albergaria de Magalhães, Odontopediatra, ortodontista e idealizadora da Campanha Julho Laranja; Ricardo Fabris Paulin, Secretário da Câmara Técnica de Ortodontia do Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal - CRO-DF; e Ricardo Machado Cruz, Presidente da Associação Latino-Americana de Ortodontia - ALADO. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/13

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Boa tarde. Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento 62/2025–CAS, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a instruir o PL 2.888, de 2021, que "institui no calendário oficial o Julho Laranja, destinado à conscientização sobre a necessidade do exame ortodôntico anual nas crianças de 6 (seis) a 12 (doze) anos de idade".

Informo que a audiência terá a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, pela Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e pelo e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Esta audiência tem por finalidade a discussão de um projeto de lei que institui o mês do Julho Laranja. Para a gente fazer essa discussão, atendendo aos requisitos da lei, nós estamos trazendo para este debate os maiores interessados no assunto, que são os nossos odontopediatras, os nossos odontólogos, a Associação Brasileira de Ortodontia. Nós estamos trazendo-os para a mesa para discutir: precisamos ou não desta data no calendário oficial? Nós estamos trazendo exatamente quem tem interesse no assunto.

Desta forma, eu convido para compor a mesa, aqui do meu lado direito – fique sempre à direita, tá, Doutora? É o melhor lugar para ficar –, a Dra. Cibele Cristina Albergaria de Magalhães, Odontopediatra, Ortodontista e idealizadora da Campanha Julho Laranja.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Doutora, pela campanha. Bem-vinda.

Vai ficar à direita de vocês, olhando de lá para cá, Ricardo Fabris Paulin, Secretário da Câmara Técnica de Ortodontia do Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal.

Dr. Ricardo, obrigada por estar conosco nesta audiência. Um prazer.

E, aqui do meu outro lado, vai ficar o Dr. Ricardo Machado Cruz – é uma honra tê-lo com a gente –, Presidente da Associação Latino-Americana de Ortodontia.

Dr. Ricardo, muito obrigada por ter aceitado o convite de estar aqui com a gente.

Nós ainda temos uma participação *online* da Dra. Daniela Garib, Professora Titular de Ortodontia da Universidade de São Paulo (USP), representando a Associação Brasileira de Ortodontia e Ortopedia Facial (Abor-DF). Doutora, bem-vinda, é uma alegria recebê-la aqui na nossa audiência.

Os nossos convidados têm dez minutos para a exposição; se trouxeram apresentação, elas também ficarão à disposição dos nossos convidados; e nós temos um cronômetro ali, doutores, para acompanhar o nosso tempo, mas, se precisarem passar um pouquinho, nós seremos generosos. Eu sou conhecida como uma Senadora muito generosa, a gente não vai tocar uma campainha para interromper nenhuma apresentação, e as pessoas que estão nos acompanhando...

O Projeto de Lei é do ano de 2021, é o PL 2.888, de 2021, de autoria do Deputado do Distrito Federal, Deputado Julio Cesar. É um projeto que institui no calendário oficial um mês destinado à conscientização sobre a necessidade do exame ortodôntico anual nas crianças. E o Deputado entendeu, em conversa com os senhores, que a gente precisaria de não só um dia. Podia ser um dia? Não. A gente precisa de um mês. E aqui nós vamos debater: é o melhor mês? É isso mesmo? Por que a escolha do mês de julho? E para as pessoas estão nos acompanhando, como o resultado desta audiência vai nortear o relatório?

Lembrando que esse projeto de lei, se passar sem nenhuma emenda modificativa, ele encerra-se aqui; mas se tivermos uma emenda modificativa, ele volta para Câmara. Por exemplo, nós fomos procurados – aí a gente precisa conversar – pelos defensores da infância, que já tem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maio Laranja. Aí eles começaram: "Conversa com o Deputado se não poderiam colocar outra cor ao invés do laranja". Porque nós vamos ter Maio Laranja, passa um mês, Julho Laranja, e os dois temas alcançam diretamente as crianças. Como ficaria isso lá na escola? Como é que a escola vai trabalhar duas datas tão importantes com duas cores? Como seria essa confusão?

E aí, em maio, a gente ainda tem um outro problema: tem o Maio Laranja e o Maio Amarelo acontecendo em maio. Então a gente tem aí um monte de coisa acontecendo: a gente tem o roxo, o lilás, o azul, o rosa. Essas campanhas são extremamente exitosas, inclusive, eu digo para vocês que eu sou uma das autoras da Lei do Maio Laranja, e digo para os senhores, mudou a forma de discutir a violência sexual no Brasil, primeiro, a partir da instituição do dia 18 de maio. Lá atrás – ainda com a então Senadora Rita Camata –, e com base na história da menininha Araceli, que aconteceu lá no Espírito Santo, o assassinato, estupro, sequestro. Mudou. Um dia já fez uma grande diferença.

Aí criaram o Dia Laranja, que também ajudou muito, mas decidimos que tinha que ser um mês inteiro, e a gente deixa o Brasil inteiro cor de laranja no Maio Laranja. Então ter um mês é extremamente importante porque são diversas ações, diversas iniciativas.

Eu concordo que uma campanha só de uma semana, um dia, não tem o alcance que tem, por exemplo, o Outubro Rosa; por exemplo, o Setembro Amarelo. Já está no coração do povo brasileiro o Outubro Rosa, o Novembro Azul, o Setembro Amarelo, o Dezembro Dourado. A gente tem o Novembro Roxo, da prematuridade. É muito lindo, não é?

A SRA. CIBELE CRISTINA ALBERGARIA DE MAGALHÃES (*Fora do microfone.*) – O Agosto Dourado, da amamentação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O Agosto Dourado.

Deixe-me dizer para vocês, eu acho tão lindo. Eu fico na expectativa de que esses meses cheguem, porque eu mudo toda a cor das minhas redes sociais. Eu tenho camiseta de todas as cores, Doutor. Agora eu ganhei lacinhos em acrílico de todas as cores. Eu tenho um lacinho para o laranja, para o amarelo, o azul, um monte de lacinhos para a gente usar. É muito importante. Só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem está na causa entende a necessidade de a gente ter um período como esse, de um mês, para a gente instituir uma campanha.

Então, a gente vai começar este debate, Doutor: precisamos mesmo de um mês? Eu entendo que sim, e eu sou a Relatora do projeto. E já vou dizer: eu vou dar "sim" ao projeto. Precisamos mesmo de um mês? Acho que sim. Precisa ser e por que o mês de julho? Vamos decidir agora. E tem que ser laranja? Vamos decidir agora. Então, nesta audiência pública – do mérito do PL ninguém tem dúvida –, nós vamos caminhar sobre o mês, a cor.

E o senhor, Dr. Ricardo Machado Cruz, tem a obrigação, agora, de dizer para o Brasil: por que nós precisamos de um mês? As pessoas não estão buscando consulta, orientação, prevenção nessa área? Eu vejo que os senhores aqui estabeleceram, como idealizadores da campanha, de 6 a 12 anos. Por que de 6 a 12? Por que um mês?

Vamos fazer, o Brasil precisa de uma campanha como essa.

Dr. Ricardo, dez minutos para a sua exposição.

O SR. RICARDO MACHADO CRUZ (Para expor.) – Muito obrigado.

Exma. Senadora Damares Alves, Exmos. Parlamentares, servidores da Casa, ilustríssimos colegas, Dra. Cibele Albergaria e Dr. Ricardo Paulin, nas pessoas dos quais cumprimento os colegas presentes e os que nos acompanham remotamente, senhoras e senhores, é com grande satisfação e honra que eu recebi o convite para fazer parte desta mesa, nesta audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei 2.888, de 2021, que institui no calendário oficial o Julho Laranja, destinado à conscientização sobre a necessidade do exame ortodôntico anual nas crianças de 6 a 12 anos de idade. Trata-se de uma vitória desses colegas que vêm há anos trabalhando nesse projeto.

É indiscutível a importância do diagnóstico e do tratamento ortodôntico preventivo interceptivo. Existem amplas evidências científicas indicando que as intervenções precoces, quando necessárias e bem indicadas, previnem o aparecimento e o agravamento das maloclusões, dos distúrbios de fala, dos problemas respiratórios – inclusive o da apneia do sono –, e melhoram a autoestima das crianças em uma fase importante de suas vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou deixar os detalhes técnicos, que eu sei que a Dra. Cibele vai abordar, e eu vou colocar o enfoque da minha fala mais na importância da aprovação desse projeto, no sentido de que, eu tenho certeza, ele vai abrir portas para que outros projetos da mesma natureza possam ser futuramente avaliados e executados, mas esse é apenas o primeiro passo. O nosso objetivo de conscientizar a população da importância desse atendimento especializado, precoce, tem que abranger todas as crianças e não beneficiar somente aquelas que têm acesso à rede privada de atendimento odontológico especializado na área de ortodontia. E, se insistimos nisso, como líderes, dirigentes de organizações de ortodontia, professores, pesquisadores, é porque nós sabemos que nós temos totais condições de oferecer esses benefícios às nossas crianças.

Eu vou pedir licença para contar duas histórias que se referem ao atendimento público na área de ortodontia, justamente nessa faixa etária, uma de sucesso e outra que ainda não foi executada, mas eu tenho certeza de que um dia será, se Deus quiser, com a inclusão do Julho Laranja no calendário.

A primeira história de sucesso é sobre o Programa de Ortodontia Preventiva e Interceptiva do Serviço Odontológico do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Com muito orgulho, sou servidor daquela corte e atuo como ortodontista e coordenador desse programa desde o seu início, há 26 anos. Desde lá, nós atendemos mais de 15 mil crianças. Creio que seja o único programa desse tipo em órgãos públicos federais, pelo menos no Poder Judiciário, e apresenta um custo de implantação muito baixo comparado aos enormes benefícios que estamos trazendo para essas crianças. Poderia ser, por que não, copiado por outros órgãos públicos que oferecem essa prestação de serviços odontológicos.

Eu tenho certeza de que a oficialização da campanha do Julho Laranja poderá ajudar a convencer os dirigentes responsáveis a criarem programas semelhantes em seus órgãos.

A segunda história remete ao meu período como Presidente da Associação Brasileira de Ortodontia (Abor Nacional) quando, em 2013, já se vão 13 anos, nós fomos até a Coordenação Nacional de Saúde Bucal, do Ministério da Saúde, levando um projeto de ortodontia preventiva e interceptiva totalmente pronto para ser implantado no SUS. Era um programa completo, elaborado no Departamento de Ortodontia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a supervisão da Profa. Dra. Ana Maria Bolognese.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa intenção era de que o Governo Federal coordenasse a contratação, por meio de concurso público, é lógico, de pelo menos um ortodontista em cada município brasileiro, para que eles pudessem supervisionar e executar esses programas de ortodontia preventiva e interceptiva nos CEOs (Centros de Especialidades Odontológicas), que já existem no SUS.

Infelizmente, o Governo da época não teve interesse em implantar esse programa. Eu tenho certeza de que teria ajudado não milhares de pessoas, como temos ajudado no nosso programa no Tribunal, mas milhões de crianças Brasil afora, com um custo muito baixo. Nós ainda temos esperança de que os novos governos que virão possam olhar com mais carinho para essa proposta e nós estaremos sempre prontos para ajudar no que for preciso.

Não menos importante, para finalizar, como Presidente da Associação Latino-Americana de Ortodontia (Alado), que é uma Federação composta pelas Organizações Nacionais de Ortodontia de 19 países, desde o México até a Argentina – nós temos mais de sete mil ortodontistas filiados –, eu estou muito orgulhoso com essa possibilidade de que o Brasil possa dar um exemplo, criando um evento tão importante em seu calendário para a conscientização da sociedade civil e dos nossos governantes de como a saúde bucal é importante, mais especificamente a prevenção das maloclusões.

Essa campanha do Julho Laranja, idealizada pela Dra. Cibele e pelo Dr. Ricardo, já atravessou fronteiras e foi muito bem-recebida por colegas de outros países, que a abraçaram e começaram a divulgar para as populações desses países. Então, é, mais uma vez, o Brasil fazendo história e o exemplo ocupando um espaço de protagonismo na América Latina, pelo menos.

Muito obrigado pela oportunidade, Senadora. Eu acho que nós temos trabalhado para que este momento se torne uma realidade e eu tenho certeza de que agora nós conseguiremos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Ricardo.

Acabou de falar Dr. Ricardo Machado Cruz, Presidente da Associação Latino-Americana de Ortodontia (Alado).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Ricardo, Dra. Cibele e Dr. Ricardo Fabris, está no Plenário com a gente a Senadora Roberta, que é de Roraima, e ela é cirurgiã-dentista. Ela é uma Senadora que está chegando à Casa – tem um mês que está aqui –, então, agora vocês têm uma bancada, eu não sei de quantos dentistas, mas de uma... (*Risos.*)

É só a senhora, Doutora? (*Pausa.*)

É só a senhora.

E a gente aqui... É regra da Casa que quando um Parlamentar chega, ele, imediatamente, pode ter uso da fala, por conta das outras agendas – outras audiências, Plenário –, e eu queria saber se a Senadora já quer fazer uso da palavra agora.

Bem-vinda, Senadora!

Só vou lhe contar um segredo, Dra. Cibele... Eu tenho que falar, eu falo: até antes de essa Senadora chegar, eu era a Senadora mais bonita do Brasil. (*Risos.*)

Agora, ela chegou, e é do meu partido, minha amiga, e a coisa fica ruim demais – demais –, porque eu podia só dizer assim: "Ah, ela está fingindo que é bonita", mas é linda demais, é maravilhosa, amada no estado dela. Amada, amada... Foi um presente que Roraima mandou para nós, a Dra. Roberta.

Senadora, bem-vinda à nossa audiência pública.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para expor.) – Boa tarde a todos. O que falar depois da Damares? Ela é... Nossa! Ela é uma generosa, me recebeu... Muito grata, Senadora, pelo seu acolhimento, pelo seu carinho comigo.

Que felicidade estar aqui nesta audiência! Sou cirurgiã-dentista, e meu esposo é ortodontista – ortodontista e bucomaxilo –, então ele fala com muita propriedade, ama essa profissão. Eu sou da área da estética, mas eu fico feliz, porque a gente sabe que a saúde começa pela boca, e eu estou aqui para defender a nossa classe – na verdade, todas as classes da área da saúde. E, no que for melhor para o nosso povo, para a qualidade de vida da nossa população, eu estarei aqui.

Muito grata pela representatividade de vocês aqui e podem contar conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora.

Viram como ela é incrível? Obrigada.

Depois vocês vão lá no gabinete dela; batam lá – batam lá.

Obrigada, Senadora Roberta Acioly, é uma honra tê-la conosco nesta audiência.

E o Deputado autor do projeto de lei também é do nosso partido. O partido Republicanos, é um partido que tem um olhar especial para a saúde, e nós estamos muito felizes de que esse projeto seja de autoria de um Parlamentar republicano, que tenha uma Senadora republicana relatando, com o apoio de uma outra Senadora republicana. A gente entende: as campanhas são necessárias.

Na sequência, nós temos a honra de ouvir o Dr. Ricardo Fabris Paulin – Dr. Ricardo – Secretário da Câmara Técnica de Ortodontia do Conselho Regional de Odontologia do DF.

Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO FABRIS PAULIN (Para expor.) – Sra. Presidente desta audiência, Exma. Sra. Senadora Damares Alves, demais autoridades, colegas de saúde, representantes da sociedade civil, senhoras e senhores, é uma honra estar aqui, como a Senadora disse, depois de cinco anos que nós escrevemos esse projeto, para tratar de um tema que, à primeira vista, pode parecer simples, mas que, na prática, impacta profundamente a saúde, o desenvolvimento e a dignidade das nossas crianças brasileiras: a criação de uma lei federal que institui oficialmente o Julho Laranja como mês de conscientização da importância do exame ortodôntico anual em crianças de 6 a 12 anos de idade.

O Projeto de Lei nº 2.888, de 2021, nos aponta esse caminho ao propor uma inclusão do Julho Laranja no calendário oficial, com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância da ortodontia preventiva e interceptativa. Mas hoje, o que nós defendemos aqui vai além de uma campanha, defendemos uma política pública estruturante, contínua e baseada em evidências científicas. Senadora, o Brasil já possui iniciativas concretas que demonstram a viabilidade dessa proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Distrito Federal, a Lei nº 6.510, de 2020, instituiu uma política de cuidados ortodônticos preventivos para crianças de 6 a 12 anos, incluindo a recomendação de exames anuais realizados por especialistas. Escrevemos essa lei, colocamos essa lei, foi realizada e aguardamos até hoje que ela seja regulamentada. Isso significa que não estamos propondo algo abstrato, estamos propondo a ampliação, em nível nacional, de uma política que já mostrou ser possível.

Além disso, o Projeto de Lei nº 2.416, de 2019, Senadora, reforça a necessidade de garantir o exame ortodôntico anual na rede pública, destacando que intervenções precoces são mais simples, mais eficazes e muito menos custosas do que tratamentos tardios. Mas por que isso é tão importante? Porque estamos falando de uma realidade alarmante. Dados da campanha Julho Laranja mostram que cerca de 68,4% das crianças brasileiras podem necessitar de tratamento ortodôntico. E mais, a prevalência de más oclusões é maior do que a de cárie dentária na população infantil. Isso não é apenas uma questão estética, é uma questão de saúde pública. As más oclusões estão diretamente associadas a problemas respiratórios, distúrbios do sono, dificuldades de aprendizagem, prejuízo no desenvolvimento cognitivo e, infelizmente, ao *bullying* escolar. O impacto psicossocial é profundo, baixa autoestima, isolamento, sofrimento emocional. E aqui faço um ponto fundamental, saúde pública, saúde bucal é saúde integral.

A Constituição Federal já estabelece que a saúde é um direito de todos e dever do Estado. O Estatuto da Criança e do Adolescente reforça que é obrigação do poder público garantir o desenvolvimento saudável e digno das crianças. No entanto, existe uma lacuna na regulamentação específica da ortodontia preventiva no Brasil, lacuna essa evidenciada pela literatura científica. O que nós propomos com o Julho Laranja é justamente preencher essa lacuna por meio de três pilares.

Primeiro, a conscientização nacional. Assim como o Outubro Rosa e o Novembro Azul transformaram a percepção da população sobre câncer de mama e próstata, o Julho Laranja tem o potencial de educar famílias, escolas e profissionais sobre a importância do diagnóstico precoce.

Segundo, prevenção estruturada. O exame ortodôntico anual entre 6 e 12 anos permite intervenção simples, de baixo custo e altamente eficaz. Estudos mostram que 72% até dos casos podem ser tratados de forma preventiva ou interceptiva nessa fase.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceiro, impacto econômico positivo. A prevenção reduz tratamentos complexos, cirurgias futuras e a sobrecarga do sistema público de saúde, ou seja, investir agora é economizar no futuro.

Senadora Damares, essa pauta também dialoga diretamente com a proteção da infância, com a saúde mental e com o combate ao *bullying*, temas que sempre estiveram no centro da sua atuação parlamentar. Estamos falando de dar às nossas crianças algo básico, a chance de crescer com saúde, autoestima e dignidade.

O *slogan* da campanha resume bem essa missão: "Cuidados precoces, sorrisos para toda a vida" – não é, Cibele? Mas esse *slogan* precisa sair do campo da campanha e entrar definitivamente na política pública nacional. Por isso, aqui eu faço um apelo: que possamos avançar na aprovação de uma lei federal que institui oficialmente o Julho Laranja, integrando-o ao calendário nacional e vinculando ações concretas de saúde pública, educação e prevenção. Que possamos transformar uma campanha em política de Estado e que, no futuro, possamos olhar para trás e dizer que neste momento demos um passo decisivo para melhorar a vida de milhões de crianças brasileiras.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutor. Muito obrigada.

Doutor, o senhor falou sobre saúde de uma forma geral, porque ainda tem pessoas que, quando a gente fala da ortopedia, da ortodontia, acham que é só um aparelho para ficar bonito. Eu sei as dores de cabeça que eu tive por anos e venho de uma realidade de criança muito pobre – fomos, não é, Marisa? – e que o aparelho era um objeto de luxo, os pais não entendiam as dores que a gente sentia. Hoje, por exemplo, eu tenho sérios problemas de bruxismo, e quem cuida de mim não é nenhum psiquiatra, é um ortodentista. Quem está curando, quem está me sarando é um ortodentista. Então dizer que é só um aparelho para a criança ficar bonita, não; além de ficar muito linda, porque olha como eu fiquei linda – desculpa, Senadora, eu não vou perder nunca a oportunidade (*Risos.*) –, é qualidade de vida. Mas eu enfrentei o *bullying* na escola, eu sei o que eu passei na escola. Há criança se suicidando por causa de *bullying* no país.

Então a sua fala foi muito, muito impactante. Obrigada, Dr. Ricardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cibele, eu vou deixá-la por último e eu tenho uma razão para isso, tá?

Nós vamos ouvir agora com muita alegria a Dra. Daniela Garib, Professora Titular de Ortodontia da Universidade de São Paulo (USP), representante da Associação Brasileira de Ortodontia e Ortopedia Facial.

Muito bem-vinda, Doutora.

E ela trouxe uma apresentação. Ai, como está linda essa apresentação!

E eu quero informar às pessoas que estão nos acompanhando que essa apresentação vai ficar à disposição de todo mundo. E a senhora sabe, Dra. Daniela, que esse tipo de apresentação depois vira objeto de pesquisa. Essa contribuição o Senado dá para o Brasil. Estudantes vêm atrás desses eslaides, pesquisadores, legisladores, jornalistas. Então essas apresentações são muito educativas, muito didáticas, e a sua está muito linda. Eu só vou dizer para a senhora que eu vou roubar essa imagem. Esse menino com esse sorriso lindo, essa cor laranja, eu vou usar isso aí para o meu Maio Laranja também – tá, Doutora? Vou roubar a sua imagem. (*Risos.*) Está muito, muito linda.

Dra. Daniela, dez minutos, mas se precisar pode passar um pouquinho. Seja bem-vinda ao Senado Federal.

A SRA. DANIELA GARIB (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada. Boa tarde a todos. Nós gostaríamos de cumprimentar a Exma. Sra. Senadora Damares Alves e agradecer essa oportunidade, assim como a toda a Comissão de Assuntos Sociais e a mesa plenária.

Bom, hoje nós viemos falar sobre a campanha Julho Laranja, que é um motivo muito importante para nós. Um olhar preventivo mostra um país em progresso, um país adiantado. E julho foi escolhido porque é um mês de férias, e as férias de inverno. Então, os pais têm, as famílias têm mais tempo de fazer o agendamento na área da saúde.

Essa campanha foi idealizada pela Dra. Cibele Albergaria, mas ela foi motivada por alguns acontecimentos. E nós podemos exemplificar o caso dessa paciente que, ao chegar à nossa cadeira, aos 16 anos de idade, destinada ou com um diagnóstico cirúrgico de cirurgia ortognática, que é uma cirurgia bastante invasiva, cara, feita em ambiente hospitalar com anestesia geral, ela chorou ao contar sua história, porque os pais percebiam, desde que ela era pequena, que ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mordia de uma maneira equivocada, diferente. Vejam que ela mostra os dentes de baixo em vez de mostrar os dentes de cima, sua mordida está ao contrário. Isso esteticamente não é adequado, funcionalmente também não é confortável.

E o clínico geral da sua família a aconselhou a fazer o primeiro exame ortodôntico quando o último dente de leite caísse, por volta dos 12 anos de idade. Quando ela chegou ao ortodontista aos 12 anos de idade, o ortodontista explicou que a janela de oportunidade para um manejo mais simples, não cirúrgico, havia passado. E ela então foi predestinada a um tratamento cirúrgico para corrigir a sua face, a sua oclusão. O resultado ficou muito satisfatório, mas isso custou anos da sua vida, da infância até a juventude, com sofrimento, com chacotas, com *bullying*, com desconforto. E todo o desabafo da paciente veio nessa primeira consulta por meio de lágrimas.

O Brasil é um dos países mais adiantados do mundo na odontologia. Então, nos parece inadmissível que se replique na nossa sociedade que o primeiro exame ortodôntico deve ser feito somente quando o último dente de leite cai. O primeiro exame ortodôntico deve ser feito quando o primeiro dente de leite cai, aos seis anos de idade, como defende a campanha Julho Laranja. E por que dos 6 aos 12 anos, Senadora Damares? Porque são os anos de maior dinâmica da criança. Nós temos muitas mudanças, crescimento, troca de dentes de leite por dentes permanentes. E as atitudes odontológicas vão ser mais simplistas, vão ser minimamente invasivas. Tanto é que na Escandinávia, um dos países mais desenvolvidos do globo, desde a década de 30, a odontologia e a ortodontia se voltaram aos cuidados preventivos, tornando-se em 1974 uma lei na Suécia de atenção à saúde bucal e a ortodontia dos 7 aos 16 anos.

Então, a nossa expectativa é muito grande de que o Brasil, como um dos primeiros países no *ranking* de publicação e impacto na pesquisa em odontologia, também dê um exemplo de vanguarda e progressista para a atenção, a maior atenção à prevenção do que ao tratamento curativo. Isso é muito importante, porque a prevenção simplifica, tem procedimentos muito mais simples, a gente vai abreviar o sofrimento humano, nós temos o potencial de abreviar o sofrimento humano mais precocemente possível, levando ao bem-estar físico, mental e social das crianças e com o menor custo financeiro e biológico possível. Vejam que tanto é que a nossa Associação Brasileira de Ortodontia recomenda que o primeiro exame ortodôntico seja realizado aos 6, 7 anos, no momento em que os primeiros dentes de leite vão ser trocados pelos dentes permanentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, em 1948, a Organização Mundial da Saúde redefiniu a saúde, houve uma conceituação moderna de saúde: saúde é mais do que apenas a ausência da doença, inclui também o bem-estar físico, mental e social. E o art. 14 do nosso Estatuto da Criança e Adolescente ressalta que o Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que comumente afetam a população infantil, como as más oclusões, problemas respiratórios e de desenvolvimento facial, e o Sistema Único de Saúde vai promover campanhas de educação sanitária para famílias, educadores e alunos.

Então, a presente proposta apresenta-se em consonância com esses ideais. E vejam que nós estamos falando da criança, mas nós também estamos de olho na longevidade, no país de amanhã, onde nós tivemos um progresso, um aumento na expectativa de vida do Brasil para 77 anos em poucas décadas. Mas não há nenhum benefício da longevidade sem saúde, sem qualidade de vida, sem um amadurecimento com os dentes naturais na boca, porque vejam saúde bucal e saúde geral estão em completa simbiose, a gente só tem saúde boa geral com boa saúde bucal e vice-versa, elas interagem. Então, vamos pensar nos nossos cidadãos brasileiros no amanhã, como a gente gostaria de chegar, maduros, brasileiros maduros, mas gozando de boa qualidade de vida.

E termino aqui lembrando que a prevenção sem dúvida alguma é a maior expressão de bem-estar que o ser humano pode experimentar na área da saúde. E por isso somos muito entusiastas numa campanha nacional brasileira que defenda a prevenção em ortodontia.

Muito obrigada pela especial atenção de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Daniela.

Esse time é muito disciplinado, todo mundo fala dentro do tempo. (*Risos.*)

É que eles estão muito ocupados, com certeza.

Dra. Daniela, obrigada por sua participação, pelos eslaides, pela forma como apresentou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, antes de passar para a Dra. Cibele, que é a idealizadora da campanha – e a gente a deixou por último, para ela gastar um pouquinho mais de tempo –, Luís, de Minas... Olha quanta pergunta chegando do Brasil inteiro.

Eu vou ler algumas perguntas, Dra. Cibele, apesar de que algumas já foram respondidas na fala dos outros três.

Luís, de Minas Gerais, pergunta o seguinte: "Por que essa faixa etária específica é considerada prioritária para o acompanhamento ortodôntico preventivo?". Eu acho que a Dra. Daniela já deixou bem claro e as outras falas também.

Samira, do Mato Grosso, do outro lado: "De que forma pais e responsáveis podem reconhecer sinais de que a criança precisa de uma avaliação ortodôntica antes da consulta de rotina?".

César, do Espírito Santo, pergunta: "Como implementar [...] [essa] ação [...], considerando a grande limitação de acesso da população a estes profissionais?". Realmente, essa é uma pergunta bem oportuna.

A gente tem pergunta de também de Danielle, aqui do DF: "Como o Programa Brasil Sorridente pode incorporar e fortalecer as ações do Julho Laranja para garantir a realização de exames ortodônticos?". Olha que pergunta interessante.

Maurício, do Rio Grande do Sul: "Como a desinformação pode afetar o diagnóstico precoce de problemas ortodônticos?".

Lucas, do Pará: "Como as escolas podem contribuir para ampliar a conscientização sobre a importância do exame ortodôntico [...]?". E aí, Doutora, era uma questão em que a gente estava na hora de fazer o relatório: por que julho? A Dra. Dani acho que... não sei se foi o Dr. Ricardo... Um dos senhores disse que julho é um mês de férias, em que o pai pode levar os filhos com mais tranquilidade ao dentista, ao médico, mas, se a gente quer falar disso com crianças, julho não seria um mês ruim, porque como elas não estão na escola... E todas essas campanhas pegam mesmo, para valer, é a partir da escola, do trabalho, do quadrinho, do mural, do desenho, da apresentação, da conversa na sala. Então, houve muito esse questionamento quando a gente estava confeccionando o voto para que seja no mês de julho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tathiane, de Goiás: "A saúde pública bucal é deficiente, como Julho Laranja vai ajudar, sendo que o problema é a falta de profissional e o custo do tratamento?".

São essas as perguntas, e eu tenho comentários.

Nesse sentido, Doutora, eu vou lhe passar a palavra, fazendo esta ressalva: julho realmente é o melhor mês, se a gente quer falar com a criança? Ou vocês acham que tem que ser realmente esse mês, porque o pai está mais livre para levar a criança para avaliação? Então, nesse sentido, eu passo a palavra à Dra. Cibele Cristina Albergaria de Magalhães, Odontopediatra, Ortodontista e idealizadora da campanha Julho Laranja.

Bem-vinda, Doutora.

A SRA. CIBELE CRISTINA ALBERGARIA DE MAGALHÃES (Para expor.) – Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Lá vêm os passarinhos de novo. Olha que coisa mais linda. Está vendo, minha equipe de comunicação? Vou roubar tudo isso para o Julho Laranja, tá?

A SRA. CIBELE CRISTINA ALBERGARIA DE MAGALHÃES – A campanha Julho Laranja concentra-se em difundir em todo o Brasil o *slogan* "Cuidados Precoces, Sorrisos para Toda a Vida". Desejamos chamar atenção para a importância das estratégias preventivas e promoção da saúde bucal, incluindo todos os tipos de doenças e condições bucais, o tratamento da dor orofacial, apneia do sono em pacientes de crescimento e outras intervenções ortodônticas.

O Julho Laranja é uma campanha nacional já em funcionamento desde 2019. Não estamos criando uma ideia; estamos estruturando uma política que já existe na prática. Eu estudei bastante antes de criar essa campanha; eu pesquisei – pesquisa conservadora na internet. Em 2018, eu comecei esse projeto; eu me inspirei no Outubro Rosa.

Na odontologia não existia isso, acho que talvez tenha sido a primeira, a do câncer bucal, e não podia repetir, não podia existir outro Julho Laranja. De acordo com as pesquisas, também, diferentemente de outros países, como Estados Unidos, os pais realmente, no Brasil, levam as doenças ao dentista no mês de julho. Em relação à cor, é uma cor lúdica. Eu pesquisei o livro *A Psicologia das Cores*; a cor laranja tem um conceito lindíssimo, e ela é muito lúdica. Então, logo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depois, eu tenho uma amiga, artista visual de Porto Alegre, que nos deu esse pássaro de presente como mascote, e ele é um supersucesso.

Então, assim, por exemplo, essa campanha, logo que começou, a gente divulgou em 2019, e as universidades já foram aderindo. A Daniela Garib mesmo já faz na USP há muitos anos; o Reitor da USP nos parabenizou. Ela já aplica aos alunos, orientando os pais. Ela faz essa campanha, geralmente no finalzinho de junho, e hoje, nas escolas, em geral, as aulas vão até, mais ou menos, 15 de julho, e as férias passaram a ser menores no mês de julho, reiniciando em agosto.

Todo ano, a gente escolhe, eu coloco em votação um tema. Então, a gente já abordou a primeira idade, a primeira consulta ortodôntica; no outro ano, sobre o bruxismo; no outro ano, foi sobre apneia do sono. No ano passado, a gente abordou sobre os hábitos bucais – que mais para a frente vocês vão ver como influenciam –, e demos uma entrada já para as campanhas nas escolas, porque eu acho que isso tem que ser uma disciplina escolar – eu espero que a saúde bucal seja –, e teve muita adesão.

Agora, as escolas não abrem muito para os dentistas fazerem a campanha, justamente porque não estão familiarizadas, eu imagino.

E, logo em 2020, a gente conseguiu, junto ao Palácio do Planalto, o primeiro monumento a ser iluminado. Fizemos muitas fotos, matérias, e isso deu uma repercussão enorme, porque cada colega, no seu estado, cidade, município, vai à mídia. Esta foi uma matéria bem bacana do *Correio Braziliense*: "Julho laranja: a campanha odontológica brasilense que ganhou o Brasil".

Logo nesse mês, os colegas mandavam *prints* das agendas, de como as agendas encheram. É claro que a gente tem dados aí mais da odontologia privada.

Aqui eu trouxe um panorama brasileiro: a prevalência das más oclusões em crianças entre 6 e 10 anos é maior que a prevalência de cárie e perdas dentárias na população infantil, e 68,4% das crianças podem necessitar de tratamento ortodôntico no Brasil.

Nesse gráfico, logo em 2021, a Profa. Daniela Garib e colaboradores fizeram uma pesquisa no Conselho Regional de Odontologia de São Paulo – esse trabalho ainda não foi publicado –, que percebeu que, desde o início da campanha, as primeiras consultas ortodônticas aumentaram em 40%, isso em 2021. Esse é um panorama brasileiro. Foi um artigo de um estudo feito por uns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colegas da Universidade Federal da Bahia, publicado em 2010. E, com isso, a realidade não se alterou, porque realmente a gente não tem a ortodontia na saúde pública brasileira.

Então, as causas dessas más oclusões são os hábitos de chupeta, sucção digital, respiração bucal e outros aí, muito prolongados; fatores genéticos; alterações craniofaciais; a perda precoce de dentes de leite; e disfunções musculares/funcionais, impactando aí na mastigação.

As consequências, que já foram comentadas: o *bullying*, principalmente na idade escolar e atinge muito os adolescentes; a baixa autoestima; o isolamento social; o prejuízo escolar; o sofrimento emocional; e o impacto psicossocial negativo.

Os benefícios: melhora o padrão respiratório, a cognição, os distúrbios respiratórios do sono, o crescimento facial, o desenvolvimento da dentição e facilita o acompanhamento da trajetória do neurodesenvolvimento.

O impacto no SUS: reduz tratamentos ortodônticos complexos, cirurgias futuras, sobrecarga do sistema de saúde e melhora indicadores de saúde mental, o rendimento escolar e a qualidade de vida.

Isto foi um lembrete que surgiu ano passado, acredito que inspirado na nossa campanha Julho Laranja, pela Associação Americana de Ortodontia: todo dia 7/7, os pais devem levar as crianças para uma consulta ortodôntica até os 7 anos de idade. Eu achei esse lembrete fantástico, e culminou com o nosso mês de campanha.

Assim, instrumentos usados pela Organização Mundial da Saúde para a mensuração da qualidade de vida atestam que o tratamento ortodôntico melhora os índices de bem-estar e saúde mental de crianças e adolescentes.

Era isso que eu tinha para trazer. Se tiverem perguntas, eu agradeço muito a oportunidade. Estamos muito felizes de estarmos aqui. E eu espero que realmente essa prevenção, essa lei esteja na pauta dos brasileiros em breve.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Cibele. A senhora foi iluminada com a ideia da campanha. Extraordinário.

Eu só queria trazer os comentários, Doutora, que estão vindo pela internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adirson, de Minas Gerais: "Sugiro que os agendamentos sejam facilitados e realizados de maneira célere [...] [sem] muita burocracia, [com] cadastro pelo CRAS."

Cristiane, do Distrito Federal: "Dentistas e ortodontistas deveriam compor a equipe escolar, objetivando prevenção e orientação a todas as crianças e adolescentes".

Thiago, do Rio de Janeiro, comenta o seguinte: "Deveriam também valorizar os profissionais de odontologia com melhores salários [concordamos, né, Senadora?] e votando o piso da odontologia".

Maria, do Ceará: "Acredito que a saúde bucal é importante e a prevenção deve iniciar cedo. Vamos promover a saúde dentária do futuro adulto" – Fantástico!

Vocês viram, nossos expositores queridos, que as perguntas e comentários vieram do Brasil inteiro. Então, esta audiência chamou a atenção do Brasil inteiro, tão logo a gente anunciou que faria esta audiência.

Bom, pelo que eu entendi, vai ser julho mesmo, e a gente está fazendo esta audiência para homologar isso. Por quê? A gente já teve briga de segmentos. Nós tivemos recentemente uma data, era... Você lembra, Dani? É uma data que o Paraná tinha uma data como lei estadual.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso, agenesia de membros. Foi ele que me criou essa confusão.

O Paraná queria uma data, e o DF tem uma lei com uma outra data, só que o DF era precursor na proposta, né? E aí, gente, o Senado se dividiu; botaram Senador contra Senador. Foi uma confusão, mas a gente fechou com a data do DF, porque foi o primeiro estado. E a gente teve uma outra guerra de balas. Essa foi, literalmente, bala. Foi neste Plenário aqui, da Comissão de Assuntos Sociais. A cidade de Antonina, no Paraná, estava concorrendo como a Capital Nacional da Bala de Banana. E eu morei nessa... Não, gente, vocês estão pensando que aqui não é bala, aqui é na bala. E eu morei nessa cidade quando era criança, eu nasci no Paraná, lá em Paranaguá, e morei em Antonina. Só que, no dia de votar o projeto, o Senador Esperidião Amin se levantou e disse que não, que a capital nacional era uma cidade de Santa Catarina. E, aí, foi uma briga de bala. Interrompeu-se a sessão e, na outra sessão, a bala foi real. A turma de Antonina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trouxe bala de banana, e a turma de Santa Catarina; e foi bala de um lado e de outro, um jogando bala no outro. Resultado: Antonina ganhou. A senhora imagina a confusão que foi, mas foi uma briga tão linda porque, na verdade, o que o Senador Amin queria... Nós comemos bala por uma semana, né? E houve propina de bala, Doutora, propina de bala. (*Risos.*) E foi muito legal porque as duas cidades ficaram em evidência, e talvez algumas pessoas do outro lado estejam dizendo aí: "Vocês não estão perdendo tempo com...?". Não. Para aquela cidade cuja economia toda é movimentada em torno de fábricas de bala de banana, para aquela cidade tem uma importância muito grande, e cabe a nós valorizarmos isso. E depois eu ganhei muita bala, o Prefeito de Antonina mandou muita bala para mim, porque eu briguei por Antonina.

Então, assim, os segmentos precisam ser valorizados, mas aqui a gente está falando de saúde, como foi no outro projeto de lei – de saúde. E a gente precisava fazer audiência pública para a gente não ter o problema: "Por que não ouviram todo mundo? Cadê os defensores da infância que querem o laranja só para eles?". Eles tiveram a oportunidade de vir à audiência e de colocar o contraponto. Se não vieram, se há um silêncio, é porque será julho, e os senhores explicaram por que julho. E o laranja dela tem até um passarinho já, imagina, né?

Então a gente acredita que agora a gente resolve, a gente deu a oportunidade para todo mundo se manifestar, por isso que é uma audiência pública, a gente resolve os questionamentos aqui, a gente esclarece também. E a gente encerra esta audiência pública devolvendo para os senhores mais dois minutos para agradecimentos e considerações finais.

Dr. Ricardo Machado Cruz, Presidente da Associação... Gente, nós estamos muito importantes, né? Associação Latino-Americana de Ortodontia.

Dr. Ricardo, a palavra é do senhor, mais três minutos.

O SR. RICARDO MACHADO CRUZ (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

Realmente, eu acho que as discussões foram muito proveitosas, ficou comprovada a importância desse projeto. Mais uma vez, agradeço muitíssimo a V. Exa. pela ajuda e pelo apoio.

Tentando responder a algumas perguntas que foram feitas pelos nossos ouvintes aí Brasil afora, especialmente em relação a como as crianças que não têm condições de frequentar os consultórios privados poderão ter acesso a esse tipo de serviço preventivo e interceptivo, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha fala inicial eu comentei sobre um projeto de sucesso na área pública governamental e também sobre um outro projeto, em que não conseguimos êxito ainda, mas eu tenho certeza de que a gente vai continuar lutando, a gente ainda vai continuar.

O Brasil é o país... De cada cinco dentistas no mundo, um é brasileiro, e nós temos no Brasil 30 mil ortodontistas, ou seja, mão de obra especializada e boa...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem.

O SR. RICARDO MACHADO CRUZ – ... tem, de qualidade. Como a Dra. Daniela falou, a nossa odontologia é reverenciada e reconhecida no mundo inteiro, então nós temos uma população de profissionais ávidos por trabalho, querendo trabalhar, e o que falta é que a gente possa dar condições, então não custa nada... Se tivéssemos um ortodontista em cada centro de especialidade odontológica em cada município deste país, olha o tanto que isso ajudaria as nossas crianças! E isso não representaria um custo mínimo, porque prevenção é sempre mais barato do que tratamento. Então, a gente vai continuar lutando por isso, por esse projeto de a gente colocar os ortodontistas no SUS.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada, Dr. Ricardo.

Dr. Ricardo Fabris, para agradecimentos e considerações finais. O senhor vai em quantas mais audiências, quantos meses e dias mais o senhor está criando no Brasil, Doutor? (*Risos.*)

O SR. RICARDO FABRIS PAULIN (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Dias, talvez não muitos, mas nós temos outros projetos, inclusive um de 2019, que é um projeto federal e que foi aceito aqui no DF e nós precisamos dar ferramentas para o Julho Laranja – como foram feitas perguntas muito corretamente – que sejam empregadas, tenham meios no SUS, tenham meios de fazer dentro dos CEOs, tenham meios de chegar à escola pública.

Então nós temos projetos para isso, nós temos formas de chegar até isso, e eu queria agradecer muito a oportunidade que a senhora nos dá em relação a trazer isso para o Senado. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Julio Cesar também, que é um grande idealizador dos nossos projetos, da parte odontológica. Nós precisamos ter condições de debater sobre isso e realmente entregar no dia a dia.

Quero agradecer a todos que estiveram aqui; aos meus colegas do Conselho Federal de Odontologia que estão aqui de vários estados que vieram nos prestigiar; agradecer ao meu xará, o Ricardo, e, principalmente, à Cibele, pela confiança.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada, Dr. Ricardo, e vamos cuidar do outro projeto também.

A gente ainda está com a Dra. Daniela, que bom que ela conseguiu continuar conectada. Dra. Daniela Garib, para considerações finais, agradecimentos, a senhora tem mais três minutos.

A SRA. DANIELA GARIB (Para expor. *Por videoconferência*.) – Exma. Senadora Damares Alves, nosso agradecimento profundo a essa oportunidade de debater a odontologia na saúde pública brasileira.

A senhora mesma falou sobre a beleza, todos nós queremos ser belos, isso traz saúde, contentamento, alegria, e todas as crianças têm direito à beleza. Se a gente for ver a história da cirurgia plástica, por muitos anos ela também foi encarada como uma especialidade que não era tão relevante dentro da medicina, porque não se reconhecia o benefício da estética, até que começamos a entender em pacientes queimados, em pacientes que nasciam com anomalias craniofaciais, como as fissuras labiopalatinas, que a cirurgia plástica é essencial, e a ortodontia é essencial em saúde.

Nós, ortodontistas, temos a oportunidade de fazer tratamentos e de ficar um período acompanhando as crianças, e nessa oportunidade mais longeva, nós somos a especialidade que tem a maior oportunidade de motivar a saúde bucal, a escovação, o uso do fio dental, que são métodos simples e que vão garantir a permanência dos dentes até o final de nossas vidas, até os 80, 90 ou 100 anos de idade. Então muito obrigada por essa oportunidade ímpar de trazer a saúde bucal para o Senado brasileiro.

Cumprimento o Dr. Paulin, o Conselho Federal de Odontologia, o Dr. Ricardo Cruz e a Dra. Cibele pelas belíssimas explanações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um abraço a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Daniela, que honra tê-la conosco nesta audiência.

E agora a gente vai para a última fala da Dra. Cibele.

Dra. Cibele, nós estamos sendo assistidos pelo Brasil inteiro, por pessoas de todas as regiões. Nem todo mundo vai precisar do aparelho, mas todos os pais precisavam ter orientações.

A SRA. CIBELE CRISTINA ALBERGARIA DE MAGALHÃES (*Fora do microfone.*) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu acho que a campanha também é para que o pai seja orientado. Por exemplo...

A SRA. CIBELE CRISTINA ALBERGARIA DE MAGALHÃES (*Fora do microfone.*) – A família.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... a senhora falou uma palavra tão chique ali. Vamos traduzir para a linguagem popular? A senhora falou de sucção digital, olha que chique.

A SRA. CIBELE CRISTINA ALBERGARIA DE MAGALHÃES (*Fora do microfone.*) – Chupar dedo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É chupar dedo. (*Risos.*)

A SRA. CIBELE CRISTINA ALBERGARIA DE MAGALHÃES (*Fora do microfone.*) – Na campanha a gente usa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Chupar dedo.

Então, já pensou uma mãe de primeira viagem ser orientada quando o bebezinho ainda é bebezinho?

A SRA. CIBELE CRISTINA ALBERGARIA DE MAGALHÃES (*Fora do microfone.*) – Hã-hã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A campanha vai fazer isso também. Não é só levar a criança para colocar o aparelho, é orientar os pais sobre a respiração bucal, que a senhora mostrou, a chupeta...

Posso contar um segredo para a senhora?

A SRA. CIBELE CRISTINA ALBERGARIA DE MAGALHÃES (*Fora do microfone*.) – Pode.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu usei chupeta até 7 anos de idade e eu sei o preço que eu paguei depois. Inclusive, Doutora, a digestão... Não é? Nós temos casos de crianças engasgadas porque não mastigam direito, porque já têm os problemas.

Então, é cuidar disso. "Ah, vocês vão gastar dinheiro", não. É evitar leitos de hospitais lá na frente, é evitar tratamento doloroso lá na frente, é evitar dias de afastamento no trabalho.

A SRA. CIBELE CRISTINA ALBERGARIA DE MAGALHÃES (*Fora do microfone*.) – É.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem uma equação aí que a gente vai ter que considerar para a gente fomentar essa campanha.

Dra. Cibele, para considerações finais e agradecimentos.

A SRA. CIBELE CRISTINA ALBERGARIA DE MAGALHÃES (Para expor.) – A palavra eu até escrevi: chupar chupeta, (*Risos.*) mas meu irmão e cunhada, que são obstetras, estavam do meu lado e falaram: "Não..."

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que feio. (*Risos.*)

A SRA. CIBELE CRISTINA ALBERGARIA DE MAGALHÃES – ... é feio".

Enfim, o que eu acho... Brasília é a capital do país, eu acredito que aqui deva ser o primeiro lugar a existir esses ortodontistas nos CEOs e nas escolas, que é um projeto escrito pelo Paulin desde 2019. Nós escrevemos – não é, Daniela? – essa justificativa na véspera de Natal de 2018, ele apresentou na Câmara o projeto que ele escreveu e assim a gente está até hoje, sem essa cobertura nos centros de especialidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E são coisas que funcionam... É um serviço que funciona. Eu sei que no Ceará eu não conheço, mas tem um serviço que funciona, alguns interiores do Rio, Bahia. Eu sou mineira, de Ouro Preto, eu estou sempre lá e lá eu faço um trabalho voluntário na Fundação Sorria, que existe há mais de 30 anos. É um projeto que vale a pena conhecerem, de primeiro mundo. É uma cidade que tem 70 mil habitantes, incluindo os municípios, e tem odontopediatria e ortodontia na saúde pública. São nove postos, é uma cidade de montanha, mas lá estão os postinhos, belíssimos, uma equipe de auxiliares treinadas, que atendem até uns 18 anos. Tem a ortodontia preventiva, corretiva, é uma cidade que já é zero cárie.

Quando veio a pandemia, o programa ficou inoperante e as crianças voltaram a ter bastante cárie, porque consomem muito, eu pergunto lá, muito açúcar, muito Nescau, que é o que induz a doença cárie.

Brasília, eu acho que devia ser considerada também um primeiro mundo para começar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

A SRA. CIBELE CRISTINA ALBERGARIA DE MAGALHÃES – Muito obrigada. E foi ótima a audiência.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vou concluir esta audiência e fazer um apelo – até pergunto se a Senadora Roberta quer ainda falar – para a gente votar na próxima quarta-feira. Não dá tempo de votar amanhã porque o Presidente da Comissão não tem aceitado muito projetos extrapauta. A gente votaria na próxima semana na Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Roberta, o projeto.

E ele é terminativo aqui. Não é isso, Dani? Ele é terminativo aqui. Não é, Secretário? Vai para a pauta da próxima semana.

Olha, Secretário, compromisso público ao vivo!

A gente votando na Comissão semana que vem, a Senadora Roberta é da Mesa Diretora do Senado... A Senadora nos ajudaria com a remessa imediata para sanção. Quem sabe a gente não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sanciona antes de julho a lei nacional, o Presidente Lula sanciona, para a gente já ter, Senadora Roberta, o primeiro Julho Laranja agora no seu mandato. A senhora vai sair aí na frente o primeiro Julho Laranja.

Eu queria contar com a sua colaboração nesse sentido.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para expor.) – Claro, Senadora. Seria uma honra, né? Imagina.

Quando você fala dessas lutas constantes da classe, eu reforço também aqui e peço aos colegas que vocês também, dentro dos seus estados, elejam pessoas da classe odontológica para nós termos representatividade aqui, porque é aqui onde se faz a lei, é aqui onde se muda a lei. A gente precisa, né?

Essas lutas são interessantes, são muito importantes, mas a gente precisa ter representatividade dentro da Câmara Federal e dentro do Senado Federal. Aí sim nós teremos uma saúde bucal de qualidade para todos. Eu não tenho dúvidas disso.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora.

Bom, nada mais tendo a tratar, eu acho que a gente dá por cumprida a missão e o objetivo da audiência pública.

Agradeço aos nossos expositores, à Dra. Daniela, aos três que vieram presencialmente, à Senadora Roberta por terem participado do debate.

Nada mais tendo a tratar e declarando que julho agora também é laranja, eu declaro esta sessão, esta audiência pública encerrada.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia quatorze de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Rogerio Marinho, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Roberta Acioly, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Marcos do Val e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Eduardo Girão, Jorge Seif, Wilder Morais, Ana Paula Lobato e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 11/2026 - CAS, de autoria Senadora Dra. Eudócia (PL/AL), e REQ 14/2026 - CAS, de autoria Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Finalidade:** Debater a obesidade como grave problema de saúde pública. **Participantes:** Daniela Silva Canella, Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (representante de: Maria Laura da Costa Louzada, professora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo); Fabio Rogerio Trujilho, Presidente da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica - ABESO; Maria Edna de Melo, Chefe da Liga de Obesidade Infantil do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Inara Silva, Coordenadora do Departamento de Voz da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica - ABESO; Danielle Moreira de Castro Lima, Coordenadora-Geral de Atenção às Condições Crônicas na Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde; Neuton Dornelas Gomes, Presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia - SBEM; João Eduardo Nunes Salles, Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes - SBD; e Fabíola Suano, Presidente do Departamento Científico de Nutrologia da Sociedade Brasileira de Pediatria. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/14

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos aqui presentes!

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 11 e 14, de 2026, da CAS, de minha autoria, para realização de audiência pública destinada a debater a obesidade como grave problema de saúde pública.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, através da Ouvidoria, pelo telefone 0800 0612211, e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

A finalidade desta audiência pública é debater a obesidade como grave problema de saúde pública.

Tenho algumas observações: esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal, de que eu já falei, e-Cidadania e da Ouvidoria.

Também já falei dos requerimentos, que foram os nºs 11 e 14, de 2026, da minha autoria.

Os convidados são Danielle Moreira de Castro Lima, que é Coordenadora-Geral de Atenção às Condições Crônicas na Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde. Eu quero convidá-la, Dra. Danielle, para fazer parte aqui da mesa. Seja muito bem-vinda a esta audiência pública! Pode sentar-se.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui cumprimentar o Dr. Fabio Rogerio Trujilho, que é Presidente da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (Abeso). Dr. Fábio, por gentileza se faça presente aqui na mesa. Seja muito bem-vindo!

Quero cumprimentar o Sr. Neuton Dornelas Gomes, que é Presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (Sbem), que está aqui presente. Dr. Neuton, por gentileza se faça aqui presente. Fique à vontade!

Quero cumprimentar a Dra. Maria Edna de Melo, Chefe da Liga de Obesidade Infantil do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de da Universidade de São Paulo. Dra. Maria Edna, por gentileza se faça aqui presente. Seja muito bem-vinda!

Quero cumprimentar o Sr. João Eduardo Nunes Salles, Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD), por videoconferência. Seja muito bem-vindo, Dr. João Eduardo, a esta audiência pública.

Quero cumprimentar a Sra. Inara Silva, que é Coordenadora do Departamento de Voz da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (Abeso). Por gentileza, Sra. Inara, faça-se aqui presente nessa mesa e seja muito bem-vinda.

Dando continuidade às apresentações, temos também a participação da Dra. Daniela Silva Canella, que é Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), representante de Maria Laura da Costa Louzada, Professora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Dra. Daniela, seja muito bem-vinda a esta audiência pública. Sinta-se como se estivesse na universidade com seus alunos, discutindo esse tema de tanta relevância para o nosso país.

Também quero cumprimentar a Dra. Fabíola Suano, que é Presidente do Departamento Científico de Nutrologia da Sociedade Brasileira de Pediatria. Dra. Fabíola, seja muito bem-vinda, é uma honra tê-la aqui nesta audiência pública. Eu sou entusiasta sua, porque eu assisti a uma aula sua incrível, que aconteceu há mais ou menos um mês, mais ou menos, através da SBP, ou foi da Sociedade do DF, estou em dúvida, mas eu sei que eu assisti, a convite da Dra. Renata Seixas. Foi *show*, maravilhosa a sua explanação. A gente tem muito o que aprender com você. Seja muito bem-vinda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, dando continuidade, eu vou passar a palavra para a Dra. Danielle Moreira de Castro Lima, que é Coordenadora-Geral de Prevenção às Condições Crônicas na Atenção Primária à Saúde, do Ministério da Saúde.

Você tem, Danielle, cinco minutos, você e todos os participantes. Grata.

A SRA. DANIELLE MOREIRA DE CASTRO LIMA (Para expor.) – Gente, boa tarde, boa tarde a todos, boa tarde à mesa, a todas as autoridades que estão aqui à mesa. O Ministério da Saúde fica muito feliz de participar desse espaço com pessoas tão importantes e num tema tão relevante, que é a obesidade no país, no Sistema Único de Saúde do nosso país.

Vou fazer alguns comentários muito breves, a apresentação está relativamente grande, mas eu vou ser cuidadosa para cumprir o tempo.

Então, a gente está falando aqui de um tema complexo, que engloba diferentes dimensões, biológica, social, cultural, entre outras. A gente sabe da complexidade do tema obesidade e como ela se apresenta, tanto na saúde física quanto mental das pessoas.

Aqui a gente tem alguns fatores de risco que são importantes para a gente pensar na questão da obesidade no cenário nacional.

Então, a gente tem inatividade física, insônia, excesso de peso, obesidade, hipertensão, consumo alimentar inadequado, tabagismo e consumo alcoólico. Todos esses fatores de risco foram tirados da nossa pesquisa do Vigitel, que trata de algumas condições crônicas.

Aqui vou falar brevemente de como a gente tem expandido as equipes de saúde da família no Brasil e a representatividade dessa expansão para a atenção e acesso à saúde das pessoas nos territórios. A gente tem mais de 54 bilhões de investimento orçamentário nessas equipes, que são as principais equipes hoje de saúde no território nacional. Então, quando a gente pensa no cuidado da obesidade, a gente também está pensando no treinamento, na qualificação dessas 53 mil equipes.

Aqui é um novo modelo de cofinanciamento que vem com essa nova gestão, que é uma proposta de induzir boas práticas, inclusive para as condições crônicas, doenças crônicas, mas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente dá destaque aqui para a questão da obesidade, que também está aí, a gente está com o olhar atento, quando a gente pensa no novo cofinanciamento, induzido na atenção primária.

Aqui já com esse cofinanciamento, mudanças expressivas que a gente tem, de 2020 para cá, com o aumento de atividades coletivas na alimentação adequada e saudável e nas práticas corporais e atividades físicas.

Aqui são algumas estratégias importantes, que é a nossa Pnab, PNPS, rede de atenção à saúde das pessoas com doenças crônicas, além do Plano de Dant, que é um plano que prevê ações estratégicas para as doenças crônicas no SUS.

Aqui a gente tem as linhas de cuidado e os PCDTs, que são estratégias. As linhas de cuidado que vêm aí para organizar e sistematizar esse atendimento, e os PCDTs, que têm como estratégia e intenção garantir as melhores práticas na atenção às pessoas, nos diferentes níveis de atenção no SUS.

Aqui são mais alguns documentos que a gente tem: Guia de Atividade Física, Guia Alimentar, Manual de Atenção às Pessoas com Sobrepeso e Obesidade no âmbito da APS, Instrutivos de Abordagem Individual e Coletiva, Recomendações para Operacionalização da Política Nacional de Promoção da Saúde.

Aqui são as diretrizes que a gente tem hoje, já faz 13 anos que nós temos essas diretrizes que dão orientações sobre como estados e municípios organizarem as suas linhas de cuidado. A gente destaca aqui os estados e municípios com suas autonomias para definir as suas linhas de cuidado para as pessoas com sobrepeso e obesidade no território, considerando a realidade de cada local. Então é importante frisar a questão da autonomia dos municípios e estados.

Esse mapa mostra onde a gente já tem linha de cuidado implementada sobre sobrepeso e obesidade. Atualmente a gente tem seis unidades federadas sem linha de cuidado implementadas.

Aqui é uma experiência interessante, que vale a pena a gente trazer: são os estados que têm experiências de incluir crianças e adolescentes nas linhas de cuidado de sobrepeso e obesidade: Rio Grande do Norte, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui são alguns estados com experiência, que incluíram o tratamento farmacológico: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal. E aí tem a ver com a autonomia de cada estado, cada ente.

Aqui são algumas experiências com oficinas, webinários, documentos que foram construídos para fazer a discussão sobre gordofobia e estigma do peso, entre outros.

Atualmente, a gente tem uma estratégia importante no PEC e-SUS APS, que é a inclusão do Tria – a triagem da insegurança alimentar e obesidade –, que faz uma análise das famílias no Brasil sobre vulnerabilidade social, acesso a alimentos de baixa qualidade nutricional, aumento do consumo de ultraprocessados, e má nutrição. Hoje, isso já consta no prontuário eletrônico no SUS, para que seja feita essa triagem.

Aqui, a gente tem uma amostra de 30 milhões de domicílios já triados, em que 6,5% deles têm um risco aumentado para insegurança alimentar, e esses domicílios se concentram, principalmente, na Região Norte e Nordeste.

Eu vou passar.

Aqui, a gente tem o incentivo financeiro de atividade física, só relembrando que todas essas ações que eu estou colocando são voltadas para atenção primária, que é do que a gente fala neste momento. Então, o incentivo financeiro da atividade física, com a contratação de profissionais na APS, aquisição de materiais de consumo, qualificação de ambientes relacionados às práticas corporais e atividades físicas.

Práticas integrativas, que são as Pics, e aí, para a obesidade, a gente tem a possibilidade do ioga, do *tai chi*, da auriculoterapia e do *mindfulness*, que estão todos ali dentro da atenção primária, sendo executados pelas equipes de saúde da família.

Aqui é trazer a questão, a discussão da obesidade, como sendo também determinada socialmente. Por esse motivo, a gente precisa de outros setores, junto com a saúde, fazendo essa discussão e pensando em políticas públicas.

Neste debate da intersetorialidade, da cooperação, o Ministério da Saúde destaca a questão do programa Saúde na Escola, que é um programa que é mais conhecido, em que a gente faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas ações dentro das escolas; a estratégia intersetorial de prevenção da obesidade; e o plano de aceleração da OMS para acabar com a obesidade.

Na estratégia intersetorial de prevenção da obesidade, o Ministério da Saúde hoje é responsável por 38% das ações que se encontram nessa estratégia, e é uma estratégia que, na verdade, faz a junção das ações já existentes do Ministério da Saúde para o enfrentamento e tratamento da obesidade.

Aqui, só destacando que também existem outros projetos: PROADIs, TEDs, cursos de qualificação e cartas acordos, também voltadas para esse tema, com a intenção de fortalecer a atenção primária e qualificar os profissionais nesse campo do conhecimento.

E, atualmente, a gente tem a estratégia Viva Mais Brasil, que é uma estratégia de mobilização nacional voltada para a promoção da saúde e prevenção das doenças crônicas, de doenças não transmissíveis.

A gente tem aí os dez compromissos, que têm a ver com mais movimento e vida ativa, mais alimentação saudável, menos tabaco, menos álcool, mais saúde na escola, menos doenças crônicas, mais vacinação, mais protagonismo e autonomia das pessoas, mais saúde digital, mais cultura de paz e menos violências, e mais práticas integrativas e complementares em saúde.

Aqui são algumas demandas que a gente entende que são importantes para a atualização das diretrizes nacionais e para a organização das linhas de cuidado.

Então, a gente destaca que são demandas importantes o ministério olhar para a obesidade em todas as fases e cursos de vida – questões de gênero, raça, etnia e classe social –, incluindo a insegurança alimentar e a questão da obesidade; ganho de peso gestacional em pessoas com obesidade; novo critério de avaliação de IMC em pessoas idosas; adoção de avaliação e estratificação de risco mais ampla, e não apenas a partir do IMC; incorporação de tratamento medicamentoso em nível nacional; revisão de critérios para cirurgia bariátrica em nível nacional; relação entre saúde mental e obesidade; abordagem interprofissional; complementariedade das estratégias de cuidado; articulação e cooperação entre atenção primária e atenção especializada; e prevenção e superação do estigma do peso e gordofobia nos serviços de saúde.

É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Eu que agradeço.

A SRA. DANIELLE MOREIRA DE CASTRO LIMA – Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Quero parabenizar a explanação da Danielle Moreira de Castro Lima, muito elucidativa – e para todos que estão nos assistindo também –, muito importante. Parabéns.

E, agora, eu quero convidar... Eu só queria, antes de convidar o Dr. Fabio Rogerio Trujilho, fazer algumas considerações em relação à obesidade.

Pelo fato de eu ser médica, ser pediatra – e também sou gastroenterologista pediátrica –, acompanho muitos casos de obesidade infantil, e a gente está vendo – todos nós, colegas que lidamos de uma forma geral, obviamente, mas especificamente quem trabalha com endócrino, com gastro e algumas áreas equivalentes – o crescente aumento da obesidade no nosso país. E a criança está acompanhando esse aumento importante, que é algo bem mais complexo, uma vez que a criança está em processo de desenvolvimento e o que a gente quer é que ela seja saudável, para que se torne um adulto saudável.

E aqui, eu tenho alguns dados que realmente chamam a atenção para que nós, tanto o Legislativo como o Executivo, possamos trabalhar em conjunto para mudar essa realidade. Para vocês terem uma ideia, em relação à obesidade infantil, o Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde apontam que 12,9% – 13% – das crianças brasileiras entre cinco e nove anos de idade têm obesidade – isso é muito alto, é um valor muito alto –, assim como 7% dos adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos são obesos. Então, em todas as faixas etárias é importante discutir a obesidade, sim. Óbvio.

O que eu quero falar é o seguinte: se a gente e não começar na infância e na adolescência, esse controle fica um pouco mais difícil na fase adulta. Até porque em crianças obesas – foi feita uma pesquisa –, no miocárdio da criança obesa já aparece algum grau de alteração, algum grau de miocardiopatia na criança obesa! Imaginem-na evoluindo com esse quadro de obesidade – os senhores que vão falar agora, que são especialistas na área, endocrinologistas –, imaginem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

impacto disso na vida adulta, com as doenças cardiovasculares; com a falta de exercício físico, sedentarismo; alimentação errada, sem ter, vamos dizer assim, uma segurança alimentar.

Então, tudo isso é muito impactante, fora os ultraprocessados, que fazem com que a obesidade se torne ainda mais emergente. E isso é algo bem grave. E eu coloquei aqui também uma estatística: que, no nosso país, 68% da população têm excesso de peso.

É muita coisa, 68%, quase 70% da nossa população tem excesso de peso. E desses 68%, 31% são obesas e 37% têm sobrepeso. Mas veja, em 68%, 31% são obesas. É um valor muito expressivo e a gente precisa mudar essa realidade. Mas como é que nós iremos mudar? Todos juntos, médicos, enfermeiros, as sociedades brasileiras de várias áreas na medicina, uma delas a partir de endocrinologia, cardiologia, pediatria, gastroenterologia, e também o nosso Governo Federal, lado a lado, trabalhando em conjunto para que a gente mude esse quadro.

E só para concluir em termos de estatísticas, as projeções indicam que esse número pode ultrapassar 1,5 bilhão de pessoas até 2030, mas isso no mundo todo, não é só no Brasil, não – estatística mundial. É muita coisa: 1,5 bilhão de pessoas, até 2030, no mundo, com essa possibilidade de serem obesas. Então, isso é algo muito grave e a gente tem que começar a transformar essa realidade.

E só em termos de Brasil, vou colocar aqui três capitais que têm grande índice de obesidade. A primeira delas, Recife, 47,17% da população com sobrepeso têm obesidade. Porto Alegre tem 44,11%; Natal 44%. Até coloquei Maceió, que é a capital do meu estado, com 21,20%. De todas, foi a menor que teve.

Mas, enfim, estamos aqui juntos nesta audiência pública justamente para tentar encontrar um denominador comum para que a gente possa seguir juntos para ajudarmos a nossa população, conscientizarmos a nossa população de que a alimentação saudável, balanceada, exercícios físicos e manter a sua rotina de consultas médicas é de suma importância. Obviamente, também fazer o *check-up* uma vez por ano, ao menos. E na classe infantil, acompanhamento pediátrico. Então vamos... e daí, a depender, ir para endócrino pediatra.

E daí vamos avançando na nossa audiência pública para a gente aprender um pouco mais com nossos colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora eu convido o Dr. Fabio Rogerio Trujilho, que é Presidente da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (Abeso).

Dr. Fabio, o senhor tem cinco minutos para sua explanação.

O SR. FABIO ROGERIO TRUJILHO (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todos.

Sou Fabio Trujilho, Presidente da Abeso, mas também sou Diretor do Departamento de Obesidade da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, Sbem, sociedade da qual eu já fui Presidente. E também sou Presidente da Federação Latino-Americana de Obesidade, mostrando que esse é um problema mundial.

Agradeço aqui a oportunidade desse debate, de poder falar, parabenizo o que a senhora disse, quem me antecedeu também. Então, vou colocar aqui alguns dados e algumas reflexões que eu acho bastante importantes. Eu vou preferir usar esse microfone para olhar aqui.

A crise da obesidade no Brasil é uma epidemia silenciosa, que tem um impacto na saúde, de forma que impacta também a parte econômica. E, como a senhora mesma disse, em relação à obesidade infantil, isso é algo que nos preocupa muito. A gente viu dados da WOF mostrando que, pela primeira vez na história, o número de adolescentes acima do peso superou o número de adolescentes abaixo do peso. Então, são dados que realmente mostram que a gente precisa fazer alguma coisa.

E ali a senhora, já se adiantando, mostrando os números, mostrou que 68% da população brasileira está acima do peso. E uma coisa interessante... Eu gosto muito sempre de falar assim: eu acho que a gente tem que trabalhar... Nada se constrói sozinho, por isso que nós estamos aqui. E eu gosto muito de diferenciar prevenção e tratamento. Acho que as duas coisas precisam andar juntas. E, quando a gente vê que 68% estão acima do peso, a gente imagina o quê? Vamos comparar com uma sala de aula. Se, em uma sala de aula com cem alunos, 68 estão reprovados, a gente pensaria o quê? Que a culpa não é do aluno; a culpa provavelmente é do sistema. E gente está vivendo um ambiente obesogênico. E, na verdade, todos nós – e aí inclui sociedade civil, Governo, a parte médica, ou seja, todos nós – precisamos fazer parte desse número.

E, quando a senhora falou sobre essas crianças e esses adolescentes que estão vivendo isso, em que isso vai repercutir? Vai repercutir em que esses adolescentes e essas crianças vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

experimentar já ter doenças crônicas que antes eram mais tardias num período mais precoce, ou seja, muitas vezes levando a afastamento do trabalho, a uma série de outras complicações, fora outro lado que eu vejo. Eu também sou médico, trabalho no SUS também, então tenho o orgulho disso, e o que eu vejo também é que a obesidade na adolescência é uma grande causa de absenteísmo, porque a criança não vai à escola porque ela não se sente aceita na escola.

Então, veja que isso tudo traz uma série de custos. E o estigma do tratamento da obesidade faz com que muitas vezes as pessoas, sentindo-se culpadas, não procurem o tratamento onde se deve. E aí vai comprar coisa na internet, vai pelo que o vizinho disse. E o custo total, então, em 2019, atingiu aí em torno de 37,1 bilhões.

E esses custos são diretos em relação à saúde, custos indiretos em relação à perda de produtividade, incapacidade, mortalidade precoce, mas tem aqueles não tangíveis, que é o sofrimento, a dor da pessoa. Eu acho que a gente tem que estar sensível a isso. E eu vejo o PCDT e enxergo que o PCDT trouxe vários avanços, mas eu acho que a gente precisa avançar em mais uma linha de cuidado estruturado, em tudo aquilo que traz um tratamento acessível, justo e o que tem de evidência científica melhor para isso.

Levando em conta o custo, não podemos também, eu sei que... Eu penso: por que nós não temos nenhum medicamento no SUS? É importante ter, sim, um medicamento no SUS, mas será que é para todo mundo? Não, mas vamos priorizar, eu acho que a gente precisa sair dessa inércia.

Então, aqui vai o meu recado e o meu maior objetivo aqui quanto à Abeso, que a Edna depois vai falar. Nós precisamos sair dessa inércia e juntos construirmos um tratamento para todos de forma igualitária, estruturado, em que se ofereçam todas as ferramentas necessárias para o tratamento da obesidade.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dr. Fabio Rogerio, parabéns pela sua explanação e você colocou, eu vi ali um quadrado que você colocou dizendo que ainda não tem pelo SUS um tratamento definido para obesidade.

O SR. FABIO ROGERIO TRUJILHO (*Fora do microfone.*) – PCDT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Não, mas pelo que eu li ali, a não ser que eu tenha lido equivocadamente...

O SR. FABIO ROGERIO TRUJILHO – Estruturado ainda não tem.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Estruturado, essa é a palavra-chave – estruturado.

E isso é muito grave, não é? E nós estamos aqui justamente para alinharmos, para a gente alinhar, unir forças, como você bem colocou, Dr. Fabio, e a gente avançar nessa área. Porque às vezes... Eu vou só falar mais um pouquinho em relação à criança, uma vez que eu sou pediatra. Às vezes, a gente vê a criança com um pouco de sobrepeso, e a gente fala: "Nossa, que bebê lindo!", com aquele sobrepeso, mas aí é onde entra o pediatra para orientar, para conduzir os pais, que, às vezes, não têm consciência, e realmente isso é uma realidade.

E sobre a questão que não tem um tratamento estruturado, a gente pode começar a estruturar a partir de agora – nós aqui, colegas médicos, técnicas, doutoras, Ministério da Saúde –, para desta audiência pública a gente já sair com uma linha de raciocínio, porque a audiência pública é justamente para isto: para a gente discutir, conscientizar, orientar as pessoas e encontrar meios para resolver, não é estar por estar, não é? Então, a gente já pode alinhar isso aí.

Mas gostei muito da sua palavra, Dr. Fabio, e vamos amadurecendo cada vez mais.

E achei interessante também que 31% dos nossos brasileiros são obesos, como eu já tinha colocado, e um em cada três – você colocou dois em cada três, quer dizer, é mais do que o que eu estudei: dois a cada três brasileiros...

O SR. FABIO ROGERIO TRUJILHO – Estão acima do peso, tá?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Acima do peso. Então, onde eu encontrei...

O SR. FABIO ROGERIO TRUJILHO – Um a cada três tem obesidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pois não. Pois não. Eu encontrei na minha fonte que um a cada três vivem com obesidade.

O SR. FABIO ROGERIO TRUJILHO – Isso, isso.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – O que é muito alto, imagine.

Então, continuando aqui a nossa audiência pública – quero parabenizá-lo mais uma vez, Dr. Fabio Trujilho –, convido o Neuton Dornelas Gomes, Presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (Sbem), que está aqui ao nosso lado.

Dr. Neuton, muito prazer em conhecê-lo. Agradeço por ter aceitado o nosso convite, por estar aqui hoje à tarde. É motivo de muita alegria todos os brasileiros que estão nos escutando, a partir da sua fala, das nossas falas, poderem ter consciência da questão da obesidade. O senhor tem cinco minutos, Dr. Neuton. Fique à vontade.

O SR. NEUTON DORNELAS GOMES (Para expor.) – Muito obrigado.

Boa tarde a todos.

Inicialmente, então, eu agradeço à senhora, Senadora Eudócia, pela oportunidade de estar aqui, representando a nossa sociedade neste importante debate.

Cumprimento todos os colegas de mesa, as demais pessoas aqui presentes, aquelas pessoas que estão nos acompanhando à distância.

Gostaria de, primeiro, apresentar um pouquinho da nossa sociedade. A Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, que eu vou chamar várias vezes aqui de Sbem, é uma entidade que hoje congrega 5,3 mil associados. Ela tem 75 anos de história e é o Departamento de Endocrinologia e Metabologia da Associação Médica Brasileira, é a sociedade reconhecida como representante dessa especialidade pelo Conselho Federal de Medicina. Então, eu fico feliz, inicialmente, por isto, por estar aqui, porque a nossa prática, a nossa conduta sempre é a do respeito institucional. Então, eu quero agradecer, realmente, por este momento.

A mim pediram que falasse sobre a questão, exatamente, do tratamento e das possibilidades de políticas públicas que a gente pudesse trazer como sugestões. Então, primeiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voltando à nossa sociedade, nós temos um regimento, um estatuto, que já diz que um dos objetivos da sociedade é cooperar com os poderes públicos, e, aí, Ministério da Saúde e Parlamento aqui presentes, na solução dos problemas de saúde pública, propondo medidas e políticas de saúde pública. Então, é o que eu vim fazer aqui. E vou tentar, também, no curto espaço de tempo, chamar a atenção para esses números.

Então, falando de diabetes – depois vai ter alguém falando sobre isso e o próprio Dr. Fabio já mostrou a concomitância que existe entre estas duas doenças, diabetes e obesidade –, nós temos ali 13% da população adulta com diabetes *mellitus*, 26%, chegando a 31%... Isso aqui são dados do Vigitel, e eu fiz questão de trazer dados nossos, publicados pelo Ministério da Saúde. Mas mostramos que nós temos ali, entre parênteses, 40 milhões de pessoas com obesidade neste país.

Quando a gente vê a curva de crescimento, ela mostra que, na pesquisa, entre 2006, início deste século, e 2024, a obesidade aumentou 20 pontos percentuais – o sobrepeso, desculpe. Ele saiu de 42,6% para 62,6%, e já foi dito aqui 68%, então, dependendo da fonte que se utiliza. E a obesidade dobrou nesse período, saindo de 11,8% para 25,7% a 31%.

Eu trouxe, de novo, dados da Federação Mundial de Obesidade, os que falam em 31%, e esses dados do Vigitel.

A nossa pirâmide etária mostra exatamente a situação que o IBGE tem mostrado: uma transformação da nossa população, um envelhecimento. Porém, a gente vê ali, entre 2000 e 2022, data do último censo, nós temos que a população de idosos salta de 5% para 10,9%, ou seja, duplica, e, ao mesmo tempo, a população de adolescentes abaixa, de 0 a 14 anos, sai de 30% e cai para 19,8%. Isso é chamativo em termos de políticas públicas, em termos populacionais, mas, ao mesmo tempo – acho que o Dr. Fabio e os demais, a Dra. Maria Edna, certamente vão falar sobre isso, e a senhora já citou –, há a questão do avanço da obesidade, sobretudo no público infantil. Então, antes a gente lia esses dados como grupos em que, realmente, a obesidade vinha com o tempo, mas ela começa realmente na infância e ela tem se manifestado. E o diabetes tipo 2 idem nesse período.

Então, pegando essa linha verde, a gente tem ali, dentro do que o Dr. Fabio Trujilho já comentou, ao se implantar qualquer tipo de tratamento, é preciso que haja segmentação por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questões econômicas. E aí eu trouxe aqueles dados ali de pessoas acima de 50 anos com 28%; acima de 70 anos, 4,1% da população; e essas faixas intermediárias, que, se pudesse pensar, dentro de uma população de 213 milhões de pessoas.

Falando um pouquinho sobre o diabetes, o Brasil, segundo a Federação Internacional de Diabetes, ocupou, em 2024, o terceiro lugar em gastos com tratamento de diabetes *mellitus* – terceiro lugar no mundo. Por que isso? Provavelmente pelo aumento do tratamento das complicações e não por medidas preventivas, além do fato dessa transição epidemiológica acelerada, que a gente já evidenciou.

A expectativa de vida do brasileiro é, em média, de 76,6 anos. A gente teve uma recuperação após a pandemia, mostrando, então, 76,6 anos, ou seja, em tese, todas as pessoas que morrem antes disso estão morrendo na prematuridade.

Metade dos 4 milhões de pacientes com diabetes que faleceram no mundo, em 2017, tinham menos de 60 anos. Então, isso é um dado para a gente refletir. Diabetes e obesidade matam, e nós precisamos pensar isso sempre como doença.

Dados aqui do Ministério da Saúde mostram também que, em 2019, 738 mil óbitos ocorreram no Brasil por doenças crônicas não transmissíveis. E 308 mil, ou seja, 42%, morreram antes dos 69 anos de idade, reforçando o padrão de doença e de necessidade de tratamento para esses números que realmente são impactantes.

Então, qual é a importância de a gente discutir esse tema? Primeiro, pensar que o SUS é um sistema maravilhoso e a gente tem que defendê-lo a ferro e fogo. Mas, para o tratamento da hipertensão arterial, nós temos hoje 10 a 15 medicamentos diferentes já fornecidos pelo SUS, que podem, pelas doses variadas, pelas combinações, chegar a mais de 30 opções. Tem a Farmácia Popular, enfim, tem tudo isso – o SUS disponibiliza – para uma população que varia de 30% a 48% com a hipertensão, segundo os dados do PCDT.

E essa lista aí que eles mostram, que se coloca ali, fala da necessidade de medicamento que vai depender do perfil do paciente, do estadiamento da doença e, obviamente, de uma orientação médica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente vai para o diabetes *mellitus*, também se disponibilizam hoje seis medicamentos principais.

Aí estão os antidiabéticos orais, as insulinas e, em verde, exemplos de medicamentos de mais alto custo que entram também, de uma forma mais segmentada.

Então, há critérios absolutamente rígidos, rigorosos... Por exemplo, a glargina, para quem tem diabetes *mellitus* tipo 2, acima de 80 anos. Então, se define isso como uma política já mais delimitadora pelo próprio Ministério da Saúde.

Quando a gente vai para a obesidade, foi o que a senhora disse: não existe tratamento medicamentoso fornecido pelo SUS.

Então, nós estamos diante de três das doenças que causam a morte cardiovascular, que é a principal causa de morte neste país, e a gente não tem nenhuma medicação das seis que são aprovadas para o Brasil.

Nessa lista de seis, tudo que está em preto ali significa que já não tem mais patente. As duas em laranja ainda têm um critério de patente.

E mostra lá os critérios de indicação da cirurgia bariátrica, os critérios ali para isso, e um deles é falha de tratamento clínico em pessoas tratadas por mais de dois anos.

Mas de qual tratamento clínico nós estamos falando, se não existe uma medicação? Essa é uma reflexão que precisa ser feita nesta audiência.

Já indo para o final, então, as doenças crônicas são responsáveis pela maior parte da mortalidade global.

A doença cardiovascular representa a principal causa de morte em todo o mundo e, consequentemente, no Brasil.

Obesidade, hipertensão e diabetes são fatores-chave para essa evolução.

Diabetes e obesidade geram um grande impacto econômico no SUS – todos nós sabemos disso. A obesidade amplifica esses custos, os custos de outras doenças, inclusive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que o Dr. João Eduardo Nunes Salles fale sobre a questão da incidência dos cânceres e o quanto que a obesidade tem nessa repercussão.

Os custos ao sistema de saúde e à economia nacional aumentam por meio da mortalidade precoce.

O Dr. Fabio já falou das aposentadorias precoces, do absenteísmo e do presenteísmo – às vezes, a pessoa está em um lugar, sem condições de estar trabalhando, e ela está ali apenas com o corpo presente, pela dificuldade, porque, realmente, ela não consegue fazer.

Então, prevenção, e nós temos uma lei já implantada neste país, em 2008, que institui o Dia Nacional de Prevenção da Obesidade. A prevenção – não apenas da instalação da obesidade, mas, para evitar as complicações – é essencial para a sustentabilidade do sistema.

Nós contribuímos, as três sociedades, a Sbem, a Abeso e a SBD (Sociedade Brasileira de Diabetes), com duas consultas públicas no ano passado, instituídas pela Conitec, e nós fizemos pareceres técnicos, indicamos ali, enfim, aquilo que se fazia....

Esse aí foi o critério que tinha sido utilizado.

No final das contas, não se discutia o valor em si da medicação eficaz, mas se discutia o argumento: não temos verba para qualificar, para incorporar a medicação.

Essas foram as quatro recomendações que nós fizemos naquela ocasião e achamos que precisa ser realmente considerada a introdução dessa medicação.

Esse é o meu último eslaide.

Eu estou numa Casa que é política. Eu acho que é importante a gente passar este recado da importância que nós precisamos ter: que tratar a obesidade, tratar pessoas que vivem com obesidade, primeiro, é um direito – e é direito mesmo. Eu vou mostrar isso.

A Constituição Federal, no seu art. 196, diz que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Então, se é dever do Estado, o Estado tem que fornecer.

Segundo, no próprio *site* do Ministério da Saúde, tem uma carta dos direitos e deveres da pessoa paciente, da pessoa usuária da saúde, que diz que todo cidadão tem direito adequado e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetivo para o tratamento do seu problema. Então, quem vive com obesidade necessita e merece um tratamento efetivo e adequado, linha de cuidados e uso de medicamentos, porque, sem o medicamento, na maioria dos casos a pessoa não vai conseguir.

Eu vou trazer três frases para mostrar passos recentes que vocês vão se lembrar.

Nunca como antes, na história deste país, houve tantas pessoas vivendo com obesidade e diabetes e morrendo por causa delas.

Obesidade não é uma doença no diminutivo.

É preciso ouvir a voz rouca dos que clamam nas portas do SUS por tratamento adequado e efetivo.

Que o Governo, o Ministério da Saúde e o Parlamento, representado aqui pela senhora, ouçam esse clamor da população e atendam a ele.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dr. Neuton, parabéns pelas suas palavras. Você conseguiu resumir e disse tudo. Num breve resumo, você conseguiu dizer tudo.

E eu queria fazer algumas considerações sobre essa questão do tratamento, porque realmente não tem um plano, não tem um protocolo clínico estabelecido no SUS para essas drogas que fazem toda a diferença no paciente obeso.

E aí você falou de algumas drogas, e aqui eu quero colocar, aproveitando o que você disse – realmente, tem que ser Parlamento, Governo Federal e a sociedade civil, através dos médicos como vocês, como nós –, que eu fiz um projeto de lei da tirzepatida, que só está esperando o Relator para poder ser protocolado, para a gente discuti-lo aqui e aprová-lo, que vai fazer toda a diferença no tratamento da obesidade.

É óbvio que tem outras drogas que cada vez mais vão avançando no tratamento da obesidade, e, como você colocou, tem pessoas que já vão para a bariátrica porque o tratamento não foi correto. A droga não era aquela droga para o paciente ou, como não tinha no SUS, o que o paciente podia comprar era x droga. E aí o que é que acontece? Não resolve o tratamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicamentoso, e acaba sendo indicada a cirurgia bariátrica, por conta do IMC acima de 40 ou acima de 35.

Então, realmente, essa história tem que mudar.

Que bom que nós estamos aqui com a representante Danielle.

Você até falou, Danielle, de algumas questões bem interessantes, como eu vi ali: acupuntura... Você colocou até também aquele *mindfulness* e outras coisas mais. Achei bem interessante, mas como chegar a isso? A população não tem acesso nem à medicação de que ela precisa, e aí entram outros protocolos... Entende?

Eu acho que a gente deveria avançar, primeiro, nas drogas que os colegas endócrinos orientam e prescrevem.

Você quer falar?

Tem a palavra, Dr. Fabio.

O SR. FABIO ROGERIO TRUJILHO (Para expor.) – Obrigado.

Quando a senhora falou sobre cirurgia bariátrica, antigamente se acreditava que a cirurgia bariátrica era a solução para a obesidade. Hoje, muitas vezes, eu trabalho no SUS, o paciente não responde tanto à cirurgia bariátrica.

Então, a gente precisa, sim, ver custo-efetividade, porque não é só aquela pessoa que vai operar só porque tem aquelas condições.

Acho que teve algum eslaide que você apresentou, no início, mostrando que o próprio critério de definição de gravidade de obesidade está mudando. Às vezes, a gente tem pessoas com índice de massa corpórea bem menor que correm muito mais risco de morte do que aqueles mais acima.

Então, esses critérios para cuja conversa a gente está abrindo precisam entrar, para a gente ver qual é o custo-benefício e em quem investir.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem-colocado, Dr. Fabio. Ajudou muito na discussão.

Eu quero só repetir um número que me chamou atenção, que o Dr. Neuton colocou.

Olhem bem: por não termos as medicações necessárias para os nossos pacientes obesos, há um impacto de R$37,1 bilhões no Orçamento da União, caracterizando praticamente 2% do PIB. Deu 1,98%, como você colocou, Dr. Neuton, quase 2% do PIB. Isso é muito.

Imaginem se pegar esse valor para tratar os pacientes obesos e sem chegar à situação de essa população de ter diabetes grave, com complicações graves, com doenças cardiovasculares, com hipertensão, com tudo o que provém da obesidade?

Isso sem falar, como você também colocou, Dr. Neuton, que a obesidade aumenta muito as chances de pessoas obesas terem cânceres, vários tipos de cânceres.

Falo mais uma vez de ultraprocessados, porque eu também tenho um projeto dele contra os ultraprocessados. Por eles terem maior teor de glicose, fora outros aditivos químicos e outras coisas mais que são maléficas ao organismo, isso aumenta muito o número de obesos, e é a população jovem quem faz mais uso de ultraprocessados hoje em dia do que a população mais adulta ou idoso.

Então, é uma coisa que preocupa.

Vamos falar mais uma vez: jovens, ultraprocessados, mais obesidade, às vezes falta de exercícios físicos e aumento do percentual para ter câncer. Imaginem tudo isso junto?

E aquele jovem ou aquele adulto ou idoso, enfim, vamos falar agora do paciente de uma maneira geral que, quando você, Dr. Neuton, como endócrino, prescreve, diz "não, mas eu não tenho condições"? Aí, você tem que lançar mão de uma droga que ele tem condições, mas não vai ser eficaz. Aí, a gente vai estar enxugando o gelo. E os pacientes morrendo, como você falou. Obesidade, junto com as consequências, hipertensão, diabetes e tudo mais... Mata o paciente.

Então, é muito melhor o Governo Federal pegar esses recursos e investir nessas drogas do que ter que gastar com as consequências da obesidade.

Com a palavra, Dr. Neuton.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NEUTON DORNELAS GOMES (Para expor.) – É só para talvez resumir isso tudo que a senhora disse da seguinte maneira: como propostas para o Parlamento e para o Governo, para o Ministério da Saúde.

A primeira delas é: de fato, quando se fala "não temos recursos", talvez seja "hoje existem recursos para custeio das complicações". Se a gente investe, é o que a senhora diz, passa a ser realmente um investimento para isso.

Então, é direito e é uma necessidade.

Nós trouxemos também quatro, e certamente os colegas vão reforçar isso num momento adequado, mas a primeira delas é essa implementação da linha de cuidados, implementação e expansão, que a Danielle já colocou ali.

Quanto a incorporar medicamentos, eu achei interessante o que ela disse lá naqueles critérios todos, lá no final, no último eslaide dela. Então, eu fico feliz em saber que o Ministério da Saúde já está com esse pensamento. A gente tem visto algumas postagens do Ministro falando sobre isso. Então, tomara que venha realmente.

Mas é preciso que o Parlamento também – sabe, Senadora? – faça as outras duas medidas que a gente imagina, como a senhora até já adiantou.

Uma delas é tentar realmente uma regulamentação maior da publicidade de alimentos, isso tudo que a senhora citou, porque, se só educarmos, só deixarmos a cargo das escolas, das famílias e das sociedades médicas, nós vamos perder a guerra.

Por fim, pode-se considerar também a possibilidade de redistribuição de impostos em cima desses medicamentos, desses alimentos, de tudo isso. Acho que essa talvez seja a grande recomendação.

Só assim, Danielle, daqueles dez motivos para o cidadão viver bem, naquele quinto em que você diz "diminuir o número de doenças crônicas", a gente só vai conseguir fazer se realmente abrir esse gargalo final do tratamento, porque, senão, a gente vai ver cada vez mais números assustadores como temos.

Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Excelentes considerações, Dr. Neuton.

Mas vamos avançando.

Danielle, repasse tudo para o Ministro, para a gente sair com a pauta definida aqui de resolução. A discussão já está tendo, mas de resolução.

Quero agradecer a sua participação, Dr. Neuton.

E agora eu convido a Sra. Maria Edna de Melo, que é Chefe da Liga de Obesidade Infantil do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Dra. Maria Edna, com a palavra por cinco minutos.

A SRA. MARIA EDNA DE MELO (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer à Senadora por propiciar a ocorrência desta sessão, por permitir esta discussão, que é extremamente importante, e também pelo seu acolhimento, que é um acolhimento diferenciado de outras sessões de que eu já participei.

Além de Chefe da Liga de Obesidade Infantil lá do HC, eu sou Coordenadora de Advocacy da Abeso e também da Comissão de Relações Públicas da Sbem. Então, eu acabo participando de várias instituições.

E é extremamente importante, como já foi falado aqui, o tema da obesidade, porque todo mundo tem alguém, se não a si próprio, acometido pela obesidade. Todo mundo tem um amor, ou mesmo um amor próprio, que vai ter obesidade, e a gente sabe que isso vai impactar na qualidade e também na expectativa de vida, sem falar do impacto no contexto social, já tão discutido aqui.

Ao longo dos anos, a primeira vez que eu vim de São Paulo falar do tema foi em 2013, justamente sobre um PL, aqui, uma audiência pública, também nesta Casa, no Senado, sobre publicidade infantil de alimentos, e até hoje, eu não sei onde esse PL foi parar, em que gaveta ele está.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem a discussão em relação à prevenção, ideias de campanhas, campanhas em mídias, campanhas nas escolas, que expõem as crianças com obesidade pesando, fazendo IMC, então, constrangendo, porque, hoje em dia, isso não é uma estratégia mais aceitável, porque isso constrange as crianças, e a gente tem também essa discussão com relação ao tratamento e, ao longo dos anos, ao que a gente viu de evolução.

A gente só vê que a discussão evoluiu muito, os medicamentos evoluíram muito, mas, em termos de efetividade, a gente viu que nada evoluiu, porque o cuidado das pessoas com obesidade no SUS ainda é extremamente precário. Se a gente olhar muito criticamente, a gente pode dizer até que é semiausente.

E, quando a gente vai para a pauta de prevenção, os números, por si só, já falam que as estratégias que a gente vem pensando, ao longo de décadas, não são efetivas.

Então, não adianta a gente querer chegar a um resultado diferente com as mesmas estratégias. Isso não funciona. A gente precisa parar de fazer isso que não está funcionando, ter um olhar mais amplo e adotar estratégias que vão ter uma eficácia maior. Então, a gente vai falar para as famílias comerem saudável.

A gente, que trabalha no SUS, quando o paciente chega, a gente aprende que isso não está no livro e que, às vezes, eles não conseguem nem comer direito. Então, como que vai comer saudável? Primeiro, precisa comer. E, para comer saudável, precisa ter acesso à alimentação saudável.

E a gente tem uma evolução muito difícil quando a gente olha o custo dos alimentos. Tem dado que mostra que a inflação de frutas é 43% maior que a inflação de refrigerantes. Então, como é que aquela família que recebe um salário mínimo vai comprar um quilo de banana, que custa R$15? Não vai.

A gente tem uma inflação de alimentos ultraprocessados que é muito menor do que a inflação de frutas, verduras e legumes que a população precisa consumir.

Então, a gente tem hoje uma distorção em termos de evolução de preços. A gente se depara, por exemplo, com o fato de que água paga, às vezes, menos imposto que refrigerante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que é que isso acontece? O que é que explica essa distorção?

Então, a gente precisa identificar onde está o problema, porque, se a gente não viabilizar uma alimentação mais saudável, não adianta falar para a população comer saudável se a gente, através de medidas legislativas ou executivas, propicia o encarecimento dessa alimentação e a gente propicia um acesso, a gente empurra para a população um alimento que vai adoecer a população.

Então, a gente precisa atentar.

A gente teve uma renovação da cesta básica, agora, com alimentos mais saudáveis, com isenção e com diminuição de impostos. Então, a gente espera que isso, de alguma forma, melhore a alimentação da população, mas o alimento ultraprocessado é gostoso. Então, se a gente tiver a maçã e o salgadinho, não vai ter criança querendo maçã; vai querer o salgadinho. Então, é preciso, sim, diminuir o acesso a esses alimentos que são nocivos.

E, nesse cenário, a gente tem a cesta básica recém-modificada, mas a gente tem a oportunidade de fazer essa diferenciação de preço no imposto seletivo, porque, infelizmente, só ficaram os refrigerantes, mas a gente tinha outros produtos para ficar aí também.

E a gente tem também uma oportunidade de melhorar a alimentação escolar.

Então, a gente tem, aqui, tramitando o PL 4.501, que vai limitar, que vai retirar da escola os alimentos ultraprocessados, os salgadinhos, que as crianças não precisam comer na rotina. Isso é alimento de festa de aniversário, em que as crianças vão brincar e ficar em paz.

Então, só para finalizar, a Senadora estava falando do miocárdio e o Neuton também falando que as crianças já têm um adoecimento do miocárdio, e tem um estudo que eu sempre gosto de lembrar: a criança com obesidade tem uma qualidade de vida pior do que crianças que têm câncer. E isso por quê? Porque, assim como o adulto também, elas são responsabilizadas pela sua condição e a elas também é delegado resolver a sua situação.

Então, acho que aqui é uma oportunidade de a gente abrir esta discussão e fazer os encaminhamentos que a sociedade espera da gente, como organização, como Legislativo e como Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Parabéns pela fala, Sra. Maria Edna. Foi brilhante quando você falou sobre ultraprocessados e me chamou mais ainda a atenção, porque isto é claro, cientificamente, em todos os aspectos: o mal que os ultraprocessados causam na vida da criança, do adolescente e de todos que os consomem excessivamente.

E, realmente, para essa questão da alimentação saudável, além de orientação, tem que ter um acompanhamento com o profissional, porque, às vezes, como você falou da fruta – não sei se foi bem essa correlação, mas foi assim que eu entendi... A da maçã, tudo bem, eu entendi; é óbvio que os ultraprocessados são hiperpalatáveis. Então, a criança vai querer mais – e não só a criança, mas o adulto também – os ultraprocessados; mas não falando da maçã, falando o seguinte: o excesso de frutose também leva à obesidade, e, às vezes, os pais e as mães, por não terem uma orientação precisa... Tem muito consumo de fruta. A criança come um pedaço grande de melancia, depois come outra fruta; enfim, o excesso de frutose também leva à obesidade.

Então, já que a gente está falando em alimentação saudável e que você tocou na questão, é muito melhor a gente oferecer fruta do que suco, porque no suco você coloca uma quantidade imensa de fruta, para dar um copo de suco, e também, apesar de os pais acharem que é saudável – e é –, a quantidade, às vezes, não é saudável.

A SRA. MARIA EDNA DE MELO – É exatamente isso. (*Fora do microfone.*)

Quando a gente pensa na frutose... A frutose, quando está no meio, com as fibras, no contexto de uma refeição, então isso vai amenizar o impacto da frutose especificamente no nosso metabolismo, porque a frutose tem uma via de metabolização no fígado que não tem trava. Então, realmente, o consumo exagerado...

Mas a frutose da fruta... Eu tenho uma orientação que eu gosto de fazer para os pacientes que é assim: eu falo que "suco não é de Deus", porque Deus deu para a gente os dentes e a fruta para a gente mastigar. Então, Ele não deu para a gente o suco, porque naquilo ali há uma quantidade muito grande de açúcar, e isso vai ter um impacto metabólico negativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que isso é algo que, infelizmente, hoje, com o preço da fruta, esse consumo mais exagerado de frutas já não é tão comum assim.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – É verdade, Dra. Maria Edna.

Parabéns pela sua explanação e pelas suas considerações.

E agora eu convido o Dr. João Eduardo Nunes Salles, que é Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD), que está por videoconferência.

Dr. João Eduardo, seja muito bem-vindo.

Grata por ter aceitado o nosso convite de participar dessa audiência pública de grande relevância.

O senhor tem a palavra e tem cinco minutos para a sua exposição.

O SR. JOÃO EDUARDO NUNES SALLES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas.

Vocês estão me ouvindo? Só me confirmem que sim.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim.

O SR. JOÃO EDUARDO NUNES SALLES (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Senadora Eudócia, muito obrigado pelo seu convite. Eu cumprimento a senhora, todos da mesa e também os que estão *online,* por nos receberem – nós, da SBD, também junto com a Sbem, Abeso, os pacientes, a Edna, a pediatria, a saúde pública –, para que a gente possa destacar a importância desta audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais.

Eu, como Sociedade Brasileira de Diabetes, talvez tenha um conflito de interesse muito grande para falar de obesidade, porque 80% a 90% das pessoas com diabetes tipo 2 têm obesidade. Não são todas as pessoas com diabetes que têm obesidade, mas 80% e 90% vão ter sobrepeso ou obesidade, assim como hipertensão, assim como as outras 228 doenças que são relacionadas à obesidade, como já foi citado pelo Prof. Neuton, e a relação também do câncer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é importante a gente discutir, neste momento, das doenças associadas à obesidade? É que o grande problema das doenças associadas à obesidade está não diretamente relacionado ao peso, mas sim à distribuição de gordura. Então, é importante nós alertarmos que o tipo de distribuição de gordura é mais importante do que necessariamente o peso, uma vez que pacientes que têm a circunferência abdominal aumentada têm maior risco de ter as doenças associadas do que aqueles pacientes que não têm a circunferência abdominal aumentada, e isso não necessariamente está ligado a quanto ele pesa, e sim ao valor de normalidade da cintura.

Isso foi muito bem discutido, no começo do ano passado, em que o Lancet Commission – óbvio que o trabalho tem as suas falhas, que a gente pode discutir – pontuou muito bem o fato de nós pensarmos na obesidade como distribuição de gordura. Então, é importante – e eu já conversei isso com a Danielle, no ministério, umas duas semanas atrás – para os pacientes que têm doenças metabólicas relacionadas à obesidade que a gente olhe também aqueles pacientes que não pesam tanto e que a gente tenha que medir a circunferência abdominal.

Então, os homens com mais de 102 cm de circunferência abdominal e as mulheres com mais de 88 cm de circunferência abdominal estão sob o risco de ter a doença, só que a maioria dessas pessoas não está olhando o IMC, peso e altura, no quesito obesidade, porque a maioria dessas pessoas não têm uma distribuição de gordura tão importante nos membros inferiores e superiores. Então, a ausência de gordura nos membros superiores e inferiores – o que já faz com que a pessoa pese menos – e a presença da circunferência abdominal aumentada vão fazer com que a prevalência de tecido gorduroso nessas pessoas seja a obesidade visceral, e a obesidade visceral, Senadora, é extremamente deletéria para o processo de inflamação.

Eu agradeço muito o seu projeto em relação aos ultraprocessados, porque os ultraprocessados têm uma grande quantidade de ingredientes que favorecem o processo inflamatório do organismo, não há dúvida disso: frutose em excesso, palmitato, a quantidade de óleo de palma, por exemplo, que é muito grande. Mas também é importante a gente lembrar que aquilo que está levando ao processo de inflamação do organismo é exatamente a circunferência abdominal aumentada, porque o tecido abdominal, o tecido visceral, a senhora sabe muito bem disso, aquele que está entre as vísceras – e só estou falando isso porque a gente está sendo assistido por várias pessoas leigas –, causa o processo de inflamação. Então, de nada adianta a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente bater muito na tecla de melhorar a alimentação das pessoas, sendo que o tecido visceral continua presente.

Óbvio, uma alimentação saudável vai ajudar na redução do tecido visceral, mas é importante a gente acrescentar, além da balança, a fita métrica.

A hora em que nós somarmos balança e fita métrica, nós vamos começar a ter uma ideia melhor do risco que a obesidade causa e de, de repente, criar esses protocolos para os medicamentos que, eu espero, venham a ser incorporados, para que a gente trate a obesidade no seu todo, para que a gente trate a obesidade de uma maneira holística, olhando não só quanto reduziu de peso, mas quanto reduziu de circunferência abdominal. E, aí, esse, talvez, tenha que ser o nosso objetivo, se nós formos pensar em tratar a obesidade prevenindo doenças, o que foi, justamente, muito bem colocado pelo Prof. Fábio, pelo Prof. Neuton, pela Profa. Edna e pela própria Danielle, do Ministério.

Eu acho que a gente está num caminho muito interessante de trazer à baila a discussão da obesidade. A quantidade de medicamentos que nós temos hoje, para tratar a obesidade, vai se agigantando, e a gente tem, realmente, um dever de oferecer isso à população.

Mas, por outro lado, a boa notícia que eu posso dar aos senhores é que nós temos, hoje, no Ministério da Saúde, uma equipe muito interessada em discutir tudo isso.

E aqui eu agradeço, de público, à Danielle, que vem nos ajudando a implementar uma plataforma de educação continuada para o tratamento do diabetes, e essa plataforma só foi possível graças à chegada de medicamentos novos para tratar diabetes, que foram incorporados na cesta do SUS, e hoje o SUS consegue oferecer um tratamento de excelência para o paciente com diabetes. Já foi muito bem destacado pelo Prof. Neuton.

Então, eu acredito que... Eu já trabalho no SUS há 30 anos, eu sou aqui da Santa Casa de São Paulo, Senadora – aqui eu já deixo o convite para, na próxima vez em São Paulo, a senhora vir até a Santa Casa, porque, além disso, é um passeio turístico interessante. É um prédio de 1884. Então, vale muito a pena conhecer –, mas quero destacar que, nesses 30 anos, eu vi o crescimento dos medicamentos para diabetes no SUS eu espero não esperar mais 30 anos para ver o aparecimento dos medicamentos para obesidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que, em breve, nós teremos medicamentos para obesidade e a gente poderá oferecer para o paciente do SUS não só o tratamento das comorbidades, das causas, das consequências da obesidade, mas o tratamento da doença-mãe, o tratamento da obesidade, e, consequentemente, a redução de todas as doenças relacionadas.

Muito obrigado, Senadora. Obrigado a todos e a todas que me ouviram.

E fico à disposição para maiores esclarecimentos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Parabéns, Dr. João Eduardo, pela sua explanação.

Eu achei interessante quando você falou "doença-mãe". Então, se a obesidade é a doença-mãe, a gente tem que colocar todas as nossas forças, todo o nosso intelecto, todo o Orçamento, através do Governo Federal, na doença-mãe. Porque, na minha cidade, a gente chama assim: matar o mal pela raiz, tirar o mal pela raiz.

Então, é o seguinte: se a gente vai à doença-mãe, que é a obesidade, vai diminuindo – óbvio, é simples entender –, vai diminuindo as complicações da doença-mãe, que é a obesidade.

Você colocou bem colocado e, realmente, é fato, o Ministério da Saúde está avançando muito nos tratamentos para diabetes, e parabéns por isso, mas a diabetes é uma das consequências. E as demais consequências? Então, tem uma gama de medicações para diabetes, mas não tem, ainda, para a obesidade. Então, o foco é a doença-mãe – vou até guardar na minha agendinha essa palavra, para não esquecer mais. Então, a gente tem que direcionar as nossas forças para isso.

Mais uma vez, obrigada, Dr. João Eduardo, pela sua participação, e pode ter certeza de que eu irei conhecer a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Convite feito... É convidando e eu indo já, viu? Pode ter certeza, será um prazer conhecer. Pode ter certeza, eu já vou me organizando em relação a isso.

Quero agora passar a palavra para a nossa querida Inara Silva, que está aqui fazendo parte da mesa. Ela é Coordenadora do Departamento de Voz da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (Abeso).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Inara Silva, você tem a palavra por cinco minutos.

A SRA. INARA SILVA (Para expor.) – Eu começo com esta frase: eu sou uma ativista que luta todos os dias pela pessoa com obesidade.

Meu nome é Inara, mas... Espere aí, deixe-me só...

Antes mesmo de me apresentar, quero falar sobre um sonho. Eu sonhava em ser policial – era o meu projeto de vida –, mas a obesidade, o estigma e a falta de compreensão sobre a complexidade dessa doença me impediram de chegar lá. Até hoje, quando assisto a uma série policial, eu choro. Choro porque aquele sonho ainda vive dentro de mim. Toda vez que vejo um policial na rua, lembro-me do que me foi tirado – não por falta de capacidade, mas pelo peso do preconceito e pelo silêncio que cerca a obesidade.

Meu nome é Inara. Sou Coordenadora do Departamento de Voz da Abeso, ativista da causa da obesidade e representante de milhares de pessoas que convivem diariamente com o estigma, a falta de acesso ao tratamento e a exclusão. Além da minha própria trajetória, eu também escuto diariamente pacientes e famílias que me procuram em busca de acolhimento, orientação e voz. São histórias reais de dor, silêncio, preconceito e falta de acesso ao cuidado. E é justamente por ouvir essas histórias todos os dias que eu preciso trazê-las hoje para este Plenário.

"Enquanto houver silêncio, eu escolho ser voz". Essa é a minha frase. (*Palmas.*)

Esta é a Josiane, lá de Goiânia, e ela traz um relato:

> Eu acredito que pessoas como eu, que convivem com a obesidade, merecem mais atenção dos governantes, do estado e dos municípios.
> Precisamos de uma rede pública de saúde que realmente nos acolha, com profissionais preparados, nutricionistas que trabalhem com o coração e acesso à medicação pelo SUS.
> Muitas vezes nos falta até o básico. Às vezes eu abro a minha geladeira e quase não tenho nada dentro. Como vou conseguir emagrecer? Como vou ter qualidade de vida e saúde mental sem apoio e sem estrutura?
> Muitos problemas que enfrentamos hoje, como pressão alta, ansiedade, insônia e depressão, poderiam ser evitados com tratamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, confio que neste plenário seremos representadas por uma voz que fala por tantos que sofrem em silêncio.
Essa voz se chama Inara [...].

Espere aí, só um minutinho.

Meu nome é Wagner G. Freitas, tenho 43 anos, sou de João Monlevade, Minas Gerais, e hoje peso 150 quilos.
A minha maior necessidade é ter acesso gratuito a atividades físicas, como academia e natação, porque para pessoas como eu, que convivem com obesidade e baixa renda, isso muitas vezes é impossível.
Também preciso de acesso gratuito aos medicamentos, que hoje são pagos e são essenciais para o meu tratamento.
O tratamento da obesidade não pode ser um privilégio. Ele precisa ser um direito.

Oi, meu nome é Rogério, tenho 36 anos.
Praticamente a minha vida toda eu fui o "gordinho", o "fofinho", até que isso se transformou em obesidade e começaram as dificuldades para coisas normais da vida.
Sou ex-bariátrico. Fiz a cirurgia há mais de 13 anos. A única vez em que me lembro de ter sido magro foi quando, após a cirurgia, cheguei aos 100 quilos. Antes disso, eu já havia chegado a quase 250 quilos.
Mas o tratamento não termina na cirurgia.
Pelo SUS, as consultas demoram muito para serem marcadas e, quando conseguimos atendimento, muitas vezes o retorno fica para seis ou sete meses depois.
Nesse processo, eu também me perdi.
Hoje, voltei a me cuidar e peso 220 quilos.
Eu só queria que todos os estados brasileiros olhassem para as pessoas com obesidade com carinho e respeito, porque nós também somos gente. Ninguém escolhe viver com obesidade. Isso não é estilo de vida.
Moro na favela, onde tudo se torna ainda mais difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Quero viver em um país onde existam clínicas especializadas em obesidade [...], lugares onde as pessoas possam se internar, receber cuidado, aprender a se alimentar, se exercitar e reconstruir a própria vida.
> O que eu desejo é simples: olhem para as pessoas com obesidade.
> Somos seres humanos.

E aí vem um relato sobre gordofobia médica, que, infelizmente, ainda acontece.

> Uma mulher esperou seis meses por um retorno médico.
> Foram seis meses convivendo com dores, problemas de saúde e a esperança de finalmente encontrar ajuda.
> Ao entrar naquela consulta, ela acreditava que sairia dali com um tratamento, com orientação e com algum alívio.
> Mas o que recebeu foi frieza.
> Ouviu que, antes de qualquer ajuda, precisava emagrecer.
> Sim, a obesidade impacta a saúde.
> Mas quem espera seis meses por atendimento precisa, antes de tudo, ser ouvido.
> Porque não é apenas o que se fala.
> É a forma como se fala.
> Empatia também faz parte do tratamento.
> E, quando ela falta, a dor do paciente vai muito além do corpo.

E, para que histórias como essa não continuem se repetindo, para que ninguém precise dizer "eu só quero viver" e, principalmente, para que não aconteça com outras pessoas o que aconteceu com Sandra, é que estamos aqui.

Sandra representa tantas pessoas que não tiveram acesso ao cuidado, ao acolhimento e ao tratamento em tempo. Que sua história não se repita. Que a obesidade seja tratada com a urgência, a dignidade e o respeito que merece.

Quando falamos de obesidade, não falamos apenas de peso; falamos de dignidade, de acesso e de cidadania. Falamos de pessoas que aguardam meses por atendimento, que chegam ao consultório carregando dor, medo e esperança e que, muitas vezes, saem de lá ainda mais feridas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ninguém deve ser reduzido a um número na balança. Ninguém deve ser humilhado ao buscar cuidado.

É urgente garantir acessibilidade nos hospitais, nos consultórios e em todos os espaços de saúde. Eu não sei se vocês sabem, mas, em alguns casos, a ressonância magnética é feita em zoológicos. Pessoas com obesidade não merecem passar por isso.

É urgente assegurar equipes preparadas, atendimento humanizado e acesso ao tratamento integral pelo SUS.

O tratamento da obesidade não pode ser um privilégio; ele precisa ser um direito.

Estamos aqui hoje para que histórias como a de Sandra não se repitam, para que ninguém precise esperar o cuidado que chega tarde demais, para que a pessoa seja vista, acolhida e tratada com o respeito que merece.

"Enquanto houver silêncio, eu escolho ser voz".

Esse é o meu Instagram, meu nome é Inara e eu gostaria de falar que eu estou aqui e que eu represento as pessoas com obesidade que só querem tratamento. A gente muitas vezes é julgado, é maltratado. E a obesidade não é só alimentação, a obesidade não é só atividade física; nós precisamos de uma linha de cuidados, nós precisamos de respeito e nós precisamos ser acolhidos.

Um dia eu ouvi de uma pessoa que está aqui, nesta mesa, hoje, que o Brasil precisa de pessoas que lutem. Ele falou para mim: "O Brasil precisa de pessoas como você". E é o que a gente quer, pessoas que lutem pela obesidade. O meu sonho é que um dia a gente ache um político, um Parlamentar que abrace a causa da obesidade da mesma forma que a gente tem, por exemplo, o Parlamentar que... Quando, por exemplo, eu falo sobre animais, eu me lembro do Felipe Becari. Quando eu falo sobre... Eu quero ter um dia em que, quando eu falar sobre obesidade, eu fale sobre a Dra. Eudócia. Eu gostaria muito que a senhora abraçasse essa causa com a gente, porque é uma causa urgente. Nós precisamos de tratamento. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Inara, parabéns pelos seus vários relatos aqui de pessoas amigas que você colocou para nós e pela colocação que você fez no final, de ser voz. Entre o silêncio das pessoas, você prefere ser voz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu a parabenizo por você ter se colocado como voluntária – eu vou colocar dessa forma –, para ser a voz de todas as pessoas obesas no nosso país. Você está de parabéns, querida. Você pode contar comigo, com certeza. Não é para menos que estamos aqui, porque foram dois requerimentos que eu coloquei aqui na CAS, para que nós pudéssemos estar aqui, hoje, discutindo sobre esse tema tão importante no nosso país e no mundo – mas vamos falar especificamente do nosso país.

E eu queria lhe dizer o seguinte: já estou elaborando o projeto de lei. Quando eu solicitei esta audiência pública, eu já tinha em mente... Já tinha em mente, não; já tenho o esboço do meu projeto de lei em relação à obesidade. Quero até que todos vocês possam me ajudar, em parceria, para que a gente deixe bem robusto esse projeto de lei, para que, quando ele for aprovado, todos ganhem, especialmente a nossa população obesa do nosso país.

O Dr. Neuton fez algumas considerações – eu já anotei algumas –, o Dr. Fabio também, todos vocês que tiveram a fala e as outras colegas que irão falar; e a gente vai juntar um pouco de cada, para que a gente faça um projeto de lei robusto, em que não esteja faltando absolutamente nada, porque não é fácil a gente conseguir aprovar um projeto de lei por conta de todo o trâmite. E aí a gente coloca esse projeto de lei robusto e que vem contemplar todas as vozes que você representa, Inara, e todas as vozes que passam pelos consultórios dos colegas aqui e da colega que faz a parte de pediatria também – a Danielle, lá no Ministério da Saúde.

Quero parabenizá-la, viu? Parabéns, de coração. Eu me emocionei muito – muito. Você está de parabéns, querida. Eu fico sem palavras para lhe falar. Eu só posso dizer: parabéns, parabéns e parabéns. E vamos à luta, porque esta audiência pública terá frutos, terá resultados. Isto não é uma simples audiência pública, até porque todas as audiências públicas que eu realizei – todas – tiveram frutos, e esta não pode ser diferente. E é por isso que nós fazemos aqui, no Parlamento, audiências públicas, com esse objetivo de discutir o tema e a gente ter depois o resultado positivo.

Eu agora quero... Você queria fazer alguma consideração, Dr. Neuton? Eu vi você pegando o microfone.

O SR. NEUTON DORNELAS GOMES (Para expor.) – A gente não pode dispensar o microfone, né? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É realmente um depoimento excelente, é emocionante, muito significativo. Eu já tinha comentado sobre a sua frase ali e eu queria dizer que, a partir do seu sonho, que não foi possível... Eu creio que a Senadora Eudócia venha de uma carreira militar, inicialmente; médica e militar.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim.

O SR. NEUTON DORNELAS GOMES – Você está entre uma ex-policial militar e um ex-bombeiro militar, tá certo? Então, para nós dois, eu diria, é realmente uma honra ter você entre nós, relatando esse sonho que ficou, mas ele se tornou muito mais importante pelo que você se tornou na defesa da segurança das pessoas também, porque tratar a obesidade, cuidar da obesidade, antes de tudo, é cuidar da segurança das pessoas. Então, hoje eu diria que você é uma policial nessa grande guerra que a gente precisa tratar. (*Palmas.*)

A SRA. INARA SILVA (*Fora do microfone.*) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Isso mesmo. Quer falar alguma coisa?

A SRA. INARA SILVA – Eu falo, assim, que hoje eu sou uma ativista para que outras pessoas não tenham sonhos interrompidos como eu tive o meu, para que outras pessoas consigam viver.

Essas pessoas cujos relatos eu trouxe são pessoas que estão sempre conversando. Eu falo que é muito importante ser a voz aqui, mas também é ser a voz de ouvir o clamor daquela pessoa, sabe? Eu vou dar um exemplo: uma delas, quando ela me procurou, tinha depressão, ela não sabia o que fazer. E eu falei com ela assim: "Vamos tentar? Você vai fazer todos os dias, no seu terreiro..." – porque eu tenho um projeto: até que vire rotina, eu faço minha atividade física no meu terraço.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim.

A SRA. INARA SILVA – E eu falei: "Olha, você faz na sua casa. Dez minutos – dez minutos". E ela começou a fazer dez minutos. Aí eu falei: "Você vai fazer dez minutos uma semana. Na outra semana, você vai fazer vinte minutos". E hoje ela está conseguindo eliminar, graças a Deus. E, quase todos os dias, ela fala – ela me chamou e algumas pessoas me chamam de D. Inara –: "D. Inara, a senhora me salvou". E isso é importante. Hoje eu sou uma policial. Querendo ou não,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deixou de ser um sonho. Eu falo, assim, que, todos os dias, eu assisto a séries e, todos os dias, eu choro, mas continuamos o nosso trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Mas você está de parabéns. Eu gostei da colocação do Dr. Neuton, porque realmente você é uma policial defendendo o seu propósito e as pessoas que a procuram. Você é a voz do Brasil para essas pessoas.

O Dr. Fabio quer uma palavrinha.

Pois não, Dr. Fabio.

O SR. FABIO ROGERIO TRUJILHO (Para expor.) – Já que ela está entre dois policiais, eu quero dizer que fui eu que a descobri em um evento para pacientes, para pessoas. Eu falei: "O Brasil precisa da sua voz". E ela, a partir daí, foi...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Emocionante. É emocionante saber disso.

Agora eu pergunto: Dr. Neuton, quer dizer que você estudou minha biografia, foi?

O SR. NEUTON DORNELAS GOMES – Nós que somos da voz rouca das ruas acompanhamos os nossos Parlamentares, mesmo a senhora sendo lá de Maceió, de Alagoas. Eu participo muito aqui, sobretudo com o Senador Hiran, e, no Conselho Federal de Medicina, eu acompanho a senhora, e, claro, eu acompanho a sua trajetória política também, como a gente faz essencialmente por aquelas pessoas que realmente têm propósito de saúde pública.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Maravilha. E você também, no caso, é médico da Polícia Militar também?

O SR. NEUTON DORNELAS GOMES – Não, eu fui do Corpo de Bombeiros Militar...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Eu também fui.

O SR. NEUTON DORNELAS GOMES – ... do Distrito Federal, mas já sou da reserva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Ah, eu também estou na reserva, estamos num empate. (*Risos.*)

Eu quero te agradecer mais uma vez, Inara, e a todos pela consideração, Dr. Fabio, Dr. Neuton.

E agora eu convido a Dra. Daniela Silva Canella, que é Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), representante da Maria Laura da Costa Louzada, que é Professora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Dra. Daniela Silva, seja muito bem-vinda, estou grata por ter aceitado o nosso convite.

Você tem cinco minutos, Dra. Daniela.

A SRA. DANIELA SILVA CANELLA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Ah, ótimo. Vocês veem minha apresentação? Sim? (*Pausa.*)

Então, está bom.

Boa tarde para todo mundo. Queria agradecer a oportunidade de estar aqui e conversar sobre questões relacionadas à alimentação nessa agenda da obesidade.

Eu vou direto para a questão dos alimentos ultraprocessados. Algumas coisas que eu tinha preparado já foram ditas, então vou me concentrar nisso.

Os ultraprocessados são esse conjunto de alimentos que representam formulações industriais...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dra. Daniela?

A SRA. DANIELA SILVA CANELLA (*Por videoconferência.*) – Diga.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Você poderia aumentar o som aí do seu computador?

A SRA. DANIELA SILVA CANELLA (*Por videoconferência.*) – Claro. Veja se está funcionando melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Está, obrigada.

A SRA. DANIELA SILVA CANELLA (*Por videoconferência*.) – Ah, imagina.

Então, esses alimentos são um grupo de formulações industriais feitas basicamente com ingredientes como o óleo, o sal e o açúcar em geral, com pouco ou nenhuma participação de alimentos *in natura*, com adição de substâncias sintetizadas e de uso exclusivamente industrial, entre elas os aditivos alimentares, que têm funções cosméticas, que maquiam características indesejáveis ou criam características para esses alimentos, como cor, sabor, textura. É como um iogurte de morango que não tem morango na sua lista de ingredientes, mas tem cor e sabor de morango.

Em vários países do mundo, a gente já tem documentado que as compras de alimentos ultraprocessados e, consequentemente, o consumo desses alimentos têm crescido. A gente tem dados de países da América Latina, da América do Norte, da Ásia, da Europa, enfim, é muito consolidado esse crescimento nos países. No Brasil o cenário não é diferente. Se a gente considera dados de compra de alimentos no conjunto dos municípios brasileiros, a gente observa que, entre 2002 e 2017, um período relativamente curto de tempo, a participação desses alimentos na cesta adquirida pelas famílias aumenta; ao mesmo tempo, a participação dos alimentos *in natura* ou minimamente processados – que seriam a fração saudável, que compõem um padrão alimentar saudável – tem diminuído.

Estão bem documentadas na literatura científica as consequências dos alimentos ultraprocessados para a saúde humana. Nesse estudo foram identificadas mais de 30 doenças ou agravos relacionados aos ultraprocessados: desde os clássicos, como obesidade, hipertensão, diabetes, até depressão, fragilidade, enfim, outros desfechos em saúde que nos alertam para a importância desses alimentos, de restringir o consumo e o acesso a esses alimentos.

Falando sobre obesidade, especificamente, e olhando para estudos longitudinais que acompanharam pessoas por muitos anos, o que se tem é uma relação muito consistente entre o consumo de ultraprocessados, o desenvolvimento de obesidade abdominal e o desenvolvimento de sobrepeso e obesidade. Então, considerando diferentes países do mundo, a gente já tem dados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre isso especificamente para o Brasil, mas é um fenômeno global e que não se restringe à nossa população.

Nesse contexto, a gente tem uma ferramenta no Brasil muito importante, que é o nosso Guia Alimentar para a População Brasileira. E uma das recomendações gerais do nosso guia alimentar é que as pessoas devem evitar o consumo de alimentos ultraprocessados, mas o guia também reconhece que, para que aquele conjunto de recomendações seja seguido pela população, a gente tem obstáculos a serem superados.

Em alguma medida, para alguns obstáculos, as pessoas vão conseguir se organizar para ter uma melhor alimentação, as pessoas podem se mobilizar nesse sentido, mas, para alguma parte da população e para alguns obstáculos, a gente, de fato, precisa de políticas públicas e ações regulatórias do Estado, para que a gente tenha um ambiente alimentar mais adequado e, com isso, as pessoas tenham uma alimentação de maior qualidade.

O guia cita como obstáculos para alimentação adequada e saudável a questão da oferta de alimentos – tanto a dificuldade de acesso aos alimentos *in natura* ou minimamente processados quanto o alto acesso, o acesso muito facilitado aos ultraprocessados –; a informação que a gente tem – a gente tem um volume enorme de informações, mas muitas delas nem sempre corretas – ; a publicidade de alimentos, que já foi mencionada hoje, e que, muitas vezes, é enganosa, e que faz com que as pessoas façam escolhas que não são as mais adequadas; o custo, que também já foi mencionado hoje; habilidades culinárias; e o tempo.

E, pensando em políticas públicas relacionadas à obesidade, a gente tem um conjunto delas que tem que acontecer de maneira sinérgica e coordenada para contribuir para esse cenário, principalmente de prevenção da obesidade. É claro que, em alguma medida, elas vão contribuir também para o controle da obesidade, mas elas têm como foco a prevenção.

Então, a gente tem a rotulagem de alimentos, em relação à qual a gente já avançou no Brasil, com selos de advertência; a gente tem a questão da taxação de bebidas açucaradas – e a gente poderia ter a taxação do conjunto de ultraprocessados, que seria mais eficiente ainda –; subsídios para alimentos saudáveis – isso também já foi mencionado em relação à cesta básica – ; a gente precisa ter opção de alimentos saudáveis em diferentes contextos – se a gente estiver andando na rua e parar em uma banca de jornal, certamente não vai ter um alimento saudável,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas vai ter um conjunto de ultraprocessados disponíveis, e isso a gente vai ver em vários outros contextos –; e restrições à publicidade e à oferta de alimentos não saudáveis – e aqui eu estou falando do conjunto de ultraprocessados em diferentes espaços.

A gente já tem evidências de que ambientes alimentares escolares mais saudáveis protegem os adolescentes do consumo de ultraprocessados na vida, não só no ambiente escolar. Então, uma escola que tem alimentação escolar oferecida, como é o contexto – estou quase acabando – das escolas públicas, mas também cantinas reguladas com alimentos saudáveis e não ultraprocessados contribui para o menor consumo desses alimentos.

O Programa de Alimentação Escolar é superinovador nesse sentido, e, desde 2020, de forma muito explícita, está alinhado ao Guia Alimentar para a População Brasileira, e restringe a oferta de alimentos ultraprocessados. Tem um conjunto de evidências que mostram que a adesão à alimentação escolar via Pnae contribui para uma melhor alimentação dos estudantes e também para questões relacionadas ao peso saudável, protege da obesidade e garante um peso adequado a esses estudantes. Para isso, a gente precisa de regulações relacionadas às cantinas escolares. A gente já tem evidências de que as resoluções, as regulamentações nesse sentido funcionam e propiciam melhores ambientes.

Em 2023, foi publicado um decreto federal que orienta e traz um programa geral de como deveriam ser ações relacionadas ao ambiente escolar, tanto para escolas públicas quanto para privadas, para garantir e propiciar alimentação adequada e saudável.

Então, essas ações passam pelas ações de educação alimentar e nutricional, mas também pela restrição da comercialização de ultraprocessados e de comunicação mercadológica relacionada a esses alimentos. Não ter o alimento é importante, mas não ter uma geladeira que faça propaganda do alimento, um *banner* que faça propaganda do alimento também é bastante importante para a alimentação adequada e saudável.

No bojo desse decreto, já têm avançado algumas leis em estados e municípios. Neste momento, a gente já tem quatro leis aprovadas para regular o ambiente alimentar escolar em escolas públicas e privadas – em Franca; no Estado do Ceará; em Paulista, no Estado de Pernambuco; em Rio Branco, no Acre – e também tem outros PLs tramitando em nível local. Esse conjunto de ações é bastante importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, medidas similares a essas poderiam ser adotadas em outros contextos organizacionais. É claro que, para as crianças e os adolescentes, a escola é um ambiente privilegiado para esse tipo de ação, mas locais de trabalho, prédios públicos, hospitais, universidades também poderiam se beneficiar de restrições relacionadas à oferta de alimentos não saudáveis.

Eu trouxe como dois exemplos duas portarias federais de 2016 que falam sobre o que pode estar disponível em prédios federais. Ter o Guia Alimentar como um orientador dessas ações é fundamental, para definirmos quais são esses alimentos e o que é o paradigma de alimentação adequada e saudável defendido nesse contexto. Com isso, podemos prevenir a obesidade na população infantil e na população adulta e contribuir para a melhor qualidade da alimentação dessas pessoas.

Então, para terminar, políticas públicas eficazes de prevenção e tratamento não são restritas a isso, mas passam pela garantia de acesso à alimentação adequada e saudável e pela restrição de acesso a alimentos ultraprocessados. Por isso, a gente precisa ter ações em nível nacional, nos estados e nos municípios, coordenadas e conduzidas de forma sinérgica, para que a gente tenha um cenário de melhoria das condições, de novo trazendo o Guia Alimentar como esse instrumento fundamental para orientar as nossas ações.

E é isso.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Parabéns, Dra. Daniela, pela sua aula, pela sua explanação. Foi muito importante esse tema que você escolheu para correlacionar com a obesidade, que foi o uso de ultraprocessados, e você citou algumas cidades de alguns estados que já têm projetos de lei relacionados a essa questão de ultraprocessados.

Eu queria fazer uma colocação de que eu já criei um projeto de lei, já protocolei um projeto de lei da minha autoria em relação à rotulagem dos ultraprocessados, e ele já está tramitando aqui na Casa de uma forma célere. No projeto de lei, eu coloquei o seguinte, que o alimento ultraprocessado terá que ter esta rotulagem: "Alimento com alto potencial cancerígeno". Nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coloquei a obesidade em si, coloquei cancerígeno, porque nós sabemos que, sim, ele é altamente cancerígeno, principalmente para os jovens, que, cada vez mais, estão sendo diagnosticados com câncer colorretal, por conta do uso em excesso desses alimentos ultraprocessados.

Então, já tem esse projeto de lei de que eu sou autora e tem um projeto de lei de que eu sou Relatora, o autor é o Jaques Wagner, que é sobre proibição dos alimentos ultraprocessados nas escolas e nas creches, nas cantinas de escolas e creches. Confesso a você que confio muito na sensibilidade dos colegas, e ambos serão aprovados, para que a gente possa minimizar essa questão dos ultraprocessados na sociedade como um todo, principalmente nas escolas e cantinas, como você bem colocou.

Mais uma vez, parabéns pela sua fala, Dra. Daniela, e mande o meu abraço para a Dra. Maria Laura da Costa Louzada, que é a Professora da faculdade onde você também trabalha. Agradeço também a ela por ter colocado você para representá-la, aumentando o escopo dos nossos estudos em relação à obesidade. Muito grata.

Eu quero aqui cumprimentar a minha querida amiga, Deputada Rosinha da Adefal, minha amiga, Deputada de Alagoas. Quero agradecer a sua participação aqui, Rosinha – viu? Você é uma pessoa incrível, deixou um grande legado aqui, e sou muito grata por você estar aqui conosco, participando deste momento tão importante. Um grande abraço, estamos juntas.

Vamos lá. Agora, dando continuidade, teremos a última fala, que é da Dra. Fabíola Suano, que é Presidente do Departamento Científico de Nutrologia da Sociedade Brasileira de Pediatria. Dra. Fabíola Suano, seja muito bem-vinda, mais uma vez. Sou grata pela sua atenção de estar aqui participando conosco deste momento tão importante sobre a obesidade e as complicações da obesidade, principalmente na faixa etária pediátrica.

A senhora tem a fala por cinco minutos, Dra. Fabíola.

A SRA. FABÍOLA SUANO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e todas presentes.

Eu quero agradecer imensamente à Senadora Eudócia pelo convite, pela honra de estar no dia em que eu pude falar um pouco sobre o assunto da prevenção da obesidade e outras doenças em um fórum *online* organizado pela Dra. Renata. É um prazer estar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer o convite, parabenizar a iniciativa – inclusive as falas que me antecederam –, por estar aqui representando a Sociedade Brasileira de Pediatria, uma sociedade que existe há mais de cem anos na defesa da criança dentro do seu cuidado integral. A senhora, como pediatra, conhece muito bem o nosso dia a dia, e é um pouco dentro disso que eu vou colocar o escopo da obesidade na faixa etária pediátrica.

Para começar a falar sobre isso, eu quero primeiro pontuar a dimensão e o impacto para a gente ter uma ideia do quão importantes são ações urgentes sobre esse tema. Não é do futuro; é do agora que a gente está falando, não é?

A obesidade trata... o resultado dela é o acúmulo excessivo de tecido adiposo no organismo, e a gente estima em crianças essa quantidade excessiva de gordura por meio do Índice de Massa Corporal. Então, a gente pega a criança, pesa, mede, faz seu índice de massa corporal e o coloca em gráficos de crescimento, em que a gente vai avaliar como isso anda.

Aqui eu já queria apontar a primeira coisa que faz parte da formação do pediatra, que é o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento da criança. Então, antes de a criança desenvolver o quadro de excesso de peso e obesidade, é muito importante que ela esteja presente na atenção básica, para que a gente possa olhar junto quando desvios para mais ou para menos no ganho de peso adequado estejam acontecendo, porque para a criança a prevenção é a chave do processo.

Entretanto, quando esse tecido adiposo hipertrofiado se acumula, a gente sabe que ele não é só um tecido de preenchimento; ele é um órgão, um órgão que leva a uma série de processos e atinge outros órgãos mais à distância. Então, o tecido adiposo hipertrofiado é inflamado, e é por isso que a gente sabe que, por exemplo, ele traz problemas em curto prazo para a criança, mesmo criança pequena: pressão alta, aumento do colesterol, piora da autoestima, dores articulares e, em médio e longo prazo, aumento do risco de doenças cardiovasculares, impactando extensamente o sistema de saúde, e alguns tipos de tumores, que a gente sabe que começam aí na obesidade. Quanto mais precoce, maior o risco de a criança vir a se tornar um adulto obeso, com todas essas morbidades que aqui são apresentadas.

Segundo relatório recente, de 2025, do Unicef, o Atlas Mundial de Obesidade, pela primeira vez, no mundo, em crianças de cinco a dezenove anos – indivíduos jovens –, a obesidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ultrapassa a desnutrição no mundo. Então, a gente vê que o problema é muito amplo e exige medidas complexas, articuladas e intersetoriais.

Quando a gente olha os dados do Brasil, em crianças menores de cinco anos e em crianças de cinco a dezenove anos, o excesso de peso, que compreende o sobrepeso e a obesidade, é bastante prevalente, já atingindo cerca de 20% a 30%, mesmo em crianças muito jovens, menores de cinco anos. E a nossa situação vem se agravando nos últimos anos, nas últimas décadas, especialmente pós-pandemia, não só apenas na frequência, mas também na gravidade da obesidade. Cada vez a gente vê mais crianças mais jovens com obesidade mais grave.

Olhando mais profundamente, fazendo uma estimativa para os próximos anos, hoje a gente estima que nós temos 6,6 milhões de crianças entre cinco e nove anos com sobrepeso ou obesidade e 9,9 milhões de crianças entre dez e dezenove anos – os adolescentes – com obesidade, com uma perspectiva, até 2040, de um aumento extremamente importante. Então, a gente precisa lidar com essa situação como um tema prioritário.

E o que é importante? Nesse gráfico, eu mostro aqui a seguinte relação: quanto mais adultos eu tenho obesos em um cenário, em um domicílio, em uma cidade, em um país, maior o número de crianças obesas. É uma relação direta. Por quê? Porque a criança vive em um contexto familiar, então a criança não faz suas compras e, dependendo do seu grau, da sua idade, não é ela que vai escolher o que comer, onde brincar e assim por diante. Então, o olhar sobre a obesidade na criança tem que ser muito mais ampliado, começando pelo olhar da família, como mostra aqui esse lindo quadro, um daqueles de que eu mais gosto, da Tarsila do Amaral, que mostra que ninguém está sozinho.

E como é que a gente chegou a esse cenário? Quais são os determinantes sociais desse cenário? Eu queria muito que a gente olhasse essa figura, entendendo que a gente, como pediatra, gosta muito de atender a criança e a sua família e, muitas vezes, a gente se sente, assim, chateado, a gente se sente frustrado quando a gente não atinge o que a gente espera de melhor para aquela criança, em termos de correção ou melhora da obesidade. Mas a gente está só aqui, ó. Dentro desse esquema, nós somos só isto aqui: o atendimento individual e, no máximo, família e cuidadores, quando a questão é o excesso de peso e obesidade, como a gente já viu lá na dimensão anterior. Existem várias camadas ao redor disso, e é importante que, mesmo que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja um clínico, como grande parte de nós aqui, a gente valorize muito este espaço que foi proporcionado hoje para a gente discutir políticas públicas, que são o grande primeiro invólucro de todas essas questões que atingem a comunidade, o ambiente, a creche, a escola e aonde a gente quer chegar: a família e a criança como um todo.

A gente tem que olhar o contexto da obesidade não como uma doença do indivíduo ou da família dele, reduzindo o estigma, reduzindo os preconceitos e olhando sob o ponto de vista transformador, em que as questões devem melhorar de forma ampla.

Por que eu estou dizendo isso? Porque basta estar vivo, hoje em dia, no ambiente em que a gente está, que a gente corre risco de ganhar peso. Então, se a gente fala de uma doença que atinge 70% da população adulta, 30% a 40% da população pediátrica, ela não é uma doença do indivíduo; ela é uma doença da sociedade e ela deve ser encarada dessa forma, para que a gente possa reduzir o impacto na qualidade de vida dos indivíduos que ganharam peso porque estão aqui onde nós vivemos.

A saúde mental das famílias é fundamental quando o enfrentamento do excesso de peso deve ser feito. Desigualdades, sobrecarga materna, estresse tóxico, como violência e pobreza, são importantíssimos quando a gente olha o contexto da obesidade, porque, se eu não me sentir bem, como é que eu vou me cuidar e cuidar do meu filho, da minha família?

A limitação, hoje, que a gente encara: espaços seguros para a criança brincar. Eu não estou nem falando de atividade física programada, estou falando de brincar. E, dentro dessa história, a escola ganha uma importância enorme. A escola protege a criança do excesso de peso sob vários aspectos, não só por causa da alimentação, como foi dito anteriormente, mas por ter espaços seguros de convivência e ser uma fonte de educação, em que a gente aprende não só para este momento, mas para o futuro. A escola também protege das mídias sociais, porque a criança não vai ficar na frente das telas o tempo todo.

Dentro dos ambientes obesogênicos que a gente tem hoje, aparece fortemente o papel dos alimentos ultraprocessados acessíveis e intensamente promovidos. Então, para a criança isso é mais grave ainda do que para o adulto, porque a criança pequena está formando o seu hábito alimentar. Então, quando ela é exposta a esse tipo de alimento, não só ela tende a gostar mais desse alimento e aprende a gostar mais desses alimentos hiperpalatáveis ao longo da vida, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o excesso de açúcar, sal, corantes, conservantes – todas essas substâncias presentes nos alimentos ultraprocessados –, mas também se influencia o desenvolvimento de órgãos e sistemas dessas crianças.

E, aqui, eu coloco uma foto que mostra para a gente uma reflexão muito importante, como sociedade, que a gente deve ter: é, num supermercado, uma criança extremamente pequena, que, à luz do seu olhar – então, na altura do seu olhar –, encontra pacotinhos de alimentos ultraprocessados – e aqui pode ser um bolinho, um biscoito, seja o que for –, que cabem na mão dela, que muitas vezes têm personagens que ela conhece, com que ela brinca e que ela acredita nessa idade muitas vezes serem verdadeiros; e ela pega esse pacotinho, muitas vezes nem sabendo o que está lá dentro, por causa desta associação: brinquedo, embalagem e local onde isso está.

Se fôssemos nós a passar por essa prateleira do supermercado, a gente não conseguiria ver esses pacotinhos pequenininhos. Eles estão estruturalmente colocados nesse lugar, para que as crianças tenham acesso, para que elas peguem e para que elas se tornem consumidoras frequentes desses alimentos. Então, essa questão da publicidade de alimentos ligada ou direcionada para a criança é muito importante que a gente encare, quando a questão são os alimentos ultraprocessados e a obesidade infantil.

E como que a gente enfrenta isso? Até agora eu trouxe um monte de más notícias ou notícias não tão boas, mas eu queria dizer que todos nós aqui – o pediatra sabe muito bem disto e quem trabalha com promoção de saúde também – temos um papel importante na promoção de saúde, a curto e longo prazo.

Nesse esquema, eu queria mostrar algo bem simples, que é: o tempo todo a genética interage com o ambiente. No início da vida, aqui, a plasticidade, os órgãos e os sistemas são mais adaptáveis, e eles vão perdendo essa adaptação a longo prazo. Isso é uma ideia biológica, porque vão se somando eventos deletérios de ambiente, nutrição e estilo de vida; então, a plasticidade diminui.

Então, quando eu falo da gestante, do lactente, da criança e do adolescente, eu estou falando de um momento muito importante no qual a gente possa tomar ações para a promoção de saúde, não só naquele momento, mas quando eles se tornarem adultos. Então, aqui está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplificado por essa placa – vamos chamar assim – amarela. É lógico que, se eu tiver hábitos alimentares, aqui, desde a gestação até a adolescência, inadequados, inatividade física, entre outros fatores, eu vou aumentar de forma importante o risco de doenças crônicas não transmissíveis ao longo da minha vida como um todo.

Mas, aqui, como Pediatra, Senadora, eu gostaria de falar do que a gente pode fazer de proteção. A gente também, olhando sob esse ponto de vista do início da vida... E aqui eu não queria colocar só a gestante e o lactente; quero lembrar que o adolescente é um ser em transformação também e que ele vai ter os seus filhos em breve. É um grande momento e uma oportunidade muito grande para que a gente possa construir uma história diferente, ajudá-los a construir uma história diferente – não só para essa geração, mas para os filhos dos filhos que virão.

Nós somos muito resultado de gerações que não conheciam o papel dos ultraprocessados, que não valorizaram ou não tiveram oportunidade de valorizar a convivência, a atividade física, e a gente pode fazer essa transformação, que na pediatria é tão importante. A criança é como se fosse uma semente: ela tem seu código genético ali; se colocada na terra de forma adequada, se tiver luz, se tiver água, se tiver nutrientes, se não tiver poluição, ela vai germinar, para depois florescer. E isso depende do ambiente, nós estamos aí todos inseridos nesse ambiente.

Quando a gente vai falar de ambiente como sociedade, a gente não pode esquecer aí do nosso papel, o papel como profissional de saúde, como cidadão, mas também como mulher. Então, ainda na nossa sociedade, a mulher é a grande responsável pelo cuidado da criança em curto e longo prazo – quando dá certo e quando não dá certo. Quando dá certo, muita gente está envolvida; quando não dá certo, geralmente a culpa cai sobre a mãe.

Então, nós temos a saúde da gestante, a importância da amamentação, o aleitamento materno como uma estratégia central na prevenção de obesidade – a prática adequada de amamentação reduz em 24% o risco de sobrepeso e obesidade ao longo da vida. E o tempo que a gente precisa ter dedicado não é só para alimentar, mas para cuidar, para brincar, para conversar com aquele ser em formação, porque criança gosta de gente, criança gosta de gente ao redor, mas para isso a família precisa ter disponibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem, há mais de 40 anos, diversas políticas públicas que estão relacionadas à promoção da saúde da criança e da mulher. Aqui eu não vou falar materno-infantil, eu vou falar mulher e criança, mas como seres também que são indivisíveis. Vai desde o pré-natal, nascimento, atenção básica especializada, sem deixar de olhar para a escola; entretanto, dentro desse cenário da obesidade, a gente tem que reforçar e atualizar várias políticas públicas, assim como inserir novas.

Então, a mulher hoje não precisa só da licença-maternidade. A gente tem o subemprego; quando ela volta ao trabalho, ela tem que deixar os filhos para outras pessoas cuidarem; o pré-natal bem-feito; o local em que nasce; o direito à licença-paternidade; a Política Nacional de Atenção Integrada à Saúde da Criança; a Caderneta da Criança como algo extremamente potente da atenção básica de preenchimento e de promoção de saúde; e, mais recentemente, o ECA Digital, uma estratégia extremamente importante que visa proteger, inclusive, a criança dessa promoção excessiva a alimentos e brinquedos.

A gente não pode deixar de considerar que, dentro da construção de políticas públicas ou de ações individuais, nós mesmos, como pediatras, temos os chamados determinantes comerciais da saúde, que vêm dos determinantes sociais da saúde. E, dentro da promoção da saúde da criança, ligados diretamente à prevenção de obesidade e doenças crônicas não transmissíveis, a gente tem quatro grandes fatores para olhar.

É importante que a gente consolide as estratégias, fique de olho, porque hoje a gente tem muitas estratégias que desencorajam a amamentação – a gente tem a NBCAL desde 1981, protegendo e promovendo a amamentação, mas hoje a gente tem as mídias sociais, os influenciadores que falam contra isso. A gente tem hoje várias estratégias ainda promovendo o consumo de alimentos ultraprocessados para crianças, jovens, escolares e adolescentes. Esse é um cenário de que a gente não pode se isentar.

E não queria deixar de citar aqui que, especialmente para o adolescente, o uso de derivados de tabaco está renascendo por meio dos *vapes*, dos cigarros eletrônicos, e a ingestão de bebidas alcoólicas, com a propaganda se iniciando, por exemplo, nos... muito ligada, inclusive, às apostas em esportes, como o futebol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem que ficar muito atento a esse arcabouço, porque essas questões têm em comum prejudicar a saúde, estarem inseridas aos hábitos de vida das populações, induzindo à dependência e consumo habitual, e isso acontece ainda porque as políticas regulatórias não são completamente eficazes.

Para terminar, então, eu queria só trazer algumas mensagens. A obesidade não é uma escolha individual. Eu ouvi o depoimento agora há pouco. Não é uma escolha: ela é resultado de ambientes e sistemas que influenciaram e influenciam nossos comportamentos ao longo de vários ciclos de vida, somando fatores de risco, especialmente quando os sistemas são imaturos e adaptáveis ao ambiente.

Cuidar da criança... Como mulher, como pediatra, eu queria lembrar que a gente tem que, antes de tudo, cuidar de quem cuida, porque a criança não se cuida sozinha. A sobrecarga materna, frequentemente invisível, com dupla, tripla, quádrupla carga de trabalho, impacta diretamente a alimentação, o cuidado e a saúde da criança. Como é que uma mãe vai ter tempo para preparar alimento se ela trabalha 12 horas por dia, seis vezes por semana? Chega em casa e fica muito mais difícil, mesmo que ela goste de cozinhar, que ela consiga fazer isso.

Então, não há prevenção da obesidade infantil sem políticas públicas que fiquem atentas à equidade de gênero. E promover a saúde na infância e reduzir a obesidade, em curto e longo prazo, implicam: proteger, apoiar e valorizar esse cenário tanto da mulher, como dos diferentes ciclos de vida por que todos nós passamos; compartilhar o cuidado – a gente como Estado, como sociedade, tem essa responsabilidade junto à população –; e fortalecer políticas públicas, inovando, trazendo novas opções, como o que a gente está fazendo aqui, neste momento, que é um momento muito especial, do qual eu tenho muita satisfação de participar.

Esse quadro faz uma provocação – nesse meu último eslaide –, que é um quadro da Tarsila do Amaral e que se chama O Mamoeiro, em que a gente tem a natureza agindo, a natureza saudável, um rio limpinho. Cada um vê quadro do jeito que acha melhor, mas eu vejo uma mulher aqui, uma mãe grávida, uma menininha menor na frente, um garotinho maior atrás e, talvez porque eu tenha essa lembrança, uma avó aqui, esperando todo mundo provavelmente para tomar um café da tarde, enquanto as crianças brincam, enquanto elas conversam. Isto é algo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fica na memória para sempre: esse leitinho, ou esse bolo, ou esse biscoito preparado em casa, ali, esse a gente não esquece jamais, esse foi feito por pessoas.

Essa memória é algo que a Louise Glück, que venceu o Nobel de Literatura em 2020, diz: nós vemos o mundo uma única vez, e é na infância; o resto é memória. Como pediatra, eu acredito nisso e vejo isso todos os dias.

Muito obrigada aí pela oportunidade, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dra. Fabíola, não poderia ser diferente essa aula tão maravilhosa. Você colocou que, como somos pediatras, nossas aulas geralmente têm mensagens e também têm todo esse arsenal lúdico, vamos dizer assim.

E você explanou com muita clareza a questão da obesidade na faixa pediátrica no tempo de hoje, atualmente. Você foi bem enfática: "Eu vou falar aqui da questão da obesidade em tempos atuais", e é como você colocou aquele quadro que impacta muito quando a gente vê os adultos obesos e as crianças obesas, mostrando que as crianças obesas naturalmente vão evoluir para adultos obesos se não tiverem alguém cuidando ali – a família, o poder público, as políticas públicas. Senão, fatalmente, será um adulto obeso, com todas as complicações que a gente já conhece.

Dra. Fabíola, muito obrigada por você ter aceitado o nosso convite. Agradeço também à Renata Seixas que fez essa ponte entre mim e você – minha amiga Renata. Parabéns, mais uma vez. Outras oportunidades virão para eu te convidar, e espero que você tenha tempo na sua agenda para a gente poder estar lado a lado, avançando nessa pauta.

Sobre os ultraprocessados, Dra. Fabíola, eu queria colocar o seguinte. Eu fiz uma pesquisa, e cerca de 18% a 20% das calorias diárias dos brasileiros vêm de ultraprocessados. E isso, assim, é uma notícia não muito boa, vamos dizer assim, é uma notícia triste para nós, que somos médicos – e da classe médica, que somos pediatras –, ter essa realidade, não é? E isso tende a aumentar se a gente não intervier com políticas públicas, conscientizando as famílias, e se nós não tivermos um pediatra ao menos em cada quatro equipes de saúde da família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho um projeto de lei aqui, no Senado, para colocarmos pelo menos um pediatra em cada quatro equipes de saúde da família, porque as nossas crianças e adolescentes, Dra. Fabíola, senhores aqui presentes, senhoras, estão sendo atendidos pelos colegas que fazem a parte de generalista. Óbvio que esses colegas estão aptos a atender, mas as crianças e adolescentes têm que ter especialistas, como o idoso tem o geriatra, como os pacientes cardíacos têm o cardiologista, e assim por diante.

Então, as nossas crianças e adolescentes têm que ter o pediatra na equipe da saúde da família. Esse projeto de lei já passou pela CAE, que é a Comissão de Assuntos Econômicos – o que já foi um grande avanço – e agora está aqui na CAS, na Comissão de Assuntos Sociais. E, se Deus quiser, irá passar, para a gente ter mais um projeto de lei aprovado e sancionado pelo Presidente da República, para que as nossas crianças e adolescentes, e as famílias das crianças e dos adolescentes, tenham essa oportunidade muito importante.

E quero, mais uma vez, agradecer a todos.

Também eu quero agradecer à Pâmela, do Rio Grande do Norte, à Emilinha, de São Paulo, à Érica, do Rio de Janeiro, a Maurício, do Rio Grande do Sul, à Valéria, de Minas Gerais, e a Paulo, do Mato Grosso, que entraram em contato conosco aqui, na CAS, nesta audiência pública, através do e-Cidadania. Quero dizer a vocês que todas as perguntas que vocês fizeram nós iremos mandar para todos vocês que fizeram essas explanações e considerações em relação ao tema, vocês irão nos responder e nós enviaremos para o *e-mail* dessas pessoas. Então, todos vocês, Pâmela, Emilinha, Érica, Maurício e todos que participaram do e-Cidadania, vocês receberão as respostas das perguntas respectivamente.

Quero mais uma vez agradecer a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Muito grata!

(*Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER. DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Dra. Eudócia, reúne-se a Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer com a presença dos Senadores Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo, Eliziane Gama, Marcos Rogério e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli e Paulo Paim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer. n° 1, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o neuroblastoma no Brasil: urgência no acesso ao tratamento pelo SUS para salvar vidas na primeira infância." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer. n° 2, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2026 - CASCANCER seja incluída a convidada que especifica." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Adiado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 1/2026 - CASCANCER, de autoria Senadora Dra. Eudócia (PL/AL), e REQ 2/2026 - CASCANCER, de autoria Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Finalidade:** Debater sobre o neuroblastoma no Brasil: urgência no acesso ao tratamento pelo SUS para salvar vidas na primeira infância. **Participantes:** Patricia Shimoda Ikeuti, Representante da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica - SOBOPE; Nathalia da Silva Halley Neves, Coordenadora do Grupo Brasileiro de Tratamento para Neuroblastoma da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica - SOBOPE; Teresa Cristina Cardoso Fonseca, Presidente da Confederação Nacional de Instituições de Apoio e Assistência à Criança com Câncer - CONIACC; Laira dos Santos Inácio, Presidente do Instituto ANAJU; Suyanne Camille Caldeira Monteiro, Coordenadora da Política de Prevenção e Controle do Câncer do Ministério da Saúde; e Iriana Custódia Koch, Vice-Diretora Administrativa da AMUCC - Amor e União Contra o Câncer. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia
Presidente da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/26

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos aqui presentes e aos colegas Senadores e colegas Senadoras que estão remotamente.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião divide-se em duas partes: a primeira parte destina-se à deliberação de requerimentos apresentados à Subcomissão; a segunda parte atende aos Requerimentos nºs 1 e 2, de 2026, da CASCANCER, de minha autoria, para a realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre o neuroblastoma no Brasil: urgência no acesso ao tratamento pelo SUS para salvar vidas na primeira infância.

Como o quórum para deliberação ainda não foi atingido, vamos iniciar a reunião pela segunda parte.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e Portal e-Cidadania, por meio do endereço www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Quero aqui cumprimentar...

Quero fazer antes algumas observações: a reunião será interativa, como eu já falei, e também nós temos aqui dois requerimentos da minha autoria, Requerimentos nºs 1 e 2, de 2026, da Subcomissão CASCANCER.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar aqui os convidados para esta audiência pública de grande relevância.

Quero cumprimentar a Dra. Patricia Shimoda Ikeuti, que está aqui presencialmente, que é representante da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica (Sobope).

Por gentileza, pode vir, Doutora, fazer parte aqui da mesa, compor a mesa.

Meus cumprimentos. Seja muito bem-vinda! Obrigada por aceitar o convite.

Quero também cumprimentar a Dra. Nathalia da Silva Halley Neves, Coordenadora do grupo brasileiro de tratamento para neuroblastoma da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica (Sobope), que está por videoconferência.

Seja muito bem-vinda a este debate, a esta audiência pública, Dra. Nathalia, que é uma audiência de grande relevância! Quero agradecer a você e a todos aqui que estão presencialmente e também por videoconferência, que aceitaram o nosso convite. Nós nos sentimos muito honrados por vocês terem aceitado e estarem aqui participando.

Quero cumprimentar também a Dra. Teresa Cristina Cardoso Fonseca, que é Presidente da Confederação Nacional de Instituições de Apoio e Assistência à Criança com Câncer (Coniacc), que está por videoconferência também.

Quero aqui cumprimentar a Dra. Teresa.

Muito grata, Dra. Teresa, por você estar aqui conosco, numa manhã de quinta-feira, debatendo o tema de tanta importância para as nossas crianças aqui de todo o nosso Brasil, dos nossos estados e do Distrito Federal.

Quero cumprimentar também a Maria Angela Marini Vieira Ferreira – que já se apresentou aqui; tive o maior prazer em conhecê-la pessoalmente.

A Maria Angela é Diretora de Relacionamentos e Parcerias da Confederação Nacional de Instituições de Apoio e Assistência à Criança com Câncer (Coniacc).

Seja muito bem-vinda, Dra. Maria Angela.

Apesar de você não palestrar, a sua participação está sendo de alta relevância aqui conosco. Então, você tem o mesmo peso, mesmo sem você fazer alguma apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero lhe agradecer por você estar aqui conosco nessa luta, porque, juntos e juntas, somos mais fortes para lutar contra o câncer.

Quero cumprimentar a Dra. Laira dos Santos Inácio, que é Presidente do Instituto AnaJu, que está aqui presente.

Dra. Laira, por gentileza, faça parte aqui da mesa, venha compor a mesa.

Dra. Laira, obrigada por ter aceitado o nosso convite. É muito honroso para mim, como Presidente da CASCANCER, que é uma Subcomissão da CAS (Comissão de Assuntos Sociais), da qual sou Vice-Presidente.

Quero também cumprimentar, agradecendo-lhe por ter aceito o convite, a Dra. Suyanne Camille Caldeira Monteiro, que é Coordenadora da Política de Prevenção e Controle do Câncer do Ministério da Saúde, que está por videoconferência.

Dra. Suyanne, muito grata pela sua presença aqui conosco, mesmo que remotamente. É motivo de muita alegria saber que o Ministério da Saúde está participando deste momento tão importante para nossas crianças.

Quero também cumprimentar a Dra. Iriana Custódia Koch, que é Vice-Diretora Administrativa da Amucc, que é uma associação chamada Amor e União contra o Câncer – que nome lindo, não é, Dra. Iriana?

Eu quero que, por gentileza, você venha compor a mesa, Dra. Iriana, porque, no final, você vai nos dar a alegria de ouvir um pouco do que você tem para nos dizer, da sua experiência.

Por gentileza, pode vir compor a mesa.

Eu quero começar aqui a nossa audiência... (*Pausa.*)

Quero dar continuidade à audiência pública fazendo algumas considerações.

Cada palestrante terá dez minutos, porque isso otimiza o nosso tempo, e a gente tem mais tempo de debater. Então, eu peço às senhoras...

Que bom! Olhem, um time de mulheres, só tem mulher aqui! Nossa, que maravilha! Isso é muito bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço às senhoras que, por gentileza, cada uma faça a sua colocação, a sua palestra, as suas considerações, durante dez minutos, para que a gente torne mais interativa a nossa audiência pública.

Eu vou começar convidando a Dra. Teresa Cristina Cardoso Fonseca.

Dra. Teresa, você tem dez minutos para sua palestra. E, mais uma vez, grata pela sua participação.

A SRA. TERESA CRISTINA CARDOSO FONSECA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas, esse time de mulheres fortes que batalha muito pela saúde da população brasileira, especificamente das crianças brasileiras.

Aqui eu queria parabenizar a Dra. Eudócia por estar aqui, convidando a gente, neste momento, para debater um assunto tão importante para a população brasileira, especificamente para as crianças brasileiras.

Como eu tenho dez minutos, eu vou me apresentando agora e eu vou compartilhar a minha apresentação. (*Pausa.*)

Vocês estão conseguindo visualizar? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim, estamos sim, Dra. Teresa.

A SRA. TERESA CRISTINA CARDOSO FONSECA (*Por videoconferência*.) – Tá.

Então, como eu já falei anteriormente, meu nome é Teresa Cristina Cardoso Fonseca. Eu sou Presidente da Confederação Nacional de Instituições de Apoio e Assistência à Criança e ao Adolescente com Câncer aqui do Brasil, chamada Coniacc, e estou com muito orgulho de estar participando deste evento hoje, que aborda uma temática de extrema importância para criança e adolescente com câncer do Brasil.

Eu poderia agora começar falando sobre as taxas de cura, quando a gente tem o uso da medicação dinutuximab e quando a gente não tem o uso da medicação dinutuximab, em que a gente vê uma diferença estatisticamente significativa da sobrevida dessas crianças, mas, representando a Confederação Nacional de Instituições de Apoio e Assistência à Criança e ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adolescente com Câncer, eu vou, neste momento, falar sobre história de pessoas, e essa história que eu vou contar é uma história real.

Obviamente, as fotos não são do paciente, são fotos tiradas da internet, e o nome eu troquei, para não identificar a família.

Na verdade, João, de três anos de idade, começou com uma irritabilidade e um aumento de volume abdominal importante. Nesse momento, começou a ter o que eu chamo de exoftalmia – o olho aumentou –, e apareceu uma mancha roxa.

João mora numa cidade pequena do interior da Bahia. Os pais, muito dedicados, levaram-no logo para o hospital, e ele foi internado.

Foi visto que ele tinha uma tumoração abdominal muito importante na região suprarrenal, mas que ele também já tinha uma doença disseminada com lesões ósseas difusas e a medula óssea infiltrada, que é a nossa fábrica de sangue.

João começou logo o tratamento, houve uma melhora muito rápida. Ele ficou ativo, brincando...

A família nunca atrasou a quimioterapia, fez a cirurgia no momento correto, entrou em remissão total da doença, foi para transplante de medula óssea, e, nesse momento, foi colocado para a família que a possibilidade de usar uma outra medicação poderia melhorar as taxas de cura do seu filho.

Essa criança ficou, o tempo todo, dentro de uma casa de apoio, na cidade de Itabuna, com sua família, e sensibilizou a todos: voluntários, a comunidade, todo mundo seguiu em um projeto de conseguir dinheiro para que João tivesse acesso a essa nova medicação, mas, infelizmente, antes de fazer o uso da medicação, após três meses, a criança apareceu com uma tumoração no crânio – na cabeça –, e foi constatado que a doença tinha voltado.

Duas semanas após esse quadro, a criança faleceu.

Quando a gente fala essa história, essa é uma história que todos nós, que participamos – e vimos alguns representantes aqui da sociedade civil organizada, dos profissionais da área de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde, dos familiares –, vemos e com que convivemos. E é uma história muito difícil de a gente tratar.

É óbvio que, quando a gente fala do tratamento do câncer... E aqui, do lado esquerdo, vocês podem olhar os locais onde tem tratamento de câncer – especificamente, azuis e vermelhos, os hospitais habilitados para isso –; nós temos, do lado direito, as instituições de apoio que dão apoio a essas famílias. Então, praticamente em todos os lugares onde você tem um tratamento de câncer, você tem uma instituição de apoio que apoia essa família.

Então, essa rede, criada pela sociedade civil organizada, mudou a história do câncer infantojuvenil no Brasil e obviamente ela está diretamente ligada a tudo que possa melhorar as taxas de cura e a qualidade de vida tanto das crianças e adolescentes com câncer como das suas famílias.

Então, essas instituições se organizaram, e é o que nós chamamos de confederação nacional, chamada Coniacc.

A gente entende, como sociedade civil, que, quando a gente fala de uma medicação, principalmente de uma medicação de alto custo, a gente se pergunta: "Será que o país tem condição de ofertar essa medicação para a população brasileira?". Quando a gente fala em custo, é óbvio que a gente, na nossa casa, sempre estuda: é possível, não é possível? Mas o fato é que o câncer infantojuvenil é uma doença rara, ele corresponde em torno de 3% ao câncer do adulto. E o neuroblastoma é um câncer raro – infantil e raro –, um número menor ainda. Então, você tem uma taxa de incidência de 8,8 por 1 milhão de crianças, é uma doença que acomete um número muito pequeno de crianças. E, quando a gente especifica, principalmente, aquelas de alto risco, isso vai dar, pelos dados do Instituto Nacional de Câncer, em torno de 340 casos novos por ano.

Então, além de ser um número muito pequeno, o neuroblastoma é uma doença que atinge crianças muito pequenas. Então, como o tamanho é pequeno, como a superfície corpórea é pequena, com peso pequeno, ela vai usar, pelos cálculos, pelo peso e pela superfície corpórea, uma quantidade menor, quando comparada com o adulto.

Mas eu estou aqui também para falar do outro lado do custo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que custo é esse, quando a gente fala de saúde? Nós não estamos falando de um banco, nós não estamos falando de um supermercado; nós estamos falando de saúde das pessoas brasileiras, da população brasileira, a qual o governo brasileiro tem obrigação de cuidar, e a sociedade brasileira quer que isso ocorra.

E, quando a gente fala desse custo, que tem que estar associado ao custo do valor do medicamento, qual foi o custo financeiro para aquela cidade pequena do interior da Bahia, onde aqueles pais fecharam o seu negócio, para poderem cuidar do filho, e, quando terminou, com a morte do filho, eles não conseguiram voltar a trabalhar num período de tempo? Qual foi o custo psicológico para aquele irmão? Porque, quando os pais vieram para tratar desse filho que estava doente, o outro ficou com a avó e se viu rapidamente sem sua família, sem seu pai, sem sua mãe, sem seu irmão. E, apesar de tudo isso, ele viu seu irmão falecer e viu seus pais entrarem em depressão. Qual é o custo disso para a nação brasileira? Se você está falando de uma criança de três anos, que deveria viver mais 70 anos, e essa trajetória foi interrompida pelo câncer, o que a gente está falando que o Brasil deixou de ganhar? O que poderia ser essa criança no futuro? Que profissional ele poderia ser? Ele poderia até ser um Senador; ele poderia ser um médico, como eu; ele poderia até ser um Presidente da República, mas essa história foi interrompida pelo câncer. Qual foi o custo social que isso trouxe? Uma família fragilizada, que não consegue retomar a vida de uma maneira... quando vê a morte do seu filho.

E eu vou falar agora do meu custo. Esse é um caso real, e eu entrei em *burnout* depois disso. Vocês podem falar: "Como que uma oncologista pediátrica não se familiariza com a morte?". A questão não é se familiarizar com a morte. A questão é saber que essa criança morreu podendo ter sido salva se tivesse a oportunidade de usar o medicamento. Eu tenho certeza absoluta de que ele ia curar? Obviamente que não; mas, para mim, para os voluntários, para a família e para toda a sociedade civil organizada, ficou a sensação de que poderíamos ter feito algo a mais por essa criança, e não fizemos.

Então, finalizando, aqui, neste momento, Senadora, a gente não está falando só do custo; nós estamos falando de um investimento para a nação brasileira, um investimento na saúde dessa família, um investimento na "producência" dessa família, e de uma criança cuja vida foi interrompida. E a gente perde a oportunidade de ter, no futuro do Brasil, um jovem que poderia estar contribuindo com a nossa nação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, neste momento, eu queria agradecer – deixo aqui meu *e-mail* – pela possibilidade de estar contando essa história que faz parte da história de várias crianças e várias famílias do Brasil.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dra. Teresa Cristina, parabéns pela sua brilhante explanação.

Confesso a você que eu fiquei muito impactada e estou muito emocionada, segurando até um pouco aqui as lágrimas, porque eu também sou pediatra – na pediatria, eu fiz gastroenterologia infantil –, mas aqui no Senado levantei a bandeira da saúde e, dentro da saúde, especialmente e prioritariamente, a causa das doenças oncológicas. E, como pediatra que sou, é triste escutar esse relato, escutar o caso dessa criança com três aninhos ter desenvolvido neuroblastoma e, como você colocou muito bem aqui, os impactos que aconteceram na família dessa criança e, por tabela, na sociedade, porque uma criança que, como você bem colocou... Até anotei tudo o que você colocou, de tão importantes os dados e as suas colocações, que foram muito pertinentes.

Então, teve um custo social altíssimo, em que a família ficou superfragilizada, porque, acontecendo isso com uma criança de três anos, é como se todos morressem juntos. O irmãozinho foi morar com a avó, então ficou longe dos pais e do outro irmãozinho, depois vindo a perder o irmãozinho. Eles perderam o seu negócio – salvo engano, era um supermercado que os pais tinham e o perderam. Então, na verdade, a falta dessa droga ou dessas drogas, Dra. Teresa, que ele precisaria... E a comunidade juntou as mãos e lutou para comprar essa medicação, só que a doença oncológica, o câncer é tempo-dependente – ele é tempo-dependente. Um dia para um paciente oncológico, vou colocar assim, é um ano, porque, enquanto nós, que, graças a Deus, não temos esse diagnóstico, tudo bem ser para a semana, para o mês, daqui a seis meses, tudo bem, mas tem muitas doenças crônicas... E a gente sabe que todas as doenças crônicas têm que ser tratadas, aliás, todas as doenças no momento correto e sem falhas, mas especialmente o câncer, pois é totalmente tempo-dependente. Então, enquanto a gente está esperando 24 horas, o tumor está ali fazendo suas mutações, dividindo as células e aumentando. Olha bem, a criança voltou à doença – essa criança que você colocou, Dra. Teresa, voltou à doença –: no caso, no osso, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crânio; não no cérebro, não no encéfalo, mas, sim, no crânio, na calota craniana. E, logo depois, ele foi a óbito – com 15 dias. Então, ele veio em um quadro, assim, bem avassalador. Então, isso se viu, Dra. Teresa.

Gostei muito da sua apresentação, porque você falou de um caso, e esse caso falou sobre tudo. Então, achei muito, muito pertinente e queria até fazer uma consideração.

Eu não sei qual era a droga que você queria que, na oportunidade, Dra. Teresa, ele recebesse, mas ele usou a quimioterapia, e eu sei o quanto fazem a diferença as imunoterapias, certo? E nós temos duas imunoterapias que são muito importantes nesse tratamento, principalmente no neuroblastoma com doença metastática: naxitamabe e também o Qarziba, que é o betadinutuximabe. Então, creio eu que de uma dessas drogas ou ambas as drogas – porque, às vezes, vocês que são oncologistas somam duas drogas para ter um efeito melhor – estava precisando essa criança, e ela não teve.

A SRA. TERESA CRISTINA CARDOSO FONSECA (*Por videoconferência*.) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Estamos aqui muito oportunamente com a Dra. Iriana... Não, desculpa. Estamos aqui com a Dra. Suyanne Camille, do Ministério da Saúde. Como nós temos aqui um membro do Ministério da Saúde, vemos o quão importante é a participação do Ministério da Saúde nessas audiências públicas. Então, no caso dessa criança, se estivesse disponível pelo SUS, essa criança estaria viva com toda a sua história. E, como você colocou, a vida média do brasileiro hoje é de 70 a 73 anos, podendo chegar até os 80. E aí o que acontece? Ela teria produzido para o Brasil, teria produzido para a sua cidade da Bahia, tinha avançado. Gente, ela teria tido o direito de escolher viver. Todos nós temos o direito de escolher viver.

Por que uma criança nascida de uma família que pode pagar os custos de um tratamento, ou particular ou na rede suplementar, pode sobreviver, e uma criança que vem de uma família humilde, que depende totalmente e exclusivamente do SUS, está fadada à morte? A gente não pode aceitar isso. A gente não pode cruzar os braços, aceitar e dizer: "Não, mas é assim mesmo, quem tem pode sobreviver, quem não tem, infelizmente, tem que morrer". Não. Não é sobre isso. Não é "infelizmente tem que morrer". Não. O SUS fala de universalidade, equidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é para isso que nós estamos aqui, Dra. Teresa e todos que estão participando, para que todos, 100% dos brasileiros e brasileiras, tenham o direito a viver, e não ter o diagnóstico de câncer e dizer: "Não, já sei que vou morrer porque não vou ter acesso às terapias de ponta". De jeito nenhum. Isso tem que acabar, não aceitamos isso, nem eu, enquanto Senadora e como pediatra, nem vocês, sendo presidentes de associações, de ONGs, na batalha contra o câncer.

Então, Dra. Teresa, confesso a você que fiquei muito impactada. Já ouvi muitos casos, mas esse caso me impactou demais. E sabemos que, realmente, o neuroblastoma é uma doença rara, mas que ela existe. Três por cento, como você colocou... A estimativa é que o neuroblastoma que acontece nas nossas crianças seja 3% do câncer de adulto, mas 3% é muito. Se fosse uma criança por ano, seria muito. E você colocou: 340 novos casos ao ano. Então, eu quero deixar aqui minhas considerações.

Parabéns mais uma vez, Dra. Teresa. Quero ter a oportunidade de conhecê-la pessoalmente. Vou fazer outro convite a você, para você poder vir à Brasília e a gente poder fazer uma reunião, eu, você e sua equipe de trabalho, e a gente poder avançar.

Muito grata.

Eu agora vou passar a palavra, para participar da nossa fala, à Dra. Patricia Shimoda Ikeuti, que é representante da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica (Sobope).

É com você a fala, Dra. Patricia. Você tem dez minutos para falar – mais uma vez digo –, para a gente ter tempo de fazer considerações e debater um pouco mais. Grata pela sua participação.

A SRA. PATRICIA SHIMODA IKEUTI (Para expor.) – Obrigada. Bom dia. Eu queria agradecer o convite.

Eu optei por dar só uma visão geral do neuroblastoma para os leigos. O neuroblastoma, como já foi dito, é um tumor na criança, mas ele é o segundo tumor... o primeiro tumor mais frequente na criança, tirando os tumores sólidos intracranianos. Ele, normalmente, tem uma incidência de 8% a 10% entre os cânceres infantis e acomete, principalmente, as crianças pequenas – 90% dos casos são naqueles menores de cinco anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que é o neuroblastoma? Quando a gente está em desenvolvimento, a gente tem os neuroblastos, que são as nossas células nervosas jovens, e, como toda célula jovem, ela vai amadurecendo até ficar uma célula madura. No neuroblastoma, existe alguma alteração – alguma alteração genética –, e a nossa maturação para na célula jovem e essa célula jovem começa a se multiplicar de um jeito descontrolado, por isso que ela acomete as crianças pequenas, que estão em desenvolvimento.

Os sinais – o quadro clínico – são muitas vezes inespecíficos, por isso que, às vezes, demora para ter o diagnóstico, porque até você ter um médico que tem essa suspeição, às vezes, tem uma saga dessa família, que é uma saga de muito sofrimento.

O foco aqui é o neuroblastoma de alto risco, mas a gente não pode esquecer que a gente pode dividir o neuroblastoma em três estadiamentos: a gente tem um baixo risco, em que a gente só faz a ressecção do tumor; a gente tem um risco intermediário, em que a gente faz a quimioterapia e a cirurgia; e o nosso foco, que é o alto risco.

Qual é a jornada do paciente quando ele tem um diagnóstico de alto risco? É claro que tem essa história clínica – às vezes, demora até ele chegar a um centro especializado –; aí é preciso, é muito importante a gente ter as ferramentas para fazer um diagnóstico. E no diagnóstico, tanto a gente também consegue saber se esse tumor deu raiz para algum lugar como se ele tem algum fator de risco, algum fator de risco molecular. Então, a gente precisa de exames de imagem, a gente precisa de exames de medicina nuclear, nós precisamos de biologia molecular – são praticamente os principais, o pilar do diagnóstico do neuroblastoma. A partir daí, eu começo a quimioterapia para o meu paciente.

Uma quimioterapia, como a gente sabe, não é isenta de riscos. É um sofrimento tanto para a criança como para a família. Às vezes, demora cinco, seis meses o tratamento para a gente conseguir uma remissão, para a gente partir... Nesses casos do alto risco, a gente precisa de terapias de consolidação, entre elas, o transplante de medula óssea autólogo: dele para ele mesmo. Então, eu faço a quimioterapia, eu preciso fazer um controle local do tumor primário.

Normalmente, onde a gente vai ter os principais sítios de origem do neuroblastoma? Onde a gente tem o sistema nervoso simpático, normalmente, em cima dos rins, porque a gente tem a adrenal, ao lado da coluna e no abdômen, na barriga. Então, a gente precisa de quimioterapia, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer a cirurgia, e, aí sim, eu preciso também coletar as células que eu vou infundir no meu paciente no transplante. Aí tem o transplante, que também não é fácil. São, no mínimo, 30 dias internado, com todo o sofrimento, mais uma vez, da criança e da família.

Depois do transplante acabou? Não, não acabou. Eu tenho, muitas vezes, que fazer uma radioterapia no meu paciente onde era a origem do tumor, e aí a gente passa para um dos focos da reunião, que é a imunoterapia. A imunoterapia normalmente deve ser iniciada em, no máximo, 60 dias pós-transplante para a gente aumentar a chance de sobrevida desse paciente.

O Qarziba, o dinutuximabe, já vem sendo usado fora do Brasil há muito tempo como manutenção. Em 2021, se eu não me engano, a Anvisa aprovou o uso, e a Conitec aprovou o uso em fevereiro do ano passado.

Com a aprovação, surgiu agora – acho que a Suyanne vai falar – o PCDT. É um projeto de homogenização do tratamento do neuroblastoma, porque, como o Brasil é muito grande, como foi visto na epidemiologia que foi feita, é tudo meio que concentrado na Região Sudeste, um pouco do... Então, a gente não consegue hoje ter um tratamento uniforme no Brasil, bem como a gente não tem todo mundo tendo os exames diagnósticos que precisa ter. Às vezes, a gente vai em lugares em que a gente não tem tudo, por isso que acaba se concentrando no Sudeste e Sul, e o PCDT é mais para a gente uniformizar essa linha de cuidado, desde o diagnóstico até o tratamento. Por isso que ainda você vê muitos lugares... Cada lugar tem um protocolo que é feito. Então, com o PCDT, o objetivo é a gente dar a todo paciente com neuroblastoma as mesmas condições de diagnóstico e de tratamento e chegar à aquisição da imunoterapia.

Eu acho que: a gente precisa falar da imunoterapia? Precisa, porque tem mais de um ano que ela foi aprovada pela Conitec, só que a gente não pode esquecer que a gente precisa garantir um diagnóstico para esse paciente. A gente precisa que esse paciente chegue logo a um centro perto da sua casa, que aquele paciente que tem um diagnóstico no Norte não tenha que vir até Brasília, ou muitas vezes até o Sudeste, para fazer um diagnóstico. Não, eu preciso que esse diagnóstico seja uniforme onde quer que esteja esse paciente.

Então, é ter um diagnóstico muito bem-feito, um tratamento com as melhores drogas que a gente pode dar para aquele paciente no nosso contexto e, aí sim, chegar a um transplante e pensar na imunoterapia. A imunoterapia precisa ser usada? Sim, mas ele precisa chegar até a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imunoterapia. Tem muitos pacientes que têm indicação de usar a imunoterapia no final dessa jornada, só que eles não conseguem porque, às vezes, em algum momento do processo, ou ele não consegue fazer ou ele tem que ir por vias alternativas.

Então, a Sobope está junto com isso, junto com o PCDT, tem uma luta – todos os oncologistas pediátricos sabem disso. Eu trabalho num hospital público em Brasília que, graças a Deus, me dá todas as ferramentas para fazer tanto um diagnóstico como um tratamento, um transplante, até chegar na imunoterapia.

A imunoterapia hoje em dia é feita, aprovada, tudo por processo jurídico, e o processo jurídico, infelizmente, é muito moroso. Então, às vezes, eu tenho que entrar com um processo ao diagnóstico para eu ter um parecer favorável, às vezes, depois de um ano. Eu calculo, mais ou menos, quanto tempo esse paciente vai ter até chegar no transplante. Eu sei que, quanto antes eu entrar com o processo, mais rápido ele vai ser aprovado – mesmo a Conitec tendo aprovado.

O neuroblastoma é um câncer raro, mas não é raro para quem o tem na família. Então, a gente precisa começar a olhar para ele com outros olhos. Infelizmente, foi com uma tragédia – e a senhora sabe – que o neuroblastoma veio ao cenário brasileiro, mas acho que agora, que...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PATRICIA SHIMODA IKEUTI – ... ele está no cenário, a gente precisa olhar para ele com todo o cuidado.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns pelas suas brilhantes palavras, Dra. Patricia Shimoda. Parabéns!

Nossa, nesta audiência pública, eu estou emocionada o tempo todo, porque, olha, nós nos impactamos demais com o paciente. Óbvio, são pacientes; pode ser criança, adulto, idoso, não importa! Em nós, médicos, e especialmente em vocês, oncologistas, o impacto é muito grande, mas imaginem: maior ainda esse impacto é nas crianças, como você colocou, porque são pessoas... Nas nossas crianças, principalmente o neuroblastoma acontece, na maioria das vezes, antes de cinco anos de idade, e, numa boa parte dos casos, o diagnóstico já é um pouco tardio, já são tumores de alto risco. E, como a Dra. Patricia falou, o diagnóstico, às vezes, atrasa e, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chega, às vezes, os colegas que estão nas UBS, em sua maioria, são generalistas, não são pediatras.

Inclusive, falando nisso, eu sou autora de um projeto de lei em que eu coloco ao menos um pediatra para cada quatro equipes de saúde da família. Ele está tramitando na Casa. No momento, ele foi colocado agora para a relatoria, e estou aguardando esse parecer.

O fato é que a presença do pediatra na ponta... Porque por onde essas crianças entram? Pelas UBS. E aí, se tivermos um pediatra que já tenha um olhar aguçado para esses casos mais graves e já direcione para o colega oncologista, a gente já andou meio caminho, metade do caminho.

Eu queria só fazer uma consideração, Dra. Patricia: quando você colocou que a Conitec já aprovou a droga Qarziba. O.k.? Tem mais de um ano.

A SRA. PATRICIA SHIMODA IKEUTI – Tem mais de um ano.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Aí, a minha pergunta é: nós temos que lutar e, aqui, nós estamos... Mais uma vez, eu repito: que bom que nós estamos com a Dra. Suyanne, para que essa aprovação... Ah, foi aprovada, há mais de um ano, o.k. Mas, para que essa droga chegue à ponta...

A SRA. PATRICIA SHIMODA IKEUTI – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – E você falou, bem colocado, Dra. Patricia, que, até chegar à imunoterapia, dependendo de cada caso, existe todo um processo. Então, óbvio, nós temos que trabalhar, primeiro, no diagnóstico precoce e também, os nossos colegas dando o diagnóstico precoce, para termos os exames complementares a contento. Então, é todo um processo. Doença oncológica é um caso à parte, então nós temos que trabalhar sobre isso.

A questão é: a Conitec – uma vez que ela já aprovou, ela já fez o papel dela – já aprovou, mas que o Ministério da Saúde possa fazer com que isso chegue às nossas crianças.

Tem a palavra, para debater, Dra. Patricia. Você quer falar?

A SRA. PATRICIA SHIMODA IKEUTI – Não, é isso mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foi aprovado em fevereiro de 2025. Tinha um prazo de 180 dias para isso chegar na prática, mas nesse meio-tempo – acho que a Suyanne vai poder explicar melhor – surgiu esse PCDT, que é muito importante, porque não adianta a gente só dar imunoterapia e não assegurar o resto.

Eu acho que é preciso a gente assegurar que isso seja feito para todas as nossas crianças, mas a gente precisa otimizar, eu acho, esse processo, porque já vai fazer um ano. Em agosto deu seis meses da aprovação, e a gente precisa otimizar, para que esse PCDT saia do papel e vá para a prática, porque o processo judicial está muito moroso. As crianças estão morrendo com essa demora, sim.

É claro que eu não posso esquecer que tem muita coisa antes da imunoterapia para acontecer, que pode interferir nisso tudo, mas foi um grande avanço ter sido aprovado pela Conitec. Mas a gente não pode só parar por aí; a gente precisa botar em prática.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Exatamente, Dra. Patricia.

Bem pertinentes as suas considerações, porque é sobre isso. Está no papel, muito bem, mas a gente precisa que isso aconteça de verdade.

E quero aqui também, aproveitando a sua fala, quando você falou do PCDT (Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas), que é um documento oficial do Ministério da Saúde, parabenizar o Ministério da Saúde, pela iniciativa de ter criado o PCDT, que estabelece critérios técnicos para diagnóstico e tratamento.

Mas é como você disse, Dra. Patricia, no caso, o Ministério da Saúde, especificamente, tem que colocar isso em prática de verdade. E a questão de a Conitec ter aprovado é muito importante – essa aprovação –, mas 180 dias para um diagnóstico de câncer, para que seja liberada a droga, é muito tempo. A gente não pode esperar.

A Conitec já autorizou. Se autorizou, é para acontecer; e não ter que voltar para a Conitec aquele caso específico, para ela autorizar, para a criança receber. Isso não pode acontecer. E é por isso que estamos aqui. Vamos lutar com nossas forças, com a lei, com todos os nossos... Está me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faltando agora a palavra, mas com tudo que a gente tem de direito, dando as mãos, mas que a gente possa fazer acontecer tudo isso que está no papel.

E eu quero lhe dizer outra coisa, Dra. Patricia: que as nossas crianças... Como você falou, nós precisamos de mais centros especializados, por exemplo, no Norte e no Nordeste, em que isso é muito carente, certo? A maioria dos pacientes e das famílias têm que se direcionar a outros estados – Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

É por isso que eu criei um projeto de lei para que as famílias tenham...

Nesse projeto de lei eu coloquei, dentro do TFD, algumas condições melhores para esses pacientes, que foi a questão de ter transporte interestadual de graça, também ter direito à passagem aérea com 80% de desconto tanto para o pai e a mãe, como para o paciente, tanto para o paciente como para o acompanhante, independente da idade.

Isso vai ajudar muito, esse tratamento fora de domicílio.

Eu tive a oportunidade de conhecer o Dr. Luiz lá no Hospital de Amor de Barretos, e ele falou para mim da dificuldade – exatamente o que você falou, Dra. Patricia – de conseguir o diagnóstico em tempo recorde e também de conseguir a terapia em tempo recorde. E ele me falou que, infelizmente, muitas crianças vão a óbito por conta disso, mas vamos continuar lutando para que essa realidade seja transformada.

Quero agradecer sua participação mais uma vez, Dra. Patricia.

E agora eu convido a Dra. Nathalia da Silva Halley Neves, que é Coordenadora do Grupo Brasileiro de Tratamento para Neuroblastoma da Sobope.

Seja bem-vinda, Dra. Nathalia. Estamos aqui para ouvir o que você tem a nos dizer para abrilhantar este debate.

Você tem dez minutos, nossa querida Dra. Nathalia.

A SRA. NATHALIA DA SILVA HALLEY NEVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Agradeço o convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que é extremamente importante essa discussão que a gente traz, com pessoas que estão no dia a dia com esses pacientes, que se deparam com esses problemas sobre os quais a gente está conversando.

A gente sabe que o neuroblastoma é a neoplasia sólida extracramiana mais comum que a gente tem na infância e, nos casos de alto risco, apresenta uma mortalidade muito significativa. Então, por isso, tem um impacto muito grande na nossa sociedade.

No Brasil, a gente enfrenta o desafio adicional não só da gravidade da doença, mas um desafio relacionado ao diagnóstico tardio e ao acesso desigual de tudo que a gente estava falando, que a Dra. Patricia falou, das terapias modernas que a gente tem.

A gente sabe que, nestas últimas décadas, teve um avanço muito significativo no tratamento de neuroblastoma, e isso mudou muito o paradigma desses pacientes de alto risco, porque a gente aumentou expressivamente a sobrevida, quando a gente colocou a imunoterapia no final da jornada desse paciente. Então, talvez o tratamento do neuroblastoma seja o tratamento mais multimodal que existe dentro da oncologia. O paciente passa pelo diagnóstico, passa pela quimioterapia, depois ele passa pela cirurgia, passa pela radioterapia, pelo transplante e pela imunoterapia.

Então, é uma jornada extremamente complexa, extremamente custosa, e a gente precisa de centros que possam receber esses doentes para fazer toda essa jornada e chegar ao final.

Mas a gente sabe da realidade muito heterogênea que a gente tem no nosso país. Então, normalmente, os diagnósticos são muito tardios, e são tardios pelas dificuldades de acesso aos exames que a gente tem.

Então, isso que a Patricia comentou é muito importante. Eu acho que é extremamente importante a gente conversar da jornada final do doente, mas, e para ele percorrer esse caminho? Como está sendo o acesso para ele poder fazer a estratificação adequada?

Quando a gente não faz uma estratificação de risco adequada para esse paciente, a gente não consegue definir qual é a melhor terapia e, às vezes, a gente usa até uma terapia inadequada, porque ele foi estratificado errado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que é muito importante a gente garantir o acesso aos exames que esses pacientes precisam fazer: exames de imagem, exames de quantificação molecular, como, por exemplo, o N-Myc, que é extremamente importante para a gente fazer o diagnóstico desses pacientes...

Então, não só a jornada terapêutica, mas a jornada de diagnóstico é essencial para a gente poder fazer o tratamento adequado desses pacientes de alto risco.

Quando a gente tira as chances do paciente de fazer a terapia ao final da jornada, a gente sabe que a gente está reduzindo a chance de sobrevida livre de doença que ele pode ter, e a gente sabe que, talvez, um paciente recaído vai ter um custo social, um custo familiar... É muito mais difícil a gente cuidar de um paciente recaído do que de um paciente que teve aquela jornada e que poderia ter tido um outro desfecho.

Eu acho que essas inovações terapêuticas não se tratam de opções; elas são componentes essenciais a esses tratamentos modernos que a gente tem. Resultados melhores vão estar ligados à concentração de casos nesses centros especializados, por toda essa jornada que a gente tem.

Então, o que a gente propõe, como grupo brasileiro, sempre, é a garantia do acesso universal da estratificação de risco adequada, e por isso que a gente tem lutado pelo PCDT, junto com o Ministério. Com essa iniciativa que a gente fez agora, eu acho que vai ajudar muito os centros a tratarem uniformemente esses doentes, a estratificarem uniformemente esses doentes.

E o tratamento não pode ser fragmentado, ele tem que ser um tratamento contínuo. A gente precisa garantir não só o início do tratamento, mas a integralidade de todo o cuidado.

A chance de cura do doente não pode depender de onde ele nasce, ou de onde ele é tratado. Ela tem que ser uma equidade em todo o país. Então, acho que a gente tem, como objetivo de sociedade oncológica, mudar essa realidade e garantir um acesso equitativo a um tratamento completo, que seja baseado em evidência e que seja baseado na realidade que a gente tem no nosso país.

Acho que a minha fala é só complementando muita coisa que a Patricia já colocou. A gente sabe da dificuldade que essas crianças têm de chegar nesses centros. Então, não tenho dúvida de que talvez um pediatra na base, na ponta, possa ajudar esse paciente a chegar muito mais rápido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a esse centro oncológico, garantir um diagnóstico mais precoce, e, com isso, a gente ter a jornada completa do paciente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dra. Nathalia, parabéns pelas suas palavras. Você foi bem objetiva, mas muito, muito clara.

É exatamente isso, Dra. Nathalia, de que nós precisamos, exatamente isso. E, por isso que nós convidamos vocês, da Sobope, para nos ajudar nessa luta, que não é fácil, não é fácil, mas aqui estamos cada um exercendo o seu papel, o seu mister.

E, como eu falei anteriormente, com todas as ferramentas que eu tiver enquanto Senadora, enquanto cidadã, enquanto pediatra, eu estarei lutando, juntamente com vocês todas aqui, mulheres aguerridas, mulheres que são especialistas em oncologia pediátrica, que não se cansam de lutar pelas nossas crianças. E vocês estão de parabéns!

Eu quero aqui fazer uma colocação muito importante: hoje é o Dia Mundial do Câncer de Colo de Útero. Então, saindo um pouquinho da esfera do neuroblastoma, das nossas crianças, e falando de nós, mulheres, mulheres do nosso Brasil, mulheres que lutam para cuidar da sua família, para ter oportunidade de trabalho, mulheres que têm três turnos de trabalho, mas que estão ali, firmes, para cuidar da sua família, serem grandes profissionais e poderem fazer a diferença na sociedade.

Eu estou falando aqui dessas mulheres. Você, mulher nordestina, você, mulher de todas as regiões, do nosso estado, Sul, Sudeste, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, enfim, todas as regiões do nosso país.

Hoje é o Dia Mundial do Câncer de Colo de Útero, que é um dos cânceres que mais matam na mulher, que mais causam mortes na mulher, que são o câncer de mama e o câncer de colo de útero.

E, falando em câncer de colo de útero, eu tenho um projeto de lei que é do HPV, da vacina nonavalente, porque nós temos, lá pelo SUS, a quadrivalente, que é muito importante, muito importante, mas nós já temos a nonavalente, que pega nove sorotipos do vírus que causa o câncer de colo de útero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Noventa e nove por cento dos cânceres de colo de útero são causados pelo vírus HPV. Então, não podemos ficar de braços dados, sabendo que nós temos essa vacina, que é imunoprevenível, relativa às doenças imunopreveníveis. Então, hoje, nós temos um câncer, que é o câncer de colo de útero, que mata muitas mulheres, podendo ser prevenido através de uma vacina, que é a vacina nonavalente, mas, mais uma vez, repito: a quadrivalente é muito, muito importante.

Que todas as mulheres que estão nos escutando neste momento possam ir às UBSs e possam tomar a vacina quadrivalente do SUS, que ela cobre muito os quatro sorotipos oncogênicos; mas, só fazendo essa consideração, que eu tenho esse projeto de lei da vacina nonavalente, que aí amplia muito mais a proteção de nós, mulheres.

E aqui eu quero cumprimentar todas as mulheres que já tiveram diagnóstico de câncer de colo de útero, que hoje estão curadas, graças a Deus. Que bom saber de vocês, mulheres que já se curaram de câncer de colo de útero.

E quero aqui cumprimentar especialmente as queridas mulheres do nosso Brasil, que estão se tratando de câncer de colo de útero. Que vocês possam permanecer vigilantes, que possam não parar o seu tratamento, qualquer que seja o tratamento que o colega oncologista instituiu, seja a quimioterapia, seja a imunoterapia – o oncologista é quem faz a prescrição caso a caso.

Que vocês não desistam, porque vocês não receberam um atestado de morte, quando receberam esse diagnóstico. Que vocês tenham esperança e não desistam do tratamento, não desistam de vocês, porque a medicina avançou muito, muito, principalmente agora, com as imunoterapias, que vieram fazer toda a diferença no tratamento das doenças oncológicas como um todo, tanto no Brasil como no mundo.

Então, mais uma vez repito: diagnóstico de câncer – e aqui eu estou falando de câncer de colo do útero – não é uma sentença de morte, como era anteriormente. Nós temos muitos mecanismos para tratar cada uma de vocês.

Então, estou aqui, como Senadora da República, médica, com essa bandeira levantada no Senado Federal, na pauta da saúde, dentro da saúde, especial e prioritariamente, nas doenças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oncológicas, e estarei aqui lutando por cada uma de vocês, nossas queridas amigas, cidadãs, guerreiras que fazem toda a diferença na sociedade do nosso Brasil.

E aqui eu quero especialmente mandar também esta mensagem para minhas queridas alagoanas: que vocês possam, sim, procurar cada vez mais as unidades básicas de saúde, para termos cada vez mais o diagnóstico precoce, e possam ir à UBS também, para tomar a vacina quadrivalente do SUS, enquanto, Dra. Patricia, Dra. Nathalia e Dra. Teresa, nós lutamos aqui no Senado, para aprovar a vacina nonavalente contra o HPV, que é totalmente profilática contra o câncer – já podemos falar em profilaxia do câncer com essa vacina.

Então, não aceitamos mais ver mulheres morrendo de doença do colo do útero, sabendo que nós temos vacinas que previnem o câncer de colo do útero.

Também tem um projeto de lei para que todas as mulheres tenham acesso ao diagnóstico precoce através do DNA-HPV, que é um estudo genético.

Às vezes, o Papanicolau já pega – às vezes, não –, já detecta as células oncológicas. Então, você já tem o diagnóstico de câncer. O DNA-HPV é um estudo genético, que ainda não tem no SUS, mas estou lutando aqui no Senado – sou autora desse projeto de lei –, para que todas as mulheres do nosso país possam ter direito a fazer o estudo genético para o HPV, que é uma coleta igual à do Papanicolau, mas vai direto ao exame específico. E aí, sim, com esse diagnóstico, os nossos colegas oncologistas, as nossas ginecologistas e os nossos colegas ginecologistas poderão cuidar dessas pacientes com veemência, tendo um painel favorável para o diagnóstico precoce.

Quero aqui colocar isso neste dia tão importante, em que a gente está tratando, nesta audiência pública, de doenças oncológicas e, especialmente, do neuroblastoma. Faço essas considerações, uma vez que hoje é o Dia Mundial do Câncer de Colo do Útero.

E aqui eu quero convidar a Dra. Laira dos Santos Inácio, Presidente do Instituto Anaju.

Que maravilha você estar aqui ao meu lado, Dra. Laira!

Mais uma vez, sinto-me muito honrada – viu, meninas? – de poder estar aqui ao lado de grandes mulheres, que estão fazendo toda a diferença para os nossos pacientes. Juntas, conseguiremos avançar mais e mais, porque, quando cada uma dá a sua pequena contribuição,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não é pequena, mas vou colocar assim – é grande, mas vou colocar pequena –, nós iremos longe e cada vez mais avançaremos.

Dra. Laira, muito bem-vinda!

Você tem dez minutos para as suas considerações.

A SRA. LAIRA DOS SANTOS INÁCIO (Para expor.) – Bom dia, Senadora.

Bom, eu quero começar agradecendo, mas não com um agradecimento formal. É um agradecimento de quem sabe o quanto este espaço é necessário, porque falar de neuroblastoma aqui, hoje, é trazer para dentro desta Casa uma realidade que, muitas vezes, fica escondida dentro dos hospitais, dentro de quartos, dentro da dor de famílias que lutam em silêncio.

Então, Senadora Eudócia e Subcomissão Permanente de Defesa da Criança, do Adolescente e da Juventude com Câncer, muito obrigada por abrir este espaço, porque, quando esse tema chega até aqui, ele deixa de ser só uma dor individual e passa a ser uma responsabilidade coletiva, e é exatamente disso que nós precisamos hoje.

Bom, meu nome é Laira Inácio.

Quero pedir para botar o vídeo, por favor.

Eu sou mãe e hoje eu não estou aqui apenas como representante de uma instituição; eu estou aqui como uma mãe, que perdeu a filha para o câncer, e não existe nada mais antinatural do que uma mãe enterrar um filho.

A minha filha, Ana Júlia, teve neuroblastoma, um tipo de câncer raro e agressivo.

Eu vivi o que muitas famílias vivem hoje. Eu vi minha filha sentir dor, uma dor que não cabia no corpo dela.

Teve momentos em que ela gritava, gritava de dor, e eu a segurava sem conseguir ajudar, porque ela já estava com morfina, já estava com medicamentos mais fortes e, mesmo assim, não era o suficiente.

Eu olhava para a minha filha e não podia tirar a dor dela, e isso destrói qualquer mãe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A doença foi avançando, e eu fui vendo a minha filha definhar aos poucos. Ela ficou surda, ela ficou muda, ela ficou cega. Os órgãos foram entrando em falência, e eu estava ali assistindo a tudo.

Mas existe uma parte dessa história que é ainda mais difícil de aceitar: foram 20 processos para assegurar o direito da minha filha viver. Enquanto isso, a doença não esperava.

Teve dias em que eu só olhava para a minha filha e pedia ajuda a Deus, porque o sistema não estava funcionando, e eu não tinha mais o que fazer.

A minha filha tem nome, Ana Júlia, mas o que eu vivi não é exceção, é a realidade de muitas famílias aqui no Brasil.

Hoje, o câncer infantil é a principal causa de morte por doença entre crianças e adolescentes no Brasil, e, dentro desse cenário, o neuroblastoma é um dos mais agressivos. Ele atinge, principalmente, crianças pequenas, evolui de forma silenciosa e, frequentemente, é diagnosticado tarde. Entre 40% e 50% das crianças já chegam com a doença avançada.

Mas o que precisa ser dito com coragem aqui hoje não é só o câncer que mata; é o atraso, é a falta de acesso, é o sistema que não responde no tempo da doença.

Quando uma criança adoece com câncer no Brasil, a família inteira adoece junto. Muitas mães precisam largar o trabalho, abandonar sua renda, sair da sua cidade, mudar de estado, porque não existe tratamento onde elas vivem.

E aí começa outra dor: elas deixam filhos para trás, filhos pequenos, que ficam com parentes, avós ou, muitas vezes, sem estrutura.

A doença não destrói só o corpo da criança; ela destrói a estrutura da família: não tem mais renda, não tem estabilidade, não tem suporte suficiente. E, ao mesmo tempo, o tratamento exige deslocamento, alimentação, estadia, remédios.

E, quando o tratamento não vem pelo SUS, a única saída é a Justiça, mas aí vem outra realidade que quase ninguém fala: nem toda família consegue judicializar, porque é caro, porque é complexo, porque exige informação que muitas não têm. E, mesmo quando judicializa, muitas vezes não dá tempo. Eu já vi casos de crianças que morreram esperando o medicamento sair,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processos que ficaram meses, um ano. Um ano para um câncer agressivo! Um ano é a diferença entre viver e morrer para uma criança.

Enquanto isso, existe outro abismo: o custo dos medicamentos. Estamos falando de tratamentos que podem custar milhões de reais, R$2 milhões. E me digam: qual família brasileira consegue pagar isso? Nenhuma. Então, na prática, o que acontece? A criança sente dor, a família sabe que existe tratamento, mas não tem acesso. E, em países com acesso, a sobrevida pode chegar a 80%, 85% de chance. E nesse cenário sem acesso, pode cair para menos de 25%. Isso não é sobre a doença, isso é sobre quem consegue tratar e quem não consegue.

Hoje o Brasil ainda enfrenta ausência de protocolo nacional estruturado, desigualdade entre regiões, demora na incorporação de tecnologias, judicialização como regra. Isso gera uma coisa só: desigualdade de sobrevivência. O SUS é um dos maiores sistemas do mundo, mas precisa funcionar no tempo da doença, porque o câncer não espera.

Aqui eu preciso trazer um ponto extremamente importante: a ausência de um protocolo nacional estruturado para o neuroblastoma, porque, sem um protocolo definido, o diagnóstico atrasa, o tratamento varia de hospital para hospital, o acesso às terapias mais modernas se perde no caminho. E, quando falamos de câncer infantil, tempo não é detalhe; tempo é vida.

Hoje nós já temos uma imunoterapia disponível, o Qarziba, imunoterapia moderna, baseada em anticorpos monoclonais, que atua estimulando o sistema imunológico da própria criança a combater o tumor. E os dados mostram o aumento de aproximadamente 34% na expectativa de sobrevida e 29% na chance de remissão da doença. Isso não é promessa, isso é evidência científica. Essa terapia já foi aprovada pela Anvisa, recomendada pela Conitec e incorporada ao SUS, com previsão de disponibilização em até 180 dias. Mas esse prazo já venceu e as crianças continuam esperando. Enquanto o processo administrativo acontece, a doença não espera. Enquanto documentos tramitam, o câncer avança. Enquanto o sistema demora, crianças morrem. Nós não estamos falando de algo que ainda precisa ser descoberto; nós estamos falando de um tratamento que já existe, já foi aprovado, já foi recomendado, mas ainda não chegou a quem precisa. E aí a gente volta para o que eu disse antes: famílias que não têm acesso tentam judicializar, e, quando conseguem, muitas vezes já é tarde, porque o tempo da Justiça não é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo do câncer. Nós precisamos de celeridade, nós precisamos de execução, nós precisamos de que o que já foi aprovado chegue de fato às crianças, porque cada dia de atraso custa vidas.

Mas eu também preciso falar de algo que muitas vezes não aparece nos relatórios, que é a força das crianças. Porque quem está de fora não imagina o que uma criança com câncer enfrenta. São procedimentos invasivos, dolorosos, repetitivos, punções, cirurgias, quimioterapias agressivas, internações longas. E, mesmo assim, são crianças. Crianças que queriam estar brincando, que queriam estar na escola, que queriam viver o simples, e, ainda assim, enfrentam tudo isso com uma força que impressiona, uma força que muitos adultos não teriam. Então, do que essas crianças e adolescentes precisam? De um protocolo nacional para o neuroblastoma, de acesso real às terapias modernas, de incorporação mais rápida, de fornecimento contínuo, de fortalecimento dos centros especializados e principalmente de dignidade no tratamento.

E também precisamos falar de outra parte: do alto índice de mortes e daquilo que essas crianças suportam até o fim...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LAIRA DOS SANTOS INÁCIO – ... porque muitas delas suportaram o insuportável: dor extrema, limitações progressivas, perdas e, mesmo assim, lutaram até onde o corpo permitiu.

Então, hoje eu quero deixar aqui a minha homenagem a todas essas crianças, as que estão lutando e as que já partiram. Vocês não foram números, vocês foram e são vidas que marcam este mundo.

E eu quero, com muito respeito, falar de uma menina muito especial – pode colocar a foto, por favor? –, a minha casca de bala, a nossa Júlia, que partiu esta semana. A Júlia era doce, daquelas meninas que iluminam o ambiente sem esforço. Ela era engraçada, tinha um jeitinho leve, um sorriso que acolhia e era linda, linda por dentro e por fora. Ela lutou contra o neuroblastoma durante dez anos, dez anos, e venceu, estava em remissão, mas por uma complicação, um sangramento cerebral, acabou partindo aos 17 anos. Ela é o retrato da força, da superação. A Júlia nos ensinou o que é lutar de verdade.

Pode passar a próxima foto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não posso deixar de falar da mãe dela, Taiane. Minha total admiração a você, porque, além de lutar pela vida da sua filha, você lutava por outras famílias, você ajudava outras mães, outras crianças, muitas vezes colocando a sua própria dor no bolso. Isso é grandeza, isso é amor em estado puro. Taiane, você é uma mãe extraordinária, uma amiga incrível, uma voluntária incansável e um ser humano raro.

E é por essas crianças e por essas mães que nós não podemos aceitar esse cenário como normal. Eu perdi a minha filha e essa dor não passa, mas hoje estou aqui porque existem crianças agora, neste exato momento, sentindo dor, esperando, lutando por apenas uma chance, e elas não podem esperar. E nós podemos mudar isso hoje, não amanhã. Hoje, porque, no final, não é sobre números, não é sobre orçamento, é sobre crianças que estão apenas pedindo uma chance de viver.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dra. Laira dos Santos Inácio, estou tão comovida e tão impactada que nem sei como vou continuar falando aqui. Meu Deus! Realmente está sendo um momento de muita reflexão para cada um de nós.

Quisera eu que aqui estivesse lotado de governantes, do Presidente da República, do Ministro, mas aqui nós temos – a quem quero agradecer mais uma vez – a nossa querida Suyanne Camille, que aceitou estar conosco, que é do Ministério da Saúde. Quiséramos eu e nós, com certeza, que aqui nós tivéssemos todos os pais que passaram pelo que a Laira passou, mas aqui estamos, para que a gente possa lutar por essas pessoas, que às vezes se tornam invisíveis, como você falou, Laira. Não são números, são pessoas que fazem e fizeram parte da sociedade, que deixaram seu legado e que vão existir para sempre.

E quero dizer a você, Laira, da minha comoção pelo que você falou da sua filhinha, da Ana Júlia, que tanto lutou, como você colocou, e lamentar, porque foram 20 processos que você colocou na Justiça, para que a sua filha tivesse direito às medicações que os colegas oncopediatras prescreveram para a sua querida Ana Júlia. É motivo, assim, de muito impacto emocional e, como eu já falei, de muita reflexão. E pode acreditar, Laira, que, se eu já lutava aqui, no Senado, pelas doenças oncológicas, depois do seu depoimento, depois do depoimento que você deu da Júlia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aqui, eu quero mandar o meu abraço, Taiane, a você, que foi uma grande mãe, que fez a diferença na sociedade, lutando com alegria, como você colocou. Apesar de você estar em dor, Taiane, com a sua filha, você ajudou outras mães, outras famílias que também estavam sofrendo a mesma dor; e, pelo que eu entendi, foi voluntária do AnaJu. E, aqui, eu quero parabenizá-la, Taiane, e dizer da minha emoção, neste momento, de saber do caso também da Júlia, que lutou muito, mas, infelizmente, fez esse quadro de hemorragia intracraniana aos 17 anos.

Aqui eu lhe faço uma pergunta, Laira: eu creio que a Ana Júlia deve ter tido todos os tratamentos que foram oportunizados, que foram indicados para ela; creio que isso aconteceu por ela ter chegado até os 17 anos.

A SRA. LAIRA DOS SANTOS INÁCIO (Para expor.) – Na verdade, a Ana Júlia, a minha filha, faleceu...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Não, a Júlia, por enquanto.

A SRA. LAIRA DOS SANTOS INÁCIO – A Júlia teve, sim, graças a Deus, um tratamento muito completo. A mãe dela, maravilhosa, lutou incansavelmente durante esses dez anos, e ela conseguiu, sim, ter um tratamento muito bom e chegou, inclusive, como eu falei, a entrar em remissão. Então a gente gosta de falar que ela venceu o neuroblastoma, e, infelizmente, por conta desse quadro, dessa hemorragia, ela acabou partindo na segunda-feira agora.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Tá.

E vem a outra pergunta: a Júlia tinha plano de saúde? Estava na rede suplementar?

A SRA. LAIRA DOS SANTOS INÁCIO – Na verdade, era pelo plano de saúde, e ela fazia tratamento em São Paulo, no Graacc, mas a família é de Cascavel, no Paraná.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Então, a Júlia, que, durante dez anos, lutou contra o neuroblastoma, tinha, Dra. Patricia, Dra. Nathalia, Dra. Teresa e todos que estão aqui presentes, tratamento na rede suplementar.

Então, as famílias que têm seus pacientes que podem pagar como particular ou na rede suplementar, normalmente, avançam no tratamento do câncer, e eles têm chances de sobrevida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem maior, infinitamente maior, do que as daqueles pacientes que lutam no SUS para terem direito à mesma droga, ou às mesmas drogas, ou aos mesmos tratamentos; porque aqui você falou de também transplante de medula óssea, e aí são os mesmos tratamentos, de uma forma geral. Essa é a diferença de quem depende exclusivamente do SUS e de quem tem direito à rede suplementar. Mas, aqui, a gente não pode dizer, Laira, que tal família pode e, então, já está assegurada a maior taxa de sobrevida do seu ente querido, e que a família que depende totalmente do SUS está fadada a ter o seu ente querido, a sua família, com grandes chances de não avançar nesse tratamento. Imaginem a angústia, além da dor do diagnóstico, dessas famílias de terem que lutar, lutar e lutar, como você, Laira, em 20 processos.

Mas eu repito, como a Dra. Patricia colocou e também a Dra. Nathalia e a Dra. Teresa: é tempo-dependente; um dia é muito tempo para doença oncológica. Esperarmos 180 dias pela Conitec... E, como a gente colocou – como eu coloquei e você confirmou –, o Qarziba é a melhor droga atualmente. Se tiver indicação – cada caso é um caso –, pelos oncopediatras, de começar o Qarziba, tem que esperar 180 dias pela Conitec, uma vez que já foi aprovado pela Anvisa e já foi instituído pela Conitec.

E, falando nisso, eu quero aqui colocar, com muita alegria, a minha luta para aprovar, com meus colegas Senadores e Senadoras – a quem quero agradecer por terem aprovado comigo este projeto –, o projeto de lei das imunoterapias, que já estava, há cinco anos, tramitando no Congresso Nacional. Foi um projeto do nosso querido Deputado Bibo Nunes. Esse projeto é de 2021 – do Deputado Bibo Nunes –, chegou ao Senado, eu consegui ser a Relatora desse projeto, e, graças a Deus, em tempo recorde, tramitou no Senado, já está aprovado e já foi para a sanção presidencial.

Esse projeto coloca as oito imunoterapias que fazem parte do rol da ANS, eu coloquei essas mesmas imunoterapias – é lógico que nós temos muito mais –, mas nem exigi tanto assim; coloquei no meu relatório que, pelo menos, as oito imunoterapias que estão no rol da ANS também entrassem no rol do SUS. E foi aprovado na semana passada ou na semana anterior – há 15 dias, mais ou menos, tem pouco tempo –, no Plenário do Senado Federal, com muita alegria. Comemoramos juntos, junto a todas as ONGs, institutos, associações que lutam contra o câncer. Comemoramos, porque não é fácil, em tempo recorde, a gente conseguir aqui, dentro do Senado Federal, tramitar na Casa e aprovar no Plenário; e já está para a sanção presidencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aproveito a oportunidade para fazer mais um apelo ao Presidente da República: que não vete esse projeto. Esse projeto, Sr. Presidente, vai salvar vidas. O senhor já teve câncer – de laringe – e, com certeza, teve o diagnóstico precocemente, teve o tratamento precocemente; e, graças a Deus, o senhor está curado. Então, que o senhor possa oportunizar ao seu povo, o povo brasileiro, às nossas queridas e aos queridos brasileiros do nosso país, que o senhor possa se sensibilizar com esse projeto de lei, para o qual unimos forças aqui, no Senado Federal, e que o senhor venha a sancioná-lo, para que se torne lei, para que a gente possa, com essa sanção presidencial, colocar o antes e o depois sobre a sobrevida dos nossos pacientes oncológicos, colocar uma faixa entre o que acontecia antes e o que acontecerá depois dessa sanção.

Então, com certeza, o índice de sobrevida irá aumentar consideravelmente, e aí, consequentemente, o índice de mortalidade irá reduzir de uma forma importante. É óbvio que isso não vai acontecer, assim, a curtíssimo prazo, mas eu creio que, em um tempo breve, a curto e médio prazo, a gente já vai ver esse impacto.

Aqui quero fazer este pleito ao Presidente da República, já lhe agradecendo, porque entendo que o senhor será sensível a esse caso, porque a comunidade brasileira clama para que esse projeto possa ser sancionado – clama. E, aqui, eu também estou clamando, como Senadora, representando o meu querido Estado de Alagoas, pleiteando a V. Exa. que o senhor venha a sancionar esse projeto de lei de grande relevância para os nossos pacientes oncológicos de todo o nosso país.

Dando continuidade, quero mais uma vez, querida Laira, cumprimentá-la por essa mãe que lutou tanto – vai ficar guardado no meu coração. E quando eu falar de doença oncológica, onde eu estiver, eu vou falar da Ana Júlia – pode ter certeza, viu? – e também da Júlia.

E aqui eu quero perguntar a você, Dra. Patricia, como eu não sou da área de oncologia – venho estudando muito, há muitos meses, oncologia –, quero fazer essa pergunta a você. Pode ser também a Dra. Nathalia, a Dra. Teresa, quem quiser me responder. Eu creio que essa... Mas eu não sou oncologista, só estou deduzindo como pediatra... Eu creio que essa hemorragia intracraniana talvez – talvez – não tenha sido pelo tumor inicial, pelo neuroblastoma, e sim, talvez, por uma MAV, que é uma malformação arteriovenosa, ou alguma outra causa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso faz sentido? Ou vocês acham que realmente já foi consequência do neuroblastoma que ela teve, com que ela lutou durante dez anos?

A SRA. PATRICIA SHIMODA IKEUTI (Para expor.) – É muito difícil a gente falar, como a gente... Acho que eu, acho que a Natália, não sei se pode falar... É difícil a gente falar de um paciente que não é nosso, porque foram dez anos, então ela passou por muita coisa.

Então, é difícil. Eu não consigo te falar sim ou não, porque a gente não conhece a história do paciente, a gente não sabe de comorbidades, complicações, se ela tinha algum fator predisponente, então é muito difícil. Eu não consigo te dar essa resposta, não.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Dra. Patricia.

Realmente, de fato, fica difícil, e você não tem acesso a todo o relatório dela. Mas por que eu fiz essa pergunta? Porque ela teve o diagnóstico a contento, teve todo o tratamento da rede suplementar, então o que é que eu acredito? Mas isso é o que eu acredito... Também não tive acesso a relatório médico sobre a Júlia, mas eu acredito que pode ser que ela já teve total remissão, e que isso tenha sido uma causa que ela poderia ter, independentemente do neuroblastoma.

Por que eu estou colocando isso? Porque mostra, mais uma vez, que os pacientes que são tratados na rede suplementar conseguem chegar à cura. Eles conseguem chegar à cura – a depender do estágio, obviamente, a depender de alguma morbidade que eles tenham tido durante o diagnóstico –, mas é sobre isso.

Mas, avançando aqui na nossa discussão – obrigada pela resposta, Dra. Patricia –, eu quero convidar a Dra. Suyanne Camille Caldeira Monteiro, que é Coordenadora da Política de Prevenção e Controle do Câncer, do Ministério da Saúde, que está conosco, por videoconferência.

Dra. Suyanne, mais uma vez, grata por você estar participando desse debate tão importante.

Então, com você a palavra, e você tem dez minutos, Dra. Suyanne.

Muito grata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SUYANNE CAMILLE CALDEIRA MONTEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, demais autoridades, especialistas, representantes da sociedade civil, familiares, pacientes e todos que nos acompanham, muito bom dia.

Em nome da Coordenação da Política de Prevenção e Controle do Câncer Infantojuvenil do Ministério da Saúde, agradeço a oportunidade de estar nesta audiência pública em que o câncer infantojuvenil é o tema central da discussão.

Trazer essa pauta ao centro do debate no Senado Federal é reconhecer que estamos falando de uma condição grave, complexa, sensível, e que exige do Estado brasileiro respostas técnicas, organizadas e contínuas. Também é reconhecer que, quando falamos de câncer na infância e na adolescência, não estamos tratando apenas de assistência especializada; estamos tratando de equidade, de oportunidade diagnóstica, de organização de rede, de acesso a tecnologias e, sobretudo, de chance real de cura.

Quero começar trazendo uma contextualização importante sobre o momento institucional que estamos vivendo no Ministério da Saúde. Após décadas em que a pauta oncológica esteve dispersa em diferentes arranjos administrativos, o câncer passou, somente em 2025, a se relacionar com um departamento próprio no âmbito do Ministério da Saúde, o Departamento de Atenção ao Câncer (Decan). E, mais recentemente, especificamente há três meses, o câncer infantojuvenil passou a contar com uma coordenação específica e dedicada a essa temática, a Cocani.

Trata-se de um avanço muito expressivo do ponto de vista... pública, porque confere visibilidade, capacidade técnica de formulação e espaço institucional para uma agenda que, historicamente, precisava disputar prioridade com inúmeros outros temas. Essa estruturação é coerente com a compreensão de que a oncologia pediátrica possui necessidades próprias e demanda coordenação específica para o desenvolvimento de diretrizes, estratégias de rede e protocolos clínicos próprios.

O Brasil já se encontra alinhado à iniciativa global para o câncer infantil da Organização Mundial de Saúde, a estratégia CureAll, que tem como meta alcançar, até 2030, pelo menos 60% de sobrevida para crianças com câncer em todo o mundo. No entanto, no Brasil, o nosso desafio não é elevar a sobrevida média nacional; o nosso desafio é, também, uniformizar essa sobrevida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque sabemos que os resultados ainda variam significantemente entre regiões, conforme a capacidade instalada, a organização dos fluxos, o acesso ao diagnóstico e a robustez da rede assistencial.

É justamente por isso que o país vem construindo um plano nacional de enfrentamento ao câncer infantojuvenil, estruturado em três grandes eixos: diagnóstico oportuno e preciso, tratamento qualificado e equitativo e qualificação dos registros de câncer. Esses três eixos traduzem uma compreensão madura da política pública: não basta tratar, é preciso diagnosticar melhor, organizar a rede e produzir dados que permitam monitorar e corrigir desigualdades.

No eixo do diagnóstico, temos um problema muito claro. Ainda observamos um percentual importante de crianças e adolescentes chegando aos serviços especializados com doença em estágio avançado, e é importante dizer com clareza: isso não decorre de fila para atendimento oncológico pediátrico. O principal desafio está antes disto: os sinais e sintomas do câncer infantojuvenil frequentemente se confundem com manifestações clínicas de outras doenças mais prevalentes na infância. Isso dificulta a suspeição clínica, retarda o encaminhamento e prolonga o tempo entre os primeiros sintomas e o diagnóstico.

Por esse motivo, o Ministério da Saúde está desenvolvendo o Manual Nacional de Alta Suspeição de Câncer Infantojuvenil, em conjunto com mais de 20 especialistas em oncopediatria voluntários. A proposta é oferecer um instrumento nacional de apoio à atenção primária, à urgência e à regulação, com sinais de alerta, fluxos e orientações práticas que favoreçam o encaminhamento precoce. O objetivo é qualificar a porta de entrada do sistema, reduzir o atraso diagnóstico e apoiar processos permanentes de educação e saúde.

No eixo de tratamento, possuímos uma grande ação estratégica central que já está em andamento, que é o projeto Oncobrasil: Mapeamento do Câncer Infantojuvenil, em parceria com a Sobope, a Coniacc e o Einstein, que permitirá aprofundar o conhecimento sobre os serviços habilitados no país, mapeando infraestrutura, recursos e capacidade de atendimento, protocolos e condições para a condução de terapias de maior complexidade. Esse mapeamento é essencial, porque somente conhecendo com profundidade a capacidade instalada nacional conseguiremos organizar uma rede mais racional, mais equitativa, mais aderente às vocações assistenciais de cada serviço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A finalidade desse processo não é meramente descritiva; o objetivo final é subsidiar a construção de uma nova lógica de organização da rede de prevenção e controle do câncer infantojuvenil, permitindo que o país avance na definição de referências assistenciais mais qualificadas, inclusive para as condições que exigem maior grau de especialização tecnológica e clínica. É nesse contexto que o neuroblastoma se insere em nossas prioridades.

O neuroblastoma foi definido como a primeira neoplasia pediátrica a inaugurar a agenda de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas no campo do câncer infantojuvenil. Essa escolha não foi casual. Ela reflete um entendimento de que se trata de uma doença de elevada complexidade, que exige um olhar integral sobre a linha de cuidado, desde o diagnóstico, estratificação de risco e tratamento até a discussão das necessidades tecnológicas associadas.

E eu gostaria de registrar, de forma muito franca, que não foi simples conseguir priorizar o PCDT do neuroblastoma. No âmbito da gestão federal, existe uma ampla carteira de necessidades relacionadas a protocolos clínicos, tanto na oncologia do adulto quanto em outras agendas da atenção especializada. Portanto, fazer com que o PCDT da neoplasia pediátrica – uma neoplasia rara – avançasse à frente de outras demandas já postas exigiu construção técnica, pactuação interna, organização de argumentos, antecipação de impactos assistenciais e planejamento das necessidades futuras que emergem quando se decide olhar de forma estruturada para toda uma linha de cuidado.

Em outras palavras, essa priorização não aconteceu automaticamente. Ela exigiu convencimento institucional e capacidade de demonstrar que a oncologia pediátrica possui necessidades próprias, urgências próprias e um nível de vulnerabilidade que justifica essa antecedência na agenda. E isso só foi possível porque agora existe no Ministério da Saúde uma coordenação dedicada ao câncer infantojuvenil, com condições de sustentar tecnicamente essa priorização dentro da estrutura do Departamento de Atenção ao Câncer.

Outro ponto fundamental desta audiência é a discussão do acesso a medicamentos e da efetivação de incorporações. Nesse sentido, é importante explicar, inicialmente, o que é a assistência farmacêutica em oncologia, a chamada AF-Onco. A AF-Onco é um componente instituído para disciplinar, no âmbito do SUS, a organização da assistência farmacêutica voltada aos medicamentos oncológicos de altíssimo custo. Trata-se de um arranjo normativo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

operacional que passou a estruturar de forma específica como esses medicamentos poderão ser financiados, adquiridos, monitorados, pré-autorizados, dispensados e ressarcidos no sistema público de saúde.

A Portaria Ministerial nº 8.477, de 20 de outubro de 2025, estabeleceu as bases desse componente e previu a necessidade de atos normativos conjuntos para definir o rol de medicamentos, os critérios de enquadramento, as modalidades de aquisição, a operacionalização, o financiamento e os mecanismos de controle. Em outras palavras, a AF-Onco representa um passo muito relevante, porque inaugura, de forma mais estruturada, a possibilidade de financiamento federal integral para medicamentos oncológicos de altíssimo custo.

Esse ponto é especialmente importante, porque existe hoje um passivo de incorporações em oncologia ainda não efetivadas na prática assistencial. Neste momento, o Ministério da Saúde vem conduzindo pactuação com Conass e Conasems, para que esse conjunto de incorporações possa ser efetivado no âmbito da AF-Onco de forma organizada, sustentável e com segurança operacional para os entes federativos e para os serviços assistenciais.

Também é importante esclarecer que estamos falando de tecnologias de altíssimo custo, com expressiva complexidade logística e elevada taxa de judicialização. Esses fatores aumentam ainda mais a necessidade de conclusão da pactuação interfederativa, porque a efetivação dessas incorporações precisa ocorrer com regras claras de financiamento, operacionalização, monitoramento e responsabilidade sanitária.

Portanto, quando tratamos da efetivação de incorporações em oncologia, é fundamental compreender que não se trata apenas da decisão de incorporar. Há uma etapa crítica de pac... Alô? Vocês me ouvem?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim, pode continuar.

A SRA. SUYANNE CAMILLE CALDEIRA MONTEIRO (*Por videoconferência*.) – Certo.

Portanto, quando tratamos da efetivação de incorporações em oncologia, é fundamental compreender que não se trata apenas da decisão de incorporar. Há uma etapa crítica de pactuação e desenho operacional para que a tecnologia chegue, de fato, ao paciente. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente essa etapa que vem sendo construída agora no âmbito da AF-Onco para que as incorporações pendentes possam ser efetivadas de maneira estruturada e simultânea.

Paralelamente a isso, seguimos acompanhando temas sensíveis que impactam diretamente a linha de cuidado do neuroblastoma, como desabastecimento de insumos e medicamentos oncológicos estratégicos. Entre eles, destaco desabastecimento nacional e internacional da ciclofosfamida, medicamento essencial para a oncologia pediátrica e para o tratamento do neuroblastoma, e também a questão relacionada ao registro sanitário e produção do iodo-123 – MIBG, insumo relevante na linha de cuidado dessa neoplasia. Todas essas pautas estão com ações em andamento para mitigação no âmbito da nossa coordenação.

Por reconhecer que o desabastecimento de antineoplásico se tornou um tema prioritário e estratégico, foi aprovada a criação de um núcleo dedicado ao monitoramento dessas ocorrências e à articulação de medidas mitigatórias sob a coordenação da Cocani, considerando que a oncologia pediátrica é uma das áreas mais impactadas quando há ruptura de oferta desses medicamentos.

Quanto ao PCDT do neuroblastoma, a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde já informa que se encontra em fase de planejamento para dar início às etapas formais de construção do documento, que esperamos que se inicie ainda para o próximo mês de abril. Isso significa que estamos trabalhando em duas frentes independentes e complementares; de um lado, a organização da diretriz clínica e da linha de cuidado e, de outro, a viabilização dos mecanismos concretos de acesso às tecnologias necessárias no SUS, que se dará por meio da pactuação em CIT da AF-Onco.

Senhoras e senhores, o neuroblastoma sintetiza muito dos grandes desafios da oncologia pediátrica: a necessidade de suspeição precoce, a importância do diagnóstico oportuno, a demanda por centros com maior especialização, a necessidade de terapias complexas e a dependência de uma rede organizada e de medicamentos disponíveis em tempo certo.

O Ministério da Saúde tem total compreensão da gravidade dessa patologia e do impacto que ela produz sobre crianças e suas famílias. Por isso, reafirmamos nosso total empenho em avançar nas ações necessárias para qualificar a linha de cuidado, estruturar a rede, viabilizar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso às tecnologias necessárias e elevar, de forma concreta, as chances de cura desses pacientes.

Estamos falando de uma agenda que exige persistência institucional, coordenação federativa e prioridade técnica real. E é exatamente esse o compromisso que o ministério vem atuando por meio da Coordenação de Prevenção e Controle do Câncer Infanto-Juvenil.

Nosso objetivo não é apenas responder a uma demanda imediata, mas construir as condições permanentes para que as crianças com neuroblastoma tenham um diagnóstico mais precoce, tratamento mais qualificado e um cuidado mais equânime em todo o território nacional.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dra. Suyanne Camille, muito grata pela sua participação, pela sua fala. Saber que o Ministério da Saúde, com a sua Coordenação da Política de Prevenção e Controle do Câncer, está avançando, isso é motivo de muita alegria para todos nós.

Mas, Dra. Suyanne, eu queria fazer uma pergunta a você. Tudo que você falou é o sonho de todos nós, brasileiros. Minhas perguntas são as seguintes.

Primeira pergunta: a Conitec vai continuar – como você colocou, tem várias medicações incorporadas, aprovadas – controlando os 180 dias para liberar a droga para as nossas crianças? Deixe-me fazer todas as perguntas, e você responde. Porque isso é totalmente inviável, falando de câncer, já que a audiência pública é sobre câncer e, especialmente, sobre o neuroblastoma. Essa é a minha primeira pergunta.

A segunda pergunta: você falou que esse projeto, que você está coordenando, teve início em outubro de 2025. Então, já tem alguns meses. A minha pergunta é: já que foi criado em 2025, quantos casos, de fato – não no papel, de fato –, vocês já atenderam da população brasileira em relação a tudo isso que você acabou de falar, dos insumos, das medicações? Quantos casos – qual é a estatística – vocês já conseguiram atender de outubro do ano passado para março? – acho que é em torno de seis meses, mais ou menos, de outubro para agora, para final de março. Essa é a minha segunda pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu tenho uma outra pergunta.

Primeiro, eu quero parabenizá-la, Dra. Suyanne, por vocês terem a sensibilidade de colocar o neuroblastoma, como você colocou, entre as doenças oncológicas. Vocês criaram um protocolo para atender os casos de neuroblastoma, apesar de serem casos raros. Mas, como a Laira falou – ou foi a Dra. Nathalia – que um caso na família não é mais raro. Então, não se trata de números, não é? A gente fala como raro, porque é isso que a medicina coloca, os estudos colocam, mas não existe câncer raro para as famílias. Acontece um caso na família, um caso em cinco famílias, assim por diante, é muito, é muito.

Então, eu quero saber de você, Dra. Suyanne, como é que está o andamento dessa questão de você ter lutado, pelo que eu entendi, e ter colocado esse protocolo para neuroblastoma nesse projeto que você tem?

Mas, diante de tudo que eu perguntei, o que eu mais queria ouvir de você é se a Conitec vai continuar regulando e só atendendo depois... Quer dizer, no mínimo, 180, mas sabemos que vai muito mais do que 180 dias, certo? Então, eu queria que você me respondesse essas três perguntas. Vão ser de extrema importância essas respostas.

A SRA. SUYANNE CAMILLE CALDEIRA MONTEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada pelas perguntas, Senadora.

Então, são várias questões diferentes que merecem esclarecimento em separado.

Primeiro, a Conitec. O que a Conitec faz? Ela avalia os processos de incorporação das novas tecnologias no SUS. Então, ela vai avaliar segurança, efetividade, custo-efetividade, e vai decidir se há condição dessa tecnologia ser incorporada ao SUS. Quando termina o processo da Conitec, o Secretário de Ciência e Tecnologia decide, e a Conitec apenas recomenda uma incorporação ou uma não incorporação. Essa incorporação se dá por uma portaria de incorporação que é assinada pelo Secretário de Ciência e Tecnologia. A partir desse momento, a tecnologia está incorporada ao Sistema Único de Saúde, mas não está efetivada. A gente, depois, segue um outro rito, que é o rito de efetivação da tecnologia, porque aí vai precisar ser definido por que mecanismo e com que orçamento essa tecnologia vai ser efetivada. Isso porque, muitas vezes, as tecnologias, na verdade, em quase maioria das vezes em que a tecnologia é efetivada, você não provisionou o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orçamento para aquela efetivação. Depois que ela é incorporada, você vai precisar ter o orçamento para aquela efetivação. Então, isso é uma questão. Então, nós estamos no processo de efetivação dessa tecnologia.

Nesse meio de caminho, o que aconteceu em outubro de 2025? – que foi o marco. Foi a publicação da portaria da assistência farmacêutica oncológica, porque não existia esse componente dentro da assistência farmacêutica. A assistência farmacêutica foi sempre para medicamentos não oncológicos. Todo o financiamento da oncologia até então se dava por meio apenas de Apac. Havia registro em Apac, e o ressarcimento dentro do teto do gestor – registro por meio de Apac.

O componente da assistência farmacêutica vai permitir uma nova lógica de financiamento, em que você vai poder optar por financiamento por meio de Apac, para alguns medicamentos; para outros será compra centralizada; e para outros será um mecanismo que se chama registro de ata nacional. Então, o que está acontecendo neste momento dentro do Ministério da Saúde em pactuação com Conass e Conasems? Estão sendo definidas e pactuadas, dentro de um *hall* de medicamentos que se tratava do passivo de efetivações dentro do departamento de câncer, quais drogas serão incorporadas por quais mecanismos. E a droga que a gente está em questão aqui – betadinutuximabe – está no rol dessas drogas; então, isso está sendo pactuado. Aí já não é mais da minha governança, já é da área da assistência farmacêutica, que está conduzindo esse processo, juntamente – pactuando isso – com estados e municípios, para entender como se dará a oferta dessas drogas e por qual mecanismo.

A gente esperava que isso tivesse ido para a pactuação na CIT que está sendo realizada neste exato momento, mas eu acredito que não houve consenso. Esperamos que, em breve, na próxima CIT, isso possa ser pactuado, porque disso depende a efetivação da droga – e não só dessa droga, mas de todo o passivo de incorporações de drogas oncológicas de alto custo que nós temos dentro do departamento de câncer.

Em relação à Coordenação de Câncer – eu tentei anotar aqui todas as perguntas –, ela existe somente a partir deste ano; então, efetivamente ela está funcionando somente a partir deste ano. Antes de 2026, ela existia apenas como uma agenda estratégica, digamos assim, dentro da Coordenação-Geral de Câncer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a Coordenação do Câncer Infantojuvenil é bem recente e acontece... Ela se iniciou a partir de janeiro deste ano, mas a gente já tinha uma agenda estratégica de planejamento de ações enorme que a gente trouxe conosco para dentro da coordenação, e, agora, a gente está num momento de estruturação da nossa equipe, que ainda é bastante reduzida, para que a gente possa desdobrar as nossas atividades planejadas o mais rápido possível.

E o PCDT do neuroblastoma, que era uma ação pela qual a gente vinha brigando há um ano para acontecer, e nós batalhamos bastante para que ela subisse na prioridade, passasse na frente de outros PCDTs muito importantes, também, em relação ao câncer... Nós passamos na frente da próstata, do pulmão, de todo mundo, porque a gente tem a nossa bandeira do câncer infantil e a gente, apesar de pequeno, vai brigar pelas nossas ações também. E nós conseguimos que ele subisse na prioridade, depois de muita batalha interna, e ele vai começar, se tudo der certo, agora em abril. Então, é para o próximo mês porque, independentemente da efetivação da droga, a gente entende que a gente tem que olhar para essa linha de cuidado, que é uma linha muito complexa, e precisa garantir que todos os espaços estejam contemplados.

Mas a efetivação de um não vai depender do outro, tá? A efetivação da droga está dependendo agora da pactuação da AF-Onco, no âmbito da CIT, para definir o mecanismo de financiamento dessa droga, e o PCDT vai caminhar, porque o PCDT não é um processo rápido, ele tem o seu rito próprio, ele é conduzido pela Coordenação-Geral de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde, é uma outra área, mas a gente participa junto. As duas coisas vão ser separadas: a efetivação da droga, no momento em que acontecer, não vai ser segurada porque o PCDT não está pronto, mas a gente não vai abrir mão de ter o protocolo para garantir todas as fases da linha de cuidado.

Eu espero que eu tenha respondido todas as perguntas e estou à disposição aqui para complementar, caso necessário.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Obrigada pelas respostas, Dra. Suyanne.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, quero parabenizá-la por você ter lutado tanto para colocar o neuroblastoma... Por tê-lo colocado como prioridade, como você colocou aí. Já foi um avanço colocar o neuroblastoma dentro desse escopo dos PCDTs.

Agora, pelo que eu entendi... Voltando agora, porque eu sei que não é sua área, mas já que você está representando o Ministério da Saúde, pelo que eu entendi, a droga Qarziba, que foi incorporada pela Conitec, ainda não foi efetivada. Então, em outras palavras, nós não temos ainda essa droga para oferecer para as nossas crianças e nossos adolescentes, ainda está no papel, e isso é bem preocupante porque, enquanto a gente está aqui discutindo o neuroblastoma – e aqui eu quero avançar às doenças oncológicas –, pessoas estão morrendo, no nosso país, e crianças também. Então, espero que seja de uma forma muito célere.

Espero também, mais uma vez, colocar... Espero também que a Conitec saia desse controle dos 180 dias, porque senão não adianta vocês avançarem na questão das terapias de ponta e a Conitec colocar 180 dias. Não vai, não vai resolver. Foi aprovada, vamos colocar dessa forma. Estão lá incorporadas as imunoterapias, outras drogas que são pertinentes aos tratamentos do neuroblastoma e outras doenças oncológicas, mas não chega no paciente. Então, a gente vai estar andando em círculo.

Mas quero agradecer à Dra. Suyanne e agora eu quero...

Antes, eu quero cumprimentar o Sr. Guilherme Vicente de Morais, que é Coordenador de Comunicação e Projetos da Amaviraras – não sei se ele se faz presente. Quero cumprimentá-lo, Sr. Guilherme, pela sua presença aqui, junto com essa moça aí ao seu lado – sempre tem mulher no meio e isso é motivo de muita alegria...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – A Presidente – olha que maravilha" –, a Presidente da Amaviraras.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – A Febrararas? Parabéns! – vai ficar registrado aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na próxima audiência, entre em contato conosco para que eu possa colocá-los para fazer parte da mesa e vocês também participarem. Depois, quando terminar, procure a nossa assessoria. Será um prazer entrar em contato com vocês. Muito grata por vocês estarem aqui presentes.

E agora eu também quero colocar outra questão muito importante.

Laira, eu quero dizer a você e a todos que estão aqui fazendo parte dessa audiência pública que nós iremos elaborar um protocolo, fazer um projeto de lei para termos um protocolo nacional de neuroblastoma. Nisso, nós teremos a sua participação e a participação de todos, para que possamos elaborar juntos esse projeto de lei e a gente possa ter, no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, enfim, no Congresso Nacional, um protocolo específico para neuroblastoma, para que a gente tenha mais força de lutar em relação aos casos de neuroblastoma. Isso é motivo de muita alegria estar colocando aqui para você. Me sinto muito honrada por ser autora desse projeto de lei que eu vou elaborar.

Você quer falar alguma coisa? Você tem a palavra.

A SRA. LAIRA DOS SANTOS INÁCIO (Para expor.) – Queria agradecer à Senadora e dizer o quão importante é esse protocolo, porque assegura um tratamento digno para as crianças do Brasil inteiro. É muito injusto uma criança que nasce em tal local, tal região, não ter o mesmo acesso a tratamento que crianças que nascem em outros locais. Então, a gente precisa, isso é uma coisa muito séria, que precisamos com muita urgência, realmente, para a gente poder assegurar um tratamento digno para as nossas crianças do Brasil inteiro.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Com certeza, Laira. Estamos juntas. Todos nós, juntas e juntos, porque também temos a participação dos nossos – como o Guilherme está aqui – homens que são sensíveis e que lutam junto conosco.

Agora, eu quero cumprimentar e agradecer a presença da Iriana Custódia Koch, que é Vice-Diretora Administrativa da Amucc, que é uma instituição chamada Amor e União contra o Câncer.

Seja muito bem-vinda, Iriana!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você é a última palestrante e, logo depois, a gente vai encerrar.

Mas eu quero, com muito carinho, com muito amor, agradecer a cada um de vocês que ficou até o fim acompanhando esta audiência pública tão importante para as nossas crianças e os nossos adolescentes do nosso país. Muito grata.

Se vocês puderem ficar mais um pouquinho para a gente ver o que a Iriana tem para falar para nós, que, com certeza, vai abrilhantar este debate.

Dez minutos, Iriana, para você fazer as suas considerações.

A SRA. IRIANA CUSTÓDIA KOCH (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora, pelo convite.

Quero cumprimentar as pessoas que também estão aqui na mesa.

Para mim é muito difícil, e muito honroso estar aqui, porque eu atuo com pacientes de câncer de mama e com mulheres com câncer de colo do útero. E como muito bem a senhora falou, hoje é o Dia Mundial de Prevenção ao Câncer de Colo de Útero. É um câncer que já deveria ter sido erradicado no mundo, porque nós temos a vacina, nós temos os exames – o Papa Nicolau e agora o DNA. É um câncer totalmente prevenível e curável, no entanto hoje é o terceiro maior câncer dentro do Brasil – são 19 mil casos por ano – e muitos deles já em estado avançado. Então, nós temos uma grande tendência de morte nesses cânceres. No Brasil, nós temos hoje 700 mil casos de câncer anualmente. E aí eu estava vendo que são 700 mil amores. São amores de alguém. Eu fiquei muito, muito mexida com a fala da Laira, porque eu sou mãe, sou avó e não posso imaginar a dor de uma mãe.

Eu sou advogada e comecei a atuar na causa do câncer justamente em favor do meu pai, que começou, que teve um câncer, teve três tipos de câncer. Ele faleceu no ano passado e eu me lembro exatamente do primeiro dia, quando eu soube do primeiro câncer. E a cada exame, e a cada cirurgia, e a cada quimioterapia, radioterapia, a família ia sofrendo, a família ia se diminuindo, porque a gente vai enfraquecendo. A cada momento, a cada situação por que uma pessoa adulta passou, por que o meu pai passou, eu não consigo, de maneira nenhuma, imaginar o que é viver isso como uma mãe: ver o sofrimento, ver o seu filho com dor, o seu filho pedindo ajuda, e você sabendo que existe o medicamento, você sabendo que existe a cura ou existe um tratamento para diminuir aquela dor, e você não consegue dar isso para o seu filho. É algo inimaginável. Lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em Santa Catarina, nós temos também uma associação que é a Avos, cuja Presidente é minha amiga e ela também perdeu o filho aos 13 anos de idade. Ela disse: "Iriana, depois que eu passei por isso, eu posso passar por qualquer coisa." E hoje ela também luta pelo direito dos pacientes, das crianças.

Então, eu quero te dizer, Laira, que você está no lugar certo, e que a Ana Ju não partiu em vão, nem ela, nem a Júlia, nem todas essas outras crianças com quem, eu tenho certeza, você convive e vê, porque você está aqui ao lado de uma Senadora que é uma pessoa fantástica, é uma mulher que assumiu essa causa aqui dentro desta Casa e, na semana passada, aprovou um projeto de lei com oito tipos de imunoterapia. Também ela tem um projeto de lei... Ela falou agora para você que ela vai fazer um projeto de lei. Ela tem um projeto de lei, que é o 126, que ela colocou no ano passado e já foi aprovado. Então, ela tem uma força... E você vai ver que vai andar. Então, nada, nada, nada foi em vão! Você vai honrar a vida da sua filha. É muito emocionante isso. (*Manifestação de emoção.*)

Eu estou aqui em Brasília – eu vim – pelo Projeto de Lei 265, que é para testes genéticos para câncer de mama e já está há seis anos tramitando. Ele está desde novembro parado aqui nesta Casa. Eu vim, ontem, falar com a Senadora e eu tenho certeza também de que ela já vai pegar essa relatoria. Assim como ela fez com o da imunoterapia, que estava parado há cinco anos e do qual agora tivemos a aprovação, acredito também que os testes genéticos para câncer de mama serão aprovados.

Por quê? Porque o tratamento e o diagnóstico precoce salvam vidas. Noventa e cinco por cento desses 700 mil casos de câncer que nós vamos ter este ano querendo ou não... A senhora disse ontem que 98% são curáveis, porém, hoje, no Brasil, 50% dos cânceres que são detectados já estão em estado avançado, e isso muda a vida das pessoas. Esses tratamentos, quanto mais tarde forem... Você sabe: você enfrentou 20 processos judiciais. A Dra. Patrícia também falou de todos os processos de que ela participa. E ela, antes de fazer o transplante, já começa pedindo, porque demora até um ano, e aí causa-se metástase, esse paciente passa por um tratamento paliativo e esses tratamentos são cada vez mais caros e cada vez mais difíceis de a gente conseguir pelo SUS, porque nós impactamos em custos, em orçamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agora, se nós pudéssemos ter esses tratamentos, esses cânceres diagnosticados conforme a lei – porque nós temos uma lei que é para, em 30 dias, nós termos o diagnóstico dado, e aí, então, 60 dias para iniciar o tratamento –, se essas pessoas não precisassem esperar um ano para iniciar o tratamento, com certeza aquele medicamento não seria um medicamento tão caro. Nós temos medicamentos acessíveis, pelo SUS, para essas pessoas. Então, eu acho importante a gente estar aqui para falar justamente sobre o acesso ao diagnóstico precoce, porque é esse o mais importante hoje, é o que salva mais vidas.

Quero aproveitar também para pedir, então, ao Presidente da República – depois de todo esse trabalho de mais de cinco anos e de ser agora aprovada aqui, no Senado e na Câmara – que a Lei da Imunoterapia realmente, além de ser sancionada, seja efetiva, que as pessoas tenham acesso.

Eu fico imaginando: se são 700 mil casos, então são mais de 7 milhões de famílias que vivem com isso, porque, se vocês estão vivendo há dez anos, se vocês viveram dez anos...

A SRA. LAIRA DOS SANTOS INÁCIO (*Fora do microfone*.) – Na verdade, com uma voluntária, foram dez anos. Com a minha filha, foram mais ou menos 3 anos de tratamento, mas tem crianças aí que...

A SRA. IRIANA CUSTÓDIA KOCH – Mas isso é para o resto da vida, não é?

A SRA. LAIRA DOS SANTOS INÁCIO (*Fora do microfone*.) – Exatamente.

A SRA. IRIANA CUSTÓDIA KOCH – Tu imaginas: todos os anos são 700 mil famílias, mais de 7 milhões de brasileiros; e aí, se você for pegar em termos de famílias, são praticamente todas. Quem não tem uma pessoa com câncer na família? São 200 tipos de câncer.

Quando a gente fala em câncer, parece que é uma doença só, mas são diversos tipos de doenças, são diversos tipos de protocolos, são diversos tipos de medicamento. Então, é importante que seja visto caso a caso, porque cada caso é o amor de alguém, cada pessoa... Nós não somos números; nós somos pessoas, nós somos mães, nós somos filhas, nós somos esposas, nós somos irmãs, e é toda uma sociedade que sofre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a primeira palestrante falou, uma criança numa cidade pequena impactou a cidade toda. Não foi só a família, foi uma cidade, o quanto aquelas pessoas deixaram de produzir pela tristeza, pela dor. Eu me sinto uma leoa quando estou cuidando das pacientes, mas quando é uma criança, eu me sinto muito pequena. A gente realmente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IRIANA CUSTÓDIA KOCH – ... fica impressionada com a força que vocês têm em cuidar das crianças.

Então, quero parabenizá-los, parabenizar a Senadora, principalmente por esta audiência, que é muito importante. Quero parabenizar as mulheres que trabalham com câncer, quero parabenizar a Femama também – nós estávamos ontem aqui na 13ª conferência.

Nós somos várias frentes trabalhando contra o câncer. Somos gotas no oceano, mas, sem essas gotas, o oceano seria menor, gente. Então, meus parabéns, muito obrigada e desejo muita força. Que a senhora sempre possa tratar de tantos assuntos... São tantos projetos de lei que a senhora já conseguiu colocar, e mais um hoje, já entrando na pauta.

Desejo força e sucesso para vocês todas. Quero dizer que não foi em vão a vida da sua filha, e continue o seu trabalho, que é maravilhoso. Meus parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito obrigada, Iriana, pela sua participação. Foi incrível a sua fala, ajudou-nos muito neste debate. Parabéns a você, que trabalha com tanta dedicação na Amucc.

Eu quero dizer aqui, como todas nós sabemos, que o melhor tratamento... Eu costumo dizer assim, palavras minhas: o melhor tratamento é o diagnóstico precoce, não é? Porque é óbvio: se nós diagnosticamos o neuroblastoma e todos os outros tipos de cânceres em fase precoce, nós teremos grandes chances de cura desse paciente, e isso diminui o impacto orçamentário do Governo Federal de tratar os cânceres em estágio avançado, porque, quanto mais avança o câncer para a forma metastática... Inclusive, para cuidados paliativos, é mais oneroso tanto para a nação como para os estados e os municípios.

Então, quero agradecer cada uma de vocês: à Dra. Patricia, à Dra. Nathalia, à Dra. Teresa, à Maria Angela, que está aqui ainda. Grata pela participação, Maria Angela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também quero cumprimentar a Laira, que, brilhantemente, nos ajudou a ter mais informações sobre o neuroblastoma, falou do caso da sua filha, a Ana Júlia, que, como a Iriana falou, veio para deixar um legado – pode ter certeza disso –, e a esse legado nós vamos fazer jus por cada dia que ela passou aqui com você. E eu vou dizer conosco por tabela, tá? Que passou conosco.

A SRA. IRIANA CUSTÓDIA KOCH – Uma sugestão... Para colocar o nome do projeto como Anaju.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – É, olha aí! Tá bom. Vou considerar essa sua colocação, muito pertinente.

Quero cumprimentar a Dra. Suyanne, que, brilhantemente, representou o Ministério da Saúde. Muito grata, Dra. Suyanne.

Também quero cumprimentar a Iriana, que, como sempre, está aqui na Casa, lutando por essa pauta de doenças oncológicas, especialmente a parte de doenças oncológicas em mulheres.

Quero agradecer a cada um que participou direta e indiretamente.

E aqui eu quero cumprimentar a Renata do Distrito Federal, a Bianca de São Paulo, a Maria do Pará e o Victor de Goiás, porque eles fizeram algumas questões, participaram. Temos muitos participantes remotamente, através do e-Cidadania, também através do *e-mail* aqui do Senado. Então, eles participam sempre, também através da Ouvidoria... Eles sempre participam dos nossos debates.

Por isso, quero agradecer e dizer a vocês, Renata, Bianca, Maria e Victor, que as suas perguntas eu vou repassá-las para todas as colegas que participaram desse momento da sessão de debates em relação ao neuroblastoma, e as respostas serão colocadas nos *e-mails*, respectivamente. Vocês terão, sim, as respostas.

E aqui eu quero colocar para vocês que participaram desse debate que irão chegar para vocês, colegas, esses *e-mails* dessas perguntas. Vocês, por gentileza, respondam a essas perguntas, porque isso faz toda a diferença no nosso debate. E, depois, a resposta de vocês nós encaminharemos a todas essas pessoas que participaram aqui através do e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito grata.

Fiquem todos com o nosso Deus, abençoando a cada uma de vocês, a cada um de nós, para que a gente tenha forças para continuar lutando e avançando nessa pauta tão importante que é a nossa luta contra o câncer e aqui, especialmente, contra o neuroblastoma!

Muito grata.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Meu grande abraço.

(*Iniciada às 9 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e nove minutos do dia trinta e um de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Dra. Eudócia e Dr. Hiran, reúne-se a Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer com a presença do Senador Paulo Paim, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Wilder Morais, Sérgio Petecão, Humberto Costa, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Marcos do Val, Magno Malta e Eduardo Girão, não-membros da comissão. Deixa de comparecer a Senadora Mara Gabrilli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 2/2025 - CASCANCER, de autoria Senadora Dra. Eudócia (PL/AL), e REQ 10/2025 - CASCANCER, de autoria Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Finalidade:** Debater sobre a aprovação e registro de vacinas, medicamentos e terapias contra o câncer. **Participantes:** João Paulo de Biaso Viola, Coordenador de Pesquisa e Inovação e Diretor-Geral Substituto do Instituto Nacional de Câncer – INCA (representante de: Ministério da Saúde); Anderson Vezali Montai, Gerente-Geral substituto de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; Jurema Telles de Oliveira Lima Sales, Membro da Câmara Técnica de Oncologia Clínica do Conselho Federal de Medicina – CFM; Marcela Salvadori, Coordenadora de Advocacy e Apoio do Paciente do Grupo Brasileiro de Tumores Ginecológicos – EVA; Mariana Gazzotti, Diretora Médica da Glaxo Smith Kline no Brasil – GSK; Amanda Cardoso Novaes, Diretora de Operações Clínicas da Glaxo Smith Kline no Brasil – GSK; e Felipe Carvalho, Diretor Regional de Brasília da Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para a Saúde – ABIMED. **Resultado:** Realizada. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior e da ata desta reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e nove minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia

Presidente da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/31

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento do câncer da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 2 e 10, de 2025, da CASCANCER, de minha autoria, para realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre aprovação e registro de vacinas, medicamentos e terapias contra o câncer.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com o serviço de interatividade com o cidadão, através da Ouvidoria, com o número de telefone 0800 0612211, e e-Cidadania, por meio do portal www12.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Eu quero aqui cumprimentar e agradecer pela oportunidade de podermos ouvir os palestrantes que irão estar aqui conosco durante esta audiência pública tão importante para os avanços terapêuticos na área do câncer do nosso país.

Estamos aqui com o Dr. João Paulo de Biaso Viola, Coordenador de Pesquisa e Inovação e Diretor-Geral Substituto do Instituto Nacional de Câncer (Inca), representante do Ministério da Saúde, por videoconferência. Seja muito bem-vindo, Dr. João Paulo!

O Dr. Anderson Vezali Montai, Gerente-Geral Substituto de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas da Agência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Também seja muito bem-vindo, Dr. Anderson! A sua presença irá enaltecer muito esta audiência pública.

A Dra. Jurema Telles de Oliveira Lima Sales, que é membro da Câmara Técnica de Oncologia Clínica do Conselho Federal de Medicina (CFM). Seja muito bem-vinda, Dra. Jurema!

A Dra. Marcela Salvadori, Coordenadora de Advocacy e Apoio do Paciente do Grupo Brasileiro de Tumores Ginecológicos (EVA). Seja muito bem-vinda também, Marcela!

A Mariana Gazzotti, que é Diretora Médica da GlaxoSmithKline no Brasil (GSK), que está também por videoconferência. Seja muito bem-vinda, Dra. Mariana!

A Dra. Amanda Cardoso Novaes, que é Diretora de Operações Clínicas também da GSK. Seja muito bem-vinda, Dra. Amanda!

E, por último, o Dr. Felipe Carvalho, que é Diretor Regional de Brasília da Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para a Saúde (Abimed), que estará presencialmente. Também seja muito bem-vindo, Dr. Felipe!

Estou muito grata a todos vocês que aceitaram o nosso convite para que a gente possa, juntos, avançar nas novas tecnologias de ponta para tratamento do câncer.

Quero aqui fazer algumas considerações. Senhoras e senhores, a CASCANCER, que é uma Subcomissão temporária criada com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento do câncer, foi instalada em 27 de agosto de 2025 e se encerra hoje, em 31 de março de 2026. Foi um ciclo de intensos trabalhos e relevantes contribuições ao país. Sinto-me muito honrada por ser a Presidente da CASCANCER e autora desta Subcomissão, e por saber que, depois da CASCANCER – foram sete momentos, sete audiências públicas que tivemos aqui na CAS –, houve grandes avanços, tanto no diagnóstico precoce como no tratamento contra o câncer. Então, eu posso dizer que me sinto com a missão cumprida e também com os meus colegas que fazem parte, como o Vice-Presidente, o Senador Dr. Hiran; também com a minha querida amiga Mara Gabrilli; também com o nosso companheiro Senador Paulo Paim; e também com a nossa querida Senadora Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao longo desse período, a Subcomissão cumpriu sua finalidade de debater e apreciar propostas voltadas à regulamentação, ao financiamento, ao desenvolvimento e à incorporação no Sistema Único de Saúde de vacinas, medicamentos e terapias de alto custo para a prevenção e o tratamento dos diversos tipos de câncer.

Gostaria de registrar meu agradecimento especial aos Senadores – como já coloquei –, que fazem parte da Subcomissão; ao nosso querido Senador Dr. Hiran; à nossa Senadora Mara Gabrilli, a quem eu ressalto e reitero as minhas palavras que eu falei anteriormente; ao Senador Paulo Paim; e à Senadora Damares Alves, que nos ajudaram muito a fazer, a realizar essas audiências públicas e a debater nelas. A atuação comprometida de todos foi essencial para os avanços alcançados.

Também é importante relembrar que as sete audiências públicas realizadas estruturaram os trabalhos da CASCANCER, que iniciamos em 23 de setembro de 2025, com o debate sobre regulamentação da pesquisa e desenvolvimento de vacinas, medicamentos e terapias contra o câncer.

Na sequência, em 3 de setembro, discutimos, em conjunto com a Senadora Damares Alves, o câncer do colo do útero, com foco na prevenção, no diagnóstico precoce e na assistência integral.

E, falando em câncer de colo de útero, nós sabemos que esse câncer tem dia e hora contados, porque temos a vacina contra o HPV, um vírus oncogênico que causa praticamente a totalidade dos cânceres de colo de útero. E, se nós temos uma vacina para combater esses vírus, esses sorotipos que levam ao câncer... Então, a gente quer avançar e massificar essas vacinas para todas as mulheres do nosso querido Brasil e quero aqui especialmente dizer do meu querido Estado de Alagoas, que, atualmente, padece tanto com o diagnóstico de câncer e que não tem o acesso que deveria ter para o tratamento do câncer.

Queria colocar também que, fora a vacina contra o HPV, a quadrivalente, que nós temos pelo SUS – é de suma importância essa vacina quadrivalente –, eu também tenho um projeto de lei para instituirmos a vacina nonavalente pelo SUS, porque, atualmente, nós só temos na rede particular e na rede suplementar. Obviamente, a nonavalente protege muito mais do que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quadrivalente, uma vez que nós temos a vacina contra nove sorotipos oncogênicos que causam o câncer do colo de útero.

Continuando, em 7 de outubro, aprofundamos o debate sobre o financiamento da pesquisa e inovação em oncologia; já em 2 de dezembro, tratamos da incorporação de tecnologias no SUS; e, em 9 de dezembro, debatemos a importância da terapia nutricional no tratamento de pacientes oncológicos. Isso porque nós sabemos que não é só medicação, não é só radioterapia que faz parte do tratamento oncológico. Nós sabemos que a nutrição é importantíssima nesse processo. Por isso esse tema foi motivo de audiência pública aqui na CASCANCER.

Em 2026, retomamos os trabalhos com a audiência de 26 de março, dedicada ao neuroblastoma no Brasil, destacando a urgência do acesso ao tratamento pelo SUS, especialmente na primeira infância, porque o neuroblastoma é uma doença rara, mas que 90% dos casos acometem as nossas crianças abaixo de cinco anos de idade.

Então, nós temos que nos debruçar tanto no diagnóstico precoce do neuroblastoma, como também no tratamento, para que todas as nossas crianças e nossos adolescentes, se avançarem nessa faixa etária, tenham acesso aos medicamentos de ponta para tratar o neuroblastoma.

Hoje, nesta última reunião, discutimos um tema central: a aprovação e o registro de vacinas, medicamentos e terapias contra o câncer, que é uma etapa fundamental para garantir acesso mais rápido e efetivo aos nossos pacientes. E aqui eu queria colocar para vocês dois projetos de lei falando em vacinas e terapias de ponta, dois projetos de lei de minha autoria – desculpem –, um projeto de minha autoria e do segundo eu fui Relatora, que falam exatamente sobre isso, que é o Projeto de Lei 126, de 2025, que é o marco regulatório da vacina contra o câncer, que foi tramitado aqui no Senado Federal e que, depois que foi tramitado no Senado, foi para a Câmara dos Deputados e lá, em tempo recorde, em caráter de urgência, nós conseguimos aprová-lo.

Quero agradecer a todos os colegas Senadores e Senadoras que entenderam a importância desse projeto de lei e o aprovaram aqui no Senado Federal. Também agradeço aos nossos colegas Deputados e Deputadas que entenderam, da mesma forma, a importância e colocaram em caráter de urgência. Aqui eu quero agradecer ao Deputado Sóstenes e ao Deputado Augusto, que são Líderes lá na Câmara dos Deputados e atenderam o meu pleito de colocar em caráter de urgência, e foi aprovado na semana passada, motivo de muita alegria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse marco regulatório da vacina contra o câncer é sobre a vacina de RNA mensageiro, que está sendo estudada no mundo, e por que não dizer aqui também no Brasil, especialmente no Hospital de Amor de Barretos, pela Dra. Josiane. É essa vacina que vem fazer a diferença na terapia, porque é uma vacina terapêutica, que vai fazer uma diferença na terapia dos nossos pacientes oncológicos. E aqui, além das imunoterapias, com as vacinas, uma vez que terminarem os estudos – ainda estão em estudos –, quando os nossos colegas cientistas, tanto aqui do Brasil, como de outras nações, como Reino Unido, Alemanha, China, Rússia... Entre esses, eu tive missões, ainda não fui à Alemanha, mas pretendo ir nos próximos dias para ver de perto como está a evolução dessa vacina lá, mas, uma vez entendendo que essa vacina é eficaz, que já se mostrou eficaz, e ela continuando a se mostrar eficaz e segura para o uso humano, quando for liberada pelos respectivos institutos que acompanham, estudam e avaliam cada medicação – por exemplo, no Reino Unido é a Nice; nos Estados Unidos, é o FDA; aqui é a Anvisa; e assim por diante...

Quando chegar esse momento, em que os colegas falam em torno – eles não querem precisar, porque realmente está em estudo – de dois anos, no máximo, daqui a três anos, e três anos para a medicina é muito pouco, a gente fecha o olho e, quando abre, já se passaram três anos, essa vacina vai fazer toda a diferença no tratamento dos nossos pacientes.

E isso é motivo de muita alegria. Festejei muito, lá na Câmara, por ter sido aprovado esse marco regulatório, que foi o meu primeiro projeto de lei, quando cheguei aqui ao Senado. Foi motivo de muita alegria para mim e para todos que nos acompanham nessa luta contra o câncer.

E aqui eu quero cumprimentar e agradecer a ajuda das ONGs, dos institutos, das associações que estão lado a lado comigo, aqui no Senado, lutando para ver a aprovação desses projetos de lei que irão fazer toda a diferença na vida dos nossos pacientes oncológicos, diminuindo consideravelmente os índices de mortalidade e aumentando os índices de sobrevivência e de qualidade de vida, porque aqui também a gente quer que os pacientes que sejam curados ou os que vão ter tratamento por longo e longo tempo, porque isso é possível, tenham uma boa qualidade de vida.

E eu quero aqui falar também do Projeto de Lei 237, de 2021. Esse projeto, que é do Deputado Bibo Nunes, demorou cinco anos para chegar aqui no Senado – cinco anos. E aqui eu quero cumprimentar e parabenizar o Deputado Federal Bibo Nunes por esse projeto de lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brilhante, que é para incluir as imunoterapias nos protocolos clínicos de tratamentos para o câncer. Eu tive a honra de ser a sua Relatora. Esse projeto de lei, que estava parado há cinco anos, eu consegui colocá-lo para ser sua Relatora e ele foi, em tempo recorde, aprovado aqui no Senado Federal.

Mais uma vez, eu quero agradecer aos meus colegas Senadores e Senadoras por terem tido essa sensibilidade e saberem que as imunoterapias iriam fazer toda a diferença no tratamento clínico dos diagnósticos de câncer, sabendo nós que sempre o diagnóstico precoce é o melhor tratamento, obviamente. Mas uma vez que os pacientes entrarem no público e necessitarem do uso de outras terapias, e as imunoterapias serem uma delas – cada caso é um caso, indicado pelo oncologista –, sabermos que essas pessoas vão ter acesso à imunoterapia, uma vez o oncologista indicando...

Nesse projeto de lei, na minha relatoria, o que foi que coloquei, de uma forma bem especial, que vai realmente e definitivamente fazer a diferença no tratamento dos nossos pacientes oncológicos? É que nós temos, atualmente no SUS, de duas a três imunoterapias incorporadas pelo SUS, certo? Elas fazem parte das imunoterapias que pegam a maior quantidade de câncer. Realmente isso é muito importante, importantíssimo, mas, às vezes, está tendo alguma dificuldade desses medicamentos chegarem à ponta, chegarem até o paciente oncológico. O fato é que eu ampliei esse rol. Nesse projeto de lei, eu coloquei para que as oito imunoterapias que constam no rol da ANS fossem colocadas também no rol do SUS. Foi isso o que nós aprovamos na Câmara, no Senado, e agora está para sanção presidencial.

Já fiz vários apelos ao nosso Presidente da República para sancionar, uma vez que será um divisor na história dos nossos pacientes oncológicos de todo o nosso Brasil. Será o antes, o antes desse projeto de lei, de termos oito imunoterapias disponíveis para a nossa população... O antes, nós termos só duas a três imunoterapias no SUS; e o depois, serão oito imunoterapias disponíveis para os nossos pacientes oncológicos.

Mais uma vez eu coloco: se, na rede particular e na suplementar, os nossos pacientes têm acesso às oito imunoterapias, por que os nossos pacientes do SUS também não têm? Essa é a nossa luta. E o tratamento igualitário, equitativo e universal, para que as nossas queridas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiras e os nossos queridos brasileiros também tenham o direito e o acesso às oito imunoterapias que constam no rol da ANS.

Dando continuidade, para complementar minha fala, por fim, registro um agradecimento especial aos servidores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, dentro da CAS, a CASCANCER. Quero aqui cumprimentá-lo e agradecer ao Saulo, o nosso querido Saulo, que vem nos ajudando esse tempo inteiro, especialmente nestes seis meses.

Hoje nós estamos nos despedindo da CASCANCER. Confesso a vocês que já estou com saudades, porque só poderia haver seis meses de CASCANCER, mas, com sentimento de dever cumprido, com o coração cheio de esperança e entendendo que esses dois projetos que estão para a sanção presidencial... Tanto o marco regulatório da vacina contra o câncer, que já está para sanção presidencial, quanto o das imunoterapias. Então, eu me sinto, de verdade, com o sentimento de dever cumprido, podendo olhar de cabeça erguida para o povo brasileiro, para o povo do meu Estado de Alagoas e, especialmente, para os nossos pacientes oncológicos, seja na área de pediatria, na adolescência, no adulto, no idoso; sentimento de que nós avançamos muito na questão das terapias e do diagnóstico precoce.

Vou sair desta cadeira aqui da Subcomissão da CASCANCER totalmente renovada, feliz por nosso Deus ter me abençoado poderosamente e me feito de instrumento, nas mãos dele, aqui nesta Casa, para ajudar os nossos pacientes oncológicos. Mas a minha luta não para por aqui; não é porque não vai ter mais Subcomissão da CASCANCER que a minha luta vai parar, de forma alguma. Eu quero avançar mais e mais, até o último dia do meu mandato, com a graça de Deus.

Quero também cumprimentar o Ivan. Muito obrigada, Ivan, por tudo o que você tem feito por nós aqui na CASCANCER, pelos seus préstimos. Muito grata, você também fez parte dessa história.

Eu quero também cumprimentar a Marcia, não sei se... A Marcia não está hoje, mas, Marcia, deixo aqui o meu registro, que vai constar nos *Anais* desta Casa, da Comissão CAS e da Subcomissão CASCANCER.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também quero agradecer ao Ewerton, que também não está hoje, mas deixo aqui meu abraço e minha gratidão; e ao Marcos, que estava aqui presente, por toda a atenção e por nos ter acompanhado nestes seis meses.

O trabalho técnico de vocês, dedicado e incansável, foi fundamental para a organização e a realização de todas as atividades da Subcomissão CASCANCER.

E encerramos esta Subcomissão com a convicção de que contribuímos para o avanço das políticas públicas de enfrentamento ao câncer no Brasil, reforçando o compromisso desta Casa com a vida, a saúde e a dignidade da população.

Quero deixar aqui o meu grande abraço para quem está nos assistindo, nos acompanhando, quem nos acompanha através do Instagram, das redes sociais. Deixo o meu abraço e minha gratidão por vocês me darem força de continuar lutando, junto com o Vice-Presidente da CASCANCER, que é o meu querido Senador Dr. Hiran, que está aqui ao meu lado. Nós agradecemos a todos que nos ajudaram diretamente e indiretamente para avançarmos cada vez mais. Meu muito obrigada.

E aqui, antes de convidar o meu amigo para presidir esta CASCANCER, esta Subcomissão tão importante da CAS, uma vez que vou me ausentar, porque vou pegar um voo para o meu Estado de Alagoas, mas o meu querido Senador Dr. Hiran, de forma muito relevante, com muito esmero, está aqui para continuar presidindo a CASCANCER. Mais uma vez, repito, o Senador Dr. Hiran, que é o Vice-Presidente da CASCANCER, continuará aqui na audiência pública. Te agradeço, meu amigo, por você ter vindo aqui me substituir.

Antes disso, quero convidar o Dr. Felipe Carvalho, por gentileza, faça parte aqui da mesa. Você estar aqui presencialmente é motivo de muita alegria, muita honra, poder tê-lo aqui mais uma vez no debate. Seja muito bem-vindo!

Quero, mais uma vez, agradecer – só um minuto, meu Presidente – a todos os convidados que, nessas sete reuniões da CASCANCER, aceitaram o nosso convite e nos ajudaram muito a avançar nas questões do tratamento e do diagnóstico precoce do câncer: Beneficência Portuguesa de São Paulo, muito grata; Fundação Oswaldo Cruz; Hospital de Amor de Barretos; Conselho Federal de Medicina, muito grata; Dr. Hiran Gallo, grata por toda a atenção; e também meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

querido amigo Vice-Presidente do CFM, Dr. Emmanuel Fortes. Isso é a emoção, porque está acabando a CAS hoje.

Quero agradecer também ao Ministério da Saúde, por sempre se fazer presente, nos ajudando nesta pauta; à Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica; à Agência Nacional de Vigilância Sanitária; à Associação Brasileira de Patologia do Trato Genital Inferior e Colposcopia; ao Instituto Nacional de Câncer; ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; ao Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos, Biomanguinhos; ao A.C.Camargo Cancer Center; à Pfizer Brasil; à Femama, que sempre está presente aqui conosco, muito grata, Femama; à Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma); ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP; ao Instituto Oncoguia; à Amucc (Amor e União contra o Câncer); à Bristol; à Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde (Abimed); à Sociedade Brasileira de Nutrição Oncológica; ao Conselho Federal de Nutrição; à Associação Brasileira de Câncer de Cabeça e Pescoço; à Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica; à Confederação Nacional de Instituições de Apoio e Assistência à Criança e ao Adolescente com Câncer (Coniacc); ao Instituto AnaJu; e ao Grupo Brasileiro de Tumores Ginecológicos EVA.

Todas essas instituições marcaram, fizeram parte, ajudaram, abrilhantaram as nossas discussões, nosso querido Vice-Presidente, Senador Dr. Hiran. É motivo de muita alegria. Quero aqui deixar o meu abraço, meus cumprimentos e a minha gratidão a todos vocês por toda essa ajuda e toda essa participação.

E, agora, eu passo a Presidência para o nosso querido Vice-Presidente, Senador Dr. Hiran.

E um grande abraço a todos vocês que aceitaram o nosso convite, que estão aqui por videoconferência e vão nos ajudar muito nessa última reunião da CASCANCER. Deixo aqui o meu grande abraço. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, boa tarde a todos.

Eu quero aqui saudar a minha querida Presidente Senadora Eudócia, que é essa colega médica tão comprometida com as boas causas aqui na nossa Comissão de Assuntos Sociais, da qual essa Subcomissão faz parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço o convite de ser seu Vice-Presidente e desejo a você, Eudócia, todo sucesso e que você continue essa pessoa maravilhosa que você é, e que conviveu tanto conosco aqui, para a nossa alegria e para a alegria de todos aqueles que contam com o trabalho de pessoas vocacionadas e comprometidas com a abordagem e o enfrentamento dessa doença que nos preocupa tanto e que causa tanto sofrimento às pessoas que alcança no nosso país.

Então, quero aqui, mais uma vez, agradecer também a presença de todos que já foram nominados antes pela nossa Presidente.

Nós temos vários expositores.

Então, vou passar, rapidamente, a palavra por dez minutos, inicialmente, ao Felipe, que é meu querido amigo, Diretor Regional de Brasília da Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde, que, aliás, tem sido um grande parceiro da Frente Parlamentar de Medicina do Congresso Nacional, que eu tenho a honra de presidir.

O Felipe está sempre aqui, representando a Abimed e sendo nosso parceiro em todas as nossas pautas, nos eventos que nós organizamos aqui no Senado ou na Câmara. Agradeço a você pelo seu comprometimento e sempre pela sua disponibilidade de, com muita presteza, rapidez e competência, nos atender nos nossos pleitos aqui.

Muito obrigado em nome do povo brasileiro.

Quero passar, em seguida, a palavra a você, meu amigo, por dez minutos. E serei absolutamente rigoroso, porque tem muita gente competente que eu estou vendo aqui, que está nos acompanhando remotamente, que também precisa participar desse evento, porque é um evento importante para todos nós.

Felipe, por favor, por dez minutos.

O SR. FELIPE CARVALHO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Boa tarde a todos que nos assistem aqui presencialmente e que nos assistem de forma remota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de mais nada, quero agradecer à Senadora Eudócia e ao Senador Hiran, pelo convite à Abimed e por esse olhar tão distinto desses dois Parlamentares de entenderem a importância de outras tecnologias, que não somente os medicamentos, para o combate ao câncer.

Aqui eu represento um setor em que nós temos tecnologias que vão desde o diagnóstico, passando pelo tratamento e, também, pela reabilitação desse mal terrível, como o Senador Hiran colocou aqui, que assola milhões de brasileiros.

A tendência é que a prevalência dessa doença aumente na nossa população. Então, cada vez mais, nós temos que buscar tecnologias, capacidade de acesso da população aos tratamentos hoje disponíveis e ampliar esse acesso na medida do possível.

O mote desse debate hoje é relacionado à regulação. Nós já estivemos aqui tratando do acesso especificamente, mas a regulação é, sem dúvida, o primeiro passo para o acesso. Nós entendemos que o processo regulatório é de fundamental importância para que as tecnologias possam chegar à nossa população.

O acesso é necessário para que nós tenhamos tecnologias seguras, efetivas, de qualidade sendo disponibilizadas aos pacientes, mas o excesso regulatório também pode ser pernicioso, pode restringir esse acesso. Hoje, nós vivemos num mundo onde o comércio internacional é globalizado; a gente sempre coloca que a montagem de um equipamento, de um dispositivo médico, perpassa uma cadeia bastante extensa e complexa. Muitas vezes, para a montagem do equipamento, nós temos produtos vindos de cinco, seis, sete *sets* produtivos diferentes, isso dentro de uma mesma empresa, fora se nós formos considerar fornecedores. Isso tudo perpassa a regulação.

Nosso setor, em específico, é um setor bastante regulado; nós temos a regulação da Anvisa, temos a regulação do Inmetro, da Anatel, do Cnen, entre outras instâncias regulatórias, como, por exemplo, a própria Camex, que faz a regulação do comércio exterior e, muitas vezes, implica também discussão sobre acesso.

Quando nós falamos em regulação, ela é um componente crucial para o famigerado custo Brasil, que, muitas vezes, impede que empresas brasileiras avancem e prosperem e também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desestimula a vinda de investimentos externos para produzir aqui no nosso país, para trazer tecnologias para o nosso país.

Nosso setor, em específico, é um setor bastante regulado; nós temos a regulação da Anvisa, temos a regulação do Inmetro, da Anatel, da Cnen, entre outras instâncias regulatórias, como, por exemplo, a própria Camex, que faz a regulação do comércio exterior e, muitas vezes, implica também em discussão sobre acesso.

Nós temos um dado na nossa associação, que representa empresas do segmento de equipamentos e dispositivos médicos – hoje somos cerca de 180 associados –: o Brasil tem um *gap* tecnológico de aproximadamente oito anos, se formos olhar para os principais mercados mundiais, na América do Norte e na Europa. Nós somos hoje cerca de 2% do mercado mundial nesse segmento. Com uma população imensa, com um sistema único, universal e com uma capacidade de expansão desse mercado bastante importante, convivemos, muitas vezes, com dilemas regulatórios que certamente desestimulam a vinda desses produtos para cá.

Um dos que nós enfrentamos recentemente é uma regulação no âmbito ambiental, uma proposta que está sendo debatida no Conama, neste momento sob análise do Mdic, a partir de um pedido de vista, mas na qual se cria uma norma brasileira que regula desde o robô de brinquedo da criança até o robô que faz cirurgia, regula desde uma máquina fotográfica digital até um tomógrafo, sem fazer uma discussão apartada das peculiaridades dos equipamentos eletromédicos no setor de saúde. E nós estamos falando de uma norma que, na Europa, já está bem segmentada; todas as empresas mundiais, sejam elas europeias, asiáticas, americanas ou brasileiras, já seguem essa normativa, e é a que rege o comércio internacional. E hoje, nós temos um debate no âmbito do Conama, criando algumas jabuticabas, aumentando o custo para quem produz aqui e desestimulando quem produz fora de trazer as tecnologias para cá.

Então, esse é só um exemplo que nós enfrentamos, Senador, de alguns aspectos regulatórios *sui generis* aqui do nosso país.

Por outro lado, nós temos uma agência regulatória no setor de saúde que é extremamente forte e reconhecida mundialmente, que é a Anvisa. Nós apoiamos a Anvisa, nós do setor regulado apoiamos o trabalho da Anvisa, trabalho técnico, competente. E tem que ser assim para que, de fato, nós não tenhamos a entrada de produtos de baixa qualidade aqui no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje, a Anvisa vem trabalhando numa perspectiva de alinhamento em fóruns internacionais, na busca da convergência, da humanização regulatória, da adoção de práticas como o *reliance*, que é adotar análises de outras agências para acelerar o processo regulatório aqui no país, mas, por outro lado, vivemos situações como essa que eu acabei de citar, em relação ao Conama, na regulação ambiental.

Na regulação do comércio exterior, estamos vivenciando também uma questão crítica relacionada ao Imposto de Importação, suspensão de alguns ex-tarifários de produtos que nós não temos similar nacional sendo produzido aqui no Brasil, e uma adoção até de um viés protecionista de não concessão de benefícios de isenção de Imposto de Importação para produtos que tenham a funcionalidade básica sendo produzida aqui no país. Mas, se formos pegar um mamógrafo, por exemplo, trazendo para dentro desse debate do câncer, nós sabemos que existem vários tipos de mamógrafos, várias tecnologias e cada qual tem a sua aplicação. Contudo, não dá para balizar por baixo e pensar que o país vai ser autossuficiente na produção desses equipamentos ou, se for, eu vou resguardar e favorecer a venda de um produto de menor qualidade, sendo que nós já temos hoje no mercado produtos de altíssima qualidade, com melhor definição, com um diagnóstico muito mais assertivo, e nós temos uma situação hoje de imposto dificultando esse acesso.

Dentre as cerca de 180 associadas da Abimed, nós temos 47 fábricas produzindo aqui no Brasil. Entre empresas globais, o nosso mote associativo é tecnologia e inovação, naturalmente essas empresas globais são associadas da Abimed. Essas empresas estão na vanguarda tecnológica, mas temos empresas também de capital 100% nacional, com fábrica aqui, e uma das grandes dificuldades que essas empresas enfrentam também para prosperar a partir da produção aqui no Brasil é o fato de terem dificuldade para acessar outros mercados.

Nós temos, muitas vezes, a ilusão de alguns pesquisadores de que o mercado brasileiro é suficiente para justificar a instalação de uma fábrica ou mesmo de uma linha produtiva aqui no Brasil, mas, muitas vezes, não é. Como eu citei, são cadeias complexas, cadeias globais, muitas vezes produzem um ou dois sítios produtivos para o mundo inteiro, e se nós também não tivermos um olhar regulatório na perspectiva de favorecer o acesso a mercados externos, nessa linha de convergência regulatória, harmonização, não criarmos as nossas jabuticabas, certamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós vamos ter uma atração para investimentos, sejam nacionais ou investimentos externos diretos. É algo que a gente bate bastante na perspectiva da nossa associação.

Muitas vezes, a sede latino-americana das grandes empresas globais estão sediadas no Brasil, os seus CEOs, os *general managers* estão aqui, contudo, perdem investimento para países da região. Vão para a Colômbia, para o Panamá, para a Costa Rica, porque a gente não consegue ser competitivo, competente para atrair, para reter esse investimento aqui no Brasil, e, muitas vezes, isso passa pelas questões regulatórias.

Bom, isso é um pouquinho do que eu queria trazer, Senador. Fico à disposição para um eventual debate, se tivermos tempo ao final, mas certamente a Abimed está disposta a cooperar não só nesse trabalho da CASCANCER, que a Senadora relatou muito bem aqui no início, um trabalho primoroso de toda a equipe do gabinete da Senadora, do Senador Hiran, mas também aqui da CAS. Parabenizo a todos por isso e àqueles que estiveram em outros debates também contribuindo para a melhoria do ambiente do combate ao câncer aqui no nosso país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, obrigado, Felipe.

Realmente, esses marcos regulatórios que impedem inserção de inovação, e, com essa restrição de entrada de inovações no nosso país, restringe-se o acesso.

Eu vou dar um exemplo muito prático para vocês, que nos acompanham remotamente também.

Quando eu cheguei a esta Casa, como Deputado Federal ainda, há mais de 12 anos, eu fiquei surpreso porque a gente não tinha uma lei que norteasse as pesquisas clínicas em seres humanos aqui. E olhem só: eu passei cerca de oito anos relatando esse projeto de lei na Câmara, uma coisa tão pertinente, tão necessária, pois tudo era regulado através de resoluções infralegais, os prazos não eram respeitados, nós tínhamos dois estágios éticos e um técnico, quando na maioria dos países mais desenvolvidos nós temos um estágio ético e um técnico e um estágio ético recursal só, e fizemos assim. E depois de 11 anos, nós conseguimos aprovar esse projeto, e, para nossa surpresa, o Governo vetou esse projeto, e nós ainda ficamos mais um ano esperando uma sessão do Congresso aqui em que fosse pautado esse projeto, para que nós fizéssemos um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho de derrubar o veto e essa lei entrasse em vigor. Olhem só: algo que parece muito claro e necessário para nós passamos 11 anos aqui para aprovar.

Aliás, agora mesmo – é uma coisa que não tem nada a ver com isso aqui, mas é um exemplo –, nós acabamos de aprovar aqui na CAS que – e a bolsa de um residente custa, no máximo, R$4,1 mil – o residente pode fracionar as férias dele, assim como todos nós podemos fracionar as férias, os servidores CLT. E nós passamos quatro anos para aprovar isso aqui, uma coisa tão simples.

Então, nós precisamos realmente trazer este debate, trazer pessoas como vocês para cá, para dentro, para sensibilizar os Srs. Senadores, as Sras. Senadoras e os Deputados de coisas importantes que nós podemos fazer aqui – e fazemos, mas não com a celeridade que a sociedade espera de nós.

Acabamos de aprovar aqui um projeto de lei muito amplo de enfrentamento ao câncer, um projeto que veio da Câmara, de que participei, em que se dá muita ênfase a diagnóstico precoce, a acesso e à ampliação dos nossos sistemas de diagnóstico e tratamento no país todo, que são tão assimétricos.

No meu estado, nós ainda não temos até hoje um acelerador linear. Pasmem! Todas as mulheres que precisam de tratamento adjuvante para os seus cânceres de mama, como radioterapia, elas têm que entrar em uma fila interminável de TFD. Agora nós vamos inaugurar o primeiro acelerador linear lá e a rádio e a braquiterapia vão começar a funcionar para tentar mitigar o sofrimento dessas pessoas.

Isso é só um comentário *en passant*.

Eu vou prestigiar agora as mulheres e vou fazer um zigue-zague.

Vou chamar a Dra. Marcela Salvadori para se manifestar, por dez minutos.

Depois vou convidar ou o João ou o Anderson, e depois a Mariana.

Vamos fazer um intercalado entre os meninos e as meninas convidadas.

Dra. Marcela, seja muito bem-vinda!

A SRA. MARCELA SALVADORI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de saudar a Exma. Senadora Dra. Eudócia e o Senador Dr. Hiran, os demais Parlamentares, colegas e representantes da sociedade civil. Eu estou aqui em nome do Grupo Brasileiro de Tumores Ginecológicos, o EVA, e agradeço o convite para contribuir neste debate de grande relevância para a saúde pública no Brasil.

Então, falando um pouco do EVA. O EVA é um grupo multidisciplinar que é composto majoritariamente por médicos. Nós, hoje, temos mais de mil membros. Ele é dedicado à promoção do controle integral do câncer ginecológico, por meio da educação, da pesquisa, da prevenção, do tratamento e do suporte aos pacientes.

No Brasil, infelizmente, o câncer de colo de útero permanece como um importante problema de saúde pública, sendo o terceiro tumor mais incidente entre as mulheres, com cerca de 17 mil novos casos por ano, conforme os dados do Inca. Também se observa um crescimento dos casos de tumores de endométrio, de tumores de útero, que está associado a mudanças epidemiológicas, como o envelhecimento da população e o aumento da obesidade.

Em relação à mortalidade do câncer do colo de útero, ela ainda apresenta taxas relevantes, enquanto o câncer de ovário, embora menos incidente, se destaque pela sua elevada letalidade, reforçando a necessidade de estratégias específicas para o seu enfrentamento.

Nesse cenário, o Projeto de Lei nº 126, de 2025, traz propostas que dialogam com os desafios da oncologia de abordar aspectos relacionados à pesquisa, à produção, ao acesso e à incorporação de tecnologias em saúde. Do ponto de vista técnico, iniciativas que busquem fortalecer a produção nacional, estimular a inovação científica e ampliar o acesso equitativo no SUS, podem contribuir para o aprimoramento do cuidado oncológico, desde que acompanhadas de critérios baseados em evidências, avaliação de custo-efetividade e sustentabilidade do sistema.

Destaco também a importância de estratégias complementares, como ações de conscientização e prevenção. Nesse contexto, na campanha do Setembro em Flor, que é uma campanha de conscientização e prevenção dos tumores ginecológicos, criada pelo grupo EVA, temos demonstrado o potencial de ampliar o conhecimento da população sobre prevenção, diagnóstico precoce e acesso ao tratamento. Adicionalmente, é fundamental considerar o papel de tecnologias já consolidadas. Como a própria Senadora Dra. Eudócia disse, a vacinação contra o HPV é essencial para a redução da incidência do câncer de colo de útero. Também é preciso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falarmos sobre os avanços recentes em terapias inovadoras, como a imunoterapia, para subgrupos específicos de pacientes com câncer ginecológico.

No câncer de ovário, a ausência de métodos eficazes de rastreamento reforça a relevância da testagem genética como uma estratégia tanto de prevenção quanto de aconselhamento familiar e definição terapêutica.

Nesse cenário, o debate em torno do PL nº126, de 2025, representa uma oportunidade relevante para o aprimoramento das políticas públicas em oncologia no Brasil.

O EVA está aqui e se coloca à disposição para contribuir tecnicamente com esse projeto, apoiando a construção de soluções baseadas em evidências voltadas para a ampliação do acesso, a redução de desigualdade e a melhoria dos desfechos nos pacientes oncológicos.

Agradeço a oportunidade e, mais uma vez, destaco que a Senadora Eudócia esteve junto com o EVA, apoiando nossos eventos em que falamos sobre o câncer ginecológico, de prevenção a tratamento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, Dra. Marcela, muito obrigado pela participação.

Eu como médico, e me envolvo também com esse tema, queria aproveitar que nós temos uma audiência muito significativa e nós temos uma penetração nos lugares mais longínquos deste país, através do nosso canal da TV Senado, para pedir às mães, aos pais que vacinem seus filhos contra HPV, pelo amor de Deus! Sobra vacina, sobra vacina. E dizer para os pais que, quando eles levam os filhos de 14 anos, 13 anos para se vacinarem, isso não significa um salvo-conduto para iniciação sexual precoce, não; isso significa salvar vidas, significa saúde, significa diminuir muito significativamente a incidência de câncer de colo de útero em qualquer lugar.

Então, em seu nome, Dra. Marcela, eu quero pedir para a população brasileira que leve seus filhos para que se vacinem, meninos e meninas, contra HPV, porque esse vírus está absolutamente ligado à incidência alta de câncer de colo de útero ainda no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer à senhora pela sua participação e agora vou passar a palavra, em homenagem aos cabelos brancos, ao Dr. João Viola, que é Coordenador de Pesquisa e Inovação e Diretor-Geral do Instituto Nacional do Câncer (Inca) e é representante aqui do Ministério da Saúde.

Seja muito bem-vindo, o senhor tem dez minutos, Dr. João.

O SR. JOÃO PAULO DE BIASO VIOLA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, inicialmente, eu queria agradecer o convite, é um prazer estar aqui, tanto em nome do Instituto Nacional do Câncer quanto em nome do Ministério da Saúde.

E gostaria aqui de saudar a Senadora Eudócia, assim como o Senador Hiran, e todos aqueles outros Parlamentares presentes nesta reunião, colegas aqui presentes e todos os outros que estão nos assistindo.

Eu vou compartilhar a minha tela rapidamente, porque eu queria fazer uma apresentação muito rápida para vocês.

Então, em nome do Instituto Nacional do Câncer, gostaria aqui de mostrar a grande importância do câncer na saúde pública mundial. Segundo a Organização Mundial de Saúde, até os 75 anos, uma em cada cinco pessoas da população mundial terão câncer. Isso quer dizer que 20% da população, em algum momento da vida, até os 75 anos, terão.

E, segundo a American Association for Cancer Research, o câncer está em grande aumento na sua incidência e na sua mortalidade em termos mundiais. Temos aqui um aumento estimado, até 2050, de 20 milhões a quase 35 milhões de pessoas com essa doença, uma mortalidade estimada em torno de 18 milhões de pessoas, até 2050, por câncer.

A situação no mundo, assim como a situação no Brasil, mostra, segundo a Organização Mundial de Saúde e a Iarc, que existe uma incidência crescente e de mortalidade, tanto no mundo quanto no Brasil, nos mais diferentes tumores, e isso mostrando essa incidência crescente tanto em homens quanto em mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo as nossas últimas estimativas, lançadas agora, dia 4 de fevereiro, pelo Inca, no Dia Mundial do Câncer, para o próprio triênio 2026-2028, nós temos uma estimativa de 781 mil novos casos de câncer no país, e tirando... (*Falha no áudio.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem.

Eu vou passar para o próximo expositor, e, quando for restaurada a conexão do Dr. João, a gente o reinsere na pauta.

Vou passar, então, para a minha querida colega Jurema Telles de Oliveira, que é membra da Câmara Técnica de Oncologia do Conselho Federal de Medicina.

A SRA. JUREMA TELLES DE OLIVEIRA LIMA SALES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde.

Eu gostaria de agradecer, em nome do Conselho, essa participação e esse espaço ao Presidente Davi e ao Dr. Hiran, Senador, e à Dra. Eudócia, que vêm fazendo esse esforço.

Eu sou oncologista clínica e estou coordenando um projeto-piloto aqui em Pernambuco nessa ação para a eliminação do câncer de colo do útero, o novo teste de HPV, mas não só ele; sou Coordenadora do Cacon, aqui em Pernambuco; e pesquisadora nessa área.

Com muita satisfação eu vejo o esforço da CASCANCER para diminuir iniquidades e tratar um problema que é complexo, o câncer é um problema perverso; mais do que é complexo, é um problema perverso porque ele é um problema crescente, veloz num país como o nosso, que é continental e muito desigual, um país que envelhece rapidamente e tem a ousadia de ter um sistema universal de saúde, que é o maior do mundo, e, com isso, os desafios só crescem, e a nossa responsabilidade, também. E um problema perverso não se resolve sozinho, ninguém é capaz de resolvê-lo sozinho, é um problema para o qual a gente precisa criar esse consenso coletivo. As causas e os efeitos se entrelaçam, então a gente precisa, às vezes, para resolver um problema, ter que resolver outro.

A gente vai ter que enfrentar a prevenção para evitar 40% dos cânceres, para ter recurso para tratar quem precisa ser tratado e tornar, como o câncer de colo do útero é uma doença rara, neste mês em que a gente está também falando dele... E essa questão é um problema... E a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa aprender junto que precisa implementar para melhorar. Ninguém vai fazer isso de forma isolada.

Então, já se falou do tamanho do problema, que chega a nível mundial... (*Falha no áudio.*) ... 1,6 trilhão em 25 anos, e se espera que a gente vá aumentar... (*Falha no áudio.*) ... trilhões de dólares. E, a cada dólar que a gente investe em prevenção, em diagnóstico precoce, a gente pode gerar até... É de um para cem, então é um bom investimento.

E, hoje, quando a gente fala de iniquidade, a gente precisa ter um fórum como este. A gente precisa da indústria, do Legislativo, do Executivo, da academia, da sociedade civil, dos pacientes, das mulheres, dessas vozes para a gente poder enfrentar, porque só o universal não resolve o problema. A gente precisa fazer também que esse esforço, esse gasto de implementar uma tecnologia realmente venha a ter impacto na vida das pessoas, e é aqui que vai crescer.

Então, a gente precisa construir junto um sistema que seja mais preventivo e proativo do que reativo, porque nunca chega, às vezes, a vez de prevenir o câncer ou de dar o diagnóstico e garantir o acesso desses pacientes.

Dentro do CFM a gente tem esse olhar ético que regulamenta o exercício da medicina, quer dizer, da boa atividade de proteger a nossa população e os nossos serviços de saúde também, e a gente tem os princípios bioéticos de todos que estão envolvidos nessa questão de aquisição, de aprovação e da real disponibilidade para a população dessa nova tecnologia.

A gente tem muito que olhar também pela justiça e equidade. A gente sabe que a gente não pode tudo, mas a gente tem o esforço de fazer o maior esforço para a gente ter um acesso cada vez mais universal, equânime e da proteção dos nossos pacientes, das nossas pessoas. A gente sabe que teve um avanço na judicialização, mas a gente sabe que isso não é um caminho, aumenta a iniquidade.

A gente está tendo um avanço enorme. A gente está tratando de uma doença para a qual tempo é importante, para a qual a velocidade é importante em tudo que está acontecendo e sobre a qual o conhecimento dobra a cada quatro meses. Isso é difícil de acompanhar, isso é difícil para a gente aprovar e ter qualidade nas tecnologias. Vêm terapias avançadas – temos um colega

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vai falar muito disso –, em que há outro padrão de aprovação e de custo. Então, a gente tem um desafio muito grande para fazer isso tudo junto.

Temos uma política nacional de câncer, que a gente tem o desafio de implementar. Nossa... de vencer o câncer diz que a gente vai levar pelo menos dez anos de muito esforço para tirar do papel e implementar. Então, a política é boa, a gente tem que cuidar, teve um avanço aí da AFSUS, e aí é a questão de aquisição, distribuição e dispensação, não de aprovação.

Eu acho que, de novo, não é só a gente querer aprovar, é realmente esse remédio chegar a quem precisa na hora em que se precisa, de forma correta e transparente. Então, é integrar esses sistemas todos. A gente sabe que, fora a Anvisa, que vê essa questão de segurança, eficácia e qualidade, a gente também tem a Conitec, que vai ver, fora tudo isso, o valor, o custo, a efetividade e o impacto nessa regulação para o SUS.

E a gente, nas nossas modalidades, pensando em vacinas, a gente tem as profiláticas/preventivas, por essas a gente tem que lutar. O Dr. Hiran já falou, o Dr. Anderson já falou. A vacina de HPV é a coisa mais custo-efetiva que nós temos em toda a rede global de cuidado da oncologia. Temos também a vacina de hepatite B, que também previne câncer e muito mais nessa fase em que a gente faz, a neonatal; não podemos retroagir; e vacinas terapêuticas, que são aquelas que tratam câncer. A gente tem um exemplo aqui que é a BCG, a onco BCG, que ainda continua no tratamento padrão do câncer de bexiga não invasivo.

E temos as terapias antineoplásicas: a quimioterapia, a hormonioterapia, as terapias-alvo – que são avanços, têm crescido –, e a imunoterapia, que já foi citada aqui; o desafio é realmente incorporar, e o desafio de dividir tecnologia e tornar isso realmente real no nosso dia a dia, porque os pacientes estão esperando; a radioterapia – precisa não do tratamento, mas da regulação da máquina; como a gente pode importar e o que a gente pode importar; os radiofármacos e, agora, a terapia celular, que é um tratamento individualizado.

Um exemplo de câncer de colo do útero, mais uma vez: se a gente pensar em prevenção, na vacina mais o rastreamento com o teste de HPV, a gente gasta R$500 milhões e impacta 1 milhão de pessoas, de vidas de mulheres diretamente, fora todo o seu entorno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente pensar em imunoterapia, é de R$1,5 a R$2 bilhões para tratar a doença avançada para 15 mil mulheres. Mas não é uma questão de um ou outro, a gente precisa fazer as duas coisas. E é mais fácil a gente incorporar uma tecnologia que funciona, que faz diferença, que é uma lacuna não atendida, se a gente tornar essa doença rara.

Eu comecei em cidades que têm 25 mortes/100 mil, quase nas Alagoas também, de Dra. Eudócia, mas a gente... A meta da eliminação é 1 para cada 100 mil mulheres, de casos, o que é possível com o que a gente tem conhecimento hoje da vacina. A eliminação pede para a gente fazer a vacina, a prevenção, mas não é só o teste, é garantir os próximos passos de forma organizada – a colposcopia, o tratamento da lesão.

Semana passada foi aprovada a vacina de HPV para as mulheres que têm lesões de alto grau, e temos de garantir o acesso e o cuidado dessas pacientes. Se a gente fizer isso tudo ao mesmo tempo – e tem que ser sincrônico, não pode escolher –, a gente ganha 40 anos a mais para salvar, mais rápido, 62 milhões de vidas no mundo, 75% dessas 62 aqui, em países como o nosso.

Então, tem todo um processo regulatório na Anvisa, que pede o estudo Fase III, Fase IV, vê aprovação nas outras, na literatura global, nas outras agências... É forte, às vezes, a gente acha que demora, mas precisa ser rápido, e talvez a gente precise implementar com priorização. A SBOC faz um esquema de priorização, e é necessário priorizar, e é ético priorizar, e a gente pode fazer escolhas mais coletivas, que protejam mais gente, e é uma forma de a gente ter mais aquisição.

Então, o problema não é que a gente não pode agir cedo, é se a gente pode continuar pagando esse preço de agir tão tarde. O câncer é esse espelho de todas essas nossas iniquidades. A gente vai precisar dessa inteligência coletiva, essa coragem ética de enfrentar e dizer que é importante, e capacidade de aprender uns com os outros.

Obrigada, gente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, minha querida colega.

Volto a palavra ao Dr. João Viola, que ficou sem conexão. Eu acho que está tudo certo aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode continuar, Doutor.

O SR. JOÃO PAULO DE BIASO VIOLA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Desculpa por ter caído...

Deixe-me ver se eu consigo novamente compartilhar aqui. Eu estava quase acabando e não demoro muito.

Só coloco as estimativas atuais do câncer no Brasil, que foram lançadas recentemente pelo Inca: são 518 mil novos casos por ano, e o que a gente pode ver é que, entre homens e mulheres, ocorrem em basicamente 50% dessa população, e o câncer passa a ser, e é, uma doença de saúde pública importante no nosso país.

Só mostro aqui – eu acho que já foi colocado, o câncer de colo de útero... – os dez principais cânceres de incidência na população brasileira. Na mulher, o colo de útero, e na mama também. Importantíssimo: 30% dos tumores, em mulheres, são tumores de mama, e 30%, nos homens, são tumores de próstata; o de colo e do reto, aqui, vindo em segundo lugar, com extrema importância. E a gente pode discutir, posteriormente, a questão do colo de útero, que já foi muito bem colocada aqui anteriormente.

Eu queria mostrar as curvas de incidência do câncer, tanto no homem quanto na mulher, mostrando que ele está em franca expansão para os próximos anos. Alguns cálculos epidemiológicos sugerem ou mostram que, nos próximos 15 anos, possivelmente, os cânceres, os tumores, as neoplasias vão passar as doenças cardiorrespiratórias como a principal doença e mortalidade no Brasil. Hoje, o câncer é a segunda *causa mortis* e, possivelmente, em 15 anos, pode ser a primeira *causa mortis* no país.

Só para finalizar, mostro o que eu já coloquei, que o câncer é um problema de saúde pública. Em torno... Desculpa, há atualização aqui destes números: são 781 mil novos casos no Brasil e, em torno de um terço a 40% dos tumores são evitáveis, e a prevenção primária aqui passa a ser fundamental.

Mas eu queria pontuar a grande questão: mais de 60% dos tumores diagnosticados no país são tumores avançados. Nós temos que dar melhor acesso e temos que antecipar o diagnóstico. Aqui a prevenção secundária é fundamental. E, por isso, pelos tumores estarem em estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avançados, nós temos um grande impacto socioeconômico na população e uma alta complexidade de tratamento e de diagnóstico. Isso mostra claramente que o controle é dependente de políticas públicas e que deve ser baseado em políticas públicas sólidas, com bases científicas construídas para a população brasileira.

Então, encerrando aqui, o que eu gostaria de mostrar é que, em termos de saúde pública, o câncer na população brasileira é fundamental. E, trazendo um pouquinho essa discussão para diagnóstico precoce, para diagnóstico e rastreio de pessoas com alto grau de incidência em populações específicas e sobre dar o acesso ao tratamento... E isso a gente pode discutir daqui a pouco. Estou à disposição para discutir com todos os tratamentos disponíveis, porque são tratamentos de alto custo e uma terapia combinada.

Hoje os tumores não são terapias únicas. Eles associam a cirurgia, a radioterapia, a quimioterapia, as imunoterapias, as terapias drogas-alvo, o que faz com que seja de alto custo, e a nossa população necessita de ter acesso, que seja barateado esse custo. E o que a gente vai ter que discutir aqui são as políticas públicas para a gente dar acesso a essa população.

Eu estou à disposição de todos para a gente discutir as principais estratégias que a gente acha que podem ser importantes para o acesso à nossa população do diagnóstico de última geração, do diagnóstico mais precoce possível, e ao tratamento, quando é o caso necessário, e que o tratamento curativo seja mais eficaz e mais eficiente.

Obrigado.

Obrigado a todos e todas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Prof. João Paulo.

Eu passo em seguida a palavra à Dra. Mariana Gazzotti, Diretora Médica da GlaxoSmithKline do Brasil, por dez minutos, por favor.

A SRA. MARIANA GAZZOTTI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde!

Em nome da GSK, eu gostaria de agradecer a oportunidade de participar dessa importante audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou aqui tentando compartilhar a minha tela.

Só um segundo... (*Pausa.*)

Não sei se vocês já veem... Acho que ainda não, né? Já conseguem ver minha tela? (*Pausa.*)

Conseguem ver minha tela? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, não, a senhora não está compartilhando a tela, não.

A SRA. MARIANA GAZZOTTI (*Por videoconferência.*) – Vou tentar novamente, conforme me foi orientado aqui. Só um segundo... (*Pausa.*)

Está indo agora?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, Dra. Mariana, não está.

Mas fique tranquila que é assim mesmo. Quando a gente pensa que está tudo certo...

A SRA. MARIANA GAZZOTTI (*Por videoconferência.*) – É, o teste funcionou...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... aí essas traquitanas sempre nos causam... Às vezes, eu vou fazer uma abertura no Congresso e, na véspera, eu vou lá e vejo, está tudo funcionando direitinho. Na hora em que eu conecto o dispositivo, não funciona nada direito.

É assim mesmo. Fique tranquila!

A SRA. MARIANA GAZZOTTI (*Por videoconferência.*) – É, no teste funcionou. (*Pausa.*)

Compartilham... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Olha, se a senhora quiser, a minha assessoria está me informando... (*Pausa.*)

Eu acho que a senhora conseguiu. Pronto!

A SRA. MARIANA GAZZOTTI (*Por videoconferência.*) – Consegui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Conseguiu.

A SRA. MARIANA GAZZOTTI (*Por videoconferência*.) – Então, está ótimo.

Então, desculpa.

Obrigada.

Em nome da GSK eu gostaria de agradecer a oportunidade de participar dessa importante audiência. Quero saudar a Senadora Dra. Eudócia, o Senador Dr. Hiran e todos os Parlamentares e civis aqui presentes.

Meu nome é Mariana Gazzotti, eu sou Diretora Médica interina da GSK Brasil e vou dividir essa apresentação com a Amanda Novaes, Diretora de Pesquisa Clínica.

A GSK é uma empresa global com mais de um século de atuação aqui no Brasil. Atuamos em quatro áreas terapêuticas e hoje o nosso foco de discussão é aqui a oncologia, em que já temos tratamentos transformacionais para os cânceres ginecológicos, como o câncer de ovário e endométrio, e também os hematológicos, agora com tratamentos disponíveis para o mieloma múltiplo e para a mielofibrose.

Nós somos a principal multinacional parceira do Governo Federal: 11 das 19 doenças contempladas no Programa Nacional de Imunizações são prevenidas com vacinas desenvolvidas pela GSK; mais de 80% das pessoas que vivem com HIV no Brasil utilizam medicamentos da GSK disponíveis no SUS; e recentemente três novas terapias foram incorporadas para o tratamento da asma grave e da DPOC.

Nosso impacto na saúde pública brasileira também é visto em 2024, quando passamos a fornecer o tratamento para a malária: a tafenoquina. Agora, este ano, estamos implementando a expansão para o tratamento pediátrico também da malária.

Trabalhamos com *tech transfer* com as principais instituições e temos um acordo com a Unicef para poder capacitar 5 mil profissionais que atendem nas unidades básicas de saúde, para implementar um programa de saúde especialmente voltado para a imunização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa nossa parceria começou há mais de 40 anos, inicialmente com a vacina de poliomielite, mas não restrita a vacinas – também temos essa parceria com o tratamento dos pacientes que vivem com HIV.

Investimos também no progresso da ciência e da tecnologia. Nós temos um programa chamado Trust in Science, que é uma iniciativa público-privada com o Instituto Butantan, com a Fapesp e com o Einstein, em que a gente já investiu mais de US$7 milhões. Ele também é muito voltado para o desenvolvimento de novas moléculas para a oncologia. Tivemos no ano passado 50 estudos clínicos aqui no Brasil, com mais de 300 centros sendo engajados e 1,2 mil voluntários recrutados. Investimos no ano passado R$46 milhões na pesquisa clínica do Brasil, e temos um *pipeline* com 62 medicamentos e vacinas em desenvolvimento clínico. Quando eu falo "medicamentos", não são necessariamente 62 medicamentos; tem também novas indicações de produtos já aprovados.

Trazendo aqui a nossa área prioritária, a oncologia: nós já temos tratamentos disponíveis na ginecologia e na hematologia, mas também temos pesquisas em andamento para gastrointestinal e pulmão.

Amanda? (*Pausa.*) Amanda?

A SRA. AMANDA CARDOSO NOVAES (*Por videoconferência.*) – Tem que me...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Dra. Amanda...

A SRA. AMANDA CARDOSO NOVAES (*Por videoconferência.*) – Ah, agora sim.

Obrigada. Boa tarde a todos...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Dra. Amanda, Diretora de Operações Clínicas também da GSK, seja muito bem-vinda.

A SRA. AMANDA CARDOSO NOVAES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Dr. Hiran.

Eu gostaria de agradecer pela oportunidade e saudar o Senador Hiran, a Senadora Eudócia, todos os Parlamentares aí presentes e também os demais participantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, agora, entrando na área de pesquisa clínica aqui no Brasil, dos estudos clínicos globais que são desenvolvidos aqui: como a Mariana já antecipou, nós fechamos o ano de 2025 com 50 estudos clínicos nas quatro áreas terapêuticas que são o foco da GSK. É importante mencionar aqui que a área de oncologia é a área em que a gente tem o maior número de estudos, sendo responsável por 50% dos estudos clínicos que são alocados para o país.

Bom, no ano de 2025 também, a gente fechou com 317 engajamentos com centros de pesquisa, e esses centros de pesquisa, localizados aí nas quatro regiões do país. Há três anos que a GSK vem fomentando a pesquisa em áreas, em regiões que são sub-representadas, então a gente tem feito essa busca para poder incluir centros de pesquisa nessas regiões também.

Bom, nesses 50 estudos clínicos, nós tivemos, até o final do ano, a inclusão de 1.210 participantes, com o objetivo, o *target* de 2.131. Essas pesquisas, algumas delas continuam ainda em 2026 e nos anos seguintes, para que a gente consiga finalizar o recrutamento nesses estudos.

Pode passar, por favor, Mariana.

Bom, falando de oncologia, eu já havia mencionado 25 estudos clínicos que a gente teve na área de oncologia especificamente, com 162 engajamentos com centros de pesquisa e a inclusão de mais de 500 participantes nesses estudos.

As doenças estudadas dentro da área de oncologia incluem o câncer ginecológico, mas também mieloma múltiplo, pulmão, mama, colo, colorretal, gastrointestinal, entre outros.

Quando a gente olha para a distribuição de fases desses estudos clínicos, a gente observa que a gente vem conseguindo trazer estudos nas fases mais iniciais, o que é superimportante para o país. A gente tem que fazer uma menção aqui à mudança significativa que a gente teve com a vinda da lei de pesquisa clínica, conforme mencionou o Dr. Hiran no início desta audiência. É um marco muito significativo, e a gente observou que a gente teve uma melhora significativa no tempo para a implementação, para a ativação de um estudo clínico no país. Então, de 2024 para 2025, a gente teve 40% de queda nesse tempo de aprovação, o que faz com que a gente consiga atrair mais estudos clínicos, e mais estudos clínicos nessas fases mais iniciais. O país começa a se tornar mais competitivo. Então, aqui a gente vê que 8% dos nossos estudos de onco foram na Fase 1 e 20%, Fase 1/2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, aqui a gente tem a distribuição dos estudos clínicos pelas diferentes moléculas. Hoje, aqui no Brasil, a gente vem estudando, em oncologia, 12 moléculas nos diferentes 25 estudos clínicos. Aqui a gente ressalta, em amarelo, para cada molécula, cada doença que vem sendo estudada; a gente ressalta, em amarelo, os estudos que estão sendo desenvolvidos aqui no país, e aí a gente pode observar que a gente tem vários estudos dentro de hemato, com mieloma múltiplo, em que o Brasil tem se destacado como um país *top* recrutador, o maior recrutador dos estudos para mieloma múltiplo, e a gente vem avançando também com a inclusão de estudos na área de ginecologia.

É isso a minha parte. Obrigada, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dra. Amanda.

Passo, em seguida, a palavra para o nosso próximo painelista, que é o Dr. Anderson Vezali Montai, Gerente-Geral Substituto de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Seja muito bem-vindo, Dr. Anderson.

O SR. ANDERSON VEZALI MONTAI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Dr. Hiran. Boa tarde. Gostaria de saudar a Senadora Dra. Eudócia, o Senador Dr. Hiran, autoridades, representantes da comunidade científica, setor produtivo e profissionais da saúde.

Primeiramente, agradeço o convite realizado à Anvisa para fazer parte deste importante debate. É uma honra representar a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) nesse espaço de diálogo qualificado sobre um tema central para a saúde pública: a aprovação e o registro de vacinas, medicamentos e terapias inovadoras, em especial aquelas destinadas ao enfrentamento do câncer.

A missão da Anvisa, desde sua criação, tem sido assegurar que produtos e tecnologias de saúde disponibilizados à população brasileira sejam seguros, eficazes e de qualidade – como os senhores bem conhecem –, promovendo, ao mesmo tempo, o acesso oportuno à inovação terapêutica. Esse equilíbrio entre requisitos regulatórios e agilidade é particularmente sensível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando falamos de doenças graves, como o câncer, e de emergências sanitárias que demandam respostas céleres do Estado.

Aqui, eu gostaria de frisar que a Anvisa, este ano, está com uma política estratégica de redução drástica das filas de registro, o que inclui, obviamente, filas relacionadas às doenças graves, como o câncer. Esse é um compromisso da Anvisa, e tanto o Diretor-Presidente da Anvisa, Dr. Leandro, quanto a Diretora da Segunda Diretoria, Dra. Daniela Marreco, estão comprometidos junto com as áreas técnicas – e aqui faço menção especialmente à GGBIO, em que eu sou o gerente-geral, e à GGMED, que tem o gerente Raphael –, estão comprometidos na redução dessa fila, porque entendemos da complexidade e da necessidade de termos filas mais ágeis para esses produtos.

No campo de medicamentos biológicos das vacinas, esse comprometimento encontra fundamento sólido na RDC 55, de 2010. Aqui, nós estamos falando de uma resolução que já tem uns 16 anos de mercado, só que a Anvisa já começou a regular o tema bem antes, quanto aos medicamentos biológicos: ela remonta a 2002, que foi a primeira resolução, teve a resolução de 2005... Ou seja, a Anvisa já tem uma vasta experiência nessa área e está bastante consolidada e alinhada ao mercado quanto aos requisitos regulatórios. E essa norma permanece ainda como o principal marco regulatório para o registro de produtos biológicos no Brasil, o que garante a avaliação da qualidade, segurança e eficácia desses produtos. Essa norma inclui os produtos biológicos novos e os biossimilares – e, aqui, quando falamos de biossimilares, também falamos de acesso: quanto mais biossimilares, e existem vários biossimilares para oncologia, falamos de acesso à população.

Ao longo dos últimos anos, a RDC 55 demonstrou ser um instrumento essencial para garantir a confiança regulatória e apoiar a incorporação de vacinas estratégicas ao Programa Nacional de Imunizações, e viabilizar o acesso dos medicamentos biológicos oncológicos cada vez mais complexos. Aqui tem um vasto marco regulatório, mas não vou passar aqui para não se tornar repetitivo, e acho desnecessário também.

Também, alinhado a esse tema, nós temos os radiofármacos, que possuem uma resolução específica sobre o tema, que é a RDC 738, de 2022, que trata de particularidades dessa classe de medicamentos. Recentemente, a Anvisa zerou a fila de radiofármacos. Nós publicamos quatro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registros recentes de diagnóstico, que também é importante para o setor. Estamos comprometidos também com o tema, sabemos da importância desse setor. Houve a quebra do monopólio recentemente e nós esperamos uma expansão também na medicina nuclear dos radiofármacos.

No âmbito das terapias avançadas, que também têm correlação com o tema, vivenciamos uma verdadeira mudança de paradigma. Produtos de terapia gênica, celular ou engenharia tecidual já não pertencem mais ao futuro, são já uma realidade concreta no tratamento em determinados tipos de cânceres e doenças raras.

Para responder a esse desafio regulatório, a Anvisa publicou a RDC 505, de 2021, que estabelece os requisitos para o registro de produtos de terapias avançadas no Brasil, ou seja, é um tema novo. A Anvisa já regulamentou o tema em 2021, também está bem alinhada às perspectivas de tecnologia do mercado e de outras agências de referência – inclusive, já temos quatro produtos registrados com base em CAR-T.

Nessa fila também não há passivo. A Anvisa tem uma abertura bastante flexível e dinâmica com o setor regulado. Não é um problema atual para nós esse ponto; é, sim, um desafio. Essa norma foi concedida com reconhecida complexidade técnica, pois busca compatibilizar inovação disruptiva com elevados padrões de segurança sanitária. A RDC 505 confere previsibilidade regulatória, promove o desenvolvimento científico nacional e cria condições para que terapias altamente especializadas cheguem aos pacientes brasileiros de forma responsável e ética.

Aqui, eu gostaria também de frisar que todos esses marcos, sejam de biológicos, sejam de terapias avançadas e radiofármacos, estão alinhados com autoridades sanitárias de referência internacional. Cito aqui – a Anvisa tem uma lista dessas entidades reguladoras – a FDA, dos Estados Unidos; a europeia, a EMA; a britânica, a MHRA; o Health Canada, do Canadá; entre outros, como a TGA e a Swissmedic também. Nós utilizamos o conhecimento e até mesmo as análises que essas agências reguladoras de referência realizam para fazer o *reliance*, a análise otimizada, como nós chamamos aqui – isso otimiza bastante e confere celeridade às análises –, ou seja, se você tem um produto registrado na FDA ou na EMA e quer registrá-lo aqui no Brasil, a probabilidade de você conseguir esse produto é bastante grande, e a celeridade no processo também é grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, a evolução científica, a emergência de novas tecnologias e o perfil das necessidades em saúde exigiram um arcabouço regulatório que fosse continuamente aprimorado, e aqui eu vou entrar na questão da priorização de análise regulatória. Nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Dr. Anderson... Doutor, desculpe-me...

O SR. ANDERSON VEZALI MONTAI (*Por videoconferência*.) – Oi.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Desculpe-me por interrompê-lo, mas, só à guisa de dar mais dinâmica à sua exposição... Porque a nossa Presidente Eudócia deixou uma questão direcionada a você, e você acabou de comentar em relação a fármacos que já são previamente aprovados por outras grandes agências. Eu vou fazer esta pergunta aqui; não vai atrapalhar você.

O SR. ANDERSON VEZALI MONTAI (*Por videoconferência*.) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Se você quiser fazer alguma complementação do que você acabou de falar, também, você pode fazê-lo.

Ela deixou aqui perguntas no seguinte teor: existe, no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, uma área ou um fluxo regulatório específico dedicado exclusivamente à avaliação de medicamentos oncológicos? Há necessidade de criação de um núcleo especializado em oncologia, com equipe técnica dedicada, para acelerar a avaliação sem comprometer o rigor científico? E, finalmente, considerando que diversas terapias oncológicas já são aprovadas por agências reguladoras de referência internacional, como a FDA e a European Medicines Agency, de que forma a Agência Nacional de Vigilância Sanitária utiliza essas decisões para acelerar o registro no Brasil? Há possibilidade de reconhecimento mais célere, ou até automático, dessas aprovações, especialmente em casos de câncer, ou as normas atuais ainda exigem uma reanálise integral?

Você já, inclusive... Se você quiser fazer alguma complementação, você realmente comentou em relação...

O SR. ANDERSON VEZALI MONTAI (*Por videoconferência*.) – Está bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A gente tem conhecimento, mas é bom que quem nos assiste tenha a noção...

O SR. ANDERSON VEZALI MONTAI (*Por videoconferência*.) – Perfeito, Doutor.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... de como acontecem essas aprovações desses fármacos que já são previamente aprovados em outras grandes agências.

O SR. ANDERSON VEZALI MONTAI (*Por videoconferência*.) – Está certo, Doutor, agradeço a pergunta e a colocação.

Bom, uma fila específica para medicamentos oncológicos não tem, mas os medicamentos oncológicos caindo no rito de priorização... Aí nós temos a RDC 205 para doenças raras, de 2017, que tem prazos muito céleres. Inclusive, muitas vezes, a Anvisa acaba até aprovando... Por exemplo, a FDA aprova, e nós aprovamos alguns medicamentos às vezes na frente da Europa. Então, a fila não trata especificamente dos oncológicos, mas os oncológicos, caindo nos critérios de priorização, entram, sim, nas filas prioritárias. Tanto a RDC 205, de 2017, quanto a RDC 1.001, de 2025 estabelecem isso. Então, doenças raras, necessidade não assistida, desabastecimento, novos produtos genéricos ou biossimilares, tudo isso tem filas específicas.

Antigamente, as filas de *reliance* das autoridades de referência não existiam, nós criamos essa fila, então nós temos uma dupla celeridade hoje. Nós temos a fila de *reliance*, ou seja, o que não conferia celeridade no passado? Era que o medicamento era aprovado fora e ficava em uma fila comum, esperando a ordem cronológica. Recentemente, com a Resolução 997, nós criamos a fila de *reliance,* e ela deixa os medicamentos prioritários de *reliance* mais prioritários ainda, então nós temos duas vias prioritárias.

Hoje, eu diria que uma análise de um processo de produto aprovado nas agências americanas ou europeias é muito célere na Anvisa. Ainda não é um reconhecimento mútuo, porque nós temos as nossas particularidades, tem questões às vezes epidemiológicas envolvidas, mas o tempo é muito célere, não é comparado ao que era em 2025 ou 2024.

Eu acredito que, no final deste ano, por exemplo, nós vamos poder ter uma análise estatística dos processos que entraram via *reliance* com o aditamento, ou seja, com o relatório da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidade de referência, e o nosso tempo de análise. Inclusive, no primeiro semestre, nós já vamos ter um grande retrospecto das aprovações de *reliance* por via otimizada. Isso foi um comprometimento da Anvisa e com certeza vai ter frutos bastante visíveis e promissores ao mercado. Então, os tempos que eram praticados anteriormente não ocorrerão mais.

Bom, para concluir, eu reafirmo que, no que depender da Anvisa, a colaboração no avanço e no acesso a medicamentos oncológicos continuará sendo uma prioridade. Podem contar conosco, nós temos o setor de boas práticas regulatórias, o que precisar de discussão, aprimoramento e atualização do marco regulatório, nós estamos totalmente abertos e em comunicação dinâmica com o setor regulado, com a sociedade e com a academia. No que precisarem, podem contar conosco.

Bom, acho que da minha parte é isso. Muito obrigado. Já acabou o tempo, mas estamos abertos para eventuais perguntas e mais discussões.

Dr. Hiran, não sei se eu respondi a pergunta, mas se tivermos alguns andamentos ou questionamentos adicionais, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, você respondeu. Aliás, já havia respondido previamente, eu apenas reforcei a pergunta, porque era uma pergunta que havia sido deixada aqui pela nossa Presidente Eudócia.

E era bom que a gente lembrasse também que, na nossa Lei de Pesquisa Clínica, deixamos consignado no texto a possibilidade de, quando um produto for de interesse do SUS, os prazos poderem diminuir em 50%, quer dizer, quando for de interesse da sociedade, a Anvisa está pronta para tentar antecipar todos esses protocolos, porque, às vezes, nós podemos ter eventos adversos, como nós tivemos aí em relação à covid. Espero que não aconteça mais, mas, se acontecer algo nesse sentido, nós temos, inclusive, uma legislação que nos autoriza a diminuir esses prazos de avaliações, tanto no estágio ético quanto no estágio técnico.

Dr. Anderson, muito obrigado.

Eu quero agora aqui, antes de encerrar nossa audiência, passar para cada um dos expositores, para que eles façam suas considerações finais por um minuto, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar aqui para o Felipe, que foi o primeiro expositor.

Felipe, por favor.

O SR. FELIPE CARVALHO (Para expor.) – Obrigado, Dr. Hiran.

Mais uma vez, quero agradecer o convite aqui da Subcomissão, a CASCANCER, ao senhor e à Senadora Dra. Eudócia, e aqui salientar e fazer uma deferência ao trabalho que a Anvisa vem fazendo – como antes o senhor trouxe para nós – de diminuição das filas, e isso também tem acontecido para equipamentos positivos médicos.

Parabéns à Diretoria, que encampou essa prioridade de dar celeridade aos registros, mas, como eu disse na minha fala inicial, não é só o registro que são instâncias regulatórias que impactam no acesso da nossa população a tecnologias; nós temos outras, temos que enfrentar, temos que trabalhar nessa linha de convergência, harmonização internacional, adoção de *reliance,* para dar celeridade e não criar jabuticabas, como eu disse aqui. Em tempos em que estamos firmando o Acordo Mercosul-União Europeia, nós estamos criando uma norma brasileira que vai contra a europeia, que rege o comércio ao longo do mundo todo.

Então, eram essas as minhas considerações finais.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, querido amigo Felipe.

Passo, em seguida, a palavra para a Dra. Marcela, por favor.

A SRA. MARCELA SALVADORI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Mais uma vez, obrigada à Senadora Eudócia e ao Senador Hiran, e novamente eu coloco: acho que o que o EVA tem a contribuir é se colocar como a base técnica para as melhores decisões em saúde. Então, nós somos um grupo sério, um grupo formado majoritariamente por médicos que são focados no tratamento do câncer ginecológico, e nós estamos à disposição para contribuir com a base técnica para a melhoria dos desfechos dos pacientes oncológicos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dra. Marcela.

Passo a palavra ao Dr. João Paulo de Biaso Viola, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO PAULO DE BIASO VIOLA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Novamente eu queria agradecer o convite de estar aqui presente com vocês, ao Senador Hiran e à Senadora Dra. Eudócia, pela importante iniciativa.

Como eu já coloquei e a gente já discutiu aqui, o problema do câncer no Brasil é um problema extremamente importante, e a gente tem que atuar nas mais diversas áreas: prevenção primária, prevenção secundária, diagnóstico precoce, tratamentos dos mais avançados de que a população brasileira necessita.

Gostaria aqui de ressaltar a grande importância do marco legal, da legalização e da regulamentação de pesquisa clínica em seres humanos – é fundamental nós termos esse marco legal sendo implantado no Brasil – e também a importância de a gente dar celeridade às regulações, que sejam as mais exigentes possíveis, preservando sempre o bem-estar da população, do paciente, das pessoas que mais necessitam neste momento, mas também nós precisamos de celeridade para conseguirmos desenvolver e aplicar tecnologias que possam dar e ser benefício para essa população que mais necessita, neste momento de doença extrema, o que é importante.

O Brasil tem uma massa crítica extremamente importante na geração de conhecimento, na produção e na agregação de novas tecnologias nas mais diversas áreas, e a saúde não está atrás disso. E o que a gente tem que buscar sempre é a soberania nacional para dar para a população que mais precisa os tratamentos e diagnósticos mais atuais para que essa população tenha um bem-estar social dentro da sua vida.

Obrigado. Obrigado a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Dr. João Paulo.

Eu passo em seguida a palavra à Dra. Jurema Telles de Oliveira, minha querida colega da Câmara Técnica de Oncologia Clínica do CFM. (*Pausa.*)

A senhora pode acionar o seu microfone. (*Pausa.*)

Nós não estamos conseguindo ouvir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUREMA TELLES DE OLIVEIRA LIMA SALES (*Por videoconferência*.) – Estão ouvindo agora?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Agora sim.

A SRA. JUREMA TELLES DE OLIVEIRA LIMA SALES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Queria agradecer o espaço. É uma satisfação estar junto desse Colegiado e desse processo de tentar acelerar e implementar. A inovação não é só o produto, é toda a implementação; é chegar e fortalecer todo o sistema econômico e científico envolvido. Só assim é que a gente vai realmente salvar mais vidas, proteger mais vidas. E é importante que a gente acelere.

Contem com o CFM, conosco, nessa vontade de que o cuidado certo chegue para a pessoa certa, na hora certa, da forma certa, de forma segura. Que seja sustentável e que represente a equidade e o avanço realmente real para a nossa população.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, querida Jurema.

Passo em seguida a palavra à Dra. Mariana Gazzotti, Diretora da GSK.

A SRA. MARIANA GAZZOTTI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Gostaria de parabenizar e agradecer à Senadora Dra. Eudócia, ao Senador Dr. Hiran.

Assim como já somos um importante parceiro do SUS para a imunização, tratamento do HIV, de doenças respiratórias, também estamos à disposição para sermos um importante parceiro na pesquisa clínica e também no tratamento dos pacientes oncológicos.

Aproveito para parabenizar pelo marco legal da pesquisa e também a Anvisa pela iniciativa do *reliance*. Tenho certeza de que vamos conseguir trazer os melhores tratamentos num tempo adequado para os pacientes oncológicos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo em seguida a palavra, para as suas considerações finais, à Dra. Amanda Cardoso Novaes.

A SRA. AMANDA CARDOSO NOVAES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Gostaria de parabenizar e agradecer ao Senador Hiran e também à Senadora Eudócia por esta oportunidade de estarmos aqui.

Gostaria também, complementando a mensagem da Mariana, de frisar o quanto é importante a gente continuar trabalhando para a gente ter processos de aprovação mais ágeis e previsíveis, para que a gente consiga trazer mais estudos clínicos para o país, desenvolver mais centros de pesquisas e trazer mais investimentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dra. Amanda.

E o próximo e último expositor, Dr. Anderson Vezali Montai, da Anvisa.

O SR. ANDERSON VEZALI MONTAI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito, Dr. Hiran.

Mais uma vez, agradeço ao Senador Hiran e à Senadora Eudócia pelo espaço de discussão e pela iniciativa.

Da parte da Anvisa, reafirmo o compromisso com a transparência e a celeridade nos processos. E da mesma forma que a sociedade almeja e fica feliz com novos medicamentos, a Anvisa também fica. Toda vez que nós conseguimos aprovar um medicamento com qualidade e segurança e eficácia comprovada, nós ficamos com um sentimento de dever cumprido e temos a certeza de que mais esse produto à população é extremamente importante.

No mais, muito obrigado pelo espaço, pela discussão. Foi um prazer estar aqui com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Anderson.

Também aqui, antes de finalizar esta nossa audiência pública, eu quero salientar a pertinência da instalação desta Comissão, que foi idealizada pela nossa colega Dra. Eudócia, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se dedicou com muito entusiasmo a discutir e debater essas questões que são muito importantes no enfrentamento dessa doença, que, como o Dr. João colocou, é uma doença que, daqui a pouco tempo, vai impactar mais na questão da mortalidade das pessoas, mais do que as doenças cardiorrespiratórias.

E quero dizer que nós ficamos aqui sempre muito comprometidos com esse tema e temos um desafio. Nós precisamos equacionar a questão dos recursos disponíveis com a incorporação de novas tecnologias no enfrentamento dessa doença, porque normalmente são procedimentos de alto custo – os anticorpos monoclonais, que surgem aí, são extremamente caros –, e é um desafio para todos nós inserirmos essas inovações, submetermos à Conitec, inserirmos no SUS, inserirmos na saúde suplementar.

E nós estamos aqui à disposição de vocês. Vocês já conhecem o nosso comprometimento. O meu gabinete nº 6, aqui da Afonso Arinos, é uma projeção dos locais de trabalho de vocês. O Felipe, que está muito aqui, é muito presente aqui no Parlamento, sabe da nossa disponibilidade em ajudar.

E eu espero que nós possamos, cada vez mais, aperfeiçoar esse sistema, para garantir aquilo que se falou aqui. Vocês são todos craques. Nós sabemos o que precisamos fazer, mas precisamos sensibilizar todos os entes, para que essas necessidades ocorram com a celeridade que o caso requer, porque nós temos visto aqui... Inclusive, no ano passado, nós fizemos aqui um evento sobre inovação em saúde, em que nós abordamos o tema da cirurgia robótica no tratamento do câncer de próstata, e nós colocamos aqui, com a colaboração, o apoio da Abmed e das empresas, um robô e mostramos para todos aqueles que transitam aqui no Senado como aquela tecnologia funciona.

Trouxemos aqui *experts* nas cirurgias robóticas e mostramos que o povo brasileiro sofreu uma secessão tecnológica durante 20 anos, quer dizer, há 20 anos nós temos cirurgia robótica que funciona na saúde suplementar, na medicina privada, e as pessoas que precisam do SUS, que são a maioria, mais de 150 milhões de pessoas, ficavam sendo submetidas a uma técnica de cirurgia a céu aberto, com mais efeitos colaterais, como disfunção erétil e incontinência urinária, quando poderiam ter acesso a uma tecnologia mais avançada, com menos tempo de hospitalização, um procedimento mais rápido, menos invasivo. Enfim, nós conseguimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sensibilizar a Conitec, aprovamos na Conitec e precisamos fazer isso com todas as tecnologias que vão surgindo, inclusive até através do que se colocou aqui, um incremento da pesquisa clínica no nosso país, que certamente aumentará o acesso a essas inovações das pessoas que têm doenças raras, cânceres de difícil tratamento.

Isso é um trabalho de todos nós, e eu convoco vocês para que estejam aqui sempre presentes no Parlamento para que, com o conhecimento que vocês têm, vocês nos ajudem a formatar cada vez mais políticas públicas que venham ao encontro das necessidades do povo brasileiro, principalmente aquele povo que precisa do Sistema Único de Saúde, que é um patrimônio do povo brasileiro.

Quero aqui, antes de terminar, também agradecer à nossa assessoria, que nos ajuda aqui com tanta competência, também aos nossos assessores dos nossos gabinetes e reforçar também o nosso compromisso de continuarmos discutindo e trabalhando nesse assunto, que é um assunto com que eu, como médico, me preocupo muito, até porque estou ficando velho e estou na fila, porque a gente vê que, com a longevidade, o risco de a gente ter essa doença vai aumentando e isso é uma coisa que realmente está na cabeça de todos nós – da maioria, não, porque só tem garoto aí. Eu e o João Viola é que estamos na fila. Nós estamos mais na frente da fila. Espero que Deus nos proteja, viu, João?

Um grande abraço a todos vocês. Muito obrigado por vocês terem disponibilizado o seu precioso tempo para nos brindar com seus conhecimentos.

Antes de encerrar esta reunião, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior e da ata desta reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, antes de encerrar esta reunião, eu desejo a todos uma excelente Semana Santa e uma Páscoa cheia de harmonia e alegria para todos vocês e suas respectivas famílias. Que Deus os abençoe!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e dezessete minutos do dia dezoito de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Plínio Valério, Efraim Filho, Omar Aziz, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Jorge Kajuru, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Weverton, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Esperidião Amin, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Wilder Morais, Nelsinho Trad, Marcos do Val e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Rogerio Marinho, Augusta Brito e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3220, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências sobre o direito de utilização e compartilhamento de postes, dutos, condutos ou servidão pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias de energia elétrica ou prestadoras de outros serviços de interesse público." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 2 e 3, na forma do Substitutivo que apresenta, restando prejudicada a Emenda nº 1- CI. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo oferecido ao PL 3220/2019. **Observação:** O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 941, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a custódia compartilhada de animais de estimação nos casos de dissolução de casamento ou de união estável." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CMA. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CMA-CCJ. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 4, de 2026-CCJ, de autoria da Senadora Eliziane Gama, de urgência para a matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2511, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera os limites da Reserva Biológica de Santa Isabel em Sergipe." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Laércio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Oliveira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1707, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre medidas excepcionais destinadas ao enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública aplicáveis às parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 5, de 2026-CCJ, de autoria da Senadora Eliziane Gama, de urgência para a matéria. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 385, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CDH, de redação. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CDH-CCJ, de redação. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 6, de 2026-CCJ, de autoria da Senadora Eliziane Gama, de urgência para a matéria. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 421, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aumentar o prazo decadencial do direito de queixa ou de representação quando se tratar de crime praticado no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei Complementar n° 138, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Estabelece as normas gerais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de competência dos Estados e do Distrito Federal." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao Projeto com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame do relatório. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 595, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 391 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer que respondem pelo inadimplemento das obrigações todos os bens do devedor suscetíveis de penhora." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3528, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Estabelece sistemática de quitação de dívidas no cheque especial, cartão de crédito rotativo ou parcelado e no crédito ao consumidor sem garantia real e sem consignação em folha, em favor de famílias de baixa renda." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao Projeto, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1704, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para dispor sobre a portabilidade das informações de saúde." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 11 - Projeto de Resolução do Senado n° 22, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal para fixar prazo para encaminhamento de requerimento de informações." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Romário (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 12 - Proposta de Emenda à Constituição n° 3, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 42, 93, 128 e 142 da Constituição Federal, para vedar o uso da aposentadoria como sanção quando do cometimento de infração disciplinar." **Autoria:** Senador Flávio Dino (PSB/MA) e outros. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável à Proposta com três Emendas de Redação que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 7, de 2026-CCJ, de autoria do Senador Carlos Portinho, de Audiência Pública para a matéria. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 901, de 2024 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a prioridade e a gratuidade no atendimento às pessoas em situação de rua em serviços de emissão de documentos pessoais." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 5994, de 2023 - Terminativo -** que: "Acrescenta inciso VI ao art. 111 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para alterar o início do prazo prescricional nos crimes de assédio sexual." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro (*Ad hoc*), substituiu Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 1729, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera os arts. 158 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e 6º da Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, para prever a realização do exame de corpo de delito de forma humanizada da mulher, criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência que seja vítima de crime cometido com violência." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com o acatamento da Emenda n°1-CDH, e rejeição da Emenda n°2-CDH. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda n° 1-CDH-CCJ. Rejeitada a Emenda n° 2-CDH. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 4, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 941/2024, que "dispõe sobre a custódia compartilhada de animais de estimação nos casos de dissolução de casamento ou de união estável"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 5, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1707/2025, que "dispõe sobre medidas excepcionais destinadas ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública aplicáveis às parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil”." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 6, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 385/2024, que “altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais”." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão De Constituição, Justiça e Cidadania n° 7, de 2026** que: “Requer audiência pública - PEC 3/2024”.” Autoria: Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/18

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura da Ata da 1ª Reunião Extraordinária.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, pelo sistema de videoconferência.

A presente reunião destina-se a apreciar a deliberação dos itens 1 a 15. No entanto, os Relatores dos itens 3, 9 e 13 solicitaram adiamento da deliberação dos respectivos projetos.

(São os seguintes os itens com deliberação adiada:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2511, DE 2019

- Não terminativo -

Altera os limites da Reserva Biológica de Santa Isabel em Sergipe.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 3528, DE 2023

- Não terminativo -

Estabelece sistemática de quitação de dívidas no cheque especial, cartão de crédito rotativo ou parcelado e no crédito ao consumidor sem garantia real e sem consignação em folha, em favor de famílias de baixa renda.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma do substitutivo que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 901, DE 2024

- Terminativo -

Dispõe sobre a prioridade e a gratuidade no atendimento às pessoas em situação de rua em serviços de emissão de documentos pessoais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Votação nominal.)

Informo ainda que o Relator do item 7 solicitou a retirada de pauta da matéria para reexame.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 7

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 138, DE 2025

- Não terminativo -

Estabelece as normas gerais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de competência dos Estados e do Distrito Federal.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao Projeto com quatro emendas que apresenta.

Observações:

- Em 18/03/2026, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 3, de autoria da Senadora Roberta Acioly (pendentes de relatório);

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.)

Eu quero, inclusive, ter esta oportunidade de agradecer a todos os Senadores e Senadoras, funcionários aqui do Senado Federal que me prestaram solidariedade num momento difícil da minha vida em que, por falta de cuidados comigo mesmo – e eu sou médico –, tive que ter um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procedimento de urgência muito sério, onde eu, que já passei por várias cirurgias ao longo da minha vida, em que enfrentei um câncer e o superei, há 17 anos, covid, com pneumonia grave, com possibilidade óbito, e tantas outras, e esta agora do dia 7 de fevereiro, meu querido Veneziano e meu estimado amigo Esperidião Amin, foi uma cirurgia que... As outras todas foram a mão do cirurgião, mas nessa agora, sem dúvida nenhuma, foi a mão de um cirurgião, médico amigo, a quem eu prestei os meus agradecimentos, o meu reconhecimento ao Dr. Ricardo Sobral, que é especialista em cirurgia cardíaca e me implantou marcapasso, e ao Dr. Victor Azevedo.

Dessa vez, eu, que tive, segundo eles, uma parada cardíaca e fui reanimado, senti aquela transição da vida para a morte que você sente quando é em paz, quando é em calmaria. Você entende que é em calmaria, quando é em serenidade. Como eu sou sereno nessas coisas, a gente percebe que o seu corpo deixa sair o que há de mais importante, que é a sua alma, que é o seu espírito, e eu vi isso perfeitamente, como não tinha visto em nenhuma outra cirurgia que eu passei de grande porte, cirurgias grandes em que eu já tinha sido operado. Essa agora é a 16ª cirurgia a que eu sou submetido com vida, e digo a todos os meus colegas e funcionários que, sem dúvida nenhuma, não foi só a mão do Ricardo Sobral, que é um ótimo médico cirurgião, foi a mão de Deus que eu vi pegar para me levantar e me sustentar, como eu vi de perto isso com muita serenidade.

Eu frequentei há algum tempo a Casa Bezerra de Menezes, na Bahia, espírita. Depois não frequentei mais, foram cinco anos. Sou católico, de muita fé em Deus, na fé na vida eterna, e a minha relação com a vida de hoje, que eu estou vivendo e que me foi dada, é a minha relação com a morte. Não tem nenhuma dificuldade. Eu comemoro a vida, mas não temo a morte, porque eu acredito na vida em outro plano, na vida espiritual.

Portanto, eu queria agradecer a todos que me fizeram essas homenagens, várias homenagens.

Fui recebido aqui por meu amigo Esperidião Amin, que veio me cumprimentar. A única coisa que eu pedi a ele é que ele não tocasse no lado esquerdo aqui, porque eu tenho um marca-passo, e ele pode alterar o meu ritmo. Eu quero continuar no meu ritmo, pela Bahia e pelo Brasil. É isso aí!

Senador Esperidião Amin. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Não é direito de resposta não, só para ...

Eu tenho certeza de que eu estou interpretando o pensamento de todos que estão presentes, ou remotamente, para dizer da alegria com que eu vi o seu retorno triunfal hoje. Quase fui atropelado pela sua coorte, que estava ali vibrando com o seu retorno à nossa Casa, mas a minha alegria é tão grande quanto a sua e a dos seus mais próximos familiares.

Vê-lo aqui trabalhando, concordando, discordando, mas enfim, vivendo a vida... E a vida Parlamentar é um motivo de grande alegria e de agradecimento a Deus...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem dúvida nenhuma.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... porque a circunstância em que o senhor, Senador Otto, teve o problema, essa foi um arranjo, um arranjo para que não fosse fatal, nem fosse causadora de sequelas que, talvez, muitas vezes superam até em dificuldade a morte.

Então seja bem-vindo!

Eu não desisti de ser o Relator do primeiro item da pauta, e quero formular aqui quatro pedidos a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. tem o item 1.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Primeiro, o Projeto de Lei nº 3, de 2026, está sem Relator, e eu não vou esconder...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu peço ao Plenário e aos que estão no fundo para fazerem silêncio, para que possamos ouvir, por favor, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não vou esconder, o PL nº 3 é o projeto de lei da anistia. O senhor sabe que eu tenho uma posição a respeito, conheço a sua e a respeito, mas tem que ter um Relator, e é o que eu lhe peço que designe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo está aqui desde 2021, Presidente, mas o senhor perceba como é importante: tudo indica que o Inquérito 4.781 está nos seus estertores. Ontem completou, essa semana completa sete anos de existência o inquérito das *fake news*, o inquérito do fim do mundo, o inquérito que foi jogado contra aquele jornalista do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O inquérito está no Supremo, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O inquérito está no Supremo Tribunal?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, o inquérito do jornalista que estava investigando o veículo que transportava o Ministro Flávio Dino foi para o inquérito das *fake news*. A inquisição está com a porta aberta. Apareceu alguém molestando o meu amigo, o Alexandre de Moraes chama o inquérito e o sujeito está respondendo ao Inquérito 4.781, porque o inquérito é infinito. Mas para reduzir essa pressão, eu apresentei, em 2021, o Projeto de Lei 3.118, que dispõe sobre crimes que são praticados em detrimento de membros da magistratura e do Ministério Público; ou seja, o meu projeto é para dar uma salvaguarda adicional, mas não antidemocrática e contra o Estado de direito, como é a inquisição aberta há seis anos, sem destinatário. Então, quem quiser, o Relator que foi escolhido pelo Ministro Toffoli há sete anos, o mesmo Relator, chama... Ou seja, essa blindagem está desmoralizando o Supremo. Por isso eu peço que se designe um Relator.

E, finalmente, dois projetos que são bem mais suaves, o PL 743, que regulamenta, que traz a legislação dos veículos de decolagem e pouso vertical, os *drones*. Eles estão sendo usados, Presidente, e regulamentar é fundamental até para a segurança dos aeroportos. Outro dia, o aeroporto de Congonhas foi afetado, Guarulhos. Então, dispõe sobre veículos de decolagem e pouso vertical. Já teve parecer em Comissão técnica, do Senador Lucas Barreto, ou seja, eu preciso só do Relator. A pressa ou não vai depender de decisão de V. Exa..

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, finalmente, um projeto que versa sobre organizações sociais, sobre a necessidade de elas terem integrantes do Governo, o Senador Jaques Wagner era o Relator, ele desistiu. Respeite-se. Mas eu peço que V. Exa....

Ela teve coragem, Presidente, de tomar posse sem lhe pedir licença. A mulher de coragem é a nossa Senadora. Mas, nascida em São Paulo, criada na Paraíba e hoje em Roraima, ela conseguiu enfrentar o forte baiano da cabeça branca. Então, peço também a designação desses quatro Relatores, Presidente.

Seja bem-vindo. Em árabe, o senhor sabe como é que se diz isso? *Meet Ahlan wa Sahlan*. Cem vezes seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – *Ahlan wa Sahlan*. *Inshallah*.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – *Inshallah*.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – *Al-hamdu li-llah*.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Deus permita.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O item 1, do Senador Esperidião Amin.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3220, DE 2019

- Terminativo -

Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências sobre o direito de utilização e compartilhamento de postes, dutos, condutos ou servidão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias de energia elétrica ou prestadoras de outros serviços de interesse público.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do Projeto e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 2 e 3, na forma do Substitutivo que apresenta, restando prejudicada a Emenda nº 1- CI.

Observações:

- Em 12/03/2026, foram recebidas as Emendas nºs 2 e 3, de autoria do Senador Weverton;

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura;

- Se for aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a Turno Suplementar;

- Votação nominal.

Passo a palavra, para relatoria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu quero fazer aqui um brevíssimo resumo de uma história que tem 50 anos.

Senador Veneziano, eu era Prefeito de Florianópolis e tinha trabalhado na Telesc, na Cotesc, na empresa de telecomunicações. Naquela época, o poste era da Celesc, estatal, ou seja, da distribuidora de energia elétrica; a calçada era do proprietário do terreno, mas sob custódia da Prefeitura, que tem que cuidar daquele passeio, para que ele não agrida as pessoas, as moças de salto alto, ou seja, a calçada é uma coisa que tem que ser preservada; e os usuários do poste eram o cabeamento da energia elétrica e do telefone.

Hoje, o senhor já viu as fotos dos postes de muitas das cidades, inclusive da Paraíba? Alguns comparam inclusive com a abundância do seu capilar: eles se transformam em cabeleiras, um nó enleado, às vezes enroscado, e não raro provocando acidentes, principalmente com os cabos já em desuso, que ficam pendurados. Nós tivemos dois acidentes nesse mês em Joinville, em pouco mais de um mês, quase degolando o ciclista – felizmente era ciclista, que não estava em velocidade. E, em Florianópolis, houve uma morte, ou seja, isso tem que ter um cobro, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsável. E é isso que faz esse projeto, muito bem apresentado pelo Senador Weverton – quero cumprimentar o Senador Weverton –, do PDT, do Maranhão.

Em síntese, eu vou apresentar aqui um resumo do parecer.

Encontra-se em exame nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto de Lei nº 3.220, de autoria do Senador Weverton, que trata do compartilhamento – porque agora não é só uma prestadora de serviço – de postes de energia elétrica por prestadoras de serviços de telecomunicações. Trata-se de um tema relevante para as pessoas e para a estética das cidades, para a preservação das árvores, que são sacrificadas pela robustez desse cabeamento, e para a organização do espaço urbano, portanto.

A matéria foi amplamente debatida na Comissão de Serviços de Infraestrutura, que realizou audiência pública e recebeu contribuições de diversos atores do setor, incluindo associações empresariais, agências reguladoras... Com muita relutância. Presidente, não houve acordo entre a Aneel e a Anatel. É um conflito de atribuições que prejudica o país. E eu cheguei a citar que, se continuasse a haver esse tipo de imbróglio, eu ia pedir o *impeachment* de quem estivesse na agência, na diretoria que tem essa responsabilidade. Ele é suscetível a *impeachment*, sim. Eles têm mandato, mas, se descumprem o seu dever para com o país, cabe. Conta, portanto, com a contribuição dessas agências reguladoras, várias instituições públicas, prefeituras principalmente, empresas de distribuição de energia públicas ou privadas.

Quero destacar o papel que a Celesc tem desenvolvido, inclusive com entidades comunitárias, assumindo responsabilidades, como nós achamos que devem ser assumidas.

A partir dessas discussões, foi aprovado, naquela Comissão, um substitutivo que manteve o espírito do projeto original, mas incorporou diversas sugestões apresentadas durante o debate legislativo.

Posteriormente, no âmbito desta Comissão, apresentei uma versão inicial de parecer no dia 8 de setembro. Após novos diálogos com representantes do setor elétrico, do setor de telecomunicações e com especialistas na matéria... E quero, desde já, agradecer a um consultor exemplar desta Casa, o Consultor Rutelly, que está aqui presente. Quero agradecer a ele e a minha equipe, liderada pelo Jibran, que ontem cometeu uma infração, mas agora está tudo bem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela dedicação na busca de identificar as necessidades e promover os ajustes pontuais na emenda substitutiva, que foi aprovada na Comissão de Infraestrutura com o objetivo de aprimorar a técnica legislativa, tornar mais claro o regime econômico de compartilhamento e fortalecer os mecanismos de regularização da ocupação dessa infraestrutura. São quase 14 milhões de postes, Presidente, que são o objeto, o foco – em Brasília, com menos intensidade, Senador Izalci, mas pelo Brasil afora.

Eu quero destacar: primeiro, substituição da expressão "preço máximo" por "valor máximo"; inclusão de princípio de responsabilização dos usuários da infraestrutura que derem causa a irregularidades; inclusão do princípio orientador para maximizar a utilização da capacidade da infraestrutura; definição de prazo máximo de cinco anos para regularização da ocupação da infraestrutura, prorrogável, se for necessário, por até cinco anos adicionais; esclarecimento de que convênios com estados, Distrito Federal e municípios destinam-se ao apoio à fiscalização e não à delegação plena dessa atividade, com previsão de plano anual de apoio a essa fiscalização; criação de mecanismo que permita às prestadoras de telecomunicações requererem a regularização de ocupações irregulares em até 180 dias após a entrada em vigor da lei, com suspensão de sanções administrativas durante esse processo, com esse prazo; previsão de valor máximo transitório para compartilhamento da infraestrutura durante o período de regularização, a ser fixado pelo Poder Executivo com metodologia simplificada; adequação dos dispositivos que alteram a Lei nº 9.427, de 1996, na redação atualizada conferida pela Lei nº 15.269, de 2025; supressão da possibilidade de repasse de receitas de compartilhamento a municípios ou consórcios conveniados, a título de ressarcimento pela atividade de fiscalização; finalmente, renumeração dos dispositivos finais para acomodar os novos dispositivos introduzidos no texto.

Salientamos que os ajustes mencionados não violam os eixos utilizados na emenda substitutiva que foi aprovada pela Comissão de Infraestrutura para enfrentar a histórica desorganização da ocupação de postes no Brasil.

O primeiro eixo consiste em definir com maior clareza as competências regulatórias das agências. O modelo atual em que a Aneel e a Anatel atuam de forma amplamente conjunta tem se mostrado ineficaz e frequentemente utilizado para postergar a solução do problema, como eu frisei há pouco. O substitutivo delimita melhor as atribuições de cada agência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo eixo é o reconhecimento de que os postes constituem um ativo essencial ofertado em regime de monopólio natural.

Por essa razão, o texto estabelece que a Aneel deverá fixar um valor máximo para o compartilhamento da infraestrutura, com base em princípios de regulação por incentivos.

Optou-se deliberadamente por afastar referências à regulamentação baseada em custos, justamente para evitar distorções que hoje se observam em outros arranjos institucionais, como o regime associado a Itaipu Binacional, que merece um romance – não apenas um parecer e um inquérito, mas um romance.

O terceiro eixo é o reconhecimento de que os municípios podem e devem colaborar na fiscalização da ocupação da infraestrutura. A pressão exercida por esses entes federativos pode contribuir para estimular empresas de telecomunicações, distribuidoras de energia e as próprias agências reguladoras a atuarem de forma mais efetiva no combate à desordem atualmente observada, desordem que gera poluição visual e riscos à segurança das pessoas.

Ressaltamos ainda que a emenda substitutiva permite a aplicação de recursos do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social na implantação e modernização de redes aéreas e – peço especial atenção – subterrâneas, compartilhadas de serviços essenciais, incluindo distribuição de energia e telecomunicações. Trata-se de medida que pode contribuir para a expansão da infraestrutura urbana integrada e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Em face do exposto – eu gostaria de lhe pedir o número do projeto de lei do Senador Fernando Dueire, que trata dos cabeamentos subterrâneos –, voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 3.220, de 2019; pela constitucionalidade e juridicidade da Emenda 2; pela juridicidade e inconstitucionalidade parcial da Emenda nº 3; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.220, de 2019, repito, de autoria do Senador Weverton; com acolhimento parcial das Emendas 2 e 3, na forma do substitutivo ora apresentado; restando prejudicada a Emenda nº 1.

A propósito, Presidente, quero dizer da importância de estar tramitando, nesta Casa, o Projeto de Lei nº 3.801, de 2025, do Senador Fernando Dueire, que versa sobre a criação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Programa Nacional de Modernização da Infraestrutura dos Setores de Energia Elétrica e de Telecomunicações, que preconiza uma linha de crédito e um programa nacional para, dentro das possibilidades financeiras desses fundos, favorecer a ação dos municípios no sentido de cabeamento subterrâneo desse conjunto de utilidades, que hoje é pendurado nos postes e, lamentavelmente, em grande número, se transforma num risco, não só para a estética, para as condições urbanas da cidade, mas risco de vida para as pessoas.

Esse é o voto, Presidente, em breve resumo.

Fico às ordens. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quero parabenizar o Senador Esperidião Amin.

Essa matéria é uma matéria terminativa, de tal sorte que os Senadores e as Senadoras votarão pelo sistema remoto.

Estão presentes, claro, o Senador Veneziano Vital do Rêgo e o Senador Izalci. O Senador Veneziano, logo em seguida, relatará dois projetos, o item 2 e o item 8.

Eu peço à Mesa que possa abrir o painel para...

Nenhum Senador quer discutir a matéria.

Carlos Portinho, Senador Carlos Portinho, deseja...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Eu vim te dar um abraço, Presidente, desejar saúde, que é o mais importante.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado. (*Pausa.*)

Já podem votar. Está aberto o painel.

(Procede-se à votação.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O relatório do Senador Esperidião Amin é pela aprovação do projeto e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 2 e 3, na forma do substitutivo que apresenta, restando prejudicada Emenda nº 1-CI. É o Projeto de Lei nº 3.220, de 2019, que "altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências sobre o direito de utilização e compartilhamento de postes, dutos, condutos ou servidão pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias de energia elétrica ou prestadoras de outros serviços de interesse público".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor me permite, Presidente, enquanto há a votação?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Eu quero agradecer, porque, se o senhor souber o rolo que foi discutir esse assunto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu me lembro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu quero agradecer, com razoável surpresa, a divulgação desta nota de apoiamento ao texto – olha lá, depois de uma encrenca, hein? – assinada pela Associação Brasileira dos Operadores de Telecomunicações e Provedores de Internet, Abrint (Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações), Apronet (Associação Catarinense dos Provedores de Internet), Associação NEO, Conexis Brasil Digital (Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal), InternetSul (Associação dos Provedores de Serviços e Informações da Internet), Redetelesul (Associação Nacional das Empresas de Soluções de Internet e Telecomunicações) e TelComp (Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas). Nem eu sabia que poderia satisfazer tantos interesses díspares, controversos.

Acho que estamos avançando. Perfeição não existe.

E eu quero agradecer por essa manifestação que chegou ao meu conhecimento agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Esperidião Amin.

Eu peço aos Srs. Senadores e Senadoras que possam votar. A matéria é terminativa. Já votaram nove Senadores e Senadoras. Peço que os Senadores que estão em seus gabinetes... Ou que seus assessores possam avisar da votação da matéria relatada pelo Senador Esperidião Amin, uma matéria terminativa na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, antes que nós cheguemos ao número exigível para que conheçamos o resultado, é evidente, devo fazê-lo, por merecimentos mais do que sobejos ao trabalho do Senador Esperidião Amin e à iniciativa do nosso companheiro Senador Weverton... É uma matéria que, de fato, precisava, carecia de uma proposta legislativa que pudesse dar melhores encaminhamentos. Igualmente à experiência que teve o Senador Esperidião Amin como Prefeito de Florianópolis tive eu como Prefeito de Campina Grande. E nem é preciso que tenhamos tido essa experiência para constatarmos que essa é uma situação que se agrava exatamente também pela ausência de uma legislação apropriada como esta que nós estamos querendo viabilizar. Então, nossas saudações. E nada nos surpreende também o fato de esta matéria, depois do seu relatório, Senador Esperidião Amin, ter recebido tantos aplausos de reconhecimento ao companheiro que teve a iniciativa, o Senador Weverton, e àquele que pôde burilá-la. Então, as minhas saudações.

E, Senador Otto, o senhor sabe da estima quando faz menções, com o seu retorno presencial, agradecendo as orações, agradecendo as lembranças... As menções todas são do tamanho do quanto o senhor é caro, do quanto a sua existência é cara para todos nós. E o seu testemunho de fé muito nos toca, principalmente aqueles e aquelas que como o senhor também professam a mesma fé, mas a gente ainda pede e ora ao nosso Criador para que ele, como assim assentiu nas suas palavras... Que o senhor possa continuar por um longo período entre nós, tanto para o bem da Bahia como para o bem do nosso país. O senhor é uma figura vigorosa, extremamente comprometida com as causas da boa política, que tanto carecem de homens e de mulheres com a sua envergadura, com o seu perfil. Da Paraíba eu tomei, primeiro, um susto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque não sabia do acometimento que o tomava, e, depois, uma alegria de vê-lo, vê-lo bem, se recuperando e agora entre nós. Que Deus o abençoe. E obrigado por este testemunho que o senhor nos permite ter nesta manhã.

E, depois, saudar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu é que agradeço ao meu Senador Veneziano Vital do Rêgo pela relação cordial que tenho com V. Exa., pela admiração por tantos trabalhos que V. Exa. já realizou no Senado Federal, grandes contribuições, grandes relatorias. E eu creio que V. Exa. engrandece o seu Estado da Paraíba, que é um estado tão altivo de pessoas altivas e democráticas. E V. Exa. encarna esta imagem do bom paraibano, aquele que nunca desiste, que luta pela democracia e pela liberdade, como é a sua história de vida.

Muito obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu também quero fazer das palavras do Veneziano, palavras bonitas, as minhas palavras com relação a V. Exa. Então, que bom que V. Exa. está de volta aí com muita saúde para a gente poder tocar o barco. Há muita coisa para a gente aprovar ainda este ano, né?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente.

Agradeço de igual forma ao Senador Izalci também pela maneira cordial, a convivência muito democrática e respeitosa. Eu agradeço de coração a V. Exa. (*Pausa.*)

A Eliziane? Falta um voto. (*Pausa.*)

Com o voto da Senadora Eliziane Gama, nós vamos encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Votaram SIM 13 Srs. Senadores e Senadoras.

A matéria terminativa está aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizo o Senador Esperidião Amin.

Será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Senador Veneziano Vital do Rêgo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... item 2 e item 8. E depois será o item 12, da Senadora Eliziane Gama.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 595, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o art. 391 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer que respondem pelo inadimplemento das obrigações todos os bens do devedor suscetíveis de penhora.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Só para confirmar, Presidente: o projeto então volta em turno suplementar na semana que vem automaticamente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, obrigado pela deferência de nos ter designado as relatorias do item 2 e do item 8. E, por força de ambos terem recebido uma instrução bastante esmiuçada, ou seja, ter havido bom debate, eu pediria a sua compreensão e a compreensão dos demais colegas presentes e remotamente a acompanhar essa nossa sessão, para ir direto à análise.

O Projeto de Lei nº 595, de 2024, não apresenta vício de regimentalidade e nenhum outro. Nos termos do art. 101, *caput*, incisos I e II, alínea "d", do nosso Regimento, compete a esta Comissão opinar acerca da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade são atendidos sobejamente pelo projeto, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito civil, a teor do disposto no art. 22, *caput*, inciso I, da Constituição Federal.

No que concerne à juridicidade, o projeto de lei se afigura irretocável, porquanto: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos – normatização via edição de lei – é o adequado; possui o atributo da generalidade, que exige sejam destinatários do comando legal um conjunto de casos submetidos a um comportamento normativo comum; se afigura dotado de potencial coercitividade, isto é, a possibilidade de imposição compulsória do comportamento normativo estabelecido; e se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que o projeto está de acordo com os termos da Lei Complementar nº 95.

Com efeito, em relação ao mérito, o Projeto de Lei nº 595, de 2024, tem por objeto, senhoras e senhores, alterar a redação do art. 391 do Código Civil – que está sendo discutido e sendo atualizado –, que se encontra assim redigido atualmente: "Art. 391. Pelo inadimplemento das obrigações respondem todos os bens do devedor". Este é o atual texto.

Se é indiscutível que o art. 833 do Código de Processo Civil fixa uma série de restrições a respeito de quais seriam os bens do devedor que poderão ser, ou não, penhorados, a redação do art. 391 do Código Civil permite, pretensamente, a penhora de todos os bens do devedor, não importando sua natureza penhorável ou impenhorável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, é digno de nota o louvável avanço em direção à sistematização da lei civil em relação à lei processual civil, devendo-se pôr em destaque que é preciso uniformizar a legislação para evitarmos decisões contraditórias nos tribunais.

Dessa forma, Sr. Presidente, é meritório esclarecer o que hoje já se interpreta sistematicamente: que, em verdade, só respondem pelo adimplemento das obrigações os bens penhoráveis do devedor, e não todos os seus bens, como faz parecer crer a atual redação opaca, que nós queremos modificar, do art. 391 do Código Civil.

Diante do que nós expusemos, votamos pela aprovação do Projeto 595, de 2024, Presidente Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço e coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Senador Veneziano, o item 2 agora.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – O item 8, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O item 8 foi esse.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Esse é o item 2, que foi aprovado. O item 8...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não foi o 8.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Ah, esse é o 8, não é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Esse é o 8.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. começou pelo 8, mas não tem problema. A ordem dos fatores não altera o produto.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Partamos para o segundo item?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É o item 2 agora.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 941, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre a custódia compartilhada de animais de estimação nos casos de dissolução de casamento ou de união estável.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CMA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pelo equívoco, minhas desculpas a V. Exa. e à Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, mas eu percebi e fiquei tranquilo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Obrigado, meu Presidente.

Diretamente à análise, eu quero primeiro ressaltar e enaltecer mais uma entre muitas incontáveis iniciativas de uma fulgurante e competentíssima legisladora que V. Exa. bem conhece, muito altiva e muito vigorosa e combativa, Deputada Laura Carneiro. Ela, mais uma vez, nos oferece à apreciação uma proposta legislativa que recebe o nosso acolhimento.

A análise desta Comissão deve perpassar pela compatibilidade da proposta com o ordenamento jurídico pátrio, especialmente sob a ótica da evolução do direito civil contemporâneo e do direito de família.

Sob o prisma da competência, o projeto atende ao art. 22, inciso I, da Constituição Federal, que reserva à União a competência privativa para legislar sobre direito civil e processual.

No mérito, o projeto enfrenta uma lacuna ontológica no direito civil. Tradicionalmente, os animais são classificados como bens semoventes conforme previsto no art. 82 do Código Civil. Todavia, a doutrina e a jurisprudência brasileira, influenciadas por tendências contemporâneas de desobjetificação dos animais, têm reconhecido aos animais, especialmente àqueles de estimação, a condição de seres sencientes.

A proposta, nesse âmbito, não altera a natureza jurídica do direito de propriedade sobre o animal, restringindo-se a reconhecer que o vínculo afetivo estabelecido entre as pessoas e o animal de estimação transcende a mera posse de um objeto inanimado. Ao transpor institutos típicos do direito de família para a regulação da custódia dos animais de estimação, evita-se que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o animal seja utilizado como instrumento, por exemplo, de chantagem emocional ou como forma de prolongamento de conflitos interpessoais.

Ademais, os mecanismos de exclusão de custódia por violência doméstica ou maus-tratos, conforme previsto no art. 3º do projeto, reforçam a natureza protetiva da norma, harmonizando o direito civil com o microssistema de proteção à família e à dignidade animal.

Por fim, a alteração promovida pela CMA, pela nossa Comissão de Meio Ambiente, no art. 7º por meio da Emenda nº 1-CMA, é tecnicamente louvável. A subsidiariedade consagrada na emenda de redação aprovada pela mesma Comissão de Meio Ambiente assegura que a norma específica prevaleça sobre a geral no que lhe for peculiar. Por exemplo, os critérios fáticos de bem-estar animal estabelecidos no art. 4º do projeto devem nortear a decisão judicial antes de quaisquer ritos genéricos de partilha de bens.

Diante do que nos trouxemos em voto, nós somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 941, de 2024, Presidente Otto Alencar e Sras. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado a V. Exa.

Coloco a matéria em discussão.

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discuti-la.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CMA-CCJ.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Agradeço ao Senador Veneziano Vital do Rêgo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A Senadora Eliziane Gama é Relatora de três itens e pede para iniciar pela PEC nº 3, não terminativa.

ITEM 12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2024

- Não terminativo -

Altera os arts. 42, 93, 128 e 142 da Constituição Federal, para vedar o uso da aposentadoria como sanção quando do cometimento de infração disciplinar.

Autoria: Senador Flávio Dino (PSB/MA) e outros

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Favorável à Proposta com três Emendas de Redação que apresenta.

Observações:

- Em 17/03/2026, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Sergio Moro (pendente de relatório).

Eu passo a palavra à Senadora Eliziane, mas antes, pela ordem, pede-me a palavra, e eu concedo, o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, com a vênia aqui da Senadora Eliziane – ela concordou em me dar a palavra aqui rapidamente –, como eu estou na CPI do Crime Organizado, eu só queria adiantar meu pedido de vista para essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu apresentei uma emenda sobre a qual a gente está conversando a respeito – e a magistratura e também o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público –, que, acho, deixa claro que acaba a aposentadoria compulsória para aqueles casos de faltas graves que caracterizem crimes praticados por magistrados ou promotores, que é exatamente o cerne do problema, para que a questão da falta grave não seja generalizada –, porque, às vezes, há uma questão mais formal ou algo que não é assim tão candente – e acabe prejudicando a independência da magistratura. Então, crimes de violência contra a pessoa, inclusive feminicídio, inclusive crimes sexuais, crimes de corrupção, peculato e especialmente, que é o problema, o favorecimento ao crime organizado.

Então eu pediria vênia aqui à Senadora Eliziane para adiantar o meu pedido de vista em relação a essa matéria e rogar para que nesse período ela possa se debruçar sobre a emenda e aprimorá-la, se for o caso de acolhê-la ou, eventualmente, de rejeitá-la.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa. Eu vi e li aqui a contribuição a essa PEC nº 3, que realmente tem letra de lei compatível com a proposta inicial.

Alguns magistrados e representantes do Ministério Público nos procuraram – inclusive, levei isso à Senadora Eliziane Gama –, sobre a questão da vitaliciedade, ou seja, uma letra de lei que pelo menos permita o julgamento dos crimes que, por acaso, venham a ser cometidos, mas com direito de defesa. Todo acusado tem direito de defesa, inclusive o juiz ou o promotor. No caso do Ministério Público, inclusive, o Ministério Público não tem aposentadoria compulsória, isso é restrito aos magistrados, aos juízes.

De tal forma que eu acho que notórios conhecedores da letra jurídica, como V. Exa. e tantos outros, podem perfeitamente dar uma contribuição para o aprimoramento de uma legislação que seja compatível com o tema, que permita realmente que, a lei sendo cumprida, a punição venha, mas com direito de defesa, como todos devem ter, na minha opinião.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, gostaria de fazer aqui uma colocação vestibular. O Ministro Flávio Dino tomou uma decisão num caso concreto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu sei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... é uma decisão monocrática. O Senado já disse, com o seu voto e com o meu relatório, que decisão monocrática, com repercussão tão expressiva como essa, não pode ser considerada enquanto não for homologada pelo Colegiado. Por que essa pressa em analisar uma emenda constitucional? Se a decisão dele está certa, não precisa da emenda. E, se a decisão dele está errada, volta à tramitação.

Eu repudio decisões monocráticas como esta e, por isso, nós aprovamos, com o seu voto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concordo plenamente com V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... com 52 votos. Chega de esta Casa ser conduzida por decisões monocráticas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E lamentavelmente essa matéria está na Câmara dos Deputados até hoje, há mais de quatro ou cinco anos, e a Câmara dos Deputados não toma a decisão de aprovar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Desde 2023, foram duas tentativas. Na primeira, nós não tivemos votos; na segunda, com a sua participação decisiva e do Jaques Wagner, o Ministro Gilmar Mendes chegou a dizer: "Votaram os pigmeus morais" e chegou a pedir a demissão do Líder do Governo. Foi assim que eles reagiram. E nós vamos ser pautados por uma decisão monocrática, seja do Ministro Flávio Dino ou de qualquer outro? Eu me recuso a votar isso, não entrar no mérito.

Se o Supremo homologar a decisão dele, é claro que aí é uma decisão do Colegiado, vamos respeitar a colegialidade do Supremo. Decisão monocrática é um abuso, é um desvario, só que pegou moda. Consegue uma monocrática lá... Por exemplo, na Lei das Estatais, Senador Izalci, o Ministro Lewandowski, antes de sair para servir ao Governo, considerou inconstitucionais dois dispositivos da Lei das Estatais. Abriu a enxurrada para nomear 587 pessoas sem os critérios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previstos pela lei. Catorze meses depois, o Supremo considerou constitucionais aqueles dispositivos, mas quem já está nomeado fica. Isso é um desvario, isso é uma aberração.

Eu me recuso a deliberar sobre esse assunto antes de a colegialidade do Supremo dizer: "A decisão do Ministro Flávio Dino é a nossa". Aí é outra coisa. Agora, decisão monocrática pautar a Comissão de Justiça, não com a minha ajuda.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu vou ter direito a ler o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Senadora Eliziane, deixe-me só me manifestar, porque como advogado, inclusive, venho acompanhando...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vai ler. V. Exa. vai ler o relatório, sem dúvida nenhuma, mas a questão de ordem antes do relatório é prevista no nosso Regimento.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E eu serei breve, Senadora Eliziane. Eu entendo o interesse até partidário, o projeto de lei é do então Senador Flávio Dino, mas, como advogado, eu venho acompanhando – não só como Senador, quero deixar claro – as decisões mais esdrúxulas e de cunho monocrático que vem tomando o STF, avançando em questões realmente que são do Legislativo.

Você veja só, essa decisão em princípio surtiu até uma boa repercussão, porque pareceu – pareceu – que estavam acabando com a aposentadoria compulsória de magistrados, mas, na verdade, o pano de fundo que ele decidiu é muito mais amplo. Ele concentra no STF, na verdade, a ação da perda do mandato. E o pior, Senador Izalci: enquanto essa ação não é proposta ou enquanto ela tramita, como muitas – a gente sabe –, no nosso Judiciário, durante décadas – poderá ser –, aquele juiz, aquele magistrado que cometeu uma falta grave – e por isso o CNJ até aqui o aposentava compulsoriamente, o que era um absurdo, sim, ele continuar recebendo salário depois de uma falta grave... É isto que a sociedade quer: que ele perca o cargo, que ele perca o salário, mas o que criou o Ministro Flávio Dino é um subterfúgio, primeiro, para concentrar poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais uma vez no STF, porque agora ele diz que não é o CNJ, é o STF que vai decidir sobre perda do cargo; e, segundo, porque sabemos que pode ser um instrumento para eternizar alguns magistrados no cargo, pela morosidade ou falta de interesse – muitas vezes do próprio STF –, por corporativismo, por compadrios e por tudo que a gente está vendo. Esse magistrado que seria punido e afastado das suas funções, mesmo com aposentadoria compulsória, que a sociedade é contra, porque acha que ele não tem mais que receber salário nenhum, fica no cargo, fica despachando! Então, a gente vai ter um magistrado apenado com uma falta grave, dependendo de uma ação de perda de mandato concentrada no STF, que pode demorar durante muito tempo; enquanto isso, o cara está lá, continuando com as suas práticas delituosas.

Então, Senadora Eliziane, o que eu quero dizer é que a gente tem que discutir mais isso. Que seja o CNJ talvez o foro apropriado, porque isso não é atribuição do STF – esse controle é do CNJ –; que seja imediatamente dada a perda do cargo, a perda do salário; e o mais importante, que valha para todos os magistrados. O STF não é um foro à parte do Poder Judiciário. Ele está se distanciando da sociedade, já se distanciou. Está se distanciando da magistratura!

Só há um único magistrado lá, que é o Ministro Fux. O resto é uma banca de advogados. E, como banca de advogados, a gente está vendo a prática do que é a advocacia – e, no caso, de forma imprópria, que é a administrativa. O STF é um órgão do Poder Judiciário. O que vale para lá vale para eles. E é essa a discussão que eu quero trazer.

Para concluir, Senadora Eliziane, já adianto que, a par do pedido de vista, farei um pedido, porque eu acho essencial o requerimento de audiência pública. Temos que ouvir os magistrados, temos que ouvir os advogados, a OAB, o CNJ, para poder dar o melhor encaminhamento a isso. Não estou dizendo que não é o caso de V. Exa., que sei que está empenhada, Senadora Eliziane, mas, sem ouvir o setor – os magistrados principalmente –, a gente vai estar tomando uma decisão aqui, deliberando sobre fatos que a gente não apurou mais a fundo e não ouvindo a classe dos magistrados, principalmente.

Aqueles Senadores que quiserem, inclusive, encaminhar e associações aqui presentes, façam para a minha assessoria a indicação dos nomes, que eu apresentarei na próxima sessão o requerimento de audiência pública. E espero que o Poder Judiciário entenda que o STF deve ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte do Poder Judiciário. Magistrado é magistrado, é uma das mais belas carreiras que existem neste país, e está sendo vilipendiada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Carlos Portinho.

Se V. Exa. deseja encaminhar o seu requerimento de audiência pública, que o faça, e poderá ser votado ainda nesta sessão. Assim que a Senadora Eliziane proferir o seu relatório, eu colocarei em votação o requerimento de V. Exa., desde que encaminhado à Mesa aqui da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E poderemos acrescer os nomes posteriormente, é só porque eu não tenho ainda os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem dúvida nenhuma. V. Exa. pode encaminhar os nomes parcialmente e fará a inclusão dos outros nomes quando V. Exa. desejar.

Senadora Eliziane Gama, para proferir o seu relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. colegas Parlamentares, eu quero, antes de ler o meu relatório, dizer da minha felicidade e satisfação de ter sido escolhida por V. Exa., Presidente Otto, para ser Relatora desta proposta de emenda à Constituição e fazer aqui, brevemente, algumas observações que são pertinentes.

Primeiramente, quero dizer que o Presidente Otto Alencar pautou este projeto, esta proposta, antes da decisão do Ministro Flávio Dino. Então, a decisão do Presidente Otto não é motivada pela decisão do Ministro Flávio Dino, porque V. Exa. não tinha conhecimento da decisão que seria proferida *a posteriori* pelo Ministro Flávio Dino.

E quero falar para os meus colegas. Primeiramente, quero dizer para o meu colega Esperidião Amin, que eu respeito profundamente, eu acho que é uma das cabeças pensantes aqui do Congresso Nacional, mas eu queria, com a devida vênia, discordar do Senador Esperidião Amin. O que tem acontecido, de forma rotineira, no Congresso Nacional, é a crítica de que há,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por exemplo, um ativismo judicial, de que o Supremo Tribunal Federal está legislando em detrimento do Congresso Nacional. E, em função disso, quando o meu colega diz que a gente tem que esperar uma decisão do Ministro Flávio Dino, nós estamos chancelando uma crítica que a gente mesmo faz. Por que o Congresso Nacional não altera a Constituição quando tem que alterar? Por que o Congresso Nacional não aprova os projetos de lei quando tem que aprovar? Tem que esperar a decisão do Supremo Tribunal Federal para ter lá o que se chama no jurídico de um *backlash*, que seria um retorno depois aqui do Congresso Nacional. Nós temos que ter a nossa função. E é bom lembrar que a decisão do Ministro Flávio Dino foi em cima de um caso concreto, uma decisão monocrática, aliás, que não tem, por exemplo, um efeito expansivo, um efeito *erga omnes* que possa atender...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu vou pedir silêncio aqui aos assessores, por favor. Tem uma Senadora falando e é importante que todos possam contribuir, sem fazer o barulho costumeiro aqui da CCJ.

Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Ou seja, é um efeito que não se expande para outros casos concretos. O que nós precisamos, aqui no Congresso Nacional, é fazer a nossa função, é legislar.

E aí, Senador Portinho, muito embora eu não possa concordar com parte do discurso de V. Exa., para variar, mas também para variar, eu quero dizer a V. Exa. que eu concordo quando V. Exa. faz a defesa da celeridade. Nós temos um caso aqui específico, que foi um caso do Espírito Santo, de um juiz que vendia sentença, e, na verdade, ele foi acusado de ser um dos mandantes da execução de um colega juiz. Só houve a decisão transitada em julgado, aliás, não foi nem transitada em julgado, a decisão lá na frente dessa ação penal levou dez anos, ou seja, o caso já havia sido prescrito. Ou nós temos uma ação rápida e enérgica, ou nós vamos continuar da forma como a gente está vendo: uma descrença em um Poder que já foi um dos mais respeitados do Brasil, que foi o Poder Judiciário.

Hoje, se você faz uma pesquisa de opinião pública, está lá o Poder Judiciário abaixo do Legislativo e do Executivo. Eu vi uma pesquisa anteontem nesse mesmo sentido. Isso se dá por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quê? Porque tem os maus, que cometem crimes bárbaros e que, em vez de serem punidos celeremente e com todo o rigor da lei... Porque, como eu já disse algumas vezes, a gente não pode aqui dizer que o Poder Judiciário é maior do que o Executivo ou o Legislativo é maior, e vice-versa, não existe isso; nós temos a separação dos Poderes, nós temos uma harmonia, e esses pesos e contrapesos são exatamente para isso, para dar uma equidade, uma isonomia. Então, não existe ninguém maior do que ninguém aqui, não. Existe um colegiado, na verdade, que trabalha, um órgão disciplinador, no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. Eles têm que ter as suas prerrogativas para que possam exercer e possam extirpar, em bem do Poder, em bem do seu colegiado, aqueles que cometem faltas graves, aqueles que cometem crimes.

Nesse sentido, eu queria cumprimentar o ex-Senador Flávio Dino pela iniciativa, da mesma forma também como eu o cumprimento pela decisão que ele tomou, que espero que seja homologada em colegiado. Mas, antes disso, eu espero que nós possamos aprovar esta PEC, porque esta PEC vai ser um bem para os bons juízes do Brasil. Eu conversava com o Dr. Tarcísio, um promotor de Justiça do Maranhão, um dos mais céleres que eu conheço, e com a Dra. Vanessa, que preside... Aliás, eu até a parabenizei pela posição dela de comando, coisa que é muito rara, inclusive as mulheres ocuparem cargos de chefia. Pessoas como a Vanessa, a Dra. Vanessa, pessoas como o Dr. Tarcísio, são esses juízes e promotores que precisam ser enaltecidos no Brasil, que precisam ser, na verdade, respaldados, e não podem ter eles a imagem manchada por aqueles que cometem crimes graves.

E aí, então, Presidente, nesse sentido, eu quero ler o meu relatório, cumprindo as formalidades...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Senadora, a senhora me permite um aparte?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Permito, sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Senador Otto Alencar, primeiro, cumprimentando V. Exa. e a alegria do seu amigo Eduardo Braga, independentemente de Senador, em vê-lo prontamente restabelecido e aqui com saúde para mais cem anos e com coração novo em folha para poder ajudar o povo brasileiro e o povo baiano.

Mas, Senadora Eliziane, V. Exa. foi no ponto na argumentação inicial do relatório. Eu acho que esse é um ponto central, Sr. Presidente. E V. Exa., na condição de Presidente da CCJ... Acho que está na hora de a gente tirar alguns projetos da gaveta e voltar a votar. Veja, a Senadora Eliziane está relatando esse projeto que trata de uma emenda à Constituição que acaba com o uso da aposentadoria como sanção do cometimento de infração disciplinar, o que é uma vergonha, porque isso é um prêmio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – É um prêmio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Isso é um prêmio. Nós estamos, pelo menos, há 12 anos aqui no Senado falando sobre isso e nós não conseguimos fazer isso andar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Convergimos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Convergimos?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Convergimos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Pois bem. Agora, tem uma outra questão também que eu queria aproveitar... Por isso pedi um aparte à eminente Senadora, sempre combativa, a Senadora Eliziane, a quem eu tenho muito respeito e admiração.

Aqui, Sr. Presidente, eu um dia desses estava conversando com o Presidente Lula, e o Presidente Lula dando ao Ministro Flávio Dino o protagonismo do fim do penduricalho. Eu disse: "Presidente, não faça essa injustiça com o Senado". Há dez anos o Senado aprovou, aqui nesta CCJ – e está aí o Secretário da CCJ para não me deixar mentir – o fim do penduricalho na magistratura e em todo o serviço público. E, lamentavelmente, esse projeto foi para a Câmara,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fizeram modificações na Câmara, voltou para o Senado e aqui está adormecido. Portanto, é preciso...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Eduardo Braga, eu já disse em outras sessões do ano passado que, assim que o Relator – o Senador Carlos Portinho é testemunha –, quando o Relator trouxer o relatório, nós vamos votar o projeto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mas, Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu não tenho como dizer ao Relator que ele encaminhe...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, Presidente... Perdoe-me, Sr. Presidente, e aí eu peço a ajuda do Secretário, no Regimento Interno do Senado, quando um Relator fica sentado em cima de um projeto, V. Exa. pode redistribuir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu sei disso, Senador Eduardo Braga, só que o meu temperamento não me permite isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu sei, mas o Brasil não pode mais esperar. Nós estamos diante de uma crise institucional gravíssima, e um Senador não pode sentar em cima de um projeto *ad aeternum* e impedir que os outros 80 Senadores deliberem sobre esse projeto.

Portanto, é um apelo que faço a V. Exa., aproveitando a colocação da eminente Senadora Eliziane...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nesse caso, Senador Eduardo Braga, seria o caso de os Líderes encaminharem o requerimento...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu vou encaminhar um requerimento a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu acho que é uma matéria importante, os Líderes dos diversos partidos do Senado Federal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu não sei nem quem é o Relator, pode ser até alguém do MDB. Mas eu, como Líder do MDB, vou encaminhar a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... um requerimento... E espero que o Líder do PT nos acompanhe...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu assino junto, inclusive porque fiz a cobrança.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu espero que os demais Líderes nos acompanhem, porque não é possível, Sr. Presidente! Isso não é possível!

E, Presidente, só para encerrar, e eu sei que não é culpa de V. Exa.... Aliás, se dependesse de V. Exa., esse projeto já tinha sido votado... Até porque V. Exa., juntamente com este humilde Senador, votou quando da apresentação do projeto de lei que acabava com os supersalários e acabava com os penduricalhos.

Agora, Sr. Presidente, aqui vai uma sugestão à CCJ. A CCJ não pode continuar de braços cruzados... Eu sei que há uma questão de vício de iniciativa, nosso eminente Secretário Ednaldo, com relação a uma lei complementar que possa estabelecer um novo código de conduta e de ética do servidor público em geral, inclusive da magistratura – inclusive da magistratura!

Portanto, eu queria solicitar a V. Exa. que, no afã de relatar esta PEC – que eu reputo importante, à qual já me manifesto favoravelmente –, tente perguntar aos eminentes assessores da CCJ de que forma nós poderíamos propor uma PEC ou uma lei complementar para estabelecer, desde logo, um novo código de conduta e um novo código de ética para aqueles que exercem função pública! Função pública, porque função pública não é só ser Senador da República, Deputado Federal, Presidente da República, é também ser juiz, é também ser promotor, é também ser delegado, é também ser advogado público da Defensoria Pública, é ser da CGU, é ser da AGU... Portanto, eu acredito, Sr. Presidente, que está na hora de V. Exa. designar uma Comissão de eminentes Senadores nesta Casa para que o Senado possa elaborar, na Comissão de Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Justiça, uma PEC ou uma lei complementar que restabeleça uma nova lei de código de conduta, de ética e de moralidade para a função pública. Porque o Brasil está enojado do que está assistindo. E nós precisamos agir como somos, de verdade. Nós somos legisladores, como a eminente Senadora Eliziane está fazendo aqui, ela está legislando.

Então, eu creio que, como legisladores, nós não somos delegados de polícia – o Senado não é delegacia de polícia –, mas o Senado pode propor uma lei na Constituição da República, ou lei complementar, que possa, de uma vez por todas, acabar com certas situações que estão envergonhando a República Federativa do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senadora Eliziane, pelo aparte, mas creio que, ao discutirmos e ao lermos o relatório de V. Exa., nós temos a oportunidade para tocar em dois pontos que estão, lamentavelmente, diante de nós. Nós temos que sair do imobilismo, nós temos que sair da inércia, e eu acho que esta Casa e a liderança de V. Exa. são o caminho para que nós possamos avançar nesses dois temas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Encaminharei aos Líderes para que indiquem os Senadores ou Senadoras para a composição dessa Comissão.

Devo dizer a V. Exa. que aguardo também que os Líderes encaminhem o pedido para que eu possa pautar esse projeto que se refere a essa questão dos supersalários.

Então, Senador Eduardo Braga, V. Exa., o Senador Carlos Portinho, o Senador Rogério Carvalho...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Eu só queria, brevemente, até por honestidade...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... os Líderes indicam, para que eu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – ... pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... atendendo ao que prevê o Regimento, possa marcar, e, inclusive, conversar com o Relator, para que a matéria venha à discussão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Pela ordem, até por uma questão de honestidade.

O Senador Eduardo Gomes é o Relator desse projeto. Esse projeto vem sendo, através do Senador Pacheco, quando Presidente... Todos lembram que, até em reunião de Líderes, havia a discussão sobre o VPM, o quinquênio...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – VTM.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... o VTM, o quinquênio, e nós havíamos dito e inclusive feito um cronograma para que votasse um e votasse o outro, que é a progressão da carreira, o VTM. Isso tem um custo, mas a economia com o fim dos supersalários seria maior. Inclusive, eu até pedi ao Senador Pacheco que fizesse essa conta, porque a gente tem que prestar contas à sociedade.

Infelizmente, quiseram, no atropelo, andar com o VTM. Eu falei: "Vocês estão agindo errado. Tem um acordo de Líderes para a gente buscar essa economia". E não aconteceu, e parou tudo. Aí, eu cobrei aqui, na primeira reunião da CCJ, isso ao nosso Presidente, que tinha acabado de assumir e que foi favorável a nós votarmos o fim dos supersalários. Como é um Senador do meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colégio aqui, da bancada, eu pedi ao Senador Eduardo Gomes que se empenhasse nesse assunto, com alguma celeridade, porque havia uma cobrança grande.

Então, por honestidade, Senador Eduardo Braga, eu tenho que dizer que, não tendo acontecido, eu tenho que assinar esse pedido como Líder.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – V. Exa...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Apenas uma sugestão, como fizemos agora, e até já comuniquei à Senadora Eliziane: que se dê a possibilidade de o Senador Eduardo Gomes ser breve, dizer quando entrega, e marcar. Se não marcar, aí, sim, não vai restar outra alternativa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente, é só para complementar – eu não quero mais delongas.

A questão do VTM foi natimorta. A sociedade brasileira não a aceitou, inviabilizou-a, e as lideranças do Senado da República não toparam a votação. Por isso, não foi votada, mas o Presidente Rodrigo Pacheco já não é Presidente desta Casa há um ano e três meses, portanto, há 15 meses!

Portanto, acho que está na hora de, se o Senador Eduardo Gomes... Eu nem sabia que era ele o Relator; até peço desculpas a ele, porque não é nada pessoal, mas, se ele trouxer, na semana que vem, o relatório, está tudo certo.

Se ele não trouxer, a Liderança do MDB já está encaminhando o requerimento para que V. Exa. possa redistribuir, para que, na semana que vem, esse projeto esteja aqui. E, no mesmo requerimento, vamos indicar o membro para representar o MDB na Comissão que V. Exa. vai designar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Zequinha Marinho.

Obrigado, Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Presidente, obrigado aí...

Só voltando à nossa pauta, eu queria solicitar a inversão para o item 10, porque está correndo aqui, em outras Comissões, que a gente tem que... Se for possível...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, vamos ao relatório, não é?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A Senadora Eliziane está lendo o relatório da PEC 3. Logo em seguida, eu atendo V. Exa.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, então, vou ler...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogério Carvalho, V. Exa. queria complementar alguma coisa?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Eu fui autor de uma emenda, no relatório da Senadora Eliziane Gama, sobre a questão do período pelo qual se deve valer. No caso do Ministério Público, a partir do procedimento administrativo seria suspenso o pagamento, assim que fosse condenado. Eu fiz uma emenda à PEC...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – ... não teve coragem de votar, lembra?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – É, exatamente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – E, Presidente, eu queria dizer também que, nessa linha que o Senador Eduardo Braga apresentou, eu tinha apresentado um requerimento criando uma Comissão com essas atribuições.

Então, diante aqui da proposição do Senador, eu quero encaminhar à CCJ – porque eu já tinha apresentado um requerimento com esse objeto – para a gente fazer uma rediscussão, até porque até mesmo o debate sobre abuso de autoridade ficou obstruído. Nós não temos visto nenhum tipo de ação contra abuso de autoridades; então, é preciso, sim, que a gente faça isso. E acredito que a gente deva fazer isso através de emenda constitucional, para que não haja mais questionamentos em relação a essa questão.

Então, eu vou pedir para a nossa assessoria entrar em contato com a Secretaria da Comissão aqui, para que a gente possa... Tem todo o apoio da gente, do PT e da nossa bancada. É fundamental.

Só quero dizer que a gente estava com essa intenção já, que hoje aqui foi reforçada, e que estamos no mesmo rumo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu lhe agradeço e registro isso, Senador Rogério Carvalho.

Senadora Eliziane, para o relatório da PEC 3; em seguida, é o Senador Zequinha Marinho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu queria, até antes de ler... Presidente, eu tenho mais dois relatórios para ler, se V. Exa. me permitir na sequência... Aliás, eram itens anteriores, viu? (*Risos.*) Na verdade, são itens anteriores, os itens 4 e 5. Eu vou ler a PEC, o item 12; e aí, na sequência, esses dois projetos.

Vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2024, tendo, como primeiro signatário o então Senador e hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta tem o fito de incluir na Constituição Federal previsão expressa da possibilidade de perda de cargos, inclusive vitalícios, no caso de cometimento de faltas graves, como já ocorre em relação a cargos públicos efetivos em geral. Promove, para isso, alteração em seus arts. 42, 93, 128 e 142, que disciplinam, respectivamente, o regime jurídico-constitucional dos militares dos estados e do Distrito Federal, dos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e das Forças Armadas.

Conforme registra a competente justificação, a sanção de perda do cargo é medida voltada a evitar a desmoralização do serviço público e o recrudescimento da desconfiança da cidadania quando do prolongamento do vínculo jurídico com a autoridade ou militar responsável pela prática de atos desabonadores. O normativo impede, ainda, a aplicação das penalidades de aposentadoria compulsória (no caso de magistrados e membros do Ministério Público) e de transferência para a inatividade ou concessão de benefício por morte ficta ou presumida – caso de militares –, ao argumento de que tais sanções representariam desvio de finalidade de institutos que ostentam, ou pelo menos deveriam ostentar, natureza eminentemente previdenciária.

A emenda constitucional resultante da aprovação da proposta, nos termos de seu art. 2º, teria vigência a partir de sua publicação, sem ressalva quanto aos agentes públicos já investidos no cargo.

Compete a esta CCJ emitir parecer sobre a proposição, devendo manifestar-se sobre aspectos de admissibilidade (art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal) e do mérito (inciso II do mesmo artigo), haja vista que a matéria tramitará exclusivamente por esta Comissão, daqui seguindo diretamente ao Plenário.

De início, destacamos que a proposta atende à juridicidade, efetivamente inovando o ordenamento jurídico, inclusive quanto à vedação à possibilidade de aposentadoria compulsória sancionatória. A própria justificação, aliás, registra que tal espécie de sanção continua sendo aplicada mesmo após o advento da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 (reforma da previdência), que, sistematicamente analisada, teria vedado apenas a aposentadoria sancionatória por tempo de serviço, e não por tempo de contribuição. Daí, portanto, a necessidade da vedação pretendida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No aspecto formal, a distribuição a esta Comissão foi feita nos termos regimentais, e a proposição reuniu o apoiamento necessário, não estando incursa em qualquer óbice circunstancial. Ademais, por se tratar de proposta de emenda à Constituição Federal, não há que se falar em vício de iniciativa; nesse sentido, a ação direta de inconstitucionalidade, cuja ementa consignou que

> [n]o plano federal, o poder constituinte derivado submete-se aos limites formais e materiais fixados no art. 60 da Constituição da República, a ele não extensível a cláusula de reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, prevista de modo expresso no art. 61, § 1º, apenas para o Poder Legislativo complementar e ordinário – Poderes constituídos.

A mesma razão, a toda evidência, seria aplicável ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, que, diferentemente do Executivo, nem sequer possuem iniciativa para a propositura da presente espécie legislativa.

No tocante à constitucionalidade material, temos que a previsão da possibilidade de perda de cargos vitalícios não viola cláusula pétrea, haja vista ser a vitaliciedade espécie de regime jurídico, alheio, portanto, à proteção do direito adquirido. Nesse sentido, acentuamos a remansosa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, reafirmada em centenas, se não milhares de julgados. Incidentalmente, tal reconhecimento exige ajustes redacionais para resolver uma antinomia aparente que, do contrário, estaria sendo criada com os dispositivos constitucionais que tratam da garantia da vitaliciedade (arts. 95, inciso I, e 128, § 5º, inciso I, alínea a).

No mérito, concordamos com a necessidade de sancionar com maior vigor e de forma mais efetiva infrações cometidas por autoridades públicas e militares, evitando a percepção, e não raro a realidade, da impunidade. Trata-se de medida consentânea ao princípio constitucional da moralidade administrativa e que fortalece, ainda, a independência do Ministério Público e do próprio Poder Executivo, dispensando a obrigatoriedade de sentença judicial para a decretação da perda do cargo de membros do *parquet*, das Forças Armadas e das corporações militares estaduais e distritais, quando, mediante regular processo administrativo e observados sempre os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, for apurado o cometimento de faltas graves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não menos importante, e para além dos aspectos jurídicos já consignados neste parecer, a medida alinha todo o serviço público a uma mesma normatização, eliminando distorções legais graves acumuladas ao longo do tempo.

A propósito, cabe mencionar o inconformismo da população brasileira diante de casos recentes. No último dia 3 de março, o Conselho Nacional de Justiça confirmou a aposentadoria compulsória como penalidade ao Juiz do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios João Luís Fischer Dias, pela prática de assédio moral e sexual e perseguição contra duas servidoras do próprio gabinete. Isso é imoral, é inaceitável, Presidente. Isso é inaceitável!

Na mesma sessão, foi mantido o afastamento cautelar do Desembargador Magid Láuar, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que ganhou notoriedade ao absolver um homem de 35 anos acusado de estupro de vulnerável contra uma menina de 12 anos. Posteriormente, com a repercussão do caso, quatro pessoas relataram ao CNJ que teriam sido vítimas de delitos contra a dignidade sexual praticados pelo magistrado quando atuava como juiz. Também nesse caso, na hipótese de se confirmarem as acusações, a penalidade mais severa aplicável seria a aposentadoria compulsória. É um prêmio para quem comete um delito dessa gravidade. Isso é bárbaro, é inaceitável, é inadmissível, Presidente!

A proposta ora em análise, além de possibilitar a aplicação de sanções mais proporcionais à gravidade dos ilícitos cometidos, concorre para aumentar a credibilidade das instituições junto à opinião pública, um referencial importante quando se discute o fortalecimento da democracia em nosso país.

Finalmente, cabe também apresentar emenda de redação para ajustar, na cláusula de vigência, a denominação da espécie normativa.

Então, Presidente, eu faço uma emenda. Na verdade, são três emendas de redação que, no meu entendimento, acabam dando mais clareza e dando uma interpretação sem nenhum tipo de confusão a essa alteração constitucional.

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação da proposta de emenda à Constituição, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº 1 - CCJ (DE REDAÇÃO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adicione-se vírgula, seguida da expressão “independentemente do disposto na parte final do inciso I do art. 95”, ao final do inciso VI-A do art. 93 da Constituição Federal, introduzido pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2024.

EMENDA Nº 2 - CCJ (DE REDAÇÃO)
Adicione-se vírgula, seguida da expressão “independentemente do disposto na alínea a do inciso I do § 5º”, ao final do § 6º do art. 128 da Constituição Federal, nos termos do art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2024.

EMENDA Nº 3 - CCJ (DE REDAÇÃO)
Substitua-se, no art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2024, a expressão “Emenda à Constituição” por “Emenda Constitucional”.

Presidente, eu recebi algumas emendas aqui do Ministro Moro, do Ministro Rogério Carvalho e de outros Parlamentares, mas, em função do pedido de vista e também por conta da audiência pública que será realizada, das conversas que nós tivemos com integrantes dos Poderes, nós vamos fazer uma readaptação a este parecer originalmente já protocolado para que nós juntamente com os colegas possamos reapresentá-lo na próxima sessão.

Presidente, eu quero deixar aqui claro para todos os colegas: este é o parecer que eu, Eliziane Gama, apenas um voto nesta Comissão, tenho convicção de que é o ideal para o Brasil, que é o ideal para a sociedade brasileira, mas isto aqui é um Colegiado, o meu voto sozinho não resolve nada; aqui se resolve a partir do entendimento com os colegas. Então, às vezes, a gente quer o ideal, mas nem sempre a gente consegue o ideal, porque o ideal, às vezes, é impossível. E o que eu preciso é que esta proposta seja realmente aprovada. E, como eu não sou uma pessoa que jamais deixa de ouvir e dialogar, conversarei com os colegas, porque o meu objetivo ao final é aprovar, quem sabe, o projeto ideal, mas, se não, o projeto que é possível diante da discussão, do debate com os meus pares.

Presidente, este é o nosso relatório.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa.

Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente.

Meu bom dia a todos os colegas.

Cumprimento a Senadora Eliziane pelo relatório e pela paciência que ela teve de ouvir todas as ponderações, mas eu quero destacar um fato aqui. Esta PEC mistura alhos com bugalhos, porque ela trata, numa parte, da questão do Judiciário e aí avança em cima do problema dos militares na questão da morte ficta.

O que eu quero deixar claro aqui é o seguinte: não existe punição para militar com aposentadoria compulsória, como existe no caso dos magistrados. O militar, quando incorre em algum crime, é condenado e, se essa condenação ultrapassa dois anos, é submetido a um tribunal de honra, que é ou um conselho ou o próprio STM; e, se esse o considerar indigno para o oficialato, ele perde posto e patente. E o que acontece a partir daí? Nós militares não temos sistema previdenciário, nós temos um sistema de proteção social, porque o militar contribui para a pensão da família, em virtude das características da profissão. Por que existem os militares? Eles existem, porque lamentavelmente existe a guerra, e na guerra morre gente. Então, esse é o instituto que existe.

Ao manter a questão da morte ficta, significa que a família daquele condenado vai passar a receber o seu instituto de pensão. Podemos discutir se a pensão pode ser cheia, pode ser 80%, pode ser 60%, mas a pena imposta a uma pessoa que cometeu o crime pode ultrapassar a pessoa do condenado? Podemos condenar a sua família, sua esposa, filhos a viver até numa situação de indigência porque não vão ter condições de se manter? Essa é a questão que está sendo colocada aqui. Por isso, eu digo, Presidente, que é uma mistura.

Nesta audiência pública que nós vamos realizar, acho importante que esse assunto seja debatido. Trago isso para a atenção de V. Exa., Senadora Eliziane, porque é uma situação totalmente distinta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu coloco aqui muito claramente: nós temos oficiais generais que estão condenados agora, condenados há muito mais do que dois anos de cadeia. Se perderem posto e patente, vamos observar: a esposa que está lá e que tem 75, 76 anos de idade vai se manter como? Ela vai viver de quê? Tenho que lembrar...

Há até uma questão que pode ser levantada aqui que é a apropriação indébita de um recurso que foi depositado por aquele militar ao longo de toda a vida. E lembro aqui o seguinte: a viúva também paga o instituto da pensão.

Então, eu acho que esse assunto tem que ser mais bem discutido, Presidente. Por isso, eu me associo aos pedidos de vista que foram feitos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Hamilton Mourão e considero relevantes as suas considerações a respeito desse tema.

Eu vou colocar em votação requerimento do Senador Carlos Portinho sobre a audiência pública.

Em votação requerimento do Senador Carlos Portinho.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será marcada audiência pública para o dia 1º de abril.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É verdade. Sim, é sempre verdade. Mas será um dia da verdade. E, no dia 8 de abril, essa matéria será votada aqui na Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, vamos dar um prazo bem elástico, primeiro, para a audiência pública, em que, inclusive, o Senador Hamilton Mourão pode trazer um representante que possa expor aqui as razões que ele colocou recentemente. E, no dia 8 de abril, nós votaremos essa matéria na Comissão de Constituição e Justiça para finalizar a votação no dia 8 de abril.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Zequinha Marinho, V. Exa., tem a palavra para relatar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Depois, V. Exa. será atendida – 5 e 4.

Senador Zequinha Marinho.

Eu já tinha falado com ele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Mas, meu Deus do céu. O meu é só para votação, já está até lido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 1704, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para dispor sobre a portabilidade das informações de saúde.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática e pela Comissão de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É não terminativo.

Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Solicito autorização para ir direto à análise.

Compete a esta CCJ, nos termos do art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade sobre o mérito do PL nº 1.704, de 2021.

No que diz respeito à constitucionalidade, cabe inicialmente registrar que a Constituição Federal estabelece, no seu art. 48, como regra geral, que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias da competência da União. Além disso, quanto à iniciativa parlamentar, o projeto de lei em tela se insere na regra geral do art. 61, *caput*, da Lei Maior, que estipula que qualquer membro do Congresso Nacional detém a iniciativa das leis, não se aplicando no caso presente a reserva de iniciativa prevista no §1º do mesmo artigo.

Ainda no que tange à constitucionalidade, cabe registrar que a matéria tratada pelo PL nº 1.704, de 2021, se insere entre as competências administrativas e normativas da União, conforme disposto nos incisos XXVI do art. 21 e XXX do art. 22 da Constituição Federal. Especificamente o art. 22, inciso XXX, estabelece que proteção e tratamento de dados pessoais é matéria de competência legislativa privativa da União, cabendo, ainda, fazer referência ao art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, que estabelece o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, assegurando tal direito nos termos da lei.

Por outro lado, a proposição ora analisada também diz respeito à saúde, e, nesse sentido, cabe recordar que o art. 23, inciso II, da Constituição Federal estabelece que é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios cuidar da saúde e assistência pública, e o art. 24, inciso XII, consigna que compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, a saúde é um dever do Estado, conforme preceitua o art. 196 da Constituição Federal. Cumpre também recordar que o art. 197 da Lei Maior determina que cabe ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre a regulamentação, fiscalização e controle das ações e serviços de saúde.

Portanto, quanto à constitucionalidade, bem como quanto à juridicidade e à regimentalidade, nada obsta à livre tramitação do PL nº 1.704, de 2021.

Quanto ao mérito, o nosso entendimento é o de que o presente projeto de lei deve ser acolhido por esta Comissão. Em primeiro lugar, a proposição atende ao objetivo de dar maior efetividade a um direito já reconhecido na LGPD, o da portabilidade de dados, e, no caso, de dados muito relevantes, pois são referentes à saúde.

Com efeito, cabe ter em conta que o histórico sobre a respectiva saúde pertence, em última análise, ao paciente e usuário dos serviços, que deve ter garantido o acesso aos correspondentes dados, em tempo adequado para tornar efetivo o seu direito à saúde.

A esse respeito, cumpre também relembrar que a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, chamada Lei Orgânica da Saúde, estabelece, como um dos princípios das ações e serviços públicos de saúde e dos serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), o princípio do direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde.

Por outro lado, a proposta compatibiliza o direito fundamental à proteção de dados pessoais com a ideia de autodeterminação informativa, ao conferir ao titular maior controle sobre o fluxo, o compartilhamento e o uso de informações relativas à sua saúde pessoal.

Cumpre, ainda, consignar que uma vez aprovado pelo Congresso Nacional o presente projeto, a lei que dele decorrer entrará em vigor 180 dias a contar da sua publicação, conforme dispõe o art. 2º da proposição. Tal dispositivo nos parece de todo adequado, pois a matéria em questão demanda regulamentação técnica adequada para que a lei possa vir a ter a devida efetividade, cabendo recordar o art. 84, inciso IV, da Constituição Federal, que estabelece a competência privativa do Presidente da República para expedir decretos e regulamentos para fiel execução das leis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste sentido, como posto no §4º-B que se está propondo acrescentar ao art. 11 da LGPD, o regulamento subsequente à lei deverá definir o prazo razoável para o fornecimento, pelo detentor, das informações requeridas pelo titular dos dados, no caso de impossibilidade de prestação de forma imediata (§4º-A).

Tal expressão deve também ser mais precisamente esclarecida, em termos de prazo, no regulamento, que também deverá definir o formato interoperável e estruturado em que os dados de saúde em questão deverão ser mantidos para fins do uso compartilhado, conforme previsto no §4º-C, que igualmente está sendo acrescentado ao art. 11 da LGPD.

Assim, o regulamento deverá definir sobre cronogramas de implementação, padrões técnicos de interoperabilidade e de segurança da informação e prazos adequados, a fim de compatibilizar a exigência legal com a diversidade de capacidades técnicas e operacionais dos entes públicos e privados.

Enfim, como bem posto na justificação, com a implementação do presente projeto de lei, serão superados muitos dos entraves que hoje impedem os serviços de saúde de compartilhar, em tempo real, os dados relativos à saúde dos usuários dos respectivos serviços, portanto, tornando possível imprimir maior agilidade e eficiência na assistência à saúde nas esferas públicas e privadas, evitando-se também a repetição desnecessária de exames.

Pelo voto, Presidente.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL 1.704, de 2021, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço e parabenizo V. Exa.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática.

Senadora Eliziane Gama, pelo item 4, não terminativo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... 4 e 5, ambos não terminativos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – O item 4, Presidente, eu já li, foi pedido vista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Então, quando submeter à votação...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tenho perfeita consciência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... eu já peço a V. Exa., na sequência, o pedido de urgência para o item 4.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Como pede a Senadora Eliziane Gama, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há quem queira discutir.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Em votação o requerimento da nobre Senadora, de urgência.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está provado o requerimento de urgência.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O item 5 da relatoria, também, da Senadora Eliziane Gama; o Projeto de Lei 385, que é da Deputada Federal pelo Estado do Rio de Janeiro... – a quem eu faço as referências mais elogiosas possíveis, porque ela trabalha diretamente nesse setor, e essa matéria é uma matéria para dispor sobre os conselhos dos direitos da criança e do adolescente nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais.

Senadora Eliziane, para relatar a matéria da lavra da nobre Deputada Federal do PSD do Rio de Janeiro Laura Carneiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, com a permissão de V. Exa. e por economia de tempo – economia processual, da forma como queiram falar –, eu quero ir direto à análise, Presidente.

Compete à CCJ, nos termos do art. 101 do Regimento, opinar sobre constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito do PL 385.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito à constitucionalidade, cabe inicialmente registrar que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 48, como regra geral, que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Portanto, quanto à constitucionalidade formal, conforme entendemos, nada obsta a livre de tramitação do PL.

Chegamos à mesma conclusão quanto à análise da juridicidade e regimentalidade, na medida em que a proposta inova, sim, o ordenamento jurídico e não desrespeitou, em sua tramitação, qualquer regra atinente ao Regimento Interno.

Ao mesmo tempo, também podemos dizer quanto à constitucionalidade material, pois proteger a criança e o adolescente e dar efetividade aos seus direitos, matéria sobre a qual o projeto de lei em pauta pretende legislar, constituem programa inscrito na Lei Maior, com destaque para o seu art. 227.

Referido dispositivo constitucional estipula ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

E, quanto ao mérito, o presente projeto de lei merece todo o nosso apoio, pois, uma vez implementadas as medidas que estão sendo propostas, o sistema de proteção à criança e ao adolescente e de implementação dos seus direitos sairá fortalecido, com mais justiça social e mais proveito para toda a sociedade.

Por fim, quanto à emenda aprovada pela CDH, o nosso entendimento é o de que aperfeiçoa o presente projeto, ao melhor esclarecer o seu objetivo e seu alcance, quais sejam, os de prescrever deveres funcionais de membros dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente de âmbito nacional, estadual, distrital e municipal e determinar sua responsabilização administrativa, conforme lei do ente federado que sediar o respectivo conselho.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL 385, de 2024 e, quanto ao mérito, pela sua aprovação, com a emenda aprovada pela CDH.

Esse é o voto, Presidente.

Peço que V. Exa. o coloque em votação, ao passo que também peço urgência nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discuti-la, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto e à Emenda nº 1, da CDH e CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

Em votação o requerimento, como pede a Senadora Eliziane Gama.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 15

PROJETO DE LEI Nº 1729, DE 2023

- Terminativo -

Altera os arts. 158 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e 6º da Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, para prever a realização do exame de corpo de delito de forma humanizada da mulher, criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência que seja vítima de crime cometido com violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com o acatamento da Emenda nº1-CDH, e rejeição da Emenda nº2-CDH.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Votação nominal.

Com a palavra o Senador Marcelo Castro, para a relatoria.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Cumprimentando, V. Exa., Sr. Presidente Otto Alencar e demais colegas, peço permissão para ir direto à análise.

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal, compete à União legislar privativamente sobre direito processual penal.

Ademais, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do §1º do art. 61 da Carta Magna.

O exame de corpo de delito, em regra realizado por peritos oficiais nos Institutos Médico-Legais (IMLs), é peça central para a demonstração da materialidade e para a adequada proteção da vítima.

Desde 2018, a Lei nº 13.721 assegura prioridade a exames periciais de mulheres vítimas de violência doméstica, bem como de crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

O projeto sob análise aprofunda esse vetor, ao exigir ambiente apropriado ao atendimento humanizado e ao prever, para mulheres, crianças e adolescentes, a preferência por profissional do sexo feminino – com exigência de capacitação, no caso de crianças e adolescentes –, medida que concilia qualificação da prova com redução da vitimização secundária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além dos IMLs, a rede de atendimento conta com pontos especializados: mulheres podem ser atendidas nas Casas da Mulher Brasileira ou em delegacias especializadas; crianças e adolescentes dispõem dos Núcleos de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima de Crime da Defensoria Pública e de delegacias especializadas.

A cobertura, porém, é desigual. Em muitos casos, a cena do crime está distante do IML ou desses núcleos e delegacias, impondo às famílias longos deslocamentos até o primeiro atendimento.

Levantamento do Conselho Federal de Medicina, divulgado em 2016, registrava 381 unidades de IMLs no país – referência hoje possivelmente desatualizada, mas ainda útil para ilustrar assimetrias históricas de acesso.

O mesmo diagnóstico apontava lacunas em criminalística em estados como Roraima, Amazonas, Piauí, Alagoas e Sergipe e, no campo da medicina legal, identificava vazios de cobertura no Amazonas (com IML apenas na capital), Acre, Alagoas e Maranhão – contextos em que autópsias ainda são realizadas por peritos *ad hoc* designados pela autoridade policial ou judicial.

A porta de entrada da assistência jurídica também não é uniforme. A Pesquisa Nacional da Defensoria Pública, de 2024, conduzida pelo Conselho Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos-Gerais, indica que apenas 11 estados apresentam cobertura integral da Defensoria em todas as comarcas, revelando obstáculo adicional ao acesso à justiça, sobretudo no interior.

No eixo policial, o 9º Diagnóstico das Unidades de Polícia Civil Especializadas no Atendimento às Mulheres, no ano base 2023, contabiliza 549 delegacias especializadas no atendimento às mulheres, 46,4% delas concentradas na Região Sudeste, evidência de assimetria regional que reforça a necessidade de fluxos de encaminhamento e de padronização mínima.

A dimensão do problema recomenda resposta normativa clara.

Conforme o 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registrou 87.545 vítimas de estupro e estupro de vulnerável em 2024, o que equivale a uma pessoa estuprada a cada seis minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O perfil das vítimas revela que a maior parte dos crimes, 76,8%, foi classificada como estupro de vulnerável, em que as vítimas são menores de 14 anos.

Dentro desse universo, 61,3% das vítimas totais tinham até 13 anos de idade, com a faixa etária de 10 a 13 anos concentrando o maior volume de casos.

Esse quadro pressiona o sistema pericial e evidencia a necessidade de perícias céleres, tecnicamente qualificadas e realizadas em condições que evitem a revitimização.

Nesse contexto, o projeto dá um passo adiante ao enfrentar, de forma expressa, a insuficiência de infraestrutura em vários territórios – inclusive a ausência de unidades em muitas cidades, especialmente no interior – e ao induzir a qualificação do atendimento profissional.

Em termos práticos, a diretriz de atendimento humanizado, a preferência qualificada por peritas mulheres e a exigência de capacitação orientam a rede a oferecer um serviço mais acessível, seguro e sensível às especificidades das vítimas, enquanto o Executivo é chamado a priorizar investimentos, capacitação e organização de fluxos, para transformar o direito positivado em disponibilidade efetiva de serviços.

Por fim, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a Emenda nº 1-CDH aumenta a tutela para a mulher, o que exigirá ainda mais da boa vontade política dos entes federados.

A Emenda nº 2-CDH é redacional e desnecessária.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, bem como, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.729, de 2023, com o acatamento da Emenda nº 1-CDH e rejeição da Emenda nº 2-CDH.

Esse é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa. e o parabenizo pela relatoria, Senador Marcelo Castro, e coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discuti-la.

Encerrada a discussão.

A matéria é terminativa.

Portanto, consulto as Sras. Senadoras e Senadores se podemos realizar votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Como todos os Senadores e Senadoras concordam, vamos fazê-lo dessa forma.

Em votação.

A matéria é terminativa, com votação nominal.

Já vou abrir e iniciar a votação.

Para os Srs. Senadores e Senadoras está aberta a votação. A matéria é nominal.

Peço à assessoria daqui da Comissão de Constituição e Justiça que comece a acionar os Senadores que estão nos seus gabinetes, para a votação da matéria, que precisa de, no mínimo, 14 votos para a sua apreciação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Srs. Senadores e Senadoras podem votar.

É uma matéria importante, é da lavra do Senador Alessandro Vieira e teve a relatoria do Senador Marcelo Castro.

Senador Marcelo Castro com a palavra.

Se V. Exa. quiser fazer alguma consideração, faça.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, tem um projeto que é da autoria da Senadora Ana Paula – não é isso? –, e o Senador Contarato é o Relator. Ele me pede para fazer a relatoria *ad hoc* aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se V. Exa. estiver de acordo, nós poderemos fazer esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcelo Castro, o item 14 também é terminativo. Vamos observar se teremos quórum suficiente ou voto suficiente para a aprovação da matéria que V. Exa. acabou de relatar e, a partir daí, tomaremos a iniciativa ou não.

Peço à assessoria da Comissão de Constituição e Justiça que ligue para os gabinetes, alertando os Srs. Senadores e Senadoras de que possam votar a matéria relatada pelo Senador Marcelo Castro. (*Pausa.*)

Já temos número suficiente para apreciar a matéria. Eu vou encerrar a votação.

A votação está encerrada.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Voltaram SIM 14 Srs. Senadores. Então, a matéria está aprovada com a Emenda nº 1, da CDH-CCJ; rejeitada a Emenda 2, da CDH.

A matéria será encaminhada à Mesa, para as providências cabíveis.

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 5994, DE 2023

- Terminativo -

Acrescenta inciso VI ao art. 111 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para alterar o início do prazo prescricional nos crimes de assédio sexual.

Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA)

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Votação nominal.

A relatoria é do Senador Fabiano Contarato, que não está presente.

Eu vou designar *ad hoc* o Senador Marcelo Castro, para que ele possa proferir o relatório.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Pois não, Sr. Presidente.

Agradecendo aí a preferência, peço permissão para ir direto à análise. Por força do que dispõe o art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve examinar as matérias que lhe são submetidas nos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, além de se pronunciar quanto ao mérito das matérias de competência da União.

Não foram observados vícios que comprometam a constitucionalidade ou a juridicidade dos projetos ora analisados, nem óbices de natureza regimental.

Sob o ângulo da constitucionalidade formal, a matéria insere-se no campo do direito penal, de competência legislativa privativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal), admitida a iniciativa de qualquer membro do Congresso Nacional (art. 61, *caput*, da Constituição Federal).

Quanto à constitucionalidade material, o projeto modifica o termo inicial da prescrição da pretensão punitiva para o crime de assédio sexual (art. 216-A do Código Penal), com o objetivo de reduzir o risco de extinção da punibilidade antes que a vítima se sinta apta a noticiar o fato. A alteração guarda coerência com os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção à liberdade e à autodeterminação sexual e do acesso à Justiça, além de dialogar sistematicamente com a regra excepcional do art. 111, V, do Código Penal (crimes sexuais contra crianças e adolescentes).

No mérito, o PL mostra-se conveniente e oportuno.

O Projeto de Lei nº 5.994, de 2023, parte de diagnóstico correto ao reconhecer que a assimetria de poder e a dependência hierárquica ou econômica presentes nas situações de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assédio sexual frequentemente dificultam que a vítima denuncie o agressor de forma imediata. Essa realidade favorece a ocorrência da prescrição prematura, especialmente porque o crime de assédio sexual, previsto no art. 216-A do Código Penal, possui pena máxima de dois anos, o que, nos termos do art. 109 do mesmo diploma legal, resulta em prazo prescricional de apenas quatro anos.

A proposição busca inserir no art. 111 do Código Penal regra semelhante àquela já existente para os crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes, em que o prazo prescricional só começa a fluir a partir do momento em que a vítima completa 18 anos. A lógica subjacente é a mesma: adiar o início da contagem do prazo prescricional em situações de vulnerabilidade, nas quais a vítima, por medo, dependência ou imaturidade, não consegue exercer prontamente seu direito de denúncia. No caso do assédio sexual, a medida se justifica pela relação de poder que frequentemente existe entre agressor e vítima, muitas vezes caracterizada por subordinação hierárquica ou dependência econômica, fatores que tendem a silenciar a vítima durante a vigência dessa relação.

Assim, é comum que, quando a vítima finalmente reúna condições emocionais e materiais para noticiar os fatos, a pretensão punitiva do Estado já esteja extinta. Nesse contexto, a alteração proposta, ao modificar o termo inicial da prescrição, tem o mérito de adequar a norma penal à realidade social, fortalecendo a efetividade da persecução penal e garantindo maior proteção às vítimas.

Apesar de seu mérito, o texto apresenta limitações que podem comprometer sua eficácia. O Código Penal, ao definir o crime de assédio sexual, exige que o agente se prevaleça de sua condição de superior hierárquico ou de outra forma de ascendência inerente ao exercício de emprego, cargo ou função. Isso significa que o assédio sexual não depende, necessariamente, de vínculo empregatício formal entre autor e vítima, bastando que haja relação de poder ou de ascendência. A redação atual do projeto, ao vincular a contagem de prazo prescricional ao término do vínculo laboral, restringe indevidamente a aplicação da norma e pode excluir diversas situações comuns de assédio em que não existe contrato de trabalho formal, como nas relações entre professores e alunos, médicos e pacientes ou supervisores terceirizados e estagiários. Além disso, a expressão "vínculo laboral" é vaga e suscita dúvidas quanto ao seu alcance, não sendo claro se abrange estagiários, bolsistas, trabalhadores informais, terceirizados ou servidores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temporários. Essa indefinição pode levar a interpretações divergentes, prejudicando a uniformidade da aplicação da lei e comprometendo a segurança jurídica.

Diante desses problemas, apresentamos emenda para substituir a expressão "vínculo laboral" por formulação mais ampla e tecnicamente precisa, que dialogue diretamente com a descrição típica do art. 216-A do Código Penal.

Por essa razão, o projeto, com a emenda apresentada, merece aprovação, pois harmoniza-se com os princípios constitucionais de proteção à dignidade da pessoa humana e do acesso à Justiça, além de fortalecer a política pública de enfrentamento ao assédio sexual.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.994, de 2023, e da seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CCJ
> Dê-se ao inciso VI do art. 111 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, acrescentado pelo art. 1º do projeto, a seguinte redação:
> "Art. 111.....
> .....
> VI – nos crimes de assédio sexual, da data em que cessar a condição de superior hierárquico ou outra forma de ascendência inerente ao exercício de emprego, cargo ou função entre o agente e a vítima, salvo se, a esse tempo, já houver sido proposta a ação penal."

É esse o parecer, Sr. Presidente, com o voto ao projeto e à emenda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que deseje discuti-la, encerrada a discussão.

Em votação o processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto é terminativo e vamos abrir aqui o...

Consulto aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para a emenda, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Em votação a matéria.

Estamos abrindo aqui o painel para votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

São necessários 14 votos para a conclusão da votação.

Peço às assessorias dos Srs. Senadores e Senadoras que chamem a atenção dos Senadores para a votação de uma matéria importante, da lavra da Senadora Ana Paula Lobato, representante do Estado do Maranhão, que foi muito bem relatada pelo Senador Marcelo Castro, a quem eu parabenizo pelas grandes contribuições que tem dado ao seu Estado do Piauí e ao Brasil – um grande Senador, médico e tem contribuído muito.

V. Exa. já relatou aqui tantas e tantas matérias... Não conseguimos o Código Eleitoral, mas seu esforço...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... foi muito grande e não valeu a pena porque não foi aprovado. Sinceramente, eu já convivi com muitos políticos, Senador Marcelo Castro, uns com calmaria, outros em exaltação, às vezes oscilava e voltava, mas, com a paciência de V. Exa... (*Risos.*) Eu tenho a impressão de que só pode ganhar de V. Exa. Jó, no que descreve a Bíblia, e eu tenho minhas dúvidas se ele pode bater V. Exa. em paciência e tranquilidade e audição de tantas emendas para aquele Código Eleitoral. (*Risos.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É verdade, Senador Otto Alencar, mas nós não desistimos ainda do Código Eleitoral, não! Nós vamos levar essa tarefa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – E vamos vencer, Presidente e Senador Marcelo!

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – E vamos vencer, porque é um Código muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exato.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Sobretudo para as vagas de mandato para as mulheres.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Claro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente Otto, eu não sei se o Senador Marcelo já colocou o pedido de urgência...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não! V. Exa. tem a palavra. Pode colocar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... ao projeto de lei da Deputada Laura Carneiro, que foi relatado pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo, que trata sobre a questão da causa ambiental... Da causa animal, na verdade.

Eu pediria a V. Exa. que fizesse o pedido de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. O Senador Veneziano Vital do Rêgo foi o Relator. Eu acolho, como pede a Senadora Eliziane Gama, o requerimento de urgência e coloco em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Já votaram 14 Senadores e Senadoras.

Vou encerrar aqui a votação para ver o resultado do painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aprovado o projeto relatado pelo Senador Marcelo Castro. Aprovados o projeto e a Emenda nº 1, da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Parabéns a V. Exa. (*Pausa.*)

Esperado na CCJ, hoje, o Senador Hiran!

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado, eu estava no Conselho lá...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Você manda!

Ele vai relatar o Projeto de Resolução do Senado nº 22.

ITEM 11

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 22, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal para fixar prazo para encaminhamento de requerimento de informações.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e outros

Relatoria: Senador Dr. Hiran

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

Eu passo a palavra ao Dr. Hiran, esse grande oftalmologista do Brasil, o que mais enxerga no Senado Federal, para fazer o relatório.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Bom dia a todos!

O senhor me desculpe o atraso. Eu estava num evento no nosso Conselho Federal de Medicina e corri para cá para relatar essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Não tem problema nenhum.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Compete ao Colegiado, nos termos do art. 401, §2º, I, e §3º, do Regimento Interno do Senado Federal, emitir parecer sobre a proposição no prazo de dez dias úteis, por se tratar de modificação pontual do texto regimental.

Sob o aspecto da constitucionalidade formal, tem-se que o projeto em exame foi veiculado por espécie legislativa adequada (resolução), uma vez que dispõe sobre organização e funcionamento do Senado, matérias que se inserem em sua competência privativa (art. 52, XIII, da Constituição Federal).

Passa-se, assim, ao exame do projeto, sob a perspectiva de sua constitucionalidade material.

O requerimento escrito de informações a ministros de Estado e titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República é importante instrumento de fiscalização e controle exercido pelo Poder Legislativo sobre o Poder Executivo, inserido no complexo sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*) previsto na Constituição Federal (art. 50, §2º).

A autoridade destinatária do requerimento dispõe do prazo de 30 dias para prestar as informações solicitadas. A recusa expressa, a omissão ou a prestação de informações falsas implicam a caracterização de crime de responsabilidade, a ser processado e julgado pelo Supremo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tribunal Federal, por iniciativa do Procurador-Geral da República, se a autoridade for ministro de Estado.

Ademais, a tramitação de pedidos escritos de informações encontra-se regulamentada, no âmbito desta Casa, nos arts. 216 e 217 do Regimento Interno e no Ato nº 1, de 30 de janeiro de 2001, da Mesa. O art. 3º do ato prevê o prazo de 15 dias úteis para a Mesa deliberar acerca do requerimento, inclusive com a possibilidade de o Presidente do Senado deferir monocraticamente o pedido, sob posterior confirmação da Mesa (§7º).

Assim, de acordo com os dispositivos citados, nota-se que já existe um prazo para deliberação da Mesa, ainda que previsto em ato administrativo-normativo hierarquicamente inferior à resolução, o que, inclusive, é considerado legítimo pela Suprema Corte, por se tratar de matéria *interna corporis* das Casas Legislativas (Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 6.751, Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 661 e ADPF 663). Ocorre que o referido prazo é impróprio, uma vez que não há previsão de consequência por sua inobservância.

O arcabouço normativo analisado constrói a ideia de que a matéria deve ser submetida à apreciação de órgão coletivo, não podendo ser decidida em caráter individual e pessoal por Senador, porquanto haveria violação aos princípios da colegialidade e da impessoalidade.

Nesse diapasão, consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a Constituição consagrou o princípio da colegialidade ao prever que o poder de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo caberá tão somente a órgãos colegiados das Casas Legislativas: ora ao Plenário, ora às Comissões, ora à Mesa (art. 49, X; art. 50, *caput* e §2º; art. 58, §2º, III e §3º, todos da Constituição Federal).

Sendo assim, o Constituinte não conferiu aos membros do Poder Legislativo, individualmente considerados, o poder de requisitar diretamente informações ao Poder Executivo, como forma de concretização do princípio da impessoalidade e de respeito à independência e à harmonia entres os Poderes do Estado (Supremo Tribunal Federal, ADI 3.046 e ADI 4.700).

Não é possível, desse modo, que normas infraconstitucionais criem outros mecanismos de controle ou inovem em fórmulas de exercício da fiscalização legislativa sobre os atos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrativos do Executivo, ultrapassando as modalidades previstas na Constituição, sob pena de afronta ao princípio da separação dos Poderes (art. 2º da Constituição Federal).

A aplicabilidade do esquema de freios e contrapesos, consubstanciada pelo princípio ora mencionado, é sempre estrita e materialmente inelástica, de forma que não é dado à norma infraconstitucional criar novas interferências de um Poder na órbita de outro que não derivem explícita ou implicitamente do texto constitucional.

Vale ressaltar que o Parlamentar, enquanto cidadão, poderá exercer seu direito fundamental de solicitar informações de interesse pessoal, coletivo ou geral a quaisquer órgãos públicos (art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal), respeitadas as hipóteses constitucionais e legais de sigilo, e observados os ditames da Lei de Acesso à Informação, a qual prevê o prazo de vinte dias, prorrogáveis por mais dez, para atender ao pedido, caso não seja possível fornecê-las imediatamente, podendo o agente recalcitrante ser responsabilizado nas esferas civil, administrativa e penal (art. 7º, V e VI; art. 10; art. 11, *caput*, §§1º e 2º; e art. 32, todos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal fixou a seguinte tese de repercussão geral (Tema 832):

> O parlamentar, na condição de cidadão, pode exercer plenamente seu direito fundamental de acesso a informações de interesse pessoal ou coletivo, nos termos do art. 5º, inciso XXXIII, da [...] [Constituição Federal] e das normas de regência desse direito (Recurso Extraordinário – RE 865.401, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 25/04/2018).

Seria possível cogitar, em tese, de suposta inconstitucionalidade do presente projeto de resolução, por representar burla ao princípio da colegialidade consagrado pela Constituição. Entendemos, porém, que não é o caso, tendo em vista que a atribuição final para decidir pelo encaminhamento ou não do pedido à autoridade permanece com a Mesa, que passará a dispor de prazo razoável – dez dias úteis – para apreciar o requerimento, como forma de concretização do princípio da eficiência (art. 37, *caput*, da Constituição Federal).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As novidades residem no fato de que o prazo para a Mesa decidir passa a ser menor e deixa de ser impróprio, como anteriormente previsto no Ato nº 1, de 2001, para passar a ter previsão expressa de consequência para sua inobservância, qual seja, a aprovação tácita do requerimento. Tal forma de proceder não contraria a Constituição Federal; pelo contrário, fortalece o mecanismo de fiscalização e controle já instituído, na medida em que impõe ao Colegiado competente lapso suficiente e adequado para apreciar a matéria, o que afasta os efeitos deletérios de eventual desídia ou inércia e confere também maior transparência ao processo de tomada de decisão política.

Verificam-se no Regimento Interno do Senado Federal diversos dispositivos que também preveem consequências para a inobservância dos prazos nele previstos, tais como os casos de emissão de parecer pelas Comissões (arts. 119 e 121), de eleição de Presidente e de Vice-Presidente de Comissão (art. 88, §1º) e de requerimento de prorrogação de prazo para a posse de Senador ou suplente (art. 6º).

À semelhança, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em seu art. 115, prevê prazo (de cinco sessões) para que o Presidente daquela Casa, ouvida a Mesa, delibere acerca do requerimento de informações. Nesse texto regimental, porém, não há previsão expressa de consequência para o descumprimento do prazo fixado.

O projeto em análise está situado na margem de regulamentação procedimental legislativa *interna corporis* possível ao Senado Federal, não padecendo de qualquer vício de inconstitucionalidade.

No plano da juridicidade, compreendemos que a proposição se mostra adequada ao ordenamento jurídico e atende aos atributos de novidade, abstração, generalidade, imperatividade e coercibilidade.

Por fim, sob o prisma da regimentalidade, tem-se que a proposição atendeu às regras de iniciativa, pois qualquer Senador pode apresentar projeto de resolução para modificar o Regimento Interno (art. 8º, II, e art. 401, *caput*, ambos do Regimento Interno do Senado Federal), e não apresenta óbices formais à sua tramitação, que segue regularmente as normas aplicáveis à espécie (art. 91, §1º, V, "a"; art. 98, IV; art. 401, §4º; todos do Regimento Interno do Senado Federal).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, a proposição mostra-se em conformidade com as demais regras do Regimento Interno atinentes à matéria, as quais não são objeto de alteração (como, por exemplo, o art. 215, I, "a", e o art. 216, III e IV, do Regimento Interno do Senado Federal), estando apta a integrar de forma harmônica e coesa o sistema normativo regimental.

Ante o exposto, esta Comissão opina pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade deste PRS nº 22, de 2023, bem como, no mérito, pela sua aprovação.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que deseje discuti-la, é encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora. (*Pausa.*)

Nada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Sras. e Srs. Senadores, eu acho que esta matéria é uma matéria muito importante, porque ela estabelece um rito mais célere aos nossos requerimentos de informação, que são uma prerrogativa dos Senadores e Senadoras, dos Deputados e Deputadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E que nós possamos aplicar isso com responsabilidade e compromisso com o nosso país, para que a gente possa aperfeiçoar a nossa fiscalização, que é o nosso mister aqui, ao órgão do Executivo e que haja uma resposta mais célere a esse processo, porque, Presidente, a gente sabe que às vezes um requerimento de informação termina demorando *ad aeternum* para ser tramitado nesta Casa.

Enfim, eu acho que é uma proposta meritória. E quero parabenizar aqui a Senadora Damares Alves pela iniciativa e o Presidente por colocá-la na nossa pauta.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Sras. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo aqui à Mesa, ao nosso comandante Ednaldo, que até bem pouco tempo atrás foi Presidente da CBF (*Risos.*), perdeu o cargo, mas desejou boa sorte ao Ancelotti, que agora escolheu os nomes para a Seleção. Concorda com o Ancelotti? (*Pausa.*)

Concordou com o Ancelotti.

Encerrada.

(*Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e treze minutos do dia sete de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Carlos Portinho e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Jayme Campos, Plínio Valério, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Leila Barros, Esperidião Amin e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Astronauta Marcos Pontes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo, Oriovisto Guimarães, Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Camilo Santana, Weverton e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa** sobre a PEC 3/2024, de autoria Senador Flávio Dino (PSB/MA), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido/AP), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Jussara Lima (PSD/PI), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Beto Faro (PT/PA), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senador Fernando Farias (MDB/AL), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Jader Barbalho (MDB/PA), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), atendendo ao REQ 7/2026 - CCJ, de autoria Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Finalidade:** Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2024, que "altera os arts. 42, 93, 128 e 142 da Constituição Federal, para vedar o uso da aposentadoria como sanção quando do cometimento de infração disciplinar". **Participantes:** Sra. Vanessa Ribeiro Mateus, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); Sr. Tarcísio José Sousa Bonfim, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP); Sr. José Schettino, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR); Sr. Emerson Garcia, Promotor de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), representante do Conselho Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Procuradores-Gerais (CNPG); Sr. Luiz Gustavo Inácio da Silva, Tenente Coronel, representante do Exército Brasileiro; Sr. Régis Vinicius Silva Barreto, Coronel Aviador, representante da Força Aérea Brasileira (FAB); Sra. Jerusa Mara Grossi, Capitã de Corveta, representante da Marinha do Brasil; e Sr. Régis de Souza Araújo, Juiz Federal, representante da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senador Carlos Portinho
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos os presentes.

Hoje é um dia importante. Vejo aqui presentes nossa magistratura, nossas Forças Armadas também, para a discussão de um projeto que envolve, inicialmente, a todos.

Peço a todos que tomem seus assentos para a gente poder começar nossa audiência pública, a pauta da Presidência desta Comissão de Constituição e Justiça, com a graça de Deus, no dia 7 de abril de 2026.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2024, que "altera os arts. 42, 93, 128 e 142 da Constituição Federal, para vedar o uso da aposentadoria como sanção quando do cometimento de infração disciplinar", conforme o Requerimento nº 7, de 2026,da CCJ, de iniciativa minha, Senador Carlos Portinho.

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e Srs. Senadores e dos convidados – inclusive, a Atricon, que está aqui na primeira mesa, já, já, está entrando de forma remota – por sistema de videoconferência, para exposições e debates, e será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Quero agradecer aqui a presença de todos e quero convidar à mesa, de imediato, nessa primeira mesa – serão duas –, a Sra. Vanessa Mateus, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) – por favor, Excelência, junte-se a nós na mesa –; o Sr. Tarcísio José Sousa Bonfim, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) – por favor, Tarcísio, aqui, junte-se a nós –; e o Dr. José Schettino, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

Faço aqui as escusas porque eu falei da magistratura, mas também é importante a participação do nosso MP, dos nossos procuradores, também envolvidos no tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De forma remota, como eu disse, está a Atricon, representada pelo Sr. Carlos da Costa Pinto Neves Filho, Presidente do Tribunal de Conta do Estado de Pernambuco e Vice-Presidente de Relações Jurídico-Institucionais da Associação dos Membros dos Tribunais de Conta do Brasil, e o Sr. Emerson Garcia, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e Consultor de Assuntos Jurídicos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG).

Quero aqui pedir desculpa àqueles que eu não pude incluir nesta sessão. Eu sou adepto da democracia participativa – quanto mais nós discutirmos, debatermos o tema, ouvirmos os setores envolvidos, melhor é a produção legislativa –, mas eu tive limitações por conta do número de convidados necessários, representando então a magistratura, nessa primeira mesa, o Ministério Público, os Tribunais de Conta e os Procuradores; e, na próxima mesa, teremos aqui representadas as nossas Forças Armadas. Essa limitação me impediu... Por exemplo, a Anamatra, que está aqui presente, eu não consegui incluir e também, talvez, alguns outros órgãos representativos de classes, como o Dr. Antônio Edílio, Subprocurador-Geral da República, que estava no requerimento originário, mas saiu em razão da impossibilidade de comparecimento na data inicial, que havia sido designada, dia 1º de abril. Por conta da semana de Páscoa, do feriado, a gente trouxe a audiência, para ter mais participação, para essa data de hoje. Então, o Dr. Antônio Edílio não pôde estar presente, infelizmente. Também falei da Anamatra – o Presidente Valter está aqui, inclusive, mas eu não pude incluí-lo – e da Associação Nacional dos Magistrados Aposentados (Anampa) também. Quanto a esses, eu deixo franqueado à minha equipe, à Dra. Fran, minha advogada técnica legislativa, receber qualquer contribuição de vocês.

Espero que o tema seja aqui debatido, que alcance também aqueles que dão voz aqui e que alcance os que não puderam participar, mas, de toda maneira, a participação é aberta, também franqueada ao público, pelos nossos canais.

Eu faço aqui o registro infelizmente – e isto prejudica muito a nossa discussão –: o Ministro Flávio Dino, do Superior Tribunal Federal, foi quem deu o primeiro pontapé nesse assunto, e seria importante tê-lo aqui para a gente ouvir sobre este tema apenas, mas infelizmente o Ministro Flávio Dino não respondeu ao convite. De igual modo, também eu lamento aqui – e faço o registro – a ausência do CNJ. Acho que, junto com o Ministro Flávio Dino, são os dois mais importantes aqui. Lógico, há importância de todos, mas era para a gente poder ter um debate profícuo, intenso e entender as razões do Ministro Flávio Dino, que deu uma decisão que a todos surpreendeu, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por isso o Senado reage com esse projeto. Eu não gosto muito quando a gente reage, é reativo, porque a gente, muitas vezes, deixa de debater, de discutir, embora haja esta oportunidade aqui. E lamento a ausência também do CNJ para a gente poder entender, principalmente, a questão procedimental e poder debater com os magistrados aqui presentes. A ausência do CNJ e a ausência do STF mostram um distanciamento enorme dessas casas da nossa sociedade e um distanciamento enorme do Parlamento. Em nada – nada – contribui para o processo democrático a ausência tanto do Ministro Flávio Dino quanto a ausência de um representante do CNJ. É um absurdo, na minha opinião, porque eles teriam muito a contribuir. E aqui é para contribuir, ninguém tem razão. Quando presido audiências públicas, quando relato processos, projetos, eu sempre falo que a gente tem que estar de cabeça aberta, a gente tem que ouvir a todos, a gente não pode partir de pontos definidos e achar que o assunto está encerrado. Então, a ausência lamentável do Ministro Flávio Dino, Ministro do Supremo Tribunal Federal, e a do Conselho Nacional de Justiça demonstram não só o afastamento desses da sociedade como, principalmente – e aqui eu falo como advogado, e tenho dito –, o afastamento do próprio STF do Poder Judiciário e o afastamento do próprio STF da magistratura.

Dito isso, vamos dar início.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação de debates pelos Senadores e Senadores inscritos; a palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida pela ordem de inscrição; os Senadores interpelantes, debatedores, dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do debatedor interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Quanto ao tempo de manifestação de cada expositor, geralmente, a gente sempre tem uma tolerância. É importante a gente conseguir desenvolver o raciocínio e esgotar o assunto, mas eu vou pedir aí cerca de dez minutos para cada, dado o número de convidados, com alguma tolerância dentro do possível.

Assim, concedo a palavra à Sra. Vanessa Mateus, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, para sua exposição por dez minutos, com a tolerância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me só fazer um registro importante: a Senadora Eliziane Gama, que é a Relatora do projeto, me ligou, ela teve dificuldade de voo nessa madrugada para vir a Brasília, mas a sua equipe está aqui toda presente, seus assessores, e nós vamos ter depois uma boa reunião, certamente, com os dados que vão ser trazidos por vocês aqui, para a gente aperfeiçoar esse projeto.

Por favor, Dra. Vanessa Mateus, Presidente da AMB, com a palavra.

A SRA. VANESSA RIBEIRO MATEUS (Para expor.) – Obrigada, Senador. Bom dia. Bom dia, Senador Portinho.

Agradeço. Eu estive aqui na última reunião da Comissão, em que o senhor pediu prazo para essa discussão, pediu audiência pública, pediu prazo para discutir. E para nós isso é muito caro, porque, com o rumo que as coisas tomaram, é muito caro para a magistratura esse tema. E eu fico muito contente que ele tenha sido aberto para discussão em audiência pública.

Cumprimento todos os presentes aqui, os meus colegas que estão dividindo a mesa comigo, Tarcísio, Schettino, Dr. Emerson. Cumprimento os presidentes de associação. O senhor falou da magistratura, e a gente tem aqui a magistratura da Paraíba, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Rondônia, Mato Grosso, Piauí – tem tanta gente aqui –, a magistratura trabalhista, magistratura federal, Paraná, Pará, Goiás, Ceará. A gente está com a magistratura do Brasil inteiro aqui, e isso para nós é uma alegria, porque mostra que é uma pauta comum a todos nós e é uma pauta muito cara. E queria cumprimentar também os membros do Ministério Público, aqui representados pelo Tarcísio, pelo Schettino, e o meu Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, Dr. Paulo Sérgio, que está aqui conosco. É uma alegria tê-lo aqui, Dr. Paulo.

Vou entrar já, porque eu já vi que meu tempo está correndo ali, então eu vou pular os demais cumprimentos. Eu não sei o tempo da minha fala, eu não preparei um texto para ser lido, eu preparei alguns apontamentos muito práticos que eu gostaria de tratar aqui. São questões muito práticas do funcionamento da justiça no dia a dia.

Ah, não cumprimentei a Justiça Militar, estou vendo o meu amigo Edmundo ali também, representando a Justiça Militar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São quatro pontos que eu queria tratar aqui: um de forma mais alongada e três muito rapidamente. Esses quatro pontos eu anotei ali só como uma forma de me guiar, a minha ideia não é apresentar textos ali, não.

Eu queria fixar duas premissas para a gente começar a conversa; eu queria falar sobre a vitaliciedade; eu queria falar sobre a aposentadoria como direito previdenciário e não como sanção; e, por fim, a necessidade de preservação do sistema.

O primeiro ponto, a fixação das premissas, são duas coisas que eu queria colocar. Primeiro, tem sido repetido à exaustão uma frase de que a maior penalidade que se aplica a um juiz hoje é a aposentadoria compulsória. Não é, nem nunca foi. Sempre foi admitida a perda do cargo. A gente tem, na Loman, a perda do cargo como uma das penas aplicáveis ao magistrado; e a gente tem a própria Constituição, o próprio art. 95 da Constituição diz que o juiz não perderá o cargo se não em razão de decisão judicial transitada em julgado; *contrario sensu*, o juiz pode perder o cargo desde que haja uma decisão judicial transitada em julgado. Pode ser uma ação penal cuja pena importe na perda do cargo, pode ser uma ação específica para a perda do cargo, mas já existe a perda do cargo. Então, essa história de que a aposentadoria é a pena mais grave que se aplica ao magistrado não é verdade. A gente já tem a perda do cargo como sanção prevista para a magistratura e para o Ministério Público.

Eu vou falar sempre magistratura e juiz, porque eu represento aqui, eu sou a Presidente da AMB, e o Tarcísio vai falar aqui, mas toda vez que eu falar magistratura eu estou me referindo também ao Ministério Público.

E a segunda premissa da qual eu queria partir é o conceito de vitaliciedade. A vitaliciedade não é a impossibilidade de perda do cargo, não é que o cargo não vai ser perdido nunca.

Queria fazer uma interrupção para cumprimentar o Senador Sergio Moro. Muito obrigada por estar aqui conosco, Senador.

A vitaliciedade não é não poder perder o cargo de jeito nenhum. A vitaliciedade é a impossibilidade da perda do cargo senão em decorrência de uma sentença judicial, observado o contraditório, observada a ampla defesa, observado todo o trâmite de uma ação judicial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas eram as duas premissas das quais eu queria partir para entrar no segundo ponto da minha fala, que é a questão da vitaliciedade propriamente dita.

Na redação original dessa PEC que está pautada para amanhã, a gente tinha a seguinte redação – que foi feita, inclusive, pelo atual Ministro e então Senador Flávio Dino: "É vedada a concessão de aposentadoria compulsória aos magistrados como sanção pelo cometimento de inflação disciplinar [então, ele tirava do rol de sanções a aposentadoria compulsória], devendo ser aplicada, em face de faltas graves, a penalidade da perda do cargo ou demissão, ou equivalente, conforme lei disciplinadora da carreira".

Então, quando a PEC foi apresentada, ela tirava a aposentadoria do rol das sanções e mantinha a perda do cargo, que já existia.

Quando surgiu o parecer da Senadora Eliziane, no parecer ela acrescenta uma emenda de redação que, muito respeitosamente, nós entendemos que não é uma emenda só de redação, porque ela muda o espírito dessa PEC. Ela acrescenta: "[...] independentemente do disposto na parte final do inciso I do art. 95". Ou seja, ela não só tira a aposentadoria do rol de sanções, que era o objetivo inicial, como ela acrescenta a perda da vitaliciedade, que a gente analisou no item anterior – vitaliciedade é a possibilidade de perda do cargo sem uma sentença judicial. Então aqui se está afastando não só a aposentadoria compulsória. A emenda de redação trouxe uma questão muito mais grave aos nossos olhos: ela afastou não só a aposentadoria compulsória, como o princípio da vitaliciedade, a garantia da vitaliciedade.

E por que isso nos é tão caro? E é aqui que eu foco a minha fala. Não é na aposentadoria compulsória; é na perda da vitaliciedade. A vitaliciedade é uma garantia do cidadão, a vitaliciedade está para o magistrado como a liberdade de fala, a manifestação livre está para o Deputado, como a liberdade de imprensa está para o jornalista. A vitaliciedade é a garantia de que o magistrado pode julgar uma ação independentemente de pressões políticas, de pressões de organizações criminosas, de pressões de grupos contrários. Ele não vai perder o cargo por ter uma opinião diferente de alguém que está no topo, por uma opinião diferente de alguém que está no comando de uma instituição. Ele pode julgar... A vitaliciedade é a garantia de que o mais rico e o mais pobre, de que a direita e a esquerda, de que os diversos atores da sociedade vão ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um julgamento feito por um magistrado imparcial, que sabe que não vai perder o cargo dele, a não ser por uma ação judicial e não por um processo administrativo.

E por que não administrativo? A Senadora me perguntou assim: "Mas qual é o problema de o processo ser administrativo?". O problema de o processo ser administrativo... E aqui não vai nenhuma crítica aos nossos órgãos administrativos de cúpula. Mas, quando um processo é administrativo, é o mesmo órgão, a mesma pessoa quem recebe a representação, a denúncia que é feita contra o magistrado; quem faz a sindicância; quem vê se tem elementos para denunciar; quem apresenta a proposta de abertura de processo, que equivaleria a uma denúncia; quem colhe as provas; quem julga ao final; quem aplica a pena. A gente tem um órgão só – um órgão só – decidindo todo o processo até a perda do cargo.

Quando a gente tem a necessidade de uma decisão judicial, a gente tem uma representação, essa representação vai para o Ministério Público, o Ministério Público analisa – ou eventualmente pode ir para um órgão policial ou para o Ministério Público –, faz uma investigação, apresenta uma denúncia, vai para o juízo competente, tem a produção de prova com exercício de contraditório, tem a sentença, tem a possibilidade de recurso, e isso vai para um outro órgão que confirma ou não. Então, é completamente diferente a gente ter uma decisão tomada por uma decisão de um processo judicial, que tramita com todas as suas etapas, e ter um processo administrativo.

E aí, de forma muito franca, a gente teve uma conversa muito franca com a Senadora Eliziane aqui atrás, e ela falou assim: "Ah, mas o problema é que o processo demora muito e às vezes nem é ajuizado". Olha só, talvez a gente tenha um problema no sistema, talvez tenha uma falha no ajuizamento dessas ações, talvez tenha uma demora na tramitação. Agora, por conta de questões sistêmicas, de problemas sistêmicos que a gente pode resolver, a gente está atacando uma garantia da vitaliciedade, que é uma garantia da população. Não é a garantia do juiz, que não vai perder o cargo. O juiz vai perder o cargo. Se tiver razões para perder o cargo, ele vai perder o cargo. A garantia é da população, de que ele só vai perder o cargo se for analisado judicialmente.

Então, se a gente tem problemas no sistema, a gente pode colocar travas e gatilhos dentro desse sistema para resolver. E aí eu cito o exemplo de São Paulo – e aproveito, inclusive, que o nosso Procurador-Geral está aqui –: em São Paulo, a gente teve quatro aposentadorias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compulsórias recentemente. Todas elas foram encaminhadas para o Ministério Público para o ajuizamento de perda do cargo. E eu acho que as quatro estão em andamento – se não estiverem, depois eu vou ser corrigida aqui pelo meu Procurador-Geral –: uma num processo criminal e três em processo judicial de perda do cargo. Isso é um exemplo de um processo funcionando. A aposentadoria compulsória foi aplicada, os fatos foram comunicados ao órgão competente, a ação foi ajuizada e está tramitando. E essas pessoas podem ou não perder o cargo a depender do julgamento da demanda. Então, não significa que a pena mais grave aplicada para esses juízes faltosos foi a aposentadoria compulsória. Não foi, porque eles estão respondendo ao processo de perda do cargo.

Então, Senador, o que a gente propõe não é exclusivamente a rejeição da proposta, da emenda. A gente pede, primeiro, a rejeição dessa emenda de redação, que a gente entende que não é uma emenda de redação, porque ela fere frontalmente essa garantia da vitaliciedade.

Se puder passar para o próximo eslaide...

A gente tem, inclusive, posicionamentos da própria Casa, da Câmara dos Deputados, quando analisou a PEC 32, da reforma administrativa, sustentando que a vitaliciedade é uma das cláusulas protegidas pelo princípio da separação dos Poderes, é uma cláusula importante para a sociedade e que não poderia ser discutida numa PEC uma alteração. Então, quando a gente vê que tem um problema no sistema, o que a gente sugere é que a proposta abarque soluções para resolver esses problemas que existem e não, por conta dos problemas no sistema, acabar com a garantia da vitaliciedade, que é uma garantia de toda a sociedade.

Falei das quatro que teve em São Paulo e queria passar para o próximo tema.

Quando eu falo que a aposentadoria é direito previdenciário, eu estou tirando essa frase do próprio voto do Ministro Flávio Dino que foi proferido na semana passada. O próprio Ministro Flávio Dino fala que a aposentadoria é de extrema relevância porque a aposentadoria é um direito do trabalhador, a aposentadoria é um direito previdenciário que tem por finalidade garantir ao trabalhador condições dignas de vida quando não for mais possível o desenvolvimento da atividade laboral, etc., etc., etc. Por que eu trago essas duas frases que foram proferidas no voto? Porque a gente está falando aqui em acabar com a aposentadoria compulsória. E mais: a gente está falando até em perda do cargo, em perda da vitaliciedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não se falou o que vai ser feito com as contribuições previdenciárias recolhidas pelos magistrados. Hoje qualquer pessoa que cometa qualquer crime, por mais grave que seja, vai ser presa, vai cumprir a sua pena, vai sair e vai se aposentar se tiver recolhido para o sistema previdenciário. Por quê? Porque uma coisa não tem nada a ver com a outra. Uma coisa são as contribuições previdenciárias que ele fez e a necessidade, depois, de que isso reverta numa aposentadoria. A pessoa pode matar a mãe e vai cumprir a pena, vai sair da cadeia e vai receber a aposentadoria para a qual ela contribuiu. A pessoa pode matar, tentar matar o seu próprio empregador, que contribuiu para a sua aposentadoria, e, ainda assim, ela vai sair e vai receber a sua aposentadoria. A gente está criando um sistema em que o magistrado vai ser o único brasileiro que vai perder toda a sua contribuição previdenciária feita durante a vida.

Então, eu queria que os Senadores refletissem: caso termine a aposentadoria como sanção, o que vai se fazer com as contribuições previdenciárias recolhidas pelos magistrados ao longo da vida?

E, por último, a necessidade da preservação do sistema. Eu não vim aqui falar especificamente sobre a aposentadoria compulsória. Eu vim falar sobre a vitaliciedade, como os senhores viram. E fui direitinho no meu tempo, porque eu vi que tem um minuto e meio para terminar, e vou respeitar o tempo, inclusive, aqui dos colegas. Quero dizer o seguinte – nós viemos falar de vitaliciedade, o meu foco aqui é a vitaliciedade –: nós entendemos que a sociedade não aceita a aposentadoria compulsória como pena. A questão é a seguinte: se nós não tivermos aposentadoria como pena, a gente não consegue tirar do sistema o magistrado que praticou uma falta grave. Por que eu falo isso? Porque, se se entender que o caso é de perda do cargo e se depois a ação judicial for improcedente, entender que de fato o magistrado faltoso praticou uma falta grave, mas não grave o suficiente para gerar a perda do cargo, com perda, inclusive, das contribuições previdenciárias, esse magistrado vai voltar para o sistema, porque, se tirar a aposentadoria compulsória, a pena que sobra, a pena administrativa que sobra é a disponibilidade, que tem um prazo de dois anos.

A aposentadoria compulsória é uma garantia de que aquele magistrado faltoso, que recebeu uma pena por uma falta grave, vai ser afastado do sistema e não vai mais retornar. E ele pode perder o cargo, ainda pode perder o cargo, na ação judicial, mas, independentemente do resultado da ação judicial, ele não volta para o sistema de justiça. A gente afastar a aposentadoria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compulsória como pena vai ter como consequência, caso a ação seja julgada improcedente, um retorno ao sistema de justiça. Então, na verdade, aqui eu faço só um alerta em relação à consequência prática dessa questão.

E termino dizendo, citando o meu amigo Nelson Missias de Morais, que foi Presidente da Associação de Minas Gerais, Presidente do Tribunal de Minas Gerais, que a vitaliciedade do juiz é como a liberdade de imprensa para o jornalista e a inviolabilidade de opinião para o Parlamentar. São cânones do Estado de direito. Se a gente tiver um magistrado... E outro dia uma magistrada muito corajosa, uma magistrada por quem eu tenho muito respeito, me ligou e me falou: "Vanessa, se passar a perda da vitaliciedade, eu saio amanhã da vara de organização criminosa; eu não vou colocar o meu cargo em risco para ficar enfrentando poderosos". Isso vai acontecer com todos os magistrados? Não sei dizer. Essa magistrada é uma magistrada muito, muito corajosa – muito corajosa.

Então, eu queria dizer que isso, para nós, a garantia da independência do juiz, que é garantida pela vitaliciedade, é muito cara para a magistratura, e a perda vai ter consequências para toda a sociedade.

Agradeço o tempo que me foi concedido, agradeço a paciência e me coloco à disposição para eventuais questionamentos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vanessa, muito obrigado pela sua participação. Você traz duas questões muito caras nessa reflexão, e eu as tenho para a minha própria reflexão: justamente a questão da vitaliciedade como garantia ao Estado – ao Estado, é uma garantia não só ao juiz, mas ao cidadão, ao Estado; e você traz a questão da contribuição previdenciária que foi feita por aquele magistrado.

Eu vou passar a palavra para o nosso ex-magistrado, o Senador Sergio Moro, e eu quero só colocar uma questão. Depois, se V. Sa. quiser comentar na sequência do Senador... Sei que tem outros aqui, mas é só para a gente ir organizando as ideias, eu prefiro dessa forma.

Eu acho que a sociedade não é... É porque ela confunde os institutos, né? Não é que ela seja contra a aposentadoria compulsória de quem cometeu uma falta grave. É lógico que tem que ter o devido processo legal para a perda do cargo, e você traz um exemplo, inclusive, de São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo aqui com o nosso Procurador. O que eu acho que a sociedade exige de todos nós é que, enquanto se dá a aposentadoria compulsória, enquanto se discute, num processo de uma falta grave, lógico, a perda do cargo, que esse magistrado não receba, porque, para muitos, o que a sociedade enxerga é que ele está sendo premiado: ele cometeu uma falta, está aposentado compulsoriamente e está recebendo.

Eu não estou falando do que ele já contribuiu, que eu acho que é uma questão que deve ser inclusive avaliada, ele poder receber, se ele já alcançou o seu tempo de contribuição etc. Eu estou falando de ele receber, depois de ter sido aposentado compulsoriamente, os vencimentos integrais, que é isso que a sociedade contesta – só estou vocalizando aqui, até para ter esse esclarecimento melhor. É isso que a sociedade contesta e não entende como é que o cara praticou essa falta grave, foi afastado, aposentado compulsoriamente e está ganhando. É um prêmio para ele, então; agora, está em casa, depois de uma falta grave, ganhando. E eu acho que essa é a questão principal.

E, sobre o gatilho – porque aí tem a ver com gatilho –, se o processo demorar 30 anos, o cara vai continuar recebendo. Se, amanhã, a sentença transitar em julgado com a perda do seu cargo, ele recebeu esse recurso durante 30 anos, em casa. É isso que a sociedade está enxergando, e não gosta. Então, como é que a gente antecipa ou cria um gatilho?

E aí eu vou ao encontro dos anseios da sociedade. Será que a gente não criaria um gatilho se a gente suspendesse os pagamentos dele enquanto o processo corre? Depois, é lógico, se ele for absolvido, ele vai ter direito a receber os retroativos, mas, enquanto o processo corre, será que isso não seria suficiente para fazer a máquina andar rápido por ser um juiz que está sem salário, respondendo a um processo, até dentro de uma ordem de prioridade que pode ser estabelecida? O problema é o inverso, é ele estar respondendo eternamente por um processo, enquanto ele está recebendo. A sociedade não está satisfeita com isso, e não tem nada a ver o tempo de contribuição; a contribuição, como você colocou muito bem aqui, deve ser levada em consideração.

Mas quem entende mais do assunto aqui, entre os Senadores, que ascendeu na carreira como um grande magistrado... Vou passar a palavra aqui ao Senador Moro e depois à Dra. Vanessa, se quiser fazer os seus comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Senador Portinho, eu agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpe. Eu gostaria de registrar a presença do meu guro, nosso querido Senador do Mato Grosso do Sul, muito obrigado pela sua presença... do nosso Mato Grosso, perdão, do nosso Mato Grosso, desculpe! Obrigado pela presença.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. Pela ordem.) – Senador Portinho, eu agradeço, porque eu vou ter que presidir a CSP daqui a pouquinho, mas primeiro quero cumprimentar os magistrados aqui presentes, tanto os juízes como os promotores, cumprimentar aqui a Dra. Vanessa também pela exposição.

Acho que a gente tem que deixar bastante claro aqui e partir da seguinte premissa: juiz ou promotor que comete um crime tem que perder o cargo e não pode ter aposentadoria compulsória; isso é algo inaceitável. E a proposta de emenda, na verdade, caminha para esse objetivo. Agora, no mundo ideal, Senador Portinho, só maus juízes seriam processados disciplinarmente; no mundo real, Senador Jayme, o que acontece – e a gente já viu – é a utilização do processo disciplinar para coibir a independência da magistratura. Vou destacar aqui os juízes da Lava Jato, desembargadores do TRF4, cuja única "infração", entre aspas, que se pode dizer foi ter condenado o atual Presidente da República – em várias instâncias, foi condenado, porque havia ali provas em relação à conduta criminosa –, que sofreram um processo administrativo disciplinar e ainda respondem lá no CNJ. Quando vai se verificar o processo, o que aconteceu, qual é o motivo? Não tem motivo nenhum. Vamos lembrar um juiz trabalhista que sofreu uma sanção disciplinar, porque estava num grupo de WhatsApp, sem cometer qualquer ato.

Então, a gente não pode ser ingênuo e achar que só os maus juízes são processados disciplinarmente. Por isso que eu apresentei uma emenda, para que o fato falta grave que gere a perda do cargo e a perda igualmente da aposentadoria se resuma àqueles fatos faltas disciplinares que configurem também crimes. E aí tomei a liberdade de fazer uma especificação dos crimes que são mais comuns. Coloquei lá: crime de corrupção e peculato. E, vamos dizer assim, é uma minoria de juízes que se corrompem, mas existem, precisam ser punidos e não podem ficar com a aposentadoria compulsória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pertinência ou favorecimento, de qualquer forma, a organizações criminosas: tem casos aí, muitas vezes, em que se veem juízes concedendo decisões absurdas em relação a pessoas vinculadas ao crime organizado. Normalmente isso aí está vinculado com corrupção. Minoria, mas precisa ter um tratamento jurídico adequado.

E coloquei também crimes cometidos com grave violência contra a pessoa: homicídio, feminicídio – vai estar incluído –, estupro. Saiu uma matéria no jornal, hoje – a meu ver, um pouco equivocada em relação ao teor da minha emenda –, dizendo que, se um magistrado cometer um estupro de vulnerável, ele não seria punido, que eu estaria blindando juiz. Senador Jayme, eu não conheço um caso de juiz que foi processado disciplinarmente por esse fato, mas, para evitar qualquer espécie de controvérsia, estou reapresentando emenda – vai ser a Emenda 4, nós liberamos amanhã –, para incluir, naquele rol, crimes contra a dignidade sexual, que abrange toda espécie de delito.

E eu tenho certeza: a maioria dos magistrados – e aqui, em magistrados, incluo juízes e promotores – é honesta, faz o seu trabalho com correção e também não quer que essas poucas maçãs podres fiquem na magistratura ou sejam beneficiadas com perda de cargo junto com aposentadoria compulsória, mas nós também precisamos resguardar – e aqui a Dra. Vanessa tem toda a razão – a independência daqueles magistrados que ousam, muitas vezes, contrariar interesses poderosos.

E aqui eu vou lembrar uma história que a gente esquece, mas é importante relembrar: a do Juiz Alcides de Mendonça Lima, que foi processado no final do século XIX, porque proferiu uma decisão contra o Governador – na época, se chamava Presidente – Júlio de Castilhos, dizendo que uma lei estadual era inconstitucional. O Presidente lá disse: "Que se puna esse Juiz", e ele foi processado, foi condenado por crime de abuso de autoridade.

Quem o defendeu e reverteu a condenação, perante o Supremo Tribunal Federal, foi Ruy Barbosa, e escreveu aquele livro famoso, aquele texto famoso: *O júri e a independência da magistratura*, no qual ele cunhou a expressão "crime de hermenêutica", dizendo que o juiz não pode ser punido. E apontou nesse texto, Senador Jayme, que o juiz, o Alcides, estava não só correto na interpretação, mas, se estivesse errado, não deveria ser punido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando se discute esse tema, o que se quer preservar são os bons juízes, são os bons promotores. Não vamos ser ingênuos em achar que a máquina administrativa disciplinar não pode ser direcionada contra aqueles que ousam se erguer contra os poderosos. Eu tenho dúvidas, se eu tivesse ficado na magistratura, se eu não teria sido punido também, porque fiz meu trabalho, porque botei bandido do colarinho-branco na cadeia, gente que roubou a República. Mas, infelizmente, nesse mundo de valores invertidos que a gente vê nessa Presidência do Lula, nós precisamos ter cuidado.

Agora, a premissa necessária é – e eu acho que existe um consenso, mesmo na magistratura, ninguém vai defender algo diferente disso – juiz que comete crime, promotor que comete crime têm que perder o cargo, e a aposentadoria compulsória, que é concedida aos juízes, tem que cair, nesses casos, mas não permitir que a pretexto de se buscar integridade se persigam os juízes que façam o seu trabalho.

Outra questão importante e essencial que foi bem colocada aqui pela Dra. Vanessa é: precisa haver a garantia do processo judicial. Precisa, sim, que, se houver a imposição dessa sanção de perda do cargo, isso seja ratificado ali pela Justiça. E vou dar um exemplo: o promotor, Procurador da República da Operação Lava Jato, corajoso, o Diogo trabalhou na Lava Jato, fez um grande trabalho, processou gente poderosa. Cometeu um erro na carreira dele quando fez um *outdoor* com um autoelogio à força-tarefa. Acho que, naquele momento de pressão pública em que as pancadas e pedradas eram grandes, fez uma propaganda com o dinheiro dele, um *outdoor* com o dinheiro dele, autoelogiando a força-tarefa da Lava Jato. Pois bem, foi processado e por isso foi demitido pelo CNMP numa decisão, a meu ver, absolutamente errada na composição anterior, durante a Presidência do PGR Augusto Aras. Não creio que isso aconteceria na atual composição. E aqui cabe mencionar, sim, que o Procurador Paulo Gonet parou com essa perseguição contra procuradores lá da Operação Lava Jato. Mas o Diogo foi punido com demissão por esse "crime", entre aspas, de fazer um *outdoor* sem dinheiro público.

E aí o que aconteceu? Quando foram fazer a aplicação dessa pena na Justiça, a Justiça corretamente encontrou lá juízes independentes que disseram: "Não, espere aí, isso aqui está errado, isso aqui está desproporcional, isso aqui está ilegal". Por isso que a gente precisa ter também essa garantia da vitaliciedade, tem que ser por processo judicial, porque dizer que a gente confia plenamente nos órgãos disciplinares da magistratura... Eu não confio, porque já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

erraram, e esse é um exemplo, e tem outros exemplos. Então a gente precisa ter uma dupla garantia que seja, sim, pelos órgãos disciplinares, mas a efetivação da perda do cargo seja igualmente pela Justiça, sem jamais confundir aqui o debate, Senador Portinho, porque esse não é um tema popular, infelizmente.

Esse não é um tema popular, mas nós precisamos, sim, acabar com a aposentadoria compulsória para juízes que cometem crimes.

Creio que a minha emenda que apresentei e que amanhã vou defender faz o necessário equilíbrio entre a necessidade de se acabar com a aposentadoria compulsória para juiz e promotor que cometem crime – os promotores nem têm, mas enfim –, mas resguardando o aspecto ali da necessidade da execução judicial e, do outro lado, não permitindo que um juiz que cometeu uma indisciplina, e às vezes esse termo é muito lato e pode favorecer perseguições, seja eventualmente perseguido, porque ousou contrariar interesses poderosos. E quem fala aqui sobre isso não é só um Senador da República, é alguém que foi por 22 anos juiz, e a gente – isso todo mundo sabe –, nós tivemos uma atuação na qual nós tentamos aplicar a lei, o que é muito difícil neste país, para crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, contra interesses poderosos, e, se a gente não tivesse as garantias necessárias para exercício do cargo, provavelmente não teríamos agido dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E V. Exa. goza de toda a minha admiração – já lhe disse isso pessoalmente –, pela sua história, pelos casos em que atuou e pela maneira proba, assim como de todo o povo do Paraná, certamente, que acompanhou de perto o seu trabalho, Sergio Moro, nosso Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. *Fora do microfone*.) – Eu só queria também...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria só fazer uma pergunta, se possível, até, Vanessa e outros que também estão aguardando, mas é porque isso é o debate, isso aqui a gente precisa fazer. A advocacia administrativa também está prevista aí ou enquadra dentro de corrupção?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Não, poderíamos colocar, mudar a redação para colocar efetivamente crimes contra a administração pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, porque esse tema está tão em voga, né?

A outra pergunta que eu teria a fazer também, e que eu faço para o meu colega Senador Moro também, se puder, aqui, contribuir com a sua percepção... Porque essa decisão do Ministro Dino, se eu não estou enganado, concentra as ações no STF.

A SRA. VANESSA RIBEIRO MATEUS (*Fora do microfone*.) – É.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não é isso? Quando, na verdade... Eu vi o trabalho que V. Exa. citou, da Procuradoria de São Paulo, e me parece que corre, pelo menos, o duplo grau de jurisdição.

Ele começa em primeira instância, Procurador? Desculpa a minha ignorância.

O SR. PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA E COSTA (*Fora do microfone*.) – Na segunda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na segunda, perfeito, era até o que eu achava o mais correto.

Isso é muito importante, porque também pode haver uma concentração de poder no STF, e, como eu disse, o STF hoje está distante da magistratura – da sociedade, mas da magistratura também, do Poder Judiciário *idem*, tanto que só tem um Parlamentar de carreira lá hoje.

Aliás, faço aqui, aproveitando a presença dos nossos magistrados aqui... Eu sou autor, Senador Sergio Moro, da PEC 45, de 2025 – anotem as instituições de magistrados. A PEC 45, de 2025, quer devolver o STF à magistratura, como ápice da bela carreira do magistrado, o que torna o órgão técnico e imparcial, não uma banca de advogados.

Então, Senador Sergio Moro, por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – É só para agradecer as palavras de V. Exa. Também acho que temos que deixar claro neste debate que, quando a gente discute isso de blindar a magistratura, é uma minoria de juízes e promotores que cometem crimes, não é? Senão parece que a gente está falando aqui de uma carreira infestada por criminosos, o que está longe da realidade. O juiz que está lá na primeira instância, trabalhando, na segunda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instância, normalmente trabalha até em condições difíceis, tendo que enfrentar processos em relação ao crime organizado.

E a gente não pode simplesmente desproteger toda a carreira, porque tem alguns que cometem crimes. Esses que cometem crimes, sim, que sejam punidos, que sejam eliminados da carreira e que percam qualquer espécie de benefício, inclusive a aposentadoria compulsória!

O que a gente pode trabalhar, Senador Portinho, é para melhor redação aqui dessa proposta de emenda, embora esses casos de advocacia administrativa muitas vezes se confundam com casos de corrupção. Às vezes, olha uma coisa que parece uma coisa, mas depois você vê que é outra um pouco mais grave.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Lembrando aqui, citando a presença aqui do nosso Senador Mourão. Ele também tem uma emenda, e acho que a gente deve se dedicar a ambas, na mesma linha, Senador Sergio Moro, de definir o que seriam essas condutas graves, ou seja, ambos estão delimitando a conduta criminosa, e até especificando.

Meu querido Senador Jayme Campos, antes de eu passar aqui para a nossa debatedora, V. Exa. tem alguma manifestação a fazer?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu confesso para os senhores que, diante do momento que o Brasil está vivendo, de estressamento no campo político, e até mesmo no campo jurídico, sobre essa matéria, sobre essa PEC proposta pelo Ministro Flávio Dino, que foi encaminhada, se não me falha a memória, acho isso inócuo e inoportuno. Nós, com todo o respeito que temos ao Ministro... Eu acho que, na verdade, ninguém aqui está defendendo pessoas corruptas, pessoas que dão decisão, muitas vezes vendendo. E, ultimamente, com toda a sinceridade aqui, criou-se, diante da opinião pública brasileira, a ideia de que a magistratura brasileira, lamentavelmente, em que pese 99%, é gente honrada, séria, dados da magistratura aqui, como o Ministério Público estadual e Federal... Criou-se, diante da toda a sociedade, a ideia de que, na magistratura do Brasil, lamentavelmente, muitos estão fazendo dela balcão de negócio. Mesmo assim, é bom que se esclareça: é ali que tem muita gente boa. Eu particularmente defendo a tese de que a magistratura, o Ministério Público, delegados de polícias, procuradores de estados, etc., são pessoas, na sua maioria, responsáveis e não podem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser punidas, como tem uma emenda aqui da Senadora Eliziane Gama, dizendo que vai acabar com a vítima da sociedade.

Quem é que quer ser juiz neste país aqui? Primeiro, já veio aqui uma proposta de diminuir o salário. Ora, a pessoa que vai julgar tem que ganhar bem, eu sou dessa tese, mas me parece que há um equívoco tão grande, que estamos nessa discussão, nesta audiência aqui, para tentarmos buscar um encaminhamento. E certamente vamos punir, dentro da forma da lei, com direito à ampla defesa, é bom que se esclareça, o direito ao contraditório. Isso é necessário para que, como bem citou aqui o Senador Sergio Mouro, não aconteça como lá atrás, no século XIX, se não me falha a memória, quando um determinado juiz deu uma sentença e lá foi punido. E, mesmo assim, com todo respeito, também tem o Conselho Nacional de Justiça, e ele tem que apurar melhor os fatos, até porque muitos que já foram afastados daqui a pouco voltam, porque entraram na Justiça, entraram, sei lá, no Supremo, no STJ e voltaram para o seu cargo, mas já volta essa pessoa para o seu respectivo cargo, de forma diminuída, sem aquela autoridade, sobretudo sem aquele ânimo, para fazer verdadeiramente aquele que é o seu papel: dar as grandes decisões.

De maneira que quero dizer aos senhores e às senhoras: não sou jurista, não sou advogado, sou contador – você imagina? – e empresário do setor do agro. Mas sou um homem que tem seis mandatos: já fui três vezes Prefeito, Governador do meu Estado do Mato Grosso e duas vezes Senador da República. Estou aqui nesta Casa acompanhando, procuro sempre votar com a minha consciência, não vou como maria vai com as outras e, muitas vezes, por uma questão político-partidária vai votar do jeito que muitas vezes é encaminhada a votação pelo seu Líder, pelo seu partido. Eu voto naquilo que é bom para o Brasil e naquilo que é certo. Não concordo, em hipótese alguma, diante do que está sendo apresentado aí, com essa possibilidade de acabar com a vitaliciedade, redução do salário, etc., etc. Isso é besteirol. Eu acho que isso não é o que está fazendo com que este país aqui talvez não tenha um rumo certo, ou seja, da prosperidade, do desenvolvimento, sobretudo com justiça social.

E venho aqui apenas me solidarizar com os senhores, na medida em que certamente o meu voto vai ser voto consciente. Concordo plenamente que a sociedade critica muito esse negócio de o juiz que muitas vezes, até mesmo juiz que praticou atos ilícitos, aposentar e sair com a sua aposentadoria, ou seja, talvez receba um prêmio de consolação, um prêmio, um benefício, que não é o correto, Senador Presidente Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui dizer o seguinte: essa matéria é um assunto que temos que discutir de forma muito profunda aqui. Não podemos votar de forma açodada, muito pelo contrário. Caso contrário, nós estaremos, com certeza, cometendo o erro que será erro histórico praticado nesta Casa aqui, pelo Senado Federal, e nós aqui somos homens maduros, suficientemente capazes para, com certeza, fazer uma reflexão, uma avaliação e ver em que é justo e em que é injusto.

Por isso, eu venho aqui dizer aos senhores: aquilo que certamente é o correto vai ter o apoio de Jayme Campos; agora, aquele que, muitas vezes, vem num momento como esse aqui para tentar, talvez, fazer uma cortina de fumaça por tudo aquilo que está acontecendo aqui neste país, sobretudo no próprio Supremo Tribunal Federal, pode ter certeza de que eu não vou nessa, não. Eu vou votar aqui tranquilamente e, sobretudo, sabendo, conhecedor profundo do valor que cada um dos senhores e cada uma das senhoras tem, não só no MPE, MPF, e na magistratura deste país aqui. Vou votar para que os senhores possam ter, com certeza, independência nas suas decisões.

Essa é a minha pequena observação e, no momento certo, com certeza, eu farei uma manifestação mais aprofundada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Jayme.

Eu vou passar para as considerações específicas da Dra. Vanessa e, na sequência, seguimos.

A SRA. VANESSA RIBEIRO MATEUS (Para expor.) – O senhor falou que, provavelmente, 99% da magistratura é formada de pessoas honradas. O senhor sabe que, em 2024, o STF me indicou, por unanimidade, para assumir um cargo no Conselho Nacional do Ministério Público e, no ano passado, eu renunciei a essa indicação – com muito peso no coração, porque eu sei da honradez de um cargo desse, de participar de um conselho – porque eu queria estar aqui. Era esse o lugar em que eu queria estar, defendendo a magistratura brasileira. Eu vou até acrescentar um número ao que o senhor falou, 99,4%, porque o número de aposentadorias compulsórias que foram aplicadas nos últimos 20 anos é de 0,66% do número total de magistrados. Não são poucas, não, mas é 0,66% do número total de magistrados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos tratando da quebra da garantia da vitaliciedade, que é um ponto fulcral para este Estado democrático de direito, por conta de 0,66%, que a gente pode resolver de outra forma, não com a quebra da vitaliciedade, como o Senador Portinho falou.

Quando o senhor fala, Senador – e aí eu me penitencio, porque eu devia ter falado isso na minha fala –, quando o senhor fala assim: "O que a sociedade não aceita é que o juiz fique aguardando por anos o processo recebendo o salário integral". Não é integral, é proporcional. Essa aposentadoria compulsória que é feita em razão da pena é só pelo tempo de contribuição. Então, esses colegas que eu citei na minha fala, que foram aposentados compulsoriamente no ano passado e estão aguardando o desfecho da ação para a perda do cargo, eles eram colegas jovens de carreira. Então, o que eles recebem não é o salário integral, é R$2 mil, R$3 mil, proporcional ao que eles recolheram. Então, na verdade, é só uma devolução.

Mas aí o senhor traz algumas ideias, quando a gente fala desses equívocos do sistema, a serem consideradas: uma suspensão, uma suspensão do salário, ou então que essa aposentadoria seja adiada para quando for completado o tempo de contribuição para a aposentadoria efetivamente, aquilo ficaria congelado. Não sei, são muitas as ideias que permitem que a gente quebre esse estado de coisas com a qual a sociedade não se conforma e que a gente possa trazer soluções efetivas para isso sem quebrar a vitaliciedade da magistratura. É proporcional o sistema de travas, o Ministro falou.

E o senhor falou da questão do rito do Ministro Flávio Dino, que ele teria mandado direto para o Supremo. Essa questão do rito é uma consideração que o Ministro Flávio Dino faz no voto dele, em que ele fala o seguinte: o processo tem que ser visto, a pena tem que ser dada pelo CNJ. Se for dada num estado, como em São Paulo, por exemplo, que deu aposentadoria compulsória, o CNJ tem que confirmar ou não essa aposentadoria compulsória. Se o CNJ confirmar, o único órgão que pode modificar as decisões do CNJ é o STF. Muito respeitosamente, nós discordamos completamente desse raciocínio formulado pelo Ministro Flávio Dino, porque a ação de perda do cargo não é uma ação ajuizada contra o CNJ, não é uma ação contra um ato do CNJ, é uma ação contra o magistrado. Quem é o réu não é o CNJ, o réu é o magistrado. Então, ela tem que ser ajuizada não é pela AGU, é pelo Ministério Público. A gente sustenta que ela deve ser ajuizada pelo Ministério Público, que é outro órgão independente. Então, ajuizada por um órgão independente no juízo competente contra o magistrado no Tribunal de Justiça, porque a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem essa prerrogativa do Tribunal de Justiça, mas com duplo grau. E aí haverá recurso para os tribunais competentes, um recurso para o STF, um recurso para o STJ, mas em grau de recurso, não uma competência originária, que não está prevista na Constituição e foi um raciocínio construído nesse voto monocrático, que foi proferido na semana passada ou retrasada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, antes de passar, audiência pública é muito bom por isso, para as pessoas entenderem. Eu, por exemplo, aqui confesso, eu não tinha compreendido, V. Exa. foi muito clara. Se é uma pessoa jovem, um magistrado jovem, ele não vai receber o salário inteiro da magistratura até o final da sua vida, enquanto o processo dele está correndo, se durar até o final da sua vida. Ele vai receber proporcionalmente ao que ele já contribuiu. Se ele é um magistrado que já está no final da sua carreira, digamos assim, prestes a se aposentar, essa proporção vai ser praticamente a mesma proporção do salário, porque ele já viveu uma vida inteira na magistratura. Isso é muito importante de ser dito, porque a sociedade não sabe disso. Ela não sabe que é proporcional às contribuições, que são contribuições previdenciárias, e V. Exa. traz até uma sugestão interessante, que ele talvez não precise receber, mas ele possa usar aquilo que ele contribuiu para lá, quando ele alcançar a idade, somar ao que ele vai depois contribuir ao longo da sua vida, caso ele tenha perda de cargo, vá advogar ou vá para outra profissão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Lógico.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu queria apenas registrar aqui a presença da minha querida conterrânea, amiga, a Dra. Jaqueline Cherulli, que é Presidenta da Associação Mato-Grossense de Magistrados – ô, Jaqueline! – essa grande mulher, com certeza uma grande juíza e vai ser nossa futura desembargadora dentro em breve.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bom.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – E quero cumprimentar aqui o Tarcísio, velho amigo nosso aqui, o José Schettino, que são nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conterrâneos mato-grossenses, são duas pessoas com quem eu tenho um bom relacionamento, com certeza, pela representação que eles já fazem.

Seja bem-vinda aqui – viu, Jaqueline?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mato Grosso está bem representado. Não só por V. Exa., Senador Jayme Campos.

Eu vou dar a palavra aqui ao nosso próximo debatedor e foi importante, porque a Vanessa deu um abre-alas aí para todos poderem se alinhar aí nos assuntos, no tema.

Então, com a palavra, o Sr. Tarcísio José Sousa Bonfim, Presidente da Conamp (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público). Vamos ouvir agora o Ministério Público.

O SR. TARCÍSIO JOSÉ SOUSA BONFIM (Para expor.) – Quero inicialmente cumprimentar todos e todas com um bom dia.

De forma muito especial, Senador Portinho, eu queria agradecer a V. Exa. por esta oportunidade e parabenizá-lo pela iniciativa. Eu acho que esse é um momento que nós temos de trazer à nossa voz uma perspectiva de buscarmos uma construção coletiva, propositiva, independente também, sobre um tema que é importante, não para o Ministério Público e não para a magistratura, mas para a sociedade brasileira.

Não estou aqui para defender privilégio, nem defender direito de colegas que integram a nossa instituição, mas estou aqui para defender a institucionalidade, defender a importância de termos um Estado forte, um Estado forte através das suas diversas representações.

E, se me permitam, eu gostaria, antes de entrar no tema, propriamente dito, fazer a referência especial ao Senador Jayme Campos, do nosso Mato Grosso. Quero agradecê-lo pela postura sempre dialógica e pela atenção sempre gentil conosco, Senador; quero cumprimentar também o Senador Moro, que estava aqui conosco; o Senador Mourão; nosso Procurador-Geral de Justiça de São Paulo; e os colegas do Ministério Público, representantes de associação do Ministério Público.

Nós falamos em nome de 16 mil colegas, Senador Portinho, que integram o Ministério Público dos estados, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Ministério Público Militar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu já disse, a nossa defesa aqui não é a defesa corporativa, não é a defesa de privilégio, mas é trazer uma reflexão sobre a importância desse instituto, assim como é, por exemplo, a inamovibilidade, que garante que o colega que desempenha a sua função no dia a dia não seja objeto ou destinatário de uma ordem: "Vamos transferir esse promotor que está incomodando, que está combatendo o crime organizado, está combatendo o desvio de recursos públicos, está combatendo facções criminosas, está lutando pelos vulneráveis, tem uma postura de combate e de defesa dos entendimentos contra majoritários", por exemplo. Então, com essa perspectiva, eu queria deixar a nossa primeira mensagem.

O tema da vitaliciedade, Senador Portinho, não é novo. Desde a nossa primeira Constituição da República, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 e na nossa Constituição Cidadã, o tema da vitaliciedade foi erigido como um pilar pelo legislador constituinte originário. E assim o fez o legislador constituinte originário em 1988. Falar sobre vitaliciedade é, sobretudo, falar sobre liberdade, sobre autonomia, sobre independência. E o Estado brasileiro, através dos Poderes e instituições que o representam e que o integram, precisa contar com seus representantes. Nós, no caso, somos escolhidos na sociedade através de um processo chamado concurso público; e os senhores, através de um outro concurso, que é se colocar à disposição da sociedade, e a sociedade os elege representá-la.

Dentro desse contexto, nós temos que entender que a vitaliciedade, ao contrário do que é propalado, constitui garantias próprias da sociedade, assim como é a autonomia dos entes federativos, seja do estado federado, seja dos municípios, assim como é o sistema bicameral, assim como dispõe o art. 53 da Constituição, que diz que o Senador tem que ter altivez, tem que ter liberdade, tem que ter autonomia, tem que ter independência para defender suas convicções, porque, assim o fazendo, ele estará contribuindo na defesa do Estado democrático de direito e de uma sociedade livre, justa e igualitária.

O nosso pedido, Senador... E a nossa entidade já esteve nesta CCJ – e eu quero também fazer um registro e agradecer ao Presidente Otto Alencar –, já esteve aqui para defender diversas pautas importantes, não para cada um dos membros individualmente considerados, mas para a sociedade: defendemos, por exemplo, nesta Casa, Senador Portinho, a higidez do Tribunal do Júri para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida quando envolvidos membros de organização criminosa, ou quando estivemos reunidos com o Senador Jayme Campos ou outros Senadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazendo notas técnicas para aperfeiçoar os instrumentos de atuação de que se vale o Ministério Público para cumprir a sua missão constitucional.

Então, não se trata de defender privilégios, Senador Mourão, se trata de defender a altivez de cada juiz e de cada membro do Ministério Público para que o juiz, livre de intimidações, livre de pressões, livre de tentativas de achincalhamento da sua função de julgar, possa fazê-lo baseado nas provas, obedecendo à Constituição, obedecendo às leis que são aprovadas nesta Casa. E é esse o nosso pedido. Nós queremos, Senador Portinho, queremos, Senador Mourão, queremos, Senador Jayme, continuar a trabalhar pelo nosso país, trabalhar com independência, trabalhar com altivez, trabalhar com autonomia, trabalhar com liberdade, porque a sociedade espera isso de todos nós.

Então, a nossa defesa da vitaliciedade perpassa exatamente uma visão de igualdade. Nós estivemos conversando, as diversas entidades, com a Senadora Eliziane e, certa feita, a Senadora: "Mas e a igualdade dos servidores públicos? E a isonomia dos servidores públicos?". A Constituição distingue, levando em consideração que as desigualdades precisam ser tratadas na medida da sua desigualdade de atribuição, de responsabilidade, do grau de atuação de cada instituição. Nós temos atividades mais complexas, atividades mais perigosas, atividades que demandam um grau de independência maior do que outras, mas o serviço público brasileiro é um patrimônio da sociedade. Nós estamos pedindo ao Parlamento... a nossa voz, Senador, é exatamente nesse sentido: nós queremos continuar cumprindo a nossa missão, com altivez, com independência, com autonomia. E eu gostaria de frisar: o nosso pedido aqui, a nossa defesa, não é do mau promotor, mas é dos bons promotores, que são a maioria do patrimônio dessa grande instituição que é o Ministério Público brasileiro, que é a magistratura brasileira.

Então, fica a nossa mensagem, a nossa disponibilidade para continuar contribuindo com este debate. Nós queremos Ministério Público forte, magistratura forte, Senado Federal forte, Câmara dos Deputados forte, porque é só assim, unidos, Poderes e instituições, que nós poderemos fazer a grande entrega que a sociedade espera de todos nós: a entrega de uma sociedade livre, justa e solidária. Tenho certeza de que a sociedade e o Senado Federal poderão continuar a contar com o Ministério Público, com cada homem, com cada mulher que compõe a nossa instituição. Então, continuo à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a oportunidade. Parabenizo V. Exa. por essa possibilidade de dialogarmos, de fazermos o contraponto, de esclarecermos o que, muitas das vezes, é veiculado na imprensa de forma distorcida, talvez com o objetivo até de enfraquecer as nossas instituições.

E as nossas instituições precisam estar unidas nesse grande processo dialógico de construção da nossa institucionalidade e da nossa constitucionalidade.

Então, que impere e que faça prevalecer a vontade pós-República do legislador constituinte originário de manter a vitaliciedade dos membros da magistratura e do Ministério Público brasileiro.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dr. Tarcísio, o Ministério Público, então, não abre mão de ser o titular da investigação e do procedimento? Assim, sendo bem claro e objetivo, gente.

O SR. TARCÍSIO JOSÉ SOUSA BONFIM – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O.k.

O SR. TARCÍSIO JOSÉ SOUSA BONFIM – Nós cumprimos o nosso papel, Senador.

A Dra. Vanessa, inclusive, trouxe exemplos do Ministério Público de São Paulo, da atuação. Nós realizamos isso, eu sou do Ministério Público do Maranhão, e nós temos colegas que tiveram as ações, as ações foram ajuizadas, e os colegas perderam os cargos – porque nós defendemos o Ministério Público. E, para defender o Ministério Público, nós temos que defender os bons promotores. E os bons promotores é que integram a nossa instituição.

Nós não estamos aqui para defender o mau promotor, aquele que não tem um compromisso com a sociedade e com cumprir a legislação, a Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

Lembrando que, em toda profissão, tem sempre aqueles que desvirtuam, e até mancham a imagem. Isso acontece em toda profissão e até onde não é profissão, como aqui no Parlamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também. Então, isso não é um problema específico, aliás, é zero ponto sessenta e poucos da magistratura...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E, do MP, acho que é zero, ou perto de zero...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Zero ponto sete, também a mesma faixa. Então, é realmente a minoria da minoria, graças a Deus.

Vou aqui passar a palavra a José Schettino, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores.

Só, antes, algum comentário dos Senadores que irão fazer uso da palavra sobre a manifestação? (*Pausa.*)

Seguimos.

Com a palavra.

O SR. JOSÉ SCHETTINO (Para expor.) – Bom dia a todas e todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Senador Carlos Portinho pela honra de ter dado a oportunidade a que a Associação Nacional dos Procuradores da República pudesse se manifestar nesse tema em discussão aqui, como mencionaram os queridos Vanessa e Tarcísio, que são temas candentes e relevantes não só para as carreiras e para os membros do Ministério Público e para os magistrados, do Judiciário, mas para toda a sociedade brasileira.

Eu não posso deixar de fazer um registro aqui do nosso agradecimento, tanto pela fala e a presença, até há pouco, do Senador Sergio Moro; do nosso Senador, Vice-Presidente Hamilton Mourão; e do querido Senador Jayme Campos, do nosso queridíssimo Mato Grosso, Senador.

Falar depois da exposição da Vanessa – que basicamente esgotou o assunto, é muito difícil; e também depois das palavras do Tarcísio, que demonstram a relevância desse assunto – torna a minha fala quase que desnecessária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu vou pedir aos presentes para fazer um vislumbre aqui histórico, muito rápido. E vou pedir para os senhores me acompanharem aqui para a Inglaterra do século XVII, quando os reis nomeavam os juízes a seu bel prazer. E os juízes, quando proferiam alguma decisão que desagradava o rei da Inglaterra, eram pura e simplesmente demitidos pelo rei.

E isso, muito resumidamente, em algum momento, não deu certo, e eis que a Inglaterra fez a chamada Revolução Gloriosa, ao final da qual, em 1701, o Parlamento inglês, o grande Parlamento inglês, promulgou o *Act of Settlement* de 1701, a lei que há 325 anos deu aos juízes da Inglaterra a garantia da vitaliciedade, porque, há 325 anos, quando os ingleses, a civilização democrática sólida mais longeva do Ocidente, perceberam que contra o poder absoluto era preciso ter magistrados independentes, eles compreenderam que a independência, que é o requisito para a imparcialidade, só se concretizaria com juízes que não temeriam perder seus cargos, caso desagradassem algum poderoso, fosse o rei ou um barão qualquer da Inglaterra.

Esse requisito, que na Inglaterra eles não chamam de vitaliciedade, mas é um requisito que eles dizem *during good behavior* – durante bom comportamento – é adotado pela Inglaterra, por todos os países democráticos da *Commonwealth* e pelo sistema judiciário federal americano. Nós temos inclusive um exemplo que, para mim, é até exageradamente imperfeito, de juízes da Suprema Corte dos Estados Unidos, que são vitalícios, literalmente, até morrer no cargo, e, de modo geral, em todos os países da Europa Ocidental, que são matriz da democracia brasileira – como Portugal, e aí, sim, Portugal, a garantia da vitaliciedade, com esse termo, claro, no nosso próprio vernáculo, nosso próprio idioma, é o termo "vitaliciedade" –, ele é, sem nenhum dissenso, considerado uma garantia da independência do sistema judiciário, necessária para a imparcialidade judicial.

E um ponto que é importante, nós, que vivemos um sistema presidencialista, de separação tripartite de Poderes, consideramos, geralmente, que a independência dos Poderes é um requisito para a própria democracia. Mas, se nós formos, de novo, voltar na Inglaterra e nos países democráticos com sistema parlamentarista, vamos ver que a separação dos Poderes nesses países não é tão rígida. Afinal de contas, o Primeiro-Ministro, geralmente, é quem governa, exerce o Poder Executivo, por assim dizer, mas é um membro do Parlamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesses países – como na Inglaterra, no Canadá –, a concepção é de que o que define um Estado de direito é a independência do Judiciário. Um Estado onde não haja um agente público que possa dizer para os governantes: "A lei te proíbe de fazer isso", não é uma democracia – não é uma democracia.

E, com todo o respeito, todo o respeito que o Senado merece da sociedade brasileira, a aprovação das emendas apresentadas, com todo o respeito também à Senadora Eliziane Gama, que está no exercício do direito dela de defender suas posições... Mas a aprovação pelo Senado é, de certo modo, uma afronta ao Estado de direito e à democracia brasileira, como raramente – eu raramente poderia citar, na minha memória –, no regime pós-88, vindo daqui, do Senado.

O Tarcísio bem lembrou que a garantia da vitaliciedade está presente, esteve presente em todas as Constituições brasileiras, desde a primeira Constituição republicana de 1891. Certíssimo.

Pois eu faço só uma ressalva: o único momento em que a vitaliciedade foi excepcionada desde 1891 no Brasil foi durante o AI-5, quando suspenderam as garantias do Congresso, quando suspenderam o *habeas corpus* e também acabaram com a vitaliciedade e, naquele momento, aposentando alguns juízes, alguns Ministros da Suprema Corte que não aceitavam não terem independência para dizer: "A lei não é exatamente como os senhores estão querendo aplicar".

O que eu posso dizer, e aí sobre o tema especificamente: a sociedade brasileira tem todo o direito de discutir as sanções a que os membros do Ministério Público e a que os juízes devam ser submetidos em caso de alguma infração funcional, e é legítimo que a sociedade discuta se a aposentadoria compulsória é uma pena quando, claro, para a sociedade é difícil conciliar como que o cidadão passa anos para conseguir se aposentar enquanto o magistrado é punido com aquilo que o cidadão considera um benefício adquirido ao longo de anos de trabalho e contribuição. Isso é um tema legítimo de ser discutido aqui, mas isso não se confunde com a garantia da vitaliciedade, como muito bem Vanessa e Tarcísio e também o Senador Moro expuseram anteriormente. A garantia da vitaliciedade é uma garantia de independência, que é o fundamento para a imparcialidade.

Nós tivemos oportunidade, junto com os demais colegas das outras associações, de ter uma interlocução breve, mas muito direta e franca com a Senadora Eliziane Gama, Relatora da PEC 3, e me chamaram a atenção dois aspectos por ela mencionados no nosso diálogo, na interlocução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com ela. O primeiro ponto foi que ela ressaltou – estou basicamente citando de memória, posso estar confundindo – que ela tem, lá no estado dela, o Estado do Maranhão, uma atuação forte em defesa do meio ambiente e que nessa atuação dela como Senadora, Parlamentar eleita, nessa defesa, ela de vez em quando tem alguns embates democráticos com setores ruralistas e do desenvolvimento. Pois eu disse a ela, e repito aqui nesta sessão, nesta audiência pública, que um promotor lá do interior do Maranhão ou do interior de Minas Gerais ou do interior de qualquer estado brasileiro que tenha que promover alguma investigação, que tenha que promover algum ato em defesa do meio ambiente, dependendo do tamanho, da dimensão econômica de algum empreendimento imobiliário, empreendimento hoteleiro ou industrial que possa afetar o meio ambiente e que conjugue naquele lugar os interesses de toda a elite política e econômica, esse promotor certamente, se souber que vai ser demitido...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ SCHETTINO – ... após um PAD, um simples PAD, dificilmente agirá com a serenidade e com o destemor com que ele agiria se ele tivesse ainda, como todos temos, a garantia da vitaliciedade, que permite que ele aja com independência e imparcialidade.

Então, a nossa palavra aqui aos Senadores é pedir que o Senado siga a sua tradição de Alta Casa da democracia e defenda a democracia, como uma Casa Alta, como disse o Senador Jayme, de Senadores experientes, Parlamentares vividos, experientes, de fato todos dignos do nosso respeito e admiração.

Eu acredito que é uma Casa que saberá fazer as distinções, as matizações e as nuances necessárias sem, com isso, tomar de roldão, à guisa de acabar com o que é visto como um privilégio, uma sanção vista como um privilégio, com toda a garantia da independência do Judiciário brasileiro, do Ministério Público brasileiro e, com isso, não é exagero o que eu vou dizer, com o Estado democrático de direito no Brasil.

Agradeço pelas palavras. O meu tempo já acabou. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – José Schettino, muito bem colocado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero fazer uma ponderação de que, na verdade, esta Casa estava adormecida quanto a esse tema. Isso quem provocou foi o próprio Poder Judiciário e, infelizmente, eu tenho que falar, porque o STF é parte, ou deveria ser parte do Poder Judiciário, porque, quando o Ministro Flávio Dino solta uma decisão dizendo que não é o Ministério Público, é a AGU; que a instância original não vai ser o tribunal de origem, mas vai ser o STF, ele está legislando e ele obriga a gente a uma reação. E a reação veio justamente, não por acaso, com o próprio projeto do Ministro Flávio Dino, quando então Senador, que é retomado para dar garantia à sua decisão. Olha isso, Senador Moro, como é que o processo legislativo é usado em reação, mas para convalidar algo que está errado. E não sou eu que estou dizendo aqui que está errado, quem está dizendo são os representantes da magistratura, do Ministério Público, dos procuradores e outros mais que vão passar aqui.

Então, a gente vai ter, José Schettino, desculpa, a gente vai ter que meter a mão nesse pirão, porque, do jeito que está, está pior, porque não tem o afastamento, a pessoa comete um crime grave, vai continuar na judicância, julgando, até que a ação transite em julgado, recebendo – proporcionalmente, se for o caso, mas a sociedade não está compreendendo dessa maneira, talvez tenham mecanismos melhores –, e numa ação que é a AGU, não é o MP que vai propor, sobre um crime, na maioria das vezes, crime, não é? E vai ser concentrado esse poder ainda mais, como instância originária, recursal e tudo; é o x-tudo do STF.

E é o que acontece no CNJ, como V. Exa. disse, Vanessa: é órgão prossecutor, é quem produz a prova e, no final, é quem julga também. E a gente está começando a se habituar e achar isso normal: que a pessoa possa exercer o papel do investigador, do MP, do juiz, do órgão recursal, tudo concentrado. Então, assim, a gente vai ter que meter a mão, espero que para melhorar o projeto, porque a decisão é horrível, o Ministro não veio aqui nem para defendê-la, de tão ruim que é, imagino.

Por favor, Dr. Emerson.

A gente tem no remoto, eu vou só esgotar...

Ah, não conseguiu ficar? Olha, a Atricon ainda não conseguiu entrar, mas tenho certeza de que muito do que está sendo dito aqui também atende aos anseios dos tribunais de contas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vou passar a palavra ao Promotor de Justiça do Ministério Público do meu Estado do Rio de Janeiro, Consultor de Assuntos Jurídicos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG), Dr. Emerson Garcia.

Com a palavra.

O SR. EMERSON GARCIA (Para expor.) – Bom dia a todos. Senador Carlos Portinho, minhas homenagens a V. Exa. e a esta Casa; aos Drs. Tarcísio, Vanessa, Schettino; aos Senadores presentes; às mulheres integrantes do Ministério Público e da magistratura, na pessoa das quais cumprimento os demais presentes.

Esse tema é um tema que desperta surpresa pela discussão e pela amplitude que a proposta tomou em determinado momento de sua tramitação. Nós discutimos inicialmente, nesta Casa Legislativa, a aposentadoria compulsória e, em determinado momento, a aposentadoria compulsória se transmudou, a vedação, na possibilidade de flexibilizarmos uma garantia que é tão antiga quanto a existência do Poder Judiciário, que é a da vitaliciedade.

O Brasil completará, no dia 7 de setembro, 204 anos de existência enquanto Estado de direito. Nossa primeira Constituição, a de 1824, utilizava o significante vitaliciedade em duas ocasiões: uma para os Senadores, outra para os membros do Conselho de Estado, nos arts. 40 e 137. Em ambas as situações, nós tínhamos ali o exercício de uma função até a morte daquela pessoa que a exercia. Em relação aos juízes, no art. 155, nós não tínhamos o emprego do significante vitaliciedade, mas havia a previsão de que os juízes só perderiam o cargo por sentença judicial. Então, há 202 anos, no Brasil, um juiz só perde o cargo por força de sentença judicial – isso estava no art. 155 da Constituição Imperial de 1824.

Pois bem, sobreveio a República, em 1891, o art. 57 da nossa Constituição disse que os juízes passariam a ter a garantia da vitaliciedade, e ali o significante foi empregado no sentido que nós o conhecemos hoje. Vitalício não é aquele que morre no cargo, como ocorre no direito norte-americano; vitalício aqui no Brasil é aquele que só pode perder o cargo por força de sentença judicial.

Pois bem, e por que há essa previsão de sentença judicial? Como foi muito bem lembrado pelo Schettino, nós tivemos a evolução da ciência política com a sistematização da tripartição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Poderes por Montesquieu. Montesquieu escreveu em 1748 e ele previu três Poderes. Locke, escrevendo em 1690, o cientista político inglês, previu a existência de duas estruturas: o Parlamento e o rei. O que aconteceu entre Locke e Montesquieu, já que Montesquieu escrevia sob a égide da Constituição inglesa e ele era francês, e Locke era inglês? Será que Montesquieu sabia mais das instituições inglesas que Locke? Não. O que aconteceu entre 1690, após a Revolução Gloriosa, e 1748 foi o *Act of Settlement* de 1701, um ato de acertamento da dinastia inglesa e que passou a dizer o seguinte: os juízes permanecerão no cargo enquanto bem servirem, enquanto tiverem bom comportamento, *good behavior*. E foi essa a fórmula adotada pela Constituição norte-americana de 1787, no seu Artigo III, primeira Seção. Então lá nós temos a garantia de que o juiz permanecerá no seu cargo.

A partir do momento em que nós tivemos agentes com garantia de que não seriam demissíveis pelo superior hierárquico, pelo monarca, à época, nós tivemos o surgimento daquilo que nós conhecemos hoje como Judiciário. Então, Locke não reconhecia a existência dessa estrutura e Montesquieu, pouco mais de 50 anos depois, reconheceu, justamente por isso. É isto que nós estamos discutindo aqui: a possibilidade de nós suprimirmos aquilo que é o alicerce existencial do Poder Judiciário e que, com o passar dos anos, se tornou alicerce existencial do Ministério Público.

A garantia, qualquer que seja ela, sempre instrumentaliza uma função. Quando nós lançamos os olhos sobre o direito à educação no Brasil, nós vemos que a nossa Constituição assegurou a liberdade de cátedra, mas a liberdade de cátedra é um prêmio para o professor? Não, busca instrumentalizar a educação. Os Senadores desta Casa têm imunidade por suas palavras, opiniões e votos. Mas qual é a função disso? É para que eles possam xingar o vizinho? Não, a função disso é que eles possam falar livremente suas opiniões sem serem punidos. Essa é a razão da instrumentalidade de uma garantia.

E por que nós precisamos ter a instrumentalização da garantia da vitaliciedade para juízes e membros do Ministério Público? Porque essas estruturas, esses agentes instrumentalizam aquilo que é muito caro a todos nós, que são os direitos fundamentais. Para nós termos direitos fundamentais que transitem do papel para a realidade, nós precisamos ter estruturas aptas a fazer com que eles se tornem concretizáveis. O Ministério Público, de acordo com o art. 127 da nossa Constituição, é uma instituição incumbida da defesa do regime democrático, da ordem jurídica e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos interesses individuais e sociais – os individuais indisponíveis e os sociais de caráter geral. Quando nós enfraquecemos essa instituição, nós enfraquecemos o quê? O regime democrático, a ordem jurídica, os interesses sociais e os interesses individuais indisponíveis, porque o Ministério Público, a exemplo do Poder Judiciário, é aquilo que os germânicos denominam de garantia institucional. Então, quando nós enfraquecemos essas garantias institucionais que a coletividade possui, nós afetamos os próprios direitos dessa coletividade.

Então, quando o art. 60, §4º, inciso IV, veda uma proposta de emenda que venha a abolir direitos e garantias fundamentais, nós temos duas formas de abolir um direito e garantia fundamental: nós podemos riscá-lo do papel ou nós podemos inviabilizar a sua projeção na realidade. Então, se nós enfraquecemos o Ministério Público, que zela por interesses sociais, por interesses individuais indisponíveis, se inviabilizamos que um magistrado venha a proferir uma decisão de modo imparcial, sem pressões exógenas ou endógenas – nós não podemos ignorar a realidade; as pressões vêm tanto de fora como de dentro –, se essas pessoas não tiverem essa garantia, o que nós faremos em *ultima ratio* é enfraquecer os próprios direitos e garantias fundamentais.

Então, quando nós pensamos em garantias institucionais, nós necessariamente devemos visualizá-las na perspectiva das funções a serem exercidas. A garantia visa a assegurar o bom exercício da função, por isso que ela existe. Se nós simplesmente permitirmos que tenhamos a vitaliciedade num preceito da Constituição e outro preceito faça menção à possibilidade de essa vitaliciedade ser afastada na hipótese X ou Y, em que o agente perderá o cargo não por força de um processo judicial, mas por força de um processo administrativo, nós teremos uma incoerência sistêmica, porque, na proposta, nós temos que, na hipótese de graves infrações, a demissão pode ocorrer por processo administrativo. Alguém consegue imaginar a possibilidade de uma demissão decorrer de uma infração leve? Não. A infração necessariamente precisa ser grave, em qualquer nível do funcionalismo público, para que haja a demissão. Então, quando nós temos essa flexibilização, nós temos, na verdade, a eliminação da vitaliciedade, com outras palavras, porque, para que nós tenhamos a perda do cargo por processo administrativo, precisamos ter uma infração grave. E a infração grave, necessariamente, iria subsidiar a demissão num processo judicial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas por que encampar um processo judicial em vez de um processo administrativo? A análise econômica do direito nos explica que um processo é muito dispendioso, demora tempo.

Então, por que não abreviar? Muito mais simples um processo administrativo que um processo judicial. Mas por que nós não devemos abreviar? Por uma razão muito simples, como já foi explicado pela Dra. Vanessa: no processo administrativo, nós temos a concentração de várias fases na mesma autoridade. E temos um complicador: não há instância superior para rever.

Quando nós temos a aplicação de uma sanção no processo administrativo, o implicado só tem uma possibilidade: ele vai inaugurar uma relação processual numa situação em que ele já foi punido, e ele vai tentar reverter os efeitos daquela punição. Esses efeitos podem ser reversíveis num provimento cautelar, ao menos num aspecto imediato, mas nem sempre serão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMERSON GARCIA – Daí a necessidade de nós termos um processo judicial. E aqui é bom fazer um registro: para nós alcançarmos os tribunais superiores, nós precisamos ter um processo judicial. Nós não podemos alcançar a partir de um processo administrativo. Então, o processo judicial vai justamente oferecer esse tipo de garantia.

Para finalizar, uma reflexão em torno da concepção de isonomia. As garantias instrumentalizam as funções. Elas não são feitas para nivelar pessoas. Todos são iguais. Mas como as funções não são as mesmas, algumas funções possuem garantias que outras não possuem justamente para viabilizar a sua projeção na realidade. É por isso que um Parlamentar tem imunidade por suas palavras, opiniões e votos e um membro do Ministério Público não tem essa garantia. Um Parlamentar não é vitalício, por quê? Porque, num regime republicano, o seu poder deve se renovar sistematicamente por meio do voto, mas um membro do Ministério Público tem que ter essa garantia, um membro do Poder Judiciário precisa ter essa garantia.

Então, quando esta Casa refletir sobre a flexibilização da vitaliciedade, ela estará refletindo sobre o próprio Estado de direito que nós queremos ter, porque, se nós desejarmos punir uma minoria quase que insignificante, a partir de uma reestruturação sistêmica que vai inviabilizar o próprio exercício funcional, nós vamos tomar um remédio que talvez seja um veneno, nós vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estar nos suicidando na perspectiva de um Estado democrático de direito que precisa ter equilíbrio entre as suas funções.

Então, exorto os Senadores a refletirem muito sobre isso, sobre a garantia, sobre o que é a vitaliciedade, que nada mais é do que uma garantia que instrumentaliza o exercício funcional.

E por que atribuir ao membro do Ministério Público, à instituição Ministério Público a iniciativa de ajuizar uma ação de perda do cargo de um magistrado? A razão é muito simples. Da mesma forma como o magistrado precisa ter a garantia da vitaliciedade, ele precisa ter a garantia de alguém que vá processá-lo com garantias similares às dele, para que aquele ajuizamento da ação não se transforme em instrumento de perseguição. Então, uma garantia instrumentaliza a outra, e, no final das contas, o que nós temos é a garantia dos direitos fundamentais da coletividade, que é o objetivo de todos nós.

Eu agradeço a atenção, a paciência, e, uma vez mais, parabenizo o Senado pela iniciativa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Emerson, muito obrigado.

Tanto na sua fala quanto na do José Schettino, a gente teve aqui uma remissão histórica, para as pessoas entenderem como é que a gente chegou até aqui. Isso é o trabalho de várias civilizações, da evolução da civilização.

Muito obrigado.

Eu vou aqui deixar para as considerações finais, brevemente, caso alguém, seguindo a mesma ordem, possa fazê-lo, porque a gente vai compor uma próxima mesa em que vai estar um representante da Ajufe ainda. Eu vou até inverter a ordem para que ele fale primeiro, para a gente ter a sequência aqui da magistratura, do Poder Judiciário como um todo.

Procuradores do Ministério Público e Ajufe, os juízes federais, na formação da próxima mesa falando primeiro, junto com as Forças Armadas, General Mourão. Aí é que eu não entendo mais nada porque são regimes completamente diferentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Na realidade, Presidente Portinho e integrantes da mesa, esta PEC, se o Stanislaw Ponte Preta fosse vivo ainda, estaria inserida no *Febeapá*.

É uma realidade isso aí. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não teria melhor. Parabéns.

Vanessa, por favor.

A SRA. VANESSA RIBEIRO MATEUS (Para expor.) – Eu gostaria de fazer uma consideração muito rapidamente.

Primeiro, parabenizo meus colegas de mesa. Eu acho que as falas foram todas complementares. A gente teve um cenário do que efetivamente está sendo discutido aqui, mas eu queria falar dois pontos.

Eu falei que a emenda de redação da Senadora Eliziane acaba com a vitaliciedade, mas não é só a emenda dela. A emenda apresentada pelo Senador Rogério Carvalho também acaba com a vitaliciedade. A reboque de se afastar a aposentadoria compulsória, ele propõe que seja desnecessária a ação judicial.

O que a gente propõe é exatamente o contrário. Se efetivamente é um desejo da sociedade a questão da aposentadoria compulsória, que pelo menos a gente deixe claro que a ação judicial teria que ser proposta pelo Ministério Público, ainda que a gente coloque um prazo para isso.

E há um alerta que eu queria fazer.

Eu estava aqui conversando com o Senador Portinho sobre possibilidades de a gente afastar o magistrado para que ele não receba ou só receba proporcionalmente até que seja julgada a ação.

Eu acho importante que tenha alguma trava nesse sentido, mas o meu colega Thiago até me mandou uma mensagem aqui falando que eu esqueci de falar uma coisa importante. Thiago é o Presidente lá de São Paulo, da associação de São Paulo. Tem uma razão para que essa aposentadoria compulsória seja proporcional. O magistrado não pode exercer nenhuma outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

função enquanto ele ostentar o cargo de magistrado. Então, ele não pode, ele não pode advogar, ele não pode fazer parecer, ele não pode montar uma vendinha para vender alguma coisa. Ele não pode ter nenhuma outra função. Então, se a gente afastar sem vencimentos durante a tramitação da ação e sem a aposentadoria compulsória proporcional, ele não pode ter nenhuma outra atividade para prover a subsistência.

Talvez sejam questões técnicas em cujas soluções a gente precise pensar para serem encontradas.

Agradeço a atenção dos senhores.

Agradeço a sua presença, General Mourão. É muito importante para nós a sua presença aqui. Nosso colega do Rio Grande do Sul está aqui também, o Cristiano Flores, fazendo-lhe uma homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bom.

Tarcísio, José Schettino, Emerson, alguém tem alguma palavra final. Estão todos satisfeitos?

O SR. TARCÍSIO JOSÉ SOUSA BONFIM (Para expor.) – Pois não, Senador.

Mais uma vez, agradeço a V. Exa. a disponibilidade. Isso demonstra a importância do tema e, sobretudo, o compromisso do senhor com a construção de um modelo, de uma solução nessa discussão que é importante não para o Senado, não para a Câmara, não para o Ministério Público, não para a magistratura nem para as Forças Armadas, mas também para a sociedade brasileira.

Cada vez mais, nós precisamos ter a dimensão da importância de fortalecermos as instituições. A institucionalidade está acima das pessoas. A institucionalidade está acima de qualquer integrante de qualquer um dos Poderes e das instituições.

Fica aqui, Senador, o nosso apelo para que defendamos a institucionalidade, defendamos a autonomia, a liberdade, a independência das instituições, porque somente assim nós faremos a entrega a que nos propomos como representantes da sociedade brasileira.

Então, fica, mais uma vez, o nosso abraço, o nosso reconhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Conamp estará sempre à disposição do Senado Federal para contribuir em todas as pautas que são trazidas, tratadas, discutidas nesta Casa, porque nós queremos contribuir com o processo legislativo constitucional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

Eu vou, então, desfazer esta mesa, agradecendo a presença de todos e as contribuições, deixando aqui a Dra. Fran, minha técnica legislativa, à disposição das assessorias que queiram, a partir do que foi debatido aqui, encaminhar alguma proposição, Tarcísio, de emenda ao projeto, porque, como eu disse, a gente vai ter que enfrentar, porque pior é deixar a decisão como o STF a proferiu.

Assim, desfeita a mesa, então, muito obrigado, muito obrigado! (*Pausa.*)

Chamo para compor a mesa, então, o Dr. Régis de Souza Araújo, Juiz Federal, representante da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe). Régis, por favor. (*Pausa.*)

Chamo os nossos representantes das Forças Armadas: Dr. Luiz Gustavo Inácio da Silva, Tenente-Coronel da Secretaria de Economia e Finanças do Exército Brasileiro; Sr. Régis Vinicius Silva Barreto, Coronel-Aviador, representante da Força Aérea Brasileira; Sra. Jerusa Mara Grossi, Capitã de Corveta, representante da Marinha do Brasil.

Só para a gente ter a ordem aqui das falas e só para a gente não perder a sequência, então, do Poder Judiciário, o primeiro a falar gostaria que fosse o Régis Vinicius para trazer a...

Cadê o Régis? (*Pausa.*)

Ah, está aqui. Perdão. São dois Régis agora que eu...

Régis Vinicius, iniciando, com a palavra, para dar sequência às falas do Poder Judiciário, e, na sequência, as Forças Armadas, que é um outro regime jurídico completamente diferente. Ai, meu Deus!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Mourão, o senhor poderia me substituir enquanto eu vou ao toalete um instantinho e já iniciar com o Dr. Régis? Eu estarei assistindo ali da televisão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Dando prosseguimento aqui aos nossos trabalhos e cumprimentando todos os integrantes da mesa, eu passo a palavra ao Dr. Régis de Souza Araújo, Juiz Federal representante da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

O SR. RÉGIS DE SOUZA ARAÚJO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Cumprimento especialmente o Senador Mourão e o Senador Portinho, em nome da Associação dos Juízes Federais do Brasil.

Eu digo que é um espaço extremamente importante de reflexão num tema tão delicado. Eu inicio a minha fala, que será bastante breve, já que praticamente tudo já foi esgotado nas falas anteriores, às quais a Ajufe adere.

É interesse da própria magistratura que os maus juízes sejam identificados e punidos com rigor. E para isso o sistema, o desenho constitucional já existe e foi reiteradamente tratado aqui, em que há um primeiro momento em que se pode, se deve fazer a apuração no âmbito administrativo. E o resultado desse procedimento administrativo mais simples a que se pode chegar...

A penalidade mais grave a que se pode chegar nesse procedimento mais simples é, exatamente, a aposentadoria compulsória. E essa aposentadoria compulsória talvez não tenha um nome muito feliz, mas, como foi dito aqui, é o pagamento de um benefício proporcional ao magistrado que foi afastado, que foi retirado do sistema de justiça. Além disso, há que se considerar, ainda, as recentes mudanças no sistema previdenciário, que colocam que hoje grande parte dos magistrados está vinculada ao Regime Geral de Previdência, ou seja, será um afastamento temporário com um benefício proporcional, com um benefício de natureza previdenciária e proporcional.

E, num segundo momento, vem, então, a propositura da ação judicial, que é essencial para a preservação da vitaliciedade, como já foi dito por todos aqui. A vitaliciedade está prevista desde a Constituição do Império e vem sendo mantida como pilar, como necessária ao próprio cidadão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é garantia de um juiz livre, de um juiz que possa decidir com independência. Então, a gente reforça... A Ajufe reforça esse entendimento de que o ponto central aqui é a garantia da vitaliciedade.

O grande questionamento é: como punir com firmeza os maus juízes sem amedrontar os bons juízes? Porque são os bons juízes, esses que são a maioria – inclusive, foi apontado aqui a todo instante –, cujas punições chegam a 0,7%... Os bons juízes, que estão distribuídos no Brasil inteiro, prestando jurisdição, enfrentando pressão dia após dia, precisam dessa garantia, da garantia da vitaliciedade que só pode ser rompida com um processo judicial em que se garanta a ampla defesa, o contraditório, em que haja uma oportunidade plena de demonstração de como aconteceram os fatos, até que se chegue, realmente, à manutenção ou não do total desligamento da atividade jurisdicional.

É importante isso para que a gente tenha o cuidado de separar... Tem a parábola do joio e do trigo: para que a gente consiga separar o joio do trigo de maneira responsável. Por quê? Porque a ânsia de punir pode causar um efeito exatamente contrário ao que se busca, que é: sem a observância de um modelo constitucional previamente desenhado, pode-se produzir a insegurança dos juízes, e um juiz inseguro deixa de decidir com independência – isso que foi colocado aqui a todo instante, e a Ajufe reitera as colocações dos colegas que antecederam, exatamente no sentido de se garantir a vitaliciedade como patrimônio da sociedade.

Então, com essas breves palavras, eu queria agradecer, mais uma vez, a oportunidade de manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Dr. Régis, agradeço as palavras de V. Exa., indo no caminho de todos aqueles que o antecederam, em relação a essa questão da vitaliciedade, que essa PEC atenta contra algo que foi muito bem explicado, que concede, efetivamente, a independência à magistratura, ao Ministério Público, para que eles possam realizar o seu trabalho livre de pressões num mundo onde as pressões são cada vez maiores.

Nós vamos passar agora para a segunda etapa desta nossa reunião, desta nossa audiência pública, em que o assunto muda do alfinete para o foguete. Então, quando eu referi anteriormente que a PEC, se o saudoso Stanislaw Ponte Preta fosse vivo, estaria inserida num livro que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamava *Febeapá: festival de besteira que assola o país*... Essa PEC estaria dentro porque ela mistura essa questão da aposentadoria compulsória da magistratura com o instituto da chamada morte ficta, que abrange não só os militares das Forças Armadas como também militares das forças auxiliares.

E aqui eu quero, antes de passar a palavra aos representantes das Forças Armadas, que vão, obviamente, colocar todas as questões técnicas envolvidas dentro do conhecimento que todos possuem, colocar a minha visão de alguém, que passou 46 anos da sua vida dentro do Exército Brasileiro e que, além disso, é filho de militar. Isso significa o quê? Eu vivi a minha vida toda dentro dessa instituição.

Então, é importante que se entenda o que vem a ser essa questão da morte ficta. O militar, quando condenado por um tribunal de honra à perda do posto ou patente, é considerado como falecido para a instituição armada, porque essa questão da honra militar é algo muito sério. Então, ele é considerado indigno, seja para ser um oficial, seja para ser um praça das Forças Armadas, e é considerado como falecido. Agora, esse militar tem uma família para a qual ele descontou uma pensão ao longo de todo o período em que esteve na ativa, e essa família, então, passa a receber aquele recurso. O militar, completamente diferente da questão que a gente estava discutindo aqui a respeito da magistratura, não recebe mais nada e, se ele estiver brigado com a família, vai ficar na rua da amargura, mas a família do militar essa estará amparada e protegida. Esse é o ponto focal dessa questão da morte ficta.

E essa PEC que o então Senador Flávio Dino deixou aqui com uma bomba-relógio dentro do Senado Federal simplesmente extingue esse instituto. E aí um raciocínio bem raso aqui: no mínimo, é apropriação indébita. Vamos colocar que alguém que descontou durante 30 anos, para que a sua família tivesse uma proteção, é condenado à perda de posto e patente... Aqui é importante destacar o seguinte: ele pode ser condenado por um tribunal de honra independentemente de ter sido condenado por um crime militar ou crime civil. Por exemplo, aquele militar que vem ao longo da carreira com uma conduta que é inconveniente poderá ser submetido ao tribunal de honra e por ele condenado, e, consequentemente, ele perde seu posto e sua patente. Então, são figuras totalmente distintas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tendo feito aqui esse preâmbulo, eu vou passar a palavra aos representantes das Forças Armadas. Eu poderia seguir a ordem de antiguidade das Forças, mas, como eu prezo a antiguidade, vou seguir a ordem de antiguidade dos presentes, iniciando pelo Coronel Régis Vinicius Silva Barreto, representante da Força Aérea Brasileira, que, obviamente, é o mais antigo aqui presente.

O SR. RÉGIS VINICIUS SILVA BARRETO (Para expor.) – Sr. Presidente, Senador Hamilton Mourão, o qual muito nos honra com a deferência, na pessoa do qual, eu cumprimento todas as outras autoridades presentes e pessoas que acompanham esta audiência pública, a nossa primeira projeção, Sr. Presidente, já vem no sentido de destacar a nossa especial deferência das Forças Armadas para com o trabalho do Congresso e, claro, nesta ocasião, do Senado Federal.

Obviamente não poderíamos nos furtar de esclarecer que, no que tange à Força Aérea Brasileira e às demais Forças, mas, no meu caso, aqui representando a FAB, como instituição de Estado calcada, formatada, fundada nas balizas da hierarquia e disciplina, nós não coadunamos, não toleramos desvios de conduta, como o Senador Mourão já bem colocou, e, por conta disso, apoiamos, sim, todo e qualquer debate que venha suscitar o aprimoramento, o fortalecimento da moralidade pública.

Todavia, há que serem colocados alguns apontamentos das peculiaridades da carreira militar.

Por gentileza, o próximo.

Nesse sentido, o Senador Mourão já colocou mais um ponto de destaque, que não podemos nos olvidar de convidá-los também à reflexão, que é a mobilidade permanente do militar. Isso impõe não só ao militar, mas às famílias determinadas circunstâncias que fazem com que o provedor da família, muitas das vezes, não esteja presente em momentos singulares da vida pessoal. Então, eu digo aqui: nascimento de filhos; por vezes a internação de um parente; o falecimento de entes queridos; a residência em locais inóspitos, às vezes com comprometimento de segurança e com insalubridade; disponibilidade de hospitais, às vezes também para tratamentos específicos da própria família; disponibilidade de escolas nas quais os militares gostariam de colocar os seus filhos; e, obviamente, o emprego armado, que faz com que todos nós, militares, tenhamos uma margem mínima de tolerância – eu diria, talvez, zero de tolerância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

–, porque o efeito colateral, quando a gente está se referindo, remetendo ao emprego armado, o efeito colateral é a própria sociedade.

Nesse sentido – por gentileza, o próximo –, não esgotando o assunto, mas aproveitando já o ensejo que o Senador Mourão nos propiciou, faz-se necessária uma abordagem dúbia, ou em dois prismas, sobre a morte ficta. Enquanto sanção que pode levar... E aí, sim, ela remete, ela é totalmente vocacionada àquilo que a gente chama de perda do posto ou patente por indignidade ou incompatibilidade com o oficialato. Nesse ponto, não há que ser cogitada a possibilidade de benefício para o militar, porque ele já perde tudo. O Senador Mourão nos ajudou, antecipou, e é fato: se o militar não tiver beneficiário que possa receber essa pensão, ele literalmente fica sem nada; e, de outro lado, o recolhimento de natureza previdenciária e humanitária, que é proporcional ao tempo de serviço. Um entendimento equivocado por vezes é de que há uma integralidade. Não, é proporcional ao tempo de serviço, o beneficiário receber, a percepção é proporcional, e essa contribuição é permanente e obrigatória. Então, o militar contribui durante toda a vida, e o beneficiário também continua contribuindo. Visa à proteção das famílias – mais uma vez reitero, uma natureza humanitária. Não deve... E aí é o entendimento da Força Aérea, e acredito que das demais Forças: não deve passar da pessoa do condenado. Aqui nós temos uma referência direta ao art. 5º, inciso XLV da Constituição Federal. Mais uma vez, uma diferença ou um ponto a que cabe esclarecimento: o fantasma da morte ficta enquanto sanção para o militar o acompanha durante toda a vida. Não se deve confundir com um gatilho para auferir ganhos, salário ou provimentos e uma eventual aposentadoria.

O que acontece é que o militar pode ter lá os seus 90 anos, como também – agradecendo ao Senador Mourão – se ele for enquadrado, por exemplo, no art. 2º da Lei 5.836, de 1972, da qual eu poderia trazer aqui alguns pontos a serem refletidos... Mas existe lá a conduta irregular. O que é conduta irregular? Altamente subjetivo: "ato que afete a honra pessoal, o pundonor militar ou o decoro da classe" – basta uma mensagem de WhatsApp –; ter procedido inadequadamente no desempenho do cargo; pertencer a partido político que ameace a segurança nacional. Tudo isso, naquele espectro de um tribunal de honra – o Senador Mourão já nos propiciou essa análise –, pode levar o militar à perda do posto de patente.

Por que eu coloco que é um fantasma que acompanha o militar durante toda a vida e não pode servir de raciocínio como se fosse um gatilho para um eventual ganho em aposentadoria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque mesmo o nosso velhinho, lá na frente, se houver uma interpretação nesse sentido, vai sofrer um conselho de justificação, vai perder tudo. Se ele não tiver beneficiário, ele vai ficar sem nada. E aí questionamos se todo aquele recolhimento durante toda a vida não ensejaria enriquecimento ilícito, enriquecimento sem causa ou algum outro tipo de enquadramento que a gente poderia refletir aqui neste momento.

Por gentileza, o próximo.

Nessa linha de raciocínio, tem que ser registrado que a Lei 13.954, de 2019, que tratou da reestruturação da carreira dos militares, em 2019, já pontuou, de maneira clara, no seu art. 20, que: "O oficial da ativa, da reserva remunerada ou reformado, contribuinte obrigatório [não é facultativo, não é opcional; é obrigatório] da pensão militar, que perder posto e patente deixará aos seus beneficiários [não a ele, então acho que aqui fica bem claro] a pensão militar correspondente [...] [e] com valor proporcional ao tempo de serviço".

Próximo, por favor.

E aí poderíamos perguntar: haverá prejuízo para a carreira, se acaso houver uma decisão, se acaso houver uma deliberação, conforme está proposto inicialmente? Certamente que sim. Peço aos senhores, rogo aos senhores, a todas as autoridades, em especial aos Srs. Senadores, que pensem na abnegação que o militar tem que ter, o desprendimento, em tudo aquilo a que ele se sujeita para a carreira militar em um serviço incondicional à nação, no sentido de epidemias, calamidades, necessidade de segurança, e eventualmente um emprego armado. É uma carreira que certamente é opção pela dignidade, é uma carreira em que, quando a gente entra, a gente já sabe que não vai ficar rico, mas é uma carreira que... Mais uma vez, senhores, eu digo que, se essa dignidade permear, ameaçar a dignidade da família, eu tenho um arroubo em dizer para os senhores: será que nós teremos o mesmo nível...

Próximo, por favor.

... o mesmo nível de capacidade física, psicológica, psicomotora e intelectual que os certames – os nossos concursos – hoje demandam com tanta necessidade? Porque, obviamente, eu não tenho como pegar na prateleira um piloto de Gripen que saiu... Por isso eu pontuei lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

embaixo: as decisões recentes contribuirão para que os jovens mensurem o interesse pela carreira – não só o interesse pela entrada, mas pela permanência.

As mensagens estão na mídia, os senhores poderão verificar com facilidade: quando a gente tem um piloto de Gripen que sai, eu não tenho como pegar na prateleira e colocar um lá. E não tenho por um simples motivo: ele é doutrinado, ele é arquitetado, ele é formatado para o emprego armado. Não dá para eu pegar um piloto civil, de última hora, e colocar lá, assim como não dá para pegar um comandante de um submarino e não dá para pegar um militar do Exército altamente especializado no emprego da tropa terrestre.

Então, fazendo uma reflexão, e eu aproveito aqui as palavras do insigne Prof. Canotilho, grande constitucionalista português, que auxiliou na nossa Constituição de 1988...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RÉGIS VINICIUS SILVA BARRETO – ... e fazendo um paralelo, um adaptado da minha parte, o professor diz o seguinte: a segurança jurídica desdobra-se na proteção da confiança, de modo a evitar que o Estado frustre expectativas legitimamente fundadas em sua própria atuação. Sabemos, sim, que a nossa profissão é estatutária, e a profissão estatutária pode ter algumas alterações no transcurso dessa carreira, mas questiono também, como bem pontuou o Prof. Canotilho, se essas mudanças podem ou devem ser abruptas a ponto de quebrar a confiança no próprio Estado, confiança legítima, mencionada por ele, ou até a segurança legítima a ponto de o jovem mensurar a sua entrada ou permanência nas Forças Armadas.

E aí, para finalizar, eu digo o seguinte: as Forças Armadas funcionam como uma espécie de seguro. Todos nós pagamos o seguro dos nossos automóveis, não temos a intenção de utilizar, mas, se naquele momento da utilização o contrato for frágil, o contrato for fraco, for diminuto, ali não vai ter como resolver. É esse ponto que eu trago aos senhores, eu peço que os senhores reflitam se, na hora em que efetivamente necessitarmos das Forças Armadas, com esses direitos que vão se perdendo, a gente não estará contribuindo para que o jovem repense a sua entrada e sua permanência.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Coronel Régis a sua exposição.

Passo a palavra ao Tenente-Coronel Luiz Gustavo Inácio da Silva, que é membro da Secretaria de Economia e Finanças do Exército Brasileiro. Dez minutos, Luiz Gustavo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Posso? Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, prossiga.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É que eu tenho uma pergunta justamente dirigida ao nosso Coronel Régis Vinicius. Posso fazê-la agora?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Afirmativo. O senhor é o dono da audiência.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Estou só aqui...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está muito bem presidida.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Estamos aqui em um debate flamenguista quase, né? (*Risos.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Sr. Régis, considerando que o Supremo Tribunal Federal já enfrentou a matéria ao reconhecer a constitucionalidade da concessão de pensão aos dependentes de militares excluídos ou licenciados, conforme se verifica no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.507 e do Recurso Extraordinário nº 610.290, pergunto a V. Sa. se, na avaliação institucional da Força Aérea Brasileira, a eventual alteração constitucional, proposta pela PEC em debate, poderia gerar algum grau de insegurança jurídica no sistema de proteção social dos militares. Mais especificamente: considerando que a jurisprudência da Corte Constitucional tem destacado o caráter previdenciário da pensão militar e a proteção social destinada aos dependentes, que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podem ser automaticamente penalizados por sanções disciplinares aplicadas ao instituidor do benefício, indaga-se se a mudança constitucional poderia afetar expectativas jurídicas já consolidadas ou suscitar controvérsias interpretativas quanto à preservação desses direitos em matéria inclusive já superada pelo próprio STF.

O SR. RÉGIS VINICIUS SILVA BARRETO (Para expor.) – Com a autorização do Sr. Presidente, Exmo. Senador Carlos Portinho, agradeço muito a oportunidade de responder neste tema.

É claro que, como bom militar que tento ser, eu me ative ao tempo que nos foi disponibilizado, mas o senhor me deu uma ótima oportunidade de abordar aqui trechos – entre os vários documentos que eu tenho e que trouxe para eventuais debates – da ADI 4.507, em que teríamos aqui vários pontos a serem elencados, mas eu vou me ater a um voto de um dos Ministros do STF, que diz o seguinte: "Não se trata de benefício gratuito concedido aos dependentes do militar, porém, de uma contraprestação às contribuições previdenciárias por ele pagas durante o período objetivamente trabalhado. Dessa forma, sua exclusão da corporação não pode repercutir nos benefícios previdenciários para os quais efetivamente contribuiu. Entender de forma diversa seria placitar verdadeiro enriquecimento ilícito da administração pública".

Então, agradeço muito a oportunidade, mas, como o senhor já bem colocou e nos ajudou, já foi decidido pelo Supremo. Inovar neste momento, a nosso sentir, é trazer fragilidade para toda uma estrutura que está funcionando, que já foi submetida à revisão por ocasião da 13.954, de 2019.

Como forma de reforçar isso daí, eu reitero, ratifico, a previsão do art. 226 da Constituição, onde tem que a família é a base da sociedade, e, mais uma vez o art. 5º, inciso XLV, que a pena não deve transpassar, não deve alcançar outras pessoas que não sejam efetivamente o condenado.

Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Tenente-Coronel Luiz Gustavo, com a palavra.

O SR. LUIZ GUSTAVO INÁCIO DA SILVA (Para expor.) – Bom dia a todos! Bom dia, Senador General Mourão, Senador Carlos Portinho, Presidente, obrigado pela oportunidade de participar desta audiência.

O Coronel acabou já quase que esgotando toda a parte técnica, mas gostaria de fazer uma apresentação bem breve, trazendo aqui alguns conceitos relacionados ao tema que podem ajudar na fundamentação da discussão no âmbito da PEC, exclusivamente no que se relaciona aos militares das Forças Armadas.

O primeiro conceito que eu gostaria de trazer é que o militar não se aposenta. O militar, após cumprir os requisitos mínimos de tempo de serviço, nos termos da lei que rege o Estatuto dos Militares, passa a ingressar na inatividade e, nessa condição, ele permanece vinculado à sua instituição, permanece vinculado à Força, sujeito a todo o ordenamento jurídico vigente, principalmente no que diz respeito às questões disciplinares. Então, na condição de inativo ele pode, inclusive, ser reconvocado, nos termos do art. 96 do Estatuto dos Militares, em situações mais extremas, que seriam ali o estado de guerra, o estado de sítio, o estado de defesa, e em quaisquer outras mobilizações que o país julgar necessário. Então, se o militar não se aposenta, mas passa a integrar uma inatividade sem perder o vínculo com a instituição, fica claro que ele também não contribui para a aposentadoria. O militar contribui para a pensão militar, como já foi dito, desde o momento em que ele ingressa na carreira até o seu falecimento. Isso, então, é para constituir uma pensão para deixar aos seus beneficiários, caso o militar venha a faltar.

Então, trazendo um gancho aqui, após essa breve introdução, para o que propõe a PEC, no caso dos militares das Forças Armadas, a vedação da transferência do militar para a inatividade como uma sanção pelo cometimento de infração disciplinar, não se verifica no âmbito das Forças Armadas.

Pode passar, por gentileza.

No caso de oficial que cometa uma infração disciplinar que venha a resultar na perda de seu posto patente, ele será demitido *ex officio* da instituição, sem qualquer direito, ele perde todas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as prerrogativas inerentes à sua condição de militar, incluindo, obviamente, a sua remuneração ou qualquer indenização.

Da mesma forma, a praça, excluída a bem da disciplina, também não terá qualquer direito à remuneração ou indenização. E aqui, se o militar estiver na ativa ou na inatividade, pode ocorrer a mesma situação. Mesmo na inatividade, o militar pode – pode voltar por gentileza. Acho que... isso, o.k., obrigado –, se vier a ser condenado com a perda do posto e patente, perder todas as prerrogativas e a sua remuneração.

Então, se o militar não tiver dependentes, não há que se falar mais em pensão por morte ficta. Evidentemente, se os dependentes não receberão essa pensão, muito menos o próprio militar, que terá sua remuneração extinguida e irá cumprir a pena que lhe for imposta pela Justiça.

Por favor, pode passar.

No entanto, o oficial da ativa ou mesmo da inatividade – que é um contribuinte obrigatório da pensão militar – que perder o seu posto ou patente deixará uma pensão para o seu beneficiário. Como já foi dito aqui, essa pensão não é um benefício gratuito, é decorrente de contribuições mensais que o militar executou durante todo o período em que ele esteve vinculado à sua Força. E destaco mais uma vez também que o benefício da pensão é proporcional ao tempo de contribuição. Isso, inclusive, foi uma alteração introduzida recentemente, durante o processo de reestruturação do Sistema de Proteção Social com a Lei 13.954.

Da mesma forma, a praça que foi contribuinte da pensão militar e contar com mais dez anos de serviço também poderá deixar pensão aos seus beneficiários da pensão militar.

O próximo, por favor.

Então, aqui fica claro que esse benefício não é para o militar que venha a perder posto e patente; é um benefício que será destinado aos seus beneficiários de pensão.

A Comandante Jerusa vai detalhar um pouco mais esse aspecto, mas eu gostaria de destacar aqui um aspecto relevante: o cônjuge do militar dificilmente consegue exercer uma atividade profissional que resulte numa adequada remuneração. Não é por uma opção, é por conta das peculiaridades realmente da carreira, que impedem que esse cônjuge se fixe numa localidade e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exerça adequadamente sua profissão. Ele sequer, arrisco dizer, conseguirá realizar as contribuições mínimas para gerar uma própria aposentadoria. Então, o cônjuge torna-se totalmente dependente dessa remuneração do militar, não por uma vontade própria, mas por imposições que a própria carreira do militar traz para todo o seio familiar.

Então, a gente entende que o cancelamento desse benefício da pensão por morte, além de deixar toda a família do militar desassistida, vai de encontro ao que está previsto no inciso XLV do art. 5º da Constituição, conforme já dito pelo Coronel Régis, em que nenhuma pena poderá passar da pessoa do condenado.

O próximo, por favor.

E apenas contextualizando, aqui, no âmbito do Exército, no acumulado até 31 de dezembro de 2025, foram instituídas 298 pensões dessa natureza. Se nós observarmos ali no que está destacado em amarelo, quase 80% dessas pensões foram destinadas a beneficiários de militares com a menor faixa salarial no âmbito da instituição. Se uma medida como essa prosperasse, seria mais impactante ainda para esse universo.

O próximo, por favor.

Finalizando, fazendo um recorte dos últimos dez anos, a gente verifica que a incidência desse tipo de pensão é muito baixa. Apenas em 2022, quando houve o maior número de pensões dessa natureza – nós tivemos 14 pensões –, isso representa menos de 0,03% de todo o efetivo profissional da Força. Então, a ideia que se poderia levantar de que o pagamento da pensão por morte ficta poderia gerar algum benefício para o militar que venha a perder posto ou patente não prospera; se isso fosse uma realidade, certamente nós teríamos números muito mais significativos do que esses que estão expostos no gráfico.

Então, Sr. Presidente General Mourão, Senador, era isso que eu tinha para apresentar, dentro do tempo que me foi destinado. Agradeço mais uma vez o convite e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Tenente-Coronel Luiz Gustavo. Importantes os números apresentados, ele apresentou os números do Exército, o Exército tem aproximadamente 220 mil militares na ativa, você colocou um número aí de 298 que foram submetidos a conselhos e considerados indignos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou seja, um percentual ínfimo quando levarmos em consideração a quantidade de recursos, mas não é isso que nós estamos aqui analisando e, para isso, vou passar a palavra à Capitã de Corveta Jerusa Mara Grossi, que representa a nossa Marinha do Brasil, e aí, Comandante Jerusa, a senhora complementa tudo aquilo que foi apresentado pelos seus companheiros de Forças.

A SRA. JERUSA MARA GROSSI (Para expor.) – Bom dia a todos, Sr. Senador Hamilton Morão, saúdo todos os presentes e agradeço a oportunidade conferida às Forças Armadas de se manifestarem em um tema tão importante para a caserna.

Para atender o objetivo, nós vamos seguir o seguinte roteiro: propósito, contextualização, jurisprudência e conclusão. Nosso objetivo, nosso propósito é apresentar o principal impacto que a aprovação da PEC trará para o regime jurídico peculiar a que estão submetidos os militares e seus familiares. Como é de conhecimento de todos, as Forças Armadas, os militares têm uma carreira peculiar, sendo designados para missões em condições extremas, ausência constante da família, transferências compulsórias e um sistema de movimentação geográfica permanente para localidades muitas das vezes inóspitas. Isso impossibilita ou dificulta muito a inserção no mercado de trabalho de seu cônjuge, bem como causa até impacto às vezes na vida dos nossos filhos, que não têm as mesmas oportunidades de estudar em colégios melhores e a quebra de vínculo afetivo.

Próximo, por favor.

Bem, em virtude das nossas peculiaridades, nós temos um sistema de proteção social que visa amparar os militares e seus familiares. Decorrente desse sistema de proteção social, nós temos a pensão concedida aos dependentes dos militares excluídos das Forças Armadas, cuja natureza jurídica é assistencial, decorre do princípio da dignidade humana, que, mais que um princípio, é um fundamento da República Federativa do Brasil, previsto no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal, ou seja, é um pilar de sustentação do Estado democrático de direito. Sendo assim, estender a penalização à família, que não praticou ato ilícito, viola outro princípio constitucional que é o da individualização da pena.

Corroborando tal entendimento, em decisão recente da Suprema Corte, nós temos a ação declaratória de inconstitucionalidade, já citada pelo Senador Carlos Portinho, em que foi decidido pelo STF, que é o intérprete da nossa Constituição, que a concessão da pensão aos dependentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos militares das Forças Armadas não viola a Constituição e, também, não significa nenhum privilégio ou favor legal ao militar.

Por favor.

Diante do exposto, a Marinha do Brasil entende que haverá a supressão indevida de um instituto jurídico essencial à proteção social da família militar.

Só complementando a fala...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Está no seu tempo ainda.

A SRA. JERUSA MARA GROSSI – ... é importante destacar o seguinte: nós militares, mesmo na reserva ou reformados, ainda estamos sujeitos a nos submeter a conselho de justificação ou a conselho de disciplina e a ser excluídos das Forças Armadas. Então, o senhor imagine um cônjuge que não teve a possibilidade, em virtude da dedicação extrema da família, com 76 anos, 80 anos, ficar sem o sustento. Então, é muito importante. A família é o nosso porto seguro.

Complementando a fala do Coronel Régis, é importante também destacar que nós militares, quando ingressamos na carreira militar, abdicamos de diversos direitos, mas nós temos a segurança de que, se, na intercorrência da minha carreira, acontecer algum percalço, nossa família vai ter a dignidade mantida. Retirar esse benefício poderá impactar significativamente a capacitação de pessoal.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço à Comandante Jerusa.

Senador Portinho, então fica muito claro o total desvio daquilo que é a finalidade do instituto de pensão militar, que está colocado nessa PEC; e os representantes, aqui, das Forças mostraram as vicissitudes que vive a família militar pelas constantes transferências a que são submetidas, o que leva, diferentemente da família de um servidor civil, que está fixo num lugar e onde a esposa tem condições de ter uma atividade, essa família a ter um outro tipo de desenvolvimento. Os próprios filhos têm que estudar em diferentes colégios ao longo da sua vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa supressão, principalmente, atenta contra direito constitucional muito claro. O condenado... A condenação dele não pode passar para a família. E o que me chama a atenção é que isso vem de um colega nosso de esquerda, que é o grande defensor dos bandidos, o grande defensor dos apenados, o grande defensor de que o cara que está na cadeia, a família tem que ter um... E, aqui, ele quer suprimir isso da família militar.

Mas eu acho que a gente sabe quem ele quer atingir no fundo, com essa proposta dele. E eu espero que aqui, dentro do Senado Federal, a gente jogue isso aí na lata de lixo, porque não tem condições de prosperar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Senador Mourão, se me permite, são regimes completamente diferentes.

Trazer a questão dos militares para dentro desta discussão, que diz respeito, em princípio, ao Poder Judiciário, certamente tem algum outro interesse. O jabuti não subiu na árvore, porque alguém botou ele lá. É lógico que isso é para acertar um alvo específico; é mais uma medida de perseguição política, que acaba resvalando sobre as nossas Forças Armadas, que eu quero aqui mais uma vez manifestar, é o nosso bastião da segurança do país, do nosso território.

Eu tenho certeza, Mourão, que com o seu apoio a gente vai avançar na PEC 55, que garante previsibilidade orçamentária. O Brasil precisa entender que sem território, não há país. Se a gente defende que tenha recurso para educação, para saúde, deve lembrar que sem território, sem país, sem nação, não tem educação, não tem saúde, não tem governo. E quem garante isso, a proteção do nosso território, da nossa nação, são as Forças Armadas.

E, mais uma vez, o Governo de esquerda sabota, surpreende com um projeto que não tem nada a ver com a discussão original. O militar aqui nesse projeto de lei é completamente estranho, seus regimes jurídicos são completamente distintos; a magistratura, os órgãos do Poder Judiciário têm regimes próprios. E quando eu vejo aqui a incidência dos casos – em dez anos, dez casos –, eu me pergunto se há relevância para a discussão desse projeto de lei no que toca às Forças Armadas, a não ser que haja um alvo específico, e aí fere o princípio administrativo, porque fica parecendo personalíssimo esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou lutar para tirar, já me adianto aqui. A gente pode discutir a questão do Poder Judiciário, até porque tem que discutir a necessidade de o Ministério Público estar à frente, a questão procedimental das instâncias, do duplo grau, a não concentração de poder no STF. Temos que discutir se os Ministros do STF também vão se submeter, porque exercem a magistratura como os seus colegas de instâncias inferiores.

Podemos discutir tudo isso e aperfeiçoar o projeto de lei, mas temos que excluir desse projeto as Forças Armadas, porque o seu regime é completamente diferente e tem outras questões, inclusive, que o próprio STF já decidiu e que estariam, por efeito colateral, sendo derrubadas por uma decisão que não encarou, por exemplo, esse precedente da própria Corte.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – V. Exa. citou aí a questão dos Ministros do STF, eu quero lembrar que, nas Forças Armadas, os oficiais generais também são submetidos ao Tribunal de Honra, então serve para todo mundo, do alfinete ao foguete.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aliás, isso é importante para a justificativa, ainda que a gente tire do regime, mostrar que... Se há alguma semelhança, que seja essa.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É, que seja essa.

V. Exa. deseja fazer o encerramento da sessão?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não. (*Fora do microfone.*) A segunda etapa foi tão bem conduzida, eu estou aqui só para bater palmas.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito bem, então eu agradeço aqui, mais uma vez, a presença dos integrantes das Forças Armadas, também do Dr. Régis de Souza Araújo, Juiz Federal, que acompanhou essa nossa parte do debate.

E nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e trinta minutos do dia oito de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Jayme Campos, Alessandro Vieira, Alan Rick, Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Plínio Valério, Efraim Filho, Eliziane Gama, Cid Gomes, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Weverton, Jaques Wagner, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Wilder Morais, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Rodrigo Pacheco e Camilo Santana. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da segunda reunião extraordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Ofício "S" n° 16, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MARCIO BARRA LIMA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Federal." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedido vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Ofício "S" n° 17, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ILAN PRESSER, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2026/2028." **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad hoc:*** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedido vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Ofício "S" n° 18, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, a indicação da Senhora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ANDRÉA CUNHA ESMERALDO, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Superior Tribunal de Justiça." **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad hoc*:** Senador Weverton **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedido vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Ofício "S" nº 19, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, a indicação do Senhor CARL OLAV SMITH, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Superior Tribunal de Justiça." **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedido vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Ofício "S" nº 1, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, a indicação da Senhora KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho." **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad hoc*:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedido vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 6 - Ofício "S" nº 2, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VIII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor Paulo Regis Machado Botelho, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ." **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad hoc*:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedido vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 7 - Ofício "S" nº 3, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso IX, da Constituição Federal, a indicação da Senhora Noemia Aparecida Garcia Porto, Juíza Titular da 3ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ." **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedido vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 42, 93, 128 e 142 da Constituição Federal, para vedar o uso da aposentadoria como sanção quando do cometimento de infração disciplinar." **Autoria:** Senador Flávio Dino (PSB/MA) e outros. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável à Proposta com três Emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parecer favorável à Proposta, e parcialmente às Emendas nºs 4, 5 e 7, na forma da Subemenda nº 1-CCJ, com a Emenda nº 3-CCJ e 9-CCJ (esta de redação), com os ajustes redacionais propostos; rejeitada a Emenda nº 6, e prejudicadas as Emendas nºs 2 e 8. **Observação:** - Foi apresentado o Requerimento nº 8-CCJ, de 2026, de autoria do Senador Carlos Portinho, de destaque para votação em separado da Emenda nº 3. Votam vencidos para a Emenda nº 3, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Fabiano Contarato. **ITEM 9 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 3220, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências sobre o direito de utilização e compartilhamento de postes, dutos, condutos ou servidão pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias de energia elétrica ou prestadoras de outros serviços de interesse público." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 2 e 3, na forma do Substitutivo que apresenta, restando prejudicada a Emenda nº 1- CI. **Resultado:** Aprovado, em turno suplementar, o Substitutivo oferecido ao PL 3220/2019 e a Emenda nº 5-S-CCJ. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2511, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera os limites da Reserva Biológica de Santa Isabel em Sergipe." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 421, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aumentar o prazo decadencial do direito de queixa ou de representação quando se tratar de crime praticado no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 2239, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1, 2 e 4 da CDH, e contrário à Emenda nº 6-CDH, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Proposta de Emenda à Constituição n° 11, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Constituição Federal para dispor sobre o atendimento ininterrupto das Defensorias Públicas para temas de saúde." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE) e outros. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável à Proposta nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 3528, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Estabelece sistemática de quitação de dívidas no cheque especial, cartão de crédito rotativo ou parcelado e no crédito ao consumidor sem garantia real e sem consignação em folha, em favor de famílias de baixa renda." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao Projeto, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 901, de 2024 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a prioridade e a gratuidade no atendimento às pessoas em situação de rua em serviços de emissão de documentos pessoais." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 1126, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre os Agentes de Vigilância Sanitária, os Agentes Indígenas de Saúde e os Agentes Indígenas de Saneamento." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - Projeto de Lei n° 2664, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera os arts. 213 e 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tornar imprescritível o crime de estupro." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF) e outros. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - Proposta de Emenda à Constituição n° 19, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o § 12 do art. 198 da Constituição Federal, para determinar que o piso salarial dos enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e das parteiras refere-se a uma jornada máxima de trabalho de trinta horas semanais." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (PSD/MA) e outros. **Tramita em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição n° 21, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a redação do §12 e §13 do art. 198 da Constituição Federal para estabelecer valor mínimo aos pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA) e outros. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável à PEC nº 19/2024, com duas emendas que apresenta (sendo uma de redação), e contrário à PEC nº 21/2023. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à PEC nº 19/2024, com as Emendas nºS 2-CCJ e 3-CCJ, contrário à Emenda nº 1; e contrário à PEC nº 21/2023. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 9-CCJ, de 2026, de calendário especial para a matéria, de autoria do Senador Weverton. **ITEM 19 - Projeto de Lei n°**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4534, de 2021 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o Capítulo I-B ao Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de condicionamento de dever de ofício à prestação de ato sexual." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - Proposta de Emenda à Constituição n° 67, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o § 7º ao art. 220 da Constituição Federal para dispor sobre a proteção da liberdade de imprensa." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN) e outros. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Favorável à Proposta e contrário às Emendas nºs 1 e 2. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta, e contrário às Emendas nºs 1 e 2. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 8, de 2026** que: "Requer destaque da Emenda 3 à PEC 3 de 2024" **Autoria:** Líder do PL Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 9, de 2026** que: "Requer Calendário Especial para a Proposta de Emenda à Constituição n° 19, de 2024, tendo como primeira signatária a Senadora Eliziane Gama, que "Altera o § 12 do art. 198 da Constituição Federal, para determinar que o piso salarial dos enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e das parteiras refere-se a uma jornada máxima de trabalho de trinta horas semanais.", a fim de que a matéria seja apreciada com urgência." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número legal, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa e a leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião, Extraordinária.

Os Srs. Senadores e Senadoras e aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, aprovada.

A ata aprovada será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de 19 itens.

O primeiro item... (*Pausa.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Pela ordem.) – É só pedir para retirar o item 14, que é de minha relatoria, da pauta e, no momento oportuno, eu já devolvo para a Secretaria da Mesa para a gente pautar novamente.

O item 15, assim que V. Exa. achar que seja possível, eu lhe peço para priorizar, porque ele é um projeto simples. Não vai precisar nem ler texto, ele é praticamente aqui votação simbólica. Então... é da Senadora Ana Paula.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Algum Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Presidente, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Nenhum óbice à solicitação, mas só queria lembrar que o item 9 está cumprindo um preceito regimental e consta da pauta, para deliberação, para confirmar, para ratificar o que já aconteceu há duas semanas, de forma que eu pediria que fosse o próximo item, subsequente ao que foi solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Bom, eu vou cumprir, inicialmente, a leitura dos ofícios dos indicados para as diversas áreas.

E o primeiro item é do Senador Carlos Portinho, o Ofício nº 16, de 2025.

ITEM 1

OFÍCIO "S" Nº 16, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MARCIO BARRA LIMA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Federal.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura de relatório da indicação, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posso começar o relatório, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Claro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

Bom dia a todos os colegas.

Vem ao exame desta Comissão o Ofício nº 16, de 2025, da Procuradoria-Geral da República, com a indicação do Sr. Márcio Barra Lima para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga destinada ao Ministério Público, nos termos do *caput* do inciso II do art. 130-A da Constituição.

Conforme o art. 130-A da Constituição Federal, compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros. O mesmo artigo determina sua composição em 14 membros, nomeados pelo Presidente da República; entre eles, quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma das suas carreiras.

Nos termos regimentais, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania proceder à sabatina dos indicados. Em obediência ao disposto no art. 383, I, do nosso Regimento do Senado Federal, como no art. 5º, I, da Resolução 7, do Senado, de 27 de abril de 2025, o Sr. Márcio Barra Lima encaminhou seu *curriculum vitae* e o recebi; inclusive, já o conhecia pela sua atuação como membro do Ministério Público. Sintetizo a seguir o seu currículo.

O indicado é graduado em Direito na Universidade Estadual do Rio de Janeiro – meu estado – e concluiu, em 2006, Mestrado em Direito na mesma instituição, com dissertação intitulada Análise Teórica e Crítica do Acordo de Delação Premiada no Direito Processual Brasileiro.

No que se refere à sua atuação profissional, Barra Lima iniciou sua carreira no serviço público como Promotor de Justiça de Minas Gerais, 2001 e 2002. Posteriormente, exerceu a função de Procurador da República em 2002 e 2014, nos Estados de Maranhão, Bahia e Rio de Janeiro. Trabalhou na Procuradoria-Geral da República, sucessivamente, em Brasília, São Paulo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rio de Janeiro, com atividades predominantes na área criminal. Ao longo de sua carreira, atuou nas áreas de defesa do consumidor, direito da concorrência, direito criminal e tutela coletiva dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Em atendimento às exigências do Regimento Interno do Senado e da supracitada resolução, o indicado apresentou um conjunto de declarações, no qual comprova:

a) não ter atuação em juízos e tribunais, salvo na condição de integrante do Ministério Público, nem participação em conselhos de administração de empresas estatais ou cargos de direção de agências reguladoras;

b) não possuir ações judiciais em tramitação nas quais figure como autor ou réu;

c) inexistirem parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional;

d) não haver pendência fiscal em seu nome, nos âmbitos federal, estadual e municipal;

e) não ter sido sujeito a sanções criminais ou administrativo-disciplinares;

f) não haver débito tributário em seu nome; e

g) a firme intenção de mobilizar sua experiência acadêmica e profissional para o bom cumprimento das atribuições previstas para o Conselho Nacional do Ministério Público, caso venha a ser aprovado para compor esse colegiado.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação de uma pessoa proba, de belo currículo, para representar o Conselho Nacional do Ministério Público.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador para discutir, encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo vista coletiva, automaticamente, ficando para futura reunião o processo de arguição dos candidatos e a votação, nos termos do art 383, II, alínea "b".

Será feita a sabatina na próxima quarta-feira, dia 15, aqui no plenário da Comissão de Constituição e Justiça e, à tarde, será votado no Plenário do Senado Federal, como de costume.

Item 2.

ITEM 2

OFÍCIO "S" Nº 17, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ILAN PRESSER, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2026/2028.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura de relatório da indicação, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O Relator é o Senador Eduardo Braga.

Eu concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato, *ad hoc*, para a leitura do relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, mais uma vez, parabenizar V. Exa. pela condução desta tão importante Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e falar da minha alegria, hoje, por a gente ter uma pauta aqui com temas de tamanha relevância. E, com muito prazer, eu estou aqui sendo o Relator *ad hoc*, conforme solicitado pelo Senador Relator Eduardo Braga.

Como o relatório já foi disponibilizado, Sr. Presidente, eu vou passar à leitura, rapidamente, para que a gente possa deliberar.

Esta é a indicação do Sr. Ilan Presser, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Atualmente, ele é Secretário-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, membro do Comitê Nacional de Inteligência Artificial do CNJ e Presidente da Associação dos Juízes Federais da 1ª Região.

S. Exa. conta, também, com grande experiência como docente, tendo lecionado em diversas escolas de magistratura e cursos de pós-graduação, bem como na Universidade Católica de Brasília, onde foi professor das disciplinas de Direitos Humanos e Direito Ambiental.

O indicado é, ainda, autor de livros e artigos doutrinários.

Recebeu diversas homenagens, elogios e comendas em sua trajetória profissional, como, por duas vezes, o Selo Estratégia em Ação, na categoria máxima, do CNJ e TRF1, a Medalha do Exército Brasileiro, o título de Cidadão Goianiense e a Medalha do Mérito da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

Foi, também, premiado no I Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos, na categoria Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais, e segundo colocado no Concurso Nacional de Monografias em Direito Falimentar.

S. Exa. apresentou as declarações exigidas pelo Regimento Interno do Senado Federal, pelo art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005.

O indicado anexou, também, certidões que demonstram regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências dos três diplomas legais para a instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que as Sras. e os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, querido baiano Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discuti-la, encerrada a discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu concedo vista coletiva, ficando para a próxima reunião, no dia 15.

Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo.

Primeiro agradeço a V. Exa., porque, desde que foi apresentada a PEC 19, V. Exa. se comprometeu e tem um carinho muito grande por todos os profissionais da enfermagem. Eu sou testemunha disso. E claro que aqui a gente aprende que o ótimo é inimigo do bom. A gente sabe que essa PEC se originou com 30 horas semanais, que é um anseio da categoria. Nós tivemos toda uma luta para estabelecer o piso da enfermagem, proposta de emenda constitucional, fonte de custeio, enfim. E, depois, o Supremo fez o que fez com o piso da enfermagem. Hoje, se você pegar o que nós aprovamos enquanto legisladores e o que o Supremo Tribunal Federal fez, Sr. Presidente, com todo o respeito, foi um desrespeito com todos esses profissionais, porque infelizmente é sempre assim: quando você tem uma categoria em que majoritariamente há mulheres pretas e pardas, você tem um recorte, sim, sexista e um recorte racista. Então hoje o senhor, como o senhor tinha se comprometido, em alterando a carga horária de 30 horas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semanais na PEC 19 para 36 horas semanais, e o senhor colocou em pauta, cumprindo o compromisso, eu rogo ao senhor e aos colegas Senadores e Senadores, que, como eu estou presidindo a Comissão do Crime Organizado, em que hoje estará o Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, se o senhor não poderia, por gentileza, fazer uma inversão da pauta, e eu leria rapidamente o relatório da PEC 19, para que a gente pudesse aprovar e déssemos esse reconhecimento a esses profissionais que cuidam tanto da gente.

Então eu faço esse apelo para que... Já que eu estou com a palavra e, se o senhor pudesse fazer, eu leria rapidamente, não faria um relatório extenso, mas em forma de síntese da PEC 19, e a gente colocaria em votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Fabiano Contarato, nós estamos lendo as sete indicações, e será uma coisa que não vai demorar muito tempo. Eu queria, inclusive, ressaltar não só o trabalho da V. Exa., mas do Deputado Bruno, da Deputada Alice Portugal, da Deputada Ana Paula...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é, está bom. Então tem origem de V. Exa., Senador Esperidião Amin.

O Senador Esperidião Amin é multirracial, ele tem palestino, árabe, italiano e etc.

Então, não é só o esforço de V. Exa., mas o nosso compromisso de fazê-lo hoje. E faremos. Agora, antes, vou conceder para a leitura das autoridades que estão indicadas.

O Senador Cid Gomes não está presente.

Eu passo ao item 4, que é do Senador Esperidião Amin.

ITEM 4

OFÍCIO "S" Nº 19, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, a indicação do Senhor CARL OLAV SMITH, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Superior Tribunal de Justiça.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura de relatório da indicação, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

V. Exa. tem a palavra, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Pois não, Presidente.

Respeitando o propósito de todos nós acelerarmos, tenho que, pelo menos, tratar do essencial.

Trata-se da indicação que respeita os cânones; portanto, cumpre todos os requisitos formais. Trata-se da indicação do Sr. Carl Olav Smith para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Todos os requisitos formais foram cumpridos na indicação.

O indicado é juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – portanto, tem uma carreira –, concluiu o bacharelado, no ano de 2004, fez mestrado em Direito Constitucional pelo Instituto de Direito Público, no ano de 2020, e já prestou, em vários postos de trabalho, a sua dedicação à causa ao longo da sua carreira, de sorte que o indicado – repito, Carl Olav Smith – também exerceu a advocacia e foi funcionário do Banco do Brasil.

Ele declara, em cumprimento às normas constitucionais e regimentais, que não existem parentes seus que exerçam ou tenham exercido atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional. Na declaração regimentalmente exigida, informa, para fins do cumprimento do art. 5º, inciso III, da Resolução nº 7, de 2005, que não sofreu nenhuma sanção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminal ou administrativa disciplinar e que não existem procedimentos dessa natureza instaurados contra si.

Não ocupa nenhum mandato em qualquer unidade federativa, nem possui cônjuge, companheira ou parente até o terceiro grau, inclusive, membros desses Poderes. Declara, finalmente, a regularidade da sua situação fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme comprovam os documentos anexados, além de informar sua participação como sócio de empresas e os fins a que tais empresas se destinavam.

Da mesma forma, portanto, nos termos regimentais, encaminhou breve argumentação escrita, na qual revela e demonstra sua história e qualificação para ocupar a função de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, destacando que, além do exercício da jurisdição, desempenhou, ao longo da carreira, funções estratégicas de apoio à administração do Judiciário, com participação na formulação, coordenação e execução de políticas institucionais.

Diante do exposto, entendemos que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores integrantes desta CCJ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Como não há Senador ou Senadora que queira discuti-la, está encerrada a discussão.

Eu concedo vista coletiva para a apreciação da sabatina, no próximo dia 15, na próxima quarta-feira. (*Pausa.*)

Do item 3, o Relator, que é o Senador Cid Gomes, não está presente. (*Pausa.*)

Do item 5, é Eliziane Gama? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcelo Castro também não está presente.

Do item 3, é Eliziane também?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente, os itens de autoridades de que os Relatores não estão presentes... Se V. Exa. concordar, poderia chamar os colegas *ad hoc* para a gente não deixá-los...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. Então, eu passo a V. Exa. o item 3.

Para o Senador Weverton... Entregue o relatório para o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Eu só dei a sugestão, Presidente. Não era para... (*Risos.*) Mas aqui é rápido.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. tem ajudado muito a Comissão.

ITEM 3

OFÍCIO "S" Nº 18, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, a indicação da Senhora ANDRÉA CUNHA ESMERALDO, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Superior Tribunal de Justiça.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leitura de relatório da indicação, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O Senador Weverton com a palavra, *ad hoc*, para o relatório.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Como Relator.) – O Exmo. Sr. Herman Benjamin, Ministro Presidente do STJ submete à apreciação do Senado Federal, por meio do Ofício 1.814, de 3 de dezembro de 2025, o nome de S. Exa. a Sra. Andréa Cunha Esmeraldo, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, também do Senado Federal.

Por força do mencionado art. 103-B da Constituição Federal, os membros do CNJ serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe à Comissão de Constituição e Justiça, de acordo com a citada Resolução nº 7, de 2005, proceder à sabatina da indicada.

Em observância ao art. 383, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, a indicada encaminhou a esta Casa seu currículo a seguir brevemente relatado.

Nascida no Rio de Janeiro, graduou-se em Direito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) em 1994. Em 2005, especializou-se em Direito Econômico pela Fundação Getúlio Vargas.

Foi professora substituta no Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, no período 1996/1997. Ministrou aulas e palestras em cursos de formação de magistrados da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região, da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e também em cursos de preparação para concursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1997, ingressou na magistratura federal e, no período de 2011 a 2017, foi titular da 4ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro, com competência para tratar dos aspectos civis do sequestro internacional de crianças. De 2017 a 2022, atuou como Juíza Federal Titular de Execuções Fiscais do Rio de Janeiro, tornando-se, em 2022, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, onde atualmente é membra da 4ª Turma Especializada. No biênio 2023/2024, integrou o Conselho Administrativo desse TRF. Desde o início de 2024, no âmbito desse tribunal, coordena...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... o Grupo de Apoio e Assistência a Magistradas e Servidoras em Situação de Violência Doméstica e Familiar.

Integrou a Diretoria da Associação dos Juízes Federais (Ajufe) e, desde o final de 2023, preside a Comissão Executiva do Exame Nacional da Magistratura junto à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... e, no biênio 2025/2026, também a Comissão Temática de Diversidade, Gênero e Raça da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região.

A indicada informou que não existem parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional.

Informa que não é cônjuge, companheira ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do Poder Judiciário que seja ocupante de cargo de provimento em comissão e que não é membro do Congresso Nacional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... do Poder Legislativo...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu vou pedir ao Plenário o silêncio, por favor, inclusive aos assessores. Eu peço a compreensão para que não tenha que pedir o esvaziamento do Plenário da Comissão de Constituição e Justiça.

O Senador está lendo o relatório; é importante que todos possam ouvi-lo em silêncio.

Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios, nem possui cônjuge, companheiro/a ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, que seja membro desses Poderes.

Também afirma que não participou, em qualquer tempo, como sócia, proprietária ou gerente de empresa ou entidades não governamentais e que não participou de conselhos de administração de empresa estatal ou de cargos de direção de agência reguladora.

A indicada apresentou, em documentação anexa, certidões de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, que atestam não haver qualquer pendência.

Informa ainda que não sofreu nenhuma sanção criminal ou administrativo-disciplinar e que não existem procedimentos dessa natureza instaurados contra si.

Declara que, nos últimos cinco anos, contados retroativamente ao ano de sua indicação, atuou como:

1. Juíza Federal, na titularidade da 7ª Vara Federal de Execuções Fiscais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, no período de 15 de fevereiro de 2017 a 30 junho de 2022; e

2. Desembargadora Federal, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desde 1º julho de 2022 até a presente data.

Menciona que figura como autora em duas ações de guarda e declaratória de registro civil e, como ré, em uma ação de reivindicação de herança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em sua argumentação escrita encaminhada a esta Comissão, a indicada ressalta que, ao longo de quase 30 anos dedicados à magistratura, como juíza federal e como desembargadora federal, sempre atuou com retidão, integridade profissional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... dignidade, honradez e espírito colaborativo, primando pela observância dos princípios humanísticos e princípios fundamentais da democracia.

Diante do exposto, considerando tratar-se de deliberação por voto secreto, limitamo-nos a proferir este relatório, acreditando estarmos fornecendo às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores integrantes desta Comissão os elementos suficientes para decidir sobre a indicação de S. Exa., a Sra. Andréa Cunha Esmeraldo, para o cargo de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça.

O Relator é o Senador Cid Gomes, que já se encontra aqui e, gentilmente, pediu que, *ad hoc*, nós pudéssemos encaminhar, para agilizar a leitura do relatório.

Essa é a leitura, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra, para discutir, o Relator.

Eu peço desculpas; em função de 19 itens na pauta, eu me antecipei, e o Senador Cid Gomes, que preparou esse relatório, agora vai discutir a matéria.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Para discutir.) – Solidário a V. Exa., que está na missão firme de conduzir esta sessão, que tem 19 itens, eu serei brevíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Fique à vontade.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Quero só lhe dizer, Sr. Presidente e amigo Weverton, a quem agradeço pela leitura do relatório: o Conselho Nacional de Justiça, nos dias de hoje, foi uma imaginação da Constituinte, é uma extraordinária inovação, mas eu penso que, cada dia mais, o Conselho Nacional de Justiça terá um papel de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

altíssima relevância e deverá também ter ascendência, vamos dizer, sobre o Supremo Tribunal Federal. Penso eu que a gente deve começar a discutir isso. Portanto, trata-se de um órgão da maior relevância, da maior importância, e este Poder, cada vez mais, deve olhar com cuidado a definição, a aprovação dos nomes.

Quanto ao nome específico, isso é um voto secreto, a gente não pode antecipar, mas tenho certeza de que ela preenche as exigências para compor esse conselho e, além de todos os seus predicados profissionais, ela tem mais um: é descendente de um cearense. Daí o sobrenome Esmeraldo, é de um cearense, o que certamente me coloca ainda mais empenhado na aprovação do seu nome para o Conselho Nacional de Justiça.

Obrigado, Presidente, pela relatoria, obrigado ao Senador Weverton e obrigado a todos os Senadores por considerarem o nome da nossa indicada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero pedir desculpa ao Senador Cid Gomes e agradecer pelas colocações que foram feitas.

Encerrada a discussão.

Concedo vista coletiva, para que a sabatina venha a acontecer no dia 15, no plenário da Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 5

OFÍCIO "S" Nº 1, DE 2026

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, a indicação da Senhora Ministra KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura de relatório da indicação, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Eu peço ao Senador Fabiano Contarato que possa relatar o item 5.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu passo direto, como o relatório já foi disponibilizado, de forma bem... de uma síntese, para fazermos a deliberação...

Em atenção ao que determina o art. 383, inciso I, alínea "c", do Risf, a indicada encaminhou uma breve argumentação escrita em que apresenta um resumo de sua formação acadêmica e de sua experiência profissional como magistrada do trabalho, docente e pesquisadora.

Nesse texto, a indicada afirma que sua atuação é pautada pelo compromisso com a dignidade da pessoa humana, a igualdade, a justiça social e a efetividade dos direitos constitucionais. Assevera, ademais, deter formação técnica, experiência profissional e afinidade com os valores que orientam a atuação do Conselho Nacional de Justiça.

Diante do exposto, concluímos que os Srs. Senadores e Senadoras integrantes deste Colegiado dispõem dos elementos de informação suficientes para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e coloco em discussão.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Cid Gomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Para discutir.) – Outra cearense. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Hoje a república do Ceará está bem representada.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – É, outra cearense.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Cearense/maranhense.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Outra cearense que foi contemporânea minha na faculdade, fizemos movimento estudantil juntos, fomos ao Congresso da UNE juntos – acho que um dos primeiros da refundação da UNE.

Ela formou-se em Direito, prestou concurso público para a Justiça do Trabalho no Maranhão. Brilhante como é, fez carreira lá, virou desembargadora, virou Ministra do Tribunal Superior do Trabalho e está indicada agora, com o meu entusiasmo, para o Conselho Nacional de Justiça.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Endosso as palavras do Senador Cid Gomes...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Mulher...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Mulher/maranhense.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Encerrada a discussão, eu concedo vista coletiva para a apreciação e a sabatina no dia 15 de abril, na próxima quarta-feira.

ITEM 6

OFÍCIO "S" Nº 2, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VIII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor Paulo Regis Machado Botelho, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura de relatório da indicação, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato, item 6, *ad hoc*.

V. Exa. tem a palavra, Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O indicado recebeu diversas insígnias de ordem e de mérito, conforme consta no seu currículo.

Em consonância com o disposto no art. 383, I, "b", do Risf, o indicado informou que 4 (quatro) sobrinhos seus exercem cargos no Poder Judiciário e no Ministério Público estadual, mas nenhum no Estado do Ceará.

Informa que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios, nem é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Também afirma que não ocupou, em qualquer tempo, cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais e que não atuou, nos últimos 5 (cinco) anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O indicado apresentou, em documentação anexa, certidões de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, que atestam não haver qualquer pendência.

Declara não responder a qualquer inquérito policial ou ação penal, tampouco a inquéritos administrativos ou procedimentos administrativo-disciplinares.

Apenas menciona 3 (três) ações em que S. Exa. figura, uma no polo ativo (como ação rescisória) e duas no polo passivo (a primeira, um inquérito policial no qual o indicado é a vítima do crime, estando a ação penal com decisão pelo seu arquivamento. A segunda, um procedimento comum cível).

Em sua argumentação escrita encaminhada a esta Comissão, o indicado afirma que sempre procurou pautar a sua atuação por valores que considera indispensáveis ao exercício das funções públicas, especialmente aqueles voltados à condução e ao aperfeiçoamento das instituições do sistema de justiça, e que cultivou afinidade profunda com princípios como a integridade, a responsabilidade institucional, a transparência e o compromisso permanente com o interesse público.

Sendo aprovada a sua indicação ao cargo de Conselheiro do CNJ, compromete-se a desempenhá-lo com responsabilidade institucional, espírito republicano e absoluta fidelidade aos princípios constitucionais que orientam a atuação do Poder Judiciário brasileiro.

Diante do exposto, entendemos que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a presente indicação de S. Exa., o Sr. Paulo Regis Machado Botelho, para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo vista coletiva para a sabatina no próximo dia 15 de abril, no plenário da Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

ITEM 7

OFÍCIO "S" Nº 3, DE 2026

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso IX, da Constituição Federal, a indicação da Senhora Juíza Noemia Aparecida Garcia Porto, Titular da 3ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

- Leitura de relatório da indicação, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O Relator está presente.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Gomes, para a leitura do relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, farei uma breve leitura, mas histórica, porque é a primeira vez que o nosso Estado do Tocantins, estado mais novo do Brasil, tem um membro do Judiciário que trabalha e desenvolveu toda a atividade profissional no nosso estado. Então, para nós, é um momento muito importante, uma mulher que representa muito bem a Justiça do Trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame desta Comissão a indicação da Sra. Noemia Aparecida Garcia Porto para compor o biênio de 2026 a 2028, no Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a Juiz do Trabalho, em conformidade com o disposto no art. 103-B, no ânimo da Constituição Federal.

Ao CNJ cabe o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, nos termos do §1º do referido preceito constitucional. Seus integrantes são nomeados pelo Presidente da República, após aprovação da escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida a recondução.

A apreciação, pelo Senado Federal, das indicações dos membros do CNJ se dá na forma do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e da Resolução do Senado Federal nº 7, de 27 de abril de 2005, que dispõe sobre as informações e os documentos a serem encaminhados como subsídio para a tomada de decisão dos membros da Casa.

Em obediência ao art. 383, inciso I-A, e ao art. 5º, inciso I, da Resolução nº 7, de 2005, a indicada encaminhou o seu currículo a seguir, resumido.

A Sra. Noemi Aparecida Garcia Porto possui graduação em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco, do Mato Grosso do Sul, concluída em 1994. Ainda no âmbito acadêmico, possui especialização em Direito Constitucional, mestrado e doutorado em Direito, todos pela Universidade de Brasília, concluídos nos anos de 2003, 2010 e 2015, respectivamente. É professora do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) desde 2021, lecionando Direito Constitucional e Direito do Trabalho. Ademais, é autora de duas obras em sua área de atuação: *Direito Individual do Trabalho* e *Desproteção trabalhista e marginalidade social : (im)possibilidades para o trabalho como categoria constitucional e inclusão*, além de diversos artigos científicos, tendo também atuado como coautora e organizadora de várias obras coletivas, destacando-se com aquelas dedicadas às transformações ocorridas no direito do trabalho, especialmente em decorrência das novas tecnologias e das plataformas digitais.

Profissionalmente, está vinculada ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, atuando como magistrada do trabalho desde 1998, aprovada em primeiro lugar no respectivo concurso público. Atualmente, é Juíza titular da 3ª Vara do Trabalho de Taguatinga, no Distrito Federal, já tendo sido convocada entre os anos de 2023 e 2025 para atuar em substituição na Corte da 10ª

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Região. Outrossim, exerceu a função de Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, de 2019 a 2021, e de Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região, de 2011 a 2015.

Em observância ao art. 381-B e ao art. 5º, §§2º e 9º, da Resolução nº 7 de 2005, a indicada apresentou declarações de que não exerceu a qualquer tempo cargo ou atividade como sócio-proprietário ou gerente de empresas e entidades não governamentais. Sua situação é regular perante o fisco federal e distrital, demonstrada por certidões negativas e positivas com efeito de negativas, expedidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pela Subsecretaria de Receita do Governo do Distrito Federal. Não existem ações judiciais em que figure como autora ou ré, em qualquer grau de jurisdição, tampouco procedimento administrativo disciplinar contra ela.

Não atuou nos últimos cinco anos em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras e atua, desde 1998, como magistrada da Justiça do Trabalho. Não é membro do Conselho Nacional do Poder Legislativo de estado, do Distrito Federal ou de município, tampouco é cônjuge, companheira ou parente, até o terceiro grau, de membro do Poder Legislativo.

Já quanto à exigência feita pelo art. 383, I, "b", 1, do Risf, c/c o art. 5º, II, da Resolução nº 7, de 2005, a indicada informou possuir parentes que exercem atividades vinculadas à estrutura do Poder Judiciário, a saber: seu irmão, que é técnico judiciário do TRT da 10ª Região; e seu cônjuge, que é juiz do trabalho substituto, vinculado ao mesmo TRT.

Em cumprimento ao art. 383, I, "c", do Risf, a indicada apresentou argumentação escrita sucinta que expõe sua experiência profissional, sua formação acadêmica e afirma sua afinidade intelectual para o exercício do cargo de Conselheira do CNJ.

Portanto, Presidente, fornecidas tais informações, entendemos que os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerrada a discussão.

Concedo vista coletiva, de acordo com o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, para sabatina no próximo dia 15 de abril.

Está ainda em discussão interna a PEC nº 3, que acaba com a aposentadoria compulsória de juízes e promotores. A Relatora, Senadora Eliziane Gama, está conversando com o Senador Sergio Moro e com o Senador Hamilton Mourão, e eu aguardo que possam trazer a nova letra da alteração da lei para colocá-la em votação ainda hoje.

Como tem esse espaço e o Senador Fabiano Contarato me pede, e eu acato, para colocar em votação agora a Proposta de Emenda à Constituição nº 19, que vai determinar o piso salarial de enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares para 36 horas semanais.

Senador Fabiano Contarato, com a palavra, para a relatoria.

ITEM 18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o § 12 do art. 198 da Constituição Federal, para determinar que o piso salarial dos enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e das parteiras refere-se a uma jornada máxima de trabalho de trinta horas semanais.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (PSD/MA) e outros

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável à PEC nº 19/2024, com duas emendas que apresenta (sendo uma de redação), e contrário à PEC nº 21/2023.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 07/04/2026, foi recebida a Emenda nº 1 à PEC 19/2024, de autoria da Senadora Roberta Acioly (dependendo de Relatório).

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Mais uma vez eu quero aqui reconhecer publicamente o empenho de V. Exa. e a sensibilidade, com responsabilidade, aprovando aquilo que é possível. Volto a falar que o ótimo é inimigo do bom.

Nossa Casa aqui aprovou uma proposta de emenda à Constituição para determinar o piso da enfermagem, e, infelizmente, o Supremo fez o que fez. Nós aprovamos um valor, e ele regionalizou, colocou o piso não como piso, inclusive como teto. Então nada mais justo hoje do que o que nós estamos fazendo: dar uma correção e tratamento digno a esses profissionais que lidam com o principal bem jurídico.

Sr. Presidente, eu quero aqui só fazer um relato para o senhor, pessoal, da minha vida. Muitos colegas meus, delegados, falam assim: "Contarato, você é Senador, delegado, mas eu vejo você só se empenhando pela enfermagem". E eu viro para eles e falo: "Nós lidamos com um bem jurídico, que é a liberdade, mas o principal bem jurídico que é protegido por lei é a vida humana, é a saúde, é a integridade física". E são esses profissionais que estão lá ganhando um salário mínimo, Sr. Presidente. Isso não é razoável. E sempre que há discurso... O senhor me perdoe o desabafo – eu vou ler de forma bem breve esse relatório –, mas sempre que tem direito para trabalhador menos favorecido, se coloca dificuldade para atender. Eu fico triste quando eu vejo aqui que, quando são projetos – e eu vou aqui nominar – para aumentar salários de juízes, promotores, desembargadores, defensores públicos, não importa, aquela casta de funcionários públicos que já ganham supersalários, falta a nós aqui estender um tapete vermelho para essas categorias. Agora, na hora que é para pautar aqui acabar com escala 6x1, temos dificuldade; piso de garis, temos dificuldade; piso da enfermagem, temos dificuldade.

Então, hoje, o que nós estamos fazendo é mitigando os danos que, infelizmente, o Supremo Tribunal fez. Nós estamos aprovando uma PEC que estabelece a vinculação do piso salarial da enfermagem. O que queríamos eu, a Senadora Eliziane e todos os Senadores aqui presentes que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinaram essa PEC era que fossem 30 horas semanais. Não foi possível 30; vão ser 36 horas. E eu peço apoiamento a todos esses profissionais.

E volto a falar: 85% desses profissionais são mulheres e mais de 55% são pretos e pardos. Isso tem que nos dizer alguma coisa. Nós temos que dar dignidade, porque dignidade profissional passa por dignidade salarial e carga horária.

A proposta reconhece a natureza extenuante das atividades desempenhadas por enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e parteiras, marcadas por elevada carga física e emocional, além da exposição a ambientes insalubres. A redução da jornada, ainda que em patamar intermediário, contribui para a preservação da saúde desses profissionais, para a melhoria de suas condições de vida e para o fortalecimento da qualidade dos serviços prestados à população.

Além disso, a previsão da jornada máxima no texto constitucional confere maior segurança jurídica e uniformidade na aplicação da norma em todo o território nacional, atendendo a uma demanda histórica da categoria. A fixação em 36 horas semanais mantém o caráter protetivo da medida, representando redução significativa em relação à jornada geral de 44 horas semanais prevista no art. 7º, XIII, da Constituição Federal.

No que se refere ao reajuste anual do piso salarial, a previsão de atualização com base em índice que reflita a variação inflacionária acumulada no período de 12 meses é medida adequada para preservar o valor real da remuneração, evitando sua defasagem e contribuindo para a valorização e permanência dos profissionais no sistema de saúde.

Quanto à PEC nº 21, de 2023, apensada à proposição principal, reconheço a relevância de sua iniciativa e a importância do tema que busca enfrentar, especialmente no que se refere à valorização permanente da enfermagem. Contudo, entendo que os objetivos que a inspiram já se encontram, em grande medida, contemplados pelo ordenamento jurídico vigente. Com efeito, o piso salarial nacional da enfermagem foi instituído pela Lei nº 14.434, de 2022, originada do PL nº 2.564, de minha autoria, posteriormente reforçada no plano constitucional pela Emenda Constitucional nº 124, de 2022, que conferiu densidade e sustentação jurídica a essa política de valorização. A presente PEC nº 19, de 2024, insere-se nessa mesma linha, ao ampliar essa proteção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no plano constitucional, inclusive ao disciplinar a jornada de trabalho e consolidar, com maior robustez, as garantias já reconhecidas à categoria.

Ademais, a proposta de vinculação remuneratória ao salário mínimo, embora fundada em propósito legítimo e socialmente relevante, suscita questionamentos no âmbito do sistema constitucional, notadamente em face do disposto no art. 7º, IV, e no art. 37, XIII, da Constituição Federal, bem como da Súmula Vinculante nº 4 do Supremo Tribunal Federal.

Dessa forma, com o devido respeito à autora e ao mérito de sua iniciativa, entendo que a aprovação da PEC nº 19 representa, neste momento, a via mais adequada, juridicamente segura, para o tratamento da matéria.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição 21, apensada, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 19, com as seguintes emendas...

Antes, eu pediria aqui à minha assessoria, que não me deu a emenda da Senadora.

A Senadora Roberta Acioly apresentou uma emenda, Sr. Presidente, só que ela quer ampliar para que, no prazo máximo de cinco anos, contados da promulgação desta emenda à Constituição, mediante negociação coletiva ou na forma da legislação, poderá ser estabelecida jornada de até 36 horas exclusivamente como medida.

Ela quer, na verdade, chegar às 30 horas... É, justamente, eu não vejo razão de ser dessa emenda, então eu estou – com todo respeito à colega que cria uma regra transitória – então eu não acho prudente. Nós estamos aprovando aqui, se forem aprovadas as 36 horas, eu acho que já é um passo, voltando a falar que o ótimo é inimigo do bom.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

E eu só queria aqui, para finalizar, Sr. Presidente, se o senhor me permitir, com a paciência que lhe é peculiar, voltar a falar da valorização desses profissionais. Eu sei que, às vezes, a gente tem que ter a responsabilidade fiscal, a gente tem que ter fonte de custeio. Eu quero aqui fazer um registro a todas as Deputadas que estão aqui, todas as Deputadas e os Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, ontem, conversei também com o Deputado Mauro Benevides, que faz parte da Comissão de Orçamento. Essa fonte de custeio também vai ser debatida, já tem um espaço na Câmara dos Deputados. Então, eu só faço essa reflexão, Sr. Presidente, da importância de a gente aprovar esta proposta de emenda à Constituição. E eu quero aqui fazer, publicamente, um agradecimento a todos os enfermeiros técnicos de enfermagem que lidam diuturnamente, sem ter sábado, domingo, feriado, às vezes, com dois, três vínculos empregatícios, não têm oportunidade de estar no Natal com as suas famílias, não têm EPI, não têm alojamento, ou seja, em condições que, às vezes, são degradantes para esses profissionais que lidam com o principal bem jurídico.

E eu queria aqui agradecer por todos esses profissionais, por tudo que eles fazem por nós, e falar que, enquanto Deus me der vida e saúde, enquanto a população do Espírito Santo assim permitir, eu não sou um enfermeiro ou um técnico de enfermagem de direito, mas eu me sinto, de fato. Eu me sinto porque, se uma coisa que Deus me deu foi empatia, a possibilidade de me colocar na dor do outro, e eu me coloco sendo uma técnica de enfermagem, um técnico de enfermagem preto ou uma mulher preta, que fica dentro de um hospital, trabalhando 44 horas semanais e com o piso vilipendiado, como foi feito pelo Supremo Tribunal Federal.

Eu peço apoiamento à unanimidade desses Senadores e Senadoras, por gentileza, um ato de solidariedade para todas essas pessoas.

E eu, Senador Otto, para finalizar, o senhor gosta de música, o senhor sabe que eu sei disto: o senhor é um excelente cantor, e eu, humildemente, Senador, eu tento me arriscar na poesia. Eu acho que a literatura é uma mola propulsora. Eu fui para o direito, acho que por acaso, porque o povo do direito é um povo, com todo respeito, com muito título, "excelência", "doutor", etc. Eu gosto mais das ciências humanas, na sua amplitude e na literatura.

Em homenagem a todos os enfermeiros e técnicos de enfermagem que foram mortos na pandemia da covid, eu quero fazer uma homenagem a todos eles, como se fosse uma chamada, que ninguém está aqui para responder.

E eu pediria só a atenção de todos os presentes, porque é uma homenagem para as pessoas que faleceram, mas, principalmente, àqueles que deram sua vida para nos proteger.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Maria, Paula, Fernanda, João, Marcos, Ricardo, Antônio, Fernando, ninguém está aqui para responder por eles. Em homenagem a todas as vítimas da covid, a todos os enfermeiros e técnicos de enfermagem, eu ouso dizer o que o poeta inglês disse:

> Parem os relógios
> Cortem o telefone
> Impeçam o cão de latir
> Silenciem os pianos e com um toque de tambor tragam o caixão
> Venham os pranteadores
> Voem em círculos os aviões escrevendo no céu a mensagem:
> [...] ["Eles estão mortos"]
>
> Ponham laços nos pescoços brancos das pombas
> Usem os policiais luvas pretas de algodão.
>
> [...] [Eles eram] meu norte, meu sul, meu leste e oeste.
> Minha semana de trabalho e meu domingo [de descanso]
> Meu meio-dia, minha meia-noite.
> Minha conversa, minha canção.
>
> Pensei que o amor fosse eterno, enganei-me.
> As estrelas são indesejadas agora, dispensem todas.
>
> Embrulhem a lua e desmantelem o sol
> Despejem o oceano e varram o [...] [parque]
> Pois nada mais [...] [tem sentido].

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero parabenizar e agradecer a V. Exa. e vou complementar com um verso de Camões:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alma minha gentil, que te partiste
Tão cedo desta vida descontente,
Repousa lá no Céu eternamente
E viva eu cá na terra sempre triste.

Complementando V. Exa. com a poesia de Camões. (*Palmas.*)

Pela ordem, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Para discutir...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin, Senadora Eliziane, anote aí.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Antes disso, eu quero informar que, dos itens 10, 12 e 14, os seus Relatores pediram a retirada da pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 2511, DE 2019

- Não terminativo -

Altera os limites da Reserva Biológica de Santa Isabel em Sergipe.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 2239, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1, 2 e 4 da CDH, e contrário à Emenda nº 6-CDH, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Em 23/03/2026, foi recebida a Emenda nº 8 (Substitutiva), de autoria do Senador Laércio Oliveira (dependendo de Relatório).

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 3528, DE 2023

- Não terminativo -

Estabelece sistemática de quitação de dívidas no cheque especial, cartão de crédito rotativo ou parcelado e no crédito ao consumidor sem garantia real e sem consignação em folha, em favor de famílias de baixa renda.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senador Weverton

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma do substitutivo que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Senador Contarato porque, inclusive, precisamos, Contarato, pedir perdão para a classe de enfermeiras e técnicos de enfermagem, porque esse assunto, desde 2022, estava para ser resolvido.

Essas pessoas cuidam de nós. Essas pessoas cuidam dos nossos pais. Essas pessoas cuidam da nossa população. São as que menos recebem e as que mais trabalham, que se expõem a risco, a vírus, a bactéria, a dejetos e que cuidam das pessoas com carinho, com amor, com dedicação de sua vida e, às vezes, não podem nem dedicar-se a seus filhos porque estão cuidando... É um dom de Deus o cuidado da vida humana. A gente cuidar do nosso pai, da nossa mãe, do nosso filho é fácil. Você dedicar dia, noite, madrugada por um salário indigno para a profissão que exercem...

Então, eu quero parabenizar o senhor e quero pedir aqui, como Senador da República, em nome do Senado, a todos os enfermeiros, enfermeiras e técnicos de enfermagem, perdão pela demora em reconhecer um pouquinho mais do muito que vocês fazem pelo nosso Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin com a palavra. Depois, a Senadora Eliziane Gama.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, eu quero fazer coro à certamente unanimidade que nós vamos obter aqui e também pedir desculpas, porque a intenção do Congresso foi e é atender. Houve esse atropelamento judicial num entendimento que vai até de encontro a outros entendimentos relacionados a penduricalhos. O mesmo metro que mede penduricalhos inverteu a métrica neste caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, além do perdão pelo tempo, eu peço também, em nome do poder público, perdão pela perfídia, uma palavra feminina que talvez venha em mau momento, mas, sem dúvida alguma, houve um logro nisso aqui.

A persistência do Senador Fabiano Contarato e a sua visão e sensibilidade, Presidente, nos permitem hoje pôr um cobro, não *ex tunc*, mas *ex nunc*. Pelo menos daqui para a frente, a nossa consciência vai ficar mais aliviada.

Tenho certeza de que haverá unanimidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Concedo a palavra à Senadora Eliziane Gama; em seguida, à Senadora Roberta Acioly, ao Senador Zequinha Marinho e ao Senador Oriovisto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. colegas Parlamentares, eu quero, de forma muito especial, cumprimentar a minha querida Deputada Enfermeira Ana Paula, aqui do meu lado; cumprimentar a minha amiga querida Alice Portugal, batalhadora; junto com o nosso querido Bruno Farias, que é um outro Deputado também do embate; o nosso Prof. Benevides, que nos dá aula diariamente sobre as questões fazendárias e econômicas e nos ajudou muito, desde o projeto de lei, Alice, passando pela PEC; a Deputada Rejane; todos os Deputados aqui presentes; e os nossos colegas Senadores.

Eu quero, de forma muito breve, Presidente, com a permissão de V. Exa., dizer que hoje é um dia histórico para o Brasil em relação aos profissionais da enfermagem. Eu lembro... E uma coisa que eu adoto na minha vida, Alice... Eu tenho 20 anos de vida pública e, no início da minha vida, eu era um pouco radicalizada em algumas situações e, às vezes, é necessário flexibilizar para a gente poder avançar. Às vezes, você não consegue ter o ótimo...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... mas você pode ter o bom. E, às vezes, na ânsia de ter o ótimo, você não tem nem o bom e perde tudo. E eu digo isso porque lá atrás, quando nós apresentamos o projeto de lei do piso salarial da enfermagem, a proposta era de R$7,5 mil. O Bruno estava conosco lá na Presidência, ainda com o Rodrigo Pacheco. Então, nós fizemos um debate para apresentar um novo projeto e chegamos ao entendimento para R$4,6 mil. "Eliziane, mas o ideal era R$7,5 mil." É verdade, o ideal era R$10 mil. Nós perdemos centenas de profissionais na covid no Brasil. Então, nós conseguimos aprovar R$4,6 mil...

O SR. BRUNO FARIAS (Bloco/AVANTE - MG. *Fora do microfone*.) – R$4.750.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – R$4.750, que foi um marco na enfermagem no Brasil em relação aos profissionais da enfermagem.

Viemos para um novo embate, que foi exatamente aquela luta, foi para o Supremo, voltamos, fizemos PEC, coisa e tal e, enfim, consolidamos. E aí vem, então, Enfermeira, a nossa segunda luta, que foi a carga horária semanal de 30 horas, que foi o projeto que eu apresentei na PEC. Na PEC 19, originalmente, é de 30 horas. Mas aí, então, conversamos com todos os pares e todo mundo: "Eliziane, o ideal é de 30 horas". O ideal é de 30 horas, mas nós não vamos conseguir chegar lá. Vamos sentar e vamos conversar, vamos juntar todo mundo. Aí veio o Fórum da Enfermagem no Brasil, veio o Cofen, vieram todos os órgãos colegiados do Brasil e se sentaram juntamente conosco. E aí eu quero cumprimentar o Presidente da CCJ, o Senador Otto Alencar, porque a sua atitude, Senador Otto, é histórica e foi vital para esse ganho no Brasil que nós vamos aprovar, hoje, aqui e vamos continuar, se Deus quiser, nas próximas etapas. Aí, então, vamos chegar a 36 horas. Não vai anular a nossa luta das 30 horas, porque, ao aprovarmos isso, a gente vai continuar lutando pelas 30 horas, mas vamos chegar a essa primeira etapa agora das 36 horas.

O Otto aceitou o acordo como Líder e como Presidente desta Comissão; o Senador Contarato aceitou o acordo; o fórum aceitou; e hoje nós estamos aqui, Benevides, aprovando na CCJ, e eu não tenho dúvida nenhuma que será uma votação unânime. (*Palmas.*)

Quero cumprimentar todos os profissionais da enfermagem no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu primeiro emprego como jornalista, Otto, saindo da Universidade Federal do Maranhão, foi no Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Maranhão, como assessora de imprensa. Então, eu tenho uma história com esse movimento muito forte.

Quero cumprimentar a todos vocês, dizer que vocês são gigantes, dizer que vocês carregaram a luta da maior pandemia que nós já vivemos, infelizmente, nessa geração, que foi a covid-19. E alguns de vocês pagaram com a própria vida, gente, nesse período; vocês são gigantes. O reconhecimento de vocês e a valorização de vocês é uma reparação que nós brasileiros e que a sociedade brasileira precisa fazer a cada um de vocês.

Então, parabéns: parabéns, Otto; parabéns, Contarato, pelo relatório.

E vamos à luta, porque a luta continua.

Muito obrigada, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com palavra a Senadora Roberta Acioly.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Bom dia a todos. Bom dia à enfermagem de todo o Brasil...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... e a todos que estão aqui.

Gostaria de cumprimentar, na pessoa do Relator, Senador Fabiano Contarato, todos os Senadores aqui presentes. Gostaria de cumprimentar, na pessoa da Senadora Eliziane, autora da PEC, desse projeto, todas as Senadoras aqui presentes. Gostaria de cumprimentar o Presidente: muito grata pela sua atitude de colocar em pauta essa reivindicação que vem decorrendo há mais de 20 anos – mais de duas décadas –, nosso Senador Otto Alencar. Gostaria de cumprimentar a Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Roraima, a enfermeira Dra. Tárcia; o Presidente do Conselho Federal de Enfermagem, Dr. Manoel Neri, aqui representado pelo Vice-Presidente, Dr. Daniel Menezes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que, para mim, como enfermeira e Senadora, vocês não têm ideia da minha emoção com que eu estou aqui, hoje, participando deste momento histórico, do que eu estou sentindo aqui, hoje. Então, falar dessa PEC é reconhecer, de fato e de direito, todos esses profissionais que dão a vida, que cuidam de todos os pacientes por 24 horas.

Eu posso falar com propriedade: eu sou enfermeira, especialista em obstetrícia, especialista em educação, especialista em estratégia de saúde da família. Vivi e vivencio, todos os dias, a realidade desses profissionais. Trabalhei em maternidade, postos de saúde, hospitais, policlínicas e salas de aula. Então, eu sei o que é ser um profissional da enfermagem e sou muito orgulhosa por isso.

E não tem como eu não falar da emenda que eu apresentei, que diz o seguinte... É uma emenda que tem um objetivo muito claro, que é reconhecer na Constituição a jornada de 30 horas para a enfermagem, uma reivindicação histórica, como já foi dito, que é debatida há mais de 20 anos neste Congresso. E, ao mesmo tempo, a proposta respeita o acordo político construído nesta Casa, que aponta jornada de 36 horas como um avanço viável neste momento.

Por isso a emenda estabelece uma solução equilibrada: mantém as 30 horas como objetivo constitucional, definitivo, mas permite, por até cinco anos, a adoção das 36 horas como regra de transição, por meio de negociação coletiva ou da legislação aplicável, respeitando a necessidade de adaptação dos sistemas de saúde, sejam eles públicos ou privados, para que essa mudança aconteça de forma segura, sustentável e efetiva.

Eu não quero ser responsável pela não aprovação das 36 horas, mas a minha obrigação, como enfermeira, seria colocar uma emenda que fosse muito melhor para todos os profissionais da enfermagem.

Gostaria de pedir a todos os Senadores aqui presentes que acatem essa emenda e aprovem, por unanimidade, essa PEC, que vem para valorizar, de fato, realmente, todos os profissionais que almejam essa conquista por muito tempo.

Meu muito obrigada a todos.

E vamos em frente, enfermagem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à Senadora Roberta Acioly e passo a palavra ao Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Presidente, obrigado.

Eu só queria aqui cumprimentar o Relator, Senador Contarato, assim como também a organização dos nossos enfermeiros e técnicos, pela mobilização que fizeram Brasil afora, especialmente o pessoal que vem aqui do Norte, do Amazonas, do nosso querido Pará.

A luta merece ser recompensada com vitória. Então...

Eu não tive o privilégio de ter um irmão homem, mas, em compensação, eu tenho oito irmãs, e quatro dessas oito são técnicas de enfermagem, todo mundo já no final das suas atividades e tal, e que, lamentavelmente, foram remuneradas de forma muito ingrata e muito injusta. Então, poder – em nome delas, que já estão terminando suas atividades – fazer alguma coisa pela geração que aí está é muito saboroso, pessoalmente.

Portanto, contem conosco. Estamos juntos, para que a gente possa vencer mais essa e dar um mínimo de dignidade a essa classe que tanto contribui com a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e passo a palavra ao Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, muito rapidamente, apenas para cumprimentar o Senador Contarato pelo seu brilhante relatório, cumprimentar o pessoal de enfermagem lá do Estado do Paraná, que me cercou ali no corredor. (*Risos.*)

Eu disse a eles que votaria, obviamente, a favor (*Palmas.*), mas que não faria discurso (*Risos.*) porque, na verdade, já falaram tudo que precisava ser dito.

Eu quero apenas concordar com tudo que já foi dito e acrescentar que, se há uma categoria que merece proteção, que merece um piso, que merece o estabelecimento de um número de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

horas, é essa categoria dos enfermeiros e enfermeiras deste país, que tanto bem faz para a gente, na hora em que a gente mais precisa, que é a hora em que a gente está enfermo.

Um abraço a todos, e vamos em frente!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu parabenizo V. Exa., Senador Oriovisto, e devo dizer a V. Exa. que sou médico de formação, ortopedista, fui por muitos anos professor da Universidade Federal da Bahia, na cadeira de Ortopedia e Traumatologia, cirurgião, e sei o valor da enfermagem, do enfermeiro ao nosso lado – não só o enfermeiro, mas a técnica de enfermagem e, no caso da ortopedia, até o fisioterapeuta. Então, não é só o médico que salva vidas; a enfermagem salva vidas pelo compromisso que tem, sobretudo quando coloca acima de tudo o paciente. E esse profissional tem que ser remunerado.

Nós fizemos esse acordo para esta votação hoje, de tal forma que eu quero, inclusive, parabenizar os Deputados que estão presentes: a Rejane, do Estado do Rio de Janeiro; a Ana Paula; o Bruno, que é do Estado de Minas Gerais; o Mauro Filho, que é do Ceará; e a minha querida amiga Alice Portugal, que trabalhou comigo no Hospital das Clínicas da Bahia, trabalhou muito tempo ao meu lado, ela sempre foi uma defensora dessa causa. E eu quero dizer da minha alegria de estar à frente dela, reconhecendo a sua bravura e o seu trabalho em favor daqueles que fazem saúde no Brasil. Parabéns, Alice Portugal!

Eu passo a palavra ao Senador Weverton; em seguida, ao Senador Plínio Valério; e depois ao Senador Jayme Campos.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Para discutir.) – Presidente, aqui vai ser bem rápido, para não ser repetitivo. Quero apenas registrar que essa luta não é de hoje, e a Senadora Eliziane Gama foi muito feliz ao reapresentar e manter essa luta, esse sonho, que não é apenas dos enfermeiros e das enfermeiras do Brasil, mas é um sonho de todos que conhecem e reconhecem o papel desses profissionais da saúde, esses verdadeiros servidores que não só ajudaram na pandemia, mas ajudam no dia a dia, num país tão complexo como o nosso, que tem o SUS grande e forte, mas sabemos que lá na ponta ainda precisamos reorganizar principalmente a questão das carreiras e dos salários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu de já, Presidente, não só declaro apoio, como já fiz nas outras vezes, participei também das caminhadas e das manifestações que houve aqui na frente do Congresso, na legislatura anterior, e vamos manter mais do que nunca não só ativo este projeto, mas esta luta em favor dos profissionais, dos enfermeiros e enfermeiras do Brasil.

Parabéns. Senadora Eliziane! Parabéns, Relator Senador Fabiano Contarato!

E quero cumprimentar os meus colegas Deputados que estão aqui: o Deputado Mauro Benevides, a querida Deputada Alice Portugal, o Deputado Bruno Farias, que também é um grande lutador e tem este mandato lá em favor desses profissionais. E, nas pessoas dele e desse grupo aqui forte da Câmara, eu quero já também deixar o meu pedido de urgência, depois que for aprovada a matéria, para ser encaminhada ao Plenário, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. O requerimento de V. Exa. será colocado em votação, mas eu acrescento que é o calendário especial, porque é uma proposta de emenda à Constituição. Então V. Exa. pede a tramitação em calendário especial e não em urgência. Eu colocarei em votação assim que todos os outros Senadores se manifestarem.

Agora é o Senador Plínio Valério, lá do Estado do Amazonas.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discutir.) – Meu amigo Presidente, Senador Otto, a missão de estar Senador traz momentos difíceis para a gente, no momento que o país está em pirâmide investida nos valores, que a gente tenta fazer o correto e não consegue. Eu já agradeci a Deus hoje, agora, pela bênção de estar Senador e poder, neste momento – perdoe-me a ousadia – cuidar de quem cuida de nós. Quem cuida da gente são os enfermeiros.

Eu tenho dito aos amazonenses que busquem ter um estreito relacionamento com eles, que não há como negar nem ouvi-los, porque é dizer: o que querem de mim? Eu sempre digo: o que querem de mim, eu vou fazer em nome da enfermagem.

Eu pedi a palavra para dizer só isso, que é para ficar nos *Anais* e eu possa deixar isso gravado. Minha amiga Eliziane, que fez uma verdadeira oração de amor às enfermeiras e enfermeiros. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só vou acrescentar isto: agradecer a Deus hoje por estar Senador, tendo a oportunidade de dar um voto para cuidar de quem cuida de nós, que são os enfermeiros e as enfermeiras.

Só para registrar, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concedemos a palavra ao Senador Jayme Campos, nosso representante do Estado do Mato Grosso; em seguida, o Senador Magno Malta; e depois o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, querido amigo Senador Otto Alencar, Sras. e Srs. Senadores.

A minha manifestação será muito rápida, mas como filho também de enfermeira, porque minha mãe foi enfermeira por mais de 30 anos, lá na minha querida cidade de Várzea Grande, sei o valor que tem os nossos enfermeiros, auxiliares de enfermagem, enfim, aqueles que fazem de fato a saúde do nosso país e de todo o planeta.

E esse projeto aqui, eu quero reiterar à Senadora Eliziane da importância, extremamente meritório e oportuno esse projeto que V. Exa. apresentou aqui e muito bem relatado pelo competente amigo Senador Fabiano Contarato. De maneira que eu quero aqui apenas render as minhas homenagens aos enfermeiros do Brasil, aos auxiliares de enfermagem, enfim, aos profissionais que fazem funcionar a saúde deste país.

Ontem mesmo, eu fiz uma fala em relação ao Dia da Saúde. No Brasil, 76% do atendimento na área de saúde pública é feito pelo Sistema Único de Saúde. Apenas 24% são feitos através, naturalmente, dos planos privados. E todos nós, que temos com certeza o respeito pelas pessoas, sobretudo pelas classes de trabalhadores, servidores deste país, temos que reconhecer que, lamentavelmente, nunca tiveram o devido valor que merecem. E desta feita, com esta PEC aqui, eu não tenho dúvida alguma, Senadora Eliziane, de que V. Exa. será a grande patrona deste projeto que indiscutivelmente vem valorizar uma categoria de homens e de mulheres que verdadeiramente trabalham em defesa da vida de milhões de brasileiros todos os dias, não só na rede de postos de saúde, mas sobretudo nos nossos hospitais deste imenso país.

Parabéns a todos os enfermeiros do Brasil e que tenham a certeza de que o voto do Senador Jayme Campos é "sim", pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente Otto Alencar, discípulo do Mestre Bimba, prazer em revê-lo com saúde. Do jeito que o país vai, daqui a pouco eles não sabem por que eu te chamo de discípulo do Mestre Bimba e vai achar que eu estou fazendo *bullying* com você e tal.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com muito orgulho, eu me formei em Capoeira, na Bahia, com o Mestre Bimba. E pode falar, aprenda a se segurar, escorregar não é cair, ajeite que o corpo dá.

Você tem a palavra. (*Risos.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Exatamente. Nós somos do ramo, né? Mestre Bimba, a gente precisa até fazer uma comenda – ouviu, Otto? – ao grande Mestre Bimba, que fazia um contorcionismo na combinação de golpes como ninguém na vida conseguiu fazer.

Senador Otto, Srs. Senadores e Senadoras, para mim, hoje é uma meia alegria, não é uma completa. Se alguém já dependeu tanto de enfermeiro neste Brasil, eu acho que um pouco menos do que eu daqueles que estão aqui na sala. Eu sou um homem lesionado de medula, sou paralítico para a ciência. A minha medula é lesionada ao tirar um tumor, a minha coluna foi enxertada, e eu fui entregue à minha família paralítico.

Nesses últimos dois anos, quem anda pelos corredores me vê só com o carrinho, quem me acompanha nas redes sociais me vê de cadeira de roda ou agora de moletas. Nesses dois anos, severamente, eu tive que refazer a minha cirurgia de coluna através de computador. Assim, a ciência avançou um pouco porque, na minha cirurgia, eles teriam que cortar, como numa cesárea, o meu abdômen, para chegar à minha coluna para tirar os calos que foram feitos no enxerto, há mais de 20 anos, mas não tinha como fazer e foi feita por um robô com a tecnologia avançada, que já entrou aqui pelo meu pescoço, entrou por aqui e foi lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seguida, eu tenho uma prótese no joelho direito, em que ficou o passivo da minha cirurgia, e, por isso, precisei colocar uma prótese no joelho. V. Exa. sabe, como médico e meu amigo – nós somos amigos, nós somos das artes marciais –, que eu tive que ser privado de muita coisa porque eu fiquei com um passivo do lado direito. Então, quem olha a minha marcha, o meu jeito de andar... E fui muito debochado pela esquerda nas redes sociais dizendo que eu estava bêbado, que eu sou bêbado por causa da minha maneira de andar, mas, graças a Deus, ando. Eu não tenho sensibilidade nos pés, eu não tenho sensibilidade nas pernas, eu tenho uma dor, uma neuropatia em cima da cabeça do joelho direito, que são 24 horas, Alice. A dor neuropática, assim, tem tudo para ser resolvida com essa grande descoberta da cientista brasileira, mas ainda não para pessoas com a lesão antiga como a minha, eu espero que chegue lá. Eles já avançaram para três meses; eram só três dias, mas agora já são três meses, e, com fé em Deus, eu tenho vontade de recuperar o meu pé direito, que não se mexe.

Realmente eu tenho um pouco de mobilidade aqui no pé esquerdo e, dentro desses dois anos, tive que botar uma prótese na perna esquerda também – e é dessa que eu estou me recuperando agora –, absolutamente invasiva, um sofrimento de muita dor. "Mas como o senhor anda, o senhor fica, o senhor fez 250km de cadeira de roda no movimento pelo Brasil?"

É porque a minha sede de justiça é maior do que a minha dor. Eu sublimei a minha dor e eu sei o valor de um enfermeiro, eu sei o valor de uma enfermeira, eu sei o valor de um enfermeiro da UTI na UTI, de uma enfermeira na UTI, que tem uma outra colega que começa a se sentir mal, que precisa ir para casa – há um problema – e dobra o serviço. Eles se compreendem ali, sabe? E é um sacerdócio, está para além de ser uma técnica de enfermagem ou uma enfermeira que estudou, está para além disso, é sacerdócio.

Tem gente que não tem sacerdócio, fez por uma opção e normalmente quem não tem sacerdócio não faz bem-feito, mas está lá, e eu tenho que me curvar aos enfermeiros. A minha alegria foi total, Senador Otto, foi quando o ex-Presidente Jair Bolsonaro deu o teto dos enfermeiros, ali eu fiz festa. Jair Bolsonaro, gostem ou não, deu o teto.

E aí, numa forma bem ligeira, alguém foi ao Supremo, questionou e caiu na mão do Barroso, que, graças a Deus, já não está mais no Supremo. Um homem sem empatia, sem sensibilidade alguma foi lá, deu uma canetada e barrou o teto dado pelo Presidente Jair Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sabatinei esse indivíduo... não vou chamar esse indivíduo que botou uma capa preta nas costas e não olhou para a necessidade, a carga de trabalho, a necessidade de ter uma vida de qualidade com eles, com os filhos, uma mixaria, o teto já é uma mixaria, o teto é mixaria para quem conhece, de fato, a enfermagem, e isso me deu muita tristeza.

Fiz muito discurso, fui para cima do Sr. Barroso, como vou para cima desses abutres de capa preta, e esse abutre chamado Barroso, sem alma, sem sentimento, facilitando a vida de lobistas donos de hospitais – e eu conheço toda a história, não vou descer aqui porque senão vou acabar dando nome de quem ele protegeu, está muito perto do sangue dele. Esse desgraçado já se foi. Está chorando por aí que gosta tanto dos Estados Unidos, mas não pode mais entrar. Desgraçado que tirou o teto dos enfermeiros, mas comprou uma casa de 22 milhões, à vista, em dólar, nos Estados Unidos.

Eu estou aqui para me render aos enfermeiros, me render com gratidão, com coração alegre, meio alegre – meio alegre –, porque eu acho que vocês merecem muito mais pela dedicação, sabe? Pela insalubridade, sabe? Pelo cansaço.

Quando você passa muito tempo internado, você olha na cara de um enfermeiro quando ele entra, como se fosse um comissário ou uma comissária de bordo do seu quarto, sorrindo, alegre, muitas vezes com o cansaço daquela noite de serviço, mas está ali.

Então, as minhas palavras são muito sinceras e gratas, porque eu tenho razão para isso – eu tenho razão para isso. Então, é meia alegria que eu estou sentindo, porque minha alegria total será no restabelecimento desse teto dos enfermeiros, num país que tem tanto dinheiro para gastar com viagem de ministro e mulher de Presidente da República, enquanto os enfermeiros pagam o preço.

"Ah, mas o Magno Malta foi lá fazer um discurso duro." Foi isso mesmo que eu fiz, e é dessa forma que eu vou fazer todo o tempo.

Parabéns aos enfermeiros – parabéns! Neste momento, uma meia alegria da minha parte, porque a alegria total virá no dia que o teto vier para vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jaime Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado. Cumprimento aqui o Presidente Otto Alencar. Quero parabenizar a Senadora autora, Eliziane Gama, cumprimentar o Relator Fabiano Contarato, cumprimentar todos os nossos Parlamentares que estão aqui presentes, Srs. Senadores, cumprimentar todos os representantes aqui, que estão representando os enfermeiros, os técnicos e os auxiliares de enfermagem pelo Brasil afora.

Quero dizer para vocês que demorou muitos anos para que realmente alguém olhasse para uma classe que faz tanto por nós, que cuida de pessoas e, principalmente, quando nós falamos da Amazônia, o meu Estado de Rondônia, lá, há 40, 50 anos atrás, era um território em que não existia nada. Quantas pessoas, quantos enfermeiros, inclusive, perderam a vida, até com a malária, trabalhando dentro dos hospitais? E quantas pessoas dessas partiram, foram embora? Deus os levou, e não foram recompensadas pelo seu trabalho digno prestado. E quem é a enfermeira, quem são os enfermeiros, quem são os técnicos?

O senhor é médico, Otto Alencar. O senhor sabe, Senador, V. Exa. sabe que tem profissões em que não se pode errar. O professor até pode errar, o empresário pode errar, mas a profissão médica, a profissão de enfermeiro são as únicas profissões que não admitem erro – zero erro –, porque cuidam de seres humanos, cuidam da saúde das pessoas. E o enfermeiro, essa classe tão trabalhadora, tão sofrida e tão mal remunerada, tem que ficar ali no dia a dia. Pós-cirurgia, ela é quem cuida do paciente, às vezes por meses, lá no hospital, e muitos deles ainda, igual na Amazônia, têm que prestar o serviço na beira dos rios, aos ribeirinhos, tem que sair na área rural, uma área tão difícil.

Mas eu quero complementar minhas palavras aqui, Presidente, e dizer o seguinte: nós que somos dos Poderes, Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário... Eu vejo tanta gastança pelo Brasil afora, em assembleia legislativa, Câmara Federal, nas câmaras de Vereadores, no próprio Senado e no próprio Judiciário. Os Poderes têm que entender uma coisa: nós precisamos remunerar, e não é só a enfermagem; tem outras classes também que precisam ser vistas pelo Brasil, pelos estados e pelos municípios.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Jaime Bagattoli e pergunto se algum Senador ou Senadora quer discutir. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora para discutir, essa matéria terá votação simbólica, e eu vou colocá-la em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o relatório do Senador Fabiano Contarato permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Coloco em votação...

Como pede o Senador Weverton Rocha, ele encaminhou um requerimento para tramitação em calendário especial; e eu coloco em votação a proposta do Senador Weverton Rocha.

Está em votação, para tramitar no Senado Federal em calendário especial, a proposta de emenda à Constituição.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento do Senador Weverton Rocha permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a tramitação em calendário especial. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vamos agora ao item... (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Peço silêncio ao Plenário, porque nós temos outras matérias para serem apreciadas.

Peço silêncio ao Plenário, porque nós temos outras matérias para serem apreciadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Turno suplementar terminativo, que tem como Relator o Senador Esperidião Amin – Senador Esperidião Amin.

ITEM 9

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 3220, DE 2019

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências sobre o direito de utilização e compartilhamento de postes, dutos, condutos ou servidão pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias de energia elétrica ou prestadoras de outros serviços de interesse público.*

Autoria do Projeto: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do Projeto e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 2 e 3, na forma do Substitutivo que apresenta, restando prejudicada a Emenda nº 1- CI.

Observações:

- Em 18/03/2026, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 3220, de 2019, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282,

combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Em 07/04/2026, foi recebida a Emenda nº 5/S, de autoria do Senador Eduardo Gomes (dependendo de relatório);

- Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero informar aos Srs. Senadores e Senadoras que, depois, nós temos uma proposta de emenda à Constituição, a PEC 67, extrapauta, e depois a PEC nº 3, que vai apreciar o fim da aposentadoria compulsória de juízes e promotores.

Portanto, eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, é evidente que todos nós estamos alegres e com a consciência mais leve depois dessa votação, mas agora nós vamos ter que usar o poste – ouviu, Weverton?

Aquele teu projeto é cinquentenário, porque este assunto, o uso do poste por internet, telefonia, eletricidade, já povoou a minha vida como Prefeito na década de 70. Então, é um projeto que versa sobre um assunto muito complicado.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Pela ordem.) – Aliás, quero lhe agradecer, porque eu não estive aqui na sessão anterior, e V. Exa. conduziu muito bem aquele projeto; e tenho certeza de que foi dado um grande passo para a gente regularizar essa temática.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Primeiro, foi uma iniciativa muito interessante. Nós já conseguimos aprová-lo, e a única novidade que nós temos é a Emenda nº 5, apresentada pelo Senador Eduardo Gomes.

É lógico que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, não se incomode; o foguetório é natural.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aos enfermeiros, aprovou...

Eu peço silêncio, porque nós temos ainda dez matérias para votar agora, pela manhã, e vamos votá-las.

Portanto, se fizer o silêncio, vai contribuir muito com o Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu acho o foguetório justo, porque a espera e, mais do que isso, a demora justificam.

Então, esta Emenda nº 5... (*Pausa.*)

Se fechar a porta, vai melhorar.

Agora, o foguetório já se deslocou para o corredor. Vai ficar melhor.

V. Exa. já foi batizado, e não foi pela água do Rio Jordão. (*Risos.*)

Então, vamos lá.

A Emenda nº 5, que foi apresentada pelo Senador Eduardo Gomes, é objeto de acordo por parte de todos nós, porque ela simplesmente concede segurança jurídica para o valor do preço da utilização do aluguel, digamos, do poste. Quando este preço for estabelecido rigorosamente de acordo com as regras que são previstas pela lei e pela Aneel, deixa-se de cobrar o preço arbitrado pelo projeto.

Ou seja, nós renderemos o nosso juízo ao juízo da técnica e da contabilidade e do custo real.

Portanto, é uma emenda sensata, rigorosamente defensora da segurança jurídica e do preço mais justo para esse uso múltiplo, de sorte que, Presidente, nesta volta do projeto, em decisão terminativa, essa modificação em nada altera o sentido e a concertação feita no texto.

Eu quero agradecer a todas as entidades que, tanto aqui no Brasil quanto no MWC de Barcelona, neste ano, se manifestaram a favor da regularização proposta no projeto de autoria do Senador Weverton.

Quero reiterar o agradecimento a todos aqueles que construíram esse texto. Eu procurei ser o harmonizador.

Quero reiterar o agradecimento à nossa assessoria, especialmente ao Assessor Jibran, ao Consultor do Senado Rutelly... Eu já fiz por escrito esse agradecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E creio que a aprovação, em caráter terminativo, vencido o prazo natural que o Plenário terá, de cinco sessões, vai permitir que o debate se desloque para a Câmara, de maneira construtiva, mas sobre um texto aplainado, aplainado e pacificado.

E gostaria de, finalmente, cumprimentar também iniciativas que, no meu estado, favoreceram, com o seu exemplo, a redação deste texto: a Celesc, distribuidora de energia elétrica de Santa Catarina; as associações comunitárias que emprestaram o seu apoio à experiência desenvolvida pela Celesc em Santa Catarina; e agradecer a V. Exa. por atender o meu pedido de antecipar a apreciação do item 9 da nossa agenda de hoje, cumprimentando-o mais uma vez pela condução do projeto anterior da enfermagem, com o conhecimento médico que V. Exa. acumulou – dessa vez sem ironias. (*Risos.*)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, consulto os Srs. Senadores e Senadoras se podemos realizar votação única para o substitutivo e a emenda, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

A votação será nominal, em caráter terminativo.

Determino à Mesa que abra o painel.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Só para confirmar, Presidente, eu voto, portanto, pelo acolhimento da Emenda nº 5, que mencionei.

Muito obrigado.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Presidente, nós estamos em processo de votação, correto? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está aberto o painel para votação.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É importante que os Srs. Senadores e Senadoras possam votar. A matéria é terminativa e depende de, no mínimo, 14 votos dos Senadores e Senadoras.

Peço aos Srs. Senadores que possam votar e determino à Mesa que faça contato com os assessores dos Senadores que não estão presentes, até porque alguns Senadores estão participando da CPI do Crime Organizado, de tal forma que não estão presentes, mas poderão votar pelo sistema remoto.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Weverton Rocha.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Pela ordem.) – Eu queria aqui render as minhas homenagens ao Relator, o Senador Esperidião Amin. Nós o acompanhamos já há algum tempo, e ele sempre tem tido essa presteza e esse cuidado com as matérias que ele recebe como missão para poder relatar nesta Comissão. Esta matéria parece ser um assunto simples, mas ele percebeu que não era, foi fruto de muita conversa, de muito diálogo, ouviu atentamente muitos setores, e, obviamente, nós vamos chegar a um nível, Senador Esperidião, que o Brasil e que nós queremos sempre.

Essa feira que acontece anualmente em Barcelona é importantíssima, porque lá você começa a perceber – eu tive a oportunidade de participar no ano retrasado – o quanto nós estamos longe, mas ao mesmo tempo na direção certa. O Brasil já começa a dizer aonde quer chegar.

Uma das coisas que incomoda – e às vezes o cidadão não sabe que tem essa solução já –, e já incomoda nas cidades grandes, é essa parafernália de fios soltos nos postes na frente das casas, nos condomínios, nos locais comerciais, causando uma verdadeira poluição. A gente percebe que, além disso, o custo se eleva, às vezes, em muitos serviços. Nós temos esse sonho e, obviamente, nós já trouxemos para cá este debate, para a Comissão de Infraestrutura aqui do Senado Federal, da utilização e do incentivo das infraestruturas que nós chamamos de neutras no Brasil. Então, daqui a pouquinho, se Deus quiser, nós vamos ter aí um poste com um fio apenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passando, levando vários provedores na mesma infraestrutura, e o cliente tendo a condição de escolher o serviço...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... de forma mais barata e também mais eficiente, assim como já acontece na questão do gás, e também poderá um dia ser assim na energia elétrica.

Então, essa infraestrutura neutra é fundamental porque você diminui, você unifica a infraestrutura e, ao mesmo tempo, você diversifica, dando abertura para outros prestadores de serviço, tirando esse monopólio e, obviamente, fazendo com que o consumidor seja melhor atendido.

Então, são passos que vão sendo dados, e, enquanto isso não acontece, você ter essa política fiscal, essa política de ter condição de quem está lá na ponta, o pequeno provedor, o médio, não ser explorado a cada poste com que ele, com muita dificuldade, puxa a sua infraestrutura para poder levar o serviço, é de fundamental importância.

Eu tenho certeza de que V. Exa. teve muito cuidado. Fica aqui o nosso agradecimento, o meu reconhecimento ao trabalho que V. Exa. prestou, não só nesta matéria, mas tem prestado em todas que têm se colocado à disposição aqui, nesta importante Comissão.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Peço aos Srs. Senadores e Senadoras que possam votar. A matéria é terminativa no Plenário da Comissão de Constituição e Justiça.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu quero reiterar os seguintes pedidos, para que V. Exa...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Peço silêncio, por favor.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Estou pedindo para que V. Exa. promova a designação dos Relatores dos seguintes projetos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Senadora Eliziane Gama, o Senador Esperidião está com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vocês poderiam ocupar aquela sala lá, para fazer um debate mais construtivo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador, por favor. Se for para a relatoria...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Inclusive, facilita nesse caso lá. Lá tem...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião, V. Exa. pode encaminhar aqui os pedidos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, vamos lá! Três mil...

Mas é que eu já pedi, Presidente. Estou reforçando o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, pode concluir. Com toda a paciência do mundo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – PL 3.118.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Anota aí.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu peço a designação do Relator:

- PL 2.214, de 2025;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- PEC 46, de 2024: esta PEC, Presidente, se refere aos direitos das vítimas de calamidades públicas, é uma PEC relevante.

- PEC 43, de 2023, que veda que magistrados atuem em processos patrocinados, direta ou indiretamente, por cônjuges, companheiros ou parentes até o segundo grau. É uma PEC muito oportuna;

- e, finalmente, eu queria sugerir que V. Ex. designasse o Relator da PEC 5, de 2026, que dispõe sobre o comparecimento obrigatório de investigado e de testemunha perante as CPIs. Elas estão se desmoralizando, as CPIs, pela dispensa contumaz, frequente e repetida de pessoas que as CPIs convocam e não comparecem.

E, finalmente, vou entregar à assessoria o PL 893, de nossa autoria e que já recebeu o relatório do Senador Sergio Moro, que versa sobre a exceção da verdade, ou seja, se alguma coisa é verdadeira, é um fato concreto, ninguém pode retirar o fato de uma CPI. A minoria pode pedir para incluir no relatório que seguirá, respeitado um quórum mínimo de dois quintos dos integrantes da CPI, desde que haja o fato documentado que faça parte dos *Anais* da CPI, porque o que tem acontecido é que a maioria eventual revoga os fatos, ou seja, não existiu aquilo que de fato ocorreu, porque a maioria, no seu interesse político, assim deseja. E, nos países que já têm mais experiência do que nós, a exceção da verdade é um instrumento para que o fato pelo menos conste do relatório no seu anexo.

Este é o escopo deste projeto de lei, que já tem o parecer do Senador Sergio Moro, e eu só peço para que, depois da vista coletiva que foi concedida, ele volte para a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quero parabenizar V. Exa., o projeto relatado por V. Exa. está aprovado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – SIM, 18; nenhum voto contra.

Eu vou passar para a leitura só do Senador Oriovisto, extrapauta, para em seguida apreciarmos a pauta da PEC 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Oriovisto, para a leitura da...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Como Relator.) – Sr. Presidente, na verdade eu peço autorização para ir direto à análise, porque o assunto é extremamente simples.

Trata-se da PEC nº 67, que visa a incluir, no art. 220 da Constituição, duas linhas, isentando de responsabilidade civil as emissoras de rádio e televisão por razões de opiniões expressas por entrevistados. Para que todos saibam do que se trata: uma emissora de televisão está entrevistando alguém, e esse alguém profere uma inverdade a respeito de uma outra pessoa; além de poder processar o entrevistado, essa terceira pessoa pode hoje processar também a emissora de televisão ou de rádio. Isso é uma questão que inibe a liberdade de imprensa. E eu tenho recebido inúmeros pedidos de emissoras de TV e das organizações que as reúnem, como a Aerp e outras, para que essa emenda seja feita. Ela é muito simples. Ela acrescenta o §7º no art. 220 da Constituição com os seguintes dizeres: "Veículo de comunicação não responde civilmente quando, sem emitir opinião, veicula entrevista na qual atribuído, pelo entrevistado, ato ilícito a determinada pessoa".

Foram apresentadas, Sr. Presidente, duas emendas.

Uma emenda, do Senador Marcos Rogério, pretende estabelecer um §8º para dizer que o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente. Então, ela vai para outros campos e começa a trabalhar com internet, que não é o escopo desse projeto e que tornaria o projeto muito mais complexo. Por essa razão, eu rejeitei essa emenda. Acho que ela é válida, ela é importante, mas não cabe nesse projeto.

E a Emenda 2-CCJ, do Senador Hamilton Mourão, que quer tipificar... O objetivo é promover alterações no capítulo completamente distinto do alvo da PEC 67, de 2023, com a finalidade de dispor sobre a definição por prerrogativa de função da competência de órgãos jurisdicionais. Por isso, também rejeitei essa emenda.

Sendo assim, Sr. Presidente, eu vou direto ao voto.

Assim, opinamos pela rejeição da Emenda 1-CCJ e Emenda 2-CCJ e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Esse é o relatório.

Pergunto se algum Senador ou Senadora quer discutir a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senador algum que queira discutir a matéria.

Encerrada a discussão.

Coloco em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a PEC relatada pelo Senador Oriovisto.

Pergunto à Senadora Eliziane se já existe um relatório...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Sr. Presidente, eu tenho um relatório para ler da modificação...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não agora. O item 2 era a PEC... Então será agora a PEC 3.

V. Exa. já concluiu os entendimentos com o Senador Sergio Moro, com o Senador Carlos Portinho?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Sr. Presidente, V. Exa. me dá cinco minutos só enquanto ele imprime a complementação de voto?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Então o item do Senador Rogério Carvalho. (*Pausa.*)

Senador Weverton!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 15

PROJETO DE LEI Nº 901, DE 2024

- Terminativo -

Dispõe sobre a prioridade e a gratuidade no atendimento às pessoas em situação de rua em serviços de emissão de documentos pessoais.

Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Votação nominal.

Senador Weverton, para relatar.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Não, eu estou lembrando a Senadora Eliziane aqui que eu achei o celular dela que estava aqui embaixo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Achou?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Como Relator.) – Já, está com ela.

Sr. Presidente, aqui o Projeto 901, de 2024, da Senadora Ana Paula, dispõe sobre a prioridade e a gratuidade no atendimento às pessoas em situação de rua em serviços de emissão de documentos pessoais. Então eu vou manter todo o projeto que veio da Comissão de Direitos Humanos. Nós temos aqui duas emendas que eu quero ler, que são as que eu estou acatando, mas, de já, pelos argumentos todos que foram apresentados, o nosso voto é pela aprovação do projeto de lei, e ele vai com a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº - CCJ
Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 901, de 2024, a seguinte redação:
"Art. 2º A constatação da condição de pessoa em situação de rua dar-se-á por meio de autodeclaração, vedando-se a imposição de condições ou de apresentação de documentos para tal finalidade."

EMENDA Nº - CCJ
Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 901, de 2024, a seguinte redação:
"Art. 3º Os beneficiários da prioridade prevista no artigo 1º estão dispensados de prévio agendamento, presencial ou eletrônico, para atendimento por serviços de emissão dos documentos de que trata esta Lei.
Parágrafo único. Regulamento estabelecerá as condições para a prestação dos serviços de que trata o art. 1º desta Lei junto aos serviços de emissão de documentos, bem como determinará os meios para comunicar à população interessada os direitos estabelecidos nesta Lei valendo-se dos mecanismos instituídos pela Lei nº 14.821, de 16 de janeiro de 2024."

EMENDA Nº - CCJ
Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei nº 901, de 2024, a seguinte redação:
"Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias da data de sua publicação".

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Matéria em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador que queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Essa matéria é terminativa. Projeto de Lei nº 901, relatado pelo Senador Weverton.

O painel está aberto para a votação dos Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto os Srs. Senadores se podemos realizar votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

E vamos à votação agora nominal da matéria.

Há necessidade de 14 votos. A matéria é terminativa aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Votação nominal do projeto relatado pelo Senador Weverton Rocha, de autoria da Senadora Ana Paula Lobato, Projeto de Lei nº 901, de 2024, terminativo nesta Comissão de Constituição e Justiça.

Peço à Mesa que faça contato com os assessores dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras para que a votação possa fluir, já que nós temos outras matérias para votação ainda nesta sessão.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já com o quórum de votação completo, determino à Mesa que encerre a votação.

Estou encerrando aqui a votação. Abrir o painel para o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aprovado, com 13 votos favoráveis.

Aprovado o projeto, com as Emendas nº 1 a 3 da Comissão de Constituição e Justiça.

A matéria será encaminhada à mesa para as devidas providências cabíveis.

Pergunto à Senadora Eliziane Gama e ao Senador Sergio Moro se já têm o relatório pacificado, sobretudo mantendo a vitaliciedade, muito debatida neste momento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se não está, então Senador Rogério Carvalho...

Item 13.

ITEM 13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Constituição Federal para dispor sobre o atendimento ininterrupto das Defensorias Públicas para temas de saúde.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE) e outros

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável à Proposta nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu peço permissão a V. Exa. para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Cabe à CCJ, nos termos do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, emitir parecer sobre a admissibilidade e o mérito das propostas de emenda à Constituição.

Quanto à constitucionalidade da matéria, cumpre registrar que todos os requisitos exigidos pelo art. 60 da Constituição Federal são por ela atendidos, a saber: a proposta é de autoria de mais de um terço dos membros do Senado Federal; não se verifica, no momento, a vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio; e seu conteúdo não incorre em tentativa de abolir a forma federativa do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que tange ao mérito, devemos reconhecer a imprescindibilidade das Defensorias Públicas da União, dos Estados e do Distrito Federal para garantir o acesso à Justiça das pessoas socialmente vulneráveis.

No tocante ao objeto da PEC ora analisada, é preciso reconhecer que, em diversos casos, o Poder Judiciário precisa ser acionado para a devida consagração dos direitos fundamentais à vida e à saúde, cujas matrizes constitucionais se encontram, respectivamente, nos arts. 5º e 6º da Constituição.

Nesse passo, judicialização em saúde é um fenômeno que tem crescido nas últimas décadas, conforme os dados do Painel de Estatísticas Processuais de Direito da Saúde, do Conselho Nacional de Justiça.

Apesar de a judicialização ser um instrumento legítimo de acesso à saúde, ela pode comprometer princípios fundamentais que estruturam o sistema público de saúde, como o da igualdade e da equidade, uma vez que tende a beneficiar aqueles que, por terem maior poder econômico, têm acesso mais fácil ao sistema judiciário, em detrimento das populações vulneráveis.

Assim, o trabalho das Defensorias Públicas é essencial para promover uma Justiça mais equitativa, ao garantir às populações vulneráveis o acesso à Justiça, promovendo a defesa e a efetivação do seu direito à saúde.

Como as questões de saúde envolvem, muitas vezes, situações emergenciais, em que a própria vida das pessoas pode estar em risco, nada mais justo que garantir o acesso à Justiça das populações em situação de vulnerabilidade a qualquer tempo, o que implica a necessidade de que as Defensorias Públicas atuem ininterruptamente para atender a tais demandas.

Por esses motivos, no Brasil, algumas Defensorias Públicas já realizam assistência em regime de plantões de 24 horas, para garantir o atendimento às demandas urgentes da população. No entanto, essa não é a realidade de parte dos estados brasileiros. Portanto, incluir essa obrigatoriedade na Constituição é medida que garantirá a isonomia de tratamento para toda a população no que diz respeito à defesa do direito à saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ocorre que a ausência de previsão expressa voltada especificamente às Defensorias Públicas tem contribuído para a inércia de alguns entes federados na implementação de plantões permanentes. A heterogeneidade da situação atual entre os estados evidencia que a norma implícita, por si só, não tem se mostrado suficiente para garantir a isonomia de tratamento à população vulnerável, razão pela qual a positivação expressa do dever no texto constitucional assume relevância normativa inegável.

Com esse objetivo, proponho a redação inspirada na fórmula já consagrada para a magistratura, com a devida adaptação à Defensoria Pública. Assim como o Judiciário tem plantões, a Defensoria Pública também.

Para além da alteração textual, propomos também disposição de natureza financeira indispensável à efetividade da norma, prevendo que os recursos necessários à ampliação do funcionamento das Defensorias serão gradativamente assegurados pelos respectivos entes federados, harmonizando o novo dever constitucional com a realidade fiscal da Federação.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação da PEC nº 11, de 2024, no que tange à admissibilidade e ao mérito, na forma do seguinte substitutivo.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Nenhum Senador ou Senadora quer discutir.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Rogério Carvalho.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra à Senadora Eliziane Gama para a relatoria da PEC 3.

ITEM 8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2024

- Não terminativo -

Altera os arts. 42, 93, 128 e 142 da Constituição Federal, para vedar o uso da aposentadoria como sanção quando do cometimento de infração disciplinar.

Autoria: Senador Flávio Dino (PSB/MA) e outros

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Favorável à Proposta com três Emendas de redação que apresenta.

Observações:

- Foram apresentadas as Emendas nº 2, de autoria do Senador Rogério Carvalho; nº 3, de autoria do Senador Hamilton Mourão; nº 4, de autoria do Senador Sergio Moro; e nºs 5 e 6, de autoria do Senador Alessandro Vieira (todas dependendo de relatório);

- Em 07/04/2026, foi realizada audiência pública para instrução da matéria;

- Em 07/04/2026, o Senador Sergio Moro solicitou a retirada da Emenda nº 1, de sua autoria;

- Em 18/03/2026, a Presidência concedeu vistas coletivas da matéria.

É da autoria do ex-Senador Flávio Dino, hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, e da relatoria da Senadora Eliziane Gama, a quem passo a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Srs. colegas Parlamentares, eu vou ler aqui a complementação de voto e dizer que eu falei, agora há pouco, sobre a importância...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero só lembrar que dessa matéria houve pedido de vista, na sessão anterior, pelo Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sergio Moro. E o Senador Carlos Portinho muito cioso dessa responsabilidade da matéria que precisa realmente de discussão... Nós fizemos a audiência pública, foi dada vista e, portanto, hoje vai a voto.

Passo a palavra à Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Sr. Presidente, eu vou fazer aqui a leitura do relatório e da análise, mas eu quero iniciar dizendo para o senhor o seguinte: a gente fez várias conversas, ontem nós tivemos aqui uma audiência pública e eu acompanhei todo o processo pelas redes, toda a audiência pública, nós ouvimos e tivemos, na verdade, um debate muito intenso. E o que eu sempre coloco na minha vida, Presidente...

Eu fiz um relatório, um relatório da minha convicção do que deveria ser, mas eu tenho apenas um voto nesta Comissão. Esta Comissão é um colegiado. Então, ela é resultado... A votação das propostas é resultado de um colegiado. Então, é fundamental a gente tentar construir o máximo possível de acordo com os colegas, para a gente chegar a um resultado final de aprovação. Não vai adiantar a gente sair daqui com uma proposta que não seja aprovada. É claro que tem questões de que você jamais pode abrir mão. E o cerne desta proposta é acabar com a aposentadoria compulsória. Então, aí eu diria que é uma cláusula pétrea, digamos assim, aquilo de que você realmente não abre mão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É um consenso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – É um consenso. E se tornou um consenso também entre os colegas. A proposta que nós vamos aprovar daqui a pouquinho, que eu espero que seja por unanimidade, conforme as várias conversas que nós já tivemos, será uma proposta que vai atender, hoje, um objetivo básico da sociedade brasileira, que é acabar com o que eu chamaria de imoralidade. É um juiz cometer um crime...

Tivemos aqui, por exemplo, Portinho, o caso do Espírito Santo em que houve uma condenação depois, transitada e julgada, uma sentença proferida, transitada e julgada, de um colega que mandou matar o outro. Nós tivemos casos de estupro de vulnerável. E, no final, o que é que se tem? Uma aposentadoria compulsória, ganhando um salário vitalício, gente. Isso é inaceitável, isso é inadmissível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a nossa proposta definitivamente acaba com essa indecência. Eu acho que isso é a bem do serviço público, isso é a bem da magistratura brasileira, que tem extraordinários juízes, extraordinários desembargadores. Isso é um fato. E, como o Portinho colocou, isso é um consenso. Realmente, não abriremos mão, em hipótese nenhuma, desse ponto central, que é o nosso relatório.

Então, eu vou fazer aqui uma leitura, porque nós tivemos alguns ajustes em relação à questão da sentença transitada e julgada. Aliás, eu acho que uma emenda do Portinho foi muito importante: enquanto se espera essa decisão – e também, na conversa, nós estabelecemos um prazo de 30 dias para essa ação realmente ser iniciada –, nesse período, a gente tem, de fato, o afastamento desse juiz com a suspensão dos proventos, dos salários – isso é importante também –, que foi, na verdade, um avanço. Essa proposta foi proferida, inclusive, foi apresentada, melhor dizendo, pelo Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E em consenso também quanto a isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – E em consenso...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... com os demais colegas.

Então eu vou ler todo o relatório e, ao final, apresentaremos aqui como ficarão, realmente, as alterações.

Posteriormente à apresentação do nosso relatório, seguiu-se a realização de audiência pública, que contou com ampla participação de representantes das autoridades e servidores cuja esfera jurídica poderia vir a ser afetada pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2024, tendo sido oferecidas sete emendas à proposição.

A Emenda nº 1, do Senador Sergio Moro, foi retirada pelo autor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 2, do Senador Rogério Carvalho, altera a redação da PEC para atingir o mesmo fim das emendas de redação apresentadas no nosso relatório. Em face das modificações realizadas a seguir, contudo, entendemos que a emenda fica prejudicada.

Já a Emenda nº 3, do Senador Hamilton Mourão, propõe suprimir da PEC a disciplina da perda do cargo de militares, especialmente no que tange à pensão deixada aos dependentes no caso de exclusão a bem da disciplina, que é a chamada morte ficta, ou a morte fictícia, ao argumento de que se trata de regime cuja constitucionalidade já foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal e que possui contornos diversos da aposentadoria compulsória, inclusive no que tange aos beneficiários do pagamento, quais sejam, os dependentes do militar faltoso, e não ele próprio.

Sem embargo à densidade jurídica dos argumentos levantados na justificação da emenda e na audiência pública, entendemos que as particularidades apontadas não amparam o pretendido. Com efeito, o reconhecimento da constitucionalidade da atual sistemática não implica sua intangibilidade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... e a aposentadoria, assim como a pensão, também é um direito fundamental, não havendo dúvida de que os dependentes do aposentado também se beneficiam dessa verba. Justificar a diferenciação com base na simples titularidade do pagamento seria fazer prevalecer a forma sobre a essência, em desprestígio aos princípios da isonomia e da moralidade administrativa, sob a perspectiva da moderação dos atos administrativos.

Por sua vez, a Emenda nº 4, do Senador Sergio Moro, propõe fixar um rol taxativo de infrações, todas penais, passíveis de levar à perda do cargo de magistrados e membros do Ministério Público, ao argumento de que sua ausência poderia dar azo a perseguições, com possibilidade de interpretações excessivamente elásticas das condutas puníveis.

Em que pese a boa intenção do autor, endossada por alguns dos expositores da audiência, entendemos que uma emenda constitucional não é a espécie normativa adequada para tal detalhamento, sob pena de obstar a atualização normativa em face, inclusive, da possibilidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

futura tipificação de novos delitos. Acolhemos a emenda, portanto, apenas parcialmente, sem especificação, no texto constitucional – portanto, retirando aqui esse rol taxativo, eu diria assim –, de crimes que podem levar à perda do cargo.

Adiante, a Emenda nº 5, do Senador Alessandro Vieira, dispõe vedações adicionais aplicáveis aos magistrados e membros do Ministério Público, incluindo-as no conceito de "falta grave" e disciplinando de forma pormenorizada o procedimento a ser adotado em sua apuração.

Pensamos que a inclusão das novas vedações, ainda que possa ser meritória, escapa ao escopo da presente PEC, merecendo discussão no âmbito de proposição autônoma. Já o aspecto procedimental, por demasiado específico, acaba essencialmente esgotando a disciplina de uma matéria que o constituinte originário delegou à Loman, que é a lei orgânica, e às leis orgânicas de cada Ministério Público.

No que tange à necessidade de decisão judicial para a perda do cargo, contudo, curvamo-nos ao entendimento manifestado na referida emenda e a acolhemos parcialmente, para, no mesmo sentido endossado de forma unânime pelos expositores na audiência pública, reconhecer que a vitaliciedade é essencial para garantir a independência da magistratura e do Ministério Público. Retiramos, assim, as duas primeiras emendas de redação que havíamos anteriormente apresentado, reservando à seara jurisdicional a punição de perda do cargo, a ser aplicada em ação cível proposta no prazo de 30 dias, perante o mesmo tribunal ao qual caberia o julgamento do crime, ficando suspensos o exercício das funções e a correspondente remuneração até o trânsito em julgado. Portanto, atende-se aqui a colocação do Senador Portinho, suspendendo essa remuneração até o trânsito em julgado; ou seja, você tem um prazo, mas até lá esse juiz não está recebendo os seus proventos – achei importante, inclusive, essa suspensão do provento.

Voltando-se a um universo mais amplo de destinatários, a Emenda nº 6, também do Senador Alessandro Vieira, propõe sujeitar os servidores públicos em geral a procedimento de sindicância patrimonial.

Trata-se de medida que, não obstante potencialmente meritória, igualmente extrapola o escopo da PEC, restrita aos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e militares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, em sentido similar à parte acolhida da Emenda nº 5, a Emenda nº 7, do Senador Carlos Portinho, propõe, no caso de faltas graves, a aplicação administrativa da pena de disponibilidade, porém nesse caso sem remuneração, pelo prazo de até dois anos, determinando que seja proposta pelo Ministério Público ação cível de perda do cargo, no prazo de 30 dias, perante o tribunal com competência para julgamento de crime de responsabilidade eventualmente praticado pela mesma autoridade.

Acolhemos parcialmente a emenda, pelos mesmos fundamentos anteriormente expostos, pontuando ser desnecessário reafirmar a competência do Senado Federal para julgamento de crimes de responsabilidade das autoridades de cúpula do Poder Judiciário, do Ministério Público e da advocacia pública, uma vez que isso já consta de forma expressa do art. 52, inciso II, da Constituição Federal.

Ou seja, membros do Supremo Tribunal Federal são passíveis de *impeachment*, que vem para esta Casa, e aí, portanto, têm, inclusive, proventos suspensos, nos mesmos moldes, não a partir de uma aposentadoria compulsória, mas um *impeachment* estabelecido pelo Senado Federal. É apenas uma redundância, porque nós já temos isso claro na Constituição Federal.

Ante o exposto, ratificamos o voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2024, e, parcialmente, das Emendas nºs 4, 5 e 7, todas na forma da subemenda abaixo, bem como da seguinte emenda de redação, rejeitadas as Emendas nºs 3 e 6 e prejudicada a Emenda nº 2:

> SUBEMENDA Nº - CCJ
> (Às Emendas nº 4, do Senador Sergio Moro, nº 5, do Senador Alessandro Vieira, e nº 7, do Senador Carlos Portinho)
> [Então, Presidente, vou ler agora como fica redação.]
> Dê-se a redação seguinte aos arts. 93 e 128 da Constituição Federal, na forma do art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2024:
> "Art. 93. .....
> .....
> VI-A – é vedada a concessão de aposentadoria compulsória aos magistrados como sanção pelo cometimento de infração disciplinar, devendo ser aplicada, em face de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faltas graves que configurem crime, a penalidade de perda do cargo ou demissão, ou equivalente, conforme lei disciplinadora da carreira, sendo a ação cível para perda do cargo proposta em até 30 dias, perante o mesmo Tribunal ao qual caberia o julgamento do crime;

.....

Parágrafo único. Nos casos do inciso VI-A, reconhecida administrativamente a prática da infração, o magistrado será afastado provisoriamente das funções e terá a remuneração suspensa durante o andamento da ação cível para perda do cargo por decisão do tribunal competente, sem prejuízo da possibilidade de perda do cargo como efeito da própria sentença penal condenatória, nos termos da legislação penal."

"Art. 128. .....

.....

§ 6º Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 93, VI-A, e no art. 95, parágrafo único, V, desta Constituição, devendo ser aplicada, em face de faltas graves que configurem crime, a penalidade de perda do cargo ou demissão, ou equivalente, conforme lei disciplinadora da carreira, sendo a ação cível para perda do cargo proposta em até 30 dias, perante o mesmo Tribunal ao qual caberia o julgamento do crime;

§ 7º Nos casos do § 6º, reconhecida administrativamente a prática da infração, o membro do Ministério Público será afastado provisoriamente das funções e terá a remuneração suspensa durante o andamento da ação cível para perda do cargo por decisão do Tribunal competente, sem prejuízo da possibilidade de perda do cargo como efeito da própria sentença penal condenatória, nos termos da legislação penal." (NR)

EMENDA Nº - CCJ (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no remunerado art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2024, a expressão "Emenda à Constituição" por "Emenda Constitucional". (*Pausa.*)

Presidente, eu acabo de receber a Emenda nº 8, mas, na verdade, ela acaba sendo prejudicada, e, portanto, eu decido pela rejeição, porque ela já foi parcialmente contemplada aqui, na minha complementação de voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. concluiu o relatório, Senadora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concluído o relatório, a matéria está em discussão.

Para discutir, na ordem, Senador Sergio Moro, Senador Esperidião Amin, Senador Carlos Portinho e Senador Hamilton Mourão.

Na ordem, são quatro Senadores inscritos para a discussão, e o Senador Rogerio Marinho. Após o Senador Hamilton Mourão, o Senador Rogerio Marinho.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. Para discutir.) – Presidente, existe um problema real que a emenda quer resolver, que é algo que não é aceito pela sociedade e pela opinião pública: um magistrado ou um promotor que cometem crimes serem punidos disciplinarmente, mas prosseguirem com aposentadoria compulsória, o que ocorre hoje no caso dos magistrados.

Creio que a emenda apresentada aqui, com a redação muito bem acordada com a nossa Relatora, Senadora Eliziane Gama, resolve essa questão e deixa muito claro que o juiz que cometer um crime perde não só o cargo, mas também a aposentadoria.

A única coisa que foi feita, aqui, na construção foi ajustes procedimentais, porque, do outro lado, existe um valor importante que nós precisamos preservar em uma democracia, que é a independência da magistratura. E eu sei que hoje, a visão em cima, por exemplo, do Supremo Tribunal Federal e de alguns ministros é bastante negativa, mas, quando a gente fala magistratura, nós não estamos falando do Supremo Tribunal Federal tão apenas; nós estamos falando da magistratura em geral. Aí envolve tanto o juiz de primeira instância, como os juízes dos tribunais e os juízes das cortes superiores.

Muitas vezes, eles têm que fazer frente a enormes desafios na carreira, em processos contra o crime organizado. Eu fui Juiz por 22 anos e tive vários: tive processos contra a quadrilha do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fernandinho Beira-Mar, contra ele mesmo; fui juiz corregedor de presídio federal. E a gente precisa ter, no exercício dessa função, garantias, para que a gente possa exercer com independência o trabalho, mesmo frente, por exemplo, a criminosos poderosos, sejam do colarinho branco ou lideranças do crime organizado.

Então a redação que foi aqui acordada, primeiro, acaba com a aposentadoria compulsória para magistrados que cometem crimes – ajustamos esse ponto da redação –, mas não vulgariza a perda da aposentadoria compulsória porque, por exemplo, um juiz que comete uma mera infração disciplinar, sei lá, desídia no trabalho, aí ele perde o cargo e perde também a aposentadoria? Mas ele contribuiu. Hoje, o regime da aposentadoria é contributivo, não faz sentido que ele perca o benefício nessas circunstâncias; sequer o servidor público da União, o estatutário perde quando é demitido, se ele já tem os requisitos necessários para alcançar a aposentadoria.

Então, foi necessário aqui fazer alguns ajustes.

Também foi necessário manter a exigência de que o órgão disciplinar, sim, aplique a pena de demissão, mas a efetivação dessa pena de demissão tem que ser feita, perseguida através de uma ação judicial perante o tribunal competente para julgar aquele próprio magistrado. Essa é, basicamente, a garantia da vitaliciedade. Eu sei que, às vezes, não é um tema simpático para a opinião pública. A opinião pública acha que o juiz tem garantia demais, tem benefícios demais, mas vamos olhar aqui essa figura com um pouco mais de largueza e abrangência porque nós termos juízes independentes é fundamental para que nós possamos ter julgamentos justos, imparciais, é importante para que o juiz possa se opor, muitas vezes, a interesses especiais ou a poderosos que se colocam como ameaça a ele no processo.

Se pudéssemos citar um exemplo, vamos destacar aqui o Ruy Barbosa. Ruy Barbosa, Senador, maior jurista brasileiro, lá da Bahia, da sua terra, Presidente, no final do século XIX, defendeu um juiz lá do Rio Grande do Sul, do estado do Senador Hamilton Mourão, que foi perseguido pelo então Presidente do estado – era esse o termo –, o Júlio de Castilhos. Ele proferiu uma decisão que contrariou o Júlio de Castilhos, que disse: "Que se puna esse juiz", e ele foi condenado por crime de abuso de autoridade. Quem o defendeu perante o Supremo Tribunal Federal? Ruy Barbosa, porque ele sabia da importância da independência da magistratura, foi na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defesa, inclusive, desse juiz que ele cunhou aquela expressão do crime de hermenêutica, que não pode ensejar qualquer punição.

Então, quando a gente defendeu ajustes nesses textos, não estamos querendo defender o mau juiz, não estamos querendo defender o juiz criminoso que, aliás, é uma absoluta minoria dentro da magistratura; nós queremos, sim, garantir que o juiz independente tenha condições de exercer o seu trabalho com as garantias necessárias ao exercício da profissão.

E aqui, vamos destacar, tanto elogiar o trabalho da Senadora Eliziane Gama, que concordou que houvesse mudanças no texto para alcançar esse objetivo de não fragilizar essa garantia, e também elogiar aqui a contribuição do Senador Portinho, que fez um ajuste para que também não ficasse um juiz, demitido por falta grave, que cometeu crime por um órgão disciplinar, recebendo seus vencimentos durante todo o andamento da ação judicial subsequente. Colocamos ali que o tribunal competente deve fazer essa suspensão, e ele vai analisar cada caso. Mas assim nós mantemos as garantias, equilibrando a exigência da sociedade e da opinião pública, que é muito correta, de que o juiz que comete crimes, como eu disse, uma absoluta minoria, não receba o benefício da aposentadoria compulsória, esse, sim, um benefício imoral, no caso do magistrado que comete crimes.

Então, eu quero aqui registrar o meu apoio e o meu voto favorável ao texto, elogiando o trabalho da Relatora no alcance desse acordo entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e concordo plenamente que a atividade do Poder Judiciário e do Ministério Público é muito importante para o Brasil, e a grande maioria procede de acordo com a lei, decide de acordo com a lei; e, às vezes, um ou outro que comete um crime jamais vai macular a história do Poder Judiciário e do Ministério Público no Brasil. Então, concordo com V. Exa. na colocação feita há pouco instante.

Passo a palavra ao Senador Esperidião Amin, se V. Exa. puder, porque V. Exa. está se alimentando agora. Eu posso esperar V. Exa. concluir. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Fique tranquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, eu quero dividir a minha intervenção em duas partes. A primeira: eu faço minhas as palavras do Senador Sergio Moro, quando ele diz que a sociedade realmente não pode admitir que se prossiga com um instituto de aposentadoria que premia um delinquente. Não há dúvida nenhuma de que isso tem que ser extirpado.

Com o que eu não posso concordar é que este projeto, que é de 2023 e de autoria de um atual Ministro do Supremo, ou seja, de um ex-Senador que agora é Ministro do Supremo, tenha sido pautado por uma decisão monocrática deste ex-Senador, hoje Ministro, que o próprio Supremo não delibera.

O mesmo Supremo Tribunal Federal, que sempre se valeu da conivência do Senado e agora se vale da conivência da Câmara, tem exorbitado nos últimos anos, com decisões monocráticas que se refletem na vida pública como um todo, afetando os outros Poderes constituídos, a sociedade como um todo; e, neste caso concreto, estamos, desde o dia 16 de março, com uma decisão monocrática do Ministro Flávio Dino, autor da proposta de emenda à Constituição, sobre a qual o pleno do Supremo não deliberou.

Eu estou muito curioso para saber se a decisão do Ministro Flávio Dino vai ser ou não respaldada pelos seus pares ou se eles vão escrever alguma coisa a mais, Senadora Eliziane...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que venha a modificar o texto que a senhora está elaborando, porque nada impede que, na deliberação sobre a decisão monocrática do Ministro Flávio Dino, prevaleça o seguinte entendimento: diverso deste que foi ressaltado, com o qual eu concordo, do Senador Sergio Moro.

Digamos que haja mais um requisito para convalidar uma demissão de um juiz. O Supremo pode dizer isso e vai dizer, porque ele já demonstrou que não quer deliberar sobre o fato concreto, objeto da deliberação monocrática do Ministro Flávio Dino, de forma que esta votação é uma dupla submissão, da Comissão de Justiça e do Senado, a uma pauta de um ex-Senador, hoje Ministro do Supremo, que não consegue o respaldo nem do seu colegiado.

Repito: quanto ao mérito, eu acho um absurdo que a aposentadoria compulsória seja a punição de um delinquente, mas acho um absurdo maior nós sermos pautados... Porque esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assunto não é de hoje. Esse assunto foi apresentado pelo Ministro Flávio Dino em 2023. O que tirou esse assunto da gaveta e colocou aqui na pauta em urgência foi uma decisão monocrática dele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Monocrática, que nós já...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Monocrática, que nós do Senado já repelimos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Mas Amin...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Amin...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E repelimos...

Vou concluir, Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não foi isso...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero dizer a V. Exa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vou concluir, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... que não foi por isso que veio para a pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relatora.) – Não, não... O senhor pautou antes da decisão liminar do Flávio.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pautei muito antes – muito antes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Foi pautada...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E a palavra "submissão", enquanto eu for Presidente, de nenhum ministro eu aceito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Neste caso, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nenhum ministro. Nem o Flávio, nenhum deles que está lá...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Neste caso...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... até porque não tenho nenhum...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Neste caso...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... débito com a Justiça, com o Supremo Tribunal Federal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Neste caso...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu não aceito a colocação errada de V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Neste caso, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Absolutamente. Isso estava pautado antes da decisão do Ministro Flávio Dino.

Eu tive um problema de saúde e não pude comparecer às sessões anteriores. Entendeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, V. Exa. me perdoe. V. Exa. não está com a verdade. Lamentavelmente, não está com a verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E eu me dou o respeito, Senador Esperidião Amin, a não me submeter a absolutamente nada, a ministro, a quem quer que seja, senão não estaria aqui, não honraria o voto do povo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... da Bahia, que eu represento muito bem ao longo da minha vida.

Nesses anos que estou aqui, nunca me submeti, absolutamente, a ninguém, nem a ministro nem a quem quer que seja, muito menos a Presidente da República. Eu passei aqui dois anos e meio na oposição a Michel Temer, quatro anos ao ex-Presidente Bolsonaro, e nunca me submeti a quem quer que seja.

Eu me respeito e exijo respeito...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu não pessoalizei...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... de V. Exa também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu não pessoalizei...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exijo o respeito de V. Exa. também, mas eu sou o Presidente, e não admito isso, absolutamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu não pessoalizei – eu não pessoalizei – e, se tivesse pessoalizado, pediria desculpas, pela amizade e pelo apreço que lhe dedico.

Agora, esta pauta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente... Não vejo dois presidentes aqui. Só tem um Presidente, que sou eu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu não pessoalizei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aqui só tem um Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – V. Exa. me permita...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu tive a oportunidade de ir para...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não pessoalizei...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião, eu tive a oportunidade de ir à tribuna do Senado votar contra a indicação de Ministro do Supremo Tribunal Federal, me colocar contra a indicação.

Eu nunca me abstive de dizer o que eu penso. Fui à tribuna do Senado Federal para a indicação do ministro do então Presidente Michel Temer, e para tribuna me colocar contra a indicação de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Fez muito bem, porque, realmente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, eu não me submeto a isso, absolutamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senão eu não aceitaria ser Presidente desta Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente, eu vou repetir: eu não pessoalizei...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Só tem um Presidente aqui, que sou eu. Não tem outro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu não pessoalizei, mas vou prosseguir para lhe dizer o seguinte: a própria decisão do Senado que, com 52 votos, discorda da medida monocrática contou com a sua participação pessoal, e eu já registrei isso aqui. Nós aprovamos por 52 votos a rejeição do Senado a decisões monocráticas, Presidente Otto Alencar, graças a V. Exa. O seu voto e a sua liderança foram decisivos.

Eu, em momento algum, pessoalizei ou estou pessoalizando; agora, esta pauta – esta pauta de urgência...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Lamentavelmente essa questão está na Câmara Federal, e não tem um Presidente para pautar isto: o fim da decisão monocrática.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Entra Presidente na Câmara, e sai Presidente, e continuam eles fazendo genuflexo, ou seja, se ajoelhando ao Supremo Tribunal Federal, o que é muito ruim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agora, Presidente, nós fomos chamados – V. Exa. foi chamado, eu também e nominalmente o seu par da Bahia, Senador Jaques Wagner –, nós fomos denominados pigmeus morais. E o Senador Jaques Wagner teve a sua "demissão", entre aspas, solicitada pelo Ministro decano do Supremo. Isso não é de hoje.

A minha insubordinação é pelo fato de que este assunto veio à baila depois da decisão monocrática do Ministro Flávio Dino, sobre a qual o Supremo Tribunal Federal ainda não decidiu. E nós estamos aqui – sim, nós estamos aqui – deliberando sobre um assunto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin, para desfazer o que V. Exa. está fazendo: veio à pauta no dia 13/3, a decisão do Ministro foi dia 16. Estava na pauta antes, está aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, eu falei da...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. tem a prova aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu falei...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, V. Exa. não está com a verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Falei...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. não está com a verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu falei exatamente a data...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Lamentavelmente, V. Exa. faltou com a verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... 16 de março...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu peço que entregue ao Senador Esperidião Amin a prova de que estava pautado antes.

Eu não vim antes fazer isso, porque V. Exa. sabe que eu tive um problema de saúde e não poderia vir...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu quero dizer que eu mesmo....

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... mas peço ao Ednaldo que entregue a ele a prova de que estava pautado antes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu estou repetindo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. não está com a verdade. Lamentavelmente, não está com a verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu já frisei a data, mas acho que – já lhe disse, não pessoalizei e não pessoalizaria – esta pauta está sendo colocada aqui de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maneira inoportuna, porque o Supremo Tribunal Federal ainda não decidiu sobre a decisão monocrática, Senador Oriovisto, que está em discussão neste momento. Nós estamos cuidando de uma redação de um assunto que está sob decisão sem prazo – decisão monocrática sem prazo – do Supremo Tribunal Federal. É uma dupla submissão nossa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Permite-me um aparte, Amin?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É a submissão a uma decisão monocrática e a não deliberação sobre ela. Isso não é uma submissão; é uma dupla submissão, dupla submissão a qual eu não aceito. E não aceito por razões – aí, sim – pessoais, políticas e institucionais. Isso é uma submissão a uma deliberação monocrática que não deveria ser acolhida por esta Comissão.

Dezesseis de março foi a data da decisão monocrática do Ministro Flávio Dino. Até hoje – até hoje – o Supremo não se dignou a apreciar a decisão monocrática que tem repercussão sobre casos de juízes federais e, como disse o Senador Sergio Moro, sobre a magistratura em geral e certamente as suas outras funções de justiça conexas.

O Supremo vai deliberar sobre a decisão monocrática certamente em desacordo com o que nós vamos decidir aqui, e a nossa decisão vai ser, mais uma vez, contestada pelo Supremo com o nosso silêncio, de forma que eu não vou votar esse assunto. É um direito que eu tenho e não vou assinalar como neutralidade, não. Eu tenho posição.

Esta deliberação é um equívoco, e ela se constituirá num grave risco de submissão pública, porque o Supremo vai retificar ou modificar, quer a decisão do Ministro Sergio Moro, quer a nossa. O que nós vamos escrever aqui – peço que conste em ata – vai ser desmoralizado pela decisão do Supremo, que fará reverter aquilo que aqui foi votado.

Nestas condições, eu não votarei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Pela ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu votei...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Um minuto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Recursar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero reiterar a verdade. Foi pautada no dia 13 de março, e a decisão do Ministro Flávio Dino foi no dia 16 de março. O Senador Esperidião Amin não está com a verdade.

Se V. Exa., agora passou a ser o Oráculo de Delfos, sabendo o que vai ser votado ou não no Supremo e vai contestar aqui, é outra história.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, pela ordem.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Eliziane Gama.

Depois eu passo para V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Pela ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agendada para o dia 18 de março.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Treze de março.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No papel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, 13 de março. Não, está em cima aí, 13 de março. Mostra para ele aí.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No papel. Agendada para o dia 18 de março.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Treze de março.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Este papel, eu vou guardar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Treze de março. Mostra ele por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aqui, ó!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Treze de março.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aqui, ó: agendada...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, 13 de março.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agendada para... Isto aqui eu vou guardar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se. V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não, mas é a pauta. A pauta foi estabelecida dia 13.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agendada para o dia 18 de março.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião, é 13 de março. V. Exa. não quer nem ler a verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está aqui no papel.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – A pauta foi no dia 13.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Leia a verdade; ele mostrou a V. Exa. agora. V. Exa. não quer nem ler a verdade. Então, muda os óculos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – A pauta foi no dia 13 para a sessão no dia 19.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Matéria constante...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Troca os óculos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vou ler.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Troca de óculos para ler a verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Incluída na pauta da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Treze de março.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Matéria constante na pauta da segunda reunião da Comissão de Justiça e Cidadania, agendada para o dia 18 de março.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Treze de março.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aqui, ó: 18 de março.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Sim, mas foi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Foi publicado isso dia 13. Dia 13 foi agendado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... treze, anunciando a data da sessão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está na minha mão, mas a submissão, como o senhor disse, é uma profecia. Se eu errar, eu pedirei desculpa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Isso é o problema de V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agora, V. Exa... É importante V. Exa. ler a verdade. Está 13 de março. E eu não pude vir, repetindo, porque eu tive um problema de saúde. Senão, eu tinha vindo para pautar. V. Exa. não está com a verdade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu queria só reforçar a fala de V. Exa. para deixar clara uma coisa, gente. O Presidente divulga a pauta no dia 13. Ora, ele divulga a pauta do dia 13 para a sessão acontecer a posterior.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Claro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Então, o que importa é o dia em que ele anuncia a deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Depois que ele anuncia a deliberação, tem uma decisão monocrática do Flávio Dino.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Agora, eu quero falar aqui para o colega o seguinte. Com o devido respeito e a vênia que eu tenho ao Amin, que, para mim, é um dos maiores Senadores que o Brasil já teve, aliás, não apenas dos que estão aqui, mas eu preciso discordar de V. Exa., por uma situação, Senador: qual é a crítica que se faz ao ativismo judicial no Brasil? É que o Judiciário está legislando por nós. Aí, quando a gente começa a legislar, diz que não vai votar, porque vai esperar uma decisão do Supremo. Ou seja, esse ativismo é resultante da omissão nossa, do Congresso Nacional.

Se você não faz a pauta, se você não delibera, você vai aguardar uma decisão colegiada, enfim, uma decisão que vai criar uma jurisprudência para o Brasil e se torna, depois, numa lei, numa norma jurídica brasileira. Então, o que o Congresso Nacional está fazendo, hoje, é o papel dele.

Nós estamos mudando a Constituição Federal. Quando a gente muda, Senador Esperidião Amin, o Supremo Tribunal Federal é o guardião da Constituição. Ele só vai fazer cumprir a lei. Ele só vai fazer cumprir a Constituição Federal.

Então, a gente está alterando a Constituição, para a gente impedir que decisões do Supremo ajam em cima do vácuo, em cima daquilo que realmente não está legislado.

Então, isso a gente realmente está fazendo.

E só para lembrar ainda mais, Presidente, V. Exa. me designou como Relatora no final do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Então, V. Exa. me designou no final do ano passado, veio final do ano, veio Carnaval, veio tudo isso e se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciou o processo, e, aí, V. Exa. adoeceu e outras questões mais, mas é uma decisão tomada pela Presidência desta CCJ de ler sobre este fato, que é uma realidade e uma necessidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É o art. 108 do Regimento Interno do Senado Federal: "A pauta dos trabalhos das Comissões, salvo em caso de urgência, será disponibilizada por meio eletrônico, no Portal do Senado Federal, com antecedência mínima de dois dias".

Eu atendi exatamente ao que está no Regimento Interno, que é soberano para o Senador Esperidião Amin e para todos nós.

Portanto, foi dia 13, só que tem aqui o art. 108, que define exatamente isso. Então, não me submeti absolutamente a nenhum ministro do Supremo Tribunal Federal, muito menos ao Ministro Flávio Dino ou quem quer que seja.

Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para informar a V. Exa. que, no processo de discussão, eu fiz uma inversão...

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exato. Eu fiz a inversão aqui com o Carlos Portinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Agradeço a gentileza de V. Exa.

Bom, eu quero dizer a V. Exas. que, dentro de um Parlamento, é natural o dissenso, a discussão... É natural que as posições sejam colocadas, às vezes até com mais veemência, mas é importante também, e eu não tenho dúvida de que não falta neste Colegiado aqui o respeito aos pares, a relação de amizade, a relação que nós temos, aqui, mútua de entender que cada um de nós tem a sua verdade e a sua visão de mundo, e, dentro de uma democracia liberal, isso certamente tem o respeito de todos aqui.

Bom, dito isso, Sr. Presidente, eu também vou dividir a minha fala em duas partes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, quero dizer, em relação ao projeto que V. Exa. relata, ilustre Senadora Eliziane Gama, que o Ministro Flávio Dino, enquanto Senador da República, no breve interregno que ele aqui esteve, num período muito curto, ele apresenta um projeto de lei que realmente vai ao encontro da indignação popular que se vê diante de uma circunstância da transgressão da lei por parte daquele que deveria preservá-la, numa situação em que se imagina que esse cidadão, em vez de ser punido, é premiado. Então há mérito na posição e na apresentação do projeto em tela que nós estamos aqui discutindo.

Ora, se alguém que tem essa missão de ser guardião da legislação utiliza-se dessa posição para ultrapassar a lei, é evidente que ninguém deve estar acima dela. E a sociedade precisa ter salvaguardas, precisa ter defesas, que lhe permitam restabelecer esse processo de normalidade.

Então há um mérito aqui e, nesse mérito, nós comungamos da mesma posição. O reparo feito pelo Senador Sergio Moro visa evitar que haja excesso nessa punição, porque a caracterização de um crime é evidente que precisa ser punido com rigor. A transgressão em fruto da desídia ou da má aplicação da lei, ou da irresponsabilidade, ou eventualmente até de uma dificuldade que o magistrado tem de exercer o seu mister com a eficiência que lhe é devida, é uma outra questão, e essa separação me parece salutar.

Eu ouvi o eminente Senador Esperidião Amin e quero dizer, Senador, que a sua indignação é a indignação do povo brasileiro. É evidente também que quero aqui comungar com o posicionamento que o senhor teve de ressaltar aqui a posição sempre firme do Senador Otto Alencar, que inclusive votou favorável ao projeto que impede as decisões monocráticas de um Colegiado, que tem se utilizado desse artifício para inclusive ultrapassar a vontade do povo, porque tem habitualmente suspendido leis que são aprovadas por um Colegiado de mais de 580 representantes, e um único indivíduo se acha na condição de sustar essa vontade da população brasileira, colocando a sua verve, o seu sentimento, a sua sapiência ou a sua iluminação divina para tomar uma posição sem sequer submeter ao Colegiado.

Então não tenha dúvida de que isso precisa ser sanado urgentemente, e essa inação da Câmara Federal prejudica, sobremaneira, o equilíbrio entre os Poderes da República e é um dos motivos que nós estamos debruçados sobre um tema que passou a ser um tema da sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam os senhores: nós não poderíamos estar aqui discutindo, num ano eleitoral, o papel do Supremo Tribunal Federal. A discussão deveria ser sobre economia, sobre saúde, sobre educação, sobre desenvolvimento, enfim, sobre políticas públicas e passou a ser central essa questão da intervenção de um Poder sobre os demais Poderes, inclusive numa defesa corporativa que, me desculpem, ultrapassou a questão da interpretação de jurisprudências e passou a ser uma visão moral que, na minha opinião, é deturpada, sobre o que é a ética e sobre o que são os preceitos que uma sociedade precisa ter para respeitar os Poderes da República e as suas instituições.

Então isso, sem dúvida nenhuma, precisa ser reequilibrado com urgência e aí é evidente que a indignação dos Senador Esperidião Amin vai nessa direção.

Na hora em que, Senadora Eliziane, nós nos omitimos, como é dito pelo Colegiado do Supremo Tribunal Federal, quando legisla sobre determinados assuntos, talvez ele não compreenda que a omissão, na verdade, é uma decisão política. Veja, por exemplo, a questão do aborto, quando há um acordo tácito e expresso entre a sociedade brasileira e os seus representantes de que a maneira como a legislação está dada é suficiente. Mas me parece que, de repente, os membros do STF se acham no direito de interpretar a vontade do povo e não lhes é outorgada essa situação.

Da mesma forma, com a questão da liberação das drogas. Veja, Sr. Presidente, que se chegou ao limite, ao absurdo de dizer qual quantidade de gramas de maconha caracteriza o porte ou o tráfico desses entorpecentes. Isso é uma distorção do processo de prerrogativa de um Poder sobre outro Poder, porque isso claramente é uma atribuição do Legislativo brasileiro.

O Ministro Flávio Dino merece, da nossa parte, o elogio pelo processo, mas merece também uma crítica, porque ele tem sido um dos mais pródigos ativistas que tem se intrometido, inclusive de forma indevida, nas decisões políticas do seu estado, o Maranhão. Nós temos notícias, por exemplo, de que ele impede que o indicado da Assembleia Legislativa daquele estado ao Tribunal de Contas possa tomar posse; que ele se arvorou em árbitro ou juiz de uma ação que trata de homicídio de primeiro grau com um parente do Governador. Então veja, senhores, nós estamos diante de situações que nos deixam perplexos com a maneira, como de uma forma desabrida...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sem contar o jornalista que entrou no Inquérito 4.781 por investigar placas.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Pois é.

Nós estamos preocupados com a forma como a jurisprudência...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir, Senador Rogerio Marinho, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... a legislação, o direito têm sido ultrapassados de uma maneira assim...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Há vários Senadores inscritos aqui.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Tudo bem. Eu agradeço a V. Exa. a sua generosidade, mas era importante fazer esse registro, porque nós estamos num momento, e eu citei V. Exa., em que este Legislativo, mais do que nunca, tem a responsabilidade de restabelecer, eu diria, o respeito que as instituições precisam ter perante a sociedade, e V. Exa. é um exemplo disso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não tenho dúvida nenhuma.

Mas eu também quero aproveitar, na segunda parte da minha intervenção, Sr. Presidente, para agradecer aqui a relatoria do Senador Oriovisto, na PEC 67, de 2023, que foi de nossa autoria e que trata sobre liberdade de expressão. Infelizmente, eu preciso citar novamente, a forma como o Supremo Tribunal Federal se comporta, porque, no Tema de Repercussão 995, o Supremo entendeu que o veículo de comunicação poderia ser responsabilizado por uma opinião emitida – , vejam, senhores – por um entrevistado, por alguém que tem responsabilidade como pessoa física, como cidadão, como agente público, de, falando, não sofrer censura prévia – prévia, o que é inominável –, mas que aquele veículo deveria fazer depois uma verificação, uma avaliação ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma censura para publicar ou não o que o cidadão falou e se responsabiliza pelo que falou. Nós temos, Sr. Presidente, na nossa legislação, três elementos muito importantes que devem ser, sempre que houver necessidade, buscados pela sociedade em seu auxílio, que é a calúnia, a difamação e a injúria. Então é evidente que a legislação já acoberta essa situação. E esse ataque contra a liberdade de expressão, essa fragilização do nosso direito inalienável de nos expressarmos tem feito muito mal à sociedade brasileira.

Então quero agradecer aqui ao Senador Oriovisto. Quero dizer a V. Exa. que o cerne, a espinha dorsal de uma sociedade democrática, é uma imprensa livre, desassombrada, sem receio de fazer a crítica ao governante de ocasião, sem receio de expor as mazelas de qualquer que seja a administração pública, e essa PEC, Sr. Presidente – aqui eu quero agradecer a todos os pares, porque foi à unanimidade –, sem dúvida nenhuma, aponta nesse caminho de permitir que haja esse reequilíbrio. Então agradeço a V. Exa. e faço aqui o registro com muita alegria com a aprovação da PEC aqui na nossa CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado, Senador Rogerio Marinho.

Senador Carlos Portinho com a palavra, para discutir a PEC nº 3.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer inicialmente pela oportunidade de ontem, com a maciça presença dos magistrados do Brasil todo, do meu Estado do Rio de Janeiro em especial, com a presença do Ministério Público, por seus representantes, dos procuradores e também das Forças Armadas, que é um tema à parte dentro desse projeto.

Quero agradecer à Senadora Eliziane Gama, que teve a boa vontade e a disposição em construir um texto que atendesse ao que é a convergência e que é clamado pela sociedade.

O que a sociedade quer? E isto ficou muito claro ontem no debate também, nessa audiência pública: a sociedade exige – ela não só quer, ela exige – que aqueles que são responsáveis por julgar o crime, numa das mais belas carreiras que existem no país, que é a magistratura, que aqueles que são responsáveis por perseguir os criminosos, numa carreira tão bela e importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto a exercida pelo Ministério Público e pelos procuradores do Estado, que defendem o Estado, não pratiquem os crimes que perseguem. E aí, quando a gente no texto alcança essa convergência e reduz o espectro, que é o que a sociedade exige, quem comete um crime – um juiz, um procurador, um membro do Ministério Público – tem que ser afastado. Vai ter o processo administrativo junto ao CNJ e, depois, quando ele for responder ao processo de perda – de perda – do seu cargo porque praticou um crime – não uma falta menor, mas um crime –, que ele seja afastado. Essa é a primeira exigência da sociedade, porque a gente tem visto – e a decisão do Ministro Flávio Dino não resolve isso, ao contrário –, a gente tem visto que esses que praticaram crimes no exercício de uma função de Estado continuam, no caso de magistrados, por exemplo, em funções judicantes, às vezes em outra comarca, mas continuam exercendo as suas funções.

Enquanto corre um processo de perda do mandato, o que a sociedade exige é que esses que praticaram crimes no exercício da função de Estado não recebam a sua remuneração e não se beneficiem de aposentadoria compulsória, e é isso que nos une nesse projeto, porque é isso que é exigido pela sociedade e é isso que é o certo. Que quem pratica crime em função de Estado – principalmente com a relevância que tem, no caso de um magistrado, de um juiz, que é a de julgar crimes, e não participar deles; no caso do Ministério Público, que é a de perseguir; e da Procuradoria, que é a de defender o Estado – não participe desses crimes e seja punido com rigor, para que, inclusive, sirva de poder inibitório, para que ele avalie se o mais importante é prosseguir na sua carreira ou se o custo-benefício lhe compensa. Porque estava compensando a prática do crime, porque ele não é afastado e porque ele continua recebendo o salário e é aposentado compulsoriamente. É quase um prêmio. É com isso que a sociedade se indigna e é isso que nós aqui temos o dever de repercutir e corrigir.

A decisão do Ministro Flávio Dino não fez assim. Ela concentrava poder no STF, ela atraía a competência do julgamento das ações de perda do mandato, competência originária, para o STF, quando, na verdade, muitos desses processos de perda do mandato têm origem na competência própria do seu estado, onde o crime foi praticado. Tem o direito esse cidadão, ainda que tenha praticado um crime em função do Estado, ao devido processo legal e, principalmente, ao direito consagrado na Constituição de recorrer, de apelar: o duplo grau de jurisdição. Se concentrássemos no STF, não permitiríamos o devido processo legal e o direito ao apelo, que, inclusive, não só a Constituição, mas tratados de que o Brasil é signatário exigem que assim seja.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse ajuste feito pela Senadora Eliziane Gama é fundamental. Não é qualquer infração; é no caso de crime – corrupção, advocacia administrativa, improbidade administrativa, crimes sexuais eventualmente – que essas pessoas, pela gravidade da conduta, sejam afastadas após o processo administrativo, respondam ao processo de perda de cargo, com o devido processo legal e seus direitos constitucionais de duplo grau de jurisdição, mas que percam imediatamente sua remuneração e sua aposentadoria, para que fique claro. Estamos acabando com a aposentadoria compulsória nesses casos de crime. E o que ele contribuiu durante a sua vida, como qualquer pessoa, qualquer cidadão, não vai ser perdido. Quando ele atingir a sua idade, ele vai poder somar o período de contribuição. Então, não há prejuízo – também quero registrar – à aposentadoria futura, como não haveria a qualquer outro cidadão servidor público em casos semelhantes.

Então, os ajustes foram perfeitos.

Meu único reparo – meu único reparo – não diz respeito a esse tema, é um tema estranho a essa PEC, que não conseguimos convergir nessa discussão – e, certamente, com o destaque do Senador Mourão feito, nós vamos ter que ir a voto –, que diz respeito às Forças Armadas.

As Forças Armadas possuem regime distinto do Poder Judiciário. As Forças Armadas possuem regime próprio de pensão e não de aposentadoria. Incluir as Forças Armadas nesse texto é um erro e não é à toa, pelo que me parece. Ele tem um alvo específico, que eu posso, aqui, sim, sugerir: o Presidente Bolsonaro e a sua família. E, por isso, não vamos concordar, porque o caráter personalíssimo está presente num projeto e não deve prosperar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso está destacado pelo Senador Mourão e nós votaremos para suprimir essa parte do texto.

Elogio a Senadora Eliziane Gama pela sua capacidade de construção de um texto que deixa claro e atende aos anseios da sociedade: magistrado, procurador ou membro do Ministério Público criminosos têm que responder ao rigor da lei e agora, com a PEC aprovada aqui e em Plenário em breve, se Deus quiser, e o mais rápido aprovada pela Câmara, não vão mais receber a sua remuneração, não vão ter aposentadoria compulsória e vão ser afastados enquanto corre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo da perda do seu cargo. Se provar a sua inocência, recuperará certamente tudo, porque nós também não podemos afastar o princípio da presunção da inocência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Presidente, caros colegas, quando nós olhamos a ementa dessa PEC, nós vemos que ela se destina a vedar o uso da aposentadoria como sanção quando do cometimento de infração. Ora, esse tipo de sanção não existe nas Forças Armadas, muito menos nas forças auxiliares. O que existe é o que nós chamamos de Tribunal de Honra, em que o militar, seja por conduta imprópria dentro da sua carreira normal, seja porque cometeu um crime, é julgado e considerado indigno para pertencer à Força à qual ele presta seu serviço. A partir daí, ele é expulso e, como ele contribui para um sistema de pensões, a sua família passa a receber essa pensão proporcional ao tempo de serviço que esse cidadão, que esse militar teve. E ele está afastado, não recebe nada e não tem mais nada a ver com isso.

No momento em que quer se retirar esse instituto da família militar, há uma desproporcionalidade, há uma falta de razoabilidade, porque está se punindo também a esposa e os filhos desse militar por eventuais faltas que ele cometeu. Fora isso, existe até uma questão de apropriação indébita, Presidente, porque ele contribuiu para isso ao longo de uma vida inteira. Então, esse dinheiro vai ficar na mão de quem? Vai ficar na mão do Estado? É dessa forma? E a família vai morrer à míngua?

E aqui eu quero destacar para todos os colegas que estão aqui e todos aqueles que estão acompanhando que a característica da vida militar obriga que a família gire por este país e por fora dele, sendo praticamente incapaz de se estabelecer em qualquer lugar. Eu vou citar aqui a minha trajetória dentro da instituição militar junto com a minha família. Eu comecei em Cruz Alta, no Rio Grande do Sul; de Cruz Alta fui para São Leopoldo; de São Leopoldo fui para Resende; de Resende fui para Bagé; de Bagé atravessei o Brasil para aí servir em Recife; de Recife vim para o Rio de Janeiro; do Rio de Janeiro para Brasília; de Brasília para Manaus; de Manaus para Ijuí; de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ijuí para Porto Alegre; de Porto Alegre para Caracas; de Caracas para Brasília; de Brasília para São Gabriel da Cachoeira; de São Gabriel da Cachoeira para Brasília; de Brasília para Porto Alegre; de Porto Alegre para o Rio de Janeiro; do Rio de Janeiro voltei a Porto Alegre; e aí vim para Brasília para encerrar a carreira. Perdi a conta de quantas foram as movimentações aí, e a minha família estava junto comigo. Então, é inadmissível que a família militar seja prejudicada pelo erro do cabeça do casal. Ele paga o erro, e a família continua a receber a pensão pela qual ele é descontado.

Eu destaco: militar não tem sistema de aposentadoria, militar não se aposenta, ele passa para a reserva. A Força Armada é constituída de ativa e reserva. Ou pensam que, em caso de guerra, só os que estão na ativa que vão combater? Não, todos aqueles que estão na reserva também irão. É necessário que compreendam isso.

Eu peço o apoio dos meus pares para que a PEC 3, de minha autoria, seja aprovada, e, com isso, suprima esse capítulo desta PEC nº 3, e, consequentemente, deixe-a restrita ao caso específico que estamos analisando e que foi muito bem defendido pela Relatora em toda a construção que foi feita com os demais colegas, para evitar essa – vamos dizer – pouca essa pouca vergonha da aposentadoria compulsória para o juiz que comete um crime.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Hamilton Mourão. E V. Exa. vai apresentar um destaque, pelo que eu entendo.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Estamos destacando a Emenda nº 3.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente. O destaque será colocado em votação depois das discussões.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Afirmativo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom.

Senador Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nós estamos discutindo um tema que é da maior importância. A PEC 3 é necessária. O Brasil está discutindo esse tema e nós precisamos, de fato, avançar com essa proposta de emenda constitucional para acabar de vez com a chamada aposentadoria compulsória como punição.

O modelo atual é uma agressão, é uma ofensa ao bom senso do cidadão brasileiro. O Brasil não aceita mais esse modelo, um modelo que protege, sim, que premia criminosos travestidos de toga. Não tem que tergiversar, não tem que aqui passar um verniz. É disso que se trata. Crime cometido, falta grave cometida, e qual é a punição? Aposentadoria compulsória. Isso não é compatível com o Estado de direito, isso não é compatível com o art. 37 da Constituição, que trata, entre os princípios da administração, do princípio da moralidade. Esse princípio, essa regra constitucional aos outros vale, mas àqueles que estão investidos em cargos e funções que contam com vitaliciedade, com o direito à chamada aposentadoria compulsória não vale.

Agora, nós estamos discutindo aqui institutos que precisam ser avaliados, cada um, dentro do seu espaço de cabimento. Uma coisa é a aposentadoria compulsória como prêmio a quem cometeu crime ou falha grave, outra coisa é a vitaliciedade como instrumento de proteção ao exercício livre da magistratura ou do mister do Ministério Público.

Então, hoje, na prática, essa punição, repito, mais parece prêmio para o magistrado ou o membro do Ministério Público afastados, que continuam recebendo seus salários.

"Ah, Marcos, mas há um abatimento, há uma regra que reduz os vencimentos". Ora, cometeu crime, cometeu falha grave em nome de um Poder, não importa se recebe 80% ou 100%. É prêmio. E a sociedade brasileira não aceita. Isso revolta a população. Isso é impunidade como prêmio, repito. Então não dá para aceitar. Agora, também não dá para fazermos esta correção, resolvendo um problema e subjugando a magistratura. E era isso que o texto, no formato como ele estava inicialmente, fazia.

E eu aqui quero cumprimentar a Relatora pelo acolhimento das emendas apresentadas, inclusive uma emenda de minha autoria. Sei que o Senador Portinho também apresentou e acho que o Senador Alessandro Vieira e mais alguns Senadores apresentaram emendas para preservar aquilo que defende o sistema de justiça, e com foco especial no caso da magistratura, que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elemento condutor da imparcialidade, da independência. Então, esse, para mim, foi um ponto sensível, e o acatamento dessas emendas acaba por corrigir uma distorção, um erro que seria, para mim, muito perigoso – muito perigoso.

Então, vitaliciedade é garantia do exercício da magistratura com independência, ou seja, ela impede que o juiz seja demitido por pressão política. Isso aqui não é privilégio. Isso aqui é proteção para a sociedade. E vou dizer: nenhum de nós quer magistrados, membros do Ministério Público reféns de pressão política, reféns de ameaças indiretas, reféns de influência de poder econômico. Veja o que está acontecendo neste momento no Brasil, *vide* o caso Master.

Então, nós não podemos ter um sistema capturado por nenhum outro poder, porque ninguém vai negar que o poder econômico se traduz num poder e, quando aparelhado e instrumentalizado, vai-se a independência. Agora, se nós temos, diante das premissas constitucionais, das balizas constitucionais que nós temos hoje, uma situação de captura, imagine se fragilizar, imagine se afastar garantias constitucionais que dão ao magistrado a possibilidade e o dever dessa independência.

Então, esse ponto para mim era o ponto que enfraquecia a magistratura e que exporia o sistema de justiça. Sem independência não existe justiça; existe conveniência, existe negócio, e não dá para aceitar esse caminho como um caminho de solução.

E aí eu diria mais – e nós estamos numa Comissão de Constituição e Justiça e é preciso que se diga –: que nós temos o tema da vitaliciedade na Constituição Federal e a separação de Poderes como um dos núcleos duros da Constituição, como cláusula pétrea da Constituição Federal. Então, não se pode modernizar, destruindo aquilo que garante a liberdade decisória. Não é defesa de juiz malandro ou de juiz criminoso, porque tem – porque tem. As corregedorias estão a apontar, as investigações da Polícia Federal estão a apontar, e há afastamentos. Agora, afastar o juiz que comete crime, falta grave no exercício da sua função e dar a ele o salário como prêmio, isso é de causar indignação a todo cidadão brasileiro. É disso que se trata. E é isto que nós estamos enfrentando neste momento: é acabar com o privilégio para quem comete crime, sem, todavia, fragilizar a espinha dorsal do funcionamento do sistema de justiça, que é a independência decisória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É acabar com o privilégio para quem comete crime, sem, todavia, fragilizar a espinha dorsal do funcionamento do sistema de justiça, que é a independência decisória.

Então, eu quero concordar aqui com o texto que foi apresentado na sua versão final e que acolhe a emenda, inclusive, que apresentei, no campo que preserva a vitaliciedade, mas afasta a tal da aposentadoria compulsória como prêmio. E um outro aspecto: estabelece prazo, porque um outro elemento que nós temos que avaliar aqui é que, às vezes, a maneira de proteger é não julgar, é não decidir, ou é, num sistema de consórcio de interesses – e com todo o respeito que tenho às instituições, e o tenho –, não apresentar denúncia, é não fazer o pedido. Nesse caso, se estabelece o procedimento e se determina prazo.

E um outro ponto – e eu indagava sobre isso à Relatora –: não se pode permitir que nós tenhamos uma espécie de corregedor nacional do sistema de justiça, embora o tenhamos dentro do CNJ. Mas deixar que num dos órgãos de Justiça, a instância maior, alguém avoque: "Olha, a partir de agora, tudo que acontecer no Brasil, lá na Bahia, lá no Estado de Rondônia, lá no Acre, lá no Amazonas, agora tem um juiz que é o responsável por tudo". Isso não é sistema de justiça, isso não é respeito a devido processo legal.

É preciso respeitar as instâncias: você tem as corregedorias, você tem o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), você tem os caminhos legais, processuais próprios. Não se pode atribuir poder em demasia a ninguém, porque ninguém está acima da Constituição Federal, e essa proposta não está a empoderar personalidade, figuras, mas está a dar instrumentos para que o sistema funcione, corrija os seus erros por dentro e proteja a sociedade, é disso que se trata, e não pode ser diferente.

Nós não podemos crer, acreditar em salvador da pátria, porque não existe! Aquele que ontem estava sendo celebrado como salvador da pátria e da democracia, hoje é jogado aos leões, porque não há salvador da pátria, porque não há figuras que podem estar ou ousem estar acima da Constituição e acima daqueles que são os verdadeiros detentores do poder, porque a Constituição não diz que o poder emana da magistratura, não diz que emana do Ministério Público, não diz que emana do Congresso Nacional. O poder emana do povo, que, por meio do sistema de voto, do sufrágio universal, escolhe os seus representantes. Nada além disso para de pé – nada além disso para de pé!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, finalizo a minha manifestação para dizer que votarei a favor dessa emenda constitucional, porque entendo que ela vai na direção certa, ela afasta aquilo que muitos consideram privilégio, que é a aposentadoria compulsória, como prêmio a quem falhou, a quem cometeu crime. Ela acaba com isso, mas preserva o núcleo essencial do funcionamento de um sistema de justiça com independência. Ainda assim teremos problemas? Certamente, mas com os meios próprios para corrigir.

Por outro lado, eu quero aqui antecipar a minha concordância e até – com todo respeito ao relatório apresentado – a minha condenação veemente ao texto apresentado, que amplia o escopo para atingir aquilo que não é objeto dessa emenda constitucional: a questão dos militares. Não é oportuno. Não é adequado. Parece-me mais uma situação de cunho político – e nós estamos numa Casa política –, mas acho que nós não deveríamos, já que nós estamos tentando corrigir falhas, erros graves para preservar o sistema de justiça, mas não fazendo disso uma oportunidade para atingir politicamente quem quer que seja. Isso não é adequado. Isso não é correto. Isso é algo que até enfraquece aquilo que nós estamos a debater neste momento. Nós estamos tratando de um tema da mais alta importância e colocar qualquer adendo com relação a isso significa fragilizar, enfraquecer e contaminar politicamente algo que é tão importante para o Brasil.

Portanto, eu discordo desse adendo com relação aos militares. Havendo a necessidade de ir a voto, votarei pelo destaque apresentado para preservar aquilo que é o mais importante neste momento.

E vou fazer coro com V. Exa.: o Senado Federal cumpriu a sua missão com relação à questão das decisões monocráticas. É uma pena, é lamentável que a matéria não tenha sido aprovada ainda na Câmara dos Deputados porque é uma necessidade, e essa decisão, essa proposta vai preservar e devolver a autoridade ao colegiado do Supremo Tribunal Federal, porque hoje perderam credibilidade, perderam confiança, virou uma situação realmente que carece de respeito e de consideração de todos nós brasileiros. Então, concordo com a V. Exa.: nós cumprimos o nosso papel. Hoje o dever de casa quem não fez, infelizmente, foi a Câmara dos Deputados, no tocante a essa emenda das decisões monocráticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo-o e agradeço a V. Exa.

Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de fazer a minha fala, Sr. Presidente, eu queria tirar uma dúvida com a Relatora.

A Relatora, no texto dela, no §6º, fala:

> Art. 128. .....
> §6º Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 93 [...] e no art. 95 [...], devendo ser aplicada, em face de faltas graves que configurem crime, a penalidade de perda do cargo ou demissão, ou equivalente, conforme lei disciplinadora da carreira, sendo a ação cível para perda do cargo proposta em até 30 dias, perante o mesmo tribunal ao qual caberia o julgamento [...].

A minha dúvida é com a Relatora.

O §7º fala:

> Nos casos do §6º [que é esse que eu acabei de ler], reconhecida administrativamente a prática da infração, o membro [...] será afastado provisoriamente das funções e terá a remuneração suspensa durante o andamento da ação cível [...].

A minha dúvida é: nós não deveríamos colocar aqui algum texto expresso sobre a não deflagração dessa ação no prazo de 30 dias? Porque pode gerar uma insegurança de ele voltar a receber, e essa é a minha dúvida. Por exemplo: vai determinar, mas sendo que a ação cível para a perda deve ser proposta em 30 dias. E se não for, ele volta ao estado anterior para receber, para continuar recebendo os provimentos? Eu acho que o texto poderia ser mais claro ou de alguma forma haver uma redação que determinasse que, independentemente, esse prazo... Ao menos que esse prazo não fosse um prazo, vamos dizer assim, peremptório, mas fosse um prazo impróprio, ou seja, aqueles prazos que, dentro do ordenamento jurídico, não são cumpridos, efetivamente, por uma questão ou outra, como de serviço ou alguma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Mas seria prevaricação? Só uma pergunta sobre a sua.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A prevaricação pressupõe dolo. Se não tem dolo na prevaricação – deixar de praticar ato de ofício em razão do cargo –, aí não tem.

A minha dúvida é: houve a suspensão e tem 30 dias para deflagrar a ação; e se não for deflagrada a ação cível nos 30 dias? Ele volta a receber? Porque isso pode ser um subterfúgio, com todo o respeito. Não estou aqui por partido; eu parto da premissa da boa-fé.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Na verdade, Senador, quando a gente coloca da suspensão dos proventos, ele não é condicionado a 30 dias. Ele tem a suspensão do provento até o transitado e julgado, até a sentença transitada e julgada.

A ação penal, no caso, que tem que ser acionada e que tem que ser proferida no prazo de até 30 dias. Aí, sim, se o Ministério Público, a AGU, enfim, o legitimado, não entrou com essa ação, talvez caberia alguma sanção ou algum ato, que o senhor poderia até apresentar em uma emenda, porque eu acho que seria muito importante.

Agora, em relação ao provento deste magistrado do Ministério Público ou militar, a gente não coloca como uma condicionante de retorno, entende?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com todo o respeito, Senadora, aqui fala: "[...] sendo a ação cível [não é ação penal] para perda do cargo proposta em até 30 dias [...]". E aí, sim...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não, eu citei penal, porque também pode ser, mas no caso da cível...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sim, mas é cível.

Mas o parágrafo 7º se reporta ao 6º, da suspensão, e não estabelece uma previsibilidade caso não tenha sido deflagrada nesse prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que, se reforçasse que a suspensão do salário se manteria, independentemente da deflagração, eu acho que é mais prudente juridicamente, porque nós teríamos uma segurança jurídica.

A minha dúvida é: se não for deflagrada a ação cível no prazo de 30 dias, por uma questão qualquer, aquela suspensão cautelar dos proventos dele, enquanto promotor ou juiz, que ele vai voltar a receber, e aí perderia...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É porque seria – se eu puder contribuir na mesma linha – a partir da decisão administrativa, né? Porque ela que encaminha...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu acho que a gente pode dar mais clareza, viu, Senador?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu acho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – V. Exa. faz uma observação pertinente. A gente pode dar mais clareza, mas aqui não é condicionada na proposta que todos estamos apresentando, né?

Mas eu acho que V. Exa. quer uma PEC, né? Enfim, você acaba, às vezes, deixando alguma coisa para lei orgânica ou uma outra lei infraconstitucional, mas, se V. Exa. achar pertinente, da minha parte não há nenhum óbice de colocar uma trava ou uma clareza maior em relação ao texto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu acho, Senadora, que eu estou querendo ajudar, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Claro, claro! E é muito importante.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Porque eu sei da boa intenção de V. Exa., mas só que essa suspensão não é do processo administrativo, ela é da ação civil. Então, se ela não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deixem-me dar uma sugestão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Se não foi feita a ação civil no prazo de 30 dias, não vai ter suspensão do salário. Essa é a minha dúvida.

Pois não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A minha sugestão é logo após a primeira frase do parágrafo único, que fala assim: "Nos casos do inciso VI-A, reconhecida administrativamente a prática da infração [e a partir deste momento – eu incluiria –, e a partir deste momento], o magistrado será afastado provisoriamente das funções e terá a remuneração suspensa [...]". Acho que isso resolve.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Perdão, eu estava falando aqui com o meu assessor, Senador. V. Exa. pode repetir para mim?

Porque, assim, aqui no parágrafo único, a gente... Está, olhe: "reconhecida administrativamente..."

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É exatamente aí.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – "... a prática da infração, o magistrado será afastado".

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – "A prática da infração", vírgula, "e, neste momento, o magistrado será afastado".

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – É, está bom.

Eu acho que é uma redundância importante.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A minha consultaria fala: "... e, a partir deste momento...".

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – "... e, a partir deste momento..."?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Contarato.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Veja se atende, Contarato, se você tem uma...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Seria nos §§1º e 2º, tá?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Todos concordam com V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não, claro...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aliás, eu até tinha dito que eu estava sendo redundante na nossa negociação, mas está vendo, olhe?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu acho que a redundância para melhorar é boa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A experiência legislativa tem me imposto uma cautela que, para mim, o que abunda não prejudica, com todo o respeito. (*Risos.*)

E eu acho que tem que ficar muito claro o texto de que essa suspensão dos proventos vai se dar, independentemente dessa deflagração da ação civil, com 30 dias. Porque, se isso não acontecer, ele vai voltar a receber.

Então, para mim, contempla, eu estou contemplado. Agora o senhor restitui meu tempo? Porque eu quero fazer a fala.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. esgotou o tempo já. (*Risos.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu estou contribuindo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – V. Exa. abundou do tempo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu consulto se a autora pode me conceder o tempo para agora eu fazer a minha fala.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não, V. Exa. vai ter o tempo da relatoria para falar à vontade.

Mas, Senador, eu acho, então, que fica a redundância importante, porque a gente liga ao "administrativamente"...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... e não à "ação civil".

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Então, a gente condiciona aqui e evita essa condição lá.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vamos lá, Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

Eu só queria aqui fazer uma colocação. Eu vou tentar ser, com todo o respeito, eu acho que é mania de professor, não sei, mas bem didático.

Um trabalhador de carteira assinada, Senador Portinho, que hoje é difícil com essa precarização, uberização, se ele cometer uma falta grave pela CLT, ele é demitido por justa causa. Você sabe qual é a consequência de uma demissão por justa causa para um trabalhador que está lá, que ganha um salário mínimo? Ele não tem aviso prévio, ele não vai ter FGTS, ele não vai ter 40% do FGTS, ele não vai ter seguro-desemprego, ele não vai ter décimo terceiro proporcional.

Aí, se você vai para os funcionários públicos no âmbito nacional, quantos milhões de funcionários públicos que nós temos, e nós temos um percentual ínfimo de 20 mil servidores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

públicos envolvendo juízes, promotores, etc., etc... Então, para o universo de milhões de funcionários públicos que ganham um salário mínimo, ele é demitido e perde, efetivamente, o cargo em que ali está.

Agora, eu não consigo achar razoável... E aqui eu trouxe algumas manchetes. Por exemplo: desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul acusado de violência doméstica é aposentado compulsoriamente; promotor que associou advogada – aí falou uma palavra que eu não quero repetir aqui – é aposentado compulsoriamente com salário de R$42 mil. No Espírito Santo, Senador Portinho, nós tivemos um juiz lá, um juiz, foi meu amigo, esse foi vítima por um crime de mando por outro juiz. Esse juiz foi condenado a 23 anos... 24 anos de reclusão, e ele está recebendo compulsoriamente, desde 2005, os salários normalmente. Apenas 22 anos após a data do crime, ou seja, 2003 para agora, que ele foi condenado, ele continua recebendo.

Ora, como tudo o que já foi dito aqui, o princípio da moralidade... Como que fica a moralidade dentro do serviço público? E eu falo ainda mais, eu sempre tento me ancorar na Constituição Federal. O art. 5º é claro: todos somos iguais perante a lei, independentemente da raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual, só que, infelizmente, no Brasil, uns são mais iguais que outros. Então, eu não acho razoável você chegar para aquele que ganha mais no Estado democrático de direito... Com todo o respeito aos juízes, promotores e desembargadores, que eu tenho carinho à instituição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... mas eles já têm os salários que estão ali – e nós sabemos que são supersalários, que vão além –, e ainda, quando cometem qualquer crime ou conduta grave, são presenteados com aposentadoria compulsória.

Então, eu acho que o Senado Federal está dando uma resposta para esses milhões de brasileiros que são reles mortais, que ganham R$1.621 por mês para trabalhar numa escala 6x1, para não ter condições de trabalho, para não ter plano de saúde, para não ter uma escola para botar seus filhos, para não ter um auxílio para creche, para não ter nada – absolutamente nada. Hoje, o Senado está dando uma resposta e tem o meu voto favorável a essa proposta.

E eu quero aqui parabenizar a Senadora Eliziane Gama pela relatoria e pela forma como vem conduzindo os trabalhos neste Senado Federal e todos os Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Passo a palavra ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero parabenizar a Senadora Eliziane Gama, ilustre representante do Estado do Maranhão, pela coragem de enfrentar um tema tão importante.

Não é de hoje que a sociedade brasileira condena a aposentadoria como sanção, e isso é enfrentado tecnicamente, com ajuste de redação, com cuidado, acolhendo emendas de vários colegas, inclusive de minha autoria. Então, parabéns, Eliziane, por mais um grande trabalho que você presta para a nação.

Com relação ao destaque que será apresentado da chamada morte ficta dos militares, eu já antecipo, Sr. Presidente, a minha manifestação. Entendo que esse é um tema que tem que ser analisado, mas em autos apartados. Esse projeto dessa emenda não trata desse tema. Então, acompanharei o destaque de autoria do Senador Hamilton Mourão.

No mais, Presidente e colegas, quero registrar que tenho reiteradamente feito duras críticas à cúpula do Poder Judiciário brasileiro. Faço isso desde 2019. E essas críticas, todas elas, têm razão de ser, mas sempre separando o que é a instituição do que são as pessoas. A instituição Justiça é fundamental, é um pilar da democracia, mas uma Justiça sem credibilidade, uma Justiça que é, de forma diversa, aplicada a depender do cliente, essa Justiça é um desserviço para a nação.

Então, aqui se dá um passo pequeno, mas um passo importante para o resgate da imagem desta instituição tão importante, que é a Justiça do Brasil, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Alessandro Vieira.

Como não há nenhum outro Senador ou Senadora que queira discutir, encerrada a discussão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deixe-me só...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – O Senador Sergio Moro me ligou – e eu não posso deixar de ser honesto, Senadora Eliziane –, pedindo para V. Exa. encontrar um texto dentro do acordo que foi feito, porque ele acha que a inclusão com que eu tentei aqui ajudar deixa em aberto que... Na verdade, sustenta o Senador Sergio Moro, no acordo, que quem tem que dar a perda da remuneração e o afastamento é a ação civil.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relatora.) – Não, tudo bem. O problema é que a gente acabou de fazer um entendimento com o Contarato – ele, inclusive, não está aqui. Aí, não tem como.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom, eu disse ao Senador Sergio Moro que a gente pode avançar nisso, quando o texto for para o Plenário, e tentar um ajuste de redação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Faz um destaque de Plenário depois...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ou faz um ajuste, enfim...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, eu preciso tirar os meus requerimentos. Então, eu queria expressamente retirar os meus requerimentos, para maior discussão, agradecendo a audiência pública de ontem.

Apenas lamento, e isso eu preciso reforçar – isso eu preciso reforçar, Senador Otto –, que ontem a audiência foi muito profícua, mas a ausência do representante do STF, o Ministro Flávio Dino ou quem pudesse ele encaminhar, a ausência do representante do CNJ e a ausência da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Procuradoria-Geral da República atrapalharam muito o processo... Atrapalham o processo legislativo.

Mais que isso, Senador Marcos Rogério: mostra um distanciamento entre os Poderes, quando o Poder Legislativo, representado pelo STF, não vem, a convite, participar da discussão de um projeto de lei que foi proposto, inclusive, por um Ministro que era Senador da República, que, eu tenho certeza, deve ter o maior respeito por esta Casa, mas ontem faltou.

Essa ausência também mostra o distanciamento do STF das sociedades que nós representamos aqui.

E mais – e isto, como advogado, me preocupa: o distanciamento do STF da própria magistratura, lembrando que hoje é muito mais uma banca de advogados do que de magistrados, porque só resta o último Ministro, Luiz Fux, que é magistrado de carreira.

Eu tenho aqui a PEC 45, Senador Otto, que quer devolver o STF ao Poder Judiciário e à magistratura, e eu acho que esse tema a gente deve retomar após as eleições – pelo menos a discussão.

Eu retiro também as emendas, com exceção da Emenda 3, que é destaque a Emenda 3. Com exceção ao destaque da Emenda 3, retiro os demais destaques.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Acato, como pede V. Exa., a retirada das emendas, mantendo apenas a Emenda nº 3, que é da autoria do Senador Hamilton Mourão.

Nos termos do art. 312, parágrafo único, os requerimentos apresentados por bancada de partido independem da aprovação da Comissão.

Em votação o relatório original da Senadora Eliziane Gama, com o ajuste redacional que foi proposto pelo Senador Fabiano Contarato.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, ressalvado o destaque do Senador Hamilton Mourão.

A votação da Emenda nº 3, destacada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem vota com o Relator vota "não"; quem vota com o Senador Hamilton Mourão vota "sim".

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nominal, né?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ela tem que ser nominal?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nominal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não há necessidade; só se alguém pedir. Pode ser simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Bom, a Senadora Eliziane Gama aceita a votação simbólica, não nominal.

Então, em votação. (*Pausa.*)

Se ela quiser pedir nominal, pode pedir. Aí tem que ter apoiamento.

V. Exa. tem apoiamento para nominal?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, eu quero seguir o Regimento da Casa. Então, é nominal.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pelo Regimento, então, é simbólica – é simbólica. Simbólica.

Que os Srs. Senadores que aprovam a emenda do Senador Hamilton Mourão possam permanecer como se encontram.

A emenda foi aprovada, contra o voto da Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Contra o meu voto, Presidente, e o voto do Senador Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, a matéria aprovada passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parcialmente, às Emendas nºs 4, 5 e 7, na forma da subemenda, com a Emenda nº 3-CCJ e nº 9-CCJ (emenda de redação), rejeitada a Emenda nº 6 e prejudicadas as Emendas nº 2 e nº 8.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Meu voto é com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Fabiano Contarato vota com a Relatora.

Não havendo mais nenhuma outra matéria, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 04 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia quinze de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Jayme Campos, Alessandro Vieira, Alan Rick, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Zequinha Marinho, Plínio Valério, Omar Aziz, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Eduardo Girão, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Camilo Santana, Weverton, Jaques Wagner, Leila Barros, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Laércio Oliveira e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Dra. Eudócia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Carlos Portinho, Magno Malta e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 3ª e da 4ª Reuniões Extraordinárias, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Ofício "S" n° 16, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MARCIO BARRA LIMA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Federal." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor MÁRCIO BARRA LIMA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, com 22 (vinte e dois) votos favoráveis, por unanimidade. **ITEM 2 - Ofício "S" n° 17, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ILAN PRESSER, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2026/2028." **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor ILAN PRESSER, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, com 22 (vinte e dois) votos favoráveis, por unanimidade. **ITEM 3 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ofício "S" n° 18, de 2025 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, a indicação da Senhora ANDRÉA CUNHA ESMERALDO, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Superior Tribunal de Justiça." **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora ANDRÉA CUNHA ESMERALDO, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, com 22 (vinte e dois) votos favoráveis, por unanimidade. **ITEM 4 - Ofício "S" n° 19, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, a indicação do Senhor CARL OLAV SMITH, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Superior Tribunal de Justiça." **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor CARL OLAV SMITH, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, com 22 (vinte e dois) votos favoráveis, por unanimidade. **ITEM 5 - Ofício "S" n° 1, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, a indicação da Senhora KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho." **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, com 21 (vinte e um) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. **ITEM 6 - Ofício "S" n° 2, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VIII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor Paulo Regis Machado Botelho, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ." **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor PAULO RÉGIS MACHADO BOTELHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, nos termos do art. 103-B, inciso VIII, da Constituição Federal, com 21 (vinte e um) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. **ITEM 7 - Ofício "S" n° 3, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso IX, da Constituição Federal, a indicação da Senhora Noemia Aparecida Garcia Porto, Juíza Titular da 3ª Vara do Trabalho de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Taguatinga/DF, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ." **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora NOEMIA APARECIDA GARCIA PORTO, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, nos termos do art. 103-B, inciso IX, da Constituição Federal, com 22 (vinte e dois) votos favoráveis, por unanimidade. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 7, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "a", e o art. 101, parágrafo único, da Constituição, o nome do Senhor JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Luís Roberto Barroso." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedido vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 8, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "a", e do art. 111-A, inciso II, da Constituição, o nome da Senhora MARGARETH RODRIGUES COSTA, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedido vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 12, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, o nome da Senhora Tarcijany Linhares Aguiar Machado, para exercer o cargo de Defensora Pública-Geral Federal na Defensoria Pública da União, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Leonardo Cardoso de Magalhães." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Camilo Santana. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedido vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2583, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Institui a Estratégia Nacional de Saúde do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (ENSCEIS); e altera as Leis nºs 6.360, de 23 de setembro de 1976, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao Projeto com 20 emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 3. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1126, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre os Agentes de Vigilância Sanitária, os Agentes Indígenas de Saúde e os Agentes Indígenas de Saneamento." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato (*Ad hoc*), substituiu Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4962, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas em unidades penais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedido vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Projeto de Lei n° 1099, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher (CNVM)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** - Aprovado o Requerimento nº 10-CCJ, de 2026, de urgência para a matéria, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 10, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1099/2024, que "Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher (CNVM)"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição e Justiça da 57ª Legislatura.

Proponho dispensa da leitura e aprovação das Atas da 3ª e da 4ª Reuniões, Extraordinárias.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nós teremos as sabatinas que estão programadas. Antes disso, eu vou encaminhar as mensagens que chegaram à Comissão de Constituição e Justiça para, sendo lidas hoje, serem sabatinadas no dia 29 de abril.

Primeira mensagem, item 1.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Peço ao Plenário que me favoreçam com o silêncio para que a leitura seja feita pelos Senadores.

Mensagem nº 1, que submete ao Senado Federal, nos termos do artigo... (*Pausa.*)

Mensagem nº 7, desculpe.

2ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 7, DE 2026

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "a", e o art. 101, parágrafo único, da Constituição, o nome do Senhor JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Luís Roberto Barroso.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: *Leitura de relatório da indicação, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).*

O Relator é o Senador Weverton, a quem eu passo a palavra.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, imprensa, já quero aqui cumprimentar todos que serão sabatinados no dia de hoje para as funções no Conselho Nacional do Ministério Público e no Conselho Nacional de Justiça. Eu quero cumprimentar todos os representantes aqui do Ministério Público e do Poder Judiciário, através do Presidente Benjamin.

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos regimentais, a Mensagem nº 7, de 2026, de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, que submete à indicação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "a", e do art. 101, parágrafo único, da Constituição Federal, o nome do Sr. Jorge Rodrigo Araújo Messias, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Luís Roberto Barroso.

Conforme dispõe a Constituição, em seu art. 101, parágrafo único, "os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal". Por sua vez, o art. 52, inciso III, alínea "a", da Lei Maior atribui a esta Casa competência privativa para aprovar, por voto secreto, após arguição em sessão pública, a escolha desses magistrados.

Essa arguição é de competência desta Comissão, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 101, inciso II, alínea "i", que lhe confere a atribuição de emitir parecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto a essa indicação, respeitado o rito a que o mesmo Regimento Interno se refere em seu art. 383.

Desnecessário, a esta altura, ressaltar a enorme importância e responsabilidade desta relatoria e do papel desta Comissão diante dos imensos desafios que a presente quadra histórica brasileira apresenta e do fato, que todos reconhecemos, de ser decisivo o papel da Suprema Corte na democracia brasileira, como ocorre nos demais países que adotam um sistema constitucional em que a repartição dos poderes apresenta essa configuração, e cuja Constituição confere a uma Corte jurídica o complexo de atribuições, poderes e deveres que o sistema constitucional brasileiro contempla.

Por outra parte, cumpre-nos recordar que o papel do relatório que ora submetemos ao exame dos eminentes pares limita-se à tarefa, única, mas relevante, de lhes fornecer a mais ampla informação sobre a indicação e, especialmente, sobre o indicado, ou seja, esse relatório deve cingir-se aos elementos objetivos e aos critérios exigidos por nossa Lei Maior, em face da natureza secreta da votação, nos termos de nossa legislação de regência.

Com tais observações, cabe, então, assinalar que, conforme o currículo encaminhado a esta Casa, juntamente com os documentos regimentalmente exigidos, Jorge Rodrigo Araújo Messias iniciou sua formação jurídica nas cadeiras da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, onde se graduou em Direito no ano de 2003. Concluiu mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, no ano de 2018, na Universidade de Brasília, instituição onde também obteve o título de Doutor, com tese sobre o mesmo tema, no ano de 2024.

Ainda no campo acadêmico, o indicado foi Professor de Direito na Universidade de Brasília, UnB, entre 2018 e 2022, como convidado, e da Universidade Santa Cecília (Unisanta), desde 2024. Participou também de bancas examinadoras de teses de doutoramento em diferentes instituições de ensino, em especial, na Universidade de São Paulo (USP), e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Suas publicações acadêmicas incluem o livro, em coautoria, intitulado *Reclamação Constitucional no Supremo Tribunal Federal e Fazenda Pública*, publicado pela Editora Sobredireito, de Brasília, e a organização do livro *Análise Social do Direito: por uma hermenêutica*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de inclusão, em coorganização com Edilene Lôbo e Clara Mota, publicado pela Editora D´Plácido, São Paulo, ambos no ano de 2025. É também autor de diversos capítulos de livros jurídicos, dos quais destacamos "Advocacia Pública e Democracia", que integra a obra *Defesa da Democracia e das Liberdades*, publicada pela Ordem dos Advogados do Brasil, em 2023; um capítulo do livro *Convenção Americana de Direitos Humanos Comentada*, publicado pela Editora Forense...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... do Rio de Janeiro, em 2024, e o capítulo do livro *Direito Público e Democracia - Estudos em homenagem aos 15 anos do ministro Benedito Gonçalves no STJ*, publicado pela Editora Fórum, de Belo Horizonte, também em 2023.

Entre os artigos acadêmicos de autoria de Jorge Rodrigo Araújo Messias destacamos, Sr. Presidente. o “Equilíbrio institucional brasileiro: o papel da Advocacia-Geral da União na relação entre os três Poderes da República”, publicado na *Revista Jurídica da Câmara dos Deputados*, em 2025, bem como, “A Redução da litigiosidade no Supremo” e “AGU 30 anos: uma instituição democrática indispensável ao Brasil”, os três últimos publicados na revista eletrônica *Consultor Jurídico* (Conjur), sendo o primeiro em 2024 e os demais em 2023.

O currículo do indicado, encaminhado a esta Casa, elenca também 85 trabalhos publicados, listados e enumerados como “outras produções técnicas”, além de 26 participações em eventos jurídicos, como palestrante ou conferencista. Conta, ainda, com diversos artigos publicados em jornais de notícias e apresentações de trabalho.

Jorge Rodrigo Araújo Messias integrou o Instituto Brasileiro de Direito Empresarial e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Hoje, é associado ao Instituto dos Advogados Brasileiros e à Ordem dos Advogados do Brasil, mencionados como “espaços que reforçam minha crença na importância do direito como instrumento do desenvolvimento nacional, da estabilidade institucional e da justiça social”.

No campo associativo, foi Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Banco Central; Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional; Secretário-Geral do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal; Diretor do Clube de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Benefícios dos Procuradores; e Secretário e membro titular da Comissão Nacional da Advocacia Pública Federal do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

O currículo do indicado elenca também comendas, diplomas e medalhas que recebeu, entre eles: o Diploma da Medalha Ordem do Mérito Cristão da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional; a Ordem do Mérito Judiciário Militar - Grau de Alta Distinção, do Superior Tribunal Militar; a Ordem do Mérito Naval, do Comando da Marinha; a Ordem do Mérito Aeronáutico - Grão-Mestre e Ordem do Mérito Santos Dumont, ambas do Comando da Aeronáutica; a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho - Grau Grão Cruz do Tribunal Superior do Trabalho; a Medalha Santiago Dantas, da Associação Nacional dos Procuradores Federais; a Ordem do Rio Branco - Grau de Comendador, do Ministério das Relações Exteriores ; e a Medalha do Pacificador, do Ministério do Exército, em 2016.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – O indicado tem ampla experiência...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu peço aos senhores convidados, que estão na retaguarda da sessão, que se mantenham em silêncio para não perturbarem a leitura da mensagem.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – O indicado tem ampla experiência profissional, que se inicia como técnico bancário, empregado celetista, concursado da Caixa Econômica Federal, no período entre 2002 e 2006.

Destaca-se, no campo jurídico, a aprovação, em 2006, na carreira da Advocacia-Geral da União, primeiramente como Procurador do Banco Central do Brasil e, posteriormente, também por concurso público, como Procurador da Fazenda Nacional.

Nessa condição de agente público, como membro da Advocacia-Geral da União, exerceu a consultoria jurídica do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Já no período de 2012 a 2014, foi Secretário de Regulação da Educação Superior do Ministério da Educação e Membro do Conselho de Administração do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, na qualidade de representante daquele ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O indicado trabalhou na Casa Civil da Presidência da República entre 2014 e 2016, tanto como Subchefe para Assuntos Jurídicos quanto como Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais. No período de 2019 a 2022, atuou como Assessor Especial no Senado Federal.

Jorge Rodrigo Araújo Messias exerce, desde 2023, o cargo de Ministro de Estado, na condição de Advogado-Geral da União (AGU).

Como Advogado-Geral da União, sua atuação se destaca pelo perfil conciliador e de diálogo com os diferentes setores. Sob sua liderança, a AGU posicionou a conciliação como uma política de Estado, priorizando a segurança jurídica por meio da realização de acordos judiciais e extrajudiciais.

Destaques incluem o Novo Acordo do Rio Doce, que encerrou disputas sobre reparações do rompimento da barragem de Fundão, e o Acordo de Alcântara, em 2024, resolvendo conflito territorial de 40 anos entre quilombolas e o Centro de Lançamento, evitando condenação na Corte Interamericana. No diálogo federativo, foram firmados acordos no Fundef, beneficiando nove estados com R$10,2 bilhões, uma economia de R$16,5 bilhões à União, e 91 municípios com R$5 bilhões, dando uma economia de R$ 2,4 bilhões.

A gestão priorizou a estabilidade fiscal, com o Comitê de Riscos Fiscais Judiciais reduzindo em R$1,25 trilhão os riscos nos três primeiros anos, articulando AGU, Fazenda e Planejamento. Houve corte de 37,5% nos precatórios para 2027, economia de R$ 27 bilhões, com pagamentos caindo de R$71 bilhões em 2026 para R$ 44 bilhões em 2027.

Indicadores confirmam controle: queda de 6,6% nas RPVs (2024-2025), 1,5% nos precatórios e 36% no risco fiscal judicial (2022-2025).

Apresentadas as informações objetivas regimentalmente exigidas, cabe o registro de que o indicado, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, fez acompanhar a Mensagem nº 7, de 2026, dos seguintes documentos necessários à análise de sua indicação por esta Casa Legislativa:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Declaração de que atende aos requisitos de vedação do nepotismo, ou seja, de que não tem parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional;

2. Declaração quanto à participação como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais;

3. Declaração de regularidade fiscal, no âmbito federal e em Brasília, local do domicílio e residência, conforme as certidões anexas;

4. Declaração acerca das ações judiciais nas quais figurou ou figura no polo passivo ou ativo, além de suas atuações na qualidade de advogado, ambas relativas aos últimos cinco anos;

5. Declaração sobre atuação em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras; e

6. Argumentação escrita, nos termos do art. 383, inciso I, alínea “c”, do Risf, em que informa sua experiência e formação pessoal, profissional e técnica, para demonstrar o cumprimento das exigências constitucionais concernentes à reputação ilibada e ao notável saber jurídico para o exercício do cargo para o qual foi indicado.

Em face desse relato e diante das informações aqui coligidas, entendemos que as Sras. e os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação do Dr. Jorge Rodrigo Araújo Messias para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço ao Senador Weverton.

Esta matéria está sendo colocada em discussão se algum Senador quiser discutir, mas normalmente a discussão é na sabatina. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Eu vou dar vistas coletivas até a sabatina, no dia 29 de abril.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente, V. Exa. autorizou divulgar a sabatina para o dia 29, que é uma quarta-feira?

Veio-me ontem, mas já provocando aqui publicamente, para que V. Exa. converse com o Presidente da Casa e os outros Líderes, e outros Senadores me chamaram ali, no Plenário, para avaliar se não seria o caso de antecipar para 28, porque nós estamos falando de uma semana do feriado, do dia 1º, logo em seguida, parece que na segunda ou na terça, sei lá.

Então, seria só para avaliar se isso não prejudicaria o calendário do dia 29, por conta da questão do quórum, já que a sessão do Congresso é remota.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem nenhum problema. Pode ser no dia 28 se os Srs. Senadores e a Sras. Senadoras que estão presentes concordarem.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Também eu fui procurado como Senador Weverton com a mesma ponderação.

Como sexta-feira é um feriado e a sessão do Congresso é híbrida, é virtual, a gente poderia puxar para terça, porque o pessoal vai querer se liberar para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Bom, se todos os Senadores concordam com o dia 28, então está marcada a sabatina para o dia 28 de abril, a do Dr. Jorge Messias.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, eu quero só cumprimentar o Senador Weverton Rocha pelo relatório.

Destacar, Senador Weverton, a trajetória do Messias, do Dr. Messias, que é um extraordinário ser humano, para além dos requisitos básicos, para integrar a Suprema Corte brasileira, que é o profundo saber jurídico, uma reputação ilibada... Eu quero destacar aqui a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

postura dele como um homem de família, um homem cristão, um homem que tem uma visão, de fato, humana muito intensa, tem uma perspectiva de Brasil, de fato, muito grande.

Eu queria parabenizar V. Exa. pelo relatório e dizer aqui da minha torcida pela sua aprovação na próxima semana.

Muito obrigada, Presidente. (*Pausa.*)

Não é na próxima. É na outra semana.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e passo a palavra ao Senador Jaques Wagner, para a apreciação da Mensagem nº 8, atendendo ao que prevê o nosso Regimento.

2ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 8, DE 2026

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "a", e do art. 111-A, inciso II, da Constituição, o nome da Senhora MARGARETH RODRIGUES COSTA, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: *Leitura de relatório da indicação, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito para destacar e agradecer a presença do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, meu estimado amigo Herman Benjamin, e, em sua pessoa, a de vários ministros que estão presentes, e também destacar a presença do Presidente do Superior Tribunal do Trabalho. Estão todos aqui reunidos e participarão, ouvindo as mensagens e também as sabatinas daqueles que estão indicados.

Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Como Relator.) – Bom dia, Presidente. Obrigado pela concessão da palavra.

Cumprimento todos os Senadores e Senadoras, todos os que aqui acompanham esta sessão, principalmente os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Passo ao relatório.

O Senhor Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 8, de 2026, submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "a", e do art. 111-A, inciso II, da Constituição Federal, o nome da Sra. Margareth Rodrigues Costa, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga.

Conforme o art. 111-A, o TST compõe-se de 27 membros escolhidos dentre os brasileiros com mais de 35 anos e menos de 70 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação por maioria absoluta do Senado Federal.

Os dois incisos do referido artigo especificam que um quinto de sua composição deverá provir de advogados e membros do Ministério Público do Trabalho, enquanto os demais devem ser juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior do Trabalho.

O art. 52 da Constituição Federal, por sua vez, em seu inciso III, alínea "a", determina que compete privativamente ao Senado Federal aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de "magistrados, nos casos previstos no texto constitucional".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para informar a arguição, acompanha a mensagem do Senhor Presidente da República o *curriculum vitae* da indicada, que passo a sintetizar.

A indicada graduou-se em Direito pela Universidade Federal da Bahia, em 1985, e concluiu seu curso de pós-graduação em Direito Constitucional do Trabalho na mesma instituição em 2008.

Manteve vinculação com a atividade acadêmica por meio de diferentes publicações, bem como da participação, como expositora ou ouvinte, em diversos encontros e seminários relativos a temas relacionados à sua atividade profissional.

A partir de 1990, exerceu a magistratura do trabalho.

Em junho de 2014, passou a atuar como Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, onde permaneceu até 2022.

Atuou como Desembargadora convocada no TST, nos períodos de fevereiro de 2022 a junho de 2024 e de setembro de 2024 a setembro de 2025, quando atuou como Desembargadora Auxiliar e Coordenadora da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Coordena, desde setembro de 2025, o Subcomitê de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de todas as Formas de Discriminação, do primeiro e segundo graus, do TRT da 5ª Região.

Ao longo da carreira, trabalhou, sucessivamente, na administração de sistemas de gestão de metas e do processo judicial eletrônico, além de ter ocupado posições de direção em escolas judiciais da magistratura do trabalho.

Em atendimento ao art. 383 do Regimento Interno desta Casa, a indicada declara que:

a) a sua genitora exerceu o cargo de Juíza do Trabalho no TRT da 5ª Região, no período de 1964 a 1990;

b) não ocupa cargo como sócia, proprietária ou gerente de empresas ou entidades governamentais;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) está com regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme documentação comprobatória anexa;

d) inexistem ações judiciais em que figure como parte, assim como não ser objeto de procedimento administrativo disciplinar;

e) não tem atuado nos últimos cinco anos em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

A indicada apresentou também argumentação pormenorizada a respeito da adequação de suas qualificações às exigências que pesam sobre ministros do TST, sua identificação e compromisso com os valores que regem o trabalho desse colegiado, como a proteção social, a dignidade da pessoa humana e as políticas de inclusão, e concluiu com a afirmação de seu propósito de exercer, caso venha a ser aprovada, as novas funções com empenho e dedicação.

Ante o exposto, entendo que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Jaques Wagner.

Concedo a palavra para discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Encerrada a discussão.

Esta Presidência concede vista automaticamente, ficando para futura reunião o processo de arguição da candidata, nos termos do art. 383 do Regimento do Senado Federal.

Será também sabatinada no dia 28 de abril.

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 12, DE 2026

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, o nome da Senhora Tarcijany Linhares Aguiar Machado, para exercer o cargo de Defensora Pública-Geral Federal na Defensoria Pública da União, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Leonardo Cardoso de Magalhães.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Camilo Santana

Relatório: Pronto para deliberação.

Relatoria do Senador Camilo Santana, ex-Ministro da Educação, a quem eu passo a palavra.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, bom dia. Bom dia aos colegas Senadores, a todos os membros desta Comissão.

Eu queria cumprimentar todos os membros do Poder Judiciário aqui presentes, do Ministério Público e também do Tribunal Superior do Trabalho.

Sr. Presidente, o relatório.

Esta Comissão recebeu a Mensagem nº 12, de 2026, da Presidência da República, veiculando a indicação de Tarcijany Linhares Aguiar Machado para exercer o cargo de Defensora Pública-Geral Federal na Defensoria Pública da União, na vaga decorrente do término do mandato de Leonardo Cardoso de Magalhães.

A formalização da indicação a este Senado Federal decorre do que preceitua o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, e do art. 6º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mensagem veicula a declaração exigida pelo art. 383, inciso I, alínea “c”, do Regimento Interno do Senado Federal.

Do exame dos elementos descritivos da atuação profissional da indicada se colhe que esta, no período de 2011 a 2013, exerceu as funções de Defensora Pública do Estado do Pará, atuando na Comarca de Faro e, também, na de Óbidos.

Em 2013, foi empossada como Defensora Pública Federal e lotada, inicialmente, na Defensoria Pública da União em Santarém, no Pará.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Posteriormente, foi removida para as unidades da Defensoria Pública da União em Teresina, no Piauí, e, a seguir, para Sobral, no Ceará.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – A indicada refere sua atuação como Chefe da Defensoria Pública da União de Santarém, Chefe da Defensoria Pública da União de Teresina e Chefe da Defensoria Pública da União de Sobral.

Integrou o Comitê Interinstitucional em Saúde Pública do Estado do Piauí (2016/2017), o Grupo de Trabalho para Erradicação do Trabalho Escravo na Região Nordeste (2017/2018) e o Comitê Executivo de Relações Governamentais e Assessoria Legislativa (2022/2023).

Relata também participação em ações itinerantes com grupo de fiscalização e atendimento móvel nos Estados do Pará, Piauí, Mato Grosso e Goiás, desde 2017 até os dias atuais.

É Defensora Substituta Regional de Direitos Humanos no Estado do Ceará, desde 2024, Conselheira do Conselho Superior da Defensoria Pública da União, com mandato para o período 2024-2026, e integra o Grupo de Trabalho sobre Moradia desde 2024, e, como suplente, representando a Defensoria Pública da União desde 2024, o Grupo de Trabalho Institucional para Segurança dos Territórios Indígenas, o Programa Estadual de Proteção aos Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos, a Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado do Ceará e o Grupo de Trabalho Permanente para Acompanhamento das Ações de Regularização Fundiária dos Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Ceará.

Relativamente à formação acadêmica da indicada, temos o bacharelado em Direito pela Universidade de Fortaleza (Unifor), com pós-graduação na Universidade Anhanguera, com especialização em Direito Público.

Destaca também a formação humanística, que, alega, decorre do ciclo educacional em "escola pública do sertão cearense", e a "compreensão das vulnerabilidades amazônicas".

Relativamente às declarações obrigatórias, informa que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional; que não participou nem participa, como sócia, proprietária ou gerente de empresa ou entidade não governamental; que se encontra em plena regularidade fiscal perante a União, Estados e Municípios; e que não atuou, nos últimos cinco anos, em juízos ou tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

A indicada inclui em seu currículo argumentação escrita, conforme a qual entende estarem amplamente demonstradas sua formação acadêmica e técnica, experiência profissional de excelência e atributos éticos e intelectuais necessários para o exercício do cargo de Defensora Pública-Geral Federal.

Os documentos comprobatórios da verdade das declarações estão acostados à mensagem referida.

Por todo o exposto, Presidente, posicionamo-nos pela satisfação das exigências regimentais incidentes, pela completa instrução do processo para deliberação desta Comissão e entendemos, em conclusão, que as Senadoras e Senadores integrantes desta Comissão dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação de Tarcijany Linhares Aguiar Machado para o cargo de Defensora Pública-Geral Federal da Defensoria Pública da União.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Camilo Santana, e coloco a matéria em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para discutir, o Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar o Presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), cumprimentar o Presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho), cumprimentar o ex-Ministro, nosso colega Senador Camilo Santana, pelo relatório que define as qualidades, as características – essa será uma votação secreta – da Tarcijany, que, até o presente dia, é Defensora Pública na minha cidade de Sobral, em função da sua militância no movimento de defesa dessa corporação, pela qual eu tenho a maior atenção, carinho e respeito, não fora pela sua tarefa nobre, que é defender, dar assistência jurídica aos necessitados, àquelas pessoas que não podem pagar por um advogado, se não fosse só por isso, o meu pai era Defensor Público estadual. E, portanto, repito, é uma categoria pela qual eu tenho o maior respeito.

A Tarcijany vem, então, de Sobral, compôs uma lista tríplice da entidade, da corporação, e o Presidente Lula a escolheu e a indica aqui para esta Casa.

Então, ao tempo em que parabenizo o Senador Camilo Santana pelo relatório, quero apelar, pedir aos nossos pares para que apoiem, quando da votação, no dia 28, o nome da Tarcijany.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra o nobre Senador Omar Aziz, Líder do PSD.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Primeiro, minhas boas-vindas ao Ministro, Senador Camilo Santana. Muito bom de relatório, muito ruim de buraco.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone*.) – De quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Ruim de buraco.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Não sabe jogar buraco?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não sabe jogar buraco. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Cid Gomes, corrigindo o Senador Omar Aziz

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Corrigindo o Senador Omar Aziz, não é bom de cartas.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Ele acusou o golpe rápido.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Ele acusou o golpe rápido.

Bem, vindo de Sobral, qualquer relatório, Senador Camilo, é de merecimento, até porque Sobral nos deu grandes homens públicos para o Brasil, como o Senador Cid.

Ontem eu tive a oportunidade de ele me apresentar à Defensora Pública. Acho que a sensibilidade de uma mulher como Defensora Pública-Geral, hoje, quando todos nós lutamos para que haja igualdade no tratamento das pessoas, essa sensibilidade, principalmente na Defensoria, que advogada para pessoas pobres, humildes, essa sensibilidade, não tenho dúvida nenhuma, irá ajudar muito o Brasil a dar essa igualdade. Por isso, parabéns pelo relatório. E parabéns à senhora, que vem lá de Sobral. O Senador Cid ontem a apresentou, e tenha certeza de que a Bancada do PSD vai estar coesa em cima do nome dela.

Muito obrigado.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Vai ser dia 28?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero esclarecer que no dia 28, além do Dr. Jorge Messias, serão sabatinadas também as duas que foram lidas, a Dra. Margareth e a Sra. Tarcijany.

Bom, nós temos sete sabatinas. Eu mandei organizar a mesa e vou convidar os sete sabatinados.

Antes disso, eu quero destacar a presença do Dr. Pedro Maia, Procurador-Geral de Justiça do meu Estado da Bahia e parabenizar pelo seu trabalho, pela sua luta em defesa da Promotoria, do Ministério Público, a quem devo muito no meu estado, porque foi o grande auxiliar quando exerci cargos executivos.

Eu convido, pela ordem, o Sr. Márcio Barra Lima, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público; a Dra. Andrea Cunha Esmeraldo, Desembargadora Federal, para compor o Conselho Nacional de Justiça; a Dra. Kátia Magalhães Arruda, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho; a Sra. Noemia Aparecida Garcia Porto, Juíza Titular da 3ª Vara do Trabalho de Taguatinga, Distrito Federal, para compor o Conselho Nacional de Justiça; e convido também o Dr. Ilan Presser, que é Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça;

o Dr. Carl Olav Smith, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Superior Tribunal de Justiça; o Dr. Paulo Regis Machado Botelho, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

1ª PARTE

ITEM 1

OFÍCIO "S" Nº 16, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MARCIO BARRA LIMA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Federal.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: *Em 08/04/2026, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.*

1ª PARTE

ITEM 2

OFÍCIO "S" Nº 17, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ILAN PRESSER, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2026/2028.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: *Em 08/04/2026, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 3

OFÍCIO "S" Nº 18, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, a indicação da Senhora ANDRÉA CUNHA ESMERALDO, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Superior Tribunal de Justiça.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: *Em 08/04/2026, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.*

1ª PARTE

ITEM 4

OFÍCIO "S" Nº 19, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, a indicação do Senhor CARL OLAV SMITH, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Superior Tribunal de Justiça.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senador Esperidião Amin

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: *Em 08/04/2026, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.*

1ª PARTE

ITEM 5

OFÍCIO "S" Nº 1, DE 2026

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, a indicação da Senhora KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: *Em 08/04/2026, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.*

1ª PARTE

ITEM 6

OFÍCIO "S" Nº 2, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VIII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor Paulo Regis Machado Botelho, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: *Em 08/04/2026, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.*

1ª PARTE

ITEM 7

OFÍCIO "S" Nº 3, DE 2026

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso IX, da Constituição Federal, a indicação da Senhora Noemia Aparecida Garcia Porto, Juíza Titular da 3ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: *Em 08/04/2026, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para conceder a palavra, pergunto se algum dos Relatores das indicações das autoridades quer se manifestar. Podem fazê-lo agora. Quem for o Relator, se quiser usar a palavra, pode fazê-lo agora. (*Pausa.*)

Diante da não manifestação de nenhum dos Relatores, eu concedo a palavra ao Sr. Márcio Barra Lima, para sua exposição, por dez minutos.

Com a palavra.

O SR. MÁRCIO BARRA LIMA (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente. É verdadeiramente uma alegria e honra estar sob a Presidência de V. Exa., em um momento tão especial e significativo da minha carreira como o dia de hoje.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO BARRA LIMA – Bom dia a todos. Exmo. Sr. Presidente desta colenda Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senador Otto Alencar, a quem cumprimento, estendendo minhas saudações ao Exmo. Sr. Senador Carlos Portinho, do Estado do Rio de Janeiro, Relator da minha indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público – o Senador Portinho nos acompanha virtualmente; aproveito para agradecer a honra da relatoria –, aos Exmos. Sras. e Srs. Senadores desta Comissão, aos Exmos. senhoras e senhores magistrados também indicados – muito boa sorte a todos.

Um cumprimento especial ao Exmo. Sr. Ministro Antonio Herman Benjamin, Presidente do STJ, e estendo a saudação a todos os magistrados presentes e Conselheiros nacionais do Ministério Público e de Justiça. É uma honra muito grande ter V. Exas. hoje, aqui com a gente; autoridades de todos os Poderes e órgãos e, se V. Exa. me permite, queria fazer um especial registro de agradecimento aos membros e associações do MP brasileiro aqui presentes. Por todos, eu nomino o Dr. Antônio Edílio Teixeira, Subprocurador-Geral da República, Secretário de Relações Funcionais da Procuradoria-Geral da República; o Dr. José Schettino, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), a minha associação também, e também gostaria de fazer um registro à presença do Dr. Pedro Maia, Procurador-Geral de Justiça da Bahia, Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos estados e da União (CNPG), servidoras e servidores do Senado e todos os que nos acompanham.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de expressar, uma vez mais, a imensa felicidade por estar presente perante esta doutra Comissão do Senado Federal para apreciação de meu nome para compor o CNMP, após um processo interno de eleição na carreira do MPF, em que, com orgulhosa distinção, figurei em primeiro lugar com mais 500 votos dos meus pares, integrando, portanto, a lista tríplice que foi submetida à apreciação do Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, tendo S. Exa. sufragado à escolha da classe, indicando-me para representar o MPF no Conselho Nacional.

Sou Márcio Barra Lima, Procurador Regional da República, tenho 48 anos, sou pai de um casal, Alice e Arthur.

A minha trajetória de vida carrega uma nota forte da pluralidade regional brasileira, uma qualidade que sabemos todos está no DNA e na força desta Casa Alta do Congresso Nacional.

Senador Sérgio Moro, o senhor bem sabe, eu nasci e vivi minha infância no Paraná, terra que carrego com muito respeito e gratidão em minha história, mas foi no Rio de Janeiro, do meu Senador Relator Senador Portinho, que a vida moldou quem sou. Cheguei menino ainda, aos nove anos de idade. Lá estudei, cresci e me tornei um carioca de coração e afirmo isso com todas as letras.

Graduei-me e fiz Mestrado em Direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), onde defendi, nos idos do já longínquo ano de 2006, dissertação intitulada "Análise Teórica e Crítica do Acordo de Colaboração Premiada no Direito Processual Penal Brasileiro".

Eu costumo dizer que também sou paraense de alma, devido aos fortes laços familiares em Belém do Pará, cidade onde reside boa parte da minha família e nasceu e residia o meu recém-falecido pai.

Eu dediquei minha vida profissional ao Ministério Público nestes últimos 25 anos. Tive o privilégio de ter sido por um ano Promotor de Justiça no Ministério Público de Estado de Minas Gerais e, há mais de 24 anos, eu vivo intensamente o Ministério Público Federal.

Essa carreira nacional me permitiu conhecer no dia a dia as diferentes realidades do nosso Brasil, tão diverso e continental.

Na primeira instância, Senador Weverton, fui lotado no Maranhão, uma terra de que gosto e que me marcou profundamente, Senador Weverton e Senadora Eliziane. Também a senhora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por favor, não se sinta excluída de jeito nenhum. Eu vi o Senador Weverton de frente aqui, não tinha visto a senhora, de jeito nenhum.

Depois me removi para a Bahia, estado do nosso estimado Presidente Otto Alencar e do Senador Jaques Wagner.

De volta ao Rio de Janeiro, tive a deferência, ainda muito jovem, com 29 anos, de ser eleito por meus pares para chefiar a Primeira Instância do MPF no estado no biênio 2007-2009, adquirindo ali uma sólida visão de gestão administrativa e da própria instituição.

Em 2014, fui promovido por merecimento a Procurador Regional da República. Atuei perante o TRF da 1ª Região por 1,5ano, aqui representado pelo Desembargador Federal Néviton, ex-colega de Ministério Público Federal e um amigo muito querido.

Depois fui para São Paulo, 3ª Região, por quatro anos, onde fui Procurador Regional Eleitoral Substituto por um ano junto ao TRE de São Paulo.

Em 2019, retornei novamente à 2ª Região, no Rio de Janeiro. Atuei fortemente na área criminal, inclusive no duro combate ao crime organizado – um parêntese aqui, atuei junto com a também indicada Desembargadora Federal Dra. Andréa Esmeraldo, uma magistrada excelente – e na tutela coletiva, tendo sido, também, com muita felicidade, representante do Ministério Público Federal no Tribunal Administrativo do Cade no biênio 2016-2018 e membro suplente da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que atua em matéria indígena e de comunidades tradicionais.

Atualmente, sou membro suplente do Colegiado da 3ª Câmara, que oficia nas matérias de ordem econômica e consumidor.

No âmbito acadêmico profissional, tive a satisfação de ser designado Examinador Titular da cadeira de Direito Processual Penal do ora em execução concurso para Juiz Federal do egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, sediado no Rio de Janeiro.

Quanto à experiência no próprio CNMP, colegiado ao qual estou indicado, cumpre registrar que lá atuei já em duas oportunidades distintas como membro auxiliar, que montam quase quatro anos, ambas na importante Comissão de Controle Administrativo e Financeiro (CCAF), nos anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2014, 2015, 2022 e 2023, comissão esta presidida atualmente pelo Conselheiro Alexandre Magno, aqui presente, cuja presença muito nos honra.

Sras. e Srs. Senadores, caso meu nome seja aprovado por este respeitado Senado, minha premissa de atuação no CNMP será fincada em construção, diálogos interno e interinstitucional, resolutividade e eficiência da atuação ministerial.

V. Exas. têm o meu compromisso irredutível de atuar no colegiado defendendo a Constituição e as leis da República, legitimamente elaboradas por este Congresso Nacional, que é o representante democrático e constitucional do povo brasileiro.

A partir dessa premissa, e considerando a atribuição outorgada pela Magna Carta ao CNMP, no art. 130-A, §2º, posso assegurar a V. Exas. que a pauta disciplinar será exercida de forma firme, responsável, técnica e ponderada, evitando-se a um só tempo impunidades e injustiças.

No viés da atribuição de controle administrativo e financeiro, outra vertente da atribuição principal do CNMP, certamente a experiência prévia na temática, angariada por cerca de quatro anos no âmbito do próprio CNMP, me auxiliará sobremaneira no colegiado para zelar pelo seu constante aprimoramento no Ministério Público brasileiro. E também a execução e a fiscalização do cumprimento pelo MP brasileiro das políticas públicas legisladas por este Congresso Nacional serão, caso aprovado, outro ponto de especial atenção no exercício do mandato, forte na efetivação e aperfeiçoamento, na seara do próprio CNMP e dos diferentes órgãos e ramos do MP nacional, das políticas públicas criadas pelo Legislativo Federal.

É importante dizer que o CNMP já atua por meio de seus diferentes instrumentos, normativos ou executivos, inclusive por meio de suas comissões temáticas, e muitas vezes em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), focado na defesa das mulheres e vítimas de violência, da infância e juventude, no combate ao crime organizado e na inclusão de grupos sociais e pessoas em situação de vulnerabilidade. E o caminho há de ser, invariavelmente, como em toda administração pública, de constante evolução e aprimoramento.

Já me encaminhando para o final, reafirmo, assim, caso seja honrado com a confiança deste Senado Federal, a intensa motivação para desempenhar um mandato de Conselheiro com dedicação perene, responsabilidade, serenidade, abertura e amplo diálogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por imperativo de consciência, não posso deixar de registrar e agradecer penhoradamente a gentil acolhida das Sras. e dos Srs. Senadores durante esta tão enriquecedora jornada de agendas e diálogos com V. Exas. Tive a oportunidade de visitar todas as Sras. e os Srs. Senadores. Foi uma alegria e uma honra muito sinceras. Eu saio daqui, saibam, sem dúvida, muito mais preparado do que entrei.

Assim, com muito respeito e apreço, peço o voto favorável à aprovação da indicação ao Conselheiro Nacional do Ministério Público, colocando o meu dispor a V. Exas.

E, por fim, sendo esta a decisão desta egrégia CCJ e do Plenário do Senado Federal, uma vez investido no cargo de Conselheiro Nacional do Ministério Público, me posiciono de logo à plena disposição desta Casa para todas as interações e cooperações interinstitucionais úteis ao atingimento do bem comum e do interesse público.

Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo V. Exa., Dr. Márcio Barra Lima, pela sua exposição.

Concedo agora a palavra ao Dr. Ilan Presser para exposição, por dez minutos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Os Senadores poderão fazer as perguntas depois que todos os sete sabatinados façam as suas posições.

Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – São muitos sabatinados, e nós temos outras Comissões para participar. Eu faço um apelo a V. Exa.: que abra o painel, porque todos os membros que estão sendo sabatinados hoje já estiveram conversando com a gente e já expuseram mais ou menos o que pensam e o trabalho que eles pretendem fazer. Eu posicionei em relação a todos eles o que eu penso e o quanto é importante o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.

Eu peço que V. Exa. abra o painel, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Omar Aziz, já aconteceu em outras sessões – isso procede aqui no Senado –, no entanto o Prodasen está corrigindo um defeito no sistema de votação, para que depois não exista nenhum questionamento sobre a votação, o que aconteceu recentemente no Brasil, dizendo que o sistema não era firme, não era garantido.

Então, com a palavra o Dr. Ilan Presser.

Antes disso, eu queria parabenizar o Senador Laércio pelo seu aniversário hoje. (*Palmas.*)

Parabéns para o nobre Senador Laércio, digno representante do Estado de Sergipe, vizinho à minha querida Bahia.

Parabéns. Feliz aniversário, Senador Laércio. No aniversário, trabalhando, parabéns – duplo parabéns.

Então, eu passo a palavra ao Dr. Ilan Presser.

O SR. ILAN PRESSER (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar muito especialmente o Senado Federal na pessoa do Presidente, Senador Otto Alencar, muito obrigado pelo acolhimento que teve conosco ao longo desse período.

Eu quero também cumprimentar muito especialmente o meu Relator, Senador Eduardo Braga, como eu, um amazônida – eu sou uma amazônida por adoção, passei nove anos de jurisdição em Belém do Pará; agora estou em Palmas. A nossa 1ª Região tem essa característica de abranger 73% do território nacional e toda a Amazônia Legal, além da Bahia, Senador Otto Alencar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ILAN PRESSER – Eu quero também cumprimentar muito especialmente o STJ (Superior Tribunal de Justiça), que me deu a honra da indicação, na pessoa do Presidente, Ministro Herman Benjamin, e também peço licença para cumprimentar o Ministro Carlos Augusto Pires Brandão, porque é oriundo do meu tribunal e também porque eu tive oportunidade de substituir no gabinete do Ministro Brandão quando ele ainda era Desembargador – com ele aprendi muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do que hoje sei e pratico, em especial nas Praças de Justiça e Cidadania que ele tem trabalhado em relação a esse tema.

Também quero cumprimentar muito especialmente o meu tribunal, na pessoa do Presidente João Batista Gomes Moreira, que aqui se encontra, e na pessoa da Presidente eleita, a Desembargadora Maria do Carmo Cardoso, que assumirá agora, no dia 23 de abril; e também o Desembargador Néviton Guedes, porque tive oportunidade, Senador Sergio Moro, de auxiliar o Néviton, que também atua no Paraná, na Corregedoria Regional, ao longo da sua gestão.

Também quero cumprimentar evidentemente todos os meus colegas aqui sabatinados e cumprimentar a magistratura brasileira, na pessoa da Vanessa Mateus, a minha Presidente da AMB, e nos representantes aqui da Ajuferjes que se encontram – Marceli está aqui presente.

Dito isso, Senador, eu preciso dizer que até fui orientado a ler aqui um pouco da minha trajetória nesse breve tempo que temos, mas eu preferi, pela honra e pelo ineditismo da situação, que as palavras que o meu coração expressar reflitam a emoção que este momento traz, porque nem nos meus melhores sonhos, Senador Otto Alencar, Senador Weverton Rocha, eu imaginaria que percorreria o tapete azul aqui do Senado Federal, esta Casa de 200 anos, criada na Constituição de 1824, Senador Jayme Campos, a Casa de Ruy Barbosa, nossa Casa Alta, onde tanto aprendi ao longo desses meses em que pude aqui percorrer os corredores do Senado, melhor conhecendo o trabalho dos senhores, Senador Jaques Wagner, Senadora Roberta Acioly, e conhecendo as dificuldades de construir consensos em meio a um país tão plural que o TRF1 também me permitiu conhecer, porque eu auxiliei na Corregedoria, eu estive na Ajufer, eu, seguindo as lições do nosso Ministro Brandão, percorri o Brasil. No mês passado, estivemos em Alcântara, estivemos em Caxias, no Maranhão, que já é quase Piauí também, de forma que toda essa experiência me trouxe essa ideia da diversidade.

Eu sou Ilan Presser, eu sou filho do Victor Presser, que é médico como o senhor, Senador Otto Alencar – é médico gastroenterologista. Eu não tenho nenhum parente juiz ou advogado na família, mas o médico e o juiz são parecidos, Senador Otto, porque eles acabam por definir o destino da vida das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Exatamente. Quando tudo dá errado, chama-se o médico. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ILAN PRESSER – Chama o médico, e o juiz também acaba sendo chamado a definir o destino da vida das pessoas e das famílias.

Eu sou filho também de Bracha Presser, agrônoma. Os meus quatro avós são judeus poloneses, que foram acolhidos aqui no Brasil com empatia, com esperança, após os horrores do Holocausto, como denunciou Hannah Arendt, no livro *Eichmann em Jerusalém: Um Relato sobre a Banalidade do Mal*. Dessa forma, eu fui criado no Bom Retiro, em São Paulo, numa família judaica – e o próprio bairro do Bom Retiro expressa essa diversidade que o Brasil tem e sempre recebeu. E, como o Brasil também recebeu os meus avós, Senador Otto, eu preciso devolver isso ao país e quero fazer isso dentro das minhas possibilidades, transformando o sistema de justiça que nós temos.

E, embora paulista, Senador Jaques Wagner, eu fui recebido e acolhido no TRF1, fui Juiz no Pará por nove anos, Juiz em Mato Grosso por dois anos, Senador Jayme Campos. Aprendi muito no calor do Estado do Mato Grosso, não só em Cuiabá, passei por Sinop, Rondonópolis, Cáceres e Barra do Garças, porque é no interior do Brasil que a gente vê as múltiplas experiências que o nosso país carrega e as dificuldades que nós temos para exercer a jurisdição. Veja, o TRF1 tem 73% de território nacional, toda a Amazônia Legal e, muitas vezes, somos um país amazônico que vive de costas para a nossa Amazônia.

Depois de atuar na Corregedoria Regional do TRF1, depois de atuar em várias Comissões do CNJ, eu destaco a Comissão dos Juizados Especiais, a Comissão de Conciliação e, mais recentemente, a Comissão de Inteligência Artificial, em que nós estamos lá debatendo o uso ético, responsável e seguro da inteligência artificial.

Então, eu me preparei não aqui em Brasília, mas me preparei indo a campo, não apenas pelos livros, não apenas no ar-condicionado do gabinete, mas saindo e conhecendo a realidade que nos cerca, buscando o acesso efetivo e pleno ao sistema de justiça a partir de cada uma das experiências regionais. Eu sou muito grato por essa oportunidade.

Mais recentemente, depois da Corregedoria Regional, depois da atuação na escola do TRF1, eu fui agraciado com uma grande honra, que é ter a oportunidade de ser o Secretário-Geral da nossa Escola Nacional da Magistratura (Enfam), sob a Direção-Geral do querido Ministro Benedito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gonçalves, ontem eleito Corregedor Nacional de Justiça e que, em breve, estará aqui sentado para ser sabatinado também, neste Senado Federal, nesta Casa de Ruy Barbosa.

Na Enfam, eu pude verificar como a importância da escola nos traz a ideia de que quanto mais formação, menos corregedoria nós teremos. Quanto mais aprimoramento, quanto mais antevisão, de forma preditiva, dos problemas que a magistratura enfrenta e carrega, mais nós teremos condições de ter uma magistratura que, a partir da sua transformação, permita a transformação da própria sociedade.

Valendo-nos aqui do patrono da Casa, Ruy Barbosa, nós poderemos ser a vez e a voz de quem não tem voz nem vez. O direito, a partir de um sistema de justiça equilibrado, pode ser apto a ser um instrumento de equilíbrio e proteção e não de opressão e dominação. Que o império da lei vença a lei do império. É a isso que a República nos chama.

Eu vejo aqui no Senado, ouvindo os Senadores, que nós precisamos, enquanto Poder Judiciário, ser uma instituição mais aberta, porque nós precisamos de transparência, Senador Otto Alencar, de mais diálogo com os Srs. Senadores, de forma que, a partir desse diálogo produtivo e republicano, possamos conhecer as dificuldades que V. Exas. enfrentam: eleições periódicas, a busca da confirmação popular. A gente aqui percebeu, a partir da nossa travessia e caminhada, sempre conversando – eu tenho certeza de que eu falo por todos aqui –, como é difícil exercer o mandato e se reportar ao povo.

Nós, juízes, temos uma legitimação diversa. Essa legitimação vem justamente da nossa dedicação, de bem receber as partes, a partir de um saber ser, a partir de uma empatia, de uma escuta ativa de cada um que nos procura. São esses valores que eu vou procurar encaminhar no STJ.

Sr. Presidente, já caminhando para o final, eu quero fazer o compromisso público aqui, nesta sala da CCJ do Senado Federal, de que, se eu aprovado for, se o Senado me der a honra de merecer essa indicação feita por 27 Ministros do Superior Tribunal de Justiça, eu vou compartilhar a cadeira da Justiça Federal com todos os senhores e com todas as senhoras ao longo desses dois anos, porque quem não vive para servir não serve a ninguém.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo V. Exa. e passa a palavra ao Dr. Carl Smith.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de fazer coro com o ilustre eminente Senador Omar, para que se abrisse o painel...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está quebrado o sistema do Prodasen.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu não tenho como fazer a intervenção que V. Exa. pede. Eu não sei consertar o Prodasen.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para dar bom andamento aos trabalhos aqui, além de pedir para abrir o processo de votação, eu gostaria também de me inscrever aí, através da nossa Secretaria. Por favor, eu quero me inscrever também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Consertou?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Presidente, já estamos pensando no plano B, voltar para a urna, no papel?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode ser.

Dr. Carl Smith, com a palavra, pelo tempo de dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARL OLAV SMITH (Para expor.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, um cumprimento especial ao Senador Esperidião Amin, que aceitou a relatoria do meu expediente nesta Casa.

Eu cumprimento também os Ministros do Superior Tribunal de Justiça aqui presentes, responsáveis pela indicação. Faço isso na pessoa do Presidente, Ministro Herman Benjamin, e das duas mulheres aqui presentes, a Ministra Maria Thereza e a Ministra Nancy Andrighi, que eu vi em algum lugar por aqui, e meus colegas sabatinados.

Eu cumprimento também os colegas de associação, nas pessoas da nossa Presidente, Vanessa Mateus, e do meu ex-Presidente, o Cristiano Flores.

Eu me submeto hoje, aqui, à avaliação dos senhores e das senhoras com o intuito de ocupar, nos próximos dois anos, uma cadeira no Conselho Nacional do Ministério Público, numa vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça. Eu considero para isso tecer breves considerações sobre o Conselho Nacional do Ministério Público. Não vou me alongar, é mais uma questão de perspectiva.

Eu tenho a visão de que o Conselho Nacional do Ministério Público exerce uma função essencial na orientação, no controle e no aprimoramento das atividades do Ministério Público. Ele é o responsável por traçar diretrizes que façam com que os promotores atuem de uma forma um pouco mais eficiente naquilo que é caro para nós, que são direitos socialmente relevantes, como a educação, a saúde, a proteção da infância, os direitos coletivos, a segurança pública, enfim, a proteção da ordem jurídica. O CNMP é, portanto, um órgão essencial para que nós tenhamos uma estrutura e um sistema de justiça com um funcionamento adequado e para que nós tenhamos fortalecimento da confiança da população nas instituições.

É nessa perspectiva que eu gostaria de situar minha trajetória profissional e a possibilidade de contribuir com o CNMP. Eu sou Juiz de carreira, sou Juiz Estadual no Estado do Rio Grande do Sul e durante a minha trajetória atuei em diferentes funções que me permitiram uma visão distinta da Justiça.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARL OLAV SMITH – Eu atuei na jurisdição, eu atuei na gestão institucional, eu atuei na formação de magistrados e também em atividades de controle.

Como Juiz, tive a honra de atuar na Comarca de Quaraí, em Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul. É uma experiência de fronteira diferente porque ela é marcada por uma jurisdição em um local periférico, de interior do país, com aquelas limitações estruturais que nós conhecemos e também marcada pela carência de recursos às vezes. Mas é ali também que a gente sente o impacto da jurisdição na vida do jurisdicionado, é ali que a gente percebe a importância do juiz na comarca e de o promotor estar na comarca, como representantes da instituição, porque a gente modifica a vida das pessoas e vê isso acontecer na prática.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARL OLAV SMITH – Posteriormente, eu tive a oportunidade de atuar também no Superior Tribunal de Justiça como Juiz Auxiliar da Presidência, ainda em 2014. Fui responsável por trabalhar o fluxo do processo desde a chegada dele no tribunal até a distribuição para os ministros. A ideia ali era otimizar o fluxo do processo. Eu trabalhei com uma equipe muito competente de servidores, que me auxiliaram e, juntos, colaboramos e trabalhamos num projeto que resultou, do ponto de vista prático para o tribunal, em reduzir o acervo do tribunal a partir de 2016. Na realidade, foi um projeto que deu fôlego para o tribunal durante vários anos e recebeu o Prêmio Innovare posteriormente. Obviamente que, hoje, com o número de processos que recebemos no STJ, essa situação já se inverteu e nós temos uma situação em que precisamos trabalhar outras soluções, como a relevância.

Tive também a oportunidade de trabalhar no Conselho Nacional de Justiça por duas vezes. Ali trabalhei a parte de dados da Justiça, buscando mais transparência para o Poder, gerando dados mais fidedignos para que pudéssemos ter transparência, por meio do Justiça em Números, por meio do estabelecimento de metas para os magistrados. Trabalhei também ali em projetos importantes para a implementação da mediação em âmbito nacional. Trabalhei no início da implementação do processo judicial eletrônico, que, a propósito, acho que é algo que deve orgulhar todos nós brasileiros, porque não são todos os países que têm processo eletrônico em 100% dos seus processos, ou em quase 100% deles. Isso é um motivo de orgulho. Países que se dizem mais desenvolvidos que o Brasil não têm essa realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tive também a oportunidade de trabalhar na formação de magistrados. Fui Secretário-Geral da Enfam, sob a diretoria da Ministra Maria Thereza. Ali sempre tínhamos como premissa trabalhar o aspecto da integridade do magistrado recém-ingressado na carreira, trabalhar também a questão do humanismo, da proximidade com a coletividade, com a sociedade e, principalmente, criar uma cultura de observância da segurança jurídica, acreditando que os magistrados e a Justiça têm um papel importante no ambiente de negócios favorável e trabalhar isso no médio prazo, no longo prazo, através da educação judicial, para que nós tenhamos um país mais forte economicamente.

Por fim, eu chego ao cargo que eu ocupo hoje. Eu sou Secretário-Geral do STJ, trabalho no outro lado da moeda agora, como quem recebe as políticas dos órgãos de planejamento, como é o CNJ. Trabalho também na parte administrativa. Ali eu lido com questões orçamentárias, com questões de concurso público, com licitações, enfim, com tudo aquilo que os senhores sabem. Vários foram administradores públicos e sabem as dificuldades de você ser um administrador público puro neste país. Tenho também sob a minha tutela algumas secretarias, diversas assessorias, entre as quais eu destaco as assessorias destinadas ao uso de novas tecnologias no tribunal, como a inteligência artificial.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARL OLAV SMITH – Nós usamos a inteligência artificial no STJ como uma ferramenta para incremento da produtividade, nunca para substituição da atividade humana, mas sim sempre com supervisão daquilo que a máquina faz pelo humano.

Essa é a minha trajetória, Srs. Senadores. Eu acredito que ela me permitiu conhecer o sistema de justiça em múltiplas perspectivas, da ponta à formulação de políticas, e compreender aqueles avanços que nós temos e como nós trabalhamos todos esses desafios.

Tive uma passagem também pela Corregedoria Nacional de Justiça, fui Coordenador da Corregedoria por dois anos, e isso também me permitiu conhecer de norte a sul e de leste a oeste como funciona a Justiça brasileira em todos os seus segmentos – Justiça Federal, estadual, trabalhista.

Eu acredito que essa trajetória pode me auxiliar a contribuir ou pode permitir que eu contribua com o Conselho Nacional do Ministério Público e, caso as Sras. Senadoras e os Srs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores me deem a honra de ser aprovado, eu pretendo contribuir para o aprimoramento das políticas do Ministério Público, levando essa experiência, buscando sempre o fortalecimento institucional, o fortalecimento das funções constitucionais do Ministério Público, obviamente sempre com observância da legalidade, da transparência, do devido processo legal e com responsabilidade. Para isso eu peço o voto dos senhores e das senhoras e reafirmo aqui, caso aprovado, o compromisso de uma atuação absolutamente técnica, íntegra, equilibrada e pautada pelo diálogo institucional, se tiver a honra de ocupar uma das cadeiras do Conselho Nacional do Ministério Público.

Eu encerro aqui e coloco-me à disposição da Comissão para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo o Dr. Carl Smith pela sua exposição.

E passo a palavra à Dra. Andréa Cunha Esmeraldo para a sua exposição.

A SRA. ANDRÉA CUNHA ESMERALDO (Para expor.) – Muito obrigada.

Bom dia, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Otto Alencar, a quem cumprimento pela condução cuidadosa e diligente dos trabalhos.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, primeiramente, agradeço a Deus pela condução da minha vida e a oportunidade da missão que me traz aqui.

Com profundo respeito, dirijo-me a V. Exas., inicialmente, para agradecer a todos que me receberam cordialmente e peço licença para fazê-lo nas pessoas do Senador Cid Gomes, que gentilmente se prontificou a assumir a minha relatoria; do Senador Dr. Hiran Gonçalves, que foi o primeiro a me acolher nesta Casa; e do Senador Carlos Portinho, do meu Estado de origem, o Rio de Janeiro.

Quero dizer que, nesses dias em que percorri os corredores do Senado, pude conhecer um pouco mais de perto a magnitude do trabalho prestado por V. Exas. não sem sacrifícios pessoais muitas vezes, para vencer agendas extenuantes em nome do compromisso com o seu eleitorado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por certo, mas, acima de tudo, com a própria nação brasileira. Quero dizer ainda que aprendi muito e levarei comigo dessa experiência grande admiração e respeito.

E faço uma saudação especial às Sras. Senadoras que, embora em minoria, representam a maior bancada e única suprapartidária a nos servir de inspiração na construção de uma sociedade mais igualitária.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANDRÉA CUNHA ESMERALDO – Agradeço aos Exmos. Srs. Ministros e Ministras do Superior Tribunal de Justiça a honra da minha indicação pela confiança em mim depositada. Agradeço a presença de vários dos Ministros – o tempo me impede de citá-los nominalmente, então eu o faço na pessoa do nosso querido Presidente Ministro Antonio Herman Benjamin. Registro também meus sinceros agradecimentos aos dedicados servidores da assessoria parlamentar do STJ que me acompanharam incansavelmente nos últimos meses desde a minha indicação.

Desejo sucesso aos colegas que dividem esta mesa, hoje sabatinados.

Pois bem, sou Andréa Cunha Esmeraldo, filha de Edméa Costa Cunha e Antonio Esmeraldo Neto. Sou casada com Geraldo Resende Júnior, meu melhor amigo, meu amor e companheiro de todas as horas, inclusive hoje. E temos três filhos maravilhosos: Davi, Luíza e Mateus. Sou Juíza de carreira e, desde 2022, tenho a honra de integrar o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que tem competência e jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro e no Espírito Santo.

Embora nascida no Rio de Janeiro, trago comigo a tenacidade e a resiliência do nordestino dada a origem da minha família, cearense, já enaltecida pelo Senador Cid Gomes por ocasião da leitura do relatório sobre minha indicação na última sessão deste Colegiado, leitura feita pelo Senador Weverton muito gentilmente. Tive o privilégio e o orgulho de me formar em bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o que me trouxe o sentimento do dever de retribuir à sociedade o ensino de excelência, o ensino público de excelência que recebi.

Embora professora do ensino infantil por formação, o fascínio pelo direito, pelo estudo do direito me conduziu a escolher o serviço público como caminho para tanto. Fui servidora do Tribunal Regional Federal da 2ª Região até ingressar na magistratura em 1997, o que muito me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orgulha, não por vaidade, mas justamente pela relevância do papel que o juiz exerce na sociedade e na vida de cada jurisdicionado que busca a Justiça.

Já se somam quase 30 anos de dedicação exclusiva, posso assim dizer, já que não segui carreira acadêmica, embora o gosto pelo magistério tenha me acompanhado, razão por que tive algumas incursões nesse campo ao lecionar na UFF e nas escolas de magistratura e ainda nos dias atuais presidir a Comissão Temática de Diversidade, Gênero e Raça da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf).

Ao longo de todos esses anos, tenho acumulado experiência, exercendo a competência jurisdicional em todas as matérias afetas à Justiça Federal, com maior ênfase no direito previdenciário, tributário e criminal. Devo dizer que o período de maior realização se deu quando atuei nos juizados especiais federais, devido à maior proximidade com o jurisdicionado, que permite mais claramente conhecer a dor que o traz à Justiça e a possibilidade de uma resposta mais ágil e efetiva.

Minha atuação não se limitou à jurisdição enquanto atividade-fim, pois entendo que a sociedade espera mais do magistrado, além do que proferir decisões hermeticamente fechadas em seu gabinete. É preciso que, cioso de sua responsabilidade enquanto membro de Poder, não perca de vista a dimensão de que presta um serviço público do qual o seu cliente é o jurisdicionado. Portanto, é seu dever atuar com urbanidade com relação a todos.

Os que me conhecem sabem o quanto prezo o diálogo interinstitucional e a transparência. O Dr. Márcio Barra Lima é testemunha disso, Procurador Regional que atuou na 1ª Turma Criminal do Tribunal Regional Federal, onde eu exerci jurisdição por três anos. E também o Dr. João Grognet, Procurador da Fazenda Nacional, hoje Coordenador da Dívida Ativa, aqui presente para a minha satisfação, também é testemunha disso, pelo trabalho que desenvolvemos quando fui titular da 7ª Vara de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, e S. Exa. então era o Procurador-Chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional e se tornou grande amigo.

No intuito de buscar o aprimoramento do Poder Judiciário, exerci, para além da jurisdição, quase todas as funções administrativas possíveis em primeira instância, e também no campo da atividade associativa, compondo, para meu orgulho, a Diretoria da Associação dos Juízes Federais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Ajufe), nos biênios de 2006 a 2007 e de 2008 a 2009, sendo o último na condição de Vice-Presidente da 2ª Região.

Não posso deixar de destacar, entre essas funções exercidas, a de Juiz Auxiliar da Corregedoria da 2ª Região, então conduzida pelo querido professor e Desembargador Federal Guilherme Couto de Castro, e de auxiliar da Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, na gestão do hoje Ministro do Superior Tribunal de Justiça Messod Azulay Neto, que muito me honrou com a sua presença aqui, hoje. Acompanhei ainda inspeções realizadas pelo Corregedor Nacional, Ministro Mauro Campbell, e pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal, Ministro Luis Felipe Salomão. Todas essas experiências me trouxeram uma vasta visão do Poder Judiciário em sua admissão nacional.

Nesse caminhar, vi o Conselho Nacional de Justiça nascer e, paulatinamente, se firmar em seu papel fundamental de fomentar o aperfeiçoamento do Poder Judiciário. Participei, na base, de inúmeros projetos, muitos dos quais ousados, porém auspiciosos, que foram gradativamente se incorporando ao cotidiano da Justiça e mudando sua engrenagem.

Como exemplo, cito, primeiro, o Movimento Nacional pela Conciliação, capitaneado pela Ministra Ellen Gracie, primeira mulher Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, que culminou com o primeiro Dia Nacional da Conciliação, em 8 de dezembro de 2006. Recordo-me bem, porque foi um dia inteiro de audiências realizadas, quando eu me encontrava no final do oitavo mês da gestação do meu primeiro filho, numa época em que havia muita resistência à possibilidade de conciliações, de celebração de acordos pelos entes públicos, mas a política institucional estabelecida pelo CNJ mudou completamente essa realidade.

Outro exemplo muito significativo, mais recentemente, quando eu já assumi a função de Desembargadora do TRF2, pelo critério de merecimento, e tive a honra de coordenar a comissão responsável pela sua implementação no tribunal, eu cito ainda a instituição da política de assistência a magistradas e servidoras em situação de violência doméstica, rompendo o verdadeiro tabu de que as mulheres do sistema de justiça estariam ilesas a esse tipo de violência...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDRÉA CUNHA ESMERALDO – ... e mudando completamente o eixo de compreensão da problemática da esfera pessoal da vítima para tratá-la como uma questão de segurança institucional.

De todos, sem dúvida, o projeto mais audacioso de que participei ativamente foi a implementação do Exame Nacional da Magistratura, na condição de Coordenadora da Comissão Executiva, sob o comando do Ministro Mauro Campbell, então Diretor da Enfam e grande incentivador para eu estar aqui, hoje.

Não há dúvidas – já estou me encaminhando para o encerramento, Sr. Presidente – de que há muito a ser aperfeiçoado no Poder Judiciário e no próprio CNJ, ao que eu espero poder contribuir, tal como venho perseguindo ao longo de toda a minha trajetória, brevemente resumida aqui: o ideal de uma Justiça melhor e uma sociedade mais justa para os brasileiros.

Espero retornar a esta Casa, na condição de Conselheira do CNJ, para participar de debates de questões comuns, se os Srs. e as Sras. Senadoras assim me considerarem merecedora, assim como estarei sempre à disposição para o diálogo institucional, colocando-me também agora à disposição para algo que eu possa complementar se julgarem necessário.

Muito obrigada pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero parabenizar a Dra. Andréa Esmeraldo e dizer a ela que eu não estava dando pressa, mas estava ouvindo a sua belíssima trajetória como Juíza de carreira, que agora vai compor o conselho.

A SRA. ANDRÉA CUNHA ESMERALDO – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E o seu Relator acabou de chegar aqui, o nobre Carlos Portinho.

Eu passo a palavra agora à Dra. Kátia Magalhães Arruda, por dez minutos. V. Exa. tem a palavra, Dra. Kátia.

A SRA. KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Otto.

Bom dia a todas e todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu inicio, obviamente, saudando o Presidente da CCJ, Senador Otto Alencar, e dizendo da minha alegria por vê-lo com saúde e vitalidade. É uma alegria, Senador. Também gostaria de saudar a Senadora Eliziane Gama, minha Relatora. E peço permissão a ambos para saudar os meus Senadores dos meus dois estados. Eu digo que eu tenho dois estados, o Ceará e o Maranhão. O Ceará é o meu estado de origem. Aqui eu tenho a honra de ter o Senador Camilo Santana, o Senador Cid Gomes e o Senador Girão. E, do Maranhão, que é o estado onde eu fiz a minha trajetória, eu tenho a honra de ter a minha Relatora, que é a Senadora Eliziane, o querido Senador Weverton Rocha e a Senadora Ana Paula. Então, deixo essa minha saudação especial.

Eu quero dizer, prezados Senadores e Senadoras, que esta é a segunda vez que venho a esta sabatina, à sabatina da CCJ. Por quê? Porque, quando fui indicada para o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, 18 anos atrás, aqui também estive, tive essa honra. À época, era presidida pelo Senador Marco Maciel, também nordestino, Senador Otto, e agora presidida por V. Exa. Então, eu quero, em primeiro lugar, agradecer a gentileza, a educação, o carinho até com que fui recebida por cada um dos Senadores e das Senadoras. É muito gratificante estar nesta Casa e sentir esta energia palpitante de atividades e de pessoas que podem definir o futuro e o presente do nosso país.

Desta vez, venho como indicação do Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, esse órgão de importância grande para o nosso Brasil. E venho apresentar a minha trajetória, trajetória pessoal, trajetória profissional e trajetória acadêmica. E penso que a minha prática, a prática da minha trajetória é que vai efetivamente refletir, mais do que palavras, o meu compromisso com o Estado democrático de direito, o meu compromisso com a soberania e a separação de Poderes, elementos extremamente importantes nesta esfera que estamos a viver em nosso país.

Eu sou natural, como já disse, do Ceará. Eu iniciei minha formação básica e superior naquele estado, me formei em Direito pela Universidade Federal do Maranhão, com a honra de ter sido orientada no mestrado por um dos maiores constitucionalistas deste país, o Senador Paulo Bonavides. Então, deixo, inclusive, essa minha homenagem póstuma. Eu desloquei-me para o Maranhão quando passei no concurso para Juiz do Trabalho e, lá, eu segui toda a minha trajetória na magistratura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito, Senador, para saudar e agradecer também a presença de todos os Ministros do STJ que aqui estão; dos Ministros do meu tribunal, o Tribunal Superior do Trabalho; do Ministro José Roberto Freire Pimenta, que, neste momento, representa o nosso Presidente; do Ministro Lelio, que foi Presidente da nossa Casa; do Ministro Augusto César; do Ministro Balazeiro; do Ministro Mauricio Godinho Delgado; e todos os que aqui já estiveram – Ministro Cláudio Brandão, Ministro Dezena, Ministro Hugo Scheuermann.

Também faço a minha saudação ao Procurador-Geral do Trabalho, que aqui se encontra; aos representantes da associação de magistrados, dos auditores, dos advogados e à OAB Nacional.

Muito obrigada pela presença de todos vocês, assim como a dos meus alunos, que não puderam entrar, Senador, mas ficaram ali fora, do mestrado e do doutorado em Direito, em que eu tenho a honra de lecionar; e também do grupo Themis, que é um grupo de mulheres que atuam na magistratura e na advocacia.

Ao chegar ao Maranhão, a partir de 1990, uma nova etapa da minha vida ocorreu. E lá nasceram meus dois filhos, Gabriel e Lara, que tenho a honra de estarem lá na última fila também, me ouvindo, fruto do meu casamento com o Advogado da União Adriano Martins de Paiva, que também aqui se encontra. Sou filha de dois cearenses, Maria Dolores e Luiz Arruda, e sou neta – e aí é um ponto interessante –, por parte de pai, de um agricultor do interior do Ceará e, por parte de mãe, de um cearense que, após desbravar a Amazônia, foi viver em São Paulo. Então, com toda essa conjuntura, eu penso que, de alguma forma, a minha vida consegue vislumbrar um pouco do retrato do Brasil.

Eu tenho uma longa carreira no serviço público. Iniciei como servidora pública no Ministério da Saúde, em Maracanaú, no interior do Ceará; prossegui no Tribunal Regional do Trabalho, como Oficial de Justiça; e, quando vim para a magistratura, em 1990, já no Maranhão, à época se dizia que eu era a Juíza mais nova, porque assumi a carreira com 23 anos de idade. Portanto, fui Juíza naquele estado, que representava o Maranhão e o Piauí, e lá exerci todas as funções: desde Juíza Substituta, no interior, até Juíza Titular; posteriormente fui Corregedora e Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região. Em 2008 é que fui indicada para o Tribunal Superior do Trabalho, e é a posição que ocupo hoje, com o objetivo sempre – contínuo – de defender os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preceitos constitucionais, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e a dignidade da pessoa humana, que são eixos de atuação de um projeto e de um princípio democrático.

Além da atuação jurisdicional, como disse antes – e saudei os meus alunos e colegas professores –, eu acumulei também experiência como Professora – sou Professora do mestrado e doutorado da UDF, universidade daqui de Brasília – e experiência de gestão institucional, porque, já no TST, eu fui membro do Comitê Nacional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem e das Comissões de Equidade. Também sou Coordenadora da Rede Internacional Universitária de Pesquisa e Extensão, que é a Riupe, e, até o fim do ano passado, fui Diretora-Geral da Escola Nacional da Magistratura, que é a responsável pela formação e aperfeiçoamento de todos os magistrados do trabalho no Brasil.

Fiz esse pequeno resumo, mas todos os nobres Senadores e Senadoras têm livre acesso, porque o meu currículo está exposto, é um currículo público, está no Currículo Lattes. E, além de representar – muito além de representar, penso eu – uma visão técnica e atualizada dos problemas que temos a enfrentar no Poder Judiciário, que reconheço que são muitos, também representa essa visão que engloba vários estados da Federação e inclusive outros países com experiências que também conheço e pretendo compartilhar com todos os colegas.

Então, eu enxergo o Conselho Nacional de Justiça como, sobretudo, um espaço de diálogo. Os colegas que me antecederam, e que eu já, de antemão, saúdo, assim como os que vão falar, todos estão com este compromisso de fazer com que o Conselho Nacional de Justiça seja um espaço de diálogo interinstitucional. Percebi, ao longo da minha trajetória neste Senado, que várias propostas e várias atuações deste Senado são coincidentes com atuações ou com contribuições que o CNJ pode fazer. Portanto, já nos colocamos à disposição para isso.

Eu pretendo focar a minha atuação no CNJ... Obviamente, nós seremos um colegiado, se os senhores nos aprovarem, e existem muitas frentes no CNJ, mas eu entendo que o CNJ deve ser um órgão mais vinculado às atividades-fim do Poder Judiciário, assim como aquelas atividades que correspondam, por exemplo, à violência contra a mulher...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA – ... existem comissões em relação a isso, à questão do trabalho decente, à proteção da infância e juventude e sempre, volto a repetir, separando bem o que é independência funcional, o que é caráter colegiado das decisões e o que é o princípio da separação de Poderes que está previsto na nossa Constituição.

E devo dizer, já para encerrar, que a minha convicção é guiada, Senador Otto e caríssimos Senadores que me escutam, pela mesma convicção que tive na minha primeira sabatina. Qual era essa convicção? A de que o magistrado é um servidor, é um servidor público. Eu sei que os discursos sobre isso se acumulam e as práticas, às vezes, não são correspondentes, mas isso disse na minha primeira sabatina há 18 anos e venho também a reafirmar. O que eu espero é dedicar a minha energia, a minha vitalidade e o meu conhecimento sempre nesse sentido, para fortalecer a cidadania e as instituições democráticas.

Dessa forma, eu ofereço a minha fala, o meu conhecimento técnico, a minha experiência profissional para análise de todos os senhores e peço o apoio dos senhores nesse projeto, dos senhores e das senhoras, porque a verdade é que nós não podemos esmorecer. Nós não podemos esmorecer nas nossas convicções, nas nossas ideias e ideais em prol de uma nação que seja, sobretudo, democrática, participativa e que possa ouvir a nossa comunidade. O Judiciário costuma ser, vamos reconhecer, muito fechado às demandas e à própria comunidade.

Então, eu me coloco à disposição, Senadores.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo pela exposição a Dra. Kátia.

E passo a palavra ao Dr. Paulo Régis Machado Botelho para a sua exposição, por dez minutos.

O SR. PAULO RÉGIS MACHADO BOTELHO (Para expor.) – Pois não, Senador Otto. Cumprimento-o, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Agradeço inicialmente ao nosso Deus criador, que cuida, protege e me abençoa, cumprindo a nobre missão de distribuir justiça com serenidade e empatia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço aos meus pais, Anita Botelho e Mardônio Botelho, pela formação do meu caráter, auxiliados pelos meus professores, minhas professoras e professores ao longo do tempo, e que ancoram meus valores e princípios, permitindo uma perfeita interação nas relações sociais.

Agradeço às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o tratamento cortês, pela forma educada e pelo acolhimento que me deram durante o período em que pude conhecê-los mais de perto. E quero dizer para as Senadoras e para os Senadores que foi uma experiência gratificante e inesquecível. Senador Amin, Senador Laércio Oliveira, Senador Omar, Senador Eduardo Braga, Senador Weverton, Senador Camilo, Senadora Jussara, Senador Portinho, Senadora Zenaide, Senadora Dorinha, foi uma experiência fantástica realmente.

Quero agradecer aos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, na pessoa do nosso Corregedor-Geral José Roberto Pimenta, que está aqui presente, acompanhado de outros Ministros, Ministro Cláudio Brandão, Ministro Augusto César, Ministro Balazeiro, Ministro Dezena, Ministro Hugo, Ministro Lelio e todos presentes.

Quero agradecer aos meus colegas da magistratura; agradecer aos advogados e às advogadas com quem aprendi durante meus 34 anos de magistratura; agradecer aos servidores que me auxiliam – o juiz, o magistrado, o desembargador, o ministro precisam desse auxílio indispensável para cumprir a sua função.

Quero agradecer à minha família, meus irmãos, meus amigos, que nos ajudam e nos impulsionam na vida, permitindo que possamos ultrapassar as adversidades com mais tranquilidade; líderes associativos; ao nosso Presidente da Anamatra, Valter Pugliese, do meu querido Ceará; Mauro Elvas. E, por fim, poderia ser pelo começo, agradeço à minha esposa, minha companheira, que me acompanha durante quase 30 anos. E compartilhamos os mesmos sonhos, Senador Contarato, sonho de um mundo mais justo, um mundo mais humano e mais solidário.

Minhas senhoras, meus senhores, sou de Fortaleza, cidade que há pouco completou 300 anos de vida, uma data que foi celebrada pelo Senado Federal, pelo Senador Eduardo Girão, com proposta de autoria do Senador Eduardo Girão.

Aproveito para cumprimentar também o Senador Cid Gomes, que esteve aqui, e o Senador Eduardo Gomes também que chegou, Vice-Presidente do Senado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que, ao longo da minha vida, ao longo da minha história, eu tive uma formação cristã – eu estudei no Colégio Cristo, Colégio Santo Inácio – até ingressar na Universidade Federal do Ceará, onde concluí o curso de Direito. Evidentemente, o sonho acalentado desde jovem era ser magistrado e, para isso me preparei, para isso me qualifiquei, fiz especializações, concluí mestrado, doutorado, pós-doutorado, mas o que me serviu mesmo na vida minha profissional foi o aprendizado no interior do estado. Como eu disse, meu pai é da cidade do Cariri, Jardim, ali próximo à cidade do Senador Camilo, ali em Barbalha, meu pai nasceu em Jardim, e minha mãe é do centro do Ceará, da cidade de Quixeramobim, onde tem o genro aí do Senador Eduardo Braga.

Tive o prazer de ter esse conhecimento ontem.

Então, eu, juntamente com seis irmãos, formamos sete irmãos, tive sempre uma formação cristã, uma formação no sentido de sempre, como família de classe média, absorver e aplicar o espírito de solidariedade.

Concluí meu curso de Direito, passei no concurso para Procurador do município, Procurador do Estado do Ceará, advoguei durante um certo tempo, três, quatro anos, e depois fui aprovado no concurso para Juiz substituto em Pernambuco, que é outro estado por que eu tenho muito carinho, Senador Otto, porque lá aprendi, dei os primeiros passos na magistratura.

Não foi possível remover para o meu Ceará. Eu tive que fazer um novo concurso. Eu já era Juiz titular, voltei a ser substituto, passei oito anos como substituto, quinze anos como Juiz titular e estou há oito anos como magistrado de segundo grau, como Desembargador, ou seja, 34 anos de exercício da magistratura.

Nesse tempo, exerci algumas funções. Já trabalhei no Conselho Nacional de Justiça; já fui Juiz auxiliar da Corregedoria, que foi uma experiência muito rica, nos idos de 2009 e 2010; exerci, no meu tribunal, uma função de Corregedor, fui Corregedor regional durante os idos de 2021 e 2022; e atualmente exerço a função de Diretor da Escola Judicial. Iniciei em 2023 e fui reeleito agora para 2025-2026.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é a minha trajetória dentro da magistratura, uma trajetória em que, como eu disse, percorri várias varas no interior – Pernambuco quase todo eu conheço, o Ceará quase todo –, me permitindo contato com todas as peculiaridades de cada região.

Em relação ao propriamente dito, Senador Otto, aproveitando para otimizar o tempo, eu quero dizer que pretendo, no CNJ, caso tenha a honra de ser aprovado, legitimado por esta Casa, pelas Senadoras e Senadores, continuar o meu trabalho, trabalho feito com compromisso, com ética, com integridade, com muito diálogo – na minha vida eu sempre preservei essa condição em todos os setores que eu atuo –, procurando ouvir, com uma escuta ativa. E acho que todo magistrado, quando está na sua função eminentemente jurisdicional, deve ter esse contato. Esse contato é muito importante.

A atuação do CNJ é uma atuação de maior amplitude, inclusive exige um maior diálogo com as outras instituições, de forma especial, com o Senado Federal. Então, como se diz, o meu compromisso com os senhores e senhoras é este: o de continuar aberto ao diálogo, desenvolver o trabalho com toda retidão, honrar a escolha do Tribunal Superior do Trabalho, honrar, caso seja legitimado pelos senhores, a escolha do Senado Federal e continuar trilhando, com muita serenidade, muita tranquilidade, fazendo aquilo que me cabe como missão.

Eu também sou Professor, ingressei na universidade um pouquinho antes da magistratura. Leciono Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Deontologia Jurídica na Universidade de Fortaleza. E aproveito a oportunidade também para agradecer a meus colegas professores que mandaram mensagens, meus alunos e ex-alunos e todos os amigos que estão nos assistindo através do YouTube e da TV Senado, Senador Otto, eu acredito, neste horário.

Minha mãe já está lá... Minha mãe tem 95 anos. E eu disse: "Mamãe, eu vou para o Senado Federal ser sabatinado". E ela disse: "Meu filho, o que é sabatina?". Eu disse: "Eu vou me colocar à disposição dos Senadores, mostrar um pouco da minha vida, rapidamente, pelo tempo que me cabe, minha vida pessoal e vida profissional". Ela disse: "Fale com o coração". Então, eu estou falando para as senhoras e os senhores com o coração – com o coração –, mas sempre conectado com aquilo que a minha função exige, como magistrado e, se for abençoado com a escolha dos senhores e das senhoras, como Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para poupá-los, eu quero dizer que foi uma experiência realmente muito rica esse diálogo com todas as Senadoras e os Senadores. Vejam que eu já memorizei todos os nomes, quase todos, porque, evidentemente, em face da pauta, em face dos compromissos institucionais, um ou outro eu não consegui, não tive esse prazer, mas terei ainda, se Deus quiser e me permitir.

Aproveito para falar do Senador Izalci, que eu esqueci, Senador, mas foi porque o senhor... Agora que eu o visualizei, falando aqui direcionado. Também me recebeu de forma muito cortês e eu agradeço.

E estou à disposição para esclarecimento daquilo que os senhores desejarem, alguma pergunta.

Agradeço-lhes mais uma vez.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo o Dr. Paulo Régis Botelho pela sua exposição. (*Palmas.*)

Também mando um abraço... V. Exa. pode mandar um abraço para sua mãe: "Minha mãe – manda um abraço para ela –, fique tranquila".

O SR. PAULO RÉGIS MACHADO BOTELHO – Vou mandar. Ela está assistindo agora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Noventa e cinco anos?

O SR. PAULO RÉGIS MACHADO BOTELHO – Noventa e cinco, caminhando para 96.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O nome dela como é?

O SR. PAULO RÉGIS MACHADO BOTELHO – Ela só não compreendeu ainda o que é sabatina. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como é o nome dela?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO RÉGIS MACHADO BOTELHO – Anita Machado Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Manda um abraço ela.

O SR. PAULO RÉGIS MACHADO BOTELHO – Minha mãe querida, beijo no coração. Quinta-feira eu dou um abraço pessoal na senhora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O nome Anita é de mulher valente, Anita Garibaldi disse.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A palavra é concedida à Dra. Noemia Garcia Porto.

A SRA. NOEMIA APARECIDA GARCIA PORTO (Para expor.) – Um bom dia a todas e a todos. Eu cumprimento inicialmente o Senador Otto Alencar, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas cumprimento também, peço licença para cumprimentar o Presidente desta Casa, Senador Davi Alcolumbre. Cumprimento ainda, com muita gratidão, o Senador Eduardo Gomes, que aceitou essa relatoria e trabalhou com afinco; eu diria mais do que com afinco: ao aceitar a relatoria, o Senador Eduardo Gomes me recebeu com carinho e com afeto.

Também gostaria aqui de cumprimentar Senadoras e Senadores e agradecer pela receptividade. Nós estivemos com a maioria dos Senadores e das Senadoras, e, para mim, foi não apenas um momento de diálogo, mas também um momento muito especial de escuta.

Gostaria ainda de cumprimentar a cada um e cada uma dos Ministros e das Ministras do Tribunal Superior do Trabalho – a nossa casa. Faço isso citando o nome do nosso Presidente, do meu Presidente, Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, mas também do nosso Corregedor, Ministro Freire Pimenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço e também cumprimento todos os conselheiros e conselheiras aqui presentes, os colegas sabatinados, e eu faço uma especial referência à Ministra Kátia Magalhães Arruda, não só pela sua trajetória como magistrada, mas como professora, como mulher que inspira tantos e tantas de nós.

Eu cumprimento também o Desembargador Paulo Régis, que tornou essa caminhada aqui no Senado uma caminhada feliz, uma caminhada leve, mas também uma caminhada exitosa.

Gostaria de cumprimentar o Presidente Valter Pugliesi, Presidente da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho. Eu tive a honra, Presidente Valter, de estar na sua posição como Presidente entre 2019 e 2021, representando a magistratura do trabalho do Brasil.

Também gostaria de cumprimentar, e aí com muita admiração e com muito respeito, todas as trabalhadoras e os trabalhadores desta Casa, as pessoas que estruturam e sustentam o Parlamento brasileiro. O meu reconhecimento aos trabalhadores e às trabalhadoras.

Senhores e senhoras, eu gostaria de falar um pouco da minha trajetória. Eu sou magistrada de carreira há 28 anos. Atualmente, eu sou Juíza Titular da 3ª Vara do Trabalho de Taguatinga, mas a minha carreira começou um pouco antes.

Durante quatro anos, eu fui servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, no Mato Grosso do Sul. Atuei como juíza substituta, depois do ingresso, em primeiro lugar, no concurso de provas e títulos para a magistratura, em Brasília.

A minha primeira titularidade foi na 2ª Vara do Trabalho de Araguaína, no Tocantins. De lá, eu guardo algo muito especial: eu fui uma das primeiras, junto com as minhas colegas e os meus colegas, lá em 2006, a iniciar as atividades de Justiça itinerante nos municípios de Tocantinópolis e Araguatins, no Bico do Papagaio.

A atividade itinerante fez forte em mim a convicção de que o acesso ao sistema de justiça, principalmente para as pessoas mais vulneráveis, é uma das maiores tarefas que nos cabe na magistratura brasileira. E essa experiência se conecta com a Resolução nº 460, do Conselho Nacional de Justiça. A resolução que hoje – para a Justiça do Trabalho, para a Justiça Federal e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a Justiça Estadual – determina e orienta os princípios de acesso, de inclusão digital e de respeito aos direitos de cidadania.

Dito dessa maneira, eu percebo que a minha trajetória é marcada por muita territorialidade, porque de nascimento eu sou de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, onde me formei na Universidade Católica Dom Bosco. Como vários das sabatinadas e sabatinados, acho que nós somos uma parte dos brasileiros e das brasileiras, ou seja, nós somos de muitos lugares e nós estamos em todos os lugares.

Por isso, eu gostaria de saudar a representação federativa desses três estados que eu mencionei: Mato Grosso do Sul, meu estado de origem, Senador Nelsinho Trad, Senadora Soraya, Senadora Tereza Cristina; do Estado do Tocantins, Senador Eduardo Gomes, Senadora Dorinha, Senador Irajá; do Distrito Federal, Senador Izalci, Senadora Damares, Senadora Leila.

Essa transversalidade territorial também mostra que nós estamos num país gigante e que, por isso, a experiência institucional mostra que o compromisso com os valores constitucionais, no âmbito da magistratura, é o que cada juiz e cada juíza devem legar para a sociedade.

Nesse sentido, eu atuei no primeiro grupo de trabalho instituído pela Ministra Cármen Lúcia, então Presidente do Conselho Nacional de Justiça, para dar efetividade à Resolução nº 255, do Conselho, que justamente tratava e trata dos desafios da carreira das magistradas. Também atuei como Coordenadora da Comissão Científica da Escola Nacional de Aperfeiçoamento dos Magistrados e Magistradas. As escolas nacionais, a propósito, são um legado desta Casa do Parlamento quando discutiu a Emenda Constitucional nº 45, de 2004. Integrei e integro o Programa de Equidade do Poder Judiciário trabalhista, um programa que, com as atividades internas e externas, permite uma atuação sincrônica entre magistratura e sociedade.

Falando da atividade profissional, institucional, eu também estive e estou na academia. Fiz especialização em Direito Constitucional na Universidade de Brasília, mestrado e doutorado em Direito, Estado e Constituição também na UnB. As reflexões críticas da academia – eu imagino e eu quero muito – mantêm o meu espírito alerta quanto à visão crítica sobre a minha própria prática, sobre o Poder Judiciário e sobre o papel do direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se me for permitido, eu gostaria de fazer uma breve referência pessoal. E aí eu preciso respirar um pouco para fazer essa referência. Eu sou mãe da Ana Paula, da Hannah, do Ian e do Fernando; eu sou tia do Igor, da Ana Clara, do Lucas e do Guilherme; e eu sou avó do Martim. Essa experiência de afeto não me define de uma vez por todas, mas ela atravessa a minha existência e o meu lugar no mundo e me revela que, no campo do direito, o mais importante é que a gente possa visibilizar as pessoas, as suas vidas concretas, a sua realidade.

E olhando, senhores e senhoras, para o Conselho Nacional de Justiça, lá na década de 90, o Conselho foi criado em razão das demandas da sociedade por governança, transparência e eficiência. Vinte anos depois, o CNJ nos lega isso, nos lega a governança, mostra que independência judicial pode e deve estar conjugada com responsabilidade. Mas há muito ainda a ser feito. Na complexidade das relações sociais que nos cabem, na era digital, no momento da inteligência artificial, nas complexidades também das muitas demandas que assolam o Poder Judiciário brasileiro, há muito a ser feito.

É exatamente por isso que eu me coloco para os Senadores e as Senadoras com o compromisso, imbuído do espírito público, de cumprimento irrestrito de todos os valores democráticos e da nossa Constituição da República.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo a Dra. Noemia pela sua exposição.

Lamentavelmente, o sistema do Prodasen não está funcionando, vamos ter que votar pelas urnas, colocar os votos nas urnas, voltando ao sistema antigo. Já está instalada lá a urna, e os Srs. Senadores podem votar à medida que eu for chamando.

Senador Weverton, tem que pegar aqui a...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eduardo Braga, tem que pegar aqui a...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É, a cédula.

(*Procede-se à chamada.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Weverton. (*Pausa.*) Senador Weverton. (*Pausa.*)

Senador Jaques Wagner, para votar no sistema jurássico, antigo. (*Pausa.*)

Senador Jader Barbalho. (*Pausa.*)

Senador Veneziano Vital do Rêgo. (*Pausa.*)

Senador Sergio Moro. (*Pausa.*)

Senadora Dorinha. (*Pausa.*)

Senadora Soraya. (*Pausa.*)

Senador Oriovisto Guimarães. (*Pausa.*)

Senador Jayme Campos. (*Pausa.*)

Senador Omar Aziz. (*Pausa.*)

Os titulares.

Eliziane Gama. (*Pausa.*)

Vanderlan Cardoso. (*Pausa.*)

Rodrigo Pacheco. (*Pausa.*)

Cid Gomes. (*Pausa.*)

Carlos Portinho. (*Pausa.*)

Eduardo Girão. (*Pausa.*)

Magno Malta. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcos Rogério. (*Pausa.*)

Rogerio Marinho. (*Pausa.*)

Rogério Carvalho. (*Pausa.*)

Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

Camilo Santana. (*Pausa.*)

Senador Ciro Nogueira. (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Senador Hamilton Mourão.

Senador Amin... Senador Amin, votaremos no sistema jurássico.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Esse é auditável. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é, aí é auditável.

Meu amigo querido, como está? (*Pausa.*)

Peço aos assessores e à Mesa da Comissão de Constituição e Justiça que possa chamar os Senadores para a votação nominal por cédula, os Senadores que estão nos gabinetes.

Senadora Zenaide, suplente de...? (*Pausa.*) Senadora Zenaide, pois não. (*Pausa.*)

Vanderlan não vem, não. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Quando o senhor me der a palavra eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já vou chamá-lo, Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto a votação segue, vou conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Braga, Senador Weverton, Senador Jayme Campos, Senador Sergio Moro, Contarato, Camilo Santana e Zenaide Maia.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro quero dizer que V. Exa. hoje quebra um recorde nesta Casa, nós estamos fazendo uma sabatina recorde: são sete membros, sendo cinco do CNJ e dois do CNMP.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – E três do Ceará.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E três do Ceará. Eu estava dizendo há pouco ao Senador Camilo que o Ceará é um bicho danado, porque cearense tem em todo o lugar, e, onde tem cearense, o judeu não se cria, porque o cearense é danado na negociação. Controla tudo, tudo, ganha tudo, não tem disputa com relação a isso.

Aliás, quero desejar aqui o bom retorno ao nosso sempre gentil, competente Ministro da Educação e Governador do Ceará, Camilo Santana, ao Senado da República.

Mas, Sr. Presidente, se por um lado a nossa sabatina hoje é uma sabatina histórica pelo número de membros, nada mais oportuno do que uma sabatina com CNJ e CNMP no momento que o Brasil vive, porque, recentemente, o Brasil ficou entre uma pergunta e uma resposta, eficiência *versus* garantismo, na questão do Judiciário.

E quando o grande debate, Senador Camilo, aconteceu na Constituinte sobre a situação da magistratura, qual foi a solução do Constituinte? A criação de órgãos externos para controle externo da magistratura e do Ministério Público. Quais são esses órgãos? Exatamente CNJ e CNMP. Agora, essa eficiência *versus* garantismo tem algumas perguntas que precisam ser respondidas, meu caro Paulo Régis, cearense e amigo do Cirilo, lá de Quixeramobim. E essas perguntas precisam de ser respondidas.

Por exemplo, no Conselho Nacional de Justiça, como enfrentar a questão da inteligência artificial? Pergunta: como evitar a alucinação jurídica em sistemas automatizados? Porque hoje, seja advogado, seja juiz, para se fazer uma petição ou para se fazer uma decisão, muitas vezes se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode utilizar da inteligência artificial e pouco usar a sensibilidade do trato humano e os aspectos humanitários da decisão, já que esses não são virtudes da inteligência artificial.

Outra pergunta para o CNMP sobre o poder de investigação: como equilibrar o poder investigatório com a nova Lei de Abuso de Autoridade?

Para ambos: a meta de julgar 75% dos casos distribuídos até 2024 será batida no ano de 2026? Eu me refiro ao feminicídio e à Lei Maria da Penha, que foi estabelecida.

Outro tema que está em qualquer pauta de qualquer pesquisa de opinião pública no Brasil, no topo da lista, é a segurança pública. Para ambos: qual o plano para a crise no sistema carcerário e o controle externo das polícias?

Senhoras e senhores, nós não temos sequer cadastro dos presos neste país.

Se nós perguntarmos quais são os nomes e os CPFs de todos os presos que estão no sistema penitenciário brasileiro, nós teremos uma surpresa desagradável. Nós não temos essa informação.

E nós não temos os órgãos de controle externo atuando para resolver um dos gravíssimos problemas sem o qual nós não temos como efetivar a questão da segurança pública.

E o controle externo das polícias? Fica uma discussão política e ideológica sobre o uso de câmera por parte dos policiais.

Enquanto isso, vou lhe dizer uma coisa, a votação está animada. Parece boca de urna em dia de eleição.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O negócio está animado aqui, Presidente. Está animado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vou pedir silêncio, por favor. O Líder do MDB está conduzindo a sua discussão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Então, Sr. Presidente, acho que essas são perguntas claras, mas tem uma que nós precisamos responder com clareza: a questão dos penduricalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, Ministra Kátia Magalhães, este Senado há dez anos já votou por unanimidade o fim dos penduricalhos nos salários das funções públicas – não é só da magistratura, não, das funções públicas.

Tem estado que tem um certo programa chamado PAE, que vocês conhecem, que só paga juros, não é nem principal, e isso agrega a pequena bagatela de R$300 mil ao salário de profissionais da magistratura. Enquanto isso, os órgãos de controle externo da Justiça brasileira e do CNMP ficam silentes ou coniventes.

E nós aqui no Senado, Sr. Presidente, continuamos sentados em cima do projeto de lei que voltou da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Eduardo Braga, tem o Relator, e já disse algumas vezes que eu não posso colocar sem o Relator encaminhar. Mas, na hora em que encaminhar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mas, Sr. Presidente, já encaminhei requerimento a V. Exa. para, no uso do Regimento do Senado da República, V. Exa. estabelecer prazo ao Relator, porque o Relator tem, sim, prazo. Assim como tem prazo os Srs. Ministros para devolver um pedido de vista, o Relator também tem prazo.

E V. Exa. já tem um requerimento protocolado à mesa, na mão do Secretário, para estabelecer prazo. E acho que está na hora de nós fazermos votar o fim do penduricalho no Senado da República.

Eu quero dizer que essa questão é fundamental. Por quê? Porque nós não podemos confundir a função pública com a questão do acúmulo patrimonial. Se queremos ter acúmulo patrimonial, então vamos para a iniciativa privada.

A função dos senhores que estão aqui sendo sabatinados para serem membros dos conselhos externos da magistratura e do Ministério Público é dar resposta à sociedade brasileira para questões centrais. E essas são questões centrais, pontos delicados que precisam ser enfrentados com clareza. Sabe para quê? Para que o povo volte a acreditar na democracia, no Estado democrático de direito, porque o Estado de direito é fundamental para que nós possamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

restabelecer... Tanto é, Presidente, que, como havia proposto... A boca de urna continua forte aqui, mas nós vamos tocando assim mesmo, não tem problema, não!

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Conforme havia proposto, Sr. Presidente, na semana que vem vou encaminhar ao Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional criando, na Constituição da República, um código de conduta ético e moral para a função pública de todos: do Vereador ao Presidente da República; do delegado, do agente policial ao diretor da Polícia Federal; do Prefeito do Município lá de Quixeramobim ao Presidente da República, e também do juiz de primeira instância até o ministro do Supremo Tribunal Federal. Nós precisamos restabelecer a credibilidade dos Poderes instituídos da República, porque isso é fundamental.

Portanto, Sr. Presidente, dito isso, quero dizer que acabei de votar, e votei "sim" em todos os senhores e senhoras aqui presentes, e votei "sim" na esperança de que a sensibilidade de V. Exas. em entender as demandas de uma democracia... Existe um livro muito lido recentemente chamado *Como Morrem as Democracias,* e as democracias morrem por falta de informação, por uso de *fake news* e por desrespeito às instituições. E as instituições precisam se fazer respeitar, e, para se fazer respeitar, é preciso que haja o autocontrole das instituições. E o autocontrole, no caso da magistratura e do CMP, passa pelo CNJ e pelo CNMP, que têm que deixar de ser trampolim para *network* e se transformarem no trampolim do resgate da autoridade das instituições que são controladas por V. Exas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Portanto, que o meu voto "sim" seja na esperança do restabelecimento dessa autoridade e dessa credibilidade das instituições.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Ex..

Senador Jayme Campos, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para registrar a minha solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. está inscrita, V. Exa. está inscrita! Foi a última a fazer.

Agora, o Senador Omar...

Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Srs. Sabatinados, com a devida vênia e respeito, peço a permissão, Sr. Presidente, para fazer apenas aqui uma indagação ao Ilan Presser.

O CNJ instituiu, neste mês, a Rede Nacional de Magistrados com Competência em Criminalidade Organizada, para enfrentar esse tipo de crime de forma mais coordenada, especializada e estratégica. Segundo o informado no sítio eletrônico da instituição, a rede promoverá o intercâmbio de experiências e de boas práticas, a padronização de rotinas e indicadores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... o apoio à implementação de diretrizes nacionais para os casos complexos, o fortalecimento da segurança institucional, assim como a formação, a continuidade de magistrados e a cooperação com instituições nacionais e internacionais. Como V. Exa. avalia iniciativas como esta e que outras considera indispensáveis na atuação institucional do conselho em relação ao combate ao crime organizado? Essa é uma pergunta – eu faria mais, mas vou deixar, porque ainda tem muitas pessoas inscritas – endereçada ao Ilan.

Eu quero fazer uma pergunta aqui à Dra. Kátia, por favor. Caso o nome de V. Exa. seja aprovado por esta Casa Legislativa, como pretende empregar sua experiência profissional na promoção...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eduardo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... de iniciativas do CNJ? Como consegue empregar a sua experiência profissional na promoção de iniciativas do CNJ voltadas a enfrentar os maiores desafios atualmente encontrados pela Justiça do Trabalho, como a regulação de novas formas de trabalho, mas, sobretudo, no campo tecnológico, as garantias dos direitos fundamentais e a prestação jurisdicional célere e isonômica? Essa é uma pergunta.

Presidente...

Eduardo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... você já falou para caramba. Agora dá um tempo também aqui. (*Risos.*) Dê-nos o direito de fazer, pelo menos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não. Senador Jayme, o problema é que ele estava reclamando muito que tinha uma zoada aí. Agora ele está fazendo a zoada, está retribuindo a zoada.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Está tudo acertado. Agora ele vai dar um tempinho para eu concluir.

A Justiça do Trabalho é aquela que possui um dos maiores números de processos de conciliação. No ano de 2025, foram julgados mais de 4 milhões de processos pela Justiça do Trabalho. Mais de 800 mil conciliações foram homologadas, tendo em vista que o CNJ tem adotado medidas significativas para fomentar a resolutividade extrajudicial, visando a desafogar o Poder Judiciário e conferir uma maior celeridade na redução de conflitos, inclusive por meio de divulgação de iniciativas bem-sucedidas de conciliação e mediação no Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário.

Diante da experiência de V. Exa. na Justiça do Trabalho, pergunto como o CNJ pode avançar na formulação de políticas públicas de construção, de soluções consensuais em litígios nas diversas áreas, como saúde pública, disputas fundiárias, conflitos ambientais, conforme as respectivas realidades?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ia fazer mais perguntas, mas está de bom tamanho.

Agora, chegou mais o Eduardo Gomes aí. Primeiro, que é um guarda-roupa aqui, bem na minha frente... Segundo... (*Risos.*) Esse aí é para proteger a gente aqui.

Feito isso, eu indago a V. Exas. e espero que, com certeza, suas respostas possam me satisfazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Já temos o número suficiente de votantes. Eu pediria à Senadora Eliziane Gama e à Senadora Zenaide Maia que pudessem servir como escrutinadores para verificar os votos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Zenaide e Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, neste caso, V. Exa. vai suspender as intervenções?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, eu vou passando a palavra, enquanto apura-se.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Então, eu queria só, em 30 segundos, antes de ir lá, parabenizar todos, cumprimentar as mulheres que estão aqui, a Andréa, a minha querida Kátia, nossa maranhense. Quanta honra e quanta felicidade vê-la aí! Cumprimento a Noemia. A gente fica muito feliz em cumprimentar todos os homens, mas destaco vocês três, porque, na magistratura brasileira, no início da magistratura, da carreira, é quase isonômica a participação entre homens e mulheres, ou seja, pelo critério técnico de qualificação, de competência, nós somos quase isonômicas, mas, quando a gente chega aos órgãos de cúpula, cai para 15%. Na Justiça do Trabalho, é um pouquinho maior, 37% a média. Então, quando a gente vê mulheres como vocês ocupando esses cargos, eu sei que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vocês são muito boas e eu sempre digo isso para as mulheres em posições como essas, porque, para vocês chegarem até aí, vocês enfrentaram várias, e várias, e várias barreiras em vários sentidos da vida. Então, vocês nos honram muito. Eu quero desejar muito sucesso para vocês.

Quero dizer também, destacar que, inclusive na área militar, a gente teve recentemente uma indicação para o STM pelo Presidente Lula e também a primeira mulher general no Brasil. Isso é um avanço, mas ainda nós estamos muito aquém daquilo que deveria ocorrer.

Então, parabéns a todas vocês!

Kátia, continue brilhando como você sempre brilha!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Eliziane e Senadora Zenaide, para fazer a apuração da urna.

A votação está encerrada.

Passo a palavra à Dra. Kátia Arruda para responder à indagação do Senador Jayme Campos.

Senador Jayme Campos, a Dra. Kátia vai responder à indagação de V. Exa.

A SRA. KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA (Para expor.) – Senador Jayme Campos, quero dizer do imenso prazer de ter V. Exa. se dirigido à minha pessoa, porque o senhor é um dos poucos Senadores que estavam na minha primeira sabatina, lá estava o senhor. Eu me lembro bem do Senador Renan Calheiros, do Senador Magno Malta, mas foram muito poucos. Então, assim, é uma alegria para mim estar aqui e ter a oportunidade de me dirigir a V. Exa.

De fato, o tema das novas plataformas digitais está sendo votado e debatido aqui nesta Casa. É um tema que nos preocupa profundamente, porque nós sabemos que existem elementos de precarização do trabalho muito acentuados, mas eu acredito piamente que esta Casa saberá dar a melhor resposta. E nós conseguiremos cumprir aquilo que é o nosso papel, cumprir bem e interpretar bem a legislação brasileira.

Mas o CNJ inaugurou, na semana passada, um observatório importante sob a Presidência do Ministro Fachin, que é o Observatório do Trabalho Decente. E, neste observatório, existem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diversas frentes de atuação. Penso eu, Senador, que é essencial que este Senado possa ter uma atuação vigorosa também nessa área, porque, se o CNJ é um espaço de diálogo, é necessário que as associações...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA – ... que os sindicatos, que os empresários, que toda a sociedade e, principalmente, o Parlamento possam atuar nesse observatório. Então, há da parte do Presidente Fachin esta ideia de que o observatório seja ampliado para que os temas fundamentais do trabalho decente venham à tona.

Um outro aspecto que eu acho muito importante que foi colocado foi sobre a questão das políticas públicas. Senador, o meu doutorado inclusive é nessa área. O que eu observo?

Hoje, no Brasil, fala-se muito em política pública, mas se desconhece que a efetivação de uma política pública depende de várias fases. Existe a fase onde se forma a política pública, existe a fase onde ela é formulada, inclusive com quais são as normas que já existem, quais são as práticas, existe a implementação e existe a avaliação. No Brasil, é muito fácil falar em política pública, mas não se avalia a política pública, não se avalia se aquela política que está sendo implementada está tendo um resultado bom ou não. Pode ser que o resultado não seja bom e uma nova política seja necessária; pode ser que o resultado tenha sido tão bom que não mais ela precise de uma efetivação.

Então, eu imagino que a grande contribuição que eu possa dar no CNJ é exatamente fazendo essa análise – desculpe, Senadora, eu sei que a senhora... –, que vai desde a etapa da agenda política, da formação da agenda, da formulação, mas também da implementação e da avaliação. Então, essa é uma proposta que, de fato, eu tenho e que é muito importante para mim, porque fazem parte dos meus objetos de pesquisa a implementação e a avaliação de políticas públicas no Judiciário; e, agora, no CNJ, também podendo ampliar para outras políticas.

Muito obrigada pela sua interferência. Foi muito bom ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jayme, você está satisfeito com a resposta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Plenamente satisfeito.

Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já foram concluídas as votações, vamos apurar os votos agora.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Todos os votos SIM na primeira cédula. (*Pausa.*)

Segunda cédula, todos os votos SIM. (*Pausa.*)

Terceira cédula, todos os votos SIM. (*Pausa.*)

Quarta cédula, todos os votos SIM. (*Pausa.*)

Quinta cédula, todos os votos SIM. (*Pausa.*)

Sexta cédula, um voto NÃO para o candidato Paulo Régis Machado Botelho e os demais SIM. (*Pausa.*)

Todos os votos SIM. (*Pausa.*)

Todos os votos SIM. (*Pausa.*)

Todos os votos SIM. (*Pausa.*)

Todos os votos SIM. (*Pausa.*)

Todos os votos SIM. (*Pausa.*)

Todos os votos SIM. (*Pausa.*)

Um voto NÃO para Kátia Magalhães Arruda. (*Pausa.*)

Todos os votos SIM. (*Pausa.*)

Todos os votos SIM. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos os votos SIM. (*Pausa.*)

Todos os votos SIM. (*Pausa.*)

Todos os votos SIM. (*Pausa.*)

Todos os votos SIM. (*Pausa.*)

Todos os votos SIM. (*Pausa.*)

Todos os votos SIM. (*Pausa.*)

E todos os votos SIM.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Foram quantos votos, Senadora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Foram 22 votos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vou proclamar o resultado: 22 votos favoráveis a todos, com exceção de um voto contrário à Dra. Kátia, lamentavelmente, e ao Dr. Paulo, mas todos estão aprovados pela votação executada aqui agora. (*Palmas.*)

Quero parabenizar a todos, inclusive destacar a capacidade, o currículo de todos que foram sabatinados. Espero que possam fazer um bom trabalho nas suas funções, são funções importantes da República.

A matéria, após toda essa sabatina que foi feita agora, à tarde estará no Plenário do Senado, sob o comando do Presidente Davi Alcolumbre. Então, à tarde, em votação nominal, serão apreciados os que foram hoje aprovados na Comissão de Constituição e Justiça.

Agradeço a presença de todos. Podem se retirar e, à tarde, nos encontraremos lá no Plenário do Senado Federal.

Eu coloco em votação agora... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço silêncio ao Plenário, porque nós vamos colocar em votação o Projeto de Lei nº 1.126, de 2021, que veio da Câmara dos Deputados, do Deputado Wilson Santiago.

2ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1126, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre os Agentes de Vigilância Sanitária, os Agentes Indígenas de Saúde e os Agentes Indígenas de Saneamento.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.*

Ad hoc, eu peço à Senadora Ana Paula que possa proferir o seu relatório.

Essa matéria... Peço silêncio, por favor, aos convidados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Peço silêncio, a sessão ainda não terminou. Peço silêncio para que nós possamos apreciar esse projeto que está tramitando aqui, de importância fundamental.

Senadora Ana Paula Lobato.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA. Como Relatora.) – Presidente, peço licença para ir logo à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição se fundamenta na Constituição Federal, que dispõe competir à União legislar concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal sobre proteção e defesa da saúde, podendo, para tanto, estabelecer normas gerais.

A proposição, tanto quanto a lei que pretende alterar, visa a disciplinar as normas contidas na Emenda Constitucional nº 51, de 2006. A norma legislativa que regulamenta a Constituição, a Lei nº 11.350, também de 2006, incidiu na omissão de três importantes atores que atuam no âmbito do Sistema Único de Saúde, fato que o presente PL pretende colmatar, para reparar injustiça.

Assim, a norma pretendida diz respeito a agentes do campo de atuação do SUS, sistema comum entre os diversos entes da Federação, possuindo múltiplos destinatários e emanando regras aplicáveis a todo o território e esferas de governo, o que a reveste de caráter nacional e geral. Por essa razão, entendemos que se amolda às competências legislativas da União e é cabível a iniciativa parlamentar na deflagração do processo legislativo.

No que tange aos profissionais impactados pelo projeto, compreendemos que os agentes indígenas de saúde exercem atribuições muito semelhantes às dos agentes comunitários de saúde, mas não usufruem dos mesmos benefícios e prerrogativas legais. Na verdade, o agente comunitário indígena de saúde é um agente comunitário de saúde, em termos substantivos, e o deve ser também em termos legais. Quanto aos agentes da vigilância sanitária e agentes indígenas de saneamento, notamos que são atores-chave para a execução das ações nessas duas áreas dentro do Sistema Único de Saúde, em conformidade com o disposto no art. 200, incisos II e IV da Constituição Federal, bem como com o art. 6º, inciso I, alínea "a", e inciso II da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde.

Destarte, consoante análise do arcabouço normativo pátrio de saúde e de saúde indígena, percebe-se a centralidade dos agentes de vigilância sanitária, agentes indígenas de saúde e agentes indígenas de saneamento para a execução das previsões constitucionais e legais no âmbito do SUS, de modo que se afigura razoável estender-lhes o tratamento dispensado na lei de 2006.

Ademais, o projeto se alinha ao contido no *caput* do art. 6º e art. 196 da Constituição Federal, que preveem a saúde como direito social de todos e dever do Estado, bem como ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disposto no *caput* do art. 231, que reconhece aos indígenas sua organização social, costumes, línguas e tradições.

À luz do citado, afastam-se, pois, alegações quanto à inconstitucionalidade formal ou material da proposição em análise.

Em relação ao mérito da proposta, entendemos que a norma pretendida tornará mais justo o tratamento dispensado...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA) – ... a importantes agentes com atuação no âmbito do Sistema Único de Saúde, conferindo equiparação a atores igualmente relevantes para a defesa da saúde da população com aqueles inicialmente previstos pela Lei nº 11.350, de 2006.

Por fim, quanto à juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade, não há reparos ou óbices à aprovação do PL nº 1.126, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu peço aos senhores que estão na retaguarda, por favor... Senhores que estão na retaguarda, por favor, façam silêncio ou, se quiserem falar alto, se retirem da Comissão, porque é impossível trabalhar com pessoas fazendo barulho dessa forma. Tem espaço lá fora, quem quiser conversar alto pode se retirar e fazer lá fora. É um absurdo, é uma falta, inclusive, sinceramente, de educação.

Pois não.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA) – Do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PL nº 1.126, de 2021, e, no mérito, pela sua aprovação.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e coloco em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Amin...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não?

Encerrada a discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria, que passa a compor o relatório e constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

2ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 4962, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas em unidades penais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública.*

O item 6 vem da Câmara dos Deputados e o Relator é o Senador Marcio Bittar, a quem eu passo a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Como Relator.) – Primeiro, Sr. Presidente, eu quero, mais uma vez, de público, lhe agradecer. V. Exa. assumiu a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça e é sempre bom a gente fazer o reconhecimento público. Todas as vezes em que eu o procurei pedindo para relatar um projeto, para colocar em pauta, sem exceção, V. Exa. me atendeu com a educação baiana de sempre, colocando os projetos de minha autoria ou de minha relatoria. Muito obrigado. É sempre bom pedir, ser atendido e fazer o reconhecimento, de preferência, de público. Então, muito obrigado.

Vou direto à análise.

Compete a esta Comissão manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e sobre o mérito do PL nº 4.962, de 2025, em consonância com o disposto no art. 101, I e II, "m", do Regimento Interno do Senado Federal.

Trata-se de projeto que altera a Lei de Execução Penal, com o objetivo de disciplinar a execução indireta de determinadas atividades desenvolvidas em unidades penais, especialmente por meio de contratos ou parcerias com a iniciativa privada, explicitando os limites e o alcance dessa atuação.

Formalmente constitucional, a proposição também o é materialmente, na medida em que o conteúdo de suas disposições não contravém preceito algum da Constituição Federal. A proposição observa os princípios constitucionais da legalidade, moralidade e eficiência (art. 37 da Constituição Federal) e não apresenta vícios de iniciativa ou de forma.

Sob o aspecto da constitucionalidade formal, a matéria insere-se no âmbito da competência legislativa concorrente da União para legislar sobre direito penitenciário, nos termos do art. 24, inciso I, da Constituição Federal, o que reforça a adequação da via legislativa eleita.

A iniciativa parlamentar é legítima, não incidindo qualquer das hipóteses de reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo previstas no art. 61, §1º, da Constituição, uma vez que o projeto não cria nem extingue órgãos da administração pública, não dispõe sobre regime jurídico de servidores públicos, nem interfere na estrutura administrativa do Poder Executivo, limitando-se a estabelecer parâmetros legais gerais para execução indireta de atividade no sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

penitenciário. Também se observa o respeito ao devido processo legislativo, inexistindo vícios de forma ou de procedimento.

No plano da constitucionalidade material, a proposição mostra-se compatível com os princípios e regras constitucionais que regem a execução penal em atuação do Estado. O texto não promove delegação indevida de funções típicas e indelegáveis do poder público, como o exercício do poder de polícia, a direção das unidades prisionais ou as decisões inerentes à execução da pena, preservando, portanto, a titularidade estatal dessas atribuições. Ao contrário, limita-se a explicitar a possibilidade de execução indireta de atividade de natureza material, assistencial e de apoio, já admitidas em alguma medida pela própria lei de execução penal e pela jurisprudência, desde que sob supervisão do Estado.

Nesse sentido, a proposição coaduna-se com os princípios da legalidade, da eficiência administrativa e da dignidade da pessoa humana, na medida em que busca conferir maior segurança jurídica a modelos de gestão que podem contribuir para a melhoria das condições de cumprimento da pena e para a efetividade dos direitos assegurados às pessoas privadas de liberdade.

A juridicidade da matéria também está preservada. O projeto harmoniza-se com o ordenamento jurídico vigente, em especial com a Lei de Execução Penal, ao promover ajustes pontuais e coerentes com sua sistemática, sem criar contradições normativas ou afastar garantias legais já consolidadas. Ademais, a proposição reforça a segurança jurídica e a previsibilidade das relações entre o poder público e os particulares eventualmente contratados, atendendo ao interesse público relevante.

No que se refere à técnica legislativa, o projeto observa as regras da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. A sua redação é clara, objetiva e compatível com a estrutura da lei alterada, utilizando-se corretamente da técnica de alteração legislativa por meio de acréscimo e modificação de dispositivos específicos. Não se verificam impropriedades redacionais, ambiguidades relevantes ou vícios que comprometam a compreensão ou a aplicação da norma.

Diante do exposto, concluímos que a proposição não apresenta vício de constitucionalidade formal ou material, é juridicamente adequada e observa as normas de técnica legislativa. Assim, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recomendando-se, no mérito, a sua aprovação no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no Senado Federal.

Esse é o voto.

Sr. Presidente, se me permite apenas, eu fiz um reconhecimento a V. Exa., merecido. Quero aproveitar e fazer aqui um reconhecimento também ao Senador Espiridião Amin. Nós fomos Deputados juntos.

Eu queria dizer, Senador Esperidião Amin, que é um privilégio ver a sua atuação e a sua compreensão democrática. Eu vi algumas matérias sobre Santa Catarina, candidatura de A, de B, e confesso que V. Exa. é de fato um grande democrata. Eu lembro, vi uma matéria de V. Exa. mencionando sobre candidaturas em Santa Catarina, falava do PL. O PL é uma área em que eu não posso me meter. O PL tem o direito de escolher quem ele deseja. A minha área é o PP.

V. Exa. é um grande democrata e, sinceramente, do meu coração, espero que continue aqui na próxima legislatura. Queria fazer esse reconhecimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Presidente, muito obrigado, viu?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Eu queria pedir vista do projeto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Vista.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – É uma matéria complexa, eu queria ter um pouco mais de tempo para fazer a análise para a semana que vem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero parabenizar o Senador Marcio Bittar pelo relatório. É claro que a vista está concedida, vista coletiva, para que a Senadora Eliziane Gama... Vista coletiva para que, na próxima sessão, ou na outra sessão, nós possamos deliberar e votar o projeto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu sei que foi concedida vista, mas eu queria aproveitar que o Relator está aqui.

Você sabe do meu comprometimento com relação àqueles textos que, às vezes, me preocupam. E eu só queria fazer uma reflexão com o senhor, porque, quando, no art. 83, fala que vai passar a ter a redação relacionada à atuação indireta – veja, indireta – de "serviços de assistência material [até aí, tudo bem], jurídica, educacional, social, religiosa e à saúde"... Eu fico tentando me colocar lá na ponta, Senador Otto, porque nós sabemos que hoje a saúde é pública, através do SUS. Como que, dentro do sistema prisional, você vai fazer essa prestação de serviço de forma indireta, burlando a atuação do Sistema Único de Saúde, na saúde pública?

E o segundo ponto que me preocupou mais, Senador Esperidião Amin, é quando ele fala "apoio à movimentação interna dos presos". Isso é muito grave. Eu fui Delegado em presídio com muitos presos. Ao fazer movimento de presos de uma facção para outra facção ou de uma ala para outra, você tem uma responsabilidade objetiva do Estado. Se acontecer alguma coisa ali com aquela pessoa que está fazendo esse remanejamento daqueles presos de uma ala para outra, a responsabilidade objetiva do Estado vai ser contundente.

Então, eu me preocupo quando você está... é como se, de alguma forma, você estivesse terceirizando tanto esse aporte de serviço relacionado à saúde, como o remanejamento e movimentação interna de presos. E aí o inciso V fala de "serviços de monitoramento e de rastreamento de presos por dispositivo [...]".

Tudo bem. Então, a minha reflexão só para o Relator é a cautela que se impõe com relação a isso. Será que nós não estaríamos ali abrindo a margem, a possibilidade de você ter a contratação para serviço de saúde dentro do sistema prisional? Em que circunstâncias? Como que seria? E também a minha preocupação é com a integridade física de quem vai fazer esse remanejamento dos presos de uma unidade ou de uma ala do presídio para outra, porque vai se impor aí, fatalmente, a responsabilidade objetiva do Estado se algo acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu só faço essas ponderações – eu sei que foi pedida vista –, a título de contribuir com o colega, no sentido de ter a cautela com relação a estes dois tópicos: a saúde e a movimentação interna dos presos.

Só isso, Sr. Presidente.

E quero parabenizar o Senador Marcio Bittar pelo relatório e a V. Exa. pela paciência que me concedeu estar falando neste momento.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, foi concedida vista, mas, de fato, o projeto, talvez seja bom lembrar só um fato que não foi lembrado, veio da Câmara Federal, foi fruto de uma CPI do sistema prisional e foi votado e aprovado por unanimidade.

É claro e evidente que não significa que isso obrigatoriamente o Senado também tenha que acompanhar, mas, de fato, permite que o sistema prisional possa, em achando, por exemplo, que o Sistema Único de Saúde não está dando conta... É permitido – não é obrigatório – contratar uma empresa que preste o serviço que, por acaso, o SUS possa não estar servindo à altura. Então, é uma permissão, não é uma obrigação.

Como foi pedida vista e também já estou fazendo hoje um reconhecimento público, quero fazer aqui, de novo, na presença do Senador Contarato.

Quando foi criada a CPI do Crime Organizado, muita gente disse que, como o Presidente e o Relator são pessoas ligadas a partidos da base do Governo, aquilo seria chapa-branca. Eu tive a oportunidade de dar umas duas ou três entrevistas e fiz um reconhecimento, porque era de direito, do comportamento do Senador Contarato e também do Veneziano, principalmente aqui na CCJ, sempre na linha do endurecimento da legislação das regras do sistema brasileiro contra essa leniência do sistema, que vê presos entrando e saindo a toda hora, em audiência de custódia, etc.

Então, eu fiz esse reconhecimento ontem e ontem eu fui lá, no término da CPI, para fazer também publicamente esse reconhecimento, porque é merecedor.

Então, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como está dada vista coletiva, na próxima sessão, a gente debate melhor e vota o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcio Bittar, nessa colocação do Senador Fabiano Contarato, quando ele citou a palavra "indireta", realmente pode estabelecer um tratamento desigual, quando deve ser uniforme, pelo Sistema Único de Saúde. Isso pode levar àqueles que têm maior poder econômico uma assistência diferenciada e deve, dentro do sistema prisional, no colegiado, causar uma discórdia muito grande. Então, o tratamento uniforme para todos os presos.

Essa palavra realmente deveria ser, na minha opinião – eu não sou jurista, mas ele é, e eu o observo muito –, excluída, para que não pudesse dar tratamento diferenciado àqueles que foram apenados da mesma forma.

Vista coletiva ao projeto.

Senadora Dorinha, PL 1.099.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1099, DE 2024

- Não terminativo -

Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher (CNVM).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu vou direto à análise.

É um projeto da Deputada Silvye e trata do Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher. Obviamente, esse cadastro vai permitir que as informações sejam trocadas e que muitas vidas sejam salvas.

Compete à Comissão tratar sobre constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade das matérias. A proposição é formal e materialmente constitucional, se inserindo na competência legislativa da União. Não há vício de iniciativa, uma vez que a criação do cadastro nacional, embora implique uma atuação administrativa do Poder Executivo, não invade a reserva de iniciativa privativa, limitando-se a estabelecer diretrizes gerais, a serem regulamentadas posteriormente.

Sob o aspecto material, o PL equilibra adequadamente os interesses em jogo. Por um lado, o projeto harmoniza-se com a Constituição Federal, especialmente com: o dever estatal de proteção à dignidade da pessoa humana; a promoção do bem de todos, sem discriminação; a proteção da vida, integridade física e psicológica; o dever de coibir a violência no âmbito das relações familiares.

A criação do cadastro nacional de pessoas vítimas de violência configura instrumento legítimo de política pública de prevenção e repressão à violência de gênero, fenômeno estrutural amplamente reconhecido.

Ademais, o projeto observa parâmetros de proporcionalidade ao: restringir o cadastro a condenações com trânsito em julgado, evitando violação à presunção de inocência; resguardar o sigilo da vítima; limitar temporalmente a permanência dos dados; e vincular o cadastro a finalidades legítimas de segurança pública.

Não verificamos, por outro lado, vícios de juridicidade ou regimentalidade.

No mérito, a criação desse cadastro representa avanço relevante na política de enfrentamento à violência contra a mulher, com impactos positivos em diversas frentes. Há integração de informações, com a centralização de dados que hoje estão dispersos, o que permite uma atuação mais eficiente das autoridades de segurança pública e do sistema de justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, o cadastro pode subsidiar políticas preventivas e promover o aprimoramento de medidas protetivas. Finalmente, ao conferir visibilidade e organização às informações, o sistema contribui para maior efetividade na execução penal e no acompanhamento de condenados.

Este é o nosso voto: pela aprovação do PL 1.099, de 2024, de autoria da Deputada Silvye Alves.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço-lhe e parabenizo V. Exa., Senadora Dorinha.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir a matéria, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada ao Plenário do Senado Federal, para apreciação.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Eu queria só solicitar urgência, porque ele está pronto para a pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como pede a Senadora Dorinha, coloco em votação o requerimento de urgência.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário em regime de urgência.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não havendo nenhuma outra matéria a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e onze minutos do dia três de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Teresa Leitão e Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Alan Rick, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Paulo Paim, Augusta Brito, Leila Barros, Hamilton Mourão, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Eduardo Girão, Weverton e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Professora Dorinha Seabra, Cid Gomes, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 1ª e 2ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1755, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 163 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para qualificar o crime de dano quando a conduta recair sobre bem ou documento de valor histórico." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5660, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Hip-Hop e a Semana de Valorização da Cultura Hip-Hop." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4606, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Veda qualquer alteração, adaptação, edição, supressão ou adição nos textos da Bíblia Sagrada, para manter a inviolabilidade de seus capítulos e versículos, e garante a pregação do seu conteúdo em todo o território nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** A presidência concede vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5761, de 2025 - Terminativo -** que: "Denomina o Instituto Federal de Educação do Amazonas - Campus Tefé - como "Instituto Federal de Educação do Amazonas Professora Virgilina Façanha Mendes"." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1683, de 2022 - Terminativo -** que: "Inscreve no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome de Bruno Araújo Pereira." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1685, de 2022 - Terminativo -** que: "Inscreve os nomes de Bruno Araújo Pereira e Dominic Mark Phillips (Dom

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Phillips) no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1685, de 2022, e pela aprovação do Projeto de Lei nº 1683, de 2022, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2034, de 2020 - Terminativo -** que: "Inscreve os profissionais de saúde que atuaram no enfrentamento da COVID-19 no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2586, de 2024 - Terminativo -** que: "Reconhece como manifestação da cultura nacional o Festival de Inverno de Garanhuns, realizado no Município de Garanhuns, no Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2587, de 2024 - Terminativo -** que: "Reconhece como manifestação da cultura nacional o evento Encantos do Natal, realizado no Município de Garanhuns, no Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 1, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso aos artistas e profissionais da obra "O Agente Secreto", que conquistou mais um relevante prêmio para o Brasil ao receber o Globo de Ouro, um dos prêmios mais prestigiados da indústria cinematográfica e televisiva mundial, destacando-se, especialmente, o trabalho do diretor Kleber Mendonça Filho e do ator Wagner Moura." **Autoria:** Comissão de Educação e Cultura. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado, com aditamento (item 16 da pauta). **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 2, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da Lei do Audiovisual para o fortalecimento do cinema nacional e da cultura brasileira." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 3, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de serem prestados esclarecimentos acerca da falha no cronograma do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) que resultou na ausência de material didático em Braille para estudantes cegos e com baixa visão no início do ano letivo de 2026. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Senhor Ministro de Estado da Educação; o Senhor Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); representante da Associação Brasileira das Indústrias e Revendedores de Produtos e Serviços para Pessoas com Deficiência (ABRIDEF); representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB)." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 5, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a instituição do Dia Nacional do Empregado Sindical, a ser comemorado, anualmente, no dia 9 de maio." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 6, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater políticas e programas associados à militarização da gestão escolar. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: a Senhora Cleo Manhas, Representante Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc); a Senhora Catarina de Almeida Santos, Representante da Rede de Pesquisadores sobre Militarização da Educação (RePME); a Senhora Mirian Fábia Alves, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped); o Senhor Benilda Brito, Representante do Coletivo de Mulheres Negras (Nzinga); o Senhor Salomão Barros Ximenez, Professor da Universidade de São Paulo (USP); a Senhora Fátima Silva, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE); a Senhora Deborah Duprat, Advogada e Subprocuradora-geral da República aposentada." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 7, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4501/2020, que "dispõe sobre a comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas ultraprocessados e uso de frituras e gordura trans em escolas públicas e privadas, em âmbito nacional"." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado com aditamento (item 15 da pauta). **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 8, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 7/2026 - CE, com o objetivo de instruir o PL 4501/2020 sejam incluídos os seguintes convidados: a Senhora Paula Johns, Diretora Executiva da ACT Promoção da Saúde; a Senhora Profa. Patrícia Constante Jaime, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP); a Senhora Manuela Dolinsky, Presidente do Conselho Federal de Nutrição (CFN); representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado em aditamento ao Requerimento nº 7/2026-CE (item 14 da pauta). **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 9, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 222, § 2º, e art. 245 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao REQ 1/2026 - CE, que, no voto de aplauso aos artistas e profissionais da obra "O Agente Secreto", seja mencionada, além das premiações ao Globo de Ouro, a indicação ao Oscar de melhor filme, melhor filme internacional, melhor ator e melhor direção de elenco." **Autoria:** Comissão de Educação e Cultura. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado, em aditamento ao Requerimento nº 1/2026-CE (item 9 da pauta). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/03

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de março de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 1ª e 2ª Reuniões, realizadas em 23 e 26 de fevereiro.

Os senhores e as senhoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário Oficial do Senado*.

Eu vou ler rapidamente os comunicados da Presidência que foram apresentados à Comissão:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Ofício nº 84, de 2026, Aspar/GM/GM-MEC (Ministério da Educação) encaminha, na Informação nº 9 do Fundo Nacional da Educação (FNDE), contendo manifestação sobre o Parecer 67, referente à avaliação do Fundo de Manutenção da Educação Básica (Fundeb), enquanto política pública, que foi uma das políticas avaliadas pela nossa Comissão;

- Moção de repúdio da Câmara Municipal de Jundiaí à Resolução Seduc nº 115, editada pelo Governo de São Paulo, pela imposição do modelo de escolas de tempo integral e fechamento das salas de aula da rede estadual de ensino;

- Moção de apoio da Câmara Municipal de Jundiaí ao Projeto de Lei Complementar nº 15, que retira os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar do teto de gasto do arcabouço fiscal.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, os documentos estarão disponíveis para consulta no *site*.

Em nome da Comissão de Educação e Cultura do Senado, esta Presidência deixa registrado nossos parabéns ao estudante Henrique Pongelupp Oliveira, que cursa ensino médio no Município de Valinhos, São Paulo, e que foi premiado com uma medalha de prata na Olimpíada Internacional de Biologia, realizada nas Filipinas, em julho de 2025.

Em nome de Henrique, estendo os parabéns aos estudantes brasileiros que participaram da Olimpíada Internacional e da Olimpíada Brasileira de Biologia.

Publicações do relatório do novo Plano Nacional de Educação. Está aqui, já impresso. Agradeço o trabalho da nossa Comissão, da nossa assessoria da Comissão, assessoria bastante atenta e competente – não é "missa de corpo presente" –, que foi capaz de fazer esse relatório de todas as audiências públicas que nós realizamos acerca do Plano Nacional de Educação.

O plano já se encontra no Senado. Nós recebemos, em uma audiência, no final do ano passado, a Comissão da Câmara dos Deputados. Não houve tempo hábil para ele ser distribuído. Ele chegou no penúltimo dia, no meio de um debate sobre outros temas, um debate bem acirrado sobre aquele projeto da dosimetria, e nós achamos conveniente não votá-lo naquela ocasião, como era o nosso intuito. A gente achava que ele chegaria, no máximo, no início no mês de novembro, mas também lá foi impossível, por conta da necessidade de construir alguns consensos importantes, que deram ao plano um feitio bastante avançado, em relação ao plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

anterior. A nossa expectativa – já conversei com o Presidente – é votá-lo ainda neste mês de março. Mas esse documento divulgado hoje não é apenas um registro histórico; eu diria que ele é um instrumento da luta e da construção coletiva, que reúne resumos e reflexões das audiências públicas realizadas pelo Senado.

Além das 13 audiências com várias instituições da área de educação, da sociedade civil, de gestores municipais, de trabalhadores e trabalhadoras, ele também é objeto de outras audiências de iniciativa da sociedade, que vieram aqui para a Comissão, a exemplo da audiência pública sobre o PNE antirracista, bem como do diálogo educacional com o Fórum Nacional de Educação, instância importante de acompanhamento do nosso plano.

O documento também inclui o quadro das audiências, a síntese das audiências, toda a listagem e a nossa apresentação, em considerações finais, que terminam sendo transitórias, diante do que a gente ainda tem por fazer.

Destacamos o calendário do PNE, conforme disposto no substitutivo oriundo da Câmara dos Deputados, em que é possível identificar as providências a serem adotadas em relação às metas e estratégias.

Tem uma situação particular desse plano, Senador Humberto, diferente da dos demais: é que o monitoramento não será feito ao final do plano; o monitoramento será feito bienalmente, Deputado, que também nos acompanha e nos dá a honra da sua presença. A cada dois anos, o plano será objeto de análise de monitoramento em cada unidade da Federação. Isso dá a ele um caráter muito mais proativo e de alterações ou redimensionamentos, redirecionamentos que forem possíveis, antes que ele termine e no fim a gente diga: "Que pena, a meta não foi atendida". Um movimento no transcorrer da execução do plano pode ser suficiente para que a meta, ao final dos dez anos, seja atendida.

Então, dizendo isso, eu destaco que a presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, ficando retirados de pauta, a pedido dos Relatores, os itens 1, 4 e 5.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1755, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera o art. 163 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para qualificar o crime de dano quando a conduta recair sobre bem ou documento de valor histórico.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 5761, DE 2025

- Terminativo -

Denomina o Instituto Federal de Educação do Amazonas - Campus Tefé - como "Instituto Federal de Educação do Amazonas Professora Virgilina Façanha Mendes".

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Não apresentado

ITEM 5

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 1683, DE 2022

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Inscreve no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome de Bruno Araújo Pereira.

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 1685, DE 2022

- Terminativo -

Inscreve os nomes de Bruno Araújo Pereira e Dominic Mark Phillips (Dom Phillips) no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1685, de 2022, e pela aprovação do Projeto de Lei nº 1683, de 2022, com duas emendas que apresenta.)

E destaco que o nosso trabalho, neste ano, eu espero que seja tão profícuo como foi no primeiro ano da nossa gestão.

Está aqui presente também o Aspar do Ministério da Cultura e, se a gente for analisar o que a gente aprovou, a gente aprovou muita coisa da educação, mas também coisas importantes da cultura. Foram 65 proposições aprovadas, 22 audiências públicas.

Destacamos entre as proposições aprovadas: o Sistema Nacional de Educação; o PL que alterou a LDB para incluir saberes indígenas e quilombolas na educação profissional; o PL 4.414, para dispor sobre o exercício do magistério indígena, do campo e quilombola; o PL 2.628, convertido em lei, o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente; a Política Nacional Aldir Blanc, transformada em permanente por meio do PL 362, convertido na Lei 15.123; o PL 5.160, que inclui a cultura oceânica no currículo escolar da educação básica; o PL 4.269, que trata do incentivo ao protagonismo estudantil, ao empreendedorismo e à inovação nas escolas públicas; o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada; a Carteira Nacional Docente; a inclusão do professor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de educação infantil na carreira do magistério; entre outras proposições, que dão a esta Comissão, de fato, o sentimento do trabalho feito, mas sobretudo do que ainda teremos a fazer neste ano.

Dizendo isso, eu passo diretamente à pauta.

Como o item 1 foi retirado e o item 2 é o Projeto de Lei 5.660, do qual eu sou Relatora, eu convido o Senador Humberto Costa para assumir a Presidência para que eu possa fazer a relatoria.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5660, DE 2023

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional do Hip-Hop e a Semana de Valorização da Cultura Hip-Hop.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do projeto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão para a leitura do seu relatório.

A matéria está em discussão... Aliás, primeiro leia, Excelência.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – É o PL 5.660, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que institui o Dia Nacional do Hip-Hop e a Semana de Valorização da Cultura Hip-Hop.

Eu peço ao Sr. Presidente para ir direto à análise.

Nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem acerca de datas comemorativas, caso do projeto em análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

De fato, a competência da União para dispor sobre o tema decorre do comando contido no art. 24, IX, da Carta Magna. Ademais, é legítima a iniciativa da Presidência da República, conforme regra disposta no *caput* do art. 61 da Constituição. Igualmente adequada é a veiculação do tema por meio de lei ordinária, já que não há exigência constitucional de lei complementar ou de outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

A matéria apresenta também técnica legislativa apropriada, em consonância com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Por fim, foram cumpridas as exigências previstas na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas. No *Diário Oficial da União* de 7 de agosto de 2023, foi publicado o Aviso de Audiência Pública do Ministério da Cultura nº 01, de 4 de agosto de 2023, tornando pública a realização da audiência pública realizada em 9 de agosto de 2023, para discutir os critérios de alta significação da instituição de data comemorativa sobre a cultura *hip-hop* com os diversos agentes culturais ligados ao tema. Dessa forma, verifica-se o atendimento a todos os requisitos previstos na norma.

No mérito, a proposição é oportuna e socialmente relevante, por reconhecer formalmente, no calendário nacional, uma das expressões culturais mais influentes e capilarizadas da contemporaneidade. O *hip-hop* consolidou se, no Brasil, como linguagem artística e movimento cultural estruturado em múltiplas dimensões – música, dança, artes visuais e práticas formativas – , com forte presença nos territórios periféricos e importante papel na construção de pertencimento, sociabilidade e oportunidades para juventudes historicamente submetidas à exclusão.

Ao instituir o Dia Nacional do Hip-Hop e a Semana de Valorização da Cultura Hip-Hop, o projeto confere visibilidade institucional a essa manifestação, ampliando as condições simbólicas e práticas para sua difusão, para a articulação de iniciativas culturais e para o diálogo com políticas públicas de cultura, educação e juventude, sem impor obrigações administrativas específicas, mas estimulando ações de reconhecimento e promoção.

A iniciativa também se harmoniza com o dever estatal de garantir o pleno exercício dos direitos culturais e de proteger as manifestações das culturas populares e afro-brasileiras, em linha com a proteção constitucional da cultura como bem de interesse público e vetor de desenvolvimento humano e social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O reconhecimento por meio de efeméride nacional e semana temática tem caráter pedagógico e agregador: favorece a mobilização de instituições públicas e privadas, fomenta a formação de redes culturais e contribui para que ações educativas e culturais se organizem em torno de um marco anual, com potencial de fortalecer economias criativas locais, iniciativas comunitárias e projetos de formação artística.

Nessa direção, é pertinente remeter ao parecer de plenário do Deputado Orlando Silva, aprovado no âmbito da Câmara dos Deputados, que qualifica o *hip-hop* como fenômeno cultural transformador, nascido como resposta à exclusão e ao racismo estrutural e consolidado, no Brasil, como instrumento de expressão, consciência crítica e transformação social. O relatório destaca ainda a potência do movimento nas periferias, sua dimensão intergeracional e seu papel como convite à formulação de políticas públicas que reconheçam o *hip-hop* como linguagem educativa, instrumento de combate ao racismo e vetor de desenvolvimento social e econômico – fundamentos que convergem com a finalidade simbólica e promotora do PL ao instituir o Dia Nacional e a Semana de Valorização, dentre outras coisas citadas no relatório.

Desta forma, o reconhecimento institucional dessa expressão cultural representa, também, o reconhecimento da legitimidade das vozes periféricas na formulação de agendas públicas, afirmando formalmente a relevância desta manifestação rica e potente.

Dizendo isso, Sr. Presidente, ante o exposto, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.660, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário.

Devolvo a condução dos trabalhos à Senadora Teresa Leitão.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Humberto Costa. Ao tempo, registro, e dou as boas-vindas, a presença da Senadora Damares e da Senadora Dra. Eudócia.

Vamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4606, DE 2019

- Não terminativo -

Veda qualquer alteração, adaptação, edição, supressão ou adição nos textos da Bíblia Sagrada, para manter a inviolabilidade de seus capítulos e versículos, e garante a pregação do seu conteúdo em todo o território nacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

2. Em 07/05/2025, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR).

3. Em 30/10/2025 e 16/12/2025, foram realizadas audiências públicas destinadas a instruir a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O PL 4.606, de 2029, é de autoria do Deputado Pastor Sargento Isidório, que se encontra aqui presente no nosso Plenário.

O projeto foi objeto de audiência pública que debateu com muita pertinência e com muito compromisso – não é, Senador Eudócia? – o conteúdo do projeto.

O parecer é pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Educação, com uma emenda, que se apresenta.

Após a tramitação nesta Comissão, o projeto será apreciado em Plenário.

Concedo a palavra à Senadora Dra. Eudócia para leitura do seu relatório.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – Bom dia a todos presentes. Bom dia à nossa querida Presidente, Senadora Teresa Leitão. Bom dia, meus amigos, Senadores e Senadoras

Eu peço permissão, Presidente, para ir direto à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Obrigada.

A proposição em exame revela-se de extrema relevância, pois expressa o compromisso com a proteção da Bíblia Sagrada, considerada o fundamento da fé cristã por milhões de brasileiros. A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso VI, assegura a liberdade de crença e o respeito aos cultos religiosos, o que reforça a necessidade de se evitarem adaptações que possam distorcer suas mensagens. Trata-se, pois, da perfeita consonância com a descrição da Bíblia como "luz para os nossos caminhos" (Salmo 119:105), para além de seu caráter patrimonial que transcende o âmbito individual e reflete um legado cultural e espiritual coletivo.

No campo da defesa dos direitos culturais, a Constituição Federal, em seu art. 215, impõe ao Estado a responsabilidade de assegurar o acesso à cultura e a proteção das manifestações culturais. A Bíblia, na condição de patrimônio espiritual, detém um lugar especial nesta narrativa, sendo fundamental para a formação da identidade nacional. Como afirma Isaías 40:8, "A relva murcha e as flores caem, mas a palavra do nosso Deus permanece para sempre", o que vale também de reflexão sobre a importância de resguardá-la em sua forma original e integral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Registre-se, ademais, que, no âmbito da Comissão de Educação, foi apresentada a Emenda nº 1, a qual objetiva reconhecer, para fins de preservação do patrimônio religioso e cultural brasileiro, a legitimidade das versões canônicas da Bíblia Sagrada oficialmente adotadas pelas diferentes confissões religiosas.

O parágrafo 1º da supracitada emenda estabelece que a lei não impediria a produção, circulação ou publicação de versões comentadas, adaptadas, infantis, acadêmicas ou artísticas, respeitando a liberdade de expressão garantida pela Lei Maior. O parágrafo 2º do mesmo artigo da emenda proposta assegura que a pregação e a difusão do conteúdo da Bíblia Sagrada seriam livres em todo o território nacional, conforme disposto no art. 5º, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

O autor da emenda destaca que o reconhecimento das versões canônicas impediria a imposição de uma única versão oficial, com o argumento de que tal resguardo seria juridicamente inadequado e constitucionalmente ilegítimo. Além disso, a restrição genérica a adaptações e comentários, em sua visão, comprometeria a liberdade de expressão e a pluralidade religiosa, sendo necessário acomodar a diversidade de manifestações que existem no Brasil.

Contudo, ressalto que a alteração proposta, ao legitimar as versões canônicas da Bíblia Sagrada oficialmente adotadas pelas diferentes confissões religiosas no Brasil, deixa o texto bíblico suscetível a concepções ideológicas e doutrinárias de tradições religiosas não dedicadas à interpretação dos referenciais simbólicos cristãos. Desse modo, o equilíbrio entre a proteção do patrimônio simbólico da Bíblia e o respeito às liberdades civis e religiosas parece ser difícil de se alcançar.

Por fim, enfatizo que a salvaguarda da Bíblia, em sua autenticidade, é um ato de justiça que reitera a dignidade da religião cristã, por assegurar que a palavra de Deus continue sendo transmitida, como afirma Jesus Cristo em Mateus, Capítulo 24, versículos 35 e 36: "O céu e a terra passarão, mas as minhas palavras não hão de passar. Quanto ao dia e à hora, ninguém sabe, nem os anjos do céu, mas unicamente meu Pai".

Voto.

Por essas razões, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.606, de 2019, com a emenda de redação e pela rejeição da Emenda nº 1- CE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA DE REDAÇÃO Nº - CE
Art. 1º .....
Parágrafo único: Fica assegurada a liberdade de tradução do texto bíblico a partir de manuscritos canônicos reconhecidos pelas igrejas cristãs; a liberdade hermenêutica e a liberdade para produção, circulação ou publicação de versões comentadas, infantis, acadêmicas ou artísticas."
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala da Comissão, 26 de fevereiro de 2026.

É esse o meu relatório, querida Senadora Teresa Leitão, nossa Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadora.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Agradeço pelo momento.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Só um detalhe que eu não disse na apreciação da matéria anteriormente, é que a matéria também já foi apreciada na Comissão de Direitos Humanos, com parecer favorável ao projeto. E não foi apenas uma audiência, foram duas audiências públicas, uma no dia 30 de outubro e uma no dia 16 de dezembro.

A matéria está em discussão.

Com a palavra a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, essa matéria despertou um interesse muito grande no Brasil. É a matéria da vida do Pastor Isidório. Ele está aqui, reconheço o amor que ele tem pela palavra, mas, nesta Comissão, a gente fez duas discussões, uma delas foi com a CNBB e a outra foi com linguistas do Brasil inteiro.

O relatório da nossa querida Eudócia é um relatório assim extraordinário e por trazer uma emenda de redação a gente não corre nenhum risco de que – e se for aceita como emenda de redação – ela volte para a Câmara.

Mas as pessoas que debateram aqui, especialmente os linguistas... Deixe-me explicar uma coisa, Senadora Teresa. Nós temos muitas comunidades indígenas que são cristãs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não tem como a gente fugir disto: são cristãs. Os xavantes são um povo inteiramente católico. Esses povos querem, precisam e pedem, inclusive é uma forma de perpetuar a língua, a Bíblia traduzida em suas línguas. Nós temos 305 povos com 274 línguas no Brasil. A grande preocupação dos linguistas, por mais que a Eudócia colocou aqui, traduções artísticas... Como esse grande grupo de linguistas que estão há cem anos trabalhando esse tema no Brasil estão em congressos fora, eu queria pedir à Senadora Eudócia apenas mais uma semana, só para a gente dar uma olhadinha se contempla de fato a tradução artística e acadêmica em outras línguas, línguas nativas – línguas nativas.

Então, aí a gente voltaria. A senhora já leu, já venceu essa etapa, não vai precisar ler de novo, porque, se precisar, a gente traz mais uma palavra à emenda de redação. E eu precisava muito também que a CNBB desse mais uma lida na emenda final de redação. Foi uma matéria que uniu todas as denominações cristãs, porque a gente quer a garantia da não violabilidade da Bíblia Sagrada. O Pastor Isidório foi muito feliz com essa matéria, mas a gente não pode esquecer que o segmento cristão é dividido em muitas denominações. Então, seria só para que eles tivessem a certeza de que a tradução para as línguas indígenas e de povos tradicionais não teria prejuízo, se precisaríamos colocar mais uma única palavra aqui.

Então, na próxima semana, eu... Ela não precisaria nem estar aqui na próxima semana, já está lido, a gente pode colocar em votação. Seria só para respeitar esse grupo que ajudou tanto na discussão, vieram de fora do Brasil, então, alguns brasileiros que estavam fora, só para a gente satisfazer todo mundo, Senadora, porque eles participaram do debate nesta Comissão com muito carinho.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu peço vista.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Todos sabem que o pedido de vista é regimental, é direito dos Senadores. E eu transformo então em vista coletiva para, no prazo de cinco dias, a gente voltar a apreciar o projeto, ou seja, na próxima reunião, na próxima terça-feira. Perfeito?

Damos bom dia também à presença da...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, Dra. Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – Eu só queria parabenizar e cumprimentar o Deputado Sargento Isidório, que está aqui presente na Comissão, e parabenizá-lo pela autoria, por essa iniciativa.

Quero dizer à minha querida amiga Senadora Damares que realmente aqui é uma Casa de discussão, o que importa é que no final a nossa Bíblia, como você bem colocou, Senadora Damares, não seja alterada, mas que todos tenham o direito a poder entendê-la conforme a sua leitura, o seu estudo bíblico, enfim, e que contemple todas as denominações, para que todos realmente se sintam inseridos nesse contexto.

Obrigada, Presidente. Obrigada, Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada também.

Está encerrada a discussão e passamos para o item 6, considerando que o 5 foi retirado de pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2034, DE 2020

- Terminativo -

Inscreve os profissionais de saúde que atuaram no enfrentamento da COVID-19 no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para a leitura do seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator.) – Sra. Presidenta, vou me dirigir diretamente à análise do projeto.

Nos termos do inciso II, do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar acerca de proposições que versem sobre homenagens cívicas. Ainda, conforme estabelecido nos arts. 49, I, e 91, I, também do normativo interno, foi confiada à Comissão de Educação competência para decidir terminativamente sobre a matéria.

Portanto, em razão do caráter exclusivo da proposição, cabe a esta Comissão pronunciar-se em relação à constitucionalidade e juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade.

No que tange à constitucionalidade, a matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Carta Magna. Além disso, observa-se legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, uma vez que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa.

Logo, não se observam vícios relacionados à constitucionalidade e juridicidade da matéria, tampouco identificamos falha de natureza regimental.

No mérito, o projeto merece prosperar.

A pandemia da covid-19 representou o maior desafio sanitário enfrentado pela humanidade no século XXI. No Brasil, foram registrados milhões de casos e centenas de milhares de óbitos, em um cenário de colapso dos sistemas de saúde, escassez de equipamentos de proteção individual, falta de leitos de UTI e ausência inicial de tratamentos eficazes ou vacinas.

Neste contexto dramático, os profissionais de saúde – médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, fisioterapeutas, farmacêuticos, auxiliares, agentes comunitários de saúde, entre tantos outros – permaneceram firmes em seus postos, trabalhando em jornadas extenuantes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

muitas vezes em condições precárias de proteção, expondo-se diariamente ao vírus para cuidar da população brasileira.

Dados do Conselho Federal de Enfermagem e de outras entidades da área da saúde demonstram que centenas de profissionais perderam suas vidas no exercício de suas funções durante a pandemia. Outros tantos sofreram sequelas físicas e psicológicas decorrentes da sobrecarga de trabalho, do estresse emocional de lidar diariamente com o sofrimento e a morte, e da própria contaminação pela doença.

A atuação heroica desses profissionais transcendeu o cumprimento de suas obrigações funcionais. Eles representaram a esperança em meio ao caos, a solidariedade humana em sua expressão mais sublime, e o compromisso ético com a vida mesmo diante do risco da própria morte. Suas histórias de abnegação, coragem e dedicação marcaram profundamente a sociedade brasileira e merecem ser perpetuadas na memória nacional.

A inscrição dos profissionais de saúde que atuaram no enfrentamento da covid-19 no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria é, portanto, medida de justiça e reconhecimento. Trata-se de prestar homenagem a todos aqueles que, mesmo sob risco extremo, escolheram permanecer ao lado das brasileiras e dos brasileiros no momento de maior vulnerabilidade.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.034, de 2020.

Queremos aqui, inclusive, saudar os representantes do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional que acompanham esta votação.

Obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador Humberto Costa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco com outras duas matérias, que passamos imediatamente a pautar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2586, DE 2024

- Terminativo -

Reconhece como manifestação da cultura nacional o Festival de Inverno de Garanhuns, realizado no Município de Garanhuns, no Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

A autoria, da Câmara dos Deputados, é do Deputado Felipe Carreras.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para a leitura do seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator.) – Sra. Presidente, novamente vou diretamente à análise.

Nos termos do inciso II, do art. 102 do Regimento Interno, compete a este Colegiado opinar acerca de proposições que versem sobre homenagens cívicas. Ainda, conforme estabelecido no art. 49, I, também do normativo interno, foi confiada à CE competência para analisar a matéria.

No que tange à constitucionalidade, a matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Carta Magna. Além disso, observa-se legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, haja vista não incidir na espécie reserva de iniciativa. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, uma vez que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Logo, não se observam vícios relacionados à constitucionalidade e juridicidade da matéria, tampouco identificamos falha de natureza regimental.

No mérito, o projeto merece prosperar.

O Festival de Inverno de Garanhuns (FIG) é um dos eventos culturais mais importantes do Brasil, com grande relevância em múltiplas dimensões culturais e artísticas. Considerado o maior festival de inverno do Nordeste e um dos maiores do país, o festival projeta Garanhuns como um polo estratégico de produção artística e economia criativa, reunindo *shows* musicais, espetáculos de teatro, dança, circo, exposições de artes plásticas e atividades literárias, democratizando o acesso à cultura e cumprindo um papel estruturante na descentralização das políticas culturais, promovendo acesso à arte para além dos grandes centros urbanos e fortalecendo o pacto federativo na promoção da cultura como direito constitucional.

O festival é um palco privilegiado para a música brasileira em toda sua diversidade — MPB, forró, axé, *rock*, música clássica, *jazz* — e abre espaço para artistas locais e regionais ao lado de grandes nomes nacionais e internacionais, preservando identidades nordestinas, valorizando expressões populares e dialogando com os mais diversos gêneros e expressões artísticas.

Essa pluralidade reafirma a cultura como instrumento de cidadania, inclusão social e formação crítica, sobretudo para jovens artistas e produtores culturais.

O festival possui ainda forte relevância para a economia de Garanhuns e da região, pois atrai centenas de milhares de visitantes a cada edição, o que gera empregos permanentes e temporários, aquece o comércio, a hotelaria e o turismo, sendo um motor econômico significativo para aquela localidade e para o estado.

Realizado desde 1991, o Festival de Inverno de Garanhuns já tem mais de três décadas de história e se consolidou como uma tradição que reforça o orgulho e a identidade dos pernambucanos, um instrumento de cidadania cultural, desenvolvimento regional e promoção da diversidade artística brasileira.

Reconhecer o FIG como manifestação da cultura nacional é legitimar o festival como patrimônio vivo da diversidade brasileira. É afirmar que as múltiplas expressões artísticas e populares do país são constitutivas da identidade nacional, fortalecendo o sentimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pertencimento, preservando a memória coletiva e reafirmando a cultura como política de Estado permanente, estruturante e estratégica para o desenvolvimento do Brasil.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.586, de 2024.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O parecer é pela aprovação, e a votação será nominal e em bloco.

E mais um projeto para V. Exa. relatar também como manifestação cultural, o item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 2587, DE 2024

- Terminativo -

Reconhece como manifestação da cultura nacional o evento Encantos do Natal, realizado no Município de Garanhuns, no Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Autoria: Deputado Felipe Carreras.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, que vai à leitura do seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator.) – Vou diretamente à análise e depois de todas as considerações sobre a adequação ao Regimento Interno, a constitucionalidade, a juridicidade... Portanto, sigo relatando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Encantos do Natal de Garanhuns consolidou-se, ao longo dos anos, como uma das principais políticas públicas de cultura e turismo do Agreste pernambucano, estruturando-se como instrumento estratégico de desenvolvimento local.

O evento articula poder público, iniciativa privada e sociedade civil em torno de uma programação que combina iluminação temática, espetáculos artísticos, atrações culturais e ocupação qualificada dos espaços públicos. Mais do que uma celebração sazonal, trata-se de uma ação planejada de fomento econômico e valorização identitária, inserida no calendário oficial do município e no circuito turístico regional.

Ao ressignificar áreas emblemáticas da cidade, como a Praça Tavares Correia e o Palácio Celso Galvão, transformando-as em polos de convivência, o evento reafirma o espaço público como território de cultura, segurança e construção de vínculos sociais. A programação gratuita e descentralizada possibilita amplo acesso da população às atividades culturais, democratizando o lazer e assegurando que diferentes públicos possam usufruir das expressões artísticas.

O Encantos do Natal impulsiona, ainda, a cadeia produtiva do turismo, abrangendo hotelaria, gastronomia, comércio, transporte e serviços temporários.

A ampliação do fluxo de visitantes no período natalino eleva a taxa de ocupação hoteleira e incrementa a arrecadação municipal, gerando emprego e renda. Trata-se, pois, de um exemplo concreto de economia criativa aplicada, em que o investimento em cultura repercute na dinamização do mercado local, especialmente em um período estratégico para o comércio varejista.

Garanhuns se consolidou como importante polo de eventos e referência artística no Nordeste: a valorização de artistas locais e regionais, aliada à presença de atrações externas, promove intercâmbio cultural e fortalece a identidade plural da cidade. Nesse contexto, o Encantos do Natal representa uma estratégia de governança cultural que integra planejamento urbano, promoção turística e inclusão social. Ao estruturar o evento como política pública continuada, o município projeta sua imagem no cenário estadual e nacional, amplia sua competitividade turística e consolida a cultura como eixo estruturante do desenvolvimento sustentável.

Assim, diante de sua relevância cultural, social e estratégica para o desenvolvimento local e regional, torna-se fundamental a aprovação deste projeto de lei como forma de reconhecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

institucionalmente sua importância e assegurar o fortalecimento dessa política pública como patrimônio e vetor estruturante da cultura pernambucana e brasileira.

Diante disso, Sra. Presidenta, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.587, de 2024.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

O projeto está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

O projeto será votado em bloco com os demais relatados pelo Senador Humberto Costa em caráter terminativo.

Terminada a nossa pauta, faltando apenas os requerimentos, nós passaremos agora à votação nominal, em bloco, dos itens 6, 7 e 8.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados, todos os três pela aprovação: PL 2.034, de 2020; PL 2.586, de 2024; PL 2.587, de 2024.

Os Senadores que votam com a posição do Exmo. Relator, Senador Humberto Costa, votam "sim".

(*Procede-se à votação.*)

Aberto o processo de votação, eu vou passar a ler os requerimentos. São todos da minha autoria, um deles da autoria da Senadora Damares, que, antes de sair, me informou que está retirando. E um último, de autoria conjunta, minha e da Senadora Damares Alves. E temos também dois extrapauta.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 1, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso aos artistas e profissionais da obra "O Agente Secreto", que conquistou mais um relevante prêmio para o Brasil ao receber o Globo de Ouro, um dos prêmios mais prestigiados da indústria cinematográfica e televisiva mundial, destacando-se, especialmente, o trabalho do diretor Kleber Mendonça Filho e do ator Wagner Moura. Requer ao Senhor Presidente, por ser um Ato Público e um Acontecimento de Alta Significação Internacional, nos termos do RISF, que após sua aprovação pelo Plenário desta Casa, esse Voto seja encaminhado em nome do Senado Federal.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Que após sua aprovação pelo Plenária desta Casa, esse voto seja encaminhado aos destinatários, os homenageados, em nome do Senado Federal.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 2, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da Lei do Audiovisual para o fortalecimento do cinema nacional e da cultura brasileira.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

O Requerimento nº 3, de autoria da Senadora Damares Alves, foi retirado.

O Requerimento nº 4...

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 5, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a instituição do Dia Nacional do Empregado Sindical, a ser comemorado, anualmente, no dia 9 de maio.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

É uma demanda da sociedade e que chegou à Comissão.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 6, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater políticas e programas associados à militarização da gestão escolar. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: a Senhora Cleo Manhas, Representante Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc); a Senhora Catarina de Almeida Santos, Representante da Rede de Pesquisadores sobre Militarização da Educação (RePME); a Senhora Mirian Fábia Alves, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped); o Senhor Benilda Brito, Representante do Coletivo de Mulheres Negras (Nzinga); o Senhor Salomão Barros Ximenez, Professor da Universidade de São Paulo (USP); a Senhora Fátima Silva, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE); a Senhora Deborah Duprat, Advogada e Subprocuradora-geral da República aposentada.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 7, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4501/2020, que "dispõe sobre a comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas ultraprocessados e uso de frituras e gordura trans em escolas públicas e privadas, em âmbito nacional".

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros

Esse projeto já foi aprovado na Comissão de... Eu esqueço sempre o nome dela... De Políticas Públicas, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – CTFC. Interessa à educação e está vindo para cá.

Eu considero, inclusive, que esta audiência pública seja a mais urgente, por conta da tramitação do projeto, que já está pronto para ser votado aqui.

Requerimento nº 8, que requer audiência pública... Na verdade, é um aditamento.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 8, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 7/2026 - CE, com o objetivo de instruir o PL 4501/2020 sejam incluídos os seguintes convidados: a Senhora Paula Johns, Diretora Executiva da ACT Promoção da Saúde; a Senhora Profa. Patrícia Constante Jaime, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP); a Senhora Manuela Dolinsky, Presidente do Conselho Federal de Nutrição (CFN); representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Último requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 9, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 222, § 2º, e art. 245 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao REQ 1/2026 - CE, que, no voto de aplauso aos artistas e profissionais da obra "O Agente Secreto", seja mencionada, além das premiações ao Globo de Ouro, a indicação ao Oscar de melhor filme, melhor filme internacional, melhor ator e melhor direção de elenco.

Autoria: Comissão de Educação e Cultura (*Pausa.*)

Não havendo ninguém contrário, considera-se que todos os requerimentos foram aprovados.

Nós vamos aguardar ainda dois votos, não é? (*Pausa.*)

Aguardar os votos dos três projetos terminativos. (*Pausa.*)

Antes de encerrar a reunião, ainda aguardando a votação nominal, declaro prejudicado o Requerimento nº 4, da Comissão de Educação, que adita ao Requerimento nº 48, de 2025, propondo acréscimo de convidados em audiência pública conjunta, desta Comissão e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, porque a referida audiência pública conjunta já foi realizada no dia 26 de fevereiro.

O requerimento, portanto, está descartado pela sua prejudicialidade. (*Pausa.*)

Como esta sessão foi muito dedicada ao PNE, a assessoria me trouxe agora umas questões muito importantes, que vale rememorar para alinhar, já que o percurso é relativamente longo. Inclusive, temos novas lideranças chegando ao Fórum Nacional de Educação.

O Presidente Lula encaminhou ao Congresso, após a Conferência Nacional de Educação, coordenada pelo Fórum Nacional, o PL, um texto original com 18 objetivos, 58 metas e 252

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estratégias. Isso se deu no dia 27 de junho de 2024. Logo em seguida, no dia 2 de julho, foi pedida a criação de Comissão Especial da Câmara ao Plenário. A eleição foi feita e nove meses se passaram para poder a Comissão ser constituída. Muitas vezes, as pessoas perguntam por que demorou tanto o PNE. É por conta dessa tortuosa tramitação, não é?

No dia 25 de abril, é constituída a Comissão Especial do PNE na Câmara, criada em 25 de abril, instalada e apresentado o plano de trabalho. Esta Comissão fez 51 reuniões, ouviu 408 convidados e votou 80 propostas. O PNE já é o projeto que mais recebeu emendas na Câmara dos Deputados, recebeu 3.070 emendas, e o substitutivo acolheu 1.380 dessas emendas. Então, foi um trabalho de muita consistência.

Paralelamente, no Senado, nós fizemos 15 audiências públicas só em 2025, sob nossa coordenação. Já havíamos feito outras antes, durante a Presidência do Senador Flávio Arns, em 2023 e 2024.

Após aprovação da Comissão Especial, o PNE nos chegou, o projeto lá votado, no dia 16 de dezembro de 2025, no fechamento do ano legislativo. Desde então, aguarda despacho pelo Presidente Davi Alcolumbre, o que sugere que haja tensão em relação a duas questões que essa Presidência já conversou com o Presidente Davi Alcolumbre e está na expectativa de que sejam resolvidas de hoje para amanhã: a forma de tramitação, se vai diretamente em Plenário para acelerar, ou se vem para a Comissão de Educação, e até, quem sabe, para outras Comissões – o que não ocorreu em relação ao PNE passado, então, a gente tem também essa referência para debater com o Presidente –; e segundo, a designação de Relatores ou de Relator.

Há acúmulos muito bem postos de aperfeiçoar o PNE com o cuidado de não voltar para a Câmara, sem prejuízo de que haja entendimento para aperfeiçoamentos pontuais, redacionais, pelo esforço que foi feito na Câmara de consensos e pela situação prevista no plano de que daqui a dois anos a gente vai monitorar. Esta é uma ideia que ganha força, os ciclos bianuais de avaliação para informar aperfeiçoamentos e alterações, bem diferente da tramitação do PNE anterior.

Na tramitação do PNE anterior, ele passou dois anos na Câmara. Esse passou menos. Na tramitação do PNE anterior, ele passou em Comissões de Assuntos Econômicos com 84 emendas, CCJ com 46 emendas, Educação e Cultura com 95 emendas, foi ao Plenário do Senado Federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

depois remetido à Câmara após modificações, o que durou um ano. Nós não queremos essa tramitação para o PNE anual, nós queremos mais celeridade.

Em 2 de janeiro de 2014, chegou o substitutivo da Câmara, novamente com prorrogações da Comissão Especial e mais audiências públicas. Meses, portanto, de votações. Foi aprovado na Comissão Especial, depois aprovado no Plenário da Câmara, remetido à sanção em junho de 2014, sancionado apenas em 25 de junho de 2014, o ano da eleição presidencial, quatro anos após o envio.

Esse exemplo está nos servindo de também reflexão, porque, para esse PNE, há um nível de consenso e construção diferente, já que na Câmara, mesmo com o atraso do calendário previsto, que indicava o envio ao Senado até setembro, a matéria não precisou ser votada. Houve um recurso ao Plenário, aprovado, de que a matéria apenas teria votação na Comissão Especial. Isso pode sugerir no Senado também uma tramitação célere, atenta, com alguns aperfeiçoamentos e consensuada também.

Fora as 75 propostas que aguardam o despacho do Presidente, entre elas o PNE, há aquelas em tramitação na Câmara e no Senado, que, de alguma forma, orientam as negociações e os próximos passos em um cenário de ano eleitoral. Estamos recolhendo eventuais sugestões de aperfeiçoamento para avaliar no contexto da definição da tramitação e da designação da relatoria.

Em diálogo com o Presidente Alcolumbre, em reunião que fiz com ele, na última quinta-feira, para alinhar a tramitação, acredito que isso ocorrerá nos próximos dias, e, na próxima semana, já teremos notícias alvissareiras em relação à aprovação desse projeto, que, com certeza, será o mais importante desta legislatura. É o Plano Nacional de Educação, com vigência de dez anos, que orienta toda a Política Nacional da Educação Básica em todos os seus níveis, etapas e modalidades, até a educação superior.

Vamos aguardar o quórum, que já foi, não é? Nós, então, vamos autorizar que o painel possa ser aberto.

Está encerrada, portanto, a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – SIM, 9; NÃO, 0.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Uma abstenção.

Todos os três projetos foram aprovados em caráter terminativo.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e encerro a presente reunião, na expectativa de convocarmos outra para a próxima terça-feira.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dezenove minutos do dia dez de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Teresa Leitão e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Alan Rick, Marcelo Castro, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Flávio Arns, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Bruno Bonetti, Augusta Brito, Humberto Costa, Leila Barros, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Eduardo Girão, Wilder Morais, Jorge Seif e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Cid Gomes, Astronauta Marcos Pontes e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 3ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4269, de 2021 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o incentivo ao empreendedorismo jovem nas redes públicas de ensino." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4437, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, para estabelecer o direito ao empreendedorismo do jovem." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do PL 4269/2021 e da Emenda nº 1-CAE (substitutivo), com duas subemendas que apresenta, e pela prejudicialidade do PL 4437/2021. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1-CAE-CE (Substitutivo) com as Subemendas nºs 1 e 2-CE. **Observação:** O Substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5761, de 2025 - Terminativo -** que: "Denomina o Instituto Federal de Educação do Amazonas - Campus Tefé - como 'Instituto Federal de Educação do Amazonas Professora Virgilina Façanha Mendes'." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas (*ad hoc*), em substituição ao Senador Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2322, de 2025 - Terminativo -** que: "Reconhece como manifestação da cultura nacional o espetáculo Via-Sacra do Morro da Capelinha, que se realiza na cidade de Planaltina, no Distrito Federal." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2251, de 2025 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Acessibilidade Digital." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Relatoria:** Senador Bruno Bonetti. **Relatório:** Pela aprovação o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4740, de 2025 - Terminativo -** que: "Reconhece a atividade circense brasileira como manifestação da cultura e da arte popular em todo o território nacional." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 6 - Projeto de Resolução do Senado n° 45, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui a Frente Parlamentar pela Paz Mundial." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Observação:** A matéria vai à Comissão Diretora do Senado Federal. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 10, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os avanços e desafios do Marco Legal da Primeira Infância, Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, em comemoração aos 10 anos Lei. A audiência terá como finalidade o debate de novas perspectivas para a promoção e a proteção do exercício pleno e equitativo dos direitos das crianças e suas famílias no período da primeira infância, entre os 0 e os 6 anos. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Educação; representante do Ministério da Saúde; representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; representante da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; representante da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI); e representante do Unicef." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 13, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 7/2026 - CE, com o objetivo de instruir o PL 4501/2020 seja incluído o seguinte convidado: representante do Pacto Contra a Fome (PCF)." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 14, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PRS 45/2025, que "institui a Frente Parlamentar pela Paz Mundial"." **Autoria:** Comissão de Educação e Cultura. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.088207/2026-17

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/10

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas, me desculpando pelo atraso.

Já verificando o quórum regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, em formato híbrido.

Já vejo na tela o Senador Flávio Arns, a quem cumprimento, como também os demais Senadores aqui presentes.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 3ª Reunião, realizada em 3 de março.

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

Moções de repúdio das Câmaras Municipais de Itapira-SP, Venceslau-SP, Palmito-SC, Quaraí-RS, São José do Rio Pardo-SP, Nova Odessa-SP, Igaraçu do Tietê-SP, Içara-SC, Carlos Barbosa-RS, Pedreira-SP, Venâncio Aires-RS, Vacaria-RS, Itupeva-SP, Arroio Grande-RS, Santa Bárbara D'Oeste-SP, Cianorte-PR, Sabino-SP, Avaré-SP, Bela Vista do Paraíso-PR, referentes ao Decreto 12.686, de 2025. As moções, embora recebidas recentemente por esta Comissão, são anteriores à alteração do texto do decreto para esclarecimento dos pontos que estavam sendo debatidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Moção de apoio do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (Consup), em defesa da carreira dos técnicos administrativos em educação, diante da tramitação do PL nº 6.170. Creio que vai à pauta do Plenário hoje.

Ofício da Profa. Alessandra Savazzini dos Reis, do Campus Vitória, do Instituto Federal do Espírito Santo, em apoio ao PL 2.709, de 2022, que altera a LDB para incluir o exercício pelos professores de funções de caráter predominantemente pedagógico no órgão gestor da rede de ensino e considerar como continuidade do exercício de função do magistério o afastamento para a qualificação em programas de formação.

Nos termos do art. 66-B do Regimento Interno do Senado Federal, as Comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas, observando os impactos dessas políticas e as atividades meio que suportam sua execução. Isso é um procedimento anual que cada Comissão faz.

Os trabalhos para a seleção e avaliação de políticas públicas da Comissão de Educação serão conduzidos da seguinte forma: 1) está aberto o prazo para que os Senadores e Senadoras membros da Comissão de Educação apresentem sugestões de políticas públicas a serem avaliadas ao longo do corrente exercício; 2) as sugestões devem ser encaminhadas, na forma de requerimento, à Secretaria da Comissão – o prazo se encerrará no dia 31 de março, às 18h; 3) serão escolhidas sugestões entre as apresentadas em reunião deliberativa desta Comissão a realizar-se no mês de abril; 4) o Relator ou Relatora designado para avaliação selecionada terá prazo até o dia 30 de novembro para a conclusão dos trabalhos e a apresentação dos relatórios.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos. Ocorre de modo semipresencial. As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente – creio que é apenas o Senador Flávio Arns. Se houver discordância do Plenário, votaremos em bloco e os itens terminativos que dependem de votação nominal. São apenas essas informações.

Sem mais delongas, vamos ao item 1 da pauta.

Eu recebi a relatoria ainda no ano passado, já solicito ao Senador Paulo Paim que possa assumir a Presidência transitoriamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 4269, DE 2021

- Terminativo -

Dispõe sobre o incentivo ao empreendedorismo jovem nas redes públicas de ensino.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 4437, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, para estabelecer o direito ao empreendedorismo do jovem.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do PL 4269/2021 e da Emenda nº 1-CAE (substitutivo), com duas subemendas que apresenta, e pela prejudicialidade do PL 4437/2021.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao PL 4269/2021, nos termos da Emenda nº 1-CAE (substitutivo), e pela prejudicialidade do PL 4437/2021.

2-Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para assumir a Presidência durante a relatoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Presidenta Teresa Leitão. É com satisfação que assumo, neste momento, a Presidência para que V. Exa. possa fazer os comentários e apresentar o seu relatório.

Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão para a leitura do seu relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Peço a V. Exa. para ir diretamente à análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O.k.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – De acordo com o art. 102, incisos I e VI, do Regimento Interno do Senado, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais da educação, cultura e ensino, instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional e outros assuntos correlatos, temas que abarcam o conteúdo dos projetos em análise.

A respeito da constitucionalidade das proposições, cumpre apontar que, segundo o art. 24 da Constituição Federal, compete à União e aos entes subnacionais legislar concorrentemente sobre educação e ensino, bem como acerca da proteção à juventude...

Tem alguém com celular ligado em modo bem ativo? Está até um pouquinho alto. Eu pediria para baixar o som, porque não está me interrompendo diretamente, mas pode estar prejudicando a escuta dos demais. Muito obrigada.

Ademais, é de competência privativa da União, nos termos do art. 22, inciso XXIV, da Constituição, legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Em todos esses casos, admite-se a iniciativa de membro do Congresso Nacional. Não se constata nos projetos em análise ainda a ocorrência de matéria de iniciativa reservada ao Presidente da República, conforme dispõem os arts. 61 e 84 da Constituição Federal.

Também não há nas proposições óbices à tramitação no que se refere à sua juridicidade e regimentalidade.

Quanto ao mérito, deve ser registrado, de início, que os dois PLs, embora com direcionamentos distintos, possuem o mesmo objetivo consistente de promover o espírito de inovação e empreendedorismo entre os jovens. Desse modo, conforme indicado pela Comissão de Assuntos Econômicos, as proposições buscam estimular novos negócios, gerar empregos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

renda, aumentar a competitividade das empresas e melhorar a qualidade de vida da população, especificamente diante da constatação das maiores dificuldades de inserção profissional dos jovens e dos significativos desafios enfrentados, muitas vezes por desinformação, pelos pequenos empreendedores que se veem forçados a abrir um negócio por necessidade.

Embora o empreendedorismo seja uma habilidade abordada na Base Nacional Comum Curricular e seu incentivo, no meio escolar, conste de outras proposições legislativas, inclusive aprovadas no Senado Federal, a temática constitui, de certa forma, uma lacuna nas legislações, na legislação educacional federal, sendo muitas vezes desenvolvida apenas nas normas curriculares complementares dos entes subnacionais e dos estabelecimentos de ensino. Ao mesmo tempo, em concordância com o acumulado na CAE, não vemos necessidade de reiterar normas semelhantes sobre a matéria no Estatuto da Juventude e em lei avulsa. Também ratificamos a ideia de evitar que sejam previstas medidas que acarretem exigências significativas para as redes de ensino dos entes subnacionais.

Assim, apoiamos as soluções engendradas pela CAE em sua emenda substitutiva, com duas retificações. A primeira, de redação, consiste na especificação da sigla usada no art. 2º, inciso IX. A segunda reside em ajuste na cláusula de regulamentação que determina prazo para o Poder Executivo.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.269, de 2021, e da Emenda nº 1-CAE, na forma das subemendas apresentadas a seguir, e da prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.437, de 2021.

SUBEMENDA Nº - CE À EMENDA Nº 1 – CAE

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 4.269, de 2021, na forma da Emenda nº 1-CAE, a seguinte redação:

“Art. 2º.....

.....

IX – construção de projetos integradores, prioritariamente, alinhados à Política Nacional do Ensino Médio (PNAEM).

.....”

SUBEMENDA Nº - CE À EMENDA Nº 1 – CAE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei nº 4.269, de 2021, na forma da Emenda nº 1-CAE, a seguinte redação:

"Art. 4º O regulamento disporá sobre os critérios, os procedimentos e as responsabilidades para a implementação desta Lei."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Meus cumprimentos ao autor do projeto ora em pauta e em discussão para votação.

Eu fui Relator, há muitas décadas, do Estatuto da Juventude, e cumprimento o autor do presente projeto, que altera o estatuto para melhor, e cumprimento a Relatora também. Parabéns, Relatora, pelo substitutivo.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Votação.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Devolvo a Presidência à Senadora Teresa Leitão.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Paim.

Vamos então para o item nº 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5761, DE 2025

- Terminativo -

Denomina o Instituto Federal de Educação do Amazonas - Campus Tefé - como "Instituto Federal de Educação do Amazonas Professora Virgilina Façanha Mendes".

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Em 03/03/2026, retirado de pauta.

Consulto o Senador Izalci Lucas se pode fazer a relatoria *ad hoc*.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – O.k., Presidente. Já peço autorização para ir direto à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do seu relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Nos termos do art. 102, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação e Cultura apreciar matérias que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto de lei em análise.

Nascida em Tefé, Estado do Amazonas, em 13 de outubro de 1934, Virgilina Façanha Mendes era filha caçula de Corintho Borges Façanha e Joana Frazão Façanha. Cresceu e viveu na cidade, onde foi formada em valores morais, éticos e religiosos no convívio familiar e sob a influência educacional das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria, a quem sempre manifestou estima e gratidão. Desde cedo demonstrou forte inclinação para os estudos e concluiu, em 1953, o curso profissionalizante na Escola Normal Rural, abraçando o magistério com dedicação.

Em 28 de janeiro de 1955, na Igreja Matriz de Santa Teresa D'Ávila, foi celebrado seu casamento com Etevaldo Bezerra Mendes, com quem teve três filhos: Ricardo Wagner, Wallace e Cláudia Maria. No exercício profissional, lecionou na Escola São José e, em 1960, por indicação de Dom Joaquim de Lange junto à Secretaria de Educação e Cultura do município (Seduc), assumiu a direção dessa escola, permanecendo na função até ser chamada a conduzir a Unidade Educacional de Tefé. Em paralelo, buscou ampliar sua formação acadêmica e obteve, em 1973, o Diploma de Licenciatura em Estudos Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Nomeada Diretora da Unidade Educacional de Tefé em 1975, prosseguiu, com reconhecida energia e competência, o trabalho educacional iniciado pelas Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria. Sua atuação foi verdadeiro baluarte da educação tefeense: mobilizou recursos junto à Seduc e outros órgãos para reformar e construir escolas; adotou como eixo de gestão o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aperfeiçoamento docente, promovendo cursos de capacitação com apoio do Campus Avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora; e buscou estruturar a rede local, com a contratação de novos professores e funcionários e a implantação de cursos como Acadêmico, Contabilidade e Agropecuária, ampliando as opções formativas disponíveis em Tefé.

Sua liderança também se expressou na vida comunitária e estudantil. Como católica praticante, incentivou a participação de professores e alunos em comemorações religiosas, destacando-se a colaboração das escolas nas festividades de Santa Teresa D'Ávila. No plano cívico e cultural, apoiou a criação de centros cívicos escolares, fomentou a qualidade e a organização dos desfiles do aniversário da cidade (15 de junho) e das datas de 5 e 7 de setembro, e contribuiu para que Tefé se tornasse a primeira sede dos jogos estudantis do Médio Amazonas, além de impulsionar a participação das escolas em festivais folclóricos com iniciativas de arrecadação voltadas à manutenção e à melhoria das próprias unidades de ensino.

O reconhecimento institucional por esse conjunto de realizações veio em vida: foi condecorada pelo Conselho Estadual de Educação como a melhor diretora do interior e recebeu, em 15 de outubro de 1985, a Medalha Prof. Fueth Paulo Mourão, distinção por dedicação ao magistério e à causa da educação e do ensino. Após 12 anos à frente da unidade educacional, requereu a aposentadoria e passou a residir em Manaus, sem romper os vínculos afetivos com Tefé, para onde retornava, especialmente, durante os festejos de outubro dedicados à padroeira local.

Faleceu em 11 de janeiro de 2021, vítima de covid-19, deixando memória profundamente associada à formação educacional e cívica da comunidade tefeense. Assim, em razão da grande contribuição da Profa. Virgilina Façanha Mendes à educação, consideramos esta proposição meritória.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à Comissão de Educação, cabe igualmente a esta Comissão apreciar a constitucionalidade e a juridicidade da proposição. No que tange a esses aspectos, o PL nº 5.761, de 2025, está de acordo com os preceitos constitucionais e não fere as exigências estabelecidas pela Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.

O voto, Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.761, de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Izalci.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Só quero ressaltar que está presente aqui na nossa reunião um dos filhos da Sra. Virgilina, que é assessor do Senador Omar Aziz, Wallace Façanha Mendes, que acompanha com muito entusiasmo esta votação.

Sabemos que a D. Virgilina foi uma mulher à frente do seu tempo, e é importante que a gente homenageie mulheres neste mês de março e nesta semana da mulher.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

O projeto é objeto de votação nominal, que faremos em bloco.

Dou as boas-vindas à Deputada... À Senadora, desculpe...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... Leila Barros.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2251, DE 2025

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Acessibilidade Digital.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Relatoria: Senador Bruno Bonetti

Relatório: Pela aprovação o Projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Bruno Bonetti para a leitura do seu relatório.

O SR. BRUNO BONETTI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Bom dia, Presidente, bom dia, Senadores, assessoria. Peço licença para ir direto à análise.

Em virtude do caráter terminativo do exame da matéria nesta Comissão, compete a este Colegiado pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e regimental da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar, sendo atendidos todos os requisitos constitucionais materiais. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional. É exigida a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa à comprovação de realização de consultas ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos.

Atendido, nesse sentido, em 19 de março de 2025, durante reunião de lançamento do Núcleo de Inovação em Acessibilidade do InovaUSP.

Registre-se, ademais, que, no que se refere à técnica legislativa, o texto da proposição está em estrita consonância com as normas estabelecidas por lei que versam sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

No mérito, da mesma forma, o parecer é favorável ao projeto.

A instituição do Dia Nacional da Acessibilidade Digital é uma medida voltada à consolidação da cidadania em um mundo cada vez mais mediado por telas e algoritmos.

A proposta também visa estimular o mercado e o setor público a priorizarem a facilidade de uso em suas plataformas. O Dia Nacional da Acessibilidade Digital servirá para fomentar o debate sobre como a tecnologia pode, de fato, simplificar a vida humana, eliminando as dificuldades que impedem o pleno acesso à informação e à comunicação de forma autônoma.

Por fim, o PL reforça o papel do Brasil como um país que valoriza a integração de seu povo na era da informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.251, de 2025.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Bruno Bonetti.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Senador Paulo Paim, para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Presidenta, como eu estou no meu último ano de Parlamento, depois de 40 anos, eu dou um destaquezinho de um pouco da história, né? (*Risos.*) Só quero dizer que eu fui o autor do projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência – Mara Gabrilli foi uma das Relatoras, Romário, Flávio Arns –, e ela aprimora neste momento o projeto. E por isso que eu voto com muita satisfação.

É isso, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

E informo que a matéria também será objeto de votação nominal, que será realizada em bloco, ao final da nossa reunião.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2322, DE 2025

- Terminativo -

Reconhece como manifestação da cultura nacional o espetáculo Via-Sacra do Morro da Capelinha, que se realiza na cidade de Planaltina, no Distrito Federal.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PL/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Concedo a palavra à Senadora Leira Barros para a leitura do seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Sra. Presidente desta Comissão de Educação, Senadora Teresa Leitão.

Quero cumprimentar o Senador Izalci, meu colega de bancada aqui do Distrito Federal, pela incrível iniciativa e pela possibilidade de ter sido também designada pela Presidência da Comissão como Relatora desse brilhante projeto. Parabéns, Izalci!

Vamos ao relatório.

Vem ao exame desta Comissão, o Projeto de Lei nº 2.322, de 2025, do Senador Izalci Lucas, que reconhece como manifestação da cultura nacional o espetáculo Via-Sacra do Morro da Capelinha, que se realiza na cidade de Planaltina, no Distrito Federal.

Vamos à análise, Sra. Presidente.

No que tange à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, não há nenhuma ressalva a fazer.

No mérito, reconhecemos a importância ímpar do projeto.

Conforme consta na justificação apresentada pelo autor, a Via-Sacra do Morro da Capelinha é realizada há mais de cinco décadas, tendo sua primeira montagem ocorrido em 1973. Ao longo desse período, o evento consolidou-se como tradição profundamente enraizada na identidade de Planaltina e do Distrito Federal.

Trata-se de encenação teatral ao ar livre da paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo, realizada durante a Semana Santa, que reúne milhares de fiéis e espectadores, contando com expressiva participação comunitária.

Desde sua primeira edição, que já mobilizava muitos voluntários, o espetáculo ampliou-se significativamente, envolvendo cerca de 1,4 mil moradores como atores, figurantes e equipe de produção, e 150 mil espectadores – para mais, não é Izalci? Acho que até para mais –, o que reforça seu caráter de manifestação cultural coletiva e, principalmente, popular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ao mobilizar voluntários de diferentes gerações, o espetáculo funciona como espaço de transmissão de valores culturais, religiosos e cívicos, fortalecendo vínculos comunitários e reafirmando a pluralidade cultural brasileira, na qual a religiosidade popular ocupa lugar de destaque.

Sob o prisma religioso, a Via-Sacra do Morro da Capelinha constitui um dos mais relevantes momentos de vivência da fé cristã no Distrito Federal. A dramatização pública dos episódios centrais da tradição católica – do julgamento à crucificação e à ressurreição de Cristo – representa forma singular de expressão da religiosidade popular, integrando liturgia, arte cênica e peregrinação. O evento transcende a dimensão meramente teatral para configurar verdadeira celebração comunitária da fé, reunindo fiéis do Distrito Federal e de diversas unidades da Federação.

No plano cultural, a iniciativa já foi reconhecida como patrimônio cultural imaterial do Distrito Federal, por meio do Decreto nº 28.870, de 2008, além de integrar o calendário oficial de eventos do DF. Tal reconhecimento em âmbito distrital evidencia a relevância histórica e simbólica da manifestação. O presente projeto, ao elevá-la à condição de manifestação cultural nacional, promove a devida valorização de tradição que extrapola o contexto local e se projeta como uma das maiores produções cênico-religiosas do país.

O reconhecimento como manifestação da cultura nacional não implica criação de despesa obrigatória ou instituição de benefício financeiro, limitando-se a conferir chancela simbólica e institucional à importância histórica, religiosa e cultural do evento. Trata-se, portanto, de medida de caráter declaratório, compatível com a ordem constitucional e com a política nacional de valorização do patrimônio cultural imaterial.

Diante do exposto, Sra. Presidente, caros colegas, verifica-se que o PL nº 2.322, de 2025, é meritório, por reconhecer formalmente a relevância da Via-Sacra do Morro da Capelinha não apenas para o Distrito Federal, mas para a cultura nacional como um todo, reafirmando o compromisso do Estado brasileiro com a proteção e a promoção das manifestações culturais de matriz religiosa que integram o patrimônio simbólico do nosso país.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.322, de 2025

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, só reforço os meus parabéns ao meu colega de bancada, Izalci Lucas, pela iniciativa, porque a Via-Sacra do Morro da Capelinha em Planaltina é uma grande manifestação cênico-religiosa e que mobiliza não só a região administrativa de Planaltina, a região norte, mas todo o DF.

É uma bela encenação, para a qual eu convido os colegas, quando tiverem a oportunidade de estarem aqui – Paulo Paim está aqui conosco, mestre Paulo –, conhecer esse grande evento.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadora. Parabéns pelo relatório. Ficou um relatório exclusivamente candango, autoria e relatoria. (*Risos.*) E pergunto se algum Senador quer discutir a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Senador Paulo Paim, Senador Izalci.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Um comentário rápido. Cumprimento o Senador Izalci Lucas pela iniciativa, a Senadora Leila Barros pelo excelente relatório. Enquanto ela lia o relatório, eu me lembrei de Nossa Senhora de Caravaggio, do Rio Grande do Sul, onde eu ia a pé, fazendo a via sacra de Caxias à Farroupilha. E todas as promessas, (*Risos.*) todos os pedidos que eu fiz foram atendidos. Eu fui duas vezes já, aqui na Capelinha.

Então, cumprimento os dois pela brilhante iniciativa, Senador Izalci e Senadora Leila Barros – isso fez que eu viajasse no tempo; mas fui, gostei e voltarei. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador.

Com a palavra, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero agradecer à Senadora Leila e também parabenizá-la pelo relatório. É realmente um evento maravilhoso. Há mais de 30 anos que eu acompanho todos os anos. E, de fato, acho que já, quando eu fiz o projeto, era em torno de 150 mil, mas acho que tem muito mais do que isso. Até porque agora também é transmitido ao vivo, né? Então, são milhões de pessoas que acompanham

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e que realmente merecem toda a atenção aqui da nossa Comissão. Estão todos convidados. Ao mesmo tempo, peço apoio para a aprovação.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador.

A discussão está encerrada.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos para o item nº 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4740, DE 2025

- Terminativo -

Reconhece a atividade circense brasileira como manifestação da cultura e da arte popular em todo o território nacional.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Sra. Presidenta, primeiro meus cumprimentos ao Senador Flávio Arns pela iniciativa. Eu diria: quem não foi criança? Todos fomos crianças e, por isso, temos aqui alguns com uma idade avançada, como eu. E quem não gostava do circo? Eu só tive um problema quando era moleque, moleque mesmo, eu tinha uns nove a dez anos e era fã de circo. Aí, ali pelos 11 anos, eu resolvi pegar uma varinha e cutucar um macaco que estava preso ali, né? Ele me olhou, me olhou e, quando eu levantei a varinha, ele mordeu a minha perna. Tenho até hoje aqui. Mas o tratei com o mesmo carinho, viu? Mas foi um momento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sapeca você, hein, Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E ele também, né? Ficamos os dois ali, um olhando para o outro. E ele que ganhou, né? Porque ele é que conseguiu me dar uma pequena mordida.

Mas, Presidenta, isso é lembrar do circo, é lembrar dos animais, é lembrar da natureza, do meio ambiente. Quem não gosta de assistir a um espetáculo no circo? Por isso, eu vou direto à sua análise.

Nos termos do disposto nos incisos I e II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, acerca de normas gerais sobre cultura, diversão e espetáculos públicos e homenagens cívicas, temas presentes no projeto em análise.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União – art. 24, IX, Constituição Federal –, às atribuições do Congresso Nacional – art. 48, *caput*, Constituição Federal – e à legitimidade da iniciativa parlamentar, neste caso ampla e não reservada – art. 61, *caput*, Constituição Federal –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, apresentam-se igualmente atendidos os materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que tange ao mérito, a aprovação desta iniciativa configura um imperativo de justiça histórica e salvaguarda social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O circo brasileiro não é um mero entretenimento episódico, mas um pilar ontológico da nossa formação cultural que remonta ao século XIX. Desde a chegada das primeiras dinastias europeias, a atividade se nacionalizou de forma singular, incorporando elementos regionais e transformando o picadeiro em um espaço cênico democrático. O circo é, por definição, o local onde o improvável se concretiza em um, abro aspas, "espaço-tempo poético e fugaz", nas palavras do próprio autor da proposição, Senador Flávio Arns. Sob a mesma sensibilidade, estudiosos do tema como Lafortune e Bouchard, entendem que a potência da linguagem circense transcende a estética para tornar-se uma "metodologia pedagógica de ação social".

A relevância econômica do setor também não deve ser subestimada. Segundo dados da Fundação Nacional das Artes (Funarte), estima-se a existência de ao menos 800 circos de lona, que provêm sustento direto a cerca de 20 mil profissionais em todas as regiões brasileiras. Somam-se a esses números projetos tais qual o Unicirco, fundado pelo artista multitalentoso Marcos Frota – todos lembram e conhecem a caminhada de Marcos Frota, nesse campo de atuação, como um grande artista –, tendo alcançado em 2025 a marca expressiva de mais de 262 mil pessoas, oferecendo formação artística e psicossocial alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Trata-se de iniciativa que promove o empoderamento de jovens marginalizados do Estado do Rio de Janeiro, ao superar traumas e desenvolvendo habilidades como disciplina e resiliência, essenciais para o protagonismo no espetáculo da vida.

A natureza itinerante da atividade circense impõe desafios severos ao exercício pleno da cidadania. A dificuldade histórica de comprovação de domicílio tem obstruído o acesso a direitos fundamentais, como assistência no Sistema Único de Saúde (SUS) e a transferência de matrícula escolar para filhos de artistas. Embora a Lei nº 6.533, de 1978, já assegure a vaga escolar para esses dependentes, a prática ainda esbarra em obstáculos burocráticos. Assim, acredita-se que o reconhecimento oficial da manifestação cultural, por meio dessa proposição, fortalecerá políticas públicas que buscam sensibilizar gestores para o acolhimento dessas famílias itinerantes.

A despeito dos mais diversos desafios que se apresentam aos circenses, faz-se imperioso registrar a função terapêutica e a resiliência intrínseca da atividade, atributos que se tornaram ainda mais evidentes durante a crise sanitária global. O trabalho realizado nos picadeiros e lonas contribui para a saúde da população sob um conceito ampliado, que abarca o bem-estar social, o acesso ao lazer e a promoção da saúde mental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Durante a pandemia de covid-19, embora a categoria tenha sido severamente atingida pela interrupção das bilheterias e pela impossibilidade de itinerância, o circo reafirmou-se como um refúgio poético e um instrumento de alívio mental. A linguagem circense, ao combinar expressão artística e trabalho coletivo, atua diretamente no fortalecimento da autoestima e no empoderamento de indivíduos em situação de vulnerabilidade, auxiliando-os na superação de traumas e na construção de defesas psicológicas contra o isolamento.

A aprovação do projeto de lei transmuta o picadeiro em marco jurídico de salvaguarda, cumprindo o dever constitucional de proteger uma arte que é pilar da identidade nacional e refúgio vital para a saúde e a dignidade do povo brasileiro. Para que a cidadania não oscile no vazio, sob a corda bamba da negligência, manifestamos o voto favorável: que se acendam as luzes da justiça social e que o rufar dos tambores celebre este salto vitorioso para a cultura, garantindo que o espetáculo circense brasileiro, em sua resistência secular e magia transformadora, jamais tenha que parar. Que essa magia jamais tenha que parar.

É o voto, Sra. Presidente, pela aprovação do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador. Belo voto.

O projeto está em discussão.

Está inscrito o Senador Flávio Arns, em modo remoto. Pode conectar o Senador à nossa tela, para fazer a sua intervenção no processo de discussão do projeto, que é de sua autoria inclusive. (*Pausa.*)

Fala um pouquinho, Senador, para a gente ver se está o.k.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Senadora Teresa Leitão, quero cumprimentá-la.

Não sei se me escutam bem.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Escutamos bem e o vemos bem também.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Escutam bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Sim?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

Eu quero cumprimentar V. Exa., Senadora Teresa Leitão, também o Relator da matéria, o caro amigo de tantos anos já, Senador Paulo Paim, os demais Senadores e Senadoras e a todos que nos acompanham.

E quero dizer também, reforçar, como autor do projeto, a importância da atividade circense como uma referência na cultura nacional.

Mas quero dizer que todos nós – não só eu, mas todos os Senadores e Senadoras –, para a apresentação desse projeto e para a sua aprovação, fomos inspirados pelo trabalho extraordinário que vem sendo desenvolvido, há tantos anos, pelo querido amigo Marcos Frota e por uma multidão de pessoas que se dedicam à atividade circense. Então, esta é uma homenagem para o Marcos Frota, solidário, presente, dedicado, sempre atuando em áreas importantes.

E quero dizer que, como o Senador Paulo Paim já reforçou, é algo essencial para a cultura nacional, quer dizer, é a atividade como referência na cultura nacional, tendo implicações em outras áreas fundamentais, terapêuticas... A gente pode imaginar como isso faz bem para a criança, para o jovem: a criança e o jovem poderem se expressar, serem independentes, mostrar o talento que podem desenvolver também.

O prazer que a atividade circense – só a lembrança dessa atividade – traz para todos nós, crianças, adolescentes, adultos, idosos, perpassa as idades todas também, e, ao mesmo tempo, com reflexos pedagógicos muito importantes, porque, pela atividade circense... Inclusive, poderíamos ter esse conteúdo como um conteúdo a ser desenvolvido nas escolas, seja de educação especial, seja escolas comuns. A gente vê, aqui no Paraná, inclusive, de onde eu estou falando, que essa atividade é desenvolvida em muitas escolas.

Então, que bom que estamos aprovando esse projeto de lei, essencial – eu diria importante, bonito. Somos todos a favor da atividade circense e da sua valorização. E, ao mesmo tempo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

quero apontar para a sociedade: vamos todos pensar nisso, no palhaço... O que você faz? "Não, eu sou palhaço". Não é só pejorativo; o palhaço é um dom, é um talento, é a pessoa que está lá, que desenvolve – e toda atividade circense também, que pode assim servir como ânimo, esperança, para tantas pessoas no Brasil.

Então, nosso agradecimento, Senador Paulo Paim, Teresa Leitão, e a nossa homenagem, novamente, pelo projeto de lei, com inspiração total, eu diria, de Marcos Frota, mas representando essa multidão de pessoas que se dedicam a esta área no país.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para discutir a matéria.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para discutir.) – Senadora Teresa, só reforçando as falas do Relator, Senador Paulo Paim, do autor Flávio Arns: a contribuição que a arte circense dá ao nosso país, não é só como atividade terapêutica, mas como atividade social, de inclusão.

Ali no movimento circense tem uma diversidade enorme. Podemos falar das pessoas com deficiência, as pessoas que têm nanismo, que fazem também. Então, a atividade circense é muito ampla, e, para quem convive um pouco com esse universo, é uma atividade extremamente inclusiva – inclusiva.

Então, assim, eu não canso de reforçar o papel da cultura e do esporte agregado à educação deste país, e o quanto essas duas áreas, Senadora Teresa, são transformadoras e o quanto elas podem agregar ao universo da educação; para além da formação, o quanto essas duas áreas fortalecem a formação global do indivíduo, nas mais diversas idades.

Então, quero parabenizar os dois Senadores – primeiro o Senador Flávio Arns pela iniciativa, e o Senador Paulo Paim pelo belo relatório – pelo quanto isso me motiva, me traz alegria de estar nesta Comissão, debatendo pautas que a gente sabe que, de fato, promovem a diferença na vida de muitos indivíduos, de cidadãos e cidadãs deste país.

Então, parabéns a ambos e parabéns por ter colocado aí na pauta, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidente, se me permitir, só uma frase depois da fala da Senadora Leila e do Senador Flávio Arns. Eles complementaram o meu relatório com essas ilustrações, e eu não me perdoaria, porque eu falei muito nas crianças, né? E eles, no complemento que fizeram, deixaram claro também que não são só as crianças, os adultos e os idosos, né? Nós, idosos – nós. Eu, se puder, estou indo no circo amanhã de manhã. Pronto.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem. E quem não foi?

Para concluir, Senadores, eu queria entrar na discussão, lembrando o refrão de uma música chamada "O Circo", que foi imortalizada na voz de Nara Leão, uma das maiores expressões da música popular brasileira. É uma música longa, porque ela fala de todos os personagens, mas o refrão já é bem atrativo, não é? Eu não vou cantar, evidentemente... (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Mas pode declamar, declamar...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu pensei: ela vai cantar o refrão?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Mas vou declamar, né?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) –

Vai, vai, vai começar a brincadeira.
Tem charanga tocando a noite inteira.
Vem, vem, vem ver o circo de verdade.
Tem, tem, tem picadeiro de qualidade.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Salve Nara Leão!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Salve Nara Leão! (*Palmas.*)

Aí vem o palhaço, vem o trapezista, vem tudo, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns a todos os envolvidos.

Declaro encerrada a discussão.

A votação também será nominal e em bloco.

Hoje nós terminamos, não foi? Ou ainda tem? (*Pausa.*)

Tem só um não terminativo? Eu vou fazer o seguinte: vou abrir a votação para a gente ir agilizando, enquanto o item 6, que não é terminativo, é debatido, que é da relatoria do Senador Paulo Paim.

Então, solicito à Secretaria que abra a votação referente às seguintes matérias nos termos dos relatórios apresentados: PL 4.269, de 2021; PL 5.761, de 2025; PL 2.322, de 2025; PL 2.251, de 2025 e PL 4.740, de 2025.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim".

Então, está aberta a votação nominal.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – E eu passo a palavra para o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 45, DE 2025

- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar pela Paz Mundial.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão Diretora do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Solicito ao Senador Paulo Paim a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Já o farei, Presidenta. Só estou votando.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, a gente aguarda. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidenta, esperando, inclusive, a votação e pela importância do tema, se V. Exa. permitir, eu vou ler o relatório na íntegra.

Essa aqui é uma iniciativa que veio da sociedade civil, através do Dr. Ulisses Riedel. Eu estava aqui lembrando o nome dele, viu? Por isso que eu dei uma paradinha. (*Risos.*) O Dr. Ulisses Riedel é um apaixonado por essa causa. Como estava em Brasília, eu tive a oportunidade de acompanhá-lo, ele e a filha dele, numa audiência com o Presidente do Senado. E lá, depois de uma longa explicação da importância dessa frente – ele já havia falado com o Senador Flávio Arns –, eu fui lá no sentido de que ele pautasse a matéria, encaminhasse para as Comissões. E ele cumpriu a parte dele, assim o fez. E eu fui indicado, então, como Relator, a pedido também do Senador Flávio Arns.

E eu faço, neste momento, com muito carinho, cuidado e muita tristeza, né? Eu gostaria até que não fosse preciso, mas, num momento como este, com o mundo, que está em guerra, a partir do que vem acontecendo, queiramos ou não, principalmente devido à posição dos Estados Unidos da América, com a guerra que ora acontece contra o Irã, junto com os Estados Unidos e Israel, e outras tantas, eu não vou citar todas elas aqui, que estão acontecendo no mundo, é o momento adequado para votar um projeto como este, que trata da Frente Parlamentar pela Paz Mundial.

Relatório do Senador Flávio Arns.

Vem à análise da Comissão de Educação e Cultura, o Projeto de Resolução do Senado nº 45, de 2025, do Senador Flávio Arns, que institui a Frente Parlamentar pela Paz Mundial. Posteriormente, a proposição será analisada pela Comissão Diretora do Senado Federal.

O projeto institui a Frente Parlamentar pela Paz Mundial no âmbito do Senado Federal, com o objetivo de fortalecer a atuação do Congresso Nacional na promoção da paz, bem como estimular o debate e apoiar ações parlamentares relacionadas ao tema. Também busca incentivar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

iniciativas voltadas à solução pacífica de conflitos, à convivência harmônica entre os povos, ao desenvolvimento de estudos e pesquisas e à articulação de políticas públicas voltadas à justiça social.

A frente será integrada por Senadoras e Senadores que aderirem formalmente, podendo contar com ex-Parlamentares como membros honorários. Será disciplinada por regimento próprio, aprovado pela maioria absoluta de seus integrantes, e realizará suas reuniões, preferencialmente, nas dependências do Senado Federal.

A resolução que resultar da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

A justificação argumenta que o atual cenário global, marcado por instabilidades, conflitos armados, crises humanitárias e crescentes desafios à convivência pacífica entre povos, exige uma atuação articulada em favor da paz. Assim, aponta que o Brasil é historicamente reconhecido como defensor do multilateralismo, defensor dos direitos humanos e da solução pacífica de controvérsias por meio da diplomacia, razão pela qual o Senado Federal tem importante função de protagonismo na estruturação de um ambiente nacional propenso à busca da paz e da solução pacífica de controvérsias.

Sra. Presidente, no atual projeto que relatamos, não foram recebidas emendas.

Análise.

As frentes parlamentares representam instrumento de organização política decorrente da autonomia parlamentar. Sua criação permite a concentração de esforços em temas específicos, potencializando as capacidades e funções do Poder Legislativo.

Com esse propósito, tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados, tais frentes vêm sendo instituídas como espaços de articulação entre Parlamentares, voltados à promoção de debates, ao acompanhamento de matérias e à atuação coordenada em torno de interesses compartilhados – a paz, o amor em primeiro lugar.

O PRS nº 45, de 2025, atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e foi redigido de acordo com a boa técnica legislativa. Assim, cumpre apontar que não se vislumbram óbices à aprovação da matéria no que concerne a esses aspectos.

Quanto ao mérito, a proposição é altamente pertinente, pois alinha-se diretamente aos princípios constitucionais que regem as relações internacionais do Brasil, assim como aos direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fundamentais previstos na Constituição Federal. Ao instituir a Frente Parlamentar pela Paz Mundial no âmbito do Senado Federal, o PRS confere densidade institucional à atuação do Poder Legislativo em um tema transversal e de alto impacto, criando espaço permanente para articular iniciativas legislativas, promover debates qualificados e acompanhar políticas públicas orientadas à justiça social e à convivência harmônica.

Nesse contexto, a frente tende a elevar o padrão de deliberação a respeito da temática da paz, pois estimula estudos, pesquisas e interlocução com especialistas, organismos internacionais, universidades e sociedade civil. Esse ecossistema de conhecimento favorece a elaboração de proposições mais bem fundamentadas sobre temas como prevenção da violência, direitos humanos, acolhimento humanitário, educação para a paz e mediação de conflitos, bem como o acompanhamento de compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro.

Ademais, a criação da Frente Parlamentar pela Paz Mundial revela-se oportuna e necessária no atual contexto de recrudescimento de conflitos internacionais e de fragilização de mecanismos multilaterais de resolução pacífica de controvérsias. Ao institucionalizar, no âmbito do Senado Federal, um espaço permanente de diálogo e articulação sobre o tema, a proposição contribui para qualificar a atuação parlamentar e reforçar o compromisso do Estado brasileiro com os princípios que regem suas relações internacionais, especialmente a defesa da paz, a prevalência dos direitos humanos e a solução pacífica dos conflitos, consagrados no art. 4º da Constituição Federal – eu estava lá, eu ajudei a escrever a Constituição Cidadã, tão lembrada assim por Ulysses Guimarães. Trata-se, portanto, de iniciativa que fortalece a coerência entre a atuação interna do Poder Legislativo e os fundamentos constitucionais que orientam a política externa brasileira.

Em síntese, Presidenta – e aqui estou terminando –, a iniciativa dialoga com agendas globais contemporâneas, como a construção de instituições eficazes e inclusivas, e fortalece a capacidade do Poder Legislativo de supervisionar e alimentar políticas públicas voltadas à paz, à justiça social, pedra angular de uma paz sustentável.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 45, de 2025, apresentado pelo Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador. Belíssimo relatório, como de costume, sobre um tema ao qual V. Exa. é tão afeito e do qual é defensor na vida e aqui nesta Casa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Comissão Diretora do Senado Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidenta, pela importância do tema, nem que tenha um valor simbólico, porque eu sei que vai ter que ir – a informação já recebi – à Comissão Diretora da Casa, eu gostaria de aprovar que a matéria seja apreciada em regime de urgência.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, incluído no nosso relatório, com toda a certeza.

Nós já temos quórum, podemos abrir o painel e temos ainda um requerimento a ser aprovado. O quórum da votação das cinco matérias terminativas.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Fica prejudicado o PL 4.437, que tramita em conjunto com o Projeto 4.269.

O substitutivo aprovado ao PL 4.269 será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

SIM, 14; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

Todas as matérias, portanto, estão aprovadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vou ler o requerimento, e a gente pode fazer, logo em seguida, a votação suplementar.

Podemos fechar ou tem que ficar para outro dia? É melhor? (*Pausa.*)

Muito bem, fica para a semana que vem, então.

O requerimento é sobre uma audiência pública.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 10, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os avanços e desafios do Marco Legal da Primeira Infância, Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, em comemoração aos 10 anos Lei. A audiência terá como finalidade o debate de novas perspectivas para a promoção e a proteção do exercício pleno e equitativo dos direitos das crianças e suas famílias no período da primeira infância, entre 0 e 6 anos. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Educação; representante do Ministério da Saúde; representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; representante da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; representante da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI); e representante do Unicef.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, o requerimento está aprovado.

E um outro requerimento extrapauta, que é um adendo à audiência pública que foi aprovada.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 13, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 7/2026 - CE, com o objetivo de instruir o PL 4501/2020 seja incluído o seguinte convidado: representante do Pacto Contra a Fome (PCF).

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Então, passo a palavra para o Senador Paulo Paim, para podermos encerrar a reunião.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, se me permitir, é só por uma questão de justiça: eu não citei Ulisses Riedel e Thais Riedel. Ulisses Riedel foi Constituinte por um período, na época em que elaboramos a Constituição. Desde lá, ele defende essa ideia de forma, digamos, permanente e com muita firmeza.

Ele procurou o Flávio Arns e procurou a mim, e hoje, enfim, esse sonho dele, de mais de 30 anos, em que ele vem falando dessa importante Frente Parlamentar pela Paz, poderá ser este ano ainda consagrado.

Então, eu agradeço a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

Muito obrigada pela presença de todos e de todas.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia onze de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Alan Rick, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Flávio Arns, Jussara Lima, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Bruno Bonetti, Paulo Paim, Augusta Brito, Humberto Costa, Leila Barros, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Wilder Morais, Jorge Seif, Weverton, Giordano, Carlos Viana e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Magno Malta e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 50/2025 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE), e REQ 55/2025 - CE, de autoria da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 2480/2021, que "institui o Mês de Conscientização sobre o Transtorno de Personalidade Borderline". **Participantes:** Sr. Hugo André de Lima Martins, Doutor em Neuropsiquiatria; Sr. João Cronemberger Sá Ribeiro, Médico Psiquiatra; Sra. Alinne Duarte, Neuropsicológa especialista em família e infância; e Sra. Elaine Machado Chagas, Especialista e mestre em Psicologia. Professora, coordenadora e supervisora de cursos de pós-graduação em Psicologia. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/11

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental – e me desculpando pelo atraso –, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de março de 2026.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 2.480, de 2021, que institui o Mês de Conscientização sobre o Transtorno de Personalidade Borderline, em atenção ao Requerimento nº 50, de minha autoria, e ao Requerimento nº 55, de autoria da Senadora Damares Alves.

Convido, para tomar lugar à mesa, os seguintes convidados: Sr. Hugo André de Lima Martins, Doutor em Neuropsiquiatria; Sr. João Cronemberger Sá Ribeiro, Médico Psiquiatra; e Sra. Alinne Duarte – a Alinne está presente? –, Neuropsicóloga Especialista em Família e Infância.

Participará, de forma remota, a Sra. Elaine Machado Chagas, Especialista e Mestre em Psicologia, Professora, Coordenadora e Supervisora de cursos de pós-graduação em Psicologia, que já está devidamente conectada.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Informo que foram recebidas, até o momento, por meio do Portal e-Cidadania, diversas perguntas e comentários, entre os quais destacamos: Raquel, do Rio de Janeiro; Yasmin, de São Paulo; Luiza, de Santa Catarina; Marta, do Rio de Janeiro; Marcos, de São Paulo; Luiz, de São Paulo; Fabiana, de São Paulo; Giovanna, do Amapá; Gentil, de São Paulo; Alberto, da Paraíba; e José, de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As perguntas estão sendo encaminhadas para os nossos convidados e convidada, caso queiram utilizar durante a primeira abordagem ou deixar para depois. Solicito aos convidados que, se possível, as abordem em suas falas iniciais.

Conforme o rito aqui da Comissão, na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Toca uma campanha – é meio estridente, a gente não tem controle sobre ela –, mas, quando ela toca, falta um minuto para os fechamentos, e depois a gente pode ter alguma pergunta de algum Parlamentar que chegue ainda para nos acompanhar. E podem ficar à vontade; o importante é que a gente tenha as explicações necessárias.

Eu vou só fazer uma introduçãozinha, me permitam.

Eu fui procurada lá no Recife, para tratar dessa questão aqui, com esse pedido, pela importância que tem o tema, e fiz um textinho, que eu acho que vocês podem também contestar durante a fala, ou não.

Lançamos luz sobre uma proposição, uma data e uma questão que exigem atenção da nossa parte: transtorno de personalidade *borderline* (TPB).

São alterações comportamentais que mexem com afetos, autoimagem, impulsos e relacionamentos interpessoais, por isso acolhemos a sugestão dessa audiência para instruir o Projeto de Lei 2.480/2021, que institui o Mês de Conscientização sobre o Transtorno de Personalidade Borderline, de autoria do Deputado Felipe Carreras, do PSB, de Pernambuco, de modo a evidenciar o tema e consubstanciar critério de alta significação da data para os diferentes segmentos.

O sentido é criar um mês de conscientização, a ser realizado, anualmente, no mês de maio, de modo a promover ações de comunicação e psicoeducação em todas as mídias, com o intuito de esclarecer a população sobre o tema. É isso que diz a ementa do projeto.

O autor da proposição sinaliza que a questão afeta 6% da população em geral e representa um quinto dos pacientes internados em hospitais psiquiátricos. Os dados também são expressivos, pois há indicações de que 70% das pessoas com TPB podem apresentar comportamentos autolesivos em algum momento da vida, o que torna o transtorno um importante tema de atenção em políticas de saúde mental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As causas do transtorno são consideradas multifatoriais, envolvendo uma combinação de fatores biológicos, psicológicos e ambientais. Pessoas podem apresentar maior sensibilidade emocional e dificuldades na regulação de emoções. Experiências adversas na infância, como negligência, abuso físico ou emocional, também aparecem com frequência em históricos clínicos, embora não sejam determinantes únicos. Sabemos que, com um diagnóstico adequado e tratamento contínuo, multiprofissional, muitos pacientes conseguem alcançar melhora significativa na qualidade de vida e na estabilidade emocional ao longo do tempo.

Então, o pedido foi que a gente não deixasse essa lei tramitar, simplesmente para poder cuidar da sua visibilidade após ela ser aprovada e vivenciada a cada ano no mês de maio, mas que a gente já pudesse publicizar um debate – embora não tenhamos muitos presentes fisicamente, este debate está sendo acompanhado e será reproduzido pelas redes do Senado, pelas minhas redes –, para que, ao votar a lei, a gente tivesse consciência do que está votando e nos propuséssemos a uma implementação proativa do próprio conteúdo da lei.

Então, sem mais delongas, eu vou passar a palavra, para seus dez minutos iniciais, ao Sr. Hugo André de Lima Martins, Doutor em Neuropsiquiatria.

O SR. HUGO ANDRÉ DE LIMA MARTINS (Para expor.) – Muito boa tarde a todos.

Cumprimento a Presidente da mesa, Senadora Teresa; Senadoras, Senadores; demais autoridades; senhoras, senhores, telespectadores.

É uma honra para mim estar aqui no dia de hoje falando de um tema que toca tantas famílias, tantos pacientes e familiares, como bem a Senadora Teresa ressaltou na sua fala inicial.

A importância que temos neste debate se assesta não só em aspectos quantitativos, mas também qualitativos acerca do transtorno de personalidade *borderline*.

Essa imagem que vocês estão vendo aí foi feita por uma adolescente, de apenas 13 anos de idade, que havia procurado já alguns tratamentos desde jovenzinha, de criança mesmo, e sempre as equipes profissionais achavam que ela tinha, por exemplo, episódios de depressão, de ansiedade, que são inclusive comorbidades que frequentemente se encontram no *borderline*, porém nunca chegavam à parte central da psicopatologia dela, que é exatamente o *borderline*. A questão é que ela, por si mesma, começou a procurar informações, ela começou a pesquisar e disse: "Eu me identifico completamente com esses aspectos que os especialistas falam, que é instabilidade emocional acentuada, ou seja, ora eu estou muito feliz, ora eu estou triste, ora eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estou com raiva e eu não consigo identificar qual é a causa, ora eu sinto um vazio existencial enorme, ora vem impulsividade, ora eu me sinto abandonada, rejeitada, ora minha cabeça está tão confusa que eu acho que eu sou duas pessoas numa só. Será que eu tenho dupla personalidade, Doutor? Porque eu sinto como se fossem várias pessoas, ao mesmo tempo, na minha mente".

Aí eu comecei a acompanhá-la e vi que ela tinha uma capacidade enorme para a arte, uma sensibilidade enorme. Ela escreve, faz poesia, ela pinta, ela desenha.

E eu disse: "Então faça o seguinte: passe para o papel, para as tintas, com cores vívidas, aquilo que você sente dentro de você". Aí ela me traz isso aí, exatamente como ela se sente: numa parte ela se sente assim triste, ela se sente como se estivesse destruída por dentro, sem sentido; e, na outra parte, ela sente ao mesmo tempo essa alegria. E é essa dupla face que a gente encontra tão frequentemente em pacientes que têm o *borderline*. Isso acontece porque as estruturas mesmo cerebrais são alteradas. Sobre isso é claro que a gente não tem tempo para falar aqui, mas existem substratos que são anatomofisiológicos, não é só "ah, é porque eu sou assim, porque eu simplesmente sou uma pessoa que não tive educação, que não tive limites" etc., ou seja, é muito mais complexo do que em geral se pensa e se faz nos tratamentos quando você não tem o conhecimento apropriado sobre o tema.

Do ponto de vista quantitativo, a Senadora Teresa já falou esplendorosamente das questões: que você tem 10% em ambulatórios de psiquiatria, um quinto de pacientes internados em instituições psiquiátricas. Se a gente for pensar em adolescentes, esse número aumenta mais ainda. Mas tem uma questão que é muito central e que toca cada um de nós, que é a questão da suicidalidade, ou seja, 10% dos pacientes com *borderline* realizam suicídio ao longo de sua vida. Imaginem uma condição extremamente prevalente, que atinge um quantitativo enorme de pessoas, em que 10% vão realizar suicídio ao longo da vida. Estudos que tiveram seguimento de décadas identificaram isto: 75% dos pacientes tentam, pelo menos uma vez na vida, suicídio.

Então, a gente está falando de uma coisa que traz consequências graves para pacientes e também para seus familiares. A importância do tema é principalmente também pelos aspectos qualitativos, porque, se uma pessoa só realizar suicídio, ela já traz uma tragédia para a sociedade. Imaginem isso ocorrendo em larga escala! Temos cerca de 15 mil pessoas realizando suicídio por ano no nosso país. Desse contingente, cada vez mais tem crescido a prevalência de crianças e adolescentes, pessoas em tenra idade – seis, sete, oito anos de idade – já falando em suicídio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso é uma coisa muito importante, e os profissionais têm que estar capacitados para atender essa demanda, o que aí é outro problema.

Tem um estudo clássico que foi feito em vários centros de atendimento para pessoas que estavam em sofrimento mental, em caráter de emergência. Investigaram-se médicos psiquiatras, residentes em Psiquiatria, enfermeiros e assistentes sociais: 50% desses profissionais referiram que, se pudessem, não atenderiam os pacientes. Se eles não gostam de atender os pacientes com *borderline,* no corre-corre da vida, logicamente eles não vão sentar para estudar. Se eles não estudam, eles não conseguem fazer o tratamento adequado. E faz toda a diferença na vida dos pacientes o profissional estar preparado, e eu vou dizer por quê.

Muitas vezes o paciente tem uma rede de apoio muito problemática ou ausente e o que o sustenta, pelo menos transitoriamente, é o tratamento. Todo mundo que trata os pacientes com *borderline* já escutou dizerem: "Ah, eu pensei em tirar minha vida, mas eu lembrei de vocês, e aí eu decidi que eu ia dar uma chance para continuar". É claro que ninguém, nenhum profissional vai querer que isso se perpetue, mas pelo menos por algum tempo você vai ser o suporte dessa pessoa, e para isso você tem que se preparar.

Infelizmente, a gente tem uma falha já na formação do profissional especializado, porque, nas escolas de Medicina, nas residências médicas, não se traz esse assunto como se trazem outros, tais como esquizofrenia, bipolaridade, que todo residente sai preparado para atender. No caso do *borderline* não é assim. Então, a informação vai fazer completa diferença na vida dos profissionais, na vida dos pacientes e na vida de seus familiares.

E este projeto todo levando a psicoeducação para profissionais, de uma forma geral, para escolas... Alguém perguntou: "E que importância tem isso?". É porque o conhecimento vai mudar o vetor da vida da pessoa. Semana passada, eu conversei com vários pacientes e perguntei: "O que foi que mudou na sua vida depois que você descobriu o que você tinha?". Muitos disseram: "Mudou tudo. É como se fosse uma luz entrando pela janela da minha alma, porque eu sentia um vazio e um sofrimento enorme e não sabia o que era. As pessoas diziam que era depressão, mas eu via todo mundo se tratando de depressão e melhorava; diziam que era uma ansiedade grave, eu via um bocado de gente tratando de ansiedade grave e melhorava. E eu nunca melhorava. Então, quando eu entendi o que eu tinha, abriu-se tudo na minha vida". Então, você vê que o conhecimento é um vetor de mudança para a vida da gente. E a gente tem que ofertar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

informação e esse conhecimento para que as pessoas possam procurar o tratamento adequado: pacientes, familiares, profissionais.

Essa menina cuja imagem a gente está vendo aí procurou a informação e encontrou. Então, veja que a gente tem que fazer o papel da gente de disponibilizar informações adequadas, científicas e apropriadas para a nossa sociedade.

Já caminhando para o final, eu sei que meu tempo está daqui a pouco se esgotando, eu vou...

Existe um retardo muito grande desde o início do surgimento dos sintomas até a pessoa ter o diagnóstico – demora muito tempo, às vezes 10, 15 anos. Certa feita, eu recebi um texto de uma senhora de 70 anos de idade, e ela dizia assim: "Olhe, eu vi uma entrevista sua e me identifiquei com tudo que você falou. Eu tenho o *borderline*, sendo que eu já tenho setenta, setenta e poucos anos de idade. Eu perdi a minha vida...". E botou três pontinhos. Eu fiquei com uma tristeza tão profunda que eu passei a noite escrevendo uma resposta para ela. Fui falar para ela do que eu sentia, coloquei meu coração, tirei e coloquei no papel. E disse: "Olhe, a vida da gente é um mistério. Pode ser que a senhora com essa idade demore mais tempo aqui do que eu, que sou mais jovem que a senhora. A gente não sabe. Não existe uma regra para isso. A partir do momento em que a senhora tem essas informações, vamos ver se a gente consegue trabalhar com elas para a senhora ter uma vida com substância daqui para a frente".

(*Soa a campainha.*)

Ela é uma pessoa que... Vejam o prejuízo que ela teve por não entender isso antes.

Ao mesmo tempo, com essa criança, adolescente que buscou informação, entendeu o que é que tinha e agora está com esperança de que dias melhores vêm na vida, muda essa trajetória.

Agora, o profissional tem que buscar as informações, ele tem... A gente tem o papel de disponibilizar para a sociedade, e as pessoas têm que buscar, porque... Um dia, um paciente, quando eu disse que sabia o que ele estava sentindo, disse para mim: "Você não tem como saber, você não sabe". Eu fui buscar a informação e quanto mais eu estudava mais eu via que ele tinha razão. Realmente eu não sabia, eu não sabia o que é que ele tinha, porque é um sofrimento muito intenso, é um sofrimento que transborda e que gera uma vida muito prejudicada.

Este trabalho aqui, este projeto, a sensibilidade enorme da Senadora Teresa para esse tema nos alegram profundamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E eu agradeço imensamente a oportunidade de trazer essa informação, representando todas as pessoas do nosso país que tanto sofrem com isso e aqueles também que trabalham nesse setor e que merecem este momento.

Um grande abraço.

E muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Dr. Hugo, pela explanação muito direta, muito pedagógica e estritamente no seu tempo.

Não se preocupem quando a campainha tocar, vocês ainda têm um minuto para terminar.

Eu passo a palavra agora para o Dr. João Cronemberger Sá Ribeiro, Médico Psiquiatra.

O SR. JOÃO CRONEMBERGER SÁ RIBEIRO (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Teresa Leitão. Muito obrigado pelo convite. Muito obrigado pelo convite, Dr. Hugo.

É uma honra para mim poder representar tantos médicos psiquiatras no Brasil que se dedicam a atender esses pacientes, que se dedicam a estudar o tema.

Na minha apresentação, eu gostaria de dar uma ênfase um pouco maior à família da pessoa que tem transtorno de personalidade *borderline*.

Eu parto do seguinte problema que já foi mencionado pelo Dr. Hugo: transtorno da personalidade *borderline* é mais prevalente do que esquizofrenia, do que transtorno bipolar, mas, ainda assim, quanto ao financiamento no mundo, mesmo em países ricos, em países desenvolvidos, existe um subfinanciamento de pesquisa. Esse subfinanciamento de pesquisa se traduz num subfinanciamento na assistência. E a consequência direta disso é que as pessoas não sabem o que têm, porque elas não dispõem de informação. E a base está aqui. Esperamos que o Mês da Conscientização sobre o Transtorno da Personalidade Borderline possa ajudar a melhorar esse panorama dentro do nosso país.

Vejam. Muitas famílias acreditam, acabam sendo culpadas pelos seus arredores por terem um familiar com transtorno da personalidade *borderline*. Esse estigma distancia a busca por ajuda. Ninguém quer ser culpado por ter um familiar doente.

O que a gente sabe é que mais ou menos metade das características do transtorno de personalidade *borderline* são herdadas, que essa hipersensibilidade interpessoal e a reatividade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

emocional, que são características do transtorno *borderline*, se manifestam muito cedo. Essas crianças, que muito precocemente, desde bebezinhas, já manifestam essas características acabam sendo crianças de difícil cuidado, geram um estresse grande nos seus cuidadores, um desgaste desde muito precoces, porque são crianças que são mais difíceis de se acalmarem, são crianças que acabam demandando bastante mais e recebendo menos do que elas necessitam. A demanda daquelas crianças acaba sendo maior do que de outras que não têm características inatas de transtorno *borderline*. E aqui eu não estou falando de transtorno da personalidade *borderline* manifesto; apenas de crianças que nascem com alguma predisposição. A consequência disso é que os pais exaustos acabam se tornando menos validantes, dando para os seus filhos menos do que eles necessitam.

E é esse ambiente invalidante que os estudos mais recentes entendem que é a fonte, a origem do transtorno *borderline*. Não é culpa da família, não é culpa do paciente, mas da interação que acontece entre uma pessoa com uma vulnerabilidade genética e um ambiente que, apesar de estar fazendo o melhor que pode para dar suporte para aquela criança, para aquele adolescente, muitas vezes não consegue dar o suficiente, não por falta de esforço, mas muitas vezes por falta de orientação.

E o fardo que o transtorno da personalidade *borderline* gera nos familiares é muito grande. É uma sobrecarga emocional que, como eu disse, pode começar desde a primeira infância, estender-se ao longo de toda a vida escolar e chegar à adolescência com muitos conflitos. Muitas vezes, essas famílias são traumatizadas pelas tentativas de suicídio e comportamento autolesivo dos seus entes queridos. E a desinformação, os mitos, muito preconceito e o estigma que existe em torno do transtorno acabam fazendo com que essas pessoas se sintam muito sozinhas.

Os estudos americanos falam sobre um atraso de, em média, oito anos para o diagnóstico, oito anos carregando o fardo de doença, com prejuízo funcional, com prejuízo das relações interpessoais. E isso é muito significativo. Pensem quantos brasileiros são diretamente afetados pelo transtorno da personalidade *borderline*! Usando estimativas mais conservadoras, nós estamos falando de pelo menos – pelo menos – 2 milhões; as estatísticas mais recentes falam que... O último levantamento fala de 6,8% da população da Região Metropolitana de São Paulo. Pensem quantas famílias são afetadas, porque todos esses pacientes têm familiares que são afetados dessa forma pelo transtorno!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vejam que a pessoa com TPB vai lidar com sentimentos conflitantes de raiva, uma alta sensibilidade à rejeição, dificuldades que são acumuladas desde a escola e no ambiente de trabalho, comportamentos impulsivos, suicidalidade... E, do outro lado, você vai ter familiares que acabam se distanciando emocionalmente, não têm informação, acabam tentando focar excessivamente em resolver problemas sem conseguir prover a devida validação emocional ao seu ente; famílias traumatizadas e exaustas. Isso leva a um distanciamento entre a família e a pessoa com TPB. Esse distanciamento – nós sabemos isso já de dados de estudos ao longo das últimas décadas – piora os sintomas do TPB. Então, se a gente não consegue atingir as famílias e ajudar essas famílias a serem mais suportivas, nós estamos agravando a doença.

Programas que envolvem as famílias no tratamento partem do pressuposto de que as dificuldades interpessoais não são de uma pessoa ou de outra, são da relação. E a gente consegue ajudar a família a entender que ela pode ser um pouco mais suportiva, ser mais validante, ter respostas mais eficazes aos comportamentos do seu ente querido, e isso vai ajudar a pessoa com TPB a mudar. Através desse equilíbrio em que cada um consegue dar um passo é que a mudança ocorre e a melhora acontece dentro do ambiente familiar.

Já me encaminhando para o fim da minha fala, as intervenções familiares que são eficazes se centram nestes três grupos: psicoeducação, como uma fonte de informação médica de qualidade para as famílias; treinamento de habilidades, porque muitas vezes para a gente conseguir lidar com crises, lidar com as dificuldades de comunicação, não basta suporte emocional, a gente precisa de habilidades mais avançadas; e apoio, porque, por mais que o profissional de saúde fale e aconselhe, é só compartilhando com uma outra pessoa que passa por coisas semelhantes é que as famílias vão se sentir verdadeiramente apoiadas.

Respondendo até perguntas de algumas pessoas que mandaram pelo Portal e-Cidadania...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO CRONEMBERGER SÁ RIBEIRO – Onde buscar informações? Principalmente, eu recomendaria o *site* do Conexões Familiares Brasil. Conexões Familiares é uma iniciativa que começou há 25 anos nos Estados Unidos e que há 7 anos está presente no Brasil, voluntária, feita por profissionais e familiares. E, no nosso *site* – eu participo dessa iniciativa –, temos alguns recursos, como vídeos, acesso a *podcast*... Também temos o Instagram do Adre, o ambulatório de que eu participo e que é o primeiro ambulatório focado no atendimento especializado de adolescentes com transtorno da personalidade *borderline* no Brasil, ele fica no Instituto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Psiquiatria da USP. O livro *Como Lidar com o Transtorno de Personalidade Borderline* é uma boa fonte, é um livro que facilmente conseguimos achar pela internet. Tem um *podcast* que é o Papo de Psiquiatra, que tem vários episódios sobre transtorno da personalidade *borderline*.

Esperamos que, a partir dessa iniciativa do Mês de Conscientização do Transtorno Borderline, nós consigamos fazer mais pessoas chegarem à informação de qualidade mais rapidamente, melhorando a assistência aos pacientes e diminuindo a sobrecarga sobre as famílias.

Mais uma vez, eu fico muito feliz de poder estar aqui, poder compartilhar este momento e participar deste momento histórico para nós psiquiatras e para os familiares e pessoas que têm transtorno de personalidade *borderline*.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Dr. João, pelas informações, pelas sugestões. Eu acho que isso é muito importante, porque as pessoas às vezes tendem a procurar em qualquer lugar, não é? Vai ao Google... É importante a gente ter também uma procura direcionada, sabendo que é de qualidade.

Vamos passar a palavra agora para a Dra. Alinne Duarte. (*Pausa.*)

A SRA. ALINNE DUARTE (Para expor.) – Cumprimento a todos, esta mesa, esta importante mesa, esta mesa que está dando voz a milhões de pessoas. Nós estamos numa tarde que não é uma tarde comum, Senadora. Eu cumprimento a senhora, honro-a e a saúdo por estar à Presidência e à frente de um tema tão importante. Como bem disse o Dr. João, nós somos vozes aqui de milhares de famílias que estão em sofrimento neste momento, e, muitas vezes, sem informação adequada, sem alguém para lutar, para contribuir para essa saúde mental. Eu cumprimento os Senadores, as Senadoras. Eu honro a autoria deste projeto. Quando a gente vê projetos nesse sentido e nessa toada, a gente diz: "Vale a pena a gente elegeu os nossos, pessoas que estão pensando por nós, por uma população que está em sofrimento".

Eu só deixei esta tela, porque a gente precisa refletir: por que falar sobre *borderline*? Por que a gente precisa trazer luz a isso? Hoje é uma tarde de luz para milhares de pessoas, para milhares de famílias, porque falar sobre esse transtorno não é discutir saúde mental; é falar sobre famílias que estão adoecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos pensar aqui que, quando eu tenho uma paciente ou um paciente com esse transtorno, minimamente essa pessoa tem quatro pessoas na família – vamos pensar assim bem reduzidamente, não é, Dr. Hugo? –, e essas quatro pessoas são afetadas. Essas quatro pessoas entram num sofrimento conjunto, porque aquele sofrimento não é individual: ele é do tio, ele é da tia, ele é da avó que muitas vezes está ali vendo uma neta nesse nível de sofrimento, muitas vezes sem informação e sem um tratamento adequado. Penso que a gente precisa partir para começar, inaugurar uma psicoeducação, porque, por mais que a gente tenha informação, a gente ainda tem uma desinformação muito grande e um sofrimento muito grande. Quando a gente fala sobre esse transtorno, a gente está falando sobre famílias que adoecem juntas. Isso é falar sobre o impacto econômico, que muitas vezes é invisível; é, sobretudo, falar sobre a urgência de criação de políticas públicas; é falar sobre psicoeducação.

Eu quero ser precisa e, para isso, eu fiz aqui uma linha de raciocínio.

A gente já falou aqui em números, os Doutores já falaram em números, e, enquanto os senhores falavam, eu me lembrei de uma paciente que há três semanas está comigo diagnosticada. Ela tem 32 anos de idade. Essa jovem tem cerca de 12 anos de casamento, dois filhos atípicos e é uma senhora, uma jovem senhora, que, desde a infância, manifesta alguns sinais e era compreendida e julgada como uma menina difícil: "Será que essa menina é doida? Será que essa menina...?". A gente já vê o estigma com que essa pessoa cresce, desenvolve-se e, tardiamente... A do Dr. Hugo descobre agora, aos 70. Ela disse para mim: "Foi tarde, Dra. Alinne!". Eu disse: "Não, foi no tempo em que você teve a ajuda". Ela olhou para a minha mão, chorando, e disse assim: "Obrigada, porque você não desistiu de mim; obrigada, porque você é uma rede de apoio; obrigada, porque você não soltou a minha mão". Agora, a família respira, e a família respira, porque a família chega a um diagnóstico. Ela não era a menina daquele estigma que ela carregava ao longo de tantos anos. Isso dá um alívio, uma tranquilidade para aquela moça.

É isso que não está na minha linha de raciocínio, mas, quando a gente analisa os estudos, existem alguns fatores que contribuem. Os fatores são multifatoriais – eu vou abordar um pouco rápido a respeito disso –, mas a gente tem uma multifatoriedade para o desenvolvimento desse transtorno. Entretanto, tem algo que me chama a atenção – e é uma bandeira em que eu atuo há mais de 25 anos. Num dos preditores, eu posso assim dizer, a gente tem traumas, a gente tem abandonos, a gente tem negligências, a gente tem fatores biológicos, como bem colocou o Doutor, a gente tem fatores genéticos, mas a gente tem a epigenética que pode mudar uma genética e eu acredito nisso. Dentro desses fatores tem algo que chama a atenção da gente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

quando a gente estuda e quando a gente atende os pacientes. Ao longo desses 20 anos, eu observo uma incidência muito grande em crianças vítimas de abuso sexual. Eu vejo uma associação muito grande, os estudos mostram, a ciência comprova – a gente tem várias pesquisas mostrando – como um dos fatores que podem contribuir. A gente não está falando de uma definição. Isso fala para a gente olhar... Isso me chama a atenção. A gente precisa, cada vez mais, olhar para a infância, porque tudo pode começar lá. Então, se eu tenho... O instituto de psiconeuroimunologia já fala sobre isso. Quando a gente tem um ambiente seguro, um apego seguro, quando essa criança é validada, essa criança é fortalecida, a gente tem a possibilidade de ter uma saúde mental melhor.

Quando a gente olha para as estimativas...

E eu queria trazer os dados aqui, porque os dados gritam, e nós somos as vozes desses milhões de pessoas. Eu estou muito feliz de estar aqui, Senadora, muito feliz, porque a senhora é uma voz de milhões de pessoas.

A Associação Americana de Psiquiatria, quando a gente olha para os números – e aqui eu estou fundamentada nos dados, nessas fontes científicas, no DSM-5 –, diz assim... Quando a gente olha para o Brasil, para a prevalência do Brasil, olhando para o nosso país, são 203 milhões de habitantes. Que população está sendo atingida, é atingida por esse transtorno? Olhem os números: entre 2 milhões e 6 milhões. Quantos estados não cabem dentro de 2 milhões e 6 milhões de pessoas? Nós temos aqui no DF cerca de 3 milhões de pessoas. Então, nós estamos falando de pelo menos duas vezes o DF. Isso é muito grave. Onde estão essas pessoas? Qual o atendimento que essas pessoas têm? Então, a gente trabalha na saúde, a gente sabe o quanto isso impacta na saúde mental. Nós serviços de psiquiatria, 10%, como disse o Doutor – são pacientes de ambulatórios psiquiátricos –, têm PPB. De 15% a 20% dos que estão internados apresentam transtorno. Então, isso significa uma parcela muito grande que afeta o recurso da saúde mental. Entre essas pessoas, 70% realizam pelo menos uma tentativa de suicídio; de 8% a 10% – é um número absurdo – a gente tem de mortes por suicídio. Isso coloca o transtorno entre os maiores índices de mortalidade dentro da psiquiatria.

Aí eu quero rapidamente falar o que é, afinal, o transtorno de personalidade *borderline*? Vou ser bem reduzida. De acordo com a Associação de Psiquiatria, esse ser humano, essa pessoa, esse sujeito vai apresentar muita instabilidade emocional. É uma instabilidade intensa. Isso não pode ser confundido ou continuar sendo confundido com esquizofrenia, com doideira. Essa pessoa tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

um transtorno, e tem tratamento para isso. Então, é uma pessoa que, muitas vezes, acorda de um jeito, ao meio-dia está do outro jeito, à noite está de outra forma, porque ela tem instabilidade neuroquímica, ela tem um medo extremo de abandono, ela tem relacionamentos instáveis e intensos. Uma grande característica é a impulsividade que se apresenta em sexo, em substâncias, na automutilação, nos gastos excessivos, com um sentimento crônico de vazio, oscilações de humor, comportamentos suicidas, como a gente disse.

E isso não é drama, não é falta de caráter – eu vou endossar isso aqui – e não é manipulação; é um padrão persistente de desregulação emocional. E aí tem uma base neurobiológica e relacional.

E o diagnóstico, como bem disse, pode começar lá atrás.

A gente tem um impacto nas famílias: resulta em muitos conflitos, resulta em exaustão emocional, em codependência, em rupturas conjugais. Essa jovem que chegou para mim veio para separar-se do esposo e...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALINNE DUARTE – ... tão somente depois desse dado é que a família começa a olhar de uma outra forma.

A gente tem um impacto econômico. A gente tem impacto na saúde, porque existe uma alta utilização do pronto-socorro, internações repetidas, uso frequente de medicação. A gente tem um impacto no mercado de trabalho, porque a gente tem uma alta rotatividade desses profissionais, eles têm dificuldade de manutenção de vínculo empregatício, eles têm muitos afastamentos e quedas na produtividade. A gente tem um impacto no sistema previdenciário, porque são muitos auxílios por incapacidades e benefícios sociais. A gente tem um impacto social, porque a gente tem um maior risco de violência interpessoal. Existe uma chance, por conta da vulnerabilidade, do abuso de substâncias; gravidez precoce em contextos impulsivos; e alta prevalência em contexto de vulnerabilidade social.

Como a gente disse, o TPB é multifatorial. A gente tem fatores neurobiológicos, fatores psicológicos e fatores ambientais que contribuem. Existe tratamento? Sim, e nós estamos aqui para dizer que existe tratamento e precisamos de mais informação. E o tratamento tem evidência científica. A gente tem como maior abordagem para tratamento desse transtorno a terapia comportamental dialética. Ela trabalha regulação, tolerância, habilidades... E tem outras terapias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E quero perguntar aqui para a gente finalizar: o que a gente pode fazer...? Já que a gente está falando de um projeto na Casa do povo, o que a gente pode fazer como política pública? Com o que os Parlamentares – quem escreve, quem elabora – podem contribuir? O que pode ser feito? A gente precisa... E aqui eu quero reforçar a fala de capacitação profissional, digo o mesmo na faculdade de Psicologia. Há 25 anos, a gente estuda – há uma formação ao longo desses últimos 25 anos –, e ouso dizer, como psicóloga, lá atrás, que depois de mais de 20 anos de formado, ainda falta conhecimento. A faculdade não está aprofundando. E, quando a gente olha para as matrizes curriculares atualmente, isso me deixa extremamente preocupada. Por quê? Quais são esses profissionais? Se eu estou falando de uma formação de mais de 20 anos atrás e eu sinto falta... Se a gente não sai, se a gente não vai se aprofundar, estudar, pesquisar, a gente já sente dificuldade. Imaginem se a gente vir isso... A gente vê *en passant,* muito *en passant,* na faculdade – e não só, Doutor, na faculdade de Medicina, no currículo de Medicina. A OMS traz, como dado do relatório do ano passado, que 95% da população mundial estão desenvolvendo algum tipo de transtorno, estão comprometida em algum tipo de transtorno. Ela está falando do mundo, a gente está falando de transtornos que estão todos os dias ao nosso lado. Vamos pensar: se a gente não tem capacidade, não tem profissional capacitado, como a gente vai cuidar de toda essa população? E centros especializados. Então, a gente precisa capacitar; fortalecer os centros especializados; trabalhar na prevenção primária; trabalhar a política de prevenção de suicídio; e reduzir o estigma.

E, para concluir, eu quero dizer isto aqui: a gente precisa mudar o nosso olhar, que começa, para mim, de forma muito emblemática hoje. Transtorno não é um problema de caráter, é um complexo de regulação emocional. Então, quando ele não é tratado, ele adoece a família, sobrecarrega o sistema de saúde, vai impactar a economia, aumenta o risco; mas, quando ele é tratado adequadamente, o que a gente vê? Melhora na redução das internações, melhora na qualidade de vida e recuperação funcional.

Então, do que precisamos não é de julgamento, do que nós precisamos é de estrutura, estrutura, estrutura – pegue na mão de Dr. Hugo, Doutora, por favor. Nós precisamos é disto aqui, de formação profissional, de pessoas comprometidas e de compaixão baseada na ciência. Conscientização salva vidas.

Eu quero agradecer a oportunidade e a honra de estar, aqui, com a senhora e com vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Dra. Alinne.

Eu digo que foi uma abordagem complementar. A mesa está sendo muito assim, cada um com seu olhar de onde fala.

E nós vamos para a última contribuição, de forma remota, da Profa. Elaine Machado Chagas, que já pode começar sua intervenção, Professora.

A SRA. ELAINE MACHADO CHAGAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, boa tarde a todos, prezados.

É uma honra e uma alegria estar aqui e participar deste projeto. Eu estaria presencialmente, mas meu voo foi cancelado, e eu, então, não pude estar aí, mas é uma alegria muito grande poder compartilhar um pouco do meu caminho, para ajudar as pessoas com sintomas de transtorno de personalidade *borderline*.

Eu sou uma psicóloga da infância e adolescência, estudei transtorno de personalidade *borderline* e trato desse assunto já há muitos anos, devido a um grande interesse meu de entender o que se passa. Então, vou primeiro começar falando sobre transtorno de personalidade.

Por que de personalidade? Personalidade é um padrão na forma de sentir, se comportar e pensar que as pessoas vão desenvolvendo ao longo do tempo. E o que essas pessoas que lá na frente têm o diagnóstico já confirmado escutam na vida delas toda? Que elas são sensíveis, melindradas, exageradas, dramáticas, sem noção. São pessoas que sofrem intensamente e acabam estigmatizadas, tanto por falta do diagnóstico, mas também por falta de informação e tratamento baseado em evidências.

Esse estigma eleva as taxas de suicídio, autolesão e outros comportamentos de risco comuns nas pessoas com o diagnóstico. Esses comportamentos de risco ocorrem muito por falta de habilidades. Habilidades de quê? De lidar com o sofrimento e a dor emocional que essas pessoas têm.

Como já foi dito hoje, são pessoas hipersensíveis aos eventos do ambiente e, por isso, têm uma emocionalidade intensa e sentem as emoções numa velocidade alta e numa intensidade maior do que a maioria das pessoas. Além disso, uma outra vulnerabilidade – estas são vulnerabilidades biológicas que eu trago – é que elas têm um lento retorno ao estado basal. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que significa isso? Elas demoram mais tempo do que o esperado ou do que teria sido mais comum nas pessoas. E do que a gente precisa? A gente precisa de políticas públicas com o objetivo de psicoeducar, de levar um tratamento baseado em evidências científicas, para que a gente possa interromper um destino geralmente muito cruel dessas pessoas, com um sofrimento intenso ao longo da vida, e por que não o prevenir?

A gente pode falar, sim, sobre o curso do diagnóstico no processo de desenvolvimento. E por que a gente pode fazer isso? A gente pode fazer isso porque os sintomas do transtorno de personalidade *borderline*, embora seja um diagnóstico que a gente só pode dar efetivamente após os 18 anos, a gente sabe que problemas com a desregulação emocional persistente são encontrados internacionalmente já na infância e adolescência. Os problemas apresentados na infância e adolescência vão se cronificando e comprometem diferentes áreas da vida das pessoas e têm um impacto enorme nas suas famílias. A gente sabe que esse modelo de desregulação emocional atravessa as famílias e traz um prejuízo enorme, adoecendo, inclusive, outros membros da família que não tenham o diagnóstico.

Adultos com transtorno de personalidade *borderline* relatam a presença desses sintomas ainda na infância e adolescência. A gente tem estudos falando sobre isso, todos embasados cientificamente. Então, a gente entende que há uma forte relação entre adolescentes e crianças já com comportamento de risco e o desenvolvimento, a confirmação do diagnóstico lá no futuro.

E, com tudo isso, que traz um sofrimento muito intenso para as pessoas, que não sabem lidar com essa dor, elas vão buscar estratégias que a gente chama de esquiva emocional. Então, esquiva emocional são estratégias que geralmente essas pessoas procuram que vão trazer um anestesiamento do seu sofrimento emocional. Entre os comportamentos de esquiva emocional, a gente tem alguns trazendo prejuízos enormes não só para a vida das pessoas, mas também para os cofres públicos, porque estou falando de quê? Estou falando de suicídio, autolesão, compulsão, entorpecimento, prática sexual insegura. Então, essas são muitas vezes estratégias usadas pelas pessoas para aplacar um pouco o desconforto gerado pelas suas emoções, que acontecem numa intensidade maior do que aquilo que se espera de uma pessoa que não tenha o diagnóstico.

A gente sabe que a autolesão e a tentativa de suicídio são fortes indicadores do desenvolvimento desse transtorno e hoje o suicídio é uma das principais causas de morte entre os jovens. Existe um aumento de casos de depressão, ansiedade, comportamento autolesivo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é um grande motivo de preocupação. Então, a gente sabe que, baseado em estudos longitudinais, revisões sistemáticas, a autolesão e essa suicidalidade têm muita relação com o desenvolvimento do diagnóstico. Estudos indicam que 75% a 95% das pessoas com transtorno de personalidade apresentam esse histórico de autolesão, que começou lá na adolescência. Então, ele é um marcador importante de vulnerabilidade para o diagnóstico e o diagnóstico, então, é muito associado a problemas que trazem muito sofrimento para tantos brasileiros e tantas pessoas no mundo.

É possível prevenir, a gente pode fazer um trabalho de psicoeducação. A gente tem taxas a serem diminuídas: a gente tem, hoje, que 7,4 dos suicídios por 100 mil habitantes é de pessoas com idade entre 15 e 19 anos de idade.

O que um tratamento propõe? Propõe um ensino também, além de terapia ou de acesso ao tratamento medicamentoso, mas também o ensino de habilidades para lidar com esse sofrimento. Que habilidades são essas? São habilidades de regulação emocional, aquilo que dá à gente a oportunidade de conseguir inibir um comportamento capaz de piorar as coisas. Regulação emocional é a nossa capacidade de se organizar internamente e seguir em direção a um objetivo prévio; regulação emocional é a nossa capacidade de manejar os sintomas fisiológicos provocados pelas emoções; é a nossa capacidade de se distrair das emoções intensas. Então, essas habilidades de regulação emocional podem e devem ser ensinadas ainda na infância.

Então, alguém perguntou sobre o que fazer, se há o que fazer dentro das escolas. Sim, há: preparar os profissionais, preparar os educadores para que eles possam identificar os sintomas *borderline* que foram pesquisados em uma pesquisa americana. Uma pesquisadora chamada Jill Rathus mapeou os sintomas *borderline* em adolescentes e ela destaca essa desregulação emocional. Ela destaca também relacionamentos caóticos; então, para relacionamentos caóticos, que é o caos interpessoal, a gente pode ensinar habilidades de efetividade interpessoal. Ela destaca também, para tratar a impulsividade, estratégias de tolerância ao mal-estar e outras habilidades que são muito importantes para que essas pessoas possam evitar o desenvolvimento do diagnóstico.

Uma iniciativa da Unicef, em parceria com outras instituições brasileiras – por exemplo, CVV –, lançou um programa chamado Pode Falar, que é um canal anônimo de escuta destinado a adolescentes e jovens entre 13 e 24 anos, com o objetivo de reduzir a violência, o abuso infantojuvenil, a autolesão e tentativas de suicídio. É um projeto que já acontece no nosso país,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

então, eu entendo que iniciativas como essas é do que a gente precisa para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas que sofrem intensamente.

Obrigada.

Acho que eu consegui falar no meu tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Totalmente, Elaine, totalmente no tempo. Aliás, todos os quatro bastante disciplinados no tempo.

Nessa fase, agora, depois das considerações iniciais, a gente poderia voltar, por cinco minutos para cada, mais ou menos, para ver se tem alguma coisa das perguntas, já que nós não temos intervenções de Senadores e Senadoras inscritos. Se alguém quiser complementar, das perguntas que chegaram, a gente pode estender um pouquinho, por mais 20 minutos. Eu confesso que eu tenho um limite terrível de tempo, eu tenho que estar no Supremo Tribunal às 16h10, tenho audiência com um Ministro. Mas, como é aqui pertinho, eu pergunto se tem algum aspecto das perguntas a que os senhores e as senhoras queiram, porventura, dar algum destaque, antes que a gente possa encerrar.

Podemos seguir a mesma ordem ou alguém quer, espontaneamente, começar? Fiquem à vontade! (*Pausa.*)

Quer começar?

O SR. JOÃO CRONEMBERGER SÁ RIBEIRO (Para expor.) – Senadora, chegaram algumas perguntas a respeito de suporte à família e, como isso foi contemplado na minha fala, eu gostaria de retomar algumas coisas, até para esclarecer um pouco do que é este termo psicoeducação. A gente falou muito sobre psicoeducação, que nada mais é do que tentar fazer o saber médico e psicológico chegar à comunidade em geral de uma forma acessível e que vá quebrando preconceitos. Outras áreas do conhecimento chamariam isso de um letramento, mas é um letramento sobre saúde mental, é como eu faço para traduzir aquelas coisas que estão nos estudos e no livro para a população.

Quando eu faço isso, a pessoa que está em sofrimento consegue encaixar o sofrimento dela em alguma coisa que existe, ela não se sente tão sozinha. E essa intervenção, por si só, já é capaz de reduzir sofrimento. Imaginem a gente conseguir fazer isso numa escala de política pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nacional! O Brasil já fez isso diversas vezes, com educação a respeito de HIV e tantas outras doenças que seguiram esse curso.

Bom, esse ponto era um que eu queria retomar.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Dr. Hugo?

O SR. HUGO ANDRÉ DE LIMA MARTINS (Para expor.) – Tem duas questões aqui que eu achei muito interessantes. Uma delas foi da Raquel, do Rio de Janeiro. Ela perguntou o seguinte: "Como evitar [a] confusão diagnóstica entre transtorno *borderline* e autismo em mulheres [...] autistas [que] recebem [o] diagnóstico tardio?". Primeiro, 10% das pessoas têm as duas condições – você tem uma sobreposição, você pode ter as comorbidades. Porém, o transtorno de personalidade *borderline* é uma condição muito heterogênea, então você pode ter uma expressão da sua desregulação emocional que seja externalizante, ou seja, aquela pessoa que, quando instada por alguma situação, explode mesmo, de repente quebra os objetos, ela se enraivece com muita violência, que é a expressão externalizante, mas ela também pode ter uma expressão emocional internalizante – é aquela, por exemplo, em que você se aborrece no trabalho com alguém, você fica calada, não fala nada e, quando chega em casa, se tranca no quarto e chora o dia inteiro. A expressão é para dentro e, nos pacientes com *borderline* que têm esse tipo de perfil comportamental e emocional, dá a entender muito que a pessoa fica muito isolada, não interage tanto. Aquelas características que a gente vê no autismo, dificuldade de comunicação e interação social, muitas vezes – é o que a gente chama de cérebro social alterado –, se interpõem e tornam difícil.

Aí você vai ter que buscar na história da pessoa, como era quando era criança, quando estava na escola, como é que ela interagia com as outras pessoas. Por quê? Considerando as questões desenvolvimentais, você vai ter que ter uma busca mais ativa, na anamnese, para compreender como foi a funcionalidade daquela pessoa e as suas interações, sendo que um dos critérios que a gente vai ter no *borderline* também vai estar relacionado a dificuldades de interações com as outras pessoas. Então, é uma questão que realmente, às vezes, apresenta uma dificuldade. E a gente ainda pode ter as duas coisas, que é uma questão que também não é tão incomum. Então, há de se fazer uma avaliação mais acurada para você ver o que pertence a um espectro e o que pertence ao outro.

A outra questão, que também achei muito interessante, foi a da Luiza, de Santa Catarina, e ela pergunta o seguinte: "Existe alguma forma de prevenção ou intervenção precoce para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

borderline?". Sim, várias pessoas estudam muito isso. É a melhor fase que tem, porque o que acontece? Quando você tem uma desregulação emocional grave, você reage muito fortemente em frente às situações que lhe são demandadas e, como o João bem falou, isso termina fazendo com que os familiares, os cuidadores fiquem também irritados e terminem reagindo de forma desadaptativa àquelas situações, e aí vira um ciclo vicioso. Por exemplo, o jovenzinho, a criança ou a menina tem uma desregulação grave, evoca nos seus cuidadores reações que são mais hostis e aí termina que a situação vai piorando cada vez mais e você vai colecionando uma quantidade enorme de memórias negativas, de situações em que você falou uma coisa e foi redarguido, ou você foi castigado, ou você... Então, só para vocês terem ideia, já tivemos um caso em que a menina contou: "Quando eu era criança, fui levada para um médico que disse à minha mãe que a solução era pegar um pedaço de pau e dar em mim, porque não tinha outra solução". Então, veja a coleção de situações traumáticas que vão acontecendo.

Quando você faz intervenção precoce, explicando para o familiar que aquilo deriva de uma condição de desregulação e tal, orientando como a pessoa lidar melhor com aquilo ali e, ao mesmo tempo, fazendo os processos de validação com a criança, a chance de você diminuir muito, minimizar, mitigar essas experiências negativas fará com que, pouco a pouco, ela vá aprendendo formas mais saudáveis de regulação emocional. Então, isso é importante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUGO ANDRÉ DE LIMA MARTINS – Por isso que também, entre outras coisas, vai ser fundamental, Senadora Teresa, essa questão da intervenção nas escolas, para a gente poder ter uma identificação mais precoce, neste momento, e poder fazer o gerenciamento, o manejo mais adequado desses casos. Essa é uma porção absolutamente primordial desse projeto, porque aí a gente vai alcançar essas criaturinhas em fase muito tenra de sua idade, quando as intervenções serão seguramente mais eficazes.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Dr. Hugo.

Passo a palavra agora para a Dra. Alinne.

A SRA. ALINNE DUARTE (Para expor.) – Pois não.

Eu achei interessante... A Yasmin, de São Paulo, pergunta: "Gostaria de entender como [é que] funciona o tratamento para pessoas com *borderline* no SUS, [...] [tem] algo eficaz?". Eu quero

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dizer que sim, tem tratamento, sim, pelo SUS. Normalmente, a porta de entrada são os postos de saúde. Nós temos no SUS uma rede de atenção psicossocial, e aí, como se trata de saúde mental, a gente tem os Caps, que são os Centros de Atenção Psicossocial.

Então, normalmente, o que a gente observa: a porta de entrada é pelos postos de saúde, e o médico que atende ali naquele momento, naquela ocasião, encaminha para o Centro de Atenção Psicossocial. E, lá no centro, vão atender os transtornos mentais – ele é especialmente para isso –, e a pessoa vai ter acompanhamento psicológico, acompanhamento psiquiátrico, psicoterapia individual. Vai ter terapia em grupo. Serão oferecidas oficinas terapêuticas.

É lógico que a gente está falando de uma demanda absurda. Nós não estamos falando de um número pequeno. A gente está falando de uma demanda muito considerável, mas o aparelho público tem profissionais... Do que a gente precisa... Ele é feito e ele funciona, sim; ele é muito efetivo, sim, com tudo que aqueles profissionais têm, mas eu quero dizer e quero reiterar que a gente precisa reforçar essa educação nas escolas, para os técnicos de enfermagem, para médicos, psicólogos, professores. A plataforma principal para a sustentabilidade e para a efetividade de tratamento, qualquer que seja ele, em qualquer instância, em qualquer equipamento público ou privado, eu ouso dizer que é educação. É conhecimento para melhor tratamento.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Dra. Alinne.

De forma remota e encerrando a nossa mesa, eu passo para a Profa. Elaine Chagas.

A SRA. ELAINE MACHADO CHAGAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu queria compartilhar uma ideia, falar aqui um pouquinho, complementar a fala do Hugo, sobre a importância e a necessidade que a gente tem de tratar do assunto dentro das escolas o mais precocemente possível, instrumentalizando, inclusive, os profissionais, professores, os profissionais de educação, para que eles possam identificar esses sintomas, porque o que acontece é que a gente tem uma criança e um adolescente muito demandante pela sua instabilidade emocional, pelas suas dificuldades nos relacionamentos, e adultos pouco preparados, instrumentalizados para lidarem com isso. Alguém pergunta, a Myrella, do Rio de Janeiro, pergunta sobre a relação entre o trauma na infância e o transtorno de personalidade *borderline*. Sim, a gente sabe que o trauma tem um grande impacto no desenvolvimento do transtorno de personalidade *borderline*, e a gente sabe que a violência doméstica e a violência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

urbana são grandes fatores para o desenvolvimento desses traumas e, *a posteriori*, o desenvolvimento do diagnóstico.

Então, a gente poder oferecer um suporte para diagnóstico diferencial, de educação, dentro das escolas, para que as pessoas possam identificar esses sintomas e encaminhar as crianças, os adolescentes, os pacientes adultos para uma rede especializada, a gente entende isso como um primeiro passo superimportante em que a gente finque o pé para que as pessoas possam ter acesso aí aos seus tratamentos. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Quero agradecer a todos os nossos convidados pela qualidade da intervenção, pela profundidade e, ao mesmo tempo, pela maneira muito pedagógica como questões tão sensíveis foram aqui citadas. Com certeza, isso vai ajudar bastante quando o projeto for debatido para ser aprovado aqui no Senado.

Rapidamente, eu acho que a gente pode destacar como pontos mais importantes e citados por todos nesta mesa, primeiro, cuidar de rótulos e estigmas; esta é a primeira reação, geralmente, como nós ou quem não conhece – e a maioria não conhece – trata uma pessoa com o transtorno. Melhorar a formação profissional de toda a cadeia, de todo o conjunto de profissionais que possam vir a lidar com uma pessoa com esse transtorno. Investimentos em pesquisas, investimentos em tratamentos. E, claro, a escola, o ambiente escolar como um ambiente que pode ser motivador e, ao mesmo tempo, descobridor, digamos assim, de alguma coisa que a própria escola não pode responder, mas, se for uma escola que tenha uma relação com a família – porque é isto que a gente sempre deseja: a relação da escola com a família –, é um caminho.

Então, quero agradecer muito. Não sabemos ainda a tramitação exata do projeto aqui, mas eu me comprometi a estar acompanhando de perto. O autor é, inclusive, do meu estado. Vou conversar com ele, levar tudo o que já foi produzido e construído aqui, para a gente tentar agilizar a tramitação. Sempre tem um ou outro: "Mas para quê mais um mês? Mas para quê mais uma data?". É porque datas também são símbolos, datas são símbolos que podem trazer um debate que estava adormecido, esquecido, oculto, e é nessa linha que a gente vai tratar o Mês de Conscientização sobre o Transtorno de Personalidade *Borderline*.

Então, muito obrigada a todos e a todas.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 14 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia dezessete de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Teresa Leitão e Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Alan Rick, Marcelo Castro, Omar Aziz, Zenaide Maia, Flávio Arns, Jussara Lima, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Bruno Bonetti, Paulo Paim, Humberto Costa, Leila Barros, Laércio Oliveira, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Hamilton Mourão, Fabiano Contarato, Eliziane Gama e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Magno Malta e Augusta Brito. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 4ª e 5ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 4269, de 2021 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o incentivo ao empreendedorismo jovem nas redes públicas de ensino." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4437, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE, para estabelecer o direito ao empreendedorismo do jovem." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 899, de 2024 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a verificação do rendimento escolar dos estudantes incluídos em regime de exercícios domiciliares por motivo de saúde, gestação, puerpério ou lactação, nos termos do Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, que "dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica" e da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1 CDH/CE (Substitutivo). **Observação:** O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3903, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para prever o apoio público ao desenvolvimento do turismo cívico e a utilização das respectivas atividades na complementação da carga horária letiva da educação básica." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*ad hoc*), em substituição à Senadora Professora Dorinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto em decisão terminativa. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3347, de 2025 - Terminativo -** que: "Reconhece como manifestação da cultura nacional o Programa Luz na Amazônia, realizado na Região Amazônica." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto em decisão terminativa. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2480, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui o Mês de Conscientização sobre o Transtorno de Personalidade Borderline." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com duas emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto com as Emendas de Redação nºs 1 e 2 – CE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 87, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.289, de 20 de setembro de 2001, que institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, para disciplinar a divulgação de informações para a prevenção e a conscientização sobre o câncer de próstata." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 15, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater os desafios enfrentados pelas pessoas com Síndrome de Prader-Willi no Brasil, especialmente quanto ao diagnóstico precoce, ao acesso ao tratamento adequado e ao desenvolvimento de políticas públicas de saúde, educação e inclusão social. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: o senhor Marco Aurélio Cardoso, Presidente da Associação Brasileira da Síndrome de Prader-Willi (SPW Brasil); a senhora Dra. Maria Teresinha Oliveira Cardoso, Médica Geneticista da Rede Hospitalar do DF (Hospital de Apoio de Brasília); Professora do Curso de Medicina da Universidade Católica de Brasília; Coordenadora da Regional Centro-Oeste da Sociedade Brasileira de Génetica e Genômica (SBGM); a senhora Dra. Ruth Rocha Franco, Médica da Associação Brasileira da Síndrome de Prader-Willi e Coordenadora do Ambulatório da Síndrome de Prader-Willi do Instituto da Criança do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP); representante do Ministério da Educação (MEC); representante do Ministério da Saúde (MS); e representante do Ministério dos Direitos Humanos (MDH)." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 16, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a instituição do Dia Nacional da Xilogravura." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/17

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo quórum regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de março de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 4ª e da 5ª Reuniões, realizadas em 10 e 11 de março.

As senhoras e os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Comunicados da Presidência:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Moção de apoio da Câmara Municipal de Jundiaí ao Projeto de Lei 1.954, que propõe a criação de um incentivo financeiro-educacional, na modalidade poupança, para estudantes matriculados em cursos de educação profissional;

- Voto de aplauso da Assembleia do Estado de Pernambuco à Governadora Raquel Lyra, pelo recebimento da Comenda Governadores pela Alfabetização;

- Aviso do Tribunal de Contas da União encaminhando cópia do Acordão 258, de 2026;

- Indicação nº 238, da Câmara Municipal de Costa Rica, Mato Grosso do Sul, solicitando a adoção de políticas públicas que estimulem a cultura do diálogo e da tolerância entre cidadãos;

- Moção de apelo da Câmara Municipal de Batatais, São Paulo, para que seja retomada a tramitação e a apreciação do Projeto de Lei 6.268, que dispõe sobre o fornecimento de merenda escolar aos professores e demais profissionais da educação.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, os documentos estarão disponíveis para consulta no *site*.

Segundo aviso:

- Quanto à seleção de política pública para apreciação, na Comissão de Educação, em 2026, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, as Comissões Permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas, observando os impactos dessas políticas e as atividades e meios que suportam sua execução.

- Os trabalhos para seleção e avaliação serão conduzidos pela Comissão, e, quanto ao prazo, já na outra reunião foi alertado que já está aberto o prazo para que os Senadores e Senadoras membros desta Comissão apresentem sugestões.

- As sugestões devem ser encaminhadas, na forma de requerimento, à Secretaria da Comissão, e o prazo se encerrará no dia 30 de março, às 18h.

- Serão escolhidas as sugestões entre as apresentadas, em reunião deliberativa a realizar-se no mês de abril.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- O Relator será designado para avaliação, que terá prazo até o dia 30 de novembro para a conclusão dos trabalhos.

Nesta reunião de hoje, nós vamos deliberar as matérias e os requerimentos que foram apresentados.

Como temos também participação *online*, esclareço que, para uso da palavra, se pode usar o recurso "levantar a mão".

Vamos passar, então, diretamente para a pauta, já no item 6, porque o Relator aqui se encontra.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 87, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.289, de 20 de setembro de 2001, que institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, para disciplinar a divulgação de informações para a prevenção e a conscientização sobre o câncer de próstata.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Senador Nelsinho, o senhor tem a palavra.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Agradeço a condução de V. Exa. e vou direto à análise, com sua anuência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A análise empreendida no âmbito desta Comissão cinge-se aos aspectos educativo, cultural e meramente opinativo, uma vez que a decisão, em caráter terminativo – conforme já acaba de ser descrito por V. Exa. –, cabe à CAS (Comissão de Assuntos Sociais).

O PL em análise propõe aperfeiçoamento pontual e oportuno da Lei 10.289, de 20 de setembro de 2001, ao acrescer o art. 4º-B para disciplinar a divulgação de campanhas e informações voltadas à prevenção e à conscientização sobre o câncer de próstata em ambientes de grande frequência de adultos do sexo masculino, como estádios de futebol, ginásios e quadras de esportes, academias de ginástica, bares, casas noturnas e outros estabelecimentos congêneres.

A iniciativa se justifica por enfrentar, com estratégia de comunicação direcionada, um relevante problema de saúde pública, reconhecendo que a efetividade das políticas preventivas depende não apenas da existência de serviços e de recomendações clínicas, mas também da capacidade do Estado de alcançar o público-alvo com informação clara, repetida e socialmente situada.

Ao eleger locais em que tipicamente haja grande frequência de homens adultos, o projeto atua sobre uma barreira real: a persistência da resistência e desinformação que reduzem a procura por avaliação médica e por diagnóstico precoce. Nesse sentido, a medida tem inequívoco caráter educativo e de promoção da saúde, com potencial de ampliar a adesão a cuidados preventivos ao normalizar o tema no cotidiano e reduzir estigmas associados ao acompanhamento urológico e à realização de exames, o que se harmoniza com o dever estatal de fomentar ações de prevenção e de informação em saúde.

A proposta ainda se mostra coerente com a lógica de campanhas de conscientização já consolidadas, como o Novembro Azul, ao buscar perenizar a mensagem e evitar que o tema fique restrito a um único mês, expandindo o esforço educativo ao longo do ano. Essa perenidade é relevante porque comportamentos de saúde são influenciados por reforços contínuos, e não apenas por ações episódicas. Ao incorporar a divulgação em espaços de grande circulação masculina, o projeto não substitui políticas assistenciais nem cria, por si só, protocolos clínicos: ele fortalece a dimensão comunicacional do Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, incrementando a probabilidade de que os indivíduos procurem orientação e avaliação em tempo oportuno.

O voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do PL 87, de 2025.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o Senador Laércio Oliveira por essa iniciativa, digna de registro desse louvor. E quem fala aqui não é um Senador da República, é um médico urologista – esse tema e essa patologia são inerentes à minha especialidade.

E quero dizer a V. Exas. que não só o Novembro Azul é importante, como também, mais do que ele, a conscientização dos homens de que todo mês deve ser azul, para remeter à prevenção. Apenas um dado estatístico da área médica relacionada a esse caso: uma vez descoberto no estágio inicial, o tumor de próstata maligno é curável através da cirurgia e de outros mecanismos complementares para poder afastar de uma vez por todas essa patologia do ser humano. Então não cabe outra recomendação a não ser a prevenção.

Para que vocês possam ter ideia, o exame preventivo da mulher, que tem uma cultura muito mais preventiva do que nós homens, leva em torno de 15 a 20 minutos, o exame ginecológico preventivo da mulher. Já o do homem, o toque digital, em que você vê a consistência de como está a próstata e, a partir daí, tem-se um indicativo, leva menos de dez segundos.

Então, é muito importante que as pessoas se dispam desse preconceito e possam fazer cada vez mais o seu preventivo. A partir dos 45 anos, é praticamente certo que o homem deve fazer o seu preventivo. Aquele que tem na família histórico de câncer de próstata tem que fazer o preventivo a partir dos 40 anos. Eu mesmo já fiz diagnóstico em um paciente de 41 anos – diagnóstico precoce –, que está curado hoje, uma vez que se submeteu aos procedimentos.

Dessa forma, parabenizo o Senador Laércio, dizendo que, lá no meu estado, antes de eu virar Senador, eu tinha uma campanha de palestras educativas sobre câncer de próstata e, em uma delas, sem saber que eu ia virar Senador, eu comentei com o público e com as pessoas que estavam no meu entorno que, se eu chegasse no Senado, eu ia fazer com que essa campanha pudesse perenizar, conforme o projeto do Senador Laércio e a nossa relatoria.

Eu quero também informar que, todo mês de novembro, desde o primeiro mês em que eu por aqui estive – à exceção da pandemia, em que a gente teve que fazer o isolamento –, a gente sempre fez, junto com entidades que também atuam na prevenção, palestras educativas sobre a saúde do homem, especificamente sobre o câncer de próstata.

Estamos de parabéns em aprovar este projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, além do relatório, pelas informações e reflexões complementares feitas por V. Exa.

O relatório é pela aprovação.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu queria pedir licença ao Senador Laércio e ao Senador Astronauta para pular para o item 5, da minha relatoria, porque eu combinei com o Senador Nelsinho que ele assumirá a Presidência. Depois, eu sigo com os relatórios e os projetos de V. Exas., porque ele tem uma limitação de horário.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Senadora Teresa, eu só queria – bom dia a todos que aqui estão na nossa Comissão de Educação – agradecer a sua gentileza de pautar esse projeto tão importante, que foi abrilhantado com as palavras e a relatoria do Senador Nelsinho Trad, profundo conhecedor do assunto.

Esta Casa tem uma característica marcante, na minha opinião, que é o direcionamento de temas para as pessoas que têm afinidade com ele, para que haja profundidade no conteúdo da análise que é feita em cada um dos projetos. Eu fico muito feliz.

Não vou aqui discorrer sobre a importância desse projeto, a importância desse tema e esse preconceito estúpido que existe, que muita gente chama de ignorância da sociedade, mas é uma formação de cultura o que a gente precisa fazer. Certamente, ações como essa, projetos como esse, trazem uma contribuição importante.

Então, quero só registrar os meus agradecimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradeço-lhe demais, Nelsinho, a sua gentileza.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Parabéns também pela iniciativa.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2480, DE 2021

- Não terminativo -

Institui o Mês de Conscientização sobre o Transtorno de Personalidade Borderline.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do projeto com duas emendas de redação que apresenta.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

2. Em 11/03/2026, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

Autor: Deputado Felipe Carreras

Solicito ao Senador Nelsinho Trad que ocupe a Presidência para que eu possa ler o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Perfeitamente, Senadora Teresa Leitão.

Concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do seu relatório. Pode ir direto à análise.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – É isso que farei, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que a audiência pública foi realmente muito interessante, muito importante e nos ajudou bastante com todo o processo de reflexão com os médicos da área, psiquiatras e tudo mais.

Vamos direto à análise da constitucionalidade. Quanto à constitucionalidade formal do projeto, conforme preceitua o art. 24, incisos IX e XII, a cultura e a defesa da saúde são matérias de competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, cabendo à primeira o estabelecimento de normas gerais. A proposição pretende estabelecer ações para o Ministério da Saúde, o que sugere um ajuste redacional de modo a harmonizar a proposição à competência privativa do Presidente da República no que tange dispor, mediante decreto, sobre a organização e competência dos órgãos do Poder Executivo.

Em igual sentido, o projeto sugere tarefas aos órgãos da estrutura administrativa de outras unidades da Federação – no caso, as secretarias estaduais e municipais de saúde e de educação –, o que enseja igual ajuste redacional, compatibilizando a norma ao princípio federativo, resguardado pelo art. 1º, *caput*, da Constituição Federal.

Por essa razão, a fim de garantir a validade da lei em que se converte o projeto, foi proposta emenda redacional preservando o espírito do projeto.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de dezembro de 2010.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada, no dia 11 de março de 2026, audiência pública nesta Comissão de Educação e Cultura. O debate atestou a alta significação social da matéria, reunindo especialistas que corroboraram a necessidade de se ampliar a conscientização em saúde mental.

Por fim, em razão dos aspectos acima assinalados e no que se refere à técnica legislativa e, também, ao emprego da norma culta da língua portuguesa, propomos ajustes redacionais, com a substituição da expressão “em todas as mídias” pela expressão “em todos os meios”, a fim de evitar anglicismos desnecessários, bem como ajuste redacional no §2º, com remissão às ações previstas à regulamentação.

No que concerne ao mérito, somos plenamente favoráveis à proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Transtorno de Personalidade Borderline, conhecido como TPB, é uma condição de saúde mental que afeta a forma como as pessoas se sentem consigo mesmas e com os outros, tornando difíceis os relacionamentos na vida cotidiana. Ele inclui um padrão de relacionamentos instáveis e intensos, além de impulsividade e uma forma não saudável de se perceberem. A impulsividade envolve emoções extremas, além de agir ou tomar atitudes sem uma reflexão anterior.

Pessoas com esse transtorno têm um forte medo de abandono ou de ficarem sozinhas. Mesmo que desejem ter relacionamentos amorosos e duradouros, o medo de serem abandonadas frequentemente leva a oscilações de humor e raiva. Isso também leva à impulsividade e à autolesão, o que pode afastar os outros. A afecção geralmente inicia-se no começo da vida adulta. Oscilações de humor, raiva e impulsividade geralmente melhoram com a idade, mas os principais problemas de autoimagem, medo de abandono e questões de relacionamento persistem.

A prevalência dos transtornos de personalidade *borderline* varia bastante na literatura científica de acordo com o país. Não há estatísticas previstas sobre a prevalência do transtorno no Brasil, porém publicação da Associação Brasileira de Psiquiatria estima que "existem cerca de 2 milhões de padecentes de transtorno de personalidade *borderline*" no país.

Com o tratamento adequado, muitas pessoas com essa condição apresentam redução da sintomatologia, melhora na funcionalidade e melhor qualidade de vida. No entanto, pode levar tempo para a mitigação dos sintomas após o início da terapêutica. É importante que pessoas com transtorno de personalidade *borderline* e seus parentes e amigos próximos tenham paciência, sigam o plano de tratamento e busquem apoio durante o período. Tudo isso reforça a importância do PL nº 2.480, de 2021, visto que o desconhecimento da população sobre essa moléstia impede que as pessoas acometidas recebam o tratamento de saúde e o apoio social necessários.

A terapia comportamental dialética é uma modalidade de psicoterapia desenvolvida especificamente para pessoas com transtorno de personalidade *borderline*. Ela utiliza conceitos de atenção plena ou consciência da situação presente e estado emocional da pessoa. A terapia também ensina habilidades para ajudar as pessoas acometidas a gerenciar emoções intensas, reduzir comportamentos autodestrutivos e melhorar seus conhecimentos.

Cabe destacar que o PL nº 2.480 prevê o desenvolvimento de ações de psicoeducação voltadas para a população. Trata-se de um tipo de intervenção psicológica realizada de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sistemática e estruturada, que tem por objetivo promover o aumento do conhecimento do paciente e das pessoas próximas a ele a respeito de sua condição de saúde mental. Outrossim, o paciente, seus amigos e familiares aprendem mais sobre o transtorno com o qual estão lidando, bem assim sobre o processo de tratamento, as alternativas disponíveis e o prognóstico.

Ao debater publicamente o tema, o poder público atua para desmistificar preconceitos e qualificar o acesso à informação, garantindo que pacientes e familiares sejam integrados à sociedade com dignidade. Dessa forma, a iniciativa reveste-se de grande valor para a cidadania e para as políticas cultural e de saúde do nosso país, razões pelas quais somos plenamente favoráveis à proposição.

Voto.

Por essas razões, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.480, de 2021, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA DE REDAÇÃO Nº - CE

Substitua-se a expressão “em todas as mídias” pela expressão “em todos os meios”, com inclusão da expressão “do poder público” no § 1º do art. 1º do Projeto de Lei nº 2.480, de 2021, conforme redação que se segue:

§ 1º No Mês de Conscientização sobre o Transtorno de Personalidade Borderline, o poder público desenvolverá ações de comunicação e de psicoeducação em órgãos públicos e em todos os meios, com o intuito de esclarecer a população sobre o transtorno de personalidade borderline.

EMENDA DE REDAÇÃO Nº – CE

Inclua-se a expressão “do poder público” no § 2º do art. 1º do Projeto de Lei nº 2.480, de 2021, com remissão a regulamento, conforme redação que se segue:

Dê-se ao § 2º do art. 1º do Projeto a seguinte redação:

“Art.1º.....

.....

§ 2º As ações de psicoeducação referidas no § 1º deste artigo deverão estar em conformidade com as orientações e as recomendações do poder público, nos termos de regulamento.”

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o voto, destacando que o mês proposto pelo autor é o mês de maio para vivenciar essa temática.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica, do relatório apresentado pela Presidente, de fato e de direito, a Senadora Teresa Leitão.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas de Redação nºs 1 e 2.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Devolvo a Presidência à Senadora Teresa Leitão.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Nelsinho Trad.

Passamos, então, à ordem e vamos direto para o Item nº 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 899, DE 2024

- Terminativo -

Dispõe sobre a verificação do rendimento escolar dos estudantes incluídos em regime de exercícios domiciliares por motivo de saúde, gestação, puerpério ou lactação, nos termos do Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, que "dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica" e da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

2. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Bom dia. Bom dia a todos.

Se me permite, eu vou direto à análise.

O PL nº 899, de 2024, trata de matéria afeta às instituições educativas, inserida, portanto, nas competências desta Comissão, segundo o Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, a proposição encontra amparo no entendimento de que o direito à educação deve ser garantido com equidade e atenção às necessidades individuais, especialmente quando se trata de estudantes vivenciando questões de saúde e fases do ciclo de vida que dificultam sua presença física nos estabelecimentos de ensino. Há décadas a legislação prevê que esses alunos e alunas sejam amparados pelo chamado regime de exercícios domiciliares, mas deixa o detalhamento de como esse regime deve ser cumprido a cargo de cada estabelecimento de ensino.

Mais recentemente, com o advento de novas tecnologias, vêm se aperfeiçoando as possibilidades de oferta educacional remota ou à distância. Nesse contexto, o PL sob análise dá um passo importante, ao buscar assegurar que também as avaliações, parte indissociável do processo de aprendizagem, sejam preferencialmente oferecidas de modo não presencial aos alunos em regime domiciliar, relegando-se a exigência de comparecimento à instituição de ensino para os casos em que fique comprovada a possibilidade do estudante de se fazer fisicamente presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Assim, na essência, o projeto parece-nos irretocável. Na forma, julgamos que o texto substitutivo apresentado pela CDH aperfeiçoa a matéria, na medida em que traz suas disposições para o texto da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a nossa Lei de Diretrizes e Base de Educação Nacional. Vale lembrar que recente alteração promovida na LDB pela Lei nº 14.952, de 6 de agosto de 2024, estabeleceu o chamado "regime escolar especial" para o atendimento a estudantes impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde ou de condição de saúde que impossibilite o acesso à instituição de ensino, bem como para mães lactantes. Dessa forma, a emenda substitutiva da CDH não só trouxe as determinações do PL para esse novo dispositivo da LDB, mas também, acertadamente, propôs revogar o Decreto-Lei nº 1.044, de 1969, e a Lei nº 6.202, de 1975, que se mostram hoje anacrônicas em relação ao texto vigente da LDB. Com isso, fez aprimoramentos de técnica legislativa e juridicidade ao PL, evitando a sobreposição de leis sobre o mesmo assunto e uniformizando a nomenclatura utilizada na legislação educacional para assegurar o direito à educação às diferentes circunstâncias de saúde e maternidade que exigem atendimento diferenciado.

Por fim, do ponto de vista de constitucionalidade, não vemos óbices à aprovação da matéria. Pelo contrário: o PL 899, de 2024, conforme a redação dada pelo substitutivo da CDH, reafirma os preceitos constitucionais da educação e da proteção à maternidade e à infância como direitos sociais a serem protegidos e promovidos pela sociedade brasileira. Tampouco vislumbram-se restrições de juridicidade e regimentalidade.

O voto.

Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 899, de 2024, nos termos da Emenda nº 1 da CDH (Substitutivo).

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador Astronauta Pontes.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Para discutir, Senador Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só para pedir... (*Fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como a Senadora Dorinha, acho, não está aqui, se V. Exa. puder pedir ao Astronauta Marcos Pontes para relatar *ad hoc*...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... porque é um projeto com parecer já favorável e muito importante.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

Farei isso, sem dúvida.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Então, vamos passar para o item nº...

Senadora Damares, pode aguardar?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Posso.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Vamos passar para o item nº 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3903, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para prever o apoio público ao desenvolvimento do turismo cívico e a utilização das respectivas atividades na complementação da carga horária letiva da educação básica.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao projeto.

A relatoria original é da Senadora Professora Dorinha Seabra. Na ausência, eu designo Relator *ad hoc* o Senador Astronauta Pontes.

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Pontes para a leitura do relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Se me permite, eu vou à análise.

Em primeiro lugar, registre-se que a proposição está de acordo com os preceitos constitucionais, especialmente com os arts. 205, 208 e 210 da Constituição Federal, que tratam do direito à educação e dos deveres do Estado nesse campo. A matéria insere-se na competência da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Além disso, a proposta também se alinha ao art. 180 da Constituição Federal, que determina que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Do ponto de vista regimental, a Comissão de Educação e Cultura é competente para apreciar a matéria, conforme estabelece o Regimento Interno do Senado Federal, que atribui à Comissão análises de proposições relativas à educação, cultura e assuntos correlatos.

Quanto à adequação orçamentária, o projeto não implica aumento de despesas obrigatórias, pois apenas autoriza a consideração de atividades de turismo cívico como parte da carga horária letiva, sem impor sua obrigatoriedade.

De início, lembramos que a promoção do turismo cívico já é objeto do programa Conheça o Brasil: Cívico, do Ministério do Turismo. Lançado em novembro de 2023, a iniciativa é uma parceria dos Ministérios do Turismo e da Educação com a Secretaria de Turismo do Distrito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Federal para desenvolvimento de roteiros e experiências envolvendo monumentos ícones da democracia do Brasil.

No âmbito de legislação educacional, o cômputo das atividades relacionadas ao turismo cívico como complementação da carga horária também mostra concordância com a norma vigente. Isso se dá, pois a LDB determina que os currículos de educação básica tenham uma base nacional comum a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, com fundamento nas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos, e que os respectivos conteúdos curriculares observarão, como uma das suas diretrizes, a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.

Nesse sentido, a proposição corretamente determina que as iniciativas de turismo cívico para estudantes devem integrar o projeto pedagógico da escola, ao mesmo tempo em que somente poderão ser ofertadas por instituição idônea. Pela leitura combinada dos dispositivos reproduzidos e daquele proposto pelo PL nº 3.903, de 2020, verifica-se que restam preservadas tanto a autonomia da instituição de ensino na elaboração do seu currículo escolar como a qualidade mínima das atividades de turismo cívico porventura implementadas.

O projeto também é meritório ao reconhecer o turismo cívico como instrumento educacional complementar. Trata-se de uma abordagem pedagógica inovadora e eficaz, que favorece a aprendizagem significativa por meio de experiências práticas e imersivas. Ao visitar locais históricos e instituições públicas, os estudantes têm a oportunidade de contextualizar o conteúdo aprendido em sala de aula, o que fortalece a compreensão de conceitos de história, geografia, cultura e cidadania.

Essas vivências ampliam o repertório cultural dos alunos e incentivam o pensamento crítico, o engajamento social e a educação política. Além disso, reforçam o sentimento de pertencimento e identidade nacional, estimulando o interesse pela política, pela democracia e pela atuação cidadã. O turismo cívico, ao articular teoria e prática, contribui para a formação integral do estudante, em conformidade com os princípios da Base Nacional Comum Curricular.

A proposta também está alinhada às tendências contemporâneas da educação, que valorizam metodologias ativas e interdisciplinares, promovendo maior protagonismo estudantil e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

integração entre escola e comunidade. Dessa forma, o projeto contribui para uma educação mais conectada com a realidade dos estudantes.

Finalmente, considerando que a proposição não cria a obrigação de as instituições de ensino implementarem atividades relacionadas ao turismo cívico, é razoável supor que sua aprovação não significa interferência indevida no planejamento definido pelo Poder Executivo, o que poderia resultar em impacto orçamentário-financeiro.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.903, de 2020.

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada.

A matéria está em discussão.

Senador Izalci, para discussão da matéria.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Queria, primeiro, agradecer à Professora Dorinha, que fez esse belo relatório, e também agora ao nosso querido Senador Astronauta Marcos Pontes, pela relatoria *ad hoc*.

Presidente, esse projeto é muito importante, porque a parte cívica é muito pouco trabalhada. Aqui em Brasília, que é um museu a céu aberto, mais de 80% dos nossos alunos das regiões administrativas não conhecem os pontos turísticos. Nos municípios também a grande maioria dos estudantes não conhece sequer a capital do seu estado.

Esse projeto visa, realmente, a incentivar o turismo, começando nas escolas – por isso a gente o colocou na LDB –, exatamente para que os alunos possam ter oportunidade de visitar os museus, mas principalmente de conhecer aqui. Em Washington, todos os cidadãos conhecem, realmente, a capital. Aqui em Brasília a gente precisa criar um mecanismo para que todos os estudantes do Brasil possam conhecer esta capital, que é de todos os brasileiros.

Então, peço o apoio dos colegas para a gente aprovar essa matéria.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, realizada em bloco com o projeto anterior.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3347, DE 2025

- Terminativo -

Reconhece como manifestação da cultura nacional o Programa Luz na Amazônia, realizado na Região Amazônica.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou à análise e vou fazer de uma forma resumida, porque é uma matéria tão simples, mas tão importante, e creio que não vai haver nenhuma objeção.

O programa Luz na Amazônia, desenvolvido pela Sociedade Bíblica do Brasil desde 1962, constitui iniciativa de reconhecido alcance social e cultural na Região Amazônica. Por meio de embarcações próprias, o programa realiza atendimento itinerante em comunidades ribeirinhas isoladas, oferecendo serviços de saúde, apoio socioassistencial, atividades educativas e a distribuição de materiais bíblicos. Essa presença regular contribui para o fortalecimento dos vínculos comunitários e para a preservação de práticas tradicionais associadas ao modo de vida ribeirinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A atuação do programa dialoga com elementos centrais da cultura amazônica, especialmente a organização social em torno dos rios, a convivência comunitária e a dimensão espiritual que orienta grande parte das expressões locais. Por meio da promoção do cuidado, acolhimento e formação, o Luz na Amazônia reforça valores transmitidos entre gerações e colabora para a manutenção de um patrimônio imaterial que integra identidade e memória dos povos da região.

Ao longo de mais de seis décadas, a iniciativa consolidou-se como referência regional, estruturando uma presença contínua que tem contribuído para reduzir vulnerabilidades, apoiar práticas comunitárias tradicionais e fortalecer a articulação entre organizações locais, lideranças religiosas e moradores ribeirinhos. Esse trabalho permanente reflete compromisso institucional com a promoção humana e com a preservação sociocultural da Amazônia.

Dessa forma, acreditamos que a aprovação do PL é necessária e oportuna, garantindo que essa importante manifestação da cultura brasileira receba o devido reconhecimento legal e institucional. Com isso, o Congresso Nacional reafirma seu compromisso com o acolhimento e com o fortalecimento das tradições que compõem a identidade do povo brasileiro.

O voto, Sra. Presidente, é pela aprovação.

Só explicando que tem gente que acha que é uma política pública. Nós temos uma política pública com o mesmo nome, mas esse Luz na Amazônia são barcos – a Sociedade Bíblica, inclusive, tem um muito grande – que vão para a região e, ali, Senadora, tem festa, teatro, arte, diversão... O povo fica esperando o Luz na Amazônia para manifestações religiosas. É muito lindo o que esse programa faz, e eu entendo que o projeto é meritório.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadora Damares.

O projeto está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, em bloco.

Vou ler apenas o item 1 para a gente passar à votação dos três projetos, que será feita por voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 4269, DE 2021

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Dispõe sobre o incentivo ao empreendedorismo jovem nas redes públicas de ensino.*

Autoria do Projeto: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

O item tramita em conjunto com o PL 4.437.

Foi aprovado na última reunião, não houve nenhuma apresentação de emendas; é só o rito regimental para que o projeto seja já julgado terminativo. (*Pausa.*)

Então, aprovado, nós vamos para a votação em bloco.

Enquanto se vota, eu farei a leitura de dois requerimentos que estão na pauta, um da Senadora Damares e um da minha autoria.

Passaremos agora à votação nominal, e eu solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

Em votação, as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 899, de 2024; PL 3.903, de 2020; PL 3.347, de 2025.

Os Senadores que votam com os relatores, conforme relatórios aqui apresentados, votam "sim".

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, enquanto ocorre a votação, eu vou passar à leitura dos requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro requerimento.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 15, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater os desafios enfrentados pelas pessoas com Síndrome de Prader-Willi no Brasil, especialmente quanto ao diagnóstico precoce, ao acesso ao tratamento adequado e ao desenvolvimento de políticas públicas de saúde, educação e inclusão social. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: o senhor Marco Aurélio Cardoso, Presidente da Associação Brasileira da Síndrome de Prader-Willi (SPW Brasil); a senhora Dra. Maria Teresinha Oliveira Cardoso, Médica Geneticista da Rede Hospitalar do DF (Hospital de Apoio de Brasília); Professora do Curso de Medicina da Universidade Católica de Brasília; Coordenadora da Regional Centro-Oeste da Sociedade Brasileira de Génetica e Genômica (SBGM); a senhora Dra. Ruth Rocha Franco, Médica da Associação Brasileira da Síndrome de Prader-Willi e Coordenadora do Ambulatório da Síndrome de Prader-Willi do Instituto da Criança do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP); representante do Ministério da Educação (MEC); representante do Ministério da Saúde (MS); e representante do Ministério dos Direitos Humanos (MDH).

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Nós daremos, junto às duas outras Comissões, os procedimentos para a marcação da data.

O outro requerimento é da minha autoria, também seguindo os ritos regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 16, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a instituição do Dia Nacional da Xilogravura.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Cuida a presente proposição de debater a instituição deste dia em homenagem a José Francisco Borges, mais conhecido como J. Borges, um dos maiores expoentes da xilogravura no Brasil.

J. Borges e sua obra representam patrimônios e sua vida e obra deixaram um legado inestimável para a cultura brasileira, tendo apresentado ao mundo a riqueza da xilogravura como patrimônio cultural imaterial.

Diante da relevância cultural e artística de J. Borges, a instituição do Dia Nacional da Xilogravura homenageia este notável artista e, também, fortalece a valorização e preservação desta forma de expressão artística no Brasil.

A data escolhida certamente perpetuará o legado de J. Borges e celebrará a riqueza da xilogravura como patrimônio cultural imaterial.

Inclusive, o Senado da República já sediou recentemente uma exposição das xilogravuras de J. Borges, organizada pelo escritório do Governo do Estado de Pernambuco aqui em Brasília.

Solicitamos a audiência pública de modo a consubstanciar a alta significação desta data para os diferentes segmentos e a sociedade brasileira. Em igual sentido, para que o Poder Público reflita sobre a data e promova iniciativas.

Em discussão.

A votação será simbólica. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, o requerimento também está aprovado.

Com isso nós esgotamos a nossa pauta, no aguardo apenas de um voto. (*Pausa.*)

Olhe, o senhor é o "doutor quórum".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Posso lhe fazer um pedido para poder votar tranquilo?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pode. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu queria lhe fazer um apelo, Senadora: que a senhora designasse o Relator para o meu Projeto de Lei 6.044, de 2025, que inscreve Nilo Peçanha no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Se ele não tivesse nenhum outro mérito, ele criou as escolas técnicas federais. V. Exa. conhece melhor do que eu o que elas representaram para o Brasil nesses cento e poucos anos de existência.

Então, só a designação do Relator é o meu pedido.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Senão eu vou colocar o seu nome no para-choque do primeiro no caminhão que eu encontrar. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Cuidado com a frase que o senhor vai dizer sobre mim! (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – "A Senadora Teresa está me perseguindo". (*Risos.*)

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada também.

Só aguardando o voto de V. Exa. para abrirmos o painel. (*Pausa.*)

Já votou? Mas falta um, então. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, falta o último voto para a gente abrir o painel. (*Pausa.*)

Nós estamos pegando a pauta mais recente, viu, Senador? Observe que nós já votamos projetos de 2026, projetos de 2005, todos aqueles da nossa Presidência, e também vendo o que ficou para trás, para poder ir atualizando a nossa pauta.

Pronto, quórum alcançado, solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – SIM, 13; NÃO, zero. Abstenção: zero.

Todos os projetos foram aprovados por unanimidade, o 899, o 3.903 e o 3.304.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião, agradecendo a presença de todos. E quem puder participar da audiência pública hoje, às 15h, sinta-se convidado.

(*Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quinze horas e treze minutos do dia dezessete de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Flávio Arns, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Bruno Bonetti, Paulo Paim, Humberto Costa, Leila Barros, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Alan Rick, Esperidião Amin e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Hamilton Mourão, Fabiano Contarato, Eliziane Gama e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Magno Malta, Augusta Brito e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 10/2026 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater os avanços e desafios do Marco Legal da Primeira Infância, Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, em comemoração aos 10 anos da Lei. **Participantes:** Sr. Vital Didonet, Consultor da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI); Sra. Maíra Souza, Especialista em Primeira Infância do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Sra. Sonia Isoyama Venancio, Coordenadora-Geral de Atenção à Saúde das Crianças, Adolescentes e Jovens do Ministério da Saúde; Sr. Alexsandro do Nascimento Santos, Subsecretário da Política Nacional Integrada da Primeira Infância do Ministério da Educação; Sr. Elias Oliveira, Diretor do Departamento de Proteção Social Básica da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); e Sra. Mariana Luz, Presidente da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/17

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas, a todos os presentes e aos que nos assistem.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de março de 2026.

Antes de iniciarmos a reunião, gostaria de fazer um registro de um triste caso de violência ocorrido ontem no meu estado, dentro de uma escola, no Município de Barreiros, na Zona da Mata Sul: um adolescente atacou a facadas três colegas na Escola de Referência Cristiano Barbosa e Silva. Quero prestar, em nome da Comissão – já o fiz em meu nome pessoal –, toda a minha solidariedade às vítimas, às famílias, à comunidade escolar e ao próprio aluno agressor, porque, salvo engano, a relação dele com a escola também já era bem difícil. Ele já está recolhido pelo conselho tutelar, mas, sem sombra de dúvidas, temos que reforçar que precisamos enfrentar com firmeza, em todas as idades, o avanço da violência praticada contra a mulher.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater os avanços e desafios do Marco Legal da Primeira Infância, Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, em comemoração, portanto, aos 10 anos deste importante instrumento que nós temos em vigor aqui no Brasil.

Convido para tomar lugar à mesa o Sr. Vital Didonet, Consultor da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), já presente aqui na nossa Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Convido também a Sra. Maíra Souza, Especialista em Primeira Infância do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Sejam muito bem-vindos e bem-vinda.

Participarão três convidados, um convidado e duas convidadas, aliás, quatro, de forma remota: a Sra. Sonia Isoyama Venancio, Coordenadora-Geral de Atenção à Saúde das Crianças, Adolescentes e Jovens do Ministério da Saúde, que já está devidamente conectada; o Sr. Alexsandro do Nascimento Santos, Subsecretário da Política Nacional Integrada da Primeira Infância do Ministério da Educação – seja bem-vindo, Alexsandro! –; a Sra. Mariana Luz, Presidenta da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, que também é da Secretaria Executiva da nossa frente parlamentar, também na nossa telinha; e o Sr. Elias Oliveira, Diretor do Departamento de Proteção Social Básica da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Conseguimos reunir, portanto, três instâncias governamentais, além de sociedade civil, Unicef e o nosso Vital, que, sem sombra de dúvida, é um marco também nesse marco da primeira infância. (*Risos.*)

Antes de passar a palavra aos nossos convidados e convidadas, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados e interessadas por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações a serem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos e, ao fim das exposições, nós podemos retornar.

O e-Cidadania já nos mandou algumas perguntas. Eu vou lê-las rapidamente, são quatro, porque quem quiser já pode incorporá-las na sua fala.

Anderson, de Pernambuco: "Após dez anos da Lei 13.257 [...], como fortalecer a integração entre conselhos tutelares, saúde, assistência e educação nos municípios?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Danielle, de Rondônia: "Como o Estado pode garantir um desenvolvimento infantil pleno e inclusivo de populações amazônicas com a dificuldade de deslocamento fluvial?".

Maísa, de Pernambuco: "Como a política pública da primeira infância enfrenta a realidade de escolas sem pátios ou espaços adequados para brincar [e fazer] refeições?".

E Júlia, do Rio de Janeiro: "De que forma o marco legal da primeira infância contribui para reduzir desigualdades educacionais que começam já nos primeiros anos de vida?".

Eu tenho alguns pontinhos muito rápidos, só para ilustrar, que vou, também, fazer, em nome da Comissão, antes de passar a palavra para os nossos convidados.

Eu acho que, de lá para cá e com a grande contribuição do marco, houve uma mudança de paradigma. Passa-se a reconhecer a primeira infância como etapa fundamental para o desenvolvimento humano e a estabelecer diretrizes para a formulação de políticas públicas integradas, baseadas em evidências científicas, visando à proteção integral da criança.

Desde a promulgação da lei, nós tivemos o fortalecimento do direito de brincar, mais de 1,4 mil planos municipais da primeira infância, a criação do Programa Criança Feliz, a criação da Política Nacional Integrada da Primeira Infância, a ampliação da licença-paternidade, aprovada agora em março, no Plenário do Senado.

Outro importante avanço foi o ECA Digital, que entra em vigor exatamente hoje, dia 17 de março de 2026. É um novo passo na modernização das políticas de proteção à infância e à adolescência do país. Há maior integração dos dados dos sistemas governamentais, das instituições de formação e de proteção, convergência com o marco legal da primeira infância, que, pela nossa composição da mesa, já se vê que o marco também contribui para essa integração entre os diversos entes de Governo e também da sociedade civil, buscando superar a fragmentação histórica das políticas públicas, promovendo a articulação entre diferentes áreas governamentais e entre os três níveis federativos – União, estado e município.

Está tramitando na CAS o PL 1.924, de 2025, que transforma a política de governo em política de Estado e promove maior integração com a tríade do setor da saúde, assistência e educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O desafio que vou lançar, e que sei que ele é uma realidade, sobretudo na vida de vocês, gestores, é o desafio do orçamento pela primeira infância.

A presença de um GT da primeira infância no Conselhão, uma reivindicação desta organização, certamente contribui bastante para que a gente avance nessa reivindicação, aperfeiçoando os debates, congregando reivindicações, porque, sem estrutura, sem orçamento, muitas das políticas que a gente sabe que têm que fazer, que a gente sabe como fazer, perdem a sua efetividade.

Eu acho que isso é uma contribuição que esta audiência também, como desafio, precisa dar. A Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, da qual eu tenho a honra de ser Vice-Coordenadora, acho que ela exerce um papel estratégico que precisa ser sempre alimentado, sempre destacado, de monitoramento, de articulação das propostas legislativas, dos debates, dos estudos e da interlocução com órgãos governamentais.

Então, dito isso e já agradecendo antecipadamente a presença de todos e as excelentes contribuições que eu sei que virão desse período de debate, eu já passo a palavra para Vital Didonet, Consultor da Rede Nacional Primeira Infância, para os seus dez minutos iniciais.

O SR. VITAL DIDONET (Para expor.) – Boa tarde, Exma. Sra. Senadora Teresa Leitão. Às vezes, eu me esqueço de dizer Senadora, porque a gente é tão amigo e eu admiro tanto a Senadora Teresa, Profa. Teresa Leitão, desde o tempo das Fraldas Pintadas, quando nós iniciamos uma luta aqui no Congresso Nacional para que as crianças de zero a três anos fossem incorporadas, por meio da creche, no Fundeb. Se tivessem ficado fora, nós teríamos um quadro muito mais tenebroso do que temos hoje na infância brasileira.

Felizmente, essa inclusão das crianças da creche no Fundeb possibilitou que milhões de crianças tenham acesso à educação infantil em estabelecimentos públicos.

Quero saudar também a Maíra, grande amiga, que hoje faz um trabalho extraordinário no Unicef.

Quero saudar a Sonia Venancio, que também é uma grande amiga, que dirige a Coordenação de Saúde da Criança e do Adolescente do Ministério da Saúde; e saudar o Alexsandro, também amigo, que está hoje coordenando, na Subsecretaria da Primeira Infância, a Política Nacional Integrada da Primeira Infância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É muita honra estar com vocês nessa mesa, considerando o que aconteceu com o marco legal da primeira infância de lá até aqui, por isso que eu fiz esse eslaide. Boto o eslaide de um lado... A pergunta: o que há entre aquele momento em 2016 e agora, dez anos passados? Esse é o selo criado pela Rede Nacional Primeira Infância para celebrar os dez anos do marco legal.

A pergunta que a gente pode fazer: afinal, o que a Lei 13.257, que é o marco legal da primeira infância, trouxe de novo? A Senadora já disse que ele instituiu um novo marco jurídico para voltar-se para as crianças, para olhar, sob o ponto de vista das políticas públicas e dos serviços públicos, esse cidadão e essa cidadã na faixa de zero a seis anos de idade. É um novo olhar, não mais aquele olhar fragmentado das várias políticas, dos vários setores, mas valorizando a especialização de cada setor, promovendo um diálogo intersetorial para que as políticas públicas não abordassem apenas de forma vertical, mas horizontalmente, em um diálogo intersetorial.

Por isso que eu digo que ele instituiu um paradigma político, porque é olhar para a criança cidadã. O atendimento não é um problema, a quantidade de crianças e a pobreza não têm que ser vistas como uma dificuldade, como um ônus do poder público, têm que ser vistas como um dever de garantir um direito.

Como a Teresa também disse, ele alia, fundamentado na ciência, o compromisso técnico e a sensibilidade. Por isso que a gente diz que o marco legal da primeira infância pode ser analisado sob três enfoques: o enfoque do direito das crianças, da ética do cuidado, e a ternura como um olhar de sensibilidade para as crianças – nós não vemos as crianças como um "alguém", nós vemos como um "tu", como um rosto, como uma pessoa que a gente procura dar maior atenção e respeito à sua dignidade transcendental.

Então o marco legal da primeira infância não vê a criança como promessa, mas como presença. Ele não vê a infância como um padrão uniforme, universal, mas as infâncias que se diversificam conforme as etnias, a raça, a geografia, conforme a história. Não há uma infância mundial, existem infâncias situadas no tempo e no espaço. E o marco legal da primeira infância diz, no art. 4º, no inciso III, que as políticas voltadas à primeira infância têm que ter respeito à diversidade, atenção à diversidade, porque elas caracterizam a individualidade de cada povo, de cada etnia, de cada circunstância que as crianças vivem. É muito diferente ser criança em uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

comunidade indígena, em um povo quilombola, em um povo romani, e ser criança em um ambiente urbano, proveniente de europeus.

E a primeira infância não como uma fase preparatória... Costumava-se sempre dizer que a pré-escola é preparatória para o ensino fundamental, e isso desvaloriza a função intrínseca dela, que é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VITAL DIDONET – ... atender a criança na realidade específica que ela está vivendo. Então, a primeira infância tem um significado, um valor em si mesma. Tem que viver a primeira infância, e viver em plenitude. Vivendo a primeira infância em plenitude, ela, evidentemente, está sedimentando etapas posteriores.

E sobre as políticas públicas, como é que o marco legal da primeira infância vê as políticas públicas? Não como iniciativas setoriais, independentes, verticais, praticamente autônomas entre si, mas articuladas para o atendimento integral e integrado da primeira infância. Acontece que a gente tem entraves. A Senadora disse, no início, que vamos analisar alguns entraves para ver como é que a gente pode avançar, porque o marco legal da primeira infância, se a gente fosse fazer um elenco dos grandes progressos que foram feitos de 2016 até hoje, certamente a gente iria reconhecer como um grande êxito. No entanto, existem entraves para a gente ser mais rápido e mais democrático, no sentido de chegar a todas as crianças das diferentes infâncias.

Primeiro, a concepção – ainda remanescente entre lideranças políticas e administração pública – de que, diante dos grandes problemas e dos grandes desafios e possibilidades de promover o desenvolvimento nacional, o assunto criança, primeira infância, ainda é um assunto menor. Infelizmente, isso ainda está presente na cabeça, talvez no inconsciente ou na própria tradição de analisar os problemas sociais.

O segundo é que há um entendimento superficial do significado do princípio constitucional da prioridade absoluta. O Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu art. 4º, define indicações de como o gestor público pode avaliar se ele está cumprindo esse princípio, e o marco legal da primeira infância, no art. 3º, também acrescenta mais um requisito, que é elaborar políticas públicas para a primeira infância, planos e serviços. Mas ainda não está bem entendido o que isso, na prática, significa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aí um outro elemento que a Senadora mencionou: a inexistência ou a insuficiência de recursos financeiros, tanto no Orçamento da União quanto dos estados e dos municípios, para enfrentar o grande desafio que é chegar às crianças com atendimento integral de qualidade. A descontinuidade administrativa, a prática incompleta do princípio da colaboração entre os entes federados. Nós temos exemplos extraordinários de integração com o SUS, com o Suas e, esperamos que em breve – não é, Teresa? –, com o Sistema Nacional de Educação.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. VITAL DIDONET – E dentro dele, ou dentro desse conjunto de sistemas, uma forma de articulação na política nacional integrada, articulação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. E desigualdades regionais...

Bom, eu queria ter um minuto ainda, ou dois minutos, para falar sobre...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Vou te dar dois minutos. Pode continuar.

O SR. VITAL DIDONET – ... olhando para a frente, temas que desafiam.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Vai tocar, mas você continua.

O SR. VITAL DIDONET – Está bem. Então, primeiro é a licença de parentalidade. Quero parabenizar as Senadoras e os Senadores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VITAL DIDONET – ... que aprovaram uma lei que foi apresentada aqui pela ex-Senadora Patrícia Saboya, em 2007, que foi para a Câmara, foi ampliada, modificada e aprovada lá, retornou para cá, o Senado fez novos aperfeiçoamentos e aprovou essa lei. Porém, essa licença-paternidade, e nós estamos esperando uma licença-parentalidade.

Políticas de apoio à saúde mental das gestantes, dos pais e dos cuidadores. Eu acredito, Senadora, que o caso que a senhora com pesar relatou, no início desta sessão, se inclui no problema da saúde mental. Nós temos dado pouca atenção, nos serviços públicos, à saúde mental

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

na escola, na sociedade, nas convivências comuns, e o marco legal da primeira infância está nos pedindo: "Vão à frente do meu texto, há mais coisas a fazer".

A proteção efetiva de todas as crianças contra as múltiplas formas de violência. Por mais que o marco legal da primeira infância coloque pontos importantes para o combate à violência, nós continuamos ainda estarrecidos diante dos fatos cotidianos: crianças sofrem, crianças sofrem muito em casa, sofrem muito na rua, sofrem muito nas instituições.

A proteção das crianças no mundo digital. Vamos ter maior expectativa de que, com o ECA Digital, nós possamos também avançar nesse ponto, mas ele já está afetando crianças da primeira infância.

Mecanismos mais eficazes de equidade no acesso à saúde da criança, à educação infantil e aos serviços de apoio às famílias. E aí a palavra principal é equidade: não é dar tudo igual para todo mundo, é dar mais para quem mais precisa.

O reconhecimento e a valorização da diversidade das infâncias brasileiras. Como eu disse no início, o marco legal marca essa diversidade que deve ser respeitada, mas é preciso que a gente avance no entendimento de cada infância, das suas características próprias. Nós estamos fazendo a revisão, junto com o Ministério da Educação, de um guia para elaborar os planos estaduais, distrital e municipais da primeira infância, em que vai ser introduzido um capítulo especificamente sobre cada uma dessas infâncias, que mostra essa vivência das crianças no seu contexto étnico, cultural e geográfico, mostra como chegar até elas.

O fortalecimento de uma política antirracista. O racismo... Vai ter uma pergunta depois, talvez a gente possa voltar a ela depois.

E a organização das cidades para as crianças. É outra coisa sobre a qual o marco legal da primeira infância ainda foi – eu não diria tímido – um pouco superficial, nessa abordagem do direito da criança à convivência no espaço urbano com condições de mobilidade, de brincar, de segurança, de interação com a natureza.

E aí teríamos também: mecanismos mais sólidos de governança intersetorial, construção de um orçamento primeira infância, justiça climática para as crianças, sobretudo para as crianças dos ambientes mais pobres, porque os impactos negativos das mudanças climáticas acontecem de imediato nas crianças pobres – às das classes média e alta tem forma de arranjar-se um ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mais saudável –, e não só afeta imediatamente, mas afeta mais profundamente essas crianças dos ambientes mais pobres.

Finalmente, então, o diálogo entre economia e primeira infância. Quem sabe, Senadora, um dia, se possa, nesta Comissão, abrir um debate com o pessoal da área de orçamento, finanças, planejamento, para avançar nessa tentativa – que já está em curso, inclusive com grande participação do Unicef – de construir um caminho para definir orçamento para a primeira infância.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Prof. Vital Didonet.

Eu esqueci de avisar no início: quando a campainha toca, é porque falta um minuto para concluir. Como ela é automática, se a gente desligar, desliga a marcação do tempo.

Então, agradeço a exposição e já passo a palavra para outra expositora que está aqui na mesa, a Sra. Maíra Souza, Especialista em Primeira Infância do Unicef, aos seus dez minutos iniciais.

A SRA. MAÍRA SOUZA (Para expor.) – Estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim.

A SRA. MAÍRA SOUZA – Obrigada, Senadora, pelo convite.

Queria saudá-la em nome do Unicef e também saudar os meus colegas de mesa que estão aqui presencialmente. Vital é um grande colega, e é sempre muito, muito bom falar depois de você, eu sempre aprendo, é sempre como se fosse a primeira vez. Queria também saudar os colegas que nos ouvem *online* e quem está de casa também.

Eu estou muito feliz e honrada de estar aqui neste espaço, celebrando os dez anos do marco legal da primeira infância. Não à toa, eu comecei a trabalhar com a primeira infância em 2016, então eu sinto que eu estou fazendo aniversário junto com o marco legal também.

Eu vou só tentar falar um pouco brevemente sobre a importância do investimento na primeira infância. Então, acho que, até endereçando algumas das perguntas que a gente recebeu de quem nos ouve em casa, o investimento na primeira infância é a estratégia mais eficiente, mais importante para quebrar o ciclo intergeracional de pobreza e de violência. A gente já tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

inúmeros estudos e evidências científicas que comprovam isso, então é muito mais eficaz investir nesse começo da vida do que tentar remediar os efeitos do não investimento em outras fases subsequentes da vida.

Como a Senadora trouxe no começo da fala e o Vital também, a primeira infância só vai estar no centro da agenda se ela estiver no centro do orçamento. Então, a primeira infância é uma faixa etária, é um assunto que mobiliza, pelo qual as pessoas se interessam, mas não necessariamente isso se traduz em alocação orçamentária.

Aproveito aqui o meu tempo de fala para compartilhar esse material que a Unicef lançou em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos dois anos atrás, que é o Guia de Apuração do Gasto Social com a Primeira Infância para Municípios. Foi um documento, uma ferramenta construída a muitas mãos, também em parceria com os Parlamentares, para orientar os gestores a como eles conseguem, de fato, identificar o recurso que é alocado nessa faixa etária; não só identificar, mas também analisar a qualidade desses recursos. É uma forma de a gente conseguir aprimorar esse monitoramento, essa eficiência dos investimentos, o que também está muito alinhado com os preceitos do marco legal da primeira infância, do ECA e de outras normas internacionais. Então, a gente ter esse tipo de ferramenta, mesmo, para orientar e apoiar as gestões é muito importante.

Quando a gente fala de primeira infância, entra uma dúvida, muitas vezes, que é: o que significa investir nessa fase da vida, objetivamente? Até, também, endereçando algumas das questões. Falar sobre primeira infância, na ótica do desenvolvimento infantil, não é só falar da faixa etária, é falar de uma série de domínios que compõem esse ser que já existe, que, como o Vital trouxe, não é uma promessa para o futuro, não é investir no futuro: a gente está investindo no presente, em cidadãos que já são cidadãos de direito.

Então, é falar sobre pré-natal de qualidade, sobre imunização, sobre oportunidades de aprendizagem, seja dentro do espaço formal da escola, seja dentro de casa, nessas interações que as crianças têm com seus familiares, com as brincadeiras, contação de história, mas também olhando a perspectiva da saúde, a importância de se investir numa saúde nutricional mesmo, evitar o consumo de ultraprocessados, estimular a alimentação saudável e a amamentação, e também como a gente protege as crianças de todos os ambientes que são... (*Pausa.*)

Melhorou? Pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como que a gente protege, também, as crianças dos fatores estressores, de estresse tóxico, e garante ambientes que sejam protetivos. Inclusive, é muito importante a gente estar aqui neste dia 17 de março, junto com a aprovação do ECA Digital, porque o ambiente protetivo acontece fora das redes, mas dentro delas também.

E, quando a gente fala dos avanços da primeira infância, eu fiquei pensando... Quando eu estava preparando a minha fala, fiquei pensando muito no que avançou nesta última década e trago aqui algumas evidências e alguns números para compartilhar um pouco dos avanços que o Brasil teve em relação à redução do número de crianças e adolescentes em situação de pobreza multidimensional.

Aqui, a gente considera pobreza não só a partir da renda, mas a partir de uma série de privações que vão se somando e vão se multiplicando. Então, elas variam em relação à intensidade, mas, basicamente, consideramos a pobreza multidimensional a partir da renda, da educação, do acesso à informação, da água, saneamento, moradia, proteção ao trabalho infantil e, também, segurança alimentar.

Quando a gente observa essas dimensões, a gente percebe que essas privações se reforçam mutuamente. Então, uma criança que não tem acesso a saneamento é uma criança que vai ficar mais doente, é uma criança que, consequentemente, vai faltar mais à escola, que vai também ter, ao longo da sua adolescência e da sua juventude, menos acesso a oportunidades. Ou uma criança que tem uma baixa nutrição muito provavelmente vai ter um maior atraso no seu desenvolvimento infantil, no seu desenvolvimento cognitivo, e isso vai impactar também em educação e renda. Então, é sobre como é que a gente consegue olhar para todas essas dimensões.

E, quando a gente observa os avanços entre 2017 e 2023, a gente observa uma melhoria importante, mas a gente também observa que ser criança no Pará é muito diferente de ser criança em Santa Catarina; ser uma criança em São Paulo é muito diferente de ser uma criança no Piauí. Então, essas desigualdades são regionais e elas permanecem. Então, é sempre importante a gente pensar nesses avanços, nesses desafios da primeira infância, a partir dessa ótica de equidade. E aqui a gente observa também que há estados em que piorou, não é a maioria, mas em um ou outro a gente observa que houve esse decréscimo.

Além disso, a gente tem uma crença no nosso país de que o problema do Brasil é a desigualdade socioeconômica, mas a gente observa também que existem evidências importantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da desigualdade racial. Então, uma criança negra e uma criança branca vivem experiências completamente diferentes de infância. E aqui não tem o dado de crianças indígenas por uma questão metodológica, mas a gente sabe também que crianças indígenas têm seus direitos violados, diariamente, há décadas.

E aqui, ainda na pauta de desigualdades raciais, eu trago um dado do estudo do Unicef, que é o Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil, que foi lançado no ano retrasado e que tem uma série de dados muito importantes, mas trago um para que chamo atenção, que é o fato de que um menino negro tem quatro vezes mais chances de ser assassinado do que um menino branco e 21 vezes mais chances de ser assassinado do que uma menina branca na mesma idade. Então, a gente tem uma desigualdade racial, uma desigualdade territorial, mas também uma desigualdade de gênero. Então, como é essa experiência de um menino negro desde a primeira infância, que é quando, muitas vezes, ele deixa de ser lido como um menino sujeito de direitos e passa, muitas vezes, a ser lido como um menor. Então, ele deixa, muitas vezes, de ser alvo de proteção para ser apenas alvo.

Dito isso, a gente já tem também inúmeras evidências que mostram que crianças negras e indígenas sofrem racismo, pela primeira vez, nos primeiros anos de vida – e que bom também falar depois do Vital, que já chamou a atenção para esse fato também, como é que as nossas políticas públicas podem e devem ser antirracistas desde os primeiros anos de vida, entendendo que o racismo também acontece até antes do nascimento, quando a gente olha os dados referentes a acesso e qualidade de pré-natal, violência obstétrica, entre outros.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MAÍRA SOUZA – E aí encerro minha fala compartilhando um pouco das estratégias que o Unicef tem adotado, nos últimos anos e atualmente também, para pensar a primeira infância a partir dessa ótica de equidade, de garantia de direitos. Dentre as nossas estratégias principais, destaco o Primeira Infância Antirracista, que é uma estratégia que nós temos em parceria com o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, dos Direitos Humanos e do Desenvolvimento Social, e também o nosso estímulo e fomento aos planos municipais da primeira infância no âmbito do Selo Unicef. Então, a gente fomenta e catalisa a existência desses planos em mais de 2.277 municípios do Semiárido e da Amazônia Legal Brasileira e, nessa edição, a gente está propondo que a revisão desses planos seja feita a partir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dessa abordagem étnico-racial também, para que a gente consiga, de alguma forma, dar luz para a existência dessas crianças que têm seus direitos violados constantemente, sem deixar ninguém para trás.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos, Maíra. Sem sombra de dúvida, toda experiência e mobilização que o Unicef faz em torno desse tema são muito importantes para nós.

Agora nós vamos passar a palavra para a Sra. Sonia Isoyama Venancio, Coordenadora-Geral de Atenção à Saúde das Crianças, Adolescentes e Jovens do Ministério da Saúde.

Sonia, você tem a palavra para os seus dez minutos iniciais.

Nós estamos lhe vendo bem, dê um alô para ver se o som está bom.

A SRA. SONIA ISOYAMA VENANCIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Está bom também.

A SRA. SONIA ISOYAMA VENANCIO (*Por videoconferência*.) – Eu gostaria...

Está bom? Vocês estão ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Está ótimo.

A SRA. SONIA ISOYAMA VENANCIO (*Por videoconferência*.) – Então, boa tarde a todas as pessoas.

Eu gostaria de agradecer à Senadora Teresa Leitão pelo convite e dizer que é um prazer participar deste momento, desse debate, com tantas pessoas e tantas instituições que têm trabalhado incansavelmente para a gente poder fortalecer as políticas voltadas à primeira infância no Brasil.

Então, eu vou compartilhar aqui. (*Pausa.*)

Eu testei antes, mas não está dando certo agora, olha só. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pronto.

Vocês só confirmem para mim, por favor, se vocês estão conseguindo enxergar em tela cheia? Estão conseguindo ver a apresentação?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Estamos, Sonia.

A SRA. SONIA ISOYAMA VENANCIO (*Por videoconferência*.) – Está bom, obrigada.

Bom, então eu vou começar aqui reafirmando a importância desse período do início da vida. A gente tem evidências, hoje, da neurociência mostrando que o neurodesenvolvimento se dá de uma forma mais intensa nesse período da primeira infância, e, em função dessa neuroplasticidade, esse período significa para nós uma janela de oportunidades, em que as intervenções têm um resultado muito favorável, então a gente não pode perder a oportunidade de fazer intervenções voltadas ao desenvolvimento na primeira infância.

Só gostaria também de reforçar que a primeira infância vem sendo tratada como uma prioridade no contexto global, especialmente com a inclusão nos objetivos de desenvolvimento sustentável, com uma meta específica voltada à promoção do desenvolvimento na primeira infância. E, como Maíra já mostrou – eu não vou detalhar aqui –, o Unicef e a Organização Mundial da Saúde, para apoiar os países no alcance dessa meta dos ODS, lançaram esse modelo de cuidado integral.

Eu só vou reforçar aqui, porque a Maíra já detalhou, que esse modelo aponta a importância da intersetorialidade – de a gente trabalhar ações articuladas de saúde, nutrição, educação, segurança, proteção, o desenvolvimento social e os cuidados responsivos – e que o nosso marco legal da primeira infância está em total consonância com esse modelo, uma vez que a intersetorialidade é tratada de forma prioritária no nosso marco legal.

Em relação aos desafios, eu vou destacar aqui, inicialmente, a questão das desigualdades que a gente tem. Isso se reflete em vários indicadores da primeira infância, mas eu trouxe aqui um indicador da saúde, a mortalidade infantil, mostrando que, apesar de a gente ter, felizmente, uma redução, uma queda da mortalidade infantil no Brasil, essas linhas mostram as diferenças entre as macrorregiões do país, apontando que a gente tem taxas mais expressivas nas Regiões Norte e Nordeste. Então, isso impõe muitos desafios quando a gente pensa em políticas públicas para a primeira infância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Trago aqui também duas pesquisas apoiadas pelo Ministério da Saúde. A primeira é a Pnad Contínua, de 2022. Aqui a gente aponta a prevalência de suspeitas de atraso no desenvolvimento, segundo a raça/cor. A gente vê que esse risco é maior entre as crianças pretas (16,7%) e pardas (13,6%) e, em relação às crianças brancas, essa prevalência é menor (11%). Então, isso reforça as falas do Vital e da Maíra também em relação à importância de a gente pensar em estratégias antirracistas desde a primeira infância.

A gente vem trabalhando, no Ministério da Saúde, a estratégia PIA (Primeira Infância Antirracista), juntamente com outros ministérios, em parceria com o Unicef, exatamente para a gente poder reduzir essas desigualdades.

Uma outra pesquisa, que é o Projeto Pipas, que foi realizado em 12 capitais e Distrito Federal, em 2022 também, mostrou que as crianças em pior situação socioeconômica, no caso da coluna azul, que é o quintil de maior pobreza, têm uma exposição menor a atividades de estímulo. Então, 66% das crianças foram expostas a atividades como conversar, cantar, brincar, e, quando a gente vê as crianças com melhor situação socioeconômica, no último quintil, o vermelho, a gente vê 86%. Então, é uma diferença muito grande mediada pela situação socioeconômica dessas famílias.

Como avanços, eu queria destacar que um grande avanço do nosso marco legal é exatamente a instituição da Política Nacional Integrada da Primeira Infância. Essa era uma expectativa que a gente criou desde a instituição do marco legal, que se concretizou no ano passado. Acho que o Alexsandro vai detalhar muito mais a política. Então, eu só quero trazer aqui isso como um grande avanço.

Além da instituição da política, a gente também avança para a criação de um sistema nacional integrado de informação voltado ao desenvolvimento integral da primeira infância. Já temos um plano estratégico para 2025/2026, com a participação dos vários ministérios. Então já é um avanço em relação a esse exercício tão difícil da intersetorialidade.

Eu vou destacar aqui, então, que, dentro dessa Política Nacional Integrada da Primeira Infância, o Ministério da Saúde coordena um eixo, que é o viver com saúde, que busca a garantia do cuidado integral à saúde. Basicamente, a gente procura implementar e fortalecer a nossa Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (Pnaisc). A Pnaisc é de 2015 e já traz essa atenção especial à primeira infância como um período prioritário e também a prioridade às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

crianças em situação de maior vulnerabilidade, tanto para as ações que visam a garantir a sobrevivência, a redução da mortalidade, como também à garantia do pleno desenvolvimento.

Aqui, rapidamente, eu trouxe algumas ações que acho que podem ter um grande impacto para o alcance desses objetivos.

Começando com a revisão da Rede Cegonha: as portarias foram publicadas em 2024. A Rede Alyne, que é a revisão da Rede Cegonha, é uma estratégia para organização da Rede de Atenção à saúde Materna e Infantil. Isso é muito importante, porque o nosso maior componente da mortalidade infantil é a mortalidade neonatal, que acontece no primeiro mês de vida, e aí a gente tem ampliação de custeio de leitos neonatais; a gente tem um novo componente, um novo serviço custeado pelo ministério, que são os ambulatórios de seguimento das crianças internadas em unidades neonatais; a gente tem a qualificação de complexos reguladores, para qualificar o transporte dessas crianças, inter-hospitalar; e a gente tem também um incentivo específico para a rede de bancos de leite humano. A gente sabe da importância da amamentação, tanto para a sobrevivência como para o pleno desenvolvimento das crianças, e a gente tem procurado, no ministério, ampliar o incentivo, o custeio para as ações de aleitamento materno, como aqui no contexto da Rede Alyne. Também lançamos, em 2024, o Programa Nacional de Promoção, Proteção e Apoio à Amamentação.

Um outro avanço muito importante para reduzir internações e mortalidade é a incorporação da vacina contra o vírus sincicial respiratório para as gestantes, e do nirsevimabe, que é para prevenção das infecções pelo VSR, também para as crianças prematuras.

Queria destacar mais um ponto aqui, que é a qualificação da atenção primária para o cuidado no desenvolvimento da criança.

Nós estamos incentivando a implementação de boas práticas: fizemos uma parceria com o Unicef para ampliar a iniciativa Unidade Amiga da Primeira Infância; retomamos também a distribuição da Caderneta da Criança, em 2024; lançamos a Caderneta Digital da Criança; vamos distribuir – esta é uma ação prevista para este ano – *kits* para avaliação do desenvolvimento infantil para todas as UBS do país, acompanhados também da realização de oficinas de formação de multiplicadores para fortalecer a vigilância do desenvolvimento. Estamos dando uma atenção especial também à detecção precoce dos riscos do transtorno do espectro do autismo, incluindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o instrumento de triagem na caderneta, tanto na física quanto na digital, e também no prontuário eletrônico.

Para finalizar, eu trago aqui uma ação muito importante, que trata exatamente daquele domínio do modelo de cuidado integral, que é o cuidado responsivo. Nós lançamos, no ano passado, um curso híbrido, EaD e presencial, com a abordagem Cuidados para o Desenvolvimento da Criança, da OMS e da Unicef. A gente já tem mais de 70 mil profissionais matriculados nesse curso; formamos também facilitadores dessa abordagem em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. É uma iniciativa para que a gente volte o nosso olhar para o vínculo dos cuidadores com a criança, o fortalecimento desses cuidados responsivos e também a estimulação do desenvolvimento.

Eu encerro aqui. Passei um pouquinho do meu tempo, mas eu estou à disposição para poder responder às questões depois.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Somos nós que agradecemos, Sonia. Muito obrigada pela exposição da ação do Ministério da Saúde em relação à primeira infância.

Vamos passar a palavra agora para Alexsandro do Nascimento Santos, Subsecretário da Política Nacional Integrada da Primeira Infância, do MEC – uma subsecretaria que foi criada muito recentemente, né, Alexsandro? –, para os seus dez minutos iniciais.

O SR. ALEXSANDRO DO NASCIMENTO SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito boa tarde, querida Senadora Teresa Leitão, é um prazer estar aqui nesta audiência tão importante. Em sua pessoa, eu também cumprimento todas as Senadoras e os Senadores da República e os meus colegas aqui de painel, gente tão importante e que colabora tanto para a gente cuidar melhor dos nossos bebês e das nossas crianças no Brasil todo.

Como a senhora mesmo disse, a nossa subsecretaria foi criada muito recentemente – para ser exato, foi criada no dia 29 de dezembro do ano passado. Ela é mais um dos esforços que este Governo do Presidente Lula tem feito para fazer avançar aquilo que foi semeado na aprovação do marco legal em 2016 e que contou com a participação de muita gente da sociedade civil, os Parlamentares, pessoas que trabalham em diferentes níveis da administração pública – nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

municípios, nos estados, aqui na União – e também de organizações de terceiro setor que atuam na agenda da primeira infância e dos organismos multilaterais. De modo que eu acho que o nosso painel está bem representado aqui, com todo mundo que, ao longo desta década, trabalhou bastante para sustentar o marco legal da primeira infância e para produzir os avanços que a gente está conseguindo produzir.

Eu estava assistindo aqui à apresentação – desde o Prof. Vital, passando pela Maíra, pela Sonia – e fiquei pensando que a gente sempre tem, nessa agenda da primeira infância, uma dimensão em que que o copo está meio cheio das coisas que a gente conseguiu avançar e uma dimensão em que o copo ainda está vazio de temas e problemas que a gente ainda precisa enfrentar. Mas eu acho que a criação da subsecretaria pode dar uma força maior para certas ações de política pública e sobretudo para a institucionalização do próprio decreto que criou a Política Nacional Integrada da Primeira Infância com um plano de ação muito explícito que deixa muito nítido quais são as metas, os objetivos, as responsabilidades dos diferentes órgãos do Governo Federal na implementação da Política Nacional Integrada da Primeira Infância.

O nosso decreto foi construído a muitas mãos, a partir, inclusive, do trabalho do GT de primeira infância, liderado no Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico Sustentável – o nosso "conselhão" –, GT que foi liderado pela Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, pelo Todos pela Educação, e contou com a parceria de muita gente do ecossistema da primeira infância, que permitiu que o decreto traduzisse – em termos mais operacionais, mais estratégicos – os princípios e todo o sistema de proteção que o marco legal havia instituído na lei. Então, eu reputo que o decreto faz um passo adicional nesse processo de compromisso do Estado brasileiro com a primeira infância, e também nos dá alguns outros instrumentos de ação pública para tirar do papel as nossas utopias, os nossos projetos.

Do ponto de vista do Ministério da Educação, especificamente, a gente tem uma agenda muito importante de expansão da educação infantil, creches e pré-escolas, e da melhoria da qualidade desse atendimento na educação infantil. Infelizmente, o Brasil não atingiu a meta de cobertura de creches para o Plano Nacional de Educação que findou em 2025. Nós chegamos a 42,1% – a nossa meta era de 50%. Foi um avanço importante na década, mas o avanço importante não nos fez cumprir a promessa que nós fizemos para os bebês e crianças brasileiros. Então, o Brasil continua em dívida nesse campo do acesso à creche, da garantia da vaga em creche para os bebês e crianças brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O novo PNE, que está sob a relatoria da Senadora Teresa Leitão, no Senado, já propõe uma meta mais ousada, inclusive, de 60%, e acho que tem que ser assim mesmo – os bebês e crianças brasileiras merecem e precisam da garantia desse direito –, mas é importante ter atenção em como a gente faz para não estabelecer uma meta e depois não cumpri-la. Precisamos corrigir a rota do investimento, a rota da priorização da política pública para que a gente não repita o fato de não ter cumprido a meta no final desse novo PNE.

Na pré-escola, a gente está mais perto da meta, que é 100%, mas ainda há cerca de 6% de crianças de quatro, cinco e seis anos fora da pré-escola, o que é muito grave, porque aí a gente está falando de escolarização obrigatória. Então, a gente está falando de crime de responsabilidade por parte do Estado brasileiro ao não cumprir esse direito das crianças à pré-escola.

E a dimensão da qualidade continua sendo um grande desafio. Nós temos cerca de um terço dos nossos equipamentos de creche e pré-escola com padrões de infraestrutura insuficientes, que ainda não alcançam a qualidade mínima desejável para bebês e crianças. Esse dado melhorou ao longo da década, mas ter um terço dos equipamentos em condições inadequadas ou insuficientes de funcionamento é muito grave. E a gente sabe que nesses dois casos, no acesso e na qualidade, quem mais precisa tem menos direito.

Então, já se falou aqui, antes de mim, dos impactos da desigualdade de renda, da desigualdade socioeconômica, dos impactos da desigualdade racial, mas também dos impactos da desigualdade de território. Crianças que vivem em áreas rurais, em áreas ribeirinhas, na floresta, em áreas que estão mais afastadas dos centros urbanos, acabam tendo menos acesso à creche e condições de oferta de menor qualidade. Precisamos corrigir isso urgentemente.

Além da dimensão específica da creche e da pré-escola, o esforço do Ministério da Educação é construir uma perspectiva intersetorial para esse atendimento, porque uma série de questões que afetam a frequência à creche, o acesso à creche tem a ver com temas que não são educacionais. São temas que dizem respeito à saúde, temas que dizem respeito à pobreza, temas que dizem respeito à violência doméstica contra a mulher, à situação de abandono que certas famílias vivem em relação a dimensões básicas da sua sobrevivência e que acabam afetando o acesso à creche, a permanência na creche e na pré-escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, também tem uma ação na perspectiva da intersetorialidade, que, inclusive, vai muito na direção do que foi tratado até agora, e, certamente, o Elias também tratará disso pelo MDS, que é a gente pensar em quem são as crianças e bebês que integram o nosso principal cadastro que informa sobre vulnerabilidade e pobreza, que é o nosso Cadastro Único.

O Cadastro Único e, dentro dele, o subconjunto das famílias que integram o Programa Bolsa Família precisam de prioridade absoluta na hora de a gente ofertar a educação infantil em creche e pré-escola. Eles precisam estar em primeiro lugar no atendimento, é assim que a legislação orienta.

E nessa direção, Senadora Teresa e colegas, o Ministério da Educação entregou, mês passado, pela primeira vez na história do país, um sistema nacional de gestão de filas de creche, que pretende dar organicidade, transparência e fazer a priorização adequada dessa matrícula, considerando os diferentes territórios do país. A gente tem quase 2 mil redes públicas municipais que não tinham sistema informatizado para fazer a sua fila de creches e, muitas vezes, isso significava que as crianças que mais precisavam ficavam mais distantes, e significava também que o acesso a creche era dado de acordo com a proximidade com o Prefeito, proximidade com o Vereador, e não de acordo com o direito de cada família, de cada bebê e de cada criança.

Com o sistema nacional de gestão de filas de creche, esse procedimento não só será transparente – todas as famílias saberão qual sua posição na fila e o Estado poderá monitorar e acompanhar como é que está o andamento dessa fila –, mas, sobretudo, a gente vai ter visibilidade do tamanho do desafio que o Brasil tem. O último levantamento que o Ministério da Educação fez, no ano passado, identificou que havia 600 mil bebês e crianças aguardando vaga em creche no Brasil. Com o sistema nacional, a gente vai ter esse dado em tempo real, permitindo melhor planejamento da política pública, endereçamento do financiamento adequado, enfim, tudo isso.

Eu quero finalizar dizendo de outro importante avanço que está em discussão no Congresso Nacional, junto com o Plano Nacional de Educação, que é o fundo nacional de infraestrutura educacional, que é um recurso adicional, diferente do Fundeb, diferente do salário-educação, que pretende aportar recursos para construir e reformar equipamentos de educação.

Eu queria pedir para a sociedade brasileira se mobilizar não só pela aprovação do fundo no Congresso Nacional, mas para que, nesse fundo, haja uma destinação prioritária para creche e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pré-escola. Nós precisamos construir mais equipamentos e reformar os equipamentos que existem, porque existem muitos bebês e crianças aguardando vaga em creche. E, nas outras etapas, esse desafio é menor, de infraestrutura. É na creche e na pré-escola que está o gargalo da infraestrutura escolar no Brasil, sobretudo em termos de acesso.

No tempo que for concedido depois do debate, eu posso falar um pouquinho mais da Política Nacional Integrada da Primeira Infância, mas eu quis destacar os desafios e os avanços da área setorial de educação, porque acho que é importante a gente trazer isso neste momento em que estamos construindo o Plano Nacional de Educação no Congresso Nacional e que temos o Sistema Nacional de Educação já aprovado, em fase de regulamentação.

Devolvo a palavra à Senadora Teresa Leitão. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos, Alexsandro. Muito obrigada pelas suas palavras e sua exposição.

Eu vou passar a palavra para o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) porque aí a gente fecha as três representações governamentais; depois a gente volta para a Mariana, a qual fecha, então, a nossa exposição inicial. Combinado?

Vou passar a palavra – ele também está de forma remota – ao Sr. Elias Oliveira, Diretor do Departamento de Proteção Social Básica da Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS.

Para os seus dez minutos iniciais, Elias.

O SR. ELIAS OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas, a todos que nos acompanham.

Queria cumprimentar a Senadora Teresa Leitão, cumprimentando, na sua pessoa, todos os Senadores e Deputados que compõem esta importante Comissão e que apoiaram a realização desta audiência.

Quero cumprimentar, de forma especial, aqueles que estão aí presencialmente: a Maíra, do Unicef, que é uma grande companheira de articulações aqui do MDS; Sonia Venancio, com a qual a gente tem dialogado muito, desde o comitê e agora nos caminhos da Política Nacional Integrada da Primeira Infância; Alexsandro, com quem a gente tem uma tarefa de construir um conjunto de lutas no sentido de que essa Política Nacional Integrada, de fato, nos faça avançar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

considerando os desafios que nós temos; Mariana Luz, da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, que também, para além de ser uma parceira do comitê naquele momento, é uma parceira de construção coletiva aqui com o ministério, especificamente aqui com a Secretaria Nacional de Assistência Social e com o Departamento de Proteção Social Básica. E cumprimento aqueles e aquelas que nos assistem e acompanham esta importante audiência, já com questões tão importantes e tão interessantes.

Eu quero começar pontuando, rapidamente, um elemento que eu acho que a gente não pode esquecer e que é importante, sobretudo, no campo das políticas públicas, porque ele tem um fator decisivo, é um elemento decisivo no campo daquilo que nós estamos acompanhando agora. Quando a gente constrói um marco da primeira infância, a gente constrói numa perspectiva de crescimento, numa perspectiva de mudar, a partir daquilo que o próprio Professor colocou, a nossa forma de compreender o lugar da primeira infância nas políticas públicas, no campo jurídico normativo, na esfera dos compromissos de estados, de municípios, e de mudar a agenda do pacto federativo no Estado brasileiro. No entanto, nos anos seguintes à aprovação do marco legal da primeira infância, nós sofremos constantemente com cortes que atingiram as políticas públicas no Estado brasileiro, sobretudo as políticas públicas que tinham compromisso fundamental, que precisavam de expansão, que precisavam de maior investimento e que precisavam pavimentar o processo de construção e de aplicação do marco legal, por meio de reordenamento, de revisão, enfim, naquilo que tangia às políticas no Estado brasileiro. Com esse caminho que percorre, sobretudo, de 2016 até o final de 2022, em 2023 nós retomamos uma agenda, retomamos a centralidade do marco legal da primeira infância como condutor dos processos de construção da direção da proteção à primeira infância no Estado brasileiro, no conjunto das políticas públicas, e passamos, a partir disso, a construir uma agenda comum. O próprio Conselhão determina isso, constrói essa lógica, a partir do GP que cria o comitê nacional integrado para a construção da Política Nacional Integrada da Primeira Infância e o próprio decreto que cria a Política Nacional Integrada da Primeira Infância.

A gente precisa também entender um tempo histórico que a gente precisou recuperar, não que esse tempo não tivesse ocorrido, não tivesse construído algumas ações, ações em várias direções, com pouca integração, que efetivamente buscavam construir respostas isoladas em detrimento de respostas coletivas e, sobretudo, de respostas integradas para a proteção à primeira infância no Estado brasileiro e nas políticas públicas. De forma muito respeitosa, eu acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que a gente não pode esquecer esse tempo e esquecer o quanto isso nos faz retomar, a partir de uma agenda de 2023, os compromissos fundamentais com a proteção integrada da criança, com a defesa das políticas públicas no Estado brasileiro, voltando a trazer novamente essa agenda para a centralidade.

A partir da construção da Política Nacional Integrada da Primeira Infância, em que o MDS fica responsável pelo eixo viver com dignidade, buscando promover a garantia, o cuidado, a proteção e a assistência social, nós já estávamos trabalhando em dois processos iniciais.

O primeiro deles foi o reordenamento do Programa Criança Feliz, em um diálogo profundo, sobretudo, com o Ministério da Educação, com o Ministério da Saúde, não é, Sonia? Quantas trocas nós fizemos para reposicionar isso? E, no campo do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, buscamos transformar isso em uma política pública permanente, tipificada, como nós fizemos, transformando esse programa em serviço, o Serviço de Proteção Social Básica para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos, publicado nas Resoluções 218 e 219 do Conselho Nacional de Assistência Social em 2025. Agora, a gente está em fase de iniciar a transição dos municípios de programa para serviço. São 2.994 municípios aderidos. Então, a gente realiza a transição este ano, garantindo o cofinanciamento que esses municípios já tinham, garantindo a presença das equipes e qualificando a presença de equipes para o atendimento dessas crianças, mas trazendo um olhar para o território, para o lugar onde as coisas acontecem. Como serviço do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos mantém a centralidade na criança, o foco na família e o olhar nos impactos do território, sobre o que acontece no modo de vida daquela família, até para entender a proteção, a acolhida, o cuidado que essa família requer diante das desproteções sociais, dos vazios protetivos, mas também da presença do Estado. Estamos construindo um protocolo, já no avançado debate, SUS-Suas, em que a gente está mediando todo o processo de um conjunto de responsabilidades que nos faz, cotidianamente, pensar no território, nas ações integradas entre assistência social, saúde e também educação.

Alexsandro fez uma fala extremamente importante, porque nós começamos a fazer as perguntas. E, quando nós pegamos, na assistência social, o Cadastro Único, as famílias que estão no Bolsa Família, quando nós pegamos as crianças de zero a seis, quando nós olhamos a prioridade, nós também começamos a nos perguntar: quem é que está ocupando as vagas públicas onde elas existem? Por que esse público, quando nós puxamos no Cadastro Único e nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fazemos o cruzamento com as crianças que estão...? Muitas dessas crianças desse público não estão sendo atendidas com a prioridade, como bem disse o Alexsandro, que a legislação requer.

Mais que isso... A gente está falando aqui de um serviço, para dar um exemplo do ministério. Nós lançamos, e está em consulta pública também, no campo da assistência social, um documento chamado Trabalho Social com Famílias e Territórios: Trilha para a Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social, porque o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio é uma coisa que está lá no Cras na proteção básica, que vai atender o território, mas o Suas é muito maior. O Suas tem proteção social especial de média e alta complexidade, o atendimento dos Creas, o Suas atende situações de proteção social de calamidade, catástrofe.

Nós estamos fazendo uma escuta do país inteiro, em parceria com o Banco Mundial, a quem eu também quero agradecer, em parceria com o Unicef, em parceria com a Fundação Bernard van Leer, que está nos ajudando a escrever, a construir seminários regionais e a fazer a escuta desse processo, com estados, com municípios, para que nós produzamos materiais, para que nós organizemos o serviço de forma mais próxima e que aquilo que construamos esteja mais próximo da realidade.

Por último, mas não menos importante – e, depois do debate, a gente aponta outras coisas –, tudo isso, como o Professor disse no início, só é possível se a gente tiver recurso. Eu falei em 2.994 municípios aderidos. Nós queremos chegar a 5.571 municípios aderidos, mas para isso, é preciso que coloquemos isso na agenda pública e no orçamento público. Por isso, também manifesto aqui a necessidade de apoio à PEC que está para ser votada, a PEC 383, de 2017, que consigna 1% da receita corrente líquida da União para financiamento da política de assistência social na União, nos estados e nos municípios. A gente só faz expansão de acesso a direito com recurso público, com financiamento público e com compromisso do pacto federativo para União, estados e municípios, numa agenda dialogada.

Acho que é isso, de início, para a gente apontar alguns elementos.

E fico à disposição para a gente discutir, depois do debate, outras questões importantes que estão se construindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Elias. Essa PEC é um grande desafio, não tenha dúvida. Tudo que fala de vinculação gera sempre posições polêmicas, mas ela está posta, sem sombra de dúvidas, não é?

Passo a palavra agora, concluindo as nossas exposições, de forma remota, à Sra. Mariana Luz, Presidente da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal.

A SRA. MARIANA LUZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá. Muito boa tarde a todos e a todas.

Quero compartilhar a alegria de estar aqui hoje, a felicidade de fazer parte desses dez anos do marco legal, em nome da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal.

Cumprimento a Senadora Teresa Leitão, que é uma liderança tão importante nesta Casa, mas também é fundamental na Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, os nossos parceiros da sociedade civil, Maíra, Vital e nossos representantes aqui, de forma intersetorial, Alexsandro, Sonia, Elias, que têm feito, cada um na sua casa, uma defesa conjunta por esta causa, que é tão estrutural para vencermos a pobreza, as desigualdades do nosso país.

Eu vou compartilhar uma apresentação rápida, mas a vantagem de ser a última é que muito já foi falado, e, então, a gente vai tanto otimizar o tempo de vocês como pensar junto e deixar espaço para uma conversa.

Vocês estão visualizando a minha tela? Sim?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim.

A SRA. MARIANA LUZ (*Por videoconferência*.) – Então, eu vou avançar.

E, dizendo muito do início da fundação... Para quem não conhece, a fundação tem 60 anos, está aqui justamente atuando exclusivamente na primeira infância, com um olhar de muitas reflexões...

Ah, não, acho que saiu, não é? Esperem aí. Desculpe. Voltou? Voltou, não é? Está bem.

E é muito com esse foco da primeira infância como a estratégia mais eficiente de a gente combater as desigualdades, de a gente construir este país que a gente quer não só no futuro, mas hoje, agora, com a criança como um sujeito de direito, prioridade absoluta como diz a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Constituição, com esse senso de urgência. Na escolha da fundação, a gente olha para essas metas muito de educação infantil, parentalidade, desenvolvimento infantil. A Sonia trouxe aí aspectos importantes de construções que a gente vem fazendo de forma conjunta há muitos anos sobre esse aspecto que é pouco falado. Acho que é mais comum a gente falar de saúde, educação e assistência social de forma isolada, mas o desenvolvimento infantil trata justamente do aspecto integrado de todos esses componentes, mas também dos mecanismos estruturantes da política pública que a fundação vem apoiando e também de sensibilização da sociedade, porque a gente acredita que não tem uma forma de você fazer a política avançar sem ter a sociedade exercendo essa pressão que é tão natural das organizações da sociedade civil e que deveria ser de todos os indivíduos como parte desses atores que demandam, que exigem essa garantia de direitos e essa luta por cada criança brasileira desde a gestação, do seu nascimento, até os seis anos, como essa grande janela de oportunidade, que tantos já trouxeram.

Eu acho que a gente já está falando do marco, mas acho que sempre vale resgatar que tem este arcabouço: tem a Constituição de 1988; tem o ECA; tem o marco legal; tem os ODSs; a Pnipi, de que a gente falou aqui; e agora, hoje, até o ECA Digital, como também está sendo falado.

Acho que, do que não foi trazido ainda, eu vou destacar aqui... A gente tem essa questão do consenso, eu sempre digo que a Pnipi vai ser uma pauta que une. Então, o fato de o marco, há dez anos, ter unido Câmara e Senado... Acho que a gente também está vendo a Pnipi agora se tornar uma lei, hoje a política está instituída como um decreto, mas ela está tramitando no Congresso Nacional, também com essa visão de união, o que é muito importante; porque a primeira infância é uma pauta que une. A criança não só é um sujeito de direito que está na Constituição, mas ela é esse sujeito que a maioria das pessoas, sobretudo as que cuidam dela, como eu sempre digo, quer ver o bem delas, embora a gente tenha desafios. E eu vou trazer parte deles aqui também, que é aquela lógica que a gente já trouxe – acho que foi o Alexsandro – do copo cheio e o copo vazio. E gente prefere enxergar o cheio como oportunidade, mas diante da concretude e do realismo dos desafios que estão postos, para a gente poder avançar também a partir de um diagnóstico relevante.

E acho que, além do que já foi falado, das licenças-paternidades, dessa atuação intersetorial, dos planos municipais e estaduais que a gente viu avançar na última década, tem também outros componentes que foram impulsionados pelo próprio marco legal: a Lei da Escuta Protegida; esse *habeas corpus* de prisão preventiva domiciliar, com mulheres grávidas, puérperas e mães de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

crianças até 12 anos; o Pacto Nacional pela Primeira Infância do CNJ; o Agosto Verde – estou aqui de verde nessa visão de esperança por essa causa, mas também de representatividade do que essa cor nos trouxe como efeméride que faz barulho, que é importante e que também foi uma lei aprovada no Congresso Nacional –; a Lei da Parentalidade Positiva; os parâmetros; e a Pnipi, que está tramitando e que a gente tem muita esperança que ela avance.

A Pnipi está baseada muito no que foi o decreto, no que foi uma escolha do Governo, a partir de também todo o debate no Conselhão, que todos aqui, de alguma maneira, fizemos parte. A gente, então, vai escolher esse fortalecimento das setoriais, a gente vai escolher também, de forma ousada, trazer a tecnologia e a integração de dados, um diálogo com as famílias... Então, os eixos da Pnipi foram muito bem pensados a partir dessa evolução histórica que a gente tem falado desde 1988, desses dez anos de marco legal, mas também do que é o Brasil hoje, do que é a política pública do futuro, que olha para a tecnologia e quer fazer dela parte desse diálogo, dessa oportunidade de a gente visibilizar as crianças de forma integrada. Não basta só fazer política integrada, a gente precisa enxergá-las de forma integrada para a gente de fato conseguir otimizar essa integração, encontrar os invisíveis, garantir que não há redundância, mas que há complementariedade no atendimento, no dia a dia e na prática.

Isso é, inclusive, uma visão interfederativa, porque a gente está aqui com muitos órgãos do Governo Federal, mas a gente sabe que a primeira infância precisa de um estado atuante e acontece no município. Então, o pacto federativo é fundamental para, de fato, a gente conseguir fazer essa política chegar aos seus beneficiários de uma forma eficiente, de uma forma que gere valor, que gere benefício para o desenvolvimento das nossas crianças.

Acho que sobre a Pnipi a gente já falou um pouco aqui. Há a coordenação com a subsecretaria recém-criada que o Alexsandro coordena. Acho que é muito importante, ao ter o MEC, que é uma pasta setorial, a gente manter a visão da intersetorialidade com essa coordenação. A gente tem também outros atores como o próprio MDHC, a Justiça... A gente tem que ter também ali uma visão muito importante do MGI, que está assumindo uma parte importante dessa integração de dados...

Como é que isso dialoga com os nossos Parlamentares no Congresso Nacional, Senadora, para aprovação aí no Senado hoje dessa política, mas também para a gente poder ter a sociedade, por meio de suas representações como a Fundação Maria Cecilia, Unicef, Vital, RNPI, todos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estamos aqui, todo mundo, entender e demandar por essa política? A gente está em um momento em que a sociedade tem cada vez mais sido vocal sobre o que ela quer, o que ela deseja. E a gente não pode ser permissivo em relação às nossas crianças, justamente em função dos muitos desafios de contexto que a realidade apresenta.

E aí já trago dados dessa realidade dura, complexa, a partir de um estudo recente que a gente fez com o MDS e que traz o diagnóstico do CadÚnico, que mostra que a gente tem, dos 18 milhões de crianças, 55% em situação de pobreza, 70% sofrendo violências sexuais, em famílias de baixa renda e lideradas por mães solo, em sua maioria negras, ali é na casa dos 70%.

Então como é que a gente olha para isso, como é que a gente foca, como é que a gente prioriza algo que já foi dito aqui, que é oferecer mais para quem tem menos, porque é só assim que se quebra desigualdades? É a partir do dado, a partir da evidência, a partir de uma gestão integrada e que, ancorada nesse trabalho, pode sim definir metas, prazos, alocar recursos e gerar resultado, para que a gente, de forma acelerada, consiga gerar impacto, porque as crianças estão esperando, e a gente, como país, está atrasado.

As desigualdades também estão presentes no mapa regional. Então, a gente vê crianças no Norte com maior índice de ausência de saneamento básico; no Nordeste, quilombolas; no Sudeste, em situação de rua; em trabalho infantil no Sul; no Nordeste, no Norte, crianças indígenas e que nunca frequentaram a creche/pré-escola.

Esse olhar... Acho que eu vou avançar um pouquinho para... Acho que o Alexsandro já trouxe dados de educação...

Mas é isso, a gente precisa garantir que quem está fora que entre, entre mais rápido, cruzando com o CadÚnico, cruzando com a saúde, com o atendimento básico de saúde materno-infantil e todos esses dados, para que não haja esses outros desafios aí intersetoriais dos quais eu já falei, e quero evoluir sem...

Não deixando de falar de racismo, a gente viu crescer não só a violência contra crianças, mas também o racismo e o impacto que o racismo gera – a Maíra já trouxe isso –, o impacto que ele gera no desenvolvimento infantil.

Então, a gente não pode normalizar essas variáveis. A gente precisa integrar todas essas dimensões, para que a gente possa atender de forma diferente, mas com uma amplitude nacional,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

com uma visão regional e com uma potência local, para que, de fato, a gente consiga vencer tantos desafios.

A crise climática também é uma crise que segrega; primeiro, crianças e cujas... As crianças, que são muito ausentes neste debate, são infelizmente as mais afetadas, mulheres graves e crianças pequenas. Como que a gente cuida disso?

E, muito importante, a gente... Algo que está previsto no marco, que tanto era a política que estava prevista no marco – Política Nacional Integrada da Primeira Infância –, mas também essa visão de avaliar, de monitorar, de trazer o dado, de ter o orçamento...

Acho que a gente tem avanços aqui com o PPA, também com o monitoramento que foi feito dentro do Conselhão, que elenca todos os ministérios que têm projetos de primeira infância... Então, como é que a gente começa a consolidar isso, a entender esse número? E, aí, a demandar para uma alocação de recursos, porque, embora a Senadora tenha falado que é difícil, a gente tem que brigar por isso, porque, sem recursos, não tem prioridade, não tem implementação de política.

E, por fim, então, deixo esse rol de quatro grandes prioridades, que são: transformar a PNIPI numa lei, numa visão e numa escolha do Estado brasileiro; garantir um orçamento próprio com metas mensuráveis, que a gente possa monitorar, que a gente possa, como sociedade civil, brigar por elas, seja quando elas estão atrasadas, ou celebrar, quando elas estão avançadas, mesmo no tempo certo; que a gente possa também integrar isso numa visão de território de um Brasil que é gigantesco, mas que precisa ser entendido nacionalmente e com todos esses aspectos locais; e aprovar o PNE – que também já foi dito aqui –, para que a gente possa avançar em algo que a gente está devendo já ao Brasil no primeiro plano, porque, nesse segundo plano, a gente não tem o direito de falhar. A gente precisa monitorar com mais clareza, para que a gente possa ter sucesso no desenvolvimento integral das nossas crianças.

Aqui, na Fundação, a gente diz que cuidar das nossas crianças é cuidar dos outros, especialmente das crianças de ninguém, e são elas e todas elas que são prioridade absoluta do nosso país.

Muito obrigada. É uma alegria estar aqui.

Contem sempre com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E parabéns pela iniciativa, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada. Muito obrigada, Mariana.

Apesar de todos os limites, apesar de todos os desafios, depois dessas explanações, a gente sai com a convicção vital de que vale a pena comemorar os dez anos do Marco Legal da Primeira Infância.

Muita coisa ainda por fazer, mas é para isso que existe a esperança, é para isso que existe a utopia, para a gente nunca estar totalmente satisfeito com o que a gente constrói, porque o que a gente constrói gera outras necessidades, e a gente precisa transformar essas necessidades em direitos para serem conquistados, para serem universalizados.

Então, eu vou passar a palavra novamente para vocês, caso queiram, a quem quiser, para algum complemento ou alguma consideração a respeito das intervenções dos colegas de mesa.

Chegaram mais quatro perguntas, e acho que algumas já foram bastante pontuadas.

Eu vou ler só em atenção também a quem nos acompanha e dialoga conosco, porque também já fiz a leitura das quatro iniciais.

Caroline, do Rio de Janeiro: "Há evidências de impacto positivo no desenvolvimento infantil em diferentes regiões do país?".

Desigualdades regionais foi abordado por todo mundo, não é?

Mikeias, do Paraná: "Há recursos suficientes para implementar as ações previstas na lei?".

Não. Orçamento é um ponto focal.

Vivaldo, de Rondônia: "Após dez anos da Lei 13.257, de 2016, quais são hoje os principais desafios para efetivar políticas públicas integradas para a primeira infância?".

Também acho que todos abordaram isso.

E, finalmente, Renata, do Distrito Federal: "Como o Estado garante que crianças com deficiência tenham acesso a recursos adaptados nos serviços de saúde e educação na primeira infância?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, muito obrigada a todos que participaram mandando suas perguntas.

Eu volto, portanto, a palavra para a mesa, na mesma ordem de intervenção, começando, para seus cinco minutos complementares, com o Vital Didonet.

O SR. VITAL DIDONET (Para expor. *Fora do microfone*.) – Posso responder a algumas questões?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pode, fique à vontade. Pode responder ou dialogar, como achar melhor.

O SR. VITAL DIDONET – Muito obrigado.

Tem uma pergunta da Renata, do Distrito Federal: "Como o Estado garante que crianças com deficiência tenham acesso a recursos adaptados nos serviços de saúde e educação na primeira infância?".

Bom, nós temos duas leis que determinam ou estabelecem formas de atendimento às características das crianças com deficiência, das pessoas com deficiência, inclusive as crianças: a Lei 13.146, de 2015, que é a Lei da Inclusão, e a Lei 10.098, do ano 2000, que é a Lei da Acessibilidade.

Porém, leis não transformam a realidade. Quem transforma a realidade são as pessoas. E, para as pessoas transformarem a realidade, orientadas pela lei, é preciso que haja sensibilidade.

Por isso que eu disse, no início, que o Marco Legal da Primeira Infância não é uma lei fria; ela é uma lei de sensibilidade. Nas entrelinhas dela, você encontra ternura, encontra afeto. E eu digo isso porque eu li um livro de Luis Restrepo, de um psicólogo colombiano, que fala que, na política, é possível se ter ternura, e eu acho que o Marco Legal da Primeira Infância mostra isso. A gente só vai avançar efetivamente quando existe engajamento pessoal, sensibilidade e competência técnica, mas também sensibilidade e afetividade para com as crianças.

E eu penso que uma coisa importante, Renata, é que os cursos de formação de nível superior, de engenharia, de arquitetura, e a formação de pessoas que criam móveis, espaços, móveis escolares e equipamento, para conhecerem as características das crianças com deficiência, a fim de que o sistema de ensino possa contratar esses profissionais, para fazer esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

equipamentos nas praças públicas, na escola, nos postos de saúde. Que os gestores públicos tenham profissionais capazes de fazer esses...

Porque, muitas vezes, a professora tem disposição, lá na creche, na pré-escola, mas não depende dela ajustar rampas, móveis ou brinquedos adaptados.

Outra pergunta, dentro do meu tempo.

O Anderson, de Pernambuco, perguntou sobre como fortalecer os conselhos em geral e, em especial, o conselho tutelar.

Eu acho que uma das estratégias que tem demonstrado maior poder de transformação são as redes e, na área social, as redes de organizações que se articulam para um objetivo comum.

Nós temos a Rede Nacional Primeira Infância, que tem mais de 200 organizações do Governo, da sociedade, da sociedade civil, do mundo empresarial, das universidades, dos institutos de pesquisa, e essa rede é uma prova de que é possível a gente avançar em conjunto, em diálogo, num diálogo horizontal.

Eu sugiro, Anderson, que, lá no teu espaço de trabalho, você, como conselho tutelar, fortaleça o sistema de garantia de direitos, porque o sistema de garantia de direitos deve atuar como rede, não apenas como um sistema de encontro de organizações, mas de atuação conjunta.

"De que forma o marco legal da primeira infância contribui para reduzir as desigualdades educacionais que já começam na infância?".

Acho que a fala da Mariana Luz foi muito clara nesse ponto, quanto à Fundação Maria Cecília Souto Vidigal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VITAL DIDONET – ... que está focada na redução da desigualdade por meio de políticas educacionais de equidade.

O Ministério da Educação promoveu, no ano passado, a revisão dos parâmetros curriculares, dos parâmetros de qualidade, incluindo as referências sobre equidade. Agora, nós temos que formar profissionais da área da educação, da saúde, da assistência, para entender o que é equidade no atendimento das crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não é dar tudo igual para todo mundo. Quem mais precisa, precisa de mais. E o que é mais, numa sala de creche, numa pré-escola?

Então, eu acho que é fundamental que a gente desenvolva essa política de equidade e, como eu disse, e já vários mencionaram aqui, a política antirracista, porque a maior diversidade começa na primeira infância.

A discriminação étnico-racial é determinante de todo um percurso escolar, portanto, de também inserção no mundo do trabalho, da política, da economia e da vida social.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada. Mais uma vez, agradeço a sua participação, Vital, sem sombra de dúvida, bastante inspiradora para todos e todas nós.

E passo a palavra para a Sra. Maíra Souza, do Unicef, para seus cinco minutos complementares.

A SRA. MAÍRA SOUZA (Para expor.) – Obrigada, Senadora, e obrigada também aos colegas que me antecederam.

Eu acho que eu já enderecei algumas das perguntas na minha fala inicial, mas só em complemento ao Vital, em relação à fala da Renata, do Distrito Federal...

Primeiro, as crianças com deficiência na primeira infância são uma população invisibilizada, literalmente invisibilizada, porque elas não são vistas em lugar nenhum.

É ainda na primeira infância que a criança com deficiência é mantida em casa, o que faz com que ela também esteja exposta a mais violências, dentro de casa, até mesmo, ou mais exposta a situações de risco, e também é ainda na primeira infância que existe um índice muito importante de exclusão escolar.

Então, a pauta do acesso da criança com deficiência é muito essencial, mas também, uma vez que a criança com deficiência acessa esses equipamentos, como a gente garante também que esses equipamentos tenham qualidade para recebê-las e que esse equipamento vá prestar um serviço humanizado, anticapacitista e de qualidade para essas crianças? Então, eu acredito que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

chave é investir também em formação dos profissionais, dos profissionais de educação infantil, de saúde, visitadores domiciliares e outros.

Em relação também à pergunta da Danielle, de Rondônia, sobre as populações amazônicas com dificuldade de deslocamento fluvial, acho que essa pauta também está muito vinculada com a agenda da justiça climática, entendendo que esses deslocamentos fluviais já são difíceis no dia a dia, mas, quando a gente vivencia situações ou de chuvas extremas, ou de seca, enfim, essas dificuldades tendem a se agravar no Norte do país, mas não só. Então, como a gente conseguiria também ter a atenção devida mesmo para esses choques climáticos e como eles afetam a infância?

Infelizmente, eu não tenho uma resposta para essa pergunta em 2 minutos e 50 segundos, mas é urgente a gente aproximar essa agenda da infância nos diálogos com Defesa Civil, nos diálogos com mitigação de risco, com resposta e prevenção de emergências, sobretudo emergências climáticas também.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sem dúvida, Maíra. Esse foi um dos pontos, inclusive, de inclusão por parte das nossas audiências públicas aqui do Senado para o Plano Nacional de Educação: como tratar a sustentabilidade no âmbito da educação e da proteção às crianças, evidentemente.

Muito obrigada.

Eu vou pedir aos representantes governamentais para passar a palavra para a Mariana agora, porque ela está com limite de horário, por conta de uma outra atividade.

Pode ser? (*Pausa.*)

Pronto.

Então, Mariana Luz, da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, para os seus cinco minutos complementares.

A SRA. MARIANA LUZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, vou agradecer a oportunidade. Acima de qualquer coisa, o que a gente acredita como sociedade civil é na construção desses espaços de diálogo, e, Senadora, acho que, em dez anos do marco legal, muito foi dito, muito foi pensado, divulgado, mas eu acho que ter este momento aqui, no Congresso, é sempre muito valioso, para continuar plantando essas sementes, continuar regando as que estão florescendo, para que a gente possa ver, então, a sociedade e os Parlamentares e os Senadores e os representantes do Governo, da sociedade civil e todos que nos assistem, de alguma forma, mobilizados, porque, se eu recomeçar de onde eu parei, que é "cuidar de cada criança é cuidar de um país inteiro", "primeira infância primeiro", a nossa defesa pela primeira infância não é pela primeira infância sozinha.

Na verdade, a gente poderia dizer que sim, que um bebê...

Acho que é muito legal como o Alexsandro sempre coloca os bebês – eu também tenho feito isso, Alex –, porque eu acho que é uma forma de a gente lembrar dos pequenininhos também. Porque, às vezes, quando a gente fala de criança, a gente não pensa nos menorezinhos, e quem está aí – o Elias, na assistência social, o Alex com o chapéu da educação e da creche, e a Sonia, na vacinação – sabe que é um cuidar diferente o cuidar de bebês. Se a gente não se lembrar disso o tempo todo, a gente pode cair naquele momento de pensar só numa criança mais velha que interage, que fala, e a gente vai estar perdendo essa janela de oportunidade.

A lógica da primeira infância, com um olhar muito bem trazido aqui das crianças com deficiência, das crianças negras, das mulheres, da questão de gênero, a gente está falando aí de 74% das mulheres do CadÚnico que estão liderando famílias... Se a gente pensar em todos esses recortes, é uma etapa específica, tem um componente de gênero, tem um componente de raça, tem um componente indígena, tem um componente de criança com deficiência, que são especificidades, mas que, no fim do dia, somos todos seres humanos. E, a partir do cuidar com um olhar específico, com a prioridade para quem mais precisa, com foco no acesso da política pública, e não basta ter o acesso, tem que ter a qualidade, é algo que a gente sempre conversa, e não em uma dimensão só: a qualidade não tem que estar só na sala de aula, tem que estar nesse atendimento materno-infantil, tem que estar no Cras e no Crees; ela precisa fazer parte do combate à violência e de como a gente oferta um atendimento para essa criança que a blinde, que a proteja, que não a segregue da família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a gente também precisa retomar no país que o conceito de família é um conceito de todos, ele é um conceito brasileiro. Ela é uma unidade de cuidado, e a gente tem múltiplas formas de famílias, mas a gente precisa não só ter a família como cuidador, mas a sociedade, o Estado e a vila. A Constituição fala desses três atores, mas é o conceito do provérbio africano de vila que a gente precisa ativar o tempo todo para que a gente garanta esse desenvolvimento integral da criança, sim, que tem esse direito, mas, porque por meio dela a gente vê isso transbordar para a família, para a comunidade, para a cidade, para o Estado e, assim, para o país inteiro, como diz o nosso grande mantra aqui.

Então, eu quero terminar com isso: vamos cuidar da criança pequena, mas vamos cuidar do país inteiro, porque é isso que a primeira infância faz; agradecer a oportunidade mais uma vez e dizer que a fundação está aqui há 60 anos, há quase 20 fazendo isso, e que a gente vai continuar firme nessa toada.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Mariana. É bom lembrar o conceito de vila, que nos lembra o território, que nos lembra a aldeia, e o mantra ubuntu: "É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança".

Muito obrigada por sua participação e passo, de imediato, a palavra – fique à vontade quando precisar se retirar, Mariana, nós entendemos –, também de forma remota, para a Sra. Sonia Venancio, Coordenadora-Geral de Atenção à Saúde das Crianças do Ministério da Saúde.

A SRA. SONIA ISOYAMA VENANCIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora.

Eu acho que a gente falou aqui... Tanto as falas como as perguntas trazem aqui uma questão importante sobre o enfrentamento das desigualdades e como a gente pode avançar fortalecendo a intersetorialidade no contexto dessa Política Nacional Integrada da Primeira Infância. Então, eu queria trazer aqui a importância da atenção primária à saúde nesse contexto.

A atenção primária está presente em todos os municípios brasileiros, independentemente do porte; então, 5.571 municípios brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É a APS que atua nos territórios, nessas vilas; é a APS que está mais perto das famílias, das crianças. Então, eu queria destacar aqui o investimento, a prioridade que está sendo dada à atenção primária nesta gestão. Então, a gente teve aí um aumento em torno de 70% no orçamento, o investimento na atenção primária, chegando a R$60 bilhões em 2025, e isso tem possibilitado uma ampliação dos serviços. A gente está com em torno de 45 mil unidades básicas de saúde em todo o território nacional, 54 mil equipes de Saúde da Família, e o modelo, o novo modelo de cofinanciamento da atenção primária, tem essa preocupação também, em relação ao enfrentamento das desigualdades. Então, prioriza municípios com uma situação de vulnerabilidade maior – o financiamento leva em consideração isso. É um financiamento também que se volta para a implementação de equipes, para atender às comunidades ribeirinhas, pessoas em situação de rua, para atender às especificidades dessas populações em situação de maior vulnerabilidade.

E, pensando na importância da APS, quando a gente fala da intersetorialidade, é a equipe de Saúde da Família que pode conversar com a creche do território, com o Cras, que pode fazer essa articulação. Então, eu acho que o objetivo dessa nossa política integrada, como o Elias citou, é o trabalho que a gente está fazendo, de ter protocolos integrados SUS-Suas, por exemplo, porque a mesma família, a mesma criança, recebe cuidados da saúde, da assistência social, da educação; essa criança também está na creche; então, é no território que isso acontece. E com algumas ações, por exemplo, como o Programa Saúde na Escola, que é um programa consolidado já, uma articulação entre saúde e educação, a gente também, por meio da Política Nacional Integrada, busca fortalecer e intensificar as ações, no âmbito do PSE, para as crianças na primeira infância também, alcançando as creches e a pré-escola.

Então, eu queria trazer essa visão. Nós estamos aqui na nossa coordenação na Secretaria de Atenção Primária. Esses avanços que a gente vem tendo em relação ao fortalecimento da atenção primária no Brasil... O Ministro Padilha lançou o Saúde Brasil 360, que é exatamente isso: fortalecer a atenção primária para fazer um giro de 360 graus no território, buscar articulação com outros setores e também coordenar o cuidado na Rede de Atenção à Saúde; então, identificar as necessidades, por exemplo, das crianças com deficiência, e poder fazer uma articulação com a rede de atenção à pessoa com deficiência, com os serviços especializados. É isso, então, que a gente vem buscando avançar aqui no Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer mais uma vez por esta oportunidade de participar deste momento tão rico e tão importante, parabenizar a Senadora Teresa e colocar o Ministério da Saúde à disposição sempre para esse diálogo e também para esse trabalho conjunto em prol da primeira infância.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Sonia, pelas suas contribuições. Esse programa Saúde e Prevenção nas Escolas, eu cheguei a vivenciar ainda como Deputada. Eu fazia parte do conselho gestor, representando a Assembleia Legislativa; e, realmente, foi bom ele ter voltado, ele passou um tempo paralisado. Que bom ele ter voltado, nesse movimento de resgate, que foi citado também por Elias!

Eu passo a palavra agora para você, Elias, que é Diretor... É isso, pela ordem? (*Pausa.*)

Não, pela ordem é o Subsecretário...

O SR. ELIAS OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Não, eu posso falar... Não tem problema, não, acho que o Alex fala por último...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Está certo.

O SR. ELIAS OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – ... coordenando a estratégia lá pelo MEC.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Está bom.

O SR. ELIAS OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Eu quero só ressaltar o seguinte: primeiro, Senadora Teresa, quero dizer que a gente está muito feliz, ansioso, eu estou aqui tremendo, porque a gente recebeu a notícia agora há pouco de que a PEC está para ser votada. Houve um requerimento para que ela fosse votada hoje, e já há um consenso entre o Governo, entre os Deputados da necessidade da sua aprovação. Então, a gente está muito tenso e muito feliz.

Eu queria só responder à pergunta sobre a questão que envolveu o conselho tutelar, que eu acho que a gente não pode analisar isoladamente. Como eu disse antes, eu acho que as agendas nacionais, o SUS, o Suas e o Sistema de Garantia de Direitos, nós temos agendas inconclusas para dizer o que são esses sistemas, e isso rebate em diversas políticas. Mas uma das agendas que nós temos hoje, quando a gente trata do Sistema de Garantia de Direitos, é olhar, olhar com respeito, mas, ao mesmo tempo, fazer uma análise hoje do funcionamento, da função,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da forma de escolha dos conselhos tutelares, na relação direta com a agenda do Sistema de Garantia de Direitos, e como, na agenda do Sistema de Garantia de Direitos, dialoga-se diretamente com a agenda dos sistemas públicos, agora com a educação, agora com a saúde e com a assistência social. Então, acho que a gente tem tarefas inconclusas, e uma delas é a gente avaliar esse processo, a importância dele, mas, sobretudo, neste tempo, como é que hoje a gente faz essa agenda crescer.

Em relação à dimensão de que a gente fala, integralmente aqui, a gente já teve pontos, mas quero dizer o seguinte: acho que são duas coisas fundamentais. Primeiro, a agenda pública, estar na agenda pública, estar na agenda política é o que vai fazer a gente caminhar para a agenda orçamentária. Então, isso é um caminhozinho básico e fundamental para que a primeira infância... Mas, como diz a Mariana, Sonia, o Alex e todos: olhando para a primeira infância, a gente olha para o horizonte no final. Que uma primeira infância bem cuidada garanta que a gente tenha uma terceira idade, uma velhice que não tenha problemas, melhor, e melhores condições de vivência! Então, eu acho que a gente não pode deixar de fazer essas pontes e esses trajetos.

A segunda coisa, com muito respeito, eu acho – e me corrijam –, tanto eu, Sonia, a Saúde, a Educação, a Assistência, a Mariana, a Maíra já viram isso: a gente tem uma dificuldade para falar de equidade neste país, porque, quando a gente fala de equidade, sobretudo no que se refere às pessoas mais pobres, geralmente, a gente tem uma confusão com privilégio, e isso é um problema. Por diversas vezes, nós acompanhamos políticas públicas na saúde, na educação, na própria assistência social sendo atacadas, porque, ao pensar a dimensão da proteção, acolhida e cuidado, cada um em sua área, na dimensão de equidade, geralmente isso é tratado como privilégio, é visto como privilégio por alguns. Então, a gente tem um debate de alteração de cultura para fazer, o debate de equidade precisa entrar na cultura política, na cultura pública deste país. E essa é uma tarefa para a formação, como diz o professor. A universidade tem que formar, todos nós temos que trabalhar nessa lógica.

Nós estamos fazendo um trabalho duro aqui, trabalhando com a primeira infância, fazendo formações. Primeiro, construindo uma agenda da primeira infância... do Suas sem racismo e, dentro disso, de uma primeira infância antirracista no Suas. Essa é uma tarefa fundamental. E a outra coisa é que a gente está produzindo orientações para a implantação do Sistema Único de Assistência Social e, claro, os serviços que envolvem a primeira infância a partir do fator amazônico, considerando esses elementos para a gente poder pensar nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E a última coisa: é importante – acho que a gente tem feito de tudo – que isso que nós estamos fazendo passe por uma consulta pública com estados e municípios para a gente poder, no âmbito do pacto federativo, nas nossas instâncias de pactuação, ter uma agenda dialogada e de compromisso. Isso é fundamental para a gente avançar na proteção à primeira infância, para a gente passar, na discussão da equidade neste país – sobretudo para a gente, no campo intersetorial e intrasetorial das políticas públicas –, a poder tratar de política pública na relação direta com justiça social. Acho que essa é a nossa tarefa e a tarefa deste Governo mais árdua, que está por trás de tudo isso que nós estamos construindo coletivamente aqui.

Quero agradecer a oportunidade e nos colocar – o MDS, a Secretaria Nacional de Assistência Social – à disposição para sempre poder dialogar neste campo protetivo e em busca de justiça social e equidade.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Elias.

Estou de pleno acordo com essa confusão, que eu não sei se é confusão ou é posicionamento político que se faz em relação a toda política de equidade. Sempre há um – vamos dizer assim – mal-entendido. E é uma coisa que a gente precisa realmente perseguir e focar, senão não combateremos as desigualdades que foram tão bem citadas aqui.

Então, encerrando a nossa mesa, eu passo a palavra para Alexsandro Santos, Subsecretário de Política Nacional Integrada da Primeira Infância do Ministério da Educação, para os seus cinco minutos complementares.

O SR. ALEXSANDRO DO NASCIMENTO SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senadora Teresa.

Eu quero focar aqui em duas questões que foram apresentadas. A primeira: toda vez que a gente fala nessas diferenças e desigualdades que o país tem, um país com a nossa dimensão, nós precisamos estar atentos às características de cada território e também às capacidades que o estado tem em cada território. Por isso, eu queria aproveitar aqui esta audiência pública e dizer que nós, aqui da subsecretaria – com o apoio dos cinco ministérios que compõem o nosso comitê executivo da política –, estamos, neste momento, fazendo um levantamento, em todos os municípios do país, em todos os estados, para identificar onde já existe um plano ou política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

integrada da primeira infância e quem é que faz a coordenação desse plano e dessa política em cada território, para a gente poder ajudar cada município e cada estado naquilo que ele necessita.

Os municípios e estados têm estruturas diferentes, capacidades técnicas diferentes, capacidades financeiras diferentes; a União precisa entender quais são essas diferenças para poder apoiar com mais atenção. Então, eu queria aproveitar para pedir que todo mundo faça pressão para o Prefeito responder ao levantamento, informar os dados. Esse levantamento está sendo feito por dentro do nosso Simec, que é o sistema aqui do Ministério da Educação, e em breve a gente vai ter dados, então, do país inteiro.

A segunda etapa disso é avaliar a qualidade desses planos. E isso a gente vai fazer muito em parceria com a Rede Nacional Primeira Infância, com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon) e com os parceiros dos diferentes ministérios que compõem a política.

Também, Senadora Teresa, começando no dia 30 de fevereiro, nós vamos fazer uma grande viagem pelo país para dialogar sobre a política da primeira infância, em seminários estaduais. O primeiro acontecerá no Ceará, nos dias 30 e 31 de março. Nós vamos reunir lá na Assembleia Legislativa do Ceará 540 gestores públicos, pessoal dos conselhos tutelares, dos outros conselhos de política setorial, para discutir a Política Nacional Integrada da Primeira Infância, mas também para entender como está o movimento no estado e em cada município em torno da política. Nesse primeiro semestre, nós vamos ter oito seminários desses, sendo um em cada região, dois no Nordeste e dois na Região Norte, e, depois do período de vedação eleitoral, a gente retoma os seminários para fazer nos outros estados, porque, como o Elias disse, é preciso chegar ao território, essa política não pode ficar pairando em Brasília, ela precisa aterrissar em cada território, conhecer as necessidades e apoiar o desenvolvimento em cada território.

Outra coisa que nós estamos fazendo é a Base Nacional de Dados da Primeira Infância, tanto para a família quanto para os gestores públicos, com muito protagonismo do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, nosso MGI, e da nossa Dataprev. Nós vamos ter, pela primeira vez, dentro do gov.br, do responsável legal pela criança, todos os dados daquela criança. Então, quem é pai, quem é mãe, quem é o responsável legal, às vezes é uma avó, às vezes é uma tia, às vezes é um irmão mais velho que é o responsável legal, mas essa pessoa terá os dados da criança todos agregados no mesmo lugar, no gov.br, a gente está criando essa base de dados integrada, assim como para os gestores públicos de cada uma das áreas enxergarem o que existe na outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

área setorial em relação àquela família. Sonia disse aqui muito bem, que a mesma família que é atendida na Atenção Primária à Saúde é atendida no Cras, é atendida na escola. Então, o gestor da educação tem que saber o que está acontecendo lá na saúde, o gestor da saúde tem que saber como está o atendimento no Cras. E, sem uma base integrada de dados, isso é muito mais complicado. Então, a gente está construindo, vai colocar na rua, ainda este ano, essa base nacional de dados integrada para a gestão e para as famílias.

E queria finalizar dizendo da importância de trazer mais gente para essa conversa. Então, nós vamos criar, a partir do final deste semestre, a Rede Nacional de Gestores da Política da Primeira Infância, trazendo, de cada município deste país, dos 5.570 municípios, gestores públicos que trabalham com a política integrada da primeira infância para uma mesma comunidade técnica, em que a gente vai discutir os nossos desafios, vai construir soluções colaborativas e vai trabalhar de maneira integrada na implementação dessa política. A Rede Nacional de Gestores é um dos instrumentos e o outro instrumento que a gente está construindo é um diálogo com a sociedade civil, a partir da Rede Nacional Primeira Infância e das redes estaduais de primeira infância que existem em cada estado do país.

A última coisa, sei que o meu tempo já estourou: a gente está trazendo para dentro da Subsecretaria da Primeira Infância e para dentro do comitê o pacto do Judiciário pela primeira infância, que existe há mais tempo e que vinha sendo liderado lá pelo CNJ, depois passou pela Secretária Pilar, no MDHC, a Ministra Macaé Evaristo, e agora vai vir para dentro da subsecretaria, trazendo também as ações do Poder Judiciário para dentro da Política Nacional Integrada da Primeira Infância. E com isso, eu convido, Senadora Teresa Leitão, a gente a trazer também a Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância para dentro do nosso comitê, com uma representação, de modo que o Legislativo também se integre aqui no nosso esforço integrado e intersetorial.

Muito obrigado, parabéns pela audiência. Eu tenho na senhora uma grande referência da política brasileira, uma referência de uma mulher progressista, comprometida com a equidade, com a transformação da sociedade numa sociedade mais justa e equitativa. Então, eu não me surpreendo de ser você que está liderando esta audiência aqui conosco.

Muito obrigado pelo trabalho de sempre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Alexsandro, pela sua participação e por essas palavras tão generosas em relação ao nosso mandato.

Quero agradecer a todos e a todas que participaram desta audiência, trazendo grandes contribuições. Acho que foi uma forma muito importante de comemorar os dez anos do marco legal da primeira infância, mostrando que, se muito já foi feito, mais vale o que será. Estamos a postos para avançar na proteção e no direito das nossas crianças, dos bebês, das crianças em idade escolar e fora, ainda, da idade escolar, para que sejam, sobretudo, sujeitos de direitos.

Muito obrigada a todos e a todas e, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 15 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 09 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências das Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Marcelo Castro, Omar Aziz, Zenaide Maia, Flávio Arns, Jussara Lima, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Bruno Bonetti, Paulo Paim, Humberto Costa, Leila Barros, Damares Alves, Alan Rick, Esperidião Amin e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Wilder Morais e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 6ª e 7ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2614, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o Plano Nacional de Educação." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com quatro emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida por vinte e quatro horas, nos termos regimentais. **2ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apresentação da Consultoria Legislativa sobre o Panorama do Projeto de Lei nº 2614/2024, aprovado na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado Federal. **Resultado:** Apresentação realizada pelas consultoras do Senado Federal Luana Bergmann Soares e Tatiana Feitosa de Britto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/24

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 24 de março de 2026.

Antes de iniciarmos nosso trabalho, submeto à liberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 6ª e 7ª Reuniões, realizadas em 17 de março.

As senhoras e os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Relembrando, há seleção de política pública da Comissão de Educação para avaliação em 2026. As inscrições continuam abertas até o dia 31 deste mês. O prazo é para que membros da Comissão de Educação e Cultura apresentem sugestões de políticas públicas a serem avaliadas ao longo do corrente exercício. Podem encaminhar até o dia 30... Desculpe, até o dia 30 de março, às 18 horas, e serão escolhidas sugestões entre as sugestões aprovadas, e o relatório deve ser avaliado em novembro do corrente ano, como de praxe.

A presente reunião ocorre de modo semipresencial e é uma reunião de pauta única. É destinada ao debate sobre o PL 2.614, de 2024, que aprova o Plano Nacional de Educação.

A reunião será dividida em duas partes. A primeira parte será destinada à apresentação da Consultoria Legislativa sobre o panorama do Projeto de Lei nº 2.614 e a segunda parte será destinada à leitura e discussão do relatório do projeto de lei do qual eu sou Relatora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso levantar a mão ou no *chat* da ferramenta, para Senadores que participam remotamente.

Todo o trabalho foi feito muito de acordo com o apoiamento da nossa Consultoria.

Senadora Damares, vou ler rapidamente um pequeno histórico do processo. Logo em seguida, passarei a palavra à Consultoria.

O PNE, instrumento de mobilização decenal que contém diretrizes e metas para uma política nacional estruturante para o nosso país, foi aprovado na Câmara e encaminhado ao Senado após um bom período e um qualificado debate. Vem à análise do nosso Colegiado e, ao nosso sentido, deve ser tratado com a urgência que o tema requer. Pode ser objeto de emendas e pretendemos, a partir de agora, vencer a discussão no nosso Colegiado com vistas à célere sanção.

Ele chega robustecido pelas conferências realizadas em todo o país em 2023 e 2024, por uma consistente formulação do grupo de trabalho plural no MEC, com a participação da Câmara de Deputados e do Senado Federal, e ainda por um debate amplo e qualificado na Comissão Especial da Câmara, que aperfeiçoou e acordou um texto bastante ajustado.

Como eu destaquei em mensagem aos Senadores e Senadoras, em 2023, 2024 e 2025, realizamos em nosso próprio Colegiado dezenas de audiências sobre o tema, abarcando todas as representações nacionais, sempre atentos a cada passo dado na tramitação do plano. Nosso intuito, pautado o tema hoje, é avançar na discussão, se necessário, em reunião extraordinária logo amanhã, para que possamos levar o projeto ao Plenário.

Informo que convidei para estar conosco a qualificadíssima Consultoria Legislativa desta Casa, para fazer uma exposição geral do trabalho que eles realizaram e colocaram à disposição de todas as pessoas e, de igual modo, detalhar-se o escopo de possíveis mudanças redacionais que desejamos encaminhar, de modo que o texto não tenha que retornar à Câmara. Luana Bergmann Soares, Tatiana Feitosa de Britto, José Edmar de Queiroz e Mardem Ribeiro Rocha Barbosa foram os nossos colaboradores e colaboradoras.

O texto aqui em comento, como realçado, tem 37 artigos, oito capítulos e traduz uma organização sistêmica para a educação nacional, um planejamento normativo e operacional, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sintonia com a Lei Complementar nº 220, que trata do Sistema Nacional de Educação e da cooperação entre os entes federativos União, estados, Distrito Federal e Municípios.

Temos um instrumento robusto que trata dos fundamentos constitucionais de um alcance atemporal, que traz conceitos estruturantes e toda uma base normativa do plano. Do ponto de vista de diretrizes, consolida o que nossa sociedade vem acumulando e pactuando, inclusive no Parlamento: compromisso com a equidade, que permeia todo o plano, compromisso com a inclusão, com a qualidade social, intersetorialidade, educação, cultura, saúde, assistência social e interseccionalidade.

Do ponto de vista dos objetivos gerais do PNE, é afirmativo em relação ao direito à educação, da educação básica após graduação, estabelecendo a qualidade como foco, tal como demarcando desafios atinentes à redução de desigualdades, à erradicação do analfabetismo, à valorização profissional, com um modelo de financiamento que faça o plano vivo e não apenas uma carta de intenções.

O texto que estamos defendendo trata de planos subnacionais, reitero, nos termos do que também demarca o Sistema Nacional, mais articulação federativa, planos decenais locais que expressam desafios de cada território, com participação social e, ainda mais, alinhamento com as metas nacionais. Esse compromisso de reforço ao relacionamento e ao equilíbrio federativo também se expressa na governança e no monitoramento.

O PNE, sintonizado com o Sistema Nacional, reforça a coordenação federativa, a avaliação contínua, a transparência, os indicadores mais sensíveis e desagregados com o trabalho delegado e a centralidade conferida ao Inep, que precisa ser reforçado. Ademais, cuida das conferências e de processos democráticos de gestão e de monitoramento, que serão realizados de forma bianual.

Sabemos que o primeiro plano, pós-Constituição de 1988, foi muito impactado pelos vetos ao financiamento. E o PNE que nos chega cuida de mais equidade federativa, ratifica o CAQ (Custo Aluno Qualidade), busca eficiência do gasto, com mais transparência e planejamento orçamentário integrado. É tarefa de todos pactuar e investir em educação; é o que ratifica o nosso Plano Nacional de Educação.

Um capítulo importante é também o tratamento ao Programa Nacional de Infraestrutura Escolar, uma grande novidade nesse Plano Nacional de Educação. Este tem como horizonte a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

exclusão dos valores deste programa dos limites de gasto, de modo a promover expansão, modernização, redução das desigualdades, sempre com pactuação federativa, critérios e com prioridade à educação básica.

O texto atual do PNE, em debate neste momento, deixa muito mais evidentes os prazos para entregas, que precisam mobilizar e fazer movimentar gestores, de maneira especial. Também prevê monitoramento mais consistente ao longo de todo o processo, prevendo uma necessária revisão quinquenal. Afinal, o planejamento deve ser contínuo e estável, e há transições em curso, sobretudo com o Sistema Nacional de Educação, a este novo plano.

Objetivos e metas estão mais bem organizados, assim como cronogramas e calendários visíveis e instrumentos operacionais previstos, como os planos de ação educacional.

Já me encaminhando para o final, do ponto de vista de uma síntese e análise, rapidamente vou dizer algumas palavrinhas também.

O contexto e a construção até aqui, com um texto bastante legítimo, decorrem de um processo político, de um amplo debate, que teve participação social e aperfeiçoamento legislativo. Houve 3.070 emendas ao projeto de lei original e mais de 1.380 emendas ao substitutivo – mais debate. É um texto que nos chega não com a cara de um partido ou de um bloco, mas expressando consenso, consenso progressivo, bastante maduro, tanto que nem se precisou levar o projeto ao Plenário.

A Comissão apresentou um recurso ao Plenário para que o plano fosse terminativo na própria Comissão Especial, e assim o foi.

Em nossa análise, o PNE é este instrumento central de coordenação e cooperação federativa, capaz de traduzir e viabilizar uma política de Estado. Ele também é fruto de aprendizados institucionais – MEC, sociedade, Câmara, Senado – em torno dos necessários avanços progressivos que o emolduram. Por isso, é um instrumento que advoga estabilidade, perenidade e continuidade de políticas educacionais para além de governos.

Do ponto de vista da constitucionalidade e técnica, é instrumento que, como realçado, está em conformidade com nossa Constituição e Lei de Diretrizes e Bases, marcado pelo regime de colaboração e pelo fortalecimento do direito à educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O que estamos projetando é conferir maior clareza conceitual, com algumas padronizações, por consequência, firmando a necessidade de ajustes redacionais sem que enseje o retorno à Câmara, que muito bem debateu o tema, repito.

Como já relatei e realcei, o texto materializa uma inaugural articulação normativa, ou seja, está largamente harmonizado e integrado à legislação do Sistema Nacional de Educação com o Fundeb e os demais marcos legais de nossa educação.

Do ponto de vista de monitoramento e controle, o texto ratifica a avaliação contínua, a transparência, a responsabilização tripartite e uma governança estruturada com instâncias inovadoras da educação: comissões intergestoras, fóruns dos conselhos de educação, Fórum Nacional de Educação e fóruns permanentes em todos os entes federativos, entre outros.

Não podemos deixar de demarcar, neste momento, outros avanços estruturais de mérito. É um plano que, entrando em vigor com o Sistema Nacional de Educação regulamentado, ratifica todos os seus aspectos: a qualidade educacional, a equidade, a sustentabilidade – uma inovação temática, com evidência, fruto do aperfeiçoamento legislativo; um Plano Nacional de Educação que trata, de maneira consistente, os aspectos atinentes a acesso, permanência e aprendizagem, avançando em relação ao modelo anterior.

Em síntese, sinalizo: temos um PNE robusto, abrangente, inovador e alinhado à Constituição, e temos desafios para materializar sua implementação, mas agora com novas institucionalidades – um modelo de financiamento mais robusto, mais coordenação federativa e monitoramento consistente.

A meu ver, este Colegiado tem condições de acolher ajustes redacionais, com consenso político, com urgência normativa, com segurança jurídica e a bem da continuidade e do reforço de políticas públicas educacionais pelo nosso país.

Dando boas-vindas aos Senadores que aqui chegaram, além da Senadora Damares, Senador Portinho, Senadora Roberta, e conforme anunciado no início da reunião, nós vamos para a parte de trabalho que é a apresentação da consultoria sobre o panorama do projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados.

Então, convido aqui para a mesa as consultoras legislativas da área de educação, Tatiana Feitosa de Britto e Luana Bergman Soares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Também dou boas-vindas ao Senador Contarato.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Que está lindo hoje.

Presidente, enquanto elas se sentam aí, é só uma questão de organização. Hoje o dia está horrível, a senhora imagina, né? Enquanto elas falam e a senhora vai começar a ler o relatório, eu vou precisar dar posse a uma outra pessoa no partido.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu vou tentar correr para chegar antes do final do relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Está bem.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas, como é semipresencial, eu posso pedir vista de modo semipresencial também.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pode.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu vou pedir vista após, porque nós apresentamos umas emendas, para tentar ver se elas são recepcionadas como redação.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Perfeitamente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu vou tentar lá por telefone, mas quero voltar para a leitura do relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Está bem. Caso a senhora não possa voltar a tempo, eu já adianto que algum Senador pode apresentar o seu pedido de vista, que, como é regimental, será evidentemente acolhido. Eu só vou pedir o máximo de urgência por conta do tempo que esse projeto chegou. Ele chegou no final do ano, chegou faltando um dia para terminar o ano legislativo. O mês de fevereiro foi um mês muito atípico, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nós não tivemos condições de colocá-lo em votação. Sei que isso é compreendido por todos. Pode ir tranquila, Senadora, porque acho que dará tempo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu até falei para o Portinho aqui o seguinte: ele chegou no final do ano, mas a gente está discutindo esse plano nesta Casa desde 2023.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Perfeitamente. Por isso que acho que a gente está em plenas condições...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Houve uma série de audiências, em paralelo...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem lembrado, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu preciso deixar isso registrado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Exato. E é por isso que a gente tem condições de acelerar, sem ser acelerado. Nós vamos acelerar com a consciência de que estamos numa estrada tranquila, numa estrada sem atropelos, na velocidade certa e vamos chegar ao ponto final com toda essa segurança.

Muito obrigada, Senadora.

Quem vai começar?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sra. Presidente, permita-me interromper mais um pouquinho, se for possível?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Eu queria fazer uma manifestação e serei breve.

Estou presidindo a CPI do Crime Organizado, mas fiz questão de vir até aqui e eu gostaria, se a senhora permitir, de lhe fazer uma explanação e às convidadas também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou autor do Projeto de Lei 5.143, Senadora Teresa, que estabelece a isenção de Imposto de Renda para professores ou qualquer profissional que atua na educação e que ganhe até R$10 mil. Acho que passou da hora de a gente fazer um enfrentamento e valorizar efetivamente quem está na ponta. Sou professor no ensino superior e vejo qual é a realidade no Estado do Espírito Santo. Por exemplo, a média salarial de um professor no Espírito Santo, Senador Portinho, é de três mil e poucos reais. Como eu explico que um professor, para trabalhar 40 horas semanais, tem um piso de cinco mil e poucos reais? E aí a gente vê aqui funcionários públicos com penduricalhos ganhando R$100 mil, R$200 mil, R$300 mil por mês. A gente sempre estende um tapete vermelho para determinadas instituições, mas para quem está na ponta que está implementando essa função tão nobre, essa missão efetivamente que é ser um professor, a gente não avança sobre isso.

Então eu fiz questão de vir aqui porque a senhora, como Presidente, é uma aguerrida defensora da educação pública e da educação de qualidade. Vamos cobrar do Presidente Davi Alcolumbre que ao menos distribua o projeto, e esse projeto fatalmente vai vir aqui para a Comissão de Educação.

Então eu acho que a gente tem como valorizar os professores. Eu fico triste, sempre que é para direito de trabalhador, a gente põe obstáculo. Agora, para taxar *bets*, banqueiros, bilionários, a gente não faz. Agora, é para direito de trabalhador, a gente coloca dificuldade. Nós estamos aí com a famigerada escala 6x1. Eu queria ver se nós, Parlamentares, tivéssemos que viver com um salário de R$1.621 – esse é o salário mínimo para trabalhar em uma escala 6x1. E aí? Eu queria ver. Isso não é razoável, Senadora.

Então, quando eu falo do professor, vá para uma escola pública. Eu só quero dar uma fotografia da educação básica no Brasil: 83% das escolas de educação básica no Brasil não têm laboratório de ciências; 73% não têm biblioteca; 73% não têm acessibilidade, não têm quadra poliesportiva. Aí eu vejo, às vezes, os meus colegas falando em meritocracia. Meritocracia para quem? Seja um professor e vá para uma escola pública. Ainda assim, esse profissional que ganha até R$10 mil, nada mais justo do que ele ter a isenção, porque 0,3% dos funcionários públicos, 20 mil funcionários públicos do Brasil, ganham supersalários com R$100 mil, R$200 mil, R$300 mil, R$500 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Faça um apelo para que a senhora, enquanto Presidente, faça uma gestão junto ao Presidente do Senado para que distribua o Projeto de Lei 5.143, de minha autoria, que concede isenção de Imposto de Renda para todos os profissionais da educação que ganham até R$10 mil.

Desculpe o incômodo. Muito obrigado pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Por nada, Senador. Muito obrigada pela sua intervenção.

Das questões que a V. Exa. levantou, algumas delas são, de fato, atinentes ao Plano Nacional de Educação e estão nele contidas, como a valorização profissional, como a questão dos laboratórios, da infraestrutura das escolas. Eu destaquei, inclusive, que a infraestrutura das escolas vai sair do teto. É uma condição à parte de tratamento do Plano Nacional de Educação para que as metas, de fato, sejam alcançadas.

O Presidente Davi está com toda a relação dos projetos da educação para ir despachando. Despachou alguns, inclusive este do Plano Nacional de Educação, que foi despachado sexta-feira. E nós estaremos, sim, atentos a todo o processo de valorização profissional.

Então, sem mais delongas, repetindo que essa parte da reunião é destinada à apresentação da consultoria sobre o panorama do Projeto de Lei nº 2.614, aprovado na Câmara dos Deputados, em tramitação no Senado, passo, de imediato, a palavra para a nossa Consultora Legislativa Luana Soares.

A SRA. LUANA BERGMANN SOARES (Para expor.) – Bom dia, bom dia. Ouvem-me bem?

Bom dia a todas, bom dia a todos que nos assistem.

Obrigada, Senadora Teresa. Para nós é uma alegria, uma honra para a Consultoria Legislativa poder assessorar tecnicamente a Comissão de Educação, a Relatora, nesta matéria que é tão estratégica para o Brasil.

Nós trouxemos alguns eslaides para compartilhar com vocês, trazendo algumas informações – vamos ver se funciona; funciona –, compartilhando algumas informações que são oriundas de um boletim legislativo que a Consultoria Legislativa de educação produziu ao final do ano passado e que reúne um conjunto de análises abrangentes a respeito do Plano Nacional de Educação. Então, foi um trabalho feito a vinte mãos, dos nossos dez consultores da equipe de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

educação da Consultoria Legislativa. Produzimos esse documento, que já está na página da CE desde dezembro, está disponível também na página da Consultoria Legislativa, nos nossos estudos, que é um documento que, de maneira geral, apresenta um panorama sobre o projeto que foi aprovado, o substitutivo da Câmara dos Deputados que foi aprovado, no dia 10 de dezembro, lá na Câmara.

Então, nós temos um capítulo que analisa a parte normativa do projeto, os artigos em si, e, na sequência, nós apresentamos uma análise de cada um dos objetivos, metas e estratégias que compõem um dos anexos do projeto, o Anexo I, o anexo mais importante. Então, esse documento já está disponível e, enfim, para quem deseje se aprofundar, temos uma análise de cada um dos 19 objetivos trazidos pelo projeto.

Muito bem. Um outro documento que nós produzimos no âmbito da Consultoria Legislativa e que também está já disponível na página da CE é um quadro comparativo completo de todo o projeto. Então, nós trouxemos, na coluna ali em cinza, o projeto que foi enviado pelo Poder Executivo lá em junho de 2024 e, na outra coluna, nós comparamos com o projeto que foi aprovado no dia 10 de dezembro, lá na Câmara dos Deputados. Esse é um documento interessante porque ele traz lado a lado os textos; então, fica bem mais fácil de nós percebermos quais foram as mudanças que a Câmara dos Deputados propôs no projeto enviado pelo Poder Executivo. Nós temos desde a parte dos artigos até cada uma das estratégias. Então, nós temos hoje 372 estratégias, Senadora, no projeto. Nós tivemos esse cuidado de fazer uma comparação inclusive no nível das estratégias para que ficassem bem explícitas todas as mudanças que a Câmara dos Deputados implementou durante a tramitação.

Muito bem. Além disso, nós quisemos trazer também para este momento uma linha do tempo justamente para recuperar todos os esforços que foram implementados ao longo do processo de discussão do Plano Nacional de Educação. Então, nós vamos nos lembrar de que a vigência do nosso último Plano Nacional de Educação se encerrou no dia 26 junho de 2024. No dia seguinte, dia 27 de junho, a Presidência da República encaminhou um projeto de lei para o próximo Plano Nacional de Educação, e a Câmara começou, então, o seu processo de tramitação. Ainda no ano de 2024, nós tivemos a lei que estendeu a vigência do último plano justamente para que houvesse esse tempo hábil de o Parlamento fazer a sua discussão sem que nós ficássemos sem um plano vigente. Então, foi a Lei 14.934, que entrou em vigor no dia 25 de julho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Já no ano de 2025, nós tivemos na Câmara dos Deputados um processo longo de debate, de escuta da sociedade civil em cada um dos estados, Senadora. Então, a Câmara dos Deputados fez visitas, fez seminários estaduais e audiências públicas em todos os estados da Federação para ouvir professores, diretores, a sociedade civil, antes de o projeto começar a receber emendas, para discutir mesmo ainda a proposta enviada pelo Executivo.

Mais para o final do ano, no último trimestre, no dia 14 de outubro, o Relator na Câmara dos Deputados, o Deputado Moses, apresentou o primeiro substitutivo e foi a esse que os Deputados na Câmara ofereceram mais de 3 mil emendas, 3.070 emendas. Foi um recorde da Câmara dos Deputados, com emendas de todo tipo e que o Relator foi incorporando ao longo do processo de discussão do projeto na Câmara. No dia 7 de novembro, houve um segundo substitutivo, em que houve a incorporação da maior parte dessas metas, depois nós tivemos um terceiro... e aí, a esse substitutivo, houve um momento de novas emendas, mais 1.380 emendas, então, um total de 4,5 mil emendas a esse projeto, um novo recorde. Logo depois, no dia 1º de novembro, tivemos um terceiro substitutivo e, dias depois, no dia 24 de novembro, um outro, um quarto substitutivo. Então, vejam que a Câmara amadureceu bastante e dialogou bastante, como mesmo disse a Senadora Teresa, para produzir um texto que recebesse todas as contribuições dentro das possibilidades.

E aí, no dia 10 de dezembro, ainda com uma complementação de voto pequena, houve a votação do texto que foi o texto que nos chegou no dia 16 de dezembro. E aí, agora, desde o dia 20 de março, o projeto está distribuído aqui para a Comissão de Educação, como disse a Senadora Teresa.

Muito bem. Opa, pulei sem querer. Aqui. Mais um.

Como disse a Senadora Damares e a Senadora Teresa, no Senado, o Senado Federal já havia se debruçado sobre a discussão do Plano Nacional de Educação desde 2023. Então, em 2023, houve, aqui na Comissão de Educação, a avaliação da Meta 7 do plano anterior. Então, já foi uma discussão muito interessante a respeito da aprendizagem, dos níveis de aprendizagem. Também, no ano de 2023, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, aqui na Comissão de Educação, houve um conjunto de audiências públicas discutindo o Plano Nacional de Educação. A mesma coisa em 2024, mais um conjunto de audiências públicas, ouvindo sociedade civil, o Governo, professores, enfim. Houve uma sessão especial, também, em 2024, em abril, no Plenário desta Casa, discutindo o Plano Nacional de Educação. E, em 2025, ao longo de todo o ano, a Senadora Teresa conduziu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mais um conjunto de audiências públicas sobre o Plano Nacional de Educação. Então, de fato, o Senado vem acompanhando, *pari passu*, este debate do plano decenal.

Aqui, alguns números, para que nós tenhamos ainda mais clareza de como o plano avançou em relação ao texto enviado pelo Executivo. Então, vejam, o texto que a Presidência da República nos enviou, em junho de 2024, era menor, tinha 24 artigos. Na Câmara, adicionaram-se 13 artigos, além de ajustes mesmo no texto, mas, além disso, 13 artigos novos, então, estamos hoje com um projeto que tem 37 artigos. Ele cresceu, inclusive, em tamanho; ele está hoje com 104 páginas, e nos chegou com 57.

Eram oito objetivos no plano inicial. A Câmara adicionou um novo objetivo, que é o Objetivo 8, de sustentabilidade ambiental na educação. Além disso, as metas também cresceram; o Executivo havia enviado para o Parlamento 58 metas específicas, e a Câmara adicionou 15 metas. Hoje, nós temos 73 metas no Plano Nacional de Educação. O mesmo ocorreu com as estratégias: eram 252, e hoje nós temos 372 estratégias no plano. Foi uma seção que também se expandiu bastante.

Nesse ponto, nós trazemos uma visão geral, que, na sequência, minha colega Tatiana vai aprofundar, que é uma visão geral mesmo, para que a gente possa comentar a arquitetura do plano. Então, a arquitetura do novo Plano Nacional de Educação avança bastante em relação ao último plano, ao plano de 2014.

Então, vocês podem observar que é possível nós dividirmos o plano em dois grandes blocos: nós temos o bloco dos artigos e o bloco dos anexos.

No bloco dos artigos, nós percebemos um avanço importante no que diz respeito às definições, então nós temos alguns conceitos muito mais explícitos nesse plano, além de outros pontos que a Senadora já comentou, como o Programa Nacional de Infraestrutura, as diretrizes de financiamento público, enfim...

O segundo bloco, dos anexos, também avançou bastante em relação ao plano nacional de 2014, porque, vejam: não só do ponto de vista estrutural, porque o outro plano nos trazia 20 metas, aqui o Governo organizou já de maneira bastante avançada, já havia organizado em 18 objetivos, e aí, dentro desses objetivos, um conjunto de metas para cada um deles, e as metas bem mais específicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, como a Senadora disse no começo, há uma incorporação de aprendizados, ao longo do último decênio, que estão claramente explícitos aqui na nova estrutura.

Então, é um projeto que, de fato, concilia diferentes perspectivas: incorpora o Sistema Nacional de Educação, porque a aprovação do SNE aconteceu justamente no período em que o plano estava tramitando por lá na Câmara, então, mesmo ao final, se não me engano, no terceiro substitutivo, o Relator já incorporou a menção à Lei Complementar 220, do SNE; também incorpora as novidades do novo Fundeb, então está muito atualizado nesse sentido; e também em relação a outras legislações que foram surgindo ao longo da década.

Então, de fato, é uma arquitetura muito avançada e que, se nós precisássemos resumir, desde o texto enviado pela Presidência da República e aprimorado pela Câmara, é possível perceber que o Plano Nacional de Educação, para a próxima década, está estruturado em um tripé de acesso, qualidade e equidade.

De maneira geral, essa é a visão que nós, tecnicamente, analisamos no nosso estudo, Senadora, e agora vamos trabalhar alguns destaques importantes de cada um desses pontos.

Eu passo a palavra para a minha colega. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Luana.

Vamos passar a palavra agora para a Consultora Tatiana Feitosa de Britto para a explanação final desse trabalho técnico, que nos ajudará, com certeza, a compreender o plano. Está nos ajudando, viu, Luana?

Tatiana.

A SRA. TATIANA FEITOSA DE BRITTO (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Bom dia a todos.

Eu vou falar rapidamente – o plano é extenso, como a Luana já comentou –, vou comentar alguns destaques que a gente gostaria de fazer para mostrar realmente esses avanços que o texto que está em análise no Senado Federal tem.

Inicialmente, essa questão conceitual que a Luana mencionou, que é a questão de a gente ter diretrizes, uma definição clara para o que são as diretrizes, o que são os objetivos, as metas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

as estratégias no PNE. Então, a gente tem as diretrizes como conceitos organizadores dos planos também nos entes federativos, nos estados e nos municípios; os objetivos como as mudanças que se pretende almejar na realidade; as metas como as formas de a gente verificar essas mudanças; e as estratégias como as ações para as três esferas de Governo – Governo Federal, estados e municípios, as ações que precisam ser tomadas para que se alcancem essas mudanças.

A sistemática de monitoramento do plano está muito mais robusta nesse texto do que esteve no PNE anterior e no próprio texto que nos chegou ao Congresso Nacional, com um apoio muito robusto do Inep, muito baseado no trabalho técnico do Inep.

Os planos de ações bianuais, que a Senadora também já mencionou, que é uma operacionalização do plano decenal em planos bianuais, com clareza da alocação de recursos, das ações que vão ser tomadas nos estados, nos municípios e na União para o atingimento das metas.

O Programa Nacional de Infraestrutura Escolar, que a Senadora também já frisou como uma das grandes novidades que aparece no PNE, é uma iniciativa de superação de condições críticas de infraestrutura e de qualificação de melhoria da infraestrutura existente a partir de recursos decorrentes da exploração de petróleo e gás.

A questão de projeções das metas por ente federativo, para que haja uma clareza não só das médias nacionais que o PNE traz, mas as metas por ente federativo relacionadas ao PNE, porque é com todo mundo atuando junto que se consegue chegar à média nacional.

A possibilidade de revisão do plano daqui a cinco anos, quer dizer, a partir do monitoramento também e das decisões federativas nas instâncias de articulação federativa é possível se prever uma revisão dessas metas.

A questão da governança, que tem a ver com essas instâncias federativas. O PNE já tratava da articulação federativa. Com a aprovação da lei complementar do SNE, isso ficou amarrado no texto. Então, as instâncias do PNE serão subcomissões das instâncias tripartite e bipartite do SNE. Isso está bem amarradinho também.

E aí, em relação ao anexo, que é o conteúdo educacional propriamente dito, os 19 objetivos, as metas e as estratégias que operacionalizam esses objetivos, também há vários avanços importantes que a gente pode notar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A questão da qualidade: como a colega Luana já mencionou, a qualidade é um ponto muito importante nesse PNE. Ele está desdobrado nas metas. Você tem objetivos de acesso à educação e objetivos específicos de qualidade, desde a educação infantil, perpassando todas as modalidades de ensino. Então, há essa preocupação com padrões de qualidade na educação profissional, na graduação, em todas as modalidades e níveis de ensino.

Metas mais ambiciosas também na questão da alfabetização, que incorporou a matemática e trouxe para o segundo ano – no PNE anterior, era o terceiro ano.

Metas mais ambiciosas para a conclusão do ensino médio também, no reconhecimento de que a questão da trajetória escolar dos alunos é um ponto crítico no Brasil... Então, além da questão do acesso e da permanência, uma preocupação muito específica do texto com a conclusão na idade esperada, na idade regular da educação básica.

Metas mais ambiciosas para a educação em tempo integral, o que também é um avanço conceitual no sentido de não só olhar a educação como uma jornada ampliada, mas como uma educação integral que se desenvolve na jornada ampliada.

A educação de jovens e adultos, também considerando as especificidades de público-alvo, com o olhar para a educação de jovens, adultos e idosos, é uma questão que está contemplada também no plano.

A questão dos níveis de aprendizagem para todos – e aí, mais uma vez, a questão da equidade que a Luana mencionou. Então, as expectativas de melhoria de aprendizagem com a garantia de que todos os alunos cheguem, pelo menos, no nível básico de aprendizagem em português e matemática – isso está muito explícito no plano.

Uma meta específica voltada à questão da redução da violência no ambiente escolar, meta que entrou no debate na Câmara já no último texto e que também é bastante importante.

A redução das desigualdades que, como mencionado, perpassa diversos objetivos e tem metas específicas para redução das diferenças dos indicadores educacionais entre grupos sociais, por raça, sexo, localização, território.

O Sistema Nacional de Avaliação, também perpassando diversas modalidades, inclusive a educação profissional – a questão da qualidade eu já mencionei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No que tange à valorização dos profissionais da educação, uma meta específica para aumento progressivo de profissionais em cargos efetivos. O que era, antes, uma estratégia, no PNE anterior, foi elevado à categoria de meta.

Na gestão democrática, há uma meta específica para contemplar a seleção de diretores escolares com base em critérios técnicos de mérito, desempenho e escuta da comunidade escolar, o que também é um avanço.

Dois objetivos muito importantes que não havia no PNE anterior, um trazido pela Câmara e um já constante do texto do Executivo, são os temas contemporâneos do nosso mundo: a questão da conectividade e das tecnologias integradas à educação, e a sustentabilidade ambiental na educação, que é um objetivo que trouxe um olhar para além da educação ambiental, mas também a questão da prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas nas escolas.

Um objetivo específico voltado para modalidades que atendem populações com especificidades e vulnerabilidades próprias: educação escolar indígena, quilombola e do campo, tratada no Objetivo 9; educação especial e educação bilíngue de surdos, no Objetivo 10.

E o Objetivo 19, que é o objetivo relacionado ao financiamento, que traz a meta de investimento como percentual do PIB, 7,5% do PIB no sétimo ano do PNE, e 10% ao final da vigência. Esse alinhamento do financiamento educacional percentual do PIB é uma previsão constitucional que o PNE atende e também traz esse olhar para o padrão de qualidade alinhado ao Custo Aluno Qualidade, que é uma previsão constitucional que está também no SNE.

Então, assim, em linhas gerais, esses são alguns destaques que a gente traz para compartilhar com todos de avanços que o texto trouxe, que o texto apresenta em relação ao PNE anterior e mesmo em relação ao texto que chegou à Câmara dos Deputados. E reforçando o que a Luana já tinha comentado, tem uma análise bem detalhada nesse boletim legislativo que está disponível na página da CE por objetivo – está disponível também na página do Senado e aí, na nossa apresentação, tem o *link*, acho que vai ficar disponível também na página da Comissão – e o quadro comparativo para quem quiser ver as mudanças do texto original que chegou ao Congresso Nacional e o texto que está agora em apreciação no Senado sob a relatoria da Senadora Teresa.

Era isso, Senadora. Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só fazer um último agradecimento a toda a equipe da Consultoria, que nos apoiou. Estou eu e Luana sentadas aqui na frente, mas o Mardem, o Edmar e os colegas também diretamente envolvidos no apoio à relatoria estão aqui presentes e todos os colegas da área de educação da Consultoria, que trabalharam conosco e fizeram possível esse boletim.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Mais uma vez, eu reitero a importância desse estudo que foi feito pela Consultoria. Tão logo a assessoria nos foi... A relatoria, antes mesmo de ser concedida na Comissão, na condição de Presidente da Comissão de Educação, nós começamos a estabelecer esse diálogo entre a nossa assessoria e a Consultoria. Esse brilhante trabalho eu acho que é até um movimento pedagógico que a gente faz. Por quê? Todo mundo, Senadora Augusta, que aqui registra a presença com muito prazer, defende a educação, a gente sabe disso, e defende muito baseado na leitura do que vê, de como está a educação – tivemos agora um depoimento do Senador Contarato nesse sentido –, mas, na hora em que a gente apresenta um plano de âmbito nacional com duração decenal, diz: "para quê?". Então, compete a nós da educação mostrar ao público em geral... Todo mundo que está aqui compreende muito bem isso, tenho certeza, mas o nosso movimento foi para aqueles que têm compromisso com a educação, amor pela educação, mas precisam compreender melhor essas coisinhas – não é, Rosilene? –, essas coisas mais detalhadas. É uma contribuição.

Eu acho que o trabalho da assessoria, da Consultoria, foi brilhante. Às vezes, viram para a gente e falam assim: "Para que esse plano tão grande? Para onde vocês vão com esse calhamaço de papel? O que é que quer dizer isso? Porque vocês...". É por isso. É isso que significa o plano de maneira muito sintética, muito precisa.

Então, quero agradecer a você, Luana, e a você, Tatiana, e transmitam também os nossos agradecimentos e o nosso reconhecimento a todos que fazem a Consultoria Legislativa do segmento da educação. Muito obrigada.

Eu quero registrar algumas presenças antes de chamar a Senadora Augusta para compor a mesa: Sra. Rosilene Corrêa, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que não está só, pelo visto. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tem muitas camisetas da CNTE aqui presentes, o que significa que a CNTE foi uma das entidades que acompanhou bastante as nossas audiências.

Também, com muito prazer, registro a presença de membros do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), que também acompanhou bastante conosco todo o processo de apresentação de emendas.

E, sem mais delongas, eu convido a Senadora Augusta para assumir a Presidência desta sessão, para que eu faça a leitura do relatório. (*Palmas.*)

O item único da pauta é um projeto de lei...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Quero só parabenizá-la.

Antes de você começar, já quero aqui dizer da felicidade que nós tivemos ontem, junto com o Presidente Lula, o Ministro Camilo, divulgando aí um resultado muito importante de uma política construída para ter longo prazo, como disse nossa Senadora, que é a questão da alfabetização, o Pacto Nacional pela Alfabetização, que conseguiu atingir 66% da meta de crianças alfabetizadas.

Então, isso é política pública, pensando realmente em construir de uma forma não só coletiva, mas que vai ter um resultado e um resultado também a longo prazo – curto e longo prazo. Então é uma política realmente sustentável que a gente esperava e espera deste Governo em que a gente está.

Eu já passo a palavra de imediato para a nossa querida Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu vou fazer os procedimentos iniciais, tá, Senadora Augusta?

Item único da pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2614, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Aprova o Plano Nacional de Educação.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do projeto com quatro emendas de redação que apresenta.

Observações: na data de hoje, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 17, de autoria da Senadora Damares Alves, em conjunto com os Senadores Izalci Lucas, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Wellington Fagundes, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Roberta Acioly, Carlos Portinho, Esperidião Amin, Magno Malta, Bruno Bonetti, Rogerio Marinho, Vanderlan Cardoso, Dr. Hiran e Alan Rick.

Solicito à Senadora Augusta, que já está aqui, que ocupe a Presidência, para que eu possa ler o relatório, e passo, de imediato, a palavra para a Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eu me antecipei, porque eu cheguei aqui ainda correndo. (*Risos.*) Eu me antecipei, mas eu já fiquei aqui muito feliz. Volto aqui, vou só repetir o que eu já falei agora há pouco, de estar presente dessa grande Senadora e de que é muito justo o seu empenho realmente em defender a educação. Aqui eu faço um reconhecimento a todo o seu trabalho como Senadora, como educadora.

Quero só passar já a palavra, de imediato, para a nossa Senadora Teresa Leitão, que vai fazer a leitura aí do relatório, que é muito importante, que foi construído com muitos debates, com várias audiências públicas, a muitas mãos, muitas participações. É assim que a gente constrói uma coisa realmente concreta e concisa, que com certeza vai dar resposta e vai vir diante de todas as necessidades que foram ouvidas e debatidas aqui nesta Comissão, pelas audiências que aconteceram, pelo projeto, pela consultoria aqui do Senado, que estiveram aqui, que apresentaram o trabalho.

E também quero parabenizá-los pelo trabalho, que eu sei que não é fácil, mas que é feito com muita responsabilidade e com muita dedicação, sobretudo. Então, muito obrigada também por essa parceria.

E já passo aqui para a Senadora Teresa poder fazer a sua relatoria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Muito obrigada, Senadora Augusta.

Eu peço licença para ir direto à análise, inclusive, saltando o ponto que foi objeto da explanação da Consultoria, que é a estrutura do plano, a quantidade de estratégias, a quantidade de objetivos, sobre o que versam os objetivos, porque isso já foi totalmente explanado, e vou diretamente à análise dos ajustes redacionais que nos foram apresentados, com a sua autorização.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Com certeza.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, organizamos os ajustes redacionais em quatro categorias, considerando o disposto no art. 230, III, do Regimento Interno do Senado Federal:

(i) ajustes para preservar os tempos e prazos previstos no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, de modo a acomodar o tempo de tramitação do PL no Congresso Nacional e evitar incongruências no calendário previsto para o PNE, os planos subnacionais, os planos de ação bianuais e o processo de monitoramento conduzido pelo Inep, porque o relatório que veio de lá se refere ao ano de 2025 sempre e nós já estamos no ano de 2026;

(ii) ajustes para adequar o texto ao ordenamento jurídico-educacional vigente, considerando avanços normativos já aprovados, como as diretrizes operacionais para a educação integral pelo Conselho Nacional de Educação e a instituição da Política Nacional de Assistência Estudantil em lei, ambos assuntos tratados pelo plano, mas que agora precisam considerar a realidade desse novo ordenamento jurídico;

(iii) ajustes de padronização terminológica e correções de técnica legislativa alinhados à LC nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis;

(iv) ajustes de correção gramatical e de concisão e clareza, alinhados à LC nº 95, de 1998, e à Política Nacional de Linguagem Simples, instituída pela Lei nº 15.263, de 2025, que estabelece princípios e diretrizes para comunicação com a população em todas as esferas e Poderes da administração pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Consideramos que, com essas revisões pontuais, as quais podem até parecer numerosas, mas são estritamente voltadas a ajustes redacionais que trazem correções ao texto e preservam os prazos pensados quando de sua aprovação na Câmara, o plano apresenta todas as condições para ser aprovado por esta Casa, evitando, assim, uma série de inconvenientes que resultariam do seu retorno à Casa iniciadora, inclusive o esforço que lá foi feito para nos apresentar um plano quase completo.

De fato, o Poder Legislativo cumpriu bem o seu papel no debate desta matéria. A discussão na Câmara dos Deputados foi ampla, aprofundada e resultou em consensos substanciais sobre a maior parte dos temas estruturantes do PNE, o que reduziu a necessidade de revisitar questões de mérito. No Senado, acompanhamos esse debate de modo ativo, proporcionando espaços para que todos os atores da sociedade civil se manifestassem sobre o novo PNE nas audiências públicas e publicizando essas participações por meio de publicações institucionais, além dos próprios meios de comunicação da Casa. A reabertura da discussão de mérito neste momento, para alterar conteúdo, teria o efeito de reiniciar o ciclo deliberativo na Câmara, com risco de retardar ainda mais a aprovação de um instrumento legal que possui impacto direto sobre a coordenação federativa das políticas educacionais.

Registre-se que o país se encontra, atualmente, sem um Plano Nacional de Educação vigente, circunstância que enfraquece a capacidade de coordenação, planejamento e monitoramento das políticas públicas educacionais no âmbito da Federação. Essa lacuna normativa revela-se especialmente sensível no início do ano de 2026, período em que tradicionalmente se definem metas, diretrizes e instrumentos orçamentários que se articulam diretamente com as metas do PNE.

A proximidade do calendário eleitoral configura adicional elemento de risco que recomenda a tempestividade da deliberação legislativa sobre o PNE. Na prática, com o avanço das campanhas, o ritmo de votações pode diminuir, ocasionando a inviabilização da análise e aprovação do plano ainda no exercício corrente. Tal cenário ampliaria o hiato normativo e comprometeria o planejamento e a coordenação das ações educacionais federais, estaduais e municipais para os próximos anos.

Observa-se ainda que o PL estabelece prazos imediatos para a atuação de órgãos vinculados ao Sistema Nacional de Educação, e também para o Inep. A autarquia será responsável pela elaboração de metodologias, coleta de dados, consolidação de bases estatísticas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

formulação dos indicadores previstos no texto legal. Esses procedimentos demandam tempo técnico significativo, e eventual atraso na entrada em vigor do PNE reduziria substancialmente o prazo disponível para o cumprimento das exigências legais.

Além disso, o PNE tem se afirmado, ao longo dos últimos ciclos, como instrumento estruturante para o acompanhamento e a indução de políticas públicas educacionais. Diversas iniciativas federativas recentes têm utilizado as metas do plano como parâmetro de avaliação e aferição de resultados. Exemplo recente disso é o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), instituído pela Lei Complementar nº 212, de 13 de janeiro de 2025, que condiciona a redução de encargos das dívidas estaduais ao cumprimento, anualmente, de investimentos em áreas específicas da educação. A aferição desse cumprimento é realizada com base nas metas do PNE, ponderadas pela população de cada estado. A inexistência de plano vigente, portanto, gera insegurança jurídica e operacional para políticas públicas já em execução.

Lembramos também que o próprio PL prevê obrigações iniciais cujo cumprimento depende da vigência tempestiva do plano. O art. 33 estabelece o prazo em que a União deve apresentar o plano de ações inaugural para implementação das medidas previstas.

A aprovação tardia do PNE comprometeria a elaboração desse documento no prazo determinado, afetando a fase inicial da execução das diretrizes e metas estabelecidas.

Diante desse conjunto de elementos, entendemos que a tramitação dentro de cronograma reduzido, com eventuais ajustes limitados a aspectos de redação, evita a reabertura do mérito amplamente discutido na Câmara, reduz riscos de atrasos decorrentes do calendário eleitoral, assegura condição operacional para o cumprimento de prazos legais iniciais e mitiga os efeitos negativos da inexistência de um plano nacional no período atual. Sai ganhando a educação brasileira.

O voto, Sra. Presidenta.

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, e, no mérito, pela sua aprovação, com os ajustes redacionais reunidos nas emendas a seguir:

EMENDA Nº – CE (De redação)

Façam-se os seguintes ajustes redacionais no PL nº 2.614, de 2024:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

• No art. 23, inciso I, substitua-se o trecho "arrecadação do exercício de 2025" por "arrecadação realizada no ano em que a lei entrar em vigor";
• No *caput* do art. 30, substitua-se o trecho "até 31 de março de 2027" por "após decorridos 18 (dezoito) meses da vigência desta Lei", ajustando-se no mesmo sentido o Anexo II e o Anexo III;
• No *caput* do art. 33, adote-se a seguinte redação: "Os Poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios formalizarão o primeiro plano de ações educacionais a que se refere o art. 13 no prazo de até 6 (seis) meses contados da data de publicação do respectivo plano de educação, de modo que corresponda aos meses remanescentes do ano de sua publicação, se for o caso, e aos dois exercícios subsequentes completos", ajustando-se no mesmo sentido o Anexo II e o Anexo III.

EMENDA Nº – CE (De redação)

Façam-se os seguintes ajustes redacionais no PL nº 2.614, de 2024:

• Substitua-se, na Estratégia 6.2 e na Estratégia 14.14, o verbo “Instituir” por “Implementar”, acrescentando-se, ao final da Estratégia 14.14, depois da palavra “superior”, o trecho “, nos termos da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)”.

EMENDA Nº – CE (De redação)

Façam-se os seguintes ajustes redacionais ao PL nº 2.614, de 2024:

• Substituam-se todas as menções à expressão "ente federado" por "ente federativo" e, da mesma forma, substituam-se todas as menções a "entes federados" por "entes federativos";

No inciso I do *caput* do art. 12, adicione-se o trecho “regime de” antes de “colaboração” e, no Anexo I, substituam-se todas as menções ao trecho “regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios” por “regime de colaboração”;

• Padronize-se a grafia dos numerais, adotando-se a grafia do numeral seguida da grafia por extenso entre parênteses;
• Em todos os dispositivos do articulado do PL e no Anexo 1, substitua-se “do Plano Nacional de Educação (PNE)” por “deste Plano Nacional de Educação” e, da mesma forma, substituam-se todas as menções a “do PNE” por “deste PNE”;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Seguem-se algumas emendas já constantes no trecho... E eu vou destacar algumas apenas, Senadora, porque já está o relatório divulgado nas nossas redes, nas redes do Senado e da Comissão.

Destaco um deles, porque foi um dos temas mais debatidos também na audiência pública com o segmento de educação étnico-racial:

> Nas Metas 12.f, 14.a e 14.b, inclua-se após o trecho "grupos sociais" o trecho "considerando raça/cor, sexo, nível socioeconômico, região e localização", segundo o padrão adotado nas Metas 3.c, 5.c e 5.e.

Os outros estão todos em consonância com as leis já existentes, e eu já posso passar para a outra emenda. Observem que as emendas estão em bloco, tratando de assuntos internamente pertinentes.

> • No *caput* do art. 1º, substitua-se o trecho "com vistas ao cumprimento do" por "para cumprir o"; [É uma mera explicitação.] [...]
> • No art. 3º, para aprimorar sua organização lógica, reordenem-se os incisos das diretrizes para constar da seguinte forma: [...]

Aí eu faço aqui apenas uma nova numeração daquilo que está lá presente. Peço licença, Senadora, para também não ler, para não ficar tão cansativo. Tudo é renumeração.

Voltamos ao art. 4º, adotando-se apenas os verbos no infinitivo, para ficar uma redação mais incisiva e mais contínua, porque no infinitivo é naquele tempo que está descrito, para uma descrição dos objetivos, e se reordena a numeração para aprimorar a organização lógica também.

Há substituições de também trechos com vista a alcançar as metas implementadas, que eu cito nos artigos subsequentes, com este bloco de metas.

O último bloco diz respeito às estratégias, que são apenas uma renumeração e considerando também a inclusão de algumas palavras para ficar mais específico. Dou um exemplo: "Na Meta 9.d, substitua-se a segunda referência a 'educação escolar indígena' por 'modalidade'", porque é assim que está também nas outras leis.

E, com esse bloco de emendas, nós encerramos, Sra. Presidenta, o nosso voto, que é pela aprovação desses tópicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Durante esta reunião, nós tomamos conhecimento de que foram apresentadas, até agora, mais 17 emendas, todas de autoria da Senadora Damares, subscritas por vários outros Senadores. Nós agradecemos pela diligência. Evidentemente, ainda não tivemos condições de analisar o teor dessas emendas para já incorporá-las ou não ao texto, mas tão logo esta reunião se encerre vamos analisar com muita atenção principalmente se elas podem ser incorporadas ao nosso relatório nesse patamar de emendas de redação de forma a aprimorar o texto sem que isso implique o retorno à Câmara de Deputados.

Muito obrigada, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Eu que agradeço. Mais uma vez, aqui quero parabenizá-la pelo belíssimo trabalho que vem fazendo à frente da Comissão e, agora, na relatoria, que foi tão bem construída, parabenizar todos que construíram esse relatório, todos os debates que foram feitos pela Comissão, toda a assessoria da Comissão e, aqui do Senado, a Consultoria.

Eu queria aqui já botar a matéria em discussão.

O relatório da nossa querida Teresa está em discussão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Senadora Damares *online*.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – A Senadora Damares está de forma... Está aqui na tela.

Senadora Damares, pode abrir o áudio. Só um instante, está abrindo aqui o áudio. Pronto.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Senadora, está sem som.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Está sem som.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Um minutinho para a gente ajustar aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Só um minutinho. Espere aí. Vai dar certo. Calma aí, calma aí. Só um minutinho, que vai abrir o som. Abriu? O som está aberto? Está pedindo para ver se está aberto também o som do seu... Não, não estamos ouvindo aqui, não está saindo som. No seu celular está aberto? Não estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ouvindo, Senadora. Não está dando para ouvir. Senadora Damares, a gente não está ouvindo o seu áudio infelizmente. Não estamos ouvindo. E aqui a Comissão – está aberto o áudio? – está dizendo que está aberto. Olhe aí no seu aplicativo se o áudio está aberto. Olhe aí no seu aplicativo.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Senadora Roberta, está liberado o áudio, tá?, Senadora Damares e Senadora Roberta.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Não, não estamos ouvindo. A gente não está ouvindo. Mas não está... Não estamos ouvindo o áudio. Espere só um minutinho para ver se...

Nada?

Nem a Senadora Damares, nem a Senadora Roberta estão conseguindo o áudio. Pois é. A gente está tentando. Agora eu acho que vai dar certo.

Senadora Roberta, o áudio.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Senadora Roberta, estamos ouvindo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Agora, sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu estou agora junto com a Senadora Roberta, no celular dela.

Senadora Presidente, a gente só queria pedir vista do relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Está bom, Senadora. Pode deixar.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bom?

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Está ótimo. Está garantido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Devido à urgência da matéria, eu concedo vista coletiva por 24 horas, até amanhã, dia 25 de março, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

Queria aqui já devolver a Presidência à Presidenta, que está aqui, Senadora Teresa, e dizer que foi um prazer participar desse momento, que é muito importante para a construção da educação do nosso país.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Muito obrigada, Senadora Augusta.

A vista coletiva foi dada por 24 horas. Há uma tentativa muito bem trabalhada – acolhida pela Senadora Damares, mas só pessoalmente é que a gente pode dar consequência a isto – de que a gente possa analisar essas emendas e tratá-las à possibilidade de emenda de redação. Se isso ocorrer antes das 24 horas, não se precisará da reunião deliberativa final, a gente vai direto para o Plenário com as emendas incorporadas, não é? Se não, a gente vai convocar reunião para votar, porque sob vista a gente não pode votar. A gente só pode votar quando houver o período de vista concluído, que se concluirá até amanhã. Então, de qualquer maneira, a gente precisa convocar essa reunião. Não impede o debate no Plenário, certo?

Eu quero agradecer o esforço de todos os Senadores, de todas as Senadoras em uma matéria tão extensa como esta, de ter lido, de ter relido e de ter apresentado as suas contribuições, com a presença, inclusive, durante todas as reuniões de audiência pública. Quero agradecer a presença de todos os que aqui estiveram para acompanhar este processo.

Não havendo mais nada a tratar, convoco a próxima reunião deliberativa da Comissão de Educação para amanhã, dia 25 de março, às 9h, e agradeço a presença de todos.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências das Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Marcelo Castro, Eduardo Braga, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Flávio Arns, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Dra. Eudócia, Bruno Bonetti, Paulo Paim, Humberto Costa, Leila Barros, Laércio Oliveira, Damares Alves, Alan Rick, Esperidião Amin e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Fabiano Contarato e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 8ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2614, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o Plano Nacional de Educação." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela aprovação parcial das Emendas nºs 10, 18, 20, 22 E 23 com quatro emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto e favorável parcialmente às Emendas nºs 10, 18, 20, 22 e 23 na forma dos ajustes redacionais reunidos nas Emendas de Redação nºs 29 a 32-CE. Aprovada a apresentação de requerimento de urgência perante o Plenário. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 19, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2614/2024, que “aprova o Plano Nacional de Educação”." **Autoria:** Comissão de Educação e Cultura. **Resultado:** Aprovada a apresentação perante o Plenário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/25

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo quórum regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 25 de março de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 8ª Reunião, realizada em 24 de março.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião ocorre de modo semipresencial e é destinada à deliberação do PL 2.614, de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" no *chat* da ferramenta para Senadores que participam remotamente.

Registro a presença, com muita alegria, do Deputado Federal Pedro Uczai, Vice-Presidente da Comissão Especial do PNE na Câmara, e convido o Deputado para vir para a primeira fila. É a fila dos Parlamentares.

Fique à vontade.

Nós temos apenas um item na pauta, a partir do pedido de vista, que é o item do PL 2.614.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2614, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o Plano Nacional de Educação.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do projeto e pela aprovação parcial das Emendas nºs 10, 18, 20, 22 E 23 com quatro emendas de redação que apresenta.

Observações:

1. Em 24/03/2026, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2. Em 24/03/2026, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC), Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS/RR), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Bruno Bonetti (PL/RJ), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Dr. Hiran (PP/RR). Em 24/03/2026, foram apresentadas as emendas nºs 2 e 3 e 14, de autoria da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC), Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS/RR), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Bruno Bonetti (PL/RJ), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Alan Rick (REPUBLICANOS/AC). Em 24/03/2026, foi apresentada a emenda nº 4, de autoria da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC), Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS/RR), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Bruno Bonetti (PL/RJ), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Alan Rick (REPUBLICANOS/AC). Em 24/03/2026, foram apresentadas as emendas nºs 5, 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a 13 e 15 a 17, de autoria da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC), Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS/RR), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Bruno Bonetti (PL/RJ), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Dr. Hiran (PP/RR). Em 24/03/2026, foi apresentada a emenda nº 6, de autoria da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC), Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS/RR), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Bruno Bonetti (PL/RJ), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Dr. Hiran (PP/RR). Em 24/03/2026, foram apresentadas as emendas nºs 18 a 22, de autoria do Senador Flávio Arns (PSB/PR). Em 24/03/2026, foram apresentadas as emendas nºs 23 a 27, de autoria da Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS/RR). Em 24/03/2026, foi apresentada a emenda nº 28, de autoria do Senador Magno Malta (PL/ES).

Autoria: Câmara dos Deputados, Presidência da República.

O relatório é pela aprovação do projeto, com as quatro emendas de redação que apresenta.

Até o presente momento, foram apresentadas as seguintes emendas: Emendas nºs 1 a 17, de autoria da Senadora Damares Alves, em conjunto com outros Senadores; Emendas 18 a 22, de autoria do Senador Flávio Arns; Emendas 23 a 27, de autoria da Senadora Roberta Acioly; e Emenda nº 8, de autoria do Senador Magno Malta.

Solicito à Senadora Augusta Brito que ocupe a Presidência desta sessão para darmos continuidade à deliberação da matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Bom dia, bom dia a todas, bom dia a todos.

Quero aqui cumprimentar a nossa Senadora Teresa Leitão, cumprimentar a Senadora Damares, e o nosso Deputado Pedro Uczai, que também comandou essa construção do PLN lá na Câmara de Deputados e Deputadas; toda a assessoria que está aqui, assessoria da Comissão, assessoria dos Parlamentares que acompanham esta reunião da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O relatório foi lido na data de ontem, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria.

Concedo agora a palavra novamente para a nossa Relatora, Senadora Teresa Leitão, que, mais uma vez, não canso de registrar, faz um trabalho excelente à frente da Comissão de Educação aqui do Senado Federal, e que teve toda uma contribuição positiva em relação à construção desse relatório do nosso Plano Nacional da Educação.

Então, já passo aqui a palavra para ela, para que ela possa oferecer também o relatório sobre as emendas que foram apresentadas.

A palavra está com V. Exa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Muito obrigada, Senadora Augusta.

Agradeço a presença de todos e de todas. O alcance do quórum para uma reunião extraordinária chamada de um dia para o outro é muito importante e dialoga perfeitamente com a importância que tem o Plano Nacional de Educação e o trabalho que foi feito pela Comissão Especial, aqui representada pelo seu Vice-Presidente, que esgotou todos os consensos e debates possíveis. Inclusive, nem foi ao Plenário, foi terminativo na Comissão Especial. Isso nos dá uma condição, Deputado Pedro, muito segura, muito serena, de aproveitar e aprovar o plano, dentro de toda a diversidade política com que ele foi aprovado na Câmara dos Deputados, mas é do nosso mister também, e da nossa obrigação, evidentemente, apreciar todas as emendas que chegaram a partir da reunião de ontem.

Então, após a leitura do relatório, durante a reunião da Comissão de Educação, ocorrida em 24 de março, foi concedida vista coletiva por 24 horas, sendo convocada para o dia 25 de março nova reunião deliberativa sobre a matéria.

Foram recebidas as Emendas nºs 1 a 17, da Senadora Damares Alves e outros; as Emendas nºs 18 a 22, do Senador Flávio Arns; as Emendas nºs 23 a 27, da Senadora Roberta Acioly; e a Emenda nº 28, do Senador Magno Malta, que serão analisadas na seção seguinte deste relatório.

Eu repito no relatório a análise que já fiz ontem e vou pedir à Senadora para que possa passar direto à análise das emendas, em que eu destaco toda a perfeição da juridicidade, da constitucionalidade e do mérito do programa, porque o PNE, sem dúvida, representa o mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

relevante instrumento de planejamento da educação do país, estabelecendo os rumos das políticas educacionais nas três esferas federativas pelo período de dez anos. (*Pausa.*)

Misericórdia! Desculpem minha gente, desculpem. Foi o despertador.

Então, passarei imediatamente à análise das emendas.

Após a leitura do relatório, como eu disse, foram recebidas 28 emendas.

As Emendas nºs 1 a 17 foram apresentadas pela nobre Senadora Damares Alves e outros Senadores.

A Emenda nº 1 visa alterar o enunciado do Objetivo 3 para "garantir que cada criança esteja plenamente alfabetizada e de posse dos conhecimentos esperados quanto à Matemática e ao raciocínio lógico, ao final do 1º ano do ensino fundamental, com verificação por avaliação externa censitária, ao final do 2º ano do ensino fundamental". Na mesma linha, pretende modificar o conteúdo das Metas 3.a. e 3.b. para remeter a avaliação da alfabetização e do conhecimento matemático das crianças ao Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica). Ademais sugere incluir duas novas metas nesse mesmo objetivo, destinadas a prever aferição da aprendizagem aplicada pelo professor, com base em instrumento padronizado de diagnóstico e registro em sistema nacional de acompanhamento, para os alunos ao final do 1º ano do ensino fundamental, tanto em matemática quanto em alfabetização. A emenda é essencialmente de mérito, na medida em que pretende alterar os mecanismos e os marcos avaliativos da alfabetização e da aprendizagem inicial em matemática. Sua adoção requereria o retorno da matéria à Câmara dos Deputados. Votamos pela rejeição da Emenda 1.

A Emenda nº 2 trata da inclusão de novo inciso nas diretrizes do plano, versando sobre o desenvolvimento das máximas potencialidades de alunos com necessidades especiais, surdos e pessoas com altas habilidades e superdotação, inclusive com a criação de unidades especializadas. O propósito da emenda já está contemplado no art. 3º, inciso VII, e na Estratégia 10.17 do plano. Além disso, o próprio Objetivo 10 trata de modo abrangente sobre educação especial inclusiva e educação bilíngue de surdos. Como a emenda é essencialmente de mérito, sua adoção requereria o retorno da matéria à Câmara dos Deputados. Portanto, votamos pela rejeição da Emenda 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As Emendas nºs 3 e 4 tratam de educação domiciliar. A Emenda 3 visa a acrescentar uma Estratégia 1.14 ao plano para reconhecer a educação domiciliar ou parental como forma legítima na educação infantil. Acrescenta ainda a Estratégia 2.17 para assegurar a pluralidade na educação, bem como assegurar o direito das famílias à liberdade educacional e a autonomia das instituições de ensino. Acrescenta também a Estratégia 2.18, com vistas a garantir apoio pedagógico, orientação técnica e acompanhamento por parte dos sistemas de ensino às famílias adotantes da educação domiciliar. A Emenda nº 4, por sua vez, acrescenta, ao art. 2º do PL, as definições de "ensino domiciliar", "estudantes domiciliares" e "famílias educadoras". No art. 3º, que trata das diretrizes do PNE, também acrescenta inciso para assegurar a liberdade dos pais para escolherem entre a educação escolar e a educação domiciliar. No art. 5º da proposição, por sua vez, acrescenta parágrafo único para assegurar que a adoção do sistema de ensino domiciliar, chamada *homeschooling*, não seja considerada evasão escolar nem abandono intelectual. Ambas as emendas tratam de aspectos de mérito, na medida em que pretendem dispor sobre educação domiciliar. Esse tema está em debate no Congresso Nacional, mas não foi incluído no texto do PL 2.614, de 2024. Inclusive foi uma das mais aprofundadas discussões na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Desse modo, incluir esses novos termos e essas novas estratégias requereria o retorno da matéria à Câmara dos Deputados. Vale lembrar, ademais, que em seu art. 3º, inciso XI, o PL já registra como diretriz a centralidade da articulação entre família e escola para o processo educacional. Votamos pela rejeição das Emendas 3 e 4.

A Emenda nº 5 acrescenta as Estratégias 1.14 e 1.15 para tratar da oferta de educação infantil mediante convênios e parcerias com instituições privadas, comunitárias, confessionais e filantrópicas, bem como instituir programas de financiamento direto às famílias para matrículas em creches e escolas privadas. Acrescenta também uma Estratégia 2.25 para reconhecer o papel das escolas privadas, comunitárias, confessionais e filantrópicas na promoção da qualidade e da inovação pedagógica. Por fim, acrescenta uma Estratégia 3.17, para incentivar a oferta de educação superior pela iniciativa privada, e uma Estratégia 8.26, para incentivar parcerias público-privadas para a construção, manutenção e gestão de unidades educacionais.

A emenda é essencialmente de mérito, na medida em que pretende incluir novas estratégias de reconhecimento e incentivo ao setor privado em diversos objetivos do plano. Sua adoção requereria o retorno da matéria à Câmara dos Deputados. Por esse motivo, votamos pela rejeição da emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 6 visa incluir nova diretriz ao PL nº 2.614, relativa ao "foco em políticas educacionais pautadas em resultados, aspectos objetivamente mensuráveis por meio de avaliações padronizadas nacionais e internacionais, sendo os processos considerados meios para o alcance daquele fim". A emenda é essencialmente de mérito, na medida em que pretende incluir nova diretriz ao PL. Sua adoção requereria o retorno da matéria à Câmara dos Deputados. Além disso, vale ressaltar que o próprio PL já contempla como diretriz, no art. 3º, inciso VIII, a análise dos processos e dos resultados educacionais e o uso das evidências decorrentes dessas análises na formulação das políticas educacionais. Ademais, o PL faz referência explícita a avaliações nacionais e internacionais, diagnósticas, formativas, somativas e padronizadas, conforme o art. 12 e diversos objetivos. Por esse motivo, a posição é de rejeição da Emenda nº 6.

A Emenda nº 7 pretende incluir nova meta no âmbito do Objetivo 5, destinada a garantir que todos os estudantes brasileiros alcancem, no mínimo, nível básico de aprendizagem em três avaliações internacionais em larga escala de que o país participa: o Estudo Internacional de Progresso em Leitura (Pirls), o Estudo Internacional de Tendências em Matemática e Ciências (Timss) e o Programa Internacional de Avaliação de estudantes (Pisa). A emenda é essencialmente de mérito, na medida em que pretende incluir nova meta ao PL. Sua adoção requereria o retorno da matéria à Câmara dos Deputados. Além disso, vale ressaltar que o próprio PL, no seu art. 12, parágrafo único, determina que o Ministério da Educação utilizará avaliações internacionais das quais o país participa oficialmente como instrumentos complementares de monitoramento deste PNE, tais como o Pisa, o Estudo Regional Comparativo e Explicativo (Erce), o Timss e o Pirls. Ademais, as Estratégias 5.6 e 5.10 já tratam da expansão das avaliações internacionais e sua articulação com as avaliações nacionais. Por ser emenda de mérito, votamos pela rejeição.

A Emenda nº 8 acrescenta diretriz ao art. 3º do PL para definir que a orientação principal para a implementação de políticas educacionais seja a educação de qualidade e a garantia de aprendizagem em todos os conteúdos previstos. A emenda é essencialmente de mérito, na medida em que pretende incluir nova diretriz ao PL. Sua adoção também requereria o retorno da matéria à Câmara dos Deputados. Ademais, registre-se a diretriz prevista no art. 3º, inciso VII, que já contempla essa preocupação, inclusive de modo mais abrangente do que aquilo que a emenda propõe. Por isso a rejeitamos.

A Emenda nº 9 pretende alterar o *caput* do art. 18 do PL para flexibilizar prioritariamente para a educação pública a destinação da parcela da participação no resultado ou da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013. A emenda é essencialmente de mérito, na medida em que pretende alterar a destinação de recursos hoje exclusivamente destinados à educação pública, nos termos do art. 2º da própria Lei 12.858. Sua adoção requereria o retorno da matéria à Câmara dos Deputados.

Já a Emenda nº 10... Também ainda estamos nas emendas da Senadora Damares. A Emenda nº 10 visa a alterar a redação da Estratégia 6.7, retirando a lista de áreas e temas transversais explicitados (cidadania e democracia, educação ambiental, educação digital, educação em direitos humanos, educação para relações étnico-raciais e educação anticapacitista) e inserindo em seu lugar a referência às áreas e temas transversais previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A emenda propõe ajuste redacional compatível ao ordenamento jurídico educacional vigente e dialoga com padronizações já adotadas em outras estratégias, a exemplo das Estratégias 2.3, 3.16, 5.2, 5.3, 7.3, 7.4 e 7.6. Votamos pela aprovação parcial da Emenda nº 10, incorporando aquilo que não colidia com o que já está lá definido.

As Emendas nºs 11 e 12 tratam do Fórum Nacional de Educação (FNE). A Emenda nº 11 pretende suprimir o inciso V do §1º do art. 8º do projeto. Esse dispositivo lista o FNE entre os atores envolvidos nas atividades de monitoramento e avaliação do plano nacional. A emenda é essencialmente de mérito, na medida em que pretende suprimir do monitoramento do PNE uma das instâncias de participação, acompanhamento e controle social do Sistema Nacional de Educação, conforme a já aprovada Lei Complementar nº 220, de 31 de outubro de 2025. Por sua vez, a Emenda nº 12 visa a alterar o inciso II do parágrafo único do art. 10, que trata das competências do FNE, retirando a previsão de que o fórum coordene as conferências nacionais de educação, bem como de que os fóruns de educação subnacionais coordenem suas respectivas conferências. Assim como a anterior, essa emenda é essencialmente de mérito, na medida em que pretende excluir a competência do FNE e dos fóruns subnacionais para coordenar as respectivas conferências de educação. Sua adoção requereria o retorno da matéria à Câmara dos Deputados. Ademais, a própria lei do SNE – já aprovada, como eu já disse – determina que o FNE e os fóruns subnacionais coordenem as referidas conferências. Votamos pela rejeição das Emendas 11 e 12.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito o intervalo para beber água para dar boas-vindas ao Senador Paulo Paim, aqui presente.

A Emenda nº 13 visa a acrescentar a Meta 12.g., que prevê a realização do diagnóstico nacional e regional das redes, para aferir as demandas do mercado e canalizar a aplicação dos recursos públicos e a indução dos privados, para a criação, manutenção e expansão dos cursos com maior possibilidade de empregabilidade e geração de renda. A emenda é essencialmente de mérito, na medida em que pretende incluir nova meta ao plano. Sua adoção requereria o retorno da matéria à Câmara dos Deputados. Ademais, vale ressaltar que esses aspectos da emenda já se encontram contemplados na Estratégia 12.13, que trata de mecanismos para orientar a expansão da educação profissional e tecnológica considerando a articulação com o setor produtivo. Votamos, então, pela rejeição da emenda.

A Emenda nº 14 visa a acrescentar três novas estratégias (4.17, 4.18 e 4.19) ao Objetivo 4 do Anexo I do PL, para implementar, nas escolas de educação básica: programa para incentivar atitudes e práticas de cuidado, preservação e respeito ao espaço e à comunidade escolar (4.17); programa de conscientização e de combate à intimidação sistemática (*bullying*) com criação, nas redes de cada ente federativo, de canal de relato de ocorrência de intimidação sistemática (4.18); e políticas de segurança e combate à criminalidade no ambiente escolar e nas mediações da escola, em uma perspectiva intersetorial e baseada na cooperação federativa (4.19).

A emenda é essencialmente de mérito, na medida em que pretende incluir novas estratégias ao plano. Sua adoção requereria o retorno da matéria à Câmara dos Deputados.

Ademais, vale ressaltar que esses aspectos da emenda já se encontram contemplados na Meta 5.f do plano e nas Estratégias 4.13 (cultura da paz), 5.13 (acompanhamento individualizado de estudantes vítimas de violência), 5.19 (melhoria do clima escolar), 5.24 (articulação intersetorial), 5.25 (*bullying* e *cyberbullying*), 18.8 (mecanismos de convivência). Ademais, no art. 3º, inciso XIII, o PL contempla a diretriz da promoção da cultura da paz e da prevenção da violência no ambiente escolar. Votamos pela rejeição da emenda.

A Emenda nº 15 visa a acrescentar uma Meta 5.g, ao plano, para ampliar o “tempo instrucional”, definido como aquele que é efetivamente utilizado para ensino, excluído o tempo utilizado em questões administrativas, ordenação e disciplina na sala de aula. A emenda é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

essencialmente de mérito, na medida em que pretende incluir nova meta ao plano. Sua adoção requereria o retorno da matéria à Câmara dos Deputados. Votamos pela rejeição.

A Emenda nº 16 visa à supressão do §5º do art. 25 e da Meta 17.d do Objetivo 17 do PL, para suprimir, respectivamente, o cumprimento de exigências relativas à pactuação ao Programa Nacional de Infraestrutura Escolar – que é uma grande novidade nesse plano e que vai dar, de fato, condições de uma reestruturação física das escolas – e a meta de redução progressiva do número de profissionais do magistério sem cargo efetivo. A emenda é essencialmente de mérito, na medida em que suprime a exigência do cumprimento de metas de valorização do magistério para pactuação no âmbito do Programa Nacional de Infraestrutura Escolar. O segundo tema tratado na emenda também se caracteriza como alteração de mérito, pois pretende suprimir a Meta 17.d do plano, que trata da redução progressiva do número de professores temporários, os chamados CTTs, na educação básica. Sua adoção, portanto, requereria o retorno da matéria à Câmara dos Deputados. Votamos pela rejeição da Emenda nº 16.

A Emenda nº 17 visa a acrescentar uma Meta 3.f ao Objetivo 3 e uma Meta 5.g ao Objetivo 5, para garantir parâmetros mínimos de fluência em leitura aos estudantes que estiverem, respectivamente, no final do 2º e 5º ano do ensino fundamental. A prática de acompanhar a fluência leitora já se encontra contemplada nas Estratégias 3.10 e 5.21 do PL. Ademais, uma alteração nesse sentido, nas metas, seria considerada alteração de mérito, e requereria o retorno da matéria à Câmara dos Deputados. Votamos pela rejeição.

Vamos agora às Emendas nºs 18 a 22, apresentadas pelo Senador Flávio Arns.

A Emenda nº 18 visa a alterar o parágrafo único do art. 20 do PL para especificar que o ato do Ministério da Educação que disciplinará o marco referencial de equidade na educação terá como foco cumprir especialmente as previsões constitucionais constantes nos arts. 206, 208 e 211, além de explicitar que a orientação referente à assistência técnica e financeira entre os entes federativos ocorrerá no âmbito do regime de colaboração e assegurará igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. A emenda promove ajustes para adequar o texto ao ordenamento jurídico-educacional vigente, propondo ajuste redacional compatível com princípios da equidade na educação. Dessa forma, a emenda fica acatada parcialmente, uma vez que o trecho “no âmbito do regime de colaboração, assegurando a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola”, constante da emenda, já consta expressamente nos arts.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

211 e 206 da Constituição, e poderia ensejar excessiva delimitação do escopo do ato que vier a ser editado. Votamos pela aprovação parcial da Emenda nº 18.

A Emenda nº 19 visa a alterar a Estratégia 19.5 do Anexo I do PL. A emenda acrescenta ao final do texto da estratégia o seguinte trecho: "com especial atenção para a Amazônia Legal". O tema do chamado "Custo Amazônico" foi bastante debatido na Câmara dos Deputados, tendo sido objeto de várias emendas, mas não foi incluído expressamente no texto que chegou ao Senado. Assim, sua inclusão nesse momento não constituiria emenda de redação. Além disso, em diversos dispositivos, além da própria Estratégia 9.5, o texto do projeto já trata da atenção às desigualdades regionais (Objetivo 9, Estratégias 10.3, 14.18, 16.a) e desigualdades territoriais (Estratégias 3.7, 4.1, 9.8, 19.9). A emenda, portanto, é essencialmente de mérito, e sua adoção requereria o retorno da matéria à Câmara dos Deputados. Votamos pela sua rejeição.

A Emenda nº 20 visa a alterar a Meta 19.b PL, de modo que se pretenda alcançar: a) ao final do quinto ano de vigência do PNE, o valor do recurso aplicado pela média dos países da OCDE e; b) ao final do decênio, padrão mínimo de qualidade, tendo como referência o CAQ (Custo Aluno Qualidade), conforme previsto no art. 211, §7º, da Constituição, e no art. 41 da Lei do Sistema Nacional de Educação. A Meta 19.b utiliza, na sua parte inicial, a métrica do investimento por aluno como percentual do PIB *per capita*, determinando que até o quinto ano do PNE esse indicador no Brasil seja equivalente ao da OCDE. A emenda, por sua vez, propõe um indicador diferente: que o Brasil aproxime o valor aplicado em educação pública básica do valor aplicado pela OCDE. São critérios diferentes de aferição do investimento. Essa alteração, portanto, seria emenda de mérito, que alteraria substancialmente o sentido da meta. Já a segunda alteração proposta na emenda pode ser parcialmente acatada como emenda de redação, na parte que se refere expressamente à Lei Complementar nº 220, de 2025, que instituiu o Sistema Nacional de Educação. Votamos, portanto, pela aprovação parcial da Emenda nº 20.

A Emenda nº 21 visa a alterar a Estratégia 19.1 do Anexo I do PL. A emenda substitui a referência a padrões mínimos de qualidade de oferta em regime de colaboração por "padrão mínimo" e acrescenta ao final do texto original o seguinte trecho: "garantindo os custos para a implementação efetiva da educação escolar indígena, quilombola e de uma educação antirracista, incluindo materiais didáticos específicos, formação docente e contratação de profissionais". A expressão "padrões mínimos" é amplamente utilizada na Lei do SNE, portanto, é adequado manter a terminologia no PNE. Além disso, a referência ao financiamento da educação escolar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

indígena, quilombola e antirracista relativamente ao CAQ nos parece não somente desnecessária, uma vez que a Meta 19.b já estabelece o CAQ como referência para o financiamento da educação básica em seu conjunto, mas também potencialmente restritiva, ao não tratar de outras etapas, modalidades e abordagens. A emenda, portanto, seria de mérito, o que implicaria o retorno da matéria à Câmara dos Deputados. Votamos pela sua rejeição.

A Emenda nº 22 visa a alterar a Meta 19.d do Anexo I do PL, a fim de especificar as desigualdades a serem reduzidas na infraestrutura escolar (raciais, de nível socioeconômico, regionais e territoriais), além de incluir as condições de oferta como aspecto diferenciado da infraestrutura escolar. Além disso, a emenda busca referenciar a meta ao CAQ para assegurar condições básicas para equidade racial, de nível socioeconômico e regional. A Meta 19.d trata exclusivamente das condições de oferta e de pactuação de padrão de qualidade relativa à infraestrutura escolar. Assim, referenciá-la às diversas dimensões contempladas no CAQ (jornada escolar, razão professor-aluno, formação docente, piso e planos de carreira, profissionais não docente, tecnologias e serviços complementares) resultaria em significativa alteração do escopo da Meta 19.d, o que implicaria seu retorno à Casa iniciadora. Por outro lado, a qualificação das "desigualdades" referidas na meta nos parece possível, sim, acolher como emenda de redação. Portanto, votamos pela aprovação parcial da Emenda nº 22.

As Emendas nºs 23 a 27 foram apresentadas pela Senadora Roberta Acioly.

A Emenda nº 23 intenta alterar o Objetivo 16 do PL, de modo que passe a tratar da ampliação de mestres e doutores, de maneira equitativa e inclusiva, "assegurando a melhoria contínua da qualidade dos programas de pós-graduação, o impacto científico da produção acadêmica e sua contribuição para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do país". No entanto, o texto do Objetivo 16 se encontra redigido de maneira mais abrangente do que a sugestão da emenda, na medida em que articula a qualidade da pós-graduação *stricto sensu* ao foco na prospecção e na solução dos problemas da sociedade, além de prever sua contribuição não só para o desenvolvimento científico, tecnológico e social, mas também cultural, econômico e ambiental. Ainda assim, julgamos ser possível aprovar parcialmente a emenda na medida em que ela especifica os programas de que trata o Objetivo 16 de forma mais explícita do que a redação atual, de modo que o texto passe a se referir à melhoria contínua da qualidade dos programas de pós-graduação. Com esse acréscimo, o texto do objetivo ganha em clareza, sem alteração de mérito. Assim, votamos pela aprovação parcial da Emenda nº 23.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 24 sugere incluir nova estratégia ao Objetivo 16 do Anexo 1 do PL, voltada para priorizar políticas de incentivo à formação em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional, especialmente ciência, tecnologia, engenharia e matemática, sem prejuízo das demais áreas do conhecimento, mediante programas de acesso, permanência, conclusão e inserção profissional dos egressos. Embora trate de tema relevante, o acréscimo de nova estratégia configuraria alteração de mérito no PNE, o que ensejaria seu retorno à Casa iniciadora. Ademais, as Estratégias 14.6 e 16.6 já contemplam essa medida, inclusive com viés de equidade, ao prever que sejam instituídas políticas que promovam o acesso, a permanência e a conclusão em cursos de graduação e de pós-graduação nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, preferencialmente para as mulheres. Voltamos pela rejeição da Emenda nº 24.

A Emenda nº 25 pretende acrescentar nova estratégia ao Objetivo 16 do projeto do PNE, com vistas a instituir mecanismos periódicos de avaliação de resultados das políticas de acesso e permanência na pós-graduação, com base em indicadores de desempenho acadêmico, conclusão de cursos, produção científica e inserção profissional dos egressos, com vistas ao aprimoramento contínuo dessas políticas. Trata-se de emenda de mérito, o que torna inviável sua aceitação sem retorno para a Casa iniciadora. Votamos pela rejeição da Emenda 25.

A Emenda nº 26 visa acrescentar nova estratégia ao Objetivo 14 do PL, a fim de incentivar a articulação entre a produção científica das instituições de educação superior, o setor produtivo e os arranjos produtivos locais, de modo a fortalecer a inovação regional, a transferência tecnológica e a solução de desafios socioeconômicos locais e nacionais. Ao prever a inclusão de nova estratégia, a emenda é essencialmente de mérito e, por isso, não poderia ser aprovada sem o retorno do texto à Câmara dos Deputados. De todo modo, notamos que o PL já contempla o propósito da emenda, na medida em que prevê, ao longo de diferentes estratégias, a articulação das instituições de ensino superior com o setor produtivo e a sociedade (14.16), a articulação entre a produção científica e as necessidades da sociedade (15.4), a ampliação de programas de ensino articulados às demandas sociais, bem como o fortalecimento dos Núcleos de Inovação Tecnológica, redes de laboratórios e Instituições Científicas e Tecnológicas em áreas estratégicas (15.12). Assim, votamos pela rejeição.

A Emenda nº 27 pretende incluir nova estratégia no Objetivo 14, com o fim de fortalecer a qualidade da educação superior mediante o uso de indicadores consolidados de desempenho institucional e acadêmico, incluindo métricas de aprendizagem, qualidade dos cursos, impacto da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

formação e desempenho institucional, observadas as metodologias oficiais de avaliação educacional. A emenda configura alteração de mérito, uma vez que objetiva a inclusão de nova estratégia no PL. Lembramos, contudo, que o tema da qualidade dos cursos de graduação já está contemplado no âmbito do Objetivo 15, inclusive com a previsão de fortalecimento das múltiplas dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), na Estratégia 15.3, e a ampliação da cobertura do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), na Estratégia 15.10. Por essas razões, votamos pela rejeição da Emenda.

A Emenda de nº 28, finalmente, do Senador Magno Malta, visa a incluir novo artigo no texto do PL nº 2.614, de 2024, para estabelecer que a implementação dos objetivos, metas e estratégias previstos – aspas – "observará, em qualquer hipótese, o disposto nos arts. 205, 206, 208, 211, 212 e 214 da Constituição Federal, bem como os princípios e objetivos do Sistema Nacional de Educação, vedada a interpretação que resulte em retrocesso ou limitação do direito público subjetivo de acesso à educação básica obrigatória e à educação infantil". A despeito das intenções louváveis – de garantia de direitos e impedimento de retrocessos no direito à educação –, a inclusão de novo dispositivo no texto aprovado pela Câmara resultaria na interpretação de que se trata de mudança de mérito, que dependeria de nova deliberação daquela Casa. Ademais, notamos que o propósito da emenda já está juridicamente contemplado, pois não se poderia admitir lei ordinária que contrariasse os preceitos constitucionais. Da mesma forma, no que tange à articulação ao Sistema Nacional de Educação, o PL acertadamente inclui essa previsão no art. 7º, §9º, situando as instâncias de governança do PNE no âmbito das Comissões Intergestores Tripartite e Bipartites do Sistema Nacional de Educação. Com essa governança articulada, fica explicitamente assegurada a relação do PNE com o SNE, para além da base principiológica, mas também em toda a sua implementação. Dessa forma, votamos pela rejeição da emenda.

Vou ao voto, Sra. Presidenta, conforme publicado.

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, e, no mérito, pela sua aprovação e pela aprovação parcial das Emendas nºs 10, 18, 20, 22 e 23, na forma dos ajustes redacionais reunidos nas emendas a seguir, rejeitadas as demais emendas: "Façam-se os seguintes ajustes redacionais no PL [...]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como eu já li, vou pedir à Presidenta e aos demais Senadores a isenção dessa leitura, que está toda contemplada na nova redação que será apresentada ao Plenário desta Casa.

Muito obrigada, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada à nossa Relatora. Já a parabenizo novamente pelo trabalho da relatoria. Eu sei que foi construída há muito tempo, com muitas discussões, inclusive agora, analisando as últimas emendas e, também agora, sendo feita essa relatoria.

A matéria está em discussão.

Senadora Damares, para discutir.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, é claro que eu preciso começar elogiando a Relatora, Presidente da Comissão, e fazendo uma fala que eu fiz ontem, muito rápida.

Todo mundo teve a oportunidade de participar da discussão do Plano Nacional de Educação aqui no Senado. Desde 2023, eu estou com Teresa, mesmo a gente tendo posições políticas em algumas áreas totalmente divergentes, mas na educação nós caminhamos juntas. Somos membros desta Comissão desde o primeiro dia, e desde 2023 foram inúmeras audiências públicas, debates... Eu tive a honra de avaliar a Meta 7 e eu trouxe contribuição para o plano.

Acompanhei a discussão na Câmara, mas a gente sabia que, quando ele chegasse ao Senado, haveria toda uma convergência para que não houvesse modificações, para que ele não voltasse para a Câmara, e entendo, Presidente, a defesa disso. Nós já estamos há dois anos atrasados.

Durante o plano nacional aprovado em 2014 a gente teve aí um advento que ninguém nunca esperava, que foi uma pandemia. E o atraso também nos proporcionou um debate sobre: e se acontecer outra pandemia, como é que a gente vai fazer? Eu acho que o atraso também amadureceu as discussões para a gente nesse novo mundo, um mundo sujeito a pandemias, guerras biológicas, e agora esse novo mundo *online*. Em 2014, nós não tínhamos as novidades que nós temos hoje. Se a gente pegar o plano de 2014 e ver o que a gente está apresentando em 2026, a gente vai ver a atenção especial à questão da tecnologia, não só a tecnologia como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

instrumento de educação, mas também os cuidados com o excesso, os cuidados com o vício tecnológico – está tudo aqui. O mundo mudou de 2014 para 2026.

A gente sabia que haveria toda uma conversa para a gente não modificar nada porque a gente tem pressa em ter um plano, uma diretriz, inclusive para se cobrar. Como cobrar na ponta se a gente não tem o que exigir? Quando nós apresentamos emendas, a gente entendia que seriam emendas modificativas e voltaria para a Câmara. E, nesse período pré-eleitoral... Nós já estamos em pré-campanha, olhem a Casa como está hoje. Isso é um reflexo de uma pré-campanha, com dias fechando a tal da janela. Por conta disso, nós estamos aqui votando uma matéria que vai impactar gerações dessa forma *online*. Como ontem, Senadora, a matéria da misoginia, que era para estar todo mundo... Eu fico imaginando que toda a Bancada Feminina queria estar presente ontem, outras Lideranças queriam estar presentes, mas foi de forma *online*. Então, assim, eu fico muito preocupada de a gente não ter oportunidade de apreciar matérias que são grandes entregas e a gente estar dessa forma.

Quando eu apresentei as emendas, todos nós sabíamos que elas tinham forte conteúdo para serem modificativas. E, se a gente tivesse ânimo de a Câmara se debruçar sobre o texto em tempo recorde, nas nossas propostas modificativas, eu até acho que a senhora teria aceitado, mas eu tenho medo e entendo o seu medo de que se aceitassem as modificações e voltasse para a Câmara. Isso ficaria numa gaveta por mais quanto tempo? Quanto tempo sem a gente ter um plano?

Eu repito que eu lamento, porque a gente poderia ter contribuído mais para o plano se as nossas emendas tivessem sido aceitas. E vi que a senhora fez um esforço de que elas fossem aceitas como emendas de redação, mas a gente tinha certeza de que seria difícil transformar nossas emendas que modificavam partes grandes do plano e recepcioná-las como emendas de redação.

Ontem a gente conversou no Plenário e olhou uma para outra. Eu chamei a oposição e disse: "Este não é o plano que é o sonho dos conservadores, mas também não é o sonho de vocês". Mas também não é meu pesadelo. Também não é um pesadelo. (*Risos.*)

A gente está entregando, mas é bom lembrar que nenhuma lei é estática. E sabe que isso me dá alguns confortos quando a gente decide coisas, inclusive, que eu não aceito? Porque, por nenhuma lei ser estática, a gente vai ter oportunidade de fazer adequações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Plano Nacional de Educação tem a obrigação de ser reavaliado a cada dois anos e, como nós conservadores vamos estar no poder daqui a dois anos – tá, Presidente, queira a senhora ou não? –, daqui a dois anos, nós vamos estar avaliando esse plano.

Mas a minha preocupação é outra, Presidente. Eu não sei se a gente pode começar já nesta Comissão de uma forma mais madura. A gente, às vezes, se perde. Não que as outras matérias que estão vindo para cá não sejam necessárias. São? São. Mas, se a gente pudesse, Senadora Teresa, pensar de que forma a gente já poderia acompanhar o plano desde o seu nascedouro... Não é a gente esperar a última semana do prazo, de quando tiver que avaliar em dois anos, para a gente vir aqui nessa correria de novo. Mas – quem sabe? – a gente entregar o plano e a gente já... Quando a gente for escolher a política pública a ser avaliada, ser ela uma política voltada ao plano; ou a gente – quem sabe? – ter um grupo de trabalho permanente de assessores e Parlamentares; ou, uma Subcomissão permanente de acompanhamento ao plano, porque a gente vai precisar fazer adequações à medida que ele for recepcionado lá na ponta.

Eu tenho muitas dúvidas. Inclusive há um tema aqui, Presidente, que a senhora viu que foi objeto de diversas emendas e foi objeto de discussão quando o plano tramitou na Câmara, que é a educação domiciliar. O Brasil está pronto para discutir com maturidade. Lembro que isso já passou na Câmara, a Relatora lá foi a Dorinha, e foi difícil, está no Senado, e a gente não vai poder mais fechar os olhos, exatamente porque o mundo mudou.

Esses dias eu encontrei, Senadora, médicos que querem ir para o Mais Médicos, mas não vão exatamente por não termos autorização da educação domiciliar. Eles querem ir para regiões remotas, mas eles acabam esbarrando na questão da educação. A educação domiciliar não é mais uma questão ideológica, é uma questão de necessidade.

Eu me lembro de que, quando Ministra da Família, eu fui procurada pelas famílias dos servidores do Itamaraty. Quando um servidor do Itamaraty é mandado para uma missão muito longe – não o diplomata cujo salário é alto, mas o servidor de salário mais de nível médio –, o maior problema deles é que eles vão para a missão e deixam a família no Brasil porque não têm o ensino domiciliar para que os filhos estudem lá e, na própria embaixada ou num órgão recomendado pelo MEC, façam as provas. Nós estamos vivendo uma globalização, e a educação domiciliar é uma resposta para a globalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente está entregando hoje um plano, um plano que não é o ideal, que merecia alguns ajustes ainda, e a gente apresentou – tanto o Arns, como o Magno e outros Senadores. E a gente registra aqui só isto: o medo de não modificar no Senado, voltar para a Câmara e ir para a gaveta.

Mas eu cumprimento a senhora, mas, por não ser o plano do meu sonho, eu vou registrar e talvez eu seja voto vencido. Eu vou registrar o meu voto "não" na Comissão, e lá no Plenário a gente vai conversar, mas torcendo muito para que a educação, quando receber... E eu quero estar aqui cobrando aplicação, execução e cumprimento das metas do plano.

Senadora, parabéns pelo trabalho! Três anos que a gente se debruçou sobre o tema, e eu senti falta, Augusta, dos nossos colegas. Aqui eu vou registrar e – quem sabe? – puxar a orelha de colega. A gente teve audiências aqui apenas com a Presidente, com expositores do mais alto nível para discutir. Eu fiz audiências aqui solitária também e discutindo já o plano.

A gente podia pegar a nossa colaboração aqui, apresentar na Câmara – e era essa a minha intenção –, para a gente ganhar tempo. Discutimos lá na Comissão, a gente entende, põe aqui para chegar lá e já estar redondinho, mas a discussão, infelizmente, foi esvaziada por Parlamentares. Então, agora, a gente está aqui reclamando, mas a gente teve a oportunidade.

Por conta de uma representatividade minha de um segmento, o meu voto é justificado pelo segmento que eu represento, mas não posso deixar de cumprimentar. Não cumprimentá-la seria desmerecer o trabalho de três anos em que eu estou aqui nesta Comissão com você. Então, esta Comissão cumpriu o seu dever. Se algumas pessoas não participaram, é porque estavam demais ocupadas com outro tema, que consideraram outros temas prioritários, e não esse, que vai mexer com a vida de milhões de brasileiros.

Então, é o que nós podemos entregar, e eu quero ajudá-la depois, enquanto estivermos aqui – nós temos ainda seis anos juntas, eu e você, Teresa –, a acompanhar de fato. E aquilo que for precisar adequar, já vamos preparando essa adequação e, daqui a dois anos, a gente volta para fazer a adequação do plano.

Parabéns, Augusta, Teresa. Foi uma honra participar desse debate com vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – A Senadora Teresa quer a fala, mas eu quero aqui registrar também que eu tive a oportunidade de presidir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

também a audiência pública exatamente da mesma forma, solitariamente, com grandes participações – só para registrar que o debate foi amplo, e não participou realmente quem não priorizou.

Já passo aqui para a Senadora Teresa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Senadora Damares, eu quero agradecer toda a sua intervenção, que a senhora faz com muita propriedade, pela frequência, pela sua presença constante nesta Comissão. Isso certamente lhe dá condições de fazer toda essa leitura que foi aqui apresentada.

Eu não só tenho medo, como V. Exa. disse, que o plano volte para lá e vá para a gaveta, mas também tenho outro sentimento, que é o sentimento de reconhecimento do trabalho que foi feito na Câmara dos Deputados. Todo mundo sabe que uma Casa tem 81 pessoas e a outra, 513. Esta de 513 tem muito mais dificuldade de articulação, até pela quantidade de pessoas, pela abrangência partidária; eu diria que até pelo papel de cada uma das Casas – nosso papel é um papel revisor –, mas, mesmo com toda essa dificuldade, a Câmara de Deputados nos entrega um documento que, se não é perfeito, não é... porque nenhuma lei é, mas foi objeto de muito debate – muito debate. O debate foi tão reconhecido pela Casa que ele foi terminativo na Comissão Especial, criada só para tratar do plano. O único problema nesse processo foram os prazos, é evidente: a Comissão precisou estender seu prazo, tal era a dificuldade de buscar consensos. E, quando a gente tem dificuldade de buscar consenso, não é porque o consenso em si é difícil; é porque o problema que nos leva a discutir é complexo, tem polêmicas, tem pluralidades de visões. E foi isso que aconteceu lá em alguns dos temas que voltaram para cá, como o *homeschooling*, por exemplo. Então, é também uma atitude, um misto de medo e de respeito ao trabalho que foi feito lá, o que não nos isenta, de forma nenhuma, de cumprir o nosso papel de revisão, que fizemos com as inúmeras emendas do relatório inicial. De onde eu tirei essas emendas? Vocês querem saber? De onde eu tirei tantas emendas que eu apresentei ontem, Senador Paim? Algumas da minha cabeça. Algumas eu consegui implementar lá, Senadora Damares. Algumas, por exemplo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Exatamente. O processo de financiamento, nós discutimos lá, depois de uma das melhores audiências públicas, que foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

os modos, formas e fontes de financiamento. A gente só é acostumado a olhar para o Fundeb e para os recursos vinculados. E a gente teve aqui, com a Fineduca, a apresentação de vários especialistas, inclusive, e isso foi incorporado em um modo próprio de financiamento desse plano, para a gente fugir daquilo que é peculiar aos planos. Qual é o dinheiro? Onde está o dinheiro para implementar? Vai virar uma carta de intenções? E, ao mesmo ponto, um outro objetivo que foi incorporado, porque veio de uma discussão muito grande com a sociedade.

As outras emendas me foram apresentadas em bloco de quatro organizações: uma organização sindical, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que representa mais de 2 milhões de trabalhadores do Brasil; uma entidade acadêmica, a Anped – a Anped ou Anpae, eu sempre misturo porque as duas são irmãs, é a associação de gestão e de formação –; uma organização muito ampla, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação; e um outro bloco da organização Todos pela Educação.

O compromisso que eu firmei com essas quatro organizações foi de incorporar as emendas que fossem de redação – e algumas vieram dali –, foi o mesmo compromisso, Senadora, que nós vamos tornar público agora, já fez parte, inclusive, da sua fala inicial. Eu fiz esse compromisso com vários Senadores que assinaram a emenda, quase todos os Senadores que assinaram o pedido de vista, falei pessoalmente com quase todos – só não falei com quem não estava aqui ontem –, justificando e me propondo a fazer exatamente isto que a Senadora Damares colocou. Não sei se serei Presidenta da Comissão, mas, certamente, membro serei. Meu mandato termina ao final deste ano, mas ainda serei Senadora até 2030, com V. Exa. Membro, portanto, estarei neste debate.

E a minha sugestão para eles é a mesma que eu faço agora. Este plano tem um diferencial do anterior, ele tem um monitoramento bienal e ele diz quem vai monitorar. A própria lei diz: a governança do plano, o controle social, a fiscalização, o monitoramento estão previstos para que ele seja um plano para valer.

Então a gente criar um grupo de trabalho que tenha essa tarefa, inclusive dialogando... Eu represento o Senado, Senadora, no Fórum Nacional de Educação. Eu vejo como é que o debate também lá é feito nessa direção, para que a gente guarde essas emendas. Guardar não é botar na prateleira, guardar não é botar na gaveta, guardar é considerar. Que a gente considere essas emendas como objeto de discussão para a revisão do plano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o Senado dá uma grande contribuição. A gente pode até dialogar também com a Câmara. Essa Comissão que está formada vai, evidentemente, ter seus desdobramentos na implementação do plano para que a gente possa aprovar.

Agora, permita-me, Senadora, uma inconfidência. Permite?

Com tudo que a senhora disse, com toda a sua argumentação, o seu voto devia ser "sim". (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está conquistando o meu voto! (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Já agradeço aqui à nossa Relatora e já passo aqui para o Senador Paulo Paim, que também quer fazer o seu pronunciamento sobre o nosso plano.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Presidenta, Senadora Augusta Brito, Senadora Teresa Leitão, Relatora, Senadora Damares, que tem participado ativamente, veio aqui um pedido aqui para mim – olha que eu sou de falar o que vem pedindo no meu ouvido, viu? –: "Paim, não fala agora. Nós precisamos votar logo isso". (*Risos.*)

Eu disse: "Não". Todos nós temos uma agenda, né? Então, eu vou falar nem que seja um minuto e vou seguir para minhas agendas em seguida.

Primeiro, quero cumprimentar a Senadora Teresa Leitão, querida Relatora, pelo excelente trabalho que fez. E quero também cumprimentar... Eu, que não participo tanto desta Comissão, até entendo, nem todos os Senadores podem participar de todas as Comissões ao mesmo tempo. Eu, como Presidente da CDH, e V. Exa. também, presidi centenas de reuniões eu e os convidados, mas entendo normal, principalmente segunda, sexta, e, naturalmente, neste momento, em período pré-eleitoral. Mas eu queria cumprimentar o Líder Pedro Uczai, que acompanhou aqui desde o início – ele estava aqui, saiu e volta –, que acompanhou na Câmara e fez também um belo trabalho lá, como Líder do PT.

Eu recebi aqui um resuminho. Permita-me que eu diga só isso, são três linhas. Houve um esforço geral, Câmara e Senado: foram realizadas dez audiências públicas durante 2023; dez audiências públicas em 2024; 14 audiências públicas agora, em 2025. Com isso, se conseguiu o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

possível. Eu vi aqui, no resultado final, essa mediação que vai permitir que de dois anos em dois anos seja revisado.

Concluindo, Senadora, eu sempre digo que a educação liberta, por isso eu brigo tanto e briguei tanto pelas cotas no campo da educação, e nós todos, no fim, chegamos a um entendimento.

Cumprimento o relatório de V. Exa. Não é perfeito, não existe lei perfeita, como a senhora mesma disse. Existe a lei dos nossos sonhos. Mas quando eu cheguei aqui há 40 anos atrás, o Floriceno Paixão, do PDT, do Rio Grande do Sul, um líder da época, disse para mim: "Paim, chegaste aqui com todo o fôlego, queria só te dizer uma coisa, a lei melhor, a boa lei para o povo brasileiro não é a lei só dos teus sonhos, muita gente sonha junto, mas a lei boa é aquela que é aprovada e passa a ser executada". E é isso que vocês estão fazendo.

Damares, meus cumprimentos também. É natural haver algumas discordâncias, mas percebi que nós vamos votar até simbolicamente, porque ninguém vai ser contra sabendo... E percebi, Senadora, 80% do seu relatório neste momento foi: "Olha, não dá para aprovar porque senão volta para a Câmara; eu vou contemplar parcialmente outras, as de redação eu vou contemplar". Mas aquelas que fariam voltar para a Câmara, não tinha como a senhora aprovar e pedir que fosse incorporado de jeito nenhum.

Por isso, parabéns a esta Comissão! Parabéns às três Senadoras que estão aqui, parabéns a vocês três! Damares, parabéns a você também! Parabéns à Presidenta Teresa Leitão e à Senadora Augusta Brito. Foi, sem sombra de dúvida, um belíssimo trabalho.

E, antes que me puxem a orelha aqui – "Deu, Paim" –, eu encerro por aqui.

Parabéns a todos e parabéns às lideranças que estão aqui de todo o Brasil pedindo para que se vote esta matéria! Parabéns!

Votação simbólica significa o esforço coletivo, não um sonho maior, mas um sonho que a gente sonha em conjunto, um sonho que um dia será vitorioso.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. me lembrou de uma coisa que eu não falei na defesa da minha posição em relação às emendas: emendas de mérito não foram acolhidas tanto para não voltar, mas também porque, Senador, muito conteúdo das emendas apresentadas já estava contemplado – dito de outra maneira, mas, no mérito, significaria a mesma coisa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – ... preservado.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Preservado. Eu acho que o trabalho coletivo também ajuda bastante.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

Só pediram para mim: "Paim, fale dos consultores, que ajudaram muito". Então, uma salva de palmas...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Ah! Ontem, eles deram *show*. Estão aqui! (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Ajudaram muito, muito!

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – A Consultoria do Senado tem sua importância fundamental em todos os projetos que tramitam aqui, com certeza, nessa construção.

Mais uma vez, quero parabenizar os que contribuíram. Aqui os nomes. Nós temos aqui a Tatiane, a Luana, o Mardem e o Edmar...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Deram *show* ontem!

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eles deram *show* e, com certeza, contribuem muito.

Quem foi que faltou? (*Pausa.*)

Ah, o Paulo César, que representa a Câmara também, gente. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, continuando a discussão, vamos passar para a Senadora Dorinha, que está de forma virtual e pediu também para discutir.

Eu quero só, antes de ela começar, também ressaltar a importância da Senadora Dorinha, nossa Líder da Bancada Feminina, que também atua muito na educação. E é muito importante a participação dela.

Peço à Secretaria da Comissão para abrir e a Senadora fazer a sua fala. (*Pausa.*)

Senadora, pode... Senadora Dorinha? (*Pausa.*)

Pronto, pode falar. Será um prazer ouvi-la.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Presidente, colegas Senadores e Senadoras.

Senadora Teresa, eu estou ouvindo a parte de exposição do plano e acho que é todo interesse nosso fazer a votação. E, como eu não consegui acompanhar agora os posicionamentos... Na verdade, eu gostaria de reforçar este apelo nosso com a preocupação de um plano em relação ao qual o próprio Senado pudesse pelo menos compreender do que nós estamos falando. São dez anos... (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Senadora? Pronto, agora, estamos ouvindo.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência.*) – Estou ouvindo agora.

Teresa, o plano foi muito debatido na Câmara. A intenção nossa é que este plano possa logo virar diretriz para a educação, mas acho que, até para o bem do plano, eu queria fazer este apelo no sentido de que a gente pudesse votar depois do dia 7, em virtude dessa questão das janelas partidárias. Não creio que teria grande prejuízo, porque nós estamos falando de 10 dias, no máximo 10, 15 dias. Acho que não passa de 10 dias. Se nós pudéssemos votar... Era um apelo. Eu sei que todos nós queremos o plano aprovado. Eu fui autora, inclusive, da prorrogação do antigo plano para que as escolas e os sistemas não tivessem essa lacuna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar a Teresa pela leitura do seu voto, pela compreensão, ao mesmo tempo, entendendo que o Plano Nacional de Educação, para nós, é diretriz e condição para a educação pública.

Eu acho que é importante destacar o trabalho feito pela Deputada Tabata, pelo Relator, o Moses Rodrigues, enfim, com o debate que se instalou lá na Câmara dos Deputados, e fazer esse apelo. Eu acho que nós não teremos um prejuízo, não vai fazer nenhum tipo de diferença significativa, mas permitiria fazer uma... Talvez até não uma sessão na Comissão de Educação, mas que pudéssemos avaliar com o Presidente Davi um dia de debate do plano, do texto, mais para a compreensão dos Senadores e instituições. Tem emendas, tem sugestões, mas, em virtude do prazo, se for este o desenho de não trabalhar com o novo texto, eu não vejo problema, mas, pelo menos, compreender o que nós estamos chancelando. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Senadora Professora Dorinha, já concluiu?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência.*) – ... obrigada. Fecharam a minha boca, fecharam o meu som. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Não, aqui não. Aqui tem mulheres.

Pode abrir o som. Abra o som aí.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência.*) – Não, é porque, como eu tinha encerrado, para evitar ruído externo, foi fechado. Foi isso. Não era para não falar.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Está ótimo, então. Jamais seria, não é?

Eu quero aqui, mais uma vez, registrar a importância também da participação muito ativa da nossa Líder da bancada, Senadora Professora Dorinha, especialmente nesta Comissão também, na construção deste plano, onde participou também de várias audiências públicas e, com certeza, é muito ativa, é uma pauta que ela defende muito.

E agora eu queria aqui dizer para todos e todas que, acabando a discussão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Ah, a Senadora Teresa disse que vai dialogar com V. Exa. Está ouvindo, não é?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Primeiro, Senadora, quero agradecer a sua presença, mesmo que virtual. É claro que seria muito melhor que estivesse presencialmente, mas sei das demandas de quem é Presidente de partido, de quem é pré-candidata a Governadora, que vai tocar o plano estadual no Tocantins, tenho certeza disso. Nós ficamos felizes com a sua intervenção.

Eu vou só explicar um pouco a todos e todas que aqui estão – a sala está cheia – o processo de tramitação desse plano aqui.

Como eu disse, eu tenho o máximo respeito à Comissão que foi presidida pela Deputada Tabata – o Vice-Presidente aqui esteve, o Pedro Uczai –, que teve como Relator o Deputado Moses Rodrigues. Acompanhei de perto – presenciei o dia em que houve uma apresentação do plano para a sociedade, com o Auditório Nereu Ramos lotado – todo o esforço que foi feito, mas realmente o prazo não foi o que nós desejávamos.

Nós estávamos esperando o plano chegar aqui, no máximo, em novembro. O plano chegou aqui faltando duas sessões, na penúltima sessão, em meio ao debate da dosimetria, com um apelo forte para ser votado em regime de urgência. A Senadora Dorinha sabe. Nós resistimos – eu, inclusive, como Presidente da Comissão –, dizendo que a gente não podia votar este plano... Primeiro, quem é que vai prestar atenção à votação de um plano no meio de um debate tão polarizado como foi aquele da dosimetria? O Presidente concordou e ficou com o plano para despacho sobre a sua mesa. Estivemos todo o mês de fevereiro aguardando um acordo para o despacho do plano. Então, o mês de fevereiro é um mês também atípico, mas, como o Carnaval este ano foi logo, foi um mês aproveitado para muita coisa de tramitação aqui, não foi um mês morto, foi um mês aproveitado. Entramos no mês de março e estamos já terminando o mês de março. Então, o acordo que eu fiz ontem ou o apelo que eu fiz ontem a todos os Parlamentares que apresentaram emendas, Senadora, foi para, de fato, a gente votar. Não sei se vai ser acolhido, tenho um requerimento de urgência para ser apreciado e, evidentemente, vai ser discutido. Esse acordo ou essa proposta foi conversada, posso considerar junto a todos os meus pares com quem a gente dialogou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, o MEC respeitou bastante a nossa tramitação. Não houve nenhuma pressão exaustiva do MEC para que se votasse assim, votasse assado, muito pelo contrário. Eu tenho respeito muito grande ao processo de construção desse plano no interior do MEC, porque o Ministério da Educação recolheu todo o conteúdo da Conferência Nacional de Educação, das conferências estaduais de educação, criou um grupo de trabalho específico no ministério, para fazer a formatação do projeto de lei que veio para cá e que sofreu todas essas modificações. Foram mais de 3 mil emendas em um primeiro momento, como eu disse ontem, na Câmara, mais de mil emendas em um segundo momento.

Eu tenho dúvidas, Senadora, se a gente, adiando, vai resolver, porque para a semana é a Semana Santa. O Senado e a Câmara estão funcionando em modelo remoto desde a semana retrasada. Depois da janela, vêm outros requerimentos, outras urgências do processo eleitoral, que, como disse a Senadora Damares, é um processo que precisa ser respeitado, porque é um processo da política. A gente não vai parar as Casas Legislativas por conta dele, mas a gente não pode deixar de considerar que 54 Senadores estarão candidatos ou estarão apoiando candidatos. Essa é a nossa realidade.

Eu recolho o pedido de V. Exa., que é um pedido que me toca, porque vem de V. Exa., mas só posso dizer que o apelo está atendido depois que eu conversar com algumas outras pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Agora, dando continuidade...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria só de... Posso falar?

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Senadora Dorinha, pode falar.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) – Eu entendo, Senadora Teresa, mas o Senado não tem responsabilidade sobre a demora do texto na Câmara. O texto na Câmara ficou por meses a fio em debate, e fica parecendo que a gente só é carimbador.

E eu não estou pedindo para também ser uma coisa *ad aeternum*, não! Estou dando uma data que é na semana do dia 7, ou seja, a gente retoma o calendário normal, independente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

agenda política. Que se pudesse fazer esta sessão de debates para entender. É a minha sugestão. Então, é só para esclarecer: não estou dizendo "fica adiado" pensando que vai ter mais ou menos tempo; seria esse tempo com data e período definido, mas eu agradeço a atenção.

Obrigada.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Está compreendido, Senadora. Só estou também dizendo que nós estamos com esse plano desde dezembro. Tirando o mês de recesso, nós tivemos fevereiro e março e recolhemos, eu acho, mais de 60 emendas, mas agora está entendido. Não se preocupe, eu entendi desse jeito mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Gente, obrigada.

Com a aprovação do nosso Plano Nacional de Educação, não acaba a discussão; muito pelo contrário, começa. Então, eu queria sugerir que depois, mesmo sendo aprovado – e vai ser aprovado agora –, a gente fizesse essa discussão como está sugerido aqui para que a gente debatesse até para conhecimento e acompanhamento dos Parlamentares, enfim, de todos e todas. E vamos, sim, considerar aqui o requerimento.

Eu queria que... Já que não tem mais discussão, encerramos a discussão.

Vamos à votação simbólica.

Em votação o relatório apresentado pela Senadora Teresa Leitão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório. (*Palmas.*)

Quero aqui, mais uma vez, dizer da minha felicidade em participar deste momento, nossa Relatora e todos os Senadores e Senadoras que contribuíram.

Quero fazer aqui um registro muito importante sobre a questão da construção da educação no nosso país. Sou do Estado do Ceará e quero aqui parabenizar o Ministro Camilo Santana, sobretudo pela sua vontade, sua garra de trazer para o Brasil o que a gente já conseguiu fazer na educação do Estado do Ceará. Nós temos aí os nossos municípios com a questão da alfabetização na idade certa já bem avançada, além do percentual que está sendo estabelecido para todos os outros estados do país. Então, a educação do Ceará realmente é exemplo, porque teve prioridade desde o Governo... Iniciou-se pelo Governador Cid Gomes, dando continuidade e avançando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ainda mais com o Governador Camilo Santana, com a Governadora Izolda. E eu quero aqui deixar o registro da minha felicidade em saber que a educação do país está verdadeiramente no rumo certo. Até a gente viu que, agora, esta semana, vários municípios do país foram premiados no Pacto pela Alfabetização, com vários Prefeitos e Prefeitas, secretários de educação, em que a gente está garantindo aí que as crianças sejam alfabetizadas realmente na idade certa. Então, fico muito feliz em presenciar um Governo que prioriza a educação e que realmente tem tanto o Ministro como o Presidente Lula empenhados em fazer realmente a educação para todos e todas, de uma forma que os nossos filhos possam estudar na escola pública. Quando eu fui Prefeita, eu tive o prazer de a minha filha estudar na escola pública, porque eu acreditava no trabalho que eu estava fazendo dentro do meu município. E, assim, acredito que o país também está indo para esse rumo. Então, parabéns, Presidente Lula, Ministro Camilo, Senadora Teresa.

E com muita felicidade e satisfação estou tendo a oportunidade de presidir a Comissão hoje num dia tão importante.

Parabéns a todos que construíram, aos assessores e assessoras, à Consultoria do Senado e da Câmara, enfim, a todos que se empenharam muito para que acontecesse este momento de aprovação que nós estamos fazendo aqui na Comissão.

E, já atendendo também ao pedido de requerimento de urgência, eu queria dizer que a gente quer botar aqui em votação o requerimento de urgência para a matéria, que foi solicitada pela nossa querida Senadora Teresa.

Botamos em votação.

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Então, foi aprovado também o requerimento de urgência.

Então, mais uma vez, parabéns. E eu fico muito feliz em ter participado deste momento.

E agora devolvo aqui a Presidência da Comissão, com muito prazer e muito orgulho, para a nossa competente Senadora Teresa Leitão.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadora Augusta, pela sua condução e pela sua Presidência irretocável. É muito bom saber que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a gente encontra eco em tantos Senadores aqui da Comissão de Educação, e não apenas nos que aqui estiveram presencialmente ou no caso da Senadora Dorinha, que participou por vídeo, mas em tantos outros que aqui não puderam estar, mas que a gente sabe que têm um compromisso – e eu diria assim – consolidado em matéria de educação. Para mim, que presido a Comissão, isso é muito importante, porque a gente consegue e tem conseguido fazer com que tudo que a gente planeja, todos os projetos de lei sejam de fato efetivados.

Então, concluir esse processo todo de debate do Plano Nacional de Educação, com tanta gente, com tanta representação, com tanto debate, é muito importante para quem é professora, como eu, sobretudo para quem é professora de sala de aula, que foi de onde eu saí. Eu conheci a política na sala de aula, através do sindicato, que me ensinou que sindicato tem limite. Daí eu fui para um partido político; e, de um partido político, eu me tornei Deputada; e, de Deputada, eu me tornei Senadora. E para mim este momento – pessoalmente, para mim – tem um significado muito grande, porque, nessa minha trajetória, eu peguei vários planos não na condição de Senadora nem de Deputada, mas na condição de dirigente sindical no meu estado: o Estatuto do Magistério, o Plano de Cargos e Carreiras, o Plano Estadual de Educação, na primeira versão – no segundo, eu já era Deputada, o Plano Estadual de Educação que vem no decorrer, vem na consequência e na sequência da aprovação desse plano nacional.

Então, para uma professora, é de um significado muito grande, porque olhar essa lei é olhar para os meus colegas e as minhas colegas – alguns estão aqui representando a CNTE, a ANPG, que já estiveram ontem –, e tudo o que fazem em sala de aula, com esforço e com políticas públicas, e o que deixam de fazer, por limitações das próprias políticas públicas. Então, o plano é, para nós, talvez – para os trabalhadores de educação, para os profissionais de educação –, um documento de muita esperança, e é por isso que eles não se negam a participar do debate, que envolve governos, que envolve Parlamento.

Então, é um dia, qualquer que seja o desfecho dos dois encaminhamentos e das negociações que a gente vai fazer a partir de agora, muito importante, eu julgo, para esta Casa, como foi a aprovação do Sistema Nacional de Educação, como foi a aprovação do novo Fundeb, como será a aprovação da medida provisória que trata dos novos referenciais para a atualização do piso salarial do magistério. Tudo que é matéria de educação tem esse condão de abrir portas, de abrir esperanças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, agradeço, sou muito grata por ter a oportunidade de presidir a Comissão neste momento e, mais ainda, de ter sido Relatora deste plano por esta ocasião.

Não posso deixar de registrar o papel do Ministério da Educação, do Ministro Camilo Santana, nosso colega Senador, que está voltando. Seria muito bom que Camilo, quando chegasse aqui, Dorinha – não sei se está me escutando agora –, o plano já estivesse aprovado e que ele saísse do ministério com o plano aprovado. Sancionado, eu acho que não vai dar tempo, porque da aprovação para a sanção tem um período burocrático. É um pouco disso também, não é? Eu, particularmente – vou dizer uma inconfidência para vocês – gostaria muito que ele fosse sancionado com Camilo Santana ainda Ministro. Eu sei que não vai ser possível, mas que, pelo menos, fosse aprovado com ele como Ministro, pelo esforço que foi feito. Muitas diretrizes do plano estão contidas em programas exitosos do MEC. A Augusta citava um, e eu cito dois: o programa Criança Alfabetizada – nós alcançamos quase 66% das metas, isso não é qualquer coisa! – e o programa Pé-de-Meia, que já diminuiu o abandono escolar no ensino médio. Vejam, as duas pontas: a educação infantil, os primeiros anos do ensino fundamental, e o ensino médio. Isso já é fato. Quando a gente for analisar o plano, a gente vai analisar com esses fatos já consolidados, eu tenho certeza.

Então, queria pedir licença a vocês para fazer essa homenagem ao Ministério da Educação, a toda a equipe, coordenada magistralmente pelo Ministro Camilo Santana.

Acabamos de aprovar o plano, vamos aprovar simbolicamente na sua presença, e aí eu peço uma salva de palmas para o Vice-Presidente da Comissão Especial da Câmara de Deputados (*Palmas.*), que veio nos acompanhar.

E vamos ver os procedimentos próximos. Tem uma urgência pedida, tem um apelo feito, e nós vamos ver como... é uma urgência aprovada, um apelo feito, e vamos ver como é que a gente, no diálogo – esta é uma Casa de diálogo –, na construção de consensos, na emergência que é a aprovação desse plano, a gente consegue chegar a um bom termo.

Muito obrigada a todos e a todas.

Viva o PNE! Viva a educação!

(*Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dez minutos do dia sete de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Bruno Bonetti, Paulo Paim, Leila Barros, Laércio Oliveira, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Rogério Carvalho, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Flávio Arns, Magno Malta, Augusta Brito e Alan Rick. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 899, de 2024 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a verificação do rendimento escolar dos estudantes incluídos em regime de exercícios domiciliares por motivo de saúde, gestação, puerpério ou lactação, nos termos do Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, que "dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica" e da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4602, de 2024 - Terminativo -** que: "Cria o selo Bandeira Verde para reconhecer as unidades escolares que implementarem ações de proteção ao meio ambiente e de educação ambiental." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2772, de 2024 - Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional do Barco de Fogo ao Município de Estância, no Estado de Sergipe, e reconhece essa alegoria pirotécnica como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1 - CE (Substitutivo) ao projeto. **Observação:** O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2773, de 2024 - Terminativo -** que: "Reconhece o Cacumbi como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1020, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Regula o exercício da profissão de cozinheiro e gastrônomo, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Carlos Fávaro (PSD/MT). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 12, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 7/2026, com o objetivo de instruir o PL 4501/2020, que "dispõe sobre a comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas ultraprocessados e uso de frituras e gordura trans em escolas públicas e privadas, em âmbito nacional" sejam incluídos os seguintes convidados: representante ANVISA; representante Ministério da Saúde; representante Ministério da Educação; representante Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; representante Associação Brasileira da Indústria de Alimentos - ABIA; representante Instituto de Tecnologia de Alimentos - ITAL; representante Instituto Livre Mercado - ILM; representante Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia para Redução de Danos; a Doutora Márcia Terra, Nutricionista da Sociedade Brasileira de Nutrição e Alimentação (Sban)." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 18, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a efetivação do direito à educação nos países lusófonos." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 20, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3535/2025, que "institui o Dia Nacional dos Mártires da Confederação do Equador"." **Autoria:** Senadora Jussara Lima (PSD/PI). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 21, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 7/2026 - CE seja incluído o seguinte convidado: representante da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do Departamento de Promoção da Saúde, da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 22, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE)." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Jussara Lima (PSD/PI), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 23, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 7/2026 - CE, com o objetivo de instruir o PL 4501/2020, seja incluído o seguinte convidado: representante da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 24, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Estatuto do Trabalhador e da Trabalhadora da Cultura, das Artes e dos Eventos." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Seleção de política pública para avaliação em 2026**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 11, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação e Cultura avalie o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), conforme recomendação do Parecer (SF) nº 67, de 2025 (relatório preliminar), no exercício de 2026." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 17, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação e Cultura avalie a implementação do Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, no exercício de 2026." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/07

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de abril de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião, realizada em 25 de março.

Os senhores e senhoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Aviso nº 251, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia de acórdão proferido nos autos do processo TC 029.216/2022-2, referente à representação formulada pelo Ministério Público Federal sobre supostos desvios de função na Universidade Tecnológica Federal do Paraná relativamente às carreiras docentes do ensino básico, técnico e tecnológico e do magistério superior.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, o documento estará disponível para consulta, no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

A presente reunião será dividida em duas partes: a primeira parte destina-se à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. Conforme acordado previamente, se não houver discordância do Plenário, votaremos, em bloco, os itens terminativos que exigem votação nominal. Temos quatro itens terminativos. Na segunda parte, ocorrerá a escolha de política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública a ser avaliada por esta Comissão no corrente exercício, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno.

Nós vamos, a pedido do Relator, Senador Izalci, fazer uma inversão de pauta. Já não nego inversão, Senador Laércio, e ainda hoje, que é o aniversário do Senador Izalci, a gente não pode negar um pedido. Ele tem toda a preferência no dia de hoje.

Então, vamos passar direto para o item 2.

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4602, DE 2024

- Terminativo -

Cria o selo Bandeira Verde para reconhecer as unidades escolares que implementarem ações de proteção ao meio ambiente e de educação ambiental.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, com parecer favorável ao projeto.*

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas, para a leitura do seu relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, vem à análise da Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei nº 4.602, de 2024, de autoria do Senador Esperidião Amin, que cria o selo Bandeira Verde para reconhecer as unidades escolares que implementarem ações de proteção ao meio ambiente e de educação ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 2º, o Selo Bandeira Verde será concedido às unidades escolares que atendam a pelo menos três requisitos socioambientais, tais como captação de água pluvial, horta escolar, geração de energia limpa, coleta seletiva e programas de educação ambiental, desde que em pleno funcionamento e previstos no projeto político pedagógico da escola. De acordo com o art. 3º, a iniciativa é regida por princípios como sustentabilidade, educação ambiental, uso racional de recursos naturais, educação para o consumo consciente, eficiência energética, gestão democrática e respeito à diversidade.

Caberá ao regulamento definir critérios complementares, procedimentos para concessão, renovação e perda do selo (art. 4º). As ações de fomento ao selo integram as competências da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999), conforme o art. 5º. A vigência se dará na data da publicação (art. 6º).

Para justificar a iniciativa, o autor destacou que a proposição, que teve origem no Programa Câmara Mirim promovido pelo portal Plenarinho Mirim da Câmara dos Deputados, busca reconhecer e incentivar práticas ambientais sustentáveis nas escolas brasileiras. Afirmou que a proposta é criar um selo de qualidade nos moldes da certificação internacional Bandeira Azul atribuída a praias, com o objetivo de fomentar a conscientização ecológica desde a base educacional. Defendeu, ainda, que a medida poderá estimular a adoção de medidas concretas no ambiente escolar, e consolidar uma cultura de preservação ambiental entre as novas gerações, transformando as unidades de ensino em espaços de aprendizagem prática e reflexão sobre o futuro do planeta.

A proposição foi aprovada pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) e seguiu para decisão terminativa desta Comissão, não tendo aqui recebido nenhuma emenda.

Passo à análise.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação. Assim, a análise do PL nº 4.602, de 2024, enquadra-se nas competências atribuídas a este Colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda, por se tratar de decisão de caráter terminativo, insta mencionar que a proposição atende os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, e foi redigida de acordo com boa técnica legislativa.

Cumpre destacar a origem democrática e participativa da iniciativa, que nasceu da experiência do programa Câmara Mirim, promovido pelo portal Plenarinho da Câmara dos Deputados, por meio da atuação de Parlamentares mirins do Município de Governador Celso Ramos, em Santa Catarina. Essa circunstância confere à proposta um caráter simbólico e pedagógico ímpar, ao demonstrar que o Parlamento se mostra permeável às vozes das novas gerações e que a educação para a cidadania produz frutos concretos no processo legislativo.

No mérito, a criação do Selo Bandeira Verde alinha-se aos mais elevados propósitos da Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795, de 1999, ao buscar integrar a dimensão ambiental ao cotidiano escolar de forma transversal e prática. A proposição estabelece requisitos objetivos e factíveis para concessão do selo, tais como a implantação de sistema de captação de água pluvial, hortas escolares, geração de energia limpa, coleta seletiva e programa de educação ambiental, sempre condicionados ao pleno funcionamento e ao registro no projeto político-pedagógico da unidade escolar. Tais exigências garantem que o reconhecimento não se limite às medidas meramente formais, mas corresponda a efetivas transformações na realidade das escolas.

Ademais, a inspiração do conceito de Bandeira Azul, certificação internacionalmente reconhecida pela excelência ambiental de praias, confere à proposta uma base comparativa sólida, na medida em que busca replicar, no ambiente escolar, o mesmo espírito de estímulo à melhoria contínua e ao compromisso da sustentabilidade. Trata-se, portanto, de instituir um verdadeiro selo de qualidade ambiental para as escolas brasileiras, capaz de estimular a adoção de boas práticas, fomentar a conscientização ecológica e promover a integração entre a comunidade escolar e o entorno.

Sob a perspectiva dos princípios que orientam a implementação do selo, verifica-se que a proposição abrange valores fundamentais como sustentabilidade, educação ambiental, o uso racional dos recursos naturais, a eficiência energética, a gestão democrática e o respeito à diversidade. Tais diretrizes estão em perfeita consonância com objetivos constitucionais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promoção do direito ao ambiente ecologicamente equilibrado e da educação como instrumento de formação para a cidadania.

Por fim, é relevante ponderar que a proposição respeita a autonomia dos entes federativos e de seus sistemas de ensino, ao delegar ao regulamento a disciplina dos procedimentos de concessão, renovação e perda do selo, bem como dos critérios adicionais eventualmente necessários. Essa abertura regulamentar assegura a flexibilidade necessária para que a iniciativa se adapte às diferentes realidades regionais e locais.

Diante do exposto, a aprovação do presente projeto representa não apenas o reconhecimento do protagonismo infantojuvenil na formação de políticas públicas, mas também um avanço significativo na incorporação da dimensão ambiental ao projeto pedagógico das escolas brasileiras, contribuindo para a formação de uma geração mais consciente, responsável e comprometida com a proteção do planeta.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto 4.602, de 2024.

Esse é o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador Izalci.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal. Proponho que seja em bloco juntamente com as outras três matérias de relatoria do Senador Laércio Oliveira.

E passo a palavra já, Senador Laércio, para fazer...

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Os itens 3, 4 e 5...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Os itens 3, 4 e 5 sucessivamente, está bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, item 3.

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2772, DE 2024

- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional do Barco de Fogo ao Município de Estância, no Estado de Sergipe, e reconhece essa alegoria pirotécnica como manifestação da cultura nacional.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações: *1. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.*

Concedo a palavra ao Senador Laércio Oliveira, para a leitura do relatório.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Bom dia, Sra. Presidente, Senadora Teresa Leitão. Quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar meus colegas.

Quero cumprimentar o Senador Izalci Lucas, aniversariante do dia, festejado por todos nós pelo companheirismo, pela amizade, pela lealdade, pelo bom espírito público. Fomos colegas na Câmara dos Deputados e eu tenho muito orgulho de hoje estar sentado ao seu lado. Eu recebi um convite para a festa que você vai fazer, eu vou estender o convite para todo mundo nesta Comissão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Todo mundo convidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – É, Izalci?

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Todo mundo convidado. Então, nós estaremos celebrando o seu aniversário, mas, acima de tudo, Senador Izalci Lucas, que Deus te proteja, que Deus te abençoe, que Deus conserve a sua vida e da sua família, que você possa aproveitar bem o seu dia de hoje. Certamente será abraçado por muitos aqui dentro.

E eu quero cumprimentar também a Senadora Damares, aqui presente, que veio se deleitar com essas relatorias, pela sergipanidade também que está impregnada na vida da Senadora Damares também.

Senadora Teresa, quero me solidarizar com V. Exa. O nosso Estado de Pernambuco, especialmente a cidade do Recife, Paulista, toda a região metropolitana enfrenta problemas de chuva intensa, já com alguns problemas lá na cidade. Eu sou um "sergibucano". Eu nasci em Recife, mas vivo há mais de 40 anos lá em Sergipe, e isso também me sensibiliza bastante. Então, quero me solidarizar com V. Exa. e com todos os recifenses e pernambucanos.

Bom, como já foi lido por V. Exa., com a sua permissão, eu vou à análise do Projeto 2.772, do Senador Rogério Carvalho.

O art. 216, *caput,* da Constituição Federal, expressa que os bens imateriais portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira são considerados patrimônio cultural brasileiro.

Por sua vez, o *caput* do art. 215 atribui ao Estado o dever de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, além de proteger aquelas fruto das culturas populares. Nesse sentido, verifica-se a constitucionalidade material desta proposição.

No mérito, observa-se a finalidade louvável da proposição, haja vista o reconhecimento da manifestação cultural e o compromisso com a preservação da herança cultural brasileira. O reconhecimento, certamente, estimulará a atratividade do evento, de modo a potencializar o turismo e a economia local.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acreditamos que esse também seja um anseio dos autores dos PLs 2.787, de 2021, e 1.452, de 2024, que, respectivamente, declaram o Município de Estância, localizado no Estado de Sergipe, a Capital Nacional do Barco de Fogo; e inclui e declara a tradição do barco de fogo como Patrimônio Nacional, Histórico e Cultural do Brasil, e das outras providências. A despeito de essas proposições não tramitarem em conjunto com o PL 2.772, de 2024, em análise, uma delas aguarda envio ao Senado Federal – o PL 2.787, de 2021, de autoria do então Deputado Fábio Mitidieri.

Ainda sobre o tema, importa destacar que os critérios mínimos para outorga do título de Capital Nacional estão dispostos na Lei 14.959, de 2024. Nos termos do §1º do art. 3º da referida lei, exige-se que a concessão do título seja precedida de manifestação oficial do Poder Legislativo municipal, demonstrando a anuência e os possíveis benefícios decorrentes da homenagem. Adicionalmente, o §3º exige a comprovação da relevância do acontecimento e da sua realização, ininterruptamente, há, pelo menos, dez anos consecutivos.

O art. 4º da Lei 14.959, de 2024, estabelece a obrigatoriedade de consultas ou audiências públicas para avaliar o atendimento dos critérios estabelecidos no art. 3º. Esclareça-se, nos termos da lei, que a avaliação deverá necessariamente contar com a oitiva de entidade representativa dos municípios; associações legalmente reconhecidas e representativas dos segmentos relacionados ao objeto da homenagem proposta; e, eventualmente, município que tiver interesse concorrente em pleitear o título ou organismo que discordar da homenagem proposta. Também é preciso que se dê ampla divulgação da audiência ou da consulta pública, de acordo com o art. 5º da Lei 14.959.

Contudo, não se observou na tramitação do PL 2.772, de 2024, atendimento aos requisitos da Lei 14.959, de 2024. Tal vício de juridicidade e a necessária celeridade para se minimizar os riscos de redundância da atividade legislativa suscitam adequações ao texto inicial da proposição.

Vou ao voto, Sra. Presidente.

Por essas razões, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.772, de 2024, na forma da emenda substitutiva apresentada abaixo.

A emenda dispõe o seguinte.

EMENDA – CE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 1º. Fica reconhecida como manifestação da cultura nacional a alegoria pirotécnica do Barco de Fogo, tipicamente realizado no Município de Estância, no Estado de Sergipe.

Art 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

É o Relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador.

A matéria está em discussão.

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Bom dia, Presidente.

Senador Izalci, feliz aniversário. Deus te abençoe ricamente!

Mas eu quero mesmo falar agora sobre esse projeto de lei.

Quem não conhece Estância precisa ir a Estância, em Sergipe. Não é isso, Laércio?

É uma cidade pujante, é uma cidade economicamente interessante por tudo que acontece ali, uma cidade que cresce. Ela se confunde entre o moderno e o tradicional. E essa celebração, essa *performance* pirotécnica do barco de fogo é muito linda, Senadora Teresa. Eu me lembro da infância, eu indo para assistir aos barcos. Os barcos voam, eles literalmente voam, é a coisa mais linda do mundo. Eu acho, Laércio, que a gente hoje faz justiça à cidade. Eu convido os colegas a, durante o dia, tomar um banhozinho ali nas nossas praias em volta, comer um caranguejo e, de noite, assistir aos barcos, que é lindo demais. Até sugeriria, Laércio, de a gente lutar para ser sancionado o mais rápido possível, para a gente entregar este ano, agora na festa, a lei sancionada. Eu acho que seria um presente para a comunidade. Eu queria mandar um abraço para todos de Estância, para todos.

E parabéns ao Senador autor e a você, Laércio, por esse reconhecimento à Estância. Ela merece, a cidade de Estância merece. Esse evento merece muito ser reconhecido dessa forma. Parabéns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadora Damares. Aqui é terminativo, já agiliza esse pedido de V. Exa.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco, conforme combinamos.

Vamos, então, para um novo projeto de relatoria do Senador, o item 4.

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2773, DE 2024

- Terminativo -

Reconhece o Cacumbi como manifestação da cultura nacional.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Laércio Oliveira para a leitura do seu relatório.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente. Com a sua autorização, vou à análise.

Tradição centenária desenvolvida por descendentes de africanos escravizados em Sergipe, o cacumbi é uma dança de origem afro-brasileira caracterizada por música vibrante, ritmos marcantes, roupas coloridas e movimentos coreográficos únicos.

Fortemente ligado ao sincretismo religioso brasileiro, transmitido de geração em geração, o cacumbi é realizado especialmente na cidade de Laranjeiras, Estado de Sergipe. O reconhecimento dessa herança cultural poderá impulsionar o turismo cultural em outros municípios, como Lagarto, Japaratuba e Riachuelo, e também no estado como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deve-se ressaltar, ainda, a existência de legislação estadual que reconhece a importância histórica e cultural dessa tradição e a reconhece desde 2021 como de utilidade pública estadual.

Acreditamos que o reconhecimento do cacumbi como manifestação da cultura nacional fortalecerá a identidade cultural e espiritual da região, além de movimentar a economia local e promover nacional e internacionalmente a cultura sergipana, razões pelas quais somos favoráveis à iniciativa.

O voto, Sra. Presidente.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.773, de 2024.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada.

A matéria está em discussão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Não, Teresa, eu não posso deixar de falar...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Está discutindo também? A senhora é sergipana?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sergipana.

Teresa, olhe a imagem. Olhe a imagem do cacumbi. Olhe isso aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É lindo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Para quem não conhece, gente, vocês precisam ver a cidade inteira desse jeito. É espetacular. Então, assim...

Você já dançou cacumbi, Laércio?

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone*.) – Eu já.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já? Você tem chapéu? Eu tenho chapéu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Dancei com o eleitorado. (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É muito lindo, é muito lindo. Olhe, gente, assistam aos vídeos.

E aí, Laércio? Mais uma lei que precisa ser sancionada. E você tem que me convidar para a gente fazer a celebração lá em Laranjeiras. Parabéns, Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão com as palavras da sergipana, Senadora Damares Alves.

Vamos votar.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Nós vamos passar agora para dois projetos de votação simbólica para encerrar essa primeira parte. Ainda o Senador Laércio é Relator.

1ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1020, DE 2022

- Não terminativo -

Regula o exercício da profissão de cozinheiro e gastrônomo, e dá outras providências.

Autoria: Senador Carlos Fávaro (PSD/MT)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:*1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Laércio Oliveira para a leitura do seu relatório.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Sra. Presidente, antes da leitura do relatório, já autorizado por V. Exa., eu quero apenas complementar as informações da Senadora Damares com referência ao barco de fogo e ao cacumbi pela relação que existe desses dois projetos com o meu Estado de Sergipe e quero ratificar tudo que a Senadora Damares falou: a cidade de Estância é, tradicionalmente, um dos melhores festejos juninos do estado, que tem no barco de fogo a sua principal atração. É um barco impulsionado pelos fogos. Lá é um município onde se produzem muitos fogos tipo espada, tipo buscapé, enfim, esses fogos largamente utilizados pela população lá do estado. E o barco de fogo é a atração principal, conforme disse a Senadora Damares, por sua beleza e exuberância de encantamento para todos que vão lá assistir às apresentações do barco de fogo. Para a senhora ter uma ideia, tem até competição. Tem a competição do barco de fogo mais bonito, aquele que consegue exalar maior quantidade de pirotecnia. E isso é celebrado com muita alegria por todos.

E o cacumbi é, como sempre, do nosso Nordeste – a senhora também é do Nordeste –, a tradição africana enraizada na nossa cultura. Eu celebro muito esses projetos que consolidam a imagem dessas atividades que nós herdamos dos nossos ancestrais. É preciso que isso fique vivo na mente das gerações que virão depois da nossa. O projeto de lei tem esse condão de valorizar isso, essas tradições, esses valores.

O cacumbi se mistura muito com o reisado, que é tão conhecido e tão propagado também na Região Nordeste. É uma festa de muito colorido, muitas fitas, muitas roupas bastante coloridas. Em pares só se dança. O cacumbi é o par: o homem e a mulher. Não pode dançar de outra forma. Então, é uma celebração muito bonita, e eu fico muito feliz em poder também relatar esse projeto.

Feitos esses registros, Sra. Presidente, eu vou à análise do Projeto 1.020, do nosso colega Senador Carlos Fávaro. Com a sua permissão, vou à análise.

O PL 1.020, de 2022, busca regulamentar a profissão de cozinheiro e gastrônomo, que, por meio de sua arte e ciência, contribui significativamente para a cultura alimentar do Brasil. Os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cozinheiros e gastrônomos não são meros executores de receitas, são, na verdade, artistas que utilizam ingredientes como pincéis e técnicas como paletas, criando obras-primas que refletem a diversidade cultural e a riqueza dos sabores brasileiros.

A gastronomia, enquanto expressão cultural, é um dos pilares que sustentam a identidade nacional, e a atuação desses profissionais é vital para a preservação e a promoção das tradições culinárias. A regulamentação da profissão, portanto, não é apenas uma questão de legalidade, mas um imperativo para a valorização e o reconhecimento do papel dos cozinheiros e gastrônomos na nossa sociedade.

Destaca-se, ainda, a proposta de instituição do Dia do Cozinheiro e Gastrônomo, a ser celebrado anualmente em 10 de maio. Tal justa homenagem, para além do reconhecimento do trabalho árduo e da dedicação desses profissionais, tem enorme potencial de promover uma ampla conscientização sobre a importância da gastronomia na cultura e no cotidiano da população. A celebração desse dia, inegavelmente, proporcionará uma oportunidade única para a valorização da arte culinária, para se incentivar o respeito e a apreciação dos saberes e fazeres que envolvem a preparação dos alimentos, além de fomentar práticas de educação alimentar e nutricional.

Diante desse contexto, ressalta-se que a proposição sob análise se revela meritória e oportuna, na medida em que traz a devida regulamentação para atividade profissional de relevância e impacto sociocultural.

O voto, Sra. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.020, de 2022, com os meus cumprimentos ao Senador Carlos Fávaro.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação é simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há também uma votação simbólica do projeto relatado pelo Senador Astronauta, que é um projeto em turno suplementar que não recebeu nenhuma emenda.

1ª PARTE

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 899, DE 2024

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Dispõe sobre a verificação do rendimento escolar dos estudantes incluídos em regime de exercícios domiciliares por motivo de saúde, gestação, puerpério ou lactação, nos termos do Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, que "dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica" e da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975.*

Autoria do Projeto: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Observações: *Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.*

Havendo nenhum Senador que queira discutir, encerro a discussão e dou por aprovado, em turno suplementar, o Projeto de Lei 899, relatado pelo Senador Astronauta Pontes, da autoria do Senador Carlos Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vou propor o seguinte, queridos Senadores. Nós temos apenas requerimentos para votar agora.

Enquanto a gente apresenta e vota os requerimentos, e depois vai para a parte seguinte, que é a deliberação sobre a política pública a ser avaliada, nós passaríamos a votar os três relatórios apresentados de votação nominal.

Passaremos agora a essa votação dos itens 2, 3 e 4 da pauta, todos de relatoria do Senador Laércio.

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4602, DE 2024

- Terminativo -

Cria o selo Bandeira Verde para reconhecer as unidades escolares que implementarem ações de proteção ao meio ambiente e de educação ambiental.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, com parecer favorável ao projeto.*

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2772, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional do Barco de Fogo ao Município de Estância, no Estado de Sergipe, e reconhece essa alegoria pirotécnica como manifestação da cultura nacional.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações: *1. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.*

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2773, DE 2024

- Terminativo -

Reconhece o Cacumbi como manifestação da cultura nacional.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 4.602, de 2024; PL 2.772, de 2024; PL 2.773, de 2024.

Os Senadores que votam de acordo com o relatório do Senador Laércio votam "sim".

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, enquanto procedemos à votação, eu vou fazer a leitura dos requerimentos. (*Pausa.*)

Passando já, então, para o item 6 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 12, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 7/2026, com o objetivo de instruir o PL 4501/2020, que "dispõe sobre a comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas ultraprocessados e uso de frituras e gordura trans em escolas públicas e privadas, em âmbito nacional", sejam incluídos os seguintes convidados: representante ANVISA; representante Ministério da Saúde; representante Ministério da Educação; representante Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; representante Associação Brasileira da Indústria de Alimentos - ABIA; representante Instituto de Tecnologia de Alimentos - ITAL; representante Instituto Livre Mercado - ILM; representante Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia para Redução de Danos; a Doutora Márcia Terra, Nutricionista da Sociedade Brasileira de Nutrição e Alimentação (Sban).

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT).

A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam com esse requerimento de aditamento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

Item nº 7.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 18, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a efetivação do direito à educação nos países lusófonos.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR).

A votação também será simbólica.

A justificativa do Senador se insere no contexto de que, em Brasília, haverá a representação da Rede Lusófona pelo Direito à Educação, uma rede composta por coalizões nacionais da sociedade civil, que reúne organizações não governamentais, sindicatos, movimentos, instituições de ensino e cidadãos engajados que atuam pela universalização de uma educação pública gratuita e inclusiva.

Os Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

Item nº 8 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 20, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3535/2025, que "institui o Dia Nacional dos Mártires da Confederação do Equador".

Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI).

Eu posso adiantar que essa proposta foi fruto dos encaminhamentos da Comissão Especial que tratou dos 200 anos da Confederação do Equador.

A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Saudamos a presença do Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Requerimentos da nossa autoria.

Item 9.

1ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 21, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 7/2026 - CE seja incluído o seguinte convidado: representante da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do Departamento de Promoção da Saúde, da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam com o requerimento, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Eu vou do 10 para o 11, porque também é um requerimento referente àquela audiência pública do PL 4.501.

Item 11.

1ª PARTE

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 23, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 7/2026 - CE, com o objetivo de instruir o PL 4501/2020, seja incluído o seguinte convidado: representante da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam...

É sobre isso, Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Tá.

Então, requerimento aprovado. (*Pausa.*)

Então, nós temos dois requerimentos ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um requerimento é da minha autoria e requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação daquela Subcomissão que nós tratamos na aprovação do PNE, Subcomissão Permanente, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano Nacional de Educação, dentro daqueles parâmetros constantes na própria lei: a cada dois anos, fazer avaliação, monitoramento, fiscalização; no quinquênio, poder fazer alterações também.

1ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 22, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE).

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros.

E a autoria é da Senadora Teresa Leitão, Senadora Damares Alves, Senador Humberto Costa, Senadora Jussara Lima, Senador Flávio Arns, Senador Paulo Paim, Senador Marcelo Castro, Senador Lucas Barreto, Senador Alessandro Vieira e Senadora Zenaide Maia.

A votação será simbólica...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – A senhora pode incluir a minha assinatura?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não. Incluída a assinatura de V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se existe alguma coisa que me anima na aprovação do Plano Nacional de Educação é a avaliação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É essa avaliação que permite... O perfeito nós não vamos ter nunca, mas a avaliação é um reconhecimento humilde e necessariamente tem que ser eficaz, para se efetuar a correção. Então, eu...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem, Senador.

Eu diria...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... já requeri tantas vezes isso, que me considero no direito de pedir para subscrever este requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pedido aceito.

Eu diria que isso é a cereja do bolo desse plano, porque...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... todos os anteriores, nós cumprimento o decênio, para poder constatar o que foi aprovado ou não.

Durante o processo, é evidente que o MEC, através de levantamento do próprio Inep, nos aponta alguma coisa que vai bem, alguma coisa, mas agora a gente tem isso compondo a própria lei.

E acho que o Senado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aperfeiçoou o processo de avaliação.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Exatamente.

E acho que o Senado deu um salto de qualidade nessa discussão. Aqui nós contamos... Eu, na condição de Relatora, contei com o apoio irrestrito de todos os membros da Comissão e, depois, da própria Plenária, do próprio Plenário do Senado, para a gente ver se agiliza e qualifica o processo de implantação do plano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Inclusive, Presidente, é bom a gente lembrar que foi um compromisso da Relatora. A senhora...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Exatamente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... enquanto Relatora, com o Plenário, e por isso que o plano foi aprovado por unanimidade.

E fiquei muito feliz, porque a gente aprovou num dia, à noite, e no outro, de manhã, a senhora já tinha colocado no sistema, para a gente assinar o requerimento.

Então, que o Brasil veja que foi toda uma construção. A Relatora fez o compromisso, apresentou...

E eu quero, inclusive... Vou brigar ali com o meu bloco. Ali, Amin: eu e você estamos no mesmo bloco. Vou aproveitar por nós dois estarmos – aproveite que o Líder está olhando para nós ali, ó... – na Subcomissão. Eu quero fazer parte dessa Subcomissão.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Presidente, parabéns por ter pautado hoje também o requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Eu informo que o prazo para o plano ser sancionado é 20 de abril.

Ontem, eu já, em conversa com a Casa Civil, fui informada que, na reunião de trabalho entre os ministérios, foi pautada essa sanção, e estamos... Como 20 de abril é uma segunda-feira, estamos propondo lá ao MEC para tentar botar na semana anterior, para poder favorecer também a participação dos Senadores que assim quiserem. Viu?

Muito obrigada.

Então, o requerimento aprovado...

Tem um requerimento, extrapauta, e eu consulto os senhores se posso colocar em debate.

É o Requerimento nº 24, de autoria do Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo óbice, eu passo à leitura do requerimento.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 24, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Estatuto do Trabalhador e da Trabalhadora da Cultura, das Artes e dos Eventos.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

A votação será simbólica.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

Então, todos os itens de requerimento foram aprovados, e vencemos, então, a primeira parte da reunião.

Havendo quórum... (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Eu peço para abrir o telão, para passarmos à segunda parte da nossa reunião. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A senhora permite fazer um breve comentário, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Deixe-me só anunciar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É sobre isso...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... sobre a votação.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sobre a aprovação?

Passarei a palavra imediatamente a V. Exa. assim que anunciar o resultado.

As matérias substitutivas foram aprovadas, todos os projetos, nos termos de relatórios apresentados.

Os substitutivos serão apreciados em turno suplementar, conforme o disposto no art. 282 do Regimento Interno.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu quero agradecer ao Relator, Senador Izalci, e aos companheiros e companheiras da Comissão pela aprovação – agora em caráter terminativo – do PL 4.602, de nossa autoria, que cria o selo Bandeira Verde para reconhecer as unidades escolares que implementarem ações de proteção ao meio ambiente e de educação ambiental; e homenagear, com isso, a iniciativa da Prefeitura de Governador Celso Ramos, da sua Secretaria da Educação, que trouxe aqui, para esta Comissão e para o Senado Federal, a experiência de fazer a escola se dedicar mais firmemente a este processo de implementação de programas de proteção ao meio ambiente e de educação ambiental.

É um município especial pela sua natureza, pelo seu povo, pelas suas raízes açorianas, o gancheiro, como nós chamamos lá, e nasceu naquela comunidade, que é uma comunidade histórica também, Governador Celso Ramos, este modelo que, com a aprovação deste projeto, passa a ser uma referência para ser copiada, emulada, ou seja, para haver uma competição positiva no sentido de que escolas possam ser premiadas pela atuação efetiva nestes dois campos que se complementam: proteção ao meio ambiente e educação ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós podemos, com isso, semear concursos do bem; semear concursos em que professores, comunidades, alunos – e aí é o mais importante, porque isso é a preparação para o futuro – adquiram uma sólida formação, baseada inclusive na competição, na criatividade, na iniciativa, a dinamizar a proteção do meio ambiente e a educação ambiental.

Então, meu muito obrigado ao Governador Celso Ramos por ter plantado essa semente e aos companheiros desta Comissão por terem aprovado essa iniciativa, que eu aprendi, e por isso propus, com base numa experiência enriquecedora.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aproveito para pedir a designação de Relator para o nosso Projeto de Lei nº 1.375, de 2026, que está aqui na Comissão, que inscreve o nome de Dionísio Cerqueira no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada também, Senador.

Esse tema do meio ambiente e sustentabilidade é uma das novidades também do Plano Nacional de Educação. Foi objeto das discussões na conferência e foi incluído como um objetivo que não estava na versão original que veio do MEC. Foi incluído na Câmara dos Deputados. É muito bem-vindo!

Então, nós vamos para a apreciação da política pública avaliada.

Eu quero dar uma explicação para os senhores. Geralmente, é uma política pública que é avaliada, e só foi inscrita a política pública, a partir do Requerimento nº 17, de autoria da Senadora Damares, em relação às escolas em tempo integral. Ocorre que a Senadora Dorinha, Professora Dorinha Seabra, apresentou o Requerimento nº 11, para avaliação do Fundeb.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 11, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação e Cultura avalie o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), conforme recomendação do Parecer (SF) nº 67, de 2025 (relatório preliminar), no exercício de 2026.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

Isso já foi objeto da nossa análise no ano passado. No entanto, a Senadora não teve a oportunidade, em tempo hábil, de apresentar o relatório. Ela nos argumenta a necessidade de conclusão, apenas uma conclusão desse relatório, porque este ano é um ano de avaliação, previsto em lei, pelo tempo de vigência, do Fundeb e possíveis considerações a respeito, sobretudo agora, com o sistema nacional, do controle social, da colaboração federativa e do ICMS Educacional, entre outras questões que estão no relatório do ano passado. Seria uma complementação que não vai evidentemente impactar, eu acho, nem no nosso tempo da Comissão e nem, muito menos, na avaliação da política pública da escola em tempo integral. Então, caso a Senadora Damares concorde, nós podemos caminhar dessa maneira.

A Senadora Dorinha não está, mas eu li a justificação e ela se detém principalmente no fato de o ano de 2026 ser o ano em que se conclui o processo que amplia gradativamente a complementação da União. Então, seria esse foco. O relatório do ano passado já está feito e não impactaria no nosso trabalho.

E há o segundo requerimento, o requerimento da Senadora Damares.

2ª PARTE

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 17, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação e Cultura avalie a implementação do Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, no exercício de 2026.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Eu passo a palavra à Senadora Damares para a sua justificação.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, eu vou falar de uma forma bem resumida, porque o requerimento já está publicado.

Por que eu estou indicando que essa política seja avaliada pela nossa Comissão ao longo deste ano? Porque, entre 2021 e 2025, Presidente, o percentual de matrículas em tempo integral na rede pública cresceu de 15,1% para 25,8%, atingindo a Meta 6 do Plano Nacional de Educação – isso a gente tem que celebrar. Esse crescimento foi acompanhado por significativo volume de investimento público também: mais de R$4 bilhões foram investidos no programa desde a sua criação, com o objetivo de induzir a ampliação da jornada escolar em todas as etapas da educação básica. Porém, nós temos desafios do programa para analisarmos. Então, a indicação dessa avaliação é inclusive para a gente fazer uma análise da adesão dos estados ao programa, como é que está isso lá na base, lá na ponta, e a gente entregar, no final do ano, um bom relatório, que já pode, inclusive, subsidiar o nosso subgrupo no ano que vem para se debruçar sobre essa meta já no novo plano.

Então, é essa a minha justificativa, e eu peço apoio aos pares para que a gente aprove que esta Comissão faça a avaliação desse programa, desse plano, dessa política pública educacional da educação em tempo integral.

Essa é a minha justificativa, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadora Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, inclusive, escrevi uma PEC sobre este assunto. Depois eu passo para V. Exa. para ser incluída também nos debates, tendo em vista que tem sido uma saída exitosa, tanto para a aprendizagem quanto para outros diálogos que a educação faz com cultura, com formação profissional. São questões que vêm sendo muito relevantes, mas que precisam ser avaliadas para serem ainda mais aperfeiçoadas.

Então, feita a defesa pela Senadora Damares, em discussão. (*Pausa.*)

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a política pública a ser avaliada este ano pela nossa Comissão.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e de todas e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 01 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia oito de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Jussara Lima, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Bruno Bonetti, Teresa Leitão, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Damares Alves, Alan Rick, Esperidião Amin e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Weverton e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Flávio Arns, Magno Malta, Camilo Santana e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 20/2026 - CE, de autoria da Senadora Jussara Lima (PSD/PI). **Finalidade:** Instruir o PL 3535/2025, que "institui o Dia Nacional dos Mártires da Confederação do Equador". **Participantes:** Sr. Domingos Pascoal, Acadêmico e Historiador; Sr. José Dantas Filho, Consultor Legislativo do Senado Federal; Sr. George Felix Cabral, Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Sr. General Júlio Lima Verde Campos de Oliveira, Sócio Efetivo do Instituto Ceará - Histórico, Geográfico e Antropológico e Organizador da publicação "Os Mártires da Confederação do Equador no Ceará"; Sr. Johny Santana De Araújo, Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí (UFPI); Sr. Weber Porfirio, Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC); e Sra. Isabel Lustosa, Historiadora e Cientista Política. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Jussara Lima
Presidenta Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/08

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de abril de 2026.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 3.535, de 2025, que institui o Dia Nacional dos Mártires da Confederação do Equador, em atenção ao Requerimento 20, de 2026, da Comissão de Educação.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: o Sr. Domingos Pascoal, Acadêmico e Historiador; o Sr. José Dantas Filho, Consultor Legislativo do Senado Federal. Participarão, de forma remota, o Sr. George Felix Cabral, Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco; o Sr. General Júlio Lima Verde Campos de Oliveira, sócio efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) e organizador da publicação *Os Mártires da Confederação do Equador no Ceará*; a Sra. Isabel Lustosa, Historiadora e Cientista Política; o Sr. Johny Santana de Araújo, Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí; e o Sr. Weber Porfirio, doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. (*Pausa.*)

Antes de passar a palavra, eu vou fazer uso da palavra.

Abertura da audiência pública do Projeto de Lei nº 3.535, de 2025.

Prezados convidados, estudiosos sobre a Confederação do Equador, servidores desta Comissão e, principalmente, cidadãos e cidadãs telespectadores da TV Senado, o Projeto de Lei nº 3.535, de 2025, um dos frutos da valorosa Comissão em Comemoração do Bicentenário da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Confederação do Equador, provoca-nos a refletir sobre uma das principais conquistas da civilização ocidental: o espírito republicano.

Felizmente, temos superado ameaças concretas ao pleno funcionamento de nossa República que põem em xeque os valores contemporâneos da civilização ocidental, nomeadamente, a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Temos visto uma adesão – para dizer o mínimo – esquisita, nas redes sociais, de pessoas que muito necessitam dos serviços públicos a opiniões antirrepublicanas. De fato, temos visto a defesa de ideias excessivamente individualistas, ideias que não são apenas contrárias ao Estado, mas também contrárias ao interesse público ou coletivo em geral.

Por isso, estudar e homenagear homens e mulheres que lutaram pelo ideário republicano é algo não apenas necessário para a nossa historiografia oficial, mas principalmente para a nossa sociedade atual, sobre a qual ainda paira a ameaça de promoção de ditaduras personalistas e de destruição das instituições públicas. Na atual conjuntura política e geopolítica, conhecer e reconhecer os mártires de 1824 é um exercício de vigilância democrática. Ao celebrarmos os seus feitos e a sua bravura em defesa da pátria e da República, reafirmamos que o ideal republicano, aquele que busca o bem comum, permanece vivo em cada um de nós.

Estou certa de que este evento propiciará grande aprendizado histórico e cívico. Além disso, proporcionará um revigoramento de nosso respeito pela *res publica*, chamando a atenção para a urgência de manter a marcha firme em favor de uma sociedade igualitária e mais fraterna e que, ao mesmo tempo que valoriza e premia os mais aptos, não abandona e não entrega à própria sorte os mais carentes.

Declaro aberta a audiência pública do PL 3.535, de 2025, que institui o Dia Nacional dos Mártires da Confederação do Equador. (*Pausa.*)

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos mesmos expositores.

Informo que foram recebidas até o momento, por meio do Portal e-Cidadania, diversas perguntas e comentários de cidadãos, entre as quais destacamos: Vivilane, do Rio de Janeiro;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Fernando, do Espírito Santo; Raíssa, do Mato Grosso; Felipe, do Distrito Federal; Eduardo, do Rio de Janeiro; e Paulo, do Mato Grosso. As perguntas e os comentários foram encaminhados previamente aos convidados.

Solicito aos convidados que, se possível, abordem em suas exposições iniciais as questões levantadas pelos cidadãos. Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. (*Pausa.*)

Vamos às exposições iniciais.

Com a palavra o Sr. Domingos Pascoal, Acadêmico e Historiador.

O SR. DOMINGOS PASCOAL (Para expor.) – Exma. Senadora Jussara Lima, nosso consultor José Dantas Filho, pessoas que conheci aqui, agora, e que muito me honraram, Patrick e Bill, Dr. Ricardo Albuquerque e demais cujo nome, por acaso, eu não sei, meus abraços, de igual forma.

Foi determinado que começássemos pelos comentários, mas eu vi que são tantos aqui, que, se a gente for comentar todos, nós vamos gastar os nossos dez minutos, e eu já vi que eu vou falar um pouco e me exceder. Vou pedir permissão para, ao final, falar.

Senhoras e senhores, a história não começou no grito. A nossa liberdade do Brasil não começou no grito do Ipiranga. Antes de 7 de setembro de 1822, o Brasil já carregava tensões, conflitos e profundas insatisfações. É justo reconhecer que devemos gratidão a D. Pedro I, devemos ainda mais gratidão a D. Maria Leopoldina da Áustria, que, como Imperatriz Regente, em 2 de setembro de 1822, reuniu o Conselho de Estado e assinou os atos que encaminharam à ruptura com Portugal. E devemos reconhecer também o papel decisivo de José Bonifácio de Andrada e Silva, na verdade, o arquiteto político da Independência.

Porém, devemos maior gratidão ainda à grande benevolência de D. João, Príncipe Regente, que, em 16 de dezembro de 1815, elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, porque nós já podemos imaginar a dimensão dessa transformação? Nós éramos uma colônia e passamos para um reino – olhem o pulo que nós demos. Então, nós devemos isso a D. João.

Deixávamos de ser colônia, para ser reino. Não era apenas uma mudança política, era uma mudança de identidade. O Brasil passava a ocupar um novo lugar no mundo, e havia um símbolo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

poderoso dessa nova condição: a presença da própria Rainha D. Maria I, que vivia em terras brasileiras. Assim, não éramos apenas um território elevado, éramos a própria sede do reino.

Foi ali, naquele momento silencioso, muito antes do grito, que o Brasil começou a nascer. E é isto que nos ensina: toda transformação começa antes do momento visível, começa na pretensão, na mudança silenciosa. Mas a verdade precisa ser dita: no instante do grito, o Brasil se libertou de Portugal, mas não se libertou das estruturas de poder que existiam; mudamos de condição, mas não mudamos, de imediato, de realidade.

O poder continuou concentrado, as decisões permaneceram centralizadas e o povo seguiu adiante. E, então, veio a esperança: em 3 de maio de 1823, D. Pedro instala a Assembleia Constituinte. Era o Brasil tentando, enfim, se organizar como nação livre.

Homens das províncias do norte e do sul reuniram-se com um ideal: construir um país mais justo, mais equilibrado, mais livre, mas a liberdade exige limite ao poder, e D. Pedro impôs sua condição: quero uma Constituição digna do Brasil e de mim. Queria o quarto Poder, que era o Poder Moderador. Os Constituintes resistiram a essa ideia do Imperador, que era o Poder, e, como o poder raramente aceita limites, veio a ruptura. Na madrugada de 12 de novembro de 1823, a Assembleia Constituinte foi dissolvida à força; e, com ela, não se dissolveu somente o Parlamento, dissolveu-se toda uma esperança.

Com isso, ficou um vazio. Foi exatamente no silêncio desse vazio imposto que surgiram vozes e que chegamos ao fatídico movimento que desaguou na Confederação do Equador. Vozes que resistiram, que ousaram e até quem não desejava se envolver, pois já sabia da derrocada, acabaram entrando na contenda por imposição alheia. Esse foi o caso de Padre Mororó.

Era o Brasil tentando, mais uma vez, corrigir o desequilíbrio de poder que nascia junto à sua própria Independência.

A Confederação do Equador não foi apenas um movimento regional. Foi um grito consciente e corajoso contra a concentração de poder nas mãos de poucos. Grandes nomes de Pernambuco, do Ceará e de outras províncias do norte levantaram-se não por ambição, mas por convicção. Queriam um Brasil mais justo, mais equilibrado, mais próximo do seu povo. Queriam uma República de ideias, não de imposições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Frei Caneca, Mororó, símbolos maiores daquele movimento foram condenados à morte. Nem os carrascos quiseram executá-los tamanha era a grandeza moral daqueles homens. Ainda assim, foram, juntamente com muitos outros grandes heróis, fuzilados.

Tristão Gonçalves tombou em combate no Ceará, fiel até o fim à causa que abraçou. E tantos outros conhecidos e anônimos que não escaparam aos caçadores de cabeças tiveram o mesmo destino, a morte, como preço por sonhar com um Brasil melhor.

Mas há algo que o poder nunca consegue executar: as ideias. Homens podem ser silenciados, mas seus ideais atravessam o tempo. Tudo fizeram para apagar de vez aqueles heróis, porém é difícil calar a verdade. É impossível silenciar o pensamento.

Por isso, hoje, 8 de abril de 2026, estamos aqui no Senado Federal da República do Brasil, diante da Senadora Jussara Lima, do Piauí, terra querida, palco da memorável Batalha do Jenipapo contra as tropas de Fidié, e o que representavam nesta audiência pública interativa, nesta Comissão de Educação e Cultura do Senado, presidida pela também Senadora Teresa Leitão, de Pernambuco, amálgama luminar das províncias do norte, relembrando que foi lá que nasceu o movimento tão, assim, importante para aquele momento...

Destas situações, destes sacrifícios, destes mártires, não recordemos apenas suas mortes, celebremos suas escolhas. Eles não morreram por revolta. E é por isso que seus nomes não pertencem ao passado; pertencem à consciência de um país que ainda aprende, dia após dia, que a liberdade não se constrói, se conquista.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOMINGOS PASCOAL – Para mais significar esses momentos, lerei a relação dos réus condenados à morte pela Comissão Militar, conforme contida na sessão de 15 de junho de 1826, da Câmara dos Deputados.

Dá tempo ainda de eu ler?

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. *Fora do microfone.*) – Dá.

O SR. DOMINGOS PASCOAL – Com a permissão da Senadora, eu vou fazer uma chamada. Se quiserem dizer "presente", vai ser até melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Frei Joaquim do Amor Divino Caneca.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. DOMINGOS PASCOAL – Agostinho Bezerra Cavalcanti.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. DOMINGOS PASCOAL – Lázaro de Souza Fontes.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. DOMINGOS PASCOAL – James Heide Rodgers.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. DOMINGOS PASCOAL – Antônio Macário de Moraes.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. DOMINGOS PASCOAL – Esses foram os que morreram em Pernambuco; agora, os do Ceará.

Gonçalo Ignacio Loyola de Albuquerque e Mello, o Padre Mororó.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. DOMINGOS PASCOAL – João de Andrade Pessoa.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. DOMINGOS PASCOAL – Francisco Miguel Pereira Ibiapina.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. DOMINGOS PASCOAL – Luís Inácio de Azevedo.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. DOMINGOS PASCOAL – Feliciano José da Silva Carapinima.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. DOMINGOS PASCOAL – Eu incluo aqui também D. Bárbara de Alencar, do Crato, e seu filho Tristão Gonçalves de Alencar Araripe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Quero agradecer a brilhante colaboração ao nosso querido convidado historiador Domingos Pascoal.

Passo a palavra agora ao Sr. José Dantas Filho, Consultor Legislativo do Senado Federal.

O SR. JOSÉ DANTAS FILHO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Agradeço, de novo, a presença e a convocação à Senadora para participar desta audiência pública. Eu vou me atrever a inverter a ordem das coisas. Eu esperava, na realidade, que eu fosse o último a ser chamado, porque estão presentes e falaram, em seguida, os maiores pesquisadores dessa área em cada uma das universidades estaduais dos estados que participaram desse evento; então, dificilmente eu vou ter condições de superá-los ou de dar alguma informação que eles já não tenham trabalhado. Mas eu achei interessante porque nos foram entregues, antecipadamente, algumas perguntas da parte do pessoal que está nos assistindo pela internet, e algumas dessas perguntas eram exatamente o que eu estava pretendendo comentar com vocês.

A grande questão que sempre se faz, quando você começa a discutir projetos de homenagem, é por que essa homenagem está acontecendo. No caso, nós estamos fazendo uma homenagem a mártires, pessoas que foram assassinadas pelo governo, em nome de uma ordem que estava sendo construída naquele momento, uma ordem política, a manutenção de uma ordem social que estava em construção naquilo ali. O grande lance da Confederação do Equador é exatamente que ela seria uma forma alternativa de organização do Brasil, recém-independente.

O fato de o imperador ter optado por uma linha política, uma linha que foi defendida por grandes latifundiários do Sudeste, é resultado de uma confluência de forças históricas, mas não necessariamente era a única maneira possível de você organizar. Outros países que começaram o processo exatamente ao lado da gente conseguiram se organizar de maneiras diferentes, mais ou menos democráticas, mais ou menos violentas, histórias mais cruentas ou menos cruentas.

A nossa ainda tem uma lenda permanente de que a nossa história tem pouco sangue. Acabaram de ler a lista aqui de vários que foram enforcados, sem falar de alguns que foram atravessados na boca do canhão, foi disparado um canhão para puni-los, sendo que a punição já estava determinada antes mesmo da prisão deles. A ordem que foi dada à comissão especial era prender e punir. Como? Não me interessa. Façam a punição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por que a gente deve homenagear essas pessoas? Por que elas morreram? É só uma questão de sentimento em nome da...? Não. Essas pessoas que estão sendo homenageadas aqui são pessoas que lutaram por determinadas ideias que até hoje são ideias fundamentais dentro do processo de construção nacional. São pessoas que lutaram pela República, não só República como forma de governo, mas, principalmente, pela República como maneira de tratar a coisa pública. *Res publica* quer dizer, na sua origem de palavras, a coisa do povo, a coisa do coletivo.

E, durante muito tempo, ao longo da história do Brasil, até os dias de hoje, você tem momentos em que, apesar de o termo republicano fazer parte da nossas Constituições, desde 1891, a primeira Constituição republicana, você não tem uma República de verdade instalada aqui dentro. Você não tem um comportamento, das autoridades e das elites, um comportamento republicano.

Talvez o maior republicano que a gente tenha tido na história fosse o segundo imperador brasileiro, Dom Pedro II. Todos os historiadores, mais ou menos, concordam que era uma figura que se comportava realmente como uma figura republicana.

Nós devemos homenagear essas pessoas menos pelo fato de elas terem sido assassinadas, menos pelo fato de elas serem republicanas, do que pelo fato das ideias que elas estavam defendendo. As ideias que elas estavam defendendo eram ideais que, até hoje, são significativos para a gente. Estava-se defendendo liberdade, estava-se defendendo a autodeterminação das pessoas, estava-se defendendo, no caso de um território amplo como o território brasileiro, que se respeitassem as diferenças regionais e se construísse um modelo qualquer de administração no qual essas diferenças regionais pudessem ser tratadas de uma maneira republicana, uma maneira igualitária aqui dentro; não tudo concentrado nas propostas e nas atitudes dos Governadores a partir do Sudeste, mas uma coisa que realmente atendesse ao conjunto do território nacional, do que depois se convencionou a chamar de Brasil.

O professor falou muito bem na fala dele: nós estávamos em construção. Construir uma nação... Não é a declaração de independência que constrói o Brasil, o que constrói é você ter, depois, a formação do Poder Legislativo, a separação dos Poderes com uma excrescência que foi especialmente nossa, que foi a criação do quarto Poder, um Poder acima dos outros, que era o contrário de toda a ideologia liberal da época: o Poder Moderador concentrado na figura do imperador, que podia destruir, a qualquer momento, o Legislativo, podia simplesmente fechar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mandar o pessoal para casa, decretar nova eleição, podia nomear todos os juízes, podia nomear até delegado de polícia.

Ao longo do século XIX, o poder do imperador era bastante significativo, apesar de o Dom Pedro II não ter usado toda a força que a Constituição dava, mas, se olharmos só do ponto de vista estritamente do que estava escrito na nossa Constituição, ele podia fazer o que ele quisesse aqui dentro: escolhia ministros livremente, demitia ministros livremente. A partir do momento em que se criou o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, que seria uma espécie de Primeiro-Ministro, construiu-se um pseudoparlamentarismo completamente enviesado, porque a eleição era a última coisa: em qualquer regime parlamentarista, você faz eleição, apura quem tem maioria e entrega o Governo a quem tem maioria ou a quem possa construir essa maioria dentro do Parlamento; no Brasil, era o contrário, você entregava o Governo a alguém e o cara garante que vai ganhar as eleições. Pronto. As eleições eram comandadas, centralizadas e cada um tinha o seu papel determinado, até a Igreja participava disso. Não existiam comitês eleitorais, era a Igreja que fazia essa apuração dos votos dentro de cada um dos ambientes de votação, completamente dominados por essa estrutura de Estado.

Então, por que é que a gente deve? A gente deve homenagear as ideias que essas pessoas tinham trazido para a gente: a ideia do federalismo, a ideia da igualdade, as ideias liberais do século XIX, que desde o século XIX aparecem em todas as declarações políticas do Brasil. Elas, muitas vezes, não são cumpridas, mas todas as Constituições passaram a repetir o mantra liberal, de liberdade de culto, de liberdade de pensamento, de liberdade de imprensa. Liberdade de imprensa... Faz pouco tempo que a gente conseguiu readquirir uma plena liberdade de imprensa. Então, tem temas que, desde o início do século XIX, desde antes do processo de independência, já estavam sendo discutidos, continuam sendo relevantes e continuam sendo necessários.

O Senado ainda tem um papel muito especial, porque nós somos a Casa da Federação. Então, a questão do equilíbrio federativo, no sentido de como é que você decide os rumos da nação pelo voto, é o tema principal do Senado. Isso tem a ver com o recolhimento de impostos, tem a ver com o financiamento de todos os níveis de Governo que existem aqui dentro, desde o governo municipal, governos estaduais, Governo Federal, e com como é que eles devem se relacionar. O Senado garante uma coisa que a Câmara não tem, que é a igualdade absoluta entre cada unidade federativa. Nós temos três Senadores de cada estado, que têm que conviver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E era isso que estava sendo discutido pela Confederação do Equador, era isto que estava sendo discutido há 201 anos, quando o movimento eclodiu: como é que nós vamos estruturar esse país? E ainda hoje algumas questões não estão resolvidas, ainda hoje as questões retornam frequentemente para o nosso campo político, não só o campo da fala política, mas o campo do exercício mesmo – como é que a gente decide isso aí.

E, até mesmo na questão do autoritarismo, um dos grandes gatilhos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ DANTAS FILHO – ... como os historiadores chamam, desse período foi exatamente o fato de o D. Pedro I ter prometido mundos e fundos em termos de liberdade e ter imposto a sua proposta. Não por ser imperador, por trás dele existem classes dominantes, existem senhores de escravos que tinham interesse na manutenção da sociedade como estava, com a menor perturbação possível. Existe uma estrutura social que provocou isso naquela época, e essa estrutura não desapareceu por completo. É uma das perguntas que nos fizeram aqui: por que essas coisas continuam relevantes? Por que a discussão do autoritarismo continua relevante?

Então, eu vou deixar que os outros historiadores tenham a oportunidade de falar das suas próprias regionais, das suas questões regionais, que é a especialidade deles, mas respondendo algumas das perguntas que foram feitas aqui: como distinguir homenagens historicamente fundamentadas das meramente simbólicas? Por isso, porque os temas são atuais. Se os temas são atuais, não é meramente simbólico, é uma coisa que a gente está vivendo nos dias de hoje. Como é que o reconhecimento desses mártires questiona a centralização do poder? De novo, questiona. Exatamente por isto: ele questiona pelo fato de existir, pelo fato de as ideias que geraram esses mártires, que geraram o assassinato serem presentes e serem relevantes para o Brasil no dia de hoje, certo?

Então, encerro aqui a minha fala. A gente não pode abusar muito do tempo. Espero que os colegas que estão à distância consigam complementar com mais detalhes esta minha intervenção.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Quero agradecer aqui a excelente explanação do nosso Consultor Legislativo, o Dr. José Dantas Filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora à Sra. Isabel Lustosa, historiadora e cientista política. Nasceu no Ceará, minha vizinha – sou da cidade de Fronteiras, no Piauí.

Com a palavra, Isabel.

A SRA. ISABEL LUSTOSA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Obrigada, Senadora. Eu sou de Sobral, então é mais perto ainda da sua terra.

Obrigada pelo convite. É sempre bom estar na Casa do Parlamento Brasileiro, celebrando e lembrando um processo histórico que foi, na verdade, uma luta de projetos sobre o Brasil. Que país ia ser o Brasil independente? Isso antecede a própria Proclamação da Independência, ainda nas cortes de Lisboa, ou a Revolução de 1820.

Mudou o sistema de absoluto para constitucional, e esse quadro internacional – em que a Confederação também se insere – é um momento de constitucionalismo. É o constitucionalismo que tinha brotado com a Revolução Americana, com a independência dos Estados Unidos, que vai estar no cerne da Revolução Francesa, em 1789, e que, depois do Império Napoleônico, retoma com os Bourbons elevados novamente ao trono francês, num período que se chamou Restauração, e há conciliação de um sistema monárquico com um sistema constitucional.

Luís XVIII deu uma carta constitucional, como Dom Pedro faria em 24, mas ali, nessa Carta, no Parlamento que surgiu e nas disputas entre os legitimistas – os que queriam a volta de todos os direitos, inclusive os da aristocracia –, os moderados, os republicanos que sobraram e os bonapartistas enrustidos que permaneciam, a disputa política em torno do projeto da França e do constitucionalismo foi intensa, marcada pelas ideias de Benjamin Constant, que também foi lido no Brasil e em Portugal.

Então, essa Revolução de 1820 em Portugal é herdeira de um movimento liberal que tinha se expandido pela Europa e que pregava o constitucionalismo como forma de organizar o Estado, o fim do legitimismo do poder dos reis, que vinha de Deus, etc. E essas ideias chegaram a nós, através de Portugal, mas também da Europa. O Brasil, apesar dos portos fechados, recebia publicações, recebia estrangeiros. Depois de 1808, então, é uma ebulição de franceses e ingleses comerciantes, mas também de homens de ideias, militares bonapartistas que vieram compor a nossa marinha e o nosso Exército. Enfim, o Brasil se internacionaliza – Recife também, que era um dos dois ou três portos mais importantes do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas o importante é que esse tráfico, essa circulação de ideias chega aos nossos brasileiros, como a um homem culto, como Frei Caneca, que nunca foi à Europa – estudou no convento, se formou lá e adquiriu uma cultura que vinha através de um jornal que eu estudei muito, chamado *Correio Braziliense*, da Inglaterra, com o que havia de mais moderno em termos de liberalismo, dentro dessa chave liberalismos com monarquia.

Então, essas pessoas se formaram na leitura de livros e jornais que chegavam ao porto e formaram uma elite intelectual brasileira que se dividia entre um grupo que tinha um líder importante, José Bonifácio de Andrada – um homem do antigo regime, que não era tão constitucionalista assim, mas acaba ficando –, que achava que o poder devia ser mais concentrado na mão do monarca, e o grupo que era a favor de que o poder se concentrasse na mão do Legislativo: era a Assembleia que devia estar acima do futuro imperador, depois da independência.

Então, essa discussão, que começa ainda em 1821, atravessa o ano de 1822, desde o Fico, e forma debates intensos entre grupos que eram federalistas – como, principalmente, o pessoal de Pernambuco – ou centralistas, como o pessoal do Sudeste, onde a maior parte dos benefícios se concentrou e para onde os impostos afluíam.

Então, há uma resistência, sempre, em Pernambuco – e essa resistência já se mostrou em 1817, com a Revolução de Pernambuco – e essa resistência é a esse poder centralizado no Sudeste. Evaldo Cabral de Mello sabe bem disso, e tem até uma questão: será que a gente tinha que ficar unido mesmo? Porque a conquista do Nordeste, na verdade, do Norte do Brasil foi uma conquista das guerras na Independência – que vieram na esteira da Independência – e a Confederação foi um marco disso tudo, quer dizer: pessoas insatisfeitas com a definição do projeto constitucional, que era bastante liberal, mas era centralista, o poder se concentrava mais na mão do Imperador; a existência ou não de um Senado – o Senado era identificado com a aristocracia, as Câmaras dos Pares na França e em Portugal; e o ideal para esses republicanos – que não se autodenominavam republicanos, só depois da Revolução de Pernambuco – era que essa... Havia até uma frase do Cipriano Barata: "Não importa se é monarquia ou se é República, o importante é ser Federação". O ideal era a Federação, com a autonomia dos Estados, e isso a Constituição de 1824 não deu.

Então, essa diferença, que vai marcar todo o Império – o debate sobre federalismos vai estar na base, também, da Proclamação da República, é um anseio que acompanhou o século XIX

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

inteiro –, essa questão é que fez dessa revolução, e também de Pernambuco, o centro – apesar de outras manifestações nos outros estados do Nordeste e do Norte – de um debate sobre o lugar da província, do estado na organização estrutural do país.

Então, essas pessoas, o que marca para mim desses momentos são pessoas como Frei Caneca, brasileiros que ainda tinham mérito de não terem estudado em Coimbra; outros, como Evaristo da Veiga, do Rio de Janeiro; outras figuras com esse espírito de uma consciência, uma cultura forjada por conta própria, por vários meios, num momento em que era difícil adquirir livros, adquirir jornais; e essas pessoas inspiraram outras.

Frei Caneca escrevia em Pernambuco e as matérias assinadas por ele eram publicadas aqui no Rio de Janeiro, por um português muito brasileiro, que era o João Soares Lisboa, que lutou aqui na imprensa por uma Constituinte brasileira. Depois, lutou para que a Constituinte fosse por eleições diretas, enfim, defendendo esses ideais que faziam a diferença entre o grupo andradista e o grupo maçônico, do qual o líder era Joaquim Gonçalves Ledo e ao qual se associavam os pernambucanos como Frei Caneca e o João Soares Lisboa, amigo do Frei Caneca, que publica aqui os seus artigos e que, depois da dissolução da Constituinte, ia ser deportado para a Europa, desce em Pernambuco, adere e morre gloriosamente, como ele merecia, porque era um verdadeiro lutador pelas causas da liberdade. A causa era a liberdade: o direito de falar o que pensava; de escrever o que pensava; de vender, fazer comércio com quem pensava e com quem quisesse; e de ter a religião que quisesse. Enfim, eram essas liberdades difusas que faziam contraste com a escravidão, o domínio que esse enigma, esse paradoxo nunca se resolveu nem entre os confederados de Pernambuco, nem antes, em 1817. Sempre que alguém falava em abolição, essa coisa detonava uma reação forte, e muitos desses revolucionários eram grandes proprietários de terra, eram pessoas que tinham sentido que... (*Pausa.*)

Estou terminando.

Alô?

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Pode continuar, professora.

A SRA. ISABEL LUSTOSA – Pensei que tinha acabado, tomei um susto.

Vou concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, é essa questão da escravidão que não aparece claramente na confederação, mas é uma coisa importante: é preciso entender que esses heróis são heróis porque lutavam por suas ideias e essas ideias eram ideias que se voltavam para o progresso do Brasil, de um Brasil que ainda não era Brasil, ainda não tinha se integrado, mas que eram baseadas em princípios da razão, dos direitos do homem e da liberdade. Então, mesmo naquele contexto avesso, que era da escravidão, houve brasileiros que lutaram pela liberdade, por um Brasil mais justo, com mais distribuição das riquezas por todo o território, sem tanta concentração no Sudeste, como foi desde o princípio e continua até hoje, como a gente sabe.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Concluiu, professora?

A SRA. ISABEL LUSTOSA – Concluí.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Nós que agradecemos aqui a sua participação e ficamos muito felizes de a senhora transmitir tamanha experiência e comprometimento com o que a senhora falou.

Eu passo a palavra agora para o Prof. George Felix Cabral, Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco.

O SR. GEORGE FELIX CABRAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas as pessoas que nos acompanham.

Eu registro inicialmente a minha saudação à Exma. Sra. Senadora Jussara Lima e saúdo aqui os colegas, os companheiros historiadores que participam desta audiência na pessoa da amiga e confreira, Profa. Isabel Lustosa, que tem participado conosco já, nos últimos anos, de diversos momentos de reflexão sobre essa fase tão importante da história do Brasil, que é o processo de independência e todos esses movimentos que antecedem o 7 de setembro e que depois do 7 de setembro também acontecem, mas fazem parte de toda essa conjuntura política e social que definiu os primeiros momentos da formação do Estado nacional brasileiro.

Então, é uma alegria participar, mais uma vez aqui, das atividades do Senado Federal relativas à rememoração, à celebração crítica desse movimento que é a Confederação do Equador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero iniciar exaltando o trabalho realizado entre 2024 e 2025 pela Comissão Temporária, que foi presidida pela Senadora Teresa Leitão e teve como Vice-Presidente a Senadora Jussara Lima e que deixou um legado muito consistente de contribuições para o debate relativo à história do Brasil, e, concretamente à Confederação do Equador. Já foi mencionado aqui, por exemplo, o livro organizado pelo General Júlio Lima Verde, que é um dos seis volumes da coleção de publicações da Editora do Senado Federal sobre a Confederação do Equador.

Esta Comissão também legou, e isso está disponível na internet para todas as pessoas interessadas, um *website*, um verdadeiro portal que leva o leitor interessado a publicações gratuitas, à produção de dois documentários realizados pelo Senado Federal sobre a Confederação do Equador, a material didático para as aulas no ensino básico, a uma discussão sobre a Confederação do Equador nas artes.

Então, há ali uma quantidade relevante de material cientificamente pesquisado e construído, disponível para todo o público interessado nessa nossa fase da história. Ressalto também que foi realizada uma exposição, que durante alguns dias esteve aberta ao público no Senado Federal, e também ressalto a existência de trabalhos feitos no âmbito estadual pela Comissão estadual, que também legou publicações e outras ações que foram fundamentais para rememorar a Confederação do Equador.

Então, inclusive, registro aqui o nosso agradecimento à pessoa do Consultor José Dantas Filho, que iniciou, falando de forma muito modesta, mas que teve uma participação importantíssima nos trabalhos da Comissão e que também contribuiu com a produção dos materiais iniciais dos textos de discussão para o trabalho da Comissão.

Na pessoa do Consultor José Dantas Filho, eu, portanto, agradeço a todos aqueles e aquelas que participaram, funcionários, servidores do Senado e que integraram essa exitosa Comissão Temporária, que deixou aí um legado fundamental.

Bom, eu passei uma vista aqui nas perguntas do público e vou tentar enquadrar, nesses minutos que me restam, a discussão a partir dessas colocações.

José Dantas já mencionou algumas delas, mas, em primeiro lugar, ressalto que a existência de um dia nacional possibilitará que, anualmente, pelo menos, nós chamemos a atenção do público para esse movimento que ainda é muito pouco conhecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como disse o Embaixador Evaldo Cabral de Mello, historiador, essa história da independência do Brasil ainda continua sendo ensinada nas escolas e discutida em um círculo mais amplo da sociedade a partir de uma perspectiva que ele chama de saquarema, uma perspectiva focada na Corte do Rio de Janeiro e nas outras duas grandes províncias que deram apoio à formação de um Estado nacional centralizado, monárquico com sede no Rio de Janeiro, que eram Minas Gerais e São Paulo.

Então, tudo o que foi colocado a partir de outras perspectivas, a partir de outros centros de pensamento, de outros centros de articulação política, foi normalmente taxado como periférico, centros de articulação política, foi normalmente taxado como periférico, local, provincial, regional e, no limite, até como separatista.

Em primeiro lugar, quero ressaltar que a Confederação do Equador se trata de mais uma das propostas alternativas de construção de um Estado nacional. Frei Caneca foi muito feliz quando publicou no seu *Typhis Pernambucano* a frase: o Brasil estava independente, mas não estava ainda constituído, era preciso ainda arrumar as partes integrantes desse Brasil continental que se formava a partir da ruptura dos laços com Portugal em 1822.

O que a Confederação do Equador fez, a partir das províncias do norte, com foco muito especial em Pernambuco e no Ceará? Ela colocou uma proposta alternativa da construção de uma nação republicana, federativa e constitucional, e o pilar da constitucionalidade é um pilar fundamental para a gente compreender o grau de vanguardismo que essa proposta possui.

Falar de Constituição hoje ainda é um desafio, ainda há uma parcela importante da nossa população e dos nossos grupos dirigentes que não compreendem plenamente a dimensão da importância de uma Constituição, de uma lei magna que conduza o destino de uma nação de forma igualitária, em que todos se coloquem no mesmo nível perante a lei.

Falar disso há 200 anos era ainda mais... Era extremamente revolucionário, era extremamente inovador. E essas pessoas, a quem se pretende homenagear com um dia nacional, doaram as suas vidas na defesa deste ideal: a ideia de construir um país mais justo, um país mais equilibrado, um país em que as partes componentes tivessem a sua autonomia garantida, e que se pudessem aplicar ao cotidiano da vida cidadã as ideias mais avançadas que existiam sobre a mesa naquele momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu gosto muito de ressaltar também, a partir dos escritos do Frei Caneca, o chamamento que ele faz à sociedade brasileira naquele momento. Frei Caneca não aponta um salvador da pátria, não aponta que se deveria seguir alguém que resolvesse todos os problemas. Não. Ele chama a cidadania para participar das decisões políticas.

E nós vamos ver, já caminhando para o final da minha intervenção, neste momento, exatamente o aflorar de diversos anseios sociais que a historiografia oficial também, normalmente, não ressalta, silencia, a partir da participação de setores que normalmente não estão presentes no discurso da historiografia oficial. Nós vamos ver, naquele momento, as populações livres, pobres, se manifestando, trazendo os seus anseios. Nós vamos ver os escravizados manifestando os seus anseios. Nós vamos ver, inclusive, uma participação feminina importante, pouco documentada, a partir dos exemplos que nós temos, como é o caso de Bárbara de Alencar, no Sertão do Ceará: o início concreto da participação feminina.

Então, há vozes que foram silenciadas e que aparecem ali. E uma das questões que vieram pela internet diz respeito exatamente a isso, à participação popular e à participação de pessoas negras no movimento.

Para encerrar, eu gostaria de ressaltar, exatamente nessa linha dessa pergunta, duas grandes figuras que não costumam aparecer nos livros de história do Brasil, nos livros didáticos e que merecem essa homenagem. A primeira figura é do poeta e bacharel José da Natividade Saldanha, filho de uma escravizada alforriada com um padre, que se formou em Coimbra e que participou de 1817, participou de 1824. E, em 1824, também publicou um jornal, assim como fez Frei Caneca, um jornal chamado *Arcos Pernambucano*, com um objetivo muito interessante. O objetivo dele – ele diz isso no primeiro número do jornal – é explicar ao povo o que é Constituição. Que coisa importante, não é? Essa dimensão de levar à população o que era a ideia de Constituição.

E a outra figura é a figura de Mundrucu, Emiliano Felipe Benício Mundrucu, esse militar que participou de 1817, participou de 1824, ele tem a patente de Major e que conseguiu sair do Brasil antes de ser pego pela repressão e que, nos Estados Unidos, tem uma segunda vida de revolução. Depois de passar por vários locais, acabou se radicando em Boston, onde aderiu à luta antirracista e abolicionista. E ele conseguiu sobreviver até 1863, para ver a abolição da escravidão nos Estados Unidos. E é uma figura reconhecida na história desses movimentos antirracista e abolicionista nos Estados Unidos. É um verdadeiro revolucionário transnacional, ele circulou por diversos cenários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, há uma infinidade de personagens, de histórias de vida, de anseios, de projetos que estão envolvidos na discussão da Confederação do Equador e dos seus mártires, e que se conectam, como já disseram os que me antecederam, com discussões atualíssimas relativas à democracia, à República, à Constituição, à justiça tributária, à desigualdade regional. Então, todas essas são pautas que precisam estar em discussão, e a criação do Dia Nacional de Memória dos Mártires da Confederação do Equador permite que isso seja feito, sobretudo na dimensão do ensino básico, porque é essa garotada que vem aí e que vai conduzir o futuro do nosso país que a gente deve trazer para o conhecimento desses momentos tão importantes da nossa história.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Quero aqui agradecer também a participação do Prof. George Cabral, que muito nos ajudou também nos 200 anos da Confederação do Equador, com a sua participação, com a sua capacidade de compreender todo esse processo, que foi muito importante. Muito obrigada, Professor.

Quero passar aqui a palavra ao General Júlio Lima Verde Campos de Oliveira, sócio efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) e organizador da publicação *Os Mártires da Confederação do Equador no Ceará*. Com a palavra o General Júlio Lima Verde.

O SR. JÚLIO LIMA VERDE CAMPOS DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora. Boa tarde, demais integrantes deste encontro.

Eu agradeço a honra de ter sido convidado para participar deste evento.

Saúdo de também, de uma maneira muito especial, o meu prezado confrade e irmão Jorge Cabral, lá de Pernambuco, tivemos o prazer de trabalhar juntos nos seminários de Recife e de Fortaleza.

O nosso principal objetivo aqui é dar o nosso depoimento sobre o PL 3.535, de 2025, instituindo esse Dia Nacional dos Mártires da Confederação do Equador.

Quero cumprimentar a Senadora Teresa Leitão por essa iniciativa. É uma iniciativa louvável! Eu sei que todo dia é dia de a gente lembrar das coisas, mas, infelizmente, temos que criar até um dia oficial, porque, se não, não se comemora – até a gente fala, na linguagem militar, que às vezes a gente toma susto com o 7 de setembro, que vai acontecer –, de modo que esse dia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nacional de homenagem aos mártires da Confederação do Equador é mais do que pertinente. E muito mais justa ainda foi a data escolhida, a data de nascimento do Frei Caneca, que é uma pessoa que não tem ainda um reconhecimento global do Brasil em relação à sua importância nesse constitucionalismo federativo, nesse arranjo todo que já foi exaustivamente falado aqui pelos nossos brilhantes antecessores.

Desse modo que, da minha parte, como organizador de uma publicação sobre os mártires da Confederação do Equador, fiquei muito contente em ver essa iniciativa e declaro aqui meu total apoio a este PL, como uma forma de destinar um dia para comemorarmos esses mártires nos estados envolvidos, especialmente em Pernambuco, que foi o núcleo radiador, e no Ceará, em que nós tivemos perdas humanas lamentáveis, julgadas assim a toque de caixa – tivemos acesso a documentos, e, se tivesse demorado, por exemplo, mais uma semana, vários confederados aqui do Ceará teriam escapado do arcabuzamento.

Foi uma coisa um tanto bárbara para os nossos tempos, mesmo naquela época. Os relatos sobre esse processo foram muito dolorosos, de modo que, sem me estender mais, até concedendo esse tempo para os demais que vão se alongar um pouquinho mais, eu encerro a minha participação – minha breve participação – concordando plenamente com este projeto. Acho que o projeto é muito bom. Que seja encaminhado e, brevemente, teremos a satisfação de ver publicado nos documentos oficiais do Senado Federal esse dia nacional dedicado aos mártires da Confederação do Equador.

Quero aproveitar a oportunidade também para informar que encaminhamos um PL, através de também um assessor legislativo, para colocar como herói da pátria Tristão Gonçalves. Tristão Gonçalves Pereira de Alencar – posteriormente Tristão Gonçalves de Alencar Araripe – não tombou fuzilado, mas tombou em combate, foi assassinado às margens do Rio Jaguaribe, no local chamado Campo de Santa Rosa, que pertence hoje ao Município de Jaguaribara. De modo que, além deste dia dedicado aos nossos mártires da Confederação do Equador, esses fuzilados em praça pública, incluímos também o nosso Tristão Gonçalves.

Então, era isso, Senadora, o que nós gostaríamos de apresentar. Muito obrigado pela oportunidade e boa tarde a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Muito obrigada, General Júlio Lima Verde. Para nós também foi um grande prazer a sua participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero passar a palavra para o Professor da Universidade Federal do Piauí, meu conterrâneo, Johny Santana de Araújo.

O SR. JOHNY SANTANA DE ARAÚJO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos. Vocês me escutam bem?

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Sim, Professor.

Com a palavra.

O SR. JOHNY SANTANA DE ARAÚJO – Obrigado, Senadora.

Vou espelhar um eslaide aqui. Um momento.

Conseguem ver?

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Sim.

O SR. JOHNY SANTANA DE ARAÚJO – Tá.

Bem, mais uma vez, boa tarde a todos. Eu queria agradecer imensamente por esta oportunidade e cumprimentar a mesa em nome da Senadora Jussara Lima, a quem eu tenho um grande apreço, igualmente à Senadora Teresa Leitão e aos queridos colegas, confreiras e confrades, à Isabel Lustosa. São todos meus confrades: Isabel Lustosa, George, General Lima Verde, com os quais é sempre um prazer muito grande poder compartilhar um momento tão significativo da história do Brasil. Não necessariamente de uma história regional, mas de uma história do Brasil da qual o Piauí também é participante.

Quem me conhece sabe que eu tenho trabalhado durante muito tempo no sentido de edificar a importância da província do Piauí, do Estado do Piauí, na construção de uma história nacional e não necessariamente de uma história regional.

Bem, eu pensei muito no que fazer e achei melhor apresentar um eslaide, até porque essa história é uma história em que há poucas pessoas que realmente estão se dedicando a trabalhar sobre a pesquisa aqui no Piauí, e eu sou uma delas. Eu, meus pupilos que oriento em iniciação científica, no programa que eu coordeno, que é o PET (Programa de Educação Tutorial), e no GT

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de História Militar, que eu coordeno aqui na Anpuh nacional, da qual eu sou Vice-Coordenador também do GT de História Militar.

Bem, o Piauí e a Confederação do Equador – a ação do Barão da Parnaíba contra o movimento em 1824 –, na história da Confederação do Equador, no Piauí, há um contraponto, na verdade. Ela é uma história que só pode ser vista alternativamente, a contrapelo, como dizia Walter Benjamin, porque a documentação que está disponível sobre ela é uma documentação que foi elencada pelos vencedores, então, pelo sistema político que vai ser estabelecido aqui, que vai sair vitorioso no processo político para deter a confederação, e a figura-chave nesse contexto vai ser o Barão da Parnaíba.

O panorama político que se encontrara no território brasileiro nos anos entre 1823 e 1825 foi marcado por movimentos cruciais para a construção e consolidação desse Estado imperial brasileiro. As elites locais se articulavam – e aí eu faço minhas palavras da querida Isabel Lustosa, que identificou com muita precisão como é que se davam esses projetos – entre uma centralização e uma descentralização.

No entanto, os debates políticos em torno da consolidação do Estado imperial foram iniciados antes dessa ruptura política. Esses projetos políticos durante a independência já estavam sendo discutidos, inclusive aqui no Piauí, porque o que vai justificar a ruptura institucional com a metrópole vai ser exatamente o fato de que as duas elites políticas que dividiam o poder aqui na província, uma mais ligada ao litoral, em torno do Simplício Dias, e outra mais ao centro da província, que era ligada ao Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, é que vão disputar, de fato, o poder aqui na província.

Bem, após a guerra de independência, restou tentar se reconstituir a província e aí se começa, realmente, a verificar quem é que vai pesar nessa balança.

Havia duas forças bem definidas na província detentoras de dois projetos políticos díspares e que se traduziam na importância estratégica que a província do Piauí despertara sobre Portugal, que ainda negociava a possibilidade de cessão do Norte do Império no Congresso de Viena.

Eu não vou entrar nesses detalhes, porque não são detalhes diretamente ligados à questão da confederação, mas essas duas figuras aqui são figuras centrais nesse processo: o Coronel Simplício Dias da Silva, que é um rico comerciante que vivia na vila de Parnaíba, e o Brigadeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Manoel de Sousa Martins, que representava uma elite política ligada ao centro e ao sul do Piauí, e, necessariamente, à economia do gado.

Então, são duas elites que têm projetos diferentes e eu vou apresentar, mais ou menos, aqui como é que se deu essa disputa e de que forma o Manoel de Sousa Martins acaba se tornando figura proeminente nessa disputa.

A Confederação do Equador como resposta ao autoritarismo do Imperador.

A Confederação fora um dos movimentos cujos idealizadores discordavam das premissas do Imperador, e aí eu concordo muito com o querido amigo Heráclio do Rêgo, quando ele afirma que esse era um movimento essencialmente constitucionalista. Mas, necessariamente, não apenas isso.

Há uma discussão de um certo tempo, a partir da historiografia, que também apontava a possibilidade de uma ruptura institucional com o resto do Brasil, como se aqui, realmente, se construísse não apenas uma ideia de federalização, mas um republicanismo mesmo, uma construção de um Estado à parte.

Mesmo dentro das províncias que apoiaram o movimento, o pensamento dos potentados locais não era igual. E aí por isso, aqui eu me estendo só à questão do Piauí, você vai ver esse dinamismo da diferenciação entre as figuras que vão constituir o processo aqui.

No Piauí, Simplício Dias da Silva, João Cândido de Deus e Silva eram influentes políticos na Vila do Parnaíba; foram os primeiros a aderir à causa da independência em 1822 e, em 1824, apoiavam a Confederação do Equador e suas ideias.

O então Presidente temporário da junta de governo, Manoel de Sousa Martins, que ao lado dos... (*Falha no áudio.*)

... também havia lutado pela adesão do Piauí, acatava as ordens vindas do governo central, no Rio de Janeiro, e ele vai passar a combater essas ideias que vinham de Pernambuco.

Nesse contexto, percebemos que, dentro das províncias, havia divergências entre esses grupos que buscavam participação maior nas decisões administrativas, e aí eu atento para uma questão bem importante, que é a própria ruptura institucional que o imperador vai dar ao dissolver a Constituinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bem, se Simplício Dias da Silva era alguém ilustrado, alguém com pensamento liberal e iluminista, obviamente ele deixaria de dar apoio ao imperador, tanto que ele recusaria a ideia de ser o Presidente da província; ele abre mão disso e passa a apoiar a Confederação do Equador. Com a governança vaga, apenas o Manoel de Sousa Martins governando temporariamente, ele passa a clamar ao imperador que o nomeie definitivamente como Presidente da província.

Bem, essa elite comercial, política, intelectual de Parnaíba é construída por essas figuras: Simplício Dias da Silva, Leonardo Castelo Branco, João Cândido de Deus e Silva e o Capitão Miranda Osório.

De Pernambuco, Manoel de Carvalho Paes de Andrade envia convite às demais províncias do Norte para que se unissem a Pernambuco e formassem a Confederação do Equador. Em tese, esse novo estado republicano seria formado, além de Pernambuco, pelas províncias do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e Alagoas; contudo, nenhuma delas aderiu à revolta separatista de forma permanente. No Piauí, esse convite chega pelo Ceará, cujas lideranças de Tristão Gonçalves de Alencar – muito bem lembrado aqui pelo caro amigo General Lima Verde –, Pessoa Anta, Bárbara de Alencar, José Pereira Filgueiras e o Padre Mororó vão se destacar.

A resposta do Piauí pode ser observada com a atuação do futuro Barão da Parnaíba, porque o que ele vai fazer, além de resistir ao convite, é preparar as forças com sentido de enfrentamento contra essa sedição. Então, o que vai acontecer? Nesse aspecto da Confederação, esses projetos políticos que giravam em torno da autonomização dessas províncias vão acabar não dando certo.

A situação díspar da província do Piauí, durante a indefinição de sua governança, acabou abrindo espaço para a possibilidade dessa sedição; mas, com a resistência de Manoel de Sousa Martins, o envio de tropas para conter a ação dessa sublevação vai acabar fazendo com que essas autoridades, essas figuras, não aderissem definitivamente.

Há uma conclamação liderada pelo Juiz João Cândido de Deus e Silva; ele tenta avalizar Simplício Dias da Silva e o próprio Leonardo Castelo Branco, mas essa conclamação ocorre no dia 25 de agosto de 1824 e ela acaba não surtindo efeito, porque, em alguma medida, fora a vila de Parnaíba, só Campo Maior adere, e adere muito por conta dos discursos que tinham sido propagados por Leonardo Castelo Branco. Só que o Leonardo é uma pessoa muito mais oradora do que necessariamente um militar; ele acaba fugindo e, ao fugir, para escapar de uma punição maior daquilo que vai acontecer no Ceará, ele acaba se tornando uma figura à margem desse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou dando uma adiantada aqui. Eu tinha feito um eslaide aqui bem completo, mas o tempo não permite.

Eu vou chamar atenção para a grande lição desse processo aqui no Piauí.

Esta ressoaria na insatisfação dos desígnios do estado imperial, alegando a gerações futuras que não iriam tolerar desmandos. Muito embora as figuras-chave do processo tenham sido poupadas de uma injustiça violenta, em parte pela amizade privada de antigos companheiros, porque o Manuel de Souza Martins era amigo de Leonardo, era amigo de João de Deus, e amigo do Simplicio Dias, ele os poupa de uma ação mais violenta. Leonardo Castelo Branco seguiu para o Maranhão, depois para Europa, para somente voltar ao Piauí nos anos 50 do século XIX. Simplicio Dias se autoexilou, saindo da vida política. João de Deus foi transferido para o Rio de Janeiro, tornando-se figura proeminente na política da Corte, inclusive em Niterói. Manoel de Sousa Martins – esse, sim – triunfaria como fiel representante da centralização conservadora, governando o Piauí por longos 20 anos, mas deixou o poder alijado como um político autoritário, mas que não conseguiu conter um outro movimento popular, a Balaiada – mas essa é uma outra história. Por fim, o Piauí se tornou morada de uma guerreira que havia sofrido muito, Dona Bárbara de Alencar, proprietária de uma fazenda na cidade de Fronteiras, província do Piauí, e essa é uma história que ainda precisa ser contada.

Muito obrigado, Senadora. Obrigado a todos. É isso que eu tinha para falar.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Muito obrigada, Prof. Johny, grande professor do Departamento de História da nossa Universidade Federal do Piauí.

Passo a palavra ao Sr. Weber Porfirio, Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Piauí.

O SR. WEBER PORFIRIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, gente. Boa tarde. Todos me escutam?

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Desculpe, é do Ceará.

O SR. WEBER PORFIRIO (*Por videoconferência*.) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Desde já, agradeço o convite da Comissão de Educação e Cultura, por meio da Senadora Jussara Lima. Agradeço também a presença de todos os nossos companheiros que estão aqui para falar desse que é um dos movimentos políticos mais emblemáticos da construção do estado nacional brasileiro, que ocorreu durante esse período, que é a Confederação do Equador.

Inclusive, eu preparei até um rápido eslaide, que vai meio que complementar tudo o que já foi dito pelos nossos colegas.

Pode passar?

Uma definição rápida para complementar o que o Johny falou sobre a Confederação do Equador.

Pode passar o eslaide?

A gênese da revolta é comumente associada à província de Pernambuco, sendo atribuído o seu início no dia 2 de julho de 1824. O levante consistia, a princípio, em unir as províncias do Norte e, posteriormente, as do Sul, sob a égide de um governo autônomo, divergindo do modelo centralizador estabelecido pela monarquia constitucional no Rio de Janeiro.

Por que eu mencionei posteriormente as do Sul? Porque entre os escritos... e aí pode ser vista, pelo próprio Manoel de Carvalho Paes de Andrade, que é tido como uma das lideranças da revolta em Pernambuco, no seu manifesto dirigido aos brasileiros, uma intenção de unir todo o país em prol de um projeto político outro, divergindo da monarquia constitucional.

Mais do que isso, não é? Porque isso, muitas vezes, alimenta uma ideia de separatismo da Confederação do Equador, que queria unir as províncias do Norte. E aí trago mais um ponto aqui para a gente discutir nessa ideia de união. Por exemplo, o José Pereira Filgueiras, um militar aqui do Ceará, que é também enaltecido como um dos grandes personagens da Confederação do Equador, em uma comunicação que destinou para as províncias do Norte – a quem pudesse ler dos presidentes das províncias do Norte, em 11 de setembro de 1824 –, vai comentar, sobre essa ideia de uma união de todos, o seguinte: que a causa da confederação que estava ocorrendo não era meramente uma causa dos pernambucanos, era do Brasil. Isso está escrito pelo José Pereira de Filgueiras, e isso quebra um pouco essa ideia cristalizada sobre uma ideia de separatismo da Confederação do Equador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Isso é uma parte do Ceará, e aí eu concordo muito com o Johny Santana, numa perspectiva de dizer que é preciso a gente atentar para as especificidades dessas províncias e dos sujeitos que vão estar inseridos na Confederação do Equador.

Isso por que – pode passar, por favor –, numa leitura rápida e muito comum, até mesmo endossada por uma historiografia sobre a Confederação do Equador, é limitada a essas províncias uma ideia de união em torno dos princípios irradiados em Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, e aí... por exemplo, nessa representação que é feita – comumente, está presente em uma historiografia – não está o Piauí, e o Johny Santana acabou de mencionar os episódios e os personagens vinculados ao Piauí.

Mas poderia ter sido no Maranhão, poderia ter sido em Alagoas ou nas demais províncias do Brasil, porque uma coisa a gente tem que discutir e refletir quando estiver pensando na Confederação do Equador: uma ideia é a de adesão; outra, de repercussão. Aderir à Confederação do Equador, de fato, vão ser poucas vilas, localidades. Não é uma ideia de união homogênea como geralmente a gente vê difundido. "Ah, Pernambuco proclamou e aí todas as outras províncias, em união, aderiram à Confederação". Não é bem assim, a gente tem que partir para a discussão e partir para certas especificidades quando a gente pensa na Confederação do Equador. E é por isso que é importante a celebração de momentos como este, que é trazer a discussão desses grandes personagens.

Mas é importante não somente para a gente ficar enaltecendo uma questão mesmo de uma certa heroicidade, uma espécie de trama entre heróis e vilões.

A Confederação do Equador é um movimento muito complexo, no qual a gente vai pensar, vai refletir sobre esses sujeitos, sobre esses ideais. Isso não é uma coisa que a gente está puxando agora.

Por exemplo, em 1924, nas festividades da primeira celebração do centenário da Confederação da Equador, já havia sido estipulado um feriado nacional também. Talvez seja pouco comentado, seja pouco divulgado, mas ele foi, inclusive, endossado pelo Senado da época, inclusive pelo Senador, do Rio Grande do Norte, Elói de Souza, que aprovou, no Senado, o dia 28 de junho e encaminhou para, posteriormente, se não me falha a memória, Arthur da Silva Bernardes sancionar esse feriado nacional em torno da Confederação do Equador. Isso fez parte daquela festividade daquele momento; e agora estamos diante – ainda que sejam dissidentes –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de um novo período de celebração, que foi o bicentenário, e estamos aqui pensando novamente na implantação de um feriado nacional para discutir a memória desses confederados.

Mas, digo e repito, é importante que seja extrapolada essa discussão, que não fique apenas de uma forma romantizada em torno de quem é herói ou de quem é vilão. É entender essas complexidades em torno da Confederação do Equador, buscar as ideias, as províncias que participaram. Por exemplo, diferentemente da grande parte da historiografia a respeito do tema, que costuma atribuir a essa união de forma consistente e organizada, é necessário refletir sobre quais sujeitos estiveram envolvidos nesse processo e os interesses que motivaram a cooptar determinadas vilas ou províncias.

É preciso analisar a Confederação do Equador através da própria legitimidade de sua existência enquanto evento, sua efetivação ou não concreta e os meandros que percorrem a memória construída sobre o conflito dos seus partidários. Não há como homogeneizar o interesse de cearenses, pernambucanos, piauienses, paraibanos, em prol da instalação de um governo confederado de características republicanas no Brasil, o pós-independência.

É necessário refletir acerca das circunstâncias que envolvem a participação de grupos locais situados em cada província, na sua vila, no povoado e as suas dinâmicas sociais, políticas e territoriais, no seu momento de efervescência, em que se conflitava entre uma relação de vila, província e o próprio Rio de Janeiro.

Então, eu corroboro muito com a frase do Lord Cochrane, que, em 1858, 1859, na publicação de um livro de sua autoria, falando sobre essa experiência da Confederação do Equador, mencionou que a Confederação do Equador...

Eu até coloquei aqui. Não coloquei no eslaide, mas coloquei aqui no meu texto auxiliar.

Ele vai dizer que a Confederação do Equador acontece de uma fragmentação de pessoas ao longo das províncias do Ceará, da Paraíba, do Piauí, do Rio Grande do Norte, que vão se declarar a favor de um projeto. Ou seja, mais do que pensar uma escrita que corrobora uma ideia de união quase que homogênea em torno de Pernambuco, a gente entende que há várias adesões ou várias simpatias às ideias advindas de Pernambuco nas mais variadas localidades das províncias do norte.

Então, a ideia era, primeiro, convidar essas províncias e, obviamente, posteriormente, ganhar adesão das províncias do sul para que, de fato, o Brasil tivesse um modelo de política, um modelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de sistema político totalmente diferente da monarquia constitucional que, como já foi bem-dito, centralizava, no Rio de Janeiro e na figura de Dom Pedro, o poder no Brasil.

Então, a Confederação da Equador se configura como uma opção alternativa de modelo deste Brasil que estava ali surgindo enquanto Estado-Nação depois de 1822.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Finalizou, Professor?

O SR. WEBER PORFIRIO – Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Quero aqui agradecer ao Professor Weber. Obrigada pela excelente explanação ao mesmo tempo em que está nos levando a uma reflexão mais aprofundada a respeito da Confederação do Equador, da importância de outros estados.

Eu quero aqui, mais uma vez, salientar a participação de Bárbara de Alencar, dessa mulher que, à frente do seu tempo, teve uma participação de forma gloriosa.

Como bem falou o Professor, às vezes elas são silenciadas, às vezes, as mulheres como nessa participação tão bonita da Bárbara, porque era uma comerciante, era uma pernambucana, mas se fixou no Ceará, no Crato, e passou os últimos 30 anos da sua vida na cidade de Fronteiras, que é a minha terra natal. Eu tenho muito orgulho de saber que Bárbara permaneceu lá por tanto tempo e que veio a falecer também lá em Fronteiras. Hoje, é enterrada no Ceará, na cidade de Campos Sales. Inclusive, eu fui lá. Hoje, lá onde ela foi enterrada, tem uma igreja. E eu fiquei bastante emocionada.

Eu vou até sentar outro dia para conversar com algum Senador lá do Ceará para que a gente possa desenvolver esse trabalho que tanto nos pedem que é a Rota de Bárbara, para que as pessoas conheçam melhor essa mulher tão brava, essa heroína, que foi a primeira presa política do nosso país. Então, aqui eu quero enfatizar o nome de Bárbara, porque isso me inquieta um pouco. Quando só falam de homens, esquecem a participação dessa grande mulher.

Vamos agora para as respostas aos questionamentos e encerramento dos convidados.

Passo a palavra agora aos convidados por até cinco minutos.

Com a palavra, o Sr. Domingos Pascoal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DOMINGOS PASCOAL (Para expor.) – Nós temos aqui algumas perguntas.

Vivilane, do Rio de Janeiro. Ela pergunta: "de que maneira o reconhecimento desses mártires ajuda a reparar o apagamento de movimentos republicanos no Nordeste na memória nacional?"

Olha, apagar, não vai apagar. Realmente, é exatamente ao contrário: nós estamos procurando jogar luz em cima daquelas ideias e em cima das próprias pessoas. Aí, eu discordo... Eu discordo, não... A gente discute muito, eu e Weber, porque Weber não gosta muito de romantização da história – não é, Professor? –, e eu sou muito romântico. Eu acho que a gente falar de Bárbara de Alencar, a primeira prisioneira política do Brasil, então merece realmente... Isso não é romantizar, viu, Weber? Meu amigo, meu querido amigo, isso é reconhecer.

Bom, então, aqui é a pergunta da nossa Vivilane. Obrigado pela pergunta, obrigado por enxergar uma forma de provocar alguma coisa. Então, nós não estamos procurando, não queremos e não é bom que... Aqui mesmo ela diz: "reparar o apagamento". Nós não estamos querendo isso, está bom?

Amiga, e também tem Fernando, do Espírito Santo. Ele pergunta: "A Confederação do Equador possui relevância nacional comprovada ou trata-se de um evento de caráter regional?".

Com certeza, com certeza! Com certeza, porque mudou a história. Ora, mudou a história! Pode não ter mudado no momento, mas a história foi mudada.

Então, a Raissa, do Mato Grosso, pergunta: "De que forma...". Obrigado, Fernando!

A Raissa, do Mato Grosso, pergunta: "De que forma o reconhecimento desses mártires questiona a centralização do poder e as heranças autoritárias ainda presentes na política?".

Isso fica difícil de a gente mensurar; não dá para a gente dizer uma forma porque, infelizmente, quando a gente não conhece o passado, a gente continua repetindo os erros. Portanto, é bom que a gente... Era bom que essas ideias fossem para as escolas, para formar as novas gerações, pensando exatamente em como validar esses movimentos, para acontecerem essas alterações e os exemplos servirem de alguma coisa.

Viu, Raissa? Muito obrigado, lá de Mato Grosso do Sul, Raissa! Obrigado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E eu tenho ainda Felipe, do Distrito Federal, aqui: "Como distinguir homenagens historicamente fundamentadas de propostas meramente simbólicas ou ocasionais no calendário oficial?".

Eu não saberia lhe falar isso, Felipe, porque eu não teria como dizer a diferença, se existe.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DOMINGOS PASCOAL – Fale.

O SR. JOSÉ DANTAS FILHO – Ajudando o Professor – e lembrando uma fala do Prof. George também –, essa questão de datas nacionais são datas que são utilizadas principalmente durante o primeiro ciclo de estudos no Brasil, então o fato de você criar uma data de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ DANTAS FILHO – ... calendário nacional vai ser usada pelas escolas e vai ajudar a reforçar na nova geração essas ideias, que nós estamos tentando ressaltar aqui, com a comemoração em si

Não são coisas meramente simbólicas no sentido de "vamos lembrar e daqui a pouco esquecemos", é o contrário, é exatamente durante o processo de relembrança que você mostra a atualidade das ideias, das propostas, das discussões, para que se veja que nem tudo está resolvido.

A história não é uma coisa que está completamente fechadinha. A gente, infelizmente, tem essa tendência na historiografia de tratar tudo como liquidado. "A independência do Brasil é no dia 7 de setembro", não é, a independência do Brasil é a construção de um Estado nacional durante quase todo o século XIX. Países que saíram ao mesmo tempo que a gente em processo de independência, como a Argentina, foram consolidar o Estado nacional depois do Brasil. A questão regional na Argentina vai até praticamente o Irigoyen, quase na virada do século XIX para o século XX, então você tem que aproveitar esses momentos de lembrança exatamente para ter o domínio sobre esse conteúdo, sobre essas grandes discussões nacionais.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Dr. José Dantas já se manifestou, também com a palavra a Sra. Isabel Lustosa.

Os demais que se pronunciaram aqui – os demais professores, historiadores – estão também com a palavra para responder a essas perguntas do e-Cidadania do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ISABEL LUSTOSA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, obrigada pelo convite, pela conversa, por encontrar pessoas tão interessantes com um pensamento tão elaborado sobre esse tema.

As perguntas rumam no sentido de "para que serve celebrar a Confederação?", na verdade elas trazem uma vontade de saber o que foi a Confederação do Equador. Será que isso é uma coisa puramente simbólica; que também é algo importante, o simbólico. Mas o mais interessante para mim é que essa data, esse movimento, mesmo a ideia de mártir, ela tem um peso simbólico também no sentido do porquê essas pessoas chegaram a ponto de serem levadas ao martírio? O que elas queriam? Por que elas queriam aquilo e que coisas elas estavam contrariando, que forças estavam contrariando?

Isso nos faz pensar na história, no movimento das ideias, nos homens que levam suas ideias de uma forma tão visceral, tão forte, tão pessoal, que fazem disso a missão das suas vidas. Então acho que a grandeza desses pensadores... A maior parte dos líderes eram pensadores, pessoas que se escreviam, que tinham uma cultura política completamente atualizada, em contato com o que havia de novo no mundo das ideias europeias e norte-americanas.

Essa mesa, esse projeto, essa iniciativa – como outras iniciativas importantes sobre datas –, no caso da Confederação, tem esse lado do martírio, tem esse lado da diferença Norte-Sul, tem esse lado da discussão sobre centralização e federação, enfim, é um tema complexo e que leva as pessoas a entenderem que Brasil era aquele tão diferente do de hoje. Era diferente. O povo era outro. Havia uma diferença muito grande nas camadas do povo: dos escravizados, dos homens livres de cor, dos homens livres brancos, enfim.

Então, é preciso entender que isso não era a mesma coisa do que se vê no Brasil do século XX, que acabou há pouco, há 25 anos, mas que é uma outra constituição da sociedade, uma sociedade em que estavam nascendo pessoas que estavam querendo criar um Brasil centralizado ou um Brasil que valorizasse as suas singularidades internas, as suas diferenças, como os Estados Unidos, por exemplo. Mas aí era o medo dos que eram contra a federação: justamente os Estados Unidos deram certo, mas as antigas províncias espanholas se fragmentaram.

De qualquer maneira, parabéns pela iniciativa.

Torço para que o projeto avance e que seja reconhecido pelo mérito que tem.

Muito obrigada por me convidarem para participar desta conversa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Prazer é nosso, professora.

Passo a palavra para o Prof. Weber.

Eu gostaria, sim, de enfatizar que está iniciando o Plenário agora, neste momento. Vai ser colocada a apreciação de autoridades, e eu vou ter que me fazer presente lá.

Então, assim, quero agradecer aos palestrantes, aos servidores desta Comissão, às autoridades e a todos os cidadãos e cidadãs que nos acompanham pela TV Senado.

Sinto-me grata por ter tido a oportunidade de presidir esta audiência pública em que tivemos a oportunidade de aprender de forma crítica sobre um movimento memorável da nossa história. De fato, é preciso destacar que os mártires da Confederação do Equador nos deixaram muito mais do que momentos em praças públicas ou nomes de ruas, eles nos deixaram um legado.

Vamos manter acesa a chama pela defesa das instituições democráticas e pelo combate às injustiças que, infelizmente, ainda fazem parte do nosso cotidiano. Que o exemplo das províncias confederadas continue a inspirar o Brasil a ser uma nação de iguais, respeitadas todas as suas diferenças. Que os brasileiros se mobilizem para dar concretude aos valores confederados de liberdade e de independência, corajosamente defendidos há dois séculos. Que a memória dos nossos mártires nos inspire e nos guie.

Antes de encerrar, eu passo a palavra para o Prof. Weber. (*Pausa.*)

Prof. Weber?

O SR. WEBER PORFIRIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pronto?

Bom, desde já lhe agradeço o convite feito para participar deste momento tão importante de discussão de um dos eventos mais emblemáticos da história nacional brasileira; aos presentes, que também estão aqui – seja de modo virtual ou presentes aí na bancada –; e a você, que está nos assistindo agora e que tem curiosidade para saber um pouco mais sobre a Confederação do Equador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Só quero fazer um breve e rápido comentário em torno da pergunta do Fernando: "A Confederação do Equador possui relevância nacional comprovada ou trata-se de um caráter regional?".

Para esse "comprovada", fica um pouco estranho a gente pensar num movimento nacional que é comprovado. A gente pode entender que a Confederação do Equador foi um movimento amplo de caráter nacional, porque ele ocorre exatamente no pós-independência, em 1824, com reverberação em todo o território. Foi por isso que eu mencionei, na minha fala, sobre o que é, de fato, aderir ou ter a repercussão da Confederação.

A repercussão, de fato, ocorre em território nacional, porque se espalhavam as notícias, as ideias de uma proposta diferente de governo, que seria capitaneado por Pernambuco e as províncias do Norte. E isso repercute de uma forma ampla; e isso passa depois a uma escrita, que vai favorecer, dependendo de quem escreve, uma percepção sobre o movimento.

Por exemplo, em 26 de julho de 1824, D. Pedro já acusava Pernambuco de querer se separar, com as províncias do Norte. A imprensa da época, sobretudo das províncias do Sul – no Rio de Janeiro, com *O Spectador Brasileiro*, em Minas Gerais, com a *Abelha do Itaculumy*, e na Bahia, com o *Grito da Rasão* –, vai endossar esse discurso do D. Pedro, de que Pernambuco só queria se separar do país.

Mas quantas vezes os discursos dos confederados são colocados para discussão? Quantas vezes as ideias de um Frei Caneca, ou existentes nos discursos do Tristão Gonçalves de Alencar, no Ceará, ou do próprio Manoel de Carvalho Paes de Andrade... Por que não circula de forma frequente ou não é colocado para o debate o que essas pessoas ligadas à Confederação do Equador pensavam, seja para as províncias, ou seja para o país, em 1824?

E, aí, cabe à gente, mais uma vez, entender quem está escrevendo sobre a Confederação. A que ponto as memórias da Confederação do Equador foram legitimadas, ao longo do Segundo Reinado e no Brasil República, que chegam exatamente hoje, para serem colocadas, aqui, na discussão sobre se é nacional ou se seria um movimento regional?

Então, eu acho que é por isso que é importante também se atentar e ter a oportunidade de se fazer um *download* das publicações que foram feitas recentemente pelo Senado sobre a Confederação do Equador, porque lá tem uma visão muito ampla e diversa sobre o que foi a Confederação do Equador. E, aí, desde já, também, assistir às diversas *lives* que estão disponíveis,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que foram realizadas ao longo de 2024 e 2025, referentes ao bicentenário da Confederação do Equador.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Eu pediria a compreensão, porque já se iniciou lá a votação e eu tenho que estar presente.

Então, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia quinze de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Marcelo Castro, Eduardo Braga, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Leila Barros, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Eliziane Gama, Jorge Seif, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Paulo Paim, Camilo Santana e Alan Rick. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 10ª e 11ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2772, de 2024 - Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional do Barco de Fogo ao Município de Estância, no Estado de Sergipe, e reconhece essa alegoria pirotécnica como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6132, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Cria a Universidade Federal Indígena." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Observação:** A matéria vai a Plenário. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 25, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 93 e 102 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de debates para subsidiar a avaliação do Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de dezembro de 2023, nos termos aprovados no Requerimento nº 17, de 2026, desta Comissão de Educação e Cultura." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 26, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de discutir a situação atual de conservação e uso sustentável do Bioma Caatinga, inclusive as dimensões atinentes à sustentabilidade socioambiental na educação, a educação ambiental e o enfrentamento das mudanças do clima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

em todos os estabelecimentos de ensino, como parte das comemorações do Dia Nacional da Caatinga." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e Senador Fabiano Contarato (PT/ES) **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 27, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 6132/2025, que "cria a Universidade Federal Indígena"." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **2ª Parte - Deliberação do plano de trabalho de avaliação de política pública**. **Finalidade:** Deliberação do plano de trabalho relativo à política pública "Programa Escola em Tempo Integral", de relatoria da Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado o Plano de Trabalho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/15

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de abril de 2026.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 10ª e da 11ª Reuniões, realizadas em 7 e 8 de abril.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão; a segunda parte destina-se à apreciação do Plano de Trabalho da Senadora Damares Alves para avaliação da política pública Programa Escola em Tempo Integral.

O item 1 foi retirado da pauta a pedido do autor.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

1ª PARTE

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 2772, DE 2024

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Confere o título de Capital Nacional do Barco de Fogo ao Município de Estância, no Estado de Sergipe, e reconhece essa alegoria pirotécnica como manifestação da cultura nacional.*

Autoria do Projeto: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório:

Observações:

1. Em 07/04/2026, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PL 2772/2024, ora submetido a turno suplementar nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.)

Vamos, então, direto ao item nº 2.

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 6132, DE 2025

- Não terminativo -

Cria a Universidade Federal Indígena.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação do projeto.

A autoria é da Câmara dos Deputados, avaliando projeto da Presidência da República.

Dou boas-vindas aos membros do movimento Fórum de Educação Escolar Indígena aqui presentes e já, de imediato, concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga, para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Minha querida Presidente, primeiro eu quero agradecer a V. Exa. a confiança e a gentileza de ter me designado Relator dessa importante matéria.

E por que digo importante, Sra. Presidente? Porque o meu estado, o Estado do Amazonas – muitos brasileiros talvez não saibam –, é o estado que tem a maior população indígena do Brasil e tem a maior diversidade étnica dos povos indígenas do Brasil. Portanto, uma universidade federal indígena para o meu estado e para o Brasil fará uma grande diferença, principalmente com uma característica de universidade federal com *campi* em regiões brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu quero cumprimentar o Presidente da República, o Presidente Lula, cumprimentar o Ministério da Educação e cumprimentar, obviamente, o movimento indígena, que vem trabalhando há anos na construção desta matéria.

Portanto, vamos à leitura do relatório.

Vem ao exame da Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei nº 6.132 – bom dia, minha querida Senadora Damares...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Bom dia!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... de 2025, da Presidência da República, que cria a Universidade Federal Indígena (Unind), de natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, admitida sua constituição de forma multicêntrica – e aqui quero destacar a característica multicêntrica desta universidade, com *campi* nas regiões brasileiras, para atender às especificidades da presença dos povos indígenas no país. Um país de dimensões continentais, Senadora Damares, com populações indígenas tão diversas, não poderia ter uma universidade centralizada, que não respeitasse essa diversidade e essa característica da dimensão continental que tem o território nacional.

O projeto de lei, que foi distribuído somente à Comissão de Educação, não recebeu emendas no prazo regimental.

Da análise.

O Projeto de Lei envolve matéria relacionada à educação, encontrando-se desse modo sujeito ao exame de mérito desta Comissão de Educação. A proposição atende aos requisitos regimentais, constitucionais, jurídicos de técnica legislativa e de adequação orçamentária e financeira.

O Censo Demográfico de 2022 registrou 1.693.535 indígenas brasileiros presentes em 4.833 municípios de todos os estados, além do Distrito Federal. Esse contingente, que representa um aumento de 88% em relação ao Censo de 2010, mostra que o ritmo de crescimento da população indígena é nitidamente superior ao do conjunto da população brasileira. Os dados consolidados do Censo, de 2022, identificaram ainda 391 etnias ou grupos indígenas distintos no território

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro e 295 línguas indígenas faladas atualmente, compondo uma imensa diversidade cultural com um riquíssimo repositório de saberes.

A Amazônia abriga mais da metade da população indígena brasileira, sendo um território crucial com mais de trezentas etnias distintas. Esse é o projeto de extrema importância para o meu estado e para o Brasil.

A escolarização formal indígena avançou significativamente nos últimos anos. As mais de 381 mil matrículas na educação básica de estudantes registrados como indígenas no Censo Escolar de 2025 representam aproximadamente 0,8% do total da respectiva população escolar brasileira. Já nas escolas indígenas, as matrículas na educação básica somaram cerca de 289 mil alunos, de acordo com o mesmo censo.

Na educação superior, os avanços também são consideráveis. Dados do Censo de Educação Superior sobre cursos de graduação e sequenciais de formação específica indicam que, em 2012, havia 10.288 matrículas de estudantes autodeclarados indígenas. Em 2024, esse número mais do que quadruplicou, alcançando 46.410.

Presidente, eu tenho muito orgulho...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Estou votando na CAE, viu? Por isso que estou digitando no celular.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ah, fique à vontade.

Presidente, eu queria aqui destacar que, quando fui Governador do Estado do Amazonas, o Amazonas foi o primeiro estado da Federação brasileira a aprovar a legislação específica sobre cotas para a população indígena à Universidade Estadual do Amazonas. Portanto, o Amazonas, desde os idos de 2004, 2005, já abria a nossa universidade estadual para os povos indígenas poderem ter alunos matriculados em cursos como Medicina, Direito, Engenharia, Pedagogia, Licenciatura Plena em Matemática, Português e Línguas no Estado do Amazonas.

Nas instituições federais, o crescimento mais do que quintuplicou, refletindo os efeitos da Lei das Cotas de 2012. Veja, Sra. Presidente, a Lei das Cotas de 2012 veio sete anos após a Lei das Cotas do Estado do Amazonas. No mesmo período, o número de concluintes autodeclarados indígenas aumentou cerca de quatro vezes, enquanto o total de concluintes no país cresceu aproximadamente 26%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na docência em cursos de educação superior, o crescimento de participação de autodeclarados indígenas foi igualmente expressivo: de 290 professores, em 2012, para 1.413, em 2024, o que representou um aumento da participação, respectivamente, de 0,1% para 0,4% do total de docentes, segundo os dados do Censo da Educação Superior.

Em que pesem esses avanços, a persistência de preconceitos, as diferenças culturais, as distâncias geográficas para o acesso às instituições de ensino, bem como dificuldades de natureza econômica, são responsáveis por índices ainda consideráveis de abandono dos estudos no nível superior.

A criação de uma universidade indígena no Brasil é fundamental para garantir o direito à educação superior intercultural, unindo saberes ancestrais à ciência formal. A Unind constituirá, assim, mais um importante passo no papel do protagonismo que os povos indígenas têm exercido na formulação de políticas públicas voltadas para as suas realidades. Com seu desenho institucional alicerçado na sustentabilidade socioambiental dos territórios indígenas e de seus projetos de sociedade, a Unind contribuirá para o fortalecimento do processo de democratização da educação superior entre os indígenas.

Por fim, e no mérito educacional, a matéria também se revela procedente

Com mérito educacional, a matéria também se revela procedente e de notável valor. Por conseguinte, sua aprovação deve contar com o apoio deste Colegiado.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação, Sra. Presidente, do Projeto de Lei nº 6.132, de 2025.

Esse é o parecer, esse é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Sr. Relator, pelo brilhante relatório.

Antes de colocar a matéria em discussão, eu vou pedir licença para fazer alguns registros de presenças: a nossa querida Deputada Federal Célia Xakriabá, que se encontra aqui na bancada; depois chegou a nossa Senadora Damares; Ceiça Pitaguary, Secretária de Gestão Ambiental e Territorial indígena; Giovana Mandulão, Secretaria Nacional de Articulação e Promoção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Direitos Indígenas; Fernanda Kaingáng, do Fórum Nacional de Educação e do Fórum de Educação Escolar Indígena. Sejam todos e todas muito bem-vindos e bem-vindas.

A matéria está em discussão.

Senadora Damares...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, é claro que eu sou a favor da criação da universidade. Eu espero que não se tenha dúvida do meu amor aos povos, às vezes questionado, mas provado na prática há 40 anos, cuidando das crianças, cuidando dos povos, de um jeito meu, de um jeito especial, mas com redobrada atenção e carinho.

Eu vi a tramitação do projeto, e foi muito rápida, Senador, e essa é a minha preocupação, Deputada – muito rápida. Eu tenho acompanhado alguns estudantes indígenas em todo o país – e graças a Deus, a gente tem as cotas –, de como eles chegaram à universidade. E vejo, Presidente, em alguns lugares, um completo abandono, especialmente das meninas, Deputada.

Aqui em Brasília, eu tenho acompanhado algumas delas, que moram longe da universidade, saem da universidade, pegam ônibus, passam por tantos transtornos no percurso, na ida e na volta. Não vejo projetos de apoio a essas estudantes que chegam – e chegam para fazer a diferença. São estudantes dedicadíssimas, incríveis, mas não vejo essa realidade só em Brasília, vejo em outros lugares também.

Nós trouxemos os nossos indígenas para a universidade e, tipo assim, "se virem agora", e a vida na cidade é extremamente cruel para alguns desses estudantes.

Eu gostaria muito que a gente estivesse ofertando, hoje, uma ampliação do projeto de acolhimento dos estudantes que estão chegando à universidade. Alguns estão desistindo no meio do curso. Não é fácil, Presidente, não é fácil. E como me angustia a gente trazer uma menina, por exemplo, que fez Direito, passou, está aqui, está lutando e vai ser uma grande advogada, e, no meio do caminho, desiste por conta de todas as dificuldades e da nossa não sustentação e manutenção dessa menina na universidade, desse menino na universidade. São muitos abandonando e muitos saindo frustrados.

Aí, a gente vai ofertar a eles uma universidade no centro do Brasil?! Somos mais de 300 povos, falamos mais de 200 línguas. Eu ainda não consegui entender. Estou aqui, Deputado, vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

votar a favor, estive nos corredores com eles, aplaudindo, mas achei que a gente fosse, até o final do ano, discutir mais a formatação da universidade. Eu estou preocupada.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – A senhora me permite um aparte?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Eu aparteio a minha amiga Senadora Damares, pelo carinho e pelo respeito que tenho a V. Exa.

Primeiro, essa universidade não está sendo aprovada de forma acelerada, sabe por quê, minha querida Senadora? Ela está em debate entre as populações indígenas e entre professores indígenas neste país, há pelo menos quatro anos. O meu próprio estado, que tem uma universidade estadual *multicamping*, que é completamente diferente de uma universidade centralizada... A UnB, por exemplo, é uma universidade centralizada. A UEA está presente nos 61 municípios. Ao contrário de o aluno ter que se deslocar para Manaus e ter que frequentar uma faculdade de Direito em Manaus, a faculdade foi até a região deles.

E a ideia com relação a esta universidade, a universidade dos povos indígenas, é exatamente fazer com que ela seja *multicamping*. Por quê? Porque, num país de dimensão continental – V. Exa. tem toda a razão –, o deslocamento de um estudante lá de São Gabriel da Cachoeira, ou mais precisamente de Cucuí, ou mais precisamente de Pari-Cachoeira, ou de Belém do Solimões, ou do Vale do Javari, para vir estudar aqui, em Brasília, seria um desastre; mas a ideia é que nós tenhamos um campo universitário da Universidade Indígena lá no Alto Solimões, lá na região onde ele vive, onde ele habita, onde ele mora.

E nós temos no Amazonas – e a minha amiga Damares chegou, eu já estava do meio para o fim da minha fala... O Amazonas tem a maior população indígena brasileira, e, desse um milhão seiscentos e tantos mil índios, quase 400 mil estão no meu estado, um estado de dimensão continental, como a minha amiga Damares conhece. Mas nós temos uma experiência com cotas indígenas dentro da UEA que data de 2005. O Brasil instituiu isso em 2012; o meu estado instituiu isso em 2005.

Portanto, o Amazonas detém uma experiência, um *know-how*, um conhecimento na formação. Nós temos médicos – formados em Medicina – de povos indígenas, de etnia ticuna,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

baníua, tucano, morua, das diversas etnias, dos sateré-maués, das diversas etnias, já formados, advogados já formados – todos eles.

E eu conto, aqui, uma coisa interessante para a minha amiga Damares: o mais bonito disso é que eu acabei de visitar regiões dos altos rios de povos indígenas. E sabe quais eram os médicos que estavam lá? Médicos formados, exatamente, pela nossa universidade, pelas cotas indígenas, que se formaram e voltaram para as suas regiões para poder ajudar na saúde do povo indígena ao qual ele pertence.

Portanto, só para tentar ajudar o raciocínio de V. Exa., pedindo perdão pelo delongar do meu aparte... É apenas para esclarecer que a ideia dessa universidade indígena não foi açodada, mas foi longamente construída; isso teve um percurso longo de debate, de discussão...

E eu tive a preocupação, antes de fazer o relatório, de me reunir exatamente com professores de diversas regiões do Brasil que participaram da construção da formatação desta universidade indígena, para que nós não incorrêssemos nesses erros.

Só para esclarecer a V. Exa...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Não...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... pedindo desculpas pelo delongar do aparte.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Senadora Damares e Senador Eduardo Braga, só uma licencinha, para registrar a presença da nossa ex-Ministra, Sônia...

A SRA. SÔNIA GUAJAJARA (Bloco/PSOL - SP. *Fora do microfone*.) – Guajajara.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... Guajajara, aqui presente.

Se me permite dar um pitaco, um pitaquinho só...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... Senadora, eu vou mais longe ainda do que os quatro anos citados pelo Senador Eduardo Braga.

No início dos anos 2000, através do Projeto de Lei 1.456, de 2003, do então Deputado Carlos Abicalil, do Mato Grosso, que é outro território também que tem muita experiência e muita vivência de povos indígenas, assim como, no Nordeste, Pernambuco e Bahia congregam uma grande população de territórios e de etnias... Foi apresentado esse projeto, Senadora. O projeto era para criar... Era a proposta da Fundação Universidade Federal Autônoma dos Povos Indígenas.

Ele tramitou na Câmara dos Deputados, era um modelo também multicultural e intercultural para fortalecer os saberes tradicionais, com uma atuação muito forte na formação de professores.

Nós já debatemos isso aqui nesta Comissão, por um projeto da minha autoria, já aprovado, mas ele não veio para o Senado, ele ficou lá, foi pronto para a sanção, não foi sancionado, e, realmente, a gente passou todo esse tempo carente dessa proposta, e ela volta agora com essa possibilidade. Sabe por quê?

Ela agora tem uma possibilidade ainda maior, Senador, e o relatório de V. Exa. aponta muito para isso, porque ontem foi sancionada a Lei do Plano Nacional de Educação – hoje está no *Diário Oficial* –, a Lei 15.388, que dialoga fortemente com a ampliação da educação, com acesso à educação de todos e de todas.

E tem um corte muito especial no plano – a Senadora Damares teve uma participação efetiva na aprovação desse plano – para as populações indígenas e quilombolas.

Então, acho que a gente pode, Senadora, ir vendo todos esses destaques que V. Exa. coloca, mas que a gente possa agregar a experiência da Lei das Cotas, que foi citada no relatório do Senador, e outras coisas que a experiência vai nos apontando.

Desculpem pela intromissão no debate.

Volto a palavra para a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Deixe-me só terminar.

Na verdade, Senador, não é que foi açodado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu tinha um sonho de que mais Senadores participassem dessa construção. Eu queria que todo mundo se sentisse pai e mãe dessa ideia. Aí, eu fui conversar com alguns colegas: "Não estou sabendo". E isso me angustia. Por quê? Quando a gente trouxe para o Brasil a proposta da Sesai, eu andava nos corredores como assessora, querendo que todo mundo comprasse aquilo, porque a gente entendia que era a resposta.

A gente entregou para o Brasil uma Sesai, e até hoje a gente está com a situação da Sesai fragilizada, porque eu acho que muita gente não se sentiu pai e mãe daquilo, e, depois, a gente não lutou pelo fortalecimento da Sesai.

A Sesai está lá – ainda bem que está.

A experiência com o município não deu certo. A Secretaria de Saúde Indígena, atendendo às especificidades e do jeito que atende, com valorosos profissionais que estão no campo, mas eles precisavam ser mais bem valorizados.

A gente não deu a resposta que a gente queria para a Sesai. Eu queria concurso público, eu queria esses meninos ganhando bem, eu queria esses meninos integrados na carreira... Não conseguimos.

Aí, a gente vai entregar um sonho, que é uma universidade, e estou vendo pouca gente envolvida neste debate, e eu gostaria muito que eles se sentissem responsáveis. Eu quero muito que essa universidade dê certo.

Quando o senhor foi escolhido como Relator, eu disse: "É o homem certo. É do estado onde tem o maior número de indígenas".

E ele sabe que eu falei. "É o homem certo. Não deixe outro entrar nessa história".

Mas eu queria tanto ver esta Comissão lotada de Senadores hoje; eu queria tanto que todo mundo estivesse participando dessa construção. Porque, Senador, essa universidade precisa dar certo, essa experiência tem que dar certo.

Temo... Eu fico torcendo para o senhor voltar a ser Governador, porque eu sei que lá, Senador, isso vai acontecer, mas eu temo que, em alguns estados, alguns Governadores, que não têm respeito pelos povos, falem o seguinte: “Está lá. Os senhores já têm a universidade de vocês. Se virem”.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu temo que alguns usem, inclusive, esse instrumento poderoso até mesmo para segregação.

Então, eu tenho aqui as minhas preocupações.

Eu queria que todo mundo estivesse aqui hoje, porque é um sonho, mas é um sonho que muita gente vai dizer, depois: "Ah, não participei, não vi essa construção, não sei como vai funcionar...".

Então, se a gente vai entregar... E aqui eu quero dizer para todos vocês que participaram do debate: nós vamos entregar agora para o Brasil. É terminativo, vai passar, daqui a pouco o Presidente vai sancionar, mas isso aqui tem que dar certo, e isso aqui não vai dar certo só com a gente aprovando aqui no Congresso, porque eu já passei por isso em outras situações.

Quantas entregas nós fizemos para os povos que ficaram na lei, e a efetivação, lá na ponta, não foi o que nós sonhamos?

Hoje, vocês têm no Congresso duas representantes, mas pode não ter daqui a pouco. Vai caber a vocês, que fizeram a construção desse processo, lutar para que isso aqui dê certo.

A Ministra sabe o que eu estou falando. Ela foi administrar uma pasta com tantos sonhos, mas, cá entre nós, eu sei as dificuldades, Ministra, porque eu estive lá. Eu cheguei lá com meus sonhos também. E como saí frustrada de lá.

Então, o meu recado é: a gente vai fazer uma entrega, mas que não seja só uma ação afirmativa, Senadora; que não seja só um ato para a gente mostrar para o mundo que a gente está respeitando.

Que essa universidade funcione e que a gente, quem sabe, na avaliação do PNE, no nosso grupo de trabalho, tenha ali um subtema no grupo de avaliação da universidade, do fortalecimento da universidade, porque a gente atende a um sonho construído a muitas mãos, mas que não seja só simbólico.

Então, era isso que eu queria falar, Senador.

Eu sei como o senhor se dedicou ao voto e sei do seu compromisso, mas, a exemplo da Universidade da Floresta, do Acre, que eu sonhei com aquela universidade, o compartilhamento dos saberes naquela universidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente vai entregar hoje, ninguém vai votar contra, mas o meu recado é para vocês, que participaram dessa construção: não vai depender só desta Casa. Eu quero ver isso acontecer de verdade.

Então, é essa a minha colaboração, Relator, é essa a minha colaboração. Às duas Deputadas que estão aqui, é essa a minha colaboração.

E a gente – quem sabe, Tereza –, de forma efetiva, lá no nosso grupo de trabalho, ter o subtema da avaliação, daqui a dois anos, da efetividade, do que precisa melhorar, e trazer mais gente para este debate.

Parabéns, Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sem sombra de dúvida, sem sombra de dúvida, Senadora.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – A senhora me permite, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Permito, e depois eu vou fazer só um breve complemento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Eu queria, primeiro, abraçar e cumprimentar a minha amiga Damares – perdoe-me a quebra da formalidade –, porque o que eu sinto, na fala de V. Exa., que, mais do que um discurso, foi uma fala, é o inconformismo com o paisagismo que questões tão dramáticas como a violência contra a mulher, o analfabetismo, as desigualdades... Acaba virando numa sociedade que se anestesia diante daquilo que deveria ser, na realidade, o seu foco e a sua necessidade.

Agora, vai depender de cada um de nós. A democracia tem esse fenômeno, sabe? Se cada um de nós fizer a sua parte e se cada um de nós olhar para o lado e chamar os companheiros para fazerem a sua parte...

A senhora tocou num ponto importantíssimo: saúde indígena.

Olhe... Com o volume de dinheiro que se coloca na saúde indígena, era para nós termos uma saúde indígena muito melhor do que a que nós temos. O maior problema é gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, quando a gente fala em educação, também um dos maiores problemas não é mais falta de dinheiro não; é gestão. Porque um quarto dos orçamentos é muito dinheiro.

O que eu vejo de uso inadequado de dinheiro da educação em finalidades que deveriam ser revistas inclusive pelos tribunais de contas, pelas Câmaras Municipais, pelas Assembleias Legislativas, e que, lamentavelmente, o paisagismo da anestesia geral acaba incomodando, e incomodando muito.

E o que eu acabei de assistir, por parte da fala da amiga, é exatamente um inconformismo com essa passividade, o inconformismo com este sentimento amorfo, que permeia, muitas vezes, as pessoas que deveriam estar na vida pública se emocionando com aquilo que deveria ser a sua causa, a sua razão, a sua bandeira de luta, e muitas vezes deixa de ser.

Sabe por que tem pouco Senador hoje aqui? Porque nós estamos em período eleitoral. Os Senadores estão nas bases.

Se a senhora passou na CCJ – eu passei na CCJ mais cedo –, nós estamos em sabatina de membros do Conselho Nacional de Justiça, nós estamos em leitura de relatório de ministro do Supremo Tribunal Federal, e a CCJ está vazia.

O Plenário ontem estava vazio.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Embaixadores.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Embaixadores sendo votados – vamos dizer – a fórceps.

Ou seja: a realidade é diferente daquilo que, lamentavelmente, deveria ser. Por quê? Porque este é o famoso paisagismo de uma coisa que anestesia de uma forma...

Uma vez eu ouvi um filósofo dizer o seguinte: "A dor, ao longo do tempo, tem uma grave consequência colateral: a passividade e o conformismo. Você sente dor durante tanto tempo e por tamanha intensidade, que você acaba se acostumando com a dor".

Nós não deveríamos nos acostumar nem com a dor, nem com o analfabetismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu disse ao Presidente da República, no último sábado: "Presidente, nós somos a décima economia do Brasil, nós acabamos de fazer o Plano Nacional de Educação, e nós ainda temos 7% da nossa população como analfabetos absolutos e 25% da nossa população com analfabetismo funcional".

É muito para um país que tem tanta riqueza e para um país que se propõe a ser um país desenvolvido.

Jamais seremos um país desenvolvido com tamanho nível de desconhecimento, de analfabetismo e de falta de acesso à educação.

Que essa universidade seja, portanto – vamos dizer –, uma pedra no calcanhar de alguns que, lamentavelmente, passaram a viver com a paisagem e com a anestesia diante das dores e dos problemas sociais.

Eu me alinho à fala de V. Exa. e defendo fervorosamente que tenhamos uma universidade indígena *multicampi*, para levar conhecimento e progresso, prosperidade aos povos indígenas.

Lutamos tanto tempo para demarcar as terras indígenas, e o que mudou na vida dos povos indígenas? Pouco ou quase nada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Srs. Senadores, Damares Alves e o nosso Relator Eduardo Braga.

Eu tinha até um texto para ler, mas não vou ler, porque eu acho que a fala de V. Exas. complementou e pontuou muito bem tudo o que eu poderia dizer em relação à importância dessa universidade.

Vou falar só um parágrafo, porque acho que diz muito da luta dos povos indígenas, porque nada disso seria possível sem essa luta.

Nós temos uma indígena à frente do Ministério dos Povos Indígenas, criado especificamente neste Governo do Presidente Lula, temos uma Deputada Federal aqui presente, temos vários Deputados e Vereadores Brasil afora, o que representa uma entrada desse pensamento na institucionalidade. Porém, isso só foi possível, ou só é possível, ou só será possível, naquela perspectiva de que muito vale a luta, mas vale ainda mais o que virá da luta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu não quero deixar de fazer a seguinte menção, que é importante, especialmente nesta quadra histórica, inclusive com a realização da 22ª edição do Acampamento Terra Livre: que contemos com a instituição que possa atuar como centro de estudos, valorização, preservação e difusão de saberes, culturas, histórias e línguas dos povos indígenas. Esse Acampamento Terra Livre, senhoras e senhores, na sua 22ª edição, já enfrentou muitas dificuldades de permanência, de vivência, de afirmação, de resistência, mas está aí, na sua 22ª edição, propagando, defendendo tudo aquilo que diz respeito à autonomia, à valorização e à vida plena dos povos indígenas. Então faço esta menção porque acho que o acampamento deste ano vai comemorar a Universidade Federal Indígena.

Parabéns pelo relatório e parabéns pelo debate.

Então vamos colocar, de forma simbólica, o relatório em votação.

Os Senadores que concordam com o relatório apresentado pelo Senador Eduardo Braga permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sra. Presidente, eu queria pedir urgência para o Plenário, se o Plenário estiver de acordo, para que V. Exa. possa encaminhar com pedido de urgência para o Plenário do Senado.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 27, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 6132/2025, que "cria a Universidade Federal Indígena".

Autoria: Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Também em votação simbólica o pedido de urgência. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório com o pedido de urgência anexado.

O relatório passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

A proposta vai ao Plenário e nós nos comprometemos com aquilo que a Senadora Damares colocou: ampliar o debate junto aos nossos pares, para que a votação lá também seja assim, simbólica, unânime, com perspectivas de acompanhamento, porque foi isto que nós aprovamos, semana passada, nesta Comissão: a criação de um grupo de trabalho para acompanhar a implementação do Plano Nacional de Educação, agora Lei 15.388, para que a gente faça valer aquilo que a nossa ancestralidade deve: a presença dos povos indígenas aqui no Brasil.

Muito obrigada.

O relatório está aprovado. (*Palmas.*)

Estou achando que vou pedir, não sei se todos vão poder ficar até o final da reunião, todas as representações indígenas, nós temos uma segunda parte da reunião: podemos tocar e depois a gente tira as fotos? Então vamos tocar a segunda parte, que é a apresentação do plano de trabalho e do Requerimento nº 25 relativo à política pública Programa Escola em Tempo Integral, de relatoria da Senadora Damares Alves.

Senador, vai ficar até o final?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu tenho que ir para a CCJ.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois é, então vamos fazer uma coisa, porque tem muitas apresentações aqui, Senadora, tem uma faixa, vamos fazer uma foto bem simbólica para liberar o Relator?

Então está suspensa por cinco minutos a reunião.

(*Suspensa às 10 horas e 18 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 20 minutos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Declaro reaberta a reunião, que vai para a sua segunda parte, é a reunião de trabalho. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto a Senadora Damares se organiza, a Senadora Jussara também está presente... (*Pausa.*)

Pronto. Nós vamos concluir rapidamente, Senadora Damares e Senadora Jussara, a parte deliberativa, sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 26, de realização de audiência pública.

Caso não haja óbice, eu passo rapidamente à leitura, porque é um assunto já por demais conhecido desta Comissão. Sempre fazemos esse tema em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente. Nós vamos vivenciar o Dia Nacional da Caatinga e todo ano a gente faz uma audiência que tem mostrado êxito em relação à tomada de algumas posições.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 26, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de discutir a situação atual de conservação e uso sustentável do Bioma Caatinga, inclusive as dimensões atinentes à sustentabilidade socioambiental na educação, a educação ambiental e o enfrentamento das mudanças do clima em todos os estabelecimentos de ensino, como parte das comemorações do Dia Nacional da Caatinga.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros

A votação será simbólica.

O requerimento é de minha autoria e da autoria do Senador Fabiano Contarato.

As que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos para a nossa reunião de trabalho, que se destina à apreciação do Plano de Trabalho e do Requerimento nº 25, de 2026, relativos à Política Pública Programa Escola em Tempo Integral, de Relatoria da Senadora Damares Alves.

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 25, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 93 e 102 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de debates para subsidiar a avaliação do Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de dezembro de 2023, nos termos aprovados no Requerimento nº 17, de 2026, desta Comissão de Educação e Cultura.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves, autora do plano de trabalho e do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, como o plano já foi devidamente publicado, e não houve nenhuma consideração, nenhuma crítica, eu entendo que os colegas compreendem que eu segui exatamente o que o Regimento Interno estabelece.

Eu estabeleci... Só vou falar, então, de forma bem resumida, Presidente. Permita-me.

No plano de avaliação, eu estou trazendo seis eixos para a gente avaliar a política pública: o financiamento; a adesão federativa; a equidade territorial; a qualidade da implementação e organização pedagógica; o monitoramento, transparência e governança da política e os resultados e impacto. Eu vou trabalhar esses seis eixos.

E qual a metodologia que eu vou usar? Vou trabalhar, Presidente, audiências públicas, tanto que já estou apresentando aqui um requerimento para a gente fazer audiências públicas; mas vou trabalhar também requerimentos de informações, pedindo dados por meio de LAI, requerimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de informações; se precisar, diligências – ir a um ministério, ir a uma ou outra unidade de ensino e acompanhar como está sendo implementada a política.

Então, estabeleci seis eixos, uma metodologia, que é a metodologia que a gente usa, normalmente, aqui na Comissão – audiências públicas, debates e busca de documentos – e estabeleci um cronograma.

O cronograma está aqui na página 9. Pelo cronograma eu começo no dia 10/04, com a elaboração do plano, já estabelecido, já apresentado; hoje e 17, a aprovação do plano; e, depois, eu estabeleci algumas datas de realização de audiências públicas, terminando em 11/12, com a entrega do relatório, da avaliação e da coleta de dados ao longo deste período.

Então, é dessa forma que eu pretendo trabalhar, como a gente já fez, no ano de 2024, com uma outra política, que foi a Meta 7, com muito cuidado, com muita cautela, só mesmo audiência pública específica para avaliação, sem a polêmica, porque uma avaliação dessas não é para a gente levantar polêmica, é para a gente apontar melhorias na política pública.

Então, esse é o plano, é dessa forma que eu pretendo trabalhar, e eu peço aos demais pares que aprovem o plano de trabalho. E os requerimentos eu já deixo de forma guarda-chuva, Senadora. Aprovado o ciclo, a gente vai trazendo as pessoas para essas audiências – a maioria será *online,* realmente um debate *online* com especialistas na política que será avaliada.

Então, é dessa forma que eu apresento; e peço apoio aos pares.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu quero só parabenizá-la, Senadora, realmente, pelo plano de trabalho. Está muito focado naquilo que a gente precisa para avaliar uma importante política.

Nós temos a meta, no Plano Nacional de Educação, de alcançar 50% das escolas em tempo integral – estamos na Casa de 28, 29%.

Eu apresentei uma PEC, que ainda não está distribuída, que trata também desse assunto, para que até 2030 nós tenhamos a universalização da escola em tempo integral e, repetindo o que o Ministro disse ontem, não só a escola em tempo integral, mas a educação integral compondo essa extensão da jornada escolar. Então, é uma política realmente de fundamental importância, não tenha dúvida nenhuma disto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Só queria fazer um pedido. Nós temos duas audiências públicas propostas para sexta-feira, dia de sexta-feira. Mesmo lançando mão da metodologia *online*, é um dia mais disperso do que os demais. (*Risos.*) Nós estamos em um processo grande de dispersão. Observei que V. Exa. teve um cuidado grande de encerrarmos as audiências tendo em vista o calendário, tanto o calendário eleitoral quanto o calendário de Copa do Mundo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A gente deixaria essas datas aprovadas com a possibilidade de, havendo dificuldade de quórum, a gente mover para um outro dia, sem prejuízo... Aliás, temos que realizar todas as audiências propostas, que não são muitas. Se não houver óbice...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sem problema. Por que eu estabeleci sexta, Senadora? A gente está com um número muito grande de requerimentos de audiências públicas aqui na Comissão e, aí, o que eu imaginei? Os colegas de fora precisam fazer na quarta e na quinta porque é quando eles estão aqui. Como eu estou aqui, eu não vou embora, ninguém me manda embora de Brasília (*Risos.*) e como vão ser audiências muito focadas no debate de dados, eu não me importaria de estar numa sexta-feira conduzindo com os especialistas. Mas, é claro, se houver a oportunidade de ser na quinta, na segunda, quando aí eu tenho mais participação, para mim é bem melhor.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Certo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu só não queria impedir, com essa avaliação, a realização de outras audiências já aprovadas.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não, de forma nenhuma. A gente já deixa isso pautado para a nossa equipe, nossa diligente assessoria aqui da Comissão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Certo.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A gente tem usado, às vezes, o horário das 14h também, de modo que a gente não deixa de fazer. Perfeitamente, eu acho que estão bem pautadas todas as audiências pedidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, não havendo mais quem queira discutir, a votação do requerimento e do plano de trabalho serão simbólicas.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Senadora Jussara, tudo o.k.? (*Pausa.*)

Muito bem, Senadora, sempre colaborativa com a nossa Comissão, sempre presente.

Então, aprovados o plano de trabalho para avaliação da política pública Programa Escola em Tempo Integral e o Requerimento nº 25, de 2026, desta Comissão.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 29 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia três de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências das Senadoras Jussara Lima e Janaína Farias, reúne-se a Subcomissão Permanente para acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, criada pelo Requerimento nº 50 de 2024, da Comissão de Educação e Cultura, com a presença dos Senadores Teresa Leitão, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho, e ainda dos Senadores Leila Barros, Flávio Arns, Paulo Paim, Sérgio Petecão, Tereza Cristina, Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Ciro Nogueira, não-membros da comissão. Deixa de comparecer a Senadora Soraya Thronicke. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta, que se divide em duas partes: **1ª Parte - Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente para acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos. **Resultado:** Instalada a Subcomissão e eleita a Senadora Janaína Farias, Presidente da Subcomissão Permanente para acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos – CEEJA. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Plano de Trabalho - SF248312968540** que: "Plano de Trabalho da CEEJA" **Autoria:** Senadora Janaína Farias (PT/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Subcomissão Permanente para acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos n° 1, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre "a persistência do analfabetismo e sua intersecção com a questão racial, de classe e territorial"." **Autoria:** Senadora Janaína Farias (PT/CE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Janaína Farias
Presidente Eventual da Subcomissão Permanente para acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos

Senadora Jussara Lima
Presidente Eventual da Subcomissão Permanente para acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/03

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente para acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de julho 2024.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos, a eleição da Presidente, a deliberação do plano de trabalho e a deliberação de requerimento da Subcomissão, em atendimento ao Requerimento nº 50, de 2024, da CE, de autoria da Senadora Janaína Farias.

Considerando a indicação da Senadora Janaína Farias para Presidente e tendo sido esta a única chapa apresentada, até o momento, consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos a eleição por aclamação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Coloco em votação, por aclamação, o nome da Senadora Janaína Farias para Presidente da Subcomissão Permanente para acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Declaro eleita, por aclamação, a Senadora Janaína Farias Presidente da Subcomissão.

Convido a Senadora eleita a ocupar o seu lugar à mesa. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discursar.) – Boa tarde a todos e a todas que estão nos acompanhando neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de cumprimentar as nossas queridas Senadoras aqui presentes, Senadora Ana Paula, Senadora Jussara, Senadora Teresa, e os demais que estão nos acompanhando.

Então, boa tarde, Senadoras, Senadores e a todos.

Inicio esta minha fala, cumprimentando o Presidente Flávio Arns, que aqui não está, mas já o cumprimentei, agora cedo, na CDH, e os demais membros da Comissão de Educação, pela aprovação da criação desta Subcomissão, tendo em vista, de modo particular, o momento em que vivemos de *fake news* e de comunidades de ódio, em que, mais do que nunca, a nossa democracia precisa de cidadãos letrados e leitores.

Pois bem, todos nós sabemos que o direito à educação, no Brasil, vem experimentando avanço significativo ao longo do tempo. Políticas educacionais de incentivo à permanência, como o programa Pé-de-Meia, vêm sendo instituídos, para que indicadores de permanência qualificada no ensino médio também se tornem uma realidade, na medida em que se busca inibir a evasão escolar. Inclusive, a EJA está no programa Pé-de-Meia, e a gente agradece ao nosso Presidente por tê-la incluído.

Avançamos ainda em políticas que melhoram a qualidade da educação, como os programas de merenda escolar, transporte e livro didático, sem contar os programas de permanência no ensino superior. Eu poderia listar aqui um conjunto de outros programas e ações que o nosso atual Governo do Presidente Lula vem implementando, bem como poderia trazer exemplos bem-sucedidos em política educacional em vários estados, inclusive no meu Estado do Ceará.

Contudo, se avançamos muito em várias políticas educacionais, precisamos fazer o mesmo nas chamadas modalidades educacionais. Dentre elas, chamo especial atenção para a educação de jovens e adultos, a EJA. Queria aqui também fazer uma homenagem à nossa querida Zara Figueiredo, tão entusiasta dessa política, tão dedicada ao Ministério da Educação.

Refiro-me aqui aos dois aspectos da EJA, a alfabetização de jovens e adultos e a melhoria dos anos de estudo e respectiva conclusão.

Infelizmente, os esforços que foram envidados pelas políticas públicas não foram suficientes para lidar com esse grande desafio que o Brasil ainda enfrenta. Temos, hoje, 11,4 milhões de pessoas não alfabetizadas, infelizmente, Senadora Teresa, colega – é triste esse dado –, de acordo com os dados demográficos divulgados pelo IBGE em maio do último ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, convivemos com mais de 68 milhões de jovens e adultos que não concluíram a educação básica e que formam o público-alvo da EJA, e a sua maioria, infelizmente, está no Nordeste brasileiro. Mas a gente tem aqui pessoas, Senadores e Senadoras, comprometidas para que a gente possa estar buscando melhorar esses resultados.

Pasmem, Sras. e Srs. Senadores, pois hoje, em plena sociedade da informação, quando se fala na inteligência artificial, praticamente temos uma cidade de São Paulo em termos de população de pessoas não alfabetizadas: 11,4 milhões. Pensem que desses 11,4 milhões não alfabetizados, 1,5 milhão têm entre 15 e 39 anos, portanto em plena idade laboral e, acreditem, somente têm aplicativo de comunicação tipo WhatsApp por áudio por não saberem ler ou escrever.

As senhoras e os senhores podem imaginar o que significa, hoje, em 2024, precisar construir estratégia para pegar ônibus em centros urbanos sem expor o analfabetismo, que mais ainda exclui? Já imaginaram o que significa ter de lidar com as máquinas eletrônicas de qualquer banco? E quando falamos em não alfabetizada ao invés de em analfabetas, estamos assumindo uma nova postura política frente a esse fenômeno. Estamos dizendo, senhoras e senhores, que o analfabetismo não foi uma escolha dessas pessoas, mas o Estado brasileiro falou com elas. Não podemos esquecer, sobretudo, que essa face de desigualdade que é o analfabetismo decorre de várias outras camadas de desigualdades, afetando os mais pobres, negros, população de zona rural e nordestinos.

Dentre as pessoas com deficiência, o analfabetismo também é uma marca forte. A taxa do analfabetismo para as pessoas com deficiência é de quase 20% segundo o PNAD. Na zona rural, a taxa de pessoas não alfabetizadas é de 14,7%, enquanto que na zona urbana é de 4,1%. A diferença é enorme. Precisamos reconhecer, Senadoras e Senadores, senhoras e senhores que nos acompanham aqui ou nas redes sociais, que este cenário põe em xeque a economia, a inclusão produtiva, a democracia em qualquer nação que tenha cidadania. Não por outra razão, no dia 6 de junho, o Ministério da Educação lançou o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da EJA. O Ministro Camilo Santana teve a coragem de enfrentar esse desafio, que tem se mostrado persistente ao longo do tempo, e, para isso, convidou vários outros ministérios, movimentos sociais, setores produtivos e organismos internacionais para, de modo intersetorial, mas com a coordenação federativa do MEC, pactuarem ações e metas voltadas à política da educação de jovens e adultos. A superação do analfabetismo e a melhoria dos anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de estudo devem ser um compromisso do nosso Estado brasileiro e da nossa sociedade, um compromisso moral, político e ético. E é tendo em vista esse cenário e a forte crença de que a educação é um dos pilares da democracia e que, por isso, deve ser para todos, é que propus a formação desta Subcomissão.

Neste momento que nós estamos vivendo no Brasil, em que temos um Presidente que prioriza a educação, colocamos essa importância de termos esta Subcomissão.

A partir dela, queremos produzir debates, acompanhamento e monitoramento para contribuir com o Ministério da Educação, mas, sobretudo, auxiliar o pacto federativo, ajudando as redes estaduais, municipais e a educação popular a reverterem este quadro de analfabetismo e baixa escolaridade, incompatível com os princípios desta Casa.

Tendo feito esta contextualização, vamos prosseguir com a instalação desta tão importante Subcomissão.

A segunda parte desta reunião tem por finalidade a discussão e a deliberação do plano de trabalho da Subcomissão de minha autoria.

Eu vou ler aqui o plano de trabalho.

CEEJA (Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Políticas de Educação de Jovens e Adultos) da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal.

Eu vou ler aqui o nosso plano de trabalho.

Em 11 de junho de 2024, a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal aprovou o Requerimento CE nº 50, de 2024, de iniciativa da Senadora Janaína Farias, por meio do qual se cria a Subcomissão permanente para “acompanhar as políticas da educação de jovens e adultos” (CEEJA) no país.

A finalidade deste plano de trabalho é orientar as atividades que serão realizadas no âmbito da referida Subcomissão.

Com efeito, o acompanhamento proposto é oportuno e inadiável. A persistência de indicadores de analfabetismo adulto, no país, em níveis inaceitáveis, a despeito do tratamento do tema em metas de enfrentamento nos últimos planos nacionais de educação, parece espelhar uma realidade em que a intervenção das políticas públicas tem se mostrado insuficiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Queria aqui, nesta oportunidade, agradecer toda a assessoria, toda a equipe desta Subcomissão e a Comissão de Educação também.

Por outro lado, a redução ínfima observada, nesses indicadores, parece decorrer mais de inércia do que da ação dos governos, especialmente quando constatamos uma redução gradativa das matrículas na modalidade da educação de jovens e adultos (EJA) no país ao longo dos últimos anos, mesmo se constatando que havia, em 2023, 68 milhões de brasileiros com 18 anos ou mais que não tinham concluído a educação básica.

Entretanto, ainda pior do que isso é a constatação de que, mesmo num contexto de universalização da oferta de vagas nos anos iniciais da educação básica, com garantia constitucional e efetiva de acesso para quem pretenda concluir esse nível de ensino, o país ainda não conseguiu interromper o ciclo de reprodução do analfabetismo.

A esse problema se soma um outro, também vislumbrado pelo planejamento, mas ainda pouco abordado, que é o do analfabetismo funcional, em boa medida relacionado à baixa escolaridade ou ao baixo nível de letramento. Daí a importância da Comissão de Educação e da CEEJA, que é uma Comissão especial, em específico, tornarem-se um espaço público de discussão técnica e política dos principais problemas que envolvem a educação de jovens e adultos.

A escuta dos agentes hoje implicados com a modalidade e a avaliação das políticas públicas levadas a efeito até aqui podem abrir novas possibilidades e propiciar uma visão de prioridade para a EJA no concerto da educação brasileira.

A CEEJA, composta de cinco membros titulares e igual número de suplentes, será instalada em caráter permanente. Esperamos que seu funcionamento articulado com o da discussão e, em algum momento, de forma concomitante à própria execução do próximo Plano Nacional de Educação – que foi, inclusive, encaminhado pelo Presidente semana passada – possa aportar resultados profícuos para essa modalidade.

Os objetivos do Plano de trabalho.

São objetivos da Subcomissão Permanente de Educação de Jovens e Adultos:

- discutir a importância do direito constitucional à educação básica para aqueles que a ela não tiveram acesso na idade própria, pontuando as implicações desse direito no dever e na responsabilização do Estado pela oferta da EJA como uma modalidade cujo propósito transcende

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a alfabetização de adultos, estendendo-se à conclusão de toda a educação básica, então que a gente mude os números que hoje temos no país;

- contribuir com a construção de uma concepção de EJA condizente com a relevância da modalidade no concerto da educação brasileira;

- confrontar a importância da EJA, considerada a magnitude da demanda potencial de atendimento e a relação da educação com outras políticas sociais, como as de trabalho e saúde, com a não prioridade da modalidade nos orçamentos;

- estimular debates públicos sobre as ações, programas e estratégias que compõem a Política Nacional de EJA, envolvendo diferentes segmentos da administração pública, sistema de justiça e sociedade civil;

- estimular debates públicos sobre as condições de acesso e permanência à escola pelos diferentes grupos que conformam o público potencial da EJA, como povos do campo, águas e florestas; população em situação de rua; população privada de liberdade; grupos étnicos; imigrantes, refugiados;

- estimular debates e reflexões sobre normas de reconhecimento e valorização da carreira docente na EJA, então nós precisamos estimular os professores para que também abracem esse projeto;

- apoiar iniciativas da administração pública federal e da sociedade civil no processo de sensibilização e estímulo à demanda, na perspectiva da chamada pública, estabelecida no art. 5º da LDBEN;

- identificar e dar visibilidade a experiências educativas no campo da educação de jovens e adultos que tenham promovido a reparação dos direitos; equalização nas condições de acesso e permanência; e qualificação dos estudantes em diferentes dimensões;

- estimular e apoiar o debate na Rede Federal de Educação Tecnológica para assegurar a oferta da EJA integrada à Educação Profissional em parceria com os entes federados, para a gente envolver os institutos federais e as escolas federais.

Terceiro ponto é a metodologia, como será o processo de andamento da nossa Subcomissão:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por se tratar de subcomissão permanente, não há que se falar em um modelo de trabalho rígido que não possa se adaptar às surgidas no decorrer de seus trabalhos.

Inicialmente, o trabalho de acompanhamento proposto será realizado com apoio na discussão do tema viabilizada por meio de audiências públicas. Além desses eventos, a Subcomissão apoiará sua análise em estudos sobre a modalidade, incluindo os que envolvam a pesquisa de práticas ou experiências bem-sucedidas que nós temos no Brasil.

Outras atividades ainda poderão ser contempladas por ações adicionais porventura necessárias, a exemplo de reuniões de trabalho e diligências externas, quando a gente possa fazer algumas visitas.

4. Plano de audiências públicas.

A princípio, sugerimos a realização de cinco audiências públicas em datas a serem acordadas entre os membros da Subcomissão, para a discussão dos temas e problemáticas arroladas no quadro a seguir.

Vou ler aqui, nossa querida Senadora, as propostas, que também podem ter sugestões das colegas Senadoras e dos colegas Senadores.

Da primeira audiência, o tema e o problema serão a persistência do analfabetismo e sua intercessão com a questão racial de classe e territorial.

Da segunda, será a educação básica no horizonte da EJA como um direito constitucional, inclusão e permanência de jovens, de adultos e idosos na EJA.

Da terceira: o regime de colaboração entre os entes federativos na oferta da EJA, qualificação, financiamento e organização das redes de ensino. Então, é uma forma de apoiar essa relação entre os entes federativos.

Da quarta audiência, a sugestão: a EJA no contexto da diversidade e da inclusão, currículos, educadores e práticas à altura dos desafios.

E da quinta audiência: monitoramento e participação social na oferta da educação de jovens e adultos e o pacto nacional pela superação do analfabetismo e qualificação da EJA.

Então, encerrarei aqui. São cinco audiências públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como seria o cronograma? De julho a novembro de 2024, realização de audiências públicas, levantamento de estudos sobre a temática, elaboração de relatórios técnicos das audiências.

Em dezembro de 2024, apresentação do relatório anual sobre os trabalhos desenvolvidos no ano de 2024 pela Subcomissão Permanente para Acompanhar as Políticas da Educação de Jovens e Adultos.

Então, essas seriam as sugestões. Claro que a gente está aberta às sugestões. Sabemos que nós temos aqui Senadores e Senadoras muito envolvidos com a questão da educação. Repito: é um tema sensível. A gente precisa ter coragem de colocar esse tema em pauta. Nós passamos por Governo que não priorizava a educação, e agora nós a gente precisa buscar rever todos esses conceitos que a gente tem.

Então, eu coloco em discussão o plano de trabalho apresentado. Se alguém tiver algo para...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Presidenta, primeiro eu quero saudar a eleição de V. Exa. como Presidente.

Não tenho nada a acrescentar ao plano. Como ele é um plano flexível no seu desenvolvimento, pode ser que o contexto nos indique alguma adaptação.

Mas quero saudar a proposição, a instalação desta Subcomissão, que vem num contexto recente de criação do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, que foi apresentado ao país pelo nosso Governo, o Governo do Presidente Lula, através dos Ministérios da Educação e da Cultura.

O pacto congrega ações de articulação intersetorial, que serão implementadas, com a participação dos diferentes ministérios, em benefício de estudantes, professores, educadores populares e gestores envolvidos nas diferentes etapas da educação de jovens e adultos, que a senhora tão bem descreveu.

Tenho a alegria de ter sido designada como Relatora, na Comissão de Educação, do Projeto de Lei 2.411, de 2024, de iniciativa de V. Exa., Senadora Janaína Farias, do PT do Ceará, que institui a Política Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos e dispõe, portanto, sobre princípios e diretrizes, formas de execução, programas e ações prioritários, monitoramento e avaliação. São algumas das dimensões deste PL, que debateremos em nosso país, evidentemente, em parceria e em coerência com o pacto nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os dados – V. Exa. já citou – são realmente muito alarmantes e precisam de uma iniciativa dessa monta. São 11,4 milhões de pessoas não alfabetizadas, com 15 anos ou mais; 68 milhões de pessoas, com 18 anos ou mais, que não concluíram a educação básica.

E, mais uma vez, o corte de classe e o corte racial também se fazem presentes nesses dados. Pessoas não alfabetizadas pretas somam 10,1%, pardas somam 8,8%, mais do que o dobro de pessoas brancas, que somam 4,3%. Sessenta por cento das pessoas com 18 anos ou mais que não concluíram a educação básica são negras. Então, uma proposta dessa natureza, indiretamente e assertivamente, é também uma proposta de combate ao racismo estrutural.

São importantes as formas de cooperação federativas que estão sendo desdobradas, com mais recursos e formação desse arranjo institucional em que se constitui o pacto e o normativo para a EJA, e que darão à educação de jovens e adultos um efetivo *status* de política pública no nosso país, fundamental para a nossa classe trabalhadora, em especial.

Parabéns, Senadora Janaína!

Estaremos juntas em mais essa empreitada, nos referenciando nas ações importantes e estratégicas do nosso Governo para a inclusão social, para a transformação através da educação, como direito de todas e de todos.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, minha querida Senadora.

Inclusive, há outro projeto de minha autoria, que é o PL 2.410, de 2024, que é a questão de formação de educadores populares, para que a gente possa incentivar as pessoas que, às vezes, querem contribuir para a gente mudar essa realidade do Brasil, e não sabem quais são as formas.

Então, a ideia desse projeto também, junto com o projeto que V. Exa. vai relatar... A gente quer fazer um trabalho. E agora, com a Subcomissão, a gente vai acompanhar esses projetos, e é importante a gente abraçar. Acho que o papel do Congresso, aqui, do Senado, principalmente, é a gente auxiliar o Poder Executivo nas políticas.

Então, a gente agradece a fala da nossa querida Senadora.

Jussara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para discutir.) – Quero cumprimentar a Presidente da Subcomissão de Educação de Jovens e Adultos, a Senadora Janaína Farias, que vem realmente fazendo um grande trabalho em relação à educação no nosso país.

Quero cumprimentar aqui a nossa querida e estimada Senadora Teresa Leitão, que também é uma defensora da educação no nosso país, uma mulher que realmente tem um grande trabalho prestado à nossa educação.

E quero falar da importância que é criar esta Subcomissão, para que a gente possa implementar realmente e colocar essas pessoas na escola, porque é de fundamental importância, e parabenizá-la, Senadora, por esse trabalho. Sei que, realmente, vai render bons frutos para a educação do nosso país.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, queridas Senadoras, pelas...

É uma honra estar aqui, perto de vocês, que são pessoas que estudam a educação, que estão aqui sempre se dedicando à educação. A gente agradece.

Então, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o plano de trabalho apresentado.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradeço aqui a todos os colegas e a todas as colegas por essa aprovação.

Queria apresentar aqui à deliberação o Requerimento nº 1, de 2024, da CEEJA.

Neste momento, farei a leitura do Requerimento nº 1 da Subcomissão, de minha autoria.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS Nº 1, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre "a persistência do analfabetismo e sua intersecção com a questão racial, de classe e territorial".

Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE).

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados e convidadas:

- representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco);

- a Dra. Nilma Lino Gomes, pesquisadora do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (Neja) da Universidade Federal de Minas Gerais, ex-Ministra do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos;

- a Dra. Analise de Jesus da Silva, pesquisadora na área de educação de pessoas jovens, adultas e idosas da Universidade Federal de Minas Gerais;

- a Dra. Debora Cristina Jeffrey, Professora e Diretora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp);

- a Dra. Gilvanice Barbosa da Silva Musial, líder do Grupo de Pesquisa Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas, Trabalho, Educação Popular e Diversidade, da Universidade Federal da Bahia.

Sala da Comissão, 3 de julho de 2024.

Então, essas são as sugestões.

Se algum Senador ou Senadora queira sugerir algum importante estudioso dessa área para acrescentar, está aberto. (*Pausa.*)

Então, coloco em discussão o requerimento apresentado. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Coloco em votação o requerimento apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, agradeço.

Aprovado esse requerimento.

E repito: está aberto ainda para alguma sugestão de componentes para essa primeira audiência.

Algum Senador ou alguma Senadora deseja fazer uso da palavra?

Está aberto para discussão.

Alguma fala? (*Pausa.*)

Então, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todas e de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada, minhas colegas Senadoras, que vieram aqui, e a toda a equipe da Subcomissão, da Comissão e de todo o Senado.

(*Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e vinte e um minutos do dia dez de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Janaína Farias, reúne-se a Subcomissão Permanente para acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, criada pelo Requerimento nº 50 de 2024, da Comissão de Educação e Cultura, com a presença das Senadoras Jussara Lima, Teresa Leitão e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Eliziane Gama, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Angelo Coronel, Flávio Arns, Paulo Paim e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Eleição de Vice-Presidente**. **Finalidade:** Eleição de Vice-Presidente da Subcomissão Permanente para acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos. **Resultado:** Eleita a Senadora Soraya Thronicke, Vice-Presidente da Subcomissão Permanente para acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos – CEEJA. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 1/2024 - CEEJA, de autoria da Senadora Janaína Farias (PT/CE). **Finalidade:** Debater sobre a persistência do analfabetismo e sua intersecção com a questão racial, de classe e territorial. **Participantes:** Sr. Wagner Santana, Consultor de Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Sra. Analise de Jesus da Silva, Pós-doutora em educação de pessoas Jovens, Adultas e Idosas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Sra. Gilvanice Barbosa da Silva Musial, Líder do Grupo de Pesquisa Educação de Pessoas Jovens e Adultas e Idosas, Educação Popular, Trabalho e Diversidade (EJAPOD) da Universidade Federal da Bahia (UFBA); e Sra. Debora Cristina Jeffrey, Professora e Diretora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Janaína Farias
Presidente da Subcomissão Permanente para acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/10

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas!

A todos que estão aqui presentes, à nossa colega Senadora Soraya, a todos que estão aqui do Ministério da Educação, aos demais convidados e a todos que estão remotamente aqui, que foram convidados para participar desta audiência pública importante para a educação brasileira, quero só agradecer.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente para acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de julho 2024.

Objetivos e diretrizes dessa reunião.

A presente reunião tem por finalidade a eleição de Vice-Presidente e, posteriormente, a realização da audiência pública com o objetivo de debater sobre a persistência do analfabetismo e sua intercessão com a questão racial de classe territorial, em atenção ao Requerimento 1, de 2024, da CEEJA, de minha autoria.

Considerando a indicação da Senadora Soraya Thronicke para Vice-Presidente e tendo sido essa a única chapa apresentada até o momento, consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizar uma eleição por aclamação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, aprovada por unanimidade a nossa querida Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação, por aclamação, o nome da Senadora Soraya Thronicke para Vice-Presidente da Subcomissão Permanente para acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Declaro eleita, por aclamação, a Senadora Soraya Thronicke Vice-Presidente da Subcomissão.

Obrigada, colega.

Se você quiser fazer alguma fala...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Senadora Janaína, ilustre Presidente desta Subcomissão, todos que aqui estão nos acompanhando, todas as Senadoras, Senadores e membros dessa Subcomissão, eu agradeço. Para mim é uma honra o seu convite e uma honra ter sido eleita, por aclamação, para debatermos, nos aprofundarmos nesse tema tão importante, tão importante.

Então, parabenizo V. Exa., querida colega, pela oportunidade. E não preciso nem dizer: pode contar comigo sempre, sempre, sempre.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discursar.) – Agradeço a nossa colega, que tem um trabalho importante na educação também e várias contribuições que ela dá ao Brasil, então a gente agradece e parabeniza aqui a nossa querida colega Senadora. Os demais que estão aqui assistindo sabem do trabalho que a nossa Senadora tem no Congresso.

Então, vamos agora para a realização da nossa audiência pública, não é?

A segunda parte desta reunião tem por finalidade a realização de audiência pública com objetivo de debater sobre a persistência do analfabetismo e sua intersecção com a questão racial, de classe e territorial, em atenção ao Requerimento 1, de 2024, da CEEJA, da minha autoria.

Eu só vou fazer uma leitura aqui rápida... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Desculpem-me, é uma votação que ela estava aqui fazendo da outra Comissão.

Então é com grande alegria e responsabilidade que damos início à primeira audiência pública da Subcomissão Permanente para acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos.

Queria aqui, em especial, agradecer à nossa Secretária nacional, Zara Figueiredo, que é uma pessoa que luta muito por essa política no Brasil. Então, agradeço imensamente a presença de cada um de vocês, dos expositores que aceitaram nosso convite para debater um tema tão crucial para o desenvolvimento do nosso país e de todos os que estão nos acompanhando aqui ou pelas redes sociais.

Os dados do Censo Escolar 2022 nos mostram que, apesar de avanços, ainda temos 11,4 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler ou escrever. Essa taxa de analfabetismo de 7% é um desafio que precisamos enfrentar com seriedade e compromisso.

É importante destacar que a questão do analfabetismo não afeta a população de maneira uniforme. Vemos que as taxas de analfabetismo entre pessoas pretas e pardas são mais que o dobro da dos brancos. E para os indígenas essa taxa é quase quatro vezes maior. Isso evidencia uma desigualdade racial profunda que precisa ser enfrentada.

Além disso, as disparidades regionais são gritantes. No Nordeste, infelizmente, a taxa de analfabetismo é de 14,2%, o dobro da média nacional. Já no Sul e no Sudeste, as taxas de analfabetismo são inferiores a 4%. Esses números refletem a desigualdade do acesso à educação e aos diferentes níveis de investimento em infraestrutura educacional.

Gostaria de lembrar aqui as ideias de Paulo Freire, que foi um dos grandes educadores brasileiros e precursor da alfabetização de jovens e adultos. Para Freire, o analfabetismo não é apenas uma questão individual, mas um sintoma de problemas sociais mais amplos, como a pobreza e a desigualdade. Ele enfatizava a necessidade de abordar as causas estruturais da exclusão social para combater efetivamente o analfabetismo.

Nesta audiência pública teremos a oportunidade de ouvir especialistas que têm se dedicado ao estudo dessas questões. Esperamos que este debate nos ajude a identificar caminhos e políticas públicas que possam reduzir essas desigualdades e garantir que todos os brasileiros,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

independentemente de sua cor, raça, classe social ou região, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Vamos escutar com atenção as contribuições dos nossos convidados e trabalhar juntos para construir um Brasil mais alfabetizado e justo para todos. Por isso, Soraya, a importância dos convidados que hoje participam, são pessoas que vêm há muito tempo estudando essa temática.

Então, vamos para a segunda parte dessa reunião, que tem por finalidade a audiência.

Participam remotamente – quero aqui agradecer a eles – o Sr. Wagner Santana, Consultor de Educação da Unesco; à Sra. Analise de Jesus da Silva, Pós-Doutora em Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas, da Universidade Federal de Minas Gerais, muito obrigada; a Sra. Debora Cristina, Professora e Diretora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), obrigada também; a Sra. Gilvanice Barbosa da Silva, Líder do Grupo de Pesquisa Educação de Pessoas Jovens e Adultas e Idosas, Educação Popular, Trabalho e Diversidade da Universidade Federal da Bahia. Também quero agradecer aqui a participação de vocês todos nesta audiência; sabemos que vocês têm outros compromissos, mas vocês são muito compromissados com essa pauta, e a gente agradece.

Informo também que foi convidada a Sra. Nilma Lino Gomes, ex-Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Relações Étnico-Raciais e Ações Afirmativas, da Universidade Federal de Minas Gerais, e ex-Ministra do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, que não pôde comparecer a esta audiência e justificou a ausência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Antes de passar a palavra para os convidados, queria agradecer a todos que fazem a Comissão de Educação e Cultura aqui do Senado, que aprovaram a criação desta Subcomissão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

por vários Senadores. Todos os que compõem a Comissão têm um compromisso com a educação brasileira. Então, a gente queria agradecer em nome do nosso Presidente, Flávio Arns, por terem aprovado, por unanimidade, a criação desta Subcomissão.

Então, vamos passar aqui a palavra para o Sr. Wagner Santana, repito, Consultor da Unesco.

Sr. Wagner.

O SR. WAGNER SANTANA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas as pessoas presentes, Senadora Janaína Farias, Senadora Soraya Thronicke, nas pessoas das quais eu cumprimento todas as Senadoras e Senadores presentes. Quero cumprimentar também as minhas colegas aqui deste painel, que são professoras que fazem parte da minha bibliografia de estudo, é gente que eu admiro muito e respeito demais; e todas as pessoas presentes. Eu já vi aí no público, por exemplo, a minha amiga Mariângela Graciano, que é a Coordenadora de EJA do MEC, a quem envio também uma saudação especial.

Informo que eu participo aqui em nome da Representação da Unesco no Brasil, a partir do convite da Sra. Marlova Noleto, que é Diretora da Unesco no Brasil, e da Sra. Rebeca Otero Gomes, que é a Coordenadora do Setor de Educação.

A minha apresentação vai ser a primeira, porque eu trago uma perspectiva mais internacional, com inquietações e questões colocadas, no plano global, sobre a educação de jovens e adultos, mas que logo vocês vão ver que tem uma conexão muito próxima, e a dimensão dos problemas é muito parecida com as questões que a gente enfrenta aqui no cotidiano da produção de conhecimento e da implementação de políticas, programas e projetos de educação de jovens e adultos.

Eu tenho aqui uma apresentação que eu vou tentar compartilhar agora. Se der algum problema, eu vou pedir ajuda para as minhas colegas aí. Só um minuto. (*Pausa.*)

Vocês conseguem vê-la?

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Não está aparecendo, Professor.

O SR. WAGNER SANTANA (*Por videoconferência*.) – Não está aparecendo? Só um minuto. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vocês podem passar aí para mim, por favor? Acho que fica mais fácil.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Está certo. Ele vai passar aqui.

O SR. WAGNER SANTANA (*Por videoconferência*.) – Bom, então eu mantive aí o nome que nos foi passado.

Pode seguir, por favor.

Nessa minha apresentação, considerando o lugar de fala aqui, que é sendo representante da Unesco, eu vou trazer, então, alguns desafios globais da alfabetização e da EJA, que são temas centrais, focais da ação da Unesco desde a sua criação. Vou falar um pouco de compromissos e estratégias da Unesco relacionadas à educação de jovens e adultos, trazer alguns princípios da nossa ação e comentar um pouco do nosso compromisso com as ações do MEC, secretarias estaduais e secretarias municipais de educação. Para isso, fomos criados.

Por favor.

Como representante da Unesco, não posso deixar de falar do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 4, que diz respeito à educação, enfocando algumas dimensões que são essenciais para a gente entender o enfoque de EJA e a importância de EJA. Na verdade, o ODS 4 tem uma ênfase muito grande direcionada à dimensão do direito à educação, considerando acesso, permanência e aprendizagens. Também tem uma atenção muito especial em relação às desigualdades, com a perspectiva muito clara de não deixar ninguém para trás. Quando a gente fala em não deixar ninguém para trás, é não deixar ninguém mesmo! E EJA tem sido este lugar em que a gente tem se omitido nesse compromisso de não deixar ninguém para trás. E aqui, dentro do ODS 4, tem a centralidade da perspectiva de educação ao longo da vida, que é um dos princípios norteadores de toda ação de EJA, em nível global e no Brasil também.

Por favor, a próxima.

Aqui eu começo a falar um pouco de desafios globais da alfabetização, e logo vocês vão perceber que a gente está falando de coisas muito parecidas com o contexto brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ainda que cerca de um quinto da população global não seja alfabetizada – hoje esse número gira em torno de 750 milhões de pessoas mais ou menos –, as políticas de educação de jovens e adultos são em geral desprestigiadas pelos governos.

Em nível global, a gente tem uma questão de gênero muito fortemente colocada. O alfabetismo predomina sobretudo entre mulheres, pessoas mais velhas, comunidades rurais, famílias mais pobres, pessoas com deficiência e alguns segmentos étnico-raciais da população – negros, população indígena, etc. Qualquer semelhança...

Ainda assim, cerca de 115 milhões de pessoas não alfabetizadas no mundo têm entre 15 e 24 anos. Ou seja, para quem acha que a demografia vai resolver a demanda de EJA, a gente continua produzindo, em nível global, na omissão das políticas em nível global, pessoas não alfabetizadas e jovens. Portanto, ainda que tenhamos logrado praticamente universalizar o acesso, a gente tem gerado ainda ou tem sido palco de produção de analfabetismo em larguíssima escala.

A não priorização da educação de jovens e adultos se expressa também no baixo financiamento. Os países informam investir entre 0,4% e 4% do seu orçamento total em educação em EJA; a maioria, perto de 1%. E é do orçamento total de educação, não estou falando de PIB, nada disso.

Bom, em geral, também a governança das políticas de educação de jovens e adultos é, frequentemente, fragmentada e negligenciada pelos estados.

Finalmente, eu gostaria de comentar aqui que as demandas de EJA são subdimensionadas e a oferta é substancialmente aquém das demandas: muitos países carecem de dados, informações e mecanismos para caracterizar as demandas, formular, implementar, monitorar e avaliar políticas de EJA.

Por favor, a próxima.

O maior desafio, portanto, da educação de jovens e adultos em nível global segue sendo chegar a quem efetivamente necessita. Demandas não supridas, grupos historicamente negligenciados seguem sendo negligenciados.

Quando a gente fala do Brasil, estamos falando neste evento de raça, classe e territorialidade. E isso também está muito bem delimitado em nível global. E há uma dificuldade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tremenda das políticas de educação de jovens e adultos de chegarem a esses grupos historicamente destruídos.

Como resultado, em relação à omissão das políticas de educação de jovens e adultos, a gente nota crescentemente que todo esforço relacionado ao combate às desigualdades vai indo pelo ralo, entre outras coisas, porque a gente não consegue atingir essas pessoas historicamente excluídas do direito à educação; portanto, a gente se afasta de qualquer perspectiva emancipatória ou de transformação social.

Os muitos informes produzidos pela Unesco têm destacado que não basta que os países ofereçam a educação de jovens e adultos, mas que essa seja disponível onde há demanda manifesta, que seja acessível e responda às demandas de quem necessita, considerando pertencimentos étnico-raciais, línguas, culturas e territórios.

A dificuldade de acesso à educação de jovens e adultos por grupos historicamente marginalizados faz com que tais políticas assumam, de fato, a dimensão de políticas de ação afirmativa, conectadas com princípios de reparação e reconhecimento.

A próxima, por favor.

Nos diversos informes, a Unesco – os profissionais que fazem parte dessa organização – tem buscado destacar que a garantia do direito à educação de jovens e adultos tem impactos importantes no exercício da cidadania, na participação política e no acesso a outros direitos, fortalecendo políticas de equidade e igualdade. Em um contexto global de avanço de políticas e perspectivas que negam direitos, cada vez mais a gente considera que as políticas de EJA precisam ter uma centralidade se, de fato, a gente tem uma preocupação com o combate à desigualdade, com a garantia de direitos e com o fortalecimento da democracia.

A efetivação dessas políticas supõe compromisso político claro, objetivos bem definidos, planejamento e gestão bem estruturados, ação intersetorial e parcerias, além de financiamento adequado e enfoque em equidade e qualidade.

Os países precisam de marcos de monitoramento da EJA. A gente percebe, nos relatórios dos países e nos relatórios globais, que há uma fragilidade tremenda tanto na produção de dados de qualidade sobre educação de jovens e adultos quanto nas ações de monitoramento. Então, aqui, a gente tem uma brecha importante de uma política desprestigiada, o que tem sido em nível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

global, que se expressa na ausência ou na precariedade em muitos lugares de efetivo acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas de EJA.

Além disso, tem uma questão muito central que aparece nos muitos relatórios relacionada à pertinência. Com muita frequência, vemos relatos de ofertas que são homogeneizantes e que não são flexíveis ou adequadas aos contextos e públicos de EJA. A gente sabe, todos nós aqui sabemos, que EJA lida com públicos muito diversos, com características e demandas muito específicas. Quando a gente fala em população rural, quando a gente fala em povos indígenas, quando a gente fala em população carcerária, quando a gente fala em migrantes, a gente está tratando de um conjunto de pessoas com demandas, com características e com necessidades que frequentemente não são atendidas por programas, políticas e projetos de EJA. Estou falando em nível global, mas, como brasileiro, eu também tenho a percepção de que a gente precisa se fortalecer com relação a isso.

Além disso – só a última coisa aqui, por favor –, a gente também não pode desconsiderar a dimensão da qualidade, considerando as demandas e expectativas desses grupos.

Por favor, a próxima.

Aqui, eu vou comentar brevemente algumas estratégias globais da Unesco em relação a este tema. Há uma fartíssima produção de materiais, de referenciais, de iniciativas, de acordos, de estratégias relacionadas a EJA que podem inspirar outras ações e dos quais o Brasil tem feito parte. E são iniciativas que estão no foco das ações da Unesco desde a sua constituição.

Além disso, no conjunto dessas iniciativas, a gente tem as CONFINTEAs, que são as Conferências Internacionais de Educação de Adultos. Aqui, no Brasil, a gente teve uma em Belém, em 2009, que até hoje tem um marco de ação que inspira muitas ações, que inspira muitas políticas. A Unesco no Brasil – eu estava em Brasília nessa época – trabalhou intensamente para a realização dessa reunião em Belém.

Além disso, aqui eu trouxe algumas coisas.

A Unesco tem produzido recomendações específicas para a EJA. Tem uma pesquisa global que é a GRALE, na qual os países enviam relatórios e a Unesco sistematiza iniciativas, dados e informações relacionadas às políticas e programas de EJA m nível e de cada país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, tem uma aliança global relacionada à EJA, da qual o Brasil faz parte, que eu vou comentar brevemente, no próximo eslaide.

Por favor, minhas colegas.

Aqui eu queria comentar brevemente que, em 2019, a Unesco constituiu uma Aliança Global para a Alfabetização, a sigla em inglês é GAL, a qual é formada atualmente por 30 países, que são os que têm numericamente mais pessoas não alfabetizadas e os que têm maior percentual na sua população de pessoas não alfabetizadas. O Brasil faz parte desse grupo, junto com China...

Opa, estou terminando.

Essa aliança, então, tem foco, sobretudo, em apoiar os países em política e planejamento de programas e projetos, em ações relacionadas à equidade; e tem um enfoque em inovação e uso de tecnologia. Chama atenção e tem buscado trabalhar muito a questão dos dados, que é uma das questões que a gente percebe de debilidade da EJA no mundo, também fortalecendo parcerias.

O Brasil faz parte disso, acho que é uma estratégia, uma aliança que pode ser mais bem explorada na nossa ação conjunta Unesco-Brasil, Ministério da Educação e Secadi.

Por favor, a próxima.

Eu já estou caminhando para o final.

Então, em resumo, a gente tem aqui questões em nível global que se destacam muito no campo da EJA e que demandam marcos e acordos de governança.

A governança da EJA, em nível global, apresenta questões e deficiências muito, muito sérias. A gente tem o desafio de qualidade ainda colocado de forma muito explícita; tem o desafio do financiamento, que é uma questão global também. A EJA é subfinanciada em nível global e tem uma demanda de reestruturar a oferta, considerando demanda. Tudo isso conectado com a perspectiva de promoção da inclusão, especialmente desses grupos historicamente negligenciados das políticas educacionais.

O próximo, por favor – está terminando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Comentando muito rapidamente a atuação da Unesco no Brasil. A Unesco tem acompanhado com uma certa apreensão, mas com boas notícias, o cenário de EJA no Brasil: a questão da demanda potencial muito longe de ser atendida; a queda acentuada nas matrículas; o subfinanciamento; as questões de raça, classe e território como fatores determinantes de exclusão e desigualdade.

Ao mesmo tempo, a gente tem um acordo de cooperação com o MEC, que envolve a Secadi, que tem sido muito profícuo. A gente tem trabalhado muito junto com a secretária Zara e com as diversas diretorias. Assumimos publicamente um compromisso de apoio à implementação do Pacto de Superação do Analfabetismo em Qualificação na Educação de Jovens e Adultos. A gente é citado nominalmente nesse pacto, em ações relacionadas à produção de conhecimento e materiais, mas eu gostaria de comentar aqui que acho que tem um potencial de cooperação para o qual a UNESCO, desde já, se coloca à disposição, entendendo a importância que isso tem, o potencial que esse pacto, que essa política, que se estrutura neste momento e que começa a se implementar, tem de dar conta de todas essas dimensões em que eu fui atuando até agora.

A UNESCO também tem buscado se posicionar como parceiro estratégico na transversalização de programas da Secadi. Além disso, temos acordos de cooperação com estados e municípios brasileiros, nos quais a gente tem buscado pautar a EJA como eixo estratégico para a superação de desigualdades e efetivação de direitos e cidadania; e também queremos nos posicionar e nos colocamos à disposição como parceiro para articulações, tanto em nível nacional quanto internacional, voltadas ao fortalecimento da EJA no Brasil.

Muito obrigado e um bom debate para todos nós.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, Professor, pela contribuição. Mostrou os números do mundo, que não são muito diferentes do Brasil, infelizmente.

Eu queria só registrar a presença da Mariângela, que representa aqui a Secadi, do Ministério da Educação. Queria agradecer e, na pessoa dela – tem vários técnicos do MEC aqui –, queria agradecer a todos.

E, da Fasubra, à Gláucia Nunes quero agradecer a presença. Ela representa aqui a Fasubra, então eu queria agradecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar aqui a palavra para a Sra. Analise de Jesus, Pós-Doutora em Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Com a palavra, Professora.

A SRA. ANALISE DE JESUS DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito boa tarde a cada pessoa que aqui se encontra. Desejo que estejamos todas nós com saúde e em paz.

Agradeço enormemente a Subcomissão Permanente para acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, nas pessoas das Senadoras Janaína Farias e Soraya Thronicke. Já me coloco à disposição, inclusive, para o envio de dados de que as Sras. Senadoras necessitem.

O convite é para falar sobre a persistência do analfabetismo e a sua interseção com a questão racial, de classe e territorial.

Sempre que participo de alguma audiência pública, eu pressuponho que pessoas que não dominam o assunto estarão ou podem querer estar nos assistindo. E daí eu queria começar falando um pouco sobre o que é EJA. É muito preocupante, na minha perspectiva, quando a gente tem alguma Casa Legislativa tratando de questões relativas à educação de pessoas jovens, adultas e idosas, sem o devido conhecimento do que isso significa.

EJA não é uma forma mais rápida de se chegar ao Enem, EJA não é uma coisa para gente velha fazer, EJA não é algo que depende da sensibilidade ou da boa vontade da gestão pública; EJA é a educação escolar de pessoas jovens, adultas e idosas, que está prevista na Constituição Cidadã de 1988.

É "a" EJA porque é educação; não é "o" EJA, porque não é ensino. E aí, a gente não está trabalhando aqui com uma questão de simples mudança de palavras. É fundamental que a gente consiga entender qual é a concepção, para que se dê o necessário reconhecimento.

A EJA é uma modalidade da educação básica que está prevista também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. E ela se distribui em EJA fundamental e EJA médio. Na EJA fundamental, a gente tem alfabetização, que está dentro dos anos iniciais, e temos também os anos finais.

Eu não vou entrar aqui na EJA médio, porque a gente está aqui para falar sobre a questão do analfabetismo. Entretanto, eu não posso deixar de comentar que os cursos de educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

profissional técnica, de nível médio, que conduzem à diplomação e depois à conclusão com aproveitamento, habilitam para o prosseguimento de estudos na educação superior. Portanto, na EJA, nós não estamos falando só das pessoas não alfabetizadas e nem só daquelas que não concluíram o ensino fundamental; nós estamos falando também daquelas que têm direito ao ensino médio e ainda daquelas que, caso o desejem, devem ter assegurado o seu acesso, a sua permanência e a sua conclusão na educação superior.

E uma das evidências para a urgência deste debate, do debate que esta audiência propõe, está nos dados que o Inep traz para a gente no documento que se chama Resumo Técnico, e cada estado tem o seu. No caso do Resumo Técnico aqui do Estado de Minas Gerais, que é de onde eu falo, pautado no Censo da Educação Básica de 2023, lá tem a informação de que, com relação à cor/raça, as maiores proporções de estudantes brancos são identificadas na creche, 48%, e na pré-escola, 45%. Por outro lado, pretos e pardos são as maiores proporções na educação de jovens e adultos. Lá eles são 70%. E também estão na educação profissional concomitante ou subsequente, onde eles são 62%.

Então, não tem como, porque essa é uma realidade matemática... Ela bate na gente e vai dizendo assim: "Olha, é só olhar para o número que você vai entender o que está acontecendo". Wagner, que me acendeu, toca um pouco nesse assunto. E eu queria um pouco, minimamente aqui, tentar aprofundar.

O novo Plano Nacional de Educação que está proposto trata, numa meta, que é a Meta 3.b, de reduzir as desigualdades nos resultados da alfabetização lá no final do segundo ano do ensino fundamental entre os grupos sociais definidos aí por sexo, por raça, por território, por nível socioeconômico, de modo que, no final da vigência do PNE, ou seja, em 2034, a gente tenha um resultado, entre os grupos, que fique em 90% do atendimento dos grupos e das modalidades. Isso é fundamental para que o requisito raça deixe de ser determinante entre quem vai fazer EJA e quem vai ser estudante comigo aqui na universidade. Isso é fundamental.

Então, não tem como a gente discutir educação de jovens e adultos sem falar de como as coisas estão sendo discutidas lá na educação infantil, porque é lá, é no ensino fundamental, é na educação básica que estão sendo produzidas as pessoas com 15 anos ou mais de idade não alfabetizadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos que a ausência das pessoas negras nas salas de aula da educação superior no Brasil é fruto de um histórico de uma sociedade escravagista, excludente e que já proibiu oficialmente, por meio de legislação, as pessoas negras de frequentarem os bancos escolares.

Bom, não vou entrar aqui na questão de como historicamente isso vem sendo produzido, de como o racismo vem sendo historicamente produzido, mas considero importante perceber, por exemplo, o espanto que as pessoas geralmente manifestam, quando eu estou em conversas como esta que estamos tendo aqui agora, quando elas ficam sabendo que eu estou falando de pessoas com 15 anos ou mais de idade, porque, quando você fala de pessoas não alfabetizadas, é muito normal, é muito natural que as pessoas pensem que a gente está falando da bisavó, que a gente está falando da avó, da tia que mora lá no interiorzão, e que elas não parem para pensar que nós estamos falando daquelas pessoas que, no dia a dia, quando a gente acorda pela manhã para chegar aqui às 7h e começar a dar aula, já se levantaram às 4h da manhã para garantir que o pão estivesse na padaria para que eu pudesse comprar e comê-lo, para garantir que o ônibus já estivesse abastecido para que eu pudesse andar no ônibus, e para garantir uma série de outras coisas, inclusive a limpeza dos espaços.

E esse espanto tem a ver com o fato de que a gente sabe que o ECA (Estatuto da Criança e da Adolescente) completou agora 34 anos, no mês de julho, e que as pessoas nascidas desde 1983 – portanto, as que têm hoje entre 15 e 41 anos de idade – já estavam na escola quando o ECA foi instituído. E elas ficaram lá durante, primeiro, oito e, depois, nove anos sem ser alfabetizadas.

Então, quando a gente pensa esse dado, não dá para deixar de considerar que, dentro desse dado, segundo os dados oficiais do IBGE, 82% das pessoas são pretas e pardas, e 47% das pessoas matriculadas na educação de jovens e adultos estão entre 15 anos ou mais de idade. Então, nós não estamos falando da nossa bisavó, da nossa avó; não é disso que se trata. Nós estamos falando de uma produção que, como bem trouxe o colega Wagner, é uma produção que continua – a produção de sujeitos para a educação de jovens e adultos continua. E cabe a nós, cada um na sua atribuição, contribuir para que isso cesse, porque, diferentemente das gerações anteriores, essas pessoas não foram excluídas da escola; elas foram excluídas na escola: elas estavam lá, e não foram alfabetizadas, não concluíram o ensino fundamental e não concluíram o ensino médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É positivo que as pessoas se espantem ao ouvir esse dado, porque a gente não pode naturalizar a negação de direitos, seja ele qual for. Além disso, é necessário que a gente faça sempre as contas políticas e sociais tanto do impacto desses números quanto do impacto desses números no desenvolvimento econômico do país.

Em contrapartida a essa produção cada vez maior de pessoas para a educação de jovens e adultos, as matrículas na EJA caíram 20% se a gente considerar os dados oficiais entre 2019 e 2023. E o investimento do Governo na modalidade, em 2022, correspondeu a 3% do valor aplicado uma década atrás.

Para tentar reverter esse cenário e retornar com os investimentos na modalidade, o Ministério da Educação lançou agora, no mês passado, o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e a Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, o que era esperado, já há décadas, pelos movimentos sociais que são ligados à educação de jovens e adultos.

A nova política para a EJA prevê uma colaboração entre os entes federativos e tem como objetivo superar o analfabetismo e elevar a escolaridade das pessoas de 15 anos ou mais. Tem como objetivo, também, ampliar as matrículas de EJA no sistema público.

E aqui vemos um problema, porque, na medida em que a proposta é ampliar as matrículas de EJA no sistema público e que, de acordo com o MEC, no texto do plano, durante o próprio lançamento do plano, serão 3,3 milhões de novas matrículas de EJA no ensino público e 900 mil vagas para estudantes na retomada do PBA (Programa Brasil Alfabetizado)... A gente continua vendo aí um grande problema. Por quê? Porque não basta alfabetizar sem assegurar a continuidade dos estudos. A EJA é a etapa inicial... Desculpem, a alfabetização é a etapa inicial da EJA, ela precisa estar computada dentro da EJA. Então, quando a gente fala de 900 mil vagas para o programa, para o PBA, nós já precisamos apontar onde é que essas 900 mil vagas vão entrar na continuidade de estudos, porque senão nós vamos de novo voltar àquele programa que alfabetiza e tchau. A gente sabe perfeitamente que isso não inclui ninguém. Eu fiz a coordenação do PBA, aqui em Minas Gerais, e eu posso afirmar isto: é fundamental que a gente aponte a continuidade, senão a política fica morta na letra.

As diretrizes dessa nova política incluem também a integração da EJA com a educação profissional. Ela prevê múltiplas abordagens, recursos didáticos coerentes com esse perfil e com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o contexto dos educandos e, principalmente, prevê – é visível durante todo o texto – o reconhecimento da diversidade do público dessa modalidade.

Eu fiz um estudo, recentemente, no webinário de lançamento do Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento do PNE 2014-2024, realizado pelo Inep, e comparei com o previsto no Projeto de Lei 2.614, que é a proposta do novo PNE, para viger de agora, 2024, até 2034.

É importante considerar que, quanto aos objetivos da nossa proposta, destacam-se alguns aspectos. Primeiro, é que foram definidos 18 objetivos por plano. Esses 18 objetivos estão organizados em 58 metas e 252 estratégias propostas. O que é preocupante nisso? É que nós já tivemos planos anteriores com um número excessivo de metas, com um número excessivo de estratégias que nunca foram alcançadas. Tivemos, na última movimentação construída, na Conae 2014, a discussão e a necessidade de que a gente reduzisse isso, para focar aquilo que é fundamental, para que a gente dê conta de efetivamente, daqui a dez anos, dizer que a maior parte das coisas foi alcançada, quiçá, oxalá que todas as coisas foram alcançadas.

Dentre esses objetivos, tem um objetivo, que é o nº 10, que trata de assegurar a alfabetização e de ampliar a conclusão da educação básica para todas as pessoas jovens, adultas e idosas. Vejam bem, o plano anterior organizava 20 metas, cada uma acompanhada das suas estratégias. Embora o foco continue mantido no acesso, na trajetória e na conclusão, sobretudo quando a gente está tratando no PNE de educação básica, mas também de educação superior – em que isso possa ser observado e verificado em vários objetivos –, houve a incorporação de objetivos para tratar especificamente da educação de pessoas jovens, adultas e idosas. E eu destaco que não tem como pensar EJA sem considerar quem são os seus sujeitos de direito constitucional, como eu disse no início da minha fala. Não é uma questão de que "o Prefeito daqui é sensível a isso e por isso ele abre turma de EJA"; isso é constitucional, está previsto.

Esses sujeitos têm direito à educação de qualidade social. São sujeitos que demandam uma inclusão real, uma inclusão com conectividade, uma inclusão nas tecnologias, inclusive as digitais – que seja a eles assegurada a cidadania digital. São sujeitos que precisam estar presentes quando se pensa a educação escolar indígena, a educação escolar do campo, a educação escolar quilombola, porque são sujeitos de EJA aí também. Não dá para se pensar educação escolar indígena em relação às crianças e aos jovens indígenas... desculpem-me, às crianças e aos adolescentes indígenas. Há que se pensar também, porque também foram deixados à margem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a questão da educação escolar indígena para jovens, adultos e idosos. São sujeitos que precisam estar presentes quando a gente for discutir proposições para educação inclusiva para as pessoas com deficiência. Parte significativa dos sujeitos da educação de jovens e adultos são pessoas com deficiência.

Voltando ao que eu dizia aqui sobre o objetivo 10, é fundamental a gente se lembrar de que o país tem 11 milhões de pessoas que não sabem ler nem escrever, conforme a própria Senadora comentou na abertura desta audiência e conforme aponta o Censo de 2022. Ocorre, gente, que segundo o Censo anterior eram 14 milhões e não 11 milhões. E, de acordo com o mesmo IBGE, as matrículas de EJA eram, na última década, menos de 3 milhões. Então, vamos acompanhar isso aí na matemática – não vamos chegar à discussão do direito ainda, não; vamos só na matemática.

Se agora são 11 milhões e eram 14 milhões, então "olha, podemos comemorar, não temos mais 3 milhões". Poderíamos comemorar, primeiro, se fossem 3 milhões de matrículas, na última década, em alfabetização. E não é disso que se trata. Eram 3 milhões de matrículas, na última década, em alfabetização, anos iniciais, anos finais do fundamental e ensino médio. Era tudo! Então, é difícil comemorar quando o que nos ocorre é que – e isto é lamentável, é muito triste e causa indignação – esse recuo nas taxas de analfabetismo no país se deve à morte dessas pessoas. Elas morreram! Morreram sem que o direito constitucional delas fosse assegurado.

A conta não fecha quando a avaliação do IBGE diz que o analfabetismo no Brasil recuou, porque a gente precisa buscar quais são os motivos desse recuo. Definitivamente, não é porque nós tivemos de 14 para 11 milhões, 3 milhões de pessoas alfabetizadas com 15 anos ou mais de idade. Não foi isso que aconteceu. Principalmente porque ao que nós vimos assistindo é um recorrente, é um fortíssimo, é um gravíssimo, é um criminoso fechamento de turmas, de turnos e de escolas que ofertam a educação de pessoas jovens, adultas e idosas no país todo.

É essencial, Sras. e Srs. Senadores, quando se usa o termo, o conceito, a concepção de superação da situação de analfabetismo das pessoas jovens, adultas e idosas, porque aqui nós estamos falando da situação, nós não estamos imputando a culpa ao sujeito. Então nós estamos falando de pessoas não alfabetizadas, nós não estamos falando de pessoas... Nós estamos falando de pessoas para as quais o Estado não garantiu a alfabetização. Nós não estamos falando de pessoas que resolveram num belo dia e disseram assim: "Ah, eu não estou a fim de ir para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

escola, não vou mais, não". Não é disso que se trata. Então nós precisamos buscar qual é o termo, na hora de elaborar os textos legislativos, que, por si, contribui para assegurar o direito.

Da mesma forma, não usar o termo, não usar o conceito, não usar a concepção de erradicação do analfabetismo, porque não ser alfabetizado não é uma doença. E esse é o termo que era usado, a gente aprende isso com os nossos colegas que estudam a história da educação da EJA, quando ainda, lá nas décadas de 1940, 1950, foi criado o Serviço de Educação de Adultos, criado pelo então Ministério da Educação e Saúde Pública do Brasil. O que é que acontecia? Foram desenvolvidas dezenas de campanhas nas quais médicos, enfermeiros, dentistas, engenheiros, iam para o campo erradicar doenças e, junto com eles, iam também professores alfabetizadores. E o analfabetismo ficava no bojo das doenças a serem erradicadas. E não é uma questão de semântica, eu não estou falando aqui de sinônimos, estou falando aqui de concepção.

Para encerrar, eu quero só voltar – porque ainda não escutei os 15 segundos... (*Risos.*) Eu quero aqui só voltar um pouco para dizer o seguinte: ao longo do século XIX, a nomenclatura na legislação foi mudando, de "escravos", depois a gente tem legislações que falam sobre "não livres", depois a gente tem legislações que falam sobre "libertos", sobre "pretos", sobre "filhos de africanos livres", sobre "ingênuos". E as práticas racistas de exclusão do direito à matrícula, do direito à frequência de pessoas negras à escolarização, estão documentadas no Brasil entre 1835, que foi o ano das primeiras menções à proibição de matrícula daqueles que fossem não livres, e 1887, quando a gente tem a última proibição à matrícula de escravos, de pessoas escravizadas no país.

É possível a gente verificar ainda hoje os efeitos perversos que esse sistema econômico causou e causa na sociedade brasileira. E é fundamental que a gente dê conta – é fundamental que a gente dê conta – de, como eu disse e repito, fazer as contas matemáticas, fazer as contas políticas, fazer as contas sociais também do impacto de se manter esse apagamento do direito dos sujeitos da EJA, de se manter essa invisibilização desses sujeitos, de se manter essa "periferização" dessa questão da educação de pessoas jovens, adultas e idosas, e não considerar que isso reflete diretamente no desenvolvimento econômico do país.

Do que eu estou tentando falar aqui bem rapidamente? O Governo do Estado de Minas Gerais lançou recentemente um programa que é para EJA integrado à educação profissional, e fez isso em convênio, em parceria com o instituto federal aqui do estado para a oferta de turmas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de EJA. Essas turmas – eu vou abrir aqui só para poder ler para vocês – são para formar sujeitos da EJA, com 15 anos ou mais, para serem eletricistas e instaladores prediais de baixa tensão, instalador de sistema eletrônico de segurança, laboratorista de solo, mecânico de refrigeração e climatização industrial, operador de tratamento de águas e efluentes, pedreiro de alvenaria estrutural, soldador de estruturas e tubulação no processo mig/mag.

Eu fiz uma consulta junto a colegas meus aqui da faculdade de engenharia dos diversos cursos para saber se, em relação a esses cursos, estas pessoas têm condições de fazer Enem e passarem a ser estudantes conosco aqui na educação superior. Eles me disseram aquilo não precisa ser engenheiro para saber, basta entender minimamente o que está sendo proposto agora no novo ensino médio: que a gente tem uma situação que é escola para filho de pobre e escola para filho de rico; uma escola que tem conteúdo propedêutico e vai fazer com que esse sujeito possa chegar até aqui na universidade e uma escola que tem conteúdo profissionalizante, conteúdo técnico, e vai fazer com que essa pessoa seja técnica.

Nessa consulta que fiz aos meus colegas das engenharias aqui, eu também perguntei sobre a questão salarial. O maior salário dessas profissões aqui pega dois salários mínimos e meio. Isso é ótimo, excelente, maravilhoso, desde que não seja para o meu filho.

E é sobre isso, Sras. e Srs. Senadores, que entendo que seja fundamental que esta Comissão se debruce: sobre a necessidade de aprovarmos políticas públicas que sejam eficazes, eficientes e deem resultado o mais rápido possível.

Não dá para a gente ficar esperando mais dez anos para mais 3 milhões de pessoas morrerem e aparecer lá nos dados do IBGE mais um recuo do analfabetismo no país, como se isso significasse que elas foram alfabetizadas, que puderam dar continuidade aos seus estudos e que, se assim o desejaram, puderam chegar a ser estudantes conosco nas universidades, nos institutos federais, nos centros federais tecnológicos também.

Penso eu que era com isso que eu poderia tentar contribuir.

E, mais uma vez, me coloco à disposição, caso esta Comissão tão relevante tenha necessidade de dados.

Agradeço muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Quero agradecer aqui à Professora. É claro que, pelas suas falas e pelas do Professor, a gente vai colocar para que a Comissão de Educação dê a importância que realmente tem a nossa Subcomissão que foi criada, inclusive para poder contribuir quando o Plano Nacional de Educação vier para o Senado, para que a gente possa ter, inclusive, dados, informações com que a gente possa contribuir na questão do aperfeiçoamento do plano. É claro que foi feita toda a conferência, e tudo, mas sempre é possível fazer algum aperfeiçoamento para que a gente possa fazer alguns ajustes necessários. Então, vai ser importante a Subcomissão justamente neste momento de o Plano Nacional de Educação ser revisado pelo Congresso.

Queria passar aqui a palavra para a Sra. Debora Cristina, que é Professora e Diretora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Professora.

A SRA. DEBORA CRISTINA JEFFREY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Boa tarde a todos, todas, "todes".

Agradeço primeiramente ao convite da Senadora Janaína Farias e agora também da Senadora Soraya Thronicke.

Também minha saudação à equipe da Secadi, que está aí presente, Profa. Zara Figueiredo e Profa. Mariângela Graciano.

Eu falo da Faculdade de Educação da Unicamp. Nós temos, inclusive, um grupo de estudos e pesquisas que discute a temática. Há outros colegas que têm tido uma atuação considerável neste debate também. Então, eu me sinto muito honrada de integrar esse grupo.

Também uma saudação aos colegas aqui presentes.

E a minha fala visa contribuir com o que o Prof. Wagner e a Analise já destacaram no sentido de promover este processo de debate, discussão de uma modalidade fundamental e cara para todos nós que estudamos e que já atuamos na modalidade de educação de jovens e adultos.

Eu acho que, diante de tudo que já foi exposto, é sempre bom a gente voltar. Estamos no pleno debate do Plano Nacional de Educação, mas, ao mesmo tempo, acho que alguns desses princípios já estão ali postos ou já foram reafirmados com o compromisso público do Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro quando nos reportamos à modalidade de educação de jovens e adultos a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases. Eu acho que a gente tem uma questão também, como a Profa. Analise destaca, conceitual: em que momento o Estado brasileiro assume a educação de jovens e adultos. Nós temos toda uma trajetória histórica em relação à educação de adultos no país e como ela também vai sendo desenhada, ao exemplo de quando nós abordamos essa trajetória educacional a partir da história da educação da população negra neste país.

Então é uma história também marginalizada, é uma história de segundo plano, em que o Estado brasileiro, nós temos aí, vamos ter como esse marco, entendendo todas essas estatísticas e, enfim, todas essas variáveis que apontaram, que apresentaram uma concepção de educação no país, de valorização da reprovação ou da evasão.

Então acho que é interessante a gente olhar os dados do Cedra, que, apesar de serem de 2019, alguns desafios que nós temos para estabelecer e garantir o que está previsto no art. 37 da LDB. O Cedra então faz esse levantamento, o Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais, quando vai apontar algo alarmante, que referenda o que a Profa. Analise acaba de dizer, que são os dados referentes ao rendimento escolar.

Então, quando nós entendemos a educação de jovens e adultos como uma modalidade que integra a educação, como essa modalidade que deve estabelecer uma interlocução ou estabelecer uma relação direta com o ensino fundamental e o ensino médio, que está em amplo debate com a reforma do ensino médio, ao mesmo tempo, com tudo que veio decorrente lá dos anos de 2007, dessa articulação e integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, ainda assim, nós temos alguns desafios.

Então, de acordo com esses dados de rendimento da modalidade, a partir do cruzamento do censo escolar, temos, ou foi apresentada a seguinte porcentagem: população parda, lá em 2019, aprovada, nós tínhamos 42,11%. Desculpa, tínhamos aqui o total da população, 42,01%; população aprovada, desculpa, 42,11%, parda; população parda reprovada, 39,17%; e um abandono de 43,57% na modalidade.

Em relação à população negra, população preta, 5,91% de aprovações; 7,20% de reprovação; e 5,43% da população preta, desculpa, aqui por abandono.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à população branca, que temos aí como esse parâmetro, é de apenas uma taxa de aprovação de 16,66%, que é menor por conta do menor número, e um maior número, expressivo, da população parda e preta; de reprovação, 18,30%; e de abandono, 13,21%.

Então, por esses dados, a gente consegue entender de que educação de jovens e adultos nós estamos falando. Nós estamos falando de uma proposição de que exatamente há essa garantia do Estado brasileiro, do direito à educação, conforme o art. 37 descreve, que ela é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade aos estudos do ensino fundamental e médio na idade própria. E que visa, portanto, garantir essas oportunidades educacionais, respeitando, claro, suas características, seus interesses, condições de vida, trabalho, a partir de cursos ou exames.

Ao mesmo tempo, há a necessidade de o poder público viabilizar e estimular esse acesso à permanência do trabalhador e trabalhadora na escola, a partir de ações integradas e complementares, a partir desse processo de articulação, preferencialmente com a educação profissional, na forma do regulamento.

Então, de que educação de jovens e adultos que nós estamos falando? Voltando lá a todas as diretrizes curriculares produzidas nos anos 2000, quanto às funções da educação de jovens e adultos, temos: a função reparadora, de garantir esse direito negado à escolarização daqueles e daquelas que algum dia já estiveram, mas que por n razões foram excluídas; a função equalizadora, de garantia da inserção em novos espaços a partir da formação... Então, que espaços são esses, como a Profa. Analise acaba de colocar? Nós vamos destinar um espaço de segunda categoria ou de fato vamos promover a inserção desses jovens e adultos – e também temos mais uma categoria de idosos também – na sociedade como um todo? E, por fim, essa função permanente e qualificadora, com essa capacitação para o mundo do trabalho a partir dessas experiências de vida de cada um dos sujeitos.

Então, acho que, a partir desse contexto, é importante a gente compreender que educação de jovens e adultos é essa de que nós estamos falando: nós estamos falando de uma EJA escolarizada ou de uma EJA que ocorre em espaços não formais, muitas vezes pelo voluntariado, enfim, pelos movimentos sociais? Por quem está sendo dirigida?

Acho que a proposta da Subcomissão é muito bem-vinda, especialmente no que tange ao monitoramento dessa educação de jovens e adultos, mas eu acho que há um desafio quando nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

temos que pensar essa concepção ou essas concepções de educação de jovens e adultos que estão aí apresentadas. Então, nós temos lá um princípio, como foi dito pelo Prof. Wagner, vinculado a um processo de educação permanente; mais recentemente, da inclusão e dessa percepção de uma concepção de aprendizagem e educação de adultos; uma educação de jovens e adultos que deve ou que deveria estabelecer um compromisso com o desenvolvimento de habilidades e competências; ou aquilo que está presente em todos os documentos em relação à educação ao longo da vida, pautado em aprendizagens.

Então, acho que essas concepções definem como pensar a integração e a articulação delas nas políticas públicas destinadas à modalidade: como integrar princípios, habilidades e competências, o compromisso político do estado brasileiro e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de determinadas aprendizagens. Como o tempo é curto, a gente não vai entrar no debate de cada uma delas e como historicamente elas se apresentam.

Porém, isso remete a uma relação direta dessa concepção com essas dimensões da modalidade: quando nós estamos falando dessa dimensão normativa que efetiva direitos, tendo em vista a equidade; uma dimensão política de inclusão social, e também estamos aqui – vou falar rapidamente daqui a pouco – quando nós estamos debatendo aspectos relacionados à diversidade e também quando nós estamos falando de questões vinculadas e aspectos vinculados à igualdade racial; e, quanto às dimensões pedagógicas, por sua vez, quem são esses e essas estudantes da educação dos jovens e adultos? Então, nós temos que compreender também essa modalidade a partir das diferenças.

Embora, se vamos nos remeter a essa educação de jovens e adultos oficial e formal, que está no sistema educacional, como pensar também essa pedagogia pautada, ou que deve ser, ou deve-se pensar em metodologias, em didáticas voltadas para as diferenças.

Por que é que eu estou remetendo às diferenças? Porque nós temos alguns desafios para se pensar essa modalidade. Primeiro, acho que um processo longo, que ocorre com uma grande intensificação junto aos entes federados, estados e municípios, foi um processo de juvenilização da EJA. Então acho que a Profa. Analise trouxe os dados e os apresenta aqui. Que faixa etária que nós estamos falando hoje na modalidade? Então esse processo de juvenilização, decorrente de uma nuclearização que aconteceu principalmente nos grandes centros nesses últimos 20 anos, promove ou propicia que quem esteja, de fato, matriculado, quem vai buscar a educação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

jovens e adultos? E muitas vezes, como decorrência, essa juvenilização, também de problemas relacionados a políticas ou ações que decorrem do ensino fundamental e, muitas vezes, lá do ensino médio. Então a gente tem, muitas vezes, essas turmas sendo constituídas majoritariamente por jovens que deveriam estar no ensino superior, ou jovens que poderiam estar nessas salas da educação profissional.

Um outro desafio: como nós vamos estabelecer, em que momento – nós estamos aqui exatamente, nesta audiência, fazendo essa discussão – vamos estabelecer essa relação das ações afirmativas e, por sua vez, a diversidade e, como eu disse anteriormente, os desafios de se pensarem todos esses aspectos a partir da integração e da articulação da educação de jovens e adultos e educação profissional, conforme o art. 37 da LDB.

E temos mais um aspecto extremamente importante: como pensar essa educação de jovens e adultos que vai certificar? Então, como é que nós pensamos os exames certificadores, os exames supletivos, o próprio Ceeja, como parte integrante desse processo, em que esse aluno, ou esse ou essa estudante, ou esse sujeito vai, por conta própria, pela sua própria autonomia de estudos, muitas vezes, se formar e se preparar para esse processo de certificação.

Então acho que esses desafios permeiam todo o debate do que nós estamos discutindo e que está presente na atual política nacional, mas que já foi destacado lá pelo Fórum EJA nas décadas de 1990 e anos 2000. Primeiramente, acho que como os entes federados pensarem ou tornarem a educação de jovens e adultos uma prioridade dessa agenda educacional. Eu acho que tem toda uma preocupação dessa formação, dessa inserção da educação profissional, mas como isso vai promover ou intensificar esses processos formativos.

Como estabelecer também essa articulação entre a União, estados e municípios, atender essas demandas de formação profissional? Serão demandas de formação profissional pontuais, ou serão demandas de formação profissional para a vida desses sujeitos?

Ao mesmo tempo, esses possíveis desenhos de criação de estratégias de atuação intersetorial e o que está sendo proposto aqui: o mecanismo de monitoramento e avaliação dessas políticas; e por outro lado, a quem remete o controle social desse monitoramento dos gastos e da efetividade da proposta?

Eu acho que isso nos leva a pensar o processo de governança da modalidade: primeiramente, o estabelecimento desse pacto federativo, ou seja, como dinamizar, a partir dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

princípios constitucionais, a coordenação federativa entre União, estados e municípios, promovendo a justiça social com vistas à qualidade de ensino.

E, por outro lado, a intersetorialidade como essa base: como dinamizar essa agenda territorial, integrando programas, projetos; e, por outro lado, a gente tem esse entendimento de que essa educação de jovens e adultos do sistema oficial tem também ou é decorrente do financiamento – e hoje nós temos todo o debate, a discussão acerca do fator de ponderação, que era 0,80, passa para 1 –, mas de como isso pode ser um propulsor de investimentos e, ao mesmo tempo, de visibilidade e fomento para a própria modalidade.

Eu acho que isso nos leva a pensar esse plano de ações efetivas quando temos essa problemática dessa desigualdade educacional, dessa desigualdade formativa e dessa desigualdade de permanência; quando abordamos o caso dos e das estudantes negros e negras, dos que estão ausentes; dos que passaram e não permaneceram; dos que foram, dos que abandonaram; e daqueles que estão seguidamente em processos de reprovação. Então, quanto a esse plano de ações efetivas, é importante a gente pensar, conforme o Ministério da Igualdade Racial coloca, que "onde existe justiça e reparação, existe transformação"; e em como dinamizar as propostas presentes no pacto pela superação do analfabetismo a partir de medidas e iniciativas que promovam a melhoria desse rendimento escolar e, consequentemente, da trajetória desse público em espaços escolares e não escolares.

E aí eu quero finalizar dizendo o seguinte: que, apesar de os indicadores oficiais apontarem a redução expressiva do número total de analfabetos no Brasil, é preciso reconhecer a importância da modalidade para a superação das desigualdades educacionais, raciais e socioeconômicas que marcaram a nossa história.

Tornar a EJA uma agenda pública é um desafio que envolve esforços coletivos de governos, sociedades, movimentos sociais, tendo em vista a superação da condição de opressão dessa população, com o propósito de transformação social de grupos minorizados – nós estamos aqui nos referindo, especialmente, à população negra –, mediante um processo educacional que proporcione aprendizagem, humanização e conscientização, princípios já destacados inúmeras vezes por nosso patrono da educação, Paulo Freire.

Então, quero agradecer pela oportunidade e fico à disposição da Subcomissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, Professora, pela contribuição.

Quero agradecer aqui a todos que nos acompanham – são 58 pessoas neste momento que estão acompanhando via YouTube, então a gente queria agradecer a participação de todos –; agradecer também a participação remota da Sra. Marly Alves, Coordenadora de Formação Inicial e Continuada de Mulheres, Jovens e Adultos do Instituto Federal do Ceará; agradecer também a participação da Sras. Rita, Clarice, Nazaré e dos demais coordenadores e representantes dos Fóruns EJA de todo o Brasil. Quero agradecer-lhes e parabenizá-los pelo seu trabalho no dia a dia.

Quero agradecer-lhes e parabenizá-los pelo seu trabalho no dia a dia.

Então, queria agradecer a vocês e também aos consultores do Senado, aos assessores da Comissão e a todos do gabinete – queria agradecer aqui a todos.

Passo aqui a palavra para a última professora convidada, que está aqui presente, que é a Sra. Gilvanice Barbosa da Silva, Líder do Grupo de Pesquisa Educação de Pessoas Jovens e Adultas e Idosas, Educação Popular, Trabalho e Diversidade (Ejapod) da Universidade Federal da Bahia.

A SRA. GILVANICE BARBOSA DA SILVA MUSIAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos, todas e "todes".

Eu vou fazer aqui minha audiodescrição: eu sou uma mulher negra de cabelos curtos, com um corte com um lado mais curto e outro mais longo, como se diz, um corte desestruturado; estou usando óculos na cor rosa, um colar branco, vermelho e azul e uma blusa preta; ao fundo, o fundo aqui da tela está desfocado. É isso.

Eu queria inicialmente agradecer e parabenizar a Comissão de Educação e a Subcomissão de acompanhamento das políticas de Educação de Jovens e Adultos e agradecer, nas pessoas da Senadora Janaína Farias e da Senadora Soraya Thronicke, Presidente e Vice-Presidente desta Comissão; cumprimentar também as companheiras que nos assistem em vários locais do Brasil; também as companheiras da Secadi, com a presença da Secretária Zara Figueiredo, da Mariângela Graciano e da Profa. Socorro Alencar, que assiste também pelo YouTube, pela transmissão; as colegas e companheiras dos Fóruns de EJA pelo Brasil afora; e colegas e companheiras e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

companheiros do GT 18 da ANPEd, pesquisadores e pesquisadoras do campo da educação de jovens e adultos.

Toda a produção do conhecimento se dá coletivamente, não é? Ela não é um esforço individual. E eu trago aqui um pouco das reflexões que temos feito em torno da educação de jovens e adultos, do ponto de vista da pesquisa, da formação de professores, mas também dos dados que temos levantado – e do que temos refletido sobre eles – sobre a educação de jovens e adultos na Bahia, em Salvador, no Nordeste... E aqui eu trago mais especificamente alguns dados do Nordeste para a gente conversar.

Eu trouxe uma apresentação – acho que mandei aí pelo WhatsApp; não sei se é possível projetar.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sim, Professora, vamos colocar agora.

A SRA. GILVANICE BARBOSA DA SILVA MUSIAL (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, então.

Como já fui apresentada, eu sou Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia; integro, como Vice-Coordenadora, o GT 18 da ANPEd; e, como representante também do GT 18, a Cnaeja; e coordeno, lidero o Grupo de Pesquisa Ejapod, como foi apresentado.

Podemos passar.

Eu trago sempre para um debate...

Eu queria também cumprimentar os meus colegas da mesa, a Profa. Analise, a Profa. Debora, e o Prof. Wagner, que me antecederam e que já trouxeram um balanço importantíssimo da educação de jovens e adultos num cenário mais internacional, e também questões importantíssimas. Eu espero trazer mais algumas contribuições àquelas que os colegas que me antecederam já trouxeram.

Eu posso também, como a Profa. Analise ressaltou, iniciar falando um pouco do ponto de partida, entendendo que, quando falamos num espaço como esse, que é uma audiência pública,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

temos possivelmente pessoas que não têm o conhecimento tão aprofundado, como nós que estamos há anos pesquisando, estudando e atuando no campo da educação de jovens e adultos.

Então, o primeiro ponto que eu considero importante para a gente pensar na educação de jovens e adultos e na alfabetização, como tema dessa audiência que ressalta a persistência do analfabetismo e sua intersecção com a questão racial, de classe e territorial, eu inicio destacando que a educação de jovens e adultos é um campo educativo que tem, entre os seus sujeitos e sujeitas, um recorte de classe, de raça, de etnia, de gênero, de sexualidade, geracional e regional também. Os colegas que antecederam já trouxeram vários desses aspectos.

A gente costuma dizer que não é qualquer jovem, qualquer adulto que está na educação de jovens e adultos: são jovens e adultos e idosos da classe trabalhadora; e, nos da classe trabalhadora, são os em situação de maior precariedade e vulnerabilidade social. São os que, nos grandes centros urbanos, residem nas periferias, muitas vezes com muita dificuldade de acesso a bens sociais e culturais, e que muitas vezes não chegam com a frequência e com a qualidade que deveriam chegar nas periferias urbanas.

Como também os colegas que já me antecederam disseram, o público da educação de jovens e adultos, os estudantes e as estudantes, a população que potencialmente demanda a educação de jovens e adulto é predominantemente negra, ou seja, composta da população parda e preta neste país. Em dados mais gerais que a Profa. Analise e também a Profa. Debora trouxeram, em torno de 75% do público da educação de jovens e adultos são negros, ou seja, pretos e pardos. Mas eu chamo a atenção para a Região Nordeste – e essa é a região que eu quero colocar no foco da minha apresentação –, onde esse percentual chega a quase 90%, considerando que os dados são, como o Prof. Wagner trouxe, subdimensionados.

Quando a gente analisa o perfil étnico-racial da população matriculada na educação de jovens e adultos no Brasil, no Nordeste, chegamos a percentuais acima de 80%, com, ainda, um percentual enorme de população com esse pertencimento não declarado.

Então, acho que essa é uma questão de que nós precisamos tratar junto aos municípios, ao cadastramento, é preciso também melhorar a qualidade das informações que a gente acessa em relação à população jovem e adulta matriculada nos diferentes níveis e etapas da Educação de Jovens e Adultos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista do gênero, quando a gente analisa a América Latina e mesmo o Brasil, nós vamos encontrar uma população que vai... Do ponto de vista das matrículas, as mulheres, e aí eu vou trazer dados aqui da Região Nordeste... Nas análises mais recentes, me chamou a atenção como a matrícula das mulheres na educação de jovens e adultos oscila a depender do período e das crises, como nós poderíamos chamar, seja ela econômica, social, sanitária, política, como essa matrícula oscila. Mas também a gente tem as mulheres, ao longo de muitas décadas, sendo as principais afetadas pela não possibilidade de se alfabetizar. Então, quando analisávamos os percentuais da população acima de 60 anos, víamos o predomínio de mulheres, e essa relação foi se equilibrando um pouco nos últimos levantamentos do analfabetismo no Brasil.

Do ponto de vista da sexualidade geracional e regional, também vale ressaltar, do ponto de vista do gênero, que a educação de jovens e adultos recebe uma população a que, muitas vezes, não é permitida a permanência na escola por diferentes violências sofridas ao longo do seu processo de escolarização, desde a violência do racismo, que atinge as crianças desde muito pequenas na escola, às violências de gênero, e também do ponto de vista da sexualidade.

O recorte geracional da população pública da Educação de Jovens e Adultos é composto por jovens e adultos que tiveram esse direito constitucionalmente estabelecido negado no seu processo, seja por dentro da escola, e a Profa. Analise chama a atenção, dos adolescentes, que a gente considera como aqueles que têm a garantia estabelecida a partir da Constituição, os jovens que ingressam na escola, a partir da Constituição, as crianças, aliás, e não conseguem se alfabetizar, com percursos escolares de muitos anos, e chegam à Educação de Jovens e Adultos, muitas vezes, aos 15, 16, 17 anos, com muitos anos de escola, mas a quem não foi garantido o acesso ao domínio da leitura e da escrita, o acesso ao conhecimento escolar.

Do ponto de vista da regionalidade, eu quero destacar, no cenário nacional, a Região Nordeste e as regiões rurais do Brasil. Os últimos dados também do censo reafirmam aquilo que a gente... Dados que vêm, recorrentemente, sendo apresentados, e que mostram como a Região Nordeste tem o maior percentual de população não alfabetizada do Brasil. O Nordeste conta com um percentual de 50% da população não alfabetizada, e a gente sabe que as desigualdades entre campo e cidade também são enormes. É claro que há diferenças e algumas especificidades, mas, de uma maneira geral, o campo apresenta também maiores percentuais de população não alfabetizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bem, é preciso entender que, no Brasil, quando falamos de educação de jovens e adultos, está implícita a escolarização, a alfabetização, que é o foco central desta audiência pública. Nós estamos ainda debatendo, em pleno século XXI, caminhando para meados do século XXI, esse direito fundamental, que é o direito à leitura e à escrita, essas tecnologias tão importantes, para acessar outros bens culturais e sociais no nosso país.

Então, a gente diz que, no Brasil e na América Latina, os estudos têm mostrado, para além dessa visão que o Prof. Wagner traz, da concepção de educação de adultos, em uma perspectiva de educação ao longo da vida, que nós temos, além disso, além de pensar em uma educação ao longo da vida, de pensar ainda na garantia do acesso à escola, na democratização da escola.

Em relação a isso, quem são, do ponto de vista étnico-racial, as pessoas mais excluídas do direito de acesso à escolarização? Joana Passos, na sua pesquisa de doutorado, que é uma pesquisa muito importante, chama à atenção para as desigualdades acumuladas na experiência social da população negra nos processos de escolarização que têm sido denunciadas há anos pelo movimento social negro, por estudiosos das relações raciais e, mais recentemente, também, pelas análises no âmbito dos órgãos governamentais no Brasil.

É claro que a gente vai vivendo as oscilações; a depender do período, esse reconhecimento é maior ou menor. Ela chama a atenção para indicadores que eu considero fundamentais, quando a gente pensa na alfabetização e escolarização de jovens e adultos. Então, existem indicadores importantes para se pensar: os anos de estudo, as reprovações, as muitas crianças que ingressam na escola e permanecem durante anos, mas não conseguem avançar no seu processo de escolarização.

A Profa. Nilma Lino também vai chamar a atenção e nos perguntar: "O campo da educação de jovens e adultos tem pautado as questões raciais?". Essa é uma outra questão.

Eu vou avançar um pouco para dois pontos que eu acho fundamentais. O primeiro, é a necessidade de se pensar em estratégias efetivas de superação do analfabetismo no Brasil e pensar em políticas efetivas também de formação inicial e continuada de professores.

Quero destacar também a importância do lançamento do Pacto Nacional pela Superação do Alfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos (Pacto EJA), que tem, entre suas ações, não só pensar na alfabetização, mas também pensar na formação de professores. E, claro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

é fundamental pensar no fortalecimento dessa oferta nos municípios, considerando esse recuo no número de matrículas ao longo dos últimos anos.

Eu gostaria de passar, então... Pode passar algumas lâminas. Pode passar essa. Eu vou para... Nesse ponto anterior...

Esse dado do IBGE, esse gráfico, vai trazer para a gente a composição da população brasileira do ponto de vista étnico-racial e traz aí as Regiões Norte e Nordeste como as regiões que são predominantemente negras. Então, não é à toa que há uma aproximação entre o perfil social, econômico, étnico-racial dessa população e a negação do acesso à educação, à permanência na escola e à alfabetização.

Pode passar.

Eu quero mostrar alguns dados...

Pode passar esse também. Este pode passar.

Nesse gráfico, são dados levantados a partir do TSE, a nossa dificuldade de acessar, como o Prof. Wagner traz, as informações, os dados são subdimensionados. E nós temos buscado não só os dados da escolaridade da população brasileira, tentando inferir uma demanda potencial pela EJA de pessoas que não concluíram a educação básica.... Quero ressaltar que a Educação de Jovens e Adultos compreende a educação básica para a população jovem e adulta. Aí, no Nordeste, a gente chega a números extremamente altos, que são 29 milhões de pessoas, considerando todos os estados do Nordeste, que não concluíram a educação básica e que seriam, claro, o público potencial da Educação de Jovens e Adultos na região. É claro que são dados aproximativos, não completamente precisos, para que a gente possa tentar compreender como é que essa população está distribuída.

E no próximo, vem...

Pode passar.

O próximo vai nos dizer dessa população não alfabetizada ou que sabe ler e escrever, ou seja, é essa população que demanda os anos iniciais do ensino fundamental, em que o processo de alfabetização se concretiza, se fortalece ali nos anos iniciais. Então, seria um público que demanda, o que nos dá conta aí de 8 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente contrasta esses números com a matrícula...

Pode passar o próximo número.

Nós fizemos um esforço de acompanhar as matrículas de 2013 a 2022. E o que é que nós vamos perceber? Primeiro, que essas matrículas nem se aproximam dessa demanda, que seria de 29 milhões de população que demandaria EJA. Nós teríamos, no Nordeste, 1,5 milhão de matrículas distribuídas, e aí a gente já percebe que com a população predominantemente preta e parda, e um percentual altíssimo de população que é não declarada do ponto de vista étnico-racial.

Pode passar.

Pode passar.

Eu já vou caminhar aqui para encerrar.

Pode passar para mais um.

Eu trago esse gráfico, esse último, pode voltar, que nos diz um pouco também como, em determinados momentos, essa matrícula entre homens e mulheres também, como é que ela se movimenta. Então, em 2013, a gente tinha matrículas bem equilibradas entre homens e mulheres. Em 2017 há uma queda – e é bom lembrar que logo após a destituição da Presidenta Dilma entramos numa crise econômica que já vinha se iniciando, e há uma queda nas matrículas de mulheres –, e um aumento dessas matrículas em 2022.

Bem, para dizer, e já finalizando, que pensar na alfabetização de jovens e adultos é pensar em políticas efetivas, políticas que tenham um largo espectro que pensem não só no acesso à escola, mas na permanência, considerando o perfil desse público, que vive situações de vulnerabilidade múltiplas, e também pensar, junto a isso, na formação de professores, de docentes para educação de jovens e adultos. É preciso pensar, é preciso que as nossas licenciaturas, que as universidades pensem e incluam na formação dos professores, dos licenciandos, a educação de jovens e adultos e a alfabetização de jovens e adultos como um conhecimento fundamental.

Então encerro com uma citação de Paulo Freire que vai nos dizer que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

> Para a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma "chaga", nem uma "erva daninha" a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta. Não é um problema estritamente linguístico nem exclusivamente pedagógico, metodológico, mas político, como a alfabetização por meio da qual se pretende superá-lo. Proclamar a sua neutralidade ingênua ou astuta não afeta em nada a sua politicidade intrínseca. Paulo Freire

Muito obrigada e peço desculpas pelo tempo.

Aí as referências.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, Professora, muito obrigada. Quero parabenizar a todos e a todas, ao Wagner, que foi o único homem no grupo das mulheres, quero, então, parabenizá-los.

Eu vou passar a palavra aqui, mas, antes de passar a palavra, vou passar aqui para a Mariângela dar uma palavra, mas, antes, eu vou falar um pouco.

Com a apresentação de vocês todas, a gente tem uma grande reflexão do grande desafio que nós temos. Eu digo nós, porque o Congresso, junto com o Poder Executivo tanto federal quanto estadual e municipal, tem essa dívida com as pessoas que, infelizmente, não conseguiram se alfabetizar. Essa dívida é do Brasil.

E nós passamos quatro anos, seis anos sem ter um ministério que dialogasse com as redes estaduais, com as redes municipais, com a sociedade civil, com os fóruns, então a gente sofreu muito sem diálogo, sem nada. Tivemos a pandemia ainda, infelizmente, nesse período.

E, graças a Deus, você vê um Presidente que não teve também a oportunidade... Mas ele teve a sensibilidade de colocar a educação como prioridade: o nosso Presidente Lula sempre coloca essa prioridade.

Tivemos vários avanços com o lançamento do programa. A gente sabe que realmente precisa estar sempre se aperfeiçoando e precisa de recursos. Estão previstos R$4 bilhões, mas a gente sabe que realmente precisa de mais recursos.

Quando a gente coloca a Subcomissão aqui no Senado, a gente coloca um olhar para que a gente alerte os colegas Senadores e as colegas Senadoras, para que a gente possa trabalhar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

com o fortalecimento dessa política pública importante, para que a gente possa dar oportunidade a toda a população brasileira.

Tivemos alguns avanços – mesmo com o Governo que passou –, que foi a questão do fator de ponderação do Fundeb: o EJA aumentou 25% e a educação de indígenas e quilombolas aumentou 17% no fator de ponderação do Fundeb. Foi importante esse avanço.

A questão da renovação da Lei de Cotas, inclusive com aperfeiçoamentos também importantes para que a gente possa fortalecer. Claro que isso precisa realmente de uma política mais estratégica, mais sólida para a gente poder combater, para a gente poder evoluir nessa questão.

Então, vocês todos, nas suas palavras, falaram da questão da Educação de Jovens e Adultos e também se referiram à importância de a gente não deixar esse número crescer. Então, o Ministério da Educação lançou um programa importante: o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que já vem para que a gente tente fazer com que esses números realmente não aumentem, para que a gente possa tentar isso. Essa foi uma política importante que o Presidente Lula lançou, através do Ministério da Educação, com o Ministro Camilo Santana. Ele que vem de um estado – o meu estado – que priorizou a educação, que as crianças sejam alfabetizadas na idade certa, mas que também tem o número do analfabetismo, das pessoas não alfabetizadas, muito alto – e aí é a realidade do Nordeste.

Quando o Presidente Lula lança o programa Pé-de-Meia para tentar fazer com que esses jovens... Porque hoje nós temos, infelizmente, estes números: 500 mil jovens do ensino médio abandonam a escola durante o ano. Então, a ideia do programa Pé-de-Meia é que a gente tente fazer com que eles permaneçam na escola. E o MEC já deve estar estudando e deve ter um resultado do número de matrículas que aumentaram, do número de permanência, porque existe uma avaliação. E existe também um compromisso do próprio aluno de estar com um percentual de permanência na escola.

Então, projetos importantes foram lançados, mas os desafios são enormes.

Houve também o lançamento do Pibid com 80 mil bolsas, e lá está prevista também a formação de professores da Educação de Jovens e Adultos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente vê a importância de tudo isso, mas são grandes os desafios que precisamos ainda colocar.

Quando me volto para os jovens, junto com o programa que o MEC lançou... E eu sou uma defensora de que as universidades públicas e os institutos federais têm muito a contribuir para que a gente possa formar, alfabetizar as pessoas. Então, assim, a gente precisa realmente ter um pacto nacional.

Inclusive, eu apresentei dois projetos aqui na Casa, um deles é o PL 2.410, que institui a Política Nacional de Incentivos à Formação de Educadores Populares. Os Consultores do Senado fizeram várias ponderações, fizeram várias consultas a vários estudiosos, para que a gente pudesse elaborar esse projeto, para que a gente possa incentivar as pessoas a também serem formadoras, serem educadoras de jovens e adultos. A gente, através de vários incentivos, sejam financeiros, sejam incentivos para que eles, independentemente da carga horária que eles tenham de trabalho na formação de jovens e adultos, possam, no concurso, ser beneficiados pontualmente com essas horas de aula que eles têm. Então, a gente precisa formar uma rede nacional de educadores, fazendo parceria com os estados e municípios, porque nós precisamos também ter as escolas certificando esses jovens e adultos. A gente precisa tentar fazer um movimento nacional.

E outro projeto foi o PL 2.411, de 2024, que institui a Política Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. Então, são dois projetos que estão tramitando na Casa, que a gente sabe que são importantes. E que a gente possa envolver todos os Parlamentares, tanto do Senado como da Câmara, para que a gente possa fazer com que a política da alfabetização seja efetiva. Que a gente possa estar juntos, de mão dada com os estudiosos, com os institutos, com a UNESCO, com o Unicef, com vários institutos nacionais e internacionais, para enfrentar esse desafio.

Mais uma vez parabenizo vocês.

Eu vou abrir aqui para a Mariângela falar, e depois eu vou abrir para o e-Cidadania, porque nós temos algumas perguntas aqui.

A SRA. MARIÂNGELA GRACIANO (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, começo agradecendo a generosidade da Senadora Janaína em abrir a palavra neste momento que é de escuta. Muito obrigada.

Em nome do Ministro Camilo e da Secretária Zara, parabenizo a iniciativa da constituição desta Comissão, um importante espaço de debate, de produção de conhecimento e reflexões. Também agradeço a disponibilidade da Senadora Soraya em apoiar a iniciativa e seguir junto.

Cumprimento os colegas que me antecederam: Prof. Wagner, Profa. Analise, Profa. Gilvanice e Profa. Debora, que trouxeram contribuições e reflexões que certamente vão ajudar muito na implementação do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos.

Lembro que a ideia do pacto é justamente esta: diferentes atores, diferentes segmentos da sociedade unidos, trabalhando coletivamente, para que a gente possa efetivamente garantir direitos educativos para todas as pessoas, particularmente as pessoas a partir de 15 anos.

Vou fazer aqui brevíssimos comentários a partir de algumas falas, já interagindo com algumas propostas que estão no âmbito do pacto.

O Prof. Wagner destaca a necessidade do monitoramento das políticas. Lembro que, no âmbito do pacto, nessa articulação que está sendo feita com diversos outros ministérios, numa perspectiva de constituição de uma política intersetorial, a gente tem uma contribuição bastante importante do Ministério do Planejamento, justamente para pensar um sistema de monitoramento das ações. E, junto com esse sistema de monitoramento, também, a gente vem trabalhando na construção do cadastro da EJA, que é uma ideia de que a gente possa fazer a interligação de diversas bases de dados e que essa interligação esteja a serviço tanto de a gente identificar a demanda, a demanda real, quanto da perspectiva de a gente também contribuir com estados e municípios na organização da oferta.

Também o Prof. Wagner destaca a necessidade da adequação da oferta ao público e considera a diversidade do público da educação de jovens e adultos. Quero lembrar que, no âmbito do pacto, nós temos diversas ações que justamente, de um lado, reconhecem essa diversidade, e aí pensando em diferentes grupos etários, em diferentes grupos culturais e em diferentes contextos; e, ao mesmo tempo, ações que estimulam a construção de modelos de oferta que estejam baseados na diversidade e qualificação de tempos, espaços e arranjos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

curriculares, porque dessa forma a gente atende às necessidades dos potenciais educandos da EJA.

A Profa. Analise, acertadamente, chama a atenção para a necessidade do estímulo à continuidade dos estudos para as pessoas que passam por processos de alfabetização fora do sistema escolar. E essa ideia, Professora, foi justamente uma ideia muito forte que organizou a construção do pacto, por isso é Pacto pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da EJA; é a ideia de que, reconhecendo a importância neste lugar da educação popular, neste lugar em que os movimentos sociais historicamente têm dado essa contribuição na alfabetização, em colaboração com os entes federados, se faça com que também as redes de ensino, também essa oferta da EJA sejam adequadas às necessidades que estes grupos trazem como demanda.

A Profa. Analise também chama a atenção para o lugar dos jovens na EJA. Como é que a gente pensa o futuro desses jovens? Então, só lembro que, para nós, Professora, no pacto, essa é uma perspectiva muitíssimo importante. E o Programa Pé-de-Meia EJA, que vai ser lançado agora – aliás, já foi lançado, o Ministro Camilo já anunciou – e que passará a vigorar a partir de agosto, vai justamente neste sentido de estimular que esses jovens da EJA concluam a educação básica e sigam para o ensino superior.

A Profa. Debora Jeffrey traz uma perspectiva da dimensão normativa, lembrando que, no âmbito da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, foi construída uma proposta de diretrizes operacionais para a educação de jovens e adultos, que vai estar agora em discussão no Conselho Nacional de Educação, que vai chamar audiências públicas, na perspectiva de a gente retomar as funções da EJA com reparação, equalização e qualificação.

A Profa. Debora também chama a atenção para a necessária articulação entre estados e municípios, lembrando que, no pacto, justamente a gente tem um sistema de governança em que, com a parceria preciosa de Undime e Consed, a gente estabelece, induz e estimula que os entes federados pensem no território em ações articuladas para a educação de jovens e adultos, pensando tanto do ponto de vista da gestão quanto do ponto de vista da formação de professores.

A Profa. Debora também chama a atenção para a necessidade das políticas intersetoriais. Quero lembrar que, no âmbito do pacto, nós temos aí a participação de 11 ministérios, todos eles contribuindo de diversas maneiras para a consolidação da construção da política de educação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

jovens e adultos. Então, são ações que vão da mobilização do público a ações de estímulo à oferta, apoio à matrícula e outras ações de suporte.

E já entro aqui em um brevíssimo comentário sobre a importante contribuição da Profa. Gilvanice, que traz a presença das mulheres na educação de jovens e adultos e como a gente garante que essas mulheres permaneçam. Quero lembrar que, justamente no âmbito dessa articulação interministerial, a gente tem discutido a implementação das salas de acolhimento para o atendimento dos filhos, dos netos, das crianças de 4 a 12 anos, que estão sob a responsabilidade das educandas da EJA.

Por fim, a Profa. Gilvanice chama a atenção para a necessidade de formação. E, Profa. Gilvanice, a gente tem mesmo – a senhora sabe disso, pelas suas importantes contribuições – pensado, então, a formação inicial, a formação continuada e, sobretudo, a formação continuada em serviço. É essa ideia de que a gente tem que chegar ali à sala de aula pensando a formação também dos profissionais da educação.

Por último, agradecendo mais uma vez a oportunidade, quero já convidar todas as pessoas a se juntarem a este movimento: uma campanha que a gente vai lançar agora, que o ministério vai lançar agora no âmbito do pacto, que é a chamada pública para educação de jovens e adultos. A gente, já cumprindo o que está disposto no art. 5º da LDB, vai organizar uma grande mobilização, em articulação com estados e municípios, para que a gente sensibilize essa demanda e convide a voltar para a escola. Ela é liderada – e há aí uma grande colaboração – com os fóruns de EJA.

Lembro que os movimentos sociais são fundamentais para que, efetivamente, a gente consiga consolidar o pacto.

Então, muitíssimo obrigada e seguimos à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, Mariângela.

Mais uma vez, é uma rica audiência. A indicação de todos vocês para participar deste momento foi importante. E você vê, pelo número de pessoas que estão assistindo à nossa audiência, como é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, para quem não sabe, eu trabalhei um ano e três meses no Ministério da Educação. Vim do Ceará e fiquei um ano e três meses trabalhando no Ministério da Educação. E lá, também, o Ministro criou uma secretaria para a questão da avaliação e do monitoramento das políticas públicas da educação, que acho que vai dar um suporte importante para a política. Inclusive, eu era Secretária Nacional e vim assumir aqui o Senado, mas com essa missão. E, pela relação com a Profa. Zara Figueiredo, que luta sempre por essa política, a gente fica feliz de estar aqui.

Foi um aprendizado com vocês esta tarde de hoje.

Eu vou passar para algumas perguntas. Foram 78 perguntas, mas nós vamos organizar as respostas para que a gente possa encaminhar para as pessoas.

Alguém quer falar, que está aqui? (*Pausa.*)

Não? Está bom.

Então, nós temos aqui o Thiago, de São...

Eu vou fazer as perguntas e aí tem alguns professores – Profa. Analise, a Mariângela – para responder. Eu vou passar depois para vocês.

"Como políticas educacionais podem ser adaptadas para reduzir as disparidades de analfabetismo entre diferentes grupos étnicos [...] [e] sociais?", é a pergunta do Thiago, de São Paulo.

Se algum dos professores puder responder, eu vou passar a palavra.

O Flávio, de Minas Gerais: "[...] apesar do grande número de pessoas não alfabetizadas, [qual a razão de] o número de estudantes da educação de jovens e adultos [...] [cair] continuamente?". A Profa. Analise e alguns outros já falaram também, mas respondam aí.

Maria, de São Paulo: "Seria possível criar um incentivo, [...] [como o] Bolsa Família, como uma [forma] de poupança [...] [para que os estudantes tenham uma] reserva no futuro?". A Mariângela já falou da questão do Pé-de-Meia EJA, mas ainda há necessidade de realmente ter mais incentivos.

Tem um comentário da Carla, do Rio de Janeiro: "Precisamos de [...] políticas públicas na área de educação, o que vemos ainda é pouco".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Celso, de Minas Gerais, pergunta: "Qual o plano de investimento a partir da retomada do PNLD [...] [a Mariângela já falou aqui que é a alfabetização], que atenda o público-alvo de jovens, adultos e idosos?".

Michele, de São Paulo: "Quais estratégias podem ser implementadas para combater o analfabetismo em áreas rurais?". A Profa. Gilvanice também falou um pouco disso.

Tem a Júnia, de Minas Gerais: "Há um mapeamento por região do analfabetismo no Brasil? Quais são as ações interventivas [...] [para] prevenir a evasão escolar?". Também os professores apresentaram aí os mapas.

Vanessa, do Piauí: "[...] Como [...] [se precisa] estruturar as ações futuras de combate ao analfabetismo, considerando os desafios já diagnosticados?".

Clarice, do Ceará: "[...] Como justificar o fechamento de tantas escolas de EJA [...] [no] Brasil, diante dessa realidade?".

Aí, nós temos dois comentários.

Rita, de Santa Catarina: "Temos a expectativa de que esta ação dará visibilidade à EJA, levando os municípios e estados a cumprirem suas funções e seus deveres". Junto com o Governo Federal, que vai dar todo o suporte.

Jaqueline, do Rio de Janeiro: "[...] [É preciso esforços públicos para] garantir o acesso e a permanência da população à educação básica, [...] [da qual a alfabetização faz parte]". Então, é desde a alfabetização na idade certa até o ensino superior.

Vocês anotaram as perguntas? Tem umas que eu acho que são mais para o Ministério da Educação.

A primeira é: "Como políticas educacionais podem ser adaptadas para reduzir as disparidades de analfabetismo entre diferentes grupos étnicos [...] [e] sociais?".

Quem poderia nos auxiliar nessa resposta? Podem levantar o dedo? (*Pausa.*)

Eu também posso passar para vocês, para encerrar. Cada um fala por cinco minutos e, como as perguntas se complementam, vocês podem responder também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu posso começar aqui pelo Prof. Wagner Santana para fazer – você deve ter anotado as perguntas –, nos seus cinco minutos, um panorama a partir dessas perguntas.

Algumas se referem ao MEC, mas uma boa parte é a questão da fala de vocês durante toda a apresentação.

O SR. WAGNER SANTANA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado às pessoas que participaram. Acho que as perguntas que chegam são perguntas de gente envolvida, interessada e comprometida com esse cenário que a gente discutiu aqui hoje.

É falando desse compromisso que eu quero encerrar a minha participação hoje.

Acho que todos nós que trabalhamos com política educacional, de alguma forma, sabemos de uma trajetória histórica de desprestígio da educação de jovens e adultos.

Eu falei do mundo, mas eu sou brasileiro e acompanho as políticas educacionais brasileiras há bastante tempo, então fico muito feliz com o posicionamento do Ministério da Educação neste momento, porque traz um programa, uma política nacional, um pacto nacional que me parece bastante consistente do ponto de vista da sua articulação intersetorial, da sua perspectiva de governança, pela forma como ele lida com as questões colocadas pelo federalismo brasileiro e com a autonomia de estados e municípios.

Acho que a gente tem, adiante, uma plataforma muito consistente – com desafios tremendos – para a implementação dessa política que, de alguma forma, dialoga – a mim me parece que é uma política que dialoga – com os diagnósticos que a gente apresenta e que foi construída a partir desse diagnóstico, buscando dar conta dessas questões estruturais da EJA, mas entendendo que as questões estruturais da EJA são questões estruturais da educação brasileira.

A EJA, entre outras coisas, é aquela última plataforma de reparação que nós, como sociedade, podemos estender a grupos historicamente marginalizados, a grupos historicamente excluídos. A EJA nasce com essa perspectiva de dar conta de todas as exclusões e desigualdades que nos marcam e nos afetam como sociedade. A EJA nasce como aquele impulso de política de iniciativa, de ação política concreta, que visa dizer que não desistimos, que visa dizer que não queremos abandonar pessoas pelo caminho. Então, acho que quem milita em EJA, quem atua com EJA, quem trabalha com EJA sabe que, ao fim e ao cabo, está lidando com uma política de ação afirmativa que tem uma dimensão de reparação tremenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que é desse lugar e desse compromisso que cada um de nós que está aqui hoje precisa se posicionar. De um lado, em outros espaços, em outras esferas, mas entendendo que as demandas de EJA são demandas de insuficiências do nosso sistema educacional, são demandas de baixos investimentos, políticas descontínuas e ações que não deram conta de toda a exclusão e das desigualdades que nós temos. Então, na perspectiva da UNESCO e na minha perspectiva pessoal, lidar com EJA é lidar com uma verdadeira plataforma de reparação e de tentativa de dar conta de exclusões que a gente vê sistematicamente produzidas.

Em nome da UNESCO, eu gostaria de saudar a iniciativa do Ministério da Educação, entendendo a sua importância expressa em ações, em articulações e em financiamento. Parabéns ao Ministro Camilo, à Secretária Zara e à Profa. Mariângela Graciano por essa iniciativa, que nasce tentando dar conta das diferentes dimensões dessa questão, entendendo que os excluídos do nosso país têm gênero, têm raça, têm territorialidade. E todas essas questões estão associadas diretamente à pobreza.

Enfim, é com relação a essas pessoas que a gente quer firmar o compromisso aqui da UNESCO e se juntar a todos que estão conosco nessa compreensão de que, sem uma EJA de consistência, uma EJA de qualidade, a gente não garante direitos, a gente não fortalece a democracia e a gente não atua na correção de tanta injustiça social que, ao longo da nossa história, se produziu.

Muito obrigado pelo convite e pelo diálogo tão frutífero dessa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, Professor.

Inclusive, neste ano, o Brasil vai sediar o G20, e lá vai ter o tema da educação. E, pelos números que o Professor mostrou do mundo, acho que podia ser uma das pautas. Apesar de eu achar que já estão definidos quais são os temas do G20 da educação no Brasil, esse é um tema que poderia ser discutido também lá – eu não sei quais são os temas que foram definidos pelo grupo do G20.

Vou passar a palavra para a Profa. Analise, para poder fazer as suas considerações finais. E, se ela puder também responder às perguntas dos nossos internautas, eu agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANALISE DE JESUS DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Vou tentar. (*Risos.*)

Acho ótimo. EJA é isto: na hora em que a gente fala para o povo "par...", eles já participaram. Isso é ótimo, excelente! A gente entende a educação de jovens e adultos como direito e nos entendemos como sujeitos que podem contribuir com a garantia desse direito.

Eu não consegui registrar o nome das pessoas. Então, eu vou falar sobre as temáticas, mas os nomes eu não consegui registrar.

Primeira: "Como [a política pública, a política educacional pode ser adaptada] para reduzir as disparidades de analfabetismo entre os diferentes grupos étnicos [...] [e] sociais?". Penso eu que, primeiro, não sendo adaptadas. Este é um dos grandes problemas enfrentados pela educação de pessoas jovens, adultas e idosas: têm-se adaptado muito outras políticas, outros projetos e outros programas, pensados para outros sujeitos e trazidos para serem usados nessa modalidade. Eu penso que é: não adaptar; tentar entender a especificidade desse sujeito em relação ao grupo étnico-racial, a especificidade desse sujeito em relação à questão socioeconômica.

A outra questão diz: "[...] apesar do grande número de pessoas não alfabetizadas, [qual a razão de] o número de estudantes da educação de jovens e adultos [...] [cair] continuamente?". Penso que tratei um pouco disso na minha fala. Primeiro, as pessoas estão morrendo. Segundo, tem a questão de que as turmas têm sido reduzidas e fechadas. Não é que o número de estudantes esteja caindo; é que a oferta está caindo vertiginosamente. E aí, quando os gestores nos dizem: "Mas a gente oferta, só que eles não querem", é fundamental a gente pensar quais são as condições em que tem sido feita essa oferta. São condições que consideram que estejamos lidando com estudantes que, de vez em quando, trabalham, e não com aquilo que realmente é, ou seja, com trabalhadores que estudam. Então, é bastante diverso, bastante diferente. Inclusive, quando estamos falando da juventude que está na EJA, eles trabalham. São trabalhos formais, informais, legais, ilegais... Trabalham!

A questão do incentivo... Eu gostei da coisa da reserva no futuro, não sei é se os sujeitos da EJA têm como reservar. Eu acho que eles precisam para agora. E aí acho que não seria uma coisa para reserva de futuro. Mas é fundamental pensar – essa proposta que, há décadas, os movimentos sociais ligados à educação de jovens e adultos fazem – uma bolsa que permita a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

esse sujeito ficar conosco e não ter que sair para trabalhos sazonais, por exemplo, para trabalhos temporários.

A estratégia para ser implementada, penso eu, tem a ver com outra pergunta que foi feita, que é sobre a questão de como a gente faz para que seja um programa. Eu entendo que não é sendo um programa, mas sendo uma política pública; não sendo algo que o gestor pode fazer ou não. Ele já não pode... porque está na Constituição: ele já não pode fazer ou não fazer. Mas precisamos ver aí mecanismos que o obriguem a fazer, porque a verba vai carimbada para a Educação de Jovens e Adultos para os municípios, a verba vai carimbada para a Educação de Jovens e Adultos para os estados. Então, ela precisa ser aplicada em educação de jovens e adultos.

Uma questão que eu considero muito complicada é o fato de que a gente não tem uma cultura de política pública. Em relação à educação de jovens e adultos, nós temos uma cultura de programas, projetos. O máximo que a gente faz é juntar um monte de programas e dar a isso o nome de política pública. Política pública não é isso, e a gente sabe disso pelos nossos colegas cientistas sociais, pelos nossos colegas cientistas políticos, que vêm nos trazendo, a cada dia, a diferença entre se juntar um monte de programas e estabelecer uma política pública.

Como se justifica o fechamento das turmas de EJA? Justifica-se em função da demanda de mercado. É assim que se justifica. Veja, aqui, em Minas, nós temos um projeto elaborado pelo Governo do Estado de Minas junto com uma fundação privada, que é o Projeto Somar. Para esse projeto entrar na escola, as turmas de EJA foram fechadas. Agora, recentemente, nós temos estudos – inclusive um deles aqui na universidade federal, de um mestrado profissional – que provam que, das 360 pessoas que estavam matriculadas nas três escolas piloto, dois anos depois, a gente continua tendo 16 delas, porque o resto do pessoal evadiu. E evadiu por quê? Aí vem a conversa: "Ah, mas eles foram indicados para outras escolas". Só que as outras escolas são outras escolas distantes; as outras escolas são outras escolas em territórios que são territórios nos quais eles não podem transitar; as outras escolas são outras escolas onde eles não têm vínculo afetivo, porque as escolas que foram usadas no projeto piloto ficam dentro do território da comunidade escolar da qual eles fazem parte. Então, pensar como a gente justifica o fechamento de tanta escola e de tanta turma no Brasil é pensar como a gente justifica o investimento público entendido como gasto – e, portanto, esse povo não vai voltar para o mercado de trabalho, não vai dar retorno para o mercado de trabalho, portanto esse povo está fora da agenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Penso eu que uma discussão – só para encerrar – que é fundamental a gente pensar é em relação a como o MEC pode, efetivamente, sem necessidade de grandes políticas, de grandes aprovações e etc., incentivar isso. Nós temos pouquíssimas, raríssimas instituições de educação superior no país que, na formação inicial, têm disciplina obrigatória para educação de jovens e adultos. Quando aparece uma ou outra, a gente diz assim: "Nossa, mas aqui tem". É, aqui tem; só que as pessoas não têm EJA só aí. É fundamental que ter disciplina obrigatória na formação de futuros docentes para educação básica seja obrigatório. Para isso, o que o MEC pode fazer? O MEC pode, por exemplo – e isto está proposto pelos movimentos sociais já há algumas décadas –, estabelecer, nos cursos de licenciatura, que aqueles que incluírem, em seus currículos, disciplina obrigatória sobre educação de jovens e adultos, com programa construído em parceria com a Secadi inclusive, terão direito a uma vaga para concurso de professor para essa disciplina de EJA. Considero que isso é algo fundamental. E isso é política pública.

Outra questão que é política pública é se o MEC começar a lançar, junto com as entidades de fomento, editais específicos para a educação de jovens e adultos, porque a gente entra nos editais que são editais universais, e aí pouquíssimos de nós pesquisadores em EJA conseguimos alguma coisa, inclusive para garantir os trabalhos de extensão que fazemos junto às comunidades escolares.

Por fim, devemos pensar que intersetorialidade e interseccionalidade precisam passar por coisas como ver o sujeito como um todo. Não dá para a gente garantir a vaga sem garantir que tenha luz na sala de aula, sem garantir que tenha água na cisterna, sem garantir que tenha banheiro na escola onde esse sujeito vai ficar, porque esse sujeito já ficou o dia inteiro na lida ou procurando lida, para agora chegar e receber de merenda escolar quatro biscoitos e um copo de leite, como aconteceu com as crianças durante o dia. Então, a alimentação desse sujeito na escola tem que ser outra, a carteira desse sujeito na escola tem que ser outra. Esse sujeito precisa de óculos, esse sujeito precisa de educação física acontecendo ali, para que ele aprenda, para que ele dance, para que ele mova o corpo.

Para pensar isso tudo, é fundamental a gente conseguir entender que já foi um avanço a equiparação do fator de isonomia da EJA com outras categorias, outras modalidades, mas que vai além disso, porque, para a EJA, a própria Fineduca hoje já dá conta de defender e de dizer com números: "Para a EJA, a gente precisa de maior financiamento".

Obrigada. Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, Professora.

Vamos passar aqui a palavra para a Profa. Debora Cristina, para suas considerações finais. E, se a senhora também quiser responder ao que a Professora não respondeu, a gente agradece.

A SRA. DEBORA CRISTINA JEFFREY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pronto, estava com problema no áudio.

Bom, eu agradeço primeiramente. Eu acho que o debate foi bastante profícuo pelo volume de questões que foram apresentadas.

Acho que todas as perguntas se pautam muito em pensar essa política educacional destinada à educação de jovens e adultos, que contemple esse enfrentamento ao analfabetismo, as questões sociais e o que está sendo discutido para relação de classe, de território.

Ao mesmo tempo, nós estamos falando o porquê da existência dessa modalidade, o que justifica a educação de jovens e adultos, para que público nós a destinamos e com que efetividade essa política se concretiza. Então, acho que, a partir do momento em que nós estamos aqui em debate e referendando a constituição de uma Subcomissão Permanente de Educação de Jovens e Adultos no Senado – e nós temos aí toda a proposição de um programa que é claro que compreendemos, na perspectiva da política educacional, que integra ou deve integrar uma política educacional –, nós estamos nesse caminho de todas essas questões que estão sendo apresentadas.

Acho que sempre nós destacamos a importância – e o Prof. Wagner fala isto – do federalismo como esse grande norte para se pensar a política para os programas e a efetivação disso junto aos estados e municípios. Então, acho que este é o segundo movimento com que a gente sai daqui.

E terminamos, com certeza, esta nossa participação compreendendo também o desafio e o compromisso do próprio Ministério da Educação e desta Subcomissão de fazer valer o que já está previsto, prescrito lá na LDB, como eu disse anteriormente, e no Plano Nacional de Educação – o que está terminando e o novo, que já está chegando – quanto ao estabelecimento dessas diretrizes, para que a gente não fique apenas no plano das ideias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que este processo de vinculação e de construção conjunta desta política junto aos estados e municípios é essencial para que a gente possa, de fato, compreender que a educação de jovens e adultos se torna protagonista desse processo.

Juntamente com o que a Profa. Analise comentou lá no início da nossa fala, é importante a gente integrar esta modalidade às ações da educação básica, porque acho que a educação de jovens e adultos referenda o direito daqueles que não tiveram a oportunidade de concluí-la. E nós temos também o desafio de compreender que a gente não transforma em números os que estão na educação básica para chegar aqui à modalidade também. Que essa modalidade possa estar aberta.

Eu acho que, em vários países do mundo, quando nós falamos de educação de adultos, nós também temos que ter esse olhar etário de como pensar essa educação de adultos para jovens, para adultos e, mais recentemente, para idosos, pelo crescente número que nós temos no Brasil, com as estatísticas aumentando cada vez mais e com uma projeção, já para os próximos 20 anos, de um número de idosos considerável.

Então, eu acho que precisamos pensar essa política em curto, em médio e em longo prazo: quais são essas expectativas. E, ao mesmo tempo, precisamos pensar o investimento; além do investimento, a formação, como foi dito aqui, de professores e professoras; e as possibilidades de incentivo. Não podemos falar da modalidade de educação de jovens e adultos, nem nos referirmos à educação básica e ao ensino superior sem integrar essas ações junto a ações e políticas afirmativas quando nós sabemos quem são esses destinatários, quando nós sabemos quem são esses e essas estudantes ou os potenciais estudantes ou aqueles que estão excluídos desse processo de escolarização.

E isso também compete, claro, à própria universidade. É papel da própria universidade colaborar, sim, com pesquisas, com estudos que possam indicar não somente o mapa, como foi solicitado aqui, que já existe, mas também o estabelecimento de uma relação de um processo importante a ser estabelecido entre cada um dos representantes da sociedade como um todo. E a universidade é um desses espaços. Acho que temos este desafio: onde está a educação de jovens e adultos na formação inicial de professores e professoras, nos cursos de licenciatura, nas pesquisas, nos financiamentos? E esses dados podem ser utilizados a partir da política, de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

metodologia da política de evidências, subsidiando, então, essas ações e um plano de ação em curto, em médio e em longo prazo.

Quero agradecer a oportunidade de dialogar com os colegas aqui presentes e dizer que a educação de jovens e adultos está aí e está para ficar.

Que bom que nós temos isso garantido, diferentemente de alguns países do mundo, em que nós não temos essa oportunidade de dialogar a respeito de uma modalidade – porque, em muitos deles, esse estudante sai da escola e não volta mais, não tem uma estruturação ou tem que ir em busca no setor privado.

Que nós possamos, então, efetivar essas políticas públicas – e aí não somente o programa, mas a base, a diretriz, que orienta e que nos remete aos desafios práticos tanto do federalismo como também dessas ações efetivas de estados e municípios. E o papel do MEC é o de coordenador federativo desse processo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, Professora.

Passo, para as considerações finais, à Profa. Gilvanice Barbosa.

A SRA. GILVANICE BARBOSA DA SILVA MUSIAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu queria iniciar agradecendo também esta oportunidade de diálogo. E queria conversar aqui, dialogar com as pessoas que mandaram as perguntas.

Eu penso que algumas delas podem ser agrupadas, em especial aquelas que perguntam sobre o porquê do percentual de analfabetismo e da queda, da redução nas matrículas; e também as que perguntam sobre como atender, dar conta deste desafio que é a demanda da população do campo pela educação e pela alfabetização. Eu penso que essas três questões estão, de algum modo, relacionadas. E as Professoras e o Professor, de algum modo, trazem alguns elementos para pensarmos.

Primeiro, precisamos pensar que educação de jovens e adultos é direito. Sendo direito, é preciso que o Estado garanta o acesso à educação – e educação de qualidade!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E Paulo Freire já nos chamava atenção, desde as décadas de 60 e 70, para isto: o analfabetismo ou a baixa escolaridade da população também se relacionam às desigualdades sociais. O analfabetismo e a baixa escolaridade atingem parcelas da população – como o Prof. Wagner ressaltou – que tem um pertencimento de classe, de raça, de gênero, de regionalidade. E isso é o reflexo de uma sociedade extremamente desigual e que distribui de forma desigual o acesso ao escolarizar, como eu discuto na minha pesquisa de doutorado, ou seja, há uma distribuição desigual do escolarizar neste país.

Quando eu falo da distribuição do escolarizar, falo das condições de acesso e permanência na escola. Isso afeta diretamente a população do campo, de forma muito sistemática, e também a população urbana, quando nós presenciamos os muitos municípios fecharem ou agruparam escolas. Isso impossibilita que o estudante de uma determinada comunidade, de um determinado território, transite em outro território e possa continuar o seu processo de escolarização. Então, no momento em que os municípios fecham – e fecham alegando que não têm demanda, que não têm estudantes, que não têm matrículas –, desconhecem ou se fazem desconhecer as informações sobre a baixa escolaridade da população e a população não alfabetizada em determinados territórios.

E aqui eu falo de quem está na cidade mais negra do país, que é Salvador; um município que fechou, em 2021, 44 escolas de educação de jovens e adultos no território, que é o Nordeste, que tem 50% da população não alfabetizada do país. Então, como explicar isso? Como explicar, senão pelo campo da negação do direito, da exclusão, da priorização no investimento em outros segmentos, em outros setores, em outras áreas? O Prof. Wagner traz muito bem isso.

Precisamos entender quem são os sujeitos e as sujeitas da educação de jovens e adultos e por que eles são afetados com políticas.

Eu costumo dizer, nas minhas pesquisas e análises, que a gente percebe, na história da educação de jovens e adultos, que, quando vem uma crise, ela é a primeira a ser atingida: Paulo Freire foi um dos primeiros a ser preso lá no pós-golpe militar; após a destituição da Presidenta, nós temos logo o esvaziamento da Secadi; ou seja, o desmonte da educação de jovens e adultos é um dos primeiros a acontecer.

Quando a gente recupera, restabelece uma certa normalidade no país, temos que lutar muito para reconstruir o pouco que foi construído. Então, a gente está neste momento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

reconstrução, com um pacto que foi lançado e que traz muitas ações e muitas políticas da formação à alfabetização. Então, isso é muito salutar.

E penso que, nessa ação intersetorial – quer dizer, pensar na alfabetização, mas no diálogo com os municípios –, o fator de ponderação, o lançamento do PNLD EJA, tudo isso é muito importante, todas essas ações vão possibilitando o fortalecimento desse campo. Então, são muitas ações.

E eu diria que os Professores que me antecederam já trouxeram muito dos argumentos. É preciso que essa escola, de fato, ensine; de fato, justifique um estudante trabalhador sair de um dia longo e cansativo de trabalho e se sentar em uma sala de aula. Que ele diga assim: "Valeu a pena, eu aprendi, eu me alfabetizei em um ano". Assim, é preciso que a escola garanta o acesso ao conhecimento.

E, para isso, é preciso investimento não só na formação dos professores, mas também na carreira docente, na remuneração docente. Então, pensar também na valorização docente é fundamental. Eu estou falando das universidades, nós passamos aí por um processo de luta, 60 dias de luta por recomposição salarial. Então, a formação é importante, mas também a valorização docente, a valorização da escola, uma escola com condições adequadas.

Então, um conjunto de políticas, um conjunto de ações possibilitarão que esse jovem, esse adulto, com inúmeras questões, vivenciando situações de violência em muitos aspectos da sua vida, no cotidiano, diga assim: "Vale a pena ir para a escola, valeu a pena, e eu permaneço nela".

Por outro lado, ao mesmo tempo que a gente tem essa redução das matrículas, nós temos percebido que a educação de jovens e adultos é fundamental para o ingresso do jovem da classe trabalhadora e dos adultos na universidade. Então, nós recebemos jovens e adultos egressos da EJA no ensino superior. Eles ingressam, eles acessam. Eu costumo dizer que a EJA e as políticas afirmativas têm uma relação. A EJA poderá potencializar as políticas afirmativas, porque, como diz o Prof. Wagner, ela é quase a última fronteira. Esses, quando chegam à universidade, dizem: "Eu só cheguei, porque eu tive a EJA, porque eu passei pela EJA, porque, na minha infância, eu não consegui permanecer, eu comecei a trabalhar com 9 anos, com 10 anos". Quando a gente trabalha com narrativas de estudantes que chegam da EJA ao ensino superior, a gente, ao mesmo tempo, vê o quanto a EJA foi fundamental para essas pessoas darem continuidade ao seu processo de escolarização e chegarem ao ensino superior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu penso que são esses diálogos.

Eu queria agradecer, enormemente, o convite e às pessoas que assistiram e mandaram as perguntas e os comentários. Muito obrigada!

E, mais uma vez, parabéns à Secadi, parabéns à Comissão de Educação e à Subcomissão para acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos!

Sentimos que a luta da EJA está mais fortalecida, assim como a luta dos movimentos sociais e dos fóruns. Para nós, que estamos, nas universidades, formando docentes, a EJA sai mais fortalecida com esta audiência pública.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, Professora.

Vou passar a palavra, rapidinho, para a Mariângela comentar duas questões que acho que são do Ministério da Educação.

A SRA. MARIÂNGELA GRACIANO (Para expor.) – Bom, respondendo, rapidamente, em relação ao PNLD EJA (Programa Nacional do Livro Didático), que foi uma questão colocada: assim que o Ministro Camilo chegou, o primeiro ciclo do Programa Nacional do Livro Didático foi destinado à educação de jovens e adultos, no ano passado. Isso significa, então, que houve um edital, e as obras, os livros didáticos serão distribuídos às escolas, a todos os estudantes da EJA do ensino fundamental a partir do próximo ano.

Isso dialoga muito com o que a gente vinha falando da necessidade da qualificação da oferta e, ao mesmo tempo, de entender a especificidade dessa oferta. O material didático da EJA é específico, porque ele é para pessoas jovens e adultas. Não se pode falar em adaptações.

Ao mesmo tempo, também ainda falando sobre a garantia do livro didático, já vamos agradecendo aqui a parceria com a UNESCO, com quem a gente vem construindo material didático também para o ensino médio.

Então, para o próximo ano, a partir de 2025, todas as etapas da EJA, todos os estudantes e professores serão beneficiados com o programa e com a chegada do material didático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à possibilidade de novos incentivos, temos conversado outras possibilidades de incentivo à permanência. O Programa Pé-de-Meia foi a primeira iniciativa, mas certamente outras virão. Quero dizer que existem outras ações que também concorrem para a permanência, porque promovem a adequação do ambiente escolar, da escola, ao recebimento das pessoas jovens e adultas. Eu gostaria de destacar o PDDE Equidade, que vem sendo discutido, que visa justamente fortalecer as escolas que atendem aqueles grupos historicamente excluídos, entre eles, os estudantes da educação de jovens e adultos.

Em linhas gerais, é isso. Ficamos à disposição.

Quero dizer que as dúvidas que as pessoas tenham podem também ser encaminhadas diretamente ao ministério, pelo eja@mec.gov.br, que teremos o maior prazer em responder. Estamos à disposição.

Muito obrigada, Senadora, pela oportunidade. Muito obrigada a todas as pessoas que apresentaram contribuições.

Certamente saímos daqui com muitas aprendizagens e vamos pensando em como fortalecer o pacto.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, Professora. A Mariângela pode ajudar em algumas perguntas.

Antes de encerrar, as Professoras e o Professor falaram da questão de ter políticas mais consolidadas, e o Ministério da Educação lançou o pacto; mas, quando muda o governo, acaba que não se dá continuidade a isso; são políticas descontinuadas. Por isso a importância do PL 2.411, que institui a Política Nacional de Alfabetização de Jovens e Adultos.

Eu aprendi, lá no Ceará, que todas as políticas que eram importantes, principalmente para a educação... Todos os projetos que eram importantes para a educação foram transformados em política pública, para que passem os governos e a política continue. Então, essa é a importância de o projeto estar tramitando aqui na Casa e de tudo que foi construído. Por isso, quero agradecer à Consultoria do Senado e a toda a minha assessoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E quero falar que nós vamos ter mais quatro audiências: "A educação básica no horizonte da EJA como um direito constitucional: inclusão e permanência de jovens, de adultos e idosos na EJA"; "O regime de colaboração entre os entes federativos na oferta da EJA: qualificação, financiamento e organização das redes de ensino"; "A EJA no contexto da diversidade e da inclusão: currículos, educadores e práticas à altura dos desafios"; e a última vai ser "Monitoramento e participação social na oferta da Educação de Jovens e Adultos e o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da EJA", que é o projeto que é o projeto que foi apresentado.

Então, quero aqui agradecer, mais uma vez, a todos que estão nos ouvindo e nos acompanhando pelo YouTube. Ainda continuam 50 pessoas acompanhando, e a gente agradece a elas.

Agradeço também a todos que estão assistindo pela TV Senado. Agradeço a toda equipe da Comissão de Educação; aos técnicos do Ministério da Educação que aqui estão presentes. Agradeço a todos os professores e educadores que aqui acompanham as audiências; à representante da Fasubra e, na pessoa dela, a todos que fazem a educação no Brasil. Cumprimento e agradeço especialmente agora ao nosso Professor, Sr. Wagner Santana, Consultor de Educação da UNESCO. A gente agradece à Sra. Analise de Jesus, da Universidade Federal de Minas Gerais. Agradeço pela contribuição rica de vocês nesta tarde de hoje. Quero agradecer à Sra. Debora Cristina, que é Professora da Unicamp, e também à Profa. Gilvanice Barbosa, que é da Universidade Federal da Bahia. Então, agradeço a todos vocês.

Eu, que trabalhei no Ministério da Educação, considero que hoje foi um dia muito especial por ver tantas pessoas como vocês, como os professores, que estão nesta militância.

Agradeço a todos os fóruns EJA do Brasil, pois a gente sabe que estão nessa luta há muito tempo e passaram quatro anos, seis anos sem ter um ministério que pudesse coordenar essas políticas. Então, a gente quer parabenizar, pelo trabalho e pela luta, os militantes dos fóruns da EJA.

Mais uma vez, agradeço às Professoras e ao Professor por esta tarde importante.

E a gente imagina que este momento é importantíssimo para que a gente possa dar visibilidade à importância de a gente fazer um pacto, realmente, nacional para a gente buscar, para a gente tentar alfabetizar as pessoas do Brasil, porque é uma dívida histórica que nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

como essas pessoas. E, como a Professora falou, hoje, 50% desses jovens e adultos são acima de 60 anos. Então, assim, a gente tem uma dívida... Eu sei, porque eu sou do Sertão dos Crateús, no Ceará, e a gente vê como a gente precisa incentivar e dar todo esse apoio. O poder público é quem tem que dar esse apoio para essa população que precisa ser alfabetizada.

A gente agradece a Deus, claro, a oportunidade de estar aqui e de poder contribuir para um futuro melhor para a educação brasileira.

Vocês têm muito a contribuir. E a Comissão de Educação vai contribuir muito. E, na hora em que a gente estiver analisando o PNE, vai ser importante, quando a gente estiver fazendo essa análise. E a política ser instituída pelo Congresso vai ser importante para que os governos que venham tenham esse compromisso, para que seja um compromisso de todos.

Então, mais uma vez, agradeço a todos que nos ajudaram e contribuíram. E agradeço, mais uma vez, aos ouvintes que ficaram toda a tarde aqui, mais de três horas de audiência pública. Foi muito rico, e estou muito feliz e emocionada por esse momento.

Obrigada, Professoras. Obrigada, Professor. Obrigada a todos aqui do Ministério da Educação e a todos que estão nos ouvindo.

Obrigada, pessoal.

Declaro encerrada essa nossa audiência.

(*Iniciada às 14 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quatorze minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Sergio Moro, Cid Gomes, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Otto Alencar, Humberto Costa, Beto Faro, Nelsinho Trad, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Jaime Bagattoli, Luis Carlos Heinze e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Paulo Paim e Giordano, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jorge Seif e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 34, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea e, do Regimento do Senado Federal, a realização de auditoria, juntamente com o Tribunal de Contas da União (TCU), a fim de fiscalizar o Banco do Brasil sobre a aplicação do Plano Safra, dos Recursos dos Fundos Constitucionais e de Crédito Rural com isenção fiscal, coma adoção de critérios externos ligados a entidades privadas não participantes do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instituído pela Lei n° 4.829/1965." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 35, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Fernando Marcondes de Araújo Leão, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações referentes à operação da Polícia Federal, deflagrada em 10 de dezembro de 2024, sobre o desvio de emendas parlamentares destinadas ao DNOCS." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 36, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 102-A, I, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Ministério de Minas e Energia informações sobre a regularidade de funcionamento do Programa Renavabio." **Autoria:** Senador Omar Aziz (PSD/AM). **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

n° 37, de 2024 que: "Requer, nos termos do art. 102-A, I, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica, informações sobre irregularidades indicadas no funcionamento do Programa Renavabio." **Autoria:** Senador Omar Aziz (PSD/AM). **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 38, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir informações sobre supostas irregularidades relacionadas ao funcionamento do Programa Renavabio." **Autoria:** Senador Omar Aziz (PSD/AM). **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 39, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 102-A, I, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal, informações, ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, sobre os concursos públicos realizados no âmbito da administração pública federal e que ainda não tiveram as devidas nomeações dos futuros servidores públicos aprovados nos certames." **Autoria:** Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 6256, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação com as emendas nºs 1 a 4-CCDD. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto com as emendas de nºs 1 a 4-CCDD/CTFC. **Observação:** - Foi aprovada urgência da matéria. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2914, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a representação de interesse realizada por pessoas naturais ou jurídicas perante agentes públicos com o fim de efetivar as garantias constitucionais, a transparência e o acesso a informações." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2338, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Disciplina a atividade de relações institucionais e governamentais de representação de grupos de interesse perante a administração pública federal, estadual, distrital e municipal." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do PL 2914/2022, na forma do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PL 2338/2021. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao PL 2914/2022, na forma da emenda nº 1-CTFC, e pela prejudicialidade do PL 2338/2021. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3953, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para fomentar o acesso do cadastrado aos seus dados inseridos em cadastro positivo de crédito." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Pela aprovação do projeto na forma da emenda n° 1–CAE (substitutivo). **Resultado:** Aprovado o substitutivo por unanimidade. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 997, de 2023 - Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de mensagem de advertência em peças publicitárias destinadas à comercialização de produtos ou serviços que contenham imagem digitalmente modificada para alterar as características físicas de pessoa retratada." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/18

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico que foi publicada na pauta uma listagem de documentos recebidos na Comissão, que estarão disponíveis em sua página por um prazo de 15 dias. Não havendo manifestação, serão arquivados, nos termos da Instrução Normativa nº 2, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa.

Os requerimentos eu vou votar depois.

Qual é o item do... (*Pausa.*)

Item 7?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Item 8.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É o 8? (*Pausa.*)

ITEM 8

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 2914, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre a representação de interesse realizada por pessoas naturais ou jurídicas perante agentes públicos com o fim de efetivar as garantias constitucionais, a transparência e o acesso a informações.

Autoria: Câmara dos Deputados

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 2338, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Disciplina a atividade de relações institucionais e governamentais de representação de grupos de interesse perante a administração pública federal, estadual, distrital e municipal.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do PL 2914/2022, na forma do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PL 2338/2021

Observações:

- Posteriormente, as matérias serão apreciadas pela CCJ.

Autoria: Deputado Federal Carlos Zarattini.

Com a palavra, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, peço a V. Exa. para ir direto à análise.

Compete à CTFC, nos termos do art. 102-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se quanto ao mérito de proposições que tratem, entre outros temas, de prevenção à corrupção, acompanhamento e modernização das práticas gerenciais na administração pública federal direta e indireta e prestação eficaz, efetiva e eficiente de serviços públicos.

O Projeto de Lei 2.914, de 2022, e o 2.338, 2021, visam regulamentar a atividade de representação de interesse, popularmente conhecido como *lobby*. Trata-se de um tema complexo, porém de grande relevância, sobretudo diante de crenças amplamente compartilhadas pela opinião pública sobre as fortes relações entre *lobby*, tráfico de influência e corrupção.

Há um movimento global de regulamentação da matéria, mesmo em países que, por sua tradição, aproximam-se mais do corporativismo do que do pluralismo no campo dos grupos de pressão. É o que se colhe das lições de Arend – *Modelos de Democracia: Desempenho e Padrões de Governo em 36 Países*, 2003, p. 197 – e de Ricardo José Pereira Rodrigues. De acordo com esse último autor, "mesmo nos países de tradição corporativista, a pressão da opinião pública tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levado as autoridades governamentais a contemplar a possibilidade de regulamentar a atividade de *lobby*. Tal pressão tende a se elevar na medida em que aparecem na imprensa relatos de escândalos envolvendo políticos e lobistas", em "A regulamentação do lobby em países selecionados da Europa", 2011, p. 16.

Ressaltamos que a transparência é um dos pilares da regulamentação da representação de interesses, tendo em vista que o atendimento a um interesse privado do lobista nem sempre atenderá ao interesse público. De fato, o interesse público somente será alcançado caso o respectivo agente público se atenha à dimensão pública dos interesses individuais defendidos.

Conforme lição de Bandeira de Mello, em *Curso de Direito Administrativo*, pp. 59 a 61:

> Ao se pensar em interesse público, pensa-se, habitualmente, em uma categoria contraposta à de interesse privado, individual, isto é, ao interesse pessoal de cada um. Acerta-se em dizer que se constitui no interesse do todo, ou seja, do próprio conjunto social, assim como acerta-se também em sublinhar que não se confunde com a somatória dos interesses individuais, peculiaridades de cada qual. [...]
> É que, na verdade, o interesse público, o interesse do todo, do conjunto social, nada mais é que a dimensão pública dos interesses individuais, ou seja, dos interesses de cada indivíduo enquanto partícipe da Sociedade (entificada juridicamente no Estado), nisto se abrigando também o depósito intertemporal destes mesmos interesses, vale dizer, já agora, encarados eles em sua continuidade histórica, tendo em vista a sucessividade das gerações de seus nacionais.
> 35. Veja-se: um indivíduo pode ter, e provavelmente terá, pessoal – e máximo – interesse em não ser desapropriado, mas não pode, individualmente, ter interesse em que não haja o instituto da desapropriação, conquanto este, eventualmente, venha a ser utilizado em seu desfavor.

A transparência da interação entre os representantes de interesse e os agentes públicos, assim, é fundamental para mitigar possíveis conflitos de interesse e assegurar a satisfação do interesse público.

No mérito, os projetos de lei em análise são positivos e contribuem decisivamente para elevar a transparência e a legitimidade da prática do *lobby*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL 2.338, de 2021, apesar de não tratar de diversos aspectos da representação de interesses contemplados no PL 2.914, de 2022, dispõe sobre alguns dos seus temas de forma mais adequada. Além disso, trata de matérias não previstas naquela proposição. Esse fato, associado às alterações que julgamos necessárias ao aperfeiçoamento da matéria, faz com se imponha a aprovação de substitutivo ao PL 2.914, de 2022, que aglutinará todas as alterações, e, em consequência, que o PL 2.338, de 2021, seja considerado prejudicado.

Em primeiro lugar, cumpre explicitar no art. 1º da proposição o seu âmbito de abrangência, nos termos do art. 3º, I, da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. O dispositivo inaugural do PL 2.914, de 2022, determina a incidência da lei em que venha a se converter apenas à União, enquanto o art. 1º do PL 2.338, de 2021, é mais abrangente e disciplina a atividade de representação de interesse perante as esferas federal, estadual, distrital e municipal.

Tendo em vista que a competência para regulamentar profissões ou atividades é privativa da União (Constituição Federal, art. 22, I e XVI), consideramos desejável que a proposição regulamente o *lobby* em todos os níveis da Federação. Ainda que essa atividade envolva a prestação de serviços perante órgãos da administração pública local, o Supremo Tribunal Federal (Pleno, ADI nº 5.412, Relatora Ministra Rosa Weber, DJe de 27/05/2021) firmou entendimento de que, em tema de regulamentação das profissões, cabe aos demais entes federativos dispor apenas sobre questões específicas relacionadas aos interesses locais e somente quando houver delegação legislativa da União operada por meio de lei complementar (Constituição Federal, art. 22, parágrafo único).

No que concerne ao tratamento conferido às informações privadas recebidas pelos agentes públicos, concordamos com a regra geral prevista no PL 2.914, de 2022, no sentido de que o sigilo deve ser a exceção, não a regra. De fato, nos termos dos §§1º e 2º do art. 14 da proposição, somente serão sigilosas as informações que envolvam (i) dados mercadológicos ou comerciais cuja publicidade possa comprometer a atração direta de investimentos, o desenvolvimento econômico, a atividade industrial, a liberdade de empreender, a inovação, a geração de empregos e o ambiente concorrencial e (ii) estratégia ou dado sensível para representado cujo interesse seja causa social ou finalidade específica de organização sem fins lucrativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consideramos necessário, contudo, fazer um pequeno ajuste, de forma que a divulgação dessas informações, em vez de exigir prévia e expressa anuência do responsável pelo seu fornecimento, demande requerimento devidamente fundamentado do próprio representante de interesse.

Essa solução é mais consentânea com o princípio da publicidade, previsto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, de forma que se presuma a publicidade das informações compartilhadas com os agentes públicos, somente afastada em caso de solicitação expressa e fundamentada do representante de interesse.

Outro tema que demanda aperfeiçoamento diz respeito à regulamentação do oferecimento de brindes e de hospitalidades legítimas pelos representantes de interesse.

O PL 2.914, de 2022, caracteriza brinde como o item de baixo valor econômico distribuído de forma generalizada a título de cortesia, propaganda ou divulgação habitual (§1º). A ausência de um limite de valor definido, bem como o não estabelecimento de uma periodicidade mínima de distribuição, nos parece temerário e pode ensejar o surgimento de conflitos de interesse.

Hospitalidade legítima, por sua vez, é definida como (i) a oferta de serviço ou (ii) o pagamento de despesas com transporte, alimentação, hospedagem, cursos, seminários, congressos, eventos e feiras, no todo ou em parte, por agente privado para agente público. Novamente, consideramos a regulamentação excessivamente complacente com a oferta dessas benesses e potencialmente geradora de significativos conflitos de interesse. Não há, por exemplo, definição dos serviços que podem ser ofertados ou limitação de seu valor. A despesa com transporte, alimentação e hospedagem, por sua vez, pode ser de elevado vulto, o que certamente teria o potencial de influenciar o comportamento do agente público. Não há, ainda, qualquer limitação quanto à periodicidade da oferta da “hospitalidade legítima”, de forma que um mesmo agente público pode receber sucessivas benesses em curto período.

Com o objetivo de mitigar a possibilidade de brindes e hospitalidades ensejarem conflitos de interesse, acolhemos a Emenda nº 9-CTFC, do Senador Sergio Moro, com alguns pequenos ajustes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, foi estabelecido o limite de um salário mínimo para brindes, bem como a periodicidade de distribuição a um mesmo agente público, que não pode ser inferior a seis meses.

Acolhemos, ainda, a alteração da definição de hospitalidade legítima, que limita os serviços a serem oferecidos ao transporte e hospedagem para participação de agentes públicos em cursos, seminários, congressos e eventos congêneres, limitada a sua oferta a uma mesmo agente público a uma vez por ano.

Consideramos, contudo, que o limite de valor previsto na emenda (R$1 mil) inviabiliza o instituto. Tendo em vista que a remuneração dos agentes públicos é bastante variável – e que o potencial de gerar conflitos de interesse é proporcional a seu patamar remuneratório –, propomos um limite de valor proporcional à remuneração do respectivo agente público, correspondente a 20% de sua remuneração mensal. Assim, um agente público com remuneração mensal de R$20 mil somente poderia aceitar hospitalidades legítimas até o valor de R$4 mil, limitada sua oferta a uma vez por ano.

Outro aspecto do PL nº 2.914, de 2022, que requer aperfeiçoamento diz respeito ao regime sancionatório dos representantes de interesse e dos agentes públicos.

Relativamente aos primeiros, consideramos que a reduzida severidade das sanções previstas na proposição enseja sua provável ineficácia. De fato, caso o representante de interesse não tenha recebido nenhuma outra sanção prevista na proposição ou na Lei nº 12.527, de 2011, a punição cabível será apenas a advertência – independentemente da gravidade de sua conduta. A suspensão, por sua vez, será aplicada apenas aos representantes profissionais de interesse que já tenham recebido advertência. Neste caso, a suspensão será de 30 a 90 dias. Em caso de reincidência, nova suspensão poderá se estender por 12 a 24 meses. A multa, por fim, é limitada a valor variável entre um e dez salários mínimos, caso seja aplicada a pessoas naturais, cumulativamente com advertência ou suspensão, caso haja circunstâncias agravantes, nos termos estabelecidos em regulamento do órgão ou da entidade.

Trata-se, a nosso ver, de valor bastante reduzido, condicionado ainda à existência de regulamentação por cada órgão ou entidade. O reduzido valor da multa seguramente não coibirá a prática das condutas vedadas pela proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O regime de responsabilização dos representantes, dessa forma, deve ser reformulado, de forma a prever sanções que efetivamente coíbam os comportamentos indesejados.

Acolhemos, assim, a Emenda nº 8-CTFC, que reformula o regime de responsabilização dos representantes de interesse. A emenda limita a aplicação de advertência a condutas de menor gravidade, amplia o prazo de suspensão para um a cinco anos e majora o valor da multa para dez a cem salários mínimos, no caso de pessoas físicas.

Com relação ao regime sancionatório dos agentes públicos, existe uma série de obstáculos à regulamentação prevista nos arts. 17 e 18 do PL nº 2.914, de 2022.

Em primeiro lugar, trata-se do regime jurídico de servidores públicos federais, matéria cuja iniciativa é reservada ao Chefe do Poder Executivo, por força do art. 61, inciso II, alínea "c", da Constituição Federal.

Em segundo lugar, os agentes públicos estão sujeitos a regimes de responsabilização diversos e específicos, o que torna absolutamente inadequada a previsão de um regime unificado.

Os Deputados Federais e Senadores da República, por exemplo, sujeitam-se ao regime sancionatório instituído nos arts. 53 a 56 da Constituição Federal, além de normas específicas de suas Casas Legislativas, a exemplo do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (objeto da Resolução da Câmara dos Deputados nº 25, de 10 de outubro de 2001) e do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal (objeto da Resolução do Senado Federal nº 20, de 17 de março de 1993).

Os magistrados, por sua vez, sujeitam-se às penas disciplinares previstas no art. 42 da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), enquanto os membros do Ministério Público submetem-se às sanções disciplinares previstas no art. 239 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, que dispõe sobre o estatuto do Ministério Público da União. Os servidores públicos federais, por fim, sujeitam-se às penalidades disciplinares previstas no art. 127 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Em todos os casos, o regramento legal já coíbe as condutas previstas no art. 17 da proposição, ainda que de forma genérica. Ressaltamos, ainda, o disposto no art. 15 do projeto, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual estipula que os órgãos e as entidades devem estabelecer mecanismos e procedimentos internos de integridade, com adoção de regras efetivas de auditoria, transparência, conflito de interesses e incentivo à denúncia de irregularidades e à aplicação efetiva de normativos de ética e de conduta, o que contribuirá para mitigar o risco de condutas irregulares.

A supressão do regime sancionatório dos agentes públicos previsto no PL, dessa forma, além de não ensejar vácuo legislativo sobre o tema, é medida que se impõe sob o aspecto da constitucionalidade formal da proposição.

Relativamente aos princípios que devem reger a atividade de representação de interesses, incluímos no substitutivo que ora apresentamos os seguintes princípios, previstos no PL nº 2.338, de 2021, porém não contemplados no PL nº 2.914, de 2022: moralidade, prestação de contas, tratamento isonômico aos diferentes grupos e opiniões, acesso às dependências dos órgãos e às autoridades públicas e direito de petição.

No que concerne à definição do representante de interesse, o art. 5º, inciso I, do PL nº 2.338, de 2021, exclui, diferentemente do PL nº 2.914, de 2022, a atividade não remunerada. Consideramos mais adequada, contudo, a inclusão da atividade não remunerada, uma vez que a finalidade da norma é regulamentar a atividade de representação de interesses de forma ampla e que é possível conceber a existência de remuneração dissimulada ou velada ao representante de interesse. A regulamentação da atividade, independentemente de remuneração formal, afasta eventuais questionamentos sobre a eficácia da norma.

Com relação ao prazo de quarentena para ex-agentes públicos, consideramos mais adequado o prazo de 12 meses previsto no PL nº 2.914, de 2022, em detrimento do prazo de apenas seis meses, previsto no PL nº 2.338, de 2021.

Também incorporamos ao substitutivo a relevante regra prevista no art. 7º, *caput*, do PL nº 2.338, de 2021, que trata dos subsídios que podem ser oferecidos pelos representantes de interesse aos tomadores de decisão, a exemplo de análises de impacto legislativo, estudos, notas técnicas, pareceres e sugestões de projetos, emendas e requerimentos.

Relativamente ao prazo para a defesa em processo administrativo, o §1º do art. 23 do PL nº 2.914, de 2022, determina que deverá ser concedido prazo máximo de trinta dias. A nosso ver, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previsão legal de um prazo máximo é inadequada, diante da possibilidade de fixação de um prazo excessivamente exíguo no caso concreto. Consideramos necessário, assim, assegurar a observância do prazo de 30 dias.

Também optamos por suprimir o art. 25 do PL nº 2.914, de 2022, que veda o tratamento discriminatório em razão de opinião política, sexo, estado civil, situação familiar, raça, cor ou religião. A nosso ver, não obstante o nobre propósito do dispositivo, a eficácia dos mencionados dispositivos constitucionais – inciso IV do *caput* do art. 3º, nos incisos X e XLI do *caput* e no inciso I do art. 5º e no inciso III do *caput* do art. 19 da Constituição Federal – já decorre da própria Constituição Federal, prescindindo de reforço genérico na legislação infraconstitucional.

Consideramos necessário, ainda, suprimir o art. 32 do PL nº 2.914, de 2022, que altera a tipificação do crime de tráfico de influência, previsto no art. 332 do Código Penal. De acordo com a proposição, o crime de tráfico de influência somente será caracterizado caso a vantagem ou sua promessa seja indevida, a pretexto de influir de forma ilegítima sobre ato praticado por funcionário público. A nosso ver, a alteração é desnecessária, tendo em vista que, se a vantagem for autorizada por legislação específica, não haverá crime.

O tipo penal, assim, deve ser mantido inalterado.

Além dos ajustes mencionados, também promovemos diversos ajustes de técnica legislativa, de forma a adequar a proposição aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, na forma da emenda substitutiva que apresentamos.

Nesse sentido, aprimoramos a técnica legislativa do Capítulo II do PL nº 2.914, de 2022, intitulado “Das Definições”, que engloba os arts. 4º a 10. Apesar da nomenclatura do capítulo, apenas os três primeiros artigos tratam de definições e de conceitos. A melhor técnica legislativa recomenda a aglutinação desses três artigos em um único dispositivo, além do remanejamento dos demais para capítulo específico.

Suprimimos, ainda, as fundamentações constitucionais de diversos dispositivos do PL nº 2.914, de 2022, a exemplo dos arts. 1º, 2º, 5º, §§2º e 3º, 8º, 9º, inciso VI, e 24. Isso porque, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se sabe, por uma questão de juridicidade, a norma existe para impor, não devendo conter em seu dispositivo justificações.

Por fim, passamos a analisar as emendas apresentadas, à exceção daquelas já abordadas anteriormente.

Relativamente às Emendas nº 1 e 3-CTFC, que visam, respectivamente, a regulamentar o cadastro de representantes de interesse e a criar a Agenda Nacional Eletrônica, concordamos com os objetivos de seu autor.

Essas emendas tratam, essencialmente, da transparência ativa de informações relativas à atividade de representação de interesse, tema objeto do art. 13 do PL, que exige apenas a publicação de informações relativas a audiências realizadas por agentes públicos. Consideramos necessário, assim, ampliar o objeto do art. 13 da proposição, de forma a regulamentar os cadastros dos órgãos e entidades públicas, que deverão conter informações relativas (i) à identificação e à qualificação dos representantes de interesse que solicitarem seu cadastramento, (ii) às audiências solicitadas e realizadas e (iii) aos documentos disponibilizados pelos representantes de interesse.

Nesse sentido, previmos que a identificação e a qualificação dos lobistas abrangerão (i) seu nome, endereço, telefone e endereço eletrônico do representante de interesse; (ii) suas áreas de atuação e os objetivos almejados; (iii) os beneficiários mediatos e imediatos de sua atividade; (iv) a identificação de todas as suas fontes de financiamento; e (v) as informações sobre todos os vínculos empregatícios, atuais e pretéritos.

O substitutivo também prevê a publicização de diversas informações relativas às audiências solicitadas e realizadas pelos representantes de interesse, a exemplo do nome do cargo do agente público, do nome do representante de interesse, da identificação de seu cliente e dos documentos compartilhados entre os representantes de interesse e os agentes públicos, ressalvados aqueles cujo sigilo foi fundamentalmente requerido pelo lobista, nos termos já mencionados. Optamos, contudo, por manter cadastro específico para cada órgão ou entidade pública, razão pela qual consideramos parcialmente acolhidas as Emendas nºs 1 e 3-CTFC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acolhemos integralmente a Emenda nº 2-CTFC, que visa a incluir na proposição o princípio do tratamento isonômico e do respeito às divergências de opinião. Trata-se de medida que amplia a legitimidade da atividade de representante de interesse, ao prestigiar a oitiva de opiniões diversas sobre determinada matéria.

A Emenda nº 4-CTFC, que prevê o dever de um órgão ou entidade pública efetivar em transparência ativa e identificação dos representados e o registro dos documentos trocados em representantes de interesse e agentes públicos, já foi contemplada com alguns ajustes no substitutivo que agora apresentamos, razão pela qual consideramos parcialmente acolhida.

No que concerne à Emenda nº 5-CTFC, que visa a explicitar que não se considera legítima a hospitalidade recebida em conflito de interesses ou que ultrapasse os limites da razoabilidade ou da moralidade, optamos por regulamentar a matéria na forma da Emenda nº 9-CTFC, que alcança a mesma finalidade mediante o estabelecimento de critérios objetivos. Assim, ainda que concordemos com o mérito da emenda, ela deve ser considerada formalmente rejeitada.

Relativamente à Emenda nº 6-CTFC, consideramos que não há, na proposição, afronta ao princípio da isonomia, tendo em vista que os advogados que atuem na representação de interesses também se sujeitarão à lei que regulamenta o *lobby*, ressalvados apenas atos praticados na condição de advogado, na forma da legislação processual e do Estatuto da OAB. Deve, portanto, ser rejeitada.

A Emenda nº 7, segundo a qual o Coaf regulará o acompanhamento de operação ou proposta de operação relativa às pessoas politicamente expostas, seus familiares, estreitos colaboradores e/ou pessoas jurídicas a elas relacionadas, visa a conferir *status* legal ao dispositivo do art. 2º, *caput*, da revisão do Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021. Acolhemos a emenda, que afastará eventual controversa sobre a competência do Coaf relativamente a essa matéria.

Com relação à Emenda nº 10-CTFC, que exige o credenciamento prévio dos representantes de interesse e que exerçam suas atividades em caráter profissional, consideramos suficiente, para os fins de transparência, a criação de cadastros por parte dos órgãos e entidades públicas. Ao nosso ver, a exigência de cadastro prévio não possuiria impacto significativo sobre a transparência da interação entre os representantes de interesse e os agentes públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concordamos ainda com o mérito da Emenda nº 11-CTFC, que define as informações que devem ser prestadas pelo representante de interesse quando de seu credenciamento, a exemplo de sua identificação, de áreas de atuação, de suas fontes de financiamento e de seus vínculos empregatícios atuais e pretéritos. A matéria foi incorporada com pequenos ajustes ao substitutivo que ora apresentamos.

Relativamente à Emenda nº 12-CTFC, que trata do Cadastro Nacional de Representantes de Interesse, concordamos com suas diretrizes, que já foram incorporadas ao substitutivo. Excepciona-se, apenas, a criação de um cadastro centralizado, o qual, nos termos do substitutivo, é de responsabilidade de cada órgão e entidade do poder público.

Por fim, acolhemos parcialmente a Emenda nº 13, que visa a tornar mais rigoroso o regime sancionatório do PL nº 2.914, de 2022. Conforme já evidenciado, essa questão foi incorporada ao substitutivo na forma da Emenda nº 8-CTFC, cuja redação é bastante semelhante à proposta pela Emenda nº 13.

O voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.914, de 2022, pela aprovação das Emendas nºs 2, 7 e 8-CTFC, pela aprovação parcial das Emendas nºs 1, 3, 4, 9, 11, 12 e 13-CTFC, pela rejeição das Emendas nºs 5, 6 e 10, e pela prejudicialidade do PL nº 2.338, de 2021, tudo na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI Nº 2.914, DE 2022
Dispõe sobre a representação de interesse perante o poder público.
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a representação de interesse perante o poder público.
Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se poder público o conjunto de órgãos e as entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, os tribunais de contas e as defensorias públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 2º É livre a representação de interesse realizada por pessoas naturais ou jurídicas perante o poder público, observado o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. O livre exercício de que trata o *caput* independe de denominação profissional, facultadas aos representantes profissionais de interesse a autodenominação e a utilização de termos como “relacionamento institucional”, “relacionamento governamental” e congêneres, desde que não abranjam função que por lei seja privativa de outra categoria profissional.

Art. 3º O exercício da atividade de representação de interesse orienta-se pelos seguintes princípios:

I – transparência;

II – acesso à informação;

III – legalidade;

IV – ética;

V – probidade;

VI – integridade;

VII – boa-fé;

VIII – livre manifestação de pensamento e participação;

IX – acesso e tratamento isonômico dos representantes de interesse aos processos decisórios do Estado, respeitadas as divergências de opinião;

X – liberdade de associação para fins lícitos e de representação coletiva;

XI – fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

XII – desenvolvimento do controle e participação social da administração pública;

XIII – autonomia e liberdade de exercício da atividade sindical;

XIV – moralidade;

XV – prestação de contas;

XVI – acesso às dependências do poder público e às autoridades públicas.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – representação de interesse: interação entre pessoa natural ou jurídica e agente público, quando destinada a influenciar processo ou tomada de decisão no âmbito de:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) formulação, implementação e avaliação de estratégia de governo, política pública, ato administrativo, decisão regulamentar ou atividades correlatas;
b) licitações e contratos;
c) elaboração, alteração ou revogação de leis e demais atos normativos;
II – representação profissional de interesse: representação de interesse:
a) realizada com habitualidade;
b) que envolva a interação entre agentes públicos e algum deles:
1. represente interesse de qualquer dos Poderes, do Ministério Público, dos tribunais de contas, das defensorias públicas e de entidades da Administração Pública indireta;
2. esteja licenciado para desempenho de mandato classista e represente interesse de confederação, federação, associação de classe, sindicato ou entidade de representação profissional ou, ainda, sociedade cooperativa constituída por servidores públicos para prestar serviços a seus membros;
c) realizada em nome de:
1. entidade de classe;
2. instituições nacionais e estaduais da sociedade civil;
3. organização sindical;
4. associação legalmente constituída;
d) por autodeclaração profissional;
III – representante de interesse:
a) pessoa natural que realiza atividade de representação de interesse próprio ou de terceiro, individual, coletivo difuso, privado ou público, com remuneração ou não, com ou sem vínculo trabalhista ou de prestação de serviços com o titular do interesse representado;
b) pessoa jurídica, constituída de fato ou de direito, que realiza atividade de representação de interesse próprio ou de terceiro, individual, coletivo difuso, privado ou público, com remuneração ou não, ainda que objeto social o estatuto, o instrumento de constituição ou documento que explicitam atividades institucionais, não contempla a atividade de interesse de forma expressa e, mesmo que não haja mandato expresso ou contrato de prestação de serviços com o titular do interesse representado;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IV – programa de integridade: conjunto de normas, mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e à aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes, no âmbito de pessoa jurídica de direito privado, com objetivo de prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e, ainda, fomentar e manter uma cultura de integridade no ambiente organizacional;

V – agente público: pessoa natural que exerce mandato, cargo, função ou emprego públicos por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, nos órgãos e entidades do poder público;

VI – audiência: interação presencial ou telepresencial realizada dentro ou fora do local de trabalho, com ou sem agendamento prévio, em território nacional ou estrangeiro em que haja representação de interesse e participação de agente público.

§1º Para os fins do inciso II, alínea "a", do *caput* deste artigo, considera-se habitualidade a prática de qualquer ato de representação de interesses, idênticos ou não, pela mesma pessoa física ou jurídica:

I – com agentes públicos distintos, mais de uma vez, no período de 15 dias; ou

II – com o mesmo agente público, no período de 30 dias.

§2º O exercício da representação profissional de interesse independe de:

I – formação acadêmica específica;

II – associação a órgão ou entidade;

III – onerosidade;

IV – mandato expresso;

V – contrato de trabalho ou de prestação de serviços com o titular do interesse representado;

VI – objeto social, estatuto ou finalidade institucional específicos no ato constitutivo da pessoa jurídica representante de interesse.

CAPÍTULO III

DA REPRESENTAÇÃO DE INTERESSE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 5º A representação profissional de interesse não obsta ou concorre com a representação de interesse em caráter não profissional.

Art. 6º As pessoas físicas e jurídicas podem solicitar perante o poder público a participação nas audiências públicas que tratem de tema relacionado ao interesse que representem.

Parágrafo único. A audiência pública deve contemplar, sempre que possível, a participação de convidados com posições favoráveis e contrárias à matéria em discussão.

Art. 7º No exercício de suas atividades, os representantes de interesse podem oferecer subsídios aos tomadores de decisão, na forma de:

I – análises de impacto legislativo, regulamentar ou de decisão administrativa;

II – estudos, notas técnicas, pareceres e similares, com vistas à instrução de processo decisório;

III – sugestões de projetos, emendas, requerimentos e demais documentos no âmbito do processo decisório administrativo; e

IV – sugestões de requerimentos de realização ou de participação em audiência pública.

Art. 8º Para fins desta Lei, não configuram representação de interesse:

I – o atendimento a usuários de serviços públicos e as manifestações e demais atos de participação desses usuários, nos termos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017;

II – a comercialização de produtos e a prestação de serviços por empresa pública, sociedade de economia mista e suas subsidiárias;

III – a prática de atos no âmbito de processos administrativos, judiciais e legislativos, na forma estabelecida na legislação processual e na Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil);

IV – a prática de atos com a finalidade de expressar opinião técnica solicitada por agente público, desde que a pessoa que expressa a opinião não participe de processo de decisão em atuação estatal como representante de interesse;

V – o envio de informações ou documentos em resposta ou em cumprimento de solicitação ou determinação de agente público;

VI – o acesso à informação, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VII – o exercício do direito de petição ou de obtenção de certidões, nos termos do inciso XXXIV do *caput* do art. 5º da Constituição Federal;

VIII – o comparecimento a sessão pública, a audiência pública, a reunião pública ou a quaisquer eventos abertos ao público em órgãos ou entidades públicos como exercício do direito de acompanhamento de atividades públicas, de participação social e de manifestação política;

IX – o monitoramento dos processos e a coleta de informações e dados para elaboração de análises, pesquisas, estudos, indicadores ou diagnósticos relacionados à atividade administrativa ou legislativa;

X – a realização de entrevistas ou a captação de imagens e sons para fins jornalísticos, informativos e documentais.

Art. 5º É vedada a representação profissional de interesse privado por agente público, inclusive nos 12 (doze) meses subsequentes ao exercício de cargo, emprego ou função pública.

§1º Não configura representação de interesse privado o exercício regular de atividade legislativa por agente político.

§2º É legítima a representação de interesse exercida:

I – nas hipóteses constantes dos itens “1” e “2” da alínea “b” do inciso II do art. 4º desta Lei;

II – por agente político, perante os órgãos e entidades do poder público.

CAPÍTULO IV – DOS DEVERES

Art. 10 São deveres:

I – do representante de interesse:

a) garantir a veracidade, a integridade e a contemporaneidade das informações disponibilizadas ao agente público e a outros partícipes do processo de representação de interesse;

b) informar, previamente à interação com o agente público, ainda que verbalmente, a identificação de todos os participantes da audiência, a identificação dos representados, a descrição do assunto, bem como a natureza da representação, por contrato, delegação, designação ou qualquer outra forma permitida em lei;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) disponibilizar ao agente público, por escrito, as informações previstas no art. 11, §1º, inciso II, desta Lei, em até 4 (quatro) dias úteis após a data da audiência;
d) apresentar-se apenas em nome de quem legitimamente represente;
e) preservar o direito de expressão daqueles de quem divirja;
II – do agente público constante do §2º do art. 11 desta Lei:
a) buscar conhecer a diversidade de opiniões;
b) viabilizar diferentes formas de receber contribuições de representantes de interesse;
c) oferecer condições isonômicas de interação aos representantes de interesse;
d) fornecer ao órgão ou à entidade do poder público de que faz parte, para fins de transparência e acesso público à informação, em até 8 (oito) dias úteis após a data da audiência, as informações prestadas pelo representante de interesse, nos termos do inciso I, alínea "c", deste artigo;
III – do órgão ou da entidade do poder público de que faz parte o agente público constante do §2º do art. 11 desta Lei, efetivar em transparência ativa as informações de que trata a alínea "d" do inciso II do *caput* deste artigo, para fins de acesso público à informação, em até 4 (quatro) dias úteis após o seu fornecimento pelo agente público, e mantê-lo disponível para visualização em formato aberto, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.
§1º O agente público deve retificar as informações fornecidas pelo representante de interesse nos termos do inciso I, alínea "c" deste artigo, caso as informações não coincidam com os fatos.
§2º Para os fins do inciso III do *caput* deste artigo, devem ser observados os requisitos estabelecidos na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e, quanto às pessoas naturais, as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
CAPÍTULO V
DA TRANSPARÊNCIA NA REPRESENTAÇÃO DE INTERESSE
Art. 11. Os órgãos e entidades do poder público devem promover o credenciamento dos representantes de interesse, mediante solicitação do interessado.
§1º O credenciamento de que trata o *caput* destina-se ao registro e publicidade:
I – da identificação e da qualificação dos representantes de interesse, mediante solicitação do interessado, abrangendo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) nome, endereço, telefone e endereço eletrônico do representante de interesse;
b) áreas de atuação do representante de interesse e os objetivos almejados;
c) beneficiários mediatos e imediatos da atividade do representante de interesse;
d) indicação de todas as fontes de financiamento de sua atuação como representante de interesse;
e) informação sobre todos os vínculos empregatícios, atuais e pretéritos;
II – das audiências solicitadas e realizadas pelos representantes de interesse, observado o disposto no §1º deste artigo, abrangendo:
a) a data e a duração da audiência;
b) o nome e o cargo do agente público;
c) o nome do representante de interesse;
d) a identificação do cliente representado pelo representante de interesse na respectiva audiência;
e) os documentos compartilhados entre os representantes de interesse e os agentes públicos;
f) as despesas realizadas pelos representantes de interesse, de forma individualizada, com cada audiência de que participe, inclusive com brindes e hospitalidades legítimas oferecidas.
§2º Devem ser publicadas em transparência ativa, independentemente de credenciamento do representante de interesse, as audiências de que participe:
I – chefe do Poder Executivo;
II – Ministro de Estado, Secretário de Estado e do Distrito Federal e secretário municipal;
III – Comandantes da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e Oficial-General;
IV – ocupante de Cargo Comissionado Executivo (CCE) dos níveis 15 a 18 ou equivalentes no Poder Executivo federal, e correspondentes nas esferas estadual, distrital e municipal;
V – presidente, vice-presidente e diretor ou ocupantes de cargos equivalentes em autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, controladas direta ou indiretamente pelo poder público;
VI – membro do Poder Legislativo;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VII – ocupante de cargo nos órgãos do Poder Legislativo cujas funções tenham natureza executiva;
VIII – membro de tribunal de contas;
IX – ocupante de cargo nos tribunais de contas cujas funções tenham natureza executiva;
X – membro do Poder Judiciário em exercício de função de natureza executiva ou legislativa;
XI – ocupante de cargo no Poder Judiciário cujas funções tenham natureza executiva;
XII – membro do Ministério Público ou de órgão que exerça função essencial à justiça, em exercício de função de natureza executiva;
XIII – ocupante de cargo no Ministério Público ou em órgão que exerça função essencial à justiça, cujas funções tenham natureza executiva.
§3º As autoridades de que trata este artigo são responsáveis pela completude e pelo registro tempestivo das informações das audiências de que participem.
§4º Os dados do credenciamento devem ser obrigatoriamente disponibilizados em formato aberto e devem observar as exigências previstas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
§5º São dispensadas de divulgação as informações:
I – cujo sigilo seja imprescindível à salvaguarda e à segurança da sociedade e do Estado, incluídas as atividades de segurança e de defesa cibernética;
II – cujo sigilo esteja previsto em leis específicas, notadamente quanto às pessoas naturais previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
Art. 12. O manejo de informação privada recebida pelo agente público por intermédio de representante de interesse deve atender ao interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço ou da função pública exercida.
Parágrafo único. O representante de interesse pode requerer, fundamentadamente, a não divulgação de informação privada que:
I – envolva dados mercadológicos ou comerciais cuja publicidade possa comprometer:
a) a atração direta de investimentos;
b) o desenvolvimento econômico;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) a atividade industrial;
d) a liberdade de empreender;
e) a inovação;
f) a geração de empregos;
g) o ambiente concorrencial;
II – exponha estratégia ou dado sensível para representado cujo interesse seja causa social ou finalidade específica de organização sem fins lucrativos.
Art. 13. Os órgãos e as entidades devem, nos respectivos âmbitos, estabelecer mecanismos e procedimentos internos de integridade, com adoção de regras efetivas de auditoria, transparência, conflito de interesses e incentivo à denúncia de irregularidades e à aplicação efetiva de normativos de ética e de conduta.
Art. 14. É vedada a oferta de bem, serviço ou vantagem indevida por agente privado que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe, exceto em relação a brindes, obras literárias publicadas ou hospitalidade legítima.
§ 1º Brindes são bens ou serviços sem valor econômico ou que sejam distribuídos a título de cortesia, propaganda ou divulgação habitual, desde que não ultrapassem o valor unitário de um salário-mínimo e que sua periodicidade de distribuição a um mesmo agente público não seja inferior a seis meses.
§ 2º Hospitalidades legítimas são serviços de transporte, alimentação e hospedagem para a participação de agentes públicos em cursos, seminários, congressos e eventos congêneres, desde que, cumulativamente:
I – o valor pago pelo representante de interesse não ultrapasse 20% (vinte por cento) da remuneração mensal do agente público;
II – a periodicidade de sua oferta a um mesmo agente público não seja inferior a um ano;
III – a participação do agente público esteja diretamente relacionada às atribuições de seu cargo ou função; e
IV – o custeio seja feito por meio de pagamento direto pelo agente privado ao fornecedor do produto ou ao prestador do serviço.
CAPÍTULO VI

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DO REGIME DE RESPONSABILIZAÇÃO

Seção I

Das Infrações do Representante de Interesse

Art. 15. Constituem infrações administrativas do representante de interesse que exerça atividade perante agente público:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada:

a) vantagem indevida ou presente que consista em bem ou serviço em razão das atribuições do agente público, ou se houver interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe, salvo em caso de brinde e hospitalidade legítima;

b) brinde ou hospitalidade fora dos limites e das condições estabelecidos nesta Lei ou em regulamento aplicável ao agente público;

II – prestar informações de que trata o inciso I do *caput* do art. 10 desta Lei com:

a) ocultação de situação jurídica incompatível com o exercício da atividade de representação de interesse;

b) declaração em desacordo com a representação de interesse, desde que comprovada a intenção de ocultar o real interesse defendido;

c) ocultação ou dissimulação dos reais clientes ou interesses representados;

III – exercer a atividade profissional quando suspenso ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício a representantes suspensos;

IV – acarretar, conscientemente, por ato próprio, prejuízo às atividades de outro representante de interesse;

V – deixar de disponibilizar ou de retificar as informações referentes à representação de interesse realizada perante o agente público;

VI – atuar como intermediário do representado ou de terceiros para realização de ato contrário à lei ou destinado a fraudá-la.

Art. 16. Na esfera administrativa, assegurados o contraditório e a ampla defesa, podem ser aplicadas ao representante de interesse, pessoa natural ou jurídica, pelo cometimento de infração administrativa prevista no art. 15 desta Lei, as seguintes sanções:

I – advertência;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II – suspensão;

III – multa.

§ 1º Na aplicação das sanções devem ser considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o poder público;

V – a participação do representante de interesse em programa de integridade, conforme estabelecido em normas e em orientações dos órgãos de controle;

VI – a adesão do representante de interesse a códigos de condutas e a práticas recomendadas de autorregulação.

§ 1º A sanção prevista no inciso I do *caput* deste artigo será aplicada exclusivamente em razão da infração administrativa prevista no inciso V do *caput* do art. 15 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

§ 2º A sanção prevista no inciso II do *caput* deste artigo será aplicada em razão das infrações administrativas previstas nos incisos I, II, III, IV e VI do *caput* do art. 15 desta Lei e impedirá o responsável de exercer a representação de interesse perante qualquer órgão ou entidade de que trata o art. 1º desta Lei pelo prazo mínimo de 1 (um) ano e máximo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

§ 3º A sanção prevista no inciso III do *caput* deste artigo:

I – quando aplicada a pessoa física, não pode ser inferior a 10 (dez) salários mínimos ou superior a 100 (cem) salários mínimos, e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 15 desta Lei;

II – quando aplicada a pessoa jurídica, não pode ser inferior a 0,1% (um décimo por cento) ou superior a 5% (cinco por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, e será aplicada por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 15 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do *caput* deste artigo pode ser aplicada cumulativamente com as sanções previstas nos incisos I e II do *caput* deste artigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 5º A responsabilização administrativa da pessoa natural representante de interesse não exclui a responsabilização da pessoa jurídica representante de interesse à qual esteja vinculada.

§ 6º A responsabilização administrativa da pessoa jurídica representante de interesse não exclui a possibilidade de responsabilização individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer outro autor, coautor ou partícipe do ato ilícito, na medida de sua culpabilidade.

§ 7º A responsabilização administrativa da pessoa jurídica titular do interesse representado não exclui a responsabilização de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer outro autor, coautor ou partícipe do ato ilícito, na medida de sua culpabilidade.

Seção II

Da Responsabilização da Pessoa Jurídica Titular do Interesse Representado

Art. 17. O cometimento de infração por representante de interesse não implica a penalização da pessoa jurídica titular do interesse representado, salvo quando houver abuso de direito, excesso de poder ou violação de estatuto ou contrato social ou restar comprovado que:

I – a personalidade jurídica tenha sido utilizada de forma a facilitar ou promover a prática de atos a que se refere o art. 15 desta Lei; ou

II – a pessoa jurídica tenha sido constituída para ocultar ou dissimular interesses ilícitos ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

CAPÍTULO VII

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO

Art. 18. A instauração de processo administrativo para apuração da responsabilidade das pessoas naturais e jurídicas cabe à autoridade máxima dos órgãos e das entidades do poder público, de ofício ou mediante provocação, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa e respeitadas as atribuições constantes dos atos normativos disciplinares de cada órgão ou entidade, no que não contrarie o disposto nesta Lei.

§ 1º A competência para a instauração do processo administrativo poderá ser delegada, vedada a subdelegação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 2º No âmbito do Poder Executivo federal, compete à Controladoria-Geral da União instaurar processo administrativo de responsabilização de representante de interesse.

§ 3º O processo administrativo para apuração de infrações deve ser conduzido e julgado por comissão permanente designada pela autoridade instauradora composta de, no mínimo, 3 (três) servidores efetivos, com, no mínimo, 3 (três) membros com mandato de 2 (dois) anos.

Art. 19. O processo administrativo tem prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da publicação do ato que o instaurar, que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante ato fundamentado da autoridade instauradora.

§ 1º Será concedido prazo de 30 (trinta) dias para defesa, contado da data de intimação do sujeito passivo.

§ 2º Após a instrução do processo, a comissão apresentará nos autos o relatório sobre os fatos apurados e a eventual responsabilidade do sujeito passivo, com motivação sobre a penalidade, sua duração, termos de efetivação e, se for o caso, o valor da multa.

§ 3º Os valores oriundos do pagamento de multa pelo cometimento de infrações previstas nesta Lei devem ser revertidos em benefício de ações ou projetos de promoção da cidadania, da democracia e da ética, nos termos estabelecidos em regulamento do órgão ou da entidade.

§ 4º Aplicam-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ao processo administrativo de que trata este Capítulo.

CAPÍTULO VIII

DAS PESSOAS EXPOSTAS POLITICAMENTE

Art. 20. São consideradas pessoas expostas politicamente, para os fins desta Lei:

I – os detentores de mandatos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo da União;

II – os ocupantes de cargo no Poder Executivo da União de:

a) Ministro de Estado ou equiparado;

b) Natureza Especial ou equivalente;

c) Presidente, Vice-Presidente e Diretor ou equivalentes de entidades da administração pública indireta; e

d) ocupante de Cargo Comissionado Executivo (CCE) dos níveis 15 a 18 ou equivalentes;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III – os membros do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais Regionais Eleitorais, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho da Justiça Federal;

IV – os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República, o Vice-Procurador Geral da República, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Geral da Justiça Militar, os Subprocuradores-Gerais da República e os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal;

V – os membros do Tribunal de Contas da União, o Procurador-Geral e os Subprocuradores-Gerais do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União;

VI – os Presidentes e os Tesoureiros nacionais, ou equivalentes, de partidos políticos;

VII – os Governadores e os Secretários de Estado e do Distrito Federal, os Deputados Estaduais e Distritais, os Presidentes ou equivalentes de entidades da administração pública indireta estadual e distrital e os Presidentes de Tribunais de Justiça, de Tribunais Militares, de Tribunais de Contas ou equivalentes de Estado e do Distrito Federal;

VIII – os Prefeitos, os Vereadores, os Secretários Municipais, os Presidentes ou equivalentes de entidades da administração pública indireta municipal e os Presidentes de Tribunais de Contas de Municípios ou equivalentes.

§ 1º Regulamentação específica poderá abranger aqueles que, no exterior, exerçam os seguintes cargos ou funções:

I – chefes de estado ou de governo;

II – detentores de mandatos eletivos;

III – ocupantes de cargos governamentais de escalões superiores;

IV – oficiais-generais e membros de escalões superiores do Poder Judiciário;

V – executivos de escalões superiores de empresas públicas;

VI – dirigentes de partidos políticos;

VII – dirigentes de escalões superiores de entidades de direito internacional público ou privado.

§ 2º A condição de pessoa exposta politicamente perdura por 5 (cinco) anos contados da data em que a pessoa deixou de figurar em qualquer das posições constantes do *caput* ou do § 1º deste artigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 3º O Coaf deve regular o acompanhamento de operações ou propostas de operação relativas às pessoas politicamente expostas, seus familiares, estreitos colaboradores e pessoas jurídicas a eles relacionadas.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. Fica criado o Cadastro Nacional de Representantes de Interesses Suspensos (Cris), no âmbito federal.

§ 1º A disponibilização do acesso público ao Cris deverá ocorrer em até 180 (cento e oitenta) dias da data da publicação desta Lei.

§ 2º Os órgãos e as entidades que integram o poder público, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção de suspensão, devem informar e manter atualizados os dados relativos ao representante de interesse e à penalidade aplicada, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Representantes de Interesses Suspensos (Cris), a partir de sua efetiva implementação.

Art. 22. Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as infrações previstas nesta Lei.

§ 1º A contagem do prazo previsto no *caput* deste artigo inicia-se na data do ato, salvo em casos de infração permanente ou continuada ou, ainda, se a infração consistir em ocultação ou omissão, caso em que o início do prazo dar-se-á na data em que cessar a ação.

§ 2º A prescrição de que trata este artigo será:

I – interrompida com a instauração de processo que tenha por objeto a apuração da infração;

II – suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 23. A remuneração do representante profissional de interesse não configura benefício ou vantagem indevidos para fins de caracterização de infração administrativa ou penal, observado o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. A declaração à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do valor recebido em razão da atividade de representação de interesse constitui identificação do declarante como beneficiário da remuneração, bem como a declaração da origem do recurso constitui identificação do contratante, para fins do disposto na legislação administrativa e penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 24. O Código de Conduta e Integridade de que trata o § 1º do art. 9º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, estabelecerá normas relativas à representação de interesse, observado o disposto nesta Lei, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Depois de V. Exa. ler o Projeto de Lei 2.914, ler o 2.338, depois o substitutivo, eu quero aqui cumprimentar o mais novo Senador da República: Senador Isaac. (*Palmas.*) (*Risos.*)

Ele está aqui fazendo companhia ao Senador e aprendendo. Não é, Isaac?

Eu quero colocar em discussão o...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – O Senador Moro pediu primeiro, Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senador Moro, por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, quero só elogiar aqui o trabalho do Senador Izalci Lucas. Esse projeto é extremamente importante. O *lobby* é uma realidade e a melhor forma de controlá-lo é trazê-lo à luz e com registro, regulamentação.

O projeto ficou robusto. Acompanhei aqui atentamente não só o texto, mas a leitura do Senador Izalci, e eu até aproveito a oportunidade para agradecer o acolhimento de algumas das emendas que nós apresentamos. Eu creio que não existe projeto talvez mais importante nesta Comissão, pela função dela, do que tratar especificamente desse assunto. Embora tenha alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pontos talvez controvertidos, o Relator deu um excelente tratamento para essas matérias, dando um grande passo em relação ao texto que recebemos da Câmara.

Então eu quero aqui, desde logo, adiantar o meu voto de apoio e aprovação, e rogar para que a gente possa tramitar esse projeto rapidamente dentro aqui desta Comissão e do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Ele não é terminativo, ainda vai para a CCJ o projeto, depois que será encaminhado ao Plenário.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, até em homenagem à maratona de leitura do Senador Izalci, eu vou deixar para fazer a análise e eventuais apresentações de emendas na CCJ, para que a gente possa dar andamento ao projeto que é muito meritório.

Parabéns, Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Pois não, Senador. Desculpa, desculpa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu vou fazer... Em homenagem à maratona que o nosso Senador Izalci praticou, eu vou deixar para fazer correções e sugestões na CCJ, para que a gente possa ter o andamento do processo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Em discussão ainda. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aprovado o relatório favorável ao PL 2.914, na forma da Emenda Substitutiva nº 1 da Comissão de Transparência, Governança e Fiscalização, e pela prejudicialidade do PL 2.338, de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à CCJ.

Parabéns, Senador Izalci.

Um voto demorado e eu acho que vai ter que se criar uma faculdade para a gente aprender tudo isso aí, viu? (*Risos.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu peço aí, até em homenagem ao novo Senador, a antecipação da pauta para o item 7.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Tá.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, eu só quero mais uma vez agradecer a V. Exa. A gente fez diversas audiências públicas desse projeto. É um projeto que a tramita na Câmara há muitos anos e que realmente precisamos votá-lo o mais rápido possível, para dar muita transparência a esse processo e resolver definitivamente esse mito de *lobby* ligado à corrupção e tal. Então, acho que essa lei vem dar bastante transparência e regulamenta realmente essa profissão tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Item nº 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 6256, DE 2019

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação com as emendas nºs 1 a 4-CCDD

Observações:

- Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Autoria: Deputada Federal Erika Kokay.

A palavra está com o Relator, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de ir diretamente à análise, vou referir não só ao Isaac, mas também à Paloma Pediani, da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, e à Samara Rocha, Diretora do Movimento Orgulho Autista, pessoas que foram importantes nessa construção.

Vou à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes aos temas de acompanhamento e modernização das práticas gerenciais na administração pública; prestação eficaz, efetiva e eficiente de serviços públicos; transparência e prestação de contas e de informações à população, com foco nas necessidades dos cidadãos; e difusão e incentivo, na administração pública, de novos meios de prestação de informações à sociedade.

Preliminarmente, entendemos que a proposição é constitucional, pois observa a competência da União para editar lei ordinária nacional disciplinando as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, especialmente o acesso dos usuários a informações sobre atos de governo, conforme o art. 37, §3º, inciso II, da nossa Constituição.

Também não há iniciativa legislativa privativa para a matéria.

Consideramos, ainda, que a proposta atende aos requisitos da juridicidade, estando apta a integrar o ordenamento jurídico de maneira harmônica, coesa e coerente.

No que tange aos aspectos regimentais, entendemos que o projeto está alinhado com as normas do Regimento Interno desta Casa Legislativa. O projeto é meritório, pois a adoção da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

linguagem simples pelo poder público é uma medida essencial para promover a transparência, fortalecer a cidadania e garantir o pleno exercício dos direitos fundamentais. A transparência exige mais do que a mera disponibilização de informações; é imprescindível que os cidadãos consigam compreender claramente os dados e mensagens emitidos pelos órgãos e entidades governamentais. Nesse contexto, a linguagem simples se torna uma relevante ferramenta para aproximar o Estado da sociedade.

A utilização de uma comunicação clara, objetiva e acessível permite que todos, independentemente de sua formação educacional ou experiência, possam acessar e entender informações de interesse coletivo ou geral. Isso é especialmente relevante em temas complexos ou técnicos, frequentemente tratados pela administração pública. Ao traduzir esses conteúdos em uma linguagem mais simples e direta, o poder público cumpre o princípio constitucional de publicidade e assegura o direito fundamental de acesso à informação, previsto no art. 5º, incisos XIV e XXXIII, da Constituição Federal.

Além disso, a linguagem simples contribui para o fortalecimento da confiança entre Governo e sociedade. Quando os cidadãos compreendem as ações, decisões e serviços públicos, eles podem participar de forma mais ativa e informada nos processos democráticos. A transparência efetiva gera uma percepção positiva da administração pública, fortalece a *accountability* e reduz a opacidade que pode levar à desconfiança ou ao mau uso dos recursos públicos.

Outro aspecto crucial é a inclusão social. Uma comunicação simplificada, Sr. Presidente, elimina barreiras linguísticas e garante que pessoas com diferentes níveis de alfabetização ou com dificuldades de compreensão tenham acesso igualitário às informações públicas. Isso é especialmente importante em um país como o Brasil, onde há grande diversidade cultural e educacional.

Portanto, implementar a linguagem simples nas comunicações do poder público não é só uma questão técnica, mas também um compromisso ético e jurídico com a transparência, a equidade e o fortalecimento da democracia. Ao garantir que todos possam entender o que lhes é comunicado, o Governo reforça sua responsabilidade de servir ao interesse público, promovendo uma sociedade mais participativa, informada e justa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, consideramos convenientes e oportunas as emendas aprovadas na CCDD. Elas atendem ao seu objetivo de aperfeiçoamento e aprimoramento do projeto, motivo pelo qual concordamos com seu conteúdo e pugnamos pela sua aprovação.

O voto, Sr. Presidente, frente ao exposto, é pela aprovação, com as Emendas de 1 a 4, da CCDD, que estão aqui em anexo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Obrigado, Senador Alessandro Vieira.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, favorável ao projeto, com as Emendas de nºs 1 a 4, da CCDD.

A matéria segue ao Plenário.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Peço urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Em discussão o pedido de urgência do Senador Alessandro Vieira ao Projeto de Lei nº 6.256.

Os que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 997, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de mensagem de advertência em peças publicitárias destinadas à comercialização de produtos ou serviços que contenham imagem digitalmente modificada para alterar as características físicas de pessoa retratada.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra a Relatora.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Exmo. Sr. Presidente, Senador Omar Aziz.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 997, de 2023, que dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de mensagem de advertência em peças publicitárias destinadas à conscientização de produtos ou serviços que contenham imagem digitalmente modificada para alterar as características físicas de pessoa retratada.

Venho à análise.

Passo diretamente a análise do mérito, considerando que o texto do relatório já foi disponibilizado para os Srs. Parlamentares.

De modo bastante direto, não há dúvida de que o PL merece ser acolhido. Diversos países do mundo têm optado pela regulamentação das imagens humanas alteradas para fins publicitários, considerando os possíveis impactos na saúde mental sobre a maioria da população da exploração excessiva de ideais de beleza distorcidas e de estética.

O voto.

Em vista do exposto, manifesto-me pela aprovação do PL 997, de 2023.

Esse é o meu voto, Senador Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Encerrada a discussão, em votação o projeto, nos termos do relatório....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não? (*Pausa.*)

É nominal? (*Pausa.*)

Eu vou dar como lido e a gente vota na próxima sessão, então, viu, Senadora? Porque, senão... É nominal. Só se a gente pedir para o pessoal votar pelo... (*Pausa.*)

Então, vamos abrir a votação, enquanto isso a gente vai votando outras coisas. Pode ser?

(*Procede-se à votação.*)

(*Procede-se à votação.*)

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Votação finalizada.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – SIM, 8 votos; NÃO, zero.

Abstenção, zero.

Quórum de 9 Senadores.

Está aprovado o projeto relatado pela Senadora.

Agora vamos ao projeto do Senador Luis Carlos Heinze.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 3953, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para fomentar o acesso do cadastrado aos seus dados inseridos em cadastro positivo de crédito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: Pela aprovação do projeto na forma da emenda nº 1–CAE (substitutivo).

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz.

Da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei 3.953, de 2019, do Senador Ciro Nogueira, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para fomentar o acesso do cadastrado aos seus dados inseridos em cadastro positivo de crédito.

Vamos ao relatório.

No que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, não vislumbramos óbices ou inconformidades que impeçam a aprovação da matéria.

Compete à CTFC deliberar sobre o mérito de assuntos referentes à defesa do consumidor, segundo o disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Somos favoráveis à aprovação do projeto de lei, na forma do substitutivo da CAE.

O projeto de lei adequadamente esclarece que a comunicação por escrito ao consumidor sobre a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo, quando não solicitada por ele, poderá ser realizada por meio físico ou eletrônico. Há, portanto, menção à comunicação por meio eletrônico, colaborando para a desburocratização da atuação dos bancos de dados e cadastros de consumidores.

Concordamos também com a inclusão de dispositivo para garantir ao cadastrado acesso permanente, *online* e gratuito, ao conjunto de informações do banco de dados a ele correspondente. A medida reforça a livre acessibilidade dos cadastrados às informações constantes dos bancos de dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destacamos que não concordamos com as demais disposições constantes do projeto de lei e não incluídas no substitutivo, haja vista que elas aumentam custos administrativos, dizem respeito exclusivamente ao acesso ao crédito pelo consumidor ou são reguladas pela Lei Complementar nº 166, de 8 de abril de 2019.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.953, de 2019, na forma do Substitutivo da CAE – Emenda nº 1-CAE.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

A votação também é nominal.

Vamos abrir aqui o painel, por favor.

Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

(Procede-se à votação.)

(*Procede-se à votação.*)

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – SIM, 8; NÃO, zero.

Quórum de 9.

Está aprovado o PL 3.953.

Ele é terminativo? (*Pausa.*)

Terminativo. O.k.

Requerimentos.

Requerimento nº 39:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 39, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 102-A, I, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal, informações, ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, sobre os concursos públicos realizados no âmbito da administração pública federal e que ainda não tiveram as devidas nomeações dos futuros servidores públicos aprovados nos certames.

Autoria: Senador Omar Aziz (PSD/AM)

É de minha autoria.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o pedido de informação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sem nada mais a tratar, encerro a reunião e agradeço a presença de todos.

(*Iniciada às 09 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e seis minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Teresa Leitão, Augusta Brito e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Marcos do Val, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Fabiano Contarato e Ivete da Silveira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Omar Aziz, Cid Gomes, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 5, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Proposta de Fiscalização e Controle com o objetivo de apurar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), possíveis irregularidades jurídicas, administrativas, financeiras, operacionais e institucionais relacionadas à abertura do Edital nº 31/2025 da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), referente ao processo seletivo simplificado para o curso de bacharelado em Medicina, com vagas exclusivas para beneficiários do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Entre outros aspectos, solicita-se auditoria sobre: (i) a legalidade do referido edital; (ii) o repasse de recursos vinculados ao Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 132/2024/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA; e (iii) a utilização da estrutura física e dos recursos humanos da UFPE em dimensões que extrapolem os limites previstos no referido TED." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela admissibilidade e apresentação de requerimento. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 4, de 2026** que: "Nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, a realização de auditoria para investigar a legalidade, a legitimidade e a economicidade na destinação de recursos públicos, patrocínios ou parcerias firmadas pelos Ministérios da Cultura e do Turismo; pela Secretaria de Comunicação Social, bem como pela EMBRATUR em favor de agremiações carnavalescas (Escolas de Samba), sobretudo para o desfile do ano de 2026 da escola de samba

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Academicos de Niteroi, cujo enredo ou temática envolveu homenagem direta à figura do atual Presidente da República em ano eleitoral." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 5, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Marcelo Freixo, Diretor-Presidente da EMBRATUR, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações detalhadas sobre a fundamentação técnica, os critérios de seleção e a fiscalização do repasse de R$ 12 milhões efetuado a agremiações vinculadas à Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (LIESA) e a outras agremiações carnavalescas." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Retirado de pauta pelo autor. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 6, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Sidônio Palmeira, Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre a natureza, os critérios de mídia e a legalidade do repasse de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) a agremiações da Liga Independente das Escolas de Samba (LIESA), ou outras agremiações, a título de possível publicidade ou patrocínio institucional." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado com alteração de convocação para convite. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 7, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Gustavo Costa Feliciano, Ministro de Estado do Turismo, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o aporte de R$ 12 milhões destinado a agremiações vinculadas à Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (LIESA) e outras agremiações, com a necessidade de compreender a política pública de fomento ao turismo que balizou tal vultoso investimento e a sua aderência ao Plano Nacional de Turismo." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Retirado de pauta pelo autor. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 8, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Senhora Margareth Menezes da Purificação Costa, Ministra de Estado da Cultura, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre termo de cooperação técnica entre a Embratur e a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa), com a interveniência do Ministério da Cultura (MinC), que assegurou um investimento de R$ 12 milhões para as 12 escolas do Grupo Especial do Carnaval Carioca, no ano de 2026, além de esclarecer os repasses realizados nos anos anteriores." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado com alteração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convocação para convite. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5771, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre os produtos controlados (PC) e a obrigatoriedade do seu descarte e destinação final." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 60, de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, Frederico de Siqueira Filho, informações sobre eventual aquisição (por compra, leasing ou operação assemelhada) de aeronaves executivas Embraer para utilização em deslocamentos de dirigentes da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)." **Autoria:** Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/25

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto às Sras. e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da última reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foi recebida uma proposta de fiscalização e controle de autoria do ilustre Senador Marcio Bittar. Ela será autuada e distribuída para a relatoria prévia da Senadora Damares Alves.

Passamos à pauta.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Presidente, deixe-me só falar sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Primeiro, eu quero cumprimentar, é uma satisfação estar numa Comissão presidida por V. Exa., que, assim como eu, representa a Amazônia brasileira, tão falada, mas tão abandonada. V. Exa. deu uma contribuição muito grande para a CPI das ONGs. E eu espero que este ano seja um divisor de águas e que nós tenhamos um próximo governo que olhe para a Amazônia e para os amazônidas que habitam aquela região. É um prazer estar aqui ao lado dessa queridíssima Damares, que, a meu convite, esteve no Acre recentemente.

Muito obrigado, Damares.

É uma pessoa muito querida que eu aprendi muita coisa com ela – eu e a minha esposa.

Sr. Presidente, eu faço parte da CPMI do INSS e, na segunda-feira, nós tivemos a oportunidade de usar a palavra naquela Comissão dizendo da importância da CPMI do INSS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também fiscalizar e acompanhar essa questão do Banco Master. Isso é uma pirâmide financeira monumental. Nasce na Bahia, no Governo do PT, daquele que hoje é o chefe da Casa Civil. Uma empresa estatal foi vendida, de uma hora para outra, por R$15 milhões, o dono dela, logo em seguida, vendeu para o Banco Master por 30 milhões, a metade dela, virou sócio e com um contrato que dá o direito, deu o direito ao Banco Master, no caso, a 15 anos de exploração exclusiva dos servidores públicos da Bahia do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Ali começou esse monstro chamado Banco Master. E o final nós conhecemos: virou uma pirâmide financeira. Envolveu vários municípios do Brasil; várias previdências do Brasil caíram no golpe e começou a abrir carteiras propondo pagamento inexistente. Na hora que isso ia cair – porque não tem como pirâmide financeira não chegar a uma hora que desmorona –, eles envolveram aqui de Brasília o BRB, e a ideia era que o BRB acabaria pagando a conta da fraude financeira.

Graças a Deus, nós aprovamos, no Governo do Presidente Bolsonaro, a independência do Banco Central; e, porque nós aprovamos a independência do Banco Central, quando a proposta da aquisição do BRB, que aportaria bilhões de reais, cai na mão do Banco Central, o Banco Central, independente, colocou o pé na parede e detectou a irregularidade.

O pior é que a jornalista Malu Gaspar disse, reiteradas vezes, que o próprio Ministro Alexandre de Moraes esteve reunido com o Presidente do Banco Central para tratar deste assunto. Logo em seguida se descobriu o contrato da esposa do Ministro Alexandre de Moraes com o Banco Master de quase R$130 milhões, R$3,6 milhões por mês. O Ministro Dias Toffoli, que viaja no avião do advogado do Banco Master, quando volta da viagem, puxa para si todo o processo e com várias restrições, inclusive para a CPMI. Depois se descobre que o *resort* da família dele, tem a participação dele, ele próprio admite o recebimento de milhões de reais dessa empresa, desse banco... O ex-Ministro Lewandowski, Presidente do Supremo Tribunal Federal, sai do STF, vai para o Governo do Lula e logo faz um contrato de assessoria com o Banco Master de mais de R$5 milhões. Portanto, há o envolvimento de altíssimas figuras do Brasil. Talvez seja o maior escândalo financeiro da história do nosso país, que envolve figuras importantíssimas do Executivo, do Judiciário e do Legislativo.

Dito isso, Sr. Presidente, eu quero aqui agradecer a sua atenção, agradecer à nossa Senadora Damares. A proposta é que a Comissão de Fiscalização e Controle possa também, oficialmente, estudar e averiguar essa situação a que nós estamos todos expostos. Portanto, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que esta Comissão é adequada para esse trabalho, e não podemos assistir a tudo que estamos assistindo sem que a Comissão de Fiscalização e Controle também faça o seu papel.

Então, eu quero aqui agradecer ao Presidente, meu querido amigo Hiran, e à nossa ilustre Senadora Damares por ser a nossa Relatora desse requerimento aprovado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, meu querido Senador Marcio Bittar. Primeiro, obrigado pelo elogio, pelo trabalho da Comissão da nossa CPI das ONGs. Eu acho que nós prestamos um grande serviço ao país esclarecendo aquele trabalho da grande maioria das ONGs, que é um trabalho que vai contrário aos interesses dos amazônidas. Se Deus quiser, ela vai ter repercussões futuras.

E eu quero aqui passar a palavra à nossa já Relatora Damares Alves para se manifestar em relação a essa fiscalização que foi sugerida pelo nosso querido Marcio Bittar.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu fico muito honrada pela indicação e aceito com muita honra e alegria essa relatoria. O Parlamento não está se omitindo com relação ao Banco Master, e essa é mais uma prova, Senador Marcio. Nós temos a CPMI do INSS, que está discutindo, também a CPI do Crime Organizado, mas CPIs têm prazo de validade. Elas vão se encerrar, e elas se encerram com o relatório. A CAE também criou um grupo de trabalho, e eu estou lá no grupo de trabalho, mas é atribuição desta Comissão aqui a fiscalização. Então, eu estou no grupo de trabalho lá, aceito esta relatoria, porque a gente pode fazer um trabalho, inclusive, em conjunto com a CAE, mas a fiscalização é responsabilidade desta Comissão. E eu fico muito feliz, Senador, que a gente esteja dando uma resposta para o Brasil, que esta Comissão não esteja se omitindo no seu papel constitucional.

Eu agradeço a indicação e vou fazer com muito carinho.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora Damares.]

A próxima inscrita para se manifestar é a nossa querida Senadora Augusta Brito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Bom dia. Bom dia, Presidente. Da mesma forma, quero elogiar também o trabalho da Comissão, o comando do Presidente Dr. Hiran, nosso Senador, a iniciativa também do Senador, e a felicidade de ter uma Senadora, mulher, para fazer essa relatoria.

Posso falar que a Liderança do PT, que agora estou assumindo, quer realmente que também seja investigado, e que não tem nenhum obstáculo em relação a isso. Apesar de ter entrado extrapauta o requerimento, não deu tempo ainda de fazer, e eu não vou pedir vista. Quero dizer, até em relação ao nosso apoio para que aconteça realmente a investigação, que o Governo não tem medo, que Liderança do PT também quer que a Comissão trabalhe e faça o que realmente tem competência para fazer.

Então era só para fazer esse registro, parabenizar a iniciativa e dizer que estou feliz, porque a Relatora aí é uma mulher também.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigada, Senadora Augusta Brito.

Eu vou passar para o terceiro item da pauta, porque o segundo item da pauta...

Desculpa, o item 1 da pauta é de relatoria do Marcos Rogério, e o Senador não está presente, de forma que eu vou passar para o item 2 da pauta.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 4, DE 2026

- Não terminativo -

Nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, a realização de auditoria para investigar a legalidade, a legitimidade e a economicidade na destinação de recursos públicos, patrocínios ou parcerias firmadas pelos Ministérios da Cultura e do Turismo; pela Secretaria de Comunicação Social, bem como pela EMBRATUR em favor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agremiações carnavalescas (Escolas de Samba), sobretudo para o desfile do ano de 2026 da escola de samba Acadêmicos de Niterói, cujo enredo ou temática envolveu homenagem direta à figura do atual Presidente da República em ano eleitoral.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

O requerimento é de minha autoria.

Coloco-o em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) O requerimento foi aprovado.

O segundo requerimento eu vou retirar de pauta, porque o Diretor-Presidente da Embratur já se manifestou, já esteve, inclusive, em reunião conosco e se colocou à disposição para vir à Comissão. Ele tem um evento internacional sobre turismo no exterior, em Portugal, e, a partir da volta ao Brasil, ele está disponível para vir a esta Comissão fazer os esclarecimentos necessários em relação a esse repasse de 12 milhões efetuados a agremiações vinculadas à Liesa (Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro) e outras agremiações carnavalescas.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 5, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Marcelo Freixo, Diretor-Presidente da EMBRATUR, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações detalhadas sobre a fundamentação técnica, os critérios de seleção e a fiscalização do repasse de R$ 12 milhões efetuado a agremiações vinculadas à Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (LIESA) e a outras agremiações carnavalescas.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)) Assim também, nós temos o item 4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 6, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Sidônio Palmeira, Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre a natureza, os critérios de mídia e a legalidade do repasse de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) a agremiações da Liga Independente das Escolas de Samba (LIESA), ou outras agremiações, a título de possível publicidade ou patrocínio institucional.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR) O requerimento é de minha autoria.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) O requerimento está aprovado.

Retiro de pauta o Requerimento da CTFC nº 7.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 7, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Gustavo Costa Feliciano, Ministro de Estado do Turismo, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o aporte de R$ 12 milhões destinado a agremiações vinculadas à Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (LIESA) e outras agremiações, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade de compreender a política pública de fomento ao turismo que balizou tal vultoso investimento e a sua aderência ao Plano Nacional de Turismo.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)) Vamos ao próximo item da pauta...

Até para esclarecer, esse requerimento era da presença do Sr. Gustavo Costa Feliciano, Ministro de Estado do Turismo, para comparecer à Comissão, mas ele esclareceu que o Ministério do Turismo não teve nenhuma relação com o repasse desses recursos às escolas de samba.

E vamos aqui ao próximo item da pauta.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Por favor.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Só para tirar uma dúvida aqui do item passado: era a convocação que estava sendo analisada aqui?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Só um momentinho, só um momentinho...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Porque eu não consegui abrir aqui no computador.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Era a convocação do Ministro de Estado do Turismo, e o Ministro do Turismo me encaminhou a informação de que esse recurso não passou pelo Ministério do Turismo. É o item 4.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Não, aqui fala do Sidônio. Já foi votado o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Já foi votado.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Para convocação ou convite?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Convocação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Eu queria só registrar que eu queria pedir, assim, aqui, em nome do Governo, como Vice-Líder do Governo, para que a gente transformasse a convocação em convite, até porque já foi conversado com ele, ele não vai se opor e, inclusive, está totalmente à disposição de vir no dia em que a Comissão – o seu Presidente – puder agendar. E aí, se for possível, eu queria apelar para que a gente mudasse de convocação para convite.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não faria desfeita a uma dama tão competente como V. Exa. (*Risos.*)

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eu agradeço. E desculpe-me por eu não ter recebido, eu não conseguia abrir.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não tem nenhum problema. O Plenário é soberano.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para encaminhar.) – Acatada a sua solicitação.

E em relação a...

Deixe-me ir para o outro item da pauta, o item 6 da pauta.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 8, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Senhora Margareth Menezes da Purificação Costa, Ministra de Estado da Cultura, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre termo de cooperação técnica entre a Embratur e a Liga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa), com a interveniência do Ministério da Cultura (MinC), que assegurou um investimento de R$ 12 milhões para as 12 escolas do Grupo Especial do Carnaval Carioca, no ano de 2026, além de esclarecer os repasses realizados nos anos anteriores.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

De minha autoria.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, mais uma vez, da mesma forma, queria pedir para que a gente pudesse mudar de convocação para convite, também visto que a própria Ministra disse que não vai se opor a vir, apesar de não ter relação direta com o ministério dela no repasse do recurso. Eu queria também apelar para que a gente transformasse em convite, e eu me comprometo a agendar, se tiver alguma dificuldade em relação aos ministérios, para que a gente possa ter a presença dos ministros aqui que vão ser convidados, se assim o senhor acatar.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senadora, eu não tenho nenhum problema em conceder essa deferência a V. Exa.; agora, eu queria só que a senhora, por favor, de forma mais breve possível, já confirmasse a data da presença dela, porque...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eu lhe garanto e me comprometo.

A gente pode ver com a Comissão já quais são as possibilidades de data, e a gente conversa com o ministério para que a gente possa ter também uma previsibilidade para fazer esse agendamento. Eu me comprometo, em nome do Governo, para que a gente também possa fazer essa interlocução.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 7 será retirado de pauta, porque o nosso Relator, Senador Styvenson Valentim, está de licença médica, foi submetido a uma cirurgia. Ele está bem, mas ele não vai estar presente hoje, de forma que retiro de pauta esse item.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 5771, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre os produtos controlados (PC) e a obrigatoriedade do seu descarte e destinação final.

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CMA.) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para encaminhar.) – O item 8 da pauta é o Requerimento da CTFC nº 60, de 2025, de autoria da Senadora Tereza Cristina e de minha autoria.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 60, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, Frederico de Siqueira Filho, informações sobre eventual aquisição (por compra, leasing ou operação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assemelhada) de aeronaves executivas Embraer para utilização em deslocamentos de dirigentes da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS) e outros.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e quarenta minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Carlos Viana, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Ana Paula Lobato, Teresa Leitão, Augusta Brito e Damares Alves, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Mecias de Jesus, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Eliziane Gama e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Styvenson Valentim, Omar Aziz, Cid Gomes, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Eduardo Girão, Rogério Carvalho e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 3/2026 - CTFC, de autoria Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Finalidade:** Comparecimento do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a fim de prestar informações sobre a RESOLUÇÃO HOMOLOGATORIA ANEEL Nº 3.565, DE 20 DE JANEIRO DE 2026, que aprovou o Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Roraima Energia S.A, com efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 24,13%. **Participantes:** Sandoval de Araujo Feitosa Neto, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; e Leandro Moreira, Superintendente de Tarifas da ANEEL. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/25

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Mais uma vez, bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, que se realiza nesta data, 25 de fevereiro de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa e a aprovação da Ata da 2ª Reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo do comparecimento do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a fim de prestar informações sobre a Resolução Homologatória da Aneel nº 3.565, de 20 de janeiro de 2026, que aprovou o reajuste tarifário anual (RTA) da Roraima Energia S.A, com efeito médio, a ser percebido pelos consumidores, de 24,13%, em atenção ao Requerimento nº 3, de 2026, da CTFC, de autoria do Senador Dr. Hiran.

Convido para tomar lugar à mesa o meu querido amigo Sandoval de Araújo Feitosa Neto, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, acompanhado do Dr. Leandro Moreira, Superintendente da Aneel.

Antes de passar a palavra aos convidados, comunico que esta reunião é interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos. Se for necessário, eventualmente, podemos prorrogar o tempo.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, para fazerem suas perguntas ou comentários.

Com a palavra o Dr. Sandoval de Araujo Feitosa Neto, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO (Para expor.) – Muito bom-dia a todos e a todas.

Cumprimento o Presidente desta egrégia Comissão, Senador Hiran Gonçalves; também cumprimento a Deputada Federal Helena Lima.

Também aproveito, senhoras e senhores, para agradecer todas as manifestações e os requerimentos que foram feitos pela bancada do Estado de Roraima – e aqui com a liderança muito expressiva do Senador Hiran Gonçalves e também do Senador Mecias de Jesus, da Deputada Helena.

Também faço referência aqui ao Deputado Federal Nicoletti, ao Defensor Stélio Dener, que protocolaram requerimentos para a Aneel, para que nós pudéssemos ter a oportunidade de detalhar e explicar os motivos pelos quais a Aneel homologou o reajuste tarifário em questão.

Queria aqui destacar, Sr. Senador Hiran: por força de contrato, contrato de concessão firmado com a distribuidora local, as resoluções homologatórias decorrem de regras aprovadas pela agência e que, por força de contrato, têm que ser homologadas.

Não obstante, todas as nossas obrigações de detalhar e explicar os motivos pelos quais os reajustes são aplicados são um dever de ofício da agência, dos seus dirigentes, dos seus servidores, e esta é a razão pela qual nos sentimos muito, muito honrados de estarmos aqui, perante o povo do Estado de Roraima e perante o Senado Federal, para explicarmos as nossas ações, as nossas atividades na agência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito também e cumprimento todos os servidores do Senado Federal que estão aqui presentes, em especial o Consultor Legislativo do Senado Federal Pedro, que foi servidor da agência, Senador, até há pouco tempo, e é uma pessoa à qual o senhor, certamente, se entender necessário, poderá recorrer, graças ao seu grande conhecimento a respeito das matérias que envolvem a Agência Nacional de Energia Elétrica.

Eu estou aqui com o nosso superintendente de tarifas, o Dr. Leandro Caixeta, e eu vou permitir aqui dividir a apresentação com ele, especificamente no que se refere aos temas afetos à tarifa de Roraima.

Bem, peço que passe o primeiro eslaide, por favor.

Bem, no primeiro eslaide eu apenas trago uma informação, que é a resposta a um amplo anseio do povo do Estado de Roraima – e aqui eu não poderia deixar de registrar as várias interações que tivemos com o Senador Hiran Gonçalves e também com o Senador Mecias de Jesus e todos os Parlamentares que ansiavam pela interligação.

Também registro aqui o trabalho do Governador do estado, que também, em vários momentos, esteve na agência.

Esse é um projeto que perpassou diversas administrações do Estado de Roraima e também da administração federal.

O fato é que, desde setembro, o Estado de Roraima está interligado ao Sistema Interligado Nacional brasileiro.

Bem, aqui, Senador, muito rapidamente, sem entrar na tecnicidade, o que a gente quer relatar, nessas diversas barras que temos aí, é que a energia faltava muito em Roraima e demorava muito a voltar. Então, a gente tem ali, especificamente, os meses de novembro e dezembro, onde se mostra que as durações de interrupções já se reduziram de em torno de três horas – em média – para uma hora.

O Governo e o povo do Estado de Roraima já estão percebendo uma quantidade de interrupções menores e também uma duração e uma quantidade... A gente tem ali que a gente saiu de uma quantidade de desligamento de três ou quatro vezes, depois baixamos para dois e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora estamos em torno de meia interrupção, ou seja, em dezembro, nós tivemos a metade de uma interrupção, se assim a gente puder quantificar.

E agora nós vamos falar especificamente do reajuste tarifário, que é o motivo da nossa conversa aqui.

Eu vou passar a palavra para o nosso Superintendente Dr. Leandro Moreira.

O SR. LEANDRO MOREIRA (Para expor.) – Obrigado, Diretor-Geral.

Bom dia, Senador Dr. Hiran, Deputada Helena Lima e demais presentes.

Como sabido, o reajuste de Roraima levou a um efeito médio para o consumidor de 24,13% agora, homologado pela Diretoria da Aneel, em janeiro de 2026, e a gente vai tentar aqui explicar as principais componentes que levaram a esse efeito para o consumidor do Estado de Roraima.

Por definição do contrário de concessão, a receita de uma distribuidora é dividida em duas grandes parcelas. A primeira parcela engloba encargos setoriais, custos com a transmissão de energia elétrica e a compra de energia, além das receitas irrecuperáveis – é o que a gente denomina de Parcela A. São atividades que não são a atividade finalística de uma distribuidora, mas ela precisa comprar energia para entregar para os seus consumidores, ela precisa pagar para as transmissoras para ter essa energia levada até a sua área de concessão, e as distribuidoras funcionam como recolhedoras de encargos, ou seja, são políticas públicas que a distribuidora precisa arrecadar dos seus consumidores e repassar para as finalidades definidas na legislação. Então, o somatório desses itens, denominado Parcela A, foi o principal impacto no processo tarifário, com 11,95% de impacto. A Parcela B é o negócio da distribuição em si, é a parcela da atividade de distribuir energia, investir em equipamentos de distribuição, e isso impactou somente em 1% a tarifa.

Os componentes financeiros, outro impacto grande, foram 11,13%.

E aí, somadas as três parcelas, a gente tem esse efeito de 24,13%, mais impactante...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEANDRO MOREIRA – Esse efeito foi um pouco mais elevado para os consumidores atendidos em alta tensão e mais reduzido para o consumidor atendido em baixa tensão, sendo 22,69% para os consumidores residenciais. Esse ajuste leva a tarifa para R$789/MWh.

Bom, entrando um pouco mais...

Cumprimento aqui o Senador Mecias de Jesus, que acaba de se juntar aqui à Comissão.

Explicando os itens econômicos, o que são os encargos setoriais e quais deles mais impactaram?

Este foi o principal impacto do reajuste: 9% do reajuste são só os encargos setoriais. A partir do momento em que há interligação, todas as distribuidoras interligadas pagam pelos Encargos de Serviços do Sistema, de Energia de Reserva e de Reserva de Capacidade. Dentre os encargos, esse respondeu por 5,29% de impacto. A CDE já era paga, mesmo enquanto isolada, mas vem crescendo muito, ano após ano; é o encargo em que todos os subsídios do setor são cruzados. Então, isso está impactando todas as tarifas do país, inclusive as de Roraima. Nesse caso específico, impactou 3,4%. E o Proinfa é um programa de incentivo às fontes alternativas, no qual todas as distribuidoras interligadas recebem energia do Proinfa e pagam por ela; então, a partir da interligação, também há um impacto de participar do rateio do Proinfa, o que impactou 1,57% esse processo tarifário.

O custo de transporte, a transmissão de energia elétrica. A partir da interligação, a distribuidora de Roraima passa a ser uma das que custeiam a rede básica brasileira. Então, isso impactou em 4% a tarifa, em 4,38%.

E a compra de energia reduziu o custo para o consumidor de Roraima. Enquanto isolado, toda a energia era valorada ao ACR médio, que é mais caro. A partir do momento em que há a interligação, há a possibilidade de adquirir energia no mercado interligado, que é mais barato. Então, isso contribuiu para aliviar a tarifa em 1,59%.

O custo com a distribuição. A regra no reajuste é, simplesmente, a aplicação do IPCA menos o Fator X. Então, esse impactou bastante menos, com um ponto percentual de impacto tarifário em função da Parcela B.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, o que são os componentes financeiros? Eu destaco dois deles aqui.

A CVA são variações de custos. Então, quando a Aneel faz um reajuste tarifário, nós colocamos uma receita para comprar a energia, para pagar as transmissoras e para recolher os encargos. A dinâmica desses preços varia ao longo do ano, e aí, no reajuste subsequente, são apuradas as diferenças entre o que estava na tarifa e o que efetivamente foi pago, e essa diferença é reconhecida como componente financeiro. Então, a CVA impactou 2,5% o reajuste deste ano.

E agora há uma previsão do risco hidrológico. Todo mundo que está interligado ao Sistema Interligado Nacional está sujeito a pagar por um risco hidrológico na CCEE. Então, há uma projeção desse custo no processo tarifário.

Os componentes financeiros responderam por 6,45% do efeito total.

E, aí, uma questão que veio muito agora, neste reajuste, foi a coincidência entre...

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – Dr. Leandro, me permita só pedir um destaque, uma atenção dos Senadores e dos demais para entenderem, porque esse tema foi muito, como o Dr. Leandro mencionou, muito destacado, ou seja, passou a interligar, então, passou a ficar muito mais caro. Então, é esse ponto que o Dr. Leandro está reforçando neste momento.

O SR. LEANDRO MOREIRA – Exatamente.

O que a agência fez foi simular qual seria o reajuste tarifário se a interligação não houvesse ocorrido, que são as barras em laranja; as barras em azul são o resultado do reajuste que a gente acabou de explicar, com a interligação. Então, o que a gente vê?

Que a Parcela A, que impactou 11,95%, teria impactado 9,26%. Por quê? Os encargos setoriais realmente teriam sido menores; alguns encargos só são pagos por quem está interligado. Então, cairia de 9% para 2% o impacto dos encargos. Não teria havido impacto de transmissão, dado que a empresa estaria isolada, mas o custo com a compra de energia teria sido muito mais impactante. A interligação propiciou comprar energia mais barata, enquanto, na atuação como isolado, a gente teria tido um aumento de 7% na tarifa, se a empresa precisasse comprar energia somente no sistema isolado. Então, no cômputo total da Parcela A, a gente está falando de, aproximadamente, 2,5% de impacto acima, no modelo interligado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No custo de distribuição não há diferença: seria calculado da mesma forma, se a distribuidora estivesse isolada ou interligada.

E os financeiros teriam sido um pouco menores, principalmente em razão da CVA e do risco hidrológico, o que a gente acabou de destacar.

Há uma diferença de 6,5%, mas o reajuste teria sido bastante elevado mesmo que a distribuidora estivesse isolada. A gente estaria falando de um efeito médio de 17,6%.

E a interligação abre uma possibilidade de redução ainda maior dos custos de energia elétrica, da compra de energia. O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) já decidiu que, ao longo do ano de 2026, haverá o desligamento de parte importante das termelétricas que hoje estão acionadas no Estado de Roraima, o que vai permitir no próximo reajuste tarifário um alívio ainda maior desse custo de compra de energia.

Bom, quando a gente olha a tarifa pós-reajuste, já com os 24% de aumento, a gente nota que, quando comparado com as demais distribuidoras da Região Norte, Roraima ainda tem a tarifa mais barata entre os sete estados da Região Norte – e todos os demais ainda vão passar por reajuste no ano de 2026. E, quando a gente olha o *ranking* de tarifa Brasil, Roraima passa a ocupar a 23ª colocação entre 51 distribuidoras do país, sendo que a tarifa média Brasil é de R$787 por megawatt-hora e, agora, Roraima, R$789. Então, a tarifa de Roraima passa a estar muito próxima da tarifa média Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Leandro, me permita só uma interrupção na tua fala? Desculpe-me.

O Amapá não teve reajuste no final do ano, não é?

O SR. LEANDRO MOREIRA – Sim, ainda está para ser deliberado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas a data-base dele é no final do ano passado.

O SR. LEANDRO MOREIRA – Em dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – No ano passado, ele não teve aumento nenhum, não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEANDRO MOREIRA – Ainda não foi decidido pela Diretoria, mas terá essa homologação.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas, se a data do Amapá era anterior a de Roraima, por que a de Roraima já foi homologada, e a do Amapá não?

O SR. LEANDRO MOREIRA – É que houve um pedido de vista de um dos diretores da Aneel que interrompeu a deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado.

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – Eu vou fazer a apresentação daqui em diante. Está bem, Leandro? Obrigado.

Bem, como é de amplo conhecimento dos senhores e das senhoras, foi aprovada no final do ano passado a Lei 15.235, objeto da conversão da MP 1.304. E, essencialmente, essa medida provisória que foi convertida prevê a utilização de recursos provenientes do uso do bem público para serem utilizados para modicidade tarifária, ou seja, para redução das tarifas de energia elétrica, nos estados abrangidos pela Sudam e Sudene, ou seja, basicamente todos os nove estados da Região Nordeste, os sete estados da Região Norte, além da região norte do Estado de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Neste momento, este processo tem duas etapas na agência.

A primeira delas, Senadores, trata da forma como esse recurso será arrecadado, ou seja, os geradores hidrelétricos, que têm a obrigação de fazer o recolhimento de um recurso destinado a compensar a CDE pelo uso do bem público, passarão a ter um desconto se pagarem esses valores, ou seja, se aderirem a essa regulamentação a ser feita pela Aneel. E foi feita ontem, Senador.

Ontem, nós tivemos uma etapa importante, que é a definição dos recursos que serão destinados à modicidade tarifária. Vejam que, numa primeira análise, nós tínhamos que esse recurso seria de R$8,8 bilhões. Ontem, após essa análise da Aneel, esse recurso já foi reduzido para R$7,88 bilhões. Até o final do processo, ele também ainda poderá ser reduzido, uma vez que, neste momento agora em que nós estamos, as empresas têm que aderir voluntariamente a esse mecanismo. De forma que, se nós fizermos o avanço no tempo, com essa linha do tempo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fizemos, a partir de junho de 2026, nós teríamos o valor final que poderá ser utilizado para a modicidade tarifária, ou seja, em junho de 2026, nós teremos o valor e, a partir de julho de 2027 – desculpe-me, julho de 2026 –, nós poderíamos já fazer o uso desses recursos.

Qual é o critério de repasse desses recursos? Qual o critério de divisão? Qual o critério de rateio? Essa discussão faz parte da Consulta Pública 47, de 2025, sob a relatoria da Diretora Agnes. Esse processo foi pautado nesta semana, foi retirado da pauta e deverá ser pautado daqui a 15 dias. Digo isso, porque, semana que vem, a nossa reunião é uma reunião em circuito deliberativo, e, considerando a relevância do assunto, o grande interesse dos Parlamentares e da sociedade dos estados do Norte do país e também do Nordeste do nosso país, eles precisarão ser de alguma forma contemplados.

Uma vez definido o critério, a partir de julho de 2027, nós teríamos o uso efetivo desses recursos.

Mais algum ponto?

Este é o último eslaide, Senador.

Obrigado a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente Sandoval, o que nos causou... Nós ficamos em dúvida em relação a esse critério de rateio, porque nós temos um parecer da Diretora Agnes, cujos valores são absolutamente diferentes do relatório do Diretor Mosna, não é verdade? Só para esclarecer aqui para o povo em geral que nos assiste, um dos diretores estabelece um rateio de 370 milhões para o Amapá e 147 milhões para Roraima, o outro já estabelece, a Diretora Agnes, 29 milhões para o Amapá e 101 milhões para Roraima. Quer dizer, isso, para um médico que entende muito de catarata e dessas coisas, soa para mim como uma absoluta falta de critério. Não sei se o senhor concorda comigo. Então, é por isso que eu até havia preparado aqui um questionamento em relação a essa consulta oral, que eu vou até ler para o senhor.

Em que pese ainda não tenha havido a decisão a respeito da Consulta Pública nº 47, como o senhor acabou de falar, que trata do rateio de valores relativos à utilização de bem público – que a gente pensava que podia ser entre 6 bilhões e 8 bilhões, ficou mais ou menos em 7 bilhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e pouco –, no âmbito da discussão desse tema, ocorrida no dia 27 de janeiro de 2026, foi aventada pelo Diretor Fernando Mosna a possibilidade de distribuição desses valores por critérios diversos, que poderia alocar mais de 400 milhões para o Estado do Amapá, além de 118 milhões referentes aos recursos de acordo do risco hidrológico já direcionados. Quais as razões legais, regulatórias e técnicas para essa nova forma de rateio?

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – Perfeito. Obrigado, Senador.

Acho que é importante mencionar, Senador... E certamente a conversão desta Medida Provisória (MP) 1.304 contou com o apoio amplo dos Senadores, Parlamentares do Norte e do Nordeste, porque sinalizam com uma modicidade tarifária para esses estados. Esses estados têm uma peculiaridade muito importante, que são estados que precisam de energia elétrica para desenvolver as suas economias, para melhorar a qualidade de vida das suas populações e, por outro lado, tiveram um processo de eletrificação muito tardio. Apenas para destacar, o Estado de Roraima foi interligado em setembro do ano passado. Então, há uma dívida histórica muito grande do Brasil com essas regiões. E, de alguma forma, a conversão dessa medida provisória veio tentar minimizar esses impactos, ainda que de forma conjuntural. E é necessário, muito necessário, que haja uma discussão estrutural para, no futuro, nós tratarmos isso de forma estrutural.

Agora, com relação ao ponto específico que V. Exa. trouxe, esse processo foi distribuído inicialmente para análise das áreas técnicas que propuseram um critério técnico, vamos dizer assim, bastante defensável, muito equilibrado, sob a perspectiva de que busca reconhecer que alguns estados já haviam recebido parte desses recursos, notadamente os Estados de Rondônia, Acre e o próprio Amapá, que receberam em razão da conversão da Medida Provisória 1.300. E a MP 1.304 também previu mais recursos para todos os estados, sinalizando, na lei, que aqueles estados que já tinham recebido deveriam ser considerados na próxima divisão. O que nós temos na Aneel hoje – e a Aneel tem um processo decisório que respeita a posição dos dirigentes – é o parecer da Diretora Agnes, que em grande medida acompanha a recomendação da área técnica, e temos uma proposição diferente de outro dirigente. A Diretora retirou o processo da pauta para tentar compreender melhor as razões do Diretor Fernando Mosna para submeter ao colegiado, oportunidade em que os demais Diretores – no caso eu e os dois Diretores – poderão acompanhar um voto ou outro ou propor algo diferente, ou também os próprios Diretores – a Diretora Agnes e o Diretor Fernando – poderão mudar os seus convencimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fato importante de mencionar é que essa mesma preocupação que os senhores estão tendo aqui, legítima e correta, que tem o nosso máximo respeito, os Governadores e Parlamentares do Nordeste também estão tendo. Eu fui convidado por todos os Governadores em uma reunião que ocorreu por ocasião da troca do Presidente do Consórcio Nordeste.

E vejam que esse processo é um processo distributivo. O que a gente decidir necessariamente para um com mais recursos necessariamente vai reduzir para outros, razão pela qual a gente tem que fazer uma discussão bastante equilibrada.

Objetivamente, respondendo à pergunta de V. Exa., o que nós temos são visões diferentes de dois dirigentes que ainda passarão por escrutínio do colegiado da agência.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Obrigado.

Eu quero aqui registrar a presença do nosso Deputado Stélio Dener, da nossa bancada.

E eu vou fazer minhas três questões juntas, Mecias, para passar para vocês, aí já deixo... Regimentalmente, o autor do requerimento faz as perguntas primeiro, mas eu vou fazer só três.

E também nós estamos tendo aqui um acompanhamento maciço nas redes sociais, tem muitas perguntas aqui, e nós vamos tentar...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Normalmente, o autor do requerimento faz as perguntas primeiro, principalmente quando é ele que preside a reunião (*Risos.*) Então, V. Exa. está duplamente autorizado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Mecias.

Bom, a Aneel teria condições de, no decorrer da análise de todo esse processo de solicitação de reajuste tarifário anual, que nós chamamos de RTA, pela concessionária Roraima Energia – aliás, tenho uma notícia ruim para vocês, ela foi vendida para a JBS, a JBS daqui a pouco vai comprar o Brasil –, impor a utilização desse deferimento tarifário a partir de 2026 na busca pela suavização do repasse dos aumentos de custos apresentados pela distribuidora Roraima Energia que acarretaram esse aumento vultoso acima de 24%?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Complementando, ocorre que verificamos que, em 2024, a distribuidora Copel, do Paraná, pediu um deferimento para suavizar o expressivo aumento para 2025 (reunião da Aneel de 18/06/2024). E a Light, do Rio de Janeiro, em 2025, na reunião da Aneel de 18/03/2025, também solicitou, mas para postergar uma redução tarifária de cerca de 12%. Ainda há espaço legal para a Aneel acionar esse mecanismo do deferimento tarifário a partir de 2026 e no decorrer dos próximos anos?

É para que a gente possa garantir... Presidente Sandoval, o senhor que é um homem que conhece o país, o senhor sabe que, por conta de um trabalho que nós todos fizemos aqui – não foi um que resolveu, nem outro, nós trabalhamos muito –, hoje, Roraima vive um período virtuoso, por aumento de demanda energética, implantação de novas empresas, uma evolução do agronegócio e da pecuária no nosso estado, que é um exemplo para o país. O maior aumento do PIB do país aconteceu em Roraima, no ano passado, apesar de toda a imigração venezuelana. Enfim, nós conseguimos, todos aqui, com nossa luta, que Roraima vivesse o período que vive hoje, um período de crescimento reconhecido por todos os índices nacionais. Então, eu queria saber de V. Exa. se, dadas essas considerações, ainda há espaço para que a Aneel possa usar esse mecanismo de deferimento tarifário, agora, em 2026, e nos próximos anos, para a gente garantir à nossa população que nós vamos ter uma recomposição de tarifa que não seja tão traumática para a nossa população e que não vá ferir de morte o nosso desenvolvimento. Então, eu queria que o senhor se manifestasse, por favor.

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO (Para expor.) – Obrigado pela pergunta, Senador.

E é importante destacar que o senhor mencionou dois casos em que, de fato, ocorreu deferimento antes da homologação do processo tarifário. Esses dois casos precederam, inclusive, uma norma que hoje está vigente na agência, ou seja, antes, nós não tínhamos a norma e tivemos que trabalhar exatamente para que a gente pudesse ter esse mecanismo disposto na agência e para que não tivéssemos análises particularizadas em caso A ou caso B, ou seja, há um critério, e, atingidos os requisitos desse critério, é possível, sim, fazer.

No caso de Roraima, como nós tivemos uma homologação já do processo tarifário, eu diria que nós nunca tivemos um pedido de diferimento pós-homologação do processo tarifário. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse é um primeiro ponto. O segundo ponto que eu responderia ao senhor é que, para os anos seguintes, sim, é perfeitamente possível, uma vez atendidos esses critérios. Um outro ponto também da fala de V. Exa., que é importante, é que nós já temos contratada para Roraima e todos os estados do Norte e Nordeste uma redução tarifária que ocorrerá, se tudo funcionar como previsto no cronograma, exatamente em julho de 2026, ou seja, não seria possível neste momento diferir um reajuste que já foi homologado. Para os anos seguintes, isso é perfeitamente possível, atendidos os critérios, e para Roraima nós já teremos uma sinalização, uma redução tarifária em julho de 2027.

Por hipótese, se nós tivermos aprovado ou o voto da Diretora Agnes ou o do Diretor Fernando, essa redução seria da ordem – eu não sei o número aqui exatamente, mas em torno de onze a...

O SR. LEANDRO MOREIRA (*Fora do microfone.*) – Dez pontos da Agnes.

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – ... dez pontos da Agnes e...

Só um momento, vou pegar o número aqui.

O SR. LEANDRO MOREIRA (*Fora do microfone.*) – E da ordem de vinte...

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – E da ordem de vinte, caso o voto do Diretor Fernando seja aprovado. Então, nós temos aí um *range* que traz uma redução na tarifa de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Presidente.

Vou passar...

Quem é o primeiro inscrito aqui? É porque não houve inscrição.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu vou só... Como a Deputada foi a primeira que chegou aqui, eu vou passar para ela, em seguida para o Mecias e depois para você. Pode ser?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Por favor, Deputada Helena Lima.

A SRA. HELENA LIMA (Bloco/MDB - RR. Para interpelar.) – Bom dia! Bom dia a todos os presentes!

Quero cumprimentar o Senador Hiran e parabenizá-lo pela audiência pública sobre um assunto muito importante para o Estado de Roraima, porque nos pegou de surpresa esse reajuste de mais de 24%. Quero cumprimentar também o nosso Diretor da Aneel, aqui presente; cumprimentar o Senador Mecias de Jesus e o nosso Deputado Federal Stélio Dener, também presente; e cumprimentar todos os presentes também aqui da mídia, da imprensa, assessores.

Bem, a minha primeira pergunta é em relação aos dados que foram apresentados aqui pela Aneel sobre o reajuste tarifário anual de 2026 da Roraima Energia. Alguns pontos chamam atenção e precisam ser esclarecidos com transparência.

Encargos setoriais – é um deles –: por que pesam tanto em Roraima? Essa é a minha primeira pergunta.

Minha segunda pergunta é: os próprios dados da Aneel mostram que os encargos setoriais representam cerca de 9% do reajuste, sendo o maior impacto individual na tarifa. Então, por que estados com menor renda *per capita*, como é o nosso caso de Roraima, continuam arcando com um peso tão elevado de encargos nacionais? Houve alguma avaliação de capacidade de pagamento da população antes de aplicar esse impacto?

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO (Para expor.) – Obrigado, Deputada, pela pergunta.

Esse é um tema em que eu tive a oportunidade, durante todo o ano passado, de recorrentemente comparecer às Comissões temáticas, tanto do Senado Federal como também da Câmara dos Deputados, para explicar e, eu diria até um pouco mais, para pedir que o nosso Parlamento reavaliasse diversas políticas públicas que estão, hoje, incluídas na tarifa de energia elétrica. Esses valores dos encargos setoriais existem exatamente por decisões de legislações aprovadas nesta Casa e sancionadas pela Presidência da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu citaria vários aqui para conhecimento de V. Exa. Por exemplo, há a Tarifa Social de baixa renda, que talvez seja um dos subsídios mais nobres da tarifa de energia elétrica e que beneficia de forma muito relevante, principalmente, os estados e regiões mais pobres do país, mas nós temos outros que têm um aspecto não tão social, nessa perspectiva, mas que também pesam muito na tarifa. Por exemplo, há a micro e mini geração distribuída. Hoje, o encargo da mini e micro geração distribuída, tentando simplificar aqui para os Parlamentares aqui presentes, é o subsídio que é dado para os consumidores que instalam painéis solares. Quem não instala painel solar na sua casa paga uma parte da tarifa de energia elétrica para que esses painéis sejam instalados. Esse é o subsídio que mais cresce no Brasil. Temos também os encargos para o desconto da tarifa do fio, ou seja, grandes parques eólicos, grandes parques solares que se implantam no Brasil pagam a metade do custo de transmissão – quanto à outra metade, quem paga são os demais usuários e consumidores do Sistema Interligado brasileiro. Eu também destacaria os subsídios para o carvão. Certamente, no Estado de Roraima, não há usinas a carvão, mas os consumidores de lá pagam o subsídio para usinas a carvão. Eu também destacaria que parte da tarifa de energia elétrica também subsidia grandes pivôs para irrigação. Sabemos que o Estado de Roraima tem uma irrigação em crescimento, um agro em crescimento, mas certamente ainda não consome energia elétrica de grandes pivôs, mas os consumidores de lá também pagam esses grandes pivôs. Eu não sei se eu me esqueci de algum subsídio... Então, esses são os grandes subsídios que hoje estão na tarifa de energia elétrica.

Eu também incluiria um ou dois, na realidade, que Roraima passou a pagar no momento em que foi interligada. Um é Encargos de Serviços do Sistema, que são o custo da operação, ou seja, no momento em que se decide por uma operação de uma usina térmica fora da ordem de mérito, aquele custo vai também para todos os consumidores do Brasil – e Roraima, por ser interligada, também paga. E há o custo do Encargo de Capacidade. São grandes usinas que têm que prover potência para o sistema, todos os consumidores interligados pagam, e Roraima também passou a pagar.

O que nós temos, Deputada, bem simplificadamente, é um grande condomínio: aqueles que conseguem, por uma soma de fatores, justificar, aqui no Parlamento, receber alguns subsídios, seja por tecnologias que se desenvolvem, seja por outras questões, como o desenvolvimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regiões específicas no país – por exemplo, regiões carboníferas –, conseguem aprovar leis que colocam subsídios na tarifa que depois devem ser rateados por todos.

A SRA. HELENA LIMA (Bloco/MDB - RR) – Obrigada pela resposta, mas eu queria fazer mais uma pergunta, com base no que foi falado, sobre esses encargos setoriais que aumentaram, e muito, a nossa tarifa.

Os outros estados também tiveram um reajuste, e o nosso de Roraima foi o maior de todos. Isso se deve a essa interligação da energia?

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – Como foi trazido na apresentação, cerca de 6,53% do aumento da tarifa média para Roraima foi exatamente em razão da interligação. Então, caso não houvesse interligação, nós teríamos um reajuste da ordem de 18%, que também é um valor considerado expressivo. E por que esses outros valores ocorreriam? Em função de outros custos que também existiriam quando a operação é isolada, notadamente o custo de geração, que é mais caro, em razão da operação isolada. Então, em torno de 6,5% seria o acréscimo do reajuste em razão da interligação.

A SRA. HELENA LIMA (Bloco/MDB - RR) – Nós imaginávamos que, com essa interligação, viriam alguns encargos, mas nós imaginávamos, diante de um estado com uma renda *per capita* tão baixa, como o nosso de Roraima, que isso fosse diluído pouco a pouco e não de uma vez só, porque isso causou um grande impacto. Nós temos hoje uma população vulnerável em Roraima, e isso vai levar muitos a abdicarem de parte dos seus compromissos por conta da conta de energia, que teve esse súbito aumento. Não seria viável reaver essa tarifa para ela ser diluída, pouco a pouco, por um prazo maior, para que as pessoas não sentissem tão rápido esse reajuste? Haveria essa possibilidade?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu queria pedir licença da Deputada, até para acrescentar aí...

Eu fui informado... Todos estiveram na agência. Os colegas estavam... Era segunda-feira, eu estava aqui, e, por isso, eu fui, mas estava todo mundo trabalhando nos estados. Eu fui informado – e isto me chamou logo a atenção – desta questão: o Amapá não teve aumento nenhum. Aí me foi colocado, em uma reunião da agência, que também se levou em consideração que o Amapá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teve um apagão que prejudicou muito o estado e tal. Eu disse: "Olhem, mas isso não justifica, porque apagão eu estou tendo há 40 anos em Roraima". Então, deviam ter considerado esses apagões que o senhor mesmo consignou naquele seu primeiro eslaide.

A presença nossa aqui... E certamente o pensamento de toda a bancada e do povo de Roraima é que Roraima foi duramente penalizado com esse aumento completamente desproporcional, Presidente. Por isso, eu já pedi, solicitei, oficialmente, administrativamente, uma recomposição baseada na modicidade tarifária, que a gente votou aqui, lutamos muito para isso. E terminou que nós fomos punidos, no nosso estado, em relação...

Eu estou dando o exemplo do Amapá, porque é um estado muito...

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO (*Fora do microfone*.) – Parecido.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... parecido, do nosso tamanho, que teve as mesmas dificuldades que nós tivemos.

Desculpe-me, Deputada Helena.

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – Obrigado, Deputada, e obrigado, Senador, também pela observação relevante nesta discussão.

Primeiro, eu queria destacar que todos os processos tarifários na agência são distribuídos aos relatores, e, uma vez distribuído o processo a um relator, não cabe ao Diretor-Geral nem a nenhum outro diretor ter nenhuma ingerência quanto à pauta do processo. O processo foi pautado, um dos diretores, no caso específico do Amapá, pediu vista do processo e ainda não trouxe o processo para julgamento, o que é também responsabilidade do diretor.

No caso de Roraima, eu até preciso fazer aqui uma observação importante. Foi falado no início que já foi feita a transferência do controle para um outro grupo econômico, no caso, o grupo JBS, que opera no setor elétrico por meio de uma empresa chamada Âmbar, mas esse pedido de transferência do controle foi submetido à Aneel e ainda não foi aprovado por questões documentais e outras questões que estão sendo avaliadas pela agência. Então, o que eu quero dizer é que hoje a gestão da Roraima Energia ainda está sob gestão do Grupo Oliveira. E, quando houve o pedido de reajuste tarifário... Ele obedece a um calendário. No momento em que chegou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o pedido, nós não recebemos, seja da empresa, seja do Conselho de Consumidores, nenhum pedido para o diferimento da tarifa. É claro, mais uma vez, o diretor relator trouxe a matéria, firmou o seu convencimento, e dos diretores que lá estavam não houve nenhuma manifestação em contrário, razão pela qual, como foi dito, é uma resolução homologatória.

Vejam. Nós estamos cumprindo um contrato, um contrato tem duas partes: a empresa e o poder público, que somos nós, não por delegação, mas por autorização legal. Para fazer uma mudança na tarifa ali constituída, precisa ter uma concordância das duas partes. No nosso caso, sempre haverá uma concordância por redução de tarifa, isso aí é quase um efeito automático, mas a empresa teria que nos procurar e propor um eventual diferimento da tarifa ao longo do ano de 2026.

Um ponto que eu também queria destacar, Deputada, já sinalizado pela apresentação do Dr. Leandro, é que nós teremos, ao longo do ano de 2026, o desligamento de diversas usinas térmicas. Então, a tarifa de 2027 certamente será menor do que o valor que foi aplicado em 2026.

Nós precisaríamos que a empresa procurasse a agência para que nós pudéssemos avaliar como processar esse eventual diferimento da tarifa, já sinalizando que, em 2026, em julho, haverá uma redução da tarifa e que, em 2027, em função do desligamento de diversas usinas térmicas, a tarifa também já será menor – em 2027.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Deputada Helena, mais alguma pergunta?

A SRA. HELENA LIMA (Bloco/MDB - RR) – A usina que nós temos, térmica, lá, que usa o diesel, o biodiesel, eu acho que ela já foi desativada com o interligamento, agora, dia 1º de janeiro. Isso não deveria ser logo levado em consideração nesse reajuste da tarifa?

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – É possível que algumas usinas já tenham sido desligadas, mas nós teremos que verificar como o contrato que ela possui foi estabelecido, porque há diversas usinas que podem, neste momento, estar desligadas, por uma questão contratual – aí, sim, a senhora teria toda a razão na argumentação de V. Exa. –, mas é possível que outras usinas estejam desligadas e ainda haja a necessidade de respeitarmos o contrato. Então, nós teríamos que olhar caso a caso, para podermos interpretar, porque ela pode estar desligada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neste momento, ter um custo fixo, devido ao contrato, mas não ter um custo variável, porque não está funcionando. Eu poderia verificar para a senhora e me comprometo a fazê-lo: identificar quais usinas foram desligadas, quais usinas estão desligadas e não vão ser ligadas mais – ou seja, o contrato se encerrou – e aquelas que estão desligadas por força de contrato e ainda por quanto tempo elas ficarão, mas, seguramente, eu também passarei para V. Exa. a quantidade de usinas que serão permanentemente desligadas.

Leandro, anote esses três... Quer fazer alguma complementação?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – Sim, por favor.

O Dr. Leandro talvez tenha a resposta de V. Exa.

O SR. LEANDRO MOREIRA (Para expor.) – É, porque isso foi objeto da Reunião 314, do CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico), e isso vai depender um pouco do desempenho da linha de interligação.

O Operador Nacional do Sistema faz testes, mas, em tendo a segurança e a robustez de que a linha está pronta e de que não há risco de falha, a previsão é o UTE Floresta poder ser desativado até março; os UTEs Distritos I e II, até o fim de fevereiro; o UTE Monte Cristo II, também março; e o UTE Monte Cristo, até abril. Então, esse é o cronograma, e, se tudo der certo com a interligação, com os testes, etc., essas são as termelétricas que o CMSE colocou como passíveis de desligamento.

E, se a gente tentar medir o tamanho dessas térmicas no parque térmico total do estado, a gente está falando aqui de 45% do parque térmico do estado. E, aí, tentando traduzir isso para o processo tarifário, no processo tarifário, essas térmicas locais são valoradas ao ACR médio. Isso está na legislação. Esse ACR médio é mais caro do que comprar energia no Sistema Interligado. Quanto menos representativa for a quantidade de energia valorada ao ACR médio, mais barato fica a compra de energia. Então, essa é uma potencial redução do custo de compra de energia a ser reconhecida no processo tarifário de 2027.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. HELENA LIMA (Bloco/MDB - RR) – Acredito que, quando foi estabelecida essa tarifa nesse reajuste tarifário, isso também pode não ter sido levado em consideração, porque fevereiro nós já estamos terminando, e março já é o mês que vem.

Eu queria aqui registrar o meu pedido de reavaliação de todos esses itens que foram pontuados aqui, para a gente rever isso aí e não trazer essa tarifa como uma penalidade, como foi bem colocado aqui pelo nosso Senador Hiran, para a nossa população.

Muito obrigada.

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – Obrigado, Deputada.

Eu apenas queria reforçar um ponto: o item da tarifa energia foi o item que menos cresceu, eu acho até que ele reduziu. Ele reduziu, ou seja, essa consideração das usinas já está no nosso processo tarifário. O que de fato elevou a tarifa foi o custo dos encargos setoriais, o custo da transmissão e o custo dos componentes financeiros. Esses aí realmente, de fato, pesaram na tarifa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O próximo inscrito é o Senador Mecias.

Antes de passar para o Mecias, eu queria só esclarecer que eu entrei com um pedido de efeito suspensivo para que haja uma compensação retroativa, para que, baseado naquilo que a gente vai receber a partir de julho, a gente consiga ter uma diminuição mais imediata da nossa tarifa – ouviu, Mecias, senhoras e senhores?

Passo a palavra para o Senador Mecias, por favor.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colega Senador Hiran; colegas Deputados Helena e Stélio Dener; querido amigo Dr. Sandoval, meu conterrâneo; Dr. Leandro, Superintendente... Sandoval, ninguém é perfeito, mas o Maranhão ultrapassa qualquer barreira.

Eu quero só fazer uma pequena contribuição à fala da Deputada Helena. Se o contrato com esses termos que ainda estão vigentes só terminasse no final de 2026, nós iríamos ser penalizados até lá? Mesmo tendo iniciado a interligação... Há quanto tempo? Então, eu creio que existe, sim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma razão concreta na fala da Deputada, e eu creio que pode ser esse, Dr. Sandoval, um dos motivos para que Aneel possa acatar o pedido de efeito suspensivo feito pelo Senador Hiran.

Quero dizer também... Eu vou fazer um histórico breve aqui, depois faço as perguntas.

No dia 5 de fevereiro de 2026, em razão desse aumento, ingressei com uma ação popular perante a Justiça Federal da 1ª Região, questionando a legalidade da Resolução Homologatória 3.565, de 2026, da Aneel, que autorizou esse reajuste de 24,13% na tarifa de energia elétrica do Estado de Roraima. O reajuste foi aplicado logo após a interligação de Roraima ao Sistema Interligado Nacional, conquista histórica, viabilizada após anos de luta institucional. Fui autor da emenda legislativa que garantiu em lei, na Lei 14.182 – V. Exa. conhece, estive lá com V. Exa. várias vezes, junto com o Senador Hiran, junto com outros colegas, em busca desse tão sonhado sonho do povo de Roraima –, a ligação do Linhão de Tucuruí. E essa minha emenda ao art. 1º, que se tornou os §§9º, 10 e 11, obrigou que o Governo Federal fizesse imediatamente, independentemente de qualquer situação, a ligação do Linhão de Tucuruí ao Estado de Roraima.

Roraima passou mais de uma década em isolamento energético estrutural, convivendo com apagões, instabilidades no fornecimento e dependência de geração de termelétrica onerosa. A interligação ao SIN representou promessa concreta de estabilidade, segurança energética e racionalidade tarifária. Entretanto, imediatamente após essa conquista histórica, a população de Roraima foi surpreendida, e o sonho tornou-se um pesadelo imediato, com o reajuste de 24%, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2026, sem qualquer mecanismo de transição ou diferimento tarifário.

Embora esse instrumento regulatório, Dr. Sandoval, seja reconhecido e utilizado em outros contextos, a decisão judicial que aprecia o pedido liminar feito por mim reconheceu que o caso possui grande repercussão no âmbito estadual e requer prudência na tomada de decisão, evidenciando a relevância institucional e social da controvérsia.

Esse aumento não é apenas um número técnico, ele gera impactos concretos e imediatos, atinge diretamente famílias de baixa renda, que já comprometem parcela significativa do orçamento com despesas básica; pressiona pequenos comerciantes e empresários locais; onera, Dr. Leandro, produtores rurais e o setor produtivo; compromete a competitividade de uma economia historicamente fragilizada; gera efeito inflacionário indireto sobre bens e serviços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essenciais. Trata-se de um estado que acaba de superar um histórico de apagões e isolamento energético. A imposição abrupta desse reajuste, sem transição e sem mitigação, pode gerar dano social continuado e de difícil reparação à sociedade roraimense.

À ação que entrei a Justiça Federal em Roraima deu a seguinte decisão, que sei que já é de conhecimento de V. Exa., porque a Aneel anexou hoje uma resposta ao pedido, à determinação da Justiça. Disse o juiz: "O caso em comento ostenta a capacidade de gerar grande repercussão no âmbito estadual e, por isso, requer-se prudência na tomada da melhor decisão. *Ad cautelam*, entendo por necessária a prévia oitiva das partes requeridas para a formação do adequado juízo de valor. Assim, antes de decidir sobre o pedido de tutela provisória de urgência, intimem-se os réus, por Oficial de Justiça, para, querendo, manifestarem-se sobre o pedido liminar no prazo de dez dias. Deverão os réus juntarem o procedimento administrativo integral, processo da Aneel nº [x] com fulcro no art. 7º, I, ,"b", da Lei nº 4.717, de 1965. Intime-se o Ministério Público para acompanhar a ação e, querendo, manifestar-se sobre o pedido de liminar. Após, os autos voltem imediatamente conclusos".

É claro que eu não sei qual será a decisão do juiz, mas nós deixamos claro que o povo de Roraima acordou em um pesadelo: depois de um sonho iluminado, acordou com um pesadelo de terem um reajuste totalmente desnecessário e exagerado contra a sociedade roraimense.

Fui informado pelos nossos advogados de que a Aneel já teria feito essa resposta e de que a da Roraima Energia, até o momento, não teria sido feita, mas é lógico que a Roraima Energia, sobretudo com o novo grupo econômico que toma conta deles, não teria nenhum interesse em pedir o diferimento.

Eu gostaria de saber: a Aneel não pode, de pronto, conceder esse diferimento, já que Aneel tem toda essa capacidade regulatória?

E, só para concluir, quero fazer uma outra pergunta. O Dr. Leandro citou aqui o Amapá, que deveria ter sido um aumento antes do nosso. Gostaria de saber quem é o grupo econômico que comanda a companhia energética do Amapá e qual foi o diretor que fez o pedido de vista. Por que ele teve tanto interesse sobre o Amapá e não teve o mesmo interesse sobre Roraima? E por que não despertou em nenhum dos diretores o interesse sobre Roraima, que foi um estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

castigado por esse período todo e que não teve a complacência de nenhum dos diretores, com o devido respeito que tenho a todos os diretores? E V. Exa. sabe que esse respeito é verdadeiro.

Se V. Exa. quiser falar agora, depois eu faço as outras perguntas.

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO (Para expor.) – Perfeito.

Obrigado, Senador Mecias.

Todos os pontos que V. Exa. traz são de extrema relevância, e eu vou partir aqui pelo final, até porque as perguntas que foram dirigidas ao Dr. Leandro eu conheço.

O grupo que administra a companhia energética do Amapá, hoje – a CEA Equatorial, a Equatorial Amapá –, é o grupo Equatorial. É o mesmo grupo que atua no Piauí, no Maranhão, em Alagoas, no Rio Grande do Sul e aqui, também, em Goiás.

O Diretor que solicitou vista do processo é o Diretor Gentil Nogueira de Sá. O processo, que hoje está em análise do pedido de reconsideração, ou seja, o pedido que avalia o recurso... Inclusive o que V. Exas. interpuseram junto à Aneel, do Senador Hiran – o pedido de efeito suspensivo –, foi negado, por uma questão de forma, pela Diretoria-Geral, em específico pela Diretora-Geral substituta. Eu estava em férias no momento, mas, certamente, a decisão não seria diferente. E, hoje, é o Diretor Willamy Moreira.

Quanto ao que V. Exa. fala, se Aneel pode decidir, de ofício, um diferimento, a Aneel não faz isso, porque a função da agência é uma função de gestora de contratos. Então, normalmente, o que a Aneel busca fazer é uma etapa de conscientização quando há um caso extremo. E, nesse caso de Roraima, de fato – V. Exa. está correto –, certamente poderia algum diretor, inclusive o próprio Diretor-Geral, ter aventado isso. No entanto, Senador, ocorre que, como eu citei no início, normalmente, isso, em alguns casos... Até V. Exa. citou que a empresa não teria interesse, mas, em muitos casos, o diferimento é pedido até pela própria distribuidora, às vezes porque é ela que entrega a conta e é ela que sofre ali no dia a dia com a pressão social local. Normalmente, elas fazem, ou, então, algum grupo de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – Às vezes sim, às vezes furto de energia elétrica, às vezes o consumidor... Quando ele está num dilema entre alimentar os seus filhos ou outras obrigações básicas da sociedade, ele pode, sim, recorrer a não pagar a conta de energia elétrica ou até recorrer ao furto de energia. Nós temos uma grande correlação: onde as tarifas são muito altas, normalmente nós temos uma pressão muito grande para furtos de energia, o que é também deletério, desfavorável. Nós não queremos, em absoluto, que isso ocorra.

No que eu posso me comprometer com V. Exa. é, de plano, chamar o Diretor Willamy – que é um grande profissional, trabalhou durante muito tempo no Estado do Amazonas, e, então, ele conhece bastante a realidade dos estados do Norte do Brasil – e, enfim, verificar se ele pode inaugurar essa discussão junto com a distribuidora local. Eu, por ser o Diretor-Geral... Alguns diretores não veem com bons olhos quando o Diretor-Geral procura avançar em algum processo que está sob a relatoria desses diretores. Então, eu me comprometo a levar a demanda, mas seria bastante importante que V. Exas. pudessem provocar o Diretor Willamy, que, mais uma vez, tenho certeza, terá muita sensibilidade de recepcionar o pleito de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Essa minha ação administrativa vai ser deliberada no colegiado, não é?

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O senhor até me prometeu que, no decorrer, provavelmente, desta semana ou da outra, isso seria pautado. Vai ser pautado, Dr. Sandoval?

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – O processo tarifário que envolve o Estado de Roraima e todos os estados do Nordeste, mas especificamente Roraima, porque nós já tivemos um processo tarifário deliberado... Nós temos hoje três processos que envolvem a tarifa final de Roraima: nós temos o processo de homologação, que já foi, e tem um recurso que está sendo analisado pelo Diretor Willamy; nós temos o processo de arrecadação dos recursos da UBP, que teve uma etapa importante de deliberação ontem, mas há etapas agora que dependem das empresas geradoras aderirem, para que a gente possa ter recursos a serem rateados; e temos o processo da Diretora Agnes, que define o critério do rateio. Então, o que eu posso dizer ao senhor é que há uma perspectiva, mas depende da Diretora Agnes, de levar o processo que define os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

critérios do rateio para talvez daqui a 15 dias. Eu digo talvez, porque, de novo, é decisão da relatora, mas acredito que o processo já esteja em condições de ser deliberado. Em sendo deliberado, o que nós teríamos é... Vamos supor que o valor poderia chegar a 10% do reajuste. Nós teríamos que esperar o critério de arrecadação, que será concluído em junho, para, somente ali naquele momento, aplicar o redutor tarifário. Ou o processo do Diretor Willamy, de alguma forma, fazer alguma gestão para que possa analisar o recurso.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Dr. Sandoval, de quem é o dever, a competência de assegurar a modicidade tarifária? É da Aneel?

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – A modicidade tarifária é um preceito legal, que norteia não apenas as atuações da agência, ela norteia as ações do planejamento a cargo do Ministério de Minas e Energia, ou seja, as ações do Ministério de Minas e Energia devem buscar a segurança do suprimento, mas também a modicidade tarifária.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Mas a competência para isso é da Aneel?

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – A Aneel aplica os preceitos regulatórios com base na lei, na legislação, que devem, sim, considerar, entre outros aspectos, a modicidade tarifária.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – A Aneel não faz ou não tem competência para fazer o diferimento sem pedido das agências?

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – Das empresas.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Das distribuidoras, das empresas. Não faz ou não tem competência?

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – A Aneel não tem competência... É assim, Senador. A Aneel gerencia contratos de concessão. Quando uma tarifa é estabelecida, ela é estabelecida a partir do equilíbrio econômico-financeiro das empresas. Se desse um reposicionamento tarifário que não assegure o equilíbrio econômico-financeiro, a Aneel não estaria cumprindo a sua missão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós temos sempre, e eu sempre digo, é que a gente tem que diferenciar a mensagem do carteiro. Nessa perspectiva, a Aneel é, em grande medida, o carteiro, porque nós calculamos a tarifa, mas nós não temos discricionariedade, por exemplo, de chegar para um gerador que venceu um leilão, que tem uma tarifa definida para vender, e nós estabelecermos: "Olhe, o senhor vendeu por R$200, mas a tarifa está cara em Roraima. Eu vou reduzir a sua remuneração para R$180". Nós não podemos fazer isso, porque nós estaríamos descumprindo a lei.

Mas o senhor... Mais uma vez, o conceito da modicidade tarifária é um conceito amplo e que deve nortear não apenas a atuação do regulador, do planejador e eu diria até do legislador, porque, quando o legislador também aprova encargos setoriais que vão carrear, vão sobrecarregar a tarifa, nós não temos... Por exemplo, os legisladores aprovaram o subsídio ao carvão, e nós não temos como, por exemplo, no Estado de Roraima, que não usa o carvão, que não tem usinas a carvão, decidir não dar aquele subsídio e cobrar do consumidor de Roraima. Pode parecer cruel, às vezes, mas a realidade se impõe.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mecias, só para... Dentro daquilo que você está falando com muita pertinência, no nosso caso... Você falou uma coisa interessante, Mecias. A Aneel é uma agência reguladora. No nosso caso lá, parece que ela abriu mão... Com todo o respeito ao Sandoval, porque nós temos muito respeito por você, você sabe disso, parece que ela abriu mão da finalidade regulatória e teve uma atuação absolutamente homologatória na nossa questão, entendeu? E por isso que nós nos sentimos discriminados, meu Presidente.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Com todo o respeito que...

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – Eu compreendo...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Com todo o respeito, talvez, se a JBS fosse o grupo econômico do Amapá, talvez não tivessem feito esse pedido de vista e teria acontecido primeiro. É apenas uma impressão minha.

Só para falar... Dr. Sandoval, V. Exa. informou que nós deveríamos conversar oficialmente com o Dr. Willamy. Nós já fizemos isso. Nós fizemos isso. Eu, o Deputado Stélio Dener, o Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Albuquerque e o Deputado Gabriel Mota encaminhamos, no dia 5 de fevereiro, ao Dr. Willamy Moreira Frota, um pedido, via SEI, para que pudéssemos participar do pedido feito pelo Senador Hiran, para que ele pudesse analisar todas as solicitações contidas e que pudesse verificar qual a possibilidade de rever ou de ele próprio solicitar à distribuidora que fizesse essa solicitação do diferimento.

Mas eu vou...

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – O senhor recebeu algum...?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Não, nenhuma resposta nós recebemos até o momento do Dr. Willamy.

Eu vou continuar aqui as minhas perguntas, porque eu tenho ainda algumas. Senão, vou ficar por muito tempo aqui. Vamos lá.

Na primeira pergunta, falo da ausência de transição do diferimento que já foi comentado antes aqui, mas eu faço questão de... O estado acabou de ser integrado ao SIN, após longo histórico de isolamento, o reajuste aplicado foi de 24%, com efeitos imediatos e retroativos. Existe instrumento regulatório legítimo de diferimento tarifário utilizado em outras concessionárias, e a própria Aneel reconheceu, em reunião institucional, que houve falha de comunicação quanto à ausência de transição. Pergunto: por que a Aneel não adotou nem exigiu da concessionária a utilização de mecanismo de diferimento tarifário ou modelo de transição gradual, evitando que a sociedade de Roraima fosse surpreendida com o impacto abrupto logo após a integração ao Sistema Interligado Nacional?

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – Obrigado, Senador...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Posso ir para as outras perguntas ou...

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – Ah, sim, perfeito.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... V. Exa. prefere responder uma a uma?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – Não, não. Eu posso responder em bloco, é porque eu fiz... Já antecipando aqui o que eu vou responder na sequência.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Considerando que o Estado de Roraima acabou de ser integrado ao Sistema Interligado Nacional, após longo histórico de isolamento energético, e que o reajuste aplicado foi de 24%, com efeitos imediatos e retroativos, que existe instrumento regulatório legítimo de diferimento tarifário capaz de mitigar o impacto e que, além de não ter havido transição adequada pela agência, a própria concessionária Roraima Energia sequer formulou o pedido de diferimento, mesmo conhecendo profundamente a realidade socioeconômica local, por que Aneel não exigiu ou não induziu a utilização de mecanismo de transição tarifária com a justificativa de ausência de pedido de diferimento por parte da concessionária diante do impacto social previsível e da vulnerabilidade social? Nós estamos, repito, tratando de um estado com economia historicamente fragilizada, que enfrentou anos de apagões, com elevada vulnerabilidade social e cuja integração ao SIN gerou expectativa legítima de estabilização e racionalização tarifária. O reajuste de 24,13% impacta diretamente famílias de baixa renda, como já disse, pequenos empresários e o setor produtivo, podendo comprometer a sustentabilidade econômica local.

Inclusive, antes de fazer essa pergunta, voltando aqui ao que o V. Exa. falou, que é um grande condomínio, normalmente o condomínio avisa aos condôminos que vai haver um aumento. Não foi o caso do que nós estamos discutindo aqui, no caso de Roraima.

Como a Aneel compatibiliza a aplicação imediata e integral desse reajuste com o princípio da modicidade tarifária e com o dever de proteção do usuário em serviço público essencial, especialmente em um estado que acaba de superar um histórico isolamento energético estrutural?

Aqui eu encerro as perguntas, dizendo que, lamentavelmente, Roraima, que tinha esse grande sonho, acordou num pesadelo e esse aumento parece ter vindo como castigo, lembrando uma fala popular: "é pau para comer sabão e é pau para saber que sabão não é para comer". É assim que Roraima está sendo tratada pelo Governo Federal. Perdoem-me, mas é assim que eu vejo, assim que eu sinto. E esta reunião aqui, convocada pelo Presidente Hiran, nada mais é para ouvirmos os senhores, claro, com o devido respeito e acatamento. E peço desculpas se em algum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento eu deixei de agir assim. V. Exa. sabe que sempre fui muito respeitoso, mas, quando tratam o meu estado com indiferença, com discriminação, eu fico um pouco fora do normal. Vou ouvir V. Exa.

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – Obrigado, Senador. E, antes de mais nada, quero dizer que V. Exa. sempre nos tratou, na agência, o Senador Hiran também, os demais Parlamentares, com elevada estima e elevado respeito. Não obstante, são legítimas todas as colocações trazidas por V. Exa., nós as recebemos como dever de ofício, com a obrigação de recepcioná-las, também com respeito, e buscaremos, sim, dentro das nossas competências legais, o devido endereçamento de todas as questões, como já dito, naquilo que nos é possível.

Como funciona o processo tarifário de uma distribuidora de uma forma geral? Nós temos os processos de revisões tarifárias periódicas. Naquele momento, nós revisamos todos os custos da empresa, isso normalmente ocorre de cinco em cinco anos, e depois, dentro do calendário previamente já conhecido... E eu digo previamente conhecido porque o contrato de concessão tem essas datas definidas. Durante a discussão da revisão tarifária periódica, sim, há uma ampla comunicação da Aneel com a sociedade, porque lá nós vamos discutir os índices de qualidade que vão ser pactuados com a sociedade, nós vamos apresentar o resultado dos estudos da tarifa e, naquele momento, sim, há a audiência pública, a consulta pública para discutir tudo isso.

Uma vez definidos esses parâmetros, aplica-se anualmente a homologação das tarifas. A agência não faz, de fato, uma comunicação ostensiva nos processos de homologação. Para isso, nós temos, em cada área de concessão, um conselho de consumidores, que é mantido pela tarifa de energia elétrica, no caso, a Roraima Energia tem um conselho de consumidores que são profissionais, que são escolhidos na sociedade local e que estão lá para prover informações, interações com a sociedade local e zelar no âmbito local pelos interesses dos consumidores. Então, esse é um ponto.

O outro ponto é quando V. Exa. coloca a questão da interligação. De fato, a interligação foi um anseio e certamente melhorará muito a vida da sociedade de Roraima. O impacto que houve, em torno de 6,5%, é um impacto que decorre da interligação. Então, nós não temos como afastar esses custos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sim, a empresa poderia ter pedido o diferimento. O relator da matéria, por exemplo, poderia ter feito essa interação com a empresa. E, como eu disse a V. Exa., os processos são distribuídos, e os relatores conduzem os trabalhos. E é fato que o Diretor-Geral ou qualquer outro Diretor poderia ter, no dia da votação, dito: "Olhe, essa tarifa está muito alta, vamos diferir". Sim, poderia ter ocorrido, mas, em princípio, quem conduz os processos tarifários ou os processos na agência são os relatores. E, no caso específico, o relator não propôs, seja porque a empresa não pediu, seja porque o Conselho de Consumidores não pediu.

Eu acho que o que nós temos que fazer agora é fazer uso de todos esses instrumentos que nós citamos aqui: o processo de arrecadação da UBP, o processo de definição dos parâmetros de rateio e a própria interação com o Diretor Willamy. E eu vou fazer também... Dia 5 de fevereiro – temos que também colocar em perspectiva –, tivemos ali... É um mês muito complexo... Não complexo, mas é um mês mais curto, Senador. Eu farei esse contato com o Diretor Willamy e vou pedir que ele interaja com V. Exas. Eu também me permitirei passar o telefone dos senhores para ele para que a gente possa buscar algumas opções. O que eu posso... E peço que V. Exas. compreendam que a gente tem uma tarefa muito inglória, pois a tarefa do regulador não é uma tarefa simples, mas nós a fazemos, buscamos fazer com muita transparência. E, às vezes, como... O Senador Hiran, quando me ligou, disse: "Olhe, sei que não se trata de uma CPI, é uma Comissão, não podemos convocá-lo". Eu disse: "Não, mas o que é isso, Senador? Faço questão de ir. Faço questão de ir". Normalmente, em discussões mais técnicas sobre tarifa, normalmente, quem vem é a nossa equipe, mas eu, em respeito a V. Exas., fiz questão de estar aqui hoje e não me furtarei de nenhum debate para que a gente possa buscar opções ao Estado de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Está satisfeito, Mecias? (*Pausa.*)

Eu vou passar a palavra ao nosso querido Deputado Federal Stélio Dener.

O SR. DEFENSOR STÉLIO DENER (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Para expor.) – A todos os presentes, Senador Hiran, parabéns por esta audiência pública. Também gostaria de citar a importância de termos o Senador Mecias e a Deputada Helena aqui presentes, os quatro representando a bancada de Roraima e o nosso estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou fazer nenhuma pergunta, porque eu acho que já foram muito exaustivas todas as perguntas feitas pelos colegas, mas eu vou citar algumas impressões minhas, que talvez sejam também impressões suas.

Eu estava muito atento às suas respostas e à indagação também, porque o senhor mesmo, por alguma vez, até sensível a nós de Roraima, demonstrou também, pela sua própria feição, talvez o absurdo que tenha sido esse aumento. O senhor chegou a perguntar ao Leandro: "Foi mesmo esse o maior aumento do Brasil?". Ele falou: "Sim". Então, foi o maior aumento.

A Aneel está fazendo, neste ano, salvo engano, 30 anos. É um órgão federal. É uma autarquia federal vinculada diretamente ao Ministério de Minas e Energia. O senhor respondeu bem que regula e fiscaliza, mas, nesse nosso caso, o nosso sentimento é que só homologou. Foi a impressão que a gente teve aqui.

Então, a Aneel, como um órgão federal, representando também um ministério que compõe o Governo – ou seja, é o próprio Governo –, permitiria um aumento desse, nessa escala, neste ano, um ano de eleição – porque, lá, para a gente, é ano de eleição –, um aumento de 24% para o Brasil, para todos os estados? A resposta é não. Vocês não permitiriam isso. Vocês iam regular e fiscalizar.

Então, a nossa indignação em relação a este aumento, Diretor Sandoval... Vocês que são escolhidos pelo Presidente da República, que são sabatinados no Senado são impressões de todo um povo.

Na hora em que o senhor coloca que a gente tem que pagar – e a gente tem que pagar mesmo porque está na lei – por quem faz, por exemplo, energia solar própria ou, então, por quem entra nos benefícios de programas do Governo Federal, a exemplo do Luz para Todos, eu fico até calado, pode aumentar a minha 50%, mas se tivesse para todo mundo em Roraima. Não é esse o exemplo lá. Nós temos – o senhor acredita nisto? – comunidades indígenas em que o asfalto passa na frente, a energia passa na frente, faltam só 10m para ligar a comunidade na energia, e a comunidade não tem energia. Então, não justifica por que Roraima tem que ter esse aumento todo agora, com base também no que o senhor disse e respondeu, em virtude desses subsídios que nós pagamos, se o serviço não está completo para toda Roraima, se a concessionária não está fazendo o dever de casa. Eu estou falando só um exemplo, e não é só uma comunidade: são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dezenas e dezenas de comunidades indígenas e vilas em que o asfalto passa na beira e que não têm energia, fora os consumidores, para os quais, já por trabalho feito pelo Governo Federal, a energia do Luz para Todos já devia estar lá, ou seja, a concessionária não está fazendo dever de casa. Então, a gente ficaria calado se estivesse, mas não está.

O mesmo sentido dessas minhas impressões é em relação ao Amapá. Se o Senador Hiran fosse o Presidente do Senado e o Senador Mecias fosse o Líder do Governo, vocês teriam pedido vista?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não queria nem falar isso. Ficou muito claro.

O SR. DEFENSOR STÉLIO DENER (Bloco/REPUBLICANOS - RR) – Por que Roraima? Então, o pedido do Senador Hiran...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você vê o rateio, querido amigo? Veja o rateio – veja o rateio.

O SR. DEFENSOR STÉLIO DENER (Bloco/REPUBLICANOS - RR) – O pedido do Senador Hiran...

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO (Para expor.) – Só um ponto, me permitam aqui, Senador. A proposta do rateio é o que é, a proposta de um dos diretores do colegiado. Eu não posso falar por ele; então, tem que se compreender. E vejam: isso não está ainda... Não foi julgado, e é legítimo que um dos diretores tenha uma ideia a respeito.

Desculpe-me interromper, mas é só porque esse ponto...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, a gente vai continuar. A gente não tem tempo para sair daqui, não; estou tranquilo.

Agora, eu queria só parabenizar você pela sua consideração e também já dizer a vocês que o Sandoval se propôs a vir aqui muito prontamente, mas eu também vou convocar, para a minha Comissão de fiscalização, o Ministro de Minas e Energia. Ele vai ter que vir aqui também para ouvir a nossa realidade lá de Roraima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês já estão avisados previamente; vou aprovar na próxima reunião, na próxima semana. É porque hoje eu aprovei tanta coisa aqui, o negócio de Carnaval, o dinheiro de Carnaval que passou para um, passou para outro. Eu quero saber como é que foi esse negócio de escola de samba.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Foi rebaixada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É, mas tem que explicar aqui por que aquele dinheiro só foi lá para a escola, por que não foi lá para Roraima, por que não foi para a Bahia, por que só foi para o Rio de Janeiro? Quero saber por quê. Já aprovei hoje, e vamos aprovar aqui a convocação do Ministro de Minas e Energia também. Fique tranquilo, que você também vai ter espaço e tempo para falar das nossas necessidades lá do nosso estado e dessas discriminações que nós sofremos aí por parte do Governo Federal.

Mas voltando à sua fala, Stélio...

O SR. DEFENSOR STÉLIO DENER (Bloco/REPUBLICANOS - RR) – Eu estou fazendo essas colocações, Sandoval, mas é em razão do que eu senti, do que você sentiu. Agora, imagine nós, que estamos lá, o tanto de mensagem que nós recebemos nos nossos celulares e nas redes sociais em virtude dessa...

Então, é isto: este órgão federal, hoje, de que o senhor está como Diretor, escolhido pelo Presidente, escolhido pelos Senadores, aprovado pelos Senadores, não pode permitir que um único estado do Brasil tenha, em ano eleitoral, um aumento de 24%. O pedido foi feito pelo Senador Hiran, já está subsidiado pelo Mecias, por mais Parlamentares. Eu mesmo acho que é de uma falta não consideração, porque as pessoas não se conhecem, mas em virtude do que a gente representa para o estado e para a Câmara. Eu fiz essa solicitação – que eles fizeram, que o Senador Hiran fez, que o Senador Mecias refez, e eu assinei junto, que outros fizeram – no dia 23 de janeiro, dois dias apenas depois. Este pedido de revisão, eu fiz no dia 23 de janeiro, dois dias depois apenas da homologação que foi feita. Até hoje Aneel não respondeu. Até hoje a Aneel não respondeu. O mesmo ofício eu fiz ao Minas e Energia, no dia 23 de janeiro. Até hoje, o Ministério de Minas e Energia não respondeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isto, tenho certeza absoluta de que vocês, que são Governo, têm reflexo na eleição em Roraima.

Então, só porque nós somos pequenos pode? Essa é nossa impressão. Então, deixo aqui só para a gente refletir.

E quero parabenizá-lo, porque eu senti que o senhor foi sensível à nossa irresignação sobre este aumento, que realmente foi e é um absurdo, neste período, logo após a interligação ao SIN para o nosso estado. Obrigado e parabéns por ter demonstrado isso.

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – Só me permita... Acho que o depoimento do Deputado foi bastante importante, bastante sincero e bastante firme. Então, a gente consegue ser firme, mesmo sendo terno na forma de falar.

Então, eu gostaria, realmente, de mostrar aqui o meu enorme respeito pela manifestação de V. Exa. e dizer que, sim, de fato, nós não temos nenhuma felicidade na agência. Nós somos pessoas humanas. Quando nós... E pagamos a nossa conta de energia elétrica ordinariamente. É claro que numa situação muito diferenciada da grande maioria da população brasileira.

Mas tenha a certeza de que, quanto à comunicação que V. Exa. mencionou – eu vou verificar o que aconteceu –, será respondida, e o meu compromisso permanece, de buscar o Diretor Willamy, também a Diretora Agnes, para que a gente tente buscar um caminho alternativo, para buscarmos uma solução, Senador Hiran, Deputado e também todos os presentes.

Também gostaria de cumprimentar o Senador Chico Rodrigues, que chegou aqui a esta Comissão. É um prazer revê-lo, satisfação sempre.

Devolvo a palavra ao nosso eminente Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Diretor Sandoval.

Passo a palavra ao nosso Senador Chico Rodrigues, para as suas considerações.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente, é só uma consideração rápida...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, meu querido.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... antes de ouvirmos o nosso decano da política roraimense, Senador Chico Rodrigues, pois certamente será uma honra ouvi-lo.

Eu só quero falar de um tema, Dr. Sandoval, sobre o qual já tivemos várias discussões nesse sentido, tanto aqui no Senado como lá no seu gabinete. Já foi discutido várias vezes.

Um dos fatos que faz com que as contas de energia fiquem extremamente caríssimas para os brasileiros são as chamadas perdas técnicas e as perdas não técnicas. As perdas técnicas, no meu entendimento, ocorrem por uma incapacidade da distribuidora e também, creio eu, com a devida vênia, por uma pressão maior da Aneel nessa fiscalização e regularização, e as perdas não técnicas se dão por falta de eficiência do Governo e falta de eficiência da empresa.

O que é lamentável é que as duas perdas somam e se dividem para o bolso do consumidor. Isso é que é lamentável, e a gente precisa... Também eu não poderia deixar de citar isso aqui, porque é lamentável que os erros de uma empresa que lucra tanto sejam repassados para os consumidores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Mecias.

Passo agora, em seguida, a palavra, para as suas considerações e para as suas eventuais indagações, ao Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Primeiro, eu quero cumprimentar o meu colega Senador Dr. Hiran Gonçalves, Presidente da CTFC; cumprimentar o meu colega Senador Mecias de Jesus, a Deputada Helena Lima, o Deputado Stélio Dener, nossos representantes do Estado de Roraima; e, logicamente, em especial, cumprimentar o Dr. Sandoval, que tem uma longa história e trajetória nessa área do setor elétrico, e o Leandro, Superintendente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero fazer apenas algumas observações complementares, porque o que, na verdade, Dr. Sandoval, interessa à população de Roraima, ao consumidor roraimense, ao empresário roraimense é exatamente a questão de preços hoje. Nós saímos de uma matriz poluente, histórica, vivemos uma transformação, em algum tempo da história, com o Linhão de Guri. E aqui vinha comentando no corredor com um assessor que eu estava presente quando o Presidente Hugo Chávez, juntamente com o Governador à época, Neudo Campos, trouxeram, em um gesto de política de Estado e não de governo – como dizia o Governador Neudo Campos na época –, a energia não poluente, uma energia mais barata, uma energia que, na verdade, atendia, com uma ação complementar de demanda, o nosso estado, o Estado de Roraima. E foi um dia de festa, no dia em que o Presidente Hugo Chávez veio a Roraima e, com a bancada federal, com o Governador do estado, fizeram a interligação do sistema com o Guri. É lógico que ali já existia um fio de esperança de que Roraima saísse daqueles apagões sistemáticos que tinha, pelo sistema tradicional de geração de energia, e pudesse, efetivamente, sair dos apagões e criar uma expectativa de desenvolvimento, porque era, ainda, o único estado da Federação, depois que o Amapá recebeu a energia nacional do SIN (Sistema Interligado Nacional)... Isso para que nós pudéssemos encontrar um caminho que tornasse o estado atrativo e o desenvolvimento viesse para o nosso estado.

Mas o fato é que o tempo passou e, com algumas situações de governo, crises e mais crises com a Venezuela, perdemos, na verdade, o fornecimento da energia da Venezuela. E, em um gesto muito ousado, mas, acima de tudo, patriótico e de compromisso com o Brasil, o Presidente Jair Messias Bolsonaro, após uma reunião com a bancada – estávamos ali presentes eu, o Senador Mecias de Jesus à época, o Senador Telmário Mota e toda a bancada federal, no Palácio do Planalto –, definiu que seriam feitos estudos imediatamente para que se pudesse resolver, de forma definitiva, a interligação de Roraima ao SIN (Sistema Interligado Nacional). Isso foi feito, foram dois, três anos de estudos, negociações, inclusive, com a Funai, porque o grande gargalo que nós tínhamos era ali na área dos uaimiris-atroaris, a passagem questionada pelas ONGs – enfim, sempre criando obstáculos –, mas graças à habilidade do Ministério de Minas e Energia e da própria Aneel nas negociações, nós finalmente conseguimos ver autorizada a passagem do Linhão de Tucuruí pelas terras dos índios uaimiris-atroaris.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente não se reelegeu – o Presidente Bolsonaro – e, já no Governo atual, o Presidente Lula determinou que fossem incluídos no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), os R$3 bilhões para que essa obra fosse iniciada e concluída.

É lógico que nós acompanhamos, *pari passu*, desde o primeiro dia da obra na Subestação Engenheiro Lechuga, lá em Manaus, quando começou o período de terraplanagem, depois a instalação dos canteiros de obra, depois a parte de execução da obra em si, daquele sonho que vinha se arrastando ao longo do tempo pela população de Roraima.

E o certo é que foi uma obra magnífica, construída em um tempo recorde. O planejamento era de 24 meses, e em 12 meses ela estava concluída... Perdão, em 19 meses, ela estava concluída. Os trabalhos de testes se iniciaram, tanto na Subestação Lechuga, em Manaus, quanto na Subestação da Vila do Equador e, obviamente, no final da linha, na ponta, lá em Boa Vista, na estação de Monte Cristo.

E nós, na verdade, acompanhando e vendo exatamente os empresários, vendo a população de Roraima, que, a princípio, não acreditava e depois, ao ver as torres sendo estendidas, os cabos sendo realmente colocados, começamos, na verdade... Nós, inclusive, Parlamentares, eu que – como disse o meu colega e amigo, Senador Mecias de Jesus – sou o decano da política do estado, vimos isso, pelo retrovisor do tempo, acalentar o sonho da população de Roraima e tivemos a felicidade de aqui vermos, na verdade, o Presidente fazer a ligação – estávamos com o Senador Hiran –, a interligação ao sistema, ou seja, hoje nós temos energia segura, garantida, interligada ao sistema nacional, ponto.

Esse era o grande sonho e tivemos, obviamente, essa conquista. Muitos atores estiveram envolvidos nesse processo e cada um com sua dose de colaboração, de participação e, acima de tudo, de confiança de que Roraima seria finalmente interligado ao sistema nacional.

E, claro, que as pessoas, obviamente, e nós também – não poderia ser diferente, Dr. Sandoval – esperávamos que a energia... Não que ela tivesse uma diferença brutal em relação à energia fornecida nos demais estados da Federação, porque esse é um sistema, mas que não tivesse aquele choque, aquele impacto, aquele tapa na cara, vamos dizer assim, da população, que esperava... E, veja bem, reflete em todos nós que somos cobrados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, quase 30% de acréscimo na tarifa de energia do estado desestimula o empresariado que já se estabelece ali no estado – a gente já vê o crescimento do distrito industrial hoje, que é um fato, é uma realidade – e a população, nem se fala, que é exatamente quem paga a maior conta porque é quem ganha menos.

Então, a minha observação aqui, ao mesmo tempo, pelo respeito que temos a V. Sa... Nós o conhecemos há muito tempo, sabemos dos grandes profissionais da área no Brasil, que já devem ter feito vários esclarecimentos aos colegas que me antecederam, mas apenas quero dizer que a grande expectativa da nossa população era exatamente esta: que esse preço, considerado abusivo no aumento, no incremento do preço, na verdade, pudesse ser realinhado para que a população... Não para dar satisfação política – porque é nossa obrigação, lógico, nós Deputados, Senadores, enfim, sabemos das dificuldades do sistema, sabemos dos custos operacionais, sabemos de outros fatores variáveis, que não é o caso comentar –, mas para que houvesse, realmente, por parte da Aneel, esse estudo expedito para que nós tivéssemos uma resposta mais rápida à nossa população, que clama, que cobra, que, todos os dias que nos encontra, a primeira coisa que fala é: "O que vocês vão fazer pelo preço da energia?", não é, Senador Hiran?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É isso.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Então, era essa a observação que eu gostaria de fazer, até porque temos uma confiança enorme na sua capacidade de gerenciamento e sabemos que alguma coisa deverá ser feita no sentido de que se possam mitigar esses preços para que a população de Roraima não seja tão sacrificada como está sendo sacrificada no momento.

Eram essas as minhas observações.

Muito obrigado, Dr. Sandoval.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Senador Chico.

Antes de passar a palavra ao Dr. Sandoval, eu quero colocar aqui algo que nos chama muito a atenção. Realmente, houve uma interferência política muito clara na não concessão de aumento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de energia naquela concessão de vista no Amapá, e isso ficou o público. No dia 18 de dezembro de 2025, às 13h58, nosso Presidente Davi disse assim:

> 'Nosso trabalho conjunto impediu o aumento da conta de energia dos amapaenses', diz Davi Alcolumbre após processo na Aneel receber pedido de vista.
> Articulação do presidente do Congresso, em diálogo com o governo do Amapá, garante retirada de pauta e reforça defesa da modicidade tarifária no estado
> [...] O presidente do Congresso [...], senador Davi [...], comemorou, nesta quinta-feira [...], a decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de retirar de pauta, após pedido de vista, o processo que tratava do reajuste tarifário da conta de energia no Amapá. [Ele diz, entre aspas:] 'O nosso trabalho deu certo. Seguimos firmes para garantir que a tarifa seja justa e que a Aneel cumpra a lei aprovada pelo Congresso Nacional em defesa do povo amapaense' [...].

Quer dizer, o nosso Presidente Davi deixa muito claro que houve uma interferência direta da bancada do Amapá na efetivação de um pedido de vista que garantiu zero de aumento na tarifa de energia para o Amapá. E é por isso, nosso querido Diretor Sandoval, que nós nos sentimos aqui discriminados. Nós somos cobrados no nosso estado porque...

Para que as pessoas saibam, o MDB sempre teve uma influência muito grande no setor elétrico do Brasil, todos nós sabemos. E todos nós sabemos que os diretores são indicados por bancadas, por Senadores, enfim, e têm os seus compromissos, e isso interfere diretamente nessas questões que nós discutimos aqui. É bom que se diga; nós temos que ser claros, nós temos que ser transparentes.

E essa angústia que você manifestou é a angústia que a Helena manifestou, que a nossa bancada, que não está aqui presente, porque a agenda hoje aqui é uma loucura, uma correria tremenda... Nem todo mundo pode estar aqui, mas nós estamos aqui falando em nome de toda a nossa bancada, em nome do povo de Roraima, querido Sandoval, porque, realmente, nós nos sentimos absolutamente discriminados. A população de Roraima se sentiu punida por esse aumento exorbitante, eu diria até inacreditável. Quando eu vi esse aumento, eu disse: "Não é possível!".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o nosso Stélio Dener falou, a gente não teria coragem de fazer um aumento desse para o Brasil. Agora, como esse Governo que está aí já tem uma certa má vontade com o nosso Estado de Roraima, o que está consignado historicamente... É por isso que lá não tem Vereador, não tem nada desse Governo que está aí. Este Governo está punindo a gente, essa é a realidade.

Eu vou passar aqui a palavra para o meu querido Sandoval, para ele fazer as manifestações, e ao Leandro também. Não sei se alguém quer fazer alguma... Então, eu vou passar para ele, e volto aos dois Parlamentares que querem se manifestar.

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO (Para expor.) – Perfeito. Obrigado, Senador Hiran.

Primeiro, Senador Chico Rodrigues, parabéns pelo recorte histórico. Certamente, eu não teria a primeira parte que V. Exa. mencionou, porque, talvez, estivesse ainda nos bancos da faculdade, ou até antes disso. Mas, de fato, o Estado de Roraima contou, durante muito tempo, com o fornecimento de energia a partir da Venezuela. E, se por um lado, eu não participei e nem sabia de todo esse contexto histórico, eu quero consignar a V. Exa. que o acordo que permitiu a interligação de Roraima foi a partir da minha autorização, enquanto relator do processo na agência.

A Aneel não fazia parte da ação judicial. Houve um pedido do Ministério de Minas e Energia à época, e nós tivemos uma decisão muito difícil de tomar na agência, porque nós iríamos assumir um risco jurídico que, até então, não estava no plano da agência. De fato, nós participamos de uma arbitragem, o que não era obrigação nossa da agência, porque nós já tínhamos concluído o julgamento ordinário do processo. De fato, participamos de um processo inédito, e eu diria que nós perdemos, mas ganhamos. Nós perdemos a arbitragem, e eu não vou mencionar... Enfim, perdeu-se. Era uma opção nossa de não participar; nós participamos. Nós tivemos que recompor a tarifa do transmissor em valores muito acima do que nós faríamos pela nossa regulação ordinária, mas eu diria, por outro lado, que nós ganhamos. Ganhamos, porque esse gesto da agência permitiu que o Estado de Roraima fosse interligado.

Então, eu queria agradecer ao senhor, porque agora eu vou colocar, nas minhas falas, todo esse contexto histórico que V. Exa. mencionou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um pouco antes de o senhor chegar, tanto o Senador Dr. Hiran, como a Deputada Federal Helena, o Senador Mecias e também o Deputado Federal Stélio Dener... Ele trouxe toda a indignação, foi muito respeitoso. Eu até mencionei que você consegue ser firme mesmo sendo terno. Eu me senti bastante recepcionado. Faço parte da indignação de vocês e buscarei fazer parte da solução.

Então, é isso que eu quero trazer aqui...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Sandoval.

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – ... e é a mensagem para os senhores.

E quero dizer de um ponto que o Senador Dr. Hiran mencionou. Vejam, nós somos um colegiado. Já dizia Churchill que a democracia é o pior de todos os regimes antes de todos os outros, ou seja, a melhor forma de gerir um órgão como agência multidisciplinar é por meio de colegiado. O colegiado tem as suas qualidades, as suas virtudes e os seus defeitos. Por exemplo, eu não posso me comprometer aqui com os senhores para tomar nenhuma decisão isoladamente. O que eu posso, e já fiz, é dizer que buscarei fazer parte da solução. Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é: quando foi citado que um diretor A ou diretor B pediu vista de um processo, a decisão do pedido de vista é individual do diretor. As razões pelas quais ele solicitou vista do processo são – quero crer – de ordem técnica; mas, além disso, eu não posso fazer nenhum juízo de valor. Então, o que eu recomendo a V. Exas. é que eventualmente busquem o Diretor para buscarem entender por que em um caso, enfim, foi feito de um jeito ou de outro; mas eu realmente não posso trazer nenhum juízo de valor a respeito disso.

Minhas palavras finais são estas. Mais uma vez, quero dizer que a agência está à disposição; sempre estivemos. A minha forma de trabalhar é exatamente essa, de não nos omitir dos debates, por mais difíceis, por mais duros que sejam. Eu poderia, mais uma vez, ter deixado para vir em outra audiência que talvez tivesse temas melhores para falar, mas não é o papel. Eu acho que nós estamos naquele assento para enfrentar os problemas e indicar as soluções, quando elas ocorrerem e puderem ser feitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, mais uma vez, só quero agradecer, Senador Dr. Hiran e toda a bancada de Roraima aqui, representada por V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Volto a palavra ao Senador Mecias e ao Deputado Stélio Dener, que querem se manifestar.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – Dr. Sandoval, quando nós estivemos lá na Aneel para tratar sobre esse assunto, eu liguei antes para o amigo e V. Sa. estava de férias e disse que a Dra. Agnes nos receberia lá, e de fato nos recebeu – o Leandro estava presente –, e nós passamos também para ela naquele momento uma preocupação nossa, que, inclusive, está sendo discutida e avaliada numa consulta pública: a chamada tarifa branca.

A tarifa branca é preocupante, principalmente para Roraima, porque ela pode trazer até 30% de aumento na conta de luz. E isso, sem dúvida nenhuma, será outro tiro nas costas da população brasileira, em especial da população de Roraima. Eu creio que há tempo para que V. Exa. e todos os diretores, todos os estados e os conselhos pudessem examinar isso com muito cuidado, inclusive avaliando a partir de cada estado.

Eu recebi esse pleito de pessoas lá do Estado de Roraima que comprovam, com os dados deles, que isso traria um aumento significativo, de cerca de até 30%. E, aí, penalizaríamos muito, sobretudo, as empresas que terão o pico nesse horário que vai ser estabelecido, caso essa consulta pública... Porque, de fato, eu não sei quem responde à consulta pública e de que forma a empresa vai ouvir e vai definir o que foi aprovado ou não. Eu não busquei verificar quais são os questionamentos feitos lá na consulta pública, mas é um apelo que faço a V. Exa.: que o senhor possa estudar isso com muito carinho pela população brasileira e por Roraima.

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO – Permita-me, Senador. Acho que esse ponto é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sem dúvida, querido.

O SR. SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO (Para expor.) – Primeiro, Senador, obrigado por ter trazido essa preocupação. Certamente, ela entrará no nosso radar. O Dr. Leandro é o Superintendente responsável por todos os estudos que tratam dessa matéria, em que, por óbvio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos neste momento um diretor sorteado, e esse diretor está interagindo com a área técnica e também conosco.

A gente sabe que V. Exas. aqui são procurados por todos os espectros da sociedade, e é exatamente o papel e o trabalho de V. Exas.: ouvir o setor produtivo, os geradores, os representantes do setor produtivo, geração, consumo... Mas a autoridade tarifária do setor de energia no Brasil é a Aneel. Eu falo isso porque há sempre – e é natural no processo decisório – esse tumulto, esse ruído, e no ruído, normalmente, algumas teses, algumas visões acabam se sobrepondo. Então, o que eu posso dizer para V. Exa. é que esse estudo que está sendo feito, conduzido pela área do Dr. Leandro em absoluto traria uma discrepância. E eu digo isso por ser servidor da Aneel há 21 anos, assim como o Dr. Leandro aqui também, e não há, assim, em absoluto, nenhuma perspectiva de que nós tratássemos este assunto com esse nível de risco. Eu não tenho os números aqui, mas, certamente, não há nenhum risco.

Por favor, Leandro.

Acho que, nesse ponto, dada a preocupação, enfim, eu vou abrir aqui a palavra para o nosso Superintendente.

O SR. LEANDRO MOREIRA (Para expor.) – Primeiro, quero só agradecer, Senador Mecias, a preocupação e até a chance de explicar um pouco melhor o que é esse debate, o que é essa agenda.

A agência colocou em debate com a sociedade uma proposta de que os consumidores atendidos em baixa tensão que têm elevado o consumo, somente aqueles com consumo acima de um megawatt-hora por mês, fossem incluídos em uma tarifação horária. Então, isso é um debate. Não tem nenhuma decisão tomada ainda pela diretoria da Aneel, mas a gente estaria falando de 2,5% do número de consumidores, de uma forma que a gente alcançaria 25% do mercado de baixa tensão.

E qual é a preocupação da agência? Hoje, a gente debateu aqui um reajuste tarifário. A gente viu lá: "O reajuste é composto por geração, transmissão, distribuição". O que está acontecendo no Brasil hoje? O Brasil aumentou muito a capacidade de geração solar, principalmente por conta da geração distribuída. Então, hoje, na hora do almoço, sobra energia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está tendo corte de energia. É a discussão do *curtailment*. Então, a gente tem muita oferta e pouca demanda na hora do almoço, o preço cai, e a gente corta geração renovável. No fim da tarde, no começo da noite, acontece o contrário: falta energia. A gente liga todas as termoelétricas, liga as nossas hidrelétricas para tentar atender aquela demanda de ponta.

A gente tem que contratar geração, transmissão e distribuição para atender essa ponta, e isso está ficando muito caro. Então, a ideia é dar sinal de preço, ou seja, mostrar para o consumidor que, naquele horário, é um pouco mais caro consumir energia, mas dar uma oportunidade para, na verdade, ele reduzir a conta, porque, se ele conseguir pegar um pouco do consumo de ponta e jogar para os outros horários, em todos os outros horários a tarifa ficará mais barata. Se um consumidor pode consumir de madrugada, de manhã, ou de tarde, ou nos fins de semana, a conta de luz dele cai.

Como é a regra de construção dessa tarifa? Se o consumidor tem um perfil típico de consumo, ao sair da convencional para a horária, na verdade, o efeito é neutro na conta. Então, para um tipo de impacto como esse, teria que ser algum tipo de consumo absolutamente atípico, muito particular de alguém que só consome na hora de ponta mesmo.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Leandro, o setor de serviços, os bares, os restaurantes, nesses horários, não têm como fazer isso. Pelo contrário, os barezinhos, os restaurantes começam a ser procurados nesse horário, de fato, em que vai aumentar... E isso é, sem dúvida nenhuma, prejudicial para que esse setor possa continuar mantendo as suas portas abertas e oferecendo emprego nesses momentos. Com esse aumento elevado, eu creio que, nesse horário aí, permite-se fechar uma série de comércios e serviços.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Meu amigo Stélio Dener, por favor.

O SR. DEFENSOR STÉLIO DENER (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Para expor.) – Senador, é mais para... Regimentalmente, aqui no Senado, nem se cabe... Mas é mais a título de sugestão: que vocês possam pegar esta audiência pública toda e anexá-la à ação popular do Senador Mecias. Eu acho interessante, para todos nós, para demonstrarmos também o pensamento um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco do nosso Diretor-Geral, o Sandoval, em relação a esse aspecto da própria decisão tanto administrativamente, que pode ser tomada, quanto judicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Acatada a sua sugestão.

Acho que a Helena quer fazer alguma consideração.

Deputada Helena, por favor.

A SRA. HELENA LIMA (Bloco/MDB - RR. Para expor.) – Sim. Eu achei, assim... Eu acredito que é muito pertinente a gente se sentar para fazer esse tipo de discussão, mas seria interessante também a gente fazer uma audiência pública lá no estado, envolvendo a população *in loco*, onde está ocorrendo essa dor, até para ter a participação de pessoas locais. Inclusive, eu fiz o pedido, já entrei com o requerimento na Comissão de Minas e Energia, solicitando uma audiência pública, Dr. Sandoval, no Estado de Roraima, e queria, desde já, convidar o senhor e o outro Diretor também, o Leandro, para fazerem parte. Nesse convite para a audiência, também nós convidamos o Ministro – não sei se ele vai poder ir – e outras pessoas também que nos interessam, inclusive representantes da Roraima Energia, que é a empresa local, para fazerem parte, no nosso estado, de uma discussão também em relação a esse reajuste de tarifa que tivemos recentemente no nosso estado. Então, desde já, eu quero convidá-lo e informar que o pedido foi feito pela nossa Comissão de Minas e Energia na Câmara para uma audiência.

Nós queremos até que o senhor esteja presente. Desde já, eu quero fazer o convite pessoalmente para o senhor, junto com outros autores também – porque é pertinente –, Deputados Estaduais, a própria Roraima Energia, demais autores locais interessados e a própria população, que é a que realmente sente a dor desse reajuste que tivemos.

Era isso.

Muito obrigada. Obrigada, Senador Hiran, pelo convite também. Obrigada, todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Deputada Helena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer a presença de todos, especialmente dos nossos Parlamentares, Mecias, Stélio, Chico, minha querida amiga Helena e os demais membros da bancada, que certamente gostariam de estar aqui, mas cujas atribuições são muito numerosas, e a gente termina se dividindo.

Eu quero também dizer que houve uma participação remota importante. Eu só vou aqui falar o nome das pessoas que mandaram seus questionamentos e vou encaminhar para a Aneel, para que possa encaminhar as respostas através dos meios eletrônicos disponíveis: Lanna, de Pernambuco; Laura, de Roraima; Nathalie, de São Paulo; Alexandre, de Roraima; Jefferson, de Roraima; Natalia, do Rio de Janeiro; Eduardo, do Rio de Janeiro; Alfredo, do Rio de Janeiro; José S. C. G., de Roraima; Adriano; Lanna, novamente. Todos eles tiveram participação muito ativa nesta nossa audiência pública. Estou encaminhando todos os questionamentos à Aneel para que sejam respondidos pelos setores competentes.

Quero também agradecer aqui a pronta aquiescência ao nosso convite do Dr. Leandro e do nosso amigo Sandoval, por quem temos também todos aqui elevada estima e respeito. Desculpem-nos por algumas colocações aqui feitas com mais veemência, não com tanto carinho e delicadeza do nosso querido Stélio. Eu já falei para o senhor lá, em reuniões, que eu só vou sossegar no dia em que essa tarifa baixar, porque não é possível e porque isso foi uma penalização inominável para o nosso povo de Roraima, que tem sido aí combatida por todos nós. Se Deus quiser, nós vamos chegar a um bom termo, confiamos na sua sensibilidade e no seu conhecimento de Brasil e das dificuldades por que o povo passa, principalmente naqueles rincões do nosso país.

Muito obrigado a vocês, muito obrigado a todos os Parlamentares, a todos os assessores, à imprensa que nos acompanha, àqueles que nos acompanham remotamente.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta audiência.

Deus abençoe a todos!

(*Iniciada às 11 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e treze minutos do dia doze de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença da Senadora Augusta Brito. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 43/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "A participação negra no sistema político eleitoral". Participantes: Vera Lúcia Santana Araújo, Ministra do Tribunal Superior Eleitoral - TSE; Sra. Aline Karina, Núcleo de Base Mulheres Negras/PT e Plenária Negra; Giovanni Oliveira, Representante do Instituto Marielle Franco; Nadja Carvalho, Assessora da Rede de Feministas Antiproibicionistas – RENFA; Martvs Chagas, Diretor Administrativo da Empresa Gestora de Ativos do Ministério da Fazenda - Ex-Ministro Interino da Igualdade Racial; Dep. Federal Reginete Bispo, Deputada Federal da Câmara dos Deputados; Beatriz Lourenço, Representante do Instituto de Referência Negra Peregum; Iyá Sandrali Bueno, Representante da Coalizão Negra por Direitos; Munah Malek, Co–diretora da Tenda das Candidatas; Sra. Iêda Leal, Representante do Movimento Negro Unificado (MNU) Ex-Coordenadora do MNU; e David dos Santos, Representante da Educafro Brasil. Resultado: Audiência pública realizada. O Presidente faz o seguinte encaminhamento: Emendar projeto para que a reserva de vagas para mulheres seja dividida metade para mulheres negras, metade para mulheres brancas. E onde consta 25% de reserva para mulheres negras conste também 25% para homens negros. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas no Plenário: Gleidson Dias, Ouvidor-Geral da Defensoria Pública da União, Tainah Pereira, Coordenadora Política do Movimento Mulheres Negras Decidem, e Valneide Nascimento, Secretária Nacional do Negritude Socialista/PSB. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/12

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 43, de 2024, de minha autoria, para debater o tema: a participação negra no sistema político eleitoral.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211. (*Pausa.*)

É com alegria que já estamos aqui com a primeira mesa.

Eu só vou fazer uma fala de introdução, como é de praxe, da Presidência.

Vamos debater aqui hoje a PEC nº 9, de 2023, a PEC da anistia aos partidos políticos, de autoria dos Deputados Paulo Magalhães, PSD, Bahia, Hugo Motta, Republicanos, Paraíba, e Pezenti, MDB, Santa Catarina, e outros. O Relator na CCJ da Câmara foi o Deputado Diego Coronel, PSD, Bahia; e o Relator na Comissão Especial, Deputado Antônio Carlos Rodrigues, PL,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de São Paulo. Tramitação: a matéria foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e no Plenário da Câmara; a matéria tramita agora no Senado, na CCJ, na qual o Relator é o Senador Marcelo Castro.

Vamos fazer uma pequena fala aqui para situar do que trata a PEC.

Hoje, nesta importante audiência pública, iremos tratar da participação negra no sistema político eleitoral e debateremos a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 9, de 2023, que trata da aplicação de sanções aos partidos que não preencheram a cota mínima de recursos ou que não destinaram valores mínimos em razão de sexo e raça nas eleições.

A PEC nº 9, de 2023, traz como pontos principais: o perdão das infrações, a anistia para partidos que não cumpriram a cota para candidaturas negras e femininas; os recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do Fundo Partidário para candidaturas negras devem, obrigatoriamente, aplicar 30% na forma de interesse e estratégia partidária; a imunidade tributária para os partidos políticos, seus institutos ou fundações, estendendo processos de prestação de contas eleitorais e anuais, multas ou condenações; a criação do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) para o pagamento de dívidas previdenciárias em cinco anos e outro em 15 anos; a dispensa de recibos para doações ao Fundo Especial e Partidário através de transferência bancária e Pix.

Todo Pix, para mim, é preocupante. Como já estamos vendo aí, eu havia anunciado, eu nunca usei o sistema Pix porque eu sabia que abria portas para problemas. Eu avisei a todos: "Eu não vou usar esse sistema aí", mas, sei lá, aqui as coisas funcionam nem sempre como a gente imagina que seria o ideal.

A aprovação da PEC 9, de 2023, dá anistia aos partidos políticos por não implantarem a quota mínima de recursos e valores mínimos em razão de sexo e raça nas últimas eleições, bem como nas prestações de contas anuais, eleitorais, multas ou condenações. Quero dizer que, durante toda a minha vida – digo não só política partidária ou sindical, mesmo estudantil –, eu me baseei sempre em defender causas em defesa da inclusão dos mais vulneráveis do povo brasileiro – e aqui, no caso, em especial, da população negra e mulheres, pessoas idosas, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, juventude – em todas as esferas da sociedade, e na política não pode ser diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No ano de 2020, realizamos diversas audiências públicas no Senado, com especialistas, movimentos negros do Brasil e partidos políticos para fortalecer as decisões do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal, diante do tema.

É constrangedor este momento a que chegamos, depois dessas conquistas e aprovações legislativas importantíssimas, foram séculos para chegar onde chegamos, junto a tudo que aprovamos e com a ajuda do Tribunal Superior Eleitoral. Ainda temos hoje a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.

Fui Relator do próprio Estatuto da Igualdade Racial, tive a alegria de ter sido autor de matérias que tramitam no Senado, como a PEC 19, de 2021, que estabelece cotas de vagas para candidaturas negras nas eleições para o Poder Legislativo, cotas para as candidaturas para cada sexo – quando há três candidatos e dois eleitos, nessa PEC que eu apresentei, uma teria que ser uma mulher. Bom, tudo isso trata também da destinação dos recursos públicos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e o tempo de rádio e de televisão, para que avancemos.

Ninguém quer retrocesso. Ninguém... Eu entendo que a lei tem que vir para avançar, e não para retroceder.

Na Câmara Federal, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, há 91 Deputados Federais e 135 Deputados negros, pretos e pardos. No Senado, podemos contar na palma de uma mão – podemos contar, não vou dizer quantos são – quantos são pretos e pardos e quais assumem realmente a pauta racial.

O mundo olha para o nosso declínio. O jornal *Le Monde Diplomatique Brasil* ressalta a exclusão constitucional e apresenta matéria com o título "PEC 9/2023 chancela exclusão de mulheres e negros na política". Creio e tenho fé que o Senado deverá modificar essa proposta – no mínimo, não votar este ano, no mínimo – e deixar para um debate mais aprofundado, que poderemos fazer nos próximos dois anos.

Vamos aqui hoje debater o tema, com equilíbrio, com tranquilidade, mas com firmeza daqueles que têm causas a defender, e sempre digo que o homem que não entendeu na vida ainda que ele tem que escolher causas para defender não entendeu ainda a sua própria razão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de existência. Vamos, sim, debater esse tema tão importante para o Brasil e para os brasileiros e brasileiras. Lembro que as mulheres compõem 51% da população, e a população negra, 54%. Precisamos avançar e fazer justiça. Vamos avançar na linha do que é justo para o nosso povo negro.

Não pensem que eu estou com alegria fazendo esta fala. Não a faço com alegria. Faço com tristeza, mas também com a consciência tranquila de que estamos no caminho certo ao abrir esta audiência pública. Vocês agora é que vão falar.

É com muita alegria que, na primeira mesa, iniciamos os trabalhos com a fala da nossa querida amiga, lutadora, guerreira, corajosa, Ministra Vera Lúcia Santana Araújo, Ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a qual conheço há muito tempo. Antes mesmo de ser ministra, ela já esteve aqui nesta Comissão e agora aceitou o convite, quando foi feito, de pronto. Não vacilou. Alguns vacilaram, confesso que alguns vacilaram. Nem todos aceitaram.

Por isso, Ministra, a sua presença aqui é fundamental, e eu quero dar uma salva de palmas para a senhora aqui neste momento. (*Palmas.*)

A palavra é sua, Ministra.

A SRA. VERA LÚCIA SANTANA ARAÚJO (Para expor.) – Bom dia, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia.

A SRA. VERA LÚCIA SANTANA ARAÚJO – É uma honra muito grande estar mais uma vez ao lado de V. Exa., hoje na condição de Ministra Substituta do Tribunal Superior Eleitoral, representando a Presidente do nosso Tribunal, a Ministra Cármen Lúcia.

Assim, tenho, naturalmente, a responsabilidade institucional de trazer uma fala que também expresse o que tem sido o papel do Tribunal Superior Eleitoral na promoção desse debate e de ações muito incontestáveis do seu compromisso com a representação política no sentido do exercício da cidadania. O tribunal, que se autodenomina o Tribunal da Democracia, naturalmente há de trazer para si ações demonstrativas mesmo desse compromisso democrático com a inclusão e com a efetividade da nossa representação política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o nosso Frei David, um homem que tem uma vida dedicada às causas da negritude, da inclusão e que tem trazido à vida acadêmica e política brasileira tantos jovens negros, negras, qualificando sobremaneira o nosso cenário político. Então, é uma honra muito grande estar aqui nesta assentada em que também temos o Frei David. (*Palmas.*)

Saúdo também quem vai estar numa outra mesa, a Aline Karina, que já expressa essa juventude negra combativa e que igualmente traz para a institucionalidade da nossa agenda a participação negra.

E temos também, em videoconferência, a Deputada Federal Reginete Bispo, do Partido dos Trabalhadores, do Rio Grande do Sul; a Sandrali Bueno, representante da Coalizão Negra por Direitos; a Munah Malek, Codiretora-Executiva de A Tenda das Candidatas; e a Beatriz Lourenço, representante do Instituto de Referência Negra Peregum.

Então, temos uma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só me permita. Como a senhora já leu toda a nominata dos participantes, eu vou dar a satisfação para a primeira mesa estar ao seu lado na sua fala. Quando é ministro, normalmente ele fala sozinho, mas a senhora terá o tempo que entender necessário. Os outros convidados terão um tempo limitado, mas eu queria dar a satisfação a eles de estar ao seu lado neste momento histórico.

Por isso, eu chamo para a mesa – e a senhora vai começar do zero de novo – Aline Karina, do Núcleo de Base Mulheres Negras. (*Palmas.*)

A SRA. ALINE KARINA (*Fora do microfone.*) – Tem uma bandeira aqui. Eu posso colocar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui você fica à vontade, todo mundo.

Núcleo de Base Mulheres Negras do PT e representante da Plenária Negra.

Aqui você fique à vontade, venha para cá, coloque a sua bandeira como você entender melhor. Se você precisar de um auxílio aí...

A SRA. ALINE KARINA (*Fora do microfone.*) – Ah, vou precisar. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, Ingrid.

Enquanto você vai colocando a bandeira, já teve as palmas merecidas – e vai ter outras palmas, tenho certeza –, eu passo a palavra agora, com a tolerância da Ministra, a Giovanni... Chamo para a mesa representante do Instituto Marielle Franco, Giovanni Oliveira. (*Palmas.*)

Chamo também o Frei David Santos, representante da Educafro Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E agora a palavra volta à Ministra Vera Lúcia Santana Araújo, Ministra do Tribunal Superior Eleitoral.

A SRA. VERA LÚCIA SANTANA ARAÚJO (Para expor. *Fora do microfone*.) – Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O tempo é seu por 15 minutos ou mais se quiser.

A SRA. VERA LÚCIA SANTANA ARAÚJO – Não, então, mas é porque, como eu já havia inclusive anunciado à organização de que, infelizmente, não vou poder acompanhar todo o trabalho desta nossa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos sabendo, entendemos e assim mesmo agradecemos, porque a senhora está aqui e foi a primeira a chegar, viu? Chegou antes que eu. (*Risos.*)

A SRA. VERA LÚCIA SANTANA ARAÚJO – Por isso, eu fiz também a saudação completa, com toda a nominata.

Eu quero iniciar chamando a atenção para a nossa historicidade, que é de permanente luta libertária, a nossa historicidade negra, a nossa historicidade de uma rebeldia libertária tão bem expressada na organização dos nossos quilombos e que hoje continua em resistência pelos nossos povos quilombolas.

Especificamente no que tange à representação política, Senador, nosso Senador histórico Abdias Nascimento, no seu livro *O Negro Revoltado*, traz todo um relato da organização e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realização daquele famoso histórico primeiro encontro, primeiro congresso de negros brasileiros, capitaneado pelo inclusão Teatro Experimental do Negro, que foi uma organização criada pelo próprio Abdias. Numa das resoluções daquele histórico congresso – e vou ler exatamente nos termos, digamos assim, com a linguagem da época –, já se afirmava, como ponto de postulação e reivindicação do próprio congresso: "A inclusão de homens de cor nas listas de candidatos das agremiações partidárias, a fim de desenvolver a sua capacidade política e formar líderes esclarecidos, que possam traduzir, em formas ajustadas às tradições nacionais, as reivindicações das massas de cor". Isso foi em 1950.

Bom, desde lá, no Brasil, sua tormentosa trajetória, primeiro de uma consolidação democrática, em que nunca encontramos exatamente águas calmas, é um processo democrático sempre interrompido por turbulências institucionais, tanto que, em 1964, tivemos um golpe civil-militar, conduzido com mãos de ferro, de arbítrio, de força, imprimindo assassinatos, estupros, desaparecimentos, exílio, enfim, destruindo a família brasileira e, fundamentalmente, destruindo um projeto democrático inclusivo que àquela época se insinuava, com políticas transformadoras de base, como reforma agrária, alfabetização, enfim – não por acaso a gente tinha o plano de alfabetização do grande Paulo Freire.

Então, no Brasil, a gente continua a acompanhar movimentos tormentosos que atropelam projetos inclusivos de uma democracia material substantiva. E isso tudo naturalmente tem um forte impacto na composição dos nossos poderes. E aí, naturalmente, que sobressai o Poder Legislativo, de vez que é rigorosamente composto pelo voto popular, assim como o Poder Executivo; mas no Poder Legislativo você tem essa capilaridade que deve expressar as diversidades e a pluralidade ideológica, mas igualmente da população. Não é razoável você pensar um sistema democrático que não harmonize, em que não caiba o conjunto das forças políticas, e as forças políticas são expressadas pelo povo.

Então, as organizações partidárias são a força constitucionalmente definida para representar o povo, de vez que a gente opera fundamentalmente com uma democracia representativa. A despeito de nossa Constituição dispor sobre formas diretas do exercício da democracia, como plebiscito, o referendo, mas é a democracia representativa que se materializa no cotidiano do nosso fazer institucional, no funcionamento do nosso Estado. Então, essa harmonia triangulada dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário tem na base popular, tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na base social de todo o seu povo a representação dada de forma monopolista – chamemos assim – aos partidos políticos. Então, a legitimação dos nossos partidos políticos vem da força da nossa Constituição. Por isso, eles devem, mais que qualquer segmento outro da sociedade, expressar os sentimentos dessa população, expressar as forças majoritárias dessa população. E a força majoritária da nossa população é exatamente a população negra.

Então, não é muito razoável... Até se a gente pensar numa lógica exclusivamente positivista do que é a administração pública nos termos também da Constituição, esse é o art. 37, quando fala do princípio da razoabilidade... E o princípio da razoabilidade se aplica também para a vida política, para a organização do Poder Legislativo. Não há muita ou nenhuma razoabilidade que a gente tenha o Poder Legislativo e o Poder Executivo, que são compostos pelo voto popular, pela soberania universal, com um sistema de votação absolutamente seguro, transparente, fiscalizado por toda a sociedade e por todos os partidos políticos, que têm assento e acompanhamento junto ao Tribunal Superior Eleitoral, a todo sistema organizativo, do sistema de votação da eleição, da organização das eleições e da votação pelo TSE, não há muita razoabilidade para a gente viver uma dissonância tão grande entre sermos 56% da população brasileira e com uma representação tão insignificante dentro das Casas Legislativas, todas elas, o Congresso Nacional, as Casas estaduais e a Casa distrital, aqui na capital da República, e a vereança de todos os municípios.

Então, quando a gente traz para o papel, por exemplo, do Poder Judiciário pela via do Tribunal Superior Eleitoral na sua responsabilidade de constitucionalização, de materialização da democracia que devemos professar por dever constitucional, repriso, a gente encontra no TSE... Por exemplo, na sua composição, somos hoje duas Ministras negras; numa composição de sete integrantes, nós temos, como substitutas, duas Ministras negras: eu e a Ministra Edilene Lôbo, que foi a primeira Ministra negra a ter assento junto ao TSE. E é a única corte judiciária do país a ter essa diversidade na sua composição. Naturalmente, a gente espera que isso se espraie por todo o sistema judiciário brasileiro, e aí com a responsabilidade que a Advocacia tem ao compor suas listas, que o Ministério Público tem ao compor suas listas pelo quinto constitucional.

Eu estou fazendo um pouco de todo esse apanhado para que a gente compreenda que o nosso modelo constitucional é inclusivo, a sua proposição é inclusiva. Então, a cada Poder incumbe a sua responsabilidade. E, no caso do Poder Legislativo, do Congresso Nacional, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legisla para o país inteiro, naturalmente que a sua competência e a sua responsabilidade constitucional se torna a maior uma vez que a representação da política se dá pela legislação federal. O Poder Judiciário, o Tribunal Superior Eleitoral, no seu poder normativo, nos marcos constitucionais, não pode invadir a competência legislativa. Ele pode até provocar muito positivamente o Poder Legislativo, como o fez quando da resposta à consulta da Deputada Benedita da Silva, que desembocou, inclusive, na elaboração daquela emenda constitucional que trouxe e que incorporou para o nosso modelo organizativo político...

E é importante a gente se atentar para um aspecto que eu gosto mais de chamar de direito político-eleitoral, porque, quando a gente fala do direito eleitoral, quase que sugere que a política somente se exercita nos marcos eleitorais do processo eleitoral, tanto que é muito comum as pessoas dizerem: "Ah, esse ano é de política", quando se reporta ao ano em que se realiza a eleição, como se a política não se manifestasse na sociedade em todo o tempo. É como as Olimpíadas: o momento Paris, que terminou ontem, é só de quatro em quatro anos, mas o processo olímpico não; para a gente ter uma Rebeca, para a gente ter uma Beatriz recebendo aquelas medalhas de ouro, elas passaram muito mais do que os quatro anos se preparando para ali estar. Para a gente chegar às eleições municipais, para a gente culminar com o 3 de outubro, como teremos agora nas eleições municipais, a gente exercita política ao longo de todos os dias entre uma eleição e outra. Então, empobrece a vida política da cidadania a gente imaginar que se faz política durante o período que agora vai ser dia 15 de agosto, em que você oficialmente inaugura campanha eleitoral. Na política, até chegar neste momento em que os partidos fazem suas nominatas – e, a partir dessas nominatas, é que faz a filtragem de quem entra e de quem não entra –, quais são as barreiras mais ou menos invisíveis que mantém a exclusão negra, a exclusão negra de homens e mulheres negros e negras, na representação da vida política brasileira?

Então, se a gente sai de 1950, quando do primeiro congresso negro brasileiro, e a gente traz, por exemplo, para a Coalizão Negra por Direitos, que, em 2022, criou o seu projeto Quilombo nos Parlamentos... O que era o Quilombo nos Parlamentos? Era a inclusão de homens – e aí atualizando, não é? –, a inclusão de homens e mulheres, negros e negras, nas nominatas dos nossos partidos políticos, para que pudessem ter iguais possibilidades de disputa para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suas propostas políticas serem submetidas à aprovação de todo o eleitorado brasileiro. É simples assim. Não tem complexidade. É somente isso que se quer.

No entanto, quando a gente tem o monopólio da representação política pelos partidos políticos – e este é o modelo legitimamente construído pelo Parlamentar constituinte de 1988 –, a gente precisa ter nesses partidos esse compromisso de cumprir os mandamentos constitucionais, de trazer a efetividade da garantia organizativa para que as nominatas saiam com as nossas presenças, com as presenças das mulheres, com as presenças das mulheres e homens trans, com as presenças de negras e negros. Não há – repito – razoabilidade para que tenhamos mecanismos internos aos partidos que resultem numa espécie de burla a leis que o próprio Congresso elabora. E é isso que causa estranheza, Senador Paim, porque, se são vocês Congressistas, se são V. Exas. Congressistas que elaboram as leis, o que faz mudar o entendimento deste mesmo Congresso? Basicamente, porque são os mesmos partidos; você altera um pouco a composição de quem foi eleito, de quem foi eleita, mas os partidos são os mesmos. Então quem legisla, em última instância, são os partidos políticos, os seus representantes. Por isso, você tem, dentro da autonomia organizativa que consagra a nossa Constituição na organização dos partidos, deveres de fidelidade. Então, quer dizer, os partidos são os grandes artífices da democracia brasileira, são eles que elaboram os princípios e os seus projetos. E as suas bancadas têm compromisso com o que aqui se aprova.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERA LÚCIA SANTANA ARAÚJO – Então se se aprova, por exemplo, a reserva de candidaturas, como temos das mulheres, já de há muito, de 30%, e que também não se cumpre... Só neste ano, até o recesso forense dos tribunais superiores, agora em julho, o Tribunal Superior Eleitoral já tinha julgado mais de 20 processos relativos a fraudes à cota de gênero pelos partidos políticos nas últimas eleições municipais. Então, causa estranheza, porque é dentro do absoluto Poder Legislativo que se elabora uma lei inclusiva. Então o que muda dentro desses partidos, por seus representantes com assento nas duas Casas nacionais, para negar a vigência de uma lei que V. Exas. aqui elaboraram? Então dá, acho, à sociedade como um todo alguma perplexidade. Para as organizações do movimento negro, naturalmente essa perplexidade se faz ainda maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem, naturalmente, a expectativa de que, por exemplo, essa PEC que tramita hoje aqui no Senado talvez construa alguma mitigação, até porque a gente está já quase, no jargão popular, na boca da urna para as eleições municipais. Então, se o Congresso Nacional realmente sinaliza mal com uma política de inclusão de negras e negros para a vida política no Poder Executivo e no Poder Legislativo dos nossos municípios, isso fica muito ruim, significa que a gente vai continuar mantendo privilégios na representação política democrática. De 1950 para cá, foram muitas as nossas conquistas, indiscutivelmente. Nas eleições municipais de 2020, por exemplo – mas veja o quanto estamos ainda a menor –, 67% de eleitos foram Prefeitos autodeclarados brancos, então tivemos apenas 32,1% de pretos e pardos. Se nós somos 56%, há um desequilíbrio nessa balança.

Quais são os mecanismos indutores para que a gente equalize esses números para que a nossa democracia representativa seja uma democracia mais substantiva e que, naturalmente, os nossos Poderes constituídos estejam mais afinados, estejam mais antenados com as nossas pautas, as nossas reivindicações, que passam, por exemplo, por medidas como o combate ao trabalho escravo, que também permanece ainda entre nós, e as desigualdades nas relações de trabalho, em que continuamos sem muito acesso às grandes e melhores vagas, e, quando temos o acesso, temos ainda remunerações muito a menor? Então, são muitos os mecanismos que o Estado brasileiro está a nos dever. O bem-estar social apregoado, assentado na nossa Constituição de 1988 jamais se materializou para a população negra brasileira.

Então, quando a gente fala dessa participação de negro nas eleições, a gente está falando do cotidiano da vida das pessoas. O cotidiano da vida das pessoas é a dignidade humana, é a dignidade humana no respeito até dentro da ação da polícia, no acesso à educação, no acesso à saúde. É apenas isto que a gente quer: igualdade de oportunidades, acesso, ou seja, uma sociedade de direitos e não uma sociedade de privilégios, porque a sociedade de privilégios significa a privatização do Estado a serviço dos privilégios de poucos e poucas, brancos e brancas. E, seguramente, não é isso que a nossa Carta Republicana de 1988 nos promete. E a gente só quer a promessa cumprida do Constituinte de 1988, com as reformas já feitas na nossa Constituição. Para isso, naturalmente, a gente precisa ter uma representação política em todos os níveis – em todos os níveis –, do Poder Executivo do poder central federal a todos os municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada pela generosidade do convite e pela escuta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nossos cumprimentos à Ministra Vera Lúcia Santana Araújo, do Tribunal Superior Eleitoral.

Eu me comprometi, comigo mesmo, Martvs, a ouvir os convidados – o papel do Presidente é esse. Mas como V. Exa. falou da Constituição de 1988, eu posso dizer que eu estava lá, eu ajudei a escrever e eu procuro cumprir na íntegra... Não é nem que eu procure, eu tenho que cumprir na íntegra, não é? Gostei da lembrança do nosso compromisso. A bancada negra eram quatro só: Benedita, Edmilson Valentim, Caó e este Senador. Essa era a bancada negra. Até que para a época, com quatro Parlamentares, fomos longe, não é? Inclusive indo à África do Sul, exigir a libertação do Mandela em nome dos Constituintes.

Ministra, você aqui é nossa convidada especial, fique à vontade, na hora que tiver que sair...

Martvs, você está na segunda mesa.

A intenção nossa aqui, como eu disse, é fazer um debate franco, aberto, solidário, comprometido com as causas do povo negro e das mulheres. E eu, particularmente, disse o seguinte na abertura – vou repetir agora: a partir do dia 15, que é nesta semana, começa já em si o processo eleitoral, e quem sabe a gente construísse um acordo para deixar essa votação mais para frente, com o compromisso de todos nós de encontrar um caminho, não é? Porque a vida pública é isso. Não é só sempre dizer que eu tenho razão e o resto todo está errado. A gente quer fazer um debate, por isso a importância desta audiência pública, e a tua presença aqui é fundamental.

Passamos a palavra neste momento... Porque nós ajustamos aqui entre alguém presencial e alguém por videoconferência. A primeira a usar a palavra por videoconferência é a Deputada Federal Reginete Bispo, do Rio Grande do Sul, que está fazendo um belo mandato como Deputada Federal.

E, Reginete, eu vou lhe passar a palavra, mas me permita que eu diga: eu tenho orgulho de dizer que você será também minha eterna suplente do Senado. Porque ela é minha suplente;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora é Deputada Federal, quem sabe amanhã ou depois... Só não vou falar, porque senão vão dizer que eu estou fazendo campanha antecipada. (*Risos.*)

Reginete, o tempo é seu, são dez minutos para cada convidado. A Ministra, é claro, tinha um tempo especial, o tempo dela era sem limite e continua sendo; na hora em que ela quiser falar, ela poderá falar novamente.

A SRA. REGINETE BISPO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Vocês me ouvem? Eu estou só escutando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito. Estamos ouvindo bem. E a imagem está muito boa também, viu?

A SRA. REGINETE BISPO (*Por videoconferência*.) – ... eu não estou ouvindo muito bem vocês.

Primeiramente, quero saudar a todas, a todos. Um bom-dia, uma saudação especial para o nosso querido Senador Paulo Paim, que teve a iniciativa de chamar esta audiência. Eu vejo aqui na tela a minha querida Coordenadora, sempre Coordenadora do MNU, Iêda Leal, aqui do Rio Grande do Sul; a nossa querida, mais velha, Iyá Sandrali presente.

E quero dizer, Senador, da importância de a Comissão de Direitos Humanos, de o Senado chamar esta audiência pública, esta consulta, para tratar desse tema tão importante que é a presença, a participação de nós negras e negros nos processos eleitorais – e aqui estou fazendo referência mais precisamente ao debate que nós temos travado no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e agora no Senado, que é sobre a PEC 09.

Eu vejo que nós precisávamos avançar, precisamos avançar na questão da regulamentação, na questão de ter uma legislação factível, acessível, de fácil compreensão, e na questão do acesso ao fundo eleitoral, tanto de nós mulheres quanto de nós negros. Isso tem gerado muitas polêmicas, no sentido da execução da lei, e teve essa iniciativa de constitucionalizar a lei que até então era uma decisão do Supremo Tribunal.

Eu acompanhei o debate na Câmara da PEC 09. O nosso mandato propôs emendas, propusemos projeto de lei alternativo sempre no sentido de... Não entramos no mérito de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutir o perdão da dívida, o perdão das multas que diversos partidos tomaram, mas no sentido de garantia efetiva, presença, equidade e justiça na distribuição dos fundos em relação a nós mulheres, em relação a nós negros.

Inclusive, argumentei muito – e sei que a Deputada Benedita da Silva também –, e nós duas trabalhamos muito para que, na PEC, nós negros estivéssemos representados do tamanho que nós somos neste país. Sobretudo, na PEC, quando determina 30% dos recursos do fundo eleitoral para as pessoas negras, nós entendíamos – eu propus por duas vezes emenda, emenda de Plenário e emenda para o Relator – que fosse estabelecido um piso, como é estabelecido para as mulheres, de 30%, proporcional ao número de candidaturas negras. E, quando você coloca, assim como foi aprovado na Câmara, 30% como teto e não como piso, você, na verdade, limita a nossa presença, a nossa participação, e estabelece cota ao contrário, não para nós negros, porque os outros 70% vão ficar disponibilizados para as pessoas não negras, homens e mulheres. Então, é uma lei que, aprovada, na minha opinião, se torna inconstitucional porque estabelece um teto. Embora não esteja explícito, quando ela diz 30%, está estabelecido o teto. Na minha opinião, ela já é inconstitucional por si só.

Nós negros e negras somos quase 60% da população brasileira, e acho que isso tem que estar representado nos fundos. Por que isso é tão importante?

Nós sabemos que o fundo eleitoral, o financiamento público das campanhas, foi, na minha opinião, juntamente com nossa mobilização, organização e articulação, o que tem permitido que as nossas candidaturas, candidaturas de mulheres negras, de homens negros e de mulheres em geral, tenham avançado, aumentando significativamente as bancadas. A Câmara Federal, a que o Senador fez referência, pela primeira vez na história do Congresso Nacional de 200 anos, tem uma bancada negra. Se tem uma bancada negra, tem um número significativo de Parlamentares negros para poder se organizar e constituir isso. Nós passamos décadas tendo como nossos representantes a Benedita da Silva e o Senador Paulo Paim, e esporadicamente um outro, que conseguiram se manter dentro dessa estrutura tão importante, porque define a vida do país, define a vida das pessoas, define o Orçamento, em que a nossa presença é pífia. Então, o fundo eleitoral permitiu que nós ampliássemos a nossa presença nos municípios, nos estados e na União, no Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mais assustador também desta PEC é que ela é aplicável ainda em 2024, ou seja, a urgência – olhem o tamanho da urgência – diz que ela seja aplicada ainda em 2024. Dia 16 se inicia a campanha eleitoral, e as candidaturas negras ainda estão dependendo da definição, da aprovação desta lei, o que também é algo inconstitucional e ilegal.

Eu sei que o nosso posicionamento é muito importante, muito importante. Alguém já falou – já foi dito por uma intelectual negra – que o movimento negro educa, educa para a democracia, educa para o exercício dessa democracia. Eu acho que este é um momento importante, que nós assumimos, para chamar a atenção dos nossos companheiros, das nossas companheiras, dos diferentes partidos políticos, porque, se esta PEC for aprovada nos termos em que está em relação à população negra – o que, para mim, poderia ser um avanço, porque estamos constitucionalizando o tema, constitucionalizando a cota racial –, será um atraso na medida em que constitucionaliza estabelecendo um teto para as pessoas negras. Eu sou radicalmente contra isso.

Eu sei que tivemos na Câmara um avanço, por articulação de alguns Parlamentares negros, do acordo de os partidos devolverem para as candidaturas negras, a partir de 2026, os milhões que não foram repassados para as nossas candidaturas dos diversos partidos nas campanhas de 2020 e 2022.

Eu acho importante fazer a devolução do recurso que era nosso, mas isso não pode ser em detrimento da garantia de equidade na constitucionalização da cota racial – isso não pode ser. Inclusive, manifestei minha opinião em diversos fóruns, de que, quanto às candidaturas negras que perderam a oportunidade de se eleger por falta de recursos em 2020 e 2022, dificilmente a gente vai recuperar esse processo – dificilmente vai se recuperar. Agora estabelecer um teto é alijar a presença maior de mulheres e homens negros nos processos eleitorais que acontecerão a partir deste ano, segundo o que estabelece a PEC.

Eu, na Câmara, fui um dos 80 votos contrários, votei contra. No meu partido, foram quatro pessoas, quatro Parlamentares que votaram contra a PEC, não porque eu a acho desnecessária; eu a acho importante e necessária para poder regular o fundo, mas não nos termos que estão colocados. Ela tem diversas inconstitucionalidades na minha opinião, mas a mais gritante é essa que estabelece um teto de recursos para as candidaturas negras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro elemento que eu acho importante que seja debatido, Senadores, Senador Paulo Paim, é que essa legislação tem que ter presente que foi assim que nós avançamos com as cotas raciais, ter presente a comissão de heteroidentificação, um mecanismo que identifique e legitime as candidaturas negras, porque as pessoas se autodeclaram negras de forma despudorada. Se nós formos olhar a bancada negra que nós temos na Câmara Federal, a grande maioria não é negra, nem parda – não é preta, nem parda –, e se autodeclaram. Não vou dizer que não sejam legítimos, que se tenha um sentimento de pertencimento, de ser uma pessoa negra, mas as cotas são muito nítidas, são muito específicas, elas seguem o critério dos traços do biotipo, da heteroidentificação, ou seja, são os sinais e, sobretudo, a cor da pele, porque o racismo, a exclusão se dá em torno da cor da pele das pessoas. Então, nós já rompemos com isso quando tratamos das cotas na universidade, da hereditariedade: "Ah, porque eu tive o avô preto, minha avó era preta, minha mãe era preta", mas o racismo se dá em função da cor da pele da pessoa.

Então, é importante ter um mecanismo que fiscalize, que legitime as pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas, para que não haja as fraudes que a gente detectou nas universidades até serem constituídas as comissões de heteroidentificação.

Então, é fundamental porque nós vamos ver esses recursos, que são o resultado da luta do movimento de mulheres, que são o resultado da luta do movimento negro, irem parar nas mãos de pessoas que não têm compromisso nenhum com essa pauta, que sequer são negras, porque no Brasil quando a gente fala que o racismo é estrutural, ele é isso, ele é estrutural neste sentido também: a pessoa branca se autodeclarar negra, para poder ter acesso aos fundos, para poder ter acesso à cotas – as pessoas fazem da forma mais despudorada possível. Então, a comissão de heteroidentificação, é importantíssimo que tenha, em algum momento, esse mecanismo.

Acho que é importante também que se debatam os prazos de entrega dos recursos do fundo para as nossas candidaturas. A PEC propõe até o dia 30 de agosto, mas acho importante que se tenha as definições dos recursos que cada candidatura vai receber, sem ferir a autonomia dos partidos, com uma certa antecedência, para que as candidaturas negras... Todas as candidaturas, mas sobretudo as negras e de mulheres, que são altamente vulnerabilizadas e que precisam ocupar esse espaço, que precisam ampliar sua presença, tenham isso já nos seus planejamentos de campanha, na forma como vão se organizar, porque eu mesma já fui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejudicada nesse sentido, porque se inicia a campanha e você não sabe, exatamente, o que é que você vai ter de recurso.

Eu sei que isso é complexo, passa por um processo de aperfeiçoamento dos partidos, aperfeiçoamento no próprio Tribunal Superior Eleitoral, mas é fundamental. Fundamental, porque – já finalizando, Senador – a gente vive um momento de crise no nosso país, de crise da democracia, e eu tenho, evidentemente, a convicção de que essa crise se dá pela ausência de segmentos importantes da sociedade brasileira, os quais somos nós, negros comprometidos com a justiça social, com a justiça racial. Então, falta a presença de nós, negros, falta a presença a presença dos povos indígenas, falta uma presença maior das mulheres, sobretudo das mulheres pobres, periféricas, dentro dessas estruturas de poder, tanto nas Câmaras Municipais quanto nos Legislativos, como no Congresso Nacional.

E o fundo eleitoral é um caminho, um caminho forte e potente para que a gente possa chegar a esses espaços, porque ele democratiza o poder econômico de cada um e cada uma.

Então, a cota racial e a cota de gênero vêm para garantir a equidade, a equidade do processo eleitoral no acesso ao público.

Então, obrigada, Senador, por esta audiência.

Eu estou em Porto Alegre. Fiz questão de estar presente, porque eu sei da importância dela e sei que ali, no Senado, nós temos condições de avançar nesses pontos que eu levantei, os quais, na minha opinião, são determinantes e relevantes para a presença negra nos Poderes institucionais Executivo e Legislativo do nosso país.

Uma excelente audiência para todos e todas, um beijo, um abraço para cada uma e cada um. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Muito obrigado, querida Deputada Federal Reginete Bispo.

Permita-me só, Reginete... No Rio Grande do Sul, antes dessa política, nós não tínhamos bancada negra. Depois dessa política, nós temos bancada negra na Assembleia Legislativa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rio do Sul, temos bancada negra oriunda do Rio Grande do Sul que se soma aqui na Federal e temos bancada negra também na Câmara de Vereadores. Por quê? Muitas eram suplentes, os nossos titulares se elegeram e elas assumiram. Então, é uma lei que vem para melhorar.

Então, nós temos que ter todo cuidado. Eu entendo a situação de alguns partidos, já me explicaram, já me ligaram. Digo: "Sim, mas, então, temos que dialogar". O movimento negro conversa, dialoga. O que vamos construir juntos? O que não podemos é ter que, praticamente goela abaixo, o que foi aprovado na Câmara aprovar aqui. A história mostra: toda vez que a Câmara – eu estou aqui há 40 anos – vota uma lei e quer aprovar aqui na marra e no grito, é problema, é problema de um jeito ou de outro. É isso que nós não queremos; queremos caminhar, queremos dialogar.

Como estamos em cima do laço, o bom seria fazer um debate nesse período para o ano que vem, assumindo alguns compromissos de imediato. Acho que é possível. Queiram ou não queiram alguns, eu sou um eterno conciliador, mas um conciliador em que as duas partes têm que dialogar para encontrar caminhos.

Vamos em frente na primeira mesa. Cumprimento a líder Aline Karina, Núcleo de Base Mulheres Negras do PT e Plenária Negra.

A SRA. ALINE KARINA (Para expor.) – Bom dia a todas, a todos e a "todes".

Agradeço essa oportunidade de estar aqui ao lado da Ministra Vera Lúcia, do Exmo. Senador Paulo Paim, dos meus companheiros de mesa e também de todos aqui presentes. Martvs, agradeço pela sua presença, é importante vê-lo aqui.

Com imensa alegria, eu venho aqui representar o Núcleo de Base Mulheres Negras e a Plenária Negra.

Venho saudar os meus ancestrais, a minha família – ontem foi o Dia dos Pais, é importante saudar os nossos ancestrais, a nossa família, devido à trajetória deles, que me trouxe até aqui –, os homens mais velhos, as mulheres mais velhas, os mais novos e agradecer a todos a importância desta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer às mulheres negras do Partido dos Trabalhadores – e das trabalhadoras – , que vêm arduamente trabalhando ali junto aos grupos. A gente deixa de dormir para discutir sobre esses retrocessos que inibem a existência nossa nos Parlamentos. Então, a gente vem arduamente trabalhando ali dentro dos grupos, das discussões, com presenças em audiências, em diálogos na periferia. Nossa luta é árdua e nossos passos vêm de longe, a gente nunca parou.

Quero saudar a minha referência mais velha, a Pastora Wall, que me trouxe até aqui, me deu essa honra de representá-la nesta audiência pública. Graças a esse respeito que a gente tem entre as mulheres, a gente compreende a importância. A Pastora Wall infelizmente não pôde vir, porque hoje ela está no *podcast* também, ela está nas bases, dialogando sobre a PEC. Ela falou que eu poderia vir, e eu estou muito feliz e honrada de estar aqui representando. E há esse diálogo que a gente tem muito sincero entre as mulheres novas e as mulheres negras, a gente tem essa construção dentro do Núcleo de Base Mulheres Negras, e isso é importante para a gente afirmar o pé na luta e materializar essa base mais potente, porque eu vou aprendendo com a Pastora Wall, ela vai aprendendo comigo, e a gente vai construindo esses diálogos.

Bem, então, meu nome é Aline Karina. Em nome do Núcleo de Bases de Mulheres Negras do Partido dos Trabalhadores e das trabalhadoras e da Plenária Negra, representando as mulheres negras das cinco regiões do Brasil, estou aqui para elevar a voz de milhares de mulheres negras que, por séculos, têm sido silenciadas, subestimadas e marginalizadas.

Hoje nos posicionamos firmemente contra a PEC 09, que, de maneira inaceitável, anistia os partidos políticos pela omissão na distribuição do fundo eleitoral para candidaturas negras. Este é um momento crucial para o Brasil. A PEC 09 não é apenas uma ameaça ao financiamento das nossas campanhas, ela é uma ameaça à nossa representatividade, ao nosso direito de participar ativamente da construção deste país e, principalmente, também uma ameaça à nossa democracia. Essa proposta vai na contramão de tudo que temos lutado para conquistar: um sistema mais inclusivo, justo e verdadeiramente democrático.

Contextualizando a minha fala, venho aqui dizer que o Núcleo de Bases de Mulheres Negras/PT surgiu no contexto das eleições de 2022, quando foram excluídas nove candidaturas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negras concorrendo à distrital e à federal. Uma delas, uma mulher negra e trans, e a outra, a única mulher negra concorrendo à Deputada Federal, foram excluídas do processo. Infelizmente, essa postura dos partidos é uma forma de instrumentalizar o racismo institucional, que, através de normas, legislações e estatutos partidários, exclui as nossas participações e o nosso direito constitucional de sermos candidatas e de sermos votadas. Hoje, infelizmente, nos vemos lutando contra esse retrocesso. Se a PEC 09 for votada a favor, será uma forma de afirmar o quanto o Brasil é racista, e não queremos essa imagem para o nosso Brasil.

Agradecemos mais uma vez ao Senador Paulo Paim por ser um combatente, assim como eu, a favor da memória, identidade e cultura do nosso país, pois, como sou também mestra em preservação do patrimônio cultural, venho lutando a favor da preservação da cultura negra, já que também sou uma das representantes do afroturismo, pois compreendo o afroturismo como uma ferramenta poderosa de combate ao racismo, porque exalta a realeza e a potência do povo negro do Brasil através de elevar a nossa importância como um dos grupos formadores da sociedade brasileira.

Devido a isso e a vários outros tantos motivos para combater o racismo, hoje nós mulheres negras entendemos a importância de que o fundo eleitoral de 2024, atualmente acumulado no valor de R$5 bilhões, seja repassado de forma igualitária em todos os partidos em que mulheres e homens negros forem candidatos. (*Palmas.*)

Conforme descreve a Emenda Constitucional nº 117, de 5 de abril de 2022, isso impõe aos partidos políticos a aplicação do recurso do fundo partidário na promoção e difusão da participação política das mulheres, bem como a aplicação de recurso desse fundo e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e a divisão do tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão, no percentual mínimo de 30% para candidaturas femininas.

Só um adendo aqui, porque, desde muito criança, eu sempre questionava o meu pai por que eu não via pessoas negras na TV. E essa resposta veio aqui aos meus 35 anos de idade. (*Palmas.*)

Não à PEC 09!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos a importância também de todos os partidos políticos do Brasil para se convocar uma assembleia geral ordinária de prestação de contas do fundo partidário eleitoral de 2018, de 2020, de 2022, para as eleições de 2024, e divulgar para toda a sociedade o critério de distribuição do fundo eleitoral para as candidaturas das eleições municipais de 2024, e apresentar quanto cada candidatura vai receber por sua campanha eleitoral.

E, por fim, entendemos a importância de que todos os Parlamentares desistam e votem contra a PEC da anistia, que perdoa os partidos políticos de não repassarem os 30% do fundo eleitoral a candidaturas negras. Essa PEC, se aprovada, representará um retrocesso significativo na luta pela igualdade racial e pela justiça social no Brasil.

Concluo a minha fala dizendo que a nossa luta é por nós e por todas nós, é pelas nossas ancestrais, que foram silenciadas. Nenhum direito a menos às mulheres e aos homens negros deste país. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo bem, Aline Karina, do Núcleo de Base das Mulheres Negras do PT e Plenária Negra, que aqui foi autorizada, pela informação que ela mesma passou, a falar pelas mulheres negras e faz uma fala contundente. E confesso que me emocionou – até comentei com o Frei David – a tua fala, quando você disse que não tinha referências na TV, nos filmes.

E acho que todo jovem negro, principalmente da minha idade – eu já passo de sete décadas –, eu procurava também e nunca achava. Nunca achava, eu procurava, eu queria... Não digo que foi o meu pai que me dizia. Eu procurava, eu queria saber. Fui ficando menino e depois fui para o colégio, virei líder estudantil e continuei não achando. E felizmente hoje a gente pode, com muita convicção, dizer que temos alguns, muito poucos, mas temos ainda, porque somos poucos, não é?

A SRA. VERA LÚCIA SANTANA ARAÚJO (*Fora do microfone.*) – Somos poucos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para se ter uma ideia, isso aqui eu já contei, eu vou contar de novo, Martvs. Na sala de aula me ensinaram que o zumbi era um morto-vivo e vinha me assustar de noite se eu não fosse um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bom menino. Depois, no andar da carruagem, eu fui descobrir que o meu líder maior, e até hoje, se chama Zumbi dos Palmares. Vejam como é a história, não é? É uma coincidência.

Vamos em frente. Vamos agora para a videoconferência. Representante da Coalizão Negra por Direitos, por videoconferência, Iyá Sandrali Bueno. A nossa Sandrali, não é?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, e aqui eu li Iyá... Sandrali Bueno, companheira de longa jornada, estou muito feliz de te ouvir falando para nós todos aqui, pela TV Senado, para todo o Brasil.

A SRA. IYÁ SANDRALI BUENO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então, bênção ao Ori de todas as pessoas que nos dão a honra de nos escutar.

Eu sou Iyá Sandrali e aproveito para fazer a minha audiodescrição. Sou uma mulher negra, retinta, uso óculos, estou portando o meu turbante, que diz de que lugar eu estou falando, ou seja, sou uma mulher, sou batuqueira, sou ialorixá e, enquanto mulher negra e de terreiro, eu pertenço à Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde, (Renafro).

Nesta audiência, eu estou representando com muita honra a Coalizão Negra por Direitos, articulação que reúne 294 organizações, coletivos e entidades do movimento negro brasileiro, por onde vou me referenciar para contribuir com esta audiência proposta pelo Senador Paulo Paim, quem tenho o orgulho de ter como conterrâneo. Aproveito para saudá-lo e, na sua pessoa, os demais Senadores, Senadoras, as organizações aqui presentes, as pessoas aqui presentes.

Enfim, Brasil, como diz uma estrofe do seu Hino:

> Gigante pela própria natureza,
> És belo, és forte, impávido colosso,
> E o teu futuro espelha essa grandeza
> Terra adorada, entre outras mil,
> És tu, Brasil, Ó Pátria amada!
> Dos filhos deste solo és mãe gentil,
> Pátria amada, Brasil!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, de que filhos és mãe gentil? Na certa não és da maioria da tua população, que se mantém em espaços que reforçam as desigualdades e as injustiças racial, social e de gênero.

Somos afrodescendentes, construímos este país e o queremos belo, forte e que o futuro espelhe a representatividade real que compõe a sua população. Nós não queremos retrocessos das nossas conquistas e dos avanços das políticas afirmativas para mulheres e negros.

E de que retrocesso nós estamos tratando? Estamos tratando da PEC 09, que, na nossa concepção, se configura como uma afirmação do patriarcado e do racismo que, desde sempre, alimentou o monstro do capitalismo; monstro que suga a potência da população negra, da mulher negra, do homem negro, da juventude negra, da infância negra, como se nossos corpos fossem objetos de transição de suas artimanhas e perversões, como moedas de troca de valor descartável, cada vez que o pacto narcísico da branquitude – e *vide* Cida Bento – é ameaçado na sua configuração de poder, no que se instaurou neste país desde que as capitanias hereditárias, mantendo parâmetros sociais, econômicos e políticos como fiel de uma balança que se desequilibra, cujo prato pende apenas para um lado em detrimento da maioria. A PEC 09 é um corte no projeto sociopolítico da comunidade negra e da comunidade feminina, pois, embora muito se tenha avançado nas políticas afirmativas em relação às mulheres, para nós mulheres negras a divisão dos delicados nunca foi minimamente complacente com a nossa necessidade e realidade, pois nos dizem a todo instante que nossos corpos pretos e rebeldes não servem para ocupar os bancos privilegiados deste trem que conduz os sonhos de vivenciar novas possibilidades, mesmo que hoje o cenário político que está colocado para a democracia brasileira tenha raça, gênero e classe.

Os negros e negras ainda não estão nos espaços de poder político com a devida representatividade porque esse espaço não lhes é estruturalmente acessível, embora, desde sempre, os nossos corpos estivessem disponíveis para a luta por igualdade de condições, porque, quando nós lutamos, nós lutamos para todos.

A PEC 09 é um instrumento de caráter perverso, com um enorme retrocesso na conquista do direito de representação política negra, pois diminui para menos da metade dos recursos financeiros e tempo de propaganda e ainda deixa para as direções partidárias nacionais, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são majoritariamente brancas, decidir quais de suas candidaturas negras receberão esses recursos e tempo.

As mulheres negras e os homens negros temos vivido por mais de 500 anos sob o açoite do patriarcado e do racismo que percorre por todos os cantos, ruas, vielas nas cidades deste país, que se estruturou dividindo as pessoas em categorias, colocando a maioria da sua população no lugar de menos favorecidos como sendo o lugar das impossibilidades devido à sua condição de existência.

A PEC 09 reforça o dispositivo de manutenção do *status quo* do favorecimento branco, elitista, heteronormativo e capacitista, e isso se manifesta, por exemplo, no critério proposto de substituição de um homem por uma mulher na ocupação das vagas nos Legislativos como critério para alcançar a reserva para mulheres, partindo do pressuposto equivocado de que homens ocupam as vagas e, por isso, cedem uma parte às mulheres, se desconsidera totalmente o espaço político já conquistado pelas mulheres e também que a igualdade na participação política é um direito das mulheres e uma condição da própria democracia, não é uma concessão dos homens.

Nós somos sub-representadas nos Parlamentos e enquanto pessoas negras. E, como refere o manifesto do Quilombo nos Parlamentos para eleições 2024, assim como nas eleições de 2022, nós da Coalizão buscamos não apenas corrigir a sub-representação de pessoas negras nos espaços de tomada de decisão, mas também garantir que as pautas do movimento negro, relativas à justiça racial, social e de gênero, tenham defensores nas câmaras municipais e prefeituras, ou seja, não se trata apenas de obter paridade racial, mas de eleger pessoas com históricos de comprometimento, com o combate às desigualdades e ao racismo e com a construção de um outro projeto de país democrático.

Levamos alguns anos para eleger uma mulher Presidenta, talvez levaremos outros tantos para eleger uma mulher negra presidenta, mas, mesmo com cortes, chegaremos a esse lugar, porque, se Palmares resistiu quase cem anos aos ataques das capitanias hereditárias, nós resistiremos aos ataques do neocolonialismo e das capitanias modernas e faremos Palmares de novo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queremos caminhar à frente reafirmando nossas conquistas e avanços políticos da população negra na sociedade brasileira. Portanto, se já não aceitamos a PEC 09, também não aceitamos o seu substitutivo, pois não há espaço para retrocessos, uma vez que, enquanto houver racismo, não haverá democracia plena. E como tal, a Coalizão Negra por Direitos recomenda aos partidos políticos, ao sistema de justiça brasileiro, às organizações da sociedade civil, ao povo brasileiro, que se viu representado na foto da subida da rampa em 2023: que haja uma atuação pela criação de comissões permanentes da heteroidentificação na Justiça Eleitoral Regional, a fim de estabelecer o processo de heteroidentificação como uma etapa complementar à autodeclaração de raça e cor, tomando como base as experiências das comissões das universidades públicas, respeitando a análise de características como cabelo, tom de pele e fenótipo, privilegiando a leitura social e racial dos candidatos e candidatas; que se estabeleçam canais e fluxo de recebimento de denúncias, assim como abertura de processos investigativos contra atores que perpetuam a violência política de gênero e raça no país; que atuem pelo efetivo funcionamento da legislação de enfrentamento à violência política, racial e de gênero, garantindo o cumprimento pelos partidos e a fiscalização da lei pelas autoridades do Estado; que se promovam campanhas para contribuir com o melhor entendimento de como a violência política de gênero e de raça contra mulheres, cis, trans e travestis afeta diretamente a democracia; que se adeque o estatuto partidário aos mecanismos para a prevenção e enfrentamento da violência política no interior do partido, com especial atenção à violência política de gênero e raça cometida contra as mulheres negras e LGBTQIAPN+; que atuem pelo cumprimento da distribuição proporcional equânime de recursos financeiros do Fundo Especial de Financiamento de Campanha eleitoral e do tempo de propaganda eleitoral em TV e rádio para candidaturas negras.

Não à PEC 09! Queremos avançar, não ao retrocesso.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a nossa querida gaúcha Sandrali Bueno, representante da Coalizão Negra por Direitos, que fez um belo pronunciamento, com muita tranquilidade, muita calma e muita sabedoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa querida Ministra Vera Lúcia Santana Araújo, que aqui representa – e representa com muito orgulho e continuará representando por muito e muito tempo – o nosso Tribunal Superior Eleitoral, tem que se retirar. Ela ia sair tranquila, porque o líder que é líder não se preocupa em querer toda hora falar, falar, falar, mas eu insisti com ela: "Ministra, fala um pouquinho antes de sair". Ela: "Tudo bem".

Fala, então. O convite está feito. (*Risos.*)

A SRA. VERA LÚCIA SANTANA ARAÚJO (Para expor.) – Naturalmente, convite do nosso Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão, desta audiência pública, vira uma ordem a ser cumprida, mesmo pelo Poder Judiciário. (*Risos.*) Mas, enfim, eu quero realmente agradecer mais uma vez a iniciativa. Quando a gente tem um Tribunal Superior Eleitoral incontestavelmente comprometido com essas ações, com essas medidas de inclusão racial, ao encontrar ressonância no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, a gente identifica como uma instância – não é? – na condução dessas ações.

A representatividade trazida para esta assentada reforça também, de maneira incontestável, a capacidade, o interesse e a mobilização não somente dos movimentos negros, mas da sociedade brasileira, por trazer a materialização democrática que a gente tanto busca e anseia.

E quanto à fala da última companheira, representando a Coalizão Negra por Direitos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Sandrali.

A SRA. VERA LÚCIA SANTANA ARAÚJO – Sandrali, exatamente.

Posso assegurar que o nosso Tribunal Superior Eleitoral, dentro das suas competências constitucionais, e, assim, respeitando toda a autonomia das organizações político-partidárias... Naturalmente está dotada toda a estrutura do Poder Judiciário eleitoral para a apuração de toda e qualquer denúncia que surja, desde a violação da legislação garantidora da participação de negras e negros, de mulheres a *fake news*. Na semana passada mesmo, a Ministra Presidente Cármen Lúcia inaugurou mais um serviço, assinou protocolos com alguns representativos de toda a imprensa nacional, de modo a garantir a normalidade democrática do nosso pleito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

municipal. Então, saibam todos e todas que a estrutura do Poder Judiciário eleitoral brasileiro tem toda a capacidade, toda a robustez para assegurar a lisura, a transparência e a integridade da soberania universal do voto de todos os nossos, todas as nossas munícipes, nas eleições de outubro.

Eu me desculpo por não poder acompanhar toda esta audiência, especialmente a fala do Frei David e de todas as demais pessoas inscritas, mas, enfim, não tenho dúvida de que ela terminará com muito bom êxito e da capacidade do nosso Senador Paulo Paim em articular com o Congresso Nacional o melhor desfecho na tramitação dessa PEC.

Um bom trabalho para todas e todos e boa semana. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa é a nossa Ministra Vera Lúcia Santana Araújo, do TSE.

A sua fala, Ministra, para o Brasil, que está assistindo, mostra a importância de nós termos mulheres e homens negros em todas as instâncias de poder. Olha sua fala que brilhante, competente, tranquila, corajosa e apontando caminhos. É isto, é isto que nós queremos: os nossos homens e mulheres no Parlamento, no Judiciário e no próprio Executivo.

Aceite aqui uma salva de palmas para você de todo o povo brasileiro. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Vamos a mais uma videoconferência neste momento. Passamos a palavra a Munah Malek, Codiretora-Executiva de A Tenda das Candidatas.

A palavra é sua, por dez minutos, com mais cinco se necessário.

A SRA. MUNAH MALEK (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia! Primeiramente, eu gostaria de saudar essa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a mesa, todos os Exmos. e todas as Exmas. Senadores e Senadoras desta Casa, em especial o Senador Paulo Paim, que apresentou o requerimento para que esta audiência fosse possível, e todos e todas e "todes" que nos estão assistindo e participando desse processo de construção democrática.

Ressalto a importância deste debate para que possamos seguir na luta contra a sub-representação política que temos neste país e que é um dos motivos para termos uma democracia tão frágil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu nome é Munah Malek, eu sou Codiretora-Executiva do projeto A Tenda das Candidatas, projeto que se especializou em campanhas eleitorais de mulheres que fazem parte de grupos historicamente marginalizados, com pesquisas sobre gênero, raça, classe e política. Eu estou aqui para sustentar a tese da Tenda das Candidatas contra a PEC 923, contra a sub-representação da participação da população negra no sistema político eleitoral.

A Tenda das Candidatas vem atuando, desde 2020, de forma voluntária, fazendo o que os partidos recebem para fazer e não fazem, ou quando o fazem, fazem-no de forma pouco efetiva.

Nós somos um projeto criado para contribuir com o combate à sub-representação de mulheres na política eleitoral partidária, sobretudo de mulheres negras.

É importante ressaltar que as mulheres negras representam 28% da população brasileira, refletindo o maior grupo demográfico do Brasil. No entanto, nas eleições de 2014, foram apenas 10 eleitas Deputadas; em 2018, foram apenas 13; em 2022, apenas 29 foram eleitas para aquela Casa Legislativa, que conta com 513 cadeiras.

Esses dados que só foram possíveis oficialmente após 2014, porque apenas naquele ano o TSE exigiu a declaração de raça no momento de registro das candidaturas, demonstram a nossa fragilidade, a nossa incapacidade e a pouca eficiência do poder público brasileiro em garantir uma democracia real, radical, que represente as mulheres negras e toda a população brasileira.

Atuando na capacitação de mulheres para a política, especialmente mulheres negras, vejo que enfrentam violência política de gênero e raça dentro de seus partidos, manifestada no subfinanciamento de suas campanhas. Em nossa pesquisa, constatamos que 90% das mulheres identificam a falta de recursos financeiros como a principal barreira à sua entrada na política.

A PEC 9/2023, ao perdoar os partidos que não cumprem as cotas de financiamento para mulheres e negros, perpetua essa desigualdade e enfraquece a nossa democracia. Mulheres saem de suas campanhas não apenas fragilizadas emocionalmente, como, muitas vezes, endividadas e desencorajadas a participarem da esfera de participação política pública.

O argumento que os partidos usam para defender a PEC 9 é o de que os partidos não tiveram tempo hábil para se adaptar às cotas de gênero, apesar de a Lei nº 9.504, de 1997,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existir há quase 30 anos. Os partidos tiveram tempo suficiente, sim, para garantir que as mulheres, que compõem 51,1% da população brasileira, recebam recursos adequados para suas campanhas. A justificativa da PEC 9 ignora essa realidade e perpetua a misoginia e o racismo ao anistiar partidos que descumprem a lei.

A aprovação da PEC 9 na Câmara dos Deputados evidencia a necessidade urgente de fomentar o debate público sobre a sub-representação de pessoas negras nos espaços de decisão política.

Se aprovada, esta será a quarta anistia concedida aos partidos que não cumprem as políticas de ação afirmativa. É uma oportunidade para os Parlamentares demonstrarem que legislam em favor do fortalecimento da democracia e não apenas em benefício próprio. Se opor à PEC 9 é defender a democracia e garantir que a Casa do Povo realmente represente a população brasileira. Os partidos políticos acreditam que podem descumprir a lei, porque já contam com a possibilidade de anistias futuras sustentadas por uma maioria legislativa composta majoritariamente por homens brancos que se beneficiam desse sistema. As ações afirmativas foram criadas para combater desigualdades, e é essencial, portanto, que continuem sendo aplicadas para incluir mulheres e negros na política.

A PEC 9, com justificativas altamente equivocadas, tenta induzir ao erro ao alegar que a Emenda Constitucional 117, de 2022, violaria o princípio da anualidade eleitoral. No entanto, a emenda apenas reforça a obrigação dos partidos de destinar recursos para campanhas femininas, sem alterar o processo eleitoral, conforme a interpretação do próprio STF.

Nós agradecemos ao Senador Paulo Paim por ter indicado A Tenda das Candidatas para esta audiência para que pudéssemos contribuir neste debate fundamental para traçar os rumos do futuro do nosso país.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Munah Malek, Codiretora-Executiva de A Tenda das Candidatas, que fez uma exposição, para mim, brilhante, buscando outros argumentos para se somarem aos daqueles que falaram até o momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos de imediato a Giovanni Oliveira, representante do Instituto Marielle Franco.

Giovanni, é contigo a palavra – dez minutos com mais cinco, se necessário.

O SR. GIOVANNI OLIVEIRA (Para expor.) – Perfeito.

Bom dia a todas as pessoas presentes.

Saúdo esta mesa, todas as companheiras e companheiros que vão me suceder aqui. Eu peço licença às minhas e aos meus mais velhos antes de começar e cumprimento também todas as pessoas que nos acompanham de casa.

Estou aqui representando o Instituto Marielle Franco.

E, antes de tudo, também gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim pela iniciativa desta audiência pública, que foi construída a partir do trabalho de tantas pessoas e organizações da sociedade civil, sobretudo do movimento negro brasileiro e do movimento de mulheres negras deste país. Para a gente, é sempre importante fortalecer os espaços públicos de troca, sobretudo acerca de pautas tão cruciais e indispensáveis para a nossa democracia e para o futuro desta nação, como a matéria que a gente está discutindo aqui hoje.

A representatividade de pessoas negras no sistema político eleitoral brasileiro é uma matéria de extrema seriedade e deve ser tratada com a máxima responsabilidade e celeridade também, principalmente, mas não somente, porque estamos falando também de direitos humanos e de cidadania.

Eu começo a minha fala trazendo um pouco de um aspecto fundamental para este diálogo que é a história e a memória social e política do nosso país. A Exma. – infelizmente, ela não está mais aqui – Ministra Vera Lúcia trouxe para a gente elementos importantes sobre a história nesse sentido, com que eu fiquei muito contemplado. Então, falar sobre representatividade de pessoas negras nesses espaços de tomada de decisão é também falar sobre história e também falar sobre memória, é falar sobre dívida histórica, reparação e medidas de não repetição também e, sobretudo, é falar sobre justiça e democracia plena.

Não tem como se pensar democracia sem a superação do racismo e com a violência política de gênero e raça. E o Brasil possui, em seus mais de 500 anos de história, processos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marcados por violações de direitos humanos e desigualdades profundas, assim como processo de descontinuidade democrática, inviabilização e apagamento, processos esses formulados e executados com o objetivo de se manter uma hegemonia de poder que é violenta e não representativa do povo brasileiro, cujos objetivos e interesses defendidos e protegidos não são e nunca foram efetivamente para o bem viver do povo brasileiro, o qual, em sua esmagadora maioria, é formado por pessoas negras e pobres, por mulheres negras, por trabalhadores e trabalhadoras negras, que, todos os dias, sustentam esta sociedade desde a fundação e seus primeiros regimes políticos de governo e gestão, e que não são representadas proporcionalmente nos espaços de poder e tomada de decisão.

Nesses últimos anos, a população negra, os movimentos sociais por luta de justiça racial, econômica e de gênero, sobretudo o Movimento de Mulheres Negras, foram indispensáveis para se fortalecer a democracia brasileira em detrimento do conservadorismo reacionário e antidemocrático. É profundamente importante lembrar que a participação da população negra nos espaços de poder e tomada de decisão, com a política institucional, é uma reivindicação histórica desse movimento, do movimento negro, haja vista a inegável contribuição do povo negro para a construção deste país.

Eu destaco ainda também aqui a importância da atuação do Movimento de Mulheres Negras neste país, na última década, com muita resistência à construção de quadros políticos, iniciativas de fortalecimento democrático, resistência a ataques antidemocráticos e proposta de renovação política, atuação essa que foi crucial para várias frentes e avanços que impactaram os espaços de poder da política e de reformulação de políticas públicas.

No entanto, ainda há muitas barreiras profundamente preocupantes e urgentes que necessitamos superar, bem como enfrentar, para a chegada de um novo projeto de país que seja de fato equitativo, justo e igualitário para todas as pessoas. Somente alcançaremos isso com a participação política da população negra no nosso sistema político eleitoral, e é urgente também não somente corrigir a sub-representação histórica de mulheres e pessoas negras nos espaços de tomada de decisão política, mas garantir que as agendas desse movimento negro, do Movimento de Mulheres negras, acerca da justiça racial, social e de gênero, estejam refletidas em todos os espaços políticos de poder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa jovem democracia é jovem porque tem apenas 36 anos de existência desde a redemocratização, teve o movimento negro com fundamental papel e atuação para a aprovação de leis que aprofundaram políticas públicas afirmativas de reparação racial e desenvolvimento social. No entanto, essa mesma democracia ainda carrega consigo herança nefasta dos processos ditatoriais e da escravização do povo negro, que historicamente retiraram humanidade, memória, acesso e direitos dessa população e a possibilidade de se formular políticas públicas desse povo para o povo, porque, novamente, a gente está falando de mais de 50% da população brasileira, que é formada por essas pessoas, por pessoas negras.

Essa realidade vem sendo dessa forma porque é sustentada por decisões políticas e também por uma desmemorização consciente e objetiva dos processos históricos e políticos que construíram e constituem este país. Nesse sentido, por exemplo, historicamente o espaço da política institucional foi ocupado durante muitas décadas, quando não exclusivamente, majoritariamente por homens brancos cis-heterossexuais, com boas condições financeiras, e essa composição do poder vem se mostrando completamente ineficiente para as necessidades da população brasileira há séculos, sobretudo a população negra brasileira. E compreendemos que precisamos disputar a formulação dessa composição, desse sistema político e do nosso sentido de democracia.

Para nós é muito simbólico que, por exemplo, neste ano eleitoral, com o maior fundo partidário da história, a Câmara dos Deputados aprove, em regime de urgência, a PEC 9, a PEC da anistia dos partidos políticos que descumprem a lei de cotas de gênero e raça nos pleitos anteriores e nos seguintes.

Essa anistia ampla e irrestrita e a flexibilização das regras de fiscalização e sanções abrem um precedente gravoso para a impunidade e a falta de responsabilidade com os recursos públicos, a ausência do compromisso com a justiça racial e os avanços até aqui alcançados. Além disso, descredibiliza o sistema político-eleitoral brasileiro, o sistema de justiça e a confiança nas instituições, uma vez que esse projeto concede o poder aos partidos de desrespeitar as leis constitucionais e obter o perdão.

Nesse sentido, é necessário preservar e fortalecer o diálogo institucional entre os Poderes Judiciário e Legislativo, atentando-se para os acúmulos dos avanços no fortalecimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democrático, que vai além da mera garantia da participação formal e pressupõe um fortalecimento democrático, no sentido substantivo de promover reparação histórica e alternância de poder.

Além disso, faço o destaque aqui a dois pontos fundamentais, nesse contexto, sobre a representatividade de mulheres negras e pessoas negras na política e a violência política de gênero e raça, sobre as quais já muito foi falado aqui pelas outras companheiras e companheiros, que são ataques à democracia brasileira, são retrocessos que nos distanciam do futuro que queremos para o nosso povo e para o nosso país.

Por conta desse racismo estrutural e do patriarcado, mulheres negras cis, trans e travestis historicamente foram alijadas de estarem nos espaços de poder, de tomada de decisão.

Estamos falando de 28,5% da sociedade brasileira, que é formada por mulheres negras, que são o maior grupo demográfico do país, com aproximadamente 60,6 milhões de pessoas, mas que seguem não estando refletidas nos espaços de poder e decisão política. Por isso, é preciso enfrentar o profundo desafio da participação das mulheres negras e da população negra na política, é preciso compreender que as mulheres negras periféricas que acessam esses espaços, em sua maioria, não contam com igualdade de estrutura social e econômica.

E, quando falamos de participação política, reiteramos a urgência não apenas da ampliação de mulheres negras nos espaços de poder, como também da sua permanência.

Sabemos que a violência política é utilizada para perpetuar a falta de participação na política das mulheres negras, seja desincentivando sua entrada na política institucional, seja interrompendo as suas trajetórias. Nesse sentido, a PEC trata, assim – mais uma vez, como já foi falado –, da quarta anistia dada pela Câmara aos partidos que descumprem suas cotas, afastando mais ainda essas populações das campanhas eleitorais.

Vemos, mais uma vez, o argumento inócuo da nulidade eleitoral, mobilizado para perpetuar essa sub-representação, e a tentativa de barrar o avanço da representatividade negra na política e também do apagamento dos acúmulos de séculos de luta que o movimento negro brasileiro conquistou, mas não é o que desejamos e o que trabalhamos, histórica e cotidianamente, para refundar as nossas bases democráticas e estruturas democráticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Precisamos nos lembrar das lutas seculares de resistência e transformação que vimos travando para melhorar a vida do povo brasileiro e fazê-las valer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GIOVANNI OLIVEIRA – ... mas esse processo de memória precisa caminhar conjuntamente com vontade política de mudança, sobretudo fazendo jus àqueles e àquelas que sustentam este país.

Para transformar o Brasil ou reconstruir não podemos mais negar o óbvio, o material e o concreto. Precisamos assumir a responsabilidade e o compromisso de mudar a fotografia e a composição do poder de representações e reformar, de fato, nosso sistema político-eleitoral, para que tenha mais a cara do povo brasileiro.

A sociedade civil e os coletivos dos movimentos sociais vêm alertando, desde o ano passado, o quão grave e escandaloso é para a nossa democracia essa proposta de emenda de anistia e flexibilização da lei, pois essa medida não é apenas afirmativa; é uma medida inclusiva.

A Lei de Cotas é reparatória e transformadora. E, além disso, quando em discussão na Câmara dos Deputados, nenhuma das notas técnicas que o movimento negro e o *advocacy* brasileiro enviou foi considerada nos debates políticos

Então, me encaminhando já para o final, precisamos de uma resposta para qual mensagem que se quer passar, em se alcançando esse objetivo com essa PEC, de estar com uma legislação que ataca e fragiliza nossa democracia e as nossas instituições jurídicas e eleitorais. A resposta é simples e objetiva: não se quer que a transformação venha do povo negro, do povo para o povo, através da representatividade descritiva e substantiva da sociedade, com a defesa das pautas prioritárias dessa população.

O Instituto Marielle Franco vem desde 2019 atuando em defesa dos direitos humanos, pela participação política de mulheres negras, pelo fortalecimento dessa população que move as estruturas de poder no enfrentamento à violência política de gênero e raça, para mais mulheres negras ocuparem esses espaços de poder e não serem interrompidas como Marielle Franco foi em 2018, mas para isso precisamos de compromisso e de vontade política. E destaco também que o subfinanciamento de campanha, com a falta de priorização das candidaturas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres negras dentro dos partidos, é também violência política de gênero e raça. Nesse sentido, é inadmissível que esse texto, que essa proposta seja aprovada integralmente. Nas políticas públicas, as leis precisam ser elaboradas como Fanon e Lélia González nos ensinam, a partir da zona do não ser, e a gente só vai chegar de fato a um mundo mais justo, equitativo e igualitário, uma vez que se parta daí.

Então, reiteramos o nosso compromisso inabalável com a democracia e precisamos levar para os Srs. Senadores desta Casa essa responsabilidade de fazer a diferença.

A gente segue à disposição para continuar auxiliando e contribuindo nos trabalhos e chamamos todas as pessoas, principalmente esta Casa, todos os Senadores.

Agradeço, mais uma vez, Senador Paulo Paim, por estar tentando continuar com todos esses avanços. Que nenhum direito a menos seja perdido.

É isso. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Giovanni Oliveira. Meus parabéns ao Instituto Marielle Franco também, que indicou para representar o instituto esse jovem, que faz uma defesa muito bem montada, muito bem articulada. Então, parabéns a você, que aqui com certeza representa a juventude brasileira.

De imediato, agora...

Antes eu anuncio aqui – o David me lembrou – que está presente conosco o Dr. Diogo. O Dr. Diogo é o primeiro representante na cúpula da GV...

O SR. DAVID DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – AGU.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – AGU. Está aqui representando com certeza essas lideranças que, com muita luta, chegaram lá. Você foi o primeiro a chegar. Aceite aqui a nossa salva de palmas na AGU.

Passo a palavra neste momento à Beatriz Lourenço, do Instituto de Referência Negra, representante do Instituto de Referência Negra.

A SRA. BEATRIZ LOURENÇO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro gostaria de iniciar minha fala agradecendo a concessão desta audiência pelo nosso Senador.

Queria fazer um registro que eu acho importante. Quero dizer que o Instituto de Referência Negra Peregum é uma das organizações que compõem a Coalizão Negra por Direitos, que já teve uma fala aqui nesta audiência, representada pela Iyá Sandrali, o Instituto Marielle Franco também faz parte da coalizão. Faço essa fala, inclusive, para ressaltar que, desde 2023, a Coalizão Negra por Direitos tem atuado diretamente nos debates relacionados à PEC e nas tentativas de diminuir os riscos jurídicos e políticos que ela, desde o início, anunciava.

Eu queria apresentar muito rapidamente o Instituto Peregum e dizer que o Instituto Peregum nasceu com a demanda de fortalecer os movimentos negros brasileiros, garantir a maior participação política das organizações negras e, por consequência, centralizar as demandas do povo negro no centro da disputa do debate político, dando continuidade ao legado de todas as organizações negras que chegaram antes de nós.

Bom, eu queria também relatar um pouco do que eu entendi e senti me preparando para esta audiência. Enfim, nesse processo de me preparar e de preparar o nosso debate para cá, uma das primeiras imagens que vieram na minha cabeça é a daquela foto histórica de Edmilson Valentim, Carlos Alberto Caó, Benedita da Silva e o nosso Senador Paulo Paim, que hoje preside esta audiência, no Congresso Nacional e na Constituinte. É uma imagem forte de Parlamentares que pegaram para si a missão de inserir na nova Constituição, que marcava um período importante na redemocratização do país, questões relacionadas às condições de vida da população negra brasileira. Veja, naquele momento, em um universo de 559 Parlamentares, apenas 11 eram negros; entre eles, apenas 4, os que eu mencionei acima, conformavam uma bancada negra, que incorporava as demandas do movimento negro. É importante trazer esse histórico, porque ele é um excelente exemplo do desafio que tratamos nesta audiência. A foto, além de histórica, é uma denúncia. Em 1988, cem anos após a falsa abolição, éramos a minoria absoluta em um processo vocacionado como retomada da democracia.

É certo que, de lá para cá, houve avanços importantes. Aqui eu friso a importância e a permanência da atuação do movimento negro brasileiro, que, de forma incansável e atuante, desmentiu a ideia de democracia racial no Brasil, denunciou o racismo brasileiro e ampliou a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participação política nos Parlamentos, pressionou partidos políticos e pautou a política brasileira, inserindo o racismo no debate público político de forma incontornável, e, quando conquistado o financiamento público de campanha, denunciou a distribuição injusta de recursos no interior dos partidos. E é nessa esteira que, em 2020, Benedita realiza aquela consulta ao TSE sobre a distribuição de recursos do fundo, que foi citada pela nossa Exma. Ministra Vera, entre as candidaturas para cá.

De lá para cá, alcançamos alterações importantes no que diz respeito à legislação eleitoral: distribuição proporcional de recursos, tempo de propaganda, contagem em dobro para votos em candidaturas negras para fins de fundo partidário. Mas o racismo brasileiro nunca erra o seu alvo. Ao tempo em que conseguimos essas alterações importantes na legislação, vimos um fenômeno já conhecido por nós negros e negras no processo de cotas raciais nas universidades e concursos públicos, autodeclarações fraudulentas, candidatos que alteram sua autodeclaração com o fim de receber mais recurso, a não aplicação da legislação pelos partidos, a não distribuição de tempo de TV, a violência política de gênero direcionada, sobretudo, a mulheres negras.

É nesse contexto que a PEC 09 passa a tramitar na Câmara Federal, tentando alterar a Constituição, a Emenda Constitucional 115, de 2022, quanto às sanções aos partidos que não preencheram a cota mínima de recursos ou que não destinaram os valores mínimos em razão de gênero e raça nas eleições, bem como nas prestações de contas anuais eleitorais, ou seja, mais uma tentativa de anistiar as legendas que não cumpriram o que ordena a Constituição Federal.

Aqui acho que é importante ressaltar também que hoje nenhum partido político com representação no Congresso Nacional cumpriu a legislação no que diz respeito à distribuição de recursos. A anistia, no contexto delineado, que devia servir como exceção e não como regra, tem servido para que os partidos políticos, desde os anos 90, possam descumprir determinações legais que tratam das ações afirmativas, mediante uma busca desenfreada por brechas na lei que protejam contra qualquer tipo de sanção, mantendo o *status quo* do privilégio branco e masculinista que age com retrocessos para barrar avanços alcançados por meio da luta de movimentos dos grupos sub-representados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O ponto ainda mais alarmante no novo texto é a diminuição de recursos para candidaturas negras, noticiado como grande avanço para a população negra, mas que efetivamente representa o retrocesso. O texto especifica os 30% para esse financiamento, ignorando absolutamente a ideia de proporcionalidade de incentivo a candidaturas negras com relação ao percentual total da população segundo o IBGE, obrigatoriedade trazida pelo STF. Com isso, há uma efetiva redução dos recursos públicos para essas candidaturas.

A tentativa de redução de recursos para candidaturas negras ignora todos os debates e lutas sociais travadas ao longo dos últimos anos, que asseguraram a ampliação de participação de mulheres e pessoas negras nos espaços de poder, sobretudo nas Casas Legislativas onde tramita a referida PEC. Como fruto desse grande processo político árduo, a Constituição Federal incorporou, em seu texto, dispositivos que determinavam a aplicação de recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política de grupos sub-representados, além de 30% do fundo eleitoral e parte do fundo partidário para o uso de campanhas eleitorais.

Apesar de ter sido apresentado novo texto integralmente modificado, o parecer do Relator suaviza termos que tratam da real anistia e tem como foco o reforço ao incentivo para candidaturas, como mudança de referência de raça para pessoas pretas e pardas. O texto ainda deixa claro que fica a critério dos partidos a decisão sobre quais dessas candidaturas receberão os recursos; protege os partidos de cotas de financiamento para – abro aspas – "minorias", caso não haja lei expressa aprovada; institui o Refis, o programa de recuperação para partidos que consigam honrar multas futuras, condições e facilitação de pagamento aos partidos em caso de multa; dispensa a emissão de recibo para doação em diversos casos; além de expandir a aplicação da lei em todas as instâncias federativas para beneficiar os partidos em todos os lugares e níveis.

Dado esse cenário de luta e ainda a visível falta de representatividade negra no Parlamento, a PEC da anistia se mostra um completo retrocesso frente às lutas defrontadas pelo movimento negro brasileiro, que cresceu 8,94% no número de Deputados e Debutadas negras eleitas na Câmara Federal em 2022. O número é absolutamente menor do que o ideal se levarmos em conta que a maioria da população é negra e que ainda temos 72% de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentares brancos atuando na Câmara, por exemplo, e votando matérias que interferem diretamente na vida de pessoas negras.

Quero ir caminhando para o final, reafirmando que essa audiência pública é fruto de um caminho percorrido pelos movimentos negros em articulação com o nosso Senador. E é muito importante – e a gente tem reafirmado isto historicamente – que o movimento negro brasileiro esteve presente em todos os momentos políticos importantes da história recente do nosso país. Essa tentativa de aprovação dessa alteração da legislação eleitoral é, inclusive, uma resposta a esse sucesso do movimento negro brasileiro em conseguir apresentar denúncias, articular mobilizações e, enfim, garantir conquistas reais para a nossa população.

Para o final, também quero dizer que, em 2021, quando o Brasil inteiro, as forças progressistas, as instituições democráticas se reuniam para discutir ameaças à democracia, é a Coalizão Negra por Direitos que lança o manifesto "Enquanto houver racismo, não haverá democracia". E é disto que se trata: não há como se defender a democracia e realizar qualquer apoio à aprovação da PEC 09. O nosso compromisso é com a radicalização da democracia que temos hoje e isso passa pela incorporação da população negra e das lideranças negras nos Parlamentos brasileiros e nos cargos executivos.

Quero agradecer novamente e nos colocar à disposição para seguir oferecendo insumos aos Parlamentares para a não aprovação da PEC. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Beatriz Lourenço, representante do o Instituto de Referência Negra Peregum. Meus cumprimentos pela fala. Obrigado pela lembrança aí. Eu mantenho sempre viva essa memória da Constituinte e daquele quarteto: Benedita – vou repetir –, Edmilson Valentim, Caó e este Senador.

E, quando nós chegamos, num avião da Vale, à África do Sul, aí mandaram um comunicado – o governo do *apartheid*, naturalmente, porque nós fomos lá exigir a libertação do Mandela – de que nós seríamos abatidos se o avião descesse. E o pessoal da Vale gritava: "Vão abater coisa nenhuma, vamos descer. Façam a missão e voltem para cá". E assim foi feito, não é? Uma homenagem à antiga Vale, que não existe mais, pela firmeza e convicção daqueles que estavam comandando o avião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou, de imediato, agora, ao Frei David...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ser, Martvs?

Eu tinha deixado você por último, porque sabe que o último faz todo o bolão, mas o Frei David pediu e... É bom, Frei, porque, depois que ele ouça a todos, ele também tem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não vai apanhar, não. Você que é uma liderança inegável. (*Risos.*)

Você é uma liderança aqui inegável, por quem todos têm respeito. É bom ouvir sua opinião depois de ouvir a opinião de todos, viu, Martvs? Esta é a intenção: depois de ouvir a opinião de todos, você faz uma fala também.

Frei David.

O SR. DAVID DOS SANTOS (Para expor.) – Eu queria pedir licença ao Senador Paim e a todos vocês presentes pessoalmente, bem como a quem está participando das redes sociais e da televisão do Senado, para saudar, em nome de todos vocês, o nosso Presidente do Senado, o Rodrigo Pacheco. "Por que saudar Rodrigo Pacheco, Frei? Ele nem negro é". Olha só, eu quero dizer para vocês do Brasil inteiro que, de todas as os Presidentes de Senado, que aqui compuseram esta Casa, quem melhor atendeu, quem mais deu vazão, atendimento à demanda do povo negro foi o Presidente Rodrigo Pacheco e para ele eu peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

No entanto, até junho tivemos reunião com o Rodrigo Pacheco com uma comissão grande de negros e, em julho, tivemos férias.

Eu recebi uma notícia muito triste de que o Rodrigo Pacheco foi pressionado por todos os presidentes de todos os partidos políticos – menos PSOL, Rede e Podemos –, do PL, extrema-direita, que botou a faca no pescoço do Presidente Rodrigo Pacheco, ao PT, botou a faca e o punhal, dois, no pescoço do Rodrigo Pacheco. Então, o pobre Rodrigo Pacheco, que, em junho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha anunciado que essa PEC 9 não tinha pressa, ia ficar na gaveta, agora, por pressão do PL, extrema-direita, e por pressão do PT, esquerda, foi colocar, já colocou em pauta, e, infelizmente, a PEC será votada na CCJ, agora, quarta-feira, dia 14. Já está tudo combinado – o PT, o PL –, já está tudo, tudo combinado. Toda a nossa fala aqui, eles não vão nem ouvir, porque são desrespeitosos conosco, com o povo negro. Não vão nem ouvir, são desrespeitosos!

Como é, gente, que o PT permite uma atitude tão drástica dessa? A Presidente do PT, Gleisi Hoffmann, defendeu na Comissão de Constituição, Justiça da Câmara a votação a favor da PEC, e agora uma jovem da base está aqui, falou radicalmente, a nossa querida Aline, falou radicalmente contra o PT defender a PEC 9. Então, o PT não está ouvindo a base. Esse PT está correndo o perigo de perder todo o povo negro do Brasil. O PT corre o perigo de perder todo o povo negro do Brasil frente a essa baixaria.

Nós gastamos nosso tempo, nossa energia, nossa luta para fazer o PT ganhar do Bolsonaro. Eu e mais cinco frades nos arriscamos, fomos ao comitê do Lula, nos arriscamos. De lá para cá, todo dia recebo ameaça por ter ido defender Lula lá no comitê eleitoral. Agora, em troca, recebemos do partido do PT punhais nas nossas costas. Eu desconfio de que Lula não sabe de nada disso. Então, eu faço um apelo aqui a quem tem proximidade com Lula, que leve para Lula essa maldade. O PT não pode ser cruel com o povo negro. O povo negro foi quem levantou o PT, que nasceu de comunidade de base negra. E agora o PT faz essa maldade conosco? Mas, Frei, por que você só fala do PT? Gente, é porque nós tínhamos certeza de que o perigo está à volta do PT. Por que o senhor não condena o PL? Gente, o PL faz parte da herança da escravidão, dos opressores.

No entanto, tem um homem de equilíbrio que é Rodrigo Pacheco. Rodrigo Pacheco, você foi colocado na parede por todos os presidentes de partido, de direita e de esquerda, agora, em junho, em julho. No entanto, Rodrigo, seu coração repousa em Deus. Eu tenho certeza de que você, Rodrigo Pacheco, nosso Presidente, vai rever e vai deixar essa PEC para ter melhor debate, melhor reflexão e não vai deixar essa PEC ir adiante.

Bem, pela combinação dos (Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.) – desculpe, não tenho outra palavra –, pela combinação dos (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presidentes dos partidos de direita e de esquerda, pela combinação dos (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*), quinta-feira agora, essa PEC vai ser votada do Plenário em caráter terminativo. Quinta-feira agora, essa PEC 9 vai ser votada no Plenário em caráter terminativo. Está tudo amarrado já, e o Rodrigo Pacheco está totalmente humilhado, envergonhado, triste, porque ele vai ferir e vai colaborar com a punhalada no povo negro.

Bem, foi dito aqui várias vezes que já teve quatro maldades dos partidos de direita, de esquerda e de centro, perdoando os seus erros. Eu quero dizer que, em relação à terceira maldade deles, que foi a emenda, a PEC 117, a Educafro, através do PSOL e da Rede, já abriu uma ação no STF contra a emenda, a PEC 117. E, para a nossa alegria, pessoas de dentro do STF falaram: "Frei David, o STF só está esperando votar a PEC 9. Votando a PEC 9, eles vão botar em votação aqui no STF a PEC 117, que vai tornar inconstitucional o perdão, o desvio do roubo". E, consequentemente, se o STF votar a PEC... votar a ADI... O número é ADI 7.049. A ADI 7.049 ataca a emenda, a PEC 117. Se o STF votar imediatamente a ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 7.049, vai cair a PEC 117, que já está na Constituição, ela cai, porque ela é inconstitucional, e, por tabela, também cai a PEC 9. Então, para o nosso STF uma salva de palmas! (*Palmas.*)

Bem, aí eu faço um apelo aos Senadores e aos Deputados: não sejam (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*), não sejam manipuladores, não façam *fake news*. Vocês falando que o STF está interferindo na missão de vocês é maldade, é mentira, é *fake news* de vocês, porque o STF apenas tenta corrigir o erro de vocês. Vocês erram quando votam a PEC 117 e vão errar outra vez ao votar a PEC 9. Então, nós pedimos a vocês, Senadores... Aqui é a Casa revisora, o Senado é a Casa revisora. O erro cometido na Câmara pode ser corrigido no Senado. E os Senadores aqui desta Casa de direita que são honestos, os Senadores de centro que são honestos, os Senadores de esquerda, como a nossa querida lá do Rio Grande do Sul, Janete... Janete, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Reginete.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DAVID DOS SANTOS – Como a Reginete acabou de pronunciar, eles vão, com certeza, estar do nosso lado, sem contar com o Senador Paim, que já é nosso, é irmão da causa e sente na própria pele esse drama e essa maldade.

Portanto, nós temos certeza de que essa situação vai ser revista, porque o nosso irmão... Quem tem o maior poder aqui na Casa é o Rodrigo Pacheco. Ele tem o poder de brecar isso, ele tem o poder de exigir mais audiências públicas, ele tem o poder de fazer passar em outras Comissões. Tudo isso eles passaram... Os demais Deputados, Líderes dos partidos e Presidentes dos partidos passaram rasteira nele. E ele talvez consiga, na força de Deus, não deixar essa maldade acontecer.

O terceiro ponto é dizer para vocês que a Educafro, o PSOL e o partido Rede já nos reunimos. Atenção: a Educafro, o PSOL e o Partido Rede já nos reunimos. E já está montadinha – e vou mandar para o Senador Paim para ele poder ver, fazer a defesa dele, se ele achar conveniente, no Plenário e nas Comissões –, já está montadinha a ADI. No dia em que... Nós queremos nos resguardar totalmente.

Nós sabemos que a ADI 7.049, contra a alteração da EC 117, já é fulminante para derrubar a PEC 9. Mas nós entendemos que o poder é tão cruel que consegue brechas para poder derrubar o povo negro. Então nós já estamos preparando outra ADI. Já estamos... já está pronta outra ADI. E, na quinta-feira agora, assim que o Senado votar a PEC 9, meia hora depois vamos entrar no STF com a nova ADI contra a PEC 9. Com isso a gente amarra os dois lados, e não vai ter nenhuma chance...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVID DOS SANTOS – ... de esse grupo, que faz parte da continuação da tortura da escravidão de outra maneira, usando outras ferramentas, de esse grupo ter a palavra e ter vez.

Bem, Senador Paim, caso aqui o nosso querido Presidente da Casa, Pacheco, não consiga dar serenidade e convencer os demais Senadores a fazer mais debates, refletir melhor e não impor que essa PEC já funcione agora, para a eleição de outubro, caso isso aconteça, Senador Paim e demais Senadores brancos solidários do nosso povo negro, nós apelamos a vocês, fazemos um apelo a vocês. Nesse texto da PEC 9 que está circulando, onde se fala em 30% para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres – por favor, Senador Paim, peça à sua assessoria para produzir já essa peça –, onde se fala em 30% para mulheres, é claríssimo "mulheres brancas"; não estão nem um pouquinho preocupados com as mulheres negras. Injustamente, mais uma vez, vão passar a perna nas mulheres negras. (*Palmas.*)

Então, Senador, se é que há um combinado que vem lá da Câmara, que aqui, então, se faça o seguinte: onde tiver esta fala sobre haver 30% de cadeiras cativas para as mulheres, nós pedimos que acrescente o seguinte: que 50% dessas cadeiras cativas sejam para mulheres brancas e 50% para mulheres negras. É uma emenda, Senador Paim, em que isso aí pode ser feito, caso essa maldade passe. É muito mais para nos resguardar, porque a gente está 100% confiante na ação do STF.

Também, Senador Paim, onde se fala em reserva de cadeiras de 20% para mulheres... Em cima, é verba; embaixo, onde se fala de reserva de cadeiras de 20% para mulheres negras, pedimos para também acrescentar: "reserva de 20% de cadeiras para homens negros"; "reserva de 20% de cadeiras para homens negros". Senador Paim, vergonhosamente, no Brasil inteiro, atualmente, não tem um único homem negro que algum partido de esquerda optou em investir dinheiro para eleger agora, em qualquer capital do Brasil. Tem mulheres negras, porque os partidos de esquerda vão investir em mulheres negras; mas não tem um único – um único... Eu desafio qualquer partido de esquerda que apresente um homem negro só, um só homem negro, em qualquer capital do Brasil, em que vocês vão investir dinheiro – investir dinheiro, não dar esmola – para eleger esse homem negro. Hoje em dia, a mulher negra, graças a Deus, com a força do homem negro, está subindo na política, e o homem negro está caindo, caindo, caindo.

Olha só a última eleição em São Paulo. Senador, olha que absurdo: o queridinho Vicente não foi reeleito, precisou-se fazer um arranjo para poder alguém assumir um ministério e dar a vaga para Vicentinho. Orlando Silva, guerreiraço, não foi eleito – não foi eleito –, precisou também se fazer um arranjo para ele ocupar o cargo de Deputado Federal; ou seja, está se tratorando o homem negro no Brasil inteiro, e esse grito tem que ser colocado agora com toda a determinação e todo o vigor.

Senador Paim, também eu quero dirigir minhas palavras para as mulheres brancas. Minhas irmãs mulheres brancas, eu não estou reconhecendo vocês. Vocês, mulheres brancas, foram tão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

guerreiras em vários momentos no Brasil. Agora conseguiram uma esmolazinha nessa PEC 9 e estão caladas, deixando nós negros sozinhos, lutando. Não vejo nenhuma mulher branca lutando contra a PEC 9. Isso eu nunca esperava das mulheres brancas. Imaginava que vocês seriam solidárias às mulheres negras, que vocês seriam solidárias aos homens negros, mas essa omissão vai calar fundo nessa atitude equivocada, errada e injusta de vocês.

Também, Senador, para concluir, eu quero fazer um apelo, mais uma vez, ao querido Presidente Rodrigo Pacheco e também fazer um apelo a todos os Senadores desta Casa, porque vocês, Senadores – e os Deputados –, fizeram uma coisa fantástica e talvez estivessem cochilando quando fizeram isso. A maioria dos Deputados Federais e dos Senadores – talvez, nem todos, a maioria ou uma boa parte eu sei que não estava cochilando, não, e sabia o que estava fazendo – estavam cochilando quando assinaram a convenção interamericana contra todas as formas de discriminação racial. E, na convenção, proíbe-se retrocesso de qualquer ação afirmativa, lembrando que, quando foi promulgada a convenção interamericana contra todas as formas de discriminação racial, a convenção atingiu *status* de Constituição. Então, está totalmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVID DOS SANTOS – ... inconstitucional a PEC 117, que já está na ativa – e vamos pegar esse dinheiro de volta que vocês roubaram –, e está totalmente inconstitucional a PEC 9, que vocês querem jogar goela abaixo do povo negro, com violência, com tortura de outra maneira psicológica, porque eu vejo muitas irmãs mulheres negras e muitos homens negros doentes, porque estão vendo que sua candidatura é muito mais para colher pequenos votos para eleger os caciques brancos dos partidos – brancos, barrigudos, cheios de dinheiro e poderosos. Nós queremos, portanto, e contamos com essa postura...

Senador, para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem 20 segundos ainda.

O SR. DAVID DOS SANTOS – ... nesses 20 segundos, eu quero lembrar ao Brasil inteiro que a anistia é um direito para os injustiçados – a anistia é um direito para os injustiçados –, e jamais a anistia pode ser usada para os injustos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVID DOS SANTOS – ... os ladrões, os que desviam dinheiro, os que fazem corrupção com o dinheiro do povo negro.

Portanto, eu peço, Senador Paim, que desperte em todo o Senado, nas suas instruções, com o que estiver em sua mão, essa denúncia.

Volto a dizer: a anistia é um direito dos injustiçados, mas não é um direito dos injustos, dos corruptos, dos ladrões que querem desviar o dinheiro das mulheres e dos homens negros para os mesmos homens brancos e barrigudos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Frei David, que vocês conhecem não é de hoje. (*Palmas.*)

Frei David, você sabe que a audiência – antes de você falar, Martvs – pública termina, e eu participo das reuniões, do diálogo, na busca do que é melhor para o nosso povo. Então, com todo o respeito que eu tenho a V. Exa. e ao conjunto dos Deputados e Senadores, neste espaço, que é um espaço democrático, o senhor falou e deu o seu ponto de vista, mas eu vou pedir para tirar dos Anais duas palavras: "canalhas...

O SR. DAVID DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – Eu falei "canalhas"?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Falou, falou. "Canalhas e desonestos". Como eu vou dialogar...

O SR. DAVID DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – Isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Frei David, é uma opinião sua, e eu a respeito, mas, como Presidente, vou pedir para tirar dos Anais "canalhas e desonestos".

Aqui na Casa, como você falou muito bem, eu nunca aprovei tanto projeto para o povo negro como na Presidência do Rodrigo Pacheco. Nunca, nunca, em todos os meus 40 anos de Parlamento! Então, eu não posso, numa hora, estar dialogando com o conjunto da Casa, e não só com o Rodrigo Pacheco, e, na outra hora, eu não ter a posição que eu tenho que adotar como Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, respeitosamente – cada um aqui expressa seu ponto de vista –, eu só peço que tirem dos Anais desta Comissão as palavras "canalhas e desonestos".

E, de imediato, vamos passar a palavra para Iêda Leal, representante do Movimento Negro Unificado (MNU), que fará sua fala à distância.

A SRA. IÊDA LEAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Todos me ouvem bem, não é?

Eu estou aqui em Goiânia, na minha cidade de referência.

Paulo Paim, todo mundo me escuta bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito, perfeito.

A SRA. IÊDA LEAL – Obrigada pela participação.

Antes de começar todo este diálogo – espero que com a participação também do companheiro Martvs aqui –, quero dizer, com toda a fraternidade, para o nosso último palestrante que tem muito tempo, Frei, que estão tendo dificuldade em passar a perna nas mulheres. É só ver esta manhã, esta manhã toda com Vera, Aline, Munah, Sandrali, Beatriz, Reginete e tantas outras pessoas presentes *online* e aí também, com toda a equipe do nosso Senador Paulo Paim e com toda a equipe de todas as Deputadas Federais em Brasília. Então, é necessário dizer que a fortaleza que nos protege, com a luta de Tereza de Benguela, de Luiza, de Lélia e de tantas outras que não estão presentes fisicamente, dá conta de nos dar muita força e possibilidade de nos mantermos em pé e vencermos. E isso é bom. Queremos contar com o apoio de todos os homens negros deste país e com os homens também de esquerda brancos que compreendem a participação importante das mulheres negras do nosso país.

Estou aqui hoje também para registrar – espero que o Martvs faça isto – que nós temos uma pesquisa com que eu estou querendo que as pessoas possam ter contato, que é da Perseu Abramo e que diz da importância do Partido dos Trabalhadores no que se refere às conquistas da questão da igualdade racial para o país. Foi o PT, que hoje tem como Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que mais fez em organizar, em lutar e ir para a base e escutar o povo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negro na questão racial. Chama o documentário: Marco de Lutas dos Movimentos Sociais, Sociedade Civil e Resistência no Combate ao Racismo. Quero recomendar para todo mundo poder acessar – está ali na plataforma da Perseu Abramo. Aí nós vamos ter a dimensão de que o PT, o Partido dos Trabalhadores, conversa com a base, de que o Presidente escuta e deve escutar mais. E nós queremos ficar nesse espaço também de dialogar com todos os partidos, não só o PT, que, de vez em quando faz, um movimento que não é apropriado para o tamanho da luta das mulheres e dos homens negros deste país.

Portanto, eu quero trazer para este local, para este local muito importante para a gente, algumas pessoas que simbolizam por que nós precisamos valorizar o que Sandrali falou – a minha Iyá –, o que Beatriz falou, o que Reginete falou, o que Munah terminou de falar aqui e que Vera, absolutamente certa da possibilidade histórica, trouxe para este espaço.

Primeiro, Paim, a gentileza e a sabedoria que você tem em chamar para o diálogo – é disso que a gente precisa neste Plenário. Então, é replicar mais paims em todas as câmaras municipais e federais, nas assembleias. É disto que a gente precisa: de homens que tenham coragem como tem você.

Então, Tainá, Dandara, Carol Dartora, Reginete, Thainara, vou dizer de novo Paulo Paim, Bia Caminha, Jaque, Lívia Duarte, Matheus, Simone Nascimento, Verônica, Talíria, Elenizia, Roseli, Benedita da Silva, Andréia de Jesus, Leci, Erika Hilton e tantas outras Parlamentares e outros Parlamentares deste país. Eles são frutos porque nós nos organizamos para lutar e dizer: "Voto negro, vota negra". Todas as campanhas da Coalizão, da Convergência Negra, de todas as organizações que apoiaram e apoiam candidaturas negras e fazem o debate no lugar certo, dentro dos partidos, porque é de lá que saem os nossos e as nossas candidatas.

Portanto, a recomendação do Movimento Negro Unificado se soma à recomendação das Parlamentares eleitas, dos Parlamentares eleitos que têm compromisso com a história de luta do povo negro neste país. Nós sabemos a importância de sermos representados nas cadeiras. Nós queríamos, queremos e vamos lutar para que o Parlamento represente o Brasil na sua maior diversidade de representação dos seres humanos. Então, para nós, todo o Parlamento deveria ter 60% de negros. É o que nós desejamos, queremos e vamos lutar, mas o diálogo com todo o país nos leva a ter uma possibilidade de ir crescendo e conquistando o que nós queremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a recomendação, mais uma vez, do Movimento Negro Unificado, que tem 46 anos e que tem Parlamentares eleitos e eleitas por este país todo, é de que a experiência de fazer com que os partidos políticos compreendam que existe possibilidade de investimento na população negra, limpando a área dos fraudadores, porque agora nós temos negros de ocasião, que agora deixam de ser brancos para ser negros por conta da questão financeira. Nós precisamos corrigir isso e vamos corrigir com a recomendação das bancas de heteroidentificação, que é correto ter para a gente poder dialogar mais com o país que vive com essa questão toda das fraudes de pessoas que são perversas. A recomendação é que o que aconteceu sirva de exemplo para ampliar, melhorar, e não para perdoar quem não deu conta de cumprir com o que estava escrito na lei.

Então, a gente precisa continuar dizendo que o horário, os investimentos e a diversidade têm que estar presentes em todos os partidos. Isso precisa acontecer, e a gente precisa dialogar para isso. Quando a gente não tem maioria, a gente dialoga e a gente coloca as possibilidades e chama toda a população para defender o que a gente acredita. Então, nós devemos somar. Portanto, o compromisso histórico do país é de reparar a invisibilidade do povo negro na representação partidária do Estado brasileiro.

O Estado brasileiro continua devendo para o povo brasileiro, à maioria absoluta de nós, negros, um projeto de reparação bem organizado, porque a abolição é inconclusa. Todos nós já sabemos disso, já escrevemos sobre isso. Nós temos pessoas que pesquisam sobre isso. As nossas memórias precisam ser reorganizadas.

Nós temos que saudar. Sabe o quê? A entrada de uma mulher negra no Conselho Nacional de Educação. Temos que saudar a nossa amiga Gilvânia, que vai estar lá e, depois, vai subir e levar mais outras pessoas.

Nós temos que continuar dialogando que as eleições, sem a representação, sem a participação do povo negro, sem o partido... Todos os partidos devem fazer o que o PT faz: colaborar e chamar a base para a discussão dentro do partido.

Nós sabemos que o enfrentamento que nós, negros, fazemos é absolutamente necessário, mas a gente precisa continuar também lutando pelas cotas nos serviços públicos; nós precisamos continuar lutando pelas cotas na educação; nós precisamos continuar lutando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque a moradia tem que fazer a diferença. Nós precisamos dizer para os nossos que o transporte é fundamental.

Então, este espaço aqui, hoje, segunda-feira, um dia depois do Dia do Estudante, Dia dos Advogados, e também, coincidentemente, elaborando um outro afeto a todos os pais responsáveis que consideram e ajudam no crescimento da família e dos seus filhos e do reconhecimento.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IÊDA LEAL – Existe um grande projeto: o reconhecimento dos pais no que se refere à certidão de nascimento dos seus filhos. Isso, para mim, é o mais importante a ser relembrado no Dia dos Pais. Quero parabenizar aqueles pais que abraçam seus filhos e que os conduzem até a adolescência, enquanto estão crescendo.

Então, nós precisamos aqui dizer que o movimento negro se soma a todas as campanhas com o "Voto negro, vota negra", que está na quarta edição e que desde 2018 nós fazemos, porque acreditamos que nós precisamos estar sentadas nas cadeiras também das câmaras municipais e das assembleias legislativas. Nós precisamos continuar incentivando e dizendo que tem que haver investimento financeiro para a ocupação dessas cadeiras.

Então, ouvir as pessoas que escrevem, diariamente, a história dos negros e negras deste país é fundamental. Nós precisamos continuar acreditando que a possibilidade também de fazer o debate e mudar o mundo é através da participação político-partidária dentro desses espaços todos. E nós queremos que seja a reflexão: mais da metade da população negra precisa estar representada nessas cadeiras. Esse é o grande salto, e isso é o que o PT escreve há muito tempo. Necessariamente, as organizações partidárias vão ter que nos escutar, porque nós vamos estar dentro dessas organizações para reafirmar o nosso direito político de existir.

Nós não somos um problema; nós somos a solução, para que o país possa entrar num clima de desenvolvimento, mas de sustentabilidade de todas as ações, para que o mundo seja melhor.

Parabéns! O TSE sabe e precisa continuar defendendo democracia eleitoral, porque incluir faz parte da nossa vida: incluir, discutir, permitir que a legislação não nos abandone. Portanto, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa tarefa, mais uma vez, é reafirmar que o diálogo tem que caminhar para uma decisão política correta, olhar para o Brasil e respeitar a diversidade. Qualquer coisa que tire essa possibilidade, a gente sabe que nós vamos para as ruas e vamos contestar.

Então, quero parabenizar mais uma vez e dizer que a nossa experiência da última eleição deve servir de exemplo para observar que quem frauda, quem engana, quem faz algumas questões para retirar a representatividade do povo negro tem que sentar no banco dos réus e responder por mais um crime de querer tirar a possibilidade de nós negros estarmos presentes na representação político-partidária dentro das assembleias, das câmaras e de qualquer outro lugar. Nós queremos o poder, porque o poder é bom e ele pode continuar ajudando na modificação da nossa legislação. Queremos defender a nossa Constituição, defender todas as organizações que defendem a democracia, nós aprendemos que para nós isso é fundamental. Nós não queremos ninguém burlando a lei, se autodeclarando, para se sentir mais confortável em receber financiamento. Essa tarefa quem faz é a base, e nós fazemos isso.

Muito obrigada. Abraço o nosso país e todas as organizações do Movimento Negro Unificado que estão presentes em todo o país, e todas as organizações do país que, nesses últimos anos, têm feito a diferença. As organizações estão presentes nos conselhos, dando a condição de dar para o Brasil a grande possibilidade da discussão racial. Respeitem a gente e vamos continuar juntos. Respeitar o povo negro significa entender que a história desse negro está sendo construída há muito tempo por muitas pessoas aqui, que devem ser absolutamente escutadas. Então, audiência pública serve para organizar todo o pensamento, dizer para as pessoas, nos lugares em que elas estão, que a representatividade que foi dada para eles no voto...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IÊDA LEAL – ... precisa refletir a política da diversidade deste país e respeitar as mulheres, os homens, as crianças, a população LGBTQIA+ negra deste país. Nenhum centímetro de retrocesso. Nós estamos tentando chegar a uma possibilidade de representatividade absolutamente diversa e que possa corresponder à beleza de sermos brasileiros e brasileiras e de termos a possibilidade de estarmos sentados em todos os lugares para representar o povo negro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Paim.

Parabéns a todas as pessoas e vamos continuar o diálogo. Esse diálogo tem que ser em todos os lugares, com muito respeito.

Bom dia. Boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Iêda Leal, representante do Movimento Negro Unificado (MNU).

Às vezes, é o tom da palavra, não é? A Iêda Leal, que eu conheço há muito, muito tempo, faz uma fala tranquila, compassada e diz tudo que a gente quer ouvir. Ela não se diferenciou de outras falas, mas com a mesma contundência didática e com muita tranquilidade. Cada um tem sua forma de falar, não é? E eu aprendi a respeitar a forma de cada um. Então, Iêda, mais uma vez meus cumprimentos pela forma carinhosa como tu falaste hoje não só para nós, mas para o povo brasileiro.

Pode ser o Martvs agora?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, agora vamos passar a palavra para o Martvs Chagas, Diretor Administrativo da Empresa Gestora de Ativos do Ministério da Fazenda e ex-Ministro da Igualdade Racial.

O SR. MARTVS CHAGAS – Por muito pouco tempo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas foi.

O SR. MARTVS CHAGAS – Não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas foi.

O SR. MARTVS CHAGAS (Para expor.) – Está saindo do som, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu queria cumprimentar o Senador, o líder e meu companheiro de grandes lutas, Senador Paulo Paim. Obrigado mais uma vez pelo convite. Eu queria cumprimentar também a Aline, a Nadja, o Frei David, esse lutador incansável, e o Giovanni, que chega aí para nos substituir daqui a pouco. Eu, há 40 anos, tentei substituir algumas pessoas, mas não deixaram, não, sabe? (*Risos.*)

Estou até hoje aí tentando.

Mas eu queria, Senador, neste início da minha fala, lembrar de duas pessoas que nos deixaram recentemente e com quem eu aprendi muito. Eram dois homens negros que entenderam, assim como eu, que, para a emancipação da população negra, era necessário fazer aquilo que os trabalhadores metalúrgicos e o senhor, como um deles, fizeram nas décadas de 70 e 80: precisaria ter um instrumento político para nos caber, precisaria de um instrumento político em que nós poderíamos minimamente estar representados, e esse instrumento político poderia dar voz e vez a milhões e milhares que sempre foram excluídos. E assim nasceu o Partido dos Trabalhadores. Eu estou nele até hoje porque ainda, com todos os problemas, acredito, com o respeito a todos os demais partidos, que é o principal instrumento de emancipação da população negra no Brasil. No dia em que ele deixar de ser, eu deixarei de ser petista. Não faço patriotismo petista, não faço patriotismo partidário, mas eu aprendi e o movimento negro me ensinou que, por mais que nós tenhamos várias instituições e essas instituições sejam muito necessárias, como o movimento negro é muito necessário, o poder político no Brasil está nos partidos políticos, não no movimento negro, diferentemente de alguns países. Em Moçambique, por exemplo, eu lembro que lá o movimento social podia indicar cadeiras dentro do Parlamento e apresentá-las diretamente. Aqui no Brasil, não. Aqui quem apresenta são os partidos políticos. Quem elege é o povo, mas quem apresenta são os partidos políticos.

Eu digo isso porque eu vivo um dilema. Eu sempre falei isto para o senhor e continuo falando: eu vivo um dilema. O movimento negro me chama de negro do partido e o partido me chama de negro do movimento negro, não é? Exatamente. Eu fico ali no meio, apanhando de um lado e apanhando do outro. A gente fica exatamente nessa dificuldade, mas faz parte da nossa trajetória. Eu não gosto muito mais de diagnóstico, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava lembrando, ainda há pouco, Presidente Paim, do debate sobre o Estatuto da Igualdade Racial. Estava vindo aqui um túnel do tempo, aqui na minha cabeça, sabe? Quando a gente vinha debater, uma parcela significativa do movimento negro detonava com a gente, outra parcela apoiava, o Siufi ali, mais o Edson, mais o Eloi ali, nós ali tentando equilibrar, porque nada é fácil para o povo negro, nada é tranquilo para o povo negro. Se a gente não tiver esse entendimento, a gente fica vendendo ilusão para as pessoas.

Eu acho muito bonito, eu não já consigo mais... Eu, no movimento estudantil... Eu sou de uma cidade, de Raul Soares, que tem menos de 24 mil habitantes, e fui para Juiz de Fora muito cedo, e nunca saí de Juiz de Fora, sempre fiz militância, a minha é em Juiz de Fora, porque eu acho... Aí é um problema grave das organizações negras, inclusive: elas não investem no interior, elas não capacitam as pessoas no interior. Então, todas as representações que você vê são das capitais. Dificilmente tem alguém... Inclusive fazem igual aos partidos políticos, pegam a pessoa que detectam que é boa no interior e jogam para a capital, para ali fazer a ação política, não é? E é um problema.

Eu sempre quis ficar, e sempre quis ficar em Juiz de Fora, porque lá, juntamente com uma companheira, Cirene Candanda... Eu quero... Com certeza, a companheirada do Instituto Casa Cirene Candanda está nos ouvindo aqui agora. Porque ela... a gente se ensinou. Era uma mulher negra, forte, que lutava no movimento social, lutava no movimento de moradia e aprendeu, nós aprendemos um com o outro, aprendeu também a ser mulher negra depois de quase 50 anos, mais de 50 anos de idade.

Eu me refiro a ela para dizer que eu perdi a capacidade de fazer discurso de lacração. Perdi. Sabe esse discurso, não sei o quê, que todo mundo aplaude... Eu perdi, porque eu virei um conciliador. Um erro, talvez, na minha trajetória. Por que eu virei um conciliador? Porque para estar num partido como o que eu tenho, que eu estou, e eu fiz questão, inclusive, de dizer que eu estou ainda, mas não estou na representação efetiva, porque eu fui convidado... Eu estava em Juiz de Fora, era Secretário de Planejamento e Orçamento da cidade de Juiz de Fora, acredito que o negro que dava o orçamento de mais de 3 bilhões, talvez o único no Brasil, e fui convidado para vir aqui para ser Diretor Administrativo de uma estatal, que é a Emgea, que o Presidente Lula recentemente – não acredita – colocou a tarefa de nós promovermos fundos de crédito imobiliário para a classe média. Então, eu estou lá nessa tarefa, e fiz questão de ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convidado também como isso, Presidente, Senador Paim, porque às vezes a gente não reconhece os outros, a gente reconhece a si mesmo, e nós negros, às vezes, temos disso, colocaram isso na nossa cabeça, mas a gente não reconhece o trabalho do outro.

E eu gosto muito daquela música do nosso Jorge, que ele sempre fala que "respeite quem pode chegar onde a gente chegou". Então, digo isso porque não estou muito mais a fim de fazer diagnóstico. Todas as falas que me antecederam fizeram diagnóstico. O que nós vamos fazer com o diagnóstico? Qual a profilaxia? É isso que eu quero saber. De que maneira efetiva a gente vai mudar essa situação? Eu não preciso mais falar que nós vivemos um negócio. Inclusive, eu estou conversando com alguns companheiros internamente, que a gente tem uma chamada branco-dependência. A grande maioria de nós tem a chamada branco-dependência, porque nós chegamos, a grande maioria de nós, a algum lugar porque tínhamos um companheiro, uma companheira branca que era presidente do sindicato, que era não sei o quê, que era um Parlamentar, que era um companheiro. Da mesma maneira que o país se forjou num capitalismo dependente, em que nós estamos até hoje, infelizmente nós negros e negros ainda estamos nessa fase da branco-dependência. E não é um problema ser branco-dependente desde que aquele branco com o qual você tem a relação não o iniba de crescer, não o corte, não o vete.

E aí, eu jamais achava que ia concordar em algumas coisas com o Frei David, mas vou ter que concordar com algumas coisas que ele disse. Uma das questões, de maneira diferenciada – não tenho essa verve aí para xingar os outros, porque depois eu tenho que conversar com eles – , é o fato de que, nos partidos políticos... E aí eu não vou ficar... porque, toda vez que a gente fala mal da esquerda, quem cresce é a direita. A gente tem que aprender isto: toda vez que você detona a esquerda – "porque eu acreditava..." –, a direita fica incólume; ela fica num patamar, ela fica numa situação de pitonisa, ela fica incólume ali. Aí as pessoas aproveitam as falas da gente, reproduzem isso em escala global e vão, inclusive, criando novas *fake news* para fortalecer a direita, e não a esquerda. Então, eu acredito que é muito importante que a gente crie as condições de efetivamente estar nos partidos políticos.

Tem um sociólogo, que é o Marc Augé, que ele fala do não lugar. O que é o não lugar? O não lugar é aquele espaço onde eu sou passageiro; o não lugar é aquele espaço onde efetivamente eu não me sinto dono dele, eu não me sinto integrado a ele. O não lugar pode ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o aeroporto, que é de passagem – talvez eu tenha que esperar muito tempo ali, mas eu não vou morar no aeroporto –; o não lugar pode ser a rodoviária; o não lugar pode ser qualquer espaço onde você não se sinta bem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARTVS CHAGAS – Eu já estou concluindo.

E eu penso que muitos de nós, nos partidos políticos, estamos no não lugar, nos sentimos, às vezes, no não lugar, porque aquele espaço ali é um espaço dominantemente de pessoas brancas, é um espaço dominantemente de ideias que contradizem as nossas. E aí é que eu acredito que encontraram forças e cara de pau suficiente de propor uma PEC como essa, à qual eu sou que também contrário – é bom que você diga.

Eu discuti muito – as pessoas não sabem disto – com a companheira Gleisi Hoffmann, Presidenta do meu partido, dizendo para ela que isso, para nós, era um desastre; dizendo para ela que isso aí é um retrocesso, não adianta, é perda de direito. E, se tem perda de direito, é retrocesso. Pouco importa se o TSE legislou no lugar do Congresso Nacional. Eu digo pouco importa, porque efetivamente foi colocado.

Nós tivemos avanços em 2020? Tivemos. Eu vou dizer para o senhor, Senador: em 2020, nós conseguimos eleger a maior bancada de pessoas negras da história do Partido dos Trabalhadores, 51%. Em 2018, a gente tinha quatro Parlamentares negros do Partido dos Trabalhadores. E agora, em 2022, nós passamos para 13 Parlamentares negros e negros.

Qual que é o problema concreto? Da mesma maneira que a direita não conseguia ver, nas ações do Presidente Lula, ações que efetivamente iriam mudar a sociedade e ajudar as pessoas – eles estavam achando que estavam perdendo poder –, as pessoas brancas dos nossos partidos faziam a mesma coisa, a mesma leitura. Elas não entendem que treze, nove pessoas a mais que chegaram ao Congresso Nacional, fazem parte da civilidade brasileira, fazem parte da mudança que nós precisamos fazer da recuperação da paga da dívida histórica. Não, elas fazem a seguinte leitura: "Opa, tinha quatro, entraram nove, perdemos nove". Isso é uma imbecilidade, para não falar uma incivilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria, na verdade, fazer um desafio. Não tem jeito, pessoal – não tem jeito –, eu vou encontrar aqui com o Frei David 500 mil vezes, ele vai estar com essa mesma fala. Eu vou encontrar com outras tantas pessoas, que 500 mil vezes vão estar com a mesma fala. Eu queria propor um pacto, na verdade. Você sabe por quê? Porque se a gente é tão bom na sociedade civil, se a gente é de base, se a gente conversa com a base, se a gente tem confiança da base, por que é que a gente não conversa com essa base e fala para essa base toda se filiar nos partidos políticos e tomar o poder das pessoas brancas que lá estão? Porque, caso contrário, a gente pode diagnosticar. Eu vou continuar diagnosticando ou, efetivamente, o poder político não está lá, se não estiver lá, a gente não precisa de fazer esse movimento. Mas, se a gente detecta que o poder político está nos partidos políticos, não pode ficar só o Martvs no PT, não pode ficar a minha companheira que está ali olhando com muita tranquilidade no PSB, entendeu? Não podemos ficar só nós.

Hoje, infelizmente, na executiva nacional do meu partido, só tem uma pessoa negra. E eu estou muito disposto, Senador, na mesma posição que eu estive em 2005, a montar uma chapa de pessoas negras, se quiserem, para a gente poder disputar e estar lá dentro com três, quatro assentos. Porque se não é isso, não muda. Se não é isso, não muda.

Então, Frei David, me ajuda. Você tem tanta base boa, uma galera, fala com esses meninos para virem para o PT. Fala com esses meninos para se filiarem, para a gente tomar o poder.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARTVS CHAGAS – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um pouquinho, Frei David, só deixa ele concluir.

O SR. MARTVS CHAGAS – Entendeu? Então... Estou respondendo à provocação inicial.

Então, assim, eu penso que é importante a gente fazer isso, esse debate. Aqui, Senador, a gente conta contigo muito, eu sei que você é pouco aqui, mas alguma coisa tem que se fazer. Não dá, e aí eu parabenizo a Educafro, parabenizo o Frei David, no sentido de que nós temos... A única saída para nós agora é judicializar essa PEC. Neste momento, eu não estou vendo outra alternativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não consigo acreditar, eu não consigo conceber que a gente vai fazer alguns mudanças, exatamente porque, como eu disse, da mesma forma que a direita, ao perceber a possibilidade do Lula ser candidato de novo, fez o que fizeram, criminalizaram, prenderam, botaram o cara dois anos na cadeia, aqueles que estão no poder, para não deixar que outros cheguem até eles, são capazes de fazer outras iniquidades.

Muito obrigado. Era isso que eu queria dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Esse é o Martvs Chagas, Diretor Administrativo da Empresa Gestora de Ativos do Ministério da Fazenda, ex-Ministro interino da Igualdade Racial e foi também Secretário Nacional de Combate ao Racismo. Com essa fala tranquila – desde que eu te conheci –, essa fala tem que ser elogiada pela tranquilidade, tem posição, reafirmou a posição aqui, não deixou nenhuma dúvida, mas levantou as mesmas preocupações que todos levantaram.

Eu, como sou aquele que diz que tem que sempre ter esperança e fazer o bom combate até o fim, que é o que você está colocando em outras palavras, quando diz que tem que avançar por dentro do partido, depois desta audiência pública, claro que vou tentar ainda dialogar, no sentido de que essa PEC não seja votada este ano. Eu vou tentar, relatarei no Colégio de Líderes, onde eu tiver espaço, como é que foi o debate. Não acho necessidade... Nós estamos praticamente em cima das eleições. É tão importante votar agora se podemos construir uma alternativa num debate mais prolongado? Se for derrotado, serei derrotado, mas não jogo a toalha com antecipação de jeito nenhum. E por isso fiz esta audiência pública no dia de hoje.

Eu entendi a tua posição. Ficam aqui meus elogios pela tua fala, muito equilibrada, muito tranquila, que apontou que você também é contra essa PEC, mas está muito preocupado, porque tudo indica, como está até o momento, que se votará na quarta. Tudo indica, mas, enquanto ficar na indicação, eu farei a tentativa até o último minuto para ver se conseguimos avançar. Parabéns, Martvs, pela tua fala, muito tranquila, que merece todo o nosso carinho e o nosso respeito. Conhecemo-nos de longo tempo.

Como a nossa querida Nadja Carvalho, que é Assessora da Rede de Feministas Antiproibicionistas, concordou, devido ao espaço que teria que dar para alguns porque tinham que sair mais cedo, agora é o teu momento de fazer uma fala, e nada melhor que uma mulher

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negra para fazer a fala neste encerramento da mesa – da mesa; não se assustem aí os dois que já falaram comigo do Plenário.

A SRA. NADJA CARVALHO (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas presentes e às que também nos assistem na TV Senado e nas redes sociais

Queria saudar aqui a mesa, na presença do Presidente Paulo Paim, e também saudar as intervenções dos meus companheiros e companheiras da Coalizão Negra por Direitos que me antecederam, que com certeza me contemplaram em diversos elementos das suas intervenções.

Ficar por último tem seus ônus e bônus: por um lado, ter sido contemplada nas intervenções, mas também ter sido provocada aí no debate. Acho que esse é um dos objetivos, inclusive, desta audiência pública.

Eu queria me apresentar. Eu sou a Nadja Carvalho, como o Senador me apresentou. Eu sou nascida em Teresina, lá no Piauí, terra de Esperança Garcia, de Francisca Trindade, de Maria Sueli Rodrigues. E, embora seja uma mulher, de uma executiva nacional, de um partido político, estou aqui representando a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas, que é uma organização política feminista, antirracista, suprapartidária e anticapitalista. A nossa missão é atuar na luta pelos direitos humanos, fortalecer politicamente mulheres, pessoas trans, e fazemos parte da Coalizão Negra por Direitos.

Agradeço o convite e a sensibilidade do Senador em realizar esse debate de suma importância, principalmente considerando a atual conjuntura política e a histórica luta do movimento negro pela representação de pessoas negras em espaços de poder. Afinal de contas, a gente rememorava aqui a história, rememorava a Constituinte, e de fato a participação da população negra na democracia brasileira é muito recente, porque, afinal de contas, apenas nesse processo constituinte a gente teve a garantia do sufrágio universal, ou seja, a garantia de que pessoas analfabetas pudessem votar, garantindo assim a possibilidade de que as pessoas negras participassem desse processo. Então, desde as eleições de 2020, nós da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas, em parceria com as organizações da Coalizão Negra por Direitos, temos construído iniciativas, como o próprio Quilombo nos Parlamentos, e criamos o manifesto "Meu Partido é o Feminismo Negro", que foi atualizado agora em 2024 e que tem como objetivo visibilizar as dificuldades que nós encontramos na defesa de agendas essenciais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para garantir direitos e construir um futuro comprometido com a justiça racial e a social na democracia brasileira.

E aí a gente decidiu e, principalmente, recomenda aos partidos políticos construir espaços formativos de apoio às candidaturas comprometidas com os nossos valores, e apresentando também reivindicações programáticas prioritárias para o debate da política de drogas, que é a nossa área de atuação, de intervenção, e direitos humanos no contexto eleitoral.

Então, no Brasil, há um histórico de baixa representatividade política das mulheres negras, indígenas, LGBTQIAPN+, as periféricas, sendo um dos países a estar nos últimos lugares do *ranking* de participação desses atores, refletindo uma democracia que não permite a diversidade de corpos na política. E, apesar dos nossos esforços, poucas conquistas foram alcançadas para melhorar essa realidade. Mas se nós o povo negro brasileiro somos a maioria da população, a maior parte das pessoas com direitos sociais negligenciados, a maior parte das vítimas da guerra às drogas, nós também queremos estar aqui representados, nos espaços de poder e de tomada de decisão sobre as nossas vidas. E é por isso que, para nós, é ainda conflituoso confiar, garantir – e é por isso que a gente conta com o papel, a participação do Senador Paulo Paim –, confiar em Senadores que apresentam e tramitam a toque de caixa uma PEC, como a PEC 45, que foi aprovada aqui, no Senado, e hoje está aí na fase de Comissões Especiais na Câmara dos Deputados.

Se a diversidade política é essencial, conforme preconiza a Constituição Federal, ela deve ser acompanhada de um compromisso ético transformador para realmente mudar a realidade das pessoas marginalizadas social, cultural, política e economicamente. A representatividade sem a contraposição aos privilégios herdados do colonialismo, das desigualdades, das injustiças não nos serve. E aí precisamos construir alternativas que reconheçam as diferentes formas de fazer política, comprometidas com as lutas e o bem-viver de mulheres, pessoas não binárias, transmasculinidades, negros, indígenas, periféricos e os que são diretamente afetados pela atual política de drogas no nosso país. Afirmamos que apenas com estruturas construídas, com metodologias e pilares do feminismo negro, comprometidos com a superação do racismo, do patriarcado e do capitalismo, poderemos implementar projetos de compartilhamento de poder e implementar uma democracia real de fato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os partidos políticos – e eu acho que o Martvs sempre faz essa provocação, de que o movimento negro precisa ocupar os partidos políticos para poder fazer essa disputa – também têm que se abrir para a possibilidade de aprender com os movimentos sociais negros, indígenas, feministas, LGBTQIAPN+ e incorporar às suas estratégias e metodologias, para renovar a representatividade e propor essas iniciativas que construam uma sociedade mais justa e reparem os danos históricos do colonialismo. É por isso que, quando a gente pensa a participação negra nos espaços políticos eleitorais, não dá para pensar só o processo eleitoral. A gente tem que pensar, por exemplo, também a necessidade de reserva de vagas para mulheres, pessoas negras, grupos vulnerabilizados, nas gerações políticas dos partidos políticos, para que a gente possa fazer valer também, no processo de tomada de decisão nesses espaços, como se apresenta, enfim, a política institucional daquele partido e como ela incide sobre a sociedade. Além de garantir os regramentos já existentes em leis ou decisões dos tribunais superiores, é fundamental exterminar qualquer possibilidade que diminua as poucas garantias de representatividade conquistadas, como alguns Parlamentares tentam fazer com a PEC 9, de 2023.

E aqui eu quero abrir um parêntese: embora a gente esteja aqui debatendo a PEC 9 com a urgência com que entrará em pauta na CCJ, existem outras iniciativas legislativas, outras PECs que tramitam nesta Casa que podem, sim, ameaçar a garantia de representatividade política de mulheres, pessoas LGBTs, enfim, indígenas e negros no processo político eleitoral. Precisamos que os partidos e os Parlamentares assumam os compromissos com mulheres cis, trans, travestis, pessoas não binárias, homens trans, que incentivem a representatividade e a participação política e que se comprometam com a implementação de políticas de equidade de gênero, desenvolvam programas de educação inclusiva e se comprometam com a justiça racial, a segurança pública, o direito à cidade, SUS, Suas, educação, justiça ambiental... Enfim, pensem a política e a agenda cultural, o debate e o apoio às pessoas que usam drogas, às pessoas em situação de rua, de cárcere, egressos do sistema prisional e principalmente, nesse bojo, políticas públicas que reparem os quase 400 anos de exploração dos povos indígenas e negros em território brasileiro.

Além disso, é necessário que os Parlamentares comprometidos com a nossa agenda se mantenham em constante vigilância com as tentativas de se oporem a propostas antirracistas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feministas que defendemos. Não é aceitável que, a cada avanço conquistado pelo movimento negro, tenha uma nova iniciativa legislativa para poder barrar esses avanços.

Da mesma forma, embora não seja o centro desta audiência pública, não iremos nos silenciar diante da ausência de ações afirmativas para a participação política dos povos indígenas, porque, embora o TSE tenha reconhecido essa necessidade, passaremos mais uma eleição sem qualquer tipo de política de reserva de recursos nos termos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Se a gente está falando aqui de ações de reparação, os povos indígenas também merecem a nossa solidariedade, ainda que a pauta central desta audiência seja o tema da participação da população negra.

Então, não podemos aceitar uma proposta de emenda que anistie partidos que não cumprem as obrigações com as candidaturas, que descumprem a lei e criam novas anistias a cada eleição, desrespeitando as conquistas de uma luta árdua do movimento negro.

Essa PEC, na prática, desfinancia candidaturas negras...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NADJA CARVALHO – ... e de mulheres, que são as mais vulneráveis economicamente, que têm menor capacidade de arrecadar recursos de pessoas físicas para o financiamento das suas candidaturas, e, objetivamente, favorece as candidaturas ao Executivo, em que estamos ainda menos representados, em detrimento das candidaturas ao Legislativo.

A gente sabe que, embora o TSE tenha apontado a necessidade de comissões de heteroidentificação, essa propositura ficou sob a responsabilidade dos partidos políticos. E a gente sabe que é muito difícil. Principalmente considerando a direção dos partidos políticos com uma maioria branca, fica sob o crivo do homem branco, principalmente do privilegiado, dizer quem é negro e quem não é negro no seu partido político e quem vai receber o financiamento destinado às candidaturas negras.

Então, é importantíssimo institucionalizar, a partir da possibilidade dos tribunais regionais eleitorais ou mesmo do TSE, uma política de comissões de heteroidentificação, a exemplo do que existe nos concursos públicos, do que existe nos vestibulares, para que a gente possa obrigar os partidos políticos a financiarem candidaturas negras a partir dessas perspectivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não podemos aceitar também que nos restrinjam as possibilidades de disputa dos avanços nesse terreno, como as nossas incidências no TSE, no STF, as possibilidades de conquistas para além do Congresso Nacional, obviamente respeitando a autonomia do Congresso nas suas iniciativas, mas também sem restringir as nossas possibilidades de incidência.

Só assim nós poderemos mudar uma política historicamente embranquecida, colonial, centralizada, acreditando que dessa forma alcançaremos o acesso a direitos e ao bem-viver, com poder compartilhado e expansão do perfil das pessoas protagonistas na construção de um Brasil melhor. Como sempre fala a nossa eterna Coordenadora Nacional Iêda Leal, se o poder é bom, o povo negro quer poder. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos. Essa foi a Nadja Carvalho, Assessora representando aqui a Rede de Feministas Antiproibicionistas, que fez uma fala tranquila, valente, corajosa e competente. Pode ser assim? (*Risos.*)

Pessoal, eu normalmente dou ao Plenário a possibilidade de fala, claro, no limite de dois, três, e teve duas pessoas que se inscreveram do Plenário: o Gleidson Dias e a Tainah Pereira.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, agora, não dá mais. Perdeu o trem da história, porque normalmente são duas, mas como você... (*Risos.*)

Como eu te conheço de mil militâncias sempre na linha de frente, eu não vou poder dizer "não", não poderei dizer "não". Então, vamos deixar...

Fala de imediato pela inscrição aqui o Gleidson, mas, Gleidson, antes, eu vou, por dever de ofício, ter que fazer uma pequena leitura aqui do e-Cidadania. Encaminharam para cá algumas perguntas e comentários.

Amanda, de São Paulo: "Levando em consideração que grande parte da população negra vive em periferias, a diminuição da desigualdade social não seria um caminho?". O combate à desigualdade social é um caminho – é o que ela está dizendo. Concordamos com ela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ernani, de Rondônia: "Como abordar a interseccionalidade da raça com outros marcadores sociais, como gênero, classe e orientação sexual?".

Davi, do Rio de Janeiro: "Como promover maior diversidade racial no Judiciário majoritariamente branco [...] para refletir a população negra brasileira?".

André, do DF: "Quais as medidas que [...] o Estado [...] [deve] adotar para que todos os cidadãos concorram em igualdade de condições, sem uso de cotas?". Ele está fazendo na verdade uma afirmação.

José, do Maranhão: "Quais [...] os principais desafios enfrentados por pessoas negras ao tentarem acessar cargos de liderança e poder?".

Lílian, do Paraná: "Como assegurar que pessoas negras possam concorrer aos pleitos eleitorais com destinação orçamentária garantida pelos partidos políticos?". Ou seja, tem que ser garantido que os partidos políticos cumpram a sua parte, segundo a Lílian diz aqui.

Sabrina, de Pernambuco: "Como a educação pode desempenhar um papel fundamental na ampliação da participação negra nos espaços de poder?". Também não deixa de ser uma afirmação.

Giovany, do Ceará: "A baixa representatividade do negro na política não seria culpa do sistema eleitoral, que não permite a candidatura de independentes?". Também é uma afirmação, porque em outros países tem candidaturas independentes, conforme o Giovany, não é?

Letuza, de São Paulo: "Quais são as ações concretas tomadas pelo Senado para aumentar a representatividade da população negra no próprio Senado?". É tudo que nós temos votado aqui e agora este debate, que nos deixa todos preocupados.

Isac, de Minas Gerais: "Como a sociedade civil pode apoiar a inclusão de pessoas negras em processos decisórios e políticos?".

E, por fim, José, do Maranhão: "De que maneira a mídia pode contribuir para aumentar a visibilidade e a influência de líderes negros na política e em outras áreas de poder?". Uma boa pergunta para a mídia, não é? A mídia deveria responder sobre a questão da visibilidade e dar espaço para que eles coloquem suas posições e pontos de vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vamos agora, então, para o Gleidson Dias, Ouvidor-Geral da Defensoria Pública da União.

Como o nosso tempo está estourado, normalmente eu dou para o Plenário a metade do tempo que é dado para um painelista.

Então, Gleidson Dias, Ouvidor-Geral da Defensoria Pública da União, cinco minutos.

O SR. GLEIDSON RENATO MARTINS DIAS (Para expor.) – Bom dia a todos e todas. Obrigado, Senador. Espero não utilizar os cinco minutos, serei muito breve.

Eu sou Gleidson Renato Martins Dias, Tata Ndenge de Nzambi, sou Tata Kambondo de uma comunidade de Candomblé de Angola, chamada Inzo Tumbansi, e sou, no momento, Ouvidor-Geral da Defensoria Pública da União, mas também preciso falar duas coisinhas iniciais. Não sou branco dependente. Eu sou um homem negro que atua na luta com o racismo desde sempre e, obviamente, também não sou um sionista negro. Então, obviamente, eu dialogo com pessoas brancas que tenham a responsabilidade de lutar contra o racismo. Não acho que exigir do Estado brasileiro, da sociedade brasileira, inclusive dos partidos políticos, responsabilidade contra o racismo seja ser branco dependente. Eu quero é que o Brasil e que o Estado brasileiro respeitem a maioria do seu povo, que é uma maioria negra.

Então, neste debate, no meu ponto de vista – e aí falo, inclusive, pela Ouvidoria da Defensoria Pública da União –, coloco a Ouvidoria à disposição, Senador. Eu vim aqui exatamente para isso. Tive uma conversa com o nosso Defensor Público-Geral Federal, Dr. Leonardo Magalhães, para ver de que forma a Defensoria Pública da União poderia ajudar nesse debate, que, para mim, é um debate fulcral, é um dos debates mais importantes que nós estamos enfrentando.

Depois das cotas nas universidades, depois da vitória das cotas no serviço público, a cota nos partidos políticos é importante, e por isso essa resistência. Por isso essa cota, na verdade, tinha que ser chamada de cota do racismo, cota do racismo, cota do pacto narcísico da branquitude, cota do contrato social, porque, na verdade, eles estão sabendo que, se nós ainda não tivemos, a não ser os brilhantes – eu, como gaúcho, tive a possibilidade e o orgulho de votar no senhor, como na Deputada Reginete Bispo... Na verdade, quando entendem que essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cota, no serviço público, dará uma representatividade política essencial, isso muda tudo na sociedade, porque nós estamos falando na possibilidade de termos Vereadores e na possibilidade de termos Deputados e na possibilidade de termos Prefeitos e Prefeitas e na possibilidade de ter Senadores e Senadoras negros. Então, nós estamos falando, inclusive, da possibilidade de discussão desse direito, que é branco-normativo. Então, isso aqui é central. É central.

Obviamente, a gente não divide. A cota racial já mostrou a sua excelência para um aumento e o enegrecimento da universidade; a cota racial já mostrou a sua excelência no concurso público, e, obviamente, isso é central.

Isso vai fazer, inclusive, a possibilidade de nós, principalmente os partidos de esquerda, refazermos um erro histórico, que é: chamar-se, por exemplo, de Partido dos Trabalhadores, e não entender quem é o trabalhador que acorda às 4h da manhã, que pega ônibus e que anda três horas.

Então, entender que a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras que precisam, efetivamente, de recursos públicos, que precisam efetivamente do Estado é entender o racismo, é entender essa mente racista na prática, não no discurso.

Obviamente, isto aqui não é uma audiência pública para tratar de um partido específico. Nós queremos analisar isto aqui enquanto recurso público. Nesse sentido, já encaminho... Queria destacar três coisas.

Primeiro, uma que o próprio Frei David já falou: essa PEC é inconstitucional, do nosso ponto de vista, por vários motivos, em essencial pelo princípio do não retrocesso.

Segundo, essa cota... O TSE, a partir de uma consulta pública feita pela nossa Deputada Benedita da Silva, já demonstrou a existência de discriminação indireta contra as mulheres negras, exatamente por não entenderem a diferença socio... E inclusive o racismo institucional dos partidos políticos, que sempre acabavam beneficiando as candidaturas de mulheres brancas.

Então, já existe um posicionamento do TSE no que se refere à discriminação indireta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós, a Ouvidoria da Adpu se coloca à disposição, Senador, companheiros e companheiras que estão aqui, para trabalharmos tanto no que se refere à necessidade de discussão com todos os outros partidos, mas principalmente e obviamente, se necessário for, para que a gente consiga avançar e exigir três coisas, do meu ponto de vista, importantes.

Primeiro, politização dos recursos. Nós estamos tratando de recurso público e nós não estamos interferindo nos partidos políticos. Nós estamos falando que esses partidos políticos que recebem recursos públicos têm, por dever de ofício, por todas as convenções internacionais das quais o Brasil é signatário, a obrigação – não é ajuda e não é migalha – de direcionar esses recursos para as candidaturas negras.

Dois, queremos a publicização da metodologia utilizada por todos os partidos político. Isso aqui não é para um partido só; isso é para todos os partidos políticos.

E, três, a necessária discussão sobre Banca de Heteroidentificação. Nós já temos, desde os anos 2000, o início das cotas raciais. Então, nós já sabemos que a autodeclaração, por si só, não ajuda a fraude.

Nós temos aqui o Frei David, tive a satisfação de tê-lo como... Fez o prefácio do livro que nós construímos em 2018 sobre bancas de heteroidentificação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GLEIDSON RENATO MARTINS DIAS – Então, essas iniciais...

E quero colocar, por fim, novamente, aqui, a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública da União para ser parceira na luta pelos recursos públicos que sejam destinados para as pessoas negras.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Gleidson Dias, Ouvidor-Geral da Defensoria Pública da União.

Por isso deixamos você como um dos últimos, para dar um fechamento, dar uma arredondada em todo o debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só a assessoria lembra que, quando a Benedita da Silva entrou com a ação no TSE, alguém tinha que entrar junto para mostrar que era Câmara e Senado. Eu tive orgulho, a convite dela, de assinar junto essa consulta pública. (*Palmas.*)

Eu falo isso só para dizer que o Senado estava junto naquela oportunidade e fui autorizado, realmente, para assim o fazer, uma vez convidado pela Benedita.

Passamos a palavra agora para Tainah Pereira, Coordenadora Política do movimento Mulheres Negras Decidem.

A SRA. TAINAH PEREIRA (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas. É um prazer estar aqui.

Gostaria de cumprimentar a mesa na figura do Exmo. Senador Paulo Paim.

Eu vou ser breve, porque temos pouco tempo e muito já foi dito.

Primeiro, apresentando o movimento que eu represento, Mulheres Negras Decidem é um movimento que nasce em 2018 com o propósito de fortalecer mulheres negras que querem ocupar a política institucional. Então, desde lá, viemos trabalhando e acompanhando todas essas iniciativas de reforma eleitoral, de mudança nas regras do jogo, porque a nós nos interessa conhecer aquilo que pode nos colocar em desvantagem e aquilo que pode efetivamente garantir que mulheres negras tenham oportunidade de participação igualitária no processo de disputa eleitoral.

Parte do nosso diagnóstico corresponde, claro, à falta de recursos, à falta de tempo que mulheres negras muitas vezes têm para fazer construção política, sendo elas as principais responsáveis pelos cuidados em suas casas, e ao capital político que não chega para essas mulheres de forma tão fácil, uma vez que elas não descendem de pessoas que já ocupam a institucionalidade e que podem transferir para elas, de forma imediata, esse capital político.

Mas o que nós gostamos mesmo de fazer no Mulheres Negras Decidem é prognóstico, e aí eu concordo com várias falas que antecederam a minha de que a gente precisa avançar na nossa capacidade de construir soluções de forma negociada, de forma compartilhada, debatidas com profundidade e seriedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de trazer aqui para as considerações desta audiência a importância de a gente olhar para um contexto mais amplo de reformas que estão acontecendo neste momento e de legislações que estão agora no Senado Federal. São três projetos e eles têm correlação entre si, então acho que a gente não pode analisar de forma separada: a PEC 9, que já foi muito referenciada, mas também a PEC da reeleição e o novo Código Eleitoral, o Projeto de Lei Complementar 112, de 2021 – estão todos eles sob os cuidados do Senador Marcelo Castro, que é Relator dos três temas.

Então, acho que é muito importante entender como as negociações em torno desses três instrumentos têm acontecido, porque o que nós ouvimos muitas vezes nas incidências que fazemos aqui no Congresso Nacional é que determinados retrocessos que estão contidos em um desses instrumentos serão compensados com o acréscimo de medidas que podem igualar ou melhorar as condições de disputa das pessoas negras, em particular de mulheres negras, na política institucional. Não é isso que nós temos visto. A cada nova apresentação de redação dessas legislações, o que nós vemos são retrocessos em todas elas. Então, é importante que, quando sentemos à mesa, sejamos muito objetivos e muito conscientes desses processos que acontecem de forma paralela muitas vezes e que podem representar retrocessos mais à frente, fazendo com que a gente corra o risco de ganhar um pouco neste momento e de perder muito logo ali adiante.

Bem, dito tudo isso e para não ser muito repetitiva, eu quero salientar também alguns discursos muito perigosos que têm sustentado alguns argumentos de Parlamentares, tanto aqui no Senado quanto na Câmara dos Deputados, e que têm a ver com discursos que já são bastante conhecidos de nós que estamos na militância, mas que é sempre importante que nós os combatamos, que são discursos que criminalizam os movimentos sociais, que criminalizam as organizações da sociedade civil que fazem essas contribuições e que procuram fazer incidência direta junto aos Parlamentares, sob a justificativa de que nós...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TAINAH PEREIRA – ... dos movimentos sociais estaríamos desrespeitando os Parlamentares ou os partidos políticos. Pelo contrário, o que nós queremos é aprimorar essas instituições, porque a nós nos interessa também participar delas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De forma mais ampla na sociedade e, claro, tendo alguns Parlamentares como porta-vozes, existe um discurso muito conveniente de que as demandas trazidas não apenas por mulheres negras e homens negros, mas pessoas indígenas e pessoas LGBT seriam um discurso divisionista ou identitário. E esse é um elemento muito central nos discursos e nos argumentos que são utilizados tanto de forma ampla na mídia e na sociedade quanto dentro dos debates nas Casas Legislativas, o que é muito preocupante.

Já foi relatado aqui muitas vezes que pessoas negras são a maioria da população, mulheres negras em particular, o maior grupo demográfico brasileiro. Então, nós não somos identitárias...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TAINAH PEREIRA – ... nós somos majoritárias. E a Deputada Federal Benedita da Silva tem repetido isso à exaustão. E a despeito de Bené, nossa querida Bené, fazer essa lembrança o tempo inteiro, ainda assim há muita dificuldade dela e de outras Parlamentares negras de fazer esse debate dentro da própria Bancada Feminina e dentro da própria Bancada Negra, o que nos faz lembrar de Sojourner Truth quando ela pergunta: "Não sou eu uma mulher?". Sejamos, então, também conscientes sobre essa questão.

E, por fim – meu tempo já está acabando –, eu gostaria de trazer aqui a importância de outras iniciativas, inclusive uma iniciativa da qual nós do movimento Mulheres Negras Decidem somos coautoras, que é o projeto de lei de iniciativa popular Mais Mulheres na Política, um projeto de lei que conta com amplo apoio social e que prevê a paridade de gênero com equidade racial, porque nós acreditamos que só dessa forma a democracia do Brasil, de fato, vai conseguir se solidificar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TAINAH PEREIRA – ... e as gerações atuais vão finalmente conseguir fazer cumprir o pacto democrático.

É isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Valneide Nascimento, Secretária Nacional da Negritude Socialista...

Agora vai a Valneide Nascimento, Secretária Nacional da Negritude Socialista, do PSB. Quem usou a palavra foi a Tainah Pereira, Coordenadora Política do movimento Mulheres Negras Decidem, e falou com muita convicção, muita firmeza, deixando aí uma cobrança a todos de que temos que avançar, de verdade. É isso?

A SRA. VALNEIDE NASCIMENTO DOS SANTOS (Para expor.) – Muito obrigada, Senador, pela oportunidade. Como sempre, o senhor sempre parceiro e sempre ouvindo a voz do povo, a voz das mulheres, dos negros e das minorias, que já não são mais minorias.

Eu vou ser bem prática, Senador. Eu já até tive a oportunidade de falar com o senhor pessoalmente, mas uma das coisas que mais nos preocupa na PEC 09, que será agora, essa semana, votada, é o art. 3º, que não fala sobre a questão de gênero, ele trata pessoas, ele trata como pessoas. Ali dá toda a conotação de erro, não coloca a questão de mulheres e negras. Está tendo a maior discussão dentro dos partidos, dirigente que sou, como Secretária Nacional da Negritude Socialista Brasileira, do PSB, eu pego pelo meu partido. A interpretação que eles têm feito é de tirar a porcentagem das mulheres pretas e pardas em cima do valor das mulheres, do dinheiro das mulheres, que, no meu caso em particular, do meu partido, são R$44 milhões, que são para as mulheres – dentro de R$44 milhões, tirar 30% para mulheres pretas. Não é essa a conta. Nós vamos deixar bem claro que a conta tem que ser tirada da conta dos pretos e dos pardos. As mulheres pretas não podem ficar inferiores às mulheres brancas.

Então, Senador, aqui o senhor, que foi sempre parceiro, fique atento conosco. O Frei David, que sempre foi atuante e observador também, que tem sempre uma oportunidade de estar lá no TSE, esteja atento a isso, porque, senão, nós mulheres negras vamos ficar ainda aquém das mulheres brancas. Isso é muito grave, passou daqui do Senado para lá e ninguém fez uma interlocução. Então, a minha fala é nessa área, Senador.

Eu também não concordo com essa PEC, essa PEC não nos atende. Nós somos mulheres negras na maioria, na periferia, mas dentro dos partidos, nós somos minorias, e essas minorias vão ficar com a minoria da minoria. E nós sabemos que quem administra o dinheiro das mulheres hoje no país são as mulheres brancas, parentes dos seus presidentes, esposas dos seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentares e assim sucessivamente. Não tem uma mulher negra, se o senhor olhar, que seja secretária estadual ou secretária nacional de mulheres. Elas que vão sentar com os presidentes para direcionar o dinheiro para onde vai. E, quando chega nos estados, ficam fazendo negociatas, falando que dei isso para você, te ajudei assim. Não. Nós queremos que se siga a lista do TSE.

Se o Estado falou que aquela candidata preta pode receber x valor, nós queremos que seja cumprido, e, da forma que está, está muito solto, eles vão fazer o que quiserem e nós não vamos... Mais uma vez, nós não vamos conseguir eleger o que é a base da base: Vereadores e Vereadoras para poder chegar em 2006 no Congresso com a tranquilidade de a gente poder medir quantos fomos e quantos teremos e quantos queremos.

É essa a minha fala.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Valneide Nascimento, Secretária Nacional da Negritude Socialista, que fez uma fala direta, mas, eu diria, muito simples e verdadeira.

Eu não vou nem entrar no detalhe, mas a sua fala é simples e é verdadeira. A gente sabe bem como funciona, por isso que tem essa indignação de todos nós aqui, do mundo real.

Eu vou ter que encerrar devido ao horário...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... porque eu vou ter que presidir a sessão do Plenário – fui convocado pelo Presidente Rodrigo Pacheco –, mas eu queria dizer, para que ninguém diga que não convidaram quem pensa contra, que convidamos, só não vou citar nomes para não criar constrangimento. Convidamos da Câmara e do Senado quem é contra a posição 100% majoritária aqui colocada. Não vieram porque entenderam de não vir. Bom, democracia é isso, não é? Mas que fique claro para quem está assistindo que nós convidamos o mesmo número, eu diria até – o pessoal que encaminhou –, de pessoas que pensassem de forma contrária à forma de todos que falaram aqui. Mas decidiram não vir, e eu respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria terminar só dizendo para vocês que eu sou daqueles que tentam até o último minuto, nem que seja o braço do afogado: o cara está morrendo, eu vou lá tentar salvá-lo nem que eu morra junto. E eu vou tentar uma conversa, naturalmente, com tudo que nós ouvimos aqui, com o Presidente da Casa. Vou tentar falar dentro do possível, se tiver espaço, no Colégio de Líderes, sobre tudo que nós ouvimos aqui.

E, se vocês entenderem – quem está mais aqui em Brasília – que poderíamos formular um pequeno documento básico, mínimo, das preocupações com a votação dessa PEC...

Eu já me coloquei publicamente dizendo: não é hora de votar essa PEC. Nós perdemos, mas muita gente vai perder também, porque o mundo político é um mundo de oposição e situação, e o debate do desgaste cada um joga no colo do outro. Então, eu acharia que, nesse momento, para evitar qualquer tipo de desgaste desnecessário, poderíamos deixar a PEC para ser votada no ano que vem – pelo menos eu penso assim. É que eu penso assim: gostaria que ficasse para o ano que vem, sem prejuízo de cada um firmar suas posições, para evitar... porque, vejam, o processo eleitoral em si começa quinta. A partir do dia 15, começa – 15 já é quarta, não é? Então, digamos, 15 à meia-noite, pode-se dizer assim, já começa. E nós vamos votar a PEC quando? Quarta ou quinta, pelo que estão dizendo – pelo que estão dizendo. Eu espero que prevaleça o bom senso, não se vote, e o debate continue. E que a gente consiga construir juntos uma saída que seja boa para todo o povo brasileiro. E claro que os maiores prejudicados são as mulheres, brancas e negras – e, como foi dito aqui, mais acentuadamente a mulher negra –, e o homem negro. São os maiores prejudicados.

Atingido o objetivo, saio daqui com essa missão, que faz parte da vida. Espero eu que a gente consiga ter uma alternativa de se não votar esse ano.

Uma salva de palmas a vocês! (*Palmas.*)

Está encerrada a audiência pública de hoje.

(*Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e um minuto do dia treze de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Humberto Costa, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 52/2024 - CDH, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). Finalidade: "Debater a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica". Participantes: Ministro Aloysio Mares Dias Gomide Filho, Secretário, Interino, de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores; Raquel Cantarelli, Mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança; Flávia Ribeiro Rocha, Coordenadora de Subtração e Coordenadora Geral de Adoção e Subtração Substituta do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Daniela Corrêa Jacques Brauner, Defensora Pública Federal, Assessora Especial do Gabinete do Subdefensor Público-Geral Federal; Ricardo Mac Donald Ghisi, Advogado, pai da Valéria Ghisi; Valéria Ghisi, Mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança; Tunísia Viana de Carvalho, Mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança; e Carolina Gouveia Batista, Mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança. O Presidente eventual Senador Flávio Arns faz os seguintes encaminhamentos: Oficiar a AGU para questionar sobre ter confirmado presença nesta reunião e desmarcado em seguida, ao tempo que confirmou presença na Audiência Pública de mesmo tema na Câmara dos Deputados, a ser realizada neste mesmo dia às 16h, e pedindo explicações do motivo de não enviar um substituto para a Audiência Pública. Colocar à disposição dos Membros da CDH as notas taquigráficas do depoimento da convidada Raquel Cantarelli. Receber a documentação da convidada Valéria Ghisi e das demais convidadas. Fazer comparação solicitada pela convidada Valéria, qual seja, "*Convido então, encerrando, todos vocês a olharem, a assistirem a minha fala anterior no Senado e a contraporem com as falas altamente*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contemporâneas de Raquel Cantarelli e outras mães". Bem como juntar a esta Ata a fala da SRª FERNANDA MENEZES PEREIRA, Advogada-Geral da União que afirmou jamais apoiar o agressor *"Foi dito também que as instituições apoiam o agressor. A AGU jamais apoia o agressor, ao contrário. A AGU age, sempre que pode, para combater qualquer atitude agressiva, em todas as perspectivas possíveis, isso no âmbito nacional, internacional*" https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/7619 . Verificar em que Comissão foi realizada a citada audiência. Em ato contínuo a Secretaria da CDH efetuou a pesquisa e obteve a informação de que teria sido na seguinte reunião: Ocorrida em 06/06/2018 - 4ª Reunião da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, que pode ser obtido no link https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/1774/reuniao/7619. Verificar a possibilidade de oficiar a Polícia Federal sobre a possibilidade a abertura de inquérito, acerca dos fatos aqui narrados. Verificar a possibilidade de oficiar o Supremo Tribunal Federal para que paute a questão. A Senadora Damares Alves propõe a instituir Grupo de Trabalho, em até duas semanas no máximo, para investigar e analisar a questão do sequestro internacional de crianças, bem como aproximar o GT da Defensoria Pública e do Ministério, articulado com as mães e famílias das crianças. Às quatorze horas e vinte e cinco minutos o Senador Flávio Arns passa a presidência para a Senadora Damares Alves. Às quatorze horas e trinta e cinco minutos a Senadora Damares Alves passa a devolve a presidência para o Senador Flávio Arns. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 47ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 52, de 2024, da CDH, de minha autoria, para debater a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Os palestrantes, os expositores, a quem eu já quero dar as boas-vindas – às famílias, aos órgãos públicos... E quero dizer da satisfação de tê-los e tê-las aqui, para expor os graves problemas que afetam o sequestro internacional de crianças brasileiras. Nesse sentido, a exposição vai indicar caminhos que possam ser seguidos, uma metodologia de trabalho e também uma orientação para os órgãos públicos.

Nesse sentido, em primeiro lugar, nós vamos dar a palavra para as famílias, mães e avô, e depois para os órgãos públicos se posicionarem em função das falas das famílias, também, porque o mais importante é ouvirmos as famílias, os dramas pelos quais as famílias vêm passando há muitos anos e lançarmos luzes sobre a participação e o poder que o Executivo e, em particular, a Justiça têm nessa articulação a favor da realização da justiça, a favor das crianças e das famílias. Em primeiro lugar, nós vamos ouvir as mães, como eu já disse, o avô e os órgãos públicos.

Quero dizer que cada expositor e expositora terá dez minutos, porque, inclusive, às 16h, haverá uma audiência pública na Câmara dos Deputados, agendada, inclusive, posteriormente à marcação desta audiência, em que vários dos expositores terão que estar lá também. Então, nós teremos dez minutos para cada exposição. Quando alcançarmos os nove minutos, haverá o som

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

automático de uma campainha para as pessoas que estão remotamente. Quando faltarem 15 segundos, haverá esta campainha para alertar de que o tempo está terminando.

Nós temos os seguintes convidados participando desta audiência pública: o Ministro Aloysio Mares Dias Gomide Filho, Diretor do Departamento de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares do Ministério das Relações Exteriores, seja muito bem-vindo, Ministro, é uma alegria tê-lo com a gente; Raquel Cantarelli, à minha esquerda, mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança da família; Flávia Ribeiro Rocha, Coordenadora de Subtração e Coordenadora Geral de Adoção e Subtração Substituta do Ministério da Justiça e Segurança Pública, aqui à minha esquerda também; Tunísia Viana de Carvalho, de forma remota, que também tem caso na família de sequestro internacional de criança; Daniela Corrêa Jacques Brauner, aqui à minha direita, seja muito bem-vinda também, Defensora Pública Federal, Assessora Especial do Gabinete do Subdefensor Público-Geral Federal; Ricardo Mac Donald, aqui à minha direita, advogado e pai da Valéria Ghisi, que vai se manifestar remotamente, portanto, avô; Valéria Ghisi, remotamente, por videoconferência, também com a filha subtraída da família num caso de sequestro internacional de criança; e a Carolina Gouveia (Hague Mom), que também, na mesma situação, é mãe de criança subtraída em caso de sequestro.

Lamentamos sobremaneira a ausência da Advocacia-Geral da União. O Sr. Boni de Moraes Soares, que é o Procurador Nacional da União de Assuntos Internacionais da Advocacia-Geral da União, havia confirmado no dia de ontem e, hoje, simplesmente desmarcou a presença, o que a gente lamenta. É, na verdade, uma atitude que a gente não esperava que acontecesse porque muitas das queixas e das ponderações são justamente em relação à Advocacia-Geral da União, que, de acordo com as denúncias, vem, inclusive, atuando em favor dos sequestradores, e não a favor das famílias brasileiras. Então, lamentamos e pedimos à Secretaria da Comissão que oficie ao Advogado-Geral da União, dizendo da estranheza de ter sido marcada a presença e, no dia de hoje, ser desmarcada, tendo sido confirmada na Câmara dos Deputados. Então, na verdade, assim, é uma atitude indesejada para a Comissão de Direitos Humanos – o tema é direitos humanos aqui, nesta Comissão –, pelo descaso com o Senado Federal. Então, é uma atitude reprovável, justamente da Advocacia-Geral da União. Então, nós vamos oficiar, pedindo explicações, pois esta audiência pública já estava marcada há tempos. Caso não quisesse vir,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderia mandar um substituto para esta audiência, o que também não aconteceu. Então, é uma atitude reprovável, sob todos os pontos de vista. Lamentamos.

Então, nesse sentido, nós vamos, em primeiro lugar, como já foi dito, passar as palavras para as mães. Acho que podemos começar com você, Raquel. O que você acha? Está bom? (*Pausa.*)

Então, a palavra está com a Raquel, que é mãe também, e vai trazer a sua palavra como mãe, sobre a qual nós temos que nos posicionar na sequência, não só nesta audiência pública, mas na cobrança de medidas adequadas para atender o que as famílias expuserem aqui.

A senhora está com a palavra.

A SRA. RAQUEL CANTARELLI (Para expor.) – Boa tarde. Cumprimento o Exmo. Sr. Senador Flávio Arns, os Ministros e as senhoras e senhores aqui presentes.

Hoje eu venho diante de vocês para compartilhar uma história de dor e de luta. Eu sou uma mãe que sonhava em proteger suas filhas, em vê-las crescerem em um ambiente seguro e saudável, mas há um ano e cinco meses eu fui separada delas. Nós perdemos o nosso direito mais fundamental: o direito de estarmos juntas e de vivermos em paz, longe de qualquer ameaça. Essa separação não foi uma escolha minha, foi um resultado de uma decisão judicial que lamentavelmente ignorou os riscos claros que se apresentavam no retorno, desconsiderando assim a exceção prevista no Artigo 13 da Convenção de Haia.

Eu e minhas filhas fomos retiradas da nossa própria casa, onde morávamos na Irlanda, em uma situação de cárcere privado, da qual escapamos com a ajuda da Embaixada do Brasil e das autoridades brasileiras. Ao voltarmos para o Brasil, esperávamos por segurança, por justiça e principalmente pelo direito de seguir em frente. No entanto, essas esperanças foram confrontadas por decisões que, para além de serem injustas, nos expuseram novamente ao perigo. Havia naquele momento medidas protetivas concedidas por um juiz irlandês que garantiram a nossa segurança, mas um Desembargador de segunda instância, diante de todas essas provas, ignorou as ordens de proteção. Ele declarou, com um voto que ainda ecoa dolorosamente, que não analisaria os detalhes do caso. Esse voto, senhoras e senhores, foi uma sentença de dor para mim e para as minhas filhas. Todas as provas estavam ali: relatos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documentos, evidências do abuso que elas sofreram. E mesmo assim, ele decidiu não olhar, não proteger. E hoje as minhas filhas permanecem longe, sem qualquer medida que assegure a sua integridade e segurança.

Eu pergunto a vocês: onde está o direito à proteção que toda criança merece? Onde está o direito de uma mãe de defender as suas filhas? Aqui eu posso dizer, com um coração fragilizado, que o Estado falhou em nos proteger, falhou em nos dar segurança, em garantir os nossos direitos. Além da dor de sermos separadas, eu enfrentei as dificuldades de ser mulher, brasileira, imigrante em outro país, onde eu fui muitas das vezes vítima de preconceito e de xenofobia. E sozinha, sem apoio, eu vi o meu direito de ser protegida se esvaecer. Eu sofri humilhações, palavras cruéis e ameaças constantes.

O genitor das minhas filhas roubou os meus passaportes, todos os meus documentos, cartões de bancos, impedindo-nos de buscar ajuda ou de retornar aqui ao Brasil. Ele nos deixou, inclusive, trancadas em casa, sem comida, sem alimentos, sem acesso à internet, sem o mínimo necessário para que pudéssemos buscar um socorro. Ele chegou a retirar o *chip* do meu celular para que eu não pudesse me comunicar com ninguém, pedir ajuda, inclusive me comunicar com minha família. Sozinha, num país estrangeiro, sem documento, sem dinheiro, sem comunicação, ele usava a minha nacionalidade brasileira para me humilhar e me diminuir. Dizia que ninguém jamais olharia por mim, que, se ele me matasse ali, ninguém se importaria. Essas palavras reverberam até hoje em minha mente, mostrando a vulnerabilidade que tantas mulheres enfrentam, especialmente aquelas que, como eu, tentam sobreviver e proteger os seus filhos em meio à violência e ao desamparo. A dor dessa separação é indescritível. É uma dor que carrego todos os dias, ao acordar e ao dormir. Sem notícia, sem respostas, um vazio que nenhuma mãe deveria experimentar. As nossas vidas foram mudadas, violadas por um erro judicial que não apenas nos afastou, mas também feriu profundamente os princípios de proteção e dignidade humana.

Nos últimos meses, eu tive força apenas porque ainda acredito na Justiça. O meu caso foi encaminhado para a Corte Interamericana de Direitos Humanos pela Defensoria Pública da União por violação de direitos básicos das minhas filhas, o direito de estarem protegidas, o direito de viverem sem medo. A Defensoria reconheceu que não houve a consideração mínima dos riscos, ignorando a exceção do Artigo 13 da Convenção de Haia e expondo às minhas filhas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a um agressor sem qualquer medida de segurança. E, agora, com esperanças renovadas, eu aguardo uma decisão do Superior Tribunal de Justiça, que é nossa terceira instância, e sigo confiando que, desta vez, a Justiça vai ser feita, que a nossa dor seja ouvida, que nossos direitos sejam respeitados. Eu acredito, com toda a minha força, que uma decisão favorável possa corrigir esses erros, nos devolvendo a segurança e o direito de vivermos em paz.

Eu gostaria de ressaltar que não sou contra a Convenção de Haia. Longe disso. Eu sei que ela é fundamental para combater sequestros internacionais e proteger crianças em situações de risco. Porém, eu acredito que precisamos como país rever alguns pontos. Não podemos aceitar que a Convenção de Haia seja aplicada sem considerar as exceções, sem avaliar os casos com a devida sensibilidade e humanidade. Não podemos ignorar que há mães e crianças em perigo e que o retorno ao país de origem nesses casos pode significar a perpetuação de abusos e a violação de direitos humanos.

Aqui, eu deixo o meu apelo para que todos, como representantes do povo, como cidadãos, olhem para o meu caso e para tantos outros com atenção e empatia. E peço que reconsiderem a forma como aplicamos a Convenção aqui em nosso país, garantindo que exceções, como a prevista no Artigo 13, "b", sejam analisadas com a devida seriedade e que cada decisão judicial seja uma decisão humana, seja uma decisão que proteja quem mais precisa.

O que eu mais desejo é que as minhas filhas não sintam vergonha da história delas, que não se sintam envergonhadas por serem cidadãs brasileiras, mas, sim, que tenham orgulho de pertencer a uma nação que protege os seus, que aplica de forma correta as suas leis de proteção e dignidade humana, que possam no futuro colocar a mão no peito e dizer que pertencem a uma pátria justa. Que a história delas possa servir de exemplo para que outras crianças não passem pela mesma dor e sofrimento!

E isso está aqui nas nossas mãos: governantes, juízes, ministros e desembargadores. E nós, como cidadãos, devemos cobrar uma postura mais humana e mais justa na aplicação da Convenção de Haia.

Senhoras e senhores, uma mãe jamais desiste de seus filhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, estou aqui, de pé, representando, não apenas as minhas filhas, mas todas as mães e as crianças que lutam por justiça e segurança. E desejo, do fundo do meu coração, que a minha voz possa tocar os corações, que a nossa dor se transforme em mudança e que a Justiça prevaleça.

Eu só queria finalizar, deixando aqui, claro, o voto do desembargador que decidiu pelo retorno das minhas filhas. Um voto totalmente desumano, cruel e machista, em que ele diz que não estaria analisando nada do caso, que isso não é com ele. Ele diz que a Justiça irlandesa é muito melhor do que a Justiça brasileira, que dói para ele dizer isso, fazendo parte do Judiciário brasileiro, mas que essa é a realidade; que o problema do Brasil é que é conhecido internacionalmente por bular a convenção; que, para ele, não haveria um mínimo de abalo e que essas crianças deveriam retornar imediatamente.

Ele cita, então, o caso de Woody Allen, que é um caso de um abusador da própria enteada, um caso triste, e finaliza dizendo que não estaria analisando nada do caso, porque acredita que isso não é com ele, e que não era caso de exceção do art. 13 da Convenção de Haia.

E eu me pergunto: se, numa mesma fala, ele diz que não estaria analisando nada do caso, como, na mesma frase, ele diz que não é caso de exceção do art. 13 da Convenção? É completamente controverso.

Portanto, é muito importante que os casos sejam analisados, caso a caso.

Não sou contra a Convenção de Haia. Acredito que a Convenção de Haia é um mecanismo superimportante, mas acredito que a gente precisa rever a forma com que nós a estamos aplicando, investigando os casos e as situações de violência – de violência contra a mulher e de violência contra a criança –, e a dificuldade que as mulheres brasileiras encontram no exterior para poder trazer isso à tona, essas provas.

E, no meu caso, Sr. Senador, eu tinha todas as provas. Há um relato da Embaixada do Brasil, em que um carro oficial foi até a minha Casa e me retirou de uma situação de cárcere privado com as minhas filhas; há um laudo de uma perita da Polícia Federal que afirma toda a questão de violência sexual contra a minha filha; há um inquérito aberto; e hoje a gente tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inquérito na Polícia Federal também, em que o genitor das minhas filhas é investigado pelo caso de violência sexual infantil contra elas; e elas foram retiradas daqui, de uma forma omissa, pelo desembargador de segunda instância.

E as minhas filhas foram retiradas de uma forma cruel, em que policiais armados de fuzil invadiram a nossa casa, às 6h da manhã, retiraram as minhas filhas, aos gritos, aos berros, e entregaram-nas ao próprio agressor. Algo que foi amplamente divulgado pela mídia. A imprensa estava na minha Casa, não sei por qual motivo, e foi um momento de muita dor, de muito sofrimento, para as minhas filhas, em que, obviamente, não se respeitou a proteção e o melhor interesse das minhas filhas.

Agradeço pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos a você, Raquel, pelo depoimento. Queremos externar a nossa solidariedade também e solicitar que esse texto possa ser repassado para a Comissão.

Teremos, obviamente, as notas taquigráficas, mas é bom ter o texto.

Esperamos que o seu apelo possa ecoar nos desdobramentos também desta audiência pública.

Raquel, obrigado.

Passo, em seguida, remotamente, a palavra, mas antes eu quero saudar a Senadora Damares Alves, altamente vinculada à proteção de crianças e adolescentes, entre outras áreas de interesse, mas ela também é uma força importante, dentro do Senado Federal, a favor da área.

Eu até lamentei, Senadora Damares Alves, a ausência do representante da Advocacia-Geral da União, Sr. Boni de Moraes Soares, que havia confirmado ontem, desmarcou hoje... Ele estará na Câmara, mas não virá ao Senado. Então, também algo totalmente estranho.

Passo, em seguida, a palavra, remotamente, à Tunísia Viana de Carvalho, que é também uma mãe numa mesma situação – parecida, pelo menos – como a da Raquel.

Com a palavra, Tunísia. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tunísia, escuta-nos?

A SRA. TUNÍSIA VIANA DE CARVALHO (*Por videoconferência*.) – Agora me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, sim.

Por favor, com a palavra.

A SRA. TUNÍSIA VIANA DE CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao senhor, Senador Flávio Arns, e a toda a sua equipe pelo acolhimento e também à Senadora Damares Alves, que sempre esteve à frente na luta de proteção às crianças.

Eu vou tentar fazer um breve relato sobre o meu caso, porque eu gostaria de passar outras informações de várias mães que não puderam participar, mas estão acompanhando e precisam que a voz ecoe pelo nome das crianças e delas mesmas.

Primeiramente, eu sou uma mãe. Eu sou sobrevivente de violência doméstica, juntamente com as minhas filhas e a minha enteada.

Por três meses, eu vivi em um abrigo nos Estados Unidos com as minhas filhas, impedida de retornar ao Brasil pelas autoridades estadunidenses, uma vez que eu não estava na condição de residente, tampouco de cidadã.

Após pedidos reiterados à Justiça estadunidense, eu retornei ao Brasil, pois, sim, este sempre foi o meu país de residência habitual, assim como também nunca abandonei o meu trabalho, pois o contrato laboral também permanecia na competência do Estado do Brasil.

Diante das minhas denúncias e das da minha enteada, eu voltei ao Brasil e não regressei conforme o pedido da Justiça estadunidense, e o genitor da minha filha solicitou a repatriação, baseado na Convenção da Haia.

Por aproximadamente um ano e meio, eu sofri uma tortura psicológica praticada pela Acaf e pela AGU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não bastou a minha palavra de vítima por sofrer estupro marital, assim como violência psicológica, moral, cárcere privado e acompanhar reiteradas investidas de violência contra a minha enteada, então com 11 anos de idade; não bastou a mãe da minha enteada, inclusive com medida protetiva permanente nos Estados Unidos; não bastaram os *criminal records* do genitor da minha filha, que depois descobri que havia sido preso duas vezes por *stalking*, e uma delas agravada por essa medida protetiva da ex-mulher, entre outras mulheres, totalizando cinco mulheres – uma criança de 11 anos.

A minha palavra não bastou para que a AGU desse um parecer favorável ao ajuizar a ação de repatriação da minha filha. Somente após a palavra do cônsul brasileiro de que houve uma tentativa de agressão contra ele, no território nacional do Brasil, pelo genitor da minha filha – em que a palavra dele é dotada de fé pública – foi que a Acaf entendeu que existia um risco de retorno e que, sim, o genitor da minha filha é uma pessoa agressiva e existia o risco de retorno de ela ficar em situação intolerável de violência doméstica.

Até hoje, eu não conheço, das outras mães que nós acompanhamos, um caso como esse, que tenha sido arquivado sem mesmo ser ajuizado.

Isso foi em 2015. Desde então, mudou o ministério, não pertence mais ao Ministério dos Direitos Humanos e passou a ser um ativo no Ministério da Justiça.

Então, eu gostaria de deixar algumas questões aqui, inclusive porque vão ficar registradas nas notas taquigráficas, e eu espero que as autoridades tomem um caminho.

Primeiramente, nós falamos que a convenção está errada, mas onde estão os senhores de Haia, que treinam a Acaf, e os juízes de enlace, que violam os direitos humanos dessas crianças e ficam pedindo para que os Estados-membros assinem a Convenção de Haia?

Segunda pergunta: por que o Brasil é o país que mais assina as convenções de Haia? Só o Brasil já assinou oito – estamos falando de países do sul global.

Terceira, que é uma pergunta muito importante: por que as autoridades dessas convenções que lidam com o destino de crianças brasileiras estão na seção de ativos do Ministério da Justiça? Quer dizer que nossos filhos fazem parte da balança comercial do país?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quarto: os funcionários da Acaf e da AGU têm formação em direitos humanos? Eles têm formação no ECA? É algo que precisa ser investigado e validado, porque uma pessoa que não tem capacitação para entender as necessidades básicas e globais de crianças e adolescentes não tem condições de julgar qual seria o melhor interesse superior para a criança.

E quinta: por que nós não falamos disso e por que não falamos sobre o responsável por isso, sobre a aplicação – no caso, a HCCH – e como ela treina os funcionários, como investe para que se mantenha? Inclusive, vou deixar um adendo aqui para vocês sobre o PL que tange às questões das exceções da Haia 28, na qual existem diretrizes e doutrinação do membro representante da HCCH na América Latina, para que não se cumpra a legislação federal. É um dos questionamentos.

Eu fiz um eslaide em parceria com o Gambe.

Eu acredito que não vou ter tempo hábil para falar, mas há casos que têm como envolvimento milhões e milhões que os países, as autoridades centrais investem, para que essas crianças sejam repatriadas para o país de residência habitual, assim como eventos que são promovidos pelo consulado estadunidense, entre o lobby da HCCH, dos advogados que são treinados por essa corte e que são os mesmos que tangem as diretrizes para a aplicação sobre a convenção.

Quero dizer que viver livre de violência é um direito humano básico e está na Declaração Universal dos Direitos da Criança, em que nós estamos falando de um ambiente de afeto em que ela possa ter todas as necessidades globais supridas e viver a salvo de qualquer situação intolerável, inclusive de violência, e o Estado brasileiro não cumpre isso quando ele decide repatriar essa criança para o país de residência habitual.

Aqui eu tenho até um eslaide que fala que a residência habitual de uma criança é o colo da mãe protetora.

Quero dizer que o Gambe – eu já estou tentando passar brevemente sobre as informações do Gambe, que é o Grupo de Apoio a Mulheres Brasileiras – já atendeu a mais de 325 mulheres, em 41 países, de 2020 até 2024. A maioria das mulheres são do Sul Global, sofrem violências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

psicológicas, morais, físicas e sexuais, e 97,5% dessas mulheres que procuraram o Gambe sofreram violência doméstica em território estrangeiro.

Aí nós entramos também nas questões do casamento transnacional, e eles utilizam hoje, no caso, o "marido abandonado".

Eu passei por isso. Foi um pedido do genitor da minha filha ao Estado do Brasil, que repatriasse não só a minha filha, como a esposa também.

Então, qual é a forma que essas mulheres, quando têm os filhos repatriados... Qual é a segurança? Os estados requerentes garantem que essas mulheres não sofrerão mais violência ou não serão presas – já aconteceram casos, como o de uma mãe na Suécia. Qual é a validade que nós temos disso?

A autoridade central, juntamente com a Acaf, lava as mãos. As mulheres são condenadas, e eu sou uma das mulheres que não pode mais entrar nos Estados Unidos.

Eu tive que abandonar parte do meu plano de carreira, porque eu não posso mais sair do Brasil, pois corro o risco de ser retida, encaminhada aos Estados Unidos e lá ser presa.

Qual crime eu cometi? O de tentar salvar a minha própria vida, de tentar salvar a vida das minhas filhas, de tentar salvar a vida da minha enteada? É esse o crime que eu cometi? Porque é essa a identidade que eles têm de mim nos Estados Unidos.

Eu só gostaria de poder viver livre de violência, eu só gostaria de ter o meu direito de ter uma profissão plena, de não ter que abandonar o meu plano de carreira em decorrência da violência denunciada, porque foi isso exatamente o que aconteceu comigo – e eu acompanho outras mulheres que também passam pela mesma situação.

Não é só o arquivamento de um processo, não é só o arquivamento de um procedimento. E depois? Nós ficamos desassistidas? Nós ainda corremos o risco de sair e ser consideradas criminosas. Então, é um apelo que eu deixo aí.

Eu acabei passando a pauta do que eu deveria ter falado aqui, mas quero dizer que é isto: eu salvei a minha vida, a vida de minhas filhas, mas eu tive que deixar parte do meu plano de carreira de lado para salvar a minha vida e a vida das minhas filhas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito triste porque Haia não vê pessoas como sujeitos de direito, apenas como propriedade de cada Estado-membro. É isso!

Eu quero agradecer a todos e paro aqui a minha fala.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tunísia, nós queremos agradecer o seu depoimento emocionado, provocador, desafiador. Queremos desejar a você, às suas filhas e à sua enteada bençãos sem medidas. O Estado é laico, mas eu posso falar dessa forma, sim.

Obrigada por ter vindo, com certeza você representou muitas famílias neste momento, obrigada por ter compartilhado sua dor e as suas impressões e obrigada por ter aceitado o convite.

Na sequência, ainda por meio de videoconferência, nós vamos ouvir a Valéria... Eu não sei como pronuncia o nome...

O SR. RICARDO MAC DONALD GHISI (*Fora do microfone*.) – Ghisi.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ghisi.

Valéria Ghisi, que também é uma mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança.

A Valéria está de forma remota, por videoconferência, mas o pai dela está aqui. O pai dela, que é advogado, está aqui de forma presencial.

Valéria, por dez minutos. Eu acabo dando um pouquinho mais de tempo, mas hoje a gente está com um dia atípico, nós não esperávamos que o Senado convocasse a sessão para às 14h. É uma sessão extraordinária e já começou, o Plenário já está aberto, então, a gente vai precisar que o tempo seja rigorosamente observado.

Por dez minutos, Valéria.

Seja bem-vinda e obrigada por ter aceitado o convite para participar desta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VALÉRIA GHISI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, agradeço muito o convite.

Então, sem mais delongas para não tomar muito tempo, tenho que dizer que, apesar de agradecer muito o convite, eu me entristeço ao ver que nada mudou desde a última vez em que eu estive aqui, em 2018, há seis anos.

Também em nada me surpreende a ausência da AGU, uma vez que é diretamente contra ação da AGU e da Acaf que eu irei falar.

Então, eu volto a esta Casa para contar a minha história e testemunhar que aquilo que a Acaf e a AGU costumam dizer oficialmente sobre o que acontece nos processos de Haia, na verdade, é uma grande mentira, ao contrário do que é dito e do que provavelmente iremos escutar, tanto nesta reunião como na próxima, às 16h, que a Convenção de Haia se trata apenas de uma decisão sobre o foro competente, que não se trata de uma criminalização das mães, que não implica a guarda ou a decisão da guarda de menores, que o outro país irá analisar a violência doméstica, salvaguardas e decisões brasileiras.

Ora, o meu caso, que corre há mais de nove anos e já terminou a terceira instância, comprova de forma praticamente irrefutável que não há cooperação internacional, que não há proteção nenhuma à vítima de violência doméstica e que a ação da Acaf e da AGU, em conluio com o genitor estrangeiro, segundo a juíza da Justiça Federal do Paraná – então, não sou eu quem diz isso –, faz com que o retorno de crianças baseado na Convenção de Haia se assemelhe à extradição de nacional.

E foi graças à intervenção da AGU e da Acaf que eu me tornei sequestradora internacional de menores. Ganhei esse título fugindo da violência doméstica, trazendo ao Brasil inúmeras provas, inclusive prisão em flagrante do genitor, que foram absolutamente desconsideradas durante todo o processo baseado na Convenção de Haia.

Como o tempo é curto, eu havia pensado em trazer alguns detalhes do que era a minha vida na França, mas vou resumir para vocês dizendo que eu fui vítima de todas as violências tipificadas pela Lei Maria da Penha, que eu trouxe comigo declaração de organismos oficiais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

franceses, do serviço social e da própria polícia francesa, que atestavam a violência recorrente que acontecia sobre mim e sobre minha filha.

A violência era tanta que, num momento de desespero, eu escolhi tirar a minha própria vida, porque continuar daquela forma era impossível. E, naquele momento, então, eu fui inicialmente encaminhada para o hospital geral e, em seguida, para o Caps, e fui orientada a respeito do que estava acontecendo, que se tratava de grave violência doméstica, que estava tendo graves consequências psicológicas sobre mim, e eu saí de lá com todas as orientações necessárias para prestar queixa.

Uma semana depois, eu fui chutada para fora de casa, e isso não é um modo de dizer. E, como eu sabia o que fazer, graças à intervenção da psiquiatra responsável, fui direto à delegacia, onde, inclusive, o genitor foi preso em flagrante. Em seguida, as coisas acontecem muito rápido: eu sou encaminhada ao serviço social, eu recebo orientação jurídica gratuita, eu entro com um processo na vara de família francesa, e o genitor então, com uma medida de proteção, continua me procurando, tentando falar comigo. Eu peço, eu faço uma nova queixa, a polícia acolhe essa queixa...

E, finalmente, na véspera da audiência, que seria onde seria estabelecida, ainda que de forma provisória, a questão da guarda e da residência – porque, a essa altura, eu estava morando na rua com um bebê de 18 meses –, o pai da minha filha, então, traz a proposta de: "Olha, eu assino o passaporte, você vai para o Brasil, a gente descansa a cabeça, resolve isso amigavelmente, não precisamos passar por isso".

Ora, era tudo que uma jovem mãe, absolutamente dependente do companheiro agressor, isolada da família, de amigos e de qualquer tipo de rede de apoio, queria ouvir. A condição para que eu recebesse o meu passaporte e o passaporte da minha filha era retirar a ação na justiça francesa.

Isso tudo foi negociado por *e-mail*. Todos esses *e-mails* e todas as provas foram apresentados no processo na Justiça Federal; nenhum deles foi acolhido, nenhum deles foi aceito. Então, a decisão da primeira instância, que data do dia 03/05/2016, determinou o repatriamento da minha filha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu consigo voltar para o Brasil a partir desse golpe que o pai da minha filha me dá. E passados alguns meses, ele diz, "agora você volta, senão eu aciono Haia." E aí, isso que acontece, Haia acionado, eu tento me defender de todas as formas. Eu me deparo com os absurdos feitos, as mentiras processuais trazidas pela AGU e pela Acaf no processo. E então, em 2016, é dada a decisão de repatriamento da minha filha em primeira instância, de forma provisória e com uma série de salvaguardas.

Eu sou caçada então pela Polícia Federal, eu tenho a minha conta do banco bloqueada, eu tenho meu telefone grampeado, a Polícia Federal vai até a minha casa e fica ostensivamente de plantão. Então tem três carros da Polícia Federal, 24 horas na saída do meu apartamento, revistando porta-malas de todos os vizinhos, porque supostamente minha filha poderia fugir de onde ela sempre esteve.

Chega então o dia do embarque, a advogada da AGU está, de manhã logo cedo, pessoalmente na minha casa, para fazer então o acompanhamento do repatriamento. A Polícia Federal vai junto e imediatamente, quando eu chego a Paris, eu sou recebida pela polícia francesa, com um mandado de prisão. Ora, as salvaguardas determinadas pelo Brasil, que condicionavam o repatriamento de minha filha em primeira instância, foram sumariamente ignoradas.

Claro, com muito trabalho, um trabalho muito efetivo e dedicado da Advocacia-Geral da União, que trabalhava 24 horas por dia até conseguir esse repatriamento e que depois afirma não ter mais nada a ver com o assunto quando eu ganho em segunda instância e terceira instância, porque – oh, que surpresa! – fica comprovado, com a atitude do genitor, ao criar todo um processo penal contra mim, no meu retorno, que se trata de uma situação de violência doméstica intolerável.

Até hoje, a AGU interfere nesse processo. Ela já está condenada, já é obrigada a pagar, então eles são obrigados, o Brasil é obrigado a repatriar minha filha. E a AGU continua recorrendo, recorrendo, recorrendo, recorrendo, porque a única coisa que eu estou pedindo, neste momento, judicialmente, é que eles paguem um advogado para que eu possa entrar com um novo processo na vara de família francesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, dizer que se trata apenas de um processo de decisão sobre o foro competente, que o foro competente vai considerar as decisões brasileiras, que isso tudo acontece dentro de um sistema de cooperação internacional é mentira. É uma mentira que vem sendo repetida.

Convido então, encerrando, todos vocês a olharem, a assistirem a minha fala anterior no Senado e a contraporem com as falas altamente contemporâneas de Raquel Cantarelli e outras mães.

Antes de terminar, agradeço à Revibra, que encampa a ação Maternidade Não É Crime. E todas nós tentamos, então, mudar a atuação da AGU e a aplicação da Convenção de Haia no Brasil, ressaltando a importância desta convenção, mas também os descalabros que acontecem em solo nacional.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos a você, Valéria Ghisi, também pelo depoimento. Caso deseje também apresentar documentos complementares à Comissão, assim como a Raquel e também a Tunísia, por favor se sinta à vontade.

E peço também à Secretaria que faça essa comparação que a Valéria solicitou.

Nós temos ainda dois depoimentos de famílias, mas, antes de passar para a Carolina, eu vou passar para o Ricardo, que é pai da Valéria, avô da criança, porque há continuidade do depoimento nesse sentido.

O SR. RICARDO MAC DONALD GHISI (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Eu vou tentar resumir 4 mil páginas do processo em dez minutos – não vou conseguir.

Então eu vou iniciar declarando por que que a AGU não está presente aqui. A AGU não está presente aqui não é por desconsideração ao Senado, é por ter mentido ao Senado da República.

E provo. Na audiência de 6 de junho de 2018, o representante da AGU afirma:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- aos 9min5, sobre o compromisso de combate à violência contra a mulher e proteção da mulher;

- à 1h15, que "a decisão cabe ao Judiciário", a AGU não recorre quando o Judiciário reconhece exceções e que existem exceções e elas geram a não interposição do recurso – "se o Poder Judiciário [...] reconhecer essas exceções, nós deixamos de recorrer";

- à 1h17min42, "A AGU jamais apoia o agressor, ao contrário. A AGU [sempre] age [...] para combater qualquer atitude agressiva, em todas as perspectivas [...]";

- à 1h21min7, "Por que a criança não voltou [...]? A criança não voltou, porque o Judiciário [...] não acatou as alegações [...] E quem pode trazer a criança de volta é o Judiciário.";

- à 1h22min2, "Mas eu queria deixar bem [....] [claro que] a nossa posição muito firme de proteção à mulher, em qualquer instância e em qualquer momento."

Isso aqui é mentira. Por que é mentira? Porque, desde a petição inicial para levar a Valéria embora, a AGU sabia do comportamento do pai e continuou negando a violência. E fez por uma questão técnica. Porque provada a violência, o próprio tratado de Haia não permite que mãe e criança voltem ao país onde elas estão sofrendo. Então, no caso de Valéria, foi negado desde a petição inicial, a ponto de a Juíza Thais Sampaio determinar a juntada de todos esses documentos que estão ali falando de prisão, de processo condenatório, de tudo. E a AGU continuou negando até a instância do STJ. Nunca admitiu que a minha filha foi vítima de violência.

Então a AGU, Senador Flávio – fui aluno do seu pai –, não está aqui, porque ela já mentiu para o Senado, onde estava a Senadora Damares, estava o Senador Alvaro Dias, estava o Senador Roberto Requião, que podem testemunhar sobre esse caso.

Ela está aqui e acrescenta ao seu opróbrio mais um título de covardia. Eu não tenho, em dez minutos, condição de resumir tudo o que aconteceu. Foi uma execução provisória. Teve um efeito suspensivo, dada a gravidade de tirar uma criança do colo da mãe, na tenra idade, com o atestado psicológico do laudo pedido pela juíza. O Desembargador era Fernando Quadros, que é hoje o Presidente do tribunal. O desembargador, no plantão Judiciário, onde se reúne toda a autoridade daquela corte, deu a decisão com efeito suspensivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A AGU acordou um desembargador substituto e, no domingo, em 12 horas, cassou irregularmente a ordem do Desembargador Fernando Quadros e agravou, sem recurso, a pena de Valéria, determinando a ação da Polícia Federal.

Eu era Secretário de Governo, a Polícia Federal entrou na minha casa com a arma na cabeça do meu porteiro, revistou todo o prédio, foi na Casa da minha sobrinha, foi na Casa da avó. Fizeram escuta, permitiram que o pai juntasse gravações em francês, nem na língua pátria, ameaçando esses fatos. Depois de tudo isso, carregada com a Polícia Federal, desviada da Lava Jato – tenho as fotos aqui e tenho o testemunho do policial. O policial que foi lá substituiu o Japonês da Federal, que foi retirado por uma razão. Eu tenho fotos de todos os jornais, de tudo, de ele levando os principais empresários presos. Ele dizia que não entendia por que a equipe da Lava Jato estava lá, com a camionete parada na frente da casa da mãe, revistando todos os carros que saíam da garagem do prédio, que tinham que abrir o porta-malas, 24 horas. Testemunhas... No sétimo andar morava – e ainda mora, Senador – o, na época, Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Bettega.

Fizeram uma caravana para levar a minha filha e a família para o aeroporto, como se fosse traficante internacional. Lá no aeroporto, carregaram a minha filha e a minha neta de maneira criminosa. Tinham dois agentes do Governo francês acompanhando. Esses agentes do Governo francês tiveram a cara de pau de vir falar comigo dizendo que queriam saber o endereço de Valéria, porque o pai queria visitá-la, que a guarda era dela. Estava tudo armado. Estava armado com a participação da AGU e eu vou provar aqui. Estava tudo armado para ela ser presa dentro do avião. Muitos aqui passaram pela margem do Sena a passeio. A minha filha passou dentro de um camburão com a sirene ligada e sem crime nenhum.

Depois de acontecido tudo isso, veio a Procuradoria-Geral da República... Eu agradeço à Procuradoria e ao Itamaraty; eu tenho uma relação de nomes aqui. Eu queria agradecer, no final, se der tempo. Agradeço ao Itamaraty e agradeço à PGR. Disse que nada desse atropelo podia ter acontecido porque a Valéria agiu corretamente, atendida pelo efeito suspensivo do Desembargador plantonista Fernando Quadros, que está aí até hoje.

Mas isso não é nada. Teve, então, a prisão da minha filha. Por que teve a prisão? Porque o pai abriu, e eles fazem isso de rotina, o pai abriu o processo criminal, porque na França é crime a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retirada de menor do convívio familiar, etc. e tal. Abriu o processo e não contou para a Justiça brasileira. E a Justiça brasileira diz aqui que foi enganada e que o que houve foi uma extradição de nacional.

Agora, o que aconteceu na audiência da prisão da Valéria, na audiência depois... No dia 11 de janeiro de 2018, teve a audiência penal da Valéria na corte francesa: o pai tentou expulsar da sala de audiências o Cônsul do Brasil em Paris. O Cônsul juntou o relatório que está no processo, dizendo que ele fez severas críticas ao Judiciário brasileiro e que disse que não ia cumprir a decisão brasileira. O Cônsul fez o relatório, mas não é isso aí que chama a minha atenção. O que chama a minha atenção é que, ao ouvir o pai e o advogado, ele falou no dia 11 de janeiro de 2018, numa decisão unânime do Tribunal Regional da 4ª Região, presidida pelo Desembargador Favreto e pela Desembargadora Marga, a Relatora, que era a decana do Tribunal. Ele disse assim, aspas: "O Estado brasileiro discorda da decisão do TRF4 e, através dos advogados, o Estado irá recorrer da decisão até o Supremo". Fala mais que Presidente da República.

Eu fui atrás da AGU, a AGU me responde por carta que, para fazer o recurso – eu não posso ler, porque não dá tempo... Para fazer o recurso, ela consultava o Estado francês se queria. Está aqui o documento, está aqui o documento.

E mais, e mais.

Depois, obedecendo ao estrangeiro agressor ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO MAC DONALD GHISI – ...que ofendeu o Cônsul brasileiro e ofendeu a Justiça brasileira, a AGU entra com um recurso no STJ.

O que eu queria falar, um item a mais, então, é da prova do comportamento irregular do Governo francês e da AGU. Aqui está uma certidão de que os passaportes de Valéria e de Naomi ficaram custodiados na 1ª Vara da Fazenda Federal de Curitiba. Aqui está. A Procuradora Aline de Almeida Menin retirou o passaporte no dia 11/11/2026, às 17h49. Esses passaportes aparecem...

Não vai dar tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse passaporte aparece no mandado de prisão da minha filha, dizendo a juíza francesa, que fez a negociação... Diz aqui: "Engajamento *vis-à-vis* das autoridades brasileiras" e que o oficial de ligação francês Hervé Blaise estava acompanhando o caso.

Então, está comprovado.

Não mandaram Cesare Battisti, assassino confesso, para fora do Brasil; não mandaram Ronald Biggs, o maior ladrão de banco do século, porque fez um filho no Brasil; não mandaram nem Paulo Maluf, requisitado pela própria França. Mandaram uma professorinha e uma criancinha de três anos de idade, que não falava nem francês, só falava português.

Então, eu podia provar uma série de casos.

Eu só quero ir para o final, se me permite? No final?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Um minuto.

O SR. RICARDO MAC DONALD GHISI – Um minuto. No final.

Eu tenho um pedido para fazer a este Colegiado. Eu estou denunciando aqui – com 50 anos, vou ser jubilado pela OAB com 14 funções públicas exercidas – que se formou um complô para retirar minha filha e minha neta do Brasil. E este complô tem seis crimes, em tese, cometidos: omissão, calúnia, falsidade ideológica, comunicação falsa de crime, fraude processual, conluio de concurso de pessoas e ofensa ao art. 5º da Constituição, que diz que nenhum brasileiro será extraditado.

E quem disse que a minha filha foi extraditada foi a sentença da juíza, que eu não posso ler aqui. Então, eu peço a esta Comissão que veja a condição de comunicar à Polícia Federal para que abra um inquérito para apurar esse fato, porque, se há crime, há culpado. Eu não estou culpando ninguém aqui, não estou acusando ninguém neste momento, mas esta é uma ação que tem que ser tomada.

O segundo pedido que eu faço: o Ministro Barroso está como Relator da ADI 4.245.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO MAC DONALD GHISI – Essa ADI resolve a maioria dos casos que foram ditos aqui. Já estava na pauta, já tinha feito sustentação oral, já tinha feito alegações finais. Então, encareço ao Ministro Barroso que volte à pauta e resolva o problema, não o da minha filha, cuja tragédia já está feita, mas o das outras mães que estão sofrendo com isso ainda pelo Brasil afora.

Muito obrigado, Senador. Desculpe por passar do prazo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Nós é que pedimos desculpas aos expositores, mas também pela razão que a Senadora Damares já expôs, que hoje, também excepcionalmente, a sessão deliberativa foi marcada para as 14h. Já estão, inclusive, deliberando no Plenário, mas, da nossa parte, como Comissão de Direitos Humanos – e certamente é o pensamento do Presidente Paulo Paim – não deixaremos esse assunto passar em branco, mas, sim, tomaremos todas as iniciativas que possam ser tomadas – não é, Senadora Damares? – pela Comissão para esclarecer tudo isso. Se não for para as crianças atuais, tanto quanto possível, que já são adolescentes inclusive, mas que seja para essas também, para que a justiça aconteça.

Passo, em seguida, a palavra, remotamente, para Carolina Gouveia (Hague Mom), que também por videoconferência participará desta audiência. Seja bem-vinda, Carolina.

A SRA. CAROLINA GOUVEIA BATISTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, boa tarde a todos. Obrigada pelo convite. Meu nome é Carolina, e eu sou uma mãe protetora, vítima da Convenção de Haia. E eu estou aqui para compartilhar também tudo o que eu vivi nesse assunto nos últimos sete anos, que é a idade do meu filho, para entender também como essas histórias se interseccionam, e para fazer o imperativo de que o Brasil possa tomar providências reais para proteger as crianças.

Assim como no caso da Valéria, eu também passei por esse espetáculo que fez a Polícia Federal caçando minha família, grampeando telefone, praticando violência institucional durante um bom tempo. No meu caso, eu estou no Canadá agora; meu filho somente nasceu aqui, e eu sofri violência doméstica desde a gravidez. Então, eu estava tentando proteger o Christopher. Eu saí do Canadá com uma autorização de viagem de um ano, e o genitor libanês abriu um processo de Haia no segundo mês em que eu estava no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse processo durou mais ou menos quatro anos. Quando eu saí do Canadá, o Christopher tinha quatro meses. Ele já tinha quatro anos no Brasil, ele estava bem instalado, falava português, estava perto da família materna, e eu tentando trazer o genitor para exercer a paternidade; e isso nunca ocorreu.

O tribunal decidiu que a residência habitual do meu filho seria o Canadá, mesmo com inúmeras – inúmeras! – evidências de boletins de ocorrência, de provas, de testemunhos que foram agregados nesse processo, ou seja, de que seria uma exceção do art. 13, de que não foi visto como deveria. A decisão final seria o embarque do meu filho de volta ao Canadá, que seria a sua residência habitual, mesmo eu não tendo visto nem para trabalhar – não teria a menor condição de voltar. A AGU colocou no processo uma data de embarque, e embarcaram-no antes. Então, a AGU mentiu no meu processo, também, e embarcou com o meu filho, deixando-me para trás.

Isso foi em agosto de 2021. Faz mais de três anos que eu estou no Canadá e não consigo ter acesso ao meu filho. Ele não sabe quem é a mãe dele mais. O genitor tem movido meu filho por diversas províncias canadenses e o levou para o Líbano no meio da guerra. (*Manifestação de emoção.*) Então, eu não consigo, a gente não consegue entender como tudo isso está se desenrolando e como é que vamos pagar o preço da minha saúde física, que está debilitada, da saúde mental e emocional do meu filho, que eu não sei como está. (*Manifestação de emoção.*)

Desculpem-me.

Eu só gostaria de encerrar o meu relato com uma frase do Mandela e também de agradecer muito o apoio do Gambe, que tem todos esses anos me dado esse suporte, porque o sistema falha absurdamente. A frase do Mandela com que eu queria encerrar seria: "Não [pode haver] [...] revelação mais nítida da alma de uma sociedade do que a forma como ela trata suas crianças".

Então, encerrando, eu gostaria de saber como o Brasil vai tratar as suas crianças, como vai protegê-las ou se elas vão ficar assim, deixadas à própria sorte.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos, Carolina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você foi extremamente clara também...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... em relação à sua situação, que, na verdade, é o que pretendemos também esclarecer, para apontar caminhos a partir desta audiência pública.

Obrigado, Carolina.

Nossa solidariedade a você também.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Eu preciso fazer minha manifestação agora, porque eu tenho que correr para o Plenário, eu tenho que ajudar no encaminhamento de uma votação lá – estou como Vice-Líder –, mas eu quero abraçar as mães e o avô e dizer para o avô acrescentar mais dois crimes na sua lista: atentado contra o art. 227 da Constituição Federal e o art. 3º do ECA, que é o superior interesse da criança. O superior interesse da criança não está sendo considerado.

Presidente, eu aguardei com tanta ansiedade esta audiência... Eu fui Ministra dos Direitos Humanos desta nação, eu andei pelo mundo. Sabe quantas mães brasileiras se encontravam escondidas comigo, mundo afora, com a mesma história? Essas tiveram coragem de vir, tiveram oportunidade, tiveram o suporte da família aqui no Brasil, mas nossas nacionais estão sofrendo, Itamaraty, Defensora. E vou dizer uma coisa: entre as nossas nacionais e um estrangeiro, nós não temos que medir esforços para defender as nossas nacionais, os nossos nacionais! Está na hora, Senador Flávio, de a gente parar de ficar assinando tratados internacionais para ser bonito no mundo, para fazer bonito na ONU, sem a gente observar a verdadeira eficácia aqui, na ponta.

Está na hora de a gente ter coragem de rever algumas coisas no Brasil e está na hora, Presidente, de a gente colocar o dedo nesta ferida. Advogado-Geral da União têm que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responder PAD, Advogados da União têm que responder PAD, Ministro tem que responder na Comissão de Ética. Todo mundo tem que responder pelos danos causados.

Parabéns ao Senador Paulo Paim por ter pautado esta audiência; ao senhor, Senador Flávio Arns. Mas acho que dessa audiência a gente tem que ter uma deliberação, e eu gostaria de sugerir um grupo de trabalho, e a gente trabalhar mesmo!

De que forma? Nós, de forma corajosa – sem medo de estar fazendo feio lá fora, mas de forma corajosa –, considerarmos nesse debate o superior interesse da criança, porque é o que está em jogo aqui. Eu não estou nem um pouquinho preocupada com o superior interesse do estrangeiro. Eu quero ver como é que está o superior interesse da criança brasileira!

Então, Senador, eu quero me colocar à sua inteira disposição. Eu não vou conseguir ouvir os próximos depoimentos aqui, mas, chegando em casa, o nosso *lobby,* como Senadores, é ligar e assistir a tudo que a gente não conseguiu assistir aqui, assistir durante a madrugada inteira. Vou assistir às intervenções dos demais. Se eu tiver questionamentos, eu vou encaminhar ao gabinete dos senhores algum questionamento.

Mas o que eu vim aqui dizer para as mães é: vocês não estão sozinhas, não estão! E eu quero me colocar à disposição do senhor, Senador Flávio, com essa sua sensibilidade... Eu estava aqui em 2018, ali atrás, como assessora, torcendo por uma resposta, e volto agora em 2024 como Senadora. Mas a minha situação agora é diferente: eu tenho um bóton, eu tenho voto! Então, eu quero me colocar à disposição, quero ser sua parceira.

Parabéns, Senador, parabéns pela sensibilidade! Vou precisar me retirar, mas vou ouvir os demais depoimentos com calma depois e vou falar com os senhores se preciso for em alguma dúvida trazida na fala dos senhores.

Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom. Agradecemos, Senadora Damares Alves. Muito bom! A sugestão já está aceita. Vamos trabalhar juntos, constituir um grupo de trabalho especificamente para essa situação, para que providências sejam tomadas, encaminhamentos aconteçam e que se resolva a favor do superior interesse da criança e do adolescente. Isso está bem claro na legislação. Aliás,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutimos nesta manhã também bastante na outra Comissão justamente isso, em relação ao projeto em tramitação.

Agradeço, Senadora. (*Pausa.*)

Eu passo em seguida a palavra ao Ministro Aloysio Mares Dias Gomide Filho, que é Diretor do Departamento de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares do Ministério das Relações Exteriores.

Em seguida, eu passarei para a Daniela Corrêa, está bem? E também, na sequência, para a quase minha xará, Flávia.

Pois não, Ministro.

O SR. ALOYSIO MARES DIAS GOMIDE FILHO (Para expor.) – Boa tarde!

Sr. Senador Flávio Arns, muito agradeço a V. Exa. pelo convite ao Itamaraty. Eu falo aqui em nome do nosso Ministro, Embaixador Mauro Vieira. Agradeço muito o convite para participar dessa importantíssima e relevante audiência pública.

Eu até hesito um pouco em falar aqui, pela importância e emoção dos relatos que eu acabo de ouvir. A importância do assunto é absolutamente inquestionável e desnecessário dizer algo mais sobre a importância do tema. Enfim, o crime é uma grave violação dos direitos humanos, a violência contra a mulher e a violência doméstica, inclusive praticadas no exterior.

Eu vou, nesses breves dez minutos, centrar a minha fala em dois aspectos: primeiro, na atuação do Brasil no âmbito da conferência do Itamaraty, no âmbito da conferência de Haia, a posição defendida lá, e também no lado consular, em relação à assistência prestada a brasileiros no exterior, recentes medidas tomadas ao longo dos anos. Das mais recentes, eu vou só citar apenas algumas, dentro desse período que eu tenho aqui para expor. E claro que fico à disposição de V. Exa. e da Senadora Damares Alves também, para esclarecer dúvidas que talvez não tenham sido esclarecidas na minha fala. Então, o Itamaraty tem envidado esforços diplomáticos para aperfeiçoar a Convenção de Haia e proteger as mães vítimas de violência doméstica e de alienação parental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante ressaltar aqui que a Convenção prevê – e isso já foi mencionado nos depoimentos que nós ouvimos aqui – a questão da exceção do art.13, I, b, previsto na convenção. Então, embora a exceção prevista nesse artigo, na alínea b, exista para proteger as crianças de situação de violência, a atuação do Brasil, no âmbito da conferência, tem sido firme, no sentido de defender a aplicação dessa exceção quando a mãe é vítima de violência doméstica, porque a convenção fala especificamente da criança, como foi dito aqui.

Além disso, como foi bem relatado aqui, que as garantias para as mães também sejam defendidas, no caso de retorno da mãe, com a não criminalização, no país, da subtração internacional de menores; que não seja considerado um crime e ela possa voltar e ter acesso à criança, com direito a visitas e também tenha a sua condição migratória, digamos, regularizada, para poder permanecer lá e ter, enfim, acesso, proximidade a suas filhas, no caso de retorno.

Na reunião da 8ª Comissão Especial sobre a Convenção de Haia, de 1980, que se reuniu em outubro de 2023, o Brasil posicionou-se enfaticamente no sentido de que a aplicação da exceção, em casos de violência doméstica, esteja amparada pela convenção. O documento final da Comissão Especial registrou que a violência doméstica, sobretudo perpetrada pelo genitor contra a mãe, configura motivação suficiente para que se busque aplicar a exceção prevista na convenção, ou seja, o não retorno.

Foi mencionada também a necessidade de que a subtração de crianças não seja considerada um crime, como acabei de dizer, na legislação dos países partes da convenção, de modo a garantir livre acesso do genitor ou da genitora que retirou a criança, se for determinado o seu retorno ao local de onde foi retirada.

O Brasil, nesse contexto, copatrocinou, em junho, poucos meses atrás, na África do Sul, o primeiro Fórum sobre Violência Doméstica e Subtração Internacional de Crianças. A próxima edição vai acontecer em 2025. Foi iniciativa do Brasil trazer o evento para cá para, enfim, promover uma discussão ainda maior com as autoridades brasileiras envolvidas no assunto e, sobretudo, com as vítimas desse crime.

Ainda que as negociações, no âmbito diplomático, demandem, como acontece na Conferência de Haia, consenso, o Brasil tem levado às discussões a necessidade de que os países partes da convenção garantam acesso a instrumentos de combate à violência doméstica e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medidas de proteção às mães e às crianças e que, em caso de devolução, mais uma vez, lhes sejam garantidas medidas de proteção e acesso à criança, auxílio por meio de advogados e a entrada e permanência legal no país.

Essa, como eu acabei de falar, tem sido a posição defendida do Brasil no âmbito da Conferência, do lado da aplicação da Convenção, ou seja, basicamente defendemos que, conforme permite o art. 13, I, b, os casos de eventual não retorno sejam amparados com base em provas de violência doméstica praticada, como vimos aqui nos relatos comoventes das vítimas.

Na frente consular, temos adotado algumas medidas recentes e também a continuidade da ação consular de prestar especial apoio às vítimas de violência doméstica e de outros crimes que tornam as pessoas ainda mais vulneráveis no exterior.

A prevenção e o combate à violência contra cidadãs brasileiras no exterior são tema prioritário da área consular do Itamaraty, e a assistência prestada às vítimas é uma das principais ações, enfim, consideradas pela área consular.

Como eu acabei de falar, trata-se de uma grave violação aos direitos humanos das vítimas.

Então, o Itamaraty tem promovido uma política consular que, ao longo dos anos, busca intensificar, ampliar e aperfeiçoar a assistência prestada a vítimas desse crime no exterior devido à sua situação de particular vulnerabilidade, inclusive, na frente de prevenção.

As normas relativas a essa atenção prestada às vítimas estão delineadas no nosso Regulamento Consular Brasileiro, caso alguém tenha interesse em pesquisar. Foi publicado numa portaria.

A elevada importância atribuída pelo Itamaraty ao tema pode ser verificada pelas ações implementadas. Eu vou apenas mencionar de forma muito rápida aqui e resumida algumas delas, até por interesse de divulgação, Sr. Senador. É importante que todas saibam desses serviços prestados pelos setores consulados no exterior para saber quais são seus direitos e o que elas podem esperar dos consulados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi elaborada, em termos de cartilhas, há poucos meses, a cartilha "Subtração Internacional de Crianças", que contou com a colaboração do Ministério da Justiça e Segurança Pública e da ONG Revibra, que já foi citada aqui como exemplo de uma entidade muito atuante no exterior junto com muitas outras, a Gambe, grupo de mulheres que tem núcleos em várias cidades onde há consulados brasileiros, inclusive.

E os nossos consulados, há muitos anos, trabalham em parceria com todas as entidades locais também dos países, oficiais, governamentais, mais as entidades locais, ONG etc. que prestam apoio a mulheres e crianças vítimas desses crimes.

Essa cartilha esclarece aspectos da subtração internacional de menores e o papel da rede consular na orientação das mães e proteção dada àquelas que são vítimas de violência doméstica.

Uma outra cartilha que foi lançada um pouco antes, em janeiro de 2024, neste ano, é intitulada "Prevenção de Violência contra Mulheres Brasileiras no Exterior".

Essas cartilhas, apenas para ressaltar, estão todas disponíveis no nosso portal consular. Nós enviamos essas cartilhas aos nossos consulados e pedimos uma ampla divulgação delas também.

Então, esse documento está disponível no portal do Itamaraty, contém orientações e fornece elementos para identificar diferentes formas de violência contra mulheres – e várias delas já foram citadas aqui – e detalha os meios para proteção e denúncia local oferecidos pelo Governo para os nacionais de fora do país, independentemente da sua situação migratória.

É importante ressaltar, o que sempre fazemos na área consular, que o consulado está lá de portas abertas, e as nossas embaixadas, com os setores consulares, para prestar assistência, e todos os serviços consulares são oferecidos a todos os brasileiros no exterior, sendo indocumentados, no exterior, ou regulares.

Em dezembro de 2023... E já existe um protocolo de atendimento a essas vítimas, delineado no nosso regulamento.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALOYSIO MARES DIAS GOMIDE FILHO – Perdão, vou acelerar aqui.

Esse protocolo de atendimento foi, mais uma vez, reiterado a todos os postos, relembrando a eles, enfaticamente, que o atendimento, as entrevistas devem ser realizadas com caráter humanizado, não inquisitivo, destinado ao acolhimento da vítima e à avaliação das necessidades especiais de cada caso, preservando sobretudo os dados pessoais, enfim, o sigilo dos dados pessoais, com eventual encaminhamento às instituições locais que prestam apoio às vítimas.

A área consular também fez ampla divulgação da campanha Sinal Vermelho, acho que todos conhecem bem aqui a campanha do Conselho Nacional de Justiça, e nossos consulados foram informados sobre essa campanha também.

Por fim, Sr. Senador, acho importantíssimo destacar a existência de uma iniciativa que começou em 2017 – e é fundamental, imprescindível, o apoio das emendas parlamentares, que temos recebido desde então, dos Parlamentares do Senado e também da Câmara dos Deputados –, que é a existência dos espaços da mulher brasileira no exterior.

O primeiro desses espaços, que funcionam dentro dos nossos consulados, foi aberto em 2017, no nosso consulado em Boston, o segundo no consulado em Nova York, em 2022, e, neste ano, abrimos mais quatro espaços, que foram inaugurados... O mais próximo vai ser inaugurado daqui a uma semana no nosso consulado em Buenos Aires. Agora são sete desses espaços que existem e nossos planos são de sempre expandir.

Em que consistem esses espaços? São contratação de consultoras especializadas, que prestam uma assistência específica, especializada, para mulheres brasileiras, não apenas nesses casos aqui de vulnerabilidade social, casos de Haia, mas também ações proativas no sentido de empoderar a mulher brasileira no exterior, capacitá-la para ações de trabalho, prestar informações, esclarecimentos na área imigratória e na área de assistência psicológica também.

Esses espaços têm tido resultados muito positivos. Somando os sete espaços existentes e a cobertura geográfica que eles contemplam, seriam aproximadamente 850 mil mulheres nessas jurisdições que têm acesso, digamos, a esses espaços, de forma virtual ou presencial também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estamos buscando ampliar esses espaços, como eu comentei com o senhor e, além desses espaços, onde não há espaço específico da mulher brasileira no exterior, toda a rede consular presta apoio às mulheres brasileiras, seja por meio de orientação jurídica ou de assistência psicológica.

Os nossos consulados maiores contam com contratos de assistência jurídica e orientação, jurídica e psicológica, também, para casos dessa natureza, além da assistência consular prestada normalmente.

Para concluir, vou mencionar, Sr. Senador, uns três itens, como exemplo, de como o nosso consulado em Nova York trabalha nessa frente, no seu EMuB.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALOYSIO MARES DIAS GOMIDE FILHO – Assistência consular...

Para concluir, então, assistência consular, emissão de documentos consulares, incluindo orientação jurídica e contato com órgãos públicos e entidades sem fins lucrativos; estudos e ações de desenvolvimento pessoal e profissional; cursos, seminários, eventos, e workshops, que contemplam inclusive a capacitação interna dos nossos servidores.

Esse é um terceiro item que eu ia mencionar agora, mas apenas para dizer que, nos últimos anos, também temos intensificado a nossa capacitação e treinamento especializado dos nossos servidores contratados locais no exterior para prestar assistência humanizada, não inquisitiva, como eu disse, às vítimas desse crime no exterior. Estamos buscando aperfeiçoar a nossa assistência nessa frente também.

Mais uma vez, coloco aqui o Itamaraty sempre à disposição.

Essas cartilhas mencionam o número de telefone. Temos o plantão consular, que funciona sempre para casos de emergências consulares.

E, mais uma vez, estamos à disposição para dar continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos ao Ministro Aloysio Mares Dias Gomide Filho, Diretor do Departamento de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares do Ministério das Relações Exteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, em seguida, a palavra à Dra. Daniela Corrêa Jacques Brauner, que é Defensora Pública Federal e Assessora Especial do Gabinete do Subdefensor Público-Geral Federal.

Com a palavra, Dra. Daniela.

A SRA. DANIELA CORRÊA JACQUES BRAUNER (Para expor.) – Boa tarde a todas as mulheres aqui presentes, vítimas da Convenção de Haia. Boa tarde a todos os demais presentes, com especial homenagem ao Senador Flávio Arns, que preside a Comissão.

Eu gostaria de começar agradecendo-lhes o espaço público de debate no Congresso Nacional desse tema que é tão importante para discussão na sociedade brasileira.

Qual é o papel da Defensoria Pública da União na Convenção de Haia?

A Convenção de Haia é um tratado internacional, que data de 1980, em que os países se comprometem a cooperar internacionalmente para a devolução rápida das crianças consideradas subtraídas por algum dos genitores. Essa convenção, como eu falei, de 1980, não leva em consideração a violência doméstica, que hoje é reconhecida como violação de direitos humanos, violação de direitos das mulheres, embora a data da convenção seja também próxima à da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979.

A Defensoria Pública da União, órgão instituído na Constituição de 1988, ainda não tem espaço em todos os cenários do Brasil, mas tem desempenhado de forma contundente a defesa das mulheres acusadas de subtração internacional de crianças, principalmente aquelas que são vítimas de violência doméstica. A DPU, então, atua nesse cenário como uma instituição de defesa das vítimas, das mulheres e das demais pessoas – todas as pessoas podem procurar a Defensoria Pública – que, porventura, tenham aqui alguma questão envolvendo Haia.

Eu registro também que a Defensoria atua nos casos de cooperação também internacional ativa, quando o genitor que está aqui no Brasil então requer o retorno do filho que está no exterior, encaminhando os pedidos à autoridade central brasileira. Então, é esse o papel da Defensoria Pública como instituição de promoção e proteção de direitos humanos previstos na Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse tema do sequestro ou subtração internacional de crianças – melhor dizendo, para a gente não utilizar um termo que possa, já de antemão, ser pejorativo àquele que é acusado de subtração – tem batido às portas da Defensoria Pública há bastante tempo, e eu pessoalmente tenho me envolvido com esses casos há mais de dez anos; tenho 18 anos de casa, e, desde que eu ingressei na Defensoria Pública, esses casos têm levantado bastante preocupação.

Por conta disso, no ano de 2022, a Defensoria Pública lançou uma nota, que é a Nota Técnica 11/2022, em que a DPU se posiciona institucionalmente no sentido de que as exceções do Artigo 13, inciso I, alínea "b" devem ser consideradas, levando-se em consideração algumas situações que são descritas como violência doméstica, assim considerada no caso a violência descrita na Lei Maria da Penha – violência psicológica, patrimonial, física e emocional –, também a questão da criminalização dessas condutas no exterior. A gente não pode retornar a criança da qual a mãe ou o outro genitor fiquem em situação de prisão no exterior; isso é uma situação intolerável da Convenção da Haia.

Então, embora a Convenção da Haia não tenha explicitamente colocado essas questões e muitas vezes, no âmbito da Conferência da Haia, que é a organização que discute o tratado, esse tema não tenha sido levado em consideração por muitos países que entendem que é uma questão de soberania, nós nos posicionamos institucionalmente para que a criminalização seja um vetor que deve ser considerado na não devolução das crianças, assim como a questão migratória.

Nós não podemos pensar no retorno dos genitores e que fiquem em situação irregular no país, ou seja, como a gente vai retornar crianças, se isso representar o afastamento, de forma permanente, dos seus cuidadores, porque não conseguem ingressar no país então considerado residência habitual, porque não têm um visto, não têm uma autorização de residência para lá viverem?

Então, todas essas medidas são medidas que precisam ser levadas em consideração quando da interpretação do Artigo 13, I, "b", da convenção. Nós não podemos desalinhar todo esse pensamento em uma situação abstrata de situação intolerável, pensando em uma guerra ou em algo, de forma descontextualizada com o caso concreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a situação intolerável é a situação que implica, de forma permanente, o afastamento da criança do genitor que está sendo acusado, da genitora, principalmente aqui, de que nós estamos tratando, que está sendo acusada de subtração internacional de crianças.

Então, nós precisamos de resolver essa questão, enfrentando a discriminação de gênero que a própria convenção traz no âmbito de sua aplicação. Portanto, o protocolo de julgamento de gênero, sob a perspectiva de gênero do CNJ, deve ser considerado na solução desses casos, embora faça aqui a constatação de que, nos casos dos quais nós escutamos aqui os relatos, que são muito importantes, esse protocolo não foi levado em consideração.

E falo do caso da Raquel aqui, por exemplo, em que o desembargador se refere a ela como "a moça"; isso não é a referência que se faça. Ninguém fala "o moço" quando se refere ao genitor, mas "a moça" foi a forma como se referiu à mãe, aqui presente nesta audiência.

E, por conta disso, nós fizemos, em relação ao caso da Raquel Cantarelli, uma denúncia na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, levando que o julgamento e a forma como as crianças foram devolvidas, com extrema violência institucional perpetrada pelo Estado brasileiro, são violações à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, do qual o Brasil é parte. Então, nós esperamos um julgamento pela Corte Interamericana e que isso seja levado em consideração nas discussões que nós temos a respeito desse tema.

Entendemos que é preciso um protocolo de abordagem desses casos. Nós não podemos fazer decisões judiciais e cumpri-las imediatamente, sem qualquer consideração ao caso concreto, com policiais federais com fuzil na casa das mães, para fazer o retorno. Isso é inadmissível, sob o ponto de vista de violação de direitos humanos. Então, nós aguardamos do Poder Judiciário um diálogo permanente a respeito da forma de julgamento, de forma que essas eventuais medidas de retorno sejam levadas em consideração, com decisões que garantam o contraditório e a ampla defesa para as mães, e não de forma sumária, como em alguns casos que têm sido observados neste momento.

A Defensoria Pública da União criou, recentemente, um observatório de violência contra a mulher. Esse Observatório da Violência contra a Mulher está aberto a qualquer tipo de denúncia, incluindo as questões relativas à Convenção de Haia sobre subtração internacional de crianças. É um órgão institucional comprometido com a proteção e com a promoção de direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanos e tem, como visão institucional, uma aplicação humanizada da Convenção de Haia. A gente tem que considerar que essa aplicação da Convenção de Haia não pode ter como resultado o afastamento de forma perene das principais cuidadoras, que são as mães, que, muitas vezes, estão na convivência dos filhos durante muito tempo e são surpreendidas com decisões judiciais de retorno.

Eu gostaria, por fim, de manifestar aqui a satisfação da instituição de levar adiante esse debate. Gostaria de dizer que, nessa nossa nota técnica, nós fizemos aqui encaminhamentos de medidas de salvaguarda quanto às decisões de retorno e esperamos dos juízes de enlace um comprometimento de que essas medidas de salvaguarda sejam, de fato, encaminhadas e discutidas no âmbito do Poder Judiciário local. Esperamos também do Estado brasileiro um comprometimento, tanto por meio da autoridade central, no sentido de encaminhar as questões de violência doméstica, migratória e criminalização quanto à conformação das exceções de retorno, como por parte do Estado brasileiro nos espaços internacionais, no sentido de levar as vozes dessas mulheres que ecoam em relação à forma de cumprimento da Convenção de Haia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom.

Agradeço muito a participação, bastante incisiva, afirmativa, boa, e peço, inclusive, que a gente possa aproximar o grupo proposto da Comissão de Direitos Humanos com o Ministério e também com a Defensoria Pública.

Parabéns! Eu sou um admirador da Defensoria Pública também.

Passamos, em seguida, a palavra à Flávia Ribeiro Rocha, que é Coordenadora de Subtração e Coordenadora-Geral de Adoção e Subtração substituta do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Com a palavra, Dra. Flávia.

A SRA. FLÁVIA RIBEIRO ROCHA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de saudar todos os meus colegas aqui da mesa, especialmente, primeiro, na pessoa do Senador Presidente desta Comissão, os colegas da DPU, MRE e Itamaraty, também as famílias, Dr. Ricardo e Raquel, e outras famílias que eu também vejo que estão aqui.

É muito importante, e a gente agradece muito, esse espaço para debater e também para trazer a nossa visão, trazer como é o procedimento de cooperação jurídica internacional hoje em matéria de subtração internacional de menores.

Então, a gente entende como muito importante esse debate, encampamos esse debate e gostaria... Eu até fiz uma apresentação com alguns dados sobre o nosso procedimento para a gente ter um panorama melhor de como funciona a cooperação jurídica internacional em matéria de subtração internacional da Convenção de Haia, de 1980.

A nossa autoridade central é a Acaf, mais conhecida como Acaf, e é a autoridade central designada para a convenção de 1980 nos aspectos civis da subtração internacional de menores e também da adoção, dos aspectos da adoção, uma outra convenção da Haia. Então, tratamos dessas duas convenções na coordenação.

Você pode passar.

Esse é um panorama bem rápido. Prometo que não vou me alongar, porque sei que muitos que estão aqui têm outra audiência.

Esse é o nosso Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional. Até ouvimos a mãe Tunísia falando sobre a questão: por que a Acaf está sob o manto da recuperação de ativos? Mas eu coloco que a Acaf está sob a cooperação jurídica internacional como uma matéria, uma coordenação que cuida só dessa parte de subtração.

Pode passar.

Bom, essas são as convenções que nós tratamos na Acaf: a Convenção Interamericana; a Convenção sobre os Aspectos Civis da Subtração...

E, desde já, eu gostaria de colocar, fazer um adendo aqui sobre a questão de falar sobre sequestro e subtração. Quando falamos em sequestro internacional de menores, a remoção ou retenção da criança ilicitamente em um outro país sem autorização de um genitor ou de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

genitora, nós estamos falando sobre um aspecto mais criminal. Hoje a subtração internacional não é crime no Brasil, não se confunde com o sequestro nem a subtração de incapazes. Em outros países existe esse debate, existe essa questão; em outros países eles têm essa criminalização, mas no Brasil não há.

Pode passar, por favor.

A nossa autoridade central tem algumas atribuições. O caso é aberto perante a autoridade central, a autoridade central inicia um pedido através de uma solicitação ou do pai ou da mãe que está no Brasil e que gostaria do retorno de uma criança de outro país ou então de uma outra autoridade central que solicita a cooperação da autoridade central brasileira para retornar uma criança para o país requerente.

Ela busca o retorno imediato do menor voluntariamente, e isso está previsto na nossa convenção de 1980; promover a colaboração entre as autoridades centrais – é uma cooperação de auxílio direto, isso quer dizer que não vai passar por outras instâncias, existe um diálogo próximo e célebre entre as autoridades centrais; orientar sobre o ordenamento jurídico brasileiro – então, questões de guarda, questões de alimentos quando há algum pedido das outras autoridades centrais sobre a questão da legislação brasileira, questão principalmente de guarda compartilhada, guarda unilateral; e representa o interesse do Brasil enquanto guardião da convenção.

Por favor.

Bom, essas são as providências que a Autoridade Central Administrativa tem no âmbito da sua atuação. São as providências que lhe cabe tomar.

A primeira é a localização da criança em território brasileiro.

Evitar danos ou prejuízos à prevenção, ou seja, existe um diálogo. Nós temos aqui a DPU, temos o Itamaraty. Então, existe um diálogo entre a autoridade central com a DPU quando necessário, com o Itamaraty, principalmente com a Polícia Federal também, quando é um pedido passivo, quando a Autoridade Central Brasileira é a autoridade central requerida – ou seja, criança que foi trazida para o Brasil, quando se precisa localizar onde que ela estaria para iniciar esse pedido de cooperação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dar início ou favorecer a abertura do processo judicial: após a abertura do pedido de restituição por uma outra autoridade central, a Acaf vai encaminhar o caso para a possível judicialização que está a cargo da Advocacia-Geral da União.

Acordar ou facilitar a obtenção da assistência jurídica – inclusive por meio da nossa colega da DPU.

Assegurar, no plano administrativo, quando necessário e oportuno, o retorno sem perigo da criança.

Por favor.

A cooperação da Acaf se dá como uma cooperação entre autoridades centrais, a troca de informação, como já dito; e o esclarecimento sobre a legislação aplicável.

E a cooperação entre as autoridades domésticas como já havia dito: Polícia Federal, medidas de prevenção, inclusive com o acionamento dos conselhos tutelares a pedido de uma outra autoridade central. Existe essa previsão na convenção, e ela pode ser feita quando existe algum indício de que a criança possa estar em alguma situação de maior vulnerabilidade. Então, a Acaf pode oficiar ao Conselho Tutelar e solicitar algum tipo de relatório.

A decisão sobre o retorno imediato e direito de visita caberá à Justiça Federal, no âmbito de uma de uma ação judicial feita pela AGU, que é o início do processo judicial; o fornecimento de informações – juízes estaduais e federais – e fornecimento de dados ao MRE também.

Eu queria mais – eu estou vendo que o meu tempo já está bem exíguo – falar sobre a questão da nossa portaria. Existe uma portaria hoje que foi editada em 24 de maio de 2024; é uma portaria que regula os pedidos de cooperação jurídica internacional no âmbito da Autoridade Central Administrativa Federal. Essa portaria foi uma construção bastante debatida, uma portaria que a gente vê como uma vitória. Não havia ainda uma normatização dos pedidos de cooperação jurídica internacional em matéria de subtração internacional. E, para trazer aqui ao debate sobre como a Acaf poderia aportar conhecimento técnico e tentar trazer como é feita essa questão da violência doméstica, como ela é tratada no âmbito administrativo da autoridade central, a gente pode falar da portaria, que é recém-editada – e acho que talvez alguns dos casos que passaram por aqui não tiveram esse tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recebido um pedido de cooperação jurídica internacional por outra autoridade central, a Acaf vai abrir o pedido e vai fazer uma análise prévia administrativa. Nessa análise prévia administrativa, estando em conformidade a documentação, as traduções, os documentos que comprovem a residência habitual, a questão de filiação e todos os documentos necessários para a instrução formal de um processo, de um pedido de cooperação, após esse juízo de admissibilidade administrativo, nós temos quatro ou mais informações relevantes que nós solicitamos à autoridade central requerente.

A primeira delas é... Assim que o pedido é aberto, nós perguntamos: a prática da subtração internacional é crime no país requerente? A outra é: há alegação ou comprovação de violência doméstica? A terceira é se o requerente tem acesso...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FLÁVIA RIBEIRO ROCHA – ... à criança ou ao adolescente. Em caso positivo, sob quais meios? E outras informações que possamos julgar relevantes. Hoje, na prática administrativa, uma dessas perguntas é sobre a questão migratória em caso de retorno. Isso, no âmbito da abertura do pedido administrativo.

Outra previsão da portaria de subtração é sobre a questão da exceção do art. 13, "b". Ela fala que, demonstrada a manifesta existência das exceções previstas no art. 13, alínea "b", da Convenção, o pedido ficará sobrestado e será comunicada a autoridade central requerente. Nessa comunicação, a Acaf informará que o pedido ficará sobrestado e que, se o requerente entender, ele ajuizará ação privada na Justiça brasileira e o caso não será encaminhado para judicialização por meio da AGU.

Pode passar, por favor.

Eu queria só falar sobre alguns números.

Pode passar.

Esses são os casos em trâmite hoje – pode passar, por favor –, os países com o maior número de casos hoje.

Também pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, nós temos 199 em trâmite – eu não estou enxergando lá, mas eu vou olhar aqui, porque está muito longe.

E nós gostaríamos de falar sobre como o olhar da Acaf tem modificado a questão da violência doméstica. Isso é uma construção. A gente sabe que é uma construção difícil, é uma construção que a gente precisa trazer ao debate, que a gente precisa falar, e nós precisamos estar cada vez mais próximos dessa questão. Então, quando um caso é aberto e existem essas informações que são fornecidas pela autoridade central requerente, nós já temos um indicativo em nosso banco de dados de que existe a possibilidade de ser um caso de violência doméstica. Isso foi trazido recentemente por essa portaria de normatização. E aí tem os números do caso.

Bom, os desafios que nós enfrentamos...

Pode passar, por favor.

Atualmente, os desafios que enfrentamos são a conciliação, a duração do processo judicial, o acesso à Justiça no exterior e, especialmente, a criminalização.

A criminalização da subtração internacional é vista hoje como um grande impeditivo da conciliação tanto no âmbito administrativo quanto no âmbito judicial. Então, é importantíssimo que a gente fale sobre subtração internacional. Nós vimos aqui relatos sobre como a criminalização pode se estender após o retorno ou após a finalização do pedido de subtração. Por isso, encampamos o discurso de que a criminalização vai trazer inúmeros desafios para a aplicação da convenção.

Acho que é isso.

Agradeço muito, mais uma vez, o espaço. E desculpe se eu me alonguei aí um pouquinho.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos à Flávia Ribeiro Rocha, que é da Acaf.

Estamos indo para o final da audiência pública, por duas razões: primeiro, porque o Plenário já está funcionando, a deliberativa, no Senado Federal, excepcionalmente, no dia de hoje, a partir das 14h; e, ao mesmo tempo, porque vários dos expositores e expositoras têm que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se dirigir à Câmara dos Deputados, onde ocorrerá também uma audiência pública, o que demonstra a necessidade, a importância, a urgência do debate desse tema, tanto no Senado Federal como na Câmara dos Deputados.

Eu quero dizer que várias perguntas foram enviadas pelas pessoas que nos acompanham pelo Brasil. Elas não vão ser lidas, mas lembro alguns nomes: Emanuela, do Paraná; Letícia, do Distrito Federal; Igor, de Minas Gerais; João, do Paraná; Sebastião, do Ceará; Ariene, do Rio de Janeiro; Carla, de São Paulo; Yamar, de Alagoas; Marcos, do Rio Grande Sul; e Júlio, de Alagoas.

Eu quero dizer a todos vocês que mandaram os comentários e as perguntas que essas perguntas serão abordadas na sequência e orientarão também o grupo de trabalho.

Eu quero lembrar que graves denúncias – como foi dito, usando a expressão – de violação de direitos humanos aconteceram no decorrer dos anos. Nesse sentido, esse grupo de trabalho – não há dúvidas nesse sentido – se debruçará sobre a parte histórica também, porque temos que pedir explicações e ver responsabilidades das pessoas no decorrer desses anos todos. Não é porque já se passaram cinco anos, ou dez anos, ou oito anos, ou mais, que o assunto será esquecido. Temos que ver o que aconteceu. Por isso, já peço à Secretaria da Comissão que veja as notas taquigráficas.

Mas incentivo as pessoas que não estejam nesta audiência, mas que passaram ou estão passando por situações parecidas que, de fato, entrem em contato com a Comissão de Direitos Humanos. E pedimos o apoio, nesse sentido, dos órgãos aqui presentes, como a Acaf, por exemplo, que relatou todo um processo administrativo – e que não foi observado, por exemplo, no caso da Valéria, que já foi diretamente para a área judicial, e em outros casos que estão me apontando aqui também, que foram diretamente para a Justiça.

Quero lamentar, novamente, a ausência da Defensoria Pública... Desculpe, a Defensoria está aqui e já foi enaltecida e elogiada, mas a ausência da Advocacia-Geral da União, porque foram apontadas inúmeras irregularidades em termos, e a Advocacia deve explicações não só para o Senado, mas para a sociedade brasileira, e vai ser cobrada nesse sentido também.

Nós queremos passar a limpo essas coisas todas, como Senado Federal, como Congresso – e certamente isso vai ser abordado na Câmara dos Deputados –, e apontar o que deve ser feito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viu, Raquel? Que a gente possa também – o Ricardo aqui, o pai da Valéria, mas também as outras pessoas que se manifestaram – dizer: "Olha, não vamos ficar unicamente em intenções", porque de boas intenções o inferno está cheio. Que a gente faça, de fato, como a Senadora Damares sugeriu, um grupo de trabalho articulado com os pais, com as famílias, que represente o objetivo a ser atendido por todos nós. O ministério só existe em função das pessoas; a Acaf, da mesma forma; a Defensoria Pública está aí justamente para atuar nessa área; e a Advocacia-Geral da União também deveria estar nesse sentido.

Então, novamente, vamos constituir esse grupo. Eu diria que, em duas semanas, no máximo, já estaremos nos reunindo de novo e incentivando as famílias a fazerem as suas colocações, independentemente de audiência pública – o Christiano está nos auxiliando aqui como Secretário da Comissão –, e enviarem aqui para o portal, para a Comissão, para o Senado, os direcionamentos nesse sentido.

Eu quero agradecer sobremaneira a exposição, particularmente – novamente insistindo –, das mães, do avô, das famílias que estão aqui – certamente gostariam de falar também as que nos acompanham pelo Brasil, o que é importante –; agradecer a participação do Ministério das Relações Exteriores, da Acaf, da Defensoria Pública, e dizer que nós temos que estar juntos em função da necessidade dos meios de comunicação do Senado, porque esta audiência pública vai ser transmitida pela TV Senado diversas vezes no decorrer dos dias. Então, muita gente pelo Brasil vai acompanhar, vai assistir e vai – tenho certeza – colaborar com aquilo que se pretende como desdobramento. E agradeço aqui à Secretaria toda. (*Pausa.*)

Todas as apresentações estarão disponíveis no portal e podem ser assistidas pelo YouTube também.

Quero agradecer sobremaneira, já me desculpando, Raquel, Ricardo, Valéria, Carolina, demais pessoas que já foram e mesmo os órgãos públicos aqui presentes, pela excepcionalidade do dia de hoje, em que nós temos que encerrar em função da sessão deliberativa e do compromisso que essas pessoas têm na Câmara dos Deputados.

Obrigado.

Agradeço a todas e a todos e declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 14 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 15 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e oito minutos do dia doze de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e ainda do Senador Nelsinho Trad, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 8/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Ciclo de debates sobre direitos humanos das crianças, adolescentes e jovens: proteção das crianças e adolescentes no contexto do carnaval". Participantes: Laís Cardoso Peretto, Diretora Executiva da ChildHood Brasil; Coronel QOPM Ana Paula Barros Habka, Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal; Mariana Zan, Advogada do Instituto ALANA; Maurício Cunha, Presidente da ChildFund Brasil - Fundo para Crianças; Denise Andreia de Oliveira Avelino, Coordenadora-Geral do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte e Enfrentamento à Letalidade da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do MDHC; Luciana Temer, Representante do Instituto Liberta Enfrentando a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; Sra. Camila Lucas Mendes, Coordenadora do Núcleo de Infância e Juventude da Defensoria Pública do Distrito Federal.; Fabio Francisco Esteves, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça - CNJ; e Sr. Henrique Neuto Tavares, Coordenador de Políticas de Segurança para a Juventude e outros Grupos Vulneráveis da Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/12

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 12 de fevereiro de 2026.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 8, de 2025, aprovado no ano passado, de minha autoria, para debater o tema, que é um ciclo de debates sobre os direitos humanos das crianças, dos adolescentes, dos jovens, e a proteção das crianças e adolescentes no contexto do Carnaval.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211. Deixe-me repetir o telefone – e quero avisar para as pessoas que estão nos assistindo de qualquer lugar do Brasil que essa ligação não tem custo nenhum –: 0800 0612211. O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que, na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. E, para um melhor encaminhamento, nós vamos alternar convidados presenciais com convidados *online*. Nós temos convidados que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, estão hoje executando projetos e não poderão ficar na audiência toda, durante todo o período, e a gente vai entender. Alguns dos nossos convidados vão fazer a exposição e vão se ausentar. Se até o final da audiência chegar mais alguma pergunta para esse convidado, nós encaminharemos por *e-mail,* e o convidado responderá por *e-mail*.

Dessa forma, eu convido já para compor a mesa, para se sentar à mesa, estar aqui do meu lado, com muita honra – e vocês vão ver como essa mesa vai ficar linda hoje –, a Coronel Ana Paula Barros, Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal. Olha, Brasil, a Comandante-Geral da PM é uma mulher no Distrito Federal! (*Pausa.*) Coronel, é uma honra; Comandante, é uma honra tê-la conosco nesta audiência pública.

Convido para compor a mesa, estar do nosso lado aqui, que veio de fora e veio com tanto carinho, porque é um tema que é o tema da vida dela, a Dra. Luciana Temer, representante do Instituto Liberta, enfrentando a violência sexual contra crianças e adolescentes. Dra. Luciana, que alegria! (*Pausa.*)

Convido, para estar conosco, Laís Cardoso Peretto. Falei certo, Laís? Laís Cardoso é Diretora-Executiva do Fundo da Criança Brasil. É isso?

A SRA. LAÍS CARDOSO PERETTO (*Fora do microfone*.) – É o Childhood

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Childhood. Está o.k. É o outro. É que tem um outro também.

Muito bem-vinda, Laís. É uma honra recebê-la em nossa audiência.

Temos convidados... Nós estamos aguardando o Conselheiro Fábio Francisco Esteves, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça e Juiz, a estar conosco também.

Nós temos a honra de convidar, para compor a mesa, de forma *online*, Maurício Cunha, Presidente do Fundo da Criança – esse é o Fundo da Criança. Maurício Cunha foi o nosso Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente no Governo anterior. Muito bem-vindo, Maurício!

Está conosco também Mariana Zan, do Instituto Alana. Obrigada, Mariana, por estar participando conosco de forma *online*, obrigada por ter aceitado o convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está conosco Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos. E aqui eu preciso registrar que o Ministério tem participado ativamente de todas as atividades desta Comissão. Agradeço à Ministra pela colaboração com o Legislativo sempre que solicitada. E mais uma vez, Maria Pilar, Secretária, que alegria! Imagino como está o seu dia, mas que alegria ter reservado um tempinho para estar conosco, mais uma vez, na Comissão!

De forma *online* também, Denise Andreia de Oliveira Avelino, Coordenadora-Geral do Programa de Proteção à Criança e Adolescente Ameaçados de Morte e enfrentamento à letalidade da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Ainda registro a presença de Henrique Neuto Tavares – já está aqui –, Coordenador de Políticas de Segurança para a Juventude e Outros Grupos Vulneráveis da Secretaria de Estado de Segurança do Distrito Federal.

Registro a presença da Camila Lucas Mendes – está conosco –, Coordenadora do Núcleo de Infância e Juventude da Defensoria Pública do Distrito Federal.

Ao final, os nossos dois convidados também terão a palavra para se manifestar.

Dessa forma, eu preciso esclarecer que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal realiza esta audiência pública movida por uma preocupação concreta, urgente e profundamente humana: a proteção integral de crianças e adolescentes no contexto do Carnaval e de grandes eventos populares.

O Brasil convive há anos com índices alarmantes de violência que atinge diretamente sua população infantojuvenil. Dados consolidados mais recentes revelam que, entre 2021 e 2023, 15.101 crianças e adolescentes foram vítimas de mortes violentas no país, o que representa uma média superior a 5 mil vidas perdidas por ano nessa faixa etária. Trata-se de um número incompatível com qualquer compromisso civilizatório e constitucional de proteção da infância.

Em 2023, mesmo diante de uma redução geral das taxas de homicídio no país, 4.944 crianças e adolescentes foram mortos de forma violenta. E a gente sabe que o álcool é um ingrediente, a gente sabe que a droga é um ingrediente e a gente sabe que, em momentos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grandes eventos, é possível que a violência contra a criança e adolescente, inclusive com morte, aconteça. E é esta nossa discussão aqui: como nos preparamos para o carnaval de 2026?

Paralelamente à violência letal, o Brasil enfrenta uma crise silenciosa, porém igualmente devastadora, relacionada à violência sexual contra crianças e adolescentes. Somente em 2023, foram registrados mais – prestem atenção, registrados – 63 mil casos de violência sexual envolvendo esse público, o que equivale a uma vítima a cada oito minutos. Os dados indicam ainda crescimento significativo do registro de estupro entre crianças de até nove anos, demonstrando que a violência atinge idades cada vez mais precoces.

Outro aspecto que agrava esse cenário é o fato de que a maioria das violações ocorre no ambiente doméstico ou no círculo de convivência da vítima, o que dificulta a denúncia e exige respostas mais qualificadas do Estado, especialmente nas áreas de saúde, assistência social e proteção especializada.

Além dos impactos sociais e humanos, a violência contra crianças e adolescentes gera custos econômicos e sanitários expressivos, sobrecarregando o Sistema Único de Saúde, o sistema de justiça, a assistência social e comprometendo o desenvolvimento educacional e produtivo de toda uma geração. Trata-se de um problema que não afeta apenas as vítimas, mas toda a sociedade brasileira.

As lacunas nas políticas públicas tornam-se ainda mais evidentes em períodos de grandes eventos como o Carnaval, quando há um aumento da circulação de pessoas, do turismo, da informalidade, da exposição de crianças e adolescentes a situações de risco, como exploração sexual, trabalho infantil, desaparecimentos e violência urbana.

E aqui, quanto ao quesito desaparecimento, o Brasil está discutindo o tema. Eu estou, inclusive, muito feliz com a discussão, porque não se falava tanto como estamos falando nos últimos anos. As pessoas estão se chocando com o número de crianças que desaparecem por dia no Brasil. E a gente vai precisar dar uma atenção cada vez maior a esse tema, com campanhas, investindo nos órgãos responsáveis pela busca de pessoas desaparecidas. E aqui, desculpa o bairrismo, o meu Distrito Federal encontra 98% das pessoas desaparecidas, mas nós temos unidades da Federação que não encontram 10% dos desaparecidos. Nós vamos ter que dar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atenção. E num período como este, um período de Carnaval, o registro de crianças que desaparecem é alarmante. Então, também falaremos nesta audiência sobre isso.

Organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, são categóricos ao afirmar que os estados devem adotar políticas integradas de prevenção da violência, com foco na proteção prioritária da infância, no fortalecimento das redes de proteção e na responsabilização efetiva dos agressores.

Diante desse cenário, esta Comissão reafirma seu compromisso com a promoção de debates qualificados, baseados em evidências e com a construção de encaminhamentos concretos que fortaleçam o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente. Proteger nossas crianças e adolescentes não é uma opção política, é um dever constitucional, moral e humanitário.

Que esta audiência pública contribua para transformar dados alarmantes em políticas eficazes e para reafirmar que o Brasil não tolerará a violência contra a sua infância.

Vamos aos debates.

Desta forma, eu convido, para fazer uso da palavra, a nossa primeira expositora: a Coronel Ana Paula, Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal.

Obrigada por estar conosco, Comandante.

A SRA. ANA PAULA BARROS HABKA (Para expor.) – Bom dia. Eu que agradeço, Senadora, imensamente a participação aqui não só da Comandante-Geral da Polícia Militar, mas de também uma mulher que é esposa, que é mãe e que vive essa sociedade. E para isso eu parabenizo e cumprimento a todos que estão não só aqui presencialmente, mas também *online*, numa pauta tão importante.

Parabenizo a senhora por essa iniciativa, por conduzir tão bem, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e trazer essa pauta num momento que a gente vive de festa, porque isso é o Carnaval. O Carnaval é tradição, é alegria, mas a gente jamais pode confundir essa tradição com situações provocativas e normais que se colocam nesse contexto, que é o momento em que a gente confunde uma festa que deveria ser de alegria, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente expõe as nossas crianças. E, quando a gente vê esses dados aí agora falados pela senhora, a gente se assusta e vê como é urgente e importante o envolvimento de todos da sociedade.

E aí eu vejo aqui pessoas tão importantes participando de Comissões que estão nessa luta. É toda uma rede que precisa estar junta, que é a Defensoria Pública, que é o Ministério Público, que é o TJDF, que são as secretarias, é o Governo do Distrito Federal se envolvendo nisso. E para isso eu venho falar de algumas posturas da Polícia Militar do Distrito Federal, mas dizer aqui também como mãe, como mulher, como cidadã brasileira, que a gente tem que enxergar situações não como normais, quando se acha normal a adultização, a erotização, o uso de álcool por uma criança, submeter a criança ao trabalho infantil, isso são questões que têm que ser pensadas diariamente, a gente não pode fechar os olhos para isso.

E assim a Polícia Militar tem trabalhado. Eu vejo algumas perguntas aqui, perguntas importantes. E por quê? Porque é o Estado. O Estado tem que tomar providência. E para isso o Estado tem que se unir também à família. Muitas coisas iniciam-se, sim, na família, mas o Estado não pode fechar os olhos para isso; tem que buscar para si essa proteção que nós mesmos escrevemos, que nós temos que contribuir, quando a gente tem um estatuto e a gente tem que seguir esse estatuto, e não podemos fechar os olhos para isso.

Para isso, a Polícia Militar tem trabalhado com alguns fundamentos importantes direcionados; em primeiro lugar, é aquele policiamento ali efetivo. Nós temos um policiamento efetivo e preparado para esse tipo de situação. Quando se fala em Polícia Militar, a gente vê muita ostensividade, muita operacionalidade, mas não. Nós temos preparado os nossos policiais para se envolver em situações também sensíveis, saber lidar de forma sensível com situações. E começamos pensando muito na situação da mulher.

Então, nós temos hoje um programa muito importante. E eu tenho que ressaltar também a nossa Senadora Damares, que contribui financeiramente, ela nos propõe ajudar de forma à gente aumentar, melhorar e capacitar cada vez mais a Polícia Militar do Distrito Federal para termos o nosso Provid em ação. O Provid é uma modalidade de policiamento que está ali preparada, são policiais que estão preparados a lidar com pessoas em situação de vulnerabilidade.

E aí a gente inclui, em especial, a mulher, mas a mulher, quando está bem, cuida do seu filho, prepara a família. Tudo se inicia daí, desde então. Nós temos hoje esta modalidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

policiamento em todas as regiões do Distrito Federal, em todas as unidades, que é um atendimento não só emergencial. Não, se a pessoa já se sente numa situação de vulnerabilidade, de violência doméstica – e aí a gente inclui a criança e o adolescente –, ela pode procurar não só os nossos quartéis, mas ligar para o 190 e procurar ajuda. No ano passado, nós implementamos o Copom Mulher, em que a gente coloca aquele atendimento mais humano, e a mulher tem a capacidade de se comunicar melhor para reportar essas situações, porque muitas vezes ela se sente pressionada a não falar ou até envergonhada.

Voltando aqui ao Carnaval, uma novidade que o GDF vai colocar neste ano, em especial nesse nosso programa da Polícia Militar do Distrito Federal, é a nossa Sala Lilás Itinerante. Nós teremos a sala lá junto com o nosso policiamento, na cidade policial, para qualquer denúncia, qualquer situação que alguém veja, e, por esse programa de que eu falei, eles estarão escalados, eles estarão preparados para lidar com qualquer tipo de situação, quer seja do trabalho infantil, do uso ou venda de álcool ou drogas para crianças, da violência contra a criança, da exposição da criança em locais em que ela não deve estar presente, a gente entender que a fantasia não pode ser confundida com a erotização... Enfim, os nossos policiais que estarão lá são homens e mulheres preparados para esse tipo de atendimento.

Outra resposta rápida são esses protocolos de crianças desaparecidas também. Nós já iniciamos a campanha, que todo ano temos, da carteirinha, cuja impressão pode ser feita em casa mesmo, não precisa esperar para... A gente vai estar no local fazendo, inclusive com pulseirinhas também, com a identificação da criança, mas a mãe, os pais, os responsáveis podem se antecipar e ir ao portal da PMDF, já fazer a impressão, ler as orientações também, que são bem importantes – a criança não pode aceitar bebida, não pode estar longe dos pais... Tem algumas orientações importantes não só para os responsáveis, mas também para as crianças e adolescentes. E ela está ali identificada, porque, em uma festa que envolve muitas pessoas no mesmo local, pode acontecer de a criança desaparecer e bater desespero... A gente deve procurar um policial, e os nossos policiais vão estar atentos o tempo inteiro. A nossa rede de pessoas desaparecidas no GDF, como bem dito, Senadora, tem funcionado muito bem, porque a gente trabalha com celeridade, com rapidez. Então, a divulgação é importante para que a gente faça esse encontro.

Outro pilar importante é essa integração. A gente já fez reuniões de que participaram os conselhos tutelares, assistência social e de saúde também e os organizadores dos eventos, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é muito importante eles entenderem e proporcionarem um evento cabível para a criança participar, para o adolescente participar, porque ele também tem responsabilidade por aquilo que ele está entregando, além dos órgãos de fiscalização, do nosso sistema de justiça. Então, a gente vai trabalhar tudo muito em rede.

E a nossa prevenção é um pilar importante, que é a orientação, que são as nossas campanhas, que a gente já tem feito. A gente tem que antecipar os riscos, e é isso que a Polícia Militar tem feito. A gente está antecipando o antes e estaremos lá durante e depois também, para que a gente contribua para entregar um Carnaval, sim, que é tradicional, que é importante para o nosso país, que traz um fortalecimento da economia, do turismo. É uma festa de alegria, e que assim ela seja.

Então, eu espero hoje, realmente, que seja um debate muito importante, mas que este debate não fique só aqui na conversa, que ele se torne ação, que a gente saia daqui, sim, com protocolos importantes e que toda a sociedade contribua para isso, porque, se a gente protege a infância, a gente protege o futuro da nossa sociedade.

Muito obrigada a todos pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Comandante. Eu acho que os outros estados estão morrendo de inveja do meu estado agora. Obrigada.

Eu queria fazer um destaque na fala da Comandante, que é a identificação das crianças, não só das crianças que vão participar de um bloquinho. É bom chamar a atenção: todas as crianças que estiverem circulando em ambiente público, durante esse período, é bom que tenham uma identificação, porque às vezes a mãe solta a mão da criança num minutinho, é um minuto, são alguns segundos.

E aí eu queria fazer um apelo e queria pedir que a Secretaria encaminhasse às instituições que trabalham com crianças no DF que existe a possibilidade de imprimir essa identificação antes. E que as instituições colocassem à disposição os seus computadores, as suas impressoras na comunidade para já imprimir ali na comunidade para as famílias a identificação, porque vai ter os postos em que a Polícia Militar do DF vai dar a pulseirinha, a identificação, mas, ao já sair de casa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já pegar o metrô, pegar o ônibus identificada, a gente já garante segurança às crianças. Então, fica como sugestão para a Comissão ainda hoje enviar o *link* do portal da Polícia Militar do DF, onde se imprime a carteirinha.

A gente quer cumprimentar a senhora, Comandante, pela iniciativa. Mas, Comandante, ao longo da semana, nós recebemos muitos alertas de famílias. Já aconteceram no Brasil inúmeros desfiles de bloquinhos e muitos ensaios, inclusive. E com o que é que as famílias estão incomodadas? Os lugares em que não entram criança, o.k. O que os adultos vão fazer lá dentro, que não seja o exagero e o atentado à lei, é problema dos adultos. Mas, quando os adultos vêm para a rua, em que crianças estão circulando... Por exemplo, a gente recebeu muita imagem, Comandante, de pessoas nuas, cenas de nudez extremas, simulações de atos obscenos na rua. Em ensaios de bloquinhos, desfiles de bloquinhos, as pessoas bêbadas, e crianças circulando em volta assistindo a essas cenas.

A pergunta é: Comandante, se isso ocorrer no DF, se uma família se incomodar que está na porta da sua casa com sua criança e passa um bloquinho com cenas de nudez, simulação de atos obscenos, às vezes usando droga durante, em volta dos bloquinhos, o que as famílias do DF podem fazer imediatamente? A PM vai inibir esse tipo de conduta dos foliões na direção da proteção da criança e do adolescente?

A SRA. ANA PAULA BARROS HABKA – Sim, com certeza, a gente tem que seguir, como eu falei, o nosso Estatuto da Criança e do Adolescente. A Delegacia da Criança e do Adolescente também está em parceria com a Polícia Militar do Distrito Federal e a Polícia Civil. Então, o policial... Quando a gente fala dessa sala itinerante, que é importante, da cidade policial, é que qualquer um pode ir até lá para fazer essa denúncia, mas os nossos policiais também estarão atentos, a todo momento, circulando, e, se tiver esse tipo de problema, serão recolhidos.

E é importante destacar a responsabilidade dos pais, a responsabilidade do responsável por aquele menor, porque ele vai ser responsabilizado. Eles vão ser retirados do local, e vamos fazer o deslocamento à delegacia e, assim, dar sequência a todo o trâmite criminal.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., Comandante. Eu não posso permitir que, em nome da minha liberdade de me divertir, eu coloque crianças em risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também, Comandante, já para liberá-la, nós que trabalhamos com a violência contra a mulher sabemos que os dias de maior violência contra a mulher, no Brasil, são quarta e domingo, e, coincidentemente, dias de jogos de futebol. Isso é número, isso é estatística, gente; eu não estou inventando. E a gente que está nos grupos de proteção da mulher discute muito esse fenômeno. As pessoas estão em casa, assistindo, bebendo, e álcool, gente, é gatilho para a violência. Não tem como a gente dizer que não, isso é evidente!

Agora, as pessoas ficarão em casa quatro dias, que é o Carnaval. Mesmo as pessoas que não estão na rua, não estão num bloco, não estão atrás de um trio elétrico, não estão numa escola de samba, a gente sabe que é comum as pessoas em casa se divertirem e abusarem do álcool. Nesse período, tendo dados estatísticos de que a mulher sofre violência – é óbvio que essa violência é estendida à criança –, como a polícia militar vai atuar? O Provid vai estar lá ajudando vocês nos blocos, mas o Provid estará também atento a essas ocorrências, porque, inclusive, são dados do Provid, tá, gente? A nossa polícia militar tem este dado: quarta e domingo, explode o número de chamadas e de ligações no 190. Como acontecerá neste período do Carnaval para o que acontece dentro de casa, aquilo que a gente não está vendo, Comandante?

A SRA. ANA PAULA BARROS HABKA – Nada muda em relação ao trato da polícia militar. A gente tem, sim, um número maior, um efetivo maior nas ruas, próximo aos blocos, mas as regiões estarão também com os seus policiamentos de área, independentemente de ter ou não Carnaval. A gente sabe, sim, que por isso há um aumento. E o que a gente pede? Que a sociedade abra um pouco os ouvidos também: os vizinhos, aquele que está ouvindo que tem alguma mudança de comportamento ali do lado da sua casa, ou vê na rua mesmo... Ou que haja a própria informação. A mulher ter segurança de que pode, sim, ligar para o 190; em caso de emergência, ela liga, porque isso é rápido, é célere. O 190 já está ligado ao Provid, que já manda a viatura, independentemente disso. E, às vezes, até a gente já viu tantos casos – né? – de a mulher pedir uma *pizza*. O policial está preparado para isso, para ouvir, para perceber os sinais de pedido de socorro.

Então, nós não vamos parar, Senadora, independentemente de termos um número maior de efetivo nas ruas, próximo, em locais com maior número de pessoas durante as festas, nós vamos manter o nosso policiamento nas regiões, em todas as áreas e também o nosso Provid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Comandante, eu quero agradecer a sua participação. Nós desejamos que vocês tenham sucesso durante o período de Carnaval, que seja um período em que as pessoas se divirtam, mas que seja um período de paz também no nosso DF. Parabéns por tudo que estão fazendo. Estamos à disposição.

E vamos repetir, gente: durante uma emergência, não é para o Disque 100 que a gente liga, a gente tem que deixar isso muito claro. Aqui nós temos defensoras da infância que daqui a pouco vão falar. Durante o período de emergência, vocês precisam ligar para o 190. Se assistir a uma cena de extrema violência, de ameaça ou a um episódio que é atentado violento ao pudor – a gente pode falar sobre isso, sim –, em que se está erotizando criança, ligue 190. Agora, se for uma denúncia que precisa ser investigada, que é só uma suspeita, lá para a frente, pode ligar para o Disque 100. O Disque 100 – o ministério vai falar agora – vai ter seu plantão de Carnaval, mas emergência é 190. E eu creio que o 190 em todo o país vai estar pronto nesse período de Carnaval.

Comandante, que alegria tê-la conosco. Obrigada por ter participado do debate conosco. Nós vamos dispensá-la, porque ela tem que correr para a rua para pegar um monte de bandido ainda hoje. Que Deus a abençoe! (*Risos.*)

A SRA. ANA PAULA BARROS HABKA – Obrigada, Senadora. Um bom dia de trabalho a todos. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Conforme nós anunciamos, nós vamos intercalar convidados presenciais com convidados *online*. Então, nós vamos ouvir neste momento Denise Andreia de Oliveira Avelino, Coordenadora-Geral do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, com enfrentamento à letalidade, da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Denise... (*Pausa.*) Denise, muito bem-vinda. Obrigada por estar conosco. Imagino como está o dia de vocês hoje na preparação das ações pré-Carnaval, durante o período de Carnaval.

Antes de você começar a falar, Dra. Denise, eu queria convidar, para compor a mesa aqui conosco – aqui no lugar da nossa Comandante –, a Camila Lucas Mendes, Coordenadora do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Núcleo de Infância e Juventude da Defensoria Pública do Distrito Federal. Obrigada, Dra. Camila, por estar conosco. E nós vamos ouvi-la também.

Dra. Denise, com a palavra por dez minutos. E, se, depois da sua fala, precisar se ausentar, nós vamos entender. É um dia, eu sei, muito complicado para vocês no ministério. Muito obrigada por estar conosco, Dra. Denise.

A SRA. DENISE ANDREIA DE OLIVEIRA AVELINO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu é que agradeço, Senadora Damares, pela oportunidade de estar com vocês.

É sempre bom o Ministério dos Direitos Humanos, a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, debater sobre a garantia da proteção, da promoção e da defesa de crianças e adolescentes nessa época, uma época extremamente feliz, alegre, de comemorações, mas também uma época muito preocupante, porque nós temos a exposição das crianças e adolescentes nos ambientes de rua, de manifestações. E é claro: sempre temos que ter cuidado.

Antes de iniciar a minha fala, eu gostaria de fazer minha audiodescrição. Eu sou uma mulher branca, de cabelos loiros escuros abaixo dos ombros, olhos castanhos, pequena, *mignon*, uma mulher pequena, miúda, e estou vestida de blusa verde-escura e uma calça bege, com sapatos marrons.

O Ministério dos Direitos Humanos, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, está à frente de uma campanha que já acontece há três anos e que tem um mote no Carnaval: "Pule, brinque e cuide". E a palavra, o verbo cuidar está citado neste mote, porque é isto: existe neste momento uma necessidade de não só a família cuidar das crianças, dos seus filhos, dos seus sobrinhos, dos seus netos, mas de também toda a sociedade brasileira olhar para a criança, nestes momentos de grandes eventos, de grandes manifestações culturais, com o olhar do cuidado. A Comandante Ana Paula falou, a Senadora Damares citou, com muita propriedade, muito conhecimento, a necessidade do cuidado bem expressivo e significativo da criança e do adolescente nestes momentos.

Então, a secretaria nacional desenvolve essa campanha já há três anos, com a proposta de trazer sensibilização e conscientização de toda a sociedade da importância deste cuidado. Cada pessoa, cada indivíduo, cada sujeito, cada carnavalesco, cada folião que está brincando, que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na rua, que está nos clubes, que está em ambientes de festa tem o dever de cuidar de cada criança ou adolescente que está nesse espaço.

Então, a gente reconhece, a secretaria nacional reconhece que o Carnaval é uma manifestação cultural brasileira – é um evento cultural –, mas também é um espaço de direitos que a criança e o adolescente têm o direito de acessar, de participar, de vivenciar as experiências de forma segura, participar e vivenciar de forma protegida e acolhedora. É importante que todo mundo entenda esse dever de acolhimento da criança e do adolescente nesses grandes eventos. Então, a campanha trabalha na lógica da promoção de direitos, aliada na prevenção de violações.

Considerando que o Carnaval é um grande evento, marcado por intensa circulação de pessoas, aglomerações, chamamos a atenção para as situações que podem se intensificar nesse período, como o trabalho infantil, a exploração sexual de crianças e adolescentes, o desaparecimento, que é algo que vem acontecendo e é um fenômeno que vem nos alertando o tempo todo, que é o aumento assoberbado de crianças e adolescentes que estão em situação de desaparecimento – isso é altamente preocupante. Há a exploração sexual, e a gente já vem nessa luta há muitos anos para diminuir os indicadores de violência sexual doméstica e exploração sexual, além das violências dos direitos no ambiente digital, Senadora. É importante também que, neste momento de Carnaval, não se coloquem as crianças que estão com você ou as crianças que estão nos ambientes de folia, de Carnaval, na exposição digital, porque nós sabemos o que pode acarretar uma exposição da imagem das crianças no ambiente digital, que é a violência sexual, a exploração sexual, a pedofilia e vários outros crimes.

Então, a campanha orienta a população a estar atenta a essas situações, a utilizar os canais oficiais de denúncia, como o 190, o Disque 100, sempre que identificar indícios de violência.

A gente reforça, nessa campanha, a importância da identificação prévia. Como a Senadora Damares acabou de falar, isso é fundamental.

Nenhuma criança pode sair de casa ou de qualquer espaço sem uma identificação, com a pulseira, um crachá ou um cartão, contendo informações de contato dos responsáveis, além de estarem orientadas sobre a quem procurar, caso se percam. Geralmente, a gente orienta os municípios, as secretarias e os organizadores de evento que tenham um espaço de referência para buscar e encontrar essas crianças. Esses espaços são importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que se refere à violência *online*, alertamos para os cuidados com a exposição de imagens de crianças e adolescentes nas redes sociais. Publicar ou repostar fotos pode gerar riscos, especialmente em contexto de uso crescente de inteligência artificial, que pode manipular as imagens e ampliar a vulnerabilidade.

A campanha Pule, Brinque e Cuide traduz esta mensagem de celebrar um Carnaval alegre, inclusivo, diverso, mas garantindo direitos e proteção.

Entretanto, a gente também busca, no diálogo com as políticas públicas, os serviços, programas e projetos que estão envolvidos em grandes eventos como o Carnaval, fazer uma campanha de sensibilização, pensar o Carnaval como um evento que implica estabelecer estratégias estruturadas de proteção integral, que começam com ações educativas e de mobilização social, mas avançam para a preparação concreta de uma rede de atendimento. Como é um evento absurdamente grande em várias cidades, várias capitais brasileiras, um evento que tem muita circulação de pessoas, é importante que o município, que a rede de atendimento, que a segurança pública, a assistência social e de saúde se mobilizem antes, durante e após o evento para se organizar em estratégias de proteção com relação às crianças e adolescentes.

Agradecendo à Coronel Ana Paula, é muito satisfatório vermos o quanto a polícia militar organizada, estruturada e sensibilizada para esta atuação na proteção de crianças e adolescentes é importante, porque, de verdade, para que não haja grandes violações de direito, grandes catástrofes morais e físicas para as crianças e adolescentes no Carnaval, é importante que a polícia militar, que a polícia civil, o Ministério Público, os tribunais de justiça, a Defensoria Pública, os conselhos tutelares, a assistência social de saúde e demais órgãos estejam integrados, com ações integradas na proteção dessas crianças e adolescentes. A ideia é de que a campanha traga esse diálogo com os municípios, com os organismos, com os serviços, com as políticas públicas para se integrarem em ações coordenadas de modo a protegerem suas crianças e seus adolescentes, além de também ter esse espaço seguro de proteção: onde buscar essa proteção dentro daquela festa, dentro daquele espaço do ambiente de folia. Então, todos os municípios e todos os espaços precisam ter um ponto de referência, um lugar de proteção para que integrem ali todos os esforços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, é fundamental repensar que a proteção de crianças e adolescentes no Carnaval não se garante apenas por meio de campanhas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fique à vontade, viu, Doutora? É automático.

A SRA. DENISE ANDREIA DE OLIVEIRA AVELINO (*Por videoconferência*.) – Mas eu estou terminando. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas fique à vontade.

A SRA. DENISE ANDREIA DE OLIVEIRA AVELINO (*Por videoconferência*.) – Então...

Mas a ideia é essa, Senadora, é que a gente entenda que a proteção efetiva depende das políticas públicas organizadas, depende da segurança pública, da assistência social, da educação, da saúde, dos conselhos tutelares, que são extremamente importantes na proteção de nossas crianças e adolescentes – a gente nunca não pode se esquecer do papel fundamental dos conselheiros tutelares nos grandes eventos e, em especial, no Carnaval –, com ações estruturadas, preparadas e capacitadas para proteger as crianças e os adolescentes.

É importante, para finalizar, dizer que a campanha "Pule, Brinque e Cuide" é uma campanha que é desenhada e é estruturada com a parceria de grandes parceiros, como Unicef; ChildHood, Instituto Liberta, Ecpat, fórum nacional de enfrentamento à violência e ao trabalho infantil, Conanda, todos os conselhos de direitos, e, hoje, a campanha está em todos os ministérios.

Os ministérios abraçaram essa campanha, conjuntamente com o Ministério dos Direitos Humanos, e, a partir disso, a gente consegue capilarizar a ideia do pular, do brincar, mas do cuidar, Senadora, a importância de que cada brasileiro e brasileira entenda o seu dever de cidadão de cuidar de cada criança e adolescente deste país.

Então, a gente agradece muito a participação.

Vou ficar por aqui, porque nos interessa demais este debate. Conte comigo até o final desta audiência.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Denise, e eu preciso parabenizar pelo nome da campanha. Ficou muito lindo, né? Brinque, pule, cuide. Acho que é essa ordem, né?

Inclusive, Doutora, eu vou, de ofício, encaminhar os *cards* da campanha para todos os gabinetes de todos os Senadores aqui, para que eles disponibilizem a campanha em suas redes.

Nós temos Senadores que são campeões de seguidores – eu também, tá, Doutora? Eu sou uma Senadora *pop*. (*Risos.*) Mas é a gente aproveitar as nossas redes sociais e divulgar uma campanha tão extraordinária.

Doutora Denise, apenas uma pergunta que eu vou dirigir à senhora... As brigas de ruas que envolvem adolescentes.

Eu acho que a senhora acompanhou que Brasília, esse final de semana, ficou de luto. Nós perdemos o menino Rodrigo, fruto de uma briga de rua entre adolescentes, foi terrível o que aconteceu... Todas as mães em Brasília se sentiram mães de Rodrigo, sofreram uma semana com esse menino na UTI...

O sepultamento do menino foi agora, domingo. Foi muito triste. Mexeu com o coração de todas as mães.

Uma briga na rua. Adolescentes brigando. E por motivo muito banal: no começo se dizia que era um chiclete. Depois, parece que se chegou à conclusão de que era ciúme de uma menininha.

E, nesse momento, Dra. Denise, a gente sabe que existem brigas de rua que envolvem adolescentes no Carnaval: em voltas do trio, na rua, ou bebeu, ou um olhou para a menina do outro...

A senhora tem uma orientação para quem está assistindo, que está vendo uma briga que envolva adolescentes... De que forma, nesse "cuide", a gente pode enfrentar uma briga de rua que pode ser letal, que pode chegar à letalidade, que é exatamente o que vocês estão enfrentando aí, na sua coordenação? Alguma orientação para as famílias, Dra. Denise?

A SRA. DENISE ANDREIA DE OLIVEIRA AVELINO (*Por videoconferência.*) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante... Esse é um fenômeno, Senadora Damares, que está acontecendo no Brasil, nos últimos anos, e a gente tem acompanhado, que é a violência, né? A violência gratuita. A gente está vivendo um momento muito complexo, eu costumo dizer civilizatório, e nós precisamos enfrentar. A orientação... Quando a gente trabalha com o cuidado, a gente olha para as famílias, e a ideia da campanha é exatamente chamar as famílias para esse cuidado dos seus filhos. Mas quando já se está em situação, de fato, de rua, a gente precisa acionar imediatamente o conselho tutelar – é por isso, porque é o conselho tutelar e a polícia militar que vão cuidar deste caso.

Mas é importante... Geralmente a gente chama o 190, a polícia militar na hora, para fazer o apartamento e tudo mais, mas é bom ter também a presença do conselho tutelar, que tem as diretrizes para cuidar daquela situação, naquele momento, para proteger o direito de cada um, do adolescente; se são vários adolescentes, cada um tem o... A gente tem que preservar o direito de quem está certo, de quem que se acha certo no conflito, né? O conflito se faz com vários adolescentes, são crianças, são adolescentes, não são... prescindem de cuidado de adultos. Então, chame, se tiver o acesso... Toda família precisa ter o acesso ao seu conselho tutelar da sua comunidade, toda pessoa... É preciso que nos municípios se coloquem os contatos do conselho tutelar disponíveis para todos presentes ali, que esse acesso a esse contato seja fácil, para que a gente possa acionar o conselho tutelar para fazer a proteção. Porque não é só o enfrentamento do conflito, mas também a proteção de cada um desses adolescentes envolvidos no conflito. Então, a ideia é que a gente possa fortalecer os conselhos tutelares, ter acesso aos números dos conselhos tutelares, para que eles possam nos ajudar nessas situações emergenciais.

Mas é isso, a violência letal, Senadora Damares, é algo que a gente precisa discutir muito. Eu me coloco à disposição aqui para discutir. Ela não é uma característica de grandes eventos, né? A violência letal acontece todo o tempo por motivos multifatoriais, são múltiplos os motivos que levam à violência letal e a gente se coloca à disposição para discutir, porque precisamos muito falar sobre essa temática no Brasil.

Obrigada, espero ter ajudado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Denise. Sucesso para vocês nos próximos dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, eu estive lá naquele ministério, eu fui Ministra. A partir de hoje, esses servidores não dormem. São 24 horas trabalhando, eles são demandados e acionados o tempo todo. Que Deus abençoe, Dra. Denise, a senhora, a sua equipe, a Ministra, a Secretária, nos desafios dos próximos dias! Mas que bom que a senhora vai continuar mais um pouquinho com a gente.

Eu quero convidar para compor a mesa o Dr. Fabio Francisco Esteves, Juiz, admirado por este Parlamento. Nós aprovamos o nome dele para ser membro do Conselho Nacional de Justiça. E, nas entrevistas, todos nós observamos o compromisso do Dr. Fabio – esse jovem Juiz, esse jovem magistrado – com a infância. Eu não sei como é que ele vai sentar aqui na mesa agora, se como defensor da infância, como juiz, como CNJ, mas ele está conosco. E todos nós que já estivemos com o Dr. Fabio estamos apostando muito no seu trabalho – muito, Doutor. É uma alegria tê-lo conosco neste debate, é uma alegria tê-lo conosco nesta Comissão. Seja muito bem-vindo.

Como nós falamos que iríamos fazer uma pessoa presencial e uma de forma *online*, nós vamos ouvir agora a sociedade civil.

Nós ouvimos a Polícia Militar, nós ouvimos o Ministério dos Direitos Humanos e nós vamos aqui na mesa também ouvir a sociedade civil, mas, antes de passar a palavra para a Luciana Temer, que é representante do Instituto Liberta, eu preciso ler algumas perguntas que chegaram, inclusive perguntas que qualquer um de vocês poderão responder.

Gisele, do Distrito Federal, diz o seguinte: "Quais as medidas que estão sendo tomadas não para criar novas propostas, mas para executar o ECA?". Eu acho que muitas medidas já foram ditas aqui na mesa.

Rodrigo, de Goiás: "Como garantir que as plataformas digitais sejam responsabilizadas pela segurança e prevenção ao aliciamento?". Isso com certeza vai ser fala de Luciana, vai ser fala de Laís, vai ser fala de Maurício.

Jennifer, do Rio de Janeiro: "Os traumas da adultização sofrida por uma criança durante toda sua infância são reversíveis?".

E Moanna, da Bahia, faz um comentário. Ela diz o seguinte: "Um assunto muito importante a ser debatido, que deve ser olhado com cautela e nos detalhes, começando dentro de casa".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a participação dos internautas.

Vamos ouvir agora, por dez minutos – se precisar se estender, Dra. Luciana, eu sou muito generosa –, a Dra. Luciana Temer, representante do Instituto Liberta.

A SRA. LUCIANA TEMER (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Queria agradecer a Senadora Damares não só pelo convite para esta audiência, mas pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo em relação à proteção de crianças e adolescentes, especialmente no que tange ao assunto que nos toca muito, especialmente no Liberta, que é a violência sexual contra crianças e adolescentes.

E vou pedir licença aqui, Senadora, para não me ater somente ao período de Carnaval, porque é natural que a gente fale sobre violência sexual contra crianças e adolescentes em períodos de grandes eventos, no 18 de maio, no mês de maio, no Maio Laranja, mas esta é uma violência que, como a senhora mesmo disse, acontece o ano inteiro, o tempo inteiro – são seis estupros por hora de menores de 14 anos neste país registrados. Então, eu queria não me ater ao Carnaval, para fazer uma provocação aqui que é uma provocação que nós temos tentado fazer no Liberta ao longo desses anos, que é uma provocação de consciência, porque a verdade é que o que acontece no Carnaval, o que acontece *online*, só acontece porque acontece cotidianamente a partir de uma cultura permissiva com a violência sexual contra crianças e adolescentes. E é um pouco sobre essa cultura que eu queria falar.

Eu vou começar aqui as minhas rápidas considerações dizendo o seguinte: a nossa sociedade já entendeu muita coisa importante, não exatamente em relação à violência sexual, mas em relação ao racismo, por exemplo. Eu vou dar duas decisões da Justiça, do ano passado, que são muito relevantes: uma na qual a Justiça trabalhista do Mato Grosso entendeu que o humor racista não existe – não existe humor com racismo – e que uma provocação chamada humor racista é passível de demissão por justa causa; da mesma maneira, a Justiça de São Paulo condenou o humorista Leo Dias a oito anos de prisão por provocações com minorias – obesos, idosos, pessoas com deficiência... Então, a gente já entendeu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Supremo Tribunal Federal, em 2003, decidiu que um editor gaúcho não podia fazer provocações antissemitas. Por quê? Porque a liberdade de expressão tem limites, limites na dignidade da pessoa humana.

Então, eu dei aqui alguns exemplos de como a Justiça brasileira, e, portanto, o reflexo de uma consciência na sociedade brasileira, não admite mais certos comportamentos. "Ah, mas é uma piada", mas a gente sabe que a palavra tem poder, o poder de perpetuar comportamentos, de perpetuar ações e discriminações, e é por isso que a gente não permite mais a palavra. A gente não permite mais a palavra porque a gente sabe que ela não é só uma brincadeira, ela não é só uma opinião. Muitas vezes, e aí... É lógico que tem um conflito entre censura e liberdade de expressão, que tem que ser analisado caso a caso, mas, olha só, eu vou me dar o direito aqui de ler uma letra que foi a música mais tocada no Carnaval de 2023, e a letra, se vocês me permitem, é a seguinte:

> Sensacional o jeito que ela faz comigo
> É fora do normal, estou na zona de perigo
> Foi beijando minha boca com a mão na minha nuca
> Essa bebê provoca, a bunda dela pulsa
>
> Vem deslizando (vai)
> Que eu tô gostando (vem)
> Ela me pede (mais)
> Não para, não (meu bem)
> E vem sentando gostosinho pro pai

E assim segue a música.

Eu quero dizer que, em 2023, 44,4% dos estupros registrados no país contra crianças foram praticados por pais e padrastos – isso é dado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; ou seja, 44,4% de todos os estupros praticados contra crianças de até 13 anos de idade no Brasil, em 2023, foram praticados por pais e padrastos, e, no entanto, a música mais tocada no Carnaval fala "vem neném, tá-tá-tá tá-tá-tá, para o pai". Agora, isso não tem problema? Porque, quando a gente fala sobre isso, Senadora, a gente é moralista, não é? Agora, por que a gente já entendeu que piada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

racista não pode, que opinião antissemita não pode, mas a gente não entendeu que pai e neném, numa relação sexual, numa música, pode? Pode. Por que pode, não é?

E aqui eu vou falar um pouco... Eu não estou falando dessa música, nem desse cantor, gente, porque não é sobre fulanização; é sobre uma não percepção de uma cultura pop que simplesmente virou *soft* pornô. E isso tem muitas implicações, isso não é uma questão moralista, isso tem implicações estruturais e de poder econômico. E, se a gente não falar sobre isso, a gente não consegue enfrentar determinadas violências, Senadora.

E aí eu vou sair do âmbito musical e vou para o âmbito da internet.

Foi aprovado aqui, inclusive com a sua colaboração expressiva e importante, o ECA Digital no ano passado. O ECA Digital é um instrumento fundamental, importantíssimo, e, logicamente, como para toda lei, muito linda, aprovada, agora precisamos do controle, precisamos da efetividade, porque lei bonita que não se efetiva também não nos resolve a vida. Então, a gente precisa do controle agora do ECA Digital.

Um dos controles muito importantes é justamente impedir que crianças e adolescentes, ou menores de 18 anos, ingressem em *sites* de conteúdo adulto, seja os de relacionamento, seja os *sites* pornográficos e de apostas, enfim. Isso é fundamental. Aliás, é inacreditável que a gente tenha que esperar chegar em 2025 para mostrar que uma criança ou um adolescente não pode entrar num *site* pornográfico e que... "Ah, não, mas é que tinha lá que é autodeclaratório: 'Tenho mais de 18 anos'"; ou seja, é um absurdo tão incrível que a gente só tenha chegado a essa conclusão agora!

Mas tudo bem, vai dar tudo certo, não é? Vai entrar em vigor agora a exigência, e a gente vai conseguir impedir crianças.

Mas a minha provocação aqui é outra. A gente impede as crianças, no entanto... Eu não sei aqui quantas pessoa frequentam *sites* pornográficos, o que não é nenhum problema, porque, na verdade, o mundo inteiro frequenta *sites* pornográficos; mais de 30% da internet é pornografia, então alguém frequenta. O Brasil, inclusive, é um dos países que mais acessa, tem mais de 75 milhões de acessos no Pornhub por dia só vindos do Brasil. Então, a gente acessa *sites* pornográficos. E, se você puser termos de busca como pai e filha, padrasto e enteada, tio e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobrinha, aluno e professor vocês vão encontrar milhares de filmes gratuitos, livres. E aí eu me pergunto o seguinte: tudo bem um adulto assistir a um filme pornográfico padrasto e enteada? Eu acho que não. Eu acho que não. E acho que isso não tem nada a ver com liberdade de expressão.

Mas, enfim, eu queria deixar aqui, Senadora, essa provocação, porque eu acho que, enquanto a gente não entender que essa questão da violência sexual contra crianças e adolescentes é algo muito profundo, muito arraigado, muito permitido e que vai se naturalizando e dessensibilizando por meio de uma cultura que vai se tornando permissiva. E aqui tem mil estudos, gente, comprovando essas coisas que eu falei. Não dá tempo de a gente fazer aqui, falar aqui, mas vai lá no Liberta, entenda um pouco do que a gente fala. Se a gente não entender isso, a gente vai enxugar gelo; a gente vai sentar todo Carnaval para discutir essa violência sexual.

Só chamando a atenção para o tráfico de pessoas, 60% de todo o tráfico de mulheres e meninas no mundo são para fins de exploração sexual, né? Então, sim, crianças desaparecidas muitas vezes são para fins de exploração sexual. A gente tem que falar sobre isso, como a gente fala sobre todos esses assuntos de que eu falei anteriormente. E a gente tem que falar com a mesma naturalidade e com a mesma consciência. Não pode racismo? Não pode. Não pode pai e criança na mesma música de forma sexualizada? Eu acho que não pode.

Eram essas as minhas observações, Senadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Meu Deus, desliga essa máquina! (*Risos.*) Não vamos contar o tempo, tá?

Meu Deus, porque a senhora tirou o fôlego da gente agora.

Eu e a Dra. Luciana somos parceiras e amigas há muitos anos. O Instituto Liberta é pioneiro na luta pela defesa da criança. E aí, Dra. Luciana, quando a gente fala, nós somos loucas – moralistas, exageradas, loucas. No meu caso, eu sou a maluca do pé de goiaba, eu sou a bruxa, eu sou tudo.

Teve um Carnaval, Doutora, porque eu me levantei contra as músicas, que teve um clube muito bravo comigo, e toda a decoração do clube era vassouras de bruxa, e a bruxa era eu. Tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

máscara de bruxa com a minha cara. Eu nunca imaginei que eu era tão famosa. Se deram o trabalho de fazer máscaras com a minha cara.

Mas não é exagero. O que a Dra. Luciana trouxe aqui é a gente estar legitimando o abuso em nome de liberdade artística.

Dra. Luciana, por incrível que pareça, semana passada estava na pauta... Escutem: existe *lobby* contra a criança, e nós não estamos mentindo. Tem *lobby* neste Congresso contra criança.

Deixe-me dizer um *lobby* de duas semanas atrás. Eu fui a Relatora do projeto de lei que proíbe propaganda de *bets*. Regulamenta, na verdade; não é que proíbe.

Faça de madrugada, faça de noite, como a propaganda de álcool e cigarro. Todo mundo que usa sabe que tem álcool e cigarro e sabe onde comprar. Que as *bets* tenham o mesmo procedimento.

A senhora não tem ideia do *lobby* contra o meu relatório. Porque a proposta que eu fiz é: eu não quero *bets* sendo divulgadas para criança e para adolescente. No dia da votação do meu relatório, o Plenário estava lotado, os homens com os ternos mais caros do mundo, Doutora, coisa mais linda. Eu disse: "Opa!". Tudo – advogados, instituições – contra o meu relatório: "Porque precisamos divulgar *bets*, porque o futebol não vive mais sem *bets*, porque os artistas não vivem mais sem *bets*, os *influencers*...". Sejam criativos! Zico jogou sem *bets* e é o nosso herói. Romário, o maior artilheiro do mundo, meu baixinho, lindo, incrível, melhor Senador do mundo, sem *bets*. Sejam criativos, vamos jogar futebol de verdade. Desculpa, mas é isso que está acontecendo. A senhora não tem ideia do que eu sofri.

Aí na semana passada, nesta Comissão, estava na pauta, Doutora, o Projeto de Lei 3.671, de 2024, de que o Relator é o Senador Magno Malta, o autor eu acho que é o Senador Marcio Bittar. Aí eu chego para presidir a Comissão, a Comissão lotada. "Nossa, está todo mundo preocupado com direitos humanos!". Gravadoras, empresários artísticos com a representante de compositores... São compositores, tá? Isso aí é obra artística. Isso aí é poesia, Doutora. A senhora está criticando o quê? Isso aí é poesia. A senhora precisava ver como é que estava este plenário aqui, para Magno Malta não ler o relatório dele – justo o Magno Malta –, foram bater com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa errada. Ele não leu, Doutora. Ele disse: "Vocês querem uma semana? Eu vou dar uma semana para vocês. Agora, me tragam uma proposta".

Por incrível que pareça, há um *lobby* para que essas músicas não sejam censuradas, porque dizem que nós somos censuradores. Defender criança no Brasil é censura. Proteger criança de *bets* é destruir o futebol.

A senhora trouxe um tom para esta audiência, que agora está ficando boa. Eu imagino o que a Laís, o Doutor e a Camila vão falar, e o Rodrigo, o Maurício deve estar do outro lado ali ansioso para falar.

É isso. Quando eu me lembro das marchinhas de Carnaval, quando eu era criança, que todo mundo cantava, o pai podia cantar dentro de casa para o filho, aí agora a gente vê hoje letras como esta. Doutora, a senhora nos provocou, nos tirou o fôlego e realmente não é só em grandes eventos, não é só no Carnaval, não é só durante as grandes festas. E vou dizer uma coisa, Doutora, eu sou de lá do Nordeste, passei parte da minha vida lá, não nasci lá, não tive a graça de nascer lá, a bênção de nascer lá, mas o nosso São João também, Doutora. As nossas letras de forró eram tão lindas, hoje está difícil você ir num concurso de quadrilha e levar a sua criança para escutar as músicas.

Obrigada, Dra. Luciana, por nos ter provocado, ter tirado o fôlego. A gente vai continuar e eu vou mandar um recado para as gravadoras: o projeto está na pauta na próxima sessão. Ah, mas vai ser aprovado, vocês não conhecem o *lobby* do bem também. Tem o *lobby* do bem também. Tem o *lobby* financeiro, porque eu vou dizer uma coisa, não é em nome da liberdade artística, é dinheiro, Doutora. Desculpa, é dinheiro. Ninguém está aqui querendo defender artista coisa nenhuma; é o bolso das grandes gravadoras, dos grandes artistas. Não é a liberdade artística; é dinheiro. Infelizmente, é assim que acontece no Brasil.

Desculpe se exagerei.

Vamos continuar a nossa audiência. Vamos ouvir agora, de forma *online*, Maurício Cunha, Presidente do Fundo para Crianças.

Maurício Cunha, é um prazer tê-lo conosco mais uma vez nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURÍCIO CUNHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Vocês me ouvem, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estamos ouvindo.

O SR. MAURÍCIO CUNHA (*Por videoconferência*.) – Que alegria, que honra participar deste momento, Senadora Damares, junto com pessoas aí tão especiais que atuam na defesa, promoção, proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

Falar sobre esse tema, que é muito caro para todos nós...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Maurício...

O SR. MAURÍCIO CUNHA (*Por videoconferência*.) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está muito baixinho, vê se você melhora um pouco seu microfone.

O SR. MAURÍCIO CUNHA (*Por videoconferência*.) – Só um minutinho.

Eu estou no meu máximo aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Melhorou.

O SR. MAURÍCIO CUNHA (*Por videoconferência*.) – O.k.

Mais uma vez, então, quero saudar a mesa, a Senadora Damares, e parabenizar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado.

Falar sobre o tema dos direitos da criança e adolescente, proteção da infância sempre é muito importante, é um tema muito caro para nós, e falar sobre o Carnaval. E eu quero botar também um pouquinho de lenha na fogueira, Senadora, seguindo aí a linha da Luciana – brilhante a exposição da Luciana –, a gente fala de adultização da criança; na verdade, é um grande eufemismo. A palavra não seria adultização, porque adulto não é uma coisa necessariamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ruim, o ser adulto não é necessariamente ruim; é falar mesmo de erotização precoce, é falar de sexualização precoce mesmo.

E talvez, a gente estava até fazendo uma análise, porque todos sabem da viralização lá dos vídeos do Felca, que, na verdade, foi positiva, chamou a atenção da sociedade. Ele usou o termo adultização, e a gente estava refletindo por que isso viralizou tanto, sendo que há tantos anos a gente já fala, todos que estão aqui participando dessa audiência já falam sobre essa temática, mas parece que foi até – não sei se foi intencional – uma jogada aí de *marketing* de usar o termo adultização, e não usar o termo erotização precoce, até porque parece que ele se tornou mais palatável para a sociedade. Então, viralizou, mas o termo nem seria adultização na minha visão; o termo seria mesmo erotização precoce de uma criança.

E aí, se a sociedade não aguentava ouvir erotização ou se choca com essas coisas, e adultização viralizou, eu acho que a gente tem que aprender a tornar o estômago da sociedade, sim, mais preparado para debater esses temas abertamente, para enfrentar essa temática de que a criança é o público hipervulnerável que mais sofre violências e violações de direitos no Brasil. Esse argumento de a gente lutar tanto contra a erotização precoce, que ela é potencializada no Carnaval, não é apenas um argumento moral – embora argumentos morais também sejam legítimos, a moralidade faz parte de uma sociedade, da construção de uma sociedade. Nós somos uma sociedade que tem uma matriz cristã, enfim, mesmo outras matrizes religiosas trazem a sua moralidade, mas vai para muito além de um argumento moral de que "a criança não pode participar dessa ou da outra atividade", é do direito mesmo. São argumentos do âmbito do direito, da doutrina da proteção integral. O que a doutrina da proteção integral preconiza? Três grandes pilares: criança como sujeito de direitos; criança como prioridade absoluta – todos que estão aqui participando conhecem isso; e o terceiro, criança em especial e peculiar condição de desenvolvimento. Por isso, por estar numa peculiar condição de desenvolvimento, a criança precisa ser protegida de determinados conteúdos, práticas, comportamentos e situações.

Uma das perguntas que a Senadora nos trouxe agora, de alguém que está nos assistindo, é: isso se apaga da memória? É possível curar essa memória, essa experiência? A gente sabe que o ser humano é capaz de tudo, de ressignificar tudo. Existe a neuroplasticidade cerebral, as pessoas superam seus traumas e às vezes fazem daquela dor uma grande cicatriz. Nós temos na Senadora Damares, inclusive, um exemplo público disso, mas amnésia ninguém tem – amnésia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninguém tem. Aquela dor, aquela cicatriz vai ficar ali para sempre, porque a criança é aquela calçada com cimento fresco. Se alguém vai lá e pisa em cima, aquela pegada vai enrijecer, vai ficar ali. E é por isso que a criança precisa ser protegida de determinados conteúdos, situações e comportamentos, por estar em especial condição de desenvolvimento, que é um dos pilares da doutrina da proteção integral, que fundamenta a nossa legislação. Então, a gente está falando de moralidade, mas muito mais do que moralidade, ou de algum tipo de religiosidade, ou de conservadorismo; a gente está falando de um princípio do marco normativo brasileiro no que diz respeito à proteção da infância.

O Carnaval é esse período... Focando agora no Carnaval, embora eu concorde com a Luciana de que esse é um tema para a gente debater sempre, nesse período de aumento de circulação, de exposição, de eventos massivos, de intensificação de alguns riscos tradicionais que já acontecem, como a própria erotização da infância, de aumento do desaparecimento de crianças, do trabalho infantil em atividades informais de diversas formas, há um aumento da exploração sexual, e eu trago isso com base em evidências. A própria Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos – fiquei feliz de ver a Denise participando desta audiência também, Denise – traz para a gente essas informações. Tivemos um aumento de 38% – esse é um dado de 2024, mas certamente representa uma tendência – no registro de violações de direitos de criança durante o período do Carnaval. E 35% de todas as denúncias feitas naquele período se referem a violências contra a criança. Foram 26 mil violações registradas só durante o Carnaval de 2024. Então, é inegável... A gente não está falando aqui de algo que a gente observa empiricamente, intuitivamente, mas os dados mostram que é um período, de fato, de aumento de violações de direitos de crianças e adolescentes: 35% acima de outros períodos em média.

E aí eu só quero aproveitar... Faço aqui uma fala institucional, também como o Fundo para Crianças, o ChildFund Brasil, de que nós trazemos também este componente, uma bandeira institucional que eu preciso aproveitar para trazer, que é sobre a proteção *online*, a proteção digital, que já foi abordada aqui, mas nunca é demais enfatizar, porque, muitas vezes, é um tema negligenciado no ecossistema da proteção da infância. A gente tem de trazer o tema da internet para essa discussão. Por que isso? Porque, nesse período de Carnaval, também há uma hiperexposição digital típica: fotos, vídeos, *lives*, especialmente com conteúdos adultos a que as crianças acabam tendo acesso, a própria exposição das próprias crianças. Há uma amplificação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de riscos pela conexão imediata entre o mundo físico e o mundo digital, maior utilização de plataformas que servem de ponte para assédio, aliciamento, disseminação de conteúdo abusivo, e um aumento também da exploração sexual no ambiente digital.

O ChildFund conduziu uma pesquisa recente, Senadora, com quase 9 mil adolescentes brasileiros de todos os estados. Então, é uma amostra bem representativa. E para nossa indignação e extrema preocupação, a pesquisa aponta que 54% dos adolescentes brasileiros relatam já terem sofrido algum tipo de violência sexual *online*; isso é mais da metade dos adolescentes brasileiros. Eu estou falando de milhões de pessoas que – eles mesmos relatam – já sofreram uma violência sexual, sem falar da violência psicológica do *cyberbullying* e outras no ambiente digital.

A pesquisa também aponta que os adolescentes passam, em média – falando agora de adolescentes, né? –, quatro horas por dia conectados em redes sociais, fora atividades escolares, mas tem um grupo de 30% que passa mais de seis horas por dia conectado na internet; ou seja, a gente está falando... a gente não está dando para eles os instrumentos referenciais de autoproteção naquele espaço onde eles passam seis horas por dia, né? Estamos falhando, certamente, como sociedade nesse sentido.

Também um dado estarrecedor: 65% dos pais não monitoram as atividades dos filhos *online*. Eu vou inverter essa fala: apenas 35% dos adolescentes relatam ter qualquer tipo de supervisão parental sobre as suas atividades na internet. Então, ainda é muito baixo. Realmente, nós estamos num período de um *gap* geracional em que as nossas crianças e adolescentes sabem mais de internet do que a gente – eu sei porque eu também tenho filhos, né? Então, eles estão sozinhos nesses mecanismos de autoproteção. Muitas vezes, se a escola não implementa políticas públicas, a família está ausente em 65% dos casos, como que está esse adolescente no ambiente digital?

E 94% dos adolescentes, um número altíssimo, relata não saber, não ter a menor ideia de como proceder em situações de violência sofrida e de como denunciar. O que os adolescentes fazem? Eles bloqueiam aquele perfil que mandou *nudes*, que pediu *nudes*, que mandou um vídeo, mas eles não conhecem os mecanismos Disque 100, DPCA, conselho tutelar – 94% deles relatam isso. Então, a gente está falhando muito também nas políticas educacionais de orientação a esses adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu quero fazer... Não é porque a Senadora Damares é pelo Distrito Federal, não, mas eu quero elogiar aqui a iniciativa também do GDF. No dia 26 de fevereiro agora – quero convidar a todos –, estaremos em Brasília para lançar a Política pública de Educação Digital para crianças e adolescentes do Governo do Distrito Federal, em parceria com o ChildFund. A gente está levando conteúdos sobre isso que vão compor o conteúdo escolar, o currículo escolar no Distrito Federal, capacitando os conselheiros tutelares sobre proteção digital. É um tema específico, mas fundamental. Quando a gente fala de cidadania digital, a gente não pode estar restrito apenas a ensinar a criança a navegar, dar acesso, ensinar a fazer uma planilha Excel ou usar inteligência artificial. A gente tem que trazer com muita força também o componente da proteção *online* como parte desses currículos e dessa formação, inclusive, dos atores do sistema de garantia de direitos.

Há uma carência ainda de educação digital contemplando esse componente da proteção *online* no Brasil. Então, esse é um fator de vulnerabilidade junto a outros fatores de vulnerabilidade que nós temos: o uso não monitorado de celulares, a falta de compreensão sobre privacidade, sobre exposição, esse tema da confidencialidade ou da liberdade de expressão, que, às vezes, é ainda inadequadamente usado como um fator de contraposição à proteção da infância. A gente entende que é um princípio da Constituição que a proteção da infância é prioridade. Então, por isso a gente saúda aí a promulgação do ECA Digital recentemente – que, aliás, entra em vigor mês que vem agora –, que traz avanços, sim, significativos, né?

A gente está falando de violências *online*, violências como a própria exploração sexual, mas do *grooming*, muito comum, que é quando o adulto se passa por criança ou adolescente para se aproximar de uma vítima. Eu sempre digo assim: 30 anos atrás, quando não tinha internet, um violador ou um abusador, para satisfazer os seus desejos, vamos colocar assim, precisava ou ir para vias de fato, fisicamente – o que, muitas vezes, temia –, ou consumir material impresso, que é crime. Então, era muito mais difícil. Com a internet, com os perfis *fakes* e os mecanismos de *grooming*, houve um aumento exponencial dos crimes sexuais contra crianças, porque a internet se tornou um ambiente propício para esse tipo de crime, é muito mais fácil ele cometer esse tipo de crime. A Europol desbaratou sozinha uma rede de 300 mil pedófilos. Antes da internet, como que eles iam compartilhar material? A prova do crime estava já ali, na mão dele; agora, não, agora se tornou muito mais difícil, até por ser um crime transnacional. Então, a internet trouxe muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa boa na vida da gente, mas também trouxe, conferiu aos crimes sexuais contra crianças esse aumento exponencial.

O *sexting*, que é a prática de compartilhar fotos e vídeos íntimos de si mesmo ou de outra pessoa. O *cyberbullying* também, que potencializou o *bullying*, porque antes o *bullying* ficava lá na escola, vamos dizer, não deveria, mas ficava lá na escola; a criança ia para casa e estava fora daquele ambiente de *bullying* muitas vezes. Mas e o *cyberbullying*? O *cyberbullying* tornou o *bullying* onipresente na vida da criança, porque está ali, está no celular dela. Ela acorda... Uma criança que sofre *cyberbullying* acorda de madrugada, com crise de ansiedade, para ver o que postaram sobre ela. Eu e Damares já tivemos a oportunidade de abraçar uma mãe – não sei se ela se lembra disso –, lá em Natal, no Rio Grande do Norte, cujo filho tinha se suicidado, o filho adolescente tinha se suicidado depois de ter sofrido um linchamento virtual na internet! São atenções que a sociedade tem que trazer para o tema da violência *online*.

E aí já preciso caminhar para o final dizendo que nós temos, sim, como proteger. Não vamos apenas falar dos problemas, né? Como que a gente pode proteger as crianças da violência sexual *online* no Carnaval? Evitar exposição excessiva; publicar menos fotos identificáveis de crianças; ajustar os perfis para o modo privado – veja que são soluções simples, mas efetivas –; não utilizar fantasias que sexualizam a criança; controlar a geolocalização, desligar a localização de fotos, vídeos e *lives*; sempre fortalecer o diálogo, orientar crianças a não interagir com desconhecidos – aquilo que a nossa avó já falava, 50 anos atrás, vale para o ambiente digital –, não falar com desconhecidos; não aceitar desconhecidos nos seus perfis aqueles que já têm redes sociais; não enviar fotos ou informações pessoais; ativar ferramentas de controle parental, controles parentais; limitar mensagens; revisar a privacidade nos aplicativos; aí mais no âmbito de política pública, responsabilizar as plataformas; ativar os canais de denúncia para criar um clima de vigilância social.

E aí quero dizer também que o ChildFund (Fundo para Crianças) está trabalhando fortemente nisso, e a gente está oferecendo para estados, municípios, famílias, crianças soluções.

Nós criamos uma escola de proteção digital para que as próprias crianças, adolescentes e professores possam acessar. É um curso em desenho animado em que, numa linguagem lúdica, na forma de brincadeiras, de uma forma lúdica que não vai agredir essa criança, ela vai aprender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a se proteger no ambiente digital; ele tem uma carga horária de 16 horas e está à disposição de toda a sociedade, totalmente gratuito nas redes do ChildFund, no *site* do ChildFund. E é o que nós vamos levar também para o GDF, que vai implementar no seu sistema de garantia de direitos; ele vai utilizar gratuitamente esse curso na sua rede de proteção.

Em breve, a gente vai lançar também o Navegando Seguros, que é uma plataforma de proteção digital, inclusive com aplicativo.

E fica aí o convite para os estados, os municípios e até o Governo Federal serem parceiros. O nosso interesse é simplesmente divulgar essa plataforma e esses recursos para que as nossas crianças estejam cada vez mais protegidas no ambiente *online* e *offline*.

Vamos fazer do Carnaval um tempo de alegria e não um tempo de violação de direitos.

Obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Maurício Cunha. É uma alegria tê-lo conosco. E parabéns pela iniciativa com o Governo do DF.

Eu quero registrar a presença de Fernando Cotta, Presidente da Subcomissão dos Direitos dos Autistas da PRF. Quando a gente olha para o Fernando, a gente se lembra do trabalho da PRF, mas a gente se lembra também de toda a luta dele pelas crianças com autismo. E aí eu sei que ele vai depois puxar a minha orelha: nós não trouxemos para o debate nesta mesa a proteção da criança com autismo no período de Carnaval. Imaginem o som excessivo. Nós não pensamos nisso. Imaginem 24 horas com o batuque na porta da casa de uma pessoa que tem uma criança com autismo! Nós vamos ter que começar a falar da proteção da criança com autismo no período de Carnaval.

Estão conosco também: Arthur Wittenberg, Secretaria de Relações Institucionais do DF; Major Rafael Marques e Major Josemar, da PMDF; Daniela Teixeira, Fundação Visconde de Cabo Frio; Andréa Lemos, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente da OAB de Águas Claras – obrigada, Doutora –; Bispa Solange Alves, Igreja Semente da Fé, uma mulher que luta pelas crianças; Lauda Santos, Presidente da Amaviraras – eu sempre me confundo –; Neusa Maria, psicóloga e cofundadora do projeto Eu Me Protejo; e Isadora Cardoso, Conselheira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tutelar de Águas Claras. Também está conosco o Henrique Neuto, que daqui a pouco vai falar, Coordenador de Políticas de Segurança para a Juventude e Outros Grupos Vulneráveis do GDF.

Antes de passar a palavra para o próximo expositor, tenho mais perguntas da internet.

Mary, do Rio de Janeiro: "Quais medidas concretas podem ser implementadas para transformar os dados de denúncias em ações efetivas de prevenção e proteção?".

Jéssica, de São Paulo: "Quais medidas obrigatórias serão exigidas dos jogos para impedir aliciamento e violência sexual contra menores?".

Paula, de São Paulo: "O que está sendo feito no sentido de proteger ainda mais as crianças, adolescentes e jovens com deficiência em sua vulnerabilidade?".

Robson, do Rio de Janeiro: "Crianças LGBTQIA+ existem e devem parar de ser vilanizadas! Ninguém se torna e, sim, nasce, e os sinais sempre estão lá".

Décio, do Piauí: "Sou a favor da proteção aos jovens, crianças e adolescentes, porém sou a favor de penas mais duras para eles em casos de crimes graves".

E aí, por falar em pessoa com deficiência, está conosco a Andréa, Presidente da UNA. A Andréa é uma atleta que faz um trabalho incrível com vela com as crianças com deficiência. Obrigada por estar conosco, Andréa.

Vamos ouvir agora Laís Cardoso Peretto, Diretora-Executiva da Childhood Brasil. É uma alegria ter você com a gente. É uma instituição, gente, que está presente no Congresso Nacional, nos ajudando a pensar a infância. Obrigada por tudo que tem feito para nos ajudar no Congresso. Eu sou apaixonada pelo Instituto Liberta, por Maurício, por vocês, pela sociedade civil. Ai das crianças se essas instituições da sociedade civil não estivessem alerta o tempo todo, porque o Parlamento passa, a gente passa – eu estou aqui, amanhã não estou –, mas eles continuam. Parabéns pelo trabalho de vocês.

Laís, fique à vontade.

A SRA. LAÍS CARDOSO PERETTO (Para expor.) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu cumprimento todas as pessoas da mesa na pessoa da Senadora Damares e parabenizo não só por essa atitude em trazer para esta mesa e para este auditório pessoas tão qualificadas, mas também pela sua luta cotidiana, porque a gente precisa muito dessas pessoas que encampam no Legislativo a proteção à infância – e normalmente são as mulheres, né, Senadora?

Eu vou dar um breve relato do que é a nossa organização, até para não confundir com ChildFund, que é uma confusão bem normal.

A Childhood é uma organização internacional – chama World Childhood Foundation lá fora – e, aqui no Brasil, tem esse braço, que é uma ONG nacional. Childhood significa infância. É um nome tão difícil de falar, mas a gente não pode mudar, porque faz parte desse guarda-chuva maior, que foi fundado em 1999 pela Rainha Silvia, da Suécia. A Rainha, não sei se vocês sabem, tem a mãe brasileira – tinha, a mãe faleceu recentemente – e o pai alemão. Então, ela faz questão de ter um escritório aqui no Brasil e participa com bastante presença, inclusive nesta Casa. Às vezes, ela vem aqui, esperamos em novembro trazê-la também.

O foco da Childhood, já fundada em 1999, é a prevenção, é criar soluções para prevenção e resposta de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Então, naturalmente a gente vai falar um pouco mais nessa vertente, mas a gente sabe que as violências todas se cruzam, né? Elas não estão individualizadas num único ambiente. E agora o Carnaval é o momento de festas em que esse tipo de violação de direito passa a ser muito frequente. E eu fui provocada a trazer aqui exemplos de boas práticas do Brasil. Então, depois a gente toca um pouquinho no tema do que a Luciana falou. Acho que é muito pertinente nós como sociedade prestarmos atenção nas músicas que a gente canta no nosso Carnaval, porque isso é, sim, um retrato da nossa sociedade; e não é só o artista, mas o quanto a gente vocaliza isso. E a gente vive numa cultura em que se aceita a preferência por novinhas, que na verdade são crianças e adolescentes. E eu acho que não é só nossa, né? A gente olha lá para os Estados Unidos, no caso do Epstein, que agora a gente está vendo tanto: foram 200 denúncias de mulheres que na época eram crianças e adolescentes, e precisou haver o vazamento dos arquivos de um homem para que de fato a sociedade olhasse para quão grave era aquilo, porque aquelas vítimas ninguém realmente quis ouvir. Agora está todo mundo olhando e vendo que o negócio era realmente uma rede de exploração sexual perversa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, aí vamos voltar para o Carnaval, porque como vocês me provocaram a falar de boas práticas de prevenção... E a gente tem boas práticas, inclusive aqui no Brasil. A gente, na Childhood, tem alguns projetos que trabalham nos setores de rodovias, na prevenção da exploração sexual nas rodovias, alguns projetos na área de turismo e outros nos grandes empreendimentos, todos que movimentam uma grande mão de obra, um grande fluxo de pessoas naturalmente para perto de crianças e pessoas vulneráveis. E a gente tem esse exemplo, que foi capitaneado em 2012... Eu tenho uma apresentação que está meio longa, não sei se vale a pena a gente passar... Mas acho que vale, sim.

Vamos para os riscos comuns em grandes eventos, que são justamente obras e migração de...

Ah, sou eu que tenho que mexer. (*Risos.*) Desculpem a minha inabilidade.

Os riscos comuns são obras e migração de trabalhadores para longe das famílias – isso aqui é o que acontece antes de um grande evento –; empregos temporários e informais; crianças que são deslocadas ou sozinhas; – aqui a gente já pode falar do próprio evento – abuso físico e sexual durante as festas; e a falta de informação e subnotificação. E aí depois eu vou voltar para essa pergunta aqui da Mary, do Rio de Janeiro, sobre como é que a gente pode realmente derivar do que é notificado.

E aí, as violências mais comuns nesses ambientes, nessa situação de mobilidade, de festas, eventos: a exploração sexual, o trabalho infantil, o uso de drogas e álcool – a gente já falou sobre isso também –, o desaparecimento, a negligência e o abandono, e a gente não falou disso, mas os atos infracionais e a violência e também a vulnerabilização de quem já está disponível, de quem já está vulnerável. Falamos da situação de rua, mas tem também as crianças e adolescentes que são deficientes, os autistas, como foi comentado aqui, mas todos os tipos de crianças que já têm uma vulnerabilidade um pouco maior do que o usual.

E o que a gente precisa fazer é prevenir, né? Porque depois que já aconteceu a violação, claro que tem que dar resposta, obviamente, mas o ideal é que nunca aconteça. Como é que a gente previne? A gente precisa de planos. Tem que ser institucionalizado, a gente não pode improvisar. Então, para isso, a gente precisa conhecer as características do evento, as escalas, os riscos, ter uma articulação para essa governança que integre políticas públicas em todos os níveis,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

municipal, estadual e federal, e também os organizadores e patrocinadores, a iniciativa privada e nós sociedade civil temos um papel também aí.

Então, voltando ao assunto de que nós, no Brasil, já temos boas experiências, em 2012 foi criada essa agenda de convergência Proteja Brasil, liderada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que naquela época foi criada em função da Copa das Confederações, da Copa do Mundo que foi aqui no Brasil e dos Jogos Olímpicos. A gente precisa resgatar isso, porque teve um legado que foi herdado e que está um pouco esquecido. A gente está até fazendo uma renovação nesse guia, mas o foco dessas ações era consolidar essas articulações em todos os níveis para prevenir e intervir nas situações de risco dos direitos das crianças, com o foco – é essa a questão aqui – no turismo sexual, que é um termo que a gente até evita usar hoje para não vincular o turismo a uma atividade sexual, mas a gente sabe que muitos turistas ainda vêm ao Brasil com essa finalidade, e na exploração sexual. Então, nesse caso, o nosso foco eram, de fato, as violências sexuais.

Foi criado um aplicativo, Proteja Brasil, em conjunto com a Unicef, para fazer denúncias de violação e para localizar conselhos tutelares próximos a essas cidades-sedes. Foram criados comitês locais... Gente, isto é fundamental: que haja comitês nas capitais e nas cidades estratégicas, lá nas cidades estratégicas perto desses grandes eventos... A Copa foi em várias cidades, vocês certamente se lembram, mas o Carnaval, agora, está cada vez mais difundido, né? Mobiliza-se... Eu sou de São Paulo, que nunca teve essa característica, e hoje são milhões de pessoas que vão às ruas, nos bloquinhos de Carnaval, e a gente precisa ter tudo muito bem estruturado.

E, como legado, ficou uma metodologia de ação intersetorial, com o término desses eventos. A gente precisa resgatar. Precisa resgatar e aproveitar. Então, nós, em conjunto com a Unicef e com a Secretaria Nacional, estamos atualizando esse guia, que é disponível para todos os entes da Federação e também para organizadores que eventualmente sejam privados ou do terceiro setor, enfim... Vai estar disponível. Já está, mas a gente está criando um mais atualizado, tá?

E como é que a gente transforma boa prática em rotina? Isso precisa estar nos orçamentos dos municípios, não resta dúvida. E aqui é uma grande batalha. Não adianta a gente falar e, muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes, a gente ter a impressão de que está pregando para convertido. A gente precisa ter dinheiro público; precisa investir na proteção da criança. Então, vamos começar a pensar e provocar os nossos executivos – e legisladores também, né? Há tantas emendas agora... – com essa finalidade.

Os comitês locais são boas práticas que a gente precisa difundir, além de resgatar algumas iniciativas de sucesso. Aqui, talvez mais pontuais, mas exemplos que funcionaram naquela ocasião. Havia plantões integrados em todos esses eventos, e por que é que a gente lê "plantão integrado"? Tinha conselho tutelar, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a assistência social, saúde, todo mundo capacitado e preparado para intervir nessas situações de violência acontecendo naquele momento, naquele lugar, a ponto de as pessoas não precisarem procurar uma ajuda, como no caso dessa violência que aconteceu com esse adolescente, aqui em Brasília. Se houvesse lá um plantão de pessoas tão capacitadas, a intervenção seria mais rápida. E ter também espaços de conveniência que sejam específicos, para que a gente não coloque, no mesmo espaço – o menor infrator – da criança perdida, da criança que é vítima de violência e do trabalho infantil... Então, a gente ter uma diferenciação dessas vulnerabilidades e dessas violências que acontecem.

E, por fim, uma outra iniciativa, que é bastante prática, é ter *blitz* preventiva nas grandes aglomerações. E, nisso, a gente tem que contar com Creas, com conselho tutelar, com as guardas civis metropolitanas e polícia civil. Então, aqui umas ideias do que está nesse guia e que podem, sim, ser resgatadas.

Ainda há tempo. É certo que a gente está um pouco em cima da hora, mas algumas dessas iniciativas ainda podem ser implementadas por municípios que vão receber um grande evento no Carnaval.

Aqui os nossos contatos da ChildHood, inclusive nas redes sociais.

Eu queria aproveitar, Senadora, e responder a esta pergunta aqui, da Mary, do Rio de Janeiro, sobre essas medidas concretas que precisam ser implementadas para transformar os dados de denúncia.

Os dados de denúncia... A Luciana comentou aqui que são seis casos denunciados por crianças e adolescentes com menos de 13 anos, só de violência sexual, de abuso sexual. Só que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente sabe que esses dados são subnotificados, né? O Ipea lançou, em 2023, a pesquisa que dava conta de que apenas 8,5% dos casos de estupro são denunciados. O Liberta fez pesquisa, nós na ChildHood fizemos também, e nunca dá mais do que 11% – é sempre assim, entre 10% e 11% é o nível de denúncia. Então esses números que a gente vê de seis, na verdade, são mais de 60 por hora. A gente sabe disso. Pesquisa. E, vejam, não é só aqui no Brasil.

Por que é um crime tão subnotificado? Porque a vítima se sente culpada. É uma coisa muito curiosa – e de novo a gente volta –, a vítima se sente culpada, envergonhada. E porque ela acha que não vai valer a pena. Ela vai ser exposta e quem tem que dar a resposta àquilo não tem a confiança que precisa ter. A gente precisa ter órgãos que mostrem a confiança, a gente precisa ter um sistema integrado de garantia de direitos que dê a resposta certa.

E, olha, Senadora, a gente não tem más leis, não, no Brasil; a gente tem um regramento legal muito bom. A gente tem o ECA; a gente tem a Lei da Escuta Protegida, que versa sobre essa integralidade da resposta de todos os serviços, no caso de violação de direito; agora a gente tem o ECA digital; a gente tem o marco civil da internet; mas a gente precisa tirar a lei do papel. Não adianta nada a gente ter um regramento bom, mas a política pública não estar implementada de fato. Muitas vezes se precisa de orçamento também, na maior parte das vezes.

Então a provocação é esta: para que a gente consiga de fato ter ação efetiva, a gente precisa ter a denúncia, precisa mapear a incidência para saber atacar corretamente, e para isso a gente precisa da resposta. Então a prevenção e a resposta andam juntas. E a gente está aí para trabalhar para isso. A sociedade civil tem um papel de prototipar muitas vezes, de pesquisar. Estamos juntos, mas precisamos, sim, dos órgãos públicos.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Laís, que alegria ouvi-la e que alegria você publicamente recordar ao Brasil o que foi feito na Copa das Confederações, na Copa do Mundo e nas Olimpíadas. O resultado daquilo tinha que ter realmente se transformado em política pública. Eu participei, eu estava lá, como ativista.

E aí, com base em tudo o que foi feito por vocês, eu fiz um caminho no ano passado com relação à COP 30. Eu fui ao palácio, eu pedi que um comitê fosse, naqueles moldes, organizado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Ministério da Justiça, Ministério dos Direitos Humanos, eu fui ao Governo do estado, porque eu tinha uma preocupação com a COP 30. A COP 30 não recebeu o número de visitantes que a gente achava que fosse receber, mas, por exemplo, nós estávamos ouvindo notícia de que as acomodações seriam em barcos, e barquinhos começaram a se oferecer para ser hotéis. Mas não havia ali no cais lugar suficiente para todos os barquinhos ficarem atracados, então os barquinhos viriam, pegariam os seus hóspedes e iriam para os rios. Aquilo me deixou apavorada – apavorada!

Teve um comitê de prevenção à violência contra a criança durante a COP. Eu fui para lá, eu fui para o estado, eu conversei com o Secretário de Segurança, eu lutei com base no protocolo de vocês da Copa das Confederações, Copa do Mundo e Olimpíadas. Eu acho que a gente precisa conversar sobre isso – conversar. O que o Ministério de Direitos Humanos está fazendo está lindo, mas eu acho que a gente podia ajudar o ministério a ampliar. Parabéns pelo que vocês deixaram de legado para o Brasil.

A SRA. LAÍS CARDOSO PERETTO – Obrigada. E conte com a gente. Vamos trabalhar nisso, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns!

Mas, aí, nós agora vamos para os próximos oradores, e as perguntas não param de chegar.

Os grandes eventos que o Brasil está sediando podem ser para crianças?

Por causa de alguns exageros... Eu me lembro de que teve um período em que a gente vendia o nosso Carnaval, mas a gente vendia as nossas mulatas. Era esse o nosso cartão de visita para o mundo. Mas teve um momento também que se vendia a possibilidade de pegarem nossas crianças no Brasil.

Deixe-me dizer para os turistas que estão arrumando a mala para vir e para o Carnaval: venham se divertir, e se divirtam; mas há um time aqui no Brasil – e em nossas crianças vocês não tocam! – e a gente não vai baixar a guarda: é a sociedade civil, é o poder público... Vocês venham para se divertir, mas fiquem longe de nossas crianças e de nossos adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, nós vamos ter a honra de ouvir agora o Instituto Alana, representado por Mariana Zan. Mariana, advogada do Instituto Alana, muito bem-vinda.

O Instituto Alana também tem um trabalho nos corredores, diário aqui, nos ajudando para que o Parlamento não erre na proteção da criança e do adolescente.

Bem-vinda, querida.

A SRA. MARIANA ZAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora Damares. Boa tarde a todas e todos que nos acompanham presencialmente, no formato *online*, que estão enviando perguntas. Saúdo à mesa na pessoa da Senadora. É uma honra estar dividindo esse espaço com Luciana, com Laís e com os demais.

Bom, vou fazer uma breve audiodescrição: eu sou uma mulher; eu tenho cabelos na altura dos ombros, escuros; estou usando uma camisa amarelo-clara, brincos de pérola e uns óculos marrons.

Eu estou aqui, eu sou Mariana Albuquerque Zan, sou advogada do Instituto Alana, que é uma organização da sociedade civil com atuação em âmbito nacional e internacional e que tem por missão honrar as infâncias e as adolescências. Represento também aqui a Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, que é um grupo formado por organizações, fóruns e redes dedicados à prevenção e ao enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes no Brasil.

Parabenizo a Senadora e todos e todas por esta audiência. Que momento importante para a gente discutir direitos de crianças e adolescentes no pré-Carnaval! Todo momento é momento para a gente falar sobre garantia de direitos de crianças e adolescentes. Espero que, com a minha fala, também eu colabore com as discussões e corrobore o que já foi dito pelas pessoas anteriormente.

Eu gostaria, num momento inicial, de compor o que nós temos hoje e atualmente de cenário de violação de direitos de crianças e adolescentes. Paira socialmente uma ideia de que, quando a gente não fala sobre violência, ela deixa de ocorrer. E, pelo contrário, quanto mais nós falamos e apresentamos os dados e trazemos o cenário atual que nós temos hoje, o que tem acontecido com crianças e adolescentes no Brasil e no mundo, isso é uma ferramenta para que a gente possa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prevenir e também cada vez mais aprimorar as ferramentas de resposta à violência contra crianças e adolescentes.

Então, segundo os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2025, os dados de 2024, nós tivemos 87.545 vítimas de estupro e estupro de vulneráveis. E, desse número, quase 88 mil pessoas, a maioria eram crianças e adolescentes. E qual é o perfil dessas vítimas de estupro de vulnerável? A grande maioria meninas: 86% desse número eram meninas ou mulheres. E, quando a gente está tratando de estupro de vulnerável, de violência sexual contra crianças, a maioria são meninas. Embora aconteça com os meninos também em um número expressivo, as meninas representam a grande maioria. E por que esse é um dado importante? Quando a gente faz essa comparação entre gênero, é relevante para a gente deixar em evidência o impacto desproporcional da violência sexual sobre meninas e mulheres desde a infância.

Outro dado também importante que compõe o cenário de violência contra crianças e adolescentes, violência sexual, é o de que mais da metade dessas crianças e adolescentes eram meninas negras, e, na maioria das vezes, em quase 85%, o agressor, como a Senadora trouxe no início da audiência pública, foi algum familiar ou conhecido dessa vítima. Então, nós temos ainda o ambiente familiar, a comunidade, ainda como um espaço muito violento para crianças e adolescentes e pouco seguro.

E aí é importante a gente falar também algo que a Dra. Luciana trouxe, que é a questão da subnotificação. A gente tem um dado alarmante sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, mas, ainda que seja um dado alarmante e muito expressivo e que escancara aos nossos olhos a sociedade violenta em que a gente vive, também a gente não pode esquecer que ainda existe a questão da subnotificação. Isso significa que uma grande parte dessas violências que ocorrem diariamente, cotidianamente contra crianças e adolescentes, nem sequer chega ao sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes.

E aí é que eu quero ressaltar também a questão do trabalho infantil. Em 2025, o número de denúncias de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil foi de mais de 5 mil denúncias. Então, a gente também tem um número muito expressivo em relação ao trabalho infantil, que também é uma realidade muito naturalizada na nossa comunidade ainda. E a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância dessa audiência pública é justamente também para trazer visibilidade a essas situações.

E aí quero trazer agora, um pouco na toada também do que a Laís trouxe, o que nós temos hoje em dia, não só para a gente também ficar num cenário de terra arrasada. Aqui eu quero ressaltar a Resolução 277 do Conanda, que foi aprovada em 12 de outubro de 2025 – então é uma data também muito simbólica para aprovação da resolução –, que dispõe sobre as medidas relativas à proteção de crianças e adolescentes em grandes eventos e que estabelece uma série de medidas necessárias para que a gente possa garantir a prevenção às violências e a segurança de crianças e adolescentes nesses eventos, tal como acontece no Carnaval. Por exemplo, plano de ação de salvaguarda aos direitos de crianças e adolescentes; assegurar de forma rigorosa o cumprimento de normas relativas à proibição de trabalho infantil; como também a Coronel trouxe na sua fala no início, as medidas de prevenção e enfrentamento à violência sexual que já existem hoje no Brasil; como a Senadora também trouxe, a questão da bebida alcoólica, a proibição de vendas de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes; e também a questão da classificação indicativa de eventos.

Eu me somo também à Dra. Denise, que trouxe a campanha Pule, Brinque e Cuide. E aqui há a importância também de a gente trazer a campanha e, juntamente com todas essas ferramentas que nós temos hoje, o Plano Nacional de Cuidados, recentemente incorporado no Brasil, aprovado no Brasil e que se coloca também relevante no debate, na medida em que o cuidado com crianças e adolescentes e o cuidar de quem cuida é um compromisso que também deve ser assumido com prioridade absoluta pelo Estado, pelas famílias e pela sociedade.

Trago também que atualmente, neste momento, estão em revisão o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador.

E, como também Maurício trouxe, há a questão do ambiente digital. Tivemos recentemente a aprovação do ECA Digital, e a gente não pode perder de vista que violações de crianças e adolescentes ocorrem e também se estendem ao ambiente digital, sendo de extrema relevância o debate sobre exploração sexual, a erotização e o trabalho infantil também no ambiente digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, caminhando para o fim da minha fala, um ponto que eu acho relevante trazer ao debate, quando falamos sobre violência contra crianças e adolescentes, violência sexual, trabalho infantil, é trazer que a Constituição Federal, no art. 227, estabeleceu a prioridade absoluta dos direitos de crianças e adolescentes e a responsabilidade compartilhada na garantia da prioridade absoluta dos direitos de crianças e adolescentes. Ou seja, a responsabilidade, o dever de garantir direitos de crianças e adolescentes não compete única e exclusivamente ao Estado, única e exclusivamente às famílias ou então só à comunidade; é uma ação coordenada e coletiva para essa garantia de direitos. E acredito que, apenas quando nós conseguirmos fazer com que todas as pessoas – sejam elas do Estado, sejam elas famílias, sejam enquanto comunidade –, compreendam que garantir direitos de crianças e adolescentes é uma responsabilidade minha, sua, nossa como um todo, a gente vai ter uma sociedade menos violenta. Se pudermos um dia, que não haja violência contra crianças e adolescentes. Então, que isso também se reflita no orçamento público, porque criança e adolescente têm que ser prioridade absoluta também no orçamento público, nas políticas públicas, nas medidas para enfrentamento à violência.

E também, para que a gente possa fazer uma discussão e entender as raízes dessa violência, para que a gente possa adotar estratégias eficazes para reduzir e prevenir as violências, que a gente utilize este momento de coletividade que é o Carnaval, que é um momento de felicidade, de alegria, de grupo, que a gente se entende enquanto sociedade, para a gente refletir sobre a nossa responsabilidade em garantir uma vida feliz e livre de violência a todas as crianças.

Gostaria mais uma vez de agradecer o convite, a oportunidade. Que nós tenhamos ótimos debates e que a gente possa caminhar então para essa compreensão da responsabilidade compartilhada, na garantia da prioridade absoluta dos direitos de crianças e adolescentes!

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Mariana, obrigada, Instituto Alana, pela parceria com o Parlamento, Sempre que convidados, estão aqui com a gente. Muito obrigada.

Na sequência nós vamos ouvir o Dr. Fabio Francisco Esteves, Juiz e membro do Conselho Nacional de Justiça, um apaixonado pela infância, um defensor da infância. Doutor, muito obrigado por estar conosco neste debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO FRANCISCO ESTEVES (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Senadora, agradeço a oportunidade desta participação nesta audiência. Cumprimento a senhora e cumprimento todas as pessoas aqui da mesa na pessoa da senhora, que tem persistido nessa luta pela proteção à criança.

Como a Laís colocou aqui, acho que é ainda uma luta muito feminina, parece que mais um sintoma do encargo que as mulheres têm, que é o encargo do cuidado. E eu procuro, com a minha presença, dizer que essa é uma responsabilidade de todos, de toda a sociedade, especificamente dos homens, que são hoje, infelizmente, o maior indicador de abusadores.

E a Laís falava que é uma luta constante. Quando eu me tornei Juiz titular – eu fui Juiz do Júri durante muitos anos aqui na capital, tenho 19 anos de magistratura e durante dez deles eu passei julgando homicídios violentos daqui no Plano, aqui em Brasília, que era no Plano Piloto e em outras regiões administrativas –, eu me titularizei, dez anos depois, e fui para o Núcleo Bandeirante, uma circunscrição próxima aqui. Pensei: "Bom agora eu vou relaxar um pouco, porque essa questão de ver homicídio todos os dias tem mexido um pouquinho com a minha cabeça". E quando eu cheguei no Núcleo Bandeirante, eu fiquei muito mais assustado, muito mais impactado porque ali toda semana, na minha pauta de audiência, tinha dois, três crimes de abuso sexual infantil e, por incrível que pareça, é uma área que é relativamente desenvolvida economicamente, uma área inclusive de classe média alta, que é o Park Way. Enfim, uma região pequena, que é o Núcleo Bandeirante e a Candangolândia, com um altíssimo índice daquilo. E era muito dramático porque, quando chegava na audiência, muitas vezes as vítimas vinham acompanhadas dos seus abusadores, porque os abusadores é que sustentavam as famílias, que muitas vezes deixavam aquilo ficar da forma como estava porque comprometia o seu sustento.

Na época, eu foquei muito nessa questão junto à educação porque muitas vezes os professores – evidentemente, sem nenhuma má intenção – acabavam destruindo a prova, porque o professor, na medida em que abordava a criança de uma forma, aquilo gerava todo um distúrbio na coleta da prova, sem contar o risco do próprio professor que aparecia, à medida que não tinha um sistema de proteção.

Então, lembro que, junto com o Tribunal de Justiça, com todo o aparato da Psicossocial do Tribunal de Justiça, treinamos 1,6 mil professores da nossa rede regional para acolherem essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças e, claro, construímos – fortalecemos, melhor dizendo – a rede para acolher essas crianças e mudar um pouco o perfil da resposta do Judiciário. Então, junto com o Depoimento sem Dano, junto com as outras medidas, a gente conseguiu produzir respostas mais efetivas, inclusive, no âmbito da rede, o apoio socioeconômico para as famílias, para dar às famílias a liberdade para, de fato, levar a denúncia adiante contra os abusadores.

E uma coisa que a Laís comenta aqui, que é importante também, é essa crença da efetividade da Justiça. Eu lembro que muitos professores relatavam que ficavam com muito medo de denunciar porque não tinham uma proteção do Estado para, de alguma maneira, protegê-los.

Então, o enfrentamento, o combate à violência sexual e violência contra a criança no todo ainda carece, nos âmbitos institucionais, de algumas medidas. E agora, neste momento especial do Carnaval, chamamos a atenção.

Eu tive uma infância incrível, eu morei em fazenda até os meus 11 anos de idade, então morei na zona rural, muito bem protegido. Minha família, ao contrário do que o senso comum revela, é uma família muito pobre, mas, ao mesmo tempo, de uma consciência muito forte com relação ao valor da educação. Quanto à proteção da infância – quando a Justiça do Trabalho coloca a questão do trabalho infantil –, meu pai não deixou a gente ir para a roça trabalhar. Meus primos foram, meu pai disse: "Não, vai para a escola". E eu estou aqui hoje muito por causa disso. Então, a gente tinha muito isso na fazenda, e eu me lembro das vezes em que a gente vinha para a cidade para participar do Carnaval, que na época eram as matinês. E eu me lembro do cuidado que se tinha na época com as crianças, eram sempre muitos adultos, monitores – isso lá nos anos 80 ainda –, muitos monitores, o cuidado com as brincadeiras, com as músicas e tudo mais. Eu vejo que isso se perdeu bastante. Hoje, tirando a classe média, que tem acesso aos pequenos carnavais – eu tenho filho e, nesse final de semana mesmo, já tenho uma programação junto com meu filho para algumas festinhas dessas –, tirando então esses lugares bem protegidos, porque tem o aspecto econômico, a gente acaba tendo uma certa situação para as outras crianças que não têm essa estrutura.

E uma coisa que é importante, sob o ponto de vista do Judiciário, a que o Judiciário tem se atentado, nós vamos ter agora um debate mais amplo disso no Foninj (Fórum Nacional da Infância e Juventude), especificamente com relação ao Carnaval, que é preservar o Carnaval enquanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cultura. Porque às vezes a gente pensa assim: "Não, o que a gente precisa fazer é acabar com o Carnaval"; evidentemente que não, porque a violência contra as crianças está em todo lugar, está dentro de casa. Então o que a gente precisa é ressignificar esses espaços, inclusive o espaço doméstico, porque muitas vezes a vulnerabilidade gerada no espaço do Carnaval é muito pela ausência de uma estrutura em casa, ausência de uma conscientização em casa, a questão das músicas. Isso é muito forte, porque a gente sabe que a construção dos sentidos passa por uma série de fatores, inclusive inconscientes, que não permitem a gente denunciar as coisas. Essa música mesmo, que foi um sucesso estrondoso à época no Carnaval, a gente não entende o quanto que ela pode constituir sentidos que nos tornam – eu falo muito sobre viés cognitivo –, que embaçam as nossas lentes a ponto de não vermos a violência, porque ela é naturalizada. Então, seja a música, figura, tudo, um conjunto de elementos simbólicos ou não, eles constituem os sentidos que, às vezes, nos impossibilita de ver determinadas violências.

E hoje, no campo do Judiciário, no Conselho Nacional da Justiça, eu fui designado para Política Nacional do Judiciário para a Infância e Juventude, uma das primeiras providências que a gente está tendo é olhar para as nossas lentes. É até meio paradoxal isso, mas olhar para as lentes, porque é a maneira como nós estamos olhando para a infância. E a proposta nossa de entrega no primeiro semestre é de um protocolo para julgamento com perspectiva da infância, ou seja, a infância não é só do juiz da infância, a proposta é de que qualquer juiz brasileiro cuidando da coisa mais fria, de uma lei tributária, de uma desocupação, etc., que tenha um olhar sobre a criança. Então, a ideia é olhar o Carnaval na perspectiva da infância, olhar que a gente precisa ressignificar esse produto cultural que a gente tem, porque a gente sabe que hoje, além do Carnaval, a gente tem as nossas festas juninas, como a Senadora bem disse, a gente tem um tanto de outros eventos culturais no Brasil, nas suas mais diversas realidades, que precisam ser ressignificados. Sem querer demonizar essas culturas, essas manifestações culturais, mas elas precisam ser vistas na perspectiva da infância.

Então, o Conselho Nacional de Justiça hoje tem uma nítida preocupação com a proteção integral da criança e, claro, com a integração da criança nesses espaços, nessas manifestações culturais, que elas também sejam sempre pensadas na perspectiva da infância. Especificamente enquanto equipamento de resposta para o Judiciário, hoje a gente tem iniciado uma discussão, embora isso já seja uma prática, que é a própria normatização pelos juízes, da infância sobretudo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com relação à participação das crianças nos grandes eventos, especificamente no Carnaval. E aí a gente tem buscado equilibrar esses atos. Os juízes hoje expedem as portarias para regular a participação de crianças em qualquer evento. Os juízes hoje expedem as portarias para regular a participação de criança em qualquer evento. E agora, no Carnaval, isso chama um pouco mais de atenção porque é um evento nacional, um evento que está em todos os lugares, em todos os rincões do Brasil, e alguns deles inclusive não contam com a presença do magistrado ali, que regula isso à distância. E são realidades muito distintas: o Carnaval de uma cidadezinha de mil habitantes e o Carnaval de uma grande cidade, um Carnaval de rua, como é o Carnaval de Belo Horizonte, um Carnaval de Brasília, um Carnaval do Rio de Janeiro, enfim, tem uma série de particularidades, e fica na responsabilidade dos juízes normatizar a participação da criança nesse espaço, que hoje se tornou cada vez mais difícil, sobretudo em razão da virtualização, em razão de uma série de complexidades que se tem em conta.

A orientação que a gente tem iniciado em termos de desenvolvimento para esses atos normativos é de que a gente vai, sim, trabalhar com a preservação dessa manifestação cultural, mas que ela seja na perspectiva da infância. Os juízes não podem se colocar de maneira omissa e entender que isso pode ser regulado por outras instituições – ao contrário, essa ação deve ser conjunta com toda uma rede – e também não podem avançar o sinal no sentido de dizer assim: "Poxa, agora as crianças todas vão ter que ficar em casa". Às vezes a gente pode pensar assim: "Não, as crianças vão ficar em casa, não vão poder participar dessas manifestações culturais". Aí em casa a TV está ligada, e não se resolveu nada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – A internet!

O SR. FABIO FRANCISCO ESTEVES – Ou então está na internet, inclusive com material de Carnaval.

Então, a gente precisa entender que essa é uma manifestação cultural que atravessa a vida das pessoas, que atravessa as práticas do cotidiano das pessoas, e que a gente, então, precisa pensar na proteção da criança a partir de que essa prática também pode ser pedagógica, que a gente pode ter um carnaval pedagógico, a gente pode ter um espaço de construção cultural,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque nós somos feitos de cultura. A gente não pode mais abandonar as nossas festas juninas, o quanto que isso é também uma prática educacional nesse sentido.

Então, hoje, o papel do Conselho Nacional da Justiça tem sido pensar, no âmbito do Foninj, como que cada juiz e cada juíza no Brasil pode, dentro da sua função de proteção da infância, gerar não só uma atividade repressiva ou meramente regulatória, mas uma atividade pedagógica também, em termos de proteção da cultura e integração da proteção da infância com a proteção da cultura, porque amanhã são essas crianças que vão tocar esse Carnaval, amanhã são essas pessoas que serão cidadãos que serão responsáveis por proteger as manifestações culturais. Então, é uma via de mão dupla. Hoje a gente precisa proteger esses futuros cidadãos, que amanhã farão uma festa mais diferente.

Como foi dito ali pela Luciana, se no passado... se hoje a gente realmente repudia manifestações racistas, manifestações antissemitas, manifestações sexistas, etc., é porque em algum momento a gente teve que ressignificar as instituições, as suas práticas, à luz desses sujeitos envolvidos. Então, que essas crianças sigam envolvidas, porque a gente também prima muito pela proteção integral da criança no sentido de que essa criança é sujeito – essa criança é sujeito, sujeito hoje. Então, existe – e aí a gente trabalha também com a perspectiva das infâncias plurais – também esse direito à cultura, esse direito a essas manifestações, esse direito dessa criança, enquanto sujeito, de integrar a construção de sentidos que nós damos às nossas manifestações culturais, não só no Carnaval, e, é claro, ao próprio funcionamento das instituições que hoje estão encarregadas de fazer com que essa grande festa seja uma festa não só saudável, mas uma festa que tenha a possibilidade de gerar proteção para a infância.

O conselho com certeza estará à disposição das instituições, nós já somos um parceiro do Instituto Alana, do Childhood, então a ideia é construir um superprotocolo, inclusive para esse tipo de evento, para o Judiciário lidar com essas grandes demandas, com as demandas na era digital, com as demandas da violência e da exploração sexual, hoje em níveis cada vez mais sofisticados. Hoje a gente tem que entender que, como a Senadora Damares disse aqui, quando a gente fala de *lobby*, a gente está falando de tecnologia, e hoje existem tecnologias de todas as ordens contra a infância, e a gente tem que desenvolver mecanismos adequados, inclusive nesses momentos mais vulneráveis, como são essas grandes festas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado mais uma vez, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Vocês entenderam agora por que no Parlamento nós somos encantados com o Dr. Fábio? Entenderam agora, Doutora? Entenderam, defensores da infância? E a gente vai ter essa voz no CNJ, porque tudo que a gente está fazendo aqui, se a gente não tiver os magistrados, o Judiciário conosco, nós vamos nadar, nadar, nadar e morrer na praia.

Por exemplo, Doutor, há um caso emblemático que aconteceu há dez anos em que uma menina de sete anos seria a madrinha da bateria de uma escola de samba. E aí houve toda uma discussão, alguns defensores da infância, acho que a Defensoria na época, Doutora, entrou com uma medida, porque aquela criança não podia ser... Porque tem a rainha de bateria e a madrinha. Eu não sei se ela seria rainha ou madrinha. E a discussão é: ela pode ou não pode? E a discussão é: qual é a roupa? Porque a gente sabe que... quem que fica mais exposta? Não sei se a rainha, a rainha fica mais exposta, as roupas, às vezes nem tem roupa, é só o tapa-sexo, ou às vezes é só pintura no corpo, cada vez pior. E a discussão era: ela pode ou não pode? E sabe quem entrou com a ação pedindo? A família. A família pediu autorização para a filha de sete anos ser a madrinha de bateria de uma escola de samba. No final, foi tanta comoção, em que todo mundo dizia "ela pode", e os outros diziam "não, ela não pode", que o magistrado decidiu: pode, mas com vestidinho até uma certa altura do joelho. Ela foi e estava lá desfilando e chamou atenção. A escola de samba ficou a escola mais falada na época, porque "pode ou não pode uma menina ir ser madrinha de uma escola de samba, de uma bateria de escola de samba" – era a bateria. E aí, Doutor, a gente questiona: ela colocou o vestidinho, ela estava linda com o vestidinho, mas atrás dela havia nudez. Mas ela esteve nos ensaios todos com álcool, droga, briga, confusão. E aí, Doutor, vamos proibir? Mas quando o senhor trouxe a palavra "ressignificar" esse ambiente, é um ambiente de alegria. Eu não curto Carnaval, e que tenha mais e mais feriados de Carnaval para ficar em casa dormindo. Mas quem curte não poder mais levar uma criança?

E aí fica aqui um alerta para os pais. Eu lembro-me do Carnaval em que as fantasias de crianças eram super-heróis, era a borboleta, era um pássaro. Hoje, as próprias famílias estão comprando fantasias que estão adultizando, erotizando. Deixe-me dizer uma coisa para papai e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mamãe: se o corpo de sua filha e o de seu filho não estão à venda, não faça propaganda. Então, a gente vai ter que ter este cuidado de conversar com as famílias. Quem está na rua não faça propaganda daquilo que você não quer vender. Então, é muito ruim, talvez, falar dessa forma para as famílias sentirem, sentirem a nossa preocupação. Não somos moralistas em excesso. Por favor, vocês viram aqui grandes especialistas. Nós estamos preocupados, realmente, com a infância, com as crianças.

Mas, para a gente ter um Judiciário atuando... Inclusive, Doutor, quando o senhor falou que ficou 19 anos numa vara, eu vi gente querendo fazer conta da sua idade ali, tá? (*Risos.*) Esse juiz entrou com que dificuldade na magistratura? É muito incrível, Doutor, o senhor ser um magistrado jovem, que aparenta cada vez mais jovem. É muito bom tê-lo nessa luta com a gente, tá?

Mas, para um magistrado estar atuando, alguém tem que acionar. E está aqui, na mesa, a Defensoria Pública do Distrito Federal, que é uma Defensoria extremamente atuante. E nós vamos ouvir, agora, a Dra. Camila Lucas Mendes, Coordenadora do Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria Pública do DF – Doutora, obrigada. Depois da Doutora, nós temos o nosso último convidado, que é o Henrique Neuto, e a gente vai para o encerramento da audiência.

Dra. Camila, muito obrigada por estar conosco desde o início da audiência.

A SRA. CAMILA LUCAS MENDES (Para expor.) – Eu que agradeço.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, autoridades, integrantes da rede e da sociedade civil, eu vou fazer minha breve audiodescrição. Eu sou uma mulher branca, tenho olhos verdes, estou vestindo uma camisa bege com um bóton da Defensoria. Eu falo em nome da Defensoria Pública daqui, do Distrito Federal, que é uma instituição dedicada à promoção de direitos humanos e à defesa de crianças e adolescentes.

Então, ao tratar da infância no contexto do Carnaval, primeiro começo por uma premissa simples e clara: o Carnaval é cultura; como o Dr. Fabio falou, é convivência, é pertencimento, é brincadeira, é expressão coletiva. Então, crianças e adolescentes se desenvolvem também dentro dessa experiência. Proteger integralmente também significa assegurar o acesso a vivências culturais seguras e dignas. Portanto, também não se trata do Carnaval *versus* a infância, mas de qual Carnaval o Estado e a sociedade organizam para garantir um desenvolvimento saudável, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeitar os direitos. Esse é o desafio, e é um desafio que ultrapassa os períodos de festa, como a Dra. Luciana Temer trouxe.

Então, com a mesma clareza, precisamos afirmar: adultização, erotização precoce – como o Dr. Maurício Cunha trouxe, que é a palavra mais adequada –, trabalho infantil, desaparecimento, exploração sexual são violações graves e estão na norma, são proibidos. A proteção integral exige prevenir, agir rapidamente, responsabilizar os adultos violadores e acolher sem revitimizar. Se queremos resultados diferentes, precisamos destes três pilares: direitos garantidos, prevenção eficaz e resposta articulada.

No eixo da prevenção e da resposta, há medidas como a que a Dra. Laís trouxe. Práticas que já são adotadas no âmbito do país e nos estados são importantes, como o planejamento intersetorial prévio, que é com a assistência social, com a saúde, com a educação, principalmente com os conselhos tutelares, que são importantíssimos, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a segurança pública, como a Doutora, a Coronel veio aqui trazendo também, a polícia militar é importantíssima. E são necessários fluxos definidos e responsáveis claros: pontos de acolhimento; orientação para crianças e famílias, inclusive com equipes móveis durante esses eventos; canais de acessos, alertas e buscas imediatas, principalmente em casos de desaparecimentos, também é importante a questão da identificação; prevenção situacional em áreas de maior risco, como iluminação adequada, rotas seguras, proteção para crianças e adolescentes que estão desacompanhados; combate a trabalho infantil com uma fiscalização adequada.

E, quando eu falo dessa fiscalização articulada, é sobretudo com a proteção social das famílias, para não trazer uma punição da pobreza, mas, sim, romper com o ciclo de vulnerabilidade. E isso a Defensoria Pública faz muito.

Há esse enfrentamento também da exploração sexual com foco na responsabilização dos adultos e dos exploradores, inclusive nos meios digitais, de uma forma que atenda e preserve a dignidade e também a prova, sem a exposição pública. Por quê? Porque a gente também percebe, principalmente no âmbito do Judiciário, a questão das provas... Muita gente fala: "Ah, não tem tanta punição", mas, muitas vezes, aquela prova se perde no âmbito do processo. Então, há essa necessidade de os órgãos estarem articulados também até na colheita das provas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A palavra central é rede. Quando a rede falha – e ela falha muito –, é a criança que paga a conta. Então, esse é um eixo que é fundamental.

E outro eixo que é fundamental é a participação. Crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e também precisam ser ouvidos, em ambientes protegidos, nas decisões que impactam a sua vida. A escuta qualificada é também uma ferramenta de proteção, porque a informação gera uma confiança e facilita o pedido de ajuda. Então, a Defensoria Pública se coloca nesse ponto como parceira, para orientar, para garantir acesso a medidas protetivas, para cobrar que esses fluxos funcionem de maneira eficaz, com a prioridade absoluta das crianças e adolescentes, para que esse debate não fique apenas nas intenções.

A Defensoria Pública, para vocês terem uma ideia, realiza milhares de atendimentos por ano, envolvendo violência, envolvendo abusos, envolvendo estupro de vulnerável, riscos, envolvendo acolhimentos institucionais e acesso a políticas públicas. Então, esses números revelam também o tamanho desse desafio e reforçam que o sistema precisa estar pronto antes da violação. A prevenção sempre é o melhor caminho, prevenir é muito mais eficaz e muito mais humano do que reparar.

Nesse ponto, eu finalizo reafirmando que crianças e adolescentes têm, sim, direito à cultura, têm direito à proteção, mas a violência e a exploração têm autores, e, em regra, são os adultos. Então, é ali que a responsabilidade deve incidir. Esse deve ser o foco.

E aí, Senadora, eu também já vou lhe trazer também uma indagação que é uma provocação. Eu já vi muitos debates aqui, na Comissão, muitos debates, inclusive, envolvendo participação de crianças e adolescentes, e eu acho importante sempre falar deles através deles, com eles. E eu senti um pouco falta disso neste debate, porque eu acho que é importante eles também saberem de seus direitos, também falarem o que eles sentem em relação às políticas públicas, como estão sendo feitas nos seus estados, nas suas escolas, o que eles sentem, o que eles precisam do poder público e da sociedade. Então, é mais essa provocação, mas eu agradeço muito.

Na Defensoria Pública, nós temos muitos canais de acesso. Nós trabalhamos, no âmbito da Defensoria Pública, na proteção de crianças e adolescentes; temos um núcleo especializado nisso, na infância e juventude; também temos um núcleo especializado na proteção de crianças e adolescentes vítimas de violências. Então, acho que é importante todo mundo que não conhece

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um pouco do trabalho da Defensoria Pública... Se precisar, a gente tem canais de acesso diários, temos plantões também.

É claro que, como a Senadora falou, no caso de emergência, a gente já sabe, é 190, mas, fora isso, a gente está à disposição para a prevenção e também para essa questão de defesa das crianças e adolescentes.

É isso.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Camila, muito obrigada. E obrigada pelo desafio, obrigada pelo puxão de orelha. Nada sobre eles sem eles.

Eu acho que nós estamos trazendo – viu, Dra. Luciana? – as crianças para a mesa, tem sido uma experiência extraordinária, mas, para este debate, realmente a gente precisava tê-las aqui. Eu acho que, assim como a gente esqueceu das crianças com autismo no Carnaval – já pedi perdão, tá, Luciana Medina? Que chegou ali com o Bernardo e que já vai reclamar: "Não vão proteger as crianças com autismo no Carnaval?" –, a gente deveria ter trazido os adolescentes.

Mas a gente está aqui, Dra. Camila, com o Coordenador de Políticas de Segurança para a Juventude e Outros Grupos Vulneráveis da secretaria de estado. Ele vai falar em nome dos adolescentes. E aí, Doutor, eu vou te colocar numa saia justa e eu vou começar te provocando, já que ela me provocou – hoje está o dia da provocação.

O SR. HENRIQUE NEUTO TAVARES (*Fora do microfone*.) – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A gente sabe dos desafios entre adolescentes, nesse período de Carnaval, de quem beija mais, quem pega mais. E os desafios são por noite, com quantos eu vou ficar numa noite. E a gente vai ter que, uma hora ou outra, estar conversando, eles poderiam estar aqui discutindo isso. Eu tenho registro, e a gente sabe – a Luciana, a Laís, que trabalham com isso –, da gravidez precoce nesse período de Carnaval, no que antecede e durante o Carnaval. O período em que mais nascem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bebês no Brasil são nove meses daqui para a frente, a gente sabe disso, mas a gente também não quer deixar que esses meninos entendam que isso aqui é uma censura.

O SR. HENRIQUE NEUTO TAVARES (*Fora do microfone*.) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas a gente vai ter que pensar também em outros aspectos que envolvem o Carnaval.

A Dra. Camila trouxe aqui o cuidado. A gente não falou da hidratação – os pais estão levando crianças sem água para os eventos –; a gente não falou do protetor solar; a gente não falou de cuidados mínimos; a gente não falou do acesso ao alimento que está sendo vendido na rua – quantos casos de infecção alimentar por causa dos alimentos que são dados na rua para criança? Tem tanta coisa. Gente, o debate é tão amplo – tão amplo – sobre a proteção da criança e do adolescente no contexto de Carnaval, mas eu quis fazer essa provocação, Doutor.

Eles não estão aqui, nós vamos ter que pedir perdão a eles – a Camila tem razão – por eles não estarem aqui falando, mas a gente quer te ouvir, Doutor, como Coordenador de Políticas de Segurança para a Juventude aqui no DF.

Obrigada por estar conosco, Dr. Henrique Neuto.

O SR. HENRIQUE NEUTO TAVARES (Para expor.) – Senadora Damares, parabéns por esta audiência e por este evento tão rico, em que as falas acabam sendo muito mais aprendizado para quem está aqui presente e para as demais pessoas que estão nos ouvindo agora *online*, com uma pauta tão importante, iniciada logo no início do ano legislativo e coordenada pela Presidente, Senadora Damares Alves. Então, parabéns e muito obrigado por nos convidar e convidar uma mesa tão rica, que acabou me trazendo uma responsabilidade enorme de fala após tanto aprendizado.

Eu gostaria de iniciar alinhado ao Dr. Fabio, dizendo que temas como proteção à criança e ao adolescente e às mulheres não devem ser apenas de mulheres. Se a gente olhar para este encontro de hoje, a gente tem aqui, em média, 15% representados por homens. Por que é que a ideia de cuidar das nossas crianças e protegê-las ou a ideia de proteção das mulheres, prevenindo a violência, têm que ser pauta conversada majoritariamente por mulheres?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu trago essa reflexão porque fiquei pensando na fala de todos os colegas daqui da mesa e me veio a lembrança de que... Eu tenho certeza de que os pais das mulheres que estão aqui presentes disseram: "Filha, estude. Filha, não dependa de homem. Filha, seja independente". E vocês cumpriram muito bem esse papel. Mas essa mesma família que prepara suas filhas para se tornarem mulheres independentes não preparam seus filhos para se relacionarem com essas mulheres independentes. Olhem o conflito já sendo gerado desde então.

E aí, na fala da Dra. Laís, a gente não pode desconsiderar a interseccionalidade com o gênero, sobre essa pauta que a gente está trabalhando, porque são as nossas meninas que, como a Dra. Luciana colocou também e a Dra. Camila, são as principais vítimas não apenas nesse período, mas em todo o ano, vitimadas e violadas em seus direitos mais profundos, em especial pela violência sexual.

E aí a Dra. Luciana falou também sobre... Trouxe uma música, e aí me veio a lembrança de várias outras músicas, neste ano, Dra. Luciana, das quais não vou falar as letras aqui, porque elas dispensam comentários, mas nós vimos há décadas, desde a década de 1990, já pensando, enquanto sociedade, sobre as letras que a gente gostaria de ouvir – ou nossas crianças – nesse período tão importante de manifestação cultural, que é o Carnaval, e a gente não pode desconsiderar a relevância dela, enquanto expressão cultural, enquanto economia para o nosso país, mas não a qualquer custo. E, nesse sentido, é preciso a gente entender também que a proteção da criança e do adolescente tem que ser de responsabilidade de todos, inclusive da família, e a família inclui nós homens.

E me veio à mente também, agora, uma tirinha da Mafalda, que... Eu lembro que tem uma tira que fala assim... Chega um senhor, bate lá na porta, e ela: "Pois não, senhor?". Aí ele diz: "Olá, garotinha. Gostaria de falar com o chefe da família". Aí ela virou e falou: "Senhor, aqui nós não temos chefe. Aqui nós somos uma cooperativa". Genial! Viver em família é viver em comunidade, "comum unidade", em que todos têm de ter as suas responsabilidades dentro dessa família. Mas nós Estado, Senadora Damares, também temos papel importantíssimo para que a gente possa combater essas violências.

Então, enquanto Secretaria de Segurança Pública, e representando aqui o Dr. Sandro Avelar, que tem uma profunda admiração pelo trabalho da Senadora Damares, eu venho trazer algumas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações também que podem ser importantes para outros estados e mostrar como que nós do Distrito Federal estamos trabalhando na proteção das nossas crianças e adolescentes, em especial nesse período de Carnaval.

Um ponto importante: as nossas crianças estão desaparecendo. Setenta e seis crianças por dia desaparecem no nosso país. Então, é preciso também a gente estar atento nesse período de Carnaval.

O que estamos fazendo enquanto Segurança Pública? Campanha de identificação infantil, que é algo em que a gente está trabalhando com muita força e que é muito importante para que a gente proteja as nossas crianças nesse período, distribuindo pulseiras e carteirinhas para evitar que crianças se percam de seus responsáveis; linhas de revistas rigorosas em pontos estratégicos, por exemplo, em estações de metrô. E tudo isso, além de outras ações, para que a gente possa garantir a proteção da nossa criança.

E eu gostaria de dizer, Senadora Damares, que precisamos de fato estar atentos nos nossos lares – é claro que dentro de realidades específicas, porque nós sabemos que as nossas famílias não vivem realidades igualitárias. Quantas mães solo gostariam de estar acompanhando o desenvolvimento dos seus filhos? Mas é impossível, porque elas trabalham praticamente sete dias por semana, muitas dessas pessoas. E a elas, apesar de terem a intenção de estar presentes muitas vezes na educação e na promoção dessa garantia de direitos dos seus filhos, muitas vezes não é permitido.

Mas precisamos trazer, para nós que podemos e outras famílias, a responsabilidade de estarmos atentos aos nossos filhos, àquilo que eles estão vendo, como a Senadora Damares trouxe, em especial pela internet. Porque televisão, pessoal, é da nossa realidade, é da nossa época a preocupação dos nossos pais – da nossa época – com o que a gente estava vendo na televisão; a televisão é o menor dos problemas hoje. E a internet demanda que as nossas crianças e adolescentes estejam numa liberdade vigiada, porque é de nossa responsabilidade a formação desses seres. Redes sociais, WhatsApp ou outras redes disponíveis precisam ser monitoradas por nós, responsáveis por essa formação dessa criança e desse adolescente.

Não vou me estender mais nessa minha fala, mas gostaria de também ressaltar que essa preocupação, Senadora Damares, sobre os desafios que estão sendo colocados para nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças e adolescentes pela internet é um cuidado fundamental que nós também temos de ter. Eu tenho um filho de oito anos de idade e eu me assustei quando ele me trouxe uma fala de um desafio que ele tinha ouvido na internet. Parecia algo bobo, mas os desafios vão sendo mudados à medida que essa criança vai se tornando um adolescente, e elas muitas vezes vão sendo vítimas dessa internet ou do acesso a esses canais.

Que juventude nós queremos para as nossas crianças? É essa a provocação que eu gostaria de deixar aqui para todos nós, e quero dizer que ter um espaço neste momento para poder discutir sobre esse tema é muito valoroso para nós, da Secretaria de Segurança Pública. Mais uma vez quero parabenizá-la, Senadora Damares, por esse excelente debate, que certamente vai trazer muitas reflexões para todos aqui presentes e para as pessoas que estão assistindo *online* a este debate.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Henrique.

Nós chegamos ao final de nossa audiência. Eu vou conceder aos membros da mesa mais dois minutos para agradecimentos e considerações finais e logo depois que eu encerrar eu vou ter que sair correndo. Vocês viram que os Senadores estão me puxando aqui, tem uma emergência ali, e é ao vivo também, então eu vou ter que sair correndo.

Quero agradecer a presença de todos que estão no plenário e aos nossos ilustres convidados. Obrigada, obrigada.

Teve gente que perguntou: "Precisa desse debate?". Eu acho que ficou provado o quanto precisávamos desse debate, e inclusive provocação de orçamento e políticas públicas.

Dra. Luciana, para considerações finais e agradecimentos.

A SRA. LUCIANA TEMER (Para expor.) – Obrigada, Ministra.

Será menos de dois minutos, só vou fazer um convite para vocês irem ao *site* do Instituto Liberta. Lá nós temos um guia para familiares e cuidadores de prevenção da violência sexual para crianças de zero a dez anos. É algo muito simples, muito simples, e você vai entender que proteger

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seus filhos, suas filhas, netos, netas, sobrinhas da violência sexual infantil é mais fácil do que você imagina, pelo menos dessa violência intrafamiliar.

O outro convite é para vocês ouvirem a marchinha de Carnaval que há dois anos a Childhood e a Liberta fizeram juntas. É uma marchinha de proteção linda, maravilhosa, que Sainha de Chita toca todo ano em São Paulo num bloquinho para crianças e que agora Santos vai tocar em todos os blocos, em todos os lugares de crianças. Então, marchinha do Carnaval.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUCIANA TEMER – Não está no Spotify. Na verdade, você tem que entrar ou no Instagram do Liberta ou da Childhood. Na verdade, a gente faz *collab*, enfim, e fez com o Ministério dos Direitos Humanos o ano passado também, o Ministério dos Direitos Humanos, Childhood, Liberta, todo mundo junto, o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência, todo mundo junto. Põe lá: "marchinha do Carnaval, Childhood, Proteção, Liberta", você vai achar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu vou sugerir à Secretaria que mande para o gabinete de todos os Senadores a marchinha também.

Dra. Luciana, parabéns! Obrigada por tudo que o Instituto Liberta faz. Mas hoje a senhora nos desafiou. E eu vou dizer uma coisa para a sociedade que está nos ouvindo: enquanto tiver demanda, haverá oferta. Se as famílias começarem a reagir a essas músicas, elas vão acabar um dia. Então, parabéns pelo seu trabalho.

Dra. Camila, dois minutos para considerações finais e agradecimentos.

A SRA. CAMILA LUCAS MENDES (Para expor.) – Gostaria de agradecer, Dra. Senadora Damares, por essa oportunidade de falar um pouquinho sobre o trabalho da Defensoria Pública.

Também faço um convite para todos aqueles que não conhecem: a gente tem o nosso *site* da Defensoria Pública aqui do Distrito Federal, também tem nossos canais de comunicação aqui no DF e em grande parte das Defensorias, o 129, para casos em que seja necessário o atendimento jurídico.

E é isso, Doutora. Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Camila.

Dra. Laís.

A SRA. LAÍS CARDOSO PERETTO (Para expor.) – Bom, se a gente puder escolher uma coisa para sair daqui é: intervir na educação dos nossos meninos, como o Dr. Henrique mencionou, porque isso vai fazer a diferença; não cantar e não consumir essas músicas com esse tipo de cunho sexual, que fazem apologia à violência sexual de crianças e adolescentes; e também convocar a todos para se sentirem responsáveis por uma fiscalização durante esse Carnaval e por todos os dias da nossa vida.

O canal Disque 100... Para fazer uma denúncia no Disque 100, a denúncia pode ser anônima. Não é preciso que haja evidências daquele crime, do abuso ou da exploração, e pode ser anônimo. Então, nós todos somos responsáveis, somos uma comunidade.

E, por fim, quero parabenizá-la e pedir que mais congressistas tenham atitudes como a da Senadora.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Laís.

Dr. Fabio.

O SR. FABIO FRANCISCO ESTEVES (Para expor.) – Em termos de encerramento, eu queria só lembrar que nós não estamos falando de uma criança universal. Portanto, que nós pensemos nas múltiplas identidades que as nossas crianças possuem. Então, quando a gente está falando aqui, a gente não está falando de uma criança de classe média alta, branca, de uma família x; a gente está falando de crianças pobres, do interior do país, de crianças com deficiência, de crianças que não são acolhidas em lares. Então, que a gente possa pensar na multiplicidade das realidades que atravessam a vida das nossas crianças, porque a gente precisa desenvolver políticas e ações que atendam a esses sujeitos específicos de direito. A gente avançou de uma compreensão da criança enquanto um objeto para uma criança enquanto sujeito, mas é preciso lembrar que não é só um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sujeito, lembrar que é criança menina, criança menino, criança deficiente, criança pobre, criança preta...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Criança indígena.

O SR. FABIO FRANCISCO ESTEVES – ... criança indígena. Isso demanda ações específicas que, neste Carnaval também, com certeza, vão ser uma constante, uma presença.

Mais uma vez, Senadora, obrigado. E que essa ação se alastre aqui pela Casa, por outros Parlamentares e que conte cada vez mais com a sociedade e com o Poder Judiciário.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutor. Obrigada.

Vocês viram por que a gente é apaixonada por esse Juiz, não é? (*Risos.*) A Dra. Mariana está *online* ainda, a advogada do Instituto Alana? Ela está *online*?

Mariana, dois minutos para considerações finais e agradecimentos.

A SRA. MARIANA ZAN (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Senadora Damares.

Eu gostaria de me somar aos demais e às demais, gostaria de agradecer pela oportunidade, parabenizar pela iniciativa, e, assim como a Laís trouxe e o Dr. Fabio também, a gente não se esquecer de que nós temos infâncias múltiplas, adolescências múltiplas no Brasil. Quero ressaltar a nossa responsabilidade compartilhada enquanto Estado, enquanto famílias, enquanto comunidade. Acho que esta audiência refletiu um pouco isto, de nós termos sociedade civil, Poder Executivo, Poder Judiciário, Poder Legislativo. Então, quero ressaltar a nossa responsabilidade compartilhada, e lembrar que uma sociedade mais acessível, sensível e justa para crianças e adolescentes, para todas as crianças e adolescentes, certamente é uma sociedade mais justa, acessível e inclusiva para todas as pessoas.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Henrique ainda quer dois minutos?

O SR. HENRIQUE NEUTO TAVARES (Para expor.) – Eu gostaria de encerrar, dizendo que, neste Carnaval, a nossa maior fantasia seja a de um futuro melhor para as nossas crianças e adolescentes, e que juntos a gente possa tornar essa fantasia uma realidade.

Parabéns pelo trabalho, parabéns pela mesa composta aqui hoje!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

A todos que nos acompanharam, muito obrigada pela audiência. Nós estamos assim ao vivo desde o primeiro minuto, viu? Muito obrigada.

E o *slogan* do Ministério de Direitos Humanos, quem lembra? É "Divirta-se, pule..."

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É "Brinque, pule e cuide". Vamos falar juntos? Brinque, pule e cuide! É isso que a gente quer, vamos cuidar das crianças e dos adolescentes neste período de Carnaval.

Eu acho que sai desta mesa hoje inúmeras propostas e desafios, e, com certeza, Camila, nada sobre eles, mas sem eles.

Obrigada a todos.

E, nada mais tendo a tratar, eu declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e vinte minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Bruno Bonetti, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcio Bittar, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Augusta Brito, Paulo Paim e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Angelo Coronel, Izalci Lucas, Ana Paula Lobato e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Cid Gomes, Marcos Rogério, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 1ª à 4ª Reuniões da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Sugestão n° 6, de 2020 - Não Terminativo - que: "Propõe a "redução da remuneração mensal para 50% para deputados federais, estaduais e senadores"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência para o Senador Bruno Bonetti. Na sequência, é aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pelo arquivamento da Sugestão. ITEM 2 - Sugestão n° 11, de 2023 - Não Terminativo - que: "Fixa novas regras tributárias em relação à compras feitas em e-commerce internacional." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência para o Senador Bruno Bonetti. Na sequência, é aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pelo arquivamento da Sugestão. Observação: A relatora sugere o encaminhamento do Parecer à CAE, para conhecimento. ITEM 3 - Sugestão n° 9, de 2024 - Não Terminativo - que: "Requer Plebiscito em 2026 para restaurar a monarquia parlamentarista no Brasil." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Pela rejeição e consequente arquivamento da Sugestão. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1153, de 2025 - Não Terminativo - que: "Cria o Programa Transformação Digital para Ribeirinhos, Quilombolas e Comunidades Indígenas e dá outras providências." Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA). Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 781, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre atendimento individualizado periódico na educação especial." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto com uma Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4366, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.606, de 20 de junho de 2023, que dispõe sobre a conscientização sobre a Doença de Parkinson, para instituir o uso do cordão com desenhos de tulipas vermelhas para identificação de pessoas portadoras da Doença de Parkinson." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda (de redação) que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda de redação nº 1-CDH. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4426, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a inclusão da vacina contra o herpes-zóster no calendário nacional de imunização do Sistema Único de Saúde (SUS), para os idosos com mais de 60 anos de idade." Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4413, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)." Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). Relatoria: Senador Bruno Bonetti. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2410, de 2024 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Incentivos à Formação de Educadores Populares." Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE). Relatoria: Senador Marcos do Val. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3671, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estabelecer a obrigatoriedade da classificação indicativa de conteúdos musicais a serem tornados públicos." Autoria: Senador Beto Martins (PL/SC). Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Projeto de Lei Complementar n° 121, de 2025 - Não Terminativo - que: "Institui a Agenda Transversal das Mulheres na administração pública direta e indireta, estabelece condições para sua implementação e dá outras providências." Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento de urgência (REQ 36/2026-CDH) apresentado pela relatora, Senadora Professora Dorinha Seabra. ITEM 12 - Projeto de Lei n° 719, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, nº 10.233, de 5 de junho de 2001, nº 11.975, de 7 de julho de 2009, nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, e nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para garantir o direito de mulheres que viajam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sozinhas a optarem por assentos ao lado de outras mulheres em transportes coletivos." Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 22, de 2026 que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa na Floresta Nacional de Rendimento Sustentado Bom Futuro, localizada no Distrito de Rio Pardo, Município de Porto Velho/RO, com o objetivo de ouvir famílias e verificar condições de vida, devido à denúncia do descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado em 2011." Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). Resultado: O Senador Jaime Bagattoli subscreve o Requerimento que, na sequência, é aprovado pela Comissão. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 23, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater os desafios enfrentados por pessoas com acondroplasia no Brasil, com ênfase em inclusão social, combate ao preconceito, tratamentos disponíveis, acessibilidade, educação e oportunidades de trabalho." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 24, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as contribuições de africanos e afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira, sob a perspectiva do direito ao conhecimento histórico plural e da educação como dever do Estado e da família, considerando, como recorte temático, a proteção dos direitos das crianças quilombolas, com respeito à liberdade religiosa e à autonomia familiar." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 25, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de realizar campanha institucional em alusão ao Maio Laranja, mês nacional de conscientização e mobilização social para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 26, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir políticas públicas de atenção integral às pessoas com doenças raras, especialmente no que se refere ao acesso ao diagnóstico precoce, ao tratamento adequado, à organização da linha de cuidado no Sistema Único de Saúde e à garantia de direitos das pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acometidas e de suas famílias." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 27, de 2026 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Presidente da Agência Nacional de Proteção de Dados – ANPD, Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, informações sobre o processo de monitoramento relacionado à Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025 (”ECA Digital”), especificamente em relação à rede social Discord, a fim de subsidiar o acompanhamento pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do cumprimento e efetividade da referida legislação." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o Requerimento que, na sequência, é aprovado pela Comissão. ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 28, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de diligência externa no Estado do Maranhão, com o objetivo de acompanhar in loco os casos de desaparecimento de crianças ocorridos no Município de Bacabal." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 29, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, como objetivo de discutir a garantia dos direitos humanos no campo, no contexto do desenvolvimento científico, da expansão do agronegócio e dos desafios da sustentabilidade socioambiental, bem como seus impactos sobre as condições devida, de trabalho e de acesso a políticas públicas das populações rurais em âmbito nacional." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 30, de 2026 que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Maria Evaristo dos Santos, informações sobre a ocorrência de violência contra crianças e adolescentes em banheiros, vestiários ou congêneres abertos ao público." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 22 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 31, de 2026 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, informações sobre a ocorrência de violência contra crianças e adolescentes em banheiros, vestiários ou congêneres abertos ao público." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 23 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 32, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater os impactos na vida do cidadão brasileiro com neuromielite óptica: negligências e sofrimentos." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 24 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 33, de 2026 que: "Requer inclusão de convidados para audiência publica relacionada a pessoas com altas habilidades e Superdotação." Autoria: Senador Bruno Bonetti (PL/RJ). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 25 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 35, de 2026 que: "Requer debater com o biólogo Richard Rasmussen sobre as condições enfrentadas na sua Expedição Transamazônica." Autoria: Senador Marcio Bittar (PL/AC). Resultado: A Comissão aprova a inclusão da matéria como extrapauta. Na sequência, o requerimento é aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 26 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 34, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre políticas públicas de proteção às mulheres e meninas e o fortalecimento da família como núcleo essencial de prevenção à violência." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova a inclusão da matéria como extrapauta. Na sequência, o requerimento é aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 27 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 36, de 2026 que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLP 121/2025." Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova a inclusão da matéria como extrapauta. Na sequência, o requerimento de urgência é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 25 de fevereiro de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 1ª à 4ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Antes de eu ir para a pauta – e a gente vai ter um item extrapauta que o Senador vai solicitar, já me avisou, mas eu creio que será consenso –, eu só quero, antes de a gente passar a palavra para o nosso Senador, informar que os itens 3, 5 e 9 foram retirados de pauta. Inclusive um deles é a SUG, de que eu sou Relatora, que fala sobre monarquia. O meu voto é pela rejeição da proposta, mas o movimento pela monarquia me procurou ontem, pediu para retirar uma semana de pauta, eles querem fazer uma discussão. A gente sabe que essa é uma matéria que já foi discutida no Brasil, no passado, o Brasil já deliberou, mas nós temos respeito às sugestões que chegam da sociedade. Então, nós estaríamos hoje deliberando, mas a pedido do movimento estou retirando de pauta para a gente conversar.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 3

SUGESTÃO Nº 9, DE 2024

- Não terminativo -

Requer Plebiscito em 2026 para restaurar a monarquia parlamentarista no Brasil.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela rejeição e consequente arquivamento da Sugestão.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 781, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre atendimento individualizado periódico na educação especial.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto com uma Emenda que apresenta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 2410, DE 2024

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Incentivos à Formação de Educadores Populares.

Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE)

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Favorável ao projeto.)

E quero também fazer uma menção, Senador Marcio Bittar – aproveitar que o senhor está aqui –, ao Ministro Campbell, Mauro Campbell, pela atuação como Corregedor do CNJ no caso da decisão do Tribunal de Minas Gerais. O Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Mauro Campbell Marques, determinou, sábado, dia 21, a abertura de um procedimento com a finalidade de apurar a decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que absolveu, por maioria, um homem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 35 anos acusado de estupro de vulnerável contra uma menina de 12 anos. O caso gerou forte reação nas redes sociais, na sociedade. E, na sexta-feira, com cobrança por revisão ao entendimento adotado pela 9ª Câmara Criminal Especializada, o Corregedor intimou do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e o Juiz Magid Nauef Láuar, Desembargador, Relator das apelações, para prestarem informações preliminares no prazo de cinco dias.

Parabenizamos o CNJ por essa proatividade. Ao dizer que uma menina de 12 anos pode ser estuprada e não considerar isso como estupro, eu acho que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais errou e errou feio! Parabéns ao CNJ!

Nós temos um pedido de requerimento extrapauta. Eu passo a palavra ao Senador Marcio Bittar para apresentação do seu requerimento e já colocar em votação, em deliberação.

E, na sequência, a Senadora Dorinha tem itens na pauta. Ela já vai fazer a leitura dos seus votos.

EXTRAPAUTA

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 35, DE 2026

- Não terminativo -

Requer debater com o biólogo Richard Rasmussen sobre as condições enfrentadas na sua Expedição Transamazônica.

Autoria: Senador Marcio Bittar (PL/AC) Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Para encaminhar.) – Primeiro, eu quero parabenizar a nossa Presidente. De fato, esse caso julgado em Minas Gerais é um absurdo e isso chama atenção para umas loucuras do nosso país. Existem pessoas que consideram alguma menina de 12 anos, ou até mais nova do que isso, apta para ter uma relação com alguém de 30, 40 anos. Há pessoas no Brasil também que entendem que uma criança teria discernimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para fazer mudança de sexo. E essas mesmas pessoas geralmente entendem que essas mesmas crianças, quando matam, não têm discernimento daquilo que estão fazendo.

Então, parabéns ao Conselho Nacional pela correção dessa matéria.

Ministra Damares, nossa Senadora, o nosso requerimento... Eu fiquei muito feliz de ver o Richard Rasmussen e Renato Cariani expondo a realidade da nossa Amazônia. Por isso, fiz um requerimento extrapauta.

Requeiro, nos termos do art. 58, §22º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater com o biólogo e youtuber Richard Rasmussen a sua experiência e a realidade enfrentada pela população nos lugares onde esteve recentemente na expedição transamazônica. A viagem percorreu 1,5 mil quilômetros da Região Amazônica e o seu depoimento poderá ajudar na formulação de políticas públicas adequadas para corrigir o isolamento enfrentado pelos cidadãos brasileiros que vivem na Região Norte do país.

A justificação.

A presente audiência pública revela-se necessária e urgente diante da grave situação de precariedade das rodovias federais na Região Norte, notadamente – foi o que eles visitaram – a BR-230, Transamazônica, e a BR-319, cujas condições impactam diretamente a vida, a segurança, a dignidade de milhares de brasileiros que dependem dessas vias para sobreviver.

A Constituição Federal consagra como fundamento da República a dignidade da pessoa humana, princípio estruturante que impõe ao Estado o dever de garantir condições mínimas para uma existência digna. Não se trata apenas de um postulado abstrato, mas de um comando normativo que exige políticas públicas eficazes, infraestrutura adequada e acesso real aos direitos sociais, previsto no art. 6º da Carta Magna brasileira, tais como saúde, educação, trabalho, segurança e transporte. A realidade enfrentada pelas populações que vivem ao longo da Transamazônica e da BR-319, e outras tantas na Amazônia, evidencia um cenário incompatível com esse mandamento constitucional.

A recente expedição realizada pelo biólogo e apresentador Richard Rasmussen, amplamente divulgada, trouxe visibilidade nacional às condições enfrentadas diariamente por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas comunidades. Ao percorrer aproximadamente 1,5 mil quilômetros da Transacriana, eles registraram obstáculos severos de trafegabilidade.

A Comissão de Direitos Humanos não pode se omitir diante de um quadro que ultrapassa a esfera administrativa e alcança o núcleo essencial dos direitos fundamentais. Assim, a realização da audiência pública permitirá ouvir especialistas, autoridades competentes, representantes das comunidades afetadas e o próprio Richard Rasmussen, que poderá relatar aqui a experiência vivenciada e contribuir com elementos concretos para subsidiar o debate.

O objetivo é promover a discussão qualificada, identificar a responsabilidade e encaminhar propostas que assegurem condições mínimas de dignidade às populações da região.

Senadora Dorinha, Senadora Damares, nós vivemos uma situação... Na CPI das ONGs, nós tiramos como conclusão várias propostas. Uma delas, relatada aqui nesta Comissão – e eu menciono a fala da Senadora Damares, ainda na segunda-feira, para o nosso pré-candidato a Presidente da República, Flávio Bolsonaro – nós conseguimos aprovar nesta Comissão e agora está em outras Comissões, que é a proposta de que lideranças indígenas, nas reservas indígenas, teriam o direito de desenvolver atividades econômicas.

O que adianta você ter uma Reserva Yanomami, que é maior do que Portugal, se você não tem a menor condição de infraestrutura, de produzir nada lá dentro nem de legalidade? Nós visitamos, pela CPI das ONGs, a única experiência, que é no Mato Grosso, de uma aldeia em que eles burlaram a lei. Eles estão produzindo em quase 20 mil hectares, o padrão de vida deles é incomparavelmente mais elevado do que os outros indígenas do Brasil e da Amazônia, mas vivem numa situação de insegurança jurídica.

Então, eu acho que nós temos cumprido...

E aí eu lembro que a Senadora Damares mencionou que, assessorando um Parlamentar, em 1998, numa proposta legislativa de 1996, e a Senadora Damares assessorando um Parlamentar, ele relatava o projeto que daria o direito de os indígenas produzirem atividade econômica. Isso em 1998. E, na segunda-feira, Ministra e Senadora Damares, eu disse ao nosso Flávio Bolsonaro que eu preparei um documento sobre a nossa visão da Amazônia, os desafios de um outro governo – nosso, se Deus quiser – e eu disse a sua fala. Ele me perguntou o que eu achava de dar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma independência às comunidades indígenas, e eu mencionei: "Há mais de 30 anos, no Parlamento, tramitam matérias com esse objetivo". E relatei a sua fala: "A nossa Senadora relatou, na Comissão de Direitos Humanos, que, em 1998, assessorando um Parlamentar, essa proposta estava na mesa". E, nesses 30 anos, quem trabalha para manter índios segregados, passando fome, morrendo de inanição, são aqueles que se dizem seus defensores.

A situação das estradas é idêntica. Então, quando eu vejo um personagem como esse biólogo, que tem uma divulgação muito grande, fazendo uma caravana, percorrendo estradas na Amazônia e mostrando para o Brasil e para o mundo as dificuldades verdadeiras que enfrentamos na Amazônia, eu acho que ele merece receber o convite de vir até aqui para nos ajudar a dar cada vez mais luz para a dificuldade em que vivem quase 30 milhões de brasileiros na nossa Amazônia.

Então, eu agradeço à nossa Presidente Damares por ter colocado o requerimento extrapauta e peço a aprovação para que a gente possa fazer o convite para essa audiência pública.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Mas antes eu preciso aprovar a inclusão do requerimento do Senador, que é o 35.

Os que aprovam a inclusão extrapauta permaneçam como estão. (*Pausa.*) Aprovado.

Como ele já fez a defesa, nós vamos para a votação do mérito do requerimento.

Requerimento 35.

EXTRAPAUTA

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 35, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer debater com o biólogo Richard Rasmussen sobre as condições enfrentadas na sua Expedição Transamazônica.

Autoria: Senador Marcio Bittar (PL/AC) Realização de audiência pública para debater com o biólogo Richard Rasmussen sobre a sua experiência e a realidade enfrentada pela população dos lugares ribeirinhos.

Aqueles que são a favor permaneçam como estão. (*Pausa.*) Aprovado o requerimento 35.

Antes de voltar para a pauta, eu vou pedir – mas eu quero primeiro que as Senadoras Dorinha e Augusta tomem conhecimento dele – a inclusão do Requerimento 34, extrapauta.

É um requerimento para uma realização de uma audiência pública aqui sobre a proteção da mulher, ainda no mês de março. Eu apresentei três nomes e deixei muito aberto para a gente apresentar outros nomes.

Queria muito que acontecesse em conjunto com a Comissão de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, mas ela está com muita dificuldade em se reunir. O que eu queria fazer? Deixar aprovado. Se a gente não conseguir fazer lá, no mês de março, a gente faz uma audiência aqui, em comemoração ao mês de março.

O requerimento está aqui, é simples, é o Requerimento 34. Então, primeiro quero colocar em pauta a inclusão do Requerimento 34.

Todos que concordam, permaneçam como estão? (*Pausa.*) O.k.

O Requerimento 34 é simples, Senadoras. É uma realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre políticas públicas de proteção às mulheres e meninas, o fortalecimento da família como núcleo essencial de prevenção à violência. Eu trago duas convidadas, mais o Ministério da Mulher, que pode tanto ser a ministra como ela pode indicar a secretária nacional.

Agora vamos à votação, ao mérito do Requerimento 34.

EXTRAPAUTA

ITEM 26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 34, DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre políticas públicas de proteção às mulheres e meninas e o fortalecimento da família como núcleo essencial de prevenção à violência.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Os que concordam, permaneçam como estão. (*Pausa.*) Aprovado.

A gente discute depois, a Augusta e Dorinha, a formatação da audiência, mas vamos tentar fazer junto com a Comissão.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Já concordo plenamente e já quero parabenizar também a nossa Presidenta aqui.

Presidenta, eu queria fazer um pedido.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim. Dorinha... Se for registro, a gente vai para o item da pauta, que é da Dorinha, são dois itens da Dorinha.

Sim? (*Pausa.*) Já se aprovaram, itens 34 e 35.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Logo depois, Presidenta, eu queria já fazer um pedido, depois da Senadora Dorinha, se puder também fazer uma mudança aqui, na pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Inversão de pauta?

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – É.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dorinha...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., a gente já aceita a inversão de pauta do seu item.

Vamos para o item 12, da Dorinha, os dois da Dorinha.

Os que concordam com a inversão de pauta, permaneçam como estão? (*Pausa.*) Aprovada a inversão de pauta.

Inversão?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone.*) – Inversão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Os da Dorinha. Pode ler.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone.*) – O meu é o 7, né?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O 7, né? Item 7 da pauta. O 7 é o da Mara. Não, o da Dorinha é o nº 11.

Item 11 da pauta.

ITEM 11

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 121, DE 2025

- Não terminativo -

Institui a Agenda Transversal das Mulheres na administração pública direta e indireta, estabelece condições para sua implementação e dá outras providências.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha para a leitura do seu relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sra. Presidente.

Esse projeto, de autoria da Senadora Daniella Ribeiro, na verdade, tem por propósito criar essa agenda transversal da política para as mulheres, na medida em que ele vai integrar todas as ações de diferentes órgãos que lidam com o tema mulher.

Eu me recordo, Ministra, que, quando você foi Ministra, houve uma ação concreta nesse sentido de integrar, de conhecer, supraministerialmente, todas as ações que estavam voltadas para a questão da mulher. A Senadora Daniella acerta muito ao fazer essa proposta, que é de gestão, que é de organização, mas também vai permitir uma visibilidade de quais são as políticas que estão em vigor e que podem, inclusive, ter melhor resultado se forem integradas em todos os ministérios.

Eu vou direto para a análise e aqui, no caso, se restringe aos aspectos de competência desta Comissão.

A proposição apresenta um avanço significativo para a promoção e a garantia dos direitos das mulheres no contexto das políticas públicas. A institucionalização da Agenda Transversal das Mulheres promove abordagem integrada e sistêmica para combater a discriminação e a violência de gênero, bem como para remover as barreiras ao desenvolvimento pleno das mulheres.

Ao prever mecanismos como a avaliação de impacto das políticas públicas, a lei introduz abordagem baseada em evidências, permitindo identificar como cada ação governamental pode afetar diretamente as mulheres e corrigir distorções que perpetuam desigualdades.

Essa avaliação, integrada ao planejamento orçamentário e às decisões sobre gasto, garante que a inclusão não seja apenas retórica, mas um critério efetivo na alocação de recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, a proposição promove a inclusão das mulheres nas políticas públicas e induz uma mudança cultural na gestão governamental, tornando a equidade de gênero um princípio transversal e permanente.

Em um contexto de desigualdades persistentes, a adoção desses instrumentos representa um passo decisivo para a construção de políticas mais justas, eficazes e alinhadas aos direitos humanos.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar 121, de 2025, de autoria da nobre Senadora Daniella Ribeiro, muito afeta à política de valorização de respeito à mulher e de redução das desigualdades, a quem parabenizo pela autoria.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fantástico, Professora Dorinha.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*) Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e, se tiver um dos Senadores aqui membro dessa Comissão, peça a relatoria...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu sou.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... porque esse projeto é muito bom.

A própria Dorinha vai continuar lá, né?

Parabéns, Senadora Dorinha, pela aprovação.

Na inversão de pauta, nós vamos agora para o item 12.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 719, DE 2025

- Não terminativo -

Altera as Leis nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, nº 10.233, de 5 de junho de 2001, nº 11.975, de 7 de julho de 2009, nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, e nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para garantir o direito de mulheres que viajam sozinhas a optarem por assentos ao lado de outras mulheres em transportes coletivos.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Favorável ao Projeto.

Quatro leis serão alteradas hoje.

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Augusta, para a leitura do seu voto.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sra. Presidente, eu só gostaria de pedir que o outro projeto pudesse ir para o Plenário, pedir a urgência dele...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O outro projeto? Então, podemos fazer a votação do pedido de urgência do projeto anterior, o projeto do item 11, pular a Comissão... O.k.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Podemos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Requerimento de urgência ao PLP 121, de 2025.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*) Aprovado o pedido de urgência ao PLP 121, de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senadora Dorinha. Pulou uma Comissão. (*Risos.*) Parabéns!

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos voltar ao item 12...

Senadora Augusta, para a leitura do seu voto.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relatora.) – Obrigada, obrigada, Presidenta.

Da mesma forma, fico feliz aqui em ver nossa Senadora Dorinha relatando um projeto muito importante da Senadora Daniella. E eu, ao mesmo tempo, agora, tenho o prazer também de relatar outro projeto da nossa Senadora Daniella Ribeiro.

Quero pedir a V. Exa. para começar a fazer a leitura a partir da análise.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim. Autorizada.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, Presidenta.

Então, compete à CDH opinar sobre matérias alusivas aos direitos das mulheres e à garantia e à promoção dos direitos humanos, conforme previsto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, a análise do PL nº 719, de 2025, atende aos requisitos de regimentalidade.

No mérito, a proposição é louvável e oportuna. A medida, ao buscar garantir um ambiente de maior segurança para mulheres em transportes coletivos, alinha-se aos princípios e direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, está em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conformidade com o art. 5º, que preconiza a igualdade e a proteção da dignidade da pessoa humana, bem como com o art. 6º, que assegura a segurança como direito social.

Além disso, a iniciativa contribui significativamente para a redução da vulnerabilidade e do risco de assédio e violência, promovendo um ambiente de viagem mais seguro e respeitoso. A proposição reforça o papel do Estado na proteção dos direitos das mulheres e na promoção de políticas públicas voltadas à segurança e bem-estar em todos os espaços sociais.

Ao assegurar às mulheres que viajam sozinhas a opção de assento ao lado de outras mulheres no transporte coletivo, a proposição também dá concretude ao direito ao transporte. Sem mecanismos adequados de proteção a grupos socialmente vulneráveis, o transporte coletivo torna-se excludente e restritivo. A ampliação destas salvaguardas impacta diretamente o exercício de diversos outros direitos, razão pela qual a medida tem pertinência significativa.

Diante do que foi pedido e foi botado no projeto, nós somos aqui, no voto, pela aprovação desse Projeto de Lei nº 719, de 2025, parabenizando a Senadora e já pedindo, não porque se aproxima o mês de março, mas pela urgência que nós temos realmente de dar resposta, sobretudo às mulheres no nosso país, sobre segurança, sobre liberdade, o direito de ir e vir, de garantir os direitos que já estão na Constituição previstos, mas infelizmente a gente ainda precisa hoje aprovar leis para reafirmar o que seria óbvio... Aí eu quero pedir aqui à minha Senadora já também, se for aprovado o projeto – já estou antecipando o pedido –, a urgência, para que a gente possa levar para o Plenário, visto que o mês de março está chegando e a gente quer botar um maior número de projetos que possam beneficiar aí, sobretudo, a nós mulheres.

Obrigada, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Vamos à votação do mérito.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Parabéns, Senadora Augusta!

Mas eu quero fazer um comentário: que pena que temos que fazer um relatório para que a mulher escolha onde sentar; assim como a gente vê uma pressão muito grande, nos gestores municipais, estaduais, de ônibus cor-de-rosa, vagão cor-de-rosa e metrô. Eu queria um país em que eu não precisasse de vagão cor-de-rosa, em que a mulher entrasse em qualquer vagão e fosse respeitada enquanto mulher. Eu queria uma nação em que eu não precisasse aprovar esse projeto, em que a mulher poderia sentar ao lado de um homem dentro de um ônibus sem ser incomodada. Mas, infelizmente, a nação que temos ainda – a gente vai mudar isso juntas, Augusta...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Vamos!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... é uma nação que nos obriga a aprovar um projeto de lei como esse.

Senadora Augusta, eu estou sendo informada pela assessoria de que esse projeto é terminativo...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – É terminativo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... então não cabe pedido de urgência.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O que a gente pode fazer é o seguinte: eu sou membro desta Comissão, eu vou pedir para ser Relatora; em uma semana eu apresento o voto e a gente então vota essa semana, na próxima Comissão, e a gente coloca no "pacotão das mulheres" também esse projeto.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Maravilha.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Relatora!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eu sei que, quando tem mulher na política, realmente faz a diferença. Então eu já agradeço. Eu, com medo de não ser ou de não ter essa oportunidade, já fui logo pedindo urgência para a gente garantir. Mas é exatamente esse o nosso desabafo. Queríamos nós não fosse preciso que a gente estivesse aqui falando do que seria óbvio, que é só questão de respeito, se homens e mulheres se respeitassem e, sobretudo, os homens respeitassem o direito das mulheres. Mas que bom que a gente está conseguindo também aprovar esses projetos que vão mudar, com certeza, e nós vamos estar lá fiscalizando para que eles sejam efetivados e cobrando que a gente possa ter mais segurança em qualquer espaço que seja!

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora.

Vamos voltar para a nossa pauta. Nós vamos seguir a pauta agora. Eu tenho itens meus. No final o Senador Bonetti vai presidir para eu ler os meus itens.

Então, seguindo a pauta, item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1153, DE 2025

- Não terminativo -

Cria o Programa Transformação Digital para Ribeirinhos, Quilombolas e Comunidades Indígenas e dá outras providências.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Favorável ao Projeto.

Pensem na alegria de eu pautar uma matéria como essa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este ano faz 20 anos que o Senador Marcos Pontes foi ao espaço.

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente; obrigado, Senadora Damares.

Eu vou direto à análise aqui, se me permite, que esse é um assunto extremamente importante.

O inciso III do artigo 102-E do Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência desta Comissão para opinar sobre matérias relativas à garantia e à promoção dos direitos humanos.

Apesar da falta de disposição constitucional expressa nesse sentido, entendemos que a exclusão digital é um fator extremamente importante de marginalização na sociedade contemporânea. A tecnologia da informação traz poder, alarga possibilidades e cria oportunidades transformadoras. Seu impacto social e econômico tende a ser mais intenso com o passar do tempo, conforme essas tecnologias avançam e o seu uso é cada vez mais disseminado. Por essas razões, o letramento digital e o estímulo ao bom uso da tecnologia por povos e comunidades tradicionais é tão importante para a inclusão desses grupos, que historicamente sofrem os efeitos de relações assimétricas. O programa proposto é um instrumento promissor para melhorar suas condições de vida e revitalizar suas culturas, tradições e conhecimentos.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.153, de 2025.

Esse é o voto, Sra. Presidenta.

Se me permite, gostaria de fazer um comentário a respeito desse assunto também, lembrando que eu fui Ministro das Comunicações aqui no Brasil, e havia um esforço muito grande de se levar a transformação digital, levar sinal de internet para as regiões mais remotas do país, incluindo, obviamente, a Região Amazônica. Um dos projetos que nós tínhamos era o Norte Conectado, com nove seções de fibra óptica pelo leito dos rios. Isso, logicamente, traz a internet para aquelas cidades que estão à beira desses rios, mas, para as cidades mais distantes, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tínhamos o SGDC (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações) também provendo sinal através do sistema Gesac, com pequenas antenas, para o restante onde não era coberto por isso.

Agora, só o sinal da internet e só a energia, que é outro limitante também, não bastam. É importante que as pessoas saibam o que fazer com esse sinal da internet, é importante que eles tenham capacidade de se integrar nesse mundo em que nós vivemos hoje, que basicamente está dentro do celular, na maior parte do tempo. Então, esse conhecimento é extremamente importante. Assim como foi falado no relatório aqui, a exclusão digital é uma das razões principais, hoje em dia, da separação, da assimetria que existe. Isso vai junto com a pobreza, vai junto com outros fatores educacionais também, mas isso é e vai ser cada vez mais um problema. Então, poder levar essa educação, vamos dizer, o letramento digital para essa população é muito importante.

Lembro também que, como Ministro da Ciência e Tecnologia, eu coloquei um projeto na Amazônia com 80 milhões para justamente o letramento digital na região.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – É importante que nós tenhamos continuidade num projeto desse, que seja colocado em lei e que possa, dessa forma, atingir a maior parte da população.

Especialmente, eu penso aqui naqueles jovens que estão lá crescendo, que precisam conhecer o mundo e ter profissões. Lembro que um garoto desses, bem treinado, consegue trabalhar de onde ele estiver em qualquer lugar do planeta Terra e ganhar em real, em dólar, o que seja, e fazer dinheiro ali.

Quando a gente fala de desenvolvimento sustentável, a gente tem que prover maneiras para que as populações que vivem ali tenham condições de ter recursos, ter dinheiro para sobreviver e, aí sim, a gente pode falar na preservação ambiental e tudo mais, senão vai ficar só no discurso bonito e nada vai ser feito.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

A matéria segue para análise terminativa na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática.

Como eu sei que o senhor é membro lá, pede a relatoria lá também.

Senador, só para completar o que o senhor falou – e aqui eu quero fazer um agradecimento público ao Senador Bonetti –, segunda-feira agora a gente fez uma audiência nesta Comissão sobre os direitos das crianças e das pessoas – e das famílias – com altas habilidades e superdotação. Seria uma única audiência. A sociedade se interessou tanto pelo tema, a academia, a sociedade científica, os educadores, que eu vou ter que fazer a segunda amanhã. Então, eu fiz uma segunda, com nove expositores, amanhã já tem oito expositores. E vou dizer uma coisa, já há pedido de uma terceira e uma quarta.

Os senhores não têm ideia do que foi dito aqui, os senhores não têm ideia. Nós estamos sepultando talentos no Brasil. As crianças com altas habilidades inclusive – nós ouvimos aqui – estão se suicidando no Brasil, os jovens. As famílias estão em desespero. E um dos temas que foi trazido aqui foi o das comunidades tradicionais. Nós temos, nas aldeias, meninos e meninas superdotados, nas comunidades quilombolas, na região ribeirinha, e a gente não tem acesso a essas crianças. Elas não estão sendo incentivadas, recepcionadas como superdotadas ou com altas habilidades.

Um projeto como esse vai, inclusive, fechar a lacuna que nós discutimos aqui exatamente na segunda-feira. Parabéns, Senador!

E quem estiver amanhã em Brasília: assistam à segunda audiência. Ela está impactante. Inclusive, a repercussão foi tão grande que as nossas redes sociais estão lotadas de comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pelos votos. Parabéns ao autor, Senador Jade Barbalho, por ter apresentado espetacular matéria.

Item 5 da pauta. (*Pausa.*)

Ah, está retirado.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 781, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre atendimento individualizado periódico na educação especial.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto com uma Emenda que apresenta.)

Então a gente vai para o item 6 da pauta. É isso? (*Pausa.*)

Item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 4366, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.606, de 20 de junho de 2023, que dispõe sobre a conscientização sobre a Doença de Parkinson, para instituir o uso do cordão com desenhos de tulipas vermelhas para identificação de pessoas portadoras da Doença de Parkinson.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda (de redação) que apresenta.

Em reunião realizada em 04/02/2026, a matéria foi retirada de pauta.

Concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli, que está de forma *online,* para a leitura do seu relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos; bom dia, minha Presidente Damares. Parabéns pela audiência pública das altas habilidades, um tema tão importante e muitas vezes tão esquecido no nosso país.

Bom dia aos demais colegas Senadores, eu peço licença para ir direto à análise do projeto.

Conforme o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão examinar matéria respeitante à "proteção e integração social das pessoas com deficiência e proteção à infância, à juventude e aos idosos", o que mostra ser regimental este exame.

Tampouco se deixam observar problemas de juridicidade ou de constitucionalidade. A competência para legislar sobre a matéria é do Parlamento e a espécie normativa utilizada, a lei, é a forma correta. Tampouco colide com a norma jurídica em vigor. Há, conforme veremos, uma ou outra correção terminológica a se fazer para ajustar a redação aos termos da legislação vigente.

Quanto ao mérito, temos que a matéria acrescenta ideias positivas à normatividade pátria. Já estando dispostos os direitos das pessoas com deficiências ou doenças crônicas que, em alguma medida, acarretam impedimentos, trata-se agora de comunicar à sociedade, como bem afirma o nobre Senador Romário, autor do projeto, não apenas para a identificação individual de cada uma delas, mas também para instruir a sociedade sobre essa diversidade humana.

Veja-se que o exercício de direitos e a promoção da inclusão são atividades cooperativas, isto é, dependem da atitude do concidadão. E a atitude de reconhecimento dos direitos das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas que enfrentam barreiras ou impedimentos é algo em que temos nos empenhado bastante desde a promulgação da nossa Constituição Cidadã, em 1988.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência) veio se somar na garantia e promoção dos direitos dos cidadãos com deficiência, no combate a qualquer forma de discriminação, exigindo mudanças de paradigmas, combate a mitos e investimentos em capacitação e acessibilidade, dirigindo-se aos currículos escolares, às pesquisas e à formação de pessoal. Tudo isso segue dando frutos, que agora podemos colher.

E é nesse sentido que a proposição, a nosso ver, tem a capacidade de ampliar a disposição de bem conviver que já está presente na sociedade brasileira. Nesse sentido, o seu mérito é acentuado ao promover conscientização sobre pessoas com deficiências ocultas ou não aparentes.

É o melhor modo de se legislar.

Voto.

Conforme as ideias trazidas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.366, de 2024, com a emenda de redação que apresentamos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senadora Mara, pelo relatório. Ficou lindo!

Em discussão a matéria. (*Pausa.*) Não havendo mais quem discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pela Senadora Mara Gabrilli.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda de Redação nº 1.

A matéria segue para a Comissão de Assuntos Sociais.

Eu quero ser Relatora lá também, Mara.

Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 4426, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre a inclusão da vacina contra o herpes-zóster no calendário nacional de imunização do Sistema Único de Saúde (SUS), para os idosos com mais de 60 anos de idade.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Em reunião realizada em 04/02/26, a matéria foi retirada de pauta.

Concedo a palavra para a Senadora Mara Gabrilli para a leitura do seu relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora.) – Presidente, eu peço novamente, para ir direto à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Concordo, Senadora, pode ir.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada.

Compete à CDH, nos termos do art. 102-E, incisos III, VI e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à garantia e promoção dos direitos humanos, bem como a proteção integral à pessoa idosa, o que torna regimental a análise do Projeto de Lei nº 4.426, de 2025, por este Colegiado.

A matéria insere-se na competência legislativa da União (CF, art. 22, VII e art. 24, XII). Não há vícios de iniciativa ou inconstitucionalidade. Pelo contrário, o projeto reforça princípios constitucionais como a proteção integral à pessoa idosa (art. 23).

No mérito, a proposição enfrenta um problema de saúde pública relevante entre a população idosa e outros grupos com maior risco de complicações. O herpes-zóster apresenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incidência crescente a partir dos 50 anos de idade, com maior gravidade em pessoas com imunossupressão, que têm risco aumentado de episódios recorrentes, neuralgia pós-herpética e hospitalizações. As evidências epidemiológicas mostram que o impacto individual e sistêmico da doença tende a crescer em função do envelhecimento populacional e da maior prevalência de condições clínicas que comprometem a resposta imunológica.

A vacina recombinante contra o herpes-zóster apresenta eficácia elevada e perfil de segurança amplamente documentado, com proteção sustentada em diferentes faixas etárias e, conforme documentado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), no Relatório para a Sociedade nº 574, de 2025, acerca da vacina recombinante adjuvada para a prevenção do herpes-zóster, foram observadas taxas de eficácia elevadas tanto para a população acima de 50 anos quanto para aquelas com imunossupressão e esses resultados reforçam que a proteção proporcionada pela vacina é consistente também nos grupos para os quais já existe autorização regulatória, reduzindo substancialmente internações, afastamento do trabalho, custos associados ao manejo da neuralgia pós-herpética e sobrecarga em serviços de média e alta complexidade, além da dor.

A inclusão da vacina no PNI deve observar os parâmetros que orientam tradicionalmente a incorporação de imunizantes no SUS, demonstração de efetividade, custo-efetividade e impacto orçamentário compatível com a capacidade de financiamento público. Embora o projeto estabeleça a vacinação para maiores de 60 anos de idade, nota-se que o risco elevado de complicações já se manifesta a partir dos 50 anos, além de atingir adultos mais jovens com imunossupressão.

A ampliação do público-alvo adotada em outros países é prevista em recomendações técnicas internacionais e tende a aumentar a efetividade populacional da estratégia e a reduzir desigualdades de acesso ao imunizante, hoje disponível apenas no setor privado. Para esses grupos, a imunização tem potencial de evitar episódios graves e reduzir o tratamento de sequelas dolorosas e persistentes, com benefícios diretos para a qualidade de vida e para a racionalização dos gastos.

Para expandir o escopo da propulsão e incrementar seu potencial benefício na saúde pública, apresentamos emenda substitutiva para garantir a oferta do imunizante para todos a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir dos 50 anos de idade, bem como para maiores de 18 anos com imunossupressão ou outras condições clínicas que levem ao comprometimento do sistema imunológico. E, com essas modificações, a gente fortalece a abordagem preventiva adotada pelo PNI, melhoramos a proteção de grupos vulneráveis e ainda contribuímos para a redução de hospitalizações e complicações evitáveis. Isso mostra-se compatível com o princípio constitucional da integralidade da atenção e com a Política Nacional de Imunizações ao ampliar o acesso a tecnologias efetivas e de comprovado benefício coletivo.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.426, de 2025, na forma de substitutivo que apresentei.

Obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora Mara.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*) Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável aos projetos, nos termos da Emenda nº 1.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mara, eu tenho que celebrar junto com você, Mara. Eu escutei seu gritinho de alegria aí. (*Risos.*) Senadores, eu quis aprovar logo, para ninguém pedir vista.

Mara, eu tive herpes-zóster; e você lembra, em 2023 – não sei se os senhores lembram –: eu fiquei com o rosto todo paralisado. Vocês se lembram disso? Foi horrível.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Fora do microfone.*) – Eu me lembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Lembra, Mara?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Fora do microfone*.) – Nossa, lembro... E, assim, é tanta dor. A gente tem que parabenizar a Senadora Eudócia...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, é tanta dor.

Aí, em 2023, eu mandei uma indicação ao Governo, para que fosse uma PNI, e o Governo não conseguiu colocar. Mas agora, indo por forma de projeto de lei, eu vou lutar também para ser Relatora nas próximas Comissões.

Mara, mas além de eu ter tido, a Senadora Tereza teve, o Senador Marinho, a Governadora Celina, a Bia Kicis. Está todo mundo tendo herpes-zóster.

E aí, Senador Jaime, as pessoas, às vezes, não entendem o que é herpes-zóster. Deixe-me falar...

Você também teve? (*Pausa.*) Tem mais gente aqui no Plenário, olha só. Para quem não lembra: herpes-zóster é o cobreiro, o que os nossos avós chamavam de cobreiro. Aquilo que dá na pele, aquelas feridas enormes.

Na infância, eu me lembro de que os avós diziam – ainda dá hoje... Ele é do vírus da catapora. Quem teve catapora um dia pode ter herpes-zóster, tá? E não tinha vacina. E eu me lembro de que os meus avós diziam que, se ele fechasse o ciclo na barriga, a pessoa ia morrer, porque ele tem um ciclo, e o ciclo é doloroso.

E aí, Senador Jaime, eu ainda vejo na região ribeirinha, pessoas tratando o cobreiro com limão e cinza. Imagine a dor!

Se nós temos uma vacina que pode evitar tanta dor e tanto sofrimento – agora, a vacina é caríssima... E, quando eu tive, eu já tinha tomado a primeira dose da vacina, então imaginem: os hospitais estão ficando lotados de pessoas com herpes-zóster, porque dói, especialmente nos idosos. E, quando não dá na pele, dá internamente, como foi no meu caso, paralisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, apesar de ser caro, a gente, lá na frente, pode evitar hospitalizações, a gente pode ajudar na economia, porque as pessoas não vão ficar afastadas do trabalho. Então, assim, é uma medida acertada. Parabéns à Eudócia, Mara. E você pulou de alegria aí no seu coração, Mara, e a gente pulou de alegria aqui também, porque, olha, era necessário isso. Eu acho que a gente, hoje, dá de presente essa conquista.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Fora do microfone*.) – Ninguém merece essa dor, Damares. É muito dor. Ninguém merece essa dor de herpes.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Mara. E a Comissão dá um passo importante, hoje, na proteção dos idosos do Brasil. E a Mara adequou, trazendo para 50 anos – era 60 –, ela trouxe para 50. Obrigada, Mara. Hoje é dia de muita alegria.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 4413, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Relatoria: Senador Bruno Bonetti

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Para quem não conhece o Senador Bruno Bonetti, ele é suplente do Senador Romário. O Senador Romário precisou se ausentar e mandou essa preciosidade, que, no período em que chegou aqui, já fez um barulho no Senado, já está mudando muita coisa na legislação brasileira. É uma honra tê-lo na Comissão, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Bruno Bonetti, para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO BONETTI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Senadora, muito obrigado. Quem a conhece sabe da sua generosidade, então me sinto muito acolhido pela senhora. Hoje é a minha primeira participação em Comissões, então eu saúdo aqui os Senadores presente e a assessoria, da qual eu sou oriundo. Eu fui assessor por muitos anos e continuarei sendo, com a volta do nosso Senador Romário.

Apenas quero relatar à senhora que esse relatório é fruto de muita conversa da nossa assessoria com a assessoria do Senador Cleitinho e também com a Consultoria da Casa.

Se a senhora me permite, eu vou direto para a análise.

Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas à garantia e promoção dos direitos humanos, conforme previsto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, a análise do PL no 4.413, de 2023, atende aos critérios de regimentalidade.

No mérito, a proposição é compatível com o princípio constitucional da proteção integral e dá concretude à doutrina da prioridade absoluta, fortalecendo o dever do Estado de resguardar a infância de qualquer forma de negligência ou exposição inadequada. O desenvolvimento biopsicossocial da criança ocorre em etapas que devem ser respeitadas, de forma que a introdução de conteúdos de cunho sexual ou de nudez em ambientes escolares e culturais atropela esse processo natural, forçando uma maturidade emocional para a qual a criança ainda não possui ferramentas cognitivas.

Nesse contexto, a proposição atua como uma ferramenta essencial de segurança e prevenção, uma vez que a erotização precoce pode tornar a criança mais vulnerável a abusos, ao fragilizar as barreiras de discernimento sobre o que constitui um comportamento privado ou inapropriado. Sob a ótica do direito das famílias, o projeto protege o poder familiar, garantindo que a educação moral dos filhos não seja subvertida por intervenções externas que ignorem a classificação indicativa.

Justamente em razão desse espírito, propomos emenda substitutiva que confere maior clareza ao conteúdo da norma e ao tipo penal, bem como elimina a responsabilidade penal nos casos em que seja observada a classificação indicativa adequada. Com o aprimoramento proposto, o poder público cumpre seu papel de curador de um ambiente saudável, assegurando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o espaço público e pedagógico seja um local de acolhimento e proteção, e não de exposição a estímulos incompatíveis com a fragilidade da infância.

O substitutivo aprimora a proposição ao conferir maior precisão ao objeto normativo, superando, inclusive, a generalidade da ementa do projeto original, que não delimita adequadamente a conduta pretendida. Ao fazê-lo, a emenda ora proposta reforça a segurança jurídica e evita interpretações amplas ou arbitrárias da norma.

Eu vou agora ao voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.413, de 2023, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CDH (SUBSTITUTIVO)

Dê-se ao Projeto de Lei nº 4.413, de 2023, a seguinte redação:

Altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, para tipificar a exposição de criança a eventos ou diversões e espetáculos públicos que contenham nudez ou sexo explícito.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 74.

.....

§ 1º

.....

§ 2º A realização de diversões e espetáculos públicos em estabelecimentos de ensino deve ser prevista em projeto pedagógico, nos termos da classificação indicativa aplicável.” (NR)

“Art. 75.

.....

§ 1º

.....

§ 2º É vedado o ingresso de crianças menores de dez anos, ainda que acompanhadas dos pais ou do responsável, em diversões e espetáculos públicos com classificação indicativa de faixa etária mínima de 18 (dezoito) anos.” (NR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 241-F. Expor criança a diversões e espetáculos públicos que contenham nudez ou sexo explícito.
Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos.
Parágrafo único. Não constitui crime a exposição de criança a diversões e espetáculos públicos que observem a classificação indicativa aplicável."
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senador, uma matéria que protege crianças e adolescentes.

A gente já viu exageros no Brasil em nome da arte que acabam, na verdade, erotizando e adultizando crianças no Brasil. Parabéns.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo ilustre Senador Bruno Bonetti.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, nos termos da Emenda 1 da CDH.

A matéria segue para análise terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Senador, se é terminativa lá, a gente podia falar com um colega nosso, próximo, para puxar essa matéria logo, já aprovar este ano e o senhor fazer essa entrega para o Brasil.

Senador Bonetti, como eu sou Relatora de algumas matérias, eu queria solicitar que o senhor presidisse a Comissão, viesse para cá, e eu vou fazer a leitura dos meus itens. Pode ser? (*Pausa.*)

Ele já estreia no primeiro dia presidindo. (*Fora do microfone.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu queria ver só, se não fosse atrapalhar a Senadora Damares, sobre o item 13, só o requerimento lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Bruno Bonetti. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – De acordo.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É requerimento do Senador Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Bonetti. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Item 13.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 22, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa na Floresta Nacional de Rendimento Sustentado Bom Futuro, localizada no Distrito de Rio Pardo, Município de Porto Velho/RO, com o objetivo de ouvir famílias e verificar condições de vida, devido à denúncia do descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado em 2011.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO) e outros

Concedo a palavra ao Senador Bagattoli para encaminhar.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Eu quero subscrever essa diligência, esse pedido de diligência sobre essa questão da reserva Bom Futuro. A reserva Bom Futuro era uma reserva federal, aí foi feita uma permuta lá no ano 2009 com uma reserva estadual do Rio Vermelho, sobre também o assentamento de aproximadamente 5 mil famílias hoje. Senadora Damares, você já esteve lá numa outra diligência que nós tivemos lá, sobre as reservas, aquelas pessoas que estão com documento lá. E, dentro desse acordo, essas pessoas hoje estão lá dentro dessa área do Bom Futuro, elas não têm o seu documento das suas propriedades, o Governo estadual não cumpriu com o acordo que foi feito na época, e são em torno de 5 mil famílias. E essas pessoas foram removidas, muitas delas, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se construiu a Hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira. Então, eu quero subscrever essa diligência lá para nós irmos lá ver essa situação lá da área do Bom Futuro. E eu quero ver se a Senadora Damares, se possível, pode nos acompanhar lá.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Bonetti. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senadora Damares, quer usar a palavra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Bruno Bonetti. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom, em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Pauta deliberativa, item nº 1.

ITEM 1

SUGESTÃO Nº 6, DE 2020

- Não terminativo -

Redução da remuneração mensal para 50% para deputados federais, estaduais e senadores

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão.

Proponente: Lauro Cesar Pedot, do Rio Grande do Sul.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura de seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu quero pedir permissão para ir à análise direto, mas antes eu preciso elogiar o autor da proposta. Essa proposta veio da sociedade, é do Lauro Cesar Pedot. Ele apresentou essa proposta em 22/12/2019. Aí ele já conseguiu, em março de 2020, os apoiamentos necessários, que eram 20 mil assinaturas, mas, quando se fechou a consulta, em 05/04/2020, tinha 41 mil assinaturas aprovando para reduzir pela metade o salário dos Parlamentares, o que mostra que a sociedade está de olho. Mas nós estamos, nesse exato momento, discutindo, inclusive em nível de Congresso, de Supremo Tribunal, a questão do aumento salarial, os penduricalhos, o teto, não teto, então como há uma discussão muito ampla no Congresso Nacional sobre o tema, nós entendemos que essa SUG precisava ser rejeitada.

E eu vou direto à análise, mas não sem antes deixar de elogiar o autor, o Lauro, quero que inclusive encaminhe para ele meu elogio. E quero dizer para o Lauro: continue mandando sugestões para o Senado, você teve 41 mil assinaturas. E, se abrisse hoje para apoiamento, acho que ele chegaria a 1 milhão de assinaturas. Mas a matéria, conforme o nosso relatório, não vai prosseguir nesta Comissão, porque já há um amplo debate no Congresso e na Suprema Corte sobre salários de servidores públicos.

Vou direto à análise, Presidente.

Passando a analisar a matéria em pauta, cabe recordar que a matéria referente à remuneração dos Parlamentares federais consta no art. 49, VII, da Constituição Federal, que dispõe ser de competência exclusiva do Congresso Nacional fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observados os dispositivos também da Lei Maior.

Portanto, como visto, o subsídio dos Parlamentares obrigatoriamente é limitado pelo teto constitucional da administração pública e sobre ele incide Imposto de Renda. Por proximidade temática cabe, também, registrar que o art. 49, VIII, da Constituição Federal estabelece a competência exclusiva do Congresso Nacional para fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observados os mesmos dispositivos da Lei Maior.

E cumpre, ainda, anotar que, mediante lei (art. 48, XV, da Constituição Federal), cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre fixação do subsídio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, também observados os dispositivos constitucionais acima arrolados.

Sobre a presente sugestão, cabe anotar que, aplicando o art. 49, incisos VII e VIII da Constituição Federal, por meio do Decreto Legislativo nº 172, de 2022, o Congresso Nacional fixou os atuais subsídios mensais dos membros do Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, no mesmo valor para todos esses agentes públicos, equiparando ao subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal, definidos na Lei nº 14.520, de 2023, que vem a ser o teto remuneratório para toda a administração pública federal e para todos os agentes públicos de todos os entes da Federação, nos termos o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição.

A propósito, cumpre ponderar que o subsídio dos membros do Congresso Nacional estava congelado desde o ano de 2015, portanto estava sem reajuste por oito anos. E cabe ainda acrescentar que o reajuste aprovado repôs apenas parcialmente as perdas inflacionárias dos últimos exercícios e que apesar de não mais ser obrigatória, foi mantida a prática de fixação do subsídio pelos Parlamentares em fim de mandato para a próxima legislatura.

Enfim, como visto, o subsídio dos Deputados Federais e Senadores, por imposição constitucional, deve observar o teto constitucional da administração pública. Por outro lado, parece-nos adequado que os componentes dos três Poderes tenham o mesmo, pois o equilíbrio, a harmonia, e a independência entre os Poderes da República requer o tratamento isonômico entre eles, inclusive também com relação à dignidade da contraprestação remuneratória que percebem os seus membros, pelas funções institucionais que exercem.

Desse modo, entendemos que o Decreto Legislativo nº 172, de 2022, dispôs de forma razoável e adequada ao fixar os subsídios dos membros do Congresso Nacional.

Temos presente que, pelo princípio da irredutibilidade dos salários, um princípio que rege a nossa norma jurídica, constante do inciso VI do art. 7º da Constituição Federal, a remuneração somente pode ser reduzida em casos previstos em convenção ou acordo coletivo. O art. 468 da Consolidação das Leis do Trabalho proíbe qualquer alteração no contrato de trabalho que traga prejuízo ao empregado. O que isso quer dizer, Senador? No momento em que nós fomos eleitos, foi-nos oferecido um salário. Então, há um contrato entre os eleitos e o Congresso. Se, no meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do caminho, a gente muda isso, é uma quebra de contrato com os eleitos. Então, se tiver que mudar o valor dos salários, terá que ser para a próxima legislatura com um projeto tramitando nesta Casa, e é por isso que a SUG não vai ser acolhida.

Diante do exposto, opinamos pelo arquivamento da SUG 6, de 2020, mas lembrando ao autor da SUG que ele tem razão em questionar os salários, especialmente os supersalários no Brasil.

A gente viu que nós temos assessores no Congresso Nacional que chegam a ganhar duas vezes mais que Senadores e Deputados e essa discussão está posta, vai ser analisada e a gente vai aqui... Inclusive, o Presidente Lula vetou parte de uma lei aprovada, vai vir o veto para esta Casa, a gente vai ter que analisar com muita cautela, com muita coerência, mas realmente nós temos que combater os supersalários, os penduricalhos, especialmente do Poder Judiciário lá. E a gente precisa, na verdade, trabalhar para que todo mundo ganhe bons salários no Brasil, bons salários.

Esse é o meu voto e eu peço apoio aos pares, cumprimentando o autor da sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Bonetti. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo... Opa, Senador Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Na verdade, Senadora Damares, por que temos que acabar com esses penduricalhos que nós temos hoje no Brasil? Nós temos uma situação distorcida sobre a questão do salário. Antes de eu ser Senador da República... Foi o primeiro cargo que eu assumi, fui eleito direto Senador. Não tem nem comparação com o meu negócio ser Senador, para receber um salário de Senador. Então, eu teria que estar lá trabalhando no meu negócio, e não estar aqui como Senador, mas eu tenho uma dedicação, estou me doando ao povo brasileiro, ao meu Estado de Rondônia, ao Brasil, para eu ser Senador. Existem muitas coisas que estão erradas neste país, muitas. Muitas coisas que estão distorcidas, igual a Senadora Damares acabou de falar, sobre a questão de salário. A gente vê, tem pessoas ganhando mais do que Deputados, mais do que Senadores, não sei como, de que forma, e tem que ser feita uma correção sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, que tem que haver mais transparência dos Poderes, dos gastos, isso tem que acontecer. Nos três Poderes tem que haver muito mais transparência. E a gente sabe que os orçamentos são hiperdimensionados, tanto em Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa, Câmara Federal, Senado e o próprio Judiciário. Isso tem que ser corrigido e a gente sabe que não dá para fazer do dia para a noite. A Senadora Damares está certa, o Congresso Nacional tem a missão, tem a obrigação de se debruçar sobre essa situação, porque nós vemos milhares de trabalhadores neste país, e é muita injustiça muita gente trabalhando muito e ganhando pouco, e muitos fazendo pouco e ganhando muito.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Bonetti. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador, o Brasil não aguenta mais caixa-preta, né? As informações têm que ser acessíveis, até porque quem paga a conta é o povo.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pelo arquivamento da sugestão: rejeitado.

ITEM 2

SUGESTÃO Nº 11, DE 2023

- Não terminativo -

Fixa novas regras tributárias em relação às compras feitas em e-commerce internacional.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão.

Proponente: Alexandre Pereira de Souza Leite, do Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, é mais uma sugestão que vem da sociedade e esta daqui teve um apoiamento de muita gente.

O autor da sugestão é Alexandre Pereira de Souza Leite. Eu cumprimento o Alexandre, que é do Distrito Federal. Até gostaria muito de conhecer pessoalmente o Alexandre, porque ele parece entender muito do sistema financeiro. Ele apresentou a proposta dia 18/7/2023. No dia 21, quatro dias depois, gente, ele já tinha mais de 20 mil apoiamentos e, quando se fechou a consulta da proposta dele, passou de 70 mil apoiamentos, o que mostra que o Alexandre realmente provocou um debate sobre o tema, trazendo em forma de sugestão o tema que eu agora vou ler no meu relatório.

Esta sugestão aborda um tema de alta complexidade e de inegável relevância social e econômica que afeta diretamente o poder de compra de milhares de consumidores, a competitividade da indústria e do varejo nacionais e a arrecadação tributária da União e dos estados.

O ponto principal da proposta tem relação direta com o Regime de Tributação Simplificada (RTS), que disciplina a cobrança do imposto de importação sobre remessas internacionais. Esse regime foi instituído pelo Decreto-Lei nº 1.804, de 1990, e sofreu substancial reformulação, com a publicação da Lei nº 14.902, de 2024, cujo art. 32 estabeleceu nova tabela progressiva para o imposto, com alíquota de 20% para remessas de até US$50 e de 60% para remessas entre US$50 e US$3 mil. Observe-se que as mudanças impostas por esta nova lei são posteriores à apresentação da presente ideia legislativa, o que denota acerto na escolha do tema pelo autor por um lado, mas, por outro, a perda da oportunidade e do objeto, principalmente quando se trata de mudança na legislação tributária, já que o Congresso Nacional decidiu sobre o assunto, em deliberação recente.

Não é que a ideia dele não seja boa e que estamos rejeitando, é porque o Congresso deliberou uma matéria semelhante depois que ele mandou a sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, verifica-se que a referida Lei nº 14.902, de 2024, revogou expressamente a disposição anterior que previa isenção para remessas de até US$100 destinadas a pessoas físicas. Portanto, a principal diretriz da sugestão – a isenção total para compras abaixo de US$100 – contraria deliberação legislativa muito recente aprovada pelo Congresso Nacional.

Por essa razão e por todas as outras expostas no relatório, avalio que a conversão imediata da sugestão em projeto de lei seria prematura – visto que a legislação da reforma tributária foi aprovada recentemente – e de pouca efetividade agora. Não obstante, devemos cumprimentar os subscritores desta sugestão pela iniciativa de procurar aperfeiçoar a legislação nacional em benefício...

O voto, Sr. Presidente, é pelo arquivamento da sugestão, não a transformando em projeto de lei, com base no inciso III do art. 133 do Regimento Interno, mas encaminhando a proposta e o nosso relatório para a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para conhecimento, porque é lá que se discutem os assuntos tributários. Então, a ideia é muito boa, mas, por termos uma legislação nova, nós não vamos transformar em projeto de lei, mas encaminhar para a Comissão de Assuntos Econômicos para que a Comissão conheça a proposta e o nosso voto.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Bonetti. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pelo arquivamento da sugestão rejeitada.

Quero saudar o Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Posso pedir pela ordem, depois da Damares?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode pedir, pode falar.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Eu vim, na verdade, para falar com o Senador Bruno e ver a Senadora Damares com óculos novos. (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eta, Senador Plínio!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Bruno, tem um projeto de nossa autoria que está aqui na CDH, eu acho, e eu tinha combinado com o Senador Romário para ele ser o Relator, e o projeto está com o senhor – está em boas mãos. Quero saudá-lo, dar boas-vindas. É um prazer imenso estar aqui com o senhor.

Damares, eu quero pedir para a gente andar com ele. É um projeto que torna obrigatório o estádio de futebol reservar espaço para os autistas. O Vasco da Gama já tem isso mais ou menos – sempre o Vasco na frente dos outros times. (*Risos.*)

A gente vai correr com isso, não é, Bruno? Seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Bonetti. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador, muito obrigado. O Vasco sempre na frente menos no futebol, mas, enfim, respeitosamente, o nosso Senador Romário fez acho que 300 gols pelo Vasco. Então, isso nos dá um carinho muito grande pelo Vasco. (*Risos.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Bruno, olhe: no final de semana, teve jogo do Sub-20, e é a décima vitória seguida do Vasco em cima do Flamengo. Isso Globo não mostra! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Bruno Bonetti. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vasco é uma glória do nosso futebol, sempre na vanguarda dos assuntos relevantes à sociedade.

E conte comigo. As nossas assessorias já estão em contato. Conte com a nossa celeridade. Eu aqui tenho contato direto também com o Senador Romário, que me instruiu a dar o máximo de velocidade possível. Então, a velocidade será máxima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, antes de devolver para a senhora, Senadora, a Presidência, eu quero aqui de público agradecer-lhe, porque a causa da vida da minha esposa são as crianças com altas habilidades. E os gestos que a senhora tem feito não apenas para esse segmento, mas para com os grupos organizados... A senhora tem dado voz e vez para que essas pessoas possam compartilhar as suas experiências, as barreiras que encontram. Tinha que ser, obviamente, para liderar esse processo, uma pessoa com a sua sensibilidade e principalmente com o seu coração. Eu quero aqui agradecer de público por tudo que a senhora tem feito e dizer para essa turma que cuida dessas crianças que a madrinha deles no Senado é muito forte e que nós vamos avançar muito com as pautas. Muito obrigado, Senadora Damares.

Eu convido a senhora...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O nosso Presidente estreou lindamente!

Gente, Senador Plínio, o Senador Bruno também vem de assessoria. Ele foi dos bastidores, como eu. E a gente se conhece há uns bons anos, sendo o suporte de Parlamentares, ajudando o Congresso Nacional. E hoje nós dois temos a honra de estarmos como Senadores. São coisas que são belas surpresas da vida.

Nós temos requerimentos, eu vou ler... (*Pausa.*)

O item 24 da pauta é um requerimento do Senador Bruno, que nós vamos colocar em discussão.

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 33, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer inclusão de convidados para audiência pública relacionada a pessoas com altas habilidades e Superdotação.

Autoria: Senador Bruno Bonetti (PL/RJ)

Concedo a palavra ao Senador Bruno Bonetti, autor do requerimento.

O SR. BRUNO BONETTI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 128/2025, políticas públicas direcionadas às pessoas com altas habilidades e superdotação...

Proponho para a audiência a inclusão das seguintes convidadas: a Sra. Carla de Souza Brolezzi, Fundadora do Movimento Civil Superdotação no Mapa e Presidente da Associação Superdotação no Mapa; a Sra. Vanessa Pavani Mello, superdotada e mãe de superdotado.

Justificação.

A inclusão dos nomes citados se dá pelo fato de ambas terem uma forte atuação na representatividade nacional na defesa dos direitos e necessidades dos superdotados, duplamente excepcionais e também suas famílias. Ambas possuem atendimento de mais de 30 mil famílias em todo o Brasil e, portanto, uma percepção e vivência real de todos os desafios, violências e omissões enfrentados por este público. Suas exposições proporcionarão uma visão teórica especializada e, como mãe e pessoa superdotada, o conhecimento prático, profundo e familiar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*) Aprovado o requerimento de inclusão de convidadas na audiência pública sobre altas habilidades.

Inclusive, Senador, a Carla participou da primeira audiência e chocou a gente com as informações. Foi assim... Ela é muito boa, ela é muito boa. Então, acho que ela vai colaborar muito no próximo debate.

Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os itens 14 a 23 são requerimentos de minha autoria, vou fazer a leitura em bloco, sendo que o item 18 é de autoria do Senador Seif, que eu vou subscrever também.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 23, DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater os desafios enfrentados por pessoas com acondroplasia no Brasil, com ênfase em inclusão social, combate ao preconceito, tratamentos disponíveis, acessibilidade, educação e oportunidades de trabalho.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 24, DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as contribuições de africanos e afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira, sob a perspectiva do direito ao conhecimento histórico plural e da educação como dever do Estado e da família, considerando, como recorte temático, a proteção dos direitos das crianças quilombolas, com respeito à liberdade religiosa e à autonomia familiar.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 25, DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de realizar campanha institucional em alusão ao Maio Laranja, mês nacional de conscientização e mobilização social para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 26, DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir políticas públicas de atenção integral às pessoas com doenças raras, especialmente no que se refere ao acesso ao diagnóstico precoce, ao tratamento adequado, à organização da linha de cuidado no Sistema Único de Saúde e à garantia de direitos das pessoas acometidas e de suas famílias.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Item 18 da pauta.

ITEM 18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 27, DE 2026

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Presidente da Agência Nacional de Proteção de Dados – ANPD, Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, informações sobre o processo de monitoramento relacionado à Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025 ("ECA Digital"), especificamente em relação à rede social Discord, a fim de subsidiar o acompanhamento pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do cumprimento e efetividade da referida legislação.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC) e outros

Esse é um requerimento do Senador Jorge Seif, é um requerimento para se prestar informações, e eu estou subscrevendo esse requerimento, que diz respeito à rede social Discord.

Item 19 da pauta, Requerimento 28.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 28, DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de diligência externa no Estado do Maranhão, com o objetivo de acompanhar in loco os casos de desaparecimento de crianças ocorridos no Município de Bacabal.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Inclusive, convido os Senadores do Maranhão para nos acompanhar nessa diligência, um caso emblemático que chocou o Brasil e o Estado do Maranhão.

Item 20, Requerimento 29.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 29, DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, como objetivo de discutir a garantia dos direitos humanos no campo, no contexto do desenvolvimento científico, da expansão do agronegócio e dos desafios da sustentabilidade socioambiental, bem como seus impactos sobre as condições devida, de trabalho e de acesso a políticas públicas das populações rurais em âmbito nacional.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Aqui, gente, nós vamos discutir o trabalho análogo à escravidão no campo, tá? É uma discussão que tem que estar na mesa o tempo todo, e a gente vai fazer essa discussão ainda este ano, aqui.

Item 21, Requerimento nº 30.

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 30, DE 2026

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Maria Evaristo dos Santos, informações sobre a ocorrência de violência contra crianças e adolescentes em banheiros, vestiários ou congêneres abertos ao público.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me falar por quê: chegou uma sugestão, no banco de ideias, de se regulamentarem banheiros públicos, para que crianças com menos de 12 anos não entrem sozinhas em banheiros públicos. Só que aí a gente já tem um parecer de que isso é extremamente complexo, porque imagine um banheiro de *shopping*, de igreja... Vai alcançar todo mundo? Então, a gente precisa saber do Ministério, lá no Disque 100, se tem ocorrência, se o número de violência contra crianças desacompanhadas em banheiro é tão grande que justifique uma legislação proibindo.

Nós vamos ter que discutir isso, tá? Então, a gente está pedindo essas informações ao Ministério dos Direitos Humanos.

Item 23, Requerimento 32, de 2026. (*Pausa.*)

É 22? O.k., desculpa.

Item 22, Requerimento 31.

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 31, DE 2026

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, informações sobre a ocorrência de violência contra crianças e adolescentes em banheiros, vestiários ou congêneres abertos ao público.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) O mesmo que eu estou pedindo ao Ministério dos Direitos Humanos estou pedindo ao Ministério da Justiça, apenas para subsidiar o debate, o.k.?

Item 23, Requerimento 32.

ITEM 23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 32, DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater os impactos na vida do cidadão brasileiro com neuromielite óptica: negligências e sofrimentos.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Esses são os requerimentos lidos.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*) Aprovados os itens 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23 da nossa pauta.

Senhores, o Relator do item 10 da pauta é o Senador Magno Malta...

Já houve uma certa discussão sobre o tema, o autor é o Senador Beto Martins... O Senador Magno Malta não está bem de saúde, e eu queria pedir que a Secretaria fizesse contato com o gabinete dele – há uma expectativa muito grande nessa matéria...

Na nossa audiência pública de proteção de crianças e adolescentes, no período do Carnaval, esse tema foi levantado, quando a Luciana Temer, representando o Instituto Liberta, trouxe a letra de uma música. Quem não estava aqui precisa ler a letra dessa música.

É uma música, uma marchinha de Carnaval, cantada, em que é para a menininha "ficar" com o papai.

É absurdo, gente! Nós, que lutamos pelo fim da violência sexual contra a criança, nós sabemos que mais de 90% dos casos acontecem dentro de casa. E nós temos muitos pais e padrastos e avós autores de violência sexual.

Aí, nós estamos cantando uma música em que a menininha tem que "ficar" com o papai?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a matéria do Magno Malta é exatamente sobre isso: músicas que fazem apologia à violência contra criança e adolescente, à erotização, à adultização.

Essa matéria é uma matéria de grande interesse. Então, que a Secretaria faça contato com o gabinete do Magno Malta, para saber se ele autoriza, na próxima reunião, mesmo que ele não venha, a um Senador fazer a relatoria *ad hoc*.

Nós já tínhamos combinado que, se a matéria for duas vezes para a pauta, e o Relator não vier, nós faríamos a leitura *ad hoc*. O.k.? Se ele não pedir retirada. Mas, no caso dele, a gente está tendo muita consideração à questão da saúde dele. Mas que ele autorize a leitura do relatório, dando todas as honras e glórias ao Relator da matéria.

A gente precisava deliberar, porque os pais no Brasil estão pedindo uma resposta da gente.

Não é censura, mas nós não vamos permitir mais, no Brasil, que, em nome de liberdade artística, se promova violência sexual, violência de qualquer forma contra criança, contra mulheres, contra idosos, contra qualquer pessoa.

Então, conversem com o gabinete do Magno Malta.

Bom, gente, eu agora vou para a parte dos expedientes e, cada vez que eu abro a parte dos expedientes, eu descubro que a minha secretaria não me ama. Isso está comprovado. (*Risos.*) Mas nos mostra também, gente, o quanto esta Comissão tem sido demandada; o quanto a sociedade está se relacionando com esta Comissão.

Expediente complementar.

Denúncia nº 3.

Denúncia encaminhada por cidadão acerca de supostas irregularidades técnicas e erros materiais no processo de demarcação da Terra Indígena Pankará da Serra do Arapuá, no Estado de Pernambuco. Encaminhamento: orientar o denunciante, sem prejuízo das medidas administrativas adotadas, dizendo-lhe que é facultado buscar a tutela do Poder Judiciário para o exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos do art. 6º da Lei 14.701, de outubro de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até peço à assessoria do Governo que dê uma olhadinha nessa denúncia, Leila, porque é demarcação de área...

Deem uma olhadinha na denúncia e passem para a Leila, depois, falar com o Ministério dos Povos Indígenas o que é que está acontecendo.

Resposta de Ofício nº 2.

O Ministério dos Povos Indígenas respondeu ao Ofício 223, informando que tomou conhecimento do desaparecimento de pessoa com traços de autismo na Terra Indígena Karajá, no Estado do Mato Grosso, exclusivamente por meio da atuação desta Comissão, esclarecendo que as investigações seguem sob responsabilidade de autoridade policial. Obrigada, ministério, por ter respondido. Então, nós vamos oficiar à Polícia Civil do Município de São Félix do Araguaia e à Secretaria de Estado de Segurança de Mato Grosso para a solicitação de informações atualizadas.

Denúncia nº 6... desculpa, Resposta de Ofício nº 6: é a resposta da Polícia Federal ao nosso Ofício 367, de 2025, encaminhando o relatório final da diligência externa realizada nos Municípios de Humaitá e Manicoré, no Estado do Amazonas. Encaminhamento: oficiar à Polícia Federal para solicitar cópia dos protocolos de segurança empregados na Operação Boiuna, mencionados como destinados à proteção da integridade da população local e dos agentes públicos, para fins de conhecimento, análise institucional e eventual acompanhamento. É que, no ofício, eles disseram que tinha um protocolo de segurança, então agora a gente vai oficiar querendo a cópia do protocolo.

Resposta de ofício: o CNJ respondeu ao nosso Ofício 479, com informações sobre providências adotadas no âmbito da Comissão Nacional de Soluções Fundiárias relativas à situação fundiária envolvendo o PAD Burareiro e a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, no Estado de Rondônia. Encaminhamentos: oficiar novamente ao Conselho Nacional de Justiça para solicitar a inclusão das demandas relativas ao Projeto Fundiário Jaru Ouro, no Município de Alvorada D'Oeste, e o Projeto de Assentamento D'Jaru Uaru, no Município de Jaru. Gente, sobre isso daqui nós já tivemos uma reunião com o Ministro Fachin, realmente seria essa a providência, mas, como existe uma área bem parecida com o mesmo problema, nós vamos pedir que agora, lá na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão Nacional de Soluções Fundiárias, também seja acrescentada mais essa outra área de Rondônia. É uma questão protocolar.

Bom, agora vamos para as denúncias.

Denúncia 109: denúncia de supostas violações trabalhistas, assédio moral e tentativa de agressão física envolvendo motorista de embaixada. Oficiar à Ouvidoria do MRE e ao Ministério dos Direitos Humanos para ciência, apuração e adoção das providências cabíveis.

Denúncia 110: denúncia institucional acerca de falhas sistemáticas na aplicação da legislação de proteção integral à criança e ao adolescente. A gente não cita o nome da vítima por uma questão de proteção, porque existe criança na denúncia. Oficiar aos órgãos competentes para ciência, análise e adoção das medidas cabíveis.

Denúncia 115: denúncia de perseguição religiosa contra membros da comunidade Bahá'í no Irã, com relatos de prisões, detenções e confissões forçadas. Encaminhamento: comunicar que o Ministério das Relações Exteriores foi oficiado para ciência, análise e adoção das providências cabíveis. Como essa comunidade sofre no Irã! Eu acompanho isso há muitos anos, é uma violação atrás da outra, uma violência atrás da outra na comunidade Bahá'í. E aqui eu registro meus cumprimentos à comunidade, solidariedade, um abraço aos representantes da comunidade Bahá'í que estão aqui no Brasil.

Denúncia 118: denúncia de violência doméstica e disputas judiciais envolvendo guarda e convivência familiar. Encaminhamento: informar sobre a possibilidade de submissão da matéria ao Conselho Nacional de Justiça, mediante a apresentação de provas documentais, sem prejuízo dos meios recursais próprios.

Resposta de Ofício nº 111: resposta da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, informando o encaminhamento interno de denúncia sobre suposta captação irregular de córneas. Ciência aos membros da Comissão e determinar o arquivamento administrativo.

Oficio nº 113: resposta do Ministério Público do Estado de São Paulo, informando remessa do expediente à promotoria competente. Dar ciência aos membros da Comissão e determinar arquivamento administrativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resposta do Governo nº 114: resposta do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul sobre ações relativas ao Pacto de Prevenção ao Feminicídio. Encaminhar ao gabinete da Senadora Mara, responsável pela proposição, e determinar arquivamento administrativo.

119. Resposta do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura com relatório de inspeção em unidade prisional do Mato Grosso, apontando indícios graves de violações de direitos humanos. Dar ciência aos membros da Comissão e determinar acompanhamento institucional. Parabéns ao comitê, ao mecanismo!

120. Resposta do Ministério da Justiça e Segurança Pública acerca de diligência externa em municípios de Rondônia, com envio de relatório circunstanciado. Encaminhamento: dar ciência aos membros da Comissão e ao servidor técnico responsável, sem prejuízo de acompanhamento técnico.

121. Resposta do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal sobre fiscalização no Complexo Penitenciário da Papuda. Encaminhamento: dar ciência aos membros da Comissão e determinar arquivamento administrativo.

Agora nós vamos para as solicitações.

Solicitação 108: pedido de informação sobre tramitação da Sugestão Legislativa 11, de 2025. Encaminhamento: informar o estágio da tramitação e orientar quanto aos meios oficiais de acompanhamento.

Solicitação 112: solicitação de apoio institucional para acompanhamento de procedimento disciplinar. Encaminhamento: informar a impossibilidade de interferência da Comissão e orientar quanto ao uso dos canais próprios.

Solicitação 116: solicitação de visibilidade institucional em casos envolvendo crianças no Município de Arroio do Sal, Rio Grande do Sul – eu acho que é Arroio Grande. Arroio do Sal também? É outro caso? Informar que o caso já está sendo acompanhado pela Comissão.

Solicitação 117: pedido de priorização da temática da população em situação de rua e realização de audiência pública específica. Informar que a demanda foi encaminhada ao Senador do Estado do Rio de Janeiro para eventual proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicitação 112: solicitação de revisão humanitária de pena em processo judicial em curso. Encaminhamento: informar a impossibilidade de reavaliação de decisões judiciais e orientar o uso dos meios recursais próprios.

Vamos para os informes.

Informe 123: encaminhamento de material institucional por entidade da sociedade civil contendo nota técnica e manifestações públicas relacionadas à educação inclusiva e ao atendimento de estudantes com deficiência.

Informe 124: envio de moção aprovada por Câmara Municipal manifestando o apoio às iniciativas legislativas e institucionais voltadas à promoção de direitos de pessoas com deficiência.

Informe 125: remessa de documentos e manifestações institucionais subscritas por entidades e coletivos da área educacional com observações sobre linguagem anticapacitista e acessibilidade e inclusão no ambiente escolar para conhecimento desta Comissão.

Informe 126: encaminhamento de materiais informativos e posicionamentos institucionais relacionados a políticas públicas de educação especial, inclusão social e garantia de direitos de pessoas com deficiência. Encaminhamento: dar ciência aos membros da Comissão, registrando o recebimento para acompanhamento temático.

Demais denúncias.

Denúncia 127: denúncia de veiculação de conteúdo de cunho racista em rede social, consistente em vídeo gerado por inteligência artificial com imagem de jornalista. Encaminhamento: orientar o registro de boletim de ocorrência na delegacia competente.

Denúncia 128: denúncia de supostas violações de direitos humanos, envolvendo violência doméstica e ameaças, alegando abuso de autoridade e possível retaliação institucional, com impacto sobre a integridade de denunciante e de seus filhos menores. Encaminhamento: oficiar os órgãos competentes para ciência, apuração e adoção das providências cabíveis, com ciência à denunciante.

Denúncia 131: denúncia apresentada por pai e representante legal de adolescente vítima de violência sexual, relatando supostas irregularidades no atendimento médico, na elaboração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prontuários e laudos, bem como na condução de apurações administrativas policiais e ético-profissionais. Encaminhamento: solicitar a atualização das informações quanto ao andamento dos procedimentos administrativos e judiciais, para posterior reanálise pela Comissão.

Resposta de ofício: resposta da Agência Nacional de Aviação acerca de pedido de registro de pista de pouso localizada em comunidade indígena no Município de Lábrea, informando requisitos técnicos para regularização e apontando entraves relacionadas à ausência de operador formal, com manifestação de apoio institucional à regularização. Encaminhamento: oficiar à Funai, dar ciência ao Ministério dos Povos Indígenas, informar ao demandante e registrar acompanhamento institucional.

À minha equipe que cuida da área indígena: atenção especial a isso aqui, pista de pouso localizada em comunidade indígena em Lábrea. Atenção especial a isso aqui.

Número 132: resposta da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo informando o protocolo de manifestação relativa a episódio de suposta violência policial, com encaminhamento do caso à Corregedoria da Polícia Militar e ao Departamento de Polícia Judiciária do Interior para apuração. Encaminhamento: dar ciência aos membros da Comissão, informar ao demandante e acompanhar o prazo administrativo.

Número 134: resposta do Ministério das Relações Exteriores ao Ofício 1.401, encaminhado pela Mesa do Senado Federal, com esclarecimento sobre a Indicação 99, de 2025, relativa à possível adesão do Brasil à Convenção de Haia, de 1996, destacando os aspectos técnicos do tratado, manifestando disposição para aprofundamento do debate institucional. Encaminhamento: dar ciência aos membros da Comissão e registrar o recebimento, para acompanhamento institucional.

Demais solicitações.

Número 130: solicitação de acompanhamento institucional, em complemento a denúncia anteriormente registrada, reiterando situação de vulnerabilidade já apreciada pela Comissão. Encaminhamento: reafirmar o acompanhamento do caso, no âmbito das atribuições regimentais da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicitação 133: solicitação complementar relativa à denúncia anteriormente registrada, reiterando alegações de violação de direitos de pessoa idosa, sem encaminhamento dos elementos mínimos solicitados para continuidade. Encaminhamento: reiterar necessidade de apresentação das informações mínimas indispensáveis para prosseguimento desta Comissão e dos andamentos administrativos.

Número 135: pedido de informação encaminhado pelo Serviço de Informação ao Cidadão, formulado por jornalista, solicitando esclarecimento sobre a declaração pública da Comissão acerca de análise de menções ao Brasil em documentos relacionados ao caso Jeffrey Epstein e a eventual adoção de providências institucionais. Encaminhamento: informar que a Presidência da Comissão propôs o Requerimento 16, de 2026, para a realização de audiência sobre desaparecimento de crianças e adolescentes decorrentes de supostos esquemas internacionais de exploração sexual correlatos ao caso, conforme noticiado pelo portal BNews Natal em 19/02/26.

O que acontece, gente? Nós estamos discutindo o desaparecimento de crianças no Brasil, o.k.? Aí a divulgação do arquivo Epstein aponta lá inúmeras menções ao Brasil, inclusive uma das menções é que Epstein estava querendo comprar terras no Amapá. Vejam a triste coincidência. Ele é apontado como um dos maiores traficantes de seres humanos para exploração sexual do mundo. Príncipe foi preso a semana passada por causa dele, embaixadores estão sendo presos, autoridades do mundo inteiro estão sendo colocadas em xeque. Aí, esse homem queria comprar terras no Amapá. Nós estamos com 50 mil crianças desaparecidas no Brasil. De ofício, eu determinei que a Comissão acompanhe todas as menções ao Brasil, especialmente ao norte do país, onde nós temos um número absurdo de crianças. O jornalista queria saber qual foi o documento que deu origem à minha decisão de ofício de acompanhar o caso Epstein. Não houve uma provocação por um documento, o que houve foi uma conjuntura. A Comissão está discutindo o desaparecimento, e nós fomos notificados que Epstein esteve várias vezes no Brasil, tinha agentes no Brasil e queria comprar terras no Amapá. Então, nós vamos acompanhar todas as divulgações, por meio desta Comissão, do caso Epstein.

Isso posto, submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos lidos referentes ao complemento do Expediente 1, o Expediente 2 e o presente expediente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam com os devidos encaminhamentos permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado e no portal da CDH. Os demais ficam na Secretaria para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminando o prazo, os documentos serão arquivados.

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (6ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (2ª REUNIÃO), EM 26 DE FEVEREIRO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Jussara Lima, Magno Malta, Humberto Costa e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Jorge Kajuru, Teresa Leitão, Izalci Lucas e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 128/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Debater sobre: "Políticas públicas direcionadas às pessoas com altas habilidades e superdotação (AH/SD)". Participantes: Marjorie Nunes Naves, Jovem SD/AH; Julio Cesar Gonçalves Campos Filho, Presidente da Associação MENSA Brasil; Carlos Eduardo Fonseca, Diretor de Comunicação da MENSA Internacional; Denise Matos, Representante do Conselho Brasileiro para Superdotação - ConBraSD; Vanessa Pavani Mello, Superdotada e mãe de Superdotação no Mapa- Advogada de Direito Educacional de Alunos com AHSD e 2e; Aline Machado de Moraes dos Santos, Assistente Social - Especialista em Política da infância, adolescência e juventude; Olga Cristina Rocha de Freitas, Coordenadora-Geral de Estruturação do Sistema Educacional Inclusivo do Ministério da Educação; Eduardo de Paula Sabino de Oliveira, Criança com SD/AH; Sérgio Eduardo Lima Prudente, Servidor - representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC; Lucilene Barbosa Gomes, Gerente de Atendimentos Pedagógicos em Deficiências Sensoriais e Surdez e em Altas Habilidades/Superdotação da Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral do Governo do Distrito Federal – SUBIN/SEDF; e Gabriel Santos, Criança de onze anos superdotada. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/26

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 2ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 26 de fevereiro de 2026.

Esta é a segunda audiência pública realizada nos termos do Requerimento 128, de 2025, da CDH, de minha autoria, para debater políticas públicas direcionadas às pessoas com altas habilidades e superdotação.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211. Eu vou repetir o telefone. Olha, em qualquer lugar do Brasil, nós estamos sendo acompanhados pelo Brasil inteiro, o telefone é 0800 0612211, e essa ligação não tem custo algum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Nós teremos duas mesas e nós temos também convidados que vão fazer participação via *online*.

Quero agradecer a todos os convidados que aceitaram o convite para estar conosco hoje, mas acreditem vocês que tem mais convidados querendo vir, mais gente querendo vir debater o assunto. Eu estou muito feliz, eu estou muito animada.

A Senadora Teresa Leitão, Presidente da Comissão de Educação – esta aqui é uma audiência em conjunto –, também ficou muito animada com o resultado da primeira audiência. Eu acredito que a gente está dando início a um novo ciclo de debate sobre o tema no Parlamento. O Parlamento não pode ficar ausente desse debate.

Acabei de falar de vocês, mães de crianças com altas habilidades e superdotação, num debate em que eu fui ali sobre proteção de mulheres. É o tema da minha vida, é o tema do meu mandato. Aí, eu disse assim: "Olha, eu descobri uma outra mulher que a gente estava ignorando no Brasil – a mulher com superdotação, com alta habilidade e a mulher mãe de crianças, adolescentes e jovens com superdotação e altas habilidades". Essas mães estão esquecidas pelo poder público, essas mulheres foram esquecidas, lembrando que mais de 50% dos lares hoje são liderados por mães solo. Então, esse grande número de mães de crianças com altas habilidades, possivelmente, é também de mães solo. Imagine o desafio! Imagine quantos obstáculos dessa mãe solo que tem que sair de manhã de casa para sustentar a família, uma criança com alta habilidade que precisa de atendimento integral. Imagine! E vocês sabiam que eles ficaram me olhando assim, tipo: "Nunca pensei nessa mulher"? Então, eu acho que a gente está mandando um recado para o Brasil: essas mulheres também existem, elas estão aqui e foram elas que provocaram este debate.

Na nossa primeira mesa, nós temos a Marjorie Nunes Naves, que é uma menina que esteve no Senado – já até contei a história dela na última audiência –, num dia, há uns 10, 12 anos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Oito anos atrás.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela tinha oito anos na época. Tem que idade agora, Marjorie?

A SRA. MARJORIE NUNES NAVES (*Fora do microfone.*) – Dezoito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dezoito. Então, há dez anos. Ela tinha oito anos. Nesta sala aqui, na CCJ, estava tendo um debate sobre uma lei. E ela é uma menina judia. E essa lei afetaria diretamente a comunidade dela, porque essa lei, MEC, era sobre os alunos que professam religiões diferentes terem direito à liberação da aula não só no sábado – ou do concurso público, ou do vestibular. Eles têm algumas festas, no calendário anual, em que eles precisam se ausentar, e a lei seria aprovada sem considerar as festas anuais, sem considerar alguns ritos de algumas religiões. E ela pediu para falar. E lembro assim: "Como é que eu vou convencer os Senadores [eu era só uma assessora] de que uma menininha fale?". Mas eles a acharam tão bonitinha, que a deixaram falar: "Ah, é uma menininha!". Ela abriu a boca e ela fez o Relator mudar o voto.

A partir daquele momento, a gente começou a acompanhar essa menina e a gente soube, depois, pela mãe – que é uma grande advogada –, dos desafios que a família tinha em ter uma menina com alta habilidade. E hoje ela está aqui, dez anos depois, na mesma sala, agora como preletora, convidada, expositora.

Bem-vinda, Marjorie.

Temos na mesa Julio Cesar Gonçalves Campos Filho, que é o Presidente da Associação Mensa Brasil. Nós vamos conhecer a associação. Obrigada, Presidente.

Está também conosco o Carlos Eduardo Fonseca, que vai dividir o tempo com Julio Cesar – gente, todo mundo quer falar, estão até dividindo o tempo! Não precisava disso! – e que é o Diretor de Comunicação da Mensa Internacional. Ele vai falar ali da bancada. Muito obrigada por estar conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está conosco Vanessa Pavani Mello, que é superdotada e mãe de Superdotação no Mapa, Advogada de Direito Educacional de Alunos com Superdotação e Altas Habilidades e 2e. Muito obrigada por estar com a gente, Doutora.

E está conosco, para nossa alegria, Olga Cristina Rocha de Freitas, Coordenadora-Geral de Estruturação do Sistema Educacional Inclusivo do Ministério da Educação.

Coordenadora, Professora, obrigada, mas eu quero fazer um registro aqui especial. Ontem, a Secretária Extraordinária... Essa é secretaria extraordinária ou especial? A secretaria... É Secretária Nacional.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É. A secretaria nacional, né? A Profa. Zara fez contato comigo, e eu tenho muito carinho, muito respeito por ela. Muito respeito.

Eu sou uma Senadora de oposição, mas que aplaude e respeita quando o Governo acerta, e essa secretaria tem tentado o tempo todo. Não está fácil. Não está fácil, porque é uma secretaria que trabalha com diversidade e com diversas correntes de pensamentos.

Ela ligou ontem, fez contato, com a preocupação dela com o tema, e ela quer participar desse debate, aplaudindo a forma como estamos fazendo o debate, mas pedindo: "Por favor, não nos deixe fora! A gente quer sentar à mesa".

Então, olha, muito obrigada – ela mandou a Coordenadora – por estar aqui, e a gente vai, sim, por meio da Comissão de Educação, ter o MEC, porque parte das nossas demandas estão no MEC, né? Mas a gente falou bem claro na semana, na última reunião: todos os ministérios têm que estar sentados nesta mesa. É claro que a gente começa pelo MEC, mas todos os outros precisarão estar.

Ainda estará conosco Lucilene Barbosa Gomes, Gerente de Atendimentos Pedagógicos em Deficiências Sensoriais e Surdez e em Altas Habilidades/Superdotação da Subsecretaria de Educação Inclusiva Integral do Governo do Distrito Federal; Aline Machado de Moraes, Assistente Social e Especialista em Política da Infância, Adolescência e Juventude; e Gabriel Santos, criança de 11 anos, superdotado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabriel já chegou? Oi, Gabriel! Você é muito bonito.

E nós temos, via videoconferência, Denise Matos, representante do Conselho Brasileiro para Superdotação; Eduardo de Paula Sabino de Oliveira, criança também com superdotação – ele já chegou? Eduardo? Ah, vai ser de forma de videoconferência, a Denise e o Eduardo de forma *online* –; e Sérgio Eduardo Lima Prudente, servidor representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos.

Isso quer dizer que nós temos dois ministérios na mesa conosco hoje, o.k.?

Então, nós vamos começar a nossa audiência passando direto a palavra para os nossos expositores por dez minutos. É claro que, se precisar passar para completar o pensamento, para completar o discurso, fiquem tranquilos, mas vamos tentar ficar nos dez minutos. Ali nós temos um cronômetro.

Desejo a todos vocês um momento especial e espetacular neste nosso espaço, estamos muito felizes em recebê-los e as pessoas que estão nos acompanhando. Hoje a gente vai competir a audiência com uma CPMI, mas, se eu fosse vocês, não trocaria o canal; fiquem aqui, porque este aqui é o assunto que vai... Lá na CPMI, a gente vai pôr bandidos na cadeia, mas este aqui vai alcançar gerações. É o assunto que vai alcançar milhares de famílias e gerações.

Sejamos todos bem-vindos.

Então, Marjorie, por dez minutos. Seja bem-vinda! Se tiver apresentação, também pode exibir.

A SRA. MARJORIE NUNES NAVES (Para expor.) – Cumprimento a Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senadora Damares.

Manifesto minha satisfação por retornar a esta Casa para falar de um assunto de tamanha relevância para a nossa educação.

Vou contar da minha experiência como uma estudante superdotada. Eu concluí o ensino médio ano passado, então eu tenho a experiência de toda a minha jornada escolar. Eu vou contar como consegui trazer alguns impactos e também farei algumas sugestões sobre a questão da subnotificação dos superdotados e sobre como essa busca ativa pode ser mais efetiva,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente porque nós temos mais de 5,5 mil municípios, comunidades isoladas e, nessas crianças, muitas vezes os talentos são invisíveis.

A superdotação não é um privilégio, é uma condição que necessita de atenção especializada. A criança superdotada precisa de estímulo, porque muitas vezes a mentalidade é infantil, mas o raciocínio lógico é de um adulto, então isso cria um descompasso interno e social. Por exemplo: nesse sentido, muitas vezes a criança sofre isolamento social, porque os colegas não a compreendem; é aquela criança que pergunta demais, que é vista às vezes como irritante, enfim, como uma criança difícil tanto pelos colegas quanto pelos professores. E isso também cria uma certa vulnerabilidade emocional – porque o superdotado tem um grau de perfeccionismo muito elevado – e um impacto no aprendizado, na questão da escola, que foca demais na idade cronológica e ignora os desafios intelectuais de que essa criança precisa para se sentir motivada.

Eu, por exemplo, no ensino fundamental, terminava a tarefa bem antes dos meus colegas. Uma lição que era passada para uma hora eu fazia em 20 minutos, e essa situação muitas vezes acabava atrapalhando, porque o professor não sabia lidar, às vezes criticava – porque, por exemplo, um livro de atividades para serem feitas durante o ano inteiro eu terminava no início do ano –, e eu me sentia muito entediada, ficava frustrada na escola, enfim.

Isso trouxe muitos problemas, desde a educação infantil, porque eu fui alfabetizada antes; então, quando eu cheguei na escola, o que os outros estavam aprendendo eu já sabia. Então, eu passava grande parte do tempo desenhando, escrevendo histórias. Eu inclusive tive um livro publicado pela Promotoria de Educação, aos seis anos de idade, que foi distribuído em escolas públicas rurais, porque eles gostaram bastante da mensagem. Tudo quando eu tinha seis anos.

Inclusive, esse livro é um presente para a Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigada!

A SRA. MARJORIE NUNES NAVES – É só uma lembrança.

E eu tive também a aceleração negada. Esse problema... Por essa questão de que eu, às vezes, acabava atrapalhando, porque eu queria sempre novidades, pedia mais tarefa para os professores e eles não sabiam o que fazer, então eu fui levada para a coordenação. E, mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim, após várias tentativas de aceleração escolar, todas elas foram negadas, e eu fiquei muito chateada com toda essa situação, foi muito frustrante.

Nesse sentido, a solução que eu encontrei foi participar de atividades extracurriculares, projetos sociais, olimpíadas científicas, cursos extras fora da escola e leituras. Por exemplo, aos 16 anos eu já era poliglota, mas não era uma questão assim... e também aos 11 anos eu participei de olimpíadas internacionais. Então, toda essa situação não foi uma questão de que eu estava pensando no meu futuro, nem era isso, era uma necessidade mesmo, porque os pensamentos, a mente muito inquieta... Então, todas essas questões...

Assim, também, aos oito anos, vim para esta Casa defender uma lei que impactou, de acordo com dados do Inep, só no Enem, entre 70 e 100 mil estudantes – a maioria deles judeus e adventistas –, que ficavam confinados em uma sala e começavam a prova bem depois – entravam com os demais participantes, mas começavam só após o entardecer –, por motivo religioso, e isso criava uma desvantagem. Enfim, foi para a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para garantir um direito fundamental, que é o art. 5º, inciso VI.

Mas a questão aqui não é só falar da minha história, é muito mais do que isso. É que a minha trajetória como poliglota, como agente de transformação social não deveria ser uma exceção. Quantas crianças neste país, meninos e meninas de seis anos, têm histórias incríveis, têm um potencial extraordinário para contar, para trazer para a nossa sociedade, e são ignoradas? Então, é por isso que o sistema educacional me desacelerou mesmo eu tendo esses cursos e essas ferramentas para desenvolver meus talentos. Imagino como deve ser aquela criança que não tem acesso – por exemplo, mora numa comunidade rural e não tem acesso – a uma infraestrutura de biblioteca na escola. Os livros didáticos, muitas vezes, não têm um banco de questão que desafia. Então, essas crianças...

Por exemplo, eu fiz alguns projetos de rodas de leitura, ainda na infância, independentes, durante um ano, semanalmente, com crianças que moravam em ocupações irregulares e conheci crianças muito talentosas, que questionavam, que exploravam, muito criativas, muito inteligentes, mas que tinham dificuldade para comprar um caderno. Então, com toda essa situação, essas crianças se sentiam muito desestimuladas e elas não têm orientação da escola, dos pais, que têm uma formação educacional muito deficiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para essa situação, a solução que eu pensei seria uma plataforma nacional digital adaptativa, porque nós sabemos que, de acordo com o IBGE, mais de 80% da população acima de dez anos têm acesso à internet. Claro que não são cenários ideais, mas, mesmo assim, uma plataforma que pudesse, por exemplo, oferecer *e-books*, planos de estudos personalizados, para que essas crianças não dependessem apenas do ano da escola, mas também tivessem acesso a videoaulas, áudios, tudo isso para complementar os conteúdos da escola. Isso seria muito importante para essas crianças, para que elas pudessem desenvolver seu potencial, além de inserir um banco de questões da Obmep, da ONC. Muitas delas não sabem como estudar para as olimpíadas, para as competições e acabam sendo excluídas nesse processo, por mais que a escola aplique essas provas, porque elas não têm acesso a cursos preparatórios.

Além disso, Senadora, inclusive, pelas minhas pesquisas, três estados já implementaram parcerias com plataformas estrangeiras. Então, um país do tamanho do nosso, com mais 5,5 mil municípios, deveria ter uma plataforma para isso. Inclusive, eu tenho essa plataforma estruturada, eu já fiz o *site* e me coloco à disposição para desenvolvê-la junto ao Ministério da Educação, ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Outra questão também é a participação de meninas superdotadas nas Olimpíadas Científicas. No Brasil, nós temos um percentual menor de meninas em exatas do que a média mundial, que já é menor do que deveria, de acordo com a Unesco. No Brasil, a participação feminina em cursos de exatas caiu para 29%, enquanto a Unesco mostra que apenas 35% dos estudantes de Stem no ensino superior são mulheres. Essa é uma questão que deve também ter políticas de incentivo nessa área.

E também há a questão: por exemplo, quando os alunos superdotados chegam no ensino superior, muitas vezes não têm incentivo de pesquisas, intercâmbios; quando eles chegam no mestrado, muitos vão para universidades fora do país e são absorvidos pelo mercado externo, o que é uma perda para o nosso país. Então, deveríamos também implementar, no projeto de lei, os estudantes superdotados do ensino superior.

Encerro meu discurso aqui. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela escreveu um livro aos seis anos de idade. Ainda tem disponível esse livro para a gente comprar? Tem? (*Pausa.*)

Não, foi distribuído pelo Governo, né? Olhem só: seis anos de idade.

E você viu o desafio dela, Professora, sobre mais meninas na ciência? Mais meninas. É porque ainda somos uma nação em que nós temos apenas que casar e ter filhos. Culturalmente, em algumas comunidades, nós mulheres ainda temos só que casar e ter filhos. Então, foi difícil a gente romper isso. Esse rompimento nos levou a lugares de poder, mas a gente ainda sente exatamente o que você falou: mais mulheres na ciência, mais meninas na ciência, políticas públicas de incentivo a mais meninas na ciência.

Mas vamos ouvir agora... Obrigada.

Marjorie, só uma pergunta: você sofreu *bullying* por ser uma menina com altas habilidades e superdotação?

A SRA. MARJORIE NUNES NAVES – De certa forma, sim, uma exclusão, um isolamento social dos colegas, porque perguntava demais, sempre questionava muito, até dos próprios professores, porque, às vezes, eu, por exemplo, corrigia um assunto de que eu tinha um domínio maior e em que eu percebia que tinha alguma informação incorreta. Eu corrigia, e o professor se entristecia. Então, eu acabava sendo muito criticada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sofreu um certo isolamento dos alunos. Eu acho que é o relato de muitas mães também.

Obrigada, Marjorie, por ter compartilhado conosco sua experiência.

Na sequência, vamos ouvir Julio Cesar Gonçalves Campos, Presidente da Associação Mensa Brasil – explique o que é a Mensa Brasil –, que vai dividir o tempo com Carlos Eduardo Fonseca, que é o Diretor de Comunicação.

Eu já peço para a Secretaria deixar preparada a primeira pessoa que vai fazer por videoconferência, que é a representante do Conselho Brasileiro para Superdotação, o.k.? Nós vamos intercalar presencial com os que estão via videoconferência.

Julio, seja bem-vindo. Obrigada por ter aceitado o convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JULIO CESAR GONÇALVES CAMPOS FILHO (Para expor.) – Eu que agradeço o convite, Senadora.

Eu queria, primeiramente, dar um bom dia a todos, saudar as instituições que têm trabalhado aqui, de maneira intensa, pela pauta da superdotação e eu vou começar a minha fala, passando a palavra para o nosso querido Carlos Eduardo Fonseca, que é Diretor de Comunicação da Mensa Internacional.

A Mensa é uma associação de alto QI, está presente em mais de cem países e tem hoje associadas mais de 150 mil pessoas com superdotação em torno do mundo. No Brasil, a gente já chega a quase 7 mil membros.

O nosso querido Cadu vai falar um pouquinho para a gente sobre o cenário, vai fazer uma explanação técnica.

O SR. CARLOS EDUARDO FONSECA (Para expor.) – Muito bom dia, Senadora, muito bom dia às pessoas representantes na mesa e a todas as entidades aqui representadas também.

Falando um pouquinho da Mensa, o Julio já nos apresentou rapidamente. Vou falar um pouquinho, de forma mais ampla, do que a causa da superdotação representa e quais são os grandes desafios que temos hoje.

A Mensa tem essa pluralidade mundial – mais de cem países, mais de 150 mil membros – e aqui no Brasil são 6,7 mil membros no total. A gente está falando de um público que, no mundo inteiro, é chamado de *gifted*. Aqui no Brasil, a gente tem uma distinção acadêmica de separar entre altas habilidades e superdotação; muitas vezes isso divide a causa. E o que a gente precisa aqui, aproveitando que estamos todos juntos, o Legislativo e o terceiro setor, é dar as mãos porque é muito mais inteligente a gente unir forças para poder enfrentar os desafios não de números, mas das pessoas que estão por trás ali daqueles grandes números de que a gente está falando.

Então, a gente está falando de crianças que desafiam seus pais, desafiam seus professores, porque têm ânsias, têm questões internas que têm que ser mais bem exploradas, mais bem desenvolvidas, e que muitas vezes, generalizando mesmo, trazem uma invisibilidade social, trazem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diagnósticos errados. A gente vai ver, em alguns números aqui, um pouquinho à frente, como a gente tem dores distintas dentro da causa da superdotação.

Eu tenho dois quadros aqui, dois números distintos. O da esquerda se refere aos números do Inep e, no da direita, na falta de um dado mais de censo do IBGE, a gente tem números da associação para a gente tentar refletir um pouco sobre a realidade do público.

Olhando para o quadro da esquerda, o que a gente vai ter? No último censo escolar, a gente tem quase 2 milhões de educandos ali na educação especial e, quando a gente analisa o crescimento da superdotação, parece que algo vai bem, tem um crescimento bem interessante. Na próxima divulgação, provavelmente, a gente vai bater ali uns 60 mil superdotados identificados no Brasil inteiro. Só que quais são os desafios em torno desse número aqui? O que mais me chama atenção, na verdade, nos números do Inep, são as ausências. Quando a gente olha de forma comparada, de todo o espectro da educação especial, a gente vai ter, no transtorno do espectro autista, quase metade do público. Então, a causa do autismo teve um sucesso muito grande nos últimos dez anos. Todo mundo aqui vai lembrar como o autismo era visto com algum preconceito, um preconceito que hoje o superdotado ainda enfrenta. E o Legislativo foi a chave para virar o jogo para o autismo.

A gente tem que se espelhar nessa causa porque venceram o jogo. A subnotificação do autismo ainda existe, só que muito menor. Hoje, se a gente olha ali para as altas habilidades e a superdotação, olhando para 44 mil pessoas, a gente sabe, por base teórica, que os autistas são 5% da população, que os superdotados são 5% da população, então a nossa subnotificação é a mais crônica de toda a educação especial, e isso exige que a gente corrija – desculpa o termo técnico – essa distorção, essa coisa capenga que se formou no Brasil de as neurodiversidades crescerem, na forma legislativa, na forma de atendimento à população, de uma forma desestruturada, assimétrica, até.

Quando falo das ausências ali nos números do Inep, o que me chama muita atenção: de todos os 5,7 mil municípios brasileiros, a gente tem 2,9 mil municípios, mais ou menos, sem nenhum superdotado identificado. E, se a gente escrutina um pouquinho mais esse número, a gente vai entender que quase mil municípios – novecentos e noventa e poucos municípios – têm apenas um superdotado identificado, ou seja, um peixinho fora do aquário. Imagine o que é ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

superdotado único em sua cidade e sofrer algum *bullying*. Isso é sofrer uma ausência de uma efetividade do Estado.

Esses números demonstram muito claramente para a gente como a gente precisa estruturar melhor e como a gente precisa desenvolver melhor. E não é só o Legislativo que é a chave para esse sucesso, mas toda a sociedade civil junta ajudando nesse processo.

Quando a gente olha para a direita, a gente enxerga, dentro do público da superdotação, duas grandes dores que estão aqui representadas em números da Mensa, quando a gente olha, por exemplo, para quem são os grandes públicos. A gente tem um grande público ali por volta dos 8 a 12 anos de idade – tem todas as idades na Mensa, claro, mas grandes grupos de 8 a 12 – e, depois, adultos aos 35 anos de idade em diante.

O que denota esse número? Primeiro, a dor de pais, buscando o melhor desenvolvimento dos seus filhos na melhor janela de oportunidade que eles têm para os filhos, no momento em que eles estão começando a trazer as primeiras nuanças, as primeiras insinuações de que tem algo ali a ser tratado; e adultos que passaram por algum processo de terapia e descobriram a superdotação depois de alguns diagnósticos errados, muito provavelmente, vindo a entender que têm uma condição de superdotação, refazendo todo aquele repasse de "o que foi minha vida até aqui?" e tentando se entender.

Então, na associação de hoje, mais ou menos, metade dos membros são adultos, metade são crianças. A gente vê essas dores muito distintas e a gente tem essa separação de grupos lá, internamente.

E outra coisa que a gente pode denotar desses números: a falta de um IBGE, olhando mais propriamente para isso; a ausência – uma lacuna muito importante aqui – de pretos, pobres e até de mulheres. A gente está falando de mulheres que representam mais ou menos 20% do corpo associativo. Mulheres que se enxergam menos dentro do espectro da superdotação. Falta um incentivo para as mulheres se enxergarem mais ali. Falta um incentivo para quem tem baixa renda se enxergar ali. A gente tem que entender que tem uma primeira barreira estrutural, que é financeira, no momento em que as políticas públicas vão exigir das pessoas um laudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No momento em que se exige um laudo, as famílias de classe média, classe média alta talvez consigam bancar dez sessões de psicólogo para se obter um laudo. Mas quem tem baixa renda vai conseguir bancar essas sessões de psicólogo para obter um laudo? Para poder colocar o filho na educação especial? É uma barreira muito forte, é quase intransponível.

Então, a gente tem uma sub-representação desses grupos que soa como se o superdotado fosse elitista. Não é. A subnotificação que é muito crônica para o nosso público e isso denota todos esses números que a gente enxerga aqui. Esses números refletem o que a gente consegue identificar hoje, mas o potencial do superdotado no Brasil é outro. Ele vai muito além de números, e a gente vai ver isso na dor das pessoas aqui – nas próximas falas, inclusive.

Tem uma pesquisa muito interessante feita pela Fundação Mensa nos Estados Unidos – que também olha para esse público –, que enxerga quais são os fatores de sucesso para o público de superdotados – *gifted*, lá fora –: é um alto encorajamento familiar, esse primeiro suporte ali; uma alta confiança; uma perseverança aqui na causa.

Temos mães tão trabalhadoras aqui, tão batalhadoras aqui, na causa de seus filhos, que impressiona todos que vemos. Então, a gente se conhece de sempre estar se vendo nos debates públicos, mas é uma causa que nos une. A gente vê isso como um fator crítico de sucesso, a gente precisa de todos juntos nisso.

E a educação adequada, apropriada para o público da superdotação é um fator crítico de sucesso. É isso que falta a gente implementar, mas com mais força, no Brasil. Sem políticas públicas, então, esse papel da família fica diminuto, fica reduzido.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO FONSECA – Vou correr aqui.

Em exemplo aqui, realmente, a gente tem uma desnutrição das outras causas, enquanto o autismo teve sucesso nos últimos anos. E, nesse crescimento assimétrico, a norma, a legislação focou em déficits, e não no potencial do nosso público.

Vou passar a palavra para o Julio.

O SR. JULIO CESAR GONÇALVES CAMPOS FILHO – Obrigado, Carlos Eduardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, é muito importante a gente observar que, com esta audiência pública desenvolvida pela Comissão de Direitos Humanos, a gente tem gerado – e isso já é resultado da primeira audiência, do dia 23 – uma grande expectativa da sociedade. Os vídeos têm repercutido muito, a gente tem recebido muitos contatos.

Eu quero falar da mensagem que a gente recebeu de um associado, um jovem brilhante chamado Heitor, que falou assim: "Existe luz, existe uma luz". E é sim. Existe uma luz, a gente está aqui acendendo essa luz, mas também é trabalho de cada um de nós manter essa luz acesa. A gente precisa manter essa luz acesa, a gente precisa agir. E a gente observa que, mesmo para agir, a gente começa a observar ventos de mudança: o debate está acontecendo, a sociedade está se organizando, está se unindo; mas não há vento de mudança que não encontre obstáculo. A gente precisa resistir e seguir em frente. É uma luta, a gente precisa travar essa luta, e a gente precisa continuar com essa luta. Não se consegue qualquer direito sem seguir em frente. Os obstáculos precisam ser transpostos.

E eu queria falar, porque a primeira missão é do Poder Legislativo. O Poder Legislativo, tal qual está sendo feito aqui, para além de construir as leis, fiscaliza a execução delas no Poder Executivo – ele organiza a sociedade, ele ouve, ele constitui. Eu queria, inclusive, deixar a sugestão de a gente criar um conselho legislativo. Tem tanta gente tão capacitada! Quanto eu pude aprender no dia 23! Quanto eu estou aprendendo hoje! A Mensa já traz algumas propostas práticas, mas ela não é capaz de trazer as soluções para todo o país, que tem um território continental – 5,5 mil municípios –, sozinha. A resposta está na parceria público-privada. Cada município vai ter uma associação, um instituto, o terceiro setor que pode dar o fôlego e a rapidez que a pauta exige. A gente pode fazer essas parcerias, o poder público pode ajudar a organizar a sociedade – instituindo, por meios, enfim, sua formalização – e permitir que a gente consiga avançar nessa pauta.

Para não me estender muito: a gente hoje já atua com a formação docente. Hoje está acontecendo – começou ontem – a formação docente no Município de Barra do Garças, de Mato Grosso. A prefeitura procurou a Mensa – a Escola do Legislativo e a prefeitura procuraram a Mensa. Vai durar até o dia 27 um curso para 200 profissionais da educação, para tratar do tema. Nosso diretor regional do Rio Grande do Sul vai discutir, na sexta-feira, um projeto de lei, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Erechim, Município do Rio Grande do Sul que já está cuidando do tema. Macaé, no Rio de Janeiro, também está buscando a Mensa para iniciar esse diálogo.

Então, há uma luz, Heitor. A gente está começando a travar esses debates, e esses debates precisam continuar.

Prefeitos, a gente, hoje, tem o Decreto 12.686, de 2025, que é recurso federal direto. Governadores, é recurso federal direto, que está à disposição. A Mensa pode ajudar a obter esse recurso, a fazer todo o procedimento técnico e jurídico necessário para que essa pauta seja alcançada.

E, aí, por que isso é tão importante? Por que a missão emergencial está na mão dos Prefeitos? Porque as crianças precisam de suporte de maneira emergencial. É essa primeira fase educacional que vai determinar a relação daquela criança com superdotação e com conhecimento.

Crianças com suporte viram adultos que transformam a sociedade, ao passo que crianças...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIO CESAR GONÇALVES CAMPOS FILHO – Tudo bem.

Para finalizar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JULIO CESAR GONÇALVES CAMPOS FILHO – ... crianças com superdotação sem suporte se tornam adultos adoecidos.

E um recado para os professores: a gente sabe que cada um de vocês não tem suporte qualquer do Estado, não tem treinamento, não tem ferramentas, mas o pedido que a gente pode fazer, neste momento, é que vocês possam acolher o superdotado, aquele estudante inconveniente que está levantando a mão quando já não se tem mais tempo para falar.

Professores, professoras, legitimem a curiosidade dessa criança, ainda que seja pelos dois minutinhos em que ela esteja levantando a mão. Legitimem a curiosidade daquela criança, ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa colocar para fora. E, às vezes, é uma criança introspectiva. Viabilizem a inclusão, não existe um único padrão de superdotado.

A Mensa, hoje, trabalha com a formação dos profissionais de educação, estabelece parcerias com o poder público. Ela tem um projeto que está muito desenvolvido, que é o chamado Selo Escola Inteligente, que vai ajudar as escolas públicas e privadas a ter um suporte para o público superdotado. A gente não quer escolas para superdotados, a gente quer escolas de qualidade para todos, que recepcionem e entendam as necessidades do superdotado.

E a gente vai ter um congresso, agora, em São Paulo – vai ser realizado em São Paulo –, direcionado para os pais, para os profissionais de educação e para todo o público que é sensível ao tema – é aberto a qualquer indivíduo –, do dia 6 ao dia 8 de março. Então, há mais informações lá no nosso *site*.

Qual é o objetivo desse congresso? É reunir as pessoas e conversar sobre o tema. Isso é muito importante. E por que a gente está falando disso? Quando eu manifesto esse congresso, quando a gente fala desse congresso, a gente recebe mensagem de algumas mães.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIO CESAR GONÇALVES CAMPOS FILHO – Para finalizar, a gente recebe mensagem de algumas mães: "Meu filho acabou de ser laudado. Eu tenho dois filhos que acabaram de ser laudados. Por favor, me deixem participar do congresso. Eu não sei o que fazer". Então, a falta de informação também gera uma angústia profunda, e a gente precisa apresentar essas respostas.

Para finalizar – eu poderia falar muito mais coisas, mas eu já sei que eu não posso –, a Mensa está à disposição de cada um de vocês, da sociedade civil como um todo, seja para debater o tema, seja para contribuir com o que a gente já sabe, seja para descobrir o que a gente ainda não sabe, em conjunto. O que a gente não sabe a gente descobre junto. Procurem-nos, nós estamos à disposição.

E aí, por último – eu prometo –, a Joyce, do Rio de Janeiro, manda uma pergunta: "Pauta fundamental! Professores capacitados são a chave para identificar estudantes com superdotação e tirá-los da invisibilidade".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É verdade. Foi assim que Curitiba avançou tanto na identificação, com a capacitação dos professores e com a utilização do Fundeb.

Bom, já falei de Barra do Garças, já falei de Erechim e quero, mais uma vez, fazer este chamamento a todas as instituições que estão se organizando, estão começando a se organizar, as associações: a Mensa também pode ajudar vocês. A gente está aqui para contribuir com a pauta, e, como o Cadu disse muito bem, é muito mais inteligente se a gente andar junto.

É um prazer. Muito obrigado, Senadora, e, mais uma vez, obrigado pelo convite.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

O SR. JULIO CESAR GONÇALVES CAMPOS FILHO – Desculpa pelo tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Mensa Brasil. (*Palmas.*)

Deixe-me fazer um destaque, gente. A sociedade civil organizada pode mudar tudo, e a gente está, desde a primeira audiência, ouvindo instituições e representantes da sociedade civil organizada.

Neste plenário agora – inclusive, eu quero fazer uma correção, eu quero fazer a minha audiodescrição, nós temos pessoas com baixa visão no plenário. Eu estou vestida com uma roupa clara; meu cabelo está mais curto; eu tenho óculos com haste dourada. Na mesa nós somos cinco pessoas: à minha esquerda, está a Marjorie, que já falou, que está com uma roupa escura; ao lado da Marjorie, está a representante do MEC, que está com uma roupa escura, mas está com um...

A SRA. OLGA CRISTINA ROCHA DE FREITAS (*Fora do microfone.*) – Uma *pashmina*...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... xale vermelho em cima; à minha direita, está a Vanessa, que está com uma roupa clara, uma blusa clara; e, em seguida, o Julio, que falou bastante e que está com um terno escuro. Essa é a mesa que está composta, e no plenário todos os lugares estão ocupados.

Por que eu fiz isso? Há 20 anos, quando se falava de doenças raras aqui no corredor – e algumas pessoas estão aqui comigo há 20, 25 anos, porque eu era uma assessora de bastidores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e que militava nas causas todas –, tinha Parlamentar que nem sabia o que era doença rara. E aí a gente resolveu se organizar.

Assim também o movimento de pessoas com deficiência. Para vocês terem ideia, o Estatuto da Pessoa com Deficiência tramitou por 14 anos neste Congresso Nacional. Só foi possível ser aprovado por causa da organização da sociedade civil, da pressão dos movimentos que vinham para cá, que ficavam nos corredores. Doenças raras, pessoas com deficiência. Então, eu estou vendo hoje esses movimentos voltados às pessoas com altas habilidades e superdotação.

Desde a nossa primeira audiência, eu estou recebendo a seguinte pergunta: "Como me organizar no meu município?". Eu tenho um grupo de mães aqui no WhatsApp. Depois da primeira audiência, as mães começaram a se encontrar no Brasil. Então, está aqui: a Mensa Brasil e outras instituições que estão aqui, todas vão deixar seus endereços eletrônicos. Fale com as instituições que já estão fortalecidas para que possam ajudar você na sua cidade a se organizar, mas não é se organizar só para cobrar do poder público, é para colaborar com o poder público. Às vezes, o poder público não consegue chegar em todos os lugares, mas vocês, de forma organizada, podem chegar a todas as crianças e a todos os adultos com superdotação, altas habilidades, que ainda estão invisibilizados. Então, a sociedade civil está aqui se apresentando, mas a gente pode também fomentar nos municípios que as famílias se organizem. Dá muito certo quando as famílias se organizam.

Nesse sentido, nós vamos ouvir agora, de forma remota, de forma *online*, Lucilene Barbosa Gomes, Gerente de Atendimentos Pedagógicos em Deficiências Sensoriais e Surdez e em Altas Habilidades da Secretaria de Educação do Distrito Federal. (*Pausa.*)

Desculpa, desculpa, Lucilene. Desculpa, você é presencial. Videoconferência é Denise Matos, representante do Conselho Brasileiro para Superdotação.

Denise, seja bem-vinda. Dez minutos, e aqui tem campainha hoje, tá?

A SRA. DENISE MATOS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Está ótimo, Senadora, muito obrigada.

É com muita honra que estou aqui hoje e saúdo a Exma. Senadora Damares Alves, Presidente desta mesa, saúdo também a Senadora que compartilha deste evento, Senadora Teresa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leitão, Presidente da Comissão de Educação, e todas as pessoas. Representantes, famílias que estão nos ouvindo, meu bom dia e muito obrigada por esta oportunidade.

Vou fazer minha audiodescrição. Eu sou uma mulher branca, quase idosa, 58 anos, de cabelos loiros que medem na altura dos ombros, uso uma camisa branca, brincos e colares de pérola. Meu lugar geográfico de fala é Curitiba – eu estou em Curitiba, moro no Paraná – e hoje represento o Conselho Brasileiro para Superdotação (ConBraSD), neste espaço importante que este evento tem nos oportunizado.

Eu tenho uma colinha aqui porque estou um pouquinho nervosa, então vou ler algumas coisas.

No Conselho Brasileiro para Superdotação, hoje a Presidente é a Profa. Carina Rondini, que foi quem me fez o convite. Eu represento a Profa. Carine e toda a diretoria.

Antes de começar essa fala, também preciso agradecer aos gestores da Secretaria de Estado de Educação do Paraná: minhas chefias imediatas – Profas. Maíra e Cláudia –, o Diretor de Educação e o Secretário, que gentilmente me autorizaram a participar desse evento. E vocês vão entender por que eu agradeço a todos eles neste momento.

O ConBraSD foi fundado em 2003 e consolidou-se como uma rede nacional de intercâmbio científico em defesa dos direitos das pessoas superdotadas no Brasil. Hoje nós estamos com 460 associados comprometidos com essa causa. Na verdade, nós nos tornamos uma voz técnica porque nós somos muitos pesquisadores que participam, são muitos os pesquisadores que participam desse grupo. Começou com um grupo de pesquisa, mas também acolhemos as pessoas superdotadas e suas famílias.

Nós temos participado de muitos eventos junto ao MEC, ao Ministério dos Direitos Humanos. Quanto às ações que envolvem questões voltadas para as políticas públicas, para o direito à educação e para todos os demais direitos sociais que os cidadãos superdotados têm e precisam ter, nós estamos sempre discutindo e buscando uma participação ativa para defender esses direitos ou constituí-los, quando é o caso.

Temos contado com o apoio de muitas pessoas em Brasília, dentro do próprio Governo, mas a nossa trajetória é de muita luta. Já estamos aí há muitos anos e vemos tudo o que tem sido dito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo o que foi dito pelas pessoas na primeira audiência, o que hoje já foi mencionado também. É uma luta constante. Temos trabalhado muito em prol dessas pessoas com pesquisas. Nós temos buscado diálogo com as universidades e com os governos estaduais para que haja um reconhecimento dessas pessoas.

Nós precisamos tirar o superdotado dessa invisibilidade que o acomete – não por ele, mas a sociedade deixa de ver esse superdotado nesses espaços, principalmente no espaço educacional.

Nós sabemos que essa invisibilidade do superdotado é fruto não somente da ausência de políticas, mas de ações efetivas de implementação de políticas públicas estruturantes. Como bem dizia a nossa saudosa Profa. Eunice Alencar, uma grande referência no Brasil dentro da área da superdotação, o mito de que o talento aprenderá sozinho justifica, muitas vezes, o abandono pedagógico.

Então, esse estudante superdotado não anula a intervenção pedagógica, ele não exclui a presença do professor, a presença de práticas pedagógicas; ao contrário, ele exige práticas que sejam organizadas, planejadas de forma mais elaborada, para que o seu potencial possa ser desenvolvido, para que ele tenha oportunidades de enriquecimento curricular. Então, não podemos nos pautar na premissa de que ele pode aprender sozinho, justificando o abandono pedagógico.

Essas políticas eficazes são, para o nosso entendimento, sob a nossa perspectiva, o remédio contra a subidentificação, porque só vão existir ações, de fato, se os estudantes forem identificados. Então, o primeiro passo para tirar os estudantes da invisibilidade é identificá-los, mas a identificação tem sido um grande nó dentro dos governos, das políticas públicas, e há dificuldade, muitas vezes, de se estabelecerem formas e métodos, de se criarem protocolos de identificação. Reconhecemos que é algo que precisa de muita dedicação, conhecimento, muito estudo e muito cuidado para se fazer.

Por isso, utilizando o convite que me foi feito... Aqui, no Estado do Paraná, nós temos avançado com relação a tirar o estudante da invisibilidade, porque esse é o primeiro passo. Não adianta só identificar o estudante. Nós identificamos para oferecer o atendimento educacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especializado que ele precisa. Então, eu peço licença para apresentar aqui um pouquinho do nosso projeto.

O projeto acontece na rede pública estadual de ensino, tem avançado para algumas redes municipais, mas ainda... O nosso estado é grande: nós temos 399 municípios. Ele tem sido pulverizado nos municípios por meio do trabalho das escolas estaduais, mas, nesse primeiro momento, ele tem atingido, digamos assim, atendido os estudantes do 6º ano ao 3º do médio e os menores nas escolas de aplicação, que ainda são do estado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode continuar, Professora, pode continuar.

A SRA. DENISE MATOS (*Por videoconferência*.) – Pode? Está bom. Vocês estão vendo a minha apresentação?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estamos, e está muito bonita.

A SRA. DENISE MATOS (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

Então, o projeto Altas Habilidades/Superdotação Paraná... Eu trabalho na rede pública estadual desde 1988. Nós conseguimos trazer... Altas habilidades e superdotação é um tema que envolveu a minha vida pessoal. Depois, com muita dificuldade, eu fui levando isso para dentro da escola onde eu trabalhava – e contando um pouquinho da minha história, se me permitem –; depois, conheci um pouco da teoria sobre altas habilidades, e fui observando estudantes, em meu contexto, que tinham altas habilidades, conheci o ConBraSD, que me acolheu de uma forma muito importante em 2003. Em 2004, nós criamos a primeira sala de recursos específica para altas habilidades aqui, na rede estadual, que conta com mais de 2 mil escolas.

Então, na verdade, se pensarmos e compararmos com outras áreas da educação especial, esse trabalho é novo, mas mais novo do que isso... Nós viemos até 2022, trabalhando, implementando, divulgando as salas de recursos, que eram, na verdade, a forma que nós entendíamos possível de fazer o atendimento educacional especializado.

Foi criado o Naah/s em todo o território nacional. O Naah/s do Paraná foi criado em Londrina, que fica a, pelo menos, cinco horas de distância daqui, da capital. Então, ficou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

geograficamente, disposto de uma forma importante para a área, mas também dificultou um pouquinho o trabalho em conjunto.

O nosso projeto Altas Habilidades/Superdotação Paraná veio porque o gestor da Secretaria, o Secretário de Educação à época, sensível à causa, nos chamou e nos propôs um desafio: criem um projeto para a gente dar visibilidade a esses estudantes e atendê-los. Ele sugeriu, trouxe suas ideias, e nós saímos dali com esse grande desafio.

Ele nos deu 30 dias para pensar, e foram 30 dias em que queimamos muito a cabeça para pensar numa dimensão tão grande como a que ele havia proposto. Era o nosso sonho, como é e está sendo realizado – estamos vivendo a realização de um grande sonho –, mas também há muitas dificuldades. Porque todos sabemos – quem é gestor sabe – das dificuldades que se enfrentam dentro de uma rede tão grande.

Então, com muito apoio do Secretário, do diretor-geral à época, do próprio Departamento de Educação Especial, com tantas demandas que vocês bem conhecem, da coordenação, nos juntamos ao Naah/s, porque a tecnologia, em 2022, com o advento da pandemia, nos aproximou muito mais.

Nós já tínhamos um protocolo, algumas ações voltadas para a identificação pedagógica. Como o nosso trabalho é pedagógico, pensamos que a identificação clínica é importante e não a descartamos, mas para o atendimento pedagógico o importante é a identificação pedagógica. Nós criamos um protocolo muito cuidadoso que tem sido revisto, revisado, com bastante constância.

Em 2022, nós apresentamos o projeto e iniciamos a aplicação do protocolo. Já vou contar as outras formas do projeto, os outros braços. Saltamos de 1,3 mil estudantes – esse número era flutuante, ficava entre 900 e 1,3 mil – para, em dezembro de 2025, 12 mil estudantes, do 6º ano ao 3º ano do ensino médio, identificados na rede pública estadual do Paraná.

Qual é a base do nosso projeto? O nosso projeto possui, em dezembro... Esses dados eu estou dando de dezembro, porque consolidou o ano...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Professora, dois minutos para concluir, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DENISE MATOS (*Por videoconferência.*) – Está bom.

São 315 salas de recursos, 120 turmas Paraná – que num outro momento posso explicar o que são –, 15 escolas de referência em altas habilidades e superdotação, escolas da rede estadual, que atendem em torno de 1.537 estudantes.

Nós temos também o atendimento educacional especializado nas escolas em tempo integral, porque esses estudantes não vão para as salas de recurso, com aproximadamente 4.703 estudantes em atendimento com professores especialistas.

O nosso trabalho é intenso, o nosso time tem oito pessoas diretamente trabalhando para as altas habilidades, não é uma secretaria inteira. Então, somos oito – uma parte aqui em Curitiba, outra parte em Londrina. E nós trabalhamos com oficinas exploratórias síncronas.

No ano passado, com a recomposição da aprendizagem, nós criamos a Maratonaah/s, trabalhamos com criatividade, com desafios, fazemos oficinas, aulas enriquecidas, subsidiamos os professores com cursos de formação, plantões. A gente tem plantão tira-dúvida para todos os professores da rede. Nós temos uma sala dos professores com todo o material para municiar esses professores com recursos, temos a hora da família, a hora do recreio, que são atividades para os estudantes. Com isso, eu posso dizer para vocês que nós estamos conseguindo chegar às escolas, nós estamos conseguindo quebrar esse mito da invisibilidade, trazendo esses estudantes aqui para a pauta das equipes pedagógicas das escolas estaduais do Paraná.

Então, eu agradeço imensamente a oportunidade que o ConBraSD nos deu e que esta Comissão e esta plenária também nos oportunizou para que pudéssemos apresentar um pouquinho do nosso projeto.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Profa. Denise, que incrível, viu? Parabéns. (*Palmas.*)

A senhora arrancou de todos nós aqui a vontade de pegar um avião e ir correndo para Curitiba para conhecer de perto o trabalho. Parabéns, Profa. Denise.

A SRA. DENISE MATOS (*Por videoconferência.*) – Estão convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu só quero lembrar o seguinte, a Profa. Denise falou que o conselho existe desde 2003, isso quer dizer que ninguém está inventando a roda aqui, esses movimentos existem há muito tempo. O que está acontecendo é que esses movimentos arrastaram agora o Legislativo para a luta. E o Legislativo agora vai ter que dar respostas também.

Então, parabéns, Profa. Denise, estou muito encantada com o seu trabalho. Inclusive, a apresentação dela e de todos que apresentaram aqui... Essas apresentações vão ficar disponíveis para vocês, tá?

Nós vamos fazer o seguinte agora. Como nós temos uma criança que vai falar *online* e todos nós aqui temos que respeitar o tempo das crianças, o tempo delas é diferente, nós vamos já ouvir, *online*, o Eduardo de Paula Sabino de Oliveira. Ele é uma criança superdotada, com altas habilidades e, na sequência, nós vamos ouvir o MEC, a Profa. Olga. Nós estamos aqui na expectativa para ouvir o MEC.

Então, nós vamos agora ouvir o Eduardo de Paula Sabino de Oliveira.

Eduardo, seja bem-vindo. É uma alegria ter você conosco na nossa audiência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ele é de Alagoas.

O SR. EDUARDO DE PAULA SABINO DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Bom dia, senhores...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, o Eduardo é de Alagoas.

Eduardo, como você é lindo na tela, Eduardo. Que menino lindo. Seja bem-vindo, viu?

O SR. EDUARDO DE PAULA SABINO DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Srs. Senadores, Senadora Damares. Bom dia a todos aqueles que atuam no ramo, no campo da neurodivergência, da educação, que estão aqui presentes. Bom dia a todos que estão nos assistindo, que estão no Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou o Eduardo de Paula Sabino de Oliveira, atualmente residente em Alagoas, superdotado. Infelizmente, por questões de saúde e sanidade, estou afastado da escola.

Eu estou aqui para prestar depoimento sobre leis que devem ser propostas em prol do desenvolvimento e bem-estar do superdotado. Estou aqui para resumir nove anos em dez minutos; será um trabalho difícil, mas vou resumir da forma que considerar mais conveniente e adequada para a situação.

Eu, inicialmente, como superdotado, inserido em escola física, nunca fui capaz de identificar pares adequados. Enquanto os demais jogavam bola, eu jogava xadrez. É como pegar um rato, dez gatos, colocar numa caixa e esperar que eles socializem: vai rolar um "Tom e Jerry". Eu, enquanto construía modelos 3D de esferas de Dyson, que... Para aqueles que não sabem, esfera de Dyson é um conceito proposto por Dyson, que teria como base uma enorme esfera que rodearia o Sol, captaria a sua energia de forma precisa e a direcionaria, desviaria para a Terra. Seria composta idealmente por vários satélites, um enxame de Dyson, mas, enfim, não é o foco.

Eu quero dizer, com este contexto e diálogo, que eu nunca fui capaz de socializar, em nove anos, inserido em escola física. Eu enfrentei muito *bullying*. Eu sempre recorri à coordenação, que nunca foi capaz de solucionar nenhuma das questões propostas por mim.

Infelizmente, eu vim a adoecer, entrei em depressão, por falta de compreensão e entendimento por parte dos adultos, professores e colegas. Hoje, eu estudo, no caso, assim como 70 mil crianças no Brasil, hoje, e as 150 que já estudaram.

Eu, ao longo da pandemia, aprendi a estudar sozinho, pois eu era incapaz de acompanhar as aulas *online*. Minha mãe me deu aula ao longo de dois anos. Ela sempre me apoiou e me ensinou a estudar sozinho e, desta forma, assim eu prossigo. Eu interajo com outros superdotados da minha idade, que são poucos, mas existentes em Alagoas e Maceió, e sofrem injustiças e muitas vezes recorrem a métodos semelhantes às injustiças que eu sofri e aos métodos a que eu recorro hoje.

Como mencionado, a escola físico-presencial fez muito mal a mim, da mesma forma como fez, por exemplo, ao Elon Musk, que, por ser superdotado e não ser compreendido... Uma vez,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enquanto ele estava andando em uma escada, ele foi empurrado e espancado até ficar inconsciente. No hospital, seu pai foi incapaz de identificá-lo.

Há muito tempo, superdotados sofrem injustiças. Albert Einstein, por exemplo, na escola ouviu de seu professor que nunca seria ninguém na vida – seu professor e seu diretor –, e hoje a escola se chama Albert Einstein. Leonardo da Vinci nunca estudou em escola, mas sempre recorreu a bibliotecas, a conteúdo extraescolares. Ele trabalhou com sistema de planagem e, é claro, a Mona Lisa.

Eu nunca dependi da escola para aprender. Por isso, eu estudo por conta própria engenharia mecatrônica, física quântica e atuo de forma informal nas áreas, diversas vezes. E, como sempre, a escola nunca prestou apoio. Quando o laudo que confirmava minha superdotação foi entregue à escola, eles começaram a propor atividades do 1º ano no ensino médio, enquanto eu estava no 5º, ou talvez no 6º... Não me lembro ao certo. Eu estava sendo penalizado, pois eu tinha que fazer todas as atividades entediantes, longas e repetitivas que os demais alunos faziam e, além delas, fazia outras atividades longas e repetitivas e, claro, desnecessárias para mim naquele momento.

A escola muito mais me prejudicou do que me ajudou. Como declarado anteriormente, eu entrei em depressão graças a ela, o que é muito sério, pois os alunos muito mais me prejudicavam do que me apoiavam. Os únicos que me apoiaram, ao longo deste meu percurso, foram principalmente a minha família, claro, minha mãe, meu pai, meu cachorrinho Fred, porém, além deles, poucos amigos, talvez apenas dois. A escola fez muito mal para mim por falta de adaptação. Ela se mantinha rígida. Quando eu concluí o 7º ano escolar em apenas 25 dias e realizei uma prova de 60 questões para provar que eu havia aprendido o conteúdo, eu fui encaminhado para o 8º ano, quando eu deveria estar no 7º. Porém, antes de retornar à escola, eu havia exigido uma reunião formal com o diretor-geral da escola. Ele muito prometeu, porém, prometeu com propostas relacionadas apenas a contraturno, projetos que seriam tão desgastantes e entediantes, repetitivos, como o turno padrão que eu vivia cinco vezes por semana, quatro horas e quarenta por dia.

O que eu queria era passar menos tempo na escola, ou que ela pelo menos fosse um lugar respeitoso, e que os alunos não me agredissem verbalmente, fisicamente, moralmente todos os dias. Eles foram incapazes de garantir. A escola também tentou propor aos alunos uma pequena

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentação relacionada à superdotação, e eles a trataram como tratariam o autismo, por exemplo. Eles afirmaram que o superdotado, muitas vezes, não pode ser compreendido, como se ele dialogasse em uma língua diferente de nós. Foi como a escola tratou, o que definitivamente não é um fato.

Esses são os principais tópicos que eu tenho a abordar aqui hoje.

Superdotado muitas vezes não consegue socializar com um aluno intelectualmente médio. O padrão é diferente, os gostos são diferentes, e isso não é um erro e não deveria ser um problema. O superdotado deve ser capaz, ao meu ver, de identificar os seus pares, fazer amizades, porém, o contato com outros, na maioria das vezes, é mínimo. Eu, felizmente, hoje, mantenho contato com três.

Eu tenho um conhecido, ele passa cinco horas por dia em celular, o que desgastou e muito suas capacidades cognitivas, principalmente com jogos violentos, e, por isso, ele foi, ao meu ver, erroneamente laudado como TDAH. Ele toma três remédios por dia em prol do TDAH, e seu rendimento e desempenho escolar decaíram ainda mais após a introdução dos remédios. Eu lhes garanto que fazem muito mais mal do que bem aí.

Muitos superdotados são laudados como autistas, TOD, TDAH, porque eles não conseguem socializar e muitas vezes agem de forma violenta. Por que talvez eles ajam de forma violenta? Quando uma criança superdotada tem cinco anos de idade, ela quer aprender na escola a ler e escrever. O professor diz que ele não deve aprender a ler e escrever. Ele deve andar por cima do número dois, desenhado a partir de giz de cera e fita adesiva no chão da sala – sim, eu já passei por essa atividade. O aluno, por ter cinco anos, não vai apresentar argumentos convincentes, não vai afirmar o porquê de querer aprender a ler e a escrever; por que ele não precisa passar por cima do dois desenhado no chão, ele vai começar a jogar cadeiras e mesas para cima, ele vai se expressar, muito provavelmente, por meio da violência.

Eu, felizmente, nunca agi de forma agressiva, mas, infelizmente, já fui vítima de situações como essa, já soube de situações como essa. De acordo com relatos de conhecidos em quem eu confio, em uma determinada escola no Brasil, um aluno superdotado foi dopado pela escola ao colocarem remédio na água do aluno sem que ele soubesse, para acalmá-lo – o que é, claro, uma ocorrência que não deve se repetir e nem acontecer de forma alguma. O aluno não deve ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratado como algo que deve ser controlado, deve ser tratado como algo que deve ser ajudado. A escola deve, deveria ter a obrigação de compreender o bem-estar do aluno, fazer com que ele se desenvolvesse, ela deveria ajudá-lo.

Nos Estados Unidos, superdotados até nível 2 – se eu não me engano, do 1 ao 2 – têm acesso a políticas de desenvolvimento e de educação adaptados. Agora, a partir do nível 3, nem tais políticas são capazes de recebê-lo adequadamente. Então, é recomendado o estudo em casa, o que, a meu ver, é um cenário adequado. Claro que muitas crianças são incapazes de estudar em casa. Muitas vezes, elas não são capazes de controlar a sua rotina escolar.

Como eu tenho apenas mais 60 segundos disponíveis, eu gostaria de agradecer a oportunidade e declarar que eu declarei tudo o que tinha a declarar, ou que me lembrei de declarar, é claro. E vamos nos lembrar de que um rato não consegue se socializar com dez gatos ao longo de 30 minutos, que seria o recreio. Ele seria caçado, como eu fui, vítima de frequente *bullying*, o "Tom e Jerry".

Muito obrigado pela oportunidade. Eu me despeço aqui. Tchau! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eduardo, tinha pessoas do plenário chorando, mas tem muita gente vibrando com a sua participação.

Obrigada, Eduardo. Foi muito além da nossa expectativa a sua participação. É o segundo superdotado desta manhã que fala de isolamento social – é o segundo.

Eduardo, se você puder continuar *online*, se puder ficar mais um pouquinho para assistir... Foi impactante, foi impactante a sua participação.

Muito obrigada, a vontade que dá é de todo mundo entrar nesta tela agora, de todo mundo abraçá-lo, e de todo mundo agradecer-lhe. Não é que nós estejamos com dó de você, é agradecer-lhe pela sua coragem de vir aqui e falar em nome de milhares de meninos e de meninas no Brasil.

Muito obrigada. Dê um abraço nos seus pais. Agradeça a eles por terem deixado você participar desta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos respirar, porque agora a gente vai ouvir o MEC.

MEC, vocês foram bem desafiados agora, na fala do Eduardo, mas antes disso, Professora, tem aqui no auditório o Bruno de Freitas.

Cadê o Bruno? Já está aqui?

É um menino, uma criança com superdotação, que escreveu um livro e quer entregar para a Senadora, mas ele está com a mãe, que é a Dra. Amanda, neuropsicopedagoga e também escritora, e que quer entregar dois livros de sua autoria para a Senadora.

Vamos fazer esse intervalo, já receber esse livro, para o MEC respirar, porque o MEC foi muito desafiado agora.

E eu estou muito feliz, porque, na outra audiência, eu ganhei livros de adultos. Hoje eu estou ganhando livros de criança.

Vem cá, Bruno, que eu quero lhe dar um abraço.

Vem cá, Doutora. Quero lhe dar um abraço enquanto o MEC toma água, porque o MEC vai ter que dar muita resposta agora – meu Deus do céu! (*Risos.*) (*Pausa.*) (*Palmas.*)

Para quem está em casa e não está ouvindo, nós estamos com bastante barulho delicioso de crianças que estão participando da audiência.

Gente, esse é o livro do Bruno, para quem não viu.

Obrigada, Bruno. Vai ficar na minha biblioteca.

E há um livro da mãe, que é neuropsicopedagoga. Doutora, obrigada por estar conosco hoje.

Agora vamos ouvir a Profa. Olga Cristina Rocha de Freitas, Coordenadora-Geral de Estruturação do Sistema Educacional Inclusivo do Ministério da Educação. Professora, Doutora, já leve para o Ministro o nosso abraço, e para a Secretária, Profa. Zara, pela participação, por estarem disponíveis. E, como eles ligaram! Ela ligou para mim, ontem, em nome do Ministro e em nome próprio, para dizer que quer muito continuar nessa discussão com o Parlamento. Vocês estão arrastando o Parlamento para a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem-vinda, Professora.

A SRA. OLGA CRISTINA ROCHA DE FREITAS (Para expor.) – Muito obrigada.

Ouvem-me?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. OLGA CRISTINA ROCHA DE FREITAS – Está bom?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Está.

A SRA. OLGA CRISTINA ROCHA DE FREITAS – Bom dia a todas as pessoas.

Meu nome é Olga. Este é o sinal que a comunidade surda me deu. Eu sou uma mulher branca, de cabelos claros, curtos, na altura da orelha. Tenho olhos castanhos. Estou – a Senadora já tinha me descrito antes – vestindo um blazer escuro, mas, em função do frio, estou aqui acolhida por uma mantinha vermelha. E, de vez em quando, vocês vão me ver colocando uns óculos pretos, de armação preta no rosto – e eu digo "de vez em quando" porque eu só uso quando o braço está muito curto e eu não consigo mais esticar o papel. Aí, em função da data de nascimento antiga, vira e mexe, eu uso uns óculos pretos.

Bom, Senadora, primeiro quero agradecer – agradecer à Comissão pelo convite. Esse espaço de diálogo, de debate democrático é extremamente importante, sobretudo para subsidiar e impulsionar políticas públicas. Então, nós gostamos de participar desses momentos e queremos participar cada vez mais.

Trago mesmo o abraço da Secretária Zara Figueiredo.

E é uma satisfação enorme participar aqui deste debate, sobretudo porque nós trazemos aqui alguns pontos que vão dialogar muito com os anseios, com as dores de quem já expressou aqui, e a gente sabe que não são situações pontuais, são situações que acontecem no Brasil todo, em todas as redes de ensino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria já colocar minha apresentação, se possível. E é um desafio – viu, Senadora? – para uma professora falar em dez minutos, ainda mais um tema tão importante como esse. Mas vamos lá.

Bom, para iniciar, eu imagino que vocês tenham acompanhado, ao longo do ano passado, em outubro, que nós promulgamos um decreto que institui e normatiza a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. O Brasil, desde 2008, vem se pautando por uma política muito importante que orientou e deu diretrizes para a inclusão das pessoas que são o público da educação especial, entre elas os estudantes com altas habilidades ou superdotação. Mas essa política não tinha uma força legal e, hoje, a política não apenas compila algumas legislações que estavam soltas e legislando sobre a educação especial, mas também atualiza, contextualiza, aos tempos de agora, a educação especial inclusiva.

É para cá? Ah, sim, é um delayzinho, desculpa.

Então, vejam que essa política, o Decreto 12.686, de 2025, institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Então, o decreto institui uma atuação em rede, por meio de alguns mecanismos que eu vou passar rapidamente aqui, para concentrar, para focalizar no público com altas habilidades ou superdotação.

E um dos objetivos primordiais da política é garantir um direito, que é a educação em sistema educacional inclusivo, para estudantes com deficiência, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades ou superdotação, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades. Veja que esse é o texto da lei e ele vem muito em resposta a muitos relatos que ouvimos aqui, sobretudo o do Eduardo de Paula, com um relato muito potente, muito forte, muito intenso. E a lei orienta, já determina, a política de educação especial sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.

Para isso – deixe-me avançar aqui –, alguns dos mecanismos estão aqui compondo uma rede de educação especial inclusiva, que traz, como componentes, centros de formação continuada e em serviço espalhados por todo o território nacional. Inicialmente, nós já estamos constituindo 27 centros de formação continuada em serviço, alocados em instituições federais de educação superior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Observatório da Educação Especial Inclusiva, que também... Cada unidade da Federação deverá ter um observatório que vai monitorar, acompanhar a implementação da política nas redes de ensino.

Os núcleos de apoio técnico e acessibilização de materiais, sobre os quais eu vou falar também daqui a um pouquinho, um pouco mais detalhadamente. Mas, entre esses núcleos, estão: os Naah/s – que já foram mencionados aqui pela Profa. Denise Matos, os núcleos de apoio pedagógico a altas habilidades ou superdotação –; um programa nacional de autodefensoria contra o capacitismo e em favor da escola inclusiva; e um arranjo intersetorial de educação especial inclusiva.

Esse arranjo, gente – só fazendo um parêntese aqui –, pretende, com agentes alocados nos territórios educacionais, em regiões, administrações regionais ou regionais de ensino espalhadas pelo país, fazer a ponte entre educação, saúde e assistência social, para que esse estudante público da educação especial seja visto na sua integralidade, tenha os apoios necessários por parte do poder público de uma maneira mais ampla, sem também transformar a escola num espaço da saúde ou da assistência social, tirando dela essa potencialidade de exercer o trabalho pedagógico, que é a função precípua mesmo da escola.

Bom, os núcleos de apoio técnico e acessibilização de materiais, onde se encontram os Naah/s, têm por função... Vejam, os núcleos já existem, eles vieram, desde a primeira década do ano 2000, sendo instituídos em todas as unidades da Federação justamente para dar apoio, sobretudo, às salas de recursos multifuncionais ou atendimento educacional especializado, provendo materiais e fazendo formação para os professores, principalmente do atendimento educacional especializado e, em alguns casos, até para a comunidade, de uma maneira geral.

Então, diante dessa nova perspectiva da inclusão na política, os núcleos vêm com seu contexto atualizado para apoiar a produção e a divulgação de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, para efetivar a articulação pedagógica e a formação dos professores de sala comum e do AEE e participar das ações intersetoriais realizadas entre a escola comum e os demais serviços públicos de saúde, assistência social, trabalho e outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, o Naah/s vai ter por objetivo desenvolver atividades nesse sentido. Então, também, mais uma vez, fazendo a ponte, sobretudo entre diferentes setores que acompanham e que precisam atender o estudante com altas habilidades ou superdotação.

Para a gente pensar em como isso pode acontecer, eu até dialogo um pouco aqui com o Carlos Eduardo... Não, na verdade, foi o Julio que falou de recursos que estão destinados a partir do Decreto 12.686.

Na verdade, o decreto traz, para dentro da política, recursos que já existem e que já são disponibilizados para o atendimento educacional especializado e para os estudantes públicos da educação especial de uma maneira geral – como esse, por exemplo, Julio, que é o PDDE Equidade e o Salas de Recursos Multifuncionais.

Só para você ter uma ideia, de 2023 a 2025, foram disponibilizados R$640 milhões de recursos para as redes de ensino, que puderam atender quase 28 mil escolas. Esse recurso serve diretamente para que a escola que for beneficiada – tem um processo de adesão... Assim, a gente... O cobertor é curto, a gente não consegue atender todas as escolas de uma vez. Seria muito bom, mas as escolas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. OLGA CRISTINA ROCHA DE FREITAS – As escolas beneficiadas com esse recurso recebem, no mínimo, R$30 mil. Esse recurso, até 2024, era de R$20 mil. No ano passado nós ampliamos, aumentamos o recurso para R$30 mil para comprar equipamentos, materiais, recursos, enfim, para o atendimento educacional especializado. Então, nesse sentido, muitos recursos.

A gente tem uma lista daquilo que pode ser adquirido, uma lista de preços, uma lista com materiais, tecnologias, equipamentos disponíveis lá no *site* do FNDE. E o atendimento educacional especializado, uma vez organizando o estudo de caso do seu estudante, elaborando o Plano de Atendimento Educacional Especializado, essa escola pode adquirir aqueles recursos para oferecer o atendimento suplementar ao estudante com altas habilidades ou superdotação, além dos outros estudantes públicos da educação especial. Então, esse recurso é superimportante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitas vezes, de fato, as unidades escolares, por exemplo, têm a dificuldade do acesso, lembrando que esse recurso é disponibilizado com base no Censo Escolar do ano anterior. Então, a escola precisa declarar certinho os estudantes que compõem o público da educação especial para que, de fato, essa escola... Porque o critério mais importante é o número de estudantes públicos da educação especial naquela escola.

Bom, outra coisa importante que foi mencionada aqui, já respondendo... Ah, eu acho que eu... Gente, eu acho que eu encaminhei o eslaide, o arquivo separado. Bom, vamos ver aqui.

Outra questão importante é a da formação, né? Que a gente não... É, eu passei um eslaide errado, mas já vou falar aqui da formação de professores da classe comum e dos professores do atendimento educacional especializado. Desde 2023, por meio da rede nacional de formação docente... Essa Renafor é coordenada pelo Ministério da Educação, mas isso não exime as redes de ensino de também promoverem as suas formações. De 2023 para cá, nós já oferecemos mais de 15 cursos na área de altas habilidades ou superdotação e, se eu não me engano – depois eu pego esse dado aqui bem direitinho –, nós já formamos quase 10 mil professores, que já foram matriculados nesses cursos. Só em 2025, foram quatro cursos, e nós tivemos quase 3 mil professoras e professores matriculados nesses cursos.

A gente investe bastante na formação, porque, de fato, não adianta também a identificação se a gente não consegue fazer a formação – o professor atuar com uma prática pedagógica voltada para a acessibilização ao currículo daquele estudante. Então, a gente vem trabalhando com um fomento muito grande para essas áreas e para a área da educação para altas habilidades ou superdotação. Lembro que essas formações são ofertadas pelas instituições federais de educação superior que atendem a uma carta-convite e apresentam suas propostas. Lá na Diretoria de Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, nós validamos as propostas para que as universidades ou Institutos Federais possam ofertar a formação. Essa formação, muitas vezes, é ofertada pela UnB, por exemplo, mas não apenas às professoras e aos professores de Brasília, do Distrito Federal...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. OLGA CRISTINA ROCHA DE FREITAS – ... podem fazer os cursos. Muitas vezes, o curso é ofertado pela EaD, e professores do país inteiro podem fazer os cursos em diferentes unidades da Federação.

Bom, outro ponto importante – como passei o eslaide aqui – são os dados da notificação do Censo Escolar. Gente, é com o Censo Escolar que nós trabalhamos e que nós desenvolvemos as políticas públicas. Esse é o nosso dado oficial, que é o dado informado pela escola.

Nós vimos que temos no Censo de 2024... E lembro que hoje, exatamente agora, estão sendo publicizados os dados, os resultados do Censo de 2025, mas o Censo de 2024 nos aponta que, no Brasil, nós temos quase 44 mil estudantes com altas habilidades ou superdotação em formações da escola.

Ainda – quem já falou aqui antes de mim fala da subnotificação –, nós temos que pensar que o investimento e o impulsionamento da educação especial inclusiva nos últimos anos praticamente fizeram dobrar o número de declarações no censo. Nós viemos lá com o número de 23 mil, acho que nós chegamos em 2023 com 26 mil, e em 2024 nós temos a declaração de quase 44 mil estudantes. Então, é uma linha ascendente, e eu imagino que nós também teremos uma informação, um dado maior agora no Censo de 2025, que está sendo publicizado hoje.

E por que isso talvez tenha aumentado essa declaração, essa informação? Talvez seja por algo que já venhamos discutindo com as redes e que agora está estabelecido no decreto que institui a política que é a prescindibilidade do laudo médico para se identificar o estudante que precisa de eliminação de barreiras para a sua aprendizagem.

Hoje, pelo decreto, nós temos o estudo de caso como a principal metodologia para a identificação das potencialidades, obviamente, mas, sobretudo, das barreiras que impedem que esse estudante não apenas tenha acesso à escola, mas permaneça, participe e aprenda.

Então, hoje, o Carlos Eduardo apontou uma preocupação que é nossa também, do laudo médico. Como uma família pobre, em situação de vulnerabilidade, consegue participar de sessões para ter o acesso ao laudo? Hoje, isso não é necessário, a partir do decreto.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. OLGA CRISTINA ROCHA DE FREITAS – Vou fechar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir do decreto, o estudo de caso é o instrumento principal de identificação e eliminação de barreiras, e desse estudo de caso vai se derivar o Plano de Atendimento Educacional Especializado, que, em algumas regiões, é chamado de PEI (Plano de Ensino Individualizado). O laudo médico é complementar e é bem-vindo, a avaliação biopsicossocial também é muito importante nesse contexto, mas é o estudo de caso que vai orientar a escola e a organização do trabalho pedagógico. Ele deve ser realizado pelo professor do AEE, em parceria com o professor da classe comum, com a família e com o próprio estudante.

Esse conjunto de atores é que vai orientar a organização do trabalho pedagógico na escola a partir do estudo de caso. Então, aquela criança em situação de vulnerabilidade, de baixa renda, os pobres, os periféricos não precisam mais esperar por um laudo para que sejam atendidos pelo atendimento educacional especializado e tenham as acessibilidades garantidas.

E, para fechar – tem muito mais aqui, mas eu fico também para as questões, que são muito importantes –, quero dizer que eu fiz uma leitura prévia das questões que já chegaram pelo e-Cidadania e imagino que já tenham respondido a muitas delas aqui.

Nós também apoiamos, Senadora – muitas das pessoas que estão aqui sabem –, e valorizamos muito esse diálogo com os movimentos sociais, com a sociedade civil organizada, tanto que nós constituímos, ainda em 2023, a Comissão Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Cneepei), que teve a Conbrasd em um dos nossos assentos. Essas comissões estão passando por uma reestruturação, e as novas composições serão organizadas em algumas semanas, talvez no próximo mês.

Também, só para ter outro dado importante, ao longo de 2024, nós fizemos seis reuniões – eu tinha até trazido esse dado importante aqui – com um coletivo de Núcleos de Apoio Pedagógico e de Altas Habilidades e Superdotação, um coletivo que traz representantes dos Naahs do país inteiro, para a elaboração de orientações e diretrizes para o atendimento educacional especializado e para o próprio funcionamento dos Naahs nos estados.

E mais um dado importante: estão saindo do forninho aqui, no próximo mês – nós estamos elaborando, está em fase final mesmo de diagramação –, cadernos temáticos orientando as práticas pedagógicas inclusivas para o professor lá na escola. Nós estamos produzindo cadernos temáticos que dialogam com o professor lá no seu cotidiano, no seu dia a dia, e um desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cadernos é sobre práticas pedagógicas inclusivas para o estudante com altas habilidades ou superdotação.

Então, temos muitas ações. A gente podia detalhar bastante aqui, mas eu fico à disposição, e é muito importante para a gente esse diálogo.

Também agradeço à Marjorie pelo relato – é extremamente importante ouvi-la, Marjorie – e ao Julio.

Estou muito animada para ouvir os nossos próximos colegas.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Professora. (*Palmas.*)

Eu acho que a sua apresentação também foi um conforto, porque houve muitas críticas: "Ah, não estão fazendo nada!", "os Prefeitos não estão fazendo!", "os Governadores não estão fazendo!", "o Governo Federal...". Aí, a gente vem aqui ver que tem uma coordenação pensando em fazer entregas.

Então, parabéns, Professora. Parabéns!

Eu acho que a senhora também trouxe muito conforto para as famílias que estão do outro lado lá.

Nós estamos com a presença do Deputado Pollon.

Deputado Pollon, a gente vai ouvir mais uma pessoa.

Não sei se vocês sabem a regra da Casa: quando chega um Parlamentar, o Parlamentar pode falar, mas, para a gente encerrar esta mesa, nós já vamos ouvir a Vanessa Pavani.

O senhor pode ficar mais um pouquinho, Deputado?

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS. *Fora do microfone.*) – Posso sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode? Pode ser?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente já ouve a Vanessa Pavani, que é superdotada, mãe de Superdotação no Mapa e advogada em direito educacional de alunos com superdotação e altas habilidades. (*Pausa.*)

Eu vou ganhar um livro? Ah, está ótima esta audiência. Minha biblioteca está ficando linda! Almas de Ouro, os Superdotados. Parabéns! Eu gostei do título. Parabéns!

Doutora, dez minutos para a sua fala.

A SRA. VANESSA PAVANI MELLO (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora. É um grande prazer estar aqui com todos vocês, trazer esse tema, trazer a voz da superdotação no Brasil, para que todos conheçam de verdade a realidade dura e crua que nós vivenciamos. Então, agradeço, inicialmente, esse convite tanto do Senador Bruno Bonetti, quanto da Senadora Damares, que autorizou a nossa vinda e autorizou também a participação do Eduardo, um adolescente que trouxe todas as suas dores e a sua vivência.

Eu falo aqui para vocês não apenas como superdotada, como mãe de superdotado, mas também como advogada de direito educacional com mais de 20 anos de carreira e uma apaixonada pela educação, tanto que sou uma especialista em neuropsicopedagogia, em psicopedagogia, em neurociências, em altas habilidades e superdotação, mestranda em neurociências e praticamente já graduada em pedagogia. Em todos esses anos de carreira, eu venho acompanhando inúmeras famílias. Além do meu trabalho remunerado, profissional, também exerço uma atividade voluntária junto ao Superdotação no Mapa. Então, nós acompanhamos mais de 50 mil famílias em todo o Brasil.

O que eu posso falar para vocês, inicialmente, é que falar sobre superdotação no Brasil exige sair da teoria confortável e caber no Brasil real, um Brasil em que famílias são consideradas desesperadas, loucas; um Brasil em que superdotados são ignorados, invisíveis, taxados como patológicos, precisando de medicamento. Não precisamos ir muito longe. Eu posso dar um simples exemplo.

O meu filho, quando tinha oito anos de idade, estudava em uma escola. Nós fomos chamados nessa escola, e a professora apontou o dedo na nossa cara, dizendo: "Eu não admito aluno nenhum querer saber mais do que eu". O meu filho queria saber mais do que ela? Foi agressivo? Desafiou? Não, de jeito nenhum. Ele queria saber mais. Ele queria se aprofundar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naquele tema sobre o qual ela estava dando na aula. Mas, infelizmente, essa é a realidade do Brasil, porque não se entende o que é superdotação; não se entende para que serve a aceleração, quais são os benefícios. Existem mitos e estereótipos; existe *bullying*; existe perseguição de escolas, de secretarias de educação, diretorias de ensino. É muito triste falar sobre isso.

Estar aqui com vocês, para mim, é muito doloroso, porque toca numa ferida própria. Eu, Vanessinha lá, outro dia, vivenciei, na educação, invisibilidade, *bullying*, perseguição; fui convidada a sair de escola; cheguei a estudar em quatro escolas até chegar na universidade. Mas o meu filho já está na sexta, e já tem muitos outros superdotados que já passaram por inúmeras escolas. Tem família que não tem mais escola para colocar seus filhos, já tentou todas as possibilidades, porque existe toda essa dificuldade de se entender o que, de fato, é a superdotação.

O Brasil real, então, pessoal, é aquele em que famílias precisam judicializar para garantir os seus direitos. A LDB diz que o sistema de ensino deve assegurar, é uma ordem imperativa, currículos, organização, métodos, recursos, técnicas, conforme as necessidades desses alunos superdotados, ou seja, uma educação personalizada, mas não existe de jeito nenhum, ora porque a escola não entende, ora porque não quer fazer.

Em contrapartida, nós temos perseguições. Infelizmente, é duro dizer isso, mas é a realidade. Nós temos família, por exemplo, em Recife, que cobrou tão insistentemente um PEI, um Plano Educacional Individualizado, no seu direito de exigir, que a escola chegou a dizer que a mãe falava sobre assuntos inadequados com crianças na porta da escola. Gerou toda essa situação só para afastar essa família dessa escola. Isso não é uma realidade pontual, é uma realidade sistêmica em todo o Brasil.

Senadora, nós agradecemos o seu interesse e toda a sua contribuição para essa causa e nós realmente clamamos para que a senhora entenda toda essa dificuldade que esses superdotados enfrentam não só da educação infantil, educação do ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, por toda longa vida. O superdotado nasce superdotado, é uma questão funcional, cerebral, neurobiológica. Não é um comportamento, não é você estar andando no meio da rua e receber um chamado, de jeito nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos entender que o Brasil real, infelizmente, ainda não está preparado para compreender a superdotação em sua integralidade. É onde secretarias de educação e escolas, por desconhecimento ou receio, criam barreiras ilegais confundindo aceleração com reclassificação, o que já foi explanado aqui; criam barreiras ilegais exigindo avaliações de maturidade, como se houvesse algum parâmetro, algum critério, algum teste no Brasil que identificasse o grau de maturidade de alguma criança, algum adolescente; exigindo conhecimento prévio de conteúdo, quando a Constituição Federal assegura acesso a níveis mais elevados da educação conforme a capacidade. Capacidade é potencial, não é conhecimento adquirido. Nós não estamos falando de crianças e adolescentes que nasceram contribuindo para a genialidade da humanidade, como Einstein. Einstein levou toda uma vida para chegar aonde chegou e foi muito maltratado. Por que nós precisamos repetir essas histórias? Isso é inadmissível no Brasil de 2026.

E nós falamos aqui sobre cadastro, sobre identificação, mas, na realidade, de fato, existe uma subidentificação. Por quê? Primeiro porque os laudos, as avaliações são muito caras, nem todas as famílias têm condições. Nós temos custo de R$3 mil a R$10 mil, a depender dos profissionais; nós também temos muita dificuldade de acesso; nós temos poucos profissionais que trabalham com isso, profissionais sérios, de competência, que realmente vivenciam a superdotação; e nós também temos uma questão de referencial teórico. Por décadas, o sistema se apoia em um modelo teórico de Joseph Renzulli, que trouxe uma contribuição bastante significativa para a educação. Nós não podemos deixar isso de lado, mas ele não trata da superdotação, inclusive, ele já reconheceu isso em uma entrevista dada para o nosso Brasil. Ele reconheceu que a teoria dele era para enriquecimento curricular, não só para superdotados, mas para todos os alunos. Enriquecer o currículo, todos têm esse direito, mas insistem no Brasil em seguir nesse modelo teórico que aglutina em três características: habilidade superior à média, criatividade elevada e alto engajamento com a tarefa.

Mas, veja só, a educação, pessoal, pode significar o sucesso ou a destruição do superdotado. Se nós tivermos um superdotado bem atendido na escola, obviamente ele pode apresentar essas três características e a própria escola pode identificar, mas, se não estiver adequadamente atendido, esse superdotado vai sofrer o pão que o diabo amassou, vai adoecer e vai adoecer a família inteira. Nós precisamos saber que a educação não é apenas a educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Educação não é transmissão de conteúdo; se o fosse, bastaria um manual técnico e uma prova objetiva. Educação em sentido jurídico, filosófico e constitucional é um processo de formação humana integral. A própria Constituição Federal responde isso de forma explícita.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VANESSA PAVANI MELLO – O art. 205 da Constituição Federal estabelece que a educação serve para desenvolvimento do ser humano. Então, engloba saúde mental também. Não é só educação, não é só ensinar conteúdo. Não é só ter escolas conteudistas, de jeito nenhum. Não é só pensar no Enem, no vestibular, e nós temos isso não só na escola pública. Essas dificuldades são também nas escolas particulares.

Nós temos famílias no Brasil que têm laudos absolutamente completos, técnicos, psicológicos e psicopedagógicos, observando todo o ser humano, inclusive na área da educação. E mesmo assim nós temos escolas que negam esses laudos. Nós temos escolas que dizem: "Não, seu filho não é superdotado". Gente, eu costumo dizer o seguinte...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VANESSA PAVANI MELLO – ... uma família quando descobre...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Pode continuar.

A SRA. VANESSA PAVANI MELLO – Tá, obrigada.

Uma família quando descobre que seu filho é superdotado, na maioria das vezes, pensa que ganhou na loteria: "Meu filho é um gênio!". Acabam saindo as matérias, a televisão noticia, mas, logo depois, essa família cai do cavalo, porque descobre que o sofrimento é muito grande. E, muitas vezes, a família não descobre que seu filho é superdotado porque acha que seu filho é muito incrível, muito inteligente, de jeito nenhum. Muitas vezes, a família descobre por que essa criança está sofrendo com tédio, com frustração, não consegue escrever tanto quanto a escola exige, porque o superdotado tem uma velocidade de processamento de informações tão rápida que a mão não acompanha na hora de escrever, mas a escola exige que escreva, tem que copiar da lousa, tem que escrever as atividades, quando um superdotado nível 2 aprende até duas vezes por repetição. Então, para quê? Para que exigir que um superdotado caiba nesse modelo? É um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

padrão de educação que não serve para esse superdotado. E o Brasil precisa estar preparado para isso.

Quando eu falo de escolas, eu não falo mal dos professores, dos profissionais, também porque esses profissionais não tiveram acesso à informação, a uma capacitação adequada. Eles sabem que a superdotação é alto desempenho. É uma criança que participou do programa do Luciano Huck, Pequenos Gênios. Aquelas crianças são incríveis, sim, cada uma com as suas especificidades, mas são crianças treinadas, crianças preparadas, estudadas, que chegaram ali. Não são crianças que nasceram sabendo falar dez línguas, de jeito nenhum.

Embora a legislação traga esses direitos, essa legislação não é cumprida, e nós temos uma grande problemática, porque nós temos secretarias de educação, nós temos estados e municípios, e diretrizes nacionais que estabelecem, por meio de normas administrativas, limites e barreiras aos direitos assegurados na LDB e na Constituição Federal. Então, quando um pai e uma mãe chegam à escola pedindo um direito de seu filho, um direito de adaptação, um direito de personalização da educação, esse pai encontra uma barreira. A escola fala: "Não, eu não sei nada disso. A escola é para todos, eu não posso fazer diferente". E busca a secretaria de educação, mas, infelizmente, 99% dessas secretarias não estão preparadas. Mesmo o setor de educação especial não sabe o que é superdotação e não sabe quais são as suas reais necessidades.

A aceleração, por exemplo, é considerada, de modo geral, no Brasil, como a última razão. Mas, se o legislador, quando fez a LDB, tivesse pensado nisso, ele teria colocado, no art. 59, uma ordem de hierarquia: "Olha, primeiro, vamos fazer a adaptação; depois, o enriquecimento curricular; e, depois, em última hipótese, aí sim a gente faz a aceleração". Não, a LDB já está clara, mas, mesmo assim, nós enfrentamos barreiras não só no Executivo ou nas escolas públicas e privadas, mas também no Judiciário, que não consegue ter uma interpretação, e não é porque eles não têm conhecimento técnico-jurídico, mas porque existem mitos e estereótipos: o superdotado só pode avançar se ele souber o conteúdo, se ele provar que sabe.

Vocês ouviram que o Eduardo, por exemplo, precisou, de uma hora para outra, estudar um conteúdo a que ele não teve acesso, sozinho, para poder fazer uma prova e ser acelerado pela escola. Isso não pode acontecer.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANESSA PAVANI MELLO – A aceleração escolar vem para prevenir e para proteger a saúde mental e o desenvolvimento desses alunos. E nós precisamos entender isso.

Casos como o de uma escola do interior de São Paulo, Senadora, que, em um ato de retaliação por a família exigir o direito ao Plano Educacional Individualizado, denunciou os pais ao Ministério Público por supostos maus-tratos, submetendo a família a uma investigação. Ou uma criança aqui em Brasília que, no seu primeiro dia de aula, teve uma desregulação emocional – sim, o superdotado, mesmo quando não tem dupla excepcionalidade, apresenta, muitas vezes, desregulações emocionais, porque nós temos sobre-excitabilidades, não só o cognitivo, não é só uma inteligência. Nós temos sensibilidades sensoriais, nós temos intensidades emocionais. E sabe o que a escola fez com essa criança, que, na época, tinha oito anos? Chamou a polícia. A própria polícia não entendeu por que foi chamada, porque a criança não estava fazendo um escândalo, não era uma confusão, não era algo para se chamar polícia. Não era uma questão de botar uma camisa de força, de jeito nenhum. Era uma criança de oito anos. Por quê? Porque a escola não quis acolher, não quis parar para observar.

Então, o que acontece? Hoje, acompanhando inúmeras famílias, como eu já disse para vocês, eu identifico que nós temos problemas no Brasil inteiro, mas, sobretudo, no Estado do Paraná, no Estado de Minas Gerais, de São Paulo, de Santa Catarina, no Agreste, no interior de Alagoas, no Ceará, em inúmeros estados, no Rio Grande do Sul, sobretudo no Sul, pessoal. Nós temos Naahs que são ineficazes, que só pensam em desenvolver áreas de habilidades, quando esquecem o ser humano, o integral. Quem é essa pessoa? É importante observar que a superdotação não é um sinônimo de talento, é uma condição inata do neurodesenvolvimento, uma maneira diferente de ser, aprender e perceber o mundo, que não se resume a áreas fortes a serem desenvolvidas. Então, tudo isso deve ser observado.

Nós precisamos entender que, por exemplo, o decreto da educação especial, muito embora traga o direito ao PAI, que é o PEI que nós conhecemos e...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VANESSA PAVANI MELLO – ... em alguns lugares é o PDI, estabelece que deve ser feito um estudo de caso. Mas, veja só, como nós vamos manifestar isso, concretizar isso, se o professor não sabe o que é superdotação, o professor não sabe quais são as reais necessidades?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se quando chega um laudo, mesmo completo, dos melhores especialistas do Brasil, a escola nega e diz que, inclusive, esse laudo foi pago: "Você comprou esse laudo." É, gente, isso acontece.

E outra coisa: um estudo de caso vai demandar quanto tempo desses profissionais? Gente, a inclusão não é para daqui a um ano, a inclusão é para agora. Você não pode pegar uma pessoa que se locomove numa cadeira de rodas e dizer: "Você só vai estudar quando fizer uma rampa". Não é isso, não é assim! A inclusão é agora, é imediatamente. Esse aluno sofre necessidades, ele passa por necessidades específicas educacionais, e nós precisamos olhar também que essas necessidades não só são no âmbito da educação, mas no âmbito da saúde, do próprio desenvolvimento integral.

Nós temos hoje...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, para concluir.

A SRA. VANESSA PAVANI MELLO – Vou concluir rapidinho.

... uma política de sala de recursos como se fosse a última bolacha do pacote. Essa é a realidade. Mas a sala de recursos esquece que o aluno, na sala regular, é um aluno que precisa de também adaptações, de aceleração, de outras questões.

Então, para combater essa subidentificação, nós precisamos de um cadastro potente dos superdotados e também de uma avaliação, e que essa avaliação seja multiprofissional, de observação pedagógica, de laudos especializados externos, que não haja valor legal para cada tipo de avaliação, que todas sirvam, para que todos sejam encaixados, incluídos, atendidos.

Esse cadastro nacional... Hoje nós temos o Educacenso, mas as escolas não fazem o cadastro e nem sabem como fazem. A própria escola do meu filho não soube como fazer esse cadastro do Educacenso. Então, o que a gente precisa fazer? Ensinar essas escolas a fazerem? Nós precisamos também ensinar, mas cobrar que essas escolas façam não só esse cadastro, mas que esse atendimento aconteça e que, quando a escola seja cobrada, ela realmente ouça essa família. As famílias são verdadeiras especialistas nos seus próprios filhos. As famílias acabam estudando tanto que aprendem mais do que os próprios especialistas em superdotação no Brasil, e elas não são levadas a sério. Nós precisamos entender que, na educação, o engajamento familiar é de extrema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância. Por que não ouvir essa família, não lhe dar essa voz ativa, e, sobretudo, ao aluno, que é o protagonista da educação?

Só uma coisinha, Senadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. VANESSA PAVANI MELLO – Não, não vou seguir tudo, não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. VANESSA PAVANI MELLO – Como nos lembra a canção, a verdadeira essência não está no que se pode produzir ou demonstrar. Sua raridade não está naquilo que você possui ou que sabe fazer, isso é mistério de Deus com você.

Acolher a superdotação é, em última análise, acolher esse mistério; é entender que o valor de uma pessoa não reside em seu talento ou em sua produção, mas em sua própria existência; é um chamado para que o Brasil, em vez de tentar decifrar ou enquadrar essa raridade em áreas de talento, porque nós não podemos fragmentar esse ser humano, simplesmente aprenda a respeitar e permitir que esse ser humano se desenvolva, que essa criança, esse adolescente seja um adulto bem resolvido, com bem-estar e não com dificuldades.

Agradeço essa oportunidade e espero que, realmente, essa voz do Brasil, da superdotação, seja ouvida.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! (*Palmas.*)

Como eu gostaria de ter duas horas para ouvir a mãe. Falou por todas as mães do Brasil.

Obrigada, Vanessa. Obrigada, obrigada, obrigada.

Nós vamos ouvir agora o Deputado e, enquanto o Deputado fala, eu vou pedir que esta mesa seja desfeita, com muito silêncio, por favor, e já venham para a mesa, rapidamente, Lucilene Barbosa Gomes, Aline Machado de Moraes e Gabriel Santos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Deputado vai falar, e eu vou pedir aos próximos oradores que a gente, realmente, fique nos dez minutos, por quê? Para a minha vergonha... Prestem atenção no que eu vou falar: para a minha vergonha, no outro Plenário, os Deputados estão se pegando de soco. Que bom que a nossa secretaria colocou a nossa audiência do outro lado do corredor, porque nossas crianças aqui estariam assustadas agora. Eu me envergonho de um Parlamento cujos membros estejam agindo dessa forma – eu me envergonho. Nós aqui lidando com assuntos tão delicados e os Parlamentares com questões políticas, ali na outra sala, se pegando de soco.

Fica registrada aqui a minha indignação e, decerto, de todas as mães que estão aqui, que lutam pelos seus filhos e têm que se deparar com um Parlamento que se pega de soco. Que bom que o senhor está aqui, Deputado Pollon.

Eu vou passar a palavra para ele.

Deputado Pollon, gente. (*Palmas.*)

Ele é um Parlamentar que teve a coragem de dizer, desde o primeiro momento em que chegou ao Parlamento, que tem autismo. Ele é um Parlamentar autista, mas também superdotado.

Deputado, que bom que o senhor está aqui com a gente.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O senhor tem a sua fala.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS. Para expor.) – Bom, primeiro, Senadora Damares, mais uma vez, parabéns. Eu queria ter chegado mais cedo, mas, enfim, a senhora sabe por que eu me atrasei. Não vou... (*Risos.*)

Eu vou tentar ser bem breve. Talvez por conta da dupla excepcionalidade, eu tenha uma afeição muito direta à regra, eu me travo muito. Então, para mim, um minuto é um minuto, dois minutos são dois minutos, três minutos são três minutos, dez minutos são dez minutos, nem um segundo a mais. Então, eu já peço desculpa a todo mundo que falou antes de mim porque, veja, eu não vou ter tempo de modular o que eu vou falar, eu não quero ofender vocês, eu não quero ser grosseiro, eu só quero me ater ao tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O pessoal chama de "sincericídio", põe alguns apelidos, mas, se eu ficar criando uma camada de proteção para vocês, para vocês entenderem o que eu vou falar, eu vou precisar de umas duas horas porque não é confortável – não é confortável.

Nós temos no Brasil o fenômeno da "lei de papel", igual a Doutora falou: "Ah, tem a legislação e não funciona". É claro que não funciona. É extremamente bonito o PowerPoint, cheio de casinha, colorido... Não funciona!

A senhora falou que os centros mais críticos são no Sul e no Sudeste. No Centro-Oeste e no Norte tem escola sem banheiro – sem banheiro. E a gente não trata a coisa a sério.

Eu vou falar uma coisa para vocês: a única esperança que eu tenho em relação a essa demanda é em relação à Senadora Damares, porque ela faz com o coração sincero, porque 90% das pessoas que se envolvem é por conta de holofote, inclusive no setor.

Então, nós precisamos começar a pensar simplesmente, em vez de "ah, vamos dar o direito 'disso', vamos dar o direito 'àquilo'"... De onde vem o dinheiro? Como vamos executar? É uma irresponsabilidade a gente se reunir na Comissão das pessoas com necessidades especiais e ficar: "Não, vamos dar o direito 'disso', vamos dar o direito 'àquilo', vamos dar o direito 'àquilo'"... É lógico que, se eu pudesse, se eu tivesse o poder de Deus, eu saía "pá", direito, direito, direito... Porque daí a gente comemora a lei, e não executa.

Você quer ver uma boa? Ah, o laudo que reconhece o autismo não pode ser... Ele vale; você não tem que ficar renovando. Balela! Ninguém aceita. Ou o LOAS... Está todo mundo sem conseguir receber porque simplesmente o cara não aceita, ninguém aceita em canto nenhum, e ficam pedindo para renovar. Então, ou a gente pega e faz a coisa com responsabilidade para acontecer, ou não vai. Nós estamos discutindo aqui a viabilidade de oferecer no sistema público o que a iniciativa privada não consegue dar. Aquele modelo ali nem escola particular tem. E aí vai ser uma fantasia: a gente vai legislar, vai dizer que é obrigatório e tal; vai chegar lá, "ó, vamos comemorar", porque vai passar; e nós vamos ser reeleitos, porque conseguimos fazer passar; só que, chega lá na ponta, não acontece.

Reitero, não estou sendo grosseiro, não estou fazendo uma crítica a vocês. Estou propondo uma forma de perspectiva de olhar a coisa, porque o que mais me assusta é: o Estado não faz,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não leva a sério; a gente fica legislando e dando direito, dando direito, sendo que até papel higiênico tem escola que não tem, e a gente não se preocupa em cuidar disso; e proíbe os pais de buscarem uma alternativa – proíbe – com base no monstro do mito da socialização. "Ah, a socialização... A socialização...". (*Palmas.*)

Você não pode fazer *homeschooling* porque a socialização... Eu não consigo me socializar. No recreio, eu lia. (*Palmas.*)

Eu tenho um prejuízo muito grande na minha atividade parlamentar, porque política é feita em festinha. Eu não vou a festinha; eu estudo, eu trabalho, eu faço um trabalho técnico. Eu tenho uma dificuldade muito grande. Eu vou porque é o trabalho, só que tem hora que você precisa se autorregular.

E você não precisa ir tão longe para entender que o único direito que o neurodivergente tem no Brasil é o direito ao preconceito, porque os discursos são muito bonitos, mas a gente não tem acessibilidade e respeito nem nesta Casa. Os direitos que o Regimento me dá como pessoa autista a Casa não respeita. No ano passado, eu estava respondendo a um processo no Conselho de Ética... Eu avisei que estava passando mal, avisei que precisava me retirar, e várias vezes você via que eu saía e voltava, saía e voltava para me autorregular. E eles me levaram a um extremo em que eu tive um *shutdown*: minha pressão bateu 23, e eu desmaiei. São essas pessoas que vêm falar de respeito e não sei o quê.

Agora, nós precisamos pelo menos abordar o mínimo, porque, gente, convenhamos, o nome que escolheram para isso aqui é péssimo. "Ah, meu filho tem um problema: ele é superdotado". "Ah, você está reclamando de barriga cheia". Ah, eu tenho uma dificuldade muito grande em falar de superdotação, porque eu falo, não, eu tenho dupla excepcionalidade, porque se eu for explicar o que é, a pessoa acha: "Não, você é arrogante, você se acha mais inteligente que os outros". Mas não entende essas limitações.

Então a gente precisaria primeiro ter uma academia que estudasse isso de forma decente e encontrasse um nome razoável, porque a única coisa que esse nome traz é preconceito. Preconceito, julgamento, dificuldade de compreensão. E que permitisse minimamente que os pais pudessem dar um ensino adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você sabe por que foi que eu consegui me formar? Eu sou autodidata em tudo. Eu ia à escola, ficava olhando o professor e ficava desenhando. E dou graças a Deus que eu tenho dupla excepcionalidade, porque as minhas estereotipias compensaram meus problemas da superdotação, e a minha superdotação compensou a minha limitação do autismo. Cem por cento do que eu aprendi na vida foi como autodidata.

Seria muito mais proveitoso, muito melhor que pudesse ter sido oportunizado à minha família fazer *homeschooling*, onde eu poderia concentrar minhas atividades naquilo que eu consigo desenvolver com excelência. Mas não, eu tive que decorar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) – Não, tabuada é fácil. Eu tive que decorar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) – Não, Tabela Periódica é fácil também. Mas, por exemplo, as fórmulas complexas de matemática que eu nunca vou usar. Eu não tenho interesse. A minha área de aptidão é desenvolvimento com palavras e construção de leituras, enfim, e raciocínio lógico. E aí, eu tinha que fazer o quê? A vida inteira, eu tive que criar métodos para transformar as outras matérias em matérias que fossem iguais. Por exemplo, eu só consegui entender matemática no dia que um professor meu explicou que matemática é linguagem. Então, para mim, eu olho matemática como se fosse linguagem.

Veja, eu não estou criticando vocês, eu não estou criticando o modo. Eu volto a dizer, eu estou fazendo meio que um desabafo, porque a Senadora Damares é a única pessoa que renova a minha esperança, porque ela olha isso com seriedade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) – Gente, não adianta a gente olhar para um cenário e buscar sempre o dever ser o mundo ideal, sem tratar do dia a dia. Eu volto a dizer, nem a iniciativa privada consegue oferecer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje nós temos um problema muito sério com a neurodivergência. Por quê? Ou fazem chacota de você, "ah, não, você não tem nada. Você é empresário, você é Deputado, você é professor, você tem isso, você não tem nada". Aí, quando você tem um problema, "não, é retardado". Tem colega no Parlamento que me chama de retardado. A imprensa faz chacota, "ah, ele vai usar a carta do autismo, amarelou na Comissão". Eu simplesmente apaguei. Eu fiquei até o quanto eu pude, porque eu estava ali com os outros dois colegas, sendo julgados comigo, no meu processo, em que foram 15 minutos, quando estou sozinho. E falei: "Não, beleza, Deus é que me julga, não são vocês". Agora, nesse outro, eu estava com dois colegas, poderiam ser prejudicados se eu saísse dali. E aí, eu sofro um episódio, apago, literalmente apago. Levei um mês para restabelecer todas as minhas funções normais de comunicação, um pouco mais de um mês.

E o que é que eu vejo dos especialistas? Pessoas que ganham dinheiro vendendo curso, vendendo livro, bombando na internet, fazendo chacota, porque eu sou de direita. "Ah, não, ele está botando a culpa no autismo". Distorcem o que eu falo. Eu tive um evento que estava uma bagunça, eu simplesmente disse que por eu ser autista, eu pedi para alguém me ajudar e ficar do meu lado. E dei a informação para uma pessoa só, porque era uma situação de tumulto. Só que era uma situação de tumulto em que até os neurotípicos não compreenderiam o que estava acontecendo. Eu, simplesmente, tomei o cuidado de ter uma pessoa de suporte, porque sei da minha limitação, mas não é privilégio meu não ter entendido. Ninguém naquela situação compreenderia o que estava acontecendo, porque era uma muvuca, uma feira. E aí eu, simplesmente, quis defender o meu colega e falei: "Olha, ele não estava ali de alegre. Eu pedi para ele me ajudar." E aí os maiores especialistas em neurodivergência do Brasil sentaram a peia em mim, dizendo que eu estava alegando que eu não sabia o que estava fazendo lá, que eu não sei o que faço da vida, porque eu tenho dupla excepcionalidade.

Então, a gente tem que parar de ser hipócrita e, principalmente, tratar as pessoas com respeito, achar um jeito de esse negócio a que a gente chama de superdotação ter outro nome razoável para a gente, minimamente, poder conviver com isso, porque, se você falar "Eu tenho um problema. Eu sou mais inteligente que você", é assim que soa.

Então, que se chame, sei lá, de repolho, "Eu tenho repolho". É mais confortável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É extremamente complicado viver dentro desse negócio aí. Muitos conseguem sobreviver. Eu consegui sobreviver. Mas quantos não conseguem? Quantos não conseguem?

Quando eu voltei de Brasília, quando eu fui jantar...

Arruma... Dá um gole só. Água. Água, é.

Quando eu cheguei de Brasília no ano passado...

É só para eu tomar um gole de qualquer coisa. Obrigado. (*Pausa.*)

Quando eu cheguei de Brasília, a primeira coisa que minha mãe falou para mim foi: "Filho, para de se expor, porque as pessoas estão achando que você tem uma espécie de um retardo mental, que você é incapaz, que você não consegue desempenhar atividades".

Então, ou fazem chacota e não validam a sua condição, "Ah, não, é mentira; você comprou o laudo", que é o que a Câmara faz comigo, ou, simplesmente, te tratam com desrespeito, como se você fosse um retardado, um incapaz, uma pessoa que não tem capacidade mínima de... (*Pausa.*)

Não, não é convivência. É cognição.

Enfim, eu tenho, de fato, algumas limitações de comunicação, mas eu desenvolvi ferramentas para poder superá-las. Agora, eu acredito que uma preocupação que nós teríamos que ter, válida, é como buscar meios de minimamente essas pessoas serem tratadas com respeito. É muito pedir respeito? Porque a gente está tentando impor para a professora da ponta do Coxim, do Piraí, que é uma vila assim, que não tem nem asfalto na frente, que ela compreenda conceitos que esta Casa, esta aqui não, a outra Casa não compreende, os colegas não respeitam.

Então, eu acredito em, principalmente, a gente permitir que as famílias que queiram fazer o *homeschooling* possam fazê-lo, porque eu vou falar: na situação em que está o sistema educacional brasileiro para os neurotípicos virou uma máquina de moer carne. Imagina para nós! E aí a gente proíbe as famílias de poderem buscar uma alternativa, porque isso é proibir. O cenário hoje é esse, é proibitivo e não oferece nenhuma possibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou dizer para vocês: se eu fosse meu pai, com o conhecimento que tenho hoje, porque, naquela época, era frescura. Tudo era frescura. "Ah, ele é birrento, ele é fresco". Em todas as coisas que o menino falou que teve problema eu tive. Todas as coisas que você falou que seu filho teve eu tive. E aí como é que se resolvia naquela época, na década de 80? Com surra. Coordenação, surra – surra. Se eu estivesse na situação em que meu pai estava, eu tirava meu filho da escola. Falava: "Não, filho, fica em casa. Isso. Lê aí, estuda aí. Você se vira sozinho".

Para o senhor ter uma ideia, quando eu entrei no curso de Direito, no primeiro ano de Direito, eu tinha praticamente esgotado todas as matérias sozinho, lendo. Então, quando eu faço cursinho, alguma coisa, a aula para mim acho que é perda de tempo, porque lendo, sozinho, eu consigo ter, por causa do autismo, do nível de hiperfoco, e eu consigo me concentrar por várias horas.

Então, eu não quero tornar isso muito mais longo do que foi. Peço desculpa, porque eu só quero trazer vocês para a realidade, gente, porque tem gente literalmente morrendo por causa disso. Eu não estou exagerando. Então, não adianta a gente fazer um projeto mirabolante, que vai atender o mundo inteiro? "Olha, que maravilha e tal", e tudo vai ser com porcelanato, porque não vai. Então ou a gente tenta achar o mínimo razoável, ou criar pelo menos um por estado, ou sei lá, alguma coisa que funcione, que dê uma resposta, ou que pelo menos dê acesso ao diagnóstico, nem que seja por consulta virtual, mas que aconteça! Gente, não adianta a gente fazer um projeto: "Olha, eu vou fazer a Capela Sistina" – não vai! Não vai! E o mais frustrante é o seguinte: quando a gente vem aqui, como Parlamentar, leva isso para a sociedade e divulga isso aqui, vocês, saindo daqui, vão sair com o coração cheio de esperança. Querem um *spoiler*? Não vai acontecer!

Então, gente, vocês me desculpem o desabafo. Mas ou a gente começa a se preocupar com a realidade, com a possibilidade de fazer algo que efetivamente aconteça, que tenha previsão de custo, e que possa efetivamente mudar a vida das pessoas, com algo muito simples: as famílias podem educar em casa. Eu não estou dizendo que é só isso, mas é uma possibilidade. É igual o problema da legítima defesa. O Estado não vai te defender; então permita que o cidadão possa tentar.

Eu agradeço a vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu gabinete está à inteira disposição de vocês. Para tudo o que for proposta séria, eu estou à disposição. Talvez eu não consiga me manter na política, porque eu não divulgo. Eu busco resolver, principalmente coisas mais delicadas. Tem várias situações. Por exemplo, do pessoal que estava preso e eu dei suporte nem minha mulher sabe. Às crianças que foram tiradas dos pais, no Rio Grande do Sul, eu estou com advogado há mais de dois meses, dando suporte lá na cidade, e eu não divulgo, porque, muitas vezes...

Vocês não tenham medo de se expor, porque eu não vou divulgar vocês. Mas eu quero tentar, nessa passagem que eu tiver aqui, resolver problemas de verdade. Nós não vamos fazer um eslaide bonito, nós não vamos fazer um vídeo superlegal, mas vamos tentar resolver, o que seja de uma pessoa, tá?

Deus abençoe vocês!

Damares, obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau!

Deputado, eu fico imaginando quantos milhares de pessoas se viram representadas pelo senhor hoje, porque, se o Parlamento não está pronto para receber um superdotado, uma pessoa de altas habilidades, uma pessoa com autismo, nenhum outro lugar do Brasil está, gente. Se ele sente isolamento social dentro do Parlamento, que é a Casa do diálogo, do debate, imagine o que sente este menino, a Marjorie, os outros, o seu filho, a sua família.

Deputado, obrigada por ter aberto o coração.

E eu desejo...

O povo que te elegeu sabia quem o senhor era e o povo que te elegeu sabia exatamente o que o senhor ia fazer. Os preconceituosos que não te elegeram estão te criticando, mas o povo do seu Estado, do Mato Grosso do Sul, sabia quem era o advogado Pollon, com todas as suas habilidades e com todas as suas dificuldades. Este povo te queria aqui no Parlamento e a gente te quer muitos anos no Parlamento. E a gente quer outros pollons no Parlamento, para quebrar paradigma. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Deputado, por ter gastado um tempo precioso do senhor – sei que está uma confusão lá na Casa também, na sua Casa Legislativa –, para compartilhar com essas famílias de coração. A gente não viu um Parlamentar falar, a gente viu uma pessoa que encontra dificuldades no lugar em que está inserido, tão somente por ter altas habilidades e por ter autismo. Obrigada, Deputado.

Na sequência, vamos ouvir agora o Sérgio Eduardo Lima Prudente, representante do Ministério dos Direitos Humanos, de forma *online*.

Sérgio, eu estou com dificuldade de horário, quero que os próximos ajudem a gente a se manter realmente nos dez minutos, porque estão precisando do meu voto lá na outra reunião e eu preciso ir correndo para lá daqui a pouco. Obrigada, Sérgio.

O SR. SÉRGIO EDUARDO LIMA PRUDENTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora. Está dando para me ouvir?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, muito bem, Sérgio, muito bem.

O SR. SÉRGIO EDUARDO LIMA PRUDENTE (*Por videoconferência*.) – Tá, prometo que eu vou ser breve.

Bom, primeiro, me autodescrevendo: sou um homem branco; já com uma barba grisalha; estou com óculos com armação escura, quase preta; vestindo um terno cinza, uma camisa preta; ao meu fundo, tenho uma estante de livros. Eu sou Sérgio Prudente, estou representando a SNDPD (Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), hoje, com a Secretária Isadora Nascimento.

Eu queria ressaltar a competência da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – que é um órgão específico do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania –, que é coordenar as políticas para pessoas com deficiência. Nessa gestão do atual Governo, a gente executa o Plano Novo Viver Sem Limite, que é um plano nacional dos direitos da pessoa com deficiência, instituído por um decreto de 2023, que é um compromisso do Governo Federal com as pessoas com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na nossa secretaria, a gente tem uma clareza da deficiência como uma multiplicidade de dimensões e fatores que vão desde origem socioeconômica, cultural, familiar, individual e institucional. Pessoas com altas habilidades não são necessariamente pessoas com deficiência. No entanto, a gente tem aí uma convergência de alguns problemas que são comuns com os que as pessoas com deficiência sofrem, e isso merece todo respeito e toda a atenção na produção de políticas públicas e garantias de direito.

Atualmente, a gente tem como diretriz principal a LBI (Lei Brasileira de Inclusão), a Lei 13.146, que foi promulgada em 2015, assinada pela Presidenta Dilma Rousseff, e ela define deficiência como essa pessoa "que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas".

Nesse sentido, pessoas com altas habilidades ou superdotação não se enquadram nessa definição "com deficiência", por isso que elas são um público-alvo da educação especial.

No entanto, nessa mesma lei, na LBI, a gente tem o art. 28, que garante o direito à educação especial e ao atendimento educacional especializado, dentro desse arco aí que inclui também pessoas com transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades, superdotação e as deficiências de maneira geral. Isso significa que, embora altas habilidades não seja uma deficiência, a pessoa com superdotação é reconhecida como público da educação especial e tem direito garantido a suportes educacionais específicos, como enriquecimento curricular e aceleração de estudos.

No Plano Novo Viver Sem Limite, a gente opera com uma concepção ampliada de deficiência, e isso vai de encontro a uma ruptura de paradigmas biomédicos e assistencialistas que fundamentam toda a história desse campo. Então, a questão é promover princípios de individualidade e interdependência, dos direitos humanos, da inclusão e da justiça social, no sentido de equiparar oportunidades.

Aqui a gente precisa fazer um certo esclarecimento: a SNDPD não executa o PNE, o Plano Nacional de Educação, isso é uma política do Ministério da Educação – o PNE que a gente entra em um ciclo agora de 2024 a 2034, se eu não me engano, posso estar errado na data. No entanto, a SNDPD atua de forma transversal e articulada, ou seja, é um órgão de garantia de direitos. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incide sobre a implementação da política e isso toca na questão da inclusão e não discriminação. A gente sabe que a pessoa com deficiência é a população com os piores indicadores socioeconômicos no Brasil, estão entre as famílias que mais sofrem com insegurança alimentar, com questões relacionadas à renda. Isso contempla também uma carga, uma sobrecarga, eu diria que uma dupla sobrecarga, principalmente em relação às mães, que têm um alto índice de abandono pelos maridos, que têm um alto índice de suicídio, por exemplo. Ou seja, uma sucessiva violação de direitos humanos, de uma situação que se arrasta historicamente, depende de uma mudança cultural também, e sofre esses impactos de discriminação trivial do dia a dia, que também são extremamente violentos – eu falo trivial pelo sentido comum.

O cenário das altas habilidades apresenta uma questão que é complexa. Então, a gente tem primeiro uma invisibilidade – como os relatos aqui hoje, todas as falas, de certa forma, trouxeram isso –, mas uma invisibilidade que também tem essa sobrecarga em regiões e populações vulneráveis socioeconomicamente. Populações negras, indígenas, quilombolas, contextos de pobreza. E há uma outra questão, que é o capacitismo. O capacitismo contra pessoas com altas habilidades, que eu acho que também foi um ponto aqui que foi bem colocado por todos.

Então, a gente tem aí – como eu posso dizer? – um processo de invisibilidade que demanda estratégias de ensino e atendimento institucional especializados, e isso entra em uma questão de garantia de direitos. Ou seja: eu acho que o papel desta audiência hoje, além de visibilizar e tematizar – e eu acho isso absolutamente importante, porque é preciso manter isso visível –, é um papel, também, que ajuda, e ajuda em termos de cobrança, a garantia de direitos, a cobrança por garantia de direitos. Isso produz as transformações, ou seja, o movimento institucional que é necessário para atender às demandas. A gente sabe que o movimento institucional tem um tempo próprio, ele não é imediato. E nesse sentido, de fato, acho que o papel dessa audiência é tornar isso, tornar esse movimento mais acelerado.

Bom, concluindo, dentro do que está ali, do que a gente pode contribuir nessa pauta, a gente tem esse aspecto transversal que pode contribuir a partir do Plano Novo Viver Sem Limite, como por exemplo a participação em espaços de controle social, propondo ações e revisões, denunciando descumprimento de direitos e ajudando a ocupar esses lugares de direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mais, é isso.

Eu agradeço a participação e fico à disposição.

Mais uma vez, cumprimento a mesa e a Senadora. Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Boa tarde, Sérgio.

Agradecemos a participação do Ministério dos Direitos Humanos.

Na sequência, nós vamos ouvir Gabriel Santos, um menino superdotado que está à mesa com a gente.

Gabriel, seja bem-vindo.

O SR. GABRIEL SANTOS (Para expor.) – Um presente aqui para você.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, ele trouxe um presente para mim! Obrigada, Gabriel!

Deixa eu abrir o presente que o Gabriel trouxe para mim.

Gente, a nossa crocheteira também está aqui hoje de novo, é? Fez crochê hoje, fez?

Olha! Obrigada, Gabriel!

O SR. GABRIEL SANTOS – É uma honra você vestir a camisa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É uma honra eu vestir a camisa! Meu Deus! (*Palmas.*)

Eu vou vestir a camisa, tá bom?

Pronto, ele me desafiou, eu vou vestir. Pronto!

Olha a minha crocheteira, gente! Vem cá, crocheteira!

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Olha, Belinha!

Obrigada! (*Palmas.*)

Olha o que ela trouxe para mim, gente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Filé? Obrigada! Obrigada, viu? Você é muito linda!

Ela esteve na outra audiência e está hoje com a gente.

Obrigada! Você está representando muitas crianças do Brasil, viu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada. Linda! Obrigada, Belinha! Senta lá. Obrigada.

Pronto, vesti sua camisa. Agora, pode falar, Gabriel.

O SR. GABRIEL SANTOS – Queria agradecer a todos e todas. Uma boa tarde.

Meu nome é Gabriel. Eu sou branco, estou vestindo uma blusa verde neon. Eu tenho cabelo loiro e gosto de jogar bola e fazer atividades esportivas junto com os meus amigos.

É uma honra estar aqui no Senado para falar sobre direitos e políticas públicas sobre crianças superdotadas ou 2D. Eu agradeço muito aos meus pais e ao Senhor por ter me dado uma oportunidade de estar aqui no Senado. E agradeço de novo a todas e todos que estão aqui e à Senadora Damares.

Ser superdotado não é tão fácil quanto parece. A gente nem sempre consegue fazer tudo o que a gente quer. Os professores demandam demais, e as atividades às vezes são difíceis. Então, também é meio difícil colaborar.

Ter amigos também é difícil. É como um pássaro que voa bem alto para explorar outros céus. Só que, como o sistema corta nossas asas, nos aprisiona em jaulas e até nos machuca, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos de direitos e políticas públicas necessárias para nos proteger, e implementar políticas que não façam a nós superdotados parecer tão transparentes e abaixo. Porque nós superdotados somos usados como trabalho. A gente parece como uma máquina, um ChatGPT, que a gente sabe de tudo, e a gente não sabe; a gente só aprende com facilidade. E muita gente acha isso porque a gente sabe um pouco acima da média, a gente gosta de coisas que uma criança comum não gosta. Então, assim... É meio difícil de entender.

E, como eu ia falar, o sistema não é uma democracia. Muita gente acha que é uma democracia, e a gente precisa mudar isso. A gente precisa implementar mais políticas públicas, proibir vários direitos que não são... Tipo, vamos delegar... Que não beneficiam as pessoas. Acabar com o *bullying*, racismo... E dar mais direitos que o povo elege. Não a corrupção, não o sistema controlando a gente, fazendo com que nós sejamos marionetes. Que a gente tenha voz nesse Governo. Que muitas pessoas consigam eleger presidentes, bons Deputados, Senadores. Que todos tenham direito de se expressar, de falar e protestar.

Eu não sou a favor de ninguém, mas eu admito que gosto muito de uma sociedade feliz e justa, porque é isso que todos merecem. E ninguém merece ficar sozinho.

Mas, assim, minha fala vai ser bem curta. Muito obrigado aos meus amigos. (*Palmas.*)

Muito obrigado, Senadora Damares, pela...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Gabriel. Obrigada.

Gabriel disse que o sistema corta as asas deles.

Vamos ouvir Aline Machado de Moraes.

Que vergonha do sistema, Gabriel.

Aline Machado de Moraes é assistente social e especialista em política da infância, adolescência e juventude.

A SRA. ALINE MACHADO DE MORAES DOS SANTOS (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas, famílias AHSD/2e do DF, de todo o Brasil e até de fora do Brasil que nos assistem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero iniciar aqui minha fala primeiramente agradecendo a Deus, porque se não fosse por ele, eu jamais estaria aqui, agradecendo à minha família, principalmente minha mãe, o Júnior, meu pai, que está lá no Rio assistindo, minha irmã, enfim, meus sogros, porque a família é a base, não é?

Quero agradecer ao Gabriel, que é o motivo de a minha vida ter dado uma volta de 360º indo e vindo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gabriel é seu filho?

A SRA. ALINE MACHADO DE MORAES DOS SANTOS – É meu filho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, Gabriel é filho de Aline.

A SRA. ALINE MACHADO DE MORAES DOS SANTOS – Sim.

Gente, a Senadora falou que eu tenho dez minutos. Eu tenho quase uma hora aqui para falar, mas vou tentar ser breve. Eu não sou de escrever, trazer as coisas escritas. Hoje uma grande amiga lá de Natal, que é uma mãe que está no grupo, a Andreia, me mandou uma mensagem de manhã, uma oração muito bonita e ela falou cor, coração, cor e ação. E ela falou que me enxerga muito como uma ação. E era algo que Deus tinha colocado no meu coração para falar aqui.

Bem, eu sou mãe do Gabriel, uma criança superdotada de 11 anos de idade, que aos sete anos, já tinha passado por sete escolas. E durante todo esse percurso, eu vou tentar resumir ao máximo, foi um percurso de muita luta, de muita dor, de muito sofrimento.

Enquanto profissional, como a senhora me apresentou, eu sou formada em...

Gente, agradeço à Senadora, porque minha cabeça está a mil, tem que ser dez minutos. Agradeço à Senadora pela oportunidade que está nos dando, de estar aqui trazendo um tema tão importante e tão negligenciado.

Agradeço a cada um que participou da mesa, tanto no dia 23 como hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, sete anos, sete escolas. Dessas sete escolas, muitas lutas, muitas dores, muitas frustrações. E em uma dessas últimas escolas, porque eu não posso especificar muito, porque... Enfim, o Gabriel sofreu uma violência física por parte da diretora da escola. Eu falo isso aqui, porque ele me autorizou a falar.

E é como o Deputado que estava aqui muito bem falou, me tocou muito a fala dele, porque ele vive a realidade. E quando a gente pensa assim, ah, eu vou me expor. Eu tenho aprendido muito sobre isso. Eu poderia estar lá na minha caverna, no meu mundinho, mas quando a gente se expõe, muitas vezes, a gente traz luz a algo que está escuro. A gente traz vida para muitas pessoas que estão até morrendo.

Então eu tenho transformado essas minhas dores em pérolas, em algo para que possam outras pessoas ter coragem de ser quem são. Porque a gente, muitas vezes, ouve: "Eu devo falar para as pessoas que o meu filho é superdotado?" Claro que é algo muito individual, mas como as pessoas vão saber quem somos se nós não falarmos quem somos?

Aos sete anos, o Gabriel já tinha passado por sete escolas. Em uma dessas últimas escolas, ele sofreu agressão física por parte da diretora. Ele chegou para mim, depois desse episódio... Porque eu só fui saber um mês depois que isso tinha acontecido. Isso foi numa quinta, passou a sexta, o sábado, o domingo e a segunda. Na segunda, era dia dele ir para a escola, ele virou para mim e falou assim: "Mãe, Thomas Edison estudou com a mãe dele em casa. Eu posso estudar com você em casa?". Ali, eu vi muito mais do que o pedido de uma criança, eu vi um pedido de socorro, tipo assim: "Eu não aguento mais esse sistema que corta asas, que machuca asas".

Eu gostaria muito que a representante do MEC estivesse aqui para que ela também pudesse ver. Porque a lei... A gente já tem lei, a lei está aí discorrendo. A gente tem um arcabouço teórico, um arcabouço legal, mas cumprir essa lei... A gente não vê o cumprimento, a gente não vive o cumprimento da lei. Então, a lei diz mil coisas, mas o cumprimento não existe, não é vivenciado no dia a dia de quem realmente precisa.

O Gabriel, depois de ter passado por essa violência física na escola, vira para mim, Senadora Damares, e fala: "Mãe, Thomas Edison estudou com a mãe dele em casa. Eu posso estudar com você?". O Deputado falou sobre o *homeschooling*. Ali, então, eu vi muito mais do que um pedido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma criança, ou um pedido de ajuda, eu vi um pedido de socorro dizendo: "Eu não aguento mais esse sistema". Foram sete escolas.

Ali eu já tinha saído do trabalho, porque essa é uma coisa sobre a qual eu queria abrir um parêntese para falar. O que não aparece em relatório, o que não aparece em pesquisas, é esse maternar, esse maternar do superdotado, em que muitas mães, em que muitas mulheres, precisam abdicar de sua carreira. Tem um impacto financeiro dentro dos nossos lares e o Estado não nos garante uma identificação. "Ah, mas tem identificação". São 3 mil na fila. Eu não sei nem se existe, porque, para mim, é muito longe, eu nunca nem ouvi alguém aqui que chegou para mim e falou: "Eu fiz pela rede pública". Tem as identificações da sala de recursos, mas, como foi falado aqui, é com um viés muito do que a criança demonstra, do que a criança faz, e não realmente do que a criança é. Então, acaba que muitas crianças até ficam fora da sala por conta dessa *performance*.

Eu tive que sair do meu trabalho como assistente social. Eu atuei dez anos, aqui em Brasília, num programa incrível chamado Projeto ViraVida, do Sesi, que é um programa que atende adolescentes e jovens vítimas de abuso sexual. Eu fui assistente social lá por dez anos e tive que abrir mão porque as escolas me ligavam dia sim, outro também.

E aí, eu já estava em casa com o Gabriel... Eu estou com muita informação e pouco tempo, então isso está me desorganizando mentalmente um pouco, mas eu vou tentar resumir. E aí, eu já estava em casa e acolhi meu filho. Falei: "Está bom, filho". Eu não sabia o que era *homeschooling*, eu não sabia o que fazer, nunca me passou, não foi uma escolha minha ou da minha família, o sistema me obrigou a levar meu filho para o *homeschooling*. E ali eu levei o Gabriel para o *homeschooling*.

A gente já tinha feito duas avaliações, estávamos indo para uma terceira avaliação, porque as escolas sempre destacavam que não era só superdotação. Algumas achavam que ele nem era superdotado, enfim. E aí, agora, em abril, vai fazer quatro anos que eu estou em *homeschooling* com o Gabriel – quatro anos.

Não. Na verdade, isso não é um fato de se comemorar, né? Isso é um fato de a gente repensar o modelo de educação que a gente tem. É um fato de a gente refletir sobre as asas que a gente tem cortado, as asas que a gente tem machucado e os passarinhos que estão presos nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gaiolas, seja por falta de entendimento de quem eles são, seja por falta de vontade de se entender quem eles são.

E aqui eu estou falando porque tem mais de mil mães. Hoje o grupo de Brasília está com quase 1.030 mães. Eu recebo mensagem também do Brasil inteiro. A gente tem teoria, Senadora, a gente tem arcabouço teórico, arcabouço legal. A gente tem décadas e décadas de discussão sobre a teoria e sobre leis. Aí eu pergunto: a gente precisa continuar nas mesmas discussões de décadas e décadas atrás?

A gente precisa de prática, porque, enquanto ficamos discutindo o que é teoria, o que está na lei e o que não é cumprido, crianças estão tendo suas asas arrancadas, como aquele menino que falou aqui – qual o nome dele? –, o Eduardo. Tem centenas e milhares de Eduardos no Brasil. Eu me sinto ainda privilegiada, porque eu pude sair do trabalho, o meu marido, o Júnior – beijo, amor –, que é um pai presente, um pai exemplar, um pai maravilhoso, nos dá todo o suporte, mas, como a senhora bem colocou, quantas mães solo não têm essa oportunidade? Quantas crianças não têm oportunidade de ter a mãe que ouve o filho pedir para não frequentar a escola e acolhê-lo? E essas crianças continuam, permanecendo num sistema, tendo suas asas arrancadas. E isso adoece a criança, adoece a família, adoece todo o núcleo.

Então, eu peço que a gente passe a olhar para essas crianças a partir de quem elas são, não do que elas podem fazer, não do que elas podem performar. Elas podem fazer, elas podem performar, elas são brilhantes, elas são gigantes, mas para isso elas precisam ser acolhidas. Elas precisam ser compreendidas. Elas precisam ser assistidas.

Gente, avaliação. Tanto se fala sobre avaliação... Eu fiz três. A avaliação é importante, mas a avaliação sem atendimento não serve para nada. Ela vira um papel na sua mão.

(*Soa a campainha.*) (*Palmas.*)

A SRA. ALINE MACHADO DE MORAES DOS SANTOS – Só mais um pouco.

A avaliação sem prática, sem atendimento... A escola pega aquele monte de termos técnicos, aquele monte de testes e a escola não sabe o que fazer.

E a minha crítica aqui não é só... A gente tem muitos professores bons – graças a Deus! Eu tive uma fobia escolar. Depois disso que aconteceu com o Gabriel, eu não conseguia entrar em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escola, mas, graças a Deus, Deus me curou dessa fobia. Eu fui ressignificando muitas coisas. Eu já consegui visitar algumas escolas. Eu estou em processo de retorno do Gabriel para o sistema escolar agora. Inclusive, eu estive numa escola aqui em Brasília, que foi o Mackenzie Brasília, que me tratou muito bem, que fez um processo muito respeitoso e me indicou uma escola com um pouco mais de liberdade para o Gabriel. Agora, eu estou conversando com a Maria Clara, do Eleva, que também tem sido muito respeitosa. Então, isso está me dando esperança de ver que pelo menos as pessoas estão tentando compreender quem essas crianças são. Em alguns anos atrás, a gente nem isso tinha. Então eu digo aqui: do que a gente precisa hoje, Senadora? A gente precisa principalmente ouvir o superdotado e práticas. Essas discussões teóricas já são de 1970, que discutem a teoria, a teoria... Outra questão: avaliação sem prática é um papel. Ela vai dizer que a criança é superdotada, vai falar sobre o funcionamento dela – o.k., é importante –, mas é sem professores capacitados, sem escolas preparadas, sem profissionais no âmbito da saúde, no âmbito da assistência social, porque o superdotado é um sujeito. E ele é um sujeito integral, ele não é só a cognição; ele é cognição; ele é emoção; ele é comunidade; ele é família; ele é um todo; ele não é ramificado. Então, não são só as escolas. A gente também tem que parar de culpabilizar as escolas, porque as escolas, também, muitas delas não sabem fazer, porque não tem ninguém para fazer. Cadê esses especialistas que tanto dizem que sabem e que sabem? Gente, comecem a capacitar! Comecem a fazer, porque a gente precisa de práticas, nossas crianças não aguentam mais sofrer! Enquanto ficam essas discussões, essas teorias, essas discussões e esses discursos...

Eu queria muito que a profissional do MEC estivesse aqui; eu queria muito que a profissional da assistência social estivesse aqui; que a profissional de saúde mental estivesse aqui, por quê? Porque os discursos que a gente ouve não condizem com as práticas. A prática tem que andar junto com a teoria, porque, na prática, são crianças como o Eduardo, em depressão. Eu não esperei o meu filho chegar a ter depressão, mas eu não sei o contexto que a família do Eduardo vivenciou, porque, muitas vezes, a mãe não tem condições de acolher o seu filho, porque ela não é acolhida também, sabem? Quem cuida de quem cuida, Damares? Quem cuida da mãe do Eduardo? Quem cuida de mim? Eu louvo a Deus, porque Deus colocou pessoas na minha vida para me ajudar, como a Dra. Manuela Lins, aqui de Brasília; a Deise Boëchat, que também me ajuda, porque são pessoas que me ajudam muito. São pessoas do bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu quero aqui enfatizar: traga para essa mesa, Senadora, quem faz. Traga para essa mesa quem está fazendo acontecer. Não podemos permitir crianças em depressão. (*Palmas.*)

A gente está preso a discursos do ano de 1970. A gente está no diálogo – no diálogo. Enquanto está em diálogo, as crianças estão em depressão, as famílias estão se arrebentando toda. A gente sai do emprego, só que o SUS – o governo, o Estado – não nos garante nada gratuito, tudo a gente tem que pagar.

E aí eu trouxe umas fotos, que quero passar muito rapidamente, porque eu, particularmente, cansei de esperar e falei assim: Bem, a gente precisa fazer.

Isso aí é na UnB. É a Flávia do MGO, uma querida, uma parceira, gratuito. Ou as nossas atividades são gratuitas, que é a do Grupo Famílias AHSD/2e DF, de Brasília. Tudo começou quando eu levei meu filho para o *homeschooling*. Então eu fazia tudo com ele e para ele. Só que eu percebi que era egoísmo, porque eu via a mãe do Marcel, a mãe do David e do Lucas, a mãe da Belinha, a Raquel, a Joana, a Maria, a Carla, e tantas outras que poderiam também fazer. E são mães incríveis, potentes. Eu nunca faria o que eu faço sem vocês. As mães do grupo de Brasília, as famílias de Brasília têm influenciado o Brasil, Damares. Eu recebo centenas de mensagens do Brasil: "Vocês querem oferecer consultoria", não é, amiga?! (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ALINE MACHADO DE MORAES DOS SANTOS – Até a Europa, é verdade!

Então, assim, gente, a potência está nas famílias. Ninguém vai conhecer mais o seu filho do que você. Quatro anos em casa me ensinou a maneira que o meu filho aprende, como ele aprende, do que ele precisa. Não romantizo. Tenho os meus desafios, que são inúmeros. Tenho os meus bastidores, que não mostro na internet. Porém ali, as fotos: é possível fazer.

A gente está fazendo – e isso eu não falo com orgulho – o que o Estado não está fazendo, e mostrando que é possível fazer. A gente tem muita coisa gratuita, de qualidade, mas precisa articular. E muitas famílias estão adoecidas, cansadas ou não têm informações. E outras, em lugares que também essas políticas não chegam, onde não tem universidade. Então, olhar o Brasil não é olhar Brasília, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Professor Igor ali, da UnB, aceitou o projeto de matemática que ele faz com as crianças superdotadas. Fomos lá bater na porta, abriu a oportunidade, e atende as nossas crianças. (*Palmas.*)

Então, é possível. E por que não fazem? Essa é a minha pergunta. É possível. Por que não oferecem? Por que ficamos em discursos? Se temos tantos especialistas, PhD, Doutoras que eu respeito, que eu admiro, que têm uma trajetória, por que vocês não estão na prática? Por que não estão capacitando? Por que não estão fazendo algo por quem está precisando? É porque, quando a criança desregula, a gente não vai pegar o livro de 1900. Não, a gente precisa saber. E muitos professores não fazem porque não sabem. A gente precisa capacitar esses profissionais.

Aí são famílias. Está ali a Gleice, o Marcel, o pai do Marcel, que é Doutor em engenharia. As famílias podem fazer, podem ajudar a construir esse plano de trabalho, podem ajudar a construir política pública.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALINE MACHADO DE MORAES DOS SANTOS – E por último eu queria dizer que, no Brasil, nós temos pessoas muito incríveis atuando nas altas habilidades, e que não são tão famosas. Eu quero deixar aqui o convite para a senhora trazer a Francine, que é uma profissional maravilhosa, dupla condição, autista e superdotada, doutoranda na área e que tem contribuído muito. Eu queria muito ver a Francine aqui; o Prof. Caloi, que é um professor que vai passar aí. Esse professor, Professor Caloi. Pensa num profissional que desenvolve as metodologias que ele aplica! Ele faz um trabalho incrível que ninguém vê. São esses profissionais que têm que estar aqui – sabe, Senadora? – também! São pessoas que estão fazendo acontecer, tá?

Dra. Raphaella, lá da – eu até anotei aqui – UFPA, faz um trabalho incrível de capacitação de professores. Então, a gente tem muita gente legal, sabe? Eu aproveito aqui para agradecer também a Dra. Camilla Nicolucci, que me ajudou em um momento muito difícil; a Dra. Ellen, Neuropediatra de Brasília, também.

Enfim, gente, é isso. Eu tenho muita coisa para falar – minha cabeça está a mil aqui –, mas eu espero ter passado a mensagem que é: teoria tem que andar com a prática. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Beleza, Aline.

Parabéns, famílias! Parabéns por estarem se organizando.

Eu só quero registrar que está com a gente aqui o Prof. Igor. Professor, eu queria tanto te conhecer! Ele é Doutor em Matemática, responsável por validar a fórmula Kessler. Kessler é aquele menininho que esteve com a gente semana passada, que criou a fórmula. Rafael Kessler, superdotado, que participou da audiência naquela segunda-feira passada.

Está aqui a Dra. Ketlen Brito, Vice-Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Altas Habilidades, Superdotação e Dupla Excepcionalidade da OAB/DF, a primeira Comissão do gênero no Brasil.

César Achkar, Movimento PcD e Raros, grande parceiro.

Iara dos Santos Miranda, Instituto Raises. Obrigada, Iara, por estar de novo.

Dra. Olzeni Ribeiro, fundadora e Diretora do Instituto Neurodesenvolvimento.

Carla Brolezzi, que ficou desde segunda-feira. Veio do Rio, ficou para a segunda audiência. Obrigada, Carla, fundadora e Coordenadora Nacional de Superdotação no Mapa. Aprendi tanto com você, Carla!

Bárbara Kussler, advogada membro de Superdotação no Mapa.

Professora Sheyla Cristina Alves Pires, Escola Classe Café sem Troco. Essa Diretora não perde uma.

E Luciana Mendina, Associação Inclusiva, Presidente.

Vamos para a nossa última fala. Vai falar uma gestora – coitada, ficou por último depois de tanta crítica –, Lucilene Barbosa Gomes, Gerente de Atendimentos Pedagógicos em Deficiências Sensoriais e Surdez em Altas Habilidades/Superdotação da Subsecretaria de Educação Inclusiva Integral do GDF.

Lucilene, antes de você falar, tem muita mãe me perguntando. Está aqui nos grupos fervendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lucilene está aqui porque a Secretaria dela reúne as deficiências e as altas habilidades, então está justificado, mas têm mães do Brasil inteiro perguntando: "Por que o Ministério de Direitos Humanos mandou a Secretaria da Pessoa com Deficiência falar aqui, e não a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos?" Eu também não entendi. O convite foi para o Ministério.

Até a Aline fofocou aqui no meu ouvido e disse: "É porque talvez é dessa forma que ainda nos veem, como pessoas com deficiência." Nada contra! Mas nós estamos falando de direitos nesta Comissão, então a gente vai conversar com o Ministério depois sobre esse mal-entendido, mas a Lucilene está aqui porque a Subsecretaria dela também é a que cuida das altas habilidades.

Lucilene, obrigada por estar conosco e agradece a Secretária por ter te mandado, tá?

A SRA. LUCILENE BARBOSA GOMES (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia a todos; bom dia, Senadora Damares – boa tarde já, né, gente? –, mas, como não almoçamos, bom dia a todos.

Cumprimento a todos os presentes, os especialistas, os institutos que estão aqui, as famílias, as crianças, as itinerantes do atendimento. Temos duas itinerantes presentes ali, do Plano Piloto, a Claudia e a Ananda.

Eu sou Lucilene, sou gestora, sou gerente na nossa gerência, a GDSAH, e estou aqui falando em nome da Subsecretaria de Educação Integral e Inclusiva da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Um abraço à nossa Subsecretária Vera, que confiou em mim neste momento, à Dulce Alves, que é a nossa Chefe de unidade, e à Jane Carrijo, que é a nossa Diretora.

Esses dois dias foram intensos de audiências públicas, muitos debates importantes. No dia 23 eu assisti lá da sede mesmo da secretaria, e acolho todas as falas que foram ditas aqui, angústias, alegrias, acolho todas elas.

E hoje a gente veio para apresentar qual é o atendimento que a gente tem hoje na Secretaria de Educação para os estudantes com comportamento sugestivo de altas habilidades/superdotação? O que acontece?

Já tem os eslaides? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe que o Brasil avançou em relação à legislação, mas ficou claro, tanto na audiência do dia 23 como hoje, que nós precisamos avançar para que todos esses avanços cheguem lá na escola, lá na ponta, onde o estudante está. E a gente sabe que isso é um desafio para todo o Brasil, mas hoje nós vamos falar especificamente de como acontece dentro da Secretaria de Educação no Distrito Federal.

Pode passar.

Como o Distrito Federal identifica o estudante com comportamento sugestivo de altas habilidades/superdotação? Nós adotamos a teoria dos três anéis de Joseph Renzulli. Há 50 anos esse atendimento é feito no Distrito Federal, e há 50 anos ele tem tido êxito em várias famílias e estudantes, e toda essa trajetória, ela nos mostra isso, tá?

O que seria a teoria dos três anéis? Ele tem uma intersecção... A Vanessa até falou sobre ele... Independentemente aqui de teorias, de quem é... "Eu escolho essa teoria ou essa teoria". A base teórica da Secretaria de Educação no atendimento aos estudantes com comportamento sugestivo de altas habilidades/superdotação é a de Renzulli.

Nós temos os três anéis, a intersecção dos três anéis, que fala sobre a criatividade, a capacidade acima da média e o envolvimento na tarefa. Só pegando uma fala do Gabriel, ele falou o seguinte: "Muitas vezes as pessoas acham que a gente que é superdotado tem que saber tudo e dar a resposta de tudo". E o Gabriel colocou isso de forma bem pontual que não é assim, isso é um mito em relação aos estudantes com altas habilidades.

Como funciona o fluxo de atendimento hoje? A indicação é feita pela família, pela escola ou pelo professor e, inclusive, pode ser feita pelo próprio aluno, preenchendo uma ficha de indicação de altas habilidades – que daqui a pouco eu vou mostrar para vocês. O aluno é encaminhado ao AEE, à sala de recursos. O itinerante fica responsável por esse encaminhamento do estudante. A avaliação é realizada pela equipe especializada, e é importante falar que essa avaliação é pedagógica. O nosso atendimento dentro da Secretaria de Educação é pedagógico. É bom a gente salientar isso. E, depois disso, de todo esse processo, é lançado nos nossos sistemas oficiais. Ali a gente tem a ficha de indicação, ela é disponibilizada no *site* para qualquer cidadão. No *site* da Secretaria de Educação, lá em "formulários" você encontra essa ficha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali, o familiar, o próprio aluno ou quem está indicando o estudante preenche essa ficha e a entrega para a coordenação regional de ensino mais próxima da sua residência, onde ele pretende ter o Atendimento Educacional Especializado, ou para o polo de altas habilidades e superdotação, dos quais, já, já, eu vou falar.

Pode passar.

Como acontece esse Atendimento Educacional Especializado? Ele acontece na sala de recurso específica. O estudante tem um atendimento uma vez por semana, de cinco horas-aula. Ali, ele vai aprofundar os conhecimentos que ele tem, as curiosidades que ele tem. Ele passa por esse processo de ensino-aprendizagem, suplementando e enriquecendo as atividades dele na área de interesse dele.

Então, hoje nós temos aí 50 anos de atendimento. O que nós temos hoje? Qual é o panorama que nós temos dentro do Atendimento Educacional Especializado na Secretaria de Educação? Nós temos o atendimento nas 14 regionais de ensino. Então, todas as regionais de ensino hoje, todas as RAs do Distrito Federal têm um atendimento educacional, em 30 instituições, em 30 escolas, e temos hoje 113 salas de recursos específicas.

Qual é o modelo de atendimento? O estudante passa por um período de observação, que vai de 4 a 16 encontros, que têm vários objetivos, entre eles o comportamento e o desempenho dele, os indícios de altas habilidades e superdotação e o mapeamento das áreas de interesse e potencial dele, porque muitas vezes o estudante tem as altas habilidades ou tem a superdotação, mas ele tem uma área de interesse, um foco maior em determinada área. Então, ali, ele vai mapear essas áreas de interesse.

Quem é que presta esse atendimento lá na sala de recurso específica? Nós temos profissionais especializados e habilitados na área. São profissionais capacitados que passaram por uma aptidão específica na área de altas habilidades e superdotação, que estão em formação continuada permanente. Inclusive, na UniEape nós temos o curso para altas habilidades e superdotação. Tivemos também uma parceria com a UnB no ano de 2024 e 2025, no atendimento educacional especializado em altas habilidades e superdotação aos professores das salas de recurso, itinerantes da área e outros afins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como funcionam as salas? Nós temos as salas de recursos de atividades, que vão atender a criança da educação infantil até o ensino fundamental I; na área acadêmica, ele vai ter a sala de recursos de códigos e linguagens, ciências da natureza, ciências humanas e matemática; e temos também na área de talentos, que é a sala de recursos de artes visuais.

Pode voltar só mais um aqui?

Isso.

Nós temos também, juntamente à intersecção daqueles três anéis que eu mostrei para vocês, o enriquecimento curricular, e são três tipos, Senadora, de enriquecimento curricular. Nós temos o primeiro, que é uma grande variedade de disciplinas, tópicos, questões, ocupação, *hobbies*, pessoas, lugares, que são contemplados dentro do currículo do ensino regular.

Temos a atividade de enriquecimento 2, que é o desenvolvimento de habilidades – o primeiro é exploração; o segundo, desenvolvimento de habilidades –, então, com materiais e técnicas instrucionais, para desenvolver níveis superiores aí de processos de pensamento – analisar, sintetizar e avaliar.

E temos as atividades de enriquecimento 3, que são as investigações de problemas reais: produção de novos conhecimentos, soluções de problemas, apresentação de produto. Inclusive, dentro dessa atividade de enriquecimento – mais à frente, eu vou mostrar para vocês algumas das nossas atividades exitosas –, a gente tem aí o Polo do Paranoá, que ganhou o projeto de inovação...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCILENE BARBOSA GOMES – ... do campeonato de robótica do Sesi.

Quais são as demandas? Temos demandas? Temos. Temos desafios, temos demandas em que precisamos avançar e que precisamos superar. Nós temos aí: nós precisamos ampliar o processo de identificação. Só que, em relação à ampliação do processo de identificação... Eu quero só frisar aqui, Senadora, que nós temos professores itinerantes na rede que fazem o atendimento aos estudantes, às famílias – a Coordenação Regional de Ensino é uma ponte entre todos esses personagens, e eles fazem visitas às escolas. Então, o estudante está matriculado, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um estudante da rede que está ali no atendimento. Eles visitam a escola e fazem ali formações para os professores, para eles compreenderem as necessidades específicas daquele estudante.

Deixe-me correr, porque já...

Então, há algumas ações exitosas que nós temos aí do atendimento educacional especializado – e eu coloquei até da secretaria. Nós temos a publicação da nota técnica, e eu a trouxe porque não é de conhecimento de todos. Ela, se não me engano, é de 2025 ou do finalzinho de 2024 – do finalzinho de 2024. Ela fala sobre avanço e aceleração escolar. Para quem tiver interesse, ela está no *site* da secretaria também.

Nós tivemos uma moção honrosa aos profissionais que atuam nas altas habilidades e superdotação no ano passado, porque são profissionais mesmo que têm feito um trabalho extraordinário. São equipes especializadas, equipes com formação que estão à frente desse trabalho.

E há parceria com o Sesi, de que eu falei, na robótica educacional, tecnologia e ciência. Tivemos uma equipe campeã no projeto de inovação do Paranoá.

E há a publicação da cartilha, que vai estar disponível no *site*. Essa cartilha foi publicada no ano passado também e foi lançada no dia da moção honrosa, que traz as especificidades e as necessidades da pessoa com altas habilidades e superdotação.

E ali eu trouxe um trabalho de um aluno do atendimento lá de Taguatinga, do Prof. Fábio Travassos. É impressionante, eu sou apaixonada. Ali é uma pintura a lápis de cor. Parece uma fotografia, não é, Senadora? Mas é uma pintura a lápis de cor, do Tiago Noronha. Esse daí é de um anuário, que tem obras de artes belíssimas. Eu escolhi essa do centro de Taguatinga. Para quem não conhece, ali nós temos o centro de Taguatinga, que, na época em que ele desenhou, estava em obras.

E é isso que nós temos. Nós sabemos que precisamos investir em estudantes com altas habilidades e superdotação, e investir nesses estudantes é investir no progresso do nosso país.

Obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Lucilene, você me encheu de orgulho, tá?

A SRA. LUCILENE BARBOSA GOMES (*Fora do microfone*.) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estamos tentando, estamos fazendo coisas no DF.

Eu só vou lhe pedir uma coisa, Lucilene: receba esses grupos aqui para uma conversa mais íntima com essas mães, com esses nossos grupos. Eu acho que seria interessante essa aproximação

A SRA. LUCILENE BARBOSA GOMES – Deixe-me só falar...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. LUCILENE BARBOSA GOMES – ... mais uma fala, Senadora, antes de concluir?

No dia 23 eu estava assistindo à audiência e uma fala que passou ali despercebida é sobre a demanda reprimida, que a gente sabe que existe a demanda reprimida, mas ela tem um fluxo. Como vocês viram, o atendimento não é um atendimento rápido e pontual, ele leva de 4 a 16 encontros para que aquele estudante seja avaliado pela equipe.

Em relação à publicização dessa lista, nós estamos já nas regras finais. O processo já está tramitando, estamos já fazendo as regras de negócio de como funcionar essa publicização da lista de espera ao atendimento educacional, e hoje o nosso atendimento é 90% para os estudantes da rede pública e 10% para a rede particular.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

A SRA. LUCILENE BARBOSA GOMES – Então, uma outra coisa que eu quero falar: as escolas particulares, todos esses movimentos têm que começar a se movimentar, porque as escolas particulares têm que assumir a sua responsabilidade em relação aos estudantes que elas têm. O atendimento ao estudante com altas habilidades é um compromisso social e as escolas particulares têm que se comprometer com esse compromisso com seus estudantes. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, gerente. Obrigada, Lucilene.

A SRA. ALINE MACHADO DE MORAES DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – Senadora, eu posso só...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim. Só um instantinho, Aline.

Chegaram muitas perguntas. O que nós vamos fazer por causa do horário hoje? Nós vamos encaminhar a vocês, expositores, por *e-mail*, vocês responderão para a gente, mas eu quero agradecer a participação de: Iuri, da Bahia; Iraí, de Minas Gerais; Nelijane, da Bahia; Joyce, do Rio de Janeiro; Raíssa, do Mato Grosso; Lívia, de Sergipe; Josiane, do Paraná; Lana, do Ceará; Cláudia, de São Paulo; Araney, do Distrito Federal; Luana, do Paraná; e Stainer, de Minas Gerais. O Brasil inteiro participando, mandando perguntas *online*.

Nós vamos encerrar. A Aline vai falar um minuto. Depois de Aline, atenção, TV Senado! A criança nesta Comissão é prioridade absoluta. Eles estão desde cedo aqui com cartazes. Então, eles vão vir aqui para a frente daqui a pouco. A TV Senado vai filmá-los – tá, TV Senado? –, e, enquanto eles estiverem com os cartazes, o Bruno – não, é o Lucas, né? –, Lucas Gomes vai ficar aqui do meu lado, que Lucas, gente, está pedindo, porque ele quer, aqui, agora, declamar uma poesia que ele escreveu.

Então, as crianças vão ficar aqui com cartaz com reivindicações – atenção, Senado Federal, são elas que vão pedir agora –, e aí o Lucas vai aqui, do meu lado, neste microfone, falar a poesia dele.

Aline, um minuto.

A SRA. ALINE MACHADO DE MORAES DOS SANTOS (Para expor.) – Está ouvindo aqui? (*Pausa.*)

Primeiro, eu queria dizer que esses cartazes... Foi uma oficina que nós fizemos falando sobre direitos e deveres. A Gleice, minha amiga, que é mestre em psicologia, eu assistente social, as nossas mães, junto com as crianças, elas tiveram a oportunidade de falar, de fala; não só de falar, mas de serem ouvidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aqui falar com a Lucilene – muito respeitosamente, Lucilene – que essa realidade não é o que condiz com o que a gente vive. As salas de recursos... O filho de uma amiga que está aqui, se ela quiser se manifestar, tem cinco anos na espera. A gente não tem transparência nessas filas, então a gente não sabe em qual número a gente está, como é feito o chamado. Às vezes a criança já até ultrapassa a idade e não é chamada.

Segundo, é a questão de como é feito. Eu acho que... Outra coisa, Senadora: os professores das salas de recursos têm que participar, eles têm que vir falar. A gente tem profissionais muito bons, mas a gente tem profissionais que não estão capacitados para estar na sala de recursos. Eu falo isso com propriedade porque eu visitei uma sala de recursos no Distrito Federal onde a itinerante que estava na sala comparou superdotação a bipolaridade. Eu peguei minha bolsa e saí.

Como agora, o Secretário que veio, falando na pasta da deficiência.... Por mais claro... Como eu falo, a deficiência tem que ser respeitada, assim como a superdotação. A gente respeita, a gente luta também, porque nós temos muitas crianças, adolescentes e pessoas em dupla condição. Minha mãe é cega. Então, a gente luta também por essa causa, mas a superdotação não faz parte do CID, ela não tem CID. E essa itinerante comparou a superdotação com uma bipolaridade. Então, aquilo me causou uma estranheza maior ainda.

Porque a gente fala... Como eu disse aqui, na teoria é tudo muito lindo, mas o que a gente vive não é isso. A gente vive uma fila de espera em que nunca chega a nossa vez. A gente vive uma falta de transparência. E isso foi questionado lá no lançamento da primeira frente parlamentar, na CLDF, em que eu estive na mesa. E uma das colocações das famílias foi justamente essa falta de transparência, ou seja, já se passaram quantos anos? Três anos – alguém lembra? Foram três anos que se passaram? Três anos, e até hoje a gente não tem a transparência da sala de recursos.

Outra questão: as salas de recursos têm profissionais ótimos que estão lutando e, às vezes, tirando até dinheiro do seu bolso para comprar materiais que estão sucateados, obsoletos, que não fazem mais sentido para uma criança da geração de hoje.

Então, assim... Com muito respeito, porque eu sei que você está aqui enquanto profissional representando, mas isso não condiz com a realidade que nós, famílias... Eu não estou aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enquanto assistente social, eu estou aqui enquanto mãe do Gabriel, que nunca participou da sala de recursos. Eu acho que já tem cinco anos que eu fiz a inscrição – eu nem me lembro mais...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALINE MACHADO DE MORAES DOS SANTOS – ... e como mãe que está num grupo com mais quase 1.030 mães de Brasília – o grupo está bombando aqui –, porque não é a nossa realidade, não condiz com a nossa realidade.

Então, a gente pede que quem realmente garante recurso, quem fala, quem está na teoria...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALINE MACHADO DE MORAES DOS SANTOS – Faça acontecer! As famílias não aguentam mais discursos. As famílias não aguentam mais apresentações, promessas. A gente quer prática.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALINE MACHADO DE MORAES DOS SANTOS – Essa é a fala das famílias.

Senadora, muito obrigada. Para mim é uma honra estar aqui do lado da senhora, uma Senadora que eu admiro, uma Senadora que tem a minha credibilidade.

Eu não estou falando isso porque... Eu nem gosto de falar isso em mesa – vocês já me viram em várias mesas –, mas a Senadora Damares é uma pessoa que eu admiro muito. E eu acredito que agora, sinceramente, talvez não seja para o meu filho – porque eu sei que não depende da senhora; é todo um sistema, como o Gabriel bem falou –, mas me dá esperança de que seja para o meu neto. Que seja para ele, mas que, se não for para ele, que seja para as próximas gerações.

Eu tenho certeza de que nós, enquanto famílias, estamos deixando o nosso legado.

Agradeço aos profissionais que realmente são humanos, que acolhem e que não estão no mercado só por dinheiro – porque existem também –; estão no mercado porque querem ver a diferença na vida dos nossos filhos.

A vocês, parabéns por estarem também na causa junto com as famílias, tá?

Obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

A SRA. ALINE MACHADO DE MORAES DOS SANTOS – Obrigada, Lucilene. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, eu já decidi que nós vamos ter de fazer a terceira audiência. Inclusive, na terceira audiência, eu acho que a gente já poderia ter como foco a discussão do projeto de lei, porque ele está sendo protocolado e vai vir para esta Comissão – e já discutir o projeto de lei da política nacional.

Lucilene, quer responder?

A SRA. LUCILENE BARBOSA GOMES (*Fora do microfone.*) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem um minuto, Lucilene.

A SRA. LUCILENE BARBOSA GOMES (Para expor.) – Deixe-me só para falar para a Aline – eu acho que ela não entendeu no momento em que eu falei...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCILENE BARBOSA GOMES – ... que o processo já tramitou.

Em 2025, a gente iniciou esse processo, para que essa lista seja publicizada; só que, quando você vai publicizar dados, você tem que ter todo um cuidado, por conta da Lei Geral de Proteção de Dados e as regras de negócio, porque o menino está na fila dos anos iniciais, no ensino fundamental, no ensino médio.

Então, isso é muito dinâmico, mas ela vai sair ainda neste ano. Há uma promessa de que ela vai sair e vai ser disponibilizada, mas que fique claro que, no atendimento educacional especializado da Secretaria de Educação, 90% das vagas são para os estudantes das escolas públicas, tá?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá o.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Crianças (*Fora do microfone.*) , agora são vocês. Aqui, na frente, as crianças com os cartazes; e o Lucas, aqui, do meu lado.

Vem cá, Lucas.

As crianças ficam aqui, na frente. E o Lucas aqui, do meu lado. As crianças, aqui, na frente.

Ajudem-nos aí.

E aí vocês podem tirar muitas fotos, porque agora a voz é das crianças, tá?

Nós prometemos que as crianças teriam voz no Senado.

Lucas, foi você que fez a poesia?

O SR. LUCAS GOMES URCINO (*Fora do microfone*.) – Hum-hum.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Foi?

Então, nós agora...

TV Senado, consegue filmar o Lucas ou tem que deixar...

Vamos deixar um pouquinho aberto, para a TV Senado filmar o Lucas.

O Lucas vai, agora, falar uma poesia linda. Todo mundo prestando atenção, e depois eu quero muitos aplausos para o Lucas. Vocês entenderam?

O.k.

Abaixem um pouquinho o cartaz, para o Lucas falar.

Depois você levanta.

Vai lá, Lucas.

O SR. LUCAS GOMES URCINO (Para expor.) – Superdotado.

Ser superdotado não é genialidade,
tem muitos desafios, não só facilidade.
O tédio pode aparecer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nem sempre saberá o que fazer;
algumas pessoas não vão entender,
é preciso acolher.
Na escola, os professores podem identificar
e o conteúdo adequar,
para com o bom desenvolvimento do estudante colaborar.
Em casa, em qualquer lugar,
quando a emoção começa a aflorar,
o amor e o cuidado devem reinar,
com escuta ativa e um colo para descansar. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito bem!

Vem cá, Lucas.

Que coisa mais linda!

Com a poesia do Lucas, com muita emoção, dando início a um novo ciclo de debate no Congresso Nacional para a garantia dos direitos das pessoas com altas habilidades e superdotação (*Manifestação de emoção.*) , a gente encerra a segunda audiência, com muita emoção e já aguardando a terceira audiência.

Nada mais havendo a tratar – e eu vou ter que sair correndo para votar na outra Comissão –, dado por alcançado o objetivo da audiência, eu declaro encerrada esta reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e nove minutos do dia dois de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Jaime Bagattoli, Augusta Brito e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 16/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Discutir o desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil, os instrumentos nacionais de prevenção, investigação e localização, bem como a articulação entre os órgãos de segurança pública, o sistema de justiça e as políticas de direitos humanos, tendo como referência casos recentes ocorridos em diferentes contextos do território nacional, a exemplo de ocorrências registradas na região do Marajó, no Estado do Pará, no Estado do Rio de Janeiro e no Estado do Maranhão. Participantes: Célio Roberto Araújo, Comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão; Tiago Kalkmann, Defensor Público do Distrito Federal; Ederson Martins, Delegado-geral Operacional da Polícia Civil do Estado do Maranhão; Marinete Moraes Lopes, Avó de Elisa Ladeira Rodrigues, de 2 anos de idade – Desaparecida em no Estado do Pará; Iara Buoro Sennes, Coordenadora de Políticas sobre Pessoas Desaparecidas do Ministério da Justiça e Segurança Pública – SENASP/MJSP; Marize Araújo, Mãe de Edson Davi Silva Almeida, de 6 anos de idade, Desaparecido no Rio de Janeiro; Fábio Peres Peixoto, Pastor e Diretor do Instituto Cultural Shelter; André Luiz de Souza Cruz, Servidor do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, gestor técnico do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos do MPRJ, responsável pela manutenção e disponibilização do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos - SINALID em âmbito nacional e integrante do Comitê Nacional do mesmo sistema, junto ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); e José Angelo Pamplona, Professor - Ex-Conselheiro Tutelar de Anajás. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/02

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 2 de março de 2026.

A audiência pública será realizada, nos termos do Requerimento 16, de 2026, da CDH, de minha autoria, para debater o desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil, os instrumentos nacionais de prevenção, investigação e localização, bem como a articulação entre os órgãos de segurança pública, o sistema de justiça e as políticas de direitos humanos, tendo como referência casos recentes ocorridos em diferentes contextos do território nacional, a exemplo de ocorrências registradas na região do Marajó, no Estado do Pará, no Estado do Rio de Janeiro e no Estado do Maranhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que, na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos.

Às pessoas que estão *online*, os senhores ouvirão um alerta quando estiver faltando um minuto para encerrar a fala, mas, se precisarem completar as suas falas, fiquem tranquilos, podem completar. É porque é automática a mensagem que os senhores vão receber.

Para um melhor encaminhamento dos trabalhos, a palavra será concedida, de modo alternado, entre os convidados que participam presencialmente e os que participam por videoconferência.

Nós temos dez pessoas hoje que vão falar nesta audiência pública.

E vou dizer uma coisa: não vai ficar só nesta. O interesse é tão grande, doutores, Comandante, Delegado; é tão grande o interesse! As famílias no Brasil estão em desespero, e nós vamos ter que dar continuidade a esta audiência com outros especialistas e com instituições, inclusive, a sociedade civil vindo também para este debate – não é isso, Luciana Medina? Sem a sociedade civil, a gente não avança.

Eu tenho a honra de convidar para compor a mesa de forma presencial... Eu vou chamar para compor, mas não vai ser esta a ordem de fala.

Com muita alegria, eu convido o Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão, Comandante Célio Roberto Araújo. Muito bem-vindo, Comandante. É uma alegria tê-lo conosco. (*Pausa.*)

No meu tempo, eu batia palma para bombeiro. (*Risos.*) (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu convido para compor a mesa o Dr. Ederson Martins, Delegado-Geral Adjunto Operacional da Polícia Civil do Maranhão. Dr. Ederson, muito prazer, é uma alegria tê-lo aqui. (*Palmas.*)

Percebam que o Estado do Maranhão... E quero agradecer ao Governador por enviar esses dois valorosos. O que eles vão contar aqui chocou o Estado do Maranhão, chocou o Brasil. A gente precisa conhecer o trabalho que esses homens fizeram para encontrar as três crianças, duas ainda não encontramos – ainda temos muita esperança –, mas o trabalho que o Maranhão fez é um trabalho de exemplo, modelo para o Brasil. Quero agradecer ao Secretário de Segurança por tê-lo encaminhado, Dr. Ederson, e ao Governador por tê-lo liberado, Comandante. É uma honra tê-los aqui.

E eu chamo para compor a mesa também Tiago Kalkmann, Defensor Público do Distrito Federal. Dr. Tiago, é um prazer. (*Palmas.*)

Nós temos de forma *online* Verena Fadul dos Santos Arruda, Coordenadora-Geral do Enfrentamento ao Trabalho Infantil da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos. Obrigada, Verena, pela participação. Agradeço à Ministra por ter liberado você para estar conosco nesta audiência, representando a Ministra.

Vai falar nesta audiência ainda – e vai emocionar muita gente – a D. Marize Araújo, mãe de Edson Silva Almeida, aquele menininho de seis anos de idade desaparecido no Estado do Rio de Janeiro.

Falará também Fábio Peres Peixoto, Diretor do Instituto Cultural Shelter, que trabalha com crianças em situação de violência e tem acompanhado casos de crianças desaparecidas.

Falará José Angelo Pamplona, Professor e ex-Conselheiro Tutelar de Anajás, que vai trazer o caso da menina Elisa lá do Marajó, que vai falar sobre os desaparecimentos de crianças.

Falará também Iara Buoro Sennes, Coordenadora de Políticas sobre Pessoas Desaparecidas do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Nós queremos muito ouvir o Ministério da Justiça. Nós queremos entender como está a política, no Brasil, de busca de criança desaparecida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós vamos ter a honra de ouvir – e vocês se preparem para chorar – Marinete Moraes Lopes, avó de Elisa Ladeira Rodrigues, a menina que desapareceu com dois anos de idade e encontra-se desaparecida. E vocês vão se chocar com o relato da avó, D. Marinete. Quem levou a menina está procurando a família. Vocês vão se surpreender com essa história.

A Comissão de Direitos Humanos, Doutores, já esteve no Marajó só por causa dessa menina, e nós estamos pedindo a federalização deste caso – na verdade, do caso de Elisa e do caso do menino Davi nós estamos pedindo a federalização.

André Luiz de Souza Cruz, servidor do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Gestor Técnico do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos do MP do Rio de Janeiro, responsável pela manutenção e disponibilização do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (Sinalid) em âmbito nacional e integrante do Comitê Nacional do mesmo sistema, junto ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Obrigada, Dr. André, por estar participando conosco desta audiência.

Senhores, discutir o desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil, os instrumentos nacionais de prevenção, investigação e localização, bem como a articulação entre os órgãos de segurança, o sistema de Justiça e as políticas de direitos humanos torna-se mais que necessário.

O tema representa uma das mais graves violações de direitos humanos e que exige respostas institucionais rápidas, coordenadas e baseadas em evidências. O desaparecimento de crianças e adolescentes constitui fenômeno complexo e multidimensional, que envolve fatores sociais, familiares, institucionais e criminais, demandando atuação integrada entre políticas de segurança pública, Justiça, assistência social e proteção à infância.

Ao promover este debate, o Senado Federal reafirma seu papel constitucional de fiscalização das políticas públicas, de escuta da sociedade e de aperfeiçoamento legislativo, contribuindo para o fortalecimento das instituições responsáveis pela proteção integral de criança e adolescente.

Os dados mais recentes indicam que o desaparecimento de pessoas no Brasil constitui fenômeno persistente e de grande magnitude.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o país registrou 81 mil casos de desaparecimento em 2024, número que representa aumento de 4,9%, mas eu preciso explicar para quem está nos acompanhando que esses números podem não ser reais. Por quê? Nós temos um grande problema no Brasil, que é a não unificação de dados.

Em 2024, a Comissão de Segurança do Senado fez uma avaliação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, e nós vimos que o Sinalid – o Sinalid vai falar daqui a pouco – tem um número, o Ministério da Justiça tem outro, o Disque 100 tem outro, a secretaria de segurança de estado tem outro. Ainda não conseguimos – não conseguimos – na política fazer uma consolidação de dados. Enquanto o Fórum Nacional de Segurança Pública apontava 83 mil desaparecidos, o Sinalid já falava em 103 mil desaparecidos, e sem contar a subnotificação.

Diante disso, é urgente. Nós fizemos essa discussão na Comissão de Segurança e agora a gente começa na Comissão de Direitos Humanos. Nós precisamos dar uma resposta para o Brasil.

A quem tem uma criança desaparecida em casa o luto nunca fecha. É um sofrimento eterno. E a gente precisa entender o que acontece com esse fenômeno.

Quando a gente fala de um adulto desaparecido, senhores, o adulto tem direito de desaparecer se ele quiser. No caso de um adulto desaparecido, Comandante, pode ser uma mulher vítima de violência, que, para fugir do agressor, desaparece. Nós temos casos de pessoas que estão sendo ameaçadas de morte que desaparecem. Quando Ministra dos Direitos Humanos, eu fui chamada a atenção: "Calma em falar de pessoas desaparecidas, porque adulto pode querer desaparecer". E nós temos casos, por exemplo, de namoro, em que a menina foge com o namorado, ou casos de jovens que se convertem a uma outra religião e vão embora. Nós temos casos em que o jovem se autodeclara homossexual, lésbica, trans, e aí a família tem problemas internos, eles vão embora. É muito comum, mas criança não tem o direito de desaparecer. Se for adulto, a gente tem que estudar caso a caso, mas se for criança, não se pode perder tempo discutindo e, tampouco, tempo para se fazer um boletim de ocorrência.

Nós vamos focar, nesta manhã, no desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil, e vocês verão o testemunho de famílias, a dor, o sofrimento e a angústia. Verão experiências bem-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sucedidas, mas verão também a angústia de autoridades que se dedicaram, estão se dedicando à busca de crianças ainda sem sucesso.

Desejo a todos os senhores uma audiência tranquila, mas eu sei que nós vamos chorar, nós vamos nos emocionar. Desejo que todos nós saiamos daqui desafiados a ajudar o Brasil a encontrar uma resposta para esse grande problema, que é o desaparecimento de crianças.

Eu estava falando com a TV Senado, Doutores: uma criança pode desaparecer, no Brasil, em seis segundos. Toda a atenção é pouca. Nós temos imagens e pesquisas que apontam uma mãe no ponto de ônibus com um bebê, para uma moto com um carona, em seis segundos, Doutor, ele desce da moto, arranca o bebê do colo da mãe e desaparece. Nós temos cenas de mães no supermercado, segurando a mão dos seus filhinhos, e elas soltam a mão para pegar uma mercadoria na prateleira. Enquanto ela está pegando, em seis segundos, a criança desaparece. E a gente precisa entender que esse fenômeno está acontecendo no Brasil, numa proporção absurda.

O Sinalid fala que temos 102 mil pessoas desaparecidas, e mais de 50% são crianças. Então, arredondando – Sinalid, fórum nacional e os números que chegam –, nós estamos hoje com mais de 50 mil crianças desaparecidas no Brasil. Onde estão essas crianças?

Aí, doutores, somos surpreendidos, porque o Brasil é rota de tráfico humano o tempo todo. Nós agora estamos sendo chocados com o arquivo Epstein, e a gente está sabendo que Epstein andou pelo Brasil, esteve no Norte do país, tinha aliciadores aqui.

Então, a gente vai ter que entender o que está acontecendo com esta nação. Um país deste tamanho, um país com 18 mil quilômetros de fronteira seca e 7,9 mil quilômetros de fronteira molhada. Olhem a dimensão desta nação! Uma nação que faz fronteira com dez países, e alguns que já são considerados rotas do tráfico internacional. O que está acontecendo? Nós queremos nossas crianças de volta. E nós não vamos nos omitir neste debate.

Assim, para darmos início a este debate, eu convido o Dr. Tiago Kalkmann, Defensor Público... (*Pausa.*)

... Defensor Público – só um instantinho, Doutor – do Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos começar com o Dr. Tiago, vamos para dois *online,* e depois a gente volta para os dois da mesa, porque, neste caso aqui, eles têm que falar juntos, porque é o mesmo caso.

Mas, antes disso, nós temos um vídeo de um minuto, produzido pela Comissão, que eu gostaria de que fosse exibido.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Vamos ouvir o Dr. Tiago Kalkmann, Defensor Público do Distrito Federal.

Doutor, antes que o senhor fale, como eu sou Senadora do DF, eu preciso fazer uma celebração. Segundo a pesquisa feita pelo Senado em 2024, o Distrito Federal encontra 98% das pessoas desaparecidas. Só está perdendo para Santa Catarina, que chega a 99%.

Parabéns pelo trabalho que vocês estão fazendo no DF!

O SR. TIAGO KALKMANN (Para expor.) – Bom dia a todos, a todas as pessoas aqui presentes neste debate.

Gostaria de cumprimentar esta mesa na pessoa da Senadora Damares. A importância que ela tem dedicado a esta questão, realmente, é um motivo de elogio e de muita gratidão pelas pessoas que trabalham com esse assunto.

Eu gostaria de destacar, primeiramente, que eu trabalho na Defensoria Pública aqui no Distrito Federal, sou Defensor Público há aproximadamente cinco anos, e a gente vem desenvolvendo um trabalho aqui no Distrito Federal, que é um trabalho que não é da Defensoria Pública, é um trabalho conjunto entre a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e diversos órgãos aqui do DF que vêm trabalhando para tentar construir uma política que seja adequada para o tratamento dessa questão.

Então, eu venho aqui, na realidade, expor grande parte do que tem sido feito aqui no DF ao longo dos últimos anos, como alguém que participou, mas não sou, obviamente, o único responsável por uma política que envolve tantos e tantos órgãos, correto? Aqui no DF, nós temos uma realidade que foi constatada, com um certo choque, no sentido de que éramos uma das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

unidades da Federação com o maior número de pessoas desaparecidas com registro anualmente. Isso foi um choque que levou à necessidade de adoção de uma política, até para que a gente passasse a pensar na questão do desaparecimento não como no número de desaparecidos, mas, sim, através do número de pessoas localizadas. E é essa chave que a gente precisa também virar para a construção de uma política pública. Então, aqui no DF, essa questão...

A apresentação vai passar? Pode ir? (*Pausa.*)

Apenas como referência de alguns documentos produzidos aqui no Distrito Federal com relação a esse tema, nós fizemos a adoção do protocolo sinal de busca imediata de autoria da Secretaria de Segurança Pública, que eu vou explicar um pouco mais à frente. Em seguida, no ano de 2025, já no ano passado, foi finalmente formalizado o decreto da Política Distrital de Atenção Humanizada ao Desaparecimento de Pessoas. E, neste ano agora, depois de quase dois anos de trabalhos intensos, foi publicado o Plano de Ação Integrado de Atenção Humanizada ao Desaparecimento de Pessoas no Distrito Federal, que busca tratar da articulação entre os diversos órgãos e as diversas esferas para o tratamento da questão.

No âmbito da Defensoria Pública, nós participamos ativamente deste trabalho como um dos órgãos que compõem a Política Nacional de Atenção a Pessoas Desaparecidas, nos termos da legislação nacional. Nós trabalhamos muito na construção, no auxílio à construção de fluxos entre os diversos órgãos e também no estabelecimento de nossos fluxos, porque a Defensoria Pública também não tem ainda a *expertise* necessária para lidar com essa questão. Essa é uma questão que foi muito invisibilizada ao longo dos anos, e, mesmo dentro da Defensoria Pública, existe essa dificuldade. Então, nós tivemos ainda o trabalho de fazer uma cartilha de orientações que está ali disponível pelo QR *code*, que se volta principalmente aos familiares de pessoas desaparecidas e também à construção de nossos protocolos internos na Defensoria Pública para o atendimento aos familiares.

O desaparecimento de crianças é um problema que causa um impacto inimaginável na vida das famílias. Eu acho que só a família – a mãe, a avó, o irmão – que passa pelo desaparecimento de uma criança é capaz de definir minimamente. Nós falamos muito na expressão de luto congelado. A cada minuto em que uma criança ou um adolescente está desaparecido, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

familiares não sabem se eles já têm o direito e a possibilidade de exercer o seu luto ou não, e isso é uma crueldade para com essas famílias. Então, nós precisamos pensar nessa realidade como algo de fato urgente, que precisa ser tratado por meio de políticas públicas não somente através de segurança pública, que é muito importante, mas também de outras políticas, que vão trabalhar de maneira global para a resolução dessa questão.

Pode passar, por favor.

Eu fiz um apanhado nesta apresentação basicamente para mostrar que, ao longo dos anos, a gente evoluiu, mas ainda não no ritmo necessário.

Em 2005, nós tivemos a Lei da Busca Imediata, para a busca de crianças e adolescentes, e mesmo assim, mesmo com uma lei nacional determinando essa busca, o que se via era, em muitos casos, a recusa de registro de ocorrência de desaparecimento sob a alegação de que não havia passado um prazo razoável para que a criança retornasse – como se a criança tivesse a opção de sair por aí, fora de casa, passar dois dias, e os pais não tivessem motivo ainda para se preocupar –, o que é um absurdo.

Atualmente, nós temos, de acordo com a legislação, não somente o registro e a busca imediatos, mas a comunicação ao conselho tutelar; a obrigatoriedade de informação a portos, aeroportos, rodovias e empresas de transporte; a atualização imediata de qualquer informação no Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e no Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos; e o monitoramento por meio de relatórios anuais.

Pode passar.

No entanto, a gente ainda peca em alguns aspectos que são muito relevantes e que dependem de uma articulação maior. O primeiro deles é a inexistência de mecanismos nacionais para prevenção e de resposta rápida nos casos de desaparecimento; e o segundo, a dificuldade de operacionalização e padronização dos procedimentos que devem ser seguidos pelos diversos segmentos do setor público para a atenção a esses casos.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No DF, nós realizamos aqui... A Secretaria de Segurança Pública, em 2023, trouxe o Sinal de Busca Imediata, que, na verdade, vai além do mero registro de ocorrência de forma imediata – o que já estava garantido na legislação –: ele busca estabelecer os fluxos e as competências de todos os órgãos para a atuação nas primeiras 72 horas após o desaparecimento. O desaparecimento é ainda mais relevante nas primeiras 72 horas, porque é nesse período que é solucionada a maior parte dos casos. Então, aqui foi estabelecido esse fluxo ao longo de um período de trabalho, e esse fluxo, esse protocolo Sinal, contribuiu para que o DF conseguisse sair de uma taxa de menos de 80% de localização para quase 100%, entre 96% e 98%.

Nós temos um mecanismo muito famoso – e foi bom que eu coloquei isso aqui na apresentação, porque eu vi que nós já temos perguntas do e-Cidadania sobre esse assunto – que é o alerta Amber. O alerta Amber é um mecanismo criado lá nos Estados Unidos, que é muito difundido; já é aplicado em diversos países também. Ele tem atuação em nível nacional nos Estados Unidos e no Brasil ele vem sendo aplicado ainda de forma experimental. Essa aplicação ainda de forma experimental impede que a própria efetividade do programa seja avaliada de maneira concreta, por alguns motivos principais. Aqui no Brasil, o alerta Amber depende ainda de um acordo com a Meta para divulgação nas redes sociais Facebook e Instagram, o que, embora seja muito relevante, ainda é insuficiente, principalmente considerando o alcance do alerta Amber no sistema dos Estados Unidos, que envolve a divulgação tanto em televisão, em rádios, painéis rodoviários e diversas outras formas, bem como por meio do alerta telefônico – a gente vê ali um exemplo –, o que aqui no Brasil ainda não ocorre para os casos de desaparecimento de crianças.

Pode passar.

E nós precisamos também de pensar em programas de prevenção, que dependem da utilização do sistema educacional e da tecnologia em favor da redução e prevenção dos casos de desaparecimento. Sempre que nós falamos em questão educacional, parece que nós estamos, de certa forma, colocando a culpa em vítimas e em familiares, o que não é verdade. A verdade é que as crianças também precisam aprender a se proteger, e os pais precisam aprender a proteger as suas crianças. Existe um documento internacional que é um guia para pais e educadores feito pela Associação Portuguesa de Crianças Desaparecidas que traz vários parâmetros, inclusive para os pais, e é um documento bastante relevante. Eu deixo o *link* ali também para quem tiver interesse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que nós deveríamos também, aqui no Brasil, nos preocupar com essa frente de atuação no sentido da prevenção, tanto pelos mecanismos educacionais quanto pela adoção de sistemas tecnológicos que sejam mais eficientes. Hoje em dia, as crianças estão no Roblox – como eu, que tenho os meus sobrinhos –, mas a gente ainda não consegue usar a tecnologia de maneira eficiente para ajudar essas crianças, certo?

Pode passar, por favor.

Além disso, nós temos duas questões estruturais que eu destaco na apresentação. A primeira delas é a busca dos perfis genéticos, um problema que recorrentemente acontece, que são de adolescentes principalmente que estão em unidades de acolhimento institucional e que estão dados como desaparecidos pelas famílias – muitas vezes, não é possível fazer a combinação do perfil, porque as famílias, às vezes, estão em outros estados da Federação. Então, a integração dos bancos de perfis genéticos poderia auxiliar muito na localização e na identificação desses adolescentes. Além disso, nós entendemos que, embora o desaparecimento de crianças e adolescentes já seja comunicado ao conselho tutelar, ele deve também ser comunicado imediatamente ao Ministério Público e à Defensoria Pública, para que seja verificada a adoção das medidas legalmente previstas.

Pode passar.

E, para encerrar, nós temos a questão da discussão sobre a criação de delegacias especializadas em desaparecimentos. Atualmente, não existe uma previsão expressa em lei, embora elas já existam em alguns locais, como em Belo Horizonte, com uma taxa de sucesso altíssima. Também no Rio de Janeiro há uma delegacia de paradeiros. E, atualmente, temos um projeto de lei aqui na Casa, que é o PL nº 5.952, de 2025, que passa a prever, de maneira expressa, as delegacias especializadas, que poderiam também ser uma estrutura apta a conferir maior proteção para essas situações.

Eu sei que eu já extrapolei o meu tempo, agradeço muito a oportunidade e me coloco à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma alegria ver tudo isso que está acontecendo no DF!

E eu estou sendo lembrada pela Tenente Coronel Renata, lá do nosso Provid e do Batalhão Escolar, que também foi lançado no DF o Plano de Ação Integrado de Atenção Humanizada ao Desaparecimento de Pessoas no Distrito Federal. Esse é o motivo de a gente encontrar as pessoas desaparecidas. Parabéns à Defensoria Pública! Eu fico imaginando os lugares em que não se tem acesso a um defensor público, Doutor, como é difícil. Parabéns! Parabéns ao meu DF! Parabéns pelo trabalho que vocês estão fazendo!

Só que a gente vai agora para um outro universo. Nós estávamos conversando aqui, eu e as autoridades do Maranhão. Olhe o tamanho do nosso DF! A cidade mais longe da capital está a 40 minutos, mas nós vamos agora lá para o Marajó, nós vamos para o Estado do Pará. Segundo o relatório do Senado, o DF encontra 98% dos desaparecidos – logo, logo, vai chegar a 100% –, e o Estado do Pará encontra menos de 10% dos desaparecidos, mas olhe o tamanho do Pará, olhe a logística do Pará!

A D. Marinete, que vai falar agora... Nós temos cidades do Marajó cuja distância para a capital são sete dias de barco; de uma cidade para outra, dentro do próprio Marajó, são dois dias de barco! E nós vamos falar com D. Marinete agora, que vai falar de uma das mais bonitas cidades do Marajó que é Anajás. D. Marinete é avó da menina Elisa. Essa mulher fez o Brasil se movimentar para encontrar a menina. Vamos ouvir o relato dela, vamos ouvi-la primeiro, porque é muito oscilante a internet na região do Marajó. Nós queremos ouvi-la.

D. Marinete, obrigada por falar conosco. A senhora pode compartilhar com todos aqui a sua coragem de contar a história da sua neta. A senhora já levou Senadores para a sua casa, a senhora já levou Deputados Federais, Deputados Estaduais, toda a polícia, o Senado Federal para a sua casa. Uma mulher guerreira – só a sua coragem fez mover o Ministério da Justiça, o dos Direitos Humanos, todo mundo aqui em Brasília. Seja bem-vinda, D. Marinete, e obrigada por participar conosco.

A SRA. MARINETE MORAES LOPES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, D. Damares.

Eu sou avó da Elisa. Estou aqui mais uma vez, né? Estou nervosa. É a primeira vez com vocês aí. Não consigo falar, mas, se eu não chorar... (*Manifestação de emoção.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fique tranquila. A senhora pode chorar, a senhora pode falar do seu jeitinho. Foi o seu jeitinho que chamou a atenção do Brasil, D. Marinete. Fique tranquila. Pode falar.

A SRA. MARINETE MORAES LOPES (*Por videoconferência*.) – Estou aqui, né? Como a senhora já veio conosco, apareceu na nossa casa, na nossa cidade, Anajás. Veio com várias pessoas, autoridade, e tem nos ajudado até aqui, eu lhe agradeço muito, de coração, e continue nos ajudando para que nós possamos encontrar a minha neta! Porque eu sinto, D. Damares, dentro de mim, que a minha neta está viva. E é o que eu espero de vocês, porque nós somos pobres e não temos condição de alcançar isso aí que nós queremos fazer, encontrar ela por onde estiver. E eu não tenho palavras para lhe falar, porque eu nunca cheguei a ficar perante vocês assim – né? –, um público desses aí. Eu não tenho palavra para lhe falar. Se eu precisar falar mais alguma coisa, a senhora me ajude aí, que eu respondo daqui para a senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – D. Marinete, conta para esse povo que está aqui como que Elisa sumiu, que idade ela tinha, e o que está acontecendo de irem lá na casa da sua filha agredi-la. Conte essa parte da história para o nosso público entendê-la.

A SRA. MARINETE MORAES LOPES (*Por videoconferência*.) – Sim. A Elisa sumiu no dia 16 de setembro de 2023.

A mãe dela estava fazendo uma comida, fez primeiro uma sopinha para ela. Ela estava tomando na cozinha da casa deles, e aí a mãe dela cortou a comida no jirau. Quando ela voltou para ir lá... A Elisa estava tomando a sopa na cozinha, atrás da casa dela, onde tem um fogãozinho a lenha que a gente usa aqui, mas, quando ela voltou, a Elisa já não estava mais lá. Tempo de segundo, tempo de um instante mesmo. E, quando a mãe dela foi procurar, ela não estava mais no lugar.

Aí, desde essa hora, entrou um desespero porque quando a gente soube... Eu não moro na vila onde a minha filha mora, mas eu moro próximo de lá, e, quando a gente soube, a gente foi para lá, em busca da Elisa. Até hoje, ninguém encontrou a Elisa, ninguém sabe quem levou a Elisa. A gente, até hoje, está por saber o que foi que aconteceu com ela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – D. Marinete, a senhora pode explicar essa questão de pessoas irem à casa da sua filha – acho que foram duas vezes – ameaçá-la, batendo nela e dizendo que estão com a Elisa?

A SRA. MARINETE MORAES LOPES (*Por videoconferência*.) – Sim, eles vieram. Eles vieram, bateram na minha filha, mostraram a foto da filha dela para ela e disseram para ela que eles estão com a criança, só que eles só vão devolver a criança quando ela pegar essa criança que eles compraram e der para eles. Aí, eles vieram duas vezes. Uma vez eles trouxeram a criança, mas ela não pôde ficar com ela, porque eles não deixaram. Ela disse que ela reconheceu, era a filha dela...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – D. Marinete, repete para todo mundo entender. Além de mostrarem a foto, o vídeo, de uma outra vez, eles foram e mostraram para ela a menina, é isso?

A SRA. MARINETE MORAES LOPES (*Por videoconferência*.) – Sim, além da foto que eles mostraram pelo celular para ela, eles trouxeram a criança pessoalmente para ela mesmo, para ela ver a criança, e ela disse que era a filha dela. Quando ela chegou a pegar na mão da criança dela, que ela puxou, eles não deixaram ela ficar com a criança, eles puxaram da mão dela. E aí ela disse que entrou em desespero. A criança saiu chorando, eles botaram uma fita preta na boca da filha dela. Ela disse que caiu, ela não viu mais para onde foi que eles correram com a filha dela. Ela caiu desmaiada, com pena da criança, que não pôde ficar com ela, na mão dela.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Continua aí, D. Marinete. Esse caso é tão emblemático, porque, no primeiro momento, a criança foi dada como morta – um carro de boi teria passado em cima dela –, porque um menino de seis, sete anos, disse que viu um carro de boi passar por cima dela, mas ninguém achou o carro de boi, nem o corpo.

Só depois desses episódios de quem levou a criança ir à casa da mãe, bater na mãe, mostrar a menina, e, por conta de a mãe ter sido machucada – e foi provado que a mãe foi machucada–, que o caso, um ano depois, com muita insistência, foi reaberto na cidade.

Já se passaram três delegados, Doutor. Lá no Marajó, é muito difícil, porque os delegados mudam muito, são muito rotativos, e tem essa questão. E aí o que acontece? Reabriram o caso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um suspeito foi preso, e ele morreu. Como esse suspeito morreu, D. Marinete? Explique para nós aqui.

A SRA. MARINETE MORAES LOPES (*Por videoconferência*.) – Isto aí é o que a gente não sabe, D. Damares: como ele foi preso. Porque daqui ele saiu... Levaram ele algemado, deixaram ele preso uns dois dias em Anajás; depois transferiram ele para Breves, de Breves foi para Belém, e, aí, para lá, mataram ele. Mataram ou ele morreu, não sei o que houve com ele não. Isso aí nós estamos por saber também, porque era o único testemunho que nós tínhamos, para saber o que aconteceu com ela, porque foi ele que foi o último a ver ela. Aí mataram ele, parece que foi lá, e eu não sei como foi a morte dele, não.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

D. Marinete, ultimamente, a senhora tem ido à delegacia? Estão procurando a menina? O que está acontecendo ultimamente com o caso?

A SRA. MARINETE MORAES LOPES (*Por videoconferência*.) – Olhe, D. Damares, eu fui na delegacia. Eu conversei com o escrivão que está lá, porque não tem delegado em Anajás. A nossa cidade está sem delegado. Eu fui lá e, conversando com ele, em Anajás, ele disse para mim que o caso da Elisa não estava mais na Delegacia de Anajás, que ele não tinha como dar informação, mas para a gente... Anajás... (*Falha no áudio.*)

Porque o caso dela não estava mais em Anajás e que já tinha ido para outra delegacia – ele falou para mim. Daí, meu esposo me convidou para a gente ir no Ministério Público de Anajás, que é no fórum. Nós fomos. Chegamos no Ministério Público de Anajás, e uma senhora que trabalha lá nos encaminhou ao oficial de Justiça dentro do foro, a gente foi para lá. Chegamos lá, e ele falou para a gente que ia eliminar a investigação da Elisa, porque já ia fazer três anos, daí não tem como mais fazer investigação, porque já se passaram esses anos... Aí ele falou para a gente que, quando completasse um mês, era para a gente passar lá que ele ia passar um papel para nós. Então, eu estou indo para Anajás, na terça-feira, agora, nesta semana, e eu vou passar lá para ver o que ele vai falar para mim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não foi carro de boi? Agora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARINETE MORAES LOPES (*Por videoconferência*.) – Sim... Não.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não tem delegado na cidade.

A SRA. MARINETE MORAES LOPES (*Por videoconferência*.) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vocês vejam a dificuldade.

D. Marinete, a cidade inteira está comovida. Eu fui recebida na cidade – nas ruas, gente, esta Comissão foi à cidade –, que tem grupo de WhatsApp em busca de Elisa. Conte essa história, D. Marinete, de que uma foto de uma menina apareceu, recentemente, nesse grupo e que apareceu até um perfil na internet, e todo mundo tem certeza de que é a menina. Conte essa história.

A SRA. MARINETE MORAES LOPES (*Por videoconferência*.) – Sim, foi em 2024. No início de 2024, nós fomos para Belém, com meu marido, e recebi essa foto – vista no Maranhão – de que viram ela no Maranhão. E aí mandaram para mim, para o meu celular. Quando eu coloquei o olho naquela foto, eu disse que era ela; era ela porque a gente convivia muito com ela, e eu confirmo que era a minha neta. A minha neta está viva, não é? E eu disse para eles que era a minha neta. Aí, logo em seguida, depois, no ano passado, surgiu outra de novo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINETE MORAES LOPES (*Por videoconferência*.) – Mandaram de novo para o negócio de Facebook, na internet – de novo. Eu disse que era a minha neta, de novo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – D. Marinete, a gente quer agradecer o seu relato. Todos nós aqui estamos comovidos. Uma coisa eu vou lhe prometer... Eu vou lhe prometer como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, eu vou lhe prometer como Senadora, eu vou lhe prometer como mãe: eu não vou desistir de Elisa. Enquanto vida eu tiver, eu estarei junto com a senhora, e os Senadores desta Comissão todos também. Aqui, D. Marinete, Senador da direita, da esquerda, do PT, do PL, todo mundo aprovou um requerimento, e a gente vai continuar acompanhando o caso de Marinete.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aqui do meu lado, D. Marinete, o Subdelegado-Geral do Maranhão, que já disse aqui no meu ouvido: "Manda tudo para mim, porque a gente vai ajudar a procurar no Maranhão".

D. Marinete, fique firme, não desista de sua neta. Dê um abraço na sua filha.

Eu conheci a filha dela, é uma menina muito jovem; conheci o genro, muito jovem. Eles moram na área rural; ela está na cidade, e da cidade ainda tem área rural, que ainda tem a área ribeirinha! Vocês precisam entender, gente, a logística disso. Não é a primeira...

A SRA. MARINETE MORAES LOPES (*Por videoconferência*.) – Eles aqui se fazem presentes...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela está...

A SRA. MARINETE MORAES LOPES (*Por videoconferência*.) – ... se fazem presentes...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não entendi, D. Marinete.

A SRA. MARINETE MORAES LOPES (*Por videoconferência*.) – Eles se fazem presentes – a mãe e o pai dela –, estão aqui do meu lado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eles estão aí? Coloquem-nos no vídeo, para o pessoal conhecer a mãe de Elisa.

A SRA. MARINETE MORAES LOPES (*Por videoconferência*.) – Se fazem presentes a mãe, o pai, os irmãos dela – os irmãozinhos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Coloque no vídeo, para quem está assistindo no Brasil conhecer a família de Elisa. (*Pausa.*)

A SRA. MARINETE MORAES LOPES (*Por videoconferência*.) – Rápido.

Já vai, D. Damares. Só um instante, que ele está bem ali aguardando o bebê.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu quero que vocês entendam a dor dessa família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa avó teve coragem de denunciar, porque os outros casos são dados por "Morreu, morreu"; "Passou carro de boi"; "O boto levou", mas essa avó teve coragem de reagir.

Dá para vê-la agora, D. Marinete?

A SRA. MARINETE MORAES LOPES (*Por videoconferência*.) – Sim, esperem aí. Deixem o pai vir aqui, o pai da Elisa, porque ele está por ali, um pouquinho, mas ele já vem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bom.

A SRA. MARINETE MORAES LOPES (*Por videoconferência*.) – Fique em pé aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Olhem lá. Esse é...

A SRA. MARINETE MORAES LOPES (*Por videoconferência*.) – Bem pertinho. Agache aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Esse é o pai de Elisa, gente. Eles têm outra criança.

A SRA. MARINETE MORAES LOPES (*Por videoconferência*.) – Sim, estão aqui a mãe e o pai da Elisa...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – São duas crianças, né?

A SRA. MARINETE MORAES LOPES (*Por videoconferência*.) – Sim, são um casal.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Com que idade Elisa estaria hoje?

A SRA. MARINETE MORAES LOPES (*Por videoconferência*.) – A Elisa está com cinco anos...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está! Desculpe-me. Está com cinco anos.

Pai de Elisa, mãe de Elisa, nós estamos aqui junto com vocês, nós não vamos desistir de Elisa. Fiquem firmes aí, tá? Que Deus abençoe sua família, D. Marinete, que Deus abençoe a mãe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, gente, que casal jovem! Estive lá com eles; eles moram na área rural, são trabalhadores! Os dois trabalham muito e estão passando por todo esse sofrimento.

Obrigada, D. Marinete. A gente encerra a sua participação aqui. Eu vou continuar conversando com a senhora depois, por telefone, mas eu sei que é muito ruim a internet aí no Marajó. Nós vamos encerrar a sua participação, e todo o Plenário aqui vai aplaudir a sua família... (*Palmas.*)

... pela coragem de ter enfrentado os traficantes, de não ter deixado a Justiça quieta, de não ter deixado as autoridades quietas. Continue! A senhora não está sozinha. A senhora tem um grupo aqui em Brasília que vai acompanhar o caso de Elisa.

Deus a abençoe, D. Marinete. A senhora pode desligar, e depois a gente conversa com a senhora.

Muito obrigada.

Na sequência, gente, nós vamos ouvir, de forma proposital, o Ministério da Justiça.

Nós vamos ouvir Iara Buoro Sennes, Coordenadora de Políticas sobre Pessoas Desaparecidas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senasp).

Dra. Iara, esse caso foi levado ao Ministro Lewandowski, eu levei pessoalmente; primeiro falamos com ele no Senado, depois eu levei pessoalmente. Eu estive, acho que mais duas vezes depois, com o atual, não sei se é o antigo – com a mudança de Ministro, eu não sei se saiu o Secretário Nacional de Segurança –, e nós pedimos uma atenção especial ao caso de Elisa, porque o caso de Elisa... Está comprovado que tem pessoas que compram crianças no Marajó.

Gente, quando eu falava, eu era louca, mas agora está aqui, vocês estão vendo. E a gente pediu que esse caso... Dada a dificuldade de logística da região, muito grande, o Governo tentou, o Governo do Pará, a gente tentou, foi um efetivo enorme de policiais para a região, tentaram, pegaram o suspeito, que morreu na cadeia. Tentaram, três delegados já se envolveram no inquérito.

Aí a gente, dada a dificuldade da Secretaria de Segurança do Pará, dada a dificuldade de logística, nós pedimos a federalização deste caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaríamos de saber, Dra. Iara, se há alguma resposta sobre esse pedido. Na sequência, a senhora pode fazer a sua exposição.

Seja bem-vinda.

A SRA. IARA BUORO SENNES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia a todos.

Queria cumprimentar todos os presentes e agradecer à Senadora o convite para esta audiência. É sempre importante... Enfim, é a terceira audiência de que a gente participa. Acho que é sempre importante pautar este tema aqui no Congresso.

De fato, a gente foi provocado sobre esse caso. Não é um caso que foi federalizado. A gente tem empenhado alguns esforços que eu vou apresentar aqui. A minha fala aqui é bastante no sentido de prestar informações sobre o andamento e a implementação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas no que tange, no que diz respeito às atribuições do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Já adianto que, nesse caso específico, teve uma tecnologia que foi empregada, que eu já vou apresentar mais para a frente, que é o alerta Amber, que é um alerta emergencial de urgência para casos de crianças e adolescentes desaparecidos.

Então, para ter um pouco de contexto na minha fala, a gente aqui do Ministério da Justiça é responsável pela parte que diz respeito à segurança pública da política nacional, através da lei de 2019. A gente cuida das atribuições de capacitação de agentes da segurança pública, soluções tecnológicas, desenvolvimento do cadastro nacional, toda a parte de identificação e perícia forense, investigação etc. A nossa atuação tem se dado, de fato, no âmbito dessas atribuições.

Desde 2023, a gente publica mensalmente estatísticas sobre desaparecimento de pessoas no país. A gente tem esse Validador de Dados Estatísticos, que é um painel em que a Secretaria de Segurança Pública de todos os estados informa mensalmente a quantidade de ocorrências de desaparecimento e localização. Também, anualmente, as autoridades centrais, que são uma figura responsável pela implementação dessa política, dessa temática em nível dos estados, também nos informam dados estatísticos com outros detalhamentos e outros recortes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao desaparecimento de crianças, até para a gente pautar este debate aqui no dia de hoje, temos esses dados de 2025 desse painel: em 2025, foram 23.970 registros de ocorrência. A fonte desses dados são boletins. Por isso eu sempre reforço que são registros. A gente pode ter mais de um registro para o mesmo caso e pode ter mais de uma pessoa desaparecida no mesmo registro, mas a gente aqui consegue contabilizar esses casos.

Então, são 66 registros feitos por dia só para crianças e adolescentes. Para esse público, 61% são do sexo feminino, e ele representa 28%. Então, quase um terço de todos os casos de desaparecimento que acontecem no país são de crianças ou adolescentes.

Aqui, a gente tem uma taxa de localização nacional média de 65% dessas ocorrências. Considerando aquilo que a senhora já falou ali no começo, a gente tem uma subnotificação importante tanto nos registros de desaparecimento como também nos de localização. Então, a gente tem muitos casos em que a pessoa retorna ou é localizada pela família, e essa informação não volta para a polícia, para os órgãos públicos. Então, também é importante sempre, nesses dados, a gente ter esse cuidado de entender essa subnotificação.

Com relação à investigação, desde 2023 a gente tem feito um trabalho muito próximo com todos os estados, com todas as delegacias especializadas. Atualmente, a gente tem pelo menos 21 unidades especializadas no país – via de regra, nas capitais, mas isso já é uma estrutura que é relativamente espalhada no país – e a gente atua junto com essas delegacias e com as autoridades centrais.

Tem um primeiro material de diretriz que é esse caderno temático de referência, que consolida, em nível nacional, as principais diretrizes para busca e localização de pessoas desaparecidas, para a atuação das polícias civis. Isso é importante porque, quando a gente fala aqui do lado do Ministério da Justiça, a gente tem o papel de fomentar política, o papel de fortalecer dentro das nossas atribuições, entendendo, enfim, que os órgãos estaduais têm, de fato, a operacionalização, têm a responsabilidade operacional sobre os casos – são eles que, de fato, investigam. O nosso papel aqui é, então, fortalecer e fomentar essas diretrizes para que a gente possa, de fato, ter um sistema de resposta em nível nacional integrado.

A partir desse material de investigação, a gente formou um curso, institucionalizou um curso que é oferecido a todos os estados, aos policiais civis de todos os estados, que tem o objetivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disseminar essas informações. Então, a gente quer que não só os policiais civis das unidades especializadas da capital tenham conhecimento, tenham capacitação suficiente para atuar de forma qualificada sobre os casos de desaparecimento, mas também os policiais civis que estão lotados nas delegacias do interior, entendendo que o fenômeno, enfim, do desaparecimento é presente em todas os municípios e não só nas capitais. Esse é um curso que já formou 185 profissionais do país inteiro. A gente consolida, apresenta e capacita esses profissionais tanto em técnicas mais objetivas, mais científicas de identificação, de localização e de investigação de pessoas desaparecidas, mas também na forma de registro da ocorrência, na forma de atendimentos familiares e na forma de encaminhamentos após a localização, por exemplo, entendendo aí o desaparecimento desde o início, quando a família procura uma delegacia de polícia, até o encerramento desse caso.

Também fomentando essas estruturas, no final de 2023, a gente conseguiu fazer a primeira doação taxada, carimbada para unidades especializadas de busca de pessoas desaparecidas. Isso é muito importante porque, como eu falei, a gente fomenta esse trabalho operacional das polícias civis. Então, para além de capacitar e fortalecer esses profissionais, a gente precisa também que eles tenham capacidade operacional, capacidade de resposta, capacidade de chegar aos interiores, de conseguir fazer diligências de forma ágil. A gente doou viaturas 4x4 para 21 estruturas. A gente mapeou quais estados que têm delegacias ou grupos ou núcleos de investigação exclusivos para pessoas desaparecidas e conseguiu fazer essa doação. Então, 21 unidades federativas já têm esse equipamento a mais.

Além disso, no final de 2023, foi feita uma suplementação através do Fundo Nacional de Segurança Pública, de recursos, que foi também dirigida para, além das delegacias, dos departamentos de homicídio, as delegacias de busca de pessoas desaparecidas.

Agora, chegando mais especificamente ao caso de criança e adolescente, a gente tem, de fato, desde 2023, implementado o alerta Amber, que é uma parceria aqui do Ministério da Justiça com o Facebook, com a Meta, que é a empresa dona do Facebook e do Instagram. Ele é um alerta que se aplica a casos recentes e graves de desaparecimentos de crianças e adolescentes, então tem alguns critérios, não é para todos os casos que se aplica, porque justamente a gente quer que ele seja emitido quando realmente se precisa, quando realmente as autoridades entendem que é uma diligência que vai fazer diferença naquele caso. Como eu falei, foi emitido no caso do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maranhão, no caso de Minas Gerais, e em muitos casos recentes que a gente tem visto nesses últimos anos esse alerta foi empregado. Ele foi lançado inicialmente de forma experimental, como falou o Defensor, mas agora a gente não está mais numa fase experimental, a gente está presente em 26 unidades federativas, e já é um alerta que faz parte das rotinas das polícias como uma diligência para casos de desaparecimento de crianças e adolescentes.

E aqui eu trouxe, então, que, nessas 26 unidades federativas, desde 2023, a gente teve 80 emissões desse alerta, sendo que 61% foram para adolescentes. Aqui eu trouxe até um gráfico da distribuição por idade, e aí chama atenção inclusive que a gente teve alertas aqui para bebês, começando de 15 dias, dois meses, três meses, até adolescentes de 17 anos. Essa é uma ferramenta que a gente entende como uma ferramenta a mais para as polícias poderem empregar nesses casos de desaparecimento de crianças e adolescentes. Não é a principal, mas ela certamente é muito importante para a gente divulgar esses casos mais graves. A gente teve, em razão do alerta, pelo menos sete localizações que a gente consegue afirmar que se deram exclusivamente por causa do alerta. É sempre difícil saber qual foi exatamente a diligência, a busca, enfim, a ferramenta que levou a essa localização, mas a gente tem aqui pelo menos sete que foram em razão do alerta, então isso para a gente... Aqui a gente trabalha com a perspectiva de que qualquer coisa, qualquer ação nossa aqui da política nacional, se der um resultado, uma localização, tem um impacto que já fez valer a pena o nosso trabalho. Aqui, então, a gente está falando de sete crianças e adolescentes que foram localizados.

A gente lançou, no final do ano passado, também o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, que é uma das atribuições aqui do Ministério da Justiça, que é uma ferramenta central. A gente recebe, com razão, cobranças tanto do lado das polícias civis, mas também dos familiares, em termos de entrega desse sistema. Ele é um sistema que vem para tanto fortalecer as capacidades e potencialidades da investigação, então integração de dados em nível nacional, interoperabilidade com outros sistemas, como também fortalecer um lado e criar um painel público para os familiares de pessoas desaparecidas que possibilite não só a divulgação desses casos, mas – aqui à direita da tela, eu até grifei em amarelo – também é possível interagir com a equipe de busca através desse painel. Então, você consegue, para os *banners* de pessoas desaparecidas, tanto compartilhar em redes sociais quanto prestar alguma informação, porventura aqui tem o *e-mail* e o WhatsApp da unidade responsável por essa busca, e é bastante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante também como uma ferramenta. Atualmente a gente está em 12 estados, que já integraram de forma automática, e até o final deste primeiro semestre de 2026 a gente espera estar no restante do país.

Por fim – também foi até uma pergunta colocada, um tema aqui que foi trazido –, a gente faz anualmente campanhas de coleta de DNA de familiares de pessoas desaparecidas, e essas são ações que têm resultados bastante relevantes, bastante centrais. Esse quadro aqui se refere a resultados da campanha que se fez em 2024: foram 35 pessoas identificadas, o que significa que a gente fez um esforço nacional de uma semana de coleta e conseguiu localizar, encerrar casos e dar respostas para 35 famílias. Então, isso, de fato, tem um impacto bastante grande e é uma ferramenta importante aqui da política nacional.

Essa coleta de DNA funciona de forma cotidiana. Então, não é uma coisa que acontece, que os estados fazem só quando a gente coordena nacionalmente essa campanha, mas o papel dessa campanha, de fato, é fazer um chamamento ativo aos familiares, para que quem ainda não doou, não fez a coleta desse material, que o faça, porque isso é uma possibilidade de resposta, é uma possibilidade de cruzamento de dados através do Banco Nacional de Perfis Genéticos, e tem dado resultados específicos importantes aqui.

Senadora, devo ter passado um pouquinho do tempo. Estou acabando aqui, mas acho que é importante eu conseguir só apresentar aqui as últimas ações.

Ainda na esteira da questão das iniciativas de identificação e localização de pessoas, a gente, no começo do ano passado, no começo de 2025, lançou também uma cartilha que eu acho que, sem dúvida, é muito importante também para a gente fortalecer os mecanismos de resposta do poder público. Foi uma cartilha direcionada aos sistemas de saúde e de assistência social. A gente construiu esse material com o Ministério de Desenvolvimento Social e com o Ministério da Saúde. É uma cartilha que orienta os profissionais dessas duas áreas a como proceder quando atende ou acolhe alguma pessoa com identidade desconhecida. Então, isso era um gargalo, ainda é um gargalo, mas a gente tem, de fato, também tratado isso a partir dessa dimensão de que é uma política multissetorial, uma política interinstitucional, e que precisa que essa resposta seja integrada. Então, para esse público, a gente apresenta o que é, qual o conceito de pessoa desaparecida, e orienta, de forma bastante simples, como acionar a segurança pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a gente conseguir a identificação dessa pessoa, porque, identificando essa pessoa, a gente pode, porventura, resolver casos de pessoas desaparecidas que estão sendo procuradas, pois não adianta a segurança pública estar de um lado fazendo essa busca e a saúde ou assistência estar acolhendo essa mesma pessoa no mesmo aparelho estatal.

Por fim, iniciativas que também justificam a importância desta audiência pública aqui. A gente tem inserido no escopo da nossa atuação também formas de comunicação, de orientação aos familiares em relação a como proceder em casos de desaparecimento. A gente tem chamado a campanha "Não Espere 24h", porque a primeira e principal mensagem que a gente ainda precisa que seja reforçada é a de que não existe um tempo mínimo para registrar um desaparecimento e que a primeira coisa a ser feita, de fato, é ir presencialmente a uma delegacia de polícia ou fazer um registro *online* da ocorrência, para que as buscas possam se iniciar.

Junto com isso, a gente fez um lançamento de uma cartilha orientada aos familiares de pessoas desaparecidas, também para a gente conseguir passar essa mensagem, e, desde o começo desse ano, a gente também tem essa campanha integrada com a parceria da Piracanjuba nas caixas de leite. Então, junto com a ONG Mães da Sé, de São Paulo, e a Piracanjuba, que já estava fazendo essa campanha, agora a gente também entrou como parceiro com esta *hashtag*, com esta mensagem principal, que eu acho que sempre vale reforçar, de "Não Espere 24h".

Essa era a minha fala.

Eu só queria aqui, mais uma vez, agradecer o espaço, reforçar que o Ministério da Justiça tem empregado muitos esforços e a gente tem tido avanços muito relevantes e estruturais. Do ponto de vista dessa política nacional, ela ainda é relativamente recente, e a gente tem uma lógica de estruturar pilares centrais, para que, de fato, seja uma política pública sólida e que saia do papel. Então, acho que a gente tem conseguido avançar em várias frentes.

Mais uma vez, eu me coloco aqui à disposição e agradeço o espaço.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Iara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Iara, antes de eu tirar o eslaide da tela, explique para todo mundo o significado dessa flor. Eu estava lá quando foi escolhida essa flor como símbolo da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. Explique, porque tem gente que está perguntando aqui.

A SRA. IARA BUORO SENNES (*Por videoconferência*.) – Essa é a logo da política nacional. Ela é uma flor que se chama "não-me-esqueças"; é um símbolo conhecido internacionalmente e que reforça, de fato, essa mensagem de esperança, a mensagem de que os desaparecidos não vão ser esquecidos, que as buscas devem acontecer até que haja efetivamente a localização, a identificação dessa pessoa.

Ela tem uma história por trás – que eu nem vou saber contar com muitos detalhes –, que é a de que era um casal e a mulher desapareceu num lago, enfim, numa água, e aí, como sinal, também surgiu essa flor, que, então, representa essa busca incessante e esse sinal de que esses desaparecidos não vão ser esquecidos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Iara, porque é curiosidade mesmo, o pessoal está perguntando aqui.

Dra. Iara, a gente sabe das dificuldades da política. A lei é de 2018, então a senhora deve entender que eu fui a Ministra responsável pelo início da implementação da política no Brasil, junto com o então Ministro Sergio Moro. E não foi fácil. Logo em seguida veio a pandemia, mas não foi fácil a interação dos dois ministérios. A política, gente, é dividida em dois ministérios.

A pergunta, Dra. Iara, que eu quero fazer, já para liberá-la, mas eu queria que a senhora continuasse, porque nós vamos ouvir dois casos emblemáticos agora. Eu só queria perguntar o seguinte: quando estava para ser aprovado no Congresso Nacional, Dra. Iara, e eu quero cumprimentar toda a sua equipe... Ministro passa, Presidente passa, mas essa equipe continua lá... Parabéns pelo trabalho de vocês! Dra. Iara, quando estava para ser aprovada aqui a lei, havia uma grande resistência de que não se fizesse junto o cadastro nacional de crianças com o cadastro nacional de adultos. Lembra que tínhamos um Cadastro Nacional de Crianças Desaparecidas? Aí a gente unificou os dois, e eu me lembro bem de que quem mais reagia para não unificar os dois cadastros era o Conselho Federal de Medicina, que tinha uma atuação muito grande nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política. A pergunta é, Dra. Iara... Eles diziam o seguinte: "Vai colocar a criança num bolo? Vai fazer campanha direcionada para o adulto e a criança? Criança não pode esperar; adulto pode esperar...".

Então, a pergunta é, Dra. Iara: com a unificação do cadastro – adulto e criança –, a senhora acha que trouxe prejuízo para a localização de crianças, ou a senhora acha que foi um fator decisivo para que a política avançasse?

A SRA. IARA BUORO SENNES (*Por videoconferência*.) – A gente aqui... Como eu falei, o cadastro nacional tem todos os registros de ocorrência de desaparecimento, então, atualmente, é unificado, não existe um cadastro separado para criança e adolescente, e um para adulto. Não entendo que isso implique nenhum prejuízo para a busca, para a localização, porque a lógica do cadastro é que, primeiro, existe retrabalho para a polícia. Então, a base de dados do cadastro é automatizada a partir de todos os registros de ocorrência feitos nas unidades policiais. A gente não quer gerar... O objetivo não é gerar retrabalho, é primeiro fazer um registro, depois cadastrar num sistema nacional... Além disso, ele tem uma perspectiva de ter uma integração de dados, de fato, em nível nacional, e a gente não quer segregar isso em dois sistemas. Mas, apesar disso, é um sistema que possibilita diferentes filtros. Então, se você está fazendo investigações, ou alguma campanha, ou atuações específicas para criança e adolescente, o sistema permite que você faça essa filtragem tanto no painel público, que é a interface voltada ao cidadão – a parte pública do cadastro –, quanto na parte interna, restrita aos profissionais da segurança pública. Você consegue separar essa atuação, e a nossa lógica, de fato, é de uma integração e de não alterar, não gerar mais trabalho numa rotina dessas investigações da polícia civil, que já é uma rotina difícil, a gente já tem muita falta de efetivo, falta de estrutura. Então, a gente, de fato, entende que o cadastro vem aí para consolidar em nível nacional essas informações e possibilitar de forma mais célere essas buscas sem nenhum prejuízo para os desaparecimentos de crianças e adolescentes estarem integrados nesse mesmo sistema, porque a gente consegue escolher essa separação sem nenhum problema.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Iara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ia solicitar... Vou continuar solicitando que a senhora continue até o final da audiência, porque os dois próximos casos que nós vamos ouvir são muito emblemáticos e nos desafiam o tempo todo. Então, por favor, continue até o final.

Na sequência, nós vamos ouvir agora o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão, Comandante Célio Roberto Araújo, que está de forma presencial. Obrigada, Comandante, por ter se deslocado do Maranhão para participar dessa audiência pública. Nós estamos ao vivo para todo o Brasil, os gabinetes dos Senadores estão todos conectados nesta audiência, o que mostra o compromisso do Estado do Maranhão com a pauta, o compromisso do Corpo de Bombeiros de ter se deslocado até esta audiência.

Comandante, o senhor tem dez minutos. Se precisar, pode extrapolar um pouquinho, porque eu sou generosa.

Gente, eu encontrei o telefone do Comandante e do Secretário. Deixe-me contar para o senhor, doutor, o senhor não sabe: eu falava com o Comandante pelo menos duas, três vezes por dia enquanto estavam procurando as crianças. Teve um momento que ele estava dentro da lama e ele conseguia falar comigo.

Eu quero cumprimentá-lo, Comandante, porque ele não entrou nessa só como Comandante. Os bombeiros do Maranhão, os policiais do Maranhão entraram como pais, eles foram aguerridos e eles vão mostrar aqui uma coisa incrível de como a sociedade se envolveu. Eu acho que não existe no Brasil um caso igual ao de Bacabal. Teve um dia que tinha mais de mil voluntários procurando as crianças no meio da mata.

Então, Comandante, eu quero lhe agradecer por todas as vezes que eu liguei. Eu ligava chorando, ele chorava do outro lado, e, às vezes, cansado... Nós temos imagens dos bombeiros, gente, com lama até o pescoço, e eles não desistiam do trabalho. Então, Comandante, obrigada pela parceria de ter nos dado o tempo todo, em tempo real, notícias da operação. E parabéns pelo que vocês fizeram!

O SR. CÉLIO ROBERTO ARAÚJO (Para expor.) – Bom dia. Sou o Coronel Célio Roberto, tenho a honra de estar aqui presente, Senadora Damares, e agradeço-lhe pelo convite. Esta é uma oportunidade que nós temos de mostrar o trabalho integrado que a segurança pública do nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estado tem feito, porque a missão não se encerrou ainda de busca às duas crianças que estão desaparecidas lá no nosso estado.

Quero também cumprimentar aqui o Dr. Ederson, que é Delegado-Geral adjunto, e que comanda, pela polícia civil, as operações lá no Município de Bacabal. Quero também aqui, em nome do Governador Carlos Brandão e do Secretário de Segurança Maurício Martins, cumprimentar e saudar todos.

Vou aqui avançar, devido ao nosso tempo, para que nós compreendamos... Fiz aqui uma pequena demonstração, um material para mostrarmos o nosso trabalho de forma resumida. (*Pausa.*)

Bom, o desaparecimento das crianças ocorreu no dia 4 de janeiro de 2026, ali por volta de 16h, quando, segundo relatos, a avó das crianças dá falta das crianças. Elas estavam com ela, brincando no quintal, e depois ela estava deitada, se levanta e não percebeu mais ali o movimento das crianças, passou a procurar ali por perto, e as crianças não foram encontradas; e ela já, então, deu o alarme, e aí habitantes locais ali, os vizinhos, começaram a fazer as buscas.

Para nós, no corpo de bombeiros, chegou ali já à noite. Primeiro, a mãe vai e comunica à polícia civil, que, de imediato, aciona a polícia militar. A polícia militar é o primeiro órgão que chega ao local, o corpo de bombeiros chega em seguida, e, a partir do dia 5, já cedo, já começa, então, por determinação do nosso Secretário, a haver uma mobilização maior das equipes. Pelo corpo de bombeiros, as nossas equipes especializadas já se deslocaram de imediato com uma aeronave do Centro Tático Aéreo, com o cão e o seu tutor, para iniciar, de imediato, as buscas lá no povoado São Sebastião dos Pretos, que é uma área remanescente de quilombos, local em que as crianças residiam.

Aqui é a foto da Ágatha Isabelly, de seis anos...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Linda!

O SR. CÉLIO ROBERTO ARAÚJO – ... irmã mais velha, e do Allan Michael, de quatro anos, o irmão mais novo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas crianças estavam no quintal, e, segundo relatos do Kauan, que é o primo das duas crianças, que foi encontrado no dia 7, eles teriam saído de lá do quintal para ir para um outro local, lá mesmo no povoado, para brincar ali numa plantação de maracujá. Eles estavam percorrendo uma única via de acesso para entrar no povoado e foram encontrados pelo irmão da mãe das crianças, que pediu para eles retornarem.

Eles retornaram, mas, segundo o relato do Kauan, deram uma volta por trás do quintal, e, segundo o relato dele, eles se perdem exatamente quando vão tentar, por dentro do matagal, chegar até a essa plantação de maracujá.

O Município de Bacabal fica distante aproximadamente 250km de São Luís; o acesso principal é a BR-316. Ele é cortado pelo Rio Mearim, que é um rio navegável. De Bacabal, dá para chegar, por exemplo, até a cidade de Arari e, de Arari, chegar ali ao Golfão Maranhense, Baía de São Marcos, já próximo de São Luís, e São Luís é uma ilha. Então, o acesso é pela BR-316; depois, pela BR-135, chega-se a São Luís.

Aqui é uma vista aérea lá do povoado de São Sebastião dos Pretos, e a nossa unidade, que deu a primeira resposta, ainda no domingo à noite, no dia 4 de janeiro, no 6º Batalhão de Bombeiros, lá na cidade de Bacabal.

Vale lembrar que essas buscas se intensificaram no entorno do povoado, no local em que as crianças desapareceram. Aí, no dia 7 de janeiro – portanto, três dias depois –, o Kauan é encontrado por um carroceiro, em um local mais distante, em outro povoado, o povoado de Santa Rosa, distante aproximadamente 4km.

A partir daquele momento, nós já nos deslocamos para esse povoado, e foi criado outro posto de comando. Ficou um posto de comando lá no povoado de São Sebastião e ficou outro lá no povoado de Santa Rosa, em que se concentrou uma logística maior. Então, há o posto 1, lá em São Sebastião; e o posto 2, lá no povoado de Santa Rosa. E aqui a gente tem uma visão aérea de lá também.

Imaginando já que poderia durar um certo tempo, e pela complexidade da ocorrência, nós estabelecemos o sistema de comando de incidentes, até porque tem uma rotina de troca de plantão e também de troca de equipes. Então, nós o colocamos lá. Eu, pessoalmente, estive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhando o Secretário de Segurança, o Dr. Maurício, comandando o incidente. Mesmo quando tinha que retornar a São Luís, ficava acompanhando toda a gestão ali dessa ocorrência.

Frentes ativas que nós tivemos: terrestre, com as buscas – mais à frente, eu vou demonstrar que dividimos por quadrantes –; tivemos também a busca aérea, o CTA, com duas aeronaves, fazendo buscas constantes; busca pelo meio aquático, tanto no Rio Mearim, quanto também em lagos, porque tem na região dois lagos principais; com *drones;* e com o binômio cão e homem.

Nós tivemos apoio – e aqui eu aproveito para agradecer ao Corpo de Bombeiros do Ceará e ao Corpo de Bombeiros do Pará, que enviaram cães utilizados para fazer busca tanto por pessoas desaparecidas e vivas, quanto por restos mortais. Essas buscas foram importantíssimas até para o trabalho da polícia civil, a quem eu agradeço aqui. A polícia civil continua com um trabalho minucioso, e esse trabalho tem rendido, até para todos nós que fazemos parte da segurança, também uma folga – vamos dizer assim –, no sentido de que as equipes estão sendo empregadas, agora, de acordo com aquilo que a polícia civil tem demandado.

O nosso batalhão de busca e salvamento também se deslocou para o local, e, juntamente com todos, nós fizemos esse percurso, essa marcação aí em amarelo. Isso aí é o deslocamento dos nossos militares. Nós usamos um aplicativo, cada bombeiro fazia seu percurso ali – a sua busca – e, ao final, chegava para descarregar, no computador que nós tínhamos no local todo o percurso percorrido, de maneira que isso nos deu a plena certeza de que toda a área possível foi coberta dentro do perímetro que nós delimitamos.

Bom, esses são os 45 quadrantes. Nós vamos ver, um pouquinho à frente, que ele tem uma forma de cone, que é saindo do ponto ali em que nós temos P1, que é o posto de comando 1. E é exatamente um trabalho científico, porque, normalmente, no caso das crianças se perdem, elas vão fazer esse percurso que parte do início e depois vai abrindo um pouco, ou para a direita ou para a esquerda. Por isso, nós fizemos essa divisão em quadrantes, que tem o formato de um cone.

Esse é o desenho geométrico do cone, com cada quadrante que foi exaustivamente verificado por nossas equipes, com os cães. Informações importantes foram repassadas a partir do trabalho com os cães e deu para se localizar pontos em que as crianças passaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Pode continuar.

O SR. CÉLIO ROBERTO ARAÚJO – Essa aqui é uma imagem noturna feita por um *drone* que tem câmeras térmicas, e foi possível nós verificarmos, por exemplo – tem um vídeo que divulgamos –, até a imagem de uma capivara, de duas capivaras, que dá para captar. Então, foi feita essa varredura, e nós não conseguimos, de maneira nenhuma, tanto nas buscas por terra quanto pelo *drone*, localizar as crianças.

Aqui é um trabalho que foi feito à noite também, que tinha o auxílio dos *drones*, mas de também cães. Nós utilizamos 52 militares do corpo de bombeiros por dia, mais dez órgãos parceiros, entre os componentes do sistema de segurança – mas também do Exército Brasileiro – e muitos populares, habitantes locais. Nós tivemos um dia em que registramos aproximadamente mil pessoas que estiveram ali conosco, realizando buscas. Eram nove equipes, simultaneamente, trabalhando.

Os *drones* fizeram varredura aérea, nós tivemos todo o georreferenciamento da área. Ali tem uma imagem do nosso computador, que demonstra como aquela área foi exaustivamente vasculhada.

Aqui são os cães do Corpo de Bombeiros, a Pandora, o Chico, a Flecha e o Zoe, que foram empregados. Essa atuação deles foi importantíssima, tanto para identificação de trilhas, para a confirmação de presença das crianças, a delimitação da área quente. Então, mais um apoio dos canis do Pará e do Ceará.

Quero aqui fazer um agradecimento ao Corpo de Bombeiros do Ceará especialmente, que, inclusive perdeu uma cadela no deslocamento para chegar até Bacabal, já pertinho da cidade. Ela não resistiu à viagem, e perdemos a cadela. Para nós, esses cães são muito preciosos. Para uma atuação de busca, eles são fantásticos.

Essas buscas se intensificaram em um ponto, a partir de um ponto exato no Rio Mearim – o Dr. Ederson, depois, pode falar um pouco mais sobre isso – em que quatro cães detectam que as crianças chegaram até a margem do Rio Mearim. Então, a partir daquele momento houve algumas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ações, até com o apoio da Marinha. Nós fizemos... Como dá para se ver, há zero visibilidade na água do rio, e o mergulho, inicialmente, pelos bombeiros estava sendo feito no tato. Nós solicitamos o apoio da Marinha, que enviou um sonar, e fez uma varredura por 19 km. No rio, tem árvores caídas com as galhadas que terminam prendendo objetos. Esse também era outro risco para a operação de mergulho. Com o sonar, o mergulho ali próximo foi feito de forma mais seletiva e segura, mas nós percorremos, a partir do ponto da entrada do rio, onde as crianças são detectadas por último, descemos, o rio no sentido da correnteza, até 180km, fazendo buscas. A integração foi total com as instituições.

Aqui nós queremos agradecer ao Exército Brasileiro e à Marinha do Brasil que estiveram conosco, e à Segurança Pública, nesse trabalho que ainda permanece, mas com a polícia civil, o corpo de bombeiros e a polícia militar agora.

A equipe da Marinha usou esse sonar. Foram feitas de maneira exaustiva também as buscas, e eles detectaram 11 pontos de interesse. Nesses pontos de interesse, realizamos o mergulho e nada foi encontrado. O percurso, como já falei, foi de 180km, entre Itapecuru e São Mateus também, dois municípios.

Essas são as forças da segurança e da saúde, polícia militar, polícia civil, Exército Brasileiro, Samu, Defesa Civil, Marinha, Brigada de Proteção Ambiental, CTA, bombeiros civis e órgãos municipais.

Eu quero destacar o apoio da Prefeitura de Bacabal, na pessoa do Prefeito Roberto Costa, que deu todo o apoio logístico para a nossa operação e tem dado até agora, tem apoiado muito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Antes de o senhor passar, volte a imagem.

Gente, deem uma olhadinha em quantas instituições se envolveram nessa operação. Foi incrível!

O que a gente via na internet, e nós tivemos muitos *influencers* lá, fazendo transmissão ao vivo – nem sei se isso foi bom, ou se foi ruim, o Delegado vai falar –, mas ver todas essas instituições em busca de três crianças, de duas, porque uma foi encontrada com três dias, emocionou o Brasil, Comandante, me emocionou, e a forma como vocês se mobilizaram... E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando ele fala órgãos municipais, gente, foram todos os órgãos, as escolas, as secretarias, todo mundo. Havia aqueles que saíam do horário de trabalho para fazer buscas à noite. Então, foi assim, muito incrível o que aconteceu.

Esse apoio interinstitucional eu acho que a gente precisa usar isso muito como modelo no Brasil inteiro. Acho que vocês construíram ali em Bacabal... A necessidade foi tão grande... Acho que vocês nem imaginavam, mas vocês estavam construindo um modelo para o Brasil, um modelo de apoio interinstitucional na busca de crianças.

O SR. CÉLIO ROBERTO ARAÚJO – Obrigado, Senadora.

Então, aqui, é um resumo das buscas pelas crianças lá em Bacabal.

Em 4 de janeiro, é quando se dá o acionamento. Depois, em 5 de janeiro, busca mais especializada pelos órgãos. Em 7 de janeiro, o Kauan é encontrado. Há a continuidade das buscas e hoje, atualmente, a operação prossegue nas buscas pelas crianças, e não vai parar. A determinação do Governador Carlos Brandão é esta: que continuemos com as buscas.

Então, lições aprendidas que eu quero deixar aqui: o elevado nível de coordenação com o SCI que foi criado, o Sistema de Comando de Acidente; a flexibilidade tática também foi ajustada a cada momento ali no terreno; a forte integração entre agências – isso aí foi importantíssimo; a eficiência tecnológica com *drones*, georreferenciamento de aplicativos – isso aí também deu muita precisão nas buscas; respostas rápidas, a inteligência, que era o que a polícia civil demandava, tinha-se logo, de imediato. Cada informação que chegava para a polícia civil, nenhuma deixou de ser considerada.

E eu quero deixar aqui, encerrando, esta palavra para reflexão, que foi o próprio Jesus quem disse: "Deixem vir a mim as crianças e não as impeçam, pois o reino dos céus pertence aos que são semelhantes a elas".

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Amém!

Gente, bombeiros do Maranhão... (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comandante, antes de eu passar a palavra para o Delegado, o menininho Kauan, quando foi encontrado três dias depois, estava bem debilitado. O senhor viu o menino Kauan no dia em que ele foi encontrado? Como é que ele estava? Conte para a gente.

O SR. CÉLIO ROBERTO ARAÚJO – O Kauan foi levado para o hospital. Eu não cheguei a vê-lo no dia em que ele foi encontrado. Talvez o Dr. Ederson o tenha olhado uns dois dias depois, até porque o acompanhamento dele foi muito seletivo, tinha toda uma equipe, uma psicóloga que já o atendia. Vale lembrar que o Kauan é portador do espectro autista. Então, até isso, para abordar... Ele já tinha uma psicóloga que o acompanhava. Eu não tive contato, e ninguém teve, porque ele ficou hospitalizado, mas, assim, ele perdeu aproximadamente 8kg.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em três dias, gente, em três dias... Inclusive, tem a história, Doutor, que ele foi encontrado sem roupa, gente. Três dias depois, um menino de oito anos, com autismo, Luciana. Depois, entenderam o porquê de ele estar sem roupa: o *short* dele ficou tão folgado, e ele ficava andando na mata, que ele preferiu ficar sem, para o *short* não atrapalhá-lo. Pelo menos, foi isso que ele disse num certo momento à psicóloga.

A gente tem aí uma criança com autismo. Aí tem aquela dúvida dos ativistas em defesa da infância: se foi um sequestro, devem ter descartado a criança com autismo, porque dava muito trabalho para cuidar. É possível? Tem essa pergunta no ar, mas as buscas continuam.

Eu já sei que Kauan está bem, voltou para casa. Ganhou até uma casa nova, né? Ganhou uma casa nova. É uma comunidade pobre.

Inclusive, Comandante, a Comissão aprovou uma diligência para os Senadores irem a Bacabal, assim que tivermos a oportunidade. Vamos conversar com a Secretária de Segurança, definir o melhor momento, para a Comissão fazer lá uma audiência pública, de lá, transmitindo com as famílias de Bacabal – muito para a gente engrandecer essa cooperação das famílias na busca das crianças.

Parabéns, Comandante, parabéns! Eu sou entusiasta do trabalho da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil do Maranhão. Parabéns pelo que vocês fizeram!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, nós vamos ouvir, ainda diante do caso do Maranhão, o Delegado-Geral Adjunto Operacional da Polícia Civil, o Dr. Ederson Martins.

Obrigada, Doutor, por estar conosco.

O SR. EDERSON MARTINS (Para expor.) – Eu queria cumprimentar a Senadora Damares, por meio de quem cumprimento toda a Mesa. Um cumprimento também especial ao Coronel Célio, parceiro de luta não só em Bacabal, como em outras demandas do estado.

Senadora, primeiramente, quero trazer a palavra do nosso Delegado-Geral, agradecer o espaço. É muito importante para a Polícia Civil do Estado do Maranhão mostrar o que está sendo feito. Não está sendo poupado esforço em momento nenhum.

Desde o momento em que chegou para a gente a informação do desaparecimento, formal, através do boletim de ocorrência, têm sido adotadas todas as medidas possíveis, cabíveis – e tudo que chega para a gente tem sido checado. Infelizmente, muitas informações têm chegado de maneira truncada, e mesmo assim a gente não tem desperdiçado as informações que têm chegado.

Eu queria quebrar o protocolo de imediato só para agradecer a todas as instituições que tiveram lá no dia a dia. Aqui eu falo não como um policial, não como um delegado, mas como um pai. Também tenho filho pequeno. E lá a gente viu uma mobilização sensacional não só dos órgãos de segurança, corpo de bombeiro, polícia militar, CTA, como a prefeitura municipal, todo o apoio, todo o apoio que foi dado. Então, quero agradecer a todos que participaram, à sociedade civil organizada... A gente viu muitas pessoas no meio da mata, até mesmo algumas correndo algum certo risco por não terem treinamento hábil para entrar no local. Era um local muito inóspito. Era uma mata muito fechada, muito densa. A gente chegou a encontrar várias armadilhas de caçadores. A gente conseguiu plotar e identificar inclusive animais silvestres... Poderia ter tido algum acidente, mas graças a Deus não teve nenhum acidente.

Então, quero parabenizar essas pessoas que entraram. Como eu falei, eles não entraram ali como profissionais, entraram como pais de família e tentaram de alguma forma localizar as duas crianças após a localização do Kauan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, o papel da polícia civil é investigativo. A gente só entra num caso quando há realmente a informação de crime. Inicialmente a gente foi com a informação provável de uma ocorrência de crime. A gente teve alguns recortes na nossa investigação.

Eu não trouxe o material para postar, até porque a nossa investigação ainda não terminou. O inquérito policial, por si, é sigiloso, ainda mais quando se trata de crianças. Então, não tem como postar material para vocês, mas a gente pode repassar o que foi feito, o que está sendo feito e algumas coisas que ainda serão feitas para a finalização dessa investigação.

Como eu falei, houve alguns recortes. Inicialmente, a gente foi para o local acreditando que já haveria ali realmente um crime e, infelizmente, pensamos até em crime contra a vida e fomos focados nesse sentido. Mandamos nosso superintendente, o superintendente de homicídio e proteção à pessoa, que não só investiga homicídio como também tem lá o departamento específico para crianças desaparecidas – a gente também já utiliza o Amber lá –; temos um policial, um delegado, que é o focal, no nosso estado, em casos de crianças desaparecidas. Desceu, então, uma equipe da SHPP; desceram equipes da superintendência do interior, bem como as equipes locais.

Nesse início, como eu falei, a gente teve a investigação acreditando que havia um crime e que ele seria desvendado rapidamente. Porém, foram se passando os dias e, no terceiro dia, a gente teve a grata surpresa da localização do Kauan, com vida, em um ponto distinto e distante de onde tinham inicialmente se iniciado as buscas. E, a partir dali, o nosso panorama mudou, porque tivemos o contato, não diretamente, inicialmente com o Kauan. Nós o visitamos no hospital, mas o contato, através das informações, estava sendo repassado pelo corpo de saúde, pela psicóloga, pela psiquiatra e pelos outros médicos que estavam cuidando ali do Kauan. E ele imediatamente repassou para a gente que realmente eles teriam se perdido na mata; eles teriam entrado, como o Coronel Célio bem explicou, teriam tentado dar a volta para despistar o tio dele, que tinha inicialmente pedido para eles retornarem, e ali eles teriam se perdido em meio à mata. Ele firma e reafirma não só para uma pessoa, ele firmou para a psicóloga, para a psiquiatra... A gente teve nossos peritos da perícia geral do IPCA, que fizeram a oitiva, a escuta especializada dele, e ele novamente com as mesmas informações... Então, ali a gente partiu do pressuposto de que inicialmente não haveria nenhum tipo de crime e que eles realmente teriam se perdido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Teve aqui algumas elucubrações de que eles não conseguiriam chegar ao ponto aonde chegaram por ser muito longe, por ser distante, por ser inóspito, mas a gente conseguiu, através de populares, provar que daria, sim, para chegar ao ponto onde foi localizado. É longe, aproximadamente 4km em linha reta, porém a gente gastou aproximadamente de quatro horas e meia a cinco horas com os populares que conheciam a mata. Ou seja, seria, sim, provável eles chegarem ali. Demoraram mais porque realmente estavam perdidos, porque, se não estivessem perdidos, eles teriam voltado para o local aonde queriam chegar, já que o ponto de referência deles era o pé de maracujá da residência do pai. Queriam ir para lá brincar. Ele era o mais velho, já era, inclusive, acostumado a andar não aquela distância toda, mas era acostumado a entrar naquela mata, pois o pai dele trabalhava no meio da mata em que eles faziam como se fossem loteamentos internos para fazer a plantação. Ele trabalhava cuidando dessa plantação bem como consertando as cercas para que animais não entrassem e comessem aqueles plantios. Então, ele já era acostumado a andar naquela região, o que foi comprovado – que ele realmente era acostumado e gostava de andar no meio da mata – na nossa reconstituição.

A gente teve uma medida judicial e conseguiu uma reconstituição de ele levar a gente até à casa onde ele alegava que seria o último ponto em que eles teriam ficado juntos. A gente conseguiu ali a reconstituição e ali comprovou que ele realmente gosta de andar no meio da mata. Tanto é que tinha uma vareda maior, um campo, uma área maior para ele passar, e ele não seguiu nesse caminho, ele preferiu entrar para as varedas menores no meio da mata e caminhava muito rápido. Inclusive, alguns delegados ficaram até para trás, tendo em vista a velocidade que ele andava no meio da mata.

Muito se especulou sobre a condição dele, por ter o TEA, por ter o TDAH. Mas eu tive contato com ele posteriormente e, inclusive, cheguei a conversar com ele. Ele é uma criança muito inteligente, é uma criança muito esperta, tem uma memória fotográfica espetacular. A gente chegou a essa casa caída, infelizmente, já no décimo dia. Ele foi encontrado no terceiro. No décimo dia, a gente chegou a essa casa caída onde seria o último ponto. Como o Coronel falou, a ajuda de primordial importância foi do binômio – do operador e do cão –, que conseguiu comprovar realmente que ali as crianças teriam passado, com o odor específico das três crianças, conseguiu comprovar que os três estiveram na casa. Ele, através de filmagem, de foto, conseguia antes descrever aquela residência, aquela casa caída, que fica às margens do Rio Mearim, e ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falava: "Aqui teria um balde assim, aqui teria uma bota assim, aqui teriam outras características". Inclusive, no dia em que a gente levou a psicóloga no local, ela ficou arrepiada, porque ela falou: "Eu estou vendo o que ele me relatou, estou vendo aqui". E o que ele confirmou no dia em que ele foi pessoalmente nessa casa caída. Mandamos o vídeo para ele anteriormente, porque a gente queria que essa medida só ocorresse de maneira extrema, a gente não queria colocá-lo num ambiente onde ele teria se perdido. Porém, infelizmente, não vimos outra alternativa a não ser levá-lo ao local para realmente comprovar que ali seria o último ponto. Então, a gente não queria fazer todo o trajeto dele – da saída até onde ele chegou –, a gente queria o último ponto, para, a partir dali, a gente ter uma diretriz das buscas e continuar a nossa investigação. Foi confirmado que realmente as três crianças estiveram ali, foram quatro cachorros, quatro K9s, que foram com os odores específicos das três crianças. Quando se passavam da Ágatha e do Allan, os cães iam em direção ao rio, faziam o mesmo percurso que o Kauan teria explicado onde teriam ficado na casa e iam em direção ao rio. Quando era do Kauan, ele pegava a trilha onde o Kauan foi localizado, o que comprova que os cães tinham um veredito real de que as crianças teriam estado ali e ido no local correto. Quando tivesse passado o odor específico de Kauan, se ele não tivesse subido, poderia pairar uma dúvida, mas, a partir do momento em que ele subiu – e não foi um cão, foram quatro que confirmaram –, as nossas buscas e as investigações partiram para ali. A gente já tinha o ponto zero, ou seja, onde eles estiveram juntos pela última vez, e ali a nossa investigação iria ter continuidade.

A partir de então, a gente poderia ter um crime? Poderia. A gente analisou como uma probabilidade remota, porque está...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDERSON MARTINS – Vamos dar um exemplo: um algoz encontra duas crianças perdidas e ali faz o mal. Poderia ser essa possibilidade? A gente não pode descartar. Poderiam ter caído? Falaram que a gente tinha dado essa versão de que eles teriam efetivamente caído no risco e se afogado, morrido. Essa versão não foi dada, em momento nenhum, oficialmente pela polícia civil. Seria uma das hipóteses? Sim, como várias hipóteses podem ter ocorrido a partir dali. Mas o que a gente tem pontual é que, até aquela chegada, não existe uma quarta pessoa envolvida, não existe ninguém que andou com as crianças na mata, não existe ninguém que alimentou essas crianças na mata. A partir de quem? A partir da versão da testemunha que a gente tem. A principal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prova que a gente tem é a testemunha, que é o Kauan. E ele, como eu falei, é firme nas suas palavras. Não foi uma pessoa só que o ouviu, foram várias pessoas, profissionais especializados que o ouviram e conseguiram extrair dele essas informações.

Nós temos, desde o início, uma comissão formada, diferentemente de outro estado, do Estado do Pará, que é um delegado específico para o caso: são três delegados, que não vão sair desta comissão enquanto não finalizar essa investigação. São delegados experientes. Temos um delegado da SHPP, que é um delegado já experiente de casos emblemáticos. Ele está, desde o início, nessa investigação; temos o Delegado Jeffrey, temos o Delegado Murilo, que é da superintendência do interior e também já passou por unidades especializadas, e temos a Delegada Ariana, que é a delegada do local. É muito importante a participação dela por ser a delegada responsável pela área e por ter sido a pessoa que teve os primeiros contatos. Então, a gente tem esta comissão, que não vai ser desfeita enquanto não tiver o relatório final desse procedimento. É uma determinação do Governador e do Secretário de Segurança, e foi incumbido para a gente, através do Delegado–Geral, para que continue essa investigação através desta Comissão. Então, a gente está imbuído...

Tivemos muitas informações, às vezes, desencontradas, mas, ainda assim, checamos, fomos ao Estado de São Paulo checar possíveis crianças. As possíveis crianças teriam estado em um hotel. Fomos lá e realmente comprovamos que não eram as crianças. Tivemos informação no Estado do Pará, onde chegamos a checar, mas as crianças eram de dez e onze anos. Então, totalmente diferente do que a gente estava procurando. Mas estamos checando. Então, toda a tese, toda e qualquer tese que apareça, a gente tenta, de alguma forma, espancar, verificar as informações para depois não falarem assim: "A polícia civil não fez isso". Não, a polícia civil vai fazer, a polícia civil vai até o final dessa investigação para entregar à sociedade uma investigação bem-feita. A gente espera, roga que encontremos essas crianças bem e com vida, mas a gente tem que finalizar esse caso e, então, a gente vai entregar a investigação do que realmente a gente conseguir identificar, localizar, para a gente ter um inquérito robusto e realmente com provas técnicas e legais. Todos os meios probatórios possíveis estão sendo utilizados: meios tecnológicos, investigação em local, informações, informantes. Então, a gente não está dispensando nenhuma investigação e tem feito tudo para que a gente termine essa investigação da melhor forma possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutor, muito obrigada.

Gente, é a Polícia Civil do Maranhão. (*Palmas.*)

Doutor, só uma pergunta: quatro cães, um confirmando o outro – e a gente sabe que esse trabalho foi necessário –, chegam, depois de andarem muito na mata... A conclusão é a de que aquelas crianças da casa caída chegaram na beira do rio. Então, vocês começam a partir da beira do rio. Essas crianças podem ter se afogado no rio? Havia história de jacarés na região – não sei se é verdade –, mas, a partir do rio, elas podem ter sido levadas também. É por isso que a última pista de vocês chega no rio. Então, agora, a fronteira de vocês é o mundo, não é mais só a mata, não é mais só a casa caída. Eu entendo que a fronteira de vocês agora é o mundo.

O menino Kauan falava de uma gorda, que dava manga para eles na mata. Isso foi descartado?

O SR. EDERSON MARTINS – Isso foi checado e foi descartado, a exemplo de outras informações que teriam falado que Kauan teria dito. A partir do momento que a psicóloga, que era quem tratava dele, quem cuidava dele e o escutou, essa hipótese foi totalmente descartada, tendo em vista que ele mesmo fala que não se alimentou durante esses três dias, tanto é que ele perdeu aproximadamente oito quilos. E a água que ele tomou foram em poças formadas pela chuva, né? Ou seja, não teve ninguém com eles, nem tampouco quem os tivesse alimentado, né?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutor, eu só quero encerrar a sua participação, parabenizando pela forma como vocês lidaram com o espectro do autismo.

Imagine mil pessoas, gente, na hora em que esse menino é encontrado, em que ele chega na carroça, no povoado. Imagine todo mundo em cima dessa criança. Ali poderia ser o fim de tudo, porque ele poderia entrar em pânico, ficar sem falar, mas a forma como a polícia pega esse menino, e vocês, com todo o carinho, levam para fora, com acompanhamento 24 horas – com psicólogo, psiquiatra –, e aos poucos a família sendo inserida no convívio... Gente, isso foi fundamental para que ele tivesse saúde física, emocional, para que ele falasse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero cumprimentar pela delicadeza e a sabedoria como vocês lidaram com tudo, especialmente pelo fato de o menino ter autismo e vocês não o deixarem entrar em pânico. E o menino conseguiu dar as respostas ao longo dos dias que vocês precisavam.

Parabéns, Doutor! (*Palmas.*)

A polícia civil... Nós temos instituições aqui que trabalham com crianças com autismo e esse caso chamou muito a atenção de toda a sociedade civil pela forma como vocês respeitaram a condição do menino e a forma como vocês conduziram.

Nós vamos... Sim? Quer falar uma coisa? (*Pausa.*) Não?

Nós vamos para o terceiro e último caso agora, que é o nosso menino Davi, lá do Rio de Janeiro, e, no final, a gente vai ouvir duas autoridades. Mas, antes de passar a palavra para a mãe do Davi, do Édson Davi, nós vamos ouvir Fábio Peres Peixoto, que foi a instituição que nos conectou com a mãe do Davi. Ele é pastor e Diretor do Instituto Cultural Shelter.

Diretor, o senhor tem a palavra, e obrigado por estar na audiência com a gente.

O SR. FÁBIO PERES PEIXOTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, Senadora Damares, demais Senadores e todos os componentes aqui desta Comissão tão importante.

Eu quero agradecer a oportunidade, Senadora, que a senhora tem dado de voz dessas crianças – não só do Davi, mas de tantas outras crianças – que estão desaparecidas. Diante dos olhos de Deus, elas não estão esquecidas. E a senhora tem sido essa voz, para que a voz dessas mães – de tantas Marizes e de tantas outras mulheres que perderam os seus filhos – possa ser ouvida.

E quero, de antemão, já agradecer também a Mari, uma das suas assessoras, que foi a ponte para que eu pudesse trazer esse caso da Marize e do menino Davi até a senhora. Agradeço muito, porque, quando eu conheci a Marize, encontrei uma mãe desesperada, sem ter quem pudesse ouvir o seu grito, o seu clamor. E aí, no dia em que ela conta essa história – que eu tinha acompanhado pela TV, apenas –, ela falou que gostaria muito de ter acesso à senhora, para contar a sua história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, através da Mari, a senhora, no mesmo dia em que eu falei com a Mari, a Mari falou dessa história e a senhora entrou em contato comigo, então lhe agradeço muito, muito, muito mesmo. Ela vai contar a história muito melhor do que eu, daqui a pouquinho, tenho certeza disso.

Mas eu queria, Senadora, também abranger um pouco mais o assunto, porque eu estou na ponta, né? Então, cidades do Pará, como Portel, Breves, Porto de Moz, Melgaço... São casos que se repetem todos os dias – todos os dias.

Eu já vi diversos casos de crianças desaparecidas, em cidades como Lábrea, no Amazonas; no próprio Maranhão, na cidade de Belágua; cidades no Piauí, como Jerumenha, enfim, eu acompanhei de perto e vi de perto desde 2004. Desde 2004, acompanho vários e vários casos, e, muitas vezes, a gente não tem voz, a gente não consegue ir além. Quantas vezes, por tentar se envolver e encontrar crianças, ou casos de crianças que foram abusadas, que foram espancadas, a gente ouvia muitas frases como "não se metam nisso, essa área não é com vocês"? Por quê? Envolvia gente muito poderosa, envolvia gente de todas as esferas, em todas as áreas. Várias vezes, e não foram poucas, eu vi autoridades envolvidas e ligadas diretamente a desaparecimento de criança ou abuso de criança.

Eu lembro... Quando a senhora relatou sobre a questão do Marajó, eu vi algumas pessoas que tentaram ridicularizar sua voz, autoridades que deveriam fazer coro com a senhora. Eu chorei porque eu sabia, conhecia exatamente o que a senhora estava falando. Hoje, por estar participando desta audiência e saber que a senhora tem sido essa voz para que crianças desaparecidas nos rios afora do Brasil, ou em cidades como a minha, no Rio de Janeiro, e como outras cidades, eu fico muito feliz em saber que esse grito tem sido ouvido. E esse grito não está apenas ecoando. Eu digo que o grito dos excluídos está chegando aos ouvidos da sociedade brasileira, do povo brasileiro.

Eu gostaria de lhe dizer, Senadora, que por algumas vezes, dentro dos rios... Eu sei que o tema especial que eu estou aqui para falar especificamente seria do Davi, mas eu não posso me furtar em falar quantas vezes, navegando pelos rios, o Rio Purus ou rios ali da região do Marajó, enfim... Eu fui abordado algumas vezes, em algumas embarcações, por crianças que estavam ali, muitas vezes, para se prostituir e poder ter um prato de comida. E muitas dessas crianças que subiram em embarcações nunca mais foram vistas pelos seus pais, nunca mais foram vistas pelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suas famílias. Então, eu tenho a certeza de que o assunto vai bem além, vai mais profundamente do que apenas o simples fato do desaparecimento, mas o porquê de tantas crianças desaparecerem e quem são essas pessoas que são envolvidas para que isso aconteça.

Eu quero dizer, Senadora, que nada fica escondido diante dos olhos do Senhor. E falo aqui como pastor, como responsável pelo instituto que trabalha no dia a dia com crianças. Na minha cidade, esses dias, eu fui procurado por uma criança que trabalha em uma escola e pediu: "Tio, quando eu for sair da escola, o senhor pode tomar conta de mim?". Eu perguntei: "Por quê?". E ela disse: "Porque tem um homem que fica na rua, quando eu saio da escola, que oferece dinheiro para ficar comigo". Esse caso já tinha sido levado a um conselho tutelar, que nada pôde fazer, porque a família dessa criança... A pessoa que assedia essa criança é envolvida na criminalidade. O que acontece? Muitas vezes, quem deveria cuidar não pode porque tem medo da sua própria vida.

E aí, eu volto a dizer, quantas vezes eu ouvi: "Não se metam nessas áreas, não entrem por essa causa porque não vai adiantar, não vai valer a pena e é muito perigoso". Mas eu tenho a certeza de que, através desta Comissão, está sendo colocado aqui o grito dessas pessoas, dessas crianças, não somente da mãe de Davi, que vai falar, aqui, muito mais sobre ele agora.

Eu quero agradecer muito, Senadora, e peço que não somente a Comissão, mas o Senado, a Câmara dos Deputados, os tribunais superiores, de um modo geral, possam ouvir esse clamor, esse grito desses excluídos. Que não seja apenas um eco, mas seja uma voz daqueles que não têm voz.

Eu agradeço muito esta oportunidade e peço a Deus, Senadora, que continue lhe dando força para avançar e para nunca desistir de olhar por tantos pais e mães que estão chorando numa hora como essa e sem ter socorro, sem ter quem possa lhe estender as mãos.

Tenho certeza de que esta Comissão será um instrumento para que crianças sejam encontradas, para que possamos não falar de histórias tristes, mas falar de histórias com finais felizes.

É assim que eu agradeço esta oportunidade nesta manhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Pastor Fábio. O senhor nos emocionou.

Quando o senhor disse, Pastor Fábio, que tem poderosos envolvidos no desaparecimento de criança, especialmente para exploração sexual e tráfico de órgãos, tem poderosos, sim. Há duas semanas, a gente viu um príncipe ser preso. Em 400 anos, nenhuma pessoa da família real do Reino Unido tinha ido para a cadeia. Um príncipe foi preso, mas eu não quero um só não; eu quero príncipes, Presidentes de Repúblicas, Senadores, ministros de tribunais superiores, como aqui, no Brasil, tem um sendo acusado agora de abuso sexual – de adulto, mas é abuso –, desembargadores, como o de Minas Gerais, que está sendo investigado, que tentou estuprar um sobrinho de 14 anos, Deputados Federais, delegados, seja quem for... Eu quero ver todos na cadeia.

A gente não aguenta mais, Pastor, ouvir... Ainda bem que a Polícia Militar do Maranhão não se conformou, porque podia ter encerrado ali. "Morreu afogado", porque é o que a gente... Termina tudo. "Morreu afogado, um carro de boi passou por cima, caiu na cacimba". É o que se escuta. A Polícia Civil do Maranhão não se conformou com essa resposta e continua buscando as crianças.

Pastor, parabéns! Eu não faço nada, não, Pastor. Quem faz são vocês que estão aí na ponta, no dia a dia, correndo risco de vida. Eu corro risco de vida? Corro! Meus assessores sabem. Ameaça de morte é todo dia, mas deixem-me dizer uma coisa: olhem a minha cara de medo – olhem a minha cara de medo! Enquanto tiver voz – quem me elegeu sabia o que eu vim fazer aqui, sabia que eu ia colocar o assunto na mesa, sabia que eu ia incomodar –, eu vou continuar incomodando, lamentando sabe o quê, Doutor? Desculpe-me. É nesta sala, aqui, que acontece a CPMI do INSS. Daqui a pouquinho vai começar. Isto aqui vai estar lotado de gente se estapeando. Agora é soco e pancadaria. Vai estar lotado de autoridades aqui, daqui a pouco. Cadê as autoridades aqui para discutir o desaparecimento de criança? Desculpem, mas eu precisava fazer este desabafo – precisava fazer este desabafo. (*Palmas.*)

Cadê? A Constituição Federal fala... E virão só para fazer vídeo e briga política. A Constituição fala que criança e adolescente é prioridade absoluta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou dizer uma coisa: uma nação que deixa a criança para trás não é uma nação abençoada. Nós estamos atraindo, inclusive, maldição para esta nação. Eu não quero mais ser conhecida no mundo como a nação que estupra meninos e meninas, a pior nação da América do Sul para se nascer menina por causa da exploração sexual. Eu quero ser conhecida como uma nação que não deixou nenhuma criança para trás – nenhuma criança para trás.

Parabéns, Pastor! Parabéns pelo seu trabalho!

Agora, vamos ouvir, gente... Nós estamos numa expectativa muito grande para ouvir a D. Marize Araújo, mais uma mãe que não se conformou com uma resposta que recebeu. Ela é mãe de Edson Davi Silva Almeida – todo mundo viu a imagem de Edson andando na praia –, de seis anos de idade, desaparecido no Rio de Janeiro.

Com muita honra, com muita alegria, D. Marize, e com muita emoção, nós a recebemos nesta Comissão. Seja bem-vinda! A senhora tem o seu tempo.

A SRA. MARIZE ARAÚJO (Para expor. *Por videoconferência*.) – (*Falha no áudio.*)... dando voz ao Edson Davi, meu filho amado, e a tantas outras crianças que, infelizmente, se encontram na mesma situação do meu filho.

Eu quero também agradecer ao Pastor: minha gratidão por essa ponte até a Senadora, que tem sido gigante. Deus está honrando a luta dela, que não é de hoje; passou por tantas lutas aí, mas Deus está honrando a Senadora, graças a Deus!

Antes de iniciar, eu queria também dar honra a quem tem honra. Eu sou maranhense, eu nasci e me criei no Estado do Maranhão. Então, eu quero parabenizar as autoridades, todas as autoridades do Maranhão que se empenharam em busca das crianças do Maranhão. Emocionou-me muito – eu vendo daqui. Por coincidência, infelizmente foi na mesma data do sequestro do Edson Davi, do meu filho. Então, para mim, foi muito difícil viver toda aquela busca, porque eu revivi tudo no dia 4, em 2026. Há dois anos, eu estava na mesma situação, mas com a diferença das buscas. Vocês foram heróis, vocês foram incríveis! Eu me orgulho de ser o estado em que eu nasci e me criei, que tem poucas tecnologias, eu creio menores do que as do Rio de Janeiro. Tiveram uma atitude gigante, porque a gente via que não eram só cargos procurando posições,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas eram pessoas se unindo em prol da vida dessas crianças, que é o mais importante, como a Senadora, com a tamanha compaixão com que luta por nossas crianças, por essa causa tão difícil.

É como o Pastor falou: uma guerra oculta. São crianças sendo silenciadas, um grito que a gente não escuta. Como mãe e como família, as nossas vidas são interrompidas em vida. Da mesma forma, a gente também fica gritando... O desespero todo dia, o medo, a dor. "O que será que está passando? Será que ainda está vivo?". É conviver com a incerteza a cada minuto. Então, a gente grita em silêncio... Como mãe, eu grito em silêncio todos os minutos pelo Edson Davi, um filho amado.

Para quem não me conhece, eu sou Marize, sou mãe de três filhos, sou mãe atípica do João Pedro. No dia da tragédia, eu estava na emergência com o João Pedro, que é autista nível 2 e estava com crise de asma. Eu precisei levá-lo à emergência, e o Édson Davi faltava um mês para completar seus sete anos e ele pediu muito – estava de férias da escola – para acompanhar o pai naquele dia. O dia nasceu nublado, amanheceu nublado, com um pequeno sereno, mas, como era verão, janeiro, e eu sabia que logo mais ia parar aquele sereno, eu deixei ele ir, mas com aquele aperto no coração, porque a gente só confia quando está com a gente, mãe que é mãe é assim. Por ele insistir tanto, eu o deixei ir.

A partir daquela hora, eu perdi o controle da vida do meu filho e fui para o médico com o João. Fiquei ligando para ele por um bom tempo. Quando foi às 5h da tarde, 5h20, eu liguei para o pai e perguntei pelo Davi: "Édson, como é que está meu filho? Já está na hora de voltar, como vai ser?". Aí ele estava fazendo uns *drinks*, uns sucos para uns clientes lá, e ele falou: "Está bem, está jogando bola com uma família aqui do lado da barraca", aí desligou o telefone. E eu, com um aperto no coração, fiz mais duas ligações seguidas. Liguei novamente, em questão de uns seis minutos, e falei: "Edson, pelo amor de Deus, cuide bem do meu filho, preste atenção nele. Se acontecer alguma coisa com o meu filho, eu não sei nem o que eu vou fazer contigo". Quando eu desligo o telefone, ele fala com o funcionário: "Ô, Jefferson, dê uma olhada aí no Davi, porque eu não estou mais ouvindo o barulho da bola". A barraca estava mais para a frente, e o argentino estava com a visão para trás do pai, ao lado da barraca, mas com a visão para trás. Ele se dirige, o funcionário, e, quando chega lá, não tem mais ninguém, nem a bola, nem o meu filho, nem o argentino e os seus dois filhos. E aí eu ligo pela terceira vez, uma questão de 15 minutos, para saber a vinda do Davi para casa, como ia ser. Ele atende, mas eu só ouço os gritos: "Davi sumiu!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Davi sumiu! Davi sumiu!", e ele não falava mais comigo. Então, imediatamente, eu chamei uma vizinha para deixar o Joãozinho, que estava de colo ainda, e peguei um Uber Moto e cheguei lá, debaixo de um sereno, mas ainda havia pessoas ali consumindo... Quando eu cheguei ali, quando começou o meu vale, em nenhum momento eu olhei para o mar, porque o Davi não entrava no mar. Então, eu só procurava pelos lados – pelos lados.

Então, eu trabalhando por quase 20 anos na praia, criei minha mais velha lá também, eu sempre vi desaparecimentos de crianças, pais ali distraídos... Em minutos, a gente achava, batia palminha, o bombeiro encontrava um ou outro então perdidos, mas, quando eu cheguei àquele local, que eu procurei por todos os lados, eu senti... Não era uma praia lotada, não era um dia de praia cheia em que você perde uma criança rapidamente por distração e por ela estar lotada, era um dia de praia vazia, mas tinha muitos turistas de fora. Então, eu vi na hora, eu senti ali que meu filho não tinha se perdido, porque ele foi criado ali, ele era adaptado ali, o Davi sabia até onde podia se locomover ali. Ele conhecia quem era quem, com quem podia conversar e com quem não podia. Então, ali eu percebi, na hora, que meu filho tinha sido sequestrado, por tudo que eu convivo ali e por tudo que eu já vivenciei e por conhecer o meu filho. Então, eu já sabia que meu filho tinha sido sequestrado e eu saí batendo em toda a orla ali e não voltei mais para casa, ali mesmo eu fiquei, virei noite.

Imediatamente, o pai com a minha irmã foram na delegacia mais próxima ali, da Barra da Tijuca, já fizemos o BO. Já veio uma delegada maravilhosa de lá, já começou as buscas ali, foi no hotel da frente atrás de câmeras. Eles me encaminharam de imediato a procurar a delegacia especializada, que é a de Descoberta de Paradeiros. Eu fui logo no dia seguinte, mas eu passei a noite ali em frente àquele mar, clamando ao Senhor por misericórdia, achando que eu ainda ia poder encontrar meu filho ali, junto com a imprensa, então rapidamente eu acionei a imprensa. Às 4h da manhã, já estava no primeiro jornal da Globo ali. Eles passaram a noite comigo e de manhã já estavam todos os bombeiros em cima, dentro daquela água, procurando meu filho na água por todos os lados. Era bombeiro, bombeiro, bombeiro e todo mundo se empenhando no mar. Foi onde eu gritei: "Meu filho não está nesse mar, pelo amor de Deus, meu filho foi sequestrado!". E comecei a gritar, gritar... Foi aí que começaram, iniciaram a suspeitar do sequestro. Eu falei: "Meu filho estava com um argentino e duas crianças, e ele sumiu ali ao lado da barraca". Enfim, então, começamos essas possibilidades de investigação de sequestro. A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que está como mãe a gente espera a resposta das autoridades. Como eu fiquei com muitas esperanças pela repercussão que estava dando e pela delegacia que me apresentaram, que tinha uma estrutura maior para procurar desaparecidos... Eu fiquei esperando ali com muita positividade que iam encontrar meu filho.

Mas, na primeira semana, eu sentei naquela delegacia e ouvi da Delegada, Dra. Elen Souto, da Descoberta de Paradeiros, que meu filho havia se afogado, que meu filho estava, de repente, preso nas pedras do quebra-mar, porque ela tinha feito uma pesquisa de um vento que estava batendo nessas pedras e que, de repente, eu nunca mais iria encontrar o corpo do meu filho. Porque ela tinha colhido 2km de imagem ao redor, e a parte em que meu filho sumiu estava com as câmeras sem funcionar. Ele sumiu no Posto 4 – onde eu tenho minha barraca – e, no Posto 5, nos dois laterais e no 3 estavam funcionando perfeitamente; somente no Posto 4, onde meu filho desapareceu, essa câmara não funcionou no dia.

Até hoje, eu não vi posicionamento do Sr. Prefeito Eduardo Paes dando uma explicação para a sociedade, porque esta é a pergunta que eu mais escuto até hoje: por que as câmeras da prefeitura no dia não estavam funcionando? Mas não teve esse posicionamento do Sr. Prefeito sobre o real motivo de ela não estar funcionando. Ele só se posicionou dizendo que já havia passado para a Delegada, mas o porquê de ela não estar funcionando somente no local em que meu filho foi sequestrado... Não teve essa explicação para a sociedade. Então, continuamos com essa pergunta.

E o hotel em que esse argentino, que foi a última pessoa que teve contato com o meu filho, minutos antes de ele desaparecer... Essa câmera desse hotel é uma Olho de Deus, uma câmera 360 graus, que daria para ver aquelas escadas todas de saída da praia, no dia, também estava virada para baixo. No dia seguinte, eu vi, acompanhada pelo Ministério Público, que essa câmera estava já normalmente virada para toda a parte da praia.

A gente também não sabe por que essa câmera desse hotel em que esse argentino se hospedou também, no dia, foi virada para baixo, tornando esses 400m totalmente cegos e, por isso, não conseguem ver o meu filho saindo da praia. E, por não o verem saindo da praia, a delegada me falou que fez uma coleta de câmeras ao redor e meu filho não aparece saindo, isso queria dizer que ele se afogou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz uma pergunta para a doutora delegada, uma pergunta, não, fiz um pedido, implorei que ela pudesse investigar uma mulher toda de preto, vista por uma testemunha, que conversou com meu filho por bastante tempo... Essa família é uma das que saíram por último da praia, ficaram lá até umas 7h. Quando eu cheguei em desespero, eles ainda estavam lá, é uma família de Brasília, estava com o irmão de Natal, turistas... Essa família viu e me procurou: "D. Marize, eu não vi afogamento nenhum aqui, eu vi uma mulher preta, toda de preto, muito estranha, muito coberta, chapéu preto, óculos pretos, blusa e bermudão pretos... Como o seu filho também estava com a blusa de proteção solar também preta e a bermudinha preta, me chamou a atenção. Achei até que fosse familiar, a família dele, mas, quando o seu funcionário me mostrou a foto da criança, na mesma hora, eu disse: 'Eu vi, eu vi uma mulher de preto conversando com ele bastante tempo, eu vi até a hora em que ela chama ele para a água, ele balança a cabeça que não vai, ela ficou articulando com ele muito tempo, era uma mulher estranha, parecia que estava disfarçada, na praia, toda coberta daquele jeito'. Investigue essa mulher, pelo amor de Deus".

Essa testemunha muito importante, porque fala muito... Essa mulher de preto, na minha percepção, não deixa de ser uma suspeita. Ela teria que ter sido investigada, mas, mesmo os meus advogados, eu já estou no quarto advogado, pedindo por duas vezes a oitiva para essa testemunha com sua família ser ouvida, para relatar o que ela viu da mulher de preto, se aproximando do meu filho, articulando com ele, esse pedido, até hoje, eu não consegui que seja atendido. Essas testemunhas ficaram fora do inquérito. Então, eu pedi para a delegada, perguntei por que ela não queria ouvir essa testemunha importante, e ela falou que não era importante, era uma mulher de preto como uma pessoa qualquer. Foi essa a resposta que eu tive. E ela também... Como é que se diz? Estou tão nervosa, gente. Eu perguntei também por que ela afirma que meu filho se afogou, porque ela não acha meu filho saindo nas imagens da praia, e eu perguntei: "A senhora pode, por favor, localizar a mulher de preto, então, saindo da praia, para ver se ela não saiu com meu filho, já que ela teve contato por bastante tempo, vista por essa testemunha que a senhora não quer ouvir?". Então eu voltei lá, após 30 dias, aguardando essa busca por essa mulher de preto, e infelizmente eu não tive resposta. Ela não me deu resposta nenhuma por que não investigou ela saindo, não sabia se ela saiu, se entrou por onde entrou, por onde saiu, se entrou com a roupa de preto, se saiu com outra cor de roupa, se saiu com meu filho, se não saiu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha pergunta para as autoridades é: por que ela não vê meu filho saindo da praia? Por que tem 400m de câmeras desligadas num lugar turístico, como a Barra da Tijuca, que é um lugar rodeado de câmeras? Por que não veem meu filho saindo da praia e meu filho se afogou? E por que essa suspeita não é localizada saindo da praia e ela também não se afogou? Por que esse argentino vem jogar bola com meu filho com a bola dele, e meu filho não levou a bola de casa – meu filho amava jogar futebol, fazia escolinha de futebol –, e esse argentino chega ao hotel sem a bola? Então, sumiu a bola do argentino, a mulher de preto e o meu filho. Por que só o meu filho se afogou? Por que a delegada se recusou a ouvir as principais testemunhas? E não foi só ela, também teve uma outra testemunha de Minas Gerais, o Sr. Frederico, que viu a hora em que o Davi termina o futebol, vem avisar na hora que está fazendo o pagamento da conta – às 16h54 está registrado o pagamento dele – e vê o Davi avisando algo e corre para o lado que o argentino seguiu e desaparece. Por que essa autoridade se recusou a ouvir essas principais testemunhas que apontam para um rapto? Por que essas câmeras não estavam funcionando?

Eu contratei, mesmo sem recursos, uma investigação privada de investigação em perícia, porque eu vi que, em menos de 30 dias, o inquérito estava todo fechado para afogamento e eu ia ficar sem poder fazer nada, com o meu filho morto naquele mar, com todas as testemunhas falando o contrário e não sendo ouvidas. Então, eu contratei uma investigação muito conhecida no Brasil e ali eles viram que tinham três depoimentos falsificados – vamos dizer mal-interpretados, para não dizer falsificados. Meu filho pediu prancha três vezes para ir para o mar... Meu detetive foi atrás dessa testemunha, ele é um esquizofrênico que outro dia apareceu até na Record só de cueca, brigando, batendo nas pessoas. Não fala coisa com coisa.

A outra testemunha é um senhor, residente dos Estados Unidos, que a gente também procurou em investigação, e ele relata... Ele passou o áudio, relatou tudo para mim, para o meu advogado que aquele depoimento não procede. Então, ele relatou o que viu, que não procede o que está no papel. Ele falou que foi para ali, estava passando férias, foi levado para a delegacia, que ele tem pânico de delegacia, assinou sem olhar, mas não queria se complicar com a delegacia. Ele relatou no áudio que viu meu filho, duas ou três vezes, indo em direção à água, falou para a esposa dele que meu filho era muito esperto e falou que, na terceira vez, o pai o chama e ele volta para a barraca e não volta mais. E o depoimento desse residente dos Estados Unidos relata que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vê meu filho dá três mergulhos no mar, e ele não reconhece esse depoimento. Mais um depoimento falso.

O outro é do meu funcionário que estava no dia, que é no horário mais cedo ali em que aparece essa mulher de preto. O Davi estava brincando com as crianças perto da bandeira de perigo, porque estava uma areia alta, uma testemunha faz um vídeo mostrando a praia para o filho e pega o Davi ali próximo àquela bandeira, e foi a mesma testemunha que também tirou a foto da mulher de preto. Ela encontrou uma miniatura dessa mulher de preto nas fotos dela. Então, ela procura a delegacia, envia o vídeo do Davi para ajudar, envia a foto da mulher de preto, que é quem ela viu articulando com o Davi, pede para investigá-la. No outro dia, esse vídeo está em toda a imprensa, passando para a sociedade que meu filho havia se afogado, por ele estar perto da bandeira de perigo, e a mulher de preto foi ocultada pela Delegacia de Descoberta de Paradeiros, nunca foi investigada, nunca foi localizada, e a foto, ocultada.

Então, essa testemunha que enviou esse vídeo, que só serviu para ser usado... O vídeo que ela fez mostrando a praia para o filho. Ela não pôde ser ouvida, por determinação da Delegada, porque ela viu demais, né? Então, são fatos para os quais até hoje eu estou sem resposta, né? Mas é que é uma mãe que... Desde o primeiro dia, eu grito sozinha que meu filho não se afogou. Tive que contratar investigação para mostrar os erros dessa investigação, as falhas que são imensas: testemunhos falsificados, testemunhas sem ser ouvidas, câmeras sem funcionar. Às câmeras que foram colhidas, eu não pude ter acesso; foi negado, mesmo meus advogados pedindo para ajudar o detetive a localizar a saída do meu filho – também, até hoje, eu não tive acesso. O único acesso que eu tive foi acompanhada pelo Ministério Público, para ver os 400m, que estavam cegos. Foi a única coisa que eu consegui, e eu pude ter certeza de que ali estava tudo desligado, na frente das saídas da praia, e de que o argentino volta sem a bola para o hotel.

Então, eu também quero frisar aqui algo muito importante, que... Deixe-me ver se eu consigo não me esquecer de tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – D. Marize, para a senhora concluir, mais um minuto.

A SRA. MARIZE ARAÚJO (*Por videoconferência*.) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Para a senhora concluir, mais um minuto, pode ser?

A SRA. MARIZE ARAÚJO (*Por videoconferência*.) – Pode ser, minha querida.

Então, Senadora, eu acho que eu não vou conseguir me lembrar, mas, olha, não teve também... Meu filho não teve direito a esse alerta Amber, entendeu? Não teve. Eu lutei quase um ano, com a ajuda do Dr. Fábio Peres também, procurando a senhora; a senhora lutou também, querendo me ajudar para federalizar o caso, porque eu não sofri só o sequestro do meu filho. Eu sofri também o silêncio das autoridades, encerrando a vida do meu filho no mar.

Então, eu tive quase um ano à espera dessa federalização. Só agora, com a graça do Senhor, e a ajuda da...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIZE ARAÚJO (*Por videoconferência*.) – ... unindo forças com o advogado, com o paizinho do Henry Borel, Vereador, que tem me dado muita força, me dado voz, consegui abrir as investigações pelo Ministério Público do Rio de Janeiro – e, graças a Deus, agora eles entenderam que há, sim, um crime.

Têm muito fundamento todas as suspeitas que eu enviei para lá, e hoje eu tenho, assim, a certeza do que eu senti desde o primeiro dia, que eu sempre afirmei desde o dia 4 janeiro de 2024: o meu filho foi sequestrado. Infelizmente, meu filho foi vítima de tráfico internacional de crianças, que age dentro do Brasil e fora do Brasil, e tem gente poderosa. Eu já sei quem é a ponta do *iceberg*, só a pontinha, mas é gente poderosa, são pessoas poderosas, grandes, nojentas, que agem na fragilidade da sociedade, que estão bem articuladas aqui no Brasil – bem articuladas mesmo, sabe?

E eu peço a Deus... Eu quero deixar aqui um pedido. Na verdade, eu quero fazer dois pedidos. Senadora, não desista de federalizar o caso do Edson Davi e da Elisa. A senhora tem uma força muito... A sua voz é muito forte para nós que não temos voz. Então, não desista dessa causa.

O meu maior desejo, antes de encontrar meu filho, é que o caso do Davi seja investigado com dignidade, com respeito, com compaixão. O que foi feito, as falhas na investigação... Isso me adoece. Por quê? É uma delegada que é mãe. Eu não consigo compreender. Esses homens aí que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lutaram são homens, mas ela é mãe. Eu não consigo entender, sabe? Então, eu peço tanto a justiça, sabe? Eu preciso encontrar o paradeiro do meu filho. Eu preciso entender por que o Estado se omitiu com tudo de evidência. Por que para sociedade está tão claro o sequestro do meu filho, e só eles não querem ver? Por que eles insistem tanto em encerrar a vida do meu filho no mar? Sem uma evidência. Porque os bombeiros também lá foram uns heróis. Se houve busca pelo meu filho no Rio de Janeiro, foi no mar. Foram três meses de busca incansável. Dia e noite, os bombeiros não dormiam. Mais de três meses. Envolveu-se tecnologia, o sonar, tudo. Não encontraram uma peça de roupa. Não existe, pela empresa de investigação e perícia, uma pessoa que viu meu filho entrar no mar. Se tiver, que me confronte. Não existe! Por que eles só investigaram por índice de afogamento? Por que tanta insistência de o meu filho ter se afogado? Quem é que está por trás disso? Quem são os heróis que vão se levantar para dar voz às crianças que estão sendo sequestradas e silenciadas por essas autoridades que estão aí montadas nas cadeiras? A gente não sabe.

A gente não sabe, mas, como o pastor falou, nada ficará oculto aos olhos de Deus. Eu já tenho a ponta do *iceberg*, e eu não vou desistir enquanto não encontrar o paradeiro do meu filho. Eu clamo ao Senhor! Eu clamo à Dra. Iara, que é do Ministério da Justiça, que me ajude a federalizar o caso do meu filho. Ajude-me, porque eu não vou desistir, mas eu não tenho recursos. Eu não sei mais o que fazer. Tudo o que estava ao meu alcance, eu já fiz. Eu não sei mais o que fazer. É esse o meu pedido. Quero pedir às autoridades que federalizem, que desarticulem essa quadrilha. Hoje foi meu filho, sabe? Amanhã pode ser outro. Que a sociedade se una, se abrace, porque hoje não é questão política, é questão de justiça. Só sabe quem passa. Será que a sociedade vai esperar passar também para poder se unir, dar as mãos e lutar por algo... As nossas crianças estão saindo das nossas mãos em segundos, com pessoas que estão aí e que a gente nem imagina – que a gente nem imagina.

Inclusive, uma das suspeitas do sequestro do meu filho me segue na internet, sabe? Eu tenho noção já da quadrilha que está por trás do sequestro do meu filho e eu não posso fazer nada, porque eu dependo das autoridades. E as autoridades não me escutam, elas me silenciam todos os dias, entendeu?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – D. Marize...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIZE ARAÚJO (*Por videoconferência*.) – É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu quero agradecer.

É difícil, gente. A gente tem pouco tempo...

A SRA. MARIZE ARAÚJO (*Por videoconferência*.) – Desculpa, tá, Senadora? Desculpe-me.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, D. Marize. Não, não! A senhora, não tem que pedir desculpa. É o Estado brasileiro; somos nós que temos que pedir desculpa.

É difícil a gente impor tempo para um desabafo de uma mãe. É difícil, e eu deixo falar, mas eu tive que interromper porque eu estou com medo de ela falar um pouco mais e colocar uma investigação...

Imaginem, gente, é a mesma coisa da Elisa, os traficantes sabem onde a família mora e estão ameaçando; agora ela tem alguém seguindo-a que é suspeito.

D. Marize, a senhora vai ter que se cuidar também, tá? A senhora vai poder contar com a gente, contar com esta Comissão. Eu estou muito feliz que o caso tenha sido reaberto. O seu grito encontrou eco no Ministério Público.

Fique mais um pouquinho com a gente porque agora a gente vai ouvir exatamente o Ministério Público do Rio de Janeiro. Nós vamos ouvir André Luiz de Souza Cruz, servidor do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Gestor Técnico do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos, responsável pela manutenção e disponibilização do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (Sinalid), em âmbito nacional, e integrante do comitê nacional do mesmo sistema.

Bem-vindo, Sr. André, é uma alegria recebê-lo aqui.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA CRUZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora, obrigado pelo convite.

Estou só pedindo aqui para habilitar o meu compartilhamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É difícil ficar para falar depois da Sra. Marize. Eu queria só começar falando que eu lamento muito as pessoas passarem ainda por esse tipo de problema e ainda terem que conviver com as dificuldades de lidar com um Estado que tem dificuldades de lidar com o problema do desaparecimento.

Bom, Senadora, eu vou compartilhar aqui a minha tela para compartilhar também algumas informações.

O Ministério Público se envolve nessa questão do desaparecimento desde que existe o problema de desaparecimento de uma maneira e depois isso muda um pouco no meio do caminho, mas no final das contas... Eu gosto muito de tentar voltar aqui para o papel do Ministério Públicom e isso vai me ajudar a falar depois da D. Marize com todas essas situações, enfim, todos os relatos que nós ouvimos aqui. Eu vou tentar ser um pouco pragmático com relação a essa questão do desaparecimento de pessoas.

Isso que está na tela de vocês é um sistema, um sistema criado aqui no Rio de Janeiro, no MP do Rio de Janeiro, ali por volta de 2018, para tratar da questão do desaparecimento para além dos inquéritos policiais. E aí, Senadora, eu vou pegar aqui alguns ganchos para falar de algumas questões que me parecem estruturais. Vou tentar focar um pouco na estrutura do problema e por que a gente ainda patina tanto na solução do problema.

A gente tem um problema que é um problema... Ouvimos aqui relatos de uma mãe com indícios de tráfico de pessoas, e eu tenho situações concretas de pessoas que são declaradas desaparecidas por um problema no aparelho celular, ou seja, uma descarga no aparelho celular, por um período de tempo muito longo, levou alguém a registrar um desaparecimento, assim como um possível tráfico internacional de pessoas leva alguém a registrar um desaparecimento. Isso acontece. Isso acontece – e aí eu vou usar um número aqui que nós temos mais próximo, provavelmente, do número real, que é o número do Sinesp – na escala de 80 mil no Brasil por ano.

Então, como é que nós lidamos com isso e como é que a gente precisa pensar essa questão do desaparecimento? Eu acho que o ponto central de qualquer política pública é de que nós precisamos, de alguma forma, distribuir recursos de uma maneira racional. Veja, nós temos relatos aqui de desaparecimento que envolveram busca e salvamento de corpos de bombeiros e foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solucionados por busca e salvamento de corpos de bombeiros, ou ainda estão em curso de solução por busca e salvamento de corpos de bombeiros.

E nós temos uma situação, possivelmente de tráfico internacional de pessoas que deveriam demandar a atuação, e aí, eu não estou falando de federalização, porque veja, federalização não se aplica para 80 mil casos. Não é necessário federalizar; é necessário, parece-me, chamar à responsabilidade quem tem atribuição para. Se eu tenho indício de tráfico de pessoas, isso chama a competência da Polícia Federal, isso chama a competência do Ministério Público Federal, independentemente de qualquer processo de federalização. E nós estamos discutindo aqui processos de federalização. Estamos perdendo tempo com essa discussão, quando na verdade, nós deveríamos distribuir racionalmente os recursos que nós temos.

Senadora, eu vou falar para todo mundo aqui de onde eu estou falando e de onde eu vou tirar todas as informações que eu vou passar aqui, porque acho que isso é extremamente importante do ponto de vista da percepção de que a gente tem tentado se debruçar sobre esse problema.

A senhora falou sobre números do Sinalid, eu vou tentar esclarecer aqui o que são esses números do Sinalid. Esses números do Sinalid são basicamente o seguinte: o Ministério Público, ao longo do tempo e antes da criação desse sistema, ou antes de 2018 especificamente, tomava conhecimento de algo em torno de 3% dos casos de desaparecimento aqui no Rio de Janeiro, 3% a 5%. Por quê? Porque eram casos que viravam inquéritos policiais, e aí, para quem não conhece essa sistemática, inquéritos policiais tramitam para o Ministério Público, para que o Ministério Público faça controle externo dos inquéritos policiais, ou seja, faça controle da atividade policial. Isso está previsto na Constituição. Mas isso só acontece nos casos em que, de fato, há uma situação típica de crime. Fora da situação típica de crime – e vejam, nós falamos aqui de algumas, e eu vou falar de outras –, isso não existe.

Então, qual é um dos problemas? Senadora, eu já vou começar aqui pontuando algumas questões que me parecem extremamente relevantes. Nós temos hoje, no Brasil, um déficit de procedimento para lidar com o desaparecimento de pessoas, porque, veja, investigações policiais enquanto inquéritos policiais podem ser bem-sucedidas, podem ser malsucedidas, mas, a rigor, elas são findas, elas terminam. E a legislação que a senhora citou também, aprovada em 2018,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proíbe – então existe uma ilegalidade sendo praticada – que casos de desaparecimento sejam, entre algumas aspas aqui, "arquivados" antes que a pessoa seja encontrada.

Eu tenho um paradoxo aqui, esse é só um primeiro, que é: eu tenho um procedimento para tratar, no Estado brasileiro, de desaparecimento, que se chama inquérito policial. Ordinariamente é isso; em situações pontuais, não é isso. Mas esse inquérito policial deveria ser eterno. D. Marize acabou de trazer aqui uma situação de ter que reabrir um inquérito que não podia ser arquivado, porque a legislação proíbe o arquivamento até que a pessoa seja localizada.

A nossa expectativa com o Sinalid e esses 102 mil registros aqui foi entender o problema, para que pudéssemos, enquanto ator com legitimidade para atuar sobre a solução do problema... Veja, o Ministério Público não vai substituir nenhuma investigação, mas tem suas atribuições próprias, suas responsabilidades, que são entender o problema que existe e buscar soluções para ele.

Eu falava recentemente para promotores que ingressaram no Ministério Público no último concurso e dizia para eles o seguinte: o fato de não chegar à sua mesa não significa dizer que o problema não existe. Só significa dizer que ele não chegou à sua mesa, porque os meios ordinários, que são os inquéritos policiais, não trouxeram o desaparecimento para sua mesa. Mas existe um problema grande aqui no Rio de Janeiro. Esse problema está na ordem de 5 mil, 6 mil casos/ano.

Nós fizemos um esforço, que foi um esforço de reunir registros de desaparecimento no Brasil, para que o Ministério Público pudesse entender o problema e buscar soluções, cobrar soluções – cobrar soluções e buscar soluções. Essa dispersão aqui, de mapa, basicamente é como esse sistema evoluiu ao longo do tempo. Começou no Rio de Janeiro; depois, muito concentrado no Sudeste; e depois ele foi se ampliando com a perspectiva de que membros do Ministério Público conhecessem o problema do desaparecimento.

Aqui embaixo, a gente vê que o sistema, inicialmente, tinha muitos registros de desaparecimento; depois, nos pareceu útil começar a trazer informações de pessoas falecidas, com indícios de desaparecimento; e; posteriormente – se a gente olhar aqui o ano passado –, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está com uma quantidade muito grande de pessoas localizadas vivas, com indícios de desaparecimento.

O que nos parece em nível de tratamento de dados? Uma grande dificuldade de coletar as informações que são necessárias. Nós ainda estamos discutindo como é que nós estruturamos informações policiais de desaparecimento. Dentro do Sinalid – e essas bolinhas aqui são órgãos –, hoje, recebe-se algo em torno de informação de mais ou menos 3 mil, 3,5 mil órgãos diferentes, e boa parte deles não é sequer policial.

Então, o pastor falava aqui: nós tivemos uma situação concreta aqui no Rio de Janeiro – eu vou citar essas situações concretas muito *en passant* – em que um pastor encontrou um rapaz desaparecido na cidade de Belford Roxo, aqui no Rio de Janeiro. Veja, se nós não aplicarmos racionalidade sobre isso... Ele encontrou essa pessoa, ele buscou alguns equipamentos públicos para tentar dar algum suporte para esse menino – mais uma vez problema de autismo, uma questão envolvendo problemas psiquiátricos –, ele encontrou, e, na outra ponta, nós tínhamos uma investigação sem fim procurando um garoto. Isso é de uma disfuncionalidade absurda!

Agora, como nós damos meios para que este pastor, que encontrou essa pessoa, ache a família e devolva essa pessoa para a sua família? Não dá para transferir a responsabilidade para o pastor – óbvio que não –, mas nós precisamos entender que o caso de desaparecimento desse rapaz, por exemplo, estava consumindo recursos públicos de investigação para algo que não era necessário investigar. Por quê? Porque ele já estava encontrado, bastava simplesmente fazer a entrega dele, ou viabilizar a entrega dele para a família.

Então, nós começamos a analisar dados – muitos dados – e tentar entender qual era o problema, de fato, com o qual nós estávamos lidando. Esse é um problema extremamente complexo. Aqui no Rio de Janeiro, só para entender aqui alguns percentuais, nós temos uma questão que envolve uma grande quantidade: 73% dos registros policiais não dizem nada. Então – a senhora tem aí alguns delegados participando aqui da nossa audiência –, 73% não dizem nada, absolutamente nada. Então, imagine uma polícia tendo que iniciar uma investigação sem absolutamente nada.

São situações normalmente muito corriqueiras, mas nós temos problemas psiquiátricos, nós temos problemas de catástrofe... Veja, eu participei de algumas catástrofes, pessoalmente. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

última foi em Petrópolis, em 2022, aqui no Rio de Janeiro, com 351 pessoas desaparecidas numa noite – incumbência do corpo de bombeiros. O Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro faz muitas atividades relacionadas a desaparecimento. Eu vou trazer aqui a questão das tragédias, mas vou trazer uma que acontece todo ano: o grupo de busca e salvamento aqui do Rio de Janeiro é especializado em encontrar crianças desaparecidas na praia – a D. Marize acabou de citar isso aqui –, e, em janeiro desse ano... Em janeiro do ano passado – dois meses: janeiro e fevereiro – foram mais de 2 mil.

Veja, esses atores nunca foram convidados a participar do processo de construção de uma política pública para a busca e localização de desaparecidos. Qual é o ponto aqui que me parece importante? Nós temos problemas estruturais na concepção dessa política. Nós continuamos aplicando muito recurso em cima de uma vertente de investigação que nós não deveríamos desejar quando ela é desnecessária. Eu vou frisar bastante isso porque é muito importante, isso é desperdício de recursos.

Só para eu consolidar aqui essa ideia – e se eu puder avançar um pouquinho mais a senhora me diga, por gentileza – vejam a irracionalidade do problema ou do método de tratar. Nós tratamos o problema do desaparecimento da seguinte maneira, enquanto Estado brasileiro: vá a uma delegacia de polícia e registre a ocorrência de desaparecimento. Isso está absolutamente correto. E, às vezes, encontra-se alguma resistência de 24 horas.

Senadora, eu tive uma pesquisa aqui, porque eu fiz uns estudos sobre isso aqui no Rio de Janeiro. Nós tínhamos uma delegacia aqui no Rio de Janeiro que levava seis horas para fazer um registro policial. E aí alguém dirá: "Não, mas dá para fazer pela internet". Dá para fazer pela internet, mas a primeira providência só será tomada depois que houver uma internalização da informação que veio pela internet. E aí, trazendo aqui a questão, por exemplo, do alerta Amber. Se for o caso, que alerta seria este depois de seis, oito horas, se nós considerarmos o fato de que a pessoa ainda precisa se deslocar até a delegacia? Veja, nós estamos falando de um retardo que é muito grande. Então, a própria concepção da ideia de que o desaparecimento é uma coisa urgente se conflita com a ideia de que o ponto de partida, enquanto Estado brasileiro, seria uma investigação policial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Defensor público do Distrito Federal vinha falando sobre articulação e ela é extremamente importante. Eu gostaria muito que as pessoas compreendessem o seguinte: boa parte dessas pessoas não vai ser nem achada por uma política pública, a grande maioria não será. E a polícia ainda tem um déficit de informação de que as pessoas foram encontradas. Então, nós temos uma energia enorme dispersa em situações que, muitas vezes, não são necessárias.

Eu tenho esse número aqui, por exemplo, de pessoas que são localizadas espontaneamente, que retornam para casa espontaneamente. E, Senadora, só para... Com o mapa, ali, eu consigo descer ao nível de bairro, ou seja, entender, em cada bairro dessas unidades federativas, qual é a complexidade que está posta.

Vou pegar aqui a área da criança e do adolescente e vou me limitar ao Rio de Janeiro, porque, enfim, acho que é onde eu tenho mais propriedade para falar. Lá 74% de crianças e adolescentes retornam para casa voluntariamente. Eu não estou dizendo que... O nosso problema é não saber o que aconteceu. E aí me parece que o ponto de partida é eliminar hipóteses. Por quê? Eliminar hipóteses para garantir que as investigações e os recursos sejam gastos e disponibilizados onde, de fato, é necessário.

Então, se nós olharmos aqui o motivo do desaparecimento, o primeiro que eu tenho identificado aqui é a perda de contato voluntário, mudança de hábito cotidiano, conflito familiar, desastre. E aí nós temos uma quantidade enorme de informações que nos permitiria hoje tratar essa questão do desaparecimento com racionalidade para que a D. Marize não fique dependendo de um recurso que é escarço para tratar de um assunto sério, que é o desaparecimento do Davi. Então, nós dispersamos energia absurdamente e de uma maneira como, às vezes, nos parece um pouco desnecessária.

Nós só conseguimos chegar a essa compreensão, de fato, lidando com os casos de desaparecimento, internalizando-os para além dos enquetes policiais e entendendo o desaparecimento como um problema em si: grande, complexo e com muitos davis, muitas pessoas envolvidas dentro dele. Nós precisamos dar racionalidade a esse problema.

E aí, Senadora, eu encerro com mais um ponto aqui que me parece bastante relevante. Vejam, falou-se em articulação com o Exército, Marinha, em algumas situações concretas. Como nós vamos transformar isso numa realidade para os 80 mil, se for necessário? Nós não temos esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nível de complexidade. Nós conseguimos aplicar boas práticas em situações pontuais, mas nós temos dificuldade imensa de dar respostas à população nas situações do dia a dia.

E aí, para falar das situações do dia a dia e de delegacias especializadas, já que também são bastante escassas, eu adoraria ver o Brasil adotar um modelo em que, onde não houver – e, veja, esse modelo não precisa de nada para ser criado, isso está previsto em lei – uma delegacia especializada, que o caso de desaparecimento seja tratado segundo a natureza da pessoa. Então, no caso de crianças e adolescentes, me parece que seria racional que, em vez de uma delegacia convencional, em havendo delegacias de infância e juventude, estas delegacias fossem as delegacias para aonde esses casos de desaparecimento fossem, porque entendem melhor a natureza da criança e do adolescente, ou pela natureza do fato. Onde houver indícios de, por exemplo, como a senhora citou, violência doméstica, que esses casos de desaparecimento sejam atendidos por delegacias também especializadas pela temática, porque isso é o mínimo de racionalidade que me parece que nós já conseguiríamos fazer com as estruturas que temos. Agora, me parece... Eu fiz milhões de anotações aqui e poderia falar muito sobre todas essas anotações, mas me parece que nós ainda temos um problema de compreender que política pública é essa.

Essa política pública, na nossa percepção, hoje, só tem um terço, e eu vou explicar o um terço. Ela deveria ser precedida de busca e localização. Substituímos... Aqui no Rio de Janeiro, nós temos fomentado não a substituição, mas uma camada antes do registro policial, que seria uma camada urgente, que é uma camada através do registro de desaparecimento via aplicativo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Explico por quê. Primeiro, o aplicativo está na mão das pessoas. Segundo, aqui no Rio de Janeiro, esse aplicativo estarta imediatamente – imediatamente – uma busca por reconhecimento facial. A pessoa vai à delegacia? Vai, mas ela vai poder consumir o tempo necessário para chegar à delegacia. Nós tivemos três meninos desaparecidos aqui em Belford Roxo e com o prazo que se levou para se fazer um registro policial eles teriam chegado em São Paulo, certamente, pela Dutra, porque é logo ali. Então, essa camada de busca e localização não é uma camada investigativa. Ela é uma camada disposta a dar respostas imediatas. Eu ainda olho para o alerta Amber e falo: "Falta isso. Falta urgência". Com relação ao alerta Amber, farei aqui uma outra ponderação porque eu acho que nós precisamos de, de alguma maneira, nos desvincular da Meta. E aí é essa só uma opinião pessoal. A Meta vem sendo investigada em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitos países pelo mundo por problemas relacionados a crianças e adolescentes. Isso pode não ser um bom caminho.

A segunda camada da política pública é a camada de investigação, mas, veja, a camada de busca e localização – a polícia militar, a Polícia Rodoviária Federal, todos esses outros atores, guarda municipal, hospitais, instituições de acolhimento – eliminaria hipóteses e a delegacia trabalharia sobre hipóteses mais bem delimitadas. A segunda camada é a investigação. E eu não estou dizendo que elas vão ocorrer sucessivamente. Eu estou dizendo que elas vão ocorrer em paralelo. A investigação nós já conhecemos. Ela tem muitas dificuldades, mas, enfim, ela é necessária e precisamos melhorá-la. Obviamente, acho que o Ministério da Justiça e Segurança Pública já tem tratado desse assunto com alguma profundidade.

E a terceira camada é: como nós vamos conviver e lidar com os nossos familiares de pessoas desaparecidas enquanto a pessoa não é encontrada? O nosso histórico demonstra que desaparecimentos podem acabar, e nós temos aqui uma linha, aqui na tela, que mostra quanto tempo demora um desaparecimento de uma criança aqui no Rio de Janeiro, ou de um adolescente, aqui no Rio de Janeiro, em média. Mas nós vamos ter que lidar, e a experiência tem mostrado isso, com familiares extremamente fragilizados pela situação do desaparecimento.

As políticas públicas de acompanhamento desses familiares... Faço aqui um ponto que é muito importante: o acompanhamento desses familiares deve garantir a eles acesso às informações do inquérito. A adoção de inquéritos policiais nos traz uma carga de sigilo que, muitas vezes, não é desejável para as famílias. Essas famílias precisam ter informação mínima e precisam ter respostas a, pelo menos, os seus apelos. Por quê? Porque pode ser que isso demore muito tempo. Então, eu acho que a D. Marize merece resposta para os seus questionamentos, ainda que esses questionamentos levem a alguma conclusão que ela não queira saber, mas ela tem direito de saber disso. Então, não dá para impor sigilo ao familiar fora do mínimo, do mínimo, do mínimo necessário. O acompanhamento psicossocial dessas pessoas precisa vir acompanhado de uma política pública que lhes dê acesso às informações, para que elas possam se sentir confortáveis de que o Estado está lhes dando a atenção devida. E os casos de desaparecimento, obviamente, vão permanecer em aberto e precisam permanecer em aberto enquanto a pessoa não for encontrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço desculpas por me estender. Tentei falar o mais rápido possível. Como eu falei, fiz um monte de anotações aqui, mas eu acho que é isso. Eu fico à disposição para responder a perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. André, muito obrigada, muito obrigada. A gente precisaria, Dr. André, de um tempo enorme para ouvi-lo.

Dr. André, eu só vou lhe dizer uma coisa: é tudo muito difícil num Brasil desse tamanho, mas a gente não vai desistir. Fique firme aí na Sinalid, firme, não desanime, por favor, Dr. André. Se a Sinalid desanimar, aí a gente vai ficar aqui meio que sem norte, porque, por muito tempo, a Sinalid foi o nosso norte na busca de pessoas desaparecidas.

Eu só queria... Ele é o último, tá, gente? A nossa representante do Ministério, a Verena, estava aqui até agora. Eu a estou dispensando – ela é fantástica –, porque morreu um parente dela agora. Ela queria continuar, eu estou dispensando, e a gente vai começar a primeira audiência com a Verena.

Eu sou oposição a este atual Governo, oposição, mas eu preciso reconhecer os valorosos que este Governo tem e o que eles estão fazendo. A Verena é uma dessas valorosas, tá? Então, a gente vai começar a próxima audiência com o Ministério dos Direitos Humanos.

Dr. André, só uma coisa: o senhor fez uma crítica à Meta. O senhor pode esclarecer? Eu não entendi direito.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA CRUZ (*Por videoconferência*.) – Senadora, nós precisamos criar mecanismos no Brasil para resolver essa questão. Questões de alerta vão estar sempre em voga. Nós não podemos – e aí me parece, enquanto política pública... Eu vou usar o termo "reféns", mas é um termo muito entre aspas, tá? – ficar dependentes, exclusivamente, de alertas que sejam promovidos por uma empresa que amanhã pode, e eu já vi isso acontecer...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Agora entendi.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA CRUZ (*Por videoconferência*.) – ... descontinuar uma política pública tão importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós precisamos começar a pensar numa forma de como nós vamos garantir que isso permaneça estável, porque contratos chegam ao fim, são rompidos, podem não ser... Ferramentas de tecnologia, principalmente quando envolvem iniciativa privada, podem ser descontinuadas, ou podem ser descontinuadas por uma série de motivos que não nos interessam, né? Então, essa é uma preocupação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu, agora, entendi e faço coro com o senhor. Como o senhor não tem imunidade parlamentar, e eu tenho, eu posso falar o que o senhor não pode. Eu me preocupo, Doutor. A gente sabe que tem um alerta, uma parceria do Governo, porque o Governo está interessado em fazer qualquer coisa, em ajudar com a Meta, para a Meta dar o alerta das crianças que estão desaparecidas. Mas onde estão os maiores pedófilos hoje? É isso que nos preocupa. Que a Meta seja uma parceira, mas que a política não esteja toda na mão da instituição privada.

E aí, Dr. André, vou trazer um outro alerta aqui, que veio lá de D. Marize – e eu conversei com o delegado aqui e com o comandante. A D. Marize recorreu a uma instituição privada, a uma empresa privada de investigação para ela ter o material que ela tem hoje. Parece que, inclusive, é uma empresa de Santa Catarina, alguma coisa assim, que um dos advogados dela me falou.

É dever do Estado investigar. E a gente está vendo aí nascer um monte de empresas como essas, instituições como essa, Dr. André, vendendo milagres, e vendendo caro. Imagina você chegar numa família que está com uma criança desaparecida e você dizer: "Por R$100 mil, eu encontro seu filho". Eles vendem tudo, gente. Eles se endividam, eles vão para agiota para poder pagar quem diz que vai achar. Tem uma empresa dessas aqui em Brasília, que está me procurando, quer conversar comigo, porque eles são especialistas em localizar pessoas. Se quiser, vai vir aqui para a Mesa para se apresentar publicamente. Ninguém conversa comigo em gabinete sobre isso, não. É publicamente. Eu estou preocupada com o fato de que, com a ausência do Estado, Doutor, alguns, movidos de boas intenções, queiram ocupar o papel do Estado. Investigação é dever do Estado. Se as instituições quiserem colaborar, não pode ser de forma autônoma, mas, no caso de D. Marize, foi necessário. Vocês estão vendo a falha do Estado aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. André, compactuo com sua preocupação. As instituições privadas precisam ser parceiras, mas a política é de Estado e a gente vai lutar muito, doutor, e no que o Sinalid precisar para a gente fazer essa política eficiente.

Por exemplo, Doutor, só para a gente encerrar a minha fala aqui: um pastor encontrou, mas você sabe quantas comunidades terapêuticas têm no Brasil lotadas de jovens? Esse jovem, que está numa comunidade terapêutica, pode estar lá no cadastro de Minas Gerais e ele foi encontrado na rua, está numa comunidade terapêutica de um pastor lá no Rio Grande do Sul. Cadê o cadastro das comunidades terapêuticas com o Ministério Público, com a polícia? "Ah, mas a gente tem meninos que estão correndo ameaça de morte, ameaça, e a gente não pode dar o nome deles, senão o traficante vai encontrar ele aqui". E aí? O Estado não é responsável por protegê-lo? Medo de dar o nome de alguém que está correndo risco para o Estado? Que Estado é esse, então? Abrigos de idosos, Doutor... Parece que agora o Ministério da Justiça já está fazendo isso de colher material genético. Quantos idosos estão em abrigos e a família está procurando lá em outro estado? Então, a política tem muito a avançar – muito! – e a gente pode ajudar muito.

Dr. André, muito obrigada.

E a gente está indo para o encerramento de nossa audiência, sem antes registrar que Danielle, do Distrito Federal, participou mandando perguntas; Adrians, de São Paulo; Valdir, do Rio de Janeiro; Fabio, do Rio Grande do Sul; Yasmin, de Santa Catarina; Ronan, do Rio de Janeiro; Mikeias, do Paraná; Yuri, do Piauí; Bianca, do Rio de Janeiro; Leocir, do Mato Grosso; e vem uma outra do Distrito Federal e outra de Santa Catarina, que essas aqui eu faço questão de perguntar.

Marco, de Santa Catarina, pergunta: "Por que o Ministério da Justiça não federalizou o caso e por que não enviaram representantes de forma presencial para esta audiência?". Realmente, o Ministério da Justiça é aqui do lado.

E Fernanda, do Distrito Federal, pergunta: "Cadê o Ministério da Justiça nesta audiência? Um tema tão relevante e não merece mais atenção? Participaram de forma *online*.

Essas são as perguntas. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos um convidado, gente, que estava tentando, lá do Marajó, entrar. Ele tinha direito à voz.

Vamos combinar com ele, o José Angelo Pamplona. Cinco minutos, José Angelo. Só agora ele conseguiu conectar, eu já tinha dado ele por liberado. Cinco minutos para José Angelo Pamplona, pode ser? Ele é ex-conselheiro tutelar e professor. E aí a gente encerra com ele, o.k.? (*Pausa.*)

José Angelo?

Inclusive, esse menino, gente, fez uma estatística de abuso sexual no Marajó, com gráfico, e é interessante o trabalho. (*Pausa.*)

Prof. Angelo, consegue falar?

O SR. JOSÉ ANGELO PAMPLONA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sim. Estão me ouvindo agora?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós estamos no final da audiência, podem ser cinco minutos? Depois a gente faz uma outra com a sua participação maior, pode ser?

O SR. JOSÉ ANGELO PAMPLONA (*Por videoconferência.*) – Pode ser, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ele é da cidade de Elisa, tá, gente? Só para situar.

Pois não, Professor.

O SR. JOSÉ ANGELO PAMPLONA (*Por videoconferência.*) – Então, bom dia a todos.

Pessoal, é o seguinte, aqui no Marajó acontecem muitos casos que são pertinentes na área da criança, sumiço de criança já aconteceu aqui. Na época do caso dessa menina, da Elisa, eu ainda estava lá no CT. Acompanhei de perto toda a operação, todas as buscas, mas sem sucesso. O que se sabe é que a polícia não a deu como morta, mas que ela desapareceu. Até então, até quando eu ainda estava lá, foi isso que aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um caso que aqui no Marajó mexeu muito com a sociedade aqui, com a comunidade. As cidades vizinhas ficaram todas mexidas com isso, o povo local.

Também tem a questão do crime sexual, com crianças e adolescentes aqui no Marajó – que acontece. Eu via muito na imprensa, às vezes, noticiários dizendo que não havia provas. Eu até comentava com meus colegas que como pode a imprensa dizer que não tem, que não existe isso, sendo que eles nem procuraram a gente, a rede de proteção... A rede de proteção você faz aí da delegacia de polícia, o Creas, o conselho tutelar, o Ministério Público. E, como eles têm 100% de certeza, se nem oficiaram a gente? Num simples ofício, a gente responderia em tempo, mas, enfim, isso é coisa que preocupa a gente aqui no Marajó. A gente está aqui isolado, porém a gente tem dados, a gente tem provas do que a gente fala, do que a gente apresenta.

Eu fiquei no conselho tutelar por oito anos. Foram oito anos em que eu produzi bastante lá, fiz os gráficos aqui que a Senadora já tem, já está de posse desses dados. Demorou muito tempo para eu construir, porque eu tinha que rever todos os casos que a gente atendia no conselho tutelar. Então, em média, aqui no Marajó, são cerca de 20 crianças abusadas por mês aqui na nossa cidade, Anajás – zona rural e urbana, no caso.

As políticas públicas demoram muito para chegar para cá. O Brasil, um país que nem o nosso, é muito grande, é muito extenso. E, se nas capitais já fica difícil, imaginem no Marajó.

Então, a gente leva essa voz aqui. Para mim, é muito importante estar falando sobre isso, sobre essa pauta. Eu queria deixar isso bem explanado.

Acho que dentro dessa temática a gente fez muita coisa. Até então, eu juntei dados com meus colegas, apresentei isso já em diversos momentos com Senadores. Aqui no Pará, eu participei de um outro evento na cidade de Melgaço, eu fui para lá – no Marajó também –, a convite do Senador Zequinha Marinho. Estavam outros Deputados lá, e eu pude também explanar, falar um pouco sobre isso.

A Senadora me conhece já há algum tempo. Ela me conheceu, na verdade, através do meu trabalho no conselho tutelar. Então, é muito gratificante estar aqui, falando sobre essa temática. Porém, também é triste, porque a gente sabe que isso aqui acontece. Às vezes, está acontecendo... A gente... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... não sei se perdeu meu áudio aqui, teve uma mensagem. Mas, enfim, o que ocorre...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estamos ouvindo, pode concluir.

O SR. JOSÉ ANGELO PAMPLONA (*Por videoconferência*.) – Então, esses dados que eu citei... Acho que por mês, aqui no Marajó, no Município de Anajás, duas crianças, em média, são abusadas. Então, ao longo de um ano, a média é de 20 crianças. Isso preocupa a gente.

E o caso do sumiço da Elisa, que até hoje as famílias aqui... Algumas até me abordam na rua para saber se eu sei de alguma coisa acerca desse assunto, e eu digo: olha, eu pouco sei, porque, enquanto eu trabalhava no conselho, ainda tinha alguns dados, algumas referências, pela delegacia de polícia, às vezes eu ia ao Fórum, mas isso ainda mexe muito aqui com a sociedade local, as pessoas ficam citando hipóteses: "Ah, será que ela está viva? Será que ela está morta? Será que alguém a raptou ou traficou, levou do Brasil?".

Eu queria deixar registrado que seria importante aprofundar esse caso, para que se desse uma resposta à família, às pessoas aqui no Marajó, para que isso também não ocorra mais, né?

Acho que essa é a minha fala também de agradecer a vocês aqui por estar participando deste momento, e, se precisarem de alguns dados, de algumas coisas, eu ainda tenho arquivados esses gráficos dos trabalhos que eu realizei no conselho tutelar, nesses atendimentos com crianças e adolescentes.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Angelo.

Gente, muita gente pergunta: "No Marajó, não tem conselho tutelar?" Tem, todas as cidades têm o conselho tutelar, só que não adianta mandar carro para o conselho tutelar, porque lá eles precisam de lancha, barco, e eles não têm barco para ir à área rural, para ir à área ribeirinha. Como é que protege?

E outra coisa, todo mundo sabe onde o conselheiro mora – uma cidade desse tamanho! –, e aí, quando eles denunciam, correm risco de vida. Eu quero lembrar que não se denuncia no Marajó; é muito difícil, é muito difícil por causa de toda uma questão logística que acontece lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas Angelo, não desista de Elisa, obrigada por ter participado, é uma honra ter você com a gente.

Nós vamos encerrar esta audiência, e eu quero perguntar ao delegado se ele quer usar de um, dois minutos para agradecimentos finais, para considerações e agradecimentos, pode ser?

O SR. EDERSON MARTINS – Obrigado, mais uma vez, pelo espaço.

É só para agradecer mesmo, reiterar que a Polícia Civil do Estado do Maranhão está à disposição da Senadora, bem como dos demais Senadores – para qualquer dúvida ou esclarecimento, a gente está à disposição –, e reiterar que a gente segue na investigação e que, enquanto não tiver uma resposta real, eficaz, a gente não vai parar a investigação.

No mais, agradeço a todos, como eu falei no início, que participaram e ainda participam em apoio às buscas das nossas duas crianças desaparecidas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Comandante, agradecimentos finais, algum registro final?

O SR. CÉLIO ROBERTO ARAÚJO – Quero agradecer a Deus, em primeiro lugar, e agradecer nossa Senadora Damares pelo espaço e por estar encampando essa luta. Nós, do Maranhão, que fazemos parte da segurança pública, estamos à disposição, como bem disse o Dr. Ederson. A determinação que nós recebemos, tanto do Governador Brandão, quanto do Secretário Maurício, é a de que continuemos a postos e atentos a toda e qualquer informação que localize as duas crianças que estão desaparecidas em Bacabal.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

A Luciana Medina pediu a palavra por dois minutos. Tem várias instituições aqui, mas eu só vou dar a palavra à Luciana para a gente encerrar.

Luciana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUCIANA MEDINA – Obrigada, Senadora querida. É muito importante esta audiência. Eu sinto falta realmente de mais Parlamentares, mas você sempre está conosco, Damares.

Eu queria elogiar o Delegado e o Coronel, que estiveram aqui. Trabalho maravilhoso.

Gente, superimportante o que eu vou pedir agora para a Senadora e para todos vocês que estão aqui. Nós temos um requerimento, na Câmara dos Deputados, de abertura de CPI para investigar o tráfico infantil e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Desde 2023, o Deputado Fernando Rodolfo, do PL, pediu, e está parado até agora. Eu peço para a sociedade que, juntos, a gente consiga instalar essa CPI, porque a gente precisa saber o que está acontecendo com as nossas crianças no Brasil.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA MEDINA – Quero agradecer muito.

Eu sou uma mãe, sou uma mãe atípica, queria falar rapidamente do caso da Alice. Com a importância das redes sociais neste país, em três dias, nós recuperamos a Alice, de Minas Gerais, de três anos, uma menininha autista, não verbal...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não verbal!

A SRA. LUCIANA MEDINA – Não verbal.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Foi lindo aquele caso.

A SRA. LUCIANA MEDINA – Graças à nossa...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – No mato, né?

A SRA. LUCIANA MEDINA – No mato.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fantástico!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUCIANA MEDINA – Tadinha! Sozinha, três dias. Só que ela estava, graças a Deus, intacta, perdida.

É importante que essa causa seja de todos nós, Senadora Damares. Contem sempre com a Inclusiva, comigo, porque é fundamental. Vamos juntos abrir essa CPI, vamos cobrar, por favor, do Hugo Motta, para que se abra essa CPI. Quem sabe, Senadora Damares, você crie uma CPMI para que isso aconteça?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Câmara e Senado.

A SRA. LUCIANA MEDINA – Está bom?

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Luciana.

Nós vamos encerrar com essa foto. Eu quero que mostrem a foto primeiro.

Eu quero agradecer a todos os convidados que participaram *online*, presencialmente, às pessoas que estão no Plenário, às pessoas que estão, ao vivo, nos assistindo pela TV Senado, pelo YouTube, mas eu não posso encerrar sem mostrar essa foto. Está aí a foto? Olha lá, gente.

Edson Davi, cuja mãe esteve com a gente, é o que está de bracinhos cruzados, Rio de Janeiro. Olha que menino lindo!

A segunda menina é a Elisa, do Marajó. Olha que menina linda, muito linda! E os irmãozinhos dela são lindos iguais.

Aí a gente tem a Ágatha Isabelly. Olha o sorriso da Ágatha. Se esse sorriso não te impulsiona a fazer alguma coisa, eu não sei mais o que vai te impulsionar. Agora olha a cara de sapeca do Allain Michael. Olha que menino...

Hoje nós falamos sobre esses quatro, mas são mais de 50 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero agora que vocês junto comigo assistam a esse vídeo. E é assim, Comandante, Delegado, Governador do Maranhão, que a gente quer encontrar o Allain Michael. Vejam a alegria desse menino. Eu quero que vocês vejam...

A gente encerra esta audiência vendo esse vídeo. Esse vídeo rodou o Brasil, rodou o mundo.

Consegue passar?

A gente vai ver agora.

O próximo acho que é o vídeo. (*Pausa.*)

Não dá...

Bom, não vai dar para a gente passar. Era um vídeo do Alain Michael dançando. Ele era um menininho que dançava muito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dançava *reggae*. Era exatamente esse vídeo que a gente ia passar. É assim que a gente sonha que ele esteja: bem. Olha lá, gente. Olha esse menino. Olha o gingado. Vocês conseguem entender a falta que essa criança está fazendo na família?

Então, que todos os Alains, que todas as Elisas, que todas as Ágathas, que todos os Edsons Davis sejam protegidos no Brasil.

Obrigada.

Hoje foram só quatro crianças, mas a gente vai continuar esse debate em busca das crianças desaparecidas no Brasil.

Comandante, mais uma vez, obrigada.

Delegado, leve um abraço ao Secretário e ao Governador.

E obrigada a todos vocês que participaram até agora. (*Palmas.*)

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e oito minutos do dia quatro de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Bruno Bonetti, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaime Bagattoli, Eduardo Girão, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Weverton, Augusta Brito, Paulo Paim e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Izalci Lucas, Ana Paula Lobato, Sérgio Petecão e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Cid Gomes, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 5ª a 7ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Sugestão n° 27, de 2020 - Não Terminativo - que: "Conceder autonomia e independência ao INPE e ao IBGE." Autoria: Ente Jurídico. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência para o Senador Bruno Bonetti. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 781, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre atendimento individualizado periódico na educação especial." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1883, de 2021 - Não Terminativo - que: "Institui o Programa Crédito da Mulher no âmbito das instituições financeiras oficiais federais e mecanismos de facilitação do crédito a microempreendedoras individuais e a microempresas e empresas de pequeno porte controladas e dirigidas por mulheres; e altera as Leis nºs 13.483, de 21 de setembro de 2017, 13.999, de 18 de maio de 2020, e 8.029, de 12 de abril de 1990." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: Pela conversão do Projeto de Lei em Indicação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela conversão do projeto em indicação. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5085, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que "dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento", para dispor sobre a obrigatoriedade da assinatura em meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

físico, pela pessoa idosa economicamente hipossuficiente, de contrato de crédito de qualquer espécie." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 5396, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências, para estabelecer critérios para a concessão de empréstimo consignado a pessoas idosas." Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto de Lei nº 5.085, de 2023, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta, com a consequente rejeição do Projeto de Lei nº 5.396, de 2023, cujos elementos foram aproveitados e aprovados, tratando-se de rejeição meramente formal, em consonância com a boa técnica legislativa. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto de Lei nº 5.085, de 2023, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo), e pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.396, de 2023. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3671, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estabelecer a obrigatoriedade da classificação indicativa de conteúdos musicais a serem tornados públicos." Autoria: Senador Beto Martins (PL/SC). Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4948, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de estádios de futebol e arenas desportivas disponibilizarem locais e condições apropriadas para o atendimento e a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e dá outras providências." Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM). Relatoria: Senador Bruno Bonetti. Relatório: Favorável ao projeto com cinco emendas que apresenta, sendo uma delas de redação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emendas n.º's 1-CDH, 2-CDH, 3-CDH, 4-CDH e 5-CDH. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1033, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer penas mais gravosas para os crimes de violência digital praticados contra a mulher." Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nº's 1-CDH, 2-CDH e 3-CDH. ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 37, de 2026 que: "Requer a realização de Audiência Pública em homenagem às trabalhadoras e aos trabalhadores frentistas pelo Dia Nacional do Frentista!" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: O Senador Jaime Bagattoli e a Senadora Damares Alves subscrevem o requerimento. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 38, de 2026 que: "Requer realização de Audiência Pública Terra do Meio/PA" Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Plínio Valério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PSDB/AM). Resultado: A Senadora Damares Alves e o Senador Plínio Valério subscrevem o requerimento. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 452, de 2025 - Não Terminativo - que: "Proíbe a adoção de sistema de cotas em processos seletivos de programas de Residência Médica." Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR). Relatoria: Senador Marcio Bittar. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A presidente designa o Senador Plínio Valério como relator ad hoc. Em seguida, relatório é lido e a Presidência concede vista coletiva aos Senadores, nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 39, de 2026 que: "Requer aditamento da Realização de Audiência Pública" Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 40, de 2026 que: "Requer a realização de audiência pública para o lançamento do 4º Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 41, de 2026 que: "Requer-se, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com o objetivo de debater a equidade no acesso ao tratamento do Raquitismo Hipofosfatêmico Ligado ao Cromossomo X (XLH) no Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no que se refere à continuidade do cuidado ao longo do ciclo de vida e à análise das políticas públicas relacionadas ao acesso terapêutico para pacientes adultos." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Styvenson Valentim (PSDB/RN). Resultado: O Senador Styvenson Valentim subscreve o requerimento. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 14 - Projeto de Lei n° 979, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, que institui o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, para incluir o Projeto Abrigo Vermelho." Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI). Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: Favorável ao projeto na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item extra pauta. Na sequência, é aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/04

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bom dia. Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de março de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 5ª a 7ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Nossa pauta foi devidamente publicada, está uma pauta simples hoje, mas informo que a Senadora Mara está fazendo a defesa de um projeto na CCJ, vai demorar muito. Então, ela requereu a retirada do item 2 da pauta.

Nesse sentido, nós vamos para o item 4 da pauta, cujo Relator está presente, é o Senador Paulo Paim. Depois nós vamos para o item 6 da pauta, que... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpa, o 10 da pauta, cujo Relator *ad hoc* está aqui, e a gente volta para o seu requerimento, Senador Paim, o.k.?

Então, vamos direto ao projeto de lei do item 4 da pauta, Senador Paim, Relator.

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 5085, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que "dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento", para dispor sobre a obrigatoriedade da assinatura em meio físico, pela pessoa idosa economicamente hipossuficiente, de contrato de crédito de qualquer espécie.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Em conjunto com o PL 5.396, de 2023.

Relator: Senador Paulo Paim.

Relatório: favorável ao Projeto de Lei 5.085, de 2023, na forma de uma emenda substitutiva, que apresenta, com a consequente rejeição do Projeto de Lei 5.396, de 2023, cujos elementos foram aproveitados e aprovados, tratando-se de rejeição meramente formal, em consonância com a boa técnica legislativa.

Concedo a palavra ao Relator para proferir seu voto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidenta, Senadora Damares Alves, se V. Exa. permitir, eu vou direto à análise.

Explico já que o meu voto é favorável aos projetos aqui em debate, porque eu, inclusive, tenho um projeto quase idêntico. Então, não tem como explicar. Se eu sou favorável a um projeto, e como vêm projetos de outros Senadores que vão na mesma linha, o que é que eu fiz? Eu reuni

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os dois projetos e deixei ambos no mesmo princípio do projeto que eu também defendo, que, no mérito, não mudam nada. Todos os três projetos estão na mesma linha.

Então, vamos direto aqui, para ganhar tempo, à análise.

Esta Comissão deve, conforme o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matéria referente à proteção dos idosos. É, pois, regimental seu exame do PL nº 5.085, de 2023, e do PL nº 5.396, de 2023.

É bom lembrar que um dos projetos é do Ciro Nogueira, e o outro é do Senador Cleitinho, ou seja, de outros dois Senadores. O meu é um terceiro e, na verdade, eu trabalhei aqui com a fusão dos dois, porque todos vão na mesma linha: a proteção do idoso.

Vamos aqui nos concentrar no aspecto de mérito das proposições, que terão seus aspectos constitucionais e jurídicos examinados ao longo da tramitação.

As proposições acertam ao buscar proteger a pessoa idosa dos excessos da oferta de crédito.

É fato que ocorre assédio às pessoas idosas por parte de agentes que se valem de meios telemáticos, mas também é fato que a lei brasileira tem reconhecido melhor as pessoas idosas ao longo dos últimos 30 anos – e, aí, eu tenho o prazer de dizer que fui o autor do Estatuto do Idoso, que foi aprimorado ao longo desses 30 anos –, e isso significa, conforme os mandamentos dessa legislação, conciliar a condição de eventual vulnerabilidade da pessoa idosa às suas capacidades e direitos, o que se traduz nesse gesto legislativo, que é o de regular a contratação do crédito, mas não de o proibir. E não há que se diferenciarem por classes de renda as pessoas idosas, de modo a se argumentar que a vedação de que tratam as proposições iria beneficiar as mais pobres, ao passo que iria obstaculizar a vida das pessoas idosas com mais afluência econômica. Isso, simplesmente, não é verdade. O assédio, os empréstimos tomados por pessoas idosas sob a orientação de terceiros, as negligências patrimoniais de diversos tipos, tudo isso ocorre em lares de classe média ou de pessoas abastadas. Esses são os fatos, e é contra eles que se levanta e legisla – e aqui estamos legislando –, em defesa das pessoas idosas – todas as pessoas idosas –, este Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma vez que ambas as propostas são valorosas e merecem ser acolhidas, vamos oferecer voto pela aprovação do PL 5.085, de 2023, por sua maior amplitude, incorporando nele elementos contidos também no PL 5.396, de 2023.

Tais elementos farão com que a proposição alcance todas as pessoas idosas, e não apenas as economicamente hipossuficientes. Todas elas, a nosso ver, merecem a proteção patrimonial do Estado.

Conforme as razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.085, de 2023... E aqui, Presidenta, eu faço um aparte: eu, toda vez que eu tiver que decidir, entre dois projetos, o que vai encabeçar, eu sempre vou decidir pelo mais antigo, porque é uma questão apenas que a boa técnica legislativa manda, o que muitas vezes não fazem, principalmente na Câmara. A gente aprova um projeto aqui, manda para lá, e eles simplesmente mandam outro para cá.

Mas, enfim, o que eu quero dizer... Na forma da seguinte emenda substitutiva... Infelizmente, tenho que votar pela rejeição de um dos dois. Então, voto pela rejeição do projeto que não é o mais antigo, o 5.396, de 2023...

Ressalte-se que os elementos do Projeto de Lei 5.396, de 2023, também foram aproveitados e aprovados porque a rejeição aqui é formal, indo ao encontro da boa técnica legislativa, conforme o art. 260, inciso II, alínea "b", desse Regimento.

Sra. Presidente, como eu fiz um substitutivo, eu tenho que falar do substitutivo. É curto, Sra. Presidente.

EMENDA Nº - CDH (substitutivo)
PROJETO DE LEI Nº 5.085, DE 2023
.....
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a contratação de crédito por pessoa idosa através de meio telemático.
Art. 2º O art. 54-D e o art. 66 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação, designando-se o atual parágrafo único do art. 54-D como § 1º:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art.54-D. .....

.....

§ 2º Se o contratante for pessoa idosa nos termos do art. 1º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, a contratação não poderá ser consumada por meio remoto, devendo o instrumento da contratação de crédito, inclusive na modalidade de consignação, sob pena de nulidade do contrato:

I – ser assinado em meio físico;

II – ser levado ao contratante, caso este o solicite ou haja dificuldade de deslocamento.

§ 3º Caberá à instituição financeira ou de crédito, ou a qualquer outra que ofereça ou disponibilize crédito, a verificação da condição indicada no § 2º deste artigo para fins de cumprimento do dever de assinatura do contrato em meio físico." (NR)

Eu tenho que dizer, Sra. Presidenta, que, como eu tenho um projeto muito semelhante à fusão dos dois aqui, o que eu fui pressionado pelos banqueiros para aceitar, simplesmente pelo telefone ou pelo computador, ficar tudo legitimado e... Eu disse: "Não vou aceitar e vou até o fim". E aqui eu estou mantendo isso. Se eu não me engano, a senhora até relatou um projeto meu no mesmo sentido. Então, eu não posso ser incoerente aqui. Por isso, como a fusão vai na mesma linha, é para proteger o idoso, simplesmente isso.

"Art. 66. Fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produto ou serviço, ou contratar com pessoa idosa crédito exclusivamente em meio eletrônico, telefônico ou de qualquer modo telemático:

....." (NR)

Ou seja, faz empréstimo e não sabe nem para quem, só que a conta vai para o idoso.

Art. 3º O art. 2º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

§ 3º Quando o contratante for pessoa idosa, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, a contratação não poderá ser consumada por meio telemático,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devendo o instrumento da contratação de crédito, inclusive na modalidade de consignação [o famoso consignado], sob pena de nulidade do contrato:

I – ser assinado em meio físico;

II – ser levado ao contratante, caso este assim o solicite" (NR)

Digamos que o cara esteja inválido, não possa se deslocar, todas as proteções aqui foram asseguradas praticamente numa fusão das três posições. E, claro, prevaleceu o mais antigo aqui no caso.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta dias de sua publicação oficial.

Sra. Presidenta, me permita que eu diga isto: quando, para mim, a causa é justa, eu sempre darei pela causa e não pelo nome do signatário, inclusive, do projeto. Com isso, eu respeito a vontade do povo, mediante o projeto aqui apresentado, que eu relatei.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Paim, mas eu só preciso fazer uma observação: o senhor está hoje legislando em causa própria. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Acertou. Estou me aposentando por causa da idade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao Projeto de Lei nº 5.085, de 2023, na forma da Emenda nº 1-CDH, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.396, de 2023.

A matéria segue para análise terminativa da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já peço a minha assessoria para brigar para que eu seja a Relatora lá. Nós vamos proteger os idosos.

Vou dizer uma coisa, Senador: se essa medida estivesse em vigor, parte dos escândalos da CPMI do INSS não teria acontecido. Idosos sendo enganados por telefone – por telefone! Vai ser difícil para nós, idosos, irmos ao banco, fazer assinatura presencial? Não vai ser fácil, não vai ser fácil na correria que está a nossa vida, mas eu quero pensar que não é por causa do meu conforto que eu vou votar contra uma matéria dessas, em detrimento do idoso humilde lá do interior, que está sendo enganado pelo telefone. Na verdade, não é só o idoso humilde, não. Nós temos o Senador Jayme Campos, que teve a sua aposentadoria com descontos indevidos, e o marido da nossa Senadora Margareth. Então, chega de fraude contra idosos no Brasil. Parabéns pela coragem!

Os bancos também me procuraram, todo mundo nervoso, mas entre um rico nervoso e um idoso protegido, esta Comissão vai defender e proteger o idoso. Parabéns, Senador!

Senhores... (*Pausa.*)

Hiran, meu Presidente da Comissão de Fiscalização, deixe-me fazer chantagem emocional: me nomeie Relatora dessa matéria lá na sua Comissão para proteger os idosos, por favor!

Vocês viram como é a chantagem ao vivo, Brasil? Vocês viram, ao vivo, Brasil? (*Risos.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu jamais faria uma desfeita a uma dama, principalmente em público. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A causa é nobre, e você é absolutamente, com todo o respeito a todos aqui, qualificada para defender uma pauta tão importante.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está vendo?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – E em nome de todos nós, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Senhores, como a Jussara, Relatora do item 3, chegou, a gente vai obedecer, ela vai ler, mas aí a gente já vai para o 10 depois, que é do Hiran e do Plínio.

Mas, senhores, para já aproveitar que está todo mundo aqui, eu só queria dizer o seguinte: nós temos três requerimentos extrapauta, dois são de audiência pública, de minha autoria, são audiências extremamente interessantes; um é do Senador Zequinha Marinho, que é para incluir um convidado; e há outro requerimento de indicação para o Governo Federal, para uma política pública para raquitismo, é uma coisa que não tem problema, é só uma indicação. E a gente também colocaria hoje em extrapauta o Projeto de Lei 979, de 2025, cuja Relatora está aqui, Senadora Ivete, que é o projeto da Jussara sobre o Agosto Lilás, Abrigo Vermelho, para a gente votar aqui hoje.

Então, aproveitando que todo mundo está aqui, eu gostaria de saber se a gente pode colocar em extrapauta o Requerimento 39, de 2026; o 40, de 2026; o 41, de 2026; o Projeto de Lei 979, de 2025; e a indicação... (*Pausa.*) Vai para a Mesa a indicação? Tá.

Então, 39, 40, 41 e o Projeto de Lei 979, de 2025.

Em votação a inclusão dos itens extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Obrigada, senhores.

Item 3 da pauta, cuja Relatora está presente.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1883, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui o Programa Crédito da Mulher no âmbito das instituições financeiras oficiais federais e mecanismos de facilitação do crédito a microempreendedoras individuais e a microempresas e empresas de pequeno porte controladas e dirigidas por mulheres; e altera as Leis nºs 13.483, de 21 de setembro de 2017, 13.999, de 18 de maio de 2020, e 8.029, de 12 de abril de 1990.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela conversão do Projeto de Lei em Indicação.

Observações:

Tramitação: CDH e CAE.

Autoria: Deputada Federal Celina Leão, minha Vice-Governadora do DF querida.

Concedo a palavra à Senadora Jussara para a leitura do seu relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Exma. Sra. Presidente, Senadora Damares Alves, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Passo diretamente à análise do mérito, considerando que o texto do relatório já foi disponibilizado para os Srs. Parlamentares.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Quanto ao mérito, o PL reforça a utilização do sistema de crédito como mecanismo ativo de justiça social e de inclusão econômica, de modo a apoiar grupos historicamente desfavorecidos e dar concretude ao direito constitucional da igualdade entre homens e mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senadora... Gente, eu pediria silêncio. É difícil para nós que somos mulheres ter uma voz um pouco mais alta. Então, por favor, vamos fazer um pouquinho de silêncio para a leitura. É um projeto tão importante!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Jussara.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Contudo, em que pese o elevado mérito da proposta, há inevitáveis óbices jurídicos que devem ser observados.

Observe-se, em primeiro lugar, a falta de definição legal de "empresa dirigida por mulheres", não se identificando se remete para a participação societária, ou para a presença feminina em cargos executivos, ou para posições de administração no contrato social, ou para poderes de direção cotidiana na operação da empresa. Essa indefinição abre espaço para fraudes e para questionamentos judiciais. Portanto, essa indefinição ou essa definição difusa do que se entende por "empresa dirigida por mulheres" geraria, certamente, insegurança dos agentes financeiros, que não teriam critérios seguros para conceder crédito.

Em segundo lugar, o PL cria obrigação de difícil aplicação às instituições de crédito. Tome-se o caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Como o BNDES não tem agências próprias, seu apoio às micro e pequenas empresas se dá por meio de outros agentes financeiros; isto é, são feitas operações indiretas por meio de uma rede de bancos credenciados e de agências de fomento. Assim, o BNDES, apesar de sua posição de instituição financeira oficial federal, não tem meios de verificar se a empresa que será a beneficiária final do crédito é, de fato, dirigida por mulher.

Em terceiro lugar, importa também observar que a determinação apresentada pelo PL para que instituições financeiras façam busca ativa de potenciais empreendedoras é atribuição que se mostra incompatível com a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, e com a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Em quarto lugar, importa destacar ainda que a hipótese admitida pelo PL de redução da taxa de longo prazo (TLP), desacompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro, contraria a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – a Lei de Responsabilidade Fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, e sobretudo, faz-se necessário concluir que o PL padece de vício de iniciativa. Ao tratar sobre o funcionamento da administração pública, o PL afronta a Constituição em seu art. 84, inciso VI, alínea "a", que reserva ao Presidente da República a competência privativa para valer-se do decreto autônomo para dispor sobre organização e sobre funcionamento da administração federal. Além disso, ao tratar sobre a aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento, o PL discorre sobre sua política de aplicação, o que demanda sua previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de iniciativa do Poder Executivo, nos termos do art. 165 da Constituição, em seu *caput*, inciso II do *caput* e §2º.

Assim, mostra-se inviável a aprovação desta proposição, por estar cravejada de vícios. Contudo, dado seu elevado mérito, votamos por sua conversão em indicação ao Poder Executivo, nos termos do inciso II do art. 207-A do Regimento Interno do Senado Federal.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela conversão do Projeto de Lei nº 1.883, de 2021, conforme o texto do relatório enviado para esta Comissão, com base no inciso I, do art. 224, do Regimento Interno.

Esse é o meu voto, querida Senadoras Damares Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora Jussara. Parabéns.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório apresentado, que transforma o projeto de lei numa indicação ao Executivo, muito bem justificada pela Relatora.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela convenção do projeto de lei em indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 452, DE 2025

- Não terminativo -

Proíbe a adoção de sistema de cotas em processos seletivos de programas de Residência Médica.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Relatoria: Senador Marcio Bittar.

Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério para leitura *ad hoc* do relatório.

Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Presidente, eu não posso deixar de observar aquela declaração de livre e espontânea vontade do Dr. Hiran, que, de livre e espontânea vontade, designou a sua relatora.

Estou em substituição ao Senador Marcio Bittar, que não pôde vir, *ad hoc*, projeto do Dr. Hiran, e o relatório é do Marcio Bittar.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 452, de 2025, que veda a adoção de quaisquer mecanismos, sob quaisquer princípios ou critérios, para reservar, para setores específicos da população, vagas para ingresso em cursos de residência médica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para tanto, o art. 1º da proposição, além de estabelecer a vedação descrita no parágrafo anterior, esclarece que se aplica a todas as instituições de ensino superior públicas ou privadas, e a unidades hospitalares e instituições afins, reconhecidas pelo Ministério da Educação ou pelo Ministério da Saúde.

O art. 2º afirma a meritocracia como único critério válido para a seleção de que trata a proposição. Nesse sentido, afirma dever ser feita exclusivamente por meio de critérios meritocráticos que avaliem tão somente conhecimentos teóricos e práticos, e proíbe qualquer tipo de pontuação ou condição especial adicional que não seja derivada dos critérios meritocráticos.

O art. 3º comanda às instituições que organizam tais processos que garantam igualdade de condições a todos os candidatos.

O art. 4º comanda a anulação do processo no caso da inobservância da lei em que porventura se torne.

O art. 5º da proposição dirige-se à Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente, para acrescentar §6º a seu art. 1º, vedando a adoção de qualquer "forma de reserva de vagas, cotas ou ações afirmativas para o ingresso em programas de Residência Médica, devendo o processo seletivo pautar-se exclusivamente em critérios de mérito e desempenho".

O art. 6º da proposição modifica a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que, à época da apresentação da proposição ainda estava em vigor, para vedar a aplicação da Lei de Cotas aos processos seletivos para ingresso em cursos de residência médica.

O art. 7º do PL põe em vigor lei que porventura resulte na data de sua publicação.

Em suas razões, o autor argumenta ser suficiente eventual benefício recebido para ingresso em cursos de graduação de Medicina por suposta desvantagem social, histórica, racial ou biológica. Uma vez aplicado o benefício, não há razão para se seguir com sua aplicação para o ingresso no curso de pós-graduação, que é a residência médica. Ao ver do autor, isso prejudica a isonomia entre as candidaturas e inibe a meta de se obter a melhor formação possível, a qual, a seu ver, apenas pode derivar da aplicação de critérios meritocráticos. Traz, em apoio de seu ponto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de vista, o Parecer nº 21, de 2 de maio de 2015, exarado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), em que estão os dois aspectos já mencionados: o aplauso ao ingresso diferenciado na graduação e sua desnecessidade quanto à pós-graduação, por consequência lógica dos mesmos argumentos que fundamentaram a adoção da ideia normativa das cotas: já foi feita a compensação.

Após seu exame por esta Comissão, a proposição seguirá para exame terminativo da Comissão de Assuntos Sociais.

E eu peço permissão, Presidente, para ir ao voto.

Voto.

Conforme as razões apresentadas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 452, de 2025, nos termos do seguinte substitutivo, conforme apresentado.

EMENDA Nº - CDH

Proíbe a adoção de sistema de cotas em processos seletivos de programas de Residência Médica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta lei veda a adoção de qualquer sistema de reserva de vagas para setores específicos da população que implique pontuação ou qualquer tipo de vantagem adicional a alguma candidatura nos certames de admissão aos cursos de Residência Médica de que trata a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981.

Art. 2º A seleção para ingresso nos cursos de Residência Médica será realizada por meio de processo seletivo que avalie exclusivamente o desempenho do candidato nos testes do certame, sendo proibida a inclusão de qualquer tipo de pontuação adicional, bonificação ou qualquer outra vantagem em razão de critérios que avaliem a condição social, econômica, histórica, psicológica, sexual, biológica ou qualquer outra que não derive diretamente do desempenho nos testes do certame, sem prejuízo do disposto no art. 30 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Art. 3º É nulo o processo seletivo que contrarie o disposto nesta Lei.

Art. 4º O art. 2º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 2º .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parágrafo único. Fica vedada a adoção de qualquer forma de reserva de vagas, cotas ou ações afirmativas para o ingresso em programas de Residência Médica, devendo o processo seletivo pautar-se exclusivamente no desempenho do candidato nos testes do certame." (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório do meu amigo Marcio Bittar, que eu relatei *ad hoc*, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta, eu não vou alongar, aqui, a conversa sobre o tema. Acho que todo o debate é legítimo, na ótica de cada um, mas, a pedido do Ministério da Igualdade Racial e do Ministério dos Direitos Humanos, eu peço vista ao projeto. Eu já falei com o autor, o qual entendeu, e, consequentemente, faremos um bom debate no momento adequado.

Eu tenho alguns números e dados que eu não vou apresentar, porque, se eu apresentar, significa que, aqui, outros poderão também suscitar um debate, quando o momento adequado será quando a matéria for debatida.

Mas me preocupou muito só um dado – 30 segundos. Entre docentes de graduação em Medicina, por exemplo, observa-se uma diferença muito expressiva – vou resumir nisto –: somente 1,7% se identifica como pretos.

Encerrei e peço vista ao projeto.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente, eu peço que a vista seja coletiva.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vista coletiva concedida.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – E pediria, Presidente Damares, a sua aquiescência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Zequinha, que também não pôde vir, pediu que eu lesse pelo menos a ementa de um requerimento, do item 9. Se a senhora permitir, eu já emendaria. É coisa simples, de dois minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, eu vou subscrever também. E o que eu faço? Ao final, eu leio e em bloco todos os requerimentos. Pode ficar tranquilo.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tá bom. Eu estou subscrevendo também, para o item 9.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá bom? Está subscrito. Eu subscrevo, aqui, o senhor. Se o senhor precisar sair, eu já o deixo livre.

Vista coletiva do item 10 da pauta.

Quero manifestar também que a Senadora Mara Gabrilli já manifestou preocupação com esse PL. Então, eu peço ao Senador Paim e à sua equipe, com a equipe da Mara, que conversem com o autor e com o Relator, nos próximos dias.

A matéria ainda segue para a CAS, só que na CAS é de forma terminativa. Então, vejam se vão querer fazer uma discussão maior aqui, por meio de audiência; se ela volta para a pauta ou se deixam a discussão para outra Comissão.

Eu fico à inteira disposição da matéria, que realmente chamou a atenção de um segmento enorme no Brasil. Então, a gente não pode deixar de atender às manifestações que estão chegando.

Parabéns ao Relator, ao autor...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... e ao Senador Paim pela preocupação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... se me permite, quero só elogiar V. Exa. pela iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De minha parte, eu vou tentar construir uma mesa de diálogo com a presença, inclusive, de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim. Eu faço questão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senadora Damares Alves, Presidente desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Faço questão.

Obrigada.

Nós, agora, vamos voltar para o item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 4948, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de estádios de futebol e arenas desportivas disponibilizarem locais e condições apropriadas para o atendimento e a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e dá outras providências.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Relatoria: Senador Bruno Bonetti

Relatório: Favorável ao projeto com cinco emendas que apresenta, sendo uma delas de redação.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CEsp.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O projeto é não terminativo.

Concedo a palavra ao Senador Bruno Bonetti, para a leitura de seu relatório.

O SR. BRUNO BONETTI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Bom dia, Presidente, Senadora Damares. Bom dia, Senadores. Bom dia, assessoria.

Eu vou direto à análise, Senadora Damares.

Análise.

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal atribui a este Colegiado a competência para examinar matérias relativas à inclusão das pessoas com deficiência.

Acolhemos a proposição inspirada de incluir os autistas e facilitar que expressem e vivam o esporte sem o constrangimento ou a dificuldade que alguns gatilhos, como sons altos e luzes intensas, possam causar a algumas pessoas com TEA.

Salientamos que o custo de sua aplicação é previsivelmente baixo, limitando-se à reorganização de espaços já existentes, com pequenas reformas, e ao fornecimento de abafadores, que têm valor irrisório. Quanto à capacitação de pessoal, não só antevemos a disposição de organizações civis de colaborar para esse fim, como também lembramos que o ônus de incluir não pode pesar mais do que o custo social e particular da exclusão. Trata-se, afinal, de dever de todos – Estado, cidadãos e empresas – de construir uma sociedade inclusiva, derrubando os padrões excludentes que a história nos legou.

Reconhecidos o mérito e a boa fundamentação, temos algumas sugestões para aprimoramento da proposição. Inicialmente, é necessário corrigir a conta de lugares reservados, para que não haja conflito entre comandos na mesma norma sobre o mesmo assunto. Considerando que nem todos os autistas precisam, efetivamente, de acompanhantes e que eventos com aglomerações já não costumam atrair interesse de alguns, optamos por estabelecer a reserva de apenas 2% dos lugares em quaisquer estádios e arenas. Vale lembrar que os assentos reservados que sobrarem poderão ser disponibilizados ao público geral nos dez minutos antes do início do evento, conforme prevê o parágrafo único do art. 3º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembramos ainda que a condição de acompanhante não se confunde com a da pessoa com deficiência – por exemplo, não necessita dos abafadores de ruído.

Em acréscimo, sugerimos suprimir a expressão "*kit* sensorial", pois a proposição prevê apenas o abafador de ruídos, especificamente. Um "*kit* sensorial" dá a entender que contém mais de um item (pode-se pensar em viseiras, por exemplo, para barrar a luz intensa dos refletores utilizados em muitos estádios e arenas). No mesmo ensejo, além do abafador já previsto, conviria prever a obrigação de impedir a incidência de luzes fortes, como *lasers* ou holofotes, focalizadas diretamente sobre a área reservada para autistas e proibir o uso de sinalizadores e de dispositivos pirotécnicos com brilho muito intenso na sua proximidade, ou com estampido.

Com relação à constitucionalidade, observamos que não se pode impor prazo ao Executivo para exercer o seu papel constitucional de regulamentar, sob pena de violar o princípio da separação dos Poderes. Além disso, a exigência de regulamento cria norma de eficácia condicionada, o que é indesejável por limitar a sua plena eficácia, de modo que suprimimos esses trechos.

Sugerimos, ainda, remeter especificamente ao art. 88 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, prevendo que a desobediência ao disposto na proposição constitui discriminação contra pessoa com deficiência, para que não haja risco de não se aplicar sanção por causa de uma remissão imprecisa.

Apresentamos, finalmente, uma emenda de redação, para suprimir a expressão, abro aspas, "e dá outras providências", fecho aspas, desaconselhada pela boa técnica legislativa por dificultar a compreensão do alcance da norma.

Vou ao voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.948, de 2025, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CDH (de redação)

Suprima-se, na ementa do Projeto de Lei nº 4.948, de 2025, a expressão “e dá outras providências”.

EMENDA Nº - CDH

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Suprima-se, no art. 1º do Projeto de Lei nº 4.948, de 2025, a expressão "com capacidade superior a 10.000 (dez mil) lugares", e dê-se a seguinte redação ao art. 3º da mesma proposição:

"Art. 3º A quantidade mínima de assentos reservados será de 2% do total de assentos do estádio ou arena, respeitando-se no mínimo 10 (dez) assentos.

.....

....."

EMENDA Nº - CDH

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei nº 4.948, de 2025:

"Art. 2º

.....

.....

IV – Disponibilizar abafadores de ruído;

.....

VI – Assegurar assentos contíguos para a pessoa com TEA e um acompanhante;

.....

VIII – proibir o uso de sinalizadores e de dispositivos pirotécnicos com brilho muito intenso na sua proximidade, ou com estampido;

IX – Impedir a incidência de luzes fortes, como lasers ou holofotes, focalizadas diretamente sobre a área reservada para pessoas com TEA."

EMENDA Nº - CDH

Dê-se, a seguinte redação ao art. 5º do Projeto de Lei nº 4.948, de 2025:

"Art. 5º O descumprimento desta Lei sujeitará os responsáveis às sanções previstas no art. 88 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e no Código de Defesa do Consumidor".

EMENDA Nº - CDH

Suprima-se o art. 6º do Projeto de Lei nº 4.948, de 2025, renumerando-se os seguintes.

Sendo isso o que tinha para relatar, peço a aprovação dos pares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senador.

Em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discutir.) – Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Como autor do projeto, tenho que elogiar o Senador Bruno Bonetti. Assim como a senhora, ele conseguiu melhorar o projeto ainda, porque a gente sempre, quando faz um projeto, Bruno, a gente deixa exatamente brechas para que o Relator preencha e preencha com... – não é isso, Paim? – a gente sempre deixa que o Relator possa participar também.

E, Senadora Damares – em homenagem ao Senador Bruno, que está de passagem, posto que ele é suplente do Senador Romário –, já falei com a Senadora Leila, lá no Esporte, e ela vai apresentar o relatório lá direto já no Plenário, na próxima semana.

Por isso, eu peço urgência, até como... O projeto merece, ponto, mas o Senador Bruno vai marcar sua presença como Relator desse projeto. Já está acertado com a Senadora Leila lá na Comissão de Esporte.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Deixe-me informar: ele é terminativo na Comissão de Esporte. Isso quer dizer que não cabe urgência.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu pensei que não fosse terminativo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, na Comissão de Esporte, isso não cabe urgência.

Então, a gente vai votar agora, e eu vou falar depois de votar para a gente não perder tempo.

Em votação...

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Bonetti, parabéns, tá? Parabéns.

Senador Plínio, parabéns também pela forma como o senhor apresentou.

Enquanto vocês estavam lendo, eu estava recebendo aqui centenas de mensagens das famílias atípicas. A matéria é de uma importância incrível, incrível. E que se estenda essa medida a todos os outros eventos públicos. Inclusive essa semana eu falei até em igrejas agora, porque, assim, isso é um respeito às pessoas com autismo.

Parabéns.

Senador Bonetti, corre lá para a gente aprovar lá. E, ainda esse mês – quem sabe? –, esse mês ainda o Senado já entrega essa matéria e a gente corre na Câmara, porque a matéria é de interesse de muita gente no Brasil.

Parabéns ao autor e ao Relator. (*Pausa.*)

Nós vamos para o item 7 da pauta.

Aliás, Senador Styvenson, deixe-me perguntar-lhe uma coisa. A Senadora Ivete está do seu lado. (*Risos.*)

A gente sabe que ela precisa fazer essa relatoria, sem comentários a mais. A Senadora Ivete é uma parceira desta Comissão, então nós vamos pular para o item 14 da pauta. O voto dela é um voto curto.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 979, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, que institui o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, para incluir o Projeto Abrigo Vermelho.

Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Favorável ao projeto na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Em reunião realizada em 22/10, foi lido o relatório e concedida a vista coletiva.

Em 03/03, a Relatora apresentou novo relatório.

Concedo a palavra à Senadora Ivete da Silveira para a leitura do seu novo relatório.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora.) – Muito obrigada, Senadora; muito obrigada, Senador, por me conceder, neste momento, a palavra.

Chega à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 979, de 2025, da Senadora Jussara Lima, que altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, que institui o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, para incluir o Projeto Abrigo Lilás.

Eu vou fazer a complementação.

Para adequar o texto do projeto de lei em análise, apresento a emenda substitutiva global abaixo para adequar a redação do projeto, substituindo a expressão "Projeto Abrigo Vermelho" pela expressão "Projeto Abrigo Lilás" na ementa e no *caput* do art. 1º deste projeto de lei; e para incluir no inciso IV do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, como proposto pelo art. 2º deste projeto de lei, as expressões "Projeto Abrigo Lilás" e "... conforme disponibilidade financeira.", considerando que o projeto não prevê o cálculo do impacto orçamentário e a devida compensação para fazer frente a despesa, tornando-se necessário condicionar a disponibilidade orçamentária evitando o descumprimento da legislação fiscal, notadamente em relação ao art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 979, de 2025, com esta emenda substitutiva.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em votação o projeto de lei...

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda Substitutiva 1, da CDH.

A matéria agora segue para a CCJ.

Parabéns, Senadora Ivete, pelo relatório.

Senador Styvenson, esses dois aqui estão agoniados desde a hora que chegaram. É só o encaminhamento desses dois ilustres Senadores...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. *Fora do microfone.*) – Senadora, eu vou te dizer uma coisa... (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É castigo, não é?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – ... ser homem e ser mais novo nesta Casa...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, o senhor está entendendo como o senhor está sofrendo? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – ... porque tem que ceder sempre para os mais antigos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas a gente não vai votar. Eles vão encaminhar, porque eu vou votar os requerimentos em bloco. Só façam...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Permita que eu lhe diga – e vou dizer, porque não é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, o que eu vou falar você vai gostar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Só façam o encaminhamento, e a gente vota em bloco.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Permita que eu lhe diga que eu estive no seu estado, piscinas naturais lá... É uma maravilha. Mas eu perguntei lá como é que estavam os Senadores. Só me disseram uma coisa: "O Styvenson vai voltar para lá".

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E vai!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Foi o que me disseram lá.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. *Fora do microfone.*) – O senhor fez essa pesquisa?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Fiz.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. *Fora do microfone.*) – Nas praias?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Nas praias. E estava o povão lá. Não pense que não, viu? O povão estava ali também!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. *Fora do microfone*.) – Ah, é Senador do povo. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Encerrei, encerrei agora!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador Paim.

Com essa sua manifestação, eu cedo a minha fala.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Foi o que eu ouvi lá.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você é esperto! (*Risos.*)

Senador Paim, para encaminhar, mas eu não vou votar agora, porque eu sei que vai ser aprovado. Aí, eu vou fazer a votação, em bloco, dos requerimentos depois.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Apenas encaminhe.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 37, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública em homenagem às trabalhadoras e aos trabalhadores frentistas pelo Dia Nacional do Frentista!

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de homenagear as trabalhadoras e os trabalhadores pelo Dia Nacional do Frentista.

Justificação.

A profissão de frentista está presente no Brasil, desde 1912, e reúne, segundo estimativas do setor, aproximadamente 500 mil profissionais em atividade, número que evidencia sua expressiva relevância social e econômica. Do total, 25% são mulheres.

O Dia Nacional do Frentista é comemorado dia 4 de março, hoje. Por isso, o nosso querido Senador Jaime aqui também se somou a este requerimento, porque ele conhece a história, é do setor e me lembrou que 4 de março, hoje, é o Dia do Frentista.

Os frentistas e as frentistas exercem função essencial na cadeia de abastecimento, sendo responsáveis não apenas pelo fornecimento de combustíveis, mas também pela prestação de serviços auxiliares, orientação aos consumidores e observância rigorosa de normas técnicas e de segurança. São homens e mulheres imprescindíveis para o nosso país.

Sua atuação envolve, ainda, cuidados relacionados à prevenção de riscos ocupacionais e ambientais, contribuindo diretamente para a proteção da saúde pública e para a segurança nas operações em que atuam.

Vai um pouquinho mais, mas acho que chega aqui, Presidenta, né?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, a proposta é extraordinária.

Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidenta Senadora Damares.

Ô, Styvenson...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. *Fora do microfone*.) – Senhor!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... vou ter que ir lá fazer campanha para você, então. (*Risos.*)

Não vai ter jeito! Achei que você ia pelo Acre agora, depois daquela nossa ida lá; achei que você ia pelo Acre agora! O Rio Grande do Norte, está melhor lá!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. *Fora do microfone*.) – Eu sou acriano. Eu sou acriano, Excelência!

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu quero parabenizar aqui, subscrever o requerimento do Senador Paim e dizer para vocês que estão nos acompanhando: esse é um setor que eu conheço, porque também é um dos setores de que eu sou do ramo. Senadora Damares, eu fui o primeiro a implantar em posto de gasolina lá em Rondônia... Pouco mais de 20 anos atrás, as mulheres não eram frentistas – não existiam mulheres frentistas –, porque existia uma... Como é? Eles achavam que a mulher não podia ser frentista de posto de gasolina. E digo para vocês hoje: as mulheres, muitas delas recebem mais até do que os homens, porque muitas delas são mais até ágeis, mais eficientes do que os homens, não aqui desmerecendo os homens. Mas quero dizer para vocês que nós temos hoje, no Brasil, em torno de 43 mil postos de gasolina. Isso que o Senador Paim falou agora significa em torno de dez a onze empregos, na média, só de frentistas, fora a parte dos que não são frentistas, estão na parte de administração, mas só para frentistas gera em torno de onze a doze empregos cada posto de gasolina! Então, é uma grande geração de emprego que nós temos no Brasil e nada mais merecido por esse dia deles também se fazer essa homenagem aos nossos frentistas.

Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está encaminhado, a gente vai votar em bloco, mas, se é para a gente fazer, vai ter que ser uma coisa grande: nós vamos lotar este plenário de frentistas. E aí, se lotar este, a gente também pega telão no outro, no outro e no outro... Vamos encher este Senado de frentistas! Eu vou votar em bloco, mas, com certeza, ele será aprovado, Senadores. E eu agradeço pelo encaminhamento, o.k.?

Item 7 da pauta. A gente, assim, esgota os projetos de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, se Styvenson já ia ser apoiado por aquela população que o ama tanto, vão os frentistas também entrar na fila, e agora as mulheres...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Os autistas. E agora, Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Agora, as mulheres.

E, antes de lhe passar a palavra, Styvenson, talvez as pessoas neste plenário não o conheçam como eu o conheço... Eu estive, gente, lá atrás, na campanha dele para Senado, e eu não estava trabalhando para ele, não. Pelo contrário, eu trabalhava para outro – ele sabe disso. E esse menino começou a crescer. Eu ficava olhando: quem é esse homem? Gente, o amor que o Rio Grande do Norte tem pelo Senador Styvenson! Ele chegou aqui e honrou esse amor. E você precisa voltar, Styvenson! Ah, você precisa voltar. Todas as pautas de proteção da criança e da mulher... Quando eu era Ministra, um jovem Senador desconhecido foi lá ao ministério e se colocou à disposição. Foram quatro anos de parceria com esse Senador, e agora eu sou colega dele.

Senador Styvenson, a leitura do seu voto...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Obrigado Estou emocionado... (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Projeto...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Difícil emocionar um cara de 2m de altura... (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Item 7.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1033, DE 2025

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer penas mais gravosas para os crimes de violência digital praticados contra a mulher.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

É o mês certo de a gente votar.

Senador, concedo a palavra para a leitura do seu voto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. Como Relator.) – Obrigado, Senadora, nossa Presidente, nossa Ministra.

Obrigado, Senador Bagattoli, meu amigo, Senador Paim...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E, Damares, sem falar que, lá no Acre, ele também é pacificador de casal que arruma confusão, que quer brigar...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, é?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Ah, foi! Ele presenciou uma violência doméstica...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E você foi lá ajudar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Separei lá, coloquei o cara... Enquadrei o cara lá, que queria esfaquear a mulher. Foi mesmo, bem lembrado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Jaime...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Na CPI das ONGs...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Jaime, antes de o senhor sair, hoje é o Dia do Frentista, não é? Então, é só para registrar que é hoje o Dia do Frentista. Parabéns.

Vá lá, Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Senadora, antes de ler o meu relatório, dizendo que o projeto da Senadora Soraya Thronicke, claro, além de meritório, é necessário para a atualização da legislação penal, eu preciso fazer aqui uma observação e dar meus parabéns ao nosso Ministro André Mendonça, que hoje prendeu pela segunda vez o bonitão, o *playboy*, o fraudador... A gente já conhecia tudo isso que ele tinha feito no sistema financeiro, isso já era conhecido; agora, eu não sabia também que ele fazia parte de quadrilha criminosa de ameaçar, extorquir e também querer matar jornalistas. Então, eu espero que, com essa nova medida de prisão preventiva, ele vá lá para o presídio de Pedrinhas, lá no Maranhão, que é um dos piores que existe no país. Que ele aprenda com a lei. Eu espero, Senadora Damares, que não tenha nenhum desembargador, nenhum ministro, nenhum magistrado que conceda a liberdade para esse ser humano, porque são graves as acusações. São graves as acusações sobre uma pessoa que forma um grupo em redes sociais em que o apelido de um é sicário.

Ora, sicário na América Latina é matador de aluguel para o crime organizado. Então, esse rapaz aí elegante que aparece nas redes sociais é um dos piores marginais. E olha a estatística: o nome dele aparece na CPMI do INSS, na CPI do Crime Organizado e vai aparecer na CPI do Banco Master. O cara está em tudo. Então, com essa formação de quadrilha, é claro que ele vai intimidar não só Parlamentares, não só jornalistas; o cara mandava derrubar *site* que falasse mal dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha solidariedade aqui ao jornalista, ao jornalista d'*O Globo* e de todos os jornalistas que têm coragem de fazer matérias expondo tudo isso.

Eu espero que nenhum Ministro do STF derrube ou deixe em liberdade esse ser humano – estou na Comissão de Direitos Humanos – que tanto causou danos, não só financeiros ao nosso país, e está causando também agora danos às pessoas. Ameaçar a imprensa!

E só lembrando – eu não espero que nenhum ministro, nenhum juiz, nenhum desembargador deste país conceda essa liminar de liberdade para ele –, quero dizer que o Flávio Dino hoje derrubou a quebra de sigilo que foi aprovada na CPMI. Gente, é uma gangorra – é uma gangorra este país. Uma hora a gente está feliz, ontem, com o Presidente do Senado permitindo que fosse dada continuidade ao que foi feito pela CPMI do INSS, da qual eu faço parte, e agora alguém, que é comparsa do filho do Lula, entra com pedido no STF e consegue derrubar. É triste, é difícil – é bem difícil.

É difícil também o meu segundo ponto, de que eu vou fazer uma observação, já que eu vou relatar o Projeto de Lei 1.033, que trata dessa atualização de aumento de pena para quem comete crimes violentos usando a rede global de internet. Há uma cobrança, quando se trata de Código Penal, de processo penal. Quando se trata desse tema, Senadora Damares, há uma cobrança em cima de nós aqui, no Parlamento, nós, legisladores, de aumentar o rigor da pena – aumentar a pena, diminuir o tempo penal para o jovem, e eu concordo com isso. Eu acho que tem que diminuir, porque ele já tem consciência do que está fazendo e da quantidade de crimes que ele está cometendo.

Mas eu preciso deixar claro que, em uma estatística aqui, de 2024 até agora, 13% das vítimas de feminicídio no Brasil tinham medidas protetivas de urgência e, mesmo assim, foram executadas. Onde está a falha? Na legislação? A falha está lá na aplicação da lei, quando o juiz não comunica ao agressor que ele não pode se aproximar? É só um papel, Senadora Damares. Hoje eu vou ler só um papel. São palavras que estão no papel. A aplicabilidade da lei é que pode estar sendo a falha.

A falha é que nós aumentamos aqui, como nós vamos aumentar agora, para os crimes contra a mulher, mas lá no final se encontra dificuldade onde? No Poder Executivo local, na guarda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

municipal, na polícia militar, que não tem efetivo, não tem estrutura para executar justamente essa medida protetiva?

Então, fica uma observação, porque nós somos cobrados. Qual é a cobrança que a população tem sobre o Parlamento brasileiro? Que a gente faça alguma coisa para conter a criminalidade. Nós estamos fazendo, como eu vou fazer agora, lendo esse relatório da Senadora Soraya Thronicke para aumento de penas, para essas modificações, mas, no final da conta, o efeito disso? O efeito disso mostra a estatística. "Ah, mas é um número baixo, 13%." Eu estou falando de vidas, não estou falando de números. Estou falando de mulheres como a que, lá em São Paulo, em Osasco, no final de semana, foi executada com o namorado pelo ex, com cinco medidas protetivas. Estou falando daquela mulher que estava trabalhando no *shopping,* recebeu o ex-marido, que não se conformava em ter se separado, e que foi lá e esfaqueou a mulher. E de outros casos mais.

Então, preste atenção, Senadora, minha Presidente, Ministra dos Direitos Humanos: vou ler agora algo que aumenta a pena, torna mais rígidas as penas; que vai penalizar com multa, com cadeia... Mas, no final das contas, a gente fica com a sensação de "e na ponta? Está sendo atendido?". E onde é que estão sendo essas falhas? São nossas? Porque, quando ocorrem as falhas, aí vai lá o policial, dizer: "Aumenta a pena! Torna mais rigorosa!".

Mas, não adianta a gente ler aqui um relatório, com toda a honestidade e sinceridade – Senadora que está aqui do meu lado – ; não adianta a gente ler um relatório, aumentando, se não há uma fiscalização eficiente, se não há uma proteção por parte do Executivo estadual, municipal, que dê essa tranquilidade para que a gente possa ler relatórios como esse.

Eu digo isso porque eu fiscalizei na Operação Lei Seca, fiz um trabalho que normalmente se faz, e virei um *pop star* no meu estado por cumprir a lei, por fazer a fiscalização.

Então, indo para o relatório, com essas duas observações... A primeira... Espero que esse "Sicário", Daniel "Sicário" Vorcaro, e também tem um amigo dele aí que é pastor, um ex-cunhado, que permaneçam presos, porque eles não só obstruem a Justiça, não só intimidam a Justiça, não só colocam pânico na imprensa, como também aqui dentro do Parlamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhem com quem a gente está mexendo, viu? Está achando que o crime organizado é só o cara da favela? É só o traficante do PCC, do Comando Vermelho?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E as ameaças dele, pelo que foi divulgado hoje, eram ameaças físicas...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Quebrar os dentes...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... para dar pau...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Forjar um assalto...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É...

Agora, existem outras...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Lauro Jardim. Não é isso?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, mas é possível...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Toda minha solidariedade, aqui na Comissão de Direitos Humanos...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim. Vamos registrar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – ... ao jornalista, por fazer esse trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos registrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – E não se intimide não. Não se acovarde não. Pelo contrário...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nenhum jornalista tem que se intimidar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – ... vá pra cima mesmo!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Styvenson, se ele fazia ameaças físicas, imagine as ameaças outras que ele está fazendo com autoridades no Brasil, porque tem algumas decisões acontecendo por aí que não têm explicação, a não ser ameaças. E o que é que ele tem na mão para ameaçar tanta gente?

Então, assim, esse caso Vorcaro é tão emblemático, mas esse caso...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Mafioso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... vai nos dar a oportunidade de passar o Brasil a limpo. Vai dar oportunidade.

Parabéns por sua indignação.

Senadora Ivete, sei que a senhora precisa ir. Nós vamos liberá-la da reunião.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Obrigado, Senadora. Obrigado. Espero que esse mundo que tem as pessoas na mão, com promiscuidade, com vídeos aí explícitos de sexo, os quais ele fazia, com essas ameaças físicas, financeiras... Pagava gente do BC, lá do Banco Central, com viagens para a Disney...

O SR. BRUNO BONETTI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Com guia de turismo...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – ... com guia de turismo. Isso é uma vergonha!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um cabra desse não tem que ser afastado não; tem que ser expulso da instituição.

Vamos lá, vamos para o relatório.

Vou passar para a análise, Senadora.

Não só para a economia...

Ah, falando de economia também, eu tenho um pedido de subscrição da audiência pública que trata do raquitismo. Me procuraram ontem lá no gabinete para eu pedir esta audiência pela CAS. Por economia de Comissões, eu vou subscrever e trazer para cá a relação das pessoas que também precisam ser ouvidas. Porque até 14 anos você tem direito ao GH, o hormônio do crescimento, depois disso já não tem mais, entendeu? Então a gente precisa entender isso aí para ter essa modificação, está bom?

Então, análise do Projeto de Lei 1.033, de autoria da Senadora Soraya Thronicke.

Compete à nossa Comissão de Direitos Humanos opinar sobre esse assunto, segundo nosso Regimento Interno.

O mérito da proposição legislativa aborda uma lacuna relevante no ordenamento jurídico brasileiro ao enfrentar a crescente incidência de violência digital, especialmente aquela dirigida contra as mulheres. Diante de informações tecnológicas e sociais que ampliaram as formas de agressão no ambiente virtual, torna-se imprescindível que a legislação penal evolua para oferecer respostas eficazes e proporcionais à gravidade dessas condutas.

A proteção específica da mulher nesse contexto se justifica pela sua vulnerabilidade acentuada no meio digital, onde a exposição pública e a rápida disseminação de conteúdos ofensivos pode gerar impactos profundos e duradouros sobre a saúde mental, reputação e segurança pessoal. A violência digital, por sua natureza, tende a perpetuar o sofrimento da vítima, tornando essencial a atuação preventiva e reparadora do Estado.

Nesse sentido, a proposição não se limita a agravar as penas dos crimes digitais praticados contra as mulheres. Ela também estabelece mecanismos de proteção imediata à vítima, como a determinação judicial da retirada de conteúdos ofensivos da internet em até 24 horas após a sua constatação, sob pena de responsabilização dos provedores. Essa salvaguarda representa um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avanço significativo, pois reconhece que o dano causado pela exposição virtual pode ser intensificado por condutas ilícitas subsequentes, exigindo uma resposta célere e eficaz.

Dessa forma, a proposição não apenas ajusta a reprimenda penal à gravidade dos crimes digitais contra as mulheres, como também reforça a tutela da vítima diante da divulgação de conteúdos relacionados à violência sofrida.

Sem prejuízo dessas considerações, identificamos oportunidades de aprimoramento da proposição. Detalhamos, no art. 3º, que o prazo para adoção de medidas pelo juiz e pelo fornecedor de produtos e serviços de tecnologia da informação deve ser contado a partir da comunicação. Essa especificação confere segurança jurídica e define parâmetros mais objetivos para responsabilização em caso de descumprimento.

Além disso, ampliamos os poderes do juiz para impor o cumprimento da decisão, em linha com os preceitos vigentes do direito processual penal e do direito processual civil. Dessa forma, propomos a possibilidade de o juiz adotar as medidas necessárias ao cumprimento da decisão, inclusive a multa diária, que já havia sido prevista na redação original da proposição.

Incluímos em novo dispositivo a tipificação de crime, punível com multa, imputável ao fornecedor de produtos ou serviços de tecnologia da informação, no caso de omissão quanto à cooperação com as investigações relacionadas a crime cometido contra a mulher por razão da condição do sexo feminino, quando o crime for praticado mediante o uso ou auxílio de seus produtos e serviços. Com essa previsão, buscamos disciplinar a responsabilização penal da pessoa jurídica em situações de conivência com os crimes previstos na proposição, conferindo maior efetividade aos preceitos que se pretende incorporar ao ordenamento jurídico.

Finalmente, em atenção à Lei 15.123, de 24 de abril de 2025, que inseriu um parágrafo único no art. 147-B do Código Penal, apresentamos emenda para que a alteração almejada pela presente proposição não suprima a redação adotada por recente alteração legislativa no texto legal vigente.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.033, de 2025, com as seguintes emendas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº - CDH

Dê-se nova redação ao art. 3º do Projeto de Lei nº 1.033, de 2025, nos termos a seguir:

Art. 3º Se a prática de crime disposto nesta Lei envolver a divulgação na rede mundial de computadores de fotografia, vídeo, áudio ou qualquer outro tipo de registro da vítima, o juiz deverá, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da comunicação, determinar a sua imediata retirada do meio virtual, que deverá ser cumprida pelo fornecedor de produtos ou serviços de tecnologia da informação em igual prazo.

Parágrafo único. O juiz poderá, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias ao cumprimento do disposto no *caput* inclusive a imposição de multa diária.

EMENDA Nº 4 - CDH

Inclua-se novo art. 4º no Projeto de Lei nº 1.033, de 2025, renumerando-se o seguinte, nos termos a seguir:

Art. 4º Abster-se o fornecedor de produtos ou serviços de tecnologia da informação de cooperar com investigação sobre crime cometido contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, quando o crime for praticado mediante o uso ou com o auxílio de seus produtos e serviços.

Pena – multa, se a conduta não constituir crime mais grave.

EMENDA Nº - CDH

Dê-se nova redação ao art. 147-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 1.033, de 2025, nos termos a seguir:

“Violência psicológica contra a mulher

Art. 147-B. .....

.....

§ 1º .....

§ 2º Se o crime for praticado por meio da rede mundial de computadores, a pena será aumentada de dois terços.” (NR)

Esse é o meu voto, Senadora Presidente, minha Ministra de Direitos Humanos, defensora do povo indígena, das crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Esse é o meu voto, e eu espero que assim se cumpra, que essa lei que passa por aqui seja terminativa na CCJ, tramite rápido dentro desta Casa, porque outra dificuldade que a gente tem é essa lentidão, essa morosidade legislativa.

Tem um projeto meu de castração química que foi uma luta passar aqui no Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Anos!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Foi uma luta de Comissão em Comissão, enfrentando resistência de quem, na minha concepção, é conivente, de quem é alisa estuprador e pedófilo. Aí está parado na Câmara com o Padre João, do PT de Minas Gerais, e ele não coloca em votação. É um projeto de lei simples, é um projeto de defesa não só das nossas crianças, não só das nossas mulheres, como também do próprio agressor, que, com a castração química ele vai ficar bem mansinho, vai deixar de ser esse leão tarado e vai virar um gatinho castrado. Ficará, quietinho, quietinho. Mas não anda, Senadora. Essa morosidade é que irrita os legisladores e que irrita a população brasileira.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E lembrando que o projeto, quando aprovado aqui, era facultativo. Lembra? Facultativo.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Styvenson.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas 1 a 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria segue para análise terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Senador Styvenson, parabéns! Eu só queria fazer uma observação. O senhor trabalhou muitos anos com criança, e a sua história começou lá naquelas escolas – depois você precisa conhecer a história dele. Eu estou apostando na próxima geração. Essa geração agora, Senador, vai ser isto aqui: contenção, punição, cadeia, castração. Mas, como o senhor fazia lá naquela escola, o senhor ensinava disciplina, limites para os meninos, lembra? Você ficou famoso por isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. *Fora do microfone*.) – Funciona.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Funciona. É uma escola em um bairro, e ele revolucionou o bairro, Diretor de uma escola.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – É uma comunidade, o senhor, que não conhece, é a comunidade Novo Horizonte. Mudou de nome, sociologicamente, mas continua Favela do Japão, com esgoto a céu aberto, sem nenhuma condição de higiene e dignidade para as pessoas que moram lá. Mas a gente está fazendo agora uma grande urbanização na comunidade – agora sim, vai ser uma comunidade, vai ser um bairro.

Essa escola estava tomada pelo crime organizado, eles estavam recrutando as crianças. A gente ocupou a escola, que é o termo militar, ocupar. A gente colocou algumas práticas de ordem e disciplina. A escola até hoje funciona, num Governo que é contra a ordem e a disciplina na educação. O militarismo nada mais faz... Não é só cantar o hino, não é prestar continência, não é ficar em fila... Gente, isso é o mínimo. O melhor, Senadora, é que volta para casa respeitando o pai, a mãe, coisas que a gente fazia na nossa infância, como o que eu acabei de fazer aqui, dando permissão para os mais velhos falarem, para as mulheres falarem primeiro, coisa que não existe mais, coisa que não existe mais neste país, entendeu? Ou é fraqueza, ou é assédio se eu abrir a porta para a mulher... Chegou a um limite em que eu não posso nem olhar, não se pode mais fazer um gesto, porque senão pode ser mal interpretado. Então, parte-se para uma situação em que a gente está cada vez mais individual.

A escola lá continua funcionando. Fiz ontem um Pix para pagar o fardamento deles, pago do meu bolso porque o estado não tem condições de pagar o fardamento do aluno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É ensinar o menino na escola a respeitar a menina, Senador Bonetti, ensinar o respeito mútuo, a gente investir no programa Maria da Penha vai à Escola. Vamos ter que ir à escola, nós vamos ter que conversar com a próxima geração. Vamos continuar aqui, fazendo tudo o que a gente pode, mas vamos investir na próxima geração.

Eu estou muito preocupada com o aumento da violência contra a mulher, todos os tipos de violência, e hoje o Styvenson traz aqui essa violência no mundo virtual. Parabéns, Styvenson!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Bonetti, no item 1 da pauta, eu sou a Relatora. O senhor poderia presidir? É um voto muito simples; depois, eu faço a leitura em bloco dos requerimentos e a gente encerra a pauta. (*Pausa.*)

Quanto ao item 5 da pauta, o Senador Magno Malta, Relator, não veio novamente. Na próxima semana será lido com relatoria *ad hoc*.

Senador Bonetti, passo a Presidência para o senhor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Bruno Bonetti. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senadora Damares, mais uma vez, obrigado por essa honra. Estou me acostumando, e isso não é bom, não! Mas agora o Senador Styvenson já passou pelo seu crivo, né? Agora dá para apoiá-lo.

Antes de passar a palavra para a senhora, Senadora, eu também queria hipotecar absoluta solidariedade ao jornalista Lauro Jardim. A gente sabe que sem imprensa livre não há democracia plena. Então, toda a solidariedade ao jornalista.

ITEM 1

SUGESTÃO Nº 27, DE 2020

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conceder autonomia e independência ao INPE e ao IBGE.

Autoria: Ente Jurídico

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela rejeição da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Autoria: Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan).

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves, para leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, essa é uma sugestão que vem por uma associação. Nós estamos lendo, nos últimos dias, sugestões que estão vindo de cidadãos, mas esta aqui agora está vindo de uma associação, e eu quero cumprimentar a instituição Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural.

Vou proferir meu voto já, se me permite, Presidente, indo direto para a análise.

A presente sugestão legislativa atende os requisitos formais de admissibilidade, conforme estipulados no Ato da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 1, de 2006.

O IBGE e o Inpe são institutos renomados, que adotam metodologias internacionalmente aceitas e padronizadas.

O IBGE encontra-se regulado pela Lei 5.878, de 1973, que dispõe sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Por outro lado, é a Lei 6.183, de 1974, que dispõe sobre os Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais, e dá outras providências. São sistemas que integram órgãos federais, estaduais e municipais.

Já o Inpe foi originalmente criado a partir de autorização constante da Lei 4.533, de 1964, que altera a Lei 1.310, de 1951, que criou o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências. Foi pelo Decreto 68.532, de 1971, que se extinguiu o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Especiais e foi criado o então Instituto de Pesquisas Espaciais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Inpe). Atualmente, o Inpe é uma unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, conforme o Decreto 11.493, de 2023, não sendo criado por lei como o IBGE. É a Portaria MCTI 7.056, de 2023, que atualmente aprova o Regimento Interno do Inpe. Especificamente, entre suas competências, estão a de "transferir para a sociedade serviços e produtos singulares, resultantes de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, mediante dispositivos legais aplicáveis; [...] [e a de] disseminar os conhecimentos resultantes de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento e estimular a sua transferência para o setor econômico produtivo".

Quanto ao mérito da sugestão, consideramos que a ampliação da autonomia administrativa de órgãos produtores de dados oficiais, sem a devida delimitação de mecanismos claros de controle, supervisão e responsabilização, pode acarretar efeitos indesejáveis ao funcionamento do Estado democrático de direito, tais como o enfraquecimento do controle político legítimo, a redução da responsabilidade perante os Poderes eleitos, o aumento do risco de captura corporativa e a dificuldade de atuação dos órgãos de controle externo.

A excessiva blindagem institucional, sob o argumento da autonomia técnica, pode ainda favorecer a opacidade decisória, dificultando a prevenção e a detecção de irregularidades administrativas, inclusive de natureza orçamentária e contratual, deslocando o problema da interferência política para formas mais sofisticadas e menos visíveis de desvio de finalidade.

Além disso, a ampliação da autonomia tende a introduzir rigidez adicional à gestão fiscal e orçamentária, com potencial redução da capacidade do Poder Executivo de coordenar prioridades, realocar recursos e promover os ajustes necessários em contextos de restrição fiscal.

Tal cenário pode enfraquecer os instrumentos de planejamento, execução e controle orçamentário previstos no ordenamento jurídico, dificultando a compatibilização das despesas desses órgãos com as diretrizes da Lei Orçamentária Anual, do Plano Plurianual e das metas fiscais estabelecidas, bem como limitar a atuação dos órgãos centrais de governo na supervisão da eficiência e da economicidade do gasto público.

Assim, Presidente, cumprimentando a iniciativa da associação, ficando muito claro que a gente não vai prosseguir com essa matéria, mas o debate pode continuar. Nós estamos no momento de ajustes fiscais, nós estamos em um momento de discussão de outras reformas administrativas. Trazer a independência e autonomia para esses dois órgãos vai implicar muitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

custos. E recentemente a gente definiu e a gente determinou a autonomia do Banco Central, foi um processo de muita discussão. Mas adianta dar autonomia, dar atribuição e não dar condição? O nosso Banco Central está reclamando disso.

Então, a gente provocar discussão de uma matéria agora é mais pela questão do momento. Eu entendo que não é oportuna essa discussão, além dos gastos. Então, estou dando rejeição à Sugestão 27, não desprezando o debate, parabenizando a associação, mas, quanto à sugestão, a gente tem que cumprir o nosso papel aqui como legislador. O voto é pela rejeição da Sugestão 27, de 2020.

Esse é o voto e eu peço o apoio dos pares.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Bonetti. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela rejeição da sugestão. Rejeitado.

Devolvo agora a Presidência à querida Senadora Damares Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Senador Bonetti, antes de o senhor sair, nós hoje conseguimos um número suficiente de Senadores para comporem a Subcomissão ianomâmi. É uma Subcomissão criada no âmbito desta Comissão, que é para acompanhar eternamente, passe governo, entre governo, passe o governo, a questão ianomâmi. E os novos membros, os membros indicados são: o Senador Mecias, pelo Republicanos, como titular; eu, como suplente – obrigada, partido –; a gente tem aqui o Senador Marcio Bittar, indicado pelo PL, como titular; temos o Senador Flávio Arns, indicado pelo PSB, como titular; e nós temos o Senador Jaime Bagattoli, indicado também como titular, também pelo PL.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente já tem um número mínimo, a Comissão está sendo formada, e eu quero comunicar que a gente já vai começar a trabalhar. Mas a gente tem uma vaga ainda de suplente pelo seu partido.

E eu quero comunicar que a gente já vai começar a trabalhar. Mas a gente tem uma vaga ainda de suplente pelo seu partido. Enquanto o senhor aqui na Casa estiver, eu queria fazer o convite de o senhor acompanhar esta Subcomissão com um olhar atento às crianças ianomâmis com deficiência. E eu vou explicar o porquê.

É difícil uma criança com deficiência numa área ianomâmi sobreviver. E a gente precisa fazer esse recorte e dar uma atenção especial, não só à criança, mas também à pessoa com deficiência ianomâmi.

E a gente vai precisar, inclusive, ajudar o Ministério dos Povos Indígenas com dotação orçamentária, propondo políticas públicas. E nós vamos, inclusive, pela Comissão, visitar uma comunidade que está acolhendo todas as crianças indígenas ianomâmis que estão sendo abandonadas pelo seu povo. E elas estão todas numa única comunidade. E a gente vai, inclusive, visitá-la.

Então, gostaria muito, Senador, de convidá-lo, de provocá-lo, enquanto nesta Casa estiver, para participar conosco desta Subcomissão ianomâmi para a gente dar uma atenção especial àquele povo.

Fica feito o convite.

O SR. BRUNO BONETTI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senadora, é uma honra sem tamanho receber esse convite da senhora, que é uma Parlamentar que eu tanto admiro, com quem eu tanto aprendo. E, ainda mais, em se tratando dessa causa, que é uma causa em que a senhora é a ponta de lança no Brasil.

Então, eu vou falar com o Líder e, caso não haja nenhum compromisso dele com outros Senadores, eu, com muita honra e com muito orgulho, estarei lá para aprender mais um pouquinho com a senhora.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador. Obrigada. (*Pausa.*)

Temos a alegria de registrar que o Senador Magno Malta conseguiu vir. E, que bom, porque esse projeto é um projeto da vida dele. Ele tentou muito vir nas outras reuniões e ele conseguiu...

Inclusive, Magno, se você não conseguisse vir hoje, a gente ia fazer a leitura *ad hoc* na próxima semana, para que a matéria avance, porque eu sei do seu interesse na proteção das crianças e é uma matéria extremamente necessária. E ele mandou recado para todo mundo no dia que pediram para ele retirar: "Eu não vou brincar com essa matéria".

Obrigada, Senador Magno Malta.

Então, nós vamos agora para o item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3671, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estabelecer a obrigatoriedade da classificação indicativa de conteúdos musicais a serem tornados públicos.

Autoria: Senador Beto Martins (PL/SC)

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CCJ e terminativo na CE.

Autoria o Senador Beto Martins, do PL, nosso querido Senador que não está mais conosco. O Relator é o Senador Magno Malta, favorável ao projeto e à tramitação desse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele vem para esta Comissão, ainda vai para CCJ e depois ele é terminativo, não vai nem a Plenário, Magno, terminativo na Comissão de Educação.

Antes de lhe passar a palavra, Senador Magno, tivemos uma audiência pública aqui, antes do Carnaval, para proteger crianças e adolescentes no período de Carnaval e se sentou bem aqui nesse cantinho o Instituto Liberta, e quem representa o Instituto Liberta é a Luciana Temer. A conhecida Luciana Temer, batalhadora pela infância, filha do nosso ex-Presidente. E ela usou a palavra dela tão somente para ler a letra de uma marchinha de Carnaval e ela chocou todo mundo aqui.

A marchinha dizia mais ou menos o seguinte: "Vem menininha, vem para o colinho do papai". E a indignação dela era tão grande que a gente sabe que a maioria dos abusos sexuais de criança e adolescente acontece no âmbito familiar, com papais, com padrastos, com vovô, com vovó.

E todo mundo dançando uma música que faz uma apologia à pedofilia. E eu disse para ela que o senhor é Relator de uma matéria nesse sentido. E a audiência provocou... Eu até vou te mandar o *link* exatamente da fala dela, como faz conexão com o seu voto.

Então, hoje, em continuidade àquela audiência e à nossa luta, a gente traz para a pauta da Comissão, e eu lhe concedo, Senador, a palavra, para o senhor fazer a leitura do seu voto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Como Relator.) – Obrigado, Senadora Damares, não só por postergar, para me dar a oportunidade de fazer a relatoria, mas também pela sua luta, pela sua militância, e eu conheço profunda e perfeitamente essa matéria que envolve crianças.

É muito cara para nós. Se tem coisa cara é a luta em defesa das crianças. Certamente, as pessoas que trabalharam e fizeram o seu *lobby* no sentido de que a gente retirasse de pauta, desistisse ou tivesse uma cooperação de um outro texto... Eu não reputo à maioria, nem por maldade, mas por falta de conhecimento, por falta de vivência e por falta de análise.

Tinha um grupo de senhoras ali do agronegócio que pediram para tirar uma fotografia comigo e disseram assim: "Obrigado pela sua luta pelas crianças e, também, obrigado pela luta pelas mulheres". E eu disse a elas assim: "Venham cá, nós temos a obrigação, porque sem mulher

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tem nem homem, porque homem só nasce na barriga de mulher". Então, não estou fazendo favor nenhum. Sem mulher, nem homem teria por aqui.

Esse relatório, para mim, é muito fácil, mas eu gostaria de, antes de lê-lo, muito rapidamente, dizer desse imbróglio que vivemos, que acontece todos os dias e que não vem a público, o abuso, a violência contra criança praticada por adulto e com a conivência de adultos; e, aqui, me refiro a autoridades, ao último caso de Minas Gerais, a esses dois desembargadores, essas duas pestes do inferno. E, quando me dirigi à PGR no primeiro dia, eu fiz um vídeo dizendo o seguinte: "Para mim, só tem duas coisas na cabeça de um cara desse: ou ele é igual, pensa igual, sente igual, se sente representado na atitude do outro que abusou a criança, de 12 anos de idade, para dar uma sentença dessa, ou a sentença foi comprada".

Mas é muito difícil também o cara que não é envolvido com isso, que não tem abuso de criança na cabeça, que vive com esse tipo de coisa na cabeça, ou seja, praticante abusador também, que chegou a um patamar de desembargador, aceitar qualquer tipo de dinheiro para poder inocentar um abusador que abusou de uma criança de 12 anos de idade, com argumento falso de que a criança já tinha outros namorados.

Quando explode, é exatamente o que eu disse: investiga-se a vida e aparece um sobrinho do desembargador, adulto – eu não sei se ele já tem conhecimento da Lei Joana Maranhão, que é de minha autoria, da CPI da pedofilia, que protege uma criança abusada após os seus 18 anos de idade, um crime que não mais prescreve –, que falou dos abusos sofridos – porque abuso é abuso, embora não haja consumação de conjunção carnal – por esse tio desembargador. A partir dele, apareceram outras e outros, e outros, e outros.

Quando um pedófilo é descoberto – ele foi revelado –, pode começar a investigação, porque vai encontrar mais outro, mais outro, mais outro. Tem rastro de sangue na história desse indivíduo. E a pressão do povo, a revolta do povo fez com que o tribunal de justiça e – para o azar dele – o Procurador de Minas Gerais, Senadora Damares, Dr. André Ubaldino, que trabalhou conosco, um guerreiro desamedrontado, um amante dessa pauta, feito nós...

Está aí o desembargador agora: voltou-se atrás para uma pena de nove anos – que também não é nada para um desgraçado desse, que já tinha passagem por abuso e por outros crimes –, uma pena dessa que é pequena para o próprio desembargador. Volta-se atrás e se recorre ao ECA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para poder penalizar a mãe, que realmente precisa ser penalizada – uma mãe que entrega seu filho, que entrega sua filha, de tenra idade, exatamente para buscar benefícios pessoais, com a filha sofrendo abusos de um homem, um sujeito até caquético já, se você vê a imagem dele... E, quando você vê as imagens do voto dele, é revoltante, porque, ao ser chamado a confirmar o voto, ele nem levanta a cabeça, só balança a cabeça.

Eu dizia ao Presidente da Casa, Senadora Damares... E quero publicamente pedir ajuda a V. Exa., que é mais jeitosa para tratar dessas coisas, mais jeitosa para fazer com que as coisas caminhem. Este é um grande momento, com 47 assinaturas, para nós instalarmos a CPI contra o abuso de adolescentes e de infantes. É um bom momento para o próprio Presidente da Casa, que está acuada, que está imprensada com duas CPIs, que se tornam gêmeas siamesas: a CPMI do Banco Master, que precisa ser instalada, e a CPI do INSS. É o Vorcaro, que se mistura com o Careca; é o Lulinha, que se mistura com o Careca; e é o próprio Supremo.

A fossa estourou de uma vez só, e eles não conseguem segurar um na mão do outro, porque a mão está tão suja de alguma coisa – eu não gosto de falar; falar, eu até falo, mas eu não quero falar – que escorrega. Quando segura na mão do outro, escorrega, porque é tanta coisa de fossa na mão do outro, que escorrega, escorrega, e não tem como blindar.

Preparei um ofício, não sei se V. Exa. gostaria de assinar, junto com o Senador Girão, agora, pedindo o redobramento da segurança do Ministro André Mendonça. Por outras razões que pareciam menores, eu já vi Ministro desaparecer, e outras figuras da vida pública, e coube ao Ministro André Mendonça ficar com as duas frentes mais terríveis, eu diria, neste momento da vida do país, e cabe a nós, que somos destemidos e que entendemos a missão que temos para cumprir, e não vamos abrir mão da missão, em nenhum momento, para que não pare. A notícia agora é que, após Davi Alcolumbre respeitar o Regimento Interno ontem – e eu o cumprimento – , o Regimento Comum, Regimento das duas Casas, e fazer valer a decisão da CPMI, o Sr. Flávio Dino, que eu não tenho minha digital com esse cidadão, esse comunista que se orgulha de ser comunista, e que orgulha muito o pai dele, o Lula, e orgulha muito o professor, que ele diz que ele é discípulo de Lenin, ele é leninista, e ele faz o que Lenin manda, e nós sabemos o que Lenin mandou fazer, matando milhões de pessoas no mundo inteiro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos vivendo um momento em que a sociedade está acuada. Agora a gente descobre que o Vorcaro não é mais só um fraudador do sistema financeiro, um rico fraudador de araque, comprador de Ministros, de autoridades. Ele cria uma milícia particular para vigiar quem fala mal dele, para vigiar os jornalistas que escrevem contra ele, para poder contratar influência para defendê-lo e atacar o Banco Central, e se refere a um jornalista, que, em nome deste... Eu não posso confirmar o nome, porque, no papel que eu tenho, o nome está borrado, não tem nome, mas jornalistas, homens e mulheres, que precisam ter a sua integridade física e das suas famílias protegidas agora. Que eu goste do jornalista... Não importa se eu gosto ou se eu não gosto, se eu tenho as diferenças ou não tenho.

Eu sei que uma coisa eles sabem hoje, Senadora Damares: é que nós sempre estivemos certos, é que Bolsonaro sempre esteve certo. Essa reflexão que é importante, e também pedindo proteção dobrada para esses jornalistas, que foram citados no que vazou. É um processo que está sob segredo de Justiça, mas aquilo que vazou, em que ele prepara a sua turma – o nome é turma, né? –, a turma comandada por um tal de Mourão, que, infelizmente tem o sobrenome de Mourão, que é o comandante, que executa as maldades, e ele diz que, esse jornalista aí, você tem que roubar, tirar tudo dele, para parecer um roubo, quebrar os dentes dele, espancá-lo, não é? E também uma servidora, ex-servidora do banco, que está agora me ameaçando e fala um palavrão com relação à mulher, que foi servidora do banco.

Nós temos muita luta pela frente, Senadora Damares, muita luta, muitas frentes de batalha, e eu digo à senhora: é uma luta espiritual.

Eu tenho recebido ataques muito grandes, muito grandes mesmo. Na semana retrasada – próxima retrasada, tem um pouco mais de 15 dias –, fizeram uma obra de bruxaria na porta do meu gabinete. Não sei se a senhora sabe, mas, naquele jardim inteiro ali atrás dos nossos gabinetes – que deve ter sido feito por um paisagista, porque aqui tudo é muito bonito –, o meu gabinete é o único que tem uma plantação da espada-de-são-jorge em frente à porta. E não é uma plantação antiga.

E eu tenho sentido – sabe? –, tenho estado em Deus o tempo inteiro, porque nenhum de nós, do ponto de vista humano, estamos seguros. Quando o cara contrata uma milícia para seguir, para seguir os passos, para sequestrar, para grampear, para saber os horários, onde mora, onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entra e onde sai, a gente tem uma meia dúzia aqui dentro que grita muito alto por justiça. Sabe Deus até onde nós todos estamos na lista também.

Então, nós precisamos depender de Deus. A quem estiver nos vendo ao vivo nesta Comissão eu peço oração mesmo. Peço mesmo. Pelo Brasil e, especificamente, pelas pessoas, porque essa é uma missão muito dura e muito difícil que nós estamos vivendo. E eu gostaria que V. Exa. me ajudasse para que a gente pudesse, junto ao Presidente, instalar essa CPI.

Bem, em se tratando de música, porque também a minha carteira é de músico... Nós temos duas autarquias no Brasil: a Ordem dos Músicos do Brasil e a Ordem dos Advogados. Quando eu tenho que preencher alguma ficha, a profissão eu coloco músico, porque é músico. A minha carteira é de músico.

Mas a gente, em todos os temas que envolvem criança, a gente vem batalhando. A gente vem batalhando na televisão para a classificação de filmes, programas de televisão, horários, classificação, violência. E hoje está difícil classificar até desenho na TV, porque todos eles conduzem ideologicamente para a chamada cultura *woke*.

Cultura *woke*... Graças a Deus, o mundo acabou perdendo esse medo. O Brasil também acabou perdendo esse medo de tocar na cultura *woke*. Nós estamos fazendo um enfrentamento como se deve fazer, porque chegou um momento, não sei se V. Exa. se lembra, em que – há dez anos; oito, dez anos atrás –, os pastores pararam de pregar e ler certos textos da Bíblia, porque eles achavam que iam ser presos, de tanto que a cultura *woke* cresceu no Brasil; mas está havendo, paulatinamente, um enfrentamento.

E essa proposta, que é muito simples e importante, com relação à classificação das músicas pelas suas letras – porque, se você tira a melodia, na verdade, é uma poesia, um conto que você está escrevendo com duplo sentido, ou com um sentido só, a fim de entrar na mente da criança e do adolescente e colocar ali uma chave relativizando a sexualidade como uma coisa absolutamente simples.

Eu me lembro da relativização que tentaram fazer, há um ano e meio, dois anos mais ou menos, e daquela confusão quando V. Exa. falou: "Menino veste azul e menina veste rosa". E aquilo virou um banzé, aquilo virou a pauta das TVs, virou a pauta dos jornais: "Como fala uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa dessa? Menina veste a cor que quer; homem veste a cor que quer". E me lembro de que, uns dois anos atrás, quando você entrava numa papelaria – dois anos agora mesmo, um ano e meio ainda –, chegava a uma loja de criança, a uma loja de adulto, era só camiseta, só vestido, só vestidinho e tal, com as cores amarela, azul, rosa e tal, mulheres adultas vestindo, como se "vamos relativizar esse tipo de pintura", que não tem nada a ver com o arco da aliança. O arco da aliança é uma coisa de Deus com Noé e que eles puxaram para si, mas ficou relativizado em todo lugar: capa de caderno, roupinha de criança... Você entrava no *shopping*, estava tudo ali. E tem muita coisa ainda, porque é um grande golpe a relativização. E a gente não havia ainda entrado nessa seara das letras das músicas que as nossas crianças estão ouvindo.

Bom, sanadas as aparentes dificuldades do começo, Senadora Damares, eu não vou ler o projeto todo, só o seu cabeçalho e vou ler o meu voto, que é da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei nº 3.671, de 2024, do Senador Beto Martins – e o que é muito importante: é um projeto do Senador Beto; acho que ele não está mais conosco, porque ele era suplente e ele voltou para o estado dele –, para estabelecer a dignidade da classificação indicativa de conteúdos musicais a serem tornados públicos.

Bem, a minha análise é bem rapidinha.

De acordo com o disposto... compete à CDH opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, acerca da proteção da infância e da juventude.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade são atendidos pela proposição, não tendo sido vulnerada cláusula pétrea ou dispositivo constitucional. Ademais, a medida se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional.

Quanto à técnica legislativa, o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que se refere ao mérito, reconhecemos a importância ímpar da proposição em tela.

A música exerce uma influência profunda sobre o estado emocional e comportamental de crianças e adolescentes, atuando como uma ferramenta poderosa no desenvolvimento e na expressão individual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, é importante ressaltar que a influência comportamental pode ser tanto positiva quanto negativa. Letras com mensagens violentas, preconceituosas ou que enaltecem comportamentos de risco podem ter um impacto prejudicial, especialmente em adolescentes mais vulneráveis ou em busca de aprovação.

A matéria em análise propõe que as músicas divulgadas publicamente tenham uma classificação indicativa, semelhante à de filmes e programas de TV. A avaliação será feita com base em três critérios principais: o potencial para causar quadros de depressão e ansiedade, a menção a violência ou sexualidade explícita, e a capacidade de incentivar comportamentos antissociais.

Importante reforçar que o objetivo da proposição não é censurar a produção musical, mas sim conscientizar a sociedade sobre o impacto que a música pode ter na formação emocional e comportamental das crianças e adolescentes, razão pela qual louvamos a iniciativa e a consideramos meritória.

Meu voto, em consonância ao exposto, é pela aprovação do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório apresentado pelo Senador Magno Malta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

A matéria, Senador, segue para CCJ e, posteriormente, para análise terminativa da Comissão de Educação e Cultura.

Parabéns, Senador Magno Malta! Parabéns, Senador Beto Martins, Santa Catarina! Até peço que a Secretaria faça contato com ele, que não é mais Senador, era suplente da Senadora Ivete,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para comunicá-lo que hoje a Comissão entrega para o Brasil a aprovação dessa matéria de proteção à criança e ao adolescente. Parabéns, Senador Magno Malta!

Item 9 da pauta. Nós vamos agora para os itens 8, 9, 11, 12, 13, que são requerimentos. O item 8 já foi encaminhado pelos autores, Senador Paim, Senador Jaime Bagattoli.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 38, DE 2026

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública Terra do Meio/PA

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e outros

Eu estou subscrevendo o relatório e é também subscrito pelo Senador Plínio.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 39, DE 2026

- Não terminativo -

Requer aditamento da Realização de Audiência Pública

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e outros

Requer que, na audiência pública objeto do Requerimento 38, sejam incluídos os seguintes convidados, que ele apresenta em anexo:

- representante do ICMBio;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- representante do Ministério Público Federal;

- Sra. Valmira Jerônimo da Silva;

- Sr. Advaldo Castro Alcântara;

- Sr. Edson Pereira de Souza;

- Sr. Marcelo Norkey Duarte Pereira;

- Sr. Wilmar Joaquim da Silva.

Então, entre os requerimentos dele, um é para a realização da audiência e outro é para incluir mais nomes na realização da audiência. (*Pausa.*)

Eu subscrevo os dois requerimentos.

Requerimento 39, de 2026...

Já foi lido, né? (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 40, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para o lançamento do 4º Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE) e outros

Eu também estou subscrevendo.

É uma audiência que vai acontecer aqui. Nós temos coisas incríveis acontecendo, e o lançamento do 4º Plano se faz necessário. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 41, DE 2026

- Não terminativo -

Requer-se, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com o objetivo de debater a equidade no acesso ao tratamento do Raquitismo Hipofosfatêmico Ligado ao Cromossomo X (XLH) no Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no que se refere à continuidade do cuidado ao longo do ciclo de vida e à análise das políticas públicas relacionadas ao acesso terapêutico para pacientes adultos.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e outros

Em votação os requerimentos lidos em bloco.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos 37, 38, 39, 40 e 41, da Comissão de Direitos Humanos. (*Pausa.*)

Vamos aos expedientes.

Comunico ao Colegiado o recebimento das denúncias constantes dos Expedientes 137, 138, 144, 147, 148, 145 e 146.

Destaco o Expediente 155, que trata de manifestação encaminhada à Comissão solicitando apoio institucional em caso envolvendo possível violência contra criança no Distrito Federal, com referência a processo judicial em andamento e apresentação de novos elementos probatórios. Encaminhamento: encaminhar a manifestação e a documentação apresentada ao Conselho Nacional de Justiça e ao Ministério Público do DF para ciência e eventual adoção das providências cabíveis no âmbito de suas atribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico ainda o recebimento das respostas dos ofícios constantes nos Expedientes 136, 141, 142, 143, 145, 146 e 150.

Expediente 136, que eu vou destacar. É do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que informou providências institucionais adotadas após denúncias de graves violações de direitos humanos na penitenciária regional de Sinop, no Estado de Mato Grosso, tendo sido determinados o registro da resposta e o acompanhamento institucional do caso por esta Comissão.

Expediente 141. O Ministério Público do Estado de São Paulo comunicou providências institucionais relacionadas ao caso de feminicídio ocorrido naquele estado, com registro das medidas adotadas e continuidade do acompanhamento institucional.

Expediente 143. O Ministério Público do Trabalho informou a instauração de procedimento investigatório para apuração de denúncias de assédio moral no ambiente de trabalho, sendo registrada a investigação e mantido o acompanhamento institucional da matéria.

Expediente 150. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro informou a instauração de procedimento para apuração de possível falha na prestação de serviços por operadora do plano de saúde, com registro da providência e acompanhamento institucional.

Expediente 142. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social informou a regularização e a liberação de benefícios do Programa Bolsa Família anteriormente suspensos, tendo determinado a ciência ao demandante.

Informes constantes dos Expedientes 140, 153, 157, 158, 159, 160, 161, 162 e 163.

Todos os documentos e informações relativas aos expedientes mencionados estarão disponibilizados na página da Comissão de Direitos Humanos.

Isso posto, submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos acima propostos para a deliberação dessa matéria. (*Pausa.*)

As solicitações constantes dos Expedientes 139, 149, 151, 152 e 154 foram recebidas.

Os Senadores e Senadoras que concordam com os encaminhamentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados todos os encaminhamentos dos expedientes.

Quero agradecer a participação de todos.

Informo que amanhã nós teremos, neste plenário – não vai ser neste plenário; vai ser no Plenário 7 –, uma audiência pública com a presença da Relatora da ONU sobre violência contra mulheres no mundo. Ela está no Brasil, estaremos recepcionando-a na Comissão. Foi convidado também o Ministério das Mulheres para estar presente na mesa e mais duas instituições da sociedade civil.

Ouviremos a Relatora, será um momento importante para esta Comissão. É atribuição desta Comissão também fazer essa recepção aos Relatores da ONU em matérias correlatas a esta Comissão.

Nada mais tendo a tratar, agradecendo a presença...

E cumprimos a pauta. Estava preocupada com o projeto do Magno Malta, ele conseguiu chegar a tempo. Senador, as gravadoras e os compositores que apostaram que o senhor não ia hoje não vieram fazer *lobby*. Parabéns.

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia cinco de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Plínio Valério, Marcio Bittar, Weverton e Augusta Brito, e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Marcos do Val, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 34/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Debater sobre políticas públicas de proteção às mulheres e meninas e o fortalecimento da família como núcleo essencial de prevenção à violência. Participantes: Reem Alsalem, Relatora Especial da Organização das Nações Unidas sobre violência contra mulheres e meninas; Cristiane Britto, Advogada - Ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Celina Lazzari, Diretora da Associação MATRIA – Mulheres Associadas, Mães e Trabalhadoras do Brasil; e Andrea Hoffmann Formiga, Presidente do Instituto Isabel, advogada e profissional de relações governamentais e políticas públicas há 25 anos, especialista em Direito Processual Civil e Relações Governamentais Estratégicas e políticas públicas. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/05

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 5 de março de 2026.

A audiência pública será realizada, nos termos do Requerimento 34, de 2026, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria, para debater sobre políticas públicas de proteção às mulheres e meninas e fortalecimento da família como núcleo essencial de prevenção à violência.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que, na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos, mas é claro que, se precisar completar o que está sendo dito, a gente não interrompe, mas vai tocar uma campainha, não se assustem com a campainha. Não tem ninguém *online*, não é? Não se assustem com a campainha.

Participação presencial, nós temos cinco convidados para compor a mesa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... quatro convidados para compor a mesa, e informo que nós estamos recebendo muitas perguntas da sociedade.

Antes de chamar os convidados para a mesa, esta é uma Comissão que tem como atribuição discutir a proteção da mulher, mas também é a Comissão que tem a obrigação de discutir a proteção da família. Identificando que no Brasil hoje 52% dos lares estão sendo liderados por mães, por mulheres, não tem como a gente falar de violência contra a mulher sem a gente falar de fortalecimento da família. O tema tem que caminhar junto. E, a partir do final do ano passado, nós conseguimos aprovar no Brasil, o que foi muito significativo para todos nós que trabalhamos com mulheres... Pela primeira vez no Brasil, nós temos oficialmente o Dia Nacional da Menina. O debate sobre a menina está posto, não dá para falar da mulher e deixar para trás a menina.

Então, com o nosso requerimento – ontem a gente apresentou um requerimento –, nós vamos debater a violência contra a mulher sempre junto à violência contra a menina e o fortalecimento de família. Não adianta eu ter medidas protetivas para a mulher se eu não tenho políticas públicas de fortalecimento da família dessa mulher, sendo que muitas vezes a mulher vítima de violência é uma mãe solo. E a gente encontrou nos últimos anos – e aqui, gente, neste debate a gente não vai criticar Governo A, Governo B, porque, na pauta feminina, nós já entendemos que, se todo mundo não estiver unido, a gente não avança... A gente já encontrou, por exemplo, que mulheres, quando têm medida protetiva, são levadas para um abrigo, e as crianças são levadas para outro. Até na hora de proteger, na emergência, nós já estamos enfraquecendo essa família. Então, a gente vai discutir hoje a proteção da mulher, fortalecendo essa família.

E aqui, gente, está falando uma Senadora que tem uma família atípica: sou mãe solo, não tenho marido – mas estou procurando, tá? Se aparecer algum, dá o recado –, e sou mãe de uma menina indígena, uma mãe socioafetiva. Então, eu sou uma família atípica, com uma menina que veio para a minha vida, que não falava a minha língua, que tinha uma cultura totalmente diferente. Mesmo não tendo a adoção definitiva, minha filha hoje está com 27 anos. Ela tinha seis anos quando veio para a minha vida e quando mudou a minha vida, quando mudou a minha história. E as nossas histórias na infância se cruzam: são duas sobreviventes de violência, de graves violências – um dia eu conto para quem não sabe a minha história –, mas eu e a Lulu somos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

família. E ninguém tira isso de mim e da Lulu. Ela está com 27 anos, linda como a mãe – linda –, e quer um dia voltar para o seu povo para ajudar a enfrentar, lá na aldeia, o que as mulheres, lá na aldeia dela, tanto precisam: o fortalecimento dessas mulheres, o fortalecimento das meninas, a proteção das meninas na aldeia. Sou uma família atípica, mãe solo, que preciso ser fortalecida enquanto mãe.

Mesmo estando como Senadora, vocês pensam que é fácil? Vocês têm ideia do que a minha filha sofreu de preconceito e discriminação na escola? – e aí tem gente que fala que não tem racismo no Brasil. Vocês têm ideia dos meus desafios de ter sido mãe de uma menina incrivelmente linda, mas cheia de traumas e problemas? Sou mãe de Lulu. E eu acho que lá em casa está nascendo uma líder, gente. Ela é tão brava! Quem não conhece Lulu precisa conhecer. Pequenininha, porque o povo dela é pequenininho, mas linda, e já influenciando uma nova geração, lá no seu povo, para que as meninas se levantem. E é isso que a gente quer: falar de proteção de mulher, proteção de menina, proteção de família. Sem famílias fortes, nós não temos mulheres protegidas.

E, nesse sentido, nós temos a alegria de receber hoje no Parlamento... Ah, e quero falar que o Parlamento ontem teve a alegria de receber Maria da Penha. Foi um dia incrível para nós aqui ontem. Maria da Penha esteve com as Senadoras. Foi muito incrível! E ela estava justamente no dia em que a gente está lutando por algo tão lindo, que é a licença paternidade.

Ontem nós tivemos muitas vitórias ligadas à pauta feminina. Muitas, gente; muitas. Vocês não têm ideia. É que o Brasil está com tanta confusão que as coisas boas não estão aparecendo, mas ontem a Bancada Feminina aprovou, em diversas Comissões, matérias incríveis.

Ah, violência contra a mulher. Nós aprovamos a obrigatoriedade da imunoterapia pelo SUS para mulheres que têm câncer. É ou não é uma violência a mulher estar na fila aguardando e não ter acesso? É uma violência. Nós aprovamos o transporte intermunicipal gratuito para a paciente com câncer e um acompanhante. É ou não é uma vitória da mulher? É. Então nós estamos trabalhando todas as vitórias de mulheres, todas que a gente possa acumular no mês de março.

Hoje a gente vai fazer uma discussão com uma convidada muito especial. Está conosco Reem Alsalem. Falei certo? Pronunciei certo? Ela é Relatora Especial da Organização das Nações Unidas sobre violência contra mulheres e meninas. Antes eu quero informar que ela está no Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para um trabalho acadêmico, tá? Então ela vai estar conosco, compartilhando a sua experiência no mundo, do que ela tem visto sobre a violência contra mulheres e meninas no mundo. Ela está no Brasil para esse trabalho acadêmico e aproveitamos essa vinda dela para ela ser recepcionada pelo Parlamento brasileiro.

Eu quero te convidar Reem, com muita alegria, para estar presente, para sentar-se aqui à mesa comigo para compor a mesa. (*Palmas.*)

Quero convidar, para compor a mesa, Andrea Hoffmann Formiga, Presidente do Instituto Isabel, Advogada e profissional de relações governamentais e políticas públicas há 25 anos, Especialista em Direito Processual Civil, Relações Governamentais Estratégicas e Políticas Públicas.

Dra. Andrea, bem-vinda. (*Palmas.*)

Convido para compor a mesa Celina Lazzari, Diretora da Associação Matria – Mulheres Associadas, Mães e Trabalhadoras do Brasil, instituição que tem participado no Congresso Nacional, com sugestões, demandas.

Obrigada, Celina. (*Palmas.*)

Convido, com alegria, para compor a mesa, a ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, advogada, militante, ativista pelo direito das mulheres há mais de 30 anos, a Dra. Cristiane Britto. (*Palmas.*)

Ah, eu quero chamar a atenção dos senhores para que a nossa convidada Reem Alsalem está com um presente lindo, que ela já fez questão de usar, que é o símbolo de nossa cidade, o símbolo de Brasília. Nós tivemos um encontro antes de vir para cá, e quando eu dei esse presente para ela, eu disse: "Olha, o meu sonho é que o meu Distrito Federal, Brasília, seja a capital mundial de proteção das mulheres." Porque se a gente se tornar a capital mundial da proteção das mulheres, é porque o Brasil virou a nação mundial de proteção de mulheres.

Sonho que a nossa nação possa... Já temos a melhor legislação de proteção de mulheres, que é a Lei Maria da Penha. Mas eu quero ter mais que uma lei, eu quero ter boas práticas, políticas públicas e quero voltar à ONU para mostrar outros números, porque como Ministra da Mulher, eu ia à ONU só para chorar e mostrar os números negativos do Brasil. Mas essa história vai virar no Brasil. E a gente está trabalhando muito para que isso aconteça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra para a nossa convidada, eu quero informar que nós vamos ter tradução simultânea.

Estão nas mesas os aparelhos. Quem não domina o inglês pode sentar-se às mesas. Só se chegar um Parlamentar, a gente dá um sinal – a secretaria, com muito carinho, dá um sinal – e a gente cede o lugar para o Parlamentar, mas todos vocês que estão aqui podem se sentar. Está no canal 19.

É esse? É o canal 19?

Está no canal 19. É só ligar e colocar no canal 19, em que teremos tradução simultânea.

Qual o número? (*Pausa.*)

É 16 ou 19? Só confirma ali. (*Pausa.*)

Ah, o 16 é para ela escutar em português, 19 é para a gente escutar. O.k?

Então, vamos dar início à nossa audiência e eu tenho a alegria de conduzi-la, e, neste momento, fazer a introdução da sua fala, dizendo que é uma alegria recebê-la. Obrigada por ter aceitado o convite.

Serão inúmeros debates ao longo do mês de março nesta Comissão, e eu fico muito feliz de você estar conosco, de a senhora estar conosco, participando de um dos debates sobre proteção de mulher e proteção de menina. Março é o nosso mês, no Brasil! Há inúmeras ações no Brasil, e essa é uma das inúmeras ações que estão acontecendo no Parlamento.

Seja bem-vinda, você tem seu tempo.

A SRA. REEM ALSALEM (Para expor. *Tradução simultânea*.) – Bom dia, muito obrigada, Senadora Damares, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado do Brasil e também para a Comissão e todos vocês que estão aqui hoje. É uma honra estar aqui no Brasil e é uma honra participar deste evento importante. Então, agradeço muito pelo convite.

Como sabemos, a lei internacional reconhece a família como uma unidade fundamental da sociedade e reconhece que a família tem o direito à proteção dos Estados e da sociedade. É claro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, como a Senadora mencionou, as famílias vêm em diferentes formatos e também se incluem famílias que são lideradas por mães solo.

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Crianças, a família também é reconhecida como ambiente natural para o crescimento e bem-estar dos seus membros, particularmente as crianças. E, dentro desse contexto, as crianças devem ter as proteções necessárias e a assistência necessária.

Sabemos que, por um lado, as famílias saudáveis podem dar um papel importante, respondendo a essa violência que venha de qualquer fonte, dentro da família ou não. E a exposição à violência sexual se multiplicou, e se multiplicou, em parte, porque também existe por meio das tecnologias digitais, porque nós vemos o uso da inteligência artificial aumentado, mas também porque vemos uma proliferação de guerras, de crises humanitárias, mudanças climáticas e degradação ambiental, o que torna também a existência nas famílias mais precária e coloca mais pressão nelas.

Por outro lado, nós sabemos que as famílias também podem ser espaços em que a violação dos direitos das pessoas da família acontece, incluindo as crianças, porque temos dinâmicas de poder, porque temos estereótipos de gênero e de sexo e a falta de promoção de igualdade de gênero dentro da família.

Também sabemos que, no caso do feminicídio – mais amplamente no caso de violência contra a criança e a mulher –, isso é perpetuado por pessoas que elas conhecem, na maior parte do tempo, que as crianças e as mulheres conhecem. É perpetuado que essa violência, muitas vezes, vem dos próprios familiares.

No caso do feminicídio, por exemplo, nós sabemos que as mulheres são mortas em muitos casos pelos seus parceiros ou por parceiros anteriores, esposos, e que sofrem violência doméstica por um período curto ou longo que, frequentemente, resulta na sua morte. E, infelizmente, a morte é a última ação numa grande história de sofrimento e violência.

Essas mulheres talvez não tenham tido acesso a mecanismos de denúncia, talvez escolheram não fazer essas denúncias por causa de trauma, dependência financeira ou apenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medo e terror de perder as suas vidas ou perder as suas crianças. Ou, quando estão denunciando, não sejam acreditadas pela polícia ou pelas pessoas na sociedade em geral.

O que está claro para mim e por todo o trabalho que eu fiz e que eu vi sendo feito ao redor do mundo para prevenir essa violência dentro da família é que os países, talvez, tenham um quadro excelente para combater o feminicídio, mas, se não dedicarem recursos adequados para operacionalizar essas leis e esses quadros desenvolvidos, essas leis não terão tanto impacto e as vidas continuarão a ser perdidas.

Então, por isso, o meu apelo aos governos... Eu entendo que muitos de vocês estão adotando medidas, mas vocês devem continuar a priorizar os recursos para proteger as crianças, as mulheres e outros grupos que têm responsabilidade. E, no caso das mulheres e crianças que possam estar em risco, você tem que aumentar esses recursos para ter certeza de que tenha o suficiente para implementar ordens de proteção, que tenhamos abrigos o suficiente em funcionamento, que tenhamos aconselhamento para as vítimas e que você também treine a sua força de lei para adotar lentes sensíveis ao gênero no seu trabalho.

Muito frequentemente as mulheres e as crianças experienciam essas situações de violência nas suas famílias e são confrontadas com membros que têm um problema de gênero muito grande, um viés de gênero muito grande, e não centralizam os direitos das crianças e as vozes das crianças. Eu diria que, por meio das minhas visitas aos países ao longo do mundo, eu encontrei um viés particular também contra as mães, em que, infelizmente, alegações de alienação parental são feitas contra as mulheres em batalhas de custódia e são feitas para piorar essas dinâmicas violentas dentro das famílias.

E isso se aplica a países que não reconhecem a alienação parental como um crime, todos os países, além do Brasil, porque o Brasil tem essa lei – e esperamos que não por tanto tempo assim. Mas temos esse viés de gênero, que é muito forte no Judiciário.

Para os potenciais beneficiários protetivos da família, é importante que a família receba o suporte que merece, de que necessita. Mas isso não pode acontecer se nós não melhorarmos as nossas leis, se não levarmos em consideração o contexto e o perfil em que vivem. E eu gostaria de mencionar, especificamente, em particular, as mulheres afrodescendentes e, também, as indígenas, que têm necessidades particulares que nós temos que levar em consideração, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também levar em consideração o contexto em que vivem. Devemos promover, no caso de mulheres indígenas, por exemplo, proteção cultural apropriada e mecanismos de proteção cultural. Mas eu também vou dizer que para qualquer mecanismo de proteção funcionar o Governo tem que aumentar a sua lente interseccional que adota as políticas.

Então, eles têm que pensar no perfil das mulheres, no contexto também, porque nós sabemos que tem grupos de mulheres e crianças que são mais expostas a violências e que encontram mais dificuldades em acesso de suporte baseado na sua religião, orientação sexual, entre outras coisas. E isso também significa que as autoridades têm que priorizar a violência contra as mulheres e as crianças como um problema muito grande que acontece contra as mulheres. É muito claro para mim que, em relação às autoridades das comunidades indígenas, muitas vezes, existe um problema de interpolação entre essas autoridades e os problemas de jurisdição, também, dentro das autoridades indígenas e as autoridades do Governo.

Então, esses problemas as pessoas têm que vê-los com uma lente única de que o problema das mulheres acontece independentemente.

Eu também gostaria de compartilhar com vocês, rapidamente, alguns exemplos bons que eu vi ao redor do mundo para que a gente consiga fortalecer o papel das famílias para que seja possível prover segurança nesse sentido.

Existem muitos países que empoderaram as famílias por meio da educação, dos direitos humanos, igualdade de gênero, integração e respeito por meio da igualdade. Alguns países, por exemplo, realizaram *workshops* de parentalidade, alguns outros forneceram ajuda e aconselhamento para os pais para que seja possível pensar de uma maneira desafiadora em relação à sociedade patriarcal.

Então, tendo esses exemplos positivos dentro da família, isso tem um impacto positivo muito grande.

Existem também governos que aumentaram os níveis de alfabetização dentro das famílias. E isso é muito importante, porque as famílias e seus membros terão aonde ir caso algum tipo de violência aconteça. Então, eles terão esse arcabouço. Isso também pode ser entregue por meio das comunidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também vi alguns países que criaram empoderamento econômico para as mulheres, para que as mulheres consigam tomar decisões autônomas. Então, caso elas se envolvam em uma relação abusiva, elas tenham uma maneira de sair disso de maneira autônoma.

Muitas mulheres acabam se comprometendo com um trabalho que não é pago dentro de suas próprias casas. E uma decisão recente foi tomada de uma maneira muito positiva, que é conectada a essa parte de redistribuição dos trabalhos domésticos dentro da casa, para que isso não reflita só sobre a mulher.

Todos esses tipos de aspectos – de aconselhamento, planejamento familiar e direitos sexuais – têm que ser discutidos. Uma outra coisa é em relação aos direitos de reprodução sexual. Se as mulheres quiserem ser mães, se tornarem mães, elas precisam de políticas públicas que permitam que façam isso, e tudo isso tem a ver com o empoderamento.

Nós também temos alguns obstáculos em relação aos pais e à união da família, porque existem muitas barreiras para trazer crianças para dentro de casa, no caso de adoção, se elas têm mais de 18 anos. Isso é algo que devemos reverter.

Eu também observei, em alguns pontos do mundo, o papel dos pais e dos responsáveis legais; eles precisam de parceria com os educadores. Existem iniciativas que deram errado quando pensamos na parte psicológica das crianças e dos adolescentes em relação ao abuso de crianças, e as soluções não foram encontradas para esse tipo de problema.

Como eu disse anteriormente sobre a Convenção dos Direitos Humanos, no Artigo 5, e todas as outras coisas que são responsáveis por esses problemas, precisamos ter consistência com as crianças. Os guardiões precisam levar em consideração a segurança da criança, dependendo das capacidades que envolvam a situação e também as coisas que são importantes para a criança em si.

Uma outra coisa que eu acho preocupante, que tem que ser trazida para a conversa, é a tentativa do que nós chamamos, em inglês, de "*de-child*", que é adultizar as crianças aqui, no português, que seria a capacidade de dizer que a criança pode consentir ou não em algo. Claramente, elas não conseguem consentir, porque são crianças. O consentimento envolve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procedimentos como o casamento ou a transição de gênero, e essas coisas têm um impacto muito negativo quando damos esse poder às crianças.

Como eu estava conversando com a Presidente do Comitê, eu produzi um documento guia, um relatório que eu também compartilhei com o Governo do Brasil, que fala diretamente sobre esse problema do consentimento e como os governos devem agir em face deste problema.

As crianças não podem consentir. Elas não podem dar consentimento para abuso sexual ou nada desse tipo porque, por definição, além disso, elas também não conseguem se casar. O que é o consentimento para elas? Então, são processos que afetam a vida da criança pelo resto da vida. Isso envolve o fato de elas não terem a capacidade de analisar todas as informações enquanto elas ainda são crianças, porque o consentimento é algo que é feito para adultos – e nesse caso, para mulheres, especificamente. São coisas que são entendidas como violação de direitos, uma vez que a criança não tem o entendimento completo. Então, ninguém pode dar consentimento a algo, mesmo que a criança diga: "Nossa, sim, eu dei consentimento". Isso não pode ser levado em consideração.

Mas uma coisa sobre a família: mesmo que a gente tente muito manter o papel da família como o mais importante, precisamos ter em mente que, apesar de todo o reconhecimento da importância, muitas estruturas familiares não estão da maneira como deveriam ser. Existe muita insegurança e, particularmente, as crianças são as que mais sofrem com essa falta da família estruturada.

Em muitas partes do meu trabalho, eu falo sobre violência de gênero, falo sobre controle coercitivo e também falo de abusos. Acho que essa parte é muito importante porque ela acaba se conectando com os problemas que envolvem as crianças. Os pais tendem a ser priorizados dentro dos julgamentos de guardas, mesmo em situações em que a criança foi abusada, situações em que a mãe foi sujeitada a abuso também, e os pais, ainda assim, têm algum tipo de privilégio dentro desses processos. Existem boas práticas ao redor do mundo em como melhorar o papel da família e como podemos prevenir a violência dentro desses espaços familiares. Nós acabamos vendo, também, algo que vai na direção oposta do progresso, infelizmente.

Mas eu fico feliz de ter participado aqui dessa fala e ter a oportunidade de compartilhar algumas coisas com vocês. Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Reem. Obrigada por ter compartilhado conosco.

Eu fico imaginando...

Qual é o seu país original? Qual é o seu país?

A SRA. REEM ALSALEM (*Tradução simultânea.*) – Eu sou da Jordânia e eu também nacionalidade belga.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Jordânia? O.k.

Deixe-me dizer-lhe: deve ser desafiador para você andar o mundo inteiro para ver a violência contra a mulher, e violências, em alguns países, que são tão expostas, como a gente sabe que acontece no Irã, em alguns países da África, com a mutilação genital, com a venda de mulheres, com o tráfico de mulheres. Mas chegar à nação brasileira, que se autodeclara democrática e livre, mas cujas violências são tão cruéis quanto essas, às vezes disfarçadas de cultura, como o que acontece no meu país quando a gente vai para a Região Norte...

O nosso país é imenso, é gigante, é continental; é um país com muitos povos tradicionais, um país em que só de indígenas são mais de 300 línguas e mais de 300 povos! Imagine como é lidar com fortalecimento de família, violência doméstica, proteção de menina num país com tanta pluralidade cultural como o Brasil – mas acredite: nós temos grandes desafios, e a sua fala aqui hoje vem exatamente na direção do que nós pensamos. Nós vamos vencer os nossos desafios fortalecendo a família, protegendo meninas, olhando para a próxima geração.

Eu dei uma entrevista ontem. Quando alguém perguntou assim: "E aí, Senadora?". E eu falei algo com que talvez nem todo mundo concorde: com esta geração, nós vamos ter que trabalhar com contenção de danos, punição, processo, briga... mas nós vamos ter que apostar na próxima geração. Vai ser lá na escola, Profa. Beatriz – a Secretaria de Educação do DF está aqui representada –, que a gente vai ter que falar com meninos e meninas; vai ter que ser lá em casa que vamos ter que falar com meninos e meninas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta semana, Reem, nós fomos surpreendidas no Brasil com o estupro coletivo de uma menina, dentro de um apartamento, levada por uma emboscada. Eram adolescentes que estavam envolvidos, meninos muito jovens e meninos filhos de autoridades – vocês sabem, vocês viram lá! –, lá no Rio de Janeiro, o que nos mostra que não tem classe social, não tem religião.

Deixe-me dizer uma coisa – eu sou pastora e eu posso falar com propriedade –: está aqui no Plenário a representante do movimento Se Liga Irmã, que é um movimento que nasceu no meu gabinete, era uma campanha do meu mandato. Cresceu tanto que eu tive que interromper, encerrar no meu mandato, e virou um movimento nacional para se falar com mulheres evangélicas. Agora eu sei que já tem um movimento na Igreja Católica que se chama Não Temas, Maria!; então, as igrejas, nas religiões, classes sociais, políticas... A gente está aqui diante de nossos problemas.

Às vezes, para a senhora, a nação brasileira está muito empenhada – a senhora não tem ideia do tamanho dos nossos problemas! Quando a senhora falou do consentimento... Estamos diante de um Poder Judiciário produzindo, o tempo todo, decisões. Nós temos aqui mães vítimas da Lei da Alienação Parental, eu sei que tem mães vítimas da Lei da Alienação Parental participando hoje. Nós temos decisões com as quais nós nos surpreendemos.

A mais famosa foi a do Tribunal de Minas, agora, esses dias, sobre uma menina de 12 anos. Nós estamos fazendo uma busca e nós vamos mostrar para vocês o número de decisões semelhantes em tribunais de primeira instância em todo o país, em segunda instância, e – pasmem! – no Superior Tribunal de Justiça. O Desembargador, quando deu a decisão, se baseou no Superior Tribunal de Justiça.

Então, quando nós temos uma nação em que o Poder Judiciário caminha na contramão do Legislativo e na contramão do Executivo, a gente vai ter que parar tudo e vai ter que rever muita coisa. Mas volto à frase inicial: eu estou apostando na próxima geração.

E aí, mulheres, não é que vamos, nós, adultas, negligenciar a nossa proteção, mas nós vamos ter que fazer um pacto, pensando na escola, pensando nas crianças, pensando lá no dia a dia. Sabe por quê? A idade do agressor está diminuindo cada vez mais. E – o que mais me assusta – a idade da vítima está diminuindo cada vez mais. Quando falávamos de violência contra a mulher, a gente trazia a idade, a localização, o perfil do agressor. Hoje, quando a gente mostra esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados, é assustador. Então, fortalecimento de família, investir na próxima geração, eu acho que vão ter que ser um dos caminhos que nós vamos ter que trilhar.

Obrigada por ter compartilhado e que Deus te abençoe na sua jornada – Deus te abençoe! Não deve ser fácil estar ocupando a posição que você ocupa hoje.

Na sequência, nós ouviremos a Presidente do Instituto Isabel, Andrea Hoffmann Formiga – obrigada por estar conosco.

Daqui a pouco eu vou começar a registrar as presenças de todas as pessoas que estão aqui, mas eu começo com Adalgiza Maria Aguiar Hortêncio de Medeiros, Promotora de Justiça – Doutora, obrigada –, Coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Eu preciso aqui, gente, publicamente... sem desmerecer o Ministério Público de outros estados, o nosso MPDFT é bom! Nossos agentes do MPDFT são extraordinários! Obrigada, Doutora, por lá, na sua função, vocês nunca baixarem a guarda. É uma honra tê-la conosco aqui.

Na sequência, vamos ouvir a Andrea Hoffmann. Andrea.

Andrea, tem lá um cronômetro, a gente está estabelecendo dez minutos, mas se precisar estender, fique à vontade.

A SRA. ANDREA HOFFMANN FORMIGA – Obrigada, Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Andrea, permita-me antes. Estão chegando, gente, muitas perguntas da sociedade. E aí, Andrea, eu vou já te mandar uma aqui, se você puder responder.

Vem de Yasmin, de Santa Catarina: "Para manter o ambiente seguro para meninas e mulheres o Estado deve assegurar educação equitativa nas comunidades[?]"

Então, se você puder responder essa pergunta, fique à vontade, o.k.?

A SRA. ANDREA HOFFMANN FORMIGA (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento V. Exa., Presidente desta mesa, por oportunizar esta audiência pública e a nossa fala aqui também. Queria agradecer de forma muito especial à senhora, pelo seu mandato e por tudo que tem feito em nome das meninas e das mulheres deste Brasil.

Queria também cumprimentar a Reem Alsalem pela oportunidade de estar presente, compondo essa mesa também em conjunto, e pela oportunidade de conversar e tratar desse assunto tão importante. Para o que a gente puder contribuir, estamos à disposição.

Quero cumprimentar a Celina, da Associação Matria, que oportunizou a vinda da Reem ao Brasil, a quem eu agradeço muito, e também a minha querida Cristiane Britto – estamos sempre juntas. Obrigada por tudo que você tem feito por nós e pelo seu trabalho também no Ministério das Mulheres.

Eu sou Andrea Hoffmann, sou Presidente Executiva do Instituto Isabel. O Instituto Isabel é uma entidade, uma ONG, que nasceu para cuidar dos direitos humanos, dos verdadeiros: da dignidade da pessoa humana, daquela que começa desde o útero, desde a fecundação, daquele primeiro dia, até a morte natural, até os idosos, as idosas, os velhinhos, que, hoje em dia, têm sido tão excluídos também na sociedade.

A gente tem visto uma "utilitarização" mesmo do ser humano. O ser humano virou um objeto. Então, a gente vem exatamente para resgatar o verdadeiro valor do ser humano. Obviamente, a gente tem que cuidar dos mais vulneráveis. A gente está aqui hoje para falar de meninas e mulheres.

Eu sou filha, eu sou mãe, eu sou esposa. Representando o Instituto Isabel, a gente vai trazer aqui um pouquinho, tentar trazer alguns aspectos que talvez as outras convidadas não vão falar, porque esse assunto é muito amplo. Os problemas existem, como a Senadora Damares trouxe aqui e também a Reem, que, na sua posição como Relatora da ONU, vê todas as questões acontecendo no mundo inteiro. Eu vou trazer aqui um pouquinho de alguns aspectos para a gente poder ajudar a buscar soluções eficazes, efetivas para todos os problemas que a gente vê, acontecendo no Brasil.

Eu vou começar, falando sobre, principalmente, um número com que a gente ficou muito impactada: o número de pessoas desaparecidas no Brasil e de crianças desaparecidas no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cerca de 24 mil crianças desaparecem ano a ano no Brasil, a maioria meninas, com certeza. O que está por trás disso? O que está acontecendo em relação a isso? Desaparecer para uma menina no Brasil, muitas vezes, não significa se perder, mas significa ser encontrada pelo crime. E, de fato, é isso o que acontece. Depois, sobre a questão do tráfico humano, essa escravidão moderna, que devora – devora – as nossas meninas.

A questão do tráfico humano hoje, no Brasil e no mundo, de fato, é uma das expressões mais bárbaras de violência contra o sexo feminino. O Brasil figura entre os principais países de origem, trânsito e destino dessas vítimas do tráfico internacional. Isso está nos relatórios da ONU. Internamente, o tráfico, para fim de exploração sexual, atinge, com brutalidade e desproporcionalidade, as mulheres, sobretudo as meninas. Essas rotas de tráfico no Brasil atravessam especialmente as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. As mulheres jovens, muitas vezes, oriundas de famílias vulneráveis e ausentes, são aliciadas com promessas de falso trabalho, de amor, de uma vida melhor.

Então, a gente vem até trazer este questionamento ao próprio Congresso Nacional: qual é a política pública que, de fato, vai romper esse ciclo? E a resposta está onde o Estado mais tarda a chegar, porque é mais difícil chegar – e já foi mencionado na fala inicial da Senadora Damares –: na família estruturada, presente e fortalecida, assim como foi também mencionado pela Reem. Então, não adianta a gente falar sobre os problemas e possíveis soluções para eles se a gente não investir no fortalecimento dos vínculos familiares, se a gente não fortalecer a família, para que ela possa receber cada uma dessas meninas que chega à família dela e fazer com que ela se desenvolva de forma plena, de forma digna. Uma criança com pai, com mãe presentes... A gente sabe que tem as famílias monoparentais. Na maioria, no Brasil, a gente tem essa realidade das mães realmente sendo as chefes de família e cuidando dos seus filhos. A gente precisa que haja vínculos afetivos sólidos, com referências morais muito claras. Uma criança exponencialmente mais protegida vai ficar mais protegida contra as armadilhas do tráfico e da exploração. Então, a gente tem que ter a clareza de que o investimento na família, no núcleo primeiro, onde nasce a sociedade, é fundamental para o combate de qualquer outra questão que venha das meninas e das mulheres.

A gente precisa também – e eu vou trazer este aspecto aqui – de uma clareza conceitual muito grande sobre o que não é uma política de proteção. A gente tem que ter muito cuidado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pois existe um equívoco que a gente precisa enfrentar com coragem. É uma confusão deliberada entre políticas públicas de combate à violência e agendas políticas ideológicas, que nada têm a ver com a proteção concreta de mulheres e meninas.

Então, eu vou falar aqui, de forma muito clara, que a questão de direitos sexuais reprodutivos e a questão especialmente da legalização e ampliação do aborto não podem ser apresentadas como uma política de enfrentamento à violência contra meninas e mulheres, porque isso não é solução para esse problema da violência. Essa narrativa não encontra amparo nem na ciência nem na realidade das mulheres brasileiras mais vulneráveis. O que de fato protege a mulher em situação de violência é a família bem estruturada, bem estabelecida e depois todas as questões que também foram citadas pela Reem aqui: delegacias especializadas, casas-abrigo, assistência jurídica técnica gratuita, acesso à saúde psicológica principalmente, a reinserção econômica, e não procedimentos que, ao fim e ao cabo, eliminam mais uma vida e muitas vezes deixam a mulher mais traumatizada do que antes.

Eu tenho o dever de trazer aqui, a esta Casa do Senado Federal, duas questões que estão em andamento hoje e que precisam ser combatidas. Uma delas é uma violência direta à mulher, que é a possibilidade que existe no Brasil do procedimento de assistolia fetal, que é a realização de um feticídio. É quando, na mulher grávida já mais adiantada, é realizado esse procedimento extremamente torturante para a criança, em que depois ela pare um bebê morto. Essa mulher nunca, jamais ficará bem depois de um procedimento como esse. Um procedimento que não é nem permitido para animais, por que isso é permitido para as pessoas humanas? Então o Congresso precisa se posicionar em relação a isso, porque isso é uma violência contra a mulher, contra a mãe que sofre aquilo e também contra, obviamente, uma vida que é ceifada ali, que não tem permissão de nascer e viver. A gente precisa ter uma honestidade intelectual de separar o que é a causa da mulher do que é uma causa político-ideológica.

Eu também queria conclamar esta Casa aqui, o Senado Federal, na pessoa do Presidente Sr. Davi Alcolumbre, para que despache o PDL 3, que também trata da suspensão da Resolução 258, do Conanda. Esse projeto de decreto legislativo para suspensão dessa resolução já passou na Câmara dos Deputados e precisa passar aqui, nesta Casa, no Senado Federal, porque, também disfarçada de proteção das meninas, das jovens e das mulheres, ela, na verdade, é um absurdo gigantesco e que não permite que uma menina tenha consciência do que está acontecendo com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela, permitindo esses abortos em até nove meses de gestação, cujas consequências depois são nefastas para a vida daquela mulher, daquela família, daquela menina, sem contar que os pais, os responsáveis, não têm nem noção do que está acontecendo e não vão no problema, porque, se uma menina está sofrendo violência em casa, isso precisa ser cortado lá na fonte. Não é um aborto que vai resolver, pois ela vai continuar sofrendo aquela violência lá. A gente tem que ter essa honestidade intelectual mesmo.

Além disso, eu gostaria de falar, de trazer aqui – só repetindo realmente o que a gente sempre trouxe – essa evidência científica e social sobre o papel protetor da família, que é vasta e é consistente. Então, as crianças criadas em ambientes familiares estáveis apresentam, obviamente, menores índices de envolvimento com criminalidade, menor vulnerabilidade à exploração e ao tráfico, melhor desempenho escolar e maior saúde mental. A família não é um ideal do passado, retrógrado, etc. É, de fato, a primeira e a mais eficaz política pública de proteção de crianças, mulheres e de toda a sociedade. Então, o Estado brasileiro tem o dever de fortalecer e não fragilizar. O Brasil tem que ser o melhor país do mundo para meninas, para mulheres e para as famílias.

Então, há algumas propostas de política pública, de modo bastante propositivo, para que a gente possa enfrentar esses problemas relacionados, que vamos continuar debatendo aqui nesta mesa.

Então, o Programa Nacional de Fortalecimento Familiar, que ele seja mais fortalecido; a criação desses centros comunitários de apoio à família; a formação dessas famílias, especialmente em regiões de alta vulnerabilidade social, com serviço de orientação psicológica, assistência social e cuidados em relação a essa parentalidade.

A expansão do Cadastro Nacional de Crianças Desaparecidas. Então, uma integração em tempo real entre os estados, os municípios, as polícias, com alerta automático – nessas respostas muito rápidas, em poucas horas – sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes.

Uma rede de proteção contra o tráfico humano e o tráfico sexual. Todos os problemas que vêm em relação a isso, eles vêm de uma rede que de fato existe – de abuso, de violência e de pedofilia –, e isso precisa ser combatido de forma muito intensa, com o fortalecimento dos núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas nos estados de maior incidência, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacitação de professores, de fato, de conselheiros tutelares, de agentes de saúde, para a identificação precoce dessas vítimas.

Uma lei de proteção à maternidade vulnerável, também reforçando aqui o que a Reem falou. Suporte integral, financeiro, porque a opção pela vida vem acompanhada disso: de suporte habitacional, psicológico, jurídico. Que as mulheres em situação de gravidez em decorrência de violência sexual sejam encaminhadas para essas redes de acolhimento e adoção. Isso é fundamental para a proteção das duas vidas.

Educação e a proteção nas escolas. Então, que essas palestras sejam realizadas nas escolas, ensinando às crianças e adolescentes o reconhecimento dessas situações de risco – o que é o assédio, o que é o aliciamento, quais são os efetivos limites em relação a esse tema –, porque, muitas vezes, as pessoas repetem o que elas sofreram e, quando isso acontece com elas, elas acham que aquilo é normal. E ela não sabe que aquilo não é normal.

E uma legislação... Por fim, esse marco legal de proteção ao núcleo familiar. Uma legislação que reconheça explicitamente a estabilidade familiar como fator de proteção e que priorize as políticas públicas de reunificação familiar assistida para crianças em situação de vulnerabilidade, exatamente cumprindo o art. 227 da Constituição Federal.

Então, por fim, eu agradeço aqui. A gente está aqui para defender as pessoas, as pessoas reais, as meninas reais, as mulheres reais que sangram, que choram, que desaparecem das manchetes. O Brasil precisa dessas políticas que cheguem aonde a violência nasce. A gente precisa de investimento, a gente tem visto um investimento muito baixo atualmente nesse sentido. Então onde está o orçamento para isso, para que essas políticas aconteçam?

E a gente precisa mesmo de coragem. De coragem para dizer às mulheres e às meninas que a proteção delas começa em preservar a família, em combater o tráfico de forma muito firme e oferecer alternativas reais, e não procedimentos que, no final das contas, aprofundam muito mais a dor.

Então, é uma alegria que esta Comissão, que esta audiência pública possa ser mesmo palco desse debate à altura da gravidade desses temas e que as decisões aqui tomadas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhamentos a partir disso signifiquem, de fato, uma proteção muito maior às vítimas, que são essas mais vulneráveis.

A gente fica muito à disposição e agradece a oportunidade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada. Muito obrigada.

Isabel, você pode passar o endereço do instituto nas redes sociais, porque as pessoas estão pedindo. A gente está conversando com a TV Senado, para que quando a pessoa fale, ali embaixo já apareça o endereço eletrônico, porque as pessoas depois querem interagir. Você pode passar o endereço eletrônico?

A SRA. ANDREA HOFFMANN FORMIGA – Nosso *site* é isabel.org.br, lá vão ter acesso a todas as redes sociais. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Do Instituto Isabel.

A SRA. ANDREA HOFFMANN FORMIGA – Isabel.org.br.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Eu quero registrar, ainda, para as nossas convidadas entenderem o interesse que esta audiência despertou, além do Ministério Público, que eu já falei, está conosco Amanda Vargas Lima, do Observatório de Violência contra a Mulher e Feminicídio da Secretaria da Mulher. Nós temos uma Secretaria da Mulher no DF e a Amanda trabalha no Observatório de Violência contra a Mulher e Feminicídio.

Ana Beatriz, que eu já falei, Chefe da Assessoria de Cultura de Paz da Secretaria de Educação do DF. O DF tem um programa de cultura e paz, que já está conversando com os meninos e meninas lá na ponta.

Andréa Lemos, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e da Comissão de Combate à Violência contra mulheres e meninas da OAB Águas Claras. Cadê a doutora? A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doutora está sempre com a gente, ela não perde os nossos debates. Obrigada. Um abraço a todos da OAB. A OAB, para a nossa convidada internacional, é a Ordem dos Advogados do Brasil. Os advogados do Brasil se reúnem em comissões e ela é da comissão da OAB aqui do nosso Distrito Federal, em Águas Claras.

Flaviane de Jesus Cardoso, fundadora do projeto SARA Geração Protegida. Flaviane, se manifeste. Bem-vinda, projeto SARA Geração Protegida.

Luciana Mendina. Cadê a Luciana? Está *online*? Luciana Mendina, Presidente da Associação Inclusiva, que trabalha com mulheres mães de crianças atípicas. Essas mulheres no Brasil estão sofrendo inúmeras violências, uma delas é o não acesso aos direitos.

Vanessa Hacon, Presidente do Coletivo Mães na Luta. Cadê a Vanessa? A Vanessa está lá. (*Palmas.*)

O Coletivo Mães na Luta é um movimento nacional das mulheres que foram vítimas do Brasil, da lei da alienação parental.

Eu não sei, Reem, se você sabe que, no Brasil, a lei ainda não foi revogada, mesmo a ONU tendo orientado todos os países do mundo a revogar esta lei, o Brasil insiste em mantê-la, insiste em perpetuar vítimas. Mas a revogação já passou na Câmara, está no Senado. Eu fui Relatora em uma Comissão no Senado e nós estamos esperando que ela seja aprovada logo e a gente faça a revogação, e que o tema seja discutido em outros dispositivos legais que já existem no Brasil para proteger a criança, a mulher ou o homem no caso de um colocar a criança contra o outro. Mas a lei da alienação parental, da forma como ela é no Brasil, tem provocado muitas vítimas, muitas mulheres e muitas crianças. Obrigada ao Coletivo por estar presente. (*Palmas.*)

Eu vou aí falar com vocês. Eu falo com vocês daqui a pouquinho.

Maria das Neves, Presidente da União Brasileira de Mulheres. Maria das Neves, seja bem-vinda.

Marileia de Paula, ela é do PL Mulher e trabalha com crianças, mas tem a luta pela igualdade racial no Brasil. Foi, no Governo anterior, Coordenadora Nacional da Secretaria Nacional da Igualdade Racial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E acaba de chegar – eu levantei para dar um abraço – Renata Braz das Neves Cardoso, Tenente-Coronel, Chefe do Centro de Políticas de Segurança Pública da Polícia Militar do Distrito Federal.

Para quem não sabe, no nosso Distrito Federal, a Comandante-Geral de todos os policiais militares é uma mulher, a Ana Paula. E nós temos muitas mulheres dentro da PM em lugar-chave; e a Tenente-Coronel tem uma história... Inclusive, Reem, na próxima CSW, na ONU, em março do ano que vem, nós estamos nos organizando para levar o Provid para mostrar ao mundo. (*Palmas.*)

A nossa polícia militar tem um programa de enfrentamento à violência doméstica, não apenas à violência contra a mulher, inclusive com viaturas – eu que dei as viaturas –, com todo um efetivo, porque, quando se liga para registrar e pedir socorro a uma mulher, quando a polícia chega lá, não é só a mulher, às vezes tem um idoso lá na cama amarrado, tem uma criança lá dentro da casa em cárcere privado. Então, o programa da nossa polícia militar no DF é a violência doméstica como um todo.

Então, essa experiência tem dado tão certo, que a gente quer replicar toda essa experiência para o Brasil. E também a Tenente-Coronel é do Batalhão Escolar, que é onde se faz o programa de Paz nas Escolas.

É uma honra tê-la aqui.

Ela está sempre aqui à mesa; hoje ela veio como ouvinte, mas que alegria tê-la aqui.

Na sequência, vamos ouvir Celina Lazzari, Diretora da Associação Matria – Mulheres Associadas Mães e Trabalhadoras do Brasil.

Celina, antes de você falar, duas perguntas chegaram aqui. Se você não conseguir responder, você pode, depois, mandar por *e-mail* essa resposta, e a nossa Secretaria vai fazer essa gentileza de lhe mandar.

"Quantas crianças a mais precisarão ser violentadas para que a lei de alienação parental seja revogada?". Eu acho que essa aqui já está quase respondida por mim.

Depois vem uma outra aqui, Celina, para você. A primeira que eu li vem de Carolina, de São Paulo; esta vem de Dinah, de Minas Gerais: "A quantidade de mulheres sendo mortas, mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com medida protetiva, é absurda; algo tem que ser feito para afastar esses homens [...]". Tem alguma ideia?

E por último...

A SRA. CELINA LAZZARI – Leia a de Caroline, de Minas Gerais, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – De Carolina, de São Paulo: "Quantas crianças a mais precisarão ser violentadas para que a lei de alienação parental seja revogada?".

A SRA. CELINA LAZZARI – Não, essa já foi.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Essa já foi.

A SRA. CELINA LAZZARI – Eu vou ler. Pode ser? Porque eles me passaram aqui também.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Hum-hum.

O.k.

Então, fique à vontade em seus dez minutos, podendo se estender. Fique à vontade.

A SRA. CELINA LAZZARI (Para expor.) – Eu vou aproveitar o ensejo para ler uma das perguntas que eu acho que vai bastante ao encontro da minha fala de hoje, que é a de Caroline, de Minas Gerais.

Está dando para me ouvir bem, né?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Está um pouquinho baixo.

A SRA. CELINA LAZZARI – Está um pouquinho baixo.

"Como pensar em políticas públicas para mulheres e crianças em um país que não considera o marcador sexo como fundamental?". Essa é uma pergunta central, que é cerne da nossa luta da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Associação Matria, e eu acho que ela, de certa forma, até amarra um pouco os outros discursos que nós estamos tendo aqui e as outras pautas das outras apresentações.

Antes, primeiro, eu quero agradecer a oportunidade à Senadora e à Comissão de Direitos Humanos e, em especial, dizer o quanto nós da Matria nos sentimos honradas de estar dividindo essa mesa com Reem Alsalem, que é uma voz em todo o mundo das mulheres e das crianças.

Os seus relatórios precisam ser lidos pelos senhores, pelos Parlamentares, porque são denúncias que vão no cerne das questões relativas às mulheres e às crianças, e às meninas. E é uma voz dissonante nesse meio, sabe? Então, é muito importante que vocês deem atenção à abordagem em relação à prostituição, em relação à barriga de aluguel, em relação aos direitos mais básicos das mulheres e das meninas. A Reem Alsalem está lá de uma maneira extremamente corajosa e ética. Então, fico muito honrada mesmo, toda a associação, de estar dividindo esta mesa aqui.

Eu me chamo Celina – deixem-me me arrumar só um pouquinho, porque estou um pouco longe aqui –, sou uma das diretoras da Associação Matria. Nós contamos com mais de 300 mulheres em todo o Brasil, que se somam a essa luta, que é muito básica, como eu já disse, mas essencial para todas as demais lutas que envolvem o direito não só das mulheres e das meninas, como também das crianças e dos adolescentes, e também das famílias, como a Senadora Damares falou lá no começo.

Eu vou destacar uma coisa muito importante, que é a questão de que, nos últimos anos, nós estamos vendo uma imposição, em especial via Poder Judiciário, da ideia de que mulher não é uma categoria ou um grupo definido a partir do seu sexo, mas, sim, uma identidade subjetiva, autodeclarada, que qualquer um pode reivindicar, caso deseje. E, Senadora, nós mulheres temos uma realidade imaterial em comum: não importa se é rica ou se é pobre, se é negra ou se é branca, se é jovem ou se é idosa, todas somos do sexo feminino. E isso está diretamente relacionado a riscos específicos de violência, de vulnerabilidade e de desigualdades.

Eu vou trazer vários exemplos disso para não ficar abstrato para vocês. A gente está falando aqui que a esmagadora maioria das violências...

Eu coloquei uma apresentação. É só passar aqui, eu acho, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pause o meu tempo, por favor. (*Pausa.*)

Rapidinho... Eu só quero ilustrar com algumas notícias.

Eu passei aqui.

A esmagadora maioria das violências sexuais tem como agressor o sexo masculino contra o sexo feminino – a Senadora Damares falou, no caso desse estupro coletivo, que não tem classe social, mas tem sexo; isso é importante a gente destacar –, assim como violência doméstica, exploração sexual e tráfico de mulheres e meninas. Tudo isso, e muito mais, está profundamente ligado ao sexo, mesmo quando há situações em que as mulheres não se identificam como mulheres, como é o exemplo da última notícia ali: um homem trans é violentado por uma mulher trans. O marcador sexo é fundamental para nós pensarmos políticas públicas e direitos das mulheres. Então, quando nós incluímos homens na categoria mulher, isso gera distorções variadas.

Acho que é importante situar, para os senhores, quando a gente pode localizar, de uma certa forma, o começo disso. Eu vou trazer aqui um marcador muito importante e significativo para a perda dos nossos direitos, que foi o julgamento, de 2018, da ADI 4.275, em que se criou a noção de autodeterminação de sexo legal.

O STF decidiu que as pessoas podem alterar o seu prenome – tudo bem até aí – e o sexo no seu registro civil, caso assim se deseje, por mera declaração de vontade. Esse tipo de decisão não levou em conta consequências para diversos grupos. Não ouviu as mulheres, não refletiu sobre o impacto disso nas políticas públicas e, simplesmente, para sinalizar virtude, se permitiu – e eu vou dizer aqui – a falsificação da realidade, porque é uma coisa muito evidente que as pessoas não mudam o sexo.

Você pode mudar no seu documento, mas uma pessoa do sexo masculino nasce e morre do sexo masculino.

Isso, gente, não é sem consequências, isso gera diversas distorções, de produção de dados, por exemplo: como que nós vamos pensar a população brasileira – e o IBGE coleta dados segregados por sexo – se já é possível registrar qualquer sexo ou não sexo nesses documentos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no RG mesmo? Então, vamos parar para pensar que isso tem consequências. O retrato fiel da realidade se perde com isso, e é a partir disso que são feitas as políticas públicas.

Eu vou trazer um outro exemplo aqui, vamos pular para 2024, a ADPF 787, acho que alguns vão lembrar, em 2024. Foi bastante debatido, comentado na mídia, sobre a possível retirada da palavra "mãe" dos registros dos sistemas de saúde. Depois dessa decisão, que nós até tivemos a intervenção também, não perdemos, mas foram colocados alguns anexos a esse nome, mas, enfim, o que aconteceu, por exemplo, nos sistemas do DataSUS? Antes, o parto normal, que é um procedimento de sexo específico – ou seja, é para o sexo feminino –, era registrado para o sexo feminino, e agora está para ambos os sexos. Isso é reportado para nós por meio das profissionais de saúde, também nos seus sistemas dos municípios, dos estados.

Outro exemplo aqui, uma cirurgia que se chama postectomia, mas é a cirurgia que a gente costuma conhecer como de fimose. Hoje, a fimose está lá no DataSUS como um procedimento para ambos os sexos, e isso não corresponde à realidade. Isso não é neutro, isso gera diversos tipos de problemas, tanto para o atendimento dessas pessoas quanto para os profissionais de saúde, que também acabam tendo dificuldades, e muitas vezes são até ameaçados e acusados de crime por às vezes solicitar uma informação que eles precisam para poder fazer o seu trabalho.

Vamos lá.

Esse aqui é um dado muito interessante, Senadora. Nós acompanhamos a construção do Cadastro Nacional de Pedófilos. Nós, inclusive, conversamos com a Senadora Margareth Buzetti e trouxemos a nossa preocupação, porque essa situação já aconteceu ao redor do mundo e também aconteceu no Brasil. Essa é a que a gente sabe, porque provavelmente existem outras. Quando você permite a mudança de documento, você perde o lastro dessas informações, dessa identidade das pessoas, e isso abre brecha para criminosos poderem burlar e enganar a polícia.

Então, isso aconteceu no Brasil, está aqui na tela: um ex-Deputado que mudou de gênero e aí dificultou... E aí nós fizemos... Via Lei de Acesso à Informação, a Matria solicitou informações, por conta dessa preocupação, à Polícia Federal, que, não sem surpresa para nós, nós já imaginávamos isso, afirmou que não possui nenhum tipo de informação e detalhamento sobre gênero ou alteração de sexo. Então, isso fragiliza, por exemplo, o Cadastro Nacional de Pedófilos, que ainda... Embora tenha sido sancionado, ainda não está implementado também, que é outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupação. Então, a política de identidade de gênero fragiliza, nesse sentido, o controle e o combate a esses criminosos também, isso porque é totalmente autodeclarada.

Agora, uma coisa bastante recente que nós vimos, eu estou atentando aqui para o CNJ: na Resolução 366, de 2021, o CNJ desrespeitou a Constituição Federal.

Vamos lá. Eu vou passar aqui para vocês entenderem.

Deixe-me ver.

O que acontece? A nossa Constituição, no art. 5º, inciso XLVIII, diz o seguinte: a pena deve ser cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com o sexo.

Eu imagino que os senhores aqui podem imaginar que essa distinção não é arbitrária. Ela existe porque homens e mulheres apresentam padrões diferentes de violência e porque as mulheres, especialmente em situação de vulnerabilidade, precisam de proteção específica.

Mas o CNJ desrespeitou a Constituição ao estabelecer, por meio de uma resolução, que homens podem ficar alocados nos presídios e nas celas femininas caso se autodeclarem mulheres, gerando violações diversas dos direitos humanos das presas e também das trabalhadoras penais – das trabalhadoras policiais penais. Como vocês podem ver na reportagem – essa reportagem é do mês passado –, há assédio, exposição, o tempo inteiro tendo que tocar a sirene, coisa que não acontecia anteriormente.

A gente tem, inclusive, uma carta que foi divulgada de presas relatando que perderam a privacidade, que são expostas a diversas situações de constrangimento e violência.

Estou chegando ao final.

Eu queria também destacar aqui o nosso trabalho com o Grupo Acolher com Verdade. Nós da Matria temos um grupo de mães cujos filhos foram levados a crer, Senadora, que nasceram no corpo errado e de que eles precisam modificar o seu corpo saudável, mudar o seu nome, negar quem eles são. Essas crianças muitas vezes apresentam outros problemas ligados a abuso, neurodivergências – as mães relatam isso –, mas as instituições, guiadas pela lógica da identidade identitária de gênero, oferecem como solução a hormonização e a intensificação da dissociação corporal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas mães também são acusadas de preconceito e até ameaçadas por profissionais e instituições e, com isso – como a gente está trabalhando aqui –, vai-se vendo a ruptura do vínculo familiar. Os pais que tentam proteger os seus filhos passam a ser tratados como inimigos.

E, para finalizar, gente, eu estou trazendo aqui que hoje nós mulheres estamos sendo constrangidas, perseguidas e processadas e presas, inclusive, quando falamos sobre nós. Quando comentamos sobre a necessidade de proteção em relação ao sexo masculino em espaços sensíveis – como abrigos para vítimas de violência, como sistema prisional, mas também em alas hospitalares, na questão da competição nos esportes, em banheiros e vestiários –, nós somos acusadas de criminosas, de preconceituosas.

Esse caso da feminista Isabella Cêpa... Ela está refugiada e é o primeiro caso, depois da ditadura militar brasileira, de uma refugiada por ter dito uma verdade factual. Isso é extremamente grave numa democracia.

Pode finalizar a apresentação, por favor?

Nós somos, então... hoje estamos sendo excluídas das discussões. A gente, claro, com muita luta e insistência, consegue alcançar esses espaços, mas a gente sofre muito boicote para poder estar aqui. Então, nós somos excluídas das discussões sobre políticas que afetam diretamente os nossos próprios direitos.

A nossa outra diretora da Associação, Mariele, foi intimidada, teve o direito à participação democrática negado na Conferência Nacional das Mulheres do ano passado – um espaço que foi totalmente tomado por pautas e demandas masculinas e onde as mulheres foram hostilizadas por expressarem suas posições, que são legítimas e se referem às nossas necessidades. Temos o caso da Isadora Borges, o caso da influenciadora Nine Borges e muitos outros.

Então, gente, todos esses casos se referem ao cerceamento da liberdade de expressão e dos direitos das mulheres de falarem sobre suas próprias necessidades, e nós não precisamos da tutela masculina ou do seu consentimento para fazer isso. Nós não precisamos.

Não se constrói democracia, direitos e justiça ignorando e oprimindo a metade da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós, da Matria, vamos permanecer falando a verdade.

É isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! É de tirar o fôlego.

Celina, passa o endereço da Matria, porque já tem gente pedindo aqui o endereço eletrônico, quem se interessa por este debate, por este tema. As mulheres da área do esporte já estão muito envolvidas com este tema, muito envolvidas, e eu queria que você passasse o endereço da Matria para que as pessoas acompanhassem.

A SRA. CELINA LAZZARI – Nós temos a nossa página, nas redes sociais, matria.oficial, e o nosso *site* é www.associacaomatria.com.

Nós convidamos todas as mulheres, independentemente de partido político – nós somos uma associação suprapartidária – a se associarem, a se somarem nessa luta com a gente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Eu quero deixar claro uma coisa. Eu sou uma mulher conservadora. Todos conhecem a minha história e a minha trajetória, às vezes não compreendida pelos conservadores por estar trazendo para esta mesa o movimento LGBT na luta dos seus direitos, e eu os acompanho há anos.

Eu amo os LGBTs. Todo mundo questiona, assim, o meu amor. Já teve gente que disse "seu amor é excessivo pelas travestis". Amo. Estou na rua com elas, lutando por direitos. Esta é uma Comissão deles também, mas esta também é uma Comissão da mulher. Este debate que ela traz é extremamente sensível, e a gente vai ouvir os dois lados, sempre.

Eu lutei muito pelo direito de ser mulher no Brasil. Eu vim de uma geração em que nós éramos ignoradas, nós não tínhamos acesso a alguns direitos. Eu sou uma das milhões de sobreviventes da violência de menina na infância, de mulher na infância, porque menina é mulher na infância, não se esqueçam disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ouvi tanta coisa, eu lutei tanto para ocupar o meu espaço como mulher. A gente tem que reconhecer que não é fácil estar sentado neste lugar como mulher, não é fácil chegar ao poder como mulher ainda nesta nação.

Então, nós mulheres lutamos tanto, tanto, tanto, tanto, e os nossos direitos não serão tirados! Eu lutei pelo direito da mulher e não quero ser reduzida apenas e ser conhecida apenas como uma pessoa que gesta. Eu sou mulher e eu exijo ser chamada de mulher. (*Palmas.*)

Então, nós temos uma pequena militância.

E aqui vou dizer uma coisa: essa militância não representa todas as travestis e as trans do Brasil. É uma pequena militância que não admite que eu seja mulher. Eu sou mulher. (*Palmas.*)

É uma pequena militância que quer ocupar os nossos espaços de forma agressiva, impondo, querendo nos calar como mulher. Não é assim que se constrói uma democracia. E eu vou conduzir este debate neste nível: nasci mulher, não sou tão somente uma pessoa que gesta. Toda a essência feminina que está em mim vai ter que ser respeitada. E todos os direitos que nós mulheres conquistamos não serão colocados em xeque.

Por exemplo – são inúmeros –, a cota de mulher para a política. Quando nós trouxemos a cota de mulher para a política, inclusive o fundo para a mulher, era para nós, para que a gente tivesse acesso a esses espaços. Sem dinheiro a gente não chega aqui. Agora, a cota de mulher nós vamos ter que dividir com outros segmentos... Que lutem pela cota deles, que lutem pelos direitos deles, sem tirar os nossos... (*Palmas.*)

Sem colocar os nossos em risco!

Eu tenho, neste Senado, uma Bancada Feminina, e vocês não têm ideia do orgulho de feministas e conservadoras de ver o nome lá: "Bancada Feminina para orientar o voto". Será que vão exigir que o nome no painel seja: "Bancada das Pessoas que Gestam"? Não vou permitir! Nós... E por conta dessa briga exagerada deste segmento, mulheres estão correndo risco.

Aquela notícia de *transfakes* no presídio é aqui no meu DF, e a gente vai fazer uma discussão, porque o CNJ já está investigando. Homens que se autodeclaram mulheres e que estão entrando no banheiro de meninas, e aí está uma confusão social. Eu não quero que direitos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segmentos causem confusão social no Brasil. Vamos encontrar uma forma de que eles tenham direitos garantidos sem tirar direitos de outros segmentos e sem criar confusão social.

Eu respeito o segmento, mas não vai ser gritando, berrando e retirando direitos de mulheres que eles vão fortalecer a democracia no Brasil. Eu não imaginava que a sua fala seria nesse sentido, mas eu não posso me omitir. Continuarei trazendo as travestis, trans para essa mesa, e lutando por eles. Eu tenho um amor extraordinário por eles. Todo mundo sabe e eles reconhecem. Mas alguns ativistas políticos deste movimento não vão colocar as trans contra a mulher no Brasil. Nós não vamos permitir. Alguns ativistas da sociedade que querem fazer essa confusão social vão ter que entender que a sociedade está reagindo, tem grupos organizados hoje no Brasil. Eu quero uma nação de paz, por favor, gente.

Eu tenho conduzido esta Comissão aqui com tanto equilíbrio, com muitos dedos, porque eu quero todos os direitos garantidos. Mas ela traz um debate hoje de tirar o fôlego... Um time ganhar um campeonato, como ganhou na semana passada, porque tinha um homem no time adversário dizendo que era mulher, aí o time que só tinha mulher perde o campeonato?! Atletas femininas perdendo medalhas olímpicas para alguém que nasceu biologicamente homem?! Gente, biologicamente elas são mais fortes que nós, mulheres. Nós somos iguais em oportunidades e em direitos, mas nós somos biologicamente diferentes. É essa essência que nos torna esse ser extraordinário, nós somos espetaculares.

Deixe-me dizer uma coisa: o ser mais espetacular que ocupa este planeta é a mulher. Somos nós. E vou dizer uma coisa: essa essência feminina não pode ser negada. Nós temos direitos a medalhas olímpicas, a campeonatos de futebol, a campeonatos de vôlei, a campeonatos de basquete, sendo mulheres. (*Palmas.*)

Não competindo com homens que acham que são mulheres.

O debate é polêmico, mas mulheres estão sofrendo violência por causa disso, e nós estamos discutindo todos os tipos de violência contra a mulher.

Obrigada, Matria, pela coragem de trazer este tema para esta audiência.

Por fim, vamos ouvir a ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Dra. Cristiane Britto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cristiane, antes de você falar, uma pergunta: como enfrentar a culpabilização... Essa pergunta vem de Danielle, do Distrito Federal: "Como enfrentar a culpabilização de mulheres na mídia em casos de violência extrema?". Porque sempre culpam a mulher: "Era a roupa que ela estava usando. Ela estava de noite na rua".

Claudia, de Sergipe: "Garantir apoio psicológico para servidoras assediadas por colegas ou chefes no setor de trabalho. [É possível] criar ouvidoria [...] [em] Prefeituras?".

E tenho mais uma aqui para a senhora, ex-Ministra... Não, essas duas para começar, mas tem outras perguntas que a sociedade está mandando. Se você quiser responder, fique à vontade.

Seja bem-vinda à nossa audiência.

A SRA. CRISTIANE BRITTO (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora Damares. Bom dia, Reem Alsalem. Bom dia, Celina. Bom dia, minha amiga Andrea Hoffmann. Bom dia a todos que estão aqui presentes.

Eu quero cumprimentar especialmente a nossa Coronel Renata Braz. Eu tive a honra de ser chefe dela, gente. Imaginem. Ela é especialista em políticas públicas para mulheres e ela me ensinou muito. Muito obrigada por tudo, pela sua contribuição para o nosso país. Eu quero também cumprimentar as meninas do nosso Brasil aqui, na pessoa da Estefane Sampaio, que assumiu a coordenação nacional do Mulheres Republicanas, porque a gente sabe que nós precisamos falar com as nossas meninas.

Eu vou ser bem breve, Senadora. Eu trouxe uma apresentação só com alguns dados que eu queria trazer, especialmente aproveitando a oportunidade de estar diante da Reem. Reem, você vem ao nosso país no momento em que nós estamos com um desafio enorme. Nós estamos enfrentando o maior número de feminicídios das últimas décadas no nosso país. A cada seis horas, uma mulher morre vítima de feminicídio. Como a Senadora falou no início desta audiência, nós temos uma lei que é considerada uma das melhores leis de proteção à mulher do mundo, mas, até hoje, nós não conseguimos implementar de forma eficiente a Lei Maria da Penha no nosso país.

Nós enfrentamos hoje um problema, sim, que você falou, Reem, que é importante nesse enfrentamento da violência contra a mulher, que é a questão orçamentária. Então, se a gente não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tiver uma política pública que tenha orçamento, a gente não está priorizando a pauta da mulher. É um pouco disso que eu vou falar, mas nós temos outro ingrediente: nós estamos deixando de lado as nossas meninas.

Nós temos hoje no Brasil a realidade de que, a cada seis minutos, uma mulher é violentada sexualmente no nosso país, e é sobre isso que eu queria falar, sobre esse olhar para as nossas meninas, que hoje estão invisibilizadas, até mesmo quando a gente fala de mapeamento de dados e de orçamento público para essas meninas. E isso, Reem, também tem muito a ver com algo que é outro desafio para nós aqui no Brasil, que é a sub-representação feminina na política.

Nós somos mais de 50% do número de eleitoras, mas nós não estamos no Parlamento como deveríamos estar. Então, será que, se nós estivéssemos lá, sendo representadas, as políticas públicas para as mulheres não estariam sendo priorizadas? Será que esse avanço dessa pauta contra nós mulheres, como a Senadora falou, mulher que gesta... Eu ouvi outro dia...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Pessoa! Não é nem mulher.

A SRA. CRISTIANE BRITTO – Pessoa que gesta!

Eu ouvi, outro dia, que alguns documentos oficiais estão tentando substituir a palavra "mulher parturiente" por "pessoa que pariu".

Eu não quero ser chamada de "pessoa que pariu"; eu quero ser chamada de mãe! (*Palmas.*)

Então, é sobre isso. Esses são os nossos desafios.

E eu queria trazer aqui alguns dados: o Brasil registrou um estupro a cada seis minutos em 2025; e 75% das mulheres estupradas no Brasil são crianças. Nós estamos falando das nossas meninas. Aqui, quando você vê esse gráfico, olhe ali o pico da idade: é entre dez e treze anos de idade. Quando a gente chega a 20 anos de idade, já cai o número de mulheres vítimas de estupro – já cai aos 20 anos –, mas olhe lá esse pico, como é assustador e como a gente tem que hoje focar esse público, que grita por socorro e parece estar sendo invisibilizado.

De acordo com o Anuário de Segurança Pública, bebês de zero a quatro anos são mais vítimas de estupro do que mulheres adultas de idade de 25 e mais de 60 anos de idade. Esse dado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é tão alarmante que a gente não ouve nenhum tipo de campanha, a gente não ouve nenhum tipo de política pública sendo anunciada ou até mesmo... Eu quero até falar um pouco, Andrea, porque eu sei que você representa aqui a sociedade civil, sobre esse despertar que ecoa da voz da Senadora. É preciso despertar a sociedade civil também para isto: os nossos bebês estão sendo vítimas desse tipo de violência. A gente fala: "as mulheres estão sendo estupradas". Vamos falar: as nossas crianças, os nossos bebês estão sendo estuprados, e a gente precisa falar sobre isso. Eu sei que é um tema que ninguém gosta de falar, que é desagradável, mas não venham falar sobre isso, que dói. Sim, dói, mas essas crianças não têm voz, esses bebês não têm voz; só têm a nós.

Por esse gráfico aqui – repetindo aquilo que eu falei –, entre dez e treze anos, há um pico, mas ali, de zero a quatro anos, a gente já consegue ver esse cenário no nosso país, nessa faixa etária.

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, apenas 46 a cada cem meninas denunciarão o abuso. E este é outro desafio: a subnotificação no nosso país é alarmante. E, aí, fica mais difícil, sim, também – e eu preciso falar isso, como ex-gestora – construir política pública diante de um cenário tão gritante de subnotificação. Não é fácil, porque para que público nós precisamos trabalhar? Como a gente faz essa busca ativa? Tudo isso é um desafio num país do tamanho do Brasil. E, sim, isso dificulta a execução de uma política pública – eu preciso falar sobre isso –, mas existe também uma questão cultural, um ingrediente cultural. Eu sou nordestina e, até hoje, vejo no meu Nordeste que, quando a menina é estuprada, ou ela é tirada da cidade ou, simplesmente, "não vamos registrar ocorrência, porque a cidade é pequena, e alguém vai saber que minha filha foi violentada sexualmente". Então, esse número de subnotificação, na verdade, deve ser muito maior, porque ainda existe essa questão do estereótipo: ela foi violentada, ela foi estuprada; então, ou se tira a menina da cidade ou, simplesmente, não vamos registrar ocorrência. E o agressor fica impune e continua fazendo outras vítimas.

Nessa evolução da quantidade de registros policiais, olhe a subnotificação como tem aumentado. Aqui, Senadora, o ano que teve o menor registro, a menor subnotificação foi 2020 – talvez por conta das inúmeras campanhas que a senhora fazia à frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em que criança precisava ter voz, que o silêncio era mais devastador ainda. E ali nós temos o menor índice de subnotificação em 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, em 2024, nós temos o maior caso de omissão. Eu estou falando de crianças que estão sendo violentadas no nosso país a cada seis minutos ou menos do que isso, mas esses registros não estão chegando às autoridades policiais.

Um dado de que eu preciso também falar aqui, porque é importante para a gente tentar construir uma política pública efetiva, é que essas crianças estão sendo violentadas, a gente sabe disso, dentro dos lares e no horário em que essa mãe se ausenta. E aí, normalmente, se você for ver ali, o maior número é 32,6%. Eu estou falando das 12h às 17h59, a hora em que essa mãe está trabalhando. Depois, de 6h da manhã às 11h59.

É preciso a gente pensar em escolas integrais para os nossos filhos, porque a nossa realidade é que eles não estão protegidos quando ficam longe da mãe e sozinhos dentro de casa. Hoje é essa a nossa realidade. E aí, a gente tem outros desafios gigantes também, que é o déficit dessas escolas integrais, de creches, de tudo isso, que acaba sendo outro fator complicador na nossa nação.

Dados da Unicef apontam que o Brasil ocupa o quarto lugar em casamentos infantis no mundo. Olha como as nossas crianças estão mais vulneráveis.

E aqui os dois desafios que eu quero trazer para esta Comissão, sabendo que a Senadora tem esse compromisso real com a pauta, é da estrutura legislativa, que realmente represente as nossas crianças. A gente fala muito disso, não é, André, não é, Senadora? Que a Câmara dos Deputados, o Senado Federal precisam ter uma Comissão permanente dedicada exclusivamente a crianças e adolescentes. A Senadora tem lutado muito para que isso aconteça. Se Deus quiser, a gente vai conseguir, porque isso considera que é uma visão sistêmica, a criança apenas como parte de uma unidade familiar, mas não como cidadã de direitos próprios, que é o que a gente precisa avançar no nosso país.

Essa invisibilidade, tanto no mapeamento de dados, nasce dessa má aplicação do recurso público, do orçamento público na pauta da criança e do adolescente. A gente vê dados, a gente acompanha mais dados e política pública sendo executada em relação às mulheres, às vítimas de feminicídio, mulheres vítimas de violência doméstica, de sequestro, de abandono afetivo, mas a gente não vê nada sobre isso em relação às nossas meninas, aos nossos bebês nessa faixa etária que eu apresentei para vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente precisa de pesquisas, estatísticas oficiais precisam apresentar, de forma clara, o sexo das vítimas e suas faixas etárias. Eu estou falando aqui nesse contexto de violência sexual. Sem essas informações, a realidade das meninas continua escondida em números gerais.

E eu quero trazer um dado aqui para vocês de como isso impacta na ausência de política pública. O Governo Federal criou uma agenda transversal, crianças e adolescentes, com um valor total de R$262,5 bilhões de orçamento. Desses R$262,5 bilhões, R$8,8 bilhões foram gastos exclusivamente com ações voltadas para crianças e adolescentes, R$8,8 bilhões dos R$262 bilhões. Só que, dentro desses R$8,8 bilhões, ali está tudo. Ali está educação, ali está moradia para criança. Você não consegue enxergar minimamente, dentro do nosso orçamento hoje, quanto de orçamento está sendo investido para combater a violência sexual contra as nossas crianças, contra os nossos bebês.

Então é uma forma de invisibilizar a pauta, é uma forma de deixar essas crianças mais expostas a esse tipo de crime e é uma forma de a gente manter desprotegida a infância. E aí o meu apelo, Senadora, que eu quero trazer aqui para a senhora. Eu sei que a senhora é a voz dessas meninas, dessas adolescentes nesta Casa e o quanto a senhora também é respeitada na Câmara Federal. Nós precisamos gritar por uma Comissão Permanente para tratar da pauta criança e adolescente e nós precisamos de visibilidade nessa faixa etária, nas pesquisas, nas estatísticas e em quais políticas públicas estão sendo executadas para essa faixa etária e quanto de orçamento público está sendo investido para combater a violência sexual contra as nossas crianças.

A gente sabe que, quando uma criança é estuprada, a gente está falando de matar sonhos, a gente está falando de matar famílias, de sacrificar gerações, não é verdade? Então é sobre isso, essa é a contribuição que eu queria dar.

E eu quero finalizar falando sobre a pergunta da Danielle, do Distrito Federal: "Como enfrentar a culpabilização de mulheres na mídia em casos de violência extrema?". Danielle, esse também é um outro desafio e é por isso que a imprensa tem que estar envolvida em toda essa discussão que está acontecendo aqui. Uma mulher é estuprada e ainda assim a gente vê reportagens falando, Andréa. Poxa, se pergunta, neste momento, se a roupa que ela estava usando... É a mesma coisa de ela fazer um registro de ocorrência policial – a Coronel Renata sabe do que eu estou falando – e o delegado perguntar: "Você estava com essa roupa? Você provocou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você tentou seduzir?". É sobre isso! É essa culpabilização de perguntar o que ela estava fazendo meia-noite na rua enquanto a sua família estava em casa. É sobre tudo isso.

E muitas mulheres desistem de denunciar por conta desse prejulgamento. Muitas mulheres deixam de denunciar uma violência doméstica com medo de como ela vai ser encarada pela sociedade, pelo seu vizinho, pela sua própria família. Eu conheço mulheres que deixaram de denunciar o marido porque foram julgadas pela própria mãe: "Mas você devia ter feito a comida, a janta dele na hora certa. Ele chegou em casa, ele ficou nervoso e ele te bateu". Então, se já não bastasse tanta culpa que nós mulheres carregamos – porque a gente sai para trabalhar e deixamos nossos filhos aos cuidados de outra pessoa; porque a gente queria, sim, cuidar mais da nossa família –, já não bastasse tudo isso, e até a culpa de a mulher estar apanhando é nossa culpa também?

Então, que a mídia seja despertada para isso, que a imprensa venha para esse debate, que as famílias, os profissionais de segurança pública, a sociedade... Eu estou falando do vizinho, eu estou falando dos parentes, da mãe, dos filhos – todo mundo. Eu não acredito... A gente não pode imputar a responsabilidade da violência contra a mulher no nosso país só ao Estado. Toda a sociedade precisa estar envolvida nessa pauta. Aquela história de que em briga de marido e mulher não se mete a colher ficou para trás. Lá no ministério a gente lançou um programa chamado Salve uma Mulher, cujo *slogan* era: "Em briga de marido e mulher a gente salva uma mulher".

Muito obrigada, Senadora; muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Cristiane Britto, que foi Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no Governo anterior.

Nós estamos indo para o final de nossa audiência, então a gente vai devolver a palavra aos convidados, mas eu, com muita insistência, porque o Brasil está pedindo... O coletivo Mães na Luta vai falar por três minutos, ao final, apenas para marcar a posição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que tem muitas mães da alienação parental, agora, ao vivo, pedindo. "Deixe a Vanessa falar". Então, depois que elas falarem, Vanessa, três minutos para marcar. Mas a gente vai ter uma audiência só sobre alienação parental. O.k.? Então, seria só para você marcar presença. (*Palmas.*)

Vamos devolver a palavra às nossas convidadas? Vamos começar pela nossa primeira convidada para agradecimentos, considerações finais. Mas eu preciso apresentar perguntas que foram direcionadas diretamente à senhora. Se for possível responder.

"Como as políticas públicas de proteção às mulheres e meninas podem fortalecer a família na prevenção à violência?". Essa pergunta veio do Gustavo, de Minas Gerais.

A outra pergunta, se puder responder.

"A mera promulgação de leis mais rigorosas não tem sido suficiente para erradicar a violência de gênero, a violência contra a mulher. É necessário o quê? Auxílio financeiro? Orçamento?". Mais uma pergunta para a nossa convidada. Olha, essa aqui, a última que eu perguntei, vem de Renata, do Distrito Federal.

Mais uma pergunta, que veio de Luanderson, do Pará: "Como o Brasil pode aprimorar políticas de proteção a mulheres e meninas, alinhando-se às recomendações da ONU?".

E mais uma. "A ONU tem realizado gestões [nas escolas, junto ao Governo brasileiro], [para capacitação] contra a violência doméstica?". A ONU tem recomendado ao Brasil políticas públicas lá nas escolas?

São essas as perguntas direcionadas à senhora, se puder responder. A senhora tem mais uns minutos para responder e fazer as suas considerações finais.

A SRA. REEM ALSALEM (Para expor.) – Obrigada às minhas copainelistas por suas apresentações.

Eu acredito que algumas das perguntas já foram respondidas pela minha apresentação, então não me repetirei muito, mas eu gostaria de voltar a um ponto importante que você falou, Cristiane, em relação à exposição aumentada das garotas para a violência e para a exploração.

Nós sabemos, por mais que seja a ponta do *iceberg*, que 130 milhões de garotas, ao redor do mundo, têm sido expostas à violência antes de serem adultas. Isso é uma fração da realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é muito preocupante que, no mundo de hoje, as garotas tenham experienciado muitas pressões, sendo sexualizadas *online* e *offline*, bombardeadas com imagens estereotipadas dos seus papéis na sociedade, dos seus corpos. E o problema é a impunidade dos homens nesses atos de violência cometidos contra mulheres e garotas.

Eu acredito que o fato de os garotos mais jovens e homens terem acesso ilimitado à pornografia perversa e à violência *online* também contribui com isso. Como a Presidente mencionou, nós temos visto que a idade dos agressores, na violência e agressão contra a mulher, tem diminuído cada vez mais e que eles estão se tornando cada vez mais jovens. Isso não é uma coincidência, porque a educação sexual tem vindo da pornografia e das plataformas digitais, *online*.

Elas permitem o compartilhamento de forma não consensual dessa violência entre mulheres e crianças, de estupros e não têm nenhuma responsabilização. Os Estados têm que colocar um limite nisso, impor regras mandatórias nas plataformas digitais para que esse tipo de abuso pare. E nós temos visto, particularmente, por meio dos arquivos do Epstein, o quão perverso esse abuso pode ser, esse abuso contra as garotas pela elite. E, infelizmente, a menos que tenha investigação e as pessoas sejam responsabilizadas, essa impunidade continuará a existir. E, como foi mencionado, continuará a ser utilizada para envergonhar e culpabilizar as vítimas, inclusive pela mídia. Eu concordo que a mídia é muito complacente com isso, não apenas a mídia, como todas as formas de cultura são muito complacentes com isso.

Também gostaria de finalizar, dizendo que concordo totalmente que precisamos continuar coletando dados, dados que sejam relevantes, relacionados ao sexo, relacionados à idade. A proteção não está funcionando e precisamos nos perguntar por que isso não está funcionando. Eu também apoio o que você recomenda, Cristiane, que, se a escala do abuso sexual e a violência contra as mulheres, contra as crianças é tão grave, talvez seja um bom momento para se ter uma parte independente de investigação.

Muitos países ao redor do mundo já estão fazendo isso, como a Irlanda, a França, a Austrália, o País de Gales, todos eles estão tomando esse primeiro passo de se perguntar por que nós temos esse problema e o que precisa ser feito. Eu sei que o Brasil teve um desses nos anos 90, então, talvez seja um bom momento para se fazer isso novamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Reem. Obrigada.

Vamos ouvir agora, na sequência, a Isabel, a segunda oradora, segunda expositora, para as considerações finais e resposta de perguntas.

Eu acho que já te passei as perguntas que vieram para você, Isabel.

Fique à vontade.

A SRA. ANDREA HOFFMANN FORMIGA (Para expor.) – Obrigada.

Novamente, quero agradecer a oportunidade de estar aqui, trazer o nosso ponto de vista, nos colocar à disposição de todos que estão aqui presentes, da sociedade civil, porque somos a voz da sociedade civil aqui no Congresso Nacional, e ressaltar, até corroborando as palavras da Reem agora, no final, que a gente precisa, realmente, acabar com pornografia, acabar com a sexualização das meninas na internet e nas redes sociais. Isso é um assunto muito sério. Os responsáveis por essas crianças, as mães, os pais, precisam ter essa consciência. Não pode haver essa adultização das crianças. E muitos desses problemas que a gente comentou estão aí.

A gente conclama, novamente, o Senado Federal para que aprove o PDL 3, aprove o PL 1.301, que trata também e engloba essa questão da assistolia, sobre o que eu comentei na minha fala, e esteja muito atento ao que está acontecendo no debate do Código Civil. O Código Civil – inclusive estamos tendo uma reunião aqui ao lado sobre esse tema – é a lei que trata de todas as relações da nossa sociedade e tem sido debatido de forma rasa. Somente aqueles que concordam têm sido ouvidos. Não têm sido aprovados requerimentos para audiência pública de outras pessoas que também gostariam de contribuir com o debate.

Então, conclamo também esta Casa, os Senadores e a Senadora Damares, para que olhem com bastante cuidado para o que está sendo debatido no âmbito do Código Civil.

Agradeço mais uma vez. Coloco-me à disposição, assim como o trabalho do Instituto Isabel.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Isabel. Na sequência, Celina.

A SRA. CELINA LAZZARI (Para expor.) – Então, quero agradecer novamente pela oportunidade de trazer este debate. Como a Senadora falou, é um debate sensível, mas, na verdade, ele não deveria ser. Ele é muito básico e é muito evidente, mas o tempo em que nós estamos está complexificando muito além do que deveria.

Eu acho que uma das coisas muito importantes, agora que nós estamos na Semana das Mulheres, é que a gente precisa, como um apelo que eu faço, em nome da Matria também, abandonar o termo gênero. Nós estamos falando de violência contra mulheres; não é violência de gênero, é violência contra meninas. As desigualdades são sexo-específicas, e a gente precisa garantir esses termos que nomeiem corretamente a realidade.

Eu vou dar um exemplo rapidamente: nós acompanhamos o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e a gente precisa novamente ter esses marcadores bem assentados. A gente observou que, quando se apresentam as estatísticas sobre os agressores, os termos são genéricos: são companheiros, são parentes, são pais. Então, fica difícil nós identificarmos essa especificidade de que a gente está aqui reforçando a importância.

Então, para a gente cuidar, nós temos que ser, o tempo inteiro, vigilantes para a gente poder, de fato, ter políticas públicas específicas e efetivas.

Uma última consideração. Nós, no Brasil, temos o Decreto 4.377, de 2002, que ratifica a Cedaw, que é a Convenção...

Eu nunca lembro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CELINA LAZZARI – ... Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, e esse decreto é curiosamente esquecido quando se produzem políticas públicas, e esse decreto está muito bem definido e assentado na realidade imaterial das mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no entanto, a gente vê, em diversas... principalmente no Poder Judiciário, o uso de um tal de Princípios de Yogyakarta, que não fazem parte do nosso ordenamento jurídico; o Brasil não assinou isso. É um conjunto de regras que um grupo de pessoas determinou. Eles não devem estar sendo seguidos à risca, como se fossem uma lei que o Brasil assinou, como se tivesse participado do nosso debate democrático e tivesse sido aceita pelo povo.

Então, nós temos que seguir o que são os tratados efetivamente internacionais, e não um conjunto de princípios de grupos militantes. Acho que esse é um importante recado também para os Senadores para se atentarem a isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Antes de a gente ouvir a Vanessa, chegou para nós uma pergunta de Milena, de São Paulo: "Como esse assunto é abordado, de forma educativa e, consequentemente, preventiva nas escolas? O que [...] [está] previsto na grade curricular?".

Aprovamos, recentemente, a obrigatoriedade de incluir, no currículo escolar no Brasil, o tema violência contra a mulher. A nossa única preocupação é como o tema vai ser abordado, sob que ideologia esse tema vai ser abordado.

Porque, na grande maioria das vezes, quando se fala o tema violência contra a mulher, já se associa ao direito ao aborto; e as famílias não querem que as crianças falem de aborto cada vez mais cedo nas escolas. Então, nós aprovamos, mas nós queremos entender como isso vai ser conduzido. E o Plano Nacional de Educação ainda não foi aprovado. Nós vamos aprovar aqui no Brasil, agora, o Plano Nacional de Educação, que vai valer por dez anos. Depois que a gente aprova o plano, a gente aprova a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é onde a gente discute o currículo.

Então, vai ser neste momento que nós vamos ter a oportunidade de trabalhar como a escola vai falar para uma criança de quatro anos sobre violência contra a mulher. Como a escola, porque a criança, no Brasil, é obrigada a ser matriculada com quatro anos. É obrigada. Então, como nós vamos lidar com tudo isso? Obedecendo às especificidades das idades, às especificidades culturais e ao interesse das famílias também. Então, eu estou respondendo à Milena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente recebeu uma pergunta de Carolina, de São Paulo: "Não adianta a mãe saber sobre direito das crianças se o Judiciário não pune os agressores".

Mas vai punir, viu? Nós estamos aqui. (*Palmas.*)

E juiz que começar a brincar com legislação... Preparem-se, senhores magistrados. E não vai ser mais aposentadoria compulsória para os senhores irem para casa, jovens, depois de terem votado contra a criança. Preparem-se.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

Nós temos ainda a Dinah, de Minas: "A quantidade de mulheres sendo morta, mesmo com medida protetiva, é absurda. Algo tem que ser feito para afastar esses homens".

Nós entendemos a preocupação, mas podemos dizer que, apesar desse quadro tão ruim, nós temos boas iniciativas no Brasil, que já estão trabalhando essa questão da mulher que está com medida protetiva.

Ananda, de São Paulo: "Como o Congresso assumirá responsabilidade diante da falha na proteção de mulheres e crianças?".

O Congresso está fazendo o seu papel. Deixe-me dizer uma coisa, gente: vocês sabem quantos institutos e mecanismos tem dentro do Congresso Nacional para a mulher? É o que a Cris fala, tem tanto para mulher e não tem para menina.

Nós temos: lá na Câmara, Comissão Permanente da Mulher; lá na Câmara, Secretaria da Mulher; lá na Câmara, Procuradoria da Mulher. Aí vem aqui para o Senado, nós temos: Procuradoria da Mulher no Senado; Bancada Feminina, reconhecida no Senado como uma instituição; e nós ainda temos aqui o Observatório da Mulher no Senado. Seis. Aí, quando junta Congresso, Câmara e Senado, nós temos uma Comissão Permanente, Deputadas e Senadoras, de enfrentamento à violência contra a mulher.

Então, dentro do Parlamento, tem sete instrumentos de proteção do direito da mulher e um monte de Senadoras e Deputadas, assim como Damares... Como é que eles chamam a gente? Histéricas? (*Risos.*)

Loucas? Descompensadas? Com TPM?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Surtadas? Malucas?

Eu, inclusive, vi Jesus no pé de goiaba. (*Risos.*)

Depois eu te explico isso, calma. (*Risos.*)

Mas temos um Parlamento que está trabalhando na proteção das mulheres. Temos um Parlamento. Então, o Congresso vai fazer seu papel fiscalizador.

Inclusive, a Comissão de Direitos Humanos, esta Comissão – e eu quero compartilhar com a Reem daqui a pouco –, no ano passado, esta Comissão, durante todo o ano, avaliou, que é o nosso papel, a política nacional do Governo Federal de enfrentamento ao feminicídio. Nós vamos te entregar, daqui a pouco, o relatório oficial. E esse relatório foi conduzido, durante todo o ano, por uma Relatora, que é a Senadora Mara Gabrilli, que é uma Senadora de centro-esquerda. Quando ela trouxe o relatório, ela apresentou, infelizmente, que o Ministério da Justiça, no ano passado – Justiça e Segurança Pública; é um Ministério único no Brasil para Justiça e Segurança Pública –, gastou tão somente 0,1%... eu vou repetir: 0,1% do dinheiro que estava lá para enfrentar o feminicídio.

O que acontece no Brasil, gente? Prestem atenção – e o Parlamento vai ter que mudar isso –: cada Ministro que entra, ou cada Presidente da República que entra, inventa a roda. Eles mudam o que já estava dando certo, porque eles querem ter um programa com o nome deles. Só que, a cada quatro anos, muda o Governo Federal, mas, a cada quatro anos também, muda governo municipal. Aí, aquele ministro começa, lá na ponta, com uma secretária municipal, mas essa secretária muda dali a dois anos. Quando essa secretária muda o que está sendo feito aqui, tem que esperar nomear nova secretária, nomear nova equipe. Gente, a cada dois anos, da rede de proteção da mulher mudam os gestores, e a cada dois anos tem gente criando a roda, trazendo coisa nova e não dando continuidade ao que já estava dando certo!

Então, agora, eu entrei com um projeto de lei para que seja por lei já formatado o que tem que ser feito no combate ao feminicídio; por lei! Não é esperar os governos criarem programa; vai ser lei. Entra gestor, sai gestor – vai ter que cumprir o que está na lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é dessa forma que (*Palmas.*) o Parlamento vai contribuir.

Eu, agora, concedo a palavra, por três minutos, ao Coletivo Mães na Luta, que tem uma pauta específica, que é a Lei da Alienação. Não é a audiência específica para isso, mas é uma violência contra a mulher.

Ela vai falar por três minutos, com o meu compromisso de a gente ter uma audiência pública com todas vocês aqui na mesa.

A SRA. VANESSA HACON (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora Damares.

Bom dia a todos e a todas presentes. Muito obrigada pela concessão da palavra ao movimento social materno feminista brasileiro, porque aqui falo em nome de todas as mães e crianças vítimas de violência doméstica no nosso país, mas também vítimas da violência institucional de gênero do sistema de justiça – eu me refiro aqui, particularmente, ao Poder Judiciário e também ao Ministério Público.

Eu gostaria apenas de chamar a atenção aqui para a presença da nossa maravilhosa Relatora Especial da ONU para a violência contra mulheres e meninas, Sra. Reem Alsalem. Muito obrigada pela sua militância histórica em favor das mulheres mães e das crianças e adolescentes do nosso país. Nós reconhecemos isso e nós agradecemos a sua militância.

Eu gostaria de chamar a atenção para a intersecção entre a violência doméstica e a violência institucional de gênero no nosso país. Essa é a razão e é a resposta para uma das perguntas... "O que é necessário para frear a violência contra a mulher no nosso país?" – que apliquem as leis! Precisamos da aplicação da legislação que, por exemplo, veda a guarda compartilhada em casos de violência doméstica e familiar; nós precisamos da concessão de medidas protetivas de urgência para mulheres, inclusive mulheres mães.

A maternidade aprofunda a vulnerabilidade da mulher, e não o contrário.

Nós temos medidas protetivas sendo negadas sistematicamente a mães sob o argumento de que existe uma ação de guarda em curso. Ora, isso vulnerabiliza a mulher e a criança, e não o contrário. Então, nós precisamos da aplicação da lei, particularmente pelo Poder Judiciário, isso é fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos aqui no Congresso Nacional hoje, então, precisamos falar também de leis. Precisamos falar da revogação da Lei de Alienação Parental, que é algo absolutamente marcante nesses casos de violência doméstica que são dragados para dentro do sistema de justiça, onde a violência doméstica é perpetuada por meio da violência processual e também da violência vicária, e, particularmente aí, da violência institucional que se soma a isso tudo.

Nós precisamos falar da aprovação da lei de violência vicária, a inserção da violência vicária na Lei Maria da Penha. A gente precisa nomear a violência para reconhecer e combater a violência.

Nós precisamos falar também em aprovação de legislações que efetivam as varas híbridas, ou seja, ampliam a competência dos juizados de violência doméstica para que mulheres, mães, vítimas da violência doméstica, da violência vicária no pós-separação, tenham um lugar para onde recorrer, e um lugar onde a violência doméstica seja reconhecida e combatida, e não onde ela seja taxada de conflito familiar, porque é isso que as mulheres mães estão enfrentando nas varas de família.

E, por fim, nós precisamos combater legislações e PDLs, como, por exemplo, o 89, de 2023, que vai pedir a queda do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do CNJ. O protocolo de gênero do CNJ é a nossa boia salva-vidas nessa história. Nós precisamos não derrubá-lo, e, sim, efetivá-lo, cobrar, fiscalizar e cobrar a efetivação e a observância do protocolo pelo Poder Judiciário.

Agradeço a oportunidade.

Bom dia!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Agora, você nos deixou... (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Calma! Sem bater palma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos deixou numa situação delicada, porque eu estou sendo ouvida por todo o Brasil... gente, nós estamos com grande audiência. Obrigada, você trouxe muita audiência para nós! (*Risos.*)

E você falou de violência vicária. Você tem ideia de como está explodindo aqui as mães no Brasil perguntando "o que é isso?" E tem gente aqui no Plenário que também não sabe.

Em rápidas palavras, explica aí o que é a violência vicária.

A SRA. VANESSA HACON – A violência vicária é a violência perpetrada contra as mulheres por meio dos seus filhos.

Diante do fim do relacionamento, o homem, o agressor, não tem mais acesso direto a essa mulher. Mas, no caso das mulheres mães, permanece o vínculo familiar, o vínculo por meio dos filhos. Então, ele se utiliza dos filhos para seguir violentando essa mulher, porém, diante de um sistema de justiça que reconhece e privilegia os direitos parentais desse homem, ele passa então a reivindicar direitos parentais. E aí a violência vicária é totalmente apagada nesse contexto, particularmente porque a violência doméstica não é reconhecida e é taxada, então, de conflito familiar.

A violência vicária, na sua forma extrema, atinge o assassinato dos filhos para atingir essa mulher, para torturar essa mulher em vida, para fazer essa mulher ter que conviver com esta tragédia, com este terror para o resto da sua vida, que é ter os seus filhos assassinados. Nós tivemos recentemente, então, o caso de Itumbiara, que deixa muito clara essa situação.

Nós precisamos combater a violência vicária. Primeiro, aprovar a legislação, para nomeá-la na Lei Maria da Penha, e, assim, podermos combater a violência vicária e puni-la.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Todo mundo entendeu o que é a violência vicária. Nós estamos falando muito sobre isso, e, todas as vezes em que eu falo, alguém pergunta o que é. O caso de Itumbiara tem sido o caso que nós estamos usando como exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a nossa convidada internacional, explico: um homem que ocupava um cargo, inclusive, de autoridade no município, com raiva da esposa... Inclusive, a gente tem notícia de que o casamento já tinha acabado, mas que eles estavam ali – porque é ano eleitoral – meio que aguardando o momento certo para noticiar a separação. Ele, com ciúmes e raiva, vai para um certo lugar de forma muito cínica e, primeiro, faz um vídeo lindo com os dois filhos – dois meninos lindos, chocou o Brasil – e assassina os dois filhos para machucá-la, porque ele sabe que essa dor vai ser para a vida inteira. É uma violência para a vida inteira. Depois, ele se mata. Mas não é um caso isolado no Brasil. São muitos casos semelhantes no Brasil em que o homem mata a criança, depois se mata para machucar a mulher. Às vezes, eles também violentam, estupram, torturam. Nós temos vídeos de pai, torturando o filho e mandando: "Está vendo? Você não quer voltar para mim, vou continuar torturando". A gente vai ter que enfrentar isso com coragem.

Obrigada, Vanessa, por sua participação, que colaborou muito. (*Palmas.*)

Quando as participações do auditório vêm, colaboram, a gente fica muito contente. Vai estar registrada em ata a sua participação. A gente vai continuar conversando.

A gente encerra, agradecendo pela sua disposição, Reem, em compartilhar sua experiência conosco. Nosso quadro é triste, mas há esperança para o Brasil.

Eu só vou dar dois dados para você colocar no seu trabalho acadêmico. Ela está aqui, gente, em um grande trabalho acadêmico, em busca de dados. Está pronto, Arthur? As duas imagens. Eu quero te mostrar e eu quero mostrar a todas para a gente encerrar.

Primeira imagem: oficialmente, o Brasil registrou que a mulher mais jovem do mundo, estuprada, com um boletim de ocorrência, foi no Brasil. Volta. Se puder ampliar a imagem... Ela tinha apenas cinco dias de vida. Volta, volta àquela imagem. Esse caso aconteceu na cidade de Tapauá, no Estado do Amazonas. A menina não morreu, mas ela ainda estava com cordão umbilical na hora do estupro. Vocês imaginem. A mãezinha, muito jovem – eu sempre conto essa história, o pai muito jovem –, como foi um parto delicado, precisava ir ao postinho de saúde fazer um curativo. Então, a mãezinha e a avó foram ao postinho de saúde e deixaram a bebê, por 15 minutos, com o avô. O avô tinha 41 anos de idade. São famílias muito jovens no Amazonas: a mãe tinha 16; a avó, 39 – essa é a realidade do Norte –; o avô, marido da avó, 41. Quando a mãezinha volta do pronto-socorro, ele está com a bebê no colo – a fraldinha cheia de sangue – e ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gritando. Essa bebê chorou demais e está sangrando. A mãezinha e a avó correm para o hospital. Quando o médico abre, vocês imaginam o que tinha acontecido com a criança. E aí eles eram tão ingênuos que a mãezinha e o paizinho diziam: "Nossa filha nasceu doente, porque agora que ela chora vem tudo para fora". O médico que fez o parto, cinco dias antes, estava ali. E ele, muito inteligentemente, recolheu o material, e tinha esperma. Ele disse para nós: "Eu que fiz o parto e depois tive que fazer a perícia, cinco dias depois". A menina não morreu por um milagre, por um milagre. Mas vocês imaginem todas as cirurgias que essa menina vai ter que enfrentar, daqui para a frente, para a reconstrução de canal vaginal. Vocês imaginem com o canal da urina, o que aconteceu. Cinco dias. Mas não é a única recém-nascida no Brasil.

Então, eu queria te passar esse dado para o seu trabalho acadêmico. Eu acho que oficialmente, com um boletim de ocorrência, inquérito policial... Ah, ele foi preso, tá? E sabe como é que a delegada teve que prender ele? Fazendo uma diligência a pé, porque lá não tem barco. A delegada lá não usa carro, é barco. E a cidade não tem barco para a polícia, você viu? Ou quando tem não tem combustível. Sabe como é que a delegada fez a diligência? Pegou um barco emprestado da Prefeitura, foi até o lugar, na rua, andando, fez a diligência a pé, para prender o cara. Nossa polícia tem que ser fortalecida.

E aí eu trago um outro caso. Então, a gente tinha que entrar, eu acho, no livro dos recordes como o caso da mulher mais jovem, mas eu acho que a gente também, em forma de boletim de ocorrência, entra no livro dos recordes – absurdo! – como a mulher mais idosa, com inquérito: uma indígena, em Campo Grande, com cem anos de idade. Cinco dias, cem anos. E quem perpetuou a violência a essas duas mulheres, nas duas pontas? Familiares.

E por que nós estamos aqui discutindo o fortalecimento da família? A gente vai ter que entender que a gente vai ter que cuidar da família. Nós vamos ter que rever as famílias disfuncionais no Brasil, porque, enquanto o Judiciário permitir um homem de 35 anos ridiculamente ficar solto porque se casou com uma menina de 12, é isso que a gente vai ter.

Obrigada a todos vocês que participaram dessa audiência.

Nós saímos daqui incomodadas, mas, por favor, não baixem a guarda e não desanimem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um dia eu vou voltar na ONU. Eu não sei se estarei muito velhinha, mas, se velhinha, muito linda... (*Risos.*)

... e vou exibir para vocês, na ONU, que nós conseguimos, que nós vencemos, que não seremos mais o quinto país do mundo que mais mata mulher, nem o pior país da América do Sul para se nascer menina.

Muito obrigada.

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada esta reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e onze minutos do dia nove de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra e Paulo Paim, e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 26/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Discutir políticas públicas de atenção integral às pessoas com doenças raras, especialmente no que se refere ao acesso ao diagnóstico precoce, ao tratamento adequado, à organização da linha de cuidado no Sistema Único de Saúde e à garantia de direitos das pessoas acometidas e de suas famílias. Participantes: Lauda Santos, Presidente da Associação Maria Vitória de Doenças Raras – AMAVI Raras e Vice-Presidente da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras – FEBRARARAS; Rosely Maria Fanti Garcia Cizotti, Diretora de comunicação da Casa de Saúde Nossa Senhora dos Raros; Laira dos Santos Inácio, Mãe, Fundadora do Instituto ANAJU; Daniella Neves, Gerente de Saúde do Instituto Jô Clemente - Laboratório de Triagem Neonatal; Marina Alves Noronha, Médica - especialista em doenças raras, Dr honoris na Flórida USA, mãe de paciente raro e militante dos pacientes que fazem uso de home Care; Luiza Habib, Paciente rara que tem doença rara ainda não fechado diagnóstico, mostra nas redes sociais dicas e ideias de como ter uma vida com mais autonomia e independência; Elisa de Carvalho, Diretora Clínica do Hospital da Criança de Brasília José Alencar; Anna Carolina Ferreira da Rocha, Servidora pública federal, palestrante, pesquisadora com 5 artigos internacionais publicados sobre sua doença rara epidermólise bolhosa (EB), integrante de Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), fundadora do Ativismo EB (coletivo de pessoas adultas com EB) e ativista das pessoas com deficiência e doenças raras. Também é artista (escritora, cantora, compositora, modelo inclusiva) e terapeuta integrativa; e César Achkar Magalhães, Aposentado da Câmara dos Deputados e representante da Associação Brasiliense de Deficientes Visuais (ABDV). Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/09

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 9 de março de 2026.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 26, de 2026, de minha autoria, para debater políticas públicas de atenção integral às pessoas com doenças raras, especialmente no que se refere ao acesso ao diagnóstico precoce, ao tratamento adequado, à organização da linha de cuidado no Sistema Único de Saúde e à garantia de direitos das pessoas acometidas e suas famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211. Olha, essa ligação não tem custo algum. Você que está de qualquer lugar do Brasil, que está nos acompanhando e quiser fazer uma pergunta aos expositores aqui na mesa, ou mandar um comentário, uma sugestão, pode ser por telefone – vou repetir o número: 0800 0612211 – ou, então, pelo *site* do Senado, no Portal e-Cidadania.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Nós teremos duas mesas.

E eu convido para compor a primeira mesa, com muito carinho – e já quero agradecê-la por ter aceitado o convite para estar conosco nessa manhã –, a Dra. Maria Teresinha de Oliveira Cardoso. Ela já está presente conosco? (*Pausa.*)

Não chegou? Então, nós vamos aguardar a Dra. Maria... (*Pausa.*)

Desculpem-me, eu estava lendo a segunda mesa.

Vamos para a primeira mesa.

A primeira mesa será composta pela nossa querida – que eu acho que já merece até um bóton de Senadora – Lauda Santos, Presidente da Associação MariaVitória de Doenças Raras e Vice-Presidente da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (Febrararas).

Obrigada, Lauda, por estar com a gente. (*Pausa.*)

Convido para vir à mesa também Rosely Maria Fanti Garcia Cizotti, Diretora de Comunicação da Casa de Saúde Nossa Senhora dos Raros. Seja bem-vinda!

Na minha terra, a gente batia palma quando a gente chamava alguém para a mesa. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Daniella Neves, Gerente de Saúde do Instituto Jô Clemente, Laboratório de Triagem Neonatal. Que alegria, Doutora! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, estar aqui com você. Você veio de São Paulo? Meu Deus, ela veio de São Paulo. Que bom! Abraço em todo mundo do instituto.

Convido para compor a mesa também a fundadora do Instituto Anaju – olha que nome lindo! –: Laira dos Santos Inácio, que é mãe. Vem cá, Laira, seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Vocês já perceberam que as mães raras têm uma beleza rara.

Seja bem-vinda!

Senhores, eu vou começar esta audiência de uma forma diferente hoje. Eu sei que o nosso papel como Senadores, como servidores públicos, precisa seguir o princípio da impessoalidade.

Deixem-me explicar para quem está nos assistindo. A gente não pode trazer os nossos desejos pessoais, a gente não pode trazer as nossas impressões pessoais para debates, a gente pode usar da nossa experiência para conduzir um debate, mas a gente tem que ter muito cuidado com o princípio da impessoalidade.

Fazer um debate sobre doenças raras para mim é um momento de desafio e muita alegria, porque eu também sou família rara. Eu sempre falo sobre isso, e as pessoas: "Mas explica direito". E todo mundo sabe que eu fui e sou família rara, mas hoje eu quero pedir permissão a vocês para falar sobre isso, para a gente começar este debate. Talvez algumas pessoas que estão nos acompanhando estão dizendo: "De novo, lá vem a Senadora no terceiro ano de mandato dela [quarto, indo para o quarto], e ela lá provocando os debates sobre doenças raras". Se possível, eu faria isso todos os dias – se fosse possível, eu faria isso todos os dias –, porque o tema tem que estar na pauta todos os dias.

Mas eu precisava começar esta audiência de uma forma talvez um pouco triste, mas o momento me obriga. E vocês vão entender por que eu sou família rara. Por favor, primeiro eslaide. E eu queria falar para vocês que eu sou rara por causa da Prader-Willi – Prader-Willi. É uma das doenças de que a gente ainda não falou aqui no Senado – eu não me lembro se no Congresso Nacional já houve algum debate sobre a síndrome Prader-Willi, não me lembro –, mas a gente vai ter uma audiência ainda este ano, é necessário, só sobre essa síndrome. A Associação Prader-Willi tem me pedido muito para a gente ter um debate. Quem são os Prader? E eu tive um Prader na minha vida. Eu tive um anjo na minha vida. Eu queria mostrá-lo para vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Esse era o Iggor. O Iggor chegou na nossa vida em final de novembro de 1989, e o Iggor foi embora em 2002. Nós tivemos o Iggor na nossa vida por mais de 12 anos. Era a criança mais linda do mundo. As crianças com Prader, eu não sei se vocês sabem, um dos sintomas da síndrome é a obesidade. E nós recebemos o diagnóstico do Iggor... E eu quero dizer para vocês que o Iggor mudou minha vida, tá? O Iggor era filho de meu irmão. O meu irmão morreu aos 21 anos de idade e nos deixou o Iggor. E 16 dias depois da morte do meu irmão, nós recebemos o diagnóstico. E como todas as mães, passamos pelo susto do diagnóstico, porque para aquelas pessoas que já têm uma doença rara genética, o susto já começa no momento da gravidez: "Será que meu bebê também virá com uma doença rara?". Mas as famílias que têm o diagnóstico pós-nascimento, ali começa a nossa jornada. A minha jornada começou 16 dias depois que eu perdi o meu irmão. Eu quero informar para quem está nos assistindo que a nossa jornada é diária. A gente tem usado uma palavra muito bonita aqui no Senado, nos debates: nossos "desafios". É uma palavra tão bonita para falar de batalha, de dor, de sofrimento, de luta. A gente está usando a palavra "desafio", mas vocês não têm ideia do que tem dentro da palavra "desafio".

E as crianças com Prader, além de terem a obesidade, têm outros sintomas. Por exemplo, elas são resistentes à dor. Elas não sentem dor. Por isso, às vezes, elas se arranham muito, se machucam muito.

Quando eu recebi o diagnóstico do Iggor, o médico disse assim, só tinham quatro casos conhecidos em São Paulo: "Ah, ele não vai... menos de dois anos". Nós tivemos a alegria de ter o Iggor por 12 anos e não foi embora por causa da Prader – não foi embora por causa da Prader.

Eu quero só que vocês conheçam o rostinho. Por que eu quero mostrar o Iggor para vocês?

Pode passar, próxima imagem.

Cara da tia, né, gente?

Com a morte do meu irmão, o Iggor se tornou meu filho. Eu era muito jovem.

Pode passar.

Olhem que coisa mais linda. Esse é o Iggor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive meu pai, antes de morrer, escreveu um livro. Ele disse: um anjo em nossas vidas. Nós conhecemos um anjo.

Pode passar.

Olhem lá. E era exatamente assim: nas festinhas de igreja, ele sempre era o anjo. Esse é o Iggor.

Pode passar.

Passou por todos os preconceitos, discriminação por causa da obesidade.

Pode passar.

Lindo, como a tia. Estão vendo?

No dia em que o Iggor faleceu, aos 12 anos, ele estava com 180kg, por conta da síndrome.

Pode passar.

Mas por que eu trouxe? Eu comecei a audiência hoje falando da Prader e falando do Iggor.

Semana passada, o Brasil se surpreendeu com uma história de um menininho dentro de um banheiro, numa escola no Nordeste. Os colegas prenderam o coleguinha dentro do banheiro e o fizeram comer sete fatias de bolo, num dos mais terríveis atos de *bullying* que eu já vi. Não queiram assistir às imagens. E os colegas riam, todo mundo ria.

O Brasil inteiro acompanhou essas imagens, mas o Brasil não sabia que o menino tinha Prader. Os colegas o fizeram comer sete fatias de bolo porque ele era obeso. Uma falta de sensibilidade da escola de não ter observado, dos professores de não ter orientado os colegas, uma falta de sensibilidade de todos em volta. Os colegas foram cruéis com o menino.

A imagem é muito forte. Eu não vou mostrar, eu não vou perpetuar. Inclusive, estou mandando ofício para a Meta para que essas imagens sejam retiradas das redes sociais.

Um menino com Prader enfrenta tanta luta para chegar à escola. São tantas dores no joelho, são tantas dores no pé, tanto problema porque não tem uma coordenação motora fina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvida; tantos desafios, porque alguns deles também têm alguns transtornos de aprendizagem, algumas dificuldades de aprendizagem.

Aí esse menino se supera, chega à escola e passa por uma das mais terríveis cenas de *bullying* que o Brasil presenciou.

Mas vocês pensam que é só o Prader? Hum-hum. Falem com as mães que estão aqui. Falem com as famílias que estão aqui.

Além de a gente enfrentar, todos os dias, o desafio para o tratamento, para a inclusão, além de a gente enfrentar, todos os dias, as dores de nossos filhos, de nossos netos, de nossos sobrinhos, a gente também tem que lidar com o preconceito, a discriminação, o *bullying* e a exclusão.

Pode passar.

Nós temos a Associação Prader-Willi, que publicou uma nota. E eu quero ler com vocês a nota.

> A Associação Prader-Willi Brasil, associação dedicada à salvaguarda dos direitos da integridade de pacientes com a Síndrome Prader-Willi, vem a público manifestar seu mais profundo e veemente repúdio ao bárbaro episódio de violência ocorrido em uma unidade de ensino estadual no Bairro Dom Lustosa, em Fortaleza.
> O caso em questão não é apenas um episódio de *bullying*, mas uma violação gravíssima dos direitos humanos. Forçar um jovem de 16 anos com uma síndrome rara que compromete o controle da saciedade a ingerir quantidades excessivas de alimento é uma forma cruel de tortura psicológica e física, que poderia ter desencadeado a morte do adolescente por ruptura do estômago, um risco real e fatal para as pessoas com essa condição. [Era a minha luta todo dia, porque eles não têm saciedade. Eles comem, comem, comem, comem, comem. Mesmo que a gente os tranque num quarto, eles vão continuar engordando também. Às vezes, alguns morrem porque o estômago explode.] Somada à exposição vexatória de sua intimidade em ambiente escolar, o ato revela uma falha catastrófica no dever de vigilância e proteção do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É inadmissível que, em pleno 2026, instituições de ensino permitam que a desinformação e a crueldade prevaleçam sobre o respeito e a inclusão.

Diante da gravidade dos fatos, a SPW Brasil informa que já está em contato com a família para prestar todo o apoio necessário e que tomará as seguintes providências.

Medidas judiciais: nosso corpo jurídico já está analisando o caso e entrará com todas as medidas cabíveis para garantir a responsabilização civil e criminal não apenas dos agressores, mas dos gestores públicos que, por omissão, permitiram que tal violência ocorresse.

Exigência de protocolo: protocolaremos junto à Seduc (Secretaria de Educação) e aos órgãos competentes uma exigência de treinamento obrigatório para educadores sobre síndromes raras e manejo de crises de inclusão. Compromisso com a ética: a sociedade cearense e brasileira clama por mais empatia e educação. [E vamos falar sobre isso hoje.]

Não aceitaremos que a Síndrome de Prader-Willi seja motivo de escárnio ou negligência. A obesidade e os transtornos hormonais decorrentes da SPW são condições clínicas que exigem cuidado multidisciplinar e não o julgamento ou a violência de terceiros.

A escola deve ser um porto seguro, não um cenário de violações.

Justiça, respeito e inclusão são inegociáveis.

SPW Brasil, Diretoria Executiva e Jurídica.

Inclusive, eu convido todos vocês a acompanharem o perfil da SPW.

Eu quero agora aproveitar essa oportunidade que eu estou ao vivo, é uma oportunidade em que eu posso começar a educar e a informar. Eu queria que vocês assistissem agora a esse vídeo – são só cinco minutinhos – de uma médica que explica a síndrome. Quem sabe, do outro lado, você seja vizinho no condomínio, subindo e descendo todo dia no elevador com uma criança com a síndrome ou um jovem, e você não entende, você não está sabendo o que está acontecendo.

Só cinco minutinhos para a gente iniciar a nossa audiência.

Por favor, soltem esse vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu mostro o último eslaide, assim eu encerro a minha fala de abertura e já passo para os nossos convidados.

O último eslaide. (*Pausa.*) O último eslaide, gente... Se vocês não conseguirem, eu posso só ler. Conseguiram? (*Pausa.*)

Há uma outra jornada que as famílias raras enfrentam, depois que as nossas crianças partem, que é o vazio e a saudade. (*Manifestação de emoção.*) Já faz anos que o Iggor foi embora, e a dor e a saudade são constantes. Lembra, Marisa? Então, para nós, é difícil o diagnóstico; é difícil a batalha, o dia a dia, para mantê-los bem, saudáveis e incluídos; é difícil o vazio e a saudade. É uma jornada eterna. As famílias raras têm uma jornada eterna.

Como eu sou cristã, eu tenho a certeza de que eu vou ter o reencontro com o Iggor. E eu tenho a certeza de que o Iggor está fazendo muita bagunça lá no Céu. Ele está deixando os anjos malucos lá no Céu.

Eu encerro esta minha fala introdutória dizendo exatamente: "As doenças raras podem ser raras, mas as pessoas que vivem com elas são extraordinárias". E elas não merecem passar pelo que esse menino no Ceará passou; pelo que o Iggor passou a vida inteira: os preconceitos, a discriminação, as risadas, os *bullyings* na escola...

Foi o Igor que me trouxe, Lauda, para esta Casa. Em 1998, eu deixei toda a minha vida em São Paulo e vim ser assessora nos bastidores do Congresso Nacional. Esse é um dos motivos por que eu vim para cá, porque eu ficava de lá vendo, incomodada com um Congresso tão omisso. E eu queria me unir às famílias que estavam aqui nos bastidores. Então eu vim ser assessora jurídica, aqui no Congresso, e me unir a todas vocês. E hoje Deus me traz a este Congresso como Senadora. E o que fiz como assessora, como tia, como família farei como Senadora. Eu tenho a honra de ser Presidente desta Comissão, que é a Comissão que discute os direitos das pessoas com doenças raras.

Eu quero mandar para a família do menino do Ceará um abraço de toda a Comissão de Direitos Humanos e de todos que estão aqui hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero mandar um abraço para todas as famílias Prader. Nós vamos fazer uma discussão só sobre essa síndrome. E um alerta para o Brasil: elas não são gordas, elas são extraordinárias. (*Manifestação de emoção.*)

Bem-vindos ao nosso debate!

E a gente dá início ao nosso debate agora, ouvindo Lauda Santos, Presidente da Associação de Doenças Raras MariaVitória. Bem-vinda, Lauda.

O SR. LAUDA SANTOS (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Bom dia a todos e todas.

Para mim é sempre uma honra muito grande participar dessas mesas com o carinho e o olhar que a Senadora Damares tem para conosco. Sei que não é fácil. Ela estava falando agora de Prader-Willi, eu conheço as associações que cuidam de Prader-Willi e sei a dificuldade que é enfrentada no nosso dia a dia, mas isso não é só para Prader-Willi. Acho que as doenças raras como um todo estão muito negligenciadas.

Eu gostaria que começassem a colocar minha apresentação. (*Pausa.*)

Bom, coube a mim falar da atuação das associações em defesa dos direitos das pessoas com doenças raras. Eu sou Presidente da Amaviraras, Vice-Presidente e cofundadora da Febrararas e também fundei o Espaço Mundo Raro, onde nós trabalhamos em rede. A Senadora conhece a nossa associação.

Falo aqui representando as associações de pacientes com doenças raras, associações que recebem no dia a dia... (*Pausa.*)

Ai, gente! Eu posso pegar meus óculos?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Pode.

O SR. LAUDA SANTOS – Eu me esqueci desse pequeno detalhe, gente. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Primeiro, eu gostaria de mostrar para vocês o mapa da invisibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você poderia colocar para mim, por favor? (*Pausa.*)

Quando a gente fala em invisibilidade, Senadora, a gente está falando de entre 13 milhões e 15 milhões de brasileiros com alguma condição rara.

E, na última fala do Ministro Padilha e do Coordenador de Doenças Raras do Ministério da Saúde, o Dr. Natan Monsores, ele falou da ampliação dos centros de referência para doenças raras, ou seja, vamos ter, a partir da fala deles, mais de 50 centros de referência. Só que esses centros de referência, gente – vamos pensar –, estão no Sudeste, no Sul. O que falta mesmo é o centro de referência estar também no Nordeste e no Norte, que a gente sabe que são muito negligenciados. As doenças raras têm uma baixa prevalência no Norte e também no Nordeste. Então vamos pensar nisso daí, porque o paciente raro não tem tempo para esperar. Como a Senadora falou, a vida do paciente com diagnóstico raro, normalmente, chega com prazo de validade vencido e fica aí uma vidinha de cinco anos.

E, para falar de associação de pacientes, gente, eu gostaria de dizer o seguinte: quanto às doenças raras, a gente está muito preocupada com o tempo do Estado, que não acompanha o tempo da doença. Falo isso porque nós temos as pesquisas clínicas de doenças raras na Anvisa, que têm tirado o nosso sono. Lá a gente tem a solicitação do registro de um medicamento para MPS há quase seis anos. Esse registro foi solicitado em 2020 e a publicação estava prevista, gente, já aprovado o registro, em 13/12/2024; já estamos em 2026 e a coisa não acontece.

No Brasil nós temos o maior número de pacientes registrados no mundo para pesquisa na Fase II e também na Fase III. O atraso tem custado vidas. Quando a gente pensa, Senadora, que o Estado... O Brasil, para você ter uma ideia, é o único país no mundo que cobra quatro impostos para importar medicamento para pesquisa clínica. Agora você imagina o que é isso.

O que acontece quando a gente deixa de registrar uma pesquisa clínica? Porque o paciente brasileiro está aqui para ser pesquisado, ele quer participar. A gente perde. Nós perdemos a pesquisa de MPS de Fase II e III... aliás, IIIA e IIIB, nós perdemos a pesquisa para a Tunísia e para a Índia. Você imagina como é que a gente fica? Quando a gente fala da doença rara, assim como...

Eu vou passar aqui, pensando no seguinte: quando o tempo do Estado não acompanha o tempo da doença. Estamos aqui para garantir que nenhum brasileiro com doença rara seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

invisível para o sistema de saúde. A força das associações de pacientes – que é sobre o que eu tenho que falar – é que a associação atua onde o sistema ainda não chega. Nós escutamos o paciente quando ele ainda não tem diagnóstico; orientamos famílias perdidas na jornada do cuidado; articulamos médicos, pesquisadores e gestores; levamos evidência ao poder público; defendemos direitos no Legislativo e no Executivo, Senadora. Somos parte da solução do problema no sistema de saúde. Esse é o papel de uma associação de pacientes.

A inovação está em risco no Brasil: o país precisa alinhar Ministério da Saúde e Anvisa para estimular a inovação. Sem previsibilidade regulatória, os investimentos em pesquisa clínica deixam o país, centros de pesquisa perdem oportunidades, pacientes perdem acesso antecipado a tratamentos. Inovação em saúde precisa de segurança jurídica. Lamentamos aqui esse tempo de espera junto à Anvisa.

Quando a burocracia custa vidas: hoje enfrentamos atrasos graves em registro de medicamentos e dispensação. Vou falar da Anvisa e do Ministério da Saúde.

Como exemplo, na Anvisa, medicamentos para mucopolissacaridose II (síndrome de Hunter), ataxia de Friedreich, epilepsia. Registro aprovado, aguardando publicação há quase seis anos para Hunter – mesmo após o cumprimento das exigências técnicas pela agência reguladora.

Quando a gente soube dessa demora, desse atraso, Senadora, nós estivemos em busca da indústria que pediu o registro desse medicamento, e ela balizou todas as informações, dizendo que já tinha um tempo que atendeu todas as exigências burocráticas da Anvisa.

No Ministério da Saúde, nós temos a publicação de PCDT no *Diário Oficial da União,* já aprovada pela Conitec a incorporação do medicamento no SUS. Eles não têm cumprido os 180 dias para dispensação desses medicamentos para os pacientes.

Pacientes raros...

Há aqui também na Secretaria de Saúde – não dá para eu deixar de fora, porque a gente está aqui no Distrito Federal. Na Secretaria de Saúde, pasmem, não existe protocolo para paciente com doença rara. Tudo é feito por nota técnica. Então, isso é uma dificuldade muito grande. Nós temos pacientes que são atendidos, por exemplo, no Hospital de Apoio e no Hospital da Criança. No Hospital da Criança, quando chega a maioridade, eles não têm um protocolo de enviar esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pacientes para outros locais, para outras assistências da alta complexidade, porque todos os nossos pacientes, normalmente, entram pela atenção básica.

Então, a gente tem tido dificuldade muito grande com estes três órgãos: Anvisa, Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Os pacientes raros...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Lauda, esse problema com a Secretaria de Saúde se repete em outros estados também?

O SR. LAUDA SANTOS – Olha, Senadora, eu não sei te dizer, mas, normalmente, os enfrentamentos pelos quais a associação do Distrito Federal passa, os outros estados também passam. Então, eu acredito que há todo esse processo, porque a gente está falando de doença rara desde 2014, né? Então, tem pouco tempo.

E eu acredito nessa vertente de que os centros de referência existem. Quando a gente pensa que não há diálogo entre centros de referência... Porque o centro de referência tem este papel: tem que acompanhar como é que está o sistema de saúde nos seus estados, nos seus municípios. Então, eu acredito que também todos enfrentem o mesmo problema. Isso não é só um apanágio aqui do Distrito Federal. A gente sabe que a dificuldade é no geral, em nível nacional.

Então os pacientes raros não podem esperar pela burocracia. Gente, você chega lá na Anvisa: "Ah, não, mas não tem...". Existe uma RDC que diz que medicamento para doença rara tem que ser célere, só que não se está cumprindo essa celeridade.

Eu estava agora na solenidade de doenças raras que a Deputada Rosangela Moro marcou, com a Casa lotada, e saí de lá muito frustrada, porque todo mundo chegou com dados lindos, maravilhosos, só que não é a realidade que a gente vive. Porque o papel, gente, aceita absolutamente tudo, né? Então não dá para você falar assim: "Ah, está tudo perfeito". Não, a gente avançou em muita coisa, também não vou dizer que não, mas a gente precisa parar para ver a realidade. E dessa solenidade eu não saí muito feliz – vou ser muito honesta com a senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pesquisa clínica não é um custo; ela é um investimento, se a gente for parar para pensar, porque isso... Na colocação ali, o meu papel, como associação de pacientes, é falar da economicidade no SUS, de como é que as doenças raras não podem onerar o sistema.

Então, a pesquisa traz: acesso antecipado à inovação, que a gente sabe que é muito importante, porque leva dez anos uma pesquisa clínica, e o paciente tem esse atendimento, tem esse medicamento; desenvolvimento científico nacional; investimento em centros de pesquisa; economia significativa no SUS.

Agora, se pararmos para pensar, nós temos vários pesquisadores, nós temos centro de referência, nós temos paciente para fazer parte dessa pesquisa. Por que não? A gente vai descuidar dos nossos raros no Brasil? Então, eu fico muito triste.

Ele é o único país que cobra os impostos, como eu já te falei, para pesquisa clínica, o que eu acho um absurdo. Gente, o único país no mundo! E, se você for parar para pensar, quando esse medicamento vem para o Brasil para fazer parte de uma pesquisa clínica, o paciente brasileiro está sendo beneficiado.

As associações também constroem políticas públicas. Aqui, no Distrito Federal, o hospital a gente está tentando construir desde 2016. E nós já viemos aqui e já falamos dele com a senhora. Quando foi publicada a licitação para construção do hospital de referência, teve alguns quesitos que deveriam ser atendidos a pedido do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Nós tivemos uma reunião com o Conselheiro Renato Rainha e com o Deputado Eduardo Pedrosa, que tem abraçado a nossa causa com muito carinho, com muito cuidado. E o Conselheiro se comprometeu conosco de que avaliaria e que faria a relatoria favorável para retomar a licitação e a construção do centro de referência. E, gente, foi na véspera do Carnaval que a gente esteve com ele, então a gente sabe que o Brasil tudo funciona só depois do Carnaval. Mas, graças a Deus, ele chamou o Deputado Eduardo Pedrosa e disse que todas as exigências foram cumpridas e que vai retomar a licitação para construção do nosso centro de referência. E a gente espera que em breve a gente consiga colocar a pedra fundamental.

E nisso daí a gente tem que ter os agradecimentos e mostrar que foi aprovado pelo Deputado Eduardo Pedrosa; tem o apoio da Vice-Governadora, Celina Leão, e o seu, Senadora, porque, como você disse, você reservou a verba do enxoval do centro de referência. Então, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conquista a gente teve porque as associações se mobilizaram, deram as mãos com o hospital de referência, com o hospital de apoio, onde todo o serviço é prestado aos nossos pacientes raros.

Brasília também já é referência na triagem neonatal. Brasília está triando 63 doenças raras tratáveis. Eu fico triste quando eu vou eventos políticos e as pessoas se lembram de São Paulo, se lembram de outros estados, mas não referenciam Brasília. Brasília é referência, gente. Foi aqui que tudo começou. A Dra. Teresinha não mediu esforços para estar no Ministério da Saúde, para ajudar nessa ampliação. Com as associadas da Febrararas, nós fizemos um movimento gigante e conseguimos ampliar para 50 doenças raras. Então, Brasília é referência, sim. Eu gostaria muito que os políticos, quando forem citar uma referência na triagem neonatal, que não esqueçam esse trabalho hercúleo da Dra. Teresinha e da Marina, que na época era Deputada, uma médica. Nós tivemos um envolvimento muito grande nessa ampliação. Então, vamos dar nome e carinhas para quem está fazendo realmente o trabalho de ponta, porque o diagnóstico raro precoce salva vidas e reduz o custo no sistema de saúde.

A gente sabe que a gente não é favorável à judicialização. A gente quer que as coisas aconteçam dentro de um contexto, mas precisamos saber como é que nós vamos fazer quando um Ministério da Saúde não cumpre o prazo dos 180 dias; quando uma Anvisa não registra um medicamento em tempo hábil, de forma célere, como ela apregoa aí e falou também nessa solenidade de doenças raras. Eu saí, eu fiquei muito triste mesmo.

E, assim, as associações também apoiam a formação de profissionais de saúde. A gente tem a dificuldade de os profissionais – pelo menos eu vou falar pela Secretaria de Saúde do DF – não saberem reconhecer os sinais e sintomas. Então, a gente está, a gente planejou – a Lidianne está aqui, da Abre-te; falta a Cris, da Equoterapia –, nós tivemos – está aqui –, nós reunimos um grupo de mulheres fantásticas – a Marina também, a Dra. Marina. E nós decidimos solicitar na Fepecs e tivemos um abraço gigante nessa decisão com a mãe da Vice-Governadora, Celina Leão, a D. Maria Célia, que é uma pessoa incrível, visionária. Ela falou, foi muito taxativa: "A gente pode não fazer muita coisa, mas a gente tem que deixar uma marca neste Governo". Então a gente está preparando. A Celina Leão já fez um vídeo, inclusive, abrindo essa pós-graduação e cursos de extensão, onde os profissionais vão poder fazer de uma forma equânime, séria, sincera, para que a gente receba esse paciente e ele diminua essa odisseia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a gente precisa pensar. E nesse curso a gente pensou muito nos diferenciais estratégicos, que são: a integração entre clínica, genética e gestão, a gente não tem isso; ênfase na redução da odisseia diagnóstica; simulação estruturada na linha de cuidado; a IA aplicada ao apoio diagnóstico, que para a gente facilita demais, porque a gente tem 400 geneticistas para o Brasil inteiro. E quando a gente fala de 13 a 15 milhões, esse número é ínfimo de profissionais que podem acolher os pacientes raros. Então a gente tem que pensar muito nessa vertente aí de a gente juntar esses saberes. Formação de articuladores de rede e potencial de internacionalização. A gente tem que internacionalizar os nossos cuidados com os pacientes raros.

E a frase que vai muito ao encontro dessa minha fala, é que: sem profissionais capacitados, não existe política pública eficaz. Porque os dados vêm deles, as informações vêm desses profissionais para que a gente busque políticas públicas de saúde. O Distrito Federal pode deixar de reagir à judicialização e passar a liderar uma política estruturada, inovadora, sustentável em doenças raras, a gente também tem que pensar na sustentabilidade.

Do que nós precisamos agora, Senadora? Eu gostaria que a gente levasse isso como encaminhamento, que a gente precisa realmente de celeridade regulatória na Anvisa; a gente precisa ter um fortalecimento da pesquisa clínica no Brasil; a gente precisa ter uma estruturação real dos centros de referência, eles precisam conversar entre si para que as coisas aconteçam; reconhecimento institucional das associações. Gente, a gente faz um trabalho gigante. O Estado deveria nos olhar com um diferencial, deveria investir no nosso profissionalismo. Porque eu vou ser muito honesta, nós somos profissionais, a gente chega a entender muito mais do que um médico, a gente passa a entender sobre doença rara. Então é de extrema importância que a gente tenha uma visão diferenciada para as associações. Fornecimento de medicamentos incorporados no SUS, que se cumpram os 180 dias. Eu já acho um absurdo esperar 180 dias após uma aprovação na Conitec, que leva uma eternidade também para poder publicar o registro desse protocolo em *Diário Oficial* aqui... Não só no Distrito Federal, porque o *Diário Oficial* é da União. Então, lá, se você publica e se dispensa o medicamento em tempo hábil, o paciente vai ter qualidade de vida, com certeza.

Também temos... E foi proposto pela Febrararas – nós escrevemos – o Estatuto da Pessoa com Doenças Raras. Esse estatuto está parado na relatoria, aguardando a relatoria do Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diego Garcia, na Câmara dos Deputados. Isso não avança. E o nosso projeto de lei do estatuto é o PL 4.058, de 2023. Nós já estamos em 2026. O Estatuto da Pessoa com Doenças Raras não vai onerar o sistema...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – De que ano?

O SR. LAUDA SANTOS – De 2023, o PL 4.058.

Temos aí também o Ibdpac, que escreveu o Estatuto dos Direitos do Paciente. A gente tem que pensar quais são esses direitos, o que realmente é garantidor para o paciente com doença rara. Ele foi publicado em 2022, anterior ao nosso, que foi em 2023.

E esses pacientes nossos, gente, não podem esperar. Não dá para fazer vista grossa a que as coisas não aconteçam. Então, encarecidamente, Senadora, eu peço que a senhora, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos aqui da Casa, possa cobrar de todos esses órgãos a competência e a estruturação do protocolo de acolhimento do paciente com doença rara e que cobre da Anvisa, porque a gente já não sabe mais o que fazer.

Há dois anos, a gente tem solicitado um simpósio lá na Anvisa. Fomos muito bem recebidas pela Ouvidora, que é a Dra. Samara, e a Dra. Samara abriu as portas para a gente realizar esse simpósio. Por que a gente quer um simpósio dentro da Anvisa, Senadora? Para que a gente também entenda como funciona a casa, como é que eles vão dispensar esses, como é que eles vão fazer esses registros, como é que as associações e os políticos podem estar de mãos dadas com eles para que isso aconteça de fato e de direito, para que a celeridade no registro do medicamento realmente aconteça. Eu vejo respostas aqui para vários Senadores... E eu corro atrás, pois você sabe que eu não espero, como se diz, a batata assar; eu vou atrás realmente. E tem muita resposta equivocada para os Senadores aqui na Casa com relação a não registro de medicamento para doença rara. Então, vou enfatizar isso, que para a gente é extremamente importante. O investimento de doenças raras... O Toni, que é o Presidente da Febraras, tem um filho com Hunter e tem um trabalho maravilhoso, gente. Por que a gente não...? Sabem? A Anvisa já chamou médico da empresa que registra medicamento, já chamou a gente, já chamou Parlamentares... A gente já fez de tudo, a gente já participou, já foi atrás de toda a Diretoria Colegiada da Anvisa, mas continuamos sem respostas. Se essa publicação não aconteceu em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dezembro de 2024, por que a gente não retoma isso? Eu espero que, sinceramente, Senadora, que os direitos humanos vão com a gente lá na Anvisa, que a gente marque uma audiência lá com a Diretoria Colegiada e cobre respostas, porque, se isso não acontece, fica muito complicado.

Eu quero aproveitar, gente, para fazer aqui um convite institucional para vocês. No dia 13 de março, a gente está organizando com muito carinho uma solenidade rara, proposta pelo Presidente da Câmara Legislativa, que é o Deputado Eduardo Pedrosa, e vai acontecer no dia 13 de março, às 14h30. Então, espero todos vocês lá.

E vamos continuar essa construção juntas. Vamos dar as mãos.

E muito obrigada.

Até breve. Até o dia 13 para encontrar vocês de novo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Lauda. Olhe, gente, que camisa linda que a Lauda deixou para nós.

Eu não sei se a TV Senado consegue pegar a imagem. No laço são os nomes de várias doenças raras, né? Muito linda. E atrás, "Raros, mas não invisíveis". Muito obrigada, Lauda.

Eu quero fazer dois destaques na sua fala.

Primeiro, o reconhecimento das instituições – temos várias instituições aqui no Plenário. Deixe-me dizer uma coisa: ai da causa se não fossem vocês. Eu sei o que eu estou falando. O Parlamentar vem e vai, vai embora. Essa turma toda que está aí hoje pode não estar aqui no final do ano. Daqui a sete meses o Brasil pode mudar, pode a metade da Câmara e do Senado não estar mais aqui. Pelo menos, no Senado, dois terços vão à reeleição, mas as instituições permanecem. O trabalho de vocês precisa ser reconhecido – reconhecido.

A segunda coisa que eu quero destacar na sua fala é que vocês precisam ser mais chatos, realmente, bem mais chatos. Insistentes. Vou dar um exemplo para vocês. Está aqui no plenário uma assessora minha, a Cintia Aquino. A Cintia Aquino passou por um câncer, nós duas passamos pelo câncer, no ano passado, juntas, e ela começou a olhar o recurso para câncer no DF. E ela viu que poucos Parlamentares enviam emendas e recursos destinados ao câncer. Aí ela criou um movimento chamado "Carimbo pela Vida", em que ela destaca qual Parlamentar que mandou um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recurso para o câncer. Aí tem Parlamentar me ligando: "Ó, tua assessora está me constrangendo, porque meu nome não está lá". Eu disse: "Se vire com ela, não tenho nada a ver com a Cintia". E não é que está dando certo?

Aí você agora mostrou ali, eu fico constrangida porque está o meu nome, de Celina, de Eduardo, mas eu queria o nome de todos os Parlamentares do DF naquela lista. Então, fica aí uma sugestão para as instituições: criem o "Carimbo Raro" lá nos seus estados. Falem com o Parlamentar que vocês vão divulgar o nome do Parlamentar que está investindo em doenças raras. Quem sabe se a gente os traz dessa forma para o debate de verdade. E é aqui, gente, que as decisões são tomadas e é aqui que o Orçamento da União é feito. O dinheiro, a decisão para onde vai o dinheiro acontece aqui no Congresso Nacional.

O SR. LAUDA SANTOS – Eu posso fazer uma provocação, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. LAUDA SANTOS – Pois é, a Febrararas está querendo criar o selo do Parlamentar que realmente apoia as causas raras, mas ele pode perder o selo, caso ele não cumpra o que está sendo prometido.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ótimo, faça isso.

O SR. LAUDA SANTOS – Então, assim, você falou do carimbo, então a gente quer esse selo, o selo de parceiro raro, porque a gente não tem isso aqui. A gente recebe muita porta na cara, e isso é muito difícil. E, se a gente criar um selo... A gente vai te dar um selo, Senadora. Aí você vai e esquece: "Não, eu já sou parceira rara, não vou querer mais nada".

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Destitui.

O SR. LAUDA SANTOS – É ruim, hein...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Toma de volta. (*Risos.*)

O SR. LAUDA SANTOS – Vai ser uma tatuagem essa daí, não vai ser um selo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas eu queria também aproveitar que tem tantas instituições aqui e fazer agora uma outra provocação. É o ano de eleição. Os candidatos à Presidência da República terão que falar claramente o seu programa de Governo para as doenças raras. (*Palmas.*)

E a gente... Acho que as instituições, assim que definirem quem serão os candidatos – já temos um ou dois ali falando que serão candidatos –, as instituições precisam provocar, e eles terão que fazer um compromisso público. Acho que, inclusive, registrar em cartório e publicar: qual é a proposta deles para o Governo deles com relação às doenças raras; uma proposta que a gente possa cobrar se esse candidato for eleito. Eu assino junto com vocês a provocação, mais uma provocação, mas não dá mais para discutir programa de governo sem os raros estarem incluídos. Eu creio que isso pode funcionar tanto para o Presidente da República, como para os Governadores em todos os estados.

E aí, você é candidato? Vai fazer o quê? Se comprometa aqui com a gente! Publique aqui, no seu plano de governo, que você vai registrar no TSE, no TRE; publique aqui, coloque aqui o que o seu governo fará pelos raros!

Obrigada, Lauda. Parabéns pela atuação, parabéns! Vocês nos orgulham muito aqui no Distrito Federal.

Na sequência, a gente vai ouvir Rosely Maria Fanti Garcia Cizotti, Diretora de Comunicação da Casa de Saúde Nossa Senhora dos Raros. E hoje ela está aqui com dupla missão, né? Nós estamos... Há um mês que nós perdemos uma grande parceira, uma grande guerreira da causa que é a irmã da Rosely.

E, Rosely, assim como para mim, a dor, a ausência vai aí, até o final dos nossos dias, mas tenha a certeza de que a gente vai se reencontrar com ela, porque ela deixou um legado, ela deixou uma história, ela deixou... Ela impactou muitas vidas, e nós estamos morrendo de saudades. Mas que bom que você teve a coragem de vir, porque não é fácil – né? – vir aqui, dias depois. Seja bem-vinda! E vamos ouvi-la agora.

A SRA. ROSELY MARIA FANTI GARCIA CIZOTTI (Para expor.) – É um prazer estar aqui, principalmente representando o Instituto Vidas Raras e a Casa de Saúde Nossa Senhora dos Raros,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que são dois grandes sonhos da Regina. Este ano, nós estamos fazendo 25 anos de CNPJ do Instituto Vidas Raras, mas o trabalho vem desde 1988. Eu agradeço demais à senhora, que sempre está com as portas abertas para a gente.

E eu queria agradecer também a fala da Lauda, que foi muito pertinente, porque eu reforço que investir no diagnóstico precoce realmente é investimento. Tudo que a gente faz pelo raro precocemente é investimento: pesquisa clínica, tratamento precoce, tudo isso vai causar um grande impacto financeiro no sistema, porque o sistema não vai se sobrecarregar, porque a gente vai ter um diagnóstico precoce, evitar sequelas, a família toda vai ter uma condição melhor.

Uma coisa que é pouco dita, mas que a gente entende muito bem, é que a doença rara não acomete somente o raro. A família fica doente, a família inteira fica doente! Então, é aquela mãe que vai precisar se dedicar, que vai sair do emprego, que vai precisar se tornar especialista no diagnóstico. Como a Lauda disse no começo, às vezes sabemos mais do que os próprios médicos, e isso não é um mérito, não deveria ser comemorado, mas infelizmente acontece. Nós acabamos sendo especialistas em políticas públicas e em orçamento, porque a gente tem que cuidar do orçamento da nossa casa, que é minúsculo, e temos também que cuidar do orçamento federal, sendo que a gente não é Parlamentar nem gestor, mas, se perguntarem para a gente como que a gente organizaria o orçamento federal, a gente saberia. Então, as pessoas com doenças raras sofrem de todas as formas possíveis.

Eu também perdi um sobrinho, que deve estar brincando com o seu, que é o filho da Regina, o Niltinho. Isso foi em 1995, mas, até hoje dói, até hoje a gente sofre. Então, a questão das doenças raras realmente nos acompanha de formas múltiplas. Nós não temos tratamento psicológico para essas mães, não temos tratamento psicológico para essas crianças, e tudo vai adoecendo cada vez mais.

O sistema, que deveria nos apoiar, nos reprime, nos chama de caro, nos evita. Os gestores e os Parlamentares que deveriam estar a nosso serviço batem as portas nas nossas caras, porque somos caros, e também porque acham que somos poucos, mas somos de 13 a 15 milhões de pessoas, todo raro é o amor de alguém – pelo menos uma pessoa o ama –, que também seria eleitor. Não gosto de reduzir o raro a números nem a título de eleitor, mas infelizmente é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

linguagem que os Parlamentares entendem, salvo aqueles que são muito sensíveis, mas infelizmente é isso.

A nossa luta no Instituto Vidas Raras começou então com o nascimento do Niltinho. A Regina precisou de um CNPJ junto com outras mães para lutar pelo coletivo. Foi uma luta inglória, porque não salvou o filho dela, e o medicamento, quando foi aprovado, quando já estava tudo no SUS – tudo de mucopolissacaridose tipo VI está no SUS, para os outros estamos lutando –, não deu para salvar os filhos dela. Isso porque o Dudu também, que hoje tem 35 anos, está muito acometido; ele fará 36 anos agora, mas tem tantas sequelas que a doença deixou. E ela não usufruiu daquelas conquistas pelas quais tanto lutou, mas ela conseguiu para o coletivo. E nós lutamos por todas as patologias raras, nós lutamos pelo diagnóstico precoce, teve aquela campanha maravilhosa do teste do pezinho, só que tudo isso ainda é pouco, porque as mães dos raros continuam sofrendo. Elas sofrem pelo abandono: 72% das mulheres são abandonadas pelos seus parceiros, pelo pai dos seus filhos, quando elas têm uma doença rara ou quando elas têm um filho com doença rara, e elas têm que gerir uma casa, sendo que não podem trabalhar fora.

Então, nós temos que olhar para esse mundo com um olhar muito global, sabem? Nós temos que olhar para o raro por inteiro. E isso faria uma economia enorme no sistema, mas também no emocional, mas também no físico, no psicológico; enfim, nós mudaríamos a vida de tantas pessoas.

Assim como a senhora, eu, quando me formei, fui trabalhar com a minha irmã no Instituto Vidas Raras. Isso foi porque eu não queria que nenhuma tia passasse pela dor dilacerante pela qual passei, porque é quase uma dor física perder uma criança e ainda perder sem poder tratar, porque, naquela época, não tinha tratamento. Depois me tornei mãe de um rarinho, meu filho tem síndrome de Tourette. E aí a gente percebe também que, além de toda essa luta inglória que nós temos, em que se passam 20 anos e temos poucas conquistas, nós também temos o *bullying*. E esse é um caso muito sério, que não é causado somente por adolescentes, porque eu vejo essa violência nas escolas quando rejeitam os nossos filhos. Eu vejo essa violência nas escolas quando o sistema pedagógico não orienta os outros pais e as outras crianças sobre as necessidades dos nossos filhos, ou quando uma mãe precisa ser chamada de barraqueira porque ela vai ali defender o filho dela. Mas, assim, uma coisa que eu garanto para vocês: toda mãe de raro já nasce com o selo oficial de barraqueira (*Risos.*)...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROSELY MARIA FANTI GARCIA CIZOTTI – ... de louca. E quem é presidente de associação ainda redobra esse selo. Porque ou a gente faz isso, ou a gente entrega os nossos filhos e os nossos pacientes aos leões.

O meu filho tem uma Tourette leve (*Manifestação de emoção.*) , mas eu tenho tantos outros filhos de outras mães, e nós lutamos por eles desde os tantos anos em que eu estou no Instituto Vidas Raras.

Nós vemos isso com adultos também, quando... A Regina sofreu muito disso. A Regina teve denúncias contra ela. Graças a Deus, ela pôde ir embora tendo a justiça de que não fez nada daquilo de que foi acusada. Mas é tanto obstáculo para que a gente possa lutar por coisas simples, que é cansativo.

As mães, por exemplo, como a Laira... Eu passei por isso muito pouquinho, estando no final da minha irmã, na fase terminal dela. Passei com ela no hospital dia e noite, dia e noite, eu e a Maria José, que está aqui, a Presidente do Instituto Vidas Raras. Laira largou tudo, inclusive filhos em casa para estar com a filha. E sabendo que a gente vai perder a luta, né? Sabendo que a gente vai sair de lá sem aquela pessoa. Então, a gente larga tudo para uma luta que a gente não vai ganhar e, ainda por cima, a gente perde tudo. Porque a Laira perdeu convivência com os filhos, que não entendiam. As mães precisam sair do serviço... Eu tive o privilégio imenso de o meu patrão e a minha chefe serem pessoas que entendiam plenamente onde eu tinha que estar. Mas eu vi ali situações horríveis, porque nós que somos mães e cuidadoras não temos benefício algum. Aliás, ninguém nem nos olha. E quando nos olha é para ser "barraqueira e louca".

Então, é uma política pública de que a gente também precisa: a defesa dos cuidadores. É urgente, pois os nossos raros estão perdendo a saúde mental também porque a gente não tem estrutura mais para segurar. E as associações estão exaustas. Isso não significa que a gente vai parar, né, Lauda? Porque "exausta" também é um sobrenome nosso. Mas a gente continua lutando dia a dia.

E aí, por causa do Niltinho, a Regina abriu esse instituto. O instituto tinha o sonho de abrir um hospital de doenças raras. É tudo muito difícil. Foi quando a gente encontrou o Padre Márlon

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Múcio, que tem uma doença ultrarrara e que tinha passado já por cem médicos, dos mais gabaritados aos mais caríssimos. E ele já nem queria mais ir aos médicos, ele falou: "Eu acho que não tem jeito. Vamos viver do jeito que está, vamos ser resilientes". Mas a Regina fez com que ele fosse a um geneticista, especialidade que ele não conhecia, que poucos conhecem, né? Nós somos familiarizados, mas o resto, não. E na primeira consulta ele teve o diagnóstico. Depois de 49 anos. Então, ele me disse assim: "Filha, não é possível eu viver esse privilégio e não passar esse privilégio adiante. Eu me recuso a viver essa graça e não passar adiante". E ele falou: "Você funda comigo um hospital?". A gente já tem... "Loucura" é nosso sobrenome. "Vamos, como?" "Ah, vamos pedir R$1 de doação." E a gente o fez.

Hoje, lá na Casa de Saúde Nossa Senhora dos Raros, nós temos...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Onde fica? Explique!

A SRA. ROSELY MARIA FANTI GARCIA CIZOTTI – Em Taubaté, interior de São Paulo. Nós temos cinco geneticistas gratuitos, cinco! Como a Lauda falou, temos entre 350 e 400 geneticistas no país. Imagine como é para conseguir uma consulta pelo SUS! Mas lá a espera é de dois meses, ou menos. São cinco por telemedicina e presencialmente. Nós temos neurogeneticistas, nós temos cardiogeneticistas, nós temos cinco psicólogos para atender cuidadoras; nós temos várias outras especialidades: reumato, enfim, muitas especialidades – tudo gratuito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Um padre com R$1.

A SRA. ROSELY MARIA FANTI GARCIA CIZOTTI – Um padre com uma campanha de R$1. E nós, em dois anos de funcionamento, já atendemos mais de 3,4 mil pessoas, encaminhamos várias que hoje estão em tratamento, gestantes de risco nós estamos acompanhando até o nascimento...

Temos o Davi Maria, que foi uma grande conquista, porque o Davizinho era uma criança sem possibilidade de vida, pelos n problemas dele. Então, ele nasceria, viveria poucas horas, mas a mãe se negou ao aborto e quis ter a criança, e ela nos procurou, porque ninguém queria deixar. Ela teve o Davizinho, e ele viveu oito meses. E o Davizinho morreu com a dignidade que merecia, ele viveu com a dignidade que merecia. E muitos diziam: "É egoísmo da parte de uma mãe ter um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

filho que vive daquele jeito", mas ele foi muito amado. Ele sorria muito, ele acompanhava com o olhinho cada coisinha da mãe. Cada grama engordado era uma vitória para a família. Ele nunca saiu do hospital, ele nunca conheceu o outro mundo, mas ele conheceu o amor. Eu acho que nunca é egoísmo quando a gente faz alguém conhecer o amor de verdade, sendo que tantos no mundo vivem sem amor, e tantos vivem sem vida. E o Davizinho viveu plenamente.

Tivemos outros casos também, que são acompanhados de uma forma universal, porque nós acompanhamos desde o diagnóstico... Às vezes, sem o diagnóstico, chegam para a gente já tão estafados mentalmente, que você não sabe quais são os sintomas da doença e quais são os sintomas já do psicológico que foi afetado. Nós acompanhamos o cuidador, que já está numa fase horrível, e acompanhamos a consulta, o encaminhamento e tudo mais.

Na verdade, esse trabalho deveria ser do Estado. Infelizmente a gente não consegue, então a gente está fazendo. Mas eu queria que todos soubessem que esse trabalho é um trabalho muito árduo, muito difícil. E, quando perguntaram para a gente, para mim e para a Maria: "Vocês vão continuar o trabalho?". É impossível não continuar! Primeiro, porque é uma missão.

Senadora, eu tive dois sobrinhos. Um faleceu; o Dudu ainda é vivo, graças a Deus, com doença rara, mucopolissacaridose. Minha irmã faleceu de um câncer raro. Meu marido e meu filho têm uma doença rara. Eu fui praticamente atropelada por elas, eu não tenho como sair. Eu brinco que eu não escolhi: elas me escolheram. E eu sou muito grata, porque, apesar de toda a parte ruim que todo mundo enxerga, realmente viver com eles é um privilégio inenarrável.

Nos últimos dias da minha irmã, em que eu fiquei lá segurando a mão dela – ela não queria ir embora, não queria ir embora, os médicos diziam –, ela pediu que a gente não abandonasse os raros dela; e não abandonaremos.

Estamos aí dispostos a entrar de cabeça em todas as coisas que forem necessárias e a continuar o nosso trabalho, que é imenso, mas que vamos continuar.

Também queria evidenciar o trabalho da Andréa, que está aqui conosco, porque ela luta pela educação inclusiva. E é tão ingrata, é tão ingrata a luta dela, porque ela só patina, infelizmente, porque está sendo muito difícil competir com o sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero finalizar falando uma frase que eu li nessa semana, no Instagram da Maria, @mariadeantonia. É uma mãe de uma criança com uma doença rara, que também tem autismo. Ela estava fazendo terapia na filha e escreveu assim: "Minha filha está fazendo terapia para brincar com o seu filho. Por favor, ensine o seu filho a brincar com a minha filha".

Meu filho tem altas habilidades. E ele, nessa semana, falou assim para mim: "Mãe, meus amigos não querem brincar comigo, porque dizem que eu só gosto de coisa de gente mais velha". Aí eu disse: "Filho, mas você realmente só gosta". Ele queria a festa de seis anos dele de Auto da Compadecida. As crianças nem sabiam o que era. (*Risos.*)

Ele quer que as crianças assistam a documentários – hoje ele tem 12 – sobre a vida dos santos, onde estão os corpos dos santos incorruptos. Nenhuma criança quer ver corpo.

Então, as nossas crianças têm dificuldade mesmo, mas elas são amorosíssimas. Elas têm muito a ensinar e muito a aprender. Então, ensinem os seus filhos a brincar com os nossos filhos e a não cometer esse tipo de violência. Ensine aos seus filhos e também às suas amigas adultas, que são as mães dessas crianças, que a brincadeira só vale quando todos estão rindo. Ensinem no grupo de mães que, quando elas estão sofrendo, porque o filho agora está sendo exposto por ter feito uma maldade, elas estão sofrendo muito pouco perto de tudo que uma mãe teve que sofrer calada diante dos *bullyings* que os nossos filhos sofrem.

Em nome da Regina Próspero, minha irmã, eu quero dizer que quem tem doença rara tem muita pressa. Ela mesma não teve tempo. E eu espero que todos lutem conosco para uma vida melhor.

Obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O que seria da causa sem as instituições? Regina já deixou muita saudade, mas ela está no céu.

Lauda e Rosely, um país que tem um Estatuto do Torcedor não consegue aprovar um estatuto das pessoas com doenças raras, estatuto do paciente. É de deixar a gente indignada.

Obrigada, Rosely, por sua participação.

Só para completar aqui, Rosely, eu sou barraqueira também. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me contar para vocês: quando o Iggor tinha seis anos de idade, ele estava muito feliz, porque, na festa do final de ano, ele ia se apresentar na peça como o lobo da história do Chapeuzinho Vermelho. Vocês imaginem a alegria, porque era a história que eu mais contava para ele. De repente, o Iggor ficou em silêncio por dois dias. Não queria dormir, não queria nem comer. Imagina uma criança com fome insaciável, que é da doença, e eu fui perguntar, e ele estava na sala assim: "Não sou mais o lobo". Ele tinha um pouquinho de dificuldade de fala. Eu disse: por que você não é mais o lobo? A tia disse que sou lento. Ah, logo o meu sobrinho. Eu fui à escola: vocês alimentaram uma expectativa de que o Iggor seria o lobo na festa. Sabe o que a escola me disse? "Ele é muito obeso". E a peça tem minutos, porque a peça é com uma musiquinha, eles têm que seguir a musiquinha. Que raio de escola é essa que não consegue criar uma outra música, que tem que ser a música que está no disco? "E aí ele vai cair depois de morto, depois de o caçador matar o lobo, e ele não vai conseguir se levantar no tempo da música". Eu disse: vocês vão tirar o Iggor, porque ele é lento? O Iggor vai ser o lobo, vocês não conhecem a tia. E aí, com medo da tia, o Iggor foi o lobo. Só que aí... Eu disse: "E agora? A escola vai dizer que a gente deixou a apresentação feia, porque o Igor não vai levantar no tempo que a escola quer". Aí eu liguei para todos os meus amigos: "Nós vamos lotar o teatro". Só que eu era evangélica. Meus amigos, no domingo à noite, vão para o culto. E a peça seria de tarde no domingo. De repente, a escola muda o horário para à noite. Eu disse: "Meu Deus, o Igor vai fazer feio, e a escola vai dizer: 'Está vendo, tia?'". O teatro estava lotado e não eram meus amigos. O Iggor entrou, quando a cortina abriu, eis que vem o lobo. Quero que vocês imaginem um lobo de seis anos, desse tamanho, coisa mais linda do mundo. Aí o lobo vem andando. E a musiquinha lá tocando. E ele foi lentamente. E o caçador matou o lobo. Vocês precisam ver como o lobo morreu de forma lenta. (*Risos.*)

Câmara lenta. E o lobo caiu. Quando o lobo caiu, gente... O auditório ficou de pé. Eu não tinha um amigo no auditório. (*Manifestação de emoção.*)

Mas o Iggor foi aplaudido de pé, porque nenhum lobo na vida morre tão lindo como o Igor morreu. (*Risos.*)

A escola depois pediu perdão. Mas eu cheguei a ameaçar a escola. Isso em 1995. Se o Iggor não for lobo, essa escola vai responder a um processo. E o Iggor entrou para a eternidade como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o lobo mais lindo da história. É assim que a gente se vira todo dia, nós, família rara. E aí, falando do lobo... Imagina quando o *bullying* é praticado pela diretora da escola, como no caso do Iggor.

Um jornalista está tentando falar com a gente. Ele não está conseguindo entrar no portal. Ele pergunta o seguinte, Carlos Amorim, do Piauí: "O fato ocorrido em Fortaleza. Uma criança com síndrome de Prader-Willi. Alimentação indevida. Os agressores tinham conhecimento da doença?".

Isso não muda nada. Como é que adolescentes trancam um colega em um banheiro de uma escola e o fazem comer sete fatias de bolo, como forma de *bullying*, mesmo que eles não tivessem conhecimento da doença. E tinham, porque os sinais são evidentes. Isso não muda nada. São agressores e terão que responder. Eu não quero *bullying* para crianças com doença rara, mas não quero *bullying* para nenhuma criança no Brasil.

Vamos continuar.

Vamos agora ouvir Laira dos Santos Inácio, mãe fundadora do Instituto Anaju.

Laira, dez minutos. Não vai tocar a campainha. Mas nós estamos aqui para te ajudar. Se precisar, expandir um pouquinho, fique à vontade.

A SRA. LAIRA DOS SANTOS INÁCIO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Queria começar agradecendo à Senadora pelo convite e pela sensibilidade de abrir este espaço de diálogo e à Comissão de Direitos Humanos do Senado por promover esta audiência pública tão importante para dar visibilidade às pessoas que convivem com doenças raras no Brasil.

Antes de começar a minha fala, eu gostaria de pedir algo simples: que todos olhem para essas imagens. (*Pausa.*)

Essas são crianças brasileiras, crianças que tiveram sonhos, famílias, histórias, mas que perderam suas vidas para doenças graves e raras, crianças que não tiveram a chance de crescer. Essas fotos não estão aqui para causar choque; elas estão aqui para lembrar que, por trás de cada política pública, existem vidas reais.

Quando falamos de doenças raras, muitas pessoas imaginam algo distante, mas o número mostra outra realidade. Hoje existem mais de 7 mil doenças raras identificadas no mundo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproximadamente 13 milhões de brasileiros vivem com alguma doença rara – cerca de 75% desses pacientes são crianças, muitas dessas crianças enfrentam uma realidade extremamente dura. Estudos mostram que 30% das crianças com doenças raras morrem antes dos cinco anos de idade. E um dos grandes desafios ainda é o diagnóstico. Em média, uma família pode levar anos até descobrir qual doença a criança realmente tem; anos de consultas, anos de exames, anos de incerteza. E, quando estamos falando de doenças graves, tempo é vida. Cada mês sem diagnóstico pode significar avanço da doença, cada atraso no tratamento pode significar perda de chance.

Uma parte importante das doenças raras também está dentro da oncologia pediátrica. Existem cânceres infantis que, além de graves, também são considerados raros. E, nesses casos, o desafio é ainda maior, porque estamos falando de doenças agressivas que muitas vezes evoluem rapidamente e que exigem diagnóstico e tratamento especializados.

No mundo, o câncer infantil representa cerca de 1% a 3% de todos os cânceres, mas ele continua sendo uma das principais causas de morte por doença entre crianças e adolescentes. No Brasil, o Instituto Nacional de Câncer estima que mais de 8 mil novos casos de câncer infantil surgem todos os anos. E, dentro desse cenário, existem tumores ainda mais raros; tumores que muitas vezes nem são reconhecidos rapidamente. Um exemplo é o neuroblastoma. O neuroblastoma é um câncer raro que atinge principalmente bebês e crianças pequenas. Ele se desenvolve no sistema nervoso simpático e, em muitos casos, já é diagnosticado em estágio avançado.

Quando falamos de doenças raras, também estamos falando dessas crianças, ou seja, crianças que enfrentam diagnósticos complexos, tratamentos longos e famílias que precisam lidar com uma realidade que quase ninguém conhece. Por isso, discutir doenças raras também significa discutir câncer infantil raro, significa discutir tempo de diagnóstico, significa discutir acesso a centros especializados e significa discutir vida ou morte, porque, para muitas dessas crianças, cada mês faz diferença, cada atraso custa oportunidades e cada oportunidade perdida pode custar uma vida.

Eu sei disso não apenas pelos números; eu sei disso porque vivi essa realidade. Minha filha se chamava Ana Júlia.

Pode colocar o outro vídeo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando uma criança recebe um diagnóstico grave, a vida da família muda completamente. A infância passa a acontecer dentro de hospitais; a rotina passa a ser feita de exames, laudos, tratamentos; e os pais passam a viver com um medo constante: o medo de não chegar a tempo.

Famílias que convivem com doenças raras enfrentam desafios enormes: muitas precisam viajar longas distâncias para encontrar especialistas; outras enfrentam demora para acesso a exames ou tratamentos; e muitas vivem a angústia de saber que cada dia sem atendimento adequado pode significar piora da doença. Por trás de cada diagnóstico raro, existe uma família inteira lutando: mães que passam noites em hospitais, pais que reorganizam toda a vida para acompanhar tratamentos, irmãos que crescem vendo a infância acontecer entre corredores hospitalares.

O Brasil possui um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo, e o SUS representa esperança para milhões de pessoas, mas, quando estamos falando de doenças raras, ainda existem desafios importantes. Precisamos avançar em três pontos fundamentais: diagnóstico precoce, acesso a especialistas e tratamentos, e cuidado integral às famílias. Porque, quando uma criança tem uma doença rara, não é apenas o paciente que precisa de cuidado; é toda a família.

Depois que eu perdi minha filha, precisei encontrar uma forma de transformar a dor em missão. Foi por isso que nasceu o Instituto Anaju, um instituto criado para acolher famílias, levar informação e lutar por políticas públicas que garantam dignidade para essas crianças. Porém, o trabalho de uma instituição não é o suficiente. Essa luta precisa ser coletiva, precisa ser institucional e precisa ser prioridade.

E hoje eu estou aqui não apenas para contar uma história. Estou aqui para lembrar que, por trás de cada número, existem vidas: crianças que precisam de diagnóstico, crianças que precisam de tratamento, crianças que precisam de oportunidade para viver.

Antes de encerrar, eu gostaria de deixar uma reflexão. Quando falamos de doenças raras, muitas vezes falamos de estatísticas – falamos de números, falamos de protocolos –, mas nenhuma estatística mostra o silêncio de um quarto de hospital durante a madrugada. Nenhum número consegue explicar o olhar de uma mãe esperando o exame que pode mudar o destino do seu filho. Nenhum relatório traduz o que é segurar a mão de uma criança enquanto ela luta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para viver. Hoje, eu não estou aqui apenas como mãe, eu estou aqui como representante de muitas famílias que todos os dias enfrentam essa realidade em silêncio, famílias que lutam por diagnóstico, famílias que lutam por tratamento, famílias que lutam simplesmente pela chance de ver seus filhos crescerem. E quando falamos de doenças raras estamos falando exatamente disto, de chance de viver.

Que essas imagens que vimos no início desta audiência não sejam apenas lembranças, que elas sejam um compromisso de avançarmos no cuidado das pessoas que convivem com doenças raras no Brasil, porque nenhuma criança deveria perder a chance de viver por falta de acesso à saúde.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada, Laira. Só diz para a gente onde fica a sede do instituto.

A SRA. LAIRA DOS SANTOS INÁCIO – Fica aqui em Brasília, em Taguatinga Sul. A gente está lutando aí mais ou menos... Depois que a Ana Júlia faleceu, eu abri o instituto, e é o que está me dando força para continuar a vida sem ela.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., então vamos acessar o perfil. De todas elas que estão falando, está aparecendo o nome da instituição para depois vocês correrem lá e começarem a seguir essas instituições.

Vamos encerrar nossa primeira mesa com a Daniella Neves, Gerente de Saúde do Instituto Jô Clemente, instituto do meu coração, Laboratório de Triagem Neonatal, São Paulo.

Nós temos convidados que vieram de outros estados e eu quero dizer que esses convidados vieram com recursos próprios. O Senado não tem como pagar passagem em audiência pública, e isso me sensibiliza. É um absurdo, gasta-se com tanta coisa, né? Um debate nesse nível?! Mas me sensibiliza muito porque eu sei as dificuldades do instituto. E vocês se organizarem para você estar aqui... Daniella, é uma alegria recebê-la aqui!

A SRA. DANIELLA NEVES (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Peço para colocar a apresentação, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, bom dia a todos.

Sou Daniella, sou médica e atualmente ocupo o cargo de Gerente de Serviços de Saúde lá do Instituto Jô Clemente, que fica em São Paulo. Vou falar rapidamente sobre o instituto. Queria agradecer à Senadora e à Comissão de Direitos Humanos pelo convite para participar desse importante debate.

Próximo, por favor.

O Instituto Jô Clemente é uma organização da sociedade civil. Este ano completa 65 anos de existência. Tem como principal objetivo promover a autonomia e a inclusão das pessoas com deficiência intelectual, autismo e doenças raras na sociedade, incluir na sociedade e contribuir para a prevenção de doenças e promoção da saúde.

Nós temos quatro grandes pilares de atuação lá dentro do instituto.

O primeiro pilar, do qual eu sou a responsável, é onde a gente previne doenças e promove saúde. O carro-chefe desse pilar é o Laboratório de Triagem Neonatal, é o maior laboratório do teste do pezinho no Brasil. Vou falar rapidamente sobre ele no eslaide seguinte. Fora o laboratório, a gente tem outros serviços de saúde, uma área ambulatorial bem robusta, onde a gente faz diagnóstico de deficiência intelectual, tem um ambulatório grande sobre autismo. A gente costuma dizer que a gente acompanha o indivíduo desde o nascimento até a idade adulta.

O segundo pilar é o pilar da inclusão social, que trata de duas perspectivas, a perspectiva educacional – a gente trabalha com a educação inclusiva – e a profissional – também temos um programa grande sobre inclusão profissional.

O terceiro pilar é o pilar da defesa e da garantia de direitos. Entre as ações e atividades dela, está o *advocacy*, em que a gente faz a incidência de todos os assuntos que nós discutimos aqui e outros mais.

O quarto pilar, e não menos importante, é o de ciência e inovação. É um pilar também muito grande, e todos os outros pilares acabam se baseando nele, porque a gente toma muitas das nossas decisões baseadas nas boas práticas e na ciência.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, falando um pouquinho do Instituto Jô Clemente no contexto da triagem neonatal, que é o teste do pezinho, o instituto foi o primeiro local no Brasil a realizar um teste do pezinho, lá na década de 70, mais precisamente em 1976. Então, este ano, a gente celebra 50 anos do teste do pezinho, e tudo começou lá. Somos o maior serviço de referência em triagem neonatal, credenciados pelo Ministério da Saúde, tanto em número de exames realizados quanto em número de bebês triados.

Esses são números de 2025. A gente triou mais de 300 mil bebês e realizou mais de 2,5 milhões de exames de teste do pezinho. Isso porque a gente é responsável por 68% de todo o teste do pezinho no Estado de São Paulo, entre maternidades públicas e privadas. Quando a gente fala só do Município de São Paulo, a gente é responsável por 100% da triagem neonatal das maternidades municipais, e hoje o Município de São Paulo, assim como o Distrito Federal, faz a triagem ampliada. O município faz, mas o estado não.

Então, a gente tem uma grande *expertise* em triagem neonatal ampliada, porque a gente faz isso há mais de 18 anos. Para o município, foi desde 2020, mas a gente já faz pelo mercado privado há muito mais tempo.

Pode passar ao próximo.

Então, só trouxe dois grandes indicadores que interessam aqui para este debate; são aqueles números que eu disse do teste do pezinho: mais de 300 mil bebês triados, mais de 2,5 milhões de exames realizados. Três das doenças todas triadas, que a gente tria lá, a gente trata no próprio instituto: a fenilcetonúria, a deficiência de biotinidase e o hipotiroidismo congênito. Isso resultou em mais de 6,5 mil pessoas atendidas; essas pessoas fazem mais de uma consulta. Então, foram mais de 22,3 mil consultas realizadas nessas patologias.

Bom, eu acho que todas as palestras anteriores reforçaram isso, eu vou trazer mais a questão falando do teste do pezinho, mas dentro da questão do diagnóstico precoce.

Então, qual é a importância da triagem neonatal biológica que a gente chama de teste do pezinho? A gente consegue diagnosticar várias doenças – nem todas são raras, mas muitas delas raras –, em um período muito precoce, que é o do recém-nascido. Isso nos ajuda em quê? No tratamento adequado em um tempo oportuno. Muitas das mães que estão aqui falando, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

associações, falam dessa questão que não dá para esperar, a questão do tempo. Então, a triagem neonatal traz esse benefício de você fazer um diagnóstico precoce e tratar em tempo adequado.

Além de tudo isso, que já são grandes benefícios, é um exame extremamente simples, em que você tira poucas gotas do calcanhar de um recém-nascido, coloca dentro de um papel-filtro – você consegue transportar essa ficha de coleta por todo o Brasil. Então, é um exame cuja coleta é extremamente simples; não é nada de complexo. Então, com gotas de sangue de um bebê, ali, logo que ele nasce, consegue-se fazer diagnósticos importantes, e a gente consegue tratar em tempo adequado.

Hoje não faltam leis e portarias que embasem a questão da triagem neonatal.

A gente teve... Vou falar as mais recentes: em torno de 2021, foi sancionada a Lei federal 14.154, que aperfeiçoava um programa que já existia e ampliava, de 6 doenças do básico, para mais de 50 doenças. Na época também dessa lei federal, ele falava sobre faseamento. Então, as doenças não entrariam todas de uma vez, mas seriam divididas em etapas, mais precisamente em cinco etapas. A etapa 1 seria a etapa que já, teoricamente, estaria acontecendo em todo o Brasil, que são as seis doenças; e aí teria a etapa 2, 3, 4 e 5, divididas por grupos de doenças, grupos semelhantes de doenças.

E essa lei sancionada em 2021 estabelecia que isso deveria acontecer em cinco anos, e isso, de fato, não aconteceu. Isso aconteceu – talvez em outro eslaide esteja escrito, mas eu já vou antecipar... Em Minas Gerais, o Estado de Minas Gerais ampliou para mais de 50 doenças; o Distrito Federal, como a Lauda falou; e o Município de São Paulo – foram os únicos locais, no Brasil, que ampliaram o teste do pezinho, de 6, para mais de 50 doenças.

Pode passar, por favor.

Então, fora essa lei, sancionada em 2021, tivemos uma outra portaria o ano passado, que foi publicada em junho de 2025. Ela ratificava o que foi dito na lei de 2021 e trouxe alguns comemorativos, alguns diferenciais.

Então, em linhas gerais, um pequeno resumo.

Os gestores estaduais e municipais poderiam ampliar esse teste em suas unidades federativas; a questão da padronização por escalonamento continuaria a mesma, são cinco fases...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério da Saúde se comprometeu pelo serviço de logística, de transporte dessas amostras... E também essa portaria instituiu a rede nacional de laboratórios especializados em triagem neonatal.

E agora, mais recentemente, um marco importante também: o Ministério da Saúde publicou agora, em fevereiro de 2026, uma portaria designando representantes para formar uma câmara técnica só para discutir triagem neonatal. Então, nós vamos fazer parte, e a gente acha isso uma questão muito importante – ouvir especialistas –, para a gente poder avançar aí na questão da ampliação.

Pode passar.

Qual que é o grande objetivo da triagem neonatal do teste do pezinho?

Eu acho que a primeira coisa que a gente sempre gosta de falar nesses debates é que o teste do pezinho não é só um exame. Ele faz parte de um grande programa nacional. A gente usa uma sigla, que é PNTN, que é o Programa Nacional de Triagem Neonatal.

Então, os serviços que são credenciados, no Ministério da Saúde, como a gente, nós temos algumas responsabilidades dentro desse programa. Então, a realização do exame é só uma dessas responsabilidades.

Uma das grandes responsabilidades é você capacitar a rede, capacitar a ponta, para fazer essa coleta de forma adequada. Então, no tempo oportuno, de forma adequada... Porque muito dessa coleta realizada no tempo errado ou de forma inadequada altera o exame, e, aí, é um gasto desnecessário.

Então, a gente faz isso, a gente capacita toda a nossa rede lá no Estado de São Paulo.

A segunda responsabilidade é realizar o exame propriamente dito, tendo equipamentos adequados, profissionais com *expertise*, para que você tenha um resultado de qualidade.

A terceira responsabilidade, muito importante, a gente chama de busca ativa. Então, a partir desse resultado alterado... Lembrem-se de que há uma triagem. Então, nem todo resultado alterado significa doença. Então, a partir desse resultado alterado – nós temos um setor que se chama Busca Ativa –, nós vamos ter de reconvocar esse recém-nascido junto com a sua família

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para realmente confirmar se aquilo, de fato, é uma doença. Isso no menor tempo possível, é uma luta contra o tempo. Então você reconvoca esse recém-nascido, e ele ou faz um exame confirmatório ou recoleta o teste do pezinho, para a gente poder saber, de fato, se ele carrega uma doença ou não.

E aí a quarta etapa é a confirmação diagnóstica. Como eu disse, realizar os exames, as consultas médica e o aconselhamento genético para essa família, que é extremamente importante. E, por fim, é você garantir o tratamento e o acompanhamento desses bebês a partir de um diagnóstico fechado.

Então, como eu disse, o instituto trata de três doenças, mas a gente tem acordo com outros centros de referências lá no Estado de São Paulo, para onde a gente encaminha a depender de cada patologia.

Pode passar.

Então esse é um eslaide para falar rapidamente aqui sobre a triagem neonatal no Município de São Paulo. Ela foi realizada em dezembro de 2020. Então o município já fazia as seis doenças do básico e ampliou para essas demais doenças – não diz respeito aqui ficar dizendo os nomes. Então, além da ampliação, do teste da ampliação, a gente também tem os testes confirmatórios, o aconselhamento genético e o encaminhamento adequado.

Pode passar.

São em torno de 7,8 mil crianças por mês vindas do município.

Então foram vários marcos normativos que nos respaldaram para ampliar o teste do pezinho no Município de São Paulo: o Estatuto da Criança e do Adolescente; o marco legal da primeira infância; a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, a Portaria 199; e o Plano Municipal pela Primeira Infância.

Pode passar.

Quais são os benefícios da ampliação da triagem? Em vez de você fazer para 6, você vai fazer para mais de 50 doenças. Então, eu consigo identificar um número maior – e de forma mais precoce – de doenças graves, raras e tratáveis. Eu vou reduzir internação, sequelas permanentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de várias naturezas e também a mortalidade infantil. Para o sistema de saúde, quando eu faço o diagnóstico precoce e trato de forma oportuna, eu de fato tenho um gasto inicial, mas essa criança e essa família vão ficar livres aí de qualquer sequela. Então, eu vou conseguir prevenir deficiências, melhorar a qualidade de vida dessas crianças diagnosticadas, referendando aí a Política de Atenção às Pessoas com Doenças Raras, que é a Portaria 199.

Diagnosticando precocemente, também melhoro a qualidade de vida, eu garanto para essa criança um desenvolvimento adequado, permitindo melhores perspectivas de saúde, educação e inclusão social. E uma coisa muito importante dita aí pelas minhas colegas é a questão do impacto emocional e financeiro sobre essas famílias.

Pode passar o próximo.

Como todas disseram, investir no diagnóstico precoce até pode ser um custo inicial, mas a gente não encara como custo e, sim, como investimento, como uma medida eficiente e economicamente sustentável a longo prazo. De fato, existe um custo inicial para implementar, só que os benefícios financeiros a longo prazo são, assim, inquestionáveis. Existem diversos estudos, tanto nacionais quanto internacionais, mostrando a questão do custo-efetividade da triagem neonatal biológica. Vou repetir os *cases* de sucesso no Brasil, que são o Estado de Minas Gerais, o Distrito Federal e o Município de São Paulo. Uma população infantil mais saudável contribuirá para a qualidade de vida do binômio criança e família e para um Estado mais produtivo e com menos custos de saúde no futuro.

Obrigada. Fico à disposição.

Obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Deixe-me primeiro fazer a pergunta para o Plenário: quem aqui nunca visitou o Instituto Jô Clemente, de São Paulo, levante a mão.

Não acredito!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Daniella, se eu montar uma "caravana-raras" para a gente fazer uma visita, você nos recebe lá?

A SRA. DANIELLA NEVES – Vai ser um prazer.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você faz um lanchinho para a gente? (*Risos.*)

A SRA. DANIELLA NEVES – Vai ser um prazer receber a todos, com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu acho extremamente interessantes essas rodas de conversa – elas são extremamente interessantes.

O instituto é responsável por quantos por cento de todo o Estado de São Paulo?

A SRA. DANIELLA NEVES – Por 68% do Estado de São Paulo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Por 68% do teste do pezinho no estado de... Olha, gente, só a capital tem 12 milhões de habitantes. Eu não sei quantos habitantes tem o estado inteiro, mas imagine o trabalho desse instituto.

E foi numa ida, Rosely, ao instituto, com a Mara Gabrilli, a nossa querida Mara, que deve estar nos acompanhando... E eu estou muito triste porque ontem eu li uma notícia muito preocupante: que Mara não quer mais ser Senadora; quer ser Deputada Estadual. Imagine a gente no Parlamento sem Mara, gente, imagine. Deixe-me só dizer uma coisa para vocês: eu e Mara fomos ao instituto em 2023. E, numa roda de conversa – fomos conhecer tudo –, o que a Daniella e a equipe nos disseram? Que, quando se faz o teste do pezinho, se recolhe na maternidade e manda para o instituto lá do interior, o.k.? Quando há uma dúvida no teste, aí eles mandam uma carta para a família ir ao instituto. Aí recebe a resposta da família: não tem o dinheiro para ir à capital. Aí eles fazem contato com a prefeitura. Aí a prefeitura fala: "Mas essa família não está no TFD (Tratamento Fora de Domicílio)". É claro que não está, porque ainda não é tratamento; é uma confirmação do teste do pezinho. Aí a prefeitura não ajuda, a família não vem, o instituto não pode fazer a confirmação, e aí nós entramos em desespero. Saímos de lá eu e Mara – olha, uma roda de conversa, gente –, e Mara protocolou o projeto de lei em que, nesses casos, para confirmação do teste do pezinho, em qualquer lugar do Brasil, o Governo terá que bancar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passagem – mesmo que não seja tratamento; só para confirmar – da mãe, do acompanhante da mãe, a passagem e a alimentação. A Mara entrou com o projeto, eu fui Relatora, corremos aqui, corremos ali, passou no Senado essa semana, numa roda de conversa.

Então vocês estão entendendo que uma audiência como esta, uma roda de conversa como esta pode trazer propostas legislativas, medidas de políticas públicas que podem mudar a vida de milhares de pessoas.

Então, Daniella, daquele nosso dia lá já está surgindo – inclusive a gente já está buscando quem vai ser Relator na Câmara – uma lei, em uma visita, mais uma lei entregue para o país.

Parabéns, Instituto Jô Clemente!

E vamos montar uma caravana para a gente ir lá, passar um dia?

A SRA. DANIELLA NEVES – Estamos aguardando vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uma caravana para a gente ver o que estão fazendo de extraordinário lá no Estado de São Paulo.

Aí, se Taubaté, sabe, nos convidar para o almoço, aí a gente desce lá para o hospital dos raros. (*Risos.*)

Obrigada. Obrigada, Doutora. Dá um abraço em todos vocês.

A SRA. DANIELLA NEVES – Pode deixar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós agora vamos desfazer esta mesa – eu peço às minhas convidadas que voltem para a bancada, não vão embora, se puderem ficar, por favor – e vamos montar a segunda mesa. Inclusive, na segunda mesa, a primeira que vai falar vai precisar fazer a fala dela e sair.

Então, quero chamar para compor a segunda mesa a Doutora Médica Marina Alves Noronha, especialista em doenças raras, Dra. *Honoris* na Flórida, nos Estados Unidos, mãe de paciente raro e militante dos pacientes que fazem uso de *home care*. Doutora, senta aqui do meu lado, é uma alegria recebê-la, seja bem-vinda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAUDA SANTOS (Para expor.) – Senadora, rapidinho, com relação às perguntas que nós recebemos...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Na rodada posterior.

O SR. LAUDA SANTOS – Ah, na próxima? O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Cadê as palmas para a minha médica linda, gente? (*Fora do microfone.*) (*Palmas.*)

Convido para compor a mesa uma paciente, a Luiza Habib, paciente com doença rara, ainda em investigação diagnóstica, mostra nas redes sociais dicas e ideias de como ter uma vida com mais autonomia e independência.

Por favor, Luiza. Luiza, consegue vir aqui? (*Palmas.*)

Que linda!

Convido para compor a mesa a Diretora Clínica do Hospital da Criança de Brasília José Alencar, o mais lindo, extraordinário, incrível hospital do mundo, Dra. Elisa de Carvalho. Por favor, Dra. Elisa, venha compor a mesa com a gente. (*Palmas.*)

O Hospital da Criança é parceiro desta Comissão.

E a nossa mesa também vai ser composta – só que ela preferiu ficar de lá que vai ser mais confortável – pela Anna Carolina Ferreira da Rocha, servidora pública federal, palestrante, pesquisadora com cinco artigos internacionais publicados sobre sua doença rara, epidermólise bolhosa, integrante do Comitê de Ética em Pesquisa, fundadora do Ativismo EB (coletivo de pessoas adultas com EB) e ativista das pessoas com deficiência e doenças raras, também artista, escritora, cantora, compositora, modelo – inclusive, eu já fui a desfile com a Carolina desfilando – e terapeuta integrativa.

Dra. Carolina, obrigada por estar conosco. Ela está sempre conosco aqui no Senado. A primeira fala, ela vai fazer de lá, ela vai ter uma apresentação, ela vai recitar uma poesia e nós vamos ter esse momento especial na nossa Comissão. E depois que a Carolina Rocha, cantora e poetisa, que vive com epidermólise bolhosa, doença rara, que não a impediu de expressar sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arte, sua voz, depois da participação dela, ela vai precisar sair, porque, ó, servidora federal tem que correr, senão a gente não tem salário no final do mês.

A SRA. ANNA CAROLINA FERREIRA DA ROCHA (*Fora do microfone*.) – Tenho reunião 1h da tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E reunião! Essa é a vida dela, o que mostra que ela não tem limites, ela desafia todos os obstáculos, todos os dias. Anna Carolina, você tem sua palavra.

A SRA. ANNA CAROLINA FERREIRA DA ROCHA (Para expor.) – Bom dia a todos. Muito obrigada, Senadora, pela oportunidade. Eu vou recitar um poema meu e depois eu queria pedir uns dois minutinhos só para eu poder fazer uma fala rapidinho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

A SRA. ANNA CAROLINA FERREIRA DA ROCHA – Bem, então, o poema que eu trouxe aqui hoje para vocês se chama Resistência Rara.

Sou rara, sou forte, sou diferente
Enfrento a tormenta de modo valente
Pois se a pele se rompe ao menor movimento
Meu espírito é rocha, blindado por dentro

Carrego no corpo um mapa sensível
Vivo a inconstância de um destino imprevisível
Minha pele é papel, é pétala, é ferida constante
Uma armadura viva que se transforma em diamante
Ser raro não é silêncio, é um grito contido
É choro em meio ao dia dolorido
É saber que meu corpo me limita o acesso
Mas não define quem sou ou o caminho que sigo

Viver é uma eterna construção invisível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Erguendo castelos, fugindo a norma
O que me torna única é a forma
Como o sol escolhe brilhar nas minhas cicatrizes

Dizem que sou borboleta pela fragilidade do meu corpo
Mas não se esqueçam da força que voar requer
Pois cada ferida que nasce na alma
É um degrau de coragem para quem sabe o que quer

Não nos vejam apenas como um número na estatística
Nem como a fragilidade que a visão alcança
Ser raro é uma experiência quase mística
É ser a prova viva de uma estranha esperança

Vim dizer que o raro não pode ser invisível
Pois a minha existência é um ato político
A dor é o que me conduz a exigir o que é justo
O que é digno, o que é possível

Espero o cuidado que o governo ainda me deve
O curativo que deixa a vida mais leve
O conhecimento que liberta da dor que nos aprisiona
Pois a alma que sente é a mesma que questiona

Não me olhe com pena, me veja por inteiro
Ouça com atenção este clamor verdadeiro
Pois raro é o brilho que nasce da dor
Raro é ser vida lapidada com amor. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! Doutora, a senhora sempre nos emociona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Doutora, a senhora pode continuar a sua fala.

A SRA. ANNA CAROLINA FERREIRA DA ROCHA – Obrigada.

Eu só queria trazer um histórico meu aqui, importante, já que a gente está aqui falando sobre doenças raras...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Anna Carolina, antes de você continuar, deixe-me fazer uma audiodescrição, que a gente não fez.

A SRA. ANNA CAROLINA FERREIRA DA ROCHA – Sim, é verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A nossa mesa está composta por três mulheres, três mulheres lindas, estão todas com roupa clara; o nosso plenário está com todas as bancadas ocupadas; e a Carolina, que acabou de falar, está com uma camisa preta. Para as pessoas de baixa visão, para as pessoas cegas que estão nos acompanhando eu quero dizer que a Carolina não tem mãos, os braços delas, inclusive, são muito fininhos, ela também não tem um pé, por conta da doença, e ela está em uma cadeira de rodas.

Então, quando eu falei da limitação, talvez as pessoas de baixa visão não entenderam o que eu quis dizer.

Aí, antes de você terminar, eu queria deixar esta mesa um pouquinho mista.

Eu queria fazer um convite especial para vir se sentar à mesa comigo, porque ele é alguém que está todo dia lutando por nós aqui nos corredores – todo dia. Ele tem baixa visão. Eu queria que ele sentasse para deixar esta mesa aqui linda, que viesse compor a mesa com a gente o César Magalhães, que tem sustentado toda a nossa luta. (*Palmas.*)

Quando vocês não estão nos corredores, é ele que está. Inclusive, BPC foi salvo, no ano passado, porque ele estava... eu, ele e Luciana, só nós três, no Plenário, gritando, sozinhos.

César, seja bem-vindo. Vem compor esta mesa, vem deixar nossa mesa mais bonita aqui, César. Deixe-me dar um abraço nele, Carolina, que eu te devolvo a palavra. (*Pausa.*)

Carolina, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANNA CAROLINA FERREIRA DA ROCHA – Vou só fazer uma correção, Senadora: na verdade, nós pessoas com epidermólise bolhosa temos uma forma de atrofia nos dedos. Então, os nossos dedos são encapsulados. Isso se chama pseudosindactilia, que a gente chama, no popular, de mão de luva de boxe. Então, na verdade, a mão está aqui, os dedos estão aqui; eles só estão fechados como se eu fosse dar um soco em alguém.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Temos alguns para você dar soco aqui. (*Risos.*)

A SRA. ANNA CAROLINA FERREIRA DA ROCHA – Com certeza!

Bem, eu queria só trazer um clamor, porque a epidermólise bolhosa é uma doença sistêmica. Ela não é, como muitas doenças raras, em que, às vezes, você precisa tomar uma medicação ou algumas medicações, mas é uma quantidade pequena de medicações e são medicações de alto custo.

O que acontece no caso da epidermólise bolhosa? É uma doença sistêmica, em que a gente tem feridas constantes no nosso corpo. Então, a gente precisa de todo um suporte de curativos para tratar essas lesões nas suas diversas fases. Não adianta ter só um modelo de curativo; a gente precisa de diversos insumos para a gente limpar essas feridas, poder combater as infecções e tudo isso. Muitas vezes, a gente também precisa de medicações: medicações para a dor, medicações para anemia, para uma série de outras complicações que a gente tem, como anemia, como osteoporose precoce, várias deficiências de vitaminas e minerais, de que muitas vezes a gente precisa.

Então, acaba que é uma doença que demanda uma quantidade grande de produtos, de insumos que a gente necessita, e quando a gente soma tudo isso, se torna um tratamento de alto custo. Muitas vezes, a gente tem dificuldade nessa compreensão por causa disso, porque não é um medicamento de alto custo, mas é um conjunto de medicamentos de alto custo.

Eu cansada de brigar, de implorar à Secretaria de Saúde do Distrito Federal para nos fornecer um tratamento adequado, em 2022, tomei a iniciativa de entrar com uma ação judicial. Lá, muitos anos atrás, já tinha entrado com outra ação, que, enfim, já estava encerrada, mas entrei com uma ação, que completou agora ano, em 7 de março de 2023. Então, tem três anos que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrei com uma ação; até hoje a gente não tem uma definição definitiva para o fornecimento desse tratamento.

Vou trazer aqui rapidinho. Em 2023, primeiro teve uma liberação de um valor que foi insuficiente para um mês de tratamento; depois a gente teve mais duas liberações na Justiça, uma no segundo semestre de 2023 e uma no primeiro semestre de 2024, que mal davam para cobrir dois meses de tratamento; em 2025 não teve nenhuma liberação de verba para compra disso, para compra desses insumos, e eu, graças a Deus, tenho condição, mas eu pago caro para advogado, para poder cuidar dessa minha ação e, em três anos, eu praticamente não vi retorno. Agora pensa as famílias que não têm nem dinheiro para pagar um advogado.

Então, eu venho só trazer esse apelo de como a gente consegue resolver isso, de como a gente consegue lidar com essa morosidade da Justiça, porque o correto seria não precisar entrar com a ação; seria o Ministério da Saúde, em parceria com a Secretaria de Saúde, daqui, do DF, no meu caso, fazer o fornecimento. E, mesmo entrando na Justiça, com três anos, eu não tenho uma decisão. E as famílias que não têm dinheiro para pagar advogado?

Então, queria só trazer essa reflexão aqui para esta Casa, para a gente pensar em estratégias, porque não adianta a gente ter aí toda a legislação de doenças raras que nos ampara e o tratamento não acontecer na prática. E nós pessoas adultas continuamos tentando ser produtivas, mas muitas vezes deixamos de ser produtivas, porque não temos um tratamento adequado.

Então, é só isso que eu queria trazer.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

E a senhora traz um outro aspecto: a senhora está no centro do Brasil; o melhor sistema judicial do Brasil é o nosso. Agora, imagine uma mãe no interior do Amazonas, que não tem um juiz...

A SRA. ANNA CAROLINA FERREIRA DA ROCHA – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... a menos de 500km dela por perto. Que país é este?

Carolina, obrigada por sua participação. Eu vou aí te dar um abraço.

Enquanto eu dou um abraço, a Dra. Marina vá se preparando, que já vou anunciá-la, Dra. Marina. (*Pausa.*) (*Palmas.*)

Antes de passar a palavra à Marina, eu registro a presença de Maria José Silveira, Presidente do Instituto Vidas Raras; Laura Vieira, do Acessibilizei; Rosana Cipriano, Coordenadora da Comissão PCD da Câmara dos Deputados; Nathalia Olivs, Presidente da Amapi, Associação de Mães Atípicas do Paranoá; Marla Teresa Iglesias, Presidente da Abahe (Associação Brasileira de Ataxias Hereditárias e Adquiridas); Gustavo Aires, Presidente do Instituto Odilon Aires e Administrador do Cruzeiro; Irani Maria Moreira, Instituto Apemigos; Ricardo Oliveira, Diretor de Políticas Públicas da Biogen Brasil; Vanderlei Frare, Diretor do Hospital da Criança – acho que falei certo o nome...

A SRA. ELISA DE CARVALHO (*Fora do microfone.*) – Vanderli Frare.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vanderli Frare. Ai, Doutora, me desculpe! É minha amiga!

... Diretora do Hospital da Criança de Brasília; Andréa Monteiro, Diretora da Associação Brasileira da Síndrome Pitt Hopkins Brasil; Lidianne Bezerra Martins, Associação Brasileira de Síndrome de Rett; Camila Louise de Carvalho, Presidente da Associação Raro Efeito – olhem que nome bonito: "Raro Efeito" –; Vanessa de Medeiros, Advogada da Saúde e Doenças Raras; Luciana Medina – como sempre –, Presidente da Associação Inclusiva – ela e meu futuro Deputado Federal, que está ali, não é, Bernardo? –; Francisco Nunes, Presidente da Associação Movimento Liberta Brasil; Ellen Dias e Ana Maria de Souza, Casa de Saúde Nossa Senhora dos Raros.

Vamos agora ter a alegria de ouvir a Dra. Marina Alves Noronha, Médica Especialista em Doenças Raras, Doutora *honoris* na Flórida, Estados Unidos, mãe de paciente raro e militante dos pacientes que fazem uso do *home care*.

Quero muito te ouvir sobre *home care*, Doutora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora tem seu tempo.

A SRA. MARINA ALVES NORONHA (Para expor.) – Senadora, agradeço profundamente a oportunidade de estar aqui.

Hoje eu falo como médica, mas também como mãe de um paciente raro. Eu falo que todas as mães se tornam especialistas e médicas dos seus filhos como pacientes raros. Então, além de representar a parte médica hoje, eu acredito que falo mais em relação às mães, mães que representam seus filhos, que deixam seus trabalhos, que estão aí à frente para cuidar dos seus entes queridos.

Quando a gente fala de doenças raras, muitas vezes as pessoas pensam automaticamente na parte genética, pensam primeiramente na parte genética, diagnóstico completo, tratamentos caros. Mas, antes de tudo, nós estamos falando de vidas, estamos falando de famílias e principalmente estamos falando de mães, porque, na maioria das vezes, são mães que reorganizam completamente sua vida para cuidar.

E eu gostaria de começar falando de algo que quase nunca aparece nos debates, que é a dor, a dor que a gente sente como mãe, a dor de viver uma realidade que a sociedade ainda não consegue enxergar. Muitas vezes as pessoas olham para nós com admiração. Quantas vezes eu, por ser uma pessoa mais pública no Instagram... Eu sou uma pessoa que pratica atividade física, estou sempre ativa com o meu filho, estou em todos os tempos, o tempo todo, e há o peso que a gente carrega de ser guerreira: "Como você consegue?". Eu não queria ter esse título, sabe, Damares? Eu, de verdade, queria ser invisível, eu queria poder passear com o meu filho e ser invisível; que ele corresse, que ele pudesse andar e que a gente não fosse visto. Eu queria poder ir para o ParkShopping, para o Kinoplex, que é o cinema de lá, sem eu ter que acionar um *e-mail* ou eu ter que acionar a equipe para que um elevador tivesse acessibilidade. Porque o meu filho escolhe ir para lá, ele escolhe ir para aquele *shopping* e, quando a gente entra dentro de um elevador, a cadeira de rodas precisa ser desmontada para que o paciente entre dentro do elevador. Imagina um paciente obeso também, se a gente for aglomerar todas as deficiências.

Então é muito complexo, sabe? Existe ali uma vida inteira para se reorganizar em função do cuidado. Existe o abandono da carreira. Eu por muitos anos deixei o meu trabalho, deixei a minha vida para estar em função do André, e nada vai fazer eu conseguir conquistar esses longos anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem trabalhar. Obviamente isso trouxe uma qualidade de vida viável para o meu filho. Existe também o abandono dos sonhos, existe o abandono de uma rotina que antes parecia simples, e, às vezes, o que essas mães mais desejam é algo muito simples, é o ser invisível, como eu mencionei.

Eu mesma pensei várias vezes que queria poder ser essa pessoa invisível, mas muitas vezes, como eu disse, a gente precisa estar... Alguém comentou aqui que a mãe rara é chata, ela é briguenta, e eu tenho essa fama também, eu tenho essa fama de ser chata, briguenta, porque em todos os locais em que eu passo eu já chego armada, porque eu já chego com a expectativa de que eu não vou ser bem recebida com o André, de que a gente vai passar por obstáculos; e, infelizmente, se a gente não se opõe ali no momento, as coisas não vão acontecer, não vão fluir, você não consegue passar por esses obstáculos. Às vezes, a gente percebe que o mundo foi construído sem lembrar que os raros existem, que nós mães existimos e que não só os raros, mas a deficiência existe. E nós estamos, aqui no Brasil, muito longe de alcançar pelo menos uma calçada de acessibilidade. É muito complexo.

Um dia desses, alguém escreveu nas minhas redes sociais o seguinte... Eu postei uma rotina da manhã, como eu preparo meu filho para a escola... E é muito importante a gente falar sobre essa acessibilidade também nas escolas, porque eu acordo meu filho todos os dias às 6h da manhã, para estar na escola às 7h da manhã, e todos os dias é uma surpresa. Eu não sei se o André vai conseguir ir para a escola, porque ele pode não estar bem. E eu ouvi da escola o seguinte: "Se ele não vier à escola, ele vai ter falta". Então, assim, a escola recebeu o meu filho superbem, mas falaram assim: "Se ele não vier à escola, ele vai ter falta". Então, ele vai faltar mais do que ir, porque essa é a rotina do André.

E, nesse vídeo que eu fiz, eu coloquei toda a conduta que eu faço – aspirá-lo, vesti-lo. E alguém postou na minha rede social, dizendo assim: "Mas por que você sofre tanto? Delegue funções". Como se fosse simples delegar funções, né? Como se fosse simples. Como se fosse simples a gente entregar o filho da gente para uma tecnologia, para alguém. E delegar, gente, não é só passar uma tarefa. Delegar, nesse contexto, significa confiar a vida do filho a outra pessoa. E isso nunca é simples para uma mãe, principalmente quando o cuidado envolve ventilação mecânica, uma gastrostomia, uma fala baixa e arrastada, cujo som não consegue sair por causa de uma ventilação. E isso, sabe, mexe muito com o nosso contexto familiar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente de *home care*, porque o *home care* permite que o paciente esteja em casa. Isso é muito confortável, até um certo ponto, porque permite, de certa forma, que a criança esteja mais aglomerada com a sua família, esteja presente; permite que a família tenha mais dignidade, mas quem vive essa realidade sabe que traz desafios. Existem grandes rotinas profissionais, existe instabilidade de equipe. Isso, eu acredito que a maioria das mães... É o que mais incomoda, é o que mais nos desgasta, é o que mais nos faz estar nessa busca constante de ter uma constância dentro de casa.

Então, esses pacientes de alta complexidade, cada um tem a sua individualidade. Quando a gente entra com os profissionais para atender os nossos filhos dentro de casa, Damares, a gente espera que a pessoa esteja pelo menos capacitada, pelo menos tenha lido sobre o prontuário dos nossos filhos. E não é essa a realidade que acontece. Nós estamos falando, gente, sobre um problema gravíssimo que vem acontecendo em nossas residências. Eu não estou desmerecendo a equipe de profissionais que atendem nossos filhos. Eu estou dizendo de um sistema que está extremamente falho e esquecido. As equipes de *home care* não preparam os profissionais que vêm às nossas casas. São profissionais desqualificados. Eu já cheguei a receber profissionais que disseram que eram enfermeiras, e nunca foram enfermeiras. Eu tenho um vídeo, que eu gravei, e ela disse para mim o seguinte: "Eu não sou enfermeira, eu fiz um 'gato'" – foi a palavra que ela usou no vídeo. "Eu fiz um 'gato'." "Por que você fez um gato para atender meu filho?". "Não, porque eu preciso trabalhar." Onde está o Coren? Por que não houve fiscalização? Eu já tive pessoas que chegaram à minha casa e não sabiam o que era um oxímetro. Como eu vou deixar o meu filho? Como eu vou delegar funções? O que eu espero é poder descansar para no outro dia eu continuar seguindo a minha vida.

Uma frase que eu sempre ouço hoje... Porque não existem leis... Chegou o horário de ir embora, a técnica de enfermagem fala: "Estou indo embora, vou deixar o seu filho aos seus cuidados". Cabe a mim um peso muito maior por eu ser médica. Eu não tenho que carregar esse peso, eu sou mãe como qualquer outra mãe. E mesmo que eu não fosse médica, esse peso cai do mesmo jeito, não é, Lidiane? Não é, outras mães que estão aí? Elas vão embora, elas abandonam o plantão.

Isso me dói, sabe, Damares? Eu estou exausta. Eu estou exausta de viver isso. Eu estou chorando pelas mães. Eu choro por todas as mães, porque a gente não consegue, a gente não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aguenta mais viver essa falta de cuidado que a gente está tendo nas nossas casas. Eu não sei se amanhã eu vou trabalhar. Eu não sei se eu consigo, porque eu não sei quem vai estar na minha casa amanhã.

Não existem leis que obriguem os *home carers*; que permitam que esses profissionais que vão até nossa residência tenham compromisso com os nossos filhos. Então, eu não tenho como delegar funções; eu tenho que ser a função, eu tenho que estar lá, sabe? Então, a gente precisa implementar leis para que esses profissionais, sim, sejam remunerados com boa qualidade, que sejam treinados e que sejam capacitados. A gente sofre muito isso dentro de casa.

Hoje chegou-se a um ponto em que eu falo: "Olha, você não quer ir trabalhar? Pode deixar. Eu cuido do meu filho". Eu fico sem trabalhar, eu tento reorganizar meus plantões... Eu já ouvi até frases do tipo: "Olha, eu quero paciente que é só acamado. O seu filho vai para a escola. Então, me dá trabalho ter que ir para a escola". É muito triste você ouvir isso, sabe?

E, quando a gente aprofunda mais ainda, quando nossos filhos vão para a escola... Com muita dificuldade eu consigo levá-lo. Meu filho fala muito baixo. A escola não tem tecnologia assistiva. Eu não consigo até hoje comprar um equipamento para que meu filho possa falar. Hoje existem vários equipamentos de tecnologia assistiva que permitem que as crianças consigam falar. O meu filho tem o cognitivo todo preservado. Ele fala com muita dificuldade. Às vezes, ele repete dez vezes a mesma frase, aí fala: "Ah, cansei. Eu não quero falar mais. Eu cansei".

Eu tenho um paciente com AME, uma criança de 13 anos, o Davi. Ele é um menino lindo. Ele tem tudo para falar, só que ele não consegue se expressar. Onde está a inclusão nas escolas para que se leve educação para essa criança dentro de casa? Ele é uma criança... Eu digo que ele é uma mente sã presa num corpo. Ele olha para você e fala: "Eu tenho sede de falar. Eu tenho sede de viver". E a gente não consegue levar isso para as famílias, sabe?

O.k. Quem consegue pagar, ótimo: vai ter que trazer gente de São Paulo, porque nós não temos profissionais capacitados aqui em Brasília. Você vai ter que desembolsar uma boa grana. E aí você fica assim, Damares: bom, eu compro uma cadeira de rodas ou espero ganhar uma cadeira de rodas do GDF; eu compro uma tecnologia assistiva; eu pago um extra para a técnica de enfermagem, porque, se eu não pagar extra, amanhã eles estão em outro plantão... Esse é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema sério que a gente vive, porque as técnicas de enfermagem são pessimamente remuneradas, e hoje elas criaram um vínculo que é o seguinte: se eu faço cobertura...

O que significa cobertura? Eu tenho uma rotina dentro de casa, eu tenho os técnicos de enfermagem. A minha técnica fixa falta, daí eles trazem uma técnica para cobrir aquela técnica que não foi. Só que a técnica que vai cobrir o plantão recebe mais do que a técnica fixa. Então, concorda comigo que a técnica fixa não quer ser fixa? Porque, se ela cobre o plantão...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Imagina!

A SRA. MARINA ALVES NORONHA – Exato. Se ela cobre o plantão... Ela vai querer fazer o quê? "Eu vou cobrir sempre os meus plantões, porque vou ganhar R$70, R$80 a mais" – e R$70, R$80 são muita coisa; para o mundo que nós estamos vivendo hoje, isso é muita coisa.

Então, a gente não tem como segurar essa equipe. Ou você paga extra, ou seja, tira do seu bolso, ou você vai ficar à mercê o tempo todo desse trio. Porque funciona da seguinte forma: é uma cadeia. Você paga o seu plano de saúde, que, por sinal, é caríssimo; você deixa de comer para pagar o seu plano de saúde. Os planos de saúde subiram horrores, sem contar na pandemia, que nós fomos ameaçados de perder o *home care*.

Quem foi ameaçado de perder o *home care*? (*Pausa.*)

Eu fui ameaçada de perder o *home care*. O meu filho na pandemia continuou com a condição dele, ele não melhorou. A gente paga o plano de saúde, em seguida, o plano de saúde repassa o pagamento da técnica para o *home care;* e em seguida passa para uma terceira operadora, que é a cooperativa. Quando chega à técnica, ela não recebeu nada. Por que nós temos que fazer essa cadeia? Por que a técnica não pode receber diretamente do plano de saúde? E não existem leis. Nós precisamos criar leis para que o nosso sofrimento, o nosso cuidado com os nossos entes queridos seja bem mais tranquilo, para que a gente possa dormir, para que a gente possa descansar. Isso porque a nossa função em casa é dar carinho e cuidado para os nossos filhos. Tem momentos em que eu não sei mais a minha função dentro de casa: eu não sei se eu sou técnica, se eu sou terapeuta, se eu sou médica, se eu sou mãe... Acho que mãe fica mais distante, porque eu tenho tantas funções para fazer que, quando chega o momento de eu ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mãe, eu já estou tão cansada que eu já quero dormir. Então, nós precisamos olhar, nós precisamos do apoio de políticas públicas para que... Isso é grave, gente! O que eu estou dizendo para vocês é grave! Nós estamos sofrendo muito! Nós, famílias, estamos sofrendo muito, Damares! Estamos deprimidos, estamos doentes. E se a gente está doente, a gente não consegue cuidar dos nossos filhos com toda a dignidade que eles merecem. Nós temos muito para conversar, o nosso tempo aqui é curto; mas a gente tem que falar sobre a judicialização, porque muitas vezes as famílias entram em judicialização. Isso não é o que nós queremos.

Na medicina, a gente fala que coração é músculo. Os nossos filhos... O tempo que perdem é vida. A gente precisa que políticas públicas sejam implementadas no *home care*.

Obrigada, Damares. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! Dra. Marina, eu diria que a sua fala nos tirou o fôlego.

Eu tenho aqui as nossas médicas do Hospital da Criança e outras médicas. Eu fui visitar uma criança no Hospital de Santa Maria. Por um acaso, eu estava fazendo uma inspeção e encontrei uma mãezinha que estava no hospital há nove meses com um bebê, e ela já estava sete meses a mais aguardando o *home care*.

O marido já não vinha mais visitá-la – nem a ela, nem ao bebê. O marido já estava olhando para vizinha. O outro filhinho dela, com seis anos, em casa, estava aos cuidados dos vizinhos, e ela esperando o *home care,* porque ela podia já estar em casa há sete meses. Ela era do entorno, e a cidade do entorno não tinha. Eu saí de lá e disse: "Vou ser lutadora pelo *home care*. Eu vou movimentar o Senado. Mães não podem ficar presas no hospital se elas têm direito ao *home*".

Aí a senhora vem aqui me dizer agora que nesse movimento de *home*, que depois que vocês conseguem – que vocês lutam, que conseguem o *home* –, os profissionais que estão sendo enviados não têm compromisso e não tem qualificação?! Para tudo! A gente podia encerrar a audiência pública aqui e dizer: "Está tudo errado!". E eu ouvi uma denúncia que chegou ao meu gabinete sobre cuidadores de *home* que são estupradores, porque nem atestado de antecedentes criminais algumas empresas estão pedindo. Aí, a senhora vem aqui dizendo que, além de não pedirem atestado, tem gente forjando atestado de que é profissional da saúde para ficar no *home*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a gente abre um outro nível de debate aqui nesta Comissão hoje de que: para tudo, vamos rever. A senhora acabou me assustando.

Gente, quem está falando é uma mãe médica, que consegue identificar no técnico os erros. Imagine aquela mãe que sai de manhã, que não tem conhecimento médico, que vai trabalhar, volta e não sabe o que aconteceu durante o dia com o profissional do *home* e que não tem nem câmera – às vezes, nem dinheiro para colocar uma câmera – para ficar de longe olhando.

A senhora traz uma fala desesperada, desafiadora, mas que não pode ser ignorada a partir de agora por esta Comissão.

Obrigada, Dra. Marina. Eu confesso para a senhora que estou incomodada – muito incomodada – com a sua fala.

Na sequência, vamos ouvir Luiza Habib, paciente com doença rara ainda em investigação – é isso, Luíza? Explica isso para nós –, mas que mostra, nas redes sociais, dicas e ideias de como ter uma vida com mais autonomia e independência.

Olha, você é muito linda, viu, Luiza? Muito bem-vinda à nossa Comissão. Você tem o seu tempo.

A SRA. LUIZA HABIB (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu quero começar agradecendo o convite, pela importância de estar nesse espaço. Eu estou aqui hoje como paciente, mas também sou profissional da saúde, sou farmacêutica. Sou uma mulher com deficiência e alguém que vive na pele os impactos da demora do diagnóstico, da falta de acessibilidade e da fragilidade das políticas públicas. Não é só uma honra, mas também uma grande responsabilidade pelas pessoas que eu represento aqui.

Quando a gente fala de doenças raras, muitas vezes ainda pensamos em algo distante, excepcional, quase que improvável, mas na prática isso não é verdade. Somadas, as doenças raras afetam mais de 13 milhões de brasileiros. Além disso, hoje já se reconhece que existem cerca de 7 mil doenças raras catalogadas, e mais de 70% delas têm origem genética, ou seja, estamos falando de um tema que não é distante; estamos falando de saúde pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil já tem, desde 2014, uma Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no SUS. Essa política prevê cuidado integral, diagnóstico, tratamento, reabilitação e acompanhamento multiprofissional. No papel, isso é muito importante, mas a pergunta é: quanto dessas políticas chegam de fato na vida real das pessoas e das famílias? Porque a verdade é que, para muitos de nós, o caminho continua sendo marcado por demora, exaustão e descrédito, ainda mais quando a doença rara aparece na adolescência ou na fase adulta, que é o meu caso, pois quase 100% dos profissionais especializados só atendem até a infância.

Essa é uma grande dificuldade minha: toda vez que eu vou procurar um profissional especializado em doenças raras, em doença neuromuscular, eu não acho. Todos atendem crianças até 12 anos. Eu descobri minha doença com 13. Sempre tive que convencer os profissionais a quererem me tratar. Profissionais de educação física, profissionais de fisioterapia, nutricionistas... Esta semana, inclusive, eu fui procurar uma nutricionista especializada – não existe – que atende adultos e convenci uma nutricionista incrível, que é especialista em doenças neuromusculares, a me tratar, porque por acaso ela me tratou quando eu tinha 13 anos, e ela está me acompanhando agora. Mas quantas pessoas não têm essa possibilidade? A gente fica esquecido, porque ninguém nem acredita que a gente vai sobreviver até a fase adulta, né? Ou que a doença rara pode aparecer na fase adulta ou na adolescência, como foi o meu caso.

Eu trago aqui a minha vivência como paciente. Faz 16 anos que meus sintomas começaram, e, quando fomos ao Hospital Sarah para descobrir o que eu tinha, foi-me informado que não tinham o que fazer comigo, que era para eu voltar para casa e esperar.

Isso não aconteceu só no Hospital Sarah, quando eu tinha 13 anos, dos 13 aos 18. Isso aconteceu semana passada, isso aconteceu mês passado, quando eu fui em outras consultas, e falaram que não tinham o que fazer comigo, que era para eu esperar meus sintomas piorarem, porque, até então, eu não tinha nada aparentemente tratável, porque não sabem o que eu tenho. E, se não sabem o que eu tenho, não sabem para onde ir.

Faz 16 anos que eu passo por médicos no Brasil inteiro e ainda estou no escuro, sem informações claras e sem saber para onde ir. São anos peregrinando entre consultas, exames, hipóteses erradas, diagnósticos – como é que se fala? –, promessas mentirosas e respostas incompletas. Tratamentos milagrosos também, já passei por esses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse percurso, o sofrimento não é só físico. É emocional, social e financeiro. É ser desacreditada, é ouvir muitas vezes que é psicológico.

O tempo é curto, e o nosso corpo está adoecendo, enquanto o sistema ainda está muito lento.

Senadora Damares, lento não é o seu sobrinho fazendo papel de lobo; lento é o sistema que gasta o nosso tempo, que a gente não tem.

Eu sei que isso não aparece sempre nas estatísticas, mas aparece no nosso dia a dia. Aparece quando uma pessoa demora para conseguir um laudo. Aparece quando o diagnóstico não fecha. Aparece quando falta o acesso a um especialista, a exames, à pesquisa, à reabilitação, à informação e à escuta, porque não é só a gente saber que existe uma possibilidade, é a gente conseguir chegar até ela.

O dinheiro que a gente gasta, que a gente não tem, ou o dinheiro que a gente acha que tem e que, chega lá, não tem, porque é sempre muito mais do que a gente imagina, faz com que a gente não consiga nem um pedaço do que a gente precisa.

E eu quero insistir num ponto que é essencial para mim: sem diagnóstico rápido, não existe cuidado. Se a gente não sabe o que a gente tem, não sabe nem para onde ir.

Muita gente me pergunta: você tomou algum medicamento? O que você está fazendo para desacelerar a sua condição? Não existe, não sei. Eu vou tomar o quê? Eu vou tomar uma aspirina? Vou tomar um remédio que para dor?

Eu, como farmacêutica, sei que isso é uso irracional de medicamento e isso faz muito mais mal do que bem. Então, não faz sentido eu testar um monte de remédio em mim que eu nem sei para que serve. Vai atingir o quê? Se eu não sei quem é o meu impostor aqui no meu corpo.

Aí, sem esse tratamento, sem esse cuidado, não existe o quê? Inclusão. Se eu não sei quem são essas pessoas, a gente vai fazer acessibilidade para quem? A quem a gente está incluindo? Como é que a gente vai ter políticas públicas e executar essas políticas públicas se a gente não vê essas pessoas? Onde elas estão? Quem são elas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, o Ministério da Saúde anunciou a incorporação do sequenciamento completo do exoma no SUS, com a expectativa de ampliar o diagnóstico e reduzir uma espera que, muitas vezes, chegava a cerca de sete anos para algo em torno de seis meses em casos elegíveis.

O exoma é o exame que eu espero há mais de cinco anos, porque a gente vai avançando na pesquisa da minha doença, do diagnóstico e procurando exames mais específicos. E o próximo exame único, o próximo exame é o exoma. Nenhum outro exame genético que eu já fiz ou qualquer outro que dê para rastrear deu alguma resposta ou uma explicação para o que eu tenho. Então, esse é um exame muito importante. Isso é importante e precisa ser reconhecido.

Mas essa medida só terá impacto se vier acompanhada de capilaridade, acesso territorial, profissionais capacitados. Como outras pessoas falaram aqui, à mesa, também, não adianta a gente ter um exame específico, um exame caríssimo desse e não ter profissional para aplicar esse exame, para entender esse exame, para ler esse exame.

Eu, como farmacêutica, posso falar que, durante a minha faculdade, não tive treinamento nenhum para atender pessoas com doenças raras, não estudei nada sobre pessoas com deficiência, não aprendi nada sobre acessibilidade; pelo contrário, eu sofri capacitismo dentro da universidade pública porque eu não andava direito, porque eu não conseguia subir as escadas, porque o elevador estava sempre quebrado. Então eu chegava atrasada às minhas aulas, não conseguia participar de vários passeios, várias visitas técnicas, porque eu não tinha acesso. Não consegui acesso ao mercado de trabalho, porque eu preciso de acessibilidade e as pessoas, como eu tenho uma doença rara sem diagnóstico, não sabem o que esperar de mim, não sabem como vão me tratar no mercado de trabalho, não me dão oportunidade.

Também precisamos falar de pesquisa. Em muitos países, investigar doenças raras, buscar novas possibilidades diagnósticas e desenvolver tratamentos fazem parte da resposta institucional. Aqui no Brasil, muitas vezes, quem vive com uma condição rara ainda sente que está perdido demais apenas por existir. A gente não sabe para onde ir, não tem protocolos, não tem pessoas para informar os nossos direitos.

Eu mesma faço um trabalho de comunicação na internet e percebo o quanto as pessoas estão perdidas quando elas descobrem um diagnóstico, quando elas se veem como uma pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com deficiência. Elas não sabem que têm direito ao desconto de 80% na passagem do acompanhante para ir para qualquer viagem – não só viagens médicas, mas viagens de turismo, lazer –, porque a gente merece viver. Enquanto a gente está procurando diagnóstico, quando a gente está vivendo com uma deficiência, uma doença rara, a gente está continuando a nossa vida, a gente tem pouco tempo, a gente quer fazer as coisas que têm que ser feitas, a gente não tem que viver só preso dentro de casa, a gente tem que ter acesso à educação, inclusive, a gente tem que ter acesso a parquinhos acessíveis, a encontrar as pessoas, a fazer amigos, não só amigos sem deficiência, que às vezes é o nosso caso, que a gente entra num ambiente sozinho, que a gente se vê como se fosse o único com uma doença rara, mas a gente também tem que conhecer outras pessoas com doença rara, outras pessoas com deficiência. Isso faz muita diferença para a nossa autoestima e para entender que não somos os únicos. Tem outras pessoas lutando com a gente, tem outras pessoas vivendo com condições diferentes e muitas vezes difíceis. Então isso faz com que a gente seja mais forte. Falta esse acesso para também a gente se conectar e se entender.

E isso tudo se conecta perfeitamente com a inclusão e a acessibilidade, porque não basta discutir medicamento e exame. A pessoa com doença rara precisa conseguir circular pela cidade, estudar, trabalhar, viajar, se comunicar, acessar os serviços, não só os serviços de saúde, mas todos os serviços. A gente tem que conseguir manter a nossa renda. É tão difícil conseguir e manter uma renda, porque muitas vezes a gente não consegue trabalhar, não dá tempo. Eu mesma faço 500 milhões de exames e médicos e tratamentos durante a minha semana. Que horas eu vou ter para trabalhar ou para sair ou para me divertir? É muito difícil. Então a gente tem que ter uma garantia de renda para a gente não ter que se matar de trabalhar e conseguir preservar a nossa saúde.

E ter um suporte psicossocial não só para as pessoas com doenças raras, mas para os familiares, as pessoas que cuidam da gente. Se a gente estiver sozinho e não tiver quem cuida da gente, o que a gente faz? Se não tiver uma pessoa para me ajudar a entrar no carro, tirar minha cadeira, colocar minha cadeira – às vezes, quando eu caio, eu não consigo levantar sozinha, não consigo morar sozinha –, o que eu faço? Como é que eu faço isso? Tem que cuidar das pessoas que cuidam de mim. A gente tem que ter essa política de cuidado desenvolvida e que funcione de verdade, porque, além de precisar de pessoas para cuidar da gente, a gente também quer viver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com autonomia. Então a gente precisa que as pessoas que estão com a gente estejam bem para deixarem a gente viver também, porque às vezes os nossos familiares estão cansados e não têm paciência em ouvir o que a gente quer ou o que a gente precisa, as nossas escolhas. Então é importante... Isso tudo é uma cadeia, né? Se está todo mundo cansado, até chegar em nós, que somos as pessoas com doenças raras e pacientes, como é que a gente vai falar do que a gente precisa? A gente sempre está com medo de deixar o nosso familiar mais cansado, de deixar o nosso profissional da saúde mais exaurido. Então a gente também não dá tempo de falar o que a gente prefere. Muitas vezes eu deixo de explicar o meu jeito favorito de colocar um sabonete no banheiro porque eu sei que está todo mundo tão cansado ao meu redor que tanto faz também, vou fazer o que for melhor para eles. Então, assim, é muito importante falar sobre isso porque isso acaba afetando o paciente final.

O cuidado integral não pode ser só clínico, ele precisa ser humano, intersetorial e contínuo, porque muitas vezes esquecem que somos pessoas. A gente é tratado nos consultórios, nos exames e nos tratamentos como um pedaço de papel de investigação. Muitas vezes eu já me senti um rato de laboratório, ainda mais porque eu tenho uma doença desconhecida. As pessoas olham para mim com curiosidade, principalmente os profissionais da saúde, tentando entender em cada detalhe do meu corpo o que tem de errado. Esquecem que eu sou uma pessoa, que eu tenho vontades, que não só a minha doença importa, que às vezes eu tenho que escolher entre a minha doença e a minha vida. Isso importa.

Eu falo também aqui a partir do lugar de quem transforma vivência em mobilização. Nas redes sociais, no meu trabalho, nos grupos que eu construo, inclusive em espaços de apoio e troca entre as pessoas com deficiência, eu vejo todos os dias o quanto a informação, o acolhimento e a representatividade fazem a diferença. Quando uma pessoa finalmente se vê em outra, ela entende que não está sozinha. Isto também é política pública: garantir que ninguém precise enfrentar esse caminho no escuro.

Por isso, eu quero deixar aqui alguns pedidos muito subjetivos.

Que o SUS fortaleça de forma concreta a linha de cuidado das doenças raras, com diagnóstico mais rápido e menos desigualdade regional. Porque eu aqui tenho acesso, principalmente porque eu estou em Brasília, tenho acesso a falar para vocês. Quantas pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não conseguem nem saber que existem outras pessoas parecidas com elas. Então, assim, a gente precisa ter mais igualdade no diagnóstico, de informação; menos privilégios e mais acesso, mais acesso digno, de qualidade e gratuito à informação.

Que haja investimento contínuo em pesquisa, formação profissional e incorporação responsável às tecnologias. Que o treinamento aconteça dentro das faculdades, que os profissionais da saúde saiam de lá sabendo que quem eles atendem são pessoas, têm famílias, têm vidas. Não, eles não fecham só na doença, têm vontades, têm gostos. A gente gosta de cores diferentes, a gente gosta de comidas diferentes. E tudo bem, a gente não precisa ter uma justificativa de um diagnóstico de que a gente tem seletividade alimentar para falar que a gente gosta mais de banana do que de maçã. Somos pessoas, a gente também tem escolhas. Nem tudo é o diagnóstico. Às vezes é personalidade e a gente também tem que olhar para isso, que são pessoas, somos pessoas vivas.

E esse treinamento tem que acontecer nos profissionais da saúde, porque são os primeiros a ter contato com as famílias. Quando você descobre uma doença rara, os seus pais são informados pelos profissionais da saúde. Se os profissionais da saúde mostram para os seus pais que você é só uma doença, seus pais não vão te tratar direito, vão te tratar como uma doença. E aí você vai ser o quê? Você vai acreditar que você é só uma doença, que você é só uma falta de acessibilidade, que você não pode ir aos lugares porque você não merece. E aí a gente começa a acreditar nisso e não quer sair de casa realmente.

Que a acessibilidade e a inclusão sejam tratadas como parte do cuidado e não só como um tema secundário.

E que as pessoas com doenças raras e suas famílias não sejam apenas ouvidas em momentos simbólicos, mas incluídas de forma permanente na construção das soluções. Que as políticas públicas não sejam feitas com pessoas que não têm doenças raras ou pessoas que não convivem. Que a gente seja chamado para a mesa, como hoje. Que a gente seja ouvido, porque nós temos voz, nós sabemos do que precisamos, nós sabemos o que queremos, nós sentimos os nossos sintomas, a gente tem medo. A gente não tem tempo, a gente tem pouco tempo inclusive, e isso me desespera muitas vezes, mas o tempo que a gente tem tem que ser aproveitado, porque depois não adianta a gente falar de todas as pessoas que se foram, que tentaram fazer muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa e que não foram ouvidas. A gente tem que ouvir o hoje, agora, ouvir o que as pessoas que já se foram falaram e estar pronto para escutar quem está aqui ainda e quem vai vir ainda, porque isso não vai acabar hoje. Nós estamos sempre nascendo! Que bom, somos humanos e é natural a nossa condição. Nós não somos exceções, nós não somos detalhes e nós não somos invisíveis. Nós somos pessoas, somos famílias, somos cidadãs e cidadãos que têm direito a diagnóstico, tratamento, acessibilidade, respeito e, principalmente, a um futuro digno.

Muito obrigada pela oportunidade de falar aqui, de trazer a minha experiência. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ô, Luiza, meu Deus! Vocês têm 30 segundos, todo mundo agora, para abrir o celular e começar a seguir Luiza agora. Atenção, Brasil: nós vamos chegar agora a 500 mil seguidores para Luiza, todo mundo. Luiza Habib. Gente, eu fui lá ver o Instagram dela – eu não a seguia –, eu estou encantada.

A SRA. LUIZA HABIB – Obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, que coisa linda! Luiza, você tem coragem de falar a sua idade para nós?

A SRA. LUIZA HABIB – Ah, 29. Eu tenho muito orgulho de ter vivido 29 anos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, ela tem 29 anos, é formada em Farmácia, está em Brasília e até agora não tem um diagnóstico fechado. Vocês têm ideia do que é isso? Aí a Dra. Marina me chamou aqui e disse assim: "Mas olha, Senadora, eu falei tudo, o meu filho tem 16 anos...". Ela é médica e o diagnóstico do filho dela também não está fechado ainda, e as duas estão esperando um exame.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O seu também não está fechado por falta do exame?

É a Carol, gente. A Carol está aqui. Carol é servidora do Senado, eu tenho a honra de ter Carol como assessora no meu gabinete. Ela é rara, também não está com diagnóstico porque falta um exame. Aí tem gente que fala: "Vai fazer o mesmo debate de novo?". Mesmo debate de novo? Vocês estão entendendo quanta coisa que a gente está trazendo para esta audiência pública aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanta coisa? Luiza... Ela disse uma coisa: "Como eu não tenho um diagnóstico fechado, não querem me dar emprego, porque não sabem o que vai acontecer comigo". Vocês têm ideia do que essa menina está passando?

Aí, Luiza, você tem um mundo *online*, um mundo *online* que poderia agora estar sendo tão benção para as pessoas com doenças raras, mas é um mundo *online* que paga milhões para uma *influencer* fazer uma dancinha pelada e não absorve uma mão de obra dessas, tão extraordinária. Está tudo errado, Luiza, mas, a partir de hoje, tu vais ser a *influencer* mais famosa do Brasil.

A SRA. LUIZA HABIB (*Fora do microfone*.) – Ah, obrigada! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Cuide-se, fulana! Vai ser Luiza, porque ela está fazendo uma prestação de serviço aqui! Que coisa mais linda. Todo mundo já começou a seguir Luiza aqui, todo mundo?

A SRA. LUIZA HABIB (*Fora do microfone*.) – Obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aqui, ó, agora no Brasil, Luiza Habib, então é @acessibilizei, lindo o Instagram. Parabéns por sua luta, parabéns por ter contado sua história, por ter compartilhado conosco!

Vamos à nossa última expositora, a gente tem a alegria de receber a Dra. Elisa de Carvalho, mas, antes disso, estaria na mesa com a gente também a Dra. Maria Teresinha de Oliveira Cardoso, médica geneticista. Por uma questão de comunicação, acabamos confundindo a data, mas a Dra. Maria... O César também está na mesa, o César vai encerrar com um momento especial. A Dra. Maria Teresinha de Oliveira Cardoso será a nossa primeira oradora na nossa próxima audiência sobre doenças raras.

Dra. Elisa de Carvalho, Diretora Clínica do Hospital da Criança de Brasília José Alencar.

À Doutora, também, que está acompanhando, obrigada. Essas mulheres são incríveis.

Doutora, a senhora tem seu tempo.

A SRA. ELISA DE CARVALHO (Para expor.) – Obrigada.

Boa tarde a todos. Já é boa tarde, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É. (*Risos.*)

A SRA. ELISA DE CARVALHO – Boa tarde a todos. Eu cumprimento a mesa na pessoa da Senadora Damares, cumprimento todos aqui presencialmente e também os que estão *online*.

E a Senadora Damares já fez a nossa descrição física, mas antes eu queria descrever o meu sentimento. E o meu sentimento é de uma honra enorme de estar participando desta solenidade e com depoimentos tão verdadeiros e tão emocionantes de quem realmente vive essa realidade; então, além de honra, é uma alegria muito grande. E eu sei que esse tema é de grandes desafios, mas a minha alegria é porque são sessões como esta que mudam essa realidade.

Eu vou falar, então, sobre a importância do diagnóstico precoce para o melhor manejo desses pacientes. E a nossa função é um desafio, porque, dentro de bilhões de pacientes, nós temos que identificar – eu não vou falar "pacientes" –, nós temos que identificar pessoas. Sem o diagnóstico e o tratamento, a qualidade de vida e a sobrevida vão ter um impacto importante.

E aqui, olha, a Luiza falou muito sobre o desafio do diagnóstico. E, na verdade, em vez de ser uma linha reta, rápida, a gente pode dizer que é um labirinto. Então, no início, começa com uma odisseia diagnóstica e o diagnóstico é um ponto de virada. Aí, ele entra para um tratamento com uma gestão de alta complexidade, e é isso tudo, então, que traz uma esperança de vida.

Então, quando a gente está falando de doenças raras... E aqui, olha, o tratamento é feito nos serviços especializados, mas a suspeição diagnóstica é feita muitas vezes na atenção primária. Então, apesar de esse tema ser raro e de serem doenças que não fazem parte do dia a dia de grandes profissionais, é importante que a gente divulgue esses conhecimentos, porque a suspeição diagnóstica é feita na atenção primária.

Então aqui existe esse desafio e, por conta disso, acontece essa realidade que nós estamos vendo aqui nos depoimentos de que, em média, o diagnóstico definitivo demora cinco a oito anos, a pessoa consulta sete a dez especialistas e, muitas vezes, há dois a três diagnósticos incorretos – e às vezes até mais, esse tempo é até maior. E aí, frequentemente, a principal preocupação, genuína, da família não é apenas o tratamento, mas a primeira preocupação é: "O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o meu filho tem?" ou o que a própria pessoa tem. E aí isso traz o impacto financeiro, psicossocial da não doença, que foi o que foi comentado aqui.

Teve uma mãe que me falou uma frase: que o pior não era saber que o filho dela tinha algo grave, mas era não saber o que o filho tinha. Então, isso tudo é muito importante, e eu vou falar um pouquinho aqui, agora, sobre o diagnóstico, porque, como eu disse, o tratamento é em serviços especializados, mas a suspeição, em geral, é na atenção primária.

E aí existe uma heterogeneidade muito grande dos serviços brasileiros em relação a depender da região que o paciente está e, dentro de uma região, de qual hospital a que ele tem acesso. Então, existe uma heterogeneidade de quais exames a que esse paciente tem acesso – exames de sangue, exames de imagem, exames de biópsia. E hoje a gente tem, o que foi comentado aqui, a revolução genômica. Três pessoas aqui falaram que estão aguardando o exoma, e na dependência a gente ainda tem o genoma. Então, isso é muito importante, mas garantir esse acesso é fundamental para diminuir esse tempo de espera. O tempo de espera pode fazer diferença na sobrevida e também na qualidade de vida.

E aí, quando esse primeiro degrau, essa primeira odisseia diagnóstica termina, isso não é um fim, é a conquista de um nome. Isso traz um impacto transformador. Então, é o fim dessa odisseia diagnóstica, mas é o começo de outra etapa, quando aí ele começa a ter dificuldade de acesso a terapias específicas, aos benefícios sociais e à participação... Aqui, foi comentado que, às vezes, a pessoa se sente como se fosse uma cobaia em termos de participar de pesquisas, mas muitas vezes essas pesquisas garantem o acesso à possibilidade de tratamento a quem ainda não tem essa acessibilidade.

E aí eu lembro que é importante todo um conjunto, e nesse conjunto é importante o apoio da comunidade. Então, isso que você está fazendo de dar conexão com outras pessoas, com a família... Aqui, tem a Lauda, e eu vou citar o nome da Lauda, porque eu não vou saber o nome de todas as que estão aqui representando as associações, mas essas associações fazem parte dessa equipe. Existe um elo que a gente tem que ter entre médicos, familiares, associações, claro, com todo o apoio de políticas públicas.

É o diagnóstico que vai permitir um possível roteiro para o futuro, permitindo um planejamento familiar e decisões informadas. Então, como a Dra. Marina – doutora, mãe, pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– falou, esse impacto não é só para o paciente, é para todos os familiares, porque isso tudo muda a dinâmica familiar. Resumindo, o diagnóstico não é o fim da jornada, mas é o fim para um novo começo, mas toda aquela incerteza se transforma em um plano de ação estruturado.

E aí a gente tem que entender que não é só o diagnóstico que é complexo, mas todo o tratamento do paciente. E ele não precisa de um especialista, ele precisa de uma equipe interdisciplinar. Eu falo "inter", porque com "multi" é cada um na sua caixinha, trabalhando separadamente, mas "inter" são todos os profissionais lutando e conversando sobre aquele paciente, enfatizando que pais cuidadores fazem parte dessa equipe e que associações de pacientes são parceiros cruciais nesse cuidado.

E aí, como eu falei, a gente está falando de pessoas, e a gente quer que essa pessoa tenha uma vida longa. Outro dia, eu participei de uma reunião... Não sei se vocês sabem que a fibrose cística, dependendo da mutação, já tem a possibilidade da terapia gênica, e isso mudou por completo a possibilidade de vida. E aí eu vi um depoimento de uma médica, inclusive, que teve o diagnóstico de fibrose cística já adulta, depois de ter feito já uma lobectomia. Mas ela me falou uma frase que eu nunca vou esquecer. Ela falou que, com a terapia gênica, ela trocou o sonho de ser mãe pelo sonho de ser avó. Então, isso muda totalmente a perspectiva de vida. E, por conta disto, de que a gente quer uma vida longa e saudável, nós pediatras temos que ter essa perspectiva futura. Então, é muito importante que a gente comente um pouco um ponto do que a Lauda falou, que é o manejo proativo e a transição de cuidados. Não adianta só a gente manter o cuidado enquanto o paciente está na esfera pediátrica: ele tem que ter essa continuidade na vida adulta.

E, então, hoje, a gente, nessas fronteiras terapêuticas de drogas órfãs, pode ter até a possibilidade da terapia gênica para algumas, inclusive para as doenças neuromusculares. E aí vem aquele questionamento se vale a pena o custo. E aí é o que vários depoimentos tão emocionados e verdadeiros já falaram aqui: que o custo vale. A gente está falando de vidas, né?

Então, a gente começa aqui com o cuidado de suporte básico de vida e de saúde, mas passando pela terapia de reposição enzimática, de redução de substrato, de moduladores moleculares, até chegar, então, a transplante de órgãos e terapias gênicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente pergunta: qual é o acesso no Brasil, na nossa realidade do SUS? Então, é claro que a gente tem os desafios, mas às vezes a gente sabe: se você não sabe que é impossível, você vai lá e faz. Então, é claro que tem a lentidão na incorporação de inovações terapêuticas; a judicialização, que foi um tema que já foi falado aqui, que não é o ideal, mas às vezes é a única opção que a família tem; as disparidades regionais aos centros de referência; a falta de protocolos clínicos – na verdade, se você tem um protocolo clínico, isso facilita para o paciente –; e a falta de definição de fluxo e interface entre os serviços.

Então, essa transição de cuidados a gente tem que ter em mente, porque, na verdade, constrói uma ponte para a vida adulta.

E o nosso papel. Aqui teve depoimentos muito importantes de pais, de cuidadores e de associações, mas agora eu vou falar sobre o nosso papel como profissionais de saúde. O nosso papel nessa esfera não deve ser apenas clínico, mas nós temos que atuar como pesquisadores, por mais que a gente faça isso de madrugada, fazendo os protocolos e atuando no dia a dia, porque é importante contribuir com novos conhecimentos. É importante o nosso papel como educador, para difundir esses conhecimentos, para que quem está lá na atenção primária pense nesse diagnóstico e também para formar novos profissionais sensíveis a essa causa. Além disso, nós temos que ter uma postura de defensor e de lutar por políticas públicas e pelo acesso equitativo. Então, a nossa responsabilidade transcende o consultório; nós temos que ser defensores inabaláveis da esperança para as famílias que enfrentam o desconhecido.

Em resumo, se individualmente essas doenças são raras em sua especificidade, coletivamente elas são comuns em sua totalidade; existe um paradoxo da raridade, porque, na verdade, são milhões de pessoas no mundo e no Brasil portadoras de doenças raras. A jornada é complexa, mas o diagnóstico transforma. Nós temos que ter um manejo proativo. Mais uma vez, o nosso papel como médico transcende o consultório, e nós temos que divulgar conhecimento, estruturar serviços, fazer registros de pacientes e construir o protocolo para descomplicar toda essa odisseia, todo esse labirinto. E, no Brasil, é possível construir boas histórias; a gente tem que acreditar nisso.

Então, se raro é o diagnóstico, rara é a doença, no nosso dia a dia de trabalho, a coragem, a esperança e o amor não são raros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Elisa, que coisa interessante, que coisa linda! Quem aqui, no plenário, não conhece o Hospital da Criança, levanta a mão. (*Pausa.*)

Vai ficar de castigo.

A SRA. ELISA DE CARVALHO – Estão convidados.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Daniella, a senhora vai ficar até que horas aqui? Eu, se fosse a senhora, iria lá visitar o Hospital da Criança. Eu acho que o Hospital da Criança de Brasília tinha que estar num roteiro de turismo do DF.

A SRA. ELISA DE CARVALHO – Estão todos convidados.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Todo mundo que vem a Brasília tem que passar lá na frente, tem que conhecer. Eu tenho sido apoiadora com emendas parlamentares, eu tenho indicado emendas, e a gente precisa apoiar muito esse hospital. Parabéns!

Gente, não é um hospital, é uma casa de acolhimento, é um paraíso de crianças correndo, às vezes segurando o oxigênio, correndo nos corredores, brincando. É uma coisa extraordinária.

Parabéns, Dra. Elisa! A senhora trouxe uma fala muito pontual.

Eu registro a presença de mais uma médica aqui, no Plenário: a Dra. Ana Maria Ribeiro de Moura. A Dra. Ana é médica neurocirurgiã do Hospital Santa Casa de Goiás, especialista em doenças raras, distúrbio dos movimentos e dor pediátrica.

Dra. Marina, fala o que ela inventou aqui, para o Brasil escutar. Ela acabou de me falar aqui. Fala.

A SRA. MARINA ALVES NORONHA (Para expor.) – Bom, a Dra. Ana Moura é um presente para quem a conhece, uma pessoa fantástica. Formou-se na França, fez residência na França, veio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o Brasil trazer um marco inovador para o nosso país, uma pessoa de excelência. Ela inventou um *chip*. Ela coloca o *chip* no paciente.

Ela teve dois casos, não foi, Dra. Ana? Em um dos casos, o paciente voltou a andar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau!

A SRA. MARINA ALVES NORONHA – Em um mês, não foi, Doutora? Fantástico! Assim, a dedicação dela é invejável.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A Dra. Ana já é minha convidada para a próxima audiência pública. Ela tem que mostrar essa experiência. Mulheres brasileiras na ciência fazendo a diferença.

Parabéns, Doutora! Obrigada. (*Palmas.*)

César, para a gente encerrar esta audiência com a fala de um homem que tem sido apoiador das mães aqui, em Brasília. Como nós não estávamos com o seu nome como expositor, cinco minutos, e a gente vai para o encerramento da audiência.

O SR. CÉSAR ACHKAR MAGALHÃES (Para expor.) – Olha, isso é fora do protocolo. (*Risos.*)

Eu vim para assistir, por causa do tema que me interessa. Eu sou uma pessoa com Stargardt, que é uma doença rara também; por isso eu tenho baixa visão. Nossa, eu fiquei muito honrado pelo convite para compor a mesa, ainda por cima com o elogio que veio junto e o reconhecimento do trabalho que a gente tem feito!

Mas, Senadora, esse trabalho que a gente tem feito, de ficar visitando o Congresso, conversando com os Parlamentares, veio acontecendo meio que de forma natural. A gente, às vezes, percebe uma lacuna, percebe que algo precisa ser feito diante de um acontecimento, de uma ameaça aos nossos direitos, e toma a iniciativa. E o que acontece? Eu estou aqui como representante do movimento PCD e Raros, de que faz parte a Lauda e muitos que estão aqui, muitas das instituições. Eu também sou da Retina Brasil. Fui representante da Retina Brasil no Conad... E aí, quando foi 2024, ali no finalzinho, a gente queria fazer uma marcha, por ocasião do dia 3 de dezembro, Dia Internacional da Pessoa com Deficiência... Nós nos mobilizamos para fazer aquela marcha, para trazer um documento, um manifesto, com as nossas principais reivindicações,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui ao Congresso, e nos deparamos, já nessa época aí... A gente chegou aqui no dia 3 de dezembro e já ouvimos notícia de um projeto que ameaçava o direito ao BPC. No dia 4 de dezembro, eu tomei pé da situação, comecei a denunciar isso para os colegas. Aí, nós nos mobilizamos rapidamente, porque aproveitamos aquele grupo que estava mobilizado em função da marcha, para assinar um documento em conjunto e tentar enfrentar um projeto que estava aqui, em regime de urgência...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CÉSAR ACHKAR MAGALHÃES – É, de que a gente não tinha nem conhecimento e que iria ser um desastre na vida de muitas famílias.

E aí conseguimos reagir, a ajuda da Senadora foi importantíssima... A Senadora tem sido uma pessoa importantíssima nos movimentos das pessoas com deficiência e das doenças raras. Esse é um dos motivos, inclusive, porque me sinto muito honrado quando recebo um elogio de você, Senadora. Aqui, é o contrário: eu que tenho que elogiar. Eu acompanho teu trabalho no dia a dia...

E, aí, o que é que acontece? A gente acabou enfrentando outros desafios que estavam surgindo aqui no Congresso, e o ano passado inteiro a gente estava aqui quase toda semana, quase todo dia. Inclusive, eu estou com um outro documento aqui, que eu vou lhe entregar, e esse, que eu vou lhe entregar, não é nem o oficial, porque, com a ajuda da Lauda... Esse, que eu vou lhe entregar, tem 48 assinaturas. Com a ajuda da Lauda, já passou de cem, e eu vou ter que atualizar, de hoje para amanhã, porque...

O que é que acontece? A gente conseguiu aprovar uma lei, que tramitou no Congresso Nacional, para garantir o direito ao laudo permanente para as pessoas que têm uma deficiência irreversível, o que é algo óbvio! (*Palmas.*)

Aí, foi vetado, e nós conseguimos derrubar o veto.

Você vê a força desse movimento, que começou sem muita pretensão... Conseguimos derrubar veto!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR ACHKAR MAGALHÃES – E a tua ajuda também foi importantíssima na derrubada desse veto, porque, quando as associações estão se articulando, a sociedade está se articulando, também tem aqueles aliados, aqui dentro, que se articulam...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ao contrário.

O SR. CÉSAR ACHKAR MAGALHÃES – É, Senador conversando com Senador, Parlamentar conversando com Parlamentar, e a Senadora Damares sempre é dessa... Da trincheira, junto com a gente.

Aí, conseguimos derrubar o Veto 38, só que a questão do laudo permanente continua não sendo respeitada.

Então, nós estamos agora com outro projeto lá na Câmara, que vai chegar ao Senado – é o Projeto 4.341 –, para tentar fazer valer a Lei 15.157, que é fruto da derrubada do veto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uma lei para tentar fazer valer a outra lei... Tem lógica, gente? (*Risos.*)

O SR. CÉSAR ACHKAR MAGALHÃES – Né? A gente consegue a aprovação de uma lei, com um amplo debate da sociedade, aí, tem que derrubar o veto, e, agora, temos que ir para uma outra lei, para poder fazer com que a lei seja respeitada.

Mas é o caminho, né? Infelizmente, é o caminho que a gente tem que trilhar, e, enquanto a gente estiver de pé, a gente vai continuar lutando. Né?

Então, eu vou lhe entregar aqui, Senadora, mas vai chegar em seu nome, atualizado...

E aqui também um "folderzinho" que a gente compartilhou, em dezembro desse ano, quando completou um ano esse movimento.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

César, obrigada.

O SR. CÉSAR ACHKAR MAGALHÃES – Eu é que agradeço, Senadora. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, são guerreiros como esses...

O SR. CÉSAR ACHKAR MAGALHÃES – Ah, eu queria fazer um comentariozinho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. CÉSAR ACHKAR MAGALHÃES – Na fala da Luiza... Muitas coisas que eu ouvi aqui hoje me emocionaram, com elas eu me identifiquei; mas uma coisa eu queria pinçar da fala da Luiza, com que eu me identifiquei muito: a necessidade que a gente tem de conviver com outras pessoas com deficiência, de conviver com outras pessoas com doenças raras, o quanto isso fortalece a gente. E muitas vezes isso é tratado pela sociedade, inclusive por autoridades, por intelectuais, como segregação. Toda vez que se fala de educação inclusiva, nós é que temos que conviver com as pessoas sem deficiência. Eles é que têm que conviver com a gente! Eu tenho que conviver com outras pessoas cegas. Isso fez toda a diferença na minha vida. Eu estou aqui hoje, como militante que eu sou, porque eu convivi com outras pessoas cegas, e aí eu me identifiquei, aí eu conheci o que era ser de verdade uma pessoa com deficiência. Convivendo com os ditos normais, eu só me sentia menor, inferior, incapaz. Quando eu convivi com outras pessoas, com meus pares, outras pessoas com as mesmas limitações que eu, é que eu entendi minhas capacidades. Então – sabe? –, quando a gente defende as escolas especializadas, a nossa convivência com os nossos pares, isso não é segregação, não. Eu não aceito esse estereótipo, sabe? Isso é que nos fortalece. É essa nossa união aqui que nos fortalece na nossa luta do dia a dia e na nossa identificação como ser humano, na nossa identidade como ser humano com sua diversidade.

Então, eu gostei muito dessa fala dela, com que me identifico muito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito linda a Luiza.

Obrigada, César. (*Palmas.*)

Chegamos ao final de nossa audiência, mas eu vou dar a palavra para os que falaram fazerem o agradecimento final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, eu quero registrar que Elaine, do Distrito Federal, perguntou o seguinte: "Como ficará a situação dos pacientes de fibromialgia no IHBDF que foram surpreendidos com a notícia de encerramento dos atendimentos?". Nós vamos tentar te responder, Elaine. Cintia, veja isso para mim, tá?

Bárbara, do Paraná: "[Onde] pacientes que não possuírem tratamento adequado [...] poderão [...] [receber] um atendimento qualitativo?".

Thiago, do Rio Grande do Sul: "Como o SUS pretende lidar com a alta judicialização para garantir remédios [...] para doenças raras sem quebrar o orçamento da saúde?".

Se os corruptos pararem de roubar, a gente consegue dar remédio para muita gente. Uma festa de um corrupto custou mais de R$100 milhões. Vocês viram? Eu não vou falar nada, não, porque eu estou indignada, mas uma das portas para a gente ter dinheiro para doença rara é estancar a corrupção no país.

Gelza, do Rio de Janeiro: "É possível inserir nas estratégias de assistência [...] os serviços de farmácia com manipulação, para individualização da dose?".

Renata, do Distrito Federal, fez o seguinte comentário: "Apesar dos progressos, persistem desafios [...], como demora no diagnóstico [...] e acesso desigual, demandando mais verba".

Márcia, do Paraná, comentou o seguinte: "Sou portadora de Esclerose Múltipla. [...] [Há] um parágrafo muito importante nessa pauta. O fato de termos acompanhamento adequado. Será essencial".

Leliane, do Distrito Federal, perguntou: "Como a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no SUS contribui para o diagnóstico precoce?".

Ronan, do Rio de Janeiro: "Como está estruturado o fluxo entre atenção básica, diagnóstico especializado e tratamento de longa duração?".

E, por último, Renata, do Distrito Federal: "É necessário monitoramento contínuo para cumprir objetivos como redução de mortalidade e melhoria na qualidade de vida".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu li algumas perguntas e alguns comentários que vieram do Brasil inteiro. Vocês entenderam a audiência desse nosso evento? Chegamos ao Brasil inteiro.

E a gente agora encerra.

Eu devolvo a palavra para agradecimentos e considerações finais por, no máximo, dois minutos para Lauda, Presidente da Associação MariaVitória de Doenças Raras e Vice-Presidente da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras.

Lauda, eu sei que dois minutos é pouco, mas nosso horário já estourou.

O SR. LAUDA SANTOS (Para expor.) – Não, eu sei, Senadora.

Tudo isso, gente, se resume a PCDT, atenção básica com profissionais capacitados.

Eu acho que faz totalmente a diferença gestores de serviços terem um olhar diferenciado pelas especificidades dos pacientes raros. O paciente raro tem nome, tem carinha e tem coração. Então fica aqui o meu recado: vamos pensar de uma forma mais equânime, para que esses pacientes raros sejam bem-atendidos; que realmente o exoma, o mapeamento genético e outros exames mais que são extremamente necessários e urgentes para o paciente não fiquem apenas no papel e no Portal do Ministério da Saúde; e que a Anvisa faça realmente o seu papel, que é registrar os medicamentos para as doenças raras.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Lauda.

Vamos ouvir agora Rosely Maria Fanti Garcia, Diretora de Comunicação da Casa de Saúde Nossa Senhora dos Raros.

A SRA. ROSELY MARIA FANTI GARCIA CIZOTTI (Para expor.) – Senadora, eu queria dizer para senhora algo que esqueci. O Padre Márlon gostaria muito de estar aqui, mas ele não pôde, ele está na UTI.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu sei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSELY MARIA FANTI GARCIA CIZOTTI – Mas, antes de ser sedado, ele ainda me falou: "Filha, estarei rezando por vocês".

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Amém!

A SRA. ROSELY MARIA FANTI GARCIA CIZOTTI – Eu quero terminar falando que, depois da minha fala, ouvir a Dra. Marina falando das cuidadoras de novo e ouvir a Luiza falando que ela não escolhe mais nem como é que ela coloca o sabonete porque ela não quer mais esgotar os cuidadores, isso me doeu muito, porque eles se sentem um fardo, porque a nossa saúde mental está comprometida, e ninguém tem culpa nisso.

Então eu reforço que todos os gestores e Parlamentares olhem para as famílias no geral, não só pelo paciente raro, porque eles merecem poder escolher os mínimos detalhes, e nós merecemos ter saúde mental para viver uma vida feliz ao lado deles.

E vou terminar com a poesia de uma artista rara que está aqui conosco, a Ellen Dias.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A Ellen está aqui no plenário?

A SRA. ROSELY MARIA FANTI GARCIA CIZOTTI – Está.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Levanta a mão, Ellen!

A SRA. ROSELY MARIA FANTI GARCIA CIZOTTI – "Pare de respirar por dez segundos. Seu corpo entra em alerta, o peito aperta, a mente quer uma resposta. Agora imagine viver com essa sensação constante de incerteza. Assim se sente muitas vezes um paciente com doença rara, esperando o diagnóstico, esperando o tratamento, esperando alguém que entenda."

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Deus te abençoe, Ellen. (*Palmas.*)

A SRA. ROSELY MARIA FANTI GARCIA CIZOTTI – Deus abençoe a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Rosely.

Daniella Neves para agradecimentos e considerações finais.

A Daniella está com a gente ainda?

A SRA. DANIELLA NEVES (Para expor.) – Estou aqui.

Quero agradecer, Senadora, o convite para não só de o instituto ter a chance de falar sobre o que faz, mas de ouvir tudo o que a gente ouviu aqui, que é muito importante.

Eu deixo uma mensagem final de que, quando um estado ou um município amplia a triagem neonatal, tem obrigação de criar um PCDT, de criar uma linha de cuidado, de acordar com o centro de referência, de o medicamento estar aprovado na Conitec.

Então, realmente, esse é um caminho muito seguro – até respondendo uma das perguntas – para diminuir judicialização, para coordenar todo esse cuidado entre a atenção primária e terciária. Então, esse é um grande caminho aí para a gente olhar para o diagnóstico precoce das doenças raras.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutora. Leve um abraço a toda a equipe do Instituto Jô Clemente. Que alegria tê-los conosco!

A SRA. DANIELLA NEVES – Pode deixar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Laira dos Santos, mãe fundadora do Instituto Anaju.

Laira está aqui com a gente ainda? (*Pausa.*)

Ela já teve que ir, não é? Dá um abraço para a Laira.

Anna Carolina também já nos deixou.

Dra. Marina Alves Noronha, seus agradecimentos e considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARINA ALVES NORONHA (Para expor.) – Oi. Bom, eu queria deixar aqui propostas, que é o que nós estamos precisando para as políticas públicas: política nacional mais ágil para incorporação de medicamentos órfãos; fortalecimento dos centros de referência em doenças raras; ampliação de assistência domiciliar para pacientes com alta complexidade; mais transparência e regulação no modelo de prestação de serviços dos *home cares*; valorização e estabilidade das equipes de enfermagem.

Gente, *home care* não é luxo, é dignidade para pacientes e eficiência para o sistema de saúde. Quando a gente mantém um paciente domiciliar aos cuidados, a gente evita gastos públicos nos hospitais.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Marina. Uma honra ter a senhora conosco. Muito obrigada.

Luiza, eu não sei se você já chegou a 400 mil seguidores, mas você vai chegar hoje. (*Risos.*)

Suas palavras finais, seus agradecimentos, Luiza.

A SRA. LUIZA HABIB (Para expor.) – Muito obrigada. Eu queria agradecer a todas as pessoas que estão aqui, que estão assistindo também pela internet; quero agradecer à Senadora Damares pela oportunidade de abrir espaço para essas pessoas, para nós, pessoas raras e com deficiência; quero agradecer à Carol, principalmente, que ela está no meu grupo PCD, que é um grupo que eu criei na internet, no WhatsApp, para a gente se aproximar, porque eu sei do poder de quando a gente está junto, e a Carol abre muitas portas com o trabalho dela; quero agradecer também a todas as pessoas com deficiência que estão trabalhando e trabalhando pelas nossas oportunidades e direitos, como o nosso colega da mesa também falou: estar em um espaço superimportante para abrir portas para a gente.

E quero deixar o recado de que, como ele falou, ter pessoas com deficiência no convívio é um privilégio para toda a sociedade, não só para a gente. Então, eu quero incentivar, cada vez mais, a gente a participar socialmente, não só em termos de assistência, mas também de participação, de liderança. A gente está à frente de movimentos e conseguindo abrir caminhos para os próximos que estão vindo por aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Luiza.

Gente, ela virou uma grande palestrante. (*Risos.*)

A SRA. LUIZA HABIB – Eu queria falar que o meu Instagram é o começo da minha empresa. Na verdade, a Acessibilizei hoje é uma empresa, que faz treinamentos, palestras...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! "Bora" empreender junto com a Luiza!

Parabéns, Luiza!

Dra. Elisa, agradecimentos e considerações finais.

A SRA. ELISA DE CARVALHO (Para expor.) – Eu agradeço a oportunidade de participar desta solenidade, especialmente de fazer parte desta discussão para a mudança dessa realidade, que é um tema tão importante e que faz parte da nossa luta do dia a dia. Então, no que depender... Falo em meu nome, em nome do Hospital da Criança de Brasília. Então, no que depender de nós, nós estamos juntos para a mudança dessa realidade.

Lembro que o diagnóstico ágil é custo efetivo. Então, mesmo não importando o preço, vamos supor, do exoma, você agiliza e você economiza – já que a gente tem que falar em custo – em vários outros métodos de diagnóstico. Então é isto: a gente tem que ter agilidade no diagnóstico.

Contem com a gente no que vocês precisarem.

Obrigada pela honra.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Gente, eu só quero lembrar que o Hospital da Criança também é centro de pesquisa.

A SRA. ELISA DE CARVALHO – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E estão acontecendo milagres ali. Quem não conhece o Hospital da Criança tem que conhecer.

Obrigada, Dra. Elisa.

Doutora, obrigada por estar conosco.

E, assim, a gente encerra a audiência.

Enquanto eu estava falando, gente, uma pessoa fez e mandou para mim, ó: o Iggor! (*Palmas.*)

O Lucas Camargo mandou para mim: "Iggor Alves. Eu conheci um anjo".

Eu quero convidar todos vocês. Aqui no Senado está tendo uma exposição. Quando a gente entra pelas torres – aquelas torres altas, o Anexo I –, no corredor, está tendo uma exposição com 20 fotos, lindas fotos de pessoas com doenças raras. Ainda faz parte da comemoração do dia dos raros, o Dia das Doenças Raras.

E a gente encerra esta audiência, fazendo uma homenagem a um soldado que tombou. Mas ela tombou com as armas na mão. Tombou em pé. Não deu um passo atrás. Nós estamos morrendo de saudade da Regina Próspero. Ela está no Céu nos aguardando, com todos os outros rarinhos que já estão lá. E a gente dedica esta audiência pública, este momento, a uma guerreira. Faz um mês que a gente perdeu a Regina – a Rosely, irmã dela, está aqui, e não sei como a Rosely conseguiu vir; não sei –, mas a Regina Próspero nos ensinou muito. A caminhada dela não foi em vão. Ela deixa um legado.

E a gente encerra com a foto de um soldado desse exército de milhões e milhões de pessoas. Se você não se envolveu nesse exército, venha fazer parte.

Eu quero que todos fiquem de pé e que a gente encerre – eu declaro encerrada a reunião – aplaudindo Regina. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e sete minutos do dia onze de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências das Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcio Bittar, Jussara Lima, Flávio Arns, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Bruno Bonetti, Fabiano Contarato, Weverton, Augusta Brito, Paulo Paim, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Giordano, Zenaide Maia, Izalci Lucas, Chico Rodrigues e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Marcos do Val, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 8ª à 11ª Reuniões da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2354, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera o Estatuto de Defesa do Torcedor, a Lei nº 10.617, 15 de maio de 2003, para vedar e punir condutas homofóbicas e transfóbicas." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 896, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir os crimes praticados em razão de misoginia." Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 985, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir os crimes praticados em razão de misoginia." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: Favorável à Emenda nº 4-PLEN; contrário às Emendas nºs 3, 5 e 6-PLEN; e pela apresentação da uma Emenda de Redação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Emenda nº 4-PLEN; contrário às Emendas nºs 3, 5 e 6-PLEN; e pela apresentação da Emenda (de Redação) nº 7-CDH. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento nº 46/2026-CDH, que solicita urgência para a matéria. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 781, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre atendimento individualizado periódico na educação especial." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1, 2 e 3- CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4 - Projeto de Resolução do Senado n° 113, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui o Prêmio Maria da Penha de Pesquisa sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher com Perspectiva de Gênero e Raça ou Etnia." Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 5 - Sugestão n° 15, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a "Transparência salarial em ofertas de emprego"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Pela rejeição da sugestão legislativa. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência à Senadora Mara Gabrilli. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da sugestão legislativa. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3906, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.308, de 08 de março de 2022, que Institui a Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica; a Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, que regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, para dispor sobre o diagnóstico precoce do câncer infantojuvenil no âmbito da Atenção Primária à Saúde e dá outras providências." Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Plínio Valério. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência à Senadora Mara Gabrilli. A presidente designa a Senadora Damares Alves relatora "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 7 - Projeto de Lei n° 555, de 2026 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para agravar a pena dos crimes de homicídio e de lesão corporal praticados contra criança ou adolescente (Lei Rodrigo Castanheira)." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: A Presidente designa a Senadora Professora Dorinha Seabra relatora "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas n.º 1, 2 e 3-CDH. ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 42, de 2026 que: "Requer a realização de audiência pública na CDH com o objetivo de apresentar os serviços do Senado Federal na prevenção e enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher e equidade de gênero." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento, com alteração do objeto para contemplar o lançamento dos Planos de Acessibilidade e de Sustentabilidade Ambiental, conduzidos pelo Núcleo de Responsabilidade Socioambiental do Senado Federal. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 452, de 2025 - Não Terminativo - que: "Proíbe a adoção de sistema de cotas em processos seletivos de programas de Residência Médica." Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR). Relatoria: Senador Marcio Bittar. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. Em seguida, o Senador Paulo Paim apresenta o requerimento nº 45 (extrapauta) para realização de audiência pública para instruir o Projeto; aprovada a inclusão. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 44, de 2026 que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater os desafios enfrentados pelas pessoas com Síndrome de Prader-Willi no Brasil, especialmente quanto ao diagnóstico precoce, ao acesso ao tratamento adequado e ao desenvolvimento de políticas públicas desaúde, educação e inclusão social." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova a inclusão extrapauta do requerimento. Em seguida, é aprovado o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 45, de 2026 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 452/2025, que “proíbe a adoção de sistema de cotas em processos seletivos de programas de Residência Médica”" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova a inclusão extrapauta do requerimento. Em seguida, é aprovado o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 46, de 2026 que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 896/2023, que tramita em conjunto com o PL 985/2023." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova a inclusão extrapauta do requerimento. Em seguida, é aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/11

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de março de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 8ª à 11ª Reunião da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Presidenta, eu queria ver se daríamos para inverter a pauta.

Eu fiz um pronunciamento agora no Plenário do Senado e eu sou um dos homenageados agora no encerramento. Eles me pediram, pelo amor de Deus, que eu esteja lá. É uma homenagem à TV Senado de 30 anos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E tem um projeto que é o de número 9. Se desse para nós invertermos a pauta e aprovarmos um requerimento que já está na mesa de uma audiência pública, eu agradeço muito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É um requerimento extrapauta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Coloco... (*Pausa.*)

Ah, o Relator pediu a retirada de pauta hoje. Então, acho que o senhor não deveria... Quer manter o requerimento de audiência pública?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vou manter o requerimento e eu converso com o Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Os Senadores que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 45, DE 2026

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública " Cotas na residência médica"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Senador, vai defender seu requerimento?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Bem rápido.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar.) – Eu queria só explicar porque eu estou pedindo. Aqui não é uma questão de ser contra ou a favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É uma questão de princípio. Como eu disse hoje quando me perguntaram, nem que eu tenha um voto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu não saio desta Casa sem me posicionar, porque ele proíbe a adoção do sistema de cotas em processos seletivos – proíbe. Se querem derrubar a política de cota, derrubem, mas não façam uma lei proibindo que um dia possam, em processos seletivos, ter a política de cota.

Então, só mesmo uma audiência pública para a gente chegar a um entendimento.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Defendido o requerimento. Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de audiência pública para a discussão do Projeto de Lei nº 452, de 2025.

Obrigada, Senador Paim. Volte para o seu evento correndo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Fique com Deus, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eles me pediram lá. Só a senhora... Em atendendo a esse requerimento, eu voltaria correndo para lá.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Nós vamos agora para o item 4 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 113, DE 2023

- Não terminativo -

Institui o Prêmio Maria da Penha de Pesquisa sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher com Perspectiva de Gênero e Raça ou Etnia.

Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CDir.*

Ai que lindo!

Concedo a palavra à ilustre Senadora Professora Dorinha Seabra para a leitura do seu relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sra. Presidente. Vou direto à análise.

Todos conhecemos a chaga da violência doméstica e familiar contra a mulher. Os números já foram seguidamente expostos, e este Senado Federal tem trabalhado diuturnamente para conter a expansão de tamanho mal.

E, a esse respeito, verificamos que este projeto de resolução em tela ataca o problema por outra frente, promovendo o estímulo à produção acadêmica que permita entender o problema.

Nesse sentido, o projeto de resolução dá vazão ao comando da Lei Maria da Penha, no inciso II de seu art. 8º, que determina que a política pública de coibição da violência contra a mulher tenha como diretriz a promoção de estudos e pesquisas concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Toda tomada de decisão legiferante ou administrativa deve ter seu amparo em evidências materiais expressas em estatísticas e em conhecimento acadêmico de relevo. E é justamente para estimular tal base informacional que servirá o prêmio que o projeto de resolução intenciona criar.

Assim, é muito bem-vinda uma iniciativa que reconheça e premie a produção intelectual com tal orientação, sendo as custas arcadas no âmbito do Senado Federal.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 113, de 2023, e gostaria de parabenizar a iniciativa da Senadora Ana Paula Lobato, que, com certeza, com a proposta de pesquisa e inovação, vai permitir novos estudos e, ao mesmo tempo, que se instale, em espaços de debate, a produção técnica, administrativa e científica com esse tema de combate à violência doméstica familiar contra a mulher, com perspectiva de gênero, raça ou etnia.

Eu passei a ler devagar para dar tempo de a minha Presidente chegar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer a CDH, favorável ao projeto.

A matéria vai para a Comissão Diretora do Senado.

Parabéns, Senadora Dorinha!

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ontem foi um dia de vitória. Ontem o Plenário do Senado entregou, aprovou grandes matérias na pauta feminina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Vários projetos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estávamos lá, vi a sua luta, uma luta incrível. E ontem a gente saiu daquele Plenário muito feliz – muito feliz.

Nós estamos avançando. Apesar de tantas dores e sofrimentos na pauta da mulher no Brasil, tanta morte, tanta violência, nós estamos fazendo grandes entregas, e essa é mais uma grande entrega.

Parabéns, Senadora, pelo seu relatório. Parabéns à Senadora Ana Paula pela autoria.

Item 7 da pauta. A Senadora Dorinha será a Relatora *ad hoc*.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 555, DE 2026

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para agravar a pena dos crimes de homicídio e de lesão corporal praticados contra criança ou adolescente (Lei Rodrigo Castanheira).

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e CCJ, em deliberação terminativa.*

Essa lei receberá o nome de Lei Rodrigo Castanheira.

Sou autora do projeto; o Relator desse projeto é o nosso querido Senador Flávio Arns, que apresentou o voto em tempo recorde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório é favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Senadora Dorinha fará a leitura *ad hoc*, mas antes, Senadora Dorinha, eu quero informar ao Brasil que a família de Rodrigo Castanheira está no Plenário. Eles fizeram questão de vir acompanhar. A última vez em que eu estive com a família, fui ao lado do caixão, do corpo do Rodrigo. A morte de Rodrigo chocou Brasília, chocou o Brasil. Não sei onde vocês estão encontrando forças para estarem aqui hoje, mas obrigada por estarem aqui.

E quando eu escrevi o projeto de lei, a gente ficou com muito receio, Dorinha, se dava ou não o nome da pessoa querida que foi embora, e a gente perguntou à família: "Posso?". E a família disse: "Deve, Senadora, porque nós faremos da nossa dor a nossa luta". Esse é só o primeiro projeto de lei pelo qual essa família está lutando para que seja aprovado no país.

Obrigada por estarem conosco, obrigada por terem interrompido o luto para estarem... Está aqui a mãe; a Bela, a irmã, que estava tão desolada naquele dia – tão desolada –; o tio que está fazendo movimento nas redes sociais. Obrigada por estarem conosco nesta Comissão. O Brasil inteiro orou por vocês. Nós temos um Relator, que foi sensível, e hoje a Relatora *ad hoc*, tão sensível quanto. Dorinha é minha parceira nessas lutas todas; Dorinha, se Deus quiser, será minha Governadora de Tocantins! E ela tem no coração o enfrentamento à violência de uma forma muito ousada e corajosa. A leitura do voto hoje está sendo feita pela pessoa que é mãe, que luta pelo fim da violência, que é apaixonada pelos meninos e meninas do Brasil. Obrigada por estarem conosco!

Senadora Dorinha, a palavra para a leitura do seu voto.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Querida Presidente e autora, não poderia deixar de fazer essa leitura em virtude da urgência. Quero manifestar meu respeito aos familiares do Rodrigo Castanheira.

Essa lei, na verdade, procura fechar lacunas para que outras situações semelhantes não ocorram. Então, que não seja em vão toda a história, toda a vivência, mas ao mesmo tempo que outras pessoas, outros jovens sejam salvos, e que exista punição em relação a toda situação de agressão! Então, parabéns à Senadora Damares pela sensibilidade, capacidade técnica e, mais do que isso, por assumir essa luta por todos. Então, não poderia me furtar à leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento já o nosso querido Senador Flávio Arns. Questão de situação pessoal o impediu de estar aqui, mas havia feito essa solicitação para que a gente não perdesse tempo. Então, vou direto à análise.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno, cabe a esta Comissão opinar sobre matéria relacionada à proteção à infância e à juventude.

Em relação ao mérito, o PL trata dum tema de grande relevância sob a ótica dos direitos humanos. Ao agravar o tratamento penal, por meio da previsão de qualificadora e causas de aumento, para aqueles que cometem homicídio ou lesão corporal contra crianças ou adolescentes, a proposição reforça a gravidade específica desses crimes e a sua total rejeição pela sociedade brasileira, especialmente em momento crítico, em que as taxas de mortes violentas intencionais de adolescentes registraram um aumento de 4,2% entre 2023 e 2024.

O PL encontra-se, ainda, em total consonância com a Constituição Federal, que, em seu art. 227, consagra a absoluta prioridade na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, determinando como dever da família, da sociedade e do Estado mantê-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Esse comando constitucional é detalhado no âmbito da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Por sua vez, em sentido semelhante, a Convenção sobre os Direitos da Criança dispõe que os Estados Partes adotarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência.

Diante disso, vê-se que o fortalecimento da resposta penal a crimes que atentem contra a vida e a integridade física de crianças e adolescentes encontra fundamento direto em normas internacionais, constitucionais e infraconstitucionais.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Ademais, a iniciativa não é isolada. Este Parlamento, em diversas oportunidades, mobilizou-se a fim de proteger grupos vulneráveis contra a violência. Mencionamos, como exemplo, a Lei nº 14.344, de 24 de maio, conhecida como Lei Henry Borel, que tornou qualificado o homicídio cometido contra menor de 14 anos. Nesse contexto de progressivo aprimoramento da tutela penal, mostram-se oportunas as medidas previstas neste PL.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, a nominação da proposta como Lei Rodrigo Castanheira remete ao trágico episódio recente, que deixou evidenciado que ainda é necessário fazer muito mais para que concretizemos a plena proteção da infância e da juventude em nosso país. A presente proposição honra e preserva a memória do jovem Rodrigo, que, aos 16 anos de idade, deixa enorme saudade aos familiares e amigos e fará grande falta a toda a comunidade do Distrito Federal.

Ao mesmo tempo, é importante que todos saibam que a sua história transcende o caso concreto e se torna motivação para estabelecer proposições mais rigorosas, de caráter geral e abstrato no Código Penal, com o objetivo de evitar que mais crianças e adolescentes sejam cruelmente alvos de violência por aqueles que lhes devem proteção e de assegurar que os autores da violência sejam severamente punidos.

Diante do grande mérito da proposta, sugerimos emendas com o fim de aprimorar a técnica legislativa. Assim, para não gerar contradições na legislação, faz-se necessário alterar também o art. 121, §4º, do Código Penal, para prever que a pena será aumentada de um a dois terços quando o homicídio for cometido contra criança ou adolescente de qualquer idade, e não apenas contra menor de 14 anos, como é atualmente previsto, além de agravar a pena no mesmo patamar contra a pessoa idosa, visto que esses grupos são tratados de forma uniforme na legislação para esse tipo de resposta penal.

Além disso, ajustamos o §7º do art. 129, que trata de aumento de pena do crime de lesão corporal nas hipóteses previstas no citado §4º do art. 121, para nele também prever a causa de elevação de um a dois terços se a lesão for praticada contra criança, adolescente ou pessoa idosa, em paralelo ao que propomos para o crime de homicídio.

Em razão do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 555, de 2026, com as seguintes emendas...

Aqui, acho que não é necessário ler as emendas; estão disponíveis. São os ajustes que eu já mencionei na minha leitura.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora Dorinha.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas 1, 2 e 3, que aperfeiçoaram o projeto, e a matéria agora vai, em caráter terminativo, para a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixe-me explicar para a família e para todos. Só vai para mais uma Comissão no Senado e ela não vai para o Plenário. Ela encerra na Comissão de Constituição e Justiça e segue para a Câmara.

Diante da importância da matéria, eu, a Senadora Dorinha, o Senador Flávio, vamos trabalhar para que ela seja aprovada imediatamente na Comissão de Constituição e Justiça. E, lá na Câmara, nós já temos Deputados esperando a matéria chegar para aprovar em regime de urgência lá. Nós vamos entregar essa matéria, essa lei, para o Brasil ainda este ano.

Quero agradecer, Dorinha. Obrigada a todos. Obrigada, Dorinha, pela sensibilidade; Sr. Ricardo, o pai; Rejane, a mãe; Bela, a irmã; Flávio; obrigada.

Para quem não lembra da história: o Rodrigo foi barbaramente agredido por outros jovens, uma emboscada, uma história que ainda a gente não entende, disseram que era um chiclete, depois um ciúme de uma menina... Uma morte dolorosa, bárbara. Um dos agressores está preso, mas nós queremos todos os agressores punidos. Nós não vamos permitir mais que um menino, na rua, na porta, num lugar em que ele poderia estar protegido, Dorinha... Foi covardemente assassinado por um playboyzinho que estava aí, batendo em todo mundo em Brasília; e, dessa vez, ele foi tão terrível que ele levou o menino Rodrigo.

A morte de Rodrigo Castanheira não será em vão. A partir de agora, toda vez que um juiz tiver que julgar, o juiz terá que falar a Lei Rodrigo Castanheira, na hora de proteger uma criança e um adolescente.

Obrigada, família, por estarem conosco.

Eu só queria pedir – se a Dorinha não se importa – para a gente tirar uma foto aqui com a família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Eu queria só falar, Senadora, não sei... Vou pedir ao Presidente Otto e vou pedir a relatoria, porque eu sou membro da CCJ, para que a gente possa votar. E, na verdade, toda criança, adolescente e idoso, que também passam a ser abarcados, com penas mais duras e uma rapidez em relação ao processo.

Parabéns pela sua iniciativa, que nós não gostaríamos que fosse neste contexto...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Mas a morte, além de ser duramente punida – as pessoas, os agressores –, ela muda a realidade para outros jovens, para outras crianças e para os idosos no Brasil.

Parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu queria chamar a família para a gente tirar uma foto, porque é uma foto histórica para o Senado. E, logo depois, a gente vai liberar a família também, porque acho que é pedir demais para que eles permaneçam. Eles não estão bem e eu vou liberá-los para também não precisarem mais ficar na Comissão.

Dorinha, vem cá. (*Pausa.*) (*Palmas.*)

Nós vamos continuar.

Nós estamos com a Senadora Augusta, que está *online*. A Augusta tem algumas matérias.

A gente vai dispensar a família. Eu queria que a assessoria os acompanhasse; é difícil para eles...

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 896, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir os crimes praticados em razão de misoginia.

Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 985, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir os crimes praticados em razão de misoginia.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Favorável à Emenda nº 4-PLEN; contrário às Emendas nºs 3, 5 e 6-PLEN; e pela apresentação da uma Emenda de Redação.

Observações: *Tramitação: CDH e CCJ.*

1. Em 08/05/2024, as matérias foram apreciadas pela CDH, com parecer favorável ao PL 896/2023, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo), e pela prejudicialidade do PL 985/2023.

2. Em 21/10/2025, as matérias foram apreciadas pela CCJ, com parecer pela aprovação do PL 896/2023 e a Emenda nº 2-CCJ, com os ajustes propostos pela relatora durante a apresentação do relatório, pela rejeição da Emenda nº 1-CDH, e pela prejudicialidade do Projeto nº 985, de 2023.

3. Em 04/11/2025, foram recebidas as Emendas 3 a 6-PLEN, do Senador Eduardo Girão.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Augusta Brito, para leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Primeiro, quero parabenizar todo o trabalho da Comissão, quero parabenizar o trabalho da nossa Senadora e Presidenta.

Estão percebendo que eu estou com a voz aqui, meio gripada de uma... Estou com uma sinusite.

Eu queria aqui, primeiro, parabenizar o projeto que foi aprovado anteriormente. Eu fico... Nós passamos por dias, porque o mês de março... Se minha Presidenta permitir, eu vou só comentar sobre o que foi aprovado agora, da importância de nós termos mulheres realmente em espaços de liderança, dentro do Senado, dentro da política, porque esse projeto Rodrigo Castanheira, que foi agora aprovado, que vai para a CCJ – e podem contar também com o meu apoio, com a minha ajuda, para que a gente possa agilizar isso, para ele ser aprovado o mais rápido possível –, vem de uma importância tão grande para que a gente possa evitar que outros jovens, outras crianças também sofram exatamente o que sofreu Rodrigo Castanheira, mas, sobretudo, o que vem sofrendo toda a família. Na pessoa da mãe, Rejane, eu queria aqui também dar a minha solidariedade e dizer: que bom, Senadora Damares, que você teve essa percepção.

Infelizmente, nós temos vários projetos que a gente propõe pela questão da realidade, da necessidade real de eles existirem. Queríamos nós não precisar apresentar tanto projeto baseado em fatos reais. Se é assim, eu posso dizer, que a gente tem um também que vai tramitar, se der tudo certo, na próxima semana, que fala em relação a também corrigir injustiça na hora dos julgamentos de estupros – aconteceram também em caso real, que também tem um nome.

Mas eu quero pedir já para fazer a leitura do projeto, voltando ao nosso projeto, pela análise, se assim a minha Presidenta permitir.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Concedido, Senadora.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eu já vou direto aqui, nós vamos fazer a análise, como tão bem já foi aqui resumido todo o trâmite desse projeto, que já vem há algum tempo, que já tinha passado pela Comissão, que foi para o Plenário e, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram apresentadas algumas emendas, ele volta novamente aqui para a Comissão, e eu tenho o prazer aqui em relatar agora estas emendas.

Entendemos que as Emendas nºs 3, 5 e 6-PLEN devem ser rejeitadas. Consideramos que essas emendas não se mostram convenientes, oportunas ou pertinentes, bem como não estão aptas a integrar, de forma harmônica e coesa, o projeto de lei que se pretende aprovar.

A Emenda nº 3-PLEN, ao pretender restringir o conceito de misoginia – estou explicando por que eu rejeitei – e excluir do alcance punitivo manifestações de natureza artística, científica, jornalística, acadêmica ou religiosa, compromete a delimitação objetiva do tipo penal e introduz exceção ampla e indeterminada que fragiliza o conteúdo protetivo da norma. É certo que as proteções constitucionais às liberdades de expressão artística, científica, jornalística, acadêmica ou religiosa não são nem aptas a serem revogadas pela norma penal, de modo que a emenda se torna absolutamente desnecessária. A condicionante que recai sobre a licitude de tais manifestações é inerente, a bem da verdade, ao próprio tipo penal, que exige dolo discriminatório. Assim, o conceito de misoginia já não se aplicaria, em todo caso, a manifestações sem conteúdo discriminatório, pois não se enquadrariam ao objeto do tipo penal.

Do mesmo modo procede a Emenda nº 5-PLEN, ao introduzir cláusula de exceção suscetível de ser instrumentalizada para justificar manifestações misóginas sob o rótulo de opinião ou convicção. Também nesse caso, a emenda é inócua, pois a conduta que não possui teor discriminatório seria atípica, não incidindo o tipo penal criado pela proposição.

A Emenda nº 6-PLEN, que condiciona a caracterização da injúria misógina à demonstração de dolo específico de discriminação ou de incitação à misoginia, impõe ônus probatório sobre elemento subjetivo que poderia inviabilizar a responsabilização de condutas misóginas. A exigência de dolo específico, quando a conduta pode se manifestar por meio de formas objetivas de desvalorização, estigmatização ou humilhação, desloca o foco da análise para estados subjetivos de difícil prova, em detrimento da avaliação objetiva dos efeitos da conduta sobre a vítima e sobre grupos protegidos.

Por sua vez, consideramos a Emenda nº 4, de Plenário, meritória, pois contribui para a elucidação do conteúdo normativo da norma. Dessa forma, a emenda aprimora a técnica legislativa da proposição, razão pela qual deve ser aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, apresentamos emenda de redação com a finalidade de atualizar o art. 20-C da Lei nº 7.716, de 1989, à presente proposição, de modo a assegurar coerência e precisão ao texto normativo, conforme preceitua a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Como o dispositivo em questão diz respeito à interpretação da lei como um todo, é necessário que passe a fazer referência também à discriminação praticada em razão da condição de mulher.

Diante disso, ante o exposto, o voto é pela aprovação da Emenda nº 4, pela rejeição das Emendas nºs 3, 5 e 6, de Plenário, e pela apresentação da emenda de redação a seguir.

> EMENDA DE REDAÇÃO Nº - CDH
> O art. 20-C da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 896, de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 20-C. Na interpretação desta Lei, o juiz deve considerar como discriminatória qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida, e que usualmente não se dispensaria a outros grupos em razão da cor, etnia, religião, procedência ou condição de mulher."

Era isso, minha Presidenta. Nós estamos vendo aí, infelizmente – só mais um comentário –, tanta violência, especialmente violência sendo motivada através da internet, exatamente em relação ao incentivo à misoginia, grupos se formando, legitimando esse grande ódio que tem, que está aí ganhando uma grande força pelas redes sociais, pela internet. A internet não pode ser realmente uma terra sem lei, nós temos que regularizar também. Esse tipo de ataque a nós, mulheres, que vem acontecendo tão fortemente, está ganhando um espaço, infelizmente, muito grande porque eles se sentem totalmente protegidos pelo anonimato. E é isso que a gente não pode permitir.

Então, nós estamos aqui falando e criando leis que são necessárias para que a gente possa dizer o óbvio: as mulheres e os homens, todos podem viver de forma livre e feliz, só que para nós, mulheres, a gente tem que ter uma lei garantindo isso. A gente só quer respeito, só quer o direito, realmente, de poder viver.

E eu queria, se assim for aprovado, já pedir um requerimento de urgência para que esse projeto possa ir para o Plenário o mais rápido possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, minha Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Augusta.

Em discussão a matéria.

No período de discussão, Augusta, eu queria te fazer uma pergunta. Você recepciona a Emenda 4 e apresenta uma de redação. Então, quando você recepciona a 4 e apresenta a de redação, a mudança é só na redação, nós não vamos correr o risco de isso voltar para a Câmara. Eu estou certa? Porque tem muita gente perguntando.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Exatamente. Por isso que é de redação, só acrescentando aqui na redação já existente, para não ter que voltar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E lembrando que o mérito já foi votado e aprovado na Câmara e no Senado.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não há o que dizer que a gente vai discutir aqui.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Hoje o relatório é só sobre as emendas de Plenário que foram apresentadas.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência*.) – E essa de redação eu também já comprovei com a Mesa que não volta, não interfere, não.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não volta. Então, o.k. (*Pausa.*)

É a primeira votação aqui. Ah tá, ele não foi para a Câmara? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tá, desculpas, é isso. Ele não foi ainda e voltou. Ele nasce aqui, votou em Plenário. Então, nós estamos aprovando as emendas de Plenário ainda aqui na Casa. Se a gente aprovar agora também o regime de urgência, a gente pode ver se volta ainda hoje, Augusta, e já vai para a Câmara.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Ótimo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas eu creio que essa é uma matéria que vai tramitar em caráter de urgência na Câmara.

Tem muita gente questionando, Augusta – inclusive, você deve imaginar a pressão que eu recebi – que o termo misoginia é muito abstrato, subjetivo. Deixe-me dizer uma coisa para vocês o que é subjetivo. Deixe-me explicar direitinho para quem acha que a gente está exagerando nessa matéria.

Nesta semana, Augusta, segunda-feira, enquanto eu estava aqui na CPI do INSS, aqui no meu DF, um homem matou a ex-esposa. Eles foram casados por 20 anos. A menina só tinha 41 anos, gente – uma mulher que tinha uma vida inteira pela frente –, e tinham filhos. Ele a levou no carro e a convidou para conversar. Dentro do carro, Augusta, debaixo do tapete do motorista, ele estava com uma faca de açougueiro. Então, ele a convida para conversar e a mata com uma faca de açougueiro. E sabe o que ele fez, Augusta, depois que ele a matou? Ligou para o filho, mandou imagem para a família. Ele levou, Augusta, o corpo dela à delegacia. E aí ontem eu assisti ao depoimento dele. Se vocês assistirem ao depoimento dele, vocês vão entender o que é misoginia, vão entender o que é ódio contra a mulher, vão entender o que é feminicídio. Ele levar o corpo à delegacia... Não é só mais matar, Augusta. É agora exibir o troféu, sair exibindo o troféu.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nos últimos crimes que nós estamos vendo, eles matam, fazem vídeo enquanto matam para mostrar para a família: "Ó, matei sua filha". Sabe o que é um pai receber do ex-genro filmando: "Ó, acabei de matar sua filha. Olhe o que eu fiz com sua filha". Aí tem gente que ainda vem dizer que o tema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é abstrato, que ódio é abstrato. O ódio à mulher no Brasil não é abstrato. Ele é corpo, ele é sangue, ele é dor, ele é sofrimento. Então, a gente vai manter essa matéria.

Havia um movimento para que eu nem trouxesse a matéria para a pauta hoje. Justo comigo? Justo comigo vão fazer esse movimento? Façam em outro lugar. Justo comigo, que tenho 40 anos de defesa e proteção da mulher? Defesa e proteção.

E agora, Augusta, o ódio pregado nas redes sociais... O tal do *red pill*, Augusta, é absurdo.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Um absurdo! Se isso não for misoginia...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Desse movimento *red pill*, um dos líderes tem 1 milhão de seguidores. Vocês têm ideia do que é isso? Tem membros do grupo *red pill* que são candidatos a Deputados Federais, Augusta.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos ter que mostrar para o Brasil o que é um *red pill*.

Aí é um ódio contra a mulher... E agora esta semana a gente viu a tal da *trend* entre os jovens...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... e aqui até quero agradecer ao TikTok porque imediatamente tirou do ar – ensinando o jovem como reagir caso a menina dissesse "não". Que absurdo! As imagens são... Isso não é brincadeira de menino.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Não é. Não é.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ensinar como matar!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Não é.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – As imagens são como matar se a menina disser não ao pedido de namoro.

E o que aconteceu semana passada? Uma menina estuprada, estupro coletivo, ela dizendo: "Não, não, não, não", sendo estuprada. E os meninos descem no elevador, Augusta, rindo! Quem viu a frase que eles disseram? "A mãe de alguém vai ter que chorar hoje". E a mãe da menina dá uma entrevista chorando. Chega! Chega!

Então, Augusta, parabéns pela forma como você conduziu...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Não, eu quero parabenizar você. Eu quero dizer assim do meu orgulho de ter você presidindo, porque uma pauta dessa... Eu, esse mês, estou muito sensibilizada. Não tem um instante... Não só esse mês, mas esse mês parece que está sendo fortalecido pelos *red pills*, enfim, por esse ódio realmente, por essa misoginia, que é o ódio a nós mulheres. Uma recepcionista é agredida fisicamente porque não quis dar um beijo, enfim, no seu local de trabalho. Não tem nenhum tipo de relação que justifique, a não ser o ódio por ela ser mulher, e isso que vem sendo ensinado e repetido como natural nas redes sociais pelos *red pills,* pelas *trends*, dizendo que, se disser não, tem que forçar, que é um objeto. Isso é uma questão tão pesada para a gente, isso é misoginia pura.

Então, a essas pessoas que comentam essa subjetividade eu não sei nem assim que tamanho e que peso a gente pode dar, porque eu estou adoecida. Eu estou adoecida esse mês mais do que nunca, porque eu fico pensando o que é que a gente pode fazer, além de, lógica e obviamente, preparar os projetos que a gente vem fazendo? Porque não falta projeto para nos defender...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pois é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência*.) – ... e muitos deles a gente precisa aprimorar, precisa aumentar a pena, como a gente está aumentando aqui.

Eu tenho um projeto que está tramitando na Comissão, que é exatamente para aumentar a pena do estupro. E ela também dá o nome dela, que é Renata. Ela faz questão de botar o nome dela. A gente vai discutir, se der tudo certo, na próxima semana, para, nesse mês também, ser votado. Já pedi muito que ele fosse pautado e a urgência nele, pela necessidade. Com três dias, o agressor, o estuprador, tendo sido pego em flagrante, ganhou sua liberdade. Que Justiça é essa que nós estamos falando? Que Justiça é essa que a gente está falando, que solta um agressor, um estuprador, um assassino, enfim? Então, a gente tem que mudar a lei.

Agora, não é só mudar a lei; é uma questão muito cultural de não se achar que misoginia é muito subjetivo, porque, se ódio existe, e infelizmente existe... Queria eu que não existisse, que a gente não estivesse preparando lei para isso...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência*.) – ... e não estivesse debatendo nem discutindo nenhum tipo de violência contra nós mulheres.

Eu fico fortalecida, porque tem você aí, que tem coragem, que faz, porque tem tantas outras Senadoras e Senadores também, para que a gente possa fortalecer através da lei e para que a gente possa verdadeiramente mudar essa cultura do machismo, da misoginia, do ódio e da competição que existe tão fortemente ainda entre homens e mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Augusta, você lembrou o caso da recepcionista. Eu quero lembrar a soldado que o coronel... Que absurdo! Aí, como ele sabe bem de investigação, simular um suicídio. Aqui também, essa semana, teve um outro caso de um bombeiro da reserva que botou fogo na casa. Ele sabe como botar fogo. Quer dizer, eles estão usando os instrumentos de trabalho deles, os conhecimentos da área deles para matar mulher.

E eu não posso esquecer também, Augusta, o caso, alguns dias atrás, da filha do Prefeito da cidade de Itumbiara, em que ele mata os filhos para machucá-la, né? A violência vicária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, olha, nós estamos no limite. Parabéns, parabéns.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Parabéns também.

Nós estamos desabafando porque, enfim, isso nós sabemos, né? Nós sabemos como é essa dor de cada mulher que é agredida, de cada família, dessas crianças, ela dói muito na gente, né? Ela dói muito em quem está... Pelo menos a gente, que está ocupando esse espaço de poder agora, para... Eu me cobro muito: o que é que eu posso fazer para que isso não se repita com outras? Como eu posso agir para que isso não ganhe força, como está ganhando, infelizmente, esses *red pills*? Como é que a gente pode fazer? E isso é angustiante, porque a gente vê tantos casos se repetindo.

Vou só citar um também que foi aqui. A policial trabalhava na Maria da Penha, na patrulha Maria da Penha. E a gente vê os homens usando a lei para burlar a cena do crime a seu favor. E a própria policial, que sabia todos os tipos de violência, que cuidava de outras mulheres, que fazia atendimento a medida protetiva, que trabalhava diretamente na patrulha Maria da Penha, não conseguiu salvar a própria vida. Não é só o conhecimento e a lei escrita no papel; é muito essa questão comportamental, de cultura do machismo, que a gente tem que desconstruir. Ela não conseguiu salvar a própria vida porque ela foi morta pelo companheiro policial, também no feminicídio.

Então, é muita coisa para a gente pensar, o que é que a gente pode fazer, além do que a gente vem fazendo.

Parabenizo mais uma vez o trabalho da Comissão, o trabalho da Presidenta, nossa querida Damares, e muito obrigada pela oportunidade de poder estar falando aqui, mesmo que de forma virtual. É um grande prazer sempre contribuir com esta Comissão, que faz muito.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela aprovação da Emenda nº 4, de Plenário, pela rejeição das Emendas 3, 5 e 6, de Plenário, e pela apresentação da Emenda de redação nº 7, da CDH.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não sem antes a gente dizer que a autora do projeto, Senadora Ana Paula, sofreu inúmeras agressões na internet porque apresentou o projeto para se criminalizar a misoginia. Minha solidariedade à Senadora Ana Paula. (*Pausa.*)

Nós temos agora o pedido de urgência para fazer a votação conforme o requerimento apresentado pela Senadora Augusta.

Aqueles que concordam com a urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência, a matéria segue em caráter de urgência.

Augusta, nós temos o item 8 também, que é de autoria sua, é um requerimento. Concedo a palavra para você falar sobre o Requerimento 42, de 2026.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 42, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública na CDH com o objetivo de apresentar os serviços do Senado Federal na prevenção e enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher e equidade de gênero.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE) e outros

Concedo a palavra para defesa do seu requerimento, Augusta. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela saiu?

Então, eu subscrevo...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Não, estava sem o microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vai lá, Augusta.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Não, bem rapidamente também. Aproveitando aqui que já aconteceu uma audiência pública, que inclusive V. Exa. presidiu, em que foi falado sobre o Comitê de Equidade Racial... E aí, quando eu percebi a necessidade de que a gente faça audiências públicas para que a gente possa dar publicidade a tudo que vem sendo feito por vários órgãos dentro do Senado Federal em relação ao combate à violência contra nós mulheres, aí veio a ideia de fazer esse requerimento, pedido de audiência pública, para que nós possamos ouvir aqui o Observatório que nós temos, a Procuradoria Especial da Mulher, a Polícia do Senado Federal – enfim, o Observatório já falei –, todos esses órgãos e outros mais, como a Comunicação do Senado, para a gente dar oportunidade ao que a gente tem e dar publicidade para a população saber realmente o que vem sendo feito dentro do Senado. Além disso, nós estamos conseguindo integrar esse trabalho.

Então, é importante que a gente possa dar visibilidade. Por isso, eu pedi que esta audiência pública fosse feita pela nossa Comissão de Direitos Humanos, porque tem tudo a ver a gente poder fazer e contribuir com todos os órgãos que temos, que são muito competentes – e já agradeço demais a parceria com todos pela Procuradoria Especial da Mulher –, para que a gente possa debater, discutir, entender, ver o que já está sendo feito e aprimorar o que ainda precisa.

Era isso, minha querida.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fantástico, Augusta. Eu só vou te pedir uma inclusão, Augusta. Eu sei que estão todos os órgãos, mas, neste exato momento, está sendo homenageada, lá no Plenário geral, a TV Senado por seus 30 anos, e a TV Senado é uma parceira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Grande.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... na luta pelo fim da violência contra a mulher. Então, que a gente traga todos os órgãos, a Secretaria de Comunicação...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Ah, ótimo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... mas uma cadeira especial para a TV Senado, que também seria uma forma de a gente homenagear a TV Senado, está bom?

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Maravilha. Ótima ideia. Acatada já.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bom.

Em votação o Requerimento 4.226.

Eu também o estou subscrevendo e solicito o aditamento do objeto para completar o lançamento dos Planos de Acessibilidade e Sustentabilidade Ambiental no mesmo dia, conduzido pelo Núcleo de Ações Socioambientais.

A gente faz um grande evento aqui...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Vamos fazer, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... com todos os nossos órgãos de proteção que trabalham e com esses servidores aguerridos aqui do Senado.

Em votação, o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Obrigada, Augusta.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 781, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre atendimento individualizado periódico na educação especial.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CE.*

Em 11/03/2026, foi recebido o novo relatório.

Concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli, para a leitura do seu relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Presidente.

Bom dia, bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria parabenizar, Damares, toda a discussão entre você e a Senadora Augusta. Queria parabenizar a Senadora Ana Paula Lobato e parabenizar você, além do seu aniversário, por todo o seu trabalho.

Eu estava aqui ouvindo e tenho assistido... Eu tenho quase certeza de que a gente ultrapassou aquele número de uma mulher morta a cada quatro horas, porque, do jeito que as coisas aceleraram... E a gente só depara essa violência, todo dia, em vários municípios, na televisão. Vocês mencionaram vários. Teve na cidade onde minha mãe mora, São Bernardo: a moça foi esfaqueada dentro da Vivara, da joalheria, e também tinha medida protetiva, e tinha dito que estava com medo do ex-namorado que não aceitava o não.

A gente está passando por um momento, com todo esse ódio, em que o mundo está doente e a gente precisa trabalhar apoio de saúde mental em todos os lugares, em todas as vertentes, porque isso é uma doença mental que se instalou e está gravitando na cabeça principalmente dos homens. É uma violência que está escalando um porte em que parece que a gente está perdendo até a força para lutar.

Então, eu agradeço muito por poder ter ouvido a fala de vocês e colaborar. Quero me colocar à disposição e dizer o quanto eu também tenho sofrido com tudo que está acontecendo. A gente não consegue. Cada mulher que sofre e bate dentro do nosso coração, como se alguém tivesse enfiado a mão e arrancado uma víscera.

Então, a gente está numa situação em que a gente tem condição de fazer. E nós vamos, juntas, muito mais fortes, conseguir pelo menos um pouco de mudança nesse cenário.

Foi também um desabafo.

Eu peço licença, Presidente, para ir direto à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pois não, Mara. Foi um desabafo muito oportuno também que você acabou de fazer.

Antes de você ler o relatório, para quem não assistiu à TV Senado ontem, nós ficamos juntas até tarde da noite para aprovar todas as nossas pautas de mulher ontem. Parabéns pela defesa do seu voto lá ontem; seu projeto foi incrível, Mara! Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode ir direto ao mérito.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Damares. Obrigada, Presidente.

Então, compete a esta Comissão, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre matérias relativas à garantia e à promoção dos direitos humanos, à proteção de grupos vulneráveis e à defesa dos direitos das pessoas com deficiência. O PL nº 781, de 2022, insere-se diretamente no núcleo de competências deste Colegiado, ao buscar fortalecer um dos pilares da dignidade humana: o direito a uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

A proposição é meritória e oportuna. Ao tornar explícito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a nossa LDB, o dever de ofertar atendimento individualizado periódico, o projeto reforça a obrigação do Estado de prover os suportes necessários para que cada estudante possa desenvolver seu pleno potencial, em conformidade com o princípio da igualdade substancial. Trata-se de reconhecer que a verdadeira inclusão exige mais do que a simples matrícula em classe comum; demanda a remoção de barreiras e a oferta de ferramentas personalizadas que atendam às necessidades específicas de cada um.

O alinhamento do PL com os tratados internacionais de direitos humanos é inequívoco.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, internalizada no ordenamento jurídico brasileiro com *status* de emenda constitucional, estabelece em seu Artigo 24 o dever dos Estados Partes de assegurar adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais e de garantir medidas de apoio individualizadas e efetivas. O projeto materializa esse comando na principal lei da educação do país.

No plano nacional, a proposta aprofunda e detalha as diretrizes já traçadas pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei nº 13.146, de 2015. E o art. 28 da LBI prevê a adoção de medidas individualizadas e coletivas e o planejamento de estudo de caso, de elaboração de Plano de Atendimento Educacional Especializado. A proposição, portanto, confere maior densidade normativa a esses preceitos, fortalecendo a segurança jurídica para estudantes, famílias e educadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, o Decreto nº 12.686, de 2025, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, a rede nacional de educação especial inclusiva, trouxe avanços significativos na regulamentação do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Em seus arts. 5º e 11, o referido decreto consagra o estudo de caso como metodologia essencial de produção, sistematização e registro de informações e estratégias relativas ao AEE, configurando-se etapa inicial necessária para a identificação do estudante público, da educação especial e para a fundamentação do Plano de Atendimento Educacional Especializado e do Plano Educacional Individualizado.

E outro ponto de relevância diz respeito à garantia de que o acesso ao AEE não seja condicionado à apresentação de diagnóstico, laudo, relatório ou qualquer documento emitido por profissional de saúde. Trata-se de diretriz já firmada no §7º do art. 11 do Decreto nº 12.686, de 2025. Com efeito, vincular o atendimento especializado à prévia obtenção de laudo médico representaria barreira de acesso incompatível com o modelo social da deficiência consagrado na convenção internacional e na Lei Brasileira de Inclusão.

O estudo de caso conduzido pelos profissionais da educação constitui o instrumento adequado para identificar as necessidades do educando e definir as estratégias pedagógicas cabíveis, sem prejuízo de que laudos e relatórios de saúde possam subsidiar de forma a complementar a avaliação educacional. E, nesse sentido, propomos nova redação para o §4º do PL para deixar explícita essa garantia.

Contudo, para que o avanço seja completo, é fundamental não apenas o que se oferece, o atendimento individualizado, mas como esse atendimento é estruturado. A literatura acadêmica e a experiência internacional demonstram que a eficácia dos apoios depende de um planejamento sistemático documentado e centrado no aluno.

Países como Estados Unidos, França e Itália consolidaram modelos de planos educacionais individualizados, que vinculam avaliação, metas e intervenções, aumentando a eficiência do processo educativo.

No Brasil, essa ferramenta é conhecida como Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE). O Decreto nº 12.686, de 2025, definiu-o como "documento obrigatório e individualizado de natureza pedagógica, com atualização contínua".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para garantir a perenidade e a força normativa dessa ferramenta essencial, propomos outra alteração ao projeto de modo a inserir o § 5º no art. 58 da LDB, com o objetivo de vincular expressamente o atendimento individualizado periódico, previsto no § 4º, à obrigatoriedade de sua organização por meio do PAEE. Tal medida eleva uma previsão regulamentar ao patamar de lei, harmonizando a LDB com a LBI e com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de modo a corrigir uma falha histórica da nossa legislação educacional já apontada por especialista em educação especial.

Os educadores indicam que os efeitos da ausência de dispositivos na legislação para garantir planos individualizados resultavam em um planejamento centrado mais nos serviços existentes do que nas necessidades pedagógicas que cada aluno apresenta; ou seja, o aluno deveria se inserir ao esquema em vez de a escola se adequar ao aluno.

Ressaltamos, por fim, que a medida não cria despesas, mas qualifica o uso dos recursos já alocados ao atendimento educacional especializado, especialmente por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que já prevê fatores de ponderação majorados para essas matrículas. No entanto, atendendo à solicitação da Confederação Nacional de Municípios, incluímos a previsão de colaboração da União para oferta de apoio técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios, para o aprimoramento dos serviços de apoio especializado e a garantia de uma educação de qualidade para todas e todos os brasileiros.

Desse modo, o PL nº 781, de 2022, com redação na forma das emendas que propomos, representa um avanço indispensável na consolidação do direito à educação inclusiva e ao atendimento educacional especializado. A proposição reforça o compromisso do Estado brasileiro com a dignidade, a autonomia e o pleno desenvolvimento de mais de 2,5 milhões de estudantes da educação especial.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 781, de 2022, com as emendas que apresentamos.

Muito obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Mara. Que voto! Que voto bem-feito, com dados, com informações. A gente não esperava nada menos de você quando o assunto é pessoa com deficiência e educação especial, o carinho que você tem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas 1, 2 e 3, da CDH.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura em deliberação terminativa.

Vou lutar para ser Relatora lá, tá, Mara? Porque a matéria é muito importante – muito importante.

Senadora Mara, o item 5 da pauta e o item 10 são de minha autoria. É uma SUG, uma coisa muito simples, e um requerimento. Eu gostaria que a senhora presidisse... Há também o item 6. O Plínio Valério pediu que eu lesse *ad hoc*; também é um voto pequeno.

Eu gostaria que a senhora presidisse a reunião para que eu fizesse a leitura desses itens. Pode ser?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Claro, com muita honra, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Passo a Presidência à Senadora Mara.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Bom, item nº 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

SUGESTÃO Nº 15, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre a "Transparência salarial em ofertas de emprego".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela rejeição da sugestão legislativa.

Observações: *Tramitação: CDH.*

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves, para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Senadora Mara, eu vou pedir permissão para ir direto à análise, Presidente, parabenizando, antes, o autor da proposta.

Nós aqui valorizamos muito a participação popular por meio do e-Cidadania. Essa proposta chegou ao Senado Federal em 23/07/2025 e, em 30/09/2025, alcançou 21 mil assinaturas.

O autor da proposta, Mara, é o Samuel, de Minas Gerais. A gente quer cumprimentá-lo, mas a gente vai ter que rejeitar na forma de sugestão.

Isso não quer dizer, Samuel, que o debate se encerra aqui. A gente pode continuar essa discussão na Comissão de Trabalho, lá na Câmara dos Deputados, mas, como SUG, nós entendemos que a gente não pode dar prosseguimento por meio desta Comissão. Mas, de qualquer forma, parabenizo-o por ter trazido um tema tão importante para o debate.

Eu vou direto à análise.

No plano formal não se constam óbices constitucionais, jurídicos ou regimentais ao prosseguimento da análise da matéria quanto à competência legislativa e ao rito aplicável às sugestões legislativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressalte-se que, em 2023, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 14.611, de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 11.795, de 2023, a qual instituiu instrumentos de promoção da igualdade salarial e de critérios remuneratórios, inclusive com mecanismos de transparência interna e relatórios periódicos. Esse arcabouço demonstra que o tema já recebeu tratamento legislativo específico e abrangente, reduzindo a oportunidade e a necessidade de nova intervenção legal com caráter impositivo e generalizado.

Então é isso, Mara. Faz muito pouco tempo, em 2023, nós já aprovamos uma matéria que fala sobre salários. A proposta, para quem está acompanhando via internet, a SUG, diz o seguinte: que, quando alguém oferecer um emprego, na hora que oferecer, tem que divulgar quanto é o salário, para que as pessoas se candidatem ou não. Há uma interpretação de que isso afeta a livre concorrência, Mara. Por exemplo: eu quero pagar X para uma secretária, mas uma outra empresa quer pagar X mais Y. Na hora em que eu publico o meu salário, eu automaticamente vou dar ideia à outra empresa para diminuir o valor que ela queria. Então, acaba sendo... Uma coisa que todo mundo acha que poderia beneficiar o trabalhador, há um entendimento de que pode prejudicar o trabalhador porque todo mundo vai nivelar por baixo o valor, e não o que a empresa realmente quer oferecer. E, aí, a gente já deliberou sobre isso em 2023, por isso que eu estou rejeitando a SUG.

No mérito, apesar da legitimidade da preocupação social e da relevância do debate sobre transparência, a proposição impõe intervenção estatal direta no recrutamento e na seleção, alcançando a organização e a estratégia empresarial com potencial afronta aos arts. 1º, inciso IV, e 170 da Constituição Federal. A livre iniciativa fundamenta a República e estrutura a ordem econômica, assegurando liberdade de gestão e de definição de estratégias de contratação, compatíveis com a função social.

A livre iniciativa não se resume ao direito abstrato de empreender, mas compreende a liberdade de organizar, planejar e gerir a atividade econômica, incluindo a definição de estratégias de contratação, política remuneratória, estrutura de cargos e processos de recrutamento e seleção. A imposição estatal – por força de lei – de obrigação de divulgação prévia de salários ou faixas salariais converte em comando legal uma escolha que integra a esfera de autonomia empresarial, configurando intervenção direta do domínio econômico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para ser constitucionalmente legítima, tal intervenção deve observar os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e necessidade. Entretanto, não se evidencia que a obrigatoriedade proposta seja indispensável para atingir os fins almejados, sobretudo diante da existência de instrumentos normativos já vigentes e de práticas de mercado que caminham, voluntariamente, em direção a maior transparência.

Do ponto de vista da ordem econômica, a medida ainda tensiona a livre concorrência, visto que a divulgação pública e obrigatória de faixas remuneratórias pode funcionar como sinalização entre competidores, diminuindo a flexibilidade de ajuste e favorecendo condutas de alinhamento de mercado.

Por tudo isto e mais o que consta no relatório, que já está devidamente publicado, o voto, Senadora Mara, Presidente, é pela rejeição da SUG 15, de 2025, com base no inciso II do Art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal.

Esse é o voto e peço apoio aos pares.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está rejeitada a matéria.

A matéria vai ao arquivo. (*Pausa.*)

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3906, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 14.308, de 08 de março de 2022, que Institui a Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica; a Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, que regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, para dispor sobre o diagnóstico precoce do câncer infantojuvenil no âmbito da Atenção Primária à Saúde e dá outras providências.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e CAS, em deliberação terminativa.*

Concedo a palavra à Senadora Damares, que fará a leitura *ad hoc* do relatório do Senador Plínio Valério.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise, também de uma forma resumida, porque o relatório já foi devidamente publicado e creio que há consenso na matéria.

A proposição, Presidente, possui objeto louvável, visto que busca fortalecer o direito constitucional à saúde de crianças e adolescentes, por meio do aprimoramento de medidas focadas no diagnóstico precoce do câncer infantojuvenil, especialmente no âmbito da atenção primária à saúde.

O PL prevê diretrizes específicas para serem seguidas no âmbito da atenção primária à saúde e, além disso, elenca atividades para o agente comunitário de saúde, com foco em contribuir com o diagnóstico precoce do câncer infantojuvenil.

Não obstante o mérito do PL, entendemos que seu conteúdo já está abrangido por outros diplomas, como a Lei 11.350, de 2006; a Lei 14.238, de 2021; a Lei 14.758, de 2023, do Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer; a Lei 14.308, de 2022, que instituiu a Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica; e, finalmente, a própria Lei 8.080, de 1990, a Lei Orgânica da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por conta disso, Presidente, por a gente entender que alguns dispositivos do projeto já estão contemplados em outras leis, mas entendendo a importância deste projeto de lei, o voto é pela aprovação com um substitutivo, uma emenda em forma de substitutivo, que diz o seguinte:

> EMENDA Nº -CDH (SUBSTITUTIVO)
> PROJETO DE LEI Nº 3.906, DE 2025
> Altera a Lei nº 14.308, de 8 de março de 2022, para prever o fortalecimento da participação das equipes da Atenção Primária à Saúde em ações que contribuam para o diagnóstico precoce do câncer infantojuvenil.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 14.308, de 8 de março de 2022, para prever o fortalecimento da participação das equipes da Atenção Primária à Saúde em ações que contribuam para o diagnóstico precoce do câncer infantojuvenil.
> Art. 2º A Lei nº 14.308, de 8 de março de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 3º .....
> .....
> X – fortalecer a participação das equipes da Atenção Primária à Saúde em ações que contribuam para o diagnóstico precoce do câncer infantojuvenil." (NR)
> Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o substitutivo. Esse é o voto, Presidente.

A gente aprova o projeto com o substitutivo, fortalecendo a prevenção ao câncer infantojuvenil. Este é o voto e eu peço apoio dos pares.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação, o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório está aprovado e passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em deliberação terminativa.

Bom, agora um item extrapauta.

Solicitação de inclusão, extrapauta, do Requerimento nº 44, de 2026, de autoria da Senadora Damares Alves.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 44, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater os desafios enfrentados pelas pessoas com Síndrome de Prader-Willi no Brasil, especialmente quanto ao diagnóstico precoce, ao acesso ao tratamento adequado e ao desenvolvimento de políticas públicas de saúde, educação e inclusão social.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Senadora, eu quero fazer a defesa do requerimento.

Presidente, na segunda-feira passada nós tivemos aqui na Comissão mais uma audiência pública para a gente discutir os desafios das famílias com doenças raras. Foi incrível, e você foi o tempo todo elogiada, Mara? Inclusive estava presente o nosso querido Instituto João Clemente; eles vieram presencialmente, foi lindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, durante a audiência, eu trouxe um caso, Mara. Eu sou família rara, porque eu tive na família o meu sobrinho filho, o Igor Henrique, que tinha a Prader-Willi. É uma síndrome que as pessoas não conhecem muito, e nós precisamos fazer uma discussão sobre essa síndrome. Faz um tempo que eu quero fazer essa discussão, mas essa semana aconteceu um episódio bárbaro, Mara. Na cidade de Fortaleza, um menininho com Prader-Willi...

Quem não sabe o que é essa síndrome, deixe-me explicar. Ela tem diversos sintomas, um deles é a obesidade. A criança que tem Prader-Willi, querendo ou não, será uma criança obesa. O meu sobrinho, no dia em que nós o perdemos, ele tinha 12 anos de idade. No dia em que ele morreu, com 12 anos, ele estava com 180kg. E essas crianças estão agora começando a ir para a escola. Quando nós perdemos o Igor, em 2002... Quando ele nasceu, em 1989, só tínhamos quatro casos registrados em São Paulo, era raríssima, a síndrome estava sendo conhecida no Brasil. Se a gente soubesse o que a gente sabe hoje, nós teríamos dado mais qualidade de vida para o Igor. O Igor era uma criança obesa, que enfrentou todos os tipos de preconceito e discriminação.

Aí, Mara, semana passada, numa escola, Magno Malta, um menino com Prader, obeso, foi levado para o banheiro da escola pelos colegas e trancado no banheiro, e o fizeram comer sete fatias de bolo, empurrando na boca dele. Esse menino poderia... Como eles têm uma fome insaciável, se o estômago dele já estivesse cheio, essas sete fatias poderiam tê-lo levado à morte. E rindo dele e o forçando a comer. Isso está acontecendo muito no Brasil.

Então, nós entendemos que agora é a hora de fazer a discussão sobre a síndrome, trazê-la para a pauta, dar visibilidade. Então, nós vamos fazer uma audiência – esse é o requerimento, Mara – com a Comissão de Direitos Humanos... É uma audiência em conjunto, a Comissão de Direitos Humanos, a CAS e a Comissão de Educação, porque nós queremos enfrentar o *bullying* a essas crianças nas escolas. Eu acho que faltou os professores nessa escola observarem que esse menino tinha síndrome de Prader-Willi. Com certeza, teriam orientado os colegas, dizendo: "Olha, não é porque ele quer comer muito, é porque ele tem uma síndrome".

Então, esse é o objeto do requerimento, e eu peço apoio aos colegas para a gente aprovar para fazer em conjunto, as três Comissões, inclusive trazendo o MEC, para a gente discutir formas de prevenção ao *bullying* às crianças com Prader-Willi no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Damares, eu até queria dizer que é de extrema importância mesmo a discussão, mas esse menino – mesmo que ele não tivesse a síndrome, mas se ele fosse obeso – teria sofrido a mesma coisa porque existe esse olhar cáustico para o obeso, como se ele assaltasse a geladeira toda noite. Muitas vezes, é algo que leva a tantas limitações!

Então, mais uma vez, eu insisto: se a gente vai fazer essa discussão ainda partindo de uma coisa que aconteceu, de um *bullying* que aconteceu com um menino que tem uma síndrome de Prader-Willi, a gente tem que ter apoio de saúde mental, porque tem que começar na escola. Quando a gente pensar em todos os atores que vão participar dessa audiência, a gente não pode se esquecer dos psicólogos, a gente não pode se esquecer de quem trabalha com saúde mental, porque esse ódio de que a gente está falando já está impregnado nessas crianças que enfiaram bolo na boca dele.

E, talvez, quando virar adulto, ele vai ser um adulto abusador, um adulto violento. Então, está na hora de a gente começar bem do começo a curar essa doença horrorosa que é o ódio e a violência que estão dominando o nosso país.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Mara.

Vamos para a votação, Mara, desse requerimento?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Vamos.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Mara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mara, eu posso pegar a Presidência de volta?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Pode.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Enquanto eu tomo a Presidência, deixe-me te chamar a atenção, Mara.

O item 9 da pauta foi retirado da pauta hoje, mas eu queria muito... E o Senador Paulo Paim apresentou requerimento para uma discussão. É um projeto de lei, Mara, que eu acho que vai precisar de uma atenção especial, sua e do Romário, que proíbe a adoção de sistema de cotas em processos seletivos de programas de residência médica. O Paim apresentou um requerimento que foi aprovado, mas a matéria já foi lida. Então, hoje seria somente a votação. A gente deve conversar com o autor e o Relator, Mara, para a gente fazer uma audiência pública, fazer uma discussão antes da votação da matéria. Então, converse depois com o Paim, com o Romário, para ver se a gente consegue falar com o autor e o Relator para uma discussão antes da votação da matéria. O.k.?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – A gente já está até conversando, Presidente Damares, sobre isso, sobre essa audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bom. Obrigada, Mara.

Bem, o Requerimento 11, do Senador Paim, de realização de audiência pública sobre cotas em residência médica já foi defendido.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 45, DE 2026

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública " Cotas na residência médica"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Vamos colocá-lo em votação? (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Paim para a realização da audiência pública "Cotas na residência médica".

Assim, a gente esgota a pauta de hoje. É isso?

Quero agradecer aos colegas.

Nós temos expediente?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Magno Malta, com a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu estou aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Magno Malta, com a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Eu acho que eu fui o primeiro Presidente da CDH. Esta Comissão foi criada, não sei se foi no meu primeiro mandato, no meu segundo mandato, e é a Comissão por onde começa a importância de mérito e que trata de todo e qualquer assunto que envolva a vida da sociedade. Certamente hoje não foi um dia diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje é um dia diferente, porque só acontece uma vez no ano. Hoje é o aniversário de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. (*Palmas.*)

Quando ele era meu chefe, ele me dava presente. (*Risos.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – E você acha que eu vim à Comissão hoje por quê?

O dia do aniversário da gente é o dia mais importante da vida da gente. Já vi muita gente que fala "eu não me importo", "meu aniversário passa, não estou nem aí", "não me importo com esse tipo de coisa". No fundo, no fundo, está dizendo que se importa muito.

Quem não quer receber parabéns, quem não quer receber um abraço? Hoje, em época de internet, ser lembrado, receber uma mensagem de amigos, da família, de quem gosta? E outros até não gostam. Fazem isso porque têm nossos números e saem mandando parabéns. E fazem isso com todo mundo.

E nós que somos Senadores, a assessoria sabe e manda um cartão. O Senador assina, e o cartão chega.

Eu falei "não, eu vou lá para dar parabéns".

E você está muito bem vestida. Você está se vestindo muito bem. Está muito bonita hoje. Veja. E não há presente mais importante do que isso. Está feliz. E não sei, não sei. Com quem será? E falo da importância deste dia.

Há uma música de Samuel e Daniel que diz "Você é especial. Quem te deu a vida destruiu a forma, não fez outro igual".

O dia do aniversário da gente parece que é o dia em que a gente quase que consegue pegar em Deus. Chega perto assim, porque Ele é a vida. E esse dia é o dia da vida. É o dia da vida.

Por isso, Senadora Damares, eu lhe desejo toda a felicidade do mundo, essa felicidade acompanhada com muita saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente tem saúde, a gente consegue ser mais útil às pessoas. Ser mais útil à vida, às lutas das pessoas, independentemente das nossas. Com saúde, a gente vai sobrevivendo, lutando com dores e dando o melhor da gente. A saúde proporciona que nós tenhamos disposição para enfrentarmos intempéries.

Veja, nós estamos no mês da mulher. Comemorar o quê, pelo amor de Deus? Com tanto feminicídio, com um Presidente da República que fala barbaridades?

É como se nós não tivéssemos autoridades para repelir. O crime aumentou. Comemorar o quê, num país enlameado?

Que presente dar às mulheres, com tanta sujeira, com tanta podridão na Suprema Corte de um país?

E V. Exa., não é de hoje nem de ontem, é uma militante da vida. V. Exa., desprovida de uma capa de imunidade parlamentar, sempre falou o que pensou. E, muitas vezes, escreveu o que pensou para que eu falasse. E eu verbalizei os seus pensamentos, os seus sentimentos.

É um presente muito ruim, no mês de março, o que as mulheres estão recebendo: a vergonha pública da nossa Suprema Corte, a vergonha pública do Executivo deste país e a vergonha pública das nossas duas Casas.

E V. Exa. militou, milita nas duas Casas desde sempre, com a mesma pauta: a vida, os valores, as crianças, os princípios, as mesmas causas.

Por isso V. Exa. merece parabéns no seu dia, pela resistência, pelas suas adversidades, lutando com a sua saúde pessoal, venceu um câncer.

V. Exa. está aí firme, forte, sorridente, bonita, discursando, falando, mantendo as brigas com fogo alto, o tempo inteiro.

Por isso, neste dia, eu quero lhe dizer uma coisa: desfrute, porque é uma vez só no ano. Desfrute com a sua família, com seus amigos. Comemore, comemore mesmo, porque o dia de amanhã não nos pertence. Não sabemos como será o amanhã, mas Deus sabe.

E eu sei que, em havendo amanhã, vai ter muita luta. Vai ter muita luta. Vai ter muita discussão. E V. Exa. nunca fugiu de nenhuma delas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu que a conheço de perto gostaria de, neste dia, parabenizá-la em nome de um Brasil que acredita na vida, como nós.

Então, em nome desses brasileiros que caminham comigo, que me seguem, que estão comigo como família nas minhas redes sociais, em nome de todos eles, eu quero dizer a você, nesta manhã: parabéns, que Deus te guarde, que Deus te abençoe! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ei, chefe, estou emocionada. Gente, não é fácil o chefe chegar na Comissão, ele está com problemas de saúde e ele veio.

Obrigada, Senador, obrigada.

Eu sei que é do coração, eu sei que é de verdade. Eu sei que a vida nos uniu há uns 20 anos e sei o quanto você torce por mim, quanto você torceu para eu chegar aqui.

Por você, eu teria chegado antes. Você lembra, né? Ele quis me empurrar para a vida parlamentar muito antes. Quando eu dizia que eu não queria, que eu não estava pronta, ele dizia "você está pronta", quis empurrar. Fugi dele. Fugi, fiquei escondida na porta de um cartório para o cartório fechar e não dar tempo de eu registrar minha candidatura. Foi assim. E ele insistindo. Estou aqui.

Obrigada, Senador, obrigada pelo carinho.

Eu só tenho que louvar a Deus. Foi um ano difícil para mim, muito difícil, mas estou aqui. Estou aqui com vontade de brigar muito e brigar junto, ao seu lado.

E a gente ainda, neste mês, põe um monte de gente na cadeia. Ih, Senador, hoje apareceu um monte de matéria, nós vamos pôr um monte de gente na cadeia, juntos, juntos.

Quem sabe esse é o nosso presente, o meu presente?

Obrigada, Senador. Depois, eu vou aí te dar um abraço. Eu posso ir ao gabinete para te dar um abraço? Você pode me dar o presente lá.

Vocês entenderam, né?

Amo o Senador Magno Malta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico ao Colegiado o recebimento das seguintes denúncias, denúncias constantes nos Expedientes 174, 175, 183, 184, 185. Só vou destacar uma.

Expediente 185: foi encaminhada a manifestação relatando situação envolvendo criança diagnosticada com doença rara grave, amiloidose hereditária associada à transtirretina, residente do Estado do Paraná, que teve o tratamento medicamentoso interrompido após suspensão de tutela judicial anteriormente concedida para custeio da terapia, com risco à continuidade da assistência da saúde.

Informo que estão sendo oficiados os órgãos responsáveis para a adoção das providências cabíveis diante da gravidade do caso e da existência de risco de morte.

Comunico, ainda, o recebimento dos ofícios constantes nos Expedientes 169, 170, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 181 e 182.

Destacando o Expediente 169, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou resposta acerca de denúncia relacionada a alegadas violações de direitos humanos e perseguição religiosa contra integrantes da comunidade Bahá'í no Irã, informando que o Brasil acompanha a situação no âmbito da política externa e em fóruns multilaterais de direitos humanos.

Expediente 170: a agência reguladora estadual informou a instauração de processo administrativo para análise de denúncia relativa à interrupção prolongada do fornecimento de água potável e cobranças consideradas abusivas por concessionária responsável.

Expediente 177: a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos informou o registro do encaminhamento de denúncia relacionada à possível violação de direitos humanos envolvendo criança no Estado de Minas Gerais, com remessa aos órgãos competentes para apuração.

Expediente 178: o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania informou registro e encaminhamento de denúncia relacionada a alegações de violência sexual contra criança e eventuais irregularidades na condução do caso por autoridades locais.

Expediente 180: o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania informou providências adotadas em denúncias relacionadas à possível violação de direitos humanos de criança, com encaminhamento da manifestação a órgãos competentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, eu quero agradecer ao Ministério dos Direitos Humanos. Todos os nossos expedientes têm sido respondidos. Em todas as audiências, a ministra manda um representante. A ministra só precisa gostar um pouquinho mais de mim, mas o ministério todo está envolvido com esta Comissão.

E eu tenho que agradecer à Liderança de Governo, ao ministério, à Ministra Macaé por serem tão prontos no atendimento a esta Comissão.

Comunico também o recebimento dos informes constantes no Expediente 164.

No Expediente 164, foi encaminhada contribuição ao debate público sobre altas habilidades e superdotação, relatando dificuldades enfrentadas no sistema educacional para implementação de medidas de aceleração escolar previstas na legislação educacional.

Expediente 165: educador encaminhou a manifestação relatando a experiência pessoal na área educacional e apresentando material pedagógico voltado ao desenvolvimento do pensamento crítico e da formação ética de crianças.

Comunico, por fim, o recebimento das Solicitações 166, 168 e 171, todas com seus devidos encaminhamentos.

Isso posto, submeto às Sras. e aos Srs. Senadores os encaminhamentos acima propostos para deliberação da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado e no portal da CDH. Os demais ficam na Secretaria para manifestação dos membros desta Comissão.

Bom, quero agradecer a todos que participaram da audiência pública de segunda-feira; e ontem, da audiência pública para discutir a violação de direitos humanos na Terra do Meio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E sexta-feira, nós vamos ter uma linda audiência pública para a gente tratar sobre os direitos das pessoas com nanismo no Brasil.

E eu quero informar – atenção, assessoria! – que eu estou emocionada, muito emocionada. O Netto vai estar na audiência com a gente. Vocês precisam conhecer o Netto.

Eu quero que a mãe dele, por favor, quando entrar na audiência... Não sei se ele vai vir de forma *online*, se vai vir presencialmente. O Netto vai vir presencialmente? (*Pausa.*)

Gente, eu quero cantar com ele "como é grande o meu amor por você".

Gente, acompanhe esse menino com o nanismo nas redes sociais; ele é um influenciador que está movimentando o Brasil e dando visibilidade. Ele canta, a mãe é uma artista, a mãe canta, a mãe é incrível, linda, toca. Mas o Netto vai vir? Eu vou morrer de emoção! Netto, Netto, eu vou morrer de emoção! Sou sua seguidora, Netto, sou sua fã!

Então, todo mundo com a gente, sexta-feira, para a gente discutir os direitos das pessoas com nanismo no Brasil. Vai ser uma audiência incrível, emocionante, mas também com encaminhamentos, porque alguns estão tendo a medicação retirada.

Que Deus abençoe vocês!

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada esta audiência.

Netto, estou te esperando!

(*Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (13ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (5ª REUNIÃO), EM 13 DE MARÇO DE 2026, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e quatorze minutos do dia treze de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais com a presença do Senador Sergio Moro. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 23/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 1/2026 - CAS, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Debater os desafios enfrentados por pessoas com acondroplasia no Brasil, com ênfase em inclusão social, combate ao preconceito, tratamentos disponíveis, acessibilidade, educação e oportunidades de trabalho. Participantes: Ricardo Emílio Pereira Salviano, Defensor Público Federal - representante da Defensoria Pública da União - DPU; Thaís Abreu Alves, Paciente e mãe de paciente com acondroplasia; Sabliny Carreiro, Médica - Endocrinologista Pediátrica; Matheus Menezes Matos, Residente Jurídico do Ministério Público do Estado de Goiás; Thaís Abreu Alves, Paciente e mãe de paciente com acondroplasia; Alex Reinecke de Alverga, Diretor de Relações Institucionais da Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – SNDPD/MDHC; Gabriel Yamin Nogueira, líder do movimento Somos Todos Gigantes - Instituto Nacional de Nanismo; Sabliny Carreiro, Médica - Endocrinologista Pediátrica; Juliana Yamin, Presidente do Instituto Nacional de Nanismo; Vanizia Santos de Castro Alves, Mãe de paciente com acondroplasia; Matheus Menezes Matos, Residente Jurídico do Ministério Público do Estado de Goiás; Mario de Castro Alves Neto, Paciente com acondroplasia; Kênia Maria de Souza Rio, Presidente da Associação Nacional do Nanismo - ANNABRA; Renata de Paula Faria Rocha, Servidora da Coordenação-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde - CGRARAS/DAET/SAES/MS; e Alex Reinecke de Alverga, Diretor de Relações Institucionais da Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – SNDPD/MDHC. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/13

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realizam de forma conjunta nesta data, 13 de março de 2026.

A audiência pública será realizada nos termos dos Requerimentos 23, de 2026, e 1, de 2026, da CAS, ambos de minha autoria, para debater os desafios enfrentados por pessoas com acondroplasia no Brasil, com ênfase em inclusão social, combate ao preconceito, tratamentos disponíveis, acessibilidade, educação e oportunidades de trabalho.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. As pessoas que estão nos assistindo pela TV Senado, pelo YouTube podem ligar para esse telefone, não tem custo algum, e mandar uma pergunta, uma sugestão: é o 0800 0612211;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou então pelo Portal do Senado, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, no Portal e-Cidadania.

Nós temos muita gente no plenário. TV Senado, mostre o nosso plenário para o Brasil ver como este Plenário está lindo, extraordinário, com muitas crianças aqui. Gente, vamos dar tchau para o Brasil. Há muitas crianças aqui, gente, muitas crianças. Algumas vieram de longe. Papai e mamãe acordaram cedo hoje! Obrigada, papai e mamãe por estarem aqui.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, comunico que, na exposição inicial, cada convidado terá dez minutos. Como nós temos muitas crianças, eu vou pedir aos convidados que a gente fique realmente nos dez minutos, para a gente não cansar as crianças. E, se tiver alguma pergunta que chegar por *e-mail*, eu encaminho aos convidados depois.

Considerando o número de participantes, a composição será dividida aqui em duas mesas, mas, na verdade, nós teremos três mesas, porque nós temos uma mesa *online* também. Então, nós vamos ter convidados que vão falar daqui da mesa, de forma presencial, e nós temos convidados *online*. Inclusive, eu estou muito emocionada porque tem um convidado *online* de que eu sou fã. Eu quase nem dormi essa noite por causa do Neto. O Neto vai estar aqui na audiência comigo. Eu espero que o Neto cante pelo menos um pedacinho de Como É Grande o Meu Amor por Você. Neto, meu coração está aqui assim, ó, acelerado para te conhecer.

Dessa forma, eu convido para compor a primeira mesa comigo Thaís Abreu Alves, paciente e mãe de paciente com acondroplasia. (*Palmas.*)

Bem-vinda, Thaís.

Convido – ele já é quase Senador, porque desde criança está aqui nesse Congresso comigo, trabalhando; hoje é estudante de Administração e vai ser Senador – o Gabriel Yamin Nogueira, líder do movimento Somos Todos Gigantes, Instituto Nacional de Nanismo. (*Palmas.*)

Bom dia, Gabriel. Eu não vou perguntar se você trouxe pamonha, não vou perguntar. Veio de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos convidar com muita alegria a Dra. Sabliny Carreiro, médica endocrinologista pediátrica. Seja bem-vinda, Doutora. (*Palmas.*)

E nós temos a alegria de convidar para a mesa, Juliana Yamin, Presidente do Instituto Nacional de Nanismo. Obrigada, Juliana. (*Palmas.*)

É uma alegria tê-los aqui.

Na primeira mesa, já entrando de forma *online* daqui a pouco, a Vanizia Santos de Castro Alves, mãe de paciente com acondroplasia que vai participar por videoconferência. E ela é mãe do Mário Neto. Aí que alegria! Estou emocionada. Mário Neto é paciente. Mário Neto é cantor, gente! Meu Deus do céu! E a mãe é cantora, compositora, artista e tem dado voz à luta. Ela também estará na primeira mesa. E, na primeira mesa, também de forma *online*, Matheus Menezes Matos, residente jurídico do Ministério Público do Estado de Goiás; e também Alex Reinecke de Alverga, Diretor de Relações Institucionais da Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que participará por vídeoconferência. Obrigada, Dr. Alex. Agradeço à Ministra por ter enviado um representante.

Como nós falamos que a gente vai fazer de forma mesclada, nós vamos ouvir um convidado presencial da primeira mesa e um convidado *online*. Dessa forma, eu tenho a honra de já passar a palavra para Thaís Abreu Alves, paciente e mãe de paciente. Seja muito bem-vinda, Thaís. Esta Casa é sua. Tem dez minutos, tem um cronômetro lá, mas eu sou muito boazinha. Se precisar, estende um pouquinho, mas vamos tentar ficar nos nossos dez minutos, o.k.?

A SRA. THAÍS ABREU ALVES (Para expor.) – Bom dia.

Gostaria de cumprimentar todas as autoridades presentes aqui no dia de hoje. Gostaria de cumprimentar todas as famílias aqui representadas, todas as famílias de pessoas com nanismo, com acondroplasia, e dizer que é um prazer, uma honra estar aqui podendo representar vocês. Se eu ficar muito nervosa, relevem, tá? Está tudo sob controle. Gostaria de começar – pode passar a apresentação, por favor? – me apresentando. Meu nome é Thaís, como foi falado. Eu tenho 37 anos e sou mãe do Cauã, com 11 anos.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o Cauã. Cauã também tem nanismo do tipo acondroplasia. Ele não pôde estar aqui hoje porque na última quarta-feira, antes de ontem, ele passou por um procedimento cirúrgico e está de repouso em casa. Inclusive, Cauã, se você estiver assistindo, tenha certeza de que é por você que eu estou aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Vamos bater palma para o Cauã. (*Palmas.*)

A SRA. THAÍS ABREU ALVES – E descobrir na gravidez, durante a gestação, que o Cauã também teria acondroplasia não foi fácil. Mesmo sabendo que tinha 50% de chance – o pai dele não tem nanismo, tem estatura média alta –, eu sofri muito porque eu tive a certeza de que ele passaria pela mesma luta que eu passei, e não foi fácil.

Então, cresci enfrentando *bullying*, cresci sendo cobrada pela sociedade por não pertencer ao estereótipo que todo mundo fala, do magro, do alto. E vendo que o Cauã também passaria por esse mesmo percurso, não foi fácil, mas a gente segue em frente firmes.

E nossa esperança começou a mudar em 2022, quando conhecemos o Voxzogo – pode passar, por favor – e entendemos que esse medicamento poderia transformar a vida do Cauã. Entramos com uma ação judicial e, no dia 11 de abril de 2023, a nossa esperança mudou, pois recebemos a primeira remessa com 90 doses daquele medicamento. Desde então, com dois anos e onze meses de medicamento, o Cauã já atingiu 16,5cm de crescimento, 16cm de envergadura – pode passar –, ganhando uma média anual de 5,82cm ao ano. Quem tem nanismo do tipo acondroplasia sabe que é um crescimento numa velocidade que a gente conseguiu atingir que é uma conquista muito grande. Então, o tratamento com Voxzogo está fazendo a diferença na vida do meu filho, e eu trouxe umas fotos para a gente poder comparar desde o início do tratamento até a data do dia 1º de fevereiro, quando a gente tirou a foto.

Pode passar, por favor.

Aqui a gente pode acompanhar um pouco da evolução desses dois anos e onze meses. Antes de iniciar o tratamento, aos oito anos e oito meses, o Cauã apresentava uma idade óssea de quatro anos e seis meses. Então, é uma diferença boa em relação à sua idade. E, com esse tratamento dele com o Voxzogo, ele já está com uma idade óssea entre nove e dez anos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

compatível com a sua idade cronológica. E para ele é um orgulho ir à loja e comprar uma roupa tamanho 10, porque não é tão diferente da idade em que ele está.

Pode passar para o próximo eslaide.

E aí a gente pode ver, através das radiografias, um pouco da evolução.

Na acondroplasia, os membros superiores são desproporcionais ao tronco. Isso interfere em atividades simples como alcançar objetos, vestir-se sozinho e realizar a própria higiene íntima.

Pode passar para o próximo eslaide.

E essa foi uma das grandes conquistas. Podem parecer pouco os números, mas para a gente faz uma diferença gigante. porque, quando a criança tem sua independência para realizar a higiene íntima, ela não depende da ajuda de outras pessoas. E, quando a gente pede ajuda para outras pessoas desconhecidas, seja em escola, seja em qualquer outro ambiente público em que os pais não podem estar, a gente expõe os nossos filhos à vulnerabilidade, porque a gente não conhece a pessoa que vai estar ali acompanhando o nosso filho e a sua intenção. E a independência para realizar a própria higiene íntima é um dos principais ganhos desse medicamento.

Pode passar, por favor.

É o que eu disse: quando uma criança depende de terceiros para cuidados íntimos, a vulnerabilidade aumenta. E para mim isso é autonomia com o Voxzogo.

Pode passar para o próximo eslaide.

Eu queria trazer um pouquinho sobre o *bullying* e compartilhar algo pessoal. Em 2021, eu estava em um supermercado da minha cidade, quando eu precisei pegar um produto que estava numa prateleira alta, e eu preciso – dependência – de outras pessoas para pegar para mim. Quando eu cheguei e pedi ajuda a um colega que estava junto, um desconhecido lá, um comprador, ele se virou para mim e falou com muito sarcasmo: "Pegue você". Naquele dia eu saí devastada, para mim o meu chão se abriu, e eu entendi que ainda precisamos combater o preconceito, precisamos combater o *bullying*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje o Cauã já ultrapassou o meu tamanho em alguns centímetros, mas a gente acredita que vai atingir muito mais, e hoje ele já consegue pegar alguns produtos para mim. Ele fala: "Mãe, quer que eu pegue?".

Eu queria só passar um vídeo, vou tentar não ultrapassar o tempo, mas eu queria passar um vídeo que foi no momento da vida dele em que ele mais sofreu *bullying*, e ele chegou para mim e falou que não aguentava mais viver nessa condição.

Pode passar, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. THAÍS ABREU ALVES – Desculpa me emocionar. (*Palmas.*)

Eu preciso dizer algo importante: o *bullying* não termina na infância; sou adulta, tenho 37 anos e ele ainda existe. Essa semana mesmo, ao entrar na academia, eu ouvi: "Bom dia, 'de menor'". Para quem falou isso, pode ter parecido uma brincadeira, mas para mim reforça aquilo que pessoas com nanismo enfrentam todos os dias: sermos infantilizados, desumanizados e tratados como se não pertencêssemos a este espaço. Se esse medicamento existisse na minha infância, a história poderia ter sido diferente.

E, quando falamos da vida adulta, os desafios continuam, como inserção no mercado de trabalho. Com duas graduações, tenho dificuldades hoje em inserir, porque as vagas para PCDs são apenas de nível auxiliar operacional. Existe uma barreira invisível que impede o reconhecimento da nossa capacidade técnica, intelectual e de liderança. Isso também é uma forma de exclusão.

O Voxzogo, medicamento do tratamento que meu filho faz, não é uma intervenção estética; é uma terapia modificadora da doença. Ele não atua apenas sobre centímetros de estatura; atua sobre funcionalidade, sobre prevenção, sobre complicações. Eu tenho ouvido que esse medicamento é de alto custo e que ele não salva vidas. Com todo o respeito, ele salva vidas, sim: salva quando previne complicações graves, salva quando reduz o risco de cirurgias invasivas, salva quando devolve autonomia, salva quando protege a saúde mental de uma criança que já sofre preconceito desde cedo, salva quando amplia oportunidades futuras, inclusive profissionais. É sobre dignidade, sobre prevenção, sobre autonomia, sobre igualdade de oportunidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Voxzogo não vai deixar que o Cauã tenha acondroplasia, mas ele vai devolver a ele dignidade, independência. Ele salvou a vida do meu filho, e salvou a vida de centenas de crianças que fazem uso do medicamento, e representa a esperança para aqueles que ainda estão à espera do uso. E é neste momento que eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui e poder representar vocês.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! Thaís, você começa esta audiência com dois desafios: primeiro, diz para o Brasil que tem uma medicação que pode fazer a vida de nossas crianças, dos adultos com nanismo bem melhor – você faz esse desafio, e nós vamos falar sobre isso –; e você faz o desafio do enfrentamento ao *bullying* – e nós vamos aceitar o seu desafio.

Obrigada, que Deus abençoe você e Cauã – Cauã é lindo, lindo. Que Deus te abençoe. É uma alegria ter você aqui com a gente.

Na sequência, nós vamos ouvir Gabriel Nogueira, que era meu menino e que agora é quase Doutor, líder do movimento Somos Todos Gigantes, do Instituto Nacional de Nanismo.

Gabriel, seja bem-vindo. Dez minutos, mas, se precisar passar um pouquinho, fique à vontade.

O SR. GABRIEL YAMIN NOGUEIRA (Para expor.) – Não, está tranquilo. Não sei se vou passar, mas vou tentar ser o mais breve possível.

Primeiramente, bom dia a todos.

Na pessoa da Senadora e amiga Damares Alves, eu queria cumprimentar a mesa e todos aqui presentes.

Vou começar fazendo minha autodescrição. Eu sou um homem... Eu brinco que sou bronzeado! Eu tenho cabelos pretos bem curtinhos, penteados para o lado. Eu estou vestindo uma camiseta turquesa com a logo do Instituto Nacional de Nanismo em roxo e um blazer cinza por cima. Ao meu lado direito está a minha mãe, que vai falar daqui a pouco, e ao meu lado esquerdo está a Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria começar com... É muito interessante, Senadora: quando a senhora foi apresentar a Thaís, a senhora falou que ela é paciente e mãe de paciente. Esta é a nomenclatura que é muito usada na medicina, mas em tantas outras áreas: paciente. E, se a gente for parar para pensar, o paciente é aquele que tem paciência. É engraçado, porque eu estudo no Insper, e lá tem a Aliança Bíblica Universitária, e, esta semana justamente, a palavra da semana é paciência. Paciência é esperar, mas, como já disse Marcos Almeida na música Esperar É Caminhar, a paciência também é esse caminhar. É uma espera ativa, é uma espera em que a gente não fica simplesmente parado, a gente caminha, mas parece que a gente tem esperado muito e caminhado pouco, efetivamente.

Eu queria fazer aqui uma linha do tempo. Em 2015, mais de dez anos atrás, eu estive aqui nesta Casa, no Senado Federal, e foi aqui que eu tive o primeiro contato com uma pessoa com nanismo, foi aqui que pela primeira vez eu peguei na mão de um adulto com nanismo, foi aqui que pela primeira vez eu pude olhar para alguém com nanismo e me reconhecer, me enxergar, enxergar como poderia ser meu futuro, enxergar alguém que também vivia os mesmos desafios que eu. E, a partir de então, eu deixei de ser o Gabriel Yamin e passei a ser o Biel do Somos Todos Gigantes, eu passei a ser o tio Biel. Alguns anos depois, eu estive aqui mais uma vez para compor uma mesa, dessa vez para discursar em uma audiência que tratava sobre a incorporação de uma cartilha sobre nanismo nas escolas, e foi um momento muito importante, muito simbólico, e para mim foi muito diferente daquilo que eu esperava, que eu imaginava viver. Ano passado, a gente esteve aqui nesta Casa novamente com o 1º Fórum Internacional de Displasias Ósseas; a gente teve a presença, inclusive, do médico que desenvolveu a molécula usada para o tratamento da acondroplasia, que desenvolveu o vosoritida; e eu pude discursar mais uma vez aqui no Senado e falei sobre a urgência da nossa luta, sobre a urgência das nossas demandas.

E, um ano depois, cá estamos nós para falar de coisas que já foram ditas, para ter discussões que já precisavam ter sido superadas há muito tempo. Não é sobre o mundo todo saber o que é nanismo, não é para todo mundo saber tudo sobre nanismo e virar especialista! Não, mas o básico a gente já poderia saber, porque a gente já falou muitas vezes sobre o básico.

E nós agradecemos demais à Senadora e a tantos outros Parlamentares por tanto apoio na nossa luta durante todos estes anos. O primeiro material da história feito pelo Governo Federal para acondroplasia foi a partir do nosso encontro lá em 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a gente... Eu fico frustrado, sabe, de ter que vir mais uma vez repetir as mesmas coisas. Parece que a gente não tem caminhado.

Eu não quero que essas crianças que estão aqui, que eu carinhosamente chamo de "meus fi", né, e os pais estão aqui e tudo mais, mas eu quero expressar mais uma vez o carinho e o amor que eu tenho por essas crianças. Eu não quero que elas precisem, assim como eu estou fazendo aqui, daqui a dez anos, vir até aqui e lutar pelos mesmos direitos que já deveriam ser garantidos para a minha geração. Eu não quero que mais uma geração seja desestimulada e às vezes até impedida de sonhar, de almejar e de alcançar espaços que a nossa comunidade, infelizmente, ainda não ocupa. Eu não quero ter que eu mesmo voltar aqui daqui a dez anos para lutar pelos direitos dos meus filhos, que já deveriam ter sido garantidos na minha geração.

Qual é o Brasil que a gente está deixando para essas crianças? Qual perspectiva de futuro essas crianças vão ter? Será que elas se sentirão ouvidas? Será que elas vão poder sonhar? Ou ainda, será que elas vão poder ocupar de fato, efetivamente, esses espaços em que há muitas barreiras para muito além das barreiras arquitetônicas, porque, quando a gente fala de acessibilidade, a gente pensa em rampa, mas acessibilidade começa a partir do momento em que eu não consigo acessar um ambiente público sem ser o motivo de piada só por estar lá.

Será que a gente vai perder mais uma geração invisibilizada, deixada de lado? Porque um dia, Senadora, assim como a senhora falou lá no começo, eu espero que eu e qualquer outra criança aqui possa estar aqui nesta Comissão, aqui nesta Casa, como um colega de trabalho seu.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Uau.

O SR. GABRIEL YAMIN NOGUEIRA – Mas isso depende de uma mudança de todos nós e principalmente daqueles que nos ouvem. Não adianta a gente vir aqui, falar toda vez a mesma coisa e não sermos ouvidos.

Mas eu creio que são momentos como este que podem dar a oportunidade e a possibilidade de a gente transformar de uma vez por todas essa visão, porque todo cidadão brasileiro conhece alguém que tenha nanismo, ainda que não perceba. Ele está no filme, ele está na novela, ele está no meme, ele está na piada. Mas ele não está na escola sendo respeitado. Ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não está no mercado de trabalho, ele não está ocupando espaços de plena cidadania, talvez porque por muito tempo o mundo, a sociedade olhou e se acostumou a olhar para nós como quem olha de cima para baixo. E está na hora de a gente mudar esse olhar. Está na hora de não olhar mais para baixo, mas de olhar nos olhos, porque quando uma sociedade aprende a olhar nos olhos das suas diferenças, ela finalmente vai começar a se tornar mais justa para todos.

Muito obrigado, Senadora, por esse espaço. E que seja um dia de muitas transformações de olhares. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Obrigada, Gabriel. Obrigada.

A nossa Casa hoje está de forma online. Os Senadores estão participando de forma *online*, mas às vezes eu acredito que o que os olhos não veem o coração não sente. Eles tinham que estar todos aqui dentro deste plenário. Como eles estão *online*, a gente vai fazer num outro momento em que nós vamos invadir o Plenário deles lá, todos nós vamos invadir!

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas eu queria pedir à Secretaria que ligasse à Presidência do Senado: se o Presidente Davi Alcolumbre estiver na Casa, se ele pode vir à Comissão, cinco minutinhos, só para receber um abraço das crianças. Eu sei que com Davi Alcolumbre a gente pode contar; nós temos um Presidente extremamente sensível com essa pauta. E olhe – o César está aqui –, por duas ou três vezes, no Plenário, tentaram tirar das crianças o BPC, por duas ou três vezes, tivemos alguns sustos no Plenário, e o Presidente Davi segurou a votação. Olhava para a gente: "Provoca a discussão, faça o acordo! Corram atrás!". Então, a gente teve muito apoio – o César sabe disso – do Presidente Davi Alcolumbre. Se ele estiver na Casa, que ele venha apenas para receber um abraço das crianças, e depois a gente entrega para ele todos os encaminhamentos desta audiência.

Vamos agora, de forma *online*, convidar para participar dessa primeira mesa, com muita alegria – e, para mim, é muita emoção –, Vanizia Santos de Castro Alves, mãe do Mario Neto. E o Mario Neto vai entrar agora, na nossa audiência.

Mario e Vanizia, sejam bem-vindos à nossa audiência pública!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANIZIA SANTOS DE CASTRO ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

O SR. MARIO DE CASTRO ALVES NETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia!

A SRA. VANIZIA SANTOS DE CASTRO ALVES (*Por videoconferência*.) – Está tudo bem com vocês? Estão conseguindo nos ouvir? Tudo certo?

O SR. MARIO DE CASTRO ALVES NETO (*Por videoconferência*.) – Tudo certinho?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Todos ouvindo, tudo certinho! Podem falar.

A SRA. VANIZIA SANTOS DE CASTRO ALVES (*Por videoconferência*.) – Primeiramente, nós gostaríamos muito termos estado presentes. Nós tentamos. Infelizmente, deu um problema no nosso voo. A gente queria estar aí com vocês...

O SR. MARIO DE CASTRO ALVES NETO (*Por videoconferência*.) – A gente gostaria muito de estar aí!

A SRA. VANIZIA SANTOS DE CASTRO ALVES (*Por videoconferência*.) – ... sentindo de pertinho o que você está sentindo aí, vendo o pessoal, mas infelizmente a gente não conseguiu estar presente. Agora a gente está aqui, de forma remota, mas, com muito amor, com muito carinho, a gente veio aqui para trazer um pouco para vocês daquilo que a gente carrega há muito tempo.

Bom, eu sou a Vani. Para quem não me conhece, eu tenho 32 anos, sou mãe do Mario Neto, que é uma criança com acondroplasia.

O SR. MARIO DE CASTRO ALVES NETO (*Por videoconferência*.) – Isso mesmo!

A SRA. VANIZIA SANTOS DE CASTRO ALVES (*Por videoconferência*.) – Pode se apresentar.

O SR. MARIO DE CASTRO ALVES NETO (*Por videoconferência*.) – Olá, gente. Meu nome é Mario Neto. A maioria me conhece como Netinho ou Neto. Eu tenho dez anos de idade e eu tenho acondroplasia, que é o tipo mais comum de nanismo. E, para quem não me conhece, eu faço vídeos em todas as redes sociais. Os vídeos são cantando música com a minha mãe, fazendo algumas brincadeiras, algumas trolagens e alguns jogos, e o mais importante, compartilhando o nanismo com as outras pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANIZIA SANTOS DE CASTRO ALVES (*Por videoconferência*.) – Isso mesmo! Nós trabalhamos com a nossa rede social. Eu já estou na rede há mais ou menos uns quatro anos e faz dez anos que eu vivo o nanismo, quando o Neto chegou à minha vida, dez anos atrás! Eu gosto de ressaltar aqui – estava ouvindo a fala do Gabriel –, dez anos atrás, quando eu descobri o diagnóstico do Neto, não tinha tantas informações como tem hoje. Eu me lembro de procurar saber sobre o nanismo, sobre acondroplasia, e não ter o número de informações que hoje a gente tem. Então, isso para a gente já começa sendo uma vitória, né?

O Gabriel falou bastante ali a respeito de: "Poxa, a gente está aqui na mesma luta, falando sempre sobre acessibilidade, sobre políticas públicas, sobre inclusão social, e, muitas vezes, a gente fica sem saber como que a gente continua isso", né?

A gente usa as redes sociais muito para informar as pessoas a respeito da acondroplasia, a respeito do nanismo. Muitas vezes, eu utilizo uma fala mais leve para falar sobre o nanismo, mas isso não quer dizer que a gente também não tenha passado por muitas lutas, que eu acho que é pelo que toda mãe de criança com acondroplasia passa, né? Eu já senti na pele todas as internações do Neto desde que ele nasceu, a otite de repetição, todas as dores que ele sentiu nas articulações. E olhe que eu estou falando só de coisas físicas, das dores físicas.

Quando a gente entra mais na parte ali das dores psicológicas, dos preconceitos...

Quer falar um pouco sobre isso, meu amor?

O SR. MARIO DE CASTRO ALVES NETO (*Por videoconferência*.) – Sim.

Antes eu sentia muita dor nas pernas, muita dor de cabeça. E, olhe, eu também sofri preconceito. Umas pessoas iam lá me chamar de tal coisa, de anãozinho, de cara amassada. Mas isso não é correto, isso não é positivo. Mas aí, depois veio o tratamento, o Voxzogo. E, depois disso, quando o tratamento entrou na minha vida, eu fiquei muito feliz. Agora eu consigo fazer coisas que eu não conseguia fazer antes. Como, por exemplo, antes eu não conseguia tomar banho sozinho e agora eu tomo; antes eu não conseguia tirar a roupa sozinho e agora eu tiro; os meus braços evoluíram bastante. Então, isso é muito importante para mim – e não só para mim, mas também para a vida de outras crianças. Isso é muito importante para a vida delas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANIZIA SANTOS DE CASTRO ALVES (*Por videoconferência*.) – O Netinho acabou entrando já no tratamento, não é? A gente vem com algum tempo... Poxa, faz oito meses que o Netinho começou a fazer o tratamento, e a gente... Parece pouco tempo, mas eu queria muito estar aí presencialmente para vocês poderem ver o Neto, porque ele teve uma evolução que eu acredito que é o que todas as mães estão trazendo a respeito do tratamento.

O SR. MARIO DE CASTRO ALVES NETO (*Por videoconferência*.) – Foi uma evolução bem grande.

A SRA. VANIZIA SANTOS DE CASTRO ALVES (*Por videoconferência*.) – O Netinho ganhou uma mobilidade que é surreal. Ele tem agora autonomia, independência. E, quando a gente fala do tratamento... Poxa, faz oito meses que o Neto começou a fazer o tratamento. O tratamento está aí há três anos.

O SR. MARIO DE CASTRO ALVES NETO (*Por videoconferência*.) – Três anos.

A SRA. VANIZIA SANTOS DE CASTRO ALVES (*Por videoconferência*.) – Por quê? Porque, lá no início, eu, como mãe dele, por mais que eu me informasse, ainda não buscava informação suficiente para me sentir segura. No momento em que eu busquei informação suficiente para me sentir segura e comecei o tratamento...

A gente fala que o tratamento é o quê? Esperança, não é?

O SR. MARIO DE CASTRO ALVES NETO (*Por videoconferência*.) – Esperança para uma qualidade de vida.

A SRA. VANIZIA SANTOS DE CASTRO ALVES (*Por videoconferência*.) – Porque, quando a gente fala do tratamento, a gente fala de futuro, de qualidade de vida. A gente vem, bate na tecla de que não são somente centímetros, e realmente não são. Nós mães que estamos convivendo com os nossos filhos diariamente vemos toda a evolução, a questão de envergadura para poder ter mais mobilidade, para fazer coisas diárias dentro de casa.

A gente tem dez minutos e, se deixar, a gente vai ficar falando. Então, era para a gente se apresentar e eu já estou falando um monte de coisa, mas, assim, gente, eu e o Netinho, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acredita muito que a nossa missão é informar, talvez de uma forma mais leve, mas levar sempre para as pessoas a respeito do nanismo, que não é brincadeira...

O SR. MARIO DE CASTRO ALVES NETO (*Por videoconferência*.) – Não é palhaçada.

A SRA. VANIZIA SANTOS DE CASTRO ALVES (*Por videoconferência*.) – A pessoa com nanismo tem, sim, suas comorbidades, desafios diários sobre os quais a gente bate na tecla diariamente: não tem acessibilidade, é correria para buscar políticas públicas... Graças a Deus que tem todas as comunidades e agora vocês, que estão dando voz à nossa causa – já não é de agora que estão dando voz, né?

O SR. MARIO DE CASTRO ALVES NETO (*Por videoconferência*.) – É.

A SRA. VANIZIA SANTOS DE CASTRO ALVES (*Por videoconferência*.) – Então, nós temos o objetivo de poder estar junto... A gente carrega, em todas as nossas redes sociais, 9 milhões de pessoas.

O SR. MARIO DE CASTRO ALVES NETO (*Por videoconferência*.) – Milhões!

A SRA. VANIZIA SANTOS DE CASTRO ALVES (*Por videoconferência*.) – E, no momento em que isso aconteceu na nossa vida, a gente ficou muito feliz. Por quê? Porque, em meio ao nosso conteúdo de música, em meio ao nosso conteúdo de humor, a gente consegue informar a sociedade sobre o que é a acondroplasia, informar a sociedade de que "anão" é uma palavra pejorativa...

O SR. MARIO DE CASTRO ALVES NETO (*Por videoconferência*.) – É bem feia.

A SRA. VANIZIA SANTOS DE CASTRO ALVES (*Por videoconferência*.) – ... fazer a sociedade ter um olhar diferenciado para nossa comunidade, para as pessoas que, acima de tudo, acima da condição da pessoa, são seres humanos, estão dispostos a fazer tudo e podem fazer o que quiser, né, Netinho?

O SR. MARIO DE CASTRO ALVES NETO (*Por videoconferência*.) – Isso mesmo, mamãe.

A SRA. VANIZIA SANTOS DE CASTRO ALVES (*Por videoconferência*.) – Então, hoje a gente está muito feliz de estar presente aqui, a gente quer colaborar com o que for necessário, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que for preciso. E novamente falo da minha tristeza de não poder estar aí pessoalmente com vocês.

O SR. MARIO DE CASTRO ALVES NETO (*Por videoconferência*.) – É bem triste não estar aí com vocês mesmo. Eu queria muito estar com vocês, para abraçar vocês, para dar oi... Eu queria muito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vanizia e Mario Neto, eu quero lhes agradecer.

Vanizia, eu não sei se eu te acompanho desde o primeiro dia das redes, mas eu estava lá desde o início. E eu quero, Vanizia – eu sempre quis fazer isto, queria fazer isto pessoalmente –, agradecer-lhe pela bela forma como você tem falado do nanismo nas redes sociais. Eu sei que tem dia em que você passa um batom depois das lágrimas para trazer uma mensagem de esperança para o Brasil. Eu sei que não é fácil. Mas seu talento e seu sorriso têm animado muitas mães no Brasil. E você tem enviado o recado.

E, Mario, você se tornou um dos meninos mais amados do Brasil, Mario.

O SR. MARIO DE CASTRO ALVES NETO (*Por videoconferência*.) – Ah, obrigado, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, eu soube que você esteve na Câmara, aí na hora eu saí correndo para ir lá na Câmara dos Deputados o ver, e você já tinha ido embora. Eu chorei, porque eu sou sua fã e eu quero uma foto com você, Neto!

O SR. MARIO DE CASTRO ALVES NETO (*Por videoconferência*.) – Está bom, gente. A gente tira!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu quero um abraço seu, eu quero cantar com você, Neto.

O SR. MARIO DE CASTRO ALVES NETO (*Por videoconferência*.) – Está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E quero dizer que eu estava acompanhando o dia em que o remédio chegou a casa, Vanizia. E aqui eu quero falar com todas as famílias: quando eu vi a alegria da Vanizia na hora em que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicação chegou a casa, eu orei, Gabriel, e disse: "Eu quero que todas as mães no Brasil que têm uma criança com acondroplasia tenham a mesma alegria dela ao receber o remédio". Eu vi sua alegria, Vanizia; eu vi seu choro na primeira medicação, Neto, eu vi que você chorou. Depois eu vi todo mundo segurando a sua mão para você não chorar mais. Você é forte, você é corajoso.

E, por incrível que pareça, Vanizia, você está falando do desenvolvimento dele, mas a gente está vendo do lado de cá. E um dos motivos desta audiência é muito para a gente falar do efeito do tratamento. E a gente vai ouvir a Doutora agora, a gente vai ouvir a Juliana. Nós queremos esse tratamento para todas as crianças. O Neto está diferente. Você não precisa falar, Vanizia; a gente está vendo a evolução em tão pouco tempo.

E parabéns, Vanizia! Parabéns, Mario!

Só vou te dar um conselho, Mario: quando você entrar de novo no Maracanã, não entre com o Flamengo, aquele time feio. Não entre! Está vendo, Mario? Entre com o melhor time do mundo, que é o Corinthians, Mario Neto.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. VANIZIA SANTOS DE CASTRO ALVES (*Por videoconferência.*) – Pode deixar, né?

O SR. MARIO DE CASTRO ALVES NETO (*Por videoconferência.*) – Pode deixar. Eu não vou mais entrar com...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mario... Eu sei, Vanizia, que a vida tem imposto a vocês uma missão de ser voz da causa. Continue firme, Vanizia, do seu jeito diferente e especial de ser voz da causa. Que Deus abençoe vocês dois. E, na próxima audiência, Mario Neto, você vai estar sentado aqui do meu lado e nós dois vamos cantar juntos – eu vou quebrar o protocolo do Senado, tá? – Como É Grande o Meu Amor por Você.

Obrigada, Mario Neto.

Nós vamos bater palmas para Mario Neto, para Vanizia. (*Palmas.*)

A SRA. VANIZIA SANTOS DE CASTRO ALVES (*Por videoconferência.*) – Obrigada, obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARIO DE CASTRO ALVES NETO (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado, gente. Eu nem sei como agradecer.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, meu amor; obrigada, Vanizia. Se puderem continuar acompanhando à distância, muito obrigada.

Lindo demais, né, gente?

Nós agora vamos voltar para a mesa. Nós vamos ouvir a Dra. Sabliny Carreiro, médica endocrinologista pediátrica. Por que a senhora agora, Doutora? Porque a gente já viu a mãe, a Thaís, falar de um tratamento; a gente viu a Vanizia, com tanto entusiasmo, falar, e eu estou acompanhando o tratamento do Neto, estou encantada com o que eu estou vendo. Acho que Vanizia trouxe visibilidade a isso por causa da projeção que o Neto ganhou nos últimos anos, né? E foi tudo tão natural. "Ah, essa mãe está expondo". Não. Ela fez de uma forma tão natural, tão bela, com tanto amor – com tanto amor –, mas ela está, nos últimos meses, Doutora, mostrando para o Brasil que tem uma esperança, que tem um tratamento. Então, eu queria que na sequência você falasse desse tratamento, você falasse dessa esperança e o que esta Casa pode fazer, o que o Senado pode fazer, para que todas as famílias... Porque eu vi na internet – e eu quero que você me fale sobre isso – que uma criança estava recebendo o tratamento, e o tratamento foi interrompido. Eu quero saber se tem crianças tendo o tratamento interrompido, qual é a dificuldade para chegar ao tratamento e o que nós como Senado podemos fazer. O que podemos começar ainda nesta audiência? É ligar para o Ministro da Saúde? A gente vai ligar ao vivo. É ir lá à porta do ministério? A gente vai. É apresentar... (*Palmas.*)

É apresentar uma proposta? A gente vai. Nós temos um representante do Governo Federal que está na audiência. Ele está *online*, mas ele está na audiência. Pode ser o nosso porta-voz. Nós temos assessores da Liderança do Governo aqui, no plenário, com a gente. O que a gente vai poder fazer, Doutora? O tratamento é mesmo uma esperança? Que podemos fazer?

Com a palavra, Dra. Sabliny.

Enquanto a Dra. Sabliny fala, tem um convidado meu que está andando aqui, para lá e para cá. Da próxima vez que meu convidado passar aqui, por favor, me tragam ele aqui que eu quero

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostrar ele para o Brasil, porque ele está movimentando a nossa audiência. Tem um monte de convidado aqui.

Depois, tragam ele aqui para mim porque eu quero que ele fale para o Brasil o que ele está fazendo aqui.

Dra. Sabliny.

A SRA. SABLINY CARREIRO (Para expor.) – Gostaria de agradecer o convite, em especial neste momento em que é tão importante falar sobre o tratamento de acondroplasia que pode mudar o curso da doença aqui no Brasil.

Senadora, eu trouxe dados de pacientes que eu acompanho no consultório, confirmando – pelos ensaios clínicos randomizados, que são os maiores estudos que a gente tem, os estudos mais robustos – que a medicação funciona. E eu queria falar o que eu vejo no consultório além dos centímetros. Todas essas questões depois, de aprovação, a gente pode discutir posteriormente.

Pode colocar a apresentação, por favor?

Então, eu sou Sabliny, sou endocrinopediatra e atuo em São Paulo. Atualmente, eu tenho 17 pacientes em acompanhamento, 15 desses pacientes estão em uso da terapia e outros dois estão aguardando o processo.

Pode passar.

Pode passar.

Não tenho nenhum conflito de interesse para esta apresentação.

Pode passar.

Eu vou falar de forma bem resumida, até para o pessoal que está em casa, o que é a acondroplasia. A acondroplasia é uma doença rara, com a prevalência estimada em um para 25 mil, e é popularmente conhecida como nanismo. Ela é decorrente de uma mutação em um gene que é responsável pela modulação do crescimento, que é o gene FGFR3. É uma forma de baixa estatura desproporcional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, naquelas imagens ali do lado, vocês percebem que, além da baixa estatura, esses pacientes vão ter encurtamento rizomélico das raízes de braços e pernas, e isso compromete muito a independência do paciente. Esses pacientes, ao longo da vida, podem apresentar complicações neurológicas potencialmente graves e até fatais como a compressão pela estenose do forame magno, complicações ortopédicas, osteomusculares e respiratórias ao longo da vida, como apneia do sono e apneia central.

O Estudo Clarity traz que a altura final desses pacientes, em média, é de 1,30m para homens e 1,22m para mulheres.

Pode passar.

E surgiu uma molécula que eu considero uma luz no fim do túnel, porque, por anos, nós médicos só acompanhamos esses pacientes e lidamos com as suas complicações. A vosoritida, que é uma molécula e que é uma terapia alvo no tratamento da acondroplasia, atualmente é a única molécula disponível em grande parte do mundo e no Brasil. Aqui no Brasil, ela foi aprovada pela Anvisa em 2021 e, em 2023, teve ampliação da sua bula para o uso a partir dos seis meses de idade. Vários estudos já confirmam a eficácia e a segurança dessa medicação, incluindo os estudos clínicos randomizados e também os estudos de vida real. No ano passado, foram publicados vários estudos em diferentes países, com diferentes populações, mostrando o aumento sustentado na velocidade de crescimento. O principal ensaio clínico mostra um aumento de 1,57cm por ano. E, em dezembro passado, foi publicada uma revisão em que, quando os autores excluíram o ensaio clínico randomizado e avaliaram apenas os estudos de mundo real, viram que esse aumento pode ser até maior. E isso a gente vê no consultório. A resposta é individual. Tem paciente que se iguala à velocidade de crescimento de uma criança típica.

Pode passar.

Bom, eu trouxe alguns dados porque a gente tem que falar e provar. Esses dados que eu trouxe, nesse gráfico, são da paciente que está há mais tempo em tratamento aqui no Brasil. Ela está há 46 meses em tratamento e, durante esse período, ela ganhou 25cm de comprimento e mais de 18cm de envergadura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Foram 25cm?

A SRA. SABLINY CARREIRO – Foram 25cm.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em quantos meses?

A SRA. SABLINY CARREIRO – Em quase quatro anos de tratamento.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Meu Deus! Que benção!

A SRA. SABLINY CARREIRO – Isso dá uma média de uma velocidade de crescimento de 6cm a 6,5cm por ano. E a gente nota que, quando a gente avalia essa paciente nas curvas específicas de acondroplasia – que é ali a curva, por exemplo, de Hoover Fong –, ela sai de um escore de altura de -0,13 e passa para um escore de altura de +1,72. Quando a gente compara essa paciente com a população típica, com a curva da OMS, ela sai de -4,94 e passa a alcançar um escore Z de altura de -3,7. O que significa? Ela está se aproximando de seus pares.

Pode passar.

Pode passar.

Escore Z é difícil. Então, eu trouxe o gráfico da paciente. Ali no início do tratamento, era uma paciente que crescia abaixo do percentil 50 para a curva de acondroplasia; hoje ela se encontra no percentil 95 e mantém uma velocidade de crescimento boa e constante, sem nenhuma desaceleração.

Pode passar.

E essa é a lindona da qual eu mostrei os gráficos; no início do tratamento, ali em maio de 2022, com 71cm, e agora em março com 96cm.

Notem que é a mesma posição e o mesmo local da casa. Vejam o quanto ela aumentou em centímetros – depois eu tenho mais fotos para trazer.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é outra paciente que eu fiz questão de trazer. Ela está há 34 meses em tratamento e aumentou a altura em 18,5cm, com melhora de escore Z, tanto nas curvas específicas para acondroplasia quanto na curva da OMS. Ela cursou com uma redução da desproporcionalidade, que a gente calcula avaliando a altura sentada dividida pela altura em pé do paciente. Ela saiu de uma desproporção de 72% para 65% conseguindo atingir quase 20cm de ganho em envergadura. Então, notem ali que, na mesma foto do consultório, há aumento da envergadura e ela já consegue apoiar os pezinhos na escada do consultório. E ali, nessa fotinho à direita, aquela cadeirinha toda adaptada com os espaguetes, mostrando a necessidade dessa adaptação devido ao encurtamento dos membros, é do início do tratamento; hoje, na mesma cadeira, sem nenhuma adaptação, ela já consegue praticamente apoiar o tronco e os pés no chão.

Pode passar.

Aqui é para falar do tratamento precoce para os maiores de seis meses. Então, essa paciente iniciou o tratamento com 7 meses e 17 dias, medindo 57,5cm. Ela já está há 16 meses em tratamento. Na última avaliação clínica que eu fiz, ela já tinha atingido 72cm. Então, mesmo com pouco tempo de tratamento, comparada às outras pacientes que eu mostrei anteriormente, ela já demonstrou tanto a melhora no escore Z de altura quanto o aumento de 14,5cm no comprimento e 9,5cm na envergadura.

Os pais relataram melhora no desenvolvimento, e essa melhora está principalmente relacionada, claro, ao crescimento, mas também há melhora do tônus dessa paciente.

Pode passar.

A paciente do eslaide anterior é essa mocinha ali à esquerda. Então, observem que... Olhem o tamanho dela comparado ao da bonequinha; é a mesma bonequinha. Olhem o tamanho da envergadura, o quanto aumentaram os membros.

Essa outra paciente ali da direita é uma paciente que está há pouco tempo em tratamento. Ela ainda não completou um ano de tratamento, mas a gente já pode notar uma melhora fenotípica da face; eu vejo uma atenuação daquela hipoplasia de face. Essa paciente nunca teve uma otite até o momento. Vocês que são pais de pacientes com acondroplasia sabem o que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratar otites de repetição. Ela já está com um ano e pouquinho e nunca teve nenhum problema relacionado às vias aéreas superiores, nenhum problema grave.

Pode passar.

A gente vê no consultório; depois, a gente vai ler os artigos e vê que as pessoas estão relatando as mesmas coisas que a gente está vendo na nossa prática clínica. Essa paciente começou o tratamento aos nove anos. É uma paciente que tinha uma deformidade nos joelhos, e a gente vê que... Aqui, a única intervenção foi a vosoritida. Não teve cirurgia, não teve órtese, não teve nem fisioterapia. Na última avaliação, eu fiquei impressionada com a melhora no alinhamento dos joelhos durante o tratamento. Essa paciente já está há dois anos em tratamento.

Pode passar.

Eu só tinha mostrado meninas; na verdade, eu tenho mais pacientes meninas, mas eu trouxe os meninos também para representar.

Aqui, é um menino que começou o tratamento com um ano e nove meses e já está há 15 meses em tratamento. Esse paciente atingiu uma velocidade de crescimento de 7,2cm por ano. Por que eu quis trazer o caso dele? Porque, nesta faixa etária, dos dois aos quatro anos, a Sociedade Brasileira de Pediatria nos diz que a velocidade de uma criança típica, sem acondroplasia, é em torno de 7cm por ano. Ele começou o tratamento um pouquinho mais jovem, mas ainda assim ele atingiu uma velocidade de crescimento muito boa, uma velocidade de crescimento de recuperação, e com isso houve melhora também em todos os parâmetros, tanto de comprimento quanto de envergadura.

Pode passar.

Médico gosta de dados, mas eu sempre começo a consulta perguntando assim: "Pai, mãe, o que vocês notaram de melhora além dos centímetros?". Quando a gente fala de tratamento de acondroplasia, os centímetros são só a ponta do *iceberg*. A consequência de se ganhar centímetros vai muito além da estatura: os centímetros na acondroplasia representam mais dignidade; mais independência para esse paciente; maior mobilidade; maior alcance funcional; melhora da anatomia craniofacial, como eu já mostrei ali para vocês; redução das necessidades de adaptações ambientais; uma maior inclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar. É o último eslaide.

Aqui, eu vou mostrar várias fotos de pacientes que conquistaram centímetros e, junto com eles, independência funcional: aumento de membros; pacientes que conseguem andar de bicicleta sem nenhuma adaptação; paciente que consegue se vestir, trocar de roupa, calçar sapato, alcançar interruptores...

Pode passar.

Aqui, há mais fotos de funcionalidades decorrentes do tratamento, consequências do tratamento com a vosoritida.

Pode passar.

E a minha mensagem final: discutir o acesso ao tratamento da acondroplasia no SUS, Senadora, não é apenas uma questão de centímetros, porque cada centímetro significa conquistas muito maiores; como a Thaís comentou, é independência, é dignidade, é inclusão, é qualidade de vida.

Os números que eu trouxe aqui para vocês nos gráficos mostram que a terapia funciona, é eficaz e é segura. Esse benefício não aparece só nas curvas de crescimento: é um benefício que aparece no dia a dia de cada uma dessas crianças, de cada uma dessas famílias.

Durante décadas, nós, como médicos, só pudemos acompanhar essas crianças passivamente, sem nenhuma intervenção.

Hoje a ciência avançou, a gente tem uma terapia que funciona. Então, a discussão não é mais científica. A discussão agora é uma decisão sobre o acesso. Quem vai ter acesso a uma medicação que a gente sabe que funciona?

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, nós estamos tendo uma audiência muito grande, as perguntas estão chegando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto a senhora estava falando, estava aqui no meu colo o Théo, que é também flamenguista – o que está acontecendo com vocês, famílias? (*Risos.*) O que está acontecendo com vocês? O Théo também é flamenguista e diz que tem três camisas do Flamengo.

(*Manifestação da galeria.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você também é flamenguista? Não acredito. O que está acontecendo com vocês?

Aí o Théo estava falando para mim que ele não toma o remédio. Aí a pergunta que está todo mundo querendo fazer, as pessoas que estão nos assistindo. Não é para todo tipo de nanismo que esse remédio é indicado.

A senhora pode explicar isso? Tem muitas mães do outro lado, e começou a nascer uma esperança. Eu precisava que a senhora deixasse claro para quem é indicado o tratamento.

A SRA. SABLINY CARREIRO – A acondroplasia faz parte do grupo de displasias esqueléticas. Ela é um tipo de displasia esquelética que tem uma mutação específica naquele gene que eu mostrei, que é o FGFR3.

Então, para ter acesso ao tratamento, o paciente precisa ter confirmação genética da mutação, ter o diagnóstico confirmado por teste genético de acondroplasia.

Infelizmente, hoje, no Brasil, todo o acesso da medicação é judicializado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Deixe-me só dizer uma coisa para o Brasil. Eu acabei de saber aqui o valor do remédio.

Lauda, é mais uma luta! É assustador.

Mas, como vocês viram no testemunho do Neto, "eu posso agora, em oito meses de tratamento, ir ao banheiro sozinho", vocês sabem o que é isso para uma criança na escola, especialmente as escolas que não têm um professor auxiliar para acompanhá-lo à escola?

Uma vez, assim que eu tive envolvimento com toda a luta de vocês, eu me lembro de que eu e Juliana falávamos de quando as crianças com nanismo acabam se afastando da escola, ali por 14, 15 anos, e um dos motivos é ir ao banheiro na escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ouvir o Neto falar que uma medicação deu a ele liberdade de ir ao banheiro, de tomar banho sozinho, de tirar a roupa sozinho, não tem dinheiro que pague isso! Não tem valor isso! Isso é incalculável!

A gente agora vai entender a questão do valor, da judicialização, do dinheiro.

Nós agora vamos entender, ouvindo Juliana, que está na luta há muito tempo. Juliana é mãe de Gabriel – ainda é mãe dele, Juliana? Ainda é mãe dele? Ele já saiu de casa, já pediu emancipação? (*Risos.*)

Juliana, eu queria que você falasse diretamente para as famílias do Brasil, e nós estamos aqui com a Defensoria Pública. A Defensoria Pública vai ter uma participação especial. O Ministério dos Direitos Humanos está do outro lado.

Em que situação está? O remédio é dado pelo SUS? Não é? Já está incorporado? Como é que está a Conitec? Explica para a gente a respeito da medicação.

A SRA. JULIANA YAMIN (Para expor.) – Bom dia, Senadora. Eu quero cumprimentá-la, nossa eterna Ministra e agora tão necessária Senadora Damares Alves.

Quero também cumprimentar todas as autoridades presentes.

Quero dar um abraço especial na Loni, assessora do Senador Romário, que está conosco desde o início dessa causa, desde sempre, desde a nossa primeira visita aqui no Senado!

E quero agradecer a todas as famílias que estão aqui presencialmente, que saíram com grande dificuldade. Nós temos famílias até de Manaus aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Quem é de Manaus? (*Fora do microfone.*) (*Pausa.*)

Uau! Gente, vieram com o dinheiro deles. De ninguém aqui...

A SRA. JULIANA YAMIN (*Fora do microfone.*) – Ninguém foi financiado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... nem dos convidados da mesa o Senado pagou a passagem ou a vinda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JULIANA YAMIN (*Fora do microfone*.) – É verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eles vieram e vieram por todas as famílias do Brasil. Por exemplo, a família do Théo poderia não ter vindo hoje...

A SRA. JULIANA YAMIN (*Fora do microfone*.) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... porque nós vamos falar, claro, dos direitos como um todo, mas a gente vai focar no tratamento. O Théo não faz esse tratamento, mas está aqui, para engrossar as fileiras e ajudar na luta.

Obrigada, famílias que vieram de todo o Brasil, muito obrigada por estarem conosco!

A SRA. JULIANA YAMIN – Para mim, é um privilégio vestir essa camiseta e ser a Presidente do Instituto Nacional de Nanismo, e ver tanta gente que veio do Brasil inteiro representar não só suas histórias, mas as histórias de todos aqueles que não puderam estar aqui, presencialmente, também.

É muito importante a gente falar sobre o nanismo e, como a Senadora acabou de dizer, nós não estamos aqui para falar só sobre tratamento. Nós estamos aqui para falar especificamente, hoje, mais focados em acondroplasia, mas o instituto está aqui para todos. Eu quero dizer que a gente tem enfrentado desafios, como o Gabriel falou, que são recorrentes. Das coisas que eu vivo nos 19 anos, desde que o Gabriel chegou à minha vida, em que eu convivo com as pessoas com nanismo, uma coisa me chama a atenção: o Brasil ainda não levou a sério as demandas da pessoa com nanismo. A gente evoluiu em tantos direitos, em tantas coisas, mas eu quero dar um exemplo que eu sempre uso para a gente contextualizar em que momento a nossa comunidade ainda está.

Quando eu era adolescente, eu acho que a maioria das pessoas, dos adultos que aqui estão vão se lembrar de que a gente andava nas ruas e, se encontrava uma pessoa com síndrome de Down, a gente não sabia o que era síndrome de Down; a gente apontava ali o mongoloide. A gente via uma pessoa com deficiência física, um cadeirante, um amputado, e era o aleijado. Essas pessoas, essas comunidades conseguiram sair desse lugar. Elas não estão mais discutindo respeito, porque as pessoas já entenderam que isso é crime e que isso é uma violência, mas a pessoa com nanismo segue sendo o anão da piada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, inclusive, vamos ouvir hoje o Matheus, que vai participar aqui conosco. O Matheus viralizou, nessas últimas semanas, no Brasil, a história dele: um homem que se capacitou, que se preparou, que enfrentou todos os desafios de um concurso público, foi aprovado em todas as etapas e foi impedido pelo preconceito de uma banca da Fundação Getulio Vargas. Eu sinto muito que o Matheus escancare a realidade que nós ainda vivemos, no Brasil, sobre o nanismo. E, quando a gente olha para tudo isso, inclusive o acesso ao tratamento, a gente enxerga uma raiz de preconceito em tudo aquilo que atravessa o que a nossa comunidade enfrenta. E a gente não pode se enganar: essa comunidade enfrenta um capacitismo diferente das outras comunidades.

Nós, inclusive, Senadora, do Instituto Nacional de Nanismo, apresentamos por duas vezes, nesta Casa, um projeto de lei que equipara o crime de capacitismo ao crime de racismo, e as duas Consultorias Jurídicas, tanto da Câmara quanto do Senado, falaram que não era preciso, não, que as leis já previam isso. Na verdade, o art. 88 da Lei Brasileira de Inclusão diz que a pessoa não pode ser discriminada em relação à sua deficiência, mas fala de pessoa, não fala de um grupo, como é no racismo.

A gente precisa enfrentar esse preconceito de frente. A gente precisa sair daqui com decisões tomadas que fortaleçam a nossa luta, para que a gente estabeleça uma política de tolerância zero, a essa altura do campeonato, com relação às pessoas com nanismo. Nós precisamos deste Parlamento nessa luta, ou, então, a gente vai continuar voltando, como o Gabriel falou, ano após ano para falar das mesmas coisas.

Quando a gente fala de acesso ao tratamento, nós entendemos que esse tratamento é um direito previsto em Constituição e está sendo negado, porque, toda vez que uma família, para ter acesso ao tratamento, precisa entrar na Justiça, eu já estou privilegiando quem tem condição de ter esse acesso, eu estou privilegiando uma família que tem condição de ter um bom advogado da área da saúde, porque, depois do Tema 6, então, as coisas estão muito mais burocráticas no Judiciário, e a gente precisa produzir uma série de relatórios, uma série de documentos que precisam ser juntados para montar um processo difícil, oneroso, complexo. Uma família que está lá no interior do Brasil, que não tem acesso a um especialista para fazer um laudo adequado, ou muitas vezes não tem Defensoria Pública na sua região, essa família já saiu perdendo. E a janela de oportunidade do tratamento é mínima: é dos seis meses até a idade em que as placas de fechamento são fechadas, que é na adolescência, que é na puberdade. A gente viu aí a Dra. Sabliny

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostrando e os pacientes falando sobre todo o benefício que o tratamento traz. Esses benefícios, ainda que esse custo esteja concentrado nesses poucos anos de utilização, são benefícios para uma vida inteira. E todo o tempo que se perde sem tratamento é tempo que não volta atrás, é benefício que se perde também.

Hoje, Senadora, nós estamos na seguinte condição. Eu fui representante das organizações da sociedade civil recentemente, na primeira reunião da Conitec para incorporação do medicamento no SUS. Nós tivemos um parecer desfavorável. Dia 10, a consulta pública foi aberta e está aberta neste momento. Nós tivemos vários problemas de acesso, de instabilidade do sistema. As associações se movimentaram e conseguiram ampliar esse prazo. Começou a contar a partir do dia 12 a participação social na consulta pública. Nós precisamos – não só nós que estamos aqui, que somos envolvidos com a comunidade, nós precisamos da sociedade como um todo – entender que essa é uma luta para todos.

Eu quero dizer que 80% das crianças que nascem com nanismo no Brasil nascem em famílias como a minha, que não tinha um histórico, ou seja, qualquer casal pode ter um filho com nanismo. Que a gente não precise esperar isso acontecer na nossa família ou com alguém que a gente conhece para entender que essas pessoas têm direito e que de fato esse medicamento não trata só centímetros. Nós não podemos fazer como a Conitec, que produziu um relatório comparando cada centímetro ganho com quanto se gasta. Nós não estamos falando de centímetros estéticos; nós estamos falando de centímetros funcionais, e função que traz autonomia, que traz dignidade, afinal de contas, não poder fazer higiene íntima, um assunto que foi tratado aqui tantas vezes, é uma questão de dignidade...

Que a gente olhe para essas crianças que estão aqui, muitas delas com tratamento interrompido porque suas liminares têm sido derrubadas, porque o processo de judicialização não é equitativo. Ele privilegia quem tem condição de ter bom advogado. E isso não é justo.

Então, um país que pensa em justiça social, que trabalha por justiça social, não pode fechar os olhos para a realidade das pessoas com nanismo que hoje vivem, e a gente precisa sair daqui com esse compromisso desta Casa de lutarmos por políticas públicas, obviamente, pelo acesso ao tratamento para as crianças, mas políticas públicas ao longo da vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Especialistas: a gente precisa mobilizar especialistas no Brasil inteiro, que cuidem não só das crianças, mas dos jovens e dos adultos.

Nós precisamos falar de saúde mental, e eu quero terminar com um dado que é muito preocupante. A saúde mental, no nanismo, não impacta só a criança; não impacta só o adolescente, só o adulto. Impacta também a família e seus cuidadores. Os levantamentos e estudos que nós, do Instituto Nacional de Nanismo, promovemos mostrou um número que é corroborado também por estudos nacionais e internacionais: 85% da nossa comunidade têm saúde mental afetada em algum nível.

Nos Estados Unidos, um estudo recente apresentou que 80% dos adultos têm transtorno do estresse pós-traumático, porque são vítimas de violência psicológica a vida inteira.

Nós precisamos falar de *bullying* na escola, nós precisamos falar de educação, nós precisamos falar de saúde, como estamos falando, nós precisamos falar de acessibilidade, porque se nega o direito de ir e vir dessas pessoas... Nós precisamos falar da violência psicológica e da violência, inclusive, sexual que as mulheres com nanismo sofrem porque são alvo de fetiche sexual.

Nós não podemos mais fechar os olhos para essa realidade e nós precisamos que esta Casa assuma um compromisso, de fato, de mudar essas políticas públicas e de nos ajudar com leis que garantam a punição das pessoas que ainda usam essa condição para ganhar milhares de *likes* nas redes sociais ou encher plateias de pessoas que riem da piada de anão.

Não tem graça ter deficiência. Não tem graça passar pelo que essa comunidade vive. E não tem graça ser uma comunidade que, entre as comunidades do universo das pessoas com deficiência, ainda dentro dessa própria comunidade de pessoas com deficiência, é invisibilizada e marginalizada.

Que a gente saia daqui com outro olhar sobre o nanismo no Brasil, mas com um compromisso firme de mudanças, e não só um apelo de todos os anos que a gente volta e vem fazer neste lugar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bate palmas para Juliana! (*Palmas.*) Aí, Juliana! Théo está batendo palma aqui para você.

Obrigada pela sua participação.

Gente, para quem não conhece esse é o Théo, flamenguista, seis anos, e quem está correndo aqui é o Rafa e o Mateus.

O Rafa veio aqui atrás... Ele já descobriu que eu que mando aqui, aí veio perguntar assim: "Eu posso brincar de pega-pega?". Eu disse: "Pode. Aqui a Casa é sua". Se alguém estiver incomodado, me desculpa, mas ele tem autorização para brincar.

Théo estava aqui me ensinando a mexer no computador. Atenção, Prodasen, pode contratar o Théo! Você vai brincar também? Tá. Gente, Théo é lindo, é incrível. A família do Théo está aqui? Deixe-me ver a família do Théo. Está aqui. Ali a mãe... Olha a sua mãe como é linda, a Ana Paula! Obrigada por estar conosco.

Você vai brincar ou vai ficar aqui? Vai ficar aqui no meu colo? (*Pausa.*) Vai ficar aqui.

Gente, nós agora vamos ouvir... A gente falou que faria uma apresentação presencial e uma *online*.

Juliana, você trouxe uma fala muito desafiadora. Eu soube que o remédio custa em torno de R$1 milhão e tem que ser...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Hã? Por ano! E tem que ser judicializado. Nós vamos ter que conversar com a Conitec. É caro, mas vocês têm ideia de que o remédio na infância pode evitar internação lá na frente? Ele pode evitar outros custos lá na frente. Então, é um caro que, se a gente fizer um impacto orçamentário, não é caro para o governo; não é. E a gente vai ter que entender isso, a gente vai ter que conversar.

É uma luta, tá? A Lauda está aqui, ela é da Febrararas e está aí há anos. Nós temos medicamentos há anos para serem incorporados para outras doenças raras, mas nós vamos nos unir a vocês. Porque, se estamos aqui com a Doutora mostrando o progresso, mostrando que isso vai salvar vidas, dar qualidade de vida, nós vamos ter que conversar com a Conitec.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra para você depois, só um instantinho, tá, Lauda?

Então, parabéns por sua apresentação... Isso, vamos bater palmas para a tia Juliana, isso. (*Palmas.*)

Ele é demais!

Nós vamos agora desmontar esta primeira mesa.

Eu queria convidar Gabriel, Juliana, a Thaís e a Sabliny, porque a gente vai desmontar esta primeira mesa.

Nós vamos montar a segunda mesa. Eu já quero chamar, para vir para a mesa, Kênia Maria de Souza Rio.

Você pode ficar.

O SR. THÉO MAMEDIO SANTOS – Chamar, chamar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você quer falar?

O SR. THÉO MAMEDIO SANTOS – Chamar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Chamar. Chama a Kênia. Fala: Kênia...

O SR. THÉO MAMEDIO SANTOS – Kênia...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... Maria...

O SR. THÉO MAMEDIO SANTOS – ... Maria...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... de Souza...

O SR. THÉO MAMEDIO SANTOS – ... de Souza...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... Rio.

O SR. THÉO MAMEDIO SANTOS – ... Rio.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso.

Kênia, bem-vinda. (*Palmas.*)

Você vai chamar a outra, espere aí só um instantinho.

A Kênia é Presidente da Associação nacional do Nanismo.

Bem-vinda, Kênia! Obrigada por estar conosco. É bom te ver de novo.

Agora, o Théo vai chamar. Fala: Renata...

O SR. THÉO MAMEDIO SANTOS – Renata...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... de Paula...

O SR. THÉO MAMEDIO SANTOS – ... de Paula...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... Faria...

O SR. THÉO MAMEDIO SANTOS – ... Faria...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... Rocha.

O SR. THÉO MAMEDIO SANTOS – ... Rocha.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito bem.

A Renata é servidora da Coordenação-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde.

Bem-vinda, Renata! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo Federal está presente, tanto com o Ministério da Saúde... Obrigada. Agradeça ao Ministro. Que bom que eu não vou precisar ir lá, a Renata está aqui para nos ouvir.

E quero convidar, para compor a mesa, Ricardo Emílio...

Fala: Ricardo...

O SR. THÉO MAMEDIO SANTOS – Ricardo...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... Emílio...

O SR. THÉO MAMEDIO SANTOS – ... Emílio...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... Pereira...

O SR. THÉO MAMEDIO SANTOS – ... Pereira...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... Salviano.

O SR. THÉO MAMEDIO SANTOS – ... Salviano.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Théo.

Ele é Defensor Público Federal, um representante da Defensoria Pública da União.

Obrigada, Dr. Ricardo. (*Palmas.*)

Mais uma vez está com a gente. (*Palmas.*) (*Risos.*)

O.k. Mas vai... Nessa segunda mesa, nós vamos ouvir com muita alegria... Obrigada por ter aceitado o convite, Dr. Matheus. Dr. Matheus viralizou na internet nos últimos dias. Quero que vocês acompanhem com muito carinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixem as crianças brincarem, gente, não impeçam. O microfone não está pegando o barulho delas para o Brasil. Deixem-nas correrem. Acordaram cedinho para estar aqui, deixem-nas à vontade.

Então, nós vamos agora ouvir, de forma *online* – fale comigo: Matheus.

O SR. THÉO MAMEDIO SANTOS – Matheus...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... Menezes...

O SR. THÉO MAMEDIO SANTOS – ... Menezes...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... Matos.

O SR. THÉO MAMEDIO SANTOS – ... Matos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, meu auxiliar.

Matheus Menezes é residente jurídico do Ministério Público do Estado de Goiás e vai participar por videoconferência.

Bem-vindo, Dr. Matheus. (*Palmas.*)

O SR. MATHEUS MENEZES MATOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Primeiramente, eu queria agradecer o convite da Senadora Damares Alves. É uma honra estar aqui junto com vocês para poder dar uma palavra, né?

Queria também agradecer a vocês que estão aí de forma presencial. Infelizmente, eu não podia ir por causa do meu serviço, mas, de qualquer forma, eu fiz questão de participar até de forma *online*.

Recentemente, o meu caso repercutiu na mídia, acerca do teste de aptidão física do concurso de delegado de polícia. E eu decidi denunciar a discriminação que eu sofri, porque não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teve adaptação no meu teste físico, sendo que deveria ser uma coisa normal, já que é uma coisa prevista em lei.

O próprio STF, na ADI 6.476, cujo Relator é o antigo Ministro Luís Roberto Barroso, ele determinou que é inconstitucional a submissão do teste de aptidão física a candidatos com deficiência aos mesmos critérios.

Infelizmente, lá nesse concurso, em que eu fui aprovado em todas as fases teóricas, e fui aprovado também na fase de perícia médica, que verificou a compatibilidade do meu cargo com... a compatibilidade da minha deficiência com o meu cargo, infelizmente, a banca simplesmente ignorou o meu direito e me submeteu, a mim e a outros candidatos com deficiência, aos mesmos critérios de avaliação física, gerando a minha eliminação e a de demais candidatos.

Só que muitas pessoas, quando sofrem esse tipo de discriminação, ficam caladas. A gente, que tem nanismo, a gente sabe disso, o tanto que a gente é motivo de piada diariamente. E eu decidi externalizar isso não só para lutar pelo meu direito, que é um direito previsto em lei, mas também para poder dar voz à nossa causa, a nossa causa que sempre passa silenciosamente diante de todos. Infelizmente ela não é ouvida. E eu espero que essa repercussão toda que teve o meu caso – que eu não imaginava que ia ter – sirva para as autoridades superiores, para que, de alguma forma, elas lutem pelos nossos direitos, porque mesmo a lei estando ali, a banca simplesmente descumpriu.

E eu também espero que as crianças – eu tenho 25 anos, sou mais velho do que algumas pessoas que estão aí na Casa do Senado –, eu espero que essas crianças, de alguma forma, sintam-se motivadas também para lutar pelos seus direitos e não se sintam envergonhadas de ser aquilo que elas sempre sonharam, porque o meu sonho é sempre ser delegado. E quando esse caso tomou uma repercussão grande, tive muito apoio, graças a Deus, tem muita gente me apoiando. Mas, ainda assim, a gente vê muitos comentários capacitistas, como, por exemplo, do tipo: "a criminalidade está aumentando e a polícia está diminuindo"; "se jogar lona por cima, vira circo"; "como é que esse anão aí vai conseguir segurar um fuzil?"; "como é que ele vai conseguir prender um bandido de 1,80m?". Infelizmente, ainda tem muitos comentários desse tipo na postagem. Mas, graças a Deus, a maioria das pessoas está me apoiando porque sabe que é meu direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu espero que, de uma certa forma, esse meu caso que repercutiu na mídia sirva de inspiração para que vocês, pessoas com nanismo, assim como eu ou até mesmo outras pessoas com deficiência, se sintam encorajadas de lutar pelos seus direitos, porque o nosso tamanho não vai delimitar aquilo que a gente quer. A gente só é diferente no tamanho, mas a nossa mente é incrível, é capaz de conseguir tudo aquilo que a gente quer!

Então, a convite da Senadora Damares... ela me convidou para falar sobre esse caso... Mas, também... Eu quero também dar um ponto do remédio. É sobre uma evolução na ciência, que, graças a Deus, teve essa evolução, que vai ser muito benéfica para as crianças com nanismo. Como a própria doutora mostrou aí, a eficácia do remédio e a altura que as pessoas vão ganhar, com esse remédio, é apenas a ponta do *iceberg*, como mencionado anteriormente. Mas a gente vai ganhar mais dignidade, vai ganhar mais independência, porque só a gente que é pessoa com nanismo sabe o tanto que a gente é dependente de algumas coisas. Então, é preciso também que o governo, de uma certa forma, abra espaço para que esse remédio fique mais acessível às pessoas, porque, como falado anteriormente, infelizmente hoje o remédio é só acessado por via judicial, e vocês sabem muito bem – eu que trabalho nessa área do direito – que, infelizmente, a nossa Justiça é muito morosa. Infelizmente também demanda muitos gastos para ter acesso, nem sempre é concedida.

Então, eu espero que, de uma certa forma, esta audiência pública sirva para conseguir esse remédio, ou seja, uma forma facilitada do remédio, e também não só o remédio, que sirva também para serem mais respeitados os direitos das pessoas com deficiência, sobretudo das pessoas com nanismo. Então, eu peço que as leis também sejam cumpridas. Esta é a minha palavra de hoje. Eu não sei se vocês querem que eu fale mais alguma coisa...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Matheus, eu quero cumprimentá-lo e queria fazer uma pergunta. Nós acompanhamos, inclusive há imagens de você na prova física. Pelo que eu entendi, você passou numa fase da prova física e foi reprovado em uma segunda fase. É isso? Porque o Brasil inteiro quer entender direito o que aconteceu. Você pode explicar, Dr. Matheus?

O SR. MATHEUS MENEZES MATOS (*Por videoconferência*.) – Claro. Então, no concurso de Delegado da Polícia Civil de Minas, eu passei em todas as fases teóricas do concurso. Eu passei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na fase objetiva, na fase discursiva, na fase oral, ou seja, em todas aquelas fases que dependiam do meu conhecimento jurídico e da minha capacidade, eu fui aprovado. No próprio concurso público, nesse que repercutiu, eu também passei por uma fase da perícia médica, que verificou a minha compatibilidade da deficiência com o cargo, e eu fui aprovado nessa. Só que eu fui reprovado no TAF. O TAF, o teste de aposição física, era composto por quatro testes: o teste da flexão, o teste de corrida de 50m, o teste de impulsão horizontal, que foi o que o que gerou a minha eliminação, e o teste de corrida de 12 minutos.

Na flexão, que foi o primeiramente que eu fiz, eu consegui desempenhar a máxima pontuação, fiz uma boa pontuação. No teste de corrida de 50m, eu também fui aprovado, que foi o segundo teste realizado. Só que, quando chegou no teste de impulsão horizontal, a banca queria, porque estava determinado no edital, que saltasse uma distância de 1,65m no mínimo. E, obviamente, devido às minhas condições, do encurtamento dos membros inferiores, era meio impossível saltar essa distância. E mesmo tendo lutado por adaptações, por ter ido até o fim do meu direito, infelizmente a banca não concedeu, eu ainda sim fui guerreiro. Eu fui fazer aquela tentativa, as duas tentativas a que tinha direito. Só que, infelizmente, eu não consegui obter êxito, devido à minha condição. Geraram a minha eliminação, e eu também não realizei o teste de corrida de 12 minutos, que foi o último teste. Isso repercutiu naquele caso, porque eu lutei pelo meu direito de ter simplesmente uma distância de salto reduzida, e a banca não quis reduzir. Então, basicamente, essa era a penúltima fase do concurso. Eu estava prestes a realizar o maior sonho da minha vida, e, infelizmente, ali, na reprovação do salto, meio que eu vi, por um momento, o meu sonho ser interrompido. Agora eu estou brigando na Justiça para ter o meu direito respeitado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então você está em fase de recurso, é isso, Doutor?

O SR. MATHEUS MENEZES MATOS (*Por videoconferência*.) – Isso. O processo está na Justiça de Minas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Doutor, não importa qual for o resultado da Justiça: para nós você é vitorioso, e mais vitorioso ainda por ter deixado a sua história tomar a repercussão que tomou, mesmo correndo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o risco da exposição. Eu vi a imagem, a prova da sua corrida, você foi extraordinário, extraordinário!

E vou dizer uma coisa, Doutor: nós temos, dentro da polícia... Você pode ir para a rua, sim, você pode ir buscar bandido na rua, sim, mas hoje nós temos o serviço de inteligência! Mais de 80% dos crimes hoje, gente, são na internet, contra criança! Os pedófilos estão na internet! Ele seria um grande delegado na internet, para proteger criança, para atuar contra fraudes bancárias, crime cibernético, crime virtual.

Impedir que um homem como ele, que passou em todas as fases, inclusive em parte dos exames físicos, seja um delegado, o que é um sonho... Imaginem esse homem, que percorreu um sonho, chegando na polícia: o que ele não vai fazer para proteger nossas crianças, nossas mulheres, nossos idosos?

O senhor é nosso delegado! (*Palmas.*) Queira ou não queira, o senhor é o nosso delegado. Eu queria pedir ao Plenário que ficasse de pé. Nós vamos aplaudir Dr. Matheus de pé! Receba a nossa homenagem. (*Palmas.*)

A nossa homenagem é pelo fim do capacitismo no Brasil.

Que Deus o abençoe. Parabéns pelo seu trabalho, por sua coragem, e que fique um recado para a Justiça: nós vamos acompanhar esse caso. Quantos Matheus não tiveram a coragem de se expor da forma como ele está se expondo?

Obrigada, Doutor, por ter abrilhantado a nossa audiência. Quero muito conhecê-lo pessoalmente; quando puder, venha ao Senado. Quando vier, vai ser recebido com honras aqui no Senado Federal.

A gente quer muito... Quero lhe fazer um pedido: sendo deferido o seu processo, eu quero ir à sua posse. Nós vamos fazer uma caravana! (*Palmas.*)

Nós vamos à sua posse.

Que Deus o abençoe, Dr. Matheus. Obrigada por estar conosco.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MATHEUS MENEZES MATOS (*Por videoconferência.*) – Senadora Damares, se me permite a palavra, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. MATHEUS MENEZES MATOS (*Por videoconferência.*) – Aproveito e externalizo: o convite já está feito, para todos vocês que estão aí, para a minha posse, quando eu tomar posse no cargo de Delegado, não necessariamente em Minas, mas em qualquer outro estado. O convite está feito para todos vocês, será uma honra.

Eu não vou desistir dessa luta que eu comecei. Eu vou até o fim, e o apoio de todos vocês é fundamental para isso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Matheus. (*Palmas.*) Sucesso.

Na sequência, nós vamos voltar para a mesa. A gente ainda tem um convidado *online*, que vai ficar para o final.

Vamos ouvir agora Kênia Maria de Souza Rio, Presidente da Associação Nacional do Nanismo (Annabra).

Muito obrigada, Dra. Kênia, por estar conosco. É uma parceira que está aqui o tempo todo no Congresso Nacional lutando pelos direitos da comunidade.

Muito obrigada por estar conosco.

A SRA. KÊNIA MARIA DE SOUZA RIO (Para expor.) – Primeiramente, eu gostaria de saudar a mesa, gostaria de saudar a Senadora Damares. A Senadora é uma querida, sempre esteve conosco, amiga da nossa querida Lone. Se é amiga da Lone, é a nossa amiga. Já criou isso, né, Lone?

São duas pessoas que, de fato, lutam pelas pessoas com deficiência, ela, o Senador Romário e alguns poucos outros, porque, infelizmente, dentro desta Casa – né, Senadora? –, tem muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poucas pessoas que lutam, colocam a cara ali e dizem "eu estou lutando pela pessoa com deficiência". Inclusive, são os muito invisíveis dentro da própria Casa, né?

Enfim, em 2014, nós estávamos aqui lutando pelo Dia do Combate ao Preconceito. E foi uma honra estar aqui no Senado. Foi assim, com este quadro assim, cheio de gente, a Juliana, sempre com essa caravana. A Juliana é impressionante. Ela tem que ser dona de excursão, porque ela faz o barulho. Ela faz, convoca o pessoal mesmo e vem mesmo, o pessoal. Incrível.

Aí nós conseguimos o Dia do Combate, que foi sancionado em 2017.

E aí, o que acontece, Senadora? Muito pouco mudou. Tivemos avanços, sim, muitos avanços, mas muito pouco mudou.

Eu nasci, Senadora, num lar em que a maior parte das pessoas tem nanismo. Inclusive, até o presente momento, a minha família é a única no Brasil que está na quarta geração. Meu pai, meus irmãos e eu, meus sobrinhos e agora meu neto. Eu tenho um neto de 12 anos... completou ontem 13 anos.

A minha vida foi com muita dificuldade, não tanto assim, porque eu tinha, dentro de casa, um pai que venceu. Meu pai era do Banco do Brasil. Era um cara que não teve direito a cotas, não teve direito a nada da pessoa com deficiência. Ele é um cara que lutou e conseguiu um cargo no Banco do Brasil.

Dali, eu tive um espelho, eu tive um grande espelho, porque era um homem que venceu, um homem com nanismo e um cara extremamente respeitado, diferente do quadro aqui dos 80%, cujos pais não são pessoas que tiveram famílias com nanismo.

Aí, Senadora, eu nasci em 1964, no meio da revolução. Eu não tive direito a cotas, não tive direito a nada até os 40 anos, quando o nanismo foi considerado uma deficiência pela Lei 5.296, de 2004.

Até lá, eu não era nada, não tive direito a nada, eu já era uma mulher de praticamente 40 anos. Sou uma mulher de 61 anos. E 1% da nossa realidade, da nossa comunidade, com 60 anos, tem uma vida independente. Para a senhora ter uma ideia, eu tenho um irmão de 62 que está na cadeira de rodas, por conta das "oses": artrose, lordose, cifose, escoliose e tantas outras sequelas que o nanismo traz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu morava do lado, agora me mudei, de um centro genético, um dos maiores do mundo que é o Instituto Fernandes Figueira. Eu nunca bati lá, porque eu achei que não tinha necessidade. Eu achei o seguinte "meu pai tem nanismo, eu tenho nanismo e assim eu vou sobreviver".

Meu filho nasceu com o nanismo também e não apresentou nenhum quadro diferente de uma pessoa normal – normal, que eu digo, sem a deficiência. Até corrigindo, não existe a pessoa normal, existe a pessoa sem a deficiência.

Agora, nasceu o Bernard, meu neto, com todos os sintomas da acondroplasia, com otite, com rinite, com os "oses", com problemas nas pernas. E com isso a gente começou a perceber que não era uma situação normal dentro de casa. Ele teve todo um acompanhamento – foi tudo diferente das gerações que se passaram –, então, ele teve acompanhamentos que a gente não teve, com genéticos, com pessoas específicas para doença dele. Ele operou três vezes o ouvido para botar o carretel, teve dificuldade, teve problema na dentição. E hoje, Senadora, ele está tomando a medicação, essa medicação!

Eu não estou aqui para fazer propaganda de medicação, mas eu vou lhe dizer uma coisa: ele cresceu 11cm.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Uau! Em quanto tempo?

A SRA. KÊNIA MARIA DE SOUZA RIO – Em dois anos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Uau!

A SRA. KÊNIA MARIA DE SOUZA RIO – Eu vou falar uma coisa para senhora: a questão, gente, não é os centímetros, é a dignidade.

Ontem foi o aniversário dele. (*Manifestação de emoção.*) Eu estou superemocionada, já era. Ontem ele completou os 13 anos, e nós fomos ao HotZone, que aqui eu acho que o pessoal conhece, essa área de lazer que tem no *shopping*. Era frustrante para ele, porque ele ia... E, lá, até a pessoa com deficiência ganha em dobro; você paga R$50 e ganha R$100 em *ticket*. Era frustrante para ele ganhar R$100 em *ticket*, mas não conseguir ir aos brinquedos que os amigos iam. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda vez ele via os amiguinhos brincar nos brinquedos e ele não podia. E aí aquilo era uma... Toda vez eu falava: "Jesus do céu, vir para cá para mim é uma perturbação", porque ele saia dali frustrado, irritado, não sei o quê. Ontem ele foi – inclusive eu até tenho uma foto; depois que eu quero mostrar para a senhora –, ele conseguiu alcançar a régua, ele foi a todos os brinquedos. Ele estava desesperado. O nome disso sabe qual é? Inclusão, é ser incluído!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Alegria.

A SRA. KÊNIA MARIA DE SOUZA RIO – Alegria de estar ele e os primos, e ele sentir que faz parte daquele espaço. A questão é ele pegar e fazer a higiene sem pedir a mãe para ajudá-lo – ele tem 13 anos –, ele poder chegar e caminhar tranquilamente, a otite dele melhorar, ele ter uma vida plena. É sobre isso.

Eu ouvi, Senadora, uma pessoa muito importante – de que eu não quero citar o nome, por respeito a ela – dizer assim: "É muito dinheiro para poucos centímetros". A gente não está aqui discutindo centímetros. A gente está discutindo aqui qualidade de vida; a gente está discutindo aqui sobre pessoas que precisam, como eu. Eu fico assim: meu Deus, e se fosse eu? Eu tive a perda de uma chance; meu filho teve a perda de uma chance; as pessoas acima de 60 anos na nossa comunidade estão em cadeira de roda, estão encostadas, estão aposentadas. Eu sou 1% de uma comunidade imensa que tem uma vida plena e independente. É sobre isso que a gente discute, não é sobre centímetros. Essas crianças amanhã não vão precisar pedir Loas, não vão precisar bater na porta de um INSS para pedir assistência de seguro de saúde, não vão precisar de nada disso, porque vão ser pessoas plenas. As pessoas se sentirem... A gente vive, o tempo todo, a associação, a gente vive num eterno capacitismo, a gente vive num eterno apontamento.

Eu já estou cansada de ser menosprezada, de ser humilhada, e fora – como a Juliana falou – a objetivação do corpo. O nosso corpo ali parece que as pessoas acham que serve para prazer. A gente não é respeitada como mulheres. A gente todo dia, eu digo, assim: eu tenho que matar um leão. Eu já matei os leões todos; já não tem mais nem leão na minha selva, já estão todos mortos de tanto que a gente, todo dia, tem que chegar e discutir...

Eu posso contar os dias em que eu não fui ridicularizada numa rua, em que eu não fui diminuída...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou ao tribunal, eu sou advogada há 37 anos, e até a Justiça mesmo, gente... É com o que eu fico mais indignada! Eu vou às vezes ao tribunal fazer uma sustentação oral, e não tem o tablado lá. Eu falo: "É minha casa, isso aqui é minha casa, e não está adaptada para me receber!". Se a minha casa não está adaptada para me receber, a sociedade vai estar?! Não vai!

A gente está aqui o tempo todo... É Juliana de um lado, e eu de outro. Nós nos unimos para ver se a gente muda esse quadro, e está difícil! Está difícil, Senadora, porque a gente vê...

É na escola! Meu neto: "Ah, porque o garoto me chamou de anão". Eu tenho que explicar para o meu neto... Desde os três anos de idade, ele sabe, quando ele é apontado como anão: "Olhe, eu tenho nanismo". Uma criança, que tem que ter uma infância plena, que tem que ter uma infância divertida, que tem que ter uma infância bacana, tem que ficar explicando para as pessoas o que tem. As escolas não estão preparadas para recebê-los. A gente tem que ir à escola, a gente tem que fazer todo um trâmite, a gente tem que ir à escola antes para avisar: "Olhe, estamos aqui, meu filho tem nanismo, e é assim que tem que ser atendido". As escolas não sabem nem como receber a criança. Os objetos das escolas, as cadeiras não estão adaptadas para elas. Quantas escolas há aí em que a gente fica discutindo que os pais têm que comprar o material para botar nas escolas, porque não tem, em que os pais que têm que fazer a cadeira adaptada para trazer para a escola?! É o tempo todo.

Quando eu era mais nova, o dentista falou: "Olhe, você tem muito dente para sua arcada dentária". Ele arrancou diversos dentes, e agora eu tive que colocar, ou seja, eu tenho 80% da minha boca implantados, porque o dentista, lá atrás, sem saber da minha condição, falou que tinha que arrancar.

São todos esses sentidos, fora uma coisa que aconteceu, com que eu fico muito preocupada, que é que agora temos situações de pessoas com câncer. Meu pai veio a falecer com câncer. E eu fico perguntando: será que deram a medicação certa para o meu pai, adequada para a altura dele, para o peso dele? Será que isso aconteceu? Eu perdi meu pai com 54 anos, eu tinha 18 anos, eu perdi a melhor fase de o meu pai ver eu me formar... Meu pai não viu nada disso. Eu tive problemas seríssimos, porque não tive um pai para ver meu neto, meu filho... Meu pai não estava no momento em que me casei, porque meu pai estava com câncer, e não sei se ministraram a medicação correta nele. Será que foi? Então, hoje, com a gente vendo essa ciência, as coisas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecendo, a gente fica preocupada com isso. Será? Como é que funciona? O que a gente...? Os mais velhos perguntam: "Será que foi perda de uma chance?". Eu só fico pensando em perda de uma chance, de possibilidades.

Sabe, Senadora? É uma luta muito grande. Não vou me estender mais. Hoje, quase o voo... Aconteceram várias coisas, mas eu falei: "Eu estarei lá, vou lá para marcar meu ponto para falar um pouco, para dividir minhas experiências".

E quero agradecer a oportunidade, Senadora, de estar aqui e dizer o seguinte: não são poucos centímetros que a gente está discutindo, a gente está discutindo sobre qualidade de vida, sobre ter uma vida plena. É sobre isso.

E quero agradecer a vocês – muito obrigada por esses pais maravilhosos aí que se empenham, que estão aí com a gente, pois não adianta só estarmos eu e a Juliana numa liderança, se a gente não tem a família apoiando – e aos Deputados e Senadores como a senhora, que está aí, que pertence e que está sempre apoiando e sempre recebendo.

É isso, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Kênia. Obrigada.

Cadê o meu auxiliar, Théo? Théo, pega um banquinho aí, traz aqui para eu mostrar o banquinho. Pede de alguém emprestado. Meu auxiliar, traz um banquinho.

Enquanto isso, Dra. Kênia, eu fico imaginando a altura do balcão no fórum para a senhora despachar.

A SRA. KÊNIA MARIA DE SOUZA RIO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O Brasil não está pronto para a comunidade. Não está.

Lá vem Théo com o banquinho. Vem cá, Théo; vem cá, Théo.

Deixe-me mostrar para vocês o banquinho e por que eu vou fazer isso. Vem cá, Théo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o banquinho que o Théo trouxe para mim.

A SRA. KÊNIA MARIA DE SOUZA RIO – Eu uso em casa esse.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vejam só. Eles, para virem para a audiência, tiveram que trazer o banquinho, Doutora. E olha que esta Casa é uma Casa que luta muito pela acessibilidade, mas, para a gente colocar alguns expositores aqui, como a Dra. Kênia está usando o banquinho, por causa do pé dela... A Thaís também usou o banquinho.

Então, vocês vejam, eu estou numa audiência para pessoas com nanismo, e o Théo teve que trazer o banquinho dele de casa. Então, gente, são detalhes – detalhes.

Eu já vi pessoa com nanismo vir ao Senado e os pés ficarem inchados, porque nós não tínhamos um banquinho para a pessoa sentar no plenário.

A SRA. KÊNIA MARIA DE SOUZA RIO (*Fora do microfone*.) – Imagina uma hora com a perna pendurada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Imagina uma hora com a perna...

Gente, igrejas... Atenção, pastores! Isso aqui é tão baratinho, pastores. As igrejas precisam ter. Padres, guardem lá. Na hora em que chegar uma pessoa com nanismo ou uma família, ofereçam: "Nós temos um banquinho. Querem usar?". Talvez nem queiram usar, mas tenham para ofertar, tenham para oferecer. Hoje nós não tínhamos aqui na Comissão o banquinho para ofertar para os nossos convidados. Os convidados que não trouxeram o banquinho estão tendo problema para ficarem sentados no plenário.

Théo, pode vir buscar seu banquinho. É lindo, gente, ele correr para cima e para baixo.

Vem, Théo. Toma seu banquinho.

Dra. Kênia, obrigada. Sucesso no tratamento.

Toma, Théo.

O SR. THÉO MAMEDIO SANTOS (*Fora do microfone*.) – Eu já peguei, tia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já pegou? Obrigada. Esse meu auxiliar...

Na sequência, eu quero registrar que está presente conosco Edilson Barbosa, Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil – obrigada, Edilson –; João Pedro, Embaixador do Autismo da Bahia – obrigada, João Pedro; veio da Bahia, obrigada –; Kézia Castro, Assistente Social do Instituto Nacional de Nanismo; Richard Alves dos Santos, Assistente Social; Sônia Rogério Galvão, Psicóloga do Instituto Nacional do Autismo; Marcelo da Costa Teixeira, Diretor da BioMarin Brasil; e todos os pais, mães e adolescentes do Instituto Nacional de Nanismo, movimento Somos Todos Gigantes.

Eu informo que a Liderança do Governo entrou em contato dizendo que estão atentos à audiência – aí, Governo! (*Palmas.*)

E olha que eu sou oposição ao Governo, mas a Liderança tem um trabalho incrível.

Nós temos o Ministério dos Direitos Humanos aqui com a gente e agora nós temos o Ministério da Saúde, que também está aqui conosco.

E nós vamos ouvir na sequência a representante do Ministério da Saúde, Dra. Renata de Paula Faria Rocha.

Gente, ela veio... Não é fácil o papel dela. Não é a primeira vez que a Dra. Renata está com a gente. Ela não tem as respostas todas que a gente precisa, mas o fato de o Ministro tê-la designado para estar aqui, olhando nos olhos das famílias... Eu preciso elogiar o Ministro por isso, porque não é fácil.

Dra. Renata, sinta-se na sua casa. E nós queremos ouvi-la por dez minutos.

Seja bem-vinda, Dra. Renata.

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA (Para expor.) – Bom dia, bom dia a todos.

É um prazer estar aqui nesta Casa, para conversar com todos vocês.

Eu confesso que eu tinha até preparado uma fala aqui que, inclusive, foi validada pelo meu chefe, mas eu quero falar outra coisa – quero falar outra coisa. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fale do coração, Renata!

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA – Eu estou na Coordenação de Doenças Raras e sou enfermeira. Eu trabalho... Eu tenho 23 anos de formada, 23 anos atuando na assistência. No ano passado, eu entrei no Ministério da Saúde e passei a atuar nessa parte da gestão de política de políticas públicas. Então, eu entendo muito bem, claro que não na posição de quem está sentindo, mas na posição de quem cuida. Eu entendo muito bem as dores e as dificuldades que vocês vivenciam no dia a dia, por cuidar de muitas pessoas ao longo da minha vida.

Quero dizer o seguinte: considero a Coordenação de Doenças Raras como um ganho dentro do Ministério da Saúde. Eu acho que trouxe uma visibilidade para doenças que a gente costuma dizer... Há esse termo de doenças raras, mas são doenças, na verdade, de uma frequência menor. Mas, quando a gente junta as pessoas portadoras de doenças raras, a gente tem uma quantidade enorme de pessoas, e isso é um desafio para um sistema de saúde público como o nosso, um sistema grande, um sistema universal, um país do tamanho do nosso, com diversidades muito grandes...

A gente, hoje, está conversando aqui em Brasília, mas a gente tem pessoas com dificuldade de acesso a coisas muito básicas, em termos de saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Renata, só um instantinho...

Gabriel, você pode voltar para a mesa?

Deixem-me dizer uma coisa: Gabriel virou o herói das crianças. (*Risos.*)

E você viu que elas não o deixam ali? Estão todas grudadas nele.

Mas ele está tentando acompanhar a audiência...

Gabriel, volte para a mesa. Tem um lugar aqui.

Crianças, depois vocês vão tietar Gabriel muito, vão abraçar Gabriel muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Gabriel vai voltar para a mesa, porque ele está querendo acompanhar, olhando e abraçando as crianças...

Então, volte para mesa, Gabriel.

Dra. Renata, continue.

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA – Eu queria dizer que a Coordenação de Doenças Raras, hoje, representa um ganho em termos de visibilidade para os portadores de doenças raras, e isso é um ganho em diversos sentidos e, se a gente for pensar, em diversas situações de acesso, de diagnóstico, de tratamento, em todo o contexto.

A gente vem trabalhando em diversas frentes – e a coordenação é muito recente; tem dois anos de coordenação –, é uma coordenação muito abertas e muito próxima da comunidade. Então, a Dra. Kênia aqui sabe, conhece o Dr. Natan, que é o Coordenador-Geral de Doenças Raras... Então, existe essa proximidade com a comunidade, para a gente realmente entender as necessidades da população, para que a gente possa entregar políticas públicas que sejam realmente adequadas e que possam ser implementadas, e não políticas públicas que fiquem no papel e que não sejam implementadas.

Eu queria fazer uma consideração com relação à medicação que vem sendo falada. Eu não sei qual foi a percepção com relação à reunião da Conitec, mas a minha percepção – vou falar da minha percepção – é que não ficou nenhuma dúvida com relação à evidência científica de que a medicação funciona. Não houve, não teve esse tipo de questionamento na hora do voto. Eu não voto, eu só participei da reunião, mas não houve esse questionamento. O questionamento foi com relação ao custo.

Eu queria deixar de mensagem para todos nós – o ministério, os Parlamentares, a comunidade científica, as associações que representam os pacientes – que acho que a gente precisa pensar em estratégias, em formas de negociação com a indústria para que a gente consiga melhorar essa forma de acesso. Acho que o ministério sozinho não consegue fazer isso. A Conitec é uma instância autônoma e ela precisa pensar no impacto orçamentário. Então, quando vem um impacto orçamentário muito alto, a gente precisa pensar, a Conitec precisa pensar em termos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sustentabilidade do SUS. A gente entende também o papel e o fato de ter tido um parecer desfavorável, mas a gente não questiona a eficácia da medicação.

Então, eu acho que a gente precisa, enquanto comunidade como um todo – e aí incluindo nós, incluindo vocês, incluindo todos nós –, pensar de que forma a gente consegue trazer essa medicação sem esse impacto orçamentário do jeito que ela veio, porque eu não vi, em nenhum momento, nenhuma fala de ninguém, na hora de votar na Conitec, dizendo: "Não, não temos evidência; não, vamos dar um parecer desfavorável porque essa medicação não funciona; não, não é importante; não, não são só...". A gente não ouviu ninguém falando assim: "Ah, mas são só centímetros"; não teve essa fala na reunião da Conitec. Todo mundo entendeu o impacto, entendeu a importância, o que traz em termos de qualidade de vida para essas crianças. Todo mundo entendeu isso. Mas aí a gente pensa: "Temos como arcar, enquanto SUS [e aí estou me incluindo, como Ministério da Saúde], temos como arcar com esse custo?". Neste momento não temos. Então, como que a gente pode revisitar isso e criar estratégias?

Coloco a Coordenação de Raras à disposição para a gente conversar, para a gente debater, para a gente pensar em estratégias. A gente precisa pensar em estratégias, porque acho que a gente sozinho também não consegue. Então, de que forma a indústria – a gente tem representante da indústria aqui – pode, junto com a comunidade, junto com o Ministério da Saúde, chegar em melhores estratégias, para a gente conseguir uma aprovação na Conitec e conseguir incorporar essa medicação? Eu, enquanto servidora na Coordenação de Raras... A gente não consegue avançar muito com relação à medicação enquanto ela não for incorporada. As nossas ações... Uma vez incorporada – eu, inclusive, sou a responsável pela implementação das tecnologias na Coordenação de Raras –, a gente vai trabalhar para a implementação disso, para a disponibilização, com como que a gente faz essa medicação chegar em todos os cantos deste país. Mas, enquanto não se incorpora, eu também não tenho muito como avançar em termos de oferta dessa medicação, a não ser o que vocês já estão fazendo, que é com a judicialização, o que nem passa por nós, nem passa pela coordenação.

Acho que a gente precisa, sim, ampliar este debate em termos de estratégia não só para a vosoritida, mas para diversas outras medicações que nas doenças raras têm um impacto altíssimo. São medicações de alto custo e com impacto altíssimo. A gente vê diversas medicações que, muitas vezes, não têm evidência científica suficiente, e aí a judicialização também traz esse viés

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, às vezes, não são todas as pessoas que têm indicação para o uso daquela medicação, e a judicialização acaba favorecendo o acesso para essa pessoa, o que gera um custo também para o sistema, um custo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA – Exatamente.

A SRA. KÊNIA MARIA DE SOUZA RIO – Porque o custo é muito maior judicializando do que chegar, sentar com a indústria e negociar isso.

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA – Sim, Sim. A indústria também precisa estar aberta à negociação. Então, precisa ter essa questão.

Mas é isso. Eu coloco a Coordenação de Raras à disposição. A gente tem uma página da Coordenação de Raras no *site* do Ministério da Saúde, e lá tem nossos contatos. Vocês podem mandar *e-mail*, a gente responde. Este ano é um ano mais complicado em termos de ficar recebendo as associações, mas a gente está à disposição para conversar e para a gente criar estratégias. E eu, como enfermeira, a gente pode pensar em linhas de cuidado, em PCDTs específicos, para que a gente possa melhorar o acesso e o fluxo dessas crianças, desses pacientes dentro da rede de atenção à saúde.

É isso. Obrigada, gente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! Dra. Renata...

Atenção, chefe da Renata, não a exonere. (*Risos.*)

Dra. Renata, era exatamente o que a gente queria ouvir. Deixe-me falar uma coisa, gente, nós podemos... E é esta Casa que constrói o Orçamento da União, é esta Casa – é esta Casa, Loni. Incorporando ou não, a Conitec aprovando ou não, a gente pode criar estratégia orçamentária. Por exemplo, não pode ser por meio de emendas parlamentares? Veja só, se não for emendas parlamentares, não pode ser emenda de bancada ou uma emenda de Comissão?

Esta reunião aqui está sendo feita não só pela Comissão de Direitos Humanos – acho que vocês prestaram atenção –, mas pela Comissão de Direitos Humanos e Comissão de assistência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

social e saúde – é a Comissão que resolve os problemas de saúde no Brasil. Então, por meio de emenda de Comissão, emenda de bancada, emenda parlamentar, 1 milhão por ano por uma criança, será que a gente não poderia fazer esse diálogo de como buscar esse orçamento?

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA – Senadora, quando a Conitec... Porque, independentemente de onde vem o recurso, a gente precisa que a Conitec dê um parecer favorável, porque é a instância responsável.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA – Quando a Conitec faz a avaliação, ela não pode fazer a avaliação calculando o impacto orçamentário, com uma verba que não é uma verba fixa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA – Então, verbas vindas de emendas são verbas que não são...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Certeza de que vão.

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA – Exatamente. A gente não tem como fazer esse tipo de coisa. A gente precisa pensar mesmo em estratégias. A gente tem medicações de alto custo... Eu não sei se cabe – tá, gente? – eu só estou pensando. A gente tem medicações de alto custo, como foi o Zolgensma, que é a medicação de mais alto custo, para a qual existe um acordo de compartilhamento de risco junto com a empresa. Não sei se seria possível. Isso é uma coisa que tem que ser avaliada, mas talvez uma estratégia...

Então, é isto: pensar em estratégias, mas a gente precisa usar o orçamento fixo que a gente já tem. Acho que as verbas de emenda podem auxiliar em diversas outras coisas, em questão de educação, de recursos, de equipamentos, de materiais que possam ser utilizados, de adaptações que possam ser utilizadas em escolas, em serviços de saúde, no que for. Mas, quando a gente pensa num custo fixo de medicação, fica difícil a gente usar recurso de emenda, a gente precisa negociar custo mesmo, precisa negociar valor de medicação e como é que a gente vai fazer o pagamento dessas medicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, obrigada.

Mas só o fato de a coordenação estar disposta para a gente buscar uma estratégia, um caminho... Eu quero ajudar nessa busca.

Eu vou dizer uma coisa que ninguém de vocês pode falar porque vocês não têm imunidade, mas eu ainda tenho um pouquinho: a festa do Vorcaro naquele palácio custou mais de R$100 milhões. No dia em que a gente conseguir, de fato, fechar a torneira da corrupção no Brasil, vai sobrar dinheiro. (*Palmas.*)

Com uma festa de noivado dele, desviando recurso público de mais de R$100 milhões para um noivado que acabou no dia em que ele foi preso, nós teríamos salvado cem crianças. (*Palmas.*)

Isto vocês não podem falar, mas eu posso falar: sentaram bandidos, aqui nesta mesa, na CPMI do INSS – e aí, Doutora, tirando do vulnerável do INSS –, com relógio de R$1,3 milhão no braço. E a gente perguntava: "Quantos relógios desses você tem?". "Não sei, não fiz inventário." Carros de R$11 milhões...

No dia em que a gente, de fato, fortalecer os nossos órgãos de fiscalização, como a CGU, o TCU, os órgãos de controle, e fechar a torneirinha da corrupção, nós não vamos ver funcionários nos ministérios... E, Dra. Renata, eu estive lá como executiva, chorando, fazendo continha de dinheiro ali para poder pagar as contas. No dia em que a gente conseguir avançar contra a corrupção, nós vamos ter dinheiro para todo mundo. Essa fala não é deles, é minha, eu tenho imunidade para falar sobre isso. (*Palmas.*)

Dra. Renata, agradeça a seu chefe, ao Ministro da Saúde. Vamos continuar esse diálogo com a CAS do Senado e com a CDH. Obrigada por estar aqui.

Vamos ouvir, *online*, o Dr. Alex Reinecke de Alverga, também do Governo, Diretor de Relações Institucionais da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Obrigada, Dr. Alex, por estar conosco.

O senhor tem seus dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que o senhor está com o seu tempo corrido, pode fazer uma participação menor se precisar também.

O SR. ALEX REINECKE DE ALVERGA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora Damares.

Vocês me ouvem?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ouvimos perfeitamente.

O SR. ALEX REINECKE DE ALVERGA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora.

Eu queria inicialmente fazer uma breve autodescrição: sou um homem branco, cabelos castanhos, olhos castanhos, tenho uma barba predominantemente grisalha, faço uso de óculos de grau de armação preta, estou com uma camisa branca, num ambiente interno e com um fundo branco aqui.

Queria também dizer do agradecimento do nosso ministério pelo sempre presente convite para poder participar das discussões dessa importante Comissão. Já de início quero dizer da nossa permanente disponibilidade para o debate.

Eu estou acompanhando aqui desde o início, desde a primeira mesa, e queria dizer que isso, de certa maneira, direciona a minha fala. Eu também tinha uma fala com uma expectativa que é produzida a partir do chamamento da audiência pública, mas, ouvindo os relatos aqui, ouvindo as situações concretas das pessoas e aqui, mais recentemente, nessa segunda mesa, a situação do Mateus, que ganhou também grande projeção nacional, eu queria ir direto a um ponto que, de certa maneira, já foi ressaltado aqui e que é a atribuição do nosso ministério.

A gente sabe que falar de acondroplasia diz respeito a uma doença rara, a uma condição que já foi muito bem exposta aqui, e a quais são os seus desafios, que deixam de ser exclusivamente situações do campo da vivência corporal, dos marcadores biomédicos. A gente está falando fundamentalmente da garantia da dignidade. A gente está falando fundamentalmente dos direitos humanos. E justamente os direitos humanos são nossa atribuição enquanto secretaria nacional – os direitos humanos voltados para a pessoa com deficiência. E a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente, constrói, então, a noção da experiência da pessoa com deficiência considerando a situação do nanismo, situação essa que é reconhecida por lei, se a gente fala especificamente do decreto que reconhece, no rol das deficiências físicas, a questão do nanismo. Então, estou falando da experiência da pessoa com deficiência.

E aí, falando disso, a gente tem que falar necessariamente das barreiras que são enfrentadas, a gente tem que falar dos desafios que já foram muito bem colocados aqui pelos que me antecederam, pela sua vivência direta e pelas representações do movimento. A gente está falando de barreiras arquitetônicas, a gente está falando da necessidade de adequação do mobiliário para o exercício das atividades; a oradora que antecedeu também falou da sua vivência no mundo do trabalho, da sua vivência em casa, nos espaços públicos, na circulação urbana. Mas a gente está falando fundamentalmente, eu entendo – isso foi muito bem reforçado –, da questão das barreiras atitudinais. Não é possível que a gente viva numa sociedade que ainda tem muitas dificuldades... E aí é onde eu acho que a gente pode centrar a contribuição do nosso ministério, da nossa Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, afinal de contas, a experiência vivenciada e relatada aqui do Mateus é muito emblemática para revelar questões de um capacitismo estrutural, da necessidade de o conjunto das nossas instituições se transformarem e conseguirem dar consequência a um princípio da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que é, todo mundo aqui já sabe, emenda constitucional, algo que tem um poder importante no nosso ordenamento jurídico. A própria Lei Brasileira de Inclusão também vai falar disso.

Eu queria chamar a atenção aqui, para não ultrapassar muito tempo, e dizer que a gente precisa avançar na noção de adaptação razoável. Esse é um ponto que está expresso tanto na convenção, quando a convenção vai falar que, quando necessário, a adaptação razoável precisa acontecer... Mas a gente está, então, de frente para um debate que é sobre a noção de uma igualdade formal, mas também uma igualdade material. Como é que a gente consegue, de fato? E a LBI inovou, mas ela precisa ainda muito do reforço da sociedade para que saia do papel e consiga chegar na proteção e na afirmação dos direitos das pessoas com deficiência, aqui falando especificamente das pessoas com nanismo.

Então, a gente tem a noção de adaptação razoável na própria LBI, dizendo que a sua negativa de atender à adequação, o que seria uma adaptação razoável, pode se constituir como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma discriminação em função da deficiência – aquilo que todo mundo conhece ou que precisa conhecer muito mais, e efetivar o enfrentamento ao capacitismo.

Eu coloco esse ponto justamente para trazer aqui uma contribuição ao debate de que é preciso avançar nessa dimensão, porque esse princípio tanto é pouco conhecido como também é pouco utilizado e, no dia a dia, ele coloca um desafio que é: você tem instrumentos muito poderosos, como a nossa convenção e a nossa LBI – que deixa aí como uma ferramenta de luta essa noção de adaptação razoável –, mas a gente tem muita dificuldade de, no dia a dia, essa ferramenta comparecer na luta das pessoas. De maneira que é razoável, na situação que foi colocada pelo Matheus – em que as pessoas dentro de um concurso que está relacionado a uma situação que está sendo submetida a um edital que foi pensado para um determinado padrão corponormativo –, é razoável não ter uma adaptação?

São questões que fazem com que a gente precise avançar, e eu me comprometo aqui – enquanto representante da Secretaria Nacional, por determinação da nossa Secretária Isadora, que solicitou, da nossa Ministra Macaé, que solicitou a nossa presença sempre constante aqui no debate importante da Comissão – a encaminhar essa discussão para o nosso Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Embora seja um princípio ali afirmado na convenção, ali reforçado na Lei Brasileira de Inclusão, inclusive com essa distinção de que a recusa da adaptação razoável pode, sim, ser considerada uma discriminação em razão da deficiência, que a gente consiga avançar com orientações que possam tornar isso mais operacional no dia a dia das pessoas; uma espécie de protocolo... Eu não saberia dizer qual seria a maneira mais adequada, mas quero dizer que o Conade é um espaço adequado para este debate, para poder construir referências.

A gente também conta com o apoio desta Casa para eventualmente também oferecer sua contribuição para que a gente possa avançar e fazer com que a convenção proteja todas as pessoas e que não dê mais espaço para que a gente tenha situações em que a corponormatividade seja o resultado de uma discriminação ou de um efeito que impede a dignidade das pessoas e de exercerem em igualdade de oportunidades o desenvolvimento do seu próprio potencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de maneira muito objetiva, eu gostaria de deixar aqui a nossa secretaria à disposição deste debate e informar que vou encaminhar, junto da Secretária Isadora, essa demanda para o Conade se debruçar a respeito de como a gente consegue operacionalizar. É bom também ter um representante da Defensoria Pública da União, colega também do Ministério da Saúde, entendendo que os desafios para esse público são extremamente amplos, mas centrando na ideia de que é justamente a acessibilidade, é justamente a partir de uma tecnologia assistiva... E essa tecnologia assistiva precisa também modificar normas, modificar editais, favorecer o entendimento de que a necessidade de se pensar a diversidade humana, a diversidade de corpos, é justamente onde os direitos humanos avançam.

Então, eu queria agradecer o convite e dizer que eu permaneço aqui, mesmo que em trânsito e virtualmente, mas estou desde o início e pretendo ficar até o final e encaminhar todas as discussões para a nossa Secretária, para a nossa secretaria e para o nosso Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Muito obrigado, Senadora.

Até uma próxima. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Alex. Dê um abraço na Secretária. A secretaria está sempre conosco nos debates. Muito obrigada.

Nós vamos ouvir o nosso último orador convidado, mas eu vou... A Lauda pediu a palavra, um minutinho; mas antes eu quero registrar, quem sabe, doutor, para orientar alguma das suas respostas. E todos os convidados depois terão um ou dois minutos para agradecimentos.

Veja se tem alguém *online* ainda dos convidados.

Maria, do Distrito Federal, pergunta: "Como o SUS pretende ampliar o acesso ao diagnóstico precoce e ao tratamento para pessoas com acondroplasia no Brasil?".

Luanderson, do Pará – olhem, gente, é o Brasil inteiro –: "Quais medidas práticas de acessibilidade urbana e arquitetônica o governo deve priorizar para garantir a autonomia das pessoas com nanismo?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Wilson, do Rio de Janeiro: "Recentemente vimos o caso do candidato com nanismo para a prova de delegado. Uma forma de inclusão seria adaptar todo tipo de prova?". Lá do Rio de Janeiro.

Agora vem Gentil, de São Paulo: "Sra. Kênia: como professores podem ajudar na inclusão de pacientes acondroplásicos em idade escolar?". A senhora pode responder daqui a pouquinho.

A SRA. KÊNIA MARIA DE SOUZA RIO (*Fora do microfone*.) – Ah, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – José, do Distrito Federal: "Infelizmente, pessoas possuem problemas, mas Segurança Pública não deve ser tratada sob a ótica da inclusão e sim da competência [...]".

Elis, de São Paulo: "É fundamental fortalecer políticas de inclusão, combater o preconceito, ampliar o acesso à saúde, à educação, à acessibilidade [...]".

Paloma, do Distrito Federal pergunta: "O SUS tem estrutura suficiente para diagnóstico e acompanhamento de pessoas com acondroplasia em todo o [...] [país]?".

Thiago, do Rio Grande do Sul: "Quais políticas públicas urgentes garantirão que a acessibilidade urbana no Brasil considere a ergonomia específica para pessoas com nanismo?".

Luanderson, do Pará: "Quais critérios biomecânicos a lei deve fixar para que os testes físicos [olhem como o Dr. Matheus mexeu com o Brasil!] em concursos garantam isonomia aos candidatos com nanismo?".

E Yasmine, do DF, comenta: "O debate é importante para dar visibilidade às necessidades de pessoas com acondroplasia e fortalecer políticas de inclusão e acessibilidade".

Dr. Ricardo, da Defensoria Pública, parceira da luta... Muitas pessoas que precisam do remédio não têm o advogado, e é na Defensoria Pública que encontram agasalho, acolhimento, carinho.

Doutor, o senhor tem seu tempo. Obrigada por ter aceitado o convite para estar conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO EMÍLIO PEREIRA SALVIANO (Para expor.) – Sim. Eu que agradeço o convite, Dra. Damares, em nome da Defensoria Pública da União, do Defensor Público-Geral Federal, Marcos Paderes.

Cumprimento também aqui o Ministro da Justiça, na pessoa da Renata de Paula Faria Rocha.

Cumprimento também os movimentos sociais aqui, na pessoa do Gabriel, do Somos Todos Gigantes, e os demais pacientes presentes na audiência.

Eu vou começar com uma explanação, depois eu vou falar sobre a atuação da Defensoria Pública no acesso à Justiça, em relação a essa questão de a gente judicializar o tratamento para garantir o fornecimento do medicamento. Eu entendo que a judicialização tem que ser a última porta; nós precisamos fortalecer o Sistema Único de Saúde, é preciso fortalecer a Conitec. A Coordenação de Doenças Raras tem feito um bom trabalho. Nós acreditamos que é uma tarefa muito difícil, porque os recursos são escassos, mas, diante das evidências científicas – que é conforme o Supremo Tribunal Federal tem se manifestado –, a gente tem que entender que os medicamentos precisam ser incorporados à medida que a ciência evolui.

Isso eu vou explanar depois, mas eu queria antes falar aqui sobre um momento que o Gabriel externou aqui na fala dele, quando ele falou sobre esperar, e que esperar não é uma espera passiva, é uma espera ativa, de você realmente ter esperança. O Neto e a Vanizia também falaram isso, que a missão deles é de levar informação e de dar esperança. O esperar é no sentido de esperança, de confiar no propósito, de trabalhar e lutar por aquilo em que você acredita; então, é uma espera ativa.

Nesse sentido, eu vejo que a Comissão de Direitos Humanos tem trabalhado de forma ativa. Senadora Damares, eu gostaria de parabenizá-la pelo trabalho à frente da Comissão.

A Defensoria Pública também tem atuado muito na esfera da saúde, tem ampliado o fornecimento dos seus serviços à população.

A gente fez a interiorização do serviço da Defensoria Pública da União para tratar de fornecimento de medicamentos de alto custo, a partir do julgamento do Tema 1.234 do STF. Nós estamos presentes em todas as unidades da Federação que têm subseção judiciária da Justiça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal; então, onde tem Justiça Federal, a Defensoria Pública da União atua no fornecimento de medicamentos de alto custo.

A gente criou ofícios virtuais... Isso se chama Núcleo Nacional de Interiorização de Saúde. Esse Núcleo Nacional de Interiorização de Saúde é feito através de ofícios virtuais, em que as pessoas fornecem os documentos necessários para ingressar em juízo por *e-mail*, a Defensoria analisa, ingressa com a ação judicial perante a Justiça Federal e acompanha, até o final, o processo judicial da pessoa que precisa do medicamento.

Esse é um avanço que a Defensoria Pública da União implementou há dois anos. E, pelo fato de a competência da Justiça Federal ter sido definida pelo Supremo em acima de 210 salários mínimos os medicamentos de alto custo, como no caso do medicamento vosoritida, que é o Voxzogo, este é um medicamento de alto custo e pode ser fornecido pela ação judicial com ingresso na Justiça Federal. E a Defensoria Pública da União é o órgão que garante o acesso à Justiça aos pacientes que necessitem desse medicamento.

Em relação à incorporação, é preciso fazer algumas pontuações, porque, para que você consiga fazer a incorporação junto à Conitec, é necessário provar que esse medicamento realmente é efetivo e que tem um custo que seja suficiente para que o Ministério da Saúde possa incorporá-lo junto à Conitec. Essa discussão foi levada... Está sendo discutido no âmbito da Conitec. Foi aberta uma consulta pública para que a sociedade civil possa se manifestar, trazer elementos para que faça o convencimento dos técnicos que vão julgar, vão recomendar a incorporação ou não da medicação, para que depois o Ministério da Saúde possa fazer o protocolo clínico de diretrizes terapêuticas da doença, que não existe – no momento, não temos um protocolo clínico de diretrizes terapêuticas para acondroplasia. Então, é necessário que essa discussão seja levada à frente.

Nós estamos confiantes de que a Conitec irá determinar a incorporação do medicamento pela relação custo-efetividade, porque, como a gente bem pontuou aqui, Senadora, nas discussões, ficam muito mais caras todas as decorrências da enfermidade para o sistema do que você conseguir incorporar a medicação e prevenir outros agravos da doença. Então, estamos confiantes de que o Ministério da Saúde vá incorporar essa medicação e, posteriormente, fazer um protocolo clínico de diretrizes terapêuticas para a doença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso seria um ganho muito grande para todos os pacientes, porque você conseguir administrativamente... Por que qual é o grande empecilho que você tem na Justiça? A demora, porque, com a demora, na Justiça, você acaba impedindo que a pessoa possa ter um tratamento precoce. E, com o desenvolvimento da doença, à medida que o processo judicial se prolonga, a doença vai também impedindo que ela possa ter uma melhora no seu quadro de saúde. Então, se você fornece administrativamente o medicamento, você antecipa o tratamento, você tem um tratamento mais célere, e isso impede o avanço da doença.

Aqui eu até gostaria de fazer um adendo em relação a um questionamento que surgiu, na internet, sobre o diagnóstico precoce. Nós sabemos que o SUS tem uma limitação, uma carência de geneticistas. Esse é um problema muito grave, porque o fato de você ter uma carência de geneticistas acaba impedindo que as crianças possam ter o diagnóstico.

O Ministério da Saúde também deveria repensar uma forma de, por meio da telemedicina ou de outro instrumento, possibilitar que essas crianças tenham acesso aos geneticistas. Então, seria uma medida que também a Defensoria Pública da União entende como eficaz.

Fora a questão da saúde, também tem outros pontos que eu gostaria de tratar aqui, se o tempo permitir.

Deixe-me falar aqui sobre o *bullying*. O *bullying* é uma questão que a gente tem acompanhado nas redes sociais, e a gente percebe que precisa ter uma campanha de conscientização da população sobre essa discriminação exacerbada...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Especificamente quanto ao *bullying*, vocês atuam nessa área ou seria a Defensoria do estado? Nós temos famílias que precisam entrar com ações, inclusive de indenização. A gente tem que entender que tem que ter... Quando começar a pesar no bolso daqueles que discriminam e praticam atos de preconceito, eu acho que aí as coisas vão começar a mudar. E a Defensoria também, nesses casos, atua – uma família em que a criança ou o adulto sofreu um preconceito e quer ingressar com uma ação?

O SR. RICARDO EMÍLIO PEREIRA SALVIANO – Sim, mas aí, no caso, não seria a competência da Justiça Federal, porque não tem interesse da União; seria a Defensoria Pública estadual que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderia ingressar perante a Justiça estadual para uma ação de dano moral. Ou, então, é até comunicar o fato à polícia para que a polícia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO EMÍLIO PEREIRA SALVIANO – Ou o Ministério Público, para que possa intervir nesses casos.

Em relação ao *bullying* que tem sido difundido nas redes sociais, o Supremo julgou recentemente a responsabilização das *big techs*. Uma discussão que foi levada ao Supremo é se as *big techs* teriam responsabilidade por atos praticados por terceiros, sem intervenção judicial, sem ordem judicial, e o Supremo entendeu que as *big techs* têm essa responsabilidade presumida nos casos de conteúdos ilícitos, quando se tratar de anúncios pagos ou criados com conteúdo artificial por Chatbox ou robôs. E também, nas hipóteses de crimes contra a honra, o provedor de internet vai ser responsabilizado por danos causados por terceiros se, após a ordem judicial, ele não promover a retirada do conteúdo. Então, a gente tem que entender que essa discussão é muito relevante e isso precisa ser combatido veementemente para que, nas redes sociais, as pessoas denunciem e responsabilizem também, civil e criminalmente, aquelas pessoas que cometam crimes contra a honra ou atos ilícitos que venham a denegrir a imagem das pessoas com deficiência.

É essa a minha manifestação.

Agradeço a participação.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutor. Nós vamos buscá-los nesse diálogo com a Conitec, com o Ministério da Saúde sobre a incorporação do remédio. Na busca de orçamento também, nós vamos buscá-los.

Lauda.

A Lauda tem um convite também para fazer. Nós vamos ter uma audiência pública interessantíssima agora à tarde na Câmara Legislativa – não é a Federal, é a Legislativa. Lauda é a nossa representante da Febrararas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LAUDA SANTOS (Para expor.) – Obrigada, Senadora, pela oportunidade de falar para este público por que eu sou apaixonada.

Há muitos que eu já conheço: Gabriel, Kênia, Juliana... Sempre que possível, a Febrararas participa dessas audiências que são pertinentes para esse público.

Eu faço aqui uma provocação, e eu estou vendo a fala do Ministério da Saúde. Nem sempre, Dra. Renata, quando nós temos um PCDT publicado, é garantia também de fornecimento do medicamento. E a gente enfrenta isso demais nas doenças raras. A gente sabe que o Ministério da Saúde tem um prazo de 180 dias após a publicação do PCDT da dispensação de medicamentos para os pacientes. Isso não tem ocorrido, a gente tem tido isso com uma certa frequência dentro do Ministério da Saúde.

A gente entende que o orçamento é finito, a gente entende uma série de coisas, mas eu gostaria de fazer aqui uma provocação, um compromisso institucional, instituindo um prazo. Veja bem, o Ministério da Saúde está disponível para criar um grupo de trabalho com especialistas em nanismo e com associações, para que a gente realmente publique políticas públicas efetivas garantidoras para esse grupo de pessoas? Eu falo isso, gente, porque eu conheço uma pessoa com nanismo, uma mulher. Ela teve três abortos, porque o nosso sistema de saúde não está preparado para esse público na gestação. Na maternidade, elas não têm essa garantia; na odontologia, a mesma coisa. Quando elas vão ao ginecologista, a reclamação é muito grande, porque as macas, os equipamentos de exames ginecológicos não são adaptados para receber essas mulheres.

Então, gente, o buraco é muito mais embaixo. A gente tem que pensar realmente como é que a gente pode fazer isso.

Eu vejo que o nanismo não faz parte dos dados do censo estatístico do IBGE. Como é que a gente vai fazer uma política pública quando a gente não tem o número de pessoas? Como é que a gente vai planejar o futuro dessas crianças que estão aqui, felizes da vida, correndo para lá e para cá, com toda a vitalidade? A gente tem que ter uma garantia para o futuro dessas crianças.

Agora, vocês que já estão adultos, que têm o nanismo instalado, que têm a oportunidade do tratamento, que chegou aí... Eu fiquei muito feliz. Conversando aqui com a Doutora, eu fiquei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apaixonada, gente, de saber quantos centímetros ganharam essas pessoas que precisam no tratamento.

Aí, vem falar de falta de dinheiro, de judicialização? Sou totalmente contra a judicialização, gente. Primeiro, a peregrinação: para um paciente conseguir judicializar um direito deles, que o Estado deveria garantir, é muito difícil, não é fácil; é um ir e vir, é uma busca por autoridades, é uma busca por relatório. E às vezes a pessoa que está lá para julgar uma judicialização não entende absolutamente nada do que passa naquela família, porque uma doença rara, gente, não vem só para uma pessoa da família; ela vem para a família inteira, para os vizinhos, para os amigos, para as escolas. As escolas não estão preparadas, os ônibus não estão preparados. E eu falo isso, porque, quando eu comecei com a Flávia, ela ia para a faculdade e ela era jogada dentro do ônibus. Por quê? Porque o degrau de acesso do ônibus era muito alto. Para ela passar pela catraca, ela só conseguia passar por baixo; ela pagava a passagem, mas passar por baixo da catraca.

Gente, isso tudo é um absurdo. É estrutural essa falta de estrutura para receber esse público.

Como eu tenho o nanismo, eu tenho a acromegalia, que é o gigantismo. Então, olha o público que a gente lidera. A gente tem todas as dificuldades, do pequeno ao grandão.

E o que o nosso país tem, sabe? Acho que é na lei de construção civil, enfim, x apartamentos, quando construídos, têm que ser adaptados para o público que está comprando.

Eu não vejo isso. Eu não vejo isso para o nanismo. Eu não vejo isso para o gigantismo.

Então, assim, gente, vamos pensar. Vamos pensar com o todo.

E para o Ministério da Saúde... Eu acho que é extremamente importante, Dra. Renata, a senhora levar para o Dr. Natan Monsores, que é uma pessoa incrível, que eu adoro... É, assim... É amigo, é do coração, sabe? E a gente ter tido a oportunidade de ter a CG Raras dentro do Ministério da Saúde, a partir deste novo Governo, é uma porta aberta para a gente, mas é uma porta aberta em que é preciso criar política junto com as pessoas que realmente dela necessitam. Não adianta quem está lá dentro, com ar-condicionado, ficar escrevendo política pública para quem está aqui, do lado de fora, passando por todos os perrengues.

Fica aqui minha reivindicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero, sinceramente, que... O programa estruturado deve ter, sim, a participação de todos os associados.

A Febrararas está aqui. O Instituto de Nanismo é associado da Febrararas, o da Kênia também é associado da Febrararas, e a gente está sempre junto.

Tem essa política pública aí, tem essa consulta pública. Nós vamos todos participar, com certeza, e vamos capacitar... A gente vai fazer um letramento com os associados da Febrararas, para que todos saibam que não é o "copia e cola" que vai fazer a diferença. A gente precisa contribuir com consulta pública efetiva e consciente, gente.

E obrigada à Doutora, e eu espero que a senhora contribua conosco nessa consulta pública, que é de extrema importância.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Lauda.

A SRA. LAUDA SANTOS – Ah, e hoje à tarde há uma solenidade rara, que vai ter na Câmara Legislativa. O Prof. Natan Monsores já confirmou presença. Acho que seria interessante vocês estarem lá.

Com certeza, a gente vai ter o maior carinho de recebê-los e também de ouvi-los lá, na nossa solenidade, que está sendo preparada para os raros.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Quem ficar em Brasília, eu recomendo. Primeiro, vai conhecer um novo espaço em Brasília, a Câmara Legislativa é linda, e o Presidente da frente parlamentar é um Deputado Distrital muito engajado na luta.

Nós chegamos ao final de nossa audiência. Então, a gente agora vai ouvir, por dois minutos – um, dois minutos, no máximo –, os nossos convidados que falaram no início, para agradecimentos e considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos começar pela Vanizia e pelo Mario Neto, que estão *online* ainda. E o Mario tem que almoçar, né?

Então, Vanizia, para agradecimentos e considerações finais...

A SRA. VANIZIA SANTOS DE CASTRO ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então, gente, eu estava aqui até agora. O Netinho vai para a escola, a gente está organizando aqui para ele ir para a escola, mas a gente ficou com vocês, aqui, ainda arrependidos por não conseguirmos estar pessoalmente, mas muito felizes por tudo que foi conversado hoje.

Eu acredito muito que, a partir desta audiência, muitas coisas vão mudar.

A gente está aqui, tentando dar voz...

Você quer falar? Pode. Vai, vai lá...

O SR. MARIO DE CASTRO ALVES NETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado. Foi um grande prazer estar aqui. Eu gostei muito de vocês.

E, ó, quando a gente se encontrar, eu tiro foto o tanto que vocês quiserem, tá bom? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Neto... (*Palmas.*)

A SRA. VANIZIA SANTOS DE CASTRO ALVES (*Por videoconferência*.) – Gente, o Neto é uma figura... (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vanizia...

A SRA. VANIZIA SANTOS DE CASTRO ALVES (*Por videoconferência*.) – Fale, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Vanizia.

Nós amamos você, Vanizia. O Brasil a ama, ama o Mario Neto.

Neto, que você seja um menino feliz. Que você tenha uma vida longa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARIO DE CASTRO ALVES NETO (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... plena e abençoada.

Nós te amamos muito, Neto. Obrigada por nos ter ajudado na audiência.

I love you, e eu vou...

O SR. MARIO DE CASTRO ALVES NETO (*Por videoconferência*.) – Ah, eu agradeço a vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Beijo. Tchau.

A SRA. VANIZIA SANTOS DE CASTRO ALVES (*Por videoconferência*.) – Obrigada. Tchau.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Na sequência, vamos ouvir ainda a Thaís Abreu, que foi nossa primeira palestrante – se ela estiver aqui presente ainda –, para agradecimentos finais e considerações finais...

A SRA. THAÍS ABREU ALVES (Para expor.) – Eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, agradecer o convite da Senadora e dizer que foi uma honra ouvir tudo e ver que a gente não está sozinho nessa luta. Mas eu queria fazer um agradecimento especial para os meus pais hoje, por eles não terem desistido de mim e por terem me tornado esta mulher forte que eu sou hoje. E como eu mencionei aqui, o Cauã está assistindo – ele me mandou mensagem –, e eu queria dizer que, Cauã, enquanto eu tiver forças, eu não vou parar de lutar por você, por nós e por todas as crianças e pessoas com nanismo; porque essa luta nós vamos vencer, eu creio, e sua mãe não vai desistir.

Queria agradecer à Ju, por não soltar a minha mão; à Kênia também, a gente tem contato direto; e agradecer a vocês. Dra. Renata, muito obrigada por tudo o que disse, foi um prazer saber que você estava presente na audiência da Conitec. E, Senadora, muito, muito obrigada pelo espaço e pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Thaís, muito obrigada. (*Palmas.*)

Na sequência, Gabriel, para agradecimentos e considerações finais.

O SR. GABRIEL YAMIN NOGUEIRA (Para expor.) – Como eu falei na minha fala, às vezes, é cansativo, parece cansativo a gente ter que vir falar sobre as mesmas coisas, mas momentos como este nos dão esperança, momentos como este nos fazem pensar: "Nossa, agora a gente vai mudar". Mas é preciso que seja algo coletivo, a gente não vai conseguir mudar sozinho e a gente não vai conseguir mudar vindo aqui uma vez e sendo ouvido sem ter nada depois. Então a gente conta com a colaboração, e a gente sabe que pode contar com a senhora, Senadora, de tantos anos, mas a gente conta com a colaboração de todo mundo que está assistindo, todo mundo que acompanhou por algum tempo esta audiência, que acompanhou o tempo todo, enfim, e dos Parlamentares, porque a gente precisa do apoio coletivo.

Também é muito importante, como minha mãe falou e outras pessoas falaram, a consulta pública que está aberta no *site* da Conitec. A gente tem essa consulta pública aberta até o dia 30 de março e é muito importante que toda a sociedade civil participe disso, inclusive, independentemente de se você é pai ou mãe de uma pessoa com nanismo ou não tem ninguém na sua família ou não conhece ninguém, você que entende que esse tratamento não pode ser mais negado. Como a Lauda falou, quanto à judicialização, a gente teve casos de famílias que tiveram que vender os carros para conseguir pagar por um advogado para o processo de judicialização, e muitas vezes essas mesmas famílias tiveram a liminar negada, o pedido negado. Então essa incorporação não só é importante, mas é fundamental e deve ser feita com urgência, para a gente garantir acesso a esse tratamento a todas as famílias, de forma equitativa, não só àquelas que têm a possibilidade de pagar por um advogado bom que vai conseguir judicializar o tratamento. Por isso, neste momento, eu peço para todos vocês: tirem um tempinho do dia de vocês, entrem na consulta pública e colaborem, porque cada colaboração, cada resposta ao formulário é de extrema importância para nós e para essas crianças, que vão ter um futuro melhor do que o passado que eu tive e o presente que a gente tem.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Gabriel.

Eu estou procurando um genro, viu, Gabriel? Fica dado o recado. (*Risos.*)

Vamos ouvir a Dra. Sabliny Carreiro, para considerações finais.

A SRA. SABLINY CARREIRO (Para expor.) – Eu queria agradecer o convite, a oportunidade de expor sobre os estudos clínicos e também a prática de consultório e de conversar com a Dra. Renata.

Assim, Doutora, o caminho não é a judicialização, o custo já está saindo da União. Talvez no processo administrativo a gente consiga – isto é, vocês, enquanto ministério – negociar melhor com a indústria farmacêutica, colocar um protocolo mais adequado, uniformizar dados, critérios de inclusão, exclusão, monitoramento, deixar o tratamento um pouco mais equitativo, mais igualitário para todo mundo. Mas o custo vocês já estão tendo, só não está saindo da Conitec.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Obrigada, Doutora.

Juliana Yamin, Presidente do Instituto Nacional de Nanismo, para agradecimentos e consideração finais.

A SRA. JULIANA YAMIN (Para expor.) – Eu não posso deixar de agradecer mais uma vez à senhora, Senadora, que é a nossa madrinha do nanismo desde 2021, quando o Gabriel, ainda com fixadores, fazendo alongamento ósseo dos braços, entrou naquele gabinete no Ministério e nós a conhecemos. De lá para cá, em tudo aquilo que nós precisamos como comunidade, nós sempre escutamos da senhora um "sim". E quero dizer também a todos os representantes do Governo, à Dra. Renata, ao Dr. Ricardo, ao Dr. Alex, que estava *online* também, que nós precisamos, de fato, de que tudo isso que foi discutido aqui hoje não seja só uma lembrança num vídeo na internet, mas que a gente tenha ações de fato.

Ao Ministério da Saúde – a gente está muito feliz que esteja aqui – a gente teve muito pouco acesso durante essa gestão e, como a Lauda falou, é importante que a gente construa juntos, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós, que de fato vivemos o dia a dia dessa comunidade, possamos construir com vocês o melhor cenário e cenário ideal para essa condição.

Então fica aqui o meu apelo: que todo mundo participe da consulta pública. É um breve tempo do seu dia que você vai gastar. E nós temos muito pouco tempo para fazer a Conitec entender que, de fato, não é só um estudo clínico, não é só a constatação daqueles centímetros. Quero muito que a Conitec olhe com clareza para todo o estudo de metanálise que foi publicado por uma equipe de pesquisadores brasileiros de universidade pública, sem patrocínio da indústria, que mostra dados de mundo real. E é nisso que a gente quer foca. Essas crianças que estão aqui merecem continuar sendo tratadas, e aquelas que estão com o tratamento interrompido precisam, porque é urgente, essa janela de oportunidade é muito pequena.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Juliana.

Gente, as crianças vão começar a ocupar a mesa, porque o que os olhos não veem o coração não sente. Tem gente no Brasil que ainda não as viu, porque elas ficaram no plenário. O meu auxiliar já está aqui para me ajuda.

Nós vamos ouvir agora, para agradecimentos finais, a Kênia Maria.

Espera aí, Kênia. É o Théo que vai chamar.

Chama: Dra. Kênia.

O SR. THÉO MAMEDIO SANTOS – Dra. Kênia.

A SRA. KÊNIA MARIA DE SOUZA RIO (Para expor.) – Obrigada. Théo. Você é a coisa mais linda. Você tem cara de Théo!

Senadora, eu gostaria de agradecer muito pela oportunidade, foi incrível esta reunião hoje. Quero dizer que avançamos, sim, eu acho que a gente mandou de fato as nossas demandas. E quero dizer também que nós temos uma frente parlamentar. Senadora, inclusive a senhora faz parte da nossa frente parlamentar; então é um momento em que a gente pode ali debater também sobre todas as nossas demandas. E quero convidar todos... Gente, é como o Gabriel falou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora: nós precisamos da participação de todos na consulta pública, nós precisamos mostrar as nossas necessidades, e o Ministério da Saúde ter a sensibilidade de inserir essa mesma indicação no SUS.

Então é o seguinte, eu vou passar o *site* para vocês – por favor, as pessoas que estão assistindo participem, precisamos da participação de todos –: brasilparticipativo.presidencia.gov.br, Consultas Públicas Conitec. Precisamos do apoio de vocês, de toda a comunidade, de toda a sociedade, para que essa medicação seja inserida no SUS.

Outra coisa, aproveitando também, quero agradecer a participação de todos.

Ministro Padilha, eu sei que o senhor curte nossas páginas, curte nossas postagens, nós precisamos que o senhor aí pressione, nos ajude na incorporação dessa medicação. Precisamos muito da sua incorporação, que o senhor incorpore essa medicação aí para a gente, porque o quadro que nós vamos lá na frente é: daqui a dez anos, as crianças que tomaram a medicação e as crianças que não tiveram a possibilidade de tomar. Então, esse aí eu acho que é um ponto muito... É o agravante disso. Eu acho que essa medicação tem que vir para todos, que todos tenham a oportunidade. E, como diz, a judicialização não é o caminho certo.

Estamos juntos, contem com a gente – não é, Juliana? Nós estamos aí juntas nesse propósito aí para somar com todos. Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Kênia, a senhora pode ceder seu lugar para uma criança?

A SRA. KÊNIA MARIA DE SOUZA RIO – Lógico, agora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos ouvir agora as considerações finais da Dra. Renata.

Chame: Dra. Renata. Vai.

O SR. THÉO MAMEDIO SANTOS – Dra. Renata.

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA (Para expor.) – Obrigada. Obrigada, gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero reforçar aqui que coloco a Coordenação de Raras à disposição para a gente discutir o que for de necessidade de vocês. Nosso *e-mail:* cgraras@saude.gov.br. Podem mandar. Se quiserem agendar encontros, a gente está à disposição.

E só reforçando: a gente vem trabalhando na diminuição de tempo de implementação de tecnologias, a gente está com projetos com hospitais de excelência para telemedicina em genética, que a gente sabe que a gente tem uma diminuição, uma quantidade muito pequena de geneticistas no nosso país e, não só isso, os geneticistas estando concentrados em capitais, em grandes cidades. Então, é uma forma de a gente conseguir também levar o acesso ao geneticista para outras regiões.

Estamos à disposição. Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Renata. A senhora pode dar seu lugar para uma criança?

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA – Com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, vá embora. (*Risos.*)

Obrigada ao Ministério da Saúde.

Agora chame o Dr. Ricardo.

O SR. THÉO MAMEDIO SANTOS – Dr. Ricardo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Ricardo, considerações finais.

O SR. THÉO MAMEDIO SANTOS – Dr. Ricardo, vem aqui.

O SR. RICARDO EMÍLIO PEREIRA SALVIANO (Para expor.) – Obrigado, Théo, pelo convite. Senadora Damares, também, agradeço, em nome da Defensoria Pública da União, o convite feito. É um prazer enorme, uma satisfação muito grande poder contribuir com os debates aqui.

O posicionamento da Defensoria Pública da União é no sentido de apoiar a incorporação do medicamento junto à Conitec, de forma que, mesmo que a medicação não venha a ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incorporada e as crianças ainda necessitem ingressar em juízo, a Defensoria Pública da União se coloca à disposição. O atendimento pela Defensoria Pública da União pode ser feito pelo *e-mail:* atendimento.nnis@dpu.def.br e, se for necessário, a gente pode ingressar em juízo pedindo o fornecimento desse medicamento de alto custo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Agora, gente, só vou dar dois encaminhamentos.

Primeiro encaminhamento: a Comissão de Direitos Humanos vai apresentar, no processo do Dr. Matheus, o nosso parecer em relação ao deferimento, decisão a favor de que ele seja aceito como delegado. Então, a Comissão de Direitos Humanos vai mandar um parecer para ser juntado ao processo.

Segundo, a Lauda deu uma sugestão. Nós temos uma Subcomissão de doenças raras no Senado e vamos propor, por meio desta Comissão, como fruto desta audiência pública, a criação de um grupo de trabalho especificamente para o nanismo, um grupo de trabalho dentro do Senado Federal. (*Palmas.*)

São os dois encaminhamentos.

E agora a última palavra. O Théo, meu assessor, quer dar a palavra final dele.

Vai, Théo.

O SR. THÉO MAMEDIO SANTOS (Para expor.) – Muito obrigado a todos vocês por terem vindo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Por último, pais que estão com as crianças, venham aqui para a frente com as crianças. Nós vamos encerrar. O Brasil precisa saber que essas crianças existem. O Brasil precisa saber que essas famílias existem. Eu quero que o Brasil veja as famílias que estão aqui.

Quero agradecer a todas as famílias, a todas as crianças que estão aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TV Senado, não deixe de pegar uma criança. Olhe a responsabilidade da nossa TV Senado, que faz 30 anos.

Vejam só, gente: elas existem. Esta Comissão é a casa dessas crianças. Este Senado abre a porta para essas crianças.

E, a partir de agora, famílias, nós vamos ter um grupo de trabalho dentro do Senado para busca, fiscalização, construção de políticas públicas e legislação para as crianças e pessoas com nanismo no Brasil. (*Palmas.*)

Muito obrigada,

Nada mais tendo a tratar, eu declaro, com muita emoção, encerrada esta audiência.

O Presidente Davi estava indo para o aeroporto e não pôde voltar, mas, na próxima vez, nós vamos invadir o gabinete do Davi Alcolumbre. Nós vamos encher de criança lá.

Nada mais tendo a tratar, eu declaro encerrada esta audiência.

Muito obrigada, famílias. Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e dez minutos do dia dezesseis de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença das Senadoras Professora Dorinha Seabra e Augusta Brito. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 40/2026 - CDH, de autoria Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Lançamento do Plano de Equidade de Gênero e Raça, elaborado no âmbito do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, bem como dos Planos de Acessibilidade e de Sustentabilidade Ambiental, conduzidos pelo Núcleo de Responsabilidade Socioambiental do Senado Federal". Participantes: Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal; Stella Maria Vaz Valadares Chervenski, Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade Racial de Gênero e Raça do Senado Federal; Maria Teresa Firmino Prado Mauro, Coordenadora do Observatório da Mulher Contra a Violência; Quézia Cruz Moreira, Servidora - Chefe do Serviço de Ações de Acessibilidade do Senado Federal; Raquel Andrade dos Santos, Coordenadora da Procuradoria da Mulher do Senado Federal; e Taís Penna de Queiroz, Servidora do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais do Senado Federal. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/16

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de março de 2026.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de lançamento do Plano de Equidade de Gênero e Raça, elaborado no âmbito do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, bem como dos planos de acessibilidade e de sustentabilidade ambiental, conduzidos pelo Núcleo de Responsabilidade Socioambiental do Senado Federal, em atenção ao Requerimento nº 40, de 2026, de autoria da Senadora Augusta Brito, também por mim subscrito.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados pelo Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. Eu vou repetir o telefone: 0800 0612211. Se você que está nos assistindo pela TV Senado ou pelas redes sociais quiser fazer uma pergunta, mandar uma sugestão, um comentário, essa ligação aqui não tem custo algum, mas pode ir também lá no nosso portal e mandar sua pergunta. Ao longo da semana, muitas perguntas já chegaram, e os nossos expositores estarão respondendo.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores. Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido agora, com muita alegria, para compor a primeira mesa, para tomar lugar aqui na mesa, Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal, a mãe de todos nós aqui no Senado Federal. (*Palmas.*)

Tenho a alegria de convidar Quézia Cruz Moreira, servidora e chefe do Serviço de Assuntos de Acessibilidade do Senado Federal. Bem-vinda, Quézia. (*Palmas.*)

Convido também, para compor a primeira mesa, Taís Penna de Queiroz, servidora do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais do Senado Federal. Bem-vinda, Taís. (*Palmas.*)

E convido, para compor ainda a primeira mesa, Stella Maria Vaz Valadares Chervenski – acho que acertei – Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal. Bem-vinda. (*Palmas.*)

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal se reúne nesta audiência pública para o lançamento do Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal, do Plano de Acessibilidade e do Plano de Sustentabilidade Ambiental.

Eu faço questão de mostrar... Olha o material, gente, olha a riqueza. E todo esse material está disponível *online* também, para vocês que estão nos assistindo, mas, se quiserem impresso, podem mandar lá um *e-mail* para o nosso gabinete ou aqui para a Comissão. Olha o material.

Preciso começar destacando a qualidade do material que é produzido pelo Senado em qualquer área, em qualquer área. Nós temos os melhores do Brasil nesta Casa. Então, aqui estão... (*Palmas.*)

É, podem bater palmas para vocês.

Linda! Eu chamo a atenção, gente, para a criatividade da capa – nossos artistas são incríveis –, para o conteúdo, a formatação, tudo, tudo. Nossos materiais são incríveis.

Trata-se de temas diretamente vinculados às competências constitucionais e regimentais da CDH – por isso que a audiência de lançamento do plano está sendo feito no âmbito desta Comissão –, que inclui o acompanhamento de políticas públicas voltadas à proteção dos direitos fundamentais e à redução de desigualdades estruturais no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senado Federal, como instituição central do Estado democrático de direito, possui responsabilidade não apenas na elaboração de normas jurídicas, mas também na promoção de boas práticas administrativas e na consolidação de padrões institucionais alinhado aos valores constitucionais. E, nesse sentido, gente, eu quero dizer que esta Casa tem dado exemplo para o mundo. São muitas boas práticas que nasceram nesta Casa e que foram copiadas pelo Parlamento de diversos países do mundo. Eu me sinto muito feliz de fazer parte desta Casa e de a gente estar sendo celeiro de boas práticas para as casas legislativas do mundo todo.

Nesse sentido, a implementação de políticas internas de equidade e inclusão contribui para fortalecer a legitimidade do serviço público, para assegurar que o funcionamento da administração reflita os princípios republicanos da igualdade, da impessoalidade e da eficiência.

A magnitude do desafio enfrentado pelo Brasil no campo das desigualdades de gênero e raça é amplamente documentada por órgãos oficiais. Segundo o IBGE, as mulheres continuam a apresentar menor rendimento médio do trabalho quando comparada aos homens, além de maior concentração em ocupações de menor remuneração e maior informalidade. Quando se considera o recorte racial, as desigualdades tornam-se ainda mais acentuadas, com mulheres negras figurando entre os grupos mais vulneráveis no mercado de trabalho e no acesso a oportunidades econômicas.

E o nosso rendimento é médio, porque não nos é dada a oportunidade de estarmos sempre no protagonismo. Temos um salário menor e, quando olham o nosso rendimento, o nosso rendimento cai, mas não é por incompetência; é porque nos está sendo cortada a oportunidade de estarmos muitas vezes no lugar do protagonismo, no lugar da chefia. E, quando assumimos o lugar de chefia, a gente dá conta bonito, né, Dra. Ilana? Olha a revolução que ela fez no Senado!

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicam que a violência contra mulheres permanece em patamar elevado no país. Segundo o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registrou 1.463 vítimas de feminicídio em 2023, o maior número desde o início da série histórica, o que evidencia a persistência de um cenário de grave violação de direitos humanos e de relevante problema de saúde pública e segurança pública. A persistência desses indicadores evidencia que a desigualdade não se limita à esfera econômica, mas envolve dimensões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estruturais que atravessam a segurança, a participação política, o acesso a serviços e a proteção social.

No plano internacional, relatórios da ONU Mulheres destacam que a desigualdade entre homens e mulheres representa obstáculo significativo ao desenvolvimento sustentável e à consolidação democrática, afetando diretamente a produtividade econômica, a estabilidade social e a qualidade das instituições.

O Brasil é signatário de tratados internacionais que impõem deveres concretos de promoção de igualdade, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, que estabelece a obrigação aos estados de adotar medidas legislativas, administrativas e institucionais para eliminar práticas discriminatórias.

Sob a perspectiva dos direitos humanos, as desigualdades de gênero e raça produzem impactos diretos sobre grupos em situação de vulnerabilidade, ampliando riscos de exclusão social, pobreza e violência. Essas desigualdades também geram custos econômicos significativos, uma vez que limitam o pleno aproveitamento do capital humano, reduzem a produtividade e ampliam demandas por políticas compensatórias. A Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE) destaca que a promoção da igualdade de oportunidades constitui fator essencial para o crescimento econômico sustentável e para a redução de disparidades sociais.

Apesar dos avanços normativos – e todo dia nós estamos aprovando uma lei nessa direção –, persistem lacunas importantes nas políticas públicas e na implementação de medidas de equidade. Entre essas lacunas, destacam-se a insuficiência de mecanismos de monitoramento, a fragmentação institucional, as limitações orçamentárias e o descompasso entre a legislação existente e a realidade social vivenciada por amplos segmentos da população.

No âmbito das organizações públicas, ainda se verificam desafios relacionados à promoção de ambientes de trabalho inclusivos, à valorização de diversidade e à eliminação de barreiras institucionais que dificultam a igualdade de oportunidades. Eu quero dar um exemplo: esta Comissão está se debruçando sobre crianças e adultos com altas habilidades, crianças e adultos superdotados, e nós ficamos chocados em saber que não há pesquisa sobre crianças superdotadas em comunidades indígenas, que não há pesquisas e indicadores sobre crianças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

superdotadas e com altas habilidades em nossos quilombos e entre os povos tradicionais do país. Vocês percebem como nós estamos longe do objetivo da igualdade no país?

Como nós temos muito a fazer ainda, é nesse contexto que iniciativas institucionais, como o Plano de Equidade de Gênero e Raça no Senado Federal, assumem relevância estratégica. Conforme destacado no material institucional desta audiência, o plano entrega um conjunto de ações voltadas à valorização profissional, à promoção da igualdade e ao aperfeiçoamento da gestão administrativa, contribuindo para a construção de ambientes institucionais mais equitativos, inclusivos e alinhados aos princípios constitucionais da administração pública. O lançamento do Plano de Equidade de Gênero e Raça, nesta manhã, é para todos nós uma alegria no Senado, assim como o Plano de Sustentabilidade Ambiental e como o Plano de Acessibilidade. Nós hoje marcamos na Comissão um dia importante. Para nós, é uma audiência pública que ficará registrada na história desta Comissão.

Sejam todos vocês muito bem-vindos! Falaremos sobre os três planos, e os senhores entenderão, quem está nos acompanhando via *online* ou pela TV Senado, os senhores entenderão a grandiosidade do trabalho feito pelas equipes sob o comando e sob a regência da nossa Diretora-Geral, Dra. Ilana. Sejam todos bem-vindos a esta audiência pública! E vamos agora às falas dos nossos ilustres convidados na mesa.

Convido para fazer a primeira fala, neste momento, a Dra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal, amiga e parceira de todos esses planos, que esteve aí na coordenação. E eu sei como ela exige, tá? Eu sei o quanto ela cobra de todos nós, porque eu fui assessora quando ela era Diretora, tá?

Bem-vinda, Diretora! É um prazer recebê-la nesta audiência.

A SRA. ILANA TROMBKA (Para expor.) – Bom dia, Senadora Damares, Presidente da Comissão de Direitos Humanos; minhas colegas de mesa, a Quézia, a Taís, a Stella. Bom dia a todos e todas que nos acompanham.

Começo as minhas palavras agradecendo à Senadora Damares pelo espaço dado à administração da Casa, um espaço muito rico, porque o objetivo do nosso trabalho é, primeiramente, impactar a nossa comunidade, servidores, servidoras, terceirizados, estagiários,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menores aprendizes e familiares de toda essa comunidade do Senado Federal, mas há muito já estamos convencidos de que podemos ser um exemplo de mudança e podemos impactar várias outras realidades.

Senadora, é com uma alegria e um orgulho imenso que eu conto à senhora e todos que estão conosco que, no último dia 11 de março, a nossa colega Maria Terezinha, Secretária-Executiva da Rede de Equidade de Gênero e Raça, esteve no Pacto Global nas Nações Unidas, apresentando o Modelo IDE, modelo desenvolvido pela Rede de Equidade de Gênero e Raça para as Nações Unidas.

Isso mostra o quão pode ser ampliado o trabalho que nós fazemos e mostra, ao mesmo tempo, que os desafios que aqui temos são desafios compartilhados pela maioria dos países do mundo. Os três desafios sobre os quais conversamos hoje – a questão da equidade de gênero e de raça, a questão da responsabilidade ambiental e a questão da inclusão e acessibilidade – sabidamente são desafios que o Brasil enfrenta e que a maioria dos países enfrenta. Ao viajar por outros países – certamente a Senadora Damares também já teve essa oportunidade –, encontramos cenários não muito distintos do que temos no Brasil. E, portanto, o nosso trabalho aqui pode, sim, ser replicado para as outras casas legislativas, para o Executivo e também para outros países. Isso aumenta em muito, de um lado, a responsabilidade que temos e, de outro, a satisfação por esse trabalho.

Quando falamos desses três planos – e todos já tiveram várias edições, os três planos já estão por sua terceira, quarta edição –, é importante que nós falemos da importância da continuidade, porque é a continuidade que garante a mudança da cultura, da cultura dessa organização e da cultura distrital, nacional e internacional. É a repetição, como dizemos nós, não é, Senadora Damares? Todo mundo que é mãe sabe. Minha mãe sempre dizia que tudo que ela falou, no decorrer de nossas vidas, cabia numa folha de papel e que ela passou repetindo aquilo reiteradas vezes até que nos transformássemos em adultos responsáveis. E eu faço a mesma coisa com os meus filhos – chega a ser até carinhosamente engraçado ver que eu digo o que minha mãe dizia para os meus filhos, que certamente dirão para os filhos deles, porque são poucas coisas, mas é importante que as introjetemos. Essas poucas coisas estão resumidas, ampliadas, divididas nos objetivos organizacionais desses três planos que temos aqui em nossa frente. E são coisas muito simples. A base delas é, sim: todos somos iguais, homens e mulheres, pessoas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou sem deficiência, todos temos que respeitar o meio ambiente, porque o meio ambiente é a casa que nos acolhe. E precisamos repetir isso muitas vezes, de variadas formas, para que isso fique introjetado. E precisamos repetir isso dividindo nas várias áreas do Senado Federal: o que a Comunicação Social pode fazer, o que a Infraestrutura pode fazer, o que a Gráfica pode fazer, o que o Prodasen pode fazer, que estudos a Consultoria Legislativa pode fazer... E assim vamos ampliando e amplificando o nosso trabalho.

Muitas vezes... E me ocorreu – e agora eu preciso contar para a senhora, porque eu ainda não o fiz – que, quando eu cheguei à primeira reunião, ainda em janeiro, pré-lançamento do Pacto Brasil contra o Feminicídio... O Pacto Brasil contra o Feminicídio se baseava num estudo desta Comissão de Direitos Humanos. Esta Comissão de Direitos Humanos foi a base para o estudo que o Presidente Lula lançou.

E por que eu chamo a atenção? É sabido que o Presidente Lula está num espectro político, a Senadora Damares, em outro, mas nesse tema eles se encontram. E foi nesta Casa, no Senado Federal, e na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, pela senhora presidida, que o Executivo deste país buscou os subsídios para a construção do Pacto Brasil contra o Feminicídio. E depois chamou claramente o Poder Legislativo e o Poder Judiciário para com ele se agruparem, para que nós possamos reverberar essa discussão tão séria. Isso mostra a importância das discussões que aqui são feitas e a profundidade.

E, assim como o relatório da Comissão de Direitos Humanos que tratou das ações sobre o feminicídio foi base do Pacto Brasil contra o Feminicídio, esses três documentos também são base para a ação de muitos órgãos. Eu falo isso com a tranquilidade de quem sabe que o Senado Federal modulou políticas públicas que depois se transformaram em grandes ações nacionais, como a cota para mulheres vítimas de violência, criada nesta Casa em 2016, que em 2021 virou parte da lei brasileira de licitações e que depois foi introjetada pelo Poder Executivo nacional, que hoje leva, por meio do Estado brasileiro, para todos os estados e todas as cidades.

Eu lembro muito bem que, na primeira vez que discutíamos a cota, o então Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, me perguntou se eu achava que a cota mudaria, extinguiria a violência doméstica. E eu disse que claro que não, mas que quem mudava uma vida mudava a humanidade. Hoje eu já não sei se ela não extinguirá com a sua ampliação, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a vontade do Senado Federal, a disposição do Senado Federal em mudar realidades se torna um marco desta Casa. E é por isso que esses três planos são tão importantes. Eles são importantes porque eles norteiam a nossa ação dentro desta Casa, mas eles são muito mais importantes porque eles servem como um exemplo de como nós podemos transformar a realidade. E, se o Senado pode, a Câmara pode, a Câmara Legislativa pode, o Executivo pode, as casas do Judiciário podem. E, se elas ainda não têm, que isso seja uma inspiração para que elas possam ter. E, se elas não sabem como fazer, eu quero dizer que o Senado Federal está aberto, e todas as suas equipes fazem isso com extrema boa vontade e alegria, a poder levar a qualquer outro órgão – e mesmo à iniciativa privada – essas possibilidades de construção de um mundo mais digno para mulheres, para pessoas com deficiência, especialmente um mundo com muito mais respeito ao meio ambiente.

Em 2024, nós sofremos, no Rio Grande do Sul, meu estado natal, um enorme desastre ambiental. E esta Casa toda se mobilizou, levando ao Rio Grande do Sul, com logística própria, mais de 230 toneladas de donativo. Se alguém ainda tinha alguma dúvida, lá ficou claramente provado que o meio ambiente é um fator indutor da realização de uma sociedade. Afinal de contas, naquele momento, todos foram prejudicados. É bem verdade que as pessoas negras, pretas e pardas foram mais, que as mulheres foram mais e que as pessoas com deficiência foram mais...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ILANA TROMBKA – ... mas todos, indistintamente, foram prejudicados.

Eu vou respeitar o meu tempo, Senadora, e, como a senhora orientou, eu só vou terminar a minha fala aqui, já privilegiando o e-Cidadania, respondendo à Renata, do Distrito Federal, que trouxe primeiro uma colocação, dizendo que é importante lançar um plano com transparência, o que dá previsibilidade, orienta a gestão e melhora o ambiente de trabalho.

Renata, esse plano é feito a muitas mãos. Há muito tempo que esses três planos são construídos com toda a Casa.

Mas ela pergunta, por fim, Senadora, se há um orçamento para o plano, para ele não virar apenas um documento sem implementação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo para a Renata que todas as ações que estão no plano já estão previamente autorizada, sob o ponto de vista orçamentário. Então, tudo que está nesses três planos é porque a Casa já reconhece que ela tem orçamento para realizar, e essas ações que estão referidas no plano já estão previamente autorizadas, sob o ponto de vista orçamentário.

Termino aqui minha fala, agradecendo à Senadora Damares e esperando que tenhamos muitos e muitos planos ainda pela frente e que isso se torne – e já é – um traço muito forte da cultura organizacional desta Casa Legislativa.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Diretora. Obrigada.

Mas, antes que a equipe do plano de acessibilidade puxe a minha orelha, deixem-me fazer a nossa audiodescrição aqui da mesa.

Eu estou sentada no meio da mesa. Eu sou uma mulher branca, de cabelo, assim, moreno iluminado, cheio de manchas amarelinhas, eu uso óculos, meus óculos têm hastes pretas... Eu estou com uma camisa preta com bolinhas brancas...

À minha direita está a nossa Diretora Ilana, que é uma mulher loira, bonita, está com um *blazer* preto, em cima de um vestido branco e preto.

Ao lado da Ilana, nós temos a Quézia, que vai fazer sua audiodescrição...

À minha esquerda está a Stella, e, depois da Stella, está a Taís, que também farão as suas audiodescrições.

E, nesta audiência, nós temos a alegria de ter as nossas intérpretes de Libras, que estão no Plenário conosco, e também a nossa audiência está sendo transmitida com intérprete de Libras.

Estão fazendo a interpretação hoje a Brenda Ely Barbosa Rodrigues e a Meiriane Silva.

Bem-vindas, meninas.

Todas as vezes que elas vêm a essas audiências, elas só abrilhantam – todas as vezes que vêm a esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, as pessoas ficam perguntando: "Mas vocês precisam de um plano de acessibilidade?".

Aconteceu uma coisa agora, ao vivo, que o Brasil viu: enquanto a nossa Diretora falava, tocou uma campainha, que é praxe da Casa, para a gente poder dizer aos expositores: "Ó, falta um minuto para acabar o seu tempo". Mas esta Casa tem recebido, todos os dias, pessoas com autismo, crianças com autismo e com outros transtornos. E o que é que a gente observa? Até mesmo convidados que, às vezes, estão na mesa e que têm autismo, quando a campainha toca, assustam-se. E nós temos conversado entre nós: "Precisamos mesmo dessa campainha?".

Dessa forma... Então, a equipe de acessibilidade tem conversado comigo: "Senadora, essa campainha tão antiga, do tempo da caverna, ainda precisa tocar para assustar pessoas que estão dentro desta Casa e que vieram lutar por seus direitos?".

Assim, gente, todos os dias esta Casa tem tentado entregar o melhor. Ainda temos a campainha, mas podia ser uma música romântica, uma música suave, ou apenas um papelzinho que a Secretaria entregasse: "Ó, tempo esgotado". Então, aos poucos, nós vamos também, como Parlamentares, nos adequando a tudo o que precisa ser feito de verdade para que a inclusão e a acessibilidade aqui nesta Casa sejam de verdade.

Obrigada, Diretora, por sua fala.

Na sequência, nós ouviremos Stella Maria Vaz Valadares, Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal.

Bem-vinda, Stella.

A SRA. STELLA MARIA VAZ VALADARES CHERVENSKI (Para expor.) – Obrigada, Senadora. Bom dia.

Vou cumprimentar, fazer os cumprimentos à Senadora Damares, Presidente da CDH; à nossa Diretora-Geral, Ilana Trombka; e às minhas colegas Quézia, do Serviço de Acessibilidade, e Taís também, do Ncas (Núcleo de Ações Socioambientais).

Bom, é uma alegria imensa, uma satisfação... Deixe-me fazer minha audiodescrição primeiro – eu tinha pensado nisso. Bom, eu sou uma mulher negra, de pele parda. Eu tenho o cabelo médio, já crespo, castanho, também com algumas mechas douradas. Estou vestindo uma blusa que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vejo como verde-limão, uma manga bem bufante, um colar dourado com uma pedrinha vermelha. Tenho olhos castanhos e uso um batom rosa também.

É uma alegria muito grande, Senadora, ser recebida aqui de maneira tão carinhosa, tão acolhedora na CDH. A gente sabe que é um tema fundamental para se tratar todos esses planos que estamos lançando hoje, com a felicidade de os lançarmos também em conjunto. E eu gostaria de falar bem brevemente – talvez não tão breve, porque a gente acaba se empolgando – sobre essa trajetória nossa.

A gente fala sobre o quarto Plano de Equidade, né? Então, nós estamos lançando, com esta capa belíssima aqui, o quarto Plano de Equidade. E talvez falar em quarto pode parecer pouco, mas esta Casa tem uma tradição de falar sobre diversidade, equidade, inclusão, gênero e raça há bastante tempo, mais precisamente há 11 anos, com a nossa Diretora-Geral... Muito bonito, né? Então, com a nossa Diretora-Geral, a gente teve, de fato, esse olhar de implementar, de maneira formal, as ações de equidade na Casa. Então, são 11 anos; o comitê comemora também agora, 15 de março, os 11 anos de existência com um ato da nossa Diretora-Geral. E ao longo dessa trajetória, que a gente foi construindo coletivamente, a gente poder hoje, não só no Plano de Equidade, ter todas as secretarias da Casa presentes com ações, com objetivos, com compromissos, mas também com essas secretarias aqui presentes também prestigiando a nossa sessão, o nosso lançamento... Então, nós agradecemos a cada pessoa que está aqui hoje e que oportunizou essa realização.

No nosso último lançamento do Plano de Equidade, o nosso coordenador do GT de Raça, o Devair – que por motivos de saúde não pôde estar aqui presente, mas que tem coordenado brilhantemente o GT de Raça, junto com a Elida e com a Ludmila – trouxe um desafio também de lançarmos um Grupo de Afinidade LGBTQIA+. E hoje, dois anos depois, não só nós temos o Grupo de Afinidade LGBTQIA+, coordenado pelo Osmar e pelo Léo, que eu até pedi para se sentarem aqui na frente; eles estão lá no fundo, mas estão aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Pedimos para sentar na frente, e eles não sentaram.

A SRA. STELLA MARIA VAZ VALADARES CHERVENSKI – Não sentaram, não obedeceram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos também o nosso GT...

Então, pronto: o Osmar está ali atrás, ele levantou a mão; e o Léo está aqui no meio.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Mostre-os, TV Senado. O Brasil tem que ver seus heróis.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. STELLA MARIA VAZ VALADARES CHERVENSKI – Exatamente.

E temos agora também o GT 50+, coordenado pela Simone, que aceitou se sentar aqui na frente, e que tem também a Margareth, que ficou lá atrás. Isso mostra como a gente tem avançado muito, né? Além da Rede Equidade, claro, coordenada pela Terezinha, pelo Lui e pela equipe que também se faz aqui presente.

Então, ao longo desses 11 anos, a gente tem consolidado essa política, especialmente com a criação do comitê e depois com todos esses atos que vão surgindo, vão se originando, não só do comitê, mas especialmente do plano, porque o plano traz justamente este compromisso: é uma declaração da Casa de comprometimento com a promoção da diversidade, equidade e a inclusão. Então, ele nos trouxe, primeiro, o desafio de conhecer a composição da Casa, de buscar quem são as pessoas que fazem parte da nossa força de trabalho, para que a gente, a partir desses marcadores, conseguisse definir também ações específicas para nossa força de trabalho, ações que envolvessem não só servidoras e servidores, mas também estagiários, pessoas terceirizadas; todos os vínculos também estão previstos nas nossas ações, para que a gente possa trabalhar de maneira muito transversal e com esse olhar interseccional também para os desafios de desigualdades que se fazem presentes não só na sociedade, mas que, naturalmente, refletem-se nas nossas instituições, como o Senado. Então, esses dados nos trazem essa orientação do nosso trabalho a seguir e das iniciativas.

Então, a gente pensa sempre em iniciativas importantes como, por exemplo, a Sala de Amamentação que nós temos, os fraldários, os programas Mãe Nutriz e o Pai Presente, para garantir também essa maternidade, essa paternidade, mas também essa proteção das nossas crianças, que é um grande objetivo sempre, quando a gente fala em temas assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há as campanhas permanentes que nós temos de enfrentamento ao assédio moral e sexual e a todos os tipos de discriminações também. Então, hoje, felizmente, nós temos protocolos na Casa, temos a Sala Lilás, por exemplo, que atende a todos esses tipos de discriminações e violências no trabalho, no ambiente de trabalho, mas que são encaminhados, conduzidos também pela Secretaria de Polícia, porque sabemos que racismo e homofobia são crimes e como tais devem ser tratados.

Estou aproveitando a minha fala para já ir respondendo a algumas perguntas que foram aparecendo.

E temos a parte de capacitação também: não só a sensibilização nos nossos canais de comunicação, com esse apoio importante e com essa parceria da Secretaria de Comunicação, mas também nas nossas formações, como o Programa de Formação Gerencial, onde temos módulos específicos para tratar da equidade, da acessibilidade, do assédio, porque, assim, a gente consegue capacitar as pessoas que são gestoras da Casa, para que elas também não só possam fazer esse enfrentamento às violências e à discriminação, mas também levar essa perspectiva de gênero e raça ou da diversidade para as suas atividades, para que depois tragam também os seus compromissos no Plano de Equidade. Então, são todas iniciativas que vão fortalecendo esse ambiente para que seja mais equitativo e que valorize também a diversidade e o respeito.

E nós temos, como a Ilana bem lembrou também, essa iniciativa dela que foi muito inovadora de criação da cota para mulheres em situação de violência doméstica. Hoje a gente pensa também nesse público que vem trabalhar aqui na nossa Casa, em como receber essas mulheres da melhor forma, para que não sofram nenhum outro tipo de violência, para que a gente consiga auxiliá-las na quebra desse ciclo e que elas possam trabalhar aqui com dignidade, com acolhimento e com respeito.

E aí também desenvolvemos, falando em mulheres, os cursos de liderança específicos para mulheres e também para mulheres negras, como nesses ambientes seguros elas podem trazer suas questões, seus dilemas também e como enfrentar, além dos desafios naturais de um cargo de liderança, também essas violências que naturalmente se colocam nos caminhos de quando nós mulheres temos a oportunidade ou quando precisamos abrir esses caminhos para podermos liderar, como é que se atua diante disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalhamos com colunas na nossa intranet também falando sobre racismo em pauta, falando sobre diversidade, trazendo essa sensibilização para a Casa, além de todas as essas campanhas em que a gente tem trabalhado, porque a gente consegue dessa forma fazer essa capacitação com esse olhar interseccional, considerando, então, gênero, raça, idade, orientação sexual, condição social, os vínculos que estão presentes aqui, que é um ponto importante em que a gente tem bastante atenção para poder trabalhar, para que a gente gradualmente consiga integrar essas práticas na Casa também.

Meu tempo já está acabando, então vou tentar...

Bom, então o plano, como eu falei, hoje a gente tem todas as secretarias participando do plano. Nos grupos de afinidade, nós temos também pessoas que trabalham nos gabinetes. Então, a gente tem a Casa muito envolvida nas nossas ações. E no plano hoje, então, nós temos 38 pessoas representantes, é o maior número que a gente já conseguiu reunir no plano, demonstrando esse compromisso da nossa instituição mesmo, o compromisso do Senado Federal em fazer um Senado diferente e que reverbere na nossa sociedade também. E principalmente falando, como Ilana também lembrou, sobre a questão do feminicídio, nesse mês, não só nesse mês, mas nesses últimos meses a gente tem falado muito sobre a questão da violência contra meninas e mulheres também. Nós já construímos junto com a Procuradoria da Mulher, também com o Observatório da Mulher contra a Violência... Os representantes que vão depois vir aqui também à mesa falar um pouco sobre a questão, como a gente tem combatido essa violência que começa no dia a dia com pequenos atos e vão, então, tomando essas proporções maiores.

Então a gente tem trabalhado desde protocolos de como atender essas mulheres aqui na Casa, mas também, felizmente, temos a oportunidade de agora de contribuir também no Pacto Nacional contra o Feminicídio. Nossas equipes do comitê, da Rede Equidade, têm atuado, coordenados também pela nossa Diretora Ilana, para poder fortalecer também e fazer essa ligação com as políticas públicas, tanto as nossas ações, felizmente, têm impactado as políticas públicas como a gente também tem esse olhar muito atento às políticas públicas para que elas também sejam contempladas dentro das nossas ações.

Bom, dentro das publicações também – que a gente fala sempre sobre essas iniciativas, então a gente falou muito aqui do Plano de Equidade com essa capa linda –, são inúmeros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

materiais que a gente tem produzido, então, as cartilhas sobre orientação aos direitos da mulher, o guia sobre feminismo e gênero, o guia LGBTQIA+. Nesse novo plano, a gente vai fazer um novo guia também sobre a questão racial, incluindo também esse olhar também às pessoas indígenas. E é uma parceria entre Procuradoria da Mulher, Consultoria Legislativa e Segraf, a quem a gente precisa sempre agradecer muito. Agradeço também aqui na pessoa do Diretor Rafael Chervenski, porque realmente, até quando a gente não consegue ter a antecedência necessária, em respeito também ao trabalho dos colegas, mas, pelo que a Segraf como um todo tem feito, a gente tem conseguido garantir um material de qualidade, sempre dentro do prazo e, além do salto de qualidade, mais bonito também para que seja atrativo para toda a sociedade.

Bom, acho que a gente fala um pouquinho sobre o monitoramento do plano, que é feito hoje também em parceria com a Egov para que a gente consiga garantir esse acompanhamento.

Finalizando aqui a minha fala, quero agradecer mais uma vez a oportunidade de estarmos aqui. É fundamental que estejamos falando aqui na Comissão de Direitos Humanos, pois esses planos de equidade, gênero e raça, acessibilidade e sustentabilidade ambiental nos lembram da importância dessas agendas como agendas dos direitos humanos mesmo, porque promover equidade, como a gente gosta de falar, é enfrentar essas desigualdades históricas, garantir então as igualdades de oportunidades, assegurar a acessibilidade, reconhecer o direito de todas as pessoas para que tenham essa participação plena e autônoma tanto na vida institucional quanto na social. E sustentabilidade é proteger também as nossas condições de vida não só das gerações presentes, mas das gerações futuras, é esse respeito à vida, respeito às pessoas, mas também aos seres como um todo, porque a gente precisa ampliar esse nosso olhar.

Essas três dimensões reafirmam esse nosso compromisso do Senado com a dignidade das pessoas, com a justiça social, com a construção dessa sociedade que é mais inclusiva, acessível e sustentável para todas e todos. Então, esse plano a gente gosta de falar que é construído pelas diversas pessoas. A gente gosta sempre de falar em pessoas, porque são diversas pessoas que participam com a pluralidade de ideias, com o diálogo institucional e com esse trabalho colaborativo, que reafirma, então, o nosso compromisso do Senado em fortalecer as políticas e as práticas institucionais comprometidas com a equidade, a sustentabilidade e os direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada a todas e todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Eu vou pedir permissão para vocês para a gente fazer uma interação com as falas. Hoje os Senadores não estão aqui, mas, com certeza, todos falariam alguma coisa sobre aspectos do plano. Eu queria falar sobre uma experiência pessoal com o plano de promoção da igualdade racial.

O plano chega a todos que estão na Casa, tá, gente? Chega também aos terceirizados, chega também aos estagiários, aos menores aprendizes. E os gabinetes têm sido treinados na recepção e na promoção interna da igualdade, o que tem sido extraordinário. Aí eu vou contar um segredo para vocês. Muitas das nossas colaboradoras incríveis e maravilhosas que estão há anos nos corredores, na limpeza ou na copa, quando chegaram aqui ao Senado – muitas delas, muitas delas –, não tinham escolaridade e vocês as incentivaram muito a estudar, a ocupar espaço, a se preparar.

Aí eu lembro-me de que, quando eu fui eleita no domingo, foi uma surpresa para mim. Se foi para vocês, imaginem para mim. Na segunda, eu descansei, mas, na terça, eu vim ver a Diretora. Eu acho que fui a primeira a chegar aqui, porque eu vim dar um abraço na Diretora e me apresentar. E, quando eu estava entrando no Senado, eu entrei no banheiro lá de baixo, porque eu ainda não era Senadora. Entrei lá embaixo no banheiro e estava uma servidora que eu, como assessora, conhecia há anos. Ela olhou para mim e disse assim: "Damares, eu estou há tantos anos aqui, eu fiz todos os cursinhos que o Senado me deu". E isto é extraordinário: deixá-los participar dos cursos, incluí-los nas capacitações que vocês estão oferecendo.

Ela disse assim: "Eu estou pronta para deixar a vassoura. Mas eu...". Olha o que ela disse, gente: "Mas eu acho que ninguém me quer porque eu sou feia". Tu acreditas que ela disse isso? Eu disse: "Pois você é a minha primeira contratada. Você vai ser minha assessora no meu gabinete". E ela estava pronta. Até curso de Francês ela fez.

Então, assim, esse plano de promoção da igualdade, alcançando os terceirizados, os estagiários, os menores aprendizes quando estão chegando aqui, especialmente os meninos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

LGBT, a forma como eles são recebidos nesta Casa, e os gabinetes, e os departamentos, e as coordenações orientadas a recepcioná-los com tanto carinho, com tanto carinho... Eu acho que a gente está marcando ponto e a gente está fazendo bonito. Nós estamos ajudando pessoas que entram aqui sem nenhuma esperança, que acham que a única esperança é uma vassoura...

E nenhum problema está com a vassoura, pelo contrário, tem algumas que querem continuar com a vassoura, porque trabalhar na vassoura neste Senado é incrível, porque o relacionamento, o carinho, o amor, né, que a gente tem por esses colaboradores... Eu tenho alguns aí que me acompanham há 26 anos. A gente se torna uma grande família.

Mas eu queria destacar para o Brasil que não é apenas para os servidores concursados e de gabinetes que esse plano existe. Eles alcançam todos que ingressam nesta Casa. E assim, capacitando mesmo, dizendo assim: "Você pode, você deve, o lugar também é seu, o espaço também é seu". Então, eu preciso parabenizá-la, Stella, você e toda a coordenação por ter feito a vida de tanta gente dentro desta Casa melhor. E muita gente copiando para outras Casas Legislativas o que vocês estão fazendo aqui. Eu precisava fazer esse registro. Obrigada, Stella.

Na sequência, nós vamos ouvir a Quézia Cruz Moreira, que é a nossa... Vira aí, Quézia, que eu estou com o seu papel aqui só para ler certinho. Servidora, Chefe do Serviço de Ações de Acessibilidade do Senado Federal.

Quézia, bem-vinda. Você tem o tempo que você precisar.

A SRA. QUÉZIA CRUZ MOREIRA (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia. Cumprimento a todas as autoridades aqui presentes, em especial a Senadora Damares Alves, que é Presidente desta Comissão.

Também cumprimento as colegas da mesa. Fico muito feliz de estar aqui presente no mês das mulheres, com uma mesa formada por mulheres.

Cumprimento também todos os colaboradores e colaboradoras do Senado e todas as pessoas que nos acompanham.

Antes de iniciar minha fala, eu vou fazer uma breve descrição para fins de acessibilidade. Eu sou uma mulher parda, com alguns traços indígenas, minha mãe é do Norte, ela é manauara, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho cabelos castanhos escuros, bem cacheadinhos e na altura dos ombros. Também tenho uma franja. Eu estou usando uma blusa rosa e uma calça social alaranjada.

Então, feita essa descrição, vou iniciar minha fala. Hoje é um dia muito importante para todos nós que estamos aqui presentes e para a acessibilidade também, porque nós conseguimos reafirmar, com esses planos, esse compromisso do Senado Federal com a equidade de gênero e raça, com a sustentabilidade ambiental e com a acessibilidade, com o lançamento conjunto desses três planos, que são bianuais.

Então, o Plano de Acessibilidade 2026-2027 é resultado de um processo que nós fizemos de forma colaborativa com várias unidades do Senado Federal. E nós temos um grupo de trabalho que é contínuo. Então, com o encerramento do plano bianual 2024-2025, o GT não se encerra; o grupo de trabalho é mantido para que nós possamos acompanhar o cumprimento das nossas metas, os indicadores. Assim, no fim do plano de acessibilidade que vocês têm aí na mesa, nós temos o relatório do plano anterior. As iniciativas que nós mantemos estão indicadas, aquelas que nós concluímos também, e as que por algum motivo não foram concluídas ou precisam ser aperfeiçoadas foram mantidas no plano atual. Então, essa parte reforça a transparência.

Inclusive, nós recebemos algumas perguntas questionando como saber se o plano surtiu algum efeito.

O Rafael, da Paraíba, fez essa pergunta relacionada ao plano de equidade: "Como [nós podemos saber,] comprovar que o plano [...] surtiu efeito e avaliar mudanças [...]"? Isso é realizado por meio desse monitoramento, que é contínuo. Então, os três planos têm essa perspectiva de manter o monitoramento contínuo, e vocês podem acompanhar, no final do nosso plano de acessibilidade, esse relatório.

Além de todas essas áreas que compõem o grupo de trabalho do Senado Federal em relação ao plano de acessibilidade, nós também contamos com trocas com a Rede de Acessibilidade, que é uma rede com representantes do Legislativo, do Judiciário, do Executivo, e inclusive entidades não governamentais também estão aderindo à rede. E nós fazemos reuniões regulares para discutir as iniciativas de acessibilidade, compartilhar boas práticas, conversar sobre as nossas visões de futuro, o que tem sido planejado. Então, não é uma iniciativa isolada; nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos essa construção coletiva. Existe esse diálogo institucional, essa cooperação técnica e essa participação coletiva.

É um desafio enorme reunir todas essas ideias, todas essas iniciativas em um plano. Nós recebemos muitas sugestões. O nosso grupo de trabalho, inclusive, conta com representantes das pessoas com deficiência e de pessoas que têm familiares com deficiência. Então, nós precisamos ouvir, e ouvir muito. E é no dia a dia do Senado que nós observamos essas questões que vêm para a gente diariamente – questões de acessibilidade, seja de infraestrutura, seja de atitudes.

Outra questão que eu já vou aproveitar também para responder é em relação a pessoas neurodivergentes.

O Ibraim, do Paraná, questionou: "[...] [Quais são as] medidas concretas [...] [que são] planejadas/estruturadas para garantir a efetiva inclusão de neurodivergentes na administração pública"? Eu gostaria de citar a iniciativa do Senado de projetar e entregar uma Sala de Acomodação Sensorial, para pessoas com autismo e também outras pessoas que sejam neurodivergentes ou que tenham algum tipo de ansiedade social. Nós entregamos, em dezembro do ano passado, na semana de valorização da pessoa com deficiência, essa Sala de Acomodação Sensorial, um ambiente mais reservado, um ambiente que a pessoa pode usar para se regular emocionalmente, para reduzir os estímulos sensoriais, e que é aberta tanto para o público interno quanto para o público externo.

Foi uma iniciativa voltada para pessoas com neurodivergências, mas também nós temos iniciativas diárias. Quando nós recebemos um estagiário, uma estagiária ou um servidor que indica que é uma pessoa neurodivergente, nós podemos fazer as adaptações dentro do seu posto de trabalho. Nós podemos também conversar com a chefia, com os gestores, e fazer uma questão de gestão ali, de sugestões, de orientações.

Também queria citar uma iniciativa, que nós tivemos da Spol, da prevenção de acidentes, da Secretaria de Polícia do Senado, que solicitou uma capacitação para todo o corpo de brigadistas do Senado Federal, com foco em pessoas com autismo: como fazer um atendimento adequado, humanizado, acolhedor e como evitar atitudes capacitistas, também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos trabalhado com várias dimensões relacionadas à pessoa com deficiência, que são as dimensões de arquitetura, comunicação, tecnologia, gestão de pessoas, cultura institucional, também, porque a acessibilidade é uma agenda transversal.

A gente destaca também a importância da integração entre as áreas. Então, a agenda de acessibilidade vai dialogar também com a sustentabilidade ambiental, com a equidade e com a diversidade.

Então, também, isso responde a mais uma questão que foi colocada – do Leandro, de São Paulo –, que questiona se o plano prevê indicadores interseccionais, cruzando gênero, raça e pessoas com deficiência, para revelar desigualdades que não aparecem isoladas. De fato, nós trabalhamos em conjunto; nós temos reuniões também não apenas do GT, mas reuniões intersetoriais, e nós conversamos quais metas, quais indicadores, podem dialogar entre os planos, e nós incluímos nos nossos planos.

Por fim, eu gostaria de agradecer, primeiramente, à equipe do Comitê de Equidade, que fez as coisas acontecerem muito rapidamente. Nós agradecemos por a gente ter conseguido agendar e fazer toda a programação. Agradeço também o apoio institucional da nossa Diretora-Geral Ilana Trombka e do Diretor-Executivo Marcio Tancredi, que está ali sempre presente perto da gente; a coordenação do Ncas, na pessoa do Humberto e da Taís; o grupo de trabalho, por todas as contribuições; e a nossa equipe do Serviço de Acessibilidade.

Eu coloco o Seace, nosso Serviço de Acessibilidade, à disposição de todas as unidades da Casa. Quem precisa de uma palestra – a gente não tem a palestra pronta –, nós montamos na hora, personalizada para vocês, está bom? Questões de acessibilidade que surgem todos os dias, novas demandas... A Senadora trouxe semana passada uma demanda para pessoas com nanismo, e nós vamos trabalhar nisso.

Então, nós estamos muito empenhados em garantir uma Casa cada vez mais acessível para todos. Eu agradeço.

E bom dia para vocês! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bom dia, Quézia! Bom dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, ó, as nossas perguntas estão vindo do Brasil inteiro. "Mas as pessoas lá de fora estão interessadas num plano interno do Senado?" Estão, e eu fico muito feliz. A gente vai respondendo aqui, ao longo das falas, perguntas do Brasil inteiro. Ela acabou de responder uma pergunta para uma pessoa de São Paulo, e eu falei que eu ia fazer uma interação com algumas falas, então me permita provar para vocês como este povo da acessibilidade trabalha e como eles são rápidos demais.

Ela falou da nossa demanda, na sexta-feira, sobre nanismo.

Na sexta-feira, a gente fez uma audiência pública aqui – quem não assistiu precisa assistir, ela vai ser reprisada várias vezes –, em que nós reunimos... Este auditório ficou lotado de famílias com crianças com nanismo, porque surgiu um novo tratamento. Essas crianças estão crescendo de 20 a 25cm, mas o remédio é muito caro; e a audiência foi muito para debater o novo tratamento também. Nós tínhamos uma preletora, uma advogada conhecidíssima, extraordinária, que seria uma das expositoras.

Gente, é difícil fazer acessibilidade numa Casa como esta, que tem todas as regras de tombamento... Não é fácil. Esta Casa é muito linda! Então, tem que se ter muito cuidado com as mudanças que vão fazer, mas que se garanta a acessibilidade!

Não sei se a TV Senado vai conseguir fazer essa imagem, mas eu quero chamar a atenção de vocês para essa porta. Olhem essa porta como é linda! Não é linda essa porta? Não sei se a TV Senado consegue mostrar para o Brasil... Essa porta tem uma parte de madeira – lindíssima – e uma parte em vidro. Todo mundo ama essa arquitetura do Senado.

Eu vou até lá, para a TV Senado mostrar.

Observem que ela está devidamente sinalizada de acordo com as regras de acessibilidade. Eu vou mostrar para vocês onde está a faixa mostrando que ela é de vidro. (*Pausa.*)

O.k.? Todo mundo está vendo? Ela está nas regras estabelecidas. Vidro, madeira... A entrada é aqui. O.k.? (*Fora do microfone.*)

A nossa convidada chegou um pouquinho atrasada, a reunião já estava começando, e ela entrou rápido. Quando ela entrou, a parte de vidro... Vejam que a sinalização está alta! Ela não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viu que era vidro. Ela entrou, pá! Foi um barulho horrível. Ainda bem que as pessoas estavam todas entretidas com as crianças aqui e não viram, para ela não ficar mais constrangida, mas foi difícil, depois, ela entrar, sentar-se à mesa, com o tamanho do galo. Ela ficou tonta, ela bateu... E aquilo mexeu com o meu coração. É uma audiência para pessoas com nanismo, e a nossa expositora, a Doutora que mais luta pelo direito... Eu fiquei olhando incomodada.

Terminou a audiência, Ilana, e eu liguei para a Coordenação de Acessibilidade: "Eu preciso que vocês venham aqui correndo". Em três minutos, eles estavam aqui comigo. E eles olhavam, e eu olhava. O tanto que a gente pensou em todos os detalhes desta Casa, mas justo a porta, da arquitetura que a gente não pode mudar, que está atendendo às regras de acessibilidade estabelecidas por legislação... Ela está sinalizada, mas a gente esqueceu que essa faixa precisava estar mais embaixo. "Talvez tenhamos que mudar a legislação." E, imediatamente, eles disseram: "Nós vamos fazer esse diálogo internamente aqui". E aí a gente saiu, eu e as meninas da acessibilidade, andando, e a gente viu que, em todas as portas de vidro do Senado, a faixa está naquela altura.

Vocês percebem que todo dia nós temos um desafio de acessibilidade? E vocês percebem como essa equipe é boa? Aí ela disse: "A senhora trouxe uma demanda. Já estamos cuidando". Foram apenas três minutos para estarem aqui junto comigo, tentando encontrar uma solução. E a gente vai ter, talvez, que mudar regras da legislação: olhem, a altura da faixa sinalizadora de uma porta de vidro tem que ser mais baixa.

Então, gente, para todo mundo que está nos acompanhando no Brasil: por mais que a gente esteja fazendo tudo, ainda tem muito a ser feito, e eu sei que a nossa Diretora vai liberar o recurso para a gente rebaixar todas as faixas. (*Risos.*)

A SRA. ILANA TROMBKA – Posso pedir um aparte?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode.

A SRA. ILANA TROMBKA (Para expor.) – Eu só quero mostrar como essas questões são interdisciplinares no Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia nove de março, eu recebi uma mensagem da Patrícia, Coordenadora da Liga do Bem, dizendo assim: "Ilana, a Diretora da Escola Classe Vila do Boa, que é atendida pela Liga do Bem, passou uma mensagem dizendo que todas as escolas públicas comemoram e vivenciam a semana de inclusão, se a Liga teria alguém que fosse um exemplo e pudesse conversar com as crianças da escola".

Lembrei do Aires, que é Chefe de Gabinete do Senador Flávio Arns, e, na hora, ele aceitou, ficou todo empolgado. Ele sugeriu que levássemos o *Estatuto da Pessoa com Deficiência em Miúdos*, que a Gráfica faz. Conversei com a Diretora, e ela perguntou se podíamos doar 30 para o período da manhã e 30 para o período da tarde. Assim, além da palestra, ela poderia fazer um trabalho permanente com todas as turmas da escola.

Então, o Aires foi, nós, o NCAS foi também e o *Estatuto da Pessoa com Deficiência em Miúdos* também. Então, é uma forma para mostrar como todas as áreas da Casa estão atentas a isso, e de alguma forma o Senado conseguiu atingir toda uma escola de ensino fundamental do Distrito Federal, por meio do trabalho do NCAS, da Gráfica, da Liga do Bem e da disposição do Aires, que, aliás, é uma pessoa que, desde o começo, milita nessa causa aqui no Senado também. Nossa homenagem ao Aires.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Diretora – obrigada.

Na sequência, vamos ouvir Taís Penna de Queiroz, servidora do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais do Senado Federal.

Taís, antes de você falar, eu soube que o nosso Consultor-Geral está aqui. Então, Paulo, já anote aí para a Consultoria mudar o que tiver que mudar na legislação para a gente, no Brasil inteiro, baixar aquela faixa ali, para que as pessoas de baixa estatura... Não tenha mais o risco de ocorrer o acidente que ocorreu com a nossa expositora.

Pode falar.

A SRA. TAÍS PENNA DE QUEIROZ (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos. Cumprimento todas as autoridades presentes na pessoa da Senadora Damares, que preside esta mesa, esta sessão. Também cumprimento minhas colegas de mesa, a Stella, a Quézia, a Diretora Ilana. Muito obrigada pela presença de todos aqui.

Antes de começar minha fala, faço brevemente a minha audiodescrição. Eu sou uma mulher parda de 1,58 m. Tenho cabelos escuros com mechas douradas, tenho o rosto redondo, os olhos castanhos. Estou vestida com um vestido azul claro, com botões na frente. Uso um colar prateado com um pingente azul escuro e também estou com um brinquinho prateado pequeno.

Primeiro, gostaria de falar da importância desse evento, um evento que fortalece políticas institucionais do Senado Federal.

A realização conjunta deste encontro, contemplando os três planos aqui já citados, demonstra a convergência da agenda institucional voltada à promoção de direitos, inclusão e sustentabilidade no ambiente da Casa.

No que diz respeito ao Plano de Sustentabilidade Ambiental, que chamamos de Psam carinhosamente, este lançamento de hoje representa mais um passo na incorporação da sustentabilidade à gestão administrativa do Senado. Essa trajetória teve marco importante em 2015, quando lançamos, pela primeira vez, o Plano de Gestão de Logística Sustentável. Naquele momento, o objetivo era estruturar de forma mais sistemática as ações relacionadas ao uso racional de recursos naturais, a gestão de resíduos, a eficiência energética e a incorporação de critérios de sustentabilidade às contratações públicas.

Ao longo dos anos, esse processo foi evoluindo; foram definidos indicadores, estabelecendo metas e ampliando a articulação entre diferentes áreas da instituição. Gradualmente, a sustentabilidade deixou de aparecer em apenas iniciativas pontuais e passou a ser tratada de forma mais integrada no âmbito da gestão administrativa. O Plano de Sustentabilidade Ambiental, que hoje é apresentado, se insere nesse processo. O Psam amplia a abordagem adotada anteriormente e organiza objetivos, metas e iniciativas voltadas à promoção de práticas ambientalmente responsáveis dentro do Senado Federal. Essa evolução também pode ser observada na organização dos eixos temáticos do plano. Ao longo do tempo, esses eixos foram sendo ajustados para refletir, de forma mais abrangente, sobre os diferentes aspectos relacionados à sustentabilidade ambiental na gestão pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveitando, já, para responder à pergunta da Maísa, da Bahia... Ela pergunta: "Quais ações preventivas [...] [são] adotadas visando a redução dos impactos ambientais? E quais medidas da COP 30 já foram implementadas?" Quando a gente pega os eixos do Psam, a gente vai ter lá um eixo voltado a mudanças climáticas, que é tratado especificamente nesse eixo, mas, transversalmente, se formos olhar, tem a questão de mobilidade sustentável, a gestão de resíduos, a eficiência energética, a questão de carregamento de carros elétricos. Então, nós temos todo um plano voltado a tentar mitigar o máximo possível o impacto ambiental da Casa na parte da nossa gestão.

Além disso, continuando, temas, inicialmente, que nós tratávamos como logística administrativa, agora a gente trata como governança, como parte do plano, realmente, da organização. A elaboração do Psam conta com uma forma – assim como a Stella e a Quézia comentaram – de um pequeno comitê, de forma colaborativa, de forma democrática, e nós também temos uma Comissão voltada à construção do Plano de Sustentabilidade Ambiental. Esse formato colegiado permite reunir diferentes perspectivas e experiências da instituição, de forma democrática, contribuindo para que o plano reflita, de fato, a realidade administrativa e dialogue com as diversas áreas envolvidas na implementação. Porque também não adianta a gente fazer um plano e as áreas não estarem envolvidas em realmente fazer com que ele seja implementado.

Além das diretrizes e metas estabelecidas, o Senado Federal também conta com ações e iniciativas concretas que dialogam com a questão da sustentabilidade. E aí, nesse contexto, a gente pode falar do viveiro do Senado Federal, que possui um pátio de compostagem e está alinhado à questão das mudanças climáticas. A gente transforma todo o material orgânico que é produzido na Casa nesse pátio de compostagem lá dentro do viveiro do Senado, e esse adubo é utilizado na jardinagem da Casa. Trata-se de uma prática que contribui para a redução dos resíduos e que também tem recebido reconhecimento externo.

No ano passado, e é com uma felicidade que eu falo isso, nós fomos – nós, o Senado Federal – premiados por causa dessa iniciativa do viveiro. Nós ganhamos o prêmio da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), na categoria construções sustentáveis, foram três, e também o Prêmio Espírito Público, também reconhecendo essas iniciativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de concluir minha fala, eu gostaria de agradecer à Comissão de Direitos Humanos, aqui com a Senadora Damares, por ter nos recebido e proporcionado a possibilidade de lançar esses três planos conjuntamente. Também quero agradecer à Diretora-Geral do Senado, a Dra. Ilana, e ao Diretor-Executivo de Gestão, o Márcio Tancredi, que está aqui conosco, pelo apoio institucional e pela condução e fortalecimento dessa agenda. Não tenho como não agradecer também a comissão gestora do Psam e a todas as áreas que contribuem para a implementação desse plano. Também quero agradecer, e aí com muito carinho, o Núcleo de Coordenação de Ações de Responsabilidade Social (Ncas).

O trabalho desenvolvido por essa equipe ao longo dos últimos anos foi essencial para estruturar, consolidar e dar continuidade às iniciativas de sustentabilidade ambiental da Casa, com competência técnica, dedicação e compromisso institucional. O Ncas tem desempenhado um papel importante na construção dessa agenda e na articulação das diferentes áreas da Casa em torno de um objetivo comum.

Instrumentos como o Psam contribuem para orientar decisões, organizar prioridades e promover o uso mais racional dos recursos públicos. Mais do que um documento, ele representa um passo adicional no processo de amadurecimento institucional do Senado Federal em relação à sustentabilidade ambiental. E esse é um caminho que se constrói de forma contínua, com planejamento, cooperação entre as áreas e compromisso com o interesse público.

Que o plano de sustentabilidade ambiental, hoje lançado, ajude a orientar as próximas etapas desse trabalho, porque, no serviço público, sustentabilidade não é apenas um princípio, é também uma forma de fazer gestão com responsabilidade hoje e no futuro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Obrigada, Taís. Aí eu vou fazer uma interação com a sua fala. Já que os Senadores não vieram, eu vou aproveitar este momento.

Eu queria chamar a atenção de Brasília e do Brasil para quem não conhece o nosso viveiro, Três prêmios já? Deus! Merece todos.

A SRA. ILANA TROMBKA (*Fora do microfone.*) – Três desse. Teve outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, assim, às vezes acho que tem até servidor do Senado que ainda não foi no viveiro.

A SRA. TAÍS PENNA DE QUEIROZ (*Fora do microfone*.) – Tem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E quando eu estive lá recentemente, quando foi inaugurada a acessibilidade – que coisa mais linda! –, e o Aires foi o nosso modelo lá no lançamento da acessibilidade, eu desafiei o Senado de a gente fazer uma sessão de dentro do viveiro. Aí começaram a dizer assim: "Ai, mas é muito complicado, são 81 Senadores, mais os assessores, isso aqui vai lotar...".

O.k., se não dá para a gente fazer uma sessão ainda, mas uma audiência pública tem que ser feita de lá, transmitida para o Brasil conhecer o viveiro, e eu vou te desafiar, Taís – agora, eu sou Presidente de Comissão. Agora aguente! (*Risos.*) Uma audiência...

A SRA. ILANA TROMBKA – Aquele moço ali, ó, aquele sem cabelo... (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uma audiência pública desta Comissão ainda – até outubro; no máximo, novembro – será transmitida ao vivo de dentro do viveiro.

TV Senado, se vire com a estrutura! Vocês que já foram para aldeias e transmitiram ao vivo audiências de aldeias, comigo inclusive, vão conseguir fazer a transmissão de uma audiência pública, porque eu acho que a gente mostraria para o Brasil, dessa forma, o nosso viveiro.

Gente, é muito lindo o trabalho que vocês fazem na área socioambiental! Eu vou dar o exemplo de sábado, tá? Eu, estou dando exemplos pessoais em todas as áreas: Sábado, eu vim para a sala-cofre do Senado, aquela sala lá onde estão os segredos do Vorcaro – sabe? –, da CPMI do INSS – eu estou lendo, gente! São milhares e milhares de páginas! Eu vim e como eu fui assessora, é difícil tirar esse manto de assessora, eu sei ler documentos, eu sei... Então, eu venho para ficar com os assessores para a gente fazer leitura. Mas eu precisava comer, aí eu subi ao meu gabinete para comer – trouxe marmita, tá? Aí quando eu subi, tinha um colega comigo, e eu disse assim: "Ai, está quente! Liga o ar-condicionado aqui do gabinete só para eu almoçar rapidinho". Aí ele falou: "Não pode, Senadora, porque a central do ar-condicionado dos gabinetes, no final de semana, fica desligado". Eu falei: "Como assim?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aí ele disse: "É porque se alguém for embora na sexta-feira e esquecer de desligar o ar-condicionado, vai ficar durante o final de semana gastando energia. Então, aqui eles desligam a central dos gabinetes..."

A SRA. ILANA TROMBKA – Às 7h da noite.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu falei: eu nunca pensei nisso. Olha a economia! Imagine se cinco gabinetes esquecerem de desligar o ar na sexta na hora de ir embora. No final de semana, seriam cinco gabinetes rodando o ar-condicionado.

Então, assim, são detalhes, gente, que essas equipes pensam de economia, e voltados para o socioambiental, que eu preciso o tempo todo estar elogiando.

Parabéns, Taís, pelo trabalho que vocês fazem! E me aguardem numa audiência.

Inclusive, assim, assessores que estão estressados, que estão nervosos ou que querem orar, deixem-me dizer uma coisa: querem orar? Vão lá no viveiro. Se querem fazer uma meditação ao longo do dia, não é, Rutinha? Vão lá no viveiro, caminhem lá no viveiro. Vocês vão se encontrar. Assim, é um lugar incrível, é um lugar, assim, de uma energia extraordinária! E a forma como vocês cuidam daquilo... Parabéns!

É uma alegria ter vocês aqui...

A SRA. TAÍS PENNA DE QUEIROZ – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... estarmos lançando o plano juntos nesta manhã.

Eu registro a presença do Dr. Paulo Henrique de Holanda Dantas – Doutor, obrigada! –, Consultor-Geral do Legislativo, o cérebro do cérebro; Dr. João Pedro de Araújo Pereira, Gestor do Núcleo de Gestão de Contratos de Terceirização – Obrigada! –; Rafael André Vaz, Diretor de Secretaria – Obrigada, Rafael –; Gleison Carneiro Gomes, Diretor do Prodasen – eita, que esse sofre com a gente! –; Léo Serra, Serviço de Informação ao Cidadão – Parabéns pelo trabalho que vocês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazem –; Patrícia Souza Melo, Diretora de Serviços de Apoio à Aprendizagem, Direitos Humanos e Diversidade – Dra. Patrícia, é fantástico o trabalho que vocês estão fazendo –; Margareth Menicucci, bibliotecária do Senado, nossa grande biblioteca aqui do Senado – linda!

Bem-vindos!

Na sequência, agora, nós vamos desfazer essa primeira mesa.

A Dra. Ilana continua.

Obrigada, meninas! Obrigada!

Nós vamos chamar, para compor a segunda mesa a Maria Teresa Firmino Prado Mauro, Coordenadora do Observatório da Mulher Contra a Violência. Obrigada, Maria Teresa, por estar conosco. Sente-se aqui do meu ladinho.

Na sequência, nós chamaremos a Raquel Andrade dos Santos, Coordenadora da Procuradoria da Mulher do Senado Federal. (*Pausa.*)

Está vendo, Prodasen?!

Quando eu cheguei aqui no Senado, solteira – e continuo solteira, em busca de um marido –, eu falei assim: Diretora, vamos criar um aplicativo de namoro entre nós, dentro do Senado – e põe Senadores também solteiros lá. (*Risos.*)

O aplicativo não aconteceu ainda, mas eu preciso registrar que casamentos entre servidores acontecem nesta Casa. É incrível, não é?

Quem está casado com quem aqui na mesa? (*Pausa.*)

É verdade, a Stella com o Rafa, não é?! (*Pausa.*) (*Risos.*)

Eu entendi, eu entendi. Parabéns!

E se tiver algum servidor com mais de 75 anos, solteiro, sem herdeiros... (*Risos.*)

... e que esteja ganhando acima do teto, manda o currículo para o meu gabinete. (*Risos.*)

Vamos agora continuar nossa audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maria Teresa Firmino Prado Mauro, Coordenadora do Observatório da Mulher Contra a Violência, você tem o seu tempo.

Seja bem-vinda, Maria Teresa, ao estar conosco nesta mesa.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora.

Agradeço o convite.

Cumprimento a mesa – Diretora Ilana, Stella, Raquel.

É uma alegria estar aqui para falar do trabalho do Observatório.

E falando do Observatório...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A autodescrição.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – Ah... Eu sou uma mulher parda, cabelo escuro, cabelo médio, estou vestindo azul-marinho, estou com colarzinho dourado, brincos dourados. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fantástico!

Um dia todos os Senadores farão isso aqui. Vocês viram?

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – Bom, então eu vou falar um pouco do trabalho do Observatório da Mulher contra a Violência, do Senado, e, falando desse trabalho, vou falar do trabalho do Instituto DataSenado.

Trabalhamos todos muito integrados ali, são trabalhos integrados. Fazemos parte da Secretaria de Transparência do Senado.

Nós temos dois trabalhos que estão no plano, agora, e que são muito importantes na questão dos dados de violência contra a mulher: é a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, que é a maior pesquisa do Brasil sobre violência contra a mulher. Então, nós entrevistamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais de 21 mil mulheres em cada edição e já entrevistamos mais de 56 mil mulheres em todo o Brasil.

Chegou uma pergunta sobre a pesquisa, sobre como ela é realizada. Então, na minha fala aqui, eu já vou falar um pouquinho. A pergunta foi feita pelo Gentil, de São Paulo. Perguntou como que essa pesquisa é realizada.

Essa pesquisa é realizada nacionalmente. É uma pesquisa totalmente probabilística. Então, isso garante que as informações que a gente traz com essa pesquisa a gente possa estender à população brasileira. Então, é essa a importância de a gente ter essas informações sobre a violência em todo o território nacional.

Ela é dividida em duas etapas. Primeiro, a gente tem uma parte que é a percepção da violência, que é como as mulheres brasileiras percebem a violência contra a mulher. Então, é um primeiro bloco que é feito com todas as mulheres respondentes – só mulheres respondem a essa pesquisa – e ela também é realizada apenas por mulheres entrevistadoras. O segundo bloco já é para aquelas mulheres que responderam que sim, que viveram algum tipo de violência. Então, é a vivência da violência com aquelas mulheres que sofreram violência. Essa é a pesquisa nacional.

Nós lançamos a última edição agora em novembro de 2025, mas, ao longo de 2026, a gente vai ter outros produtos, inclusive trazendo os relatórios estaduais com os dados de cada estado e os recortes, alguns recortes que a gente vai fazer agora, que a gente já tinha da última edição e que vamos continuar fazendo e ampliando também. Então, é o recorte de mulheres negras, o recorte de mulheres com deficiência e de mulheres trans também.

Falando da pesquisa, vou falar do outro projeto que nós temos, que é o Mapa Nacional da Violência de Gênero. O Mapa é uma plataforma interativa de dados, e eu acho que, seguindo esse caminho do que a gente ouviu muito aqui na primeira mesa sobre a característica do Senado de estar sempre inovando, o Mapa teve muito essa característica de trazer inovação em termos de dados de violência. Então, ali na plataforma, a gente conseguiu reunir os três Poderes. Nós temos dados do Senado, por meio da pesquisa, do Legislativo; nós temos os dados da Justiça, do CNJ; e os dados do Executivo, com os dados de Saúde, do DataSUS e os dados da Segurança Pública, do Sinesp, e também trazemos os dados de violência que brasileiros sofrem no exterior, com os dados do Itamaraty. Então, é uma plataforma que integra todos esses dados num único espaço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cuja pesquisa é um grande diferencial, porque com a pesquisa, a gente consegue ter as informações da vivência dessa violência, uma visão mais ampla do problema da violência, mas combinado com os dados de atendimento, que são os atendimentos da Segurança Pública, os atendimentos da Saúde.

Além disso, além de a gente ter ali a integração dos três Poderes, a gente também tem a presença do terceiro setor, porque o Mapa é uma parceria do Senado com o Instituto Natura e com a Gênero e Número, que é uma empresa de jornalismo de dados. Então, assim, pensando nessa ideia ampla de se trabalhar a questão, envolvendo todos os setores que podem, de alguma forma, contribuir com a questão da violência contra a mulher, nos dados e nas informações. Então, são esses os maiores trabalhos.

Além disso, a gente tem pesquisas. Todos os temas que são debatidos no Congresso estão nas pesquisas do DataSenado. Mas eu queria falar um pouco desses dois trabalhos aqui, que estão no Plano de Equidade, e colocar à disposição de todos o trabalho e os dados. Aqui estão os dados da última pesquisa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – Sim. A pesquisa está disponível no *site* do Observatório, no *site* do DataSenado: senado.leg.br/datasenado. Aqui nós temos todos os materiais da pesquisa de 2025, que está disponível, e os recortes que vão sair também ao longo do ano.

Então, quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui falando desse trabalho, de como a gente está sempre – não é, Stella? – trabalhando. Acho que é muito importante essa integração dos trabalhos. A gente está trabalhando – a Casa toda – em prol do que a gente pode melhorar. A gente está vendo que os números estão aí gritando. De alguma forma, a gente saber que o nosso trabalho contribui para essa qualificação das informações e dos dados é muito importante. Então, agradeço o convite mais uma vez.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRA. ILANA TROMBKA – A senhora sabe que a Maria Teresa foi humilde, porque não é a Casa toda. Quando essa pesquisa foi lançada, o Fantástico fez uma matéria sobre essa pesquisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e deu conhecimento nacional aos números. Então, a Casa, claro, mas muito além da Casa, o Brasil todo tomou conhecimento da pesquisa por meio de uma matéria que o programa Fantástico fez, exatamente refletindo o trabalho do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu falei que eu ia interagir. Eu não posso ficar sem falar dessa pesquisa para vocês entenderem sua grandiosidade.

Quando a gente vê, na televisão, pesquisa eleitoral, feita por grandes empresas, com gente no Brasil inteiro, com milhões que eles ganham para fazer uma pesquisa, no final, falam: "Foram entrevistadas 2 mil pessoas". Duas mil pessoas já dá um recorte do Brasil inteiro. O.k., é a regra. Realmente, quem trabalha com estatística sabe que essa amostragem é o suficiente para se apresentarem dados de uma pesquisa nacional. O nosso Observatório entrevistou 21 mil mulheres. Simplesmente, dez vezes mais do que essas pesquisas nacionais apresentadas por aí. Você sabe o que é entrevistar 21 mil mulheres? É, na verdade, uma amostragem tão grandiosa, que mostra realmente e faz o recorte com fidelidade da violência contra a mulher no Brasil.

Deixe-me dizer uma coisa: esta, para mim, é a pesquisa mais impactante que nós temos na história do Brasil sobre a violência contra a mulher. Deixe-me dizer para vocês: esta pesquisa aqui está embasando discursos em todas as assembleias legislativas, câmara de vereadores, no Senado e na Câmara Federal; ela está embasando estudos científicos. A gente sabe de estudantes de doutorado, de mestrado, acadêmicos em diversas áreas buscando essa pesquisa. Ela virou material científico, você sabe disso. Essa pesquisa, inclusive, vai nortear políticas públicas.

Deixe-me dizer uma coisa, Ilana: não tem políticas públicas sem evidências, sem números; não dá para se criarem políticas públicas sem números que antecedam a criação da política pública. E, para a gente, não é só para criar novas políticas públicas, como para consertar as políticas que estão aí. Por exemplo: qual é a idade da mulher, hoje, que está sofrendo mais violência? Está aqui. E a gente tem aqui um dado assustador: a idade da mulher está diminuindo e a idade do agressor também. Há agressores cada vez mais jovens agredindo mulheres, e a gente vai ter que entender esse fenômeno. Namoros: meninas em namoros abusivos; adolescentes em namoros abusivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa pesquisa aqui, gente, está fazendo a gente repensar muita coisa na política de proteção de mulheres no país. Olhem, é um observatório. Aí você fala assim: quantos mil servidores ela tem? Eu não vou falar. Não vou falar, mas a dedicação dessa equipe – que não é tão grande, é pequena –, a dedicação e o comprometimento que o Observatório tem... Quem não conhece a pesquisa, acesse, busque. Isso aqui é tema de dissertação, é tema de mestrado, doutorado. Eu quero agradecer. É a fonte confiável. A gente tem muita pesquisa rodando por aí – com todo respeito às instituições que trabalham com a violência contra a mulher –, mas eu tenho dado oficial; aqui tem a chancela do Senado, tem a chancela de servidores e de um observatório que foi criado realmente para entregar dados fiéis, dados verdadeiros e dados buscados com muita – com muita – capacidade e profissionalismo. Parabéns, viu?

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – Obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

Eu queria só complementar, a partir da fala da senhora, porque eu sempre falo aqui que ninguém faz nada sozinho. Então, eu estou aqui nesta mesa hoje representando uma equipe que, como disse a senhora, é uma equipe pequena, mas muito valorosa e muito qualificada – uma parte da equipe está presente aqui.

Eu queria agradecer muito ao Diretor que era o Coordenador do DataSenado, que está aqui, Marcos Ruben, que é um estatístico qualificadíssimo que traz, imprime nessa pesquisa uma qualidade técnica que é muito valorizada, que a gente tem muito orgulho de ter à frente da pesquisa; à nossa nova Diretora, Isadora Castro, que é Diretora da Secretaria de Transparência também; à equipe toda, à Adriana e Eleonora – que estou vendo aqui –; e agradecer a cada um, porque é por meio desse conjunto, desse trabalho que a gente fala.

Eu sempre falo que a gente tem ali o horário, o tempo de trabalho, o que a gente pode entregar, mas tem o "um a mais" que a gente sempre dá nesses trabalhos pela causa, pela importância do trabalho.

Então, quero agradecer esse reconhecimento, na fala da senhora, que é muito importante para a nossa equipe toda.

Muito obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu posso fazer um desafio à Diretora?

A SRA. ILANA TROMBKA (*Fora do microfone*.) – Olha lá... (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Diretora, eu acho que o mundo já acompanha muita coisa que a gente faz aqui, mas e se a gente se organizasse para, na próxima CSW, em Nova York – em março do ano que vem, quando há a Comissão da Mulher da ONU que se reúne –, a gente fazer um evento paralelo, na CSW, para a gente apresentar para o mundo o Observatório. Se a gente se organizar agora, dá tempo de a gente se organizar para a gente estar na CSW. Vamos fazer isso?

A SRA. ILANA TROMBKA – Vamos fazer, mas a Maria Teresa já fez isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Lá na CSW, Maria Teresa?

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – Já.

A SRA. ILANA TROMBKA – Ela já foi e este ano foi a Terezinha. A gente trabalha silenciosamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas um grande, megaevento, com todas as ministras de mulheres do mundo, para conhecer, de fato, especialmente a pesquisa.

Vai lá, Teresa.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – Só para relatar que, em 2024, quando o Mapa Nacional da Violência foi lançado, ele foi escolhido como um projeto, como um exemplo de boas práticas e de parceria público-privada, e a gente recebeu o convite para apresentar o mapa na CSW. Então, assim, muito orgulho de levar esse trabalho do Senado e apresentar, e foi uma experiência incrível de apresentar um trabalho tão qualificado, tão bem-feito e ver como que, para muitas pessoas, de muitos países, aquilo ali era algo "Como que vocês conseguiram integrar essa quantidade de dados numa plataforma única, juntando diferentes dados?", enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foi muito importante, mas acho que sempre tem mais trabalho para a gente apresentar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas assim, a ideia não seria a gente ser convidada, Ilana, seria a gente promover, nos dias da CSW, um evento paralelo do nosso observatório com os Parlamentos do mundo inteiro que estão lá presentes. Então, o desafio está lançado, prepare a mala, vamos para Nova York mostrar para o mundo o que esse Observatório está fazendo, está? Parabéns.

Na sequência, vamos ouvir Raquel Andrade dos Santos, Coordenadora da Procuradoria da Mulher do Senado.

A SRA. RAQUEL ANDRADE DOS SANTOS (Para expor.) – Muito bom dia a todas as pessoas aqui presentes. É um prazer enorme estar aqui, neste momento, discutindo um tema tão relevante.

Quero cumprimentá-la, Senadora Damares, pela iniciativa, mas também pelo posicionamento, né? Eu acho que a gente vive, sobretudo na área que nos atinge, predominantemente na Procuradoria da Mulher, um momento em que a gente precisa de mulheres se posicionando, para além de intencionando, e de homens também, de todas as pessoas. Então, estou muito feliz de estar aqui nesta mesa, junto com minhas queridas amigas Maria Teresa e Stella. Desde que cheguei aqui ao Senado Federal, Diretora, em dezembro último, elas não têm tido mais paz. Logo na primeira semana, elas me forneceram os números privados dos seus WhatsApps, então, o máximo que eu posso fazer é o escambo de produtos artesanais do meu estado em troca de toda e qualquer informação privilegiada, gentilmente cedida.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. RAQUEL ANDRADE DOS SANTOS – E renda, né, está anotado, hein, Diretora? Eu ainda estava num nível, eu estava só na castanha, mas trabalhamos com renda também, me aguarde na próxima.

E cumprimentá-la também, é uma alegria muito grande, uma honra. Eu acho que nada do que está sendo discutido aqui, que vai ser discutido, aconteceria se não tivesse uma mulher na liderança, porque nós mulheres deixamos a nossa digital nos espaços de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu sou uma mulher de 1,75m, sou uma mulher parda, cabelos cacheados, que estão cuidadosamente desalinhados aqui, embora presos para este momento. Estou com um blazer preto, uma blusa branca, com um tecido fino que traduz um pouco da nossa personalidade, sobretudo de mulher nordestina, já bem foi percebido pelo meu sotaque, ela tem algumas onças aqui, umas aves. E estou muito feliz de poder estar aqui com os meus óculos de 16 graus de miopia, muito sensíveis a todas as questões aqui relativas, sobretudo à acessibilidade que a senhora colocou.

Eu preparei uma fala trazendo um pouco da nossa experiência, enquanto Secretária Executiva de mulheres do meu estado, enquanto Coordenadora também da Procuradoria da Mulher de meu estado, que fui durante quatro anos, algumas percepções do ponto de vista do reforço positivo de narrativas estruturantes e estruturais que bem percebemos aqui por meio da promoção da equidade de gênero, de raça, de acessibilidade, de sustentabilidade. A gente vê que há uma mudança semiótica mesmo no Parlamento brasileiro, e isso é impulsionado pelo posicionamento do Senado Federal.

Antes de começar a falar um pouco sobre isso e sobre as ações da Procuradoria da Mulher, gostaria de dizer que me inscrevo quando o aplicativo for lançado, o.k.? (*Risos.*)

Para eu não esquecer, queria deixar registrado. Não tenho critérios tão proeminentes ou talvez exacerbados como os da Senadora Damares, sobretudo no que tange à renda per capita, mas, se houver um local onde a gente possa deixar a inscrição previamente realizada, inicio minha fala com este registro.

Trago aqui inicialmente o abraço da Senadora Augusta Brito, que tem feito um trabalho revolucionário no que diz respeito à promoção de políticas e direitos para as mulheres, de toda a equipe da Procuradoria Especial da Mulher, que neste momento está focada não só em promover esse reposicionamento, esse impulsionamento das ações da Procuradoria da Mulher na Casa, mas também na promoção de serviços.

Amanhã, nós lançaremos, Diretora, o Guia da Candidata, em sessão especial, que é um guia que foi cuidadosamente pensado para mulheres candidatas que estarão sujeitas à violência política de gênero. Este ano se apresenta, Maria Teresa, como um dos anos com mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

potencialidade de violência política de gênero, sobretudo na esfera, na ambiência digital, virtual, e nós fizemos questão de fazer esse lançamento.

Reforço também o lançamento, no último ano, do nosso serviço, que é o Zap Delas, uma ferramenta que atende mulheres em situação de violência política de gênero por WhatsApp, uma ferramenta revolucionária também, 341 mulheres já procuraram essa ferramenta. Há um enviesamento muito grande da violência política de gênero com a violência doméstica, com a violência institucional, e a gente colocou o Senado nesse olhar interdisciplinar e transversal para essa questão, além dos atendimentos, naturalmente, dentro das nossas competências, de casos de violência doméstica e familiar. Então, por trás de todas essas iniciativas, há uma equipe que está agora lá muito competente, muito dedicada.

Eu gostaria de me ater, sobretudo no que diz respeito ao Plano de Equidade de Gênero e Raça, à seguinte questão: não existe problema complexo que não almeje, que não requeira solução tão igualmente complexa, aprofundada, sistemática e estratégica. Ninguém vai resolver problema complexo com solução simples, imediata, que está no campo da superfície das coisas. Por que esses três planos, numa perspectiva interseccional e integral, são tão profundamente transformadores, de maneira estrutural? Primeiro, porque eles reposicionam esta Casa no que diz respeito à percepção popular do olhar desta Casa para essas problemáticas. Nós vivemos, historicamente, ciclos, e há ciclos em que o mundo, em que o país precisa, naquele momento, olhar com mais atenção para determinados problemas. Então, eu acho que a primeira coisa é reconhecer, em termos de valor, o que esta Casa está gerando em termos de impacto e de transformação.

E eu lhe digo isso, Dra. Ilana, porque a minha pesquisa de doutorado é na área de transição energética; o impacto social da transição energética, com ênfase nas questões de gênero. Qual vai ser o papel das mulheres, no que diz respeito, por exemplo, a temas como sustentabilidade? – que há aqui. E reposicionar as mulheres e pessoas negras, por meio desses planos, e as pessoas com deficiência, as pessoas que estão promovendo sustentabilidade, mas que, por serem mulheres ou pessoas negras, só alcançam o nível de catador ou de zeladoria, é também gerar um impacto que vai ter um efeito em cadeia, um efeito sistematizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Poder, estrutura de poder tem estética. Estrutura de poder tem uma semiótica em que nós mulheres, as pessoas com deficiência e pessoas negras só chegam até certo nível. É por isso que a transformação, historicamente, demora a acontecer em níveis mais profundos. E, ao me deparar com esses três – eu não vou chamar de produtos – elementos a que atribuo um legado desta Casa, vejo que as outras casas, como assembleias legislativas, câmaras municipais, têm para onde olhar com qualidade, com profundidade. É disso que a gente precisa.

Hoje, nós sabemos que a violência contra nós mulheres é um problema com raízes tão profundas quanto o racismo, quanto o capacitismo, mas a sensação que a gente tem é de que a gente faz, faz, faz, e o problema só aumenta. Por quê? Porque nós precisamos de soluções também estruturais e estruturantes.

O que me chamou mais a atenção aqui foi o protagonismo das mulheres na produção de todas essas iniciativas. E a gente prova, por A mais B, o quanto a diversidade, o quanto a inclusão, o quanto a acessibilidade rompe com essa ideia, com essa narrativa do ser único, que é o homem branco heteronormativo, associado à qualidade das coisas, e mostra que tornar tudo diverso e heterogêneo aprimora, traz outras perspectivas, outros olhares. Então, não é só o que é produzido em si, por exemplo, pela Gráfica, que é o "São Rafael"... Cadê o "São Rafael", que eu quero conhecer pessoalmente? Na PROMUL, nós o chamamos de "São Rafael", por conta do compromisso que ele tem. Não é só a impressão, essa divina, belíssima impressão – vou elogiar bem muito, porque tem mais guia para ser impressa –, essa esplêndida impressão, Doutora; é o impacto que ela gera na ponta. Não há uma legislação produzida nesta Casa que não se expresse em política pública lá na ponta; não há como dissociar, e é isso que vai continuar gerando impacto na vida das pessoas.

Então, no que diz respeito à Procuradoria Especial da Mulher, à nossa prioridade no enfrentamento à violência – sobretudo à violência política de gênero –, quero dizer que sabemos que estamos bem albergadas, albergadas com qualidade, mas, acima de tudo, com integração. Não existe eficiência sem integração, essa foi uma prioridade quando assumimos a coordenação da Procuradoria Especial da Mulher. Não é possível resolver problemas olhando-os isoladamente, desconectados de uma realidade que conecta práticas discriminatórias, práticas de violência de gênero, práticas capacitistas, etaristas e racistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos aqui, enquanto Procuradoria Especial da Mulher, colocando também os nossos serviços à disposição, mas, acima de tudo, o nosso posicionamento, para que as pessoas, ao olharem para esta Casa, para o Senado Federal, saibam que há um Senado, há uma Casa Legislativa que se preocupa com a vida das mulheres, com o desempenho, mas, acima de tudo, com aquela tríade – porque o direito termina naquela tríade: o direito de ser sendo aquilo que se é, o direito à cidadania no exercício dos direitos em si mesmos e à dignidade. Tudo aqui tratado no compilado dessas ações termina no exercício pleno de sujeitos e sujeitas no que diz respeito à sua dignidade, o direito de ser quem se é dignamente neste mundo.

E, para nós, não há como ser ou viver dignamente, por exemplo, com medo da violência, a violência de gênero, com a percepção de que a equidade de gênero é uma ficção e de que nós levaremos 110 anos para ter igualdade remuneratória. Não é possível viver com dignidade vivendo com medo, vivendo na tensão de direitos não efetivados, e a Procuradoria Especial da Mulher, a Senadora Augusta Brito e toda a nossa equipe estão à disposição para contribuir na produção não desse trabalho, mas desse legado.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Obrigada, Raquel.

A Procuradoria faz um trabalho incrível, eu estou ali toda hora, a todo instante – eu e a minha equipe – batendo à porta da Procuradoria, e há coisas que não podem ser ditas numa audiência pública como esta para preservar dados, preservar pessoas, preservar estratégias, mas a Procuradoria tem estratégia, gente, e ela está fazendo entregas.

A Augusta está fazendo um trabalho incrível. Logo, logo vamos perder nossa Senadora, mas a Augusta mudou muita coisa nesta Casa. E aí, gente, todo mundo pergunta assim: "Mas você é conservadora de direita, a Augusta é do PT, de esquerda, aí a gente vê vocês todas na foto, abraçadas, rindo, levantando a mão?"... É, o eleitorado lá na ponta às vezes não entende, às vezes ela é muito criticada por estar numa foto ao meu lado, como eu também sou.

Vocês não têm ideia, esses dias, do que eu apanhei, porque eu estava ao lado de Tábata do Amaral, lutando pela licença-paternidade!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, as brigas políticas são maiores que as causas? Não! Nós temos hoje uma Bancada Feminina que tem coragem de dizer para o eleitorado: "Ó, lá na urna, eu e Damares pensamos diferente, nós temos projetos diferentes para a nação, mas, quando a causa é a mulher, estamos todas unidas".

Esse dia, eu tive que ir à tribuna defender a Ana Paula Lobato, que está apanhando, porque está trabalhando a proposta da tipificação do crime de misoginia. Aí, tem gente que fala que eu não posso estar ao lado da Ana Paula, justo da mulher mais linda do Senado. Por que não? Essa mulher incrível, que tem feito um trabalho incrível aqui dentro do Senado. E olha que veio como suplente. Nós estamos com algumas suplentes aí, gente, dando um *show*, que chegam, e a gente acha que elas só iam passar por aqui, mas vieram, Margareth, Augusta, Ana Paula, com compromisso com a nação.

Então, assim, parabéns à Procuradoria, parabéns pelo trabalho que vocês estão fazendo.

E aí, gente, a gente está encerrando a audiência, a última fala foi a dela. Todos que falaram vão ter dois, três minutos para considerações finais e agradecimentos.

Mas acho que a gente mostrou para o Brasil hoje, internamente, o que nós somos. Eu sou Senadora, mas ainda me coloco aqui nessa posição. Esse time de servidores desta Casa, Ilana, é extraordinário, extraordinário. Às vezes, as pessoas olham para o Senado, criticam tanto o Senado, e isso nos machuca, porque nós estamos trabalhando. A gente trabalha muito aqui internamente. Esses servidores trabalham muito.

A gente também fica indignada com algumas coisas, a gente fica. Quando assessora, eu ia para casa, muitas vezes, chorando, tipo, a minha... Sabe aquela questão da impotência, de querer mudar, e a gente está aqui no centro do poder, e a gente não consegue? Eu sei o sentimento com que vocês vão para casa, às vezes, e choram, às vezes, eu sei.

Mas nós somos um time comprometido, Ilana. E olha as entregas que esse time está fazendo. E nós pertencemos, eu acho que nós somos, da Câmara Alta, nós somos a maior Câmara Alta, não é nem da América do Sul. Esses dia, eu estava lendo que... Eu acho que nós somos, do Hemisfério Sul, a maior Câmara Alta. Isso é muito. Nós participamos de uma Casa extraordinária. Nós participamos de uma Casa incrível, com entregas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As pessoas, às vezes, não falam das nossas grandes entregas aqui, como Senado. Mas olha aqui, na mesa, só o que está sendo feito aqui, nesta mesa, as entregas que estão sendo feitas aqui, nesta Mesa. Que o Brasil tenha esse reconhecimento.

Parabéns à Procuradoria, parabéns ao Observatório, ao pessoal da acessibilidade, ao pessoal da igualdade, do Comitê de Promoção da Igualdade. Quantas entregas foram anunciadas aqui hoje! Eu tenho muito orgulho de fazer parte desta Casa, muito orgulho mesmo.

E aí, gente, nós vamos agora para o final, e eu quero devolver a palavra à nossa primeira expositora, a Ilana, para agradecimentos finais, não sem antes, Ilana, eu ler, ainda registrar a presença de Érica Ceolin, Diretora de Cultura do Sindilegis e Coordenadora da Ouvidoria do Senado. Quem não conhece o Sindilegis, olha, mais um órgão, uma instituição aqui do Senado que precisa ser conhecida. Eu quero cumprimentar, que está com a gente também, Márcio Tancredi, Diretor-Executivo de Gestão; Humberto Formiga, Coordenador... A gente fala NCas ou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A gente fala NCas, não é?

Coordenador do NCas. E Maria Terezinha Nunes, Coordenadora da Rede de Equidade. Obrigada por estarem conosco.

E encerro também lendo as perguntas, mais algumas perguntas.

Rafael, da Paraíba: "Como comprovar que o plano de equidade surtiu efeito e avaliar mudanças melhores para serem implementadas?". Eu acho que isso já ficou provado ao longo das falas, não é? Rafael, da Paraíba.

Luiz, do Rio de Janeiro, perguntou: "[...] a Constituição garante os direitos fundamentais. Porque não executam Planos mais importantes que ficam nas gavetas durante anos?". No Senado, não! Eles não ficam na gaveta, eles estão sendo executados.

Renata, do Distrito Federal: "Elogio ao foco em transparência: sem dados, não há como saber se as ações funcionam". Parabéns! Aí um elogio à transparência que todos vocês, tanto a Procuradoria como as demais coordenações, estão dando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elis, de São Paulo, faz um comentário: "Valorizar o mérito e melhorar o ambiente de trabalho são medidas [...] p/ reconhecer o esforço dos profissionais [e] garantir resultados". Obrigada, Elis.

E uma pergunta de Luanderson, do Pará: "Como o novo plano pretende modernizar a seleção para cargos de chefia, [...] [aliando] o mérito [...] [à] diversidade de gênero e raça?". Eu acho que isso também já foi debatido aqui.

Iara, de São Paulo: "Como o Senado pretende punir aqueles que internamente praticarem racismo e preconceitos baseados no machismo [e] transfobia [...]?". Olha, não se aceita, dentro desta Casa, nenhum ato de assédio. Todos... Tem um protocolo, todos – eu acho que a Ilana podia terminar falando isso –, todos são registrados e providências são tomadas imediatamente. E PADs, processos administrativos, surgem a partir daí. Então, aqui, internamente, isso não acontece. As punições estão aí à mostra o tempo todo.

Anderson, de Minas Gerais: "Como garantir que políticas de equidade também alcancem servidores terceirizados e colaboradores indiretos?". Já falamos. Inclusive, aqui, até os estagiários, o menor aprendiz, são alcançados com as políticas.

Agora são mais três comentários para a gente encerrar.

Renata, do Distrito Federal: "Importante lançar um Plano com transparência: dá previsibilidade, orienta a gestão e melhora o ambiente de trabalho". E a transparência existe no Senado.

Anderson, de Minas Gerais: "[...] o plano deve dialogar com políticas nacionais e internacionais de promoção da igualdade racial e de gênero [...]". Isso acontece.

Teresina, de Minas Gerais: "Independente de raça ou gênero, [é preciso] fortalecer [...] o mecanismo para a valorização e capacitação do funcionário". Isso acontece dentro do Senado.

E aí, Ilana, eu devolvo a palavra para você, sem antes deixar de elogiar o trabalho da Diretoria com relação à cota das mulheres vítimas de violência. É incrível. Nossos gabinetes recebem essas mulheres – e com muito amor, não recebem com carimbo. Às vezes, elas estão lá e ninguém sabe, ninguém do gabinete sabe. Elas estão aqui dentro e não há um carimbo: "Sou vítima de violência",

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas no decorrer da convivência ali, porque elas se tornam parte da família do gabinete, a gente descobre.

E eu vou contar um episódio, não vou dizer o tempo para vocês não identificarem a pessoa. Uma das servidoras que esteve conosco um dia estava triste no gabinete. Uma servidora incrível, uma colaboradora linda, incrível, e ela começou a chorar. Aí todo mundo no gabinete vai, porque já sabiam da história; porque, ao longo do tempo, ela foi contando. Aí ela disse, Ilana: "Eu estou com uma medida protetiva e ontem o meu ex-companheiro entrou em casa, invadiu a minha casa, e eu estou com medo de voltar para casa hoje". E ela tinha uma bebê.

Aí, sem a Senadora saber, a turma do gabinete: "Como é que é?". Aí a turma do gabinete se reuniu em carros, em mutirão, foram para a casa dela, tiraram tudo que podiam tirar dela e da bebê. Ela foi para um lugar seguro. Eu tenho muitos juristas no gabinete, e imediatamente a equipe foi para a delegacia com ela. E eu vou dizer uma coisa: 24 horas depois, o agressor, que quis brincar com a Justiça, estava na cadeia – sem a minha participação.

Então, assim, quanto a essa cota de mulheres vítimas de violência com que o Senado tem trabalhado, eu vou dizer uma coisa: elas se tornam parte da família. E elas, quando estão na cota, se sentem tão seguras ao nosso lado, aqui dentro do Senado! A gente muda vidas e histórias.

Pela ação dos assessores do meu gabinete, eu quero muito cumprimentar a minha equipe, muito, muito, foi muito lindo o que fizeram. É possível que, naquele dia, a equipe tenha salvado a vida de uma bebê e de uma mulher, e de uma mãe; porque agora não é só matar a mulher, é matar o filho também. É isso que está acontecendo.

E para aqueles que acham que não existe violência contra a mulher, deixe-me dizer uma coisa para vocês: mudem a forma de pensar!

Hoje, eu fui agredida, no WhatsApp, por um cara dizendo que eu estou sendo usada pelos demônios para destruir família, porque eu estou com a pauta feminista. Olha a loucura. Há um movimento de *red pill* no país que a gente vai ter que enfrentar junto, Observatório e Procuradoria! Eles existem e eles estão perseguindo Senadoras e Deputadas que estão cuidando de mulheres. Eles começam a ameaçar... Se eles estão nos ameaçando, nós Parlamentares, nos nossos WhatsApp, imagine o que eles estão fazendo lá na ponta, com mulheres?!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas me deixe mandar um recado para os *red pills,* olhem bem para a minha cara, eu não tenho medo de vocês e vou mandar um recado: essa equipe aqui não tem medo e nós não estamos cansados! Entendam o seguinte: nós não estamos cansados de enfrentá-los todos os dias, nós vamos continuar enfrentando vocês todos os dias. (*Palmas.*)

Ilana, para registro e considerações finais, agradecimentos.

A SRA. ILANA TROMBKA (Para expor.) – Bom, eu quero agradecer essa oportunidade. Eu quero agradecer as equipes do Senado Federal que, em conjunto, fazem uma enorme diferença.

E eu quero terminar esta fala dizendo que todos nós que estamos aqui hoje estamos num espaço de privilégio. E o compromisso das pessoas que estão num espaço de privilégio é dobrado em relação à mudança das sociedades. Os dados da Maria Teresa, os dados que nós conhecemos, com que a Senadora Damares abriu sua fala, mostram a não equidade.

Então, é nosso compromisso, a partir deste espaço de privilégio em que todos nós vivemos, contribuir diariamente para que o Brasil e o mundo, muito rapidamente, virem um espaço de mais equidade de gênero, de raça, sem capacitismo, sem homofobia, com respeito ao meio ambiente, sem etarismo, sem gordofobia.

Eu costumo dizer – e quem me conhece sabe – que eu sou uma pessoa muito impaciente. Eu não quero um mundo melhor para minha filha de 14 anos, eu quero um mundo melhor para mim mesma.

É esse o meu recado final, muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Ilana.

Quézia Cruz Moreira, para agradecimentos, considerações finais, alguma resposta de alguma pergunta, fique à vontade.

A SRA. QUÉZIA CRUZ MOREIRA (Para expor.) – Queria apenas agradecer pela oportunidade de apresentarmos o nosso Plano de Acessibilidade; e deixar o Serviço de Acessibilidade à disposição para todas as pessoas que quiserem contribuir, principalmente pessoas com deficiência. Nós queremos garantir esse protagonismo e estamos lá de portas abertas para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

receber as demandas, ouvir sugestões e promover um ambiente livre de capacitismo e que tenha realmente acessibilidade para que as pessoas possam participar efetivamente de todos os ambientes da Casa.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Obrigada, Quézia. (*Palmas.*)

Taís Penna, servidora do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais do Senado Federal.

A SRA. TAÍS PENNA DE QUEIROZ (Para expor.) – Só queria agradecer, Senadora, por ter nos recebido aqui para o lançamento do plano; agradecer a presença de todo mundo aqui, por terem vindo nos prestigiar; e também queria agradecer à administração da Casa por todo o apoio institucional para que a gente, de fato, possa fazer o nosso trabalho.

E nos colocamos à disposição também. O Núcleo de Responsabilidade Social está à disposição para visitas no viveiro, tirar dúvidas com relação à questão ambiental e ao próprio plano.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. (*Palmas.*)

Stella Maria, Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado.

A SRA. STELLA MARIA VAZ VALADARES CHERVENSKI (Para expor.) – Bom, gostaria de agradecer mais uma vez por essa oportunidade, e lembrar que, como o Luiz falou, a Constituição garante os direitos, mas nem todas as pessoas fazem parte da construção dessa legislação.

A Constituição é muito recente e tem como objetivo promover o bem de todas as pessoas; é um objetivo que nós ainda estamos alcançando para que todas as pessoas vivam com dignidade. E a gente não pode depender da boa vontade de alguns; é missão do serviço público promover o bem de todas as pessoas com dignidade, sem violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então agradeço, e relembro que todos os planos e todas as nossas publicações do Senado, se não estão na livraria à venda por preço de custo, estão na nossa biblioteca digital, acessível em qualquer parte do mundo.

Quero agradecer à equipe administrativa do comitê na pessoa da Ludmila Neves, que é Vice-Coordenadora do comitê e Vice-Coordenadora dos outros grupos de afinidade também; ao Diretor Marcio Tancredi; ao Coordenador Humberto, da NCas; à nossa Diretora-Geral, Ilana Trombka, que, sem dúvida, é uma pessoa que abre caminhos, é uma referência, é o lugar seguro que nós temos e é essa liderança que inspira outras lideranças e que faz com que hoje, os planos tenham todas as secretarias presentes, não só no plano, mas aqui também; e agradecer mais uma vez, Senadora, por esse acolhimento, por ser também esse farol para a gente, por levantar essa proteção a todas as pessoas.

E, Senadora, me permita, por favor, uma ousadia, uma liberdade: o Sindilegis também está com essa campanha pelo fim do feminicídio, que tem esse lápis com algumas sementes aqui. E a gente tem esse objetivo de, depois, plantar um jardim em homenagem a essas mulheres e por que não encerrarmos esta audiência no viveiro, lançando esse jardim? Vou deixar aqui, com ousadia, essa sugestão. (*Risos.*)

Brincadeira, mas muito obrigada a todas e todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, isso aqui é muito lindo e muito criativo. Parabéns, Sindilegis! Parabéns!

Eu também quero só informar a presença de Valneide Nascimento dos Santos, Presidente nacional do Instituto Nacional Afro Origem.

Obrigada pela presença.

Na sequência, nós vamos para Maria Teresa Firmino Prado Mauro, Coordenadora do Observatório da Mulher Contra a Violência.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO (Para expor.) – Bom, quero terminar esta fala agradecendo, mais uma vez, o convite. Agradeço à Diretora Ilana, à Stella, à Raquel, pelas falas, à Senadora Augusta também, que fez o requerimento de pedido da audiência, agradeço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito o reconhecimento e a fala da Senadora Damares e agradeço a todos que estão aqui até esta hora, com o plenário cheio.

Na fala da senhora em relação à violência, uma coisa que eu sempre gosto de falar, nos lugares que tem muitas pessoas ouvindo o que eu estou falando, é que, às vezes, a gente fala de violência, e a pessoa se sente distante daquilo ali; está no jornal, está nos dados, mas ela não... Como é que eu me comunico com essa violência? Muitas vezes é porque as pessoas não sabem o que é a violência que elas vivem no dia a dia.

Mas, falando de *red pill*, eu sempre falo para a gente olhar para a criação dos nossos meninos. É onde todo mundo pode colaborar para o fim disso: olhando para a criação dos nossos meninos todos os dias em casa; é a nossa contribuição para a mudança desse cenário tão horrível a que a gente está assistindo.

É isso e, mais uma vez, muito obrigada pelo convite. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Quem sabe, Maria Teresa, a gente não tenha logo aqui, para nós servidores, rodas de conversa com os meninos, os nossos filhos, adolescentes, crianças, e a gente comece a fazer uma experiência com essas rodas de conversa? – porque a gente está acreditando que nós vamos ter que levar a Maria da Penha para a escola. E a gente ter aqui, com os nossos meninos, rodas de conversa eu acho que seria interessante. A gente está dando exemplo de tantas boas práticas. Quem sabe essa também não possa ser uma boa prática interna que depois a gente possa compartilhar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já fazemos com jovens aprendizes, mas por que não com os nossos filhos? Numa tarde um piquenique com os nossos filhos, e a gente conversar com os meninos e as meninas sobre o respeito mútuo, sobre a violência contra a menina, contra a mulher.

Raquel Andrade dos Santos, Coordenadora da Procuradoria da Mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RAQUEL ANDRADE DOS SANTOS (Para expor.) – Bom, agradeço mais uma vez à Senadora, à Dra. Ilana, às minhas colegas, a toda a equipe da PROMUL.

Peço que conheçam o trabalho da PROMUL, o trabalho da Senadora Augusta Brito, que vem desenvolvendo, nessa agenda, um trabalho espetacular, sobretudo na prevenção e no enfrentamento à violência política de gênero.

E aproveito para deixar o número do Zap Delas, da nossa ferramenta, para quem ficou curioso ou curiosa em relação a como funciona o serviço e como utilizá-lo: o número é (61) 8309 0025 – repetindo, (61) 8309 0025. Você vai ter um atendente lá, para que todas as suas dúvidas sejam sanadas e, porventura, se necessário, ser atendido, inclusive, por nós. Eu faço questão, junto à equipe, de atender a cada uma das mulheres.

E quero finalizar, mais uma vez, agradecendo a todas as servidoras e servidores do Senado que, de alguma forma, têm apoiado o trabalho da Procuradoria, assim como a Dra. Ilana, que é incansável na defesa da agenda, e tudo que chega a nós, com muita rapidez, com muita celeridade, tem sido concretizado.

E quero dizer que é muito importante dizer, quando a gente fala de violência, de discriminação, de equidade, que nós não somos coitadas. A Ministra Carmem Lúcia se pronunciou desta forma recentemente, e eu quero reforçar: nós somos sujeitas com autonomia. Nós não somos coitadas que precisam ser ajudadas. Nós, mulheres, pessoas negras, as pessoas com deficiência, as pessoas que buscam equidade, nós não precisamos de favor. Nós precisamos de dignidade efetivada e de direitos que são nossos também por excelência, por quem somos, independentemente de qual seja essa forma de discriminação.

Então, nós não somos o outro da sociedade. Nós não somos a outra. A gente não está em busca do que nós não temos. A gente está em busca de reintegração daquilo que nos foi retirado. Nós temos direito aos espaços de poder, à equidade, à não discriminação. Não porque somos o outro ou a outra, mas porque isso foi retirado de nós, e é disto que a gente precisa: de reintegração desses direitos e desses espaços.

Muito obrigada mais uma vez. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

A gente encerra a audiência, mostrando para o Brasil...

Querem conhecer o plano? Acessem o *site* do Senado: o Plano de Sustentabilidade Ambiental para 2026-2027; o Plano de Acessibilidade – gente, o material está incrível! –; o Plano de Equidade de Gênero e Raça; e também a Pesquisa Nacional de Violência contra Mulher.

Talvez alguns de vocês do outro lado que estão nos assistindo falem o seguinte: "Ah, mas é uma instituição pública". Deixem-me dizer uma coisa: isso aqui, a essência, pode ser adaptado para uma iniciativa privada também. As suas empresas... Convidem os nossos assessores para palestras, para fóruns, para seminários! Isso aqui, gente, está sendo aplicado dentro do Senado. Está dando certo. Então, copiem! Copiem a essência do plano! Podem convidá-los para as palestras, para as reuniões, para os seminários. Eles estão à disposição também para a iniciativa privada.

Aí na sua cidade, fale com o seu Vereador! Fale com o seu Deputado aí no seu estado! Vamos copiar o que está dando certo!

Eu agradeço a presença de todos.

Faço só dois registros.

Agradeço à Secretaria da Comissão, esta Secretaria incrível, mas hoje é aniversário do nosso Secretário Dimitri.

Parabéns, Dimitri! (*Palmas.*)

E o Dimitri, gente, foi papai recentemente. A esposa também é servidora do Senado, e não se encontraram em aplicativos internos. (*Risos.*)

Ela é assessora do Senado e tem um bebezinho lindo.

Que Deus abençoe você, Dimitri! Feliz vida! Feliz aniversário!

E eu faço um registro agora de morte. A gente celebra a vida, mas preciso falar de morte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um ex-assessor da Câmara, que se tornou Deputado Federal e voltou a ser assessor, foi professor de muita gente, o Prof. Paulo Fernando, Professor de Regimento Interno, faleceu. Logo agora, à tarde, será o sepultamento.

Ele foi meu amigo, foi meu professor, por 30 anos, aqui nos bastidores do Congresso – meu amigo, parceiro. Nós o perdemos. E a esposa dele trabalha comigo.

Então, vocês imaginam como é que foi o meu final de semana. Eu perdi um amigo, um parceiro, um professor.

Teve um dia, Ilana, em que... Ele estava como Deputado, nesta legislatura – ele ficou como suplente –, e teve um dia em que a gente estava na Mesa da Câmara, presidindo uma sessão solene. Aí ele olhou para mim, eu olhei para ele e ele falou: "Dois assessores, que dividiam marmita: você Senadora, e eu Deputado". E você sabe que nós dois choramos na Mesa?

Então, assim, gente, eu perco um amigo, mas digo para os assessores aqui: nós estamos prontos para ocupar qualquer lugar nesta nação, qualquer espaço nesta nação. Vocês são incríveis!

Que Deus abençoe a família do Paulo Fernando!

E, com esse registro triste, mas feliz com tudo o que nós entregamos aqui hoje, nada mais tendo a tratar...

E lembro que nada disso aqui seria possível, Ilana, se você não estivesse à frente. A gente precisa fazer o reconhecimento – a forma como ela conduz tudo isso, às vezes brava, mas, na maioria das vezes, com o coração tão gigante. Todas essas entregas são possíveis porque nós temos uma Diretora comprometida com todas essas pautas.

Nada mais tendo a tratar, eu declaro encerrada esta audiência pública.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e quatorze minutos do dia vinte e três de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marcos do Val, Augusta Brito e Paulo Paim, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Oriovisto Guimarães, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 24/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Discutir as contribuições de africanos e afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira, sob a perspectiva do direito ao conhecimento histórico plural e da educação como dever do Estado e da família, considerando, como recorte temático, a proteção dos direitos das crianças quilombolas, com respeito à liberdade religiosa e à autonomia familiar". Participantes: Natanael dos Santos, Professor – Educador, pesquisador e comendador, com atuação na valorização dos saberes afro-brasileiros, educação antirracista e reconhecimento da ancestralidade africana; Maria do Rosário Figueiredo Tripodi, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação - MEC; Mariléia de Paula, Professora, graduada em Educação do Campo com ênfase em História e Sociologia (UFRRJ) e pós-graduada em Direitos Humanos. Atuou como Coordenadora-Geral de Igualdade Racial no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e como Subsecretária de Prevenção à Dependência Química na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro; Gabriela Guarnieri de Campos Tebet, Professora Livre Docente da Faculdade de Educação da UNICAMP. Pesquisadora das Relações Étnico-Raciais e da Educação Infantil; Odair Marques da Silva, Professor Doutor, editor e escritor na Editora Eiros do Brasil - Membro do CEPRacial, Centro de Estudos e Pesquisas em Justiça Racial da Universidade Zumbi dos Palmares. Autor do livro “Atlas Geocultural da África” , adotado em escolas públicas e privadas Doutorado em Ciências da Cultura na UTAD-Portugal (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro-Portugal), Mestrado em Gestão na Faculdade de Engenharia Mecânica – FEM/Unicamp; Eugislane Kawala Moreira Lima Karaja, Doutora e Mestre em Ciências do Ambiente pela UFT - Educadora em educação escolar indígena e educação antirracista. Servidora na UFT e SEDUC/TO; e Eloísa Bombonatti,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pesquisadora e estudiosa das contribuições históricas de africanos e afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/23

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 23 de março de 2026.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 24/2026, da CDH, de minha autoria, para debater as contribuições de africanos e afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira, sob a perspectiva do direito do conhecimento histórico, plural e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação como dever do Estado e da família, considerando como recorte temático a proteção dos direitos das crianças quilombolas, com respeito à liberdade religiosa e à autonomia familiar.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que na exposição inicial cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até 10 minutos. No final, a gente ainda concede entre 3 e 4 minutos para considerações finais.

Também quero informar que, se algum convidado precisar fazer a exposição e precisar se ausentar, é só comunicar à mesa, e ,se chegar alguma pergunta para este convidado, a gente encaminha via *e-mail* e a gente solicita as respostas.

Eu convido para compor a mesa neste momento a Profa. Maria do Rosário Figueiredo Tripodi, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação – Profa. Nara, tão conhecida e amada – e representando aqui o Ministro da Educação.

Muito obrigada por ter vindo, Secretária.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO FIGUEIREDO TRIPODI (*Fora do microfone*.) – Eu que agradeço, Senadora. Um prazer encontrá-la, viu?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Convido, para compor a mesa, o nosso querido Natanael dos Santos, Professor, Educador, Pesquisador e Comendador, com atuação na valorização dos saberes afro-brasileiros, educação antirracista e reconhecimento da ancestralidade africana.

Meu amigo, Prof. Natanael, que alegria! Que alegria recebê-lo!

O SR. NATANAEL DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – É toda minha a alegria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Convido, para compor a mesa, Mariléia de Paula, Professora, graduada em Educação do Campo com ênfase em História e Sociologia e pós-graduada em Direitos Humanos. Atuou como Coordenadora-Geral de Igualdade Racial no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e como Subsecretária de Prevenção à Dependência Química na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro.

Para quem não conhece, é a Tia Mari.

A SRA. MARILÉIA DE PAULA (*Fora do microfone*.) – Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bem-vinda, Tia Mari.

Convido, ainda, para compor a primeira mesa – nós teremos duas mesas –, Gabriela, Professora Gabriela Guarnieri de Campos Tebet, Professora Livre-Docente da Faculdade de Educação da Unicamp, Pesquisadora das relações étnico-raciais e da educação infantil.

Bem-vinda, Professora, muito bem-vinda!

Antes das nossas falas, nós teremos um vídeo especial. Na sequência, o Prof. Natanael vai fazer uma introdução, e creio que a gente terá uma apresentação musical, não sei se agora ou se mais tarde, mas quero... Nós estamos com uma audiência, e, desde que anunciamos esta audiência pública, nós estamos tendo uma interação muito grande pelas redes sociais, muitas perguntas chegando, Professor, Professora Nara, muitas perguntas chegando, muita gente interagindo com esta audiência pública.

Hoje, o Senado está semipresencial, esta semana inteira o Senado está semipresencial. Eu não sei se alguns Senadores participarão *online*, mas eu informo aos nossos expositores que, quando um Parlamentar chega ao plenário, eles têm preferência na fala, e, mesmo se a mesa não terminou a fala, se eles pedirem, a gente passa a fala para o Senador.

Vamos agora assistir ao vídeo. Eu gostaria apenas de solicitar ao cinegrafista que ficasse um pouquinho...

Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O vídeo... O.k.?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(Procede-se à exibição de vídeo.) (*Palmas.*)

O SR. NATANAEL DOS SANTOS – Ao assistir a este vídeo, muitos de nós pensamos nessa dor. Ela existiu, ela foi real. Só que a gente tem que pensar diferente hoje. Por quê? Porque, naquele navio negreiro ou tumbeiro, vieram homens, mulheres, prontos para a construção deste país chamado Brasil. Ali não vieram escravos, ali vieram escravizados pelo seu conhecimento, e, além disso, veio também algo muito importante: os colonizadores intelectuais deste país.

Quando você fala em mina de ouro, quando você fala em navegação, quando você fala em plantação sistematizada, o que seria do Brasil se não tivéssemos essa mão de obra tão qualificada do continente africano para o Brasil? Não seríamos nada. Não teríamos a plantação de café sistematizada, não teríamos as minas de ouro com aproximadamente 9km, com 180m de profundidade. Quem trouxe isso? Os nossos ancestrais.

Então, mostrar isso não é mostrar por mostrar, mas é para dizer que, naquele navio, vieram homens que construíram esta nação chamada Brasil. E, nos nossos materiais didáticos e paradidáticos, a gente não encontra isso, e a gente precisa encontrar isso, porque é isso que significa a contribuição do negro para a sociedade brasileira. É difícil quando você fala da contribuição do negro na sociedade brasileira: como contribuiu sendo escravizado? Mesmo sendo escravizada, que gente estranha é essa que mesmo sendo escravizada... Que gente estranha é essa? E a música soava alegre: "Que gente estranha é essa? Mesmo sendo escravizados, contribuíram para a nação brasileira". E está na hora desse reconhecimento, como, num momento como este, a gente falar da contribuição do negro na sociedade brasileira.

Muito obrigado – muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! Acho que a gente já podia encerrar a audiência, não é, Professora? (*Risos.*)

Já podia encerrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prof. Natanael, obrigada por esta fala introdutória. É exatamente este o objetivo desta audiência, é exatamente isto que a gente quer nesta manhã: fazer essa discussão da contribuição que os africanos e os afrodescendentes trouxeram para a formação desta sociedade. O que seria do nosso Brasil sem eles? O que seria de tudo o que nós somos sem eles? Não seríamos esta nação linda, extraordinária, de um povo espetacular. Olha, gente, eu ando pelo mundo. Eu tenho essa oportunidade. Eu posso chegar a lugares ricos, lindos, maravilhosos, mas a saudade do nosso povo já começa a apertar no terceiro dia de viagem. Não sei se vocês passam por essa experiência. Nós somos um povo diferente, nós somos um povo incrível, nós somos uma nação extraordinária; mas é essa mistura que nos faz tão incríveis, tão extraordinários.

Eu costumo dizer que aquelas caravelas que nos ensinam na escola – e aqui está a Professora, vou brigar com você não, Professora! –, que dizem que se perderam quando saíram, que Pedro Álvares Cabral ia para um outro lugar, se perdeu e parou ali na Bahia. Parou nada, se perdeu nada, Professora! Deus soprou para que aquelas caravelas parassem ali, porque ele queria que, naquele lugar, nascesse a mais extraordinária nação do mundo. Uma mistura de povos, de línguas, de cor, de raça. Pena que quem chegou não entendeu isso, mas nós somos a mais incrível nação.

E alguns chegaram amarrados, escravizados, machucados. Mas que povo é esse, como o Prof. Natanael falou, que, mesmo da forma como chegou, cantou, dançou, nos influenciou, nos faz cantar hoje, nos faz sambar, nos faz sorrir, nos faz comer a melhor comida do mundo? Que povo é esse? O que seria desta nação sem ele? E é nesse sentido que a gente abre esta audiência pública, com essa fala linda, com esse grupo que abriu a boca e nos emocionou, arrancou de todos nós uma emoção profunda.

Obrigada ao grupo que está conosco. Depois o Professor apresenta com mais detalhes.

Muito obrigada.

E a gente vai dar início a este debate agora. E nós vamos ter um foco especial também, professores que estão aqui, que é a proteção da criança negra, a proteção da criança dos nossos quilombos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, o Brasil foi sacudido com uma história que veio lá de Bacabal, no Maranhão, em que três crianças de um quilombo desapareceram. Três dias depois, um menino foi encontrado na mata, andando sozinho, com menos 8kg; sobreviveu! Resistência que está muito ligada a vocês, está muito ligada a essa miscigenação. Nós somos um povo resistente e resiliente. O menino foi encontrado, mas as outras duas crianças não foram encontradas. E esse episódio mostrou para o mundo uma comunidade, uma comunidade quilombola, e muita gente não sabia nem o que era comunidade quilombola, por mais que a gente fale!

Foi uma tragédia que começou a fazer todo mundo ir para o Google, Professora, e entender o que é uma comunidade quilombola, especialmente a nova geração. E eu tive acesso à informação de que, por alguns dias, foi uma das palavras mais procuradas no Google. Precisou uma tragédia acontecer para chamar a atenção do Brasil e o olhar do Brasil para essas comunidades incríveis que estão em todo o território nacional. E hoje a gente vai falar também da proteção das crianças de povos tradicionais: o que nós estamos fazendo para protegê-las?

Então, também neste debate, a gente vai conduzir... E eu peço que todos os expositores também abordem a proteção dessa criança, muitas vezes muito mais vulnerável que outras crianças de outras comunidades, pelo preconceito ainda. Ou acham que não tem discriminação?

Tem pessoas que ainda acham que não tem discriminação no Brasil. Eu me lembro de que, num primeiro encontro que eu tive com o Prof. Natanael, nós estávamos falando sobre racismo, e havia, houve, ainda existe, Professora, alguns movimentos que acham que a gente exagera e que no Brasil não tem racismo, que é mimimi.

Eu sou mãe de uma menina indígena. Todo mundo conhece a minha filha linda, maravilhosa. A cara da mãe, tá? A cara da mãe, linda como a mãe. A minha filha está com 27 anos, eu a adotei quando a minha filha tinha 6 anos, Professora, e eu lembro que nós morávamos num prédio que tinha uma moradora que não entrava no elevador quando a minha filha de 6 anos estava no elevador, porque essa senhora dizia que indígena tem piolho, que indígena tem doença.

A minha filha era desconvidada de festa de aniversário, Professor. Recebia-se o convite de aniversário na escolinha, os coleguinhas entregavam, aí, quando chegava o dia da festa, meu telefone tocava, era a mãe do aniversariante: "É só para dizer para a senhora: não precisa trazer Lulu, não, porque a festa foi cancelada". Na primeira eu acreditei, na segunda eu achei uma grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coincidência, na terceira eu peguei o carro e fui. A festa estava acontecendo para todo mundo da classe, mas a minha filha, que estava numa escola que dizia que fazia inclusão, não foi, foi a única desconvidada. E, quando chegava segunda, ela tinha que ouvir os coleguinhas contarem o quanto brincaram na festa no sábado – e ela ainda levava o presentinho na segunda.

Eu fui conversar com a professora, com as diretoras, por quê? Porque a maioria das festas tem piscina, e as mães não querem que seus filhos entrem na piscina junto com a menina indígena. É. Digam-me que nome tem essa dor que eu senti? Eu sempre converso com o Prof. Natanael sobre isso. Se não tem racismo no Brasil, então dá um nome para essa dor, Professora, que eu sentia e que a minha filha sentia.

Não foi uma ou duas vezes. A minha filha está com 27 anos hoje e tem dia em que ela entra no *shopping* e os seguranças a acompanham; antes acompanhavam fisicamente, mas, como nós estamos morando numa região com dois grandes *shoppings* e ela está indo muito, hoje não acompanham mais fisicamente, mas acompanham com o olhar, porque "índio rouba", "índio pega as mercadorias". Que nome eu dou a isso? Quantas vezes a minha filha, hoje com 27 anos, ainda volta para casa e finge para a mãe que não está com dor, mas a mãe sabe que aconteceu alguma coisa na rua? Aconteceu alguma coisa na faculdade. Com 27 anos. E filha de uma mulher braba. Imagina se eu não fosse filha de uma mulher braba!

E a gente vai falar sobre isso aqui também. A proteção, o enfrentamento ao racismo, o combate ao preconceito. Mas vamos falar também de forma positiva hoje. O Prof. Natanael tem me sacudido, "Calma, Senadora, vamos falar de forma positiva." Se a gente começar a falar de forma positiva para a próxima geração, é possível que a gente diminua muito o preconceito no Brasil. Essa é a metodologia do Professor.

Nesse sentido, a gente continua o debate. E nós vamos ouvir, nós vamos começar ouvindo a Profa. Maria do Rosário Figueiredo Tripodi, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação. É de propósito, Professor, que eu vou colocar a Profa. Maria primeiro. E eu sei que ela está com a manhã muito corrida, mas eu gostaria muito se ela pudesse ficar pelo menos na fala do Prof. Natanael. Não sei se a senhora já o conhece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Professora, obrigada por estar conosco. Por ser uma semana de enfrentamento ao racismo, eu imagino em quantas atividades a senhora está, no Ministério, esta semana. Mas obrigada por estar conosco. Agradeço ao Ministro Camilo por ter enviado a senhora, mas é uma alegria poder contar sempre, não é só nesse tema, não. Olha a Secretaria dela: Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão. Ela está em todos os debates nesta Casa e de forma transversal. Está em todos os debates. Professora, muito obrigada por estar conosco. A senhora tem seu tempo.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO FIGUEIREDO TRIPODI (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas. Senadora, sou eu que agradeço o convite. Trago o abraço do Ministro Camilo.

Bom, a Senadora tem também, a gente tem dialogado muito sobre essas pautas.

E quero aproveitar publicamente, agradecer-lhe pelo parecer da educação do campo, no PL originário, do Senador Mecias de Jesus. O seu parecer foi de uma importância enorme para a gente melhorar e enfrentar efetivamente o fechamento de escolas do campo. Então agradeço muito.

Bom, eu organizei uma apresentação aqui, não sei se eu vou conseguir fazê-la neste tempo, mas basicamente eu quero começar com um vídeo, que é muito expressivo, de três minutos, mostrar quais são as questões iniciais para este debate tão importante que a senhora traz e mostrar o que a gente tem feito para enfrentar essa situação.

Então eu vou pedir, por gentileza, que... Você pode colocar o vídeo para nós, por gentileza? Então, eu começo com ele, que tem tudo a ver com a nossa temática aqui hoje. Não a apresentação, mas o vídeo, está bem?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Enquanto o vídeo da Professora está sendo preparado para exibição, eu quero recepcionar os alunos que estão chegando. Professor, eles foram convidados especialmente para ouvi-lo, o Prof. Natanael. É a Escola do Setor Oeste, não é? Leste?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Oeste. Obrigada, meninos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhem só como eles defenderam o nome da escola! A senhora viu, Professora? "Não troque o nome da nossa escola".

São adolescentes – bem-vindos à Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Nós teremos um debate extremamente importante, e vocês podem participar ativamente do debate, mandando perguntas aqui para a mesa.

Sejam todos bem-vindos! Aos professores, aos diretores da escola, obrigada – ou muito obrigada – por terem cedido os alunos e incentivado os alunos para estarem conosco.

Professora.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO FIGUEIREDO TRIPODI – Bom, então, a gente vai começar com esse vídeo, que diz muito, em forma e conteúdo, sobre o que a gente vai discutir aqui.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO FIGUEIREDO TRIPODI – Bom, eu estou começando com esse vídeo por pelo menos duas razões. O debate que a Senadora propõe aqui, e, durante o qual, eu vou tentar encaminhar algumas questões que já chegaram, Senadora, trata das contribuições, dos africanos, afrodescendentes na formação da sociedade brasileira sob a perspectiva do direito e, obviamente, do direito à educação, como é o meu caso – vou tratar da educação aqui.

E por que eu trago, eu começo com esse vídeo? Porque esse vídeo é de uma mulher negra, de uma mulher negra que se chama Olímpia e é chamada de, cresceu como negrinha. As pessoas... Ela diz: "Meu nome é negrinha". E todo mundo sabe que não é só negra, mas é negrinha. E a gente sabe o que significam os adjetivos, não é? Eu a coloquei na política do pacto e ela diz: "Olha, eu trabalhei nas três escolas e eles queriam que eu fosse diretora, porque gostavam muito de mim. Mas cadê a leitura? A leitura faz falta, não é?".

E ela diz... Vocês veem que ela, mesmo sendo uma mulher analfabeta, traz consigo algum sentimento de tristeza quando ela diz: "Olha, a leitura faz falta. Eu vou na igreja, mas eu não sei seguir com o jornalzinho". Mas, no final, vocês veem que ela é uma pessoa que tem também uma alegria. Ela tem uma alegria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, veja que, como ela, a gente tem 9,3 milhões no Brasil e, majoritariamente, quase a totalidade são negros.

Essa senhora que vocês viram é minha mãe, essa é minha mãe. E, quando eu fui escolher uma pessoa para fazer o vídeo do pacto de superação do analfabetismo, eu queria que fosse uma pessoa real. A gente precisa lidar com uma vida real. E aí, mãe, a vida inteira... Por ser a filha mais velha e ser filha de pai e mãe analfabetos, eu cresci num lar de muito silêncio. Nós não tínhamos nenhuma palavra escrita em casa, porque nem meu pai nem minha mãe leem. Não tinha uma Bíblia, não tinha um jornal, não tinha nada.

Então, eu vim de um lar de muito silêncio. Mas, mesmo diante de toda a dificuldade que é morar num lar na zona rural, minha mãe e meu pai saíram muito cedo da zona rural, mesmo sem poderem, para que todos nós estudássemos, todos nós. Embora não tivesse um conteúdo científico, nós fomos criados, ouvindo uma outra sabedoria sertaneja própria dos negros que é: os pobres e os negros são árvore que pegam poeira.

Portanto, não pegue uma moeda que você encontrar no chão e, principalmente, estude!

Aos estudantes que vieram, estão aqui, que acabaram de chegar, os atalhos não levam a muito lugar.

Estudem! Ninguém passa impune pela educação.

E, se hoje eu consigo me... Estudei, fui para a universidade, consigo estar no Ministério da Educação, isso se dá via escola, via educação.

Agora, essa educação, a educação que eu estudei nos anos 70, eu era uma das poucas meninas negras que estavam na escola. Porque, naquele momento, meninas negras, filhas de pais analfabetos, não ficavam na escola. A escola era para a classe média, filho de professor, filho de advogado.

Então, se de um lado a escola me salvou, por outro lado, também era a minha danação. Porque estar num espaço em que você não reconhece nada igual a você, que não há nos livros, não há no colega da carteira nada que se pareça a você, é muito difícil. Isso mina a assertividade nossa. Isso mina a nossa autoestima e isso mina a nossa resposta à aprendizagem. E não é porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós, negros, temos qualquer problema cognitivo. Não, senão não estaria aqui falando com vocês, não é? Mas é porque você tem um conjunto, em sociedades racistas – e, Senadora, é isso mesmo, é uma sociedade racista –, com instituições racistas. E não é conversa de mimimi, nem da Senadora nem da secretária negra. Está aí, não é? Está aí.

Então, na escola, eu só comecei a ser notada quando eles viram minhas provas, porque aí entenderam que eu era ótima. E eu era ótima. E eles, só assim, souberam e não me jogaram fora como várias outras meninas negras daquela época. Por quê? Porque eu não falava. Quando a professora perguntava, eu não tinha coragem de levantar a mão. Porque não tinha assertividade, porque não tinha autoestima, porque não havia outros como eu, nos livros, não havia.

Então, é desse lugar...

Você pode pôr a apresentação, por favor?

É desse lugar que eu parto para discutir essa contribuição. Quer dizer, em que medida as contribuições dos povos negros são, hoje, objeto de política pública? O quanto que nós efetivamente estamos usando...

É para cá que eu faço?

Isso, pronto. Obrigada.

O quanto que a gente está efetivamente considerando essas contribuições para pensar, por exemplo, as políticas educacionais? O currículo? A avaliação?

Neste momento...

Volta para mim, por favor. O outro eslaide, o anterior.

Neste momento, Senadora, essa questão que a senhora traz é muito importante. Por quê? Não é só porque dia 21 de março é esse Dia Internacional de Enfrentamento à Discriminação Racial; é porque ele precisa ser um compromisso do Legislativo, do Executivo, do Judiciário, que são instituições, todos os dias. O dia 21 de março não pode ser uma pedagogia de evento, como Semana de Consciência Negra, em que a gente faz desfile, bate palma e acaba. Para ser uma sociedade antirracista, você precisa estar na estrutura e lidar com a estrutura. Não pode ser uma pedagogia de evento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, se a gente está falando de contribuição dos povos africanos, isso tem um ponto central porque, neste momento – neste momento –, na Câmara dos Deputados, tramita o Projeto de Lei 1.007, de 2025, que quer exatamente relativizar a 10.639. A 10.639 altera a LDB, desde 2003, para que, nos currículos, seja obrigatória a contribuição dos povos negros africanos, afro-brasileiros nos currículos. Neste momento, nós temos um PL na Câmara que quer relativizar a 10.639, ou seja, contrário ao que a Senadora está propondo aqui!

É muito importante este debate, porque o que nós estamos discutindo aqui são exatamente as contribuições. O PL é para não ser mais obrigatória nos currículos, e sim voluntária, a contribuição dos povos negros, não é? Então, este debate para nós é muito importante, e é muito importante também porque este ano nós estamos comemorando 14 anos de cotas raciais e dez anos do primeiro grupo de cotistas que se forma na universidade.

Então, Senadora, a senhora está dando uma contribuição enorme para este debate.

Pode ir adiante.

E aí, neste debate...

Pode passar, por favor.

Neste debate, Senadora, veja o que é que nós temos: isto aqui é uma parte do Fundeb que se chama Vaar (Valor Aluno Ano Resultado), mas... Aquele vermelho ali, que tem 1,8 mil... Esse valor, em 2026, representa R$7 bilhões que vão para os entes federados, para as redes de ensino, que é o Fundeb; essa parte se chama Vaar. Em 2026, o Vaar vai distribuir R$7 bilhões. Vejam: nós temos ali 1.864 entes federados que não vão receber esse recurso, porque não reduzem desigualdades raciais na aprendizagem. Isso é extremamente sério.

Vá adiante, por favor.

Vocês que são estudantes, olhem este dado aqui. O que é que este dado está mostrando para nós? Isso são estudantes de quinto ano, de 10 anos, está bem? De 10 anos. A linha azul escura – esses meninos, então, estão no quinto ano... Isso é só leitura; não é matemática, é só leitura. Esses meninos têm 10 anos. Nós estamos acompanhando esses estudantes de 2005 até 2023. A linha azul escura é o estudante preto; a linha verde é o estudante branco. Então, vocês...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos desconsiderar o ano de 2021, porque é o da pandemia, e acontece um viés nos dados, mas o que você olha ali é que os meninos pretos... Na educação brasileira básica, Senadora, quanto mais preto, mais desigual, o que é uma tristeza.

Então, vejam: ali, esses meninos pretos estão aprendendo, estão vendo? Só que estão vendo o buraco entre o branco e o preto? Estão vendo? Não reduz.

Deem-me licença, só um minuto. (*Pausa.*)

Eu estou mostrando este buraco aqui... Não vai. Este buraco no meio, entre os dois grupos... Essas duas partes não reduzem – estão entendendo? – , ou seja, continua... Um aprende, o outro aprende, mas entre eles essa desigualdade não reduz. Olhem: em 2019, o menino preto teve esta nota no Saeb. Quando você passa uma régua aqui, o branco teve essa mesma nota em 2009. Nós estamos falando de uma década de atraso, de desigualdade. (*Fora do microfone.*)

Para nós, negros, mudarmos a regra do jogo... A gente não faz isso sem conhecimento. É o conhecimento que dá para nós uma caneta cheia de tinta para ter poder de tomada de decisão. É com conhecimento.

Vai adiante, por favor.

E essa desigualdade aí... Pode passar. Isso aqui... Só um minutinho.

Isso aqui é o dado de raça no censo escolar. Isso aqui está separado por estados brasileiros, está vendo? Então, quantos por cento de dado do censo escolar racial, em cada estado, nós temos?

Pode ir adiante, por favor. Eu vou andar mais rápido para não atrasar. Pode ir adiante. Mais adiante, por favor. Pode ir. Pode ir. Mais um. Depois eu volto aqui. Pode ir. Pronto! Aqui. Não é? Aqui.

O que explica essa desigualdade, senão instituições que permanecem ainda de forma estruturada dentro do racismo? O que explica aquela desigualdade não somos nós negros. Aquela desigualdade não pode ser explicada em termos individuais. Primeiro – e é uma das perguntas aqui, não é? –: os currículos, os materiais didáticos. Quais de nós aqui... Eu, a Senadora, todos os meus colegas da mesa e vários de vocês – que são dos anos 70, dos anos 80 –, qual de vocês,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

durante toda a educação básica – portanto, durante 14 anos –, leu um livro de literatura cujo herói fosse negro? Ninguém! E, certamente, muitos... Nós não temos, Senadora, um Ulisses negro. Nós não temos um herói negro. Nós não temos uma epopeia, uma *Odisseia* negra. Nenhum de nós leu, durante toda a educação básica, um poema cuja musa fosse negra. Nós não temos uma Marília de Dirceu negra, não é? Então, nós não temos nos livros didáticos representação de sucesso. Nós não temos. Gerações e gerações passaram pela educação sem que nós tivéssemos representações de casos de sucesso.

E isso tem uma relação direta com a aprendizagem porque não é possível que a gente seja considerado sempre, e *ad infinitum*, como os escravizados. A sociedade, a cultura, a economia, a medicina, a arquitetura, a matemática, elas foram construídas com a cooperação – com tudo aquilo que havia sido produzido pelos negros, pelos africanos –, com as contribuições deles. Isso não está posto, não é? Da mesma forma, não está posta a forma como se compram bonecas até hoje para as escolas, quais são os filmes que se passam nas escolas.

E vários desses adolescentes que chegaram aqui, também eles, hoje, em 2026, não conhecem uma literatura cuja musa seja uma mulher negra ou heróis que sejam negros. Lembra que recentemente viralizou na internet crianças negras vendo uma produção da Disney em que a sereia era negra, e as crianças diziam: "Ah, ela é negra!"

Ou seja, isso, gente, tem uma relação direta com a aprendizagem, porque a aprendizagem diz respeito à autoestima, diz respeito à identidade. A identidade é o que nos forma e, portanto, se eu não tenho essa representatividade na sala de aula... É um crime você separar salas por cor, por competência. Isso não se faz; isso é imoral, isso é inconstitucional. São esses elementos que fazem com que a gente tenha aquela desigualdade.

Outro ponto: o que a literatura nos diz? A baixa expectativa docente, que é algo... Olhem, nós precisamos entender que, quanto mais nós professores esperamos do nosso aluno, mais ele responde para nós. Quanto mais a expectativa nossa é alta em torno dos nossos estudantes, muito maior é a resposta deles para nós, muito mais eles aprendem.

Nesta semana – eu acho que sexta-feira –, eu postei um vídeo no Instagram do meu estudante... Eu fiquei 22 anos na educação básica – 22 anos. Eu entrei na sala de aula em 1989, então fiquei 20 anos. Nos últimos anos em que eu fiquei, eu fiquei na rede municipal de Betim. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí um estudante meu me mandou... Ele passou em medicina, agora, na UFMG, nos últimos anos meus de educação básica.

Quanto mais a gente tem expectativa alta no nosso estudante, mais ele responde em termos de aprendizagem. Então, aquela desigualdade também é explicada em baixa expectativa docente sobre estudantes negros. "Ah, esse menino não aprende, não", "coitadinho", "basta que ele não dê problema lá e fique quieto na sala." Gente, nós precisamos absolutamente discutir isso. Nós precisamos... Gente! "Ai, mas eu não sou racista, eu trato todo mundo igual." Gente, é preciso ter expectativa docente alta sobre os estudantes, isso é tão importante como qualquer outro aspecto que se dá dentro da escola. Por quê? Se o estudante percebe que você não acredita no potencial dele, é claro que ele não vai lhe responder enquanto aprendizagem.

E, por fim... Vejam: nós temos 37 milhões de estudantes na educação básica. Igual a vocês, nós temos 36 milhões, e a maioria é negra. E, vejam, quem oferta? São as redes de ensino – estaduais, municipais e distrital, como é aqui. As redes precisam ter uma gestão da educação voltada para a equidade racial, e uma gestão voltada para a equidade racial não é esperar a semana da consciência negra para fazer *show*. Isso não é política de equidade racial. Política de equidade racial é obrigar, ou negociar, ou fazer obrigatória a formação de professores na rede sobre esse tema.

Nas redes de ensino, não pode ser o professor que quiser que vai ter formação. Ou a rede assume isso como uma responsabilidade e os professores precisam fazer... Gente, uma educação antirracista não é discricionária. Não pode ser o professor que quiser, tem que ser um comando da rede de ensino. De igual modo, a forma como você organiza os recreios, organiza a sala de aula, faz o planejamento e distribui o recurso financeiro discricionário precisa, atrás dela, ter uma concepção de equidade racial. Sabem por quê? Porque, senão, a gente vai continuar reproduzindo um monte de Olímpia, um monte de negrinha que tem uma leveza, mas que não esconde, por trás, um olhar por não ser capaz de ler o jornalzinho da igreja. Percebe?

A gente tem um dever moral, e eu, Zara, não sirvo. "Ah, mas como é que você então conseguiu?" Eu não sou modelo para ninguém. Ninguém faz política pública com exceção. Eu sou exceção. Ninguém precisa passar pelo que eu passei para garantir direito à educação. Ninguém negro precisa passar pelo que eu passei para que tenha o direito de aprender, de não ser vítima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de racismo, de não ser colocado dentro de uma sala e ter expectativa alta. Eu não sirvo como modelo. Eu sou exceção, e ninguém faz política pública com exceção. A gente faz política pública com a regra.

E aí eu estou finalizando: por isso, em 2024, nós regulamentamos – pode passar, por gentileza – a Lei nº 10.639 – pode passar – por meio da Pneerq. Desde 2024, nós temos 1.533 agentes de governança pagos pelo Ministério da Educação, pela Secadi, para ajudar as redes de ensino dentro do território a implementar um plano de equidade racial. Todos eles são pagos por nós, todos eles estão dentro dos territórios. E agora aqueles 1,2 mil Prefeitos que estão com muita desigualdade estarão em Brasília, para a gente entregar para eles os referenciais de equidade racial, para eles saberem como enfrentar, porque, gente, nós, negros, somos a maioria. Nós precisamos fazer esse debate de modo muito sério.

Vai adiante. Então, desde 2024, nós criamos um PDDE – que é o Programa Dinheiro Direto na Escola, que já existe –, o PDDE Erer, Educação para as Relações Étnico-Raciais, e um PDDE Quilombola, porque já tinha o indígena, já tem o do campo. Nesse PDDE, a gente olha as redes mais desiguais e manda o dinheiro para as escolas desde que as escolas nos deem contrapartidas, porque, gente, o que é que a gente precisa pensar? Se o racismo é estrutural, você não combate algo estrutural nas franjas. Você só combate o racismo também na estrutura. Por que é que eu estou dizendo isso? Porque, com instituições, a gente tem que ir além de sensibilizar. Você sensibiliza CPF, não CNPJ. CNPJ são instituições. Então, você precisa induzir, dizer: "Olhem, redes de ensino, escolas, nós precisamos que vocês façam isso, isso e isso. Nós lhes damos esse PDDE novo, vocês têm um novo recurso, mas, em contrapartida, vocês precisam nos dar isso, isso e isso".

Vai adiante, por favor. Rapidinho, porque já estou terminando. Pode ir.

Esse é o monitoramento, gente. Essa é uma política de R$2 bilhões, de 2023 a 2027. Esse é o Selo Petronilha. A Petronilha é uma das mulheres negras mais importantes que nós temos, foi a primeira negra no Conselho Nacional de Educação, foi a Relatora da Lei nº 10.639, as diretrizes dentro do CNE. E o Selo Petronilha é: as redes que reduzem desigualdade e implementam uma educação antirracista recebem o selo do MEC por um ano. Todas as escolas, as redes que recebem o selo, se tornam elegíveis para receber 200 mil quem tiver implementado uma boa proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, primeiro, recebe o selo. O selo serve por um ano. Quem recebeu o selo se torna elegível para inscrever um projeto antirracista e ganhar cada um 200 mil para investir novamente em educação antirracista.

Esse já é o segundo ano do Selo Petronilha. E nós sempre trazemos a Petrô para estar no palco conosco e entregar esse selo.

Vamos adiante, por favor, que já estou acabando. Vamos lá. Dá um *enter*, por favor, para ver se vai aparecer. Vê se você dá um *enter*. Não consegue, não? O.k.

É porque esse mapa verde começa a piscar mostrando para você todas as formações.

Então, a gente tem 262 mil vagas abertas em todas as universidades e institutos federais. Têm 43 universidades e institutos federais ofertando formação gratuita para professores, pagas por nós, exatamente para lidar com esse estado de coisa que vocês viram. E agora a gente vai pôr na rua um de viés inconsciente, não é? Porque é preciso lidar com o viés inconsciente.

Pode ir adiante.

Essas são políticas também voltadas, sobremaneira, para os povos negros. É Cpop, que são os cursinhos populares, e o Partiu IF.

Vê se você vai para o próximo, por favor, e eu acabo aqui para falar nos quilombolas. Clica para nós dentro do quadrinho e dá um *enter*, por favor. Veja se vai. Isso. Você está no PPT? Ou você pôs isso em PDF? Ah, é porque você transformou em PDF. É por isso.

Esse vídeo aqui, se estivesse em PPT, vocês veriam: são todos estudantes quilombolas. Esse é o momento em que eles estão recebendo a notícia que eles vão para o Partiu IF. E o Partiu IF são meninos negros, quilombolas e indígenas, de 9º ano, portanto 14 anos, da escola pública. Eles ficam dez meses no instituto federal, com uma bolsa de R$200, tendo aula de português, redação, matemática, oficinas, teatro, atendimento socioemocional, para que eles possam passar no ensino médio e fazer o ensino médio no instituto federal. Então, esse é o Partiu IF e essa aqui é uma das comunidades quilombolas que está dentro do Partiu IF. Essa era a festa, a alegria deles quando eles estavam indo.

E por fim, vamos adiante. Já estamos acabando. Rapidinho. Pode passar. Pode.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses também falavam. São do 9º ano do interior do Piauí.

Pode ir adiante.

E essas duas... A Escola Nacional Nego Bispo – que a gente deu em homenagem a Nego Bispo – e a Escola do Hip-Hop H2E, isso é exatamente uma tentativa de nós fazermos conversar o currículo chamado de científico com o de saberes tradicionais e saberes da periferia, ou seja, você ter no recreio uma menina que faz batalha de rima, que está no Islã, como aqui no Distrito Federal já tem, e faz batalha de rima é você ter uma nova história, novos heróis, novas odisseias negras, periféricas, tradicionais, dentro da escola.

Então, essa é a nossa aposta de todo dia para enfrentar isso.

Mais uma vez, agradeço à senhora pelo convite.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! Merece ser aplaudida. (*Palmas.*)

Os meninos que entraram quando ela começou a falar... talvez vocês não tenham entendido. A Profa. Zara é – olha o tamanho do cargo dela – Secretária da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação – está aqui representando o Ministro – e é filha daquela senhora que a gente assistiu.

Como é que... que mágica é essa? A menina, filha de D. Negrinha, hoje é a mulher responsável por alfabetizar no Brasil jovens e adultos, educação continuada, diversidade.

Professora, a educação é transformadora!

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO FIGUEIREDO TRIPODI (*Fora do microfone.*) – É!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E eu acho que o Prof. Natanael vai para essa linha agora: é educação.

É uma honra ter a senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na semana passada a gente estava trocando mensagem por causa do debate de crianças e adolescentes com altas habilidades e superdotadas. E, nessa mesa, uma especialista disse: "Há meninos negros e meninas negras com altas habilidades e superdotação. As pessoas não acreditam e elas estão tomando Ritalina porque disseram que elas têm transtorno e não são superdotadas".

Então, olha o debate, o nível do debate, e a gente vai ter que falar sobre isso. Nós temos nos quilombos crianças superdotadas com altas habilidades que estão sendo deixadas para trás ainda.

Agora, a minha preocupação é só a seguinte, professora: é tudo programa lá no MEC. Qual é o meu medo? Vem um outro Governo, depois vem uma outra secretária e quer inventar a roda.

A gente precisa dar continuidade às boas políticas públicas. Inclusive, a gente está transformando muita política pública em lei...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO FIGUEIREDO TRIPODI – Hum-hum.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... para que ela possa ter sustentabilidade e continuidade.

Parabéns, professora...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO FIGUEIREDO TRIPODI (*Fora do microfone*.) – Eu vou ter que sair.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá, vai ter que sair, né? Parabéns!

Vamos ouvir agora o Prof. Natanael dos Santos, professor, educador, pesquisador e comendador, com atuação na valorização dos saberes afro-brasileiros, educação antirracista e reconhecimento da ancestralidade africana.

Professor.

O SR. NATANAEL DOS SANTOS (Para expor.) – Obrigado.

Minha nobre secretária...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO FIGUEIREDO TRIPODI (*Fora do microfone*.) – Desculpem, desculpem-me deixá-los.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Professora.

O SR. NATANAEL DOS SANTOS – Tudo bem, tudo bem. Obrigado.

Eu vou ficar em pé – eu tenho dez minutos, né?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dez minutos.

O SR. NATANAEL DOS SANTOS – Eu vou ficar em pé para melhorar assim a minha fala e também... uma expressão que eu quero usar com vocês.

Nas políticas públicas eu creio e acredito em todas, indiscutivelmente. Mas eu sou de um outro olhar: eu preciso que a criança preta, a criança não preta saibam de nós, porque é fácil falar de preto, a gente fala, de tudo a gente fala, mas quem somos nós? Essa é a dificuldade do entendimento.

Eu sou homem um preto. Eu vou me colocar na idade dos adolescentes que aqui estão, terceiro ano, segundo ano. Vou me colocar em uma média de 15, 16 anos.

Então, digamos que eu tenha essa idade agora. Nessa idade, eu estou descobrindo muitas coisas, mas não sei quem eu sou, tanto o menino negro quanto o menino não negro. Aí eu tenho apelidos pejorativos que me machucam, me deixam magoado, triste, mas também fica só nisso.

Então, vamos começar pelo meu biotipo, ou seja, pelo meu cabelo, que, na escola, ainda hoje, é tido como cabelo feio, alguns apelidos horrorosos: "bombril", "assolan"; na minha época de menino, era "palha de aço". Só que o meu cabelo se chama, no idioma banto, carapinha. Mas por que você está falando no idioma banto? Eu gostaria que fosse mais, mas 56% da população é preta. Eu acredito que sejam 70%, mas vamos ao oficial do IBGE: 56%, pretos. Então, eu estou falando de uma coisa de preto, no idioma banto: cabelo carapinha, idioma banto. A tradução da palavra carapinha para a língua portuguesa é crespo. O seu cabelo é crespo. Cientificamente, hoje é considerado o melhor cabelo do mundo, e eu não deveria ter vergonha dele se eu soubesse a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

qualidade que ele tem. Mas por que ele é crespo? Porque, no continente africano, fazem 50ºC. O cabelo crespo enrola no couro cabeludo fazendo uma proteção natural, mas eu achava que o meu cabelo era feio. Não, ele é lindo! Cientificamente, ele é considerado o melhor cabelo do mundo, e quem fala isso são os homens que trabalham com cosméticos. Eles atestam que o meu cabelo é o melhor do mundo, e eu não sei disso – eu, não, nós, porque não é para negros, é para todos nós, seres humanos. Tem que conhecer a minha etnia para eu conhecer a sua.

Assim é minha formação nasal. O meu nariz... Gente, como falam que o meu nariz é horroroso, que é chato, que é grande, que é fornalha. Não, eu tenho a formação nasal baixa. Por quê? Porque, no continente africano – eu já falei: 50ºC –, a formação nasal baixa possibilita você transformar o ar de 50ºC na temperatura ambiente do corpo. Isso lhe dá uma respiração perfeita e uma explosão muscular fantástica. Quer a prova disso? Os maiores velocistas de todos os tempos são negros. Formação nasal baixa, explosão muscular fantástica! Mas eu não aprendi isso na escola, então eu prefiro falar que o nariz dele é chato. Não, é formação nasal baixa. Quer outra prova? Os atletas não negros que vêm do continente gelado para o nosso tropical usam dilatador nasal; o meu – vou dar um *close* para vocês, ó – já veio pronto. (*Risos.*)

Entenderam? Ah, e a minha boca? A minha boca, eu tenho medo, sabe por quê? Qualquer coisa, é beiçudo; qualquer coisa, é bocão, boca de caçapa. Pode parar, pode parar, pode parar! Beiçudo é o cavalo, ouviu? Eu tenho a boca grande e os lábios grossos, por quê? No continente africano – eu já falei – faz 50 graus, todo mundo sabe, mas nós não sabemos que no continente africano, na calada da noite, chega a fazer 5 graus praticamente no continente inteiro. Ali na região da África do Sul tem neve, tem pista de esqui. "Mas o que isso tem a ver com a sua boca?" Aqui tem uma gordura térmica. Faz frio, fica frio; faz calor, fica quente. Não sofre intempéries. É por isso que o negro tem a boca grande e os lábios grossos.

Vou fazer uma fofoca para vocês, mas vocês não levem adiante – é só fofoca. Dizem por aí – não sei se é verdade, não sei se é mentira – que quem tem a boca grande e os lábios grossos – falaram para mim – tem o melhor beijo do mundo. (*Risos.*)

Olhem, ela sorriu tão grande!

Será que você sabe de alguma coisa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, gente, estão vendo? Se nós tivéssemos aprendido isso no 5º ano, na 5ª série, o nosso olhar um para o outro seria diferente. Você não ia me chamar de beiçudo; você poderia falar boca doce. (*Risos.*)

Entenderam como é diferente quando a gente recebe informações que transformam? E o negro precisa ouvir isso. O negro não, todos nós, para começar um respeito diferente, um olhar diferente, uma possibilidade diferente.

"Tudo bem, você falou do cabelo, falou do nariz, você falou da boca, mas você é preto." Gente, eu sou preto, sim; não sou moreno, não sou de cor, sou preto. Querem falar que eu sou negro? Também sou. Agora, por quê? Porque eu tenho excesso de melanina. A melanina deixa a minha pele preta. O preto não reflete a luz do sol; queima menos.

Vocês imaginam quantos anos eu tenho? Eu vou falar: eu tenho mais de 70, eu sou 70+. Olhem a minha cútis. Quem falou "lindo", hein? Ai, Deus! (*Risos.*)

Então, gente, vocês estão me entendendo? Se a gente tivesse aprendido isso quando menino... Aquela menina preta que está lá no fundo, linda, maravilhosa – eu estou te vendo daqui. Se você tivesse aprendido isso quando menina, bem menina, na sua escola ou na sua casa, você ia falar: "Meu Deus, eu sou empoderada, eu sou bela"; mas faltou essa informação. Então, eu não acredito na possibilidade de você receber essa informação e não mudar o seu olhar agora.

Eu tenho hoje histórias, eu sou um escritor. Eu escrevo sobre a história da matemática, a história da escrita, eu escrevo sobre a navegação. Eu tenho um livro que ganhou o Leão de Ouro, em Cannes.

Eu tenho um livro que ganhou o Leão de Ouro, em Cannes – quando vocês chegaram, já tinha passado o vídeo, senão vocês iam ver –, em duas categorias sobre a contribuição do negro na sociedade como um todo.

Vocês estão aqui; lá fora está muito quente. Aqui está gostoso, leve... Por quê? Porque nós temos ar-condicionado. Olhem que coisa linda! Mas quem foi que inventou o ar-condicionado? Foi um afro-americano, um preto como eu. Quando você chegar à sua casa e abrir a geladeira, aquela importante geladeira do refrigerante gelado, do suco... Quem foi que inventou a geladeira? Foi um afro-americano, preto como eu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu aprendi isso na escola? Não, eu aprendi que o negro é escravo. Mentira! O negro foi escravizado pelo seu conhecimento, assim como nós somos colonizadores intelectuais deste país. É isto que a gente precisa enxergar, é isto que a gente precisa compreender: a contribuição do negro na sociedade brasileira.

Eu, Natanael, que estou aqui, sou dono de uma editora, sou sócio de uma editora que escreve materiais dessa qualidade, desse nível, para prepará-los, dos quatro anos de idade ao ensino médio, com essas informações, com a contribuição do negro, para a possibilidade de virarmos a história.

Eu gostaria muito que a secretária estivesse aqui, sabem por quê? Eu ia pedir para ela dar a grande oportunidade de a gente preparar um modelo de formação para o professor, para que o professor pudesse não só falar na teoria, mas também trazer na prática; para ela falar para o professor que ele fale com o aluno o que eu acabei de falar aqui agora.

Não é nada gigante; é o real, de que a gente não sabe. Quantos de vocês já ouviram falar que o cabelo crespo não é pixaim, não é duro, não é Bombril, não é nada, mas é o melhor do mundo cientificamente? Então, a gente não se empodera, e a questão aqui é empoderamento e quebrar o preconceito através da informação, porque, se você aprende isso, você não vai falar que o meu cabelo é duro, nem que é Bombril, nem que é palha de aço. Quebramos o paradigma do preconceito a respeito do meu cabelo, do meu nariz, da minha boca, da minha pele; acabou. É nisto que eu acredito: trazer informações. Eu não posso fazer em todas as escolas do mundo, mas a gente pode fazer um programa maravilhoso de formação para o professor levar isso adiante, mas a gente...

Agora, faço um apelo para a minha nobre Senadora, que me conhece há bastante tempo – eu não mudo, eu continuo igual; eu quero avisar vocês: eu sou evangélico, tá? E vou contar sobre essa roupa já, já –: para a gente levar isso adiante, para alguns estados com os quais a senhora tem amizade, porque isso vai enriquecer muito! Fora que eu não vou falar dos indígenas, porque nós temos uma indígena que vai falar e fazer disso uma troca de informações que é pertinente a vocês.

Eu sou evangélico, eu sou da Igreja Assembleia de Madureira. Eu ponho esta roupa aqui, as pessoas acham que eu sou da religião, aspas, "de matriz africana". Não sou. Esta roupa aqui é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

roupa de gala, é roupa de festa no continente africano. Este tecido se chama capulana, ele tem mais de 6 mil anos de registro, e a gente não sabe. A gente olha uma roupa dessa... Ah, não. É porque o seu ancestral, que é o meu ancestral, quando ele veio para cá para criar este país, ele veio sem roupa, então a roupa dele não veio. Veio a roupa do italiano, dos japoneses, dos portugueses, dos alemães. A nossa não veio, a gente não sabe.

Bom, eu vou ser muito pontual, porque eu preciso que os meus companheiros falem, para que a gente termine no horário certo, e a gente volta a falar no final.

É uma música agora, Daniel? (*Pausa.*)

Qual vai ser? (*Pausa.*)

Ah, uma música linda para vocês. Esta música é o tema do filme O Rei Leão. Só que quem compôs essa música foi um menino de 11 anos – 11 anos –, e essa música já foi gravada aproximadamente em 250 idiomas.

Ouçam essa música maravilhosa, tema do filme O Rei Leão... E quem foi o escritor, Felipe, o autor dessa música? Qual o nome dele?

O SR. FELIPE BRAZ SANTOS – O nome dele é Solomon Linda.

O SR. NATANAEL DOS SANTOS – Ele tinha 11 anos, mais novo que vocês. Prestem atenção nisso, e vocês depois peguem o meu *e-mail* e enviem músicas para mim que vocês criaram a partir dessa música. Quero ver, é um desafio.

(*Procede-se à apresentação da música The Lion Sleeps Tonight.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Algumas pessoas foram levadas à infância neste momento.

Obrigada, obrigada.

Nós continuaremos o nosso debate.

Prof. Natanael, o senhor nos desafia. O senhor nos leva realmente a uma reflexão. Eu estava tão feliz com o meu cabelo até hoje. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, nós ouviremos Mariléia de Paula, Professora graduada em Educação do Campo, com ênfase em História e Sociologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e pós-graduada em Direitos Humanos. Atuou como Coordenadora-Geral de Igualdade Racial no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – eu fui chefe dela – e como Secretária de Prevenção à Dependência Química no Estado do Rio de Janeiro, com experiência em políticas públicas de inclusão social.

Professora, dez minutos.

A SRA. MARILÉIA DE PAULA (Para expor.) – Bom dia, Senadora Damares.

Que alegria estar aqui para falarmos desse tema tão relevante! A Senadora Damares é a Senadora das crianças e é a Senadora que ressignificou os direitos humanos no Brasil.

Eu quero fazer a minha autodescrição. Eu sou uma mulher preta, estou usando tranças africanas, uso um *blazer* azul escuro e uma calça azul clara, uma blusa branca. Eu tenho 53 anos, nasci na Cidade de Deus, fiquei órfã de pai e mãe ainda na infância.

Eu quero aproveitar essa fala e dizer para você, adolescente: o lugar onde você nasceu não vai ser o seu destino. Você pode fazer boas escolhas e ter o seu destino modificado.

Eu quero agradecer à senhora e cumprimento a mesa e a todos que estão aqui e estão na internet também assistindo esta audiência.

Eu vou falar do tema da educação, proteção à criança e igualdade racial; a questão religiosa também. A pergunta que foi feita aqui – você pode colocar a minha apresentação, por gentileza? – vai perguntar o que são os quilombos. E eu quero responder para você: o que são os quilombos? Os quilombos no Brasil – o próximo, por favor – são grupos étnicos que se definem pela autodeterminação, pela manutenção dos modos de vidas tradicionais, pela cultura, pelos laços territoriais.

Os povos tradicionais estão dentro do Decreto 6.040, de 2007, que vai criar o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Na gestão da Senadora Damares no ministério, eu estive à frente desse conselho como Coordenadora-Geral e como Secretária-Executiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem 28 povos no Brasil que são considerados povos tradicionais, e os quilombolas estão dentro dessa contagem de povos tradicionais.

Pode passar, por favor.

E aí eu tenho aqui um censo: 1,3 milhão de quilombolas existem no Brasil, e muitas pessoas não sabem quem são esses povos. Nas comunidades quilombolas, há dificuldade de saneamento básico, de conectividade, de políticas públicas, que não chegam até essas comunidades porque falta regulamentação das terras quilombolas, que são as titulações.

E nós temos esse desafio hoje de falar para vocês um pouco sobre educação. Como anda a educação quilombola no Brasil?

Pode passar, por favor. Pode passar. Pode passar mais um. Obrigada.

Primeiro, é importante nós verificarmos as legislações sobre a infância e a educação quilombola. É muito importante ver a questão da Constituição, a questão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a lei que fala... a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa Lei 12.960, de 2014, vai direcionar a questão da educação quilombola. E tem o marco da Resolução 08, de 2012, e também a Convenção 169, que vai nortear a questão dos povos tradicionais no Brasil.

Pode passar, por favor.

Então, a educação quilombola é norteada pela Resolução 08, de 2012, que vai falar que na educação quilombola é importante a questão da memória e da preservação cultural. Sabe o que isso quer dizer? Lá no quilombo, sempre tem uma pessoa mais velha, que é conhecida lá como griô. E esses conhecimentos, essa pessoa mais velha é considerada, é guardada como um tesouro. Então, a oralidade é muito importante dentro da educação quilombola. Porém, tem desafios. Aqui em Brasília, tem umas zonas rurais, e a gente sabe que há desafios para chegar até essas zonas rurais, porque há falta de transporte e a infraestrutura física é muito complicada.

E, no Brasil, existem aproximadamente 3.644 escolas nas áreas de remanescentes quilombolas, mas eu quero fazer uma fala aqui. Dentro dessas escolas, nem todas essas escolas são consideradas escolas quilombolas, porque existe a escola do campo, a escola rural, que são diferentes. E a escola do quilombola é norteada também por alguns princípios da educação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campo, que é a educação em que eu me formei na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que vai tratar a questão da escola como o tempo na escola e o tempo que as crianças ficam em casa, porque elas ajudam na colheita, elas ajudam a manter as tradições e também a questão agrícola dentro da sua família, que é a agricultura familiar.

Pode passar, por favor?

E o Censo 2022, que foi um censo que direcionou muito a questão da população quilombola, aconteceu e constatou – conforme a Secretária fez essa colocação aqui e mostrou o vídeo da sua mãe –: o analfabetismo entre os quilombolas é três vezes maior que na população real total do país.

Pode passar, por favor?

E aí tem uma questão que é muito importante de se falar, que é a questão de que a escola quilombola não pode ser comparada, não pode ter a mesma forma didática de ensino que a escola urbana. Há uma disparidade entre a escola urbana e a escola quilombola. Por exemplo: na escola urbana, tem água potável em 98% dessas escolas; já na escola quilombola, em 75% tem água potável. Saneamento: 90% das escolas urbanas têm saneamento; as escolas quilombolas só 50%. Internet: 85%; e 30% na escola quilombola.

Pode passar, por favor? Meu tempo já está acabando.

Uma radiografia vai dizer que onde tem mais escolas quilombolas é no Nordeste e no Norte. Principalmente no Norte, é no Pará; no Nordeste, Bahia e Maranhão. E a matrícula desses estudantes de escola básica... Toda a educação, quem faz a gestão geralmente são os municípios. E o regime utilizado lá é o multisserial, várias crianças de várias idades na mesma sala. O ensino é eficaz, pessoal? (*Pausa.*)

Porque cada criança, cada fase da educação tem a sua linguagem para que a criança tenha o aprendizado.

Pode passar, por favor?

E eu quero fazer uma fala, antes de terminar essa parte da educação, de que no Brasil, de 2021 a 2024, foram fechadas 366 escolas do campo, escolas quilombolas. E existe uma lei no país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que proíbe e dá a diretriz para o fechamento dessas escolas. E eu quero deixar essa frase aqui, olha: "A escola no quilombo não pode ser uma cópia da escola urbana; ela deve respeitar a oralidade e os saberes tradicionais". Se a religião da criança é tradição familiar, e se ela vai para a escola com a sua vestimenta familiar – da sua religião –, nós não podemos discriminá-la, porque nós não podemos cometer a discriminação religiosa, seja ela de matriz africana, seja ela cristã, seja ela qual for. Nós não podemos discriminar.

Pode passar, por favor?

A gestão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – tem uma pergunta dessas aqui, de um internauta que está assistindo – apresentou o Projeto Igualdade Racial nas Escolas e fez um investimento, à época, em 2021, de R$480 mil. Esse programa, Prof. Natanael, foi um programa para capacitar os professores do ensino fundamental e esteve na Plataforma Avamec. E aí, Senadora, como o Prof. Natanael falou, quem sabe podemos resgatar esse projeto e ampliar esse projeto com as demandas, as sugestões aqui do Professor?

Pode passar, por favor.

Proteção da criança quilombola. E eu começo falando daquelas crianças do quilombo do Maranhão.

Pode passar, por favor?

Ágatha Isabelly, Allan Michael e o menino Anderson. O menino Anderson foi recuperado, como a Senadora falou aqui. E eu pergunto a vocês: onde estão Ágatha e Allan? Eles desapareceram. O índice de crianças desaparecidas – crianças e adolescentes – é muito alto aqui no país. Nós precisamos dar uma resposta, porque essas crianças desapareceram e o Brasil tomou conhecimento, porque foi divulgado na internet, nos jornais, na televisão.

E nas comunidades quilombolas que não têm visibilidade, o que acontece com essas crianças? Qual a proteção que essas crianças têm? A Constituição Federal vai dizer que é dever e é prioridade a proteção da infância.

Pode passar, por favor? Vou ser bem mais rápida agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí tem os números alarmantes de 2025, de denúncias pelo Disque 100, que vão mostrar como os direitos das crianças têm sido violados. E nesses números tem o recorte racial.

Pode passar, por favor?

Como proteger as crianças? Primeiro, com a titulação de terra, porque, quando a terra tem o título, ela é contabilizada e ela recebe as políticas públicas, e com a segurança alimentar e física. Os impactos dos conflitos agrários trazem diversos problemas para as crianças e também para a saúde mental delas.

Pode passar, por favor.

Proteger a criança quilombola é, antes de tudo, garantir o chão onde ela pisa e a segurança da sua família contra a violência no campo.

Pode passar, por favor. Eu estou terminando.

Precisamos cuidar da saúde das crianças. As pessoas negras têm tendência a ter anemia falciforme, que é um problema nos glóbulos vermelhos das pessoas que causa anemia, que causa uma série de problemas. A nutrição, o fortalecimento do plano de alimentação nas escolas...

Pode passar, por favor. Estou acabando.

Existe uma questão também dos quilombolas de que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos assistiu os albinos, e há uma incidência muito grande, um número muito grande, num quilombo em Alagoas, e houve um programa que forneceu óculos de sol e protetor solar: é suficiente para ajudar essas pessoas.

Pode passar, por favor.

E também a necessidade do fortalecimento das redes de proteção à criança, o Creas, o Cras, sobretudo o Conselho Tutelar. É preciso que se tenha formação nesses órgãos de proteção à criança.

Pode passar, por favor.

Eu quero concluir a minha fala – pode passar esse, por favor – com a seguinte frase: concluo solicitando que este Legislativo viabilize a conversão dos recursos orçamentários em políticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas de Estado – porque política pública partidária é passageira, a Senadora fez essa fala agora –, políticas que assegurem a proteção efetiva da criança.

Eu tenho aqui alguns materiais que depois, ao final, vocês podem ver.

Eu convoco a você: que você seja a voz, se erga como a voz de proteção à infância neste país.

Obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Professora. Obrigada.

Na sequência vamos ouvir a Profa. Gabriela Guarnieri de Campos Tebet, Professora Livre Docente da Faculdade de Educação da Unicamp e Pesquisadora das Relações Étnico-Raciais e da Educação Infantil.

Bem-vinda, Professora.

A SRA. GABRIELA GUARNIERI DE CAMPOS TEBET (Para expor.) – Obrigada. Bom dia.

É um prazer estar aqui com vocês hoje, discutindo esse tema tão importante, e poder trazer algumas contribuições para as políticas públicas.

Hoje eu sou Professora da Unicamp, mas eu – muito obrigada – comecei a minha carreira profissional como professora de creche. E sabem qual era um dos meus maiores desafios nessa época? Era promover a relação com a literatura, mesmo com bebês. Isso, porque a diretora sempre dizia que a gente não podia dar os livros na mão dos bebês, porque eles comem, rasgam, amassam, enfim. Então...

Eu queria pedir para colocar os eslaides na tela.

Bom, então nós criamos um projeto para produzir livros de papelão, para poder oferecer para os bebês.

Opa! Acho que eu vou esperar, viu? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, eu ensaiei para não estourar o tempo, mas o eslaide não está contribuindo. Se vocês puderem passar, por favor. Eu quero o próximo, por gentileza.

Então, depois de criar os livros de papelão, nós organizamos painéis interativos com personagens feitos de papel cartão plastificado, para que os bebês pudessem colar e descolar com fita crepe, rolinho de fita crepe atrás. Os bebês podiam, assim, brincar com os personagens, recontar as histórias do seu jeito. E se estragasse, eu fazia outro.

O próximo, por favor.

Depois nós desenvolvemos um outro projeto, que foi finalista do Prêmio Vivaleitura, no ano de 2009.

Pode passar.

Então nós fizemos muitas coisas interessantes para promover a valorização da leitura e das populações negras e indígenas, o que também nos rendeu o prêmio do CEERT, Educar para a Igualdade Racial, ainda em 2009, com um conjunto variado de ações e muitos colaboradores voluntários.

Mas o que é que isso tudo tem a ver com esta audiência? Bom, em primeiro lugar, é preciso dizer que projetos lindos como esses que eu mostrei, que foram premiados, não podem depender do trabalho voluntário dos grupos de capoeira, dos grupos indígenas ou de outros grupos tradicionais do território. Precisamos criar formas institucionais de reconhecer os conhecimentos e as práticas culturais das mestras e dos mestres da cultura popular como importantes para a formação de nossas crianças e de nossos professores. E criar uma fonte de financiamento para esse tipo específico de atividades nas escolas.

Precisamos garantir o transporte e a adequada remuneração desses artistas e contadores de histórias negros e indígenas, para que eles possam contribuir para a concretização da educação das relações étnico-raciais, com a sua história e cultura efetivamente valorizados.

Em segundo lugar, porque as professoras de educação infantil precisam educar e cuidar da sua turma e não deveriam precisar também confeccionar livros, como eu fiz lá, como eu mostrei para vocês. Tem gente mais competente para fazer livro. Então as professoras hoje continuam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reclamando que os livros que tem sobre a temática negra e indígena são livros que, se oferecermos para os bebês, vão estragar.

E terceiro, porque fazer um dia, um mês da consciência negra hoje não é mais suficiente como foi lá atrás. Hoje nós precisamos, de fato, de um currículo antirracista o ano inteiro, com materiais melhores do que aqueles que eu usava no início da minha trajetória profissional.

Próximo eslaide, por favor.

Então, em 2023, eu realizei um pós-doutorado com o tema da socialização racial de bebês na educação infantil. Em seguida, eu decidi aprofundar os estudos sobre esse tema e, para isso – vou pedir para passar o próximo eslaide –, eu constituí e coordenei uma equipe de pesquisa multirracial que, durante os anos de 2024 e 2025, se dedicou a acompanhar diversas turmas de berçário e compreender como bebês negros, indígenas, brancos e amarelos vivem a socialização racial na educação infantil.

Próximo eslaide, por favor.

A composição dessa equipe tão diversa só foi possível graças às políticas de ações afirmativas que garantem esse perfil de estudantes nas universidades, e eu quero agradecer a cada uma dessas pessoas pela contribuição no projeto.

A minha fala hoje se assenta nos resultados da minha pesquisa de pós-doutorado, mas também nas pesquisas realizadas por essa incrível equipe e por outras pesquisas realizadas no âmbito do grupo Infâncias, Diferenças e Direitos Humanos, do qual faço parte.

Então, vou compartilhar com vocês alguns resultados.

Pode passar o próximo.

No censo da educação básica, em uma das perguntas que as escolas respondem, elas têm que fazer o xisinho ali: se elas têm ou não têm materiais pedagógicos para a educação das relações étnico-raciais. Então, se a creche tem um acervo literário, baú de africanidades, *kit* de bonecas e bonecos que retratem a diversidade, enfim, se ela tiver quaisquer materiais que possam subsidiar a educação para as relações étnico-raciais, a instituição pode fazer o xisinho ali. Mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando a gente olha as respostas dadas pelas creches a essa pergunta, os dados são preocupantes.

Vamos ver o próximo eslaide.

Os dados estão nos mostrando o percentual das creches que responderam "sim" para aquela pergunta em cada estado brasileiro, e não tem nenhum estado brasileiro que tenha chegado a um índice de 50%. Muitos não chegaram nem a 25% de creches que dizem possuir materiais para as relações étnico-raciais. E isso é curioso, porque nós temos hoje, no Brasil, uma política de distribuição de livros infantis – o PNLD Literário – que envia livros infantis para todas as instituições públicas brasileiras. E temos ainda políticas de compras de brinquedos em consonância com todos os documentos da educação infantil, que dizem que o eixo do currículo na educação infantil são as interações e as brincadeiras.

Então, por que as creches estão dizendo que não têm materiais? Vocês se lembram lá da minha diretora, que falava que não era para estragar os livros? Então... A gente, hoje ainda, encontra muitas equipes gestoras que não querem que o material estrague. Então, muitas vezes, eles viram material para ser usado num dia específico, mediante agendamento, e no dia a dia eles não estão nas salas, porque a gente está mandando para as creches, para os bebês, materiais que estragam.

Então, vamos ver o caso do PNLD Literário: no edital de 2018, tinha um único acervo destinado às creches – de 0 a 3 anos –, com 27 obras, sendo que só uma era para bebês de 0 a 1 ano e meio. E o título dessa obra era *Bichinhos*.

No edital de 2022, que, se eu não estou enganada, é o último que chegou às creches, o programa passou a ser composto por diversos acervos, e a creche passou a ser subdividida em dois grupos: bebês de 0 a 1 ano e meio e crianças bem pequenas de 1 ano e 7 meses a 3 anos. O único acervo destinado para os bebês – exclusivamente para os bebês – era o acervo 13, que possuía 53 títulos, 19 com personagens humanos. Desses 19 – eu estou aqui com alguns deles –, a gente tem alguns com personagens negros e brancos na capa; outros só com personagens negros. A gente tem um único título com personagens indígenas, que vocês não enxergam, porque só aparece o tatu na capa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós identificamos também autores negros – autores de destaque – entre os títulos dos acervos, mas não encontramos nenhum autor indígena no acervo do PNLD para creche. E olha que hoje já tem muita coisa produzida por autores indígenas para a educação de 0 a 3 anos.

Então, eu queria sugerir que a gente criasse uma cláusula nos próximos editais para ampliar a participação de autores negros, indígenas e incluir autores quilombolas no PNLD.

Esses aqui são os livros que estão chegando nas creches hoje, mas, em geral, eles estão na biblioteca, não estão na sala dos berçários. Por quê? Se eu os der na mão dos bebês, rasgam.

Então – vamos passar para o próximo –, algumas turmas de berçário têm criado um acervo paralelo para os bebês, muitas vezes, comprado com recursos próprios das professoras ou com dinheiro da APM – livros de pano, livros de papelão. Em oito creches que nós pesquisamos, nós identificamos mais de cem títulos específicos para bebês disponíveis na sala dos bebês. E aí eu vou mostrar para vocês um dado.

Pode passar o próximo, por favor.

Os livros que nós encontramos nas creches que nós pesquisamos não tinham nenhuma representatividade indígena ou amarela, nem quilombola. E muito pouca representatividade negra.

Então, eu queria convidar os senhores e as senhoras aqui presentes, e os que nos acompanham pelas plataformas, a criarem políticas públicas para promoção de literatura infantil escrita por autores negros, indígenas e quilombolas. Políticas para fazer com que esse tipo de literatura também se faça presente em todas as escolas e, inclusive, nas privadas, porque precisamos educar também a população branca para uma sociedade não racista.

Precisamos de que todos possam proteger as crianças quilombolas, indígenas e negras. Sobretudo, minha missão aqui hoje é sensibilizar cada um de vocês para a importância de que os programas de compra de livros para creches preveja compra de livros de pano, livros de banho, livros de papel cartão e – por que não? – livros de temáticas negras, indígenas e quilombolas, com textura, livros acompanhados de fantoches, com bonecos com os personagens das histórias, com quebra-cabeças específicos para crianças bem pequenas, painéis interativos, num tamanho adequado para mãozinhas pequenas, e não nesse tamanho A4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode parecer um sonho, porque esses materiais que eu estou reivindicando talvez nem existam no mercado, mas, quando o MEC anuncia que vai comprar um tipo específico de material em grande quantidade e prevê um valor que permita a produção do material em questão, todas as empresas se organizam para produzir esse material.

Então, eu gostaria de terminar minha fala hoje perguntando a vocês, especialmente aos Senadores e representantes do Ministério da Educação: o que cada um de vocês pode fazer para garantir que as creches comecem a receber literatura infantil, negra, indígena e quilombola produzidas nos formatos de pano, banho e papelão adequados aos bebês? Esse é um pedido simples, mas o custo desse tipo de material não é o mesmo do de um livro de papel.

Espero que os próximos editais do PNLD Literário possam prever um valor diferenciado para estimular a apresentação e a oferta de títulos produzidos com os materiais adequados para os bebês e que possamos mudar o cenário apresentado nesse gráfico.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Profa. Gabriela, a senhora tirou o fôlego da gente aqui.

Eu estou com muitos educadores aqui: eu estou com o Felipe Locatelli, Diretor da Editora Eiros do Brasil; o Danilo de Souza, da Assessoria de Gabinete da Secadi, da Secretária que esteve aqui; a Isabela Freitas, da Prefeitura Municipal do Guarujá; Kerlene, Coordenadora Pedagógica, Centro de Ensino Médio Setor Oeste; Marisa Corrêa, Gestora de Políticas Públicas da Secretaria de Educação do DF.

Professora, nós estamos falando muito sobre primeira infância e o Brasil está aprendendo sobre primeira infância. É neste momento que muita coisa é formada.

Se a criança na creche não tem acesso a um fantoche de...

Mostra seu fantoche. Apresenta ela. Quem é ela?

(*Procede-se à apresentação artística da fantoche Angel, uma boneca que representa a criança quilombola do Pará, interpretada pela Profa. Mariléia de Paula.*)

"*Oi, Senadora. Tudo bom? Eu sou a Angel. Bom dia, pessoal. Tudo bom?*"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

"*Eu vim do quilombo, lá do Pará. Posso falar uma coisa muito importante? Precisamos proteger as crianças contra os abusadores, não só em maio, mas o mês inteiro. Mas já que o Maio Laranja está chegando, Senadora, tenho uma sugestão. Que tal todos vocês procurarem a liderança quilombola da sua cidade e promoverem uma ação do Maio Laranja? Para as pessoas aqui do DF, os quilombos mais próximos ficam na Cidade Oriental... Ocidental... Ai, meu Deus, esqueci! E lá no Quilombo do Kalunga, o maior do Brasil em territórios. Beijo! Beijo, tia! Me leva lá, professora, que eu vou falar com os bebês. Tem mais gente lá em casa, tem indígena, tem cigano, tem vários bonecos para complementarmos a etnia brasileira. Beijos!*" (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Professora, se uma criança na creche... Aí alguém vai dizer assim: "Ah, mas esses livros da creche, ela vai ter acesso em casa". Tem criança que não tem o que comer. Vai para a creche para comer. Você acha que ela vai ter acesso a livro inclusivo em casa se a creche não estiver proporcionando?

A senhora trouxe um desafio para a gente, hoje, fazer uma reflexão. Se, lá na creche, essa criança só está vendo fantoches que representam pessoas brancas e não têm acesso a um fantoche que represente as crianças negras, como é que ela vai desenvolver a inclusão se o material que está sendo dado para ela na primeira infância não é o material que fala de inclusão? A senhora, realmente, hoje vai nos deixar inquietas.

Muito, muito obrigada por sua participação e eu estou muito contente que a senhora esteja aqui com a gente.

Nós vamos formar a segunda mesa, só temos mais três pessoas para falar e elas vão cumprir os dez minutos.

Então, eu vou pedir que a Profa. Gabriela, com seu rico material, possa voltar para a bancada, e também a Profa. Mariléia, com seu rico material. Mas eu vou pedir ao Prof. Natanel que continue aqui, com a sua roupa linda, maravilhosa.

Eu quero chamar para compor a mesa agora Odair Marques da Silva, Professor Doutor; Editor e Escritor na Editora Eiros do Brasil (*Palmas.*) membro do CEPRacial (Centro de Estudos e Pesquisas em Justiça Racial da Universidade Zumbi dos Palmares); Autor do livro *Atlas Geocultural*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da África, adotado em escolas públicas e privadas; Doutor em Ciências da Cultura da Utad, Portugal (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal); Mestre em Gestão na Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp.

O senhor é só tudo isso, Doutor? (*Risos.*)

O SR. ODAIR MARQUES DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Muito obrigado pela recepção.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bem-vindo, Professor.

Quero chamar Eugislane Kawala Moreira Lima Karaja, Doutora e Mestra em Ciências do Ambiente pela UFT (*Palmas.*) Educadora em Educação Escolar Indígena e Educação Antirracista, Servidora da UFT e Seduc/TO.

Muito bem-vinda, Professora! (*Pausa.*)

Quem não olhou, olhe o vestido dela. (*Risos.*)

E quero convidar Eloísa Bombonatti, Pesquisadora e estudiosa das contribuições históricas de africanos e afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira. (*Palmas.*)

Enquanto o material deles está sendo organizado, nós vamos ter mais uma apresentação musical.

Hoje esta audiência está incrível! Estou muito feliz com a presença do grupo cultural.

Sim, Professor?

O SR. NATANAEL DOS SANTOS – Esta canção é uma canção muito rica e é uma canção que vai trazer uma grande reflexão sobre o que a gente está fazendo aqui, porque é muito fácil você ouvir uma música no idioma africano... Você até canta, gosta, mas não imagina o que nós estamos cantando. Então, nós vamos cantá-la agora, e depois a tradução, para vocês entenderem como o africano é importante dentro da história do nosso país.

(Procede-se à apresentação da música Siyahamba pelo Quinteto Griô Educacional.) (*Palmas.*)

O SR. NATANAEL DOS SANTOS – Agora, a surpresa: a tradução, Felipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apresentação musical do Grupo Griô*)

O SR. FELIPE BRAZ SANTOS – Caminhando pela luz de Deus

Caminhando pela luz de Deus

Caminhando pela luz de Deus

Caminhando pela luz de Deus. (*Palmas.*)

O SR. NATANAEL DOS SANTOS – É isso, é só isso, e para falar do que estamos falando aqui, que é a africanidade, povos indígenas: se você não caminhar com a luz do seu Deus – preste bem atenção! –, você não vai a lugar nenhum. Tem que caminhar na luz de Deus.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau!

Vamos ouvir agora o Prof. Odair Marques da Silva.

Professor, é uma alegria tê-lo conosco. Gostei do seu boné.

O SR. ODAIR MARQUES DA SILVA (Para expor.) – Bom dia, Senadora Damares Alves.

É uma grande honra estar presente nesta audição, aqui no Senado, em Brasília, para conversarmos sobre as contribuições de africanos e afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira. Que tema lindo encontrado pelo gabinete, e é uma alegria muito grande estar aqui! Um bom dia para todos vocês.

Quero também aproveitar e fazer o agradecimento ao Prof. Natanael dos Santos, que nos convidou para estar aqui presente, e na presença dele quero agradecer a todos os outros participantes da mesa. É muito agradável poder participar de uma Comissão de Direitos Humanos quando passamos por uma fase da sociedade bem tensa. A humanidade precisa de pessoas que sejam solidárias e amáveis umas com as outras.

O nosso comentário vai ser o seguinte, eu queria que vocês pensassem – eu tenho uma pergunta interessante –: quando nós usamos a palavra "África", o que passou na sua mente? O que vem na sua memória hoje? A palavra "África" gera uma série de imagens. Que imagens te surgiram? São imagens que nós vemos na escola, na mídia, na comunidade, nas relações com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas, mas será que existe uma outra África, Senadora, para nós podermos trabalhar a autoestima das nossas crianças?

Por gentileza, o próximo para mim.

Se vocês vissem esta fotografia, vocês diriam que é uma cidade africana? (*Pausa.*)

Pois é, esta é Addis Abeba, é uma foto do centro dessa cidade, e ela é a capital da Etiópia. Olha que impressionante!

Na nossa memória de 30 anos atrás, nós fizemos grandes campanhas no mundo inteiro contra a fome na Etiópia, vimos as crianças raquíticas, nenês, e ficamos com essa impressão de que é um país totalmente pobre, fragilizado, que possui péssimas condições de vida.

Esta é a imagem que nós gostaríamos de trazer para compartilharmos hoje. Olharmos o continente africano como um continente que nos atrai.

E a pergunta que eu faço é: professores, professoras, Senadora, Natanael, será que com a imagem que nós temos do continente africano, nós desejamos viajar para lá? Nós desejamos fazer turismo neste continente? Nós desejamos fazer um intercâmbio universitário?

Há um apagamento nas nossas escolas, Senadora, sobre o que é o continente africano, e, pasmem, poucos estudantes... eu faria até um desafio para vocês: vocês sabem que existem 54 países no continente africano?

Nesta semana eu estava conversando com uma pessoa, Senadora, e ela falava assim: "Olha, o Brasil tem que ter relacionamento com a África, a África é um lindo país, a África tem tudo para crescer, mas ainda é pobre, é subdesenvolvida!"

A África é um continente gigantesco! Cabem três Brasis de tamanho – o Brasil já é enorme, é um país continental, é o que se diz –, cabem três tamanhos de Brasil dentro do continente africano – para ser exato, três Brasis e meio. É enorme, é impressionante, e são 54 países com culturas totalmente diferentes. Não dá para comparar a cultura do Egito, que fica na África, com a cultura da África do Sul, com a cultura da Nigéria, que é o país de maior população negra no mundo – aliás, o segundo país somos nós, de população afrodescendente, no mundo –, com o Marrocos, que é um outro país africano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é a nossa reflexão.

E aqui nós gostaríamos de passar para vocês algumas imagens gostosas para termos nas nossas escolas, para pesquisarmos. Uma delas, já passei anteriormente, é a do país Etiópia, um país que está crescendo, é um dos cinco países que mais crescem em PIB no mundo hoje a Etiópia. E na Etiópia existe um museu que eu acho superlindo. Chama-se Museu da Vitória, que é um museu feito em homenagem ao único país africano que não foi colonizado e invadido pelos europeus. A Itália tentou invadir a Etiópia, perdeu a guerra, e aí eles criaram esse Museu da Vitória, que lembra essa referência.

E, para curiosidade de vocês, a maior parte dos países europeus tem uma bandeira que tem o verde, o amarelo e o azul, que são as cores da Etiópia. Em homenagem a essas cores, você encontra muitas bandeiras dos países africanos com isso, como curiosidade. Mas olha só... Olha que lindo! Se eu mostrasse para vocês e não falasse que isso ficaria num país, Etiópia, a gente ia falar que isso fica aqui em Brasília, em São Paulo, no Rio, num país europeu. Então, eu os estimulo hoje, como desafio, a colocarmos, na nossa lista de desejo, irmos visitar um país africano ao menos uma vez em nossa vida, como meta de atividade, inclusive para o nosso crescimento pessoal.

O próximo... (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Uau!

O SR. ODAIR MARQUES DA SILVA – Aqui também é uma outra vista ampliada de Addis Abeba, capital da Etiópia. É uma das capitais que mais crescem hoje no mundo em infraestrutura, em desenvolvimento humano.

A gente fala de África, o que passa na nossa mente? Pobreza, subdesenvolvimento, fragilidade, problema de saúde, guerra, são situações... Isso vai criando um afastamento do nosso desejo de identidade com o povo africano, mesmo nós como negros e negras. A gente não tem esse desejo de visitar a África. A África que nos mostram é a África dos livros, que é o escravizado, sem roupa, sofrido. Como nós vamos nos identificar nos livros com isso? Então, Senadora, uma das nossas principais teses é: os nossos livros devem mostrar esta África que eu vou mostrar para vocês, porque, ao mostrar a África fragilizada, nós geramos afastamento. Se nós mostramos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

África bonita, nós geramos identidade e aproximação. Então, esta é a África que eu gostaria que estivesse nos livros escolares: cidades lindas, sofisticadas, urbanas, cheias de artes.

O outro... (*Pausa.*)

Para a surpresa de vocês, uma coisa bacana são as universidades africanas. Então, como curiosidade, Senadora, vocês sabiam que existem 2 mil universidades no continente africano? Duas mil universidades, para fazer intercâmbio, para nós conhecermos, visitarmos. Aí é um desafio para o MEC. Eu sei que o MEC está fazendo um esforço para fazer intercâmbio com universidades africanas, mas é muito tímido esse intercâmbio, e nós brasileiros temos que nos relacionar.

Essa aqui é a Universidade Agostinho Neto, que fica na cidade de Luanda, a capital de Angola. É uma linda cidade e não perde para a UnB, para a USP, para a UFRJ, em estrutura, em beleza, em formação de pessoas. Então, esse é um desafio nosso para nós nos aproximarmos. O Senado é muito importante para isto: fomentar junto ao MEC, aos ministérios, a aproximação nossa com as universidades africanas. Esse é um desejo muito grande.

Próximo... (*Pausa.*)

Está tortinho. Acho que não consegue virar, né? Essa aqui é uma universidade que fica no Botsuana. A gente nunca ouviu falar do Botsuana no Brasil. É um lindo país, é um dos países que tem o 5º maior PIB africano, é um país rico, onde praticamente não há analfabetismo. Em Botsuana, para vocês terem ideia, praticamente todos os jovens têm direito a ir para a universidade. E a gente nem conversa sobre esse desconhecimento do Brasil dos países africanos, o que é um desafio enorme para os nossos métodos de ensino e para os conteúdos curriculares.

Aí fica um desafio, Senadora: para que aqui no Senado, e talvez através do seu mandato, desafie o MEC a inserir conteúdos sobre os países africanos nos materiais escolares, porque são fraquíssimos, principalmente esses mais modernos.

O próximo é também uma outra imagem.

Vocês imaginam, em África... Olha, parece uma UnB, uma USP, uma Unicamp. Não tem diferença no sentido das estruturas que nós temos. A gente tem a impressão de que, em África, os estudantes estão em cabanas, em situações precárias; aliás, a maioria das fotos e imagens que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passamos são de crianças famintas, sem as roupas adequadas, embaixo de árvores. Isso é um mito. Não é que não exista. É tanto quanto no Brasil: se você vai ao interior do Piauí, a uma região do Sertão pobre, onde não tem água, você vai ter ali e vai falar que aquela escola... Mas lá também tem uma cidade como Brasília, com estrutura igual. Então, a nossa relação com eles tem que ser alterada. E essa relação gera uma baixa autoestima nas crianças negras e pardas, porque se eu não enxergo, lá na minha origem, esse tipo de universidade, esse tipo de estrutura, eu também fragilizo o meu desejo de estudar, de me profissionalizar, de ter influência na sociedade.

O próximo exemplinho.

Então, o que eu queria comentar com vocês é que há uma África ausente da escola, da creche ao fundamental, ao médio e à universidade. Esta África, este continente, esses 54 países, no que eles estão de crescimento econômico, de pujança, está ausente dos nossos livros, dos nossos conhecimentos e da formação de professores. Isso é incrível. Eu comento – eu tenho dado palestras, inclusive para universidades e faculdades – que os professores desconhecem essa África quanto mais os estudantes. Então, é um desafio enorme para nós.

Aqui é um centro urbano, justamente ali em Gaborone, capital do Botsuana. Se a gente falar em Botsuana, eu tenho a sensação lá de Tarzan, de selva. Essa é a imagem que nos é colocada. Mas olha só: é um shopping center urbano, carros de última geração, povo rico, lindo, e que é desconhecido das nossas mídias e dos nossos materiais.

O próximo.

Aqui é o centro de Namíbia, Windhoek. Eles chamam Windhoek. "Winduque" é o jeito de pronunciar. Eu estava tentando imaginar o nome – e olha como foge, não é? – sem ler. Mas essas são cidades a que eu já fui, Senadora. Já estive em dez países africanos com as pesquisas que estamos fazendo e o nosso desafio é este: mostrar que existe uma outra África que nós brasileiros não conhecemos. Dá a impressão até de que há uma intencionalidade de as nossas crianças não virem esse tipo de informação e se sentirem diminuídas, com a sua baixa autoestima, e não desejarem um crescimento escolar, um crescimento profissional.

Essa aqui é uma praça no centro de Windhoek, na Namíbia. Olha, não é diferente dos grandes centros brasileiros organizados. Olha que lindo espaço!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

Aqui é uma vista superior dessa mesma cidade, Windhoek. No começo, ela foi tomada por alemães. Então, vê-se ali uma igreja de caráter luterana, nesse cantinho, mas olha a beleza dessa capital, é a capital da Namíbia! Olha que belos prédios, que belas ruas, limpas, sofisticadas, o que nunca me foi mostrado em todo o meu período escolar, inclusive no universitário.

Próximo.

Essa aqui é Joanesburgo, capital da África do Sul. A África do Sul já é um pouco mais conhecida de nós...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Por causa do futebol.

O SR. ODAIR MARQUES DA SILVA – ... pelo futebol, mas, mesmo assim, esse tipo de cidade não nos é mostrado. Mostram o ginásio...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Mandela.

O SR. ODAIR MARQUES DA SILVA – E a luta do Mandela, na época do passado, mas é a cidade, inclusive, onde Mandela nasce e o Bispo Desmond Tutu.

Então, o que eu queria mostrar é essa urbanidade, que se parece com São Paulo, Rio, Belo Horizonte, não faz diferença nenhuma das nossas estruturas.

Bom, aqui é uma imagem de um trabalho que nós temos feito nas escolas, em muitas escolas municipais. Muitas secretarias de educação têm se aproximado dessa concepção de mostrarmos, junto dessa reflexão de aumentar a autoestima das nossas crianças, principalmente negros e negras, que não se enxergam nas imagens europeias ou norte-americanas que estão nos nossos livros... Elas precisam se enxergar nos nossos livros e desejarem ir para uma universidade, frequentá-la.

Aqui é um trabalho muito lindo, que foi feito em Osasco, em todas as escolas municipais. Nós ficamos muito contentes com isso, e esse tem sido o nosso trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agradecemos ao Prof. Natanael, nosso grande parceiro. Temos estado nas escolas mostrando uma África, um continente africano, 54 países, que não estão nos nossos materiais didáticos, e os professores também não possuem na sua formação universitária. Esse é o nosso desejo.

Então, eu fico aqui agradecendo imensamente ao Prof. Natanael, ao Senado Federal e à Senadora Damares esse convite, parabenizando-os por essa iniciativa.

Finalizo presenteando o gabinete com um dos nossos livros. Esse é um Atlas Geocultural da África, o nosso espaço. (*Palmas.*)

Senadora, eu vou deixar um também para, depois, presentear a escola presente aqui, a escola que veio, para que eles também tenham para a sua escola. Agradeço-lhe por esta audiência pública, que é muito, muito importante para o Brasil moderno e para que nós avancemos nessa nossa perspectiva, porque a gente só vai crescer se tiver espelhos e referências que nos encaminhem, que nos deem passo para a frente. Muitas vezes, no nosso erê, nas nossas educações étnico-raciais, nós olhamos só para o passado, para a história do negro, para a escravização ou para as fragilidades que nós temos.

E há um potencial enorme de crescimento pessoal, inclusive na escola. Às vezes a baixa autoestima é gerada porque eu não tenho referências.

Então o nosso trabalho tem sido esse, e fica a nossa gratidão, Senadora.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Professor, o senhor vai causar um grande problema. Todo mundo vai querer ir para a África agora. (*Risos.*)

Todo mundo vai querer ir para lá.

Mas, Professor, vou lhe falar: até mesmo na área do turismo, os pacotes que nos são oferecidos para a África só nos mostram macacos e leões, e safári. Eu acho que a gente vai ter que fazer uma releitura do todo, de forma transversal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, gente, eu estou recebendo muita mensagem aqui: "Por que você trouxe violino para uma audiência pública que fala de África? Cadê os tambores e a capoeira?". Olhem como as pessoas ainda estão vendo a África.

Na África se toca violino, Professor? Na África tem orquestra? Responda, Prof. Odair.

O SR. NATANAEL DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – Odair, fala do ritmo.

O SR. ODAIR MARQUES DA SILVA – Eu acho que vou até deixar um pouquinho, um minutinho, para o Prof. Natanael, que é especialista nisto, porque a origem de todos esses instrumentos é em países do continente africano. E ele possui toda uma literatura sobre a origem. O violino, na sua origem, as cordas nascem no continente africano. Não somente a bateria dos tambores; as cordas nascem no continente africano e são a base de toda a musicalidade mundial. Então é muito lindo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas as crianças negras no Brasil não sabem disso; as escolas não sabem disso.

Prof. Odair, uma outra coisa que me perguntaram aqui... Gente, a internet está bombando, porque nós estamos ao vivo para todo o Brasil. Já que não tem ninguém brigando na CPMI, está todo mundo assistindo à gente. Que bom!

A pergunta é: começou-se a audiência cantando uma música cristã. Na semana passada, eu fui a um evento da Embaixada do Congo. E aí eu quero dizer para vocês que a atual Embaixadora do Congo é cristã, filha de pastor, neta de pastor e evangelista. E, na Embaixada do Congo, depois que a gente comeu, a gente foi dançar ao som de música cristã. Aí eu pergunto, Prof. Odair: tem cristãos na África? A gente fez tudo errado aqui? Tem cristãos na África, Professor?

O SR. ODAIR MARQUES DA SILVA – Milhões, milhões.

Cerca de – um dadinho interessante, né? – 40% a 45% da população africana é cristã – quase 50%. O que nós não comentamos é que o estilo de cristianismo deles tem diferenças com relação aos nossos estilos de cristianismo. Oitenta porcento da Etiópia, da qual eu falei para vocês – falando por baixo –, é cristã – igreja cristã etíope. Onde dizem, curiosamente, que está a Arca da Aliança? Está lá, guardada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, existem todas umas configurações nas quais eu não vou entrar hoje, porque seriam muitas curiosidades, Senadora, mas 45% da África é cristã, cerca de 40% é muçulmana e os outros 10% são ligados ao que nós chamamos de religiões de matriz africana, com aquelas características que são diferentes das nossas; religiões de matriz africana são outras, mas têm perfis idênticos. Então, a maioria do continente está entre essas duas características – inclusive, o Presidente do Quênia, hoje, é cristão. É normal lá, é que essas informações não nos chegam.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso faz toda a diferença, gente – toda a diferença.

Tanto o Prof. Natanael, como o Prof. Odair, como a Mariléia, como a outra expositora, a Dra. Gabriela, falaram sobre positividade, sobre a gente falar das coisas positivas para que as crianças negras no Brasil tenham muito orgulho. Meu bisavô veio da Etiópia. Olhem que país lindo!

Eu acho que a gente, hoje, quebra um paradigma aqui nesta Comissão. Eu acho que a gente muda o debate sobre o enfrentamento ao racismo no Brasil, sobre a contribuição da África para o Brasil. Eu acho que a gente muda o paradigma, e tudo que é novo assusta.

Calma, quem está nos assistindo, calma! É exatamente isto que a gente queria: trazer essa discussão sobre outro ângulo, sobre um ângulo da verdadeira África e do orgulho de se ter esse cabelo.

Agora, eu estou muito brava com o meu professor – muito brava! – e muito brava com o Sorine, que eu tenho que usar todo dia, Professor, aqui no DF. (*Risos.*)

Muito obrigada, Prof. Odair, por sua participação.

Na sequência, vamos ouvir a Dra. Eugislane, Mestre em Ciências do Ambiente pela UFT e Educadora em Educação Escolar Indígena e Educação Antirracista.

Bem-vinda, Doutora.

A SRA. EUGISLANE KAWALA MOREIRA LIMA KARAJA (*Fora do microfone.*) – Obrigada.

Estão me ouvindo bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estamos.

A SRA. EUGISLANE KAWALA MOREIRA LIMA KARAJA (Para expor.) – Gostaria de cumprimentar a todos os presentes; a Senadora, por nos receber, por trazer essa temática tão importante, essa discussão tão importante neste momento, e por estarmos aqui, compondo esse debate e essa conversa.

Gostaria também de cumprimentar a todos aqueles que estão aqui, que estão nos assistindo também, que têm um compromisso com o fomento de uma educação antirracista, com a promoção de uma educação que preveja as realidades e as outras formas de aprendizagem que existem aí no Brasil, que são plurais e sobre as quais a gente vai falar um pouquinho.

Como a Senadora Damares me apresentou, sou Eugislane Kawala, indígena do povo carajá xambioá. Sou doutora, mestre e graduada, por meio do sistema de cotas raciais, na universidade. Eu saí da minha aldeia para fazer pedagogia, para estudar, para estudar em uma universidade federal, e encontrei o caminho da academia como uma ferramenta para me apropriar desse conhecimento da sociedade não indígena, para me capacitar tecnicamente para isso, para poder hoje discutir um pouco melhor e apresentar o nosso ponto de vista.

Então, hoje eu estou aqui... Parece que eu estou um pouco perdida e deslocada por ser indígena e estar discutindo a questão da educação quilombola, mas eu vou situar vocês para que a gente entenda um pouco como essas duas populações, esses dois grupos estão conectados quando a gente pensa em políticas públicas.

Então, o convite veio para a gente discutir um pouco sobre isso por quê? Quando a gente pensa em populações tradicionais, a gente sempre pensa – óbvio, né? – no quilombo, nos quilombolas e nas populações indígenas do Brasil, porque, historicamente, não dá para discutir e falar de nação brasileira sem falarmos desses dois grupos. Esses dois grupos foram essenciais e fundamentais para a fundação da nação Brasil que temos hoje.

É óbvio que hoje eu estou aqui falando a partir de um lugar de fala, um lugar de fala como pessoa indígena, de vivência, de formação acadêmica e com propriedade para falar sobre esse tema, porque é um tema que, para nós que vivemos e dependemos dessa educação, é essencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele não é só importante, ele é essencial, essencial para a vida. Hoje, a gente está falando um pouco... A gente precisa fazer o *link* com a proteção do direito da criança, e, para falar em proteção da criança, do direito da criança quilombola, a expositora falou mais cedo, a gente precisa defender o território.

Então, a Constituição vem e garante aos povos indígenas, às populações quilombolas o direito ao território. Por quê? Porque é aí que a gente começa a perceber a nossa identidade, a nos reconhecer como pertencentes a um grupo, a um território. Então, a nossa identidade está totalmente vinculada ao território em que a gente vive. Então, esses dois grupos começam a ter afinidades, a gente começa a falar em questões que são inerentes aos dois grupos. Então, o primeiro ponto é a questão do território.

O segundo ponto é a gente falar sobre retratar na história brasileira o que, de fato, aconteceu. Porque o que a gente ouve e se propaga ao longo dos séculos é que o Brasil, ele foi... Os portugueses chegaram ao Brasil de forma pacífica e se apropriaram do território. Aí, a gente fala da colonização, a gente fala de todo esse processo. Na verdade, eles invadiram este país, mas não é essa a história que é contada nos livros de história, nas escolas não indígenas, nas escolas indígenas... Pasmem, a gente está lá, o livro didático chega, e é essa a história que é contada, a história de que os portugueses descobriram o Brasil, de que o Brasil foi descoberto.

Então, acho que essa é a primeira mentira, a primeira *fake news* que foi inventada foi que o Brasil foi descoberto. Ele não foi descoberto, ele foi invadido e de uma forma violenta.

Eu gosto muito do Ailton Krenak, que ele traz algumas ponderações muito importantes, e ele traz essas questões históricas de uma forma que nos leva à reflexão de que, quando os portugueses chegaram aqui, eles encontraram um lugar que, para eles, era hostil, mas, para nós, era nossa casa, vivíamos aqui. Se nós não tivéssemos acolhido os europeus, eles não teriam sobrevivido neste território, porque eles não sabiam o que podiam ou não comer, o que tinha veneno e o que não tinha. Eles chegaram aqui famélicos. Quando eles chegaram aqui, eles estavam vagando pelo mar, encontraram este lugar e foram bem recepcionados. Para nós, o grupo que chegou era mais um na diversidade que já existia no Brasil.

Pena que eles não enxergaram dessa forma. Enquanto a gente acolheu, com toda a recepção que a gente podia, eles observavam e já tinham um olhar de propriedade do que eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

iriam se apropriar do nosso território. Então, todo esse contexto histórico é que é recontado por séculos e séculos na história do Brasil.

A outra inverdade é que os indígenas – e, pasmem, eu já ouvi isso de professores na universidade – não serviam nem para ser escravos e que, por isso, os africanos vieram da África para serem escravizados aqui. Na verdade, nós nos recusamos a ser escravizados.

O dado do censo sempre nos mostra que a maior população indígena está na Região Norte do Brasil. Por quê? Porque a gente foi se esconder mesmo; a gente foi mata adentro porque eles não conseguiam nos encontrar. Então, para tudo há uma explicação. E nós já estávamos aqui, nós éramos originários, nós somos originários desse território. Então, é por isso que povos originários é sempre uma palavra muito bem-aceita, porque nós éramos originários antes da chegada de qualquer outro povo, outra nação.

E aí a gente tem esse contexto histórico em que nós temos os africanos chegando ao Brasil forçadamente, como bem o Prof. Natanael falou, sendo escravizados pelo fato de terem um conhecimento. A gente tem tecnologias que até hoje se mantêm vivas: tecnologias de plantio, tecnologias de curas medicinais; são tecnologias. Então, são formas diferentes de ver o mundo, são formas diferentes de lidar com a natureza, são formas diferentes de olhar para a natureza – e não olhar com o olhar de propriedade, mas com o olhar de que nós fazemos parte de tudo isso.

As pessoas sempre falam que o indígena trocou o pau-brasil por um espelho. Mas, assim, para nós, era uma curiosidade. Não que nós éramos atrasados, mas era uma novidade, e nós jamais imaginávamos que o que eles queriam era juntar riquezas. Porque isso é um pensamento que a gente precisa desmistificar: que o indígena não gosta de trabalhar. Na verdade, a gente não está preocupado em juntar riquezas. Porque, para nós, o nosso maior patrimônio está em vivermos bem, com saúde, num meio ambiente que vá servir para as nossas futuras gerações. Então, você dificilmente vê os indígenas com esse pensamento de propriedade, de acumular riquezas, que é diferente do de outras sociedades, do de outros grupos.

Então, a gente vai juntando esses dois grupos num processo histórico e a gente vai chegando no que nós temos aí pós-Constituição, em que a gente tem o direito aos territórios e a gente tem o direito garantido constitucionalmente a uma educação diferenciada. Por anos e anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e anos e anos de um processo de colonização, de tentativa de epistemicídio, de genocídio, enfim, nós tivemos esse direito garantido.

E, quando a gente fala numa educação diferenciada, é uma educação que leva em consideração o conhecimento das populações indígenas. E aí, quando a gente pensar em indígenas, a gente não pensa em um grupo ou em generalizar todos os povos indígenas; nós temos mais de 300 povos vivendo hoje no Brasil, povos distintos, mais de 200 línguas indígenas são faladas no Brasil, além do português, então nós temos nações que são bilíngues, que são poliglotas, que falam mais de duas línguas. Então nós temos uma variedade de povos originários vivendo em território brasileiro ainda, e essas populações têm suas organizações sociais, seus costumes, a sua forma de organização, de alimentação, enfim. E a Constituição garante que esse conhecimento seja levado em consideração no currículo da escola. É isso que a Constituição diz. É o que a gente tem na prática? Nem sempre. Então a gente está falando de um processo de educação, dentro das escolas indígenas e quilombolas, que seja uma educação que leve em consideração os saberes e fazeres de cada grupo. Temos uma vertente. E nós temos avançado em muitos projetos, em muitas políticas públicas.

Mas a gente tem outro lado. Porque nós temos, por um lado, a Constituição, que garante que esses grupos terão ou devem ter uma educação diferenciada, bilíngue e intercultural, e aí o movimento indígena, o movimento quilombola, luta para que isso se efetive por meio das políticas públicas, mas a gente tem o restante da sociedade, que é muito grande, que também precisa ser alfabetizada, vou dizer assim, letrada racialmente. Porque nós temos um processo de racismo estrutural que está arraigado na sociedade brasileira, e como que a gente vai quebrar uma estrutura? A gente vai ter que refazer essa estrutura, a gente vai ter que refazer esses pensamentos. E como que a gente refaz isso? Reconhecendo esses conhecimentos, essas formas diferentes de viver, esses povos que existem dentro desse território nacional que é o Brasil. Então a gente está falando aí, e trago para esta nossa audiência, para esta nossa conversa, um ponto central: a gente está falando e levantando o processo, a perspectiva, a percepção da educação intercultural e, quando eu falar em educação intercultural, não é só para os povos indígenas e quilombolas; é a educação intercultural também nas escolas não indígenas. Porque aí a gente tem a Lei 10.639 e a Lei 11.645, que vêm falar que é obrigatório o ensino da história afro-brasileira, africana e indígena nas escolas, então a gente precisou de uma lei que obrigasse os estados a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ensinar isso nas suas escolas. E aí, pós, a gente tem aí a última atualização dessa lei, que foi 2008, e até hoje a gente está aqui discutindo isso, como fazer isso?

Para não me estender muito, acredito que o Estado brasileiro, a partir das cotas raciais, deu um passo muito importante nesse processo porque, a partir das cotas raciais, nós começamos a nos qualificar como agentes das nossas políticas, e isso é importante.

No Estado do Tocantins, nós temos hoje uma equipe que trabalha na educação do estado, na diretoria da educação do estado, que é formada por vários indígenas qualificados. E nós encabeçamos o projeto de termos, nas escolas não indígenas, livros, fascículos, que contem a história dos povos do nosso estado. Nós temos hoje reconhecidos, no nosso estado, oito povos, nove recentemente, que têm território. Então, a partir desses povos com território, nós colocamos isso num livro, e esse livro é contado pelos próprios indígenas do próprio povo. Então, nós temos nos fascículos o próprio indígena, o professor educador escreveu e disse como é o meu povo, como é a organização social, como é a relação com o meio ambiente, onde ele está localizado, qual é a população, quantas aldeias existem, para que o não indígena, o estudante do ensino médio não indígena conheça, pelo menos, os indígenas do seu estado.

Então, esse trabalho a gente tem feito no nosso estado. Por quê? Porque nós entendemos que o conhecimento liberta. Então, só a partir desse letramento racial é que a gente vai começar a quebrar com esse processo de preconceito histórico que a gente tem na sociedade brasileira. Então, é um trabalho que a gente tem feito.

A minha fala hoje, no contexto de educação antirracista, pensando na educação das crianças quilombolas e na proteção dos direitos da criança, é dizer que, como educadora, como pesquisadora, o caminho que eu aponto e por que eu percebo a mudança é através dos livros didáticos, é através dos livros paradidáticos, contados pelos próprios indígenas, pelos próprios quilombolas, por pessoas com lugar de fala, para poder mostrar a realidade para quem não é indígena ou quilombola, porque a partir daí é que as pessoas vão ter conhecimento. E aí é tudo o que a gente tem discutido aqui, tudo o que a gente conhece a gente passa a entender e a aceitar melhor. Se eu não conheço, é melhor eu dizer que o nariz é achatado, porque eu não conheço o contexto. Então, é trazer esse contexto para dentro das escolas não indígenas, numa perspectiva intercultural com as populações indígenas e quilombolas. E, dentro da educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígena e quilombola, é fortalecer os saberes e mostrar para o aluno indígena e quilombola que eles têm uma identidade: "Quem eu sou?".

E a gente está hoje também no Tocantins, numa outra vertente de criar os livros didáticos dentro das escolas indígenas, a partir da realidade local, trazer esse contexto local para que o aluno, na alfabetização, tenha um contexto real para ele poder se apropriar melhor da grafia. Então, a gente tem todo um contexto, toda uma discussão.

A educação infantil tem ganhado uma proporção muito grande neste Governo atual, da alfabetização na idade certa, só que a gente tem contextos que são variantes nesse processo, na educação quilombola, na educação indígena. A gente precisa pensar a educação infantil, mas pensar num contexto que respeite as particularidades daquele contexto.

Então, hoje, a minha fala é para que a gente pense e use aqui este espaço da audiência pública, não só como um lugar de fala, mas como um lugar também de pensar no compromisso com a educação antirracista, mas pensando num direcionamento de recurso público que financie esses projetos que vão, de fato, ser eficientes e eficazes, dentro da sala de aula, e ajudar o educador que não sabe como fazer o que ele tem que fazer. Então, não adianta vir uma lei e dizer que tem que ser feito, mas o professor precisa ser qualificado, ele precisa ser capacitado para isso. E, para isso, tem que ter material. Não adianta juntar o pessoal em uma sala e dizer que está fazendo capacitação. Não, você tem que dar o direcionamento. Então, é usar esse lugar como espaço não só de fala, mas de compromisso público para as políticas públicas também.

Então, assim, fica o apelo para que a gente pense e repense esses direcionamentos das políticas públicas e que os professores, educadores, indígenas e quilombolas façam parte desse processo e dessa construção.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! Profa. Eugislane Karaja.

Professora, a senhora está na secretaria de educação?

A SRA. EUGISLANE KAWALA MOREIRA LIMA KARAJA – Eu estou na Secretaria de Educação (*Fora do microfone.*) do Estado e eu também sou servidora na Universidade Federal do Tocantins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, é por isso que o seu estado está produzindo material. A importância de ocupar esses espaços! E eu tenho que cumprimentar o Governo do Estado do Tocantins.

Mostra o material de novo aí, Professora. Gente, olha isso aqui!

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Olha isso aqui, gente!

Você trouxe quantos para distribuir para a gente? (*Risos.*) (*Palmas.*)

Olha só que lindo, olha!

A SRA. EUGISLANE KAWALA MOREIRA LIMA KARAJA – Esse trabalho foi feito em parceria com a Editora Griô. Quando a gente chegou, assumiu... Essa equipe de que eu estou falando é a equipe de servidores, professores indígenas concursados. O estado fez um concurso e abriu vaga específica para professores indígenas atuarem. E aí, esses concursados... A gente chegou nessa nova gestão e havia um processo de licitação com a editora, havia esse projeto já em andamento, mas a gente, em acordo com a Griô, sugeriu que fosse feito pelos próprios indígenas...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. EUGISLANE KAWALA MOREIRA LIMA KARAJA – ... e que trouxesse esse contexto local, porque a gente tem um número expressivo de indígenas no Tocantins, mas a população do Tocantins é de muita gente de fora; o estado é novo, então muita gente vai para lá e as pessoas não conhecem a realidade local. Então, a gente precisava fazer com que isso acontecesse nas escolas não indígenas.

Então, a partir daí, a gente fez toda essa construção no ano de 2025.

O SR. NATANAEL DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – Posso falar só um...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Professor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NATANAEL DOS SANTOS (Para expor.) – Olha, esse projeto é um projeto que, por onde a Griô passa, ela pensa em fazer: os povos indígenas escreverem o seu próprio material, assim como os quilombolas escreverem também. Por quê? Nada melhor do que gente da terra – que está lá, que conhece o costume, a linguagem – fazer isso. Aqui, nós temos oito etnias que escreveram esse material. Cada etnia escreveu o seu material cruzando com a africanidade, porque o nosso projeto é de africanidade e povos indígenas, o Minha África Brasileira.

Então, é um material que cruza, caminha junto, mas não adianta eu, que trabalho com quilombola, com negro, escrever sobre os indígenas. É fora de moda, é fora de contexto, é fora de conhecimento, eu vou errar muito. Agora, quando a editora tem esse pensamento, tem essa visão e traz o próprio indígena para escrever, é que muda a concepção. Porque eu falo, por exemplo, espiga de milho. Eu tenho uma interpretação da espiga de milho, mas o indígena já tem outra. Por quê? Porque eu não aprendi espiga de milho com o indígena, eu aprendi com o colonizador. Eles precisam falar, não eu. E muito menos o colonizador, como eu falo de mim, e não o colonizador. Não que branco não possa falar de mim, pode sim, pode escrever, diagramar, mas pensar como eu, desenvolver como eu, com o meu sentimento, com a minha ancestralidade, é impossível. Pode usar toda a parte técnica, científica, as metodologias da pedagogia, o.k., mas o sentido, o teor, não pode ser porque não sente. Só que tem uma música para indígena.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem?

O SR. NATANAEL DOS SANTOS – Tem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vai cantar daqui a pouco?

Vamos esperar que ela fale primeiro, aí a gente canta a música.

O SR. NATANAEL DOS SANTOS – Aí a gente fecha com a música.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra para a Dra. Eloísa Bombonatti, pesquisadora e estudiosa das contribuições históricas de africanos e afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira, eu queria dizer para a Profa. Karaja que eu cheguei ao Congresso Nacional como assessora em 1998. Eu ajudei a escrever a lei de 2003, e a lei de 2003 falava só da contribuição, da história africana e afrodescendente; só em 2008 que eu fiz a segunda lei, eu ajudei a escrever a segunda lei, como assessora, e eu trouxe a obrigatoriedade, também, da cultura indígena.

Só que a gente tem observado, Professora – não sei se a senhora pode fazer uma abordagem –, uma distorção da lei. Veja só, o Prof. Odair acabou de falar que 45% da África é cristã, 40% é muçulmana, 10% são os seguidores de outras religiões, e essas religiões não são as que estão no Brasil, que a gente classifica como de matrizes africanas, são diferentes. E a gente vê que, ultimamente, o ensino da contribuição dos afrodescendentes para o Brasil está se limitando a ensinar apenas, tão somente, sobre orixás, e a gente está vendo uma reação das famílias muçulmanas no Brasil e das famílias cristãs também. A gente não está vendo, por exemplo, levarem um violino para a sala de aula para falar da contribuição da África para a nossa cultura, mas estão levando os seguidores de religião dita de matriz africana para a sala de aula e não levam maestro.

Há muita inquietação no Brasil, tem um projeto de lei lá na Câmara para se questionar a lei, mas eu também trouxe um projeto de lei de minha autoria, porque o espírito da lei que eu escrevi lá atrás não está sendo aplicado e estou tendo que explicar direitinho: a lei se refere a isso, isso, isso, isso.

Então, Professora, nós estamos com muita ansiedade para ouvi-la sobre a contribuição histórica de africanos e afrodescendentes para o Brasil, como isso tem sido ensinado em sala de aula.

Seja bem-vinda, Professora.

A SRA. ELOÍSA BOMBONATTI (Para expor.) – Boa tarde. Acho que já é (*Fora do microfone.*) boa tarde, não é?

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELOÍSA BOMBONATTI – Foi com muita alegria que eu recebi o convite. Eu sou a última, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – É a última.

A SRA. ELOÍSA BOMBONATTI – Por ser a última, eu vou pedir até para não passar os eslaides que eu preparei, porque muito já se disse sobre isso e, como professora, também estou acostumada a moldar uma aula à noite e no outro dia mudar toda a aula; foi o que aconteceu durante a minha escuta de todos os meus colegas. Falou-se sobre leis, falou-se sobre a questão do pertencimento, a importância do pertencimento, de se encontrar o espelhamento, o meu espelhamento no material didático, na escola. Falou-se da falta de sensibilidade. A gente começou inclusive a fala de hoje com a Senadora Damares falando da falta de sensibilidade da escola para com sua menina – na época, menina, hoje uma mulher.

E aí, eu fui lembrando e fui costurando uma série de coisas durante a minha trajetória enquanto educadora. Eu tenho mais de 40 anos na educação, na escola. Eu sou autora de livros didáticos pelo PNLD, então eu conheço muito bem o que é essa questão de política pública, a sequência de um edital para você montar uma obra, a necessidade de a gente trazer obras que conversem com o aluno. E aí eu fui formatando uma nova fala. O protocolo pede que você tenha algo escrito, mas, enfim, eu acho que a minha experiência vai me ajudar aqui a fazer algumas discussões e pontuações do que é importante.

Então vou começar com a fala da Senadora Damares, falando sobre essa questão da injustiça que existe, ainda hoje, em nossa sociedade, do acolhimento. E aí, Senadora, eu uso uma frase também muito conhecida: "A gente aprende a odiar", que é do Mandela. E ele fala que se a gente aprende a odiar, a gente também precisa ser ensinado a amar. E eu vou dizer que onde há amor, há respeito.

Eu sou muito didática, prática e muito pragmática e contextual. Na semana passada, a minha nora me manda um recadinho, falando da minha neta de quatro anos, que passeia com ela no caminho da escola. E ela olha, numa esquina, um morador de rua, com um cobertor enrolado ao pescoço, negro, com *dread*. E a Clara olha para aquela cena, olha para a mãe e fala, "Que roupa linda, mamãe. Me compra uma dessas?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então o que é que a gente vê? A gente vê alguém que ainda não foi ensinado a odiar. Alguém que nasce impregnado pelo respeito, porque somos todos seres humanos. O Natanael fala muito bem, ele tem uma fala que hoje ele não falou: não existe essa coisa de raças, pertencemos a uma única raça, nós somos da raça humana. O que me determina se sou melhor ou pior não é a minha cor de pele, não é a minha etnia e muito menos o lugar onde nasço. A Profa. Mariléia também fala "que o lugar onde nasci não determine quem serei."

E aí, eu fico pensando na importância de se pesquisar, na importância de se criarem materiais que possam chegar à escola e trabalhar com esse respeito, trabalhar com essa visão amorosa do acolhimento a todo ser humano. Então, se nós aprendêssemos que esse acolhimento e que essa diferença nos torna plurais, que essa diferença nos enriquece, para que possamos ser mais humanos, para entender quem somos e quem desejamos ser, acho que a escola cumpriria muito melhor o papel.

É triste saber que a gente precisa criar leis, que a gente precisa efetivar projetos para que esse amor e esse respeito se estabeleçam, mas, já que precisamos, eu acho que eu, enquanto pesquisadora, enquanto autora, enquanto gestora editorial de uma editora da qual o Natanael é o Diretor... Vejam a minha responsabilidade: a editora Griô tem a responsabilidade de tornar conhecimento didático tudo aquilo que o professor leva em suas palestras. Esse foi o desafio que nós recebemos enquanto editora, produtora de conhecimentos. Aliás, ninguém produz conhecimento, o conhecimento está aí. A gente coloca esses conhecimentos, de uma forma mais palatável e didática, em materiais. É essa a minha função.

Então, eu começo a minha fala respondendo, ou buscando respostas aqui para a aflição do Prof. Rafael, do Acre, e do Prof. Alexander, do Rio de Janeiro, que me perguntam praticamente a mesma coisa: "Como fazer [com] que essa temática vire disciplina ou aprofundamento mais presentes nos conteúdos dos livros didáticos concedidos pelo MEC?". Essa é a pergunta do Prof. Rafael. E o Prof. Alexander também, de uma outra forma, faz a mesma pergunta: "Como garantir que a história e as contribuições africanas sejam ensinadas de forma profunda nas escolas, e não apenas de forma simbólica?".

Então, eu compactuo dessa aflição, porque não é que nós professores não queiramos ensinar. Não é que nós educadores não queiramos trabalhar, mas, muitas vezes, nós não temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o aparato, nós não temos as estratégias certas para desenvolver. Então, existe... Eu tenho uma formadora que me apresentou um ditado africano – no qual, desde então, eu parei para pensar – que diz que, durante muito tempo, a história foi contada pela ótica do caçador e que a gente tem que deixar o leão contar a própria história.

Então, o que a gente busca quando constrói um material didático? Dar voz para o leão – ou para os leões –, a começar, entendendo que não existe um único leão. A gente tem um continente, com 54 países, em que cada um tem o seu leão, suas histórias, seus costumes. A gente tem 390 nações dentro do nosso território brasileiro – que são nações indígenas – que também têm sua história, também têm sua língua, também têm seu modo de vida. Então, vejam quantos leões são apagados da nossa história.

Durante muito tempo, a gente teve uma visão absolutamente eurocêntrica dentro do material didático. Acho que a maioria de nós foi realmente educada dentro dessa visão eurocêntrica. Os meus cabelos brancos aqui não são tintura, eles são reais. Então, eu venho de uma escola em que a minha caixa de lápis tinha cor de pele e cor de rosinha.

Vejam! Vejam quanta coisa a escola nos passava! Por isso que essa questão do preconceito é estrutural. É estrutural em tudo. Desde um lápis de cor inocente, em que o menino procurava o seu tom de pele para poder pintar, e não o encontrava, até o material didático, que tinha uma visão absolutamente eurocêntrica. E eu não me via. Eu não me via. Eu não me espelhava. Eu não me sentia representado no material didático e eu não tinha minha autoestima trabalhada, porque o meu igual, o meu par, não me respeitava. Mas também não era culpa do meu par, porque isso também chegava ao não indígena, ao branco de uma forma muito relativizante, vamos dizer assim. Todo mundo era igual. E nós não somos iguais. Olha quanta gente diferente! Olha quantas formas de pensar!

E aí eu tentei ir costurando aquilo que eu ia ouvindo. A D. Olímpia, que apareceu logo no começo, que passou uma vida, talvez por ser uma quilombola que foi tirada de sua família e foi ceifada na sua chance de estudo... Mas ninguém, também, parou para dizer para ela que, em algum momento, ela não tinha a educação tradicional de uma escola. Ela não era letrada em questão da leitura, mas tinha uma leitura de mundo fantástica. Ela tinha um senso de governança fantástico, a ponto de ser convidada para dirigir os jovens. Os jovens a convidaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são essas figuras que me fazem e que me desafiam na pesquisa.

Então, o que a gente tem que fazer? Não há uma receita, Rafael e Alexander, não há, mas eu acho que a gente tem que buscar materiais que tragam esses apagamentos.

Eu vou ensinar sobre a Grécia, mas será que, nesta mesma época, lá no continente, ou não era nem continente, naquela época a gente ainda falava em África com muitos reinos, será que lá também não acontecia algo? Hoje ele mostra uma universidade, mas ninguém sabe que a maior universidade da Antiguidade estava em um reino africano. As operações, as cirurgias, enfim.

Então, é buscar materiais que tragam uma história tradicional, mas que também se confrontem com esses apagamentos.

Hoje, só concretizando o que a Profa. Eugislane já falou, a gente tem uma coleção – a gente começou toda a nossa conversa com esse contato com o Prof. Natanael – que se chama Minha África Brasileira e Povos Indígenas.

Então, aqui, a gente traça esse confronto e esse apagamento. Eu acho que essa pesquisa, esse apagamento tem que estar em sala de aula. Essa reflexão tem que estar em sala de aula. Não é que eu vou, simplesmente, esquecer um constructo histórico, porque também ele é importante, mas eu também preciso fazer surgir uma outra história a qual eu não conheço, às vezes nem como professor de história. Eu tenho encontrado muitos professores de história que ouvir a palavra "diáspora", por exemplo, ainda causa estranhamento. Então, é isso.

A minha inquietação sempre foi muito grande, fui uma educadora muito inquieta, aí encontro um pesquisador inquieto e deu nisso. E eu fui além, porque eu formatei material para professor, material para aluno, literatura, mas eu não me esqueci de uma outra parte do tripé que se chama família. Não adianta nós empoderarmos a criança, nós trabalharmos com a identidade da criança em sala de aula, e aí ela chega em casa e fala assim: "Papai, eu me descobri negra". "Imagina! Você não é negra! Olha o seu cabelo, ele é encaracolado, ele não é carapinha". Então, assim, todo um trabalho que a escola constitui, se a família também não é preparada, ela rompe.

Então, a partir disso, a gente também sentiu a necessidade de fazer um material para a família, para que a família também validasse ou também tivesse construída essa identidade que muitas vezes não têm. Eu fui buscar de uma forma muito simples, de uma forma muito didática e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma forma muito direta: "Olha, no livro do seu menino lá na escola, ele vai estar aprendendo isso, isso e isso. Você pode discutir com ele sobre esse assunto, você pode ver um filme", enfim.

Então, é nesse sentido que, talvez, eu tenha ajudado um pouco o Rafael e o Alexander. Continuem trabalhando com a história tradicional, mas também deem voz ao leão. Assim, eu peço aqui políticas públicas, possibilidades da disseminação, realmente, de materiais em que os leões realmente rujam muito, muito alto.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Professora. Parabéns. Que desafiadora a sua fala.

A senhora respondeu a duas perguntas que vieram da internet, mas eu quero registrar aqui:

Gentil, de São Paulo, perguntou o seguinte: "[...] Como ocorre a subjetivação e a singularização de bebês africanos e afrodescendentes nos tópicos gênero e identidade étnico-racial?". Eu acho que, ao longo das nossas discussões, isso está sendo respondido.

Andrey, do Rio Grande do Sul, pergunta: "A liberdade religiosa e autonomia familiar não deveriam ser um direito universal? É necessário segregar para esse grupo em particular?".

E vem três comentários da internet também.

Leonardo, do Distrito Federal, comenta: "O devido respeito às contribuições de africanos e afrodescendentes na formação do Brasil, também em nossos currículos educacionais".

Vivian, do Rio de Janeiro: "Em um país como o Brasil que infelizmente ainda existem muitas pessoas preconceituosas, esses debates são necessários". Também acredito nisso, Vivian.

E Elis, de São Paulo: "Todos devem ter o mesmo direito de trabalhar, estudar, se forma e contribuir com o governo de forma que todos possam ser atendidos".

Vocês observem que as perguntas vieram de diversos lugares do Brasil; está todo mundo participando.

Obrigada aos nossos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos encerrar nossa audiência, não sem antes devolvermos a palavra para os expositores, por dois minutos – o Prof. Natanael tem três –, para agradecimentos e considerações finais.

Então, como a Profa. Zara já saiu, eu vou fazer ao contrário: Mariléia, você vai ter de dois a três minutos para agradecimentos e considerações finais.

A SRA. MARILÉIA DE PAULA (Para expor. *Fora do microfone*.) – Muito obrigada...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aperte...

Assim.

Tem que acender a luzinha... O.k.

A SRA. MARILÉIA DE PAULA – Acendeu.

Muito obrigada, Senadora.

Aos expositores, também, muito obrigada, porque eu saio daqui com muitos conhecimentos. Nós saímos daqui dessa forma. Que nós possamos transformar esses conhecimentos em políticas públicas efetivas para contribuir com a pauta racial.

Quero agradecer também às amigas do ministério infantil que estiveram aqui, a Katy, a Ruth Léa, a Dulcilene e também a Edna de Jesus. Muito obrigada.

Criança é prioridade na Bíblia, na Constituição Federal e no ECA. Então, vamos priorizar as nossas crianças.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Tia Mary.

Vamos ouvir a Profa. Gabriela Guarnieri de Campos Tebet, que fez uma exposição brilhante aqui.

A SRA. GABRIELA GUARNIERI DE CAMPOS TEBET (Para expor.) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou tentar dialogar um pouquinho com a pergunta do Gentil, sobre a subjetivação e a singularização dos bebês, e responder para o Gentil que, quando a gente pensa nesses processos, a gente está entendendo que a gente vai constituindo quem a gente é a partir das relações com as pessoas e com os materiais. Eu enfatizei muito na minha fala a importância dos materiais para que a gente possa, de fato, constituir identidades fortalecidas para a população negra, indígena e quilombola.

Quando ele pergunta sobre gênero, é importante a gente pensar também em uma literatura que ensine que mulheres podem sonhar com muitas coisas: podem sonhar em ser Senadoras, podem sonhar em ser engenheiras, podem sonhar em ser ministras e, enfim, astronautas – assim como os meninos podem sonhar em ser cozinheiros e em serem bons pais, porque também um tema da pauta de hoje era família, né?

Então, quando a gente pensa em subjetividade e singularidade, como é que nós vamos construir essa subjetividade que englobe todo mundo e que não se baseie em preconceitos?

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Professora; obrigada.

Vamos ouvir agora o Prof. Dr. Odair Marques, que desafiou todo mundo a ir para a África. Inclusive, Doutor, vou informá-lo de que eu tenho duas viagens este ano já marcadas, uma para a Namíbia e uma para o Congo, viu? Estarei lá.

Professor Odair.

O SR. ODAIR MARQUES DA SILVA – Bom, primeiro, queria só agradecer o convite da Senadora Damares a esta excelente audiência pública, porque ela nos tornou cientes de um processo de aprendizagem para africanidades e para a questão indígena e quilombola que não estão tão presentes no cotidiano das nossas escolas, das nossas secretarias estaduais de educação, das secretarias municipais de educação. Então, é um desafio enorme para o país, porque sem essas contribuições há um hiato, há uma ausência, e essa ausência fragiliza o nosso processo de aprendizagem! É incrível essa ausência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ficam assim os nossos parabéns à Comissão de Direitos Humanos, à Senadora, pela ousadia em criar esse tipo de reflexão; ao nosso parceiro Natanael, pelos produtos que ele e a Griô Educacional estão trabalhando; e ao nosso Diretor da Eiros Educacional, que também têm produzido materiais com relação a essa mesma temática, esse desafio para o Brasil.

Então, foi uma alegria estar presente aqui em Brasília hoje e ver cada uma dessas nossas companheiras querendo desenvolver uma educação mais forte para o nosso país.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Odair.

Vamos para os agradecimentos finais da Profa. Eugislane Karaja.

Eugislane, as pessoas precisavam conhecer mais os povos. Gente, o povo carajá é muito lindo. Olha que mulher linda! A minha filha é camaiurá, a minha filha é camaiurá. O povo carajá é um povo incrível, mas é um povo que teve acesso à educação formal na frente de alguns outros povos. Hoje a gente encontra doutoras carajás, doutores carajás, mas eu ainda não tenho um doutor zuruaã. A gente ainda não tem doutores de outros povos, mas, assim, todo o meu amor ao seu povo, doutora, todo o meu amor. Queria muito que um carajá se casasse com a minha filha. (*Risos.*)

Vamos conversar depois sobre isso, professora.

A SRA. EUGISLANE KAWALA MOREIRA LIMA KARAJA (Para expor.) – Agradeço muito a oportunidade de estar aqui hoje. As mulheres camaiurás são muito bonitas, são indígenas muito bonitas.

Agradeço pela oportunidade, porque para nós, mulheres indígenas, não é fácil chegar, finalizar um doutorado e conseguir sair e romper, por uma questão cultural também. Então, além de acadêmica, de pesquisadora, eu sou mãe de quatro filhos, e eu sempre brinco que hoje eu moro na cidade, mas, se eu morasse na aldeia, eu teria dez, porque faz parte de quem nós somos. Nós, mulheres indígenas, nascemos para ser mães mesmo, então é algo que faz parte da gente. E conciliar isso com a academia não é fácil, porque a gente quer as duas coisas: a gente quer ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voz, mas a gente também quer ser mãe, porque é nosso. Nós carregamos a ancestralidade no nosso ventre.

Então, hoje, o que fica é o aprendizado. Aqui nós aprendemos muito hoje: muito sobre a África, sobre os afrodescendentes, um pouquinho sobre os povos indígenas. Então, isso é um aperitivo do que deveria estar em sala de aula, sendo ensinado para que as crianças aprendam a respeitar e assim a gente quebre esse ciclo que vem do não conhecimento que gera o preconceito.

O apelo fica como um apelo público, para que a audiência sirva como não só um lugar de fala, mas um lugar de também comprometimento, para que a gente repense, e que as políticas públicas elas venham ao encontro mesmo da real necessidade dos povos indígenas, dos povos quilombolas, dos povos tradicionais. E assim: a educação é, sim, a ferramenta. A Professora, a Secretária do MEC, disse que a educação foi a arma que a libertou desse processo, dessa pobreza geracional. E aí, a gente pensa não só no financeiro, mas também na falta do conhecimento, de não ter a oportunidade. Então, realmente, é só a educação que nos dá essa oportunidade

A todos que estão nos ouvindo, é importante que a gente não desista de estudar, porque é lá que a gente vai achar o caminho e o nosso espaço.

Então, muito obrigada pela oportunidade...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

A SRA. EUGISLANE KAWALA MOREIRA LIMA KARAJA – Estamos à disposição para contribuir no que for preciso também.

A nossa arma, a nossa vivência hoje é a academia, é a caneta, para que a gente possa fazer com que a política pública também aconteça, né?

Então, é isso.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, professora, obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Eloísa Bonatti... Bombonatti – eu ainda vou aprender a falar seu nome (*Risos.*) agradecimentos e considerações finais.

A SRA. ELOÍSA BOMBONATTI (Para expor.) – Eu agradeço mesmo a oportunidade de estar aqui, conversando, dividindo um pouquinho as minhas inquietações.

Agradeço ao Prof. Natanael, que, lá atrás, despertou em mim essa necessidade de levar realmente à escola pública, principalmente, essa nova visão.

Gostaria de deixar um recadinho aqui: quando a gente trabalha com essa visão do aluno indígena ou com a visão do aluno quilombola, é importante que o professor também passe essa visão para ele, e é uma frase também de um escritor indígena: "Você pode continuar sendo quem você é e ser também quem sou". Então, isso não vai tirar, isso só vai engrandecer quem você é, e eu espero estar contribuindo para essa realidade.

Obrigada, viu? (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada... (*Fora do microfone.*)

Devolvo a palavra ao Prof. Natanael para agradecimentos e considerações finais, não sem antes dizer o seguinte, Professor: quando eu o conheci em 2019, a mim cabia a missão de fazer a política pública, executá-la e apresentar novas, inclusive, pela igualdade racial no país – eu fui Ministra da pasta.

E eu saí pelo mundo buscando as boas práticas. Claro, eu estive na Fundação Martin Luther King, eu estive com a família de Martin Luther King, eu estive na casa em que Martin Luther King nasceu. Fiz alguns diálogos com o instituto para a gente rever algumas políticas no Brasil. Eu aprendi lá no instituto, e o professor veio para minha vida para a gente construir uma política.

Só que nós fomos surpreendidos com uma pandemia logo de imediato, e a gente não conseguiu realizar o sonho de fazer um desafio no Brasil de falar sobre igualdade sem ódio, sem o revanchismo, sem as dívidas históricas tão cobradas, com essas brigas que não estão nos levando a nada. Temos uma dívida histórica? Temos. Mas sem o ódio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu aprendi com o professor e com a Fundação Martin Luther King sobre a reconciliação dos povos. O reencontro com amor, com respeito, com pedido de perdão muitas vezes, mas buscando as boas práticas, as memórias lindas da África que vieram para este país e que foram apagadas – foram apagadas –, e a gente tem que resgatar essas memórias. Ter orgulho... eu tenho orgulho de ser neta de uma mulher que nasceu na senzala, e meu avô, quando se casou com minha avó, foi excluído da comunidade, porque meu avô era filho de português e a minha avó nasceu já na Lei do Ventre Livre, nasceu livre, mas nasceu na senzala, porque a mãe não era livre.

Eu tenho tanto orgulho da vovó, mas tem gente escondendo suas vovós e seus vovôs no Brasil, especialmente seus vovôs indígenas. E o Prof. Natanael me trouxe para essa reflexão.

Prof. Natanael, está todo mundo perguntando aqui – gente, meu celular não para –: esse material todo que vocês exibiram na mesa, a gente vai achá-lo onde? A gente já tem aqui o pessoal da Eiros, que produziu esse material incrível. O material do Prof. Natanael, os pesquisadores se referiram muito à editora, que o Prof. Nathanael... Isso aqui não é divulgação, não é *lobby*, gente, é porque está todo mundo perguntando onde buscar esse material. Ele vai explicar.

Quero lhe agradecer, Prof. Natanael. Antes da sua última fala, eu quero fazer um registro, que farei com mais precisão na quarta-feira, meu repúdio e nosso ato de solidariedade ao Juiz Fábio Esteves, daqui, do Distrito Federal.

O Juiz Fábio Esteves é um jovem negro lindo, mas ele tem causas... Ele é defensor da infância e hoje, além de Juiz, ele é do Conselho Nacional de Justiça, sabatinado e escolhido por esta Casa, pelo Senado Federal. No final de semana, dia 21 – essa audiência acontece porque dia 21 de março é o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial – e, justo nesse final de semana, um dos mais incríveis magistrados que eu conheço foi vítima de atos de preconceito e racismo no Brasil, tão deprimente. Ele estava dando uma palestra. Enquanto ele dava palestra nesse painel, em um estado do Sul, os comentários no YouTube eram, tipo: "Como apagamos esse pontinho preto da internet?". Vocês não têm ideia... Eu não vou nem falar as outras frases, porque eu não sei como é que pessoas ainda têm coragem de escrever, tendo a gente uma lei tão rígida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esta Comissão faz, neste exato momento, um manifesto de solidariedade ao Juiz Fábio Esteves, para quem eu peço aplausos,... (*Palmas.*)

... um homem, um Magistrado corajoso.

Esta Comissão também repudia todo e qualquer ato de racismo e discriminação no país.

Prof. Natanael, três minutos. E, no final, a gente vai ouvir esse incrível grupo musical, que abrilhantou a nossa audiência na sua última apresentação.

Professor.

O SR. NATANAEL DOS SANTOS (Pela ordem.) – Pois bem. Eu quero agradecer à Senadora por acreditar no que a gente fala, no que a gente faz, por ter me dado a oportunidade para eu convidar essas pessoas maravilhosas. Eu só não convidei a minha amiga Mariléia, a Tia Ju. Os outros, eu os convidei, porque são pessoas que trazem contribuição. Se não trazem contribuição, apontam o que podemos fazer para melhorar. Não são pessoas que ficam falando que está difícil, são pessoas que vêm com solução.

Cabe, a partir deste momento aqui, a gente pensar numa solução política estruturada e transformar muitas coisas que nós fizemos aqui em lei, porque o Senado tem esse poder e a nossa Senadora está muito aberta aos povos indígenas e aos povos africanos.

Estou emocionado com a sua comparação do Natanael e do grande líder mundial Martin Luther King. Isso deixa a gente pensando: será que eu vou parar de fazer isso? Eu não vou parar, nunca! E também dizer que nós temos que ter políticas como essa.

Eu trouxe um pequeno momento meu, de resgate histórico, que eu vou passar para a senhora e para algumas pessoas aqui. Mas eu trouxe poucos, então eu vou passar aqui, para ninguém falar "Me dá um", porque não vai ter mesmo. É um calendário. É um calendário que mostra negros, porque, se eu abrir em janeiro, eu tenho mais de 27 datas em que eu poderia falar do negro...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Hum...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NATANAEL DOS SANTOS – Se eu abrir em fevereiro, também tenho; se eu abrir em dezembro, também tenho; em janeiro, também tenho. E a gente fica parado em novembro. Nós, nas escolas – diretores, professores –, temos data todo mês para falar do negro. Mas não são datas pequenas, não; são coisas históricas, da mudança do contexto da nossa sociedade brasileira e mundial.

Então, estou lhe passando esse calendário. (*Pausa.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É a Editora Griô, gente.

O SR. NATANAEL DOS SANTOS – É Griô Educacional.

Essa menina de *black*, de cabelo *black*, vou dar um aqui para você.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vem cá, vem pegar.

O SR. NATANAEL DOS SANTOS – Ó já passaram três minutos.

À minha amiga que não para de escrever tudo o que a gente fala e o que eu falo, um calendário para você. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E ela está gerando.

O SR. NATANAEL DOS SANTOS – Que legal!

Aqui. (*Pausa.*)

Obrigado. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela falou: "Que banho de conhecimento hoje!".

O SR. NATANAEL DOS SANTOS – Obrigado, muito obrigado.

À minha amiga...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mariléia?

O SR. NATANAEL DOS SANTOS – Mariléia, Tia Ju.

Tiramos. Aqui. (*Pausa.*)

E eu vou dar para uma pessoa aqui... A sua equipe é maravilhosa. Todo mundo me recebeu muito bem e tal. Mas uma menina – eu tenho uma filha que tem o nome igual – arrasou no atendimento, na atenção comigo, porque eu sou bem difícil. É a Kamila, com k.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aí Kamila! (*Risos.*)

O SR. NATANAEL DOS SANTOS – Aqui, Kamila. (*Palmas.*)

Todos vocês foram maravilhosos. Mas a nossa introdução...

Tá? (*Pausa.*)

E o que eu quero dizer, para finalizar mesmo, de verdade, é que isso não pode parar.

Eu já gostaria, daqui a três meses, de fazer uma outra audiência pública.

Eu gostaria mesmo, sabem? É verdade! Trazer outros alunos aqui, fazer uma coisa, assim, reduzida e pontual: no lugar de falar dez minutos, vamos falar cinco; pode até repetir, mas é para os alunos ouvirem a gente.

E uma outra coisa também, Senadora: não se afaste de mim, não. (*Risos.*) Fique mais próxima de mim.

Em 2019, a gente ia fazer um projeto tão gigante, lembra? Os livros de acessibilidade. Vamos fazer agora de novo? Vamos fazer?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – "Bora"!

O SR. NATANAEL DOS SANTOS – "Bora" fazer, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses moços que me acompanham se chamam Quinteto Griô Educacional. A gente faz palestras no Brasil inteiro; nós estamos com o nosso material didático e paradidático em dez estados. É uma bênção, e vai crescendo mais; a partir de hoje, então, acho que a gente atende todos os estados que faltam!

Eu quero agradecer muito à Aline e ao Marcelo. A Aline é uma representante minha, uma mulher que hoje não está de cachos, mas, quando ela está de cachos, ela fica parecendo uma negra de tez clara; maravilhosa. E a Helô... Eu podia agradecer a todos, mas a Helô é minha companheira dessa revolução que a gente está fazendo das minhas ideias para a pedagogia, das pesquisas numa linguagem pedagógica... Ela me aguenta também, bastante. Eu e ela temos que ler algumas aulas hoje, para entregar hoje... A gente trabalha, entendeu? Então, eu quero agradecer muito.

Senadora, não tenho palavras. Sua equipe, a senhora... Não tenho palavras. E com a comparação que a senhora fez, tem muita gente brava por aí, mas tudo bem. (*Risos.*)

Eu não sou batista, mas eu sou assembleiano, porque ele era batista.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. NATANAEL DOS SANTOS – E o Quinteto Griô vai fazer uma música em sua homenagem. É uma música dos povos indígenas com negros, brancos e índios, afro-ameríndios. É uma canção muito bela, para a gente homenagear a sua filha indígena...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

O SR. NATANAEL DOS SANTOS – ... você e todos os povos indígenas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

O SR. NATANAEL DOS SANTOS – Eu vou cantar, né? Vou aí, espere aí. Vou ali cantar.

(*Procede-se à apresentação da música Afro-ameríndios, pelo Quinteto Griô Educacional.*)

(*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Com essa canção falando que somos uma mistura de povos, línguas, raças e cores e pelo fim da discriminação racial no Brasil, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigada a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quinze minutos do dia dez de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Tereza Cristina, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Laércio Oliveira, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Rogério Carvalho, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Zenaide Maia, Wilder Morais e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 380, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Tunisiana de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em Brasília, em 27 de abril de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad (*Ad hoc*), substituiu Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 170, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo do Mercosul sobre Direito Aplicável em Matéria de Contratos Internacionais de Consumo aprovado pela Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 36/17, assinado em Brasília, em 21 de dezembro de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 163, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar, assinado em Doha, Catar, em 28 de outubro de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 9, de 2026** que: "Requer o comparecimento do Exmo. Ministro Mauro Vieira para prestar informações sobre o posicionamento do Brasil acerca das tensões no Oriente Médio." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada anteriormente.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 2ª Reunião da Comissão, ocorrida em 25 de fevereiro de 2026.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento de documentos pela Secretaria, os quais, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro solicitar a autuação dos referidos documentos. Findo o prazo sem manifestação, os documentos serão arquivados.

Conforme pauta publicada, a presente reunião destina-se à apreciação de projetos: PDL 380, de 2021, aprova o Acordo de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação com a Tunísia; Acordo do Mercosul sobre Direito Aplicável em Matéria de Contratos Internacionais de Consumo, item 2; já o item 3, Acordo sobre Serviços Aéreos com o Catar, assinado em 2019.

Vamos ao primeiro item.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 380, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Tunisiana de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em Brasília, em 27 de abril de 2017.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação

O Relator é o Senador Astronauta Marcos Pontes.

Eu vou avocar a mim a relatoria, para a gente dar seguimento e não perder tempo.

Vou direto à análise. Permita-me o Plenário que eu possa fazer isso.

Do ponto de vista formal, o instrumento observa a estrutura e a técnica jurídica próprias dos acordos de cooperação internacional, não se identificando vícios de constitucionalidade ou incompatibilidades com o ordenamento jurídico nacional.

No mérito, o acordo insere-se na tradição diplomática brasileira de promoção da Cooperação Sul-Sul e de fortalecimento de parcerias com países africanos e mediterrâneos, ampliando o diálogo com a Tunísia em área estratégica. A cooperação em ciência, tecnologia e inovação é vetor de inserção internacional qualificada, contribuindo para a internacionalização de universidades e centros de pesquisa brasileiros, para a formação de recursos humanos e para o estímulo à inovação. Não se deve ignorar o potencial impacto econômico dessa iniciativa.

O texto do acordo estabelece que a cooperação deverá basear-se em responsabilidades compartilhadas e benefícios equitativos, prevendo mecanismos usuais como intercâmbio de pesquisadores e especialistas, troca de informações científicas, realização de seminários e programas conjuntos de trabalho.

No tocante aos aspectos financeiros, o acordo não cria obrigações automáticas de dispêndio, estabelecendo, como regra geral, que cada Parte arcará com os custos de seus respectivos participantes, salvo ajuste diverso formalizado por escrito. Eventuais programas específicos dependerão de instrumentos posteriores e da observância da legislação orçamentária interna. O mecanismo de solução de controvérsias limita-se à via diplomática, por meio de consultas e negociações diretas, o que preserva a soberania das Partes. O instrumento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também admite emendas por consenso e pode ser denunciado a qualquer tempo, o que confere flexibilidade ao arranjo jurídico.

Desse modo, a aprovação contribuirá para o fortalecimento das relações bilaterais e para a ampliação das oportunidades de desenvolvimento conjunto em áreas de interesse comum. Por essas razões, afigura-se recomendável a aprovação da matéria por esta Comissão.

O voto.

Diante do exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 380, de 2021.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

Vai à Secretaria-Geral na Mesa, para prosseguimento da tramitação.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 170, DE 2022

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo do Mercosul sobre Direito Aplicável em Matéria de Contratos Internacionais de Consumo aprovado pela Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 36/17, assinado em Brasília, em 21 de dezembro de 2017.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina para proferir seu relatório.

Pode ir direto à análise, Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Bom dia, Presidente Nelsinho, meus queridos colegas Senador Amin e Senador Laércio.

Então, o senhor já me adiantou, vou direto à análise.

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pronunciar-se sobre proposições relativas a atos e relações internacionais.

O acordo em exame está em conformidade com o parágrafo único do art. 4º da Constituição Federal, que estabelece como princípio das relações internacionais do Brasil a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, com vistas à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Do ponto de vista jurídico e regimental, não há óbices à sua aprovação.

Em 2010, a Decisão nº 64, de 2010 do Conselho do Mercado Comum determinou que os Estados Partes avançassem na construção de um marco ampliado de direitos dos cidadãos do Mercosul, iniciativa que resultou, anos depois, no Estatuto da Cidadania do Mercosul, adotado em 2021.

No âmbito específico da proteção do consumidor mercosulino, essa mesma diretriz estabeleceu a necessidade de estruturar um sistema de defesa do consumidor no bloco, do qual deveria fazer parte uma norma voltada ao tratamento jurídico dos contratos internacionais de consumo. Foi nesse contexto que se chegou ao instrumento de proteção ao consumidor do Mercosul que ora examinamos.

Esse acordo, portanto, insere-se no movimento de modernização e harmonização do ambiente regulatório do bloco, especialmente no que se refere à circulação de bens, serviços e informações no espaço econômico regional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A adoção de regras comuns sobre o direito aplicável aos contratos internacionais de consumo contribui diretamente para a construção de um mercado mais integrado, previsível e seguro, criando condições para o fortalecimento do comércio eletrônico, do turismo intrarregional e das novas modalidades de serviços digitais. Para o Brasil, a consolidação desse marco normativo representa passo essencial para ampliar sua participação nas cadeias regionais de consumo.

O voto.

Diante do exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2022.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço à Senadora Tereza Cristina.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à SGM para o prosseguimento da tramitação.

Nós temos um último item e depois temos um assunto a compartilhar com V. Exas. de uma reunião que a gente teve com os Embaixadores dos países do Golfo Pérsico: Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes, Kuwait e Omã.

Logo após esse terceiro item, eu vou reportar a V. Exas. o que foi esta reunião.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 163, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar, assinado em Doha, Catar, em 28 de outubro de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes.

Designo o Senador Esperidião Amin, para a leitura do relatório, *ad hoc*.

V. Exa. pode ir direto à análise.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, eu acho que o assunto está bem oportuno, né? E sei que, inclusive, alguma coisa me diz que o senhor vai tratar sobre esse assunto, da proteção à infraestrutura, ou seja, aos aeroportos, a toda a instrumentação para a navegação aérea, particularmente no Golfo Pérsico e no Oriente Médio, onde estamos vivendo uma situação excepcional. Mas eu deixo isso para aquilo que eu acho que o senhor vai falar depois.

Neste momento, eu agradeço a designação e faço minhas as palavras já proferidas e escritas pelo Senador Marcos Pontes, que é um conhecedor do assunto.

O acordo bilateral é, digamos, uma reciprocidade que se globaliza, porque, ainda que feito entre dois países, ele significa uma regra geral de conduta e de anuência, de concordância com o procedimento, visando a segurança de algo fundamental na civilização, que é o transporte aéreo de passageiros e de cargas.

De forma que, fazendo meu o texto que o Senador Astronauta Marcos Pontes apresentou, eu sou pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2023.

É o relatório e o voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à SGM para prosseguimento da tramitação.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, desde o início do atual conflito no Oriente Médio, em 28 de fevereiro, temos acompanhado com grande apreensão a escalada das hostilidades.

Estamos especialmente preocupados com os impactos do conflito para as populações e infraestruturas civis, que já resultaram em milhares de mortos e feridos e em centenas de milhares de deslocados internos e refugiados.

Temos também peculiar preocupação com a disseminação dos ataques militares para diversos países do Oriente Médio, causando grave desestabilização regional. A esse respeito, não poderíamos deixar de manifestar nossa particular inquietude com a situação no Líbano, país com que temos fortes laços históricos e humanos e onde vivem milhares de brasileiros.

Para além das implicações humanitárias deploráveis, aspecto adicional de inquietação são os impactos do conflito para o comércio internacional de petróleo e de outros produtos que utilizam rotas na região, como diesel, gás natural, fertilizantes, com potenciais de efeito negativo de amplo alcance, inclusive no Brasil.

No dia 4 de março, reuni-me, a pedido dos interessados, com embaixadores dos seguintes países: Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã.

Em nome dos demais, o Embaixador do Bahrein relatou os acontecimentos a partir das perspectivas das nações do Golfo. Condenou fortemente os ataques iranianos a seus países. Ressaltou que tais ataques não têm se restringido às instalações militares dos Estados Unidos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atingindo infraestruturas civis, com edifícios comerciais e residenciais, hotéis, aeroportos, portos e refinarias. Além disso, os destroços decorrentes de interceptações de *drones* e mísseis caem indiscriminadamente nas cidades, causando caos e pânico nas populações de seus países. Sublinhou que estão apenas se defendendo dos ataques, por meio dessas interceptações, e não estão atacando ninguém, quanto mais o Irã. Alertou para os impactos dos ataques para o comércio internacional de petróleo e outros produtos e para o turismo regional. Manifestou grande preocupação com as consequências humanitárias e a instabilidade da região.

Da nossa parte, agradeci aos embaixadores pelo relato e informações franqueadas. Comprometi-me a compartilhá-las com esta Comissão e manter esse canal de diálogo. Afirmei que, em coordenação com V. Exas., continuaríamos acompanhando a situação com máxima atenção.

A segurança dos brasileiros será sempre nossa prioridade. A busca do cessar fogo, da paz, também.

Temos mantido contato permanente com o Governo brasileiro, em especial com o Itamaraty e nossas embaixadas na região, para verificar quais medidas têm sido adotadas para proteger os milhares de brasileiros que vivem ou estejam atualmente em trânsito no Oriente Médio.

Conforme nos foi informado pelo Itamaraty, por meio de sua área consular das embaixadas na região e do escritório de representação em Ramala, o ministério mantém contato permanente com as comunidades brasileiras, a fim de mapear localização de nacionais e prestar a atenção necessária.

O Governo brasileiro também permanece em contato com as autoridade locais, para monitorar a situação de segurança e acompanhar a reabertura dos espaços aéreos, de modo a facilitar a remarcação de voo.

Já recebi, colegas, dezenas de manifestações de brasileiros que estão ilhados em um desses países, sem conseguir retornar ao Brasil, situação desesperadora, com gente debaixo de *bunker*, para poder se proteger dos ataques.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o mais recente alerta consular do Itamaraty, os espaços aéreos da Arábia Saudita, Jordânia, Omã e do Líbano permanecem abertos, ainda que parcialmente.

Nos Emirados Árabes Unidos, observa-se a retomada gradual das operações aéreas. O voo comercial EK-261, que opera a rota Dubai-São Paulo, foi restabelecido em 4 de março e tem funcionado regularmente desde então, até outra situação agravar. As partidas são diárias, e a capacidade, de 500 passageiros.

Após gestões do Ministro Mauro Vieira junto à sua contraparte emirática nesse sentido, o voo EK-247, que realiza o trajeto Dubai-Rio de Janeiro-Buenos Aires, voltou a operar dia 8 de março, com capacidade de 350 passageiros. O Qatar anunciou, em 6 de março, a reabertura parcial do seu espaço aéreo no país. A Qatar Airways opera, em 5 de março, em número limitado de voos, a partir do Omã e da Arábia Saudita e, em 7 de março, partiram os primeiros voos de Doha para as capitais europeias, com vários brasileiros a bordo. As rotas estão sendo retomadas de forma progressiva. Inicialmente a empresa vinha operando três voos internacionais por dia, mas, a partir de 9 de março, há previsão de dez voos saindo de Doha. O Ministro Mauro Vieira também tem realizado gestões diretas junto ao chanceler catariano para a retomada da rota Doha-São Paulo.

O Itamaraty está negociando com as autoridades do Qatar e da Arábia Saudita providência de transporte terrestre seguro de brasileiros de Doha ao aeroporto internacional de Riade, para posterior embarque em voos comerciais. Para os brasileiros no Bahrein, no Qatar, nos Emirados Árabes e no Kuwait que desejam considerar rotas alternativas por via terrestre em direção à Arábia Saudita ou Omã, o Itamaraty alerta para os riscos de segurança na travessia.

Essas orientações estão sendo atualizadas com muita frequência. É importante que os brasileiros acompanhem os alertas consulares do Itamaraty e dos nossos postos no Oriente Médio.

O certo é que, dessa reunião, eles solicitaram uma manifestação da Comissão de Relações Exteriores no sentido de condenar esses ataques. Eu disse aos embaixadores que iria compartilhar essa situação com V. Exas., a quem neste momento assim o faço.

Coloco em apreciação essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para os Senadores que quiserem se inscrever, está às ordens.

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o assunto, como V. Exa. relatou, é delicado e complexo, delicado porque envolve pessoas que estão sofrendo – algumas porque moram num lugar que entrou num conflito, eu nem posso dizer que elas escolheram isso, estavam, ou moram, ou são residentes, domiciliados; outros são passageiros, estão lá por qualquer razão que não seja a sua posição natural.

E a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tem o dever – como V. Exa. está, com a nossa participação, cumprindo –, nós temos o dever de conhecer o assunto e interceder junto às autoridades nacionais.

Mas é impossível não fazer uma avaliação do cenário mundial. Nós estamos vendo a lei do mais forte ser usada como regulação de relações internacionais de maneira reiterada e repetitiva. O conflito da Ucrânia está com mais de quatro anos de duração. A crise na Palestina, envolvendo a Faixa de Gaza e o Oriente Médio, não teve nenhuma evolução, nem mesmo de pacificação.

Com o Líbano, país com o qual nós dois temos uma relação pessoal, o Brasil tem uma relação de cordialidade, de fraternidade. A maior população do Líbano está no Brasil. Então, isso acho que sintetiza o que este país representa. O Líbano entrou na fogueira também. E as ações de Israel e dos Estados Unidos no Irã, independentemente do mérito da questão, não têm prazo para terminar, com todos os efeitos de retaliação – também não vou entrar no mérito da retaliação. Mas então é uma coisa, é um conflito muito complexo, e a última coisa que nós devemos fazer aqui é tomar partido. Não é a posição do Brasil tomar partido. A posição do Brasil, como a do Papa, no último domingo, é pedir que parem de brigar, que voltem para o leito das negociações, independentemente do estágio de destruição que já aconteceu. Mas, a omissão é que não é cabível.

Então, eu creio que o mais prudente que esta Comissão pode fazer é convidar o representante do Itamaraty para relatar, primeiro, como é que estão os brasileiros nesta conflagração multilateral. Acho que o Itamaraty poderia ser convocado, convidado, para vir aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos dizer o que está acontecendo com os brasileiros que estão por lá, ou que têm família, ou que têm relações. Segundo, que nos informe sobre como é que está sendo conduzida a política externa do Brasil. A nossa atribuição não é criar política externa. A política externa é, pela Constituição, uma atribuição do Executivo nacional. Eu posso ter uma opinião, Senadora Tereza Cristina, o Laércio, o nosso Presidente. Podemos ter opiniões, mas a posição do Brasil tem que ser respeitada por nós. Se não for respeitada pelo Parlamento, vai ser respeitada por quem? Então, a minha sugestão, para que não haja uma precipitação de juízo de valor, seria aprovarmos aqui um convite ao Ministério de Relações Exteriores para vir aqui e nos descrever a situação e nos indicar qual é a perspectiva que o Itamaraty vislumbra e recomenda, o que é que eles enxergam e o que é que eles acham, porque o que eles acham é o que instrui o Executivo a tomar uma política externa.

Não tem nenhum cabimento nós termos uma dissidência em relação à política externa, por mais emoção que possamos sentir com essa destruição, essa barbárie. Isso é uma burrice humana, não tem limite. Infelizmente, parece que esta frase é do Carlos Lacerda, Deus não estabeleceu uma proporção. Há limites para a sabedoria, para a inteligência, para a beleza; e não há limites – e nós estamos vendo isso através de escândalos financeiros também, que não existe limite – para a safadeza, para a maldade e para a crueldade, infelizmente, e para a burrice ou para o oportunismo, não sei, não quero entrar no mérito, há várias... Cada um de nós já teve instruções e leitura a respeito do assunto, mas, eu repito, tomar partido deve ser uma coisa pessoal, opinião pessoal, agora, é uma Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e V. Exa. tem conduzido com muita sabedoria isso. Eu recomendo por prudência o convite ao Ministério das Relações Exteriores, para que tenhamos uma aula – me perdoe a expressão – para nos amestrar, não vou dizer domesticar, mas amestrar: "Olha, não vale a pena dizer isso, porque não vai ter consequência e vai ser considerado hostil", enfim, sobre a oportunidade de uma observação e manifestação nossa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço, Senador Esperidião Amin.

Senadora Tereza Cristina, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente Nelsinho.

Eu endosso aqui a posição do Senador Amin e também endosso o convite que deve ser feito ao Chanceler, para que ele venha aqui, Senador Amin, nos contar exatamente o que é que o Governo está vendo, qual é a posição do Governo brasileiro, que para mim ainda não está muito clara, é muito tímida, mas deve ter um motivo, e a gente quer saber. Eu acho que o Congresso tem esse dever, e esta Comissão mais ainda. Então, nada melhor do que o nosso Chanceler... Eu sei que ele anda muito ocupado, com tanta confusão pelo mundo, mas eu acho que seria muito importante ele tirar um tempo para vir a esta Comissão e nos dar um depoimento, enfim, nos dar uma perspectiva do que o Itamaraty está pensando sobre todos esses conflitos, todas essas conflagrações que a gente tem visto pelo mundo.

E eu tenho uma preocupação também prática, Senadores Amin e Laércio, que é com a parte econômica, porque, com a continuidade dessa guerra... E a gente viu que o barril de petróleo saiu de US$63 e foi para US$120, e agora deu uma recuadinha, quando houve aí uma fala do Presidente americano dizendo que a guerra não vai demorar mais tanto tempo. Mas o que é demorar tanto tempo? E aí, como foi muito bem colocado, sobre a guerra da Rússia com a Ucrânia, no início era dito que seria uma guerra rápida, e dessa guerra rápida nós já temos aí quatro anos.

Então, eu queria dizer que, com a escalada militar aí envolvendo Israel e Irã e Estados Unidos, reacende uma preocupação que vai muito além da dimensão geopolítica do conflito. Estamos diante de um episódio que pode produzir efeitos relevantes sobre a economia global e, em particular, sobre o agronegócio brasileiro. O Oriente Médio não é apenas uma região distante em termos geográficos. Para o Brasil, trata-se de um parceiro comercial importante e de um elo relevante em cadeias estratégicas da economia internacional: "Em 2025, o Brasil exportou 12,4 bilhões [...] em produtos agrícolas para [os] países [...] [do Oriente Médio], o equivalente a 7,4% [...] [das nossas exportações]". Mais importante do que o valor agregado é a natureza dessas relações comerciais. Em várias cadeias produtivas, a região é um destino estruturante para a produção brasileira, quase 30% das exportações brasileiras de carne e de frango. Tanto é que em alguns países, como na Arábia Saudita, o frango se chama "sádia", que é referente à antiga Sadia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – No Kuwait também.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... porque o frango brasileiro lá é tão importante que virou "sádia" e não frango.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Têm como destino 30% dessas nossas exportações o Oriente Médio. O Brasil hoje é o maior exportador mundial de carne *halal*, a nossa produção atende a rigorosos padrões exigidos por consumidores islâmicos e esse mercado é fundamental para milhares de produtores e empresas brasileiras. No caso do milho, a dependência também é significativa. O Irã foi o principal destino do milho brasileiro em 2025 e responde por 22% de todo o volume exportado pelo país.

Embora o consumo doméstico absorva a maior parte da nossa produção, o mercado externo é cada vez mais importante para o equilíbrio de preços. Por isso, uma eventual disrupção prolongada no comércio na região poderia gerar impactos comerciais relevantes para determinadas cadeias agrícolas.

Mas os efeitos potenciais do conflito não se limitam a comércio direto. Dois pontos estratégicos do comércio internacional concentram hoje grande parte das preocupações dos analistas: o Estreito de Ormuz e o Estreito de Bab-el-Mandeb. O Estreito de Ormuz responde por 20% do fluxo mundial de petróleo e gás natural; já o Bab-el-Mandeb é uma passagem fundamental para o acesso ao Canal de Suez e para o transporte marítimo entre Ásia e Europa. Instabilidade nessas rotas pode provocar aumento de custos no frete, elevação dos prêmios de seguro marítimo e atrasos logísticos com impacto direto sobre o comércio global.

Hoje a gente já vê, no Rio Grande do Sul, no meu Estado do Mato Grosso do Sul, produtores reclamando de restrição de óleo diesel para a colheita. Eu não sei se estão segurando porque acham que o preço vai subir ou porque nós já temos uma pequena falta aí de oferta no mercado brasileiro.

Para o agronegócio brasileiro, um dos canais mais sensíveis de transmissão desse choque é o mercado de fertilizantes, Senador Nelsinho, de que o Brasil é grande importador e temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma dependência enorme, mais de 90% de ureia e potássio. A região do Golfo Pérsico é central para a produção e circulação de fertilizantes nitrogenados. Hoje cerca de 45% das exportações globais de ureia transitam por rotas associadas a essa região. O Brasil, como sabemos, é fortemente dependente da importação de fertilizantes; em 2025, cerca de 15,6% dos fertilizantes nitrogenados importados pelo país tiveram origem no Oriente Médio. Qualquer perturbação nessas cadeias pode pressionar custos de produção agrícola.

Além disso, conflitos na região costumam produzir um prêmio de risco no preço internacional do petróleo. Esse efeito repercute diretamente nos custos de combustível, no transporte de cargas e na própria produção de fertilizantes, que depende intensamente de gás natural. Em outras palavras, trata-se de um choque que pode se propagar por diversas camadas da economia agrícola. É importante lembrar que esses riscos surgem em um momento em que muitos produtores brasileiros já enfrentam margens apertadas, custos elevados e restrição de financiamento.

Colegas, o agronegócio brasileiro tem demonstrado, ao longo das últimas décadas, uma extraordinária capacidade de adaptação. Diversificamos mercados, ampliamos produtividade e consolidamos nossa posição como um dos grandes fornecedores de alimentos do planeta. Mas episódios como o que estamos observando no Oriente Médio nos lembram de algo fundamental: segurança alimentar global e estabilidade geopolítica estão profundamente interligados.

A evolução desse conflito precisará ser acompanhada com muita atenção, não apenas pelos seus desdobramentos políticos, mas pelos efeitos sobre energia, logística e cadeias produtivas globais. Preservar rotas marítimas abertas, mercados estáveis e fluxos comerciais previsíveis é uma condição essencial para o funcionamento da economia internacional e para a segurança alimentar de bilhões de pessoas no mundo.

O Brasil, como grande produtor agrícola e ator responsável no cenário internacional, tem todo o interesse na estabilidade dessas cadeias e na preservação de um sistema internacional aberto e previsível.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço à Senadora Tereza Cristina pela excelente contribuição.

De pronto, o Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Presidente Nelsinho Trad, meus colegas Senadora Tereza Cristina, Senador Esperidião Amin, todos que participam aqui da nossa Comissão.

Primeiro, eu quero cumprimentar V. Exa., Presidente Nelsinho, por essa iniciativa, por cumprir a nossa pauta aqui e trazer... Aliás, é a minha primeira participação aqui na Comissão de Relações Exteriores. Eu quero agradecer a V. Exa. pelo acolhimento do meu nome aqui para fazer parte da Comissão de Relações Exteriores. Mas eu quero iniciar agradecendo e cumprimentando V. Exa. por trazer esse tema aqui para uma conversa na Comissão.

Foi cumprida a pauta e de logo, de pronto, o senhor trouxe um tema tão importante. E a provocação de V. Exa. foi exatamente isso, que é, atendendo ao pedido dos Embaixadores dos países do Oriente Médio envolvidos nesse conflito, qual é a posição da Comissão de Relações Exteriores. E o senhor traz para nos ouvir e tentar construir alguma coisa.

Veja, Presidente Nelsinho, na minha opinião não há inteligência em iniciar uma guerra. Eu não consigo entender aonde se quer chegar quando se falta inteligência suficiente para ir se deflagrar uma guerra, com consequências, porque muitas vezes se começa e não se sabe o alcance das consequências de uma guerra.

E claro, se o senhor ouvir cada um dos membros desta Comissão, todos, pela nossa natureza, pelo nosso espírito pacífico, claro que todos nós aqui opinaremos por fazer um manifesto em torno da paz. Mas eu também quero me somar às palavras da Senadora Tereza e do Senador Amin no convite para o Ministério das Relações Exteriores, através de um dos seus representantes, vir aqui à nossa Comissão fazer uma exposição mais clara, além daquela que o senhor já trouxe da conversa com os Embaixadores, do que está acontecendo, fundamentar um pouco mais as consequências disso e tentar entender que caminho nós tomaremos a partir de uma posição, como foi pedida, da Comissão de Relações Exteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazendo uma avaliação aqui sobre as consequências disso, são terríveis. A gente tem efeitos dramáticos em várias áreas, mas eu vou pegar aqui só uma fala da Senadora Tereza quando ela se refere aos fertilizantes. Eu quero dizer que eu ouvi uma vez a Senadora Tereza na condição de Ministra da Agricultura, e a senhora fez uma... Num dos seus discursos que eu ouvi, a senhora disse que o Brasil é um *case* de sucesso absoluto no agronegócio, mas o Brasil precisa dos fertilizantes para alcançar esses resultados – claro, não foram essas palavras, mas a senhora colocou com muita firmeza isso.

Eu apresentei um projeto, aqui no Senado Federal, sobre fertilizantes, para que o Brasil instalasse uma política nacional de fertilizantes. Nós tramitamos esse projeto, a Relatora foi a Senadora Tereza Cristina, esse projeto foi aprovado aqui, seguiu para a Câmara dos Deputados e repousa lá em alguma das Comissões ou na Mesa Diretora para votação. Nós já fizemos algumas incursões junto ao Governo Federal para que colocasse esse projeto em pauta pela importância que ele tem para o Brasil, para tirar a dependência que o Brasil tem de fertilizantes – como disse a Senadora Tereza, mais de 90%. Isso é inconcebível! Isso traz uma insegurança agrícola terrível para o país. E a gente não pode deixar de olhar para os produtores e entender que eles precisam de um olhar diferenciado do Governo para que não faltem fertilizantes.

Eu recebi um artigo hoje de manhã que eu estava lendo, e o artigo diz exatamente isto: quem comercializa fertilizantes no mundo afora não quer vender para os compradores, os importadores, além da cota que já está definida. Por quê? Por vários motivos. Pela perspectiva de escassez, pelo câmbio que passa a se usar diferente de uma rotina normal... E isso não é saudável.

Além do mais, o Brasil é um país que tem todas as condições de produzir fertilizantes, principalmente na expectativa das novas descobertas de gás...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Perfeito, perfeito. Eu estou fazendo aqui o comercial para chegar lá. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – São três descobertas de gás no país que colocam no mercado quase 60 milhões de metros cúbicos de gás por dia, um dos componentes indispensáveis para o gás, ou seja, a gente tem a solução dentro do país, mas o projeto não anda.

Eu queria só trazer, Senador Nelsinho Trad, essa reflexão e cumprimentar V. Exa. Certamente, teremos mais trabalhos ainda para avançar dentro desse quesito, mas era essa a contribuição que eu queria trazer aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço a contribuição do Senador Laércio Oliveira. (*Fora do microfone.*)

O Senador Esperidião Amin pede a palavra novamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – É um aditamento de três tópicos, tão breves quanto possível.

Primeiro, quero trazer aqui a palavra do Senador Mourão, que está participando da CPI, que fez questão de, por meu intermédio, endossar e reforçar o convite para que o Ministro das Relações Exteriores venha aqui nos trazendo, portanto, essa visão panorâmica e profunda que é importante para que a Comissão acompanhe.

Segundo, eu quero fazer aqui o registro de uma trajetória de decisões coerentes que nós tomamos aqui sob a sua liderança.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone.*) – Chegou ele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom, eu acabo de anunciar, não com o brilho das suas palavras...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Falou bem ou mal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... falei bem sobre o reforço da sua palavra em relação ao convite ao Ministro das Relações Exteriores.

Quanto ao segundo tópico, veja bem, há sete meses, quando, da edição do tarifaço, esta Comissão tomou uma decisão corajosa, criticada por alguns, mas necessária para o Brasil. Tanto pelo que nós apuramos lá, em termos de apoio dos empresários americanos, convergindo com os interesses brasileiros, e também diante da já aparente fragilidade da base jurídica das decisões do Governo norte-americano, o resultado é que a Suprema Corte considerou aquela tarifação uma agressão a um dos princípios matrizes do Parlamento mundial.

O Parlamento mundial, querida Senadora Tereza Cristina, nasceu da chamada Magna Carta, em 1215, em que, nós diríamos, a elite britânica disse ao rei: "Você não pode aumentar imposto sem autorização" do que seria hoje o Parlamento. E foi assim que nasceu o Parlamento, na Inglaterra, que é a primeira versão do que são os Parlamentos nas democracias representativas do mundo.

A nossa atuação foi diligente, a nossa Relatora e a pessoa que interpretou as nossas ações cumpriram com o seu dever, juntamente conosco, e o Brasil hoje tem, a respeito desse assunto, uma posição muito mais serena. E aqueles que pagaram os 40% de sobretaxa fizeram uma poupança, fizeram uma poupança, que está avaliada entre US$150 e 200 bilhões, ou seja, nós fomos um país lotérico para os nossos fregueses, como diriam os nossos ancestrais. Os nossos fregueses foram beneficiados pela qualidade e, acima de tudo, receberam um crédito pela sobretarifação que pagaram e que foi desmontada por essa razão.

E, finalmente, eu gostaria de reiterar aqui meus cumprimentos à Senadora Tereza Cristina, que trouxe esse panorama com as nossas fragilidades também, especialmente na questão dos fertilizantes, em que a nossa dependência – já vários planos foram debatidos em outras Comissões – também representa uma vulnerabilidade no nosso comércio internacional, produzida sem qualquer culpa ou ingerência nossa.

Nós estamos pagando o preço pelas confusões – repito, sem entrar no mérito – que, pela nossa tradição, seriam resolvidas diplomaticamente, daí a razão do convite inicialmente aprovado aqui por nós e pelo Senador Mourão, que agora pode fazê-lo pessoalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Ah, peço perdão, eu só queria prestar uma homenagem. (*Fora do microfone.*)

A Senadora Tereza Cristina falou em rito halal. Alguém já assistiu, fora ela? Eu quero dizer que eu assisti pela primeira vez a uma apresentação de rito halal na Cidade de Videira, e estão presentes aqui, por coincidência, o Vereador Jhonata e o Presidente da Câmara de Vereadores de Videira, que era a sede da Perdigão, e foi lá que eu vi o primeiro emir, o emir presente, fiscalizando o abate halal, cumprindo, portanto, o rito exigido pelo comprador.

O freguês tem sempre razão e, nesse caso, ele tinha razão. E eu assisti, no frigorífico da Perdigão na época, que depois fez fusão com a Sadia, à aplicação do rito halal em Videira – eu não vou dizer quanto tempo faz, mas faz mais de 40 anos – junto com o meu saudoso amigo e ex-Senador, ex-Governador, Vilson Kleinübing. Nós assistimos ao cumprimento da pré-condição do rito halal no frigorífico da Perdigão, que tem hoje aqui dois representantes, de quem eu peço licença para registrar a presença.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço, Senador Esperidião Amin. Será feito o encaminhamento do registro de presença do Vereador Jhonata e do Presidente da Câmara, conforme V. Exa. solicitou.

Com a palavra o General Mourão, nosso Senador.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, caros colegas aqui presentes, Senadora Tereza Cristina, Senador Laércio, Senador Amin, em relação a essa convocação do Ministro Mauro Vieira, eu a considero extremamente importante. E eu ressalto aqui, Presidente, colegas: nós temos hoje duas guerras regionais em curso e com o risco de haver uma terceira, que podem depois fomentar uma terceira guerra mundial. Por que eu falo de duas guerras regionais? Uma guerra regional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

europeia, que está no seu quinto ano, a guerra regional do Oriente Médio, que não termina nunca, ela vai e vem, e uma terceira guerra regional, que pode ocorrer na Região do Indo-Pacífico, caso a China resolva efetivamente avançar para cima de Taiwan.

O Brasil tem que saber se posicionar nessa questão toda. Nós temos interesse em todas essas regiões. Eu costumo citar um aforismo que é atribuído ao grande filósofo pós-moderno Mike Tyson, que diz que todo mundo tem uma estratégia até levar um soco no nariz. Então, cada vez que acontecer um fato dessa natureza, que nos trouxer prejuízos na área de comércio internacional, além do aumento da inflação, da questão do combustível, etc. e tal, nós temos que saber mudar a nossa estratégia.

E o que a gente vê é que o atual Governo, que representa o Estado brasileiro, tem uma dificuldade enorme em entender que o Brasil é um país do hemisfério ocidental e como tal tem que se comportar. Não se comporta dessa forma e termina por nos prejudicar.

Então, é importante que o Ministro venha aqui e que a gente... E, aqui, esta Comissão é uma Comissão educada, a gente debate com ele educadamente, mas a gente sente... Minha visão aqui – não sei se os colegas comungam com essa visão – é de que o Ministro Mauro Vieira é limitado pela atuação do Celso Amorim. Ele está limitado, ele tem até onde ele pode ir, mas quem traça as grandes linhas mestras e quem dá a palavra é o Celso Amorim, e o Celso Amorim tem uma visão de quem caiu de um caminhão de mudança de Woodstock e não se deu conta de que nós já estamos no século XXI.

Só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Agradecemos as manifestações dos colegas Senadores.

Já está registrado o requerimento do convite ao Chanceler Mauro Vieira para o próximo dia 18 de março, às 10h da manhã, numa sessão que vai ter, como única e exclusiva pauta, a participação do Chanceler Mauro Vieira – no dia 18 de março, através desse convite.

Antes de encerrar, eu gostaria de comunicar aos Srs. Senadores que o Presidente Davi Alcolumbre pediu para compartilhar com V. Exas. que no dia 17/03 – de hoje a sete dias, terça-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feira que vem –, às 15h30, vai ser feita a promulgação, no Plenário do Senado, do Acordo de Livre Comércio Mercosul-União Europeia.

Contamos com a participação e a presença de V. Exas.

E, no dia seguinte, dia 18, conforme o requerimento já registrado, há o convite Chanceler Mauro Vieira.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, cumprida a finalidade da reunião, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e três minutos do dia dezoito de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Tereza Cristina, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Marcos do Val, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Beto Faro, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Styvenson Valentim e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Carlos Viana, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Jaime Bagattoli, Randolfe Rodrigues e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 9/2026 - CRE, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Finalidade:** Ouvir, na qualidade de convidado, o Ministro das Relações Exteriores, sobre o posicionamento do Brasil acerca das tensões no Oriente Médio. **Participante:** Senhor Embaixador Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/18

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Conforme pauta publicada, esta audiência pública destina-se a ouvir, na qualidade de convidado, o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, sobre o posicionamento do Brasil acerca das tensões no Oriente Médio.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Solicito ao Senador Jaques Wagner que possa adentrar o Plenário, ao tempo em que cumprimento o Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira. (*Pausa.*)

Informo a todos que estão nos ouvindo, seja no Plenário, seja no remoto, que se registra o agradecimento ao Ministro Mauro Vieira, que fez uma ginástica na sua agenda para poder nos atender, vez que, antes do nosso convite, ele já tinha sido convocado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e ele conseguiu separar uma hora do seu tempo para que aqui pudesse fazer também as explanações a respeito do tema solicitado.

Inicialmente, Senador Jaques Wagner, será dada a palavra ao Exmo. Sr. Ministro pelo tempo de 30 minutos, logicamente prorrogável para suas conclusões finais, e ele será alertado faltando três minutos para o fim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seguida, abriremos a fase de perguntas dos Srs. Senadores que aqui se encontram e, posteriormente, teremos que liberar o Ministro até às 10h45, em face do compromisso que ele firmou com a Câmara dos Deputados de estar lá às 11h.

Com a palavra o Chanceler Mauro Vieira.

O SR. MAURO VIEIRA (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Nelsinho Trad, muito obrigado pelo convite que me faz para esta sessão de hoje. Exmo. Sr. Senador Jaques Wagner, é um grande prazer revê-lo aqui também. Cumprimento todos os Senadores, a Senadora Tereza Cristina.

É uma honra voltar ao Senado Federal e a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para tratar de temas de interesse do Congresso Nacional e da sociedade brasileira. (*Pausa.*)

É um prazer também, Senador Esperidião Amin, tê-lo aqui.

Eu pretendo utilizar menos tempo do que o que V. Exa. gentilmente me concede, para que possa haver um diálogo.

Então, eu queria só renovar e dizer que é uma honra estar no Senado Federal e nesta Comissão de Relações Exteriores para tratar de temas de interesse da sociedade brasileira, do Congresso Nacional e do Governo brasileiro. Meu último comparecimento a esta Comissão ocorreu no ano passado, em maio, quando tive a oportunidade de apresentar um balanço da política externa brasileira até aquele momento.

Permitam-me iniciar expressando meu agradecimento sincero pelo convite para participar desta audiência pública interativa. Registro minha prontidão em atender ao chamado desta Comissão, cuja tradição de diálogo institucional e compromisso com a política externa brasileira muito engrandece o trabalho do Ministério das Relações Exteriores.

Ciente da preocupação manifestada por V. Exas. com a segurança e o bem-estar da comunidade brasileira no Oriente Médio, considerei apropriado iniciar minha exposição relatando de maneira clara e objetiva as providências já adotadas pelo Ministério das Relações Exteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria, então, de começar dizendo que as comunidades brasileiras nos 12 países do Golfo e do Oriente Médio afetados pelo conflito somam cerca de 70 mil pessoas. Destas, aproximadamente 20 mil vivem no Líbano; 15,5 mil, nos Emirados Árabes Unidos; e 14,5 mil, em Israel. Além dos residentes, havia no momento da eclosão dessa crise cerca de 8 mil brasileiros em trânsito pelos aeroportos do Golfo Pérsico, sobretudo nos Emirados e no Catar, dado que ilustra a complexidade operacional enfrentada pela nossa rede diplomática.

Desde a escalada do conflito, no sábado, 28 de fevereiro, o Ministério das Relações Exteriores, por meio das Embaixadas do Brasil na região, vem mantendo o monitoramento permanente da situação, em coordenação com governos locais, missões estrangeiras e os próprios membros da comunidade brasileira.

Instruí a todas as Embaixadas e Consulados do Brasil na região a operarem em regime de plantão de 24 horas e acompanharem os desdobramentos das ações militares, com particular atenção às necessidades das comunidades brasileiras nos países afetados.

O Ministério das Relações Exteriores mantém ainda alerta consular atualizado diariamente sobre a situação no Oriente Médio, com informações e recomendações sobre como proceder no contexto desses confrontos. O alerta publicado no Portal Consular, em outubro de 2023, e revisado periodicamente já desaconselhava deslocamentos não essenciais a diversas partes da região.

Por meio de sua rede de postos nos países do Oriente Médio, o Ministério das Relações Exteriores realizou o cadastro dos nacionais brasileiros residentes e em trânsito, prestou assistência consular cabível e facilitou contatos e providências logísticas junto às autoridades locais e companhias aéreas.

Mediante inúmeras gestões realizadas por mim diretamente, foi possível viabilizar o regresso de inúmeros cidadãos e compatriotas de forma segura ao Brasil, inclusive por meio de operações de evacuação por via terrestre e através de outros países da região.

O Ministério das Relações Exteriores seguirá prestando assistência consular pertinente, em contato com as autoridades locais e atento à realidade de cada país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, muitas das conquistas consulares que obtivemos nas últimas semanas são resultado da coordenação política do Brasil com países do Oriente Médio, com os quais temos cultivado relações amistosas e de confiança mútua.

De minha parte, estabeleci contatos telefônicos com as minhas contrapartes naquela região, desde o início das hostilidades, no dia 28 de fevereiro. Até o momento, mantive contato com nove chanceleres dos países envolvidos, direta ou indiretamente, no conflito. De forma geral, em todos os telefonemas, além de enfatizar a profunda preocupação brasileira com a escalada das hostilidades na região do Golfo, de expressar a solidariedade do Brasil aos países-alvos dos ataques retaliatórios do Irã e desejar o retorno das partes diretamente envolvidas à mesa de negociações, solicitei a ajuda dos meus interlocutores para facilitar a proteção dos nacionais brasileiros em situação vulnerável na região e sua pronta evacuação. De todos os meus interlocutores, ouvi sempre uma resposta positiva e a boa disponibilidade de acolher meus pedidos e ajudar a proteger os interesses dos cidadãos brasileiros e também alguns latino-americanos, com diversas autoridades, indicando que os brasileiros seriam tratados como se nacionais desses países fossem. Para tanto, foram fundamentais os contatos telefônicos que mantive diretamente com Chanceleres dos Emirados Árabes Unidos, da Jordânia, do Kuwait, do Bahrein, da Arábia Saudita, do Catar, de Omã, do Líbano e da Turquia, além das muitas cartas enviadas a esses e outros países após os contatos telefônicos. A todos os nossos irmãos árabes, quero deixar aqui registrado o meu agradecimento público pela ajuda e assistência prestadas aos brasileiros em seus respectivos países.

Gostaria de apresentar também a V. Exas. uma leitura sobre o conflito em curso no Oriente Médio, que, a meu ver, pode ser dividido em dois capítulos.

O primeiro deles foi o que se convencionou chamar da Guerra dos Doze Dias, entre 13 e 24 de junho de 2025, que causou a morte de mais de 1,2 mil pessoas. As hostilidades tiveram início com o ataque israelense ao Irã, que teve como alvo instalações nucleares e residenciais iranianas, atingindo a principal usina nuclear do país e assassinando a alta cadeia de comando da segurança iraniana, além de importantes cientistas envolvidos em seu programa nuclear. Israel argumentou que suas ações seriam meramente defensivas, com vistas a proteger-se da ameaça existencial representada pelo programa nuclear iraniano. Teerã reagiu imediatamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desferindo ataques com *drones* e mísseis a Israel. Em 21 de junho, os Estados Unidos bombardearam as instalações nucleares iranianas de Fordo, Natanz e Isfahan.

O segundo capítulo teve início na manhã do último dia 28 de fevereiro, quando Estados Unidos e Israel atacaram conjuntamente o Irã. Os ataques afetaram sobretudo a capital, Teerã, mas se estenderam para ao menos 130 cidades iranianas. A primeira onda de ataques buscou a estratégia chamada de decapitação, ao mirar as principais lideranças iranianas. O Irã e demais países da região do Golfo fecharam seus espaços aéreos na mesma data. Em 1º de março, o Governo iraniano confirmou a morte do líder supremo Ali Khamenei. As forças armadas iranianas realizaram, em resposta, ondas de ataques com mísseis balísticos e *drones* contra Israel e bases militares dos Estados Unidos no Bahrein, no Catar, no Kuwait, nos Emirados Árabes Unidos, bem como em base da Otan na Turquia. Alvos em Omã, Iraque, Arábia Saudita e Jordânia também foram atingidos. Registraram-se ainda ataques em bases militares em Chipre e no Azerbaijão. Há registros de infraestruturas civis que, nesses países, tenham sido alvos de ataques.

Os países do Golfo não retaliaram e têm se concentrado em ações defensivas e em intensa movimentação diplomática. Ao evitarem formalmente atuar como parte beligerante no conflito, esses países evitam escalada regional ainda mais intensa. As economias do Golfo são fortemente dependentes de infraestrutura energética, turismo e fluxo de investimentos internacionais, setores particularmente vulneráveis à perspectiva de instabilidade prolongada.

Há preocupações quanto às possíveis consequências de um eventual enfraquecimento ou fragmentação do Irã, cenário que poderia gerar instabilidade regional, fluxos migratórios em direção aos países vizinhos e proliferação de milícias armadas atuando de maneira autônoma.

Novo cenário de conflito foi aberto no Líbano. Na manhã do dia 5 de março, Israel ordenou a evacuação de várias localidades no sul do Líbano, alegando proteger-se de ataques de mísseis e *drones* do Hezbollah. Sucederam-se ataques nessa região. Outras áreas do país, inclusive bairros da capital Beirute, têm sido alvejadas. Há avanços israelenses por terra para além da linha definida no cessar-fogo. Há mais de 1 milhão de residentes deslocados em função dos ataques e de ordens de evacuação israelenses. Os bombardeiros de Israel já teriam atingido mais de 250 alvos no Líbano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, assim que os ataques ao Irã começaram, temos reiteradamente expressado a posição do Governo brasileiro acerca do conflito e o fazemos de várias formas, entre as quais, reservadamente, em contato com autoridades dos países envolvidos e, publicamente, por meio de manifestações do Presidente da República e minhas próprias e de outras autoridades do Executivo. O Itamaraty já emitiu cinco comunicados à imprensa desde 28 de fevereiro, data do início do conflito.

Na manhã do dia 28 de fevereiro, divulgou-se a Nota nº 66, por meio da qual destacamos a posição tradicionalmente defendida pelo Brasil na região. Nela, condenamos expressamente e expressamos grave preocupação com os ataques realizados por Estados Unidos e Israel contra alvos no Irã. Enfatizamos que os ataques ocorreram em meio a um processo negociador entre as partes, que é o único caminho viável para a paz. A publicação ainda apelava a todas as partes que respeitassem o direito internacional e exercessem máxima contenção de maneira a evitar a escalada de hostilidades e assegurar a proteção de civis e da infraestrutura civil.

Ainda na noite do dia 28, foi publicada outra nota, a Nota nº 68, na qual manifestamos profunda preocupação com a escalada das hostilidades na região do Golfo, que representava uma grave ameaça à paz e à segurança internacionais, com potenciais impactos humanitários e econômicos de amplo alcance. Fizemos apelo à interrupção das ações militares ofensivas em respeito ao direito internacional e condenamos medidas que violassem a soberania de terceiros Estados ou que pudessem ampliar o conflito, tais como ações retaliatórias e ataques contra áreas civis. Em seguida, esclarecemos, como base da posição brasileira, os preceitos da Carta da ONU. Defendemos que a legítima defesa prevista no Artigo 51 da Carta das Nações Unidas é medida excepcional e sujeita à proporcionalidade e ao nexo causal com o ataque armado. Não menos importante, nos solidarizamos com os países árabes que até então tinham sido objeto de ataques retaliatórios do Irã e com as famílias das vítimas. Enfatizamos ainda ser obrigação do Estado assegurar a proteção de civis em conformidade com o direito internacional humanitário. Encerramos o texto com um chamado à moderação, reafirmando que o diálogo e a negociação diplomática constituem o único caminho viável para a superação das divergências e a construção de uma solução duradoura, cabendo às Nações Unidas papel central na prevenção e na resolução de conflitos, nos termos da Carta de São Francisco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 3 de março, divulgamos nova nota à imprensa, Nota nº 69, em que expressamos nossa preocupação com a extensão do conflito para o Líbano, com os disparos do Hezbollah contra Israel e os ataques israelenses contra o território libanês, incluindo Beirute. Na publicação, recordamos os termos do acordo de cessar-fogo de 27 de novembro e da Resolução 1.701, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e apelamos às partes pela cessação imediata das hostilidades e pelo cumprimento integral do cessar-fogo e da resolução da ONU.

Em 13 de março, emitimos a Nota à Imprensa nº 81, que divulga uma declaração conjunta de Brasil, Colômbia e México em favor do cessar-fogo no Oriente Médio e de apoio a uma saída diplomática na região. No texto, os três países defendem a decretação de um cessar-fogo imediato, a fim de abrir espaços efetivos para o diálogo e a negociação.

No mesmo dia 13, emitimos ainda outra nota, Nota nº 82, sobre as hostilidades no Líbano, por meio da qual o Brasil condena os contínuos ataques israelenses contra o território libanês e as ordens de evacuação que, em conjunto, têm causado mortes e deslocamentos forçados de centenas de milhares de civis libaneses. O Brasil igualmente condena o lançamento de foguetes pelo Hezbollah, a partir do Líbano, contra o território israelense.

O Brasil permanece firmemente convencido de que a diplomacia é o único caminho para resolver a questão do dossiê nuclear iraniano, restaurar a confiança entre as partes e contribuir para a paz na região. Sempre instamos as partes diretamente envolvidas nas negociações bem como os demais Estados interessados a utilizarem plenamente todos os instrumentos diplomáticos disponíveis para reduzir tensões e avançar rumo a soluções negociadas.

O Brasil tem reiteradamente defendido a cessação das hostilidades e enfatizado que apenas o diálogo e a diplomacia podem produzir soluções duradouras. O recurso a ataques armados e a sua expansão regional aumentam significativamente os riscos à paz e à segurança internacionais, sobretudo diante dos riscos atualmente evidentes de desestabilização de toda a região do Oriente Médio. Em muitos casos, as tensões militares acabam por agravar desafios já complexos, inclusive aqueles relacionados à não proliferação e à segurança nuclear.

O Brasil manifesta profunda preocupação com relatos de ataques contra instalações nucleares, incluindo aquele do último dia 3 de março envolvendo a instalação de enriquecimento de combustíveis de Natanz, com potencial de gerar acidente nuclear que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderia ter consequências graves para a vida humana e para o meio ambiente. Apenas a cessação imediata das hostilidades permitirá que essas questões sejam tratadas de forma adequada, por meio da retomada das negociações e da cooperação do Irã com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

É preciso que essas disputas militares sejam tratadas em seu fórum adequado, que é a Organização das Nações Unidas. No entanto, a paralisia da ONU e de seu Conselho de Segurança torna-se ainda mais evidente no atual contexto de conflito no Irã. As Nações Unidas têm desempenhado papel secundário nas tratativas relativas à crise. Embora o Conselho de Segurança das Nações Unidas tenha realizado reunião de emergência na tarde do dia 28 de fevereiro e aprovado a Resolução nº 2.817, apresentada pelo Bahrein, não há até o momento indicação de que outras medidas concretas estejam sendo desenvolvidas no âmbito da ONU. Por sua vez, observamos movimentações voltadas à resolução do conflito no plano bilateral. Hoje é dado mais espaço aos interesses ligados às guerras do que às iniciativas em defesa da paz e do combate à fome. Precisamos reverter esse quadro, resgatar e fortalecer o sistema multilateral, que deve ter a ONU em seu centro e o direito internacional como sua baliza.

O Brasil historicamente defende uma ordem internacional baseada em princípios e regras, regras que assegurem, por exemplo, o direito de legítima defesa, mas não legitimem o uso indiscriminado da força. Uma interpretação elástica do direito internacional não interessa ao Brasil e ao sistema internacional, daí deriva a importância da democracia e do seu bom emprego por um país com a capacidade de diálogo e a credibilidade do Brasil.

Senhoras e senhores, espero que, com esses elementos apresentados, eu possa ter atendido ao interesse de V. Exas. e me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Queria só, ainda antes de encerrar, fazer um registro do importante ato que ocorreu ontem no Congresso Nacional, com a aprovação do decreto legislativo que incorpora à legislação brasileira o Acordo Mercosul-União Europeia. Queria congratular o Presidente Nelsinho Trad, porque sei que foi sua a iniciativa de propor a realização dessa sessão solene em que houve a assinatura do ato. Hoje, em Bruxelas, faremos o depósito dos instrumentos de ratificação. Portanto, a partir de 1º de maio, o acordo estará em vigor para os membros do Mercosul. Queria agradecer-lhe e cumprimentá-lo, Presidente Nelsinho Trad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Faculto a palavra a quem quiser fazer algum questionamento, lembrando que o Chanceler fez um esforço para poder aqui fazer esta prestação de contas, vez que ele já tinha sido convocado anteriormente na Câmara dos Deputados, mas ele fez questão de passar por aqui antes.

Com a palavra o Senador Jaques Wagner; depois, Esperidião Amin; depois, Tereza Cristina.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para interpelar.) – Presidente, muito rapidamente, quero cumprimentar o Ministro Mauro Vieira, agradecer a sua disponibilidade de estar aqui conosco e cumprimentar a Senadora Tereza e o Senador Esperidião.

Começo parabenizando-o, Ministro, por este que vou chamar de feito que passou por esta Casa – como o senhor disse, ontem foi, pela sessão solene, promulgado – que é o acordo da União Europeia com o Mercosul. Eu acho que essa foi uma trajetória longa, difícil, mas eu não tenho dúvida de que trará muitos benefícios para o empresariado, para os trabalhadores, para o Brasil como um todo, para a economia brasileira.

Segundo, até porque fui testemunha, porque eu estava com uma sobrinha voltando da Índia com seu esposo e um grupo de pessoas que foram fazer uma visita à Índia, que fizeram uma escala em Doha e que não puderam decolar... Aquilo seria apenas uma visita de 24 horas, 48 horas, mas eles lá tiveram que permanecer 11 dias ou 12 dias. E eu quero ser testemunha da presteza com que toda a nossa unidade diplomática no Catar, em Doha particularmente... Fiz, várias vezes, ligações, com minha sobrinha inclusive. E, de primeira hora, realmente eu entrei em contato com a equipe do Itamaraty, passei a eles os telefones consulares e quero testemunhar, porque vivi isso. Meu irmão mais novo estava superpreocupado, porque evidentemente não tinha outra coisa... E, finalmente, como V. Exa. disse, acharam uma rota e conseguiram sair via Espanha e já estão evidentemente em São Paulo, onde moram. Então, quero parabenizar toda a equipe...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO VIEIRA (*Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – ... na sua pessoa e ser testemunha viva, porque vivenciei realmente, de quão rápido foi o atendimento aos brasileiros no Catar. Não era só o casal, eles estavam com um grupo de 20.

Eu queria elogiar também a postura do Governo do Catar, que bancou a estada de todos que não puderam sair – mantiveram-nos no mesmo hotel em que eles estavam, que eles tinham contratado – e que também ajudaram muito na questão do transporte aéreo. Então, eu queria deixar esse registro, porque eu acho que a postura do Governo do Catar foi elevada e de acolhimento àqueles que visitariam o seu país.

Parabéns, Ministro. Deus o abençoe pelo Mercosul-União Europeia e também por essa presteza da nossa missão diplomática.

O SR. MAURO VIEIRA (*Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Vamos fazer os três questionamentos. Depois V. Exa. responde em bloco.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin... Ele cede a vez à Senadora Tereza Cristina, a quem faculto com muito prazer.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Muito obrigada, Senador Nelsinho, Senador Jaques Wagner, Senador Amin.

É um prazer estar aqui recebendo hoje o nosso Chanceler, Ministro Mauro Vieira. E quero dizer também da minha admiração pela carreira diplomática, pelo que vocês fazem pelo Brasil, uma carreira de Estado. E vocês cumprem esse papel, e eu não esperava que fosse diferente.

Não nesta crise que nós vivemos hoje, mas nas outras que já vivemos, o Itamaraty sempre mostrou essa competência, enfim, essa eficiência com os brasileiros que estão lá fora, em situações de vulnerabilidade, diante de crises que vivenciam não só nas guerras, mas também, às vezes, individualmente. Outro dia eu tive que recorrer a vocês sobre um caso do meu estado de violência doméstica de uma brasileira que estava na França, e vocês foram de uma eficiência, devolvendo a moça aqui para a família o mais rapidamente possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, eu queria que o senhor pudesse nos falar um pouco da sua visão, primeiro, dessa guerra, que começou para ser uma guerra de curtíssimo prazo e já se estende aí por quase... Acho que mais de um mês, né? Segundo: os efeitos que essa guerra trará para o Brasil, tanto na área de... mais na área de comércio – porque eu acho que esse também é um ponto sensível – e, é claro, sob o ponto de vista humanitário.

E também eu gostaria de saber, se o senhor pudesse nos dizer, o que é que o senhor tem sentido dos outros países do Oriente Médio que se envolveram nessa guerra sem querer, por serem aliados. Estão lá, hoje, tomando bomba. Temos lá os Emirados Árabes, a Arábia Saudita e agora o que estão fazendo no Líbano. Enfim, é muito sério o que acontece hoje, e eu queria que o senhor desse um *overview* para a gente, bem rápido, do que o Itamaraty, de como vocês estão enxergando este momento.

Era só isso. O tempo é curto, eu teria muito mais coisas para perguntar, mas, se o senhor pudesse sintetizar para a gente, eu acho que seria muito importante para nós, Senadores, e também para todos aqueles que nos assistem pela internet.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço à Senadora Tereza Cristina.

De pronto, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Eu vou complementar.

Acho que o aspecto humano foi salientado tanto pelo Senador Jaques Wagner quanto pela Senadora Tereza Cristina. Eu só quero ressaltar que, além dessa exibição, por todos os lados, de um fantástico poderio para matar – poderio e ciência para matar – que este conflito está demonstrando e que supera qualquer esforço na medicina... Ou seja: a habilidade, a habilitação para matar está sobrepujando, por larga margem, o que se desenvolve em termos de conhecimento para salvar. Isso é lamentável.

Então, o aspecto humano acho que foi abordado. Eu faço minhas as palavras da Senadora Tereza Cristina a respeito do esforço que o Itamaraty e os seus servidores – sejam eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temporários, sejam eles permanentes – fazem para reduzir os danos das pessoas que andam pelo mundo afora. Acho que é uma *expertise* que faz bem ao Ministério das Relações Exteriores e à formação do Instituto Rio Branco.

Eu gostaria de fazer uma pequena incursão no campo econômico. Qual é o balanço que nós temos, hoje, de obstruções, por exemplo, no campo dos fertilizantes? Na obstrução no campo de transporte de defensivos, fertilizantes agrícolas, a última estatística que nós tínhamos era de 1 milhão de toneladas, mas isso é da semana passada. Hoje, na questão do petróleo, nós não somos dependentes do petróleo; somos dependentes do óleo diesel. Nós quatro nos lembramos de que, quando estivemos em Washington, a nossa dependência do óleo diesel russo já tinha diminuído, ou seja, a nossa vulnerabilidade às sanções que os Estados Unidos poderiam nos impor e impuseram, por exemplo, à Índia, porque ela dependia flagrantemente e depende ainda do óleo diesel russo, que agora foi liberado, ou seja, esse vai e vem...

Em Santa Catarina, hoje, foi aprovada uma greve de caminhoneiros, na localidade de Salseiros – o nome é salseiro, que, na linguagem popular, é quando dá uma confusão, não é isso?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – É...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O bairro está relacionado a outra coisa, à agricultura, mas foi deliberada, teremos uma paralisação, a partir do meio-dia de hoje, no pior trecho de rodovia federal do Brasil – eu ia dizer do mundo, do nosso mundo. E o protesto é sobre o óleo diesel, que afeta, no Rio Grande do Sul, já há uma semana, a atividade rural e se transfere para todos os que têm colheita ou plantio, seja de cultura de inverno, seja de cultura de verão.

Então, qual é o balanço que o Itamaraty acompanha em matéria do que nos é sensível? O que é sensível? Óleo diesel e defensivo agrícola; eu vou pedir uma tabela, mas são estes dois itens, insumos agrícolas: fertilizante, defensivo e óleo diesel.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Senador Esperidião Amin...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E, mais uma vez, quero cumprimentar pelo nosso tratado, que foi um esforço longevo. O senhor era cadete ainda, quando começou essa discussão, não é?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Senador Esperidião Amin, vou completar o seu questionamento, antes, porém, ressaltando que V. Exa. foi cirúrgico, trazendo para a minha especialidade, fez uma prostatectomia radical, sem lesão de nada, o paciente está superbem.

E eu complemento o Chanceler, justamente, mesmo sabendo que tem outros ministérios afins nessa questão, de Minas e Energia, da Fazenda: se existe algum planejamento, algum enfrentamento em função desse horizonte nebuloso que se avizinha com consequências da crise no óleo diesel e dos fertilizantes, gerando greves, o que, num momento como esse, ninguém merece, ainda mais com a causa que está sendo colocada do outro lado do mundo.

Agora, com a palavra o Chanceler. V. Exa. já está no limite do seu horário, pode concluir as respostas dos quatro Senadores e, depois, já se sinta liberado.

Eu gostaria apenas de registrar a satisfação de olhar daqui, ver Tereza Cristina, Esperidião Amin, Jaques Wagner e relembrar a nossa missão para os Estados Unidos, em que esses quatro Senadores estavam lá para defender o Brasil.

O SR. MAURO VIEIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria agradecer aos Senadores presentes as perguntas feitas.

Vou me dirigir a cada um deles, começando pelo Senador Jaques Wagner, agradecendo a ele as palavras elogiosas. É verdade, o ministério se empenhou, como eu relatei, no auxílio e atenção à comunidade brasileira residente nesses países, mas também a um número que é muito elevado, de quase 8 mil brasileiros que estavam em trânsito, porque, hoje em dia, o Qatar, Dubai e Abu Dhabi, além de outros países da região – esses três, sobretudo –, são grandes *hubs* aéreos que são a conexão mais fácil e mais direta para o Oriente e até para a África.

E havia um número assustador, porque 8 mil não é pouca coisa. Quando eu vi de manhã, no sábado de manhã, as primeiras notícias, eu não poderia imaginar que fosse tão alto esse número. E recebi ligações de vários amigos, membros do Senado e da Câmara, como o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jaques Wagner, que tinham parentes ou delegações dos seus estados, e pudemos rapidamente negociar, inclusive, do Qatar e do Bahrein, onde havia menos, uma saída por terra até a Arábia Saudita. Eu falei também com o Ministro do Exterior da Arábia Saudita, que nos facilitou, inclusive em questão de vistos e tudo, a saída o mais rápido possível, de forma que pudessem tomar voos de regresso ao Brasil, através da Europa ou diretamente, evitando o fechamento do espaço aéreo nesses países.

Sim, foi uma grande operação, mas contamos com o apoio do ministério e de outros ministérios envolvidos e, sobretudo, com a compreensão e o entendimento da sociedade brasileira. Queria, portanto, agradecer, mais uma vez, suas palavras.

E, com relação ao Acordo Mercosul-União Europeia, que foi uma luta e um trabalho de muitos anos, de 26 anos – eu já não era tão cadete, como disse o Senador Esperidião Amin, mas me lembro do início dessas negociações –, ficamos muito felizes com essa conclusão.

É, sem dúvida, um acordo histórico importante, a maior zona de livre comércio criada, vai trazer muitos benefícios para a sociedade brasileira, dos países do Mercosul e também da União Europeia e, sobretudo, vai servir de alternativas no momento em que o mundo vive um jogo em que não há respeito às regras, ao multilateralismo, às regras estabelecidas de comércio internacional desde a Segunda Guerra. É uma forma de compensar perdas e mostrar que o melhor é o entendimento, é a coordenação, é a negociação – e não o conflito.

Eu queria só lembrar que, dentro em breve, chegará aqui também um outro acordo de livre comércio que é muito importante e que já foi assinado até bem antes do acordo com a União Europeia, mas que estava ainda em processo de tradução, que é o Acordo Mercosul-EFTA, que é a Associação Europeia de Livre Comércio, que é menor, é bem menor do que a União Europeia, mas envolve importantes países, como a Suíça, a Noruega, a Islândia, Luxemburgo, e países que têm, por exemplo, na área médica, uma grande indústria farmacêutica – a Suíça, também; a Noruega é um grande país exportador.

Esse acordo virá em breve, nós estamos trabalhando intensamente na tradução e eu espero contar com o apoio que contamos neste. Tem que se chamar a atenção para as dificuldades. O acordo da União Europeia, do nosso lado, o Mercosul, foi traduzido do inglês, a língua em que foi negociado, para português e espanhol, mas, do lado da União Europeia, eram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

23 idiomas diferentes. Então, tem que haver exames, têm que ser cotejados, não é uma ação que se faça em pouco tempo.

Então, muito obrigado. Senadora Tereza Cristina, muito obrigado também por suas palavras com relação ao Ministério das Relações Exteriores, à sua atuação.

Eu queria dizer que, com relação à guerra, é com grande surpresa que recebemos o início desses atos violentos e de bombardeios dos dois lados, sobretudo porque era um período em que havia uma negociação em curso. Da mesma forma como o Brasil, em 2010 e 2011, junto com a Turquia, fez um acordo, a Declaração de Teerã, com o Irã, que foi um grande sucesso e foi a melhor solução já feita em acordos com o Irã, foi o acordo no qual o Irã mais se comprometeu a mandar para o exterior...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Aprovado pelo Presidente dos Estados Unidos.

O SR. MAURO VIEIRA – Acordo esse em que a intermediação do Brasil e da Turquia foi pedida pelo Presidente dos Estados Unidos ao Brasil numa carta – portanto, está documentada –, e foi o melhor resultado do acordo. Depois disso, os Estados Unidos não aceitaram e não continuaram com o entendimento. Foi lamentável.

Nós conseguimos, nessa ocasião, do lado do Irã, uma entrega de praticamente todo o material nuclear. Eles insistiam que a atividade nuclear era para geração de energia e para aplicações médicas, fins pacíficos, totalmente possíveis dentro do sistema de não proliferação.

Lamentavelmente, houve a interrupção. Houve um acordo fechado, e logo depois ele perdeu o valor, porque um importante ator não aceitou aplicá-lo.

Depois, no ano de 2015, houve um novo acordo, chamado de JCPOA, que quer dizer Plano de Ação Conjunto Abrangente, que envolvia todos os atores – europeus, Estados Unidos e Irã – e que também depois foi abandonado pelos Estados Unidos, recentemente.

E agora, finalmente, havia uma negociação em andamento, a pedido também das partes, por Omã, entre Irã, Estados Unidos e outros atores envolvidos. Eu falei recentemente com o Ministro de Omã, e ele estava totalmente surpreso, disse que não podia entender como tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciado essa ação militar antes do fim das negociações, que estavam muito bem encaminhadas e com perspectivas excelentes.

Portanto, esta é a visão que temos, de surpresa. É uma região fundamental para o mundo, para a economia mundial e para a estabilidade. É uma região, o Golfo... Os países do Golfo têm uma enorme produção de petróleo, mais de 20% passam pelo Estreito de Ormuz, parece que são 250 navios por dia. Portanto, a interrupção desse fluxo pode e afetará gravemente a economia mundial, vai produzir escassez de vários produtos, vai produzir escassez de energia, vai produzir grande inflação, vai ser um elemento de desequilíbrio e de transtorno em todo o mundo.

O que se pode esperar? Esperar que haja um pouco de bom senso e que se possa sentar e negociar. Recentemente, como mencionado, os Estados Unidos suspenderam as sanções sobre a Rússia, que, então, poderá, por um mês – a suspensão foi por 30 dias –, exportar petróleo, e isso é justamente para evitar que haja uma escassez muito grande, porque os preços do petróleo, que estavam abaixo de US$70, ontem, se não me engano, chegaram a US$105. São medidas para mitigar um pouco esse impacto, enquanto não se chega a uma solução de todo esse imbróglio, de toda essa guerra, de todo esse problema e não haja uma iniciativa pela paz.

E finalmente, com relação à pergunta do Senador Esperidião Amin, quero dizer que é um pouco a mesma resposta, quer dizer, o impacto econômico é muito grande. É evidente que há análises do Governo e dos outros ministérios – imagino o Ministério da Fazenda, Minas e Energia e tantos outros – sobre o impacto.

Por sorte, em termos de petróleo, hoje o Brasil é o nono maior produtor, o Irã é o quinto, quer dizer, o progresso feito pelo Brasil nessa área foi muito grande, temos uma autonomia maior, mas evidentemente as oscilações de preços e as dificuldades de transporte... nós somos pela livre navegação do mundo, o Brasil sempre defendeu essa iniciativa.

Portanto, esses impactos podem ser, sem dúvida, muito grandes. Não é tanto pela questão do petróleo ou pela questão da segurança alimentar, porque também somos autônomos em questão de segurança alimentar, mas a questão, como a Senadora Tereza Cristina mencionou, dos fertilizantes é complexa. Por isso, também temos que diversificar as nossas fontes de comércio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que temos muitos interesses em fertilizantes. Na região, a Bolívia – acabou de estar aqui no Brasil o novo Presidente da Bolívia – é um grande produtor de ureia. Também nos países da costa africana, do Atlântico, há grandes produtores, de quem nós compramos. E também daí a decisão do Governo brasileiro, sendo um ator global, de estar presente também, diversificar o comércio com o mundo todo. E nós temos feito um grande esforço de diversificação e de avanço nas nossas correntes comerciais com os países do Asean, que são 11 países com os quais nós temos um comércio que é quase igual ao da União Europeia, em termos de exportações brasileiras, e são também grandes fornecedores.

Esse tipo de iniciativa que é importante para que se possa ter um equilíbrio e proteger o máximo possível dessa questão das instabilidades em todo o mundo.

Portanto, eu só tenho a agradecer a V. Exas. por esse convite e essa possibilidade de dar essas respostas e dizer que estarei sempre à disposição em todas as ocasiões que se façam necessárias e em que desejem a minha opinião, para vir e estar aqui com todos os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Sr. Chanceler, eu não poderia deixar de passar este comentário: eu fui procurado por... Se não me engano, tinha nove países do Golfo que sofreram ataques, segundo eles, em alvos civis e elogiaram a atuação, a atenção que o Ministério das Relações Exteriores tem dado para cada um deles, porém registraram a intenção de que V. Exa., junto com o Governo, junto com a Chancelaria, possa condenar esse tipo de ataque, em função de que eles não têm nada a ver com esse conflito e acabam sendo bombardeados hotéis, alvos civis. E estavam realmente muito aflitos em função dessa situação.

Queria que V. Exa. registrasse isso. Foi uma reunião bastante tensa. E espero que isso também possa ser contornado.

O SR. MAURO VIEIRA – Muito obrigado.

Se a V. Exa. me permite, todas as notas de comunicado à imprensa do Brasil condenaram os ataques em retaliação promovidos pelo Irã contra os países. Eu devo dizer também que, nos meus contatos com todos os ministros do exterior dos países que citei, todos declararam que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não eram parte da guerra, que não eram atores e que não estavam respondendo, que estavam apenas se defendendo – o que é muito meritório e plausível – e que estavam justamente evitando ter que entrar na guerra. Eles não queriam que fossem levados, atraídos a essa guerra. Por isso, estavam prontos para começar a negociar quando fosse o momento.

Mas o Brasil deixou muito claro, desde o início, que condenou tantos ataques dos Estados Unidos e de Israel ao Irã, o que desencadeou toda essa crise – isso não saiu do nada –, como também a retaliação, que não está de acordo com o direito internacional e a Carta da ONU na forma em que ocorreu, mas é evidente que são países, todos importantes sócios comerciais, com os quais temos relações políticas de muitos anos e queremos manter.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço a participação do Chanceler Mauro Vieira.

Faço apenas um registro, baseado na forma democrática com que a gente conduz a sessão. A gente recebeu perguntas da Patrícia, do Rio de Janeiro; do Luanderson, do Pará; do Thiago, do Rio Grande do Sul; do Rodrigo, do Distrito Federal – que já foram respondidas por V. Exa. –; e comentários do Alberto, do Ceará; da Renata, do Distrito Federal e do Wilton, de São Paulo. Vou compartilhar com V. Exa. para, se quiser fazer algum outro comentário, que mande por *e-mail*, para que a nossa assessoria entre em contato.

Cumprida a finalidade, declaro encerrada a presente sessão, agradecendo, mais uma vez, o esforço que o Chanceler Mauro Vieira fez para aqui estar.

Muito obrigado a todos os Senadores.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e nove minutos do dia oito de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Tereza Cristina, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Marcos Rogério, Dra. Eudócia, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Styvenson Valentim, Weverton e Plínio Valério, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Carlos Viana, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Randolfe Rodrigues e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 27/2025 - CRE, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Finalidade:** Debater a internacionalização da Fundação Oswaldo Cruz, a Fiocruz, como instituição estratégica do Estado brasileiro. **Participantes:** Doutor Mario Santos Moreira, Presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); Senhor Embaixador Ruy Carlos Pereira, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC); Senhora Embaixadora Claudia de Angelo Barbosa, Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores; Senhora Ministra Marise Ribeiro Nogueira, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde; e Senhora Ana Paula Repezza, Diretora de Negócios da Agência de Promoção e Exportação do Brasil (ApexBrasil). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/08

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Muito bom dia. Sob a proteção de Deus, 5ª Reunião, Extraordinária, 8 de abril de 2026, quarta-feira, 10h10, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Conforme a pauta publicada, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento 27, de 2025, desta Comissão, de autoria deste que vos fala, Senador Nelsinho Trad, com a finalidade de debater a internacionalização da Fiocruz como instituição estratégica do Estado brasileiro.

A reunião é aberta à participação da sociedade, por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Vamos compor aqui a mesa, já devidamente colocada, com a presença do Sr. Doutor Mario Santos Moreira, Presidente da Fundação Oswaldo Cruz – aqui, ao meu lado –, a Fiocruz; no meu lado esquerdo, já estive com ele logo pela manhã tomando um café, o Sr. Embaixador Ruy Carlos Pereira, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC); a Exma. Sra. Embaixadora Claudia de Angelo Barbosa, Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores; a Exma. Sra. Marise Ribeiro Nogueira, Chefe da Assessoria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Especial de Assuntos Internacionais, do Ministério da Saúde; está a caminho a Sra. Ana Paula Repezza, Diretora de Negócios da Agência de Promoção e Exportação do Brasil (ApexBrasil).

Para o bom andamento dos debates, seguiremos as seguintes diretrizes. Como tem Senador acompanhando pela via remota, às vezes, eles vão querer interceder para debater – isso é assim mesmo. Cada debatedor e debatedora terá o tempo de até dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, para suas considerações. Em seguida, abriremos a fase de interpelações, bem como das perguntas e dos comentários enviados pelo Portal e-Cidadania.

Vamos dar início às nossas oitivas.

Passo a palavra ao Dr. Mario Santos Moreira, Presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

O SR. MARIO SANTOS MOREIRA (Para expor.) – Muito obrigado.

Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de iniciar pelos cumprimentos aqui a esse dispositivo, Senador Nelsinho Trad, ao qual eu agradeço o convite, que partiu de uma conversa nossa aqui, no Senado, alguns meses atrás, que despertou, no Senador Presidente desta Comissão, o interesse para saber aquilo que a Fiocruz está fazendo no âmbito internacional. Minha colega aqui da Apex, é muito bom tê-la aqui; a Embaixadora Claudia Barbosa; o Embaixador Ruy Pereira; Marise, minha colega aqui também da área da saúde do Ministério – estamos trabalhando muito articulados –; enfim, a todos os meus colegas da Fiocruz e a outras pessoas aqui presentes, vou ter um desafio de, em 15 minutos, apresentar o que a gente fez em 125 anos – tá, Senador? Então, imagine aí...

Eu quero dizer primeiro que é uma honra a gente estar aqui, no Senado, mais uma vez, para levar a vocês o que a Fiocruz tem feito, do ponto de vista da internacionalização, que muito diz respeito à sua trajetória institucional de 125 anos. É a partir dessa base que a gente se coloca para o mundo hoje, em plena articulação com o Ministério das Relações Exteriores, com o Ministério da Saúde – é importante destacar isso –, e também com os nossos parceiros com os quais a gente tem cooperações no Brasil e no exterior. Queria dizer também aqui e mais uma vez agradecer: o Senado já nos homenageou, Senador, pelos 125 anos da Fiocruz. Foi uma sessão especial, e muito nos honra de novo voltar a esta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho uma pequena apresentação. Por favor, vocês já podem passar.

Então, primeiro, eu acho que eu preciso qualificar aqui o papel da Fiocruz: uma instituição que se coloca como estratégica do Estado brasileiro, para a saúde, a ciência, a tecnologia e a inovação e que reúne, Sr. Senador e demais, um conjunto de atividades que a faz singular. A Fiocruz, que se inspirou na experiência do Instituto Pasteur da França, hoje se distingue de qualquer instituição de ciência e tecnologia no campo da saúde, por acumular, de forma articulada e integrada, um conjunto de atividades que – novamente repito – são singulares no mundo. Portanto, essa característica da Fiocruz, essa pluralidade de ações no campo da ciência e da saúde, é o que a faz tão atraente para estabelecer cooperações com instituições congêneres, com governos e com iniciativas, sobretudo da OMS, que têm trabalhado muito por uma preparação para novas emergências sanitárias e por um equilíbrio maior no acesso a produtos para a saúde.

Por favor, a próxima.

Nós estamos hoje presentes em 11 estados brasileiros, na maioria deles, com unidades mesmo técnico-científicas da Fiocruz, outras com projetos de transição para que sejam transformadas em unidades da Fiocruz. Eu destaco aqui Mato Grosso do Sul e Ceará, que ainda não são unidades, mas que estão em um nível de amadurecimento muito forte para isso.

Mas temos também outras inserções qualificadas de uma outra maneira, que não instituições da Fiocruz. Por exemplo, temos lá uma iniciativa no Acre, recente, que é uma cooperação internacional com a Fundação Instituto Mérieux, a partir da qual a gente vai expandir ali e conectar com as outras ações do Brasil. No Rio Grande do Sul, por exemplo, Senador, nós lá coordenamos uma rede de atores de saúde, que não é uma instituição, um instituto da Fiocruz, mas temos esse espalhamento. A Fiocruz hoje está presente em todas as regiões do Brasil e em todos os biomas brasileiros.

A nossa próxima inserção nacional será no Amapá, também num projeto de cooperação internacional com a Guiana Francesa, no sentido de estabelecer lá um laboratório de vigilância fronteiriça. Então, temos uma estrutura grande para isso – 13,9 mil trabalhadores espalhados pelo Brasil – e temos agora o grande desafio de consolidar também as nossas atividades internacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, a próxima.

A Fiocruz já vem trabalhando, e é da sua natureza – eu diria, da sua crença e valores institucionais – que ela precise cooperar para que o Brasil também, mas também o mundo se desenvolvam e que tenham um sistema de saúde, acesso a produtos de saúde que tornem o mundo menos desigual. Então, nós temos uma extensa cooperação internacional baseada no princípio da cooperação estruturante que fazemos, sobretudo, na América Latina e também na África – mais à frente eu vou destacar um pouco mais.

Essa cooperação estruturante – que a gente chama de diplomacia em saúde também – tem exemplos espetaculares de sucesso. O Embaixador Ruy Pereira provavelmente citará a nossa experiência com Moçambique, onde, lá, não só cooperando com aquele país, com aquele povo, estruturamos o sistema de saúde e também uma estrutura de produção, à época, para produzir antirretrovirais, mas agora produzindo outros produtos para consumo daquele Governo.

Nós temos também um outro eixo importante de atuação no campo internacional, que é a nossa inserção no sistema produtivo mundial. A Fiocruz, hoje, mantém pelo menos 20 acordos internacionais de negócios tecnológicos para aquisição tecnológica, e é isso que tem feito a Fiocruz atualizar o seu portfólio de produtos. Então, basicamente, hoje, eu diria que a gente coopera com as principais farmacêuticas mundiais, que são uma outra dimensão importante da nossa atividade.

Por fim, estamos trabalhando também fortemente em todas as ações da OMS – e depois eu vou detalhar um pouco mais – no sentido de construir um sistema global de vigilância, de preparação para novas emergências. É seguro... A imprecisão está em quando vai acontecer, mas é seguro que teremos uma outra pandemia. Não sabemos se na mesma ordem da covid, nem qual é o patógeno, mas as condições de circulação humana no mundo hoje e os padrões de desenvolvimento vão nos levar a outra pandemia. Então, estamos envolvidos nisso em vários programas da OMS, em vários programas das agências internacionais.

Um exemplo que se conecta a isso foi a aprovação pelo Governo brasileiro, na reunião do G20, sob a Presidência do Presidente Lula, em 2024 – é isso, não é, Marise? Corrija-me – de uma resolução no G20 para a criação de uma coalizão global para a produção e inovação local. Ela, por si só, representa um avanço nessa mobilização mundial para um mundo mais equilibrado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas, mais importante que isso, Senador, ela traz a liderança do Brasil para esse contexto do G20, colocando a saúde como o eixo central estruturante de cooperação, de estabelecimento de políticas globais. E não é à toa que essa coalizão, que já ganhou força, já ganhou corpo, também é objeto de discussão no próprio G7, não é, Marise? Inclusive, estamos tendo uma reunião agora, lá em Lyon – infelizmente eu não pude participar –, em que haverá uma discussão específica sobre essa coalizão.

Temos algumas prioridades importantíssimas, que são a nossa atuação nos Brics. A Fiocruz tem atuado para que os Brics tenham uma concretude do ponto de vista de desenvolvimento de vacinas. Foi criado, em 2023 ou 2022, o instituto de pesquisa em vacina no âmbito dos Brics. E agora está sob a tutela da Fiocruz a organização de uma agenda concreta para que a gente desenvolva vacinas, bem concreta, com agenda clara sobre isso.

No Mercosul, também atuamos fortemente. A Fiocruz é hoje uma das bases para treinamento e capacitação de produção. Já fizemos dois treinamentos, estamos caminhando para o terceiro, em acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde e mais tarde eu vou voltar rapidamente sobre isso também.

A próxima, por favor.

A Fiocruz tem sido reconhecida pela OMS por sua capacidade técnica, científica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO SANTOS MOREIRA – ... e também de *advocacy* – vou acelerar –, como eu disse na primeira transparência, o que foi inclusive menção do próprio Diretor-Geral das Nações Unidas, no ano passado, na última assembleia, em maio, quando ele destacou o papel global da Fiocruz no enfrentamento da covid e na cooperação com a OMS da preparação em âmbito mundial.

A próxima, por favor.

Temos aqui uma participação institucional forte internacional, participamos de várias redes de cooperação científica, tecnológica: a Rede Pasteur, a qual a Fiocruz preside; a Rede Global de Bancos de Leite Humano – aqui faço uma menção ao nosso companheiro Tom, que é o Diretor da unidade em que essa rede foi criada –; a Associação Internacional de Institutos de Saúde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Públicas (Ianphi), em que temos um protagonismo importante; a Rede de Institutos de Saúde Pública Ibero-americanos e da CPLP; a rede de formação de técnicos em saúde – a Fiocruz sedia a escola técnica de formação de quadros para o Sistema Único de Saúde.

E temos uma lista intensa de parcerias. Eu não vou citar todos aqui, mas vou dar alguns destaques, que é a nossa participação, não só como parceiros, mas também com assentos em diversos desses órgãos internacionais. Eu destaco a nossa relação com os Estados Unidos, com o NIH, com o Niaid, também com a FDA, com o CDC americano, com cooperações como a Globalizing Vaccines Initiative, Médicos Sem Fronteiras, com a própria fundação das Nações Unidas, Fundação Rockefeller, Wellcome, Gates Foundation. Enfim, estamos envolvidos em todas as iniciativas que dizem respeito ao suporte e financiamento de ações globais.

Também temos um papel fundamental nesse organismo internacional chamado Developing Country Vaccine Manufacturers Network, que é de produtores dos países em desenvolvimento, com o protagonismo do Brasil, da China, da Índia e da Indonésia, que são hoje os grandes produtores públicos de vacina no mundo.

Enfim, pode passar o próximo eslaide, por favor.

Esse é o nosso quadro sintético das nossas cooperações no mundo. Temos, hoje, 210 instrumentos de cooperação vigentes, dos quais 163 memorandos de entendimento em curso, 71 no norte global, 34 no sul global, 28 de pesquisa e desenvolvimento em saúde pública e similares. Temos 87 acordos vigentes de cooperação com universidades internacionais e 22 acordos de transferência de tecnologia – estou falando, mesmo, de negócios de tecnologia, aquisição tecnológica, transferência entre tecnologias e tudo mais.

O próximo, por favor.

Aqui é uma linha do tempo que explica bem, e traz para a gente, de forma clara, a largura dessa cooperação brasileira, que está marcada de 1976 para frente, mas a Fiocruz tem grandes acordos que precedem essa data – dou um exemplo com a Fundação Rockefeller, para desenvolvimento da vacina de febre amarela –, mas desde 1976 até agora, o Brasil vem cooperando, como eu disse aqui, com as grandes farmacêuticas de diferentes países de todos os continentes do globo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo, por favor.

Opa, vamos lá. Estamos num momento muito especial, Senador, que é para além dessa cooperação, eu diria, vigorosa da Fiocruz – tanto acadêmica quanto científica e política – mais uma vez, sublinhando, em total alinhamento com as prioridades do Governo brasileiro: nós também estamos no processo de instalação da Fiocruz no exterior. Já temos uma experiência exitosa em Moçambique, num escritório que foi criado no início dos anos 2000, e dali partiu todo o nosso processo de cooperação e estruturação do sistema de saúde daquele país.

Estamos também, agora, organizando o nosso escritório na embaixada brasileira em Lisboa, em cooperação com o MRE e com a Agência Brasileira de Cooperação. Ao mesmo tempo, cito aqui uma colaboração superexitosa com a Apex na instalação de um grupo – um escritório, podemos chamar assim – no próprio prédio onde a Apex está organizando várias atividades em Portugal, com a nítida missão de, alinhado com a missão da Apex, levar produtos brasileiros para o exterior, atrair investimentos, atrair parceiros tecnológicos para o Brasil.

E também, no início do ano passado, o Presidente Lula anunciou – numa reunião da União Africana para a qual ele foi convidado – a criação de um escritório em Adis Abeba. Por que em Adis Abeba? Porque Adis Abeba...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO SANTOS MOREIRA – ... é a sede da União Europeia e, também, a sede do CDC africano, que é o nosso cooperador mais tradicional e natural no mundo. Temos aqui, então, todo um processo, que eu vou pular – pode pular essa página, por favor.

Nós temos contado com o apoio institucional, como eu me referi, do Ministério da Saúde, da Advocacia-Geral da União e da Apex também.

Pode passar à frente, por favor.

Temos um embasamento jurídico para que a gente faça isso. Eu lembro ao senhor que a Fiocruz é uma fundação pública de direito público e que carrega algumas limitações para atuar no exterior. Estamos superando isso com a ajuda do Ministério das Relações Exteriores, com o MGI, com o próprio MRE, e a ideia... E aqui eu faço um destaque importante, Senador, já apelando para a sua cooperação: é muito provável que chegue a esta Casa um projeto de lei,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhado pelo Executivo, que altera o Estatuto da Fiocruz, concedendo-lhe maiores flexibilidades, não apenas para atuar no exterior, mas para que a gente tenha maior competitividade no campo da produção, do desenvolvimento tecnológico, da gestão dos nossos hospitais e, principalmente, para assumir uma tarefa que nos foi colocada pelo Governo brasileiro, de a Fiocruz sediar um centro de emergências e preparação para pandemias, que é objeto, inclusive, também desse PL que chegará aqui em breve.

É isso.

Muito obrigado e desculpe por ultrapassar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Dr. Mario Santos Moreira, Presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Passo a palavra ao Embaixador Ruy Carlos Pereira, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação.

V. Exa. tem dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Na sua pessoa, eu cumprimento todos os integrantes da nossa mesa e também todos que nos assistem e nos acompanham nesta manhã.

Eu não vou me estender, naturalmente, Sr. Presidente, sobre os temas substantivos, digamos assim, do tema de saúde em cooperação... Quer dizer, em termos de política brasileira e de atuação externa, tendo em vista que o Sr. Presidente da Fiocruz nos deu uma abrangente exposição sobre esses aspectos. Eu vou me dedicar, portanto, Presidente, a rapidamente mencionar as características básicas da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento praticada pelo Brasil, em geral; quais são aqueles aspectos que se prendem mais diretamente à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento praticada pelo Brasil em temas de saúde; e também, mencionando alguns dos aspectos que foram aqui trazidos pelo Sr. Presidente da Fiocruz, onde estamos em determinadas dimensões geográficas e em determinadas dimensões temáticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de dizer que, no nosso entendimento... E aqui transmito também a saudação do Ministro Mauro Vieira e da Secretária-Geral das Relações Exteriores, Embaixadora Maria Laura, a todas e todos que nos acompanham, mas, no entendimento do Ministério das Relações Exteriores, existe uma obrigação constitucional para fazer cooperação: o Brasil tem a obrigação constitucional, pelo menos todos os órgãos públicos, mas não só eles, de fazer cooperação internacional. Isso está – permitam-me consultar aqui – no art. 4º da nossa Constituição Cidadã, que diz que: "[...] [o] Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios", no inciso IX menciona a cooperação entre os países para o progresso da humanidade.

Portanto, lá na Agência Brasileira de Cooperação, todos os dias, juntamente com todas as entidades cooperantes brasileiras, nas quais se incluem entidades públicas e privadas... E nós temos os Ministérios de várias áreas, passando por entidades como a Embrapa, como a Fiocruz e muitas outras, inclusive setores paraestatais, como é o caso do Sistema S, e também empresas privadas por todo o país. Nós temos um grupo de cerca de 297 entidades cooperantes brasileiras que atuam em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento praticada pelo Brasil, sobretudo, naturalmente, no Sul Global.

Essas 297 entidades cooperantes brasileiras, como nós as chamamos, são as entidades que fazem a cooperação no Brasil. A Agência Brasileira de Cooperação, repito isso sempre, não faz cooperação. A Agência Brasileira de Cooperação lidera um sistema nacional de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e, portanto, coordena o trabalho que as diversas áreas do Governo e da sociedade civil brasileira fazem, não só em cooperação técnica, como normalmente se chamava antes, mas também em cooperação humanitária e, se eu tiver a oportunidade, ainda nesta minha intervenção, darei um exemplo claro, neste momento, com o trabalho que está sendo feito para angariar donativos e doações para mandar para Beirute, dada a situação dramática que vive o Líbano neste momento.

Então, eu acho que esse é um mandato constitucional e é uma ideia central que devemos reter. A cooperação sul-sul do Brasil, Sr. Presidente, a partir desse mandato constitucional, se executa com base em princípios, alguns deles fixados pelo próprio sistema das Nações Unidas, e eu menciono alguns: respeito à soberania dos países parceiros. Eu faço questão de dizer que, para nós, lá na Agência Brasileira de Cooperação, não existem países beneficiários, mas existem países parceiros, porque tanto nós temos aprendizados e ensinamentos a obter na relação com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os nossos países parceiros em cooperação, como eles têm também ensinamentos e aprendizados a receber da nossa parte.

Essa característica bipolar, digamos assim, da nossa cooperação está baseada num outro princípio fundamental, que é a horizontalidade da cooperação. Nós não trabalhamos com receitas pré-estabelecidas. Nós temos a capacidade, a tradição e o princípio de construir soluções para problemas de processos de desenvolvimento econômico e social no Sul Global, a partir da experiência local, a partir da visão local, a partir das instituições locais, com o aporte, naturalmente, dos conhecimentos que, em tantas décadas, desde o final da primeira metade do século XX, nós acumulamos em políticas públicas exitosas em diversas áreas de desenvolvimento econômico e social.

E também trabalhamos com o objetivo – e isso foi aqui, de certa forma, mencionado pelo Presidente da Fiocruz – de conquistar, desenvolver e promover a autonomia local dos nossos parceiros, para a solução de seus problemas de desenvolvimento. E isso, como certamente surgirá no correr do nosso debate, inclui a autonomia local na capacidade de produção de insumos e medicamentos para, no caso, o setor de saúde. Então, eu acho que esse também é um tema que devemos retomar.

E é nesse exercício horizontal que nós exercemos também o princípio da solidariedade, porque, devo dizer, a Agência Brasileira de Cooperação não é responsável só pela cooperação técnica, entre aspas, ou cooperação internacional para o desenvolvimento, mas também somos os responsáveis hoje pela cooperação humanitária exercida pelo Brasil e recebida pelo Brasil. Está aí o exemplo, foi mencionado, a referência geográfica ao Estado do Rio Grande do Sul. Nós tivemos um papel, eu não diria que muito importante, mas tivemos um papel normal no nosso fazer, que é a coordenação da cooperação recebida do exterior para atendimento das populações que foram afetadas pelas enchentes sem precedentes no Rio Grande do Sul.

Portanto, nós trabalhamos junto com os parceiros para a construção de soluções que sejam percebidas e levantadas a partir da visão local dos nossos parceiros sobre as suas próprias realidades e as suas próprias dificuldades, e fazemos isso com um sentido de sustentabilidade, de maneira que os parceiros possam, em determinado momento, assumir a gestão completa dos seus projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso aconteceu justamente em Moçambique, é um dos exemplos: o Presidente da Fiocruz mencionou o exemplo da Sociedade Moçambicana de Medicamentos, um projeto de cooperação desenvolvido pelo Brasil a partir do ano de 2008, se não me equivoco. E, em 2021, eu tive a satisfação e o orgulho de, pessoalmente, transferir a gestão completa da Sociedade Moçambicana de Medicamentos para o Governo moçambicano, que passou a geri-la de forma autônoma, inclusive promovendo a sua privatização, o que também é um dado relevante: três anos depois, se não me equivoco, os moçambicanos privatizaram a Sociedade Moçambicana de Medicamentos e, agora, estão de volta, pedindo auxílio à Cooperação Internacional do Brasil para a sustentação econômica do projeto em termos de atração de investimentos. Esse é um tema que eu acho que gostaria também de mencionar.

E eu gostaria de dizer, além disso, que, hoje em dia, a nossa tendência... O Sr. Presidente da Fiocruz mencionou o escritório da Fiocruz em Moçambique. Nós estamos, no Itamaraty... Tivemos a oportunidade, inclusive, de tratar disso extensamente, em coordenação e negociação com a própria Fiocruz. Nós estamos, no Itamaraty... Dado o volume e a densidade que assumiu a cooperação internacional para o desenvolvimento praticada pelo Brasil no Sul Global, a Fiocruz trabalha também no Norte – aqui foi dito –, com as relações especiais que tem a Fiocruz com o Instituto Pasteur da França, por exemplo, e aí estamos trabalhando numa outra dimensão.

Eu estou me referindo muito à dimensão nossa de Sul Global, que é onde nós estamos mais presentes em termos de cooperação. Nós estamos desenvolvendo uma tendência, por decisão do Sr. Ministro de Estado Mauro Vieira e da nossa Secretária-Geral, com a colaboração das principais entidades cooperantes brasileiras, no sentido, Presidente, de estabelecer escritórios da cooperação internacional do Brasil nas embaixadas do Brasil localizadas em capitais onde existam sedes de organismos internacionais importantes para a região onde está a instalação da nossa unidade.

Então, mencionou o Presidente da Fiocruz o escritório em Adis Abeba. Ele já está funcionando, está sendo ocupado primeiro pela Embrapa, dado ser um outro grande ator na Cooperação Internacional do Brasil, como sabemos. Está funcionando desde meados do ano passado. Existe um funcionário da Embrapa instalado dentro da nossa dependência em Adis Abeba, com a responsabilidade – essa é a responsabilidade dessa dependência – de acompanhar os temas de cooperação bilateralmente, com o Governo da Etiópia;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

plurilateralmente, com a União Africana; e também acompanhar bilateralmente, no que couber, com todos os países – os 54 países – membros da União Africana.

Então, esse escritório está em operação. Eu tive a oportunidade de inaugurá-lo também, pessoalmente, no dia 6 de fevereiro – embora ele já estivesse em funcionamento desde agosto. Naquela oportunidade, Presidente, eu tive a satisfação de, a pedido da representante do Presidente da Fiocruz – que nos acompanhou, assim como o Presidente da Apex e outras autoridades que lá estiveram também, etíopes e brasileiras –, anunciar a presença da Fiocruz também nesse escritório. Estamos concluindo o processo de negociação dos atos administrativos necessários, internos, no Itamaraty e com a Fiocruz para viabilizar essa presença. Nós acreditamos que a presença da Fiocruz nesse escritório potencializará, de maneira extraordinária, a atuação da Fiocruz no que se chama diplomacia da saúde na África, não só em Moçambique, mas em todo o conjunto do continente africano, na medida do alcance que passa a ter com a própria União Africana e com os 54 países membros da união.

Estamos também, como mencionou o Presidente da Fiocruz, instalando uma dependência nossa de cooperação – digo nossa, de cooperação do Brasil, naturalmente – em Lisboa. E aí o objetivo é permitir que tenhamos condições de seguir e de atuar de perto com...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – ... os nossos interesses em Portugal, no que diz respeito à cooperação em saúde, mas também – e esse é um outro elemento muito importante e é uma das razões por que está instalado em Lisboa – para acompanhar os nossos interesses em cooperação na CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e também no conjunto dos países-membros dessa comunidade. Isso nos leva, inclusive, à Ásia, porque, como sabemos, no Timor-Leste, onde temos uma presença histórica da cooperação para o desenvolvimento do Brasil, atuando em saúde, em estruturação do Estado, educação, juventude, empreendedorismo, igualdade de gênero, etc., passa-se a ter, neste momento, então, um elemento adicional extremamente importante que é a capacidade de diálogo direta do Governo brasileiro, através do nosso escritório – digo sempre nosso escritório, do Governo brasileiro e do Brasil como um todo, porque a sociedade civil também participa desse esforço –, com a CPLP e com os seus países-membros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A atuação desses escritórios, sobretudo o de Adis Abeba, que é o primeiro que está funcionalmente operando, é tão animadora, Sr. Presidente, que nós também, lá no Itamaraty, decidimos estabelecer uma entidade semelhante na nossa embaixada em Georgetown para cobrir os nossos interesses no Arco Norte do Brasil e do Caribe, tendo em conta que cobriremos interesses com os assuntos de cooperação bilateral com a Guiana, também cobriremos os nossos interesses com os assuntos de caráter bilateral dos países da América Central, onde temos muitas atividades na área de saúde, mas também nos países-membros da Comunidade do Caribe. Estaremos aí cobrindo, portanto, todo o conjunto América Central e Caribe, onde a presença brasileira em saúde é extremamente importante e muito notável, como poderemos ver.

Faremos o mesmo, Sr. Presidente, em Jacarta, porque estamos tratando de fazer avançar um escritório semelhante em Jacarta, para cuidar dos nossos interesses junto à Indonésia, que é uma potência média de impacto regional extremamente importante e com a qual nós estamos nos aproximando de forma muito densa e muito intensa, mas, sobretudo, também dos nossos interesses junto à Asean (Associação de Nações do Sudeste Asiático), que é, como se sabe hoje, provavelmente um centro econômico, comercial, científico e tecnológico também dos mais importantes do planeta e onde nós temos, digamos assim, a decisão estratégica de fazer avançar a presença do Brasil em cooperação e, nisso também, a Fiocruz, seguramente, poderá nos acompanhar.

Então, esse é um pouco do cenário que nós temos.

Eu gostaria de dizer que, internamente, no Brasil, nós já temos, desde vários anos, um protocolo institucional entre a Agência Brasileira de Cooperação e a Fundação Oswaldo Cruz, justamente para fazermos uma reflexão conjunta, de caráter estratégico, sobre como é que as nossas atividades – nossas, eu digo de todos nós, incluída a Fiocruz – em saúde incorporam, valorizam, fortalecem e promovem a política externa do Brasil em saúde, porque, obviamente, nenhuma entidade cooperante brasileira tem personalidade jurídica própria no plano internacional, e esse é um dado muito relevante.

O que nós temos, abundantemente, com todo esse universo de entidades cooperantes brasileiras é *expertise*, conhecimento, que é o que nós transferimos e construímos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conjuntamente com os nossos parceiros a partir da nossa experiência histórica, do nosso processo de desenvolvimento nos últimos cem anos, praticamente. Contando que a Fiocruz tem mais de cem anos, estamos nos últimos mais de cem anos, então – me corrijo. Mas é preciso ter presença de que essa atuação das entidades cooperantes brasileiras necessita da proteção, do apoio, do manto do Estado brasileiro, e essa proteção quem pode fornecer é a República, e, no caso da República, quem pode fornecer é o Ministério das Relações Exteriores e o seu braço, digamos, operacional e de coordenação em cooperação, que é a Agência Brasileira de Cooperação.

Então, é muito importante esse esforço que temos feito, não só com a Fiocruz, porque fazemos isso com a Fiocruz, fazemos isso com a Embrapa, fazemos isso com a Agência Nacional de Águas, fazemos isso... Enfim, eu poderia descrever uma fileira de entidades cooperantes brasileiras, agências de Governo, órgãos, ministérios, mas também, como disse, entidades paraestatais, como o Senai, o Sesc, o Serpro, o Sebrae, enfim. São 297 entidades que nos ajudam e que estão presentes no exterior. Esse universo se move em resposta a um dado que é irretorquível, que é o peso relativo, a presença relativa, cada vez mais importante, do Brasil como uma referência do Sul Global – e não só do Sul Global, porque os países do Norte sabem que nós somos um *player*, um ator de alcance global e, portanto, podemos e devemos trabalhar junto com eles para fazer avançar os interesses do desenvolvimento econômico-social dos povos, como, aliás, manda a nossa Constituição.

Então, Senador, eu queria lhe agradecer muito a oportunidade de estar aqui para oferecer essas informações e colaborar com este debate sobre a internacionalização da Fiocruz.

Quero dizer que nós já estamos na estrada, já estamos no caminho dessa atividade, mesmo antes e já de vários anos, porque eu tenho tido conversas recorrentes com o Mario, Presidente da Fiocruz, e temos instituído atos interinstitucionais que permitem essa reflexão. Agora mesmo, convidamos o Ministério da Saúde... Não agora convidamos, já o tínhamos convidado antes, mas, nas gestões anteriores, o Ministério da Saúde não tinha manifestado interesse nessa incorporação.

Então, estamos incorporando o Ministério da Saúde a essa instância de reflexão conjunta, de caráter estratégico, sobre quais devem ser as prioridades da política externa do Brasil em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde. Isso estamos fazendo, já há alguns anos, com a Fiocruz e já estamos fazendo também, informalmente, com o Ministério da Saúde, porque temos uma reunião periódica de alinhamento, de coordenação com o Ministério da Saúde, em uma ampla gama de temas, e agora estamos tratando, inclusive por sugestão do próprio Ministério da Saúde, de trazer a Anvisa para esse exercício de reflexão, e é necessário – e eu já concluo, Presidente –, é necessário, porque eu gostaria de citar um aspecto. O Sr. Presidente da Fiocruz mencionou as capacidades que são desenvolvidas no exterior, por meio da cooperação internacional para o desenvolvimento, tanto recebida pelo Brasil quanto oferecida pelo Brasil, em temas de insumos para a saúde, de produção local de medicamentos e de outros aspectos, que ele mencionou muito bem e que têm a ver com comércio e com investimentos.

Eu gostaria de acrescentar, nesse ponto, nesse aspecto, um tema que é extremamente importante, que só aparece devido ao avanço, ao êxito e à percepção positiva que tem a cooperação internacional para o desenvolvimento praticada pelo Brasil em saúde, que é – e vou me recorrer aqui à recentíssima visita da Chanceler de Moçambique, que eu tive a oportunidade de receber, participei de uma reunião ampliada com o Ministro Mauro Vieira, há dois dias, que, aliás, hoje está na Fiocruz, no Rio de Janeiro, também completando essa visita – o seguinte: a dimensão normativa, a dimensão do estabelecimento das regras de funcionamento dos elementos dos sistemas nacionais de saúde, para a proteção do consumidor, por exemplo, para a qualidade daquilo que é oferecido em termos de funcionamento dos centros de saúde, hospitais, etc.

Esse elemento é um elemento que depende, normalmente, de uma autoridade regulatória nacional, que, no nosso caso, é a Anvisa, e que nós estamos já conseguindo trazer com mais intensidade para participar desse esforço, porque é para onde estão caminhando as demandas de cooperação que nós estamos recebendo do Sul Global.

E esse é um outro dado importante: como eu disse no início, nós não temos receita para ninguém e não oferecemos caixa-preta para ninguém. Nós construímos a receita e construímos a caixa branca, não caixa-preta, com os nossos parceiros, porque nós funcionamos exclusivamente sob demanda. O Brasil não oferece soluções, porque o Brasil não identifica problemas. O Brasil trabalha junto com os que nos procuram para dizer que têm problemas e que gostariam de resolver os problemas conosco, e é isso que nos distingue no cenário global

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da cooperação internacional, porque os grandes provedores de cooperação, que, em geral, são do Norte, oferecem não só a receita pronta como a caixa aberta – mas também cobram por isso. E, no fundo, no fundo, em geral, através de consultorias, o recurso volta para a sua origem, que está também lá no Norte.

Nós não trabalhamos assim, e isso é o que nos distingue. Não sou eu que estou dizendo, são os nossos parceiros no Sul Global que nos distinguem, e que nos distinguem, inclusive, porque a qualidade da *expertise* brasileira, em todos os campos... E nós trabalhamos em 47 temas diferentes, saúde é um deles, importantíssimo, mas nós temos, por exemplo: soberania e segurança alimentar e nutricional; nós temos educação, educação desde a educação básica até a pós-graduação, nós estamos estruturando a pós-graduação, por exemplo, em Timor-Leste, em educação. Nós, sozinhos – sozinhos que eu digo, sem outras presenças –, porque não há graduação.

Essas características é que nos trazem para essa função importante de procurar coordenar, de acordo com a orientação geral da política externa do Brasil, as atividades de saúde, ou em saúde, e fazemos isso em perfeita coordenação, em perfeita discussão, em perfeita, digamos, reflexão conjunta com o Ministério da Saúde e a Fiocruz; e não posso deixar de mencionar o próprio Ministério das Relações Exteriores. Eu digo sempre: a Agência Brasileira de Cooperação e a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do Brasil são instrumentos muito valiosos, eu repito, da política externa global, do conjunto da política externa brasileira.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente. Deixo, naturalmente, quaisquer outros temas que possam ser abordados para a etapa das perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Embaixador Ruy Carlos Pereira, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação.

Concedo, de pronto, a palavra à Exma. Sra. Embaixadora Claudia de Angelo Barbosa, Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores.

V. Exa. tem dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CLAUDIA DE ANGELO BARBOSA (Para expor.) – Bom dia, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Nelsinho Trad; Exmos. Srs. Senadores; Dr. Mario Santos Moreira, Presidente da Fiocruz; Embaixador Ruy Pereira, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação; Sra. Ana Paula Repezza, Diretora de Negócios da Agência de Promoção e Exportação do Brasil (ApexBrasil); Ministra Marise Nogueira, minha colega, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde; demais autoridades aqui presentes; senhoras e senhores.

Agradeço ao Senador Nelsinho Trad o convite para participar dessa audiência pública. A oportunidade de dialogar com esta Comissão de Relações Exteriores sobre a internacionalização da Fiocruz é, para mim e para o Ministério das Relações Exteriores, motivo de grande honra.

O tema que nos traz aqui, a atuação internacional dessa nossa instituição científica estratégica que é a Fiocruz, ilustra bem como o Brasil transforma capacidade científica em instrumentos de diplomacia e de influência na arquitetura global de saúde. A saúde não é apenas uma questão de política interna, ela é cada vez mais questão de política externa e de posicionamento estratégico no sistema multilateral. A pandemia de covid-19 nos mostrou de forma contundente que vulnerabilidades em um ponto do planeta rapidamente se transformam em riscos globais. Ela nos revelou também que a capacidade de resposta a crises sanitárias não é distribuída equitativamente entre os países.

Quando inovações científicas surgiram durante a pandemia – vacinas, tratamentos, diagnósticos – o acesso foi desigual. Alguns países tiveram abundância; outros, insuficiência. E essa desigualdade não foi acidental, foi reflexo de assimetrias estruturais no sistema global de resposta a emergências de saúde.

É nesse contexto que a internacionalização de instituições como a Fiocruz adquire importância estratégica, pois habilita a participação do Brasil nos debates e decisões de saúde global, levando em conta nossa própria capacidade científica e produtiva.

A Fundação Oswaldo Cruz é, antes de tudo, uma instituição pública estratégica do Estado brasileiro. Criada em 1900 pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, para enfrentar as emergências sanitárias da época, a Fiocruz segue em sua missão com vigor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

renovado, desenvolvendo ações integradas nas áreas de pesquisa e educação, atenção à saúde, vigilância epidemiológica, desenvolvimento tecnológico e produção de insumos essenciais.

O que torna a Fiocruz estratégica não é apenas sua competência técnico-científica, ainda que esta seja inegavelmente de excelência. É também sua capacidade de articular ciência com política pública, de traduzir conhecimento em soluções concretas e de atuar na interface entre pesquisa e diplomacia em saúde.

A atuação externa da Fiocruz exemplifica, portanto, uma forma de internacionalização que vai além da simples expansão de atividades científicas. Trata-se de uma internacionalização enraizada em responsabilidade pública, em compromisso com a equidade e em vocação para a cooperação internacional como instrumento de desenvolvimento.

Nos últimos anos, a Fiocruz intensificou sua participação nos principais fóruns globais de saúde. Sua presença na Assembleia Mundial da Saúde é contínua, mantendo uma tradição de participação ativa como parte da comitiva do Governo brasileiro no principal espaço de deliberação da saúde global.

O reconhecimento dessa contribuição veio do próprio Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom, que, na abertura da 70ª Assembleia Mundial de Saúde, em maio de 2025, agradeceu nominalmente à Fiocruz pela parceria e a parabenizou pelo seu 125º aniversário.

O Diretor-Geral da OMS também ressaltou que a Fiocruz integra iniciativas importantes da OMS, incluindo a rede internacional de vigilância e o *hub* de inteligência epidemiológica, participando também do projeto de pesquisa e desenvolvimento para epidemias e pandemias.

Além disso, a Fiocruz participa ativamente de espaços de negociação multilateral de importância estratégica. Contribuiu para as discussões sobre emendas ao Regulamento Sanitário Internacional, participou das negociações do Acordo sobre Pandemias, celebrado em maio de 2025, e está envolvida nas negociações do anexo sobre Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios, o chamado Anexo Pabs, que representa um marco na reforma da arquitetura global de resposta a pandemias.

Essas não são participações meramente técnicas. Elas refletem posicionamentos políticos claros do Brasil sobre a equidade em saúde, sobre o direito dos países em desenvolvimento a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acessar inovações e sobre a necessidade de reformar um sistema global que historicamente reproduz desigualdades.

O Ministério das Relações Exteriores, em estreita colaboração com o Ministério da Saúde, tem atuado incansavelmente para garantir que o Acordo de Pandemias seja um instrumento verdadeiramente equitativo, capaz de prevenir futuras crises e de assegurar que todos os países, especialmente aqueles em desenvolvimento, tenham acesso justo e oportuno ao compartilhamento de benefícios do sistema.

A Fiocruz tem contribuído de forma muito relevante nesse processo, fornecendo subsídios técnicos e científicos que permitem ao Brasil defender, com firmeza e embasamento, a necessidade de acesso a patógenos e à justa repartição de benefícios.

Junto com a internacionalização da Fiocruz, chega também o reconhecimento de sua credibilidade. A fundação foi designada em 2014 e redesignada três vezes consecutivas como Centro Colaborador da OMS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul, distinção que reflete sua atuação qualificada e seu compromisso com equidade. Essa designação oficializa a Fiocruz como um parceiro de confiança para a OMS e o reconhecimento da liderança histórica da fundação na cooperação horizontal e como um polo estratégico para a governança da saúde global.

A internacionalização da Fiocruz também se manifesta de forma proeminente em sua atuação estratégica, em importantes fóruns, como o Mercosul, o G20 e os Brics. Nesses espaços, a Fiocruz amplifica a capacidade de articulação política do Brasil, promovendo agendas que são caras ao país.

No âmbito do Mercosul, a Fiocruz desempenha papel central na integração e saúde. A fundação participa do Comitê Ad Hoc para Promover a Expansão da Capacidade Produtiva Regional de Medicamentos, Imunizações e Tecnologias em Saúde, que busca mapear e potencializar as capacidades produtivas dos países do bloco.

No G20, durante a Presidência brasileira de 2024, a Fiocruz teve participação ativa na concepção e implementação da coalizão global para a produção local e regional...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CLAUDIA DE ANGELO BARBOSA – ... inovação e acesso equitativo. Uma iniciativa ambiciosa que visa a promover mundialmente o acesso equitativo a medicamentos, vacinas, terapias, diagnósticos e tecnologias de saúde, com um olhar especial para os países em desenvolvimento. Essa iniciativa figura entre os principais resultados em saúde da Presidência brasileira do G20.

Lançada na 78ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2025, a Coalizão Global para a Produção Local teve como membros fundadores, além do Brasil, França, Reino Unido, União Europeia, Turquia, Alemanha, Indonésia e África do Sul.

A Fiocruz não apenas contribuiu para a sua criação, mas hoje atua como Secretaria Executiva da Coalizão Global, exercendo um papel relevante de articulação entre os membros da iniciativa. Isso demonstra a confiança depositada na instituição e sua capacidade de transformar ideias em ações concretas. A coalizão já está em plena atividade, como evidenciado pela recente chamada global, focada no combate à dengue, uma doença endêmica em mais de cem países e que coloca em risco mais da metade da população mundial.

Da mesma forma, no contexto da Presidência brasileira dos Brics, em 2025, a Fiocruz liderou três dos oito temas de saúde definidos como prioritárias pelo bloco – a saber: pesquisa e desenvolvimento de vacinas, cooperação técnica e cooperação científica –, reforçando sua capacidade de coordenação técnica e política em agendas multilaterais.

A fundação sediou a primeira conferência dos institutos nacionais de saúde pública do Brics, um evento que fortaleceu a colaboração e o intercâmbio de conhecimento entre os países-membros. Essas iniciativas exemplificam como a internacionalização da Fiocruz é uma expressão concreta de como o Brasil mobiliza sua capacidade científica e tecnológica para avançar agendas globais alinhadas com seus valores.

A Fiocruz é um parceiro técnico confiável e um ator estratégico na articulação de agendas e na construção de consensos em saúde global. O Ministério das Relações Exteriores reconhece e valoriza profundamente essa parceria estratégica. A capacidade da Fiocruz de atrair e consolidar parcerias internacionais é um ativo fundamental para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a atenção de todos e reafirmo nosso compromisso de continuar trabalhando em estreita colaboração com a Fiocruz e com esta Casa Legislativa, para fortalecer ainda mais a presença e a influência do Brasil no cenário global da saúde.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos à Embaixadora Claudia de Angelo Barbosa, Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores.

Passo agora a palavra à Sra. Ana Paula Repezza, Diretora de Negócios da Agência de Promoção e Exportação do Brasil (ApexBrasil).

V. Sa. tem dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

A SRA. ANA PAULA REPEZZA (Para expor.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad, grande aliado da Apex em nossas iniciativas internacionais. Agradeço sempre o seu apoio e trago aqui o abraço do Presidente Jorge Viana também.

Quero agradecer o convite e também agradecer ao Presidente Mario Moreira, um enorme parceiro nosso em nossas ações internacionais, na pessoa de quem cumprimento aqui todas as autoridades presentes a esta audiência.

Bom, a ApexBrasil é a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Atração de Investimentos. Nós somos uma entidade ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e, obviamente, não apenas em função desse vínculo, mas em função de toda a política industrial que permeia o nosso processo de desenvolvimento econômico na terceira gestão do Presidente Lula, todas as nossas estratégias dentro da agência estão fortemente vinculadas ao programa Nova Indústria Brasil.

Como os senhores sabem, o programa Nova Indústria Brasil abarca diversos setores estratégicos da indústria brasileira, setores esses que necessitam de maior desenvolvimento e que apresentam oportunidades de maior desenvolvimento, maior criação e geração de emprego e renda, e, dentre esses setores, obviamente encontra-se o setor de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre as estratégias desenhadas para o fortalecimento e desenvolvimento do setor de saúde no Brasil, encontra-se certamente também a internacionalização desse setor, movimento esse, como já foi aqui apresentado pelo Presidente Mario Moreira e também pelos meus colegas de mesa, que vem sendo encabeçado pela Fiocruz dentro de uma lógica de cooperação estruturante, especialmente com países do Sul Global, e tendo em conta a política externa do Presidente Lula e do Ministério de Relações Exteriores, também aqui já fortemente e amplamente explanada pelos meus colegas Embaixador Ruy e Embaixadora Claudia.

Qual é o papel da ApexBrasil nesse movimento de internacionalização, de busca por mercados internacionais da Fiocruz? Eu destacaria alguns deles, mas principalmente a questão da organização das missões presidenciais, o que a gente chama de diplomacia presidencial. Como os senhores devem saber, o Presidente Lula, somente nessa gestão, realizou 21 encontros empresariais em diversos países de todos os continentes. Ao todo, foram mais de 10 mil empresários brasileiros e desses países que receberam a visita do Presidente Lula que participaram desses fóruns empresariais, e em absolutamente todos esses fóruns a Fiocruz esteve presente, não simplesmente como participante da missão, mas principalmente como painelista, apresentando qual é o modelo de cooperação estruturante que a Fiocruz pretende entregar para cada um desses países.

Em cada um desses países as oportunidades se diferenciam. Obviamente, a questão da saúde pública, da cooperação para que esses países possam estruturar ou melhorar os seus sistemas de saúde pública é uma vertente importante nas apresentações, no posicionamento da Fiocruz, mas existem também demandas de setor privado, de organismos multilaterais que buscam fazer essas compras não só adquirindo medicamentos diretamente da Fiocruz a partir do Brasil... A gente sabe que hoje a exportação para outros países, especialmente considerando compras governamentais, é parte importante do modelo de negócio da Fiocruz e parte importante da diplomacia da saúde, como o Embaixador Ruy e a Embaixadora Claudia colocaram, e que faz parte do posicionamento do Brasil enquanto líder global em uma agenda de solidariedade, de cooperação e de desenvolvimento global amplo para todos os países.

Então a Fiocruz exerce esse papel com muita excelência e cabe à ApexBrasil simplesmente conceder esse espaço e provocar para que a Fiocruz realmente seja parte dessas discussões em todas as missões presidenciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, eu destaco também a parceria da Fiocruz com a ApexBrasil no nosso escritório em Lisboa, que visa a atender não apenas Portugal e os países da Europa, mas principalmente os países da CPLP. Como vocês sabem, a sede da CPLP fica em Lisboa, inclusive muito próxima ao nosso escritório, então a ideia é que a presença da Fiocruz em Lisboa possa fortalecer essa parceria com os países da CPLP, tão importante e também já destacada aqui pelo Embaixador Ruy.

Quero dizer da relevância da Fiocruz quando a gente fala nesses setores estratégicos que trazem conteúdo de negócios para a política externa do Presidente Lula, especialmente falando de África e de América Latina. Então, para a ApexBrasil, apoiar a Fiocruz nos seus movimentos de internacionalização faz parte também da nossa estratégia, porque a gente sabe que, em a Fiocruz se estabelecendo naquele país, ela está levando não só os medicamentos e as vacinas da Fiocruz, mas arrasta também um setor produtivo do setor farmacêutico brasileiro que participa dessa cadeia de fornecimento também, dentro dessa lógica de cooperação estruturante.

Então, torna-se realmente um tema bastante estratégico, tanto é que nós temos tido essa aproximação, que nos fez, em 2025, assinar um acordo de cooperação entre ApexBrasil e Fiocruz, visando justamente fortalecer essas iniciativas conjuntas não só para os países da África, mas também para a Europa e América Latina.

Eu vou ser mais breve na minha fala porque eu sei que a gente tem aí uma sessão de perguntas, mas o que eu gostaria realmente de destacar são estes pontos principais: a participação da Fiocruz nas missões presidenciais de uma forma muito ativa, levando essa diplomacia da saúde de uma forma com grande excelência; a nossa parceria no escritório em Lisboa; e o fato de que a internacionalização da Fiocruz carrega também outros atores públicos e privados do setor farmoquímico brasileiro para esses outros países.

Agradeço-lhe a oportunidade de fala. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos à Sra. Ana Paula Repezza, Diretora de Negócios da Agência de Promoção e Exportação do Brasil (ApexBrasil).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro, com muito prazer, a presença da Dra. Priscila Ferraz, Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz; do Dr. Rivaldo Venâncio, Chefe de Gabinete da Presidência da Fiocruz; da Dra. Fabiana Damásio, Diretora da Fiocruz de Brasília; do Dr. Antônio Flávio Vitarelli, Diretor do Instituto Fernandes Figueira, da Fiocruz – estagiei lá, na pediatria. É isso? –; do Dr. Marcelo Pelagio Machado, Vice-Presidente-Adjunto de Saúde Global em Relações Internacionais; de Loris Baena Cunha Neto, Procurador-Chefe da Fiocruz; da Dra. Débora Dupas, Doutora em Ciência e Pesquisadora em Saúde Pública da Fiocruz, Mato Grosso do Sul, minha vizinha; e da Dra. Paula Regis, Assessora Internacional da Fiocruz.

É um prazer muito grande ter vocês acompanhando esta reunião.

De pronto, concedo a palavra à Exma. Sra. Ministra Marise Ribeiro Nogueira, médica, formada pela Unirio, na mesma época em que eu, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde.

V. Sa. dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

Com a palavra.

A SRA. MARISE RIBEIRO NOGUEIRA (Para expor.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Exmo. Senador Nelsinho Trad, Dr. Mario Moreira, Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, meus queridos colegas do Itamaraty, Embaixador Ruy Pereira e Embaixadora Claudia de Angelo Barbosa, Sra. Ana Paula Repezza, com quem já estivemos juntos também em missões internacionais que contaram com a participação da Fiocruz.

Senhoras e senhores, é uma alegria estar aqui hoje, porque a Fiocruz é um orgulho para o Ministério da Saúde.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer o convite, que muito me honra, para participar desta audiência pública, trazendo a saudação do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e aproveitando para sublinhar o compromisso firme do Ministério da Saúde com a defesa do direito universal à saúde, que, internamente, se traduz no fortalecimento do SUS, e, externamente, no âmbito multilateral, pela defesa da OMS e, também, pela cooperação internacional, em particular a cooperação estruturante que o Brasil tem feito com países,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente do Sul Global, que contribuem para o fortalecimento dos seus sistemas de saúde.

Falar sobre a internacionalização da Fiocruz, essa parceira inseparável do trabalho da assessoria internacional do Ministério da Saúde, nos orgulha, primeiro como brasileiros, pelo que a Fiocruz representa para o progresso da ciência, tecnologia, inovação e saúde, da produção, do ensino e da atenção em saúde, todos fundamentais para o Sistema Único de Saúde.

Eu trouxe esta apresentação e pediria que passasse já ao próximo eslaide.

Pode seguir ao próximo.

A interseção entre saúde pública e diplomacia histórica, com um marco definitivo no início do século XX, pelo projeto de modernização do Brasil e inserção da nação no concerto internacional. Naquela conjuntura, dois personagens se destacam: um, o Médico e Sanitarista Oswaldo Cruz; e outro, o Barão do Rio Branco; ambos trabalhando no mesmo sentido, que, provavelmente, terão se encontrado diversas vezes nas ruas do Rio de Janeiro para conversar sobre o Brasil que se queria construir naquele momento.

A nossa análise aqui focava, naquela época, em como a sanitarização do país serviu para a inserção internacional do Brasil, fortalecendo esse conceito de nação. A internacionalização da Fiocruz é uma política e um conjunto de práticas que começou com o próprio Oswaldo Cruz, ele mesmo, primeiro brasileiro a estudar no Instituto Pasteur, naquela época. Então a gente diria que a Fiocruz já começa como o Instituto Soroterápico, internacional, a partir da experiência de Oswaldo Cruz, bem-formado como especialista em Microbiologia e já com capacidade de produção de vacinas e soros no Brasil.

Desde então – a criação do Instituto Soroterápico foi em 1900, a Fiocruz hoje já completou 125 anos, caminhando para os 126 –, a medicina, a saúde pública no Brasil e o papel da Fiocruz continuam se fortalecendo

Foi assumindo contornos diferenciados, coincidência, inclusive, na criação do Departamento Nacional de Saúde, que precede a criação do Ministério da Saúde, que só foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecer em 1953, e, também, com um papel decisivo na criação do próprio SUS. Isso é um papel muito importante que nós queremos enfatizar aqui, nessa cadeira de Ministério da Saúde.

Pode passar ao seguinte, por favor.

Então, esse histórico é importante para dizer que a diplomacia da saúde é inseparável da Fiocruz. Elas caminham juntas. O Ministério das Relações Exteriores já existia naquela época, e se acredita que foi a pedido também do Barão do Rio Branco que Oswaldo Cruz se deslocou para a Amazônia e foi trabalhar também lá no controle da malária e de outras doenças.

Pode passar ao seguinte, por favor.

Então, acho que já foi dito... É difícil falar por último, mas falar da Fiocruz por último não é difícil, porque ela faz muita coisa. Então, a gente aqui procurou trabalhar um pouco os diversos braços da Fiocruz com a sua incidência na política nacional de saúde, mas também na política nacional de ciência e tecnologia, em particular na área de saúde; na política de educação em saúde; e também na política industrial. Ou seja, a Fiocruz é multifacetária por trabalhar na diplomacia da saúde, na diplomacia científica e tecnológica, na diplomacia comercial e, com esse papel fundamental que tem tido nas missões internacionais do Presidente Lula e do Ministro Alexandre Padilha, por esse seu papel tanto como instituição de saúde pública como de instituição de produção, instituição comercial.

Pode passar ao seguinte, por favor.

Então, lembro que a Fundação Oswaldo Cruz é uma instituição pública vinculada ao Ministério da Saúde que atua como pilar estratégico do SUS. Ela não é apenas parte do sistema, mas sim responsável por pesquisa, produção de vacinas e medicamentos e formação de profissionais para o SUS. E, de novo, ela é um patrimônio brasileiro reconhecido internacionalmente por sua atuação na defesa da vida e do direito universal à saúde.

Com suas ações de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em saúde, exerce papel estratégico na garantia da soberania nacional nessa área. Quando a gente fala em internacionalização, é muito comum que venha junto o discurso da soberania; e, nesse caso, a internacionalização da Fiocruz só vem contribuir para a soberania brasileira, em particular a soberania sanitária brasileira, e também a redução da dependência de outros países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No âmbito do SUS especificamente, a Fiocruz participa diretamente com mais de 1 bilhão de unidades farmacêuticas para 12 programas do Ministério da Saúde, com mais de 130 milhões de doses de vacinas para o Brasil e outros 60 países, com cerca de 620 mil atendimentos em saúde, porque também a gente não pode esquecer que a Fiocruz tem também um papel assistencial, com mais de 200 mil laboratórios de referência, cerca de 4 mil laudos sobre qualidade de produtos, a participação em muitos programas de pós-graduação, que hoje formam não só médicos brasileiros, mas também muitos médicos estrangeiros, em particular do Sul Global – América Latina, Caribe e África –, e ainda com essa participação que já foi trazida aqui em iniciativas internacionais – e aí vou destacar –, pelo seu papel importantíssimo na redução da mortalidade infantil, a rede ibero-americana de bancos de leite humana, e não é só ibero-americana, porque a Fiocruz também está presente nessa expansão da política de bancos de leite humano na África e em outros locais do mundo.

Então, o complexo tecnológico de vacinas do Instituto de Tecnologia e Imunobiológico (Bio-Manguinhos) por si só já garante a autossuficiência em vacinas essenciais para o calendário básico de imunização do Ministério da Saúde. Esses diapositivos vão falar da importância da produção da Fiocruz em saúde para a economia, falam primeiro de elementos gerais. O gasto global em saúde, felizmente, excede os gastos globais em defesa, alcançando 9,9%, praticamente 10% do PIB mundial – isso é um dado de 2022.

Pode passar ao seguinte.

O Brasil ainda precisa investir mais em saúde, sem dúvida, mas tem um investimento em relação ao PIB que é ali intermediário e que pode ser considerado compatível com o seu lugar no mundo, entre as economias internacionais.

Ao seguinte, por favor.

Então, a Fiocruz contribui com 40% dos medicamentos comprados pelo Ministério da Saúde, junto a laboratórios oficiais – lembrem que a gente tem outros. A Fiocruz é a maior instituição pública de tecnologia e produção em saúde, mas não é a única. Durante a pandemia foi muito importante essa entrega de mais de 80 milhões de doses da vacina de covid – vou falar um pouquinho mais disso a seguir. Há essa importância do Complexo Industrial da Saúde para a soberania e para a segurança sanitária, como já foi dito, para o fortalecimento do SUS,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o desenvolvimento econômico e inovação do Brasil, como um todo, para a integração produtiva e a redução de desigualdades, como foi bem lembrado pela Embaixadora Claudia na sua fala.

Então, sobre a vacina... E aqui eu faria até uma pequena... Não é um parêntese, mas uma observação sobre um outro papel importante da Fiocruz nessa relação com o Ministério da Saúde, porque cada ministério seguirá as diretrizes de um determinado Governo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARISE RIBEIRO NOGUEIRA – Eu acho que quando a gente fala da Fiocruz como instituição de estado, isso lhe confere um papel muito especial. Faço essa observação para lembrar que da mesma maneira como culminou com a Sociedade Moçambicana de Medicamentos – que foi uma iniciativa do primeiro Governo Lula, e hoje a gente pode ainda lembrar nesse terceiro Governo –, a Fiocruz teve uma atuação impecável em outros governos. Um exemplo disso foi o relacionado ao acordo assinado em setembro, de 2020, entre a Fiocruz, a AstraZeneca e a Universidade de Oxford, que permitiu reduzir a dependência internacional e acelerar a vacinação da população brasileira contra a covid, no auge da crise causada pela pandemia, apesar de todas as hesitações e discussões que ocorreram naquele momento, no ambiente nacional. O acordo garantiu a transferência de tecnologia para a produção nacional da vacina contra a covid em Bio-Manguinhos, envolvendo etapas que resultaram na produção de vacinas 100% nacionais produzidas no Rio de Janeiro.

Vale notar também o recurso ao modelo de contrato de encomenda tecnológica, que permitiu que a Fiocruz dominasse todo o processo de produção no Brasil, com foco inicial em 100 milhões de doses, com possibilidade de ampliação. E digo isso porque há outros exemplos de capacidade da Fiocruz também de aproveitar diferentes formatos de cooperação, como as PDPs, as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo.

Seguinte, por favor.

Aqui a gente vai falar um pouquinho mais também dessa atuação da Fiocruz como instituição de ensino, de formação e capacitação de profissionais de saúde – seguinte –, com várias linhas de pesquisa. Recentemente nós recebemos aqui uma turma de formação de recursos humanos de Angola, com uma grande participação da Fiocruz – intensa participação –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e também de outras instituições brasileiras, oferecendo mais de 700 vagas para profissionais angolanos virem aprender aqui no Brasil.

Pode passar o seguinte, por favor.

Então, quero lembrar também e aproveitar que estamos também nesta Casa e celebrar a assinatura, ontem, da Lei 14.725, que regula a profissão de sanitarista e estabelece os requisitos para o exercício de sua atividade profissional.

Pode passar ao seguinte, por favor.

Bom, falando em internacionalização da saúde ou em atuação internacional que a Fiocruz já tem, os meus antecessores já falaram de muitas das ações que a Fiocruz vem tendo. Elas vão desde a reflexão sobre grandes temas de saúde global – como foi dito aqui, o Regulamento Sanitário Internacional, a Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, atualmente o Acordo de Pandemias e o anexo Pabs, e várias agendas da OMS, da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) – e uma inserção em todos os mecanismos de que o Brasil participa, em termos de geometrias diversas – seja Brics, G20, G7, Mercosul, CPLP, Cúpula Ibero-Americana. A Fiocruz sempre tem um papel. Em muitos deles, um papel específico e que consegue manter a coesão da agenda de saúde nesses foros.

Pode passar o seguinte.

Bem, o que a gente traz aqui é uma repetição muito mais modesta e talvez um pouco imprecisa – me desculpará o Presidente Mario – da presença da Fiocruz no território nacional e já da sua presença também fora do país, em particular em Maputo, que pode ser um primeiro passo, ainda que – como também foi lembrado – sejam necessárias medidas legislativas para que essa atuação possa ter mais institucionalidade e sustentabilidade.

Pode passar ao seguinte.

Então, lembrando as palavras do Presidente Lula na Cúpula da União Africana e que é o que eu acho que nós estamos lembrando muito aqui hoje – e o Embaixador Rui Pereira enfatizou...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARISE RIBEIRO NOGUEIRA – ... que a nossa representação diplomática em Adis Abeba contaria na época, em breve, com funcionários da Agência Brasileira de Cooperação, da Embrapa e da Fiocruz, levando a saúde brasileira, a experiência brasileira em saúde para a África, o continente africano, esse continente que é o que mais cresce hoje no mundo.

Pode passar para ao seguinte.

Quero dizer também que é isso que a Dra. Ana Paula lembrou da participação da Fiocruz nas missões internacionais, tanto com um papel político quanto com um papel empresarial, faz muita diferença. Seria por si só já um elemento importantíssimo para que o Ministério da Saúde apoie a internacionalização da Fiocruz na proporção devida e trabalhando com convicção, porque apoiar a internacionalização da Fiocruz hoje significa ampliar a visibilidade interna e externa da política nacional de saúde em uma via de mão dupla que articula a cooperação norte-sul e a sul-sul em educação, ciência e tecnologia para a saúde.

Trazer do exterior conhecimento, formação de recursos humanos e produção de insumos para a saúde e compartilhar esses mesmos conhecimentos com outros países significa por um lado manter a formação e capacitação continuada de pesquisadores e profissionais da saúde e a transferência de tecnologia de países desenvolvidos e, por outro lado, privilegiar a cooperação sul-sul com a América Latina e a África, em particular com os países africanos de língua portuguesa, e ainda dar um salto para a Ásia, como a gente tem visto ultimamente com a intensificação das relações entre o Brasil e os países asiáticos. Significa difundir a perspectiva brasileira multidisciplinar em grandes temas globais, imprimindo de maneira incontornável a contribuição do Brasil à melhoria da saúde global.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos à Sra. Ministra Dra. Marise Ribeiro Nogueira, Chefe de Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde.

Pela ordem, a Dra. Eudócia, Senadora por Alagoas, médica.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Para interpelar.) – Bom dia a todos aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Presidente Senador Nelsinho Trad, quero cumprimentar também o Dr. Mario Santos Moreira, que é o Presidente da Fiocruz, e toda a comitiva aqui presente. Obrigada por esta participação tão importante nestes debates aqui no Senado Federal.

Eu quero colocar aqui, Sr. Presidente e todos os colegas Senadores e Senadoras que nos acompanham remotamente, a importância da Fiocruz, Dr. Mario, aqui no nosso país. É de extrema relevância. Inclusive, eu tenho um projeto de lei que já foi aprovado pela Casa, pelas duas Casas, e está para sanção presidencial, que é o marco regulatório da vacina contra o câncer, vacina terapêutica. Tive a oportunidade de conhecer alguns países que estão bem avançados na pesquisa dessa vacina, como o Reino Unido, através do Dr. Lennard Lee e do Dr. Tim, que são dois pesquisadores de extrema importância mundialmente e que vêm avançando muito nessa pesquisa dessa vacina. Também fui à Rússia, também estive presente, em outras oportunidades, em outras nações, enfim.

O que eu quero colocar é o seguinte: a importância da Fiocruz como impulsionadora da produção de vacinas e de outros medicamentos aqui no nosso país. E aqui, Dr. Mario Santos – que é o Presidente, que eu tive a grata satisfação de conhecer lá no Plenário do Senado Federal –, eu quero fazer algumas considerações.

Esse marco regulatório que está para sanção presidencial na próxima semana... O prazo é 16 de abril e creio, sim, confio na sensibilidade do Presidente da República para sancionar esse projeto tão importante para o nosso país e, dessa forma, a gente poder fazer, Dr. Mario, o intercâmbio dessa biotecnologia dos colegas em outros países – vou focar, mais uma vez, nos colegas lá de Oxford, Dr. Lennard Lee e Dr. Tim –, para trazermos, Sr. Presidente e Nelsinho Trad – que também é médico – essa biotecnologia e a gente poder avançar nesse estudo dessa vacina. Essa vacina tem mostrado muita eficácia no tratamento, porque é uma vacina personalizada. Então, tem mostrado muita eficácia no tratamento de vários cânceres – na maioria aqueles que mais matam, que são câncer de mama, câncer colorretal, câncer de próstata e assim por diante. Então, essa vacina, realmente, vai ser um divisor de águas no tratamento das doenças oncológicas.

E eu quero ter a oportunidade de sentar com mais calma, obviamente, com o Dr. Mario Santos, para nós avançarmos nessa questão da vacina, e quero colocar alguns pontos. Eu quero

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocar a importância da celebração de convênios para essa transferência de biotecnologia, que irá contribuir para a realização de futuras parcerias público-privadas, e também da importância de levarmos, Presidente Mario, para esses países essa biotecnologia. Estive também na China, então, se a gente fizer essa troca...

Inclusive, volto mais uma vez para Oxford, que, das minhas missões oficiais em relação a essa vacina, foi o local, o país que eu achei um dos mais avançados, obviamente, mas também o que abriu mais as portas para o nosso país, para que a gente possa levar os nossos pesquisadores do Brasil para Oxford e alguns pesquisadores de Oxford poderem vir para o Brasil, para fazer essa troca de biotecnologia e a gente avançar nessa vacina. Eu estive com eles novamente em São Paulo, tem umas duas semanas, Dr. Lee e Dr. Tim, e eles me disseram que, em média – em média –, daqui a dois anos eles estarão pedindo, solicitando à Nice – que é o controle, que é como se fosse a nossa Anvisa – já para fazer em larga escala, pelo fato de essa vacina ter se mostrado tão promissora no tratamento das doenças oncológicas e também tão eficaz e tão segura.

Mas eles ainda estão na fase final do estudo, e eles acham que, em média, daqui a dois anos. Dois anos, quando a gente fechar e abrir o olho, já passou, não é? O tempo está passando muito rápido. E eu queria essa parceria com vocês, Presidente Mario, para que a gente fortalecesse esse convívio e unisse forças para que a gente possa aproximar o Brasil desse centro de experiência com essa vacina lá em Oxford, para que a gente possa estreitar os laços e a gente possa, de uma forma mais célere, trazer esses colegas cientistas em consonância com a Fiocruz, com o entendimento do Sr. Presidente, dos demais colegas aqui presentes, para que a gente possa fazer essa parceria e a gente possa celebrar convênios para começar, para avançar o estudo dessa vacina aqui no Brasil, através da Fiocruz.

E dessa forma, a vacina se mostrando eficaz e segura e sendo, obviamente daqui a dois, três anos, aprovada pela Anvisa, a gente poder começar a produzir aqui no país, porque aí vai diminuir os custos, vai diminuir consideravelmente os custos. E a nossa população vai ter acesso a uma outra técnica terapêutica muito, muito avançada, um pouco mais avançada do que as imunoterapias, e vai ser o divisor de águas entre a vida e a morte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então pacientes que antes tinham sentença de morte, por ter o diagnóstico de câncer, agora vão poder escolher a vida. E nós, enquanto instituições, podermos ofertar essa oportunidade de uma nova terapia contra o câncer para os nossos pacientes, tanto da rede privada como da rede suplementar e especialmente dos nossos pacientes da rede SUS.

Muito obrigada, Sr. Presidente Nelsinho Trad, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço à Dra. Eudócia, Senadora por Alagoas.

Passo a palavra ao Dr. Mario, para breve consideração do questionamento e dos comentários feitos pela Senadora.

O SR. MARIO SANTOS MOREIRA (Para expor.) – Senadora, muito bom dia. É muito bom tê-la aqui conosco.

Eu começo pelo final, parceria aceita. Eu acho que não precisamos nem da regulamentação do marco legal para isso. A gente já pode começar desde já. Quanto antes a gente entrar nesse projeto, melhor para o Brasil, porque barateia custos, inclusive diante da possibilidade de a gente fazer parte da validação clínica aqui mesmo no Brasil. Temos competência para isso, não só dentro da Fiocruz, mas a Fiocruz tem grande interesse, porque câncer é um dos grandes problemas de saúde pública em escala global.

A maior causa de mortalidade hoje ainda é a doença cardíaca, as doenças cardiovasculares, mas câncer está acelerado e vai ultrapassar em breve, ainda nos próximos dois, três anos, eu diria. Então a Fiocruz está se reposicionando para isso. Câncer é uma prioridade. Estamos entrando nas imunoterapias, vamos trabalhar com CAR-T Cell, em breve daremos notícias sobre isso.

Portanto, eu acho que a Universidade de Oxford dispensa comentários sobre sua capacidade científica. E ela, com a Fiocruz, tem uma complementariedade muito grande, porque a Fiocruz tem a capacidade produtiva. Então temos lá já grandes cooperações, a Marise já comentou aqui sobre a vacina de Oxford, que a gente trouxe para o Brasil num tempo recorde, seis meses. Foram 230 milhões de doses. E temos um pesquisador nosso que já divide tempo entre Manguinhos e Oxford. Então já vou aqui, ao final da reunião, pegar os contatos com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhora para que a gente possa impulsionar, dar tração a isso, que é de grande interesse do Ministério da Saúde e, por óbvio, do Sistema Único de Saúde como um todo.

A pressão econômica sobre o SUS vem dessas terapias, não são de aspirina, nem de antibiótico, nem nada, é do tratamento das doenças não infecciosas, não transmissíveis, que são outro grupo de grande pressão orçamentária.

Então, resposta positiva. Vamos só acertar os detalhes de como estreitaremos esses contatos com a universidade, através da senhora.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem, Senadora Dra. Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Pela ordem.) – Quero agradecer, Presidente Dr. Mario, por essa oportunidade, por, vamos dizer, essa aliança com os colegas lá de Oxford.

Sinto-me muito honrada em estar participando deste momento tão importante e quero dizer para o senhor que o marco regulatório, sim, é importante. Que a gente tenha, independentemente do trabalho de vocês – o trabalho louvável de vocês, junto com o Ministério da Saúde...

O marco regulatório é de importância, sim, porque nós teremos uma lei que irá regulamentar tudo isso que nós estamos discutindo. Será mais um avanço na nossa sociedade e os nossos brasileiros e brasileiras terão uma lei para poder embasar, para dar embasamento, para dar estrutura jurídica e legítima para que isso possa acontecer.

Grata pela atenção e, ao mesmo tempo, já pergunto a V. Sa. se eu já posso entrar em contato com o Dr. Lennard Lee e o Dr. Tim, já para a gente marcar este momento, para a gente poder fazer essa interlocução e, realmente, assinarmos o que for necessário para que isso possa já começar a acontecer – esse intercâmbio dos nossos pesquisadores.

O SR. MARIO SANTOS MOREIRA – Perfeito, de acordo.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Muito grata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Bom, agradecemos a participação de todos.

Antes de concluir, eu vou deixar aqui algumas perguntas que serão respondidas *a posteriori* – enviadas ao portal e-Cidadania – pelo Embaixador Ruy Carlos Pereira e pela Embaixadora Claudia de Angelo Barbosa.

São perguntas que vieram do Gustavo, de Goiás; da Maria, do Pará; da Raíssa, do Mato Grosso; e da Ana, do Rio Grande do Norte. Em mãos.

Do lado de cá, eu entrego para o Dr. Mario as perguntas que vieram do Felipe, do Distrito Federal; da Danielle, do Distrito Federal; e do Willian, do Distrito Federal, também para responder nesse endereço aqui.

Os comentários.

O Aloísio, do Rio de Janeiro: "A Fiocruz tem papel importante nas questões sanitárias, de saúde pública e de saúde única, garantindo a soberania nacional nesses quesitos".

A Renata, do Distrito Federal: "A cooperação da Fiocruz tem potencial para elevar o Brasil a protagonista em saúde global, não só coadjuvante".

Nada mais havendo a tratar, cumprida a finalidade desta sessão, agradeço a participação das senhoras e dos senhores, da Senadora Dra. Eudócia e dos outros que estão via remota.

Declaro encerrada a presente reunião, não sem antes, porém, convidar todos que foram nominados para vir aqui à frente, para a gente fazer uma foto histórica desta audiência pública.

Muito obrigado.

Um bom dia a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 01ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Sergio Moro, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Esperidião Amin e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Farias, Carlos Viana, Plínio Valério, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Rogério Carvalho, Weverton e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1508, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para dispor sobre a sinalização de rodovias federais após a realização de obras." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 86, de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Senhor Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval de Araújo Feitosa Neto, informações sobre o Reajuste Tarifário Anual da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), a vigorar a partir de 13 de dezembro de 2025." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Esperidião Amin. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 1, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública para debater acerca da regulamentação e das providências adotadas após o advento da Lei nº 15.097/2025, que trata do aproveitamento de potencial energético offshore." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aditamento verbal do autor do requerimento, incluindo qualificação da Sra. Roberta Cox como Diretora Presidente da Coalizão Eólica Marinha e acrescentando como convidada a Sra. Elbia Gannoum, Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias - Abeeólica. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 2, de 2026** que: "Requer que seja convidado o Presidente da ANTT para prestar informações sobre a concessão da BR 364." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrição e aditamento verbal do Senador Esperidião Amin, incluindo como assunto os contratos de otimização das rodovias BR-116 e BR-101, em Santa Catarina. Fazem uso da palavra os Senadores Jaime Bagattoli, Esperidião Amin, Astronauta Marcos Pontes, Zequinha Marinho e Jayme Campos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/24

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 24 de fevereiro de 2026.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Ofício nº 43/2025, da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna, que solicita a alocação de verba para investimentos em obras de pavimentação de asfalto no município, especialmente em vias rurais de escoamento da produção agrícola.

– Aviso nº 1.312, de 2025, do TCU, que trata de relatório de auditoria de conformidade realizada na Agência Nacional de Transportes Terrestres, com o objetivo de fiscalizar os usos, os recursos e as potencialidades dos sistemas informatizados de regulação da agência no setor ferroviário, em especial o sistema de acompanhamento e fiscalização do transporte ferroviário, bem como segurança e fidedignidade dos dados inseridos nesses sistemas.

– Aviso nº 1.298, de 2025, do TCU, que trata de relatório de auditoria tendo como objeto verificar e fomentar as ações da ANTT para proporcionar transparência aos contratos de concessão de rodovias federais, especialmente sobre as informações contidas nos programas de exploração de rodovia, documentos que detalham as obras, serviços e padrões de desempenho que cada concessionária deve cumprir.

- Ofício 991, de 2025, da Câmara Municipal de São Paulo, que encaminha relatório final da Subcomissão de Serviço de Transporte Individual de Passageiros por Motocicleta.

- Ofício Circular nº 04, de 2026, da Agência Nacional de Aviação Civil, que encaminha cumprimentos pelo início dos trabalhos legislativos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Ofício 1.454, de 2026, da Presidência do Senado Federal, que comunica a aprovação de parecer, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, sobre a política pública de apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento, para a implementação de políticas e de planos de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais, contendo recomendações de interesse da Comissão de Serviços de Infraestrutura;

- Aviso 88, de 2026, do Tribunal de Contas da União, que trata de relatório de auditoria nas obras de construção da usina termonuclear de Angra 3.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

O item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 1508, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para dispor sobre a sinalização de rodovias federais após a realização de obras.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo
Relatório: Pela aprovação.

O relatório é pela aprovação, mas há um pedido do Relator para que a matéria seja retirada de pauta no dia de hoje, para posterior deliberação. Eu estou... Como é um pedido do Relator e há ainda tratativas em relação ao tema, eu estou acolhendo e, portanto, fica retirado de pauta o item 1.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Presidente, também é de seu conhecimento. Eu protocolei um requerimento sobre a situação da BR-364, convidando o senhor Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio, que é Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a comparecer a esta Comissão a fim de prestar informações referentes ao processo de concessão e implantação de cobrança de pedágios na BR-364.

Sr. Presidente, esse requerimento é de suma importância. A gente está convidando o Guilherme Theo Rodrigues para dar explicações para nós sobre essa concessão. E V. Exa. sabe quais são os prejuízos, os estragos, tudo o que aconteceu para a nossa economia e vai acontecer para o futuro, naquela situação da concessão da privatização da BR-364 no nosso Estado de Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Jaime Bagattoli.

É sobre o mesmo assunto, Senador?

Sobre a mesma matéria, também solicita a palavra – e a asseguro neste momento – o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu perfilo...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Por favor.

(*Intervenção fora do microfone*.) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Dois catarinos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Com o seu irmão catarinense...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois é.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu perfilo, subscrevo, só que eu quero acrescentar...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero acrescentar como assuntos os contratos de otimização das rodovias BR-116 e BR-101, de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Que sejam... Tem que listar, senão vão dizer que não estava pautado. E é um assunto momentoso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ontem eu fui a Joinville. Passar por Itajaí... Não sei se vocês chegaram a ver o acidente que aconteceu lá. Como em Itajaí o trânsito está sempre congestionado, com uma frequência terrível, o caminhão veio pela marginal, no sentido sul-norte, e pegou uma Kombi e um automóvel. A Kombi ele sanfonou. Sabe o que é sanfonar? Esmagou. Morreram quatro pessoas. Não foi em trânsito, foi parado, parados num trânsito.

A solução disso é o contrato de otimização. Desde 22 de janeiro do ano passado que nós apresentamos, depois de uma sucessão de reuniões em Joinville, Itajaí e São José, a lista das nossas prioridades. Nenhuma delas foi contestada, mas nenhuma delas, Presidente, foi precificada – pelo menos que nós saibamos – até o dia de hoje. Hoje, dia 24 de fevereiro, 13 meses depois, nós não temos ainda a precificação das obras para podermos priorizá-las e para conhecer o seu impacto tarifário. Se eu não sei quanto custam as 116 obras previstas, como é que eu vou saber alguma coisa sobre o impacto tarifário?

Então, ainda não é uma crítica absoluta, mas é o nosso descontentamento com esse ritmo. Quando é que vai ser começada a primeira obra para desafogar um trânsito que já está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

congestionado, onde nós temos, infelizmente, os pontos mais suscetíveis a acidentes, inclusive com morte, das rodovias brasileiras?

A BR-101 V. Exa. conhece, o Senador Jaime Bagattoli mais ainda. O Senador Marcos Pontes conhece via aérea e terrestre.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Já rodei ela inteirinha.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quer dizer, nós não temos mais...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Por terra?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Por terra...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah, o.k.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – ... também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim. (*Risos.*)

Ele ganhou até apelido em Santa Catarina, de tão popular que é: "Papai Noel". (*Risos.*)

Então, eu queria incluir esses dois assuntos, subscrevendo, portanto, o requerimento do Senador Jaime Bagattoli, e tenho certeza de que ele concorda que esse assunto seja debatido junto. É conexo: no seu caso é uma outra concessão e, no nosso caso, são duas concessões, uma delas numa situação de uma crise de tráfego absurda. É a rodovia do Mercosul que não tem prazo, não há quem possa prever quanto tempo vai levar...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... especialmente para cruzar o grande nó que é a Região da Foz do Rio Itajaí, que V. Exa. conhece bem também.

Então, esse é o meu pedido...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... ou seja, eu sou a favor e acrescento esses dois interesses.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente. Agradeço a V. Exa.

Portanto, fica acolhido o pedido de inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Jaime Bagattoli, com o adendo feito, nos termos apresentados pelo Senador Esperidião Amin. Que se faça constar quando do convite ao Presidente da ANTT. Portanto, fica o item 4, como extrapauta, incluído.

Apenas para consignar e referendar o que diz o Senador Jaime Bagattoli, realmente o Estado de Rondônia foi... Assim, houve uma antecipação da cobrança do pedágio no Estado de Rondônia sem os investimentos previstos, sem a entrega, a oferta de todos os serviços que estavam previstos em contrato e com muitas distorções. Talvez hoje seja um dos pedágios mais caros do Brasil, o pedágio de Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para se ter uma ideia, tem um dos trechos, que fica na entrada do Município de Cujubim, é a praça mais cara, Senador Astronauta Marcos Pontes: R$37 paga o usuário que sai da cidade de Cujubim, que fica perto da BR, e que vai a uma outra cidade, que fica a poucos quilômetros. Ele paga R$37 para ir e R$37 para voltar. Parece um valor pequeno, mas não é. É um valor caro, considerando inclusive a média nacional de custo dos pedágios.

Então é algo que está sacrificando a população de Rondônia, que está sacrificando o usuário, que não se justifica em face dos investimentos feitos até agora e que tem causado revolta, não é? A bancada federal se posicionou em relação a esses temas muito antes, mas houve não só o leilão, houve a contratação, e hoje há a antecipação da cobrança do pedágio, sacrificando, punindo o usuário do Estado de Rondônia. Portanto, eu colaboro aqui, endosso aqui as palavras do Senador Jaime Bagattoli.

E digo mais: nós temos um requerimento de diligência aprovado aqui na Comissão de Infraestrutura sobre esse tema, e o Presidente da ANTT já fez o compromisso com esta Presidência, com esta Comissão, de nós fazermos a diligência lá no Estado de Rondônia. Uma coisa não substitui a outra, nós vamos fazer a diligência no Estado de Rondônia, com a presença dele. Essa diligência vai ter dois aspectos. Vai ter uma etapa que é de verificação *in loco*, é de fazer um percurso da rodovia. E aí, a ideia é levá-lo até essa praça, Jaime, lá da entrada de Cujubim, que eu acho que é a mais impactante, e depois vai ter uma reunião com representantes do setor produtivo na capital Porto Velho. Isso já está ajustado com o Presidente da ANTT. Ele se colocou à disposição para fazer isso.

E nós vamos fazer também...

Está aqui, registro, até oportunamente, a presença do Deputado Alan Queiroz.

Nós vamos fazer a visita ao trecho da Expresso Porto. Então, nessa diligência, nós vamos fazer uma inspeção ao longo da BR-364 até ali a Fazendinha, passando pelo pedágio de Cujubim. Voltamos, vai ter a inspeção na Expresso Porto, cuja pavimentação está prevista. Inclusive o Prefeito Léo Moraes esteve conosco, esteve comigo aqui em Brasília e foi até a Agência Nacional de Transportes Terrestres para ajustar o prazo de execução dessa obra, que estava prevista, lá inicialmente, para o sétimo ano. Depois nós conseguimos encurtar para o quarto ano, e agora há a previsão de que, com os licenciamentos feitos, essa obra comece ainda este ano. Então haverá também essa inspeção ao longo da rodovia da Expresso Porto.

Eu só estou aguardando a confirmação de data, mas isso deve ser feito já entre a próxima semana e a outra, essa diligência lá no Estado de Rondônia, com a presença do Presidente da ANTT e técnicos da agência, para ver o que está acontecendo e ouvir as demandas do setor produtivo do Estado de Rondônia.

Deixe-me acrescentar... Pois não, Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Presidente, até se desse para coincidir com esta audiência pública a do requerimento do nosso Deputado Estadual Alan Queiroz, que vai ser no dia 2 de março, às 14h30, lá em Porto Velho, seria também...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É válido. Depois nós vamos conversar, Senador Jaime Bagattoli. Eu e V. Exa. precisamos conversar sobre isso em razão de uma outra situação, mas eu entendo e acho que seria importante para conciliar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Porque, Presidente, Senador Amin, você que é lá do meu estado, onde eu nasci, de Santa Catarina, eu sei que a BR-470 vai a passinho de tartaruga, aquela duplicação, aquele investimento que está sendo feito lá acho que há 15 anos; acho que fizeram agora uns 50km, 60km de duplicação, mas, enfim, é a União que está fazendo. E depois, lá no final, a gente sabe que vai haver uma privatização para manutenção daquela rodovia. O que não podia ter acontecido no Estado de Rondônia... Lá nós só temos uma única rodovia; se cair uma ponte, isolam-se o Estado inteiro de Rondônia, do Acre e parte do Amazonas. É uma única rodovia, a BR-364.

É por isso que, quando houve a concessão, quando houve a sinalização da privatização... Não tinha pessoa que conhecia mais aquilo do que eu, porque eu fui motorista já lá na época da estrada de chão, quando os militares construíram aquela rodovia, entre 1981 e 1984. Depois ela vem para uma concessão após 40, 42 anos, com mínima infraestrutura, sem fazerem nada de infraestrutura, e começaram a cobrar um pedágio que custa mais de 50% do valor do óleo diesel que o caminhão vai gastando durante a rodovia. Vamos perder investimento no Estado de Rondônia devido a esta concessão, porque a exportação de soja, de grão vai migrar novamente para o Mato Grosso através da ferrovia. Nós vamos ter desemprego, ao longo do trecho da rodovia, de pessoas que vivem sob prestação de serviço – borracharia, autopeças, postos de gasolina, enfim, todo esse setor que presta serviço.

Não somos contra o pedágio, não somos contra a privatização, mas não podemos colocar nas costas da sociedade, dos estados mais longe dos centros consumidores, onde existe uma única rodovia. É por isso que tem que ser discutido isso com a ANTT.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao Senador Jaime Bagattoli.

Também solicita a palavra o Senador Astronauta Marcos Pontes.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – É só um dado aqui para somar nessa discussão. V. Exa. falou que é R$37 o pedágio lá?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Em uma praça.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Trinta e sete, uma praça?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Na verdade, são oito praças... não, sete praças de pedágio. Uma praça, R$37.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Trinta e sete. Só como comparação, o pedágio da Rodovia dos Imigrantes – você vê o tamanho dessa rodovia, toda a dificuldade que se teve em construir aquilo e para manter aquela rodovia – custa R$38,70.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É, não dá para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Acho que é difícil equiparar, né?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Esse é o sentimento do rondoniense, é o sentimento de injustiça. Ele vê o pedágio como uma punição, e não como algo razoável, como algo aceitável.

Portanto, fica incluído.

Deixe-me acrescentar aqui – além de registrar e agradecer a presença do Deputado Alan Queiroz, Deputado Estadual do meu Estado de Rondônia – também o registro da presença de algumas lideranças lá do Estado de Rondônia.

Estão aqui o Pastor Val; o Wellington, Secretário municipal lá da cidade de Primavera de Rondônia; o Vereador Rogerio; o Vereador Marquinhos; e a Vereadora Daiane. Também está presente o Vice-Prefeito, Elias Ribeiro. Todos presentes aqui na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Eu agradeço a presença dos senhores. Na semana passada, eu estive lá em Primavera de Rondônia, inclusive visitando obras, anunciando investimentos também. Bem-vindos ao Senado Federal e à Comissão de Infraestrutura.

Com a permissão dos demais Senadores que têm requerimentos a serem deliberados, como essa matéria já foi discutida, eu apregoo o item 4 já como item a ser apreciado, uma vez que a matéria já está discutida.

EXTRAPAUTA
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 2, DE 2026
- Não terminativo -

Requer que seja convidado o Presidente da ANTT para prestar informações sobre a concessão da BR 364.

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

Da BR-101 e 116, com os adendos do Senador Esperidião Amin.

O requerimento é de autoria do Senador Jaime Bagattoli, que já fez uso da palavra. Portanto, passaremos direto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Como assuntos, foram incluídos, então, os contratos da BR-101 e da BR-116, de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É, nos termos apresentados por V. Exa. Apenas fazendo remissão aqui às rodovias vinculadas, mas nos termos apresentados por V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ficou perfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O convite será feito nesses termos, com abordagem dos tópicos a serem enfrentados pelo Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, está em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*) Aprovado.

O item 1 foi retirado de pauta, a pedido do Relator.

Item 2.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 86, DE 2025
- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval de Araújo Feitosa Neto, informações sobre o Reajuste Tarifário Anual da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), a vigorar a partir de 13 de dezembro de 2025.

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP) O requerimento é de autoria do Senador Lucas Barreto, que não está presente.

Eu indago se alguém quer subscrever o requerimento. (*Pausa.*) O Senador Esperidião Amin subscreve o requerimento.

Portanto, sem encaminhar a matéria, posto que é um assunto familiar a todos, submeto o requerimento à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovado o requerimento.

Item 3.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 1, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater acerca da regulamentação e das providências adotadas após o advento da Lei nº 15.097/2025, que trata do aproveitamento de potencial energético offshore.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP) Asseguro a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes para encaminhar o requerimento.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente. Bom dia. Bom dia a todos.

Essa Lei 15.097 foi sancionada no dia 10 de janeiro de 2025, faz mais de um ano.

O aproveitamento de energia eólica *offshore*, assim como em outros locais também, na terra, é extremamente importante para um país que tem essa necessidade de energia. E isso é crescente e vai continuar crescente no Brasil e em outros lugares. O problema não é só a produção, a gente sabe que até sobra energia no Nordeste, o problema também é a conexão de tudo isso, a distribuição, a transmissão. Nós vimos, inclusive lá na Nova Zelândia, uma nova tecnologia que vai permitir que isso seja feito sem fio, mas, por enquanto nós temos que ter essa conexão.

Você ter um marco como esse aprovado, mas até agora não regulamentado... Eu não vi absolutamente nada com relação aos estudos que foram feitos ou que estão sendo feitos a respeito dessa conexão do aproveitamento, dos impactos ambientais, tudo que se relaciona a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso, ou seja, está parado desde então. E é importante que o Brasil tenha esse potencial aproveitado.

Portanto, esta audiência pública é essencial neste momento, para que nós saibamos o que tem sido feito, se tem sido feito e o que será feito com relação a esse aproveitamento eólico *offshore*.

Nesse requerimento, eu proponho aqui que esta audiência tenha a presença dos convidados do Ministério da Fazenda; representante do Ministério do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços); representante do Ministério de Portos e Aeroportos; representante do Ministério de Minas e Energia; da Agência Nacional de Energia Elétrica; da Marinha do Brasil; um membro do Conselho Global de Energia Eólica, que é a Sra. Roberta Cox, Diretora-Presidente da Coalizão Eólica Marinha; e também gostaria de somar um nome a esta audiência, da Sra. Elbia Gannoum, Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica).

Então, uma audiência como esta é plenamente justificável na situação que nós temos no país, principalmente quando a gente fala também da instalação de *data centers* no país, que precisam de energia limpa, de uma quantidade grande de energia limpa.

Portanto, eu solicito que seja aprovado esse requerimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação simbólica o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 4 nós já deliberamos, que é o requerimento do Senador Jaime Bagattoli.

Portanto, está esgotada a pauta da Comissão no dia de hoje.

Apenas fazendo um registro, Senador Jaime Bagattoli, que é um tema que nós tratamos, inclusive, aqui nesta Comissão de Infraestrutura algumas vezes, depois nós precisamos até checar pela Comissão, mas me parece que foi anunciada hoje a revogação do Decreto 12.600, presidencial, que tinha impacto direto na Região Amazônica, nos rios amazônicos.

Esse Decreto 12.600 tratava de uma espécie de privatização dos rios. O nome simpático é outro, mas é a concessão das nossas hidrovias e, entre elas, estava a Hidrovia do Rio Madeira, lá em Porto Velho, e outras hidrovias a mais na Amazônia Brasileira.

E, em razão das muitas queixas dos debates que aconteceram, dos apelos que aconteceram de segmentos importantes da economia, mas também até de comunidades tradicionais, o Governo, enfim, tomou a iniciativa de revogar esse decreto. A confirmar depois apenas se foi realmente publicada a revogação, mas eu, hoje pela manhã, ao me encaminhar para esta Comissão, recebi a notícia. Isso depois do impacto que nós estamos verificando na BR-364 lá em Rondônia, se tivéssemos ali ainda a concessão, Deputado Alan Queiroz, da Hidrovia do Madeira, isso seria um duplo castigo à população do Estado de Rondônia. Não se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justifica fazer uma concessão de uma hidrovia como essa, que é um recurso natural, que carece, sim, de investimentos, de cuidados, mas punir o usuário, sacrificar o usuário com mais cobrança, com mais tarifas, é algo que tornaria a rota de escoamento por aquela região, assim como é no caso do Pará, assim como é no caso de outros estados da Amazônia brasileira, uma logística muito mais cara. Então, é uma notícia que chega, e eu estou aqui retransmitindo à Comissão de Infraestrutura.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Jaime Bagattoli e, na sequência, Senador Zequinha Marinho.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Só um comentário, Presidente, sobre esse assunto. Desde o início, quando se falava em fazer concessão da Hidrovia do Madeira, eu estive na Antaq, conversei diversas vezes. Até não pude atender, porque ele acabou de me ligar, o Frederico da Antaq, eu mandei um áudio para ele, hoje cedo, sobre essa situação aí. Mas, na época, há uns dois meses, ele já havia me garantido que a do Rio Madeira estaria fora. Por quê? Porque, quando se pensaram em fazer concessão, se pensou primeiro, Deputado Alan Queiroz, da Hidrovia do Madeira, que é a que tem o maior transporte hidroviário – no Rio Madeira e no Tapajós. E aí, o que acontece? É onde eles queriam que fossem as primeiras a terem a concessão, Rio Madeira e Tapajós, depois o Paraguai, depois as demais hidrovias.

E aí, como a V. Exa. citou, além de uma penalidade que nós temos pesada hoje sobre essa situação que nós vamos ter que discutir da BR-364, seria mais uma injustiça fazer uma concessão dentro das hidrovias, tanto do Rio Madeira quanto do Tapajós e as demais aí.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

A Secretaria da Comissão acaba de confirmar, realmente, Decreto 12.856, de 23 de fevereiro, publicado hoje com a revogação do Decreto 12.600, que previa, realmente, a concessão dessas hidrovias. A Hidrovia do Rio Madeira, a Hidrovia do Rio Tocantins e a Hidrovia do Rio Tapajós, lá no Estado do Pará.

Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente. Cumprimento os colegas, assim como os rondonienses visitantes aqui. Conheci, com V. Exa. e também com o Jaime Bagattoli, uma região muito próspera, muito bonita e quero cumprimentá-los.

Eu queria tecer aqui um comentário com relação a isso também. Quatorze etnias indígenas na região de Santarém, no Pará, a representação ocupou o terminal da Cargill. A Cargill tem um porto em Santarém, onde flui o embarque e o desembarque, e eles foram para dentro um mês depois, de 23 de janeiro a 23 de fevereiro, ontem, forçando a barra em cima disso.

É um assunto que, por um lado, é interessante, porque a gente precisa das hidrovias e, no nosso caso, a gente precisa fazer a dragagem em alguns pontos do Rio Tapajós. A gente tem um trânsito muito grande de barcaças conduzindo grãos da região de Itaituba, Miritituba, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

frente ali, até entrar no Amazonas, lá em Santarém, e depois chegar a Barcarena, nos portos da vila, onde tem um grande número de portos lá.

Isso nos leva a trazer para esta Comissão, Presidente, um bom debate – um bom debate –, porque a gente precisa analisar os pontos positivos e os negativos disso, em que isso vai onerar, em que isso vai também prejudicar aqueles que, de repente, precisam fazer alguma coisa menor do que o transporte de alta escala. Tem gente trazendo 30 barcaças de 2 mil toneladas cada uma – é uma coisa de doido. Então, é um tipo de transporte. Agora, se você tem alguma coisa pequena, que precisa usar também o rio, e tiver que ser afetado por isso aí, a gente termina prejudicando. Eu acho que é uma coisa que deveria valer para esse transporte de alto nível, de alta escala, porque, se nós formos afetar o pequeno transporte de mercadorias e outros produtos, não há como se admitir a possibilidade disso.

Então, eu quero já dizer aqui que vou apresentar, logo mais, nesta Comissão, uma solicitação de audiência pública. A gente precisa esclarecer isso, até porque o setor produtivo que utiliza, as empresas que utilizam isso reclamam ou reclamaram bastante da anulação do decreto, enquanto outros segmentos festejaram isso.

Na Amazônia, a gente tem que ter cuidado com as ONGs. As ONGs usam os índios em dois aspectos importantes: primeiro orientando os índios; segundo financiando os índios para fazer esse tipo de manifestação, e aprenderam que, através dos índios, se consegue um avanço maior, porque o indígena tem uma certa proteção, e a polícia não tem muita prática de trabalhar com alguém ainda não aculturado – ainda não, pelo menos de fachada; a gente sabe que, na prática, eles vivem aí o tempo todo. Então, precisamos ter muita consciência daquilo que está sendo tratado, porque a gente precisa fazer o equilíbrio entre os dois lados.

Eu queria só fazer um registro, com muita tristeza também... E aí é uma rodovia estadual concedida pelo Governo do Estado do Pará, que é a PA-150, que liga praticamente Belém à cidade de Marabá.

Ontem, na parte da manhã, um caminhão, ao se livrar de um buraco, terminou atropelando um carro pequeno e matando todos os ocupantes do carro, que eram todos indígenas. Quatro indígenas da mesma família morreram, digamos assim, amassados pelo caminhão; do pessoal do caminhão também uma pessoa morreu, num acidente complicado.

Agora escutem o outro lado dessa história: essa rodovia, em más condições de trafegabilidade, está concedida, num trajeto de 520km, 530km, a oito pedágios, oito praças de pedágio, cobrando do carrinho pequeno R$12. Quando chega uma carreta, você tem que jogar isso lá para cima, você está entendendo?

Hoje de madrugada, no avião, conversava com um empresário da área de minério, que transporta minério nesse trecho. Ele estava dizendo que está inviabilizando. Para você levar uma carga de minério até Barcarena, Porto de Vila do Conde, que eu queria citar ainda há pouco, esqueci, é mil duzentos e tantos reais só de pedágio. Quer dizer, está inviabilizando tudo, o pedágio é muito alto, a estrada é muito ruim, quer dizer, você tem acidente, você tem problema, você tem prejuízo terrível e estão cobrando, cobrando pesado. Não adianta pensar em segurança, em sinalização, em controle de velocidade, enfim, é a coisa mais bagunçada do mundo e aí a tragédia de ontem, prejuízo não só material dos dois veículos, assim como também de vidas preciosas que se foram por causa de uma situação que, no meu ponto de vista, deveria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estar sendo cuidada com carinho, porque agora nós estamos pagando duas vezes os impostos ao Governo e também para poder passar ou transitar naquela rodovia.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado a V. Exa.

Quero registrar nossos sentimentos aos familiares das vítimas desse acidente trágico.

Agora veja V. Exa. que há um padrão: Governo especialista em cobrar, em exigir, mas sem entregar, sem fazer, sem cumprir o seu papel como responsável por gerir os recursos públicos e oferecer uma infraestrutura mais adequada aos usuários, aos brasileiros. É lamentável.

O Senador Zequinha Marinho, Deputado Alan, além de membro desta Comissão, é Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal. O Senador Esperidião Amin, agora há pouco, falou da 101 aqui na Comissão de Infraestrutura do Senado. Nós temos uma 101 lá em Rondônia também, uma rodovia 101, na verdade hoje ela é municipal, mas é uma RO, porque interliga a cidade de Porto Velho ao distrito de União Bandeirantes. O Senador Zequinha Marinho percorreu comigo, eu dirigindo e ele do lado, nessa RO até o distrito de União Bandeirantes, depois nós fomos até uma região agrícola.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Emoções fortes, hein?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nem tanto, porque é uma estrada de chão. Faço até o registro aqui, aliás, é uma necessidade: fazer a pavimentação, melhorar a infraestrutura daquela região. Acho que o Governo do estado precisa entender que é uma região produtiva importante para o Estado de Rondônia, que conecta uma região importante e que hoje não tem pavimentação. Mas fiz questão de mencionar, porque esteve lá o Presidente da Comissão de Agricultura visitando as comunidades, em razão dos embargos que tem naquela região, o setor produtivo todo, com sua produção pecuária, agrícola comprometida em razão disso.

Mas, sem mais delongas, apenas agradeço a presença de todos.

Nós esgotamos a pauta de hoje, agradecendo aqui a presença ilustre do Senador Jayme Campos, Senador do nosso grande Estado do Mato Grosso, nosso vizinho lá, primo rico, Mato Grosso, não é, Jayme? (*Risos.*) Está indo bem. E, na próxima terça-feira, nós teremos sessão novamente para deliberar as matérias com relatórios apresentados e também tentar encaminhar já algumas audiências.

Senador Jayme, antes de concluir, ouço V. Exa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Serei muito rápido.

Caro amigo, Presidente Senador Marcos Rogério, Sras. e Srs. Senadores, este debate que estamos promovendo aqui hoje, em relação ao que o nosso querido Senador Rogerio Marinho está falando, é um debate extremamente importante para fazermos aqui, na medida em que causa uma insegurança jurídica muito grande.

Por outro lado, tem a questão dessa concessão do pedagiamento das rodovias, seja federal, seja estadual. O Mato Grosso, nos últimos tempos, pedagiou algo parecido, em torno de... São atribuições do Governo estadual... Algo em termos de 4 mil quilômetros já foram pedagiados. E, além do mais, temos as nossas rodovias federais, como é o caso da BR-163, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Que também é pedagiada.

Mas eu quero levantar uma questão de ordem, nos seguintes termos.

Ora, nós já estamos pagando uma carga tributária excessiva no Brasil.

Segundo: quando se fala em pedagiamento, lá no Mato Grosso – vou dar um exemplo apenas – nós já pagávamos um fundo chamado Fethab. Em Rondônia deve ter esse fundo, e se não tem, agora ele viu... O Governador Ronaldo Caiado extinguiu o dele em Goiás, que usou por um período de dois anos e meio, se não me falha a memória. No Mato Grosso tem o Fethab. Nós temos o IPVA, que é o imposto que todo brasileiro paga por seus automóveis.

Terceiro: além de pagar o pedagiamento, paga o Fethab, paga o IPVA e paga mais o pedágio. São três impostos que o cidadão está pagando, ou seja, três contribuições que ele está recolhendo aos cofres públicos.

O Fethab... Vou lhe dar um exemplo, Senador Marcos Rogério: um boi no Mato Grosso, quando você o vende, quando você faz a guia de transferência de animal, que se chama GTA...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Você paga, por um boi, R$71. Esse cidadão já pagou o IPVA do caminhão dele, que é o transportador. Feito isso, você ainda paga... Dependendo do trecho em que você está andando em Mato Grosso, você chega a pagar, por um caminhão, algo parecido com quase R$400. Tem rodovia em que você paga R$400, tendo em vista que é por eixo que você paga.

Então, é um assunto que nós temos que rediscutir em nosso país, aqui, sob pena de quê? Nós estarmos, praticamente, produzindo para pagar o quê? Pedágio, IPVA, etc, etc, etc. E acabou o dinheiro do produtor rural. Tem cabimento você pagar R$71 numa cabeça de um boi? E por uma vaca, pagar R$71? Agora abaixou para R$56. Uma vaca, quantas arrobas dá? Uma vaca gorda, dá 15.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Dá 14, 15 arrobas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É, 15, 14. Um boi dá 21, 20. É o mesmo valor.

Inclusive, queriam acabar, na reforma tributária, com esse fundo. Eu mesmo fui contra, até porque contribuiu sobremaneira com os investimentos no setor rodoviário do Mato Grosso, que são feitos com muito critério e, sobretudo, esse recurso foi dividido – um pouco para o Fundo Estadual de Habitação, um pouco para o Fundo Social, outro para a rodovia, para a restauração, conservação e, naturalmente, pavimentação.

Mas, de qualquer forma, eu acho muito pesado trafegar nisso aí. Nós temos que criar um mecanismo para que não aconteça como está acontecendo agora, muitas rodovias que passaram a ser negócios com essas concessões. Vamos ser honestos aqui, Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Jogo de interesses de grandes barões, tubarões deste país aqui, que transformou isso em um verdadeiro balcão de negócios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso de Rondônia, poucos dias atrás, eu vi alguns protestos, o pessoal da sociedade reagindo. Fruto do quê? Da rodovia BR-364, que estão pedagiando – parece que já estavam cobrando antes de fazer qualquer investimento, já queriam cobrar. Isso não é possível, você pagar se não tem nenhum investimento ainda!

Em Mato Grosso, nós fomos roubados por 13 anos, numa concessão ao longo da BR-163, que demandava ali do Trevo do Lagarto até Sinop, pela Rota Oeste, que era um braço da Norberto Odebrecht. E não fizeram nenhum investimento. Fizeram não sei quantas praças de pedágio, assaltaram, roubaram a sociedade mato-grossense de uma maneira geral, e não teve nenhum investimento.

Agora que o estado assumiu, através de uma nova modelagem financeira que foi permitida, que o estado assumiu, que se está fazendo essa duplicação.

E agora está saindo uma outra duplicação, que é de Sinop ao Porto de Miritituba, que já foi aprovada pelo Tribunal de Contas da União. E agora vamos promover algumas audiências públicas no estado, através da ANTT, que é a Agência Nacional de Transportes Terrestres, que V. Exa. conhece muito bem, para nós privatizarmos também, ou seja, ela já é privatizada, mas buscando a duplicação dessa importante rodovia, tendo em vista que o movimento dessa rodovia, V. Exa. sabe muito bem, quadruplicou, na medida em que essa produção do estado, ao longo da BR-163 está saindo pelo porto de Calha Norte, que é lá no Estado do Pará. Então vão duplicar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Mas é um assunto que tem que ser muito bem discutido, até porque, muitas vezes, o cidadão ganha uma concessão, quando faz a assinatura do acordo, ou seja, desse pedagiamento, dessa concessão, ele não cumpre, e o estado é impotente, o estado é conivente, porque não vai cobrar, daquele que está assegurado ali, o que ele tem que fazer, esses investimentos lá no setor rodoviário. De forma que eu acho que nós temos que ter isso bem discutido.

E eu quero fazer uma proposta para V. Exa., como um grande Senador do Estado de Rondônia, que tem feito um trabalho maravilhoso...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Nós propomos uma audiência ali na região noroeste de Mato Grosso, na cidade de Juína, que liga Juína a Vilhena, tem uma rodovia que V. Exa. conhece muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Conheço.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – E eu queria depois discutir com o senhor, para nós promovermos uma audiência pública, na possibilidade dessa pavimentação asfáltica de Juína, saindo em Vilhena, que é uma rodovia muito importante, de integração, sobretudo, aquela região está hoje com uma alta produção, não só de rebanho bovino, mas sobretudo, a agricultura entrou muito forte, e nós temos que ter um escoamento. E o melhor escoamento é saindo ali por Vilhena, indo até Porto Velho, para sair naturalmente lá pelo Porto de Itacoatiara, não sei qual é a melhor rota ali, para nós baratearmos o custo da nossa produção. Ela é muito importante, na medida em que o que se produz ao longo da região

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

noroeste do estado, nós temos que vir aqui, sair de Sapezal praticamente, para ir para o Porto de Porto Velho.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Aumentando a...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É muito longo o trecho. E com essa rodovia, nós vamos diminuir muito e, sobretudo, melhorar, com certeza, a trafegabilidade dessas duas importantes cidades ali, que é Juína, saindo em Vilhena.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É uma proposta que eu faço a V. Exa., como Presidente. Naturalmente eu vou fazer o requerimento. Se possível, fazendo uma grande audiência pública lá em Juína.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Jayme Campos, eu cumprimento V. Exa. pela abordagem dos temas ligados à infraestrutura. Eu acho que não há desenvolvimento possível, em qualquer estado, sem que tenha uma infraestrutura adequada.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E embora o Mato Grosso ainda tenha desafios grandiosos, o Mato Grosso está muito à frente do Estado de Rondônia em termos de infraestrutura. E foi o que possibilitou esse grande *boom* econômico, esse crescimento econômico, sustentado especialmente pelo agro, que é muito forte...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... no Mato Grosso, como é a característica do Estado de Rondônia também.

E V. Exa. traz, ao final, um tema que é importante para os dois estados.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A pavimentação dessa rodovia é importante para os dois estados. Nesta semana mesmo, eu fui cobrado sobre esse tema.

Portanto, apresente o requerimento de diligência, e aí, a gente faz a diligência com audiência pública. E podemos fazer isso conjuntamente, eu subscrevo com V. Exa., porque entendo realmente ser importante, necessário o debate. E mais do que o debate, é realmente encaminhar propostas para que o investimento aconteça, e essa infraestrutura conecte essas duas regiões. Isso encurta distância, reduz o custo da logística, do transporte.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E nós temos o porto, os portos ali na região de Porto Velho, que recebem todos esses produtos.

Agora, por um lado, isso é estratégico; por outro lado, V. Exa. falava aqui da saída para Miritituba, ali pela BR-163, que hoje já está bastante demandada.

O pedágio em Rondônia, nos termos como está hoje, vai forçar ainda mais essa rota, porque uma parte da carga que está indo para Porto Velho, a partir de agora, começa a colocar o caminhão no sentido inverso, no sentido contrário, para sair por cá. Então, a demanda vai ficar ainda maior. Por isso, a gente precisa pensar a logística de forma inteligente. Eu acho que hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse tema é pouco debatido. Talvez a gente faça aqui, em algum momento, um debate sobre isso, falando de infraestrutura e de logística, mas dentro de um viés de conectividade, de integração, de maneira inteligente, eficiente, com economicidade. Porque hoje a gente, o transportador, o agricultor acaba fazendo no improviso tentando se defender, porque, como V. Exa. listou, quando ele começa a fazer a computação, o cálculo de todas as despesas que ele tem, ele fala: olha, o meu sócio está levando mais do que eu; quem planta e colhe, não sobra nada.

Então, enfim, agradeço a V. Exa. a contribuição e fica, desde já, acolhido o pedido de V. Exa., apenas formalize o requerimento e nós faremos essa diligência...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... com audiência pública lá no Mato Grosso.

Agradeço a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinquenta e seis minutos do dia dezessete de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Sergio Moro, Chico Rodrigues, Nelsinho Trad, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Dra. Eudócia, Astronauta Marcos Pontes, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Tereza Cristina, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Eduardo Gomes e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Farias, Jayme Campos, Carlos Viana, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1524, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui a Lista Nacional de Proibição de Embarque Aéreo por Risco à Segurança Pública e à Integridade dos Passageiros – LNPE, no âmbito da aviação civil brasileira, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5872, de 2025 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Engenheiro Rui Ramos Soares" trecho da rodovia BR-282 situado entre os municípios de Florianópolis e São José, no estado de Santa Catarina." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 382, de 2026 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Mobilização em Memória das Vítimas de Trânsito; e altera a Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018, para dispor sobre o apoio às iniciativas da sociedade organizada no âmbito do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 3, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a suspensão do decreto presidencial que inclui as hidrovias dos rios Madeira, Tocantins e Tapajós no Programa Nacional de Desestatização (PND)." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrição do Senador Marcos Rogério. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 5, de 2026** que: "Requer aditamento ao REQ 03/2026 - CI para inclusão de um representante da Casa Civil e do Almirante Murillo Barbosa, Diretor Presidente da Associação dos Terminais Portuários Privados, bem como a substituição do Senhor Décio Amaral, CEO Presidente da Hidrovias do Brasil por um representante da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior — ABANI." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Subscrição do Senador Marcos Rogério. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 6, de 2026** que: "Requer que, na Audiência Pública objeto do REQ 3/2026 - CI, seja incluído o seguinte convidado: Sr. Luizio Rizzo Rocha - vice-Presidente da FENAVEGA - Federação Nacional das Empresas de Navegação Aquaviária." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrição do Senador Marcos Rogério. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 7, de 2026** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do RQS 3/2026, seja incluído um representante do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) e um representante do Instituto Livre Mercado (ILM)." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrição do Senador Marcos Rogério. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 8, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o histórico e os avanços das obras da Ferrovia Vicente Vuolo (Ferronorte) no Estado do Mato Grosso." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/17

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de março de 2026.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Aviso 117, de 2026, do Tribunal de Contas da União, que trata de fiscalização com o objetivo de verificar e fomentar ações da Agência Nacional de Transportes Terrestres, para proporcionar transparência aos contratos de concessão das rodovias federais, especialmente sobre as informações contidas nos programas de exploração de rodovia; e

– Ofício 164/2025, também da Câmara de Lins, São Paulo, que encaminha requerimento aprovado naquele órgão, para que a Aneel seja oficiada acerca das melhorias providenciadas pela Companhia Paulista de Força e Luz no município.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Comunico ainda o arquivamento dos documentos que tiveram seu prazo de consulta encerrado.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, em caso de deliberações nominais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta, para os Senadores que participam remotamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Sobre o primeiro assunto, em que eu sou sócio do Senador Jaime Bagattoli, na questão – não é uma interpelação, mas de uma busca de uma solução – junto à ANTT, no caso de Rondônia, ficou acordado que haverá uma inspeção.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No caso de Santa Catarina, a situação é mais grave.

Nós negociamos com a participação da bancada. Tivemos um trabalho extraordinário do Deputado Valdir Cobalchini, no ano de 2024; trabalho igual, com muita dedicação, do Deputado Pedro Uczai, no ano de 2025 – 2024, 2025 –; e agora, nesse começo do ano, do Deputado Ismael, para negociarmos o contrato de otimização da BR-101 Norte.

Senador, dos dez acidentes mais letais do Brasil em rodovias federais, quatro – ou seja, 40% – acontecem nesse trecho de menos de 300km – V. Exa. conhece, o Senador Bagattoli conhece.

Então, negociar esse acordo com novas obras e permitir uma extensão do contrato por mais de 15 anos era a nossa esperança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ANTT participou disso. Fizemos dezenas de reuniões com trabalhadores, com empresários, Prefeitos, Vereadores, e, na prorrogação do segundo tempo, no último momento, recebemos a notícia de que não houve acordo, ou seja, a concessionária, Tribunal de Contas, Ministério dos Transportes e ANTT não conseguiram convencer a concessionária de firmar um acordo, para que esse processo pudesse seguir no tribunal e depois de ir a leilão.

Então, nós estamos agora diante do limbo, ou seja, esses dois anos de trabalho, de esperanças, que nós fomentamos também, porque pedimos a participação, foram dinamitados.

Eu conversei com o Ministro longamente, o Ministro Renan Filho, e espero que ele consiga reabrir a negociação, mas o fato é que publicamente nós precisamos dissecar este assunto aqui na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Este método vai levar o Brasil à loucura: você fica dois anos trabalhando uma solução; aí, no último momento, não há acordo. Perdemos dois anos, estamos piores.

A situação de demanda de acidentes na rodovia é cada vez pior. Então, eu queria propor que se desdobrasse o assunto.

Eu entrei de carona, reconheço, mas o assunto converge.

Então, se em Rondônia vamos ter uma inspeção, uma verificação *in loco*, em Santa Catarina não tem nada mais para verificar *in loco*; tem que saber qual é a solução.

Se o contrato de otimização não sair, o que é que vai acontecer? Vamos ficar com mais seis anos de contrato, até expirar, com a concessionária não investindo nada, quer dizer, só degradando a qualidade do serviço?

O senhor conhece, e ele conhece mais ainda – ele é contribuinte lá, nessa região.

Então, o meu apelo é para que se estabeleça uma data para a ANTT vir aqui e dizer isto, "Olha, não deu certo", por que não deu certo e o que precisa ser corrigido, para que não volte a frustrar a sociedade em ocasiões tais.

É o meu apelo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Esperidião Amin, eu acolho o pedido de V. Exa., no sentido de...

Assim, o caso de Rondônia é um caso diferente, porque nós já temos, inclusive, um requerimento de diligência aprovado para o Estado de Rondônia, e lá há uma necessidade, realmente, de que a agência vá lá, para ver, *in loco*, o que está acontecendo no Estado de Rondônia ao longo da BR-364, sob a concessão, e que possam ouvir também o setor produtivo, que quer falar, que quer expressar o seu sentimento, que quer expressar suas preocupações com relação a esse modelo de concessão, onde as obras ficam para depois. A cobrança vem antes, e a obra vem depois.

Então, é uma situação realmente diferente do caso de Santa Catarina.

Como foi aprovado no mesmo requerimento, eu vou pedir à Secretaria da Comissão que possa fazer o desmembramento; é o mesmo requerimento, continua sendo a origem o mesmo requerimento, mas desdobrando em duas reuniões.

Em Rondônia, faríamos primeiro a inspeção e, posteriormente, poderíamos fazer aqui a audiência pública, e o Senador Jaime Bagattoli, autor do requerimento, entendendo que persiste a necessidade da audiência pública aqui na Comissão, a gente faria novamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se resolvida com a inspeção, com a diligência e a reunião que vamos ter em Rondônia, ficaria superada, e nós desdobraríamos, então, com a reunião de audiência pública acrescida por V. Exa.

Nesse caso, eu apenas... E, aí, o gabinete foi informado de que tem alguns ministérios e outros órgãos que, quando da aprovação desse requerimento, manifestaram interesse em participar. Se não houver divergência, nós deixaríamos em aberto apenas a recomposição da indicação para participação na audiência pública, já consignados aquele que V. Exa. indicou, que é o Presidente da ANTT, apenas com o escopo de convites em aberto para aqueles que manifestaram interesse.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu posso até complementar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Além do Diretor-Geral da ANTT, o Sr. Guilherme Theo, e os assessores que ele achar necessários, a Sra. Viviane – posso passar depois o nome completo. É a pessoa do Ministério dos Transportes que acompanha – e um convite ao TCU, já que o assunto, o foro agora é o TCU.

Não sei se... Não pretendo indicar a concessionária, porque essa já desacordou.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

Fica consignado dessa forma. V. Exa., depois, faça chegar o nome à Comissão do Tribunal de Contas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Diretor-Geral da ANTT, Dra. Viviane, do Ministério dos Transportes, e Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

E eu deixaria acrescido aqui apenas que, como nós estamos fazendo o desdobramento de um requerimento, deixaria em aberto.

Caso haja alguma outra autoridade que tenha pertinência com o assunto e queira participar, fica consignado que a Comissão assim o fará, óbvio que sem estrangular aqui um número de convidados que dificulte, em absoluto, o proveito da reunião.

Mas que se faça o desmembramento dos requerimentos, e vamos ajustar, portanto, uma data para a audiência pública solicitada por V. Exa., Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Item 1 da pauta.

Projeto de Lei nº 1.524, de 2025...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Jaime Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu já tinha conversado com o Senador Amin para nós fazermos uma inversão de pauta e irmos para o item 2, do qual lá também ele é Relator. E aqui eu sou Relator de também um projeto de um PL dele aqui, o item 2.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Por concordância mútua, vamos ao item 2.

Não havendo divergência, apregoo, portanto, o item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 5872, DE 2025
- Terminativo -

Denomina "Rodovia Engenheiro Rui Ramos Soares" trecho da rodovia BR-282 situado entre os municípios de Florianópolis e São José, no estado de Santa Catarina.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

A autoria é do Senador Esperidião Amin, com relatoria do Senador Jaime Bagattoli, pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli para a leitura do relatório.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria ir direto para a análise.

Nos termos do disposto no inciso I do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre transportes terrestres, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos incisos I dos arts. 49 e 91, foi confiada à Comissão de Infraestrutura a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito às técnicas legislativa e regimental da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 22, XI, CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A atribuição supletiva de nomes a infraestruturas constantes do Sistema Federal de Viação é regulada pela Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de estações terminais, obras de arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte.

No que concerne à juridicidade, a proposta observa os preceitos da mencionada lei, especialmente aquele encartado no art. 2º, que propugna que homenagens como a ora em exame devem ser instituídas por lei especial, devendo a honraria designar "fato histórico ou [...] nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade".

De outra sorte, a iniciativa encontra amparo na Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos e veda, em todo o território nacional, a atribuição de nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público pertencente à União ou a pessoas jurídicas da administração indireta. O homenageado faleceu em 2009, preenchendo o pressuposto da referida lei.

No que diz respeito ao mérito, a proposição merece prosperar. Nascido em Lages, no Estado de Santa Catarina, Rui Ramos Soares, graduou-se Engenheiro Civil em 1948, iniciou sua trajetória profissional no Departamento Estadual de Estradas de Rodagem de Santa Catarina (DER/SC). No órgão, destacou-se pela competência técnica e pela dedicação ao serviço público, contribuindo de modo relevante para a expansão e a qualificação da infraestrutura rodoviária catarinense, área em que se tornou referência.

Além da atuação no setor viário, exerceu funções de direção na administração pública, tendo sido Diretor da Comissão de Desenvolvimento da Capital em dois períodos distintos, participando de iniciativas voltadas ao progresso urbano de Florianópolis. Sua carreira no serviço público estendeu-se por mais de 35 anos, encerrando-se com a aposentadoria junto à Secretaria de Justiça, o que evidencia a consistência e a continuidade de seu compromisso institucional.

Com perfil pioneiro e liderança reconhecida, Rui Ramos Soares também deixou marca na organização e no fortalecimento da engenharia em Santa Catarina. Foi um dos fundadores do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina e integrou a primeira diretoria, em 1958, como Primeiro-Secretário. Nesse contexto, redigiu a primeira ata da sessão plenária do Conselho, datada de abril daquele ano, gesto simbólico do seu empenho na consolidação da entidade e na valorização da profissão.

Falecido em Florianópolis, em 8 de setembro de 2009, deixou esposa, cinco filhos e nove netos, além de um legado associado à ética profissional, ao espírito público e à convicção de que a engenharia é instrumento de desenvolvimento social.

Sua biografia, marcada por realizações concretas e serviços continuados ao Estado, ampara a homenagem proposta e reforça a pertinência de se perpetuar sua memória na denominação do trecho da BR-282.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.872, de 2025.

Presidente, eu queria aqui parabenizar esse projeto, de autoria do Senador Amin, desse PL nº 5.872, de 2025, no qual ele faz essa homenagem nessa rodovia, a Rodovia 282, que liga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Município de Florianópolis a São José. E nada mais do que um exemplo desse, Presidente, de se ter uma pessoa qualificada e no lugar certo para ser homenageado, pois ele, além de trabalhar lá no DER, que seria o Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina da época, era engenheiro civil.

Então, isso prova, e V. Exa., que é um pré-candidato hoje ao Governo do Estado de Rondônia... Por isso temos que fazer escolhas certas para colocar nos lugares certos as pessoas que realmente entendem daquele setor, daquela área.

Parabéns, Senador Amin.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Jaime Bagattoli, pelo relatório apresentado.

A matéria está em discussão, cumprimentando o Senador Jaime Bagattoli pelo relatório e pelo reconhecimento e o Senador Esperidião Amin, autor, pela iniciativa de um reconhecimento tão importante, já devidamente testemunhado pelo também catarinense Jaime Bagattoli.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – É verdade, ficou em casa.

Eu só queria acrescentar, além de agradecer ao Senador Jaime Bagattoli pela sua dedicação, que, de alguma forma, nós temos que anexar ao projeto, para que ele dê a sequência, as manifestações por escrito que vieram das Câmaras de Vereadores das duas cidades, e elas estão aqui. A nossa assessoria vai desincumbir-se dessa tarefa. Foram enviadas tempestivamente e instruíram a matéria. Então, como não há uma referência, eu só peço a anuência de V. Exa. para que, ainda hoje, sejam anexadas ao projeto de lei as duas manifestações das duas Câmaras de Vereadores, uma vez que essa rodovia percorre os dois municípios, ou seja, o da capital e o de São José.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

Agradeço a V. Exa.

Portanto, chegando os documentos, que sejam anexados e façam parte dos documentos que formam o processado dessa matéria.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Como se trata de matéria terminativa e nós temos dois itens que têm tramitação terminativa, eu pediria à Comissão para a gente fazer a leitura do relatório do outro item que também é terminativo, que é o item 3. Faríamos, portanto, a votação no sistema híbrido – presencial e também remotamente – dos dois itens da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo discordância, anuncio o item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 382, DE 2026
- Terminativo -

Institui o Dia Nacional de Mobilização em Memória das Vítimas de Trânsito; e altera a Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018, para dispor sobre o apoio às iniciativas da sociedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizada no âmbito do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

Neste momento, eu asseguro a palavra ao Relator, para proferir seu parecer e voto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, saúdo igualmente os Senadores e Senadoras que acompanham a sessão.

Eu acho que esse projeto é oportuno há muito tempo. O Deputado Hugo Leal é um Deputado que tem dedicado o seu mandato, entre outras, a esta causa: a causa de zelar pela segurança no trânsito. E, ao propor que nós tenhamos um Dia Nacional de Mobilização em Memória das Vítimas de Trânsito, que são dezenas de milhares por ano, sem falar daqueles que restaram mutilados ou feridos pelos incidentes ou acidentes de trânsito, eu acho que realmente o Governo desenvolver uma campanha de mobilização desses esforços é muito importante.

Saliento ainda que houve um conjunto de audiências que são mencionadas no projeto, a principal delas na Comissão de Viação e Transportes, que congregou representantes do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), a assessora da Presidência representando a Associação Nacional dos Detrans, mais o Presidente da ONG Trânsito Amigo e da Safe Kids Brasil, bem como da Fundação Thiago de Moraes Gonzaga: Vida Urgente.

Ou seja, o projeto já foi apresentado com um conjunto de motivações comunitárias que corroboram a sua importância, razão pela qual, Presidente, eu cumprimento o Deputado Hugo Leal e considero o projeto benéfico para o Brasil, porque, neste caso, nós estaremos não apenas prestando uma homenagem às vítimas, mas dotando a sociedade civil e estimulando-a para atuar ativamente na prevenção de novos sinistros, razão pela qual o parecer é rigorosamente favorável à iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Esperidião Amin, pelo relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Nós vamos submeter os dois itens à votação nominal, por se tratar de matérias com tramitação terminativa. Então os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar, tanto presencialmente quanto pelo sistema remoto.

Os dois itens, portanto, estão em votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Esperidião Amin, se V. Exa. me permite, até considerando que nós temos outras Comissões em andamento, o item 1 também é de relatoria de V. Exa. Enquanto nós vamos coletando a votação nominal nessas duas matérias, o outro não é terminativo. Se V. Exa. concordar, eu apregoaria o item 1, V. Exa. faria já o relatório e, portanto, a gente já pode...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeitamente. Estou tranquilo quanto ao relatório, Presidente, porque ele vai tramitar ainda por duas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Esse projeto foi apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues. Foi realmente aperfeiçoado pela Consultoria.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu cito especificamente o consultor Benedetti – quero deixar registrado –, que tanto neste caso quanto em outros, como o do eVTOL, se dedicou à faina, ou seja, à tarefa.

O projeto tem como objetivo proibir...

O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Só um adendo, é porque eu apregoaria o item e V. Exa. faria já o relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É o que já estou fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, não, então me deixe fazer formalmente o anúncio da matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não só concordo, como me apresso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado.

Seguindo o rito formal, item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 1524, DE 2025
- Não terminativo -

Institui a Lista Nacional de Proibição de Embarque Aéreo por Risco à Segurança Pública e à Integridade dos Passageiros – LNPE, no âmbito da aviação civil brasileira, e dá outras providências.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Segurança Pública, cabendo à última a decisão terminativa.*

Portanto, concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, para a leitura do seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, o assunto é momentoso. Trata-se de instituir a Lista Nacional de Proibição de Embarque Aéreo por Risco à Segurança Pública e à Integridade dos Passageiros, ou seja, é um cadastro negativo de pessoas que possam exorbitar em protestos ou coisas equivalentes, chegando a assegurar... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perdão, Presidente, eu só estou...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Enquanto o Senador Esperidião Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não estou conseguindo votar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vamos aguardar os Senadores que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Voto registrado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agora deu.

Então, Presidente, essa lista tem, inclusive, uma... Repetindo, a Lista Nacional de Proibição de Embarque Aéreo por Risco à Segurança Pública e à Integridade das pessoas (LNPE), no âmbito da aviação civil brasileira, é inspirada em outros países; no caso, mais especificamente, no equivalente que já existe nos Estados Unidos, que é a *no-fly list*, ou seja, a lista dos que não vão voar. Ela foi submetida em abril de 2025, encaminhada em outubro do mesmo ano, repito, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, à Comissão de Serviços de Infraestrutura e este é o parecer; subsequentemente, deve ir à Comissão de Segurança Pública, como V. Exa. frisou, e, finalmente, creio eu, à Comissão de Justiça. É o meu pensamento.

Quanto aos requisitos de constitucionalidade, não há dúvida quanto à correção da proposição.

Quanto ao mérito, é válido, porque a preocupação em garantir a ordem e a segurança do transporte aéreo tem que estar presente.

Quanto à forma, já existem dispositivos legais que visam à mesma proteção, ou seja, a matéria converge com o que consta do Código Brasileiro de Aeronáutica, que determina que a autoridade da aviação civil regulamentará o tratamento a ser dispensado ao passageiro indisciplinado, inclusive em relação às providências cabíveis.

Quanto ao conteúdo, ao se estender a aplicabilidade da proposta a qualquer voo internacional com destino ao Brasil e para voos com sobrevoo no Brasil, pode-se gerar uma obrigação extremamente complexa: proibir que um passageiro que está num voo... proibir que o avião onde ele está sobrevoe o território nacional. Isso foi consertado, e, de fato, considerando a frequência média de voos *per capita* realizados no Brasil, não parece efetivo que se proceda dessa forma, nem que se limite a apenas 12 meses, como faz a norma vigente, a suspensão, ou seja, o *no-fly*. Então, o parecer abordou tanto esse aspecto do sobrevoo, consertou essa questão da limitação que hoje existe a 12 meses e flexibilizou essa penalização, de sorte que o prazo de 12 meses seja considerado como parte do teto, parte do teto da penalidade a ser arbitrada, no caso, pela agência reguladora.

Ao adotar essa abordagem que a nossa consultoria elegeu – e eu concordo com ela –, primeiro, o substitutivo propõe trocar o prazo máximo de proibição de voar por um ano por um intervalo de um a dez anos, ou seja, é elevado a até dez vezes o limite que existe hoje, que deve ser aplicado de forma proporcional na forma do regulamento. Elimina-se a restrição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a proibição de voar seja aplicada apenas a casos gravíssimos, permitindo que a norma regulamentadora ajuste a aplicabilidade da proibição em relação ao rol de condutas de forma mais fluida e dinâmica, permitindo que a norma evolua conforme o necessário. Por fim, é estabelecida uma diretriz clara para que a regulação torne a proibição efetiva, no sentido de coibir tais comportamentos, o que inclui a aplicação também ao embarque em voos internacionais e uma melhor avaliação das condutas listadas.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.524, que tem o objetivo de ampliar os limites de punição ao passageiro indisciplinado e, ao mesmo tempo, prestigiar a implementação e o aprimoramento do instrumento regulatório recentemente aprovado pelo regulador competente.

Apresentamos ainda um substitutivo que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para atualizar os mecanismos de restrição de acesso ao transporte aéreo regular a passageiros indisciplinados, dando ao art. 1º deste projeto de lei, a modificação do art. 232 da referida Lei 7.565, na forma do acréscimo ao art. 232 dos §§2º, 3º, 4º e 5º, dando ao texto do projeto de lei o respectivo art. 2º, determinando que esta lei entre em vigor 90 dias após a sua publicação, quando findo o processo de tramitação.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

Agradeço a V. Exa., nobre Senador Esperidião Amin, pelo relatório apresentado.

A matéria está em discussão.

Nós estamos ainda no âmbito de votação de duas matérias pelo sistema híbrido – portanto, votação nominal –, e não faremos a votação neste momento desse item, ainda que seja um item de votação simbólica, para não ter uma votação concomitante. Então, vamos aguardar a votação dos outros dois itens, e aí deliberaremos o item 1, que é essa matéria que trata da proibição de voo: Lista Nacional de Proibição de Embarque.

O Brasil não tem... E aí eu queria cumprimentar o autor e o Relator dessa matéria, porque o Brasil não dispõe de instrumento legal que trate desse tema, embora seja um tema extremamente importante, sensível. Hoje, o que temos no Brasil são interpretações a partir da lei, salvo melhor juízo, do voo simples, em que a própria agência nacional tem recomendações, que as companhias aéreas acabam aplicando, mas não há um regramento, não há uma norma nem uma resolução específica da agência, do órgão regulador, disciplinando essa questão. Os Estados Unidos é que têm uma lei já bastante consolidada com relação a isso, e o Brasil agora passa a discutir esse tema, que depois, obviamente, vai passar pelo crivo do regulador também quanto à sua aplicabilidade.

Aproveito para mencionar que, nesta semana, nós estamos comemorando os 20 anos da nossa Agência Nacional de Aviação.

Tudo bem? (*Pausa.*)

Bem-vindos!

A Anac comemora 20 anos de serviços prestados, e aproveito para cumprimentar aqui todos os diretores e servidores dessa importante agência reguladora para a nossa aviação civil brasileira. Parabéns à agência!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, reputo da maior importância a discussão desse tema da lista de passageiros.

Nós estamos a um voto... (*Pausa.*)

Dois? Vamos aguardar mais dois.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Pode votar em conjunto?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Os dois itens estão sendo votados conjuntamente, e, na sequência, nós vamos aos demais itens.

Eu vou apregoar os outros itens que nós temos para fazer a votação em conjunto também, não havendo divergência com o item 1, porque também não são matérias com necessidade de votação nominal.

O item 4.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 3, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a suspensão do decreto presidencial que inclui as hidrovias dos rios Madeira, Tocantins e Tapajós no Programa Nacional de Desestatização (PND).

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e outros

São convidados: o Diretor da DAQ (Diretoria de Infraestrutura Aquaviária) do Dnit; o Sr. Décio Amaral, CEO e Presidente da Hidrovias do Brasil; o Sr. Otto Luiz Burlier da Silveira Filho, Secretário Nacional de Hidrovias e Navegação; o Sr. Frederico Carvalho Dias, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); o Sr. Maurício Buffon, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil).

Esse requerimento é de autoria do Senador Zequinha Marinho, que já esteve presente aqui e se ausentou. Portanto, estou subscrevendo conjuntamente com o Senador Zequinha, dada a importância desse tema inclusive para o Estado de Rondônia – creio que o mesmo sentimento deve ter o Senador Jaime Bagattoli quanto à importância dessa audiência pública. Portanto, fica subscrito o requerimento.

Item 5.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 5, DE 2026
- Não terminativo -

Requer aditamento ao REQ 03/2026 - CI para inclusão de um representante da Casa Civil e do Almirante Murillo Barbosa, Diretor Presidente da Associação dos Terminais Portuários Privados, bem como a substituição do Senhor Décio Amaral, CEO Presidente da Hidrovias do Brasil por um representante da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior — ABANI.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e outros

Também subscrevo o requerimento para que ele possa ter a regular tramitação. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos ainda outros dois requerimentos extrapauta, mas o Senador Wellington Fagundes está conectado – só verifique se ele está conectado, ele solicitou a palavra para também fazer o encaminhamento – e eu asseguro a palavra neste momento ao Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Caiu a conexão? Então, vou trazer os outros dois itens, enquanto o Senador Wellington Fagundes... Se persistir o interesse em participar, ele faz contato e a gente o coloca também para poder manifestar seu encaminhamento.

Item 6, extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 6, DE 2026
- Não terminativo -

Requer que, na Audiência Pública objeto do REQ 3/2026 - CI, seja incluído o seguinte convidado: Sr. Luizio Rizzo Rocha - vice-Presidente da FENAVEGA - Federação Nacional das Empresas de Navegação Aquaviária.

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO) e outros

Eu também o subscrevo.

Inclusive, no final de semana, o Presidente da Fenavega me fez esse mesmo pedido, esse mesmo apelo, e eu estou aqui fazendo menção ao pedido do Sr. Raimundo Holanda com relação a essa inclusão sugerida pelo Senador Jaime Bagattoli.

O item 7.

EXTRAPAUTA
ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 7, DE 2026
- Não terminativo -

Requer que na Audiência Pública objeto do RQS 3/2026, seja incluído um representante do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) e um representante do Instituto Livre Mercado (ILM).

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO) e outros

De autoria do Senador Jaime Bagattoli, também estou subscrevendo, apenas para justificar e dar clareza, porque requerimento, quando lido para sua deliberação na sessão, o autor precisa estar presente ou então que alguém o subscreva, por isso estou subscrevendo aqui.

Tenho certeza de que o Senador Moro, que está aqui também, poderia fazer o mesmo e subscrever conjuntamente, para que haja tramitação.

O Senador Wellington Fagundes está conectado e nós o havíamos solicitado. Portanto, asseguro a palavra.

Senador, pelo Estado do Mato Grosso, Wellington Fagundes, nosso Presidente da Frenlogi, bem-vindo, Senador! Bom dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente!

A minha imagem está aí ou você fechou a imagem?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Olha, enquanto a sua imagem não aparecer na tela aqui, nós não vamos prosseguir com os trabalhos. (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Aí é comigo ou com vocês?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, é o seu vídeo. Acho que é o seu vídeo que está fechado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Está bom. Agora apareceu.

O verde apareceu ou não?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ainda não chegou aqui, não. Ainda está na ponte aérea.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Ué, mas aqui está aberto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vamos checar aqui com a Secretaria da Comissão. (*Pausa.*)

Vamos lá.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Está aberto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A Secretaria da Comissão está checando aqui para colocar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Se o senhor quiser passar para outro, eu posso aguardar, sem problema. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agora chegou aqui o sinal. (*Pausa.*)

Agora chegou aqui o sinal de V. Exa.

Eu imagino que a nossa tela é que esteja ainda em conflito de imagens ali, mas já, já vai solucionar. (*Pausa.*)

Aí, agora perfeitamente.

Agora todos o veem perfeitamente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Chegou o verde?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Chegou o verde! (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu gostaria de parabenizar...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Verde e sorridente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Primeiro eu gostaria de parabenizar...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Senador Sergio Fernando Moro está pedindo uma questão de ordem. Acho que o verde foi muito forte.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Ele tem prioridade sempre.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Uma questão de ordem aqui, Senador Wellington Fagundes, para dizer que V. Exa. está muito elegante com essa indumentária. (*Risos.*)

Não o tinha visto antes com esse tom aqui no Senado, mas registro meu elogio.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Moro, pela parceria de sempre.

Eu quero aqui também aproveitar, Senador Rogério, pelo grande evento que V. Exa. promoveu lá no Estado de Rondônia... Eu gostaria muito de ter ido, mas fiquei assistindo na televisão. Parabéns!

Foram duas cidades, em que cada uma competia com a outra em termos de público, de muito público. Isso demonstra, primeiro, o seu carisma, como a gente percebe. Como nós somos estados limítrofes, converso muito com a população de Rondônia. E, com certeza – se Deus quiser primeiro, não é? –, com a graça de Deus, com o eleitorado de Rondônia, V. Exa. será o nosso Governador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado. Amém!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – E o Flávio Bolsonaro, com certeza, terá uma expressiva votação.

Eu quero aí aproveitar para fazer uma concorrência com Rondônia. Espero que Mato Grosso seja onde o Flávio tenha a maior votação proporcional do Brasil. Não queremos perder para Rondônia, mas o importante é que a gente faça o Flávio sempre o mais votado em todos os estados. É claro que nós vivemos em estados que somos estados da direita, onde a força do Flávio Bolsonaro já começou de forma bastante surpreendente, inclusive para muitos. Não para nós, porque ele absorveu de cara todos os votos do Presidente Bolsonaro e tem mostrado, com a sua competência, com a sua jovialidade e também com o discurso de que quer olhar para a frente sem ranço, sem raiva, que quer construir um Brasil que todos nós queremos. Então, na condição de pré-candidato também a Governador de Mato Grosso, estamos da mesma forma... O Flávio vai, na próxima semana, a Cuiabá, em Mato Grosso, e eu quero, inclusive, aproveitar para convidá-lo e convidar o Senador Moro. Quem sabe até o Senador Moro se decida filiar também no PL, para ser o nosso candidato lá no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A torcida está grande.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – É, a torcida está grande, de todos nós, e no Paraná também. O eleitorado de Mato Grosso tem uma influência muito forte, porque os paranaenses, como todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sulistas, foram para Mato Grosso e hoje transformaram a economia de Mato Grosso numa força da pesquisa, numa força da produção.

E aí ontem eu vi, Moro, uma pessoa – o Roberto Rodrigues – falando das colonizações, principalmente nos Estados Unidos, onde os colonizadores iam com os militares, com os soldados, porque nos Estados Unidos foi muito a colonização em cima da mortandade de indígenas, enquanto que, no Mato Grosso, o que foi? Os sulistas que foram lá com a única arma que era a enxada, o machado, o trator, principalmente, porque foi com o trator de pneu ainda que eles foram desbravando todo o Cerrado. Então, fica aqui a minha homenagem também a todos os paranaenses, com a torcida para que V. Exa. se filie ao PL.

Mais uma vez, Senador Marcos Rogério, eu o parabenizo, porque eu tenho pesquisas também em Rondônia, onde V. Exa. hoje está extremamente bem avaliado e com a intenção de voto extremamente grande. Por isso, então, acredito muito em Deus e também na população para que possamos nós, em parceria, junto com Flávio Bolsonaro, fazer muito por Mato Grosso, por Rondônia e quem sabe por toda a Amazônia também e pelo Brasil inteiro.

Eu quero também aqui, Senador Marcos Rogério, pedir a V. Exa. a possibilidade de colocar extrapauta um requerimento que apresentei para que a gente possa discutir o avanço da Ferrovia Ferronorte, que é a primeira ferrovia por autorização do Brasil que avança da minha cidade, Rondonópolis, minha cidade natal, onde temos o maior terminal ferroviário da América Latina, e queremos avançar, sim... Todos nós queremos que a ferrovia faça toda a integração do Estado de Mato Grosso. E, hoje, essa ferrovia...

E eu quero, inclusive, convidar a Comissão de Infraestrutura para que possamos fazer uma visita para ver as obras que estão acontecendo e conhecer o terminal da Ferrovia Ferronorte em Rondonópolis. Seria o meu maior prazer poder receber a todos. E até também poderíamos dar um pulo no Pantanal, já que tudo ali é Pantanal, também bem próximo.

A ferrovia está avançando até a BR-070, próximo de Primavera, no Município de Dom Aquino, e também bem próximo de Campo Verde. Será também um grandioso terminal. Ontem, nós estivemos em Primavera do Leste, uma cidade muito jovem, que já chegou a ser o quarto orçamento de Mato Grosso, que, hoje, é administrada pelo Sérgio Machnic, que é do nosso partido, sucedendo o Léo Bortolin, que é o Presidente da AMM. E, por isso, é uma cidade, hoje, de todo o destaque. Todos os Prefeitos cumpriram muito bem o seu papel em Primavera do Leste, onde nós estivemos lá ontem para inaugurar uma grande indústria na área de nutrição animal, que é da empresa Cargill, em que, lá dentro do conglomerado, também temos uma grandiosa indústria de esmagamento de óleo de soja, produzindo óleo de soja – 40% da produção nacional são produzidos exatamente na cidade de Primavera do Leste.

E eu gostaria de ter esse requerimento aprovado, que é exatamente para a gente discutir, aqui mesmo, em Brasília, na Comissão, com várias autoridades: o Tribunal de Contas; o Diretor Geral da ANTT, Guilherme Sampaio; também o Davi Barreto, que é o Presidente da ANTF; o Leonardo Ribeiro, que é o Secretário Nacional de Transporte Ferroviário; o Pedro Marcus Palma, que é o Presidente da Rumo Logística; o Mauricio Buffon, Presidente da Aprosoja – claro, convidamos também a Aprosoja/MT –; e o João Martins, que é o Presidente da CNA. Nós queremos discutir o avanço dessa ferrovia, até também para promover que todo o Brasil saiba que é o primeiro projeto aprovado em construção de uma ferrovia por autorização. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trecho é de Rondonópolis até o Nortão do Mato Grosso, Lucas e Sinop, onde vai se encontrar também com a Fico (Ferrovia de Integração do Centro-Oeste), que interliga a Ferrovia Norte-Sul, que sai de Anápolis até Itaqui, no Maranhão. E a Fico é exatamente um prosseguimento que interliga todo o Mato Grosso à ferrovia que é a Ferronorte.

Estive com o Presidente Bolsonaro, quando foi o lançamento dessa ferrovia, lá em Mara Rosa, porque também registro que é a primeira ferrovia por investimento cruzado do Brasil. O que é isso? Em vez de o Governo Bolsonaro buscar o dinheiro para colocar no caixa do Governo, não, o Governo Bolsonaro: "Vamos modernizar, vamos pegar esse recurso que é a renovação da Ferrovia Carajás e da de Minas a Espírito Santo, e vocês, Vale do Rio Doce, vão construir o trecho de Mara Rosa até Água Boa". E, então, a obra está acontecendo a todo vapor. E depois será concessionado esse trecho. Quem ganhar o trecho construirá de Água Boa até Lucas e Sinop, integrando também com o futuro da Ferrogrão, que todos nós queremos. É muito importante a Ferrogrão para Mato Grosso, para toda a Amazônia e para o Brasil como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Então, gostaria muito de ter a aprovação deste requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente. Agradeço a V. Exa., Senador Wellington Fagundes, e o cumprimento pelo trabalho aí no Estado de Mato Grosso.

O Senador Wellington Fagundes fez menção ao evento que nós realizamos lá em Ji-Paraná, no Estado de Rondônia. Foi um evento muito bonito. E eu lhe agradeço muito. Estiveram comigo lá o Senador Flávio Bolsonaro, também o Líder Rogerio Marinho e o Presidente Valdemar. Foi uma grande festa, um grande momento.

Aqui são três estados que têm uma característica muito parecida: o Estado de Rondônia, um estado que tem o agro muito forte; o Estado de Mato Grosso, com um agro também muito forte – o Senador Wellington Fagundes está colocando seu nome como pré-candidato a Governador –; e o Estado do Paraná, que também é um estado de agro muito forte. No caso do Paraná, ele talvez seja um pouco mais avançado do que Rondônia e Mato Grosso – talvez um pouco mais ainda do que Rondônia, porque Mato Grosso já avançou um pouco, a infraestrutura de Mato Grosso já melhorou bastante. O Estado de Mato Grosso hoje é um estado com muito mais infraestrutura, com muito mais conexão rodoviária, ferroviária, mas o Paraná já está um pouco mais à frente e acabou influenciando a cultura produtiva desses dois estados, tanto o Estado de Mato Grosso quanto o Estado de Rondônia.

O Brasil hoje tem um desafio grande, especialmente as nossas regiões do norte do Brasil, que é avançar na produção, mas ter uma infraestrutura que permita você tirar aquilo que você produz dali, para levar até o porto e fazer esse produto chegar ao seu destino final. Hoje, nós temos um modelo em que há pouca infraestrutura: as rodovias estão estranguladas, não há novas rotas para escoamento, e as ferrovias ainda são um sonho distante. No caso de Rondônia, ainda inexiste ferrovia; em Mato Grosso, nós já temos algumas em funcionamento e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa sobre a qual o Senador Wellington Fagundes agora está discutindo também está avançando. Não há um modelo de multimodalidade integrado, eficiente, gerando economicidade e menor custo para quem produz fazer o produto chegar ao seu destino final.

Hoje, na verdade, a gente tem duas situações: a infraestrutura rodoviária para permitir uma logística melhor é deficiente; e, no outro extremo, você também não tem uma infraestrutura para armazenamento. Então, o local de depósito do produto que sai da lavoura – seja a soja, seja o milho, seja o algodão, seja outro produto – acaba sendo a carroceria de um caminhão. Ele produz, tem que tirar e já mandar para as grandes *trades,* que vão levar esse material para fora do Brasil. Então, são *commodities* que saem daqui.

Agora, o Brasil não se preparou para isso. Há um longo caminho pela frente, que é fazer infraestrutura de base bem-feita, dentro dessa lógica de uma infraestrutura que se comunica. Nós não vamos esgotar a necessidade do meio de transporte rodoviário no Brasil, porque ele continuará sendo sempre necessário. Agora, você precisa ter uma infraestrutura rodoviária eficiente, que leva até a nossa base ferroviária, que vai levar até os nossos portos, para que a gente possa fazer esse produto chegar ao seu destino, seja por navegação interior, seja por cabotagem – aí nós temos um potencial extraordinário.

Repito: ainda é um grande desafio para o Brasil construir, fazer infraestrutura eficiente, sobretudo uma infraestrutura que se comunica, que se integra, de maneira que o Brasil ganhe com isso, que haja um custo menor para quem produz no país.

A nossa capacidade de produção é extraordinária, mas a nossa capacidade logística, a nossa capacidade de conseguir tirar o produto da sua base até o seu destino final ainda está muito aquém da realidade que deveria existir já há muito tempo no Brasil.

Portanto, cumprimento V. Exa., Senador Wellington Fagundes, pelo requerimento apresentado e faremos...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas, por questão de justiça, registrar que a Ferrovia Ferronorte completa agora 50 anos. Foi uma luta de Vicente Vuolo, que foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador da República, apresentou esse projeto de lei e lutou muito.

Registro a bandeira muito forte de uma pessoa que ajudou muito, o Deputado Edinho Araújo, de São Paulo, que foi por quatro vezes Prefeito de São José do Rio Preto e esteve presente em todos os eventos. Quero também fazer uma homenagem ao Deputado Edinho Araújo...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – ... pela sua luta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso fica aqui registrado, e agradeço esse espaço, a importância que é relembrar Vicente Vuolo e Edinho Araújo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

Agradeço a V. Exa.

Anuncio o item 8.

Na sequência, asseguro a palavra ao Senador Sergio Moro.

EXTRAPAUTA
ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 8, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o histórico e os avanços das obras da Ferrovia Vicente Vuolo (Ferronorte) no Estado do Mato Grosso.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Convidados: Guilherme Sampaio, Diretor-Geral da ANTT; Davi Barreto, Presidente da ANTF; Leonardo Ribeiro, Secretário Nacional de Transportes Ferroviários; Pedro Marcus Palma, Presidente da Rumo; Maurício Buffon, Presidente da Aprosoja; e João Martins, Presidente da CNA.

A matéria está em discussão.

Com a palavra o nobre senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, Senador Marcos Rogério, eu só queria aproveitar as palavras do Senador Wellington Fagundes, além das de V. Exa., e também elogiar V. Exa. pelo projeto que foi colocado agora para Rondônia.

Esse lançamento nós acompanhamos nesses últimos dias, mas, acima de tudo, tenho sido testemunha aqui da sua dedicação às causas do Brasil e às do seu estado nesse período de quatro anos e mesmo antes, quando eu era Ministro da Justiça e Segurança Pública.

Então, quero lhe desejar sucesso nesse projeto. Tenho certeza de que a sua experiência aqui adquirida na Comissão de Infraestrutura... Comungo da sua opinião de que temos hoje um problema muito sério logístico no país, porque há um setor privado que cresceu exponencialmente, é o caso do Paraná, mas, certamente, é também o de Rondônia e o do Mato Grosso, e, no entanto, não temos as condições ótimas de levar esses produtos aos nossos portos para torná-los mais competitivos no mercado internacional. Esse é um problema que temos no Paraná, esse é um problema que temos, certamente, em Rondônia, em Mato Grosso e em outros estados.

Igualmente, agradeço as palavras generosas do Senador Wellington Fagundes, que também tem feito um grande trabalho aqui no Senado Federal. Todos nós pensamos no futuro do Brasil para que o país possa realizar essas potencialidades que ele tanto tem, mas que, infelizmente, acabam sendo prejudicadas por uma falta de política adequada. Eu vejo... Nós temos sido extremamente críticos nesses últimos tempos em relação a este Governo Lula, que tem sido desastroso, mas temos um setor privado que resiste e persiste, mesmo diante de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumento de impostos, mesmo sendo tratado com hostilidade, mesmo sendo colocados todos os empecilhos burocráticos possíveis contra o seu crescimento econômico.

Tenho certeza aí de que a visão da oposição aqui no Senado Federal, na qual me incluo, na qual o Senador Marcos Rogério se inclui, na qual o Senador Wellington Fagundes se inclui, é uma visão muito diferente de país, e nós temos que começar a concretizá-la. Então é isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Sergio Moro.

E, portanto, feitos os registros e anunciadas as matérias, primeiro vamos concluir a votação dos dois itens que foram por votação nominal.

Está encerrada a votação.

Peço à Secretaria da Comissão que mostre no painel o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Votaram SIM 14 Senadores; NÃO, nenhum.

Portanto, as matérias estão aprovadas conforme deliberação da Comissão.

Do item 1, que nós também anunciamos, não terminativo, e dos itens seguintes, que são requerimentos apresentados, nós faremos a votação em globo, de forma simbólica.

Portanto, submeto à apreciação do Colegiado o item 1 e os requerimentos apresentados.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos e também o item 1.

Portanto, esgotamos a pauta no dia de hoje, agradecendo a presença dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras que estiveram presencialmente e daqueles que também participaram remotamente, dos convidados que aqui estão e que representam agências e segmentos que acompanham os trabalhos desta Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Minha gratidão, são todos muito bem-vindos.

Portanto, não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia sete de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Sergio Moro, Chico Rodrigues, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Beto Faro, Fabiano Contarato, Esperidião Amin e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Styvenson Valentim, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Farias, Carlos Viana, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Wilder Morais, Rogério Carvalho, Weverton, Jorge Kajuru e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 1/2026 - CI, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Finalidade:** Debater acerca da regulamentação e das providências adotadas após o advento da Lei nº 15.097/2025, que trata do aproveitamento de potencial energético offshore. **Participantes:** Almirante de Esquadra Sílvio Luís dos Santos, Diretor-Geral de Navegação da Marinha do Brasil; Natália Hoffman, Coordenadora-Geral do Departamento de Transição Energética - DTE, do Ministério de Minas e Energia — MME; Ludimila Lima da Silva, Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações dos Serviços de Energia Elétrica da ANEEL; Roberta Cox, Diretora de Políticas para o Brasil no Conselho Global de Energia Eólica; Tetsu Koike, Diretor do Programa de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação, da Secretaria-Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos.; Marcello Cabral, Diretor de Novos Negócios da Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias — ABEEOLICA; e Artur Boaretto, Coordenador Geral de Finanças Verdes da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria - SEV, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços — MDIC. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Jaime Bagattoli, Jayme Campos e Marcos Rogério. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/07

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 7 de abril de 2026.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício 2/2026, do Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial no Estado do Amazonas (Sindarma), que encaminha seu posicionamento institucional sobre o projeto de concessão da hidrovia do Rio Madeira.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

Comunico ainda o arquivamento dos documentos que tiveram seu prazo de consulta encerrado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater acerca da regulamentação e das providências adotadas após o advento da Lei nº 15.097, de 2025, que trata do aproveitamento de potencial energético *offshore,* em atenção ao Requerimento nº 1, de 2026, desta Comissão, de minha autoria.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados.

Almirante de Esquadra Sílvio Luís dos Santos, Diretor-Geral de Navegação da Marinha do Brasil.

Por favor.

Natália Hoffmann, Coordenadora-Geral do Departamento de Transição Energética (DTE) do Ministério de Minas e Energia.

Por favor.

Obrigado por ter vindo.

Ludimila Lima da Silva, Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações dos Serviços de Energia Elétrica da Aneel.

Obrigado por ter vindo.

Roberta Cox, Diretora de Políticas para o Brasil do Conselho Global de Energia Eólica.

Obrigado por ter vindo.

Tetsu Koike, Diretor de Programa de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação da Secretaria-Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado por ter vindo.

Artur Boaretto, Coordenador Geral de Finanças Verdes da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Obrigado por ter vindo.

Marcello Cabral, Diretor de Novos Negócios da Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias.

Obrigado por ter vindo.

Informo também que foi convidado o representante do Ministério da Fazenda, que não pôde comparecer a esta audiência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211. Novamente, Portal e-Cidadania, no www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Eu repeti para as pessoas que nos assistem aí remotamente. Também é importante a participação da população; não só tomar conhecimento do assunto, que é extremamente importante, mas também participar com as suas perguntas e comentários.

Aproveito também para agradecer a presença de todos aqueles que estão aqui no plenário, pessoalmente. Obrigado pela presença. E, antecipadamente, a todos os participantes também, obrigado pela contribuição.

A ideia é sempre que nós entendamos o que tem sido feito a partir da lei que foi estabelecida, como que isso interfere positiva ou negativamente ou as expectativas, demandas e preocupações dos setores aqui representados.

E aqueles que não estão aqui sentados ou aqui junto conosco, mas que participam externamente podem mandar a sua contribuição.

É importante que nós saibamos o que está acontecendo aqui no Senado, de forma que nós possamos tomar providências.

Nós temos aqui dois Senadores presentes, o Senador Jaime Bagattoli e o Senador Esperidião Amin, e certamente esse tema interessa a muitos outros Senadores, que vão ter a chance de acompanhar os resultados, ler o resultado, ver todo o material e poder ajudar na resolução de problemas e tornar a energia eólica *offshore* realmente um ativo muito importante para o nosso país na produção de energia renovável.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem realizadas pelos expositores.

Na exposição inicial – vamos tratar aqui, mais ou menos, como é que a gente vai fazer isso, vamos combinar –, cada um dos apresentadores terá dez minutos para apresentar. Então, eu vou passar a palavra um a um, e os Senadores podem interferir ou comentar a qualquer momento, por favor.

Então, os apresentadores têm dez minutos, cada um, para apresentar.

No final – nós vamos coletando as perguntas da população –, eu vou passar as perguntas para os apresentadores também, de forma que vocês saibam o que é que está sendo discutido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela população e por aqueles que estão nos acompanhando. E, no final, nós fazemos uma coisa: ao mesmo tempo, nós fazemos as considerações finais e as respostas às perguntas. Então, eu volto a palavra para cada um dos apresentadores para as considerações finais e respostas às perguntas, o.k.?

Combinados? Então, com a palavra o nosso primeiro apresentador.

Não sei se algum dos Senadores quer fazer alguma consideração inicial... Não?

Então, com a palavra o Almirante de Esquadra Sílvio Luís dos Santos, Diretor-Geral de Navegação da Marinha do Brasil.

O SR. SÍLVIO LUÍS DOS SANTOS (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Desses dez minutos, eu vou pedir um pouquinho mais, porque realmente tem muitas coisas a informar – de maneira muito rápida, vou fazer uma passagem rápida.

Gostaria de agradecer o convite, na pessoa do Senador Marcos Pontes, e agradecer a presença dos demais Congressistas, do Senador Esperidião Amin, que é um parceiro lá da área sul – muito obrigado – e agradecer a toda a audiência.

É uma satisfação para a Marinha estar aqui passando suas perspectivas sobre o empreendimento eólico *offshore*.

Naturalmente, é uma fonte importante, uma fonte alternativa importante para a transição energética, e o Brasil realmente tem muito potencial, devido à sua superlativa costa, onde tem ventos constantes, insolação, outros recursos naturais marinhos. Naturalmente, o potencial eólico *offshore* é, sim, uma fonte importante e que deve ser explorada.

Naturalmente, a Marinha está absolutamente envolvida nessa questão por vários aspectos, não só aspectos de defesa, como aspectos da segurança marítima, como também a Marinha é uma agência reguladora, constitucionalmente. Então, nesse sentido, é fundamental entender o papel estruturante da Marinha nessa questão, em todas as perspectivas, no sentido de atender às questões de defesa, de segurança marítima e, particularmente, como agência reguladora, para a gente obter um ambiente regulatório robusto, no sentido de promover esse potencial elétrico *offshore*, mas respeitando, naturalmente, a sustentabilidade ambiental, a segurança operacional e, obviamente, identificando aí o desenvolvimento econômico, porque é isso que todos pretendem.

Com relação às nossas atribuições, elas são constitucionais, né? Eu vou passar de forma muito rápida por causa do tempo, mas, em linhas gerais, nós temos, entre as atribuições constitucionais, a primeira, bastante conhecida, a defesa da pátria, é a chamada defesa naval, mas também nós garantimos os Poderes constitucionais, a GLO, e nós também apoiamos a defesa, a política externa. Então, nós fazemos a chamada diplomacia naval.

E, pela Lei 9.799, o Comandante da Marinha é a autoridade marítima e tem as suas atribuições subsidiárias, as gerais e as particulares, ou seja, nós controlamos a marinha mercante e, entre outras questões, provemos a segurança da navegação aquaviária e implementamos a fiscalização.

E também, com a Lei 9.537, a lei da segurança do tráfego aquaviário, nós trabalhamos no nosso tripé, que é a salvaguarda da vida humana no mar, a segurança da navegação e a prevenção da poluição hídrica. E, nessa lei, está explícito que a Marinha deve normatizar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão. Então, a Marinha promulga normas da autoridade marítima, que, em linhas gerais, têm, sim, o mesmo peso das leis.

E o que é que nos faz um ator extremamente importante nessa questão? É a nossa articulação nacional.

Então, nós estamos articulados nacionalmente, historicamente, e temos uma presença local muito importante, o que significa dizer que nós, como temos uma presença local, conseguimos trazer as especificidades de cada localidade, particularmente nessas áreas de interesse de empreendimento *offshore*, para dentro desse debate, para que essas particularidades sejam, enfim, consideradas e levadas a cabo nessas conclusões.

E outra coisa importante também a respeito da nossa articulação é que nós temos contato direto com as autoridades locais, sejam autoridades do nível municipal, seja a comunidade marítima, sejam os armadores, sejam as colônias de pesca... Então, nós conseguimos, de uma maneira bastante apropriada, ter legitimidade e confiança mútua com todos esses operadores da área marítima. Então, nós conseguimos identificar riscos precoces, identificar conflitos e trazer para essa questão neste debate.

Então, a Marinha, indubitavelmente, é um ator qualificado nessa questão.

Com relação a sermos convidados, nós fomos convidados para tratar de debater o arcabouço e as medidas tomadas a partir da Lei 15.097, mas o que eu trago aqui é que muita coisa já foi debatida. Eu tenho certeza de que os demais interlocutores falarão a respeito, porque são mais próprios nessa questão, mas o fato é que isso já vem sendo debatido.

A Marinha, como eu falei, é articulada nacionalmente e presente localmente. Então, tudo que é sensível ao mar, de alguma forma, nos atinge e nós reagimos a isso. Então, desde 2019, a Marinha já vem normatizando essa questão, naturalmente, mas, em 2022, teve alguns regramentos infralegais bastante interessantes, que eu passarei a citar aqui.

Primeiro, o Decreto 10.946. Ele tratou da cessão de uso, de cessão de uso onerosa de área marítima na nossa área, tratou da interferência prévia, da declaração de interferência prévia, que é fundamental, e dos órgãos emissores. Ou seja: naquele momento, já se identificou que há sobreposições de áreas, e nós precisamos discutir isso com muita clareza, para obter uma harmonia no interesse desse emprego. Então, isso já foi ali sentido, essa necessidade de vários atores trabalharem no planejamento conjunto para atender.

3Depois teve duas portarias, já em outubro: a do Ministério de Minas e Energia, que a Aneel que vai positivar. Ou seja, uma vez a Aneel dizendo "olha, a área está disponível", o processo começaria, trataria no portal único, que é uma modelagem matemática, no caso é o PUG-offshore, que está embaixo, e já tangenciaria o planejamento espacial marinho, que é levado a cabo pela Cirm, e eu tenho alguns companheiros que estão nesta audiência que trabalham lá também. Então, com isso, já absorveu essas informações.

E a Portaria nº 3, interministerial, do Ministério de Minas e Energia e Ministério do Meio Ambiente, tratava então desse *software*, do PUG-offshore, e teria que ser tratado lá para evitar, enfim, desconflitar as questões.

E, aí, em 2025, veio naturalmente essa lei, e o que foi feito antes foi um trabalho robusto.

E, agora, do GT Eólicas Offshore, o Presidente está aqui, e naturalmente nós estamos trabalhando isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas essas discriminações, esses processos que foram trabalhados, nós estamos querendo voltar para esse novo decreto, para que esse trabalho não seja perdido, que foi um trabalho extremamente robusto, importante e que, naturalmente, vai fazer com que essa lei seja realizada com mais eficiência.

Nesse sentido, tratando a lei, naturalmente eu peguei os termos que interessam à defesa naval, à segurança marítima. Então, no seu art. 6º, o §1º trata ali que os prismas não podem ser concedidos para rotas de navegação marítima, bem como áreas de exercício militar. Ou seja: dá atenção à defesa nacional. Isso é fundamental.

No seu art. 7º, já ali também chama atenção para as diretrizes do Planejamento Espacial Marinho – é fundamental isso. É um trabalho que está sendo feito por várias mãos –, e, no seu art. 10, quem recebeu a outorga tem que atender às normas da autoridade marítima.

Então, a própria lei já identificou e sensibilizou as atribuições da Marinha do Brasil.

E qual é a nossa visão? Nós entendemos que é uma atuação integrada de órgãos, para tratar desses projetos, e, obviamente, vai ser uma utilização múltipla dos espaços marítimos. Nós precisamos apenas harmonizar.

Nesse sentido, há algumas ferramentas já disponíveis e processos em andamento, processos de apoio. Uma delas ali é o Portal Brasileiro de Dados Geoespaciais, a Inde.

Por conta de tempo, eu não vou passá-lo, mas o fato é que, entrando ali, ele é público, e várias organizações já colocaram os seus dados lá.

Nessa questão, se os senhores tiverem o interesse de acessá-lo, os senhores vão perceber que os espaços marítimos, diferentemente de serem vazios, são intensamente utilizados ou há propósito de utilização. Então, há várias atividades que utilizam os espaços marítimos.

Então, a gente percebe que há necessidade de planejamento.

E uma outra ferramenta de apoio também muito clara é o Planejamento Espacial Marinho, e ali a gente colocou aquela área ali do Porto do Açu, que é na área do Sudeste.

Naturalmente, o Porto do Açu é um TUP, é um terminal extremamente eficiente, privado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÍLVIO LUÍS DOS SANTOS – ... que tem uma vocação muito grande para a questão logística, e ele é próximo daquelas áreas que estão pleiteando empreendimentos eólicos *offshore*, mas tem outras atividades ali.

Ali a gente vê questões de rotas marítimas, a gente vê exploração de petróleo, enfim, existe uma gama de atividades que são executadas lá, e o Planejamento Espacial Marinho vem efetivamente para isto, assegurar que essa área seja segura, bem utilizada e atenda aos requisitos ambientais... Harmonizar interesses diversos – isso é fundamental.

E ele, efetivamente, não só vai mostrar essas interferências, como também será um *software* que poderá, enfim, integrar dados geoespaciais e estabelecer parâmetros para nós identificarmos qual atividade deve ser feita, a que passo e, naturalmente, preservar as questões que são muito fundamentais para a gente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÍLVIO LUÍS DOS SANTOS – ... como a segurança da navegação e a defesa nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passando de forma muito rápida, também não vou navegar. Ele é público.

Essa é só uma lâmina que traz todas as atividades, e o fato é: há necessidade de planejamento, e o PEM (Planejamento Espacial Marinho) é fundamental nessa questão. Vai ser uma ferramenta de governança, de desconflito de atividades marítimas e, naturalmente, deve ser muito utilizado nessa delimitação e cessão de áreas para isso.

De forma muito rápida, com relação a como está o PEM, está nesta situação: é financiado pelo BNDES e pelo Funbio e foi dividido em quatro grandes macrorregiões.

No Sul, começou em 2024 e vai terminar em 2027 a empresa ganhadora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÍLVIO LUÍS DOS SANTOS – ... no Sudeste, FGV e EnvironPact; no Nordeste, o Funbio está bancando ali 10,65 milhões; e, no Norte, está praticamente fechado, aquelas três empresas vão ganhar, vai começar agora em novembro e, em 2028, vai terminar. Ou seja: até 2030, nós teremos esse trabalho concluído, um trabalho fundamental para essa cessão de área.

Com relação à norma infralegal, de forma muito rápida, a Marinha, como eu disse, é sensível a essa questão desde 2019. Nós somos articulados nacionalmente e presentes localmente. Então, em tudo o que afeta, nós rapidamente somos sensibilizados e atuamos, no sentido de ordenar. Nós somos responsáveis pela manutenção da boa ordem no mar.

Nesse sentido, ela está em atualização, com aquelas normas infralegais, e, em linhas gerais, nós também introduzimos melhores práticas, que são realizadas no mundo todo.

Então, na Europa, particularmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÍLVIO LUÍS DOS SANTOS – ... os empreendimentos eólicos já compartilham com as rotas marítimas, e ali tem alguns dados importantes que nós internalizamos.

Em linhas gerais, de forma muito rápida, nós verificamos todas essas questões. Isso é uma norma interna, que nós estamos depurando, para que, quando o parecer da Marinha sair, ele atenda, de forma abrangente, a todas essas questões, e nós fazemos, naturalmente, uma abordagem integrada da questão.

Segurança da navegação, proteção de ativos estratégicos e ordenamento do tráfego aquaviário, para a Marinha do Brasil são indissociáveis, e a gente coloca essa posição sempre nessas áreas que serão cedidas.

Como eu falei, nós trazemos um condicionante internacional, que é a Pianc, que é muito conhecida como Associação Mundial para Infraestrutura de Transporte Aquaviário.

O que é importante, senhores, e eu gostaria de deixar muito claro nesta audiência pública, é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÍLVIO LUÍS DOS SANTOS – ... o espaço de manobra de navios. Nós não podemos trazer a lógica terrestre para o espaço de manobra de navios.

Espaço de manobra de navios tem que ter suas zonas de segurança, tem que ter margens adicionais, entre outras questões, no sentido de evitar problemas, e existem muitos problemas de condições meteorológicas condicionantes ou limites, dificuldade, às vezes, de visibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos problemas de máquinas, que são operacionais, que ocorrem, temos falha humana... Então, um navio não guina 90 graus, ele tem uma zona de abatimento. Então, isso é fundamental ser considerado.

Não tragam a lógica terrestre para o mar. Isso é fundamental.

A gente entende que não há uma solução única para cada caso, que cada empreendimento eólico *offshore* é o seu caso. Vai ter que ser estudo, vai ter que ter a sua avaliação de risco.

Esses são alguns espaços aqui, que nós trazemos de fora.

Em linhas gerais, navios solas são aqueles navios com mais de 500... A arqueação bruta não é dimensional, mas são navios grandes. Então, ali, se tivermos 500 metros entre um eólico *offshore* e uma zona de tráfego, ela é intolerável para navios solas, começa a ter tolerabilidade ali a uma milha de distância, ou seja, 1.852 metros, mas isso dependendo do navio... Ou seja: se nós colocarmos uma zona menor do que isso, provavelmente nós vamos estar limitando o porto. Então, nós vamos conseguir safar, realizar o empreendimento eólico *offshore*, mas nós vamos constranger o porto e a economia local.

E os limites aceitáveis ali são cerca de 5 milhas, que dá perto de 9 quilômetros.

Outro dado muito importante, e isso nos preocupa de uma maneira muito clara, são as interferências eletromagnéticas.

Ali nós temos apresentado a tela de um radar. Nós percebemos que ela está saturada, e esse saturamento, indubitavelmente, é por conta das várias torres do aerogerador. Ele causa distúrbios de interferência eletromagnética e ele causa, como a gente pode ver, ecos falsos.

E o problema não é só o eco falso. O eco falso é aquele eco que está ali e você não vê, mas você também pode ter um eco verdadeiro, e ele ser desmascarado por essa questão.

Então, vão ocorrer acidentes sérios. Como nós falamos, o acidente aeronáutico é trágico; o acidente marítimo é catastrófico – ele é catastrófico. Uma vez que tem um acidente no Porto de Santos, ele vai parar. Se o Porto de Santos parar por sete dias, o Brasil para. Então, tem que se ter atenção a isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÍLVIO LUÍS DOS SANTOS – Então, para concluir, indubitavelmente a energia *offshore* é uma fonte importante para o potencial energético para a transição. Tem que se entender o papel estruturante da Marinha do Brasil – nós somos articulados nacionalmente, presentes localmente, regulamos com robustez para não ter problema, fiscalizamos, nós pretendemos ser um facilitador, nunca um complicador e nós validamos operacionalmente.

E o mantra da Marinha do Brasil... Quem começar a empreender no mar vai passar a fazer parte de um poder que nós chamamos de poder marítimo. E o mantra da Marinha do Brasil é fazer com que o poder marítimo se desenvolva. Então, o nosso trabalho... A despeito de sermos uma agência reguladora, nós contribuímos e fazemos tudo para contribuir com o desenvolvimento nacional.

Naturalmente, como eu falo – o quarto item –, o planejamento e o equilíbrio são fundamentais para o uso múltiplo do mar. Nós teremos o uso múltiplo do mar...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÍLVIO LUÍS DOS SANTOS – ... então o planejamento, particularmente o espacial marinho, é fundamental, assim como o equilíbrio nas decisões. E, para todo e qualquer empreendimento eólico *offshore*, teremos que fazer gestão de riscos e naturalmente ter atenção à segurança da navegação.

Pelo tempo que eu tenho, muito obrigado. Estou aberto à palavra e agradeço a atenção de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Almirante de Esquadra Sílvio Luís dos Santos, Diretor-Geral de Navegação da Marinha do Brasil.

Eu mesmo tenho algumas perguntas, mas vou deixar para o final, para que a gente siga aquela mesma instrução que foi dada.

Eu passo agora a palavra à Dra. Natália Hoffmann, Coordenadora-Geral do Departamento de Transição Energética do Ministério de Minas e Energia, para dez minutos de apresentação.

Eu vou pedir que o tempo seja observado.

Obrigado.

A SRA. NATÁLIA HOFFMANN (Para expor.) – Bom dia a todos.

Agradeço a oportunidade de estar aqui participando, falando para vocês um pouco sobre o trabalho desenvolvido no Ministério de Minas e Energias.

Vou tentar ser breve aqui.

Recentemente nós tivemos a aprovação da Resolução nº 1, do CNPE, de 2026, em que o Ministro trouxe algumas falas aqui de que a energia eólica é uma aliada estratégica para a transição energética, e o potencial brasileiro comprova essa relevância.

Então, nós tivemos a publicação do potencial eólico *offshore* do Brasil, publicado, primeiro pelo Banco Mundial, de 1.200GW; também pelo Roadmap, da EPE, publicado em 2020, de 697GW na costa brasileira; e também temos, atualmente, 59 processos no Ibama, com solicitação de licenciamento para eólico *offshore*. Então, isso mostra o potencial brasileiro.

Também tivemos...

Acho que só o título não está aparecendo, se vocês puderem centralizar.

Nós tivemos também a publicação do relatório do Banco Mundial dos cenários para o eólico *offshore* no Brasil, então mostra aqui três cenários possíveis: cenário base de 3%, 6% e 19%. Nesses cenários eles apontam a quantidade de turbinas dessas possibilidades e também as perspectivas da capacidade eólica até 2050, a quantidade de empregos locais. Então vocês veem que é uma tecnologia que possibilita, além de ser renovável, além de não ter emissões, ter empregos locais criados e valor agregado também à cadeia nacional.

Nós tivemos inúmeros estudos publicados e esses daqui são os primeiros que foram publicados pela EPE. Todos esses estudos podem ser acessados nos *sites* do GT, a gente tem compartilhado informações no *site, e* eu convido vocês a acompanhar o que vem sendo discutido.

Os desafios para a regulamentação infralegal da 15.097 são o arcabouço regulatório, o licenciamento ambiental, a compatibilidade com o planejamento espacial marinho, a identificação de áreas *offshore*, a oferta e a demanda, infraestrutura de transmissão, financiamento e infraestrutura portuária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a eólica *offshore*, assim como uma tecnologia da transição energética, vem para mudar a forma como algumas coisas vêm sendo feitas, e a principal característica é a junção de vários desses atores para que ela possa acontecer e com grandes desafios.

Vocês conseguem arrumar o...

Aqui tem uma linha do tempo com o material que foi publicado desde a trajetória do marco legal. Começamos ali em 2018, com a publicação técnica da EPE e do Ibama. Então, tudo isso antecedeu o marco legal da eólica *offshore*, o que justifica a robustez que a lei trouxe.

Como o meu colega da Marinha apresentou, a gente teve também publicação de decreto, portaria, que não teve efeito, porque eles foram publicados concomitantemente à discussão da lei. Então, por fim, a lei veio em 2025, e a intenção é que todo esse material que já foi produzido seja incorporado na regulamentação infralegal da lei de eólicas *offshore*.

Nós começamos a discussão do grupo de trabalho de eólica *offshore* em 2024; junho de 2024 foi a primeira reunião, de maneira informal, mas, mesmo assim, já naquele momento com 21 instituições. Realizamos inúmeros *workshops*, e também o material, as apresentações do *workshop*, relato, podem ser acessados na página do GT.

Por fim, em outubro de 2025 foi criado oficialmente o GT de eólicas *offshore* com a adição da AGU e do representante dos estados, então é essa composição com 23 instituições que vocês podem ver do lado esquerdo.

A vigência do GT é até agora dia 31 de agosto, e as principais entregas são: Resolução CNPE, que comunico aqui que nós conseguimos aprovar na semana passada, recentemente; o decreto regulamentar à lei, que está em discussão também com todo o GT, feito de uma forma inédita e inovadora, com a participação das instituições antes da proposta do GT. Dessa forma, a gente acredita que o documento vai ter representatividade dentro dessas instituições que são afetadas e a gente vai conseguir um processo participativo e, espero, mais rápido, mais fluido também.

A outra entrega do GT é o relatório de políticas públicas e o fluxo da DIP (Declaração de Interferência Prévia).

Dentro do trabalho do GT, nós temos esses eixos norteadores das atividades desenvolvidas.

O primeiro, que está alinhado com a entrega que o GT precisa fazer, é o arcabouço regulatório, que é o trabalho de todo o normativo infralegal necessário após a lei (decreto, portaria e resoluções).

O segundo é o planejamento e identificação de áreas: a aprovação e aplicação da metodologia de seleção de áreas e sinergia com dados do PEM. A intenção desse eixo do planejamento e identificação de áreas é a redução de riscos, porque nada adianta a gente ofertar áreas ou possibilitar que os processos deem início se essas áreas ainda têm incertezas. A gente vê, em alguns países, alguns processos que não foram à frente por isso. Então, a nossa intenção com esse planejamento é esta: a redução de riscos.

Também temos estudos técnicos e relatórios, dentre eles, de capacidades portuárias, engajamento de partes interessadas, modelos de comercialização de energia, mapeamento de sensibilidade socioambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, o desenvolvimento do Balcão Único, que é o portal de gestão de áreas, onde todo o trâmite da oferta de áreas deve acontecer – há exemplos dos já previstos documentos anteriores que foram publicados –; os procedimentos entre as instituições que vão estar envolvidas com a outorga, com a cessão de áreas e outorga; e a Declaração de Interferência Prévia.

A estrutura regulatória.

Depois de publicada a Lei 15.097, nós tivemos a aprovação da CNPE nº 1, de 1º de abril de 2026, agora, que já estava prevista, ela veio com a previsão legal e consiste na definição de diretrizes estratégicas que nortearão a regulamentação. Então, nós já tivemos essa primeira entrega na semana passada. Agora o nosso trabalho está sendo em cima do novo decreto, e a expectativa é trazer nesse novo decreto o que os outros regulamentos anteriores já traziam e que não teve efeito. E, também, a publicação de portaria do MME e interministeriais, caso necessário.

Tópicos para regulamentação.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NATÁLIA HOFFMANN – Como eu já adiantei, é um assunto complexo: processos de tramitação e de coordenação entre as instituições – nós somos muitos, 23 instituições atualmente –; processos de aprovação das áreas; diretrizes para licitação; participação governamental; bônus; compatibilidade de usos múltiplos; definições e critérios para definição locacional; estudos preliminares e obrigatórios; procedimentos e diretrizes. Então, esses são os tópicos que vão ser a previsão de regulamentação do decreto.

Um pouco sobre a diretriz, a resolução de diretrizes para eólica *offshore*, o que constou nela: previsão de definição locacional prévia de prismas, aplicável para oferta permanente e planejada também; solicitação de declaração de interferência prévia...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NATÁLIA HOFFMANN – ... com taxas aplicáveis e prazos para análise e resposta; procedimento de apresentação e sugestão de prismas, detalhando as etapas e competências; sanções e penalidades aplicáveis; requisitos obrigatórios dos interessados; parâmetros para promoção da indústria nacional.

Esse aqui é um detalhamento maior do que veio das diretrizes. Eu vou passar esse daqui, porque ele é um pouco denso e meu tempo já está acabando, mas a apresentação vai ficar disponível.

Mais um ponto sobre a Resolução Diretrizes é sobre a definição inicial do afastamento de 12 milhas. Esse é um tema caro principalmente para o Ministério do Meio Ambiente e também para a Marinha, por conta do PEM, que é onde as atividades acontecem. Então, na Resolução Diretrizes, consta que isso deve ser observado...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NATÁLIA HOFFMANN – ... com possibilidade desse afastamento, com base em estudos técnicos específicos e também, claro, assim como já determinado por lei, seguindo as diretrizes do Planejamento Espacial Marinho. A condução desses estudos técnicos vai ser feita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética), com o apoio do GT de eólicas o*ffshore* para a elaboração das análises. A avaliação do parâmetro locacional será feita por critérios técnicos, econômicos, ambientais e sociais, com o objetivo de permitir maior flexibilidade regulatória e busca por um debate mais fluido no âmbito do decreto em elaboração.

Esse aqui é um pouco da competência das instituições que foi discriminada na Resolução Diretrizes: a do CNPE: poderá definir áreas prioritárias; a do MME: forma de apuração de pagamentos e sanções, critérios e requisitos para habilitação, forma de cálculo das participações governamentais...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NATÁLIA HOFFMANN – ... para o Ministério da Indústria e Comércio: propor ao CNPE parâmetros para a promoção da indústria; e a do GT: minuta de decreto e fluxo de processo.

Bom, esses daqui foram os principais marcos já entregues, que foi a Resolução CNPE com o início da criação do GT de 2024; a publicação da lei em 2025; a resolução... em 2024, aconteceu o início das atividades; em 2025, foi a publicação da resolução que cria oficialmente o GT; a abertura da consulta pública, em 2025, da metodologia de seleção de áreas; e a Resolução CNPE nº 1, que foi publicada.

Isso aqui veio repetido.

Próximos passos: início da aplicação da metodologia de seleção de áreas, nós esperamos em breve, agora, publicar o resultado da consulta pública; decreto concluído e *workshop* realizado; mapeamento de sensibilidade social em execução...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NATÁLIA HOFFMANN – ... é um dos estudos que está sendo desenvolvido no âmbito do GT; relatório com fluxo de competências para emissão de DIP; normativos da Aneel; Portal Único de Gestão de Áreas Offshore; portaria de diretrizes para leilão publicada; e áreas de interesse identificadas.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado à Dra. Natália Hoffmann, Coordenadora-Geral do Departamento de Transição Energética do Ministério de Minas e Energia. Eu agradeço.

Mas eu aproveito para anunciar a presença também do Senador Jayme Campos aqui, conosco, do Senador Marcos Rogério, que é o Presidente da Comissão... Obrigado pela presença.

Relembrando, Senadores que a qualquer momento quiserem falar...

Por favor, Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Presidente, V. Exa., Senador Marcos Pontes.

Eu quero cumprimentar aqui a todos os que vão falar, principalmente, neste momento, o Almirante Sílvio Luís dos Santos.

Parabenizo V. Exa. pela sua competência, pelo seu esclarecimento e pelo que você vê no potencial que nós temos, que essa lei tem, a 15.097, de 2025, no potencial energético de energia eólica *offshore* e no potencial que o Brasil tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos que as duas fontes com menor custo de energia e de geração são a hidráulica e a energia eólica. Temos a energia solar, mas ela não é constante. E a grande vantagem que nós temos desse potencial energético *offshore* é o potencial da corrente de vento, corrente marítima do vento lá. Então, nós temos um potencial muito grande.

Quando se falou em 1,2GW, que foi falado aqui, vocês vejam o potencial que nós temos de geração de energia eólica.

E nós estamos vendo essa grande crise que nós temos aí, afetando hoje, novamente. Passamos pela década de 70, voltamos com outra crise violenta agora, sobre essa situação nossa do combustível, do petróleo, e sabemos que nós temos que diminuir essa nossa dependência total que nós temos, praticamente, do petróleo. Nós temos que avançar.

O país, o Brasil, tem um potencial energético tão grande quanto qualquer outro. Talvez seja o maior país do mundo que tem um potencial igual a nós temos.

E, aí, a gente entende, quando o Almirante fala aqui, o Almirante Sílvio, sobre a segurança.

A gente entende sobre a segurança marítima, a segurança da navegação, da manobra dos navios, que ele já falou aqui, mas também eu tenho certeza de que a Marinha está disposta para ajudar o Brasil, para ajudar esse potencial energético que nós temos aí, e podemos avançar e muito.

Também sabemos que temos que ter muita segurança na linha de transmissão que vai sair de lá da geração de energia para o processamento, para fazer a interligação em terra.

Mas quero dizer para vocês, para quem estiver nos acompanhando pela TV Senado: o Brasil precisa avançar e muito na energia eólica, em todos os potenciais que nós temos, e precisamos diminuir, de verdade mesmo, essa dependência que nós temos, hoje, tanto do petróleo, porque, olha, essa crise que nós estamos encontrando aí, com que estamos nos deparando aí, talvez vá ser uma crise quase idêntica à da década de 70.

Estas audiências públicas têm que avançar. Nós precisamos avançar. Sabemos que os estudos têm que ser feitos, porque temos que diminuir todos os riscos possíveis... Inclusive, o Almirante falou até de falha humana, mas nós precisamos avançar e ver aquilo que nós podemos fazer, aquilo com que podemos contribuir.

Eu tenho certeza de que a Marinha vai dar a sua contribuição para este fator energético que é a energia eólica *offshore*.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Senador Jaime Bagattoli, pelos seus comentários.

Lembro aos outros Senadores, Senador Jayme Campos, que nós estamos abertos às intervenções em qualquer momento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Um minuto só, Sr. Presidente, senhoras e senhores convidados. Eu serei muito rápido nas minhas observações, nas minhas indagações.

Diante de tudo o que está acontecendo, inclusive fez um breve comentário aqui o colega Senador Jaime, nós estamos vivendo uma janela de oportunidade, com certeza, para o Brasil: guerra do Irã, da Rússia, tarifas do Trump etc.

O Brasil tem um potencial gigantesco, como bem disse, na questão da transição energética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu imagino que a energia renovável – eólica, solar – é extremamente importante, sobretudo não polui, e o Brasil tem um potencial gigante.

Eu estava lendo um artigo ontem do Senador Jean Paul Prates, que foi Presidente da Petrobras, e fiquei feliz com as suas observações e colocações em relação ao momento ímpar que o Brasil vive em relação à energia renovável.

Temos aí o hidrogênio verde, não é isso? Sobretudo, a questão também da nossa industrialização, de tecnologia e crédito de carbono.

Feito isso, lamentavelmente, nós precisamos, neste país aqui, Almirante, tratar a questão da segurança jurídica. Nós vivemos praticamente um governo brigando contra o povo brasileiro.

Eu acho que chegou o momento de nós sermos uma grande potência em relação à questão energética.

Lamentavelmente, essas guerras têm prejudicado e prejudicam o Brasil de uma maneira geral, sobretudo na questão, naturalmente, da própria economia, quando você fala em relação ao agronegócio brasileiro, quando o litro de óleo sai de R$6 para R$8. Lá no Mato Grosso, eu paguei semana passada R$9,4. O combustível de avião subiu 66%, o litro de querosene das nossas aeronaves que usam.

Feito isso, eu queria fazer apenas duas perguntas, uma para a Natália e outra para o Almirante.

Natália, existe um mapeamento da capacidade atual da indústria brasileira para atender à demanda do setor *offshore*, portos, estaleiros, fabricação de aerogeradores? E quais são os principais de nossos gargalos?

Outra, para você mesmo: considerando a experiência internacional, como o Brasil pretende garantir competitividade frente a mercados mais maduros, como a Europa, a Ásia, especialmente em termos de custo de energia?

Essa é para a V. Sa.

Faço para V. Exa., Almirante, uma pergunta apenas.

Como está sendo tratada a coordenação entre geração *offshore* e outros usos do espaço marítimo, como navegação, defesa e exploração de petróleo e gás?

Eu queria que V. Exas. nos respondessem, tanto a Natália como o Almirante Silvio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Com a palavra, os nossos apresentadores para as respostas.

Só lembro aquilo que eu falei no início: as perguntas seriam passadas para a resposta no final, mas, no caso dos Senadores aqui, como nós temos uma agenda corrida com as Comissões nas terças-feiras, então é feito de forma diferente. Então, os debatedores respondem imediatamente, e os Senadores podem interferir a qualquer momento.

Obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Muito bom. Eu mesmo vou ter que ir para a CCJ, porque eu sou mesmo titular também lá, para sabatinar e fazer uma audiência pública.

Por favor.

A SRA. NATÁLIA HOFFMANN (Para expor.) – Obrigada pela pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira é sobre a existência de cadeia de suprimentos aqui no Brasil.

A eólica *offshore*, diferentemente da *onshore*, tem outras dimensões. Na *offshore*, os aerogeradores são muito maiores do que os que são instalados em terra, e isso possibilita que o potencial aproveitado do vento seja muito maior. E também não tem nada em volta ali no mar. Então, a capacidade de produção é muito maior.

Isso faz com que toda a cadeia de suprimentos enfrente um desafio, desde fazer o material, fazer os aerogeradores e, principalmente, pelo transporte. Então, nós temos cooperações técnicas e podemos ver em outros países onde isso já é realidade.

Nesses países, a indústria fica muito próxima ao porto, e o porto precisa ter uma característica ideal para poder lidar com esse material.

Nesse sentido, o GT, em uma das entregas, tem a publicação do relatório de políticas públicas. Esse relatório de políticas públicas está sendo subsidiado por vários estudos que nós temos com cooperações internacionais, com o Banco Mundial, para fazer o levantamento desses gargalos.

Dentro do GT, também participa o Ministério da Indústria e Comércio, que trabalha junto conosco para atender a essa demanda do relatório das políticas públicas voltadas para a eólica *offshore*.

A outra pergunta é sobre competitividade.

O Brasil ainda não tem eólica *offshore*. Em outros países, isso já é uma realidade. A gente vê países com quem a gente tem cooperação, como a Dinamarca, por exemplo, que, desde a década de 80, 90, já têm, já desenvolvem.

E qual é o trabalho do MME nesse sentido? É trazer segurança jurídica com esse arcabouço regulatório infralegal.

A nossa intenção é por etapas. Então, vocês podem ver que as entregas do GT são bem pontuais.

Cada instituição que participa do GT tem que cumprir a demanda que lhe cabe, o Ministério de Minas e Energia, MMA, Mdic, para resolver todos aqueles desafios que eu trouxe ali na frente, da necessidade de licenciamento ambiental, de desenvolvimento portuário e, com isso, trazer competitividade para o Brasil, porque o Brasil já tem o potencial, que é o vento. Agora só falta a gente organizar a parte regulatória, para trazer segurança jurídica, para que seja realidade, aqui no Brasil, a eólica *offshore* em breve.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dra. Natália.

Almirante, por favor.

O SR. SÍLVIO LUÍS DOS SANTOS (Para expor.) – Senador, muito obrigado pela pergunta. Enfim, a pergunta do senhor é muito apropriada.

Como nós estamos tratando a geração *offshore* com outras atividades do espaço marítimo, nós já identificamos que os espaços marítimos, diferentemente de talvez pensarmos que é um espaço vazio, são espaços muito utilizados, com muitas previsões de atividades marítimas existentes, seja a exploração de óleo e gás, seja a pesca profissional ou artesanal, sejam as rotas marítimas, que são fundamentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E entra mais esta demanda que é, enfim, a cessão de espaços para a geração de *eólica offshore,* que nós achamos que é muito importante.

Como os Senadores falaram, acho que é uma fonte importante, que vai, sim, contribuir para o desenvolvimento nacional, na medida em que teremos energias limpas.

A nossa matriz é muito limpa, mas, indubitavelmente, é uma fonte interessante, e nós temos exatamente o mesmo tratamento.

O que nós percebemos é que há, sim, superposições de áreas e de atividades marítimas e nós temos este instrumento, que é o Planejamento Espacial Marinho, que vai vir para tratar da governança desses espaços marítimos.

Então, o que a autoridade marítima brasileira pensa? Ela não quer decidir entre uma e outra atividade. Ela quer encontrar solução para todas as atividades, e é nesse sentido que a gente entende que tem que ter o que está tendo, um planejamento coordenado entre vários atores, e a gente entende, sim, que há soluções para empreendimento marítimo *offshore.* É importante, e há soluções.

Atendendo a esses requisitos, a gente entende que vai ser uma fonte bastante importante para a transição energética e para o desenvolvimento nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Senador Marcos Rogério com a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu vou fazer algumas ponderações, mas eu vou ficar aqui ouvindo um pouco mais. Depois, tem outras Comissões também, mas eu quero ouvir um pouco mais sobre este assunto, que, de fato, é um assunto que nos interessa muito e deixa no ar ainda muitos questionamentos, mais questionamentos do que convicções.

Eu, particularmente, debati quando da aprovação dessa lei aqui no Congresso Nacional, aqui no Senado Federal. É um tema inovador. O Brasil talvez até, diante do seu potencial, pudesse sair na frente com mais uma matriz de geração. Mas, quando a gente começa a olhar para o sistema como ele está funcionando hoje – e eu estou falando de sistema. Eu não estou falando de fonte isolada. Estou falando de sistema –, a gente observa que o Brasil não se preparou para isso.

Aliás, o Brasil não se preparou para o modelo que nós temos hoje funcionando. Ele está estrangulado, colapsando.

E, aí, a gente está discutindo aqui uma nova matriz de geração, um modelo inovador, um modelo desafiador, e eu queria trazer aqui algumas ponderações.

Às vezes, a gente discute muito fontes, e o Brasil é rico em fontes de geração de energia, talvez seja um dos países com maior potencial de geração diversificada do planeta, países que têm a marca da sustentabilidade, a marca do verde.

V. Exa. esteve comigo em Nova Zelândia, por exemplo. Na Nova Zelândia, uma das principais matrizes de geração deles é o carvão, e o Brasil tem um potencial hidráulico extraordinário, um potencial de energia eólica também muito forte, fotovoltaica, energia de fonte nuclear, térmicas a gás, além das que têm um impacto maior na questão ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos aqui uma diversificação de fontes extremamente rica, no Brasil. Mesmo com tudo isso...

Por que eu estou trazendo essas premissas como base para a argumentação que eu vou fazer? É claro que o ponto central sempre é a sustentabilidade do modelo, a segurança de um modelo, porque, quando a gente fala em crescimento de país, a gente não tem como fugir do fator energia, ele é o principal insumo que sustenta qualquer crescimento.

Agora, a gente às vezes deixa de pensar no que está lá na ponta e que paga a conta. E aí a gente começa a discutir modelos extraordinários, modelos de futuro, modelo disso, modelo daquilo. Será que alguém está pensando no consumidor que está lá na ponta? O quanto esse modelo representa? Qual será o impacto de custo de geração com uma matriz que é inovadora, mas que carrega, em si, pela característica do modelo, cenários que nem nos permitem, neste momento... Eu não vi até agora ninguém falando aqui qual é o custo de geração de uma fonte *offshore*. Eu sei o parâmetro internacional, fala-se ali de 3 a 6 milhões o mega de energia gerada com esse modelo, mas são dados abertos. O que vai custar no Brasil? O Brasil não tem nem os componentes. Para esse modelo nós não temos, ainda não temos produção para esse modelo, nós seremos dependentes de produção externa. Ao final, qual o impacto disso na vida do consumidor?

Nós vamos chegar, neste ano, a 60 bilhões de custo da CDE para o consumidor brasileiro – 60 bilhões. E, toda vez que você tem que fazer equalização aqui ou acolá, é lá na ponta que vão repercutir as inovações que alguém abstratamente está discutindo, sem considerar, meu caro Senador Jayme Campos, aquele que paga a conta. Do mais simples ao maior empresário do Brasil, todos acabam arcando com as consequências, especialmente os que estão no mercado cativo. Ele paga essa conta, ele paga essa fatura.

Então, a gente vem discutir um tema que é de inovação, que reforça a nossa matriz energética, que garante segurança para o futuro, em termos de produção, que garante talvez viabilidade. Se você olhar aí a questão dos eletrointensivos, se você olhar aí a questão de direcionar para determinadas regiões os *data centers*, se você discutir a questão do hidrogênio verde, que é outra questão que nós vamos ter que discutir também... Quanto é que vai custar a produção? Para verificar se justifica o custo do investimento, porque, lá na ponta, alguém vai pagar essa conta.

Talvez nós vamos fazer uma coisa que não é nem para o Brasil consumir, como no passado fizemos aí. Eu não vou entrar na questão do nosso álcool, que teve uma política, toda uma política de estímulo, porque o mundo, o planeta... e depois nós ficamos como ficamos, com essa situação.

Esse ponto da questão do custo, para mim, é um ponto sensível.

E aí os especialistas estão aqui. Eu acho que esta audiência pública é muito importante e ela não vai se esgotar aqui. Nós vamos ter que fazer um pouco mais e trazer um pouco mais de debates sobre esse assunto. Como é construir um projeto desse, uma obra dessa, em alto mar? Não é uma logística simples; me parece uma logística complexa. Como é que você trabalha a questão das fundações marítimas, da rede de transmissão, dos cabos submarinos – tudo isso nós vamos ter que discutir –, da manutenção? Se você já tem desafio no modelo *onshore*, no modelo de terra, no modelo de solo, que hoje o Brasil não está dando conta, porque nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentando agora inclusive o *curtailment* – e, daqui a pouco, essa conta vai chegar para o consumidor –, nós estamos agora discutindo um outro modelo.

Então, eu aqui estou fazendo... Não estou querendo me aprofundar muito nesse tema, não, porque me preocupa. Nós estamos à beira de ter aqui – a exemplo do que nós tivemos lá atrás, com o GSF –, de novo, uma situação em que o consumidor, que já está sendo sacrificado, vilipendiado, assaltado, com a conta de energia absurda... Daqui a pouco, nós vamos estar de novo repassando a conta para o consumidor. Por quê? Porque, no *curtailment,* alguém fez o investimento, alguém projetou errado, alguém não criou a infraestrutura necessária, alguém não fez a entrega do produto – e aí há corte de geração –, e o consumidor vai pagar porque alguém investiu.

E nós estamos falando aqui, meu caro Almirante, em investir em um novo modelo, em uma nova matriz de geração – e, assim, antes que alguém pense que eu sou contra: não! Apesar do discurso mais eloquente, eu não sou contra nenhuma matriz de geração. Todas são importantes. Agora, quando você olha para a Alemanha, quando você olha para países que investiram lá fora num modelo como esse, qual é a característica desses países? Qual é o cenário em que estão inseridos esses países? Não é o cenário brasileiro. Não têm o problema que tem o Brasil a Alemanha, o Reino Unido e outros. Você está lá, agora, com guerra e eles, dependentes de uma situação em que um fator externo acaba criando uma instabilidade, uma insegurança. Esse não é o caso do Brasil, essa não é a realidade do Brasil.

Então, eu estou fazendo aqui algumas ponderações ainda muito superficiais, mas eu confesso que nós vamos adentrar um pouquinho mais a fundo nesse tema – e por isso que eu queria elogiar a vinda aqui da Dra. Natália, da Dra. Ludimila, do Almirante Sílvio Luís, da Roberta e dos demais convidados que estão aqui para poder debater esse assunto –, porque eu acho que é um assunto que tem muito ponto ainda obscuro e que a gente precisa aprofundar um pouquinho mais.

Nós não preparamos o sistema nem para o modelo *onshore*. O sistema não está preparado nem para o modelo *onshore,* e nós estamos discutindo o *offshore*. O modelo está colapsado, o modelo não está... Não há reforço de rede, não há tecnologia ainda aplicada para a gente poder garantir um modelo que já está funcionando e que já está sendo, assim, parcialmente saturado em razão das contingências que nós temos.

Então, eu estou trazendo isso aqui porque, como outros vão falar, terão a oportunidade, inclusive, de aprofundar um pouquinho mais o debate com relação a esses pontos, que são apenas para reflexão.

Eu prometo, um pouco mais à frente, que, se o Senador Astronauta Marcos Pontes – que é o homem que entende do ar e, agora, também do mar – não trouxer a próxima, eu, particularmente, vou fazer essa provocação para a gente continuar este debate. Eu acho que ele é central neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Marcos Rogério, que é o Presidente desta Comissão.

É importante essa participação, essa preocupação, do ponto de vista sistêmico, não só como uma tecnologia, como uma fonte, mas também como todo o sistema de distribuição até o final, com o consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Logicamente, a tecnologia ajuda a ter fontes mais eficientes e a redução de custos pela eficiência, mas o sistema todo tem que funcionar de forma integrada – essa é uma das dificuldades que a gente tem num país do tamanho do Brasil, apesar de todas as fontes que nós temos. Integrar todas essas fontes não é uma tarefa muito fácil em todos os territórios e com todas as dificuldades de coordenação que nós temos.

Eu sigo, então, com as apresentações.

Agora, com a palavra a Dra. Ludimila Lima da Silva, Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações dos Serviços de Energia Elétrica da Aneel.

O SR. LUDIMILA LIMA DA SILVA (Para expor.) – Obrigada. Bom dia a todos.

Quero agradecer o convite ao Senador Marcos Pontes e cumprimentar o Senador Marcos Rogério, o Senador Jayme Campos.

A gente vai trazer um pouco da perspectiva da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) sobre a Lei 15.097, que trata das eólicas marítimas.

A ideia é falar um pouco do marco legal – mas já foi bem trazido pela Natália, representando o ministério –; do papel da Aneel nesse modelo *offshore*, das competências atribuídas à Aneel já na lei; da questão do fluxo regulatório, que está em discussão; e dos desafios da implantação dessa nova fonte.

Em relação ao marco legal, só de forma resumida – repetindo aqui o que a Natália já trouxe –, o marco legal traz a questão da disciplina do uso dos bens da União para a geração *offshore* – a gente está falando da exploração do mar –, a questão da outorga de direito do uso desse espaço marítimo, a definição de dois regimes de exploração – a oferta planejada e a oferta permanente – e exige regulamentação infralegal para a plena operacionalização desse modelo de exploração.

A discussão envolvendo *offshore* é uma discussão complexa porque envolve muitas instituições: o MME, com planejamento, diretrizes e as licitações; a EPE, que é a Empresa de Pesquisa Energética, responsável por desenvolver os estudos técnicos e delimitação das áreas – ela é também hoje responsável pelo Portal Único –; o CNPE, com todas as diretrizes estratégicas; inúmeros órgãos setoriais, que vão ser responsáveis pelos licenciamentos, autorizações e emissões das declarações de interferência prévia; e a Aneel, como a entidade responsável pela regulação, fiscalização, outorga (a discussão do balcão único) e a operacionalização da exploração dessa eólica marítima.

Qual é o papel da Aneel no modelo *offshore*? Aí já é de forma alinhada com as próprias atribuições da agência. A gente está falando da fiscalização das obrigações regulatórias e contratuais, da garantia de previsibilidade, isonomia e segurança jurídica para os investidores, de uma interface técnica com o mercado na aplicação das políticas públicas e regulação, da própria regulação setorial, que é a responsabilidade da Aneel, e da atuação por delegação do poder concedente.

Quais são as competências atribuídas à Aneel pela lei e as que estão em discussão? Hoje, a lei já traz que à Aneel compete a missão da outorga de geração de energia elétrica e o recebimento dos estudos técnicos. O que tem sido discutido, no âmbito do GT de *offshore*, da regulamentação infralegal e do próximo decreto, que está sendo discutido, é a emissão da outorga de direito de uso da área para exploração da eólica *offshore*, a condução de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procedimentos de oferta e licitação, a fiscalização na fase pré-outorga, a centralização dos requerimentos do processo de *offshore* – o famoso balcão único –, a operação desse balcão único e de tramitação com todas as outras instituições envolvidas nas emissões das declarações de interferência prévia e a operacionalização das garantias financeiras e das participações governamentais de que trata a lei, que está definida como... que cabe na exploração das eólicas *offshore*.

Qual é uma inovação central em relação aos papéis e competências da Aneel que vem dessa discussão da exploração das eólicas *offshore*? É a outorga do direito de uso da área. Ela é uma outorga específica para a ocupação da área – aqui a gente não está falando da outorga de geração para produzir energia, mas uma outorga para ocupar uma área no nosso mar. Essa outorga é uma outorga distinta daquelas que já estão delegadas para a Aneel; a Aneel tem delegação de emissão de outorga para a geração de energia elétrica, no modelo tradicional, *onshore*. Ela exige um novo arranjo regulatório e fiscalizatório, pressupõe o respeito aos usos múltiplos, com obrigações, prazos, prorrogações relacionados à outorga de geração. É a compatibilização da exploração dessa área e da exploração da geração de energia elétrica.

Quais são os desafios nesse processo de outorga? Quando a gente fala do papel da Aneel como agência reguladora, a gente tem a questão da definição do setor para oferta, a avaliação dessa área, a própria execução e operação. Então, a gente está falando de a Aneel entrar principalmente na avaliação, execução e operação, sendo a definição dos setores para oferta uma discussão principalmente no âmbito da Empresa de Pesquisa Energética, juntamente com o Ministério de Minas e Energia, num papel de definição de políticas públicas e de exploração dessas áreas.

Um aspecto muito importante é a questão da interferência prévia. Hoje a Aneel é responsável pela outorga de usinas hidrelétricas. Na outorga de usinas hidrelétricas, a Aneel tem um papel muito importante de fazer uma relação com as instituições de recursos hídricos, para obter as outorgas de recursos hídricos, e com as instituições de licenciamento ambiental. Então, a gente imagina que, quando a gente fala sobre a exploração das eólicas *offshore*, é importante a Aneel manter e adotar um modelo parecido, em que a Aneel faz essa relação entre os investidores e essas instituições que emitem outorgas e licenciamentos. No caso da eólica *offshore*, a gente está falando da declaração de interferência prévia.

A importância de preservar as competências dos órgãos emissores dessas declarações: então, cada órgão tem a competência de avaliar e declarar se aquela área que está sendo cogitada para exploração da eólica *offshore* é uma área apta para aquela exploração e não interfere nas competências e nas políticas públicas de cada setor envolvido.

O desafio relacionado a isso também é a própria questão dos sistemas administrativos. Cada instituição tem um sistema, um modelo de gerenciamento, então um dos desafios dessa discussão é a integração das instituições e dos sistemas que cada uma utiliza. A gente está falando de instituições com suas competências e com as suas responsabilidades; não existe hierarquia entre esses órgãos, então há a importância de um trabalho conjunto e coordenado.

Uma etapa que pode ser um grande desafio é a divergência dos critérios técnicos adotados por cada uma das instituições na avaliação, e a escala e o volume do potencial de solicitações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Jaime trouxe a questão do potencial. Quando o Ibama começou a receber pedidos de licenciamento de eólicas *offshore*, totalizou 138GW, então a gente está falando de um potencial muito grande. O que se fala hoje, para 2050, num cenário base, seria de 16GW de eólicas *offshore* e, num cenário muito ambicioso, 96GW. Ainda assim, é um volume muito grande, que traz desafios muito grandes. Aí, Senador Marcos Rogério, são desafios de implantação, de regulação, de operação e desafios seguintes, de manter o sistema operando essa nova modalidade e de custos para o consumidor.

Qual que é o desafio hoje operacional da Aneel? Esse volume de pedidos, existe uma sinalização de um grande volume de pedidos para exploração das eólicas *offshore.* Esse é um processo tecnicamente complexo e inédito – inédito porque a gente está falando não só de geração de energia *offshore*, mas também de um processo que envolve diversas instituições e diversas políticas públicas; a operacionalização de um leilão, que vai ser um leilão de área e de energia, com base em diretrizes a serem publicadas pelo Ministério de Minas e Energia, mas uma operacionalização até com base na própria *expertise* da Aneel nos leilões que ela já realiza de geração e de transmissão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUDIMILA LIMA DA SILVA – ... dois tipos de outorga e, portanto, dois tipos de gestão e fiscalização de outorga: de direito de uso e de geração; a regulação e a operacionalização das participações proporcionais governamentais, que está previsto que sejam pagas pelos investidores da dessa eólica; e, nesse cenário, do ponto de vista de desafio da Aneel, é fazer toda essa gestão, considerando, hoje, a nossa capacidade de recursos humanos, de sistemas e de recursos orçamentários.

Para concluir, em síntese, a Lei 15.097 criou um modelo muito robusto, mas a gente tem que reconhecer que é um modelo complexo. Então, por isso a importância até da organização desse GT, envolvendo diversas instituições, para discutir esse novo modelo e que a gente caminhe nas outras regulamentações, com uma discussão muito apropriada das competências e dos desafios relacionados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUDIMILA LIMA DA SILVA – ... a essa exploração.

A Aneel tem um papel central na execução regulatória desse processo. A Aneel é uma agência reguladora com *expertise* na regulação da geração de energia, então ela pode contribuir muito; ela tem muito a contribuir nesse processo.

A segurança jurídica depende de regras claras e bem delimitadas, para que a gente possa ter e passar segurança para os investidores, e o reforço institucional é uma condição para a efetividade; então, é o fortalecimento das instituições envolvidas nesse processo. Todas as instituições têm desafios de pessoal e de orçamento – a Aneel se alinha a esse desafio. Então, ter esse reforço institucional de todos os atores envolvidos é muito importante no sucesso e no avanço das eólicas *offshore*.

Eu agradeço novamente o convite e fico à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dra. Ludimila Lima da Silva, Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações dos Serviços de Energia Elétrica, da Aneel.

Na sequência, eu passo a palavra à Dra. Roberta Cox, Diretora de Políticas para o Brasil no Conselho Global de Energia Eólica, por dez minutos.

A SRA. ROBERTA COX (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Marcos Pontes. Agradeço muito pelo convite de estar aqui.

Cumprimento o Senador Marcos Rogério. Tive a satisfação de estar na sua audiência, na época em que a gente estava discutindo a votação da lei de eólicas *offshore*.

Este é um tema muito caro para mim. Eu trabalho no Conselho Global de Energia Eólica, e a gente está lançando uma coalizão eólica marinha aqui, no Brasil, porque a gente enxerga o Brasil como um mercado excelente para poder desenvolver as eólicas *offshore*. A gente tem muitos interessados em vir para o Brasil, investir e trazer todas as oportunidades que essa fonte pode trazer para o nosso país.

Eu vou, aqui, falar um pouco sobre tudo o que foi comentado e as colocações do Senador Marcos Rogério. É muito pertinente a gente discutir esses temas e colocar tudo na mesa, para esclarecer, mesmo, o que essa fonte tem para trazer aqui, para o Brasil.

Bom, primeiramente a apresentação do Almirante Sílvio foi perfeita. Aqui, a gente não tem um mar que não é conhecido; o mar do Brasil já é extremamente explorado. A gente tem uma engenharia de ponta no Brasil e já tem muito conhecimento aplicado; a gente já produz, explora e coloca uma engenharia muito refinada, ali, nos nossos recursos marinhos. Então não é um desafio inalcançável para o Brasil; muito pelo contrário, as eólicas *offshore*, em termos de engenharia, são muito mais fáceis de se conduzir do que o que o Brasil já opera há décadas, aqui, no nosso mar.

A gente teve essa discussão sobre eólicas *offshore* desde o começo ali da discussão das leis, da lei do Jean-Paul Prates, do PL do então Senador Jean-Paul Prates, e isso vem sendo discutido há muito tempo. Como foram colocadas, aqui, as linhas do tempo, não é também um assunto novo. A gente já discutiu exaustivamente, para poder colocar a lei em votação, que foi muito bem conduzida por esta Casa, foi para a Câmara, voltou e foi votada há mais de um ano. Então é um tema que já foi bastante debatido e que continua em debate.

Na semana passada, como a Natália colocou, a gente teve as diretrizes do CNPE, que foi um importante passo para a gente andar um pouco mais com essa agenda, e a gente tem um cenário global que é muito favorável para o Brasil agir. A gente tem as eólicas *offshore* que já são uma realidade e já avançam em diversos outros países do mundo, a gente tem outros mercados abrindo, a gente tem investidores querendo entrar aqui no Brasil. E o que a gente pede, neste momento, como setor, é uma autorização para estudar as áreas. A gente não está querendo colocar as eólicas *offshore* no mar e gerar energia para este ano, para o próximo ano. E aí, Senador Marcos Rogério, vai um pouco à sua ânsia: "A gente vai ter como escoar isso? Já tem portos? Já tem quem produza no Brasil?". O que a gente quer, neste momento, é a cessão de áreas para poder estudar. Se a gente tiver cessão de áreas hoje, a gente vai produzir e entregar essa energia daqui a oito, ou a dez anos. Então, essa necessidade do escoamento para hoje, o problema do *curtailment*, a falta de baterias no nosso sistema, daqui a oito, ou a dez anos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já pode, com o planejamento, ser endereçada. A falta de cadeia de produção para eólicas *offshore* no Brasil, agora, só não existe – as indústrias não existem, a cadeia de produção – porque ainda não existem eólicas *offshore* aqui. A partir do momento que a gente começar a estudar as áreas, as indústrias que já existem podem se adaptar. Já visitei diversas indústrias que têm até um anexo ao lado esperando as eólicas offshore só para ampliarem suas operações. Um aerogerador *onshore* brasileiro, no Brasil, já é 80% produzido por cadeia local. Vamos fazer isso para o *offshore* também, vamos trazer indústrias, vamos gerar empregos, vamos colocar eólicas *offshore* não só produzindo energia, mas também a indústria; vamos trazer essa indústria para o Brasil, para gerar empregos, para consumir o nosso aço, para fomentar a indústria naval.

Então, tudo o que vocês têm colocado como desafios, que a gente precisa endereçar, eu vejo como imensas oportunidades para o Brasil criar emprego, atrair indústrias que vão consumir essa energia limpa. E esses gargalos que a gente observa de escoamento, de necessidade de adaptação de infraestruturas portuárias, isso tudo tem tempo de planejar. A gente precisa da cessão diária hoje já com celeridade para estudar. São cerca de três anos de estudo. Na modalidade de cessão permanente, quem faz esses estudos são os empreendedores, são os proponentes do projeto, quem desenvolvem, não é um custo do Governo. O empreendedor vai lá, pede a cessão dessa área marinha, por conta e risco dele, e ele começa a fazer esses estudos.

Só os estudos em área *offshore*, que é sempre muito mais onerosa, ficam em torno de R$100 a R$300 milhões, para estudar essas áreas. Tem que estudar o assoalho marinho, o subsolo, os dados metaoceanográficos, a fauna local. É um estudo trabalhoso, demorado, oneroso e quem vai arcar com isso é o investidor, é o empreendedor, o proponente do projeto, por conta e risco dele. Se não houver viabilidade ambiental, técnica ou econômica, ele não segue com o projeto. Agora, se houver, aí vai para as próximas etapas e daqui a oito, ou a dez anos, a gente vai poder gerar essa energia limpa para o Brasil e trazer todas essas oportunidades. Não é questão de não ter potencial, o Brasil tem muito potencial eólico. Os atributos brasileiros são muito positivos. A gente tem um mar muito atrativo, não é um mar violento, um mar turbulento, como é o Mar do Norte, onde já se desenvolvem eólicas *offshore* – foi lá que nasceram as eólicas *offshore*. O nosso mar é muito mais tranquilo para se colocar as turbinas. O vento é de qualidade, tem um fator de capacidade elevado para gerar uma energia constante. Isso é um atrativo que consegue trazer muitos investidores para o Brasil.

E uma coisa que a gente tem colocado é esse custo das eólicas *offshore* – qual é esse custo, se vai ter custo para o consumidor. Bom, na lei de eólicas *offshore*, discutiu-se muito os subsídios que tinham lá dentro. Nenhum desses subsídios era para eólicas *offshore.*

As eólicas *offshore* seguem sem nenhum subsídio. Os investidores querem botar dinheiro aqui e seguir sem subsídios. Os atributos que a gente tem dessa fonte são um fator de capacidade muito constante.

Então, a geração é muito firme. Ela tem atributos para colocar energia na nossa matriz com muita segurança. O horário de geração da eólica *offshore* está combinando com horários de pico de demanda. Isso também é um atributo positivo para agregar na nossa matriz.

Tudo isso a gente quer estudar com mais profundidade para poder mostrar os atributos que essa fonte tem a trazer para o Brasil e que a tornam atrativa, competitiva, trazendo muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

complementariedade à matriz que a gente já tem e trazendo, também, toda essa indústria, a geração de empregos, a geração de renda e recolhendo impostos.

Então, daqui a oito, dez anos, as eólicas *offshore*, como elas representam...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROBERTA COX – ... uma importante ferramenta para a transição energética global, elas estão crescendo globalmente numa velocidade muito grande. A gente tem novos mercados abrindo na Colômbia, nas Filipinas, na Austrália, no Canadá, no Vietnã. A China está investindo massivamente em eólicas *offshore*.

Então, essa escala vai diminuindo o custo e o Brasil vai poder aproveitar isso, surfar essa onda e instalar as eólicas *offshore* a um custo mais competitivo, com os atributos que a fonte tem para agregar segurança energética à nossa matriz e entregar energia limpa num horário de pico.

Então, assim, eu só vejo atributos positivos para essa fonte, que não está competindo com esse momento turbulento de agora e a gente tem tempo para se preparar para trazer todos os benefícios que a fonte eólica *offshore* tem para trazer para o Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado à Dra. Roberta Cox, Diretora de Políticas para o Brasil no Conselho Global de Energia Eólica.

Na sequência, eu passo a palavra para o Dr. Tetsu Koike – desculpe se eu não falei corretamente o nome, não sei –, Diretor do Programa de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação de Secretaria-Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos.

Com a palavra, por dez minutos, por favor.

O SR. TETSU KOIKE (Para expor.) – Bom dia, Senador Marcos Pontes.

Obrigado.

O senhor falou corretamente. E mais uma curiosidade: apesar do nome nipônico, o cabra é pernambucano. Então, já é globalizado desde berço. (*Risos.*)

Quero cumprimentar aqui também o Senador Marcos Rogério, na pessoa de quem cumprimento todos os que estão presentes, nos assistindo presencialmente, e também aqueles que estão *online* nos canais oficiais da TV Senado.

Cumprimento os membros desta mesa, na pessoa da colega e amiga Natália e de todas as mulheres aqui presentes, que debatem fortemente este tema que é tão precioso para nós neste momento.

Senador Marcos Pontes, o Ministério de Portos e Aeroportos – aqui represento o nosso Ministro Tomé da Franca – é totalmente favorável à introdução da geração eólica *offshore* no nosso país. E por quê? Faço agora, com permissão da Roberta, utilizando as suas palavras, o desafio, se encarado como oportunidade, nos lançará dentro de uma dinâmica altamente interessante e produtiva em termos de soberania energética e tecnológica para o nosso país.

Um dos princípios, Senador Marcos Pontes, da Lei 15.097, além de geração de energia, é geração de renda, de emprego e essa soberania energética. Então, nós estamos totalmente favoráveis a todos os estudos, todas as iniciativas e – aqui, agora – à regulamentação em prol desse objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vejam que o sistema portuário nacional hoje coexiste sob dois modelos: um que tem um porto organizado, que é o porto público, administrado por empresas públicas – à exceção do porto de Vitória, de Barra do Riacho, que foi a primeira concessão integral de um porto público no país –, e também os terminais privados, fora das áreas desses portos públicos.

Então, esses dois sistemas, hoje, Senador Marcos Pontes, representam a capacidade de movimentação de 1,4 bilhão de toneladas de todos os tipos de carga. Significa dizer 96%, aproximadamente, se meus números estão atualizados, em termos de volume do nosso comércio exterior e 84% em termos de corrente de comércio, que é o total das exportações e importações em bilhões de dólares FOB.

Pois bem, esse sistema portuário também já está discutindo e se preparando para receber projetos de eólicas *offshore*. Hoje nós temos portos e terminais que já possuem turbinas *onshore* que possuem células fotovoltaicas, que estão trabalhando a questão do hidrogênio verde, que estão trabalhando a questão dos *data centers* – ou seja: tudo isso significa o quê? Um novo horizonte de desenvolvimento para o país e para o sistema de logística, de indústria e de energia que nós temos.

Até gostaria de usar um pouco das palavras do Senador Jayme Campos, quando justamente ele relembrou várias áreas cujas legislações foram recentemente promulgadas aqui no Congresso Nacional, e o Senado Federal foi fundamental para isso. Então tivemos, além da própria energia com a geração eólica *offshore*, a lei do combustível do futuro, tivemos a lei do hidrogênio verde, tivemos a lei do mercado brasileiro de carbono, tivemos a lei do Programa de Aceleração da Transição Energética, chamado Paten, que cria um novo fundo de financiamento desse tipo de projeto, que será operado pelo BNDES.

Vejam: tudo isso forma um sistema de inovação e de oportunidades impressionante. Então, se a primeira turbina vai começar a gerar energia daqui a oito ou dez anos, a discussão é agora. Nós, do setor portuário, estamos habituados a trabalharmos o futuro, Senador Marcos Pontes. Quando nós discutimos hoje, nesta audiência, nós estamos visualizando o Brasil de 2035, 2036 e além. Então, em função disso, é fundamental que nós nos debrucemos de maneira detalhada sobre essa regulamentação.

A colega Natália foi brilhante na sua exposição, destacando que são 23 órgãos públicos dedicados a essa discussão. A Ludimila trouxe aqui tudo o que uma agência reguladora necessita para trabalhar essa questão – e não só a Aneel: nós teremos também a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), que é vinculada ao Ministério de Portos; nós temos a Anac, porque tem a questão do calado aéreo, que minimamente tem que ser discutido – embora se diga que não há grandes influências, mas tem que ser discutido. Então, sabe-se lá que tipo de interferência poderá advir.

Então, tudo isso demonstra o seguinte: a sociedade brasileira – e aqui nós temos o setor privado representado: temos o meu amigo aqui, o Dr. Marcello, representando a ABEEólica; a Roberta, representando aqui o Conselho Global, que vai criar essa coalizão em prol dessa discussão –, temos que estar juntos, irmanados, em prol desse desenvolvimento.

Então, o que nós podemos dizer de imediato? Se nós conseguirmos criar esse ambiente – eu diria até um adjetivo bem diferente – simbiótico de criação, de inovação e de investimento, nós teremos ultrapassado essa primeira, digamos assim, impedância, essa primeira onda, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a daquela incerteza sobre: "Puxa vida! Que desafio é esse?! Será que estamos preparados?". E eu concordo plenamente com o Senador Marcos Rogério, Senador, quando o senhor diz assim: mas, veja, o que nós temos hoje que nos permitiria, ao invés de continuar investindo em energia hidráulica, em energia solar, em tecnologias consolidadas... Por que tratar desse tipo de tecnologia nova de alto risco e de alto custo?

Isso é típico da inovação. Toda inovação passa por esse processo, não é?

Então, nós temos que pensar, digamos assim, mais a longo prazo no seguinte sentido: vamos desenvolver nossa cadeia produtiva, todas as partes, e aqui eu faço uma ressalva fundamental para a indústria naval brasileira. Além da questão portuária – afinal de contas, esses parques eólicos do futuro terão que ter uma base em terra –, teremos que discutir o nosso modelo hoje utilizado de navegação de apoio marítimo, que é aquela navegação que permite às embarcações suprirem hoje as plataformas de exploração de petróleo e gás.

Para o senhor ter uma ideia, Senador Marcos Pontes, a nossa atual lei de ordenamento do transporte aquaviário, muito bem citada pelo Almirante Sílvio Luís, restringe esse conceito, essa definição de navegação de apoio marítimo à questão da pesquisa e da lavra de hidrocarbonetos e minerais, não se fala desse tipo de navegação para atender um parque eólico *offshore*. Então, uma pergunta que nós nos colocamos no Ministério de Portos é: afinal, teremos também que mudar essa lei ou um entendimento mais ampliado poderá ser feito mesmo sem alteração legal?

Por uma questão de segurança jurídica, essa segunda opção me parece, digamos assim, um pouco mais distanciada, porque o investidor que vai aplicar bilhões de dólares quer ter certeza de que o que ele está fazendo não será questionado em nenhum tipo de fórum, ou meio, ou poder constituído.

Então, além da questão portuária, de infraestrutura e de logística, imagine, Senador Marcos Pontes, uma pá, de mais de 120 metros; não tem caminhão, estrada, rodovia que consiga transportar um negócio desses. Então, isso tem que ser feito na área portuária ou próximo à área portuária; ou seja, o conceito de porto-indústria será muito desenvolvido no Brasil, porque nós teremos partes importantes desse processo produtivo – e aqui eu faço menção ao meu colega do Mdic, casa pela qual tenho o maior apreço, porque lá também trabalhei –, e teremos que desenvolver toda essa tecnologia, todo esse desafio, que é oportunidade, com conteúdo local. No começo, poderemos importar? Sim, claro, faz parte; agora, a curva de aprendizado tem que ser rápida. Então, ao mesmo tempo em que estamos importando partes, peças, componentes e embarcações... E as embarcações são complexas: se são SOV ou, enfim, WTIV; são embarcações de que hoje o Brasil não dispõe.

Para o senhor ter uma ideia, eu visitei um armador que tem embarcações para fazer dragagem portuária. Ele disse: "Tetsu, se o Brasil quiser afretar uma embarcação minha para éolica *offshore*, ele vai entrar numa fila que hoje já tem quatro anos de espera". Então, se hoje estivesse tudo autorizado, vai contratar embarcação afretar, quatro anos de espera. Por quê? Todo mundo está afretando e querendo as embarcações. E nós temos no Brasil, Senador Marcos Pontes, o Fundo da Marinha Mercante, são R$8 bilhões de receita por ano, no mínimo. E esse fundo financia exatamente esse tipo de inovação. Então, veja, são muitos atores envolvidos, muitas tecnologias, muitas oportunidades, muitos investimentos, mas qual é a receita de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sucesso, o caminho crítico? É a nossa sinergia como sociedade. Qual Brasil nós queremos como soberania energética?

(*Soa a campainha.*)

O SR. TETSU KOIKE – E aqui concluo minha brevíssima explanação, dizendo o seguinte: como cidadão brasileiro, servidor público de carreira, da carreira de analista de infraestrutura, engenheiro mecânico, se eu tivesse que recomeçar minha carreira hoje, Senador Marcos Rogério, eu iria trabalhar com eólica *offshore* sem sombra de dúvida.

Agradeço a atenção. Fico à disposição para perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Tetsu Koike, Diretor do Programa de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação, da Secretaria-Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos.

Na sequência, eu passo a palavra ao Dr. Artur Boaretto, Coordenador-Geral de Finanças Verdes do Ministério do Desenvolvimento Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). Por favor, por dez minutos.

O SR. ARTUR BOARETTO (Para expor.) – Bom dia.

Cumprimento o Senador Marcos Pontes, o Senador Marcos Rogério, a Dra. Natália, a Dra. Ludimila, a Dra. Roberta e o Almirante. Agradeço também a oportunidade de falar perante todos. Eu acredito que todos que falaram até agora já abordaram aspectos muito relevantes, tanto da lei, quanto do tema como um todo, mas, sob a perspectiva do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, eu queria trazer um mote que tem sido levantado com muita frequência no ministério, que é um tripé muito relevante. Além do aspecto da sustentabilidade, que é levantado com muita frequência, dois aspectos complementares.

Primeiro, o aspecto da competitividade. Quando a gente fala de eólicas *offshore*, a gente sempre tem que considerar que a indústria brasileira tem que ter o elemento da sustentabilidade atrelado também com a competitividade, justamente porque o aspecto ambiental, para o Brasil, é considerado como um ativo muito relevante em outros mercados.

Junto com esse aspecto da competitividade também, a gente tem que ter o aspecto da integração, e isso foi muito bem pontuado pelo nosso colega do Ministério de Portos e Aeroportos, justamente porque a ideia é que essa lei esteja alinhada com outras políticas públicas que são implementadas no Brasil. Foram mencionados, por exemplo, o SBCE, a Lei do Combustível do Futuro e outras leis e políticas públicas que têm sido implementadas hoje em dia.

Nesse sentido, a gente já teve a resolução que foi recentemente publicizada e, nessa seara também, a atuação do ministério da indústria vem no sentido justamente de regulamentar e conseguir trazer mais concretude no que diz respeito ao art. 8º, sobretudo em relação aos requisitos para a indústria nacional. Esses requisitos dizem respeito, sobretudo, ao conteúdo local para a indústria nacional e, para esse conteúdo local, a gente tem que levar em consideração alguns aspectos relevantes que já foram pontuados aqui.

Em primeiro lugar, tem o aspecto territorial. Por quê? Como já foi mencionado, as proporções, quando a gente fala das eólicas *offshore*, são proporções muito maiores. A gente tem que falar sempre de plantas industriais e de produções que estejam próximas do lugar em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que essas plantas vão ser instaladas, em que os primas vão ser localizados. Justamente por conta disso, a gente tem que pensar com muito cuidado, com muita cautela, quando a gente mencionar as outorgas que vão ser concedidas.

Além dessa questão territorial e da proximidade, eventualmente, de plantas industriais, a gente tem que pensar nas consequências que vão ser verificadas em relação ao mercado de trabalho local também. Além disso, a gente tem outros aspectos relevantes em relação a esse requisito para a indústria nacional, que são os setores que vão ser eventualmente impactados.

No âmbito do ministério, a gente identificou impactos positivos também em relação à própria eólica *onshore*. Alguns setores que, potencialmente, vão ser impactados positivamente são: o setor de aço e ferro, o setor de cimento, o setor de alumínio e, potencialmente, outros setores que podem ter um impacto positivo a médio e longo prazo.

Obviamente, num primeiro momento, a gente vai depender, sim, de conteúdo estrangeiro, justamente porque a gente vai depender dessa passagem de conhecimento; mas, a gente tem outras duas políticas que precisam ser acopladas justamente com essa política de eólicas *offshore*, para que a gente consiga ter uma política integrada, como mencionei no início da minha fala.

Em primeiro lugar, tem a Nova Indústria Brasil, no âmbito da Missão 5, que é justamente a missão que trata da transição energética. Uma outra política que a gente tem a intenção de integrar justamente com essa política de eólicas *offshore* é a Estratégia Nacional de Descarbonização Industrial.

Essa estratégia é uma estratégia que é dividida em três marcos temporais. Um primeiro marco, que é o marco de curto prazo, tem o ano de 2026 como meta. O segundo marco, que é o marco de médio prazo, visa ao objetivo de 2035, justamente em linha com essa perspectiva de que os estudos e projetos de eólica *offshore* demandam um tempo para serem desenvolvidos e para terem uma perspectiva mais concreta do que vai ser demandado e dos impactos reais que vão ser realizados. E, por fim, a perspectiva mais de longo prazo, que é 2050.

A Estratégia Nacional de Descarbonização Industrial também é dividida em quatro pilares principais. Um primeiro é o pilar de pesquisa, desenvolvimento e inovação, justamente para a gente conseguir entender, focalizado no que diz respeito às eólicas *offshore*, de que forma que essa cadeia industrial pode ser acoplada no setor, de que forma que a gente pode trazer essas indústrias para o setor e de que forma que a gente pode, por exemplo, acoplar o setor de aço e ferro para essa produção, de que forma como a gente pode aproximar essas indústrias para essa região portuária.

O segundo pilar é o pilar de insumos descarbonizantes, que também precisa ser pensado no médio prazo. O terceiro pilar é o estímulo por produtos de baixo carbono; ou seja, como a gente pode acoplar produtos, como, por exemplo, aço de baixo carbono, cimento de baixo carbono, também na produção de hélices, eventualmente também de cabos que vão ser acoplados nessas estruturas de eólica *offshore*.

E, por fim, o último pilar, que é o quarto pilar, que é o pilar de financiamento e incentivos, que também conversam diretamente com a lei de eólicas *offshore*.

No mais, eu queria destacar também que essas duas políticas que eu mencionei, tanto a NIB quanto a Estratégia Nacional de Descarbonização Industrial, estão dentro do Plano Clima –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foi divulgado recentemente, o Plano Setorial da Indústria, que também conversa com os outros planos setoriais –, e a ideia é justamente que a gente consiga trabalhar em conjunto todas essas políticas.

Hoje em dia, o Ministério já tem trabalhado quais serão esses requisitos, justamente para que, considerando esses requisitos que eu mencionei anteriormente, a partir de outras indústrias que já foram desenvolvidas, a partir da experiência com o próprio petróleo *offshore* que a gente teve no Brasil no passado, a gente consiga criar critérios que não impeçam o desenvolvimento da indústria, não impeçam o desenvolvimento, o estudo e a implementação de novas plataformas e também o desenvolvimento desse mercado como um todo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, obrigado ao Dr. Artur Boaretto, Coordenador-Geral de Finanças Verdes do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Na sequência, eu passo a palavra ao último apresentador, o Dr. Marcello Cabral, Diretor de Novos Negócios da Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias, por favor, por dez minutos.

O SR. MARCELLO CABRAL (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos que estão aqui presentes, demais Parlamentares, àqueles também que estão nos ouvindo de forma virtual.

Queria dizer que é um prazer enorme estar aqui, representando a Abeeolica e os mais de 140 associados que a Abeeolica representa.

Quero dizer que esse tema de geração eólica *offshore* é um assunto bastante caro para a Abeeolica e para os seus associados, assim como, certamente, quando essa discussão começar a ter mais audiências como essa – pela qual eu parabenizo o Senador, por trazer esse assunto à baila –, teremos mais adeptos.

E é muito bom que essas discussões sejam feitas neste ambiente, um ambiente democrático e um ambiente em que a gente está construindo a regulamentação. Isso é muito importante, para que ela nasça de uma maneira... Esse desenvolvimento, essa nova tecnologia, ela nasça de uma maneira segura, sustentável e previsível.

Eu queria colocar um ponto importante, porque essa Lei 15.097 coloca o Brasil num patamar das melhores práticas internacionais.

Essa lei foi construída não só com foco no Brasil. A gente olhou o Brasil e olhou, na verdade, as melhores práticas utilizadas no mundo inteiro.

Ela traz um elemento que é bastante importante, é central para o sucesso dessa nova tecnologia, que é a organização do uso do espaço marinho.

A lei traz essa preocupação para que haja essa utilização com o quê? Com previsibilidade, com segurança jurídica, e o principal, que é o que a gente está vendo aqui nessas últimas horas, que a gente está debatendo aqui, que é a coordenação institucional. Não é uma atribuição de um ente, não; são de vários entes. Isso dá legitimidade, ainda mais, para essa indústria nascedoura no Brasil.

A gente também reconhece, o Brasil reconhece, de uma maneira muito adequada, que o mar é um ambiente de uso múltiplo. Isso aqui também ficou evidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala do uso do mar, a gente está falando que essa nova indústria vai conviver, sem dúvida nenhuma, com outras atividades, como navegação, pesca, turismo, óleo e gás, e outros locais ambientalmente sensíveis. Isso é claro e está na nossa lei.

A lei também acerta, a meu ver, ao estabelecer que o desenvolvimento da geração *offshore* no Brasil deve ser feita de maneira – de novo, a palavra – coordenada, respeitando inclusive as atividades já existentes no mar, mas também as comunidades eventualmente impactadas, e isso também é fundamental.

Esse foi um dos erros que outros países cometeram no passado, de não se comunicarem adequadamente com as comunidades envolvidas com as áreas impactadas. O Brasil não vai cometer esse erro, e a lei já prevê isso. Esse ponto, para mim, é essencial.

Estudando as experiências internacionais, a gente observa que os modelos que são melhores, os mais bem-sucedidos, são aqueles que conseguem equilibrar o desenvolvimento econômico com o diálogo social e o planejamento do uso do mar, e é isso que essa lei traz.

Ao mesmo tempo que a gente está tentando aqui dar clareza sobre essa questão do uso do mar, é importante também a gente entender que a eólica *offshore* não é uma extensão da eólica em terra. Na verdade, a gente está falando aqui de uma nova indústria; não é de um novo modelo regulatório ou de um modelo que vai transformar o modelo que a gente utiliza hoje no Brasil.

O modelo no Brasil, hoje, vive um problema conjuntural, mas hoje é um modelo confiável. Se você olhar o Brasil, o setor elétrico brasileiro, o que a gente atrai de investimentos estrangeiros, seja na geração, seja na transmissão, é porque há uma confiança. Se você olhar o leilão de transmissão que teve algumas semanas atrás, isso está retratado: é competitivo, com deságios e atrai investimentos nacionais e internacionais.

Então, o Brasil é, sim, e o setor elétrico é, sim, olhado não só no Brasil como no mundo como um ambiente bom para se investir. É por isso que existe todo esse interesse mundial e nacional em se fazer eólica *offshore* no Brasil.

Claro que a gente está passando por um problema conjuntural sério no setor elétrico, mas isso se dá por um crescimento desordenado de uma fonte de energia, especialmente a geração distribuída, que cresceu de uma maneira bastante abrupta, e ela não é hoje controlada pelo Operador Nacional do Sistema. Isso, sim, gera instabilidade, e esse é um problema conjuntural que está sendo resolvido. Isso não mostra que o setor elétrico brasileiro está fracassado ou não tem capacidade de agregar novas tecnologias. Muito pelo contrário.

Quando a gente está falando, então, de projetos de geração *offshore*, a gente está falando de uma escala muito, mas muito superior à da eólica *onshore*, com cadeias produtivas complexas, exigências logísticas, como foi dito pelo meu colega do Ministério dos Transportes, Tetsu, robustas; com investimentos, como a Roberta comentou, significativos.

Então, isso implica o quê? Implica a necessidade de desenvolvimento de quê? De portos, embarcações especializadas... Não é só virar uma chave.

A gente tem uma experiência muito grande em *offshore*, no óleo e gás, mas não é virar uma chave. Os equipamentos que são utilizados lá nem sempre são os mesmos. Então, não é apertar um botão e mudar. A experiência do conhecimento do mar, sim, isso a gente tem, mas os equipamentos são uma infraestrutura totalmente diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a gente tem uma oportunidade de desenvolver uma cadeia industrial, como foi dito pelo o Mdic – perdoe-me, Boretto, não é? Artur, não é?

O SR. ARTUR BOARETTO (*Fora do microfone*.) – Boaretto.

O SR. MARCELLO CABRAL – Boaretto. Desculpe-me. Artur Boaretto.

A gente tem uma capacidade muito grande de fazer aqui uma nova indústria, bastante rica, bastante... Eu gosto de dizer que é o pré-sal verde que o Brasil tem, uma oportunidade.

Mas, exatamente nesse momento de você ter essa complexidade... E eu gostei muito das palavras do Tetsu, quando ele disse que, se a gente está incomodado com essa disrupção, com esse grau de complexidade, é porque a gente tem o quê? Uma oportunidade muito grande de fazer uma inovação.

Então, o Brasil tem uma oportunidade muito grande.

A gente tem uma potência instalada no Brasil de cerca de 200GW hoje, e a gente está falando que, só de eólica *offshore,* eu tenho um potencial de mais de mil.

É claro que a gente não vai instalar isso nos próximos 100 anos aqui no Brasil, não são esses mil, a gente não tem essa necessidade, mas, quando a gente fala, por exemplo, de uma turbina *onshore*, hoje, uma das maiores instaladas no Brasil em terra, a gente está falando aqui em seis, sete. A média é de quatro. Quando a gente vai para o mar, a gente está falando de 20 megas por turbina. Ou seja, é uma capacidade quatro, cinco vezes maior do que hoje a gente instala na terra.

Além disso, os ventos são mais constantes. "Ah, por que tem tanto interesse?". Porque os ventos, aqui no Brasil, na costa brasileira, são fantásticos, são excepcionais.

Só para vocês terem uma ideia, a gente chega a um fator de capacidade em torno de 60%. O fator de capacidade é o que faz um projeto, entre outros pontos, ser viável, aquilo que ele gera de energia efetivamente.

Só para vocês terem uma ideia, Belo Monte, a Usina de Belo Monte, lá em Altamira, o fator de capacidade dela é de 40% – uma usina hidrelétrica, 40%. Então, a gente tem um fator de capacidade muito maior de usinas eólicas.

Em terra, já temos um fator de capacidade bastante importante; no mar, é bastante também.

Mas eu queria ampliar a visão aqui.

Para além de a gente poder trazer mais energia limpa para o Brasil e de estruturar uma nova agenda de desenvolvimento econômico, a gente está falando aqui em geração de emprego, de renda e de industrialização.

A gente tem uma capacidade, como foi dito, de dinamizar os portos, desenvolver cadeias produtivas locais, posicionar o Brasil como um protagonista de verdade na transição.

A eólica *offshore* tem o poder de ser um vetor estratégico para vários usos de energia, como, por exemplo, como foi dito, hidrogênio de baixo carbono, os novos combustíveis, os e-combustíveis...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELLO CABRAL – ... *data centers*... Fazendo o quê? Conectando uma política energética com a política industrial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o avanço dessa agenda depende de um ponto crítico, que é o que a gente está fazendo aqui agora: uma regulamentação infralegal. A gente precisa que... Tudo o que foi dito aqui precisa estar transparente, para que o investidor possa, então, começar a desenvolver essa fonte, e, como foi muito bem dito pela Roberta aqui, não é para começar a gerar energia, mas é para começar a estudar, para saber se ali tem potencial com segurança.

Para isso, é fundamental que os critérios para a cessão de áreas, o modelo de contratação, a integração com a transmissão e uma previsibilidade do calendário estejam claros.

A experiência internacional mostra que essa previsibilidade – e quando tem essa coordenação com diversos entes – é determinante para o sucesso dessa fonte.

Eu queria encerrar aqui apenas comentando algo que foi comentado pelo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELLO CABRAL – ... Senador Marcos Rogério, Senador, e prometo usar poucos segundos.

Essa lei é uma lei da qual o Brasil deve se orgulhar. É uma lei que não tem um centavo de subsídio, não tem um centavo de subsídio até o artigo que trata de eólica *offshore*. Não vai haver custo para o consumidor.

Ela não é um leilão, como a gente viveu algumas semanas atrás, em que, por uma questão sistêmica, foi necessário fazer uma contratação de 19 gigas de termoelétricas, para que o consumidor tivesse mais segurança energética, e o consumidor está pagando por isso.

Não é assim. Não tem um leilão de energia, a exemplo do que foi o leilão de térmicas algumas semanas atrás. O que a gente está falando aqui é de modelos de negócios, em que os investidores vão poder ter os seus *offtakes*, os seus contratos, negociados bilateralmente.

Se não for viável, não vai sair do papel. É tão simples quanto isso.

Não é o consumidor pagando, não é o Governo pagando; é o Governo permitindo que haja um ambiente seguro, estável, segurança jurídica com estabilidade, para que eles possam, então, fazer o seu investimento.

No futuro, se o Governo quiser usar a outra metodologia, que é a cessão planejada, ele, sim, escolhe uma área e a oferta, mas, mesmo nesse caso, o investimento é privado; não é investimento público.

Então, acho que isso tem que ficar bastante claro e eu queria aqui parabenizar, mais uma vez, e colocar a ABEEólica e toda a nossa equipe à disposição para esclarecer qualquer dúvida.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Marcello Cabral, Diretor de Novos Negócios da Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias.

Neste momento, então, nós passamos à última parte da nossa audiência pública e, nesta parte, como combinado, o que nós vamos fazer? Eu vou retornar a palavra para cada um dos apresentadores, para três minutos de complementação ou resposta a alguma questão que tenha ficado aberta ou em aberto, ou alguma complementação de assuntos cruzados, vamos dizer assim, assuntos interdependentes, e para as suas considerações finais.

Eu anotei aqui – eu deixei para falar no final – algumas considerações e perguntas que eu vou pedir a quem se achar, vamos dizer assim, dentro do contexto, por favor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos fazendo esta audiência pública com o objetivo de discutir justamente o que foi feito, quais são as providências que foram tomadas após aquela lei – eu não estou com o número dela aqui mais, mas aquela lei.

É importante, sem dúvida nenhuma, a energia eólica, assim como outros tipos de energia renovável.

O Brasil já tem uma matriz muito boa, em termos de energia renovável comparado com o restante do planeta. É uma coisa que nos dá orgulho, quando vemos o percentual da nossa parte renovável com a parte não renovável, em relação aos outros países. Basicamente, é invertido, e isso é muito bom. Mas, como foi trazido pelo Senador Marcos Rogério, o sistema é um sistema inteiro, e a gente precisa analisar esse sistema como um todo.

Para quem trabalha com inovação, a gente sabe que inovação tem um custo, inovação não acontece simplesmente. Existe a necessidade de investimento na base, desde a pesquisa básica até a injeção de recursos nas empresas de inovação, e para isso eu organizo como a ABDI, a Finep, o BNDES são muito importantes para fazer com que essas empresas, essas instituições e *startups* muitas vezes tenham os recursos necessários para desenvolver tecnologias que estejam associadas ou alinhadas com os objetivos do sistema. Mas, sem dúvida, é importante que nós discutamos esse sistema como um todo.

Inclusive, do meu ponto de vista, pensando em negócios, como a gente pode... Quando a gente pensa nas indústrias, por exemplo, a indústria é, ao mesmo tempo, um consumidor de energia, mas também pode ser um produtor de energia e um desenvolvedor de equipamentos, desenvolvedor de partes, sistemas ou mesmo empresas que entram nesse sistema. Ou seja, é um trabalho dos dois lados aí, em que é muito importante que nós tenhamos o desenvolvimento desde a base.

Eu falo, porque eu fui Ministro de Ciência e Tecnologia, e a gente vê a necessidade de fazer esse investimento, incentivar, mas para isso a gente tem que ter um plano concreto, para saber para onde a gente vai, quais são os objetivos que nós temos nesse sistema, e isso exige um trabalho composto de muitos ministérios, muitas organizações e, logicamente, aqui o Senado – o Congresso como um todo – tem que participar também, no sentido de abrir caminho. Eu vejo a participação do Legislativo como um órgão em que, dentro dos interesses públicos, como foi falado, qual o nosso objetivo? Nosso objetivo é que a população e as empresas tenham energia a custo barato, que possam desenvolver os seus trabalhos, desenvolver os seus projetos, com uma energia mais em conta, sem colocar carga no peso, nas costas do consumidor, mas também que o Brasil faça ou tenha a capacidade – e isso é questão de soberania também –, tenha a capacidade de gerar – e a gente tem todas as fontes –, a capacidade de gerar a sua própria energia e não ficar exposto às oscilações geopolíticas que nós temos visto acontecer com muitos países da Europa, principalmente. Eu lembro que, no início da guerra da Ucrânia com a Rússia, a Alemanha tinha acabado de fazer toda uma modificação nas suas políticas energéticas e ela acabou ficando em uma situação muito difícil por causa disso, então ela assumiu: eu quero ser completamente renovável. Mas aí faltou o insumo para isso.

Portanto, nós temos no Brasil, na minha opinião, todas as condições de ter isso, mas para isso a gente precisa desde estabelecer qual é o plano que nós temos, qual é a ideia que nós temos, qual é o objetivo, qual é o plano para chegar lá – a estratégia, o plano –, e, dentro desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

plano, nós temos que ter a maneira de desenvolver essas tecnologias e aplicar isso desde a base, desde a universidade, da pesquisa básica, para o desenvolvimento das inovações necessárias, para que nós tenhamos uma redução – inclusive, redução de custos – e maior eficiência na produção de diversos tipos de energia. Estou falando "diversos", porque geralmente a gente fica falando de eólica, solar, combustíveis fósseis, nuclear, etc., mas quem sabe a gente não possa ter outros tipos de energia sendo desenvolvidos aqui no Brasil.

Inclusive, é uma das perguntas que eu tinha, quando estavam falando sobre aquele prisma: já que ele está dentro da água ali, fixado na posição – eu não entendo nada disso aqui, eu estou colocando, só jogando uma ideia –, correntes marítimas que vão passando o tempo todo, circulando, isso aí não pode ser utilizado, por exemplo, como se fosse um rio? Existe uma energia, existe um movimento de massa, uma quantidade de movimento ali que pode girar alguma coisa. De repente, isso aí pode ser uma maneira de produzir energia usando uma estrutura já pronta. Estou só colocando umas ideias assim porque o desenvolvimento dessas possibilidades é uma coisa que nos dá uma vantagem competitiva muito grande em termos de novas tecnologias, e a gente tem – e eu posso falar de cadeira –, a gente tem cientistas e pesquisadores capazes de desenvolver isso, desde que saibam exatamente em que direção trabalhar e com o incentivo devido, em CNPq, Finep, ABDI, e assim por diante.

Então, esse é um ponto importante para a gente considerar e esses estudos... Eu já pedi inclusive aqui para serem marcadas outras audiências públicas, talvez entrando mais na questão – como foi colocado pelo Marcos Rogério –, na questão do desenvolvimento do sistema e a discussão das partes desse sistema, ou seja, tecnologia, fontes – tecnologia para as fontes –, as fontes em si, a transmissão dessa energia, como pode e deve ser feita da forma mais eficiente possível, depois a distribuição de tudo isso, como chega lá no consumidor e como pode, inclusive, retornar com uma produção distribuída, ou seja, muita coisa pode e precisa ser feita no setor de energia e muita coisa tem sido feita.

Uma coisa que a gente nota sempre no sistema público é a necessidade de coordenação, o que muitas vezes não acontece, entre os diversos órgãos. Às vezes, um ministério está fazendo uma coisa e o outro está fazendo a mesma coisa, com um nome diferente. Essa conversa, que na minha opinião deveria ser coordenada – acontece em qualquer Governo – pela Casa Civil, que geralmente fica mais pensando só na parte política e, na minha opinião, deveria pensar na organização, na coordenação, como um gerente de programas para os diversos ministérios. Mas isso não acontece, a gente precisa ter o desenvolvimento desse sistema de forma mais pragmática no Brasil, para que a gente tenha projetos com começo, meio, fim e com resultados mais eficientes para todo mundo. Então, eu vejo num caso como esse aqui, uma possibilidade enorme para o Brasil.

Eu queria deixar em aberto, só soltar alguns pontos aqui, para alguém raciocinar com isso, com relação... Foram apresentados muitos pontos aqui, mas quais são as oportunidades? Pensando em uma análise *swot*, vamos pensar assim, quais são as oportunidades, os riscos que nós temos com isso que a gente pode ajudar a resolver. Vamos lembrar que a gente está no Congresso justamente para isso. Vocês veem que, de repente, dentro de uma lei ou dentro de alguma coisa a que o Congresso tenha acesso, a gente pode ajudar esse sistema a deslanchar, mesmo que seja ajudar na coordenação, como a gente está tentando fazer por aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu anotei uma série de coisas. Eu não quero ler tudo aqui, mas, em suma, é isto: oportunidades, riscos, maneiras como a gente pode ajudar, o potencial que nós temos com relação a isso; inclusive nessa questão sistêmica, para coordenar essa questão sistêmica como um todo.

Eu anotei sobre as inovações, sobre a possibilidade que nós temos, sobre as ações conjuntas. Eu não vi aqui o Ministério de Ciência e Tecnologia. Acho que é importante ele participar também, trazer a participação de pesquisadores e da própria Finep, dentro dessa categorização de novas *startups* para isso ou novas iniciativas de tecnologia. Fica em aberto para as respostas, depois, de forma geral, que vocês acharem para discutir nesse sentido.

Então, o que nós faremos agora, dentro do horário... Estamos ainda dentro do horário, acho que vai dar tempo, raramente a gente consegue terminar no tempo. Vou retornar a palavra para cada um. Vou pedir para a mesa colocar três minutos para a apresentação de cada um. Vejam que esse toque aqui não sou eu que fico acionando, é automático. Eu não fico coordenando o tempo, é automático, é no minuto final.

Eu já quero, de cara, agradecer a presença de cada um e a participação.

Eu retorno a palavra, então, ao Almirante de Esquadra Sílvio Luís do Santos, Diretor-Geral de Navegação da Marinha do Brasil, para as suas considerações finais e respostas.

O SR. SÍLVIO LUÍS DOS SANTOS (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Eu não poderia deixar de elogiar a sua coordenação, muito bem feita, nesta audiência; uma audiência bastante interessante, com várias perspectivas bastante importantes.

Até para desafiar o público, como a Marinha procurou demonstrar, existem efetivamente vários interesses nas áreas marítimas próximas. Apenas para a reflexão de todos, eu fui a uma FPSO muito próxima dessas áreas. Enfim, são 180 mil barris de petróleo por dia – são 180 mil barris de petróleo por dia. Cada um faça as suas contas, verifique quanto está o barril. Naturalmente, não tem pegada de carbono, mas é uma energia que talvez o Brasil não possa desprezar. Essas delimitações diárias também, de alguma forma ou de outra, elas, enfim, se sobrepõem etc. Então, é só mais um desafio.

A Marinha é sensível a absolutamente tudo isso. Isso é importante deixar muito claro. Como eu falei, a nossa articulação nacional e a nossa presença local nos tornam sensíveis a absolutamente tudo isso. A gente já entende, sim, que a energia eólica *offshore* é importante. Nós temos convicção disso. Nós temos diferencial, como eu mostrei. Os ventos são constantes e direcionais, o que, naturalmente, para o empreendimento, torna-o extremamente mais eficiente, como foi comentado. Então, a absolutamente tudo o que foi falado aqui, a Marinha é sensível.

A Marinha, como eu procurei comentar, é uma agência reguladora, mas ela quer obter soluções; ela não quer, de forma alguma, trazer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÍLVIO LUÍS DOS SANTOS – ... problemas para o empreendimento. Mas o nosso *core* é a boa ordem do mar. É fundamental que o país tenha a boa ordem do mar. Isso tudo está envolvido.

Talvez empreendimentos eólicos *offshore* constranjam a entrada no porto de navios 366. Como o senhor falou, 95% do comércio brasileiro saem pelas linhas de comunicação marítima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Marinha é sensível a isso. Por isso, ela atua dessa forma, sendo uma reguladora, sendo uma facilitadora desse trabalho. Então, é esse sentido que eu gostaria de deixar.

Nós temos, sim, talvez, questões que não são tangíveis, mas que, para nós, são muito importantes, como a defesa da pátria, a soberania nacional. A boa ordem do mar está ligada à soberania nacional. Isso nos é muito caro também. Então, nós somos sensíveis a isso. Estamos trazendo isso para a mesa de negociações. Mas, naturalmente, a Marinha do Brasil pretende ser e será uma facilitadora desse empreendimento.

Eu gostaria de parabenizar todos os presentes. Indubitavelmente, acho que o Brasil tem um grande potencial, que deve ser explorado. Contem com a Marinha do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Almirante de Esquadra Sílvio Luís do Santos, Diretor-Geral de Navegação da Marinha do Brasil.

Na sequência, para as suas considerações finais, eu passo a palavra à Dra. Natália Hoffman, Coordenadora-Geral do Departamento de Transição Energética do Ministério de Minas e Energia. Por favor.

A SRA. NATÁLIA HOFFMANN (Para expor.) – Para concluir, eu gostaria de agradecer à oportunidade, à iniciativa do Senado, do Senador Marcos Pontes, de trazer essa discussão. É uma oportunidade de a gente apresentar o trabalho que se vem fazendo no dia a dia, que é um trabalho árduo, com uma equipe enxuta no MME. É uma característica da transição energética fazer esse trabalho de uma forma colaborativa, inovadora, como nós viemos fazendo no GT. Então, nós conseguimos publicar – o CNPE –, concluir, aprovar, com a participação de 23 instituições. Vocês imaginem que chegar num consenso é desafiador, respeitando a contribuição de cada uma e procurando um consenso.

Da mesma forma, nós estamos agora para fazer o decreto; também recebemos contribuições – quase 400 contribuições dessas instituições, nós estamos na fase de compilação dessas contribuições –, e o objetivo do GT coaduna com o objetivo do Ministério de Minas e Energia, que é trazer segurança energética para o país, com modicidade tarifária, aproveitando as oportunidades, as características que o Brasil tem e trazendo segurança jurídica para esses novos projetos.

Hoje, no dia de hoje, a gente vai continuar com o tema de eólicas *offshore*. Temos um *webinar* sobre o panorama internacional da eólica *offshore* e o potencial brasileiro, no *site*, na página do YouTube do Ministério de Minas e Energia, e eu convido a todos a assistirem.

Também convido a todos a acessarem o *site* do GT, em que nós vamos colocando, na medida do possível, as novidades das agendas e das apresentações, tem bastante material técnico. E essa é a característica do GT: de ser participativo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NATÁLIA HOFFMANN – ... de ter as representações institucionais da competência de cada instituição que faz parte dele.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dra. Natália Hoffmann, Coordenadora-Geral do Departamento de Transição Energética do Ministério de Minas e Energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo agora a palavra, para suas considerações finais, à Dra. Ludimila Lima da Silva, Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações dos Serviços de Energia Elétrica da Aneel.

O SR. LUDIMILA LIMA DA SILVA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Nesta semana, eu estive na Aneel com o Marcello. A Aneel fez a autorização do primeiro sistema de armazenamento de energia, co-localizado numa usina de geração, e, naquela oportunidade, eu falei que a beleza da nossa matriz é a sua diversidade e acho que, hoje, o desafio do Brasil é um bom desafio, que é a gestão da abundância.

Então, quando a gente está falando de todo esse potencial de exploração de uma eólica *offshore*, eu acho que está alinhado com esse bom desafio do Brasil. E, concordando com o que a Roberta falou, a gente está falando de um processo de longa maturação, um processo que tem uma fase de estudos muito longa, até que, de fato, a gente caminhe para a implantação e operação dessas usinas. Então, acho que estamos no caminho certo.

A gente já tem uma lei que traz importantes diretrizes, estamos discutindo, o ministério tem coordenado essa discussão de toda a regulamentação infralegal, e isso é importante, porque, se a gente está falando de investimentos de longo prazo, no futuro – hoje a gente conhece o cenário, mas a gente está falando de um cenário daqui a dez anos, de demanda de energia. Esperamos que o Brasil tenha um crescimento que aumente também a nossa demanda de energia.

Então, é muito importante essa discussão hoje e só agradeço e reforço a importância desta audiência pública, porque, de fato, nós temos que nos preparar para esse futuro, e é o futuro de manter a nossa matriz limpa, renovável e ainda mais diversa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado. Obrigado à Dra. Ludimila Lima da Silva, Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações dos Serviços de Energia Elétrica da Aneel.

Com a palavra, para suas considerações finais e para comentar também alguns dos temas desenvolvidos pelas outras pessoas, por favor, fique à vontade, a Dra. Roberta Cox, Diretora de Políticas para o Brasil no Conselho Global de Energia Eólica.

A SRA. ROBERTA COX (Para expor.) – Agradeço, Senador Marcos Pontes.

Eu queria agradecer a sua fala com essa visão de futuro de país, porque realmente as eólicas *offshore* trazem isso. É muita oportunidade, e a gente consegue visualizar um Brasil com abundância de geração de energia limpa e o que isso pode trazer: é toda uma indústria que vai ser atraída para o Brasil, com geração de empregos verdes, muita energia limpa sendo entregue, como a gente pode fomentar, com isso, mais inovação... A sua ideia de acoplar energia de maré, energia de ondas, até a termoclina é uma conversa que eu tive até com o Carlos Nobre, o nosso cientista brasileiro...

Então a eólica *offshore* traz esse oceano de ideias, de oportunidades, muito investimento internacional e nacional. A gente já tem toda essa *expertise offshore* aqui no Brasil, e é uma oportunidade de a gente agir. Essa energia será entregue daqui a 8, dez anos, mas a gente precisa hoje da cessão de áreas, a gente precisa começar a estudar para poder ter isso. É uma visão de futuro, mas se a gente não tiver a cessão de áreas para começar a levantar esses dados, a estudar, a entender onde são as áreas que vão ter viabilidade econômica, viabilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiental, começar a conversar com as populações e as comunidades que usam essas áreas, a gente não vai conseguir andar com o setor.

É muito boa a sua iniciativa, agradeço demais por essa discussão e as próximas que o senhor se propôs a fazer, para a gente aprofundar mesmo esse tema e coloco aqui tanto o Gwec...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROBERTA COX – como a Coalizão Eólica Marinha à disposição para a gente discutir e fomentar essa liberação das áreas para a gente poder trazer dados robustos, dados primários, que são muito onerosos de se obter do mar e essenciais para a gente ter a completa visão do potencial, das melhores áreas, de como seguir e como aproveitar esse mar de oportunidades que as eólicas *offshore* trazem.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente, muito obrigado, Dra. Roberta Cox, Diretora de Políticas para o Brasil no Conselho Global de Energia Eólica.

Na sequência, para suas considerações finais, eu passo a palavra para o Dr. Tetsu Koike, Diretor do Programa de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação da Secretaria-Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos.

Por favor.

O SR. TETSU KOIKE (Para expor.) – Obrigado, Senador Marcos Pontes. Se o senhor me permite, se nós pudéssemos comparar esta brilhante audiência pública com uma missão aeroespacial, diríamos sem hesitação que tivemos um lançamento, uma operação, um voo orbital e um retorno à base perfeitos. (*Risos.*)

Então o senhor está de parabéns pela condução, e corroboro a sua opinião de que temos que convidar outros atores: o MCTI e todo o sistema de ciência e tecnologia do Brasil, a Antaq, a Anac, enfim, todos aqueles que, de alguma sorte, direta ou indiretamente, têm competências sobre o assunto.

E me atrevo a trazer pistas de resposta à sua indagação, à sua provocação sobre oportunidades e riscos. Como oportunidade, claramente... Eu já disse isso aqui e repito, outros demais repetiram também, para o setor portuário de navegação marítima é uma oportunidade de ouro que nós temos em mãos. Temos que trabalhá-la coletivamente, sinergicamente, de forma coordenada e mirando o futuro do Brasil

Então, faço minhas também as palavras do Almirante Sílvio Luís, no sentido da questão da segurança da navegação, da vida humana no mar, mas nós temos que entender o seguinte: se fosse fácil, já teriam feito há muito tempo. Se é complexo, se é desafiador, o Brasil tem totais capacidades, em todos os níveis, de abraçar essa causa. Então, vamos em frente.

E, como risco, o que é que eu poderia dizer? Nós não podemos, Senador Marcos Pontes, perder mais uma oportunidade na história e ficarmos ao largo da história no seguinte sentido: de uma certa forma, perdemos a oportunidade de termos uma indústria automotiva totalmente nacional. Tínhamos e acabamos abrindo mão. Tínhamos e perdemos uma indústria ferroviária. E quisemos ter, e nunca tivemos, uma indústria de semicondutores. O senhor, como...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. TETSU KOIKE – ... ex-Ministro de Ciência e Tecnologia, sabe do que eu estou falando, do quanto nós batalhamos durante anos pela nossa indústria de semicondutores. Então, nós não podemos permitir que passemos ao largo da história da indústria de eólica *offshore*. Temos que abraçar essa causa e defendê-la. E o Senado Federal é a Casa adequada para mobilizar os atores, para provocar a discussão e termos as soluções de consenso.

No início, há os atritos, é natural – é natural –, faz parte. Agora, não é por causa disso que nós não vamos fazer o que temos que fazer. Temos que pensar o Brasil do futuro, e passa pela soberania energética, pela nossa soberania em inovação tecnológica, pela nossa capacitação e, obviamente, pensando naquele que vai consumir aquele quilowatt-hora na sua residência, que terá a energia limpa, uma energia que gerou emprego, que gerou trabalho, gerou renda e há uma tarifa módica. E aí deixamos o desafio para nossos amigos da Aneel.

Então, muito obrigado pela atenção. Parabéns novamente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Tetsu Koike, Diretor do Programa de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação, da Secretaria-Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos. Concordo plenamente contigo. A gente tem que aprender, nesse nosso país, a não só investir corretamente em áreas estratégicas, mas ter a coragem de investir olhando para o futuro e se encontrar com a tecnologia do futuro.

Você deu um exemplo de semicondutores, ferrovias. Nós ainda temos chances de desenvolver as tecnologias para avançar em diversos setores. Um que está aí flutuando e precisa dessa coragem para se investir é o setor de biotecnologia, por exemplo, com medicamentos biológicos, essa é a fronteira ali do conhecimento. A gente tem a capacidade de desenvolver, mas se espera muito tempo no Brasil, investe-se mal em muita coisa, gasta-se mal em muita coisa e falta a coragem para investir em setores que realmente trazem essa evolução, setores estratégicos, que acabam ficando ao largo por causa do tratamento das emergências locais. Então, a gente precisa ter esse pensamento estratégico no país. Concordo 100%, a gente precisa ter, sem dúvida nenhuma, esse pensamento aqui no Brasil.

Obrigado pelas considerações.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Artur Boaretto, Coordenador-Geral de Finanças Verdes do Ministério do Desenvolvimento Indústria, Comércio e Serviços.

Por favor.

O SR. ARTUR BOARETTO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Agradeço também o convite feito ao ministério da indústria para participar do debate e agradeço também as contribuições dos nobres colegas. O debate foi muito rico.

Em relação ao questionamento que foi feito, em relação às oportunidades e aos riscos, eu identifico uma oportunidade clara, inclusive por conta da audiência pública que foi realizada recentemente em relação à Estratégia Nacional de Descarbonização Industrial, porque nós recebemos mais de 245 contribuições no âmbito da audiência pública, e certamente um dos setores de maior destaque foi o setor de energia eólica; e energia eólica offshore foi também apontada como um ponto de atenção no âmbito da audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa integração da indústria com energia eólica é uma oportunidade, e a indústria, a partir do momento que a gente conseguir colocar esse requisito da indústria nacional como requisito para as plataformas *offshore*, a gente vai conseguir, de fato, colocar isso como uma prioridade nacional. Então, eu identifico isso como uma oportunidade.

Ao mesmo tempo, como risco, eu acho que é a integração da rede de distribuição nacional, porque, se a gente não conseguir integrar o que for produzido de forma *offshore* ao interior do país, a gente vai perder uma grande oportunidade. Na minha perspectiva, esse é o maior risco.

No mais, eu queria colocar a Secretaria de Economia Verde à disposição do Senado e dos demais aqui presentes. Precisando de qualquer auxílio e tendo qualquer dúvida, a gente fica inteiro à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente.

Obrigado ao Dr. Artur Boaretto, Coordenador Geral de Finanças Verdes do Ministério do Desenvolvimento Indústria, Comércio e Serviços.

E, finalmente, eu passo a palavra ao Dr. Marcello Cabral, Diretor de Novos Negócios da Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias.

Por favor...

O SR. MARCELLO CABRAL (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Mais uma vez, bom dia a todos. Muito obrigado pela audiência e por trazer esse tema tão importante para o país.

Eu queria começar também falando da oportunidade que a gente não pode perder. É muito simples: a gente não pode perder a oportunidade de começar a criar uma indústria da maneira certa. E aí eu já venho aqui parabenizando, inclusive, a coordenação do Ministério de Minas e Energia, porque, como a Natália comentou, é um desafio gigantesco você tratar com 23 instituições, esse é o grande desafio, você conseguir coordenar; não é um ministério, não é uma entidade, são várias, porque o uso múltiplo do mar vai exigir isso.

E a gente está começando da maneira certa. Eu até... Fica um desafio muito grande, porque os investidores – eu, como represento o mercado – querem que comece o quanto antes, e é verdade, porque a gente sabe que, neste momento, a gente não está falando em gerar energia, a gente está falando em estudar. Então, a gente também não pode perder essa oportunidade de criar uma indústria nova sem o Governo colocar recurso, sem subsídio. O Governo vai começar a criar uma indústria permitindo que os interessados estudem, e isso é fantástico. Então, é uma oportunidade de ouro que a gente tem de criar uma nova indústria, capaz de gerar não só empregos, mas empregos de alta qualificação.

Um exemplo também que eu gostaria de trazer é: se a gente fosse discutir o custo da eólica *onshore* quando ela começou, lá nos anos 2000, a gente não começaria; mas o país entendeu que era importante, criou-se um subsídio para que ela pudesse iniciar, e hoje é uma das fontes mais baratas que tem, sem subsídio. Ela consegue se viabilizar hoje, qualquer nova usina eólica no Brasil se viabiliza sem subsídio e compete de igual para igual...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLO CABRAL – ... com qualquer fonte. Então, isso é fundamental, mas porque teve uma decisão política lá atrás que tornou isso possível.

Outra coisa importantíssima: a gente não consegue mais construir usinas hidrelétricas no país e grandes reservatórios. A gente não consegue mais, isso é uma realidade. E, durante muito tempo...

Eu trabalhei 18 anos na Eletronorte, trabalhei dois anos também no Ministério de Minas e Energia, dois anos na Eletronuclear, então estou há 25 e poucos anos no setor elétrico. Conheci o projeto de Belo Monte visitando Altamira, desde o começo, e as usinas da Eletronorte também as conheço bastante. Você não tem mais uma Tucuruí da vida. Você não vai ter mais uma Itaipu. Você não vai ter mais isso.

A discussão para se construir essas usinas, que são importantes, que são estruturantes para o país, foi muito dificultada por questões de incompatibilidade entre o que se quer de desenvolvimento e os impactos ambientais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELLO CABRAL – ... adjacentes. Hoje, a gente está tendo a oportunidade de começar o que eu diria que seriam as substitutas das hidrelétricas, com grandes reservatórios – que a gente não tem mais –, de maneira correta, com capacidade de fazer respeitando o meio ambiente, as comunidades e criando uma indústria fantástica para o país. Então, não podemos perder essa oportunidade.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado. Muito obrigado ao Dr. Marcello Cabral, Diretor de Novos Negócios da Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias.

Com essas considerações finais, nós terminamos as apresentações, terminamos as considerações. Eu gostaria finalmente aqui de agradecer a todos aqueles que participaram aqui conosco, presencialmente, e também àqueles que participaram via *online*, participando, observando, conhecendo mais sobre essa área, sobre esse assunto, que é muito importante.

Nós já deixamos aqui como ação dessa... Terminar uma discussão sem nada a fazer é inútil. Então, já como ação disso, já coordenei, tanto com o meu gabinete quanto com o Senador Marcos Rogério, que é o Presidente da Comissão – que é ele que aprova, na verdade, isso – um próximo requerimento para outra audiência pública sobre um assunto semelhante. Eu digo semelhante porque talvez nós possamos trazer algumas nuances que foram levantadas aqui, algumas derivações dos assuntos que foram tratados aqui com outras participações. É importante para a gente dar continuidade, mas que também a gente comece e continue com as ações efetivas, porque só com a discussão também a gente não chega a lugar nenhum. A gente precisa ter ações efetivas. Isso é importante para o nosso país, é importante que o país se destaque nesse setor de energia renovável. É importante que nós tenhamos a infraestrutura necessária, que o consumidor sinta isso do ponto de vista positivo para ele, em termos de custo, em termos de viabilidade energética, tanto para as indústrias também quanto para o consumidor normal – nosso no dia a dia, como um todo.

Que o país tenha a capacidade, a soberania, para dominar essas tecnologias todas e fazer a transição entre uma energia tipo fóssil para as outras energias, de forma inteligente, de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sustentável, e que as tecnologias ajudem com isso. Então, é muito importante essa nossa participação, essas nossas discussões e também as ações que vêm a partir daí.

Quero aproveitar também e agradecer à nossa mesa pelo trabalho aqui da Comissão. Parabéns pelo trabalho – obrigado! – sempre muito competente e a todos aqueles que nos ajudaram a ter esta audiência pública com sucesso. Então, novamente, muito obrigado a todos os participantes. Depois, vou pedir para que se juntem aqui para a gente tirar uma foto. Acho que era isso que você estava falando, não é? Está vendo? Lembrei-me desta vez.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 09 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quatorze minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Laércio Oliveira, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Efraim Filho, Zequinha Marinho, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Izalci Lucas, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Paulo Paim, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Augusta Brito, Teresa Leitão, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Jorge Kajuru e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Eduardo Braga, Cid Gomes, Irajá, Beto Faro, Rogerio Marinho e Jorge Seif. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 15/2024 - CDR, de autoria Senador Laércio Oliveira (PP/SE), REQ 17/2024 - CDR, de autoria Senador Laércio Oliveira (PP/SE), e REQ 18/2024 - CDR, de autoria Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Finalidade:** Audiência Pública Interativa com o objetivo de debater o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais e o novo modelo de desenvolvimento regional após a EC 132 e regulamentação do PLP 68/2024. **Participantes:** Roni Peterson Bernardino de Brito, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - RFB (representante de: Bernard Appy, Secretário da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda); Sr. Gilberto Alvarenga, Consultor Tributário da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC (representante de: José Roberto Tadros, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo); Mário Sérgio Carraro Telles, Superintendente de Economia da Confederação Nacional da Indústria- CNI (representante de: Antônio Ricardo Alvarez Alban, Presidente da Confederação Nacional da Indústria- CNI); Sr. Tácio Lacerda Gama, Consultor Técnico da Abrasca (representante de: Pablo Cesário, Presidente-Executivo da Associação das Companhias Abertas - Abrasca); e Sr. Luís Fernando Pereira da Silva, Vice-Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Estado de Fazenda da Região Norte - Comsefaz e Secretário de Fazenda do Estado de Rondônia (representante de: Carlos Eduardo Xavier, Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Estado de Fazenda - Comsefaz).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Audiência Pública Interativa realizada. O presidente submeteu ao plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores, assim como a da presente reunião, as quais são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/10

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, a realizar-se nesta data, 10 de dezembro de 2024.

Quero comunicar ao Plenário da Comissão que esta será a nossa última reunião do ano e eu vou fazer aqui um breve resumo das nossas atividades, para, em seguida, passar a direção dos trabalhos ao nosso colega Laércio para ele presidir a audiência pública que está marcada para esta data, uma vez que a gente tem por praxe que aquele Senador que pede a audiência pública,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresenta o requerimento da audiência pública, presida. Então, vou fazer este pequeno pronunciamento aqui e já passo a palavra ao nobre Senador Laércio.

Ao encerrar este mandato como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), apresento um balanço das atividades realizadas ao longo dos anos de 2023 e 2024, marcados por intenso trabalho e comprometimento com as pautas prioritárias para o desenvolvimento regional e o turismo em nosso país.

Atividades realizadas em 2023: uma reunião de instalação e eleição da Mesa Diretora: Presidente e Vice-Presidente; nove reuniões deliberativas; seis reuniões públicas da CDR; seis audiências públicas conjuntas com a Comissão de Infraestrutura – foram reuniões muito produtivas que nós fizemos junto com a Comissão de Infraestrutura –; uma audiência pública conjunta com a CI e a Comissão de Meio Ambiente; uma reunião deliberativa com audiência pública; uma reunião para a deliberação das emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024; uma reunião para a deliberação das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024, com caráter deliberativo; uma reunião para a deliberação das emendas do Plano Plurianal (PPA) de 2024 a 2027, com caráter deliberativo; e um evento externo.

Atividades realizadas em 2024: doze reuniões deliberativas; seis audiências públicas da CDR; uma audiência pública conjunta com a CI; uma reunião deliberativa com audiência pública; uma reunião para a deliberação das emendas do PLOA de 2025; uma reunião para a deliberação das emendas do PLDO de 2025.

Participação de ministros na CDR. A Comissão também contou com a presença de importantes autoridades do Executivo Federal, que contribuíram para o debate sobre temas estratégicos para o país, como, por exemplo, o Ministro do Turismo, Celso Sabino, que esteve aqui várias vezes; o Ministro dos Transportes, Senador Renan Filho; o Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Sr. Waldez Góes; o Ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França; a Ministra do Planejamento e Orçamento, Senadora Simone Tebet; o Ministro das Cidades, Sr. Jader Filho; e o Ministro da Casa Civil, Rui Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reitero minha gratidão aos colegas Parlamentares, servidores da Comissão, consultores e representantes da sociedade que contribuíram para a realização das atividades ao longo desse período.

Esse biênio foi marcado de diálogo, construção coletiva e dedicação aos desafios que se apresentam para o desenvolvimento regional e o turismo em nosso país.

Com o sentimento do dever cumprido, com humildade, encerro minha gestão, desejando que a Comissão continue avançando em prol de uma agenda que promova o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da nossa população.

Eu quero citar aqui, em agradecimento, o nome dos membros da Comissão, que secretariaram, toda a equipe da Secretaria de apoio da Comissão, que conviveu conosco durante esses dois anos. E, se fizemos algo de útil e contribuímos para o nosso país, devemos muito a essas pessoas que nos ajudaram aqui na Comissão. Então eu quero fazer uma menção honrosa aqui ao nome do Marcus Guevara Sousa de Carvalho, que é o Secretário; ao Jazer Jose de Melo, que é o Secretário Adjunto; à Daiane de Morais Soares; ao Gabriel Guimarães de Oliveira; à Jéssica Vieira Barros; à Lidiane Leal Lima; à Luciana Ferreira Cardoso de Oliveira, e à Sophia Hernandes.

Então, agradecendo a todos, em especial à Secretaria, pela nossa convivência nesses dois anos aqui, eu dou o meu muito obrigado e passo a Presidência ao nobre Senador Laércio Oliveira, para conduzir aqui a audiência pública que ele solicitou.

Um abraço a todos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Muito bom dia a todos. É um prazer muito grande recebê-los aqui nesta audiência pública.

A gente pede até desculpas pela não participação ativa de Senadores, vocês vão perceber, eles entram e saem, entram e saem. Nós estamos em um período intenso aqui dentro do Senado Federal. Além de uma rotina... de um acúmulo de projetos que precisam de votação até o final da próxima semana, a gente ainda se esbarra no problema sério que vocês têm acompanhado pela imprensa, que é exatamente a harmonia entre os Poderes. Existe um clima de fotografia aqui não muito agradável, e a gente tem vivido desde a semana passada esse clima aqui dentro. A gente está trabalhando, eu mesmo estou empenhando a minha força de trabalho para ver se a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontra um bom senso, se a gente constrói uma linha de raciocínio que seja plausível para todos e que a gente consiga avançar nesses projetos, fazer aquilo que precisa ser feito não só nas Comissões, mas também no Plenário do Senado Federal para que a gente entregue à sociedade aquilo que a sociedade nos confiou, que é exatamente a representatividade de cada Estado brasileiro.

Portanto, mesmo assim, a gente os recebe com muito prazer, agradece muito a presença e vamos discutir um tema que é importante, que está tão presente nos nossos dias, principalmente nesses últimos dias quando há a intenção de fato de se votar daqui a pouco, de se fazer a leitura do relatório da reforma tributária na Comissão, na CCJ, abrir vista, seja de 24 ou de 48 horas, mas que até quinta-feira se vote aqui na Comissão e no Plenário esse projeto. A gente discute um tema importante que tem uma sintonia perfeita com isso e ainda há tempo de oferecer alguma contribuição, principalmente ouvindo a experiência e a competência dos senhores convidados para participar desse evento.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública interativa com o objetivo de debater o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais e o novo modelo de desenvolvimento regional após a Emenda Constitucional 132 e a regulamentação do PLP 68, de 2024, em atendimento aos Requerimentos nºs 15, 17 e 18, de minha autoria.

Eu convido para, juntamente comigo, compor aqui a mesa, os seguintes convidados: Sr. Roni Peterson Bernardino de Brito, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil; convido também o Sr. Pablo Cesário, Presidente-Executivo da Associação das Companhias Abertas; convido também o Sr. Gilberto Alvarenga, Consultor Tributário da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, a nossa CNC; e convido também o Sr. Mário Sérgio Carraro Telles, Superintendente de Economia da Confederação Nacional da Indústria.

Por favor, senhores. (*Pausa.*)

Ainda contamos com a presença remota, via sistema de videoconferência, Sr. Luís Fernando Pereira da Silva, Vice-Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda da Região Norte (Comsefaz) e Secretário de Fazenda do Estado de Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro que o Sr. José Alves Filho, Presidente da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável, declinou do convite para participar da audiência pública.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Aquelas respostas que não puderem ser oferecidas aqui serão entregues aos convidados e certamente, posteriormente, eles farão a resposta via *e-mail*. O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao final das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares presentes inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Antes de iniciarmos as exposições, eu gostaria de compartilhar algumas manifestações de cidadãos que recebemos por meio do e-Cidadania. E já deixo aberto para que os expositores possam responder eventuais questionamentos ou fazer comentários que julgarem necessários. Já temos aqui quatro perguntas.

Diomédio, de Pernambuco, que pergunta: "[...] Como a reforma tributária pode afetar as receitas de estados e municípios mais dependentes do fundo de participação?".

Oswaldo, do Rio de Janeiro, pergunta: "Como evitar variações excessivas entre as alíquotas de regiões próximas, para não causar evasão de consumo?".

Thayna, da Bahia, pergunta: "Como esse fundo pode ser estruturado para promover maior equidade territorial e ao mesmo tempo preservar os direitos dos contribuintes?".

Gabriela, do Rio Grande do Sul, pergunta: "Como a reforma tributária pode equilibrar o desenvolvimento regional e garantir segurança jurídica na transição do sistema fiscal?".

Vamos dar início à participação dos nossos convidados, e eu começo concedendo a palavra ao Sr. Roni Peterson Bernardino de Brito para sua exposição. Fique à vontade! Roni, muito obrigado pela sua presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RONI PETERSON BERNARDINO DE BRITO (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente, na pessoa de quem eu quero cumprimentar a todos os meus colegas de mesa. Quero agradecer ao Senador Presidente Laércio pelo convite, cumprimentar a todos os nossos presentes e aqueles que nos acompanham de forma remota; agradecer por essa oportunidade.

É um tema muito importante, porque um dos objetivos da República é o desenvolvimento, é a redução da desigualdade e a elevação da sociedade como um todo a um patamar de vida, de bem-estar muito superior. Então, nada mais importante do que discutirmos esse novo modelo de desenvolvimento regional dentro do qual, na fase de transição, se encontra o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais. Então, antes de abordar especificamente o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, acho que vale a pena a gente comentar sobre modelos de desenvolvimento regional.

Esta Comissão é o *locus* ideal para essa discussão, ela se destina a isso e ela tem feito um trabalho excelente ao longo do tempo. E nós temos, como sociedade, enfrentado nos últimos anos essa discussão sobre qual o melhor modelo de desenvolvimento regional. Nós estamos saindo de um modelo puramente... puramente, não, mas principalmente baseado em benefícios fiscais; claro que não é puramente, mas principalmente baseado em benefícios fiscais. E na reforma tributária se propôs, e este Congresso Nacional, juntamente com toda a sociedade, entendeu que um novo modelo baseado em gasto público, baseado em recursos parece ser mais ajustado e um modelo mais eficiente.

Há vários fundamentos para esta decisão. Nós poderíamos citar que o gasto público permite a todas as unidades federativas intervirem com eficiência na promoção do desenvolvimento. O que a gente vê é que aquela busca de desenvolvimento apenas com incentivos fiscais muitas vezes não alcança o objetivo, porque o ente, o estado, às vezes o município que está na empreitada, carece de outros instrumentos para alcançar o seu desenvolvimento, muitas vezes é infraestrutura, muitas vezes é fluxo de caixa para as empresas, outras vezes é mão de obra qualificada e diversos desafios que compõem uma cesta que, se bem organizada, levará ao desenvolvimento da região. Os incentivos fiscais não conseguem cobrir toda essa cesta de ferramentas necessárias para se alcançar o desenvolvimento ao passo que o gasto orçamentário, o gasto, o investimento têm maior potencial de cobrir todos esses instrumentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro ponto que também, teoricamente, é uma grande virtude desse modelo de gasto em vez do modelo de renúncia fiscal é a autonomia dos entes federativos, na medida em que cada ente federativo vai receber os recursos e terá plena autonomia para gerir esses recursos, diferentemente do que nós temos hoje, em que, para concessão de um benefício fiscal, após todos os solavancos que vocês conhecem bem, é necessária a aprovação de todos os demais entes federativos no âmbito de convênio. Agora, não, cada ente federativo vai receber o recurso e terá absoluta autonomia para gerenciar conforme lhes parecer melhor. Inclusive, parece até um papel relevante desta Comissão aqui discutir e propor, sugerir, apresentar medidas eficientes de gasto público, de gasto com esses recursos. Esta é uma Casa do povo, uma Casa da sociedade e que pode talvez, quem sabe num segundo momento de discussões, ouvir a sociedade, talvez até por ente federativo, acerca de melhores alocações dos recursos que serão recebidos por todos os entes federativos.

Então, esse é o nosso futuro, é para onde nós estamos indo. O Fundo de Desenvolvimento Regional é a grande estrela deste novo modelo. Para chegar lá, nós vamos passar por uma transição. Nós vamos sair deste modelo de renúncias fiscais para chegar ao modelo de gasto público e, nesta transição, o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais é a grande estrela, o grande agente desse processo. O objetivo desse fundo, como o nome já diz, é, em razão da transição do ICMS para o IBS, nós termos a redução gradual do ICMS e o crescimento gradual do IBS.

Então, nesse processo, algumas empresas, alguns agentes econômicos que se instalaram ou fizeram investimentos baseados naquele benefício fiscal que receberam teriam alguma perda, alguma redução de ganho, de potencial econômico, e o objetivo desse fundo é compensar estas perdas que virão da implantação do novo sistema. É um fundo que financiará essa compensação de 2029 até 2032 para os benefícios que já estavam instituídos à época da aprovação da Emenda Constitucional 132, de 2023.

Vários pontos têm sido discutidos acerca do que foi proposto no Projeto de Lei Complementar nº 68 pelo Executivo, depois foi aprimorado pela Câmara e agora está em aprimoramento aqui pelo Senado Federal. Como vocês conhecem bem, é uma tarefa muito complexa tentar harmonizar as diversas formas de benefícios fiscais que nós temos hoje para em cada uma encontrar qual é o ganho, qual é o benefício fiscal efetivamente fruído por uma empresa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que nós possamos, a partir desta mensuração, compensar de outro lado uma perda que advier do novo sistema. Realmente é uma matéria complexa e é muito importante a participação da sociedade, dos acadêmicos, dos estudiosos. Várias sugestões de aprimoramentos operacionais, procedimentais têm sido recebidas, e nós temos tentado auxiliar esta Casa, este Senado Federal, no aprimoramento deste procedimento e também algumas regras de conteúdo mais meritório também têm sido apresentadas. A função que nós temos exercido neste processo é de subsidiar esta Casa, que é quem efetivamente tomará as decisões com as informações, com as análises técnicas. Muitas delas já têm sido adotadas no relatório que foi apresentado ontem e ainda estarão em discussão durante todo o tempo em que esta matéria tramitar por esta Casa.

Um ponto que já foi levantado em discussões anteriores é acerca da abrangência dos benefícios a serem compensados e também tem sido levantado em outras oportunidades acerca de eventual tributação dos recursos que serão recebidos a título de compensação pela redução de benefícios fiscais. O que nós propusemos no projeto de lei é conceder a esta compensação o mesmo tratamento que é concedido ao benefício fiscal em si. Se o benefício fiscal em si recebe alguma desoneração tributária, seja de Imposto de Renda, contribuição social, parece razoável que a compensação por este benefício fiscal também usufrua deste benefício. Por outro lado, se o benefício fiscal, que é a origem desta compensação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONI PETERSON BERNARDINO DE BRITO – ... sofre algum tipo de tributação, nos parece razoável que a compensação pela redução deste benefício continue sofrendo a mesma tributação, mas, de novo, nosso propósito aqui como Executivo é oferecer neste tema todas as ferramentas, os subsídios para que esta Casa possa tomar decisões esclarecidas, decisões fundamentadas acerca de todos os pontos colocados.

Eu me mantenho à disposição e agradeço, Presidente, pela oportunidade de abordar um tema tão importante para o desenvolvimento do país como um todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Roni.

É um prazer muito grande recebê-lo aqui e ouvir a sua exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero passar a palavra para o Luís Fernando Pereira da Silva para que ele faça também a sua exposição.

Luís, fique à vontade.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente.

Agradeço ao Roni também pela exposição, que situa bem o tema que está sendo discutido nacionalmente. As preocupações de toda a sociedade em torno desse tema foram também bem expressas nas perguntas lidas pelo Presidente, pelo Senador Laércio, no início da sessão, especialmente quanto à equidade, quanto ao estímulo que esse novo modelo de desenvolvimento regional vai trazer para a redução de desigualdades regionais.

Eu vou me permitir compartilhar a tela aqui com os senhores para que a gente fale um pouco mais sobre esse tema.

A gente sabe que o tema aqui está focado no Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, mas quando a gente se refere ao modelo de desenvolvimento regional do país, o novo modelo que vai substituir os benefícios fiscais, a gente tem que lembrar que além do fundo de compensação de benefícios, que é transitório, que é para permitir essa transição até 2032 com segurança jurídica, além desse modelo, nós temos a questão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, previsto na Emenda Constitucional 132, mas ainda pendente de regulamentação, uma lei ordinária irá regulamentar exatamente o funcionamento, os detalhes do repasse desse fundo.

Esses dois fundos ainda são complementados por outros dois relacionados à região da Amazônia: um especificamente para a Zona Franca de Manaus, o fundo de manutenção da competitividade da Zona Franca de Manaus e, outro, para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Ocidental, especialmente os demais Estados da Amazônia Ocidental e Amapá, que contam com áreas de livre comércio para manter a sua competitividade em regiões de fronteira, em regiões onde é mais difícil a atração de investimento.

O Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais foi motivado pela necessidade de uma transição do ICMS para o IBS, sabendo que o ICMS tem uma série de benefícios que todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados concedem, e isso tem mais de 40 anos, esse mecanismo se instalou no país há muito tempo, começou com o objetivo mesmo de atração de investimento para regiões menos desenvolvidas e, depois, isso acabou sendo, de certa forma, desvirtuado, porque todos os estados passaram a oferecer esse benefício e isso acabou zerando o efeito de atração de investimento, ficando apenas o efeito de redução de receitas dos estados.

Então, os estados brasileiros... E eu falo aqui pelo Comsefaz, o comitê de secretários de fazenda, finanças e tributação do país, o comitê de secretários entende que era necessário mesmo uma redução, a adequação desse modelo e um alinhamento às melhores práticas internacionais que evitasse trazer para a tributação sobre o consumo, para o IVA, esses mecanismos de benefícios fiscais, de incentivos tributários, porque isso traz um risco de perda da própria competitividade do país, de perda de produtividade do país, já que isso motiva a locação de plantas industriais em locais distantes dos centros consumidores ou fornecedores de matéria-prima e isso onera o custo de produção, que é compensado por benefícios fiscais, mas que, em termos de preço final, acaba sendo onerado.

Então, isso não é bom mesmo para a economia do país, e os estados brasileiros entendem isso. No entanto, nós nos preocupamos com dois aspectos: a segurança jurídica, para quem alocou a sua planta industrial, fez investimentos baseados nos benefícios fiscais concedidos, e a questão do instrumento que vai substituir benefícios fiscais para a atração de investimentos para regiões menos desenvolvidas do país.

Então, essas preocupações precisam ser endereçadas, e a retorna tributária fez isso através do Fundo de Compensação de Benefícios, do FNDR e dos outros dois fundos da Amazônia. Então, esse foi o objetivo, e essa transição que vai se dar entre 2029 e 2032, que é o período em que o IBS, a alíquota do IBS, como o Roni Peterson mencionou, vai num crescendo, vai sendo aumentada gradualmente, à medida que o ICMS vai reduzindo gradualmente, 10% a cada ano, de 2029 a 3032, e, depois, em 2033, passa a vigorar plenamente a alíquota. E, durante esse período em que aumenta o IBS e reduz o ICMS, é preciso compensar a parte relativa aos benefícios do ICMS. Por isso, o fundo.

Lembramos que a emenda constitucional não previu isso para todas as atividades. São, principalmente, as atividades agropecuárias, industriais e agroindustriais que contam com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrapartidas para o financiamento de infraestrutura, de investimentos em infraestrutura. Então, esses benefícios concedidos sob condição onerosa são aqueles que serão compensados pelo fundo, isto para que o critério seja concedido por prazo determinado e sujeitos a condições específicas.

Então, o desenho, como um todo, faz sentido, deixa de fora atividades comerciais, prestações interestaduais com produtos agropecuários, atividades portuárias e aeroportuárias. Essas atividades terão apenas um alongamento até 2032, a redução vai ser mais gradual para as atividades que não serão compensadas, mas em 2032 deixa de existir essa compensação. A Lei Complementar 160 previa uma redução mais acelerada, de 20% ao ano, mas ela passa a ser de 10% ao ano nesse período de 2029 a 2032.

Então, esse desenho, como um todo, é sustentável, faz sentido, mas nós, estados brasileiros, nos preocupamos com alguns aspectos dessa transição, principalmente a questão do conceito de onerosidade, porque o que a emenda constitucional e o PLP 68 preveem é que não serão compensadas as contribuições feitas a fundos de infraestrutura dos estados, e a maioria dos estados optou por permitir às empresas incentivadas que aportassem recursos no fundo, num fundo de infraestrutura estadual para que o estado pudesse gerir esses recursos para prover essa infraestrutura. Isso é um mecanismo mais adequado para, inclusive, melhorar a qualidade desse gasto, ou melhorar o ordenamento desses investimentos em infraestrutura.

Então, quando o PLP 68, no seu art. 384, retira a possibilidade de que essas contribuições sejam compensadas, isso acaba gerando alguma insegurança. Então, esse é um ponto.

Um outro ponto é que os benefícios têm vigência, normalmente, de até dez anos, e, ao final desse período, pode-se fazer uma prorrogação, uma renovação do benefício para aquelas empresas que fizeram os investimentos corretamente, cumpriram os requisitos de geração de emprego, de utilização de matérias-primas regionais. Enfim, os requisitos foram cumpridos, a empresa vai fazer uma ampliação, vai continuar gerando retorno econômico por esse benefício, então, os estados concedem prorrogações e renovações dos benefícios. E o texto do PLP 68 não deixa claro se os benefícios que serão prorrogados ou renovados nesse período poderão continuar contando com as compensações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por isso, foi feita uma proposta do Comsefaz, que foi acolhida na Emenda 1.934, do Senador Jayme Campos. Foi o Secretário do Mato Grosso, Rogério Gallo, que, numa a audiência anterior, a do dia 26 de novembro, apresentou o texto dessa emenda, defendeu o texto dessa emenda. E nós continuamos entendendo que esse texto deveria, sim, permitir aperfeiçoar o PLP 68 nestes dois aspectos: ampliar, adequar o conceito de onerosidade e garantir que benefícios prorrogados e renovados serão alcançados pela compensação.

Então, esse é um ponto que já está na Casa. Na apresentação do relatório do Senador Eduardo Braga, essa emenda foi rejeitada, mas a gente indica a oportunidade de garantir ainda esse aspecto – isso, para garantir segurança jurídica, e para que nós possamos ter uma transição segura do modelo atual para o novo modelo.

Em síntese, é como nós gostaríamos de nos posicionar, como estado, para que a reforma possa ser absorvida com o máximo de tranquilidade por toda a sociedade e pela economia do país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradeço a Luís Fernando, pela gentileza da sua exposição.

Eu quero conceder a palavra a Tácio Lacerda Gama.

Por favor, Tácio, fique à vontade.

O SR. TÁCIO LACERDA GAMA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Minha palavra inicial é de agradecimento pelo convite.

Cumprimento o Senador Laércio Oliveira, cumprimento os demais integrantes desta mesa, cumprimento o Relator Eduardo Braga.

Estou na condição de Consultor Técnico da Abrasca para sintetizar três pontos e pôr ênfase na necessidade de se pensar e ajustar pequenos trechos do PL 68, no que diz respeito aos fundos de compensação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo fundamental desta comunicação é, em primeiro lugar, reconhecer um grande acerto da reforma tributária e, de certa forma, contribuir para que alguns equívocos pequenos possam ser superados e, com isso, a gente tenha um texto mais completo.

A fala do Roni Peterson já ilustrou e situou muito bem; então, eu vou deixar de fazer parte das considerações que eu faria, subscrevendo, basicamente, o que ele disse no que diz respeito à relevância do tema e à utilização dos incentivos tributários como forma preferencial de estimular o desenvolvimento regional no país.

Estamos diante de uma transformação – de uma transformação substancial –, só que nós não podemos ignorar alguns pontos, e é sobre isso que eu passo a falar, dentro da seguinte estrutura: em primeiro lugar, o tema; em segundo lugar, um breve contexto; em terceiro lugar, qual a relevância desse contexto; em quarto lugar, pontos específicos que podem ser aperfeiçoados em relação ao PL.

Antes de qualquer coisa, é muito importante observar o amadurecimento institucional em que está se dando essa reforma.

Tivemos oportunidade de conversar, de expor determinados pontos, de explicar, e, é óbvio, diante de duas partes, podem sempre existir pontos de divergência, mas houve, nas últimas semanas, em especial, um amadurecimento do tema, uma compreensão recíproca de pontos que não geram prejuízo para nenhuma das partes e que podem aperfeiçoar a reforma. Só por isso é importante a gente destacar que essa reforma acontece num ambiente muito interessante de diálogo, diferente do que aconteceu no passado e até em relação a outros temas, pela própria complexidade natural do que a gente está discutindo.

Contexto. Nós vivemos um país, na década de 60, 70, onde enormes fluxos migratórios aconteciam por conta da ausência de oportunidades regionais. A partir da Constituição de 1988, com a democratização, o ICMS e o ISS foram utilizados como instrumento para descentralização do investimento privado brasileiro. Basta observar um comparativo na presença de indústrias e atividades comerciais mais significativas entre as décadas de 60 e 70 e entre os anos 2000 a 2020, e nós observaremos uma transformação muito significativa. Hoje, nós não temos mais os fluxos de migração e tivemos um crescimento de IDH, com aumento de empregabilidade, com aumento de uma série de outros fatores muito positivos de qualidade de vida da população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em síntese, se, hoje, o Distrito Federal é a terceira maior cidade do país, se, hoje, nós temos atividades industriais em Goiás e em, praticamente, todos os estados brasileiros, essa atividade industrial decorre do uso de incentivos tributários.

Como bem pontuou o Roni Peterson, talvez essa não seja a melhor forma de descentralizar a produção econômica. Há farta literatura, e não se trata de defender esse modelo que o Brasil praticou até agora, mas, sim, de reconhecer uma realidade: o setor produtivo brasileiro deslocou investimentos por todo o território nacional graças a incentivos tributários. E quem fez esse investimento vai ter uma transformação do ambiente tributário. Sou muito otimista, acho que essa transformação pode ser positiva, mas existe uma realidade: quem fez um investimento em um determinado local seguindo um benefício fiscal lícito tem uma expectativa, e a nossa jurisprudência e a nossa doutrina dá cobertura a esse indivíduo para que não tenha o seu incentivo tributário revogado antes do tempo. Esta não é uma discussão nova, é uma discussão muito antiga.

Então, pôr ênfase nesses elementos significa tentar que a alteração do texto permita o não surgimento de contenciosos tributários muito significativos, que nós já tivemos no passado, com ganho de causa para o contribuinte sempre. Sempre que o Estado firma um termo de ajuste de regime especial com o contribuinte assegurando condições especiais de desenvolvimento de atividade econômica em troca da geração de emprego, geração de investimento, geração de crescimento da atividade produtiva e esse termo de ajuste de regime especial é revogado, o Poder Judiciário assegura a manutenção das condições. Não é por acaso que o texto constitucional da PEC 132 já reconhece o dever de indenizar, e nós aqui estamos para pôr ênfase no grande acerto que foi ter um fundo prevendo a compensação pelo fim dos incentivos tributários.

Esse foi um grande acerto que precisa ser sempre destacado. O que nós não podemos deixar é que a preocupação correta com o manejo de recursos públicos, que a preocupação correta em indenizações que não estão submetidas a precatório ou qualquer outra coisa, é um pagamento direto. Então, essa responsabilidade com o manejo do recurso público não pode servir como instrumento para legitimar restrições administrativas, temporárias, procedimentais que, na prática, impeçam a compensação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É dentro desse espírito de aperfeiçoamento do texto que a gente apresenta algumas sugestões, e, aqui, quando eu digo "a gente", falo em nome da associação, da Abrasca, que é a associação brasileira das empresas de capital aberto.

Em primeiro lugar, prazos. É importante que os prazos para pedido não se restrinjam a um ano, mas tenham mais possibilidades. Por quê? Porque a quantificação do que o sujeito vai deixar de receber em função da revogação dos seus benefícios fiscais pode demorar mais do que um ano.

Em segundo lugar, prazo para recebimento desses valores. Uma vez certificado o quanto deve ser pago, o pagamento deve ser o quanto antes.

Em terceiro lugar, forma de cálculo da mora. A mora do contribuinte é calculada com utilização da Selic; a mora do poder público é calculada por um outro critério, menos vantajoso que a Selic.

Mais relevante do que esses elementos de prazo é a possibilidade que existe, de acordo com o texto que está hoje... Porque temos novos tributos que incidem sobre bens e direitos, se não houver qualificação da natureza indenizatória, haverá espaço para litígio sobre a tributação ou não. Pode ser um critério importante distinguir o tipo de incentivo para ter ou não tributação, mas é muito importante que isso esteja no texto, esteja colocado de forma clara, porque nós iremos discutir se haverá ou não incidência de IBS e CBS sobre os valores pagos a título de compensação pelo fim dos incentivos tributários.

Então, quanto mais pavimentado for e quanto mais técnica for a decisão da Receita Federal, melhor é para o contribuinte e para a própria Receita Federal, que está diante de um desafio novo. Isso não é algo comum no âmbito da Receita Federal, que deverá ter mais facilidade quanto mais pavimentado for o caminho, porque, uma vez que se concorde com o processo de identificação do valor a pagar, de quantificação do valor a pagar, do tempo e da forma do valor a pagar, mais fácil vai ser para ela agir e menos litígio a gente tende a ter.

Em qualquer das circunstâncias, havendo discordância entre Fisco e contribuinte, deve ser assegurado, também, o devido processo legal, duplo grau de jurisdição e ampla possibilidade de produção de provas e contraprovas. Isso é bom para a Receita...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. TÁCIO LACERDA GAMA – ... isso é bom para o contribuinte, isso é bom para o interesse de todos.

O que nós não podemos esquecer, amigos, é que, por qualquer razão, não se compensa dez com oito, com sete, com cinco ou com seis. Quem compensa mal, compensa duas vezes. Está na mão desta Casa poder ajustar o texto para que a compensação aconteça em ambiente de maior segurança, de maior transparência, de maior serenidade e que, com isso, a gente evite litígios que nós já tivemos no passado.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Tácio, pela sua exposição.

Eu quero passar a palavra agora para Gilberto Alvarenga.

Por favor, Gilberto. Seja muito bem-vindo.

O SR. GILBERTO ALVARENGA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Primeiramente, eu quero agradecer ao Senador Laércio pela iniciativa.

Quero abrir aqui um parêntese nesta audiência pública, embora não seja esse tema, e agradecer ao Senador Laércio pelas emendas propostas no decorrer da reforma tributária e na tramitação do Senado. Eu cito especialmente aqui a Emenda 776, para o setor do hoteleiro, a 632, para bares e restaurantes, que foram emendas muito importantes para sensibilizar a CCJ com relação ao relatório final. E a CNC, por isso, agradece imensamente a V. Exa. pela colaboração em pensar no setor de comércio, turismo e serviço como um setor importante no Brasil.

A questão do benefício fiscal, e isso foi dito de forma reiterada, parabenizo os meus colegas que me antecederam, vai ser repensada a partir de agora. Esse é um ponto, esse é um fato! Nós vamos repensar benefícios fiscais, mas não podemos ignorar que até agora pensamos benefícios fiscais de uma forma que, muito embora seja motivo de reprimenda, a partir de então, ela era um determinante para o deslocamento de empresas para regiões com atividades econômicas menos fomentadas, e isso justamente visava esse fomento. Então, essa transição eu entendo que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponto mais importante da reforma tributária, porque as empresas – e isso é algo que se promete, eu espero que sim, eu acredito que sim –, a partir de 2033 terão um cenário fiscal e econômico favorável para o crescimento, mas as empresas precisam sobreviver até lá, Senador. Esse é um ponto que a gente não pode ignorar.

E a gente está aqui justamente falando na sobrevivência das empresas até 2033, ou seja, nós temos um programa, fazendo aqui um comparativo, de saúde com alimentação, exercício físico, alimentação balanceada e tudo mais, só que o paciente tem que sair do hospital. O paciente, que é o empresário, que são as empresas, que é a grande motriz do Brasil, e a gente não pode esquecer que quem sustenta toda a estrutura são as empresas, quer seja da indústria, do comércio, da agricultura, do turismo e de qualquer outro setor, esse paciente tem que sobreviver até lá.

E aí, a partir disso, eu acho que a gente tem que pensar o fundo para o empresário. A questão regional é importante, mas o importante é fomentar aquele empresário que direcionou todo o seu investimento para uma determinada região do Brasil e que seria algo injusto ele sair de lá até por conta da questão regional, mas que não tem condições de se movimentar para um outro centro urbano. Por isso, o fundo regional ganha suma importância e os benefícios fiscais, o pensamento dos benefícios fiscais, ganham suma importância.

Um ponto inicial... E aí, a partir daí, eu tenho algumas sugestões para que a gente consiga melhorar isso e readequar. Muitas já foram trazidas, o colega da CNI vai trazer algumas outras, mas pontos que eu acho que são até pontos mais simples de serem avaliados. Por exemplo, a partir da Lei Complementar 160, todo o benefício fiscal foi pensado para sobreviver e para viger até 2032. Isso é um fato! Desde então, nos estados, os benefícios fiscais não tinham prazo certo, porque o prazo certo era o prazo da lei complementar.

Na medida em que o PLP coloca que o benefício oneroso é aquele contraprestacional, aquele que tem um sinalagma, e que tem um prazo certo, ele retira da abrangência de recomposição e de ressarcimento vários benefícios fiscais regionais que têm um sinalagma, têm obrigações, até, muitas das vezes, severas para o empresário: manutenção de nível de empregabilidade, aumento de nível de empregabilidade, aumento de área de produção e armazenagem, pelo simples fato de que o estado pensou esse benefício como um benefício que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vigeria até 2032. Então, esse é um ponto que eu entendo como fundamental, um ajuste fundamental para que a gente consiga resolver esse detalhe.

Um segundo ponto é que eu sei que a Emenda Constitucional 132 e as leis complementares que vão vir posteriormente a ela modificam de forma completa e plena o raciocínio e a relação empresa-Fisco, a relação entre os estados, o município e a União, mas a gente não pode se esquecer do passado. A partir do momento em que existe uma previsão na atual propositura do PL de que, se faltarem recursos para esses fundos, a União irá recompor, isso me faz lembrar os fundos de exportação, que são questões muito antigas nas quais existe uma briga eterna entre estado e União para a recomposição desses valores, em que o empresário está ali entre a pedra e o mar tentando sobreviver, porque o estado não quer abrir mão desse ICMS de exportação, dessa isenção heterônoma, e a União não recompõe o fundo do estado.

Isso é algo que vai colocar o empresário, mais uma vez, no meio de uma luta entre estados, entre entes subnacionais, e a União, e que vai prejudicar. A nossa sugestão seria criar um mecanismo para que, se não ocorresse essa recomposição, os estados, os municípios, os entes subnacionais, pudessem, de alguma forma... Vejam, eu não estou aqui querendo desestruturar o que está proposto em todo o arcabouço da emenda constitucional, mas é algo, é uma salvação: se não existir o mecanismo de recomposição entre a União e o fundo, que sejam possíveis às regiões, aos estados, outras formas de subvenção, ainda que momentaneamente.

Então, de forma breve e simples – eu tomei até menos do que o meu tempo –, ressalto, mais uma vez, a importância desse tema, a importância para a sobrevivência das empresas para esse tema, a importância do desenvolvimento regional, que, a meu ver, existe e muito pelos benefícios fiscais. E, no meu olhar, até ignorante, eu não vejo outra forma de você buscar o deslocamento de uma empresa, uma empresa sair de um grande centro regional, São Paulo, e se colocar um grande polo em outro local do Brasil, que não seja por uma economia tributária.

O frete é mais caro, a estrutura é mais cara, tem que ter uma economia tributária, tem que ter uma economia financeira. Se vai ser fiscal, se vai ser tributária, se vai ser financeira, não se sabe, mas isso tem que continuar a existir, e a gente, num passe de mágica, não vai se afastar disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um ponto final. Eu acho que a gente – eu falo muito isto –, está aqui a CNI, a CNC e a Abrasca, que representa companhias abertas de vários setores, acho que o nosso maior, entre aspas, "inimigo" não está entre nós. Eu acho que o nosso maior inimigo são as entradas de outros países, de produtos para o Brasil, que afetam, e muito, indústria e comércio nacionais. Se a gente também não pensar em algo que seja voltado a essa proteção do mercado interno para essa grande festa que acontece atualmente, não adianta aumentar a carga tributária interna, não adianta modificar a estrutura interna, porque o ponto de comércio vai se deslocar para fora do país.

A gente pensa que hoje o intangível é mais importante do que o tangível.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO ALVARENGA – O que isso quer dizer? Você hoje não compra um *software*, você o aluga e você pode alugar de qualquer lugar do mundo. Então, cada vez mais, temos menos atividades que demandam uma atuação local e que podem ser adquiridas em qualquer lugar do universo.

Então, eu acho que a gente tem que ter essa preocupação e tem que ter um fomento do empresário nacional para que justamente a gente consiga sobreviver até essa transição e a partir da transição.

Muito obrigado a todos e um bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Gilberto Avarenga, por sua exposição.

Em seguida, passo a palavra a Mário Sérgio Carraro Telles. Por favor, Mário.

O SR. SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES (Para expor.) – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador Laércio. Parabéns pela realização desta audiência pública! Cumprimento aqui os meus colegas de mesa: Gilberto, Tácio, Roni e o Secretário Luís, que está nos acompanhando *online*.

Vamos começar aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Opa. Não vai? Já foi até mais.

Vamos lá. Falar por último tem as suas vantagens, eu vou poupar aqui algum tempo. Eu acho que já foi muito bem colocado... Acho que este debate a gente tem que dividir em duas etapas. Até o momento, o Brasil tentou fazer desenvolvimento regional com um modelo de benefícios fiscais. Eles foram concedidos em grande quantidade, tentando-se fazer uma movimentação de empresas dentro do território. As empresas fizeram essas movimentações – seja em qual direção for – e, muitas vezes, na maioria das vezes, realizando investimentos. Então, essas empresas tiveram um planejamento econômico-financeiro com base em uma realidade tributária até então – e há um acordo.

No processo de aprovação da reforma, nós, por exemplo, da CNI, sempre apoiamos a reforma tributária, desde o início de 2019, mas com algumas condições obviamente. Uma delas, olha: as empresas que fizeram os investimentos precisam ser contempladas, precisam ter o seu planejamento econômico-financeiro preservado. Aí, na aprovação, houve um acordo em torno dessa base e da redução gradual dos incentivos, que vai ser dada pela transição, que o Roni já colocou muito bem. Porque o que acontece na transição do IBS, que é a nossa principal questão aqui, é que a alíquota do IBS vai subindo entre 2029 e 2032, mas a alíquota do ICMS e do ISS vão se reduzindo. Como os incentivos fiscais atuais do ICMS são em cima, obviamente, das alíquotas do ICMS, gradativamente, os incentivos vão perdendo intensidade. Eles deixam de existir até 2032, que é o prazo certo concedido pela Lei Complementar 160? Não. Eles perdem a intensidade. Então, o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais veio para compensar as empresas nesses quatro anos pela perda de intensidade do incentivo, ou seja, cumprindo o acordo na aprovação da reforma tributária.

E aqui tem um ponto muito importante: a Constituição prevê que, a partir do ano que vem, o fundo começará a receber recursos. Começa com R$8 bilhões, no ano que vem. O desembolso só começa em 2029. Portanto, esse fundo será, digamos, capitalizado por quatro anos e começa a ter desembolso em 2029.

Por que eu estou chamando a atenção para esse ponto? Porque o prazo para pagamento que o Prof. Tácio já colocou aqui é muito longo para um fundo que já vai ter recurso, Senador. Então, esse ponto é fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Gilberto lembrou um ponto aqui que dá uma segurança para as empresas e precisa ser cumprido, que está na Constituição. Se este valor não for suficiente, está colocado ali, a União irá complementar, assim como, se sobrar recurso na complementação, vai ser usado para compensar empresas do setor automotivo ou vai ser aportado no Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, de que eu vou falar mais à frente.

Mas, para que esse fundo atinja o objetivo do acordo político em torno da compensação às empresas que fizeram investimentos, que tiveram condições onerosas para receber aqueles benefícios fiscais, é preciso aperfeiçoamentos ao texto que está proposto.

Nós temos defendido a Emenda 1.934, do Senador Jayme Campos, do Mato Grosso. Basicamente, o que essa emenda faz? Primeiro, deixa mais claro e dá mais segurança, como o Prof. Tácio falou muito bem, não só para os contribuintes, mas para a própria Receita Federal, que vai compensar, de quais incentivos serão compensados.

E aí, nesse sentido, os aperfeiçoamentos são, primeiro, o texto atual fala em custos adicionais, ônus adicional. Olha, condição onerosa é um ônus. Então, para que essa palavra adicional? Olha, se tem ônus para receber o incentivo, é uma condição onerosa, porque, senão, a gente entra, na hora da compensação, na discussão de se aquilo é um ônus que já iria acontecer ou se é um ônus adicional.

O ponto é o seguinte: para receber o benefício fiscal, a empresa teve um ônus. Qual ônus? Teve que fazer um investimento de implantação ou expansão, teve que se comprometer com um determinado nível de emprego, restrição nos fornecedores que ela poderia usar, preço, investimento em infraestrutura – isso também está faltando no texto –, seja diretamente pela empresa, seja indiretamente via fundos.

E aqui, nós não estamos falando, nessa emenda, de todos os fundos, mas do Fundo de Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico, porque a gente sabe que tem aqueles fundos de estabilização fiscal, que ali, na verdade, foi como se houvesse uma redução do benefício. Aqui, o que essa emenda propõe é: os fundos de desenvolvimento e investimento em infraestrutura. Então, melhorar e deixar mais claras as condições de habilitação é muito importante.

Outro ponto, também: o texto fala em empregos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – ... acrescidos, alguma coisa nesse sentido – obrigado, Gilberto.

Olha, muitas vezes o incentivo é concedido, Senador, para manter a empresa no local, porque, senão, ela poderia sair, então, é gerar emprego; esse é um ponto importante.

Outro ponto: o Prof. Tácio já colocou, que é a compensação. Olha, a Selic, se houver perda do prazo, a partir do momento da transmissão da escrituração fiscal pela empresa, deve corrigir pela Selic, assim como, quando a empresa não paga o Fisco, ela paga a Selic.

Outro ponto: porque eu falei do recurso? O recurso já vai entrar no ano que vem e vai ficar capitalizando até 2028. Agora, o texto prevê, Senador, que, uma vez as empresas habilitadas, elas devem mandar a escrituração fiscal para receber o pagamento em 150 dias. Não tem necessidade, se o recurso já está no fundo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – Esse é um ponto.

E o último ponto: o que o fundo está fazendo é indenizar a empresa por uma perda da intensidade do seu incentivo. E aí verbas indenizatórias não deveriam sofrer incidência de tributos, como Imposto de Renda e CSLL, principalmente.

Vamos passar aqui. Se o senhor me der... Posso ter mais cinco minutos, por favor?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – Então, agora vamos falar do futuro. O ponto é que os incentivos fiscais atuais fizeram as empresas se movimentarem, mas em todas as direções, e não promoveram a descentralização da geração de riqueza na economia brasileira. Por quê? Porque todos os estados entraram na chamada guerra fiscal.

Como está colocado ali, o estado que mais renuncia ao ICMS, segundo esse estudo da Febrafite, é o estado mais rico: São Paulo. E ali a gente tem outros estados bem desenvolvidos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, entre aqueles que mais renunciam ao ICMS. Então, quando todo mundo entrou na briga, deixou de ser um diferencial.

Outra coisa: não é só em valor absoluto. Quando a gente olha em relação à arrecadação do ICMS, também não há uma separação entre: estados menos desenvolvidos incentivam, e estados desenvolvidos não incentivam. Não é verdade. A gente tem ali, por exemplo, Santa Catarina em segundo lugar, entre a renúncia em relação à arrecadação de ICMS.

O estado do Sr. Senador, infelizmente, não tem essa informação, tá? Eu vou falar com o Rodrigo Spada sobre isso aqui.

Mas o ponto que eu queria mostrar é que todos fizeram. E aí o que aconteceu?

Os dados do IBGE não mostram uma grande desconcentração da geração de riqueza no Brasil. Esse dado aqui é o PIB, a participação de cada região no PIB. Veja, no Nordeste, um pequeno aumento na participação em dez anos, até 2021. E regiões até desenvolvidas, como é o caso do Sul, aumentando a participação. E as mudanças são muito pequenas. Então, os incentivos não fizeram uma mudança significativa na nossa grande desigualdade de renda. E no caso da indústria – que é onde muito se foca, na atração de indústrias para desenvolver as regiões – é o mesmo quadro. A gente tem até, por exemplo, uma redução da participação da Região Norte, que é uma região menos desenvolvida. Então, os incentivos não lograram os seus objetivos.

Nós vamos mudar de modelo. Nós vamos sair dos incentivos tributários e vamos para um benefício fiscal propriamente dito, via orçamento. Os estados podem fazer, os municípios podem fazer, mas a reforma criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, certo? Como é, por exemplo, a política de desenvolvimento regional da União Europeia, onde existe um IVA no destino – não dá para fazer incentivo fiscal se o IVA é no destino. A União Europeia trabalha com fundos, e é como nós vamos trabalhar aqui agora. E o fundo, como vocês podem ver ali no critério da Emenda Constitucional 132, vai destinar quase 70% do recurso, o que vai chegar a R$60 bilhões em 2042, se não me falha a memória. Desses R$60 bilhões, 70% vão para estados do Norte e do Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu tenho o número do estado do senhor. Sergipe vai receber R$1,7 bilhão, em moeda do ano passado, valor corrigido, para fazer política de desenvolvimento regional. Isso é 15,3% da receita corrente líquida do estado atual. Não é pouco recurso.

E como esse recurso pode ser usado? Não pode ser usado livremente. É para investimento em infraestrutura, inovação ou subvenção direta à atividade produtiva. Portanto, as empresas que já se deslocaram para os estados e que porventura possam querer voltar para outro estado, ou para estado de origem, poderão ser subvencionadas pelo recurso do fundo para permanecerem naquele estado. É um novo modelo.

Eu trouxe aqui o dado e, para ser assim bem franco...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – ... o Comsefaz tinha um critério diferente do que foi aprovado na emenda constitucional, que, na minha avaliação, era um critério mais condizente com a nossa distribuição de renda do que o que foi aprovado, mas o que foi aprovado também garante bastante recurso para os estados menos desenvolvidos.

Já estou terminando.

Tem um outro mecanismo muito importante que é pouco mencionado. A migração da receita para o destino das operações, ao longo dos 50 anos da transição federativa, vai levar recursos para os estados menos desenvolvidos, principalmente do Nordeste.

Então, esse estudo aqui do Gobetti e do Monteiro, do Ipea, mostra que, para os estados do Nordeste, a migração para o destino vai representar um aumento da arrecadação de R$18,2 bilhões.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – E, óbvio, esses estados vão usar, esse recurso vai estar disponível, os estados podem investir da melhor forma que cada estado e a sociedade decidirem.

No caso do Norte, também há aumento de receita, porque aqueles R$600 milhões que estão calculados ali não consideram o seguro-receita. Rondônia, por exemplo, é um estado que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perderia receita neste caso, mas vai ser compensado com o seguro-receita; e o Amazonas vai ter um tratamento diferenciado. Então, a migração para o destino com o seguro-receita e esse tratamento diferenciado para o Amazonas vão levar muito recurso também aos estados do Norte.

Terminei.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Mário Sérgio. Agradeço a sua participação.

Eu vou franquear a palavra aos palestrantes, se quiserem acrescentar alguma coisa, mas antes eu queria deixar, para conhecimento de todos vocês, algumas perguntas outras que chegaram aqui a esta audiência.

Dieson, do Rio Grande do Sul, pergunta: "No período de transição, com duas apurações, como se preparar para os custos? E quais [são] os riscos para [...] [microempresas e empresas de pequeno porte]?".

Andreza, do Distrito Federal: "Quais medidas [...] [devem] ser adotadas para [...] [impedir] que verba pública direcionada a pequenas regiões [...] seja desviada em atos de corrupção?"

Caio, do Rio Grande do Norte: "O desenho da reforma tributária elimina [...] as possibilidades de guerra fiscal entre entes federados?"

E Aline, do Paraná: "Qual será a alíquota do Imposto de Renda para trabalhadores CLT [...] [com salários entre] R$5 mil até R$10 mil?"

Então, são mais essas perguntas que chegaram.

Eu queria franquear a palavra aos expositores, saber se algum dos senhores quer acrescentar alguma coisa a tudo que foi dito aqui na manhã de hoje, para a gente partir ao encerramento da nossa audiência.

Alguém quer falar?

Roni, quer acrescentar alguma coisa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SR. RONI PETERSON BERNARDINO DE BRITO (Para expor.) – Obrigado, Presidente, pela oportunidade. Quero comentar rapidamente alguns pontos aqui que foram colocados.

Como já foi dito, a Receita Federal fará esse papel de cofre, de distribuidor dos recursos, de análise do direito e de pagamento efetivo das compensações, que é um papel difícil, dada a complexidade do tema. Quem lida com benefícios fiscais sabe que há uma enormidade de modos diferentes de conceder os benefícios fiscais, e nós teremos que, para cada um, mensurar as condições de elegibilidade e, depois de reconhecida a elegibilidade daquele benefício, daquele beneficiário, calcular quanto é que houve de perda de benefício em razão da transição. Uma tarefa extremamente complexa, mas nós confiamos na qualidade técnica dos membros da Receita Federal para cumprir mais essa missão. Missão dada é missão cumprida, é assim que a gente trabalha.

Nos critérios de elegibilidade, nós temos um desafio que não é para a Receita Federal. É um desafio para este Congresso Nacional, para a sociedade brasileira. Quais são os critérios, os benefícios que, efetivamente, devem ser compensados? Aqui nós tivemos, ao longo das exposições, pelo menos duas matérias abordadas acerca desse critério.

Primeiro, benefícios que não têm, no ato concessório, data limite, data temporal pré-fixada, mas que, em razão da Lei Complementar 160, ganharam uma data final. A pergunta é: esses benefícios deveriam ser compensados? Parece-nos que não. Parece-nos que, de maneira alguma, não, porque esse benefício tem uma diferença substancial em relação a um benefício cujo ato concessório estabelece a data final, desde o início, que é a revogabilidade. Olha, se um estado concede um benefício sem prazo, ele também pode revogá-lo sem prazo. Essa é a diferença fundamental de um benefício por prazo certo para um benefício sem prazo.

Então, o fato de sobrevir a Lei Complementar 160 e dar uma data de corte é um fato posterior e é um fato normativo, mas aquele benefício poderia, em tese, ser retirado antes até da data final estabelecida pela Lei Complementar 160. Então, nos parece que não há justificativa para eleger os benefícios que não têm prazo no ato concessório à compensação.

Um segundo tema, muito mais complexo e que, provavelmente, a gente já discutiu em outras audiências, discute agora e discutirá ainda várias vezes nessas audiências e, daqui a pouco, no Supremo Tribunal, diz respeito às contribuições a fundos dos estados e dos municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há argumentos razoáveis de ambos os lados, daqueles que defendem que se deve compensar os benefícios que exigem esse tipo de contrapartida e também de outro lado, e talvez a solução para isso esteja na análise dos fundos. O que eu quero dizer? Um estado – acompanhem-me, por favor, no exemplo – quer conceder uma redução de alíquota a um determinado produto, um produto em que o estado tem uma vocação natural, "eu quero reduzir a alíquota para aquele produto, quero reduzir em 80%". Como é que, naturalmente, se faz nos benefícios fiscais? "Eu te dou um crédito presumido sobre o valor devido de 80% do valor do débito, mas, em contrapartida, você deve aportar ao meu fundo de estabilização de contas, estou aqui com alguma dificuldade, 10% do que você ganhar".

O que é que nós temos dito? Que esse benefício não é de 80% do valor do débito, mas de 70%, já que 10% terão que ser investidos em um fundo. Temos tratado a maioria desses casos como redução do benefício fiscal, e não como fundo.

E aqui parece que fica muito claro, quando a gente soma os exemplos, quando a gente fala em benefícios onerosos, quais são as contrapartidas que, naturalmente, se exigem? Geração de emprego, limitações às aquisições, regras para que as aquisições sejam de um ou de outro fornecedor, investimento, ampliação, inovação, pesquisa etc. E surge, lá no final, essa contrapartida a algum fundo, que, geralmente, nos exemplos, surge como o último exemplo, mas que, em termos de valores, representa muito. E aí é muito importante que este Congresso Nacional aprofunde os debates acerca desse tema. Parece-nos que, para a grande maioria dos casos, a grande maioria dos fundos, há uma impossibilidade de nós compensarmos, porque a maioria desses fundos é de fundos de ajustes de contas dos entes federativos. E aí há uma discussão que perpassa outros critérios que é acerca dos fundos que efetivamente fazem investimento em infraestrutura pública ou investimento em atividade econômica e, em relação a estes, é uma discussão um pouco mais aprofundada, e esta Casa é, sem dúvida nenhuma, o melhor local para fazer essas discussões.

Eu agradeço muito pela oportunidade, Presidente, e agradeço a todos os colegas de mesa aqui pelo debate enriquecedor.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Roni.

Tácio, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÁCIO LACERDA GAMA (Para expor.) – Senador, serei telegráfico, porque boa parte do que eu gostaria de dizer já foi muito bem dita, mas eu não posso deixar de felicitar a sua atuação e subscrever integralmente o que foi dito pelo Gilberto Alvarenga a respeito do seu papel e das suas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. TÁCIO LACERDA GAMA – Quero cumprimentar os meus colegas de mesa, cumprimentar as pessoas que nos assistiram e pôr ênfase em alguns pontos.

Houve o consenso de que precisa ser compensado, houve o consenso de que esse modelo pode e deve ser mudado, mas o diabo mora nos detalhes. O que nós estamos pedindo atenção é aos pormenores: pormenores processuais, pormenores de prazo, pormenores de critérios de qualificação, pormenores de que não seja amesquinhado o dever de compensação, o dever de indenização, sob o ótimo argumento de defesa dos recursos públicos, o ótimo argumento de responsabilidade fiscal, o ótimo argumento... Que não se tragam argumentos para amesquinhar aquilo que o texto constitucional assegurou: o direito de compensar. O direito de compensar não pode ser amesquinhado por tributação, por prazo, por falta de processo, por qualquer outro critério.

Então, todas as sugestões que nós trouxemos foram nesse sentido, e eu fico muito feliz que tenha havido quase que um consenso. A gente tocou nos mesmos termos, de muitas formas, e isso é sinal de que houve um amadurecimento, e fazer parte deste momento histórico com um amadurecimento desse me deixa muito satisfeito. Agradeço a atenção de todos e faço cumprimentos efusivos aos demais.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Tácio.

Eu quero passar a palavra... Antes do Gilberto, eu gostaria de ouvir o Luís Fernando, que está remotamente. Gostaria de ouvir as considerações finais dele.

Por favor, Luís.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito, Senador Laércio. Muito obrigado.

De fato, como disse o Tácio, temos um consenso, uma convergência muito boa de ideias. Eu só queria destacar, na fala do representante da CNI, o Mário Sérgio, a questão do desenho maior do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Vou focar um pouco mais neste final sobre o FNDR, porque este é um instrumento que visa, depois de 2032, a partir de 2033, exercer essa função de redução de desigualdades regionais. E, nesse sentido, o Roni até destacou que é boa a autonomia que os estados terão, no sentido de destinar os recursos do FNDR, mas é importante que, junto com essa autonomia, tenha também um projeto de país. É importante que as vocações naturais de cada região sejam bem aproveitadas a partir de projetos estruturantes que consigam reduzir o déficit de infraestrutura existente nas regiões menos desenvolvidas.

E a gente sabe que os recursos do fundo – o Mário Sérgio colocou bem isso – não estão tão bem distribuídos assim. O critério de 30% em função da população, que foi previsto na Emenda Constitucional 132, desprestigia um pouco esse ideal de que haja desconcentração de investimento. Então, há um risco de que haja ainda maior concentração, o que não é bom para o país. Fazer investimentos estruturantes onde já existe uma população grande não estimula a ocupação territorial mais distribuída do Brasil, o que faz com que o Brasil deixe de aproveitar oportunidades de exploração de riquezas, de produção de riquezas em outras regiões.

Então, é muito bom que também haja essa preocupação de que o FNDR seja utilizado, claro, com autonomia dos estados, mas dentro de um planejamento de país, capitaneado naturalmente pela União, pelo Governo Federal, para que a gente consiga direcionar investimentos dentro das vocações. Rondônia, por exemplo, está próxima do Pacífico, mais próxima do que os estados costeiros, e isso nos permitiria aproveitar uma vocação logística, mas, para isso, é preciso muito investimento em estrada, portos, ferrovia, hidrovia, e isso precisa ser feito não só pelo estado, mas o país entender que isso é importante para todos. Esse é um exemplo de como a gente carece de um planejamento que oriente os investimentos estruturantes no Brasil, e o FNDR, sendo casado com isso, pode ser mais bem aproveitado para que isso funcione, dentro do que foi dito aqui também do modelo europeu, de que o desenvolvimento regional se faz a partir de fundos, de subvenção, de investimento de infraestrutura, mas de maneira orientada e bem estudada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Senador Laércio, pela oportunidade, muito bom o debate, agradeço aos demais palestrantes pela convergência de ideias. Que a gente consiga trabalhar para transformar um novo modelo de desenvolvimento regional do país em algo de fato efetivo, que aproveite o máximo das nossas potencialidades! Obrigado, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Valeu, Luís Fernando, obrigado. Da próxima vez, espero você aqui, viu?

Passo a palavra para Mário Sérgio, por favor, suas considerações.

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES (Para expor.) – Deixe-me, antes de começar nas considerações, eu queria fazer um alerta sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Como nós temos aqui Senadores, o Senador Laércio é muito atuante, nós temos um risco a esse fundo, não está no PLP 68, não está no 108, está no PLP 121, de 2024, que trata de pagamento de dívidas dos estados com a União. Lá foi colocado que os recursos do fundo, que são para – está na Constituição – investimento, infraestrutura, inovação e subvenção direta à atividade produtiva, mas lá foi colocado que poderá ser usado para pagamento pelos estados à União da dívida que já existe. Então, esse é um risco a esses 60 bilhões, a esse novo modelo de desenvolvimento regional. O Deputado Hauly apresentou uma emenda, Emenda nº 26, suprimindo esse dispositivo, para a gente preservar o Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional. Gostaria de trazer esse ponto aqui para o senhor e para os outros Senadores que nos acompanham.

Eu acho, com relação à convergência, que a Emenda 1.934, do Senador Jayme Campos, Roni, estabelece claramente que os fundos que iriam habilitar as empresas à compensação são os de investimento e infraestrutura e para desenvolvimento econômico, e deixa claro que os fundos de estabilização fiscal não são critérios. Então, a Emenda 1.934 resolve o problema e traz aqui a nossa convergência com esse ponto que você colocou muito bem.

Senador, não sei se o Gilberto vai falar também, mas é só para tentar responder rapidamente as perguntas que o senhor colocou. Com relação ao Simples Nacional, eu já estive aqui em duas ou três audiências públicas tratando desse assunto, mostrei cálculos que nós fizemos. Basicamente, para quem nos perguntou e que está nos assistindo, a empresa que vende para o consumidor final vai permanecer dentro do Simples e a reforma tributária para ela vai ser neutra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em algumas situações, pode ser até positiva. Então, a empresa que vende para o consumidor final fica, está dentro do Simples e não muda nada para ela. Para a empresa que está no meio da cadeia, que é a empresa que vende para a outra empresa, tem uma opção de ela optar pelo débito e crédito do IBS e da CBS – eu não vou me estender aqui –, mas isso torna essa empresa mais competitiva em relação à situação atual, porque hoje ela acumula muito... Ela não tem crédito nas suas aquisições, então ela suporta uma tributação, principalmente no ICMS, que não passa para o seu cliente. Então, vai ter uma situação melhor para as empresas de meio de cadeia, mas elas vão optar pelo IBS e pela CBS débito e crédito, pagam os outros tributos e continuam dentro do Simples pagando Imposto de Renda, previdência e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Teve uma outra pergunta com relação à guerra fiscal. Sobre a guerra fiscal, com esse modelo, a receita vai para o destino, ela deixa de fazer sentido. Pode acontecer alguma guerra fiscal? Pode, nas fronteiras. Se Sergipe estabelece uma alíquota menor do IBS e, por exemplo, Alagoas tem uma alíquota maior, para aquela população que está na fronteira, pode ser interessante passar para o outro lado da fronteira, em Penedo... Qual é o nome da outra cidade?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – Neópolis. Pega-se a barca, passa para lá, compra do lado de cá, em Sergipe, e volta para lá. Pode acontecer? Pode, mas, perto do que é hoje, é muito menos.

Com relação ao Imposto de Renda, a alíquota de Imposto de Renda é entre 5 mil e 10 mil, não está sendo tratado aqui nessa reforma. Provavelmente, vem uma proposta o ano que vem e vai ser objeto de outra audiência pública.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Mário.

Eu queria passar a palavra para o Gilberto.

O SR. GILBERTO ALVARENGA (Para expor.) – Mais uma vez, é importante agradecer a iniciativa desta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse na minha exposição inicialmente, este é um dos temas que eu entendo como mais importantes na reforma tributária: a sobrevivência das empresas até a efetiva transição. Uma ponderação é – eu queria pedir aqui a ajuda do Roni para a compreensão disso – a gente tem que pensar nos benefícios fiscais e até mesmo nos tratamentos beneficiados de forma objetiva, ou seja, quando o benefício é do produto em si e, de forma subjetiva, quando as empresas são elegíveis a essas questões.

Quando são subjetivas, na maioria das vezes, existe um investimento dessas empresas e esse tem que ser o parâmetro. O parâmetro é a recomposição do investimento. O empresário, e aí a gente representa o empresário e a visão do empresário é esta: a de que todo o investimento feito é para se esvair em 2032 com o prazo da Lei Complementar 160. Então, todo o benefício fiscal concedido é por prazo certo no fim das contas.

Eu trago aqui uma observação muito bem-feita pelo amigo Tácio de que os detalhes são importantes. Se a gente amesquinhar os detalhes, a gente vai inviabilizar, vai sobrar dinheiro no fundo, porque nenhuma empresa vai ser ressarcida. A intenção aqui, mais uma vez, nessa transição, na reforma tributária, nessa nova mentalidade, tem que ser pensada em prol da sobrevivência e existência do empresário. Se criarmos dificuldades inúmeras, os empresários não vão sobreviver até 2032. E esse ponto e uma flexibilização dessa questão do prazo certo é algo que custa pouco. Os requisitos objetivos são a demonstração do efetivo investimento, a onerosidade do benefício e isso por si só seria suficiente.

Então, é só para essa compreensão que eu peço a ajuda aqui do amigo Roni, que tanto nos ajudou nos debates e nos diálogos. Qualquer crítica é sempre institucional e não à pessoa física. Eu faço aqui o meu elogio à parceria que ele tem tido com todo o setor produtivo. E agradeço por isso.

Mais uma observação final que é uma divergência que a gente já vem nutrindo há algum tempo, e mais uma vez é uma divergência da pessoa jurídica e não da pessoa física, que é com relação às observações do colega Mário. A CNC e as entidades que representam o setor comerciário entendem que o Simples Nacional está em risco na reforma tributária. Informar ao Simples Nacional que a saída é sair do Simples Nacional não é a melhor solução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Simples Nacional tem todo um arcabouço constitucional, e aí vejam que não é a minha vontade, é a vontade do legislador constitucional de preservação, fomento e tratamento, não é igualitário, mas favorecido das empresas do Simples Nacional. A gente está falando aqui de 90% das empresas do país e 61% dos empregos gerados no ano passado. Qualquer deslize que façamos com o Simples Nacional o risco de informalidade, perda de capacidade de empregabilidade é enorme.

Hoje nós temos tratamentos, por exemplo: a empresa do Simples Nacional dá um crédito presumido de 9,25% de PIS-Cofins, muito embora na maioria das vezes não faça o recolhimento. Você falar para a empresa: "Não entre no regime não acumulativo, mas a sua alíquota vai deixar de ser 3%, 4% e vai ser 26%, 27%, 28%, 30%", ninguém sabe de quanto é a alíquota, quem falar isso vai estar... é algo arriscado. Então, é só uma ponderação de que eu acho que, em algumas situações, e entendo que no setor industrial isso pode acontecer de uma melhoria para as empresas do Simples, a nossa experiência, a nossa vivência, a nossa impressão e a impressão não só nossa, como do Sebrae também, é de que a gente está colocando o Simples em risco. Não só por isso a gente tem algumas emendas propostas para a melhoria do tratamento e a adequação ao arcabouço constitucional das empresas do Simples Nacional. Então, esses são os pontos.

Mais uma vez, quero parabenizar os colegas, agradecer a participação e desejar uma boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Gilberto.

Eu quero mais uma vez agradecer a presença de Mário Sérgio Carraro. Quero agradecer ao Gilberto Alvarenga – leve o meu abraço para a minha casa sindical, a CNC é a minha casa, é o meu berço sindical. Quero agradecer ao Tácio Lacerda por sua presença. Obrigado, Tácio. Quero agradecer ao Roni Peterson. Obrigado mesmo pela sua presença aqui. E quero agradecer também ao Luís Fernando, que participou remotamente desta nossa audiência pública.

Antes de finalizarmos os trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores, assim como a da presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião. Obrigado a todos. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e cinquenta e sete minutos do dia dezessete de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Alan Rick, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Efraim Filho, Angelo Coronel, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Augusta Brito, Beto Faro e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 1, de 2026** que: "Requer realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o papel dos marketplaces digitais na estruturação, facilitação e escala de atividades ilícitas, com foco nos efeitos concretos sobre a segurança pública, a criminalidade organizada e a proteção do consumidor." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Reunida a comissão nessa data, o requerimento é lido e aprovado. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 268, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Disciplina regras a serem observadas quando da definição da imposto de que trata o art. 156-A e da contribuição de que trata o art. 195, V, ambos da Constituição Federal, nas operações desenvolvidas por empresas do setor de saneamento em municípios das regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO e nos municípios fora dessas áreas que apresentem baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** A matéria foi adiada. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 636, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dar mais efetividade ao Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº1 - CCJ, e das 2 (duas) emendas que apresenta. **Resultado:** Reunida a Comissão nesta data, é aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 - [CCJ/CDR] e com as Emendas nºs 2 e 3 - [CDR]. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4368, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecer normas de proteção ao consumidor de serviços de turismo." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação na forma da emenda substitutiva apresentada. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora, Senadora Augusta Brito, para reexame. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1600, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Cria o Programa de Aviação Regional da Região Norte." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Pela aprovação na forma da emenda substitutiva apresentada. **Resultado:** Reunida a Comissão nesta data, é aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 - [CDR] (Substitutivo). **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 159, de 2026 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2011) - Não Terminativo -** que: "Determina a realização periódica de inspeções prediais; e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (Lite)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Resultado:** A matéria foi adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de março.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados a esta Comissão.

O primeiro item é um requerimento de minha autoria. Eu já vou fazer a leitura do requerimento e passo, em seguida, a palavra para o Senador Alan Rick, que é o Relator do item nº 5.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 1, DE 2026

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o papel dos marketplaces digitais na estruturação, facilitação e escala de atividades ilícitas, com foco nos efeitos concretos sobre a segurança pública, a criminalidade organizada e a proteção do consumidor.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

A votação é simbólica.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 1600, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Cria o Programa de Aviação Regional da Região Norte.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação na forma da emenda substitutiva apresentada.

Observações: *1. Após deliberação na CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Alan Rick para a leitura do seu relatório.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Como Relator.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Parabenizo o Senador Dr. Hiran pela pertinência da matéria, pela necessidade de nós abraçarmos este que é um dos direitos constitucionais mais sagrados que é o direito de ir e vir através do programa que nós estamos redesignando como NorteAr.

Farei neste momento a leitura a partir da análise, Sra. Presidente.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, conforme art. 90, inciso XII, e art. 104-A, compete à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo emitir parecer sobre proposições que tratem de desigualdades regionais, políticas de desenvolvimento regional, planos, programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para desenvolvimento regional, integração regional e turismo.

O projeto de lei cumpre os requisitos de constitucionalidade e juridicidade, uma vez que o objeto admite iniciativa parlamentar e está no rol de competência da União, conforme art. 21, inciso XII, alínea "c", da Constituição Federal. Em especial, a aplicação de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) no programa proposto encontra suporte direto nos incisos I e II do §2º do art. 63 da Lei nº 12.462, de 2011, que cria o fundo e determina a aplicação exclusiva no desenvolvimento e no fomento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, bem como no incremento do turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, é indiscutível a relevância do programa para a Região Norte, que historicamente enfrenta desafios de conexão e integração nacional, sobretudo em relação à disponibilidade e acessibilidade ao transporte aéreo. Agravam a situação as características geográficas da região, que potencializam a importância da aviação regional como meio de transporte de pessoas e bens. A combinação de longas distâncias e baixa disponibilidade de infraestrutura de transporte terrestre ou aquaviário em condições de atender tempestivamente às necessidades básicas da população faz exatamente do transporte aéreo o modo mais adequado e, ocasionalmente, a única solução para a provisão de recursos indispensáveis à subsistência e locomoção.

Analisando a região sob a ótica de integração territorial e potencial turístico, vemos que, segundo dados do 10º Anuário Brasileiro de Aviação Civil, publicado em 2025 pelo Instituto Brasileiro de Aviação, o número de aeroportos conectados pela aviação comercial na Região Norte em 2024 totalizou 47 localidades das 190 atendidas nacionalmente. Isso significa que o percentual de pontos de conexão ativos localizados na Região Norte corresponde a menos de 25% do total, sendo que a área compreendida pelos estados da região representa mais de 45% do território nacional.

Mesmo contando com um total de 70 aeródromos públicos, mais de 30% desses aeródromos não contam com oferta de serviço de transporte regular ou ligações sistemáticas. Essa comparação permite ilustrar a carência de aeródromos servidos pela aviação comercial nessa porção do território, independentemente das questões econômicas associadas ao perfil da demanda.

Sob a ótica de atendimento à população, a situação é mais grave. Além da quantidade reduzida de pontos ativos de conexão, é bastante limitada a frequência e o número de rotas oferecidas. O painel de demanda e oferta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) permite apurar que, em 2024, dos mais de 93 milhões de passageiros transportados em voos domésticos, menos de 10% tiveram como origem ou destino aeroportos da Região Norte, sendo que passageiros com origem ou destino na Região Centro-Oeste, que concentra aproximadamente a mesma fração da população brasileira em uma área bem menor, representaram mais de 22% desse total. Esses números mostram que existe um descasamento entre a essencialidade do transporte aéreo e o acesso a esse transporte na Região Norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, com foco na aviação regional, cumpre ressaltar que, entre os 10% de passageiros domésticos transportados de ou para a Região Norte, apenas 20% tiveram origem e destino dentro dessa região, ou seja, é muito tímida a oferta de movimentação intrarregional.

Tragicamente, os mesmos fatores que fazem da aviação um meio de transporte fundamental para a região também são responsáveis por encarecer dramaticamente a cadeia produtiva que sustenta a oferta desse serviço. Em contraponto ao Sul e ao Sudeste, onde diferentes modais competem pelo transporte de pessoas e bens em condições próximas e os insumos necessários ao transporte aéreo chegam com um custo mais acessível, no Norte do país é comum identificar demandas que dependem unicamente do transporte aéreo. Esse serviço é prestado sob margens operacionais extremamente estreitas, que desencorajam a ampliação da oferta na região e ameaçam sua continuidade. Por exemplo, o Anuário Estatístico da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mostrou que, em 2023, os preços médios ponderados de produtores e importadores de querosene de aviação na Região Norte foram 12% maiores do que a média nacional. Se considerarmos que o custo de combustível representa cerca de 36% do custo operacional das empresas de transporte aéreo no Brasil, concluímos que essa diferença é bastante sensível para a viabilidade do serviço. Porém, esse não é o único fator que encarece a operação. Diversas outras questões logísticas fazem com que as margens dos operadores caiam drasticamente, levando a uma preferência pela alocação das aeronaves em rotas mais rentáveis.

Essa dualidade entre essencialidade do serviço e elevação relativa dos custos é que justifica ações específicas do Estado no sentido de garantir a integração e o desenvolvimento dessas regiões até que a viabilidade econômica dessas operações seja garantida pela própria evolução das condições de mercado. O projeto é, portanto, um instrumento de caráter temporário, adequado às necessidades da região e coerente como ação do Estado no cumprimento de suas funções alocativas e redistributivas.

Conforme esclarecido na justificação do projeto, o mecanismo proposto pelo programa retoma a estratégia de um programa nacional anterior, o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (Pdar), estabelecido pela Lei nº 13.097, de 2015, restringindo seu escopo de aplicação à Região Norte. Esse mecanismo é baseado no custeio de tarifas de navegação aérea e custo *per capita* do transporte em si.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Pdar buscava estabelecer um programa nacional de aviação regional, com prioridade para a Amazônia Legal sobre as demais regiões brasileiras no recebimento de recursos. No entanto, o programa não foi regulamentado e, passados dez anos, prazo máximo estabelecido pela lei de 2015, nunca saiu do papel, pois não houve interesse do Executivo em sua implantação. Consequentemente, mesmo que tivesse sido bem-sucedido, estaria encerrado e demandaria novamente a atenção do Legislativo, uma vez que persiste a desigualdade na oferta de serviços essenciais ao transporte aéreo na Região Norte.

Aproveitamos a oportunidade para propor aperfeiçoamentos no programa, visando superar obstáculos que impediram a sua efetiva implementação na última tentativa. Nesse sentido, propomos sua renomeação no sentido de indicar não somente a revisão do escopo, mas também a visão de que o programa busca dirigir o desenvolvimento da atividade na região até uma situação de plena viabilidade, ou seja, é esperado que os esforços empreendidos nesse momento promovam o desenvolvimento regional e o crescimento estrutural da atividade aérea de forma que o subsídio estatal seja cada vez menos relevante.

Sob essa ótica, sugerimos a alteração do nome do programa para NorteAr. Entendemos que esse termo remete não só à redefinição de escopo, mas também ao objetivo principal de se proverem as condições para que um mercado rentável e competitivo se estabeleça na região.

Defendemos ainda que o programa poderia ser escrito de forma mais sucinta e aberta, privilegiando o equilíbrio jurídico-normativo que tem sido alcançado nos últimos anos com a aplicação das melhores práticas internacionais de integração legislação-regulação. O texto inicial desta proposta é, em alguns trechos, minucioso demais ao determinar regras que seriam mais bem definidas pelo regulador, e, em outros trechos, omisso no estabelecimento de diretrizes que seriam úteis no direcionamento da arquitetura do mecanismo de implementação do programa pelo regulador.

Optamos pela apresentação de um substitutivo com alterações na forma em que o Poder Legislativo cria o programa, autorizando o Executivo a aplicar recursos do Fnac no subsídio de operações aéreas regionais no Norte do país, mas delegando ao Governo a missão de delinear o mecanismo para que essa aplicação seja efetiva para a construção de um mercado sustentável no longo prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi mantida a lógica da proposta original, porém ampliando a definição das rotas ao permitir ligações entre qualquer aeroporto do país e aeroportos regionais do Norte, o que favorece a integração nacional e o desenvolvimento de áreas ainda pouco exploradas. Propusemos também a flexibilização dos instrumentos de fomento ao estabelecer a subvenção como apenas uma das possíveis ferramentas, permitindo, por exemplo, investimentos em infraestrutura que viabilizem operações aéreas.

Optamos por não manter os limites de uso dos recursos do Fnac (que no Pdar eram de 30% do total do fundo e, na proposta em análise, de 20%), em consonância com as previsões mais recentes do nosso ordenamento jurídico. A nova Lei do Turismo (Lei nº 14.978, de 2024) passou a permitir, sem limitações, o uso das verbas do fundo no subsídio para a aquisição de querosene de aviação em aeroportos localizados na Amazônia Legal brasileira. Inclusive, esse dispositivo foi fruto de emenda de minha autoria que permitiu exatamente o uso dos recursos do Fnac para subsidiar o preço do querosene de aviação e, dessa forma, baratear os custos das passagens aéreas e permitir mais ofertas de voo na nossa região da Amazônia Legal.

O substitutivo organiza ainda diretrizes para a regulamentação do programa, reafirmando que os recursos devem promover serviços regulares e sistemáticos, garantindo o caráter desenvolvimentista da política. Também determina que o Executivo estabeleça regras claras de qualificação, seleção e monitoramento das propostas, priorizando a sustentabilidade, o atendimento à população, o acesso em áreas isoladas e a redução do preço das passagens. O texto consolida a orientação para assegurar isonomia, transparência e adaptação contínua do programa, conforme o desenvolvimento das rotas beneficiadas.

A proposta tem o potencial de ampliar o acesso ao transporte aéreo regional na Região Norte, de tornar os voos regionais mais acessíveis e de fomentar o desenvolvimento do setor, incentivando as companhias aéreas a operar em aeroportos menos movimentados. Isso não apenas facilitaria o transporte de passageiros, mas também o de bens essenciais para a população, como alimentos e medicamentos, além de promover o turismo e o desenvolvimento econômico local.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.600, de 2025, na forma da emenda substitutiva que já consta no sistema deste Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Senador Alan Rick.

A matéria está em discussão.

Com a palavra para discutir o Senador Dr. Hiran, autor desta importante proposta para nós da Região Norte, que sabemos qual é a realidade dos nossos estados.

Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Minha querida Presidente Professora Dorinha, Sras. e Srs. Senadores, meus assessores e todos que nos assistem, eu quero, inicialmente, falar sobre tarifas, tarifas no Brasil, tarifas de passagens aéreas.

Para nós sairmos daqui, quinta-feira, Professora Dorinha, para Boa Vista, e para eu voltar na segunda-feira – eu estava só conferindo aqui para não ser injusto –, essa tarifa custa R$7 mil. Alguém que vai sair de Boa Vista na quinta-feira e voltar na segunda-feira de Manaus vai pagar R$5.696, ida e volta num voo de 55 minutos. Para se fazer um comparativo, na mesma data, para sairmos daqui para Lisboa e voltar, são R$4,6 mil. É absolutamente desproporcional. E, muitas vezes, quando nós saímos de Boa Vista para Manaus, temos que vir a Brasília, pegar uma conexão para voltar para Manaus – em vez de fazermos um voo de 756km, fazemos um voo de 2 mil quilômetros para cá e mais 2 mil para Manaus.

Essa situação já perdura há muito tempo. Nós já tivemos lá muitas companhias regionais menores, como Meta, como Rico Táxi Aéreo, como Taba, que já funcionaram naquela região e que nos davam possibilidade de transporte mais barato, mais adequado à região, porque alguns aeroportos menores só eram operados por aeronave turboélice, e era o ideal para nós, mas, por falta de uma regulamentação, de um estímulo, essas companhias foram se desintegrando ao longo do tempo. É impossível se fazer concorrência, pela atual legislação que norteia a aviação no Brasil, com as grandes empresas, que, aliás, são oligopólio no país. Os preços são absolutamente combinados – são combinados. Nós temos só três empresas no Brasil, e os preços divergem muito pouco em uma das outras nos mesmos trechos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De forma que a finalidade desse relatório... E o texto foi muito bem aperfeiçoado pelo meu colega Alan Rick, que, aliás, até me convenceu de que, embora o nome que nós havíamos colocado no projeto fosse Parno, NorteAr ficaria mais identificado com a nossa realidade. Eu agradeço a sua sugestão. E a finalidade é nós estimularmos a aviação regional, reduzindo custos operacionais, para atrair empresas – para que se criem, inclusive, novas empresas – e para facilitar o nosso transporte inter-regional. Muitas vezes, muitos locais são interligados por estradas, às vezes, estradas com qualidade duvidosa, com grandes distâncias, e isso poderia facilitar muito o transporte dessas pessoas que transitam entre municípios de vários estados, entre os estados da Região Norte e entre os estados da Região Norte e os estados de outras regiões do país.

Dessa forma, quero parabenizar V. Exa. e agradecer à nossa Presidente pela sensibilidade de pautar este projeto de grande importância para a nossa região.

Eu espero aqui – tenho certeza – que nós vamos aprovar, rapidamente, este projeto aqui, que vai transitar também na próxima Comissão, de maneira terminativa, para que a nossa região seja vista com mais cuidado, com mais efetividade e com mais eficiência nesse transporte, que é tão importante para gerar riqueza, para gerar bem-estar para os nossos amazônidas.

Muito obrigado, Presidente.

Muito obrigado e parabéns pela sua relatoria, meu querido Senador Alan.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu gostaria de parabenizar tanto a iniciativa e queria ainda... O sentimento é um sentimento bem ruim, porque, quando nós que estamos aqui no Senado reclamamos, eu fico imaginando a situação da população, que olha para nós como se nós estivéssemos sendo negligentes com o nosso papel. Eu era Deputada ainda quando veio a história de cobrar bagagem, porque o valor ia diminuir e nunca diminuiu. Então, na verdade...

Eu sou do Tocantins. E o número de voos é, a cada dia, mais reduzido, e um voo de 50 minutos, direto para Brasília, nós não pagamos... O valor é em torno de R$3 mil por trecho. E o que é muito estranho, às vezes, é uma estratégia que as pessoas têm usado: elas tiram a passagem para Belo Horizonte, para o Rio de Janeiro, essa aeronave vai fazer escala aqui, e elas descem do avião, ou seja, compram para uma distância maior, porque assim é metade do preço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de propor que nós tivéssemos uma ação talvez mais concreta junto ao próprio ministério, porque fica ridículo para nós do Congresso a gente simplesmente se indignar. Uma passagem de R$7 mil, ida e volta, é abusiva. Com esse valor, o nosso Senador mostrou que nós vamos para fora do país.

E aí nós estamos falando da questão de custo, da questão de acesso e da questão de saúde. Não é o caso do meu estado, porque nós temos rodovias que trazem para Brasília, para Goiânia, não temos o impeditivo que vocês têm em muitas regiões em relação à questão de rios e tudo. A gente impede o acesso à saúde, o deslocamento... E, quando a gente conversa, às vezes, com o ministério, a resposta é a mesma: "Ah, eles estão sofrendo muito, porque o valor do combustível...". Quem sofre muito é o povo, não são as empresas.

Na verdade, a questão da abertura e da criação de critérios e de um fundo que possa garantir um mínimo de ocupação é necessária, mas eu penso que, em relação à tarifa, é um problema que tem que ser enfrentado independentemente da Região Norte. Ela é mais grave para nós da Região Norte, mas a situação do Brasil em relação a essa questão dos valores praticados pelas companhias aéreas, além da situação abusiva que se tem colocado...

Hoje mesmo, eu vim do meu estado de madrugada, eu estava na frente numa poltrona, 2D ou 3D, e eles, simplesmente, na hora em que eu fui embarcar, mudaram – eles fazem isso com constância. Você fica uma hora ou uma hora e meia esperando a bagagem, muitas vezes a sua bagagem some, e você fica num lugar... Quando é um lugar estranho, às vezes termina a sua viagem, e você volta para casa sem a sua bagagem.

Eu queria propor que, em nome da Comissão, nós pudéssemos procurar o Ministro, porque eu acho que a gente tem que agir mais duramente com as agências de regulação pois a situação é abusiva.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC) – Sra. Presidente, se me permite, eu compartilhava com o Senador Hiran...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador Alan Rick.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Como Relator.) – ... exatamente sobre a necessidade de fazermos aqui mais uma agenda com o Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, para a regulamentação daquilo que já está aprovado e sancionado na nova Lei Geral do Turismo, que prevê exatamente algo semelhante ao Programa NorteAr, que nós do Senado aprovamos. Foi uma emenda de minha autoria, que permite, exatamente, que recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil sejam utilizados para subsidiar o preço do querosene de aviação. Há recurso para isso. O Pdar foi criado e nunca implementado, nunca regulamentado. Nós conseguimos avançar e aprovar essa emenda de minha autoria na nova Lei Geral de Turismo, e, até hoje, o Ministério de Portos e Aeroportos não regulamentou a matéria. Portanto, é imprescindível que nós nos unamos e façamos essa agenda novamente com o Ministro Silvio Costa Filho para cobrar a regulamentação dessa matéria. Com ela regulamentada, o Governo terá os instrumentos para subsidiar esse preço.

Na nossa região, para se ter ideia... Em aeroportos do Nordeste do Brasil, em Recife, ou do Sudeste do Brasil, em São Paulo, você tem um preço do querosene de aviação que chega a ser 35% mais barato do que na Região Norte. Então, nós temos um grave desequilíbrio. E isso afeta a oferta de voos, com um preço exorbitante, como foi aqui pontuado, que é oferecido em Roraima, Tocantins, no Acre, no Amazonas, no Pará. E ainda temos o problema da falta de voos e de voos em horários inadequados.

É fundamental que a gente possa fazer novamente... Eu já fiz algumas agendas lá no Ministério de Portos e Aeroporto e convido os colegas para que possamos ir juntos e cobrar a regulamentação da matéria.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, só para complementar... Desculpe se me estendo um pouco, mas também chamo a atenção de que, só com três empresas no Brasil, fica muito difícil nós fazermos uma concorrência...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sem concorrência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... que possa baratear os custos, até porque, quando se fala em trazer companhias *low cost* para cá, eu digo: mais *low cost* do que são as nossas companhias? A gente passa três horas e meia em um voo daqui para Boa Vista e o que a gente recebe é água e um biscoitinho. Quer mais *low cost* do que isso? Isso é um absurdo.

Eu acho que a gente deve, realmente, abrir esse mercado, porque, só abrindo o mercado, trazendo companhias para cá que sejam competitivas, é que a gente pode, realmente, baixar os preços das nossas passagens aéreas, pois o mercado que é um dos maiores mercados do mundo em termos de mercado de aviação privada é o do Brasil.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Nós vamos pedir uma audiência com o Ministro e, com certeza, tratar deste tema. Mais do que em uma audiência, a gente tem que pegar isso como um foco extremamente importante – além do número reduzido, os custos muito altos.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 636, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dar mais efetividade ao Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº1 - CCJ, e das 2 (duas) emendas que apresenta.

Observações: *1. Após deliberação na CDR, a matéria será apreciada pelo Plenário do Senado Federal.*

Do Deputado Federal André Figueiredo, do PDT, do Ceará.

Concedo a palavra à Senadora Eliziane Gama, para a leitura do seu relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente Dorinha.

Parecer da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o Projeto de Lei nº 636, de 2023, do Deputado André Figueiredo, que altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dar mais efetividade ao Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil.

Com a permissão de V. Exa., vou direto, aqui, à análise, por economia processual, Presidente.

De acordo com o art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDR opinar sobre proposições que tratem das políticas de desenvolvimento regional, dos estados e dos municípios, bem como de assuntos correlatos.

Historicamente, esta Comissão vem tratando do tema proteção e defesa civil, refletindo a repartição de competências no âmbito do Poder Executivo federal. Naquela esfera, as atribuições dos diversos ministérios estão estabelecidas pela Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023. Por força do seu art. 26, o tema está afeto ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, em interlocução estreita com este Colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL nº 636, de 2023, tem como objetivo alterar a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dar mais efetividade ao Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, elaborado pelos municípios. A proposta surge em um contexto marcado pela intensificação de desastres climáticos e pela percepção de que o atual marco legal, embora avance em diversos pontos, não tem sido suficiente para prevenir tragédias dessa natureza.

Para compreender o alcance da proposição, é necessário examinar suas mudanças específicas, o quadro normativo no qual se insere e os desafios técnicos e institucionais que se apresentam.

O projeto traz mudanças de grande relevância no art. 3º-A da Lei nº 12.340, de 2010. Em primeiro lugar, modifica o *caput* do §7º. A redação em vigor define "elementos a serem considerados" no Plano municipal de Contingência de Proteção e Defesa Civil. Com a alteração proposta, a redação passa a definir os elementos que o plano municipal "deverá contemplar". Essa mudança, aparentemente simples, é radical. Na prática, transforma recomendações em obrigações, elevando o grau de responsabilidade dos municípios.

O projeto também acrescenta dois incisos no mesmo §7º. O novo inciso VIII determina a elaboração de um "plano de contenção de construções irregulares em áreas de risco", acompanhado das descrições de alternativas habitacionais seguras, em cooperação com os demais entes federativos. Já o inciso IX exige a "descrição dos investimentos necessários em infraestrutura hídrica, combate a enchentes e prevenção dos desastres" igualmente em parceria com a União e estados.

Por fim, o projeto acrescenta o §8º no mesmo art. 3º-A, estabelecendo que a prestação de contas anual prevista no §6º seja acompanhada de um relatório detalhado, composto por seis elementos: realização de exercícios simulados com a população, avaliação da efetividade dos sistemas de alerta, situação dos pontos de abrigo, treinamento de equipes, evolução de construções irregulares em áreas de risco e investimentos realizados em infraestrutura e prevenção.

Ao criar esse plano, a Lei nº 12.608, de 2012, definiu princípios claros de prevenção, mitigação e integração federativa. Atribuiu aos municípios competências fundamentais, como elaborar planos de contingência, realizar mapeamento de riscos e instituir mecanismos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscalização para impedir construções em áreas vulneráveis. A Lei nº 12.340, de 2010, por sua vez, estruturou os mecanismos de financiamento e apoio federal, prevendo que a União e os estados devem apoiar os municípios na execução de suas tarefas.

Outro aspecto relevante é o reforço do princípio da transparência. O relatório anual previsto no novo §8º se articula diretamente com o que já determina o §6º: prestação de contas anual em audiência pública, com ampla divulgação e participação social. Ao detalhar o conteúdo mínimo do relatório, o projeto fortalece a fiscalização tanto social como institucional, oferecendo instrumentos mais claros e objetivos para acompanhar a execução das políticas locais de proteção e defesa civil. Entretanto, consideramos que, para além de constarem obrigatoriamente do relatório das medidas adotadas, é fundamental tornar obrigatórias essas próprias medidas.

A inclusão da descrição de investimentos necessários em infraestrutura hídrica e prevenção de enchentes também é adequada. Ela permite que os planos de contingência não se limitem a medidas emergenciais, mas incluam projeções sobre obras estruturantes, como sistemas de drenagem, barragens de contenção e melhorias urbanísticas. Ainda que tais investimentos dependam muitas vezes de diversos recursos federais e estaduais, sua descrição em âmbito municipal pode ajudar a estabelecer prioridades e a orientar a aplicação dos recursos.

Desse modo, o PL nº 636, de 2023, privilegia os municípios em sua responsabilidade pela elaboração dos planos de contingência, garantindo o apoio das demais instâncias federativas. Sua efetividade dependerá, contudo, da articulação com políticas de habitação e ordenamento territorial.

Com o objetivo de promover essa integração, propomos alterações nas seguintes leis: a Lei nº 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade), para explicitar a vedação da ocupação das áreas de risco; a Lei nº 11.977, de 2009; a Lei nº 14.620, de 2023, para incluir a política de proteção e defesa civil.

Essas alterações buscam criar uma rede normativa coerente, integrando habitação e planejamento urbano aos requisitos de proteção e defesa civil.

Vamos ao voto, Presidente.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 636, de 2023, com as seguintes emendas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº – CDR

Dê-se ao § 7º do art. 3º-A da Lei nº 12.340, de 2010, na forma do Projeto de Lei [...], a seguinte redação:

Art. 3º-A. .....

.....

§ 7º O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, a ser elaborado pelo Município, deverá contemplar os seguintes elementos:

.....

II – definição dos sistemas de alerta a desastres, em articulação com o sistema de monitoramento e com especial atenção dos radioamadores, submetidos esses sistemas a testes periódicos para aferição de sua efetividade;

III – organização e realização, com a participação da população, de exercícios simulados que incluam passagem pelas rotas de deslocamento e chegada aos pontos seguros;

.....

VI – cadastramento e treinamento periódico das equipes técnicas e de voluntários para atuarem em circunstâncias de desastres;

VII – localização dos centros de recebimento e organização da estratégia de distribuição de doações e suprimentos; [...].

EMENDA Nº – CDR

Incluam-se no Projeto de Lei nº 636, de 2023 [...]:

Art. 2º [...] com a seguinte redação:

"Art. 42-A. .....

.....

II – mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos [...];

....." (NR)

Art. 3º A Lei nº 11.977 [...] passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º-A. .....

.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III – infraestrutura básica que inclua vias de acesso, obras de prevenção de desastres, iluminação pública e solução de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais e permita ligações domiciliares de abastecimento de água [...]; e

....." (NR)

Portanto, é esse o relatório, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senadora Eliziane Gama, pela leitura do seu relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, com as Emendas nºs 2 e 3.

A matéria vai ao Plenário.

Quanto ao item 4, a própria Senadora Augusta Brito solicitou a retirada de pauta para reexame.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4368, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer normas de proteção ao consumidor de serviços de turismo.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pela aprovação na forma da emenda substitutiva apresentada.

Observações: *1. Após deliberação na CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor - CTFC, em decisão terminativa.*)

Os demais itens foram retirados.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 03ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e cinquenta e nove minutos do dia sete de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Plínio Valério, Alessandro Vieira, Chico Rodrigues, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes, Jorge Seif, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Rogério Carvalho e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Sérgio Petecão e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Efraim Filho, Eliziane Gama, Flávio Bolsonaro, Augusta Brito e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidente informa que, conforme o Ofício nº 008, de 2026-CDR, encaminhado ao Ministério do Turismo, foram designados como representantes desta Comissão junto ao Conselho Nacional de Turismo (CNT), a Senadora Professora Dorinha Seabra, titular, e o Sr. Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da CDR, suplente. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3025, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Regula a profissão de bugueiro turístico; altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Reunida a Comissão nesta data, a matéria é retirada de pauta a pedido do relator, Senador Laércio Oliveira, para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 159, de 2026 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2011) - Não Terminativo -** que: "Determina a realização periódica de inspeções prediais; e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (Lite)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Resultado:** Reunida a Comissão nesta data, é aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 958, de 2025 - Terminativo -** que: "Cria a Rota Turística da Serra da Capivara, no Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Reunida a Comissão nesta data, a matéria é retirada de pauta a pedido do relator, Senador Marcelo Castro. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/07

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de abril.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias apresentadas à Comissão.

Comunico que a Comissão recebeu o convite para participar da cerimônia de abertura oficial da WTM Latin America de 2026, a realizar-se dia 14 de abril de 2026, das 10h30 às 12h, no Teatro Technology & Innovation, na Expo Center Norte, em São Paulo.

A confirmação de presença pode ser enviada até o dia 10 de abril de 2026, por meio do *e-mail* ou pelo WhatsApp disponíveis na Secretaria da CDR.

Comunico ainda que a Comissão recebeu o convite para participar da 67ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Turismo, que será realizada na modalidade híbrida (presencial e virtual), no dia 15 de abril de 2026, das 9h às 11h, na Sala Santana 2 e 3, da Expo Center Norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo ainda que, conforme o Ofício nº 008/2026, encaminhado ao Ministério do Turismo, foram designados como representantes desta Comissão junto ao Conselho Nacional, a Senadora Professora Dorinha, titular, e o Sr. Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da CDR.

Do item 1 da pauta, o Projeto de Lei nº 3.025, de 2022, foi solicitada a retirada pelo próprio Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 3025, DE 2022

- Não terminativo -

Regula a profissão de bugueiro turístico; altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. Após a deliberação da CDR, a matéria seguirá posteriormente à Comissão de Assuntos Sociais - CAS.)

Item 2:

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 159, DE 2026 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, DE 2011)

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Determina a realização periódica de inspeções prediais; e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (Lite).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Observações:

1. A matéria constou na pauta da 2ª Reunião da CDR, realizada em 17/03/2026.

2. Após deliberação na CDR, a matéria será apreciada pelo Plenário do Senado Federal.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif para a leitura do seu relatório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sra. Presidente, muito bom dia. Senhoras e senhores presentes, vou falar um pouco desse projeto e ler o relatório.

Vem ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo o Projeto de Lei 159, de 2026. Estruturada em 11 artigos, a proposição "determina a realização periódica de inspeções prediais; e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (Lite)". Trata-se de Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado 491, de 2011, de autoria do então Senador Marcelo Crivella, hoje Deputado Federal.

O art. 1º estabelece o objeto da lei, que consiste na exigência da realização de inspeções prediais periódicas e na criação do Lite. Essas medidas são destinadas à avaliação visual das condições técnicas, de uso, de operação, de manutenção e de funcionalidade das edificações.

O art. 2º define edificação como "toda obra coberta destinada a abrigar atividade humana ou qualquer instalação, equipamento ou material".

O art. 3º exclui da obrigatoriedade da inspeção periódica as barragens e os estádios de futebol, por estarem abrangidos por legislação específica, e as residências unifamiliares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 4º esclarece que o objetivo da inspeção predial é efetuar o diagnóstico da edificação quanto às suas condições técnicas de uso e de manutenção, com identificação de anomalias ou de falhas de manutenção e de uso, bem como à classificação de sua prioridade técnica, considerada a perda de desempenho observada.

O art. 5º determina que o Lite deverá ser apresentado a cada dez anos, mas que o órgão público responsável pela fiscalização poderá estabelecer prazos menores, considerando as características da edificação.

O art. 6º esclarece que o Lite destina-se a registrar a inspeção predial, em conformidade com o disposto nas normas técnicas pertinentes, e fixa o conteúdo mínimo do laudo.

O art. 7º estabelece que o Lite será elaborado por profissional devidamente habilitado e indica as atribuições desse profissional, entre elas o registro em Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou documento congênere.

O art. 8º assegura gratuidade da elaboração do Lite destinado a templos religiosos, a entidades beneficentes e a organizações sem fins lucrativos devidamente constituídas e em funcionamento regular. O parágrafo único desse artigo aponta os meios de implementação desse benefício.

O art. 9º atribui ao órgão público responsável pela fiscalização das inspeções a competência para exigir do proprietário ou do encarregado legal da administração da edificação a apresentação do Lite.

O art. 10 impõe ao proprietário ou ao encarregado legal da administração da edificação a responsabilidade pela contratação do Lite, fixa suas atribuições e cria penalidades administrativas pelo seu descumprimento, para além das sanções penais e cíveis cabíveis.

O art. 11 define que a lei entra em vigor 180 dias após a sua publicação.

No Senado Federal, o PLS 491, de 2011, foi aprovado em 2013 pela CDR em decisão terminativa. Remetido à Câmara dos Deputados, passou a tramitar como PL 6.014, de 2013, e foi aprovado nas Comissões com emendas. Encerrado o prazo sem interposição de recurso para apreciação do Plenário, o projeto foi devolvido ao Senado, em 2025, como PL 159, de 2026. Após apreciação pela CDR, a matéria segue para o Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

De acordo com o art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre proposições que tratem de assuntos referentes às políticas de desenvolvimento dos municípios e assuntos correlatos.

Tendo em vista esta Comissão ter sido a única chamada a instruir a matéria, esta será analisada preliminarmente quanto aos seus aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

No que se refere à constitucionalidade formal, o PL 159, de 2026, se insere no âmbito das normas gerais de direito urbanístico e de proteção à saúde, de competência concorrente da União, nos termos do art. 24, incisos I e XII, da Constituição Federal.

A iniciativa parlamentar é legítima, pois a proposição não trata de matéria reservada ao Presidente da República, nos termos do art. 61, §1º, nem se insere nas competências privativas do Senado Federal ou exclusivas do Congresso.

A espécie normativa adotada é adequada, uma vez que a lei ordinária é instrumento próprio para estabelecer normas gerais sobre inspeção predial. No que tange à técnica legislativa, o texto observa o disposto na Lei Complementar 95, de 1998.

No plano material, o projeto respeita o pacto federativo, pois fixa diretrizes gerais e preserva a atuação administrativa dos entes locais na fiscalização. A proposta contribui para concretizar o direito à vida, à segurança e à moradia digna, previstos nos arts. 5º e 6º da Constituição, além de reforçar a função social da propriedade urbana, prevista no art. 182.

Além disso, não há afronta à separação de Poderes, pois o projeto limita-se a estabelecer normas gerais e abstratas sobre inspeção predial, sem interferir na organização interna de outros Poderes nem impor obrigações específicas ao Poder Executivo. A proposição não cria cargos, não estrutura serviços administrativos nem determina a prática de atos concretos de gestão. O texto apenas define parâmetros legais que deverão ser observados na atuação administrativa ordinária dos entes competentes, preservando a autonomia decisória e operacional de cada Poder.

Sob o aspecto da juridicidade, o texto é compatível com a legislação urbanística vigente, não apresenta redundância relevante e utiliza conceitos técnicos de forma adequada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, a norma não cria despesas obrigatórias para a União, inexistindo impacto direto sobre o orçamento federal.

No mérito, o PL 159, de 2026, revela-se conveniente e oportuno ao buscar resolver um problema concreto e recorrente nas cidades brasileiras: a deterioração progressiva das edificações e a ausência de rotinas sistemáticas de manutenção preventiva.

Na justificação do projeto original, o então Senador Marcelo Crivella destacou a necessidade de instituir uma política nacional de inspeção periódica das edificações de uso coletivo, com o objetivo de prevenir acidentes graves, como incêndios e desabamentos, e de proteger vidas. Esse fundamento, Sra. Presidente, permanece atual. Episódios dessa natureza demonstram que falhas estruturais e deficiências de manutenção podem gerar consequências humanas e sociais irreparáveis.

Conforme evidenciado ao longo dos debates no Senado e na Câmara, embora existam normas técnicas aplicáveis à manutenção predial e experiências municipais relevantes, há lacuna quanto à implementação sistemática de políticas de monitoramento das edificações existentes. O projeto não parte do pressuposto de inexistência normativa, mas da necessidade de conferir maior uniformidade e regularidade à prática de inspeções.

O texto exclui da obrigatoriedade de elaboração do Lite as residências unifamiliares e as edificações já submetidas a legislação específica, como barragens e estádios. Estabelece periodicidade de dez anos para apresentação do laudo, com possibilidade de redução desse prazo pelo órgão fiscalizador, conforme as características do imóvel. Também assegura gratuidade do laudo para templos religiosos, entidades beneficentes e organizações sem fins lucrativos regularmente constituídas.

Importa destacar, Sra. Presidente, que o projeto não cria obrigação inédita de conservação. O dever de manter a edificação em condições seguras já decorre do direito de propriedade e da legislação civil e urbanística. A proposta apenas organiza essa responsabilidade, define padrão mínimo de verificação técnica e confere maior transparência às condições estruturais do imóvel. Nesse contexto, o Lite funciona como instrumento de diagnóstico, capaz de orientar providências antes que ocorram danos mais graves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sob a perspectiva da política urbana, a medida reforça o princípio constitucional da função social da propriedade, na medida em que edificações degradadas podem expor moradores, usuários, trabalhadores e vizinhos a riscos, além de comprometer o espaço público e a dinâmica urbana, razão pela qual a inspeção periódica atende a interesse coletivo legítimo.

A própria justificação do projeto original ressalta que a proposta busca ampliar a transparência e prevenir tragédias em edificações públicas e privadas, argumento que se conecta diretamente ao direito à moradia digna e segura, uma vez que a segurança estrutural não constitui elemento acessório, mas requisito essencial da habitabilidade.

Também sob a ótica da segurança jurídica, Sra. Presidente, a definição de parâmetros gerais nacionais reduz assimetrias normativas excessivas e oferece referência técnica uniforme. Ao mesmo tempo, preserva a atuação dos entes locais na fiscalização e na regulamentação complementar, respeitando a diversidade dos municípios brasileiros.

Sra. Presidente, a experiência recente demonstra que a ausência de mecanismos sistemáticos de inspeção compromete a efetividade das normas técnicas de segurança existentes. Ao exigir que as condições das edificações sejam avaliadas de forma periódica e documentada, o projeto fortalece a responsabilidade dos proprietários, protege terceiros e promove ambiente urbano mais seguro.

A proposta contribui, por fim, para reduzir custos sociais e econômicos de acidentes estruturais, pois a manutenção preventiva tende a ser menos onerosa do que intervenções emergenciais após sinistros.

Diante desses fundamentos, conclui-se que o PL 159, de 2026, apresenta mérito consistente. Trata-se de medida preventiva, proporcional e socialmente responsável, alinhada à proteção da vida, à promoção da segurança coletiva, à concretização do direito à moradia digna e ao fortalecimento da função social da propriedade urbana.

Meu voto, Sra. Presidente.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 159, de 2026, e, no mérito, pela sua aprovação.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Jorge Seif.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o texto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O texto foi aprovado, e o relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, e a matéria vai ao Plenário.

Quanto ao item 3, foi solicitada a sua retirada pelo Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 958, DE 2025

- Terminativo -

Cria a Rota Turística da Serra da Capivara, no Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.)

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 2ª Reunião, no dia 17 de março.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Antes de encerrar, informo que, logo após o término desta reunião, será realizada a 4ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional, destinada ao segundo ciclo de deliberação das indicações das Emendas RP 8 da LOA de 2026.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 04ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e quatorze minutos do dia sete de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Plínio Valério, Alessandro Vieira, Chico Rodrigues, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes, Jorge Seif, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Izalci Lucas, Paulo Paim e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Efraim Filho, Eliziane Gama, Flávio Bolsonaro, Augusta Brito e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de Indicações das Emendas RP8/2026 - 2º Ciclo**. **Finalidade:** 2º Ciclo de Deliberação das indicações das Emendas RP8 da LOA 2026, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 1, de 2006-CN, com redação dada pelas Resoluções nºs 1 e 2, de 2025-CN. Coordenadora das sugestões de indicações na CDR: Senadora Professora Dorinha Seabra. A comissão recebeu o total de 489 (quatrocentas e oitenta e nove) indicações. Destas, 267 (duzentas e sessenta e sete) receberam parecer favorável (Anexo I); 160 (cento e sessenta) receberam parecer favorável à solicitação de alterações (Anexo II); 61 (sessenta e uma) foram retiradas por seus autores, mediante ofício encaminhado a esta Presidência (Anexo III); e 1 (uma) indicação foi adiada. **Resultado:** aprovadas as indicações constantes do Anexo I, as alterações listadas no Anexo II, os pedidos de retirada elencados no Anexo III do relatório e o adiamento constante no Anexo IV. As indicações aprovadas (Anexos I e II), acompanhadas da ata da presente reunião, serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) e aos respectivos ministérios, conforme o relatório. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, assim como a ata da reunião anterior, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/07

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza no dia 7 de abril.

A presente reunião destina-se à deliberação do segundo ciclo das indicações relativas a emendas RP 8 da LOA de 2026, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210, de 2024; do art. 45-A da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional; e das resoluções da redação dada pelas Resoluções nºs 1 e 2, de 2025.

Gostaria de registrar que o Ministro do Turismo esteve conosco em uma reunião com a Comissão e virá aqui oportunamente para apresentar o andamento e o planejamento de trabalho da comissão do Ministério do Turismo, mas lembrando à assessoria aqui presente a nossa urgência em relação às emendas apresentadas, porque algumas têm retornado por inconsistências técnicas ou alteradas, e o prazo é muito curto em virtude do ano eleitoral. Então também foi feito um apelo nesse sentido.

Gostaria de registrar aqui as indicações a serem deliberadas, nesta data, que foram enviadas para apreciação desta Comissão no período de 17 a 31 de março, tendo sido esse prazo amplamente divulgado no *site* da CDR, que os Senadores e as Senadoras e as respectivas assessorias com os prazos e orientações para o envio na utilização do Sinec, que foi aberto até as 12h do dia 31 de março de 2026...

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A coordenação das sugestões às indicações, no âmbito desta Comissão, ficou a cargo desta Presidência, que recebeu exclusivamente por meio do sistema um total de 489 indicações, das quais 267 receberam parecer favorável (Anexo 1), 160 receberam parecer favorável à solicitação de alterações (Anexo 2), 61 foram retiradas por seus autores, mediante ofício encaminhado à Presidência (Anexo 3), e 1 indicação foi adiada.

Nos termos da Lei Complementar nº 210, de 2024, e da Resolução nº 1, de 2006-CN, a Comissão analisa as seguintes indicações:

- Emenda 60110001; Programa: 2317- Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial; Ação: 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, de caráter nacional, no valor de R$600 milhões.

- Mobilidade Urbana; Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária, também de caráter nacional, na ordem de R$400 milhões.

- No subtítulo de Comércio e Serviços - Turismo, no valor de R$300 milhões.

- Programa: 2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte, no valor de R$238.417.000,00.

No prazo concedido por esta Comissão, foram apresentadas 489 sugestões de indicações de emendas.

As indicações constantes no Anexo 1 atendem a todos os requisitos formais; portanto, o voto é pela sua aprovação integral e posterior encaminhamento aos Ministérios competentes.

No Anexo 2, constam solicitações de alteração de indicações previamente aprovadas em ciclos anteriores. Caso aprovadas, essas alterações serão igualmente encaminhadas aos Ministérios correspondentes.

As indicações constantes no Anexo 3 foram retiradas por seus autores, mediante ofício encaminhado à Presidência da Comissão.

Por fim, no Anexo 4, constam indicações que foram adiadas para uma deliberação futura.

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, somos pela aprovação das indicações elencadas no Anexo 1, das alterações solicitadas no Anexo 2, pela rejeição daquelas constantes do Anexo 3 e pelo adiamento das do Anexo 4.

Antes de abrir a discussão, esclarecemos que se trata do segundo ciclo de aprovação das indicações.

Aberta a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação a tabela com a totalidade das indicações válidas, as alterações apresentadas no Anexo 2, a relação das indicações retiradas por seus autores do Anexo 3, bem como a indicação adiada do Anexo 4.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as indicações constantes do Anexo 1, as alterações listadas no Anexo 2, os pedidos de retirada elencados no Anexo 3 do relatório e o adiamento de uma indicação.

As indicações serão acompanhadas da ata da presente reunião e serão encaminhadas à Comissão Mista do Orçamento.

Informo que a CDR dispõe, no exercício deste ano, do valor de R$1.538.417.000,00 para as indicações das emendas de RP 8, das quais cerca de R$1,169 bilhão já foi aprovado e enviado ao Ministério das Cidades, ao Ministério do Turismo, ao Ministério da Integração.

E aí tem um detalhamento que segue o equilíbrio em relação ao tamanho das Regiões: o Nordeste recebeu R$482,3 milhões; a Região Norte, R$340,8 milhões; o Centro-Oeste, R$144,1 milhões; o Sudeste, R$119,6 milhões; e o Sul, R$88,3 milhões. Esses dados evidenciam o esforço desta Comissão com a alocação ampla e equilibrada dos seus recursos.

Antes de finalizarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião bem como a da 3ª Reunião desta Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar... Ah, desculpe, tem uma prorrogação porque, como nós colocamos e alguns foram retirados, então informo que o sistema Sinec será reaberto a partir de amanhã, 8 de abril, para o envio das novas indicações ou para a correção que for necessária das indicações já aprovadas.

A deliberação do próximo ciclo ocorrerá em uma data ainda a ser definida.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 22 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4144	Alessandro Vieira	56000	56101	00T1	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura de Sergipe - SEDURBI			34.841.267/0001-23	SE	ARACAJU	4	30	Implantação e qualificação de infraestrutura viária urbana contemplando pavimentação, adequação de vias e obras de arte especiais.	4.952.436
60110005	4144	Alessandro Vieira	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Aracaju			13.128.780/0001-00	SE	ARACAJU	4	40	Infraestrutura Turística em Aracaju	3.714.327
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA		SANTA HELENA	06.226.583/0001-50	MA	SANTA HELENA	4	90	50 KITS FEIRA DO PESCADO	200.500
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO		PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	90	40 KITS TANQUE-REDE	640.680
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO		PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	90	02 UNIDADES DE CAMINHÃO DE LIXO	978.000
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR		BOM LUGAR	01.611.400/0001-04	MA	BOM LUGAR	4	90	AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA	552.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

		Nova Alves													
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00 SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE PERI MIRIM		PERI MIRIM	41.611.856/0001-80	MA	PERI MIRIM	4	90	ECOPONTE - 8,00 M X 4,50M.	487.602
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00 SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABEIRA		BACABEIRA	01.611.396/0001-76	MA	BACABEIRA	4	90	AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA	552.000
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00 SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA		SÃO JOÃO BASTISTA	35.101.369/0001-75	MA	SAO JOAO BATISTA	4	90	CAMINHÃO PIPA	515.610
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00 SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR		BOM LUGAR	01.611.400/0001-04	MA	BOM LUGAR	4	90	ECOPONTE 12,00M X 4,50M.	607.920
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00 SX	PERFEITURA MUNICIPAL DE PARNARAMA		PARNARAMA	06.115.117/0001-05	MA	PARNARAMA	4	90	PÁ CARREGADEIRA	292.901
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00 SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO		PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	90	42 KITS PESCA TIPO I	760.326
60110001	4283	Ana Paula Dias	53000	53101	00 SX	PREFEITURA MUNICPAL		PARNARAMA	06.115.117/0001-05	MA	PARNARAMA	4	90	CAMINHÃO PIPA	515.610

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

		Lobato Nova Alves				DE PARNARAMA									
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE CODO		CODO	06.104.863/0001-95	MA	CODO	4	90	02 UNIDADES DE CAMINHÃO PIPA	1.031.220
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM		TUNTUM	06.138.911/0001-66	MA	TUNTUM	4	90	AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA	552.000
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICPAL DE PAULINO NEVES		PAULINO NEVES	01.562.914/0001-09	MA	PAULINO NEVES	4	90	ECOPONTE 24,00 M X 4,50 M.	1.053.550
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA		SANTA HELENA	06.226.583/0001-50	MA	SANTA HELENA	4	90	CAMINHÃO PIPA	515.610
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO		PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	90	AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA	552.000
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO		PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	90	49 KITS PESCA TIPO II	503.426
60110 1	4283	Ana Paula	53000	53101	00SX	PREFEITURA		PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	90	90 KITS DE IRRIGAÇÃO 500M	69.005

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

		Dias Lobato Nova Alves				MUNICIPAL DE PINHEIRO									
60110002	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	56000	56101	00T1	TUNTUM	TUNTUM	TUNTUM	06.138.911/0001-66	MA	TUNTUM	4	40	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA	950.000
60110002	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	56000	56101	00T1	VARGEM GRANDE		VARGEM GRANDE	00.396.895/0001-25	MA	VARGEM GRANDE	4	40	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA	1.000.000
60110002	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	56000	56101	00T1	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	05.648.738/0001-83	MA	VARGEM GRANDE	4	40	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	1.000.000
60110002	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	56000	56101	00T1	SANTA HELENA	SANTA HELENA	SANTA HELENA	06.226.583/0001-50	MA	SANTA HELENA	4	40	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	1.000.000
60110002	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	56000	56101	00T1	PAULINO NEVES	PAULINO NEVES	PAULINO NEVES	01.562.914/0001-09	MA	PAULINO NEVES	4	40	PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES	1.000.000
60110005	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	54000	54101	10V0	PINHEIRO	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	40	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA	710.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110005	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	54000	54101	10V0	PINHEIRO	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	40	CONSTRUÇÃO DO PORTAL DA CIDADE	2.500.000
60110005	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	54000	54101	10V0	PAULINO NEVES	PAULINO NEVES	PAULINO NEVES	01.562.914/0001-09	MA	PAULINO NEVES	4	40	CONSTRUÇÃO DO PIER EMBARQUE E DESEMBARQUE DE PASSAGEIROS.	500.000
60110002	4087	Carlos Alberto Dias Viana	56000	56101	00T1	MUNICÍPIO DE VÁRZEA DA PALMA	MUNICÍPIO DE VÁRZEA DA PALMA		18.279.059/0001-26	MG	VARZEA DA PALMA	4	40	Recapeamento da Rua São Pedro e Rua Dr Antônio Marques do Distrito de Barra do Guaicui - Município de Várzea da Palma/MG.	400.000
60110002	4087	Carlos Alberto Dias Viana	56000	56101	00T1	MUNICÍPIO DE RAUL SOARES	MUNICÍPIO DE RAUL SOARES		18.836.965/0001-84	MG	RAUL SOARES	4	40	A presente indicação visa o recapeamento asfáltico de vias públicas urbanas, abrangendo as Ruas José Boaventura e no Bairro Engenheiros e Ruas São Sebastião, São José e Rufino Rocha no bairro Centro, dentre outras. A referida ação totalizará uma área de mais de 7500m².	1.000.000
60110002	4087	Carlos Alberto Dias Viana	56000	56101	00T1	MUNICÍPIO DE CORDISBURGO	MUNICÍPIO DE CORDISBURGO		18.116.137/0001-71	MG	CORDISBURGO	4	40	Recapeamento em CBUQ nas ruas Augusto Bramin Trombini (no bairro Biquinha) e Urias Augusto Coelho Ferreira (no distrito de Lagoa Bonita).	580.974
60110005	4087	Carlos Alberto Dias Viana	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE PONTO CHIQUE	MUNICÍPIO DE PONTO CHIQUE		01.612.500/0001-47	MG	PONTO CHIQUE	4	40	Implantação de área de lazer às margens do Rio São Francisco, na Avenida São Francisco, junto ao cais da cidade — local de	600.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

														embarque e desembarque de pescadores e turistas — com calçamento e paisagismo, visando valorizar o espaço e melhorar a qualidade de vida da população.	
60110005	4087	Carlos Alberto Dias Viana	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO MONTE	MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO MONTE		16.870.974/0001-66	MG	SANTO ANTONIO DO MONTE	4	40	Revitalização de praça turística na rua Monsenhor Otaviano, localizada no centro do município de Santo Antônio do Monte.	400.000
60110005	4087	Carlos Alberto Dias Viana	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE VISCONDE DO RIO BRANCO	MUNICÍPIO DE VISCONDE DO RIO BRANCO		18.137.927/0001-33	MG	VISCONDE DO RIO BRANCO	4	40	Revitalização da estrada turística da Serra de Santa Maria, locaizada na comunidade de Santa Maria no município de Visconde do Rio Branco.	480.000
60110002	4186	Carlos Eduardo Torres Gomes	56000	56101	00T1	MUNICIPIO DE SANTA ROSA DO TOCANTINS			24.851.503/0001-39	TO	SANTA ROSA DO TOCANTINS	4	40	IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	1.980.974
60110005	4186	Carlos Eduardo Torres Gomes	54000	54101	10V0	MUNICIPIO DE ARAGUAINA			01.830.793/0001-39	TO	ARAGUAINA	4	40	REVITALIZAÇÃO E REFORMA DO PARQUE DAS AGUAS (JACUBA)	1.485.731
60110002	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATURÉIA-PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATURÉIA-PB	MATURÉIA-PB	01.612.689/0001-78	PB	MATUREIA	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	400.000
60110002	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ DE MAMANGUAPE-PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ DE MAMANGUAPE-PB	CUITÉ DE MAMANGUAPE-PB	01.612.341/0001-80	PB	CUITE DE MAMANGUAPE	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110002	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO - PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO - PB	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO - PB	08.902.934/0001-20	PB	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	780.974
60110002	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO-PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO-PB	DESTERRO-PB	08.925.968/0001-30	PB	DESTERRO	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	400.000
60110001	4270	Efraim de Araújo Morais Filho	53000	53101	00SX	DNOCS	Prefeitura Municipal de São João do Cariri		00.043.711/0008-10	PB	JOAO PESSOA	4	40	Execução de Obras de Recapeamento/Pavimentação/Calçamento	2.000.000
60110001	4270	Efraim de Araújo Morais Filho	53000	53101	00SX	DNOCS	Prefeitura Municipal de Caiçara		00.043.711/0008-10	PB	JOAO PESSOA	4	40	Execução de Obras de Recapeamento/Pavimentação/Calçamento	2.000.000
60110001	4270	Efraim de Araújo Morais Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Pirpirituba			08.789.299/0001-17	PB	PIRPIRITUBA	4	40	Execução de Obras de Calçamento na Zona Rural	900.000
60110001	4270	Efraim de Araújo Morais Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Brejo do Cruz			08.767.154/0001-15	PB	BREJO DO CRUZ	4	40	Execução de Obras	2.000.000
60110001	4270	Efraim de Araújo Morais Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Frei Martinho			08.737.785/0001-91	PB	FREI MARTINHO	4	40	Execução de Obras de Calçamento Rural	1.000.000
60110001	4270	Efraim de Araújo	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Natuba			09.072.448/0001-95	PB	NATUBA	4	40	Execução de Obras	2.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

		Morais Filho													
60110002	4270	Efraim de Araújo Morais Filho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada			08.932.293/0001-57	PB	PEDRA LAVRADA	4	40	Execução de Obras de Pavimentação Urbana	3.500.000
60110002	4270	Efraim de Araújo Morais Filho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Caaporã			08.865.644/0001-54	PB	CAAPORA	4	40	Execução de Obras	4.000.000
60110005	4270	Efraim de Araújo Morais Filho	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Pombal			08.948.697/0001-39	PB	POMBAL	4	40	Execução de Obras	7.428.654
60110001	4139	Eliziane Pereira Gama Melo	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional	Prefeitura Municipal de Riachão		05.282.801/0001-00	MA	RIACHAO	4	40	Estrada Vicinal	1.000.000
60110001	4139	Eliziane Pereira Gama Melo	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional	Prefeitura Municipal de Senador Alexandre Costa		01.566.688/0001-34	MA	SENADOR ALEXANDRE COSTA	4	40	Estrada Vicinal	1.000.000
60110001	4139	Eliziane Pereira Gama Melo	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional	Prefeitura Municipal de São Pedro da Água Branca		01.613.956/0001-21	MA	SAO PEDRO DA AGUA BRANCA	4	40	Estrada Vicinal	1.500.000
60110001	4139	Eliziane Pereira	53000	53101	00SX	Ministério da Integração	Prefeitura Municipal		06.059.505/0001-08	MA	CANDIDO MENDES	4	40	Estrada Vicinal	4.880.515

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

		Gama Melo				e Desenvolvimento Regional	de Cândido Mendes								
60110001	4139	Eliziane Pereira Gama Melo	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional	Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário		01.614.946/0001-00	MA	PEDRO DO ROSARIO	4	40	Estrada Vicinal	2.000.000
60110002	4139	Eliziane Pereira Gama Melo	56000	56101	00T1	Ministério das Cidades	Prefeitura Municipal de Raposa		01.612.325/0001-98	MA	RAPOSA	4	40	Pavimentação urbana	1.952.436
60110002	4139	Eliziane Pereira Gama Melo	56000	56101	00T1	Ministério das Cidades	Prefeitura Municipal de Rosário		41.479.569/0001-69	MA	ROSARIO	4	40	Pavimentação urbana	3.000.000
60110005	4139	Eliziane Pereira Gama Melo	54000	54101	10V0	Ministério do Turismo	Prefeitura Municipal de Santo Amaro		01.612.671/0001-76	MA	SANTO AMARO DO MARANHAO	4	40	Infraestrutura Turística	1.714.327
60110005	4139	Eliziane Pereira Gama Melo	54000	54101	10V0	Ministério do Turismo	Prefeitura Municipal de Balsas		06.441.430/0001-25	MA	BALSAS	4	40	Infraestrutura Turística	2.000.000
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Municipio de Ouro Branco			12.258.141/0001-98	AL	OURO BRANCO	4	90	Van Teto Alto 15+1 Passageiros - Programa INOVA	324.761
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Municipio de Messias			12.200.283/0001-02	AL	MESSIAS	4	90	Van Teto Alto 15+1 Passageiros - Programa INOVA	324.761

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DA SERRA DA BARRIGA			12.396.074/0001-78	AL	UNIAO DOS PALMARES	4	90	Kit Equipamentos para Agricultura Familiar - Projeto INOVA	250.000
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Municipio de Arapiraca			12.198.693/0001-58	AL	ARAPIRACA	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Municipio de Piranhas			12.225.546/0001-20	AL	PIRANHAS	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Municipio de União dos Palmares			12.332.946/0001-34	AL	UNIAO DOS PALMARES	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Municipio de Maragogi			12.248.522/0001-96	AL	MARAGOGI	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Municipio de Ibateguara			12.332.961/0001-82	AL	IBATEGUARA	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00 SX	Municipio de Agua Branca	Municipio de Agua Branca		12.350.153/0001-48	AL	AGUA BRANCA	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00 SX	Municipio de Atalaia			12.200.143/0001-26	AL	ATALAIA	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00 SX	Municipio de Barra de Santo Antonio			12.262.713/0001-02	AL	BARRA DE SANTO ANTONIO	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00 SX	Municipio de Cajueiro			12.333.738/0001-50	AL	CAJUEIRO	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00 SX	Municipio de Campo Alegre			12.264.628/0001-83	AL	CAMPO ALEGRE	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00 SX	Municipio de Canapi			12.367.892/0001-42	AL	CANAPI	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de	53000	53101	00 SX	Municipio de Carneiros			12.250.684/0001-69	AL	CARNEIROS	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

		Araujo Caldas													
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00 SX	Municipio de Delmiro Goveia			12.224.895/0001-27	AL	DELMIRO GOUVEIA	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00 SX	Municipio de Dois Ranchos			12.250.908/0001-32	AL	DOIS RIACHOS	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00 SX	Municipio de Flexeiras			12.262.721/0001-59	AL	FLEXEIRAS	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00 SX	Municipio de Jacaré dos Homens			12.250.999/0001-06	AL	JACARE DOS HOMENS	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00 SX	Municipio de Jacuipe			12.247.755/0001-74	AL	JACUIPE	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00 SX	Municipio de Joaquim Gomes			12.262.739/0001-50	AL	JOAQUIM GOMES	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holand	53000	53101	00 SX	Municipio de Lagoa da Canoa			12.207.551/0001-00	AL	LAGOA DA CANOA	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

		a de Araujo Caldas													
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Munciipio de Mata Grande			12.226.205/0001-79	AL	MATA GRANDE	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Municipio de Monteiropolis			12.251.450/0001-36	AL	MONTEIRO POLIS	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Municipio de Novo Lino			12.248.878/0001-20	AL	NOVO LINO	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Municipio de Olho D'agua Grande			12.207.411/0001-31	AL	OLHO D'AGUA GRANDE	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Municipio de Ouro Branco			12.258.141/0001-98	AL	OURO BRANCO	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Municipio de Palmeira dos Indios			12.356.879/0001-98	AL	PALMEIRA DOS INDIOS	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Municipio de Pilar			12.200.150/0001-28	AL	PILAR	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Municipio de Porto Calvo			12.366.720/0001-54	AL	PORTO CALVO	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Municipio de São Jose da Laje			12.330.916/0001-99	AL	SAO JOSE DA LAJE	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Municipio de São Luiz do Quitunde			12.342.671/0001-10	AL	SAO LUIS DO QUITUNDE	4	90	Veículo Administrativo Sedã 75 cv – Programa INOVA	105.545
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Municipio de São Miguel dos Campos			12.264.222/0001-09	AL	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	4	90	Aquisição de 03 (três) MOTOCICLETAS 160CC – Programa INOVA	72.073
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Municipio de São Miguel dos Campos			12.264.222/0001-09	AL	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	4	90	VEICULO ADMINISTRATIVO SEDÃ 75 CV - Programa INOVA	105.545
60110002	4239	Eudocia Maria Holanda de	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO			12.332.946/0001-34	AL	UNIAO DOS PALMARES	4	40	Pavimentação Urbana no Municipio de União dos Palmares	6.933.410

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

		Araujo Caldas				DOS PALMARES									
60110005	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	54000	54101	10V0	Município de Piranhas			12.225.546/0001-20	AL	PIRANHAS	4	40	Implantação e melhoria de infraestrutura turística no âmbito da Ação 10V0 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística.	3.714.327
60110005	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	54000	54101	10V0	Municipio de Piranhas			12.225.546/0001-20	AL	PIRANHAS	4	40	Implantação e melhoria de infraestrutura turística no âmbito da Ação 10V0 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística.	1.485.731
60110001	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	53000	53101	00SX	Município de Santa Terezinha			11.358.140/0001-52	PE	SANTA TEREZINHA	4	40	Motoniveladora	1.000.000
60110001	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	53000	53101	00SX	Município de Gameleira			11.343.902/0001-47	PE	GAMELEIRA	4	40	Estrada vicinal	1.000.000
60110001	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	53000	53101	00SX	Município de Buíque			10.105.963/0001-03	PE	BUIQUE	4	40	Estrada vicinal e passagem molhada	880.515
60110001	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	53000	53101	00SX	Município de Tupanatinga			10.106.250/0001-64	PE	TUPANATINGA	4	40	Estradas vicinais	1.000.000
60110001	4252	Fernando Antonio	53000	53101	00SX	Município de			10.091.593/0001-00	PE	TAQUARITINGA DO NORTE	4	40	Duas retroescavadeiras	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

		Caminha Dueire				Taquaritinga do Norte									
60110001	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	53000	53101	00SX	Município de Poção			10.265.429/0001-64	PE	POCAO	4	40	Aquisição de duas retroescavadeiras	1.000.000
60110001	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	53000	53101	00SX	Município de Machados			11.097.375/0001-38	PE	MACHADOS	4	40	Estrada vicinal	500.000
60110001	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	53000	53101	00SX	Município de Sertânia			11.358.116/0001-13	PE	SERTANIA	4	40	Estradas vicinais	1.000.000
60110001	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	53000	53101	00SX	Município de Chã Grande			11.049.806/0001-90	PE	CHA GRANDE	4	40	Estrada vicinal	1.000.000
60110001	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	53000	53101	00SX	Município de Ibirajuba			11.256.062/0001-85	PE	IBIRAJUBA	4	40	Estrada vicinal	500.000
60110002	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	56000	56101	00T1	Município de Tuparetama			11.358.124/0001-60	PE	TUPARETAMA	4	40	Pavimentação	1.000.000
601102	4252	Fernando	56000	56101	00T1	Município de			08.260.663/0001-57	PE	CAMARAGIBE	4	40	Pavimentação	452.436

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

		Antonio Caminha Dueire				Camaragibe									
60110005	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	54000	54101	10V0	Município de Tabira			10.349.041/0001-41	PE	TABIRA	4	40	Obras de infraestrutura turística	2.000.000
60110005	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	54000	54101	10V0	Prefeitura de Olinda			10.404.184/0001-09	PE	OLINDA	4	40	Infraestrutura turística	1.200.000
60110005	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	54000	54101	10V0	Município de Quixaba			35.445.527/0001-04	PE	QUIXABA	4	40	Infraestrutura turística	514.326
60110001	4096	Irajá Silvestre Filho	53000	53101	00SX	PAU DARCO			25.063.991/0001-82	TO	PAU D'ARCO	4	40	INFRAESTRUTURA	500.000
60110001	4096	Irajá Silvestre Filho	53000	53101	00SX	DARCINOPOLIS			25.064.072/0001-23	TO	DARCINOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	600.000
60110001	4096	Irajá Silvestre Filho	53000	53101	00SX	PRAIA NORTE			25.061.789/0001-11	TO	PRAIA NORTE	4	40	INFRAESTRUTURA	2.828.653
60110001	4096	Irajá Silvestre Filho	53000	53101	00SX	MARIANOPOLIS DO TOCANTINS			24.851.479/0001-38	TO	MARIANOPOLIS DO TOCANTINS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	2.000.000
60110001	4096	Irajá Silvestre Filho	53000	53101	00SX	SAMPAIO			25.086.828/0001-35	TO	SAMPAIO	4	40	INFRAESTRUTURA	500.000
60110001	4096	Irajá Silvestre Filho	53000	53101	00SX	CONCEICAO DO			01.067.149/0001-50	TO	CONCEICAO DO	4	40	INFRAESTRUTURA	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

						TOCANTINS					TOCANTINS				
60110001	4096	Irajá Silvestre Filho	53000	53101	00SX	ITAGUATINS			01.395.458/0001-50	TO	ITAGUATINS	4	40	INFRAESTRUTURA	500.000
60110002	4096	Irajá Silvestre Filho	56000	56101	00T1	PALMEIROPOLIS			00.007.401/0001-73	TO	PALMEIROPOLIS	4	40	INFRAESTRUTURA	500.000
60110002	4096	Irajá Silvestre Filho	56000	56101	00T1	ALIANÇA DO TOCANTINS			25.042.219/0001-84	TO	ALIANCA DO TOCANTINS	4	40	INFRAESTRUTURA	1.000.000
60110002	4096	Irajá Silvestre Filho	56000	56101	00T1	ARAGUAÇU			02.391.407/0001-12	TO	ARAGUACU	4	40	INFRAESTRUTURA	500.000
60110002	4096	Irajá Silvestre Filho	56000	56101	00T1	XAMBIOA			02.087.211/0001-39	TO	XAMBIOA	4	40	INFRAESTRUTURA	952.436
60110002	4096	Irajá Silvestre Filho	56000	56101	00T1	AUGUSTINOPOLIS			00.237.206/0001-30	TO	AUGUSTINOPOLIS	4	40	INFRAESTRUTURA	2.000.000
60110005	4096	Irajá Silvestre Filho	54000	54101	10V0	PEDRO AFONSO			02.070.589/0001-20	TO	PEDRO AFONSO	4	40	INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	1.000.000
60110005	4096	Irajá Silvestre Filho	54000	54101	10V0	CASEARA			24.851.487/0001-84	TO	CASEARA	4	40	INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	1.000.000
60110005	4096	Irajá Silvestre Filho	54000	54101	10V0	SILVANÓPOLIS			00.114.819/0001-80	TO	SILVANOPOLIS	4	40	INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	500.000
60110005	4096	Irajá Silvestre Filho	54000	54101	10V0	DUERE			01.351.667/0001-00	TO	DUERE	4	40	INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	500.000
60110005	4096	Irajá Silvestre Filho	54000	54101	10V0	PONTE ALTA DO BOM JESUS			01.067.966/0001-09	TO	PONTE ALTA DO BOM JESUS	4	40	INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	714.327
60110006	4096	Irajá Silvestre Filho	53000	53101	1211	CARRASCO BONITO			25.064.023/0001-90	TO	CARRASCO BONITO	4	40	INFRAESTRUTURA	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110006	4096	Irajá Silvestre Filho	53000	53101	1211	ARAGUANÃ			25.063.892/0001-09	TO	ARAGUANA	4	40	INFRAESTRUTURA	500.000
60110006	4096	Irajá Silvestre Filho	53000	53101	1211	TABOCÃO			37.421.112/0001-26	TO	FORTALEZA DO TABOCAO	4	40	INFRAESTRUTURA	500.000
60110006	4096	Irajá Silvestre Filho	53000	53101	1211	BOM JESUS DO TOCANTINS			37.420.775/0001-26	TO	BOM JESUS DO TOCANTINS	4	40	INFRAESTRUTURA	500.000
60110006	4096	Irajá Silvestre Filho	53000	53101	1211	PIUM			01.189.497/0001-09	TO	PIUM	4	40	INFRAESTRUTURA	951.862
60110001	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE ANADIA - AL	MUNICÍPIO DE ANADIA - AL	MUNICÍPIO DE ANADIA - AL	12.227.351/0001-19	AL	ANADIA	4	40	00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado.	700.000
60110001	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE CAJUEIRO - AL	MUNICÍPIO DE CAJUEIRO - AL	MUNICÍPIO DE CAJUEIRO - AL	12.333.738/0001-50	AL	CAJUEIRO	4	40	00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado.	1.600.000
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	JACUIPE - AL	JACUIPE - AL	JACUIPE - AL	12.250.999/0001-06	AL	JACUIPE	4	40	00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	700.000
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	MUNICÍPIO DE CHÃ PRETA - AL	MUNICÍPIO DE CHÃ PRETA - AL	MUNICÍPIO DE CHÃ PRETA - AL	12.334.629/0001-57	AL	CHA PRETA	4	40	00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	600.000
60110002	2289	José Renan Vasconcelos	56000	56101	00T1	INHAPI - AL	INHAPI - AL	INHAPI - AL	12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	40	00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	600.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

		Calheiros												Voltado à Implantação e Qualificação Viária	
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	MUNICIPIO DE CANAPI - AL	MUNICIPIO DE CANAPI - AL	MUNICIPIO DE CANAPI - AL	12.367.892/0001-42	AL	CANAPI	4	40	00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	552.436
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	OURO BRANCO - AL-	OURO BRANCO - AL -	OURO BRANCO - AL	12.258.141/0001-98	AL	OURO BRANCO	4	40	00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	800.000
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	COQUEIRO SECO - AL	COQUEIRO SECO - AL	COQUEIRO SECO - AL	12.200.325/0001-05	AL	COQUEIRO SECO	4	40	00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	600.000
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	Estrela de Alagoas- AL	Estrela de Alagoas- AL	Estrela de Alagoas- AL	24.176.307/0001-06	AL	ESTRELA DE ALAGOAS	4	40	00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	600.000
60110005	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	54000	54101	10V0	MUNICIPIO DE TRAÍPU - AL	MUNICIPIO DE TRAÍPU - AL	MUNICIPIO DE TRAÍPU - AL	12.207.452/0001-28	AL	TRAIPU	4	40	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística.	600.000
60110005	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE CARNEIROS - AL	MUNICÍPIO DE CARNEIROS - AL	MUNICÍPIO DE CARNEIROS - AL	12.250.684/0001-69	AL	CARNEIROS	4	40	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística.	600.000
60110005	2289	José Renan Vascon	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE	MUNICÍPIO DE	MUNICÍPIO DE	12.248.522/0001-96	AL	MARAGOGI	4	40	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística.	1.100.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

		celos Calheiros				MARAGOGI - AL	MARAGOGI - AL	MARAGOGI - AL							
60110005	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE MATA GRANDE - AL	MUNICÍPIO DE MATA GRANDE - AL	MUNICÍPIO DE MATA GRANDE - AL	12.226.205/0001-79	AL	MATA GRANDE	4	40	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística.	814.327
60110005	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	54000	54101	10V0	VIÇOSA - AL	VIÇOSA - AL	VIÇOSA - AL	12.333.746/0001-04	AL	VICOSA	4	40	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística.	600.000
60110001	4274	Laércio José de Oliveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Propriá			13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	40	Aquisição de máquinas agrícolas, pavimentação de vias vicinais e reforma do antigo mercado de peixe	4.152.206
60110002	4274	Laércio José de Oliveira	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Propriá			13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	1.980.974
60110005	4274	Laércio José de Oliveira	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Propriá			13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	40	Infraestrutura Turística	1.485.731
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros do DF e Entorno - ASPHOR		01.930.199/0001-10	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de 1 (um) Caminhão Carga Seca 7 m 4x2	425.888
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvi	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIAR		26.905.474/0001-76	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de 2 (dois) Kits Equipamentos INOVA - Microtrator	252.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

						mento Regional	DO ASSENTAMENTO CANAA - ASPRAFAC								
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	UNIAO BRASILEIRA DOS TRABALHADORES RURAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR - UNBRATRAF		47.803.116/0001-22	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de 2 (dois) Kits Equipamentos INOVA - Microtrator	252.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA PROF. ANÍBAL COELHO LTDA-COOPAC		46.650.455/0001-53	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de 2 (dois) Kits Equipamentos INOVA - Microtrator	252.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	ELO RURAL - Associação dos empreendedores de café do Lago Oeste		53.333.376/0001-84	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de 2 (dois) Kits Equipamentos INOVA - Microtrator	252.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos do DF e Entorno - ASFAG		29.305.675/0001-20	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de 1 (um) Caminhão Carga Seca 7 m 4x2	425.888

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Associação dos Produtores Rurais dos Rurais dos Sítios Agrovalle - APRAV		01.634.823/0001-31	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de 2 (dois) Kits Equipamentos INOVA - Microtrator	252.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Central Nacional das Cooperativas de Trabalho de Reciclagem – CCO NACIONAL		52.583.208/0001-84	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de 2 (duas) Minicarregadeira 58 cv (Uso predominante: Urbano)	440.779
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Associação Comunitária Rural da Boa Vista - Fercal		01.600.469/0001-24	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de 1 (um) Caminhão Carga Seca 7 m 4x2	425.488
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	ASSOCIAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO 10 JUNHO - AFPJ		42.519.950/0001-77	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de 1 (um) Kit Equipamentos INOVA - Trator	250.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ASSENTAMENTO TERRA PROMETIDA - ASTRAFTP/DF		29.106.407/0001-80	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de 2 (dois) Kits Equipamentos INOVA - Microtrator	252.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial	Prefeitura Municipal de São João do Arraial		03.353.358/0001-96	PI	SAO JOAO DO ARRAIAL	4	90	Aquisição de um trator agrícola com grade e carreta	177.000
60110002	4183	Marcelo Costa e Castro	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Bocaina			06.553.689/0001-68	PI	BOCAINA	4	40	Construção de calçadões na zona urbana do município.	500.000
60110002	4183	Marcelo Costa e Castro	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Madeiro			01.612.586/0001-08	PI	MADEIRO	4	40	Pavimentação de vias urbanas	400.000
60110002	4183	Marcelo Costa e Castro	56000	56101	00T1	Instituto de Desenvolvimento do Estado do Piauí - IDEPI	Oeiras - PI		09.034.960/0001-47	PI	TERESINA	4	30	Pavimentação de vias urbanas	500.000
60110002	4183	Marcelo Costa e Castro	56000	56101	00T1	Instituto de Desenvolvimento do	Teresina - PI		09.034.960/0001-47	PI	TERESINA	4	30	Pavimentação de vias urbanas	1.500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

						Estado do Piauí									
60110002	4183	Marcelo Costa e Castro	56000	56101	00T1	Secretaria de Turismo do Estado do Piauí	Município de Buriti dos Montes - PI		06.553.499/0001-40	PI	TERESINA	4	30	Pavimentação de vias	1.500.000
60110002	4183	Marcelo Costa e Castro	56000	56101	00T1	Prefeirura Municipal de Dirceu Arcoverde			07.102.106/0001-45	PI	DIRCEU ARCOVERDE	4	40	Pavimentação de vias urbanas	1.000.000
60110002	4183	Marcelo Costa e Castro	56000	56101	00T1	Instituto de Desenvolvimento do Estado do PIauí	Oeiras - PI		09.034.960/0001-47	PI	TERESINA	4	30	Infraestrutura urbana	1.500.000
60110002	4183	Marcelo Costa e Castro	56000	56101	00T1	Secretaria de Turismo do Estado do Piauí	Teresina-PI		08.783.132/0001-49	PI	TERESINA	4	30	Pavimentação de vias urbanas.	1.500.000
60110002	4183	Marcelo Costa e Castro	56000	56101	00T1	Secretaria de Turismo do Estado do Piauí	Teresina-PI		08.783.132/0001-49	PI	TERESINA	4	30	Pavimentação de vias	1.500.000
60110002	4183	Marcelo Costa e Castro	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Belém do Piauí			01.612.560/0001-60	PI	BELEM DO PIAUI	4	40	Pavimentação de vias urbanas	1.581.089
60110002	9204	Marcos Ribeiro do Val	56000	56101	00T1	Prefeitura de Iúna			27.167.394/0001-23	ES	IUNA	4	40	Implantação e Qualificação de Infraestrutura Viária	490.487
60110002	9204	Marcos Ribeiro do Val	56000	56101	00T1	Prefeita de Muqui			27.082.403/0001-83	ES	MUQUI	4	40	Implantação e Qualificação de Infraestrutura Viária	500.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Cerro Largo			87.612.990/0001-05	RS	CERRO LARGO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Ibirubá			87.564.381/0001-10	RS	IBIRUBA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	440.514

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de São João do Polesine			94.444.247/0001-40	RS	SAO JOAO DO POLESINE	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Piratini			88.861.448/0001-40	RS	PIRATINI	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de São Leopoldo			89.814.693/0001-60	RS	SAO LEOPOLDO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de São Lourenço do Sul			87.893.111/0001-52	RS	SAO LOURENCO DO SUL	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	450.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Guaíba			88.811.922/0001-20	RS	GUAIBA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Dezesseis de Novembro			91.553.966/0001-01	RS	DEZESSEIS DE NOVEMBRO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Viamão			88.000.914/0001-01	RS	VIAMAO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Alvorada			88.000.906/0001-57	RS	ALVORADA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Arroio do TIgre			87.590.998/0001-00	RS	ARROIO DO TIGRE	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Cachoeirinha			87.990.800/0001-85	RS	CACHOEIRINHA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de São José do Heval			92.406.511/0001-26	RS	SAO JOSE DO HERVAL	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Jóia			89.650.121/0001-92	RS	JOIA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Santiago			87.897.740/0001-50	RS	SANTIAGO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Dois Lajeados			90.221.524/0001-03	RS	DOIS LAJEADOS	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Ibirapuita			92.406.263/0001-13	RS	IBIRAPUITA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Ubiretama			01.611.538/0001-03	RS	UBIRETAMA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Miraguaí			87.613.121/0001-97	RS	MIRAGUAI	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Formigueiro			97.228.126/0001-50	RS	FORMIGUEIRO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	450.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Trindade do Sul			92.399.211/0001-67	RS	TRINDADE DO SUL	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	440.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Saldanha Marinho			92.399.153/0001-71	RS	SALDANHA MARINHO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	450.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Sertão Santana			94.068.236/0001-03	RS	SERTAO SANTANA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	450.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Colorado			87.613.527/0001-70	RS	COLORADO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	450.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Veranópolis			98.671.597/0001-09	RS	VERANOPOLIS	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Morro Reuter			94.707.627/0001-20	RS	MORRO REUTER	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Roca Sales			88.187.935/0001-70	RS	ROCA SALES	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	288.061
60110001	2023	Paulo Renato Paim	53000	53101	00SX	Prefeitura de Braga			87.613.170/0001-20	RS	BRAGA	4	40	Desenvolvimento sustentável.	400.000
60110001	4571	Roberta Leontina Xisto Acioly	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROEBE	MUNICÍPIO DE CAROEBE		01.614.606/0001-80	RR	CAROEBE	4	40	PAVIMENTAÇÃO COM REVESTIMENTO DE BAIXO CUSTO EM ESTRADA VICINAL	7.428.653
60110002	4571	Roberta Leontina Xisto Acioly	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAJAÍ	MUNICÍPIO DE MUCAJAÍ		04.056.198/0001-86	RR	MUCAJAI	4	40	PAVIMENTAÇÃO EM VIA URBANA	4.952.436
60110005	4571	Roberta Leontina Xisto Acioly	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA		04.056.248/0001-25	RR	SAO JOAO DA BALIZA	4	40	INFRAESTRUTURA TURÍSTICA NA ORLA DO RIO BALIZA	3.714.327
60110006	4571	Roberta Leontina Xisto Acioly	53000	53101	1211	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ	MUNICÍPIO DE SÃO LUIZ		04.056.230/0001-23	RR	SAO LUIZ	4	40	AMPLIAÇÃO DE PRAÇA NO MUNICÍPIO DE SÃO LUIZ	4.500.000
60110006	4571	Roberta Leontina Xisto Acioly	53000	53101	1211	PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS	MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS		01.613.031/0001-80	RR	RORAINOPOLIS	4	40	PAVIMENTAÇÃO EM VIA URBANA	8.689.913
60110006	4571	Roberta Leontina Xisto Acioly	53000	53101	1211	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAJAÍ	MUNICÍPIO DE MUCAJAÍ		04.056.198/0001-86	RR	MUCAJAI	4	40	PAVIMENTAÇÃO EM VIA URBANA	2.800.000
60110006	4571	Roberta Leontin	53000	53101	1211	PREFEITURA MUNICIPAL	MUNICÍPIO DE		04.056.222/0001-87	RR	NORMANDIA	4	40	PAVIMENTAÇÃO EM VIA URBANA	3.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

		a Xisto Acioly				DE NORMANDIA	NORMANDIA								
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pachecо	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Ferros			18.299.529/0001-13	MG	FERROS	4	40	Obra Rural	1.700.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pachecо	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Santa Juliana			18.140.780/0001-30	MG	SANTA JULIANA	4	40	Obra Rural	3.000.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pachecо	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Canaã			18.132.712/0001-20	MG	CANAA	4	40	Obra Rural	500.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pachecо	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Frei Inocêncio			16.945.990/0001-70	MG	FREI INOCENCIO	4	40	Equipamento	680.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pachecо	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Itamarandiba			16.886.871/0001-94	MG	ITAMARANDIBA	4	40	Obra Rural	500.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pachecо	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Nova Ponte			18.159.905/0001-74	MG	NOVA PONTE	4	40	Obra Rural	1.000.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pachecо	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Paula Cândido			17.763.715/0001-07	MG	PAULA CANDIDO	4	40	Obra Rural	500.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal			18.363.978/0001-83	MG	RIO MANSO	4	40	Obra Rural	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

		Pacheco				de Rio Manso									
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Unaí			18.125.161/0001-77	MG	UNAI	4	40	Obra Rural	400.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Cajuri			18.132.456/0001-70	MG	CAJURI	4	40	Obra Rural	700.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Passos			18.241.745/0001-08	MG	PASSOS	4	40	Equipamento	500.000
60110002	4276	Rogério Simonetti Marinho	56000	56101	00T1	ANTÔNIO MARTINS			08.348.989/0001-30	RN	ANTONIO MARTINS	4	40	APOIO PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA NO MUNICIPIO	430.000
60110002	4276	Rogério Simonetti Marinho	56000	56101	00T1	CAMPO REDONDO			08.358.723/0001-79	RN	CAMPO REDONDO	4	40	APOIO PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA NO MUNICIPIO	400.000
60110002	4276	Rogério Simonetti Marinho	56000	56101	00T1	CERRO CORA			08.173.502/0001-26	RN	CERRO CORA	4	40	APOIO PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA NO MUNICIPIO	500.000
60110002	4276	Rogério Simonetti Marinho	56000	56101	00T1	IPUEIRA			08.094.708/0001-60	RN	IPUEIRA	4	40	APOIO PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA NO MUNICIPIO	450.000
60110002	4276	Rogério Simonetti	56000	56101	00T1	JAÇANÃ			08.158.800/0001-47	RN	JACANA	4	40	APOIO PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA NO MUNICIPIO	450.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

		Marinho													
60110002	4276	Rogério Simonetti Marinho	56000	56101	00T1	LAGOA D´ANTA			08.142.887/0001-64	RN	LAGOA D'ANTA	4	40	APOIO PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA NO MUNICIPIO	430.000
60110002	4276	Rogério Simonetti Marinho	56000	56101	00T1	RIACHUELO			08.364.655/0001-50	RN	RIACHUELO	4	40	APOIO PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA NO MUNICÍPIO	431.948
60110002	4276	Rogério Simonetti Marinho	56000	56101	00T1	SAO FRANCISCO DO OESTE			08.154.015/0001-16	RN	SAO FRANCISCO DO OESTE	4	40	APOIO PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA NO MUNICÍPIO	440.000
60110002	4276	Rogério Simonetti Marinho	56000	56101	00T1	SENADOR ELOI DE SOUZA			08.449.571/0001-10	RN	SENADOR ELOI DE SOUZA	4	40	APOIO PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA NO MUNICÍPIO	430.000
60110005	4276	Rogério Simonetti Marinho	54000	54101	10V0	PORTALEGRE			08.358.053/0001-90	RN	PORTALEGRE	4	40	Reforma, revitalização e modernização da infraestrutura do Mirante Boa Vista, incluindo o Restaurante Boa Vista, no município de Portalegre	600.000
60110005	4276	Rogério Simonetti Marinho	54000	54101	10V0	CAICÓ			08.096.570/0001-39	RN	CAICO	4	40	Urbanização turística na Zona Leste do município de Caicó/RN	771.462
60110005	4276	Rogério Simonetti Marinho	54000	54101	10V0	TIBAU DO SUL			08.168.775/0001-82	RN	TIBAU DO SUL	4	40	Urbanização de orlas fluviais, lacustres ou marítimos de interesse turístico, com construção de píer e tablado do Porto de Tibau do Sul	1.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110005	4276	Rogério Simonetti Marinho	54000	54101	10V0	IPANGUAÇU			08.085.318/0001-24	RN	IPANGUACU	4	40	Reformas das Praças das mães avenida Luís Gonzaga e Praça Avenida Norte	600.000
60110001	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	53000	53101	00SX	Prefeitura de Bujari			84.306.620/0001-43	AC	BUJARI	4	40	Aquisição de veículo rodoviário	650.000
60110001	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	53000	53101	00SX	Prefeitura de Acrelândia			84.306.737/0001-27	AC	ACRELANDIA	4	40	Aquisição de caminhão melosa	650.000
60110005	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	54000	54101	10V0	Prefeitura municipal			84.306.455/0001-20	AC	RODRIGUES ALVES	4	40	Implantação de infraestrutura turistica	1.000.000
60110005	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	54000	54101	10V0	Prefeitura de Tarauacá			34.693.564/0001-79	AC	TARAUACA	4	40	Melhorias na infraestrutura turistica	1.000.000
60110006	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	53000	53101	1211	Prefeitura de Manoel Urbano			04.051.207/0001-46	AC	MANOEL URBANO	4	40	Melhorias na infraestrutura municipal	1.000.000
60110006	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	53000	53101	1211	Prefeitura de Brasileia			04.508.933/0001-45	AC	BRASILEIA	4	40	Melhoria na infraestrutura esportiva	1.500.000
60110006	4086	Soraya Vieira Thronicke	53000	53101	1211	Município de Ponta Porã			03.434.792/0001-09	MS	PONTA PORA	4	40	Cascalhamento de estradas vicinais	1.000.000
60110006	4086	Soraya Vieira Thronicke	53000	53101	1211	Município de Guia Lopes da Laguna/MS			03.403.896/0001-48	MS	GUIA LOPES DA LAGUNA	4	40	Aquisição de maquinário para o município de Guia Lopes da Laguna/MS	1.000.000
60110006	4086	Soraya Vieira Thronicke	53000	53101	1211	Município de Aral Moreira			03.759.271/0001-13	MS	ARAL MOREIRA	4	40	Cascalhamento de estradas vicinais.	951.862

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Município de Paulista			08.945.727/0001-53	PB	PAULISTA	4	40	Construção da Ponte Padre Solon	7.000.000
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Município de Natuba			09.072.448/0001-95	PB	NATUBA	4	40	Infraestrutura Agrícola	428.653
60110005	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	54000	54101	10V0	Município de Sumé			08.874.935/0001-09	PB	SUME	4	40	Infraestrutura Turística	400.000
60110005	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	54000	54101	10V0	Município de Gurinhém			08.809.444/0001-84	PB	GURINHEM	4	40	Infraestrutura Turística	414.327
60110005	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	54000	54101	10V0	Município de João Pessoa			08.778.326/0001-56	PB	JOAO PESSOA	4	40	Infraestrutura Turística	400.000
60110005	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	54000	54101	10V0	Município de Alhandra			08.778.318/0001-00	PB	ALHANDRA	4	40	Infraestrutura Turística	400.000
60110005	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	54000	54101	10V0	Município de Santana de Mangueira			09.150.087/0001-58	PB	SANTANA DE MANGUEIRA	4	40	Infraestrutura Turística	400.000
60110005	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	54000	54101	10V0	Município de Lagoa de Dentro			09.071.622/0001-85	PB	LAGOA DE DENTRO	4	40	Infraestrutura Turística	700.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110005	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	54000	54101	10V0	Município de Teixeira			08.883.951/0001-68	PB	TEIXEIRA	4	40	Infraestrutura Turística	500.000
60110005	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	54000	54101	10V0	Município de Duas Estradas			08.787.012/0001-10	PB	DUAS ESTRADAS	4	40	Infraestrutura Turística	500.000
60110002	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de Bernadino Batista			01.621.539/0001-20	PB	BERNARDINO BATISTA	4	40	Infraestrutura Urbana	400.000
60110002	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de Catingueira			08.885.287/0001-96	PB	CATINGUEIRA	4	40	Infraestrutura Urbana	400.000
60110002	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de Juru			08.888.950/0001-06	PB	JURU	4	40	Infraestrutura Urbana	400.000
60110002	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de São Miguel de Taipu			08.868.515/0001-10	PB	SAO MIGUEL DE TAIPU	4	40	Infraestrutura Urbana	400.000
60110002	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de Cuité de Mamanguape			01.612.341/0001-80	PB	CUITE DE MAMANGUAPE	4	40	Infraestrutura Urbana	552.436
60110002	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de São José dos Cordeiros			08.873.226/0001-09	PB	SAO JOSE DOS CORDEIROS	4	40	Infraestrutura Urbana	1.500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110002	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de Prata			09.074.113/0001-06	PB	PRATA	4	40	Infraestrutura Urbana	400.000
60110002	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de Logradouro			01.612.986/0001-13	PB	LOGRADOURO	4	40	Infraestrutura Urbana	500.000
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Município de Assunção			01.612.635/0001-02	PB	ASSUNCAO	4	40	Infraestrutura Agrícola	450.000
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Município de Barra de São Miguel			08.701.708/0001-81	PB	BARRA DE SAO MIGUEL	4	40	Infraestrutura Agrícola	450.000
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Município de Cubati			08.732.182/0001-05	PB	CUBATI	4	40	Infraestrutura Agrícola	451.862
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Município de Igaracy			08.885.139/0001-71	PB	IGARACY	4	40	Infraestrutura Agrícola	400.000
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Município de Pedra Lavrada			08.740.466/0001-35	PB	PEDRA LAVRADA	4	40	Infraestrutura Agrícola	400.000
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Município de São Mamede			08.922.718/0001-47	PB	SAO MAMEDE	4	40	Infraestrutura Agrícola	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Município de São José do Brejo do Cruz			01.612.692/0001-91	PB	SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ	4	40	Infraestrutura Agrícola	400.000
60110002	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de Livramento			08.738.916/0001-55	PB	LIVRAMENTO	4	40	Pavimentação	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

INDICAÇÕES ALTERADAS
269, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 530, 531, 533, 535, 537, 583, 584, 680, 744, 902, 907, 944, 948, 955, 958, 979, 987, 1010, 1319, 1323, 1324, 1387, 1399, 1401, 1402, 1423, 1436, 1440, 1443, 1470, 1482, 1484, 1496, 1503, 1557, 1565, 1630, 1631, 1642, 1650, 1652, 1656, 1686, 1687, 1688, 1712, 1725, 1785, 1786, 1791, 1792, 1793, 1794, 1795, 1796, 1797, 1798, 1799, 1899, 1936, 1964, 1965, 1967, 1975, 1976, 1977, 1979, 1981, 1986, 1988, 1991, 1992, 1993, 1996, 2039, 2050, 2167, 2168, 2169, 2219, 2221, 2226, 2273, 2456, 2487, 2674, 2793, 2795, 2796, 2800, 2843, 2848, 2850, 2852, 2901, 2905, 3027, 3030, 3031, 3034, 3035, 3036, 3037, 3039, 3047, 3050, 3052, 3061, 3062, 3064, 3067, 3079, 3080, 3110, 3113, 3128, 3133, 3134, 3207, 3233, 3502, 3518, 3560, 3614, 3619, 3626, 3630, 3632, 3635, 3670, 3677, 3681, 3683, 3689, 3694, 3696, 3699, 3791, 3792, 3802

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110005	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Lapão			13.891.528/0001-40	BA	LAPAO	4	40	Obras de infraestrutura turísticas	300.000
60110005	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Boa Nova			13.894.894/0001-52	BA	BOA NOVA	4	40	Obras de infraestrutura turística	314.327
60110005	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Canarana			13.714.464/0001-01	BA	CANARANA	4	40	Obras de Infraestrutura Turística	2.000.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110005	4179	Angelo Mario Coronel de	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Boa Nova	Prefeitura Municipal de Boa Nova		13.894.894/0001-52	BA	BOA NOVA	4	40	Realização de Infraestrutura Turística	414.327

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

		Azevedo Martins													
60110005	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Lapão	Prefeitura Municipal de Lapão		13.891.528/0001-40	BA	LAPAO	4	40	Realização de Infraestrutura Turística	400.000
60110005	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Canarana	Prefeitura Municipal de Canarana		13.714.464/0001-01	BA	CANARANA	4	40	Realização de Infraestrutura Turística	1.800.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Boa Nova			13.894.894/0001-52	BA	BOA NOVA	4	40	Infraestrutura urbana	500.000
60110002	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa			14.105.183/0001-14	BA	BOM JESUS DA LAPA	4	40	Realização de Infraestrutura urbana	3.652.436
60110002	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Santa Rita de Cássia			13.880.711/0001-40	BA	SANTA RITA DE CASSIA	4	40	Realização de Infraestrutura urbana	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110002	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Santo Amaro			14.222.566/0001-72	BA	SANTO AMARO	4	40	infraestrutura urbana	400.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Boa Nova			13.894.894/0001-52	BA	BOA NOVA	4	40	Pavimentação de ruas	500.000
60110002	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Santo Amaro			14.222.566/0001-72	BA	SANTO AMARO	4	40	Pavimentação de ruas	400.000
60110002	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Santa Rita de Cássia			13.880.711/0001-40	BA	SANTA RITA DE CASSIA	4	40	Pavimentação de ruas	400.000
60110002	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Mascote			13.818.018/0001-47	BA	MASCOTE	4	40	Pavimentação de ruas	600.000
60110002	4179	Angelo Mario Coronel de	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa			14.105.183/0001-14	BA	BOM JESUS DA LAPA	4	40	Pavimentação de ruas	3.052.436

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

		Azevedo Martins													

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4265	Marcos Cesar Pontes	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADA - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADA - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADA - SP	45.732.013/0001-93	SP	CHARQUEADA	4	40	INFRAESTRUTURA URBANA	480.974
60110002	4265	Marcos Cesar Pontes	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES - SP	45.374.261/0001-00	SP	CANDIDO RODRIGUES	4	40	INFRAESTRUTURA URBANA	1.000.000
60110002	4265	Marcos Cesar Pontes	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE BASTOS - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE BASTOS - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE BASTOS - SP	45.547.403/0001-93	SP	BASTOS	4	40	INFRAESTRUTURA URBANA	500.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4265	Marcos Cesar Pontes	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADA - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADA - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADA - SP	45.732.013/0001-93	SP	CHARQUEADA	4	40	Visa promover: Pavimentações e Adequações viárias urbanas que contribuam para soluções de infraestrutura do Município.	480.974

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110002	4265	Marcos Cesar Pontes	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE BASTOS - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE BASTOS - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE BASTOS - SP	45.547.403/0001-93	SP	BASTOS	4	40	Visa promover: Pavimentações e Adequações viárias urbanas que contribuam para soluções de infraestrutura do Município.	500.000
60110002	4265	Marcos Cesar Pontes	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES - SP	45.374.261/0001-00	SP	CANDIDO RODRIGUES	4	40	Visa promover: Pavimentações e Adequações viárias urbanas que contribuam para soluções de infraestrutura do Município.	1.000.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4281	Augusta Brito de Paula	56000	56101	00T1	ITAPIPOCA			07.623.077/0001-67	CE	ITAPIPOCA	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	5.942.436

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4281	Augusta Brito de Paula	56000	56101	00T1	ITAPIPOCA			07.623.077/0001-67	CE	ITAPIPOCA	4	40	Implantação e qualificação de infraestrutura viária urbana	5.942.436

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

														contemplando pavimentação.	

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4568	Bruno Bierrenbach Bonetti	56000	56101	00T1	MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO - RJ			28.636.579/0001-00	RJ	SAO GONCALO	4	40	Obras	1.980.974

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4568	Bruno Bierrenbach Bonetti	56000	56101	00T1	MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO - RJ			28.636.579/0001-00	RJ	SAO GONCALO	4	40	Pavimentação e adequação viária.	1.980.974

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Araripe			07.539.984/0001-22	CE	ARARIPE	4	40	Infraestrutura Urbana	500.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Coreaú			07.598.618/0001-44	CE	COREAU	4	40	Infraestrutura Urbana	1.000.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Moraújo			07.598.675/0001-23	CE	MORAUJO	4	40	Infraestrutura Urbana	1.500.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Bela Cruz			07.566.045/0001-77	CE	BELA CRUZ	4	40	Infraestrutura Urbana	1.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Jijoca de Jericoacoara			23.718.034/0001-11	CE	JIJOCA DE JERICOACOARA	4	40	Infraestrutura Urbana	1.000.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Senador Sá			07.598.642/0001-83	CE	SENADOR SA	4	40	Infraestrutura Urbana	750.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Santana do Acaraú			07.598.659/0001-30	CE	SANTANA DO ACARAU	4	40	Infraestrutura Urbana	750.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Carnaubal			07.732.670/0001-41	CE	CARNAUBAL	4	40	Infraestrutura Urbana	750.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Amontada			06.582.449/0001-91	CE	AMONTADA	4	40	Infraestrutura Urbana	750.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Forquilha			07.673.106/0001-03	CE	FORQUILHA	4	40	Infraestrutura Urbana	904.872
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Tamboril			07.705.817/0001-04	CE	TAMBORIL	4	40	Infraestrutura Urbana	1.000.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Araripe			07.539.984/0001-22	CE	ARARIPE	4	40	Pavimentação e Adequação de Vias	500.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Coreaú			07.598.618/0001-44	CE	COREAU	4	40	Pavimentação e Adequação de Vias	1.000.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Moraújo			07.598.675/0001-23	CE	MORAUJO	4	40	Pavimentação e Adequação de Vias	1.500.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Bela Cruz			07.566.045/0001-77	CE	BELA CRUZ	4	40	Pavimentação e Adequação de Vias	1.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Jijoca de Jericoacoara			23.718.034/0001-11	CE	JIJOCA DE JERICOACOARA	4	40	Pavimentação e Adequação de Vias	1.000.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Senador Sá			07.598.642/0001-83	CE	SENADOR SA	4	40	Pavimentação e Adequação de Vias	750.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Santana do Acaraú			07.598.659/0001-30	CE	SANTANA DO ACARAU	4	40	Pavimentação e Adequação de Vias	750.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Carnaubal			07.732.670/0001-41	CE	CARNAUBAL	4	40	Pavimentação e Adequação de Vias	750.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Amontada			06.582.449/0001-91	CE	AMONTADA	4	40	Pavimentação e Adequação de Vias	750.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Forquilha			07.673.106/0001-03	CE	FORQUILHA	4	40	Pavimentação e Adequação de Vias	904.872
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Tamboril			07.705.817/0001-04	CE	TAMBORIL	4	40	Pavimentação e Adequação de Vias	1.000.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	56000	56101	00T1	ARRAIAL			06.554.026/0001-68	PI	ARRAIAL	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	495.000
60110002	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	56000	56101	00T1	COLÔNIA DO PIAUÍ			41.522.376/0001-43	PI	COLONIA DO PIAUI	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à	495.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

														Implantação e Qualificação Viária	
60110002	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	56000	56101	00T1	SÃO JULIÃO			06.553.846/0001-35	PI	SAO JULIAO	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	495.000
60110002	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	56000	56101	00T1	SIMPLÍCIO MENDES			06.553.952/0001-19	PI	SIMPLICIO MENDES	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	495.974

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	56000	56101	00T1	ARRAIAL			06.554.026/0001-68	PI	ARRAIAL	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	495.000
60110002	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	56000	56101	00T1	COLÔNIA DO PIAUÍ			41.522.376/0001-43	PI	COLONIA DO PIAUI	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	495.000
60110002	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	56000	56101	00T1	SÃO JULIÃO			06.553.846/0001-35	PI	SAO JULIAO	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	495.000
60110002	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	56000	56101	00T1	SIMPLÍCIO MENDES			06.553.952/0001-19	PI	SIMPLICIO MENDES	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	495.974

DE:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4267	Cleiton Gontijo de Azevedo	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Ubá			18.128.207/0001-01	MG	UBA	4	40	Infraestrutura urbana	1.980.974

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4267	Cleiton Gontijo de Azevedo	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Ubá			18.128.207/0001-01	MG	UBA	4	40	Pavimentação em vias Urbanas	1.980.974

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4268	Damares Regina Alves	56000	56101	00T1	DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal			00.070.532/0001-03	DF	BRASILIA	4	30	00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano voltado à Implantação e Qualificação Viária	1.500.000
60110002	4268	Damares Regina Alves	56000	56101	00T1	CIDADE OCIDENTAL			36.862.621/0001-21	GO	CIDADE OCIDENTAL	4	40	00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano voltado à Implantação e	480.974

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

														Qualificação Viária	

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4268	Damares Regina Alves	56000	56101	00T1	MUNICIPIO DE CIDADE OCIDENTAL			36.862.621/0001-21	GO	CIDADE OCIDENTAL	4	40	Investimento de obras para Pavimentação asfáltica no município de Cidade Ocidental/GO	480.974
60110002	4268	Damares Regina Alves	56000	56101	00T1	DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal			00.070.532/0001-03	DF	BRASILIA	4	30	Investimento de obras de infraestrutura urbana para realização de Travessia cicloviária sobre o metrô - Pistão Sul DF- 001	1.500.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	56000	56101	00T1	MUNICIPIO DE RUSSAS	MUNICIPIO DE RUSSAS		07.535.446/0001-60	CE	RUSSAS	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	1.000.000
60110002	4138	Luis Eduardo	56000	56101	00T1	MUNICIPIO DE PACAJUS	MUNICIPIO DE PACAJUS		07.384.407/0001-09	CE	PACAJUS	4	40	Apoio à Política Nacional de	980.974

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

		Grangeiro Girão												Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	56000	56101	00T1	MUNICIPIO DE RUSSAS	MUNICIPIO DE RUSSAS		07.535.446/0001-60	CE	RUSSAS	4	40	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA	1.000.000
60110002	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	56000	56101	00T1	MUNICIPIO DE PACAJUS/CE	MUNICIPIO DE PACAJUS/CE		07.384.407/0001-09	CE	PACAJUS	4	40	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA	980.974

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO VALE DO JAGUARIBE - APROVALE - 17.577.225/0001-08	MORADA NOVA	00.043.711/0001-43	CE	FORTALEZA	4	90	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Implementos Agrícolas	358.473
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE AGRICULTORES E	BANABUIU	00.043.711/0001-43	CE	FORTALEZA	4	90	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Implementos Agrícolas	280.255

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

							AGRICULTORAS E OUTRAS CATEGORIAS DE JUREMA NOVA - 08.650.737/0001-61							
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	Associação de Moradores e Agricultures dos Cajueiros - 05.492.601/0001-82	TABULEIRO DO NORTE	00.043.711/0001-43	CE	FORTALEZA	4	90	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Implementos Agrícolas	48.786

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO VALE DO JAGUARIBE - APROVALE -	MORADA NOVA	17.577.225/0001-08	CE	MORADA NOVA	4	90	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Implementos Agrícolas	358.473
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS E OUTRAS CATEGORIAS DE JUREMA NOVA	BANABUIU	08.650.737/0001-61	CE	BANABUIU	4	90	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Implementos Agrícolas	280.255
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS	ASSOCIACAO DE MORADORES E AGRICULTORE	TABULEIRO DO NORTE	05.492.601/0001-82	CE	TABULEIRO DO NORTE	4	90	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Implementos Agrícolas	48.786

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

						SECAS - DNOCS	S DOS CAJUEIROS								

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE IRAUÇUBA	MUNICIPIO DE IRAUÇUBA		07.683.188/0001-69	CE	IRAUCUBA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1.000.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE IRAUÇUBA	MUNICIPIO DE ARAUÇUBA		07.683.188/0001-69	CE	IRAUCUBA	4	40	RECUPERAÇÃO, ADEQUAÇÃO E DRENAGEM DA ESTRADA VICINAL	1.000.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	2210	Esperidião Amin Helou Filho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Angelina	Prefeitura Municipal de Angelina	Angelina	82.951.195/0001-10	SC	ANGELINA	4	40	Obras de infraestrutura Urbana	480.974
60110002	2210	Esperidião Amin Helou Filho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Modelo	Prefeitura Municipal de Modelo	Modelo	83.021.832/0001-11	SC	MODELO	4	40	Obras de Infraestrutura Urbana	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110002	2210	Esperidião Amin Helou Filho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Schroeder	Prefeitura Municipal de Schroeder	Schroeder	83.102.491/0001-09	SC	SCHROEDER	4	40	Investimento em infraestrutura Urbana	500.000
60110002	2210	Esperidião Amin Helou Filho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Ituporanga	Prefeitura Municipal de Ituporanga	Ituporanga	83.102.640/0001-30	SC	ITUPORANGA	4	40	Obras de Infraestrutura Urbana	500.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	2210	Esperidião Amin Helou Filho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Modelo	Prefeitura Municipal de Modelo	Modelo	83.021.832/0001-11	SC	MODELO	4	40	Revitalização da Rua do Comércio, na região central	500.000
60110002	2210	Esperidião Amin Helou Filho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Schroeder	Prefeitura Municipal de Schroeder	Schroeder	83.102.491/0001-09	SC	SCHROEDER	4	40	Pavimentação asfáltica da Rua 17 de Fevereiro – Trecho 3, no centro da Cidade	500.000
60110002	2210	Esperidião Amin Helou Filho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Angelina	Prefeitura Municipal de Angelina	Angelina	82.951.195/0001-10	SC	ANGELINA	4	40	pavimentação de etapa da rua Manoel Lino Koerich e das ruas no entorno da praça Nicolau Kretzer	480.974
60110002	2210	Esperidião Amin Helou Filho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Ituporanga	Prefeitura Municipal de Ituporanga	Ituporanga	83.102.640/0001-30	SC	ITUPORANGA	4	40	Recapeamento com asfalto na Rua 14 de Fevereiro	500.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110002	2038	Flávio José Arns	56000	56101	00T1	MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO			95.640.736/0001-30	PR	ALTO PARAISO	4	40	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA.	1.300.000
60110002	2038	Flávio José Arns	56000	56101	00T1	MUNICÍPIO DE IVATUBA			76.285.337/0001-54	PR	IVATUBA	4	40	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA.	1.250.000
60110002	2038	Flávio José Arns	56000	56101	00T1	MUNICÍPIO DE VIRMOND			95.587.622/0001-74	PR	VIRMOND	4	40	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA.	1.200.000
60110002	2038	Flávio José Arns	56000	56101	00T1	MUNICIPIO			80.888.688/0001-27	PR	LUIZIANA	4	40	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA.	1.200.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	2038	Flávio José Arns	56000	56101	00T1	MUNICIPIO DE ALTO PARAISO			95.640.736/0001-30	PR	ALTO PARAISO	4	40	RECAPE DE VIAS URBANAS	1.300.000
60110002	2038	Flávio José Arns	56000	56101	00T1	MUNICIPIO DE IVATUBA			76.285.337/0001-54	PR	IVATUBA	4	40	CALÇAMENTO DE VIAS URBANAS.	1.250.000
60110002	2038	Flávio José Arns	56000	56101	00T1	MUNICIPIO DE LUIZIANA			80.888.688/0001-27	PR	LUIZIANA	4	40	CALÇAMENTO DE VIAS URBANAS	1.200.000
60110002	2038	Flávio José Arns	56000	56101	00T1	MUNICIPIO DE VIRMOND			95.587.622/0001-74	PR	VIRMOND	4	40	CALÇAMENTO (CALÇADAS) E OBRAS DE ACESSIBILIDADE	1.200.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	9219	Flávio Nantes Bolsonaro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de			29.116.894/0001-61	RJ	CAMPOS DOS	4	40	Aquisição de 01 pá carregadeira 100 cv	700.393

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

						Campos dos Goytacazes/RJ					GOYTACAZES				

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	9219	Flávio Nantes Bolsonaro	53000	53101	00SX	Prefeitura de Campos dos Goytacazes	Prefeitura de Campos dos Goytacazes		29.116.894/0001-61	RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	4	40	Aquisição de 02 Pá-carregadeiras 100cv	700.393

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4221	Alexandre Luiz Giordano	56000	56101	00T1	Município de Mairiporã	Município de Mairiporã	Município de Mairiporã	46.523.163/0001-50	SP	MAIRIPORA	4	40	Obras de infraestrutura no município	4.952.436

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4221	Alexandre Luiz Giordano	56000	56101	00T1	Município de Mairiporã	Município de Mairiporã		46.523.163/0001-50	SP	MAIRIPORA	4	40	Execução de obras de pavimentação e recapeamento em diversas vias do município de Mairiporã nas regiões central e Jardim Carpi, contemplando drenagem, calçamento e adequação da	4.952.436

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

														infraestrutura viária, visando melhorar a mobilidade urbana, a segurança no trânsito e a qualidade de vida da população.	

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4271	Antonio Hamilton Martins Mourão	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Santa Maria	Prefeitura Municipal de Santa Maria		88.488.366/0001-00	RS	SANTA MARIA	4	40	Investimentos em praça pública	500.000
60110002	4271	Antonio Hamilton Martins Mourão	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Cândido Godoi	Prefeitura Municipal de Cândido Godoi		87.612.842/0001-82	RS	CANDIDO GODOI	4	40	Investimentos em praça pública	480.974

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4271	Antonio Hamilton Martins Mourão	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Santa Maria	Prefeitura Municipal de Santa Maria		88.488.366/0001-00	RS	SANTA MARIA	4	40	Pavimentação de vias urbanas	500.000
60110002	4271	Antonio Hamilton Martins Mourão	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Cândido Godoi	Prefeitura Municipal de Cândido Godoi		87.612.842/0001-82	RS	CANDIDO GODOI	4	40	Pavimentação asfáltica urbana	480.974

E:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110005	4285	Fernando Lopes de Farias	54000	54101	10V0	Município de Marechal Deodoro			12.200.275/0001-58	AL	MARECHAL DEODORO	4	40	Construção da Orla	1.714.327

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110005	4285	Fernando Lopes de Farias	54000	54101	10V0	Município de Marechal Deodoro			12.200.275/0001-58	AL	MARECHAL DEODORO	4	40	Construção da Orla	1.314.327
60110005	4285	Fernando Lopes de Farias	54000	54101	10V0	Município de Porto Calvo			12.366.720/0001-54	AL	PORTO CALVO	4	40	Construção de infraestrutura na orla do Rio	400.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de ITAIÓPOLIS			83.102.517/0001-19	SC	ANITAPOLIS	4	40	Implantação e Qualificação Viária no Município	400.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de ITAIÓPOLIS			83.102.517/0001-19	SC	ITAIOPOLIS	4	40	Implantação e Qualificação Viária no Município	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4136	Izalci Lucas Ferreira	56000	56101	00T1	Novo Gama	Novo Gama		01.629.276/0001-04	GO	NOVO GAMA	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária ao Município de Novo Gama GO	1.980.974

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4136	Izalci Lucas Ferreira	56000	56101	00T1	Novo Gama GO	Novo Gama GO		01.629.276/0001-04	GO	NOVO GAMA	4	40	Pavimentação de trecho urbano Município de Novo Gama GO	1.980.974

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4136	Izalci Lucas Ferreira	53000	53101	00SX	Alexânia	Alexânia		01.298.975/0001-00	GO	ALEXANIA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	4.152.206

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

														ao Município de Alexânia GO	

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4136	Izalci Lucas Ferreira	53000	53101	00SX	Cidade Ocidental GO	Cidade Ocidental GO		36.862.621/0001-21	GO	CIDADE OCIDENTAL	4	40	Aquisição de equipamento - trator agrícola para o Município Cidade Ocidental GO	200.000
60110001	4136	Izalci Lucas Ferreira	53000	53101	00SX	Colinas do Sul GO	Colinas do Sul GO		25.105.255/0001-40	GO	COLINAS DO SUL	4	40	Aquisição de equipamentos - trator agrícola ao Município Colinas do Sul GO	200.000
60110001	4136	Izalci Lucas Ferreira	53000	53101	00SX	Simolândia GO	Simolândia GO		24.855.058/0001-85	GO	SIMOLANDIA	4	40	Aquisição de equipamentos - trator agrícola ao Município Simolândia GO	200.000
60110001	4136	Izalci Lucas Ferreira	53000	53101	00SX	Flores de Goiás	Flores de Goiás		01.740.497/0001-47	GO	FLORES DE GOIAS	4	40	Aquisição de equipamentos - trator agrícola ao Município Flores de Goiás	200.000
60110001	4136	Izalci Lucas Ferreira	53000	53101	00SX	Cristalina GO	Cristalina GO		11.290.797/0001-25	GO	CRISTALINA	4	40	Aquisição de equipamentos - trator agrícola ao Município Cristalina GO	200.000
60110001	4136	Izalci Lucas Ferreira	53000	53101	00SX	Alexânia GO	Alexânia GO		01.298.975/0001-00	GO	ALEXANIA	4	40	Estrada vicinal ao Município de Alexânia GO	3.152.206

DE:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110005	4136	Izalci Lucas Ferreira	54000	54101	10V0	Valparaiso de Goiás	Valparaiso de Goiás		04.786.328/0001-36	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	40	Apoio ao Infraestrutura turística ao Município de Valparaiso de Goiás	1.485.731

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110005	4136	Izalci Lucas Ferreira	54000	54101	10V0	Valparaiso de Goiás	Valparaiso de Goiás		01.616.319/0001-09	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística ao Município Valparaiso de Goiás	1.485.731

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	2376	Jayme Veríssimo de Campos	56000	56101	00T1	Município de Cuiabá			03.533.064/0001-46	MT	CUIABA	4	40	construção de praças e qualificação viária	2.300.000
60110002	2376	Jayme Veríssimo de Campos	56000	56101	00T1	Município de Barra do Bugres			03.507.522/0001-72	MT	BARRA DO BUGRES	4	40	construção de praça e requalificação viária	1.200.000
601100 2	2376	Jayme Veríssimo	56000	56101	00T1	Município de Guarantã do Norte			03.239.019/0001-83	MT	GUARANTA DO NORTE	4	40	construção de praças e	452.436

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

		de Campos												qualificação viária	

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	2376	Jayme Veríssimo de Campos	56000	56101	00T1	Município de Barra do Bugres			03.507.522/0001-72	MT	BARRA DO BUGRES	4	40	Pavimentação.	1.200.000
60110002	2376	Jayme Veríssimo de Campos	56000	56101	00T1	Município de Guarantã do Norte			03.239.019/0001-83	MT	GUARANTA DO NORTE	4	40	Pavimentação.	452.436
60110002	2376	Jayme Veríssimo de Campos	56000	56101	00T1	Município de Santa Rita do Trivelato			04.205.596/0001-17	MT	SANTA RITA DO TRIVELATO	4	40	pavimentação	750.000
60110002	2376	Jayme Veríssimo de Campos	56000	56101	00T1	Municipio de Juína			15.359.201/0001-57	MT	JUINA	4	40	Pavimentação.	1.550.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4273	Jorge Seif Júnior	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Otacílio Costa	Prefeitura Municipal de Otacílio Costa		75.326.066/0001-75	SC	OTACILIO COSTA	4	40	Moradias Populares	500.000
60110002	4273	Jorge Seif Júnior	56000	56101	00T1	Município de Palhoça			82.892.316/0001-08	SC	PALHOCA	4	40	Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	1.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110002	4273	Jorge Seif Júnior	56000	56101	00T1	Município de Penha			83.102.327/0001-00	SC	PENHA	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	480.974

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4273	Jorge Seif Júnior	56000	56101	00T1	Município de Penha			83.102.327/0001-00	SC	PENHA	4	40	Infraestrutura Urbana voltado para Pavimentação e adequação de vias.	480.974
60110002	4273	Jorge Seif Júnior	56000	56101	00T1	Município de Otacílio Costa			75.326.066/0001-75	SC	OTACILIO COSTA	4	40	Infraestrutura Urbana voltado para Pavimentação, adequação de vias e acessibilidade.	500.000
60110002	4273	Jorge Seif Júnior	56000	56101	00T1	Município de Palhoça			82.892.316/0001-08	SC	PALHOCA	4	40	Infraestrutura Urbana voltado para Pavimentação, Adequação de vias e Drenagem.	1.000.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110002	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Cocal de Telha			01.612.574/0001-83	PI	COCAL DE TELHA	4	40	Iluminação pública	990.487
60110002	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Cajazeiras do Piaui			01.612.573/0001-39	PI	CAJAZEIRAS DO PIAUI	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais - Calçamento	400.000
60110002	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Dom Inocêncio			23.500.002/0001-45	PI	DOM INOCENCIO	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais - Calçamento	571.461
60110002	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Belém do Piauí			01.612.560/0001-60	PI	BELEM DO PIAUI	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais - Calçamento	500.000
60110002	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Juazeiro do Piauí			01.612.582/0001-20	PI	JUAZEIRO DO PIAUI	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais - Calçamento	500.000
60110002	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Jurema			01.612.585/0001-63	PI	JUREMA	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais - Calçamento	500.000
60110002	4496	Antônia Jussara Gomes Alves	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Olho D`Agua do Piaui			01.612.595/0001-07	PI	OLHO D'AGUA DO PIAUI	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais - Calçamento	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

		Sousa Lima														

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Cocal de Telha			01.612.574/0001-83	PI	COCAL DE TELHA	4	40	Pavimentação e Adequação de vias.	990.487
60110002	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Cajazeiras do Piaui			01.612.573/0001-39	PI	CAJAZEIRAS DO PIAUI	4	40	Pavimentação e Adequação de Vias	400.000
60110002	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Dom Inocêncio			23.500.002/0001-45	PI	DOM INOCENCIO	4	40	Pavimentação e Adequação de Vias	571.461
60110002	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Belém do Piauí			01.612.560/0001-60	PI	BELEM DO PIAUI	4	40	Pavimentação e Adequação de Vias	500.000
60110002	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Juazeiro do Piauí			01.612.582/0001-20	PI	JUAZEIRO DO PIAUI	4	40	Pavimentação e Adequação de Vias	500.000
60110002	4496	Antônia Jussara Gomes	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Jurema			01.612.585/0001-63	PI	JUREMA	4	40	Pavimentação e Adequação de Vias	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

		Alves Sousa Lima													
60110002	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Olho D`Agua do Piauí			01.612.595/0001-07	PI	OLHO D'AGUA DO PIAUI	4	40	Pavimentação e Adequação de Vias	500.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4184	Luis Carlos Heinze	56000	56101	00T1	Capão do Cipó	Capão do Cipó		04.213.779/0001-84	RS	CAPAO DO CIPO	4	40	Pavimentação urbana	370.967
60110002	4184	Luis Carlos Heinze	56000	56101	00T1	Ibirapuitã	Ibirapuitã		92.406.263/0001-13	RS	IBIRAPUITA	4	40	Pavimentação urbana	370.003
60110002	4184	Luis Carlos Heinze	56000	56101	00T1	Quevedos	Quevedos		94.444.122/0001-10	RS	QUEVEDOS	4	40	Pavimentação Urbana	370.002
60110002	4184	Luis Carlos Heinze	56000	56101	00T1	Santo Antonio das Missões	Santo Antonio das Missões		87.612.974/0001-04	RS	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	4	40	Pavimentação urbana	370.001

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4184	Luis Carlos Heinze	56000	56101	00T1	Capão do Cipó			04.213.779/0001-84	RS	CAPAO DO CIPO	4	40	Pavimentação Urbana	494.030
601100 2	4184	Luis Carlos Heinze	56000	56101	00T1	Quevedos			94.444.122/0001-10	RS	QUEVEDOS	4	40	Pavimentação urbana	493.337

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110002	4184	Luis Carlos Heinze	56000	56101	00T1	Santo Antônio das Missões			87.612.974/0001-04	RS	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	4	40	Pavimentação Urbana	493.336

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110005	4184	Luis Carlos Heinze	54000	54101	10V0	Alegrete	Alegrete		87.896.874/0001-57	RS	ALEGRETE	4	40	Revitalização e modernização de praças	800.001
60110005	4184	Luis Carlos Heinze	54000	54101	10V0	Dom Pedro de Alcantara	Dom Pedro de Alcantara		01.640.339/0001-15	RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	4	40	Modernização de Gruta Turística	285.729

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110005	4184	Luis Carlos Heinze	54000	54101	10V0	Alegrete			87.896.874/0001-57	RS	ALEGRETE	4	40	Revitalização e modernização de praças	685.730
60110005	4184	Luis Carlos Heinze	54000	54101	10V0	Dom Pedro de Alcantara			01.640.339/0001-15	RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	4	40	Infra estrutura turística - modernização de gruta turística	400.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4184	Luis Carlos Heinze	53000	53101	00SX	Centenário	Centenário		93.539.138/0001-44	RS	CENTENARIO	4	40	Construção de pontes	300.001

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4184	Luis Carlos Heinze	53000	53101	00SX	Fontoura Xavier	Fontoura Xavier		87.612.768/0001-02	RS	FONTOURA XAVIER	4	40	Pavimentação rural	552.196

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4184	Luis Carlos Heinze	53000	53101	00SX	Centenário			93.539.138/0001-44	RS	CENTENARIO	4	40	Construção de pontes	400.001
60110001	4184	Luis Carlos Heinze	53000	53101	00SX	Fontoura Xavier			87.612.768/0001-02	RS	FONTOURA XAVIER	4	40	Pavimentação Rural	452.196

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	2029	Magno Pereira Malta	56000	56101	00T1	Município de Jaguaré/ES			27.744.184/0001-50	ES	JAGUARE	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária.	990.487
60110002	2029	Magno Pereira Malta	56000	56101	00T1	Município de Viana/ES			27.165.547/0001-01	ES	VIANA	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	990.487

PARA:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	2029	Magno Pereira Malta	56000	56101	00T1	Município de Viana/ES			27.165.547/0001-01	ES	VIANA	4	40	Pavimentação urbana asfáltica em ruas do Município de Viana, no Estado do Espirito Santo.	990.487
60110002	2029	Magno Pereira Malta	56000	56101	00T1	Município de Jaguaré/ES			27.744.184/0001-50	ES	JAGUARE	4	40	Pavimentação urbana e drenagem em ruas do Município de Jaguaré/ES, no Estado do Espírito Santo.	990.487

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4078	Márcio Miguel Bittar	56000	56101	00T1	MUNICIPIO DE PORTO ACRE	MUNICIPIO DE PORTO ACRE		84.306.661/0001-30	AC	PORTO ACRE	4	40	Obras.	1.980.974

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4078	Márcio Miguel Bittar	56000	56101	00T1	MUNICIPIO DE PORTO ACRE.	MUNICIPIO DE PORTO ACRE.		84.306.661/0001-30	AC	PORTO ACRE	4	40	Pavimentação.	1.980.974

E:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4078	Márcio Miguel Bittar	53000	53101	00SX	ESTADO DO ACRE.	GOVERNO DO ESTADO DO ACRE.		63.606.479/0001-24	AC	RIO BRANCO	4	30	Obras.	4.152.206

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4078	Márcio Miguel Bittar	53000	53101	00SX	ESTADO DO ACRE.	GOVERNO DO ESTADO DO ACRE.		63.606.479/0001-24	AC	RIO BRANCO	4	30	Pavimentação.	4.152.206

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	9224	Marcos Rogério da Silva Brito	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Urupá			63.787.097/0001-44	RO	URUPA	4	40	obra	1.980.974

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	9224	Marcos Rogério da Silva Brito	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Urupá			63.787.097/0001-44	RO	URUPA	4	40	Obras de pavimentação urbana e bloquetes	1.980.974

DE:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4181	Nelson Trad Filho	56000	56101	00T1	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento da Região Sul de Mato Grosso do Sul - CNPJ: 06.189.978/0001-20	Municípios de Tacuru, Amambai, Aral Moreira, Caarapó, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Sete Quedas - Membros do Consórcio	Tacuru, Amambai, Aral Moreira, Caarapó, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Sete Quedas - Membros do Consórcio	03.888.989/0001-00	MS	TACURU	4	71	00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária (Consórcio Público)	4.952.436

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4181	Nelson Trad Filho	56000	56101	00T1	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento da Região Sul de Mato Grosso do Sul - CNPJ: 06.189.978/0001-20	Municípios de Tacuru, Amambai, Aral Moreira, Caarapó, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí,	Municípios de Tacuru, Amambai, Aral Moreira, Caarapó, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi,	03.888.989/0001-00	MS	TACURU	4	71	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária - infraestrutura nas vias urbanas	4.952.436

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

							Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Sete Quedas - Membros do Consórcio	Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Sete Quedas - Membros do Consórcio							

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Barros Cassal			87.612.735/0001-54	RS	BARROS CASSAL	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	452.436
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Chuí			01.606.399/0001-11	RS	CHUI	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	400.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Coronel Pilar			04.215.013/0001-39	RS	CORONEL PILAR	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

														Qualificação Viária	
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Palmitinho			87.612.909/0001-89	RS	PALMITINHO	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	400.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Tupandi			92.122.712/0001-00	RS	TUPANDI	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	400.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Serafina Corrêa			88.597.984/0001-80	RS	SERAFINA CORREA	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	400.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Roque Gonzales			87.612.982/0001-50	RS	ROQUE GONZALES	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	400.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Pejuçara			87.566.188/0001-18	RS	PEJUCARA	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

														Qualificação Viária	
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Ponte Preta			93.539.161/0001-39	RS	PONTE PRETA	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	450.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Tunas			92.406.438/0001-92	RS	TUNAS	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	450.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Tucunduva			87.612.792/0001-33	RS	TUCUNDUVA	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	400.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Pouso Novo			92.454.826/0001-49	RS	POUSO NOVO	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	400.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Doutor Maurício Cardoso			92.465.210/0001-73	RS	DOUTOR MAURICIO CARDOSO	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e	495.240

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

															Qualificação Viária	

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Barros Cassal			87.612.735/0001-54	RS	BARROS CASSAL	4	40	Pavimentação.	452.436
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Coronel Pilar			04.215.013/0001-39	RS	CORONEL PILAR	4	40	Pavimentação.	400.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Palmitinho			87.612.909/0001-89	RS	PALMITINHO	4	40	Pavimentação.	400.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Tupandi			92.122.712/0001-00	RS	TUPANDI	4	40	Pavimentação.	400.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Serafina Corrêa			88.597.984/0001-80	RS	SERAFINA CORREA	4	40	Pavimentação.	400.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Pejuçara			87.566.188/0001-18	RS	PEJUCARA	4	40	Pavimentação.	400.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Chuí			01.606.399/0001-11	RS	CHUI	4	40	Pavimentação.	400.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Roque Gonzales			87.612.982/0001-50	RS	ROQUE GONZALES	4	40	Pavimentação.	400.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Ponte Preta			93.539.161/0001-39	RS	PONTE PRETA	4	40	Pavimentação.	450.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Tunas			92.406.438/0001-92	RS	TUNAS	4	40	Pavimentação.	450.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Tucunduva			87.612.792/0001-33	RS	TUCUNDUVA	4	40	Pavimentação.	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Pouso Novo			92.454.826/0001-49	RS	POUSO NOVO	4	40	Pavimentação.	400.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Doutor Maurício Cardoso			92.465.210/0001-73	RS	DOUTOR MAURICIO CARDOSO	4	40	Pavimentação.	495.240

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	56000	56101	00T1	PARANÃ	PARANÃ		01.126.556/0001-91	TO	PARANA	4	40	DRENAGEM	4.904.872

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	56000	56101	00T1	PARANÃ	PARANÃ		01.126.556/0001-91	TO	PARANA	4	40	PAVIMENTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE VIAS COM DRENAGEM	4.904.872

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do	Federação Pescadores e Aquicultores do Estado do Amapá - FEPAP		00.399.857/0001-26	AP	MACAPA	4	90	Maquinários	2.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

						Parnaíba - Codevasf									
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Federação Pescadores e Aquicultores do Estado do Amapá - FEPAP		00.399.857/0001-26	AP	MACAPA	4	90	Veículos	500.000
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Federação Pescadores e Aquicultores do Estado do Amapá - FEPAP		00.399.857/0001-26	AP	MACAPA	4	90	Veículos	400.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Federação Pescadores e Aquicultores do Estado do Amapá - FEPAP		10.223.683/0001-08	AP	MACAPA	4	90	Maquinários	2.000.000
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Federação Pescadores e Aquicultores do Estado do Amapá - FEPAP		10.223.683/0001-08	AP	MACAPA	4	90	Veículos	500.000
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do	Federação Pescadores e Aquicultores do Estado do		10.223.683/0001-08	AP	MACAPA	4	90	Veículos	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

						Parnaíba - Codevasf	Amapá - FEPAP								

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	53000	53101	00SX	CAMPESTRE - AL	CAMPESTRE - AL	CAMPESTRE - AL	12.227.971/0001-58	AL	CAMPESTRE	4	40	00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado.	700.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE PORTO CALVO -AL	MUNICÍPIO DE PORTO CALVO -AL	MUNICÍPIO DE PORTO CALVO -AL	12.366.720/0001-54	AL	PORTO CALVO	4	40	00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado.	700.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Buenópolis			17.694.852/0001-29	MG	BUENOPOLIS	4	40	Obra Urbana	452.000
60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal Conceição da Aparecida			18.243.295/0001-92	MG	CONCEICAO DA APARECIDA	4	40	Obra Urbana.	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Felisburgo			18.083.071/0001-60	MG	FELISBURGO	4	40	Obra Urbana	500.000
60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Goianá			01.611.137/0001-45	MG	GOIANA	4	40	Obra Urbana	1.000.000
60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Guaranésia			17.900.473/0001-48	MG	GUARANESIA	4	40	Obra Urbana	500.000
60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Senador Firmino			18.128.231/0001-40	MG	SENADOR FIRMINO	4	40	Obra Urbana	1.000.000
60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Serrania			18.243.261/0001-06	MG	SERRANIA	4	40	Obra Urbana	500.000
60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de São Roque de Minas			18.306.670/0001-04	MG	SAO ROQUE DE MINAS	4	40	Obra Urbana	500.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Buenópolis			17.694.852/0001-29	MG	BUENOPOLIS	4	40	Pavimentação em vias urbanas.	452.000
60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	56000	56101	00T1	prefeitura Municipal de Conceição da Aparecida			18.243.295/0001-92	MG	CONCEICAO DA APARECIDA	4	40	Pavimentação em vias urbanas	500.000
60110002	4140	Rodrigo Otavio	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Felisburgo			18.083.071/0001-60	MG	FELISBURGO	4	40	Pavimentação em vias urbanas	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

		Soares Pacheco													
60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Goianá			01.611.137/0001-45	MG	GOIANA	4	40	Pavimentação em vias urbanas	1.000.000
60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Guaranésia			17.900.473/0001-48	MG	GUARANESIA	4	40	Pavimentação em vias urbanas	500.000
60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de São Roque de Minas			18.306.670/0001-04	MG	SAO ROQUE DE MINAS	4	40	Pavimentação em vias urbanas	500.000
60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Senador Firmino			18.128.231/0001-40	MG	SENADOR FIRMINO	4	40	Pavimentação em vias urbanas	1.000.000
60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Serrania			18.243.261/0001-06	MG	SERRANIA	4	40	Pavimentação em vias urbanas.	500.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	AÇU			08.294.662/0001-23	RN	ACU	4	40	apoio para aquisição de trator agrícola e equipamentos via ATA DO MIDR	200.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	BODÓ			01.612.374/0001-20	RN	BODO	4	40	Apoios para aquisição trator agrícola e equipamentos via ata do MIDR	200.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	BOM JESUS			08.002.404/0001-26	RN	BOM JESUS	4	40	Apoio para aquisição trator agrícola e equipamentos via ata do MIDR	200.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	GOIANINHA			08.162.687/0001-73	RN	GOIANINHA	4	40	APOIO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR E INCREMENTOS, VIA ATA DO MIDR	200.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	JUNDIA			04.214.217/0001-55	RN	JUNDIA	4	40	APOIO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR E INCREMENTOS, VIA ATA DO MIDR	200.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	LAGOA DE PEDRAS			08.143.026/0001-09	RN	LAGOA DE PEDRAS	4	40	APOIO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR E INCREMENTOS, VIA ATA DO MIDR	202.206
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	LUCRÉCIA			08.349.045/0001-88	RN	LUCRECIA	4	40	APOIO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR E INCREMENTOS, VIA ATA DO MIDR	200.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	MACAU			08.184.434/0001-09	RN	MACAU	4	40	APOIO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR E INCREMENTOS AGRICOLAS, VIA ATA DO MIDR	200.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	PENDENCIAS			08.122.657/0001-33	RN	PENDENCIAS	4	40	APOIO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR E INCREMENTOS AGRICOLAS, VIA ATA DO MIDR	200.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	TENENTE ANANIAS			08.357.667/0001-58	RN	TENENTE ANANIAS	4	40	APOIO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR E INCREMENTOS VIA ATA DO MIDR	200.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	TOUROS			08.234.155/0001-02	RN	TOUROS	4	40	APOIO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR E INCREMENTOS AGRÍCOLAS, VIA ATA DO MIDR	200.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	SERRINHA			08.144.792/0001-80	RN	SERRINHA	4	40	APOIO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR E INCREMENTOS AGRÍCOLAS, VIA ATA DO MIDR	200.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	SÃO JOÃO DO SABUGI			08.095.960/0001-94	RN	SAO JOAO DO SABUGI	4	40	APOIO PARA AQUISIÇÃO DE CARRO PIPA VIA ATA DO MIDR	480.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	EQUADOR			08.086.225/0001-14	RN	EQUADOR	4	40	APOIO PARA AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA VIA ATA DO MIDR	320.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	SÃO JOÃO DO SABUGI			08.095.960/0001-94	RN	SAO JOAO DO SABUGI	4	90	aquisição de um CARRO PIPA, via Ata do MIDR	482.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	EQUADOR			08.086.225/0001-14	RN	EQUADOR	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do MIDR	325.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	RIO DO FOGO			01.612.393/0001-57	RN	RIO DO FOGO	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do MIDR	325.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	ASSU			08.294.662/0001-23	RN	ACU	4	90	aquisição de TRATOR AGRICOLA 75CV E GRADE ARADORA	173.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	BODÓ			01.612.374/0001-20	RN	BODO	4	90	aquisição de TRATOR AGRICOLA 75CV E GRADE ARADORA	173.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	BOM JESUS			08.002.404/0001-26	RN	BOM JESUS	4	90	aquisição de TRATOR AGRICOLA 75CV E GRADE ARADORA	173.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	GOIANINHA			08.162.687/0001-73	RN	GOIANINHA	4	90	aquisição de TRATOR AGRICOLA 75CV E GRADE ARADORA	173.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	JUNDIA			04.214.217/0001-55	RN	JUNDIA	4	90	aquisição de TRATOR AGRICOLA 75CV E GRADE ARADORA	172.234
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	LAGOA DE PEDRAS			08.143.026/0001-09	RN	LAGOA DE PEDRAS	4	90	aquisição de TRATOR AGRICOLA 75CV E GRADE ARADORA	172.234
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	LUCRÉCIA			08.349.045/0001-88	RN	LUCRECIA	4	90	aquisição de TRATOR AGRICOLA 75CV E GRADE ARADORA	172.234

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	MACAU			08.184.434/0001-09	RN	MACAU	4	90	aquisição de TRATOR AGRICOLA 75CV E GRADE ARADORA	172.234
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	PENDENCIAS			08.122.657/0001-33	RN	PENDENCIAS	4	90	aquisição de TRATOR AGRICOLA 75CV E GRADE ARADORA	172.234
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	SERRINHA			08.144.792/0001-80	RN	SERRINHA	4	90	aquisição de TRATOR AGRICOLA 75CV E GRADE ARADORA	172.234
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	TENENTE ANANIAS			08.357.667/0001-58	RN	TENENTE ANANIAS	4	90	aquisição de TRATOR AGRICOLA 75CV E GRADE ARADORA	172.234
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	TOUROS			08.234.155/0001-02	RN	TOUROS	4	90	aquisição de TRATOR AGRICOLA 75CV E GRADE ARADORA	172.234

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	56000	56101	00T1	Município de Itapetim			11.358.157/0001-00	PE	ITAPETIM	4	40	Infraestrutura e Pavimentação de ruas	552.436
60110002	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	56000	56101	00T1	Município de Olinda			10.404.184/0001-09	PE	OLINDA	4	40	Infraestrutura e Pavimentação de ruas	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110002	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	56000	56101	00T1	Município de Limoeiro			11.097.292/0001-49	PE	LIMOEIRO	4	40	Infraestrutura e Pavimentação de ruas	495.240

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	56000	56101	00T1	Município de Itapetim			11.358.157/0001-00	PE	ITAPETIM	4	40	Pavimentação de vias urbanas	552.436
60110002	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	56000	56101	00T1	Município de Olinda			10.404.184/0001-09	PE	OLINDA	4	40	Pavimentação de vias urbanas	400.000
60110002	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	56000	56101	00T1	Município de Limoeiro			11.097.292/0001-49	PE	LIMOEIRO	4	40	Pavimentação de vias urbanas	495.240

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4279	Tereza Cristina Corrêa	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo/MS	Ribas do Rio Pardo/MS		03.501.541/0001-91	MS	RIBAS DO RIO PARDO	4	40	Praças do Jardim Alvorada	980.974
60110002	4279	Tereza Cristina Corrêa	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Itaporã/MS	Itaporã/MS		03.156.999/0001-50	MS	ITAPORA	4	40	2ª Etapa da Praça São José	1.000.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

							Direta/Codevasf)								
60110002	4279	Tereza Cristina Corrêa	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Itaporã/MS	Itaporã/MS		03.156.999/0001-50	MS	ITAPORA	4	40	Pavimentação	1.000.000
60110002	4279	Tereza Cristina Corrêa	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo/MS	Ribas do Rio Pardo/MS		03.501.541/0001-91	MS	RIBAS DO RIO PARDO	4	40	Pavimentação	980.974

DE:

EMENDA	**Cod. Parlamentar**	**Parlamentar Solicitante**	**Cod. Órgão**	**Cod. UO**	**Cod. Ação**	**Favorecido**	**Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)**	**Município Indicação Vinculadas**	**CNPJ**	**UF**	**Município**	**GND**	**Mod**	**Objeto**	**Valor Indicado**
60110002	3805	Wellington Antonio Fagundes	56000	56101	00T1	Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso	Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM		59.558.305/0001-66	MT	CUIABA	4	71	Equipamentos	1.980.974

PARA:

EMENDA	**Cod. Parlamentar**	**Parlamentar Solicitante**	**Cod. Órgão**	**Cod. UO**	**Cod. Ação**	**Favorecido**	**Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)**	**Município Indicação Vinculadas**	**CNPJ**	**UF**	**Município**	**GND**	**Mod**	**Objeto**	**Valor Indicado**
60110002	3805	Wellington Antonio Fagundes	56000	56101	00T1	Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso	Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM		59.558.305/0001-66	MT	CUIABA	4	71	Pavimentação Urbana	1.980.974

DE:

EMENDA	**Cod. Parlamentar**	**Parlamentar Solicitante**	**Cod. Órgão**	**Cod. UO**	**Cod. Ação**	**Favorecido**	**Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)**	**Município Indicação Vinculadas**	**CNPJ**	**UF**	**Município**	**GND**	**Mod**	**Objeto**	**Valor Indicado**

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110005	3805	Wellington Antonio Fagundes	54000	54101	10V0	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso		00.530.279/0001-15	MT	CUIABA	4	90	Participação em evento internacional para trazer visibilidade internacional ao Centro Oeste	300.000
60110005	3805	Wellington Antonio Fagundes	54000	54101	10V0	Consórcio Interfederadit vo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso	Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM		59.558.305/0001-66	MT	CUIABA	4	71	Projetos	880.745

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110005	3805	Wellington Antonio Fagundes	54000	54101	10V0	prefeitura municipal de Poconé			03.162.872/0001-44	MT	POCONE	4	40	Construção do monumento turístico onça gigante	400.000
60110005	3805	Wellington Antonio Fagundes	54000	54101	10V0	Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP)	Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP)		01.263.896/0038-56	MT	CUIABA	4	90	Restauração da entrada do zoológico em Cuiabá	1.085.731

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	Uru	Municipio	Municipio	44.556.207/0001-12	SP	URU	4	40	Infra estrutura	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	COLÔMBIA	Municipio	Municipio	52.381.720/0001-48	SP	COLOMBIA	4	40	Infra estrutura	400.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	TAPABUÃ	Municipio	Municipio	45.128.816/0001-33	SP	TABAPUA	4	40	Custeio	400.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	TUPÃ	Municipio	Municipio	44.573.087/0001-61	SP	TUPA	4	40	Infra Estrutura	500.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	BURITAMA	Municipio	Municipio	44.435.121/0001-31	SP	BURITAMA	4	40	Infraestrutura	452.436
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	GUARACI	Municipio	Municipio	46.596.318/0001-88	SP	GUARACI	4	40	Infraestrutura viária	400.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	Santa Albertina	Municipio	Municipio	45.135.530/0001-85	SP	SANTA ALBERTINA	4	40	Infraestrutura viária	400.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	ALVINLÂNDIA	Municipio	Municipio	44.518.405/0001-91	SP	ALVINLANDIA	4	40	Infraestrutura viária	400.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	Itirapuã	Municipio	Municipio	45.317.955/0001-05	SP	ITIRAPUA	4	40	Infraestrutura viária	400.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	Murutinga do Sul	Municipio	Municipio	44.430.221/0001-75	SP	MURUTINGA DO SUL	4	40	Infraestrutura viária	400.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJOBI	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJOBI	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJOBI	46.614.400/0001-98	SP	CAJOBI	4	40	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	400.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA	59.754.648/0001-04	SP	ILHA SOLTEIRA	4	40	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	400.000

PARA:

EMENDA	**Cod. Parlamentar**	**Parlamentar**	**Cod. Órgão**	**Cod. UO**	**Cod.**	**Favorecido**	**Beneficiário Final (Execução**	**Município Indicação Vinculadas**	**CNPJ**	**UF**	**Município**	**GND**	**Mod**	**Objeto**	**Valor Indicado**

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

		Solicitante			**Ação**		**Direta/Codevasf)**								
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	Prefeitura de Cajobi	Prefeitura de Cajobi	Prefeitura de Cajobi	46.614.400/0001-98	SP	CAJOBI	4	40	Implantação de obras de infraestrutura urbana nos municípios, no âmbito da Ação 00T1 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS	400.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE URU	PREFEITURA MUNICIPAL DE URU	PREFEITURA MUNICIPAL DE URU	44.556.207/0001-12	SP	URU	4	40	Implantação de obras de infraestrutura urbana nos municípios, no âmbito da Ação 00T1 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS	400.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA	52.381.720/0001-48	SP	COLOMBIA	4	40	Implantação de obras de infraestrutura urbana nos municípios, no âmbito da Ação 00T1 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

														PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS	
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPÃ	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPÃ	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPÃ	44.573.087/0001-61	SP	TUPA	4	40	Implantação de obras de infraestrutura urbana nos municípios, no âmbito da Ação 00T1 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS	500.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITAMA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITAMA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITAMA	44.435.121/0001-31	SP	BURITAMA	4	40	Implantação de obras de infraestrutura urbana nos municípios, no âmbito da Ação 00T1 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS	452.463
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI	46.596.318/0001-88	SP	GUARACI	4	40	Implantação de obras de infraestrutura urbana nos municípios, no âmbito da Ação 00T1 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

														o Urbano. PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS	
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA	45.135.530/0001-85	SP	SANTA ALBERTINA	4	40	Implantação de obras de infraestrutura urbana nos municípios, no âmbito da Ação 00T1 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS	400.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINLÂNDIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINLÂNDIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINLÂNDIA	44.518.405/0001-91	SP	ALVINLANDIA	4	40	Implantação de obras de infraestrutura urbana nos municípios, no âmbito da Ação 00T1 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS	400.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA	59.754.648/0001-04	SP	ILHA SOLTEIRA	4	40	Implantação de obras de infraestrutura urbana nos municípios, no âmbito da Ação 00T1 – Apoio à Política Nacional de	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

														Desenvolvimento Urbano. PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS	
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ	45.317.955/0001-05	SP	ITIRAPUA	4	40	Implantação de obras de infraestrutura urbana nos municípios, no âmbito da Ação 00T1 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS	400.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE MURUTINGA DO SUL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MURITINGA DO SUL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MURITINGA DO SUL	44.430.221/0001-75	SP	MURUTINGA DO SUL	4	40	Implantação de obras de infraestrutura urbana nos municípios, no âmbito da Ação 00T1 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS	400.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPABUÃ	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPABUÃ	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPABUÃ	45.128.816/0001-33	SP	TABAPUA	4	40	Implantação de obras de infraestrutura urbana nos municípios, no âmbito da Ação 00T1 – Apoio à Política Nacional	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

														de Desenvolvimento Urbano. PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS	

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4095	Rogério Carvalho Santos	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal			13.131.982/0001-00	SE	PORTO DA FOLHA	4	40	Aquisição de equipamentos	1.000.000
60110002	4095	Rogério Carvalho Santos	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal			32.846.347/0001-46	SE	SANTANA DO SAO FRANCISCO	4	40	Urbanização de Orla	952.436

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4095	Rogério Carvalho Santos	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal			32.846.347/0001-46	SE	SANTANA DO SAO FRANCISCO	4	40	Calçamento	952.436
60110002	4095	Rogério Carvalho Santos	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal			13.131.982/0001-00	SE	PORTO DA FOLHA	4	40	Pavimentação	1.000.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
601100 5	9204	Marcos Ribeiro do Val	54000	54101	10V0	MARECHAL FLORIANO			39.385.927/0001-22	ES	MARECHAL FLORIANO	4	40	PORTAL TURÍSTICO	350.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110005	9204	Marcos Ribeiro do Val	54000	54101	10V0	VIL PAVÃO			36.350.346/0001-67	ES	VILA PAVAO	4	40	PORTAL TURÍSTICO	350.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110005	9204	Marcos Ribeiro do Val	54000	54101	10V0	PREFEITURA DE MUQUI			27.082.403/0001-83	ES	MUQUI	4	40	INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	742.865

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110005	4183	Marcelo Costa e Castro	54000	54101	10V0	Secretaria de Turismo do Estado do Piauí	Município de Bom Jesus - PI		06.553.499/0001-40	PI	TERESINA	4	30	Pavimentação de vias	2.000.000
60110005	4183	Marcelo Costa e Castro	54000	54101	10V0	Secretaria de Turismo do Estado do Piauí	Município de Teresina - PI		06.553.499/0001-40	PI	TERESINA	4	30	Infraestrutura turística	4.500.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110005	4183	Marcelo Costa e Castro	54000	54101	10V0	Secretaria de Turismo do Estado do Piauí	Teresina - PI		08.783.132/0001-49	PI	TERESINA	4	30	Pavimentação de vias públicas	4.500.000
60110005	4183	Marcelo Costa e Castro	54000	54101	10V0	Secretaria de Turismo do Estado do Piauí	Bom Jesus - PI		08.783.132/0001-49	PI	TERESINA	4	30	Pavimentação de vias públicas	2.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial	Prefeitura Municipal de Santa Filomena		03.353.358/0006-09	PI	SANTA FILOMENA	4	40	Motoniveladora 125 cv	540.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial	Prefeitura Municipal de Santa Filomena		03.353.358/0001-96	PI	SANTA FILOMENA	4	90	Aquisição de uma Motoniveladora 125 cv	540.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Padre Marcos			06.553.788/0001-40	PI	PADRE MARCOS	4	40	Pavimentação de vias rurais	1.500.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeirura Municipal de Belém do Piauí			01.612.560/0001-60	PI	BELEM DO PIAUI	4	40	Pavimentação de vias rurais	1.500.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4180	Fabiano Contarato	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL		27.744.143/0001-64	ES	RIO BANANAL	4	40	APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO VOLTADO À IMPLANTAÇÃO E MELHORIAS DAS VIAS URBANAS	900.000
60110002	4180	Fabiano Contarato	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA		01.612.674/0001-00	ES	BREJETUBA	4	40	APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO VOLTADO À IMPLANTAÇÃO E MELHORIAS DAS VIAS URBANAS	952.436
60110002	4180	Fabiano Contarato	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI		27.165.190/0001-53	ES	GUARAPARI	4	40	APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO VOLTADO À IMPLANTAÇÃO E MELHORIAS DAS VIAS URBANAS	900.000
60110002	4180	Fabiano Contarato	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE PANCAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PANCAS		27.174.150/0001-78	ES	PANCAS	4	40	APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO VOLTADO À IMPLANTAÇÃO E MELHORIAS DAS VIAS URBANAS	1.300.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 4ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026.

60110002	4180	Fabiano Contarato	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS		27.174.085/0001-80	ES	PINHEIROS	4	40	APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO VOLTADO À IMPLANTAÇÃO E MELHORIAS DAS VIAS URBANAS	900.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4180	Fabiano Contarato	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI		27.165.190/0001-53	ES	GUARAPARI	4	40	RECURSOS PARA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM EM VIAS URBANAS	900.000
60110002	4180	Fabiano Contarato	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS		27.174.085/0001-80	ES	PINHEIROS	4	40	RECURSOS PARA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM EM VIAS URBANAS	900.000
60110002	4180	Fabiano Contarato	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE PANCAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PANCAS		27.174.150/0001-78	ES	PANCAS	4	40	RECURSOS PARA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM EM VIAS URBANAS	1.300.000
60110002	4180	Fabiano Contarato	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA		01.612.674/0001-00	ES	BREJETUBA	4	40	RECURSOS PARA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM EM VIAS URBANAS	952.436
60110002	4180	Fabiano Contarato	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL		27.744.143/0001-64	ES	RIO BANANAL	4	40	RECUROS PARA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM EM VIAS URBANAS	900.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5540439859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 05ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e sete minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Chico Rodrigues, Zenaide Maia, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Camilo Santana, Beto Faro, Laércio Oliveira e Alan Rick, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Weverton e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Efraim Filho, Eliziane Gama, Jorge Seif e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberação de Pedidos de Alterações Orçamentárias - LOA 2026**. **Finalidade:** Votação dos pedidos de alterações orçamentárias de Emendas RP8, referentes à Lei Orçamentária de 2026 - LOA. **Resultado:** Aprovado o pedido de alteração de programação orçamentária - LOA 2026, proposto pelo Senador Nelsinho Trad, conforme o Anexo I desta ata. **2ª Parte - Deliberação de Indicações de Emendas RP8/2026 - 3º Ciclo**. **Finalidade:** 3º Ciclo de Deliberação das indicações das Emendas RP8 da LOA 2026, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 1, de 2006-CN, com redação dada pelas Resoluções nº 1 e nº 2, de 2025-CN. Coordenadora das sugestões de indicações na CDR: - Senadora Professora Dorinha Seabra. **Resultado:** Aprovadas as indicações e as alterações, conforme o relatório, que, acompanhadas da ata da presente reunião, serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) e aos respectivos ministérios (Anexos II e III desta ata). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezesseis minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/28

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, realizada no dia 28 de abril.

A presente reunião está dividida em duas partes. A primeira parte destina-se à votação dos pedidos de alterações orçamentárias da emenda de RP 8, referente à Lei Orçamentária de 2026.

A segunda parte tem o objetivo de realização do 3º ciclo de deliberação das indicações das emendas de RP 8, nos termos do art. 5º da Lei Complementar 210, de 2024, e do art. 45-A da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, com a redação dada pelas Resoluções nº 1 e nº 2, ambas de 2025.

Informo que a nossa Secretaria, representada pelo Secretário desta Comissão, acompanhou duas agendas estratégicas no Conselho Nacional de Turismo, dia 15 de abril. A reunião contou com a apresentação de Bruno Reis, o novo Presidente da Embratur.

A reunião com a WTM Latin America destacou a urgência na regulação das plataformas de hospedagem e na Lei Geral do Turismo sobre as prioridades legislativas do setor: no Senado, o PL 4.301, de 2025, da profissão de turismólogo, foi autuado junto à mesa; na Câmara, o PL 539, de 2024, que lida com o transporte aéreo na Amazônia Legal, aguarda ainda o envio ao Senado, que já foi aprovado na Câmara, e o PL 2.645, de 2019.

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a segunda reunião tratou da reunião extraordinária do Fórum do Interconselhos, que tratou, basicamente, do tema de legislações mais rígidas contra o feminicídio e questões técnicas de orçamento.

Informa ainda que será realizada a 14ª Adit Share, principal fórum da América do Sul sobre multipropriedade e *timeshare*, promovida pela Adit Brasil, nos períodos de 6 a 8 de maio, em Campos do Jordão. O evento reúne os principais agentes do setor para apresentação de tendências, debates e intercâmbios. A programação inclui, do dia 6 ao dia 7 de maio, visitas técnicas e organização. Se houver algum Senador interessado, pode procurar a nossa Secretaria.

Quanto à 10ª edição do Salão do Turismo, que acontecerá de 7 a 9 de maio no Centro de Eventos do Ceará, em Fortaleza, sobre o tema "Do Lado do Povo Brasileiro", de igual forma, se houver algum interesse... Se não, enviaremos representante.

Primeira parte: deliberação sobre as propostas orçamentárias.

Nos termos do Ofício Circular nº 10, foi recebida por esta Comissão uma proposta de alteração, de autoria do Senador Nelsinho Trad, que propõe a modificação parcial do valor aprovado para a Ação 1211, Emenda 60110006, no montante de R$100 milhões, com sua transferência para a Ação 00SX, conforme os termos constantes do Ofício 177.

Esse pedido de alteração possibilita a destinação de recursos de abrangência nacional, com potencial de atender as 27 unidades da Federação. Reforça ainda a capacidade dos benefícios em todo o território nacional.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a proposta de alteração orçamentária mencionada.

A votação é simbólica. (*Pausa.*)

Foi aprovada.

Aprovada a proposta, que será encaminhada à Comissão Mista de Orçamento.

Segunda parte: deliberação das indicações e emendas RP 8.

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de registrar que a apresentação a esta Comissão se deu no período de 8 a 23 de abril, sendo que o prazo foi amplamente divulgado em todos os sistemas da Comissão. A coordenação das sugestões e indicações ficou a cargo desta Presidência, que recebeu, exclusivamente por meio do sistema, um total de 327 indicações. Dessas, 129 receberam parecer favorável, 166 receberam parecer favorável com solicitação de alteração e 32 foram retiradas pelos seus autores mediante ofício encaminhado a esta Presidência, totalizando aproximadamente R$67,7 milhões em indicações aprovadas, dos quais a maior parcela concentra-se na Emenda 60110001, com cerca de R$37,4 milhões.

Antes de fazer a leitura e abrir a discussão, informo que se trata do 3º Ciclo de Aprovação das indicações já encaminhadas.

O parecer, como eu já li o resumo, trata da Emenda 60110001 – Desenvolvimento Regional, Territorial e Turismo, no valor de R$600 milhões, de caráter nacional.

Segunda emenda: 60110002 – Mobilidade Urbana, no valor de R$400 milhões.

Terceira emenda: programa Turismo, esse é o destino, no valor de R$300 milhões.

Quarta emenda: R$238.417.000, do Programa 2317, Ação 1211.

No prazo concedido, foram apresentadas 327 sugestões de indicações de emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), já listadas nos Anexos I, II e III.

É o relatório.

Por fim, as indicações nesse contexto mencionado do Anexo I atendem a todos os requisitos formais.

No Anexo II, de igual forma, foram analisados.

E, no Anexo III, foram retiradas por seus autores.

Nesse contexto, somos pela aprovação das indicações elencadas no Anexo I, com as alterações solicitadas no Anexo II, e pela rejeição constantes do Anexo III.

É esse o nosso relatório.

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aberta a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a tabela na sua totalidade: Anexos I, II e III.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as indicações constantes no Anexo I, as alterações listadas no Anexo II e os pedidos de retirada elencados no Anexo III.

As indicações e as alterações, acompanhadas da presente ata, serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Será realizada a 6ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional, com a deliberação de matérias constantes da pauta já divulgada previamente.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 16 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
ALTERAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO DE EMENDA - 5ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

ITENS ALTERADOS:
Alterar R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) aprovados para a Emenda 60110006, Ação 1211, levando para a Emenda 60110001, Ação 00SX.

DE:

EMENDA	COD. PARLAMENTAR	PARLAMENTAR SOLICITANTE	COD. ÓRGÃO	COD. U0	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	GND	VALOR SOLICITADO
60110006	4181	Nelson Trad Filho	53000	53101	15.244.2317.1211.0001	4	100.000.000,00

PARA:

EMENDA	COD. PARLAMENTAR	PARLAMENTAR SOLICITANTE	COD. ÓRGÃO	COD. U0	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	GND	VALOR SOLICITADO
60110001	4181	Nelson Trad Filho	53000	53101	15.244.2317.00SX.0001	4	100.000.000,00

JUSTIFICATIVA:
A presente alteração foi proposta pelo Senador Nelson Trad Filho, que foi coautor da emenda na LOA 2026. O pedido está de acordo com a Lei Complementar Nº 210 de 2024 e com a RESOLUÇÃO Nº 1 e Nº 2 DE 2025-CN, tendo como objetivo obter melhor aplicação dos recursos das emendas de comissão. A alteração vai permitir alcançar mais comunidades, contribuindo para integração e desenvolvimento de todas as regiões do país.

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II
INDICAÇÕES APROVADAS - 5ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Caritas Aracaju	Aracaju	04.757.364/0001-71	SE	ARACAJU	4	90	x2 - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	123.722
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	ASSOCIACAO DE MORADORES DO MUNICIPIO DE BOQUIM E DO ESTADO DE SERGIPE	Boquim	16.455.859/0001-25	SE	BOQUIM	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.192
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	ASSOCIACAO DE MORADORES DO POVOADO TERRA VERMELHA DA CIDADE DE CAMPO DO BRITO-SERGIPE	Campo do Brito	00.977.799/0001-70	SE	CAMPO DO BRITO	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.192
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação Com. Prod. Mor. Pov. Gamelei e Adjacencias	Campo do Brito	00.609.629/0001-33	SE	CAMPO DO BRITO	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.192
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação dos Agricultores Familiares de Cristinápolis e Região – AAFCR	Cristinápolis	03.757.428/0001-71	SE	CRISTINAPOLIS	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.192

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

INDICAÇÕES APROVADAS - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	ASSOCIACAO COMUNITARIA PRO-MELHORAMENTO DO POVOADO CURIMA	Estância	03.822.636/0001-07	SE	ESTANCIA	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.192
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIA DA COLONIA VERTENTE	Estância	16.455.495/0001-83	SE	ESTANCIA	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.192
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação dos Trabalhadores Rurais de Cachoeirinha	Gararu	05.198.176/0001-13	SE	GARARU	4	90	Carreta agrícola de aço - 6 T	20.977
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	ASSOCIACAO COMUNITARIA LAGOA FUNDA BRANDAO TIJUCO E OIT	GARARU	32.850.240/0001-71	SE	GARARU	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.192
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação de Produtores Rurais do Povoado Jaramataia	Gararu	02.294.427/0001-75	SE	GARARU	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.192
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação dos Produtores Rurais do Povoado Golfinhos	GARARU	11.398.250/0001-48	SE	GARARU	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.193
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Município de Indiaroba	Indiaroba	13.097.894/0001-21	SE	INDIAROBA	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.192
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Centro de Acolhimento Mão Estendida - CEAME	Itaporanga D'Ajuda	22.116.409/0001-00	SE	ITAPORANGA D'AJUDA	4	90	x2 - Kit P.F. 01 – Processame	123.722

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

INDICAÇÕES APROVADAS - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

														nto de Frutos	
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES POVOADO SAPUCAIA	Japaratuba	16.463.713/0001-21	SE	JAPARATUBA	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.192
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE JAPARATUBA-SE	Japaratuba	13.003.447/0001-66	SE	JAPARATUBA	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.192
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação Comunitária Coração de Maria do Município de Japoatã-SE	Japoatã	04.157.068/0001-30	SE	JAPOATA	4	90	Grade aradora com 16 discos de 26"	25.602
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação Comunitária Coração de Maria do Município de Japoatã-SE	Japoatã	04.157.068/0001-30	SE	JAPOATA	4	90	Grade aradora com 16 discos de 26"	27.452
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação Comunitária Coração de Maria do Município de Japoatã-SE	Japoatã	04.157.068/0001-30	SE	JAPOATA	4	90	Plantadeira e adubadeira mecanizada 5 linhas	36.122
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação de Desenvolvimento Sustentável	Japoatã	02.441.455/0001-78	SE	JAPOATA	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.192

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

INDICAÇÕES APROVADAS - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

							Quitéria da Silva Souza								
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIA DO POVOADO JUERANA E ADJACENCIAS	Lagarto	07.807.434/0001-47	SE	LAGARTO	4	90	Microtrator com acessórios	25.066
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Município de Lagarto	Lagarto	13.124.052/0001-11	SE	LAGARTO	4	90	Caminhão leve (3/4) baú - carga útil 4.700 kg	395.929
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DO TABOCAL	Malhada dos Bois	01.266.540/0001-84	SE	MALHADA DOS BOIS	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.192
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Município de Moita Bonita	Moita Bonita	13.104.112/0001-34	SE	MOITA BONITA	4	90	Caminhão Toco Basculante - 6 m³	488.530
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação Comunitária dos P R da Comunidade Belo Monte	Monte Alegre de Sergipe	73.912.172/0001-05	SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.192
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	ASSOCIACAO DE PESCADORES EVANGELICOS DO BETUME	Neópolis	10.193.147/0001-07	SE	NEOPOLIS	4	90	x2 - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	123.722
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Retiro Dois	Nossa Senhora da Glória	02.327.966/0001-63	SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.192

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

INDICAÇÕES APROVADAS - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Município de Nossa Senhora da Glória	Nossa Senhora da Glória	13.113.626/0001-56	SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	4	90	Pá carregadeira	342.125
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação de Cultura e Esporte dos Moradores do Povoado Boa Vista e Adjacencias	Nossa Senhora das Dores	48.848.358/0001-03	SE	NOSSA SENHORA DAS DORES	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.192
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação de Desenvolv Soc e Combate a Pobreza do Nordeste	Nossa Senhora das Dores	09.248.406/0001-62	SE	NOSSA SENHORA DAS DORES	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.192
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação de Ação Comunitária dos Produtores da Comunidade Barro Vermelho	Nossa Senhora de Lourdes	16.457.772/0001-97	SE	NOSSA SENHORA DE LOURDES	4	90	Grade niveladora com 32 discos de 20"	27.452
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	ASSOCIACAO COMUNITARIA INOCENCIO NOGUEIRA DOS SANTOS	Nossa Senhora de Lourdes	03.202.832/0001-89	SE	NOSSA SENHORA DE LOURDES	4	90	Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	208.651
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	A presente indicação pretende apoiar o desenvolvimento de políticas executadas pela Superintendência da CODEVASF em Sergipe, com	Nossa Senhora do Socorro	13.128.814/0001-58	SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.192

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

INDICAÇÕES APROVADAS - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

							ações voltadas o apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado.								
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Município de Nossa Senhora do Socorro	Nossa Senhora do Socorro	13.128.814/0001-58	SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	4	90	Pá carregadeira	342.125
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Município de Nossa Senhora do Socorro	Nossa Senhora do Socorro	13.128.814/0001-58	SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	4	90	Rolo compactador	468.176
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Município de Nossa Senhora do Socorro	Nossa Senhora do Socorro	13.128.814/0001-58	SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	4	90	Escavadeira hidráulica média	719.724
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação dos Vaqueiros de Santa Rosa do Ermírio	Poço Redondo	03.758.035/0001-82	SE	POCO REDONDO	4	90	Carreta agrícola de aço - 6 T	20.977
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação dos Vaqueiros de Santa Rosa do Ermírio	Poço Redondo	03.758.035/0001-82	SE	POCO REDONDO	4	90	Grade niveladora com 32 discos de 20"	27.452
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	COOPERATIVA AGROPECUARIA PARCEIROS DO LEITE	Poço Redondo	53.170.968/0001-22	SE	POCO REDONDO	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.192
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO SAO FRANCISCO	Poço Verde	03.418.011/0001-84	SE	POCO VERDE	4	90	Carreta agrícola de aço - 6 T	20.980

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II
INDICAÇÕES APROVADAS - 5ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO SAO FRANCISCO	Poço Verde	03.418.011/0001-84	SE	POCO VERDE	4	90	Grade niveladora com 32 discos de 20"	27.452
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO SAO FRANCISCO	Poço Verde	03.418.011/0001-84	SE	POCO VERDE	4	90	Plantadeira e adubadeira mecanizada 5 linhas	36.119
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação o Bom Samaritano	Propriá	02.388.186/0001-23	SE	PROPRIA	4	90	x2 - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	123.722
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Município de Riachão do Dantas	Riachão do Dantas	13.107.180/0001-57	SE	RIACHAO DO DANTAS	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.192
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação dos Produtores Rurais e Moradores de Malhador e Adjacências	Riachuelo	13.000.144/0001-90	SE	RIACHUELO	4	90	Plantadeira e adubadeira mecanizada 5 linhas	36.119
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Riachuelo	Riachuelo	32.845.422/0001-54	SE	RIACHUELO	4	90	x6 - Microtrator com acessórios	150.397
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Riachuelo	Riachuelo	32.845.422/0001-54	SE	RIACHUELO	4	90	x100 - Kit I.F. 01 – Irrigação Familiar por Gotejamento - 500 m²	210.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

INDICAÇÕES APROVADAS - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COM. DO POVOADO MOENDAS	Salgado	01.097.521/0001-71	SE	SALGADO	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.192
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO POVOADO TIMBO	São Cristovão	16.451.510/0001-15	SE	SAO CRISTOVAO	4	90	x2 - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	123.722
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação dos Moradores dos Povoados Umbauba, Pitanga e Tebaida	São Cristovão	01.381.533/0001-23	SE	SAO CRISTOVAO	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.190
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação de Pequenos Produtores da Agricultura Familiar Paraiso - APPAFP	Tobias Barreto	58.436.555/0001-60	SE	TOBIAS BARRETO	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.192
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	ASSOCIACAO MAOS DO MESTRE CASA DE DAVI	Santana do São Francisco	14.480.714/0001-59	SE	SANTANA DO SAO FRANCISCO	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.192
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	ASSOCIACAO MAOS DO MESTRE CASA DE DAVI	Santana do São Francisco	14.480.714/0001-59	SE	SANTANA DO SAO FRANCISCO	4	90	x4 - Microtrator com acessórios	100.264
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA - CODEVASF	MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA		18.260.489/0001-04	MG	TUPACIGUARA	4	90	Retroescavadeira	360.756

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II
INDICAÇÕES APROVADAS - 5ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA - CODEVASF	MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO PARÁ		18.315.200/0001-07	MG	CONCEICAO DO PARA	4	90	Retroescavadeira	360.756
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA - CODEVASF	MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO JACINTO		18.349.951/0001-36	MG	SANTO ANTONIO DO JACINTO	4	90	Caminhão Trucado Basculante - 12 m³	612.757
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA - CODEVASF	Consorcio Intermunicipal Multifinalitario da Area Mineira da Sudene - CIMAMS		21.505.692/0001-08	MG	MONTES CLAROS	4	90	Trator agrícola plataformado 75 cv	128.439
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA - CODEVASF	Consorcio Intermunicipal Multifinalitario da Area Mineira da Sudene - CIMAMS		21.505.692/0001-08	MG	MONTES CLAROS	4	90	Grade aradora com 14 discos de 26"	23.947
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA - CODEVASF	Consorcio Intermunicipal Multifinalitario da Area Mineira da Sudene - CIMAMS		21.505.692/0001-08	MG	MONTES CLAROS	4	90	100 Tanques em polietileno - 15.000 L	70.460

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

INDICAÇÕES APROVADAS - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA - CODEVASF	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTE		16.928.483/0001-29	MG	SAO JOAO DA PONTE	4	90	Escavadeira hidráulica média	719.723
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA - CODEVASF	MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS		18.313.817/0001-85	MG	PARA DE MINAS	4	90	Escavadeira hidráulica média	719.723
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA - CODEVASF	MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO		16.930.299/0001-13	MG	JOAO PINHEIRO	4	90	Motoniveladora	767.911
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA - CODEVASF	MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO		18.302.307/0001-02	MG	NOVA UNIAO	4	90	Retroescavadeira	360.756
60110006	4186	Carlos Eduardo Torres Gomes	53000	53101	1211	MUNICIPIO DE BRASILANDIA DO TOCANTINS			37.420.718/0001-47	TO	BRASILANDIA DO TOCANTINS	4	40	REVITALIZAÇÃO E REFORMA DE GINÁSIO DE ESPORTE	500.000
60110006	4186	Carlos Eduardo Torres Gomes	53000	53101	1211	MUNICIPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS			00.766.733/0001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO	4	40	IMPLANTAÇÃO DE RECAPEAME	1.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

INDICAÇÕES APROVADAS - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

											TOCANTINS			NTO ASFALTICO	
60110006	4186	Carlos Eduardo Torres Gomes	53000	53101	1211	MUNICIPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS			00.766.733/0001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	4	40	IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA	1.000.000
60110006	4186	Carlos Eduardo Torres Gomes	53000	53101	1211	MUNICIPIO DE CARRASCO BONITO			25.064.023/0001-90	TO	CARRASCO BONITO	4	40	REVITALIZAÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS PUBLICAS	500.000
60110006	4186	Carlos Eduardo Torres Gomes	53000	53101	1211	MUNICIPIO DE CACHOEIRINHA			25.064.064/0001-87	TO	CACHOEIRINHA	4	40	CONSTRUÇÃO DA FEIRA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA	652.206
60110006	4186	Carlos Eduardo Torres Gomes	53000	53101	1211	MUNICIPIO DE NAZARÉ			00.766.691/0001-39	TO	NAZARE	4	40	IMPLANTAÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFALTICO	500.000
60110006	4201	Carlos Henrique Baqueta Fávaro	53000	53101	1211	MTPAR - MT Participações e Projetos S/A	MTPAR - MT Participações e Projetos S/A	Cuiabá-MT	17.816.442/0001-03	MT	CUIABA	4	30	Centro de comercialização voltado ao escoamento da produção regional, apoio a pequenos produtores, empreendedores e a economia local	10.380.515
60110002	4201	Carlos Henrique Baqueta Fávaro	56000	56101	00T1	Peixoto de Azevedo-MT	Peixoto de Azevedo-MT	Peixoto de Azevedo-MT	03.238.631/0001-31	MT	PEIXOTO DE AZEVEDO	4	40	Pavimentação Urbana	3.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

INDICAÇÕES APROVADAS - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110005	4201	Carlos Henrique Baqueta Fávaro	54000	54101	10V0	Barra do Garças-MT	Barra do Garças-MT	Barra do Garças-MT	03.439.239/0001-50	MT	BARRA DO GARCAS	4	40	Urbanização do Lago do Jardim Toledo	3.714.327
60110005	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIXOLA/PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIXOLA/PB		01.612.757/0001-07	PB	COXIXOLA	4	40	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NO MUNICÍPIO DE COXIXOLA/PB.	500.000
60110005	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/PB		01.613.323/0001-13	PB	SAO FRANCISCO	4	40	Construção do acesso à Pedra do Cruzeiro no município de São Francisco/PB	500.000
60110001	4270	Efraim de Araújo Morais Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura de São João do Cariri			09.074.345/0001-64	PB	SAO JOAO DO CARIRI	4	40	Construção de Passagem Molhada	1.000.000
60110001	4270	Efraim de Araújo Morais Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha			09.067.562/0001-27	PB	CATOLE DO ROCHA	4	40	Construção de Passagem Molhada no Distrito de Macaúba	300.000
60110001	4270	Efraim de Araújo Morais Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de São Mamede			08.922.718/0001-47	PB	SAO MAMEDE	4	40	Execução de Obras	2.000.000
60110001	4270	Efraim de Araújo Morais Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Sumé			08.874.935/0001-09	PB	SUME	4	40	Execução de Obras de Pavimentação Rural em Paralelepípedo	1.500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

INDICAÇÕES APROVADAS - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4270	Efraim de Araújo Morais Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha			09.067.562/0001-27	PB	CATOLE DO ROCHA	4	40	Construção de Passagem Molhada	300.000
60110001	4270	Efraim de Araújo Morais Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha			09.067.562/0001-27	PB	CATOLE DO ROCHA	4	40	Execução de Obras de Calçamento na Zona Rural	500.000
60110006	4269	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	53000	53101	1211	Estado de Roraima			84.012.012/0001-26	RR	BOA VISTA	4	30	Construção e Ampliação de prédio administrativo no Estado de Roraima	1.180.745
60110001	4269	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	53000	53101	00SX	Estado de Roraima			84.012.012/0001-26	RR	CANTA	4	30	Construção de pontes em áreas rurais no Município de Cantá/RR	2.971.461
60110002	4269	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	56000	56101	00T1	Município de Boa Vista/RR			05.943.030/0001-55	RR	BOA VISTA	4	40	Execução de obras de drenagem e pavimentação em vias urbanas no Município de Boa Vista/RR	1.980.974
60110005	4269	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	54000	54101	10V0	Estado de Roraima			84.012.012/0001-26	RR	AMAJARI	4	30	Implantação de infraestrutura turística na região do Tepequém, no Município de Amajari/RR.	1.485.731

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

INDICAÇÕES APROVADAS - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Bezerros	Bezerros	00.399.857/0001-26	PE	BEZERROS	4	90	Aquisição de Trator agrícola plataforma 90 CV	140.020
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Buíque	Buíque	00.399.857/0001-26	PE	BUIQUE	4	90	Aquisição de Retroescavadeira	360.756
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Bonito	Bonito	00.399.857/0001-26	PE	BONITO	4	90	Aquisição de Retroescavadeira	360.756
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Caetés	Caetés	00.399.857/0001-26	PE	CAETES	4	90	Aquisição de caminhão pipa 9.000 L	544.399
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix	Camocim de São Félix	00.399.857/0001-26	PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	4	90	Aquisição de Retroescavadeira	360.755
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Calçado	Calçado	00.399.857/0001-26	PE	CALCADO	4	90	Aquisição de Caminhão Pipa 9.000 L	544.399
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Caruaru	Caruaru	00.399.857/0001-26	PE	CARUARU	4	90	Aquisição de Motoniveladora	767.911
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Cedro	Cedro	00.399.857/0001-26	PE	CEDRO	4	90	Aquisição de Trator agrícola plataformado 90 CV	140.019
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Cumaru	Cumaru	00.399.857/0001-26	PE	CUMARU	4	90	Aquisição de Caminhão Trucado Carroceria madeira ou aço - carga	563.272

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

INDICAÇÕES APROVADAS - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

														útil 15.000 Kg	
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Dormentes	Dormentes	00.399.857/0001-26	PE	DORMENTES	4	90	Aquisição de Trator agrícola plataformado 90 CV	140.020
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Gameleira	Gameleira	00.399.857/0001-26	PE	GAMELEIRA	4	90	Aquisição de Caminhão Trucado Carroceria madeira ou aço - carga útil 15.000 Kg	563.272
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Gravatá	Gravatá	00.399.857/0001-26	PE	GRAVATA	4	90	Aquisição de Motoniveladora	767.910
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Jatobá	Jatobá	00.399.857/0001-26	PE	JATOBA	4	90	Aquisição de Trator agrícola plataformado 90 CV	140.020
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Jurema	Jurema	00.399.857/0001-26	PE	JUREMA	4	90	Aquisição de Caminhão Toco Carroceria madeira ou aço - carga útil 9.000 Kg	461.132
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Lagoa dos Gatos	Lagoa dos Gatos	00.399.857/0001-26	PE	LAGOA DOS GATOS	4	90	Aquisição de Retroescavadeira	360.755
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Lagoa Grande	Lagoa Grande	00.399.857/0001-26	PE	LAGOA GRANDE	4	90	Aquisição de 50 Tanque em Polietileno - 15.000 Litros	277.725

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

INDICAÇÕES APROVADAS - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Moreno	Moreno	00.399.857/0001-26	PE	MORENO	4	90	Aquisição de Retroescavadeira	360.755
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Poção	Poção	00.399.857/0001-26	PE	POCAO	4	90	Aquisição de Retroescavadeira	360.756
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Primavera	Primavera	00.399.857/0001-26	PE	PRIMAVERA	4	90	Aquisição de Retroescavadeira	360.755
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Santa Filomena	Santa Filomena	00.399.857/0001-26	PE	SANTA FILOMENA	4	90	Aquisição de Trator agrícola plataformado 90 CV	140.020
60110006	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	12111	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Serrita	Serrita	00.399.857/0001-26	PE	SERRITA	4	90	Aquisição de Motoniveladora	767.910
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Sertânia	Sertânia	00.399.857/0001-26	PE	SERTANIA	4	90	Aquisição de Motoniveladora	767.910
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte	Taquaritinga do Norte	00.399.857/0001-26	PE	TAQUARITINGA DO NORTE	4	90	Aquisição de Motoniveladora	767.910
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Terra Nova	Terra Nova	00.399.857/0001-26	PE	TERRA NOVA	4	90	Aquisição de Retroescavadeira	360.755
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Tupanatinga	Tupanatinga	00.399.857/0001-26	PE	TUPANATINGA	4	90	Aquisição de Trator agrícola plataformado 90 CV	140.019
60110001	2885	Humberto Sérgio	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Goiana	Goiana	00.399.857/0001-26	PE	GOIANA	4	90	Aquisição de Kit A.Q. 04 - Comercializa	57.225

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II
INDICAÇÕES APROVADAS - 5ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

		Costa Lima												ção de Pescado	
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Aliança	Aliança	00.399.857/0001-26	PE	ALIANCA	4	90	Aquisição de Caminhão Trucado Carroceria madeira ou aço - carga útil 15.000 Kg	563.272
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Bezerros	Bezerros	00.399.857/0001-26	PE	BEZERROS	4	90	Aquisição de Grade aradora com 16 discos de 26"	25.601
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Cedro	Cedro	00.399.857/0001-26	PE	CEDRO	4	90	Aquisição de Grade aradora com 16 discos de 26"	25.601
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Dormentes	Dormentes	00.399.857/0001-26	PE	DORMENTES	4	90	Aquisição de Grade aradora com 16 discos de 26"	25.601
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Jatobá	Jatobá	00.399.857/0001-26	PE	JATOBA	4	90	Aquisição de Grade aradora com 16 discos de 26"	25.601
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Santa Filomena	Santa Filomena	00.399.857/0001-26	PE	SANTA FILOMENA	4	90	Aquisição de Grade aradora com 16 discos de 26"	25.601
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Venturosa	Venturosa	00.399.857/0001-26	PE	VENTUROSA	4	90	Aquisição de Trator agrícola plataformado 75 CV	128.438

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

INDICAÇÕES APROVADAS - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Venturosa	Venturosa	00.399.857/0001-26	PE	VENTUROSA	4	90	Aquisição de Grade aradora com 16 discos de 26"	25.601
60110001	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE MARIBONDO-AL			12.236.873/0001-87	AL	MARIBONDO	4	40	00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado.	651.862
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	MARECHAL DEODORO			12.200.275/0001-58	AL	MARECHAL DEODORO	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA E DRENAGEM	500.000
60110002	4183	Marcelo Costa e Castro	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Belém do Piauí			01.612.560/0001-60	PI	BELEM DO PIAUI	4	40	Pavimentação de vias urbanas	900.000
60110005	4183	Marcelo Costa e Castro	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de São João do Piauí			06.553.655/0001-73	PI	SAO JOAO DO PIAUI	4	40	Infraestrutura turística	786.804
60110005	4183	Marcelo Costa e Castro	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Piauí			01.613.513/0001-30	PI	PORTO ALEGRE DO PIAUI	4	40	Infraestrutura turística	500.000
60110001	9204	Marcos Ribeiro do Val	53000	53101	00SX	Prefeitura de Marilândia	Associação Conilon das Montanhas do Espírito Santo e Associação de agricultores de São Francisco de Marilândia / ES		27.744.176/0001-04	ES	MARILANDIA	4	40	Tratores	513.052

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II
INDICAÇÕES APROVADAS - 5ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	9204	Marcos Ribeiro do Val	53000	53101	00SX	Prefeitura de Santa Maria de Jetibá			36.388.445/0001-38	ES	SANTA MARIA DE JETIBA	4	40	Maquinário agrícola	513.052
60110001	9204	Marcos Ribeiro do Val	53000	53101	00SX	Prefeitura de Iúna			27.167.394/0001-23	ES	IUNA	4	40	Maquinário Agrícola	650.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Bonfim			18.363.945/0001-33	MG	BONFIM	4	40	Obra Rural	500.515
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Palmeiras de Goiás		02.394.757/0001-32	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	360.755
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Pilar de Goiás		02.647.303/0001-26	GO	PILAR DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	360.755
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Santa Terezinha de Goiás		01.137.116/0001-30	GO	SANTA TEREZINHA DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	360.755

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

INDICAÇÕES ALTERADAS
206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 829, 951, 1244, 1408, 1711, 1824, 1825, 1826, 1928, 1941, 1944, 1987, 2124, 2376, 2466, 2470, 2472, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2482, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2541, 2542, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2684, 2685, 2686, 2688, 2691, 2692, 2695, 2697, 2699, 2702, 2703, 2705, 2708, 2712, 2716, 2757, 3005, 3054, 3058, 3152, 3154, 3156, 3158, 3167, 3168, 3173, 3175, 3178, 3181, 3183, 3185, 3186, 3191, 3194, 3197, 3201, 3206, 3208, 3210, 3211, 3212, 3213, 3214, 3216, 3217, 3220, 3223, 3226, 3234, 3235, 3236, 3237, 3250, 3251, 3252, 3253, 3254, 3255, 3256, 3257, 3258, 3259, 3260, 3262, 3264, 3266, 3268, 3270, 3272, 3275, 3277, 3433, 3436, 3441, 3443, 3445, 3448, 3452, 3454, 3458, 3461, 3465, 3469, 3471, 3473, 3475, 3478, 3485, 3489, 3492, 3496, 3588, 3665, 3702, 3705, 3708, 3712, 4458, 4459, 4460, 4461, 4474, 4475, 4476, 4477, 4478, 4479, 4480, 4481, 4482, 4547, 4548, 4553, 4554, 4555, 4745, 4766, 4801, 4899,

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF - 7ª Superintendência Regional (Teresina/PI) - CNPJ: 00.399.857/0025-01			00.399.857/0025-01	PI	TERESINA	4	90	Aquisição de Equipamentos / Material Permanente	6.228.309

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF - 7ª Superintendência Regional (Teresina/PI) - CNPJ:	Secretaria do Trabalho e Emprego - SETRE CNPJ: 61.702.266/0001-70		61.702.266/0001-70	PI	TERESINA	4	90	Aquisição de 36 Tratores agrícola plataformado 75 cv Valor unitário: R$ 128.438,03	4.623.769

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						00.399.857/0025-01									
60110001	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF - 7ª Superintendência Regional (Teresina/PI) - CNPJ: 00.399.857/0025-01	Secretaria do Trabalho e Emprego - SETRE CNPJ: 61.702.266/0001-70		61.702.266/0001-70	PI	TERESINA	4	90	Aquisição de 37 Grades aradora com 14 discos de 26" Valor Unitário R$ 23.946,55	886.023
60110001	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF - 7ª Superintendência Regional (Teresina/PI) - CNPJ: 00.399.857/0025-01	Secretaria do Trabalho e Emprego - SETRE CNPJ: 61.702.266/0001-70		61.702.266/0001-70	PI	TERESINA	4	90	Aquisição de 36 Carreta agrícola de aço - 4 T Valor unitário: R$ 19.846,75	714.484

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATURÉIA-PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATURÉIA-PB	MATURÉIA-PB	01.612.689/0001-78	PB	MATUREIA	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110002	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO-PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO-PB	DESTERRO-PB	08.925.968/0001-30	PB	DESTERRO	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	400.000
60110002	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ DE MAMANGUAPE-PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ DE MAMANGUAPE-PB	CUITÉ DE MAMANGUAPE-PB	01.612.341/0001-80	PB	CUITE DE MAMANGUAPE	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	400.000
60110002	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO - PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO - PB	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO - PB	08.902.934/0001-20	PB	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	780.974

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATURÉIA/PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATURÉIA/PB		01.612.689/0001-78	PB	MATUREIA	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA EM PARALEPIPEDOS	400.000
60110002	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE/PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE/PB		01.612.341/0001-80	PB	CUITE DE MAMANGUAPE	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA EM PARALEPIPEDOS	400.000
60110002	4141	Daniella Velloso	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DO		08.902.934/0001-20	PB	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA EM PARALEPIPEDOS.	780.974

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

		Borges Ribeiro				ESPÍRITO SANTO/PB	ESPÍRITO SANTO/PB								
60110002	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO/PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO/PB		08.925.968/0001-30	PB	DESTERRO	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA EM PARALEPIPEDOS	400.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA - PB	ITAPORANGA - PB	00.043.711/0001-43	PB	ITAPORANGA	4	90	Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1.000.000
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLÂNEA - PB	SOLÂNEA - PB	00.043.711/0001-43	PB	JOAO PESSOA	4	90	Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1.000.000
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO - PB	MONTEIRO - PB	00.043.711/0001-43	PB	JOAO PESSOA	4	90	Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1.000.000
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO - PB	BOQUEIRÃO - PB	00.043.711/0001-43	PB	JOAO PESSOA	4	90	Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1.152.206

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4141	Daniella Velloso	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A	MUNIÍPIO DE ITAPORANGA/PB		08.940.694/0001-59	PB	ITAPORANGA	4	90	PERFURAÇÃO DE POÇOS COM SISTEMA	1.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

		Borges Ribeiro				SECA - DNOCS PB								SIMPLIFICADO DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA	
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	MUNICÍPIO DE SOLÂNEA/PB		08.787.236/0001-21	PB	SOLANEA	4	90	PERFURAÇÃO DE POÇOS COM SISTEMA SIMPLIFICADO DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA.	1.000.000
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	MUNICÍPIO DE MONTEIRO/PB		09.073.628/0001-91	PB	MONTEIRO	4	90	PERFURAÇÃO DE POÇOS COM SISTEMA SIMPLIFICADO DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA.	1.000.000
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO/PB		08.702.573/0001-79	PB	BOQUEIRAO	4	90	PERFURAÇÃO DE POÇOS COM SISTEMA SIMPLIFICADO DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA.	1.152.206

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Mossoró		08.348.971/0001-39	RN	MOSSORO	4	40	Pavimentação do Bairro Alagoinha em Mossoró - Via CODEVASF	6.000.000

PARA:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Mossoró		08.348.971/0001-39	RN	MOSSORO	4	90	Pavimentação com Tratamento Superficial Duplo – TSD no Bairro Alagoinha em Mossoró - Via CODEVASF	6.000.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4270	Efraim de Araújo Morais Filho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Caaporã			08.865.644/0001-54	PB	CAAPORA	4	40	Execução de Obras	4.000.000
60110002	4270	Efraim de Araújo Morais Filho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada			08.932.293/0001-57	PB	PEDRA LAVRADA	4	40	Execução de Obras de Pavimentação Urbana	3.500.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4270	Efraim de Araújo Morais Filho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Caaporã			08.865.644/0001-54	PB	CAAPORA	4	40	Execução de Obras de Pavimentação Urbana	4.000.000
60110002	4270	Efraim de Araújo Morais Filho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada			08.740.466/0001-35	PB	PEDRA LAVRADA	4	40	Execução de Obras de Pavimentação Urbana	3.500.000

E:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	2210	Esperidião Amin Helou Filho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Modelo	Prefeitura Municipal de Modelo	Modelo	83.021.832/0001-11	SC	MODELO	4	40	Revitalização da Rua do Comércio, na região central	500.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	2210	Esperidião Amin Helou Filho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Modelo	Prefeitura Municipal de Modelo	Modelo	83.021.832/0001-11	SC	MODELO	4	40	Reperfilagem asfáltica da Rua do Comércio, na região central.	500.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4096	Irajá Silvestre Filho	56000	56101	00T1	ALIANÇA DO TOCANTINS			25.042.219/0001-84	TO	ALIANCA DO TOCANTINS	4	40	INFRAESTRUTURA	1.000.000
60110002	4096	Irajá Silvestre Filho	56000	56101	00T1	ARAGUAÇU			02.391.407/0001-12	TO	ARAGUACU	4	40	INFRAESTRUTURA	500.000
60110002	4096	Irajá Silvestre Filho	56000	56101	00T1	PALMEIROPOLIS			00.007.401/0001-73	TO	PALMEIROPOLIS	4	40	INFRAESTRUTURA	500.000
60110002	4096	Irajá Silvestre Filho	56000	56101	00T1	XAMBIOA			02.087.211/0001-39	TO	XAMBIOA	4	40	INFRAESTRUTURA	952.436
60110002	4096	Irajá Silvestre Filho	56000	56101	00T1	AUGUSTINOPOLIS			00.237.206/0001-30	TO	AUGUSTINOPOLIS	4	40	INFRAESTRUTURA	2.000.000

PARA:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4096	Irajá Silvestre Filho	56000	56101	00T1	AUGUSTINÓPOLIS			00.237.206/0001-30	TO	AUGUSTINOPOLIS	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	2.000.000
60110002	4096	Irajá Silvestre Filho	56000	56101	00T1	ALIANÇA DO TOCANTINS			25.042.219/0001-84	TO	ALIANCA DO TOCANTINS	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA, ADEQUAÇÃO DE VIAS E OBRAS DE ARTE ESPECIAIS.	1.000.000
60110002	4096	Irajá Silvestre Filho	56000	56101	00T1	ARAGUAÇU			02.391.407/0001-12	TO	ARAGUACU	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	500.000
60110002	4096	Irajá Silvestre Filho	56000	56101	00T1	PALMEIROPOLIS			00.007.401/0001-73	TO	PALMEIROPOLIS	4	40	RECAPEAMENTO DE VIAS URBANAS	500.000
60110002	4096	Irajá Silvestre Filho	56000	56101	00T1	XAMBIOA			02.087.211/0001-39	TO	XAMBIOA	4	40	PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO URBANO	952.436

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4080	Jaques Wagner	56000	56101	00T1	Município de Maraú			13.848.973/0001-27	BA	MARAU	4	40	Implantação e qualificação de infraestrutura viária	700.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4080	Jaques Wagner	56000	56101	00T1	Município de Canavieiras			13.817.804/0001-20	BA	CANAVIEIRAS	4	40	Implantação e qualificação de	700.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

														infraestrutura viária	

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO		26.873.059/0001-88	GO	GUARAITA	4	90	CAMIONETE 4X4	231.781
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE RIALMA - GO		01.135.904/0001-97	GO	RIALMA	4	90	CAMINHÃO TOCO CARROCERIA ABERTA	417.990
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO		01.300.094/0001-87	GO	RIANAPOLIS	4	90	CAMINHÃO TOCO CARROCERIA ABERTA	417.990
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO		01.300.094/0001-87	GO	RIANAPOLIS	4	90	CAMIONETE 4X4	231.781
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE GOIANESIA - GO		01.065.846/0001-72	GO	GOIANESIA	4	90	CAMINHÃO COMPACTADOR 6M	446.633
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE GOIANESIA - GO		01.065.846/0001-72	GO	GOIANESIA	4	90	CAMINHÃO COMPACTADOR 6M	446.633

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE GOIANESIA - GO		01.065.846/0001-72	GO	GOIANESIA	4	90	CAMINHÃO COMPACTADOR 6M	446.633
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE GOIANESIA - GO		01.065.846/0001-72	GO	GOIANESIA	4	90	CAMIONETE 4X4	231.781
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE JARAGUA - GO		01.223.916/0001-73	GO	JARAGUA	4	90	CAMIONETE 4X4	231.781
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE CORREGO DO OURO - GO		02.321.115/0001-03	GO	CORREGO DO OURO	4	90	CAMINHÃO BASCULANTE	585.200
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO		01.616.319/0001-09	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	90	TRATOR AGRICOLA 90 CV	123.200
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO		01.219.807/0001-82	GO	URUACU	4	90	CAMINHÃO BASCULANTE	585.200
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE ITAGUARI- GO		24.850.109/0001-86	GO	ITAGUARI	4	90	CAMINHÃO BASCULANTE	585.200
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE ISRAELANDIA - GO		01.067.248/0001-32	GO	ISRAELANDIA	4	90	CAMINHÃO TOCO CARROCERIA ABERTA	417.990

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE ALEXANIA - GO		01.298.975/0001-00	GO	ALEXANIA	4	90	CAMIONETE 4X4	231.781
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE EDEIA - GO		01.788.082/0001-43	GO	EDEIA	4	90	CAMINHÃO COMPACTADOR 6M	446.633
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE IACIARA - GO		01.740.448/0001-04	GO	IACIARA	4	90	CAMIONETE 4X4	231.781
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE FAINA - GO		25.141.318/0001-13	GO	FAINA	4	90	CAMIONETE 4X4	231.781
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE MORRO AGUDO DE GOIAS - GO		25.043.621/0001-83	GO	MORRO AGUDO DE GOIAS	4	90	CAMINHÃO TOCO CARROCERIA ABERTA	417.990
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO		01.915.313/0001-32	GO	FAZENDA NOVA	4	90	CAMIONETE 4X4	231.781
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE ABADIA DE GOIAS - GO		01.613.940/0001-19	GO	ABADIA DE GOIAS	4	90	PAVIMENTAÇAO COM TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO - TSD	2.000.065
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	SINDICATO RURAL DE QUIRINOPOLIS - GO		02.617.256/0001-78	GO	QUIRINOPOLIS	4	90	TRATOR AGRICOLA 90 CV	123.201

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	SINDICATO RURAL DE QUIRINOPOLIS - GO		02.617.256/0001-78	GO	QUIRINOPOLIS	4	90	RETROESCAVADEIRA	329.175
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE SILVANIA - GO		01.068.030/0001-00	GO	SILVANIA	4	90	TRATOR AGRICOLA 90 CV	123.201
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE POSSE - GO		01.743.335/0001-62	GO	POSSE	4	90	CARRETA AGRÍCOLA DE MADEIRA 2 EIXOS CP 6 TON	22.154
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE POSSE - GO		01.743.335/0001-62	GO	POSSE	4	90	GRADE ARADORA COM 16 DISCOS DE 26	21.945

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE GUARAÍTA - GO		26.873.059/0001-88	GO	GUARAITA	4	90	Caminhão Toco Carroceria madeira ou aço - carga útil 9.000 kg	461.133
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE RIALMA - GO		01.135.904/0001-97	GO	RIALMA	4	90	Caminhão Toco Carroceria madeira ou aço - carga útil 9.000 kg	461.133
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO		01.300.094/0001-87	GO	RIANAPOLIS	4	90	Caminhão Toco Carroceria madeira ou aço - carga útil 9.000 kg	461.133

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE GOIANESIA - GO		01.065.846/0001-72	GO	GOIANESIA	4	90	Caminhão Toco Carroceria madeira ou aço - carga útil 9.000 kg	461.133
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE GOIANESIA - GO		01.065.846/0001-72	GO	GOIANESIA	4	90	Caminhão Toco Carroceria madeira ou aço - carga útil 9.000 kg	461.133
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE JARAGUA - GO		01.223.916/0001-73	GO	JARAGUA	4	90	Rolo compactador	468.175
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE CORREGO DO OURO - GO		02.321.115/0001-03	GO	CORREGO DO OURO	4	90	Caminhão Trucado Basculante - 12 m³	612.757
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO		01.616.319/0001-09	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	90	Carreta agrícola de aço - 6 T	20.977
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO		01.616.319/0001-09	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	90	Trator agrícola plataformado 90 cv	140.020
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO		01.219.807/0001-82	GO	URUACU	4	90	Caminhão Trucado Basculante - 12 m³	612.757
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE ITAGUARI - GO		24.850.109/0001-86	GO	ITAGUARI	4	90	Caminhão Trucado Basculante - 12 m³	612.757

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE ALEXÂNIA - GO		01.298.975/0001-00	GO	ALEXANIA	4	90	Caminhão Trucado Basculante - 12 m³	612.757
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE IACIARA - GO		01.740.448/0001-04	GO	IACIARA	4	90	Caminhão Toco Carroceria madeira ou aço - carga útil 9.000 kg	461.133
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE ISRAELANDIA - GO		01.067.248/0001-32	GO	ISRAELANDIA	4	90	Caminhão Toco Carroceria madeira ou aço - carga útil 9.000 kg	461.133
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE FAINA - GO		25.141.318/0001-13	GO	FAINA	4	90	Caminhão leve (3/4) baú - carga útil 4.700 kg	395.929
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE MORRO AGUDO DE GOIAS - GO		25.043.621/0001-83	GO	MORRO AGUDO DE GOIAS	4	90	Caminhão Toco Carroceria madeira ou aço - carga útil 9.000 kg	461.133
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO		01.915.313/0001-32	GO	FAZENDA NOVA	4	90	Caminhão Toco Carroceria madeira ou aço - carga útil 9.000 kg	461.133
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE ABADIA DE GOIAS- GO		01.613.940/0001-19	GO	ABADIA DE GOIAS	4	90	Pavimentação com Tratamento Superficial Duplo – TSD	1.828.360
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	SINDICATO RURAL DE QUIRINOPOLIS		02.617.256/0001-78	GO	QUIRINOPOLIS	4	90	Retroescavadeira	360.756

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO PRATA	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	05.279.352/0001-41	PA	SAO JOAO DO ARAGUAIA	4	90	AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	690.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	05.070.404/0001-75	PA	CONCEICAO DO ARAGUAIA	4	90	CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS	400.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS RIBEIRINHAS DA REGIÃO DE ALTAMIRA	ALTAMIRA	18.591.090/0001-06	PA	ALTAMIRA	4	90	AQUISIÇÃO DE TRATOR COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	260.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	ASSOCIAÇÃO DIVINO PAI ETERNO	SANTANA DO ARAGUAIA	02.592.007/0001-75	PA	SANTANA DO ARAGUAIA	4	90	AQUISIÇÃO DE TRATOR COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	260.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	ASSOCIAÇÃO DIVINO PAI ETERNO	SANTANA DO ARAGUAIA	02.592.007/0001-75	PA	SANTANA DO ARAGUAIA	4	90	AQUISIÇÃO DE CASA DE FARINHA	275.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	ASSOC. TRABALHAD.E TRABALHADORAS RURAIS EXTRAT. PESCADORES E PESCAD. ARTESANAIS DA RESERV. EXTRATIV. DO ANILZINHO	MUNICÍPIO DE BAIÃO	06.231.891/0001-73	PA	BAIAO	4	90	AQUISIÇÃO DE TRATOR COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	260.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA	MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA	05.077.102/0001-29	PA	ITUPIRANGA	4	90	AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA	700.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES MONTE PIO	MUNICÍPIO DE ÁGUA AZUL DO NORTE	02.741.026/0001-16	PA	AGUA AZUL DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE TRATOR COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	270.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	MUNICÍPIO DE XINGUARA	MUNICÍPIO DE XINGUARA	04.144.150/0001-20	PA	XINGUARA	4	90	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO COLETOR DE LIXO	560.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	MUNICÍPIO DE XINGUARA	MUNICÍPIO DE XINGUARA	04.144.150/0001-20	PA	XINGUARA	4	90	AQUISIÇÃO DE TRATOR COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	270.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTO-	CAPITÃO POÇO	05.099.973/0001-43	PA	CAPITAO POCO	4	90	AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRA COSTAL	30.515

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						do Parnaíba - Codevasf	RES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE CAPITÃO POÇO								
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE ABEL FIGUEIREDO	SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE ABEL FIGUEIREDO	ABEL FIGUEIREDO	08.657.042/0001-01	PA	ABEL FIGUEIREDO	4	50	Aquisição de Trator com implementos agrícolas	270.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Município de São João Do Araguaia	Município de São João Do Araguaia	Município de São João Do Araguaia	05.279.352/0001-41	PA	SAO JOAO DO ARAGUAIA	4	40	Aquisição de Escavadeira Hidráulica	690.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Município de Conceição do Araguaia	Município de Conceição do Araguaia	Município de Conceição do Araguaia	05.070.404/0001-75	PA	CONCEICAO DO ARAGUAIA	4	40	Construção de Poços Artesianos	400.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação Indígena Juruna Kuxima Da Aldeia São Francisco	Senador José Porfírio	22.634.135/0001-41	PA	SENADOR JOSE PORFIRIO	4	90	Dois (2) Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	417.301
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Município de Itupiranga	Município de Itupiranga	Município de Itupiranga	05.077.102/0001-29	PA	ITUPIRANGA	4	40	Aquisição de Motoniveladora	700.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação Divino Pai Eterno	Santana do Araguaia	02.592.007/0001-75	PA	SANTANA DO ARAGUAIA	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.191
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e	Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras	Baião	06.231.891/0001-73	PA	BAIAO	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.191

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						do Parnaíba - Codevasf	Rurais Extrativistas Pescadores e Pescadoras Artesanais da Reserva Extrativista do Anilzinho								
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação de Pequenos Produtores Monte Pio	Água Azul do Norte	02.741.026/0001-16	PA	AGUA AZUL DO NORTE	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.191
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Xinguara	Município de Xinguara	04.144.150/0001-20	PA	XINGUARA	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.191
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Município de Xinguara	Município de Xinguara	Município de Xinguara	04.144.150/0001-20	PA	XINGUARA	4	40	Aquisição de Caminhão Coletor de Lixo	560.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Capitão Poço	Capitão Poço	05.099.973/0001-43	PA	CAPITAO POCO	4	90	Grade niveladora com 32 discos de 20	27.451
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Sindicato dos Produtores Rurais de Abel Figueiredo	Abel Figueiredo	08.657.042/0001-01	PA	ABEL FIGUEIREDO	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	229.191
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Município de Augusto Corrêa	Município de Augusto Corrêa	Município de Augusto Corrêa	04.873.600/0001-15	PA	AUGUSTO CORREA	4	40	Aquisição de Patrulha com implementos agrícolas	275.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	COQUEIRO SECO - AL	COQUEIRO SECO - AL	COQUEIRO SECO - AL	12.200.325/0001-05	AL	COQUEIRO SECO	4	40	00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	600.000
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	MUNICIPIO DE CANAPI - AL	MUNICIPIO DE CANAPI - AL	MUNICIPIO DE CANAPI - AL	12.367.892/0001-42	AL	CANAPI	4	40	00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	552.436
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	Estrela de Alagoas- AL	Estrela de Alagoas- AL	Estrela de Alagoas- AL	24.176.307/0001-06	AL	ESTRELA DE ALAGOAS	4	40	00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	600.000
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	INHAPI - AL	INHAPI - AL	INHAPI - AL	12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	40	00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e	600.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

														Qualificação Viária	
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	JACUIPE - AL	JACUIPE - AL	JACUIPE - AL	12.250.999/0001-06	AL	JACUIPE	4	40	00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	700.000
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	OURO BRANCO - AL-	OURO BRANCO - AL -	OURO BRANCO - AL	12.258.141/0001-98	AL	OURO BRANCO	4	40	00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	800.000
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	MUNICÍPIO DE CHÃ PRETA - AL	MUNICÍPIO DE CHÃ PRETA - AL	MUNICÍPIO DE CHÃ PRETA - AL	12.334.629/0001-57	AL	CHA PRETA	4	40	00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	600.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	MUNICÍPIO DE CANAPI			12.367.892/0001-42	AL	CANAPI	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	552.436

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	COQUEIRO SECO			12.200.325/0001-05	AL	COQUEIRO SECO	4	40	Calçamento	600.000
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	CHÃ PRETA			12.334.629/0001-57	AL	CHA PRETA	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	600.000
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	ESTRELA DE ALAGOAS			24.176.307/0001-06	AL	ESTRELA DE ALAGOAS	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	600.000
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	600.000
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	JACUÍPE			12.247.755/0001-74	AL	JACUIPE	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	700.000
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	OURO BRANCO			12.258.141/0001-98	AL	OURO BRANCO	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	800.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110005	4266	José Roberto Oliveira Faro	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Chaves	Prefeitura Municipal de Chaves	Chaves	04.888.111/0001-37	PA	CHAVES	4	40	Obras para a construção de praça.	1.714.327

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110005	4266	José Roberto Oliveira Faro	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa	Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa	Augusto Corrêa	04.873.600/0001-15	PA	AUGUSTO CORREA	4	40	Obras de infraestrutura de estradas e rodovias de interesse turístico.	371.430

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110005	4266	José Roberto Oliveira Faro	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Chaves	Prefeitura Municipal de Chaves	Chaves	04.888.111/0001-37	PA	CHAVES	4	40	Obras para a construção de praça.	1.665.757
60110005	4266	José Roberto Oliveira Faro	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa	Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa	Augusto Corrêa	04.873.600/0001-15	PA	AUGUSTO CORREA	4	40	Obras de infraestrutura de estradas e rodovias de interesse turístico.	420.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4184	Luis Carlos Heinze	56000	56101	00T1	Marcelino Ramos	Marcelino Ramos		87.613.287/0001-03	RS	MARCELINO RAMOS	4	40	Reforma Ponte rodoferroviária urbana	500.001

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4184	Luis Carlos Heinze	56000	56101	00T1	Marcelino Ramos			87.613.287/0001-03	RS	MARCELINO RAMOS	4	40	Pavimentação asfáltica em vias urbanas	500.001

E:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação dos Moradores e Produtores do Lago do Ajuruxi Reserva Extrativista do Cajari.		51.194.096/0001-07	AP	MAZAGAO	4	90	01 Caminhão	560.646
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Cooperativa das Mulheres Agricultoras, Extrativistas e Pescadoras do Rio Preto Município de Mazagão - CODMAERP		63.630.460/0001-13	AP	MAZAGAO	4	90	100 Roçadeiras; 100 Rabetas; 10 Kits Açaí; 05 Kits Costura	488.048
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação Comunitária e Beneficente Mãos que Ajudam - ASCBMA		61.683.185/0001-70	AP	MAZAGAO	4	90	311 Rabetas; 259 Roçadeiras ; 76 Kits Açaí ; 10 Kits Costura	2.065.980
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação de Moradores e Produtores da Reserva Agroextrativista do Baixo Cajari - AMPRAEX-CA		18.802.146/0001-16	AP	MAZAGAO	4	90	01 Retroescavadeira	432.483

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Prefeitura Municipal de Cutias - AP		34.925.198/0001-36	AP	CUTIAS	4	90	100 Roçadeiras; 200 Rabetas; 10 Kits Costura	581.213
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Cooperativa de Pesca, Pecuária e Extrativismo do Sul do Amapá - COOPVITÓRIA		28.985.929/0001-36	AP	VITORIA DO JARI	4	90	01 Retroescavadeira; 30 Rabetas; 30 Roçadeiras; 05 Kits Açaí; 02 Kit Costura	623.482
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação de Produção Agroindustrial do Meio Ambiente e do Incentivo Social		15.329.772/0001-49	AP	SANTANA	4	90	01 Retroescavadeira; 50 Roçadeiras	468.843
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Prefeitura Municipal de Serra do Navio		34.925.230/0001-83	AP	SERRA DO NAVIO	4	90	50 Rabetas; 90 Roçadeiras; 10 Kits Açaí; 23 Kits Costura	860.797
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e	Associação das Mulheres e Agricultoras da		63.166.056/0001-30	AP	AMAPA	4	90	01 Casa de Farinha Móvel; 15 Rabetas; 15 Roçadeiras	227.825

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Comunidade do Piquia								
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação dos Produtores Rurais do Cruzeiro		62.443.572/0001-00	AP	AMAPA	4	90	01 Casa de Farinha Móvel; 15 Rabetas; 15 Roçadeiras	227.825
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação de Moradores e Produtores Remanescentes de Quilombolas do Ambe da Pedreira		07.092.122/0001-02	AP	MACAPA	4	90	18 Roçadeiras; 10 Rabetas; 03 Kit Açaí	74.468
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação de Moradores da Comunidade Quilombola de Conceição do Macacoari - AMCQCM		07.557.123/0001-77	AP	MACAPA	4	90	18 Roçadeiras; 06 Rabetas; 02 Kit Açaí	53.138
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendênc	Associação de Moradores e Produtores Remanescentes do Quilombo Carmo do Maruanum - AMPRORQCAM		07.571.697/0001-08	AP	MACAPA	4	90	15 Kits Costura; 30 Rabetas; 05 Kit Açaí	490.787

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						ia Regional – Macapá/AP)									
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação de Moradores Remanescentes de Quilombolas do Mel da Pedreira - AMORQUIMP		07.571.697/0001-08	AP	MACAPA	4	90	02 Kit Açaí	32.216
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação de Apoio à Sociodiversidade da Reserva do Cajari ASPRORESX-BIO		63.182.085/0001-96	AP	MAZAGAO	4	90	50 Rabetas; 20 Roçadeiras; 10 Kit Açaí	240.902

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação dos Moradores e Produtores do Lago do Ajuruxi Reserva Extrativista do Cajari.		51.194.096/0001-07	AP	MAZAGAO	4	90	1-Veiculo Leve de Carga (VLC) carroceria madeira ou aço - carga útil 1.300 kg; 20- Kit A. 01 – Açaicultura Beneficiamento; 100 - Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv	589.878
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e	Cooperativa das Mulheres Agricultoras, Extrativistas e		63.630.460/0001-13	AP	MAZAGAO	4	90	1 - Veiculo Leve de Carga (VLC) carroceria madeira ou aço -	777.474

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Pescadoras do Rio Preto Município de Mazagão - CODMAERP							carga útil 1.300 kg; 1 - Microtrator com acessórios; 100 - Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv; 20 - Kit A. 01 – Açaicultura Beneficiamento; 10 - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação Comunitária e Beneficente Mãos que Ajudam - ASCBMA		61.683.185/0001-70	AP	MAZAGAO	4	90	400 - Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv;76 - Kit A. 01 – Açaicultura Beneficiamento; 10 - Kit C.C. 01 – Corte e Costura;1 - Veiculo Leve de Carga (VLC) carroceria madeira ou aço - carga útil 1.300 kg	1.703.349
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação de Moradores e Produtores da Reserva Agroextrativista do Baixo Cajari - AMPRAEX-CA		18.802.146/0001-16	AP	MAZAGAO	4	90	1 - Microtrator com acessórios;1 - Trator agrícola plataformado 90 cv	165.086
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba -	Associação de Apoio à Sociodiversidade da Reserva do Cajari		63.182.085/0001-96	AP	MAZAGAO	4	90	50 - Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv; 20 - Kit A. 01 –	273.622

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	ASPRORESX-BIO							Açaicultura Beneficiamento	
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Prefeitura Municipal de Cutias - AP		34.925.198/0001-36	AP	CUTIAS	4	90	200 - Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv; 10 - Kit C.C. 01 – Corte e Costura; 1 - Trator agrícola plataformado 90 cv	533.550
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Prefeitura Municipal de Serra do Navio		34.925.230/0001-83	AP	SERRA DO NAVIO	4	90	38 - Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv; 20 - Kit A. 01 – Açaicultura Beneficiamento; 29 - Kit C.C. 01 – Corte e Costura; 1 - Microtrator com acessórios	756.164
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Cooperativa de Pesca, Pecuária e Extrativismo do Sul do Amapá - COOPVITÓRIA		28.985.929/0001-36	AP	VITORIA DO JARI	4	90	30 - Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv; 20 - Kit A. 01 – Açaicultura Beneficiamento; 10 - Kit C.C. 01 – Corte e Costura; 1 - Microtrator com acessórios; 1 - Veiculo Leve de Carga (VLC) carroceria madeira ou aço - carga útil 1.300 kg	696.624

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação de Produção Agroindustrial do Meio Ambiente e do Incentivo Social - COOPAMAIS		15.329.772/0001-49	AP	SANTANA	4	90	1 - Microtrator com acessórios; 1 - Veiculo Leve de Carga (VLC) carroceria madeira ou aço - carga útil 1.300 kg	283.572
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação das Mulheres e Agricultoras da Comunidade do Piquia		63.166.056/0001-30	AP	AMAPA	4	90	3 - Kit M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha; 15 - Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv	154.718
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação dos Produtores Rurais do Cruzeiro		62.443.572/0001-00	AP	AMAPA	4	90	3 - Kit M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha; 15 - Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv	154.718
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação de Moradores e Produtores Remanescentes de Quilombolas do Ambe da Pedreira		07.092.122/0001-02	AP	MACAPA	4	90	15 - Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv; 20 - Kit A. 01 – Açaicultura Beneficiamento	233.197
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e	Associação de Moradores da Comunidade Quilombola de		07.557.123/0001-77	AP	MACAPA	4	90	15 - Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv; 20 - Kit A. 01 –	233.197

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Conceição do Macacoari - AMCQCM							Açaicultura Beneficiamento	
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação de Moradores e Produtores Remanescentes do Quilombo Carmo do Maruanum - AMPRORQCAM		18.669.021/0001-60	AP	MACAPA	4	90	15 - Kit C.C. 01 – Corte e Costura;30 - Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv; 20 - Kit A. 01 – Açaicultura Beneficiamento	494.317
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação de Moradores Remanescentes de Quilombolas do Mel da Pedreira - AMORQUIMP		07.571.697/0001-08	AP	MACAPA	4	90	20 - Kit A. 01 – Açaicultura Beneficiamento	216.657
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Instituto Nkosi das Tradições Afro Brasileira e Desenvolvimento Social		09.156.995/0001-59	AP	MACAPA	4	90	10 - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	162.530

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110002	4183	Marcelo Costa e Castro	56000	56101	00T1	Instituto de Desenvolvimento do Estado do Piauí	Oeiras - PI		09.034.960/0001-47	PI	TERESINA	4	30	Infraestrutura urbana	1.500.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4183	Marcelo Costa e Castro	56000	56101	00T1	Instituto de Desenvolvimento do Estado do Piauí	Município de Oeiras-PI		09.034.960/0001-47	PI	TERESINA	4	30	Pavimentação de vias urbanas	1.500.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Caruaru - CNPJ 10.091.536/0001-13		00.399.857/0001-26	PE	CARUARU	4	90	Recapeamento /CBUQ	1.500.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Lagoa dos Gatos - CNPJ 10.192.854/0001-70		00.399.857/0001-26	PE	LAGOA DOS GATOS	4	90	Recapeamento/ CBUQ	1.500.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS	Associação dos Moradores do Sítio Olho D´ Água - CNPJ		00.399.857/0001-26	PE	AGRESTINA	4	90	Trator 75CV e implementos	200.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	35.673.284/0001-61								
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Olho D´Água - CNPJ 10.920.665/0001-77		00.399.857/0001-26	PE	BEZERROS	4	90	20 Caixa d´água de 5.000 litros	33.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Moradores e Comerciantes do Sítio Bananas e Jardim Boa Vista Caruaru-PE - CNPJ 40.975.010/0001-67		00.399.857/0001-26	PE	CARUARU	4	90	40 Caixa d´água de 5.000 litros	66.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO DOM HELDER CAMARA - CNPJ 05.615.726/0001-52		00.399.857/0001-26	PE	MORENO	4	90	Carreta Tanque 6.000 litros	21.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO DOM HELDER CAMARA - CNPJ 05.615.726/0001-52		00.399.857/0001-26	PE	MORENO	4	90	Trator 75CV e implementos	200.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação de Desenvolvimento Comunitário Sustentável dos Palmares - CNPJ 12.887.816/0001-68		00.399.857/0001-26	PE	PALMARES	4	90	Trator 75CV e implementos	200.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação Trbalhadores Rurias com C Borba L N Gabioe - CNPJ 00.837.218/0001-03		00.399.857/0001-26	PE	JOAO ALFREDO	4	90	20 Caixas d´água de 5.000 litros	33.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação Trbalhadores Rurias com C Borba L N Gabioe - CNPJ 00.837.218/0001-03		00.399.857/0001-26	PE	JOAO ALFREDO	4	90	2 Carretas Tanque de 6.000 litros	42.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associacao Comunitária de Moradores e Desenvolvimento Rural de Açudinho - ACOMDERA - CNPJ 03.495.838/0001-91		00.399.857/0001-26	PE	FEIRA NOVA	4	90	1 Carreta Tanque de 6.000 litros	21.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO	Associacao Comunitária de Moradores e Desenvolvimento Rural de Açudinho -		00.399.857/0001-26	PE	FEIRA NOVA	4	90	20 Caixas d´água de 5.000 litros	33.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						FRANCISCO E DO PARNAIBA	ACOMDERA - CNPJ 03.495.838/0001-91								
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Aliança - CNPJ 10.164.028/0001-18		00.399.857/0001-26	PE	ALIANCA	4	90	Dois Kits Corte Costura	30.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Agricultores Familiar do Engenho Gurijó - CNPJ 21.052.649/0001-26		00.399.857/0001-26	PE	ITAQUITINGA	4	90	Perfuração de três poços	300.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Luiza Ferreira - CNPJ 04.669.570/0001-20		00.399.857/0001-26	PE	CONDADO	4	90	Carreta Tanque de 6.000 litros	21.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Luiza Ferreira - CNPJ 04.669.570/0001-20		00.399.857/0001-26	PE	CONDADO	4	90	Trator 75CV e implementos	200.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIM	Associação da Agricultura Familiar de Caueiras - CNPJ		00.399.857/0001-26	PE	CONDADO	4	90	Perfuração de poços artesianos	200.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						ENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	52.759.962/0001-22								
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação Comunitária João Batista dos Moradores do distrito de Henrique Dias - CNPJ 11.614.066/0001-98		00.399.857/0001-26	PE	SERTANIA	4	90	20 caixas d´água de 5.000 litros	33.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE SERTANIA/PE - CNPJ 10.288.041/0001-89		00.399.857/0001-26	PE	SERTANIA	4	90	Trator 75CV e implementos	200.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Asssociação dos Agricultores da Fazenda Passagem de Pedras - CNPJ 44.407.227/0001-21		00.399.857/0001-26	PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	4	90	Trator 75CV e implementos	200.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO	Asssociação dos Agricultores da Fazenda Passagem de Pedras - CNPJ		00.399.857/0001-26	PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	4	90	20 caixas d´água de 5.000 litros	33.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						FRANCISCO E DO PARNAIBA	44.407.227/0001-21								
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação de Jovens e Adultos Quilombolas Novos Olhares - CNPJ 21.440.935/0001-69		00.399.857/0001-26	PE	OROCO	4	90	20 caixas d´água de 5.000 litros	33.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação de Jovens e Adultos Quilombolas Novos Olhares - 21.440.935/0001-69		00.399.857/0001-26	PE	OROCO	4	90	Trator 75CV e implementos	200.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Pequenos Produtores rurais do Sítio Oiticica - CNPJ 00.795.665/0001-39		00.399.857/0001-26	PE	VERDEJANTE	4	90	20 caixas d´água de 5.000 litros	33.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Centro Cultural Vaca Profana - CNPJ 22.601.206/0001-00		00.399.857/0001-26	PE	BELO JARDIM	4	90	01 Kit Corte Costura	15.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO	Centro Cultural Vaca Profana - CNPJ 22.601.206/0001-00		00.399.857/0001-26	PE	BELO JARDIM	4	90	1 Kit Panificação	48.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						FRANCISCO E DO PARNAIBA									
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação de Desenvolvimento Econômico e Sustentável - CNPJ 43.871.038/0001-42		00.399.857/0001-26	PE	SANTA CRUZ	4	90	30 caixas d´água de 5.000 litros	49.500
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Agricultores e Agricultoras na Agricultura Familiar do sítio São José e Adjacências - CNPJ 07.774.240/0001-92		00.399.857/0001-26	PE	ALAGOINHA	4	90	Perfuração de três poços artesianos	300.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação Indígena da Comunidade Croata e Adjacências - 31.702.250/0001-05		00.399.857/0001-26	PE	MIRANDIBA	4	90	30 caixas d´água de 5.000 litros	33.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação Indígena da Comunidade Croata e Adjacências - CNPJ 31.702.250/0001-05		00.399.857/0001-26	PE	MIRANDIBA	4	90	Perfuração de dois poços artesianos	200.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIM	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO SITIO		00.399.857/0001-26	PE	TRIUNFO	4	90	30 caixas d´água de 5.000 litros	300.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						ENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	OITICICA E COMUNIDADES RURAIS - AMOSOCR - CNPJ 05.696.686/0001-10								
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL JAIME BEZERRA DE CARVALHO - CNPJ 62.076.563/0001-10		00.399.857/0001-26	PE	PARANATAMA	4	90	30 caixas d´água de 5.000 litros	33.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	ASPRAM - Associação dos Produtores Rurais do Sítio Pereiro, Salgado e Malhada - CNPJ 06.183.311/0001-10		00.399.857/0001-26	PE	ARCOVERDE	4	90	20 Caixas d´água de 5.000 litros	33.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Pequenos Agropecuaristas de Carnaubeira da Penha - CNPJ 31.636.834/0001-11		00.399.857/0001-26	PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	4	90	Uma retroescavadeira	360.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO	Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Sítio São João		00.399.857/0001-26	PE	OURICURI	4	90	Perfuração de dois poços artesianos	200.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						FRANCISCO E DO PARNAIBA									
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	ASSOCIACAO OURICURIENSE DE CULTURA E ARTE- AOCA - CNPJ 60.342.668/0001-49		00.399.857/0001-26	PE	OURICURI	4	90	2 Kits de Máquinas de Costura	30.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	COMUNIDADE OBRA DE MARIA - OPUS MARIAE - CNPJ 00.303.435/0001-05		00.399.857/0001-26	PE	SAO LOURENCO DA MATA	4	90	Caminhão Baú com frigorifico	465.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Conselho municipal de desenvolvimento sustentável rural e urbano de Altinho - CNPJ 07.104.895/0001-53		00.399.857/0001-26	PE	ALTINHO	4	90	20 Caixas d´água de 5.000 litros	33.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Solidão - CNPJ 10.348.050/0001-18		00.399.857/0001-26	PE	SOLIDAO	4	90	Uma retroescavadeira	360.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS	Município de Itacuruba - CNPJ 10.114.502/0001-05		00.399.857/0001-26	PE	ITACURUBA	4	90	Caminhão Toco Basculante	497.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA									
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação Ruralista Comunitária do Sítio Riacho Fundo - CNPJ 09.234.518/0001-64		00.399.857/0001-26	PE	CAETES	4	90	Caminhonete 4x4	249.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Agricultores da Unidade Produtiva Asa Branca - CNPJ 21.317.134/0001-00		00.399.857/0001-26	PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	4	90	Trator 75CV e implementos	200.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE BELO JARDIM PE - CNPJ 51.315.127/0001-30		00.399.857/0001-26	PE	BELO JARDIM	4	90	Caminhão Toco com Carroceira	462.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Saloá - CNPJ 11.455.714/0001-00		00.399.857/0001-26	PE	SALOA	4	90	Perfuração de Poços	484.015
60110001	4278	Maria Teresa	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE	Município de Cupira - CNPJ		00.399.857/0001-26	PE	CUPIRA	4	90	Trator 75CV e implementos	200.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

		Leitão de Melo				DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	10.191.799/0001-02								
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA		Município de Ilha de Itamaracá - CNPJ 09.680.315/0001-00	00.399.857/0001-26	PE	ILHA DE ITAMARACA	4	90	Caminhão Toco Basculante	497.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Belém de Maria - CNPJ 10.184.703/0001-70		00.399.857/0001-26	PE	BELEM DE MARIA	4	90	Retroescavadeira	360.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Buenos Aires - CNPJ 10.165.165/0001-77		00.399.857/0001-26	PE	BUENOS AIRES	4	90	Caminhão Toco Basculante	497.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Lagoa do Ouro - CNPJ 11.286.267/0001-03		00.399.857/0001-26	PE	LAGOA DO OURO	4	90	Trator 75CV e implementos	181.060

PARA:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Caruaru		10.091.536/0001-13	PE	CARUARU	4	90	Execução de Capa Asfáltica com CBUQ	1.650.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Lagoa dos Gatos		10.192.854/0001-70	PE	LAGOA DOS GATOS	4	90	Execução de Capa Asfáltica com CBUQ	1.650.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Moradores do Sítio Olho D´ Água		35.673.284/0001-61	PE	AGRESTINA	4	90	Trator agrícola plataformado 75 cv	128.438
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Moradores do Sítio Olho D´ Água		35.673.284/0001-61	PE	AGRESTINA	4	90	Grade aradora com 14 discos de 26"	23.947
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIM	Associação dos Pequenos Agricultores do		10.920.665/0001-77	PE	BEZERROS	4	90	Caixa D´Água em Polietileno - 10.000 L	184.800

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						ENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Sítio Olho D´Água								
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Moradores e Comerciantes do Sítio Bananas e Jardim Boa Vista Caruaru-PE		40.975.010/0001-67	PE	CARUARU	4	90	Caixa D´Água em Polietileno - 10.000 L	184.800
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação Trbalhadores Rurias com C Borba L N Gabioe		00.837.218/0001-03	PE	JOAO ALFREDO	4	90	Caixa D´Água em Polietileno - 10.000 L	184.800
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associacao Comunitária de Moradores e Desenvolvimento Rural de Açudinho - ACOMDERA		03.495.838/0001-91	PE	FEIRA NOVA	4	90	Carreta agrícola de aço - 6 T	20.977
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associacao Comunitária de Moradores e Desenvolvimento Rural de Açudinho - ACOMDERA		03.495.838/0001-91	PE	FEIRA NOVA	4	90	Caixa D´Água em Polietileno - 10.000 L	184.800
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIM	Município de Aliança		10.164.028/0001-18	PE	ALIANCA	4	90	Kit C.C. 01 – Corte e Costura	345.450

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						ENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA									
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Agricultores Familiar do Engenho Gurijó		21.052.649/0001-26	PE	ITAQUITINGA	4	90	Caixa D´Água em Polietileno - 10.000 L	184.800
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Luiza Ferreira		04.669.570/0001-20	PE	CONDADO	4	90	Carreta agrícola de aço - 6 T	20.977
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação da Agricultura Familiar de Caueiras		52.759.962/0001-22	PE	CONDADO	4	90	Caixa D´Água em Polietileno - 10.000 L	184.800
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação Comunitária João Batista dos Moradores do distrito de Henrique Dias		11.614.066/0001-98	PE	SERTANIA	4	90	Caixa D´Água em Polietileno - 10.000 L	184.800
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIM	Asssociação dos Agricultores da Fazenda		44.407.227/0001-21	PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	4	90	Trator agrícola plataformado 75 cv	128.439

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						ENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Passagem de Pedras								
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Asssociação dos Agricultores da Fazenda Passagem de Pedras		44.407.227/0001-21	PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	4	90	Grade aradora com 14 discos de 26"	23.947
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação de Jovens e Adultos Quilombolas Novos Olhares		21.440.935/0001-69	PE	OROCO	4	90	Trator agrícola plataformado 75 cv	128.439
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação de Jovens e Adultos Quilombolas Novos Olhares		21.440.935/0001-69	PE	OROCO	4	90	Grade aradora com 14 discos de 26"	23.947
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Pequenos Produtores rurais do Sítio Oiticica		00.795.665/0001-39	PE	VERDEJANTE	4	90	Caixa D´Água em Polietileno - 10.000 L	184.800
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIM	Centro Cultural Vaca Profana		22.601.206/0001-00	PE	BELO JARDIM	4	90	Kit C.C. 01 – Corte e Costura	345.450

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						ENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA									
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação de Desenvolvimento Econômico e Sustentável		43.871.038/0001-42	PE	SANTA CRUZ	4	90	Caixa D´Água em Polietileno - 10.000 L	184.800
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação Indígena da Comunidade Croata e Adjacências		31.702.250/0001-05	PE	MIRANDIBA	4	90	Caixa D´Água em Polietileno - 10.000 L	184.800
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO SITIO OITICICA E COMUNIDADES RURAIS - AMOSOCR		05.696.686/0001-10	PE	TRIUNFO	4	90	Caixa D´Água em Polietileno - 10.000 L	184.800
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Pequenos agropecuaristas de carnaubeira da Penha		31.636.834/0001-11	PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	4	90	Trator agrícola plataformado 75 cv	128.439
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIM	Associação dos Pequenos agropecuaristas de		31.636.834/0001-11	PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	4	90	Grade aradora com 14 discos de 26"	23.947

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						ENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	carnaubeira da Penha								
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	ASSOCIACAO OURICURIENSE DE CULTURA E ARTE- AOCA		60.342.668/0001-49	PE	OURICURI	4	90	Kit C.C. 01 – Corte e Costura	345.450
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	COMUNIDADE OBRA DE MARIA - OPUS MARIAE		00.303.435/0001-05	PE	SAO LOURENCO DA MATA	4	90	Veiculo Leve de Carga (VLC) com baú frigorífico - carga útil 1.300 kg	396.165
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Conselho municipal de desenvolvimento sustentável rural e urbano de Altinho		07.104.895/0001-53	PE	ALTINHO	4	90	Caixa D´Água em Polietileno - 10.000 L	184.800
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Solidão		10.348.050/0001-18	PE	SOLIDAO	4	90	Retroescavadeira	360.756
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIM	Município de Itacuruba		10.114.502/0001-05	PE	ITACURUBA	4	90	Caminhão Toco Basculante - 6 m³	488.530

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						ENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA									
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação Ruralista Comunitária do Sítio Riacho Fundo		09.234.518/0001-64	PE	CAETES	4	90	Veiculo Leve de Carga (VLC) carroceria madeira ou aço - carga útil 1.300 kg	258.506
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Agricultores da Unidade Produtiva Asa Branca		21.317.134/0001-00	PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	4	90	Trator agrícola plataformado 75 cv	128.439
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Agricultores da Unidade Produtiva Asa Branca		21.317.134/0001-00	PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	4	90	Grade aradora com 14 discos de 26"	23.947
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE BELO JARDIM PE		51.315.127/0001-30	PE	BELO JARDIM	4	90	Veiculo Leve de Carga (VLC) carroceria madeira ou aço - carga útil 1.300 kg	258.506
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIM	Município de Saloá		11.455.714/0001-00	PE	SALOA	4	90	Caixa D´Água em Polietileno - 10.000 L	184.800

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						ENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA									
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Cupira		10.191.799/0001-02	PE	CUPIRA	4	90	Trator agrícola plataformado 75 cv	128.439
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Cupira		10.191.799/0001-02	PE	CUPIRA	4	90	Grade aradora com 14 discos de 26"	23.947
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Ilha de Itamaracá		09.680.315/0001-00	PE	ILHA DE ITAMARACA	4	90	Caminhão Toco Basculante - 6 m³	488.530
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Belém de Maria		10.184.703/0001-70	PE	BELEM DE MARIA	4	90	Retroescavadeira	360.756
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIM	Município de Buenos Aires		10.165.165/0001-77	PE	BUENOS AIRES	4	90	Caminhão Toco Basculante - 6 m³	488.530

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						ENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA									
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Lagoa do Ouro		11.286.267/0001-03	PE	LAGOA DO OURO	4	90	Trator agrícola plataformado 75 cv	128.439
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Lagoa do Ouro		11.286.267/0001-03	PE	LAGOA DO OURO	4	90	Grade aradora com 14 discos de 26"	23.947
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Produtores e Produtoras Rurais do Município de Exu e Região do Araripe		45.925.177/0001-37	PE	EXU	4	90	Caixa D´Água em Polietileno - 10.000 L	184.800
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Cedro		19.688.471/0001-62	PE	EXU	4	90	Caixa D´Água em Polietileno - 10.000 L	184.800
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIM	Associação dos Trabalhadores Rurais do		04.669.570/0001-20	PE	CONDADO	4	90	Kit A.P. 01 – Apicultura Produção	100.448

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						ENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Assentamento Luiza Ferreira								

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4181	Nelson Trad Filho	56000	56101	00T1	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento da Região Sul de Mato Grosso do Sul - CNPJ: 06.189.978/0001-20	Municípios de Tacuru, Amambai, Aral Moreira, Caarapó, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Sete Quedas - Membros do Consórcio	Municípios de Tacuru, Amambai, Aral Moreira, Caarapó, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Sete Quedas - Membros do Consórcio	03.888.989/0001-00	MS	TACURU	4	71	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária - infraestrutura nas vias urbanas	4.952.436

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4181	Nelson Trad Filho	56000	56101	00T1	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento da Região Sul de Mato Grosso do Sul - CNPJ:	Municípios de Tacuru, Amambai, Aral Moreira, Caarapó, Coronel Sapucaia, Eldorado,	Municípios de Tacuru, Amambai, Aral Moreira, Caarapó, Coronel Sapucaia, Eldorado,	03.888.989/0001-00	MS	TACURU	4	71	Infraestrutura em vias urbanas - Recapeamento	4.952.436

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

						06.189.978/0001-20	Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Sete Quedas - Membros do Consórcio	Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Sete Quedas - Membros do Consórcio							

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110005	4181	Nelson Trad Filho	54000	54101	10V0	PM de Anastácio	População		03.452.307/0001-11	MS	ANASTACIO	4	40	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	200.000
60110005	4181	Nelson Trad Filho	54000	54101	10V0	Governo do Estado - CNPJ: 15.412.257/0001-28	PM de Fátima do Sul - CNPJ: 03.155.751/0001-75		15.412.257/0001-28	MS	FATIMA DO SUL	4	30	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística no Município de Fátima do Sul/MS	1.000.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110005	4181	Nelson Trad Filho	54000	54101	10V0	PM de Anastácio	População de Anastácio e turistas		03.452.307/0001-11	MS	ANASTACIO	4	40	Construção do Pórtico de Entrada da Cidade	400.000
60110005	4181	Nelson Trad Filho	54000	54101	10V0	PM de Fátima do Sul	População		03.155.751/0001-75	MS	FATIMA DO SUL	4	40	Aquisição e instalação de equipamentos de ar condicionado,	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

														som, iluminação e adequação do sistema acústico do auditório do Centro de Eventos	
60110005	4181	Nelson Trad Filho	54000	54101	10V0	PM de Costa Rica	População		15.389.596/0001-30	MS	COSTA RICA	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Deck com passarela em local turístico	400.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Prefeitura de Itaberaba/BA	Municipio de Itaberaba/BA	ITABERABA/BA	13.719.646/0001-75	BA	ITABERABA	4	40	Pavimentação urbana	1.900.000
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de Conceição do Almeida/BA	Município de Conceição do Almeida/BA	Conceição do Almeida/BA	13.695.028/0001-32	BA	CONCEICAO DO ALMEIDA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	700.000
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de Biritinga/BA	Município de Biritinga/BA	BIRITINGA/BA	13.835.558/0001-39	BA	BIRITINGA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	400.000
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de Arataca/BA	Município de Arataca/BA	ARATACA/BA	13.658.158/0001-03	BA	ARATACA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	680.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de Macajuba/BA	Município de Macajuba/BA	MACAJUBA/BA	13.810.841/0001-06	BA	MACAJUBA	4	40	Pavimentação urbana	800.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de Itaberaba/BA	Município de Itaberaba/BA	ITABERABA/BA	13.719.646/0001-75	BA	ITABERABA	4	40	Estradas Vicinais	1.900.000
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de Macajuba/BA	Município de Macajuba/BA	MACAJUBA/BA	13.810.841/0001-06	BA	MACAJUBA	4	40	Estradas Vicinais	800.000
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de Biritinga/BA	Município de Biritinga/BA	BIRITINGA/BA	13.835.558/0001-39	BA	BIRITINGA	4	40	Aquisição de uma Pá Carregadeira	343.000
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de Conceição do Almeida/BA	Município de Conceição do Almeida/BA	Conceição do Almeida/BA	13.695.028/0001-32	BA	CONCEICAO DO ALMEIDA	4	40	Aquisição de uma motoniveladora	768.000
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de Arataca/BA	Município de Arataca/BA	ARATACA/BA	13.658.158/0001-03	BA	ARATACA	4	40	Aquisição de 1 Caminhão Trucado Basculante 12m² e 2 microtratores com acessórios.	665.000

DE:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Federação Pescadores e Aquicultores do Estado do Amapá - FEPAP		10.223.683/0001-08	AP	MACAPA	4	90	Maquinários	2.000.000
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Federação Pescadores e Aquicultores do Estado do Amapá - FEPAP		10.223.683/0001-08	AP	MACAPA	4	90	Veículos	500.000
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Federação Pescadores e Aquicultores do Estado do Amapá - FEPAP		10.223.683/0001-08	AP	MACAPA	4	90	Veículos	400.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR)	Federação Pescadores e Aquicultores do Estado do Amapá - FEPAP		10.223.683/0001-08	AP	MACAPA	4	90	Picaque cabine dupla 4X4 Diesel 160cv	236.009
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Federação Pescadores e Aquicultores do Estado do Amapá - FEPAP		10.223.683/0001-08	AP	MACAPA	4	90	Máquinas de fabricar gelo tipo escama, com capacidade de produção para 1.200 kg/dia	2.159.850

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Federação Pescadores e Aquicultores do Estado do Amapá - FEPAP		10.223.683/0001-08	AP	MACAPA	4	90	Veiculo Leve de Carga (VLC) com baú frigorífico - carga útil 1.300 kg	411.645
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Federação Pescadores e Aquicultores do Estado do Amapá - FEPAP		10.223.683/0001-08	AP	MACAPA	4	90	Kit A.Q. 05 - Pesca	84.210

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Aragoiânia		01.215.474/0001-13	GO	ARAGOIANIA	4	90	Caminhão Pipa 9.000L	451.934
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Anicuns		02.262.368/0001-53	GO	ANICUNS	4	90	Retroescavadeira	329.175
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Barro Alto		02.355.675/0001-89	GO	BARRO ALTO	4	90	Retroescavadeira	329.175
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Campo Alegre de Goiás		01.763.614/0001-98	GO	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	329.175
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Ipiranga de Goiás		04.215.377/0001-19	GO	IPIRANGA DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	329.175
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Itaberaí		02.451.938/0001-53	GO	ITABERAI	4	90	Caminhão Pipa 9.000L	451.934
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Itaguaru		01.067.255/0001-34	GO	ITAGUARU	4	90	Caminhão Basculante Trucado	585.200

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Minaçu		02.215.275/0001-78	GO	MINACU	4	90	Caminhão Basculante Trucado	585.200
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Minaçu		02.215.275/0001-78	GO	MINACU	4	90	Caminhão Basculante Trucado	585.200
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Nova Roma		01.067.925/0001-12	GO	NOVA ROMA	4	90	Caminhão Pipa 9.000L	451.934
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Palmeiras de Goiás		02.394.757/0001-32	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	4	90	Caminhão Basculante Trucado	585.200
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Rianápolis		01.300.094/0001-87	GO	RIANAPOLIS	4	90	Caminhão Basculante Trucado	585.200
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	São Luiz do Norte		25.043.639/0001-85	GO	SAO LUIZ DO NORTE	4	90	Caminhão Basculante Trucado	585.200
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	São Luiz do Norte		25.043.639/0001-85	GO	SAO LUIZ DO NORTE	4	90	Caminhão Pipa 9.000L	451.934
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Turvelândia		25.107.657/0001-83	GO	TURVELANDIA	4	90	Caminhão Pipa 9.000L	451.934
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Bom Jardim de Goiás		02.186.708/0001-04	GO	BOM JARDIM DE GOIAS	4	90	Caminhão Basculante Trucado	585.200
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Vila Boa		37.388.378/0001-14	GO	VILA BOA	4	90	Caminhão Pipa 9.000L	451.934
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Arenópolis		00.007.914/0001-84	GO	ARENOPOLIS	4	90	Caminhão Basculante Trucado	585.200
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Marzagão		01.174.580/0001-04	GO	MARZAGAO	4	90	Pá Carregadeira	351.120
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	São Luis de Montes Belos		02.320.406/0001-87	GO	SAO LUIS DE MONTES BELOS	4	90	Pá Carregadeira	351.120

ATA:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Anicuns		02.262.368/0001-53	GO	ANICUNS	4	90	Retroescavadeira	360.755
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Aragoiânia		01.215.474/0001-13	GO	ARAGOIANIA	4	90	Caminhão Pipa 9.000L	544.398
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Arenópolis		00.007.914/0001-84	GO	ARENOPOLIS	4	90	Caminhão Toco Basculante 6m³	488.529
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Barro Alto		02.355.675/0001-89	GO	BARRO ALTO	4	90	Retroescavadeira	360.755
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Bom Jardim de Goiás		02.186.708/0001-04	GO	BOM JARDIM DE GOIAS	4	90	Caminhão Toco Basculante 6m³	488.529
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Campo Alegre de Goiás		01.763.614/0001-98	GO	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	360.755
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Ipiranga de Goiás		04.215.377/0001-19	GO	IPIRANGA DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	360.755
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Itaberaí		02.451.938/0001-53	GO	ITABERAI	4	90	Caminhão Pipa 9.000L	544.398
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Itaguaru		01.067.255/0001-34	GO	ITAGUARU	4	90	Caminhão Toco Basculante 6m³	488.529
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Marzagão		01.174.580/0001-04	GO	MARZAGAO	4	90	Pá Carregadeira	342.124
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Minaçu		02.215.275/0001-78	GO	MINACU	4	90	Caminhão Toco Basculante 6m³	488.529
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Minaçu		02.215.275/0001-78	GO	MINACU	4	90	Caminhão Toco Basculante 6m³	488.529

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Nova Roma		01.067.925/0001-12	GO	NOVA ROMA	4	90	Caminhão Pipa 9.000L	544.398
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Palmeiras de Goiás		02.394.757/0001-32	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	4	90	Caminhão Toco Basculante 6m³	488.529
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Rianápolis		01.300.094/0001-87	GO	RIANAPOLIS	4	90	Caminhão Toco Basculante 6m³	488.529
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	São Luis de Montes Belos		02.320.406/0001-87	GO	SAO LUIS DE MONTES BELOS	4	90	Pá Carregadeira	342.124
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	São Luiz do Norte		25.043.639/0001-85	GO	SAO LUIZ DO NORTE	4	90	Caminhão Pipa 9.000L	544.398
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	São Luiz do Norte		25.043.639/0001-85	GO	SAO LUIZ DO NORTE	4	90	Caminhão Toco Basculante 6m³	488.529
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Turvelândia		25.107.657/0001-83	GO	TURVELANDIA	4	90	Caminhão Pipa 9.000L	544.398
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Vila Boa		37.388.378/0001-14	GO	VILA BOA	4	90	Caminhão Pipa 9.000L	544.398

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de Bernadino Batista			01.621.539/0001-20	PB	BERNARDINO BATISTA	4	40	Infraestrutura Urbana	400.000
60110002	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de Catingueira			08.885.287/0001-96	PB	CATINGUEIRA	4	40	Infraestrutura Urbana	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110002	4088	Venezian o Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de Juru			08.888.950/0001-06	PB	JURU	4	40	Infraestrutura Urbana	400.000
60110002	4088	Venezian o Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de São Miguel de Taipu			08.868.515/0001-10	PB	SAO MIGUEL DE TAIPU	4	40	Infraestrutura Urbana	400.000
60110002	4088	Venezian o Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de Cuité de Mamanguape			01.612.341/0001-80	PB	CUITE DE MAMANGUAPE	4	40	Infraestrutura Urbana	552.436
60110002	4088	Venezian o Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de São José dos Cordeiros			08.873.226/0001-09	PB	SAO JOSE DOS CORDEIROS	4	40	Infraestrutura Urbana	1.500.000
60110002	4088	Venezian o Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de Prata			09.074.113/0001-06	PB	PRATA	4	40	Infraestrutura Urbana	400.000
60110002	4088	Venezian o Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de Logradouro			01.612.986/0001-13	PB	LOGRADOURO	4	40	Infraestrutura Urbana	500.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4088	Venezian o Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de Bernadino Batista			01.621.539/0001-20	PB	BERNARDINO BATISTA	4	40	Pavimentação Urbana em Intertravado	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

60110002	4088	Venezian o Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de Catingueira			08.885.287/0001-96	PB	CATINGUEIRA	4	40	Pavimentação Urbana em Intertravado	400.000
60110002	4088	Venezian o Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de Juru			08.888.950/0001-06	PB	JURU	4	40	Pavimentação Urbana em Paralelepípedo	400.000
60110002	4088	Venezian o Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de São Miguel de Taipu			08.868.515/0001-10	PB	SAO MIGUEL DE TAIPU	4	40	Pavimentação Urbana	400.000
60110002	4088	Venezian o Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de Cuité de Mamanguape			01.612.341/0001-80	PB	CUITE DE MAMANGUAPE	4	40	Pavimentação Urbana em Paralelepípedo	552.436
60110002	4088	Venezian o Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de São José dos Cordeiros			08.873.226/0001-09	PB	SAO JOSE DOS CORDEIROS	4	40	Pavimentação Urbana em Paralelepípedo	1.500.000
60110002	4088	Venezian o Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de Prata			09.074.113/0001-06	PB	PRATA	4	40	Pavimentação Urbana em Paralelepípedo	400.000
60110002	4088	Venezian o Vital do Rêgo Segundo Neto	56000	56101	00T1	Município de Logradouro			01.612.986/0001-13	PB	LOGRADOURO	4	40	Pavimentação Urbana	500.000

DE:

EMENDA	**Cod. Parlamentar**	**Parlamentar**	**Cod. Órgão**	**Cod. UO**	**Cod.**	**Favorecido**	**Beneficiário Final (Execução**	**Município Indicação Vinculadas**	**CNPJ**	**UF**	**Município**	**GND**	**Mod**	**Objeto**	**Valor Indicado**

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 5ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

		Solicitante			**Ação**		**Direta/Codevasf)**								
60110001	2376	Jayme Veríssimo de Campos	53000	53101	00SX	Município de Apiacas			01.321.850/0001-54	MT	APIACAS	4	40	pavimentação	1.000.000

PARA:

EMENDA	**Cod. Parlamentar**	**Parlamentar Solicitante**	**Cod. Órgão**	**Cod. UO**	**Cod. Ação**	**Favorecido**	**Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)**	**Município Indicação Vinculadas**	**CNPJ**	**UF**	**Município**	**GND**	**Mod**	**Objeto**	**Valor Indicado**
60110001	2376	Jayme Veríssimo de Campos	53000	53101	00SX	Município de Apiacas			01.321.850/0001-54	MT	APIACAS	4	40	Maquinário	1.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2139519292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e trinta e sete minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Alan Rick, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Janaína Farias, Flávio Arns, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Tereza Cristina e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Marcos do Val e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM UNICO - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 14, de 2024 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as ações do INCRA no combate à invasão ilegal de terras, que sofreram um expressivo aumento em 2023, bem como discutir soluções para impedir ocupações irregulares. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: - o Senhor César Fernando Schiavon Aldrighi, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); - representante Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)." Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e dois minutos. Usa da palavra o Senador Alan Rick, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alan Rick
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de um requerimento.

Antes de nós deliberarmos, é importante destacarmos algumas informações importantes. No ano passado, aconteceram 72 invasões de terra no Brasil. Neste ano, até agora, já foram 32. Em contrapartida, nos quatro anos do Governo Bolsonaro foram, em todos os quatro anos, apenas 62 invasões.

Se formos mais para trás no tempo, começando em 2003, primeiro ano do mandato do Governo Lula, até 2015, na reta final do Governo Dilma, a média foi de 221,5 invasões por ano.

Debater as ações do Incra no combate à invasão ilegal de terras e soluções para impedir ocupações irregulares são os objetivos desta audiência pública, que tem como convidados o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), César Fernando Schiavon Aldrighi; e representante da Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil (CNA).

Ao invadir uma propriedade privada, movimentos que se intitulam "sem terra" cometem um crime de invasão de propriedade por meio de violência e clandestinidade, previsto no Código Penal Brasileiro (Lei 2.848, de 1940).

A legislação brasileira prevê que o imóvel invadido e o invasor devem ser excluídos da Política Nacional da Reforma Agrária (Lei 8.629, de 1993). Também é expresso em lei que o movimento ou entidade que incentivar, incitar ou participar de invasão de imóveis rurais não receberá a qualquer título recursos públicos (Lei 8.629, de 1993).

As invasões de terra trazem: insegurança jurídica, que prejudica o investimento da produção agrícola; atingem áreas produtivas prejudicando a produção de alimentos; menor produção de alimentos e comida mais cara; desvalorização da propriedade privada; impacto ambiental com a ocupação irregular de terras e a degradação da vegetação nativa da propriedade; geram insegurança no campo e o aumento de conflitos nas áreas rurais; punem não só o produtor rural, mas também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo cidadão brasileiro; menos investimentos na agricultura; menos comida na mesa de todos os brasileiros.

É importante destacar que são vários os pedidos de produtores rurais do Brasil inteiro a esta Comissão, para que o Incra se manifeste em relação às ações de reforma agrária, à atuação nessas situações de conflito, para que nós possamos trazer a segurança jurídica, a pacificação no campo; para evitar, inclusive, que invasores e proprietários entrem em conflitos armados, gerando pessoas feridas e até mesmo mortes.

É preciso que o Incra ajude no processo de regularização fundiária, e de redução dos conflitos agrários com as suas políticas públicas inerentes à pasta.

Portanto, este é o tema da nossa audiência pública, fruto desse requerimento que nós apresentamos neste momento.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 14, DE 2024

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as ações do INCRA no combate à invasão ilegal de terras, que sofreram um expressivo aumento em 2023, bem como discutir soluções para impedir ocupações irregulares.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Senhor César Fernando Schiavon Aldrighi, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);

- representante Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

Observações:

- Votação simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 14 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e vinte e sete minutos do dia dezoito de março de dois mil e vinte e seis, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para deliberar as indicações para as programações decorrentes da Emenda RP8 desta Comissão à Lei Orçamentária Anual de 2026, nos termos da Lei Complementar 210/2024; da Lei 15.346/2025 (LOA 2026); da Lei 15.321/2025 (LDO 2026); da Resolução do Congresso Nacional 1/2006 e da Portaria Conjunta MPO/MGI/SRI-PR 2/2026, conforme planilhas anexas. Registram presença os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wilder Morais, Beto Faro, Alan Rick, Margareth Buzetti, Hamilton Mourão. Registram presença, ainda, os Senadores Paulo Paim, Izalci Lucas, Laércio Oliveira, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Marcos do Val, Fabiano Contarato e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à deliberação das indicações. Relatoria e coordenação das indicações da CRA: Senador Zequinha Marinho. Relatório: pela aprovação das indicações elencadas no Anexo 1 e pela rejeição das indicações elencadas no Anexo 2. Sem objeção, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deliberou o Relatório, aprovou 422 (quatrocentas e vinte de duas) indicações, constantes do Anexo 1, totalizando R$ 284.059.826,00 (duzentos e oitenta e quatro milhões, cinquenta e nove mil e oitocentos e vinte e seis reais), e rejeitou 24 (vinte e quatro) indicações, constantes do Anexo 2. O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação desta Ata da quinta Reunião, que é aprovada. Sem mais, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e um minutos.

SENADOR ZEQUINHA MARINHO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2402696319

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo I: Indicações aprovadas

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2402696319

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
1	Alan Rick Miranda	3678	60120002	4394	22000	22101	20ZV	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE	Estado do Acre	43.824.560/0001-73	AC	RIO BRANCO	3	50	Aquisição de insumos, mudas, feiras, exposições e capacitações e ações de assistência técnica no Estado do Acre	R$ 595.000,00
2	Alan Rick Miranda	3692	60120002	4394	22000	22101	20ZV	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE	Estado do Acre	43.824.560/0001-73	AC	RIO BRANCO	4	50	A aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para fortalecer o apoio aos produtores rurais no Estado do Acre	R$ 1.386.681,00
3	Alexandre Luiz Giordano	1374	60120002	4221	22000	22101	20ZV	Município de Mairiporã	Município de Mairiporã	Município de Mairiporã	46.523.163/0001-50	SP	MAIRIPORA	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 4.952.436,00
4	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4069	60120002	4283	22000	22101	20ZV	PRIMEIRA CRUZ	PRIMEIRA CRUZ	PRIMEIRA CRUZ	06.240.352/0001-09	MA	PRIMEIRA CRUZ	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.000.000,00
5	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4102	60120002	4283	22000	22101	20ZV	PARNARAMA	PARNARAMA	PARNARAMA	06.115.117/0001-05	MA	PARNARAMA	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 500.000,00
6	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4111	60120002	4283	22000	22101	20ZV	PINHEIRO	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.450.000,00
7	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4098	60120002	4283	22000	22101	20ZV	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	01.612.333/0001-34	MA	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 500.000,00
8	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4107	60120002	4283	22000	22101	20ZV	VIANA	VIANA	VIANA	06.439.988/0001-76	MA	VIANA	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 500.000,00
9	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4040	60120002	4283	22000	22101	20ZV	SÃO VICENTE DE FERRER	SÃO VICENTE DE FERRER	SÃO VICENTE DE FERRER	06.421.119/0001-14	MA	SAO VICENTE FERRER	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.000.000,00
10	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	1303	60120002	4179	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Barrocas	Prefeitura Municipal de Barrocas		04.216.287/0001-42	BA	BARROCAS	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 400.000,00
11	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	2556	60120002	4179	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Poções			14.242.200/0001-65	BA	POCOES	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 500.000,00
12	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	1308	60120002	4179	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Conceição da Feira			13.828.371/0001-08	BA	CONCEICAO DA FEIRA	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	R$ 2.000.000,00
13	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	1311	60120002	4179	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Conceição do Coite	Prefeitura Municipal de Conceição do Coite		13.843.842/0001-57	BA	CONCEICAO DO COITE	4	40	Aquisição de Máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
14	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	2904	60120002	4179	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Licínio de Almeida			14.108.286/0001-38	BA	LICINIO DE ALMEIDA	4	40	Calçamento para escoamento da produção rural	R$ 1.052.436,00
15	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	1176	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Corrente			06.554.257/0001-71	PI	CORRENTE	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.500.000,00
16	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	1357	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado dos Transportes - SETRANS - CNPJ - 08.809.355/0001-38			08.809.355/0001-38	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de máquinas e equipamentos / Material Permanente	R$ 480.974,00
17	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	2231	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF - CNPJ: 06.553.572/0001-84			00.396.895/0001-25	PI	TERESINA	4	90	Aquisição de máquinas e Equipamentos / Material Permanente	R$ 2.971.461,00
18	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	1356	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado dos Transportes - SETRANS - CNPJ - 08.809.355/0001-38			08.809.355/0001-38	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de máquinas e equipamentos de apoio à produção / Material Permanente	R$ 990.487,00
19	Antonio Hamilton Martins Mourão	1690	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Gabriel	Prefeitura Municipal de São Gabriel		88.768.080/0001-70	RS	SAO GABRIEL	4	40	Recursos destinados a investimentos na agricultura do município de São Gabriel	R$ 500.000,00
20	Antonio Hamilton Martins Mourão	1692	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Mato Castelhano	Prefeitura Municipal de Mato Castelhano		92.412.808/0001-02	RS	MATO CASTELHANO	4	40	Recursos destinados a investimentos na agricultura do município de Mato Castelhano	R$ 500.000,00
21	Antonio Hamilton Martins Mourão	1691	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Alegrete	Prefeitura Municipal de Alegrete		87.896.874/0001-57	RS	ALEGRETE	4	40	Recursos destinados a investimentos na agricultura do município de Alegrete	R$ 980.974,00
22	Augusta Brito de Paula	3528	60120002	4281	22000	22101	20ZV	TABULEIRO DO NORTE			07.891.682/0001-19	CE	TABULEIRO DO NORTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 4.500.000,00
23	Augusta Brito de Paula	4141	60120002	4281	22000	22101	20ZV	BELA CRUZ			07.566.045/0001-77	CE	BELA CRUZ	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.442.436,00
24	Bruno Bierrenbach Bonetti	2897	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SÃO FIDÉLIS - RJ			29.111.093/0001-03	RJ	SAO FIDELIS	4	40	Equipamentos	R$ 300.960,00
25	Bruno Bierrenbach Bonetti	2896	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU - RJ			29.115.458/0001-78	RJ	CASIMIRO DE ABREU	4	40	Equipamentos	R$ 574.750,00
26	Bruno Bierrenbach Bonetti	2898	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAIS - RJ			29.115.441/0001-10	RJ	TRAJANO DE MORAIS	4	40	Equipamentos	R$ 154.660,00
27	Bruno Bierrenbach Bonetti	2894	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BARRA MANSA - RJ			28.695.658/0001-84	RJ	BARRA MANSA	4	40	Equipamentos	R$ 480.700,00
28	Bruno Bierrenbach Bonetti	2895	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE TANGUÁ - RJ			01.612.089/0001-00	RJ	TANGUA	4	40	Equipamentos	R$ 300.960,00
29	Bruno Bierrenbach Bonetti	2899	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ITAOCARA - RJ			28.615.557/0001-56	RJ	ITAOCARA	4	40	Equipamentos	R$ 154.660,00
30	Carlos Alberto Dias Viana	4016	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG - CNPJ 17.947.607/0001-86		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de retroescavadeira	R$ 302.400,00
31	Carlos Alberto Dias Viana	4065	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE CAIANA - MG CNPJ 18.114.256/0001-95		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola	R$ 107.774,00
32	Carlos Alberto Dias Viana	4054	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE GUIRICEMA - MG - CNPJ 18.137.943/0001-26		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de motoniveladora	R$ 483.000,00
33	Carlos Alberto Dias Viana	4032	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE PRATA - MG CNPJ 18.260.505/0001-50		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de retroescavadeira	R$ 302.400,00
34	Carlos Alberto Dias Viana	4020	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE ITURAMA - MG CNPJ 18.457.242/0001-74		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de retroescavadeira	R$ 302.400,00
35	Carlos Alberto Dias Viana	4046	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SERRA DOS AIMORÉS - MG- CNPJ 18.398.966/0001-94		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de motoniveladora	R$ 483.000,00
36	Carlos Eduardo de Souza Braga	954	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Amaturá			04.628.723/0001-90	AM	AMATURA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
37	Carlos Eduardo de Souza Braga	1008	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tefé			04.426.383/0001-15	AM	TEFE	4	40	Equipamentos	R$ 1.000.000,00
38	Carlos Eduardo de Souza Braga	983	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Maraã			04.505.640/0001-04	AM	MARAA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
39	Carlos Eduardo de Souza Braga	1001	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença			05.829.577/0001-24	AM	SAO PAULO DE OLIVENCA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
40	Carlos Eduardo de Souza Braga	996	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira			04.272.670/0001-18	AM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	4	40	Equipamentos	R$ 1.000.000,00
41	Carlos Eduardo de Souza Braga	988	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro			04.194.239/0001-09	AM	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
42	Carlos Eduardo de Souza Braga	1005	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tabatinga			04.011.805/0001-91	AM	TABATINGA	4	40	Equipamentos	R$ 1.000.000,00
43	Carlos Eduardo de Souza Braga	982	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jutaí			04.285.896/0001-53	AM	JUTAI	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
44	Carlos Eduardo de Souza Braga	966	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Careiro			04.332.995/0001-49	AM	CAREIRO	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
45	Carlos Eduardo de Souza Braga	950	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Alvarães			04.628.335/0001-00	AM	ALVARAES	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2402696319

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

46	Carlos Eduardo de Souza Braga	971	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea			23.006.331/0001-34	AM	CAREIRO DA VARZEA	4	40	Equipamentos	R$ 404.872,00
47	Carlos Eduardo de Souza Braga	992	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá			04.532.057/0001-92	AM	SANTO ANTONIO DO ICA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
48	Carlos Eduardo de Souza Braga	963	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Benjamin Constant			04.243.978/0001-35	AM	BENJAMIN CONSTANT	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
49	Carlos Eduardo de Souza Braga	957	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte			04.530.713/0001-18	AM	ATALAIA DO NORTE	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
50	Carlos Eduardo de Souza Braga	959	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Barcelos			04.271.037/0001-05	AM	BARCELOS	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
51	Carlos Eduardo de Souza Braga	973	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Fonte Boa			04.530.101/0001-25	AM	FONTE BOA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
52	Carlos Eduardo de Souza Braga	978	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Japurá			04.505.509/0001-47	AM	JAPURA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
53	Carlos Francisco Portinho	3337	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Carmo/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	2 Tratores agrícolas	R$ 309.320,00
54	Carlos Francisco Portinho	3339	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Itaperuna/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 574.750,00
55	Carlos Francisco Portinho	3340	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Rio Bonito/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	Trator Agrícola	R$ 154.660,00
56	Carlos Francisco Portinho	3338	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Macuco/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	Motoniveladora	R$ 480.700,00
57	Carlos Francisco Portinho	3341	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Paraíba do Sul/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	Retroescavedeira	R$ 300.960,00
58	Carlos Francisco Portinho	3342	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Guapimirim/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	Trator Agrícola	R$ 154.660,00
59	Cid Ferreira Gomes	1844	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Boa Viagem			07.963.515/0001-36	CE	BOA VIAGEM	4	40	Obras e Serviços de Engenharia Estradas Vicinais	R$ 600.000,00
60	Cid Ferreira Gomes	1999	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Varjota			07.673.114/0001-41	CE	VARJOTA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
61	Cid Ferreira Gomes	1761	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Cariré			07.598.600/0001-42	CE	CARIRE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
62	Cid Ferreira Gomes	1834	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Viçosa do Ceará			10.462.497/0001-13	CE	VICOSA DO CEARA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas	R$ 1.000.000,00
63	Cid Ferreira Gomes	1638	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Forquilha			07.673.106/0001-03	CE	FORQUILHA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
64	Cid Ferreira Gomes	1759	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Araripe			07.539.984/0001-22	CE	ARARIPE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
65	Cid Ferreira Gomes	1760	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Groaíras			07.598.709/0001-80	CE	GROAIRAS	4	40	Obras e Serviços de Engenharia Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
66	Cid Ferreira Gomes	3723	60120002	4081	22000	22101	20ZV	SDA - Secretaria do Desenvolvimento Agrário			07.954.563/0001-68	CE	FORTALEZA	4	30	Obras e Serviços de Engenharia Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas	R$ 2.004.872,00
67	Cid Ferreira Gomes	1836	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Amontada			06.582.449/0001-91	CE	AMONTADA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia 1ª Etapa Abatedouro	R$ 2.300.000,00
68	Ciro Nogueira Lima Filho	3623	60120002	2900	22000	22101	20ZV	PORTO ALEGRE DO PIAUÍ			01.613.513/0001-30	PI	PORTO ALEGRE DO PIAUI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 990.487,00
69	Ciro Nogueira Lima Filho	3620	60120002	2900	22000	22101	20ZV	NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS			06.554.422/0001-95	PI	NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 990.487,00
70	Cleiton Gontijo de Azevedo	1561	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Matias Barbosa			18.338.194/0001-03	MG	MATIAS BARBOSA	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 1.000.000,00
71	Cleiton Gontijo de Azevedo	1670	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Vargem Bonita			16.788.309/0001-28	MG	VARGEM BONITA	4	40	Equipamentos	R$ 490.974,00
72	Cleiton Gontijo de Azevedo	1669	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Chapada do Norte			16.886.608/0001-03	MG	CHAPADA DO NORTE	4	40	Equipamentos	R$ 490.000,00
73	Confúcio Aires Moura	2788	60120002	4092	22000	22101	20ZV	COLORADO DO OESTE	COLORADO DO OESTE		04.391.512/0001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	Aquisição de caminhão basculante.	R$ 750.000,00
74	Confúcio Aires Moura	2791	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CORUMBIARA	CORUMBIARA		63.762.041/0001-35	RO	CORUMBIARA	4	90	Máquinas agrícolas.	R$ 302.436,00
75	Confúcio Aires Moura	2785	60120002	4092	22000	22101	20ZV	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ		01.254.422/0001-56	RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	4	90	Máquinas agrícolas.	R$ 700.000,00
76	Confúcio Aires Moura	2776	60120002	4092	22000	22101	20ZV	JARU			04.279.238/0001-59	RO	JARU	4	90	Máquinas agrícolas.	R$ 1.500.000,00
77	Confúcio Aires Moura	2783	60120002	4092	22000	22101	20ZV	ITAPUÃ DO OESTE	ITAPUÃ DO OESTE		63.761.936/0001-55	RO	ITAPUA DO OESTE	4	90	Máquinas e implementos agrícolas.	R$ 700.000,00
78	Confúcio Aires Moura	2780	60120002	4092	22000	22101	20ZV	NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE	NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE		15.884.109/0001-06	RO	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	4	90	Máquinas agrícolas.	R$ 1.000.000,00
79	Damares Regina Alves	1890	60120002	4268	22000	22101	20ZV	SEAGRI - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	4	30	20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.980.974,00
80	Daniella Velloso Borges Ribeiro	3648	60120002	4141	22000	22101	20ZV	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS-PB	COREMAS - PB	00.043.711/0001-43	PB	JOAO PESSOA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 480.974,00
81	Daniella Velloso Borges Ribeiro	3625	60120002	4141	22000	22101	20ZV	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS-PB	COREMAS - PB	00.043.711/0001-43	PB	JOAO PESSOA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
82	Daniella Velloso Borges Ribeiro	3634	60120002	4141	22000	22101	20ZV	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA - PB	LUCENA - PB	00.043.711/0001-43	PB	JOAO PESSOA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
83	Eann Styvenson Valentim Mendes	964	60120002	4142	22000	22101	20ZV	08.349.102/0001-29	Caraúbas		08.349.102/0001-29	RN	CARAUBAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 600.000,00
84	Eann Styvenson Valentim Mendes	1026	60120002	4142	22000	22101	20ZV	08.181.562/0001-90	Florânia		08.181.562/0001-90	RN	FLORANIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
85	Eann Styvenson Valentim Mendes	989	60120002	4142	22000	22101	20ZV	08.095.960/0001-94	São João do Sabugi		08.095.960/0001-94	RN	SAO JOAO DO SABUGI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
86	Eann Styvenson Valentim Mendes	1046	60120002	4142	22000	22101	20ZV	08.086.662/0001-38	Jardim do Seridó		08.086.662/0001-38	RN	JARDIM DO SERIDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
87	Eann Styvenson Valentim Mendes	980	60120002	4142	22000	22101	20ZV	08.153.454/0001-04	Riacho da Cruz		08.153.454/0001-04	RN	RIACHO DA CRUZ	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
88	Eann Styvenson Valentim Mendes	984	60120002	4142	22000	22101	20ZV	08.094.708/0001-60	Ipueira		08.094.708/0001-60	RN	IPUEIRA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
89	Eann Styvenson Valentim Mendes	1030	60120002	4142	22000	22101	20ZV	08.110.884/0001-49	Bento Fernandes		08.110.884/0001-49	RN	BENTO FERNANDES	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 471.462,00
90	Eann Styvenson Valentim Mendes	960	60120002	4142	22000	22101	20ZV	08.088.247/0001-13	Santana do Seridó		08.088.247/0001-13	RN	SANTANA DO SERIDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 700.000,00
91	Eann Styvenson Valentim Mendes	974	60120002	4142	22000	22101	20ZV	08.096.372/0001-75	Serra Negra do Norte		08.096.372/0001-75	RN	SERRA NEGRA DO NORTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 680.974,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2402696319

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

92	Efraim de Araújo Morais Filho	4320	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Associação Comunitária Rural do Sítio Lagoa do Poldro			02.748.120/0001-05	PB	POMBAL	3	50	Custeio de Manutenção e Serviços	R$ 150.000,00
93	Efraim de Araújo Morais Filho	4327	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Associação Paraibana dos Criadores de Caprinos e Ovinos – APACCO			09.307.596/0001-41	PB	CAMPINA GRANDE	3	50	Custeio de Manutenção e Serviços	R$ 850.000,00
94	Efraim de Araújo Morais Filho	4375	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Caiçara			09.070.624/0001-50	PB	CAICARA	4	40	Execução de Obras	R$ 1.500.000,00
95	Eliziane Pereira Gama Melo	3984	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de São Domingos do Azeitão		01.612.333/0001-34	MA	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
96	Eliziane Pereira Gama Melo	3968	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Lajeado Novo		01.598.548/0001-48	MA	LAJEADO NOVO	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
97	Eliziane Pereira Gama Melo	3987	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Passagem Franca		10.438.570/0001-11	MA	PASSAGEM FRANCA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
98	Eliziane Pereira Gama Melo	3951	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de São Pedro da Água Branca		01.613.956/0001-21	MA	SAO PEDRO DA AGUA BRANCA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 952.436,00
99	Eliziane Pereira Gama Melo	3964	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Senador Alexandre Costa		01.566.688/0001-34	MA	SENADOR ALEXANDRE COSTA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
100	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	3117	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Tanque D'arca/AL			12.241.865/0001-29	AL	TANQUE D'ARCA	4	40	Execução de obras de pavimentação (calçamento) em vias rurais do município, visando à melhoria das condições de trafegabilidade e mobilidade local.	R$ 500.000,00
101	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	3131	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Municípios Alagoanos	Agua Branca, Anadia, Arapiraca, Atalaia, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Batalha, Belém, Belo Monte, Boca da Mata	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de máquinas agrícolas	R$ 4.052.436,00
102	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	3122	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Assentamento Flor do Bosque	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Assentamento Flor do Bosque	Messias/AL	27.369.015/0001-88	AL	MESSIAS	4	50	Construção de casa de farinha para atendimento aos produtores vinculados à associação beneficiária, destinada ao processamento da mandioca e produção de farinha e derivados.	R$ 400.000,00
103	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	3127	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Municípios Alagoanos	Agua Branca, Anadia, Arapiraca, Atalaia, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Batalha, Belém, Belo Monte, Boca da Mata	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de máquinas agrícolas	R$ 1.980.974,00
104	Fabiano Contarato	749	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA		00.396.895/0001-25	ES	SAO GABRIEL DA PALHA	4	90	AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA	R$ 510.000,00
105	Fabiano Contarato	698	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA		00.396.895/0001-25	ES	ITARANA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA	R$ 810.000,00
106	Fabiano Contarato	735	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO	PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO		27.165.653/0001-87	ES	JERONIMO MONTEIRO	4	40	FOMENTO A INFRAESTRUTURA AGROPECUÁRIA DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS	R$ 650.000,00
107	Fabiano Contarato	1968	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ		00.396.895/0001-25	ES	JAGUARE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$ 495.240,00
108	Fabiano Contarato	709	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU		00.396.895/0001-25	ES	IBIRACU	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 380.000,00
109	Fabiano Contarato	743	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA		00.396.895/0001-25	ES	JOAO NEIVA	4	90	AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$ 650.000,00
110	Fabiano Contarato	752	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA		00.396.895/0001-25	ES	VARGEM ALTA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 380.000,00
111	Fabiano Contarato	693	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE		00.396.895/0001-25	ES	AGUA DOCE DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$ 650.000,00
112	Fabiano Contarato	746	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI		00.396.895/0001-25	ES	MUCURICI	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 380.000,00
113	Fabiano Contarato	701	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO		00.396.895/0001-25	ES	CONCEICAO DO CASTELO	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$ 430.000,00
114	Fernando Lopes de Farias	3909	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77		00.396.895/0001-25	AL	MACEIO	4	90	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 2.952.436,00
115	Fernando Lopes de Farias	3930	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Limoeiro de Anadia			12.207.403/0001-95	AL	LIMOEIRO DE ANADIA	4	40	Construção de Estrutura Física para Comercialização Agropecuária Animal	R$ 2.000.000,00
116	Flávio José Arns	2842	60120002	2038	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO			76.022.516/0001-07	PR	ANTONINA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 830.000,00
117	Flávio José Arns	2849	60120002	2038	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO			76.217.017/0001-67	PR	BOA ESPERANCA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 830.000,00
118	Flávio José Arns	2855	60120002	2038	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO			01.613.136/0001-30	PR	PRADO FERREIRA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 800.000,00
119	Flávio José Arns	2854	60120002	2038	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO			75.740.811/0001-28	PR	MANOEL RIBAS	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 830.000,00
120	Flávio José Arns	2858	60120002	2038	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO			76.247.345/0001-06	PR	TAPEJARA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 830.000,00
121	Flávio José Arns	2853	60120002	2038	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO			75.740.829/0001-20	PR	BORRAZOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 830.000,00
122	Flávio Nantes Bolsonaro	1924	60120002	9219	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana			28.812.972/0001-08	RJ	BOM JESUS DO ITABAPOANA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$ 480.000,00
123	Flávio Nantes Bolsonaro	1919	60120002	9219	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Resende/RJ			29.178.233/0001-60	RJ	RESENDE	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 480.000,00
124	Flávio Nantes Bolsonaro	1921	60120002	9219	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itatiaia/RJ			31.846.892/0001-70	RJ	ITATIAIA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$ 480.000,00
125	Flávio Nantes Bolsonaro	1918	60120002	9219	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paty do Alferes/RJ			31.844.889/0001-17	RJ	PATY DO ALFERES	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 480.000,00
126	Francisco de Assis Rodrigues	1586	60120002	4143	22000	22101	20ZV	ministerio da agricultura	ministerio da agricultura		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de máquinas	R$ 600.000,00
127	Francisco de Assis Rodrigues	3977	60120002	4143	22000	22101	20ZV	Município do Amajari	Município do Amajari		01.614.081/0001-82	RR	AMAJARI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário Eletrificação Rural no Município do Amajari	R$ 4.352.436,00
128	Francisco Plínio Valério Tomaz	3832	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Rio Preto da Eva			04.629.697/0001-15	AM	RIO PRETO DA EVA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 583.410,00
129	Francisco Plínio Valério Tomaz	3775	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Anori			04.262.762/0001-17	AM	ANORI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 550.000,00
130	Francisco Plínio Valério Tomaz	3460	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
131	Francisco Plínio Valério Tomaz	3787	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Borba			04.477.568/0001-59	AM	BORBA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 550.000,00
132	Francisco Plínio Valério Tomaz	3781	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Lábrea			05.830.872/0001-09	AM	LABREA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 550.000,00
133	Francisco Plínio Valério Tomaz	3756	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Tapauá			04.530.390/0001-62	AM	TAPAUA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 550.000,00
134	Francisco Plínio Valério Tomaz	3760	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Canutama			04.247.441/0001-43	AM	CANUTAMA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 550.000,00
135	Francisco Plínio Valério Tomaz	3774	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Humaitá			04.465.209/0001-81	AM	HUMAITA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
136	Francisco Plínio Valério Tomaz	3779	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Itapiranga			04.495.644/0001-59	AM	ITAPIRANGA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2402696319

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

137	Francisco Plínio Valério Tomaz	3751	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
138	Francisco Plínio Valério Tomaz	3466	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Fonte Boa			04.530.101/0001-25	AM	FONTE BOA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 550.000,00
139	Francisco Plínio Valério Tomaz	3782	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Caapiranga			04.628.046/0001-00	AM	CAAPIRANGA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
140	Francisco Plínio Valério Tomaz	3789	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Amaturá			04.628.723/0001-90	AM	AMATURA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 550.000,00
141	Humberto Sérgio Costa Lima	3375	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Parnamirim	Prefeitura Municipal de Parnamirim	Parnamirim	11.361.235/0001-25	PE	PARNAMIRIM	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$ 400.000,00
142	Humberto Sérgio Costa Lima	3344	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Afrânio	Prefeitura Municipal de Afrânio	Afrânio	10.358.174/0001-84	PE	AFRANIO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$ 400.000,00
143	Humberto Sérgio Costa Lima	3368	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de João Alfredo	Prefeitura Municipal de João Alfredo	João Alfredo	11.097.359/0001-45	PE	JOAO ALFREDO	4	40	Aquisição de Trator	R$ 200.000,00
144	Humberto Sérgio Costa Lima	3365	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itapetim	Prefeitura Municipal de Itapetim	Itapetim	11.358.157/0001-00	PE	ITAPETIM	4	40	Aquisição de Patrol	R$ 900.000,00
145	Humberto Sérgio Costa Lima	3370	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Manari	Prefeitura Municipal de Manari	Manari	01.626.099/0001-02	PE	MANARI	4	40	Aquisição de Trator	R$ 200.000,00
146	Humberto Sérgio Costa Lima	3372	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Orocó	Prefeitura Municipal de Orocó	Orocó	10.114.767/0001-03	PE	OROCO	4	40	Aquisição de Trator	R$ 200.000,00
147	Humberto Sérgio Costa Lima	3351	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Chã Grande	Prefeitura Municipal de Chã Grande	Chã Grande	11.049.806/0001-90	PE	CHA GRANDE	4	40	Aquisição de Rolo Compactador	R$ 595.240,00
148	Humberto Sérgio Costa Lima	3362	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itaíba	Prefeitura Municipal de Itaíba	Itaíba	11.286.382/0001-88	PE	ITAÍBA	4	40	Aquisição de Patrol	R$ 900.000,00
149	Humberto Sérgio Costa Lima	3358	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Granito	Prefeitura Municipal de Granito	Granito	11.040.888/0001-02	PE	GRANITO	4	40	Estradas vicinais	R$ 1.452.436,00
150	Humberto Sérgio Costa Lima	3348	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Amaraji	Prefeitura Municipal de Amaraji	Amaraji	11.294.360/0001-60	PE	AMARAJI	4	40	Aquisição de Trator	R$ 200.000,00
151	Ivete Marli Appel da Silveira	601	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de TIMBÓ GRANDE			78.497.492/0001-60	SC	TIMBO GRANDE	4	40	Compra de equipamentos	R$ 400.000,00
152	Ivete Marli Appel da Silveira	592	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de CAMPOS NOVOS			82.939.232/0001-74	SC	CAMPOS NOVOS	4	40	Compra de Equipamentos	R$ 500.000,00
153	Ivete Marli Appel da Silveira	594	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de IRATI			95.990.230/0001-51	SC	IRATI	4	40	Compra de Equipamentos	R$ 400.000,00
154	Ivete Marli Appel da Silveira	598	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de NOVA ITABERABA			95.990.131/0001-70	SC	NOVA ITABERABA	4	40	Compra de equipamentos	R$ 250.000,00
155	Ivete Marli Appel da Silveira	602	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de TREVISO			01.614.019/0001-90	SC	TREVISO	4	40	Compra de equipamentos	R$ 400.000,00
156	Ivete Marli Appel da Silveira	600	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de PAPANDUVA			83.102.533/0001-01	SC	PAPANDUVA	4	40	Compra de equipamentos	R$ 400.000,00
157	Ivete Marli Appel da Silveira	595	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de JACINTO MACHADO			82.960.758/0001-36	SC	JACINTO MACHADO	4	40	Compra de equipamentos	R$ 500.000,00
158	Ivete Marli Appel da Silveira	596	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Major Gercino			82.845.744/0001-71	SC	MAJOR GERCINO	4	40	Compra de equipamentos	R$ 400.000,00
159	Ivete Marli Appel da Silveira	593	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de GRAVATAL			82.926.569/0001-47	SC	GRAVATAL	4	40	Compra de Equipamentos	R$ 400.000,00
160	Ivete Marli Appel da Silveira	599	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de PAIAL			01.614.376/0001-59	SC	PAIAL	4	40	Compra de equipamentos	R$ 500.000,00
161	Ivete Marli Appel da Silveira	844	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de VARGEM BONITA			95.996.187/0001-31	SC	VARGEM BONITA	4	40	Compra de equipamentos	R$ 400.000,00
162	Ivete Marli Appel da Silveira	597	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de MONTE CASTELO			83.102.525/0001-65	SC	MONTE CASTELO	4	40	Compra de equipamentos	R$ 402.436,00
163	Izalci Lucas Ferreira	1653	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Cidade Ocidental	Cidade Ocidental		36.862.621/0001-21	GO	CIDADE OCIDENTAL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cidade Ocidental GO	R$ 132.065,00
164	Izalci Lucas Ferreira	1660	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Cavalcante	Cavalcante		01.738.772/0001-98	GO	CAVALCANTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cavalcante GO	R$ 132.065,00
165	Izalci Lucas Ferreira	1659	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Planaltina Goiás	Planaltina Goiás		01.740.422/0001-66	GO	PLANALTINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Planaltina Goiás	R$ 132.065,00
166	Izalci Lucas Ferreira	1655	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Cocalzinho de Goiás	Cocalzinho de Goiás		36.985.463/0001-05	GO	COCALZINHO DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cocalzinho de Goiás	R$ 132.065,00
167	Izalci Lucas Ferreira	1649	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Alto Paraíso	Alto Paraíso		01.740.455/0001-06	GO	ALTO PARAISO DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Alto Paraíso GO	R$ 132.065,00
168	Izalci Lucas Ferreira	1647	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Água fria de Goiás	Água fria de Goiás		25.141.292/0001-03	GO	AGUA FRIA DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Água fria de Goiás	R$ 132.065,00
169	Izalci Lucas Ferreira	1663	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Vila Boa	Vila Boa		37.388.378/0001-14	GO	VILA BOA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Vila Boa GO	R$ 132.065,00
170	Izalci Lucas Ferreira	1664	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Cristalina	Cristalina		11.290.797/0001-25	GO	CRISTALINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cristalina GO	R$ 132.065,00
171	Izalci Lucas Ferreira	1651	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Alvorada do Norte	Alvorada do Norte		02.367.597/0001-32	GO	ALVORADA DO NORTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alvorada do Norte GO	R$ 132.065,00
172	Izalci Lucas Ferreira	1654	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Formosa	Formosa		01.738.780/0001-34	GO	FORMOSA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Formosa GO	R$ 132.065,00
173	Izalci Lucas Ferreira	1661	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Simolândia	Simolândia		24.855.058/0001-85	GO	SIMOLANDIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Simolândia GO	R$ 132.065,00
174	Izalci Lucas Ferreira	1648	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Alexânia	Alexânia		01.298.975/0001-00	GO	ALEXANIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Alexânia GO	R$ 132.065,00
175	Izalci Lucas Ferreira	1657	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Colinas do Sul	Colinas do Sul		25.105.255/0001-40	GO	COLINAS DO SUL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Colinas do Sul GO	R$ 132.065,00
176	Izalci Lucas Ferreira	1658	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Niquelândia	Niquelândia		02.215.895/0001-07	GO	NIQUELANDIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Niquelândia GO	R$ 132.065,00
177	Izalci Lucas Ferreira	1662	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Flores de Goiás	Flores de Goiás		01.740.497/0001-47	GO	FLORES DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Flores de Goiás	R$ 132.065,00
178	Jader Fontenelle Barbalho	1400	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Curuá			01.613.319/0001-55	PA	CURUA	4	40	Aquisição de máquina	R$ 500.000,00
179	Jader Fontenelle Barbalho	1403	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Gurupá.			04.876.397/0001-30	PA	GURUPA	4	40	Aquisição de máquina	R$ 500.000,00
180	Jader Fontenelle Barbalho	1409	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Salvaterra			04.888.517/0001-10	PA	SALVATERRA	4	40	Aquisição de máquina	R$ 600.000,00
181	Jader Fontenelle Barbalho	1412	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santarém Novo			05.149.182/0001-80	PA	SANTAREM NOVO	4	40	Aquisição de máquina.	R$ 500.000,00
182	Jader Fontenelle Barbalho	1398	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari.			04.884.482/0001-40	PA	CACHOEIRA DO ARARI	4	40	Aquisição de máquina	R$ 500.000,00
183	Jader Fontenelle Barbalho	1407	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Rondon do Pará.			04.780.953/0001-70	PA	RONDON DO PARA	4	40	Aquisição de máquina	R$ 500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2402696319

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

184	Jader Fontenelle Barbalho	1406	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Paragominas			05.193.057/0001-78	PA	PARAGOMINAS	4	40	Aquisição de máquina.	R$ 402.436,00
185	Jader Fontenelle Barbalho	1404	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Maracanã			04.880.258/0001-80	PA	MARACANA	4	40	Aquisição de máquina	R$ 500.000,00
186	Jader Fontenelle Barbalho	1405	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Novo Progresso			10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Estradas vicinais.	R$ 600.000,00
187	Jader Fontenelle Barbalho	1397	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Anapu.			01.613.194/0001-63	PA	ANAPU	4	40	Aquisição de máquina	R$ 350.000,00
188	Jaime Maximino Bagattoli	2939	60120002	4272	22000	22101	202V	PREFEITURA			01.266.058/0001-44	RO	BURITIS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS	R$ 590.000,00
189	Jaime Maximino Bagattoli	2940	60120002	4272	22000	22101	202V	PREFEITURA			04.104.816/0001-16	RO	ARIQUEMES	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS	R$ 210.974,00
190	Jaime Maximino Bagattoli	2937	60120002	4272	22000	22101	202V	PREFEITURA			04.092.706/0001-81	RO	VILHENA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS	R$ 590.000,00
191	Jaime Maximino Bagattoli	2942	60120002	4272	22000	22101	202V	PREFEITURA			15.834.732/0001-54	RO	ALTA FLORESTA DOESTE	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS	R$ 590.000,00
192	Jaques Wagner	3406	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Itaguaçu da Bahia			16.445.843/0001-31	BA	ITAGUACU DA BAHIA	4	40	Execução de obras e serviços de engenharia em estradas vicinais	R$ 1.500.000,00
193	Jaques Wagner	3845	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Nordestina			13.347.539/0001-63	BA	NORDESTINA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 447.676,00
194	Jaques Wagner	3413	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Igaporã			13.811.484/0001-09	BA	IGAPORA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 700.000,00
195	Jaques Wagner	4129	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Caetité			13.811.476/0001-54	BA	CAETITE	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 500.000,00
196	Jaques Wagner	3409	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Ituaçu			14.106.280/0001-21	BA	ITUACU	4	40	Execução de obras ou serviços de engenharia em estrada vicinais	R$ 800.000,00
197	Jaques Wagner	3416	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Itaju do Colônia			14.147.920/0001-41	BA	ITAJU DO COLONIA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 700.000,00
198	Jaques Wagner	3424	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Tanhaçu			13.676.309/0001-48	BA	TANHACU	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R$ 800.000,00
199	Jayme Veríssimo de Campos	2753	60120002	2376	22000	22101	202V	Município de Colniza			04.213.687/0001-02	MT	COLNIZA	4	40	Aquisição de maquinas e equipamentos	R$ 600.000,00
200	Jayme Veríssimo de Campos	2755	60120002	2376	22000	22101	202V	Município de Boa Esperança do Norte			58.673.892/0001-71	MT	BOA ESPERANCA DO NORTE	4	40	Aquisição de maquinas e equipamentos	R$ 450.000,00
201	Jayme Veríssimo de Campos	2751	60120002	2376	22000	22101	202V	Universidade Federal de Rondonópolis – UFR			35.854.176/0001-95	MT	RONDONOPOLIS	4	90	equipamentos e implementos agrícolas	R$ 1.300.000,00
202	Jayme Veríssimo de Campos	2756	60120002	2376	22000	22101	202V	Município de Porto Alegre do Norte			03.238.672/0001-28	MT	PORTO ALEGRE DO NORTE	4	40	Aquisição de maquinas e equipamentos	R$ 1.602.000,00
203	Jayme Veríssimo de Campos	2752	60120002	2376	22000	22101	202V	Município de Colniza			04.213.687/0001-02	MT	COLNIZA	4	40	Aquisição de maquinas e equipamentos	R$ 600.000,00
204	Jayme Veríssimo de Campos	2754	60120002	2376	22000	22101	202V	Município de Serra Nova Dourada			04.204.945/0001-86	MT	SERRA NOVA DOURADA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 400.436,00
205	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2623	60120002	9206	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO		01.616.319/0001-09	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	40	TRATOR AGRÍCOLA 90CV	R$ 134.283,00
206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2620	60120002	9206	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO	MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO		01.300.094/0001-87	GO	RIANAPOLIS	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960,00
207	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2647	60120002	9206	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO	MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO		01.915.313/0001-32	GO	FAZENDA NOVA	4	40	MOTONIVELADORA	R$ 543.400,00
208	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2639	60120002	9206	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO	MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO		01.168.145/0001-69	GO	PIRANHAS	4	40	TRATOR AGRÍCOLA	R$ 134.283,00
209	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2624	60120002	9206	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO		01.219.807/0001-82	GO	URUACU	4	40	MOTONIVELADORA	R$ 543.400,00
210	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2641	60120002	9206	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO		01.219.807/0001-82	GO	URUACU	4	40	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 292.600,00
211	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2627	60120002	9206	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE GOIAS - GO	MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE GOIAS - GO		01.126.341/0001-70	GO	MONTE ALEGRE DE GOIAS	4	40	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 292.600,00
212	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2616	60120002	9206	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO		26.873.059/0001-88	GO	GUARAITA	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960,00
213	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2622	60120002	9206	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO		01.616.319/0001-09	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	40	TRATOR AGRÍCOLA 90CV	R$ 134.283,00
214	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2637	60120002	9206	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO	MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO		00.078.790/0001-28	GO	DOVERLANDIA	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960,00
215	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2645	60120002	9206	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO		01.164.946/0001-56	GO	CAIAPONIA	4	40	TRATOR AGRÍCOLA	R$ 134.283,00
216	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2636	60120002	9206	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO	MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO		01.493.998/0001-76	GO	CAMPOS VERDES	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960,00
217	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2643	60120002	9206	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO		01.164.946/0001-56	GO	CAIAPONIA	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960,00
218	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2625	60120002	9206	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO		01.219.807/0001-82	GO	URUACU	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960,00
219	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2629	60120002	9206	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE INDIARA - GO	MUNICIPIO DE INDIARA - GO		00.005.959/0001-10	GO	INDIARA	4	40	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 292.600,00
220	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2618	60120002	9206	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO		26.873.059/0001-88	GO	GUARAITA	4	40	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 292.600,00
221	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2634	60120002	9206	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO	MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO		01.135.227/0001-07	GO	MOZARLANDIA	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960,00
222	Jorge Seif Júnior	3041	60120002	4273	22000	22101	202V	Município de Passos Maia			95.993.085/0001-62	SC	PASSOS MAIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 264.000,00
223	Jorge Seif Júnior	3049	60120002	4273	22000	22101	202V	Município de Saudades			83.021.881/0001-54	SC	SAUDADES	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário no município	R$ 132.000,00
224	Jorge Seif Júnior	3059	60120002	4273	22000	22101	202V	Município de Abelardo Luz			83.009.886/0001-61	SC	ABELARDO LUZ	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000,00
225	Jorge Seif Júnior	3044	60120002	4273	22000	22101	202V	Município de Atalanta			83.102.616/0001-09	SC	ATALANTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000,00
226	Jorge Seif Júnior	3060	60120002	4273	22000	22101	202V	Município de Arroio Trinta			82.826.462/0001-27	SC	ARROIO TRINTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974,00
227	Jorge Seif Júnior	3045	60120002	4273	22000	22101	202V	Município de Brunópolis			01.613.853/0001-61	SC	BRUNOPOLIS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000,00
228	Jorge Seif Júnior	3055	60120002	4273	22000	22101	202V	Município de São José do Cedro			83.026.781/0001-10	SC	SAO JOSE DO CEDRO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2402696319

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

229	Jorge Seif Júnior	3046	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Caxambu do Sul			83.021.816/0001-29	SC	CAXAMBU DO SUL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000,00
230	Jorge Seif Júnior	3043	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Bom Jesus			01.551.148/0001-87	SC	BOM JESUS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000,00
231	Jorge Seif Júnior	3057	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Riqueza			95.988.309/0001-48	SC	RIQUEZA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000,00
232	Jorge Seif Júnior	3051	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de São Bernardino			01.612.812/0001-50	SC	SAO BERNARDINO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário no município	R$ 132.000,00
233	Jorge Seif Júnior	3053	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Aguas de Chapeco			82.804.212/0001-96	SC	AGUAS DE CHAPECO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 264.000,00
234	Jorge Seif Júnior	3048	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Meleiro			82.837.741/0001-96	SC	MELEIRO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000,00
235	José da Cruz Marinho	247	60120002	4182	22000	22101	20ZV	SINDICATO RURAL DE TUCUMÃ	SINDICATO RURAL DE TUCUMÃ	TUCUMÃ	04.362.024/0001-41	PA	TUCUMA	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$ 250.000,00
236	José da Cruz Marinho	1804	60120002	4182	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BONITO	MUNICÍPIO DE BONITO	MUNICÍPIO DE BONITO	05.149.083/0001-07	PA	BONITO	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 400.000,00
237	José da Cruz Marinho	244	60120002	4182	22000	22101	20ZV	SINDICATO RURAL PARAUAPEBAS	SINDICATO RURAL PARAUAPEBAS	PARAUAPEBAS	22.937.932/0001-06	PA	PARAUAPEBAS	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$ 250.000,00
238	José da Cruz Marinho	241	60120002	4182	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA	MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA	MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA	05.077.102/0001-29	PA	ITUPIRANGA	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTE	R$ 1.000.000,00
239	José da Cruz Marinho	248	60120002	4182	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CURUÇÁ	MUNICÍPIO DE CURUÇÁ	MUNICÍPIO DE CURUÇÁ	05.171.939/0001-32	PA	CURUCA	3	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.702.436,00
240	José da Cruz Marinho	1805	60120002	4182	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ	MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ	MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ	05.183.827/0001-00	PA	PORTO DE MOZ	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 780.974,00
241	José da Cruz Marinho	243	60120002	4182	22000	22101	20ZV	SINDICATO RURAL ALTAMIRA	SINDICATO RURAL ALTAMIRA	ALTAMIRA	05.004.510/0001-50	PA	ALTAMIRA	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$ 250.000,00
242	José da Cruz Marinho	240	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	ASSOCIAÇAO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO	Santarém Novo	22.064.816/0001-11	PA	SANTAREM NOVO	4	90	AQUISIÇÃO DE TRATOR COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	R$ 250.000,00
243	José da Cruz Marinho	246	60120002	4182	22000	22101	20ZV	SINDICATO RURAL DE XINGUARA	SINDICATO RURAL DE XINGUARA	XINGUARA	10.248.086/0001-20	PA	XINGUARA	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$ 250.000,00
244	José da Cruz Marinho	245	60120002	4182	22000	22101	20ZV	SINDICATO RURAL REDENÇÃO	SINDICATO RURAL REDENÇÃO	REDENÇÃO	10.248.052/0001-35	PA	REDENCAO	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$ 250.000,00
245	José da Cruz Marinho	242	60120002	4182	22000	22101	20ZV	SINDICATO RURAL DE MARABÁ	SINDICATO RURAL DE MARABÁ	MARABÁ	29.830.688/0001-19	PA	MARABA	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$ 750.000,00
246	José da Cruz Marinho	1801	60120002	4182	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI	MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI	MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI	05.191.333/0001-69	PA	IGARAPE-MIRI	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 800.000,00
247	José Renan Vasconcelos Calheiros	2370	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MARECHAL DEODORO -AL	MARECHAL DEODORO -AL	MARECHAL DEODORO -AL	12.200.275/0001-58	AL	MARECHAL DEODORO	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 750.000,00
248	José Renan Vasconcelos Calheiros	2369	60120002	2289	22000	22101	20ZV	SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL	SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL	SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL	12.342.671/0001-10	AL	SAO LUIS DO QUITUNDE	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 600.000,00
249	José Renan Vasconcelos Calheiros	2364	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MESSIAS - AL	MUNICIPIO DE MESSIAS - AL	MUNICIPIO DE MESSIAS - AL	12.200.283/0001-02	AL	MESSIAS	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 600.000,00
250	José Renan Vasconcelos Calheiros	2368	60120002	2289	22000	22101	20ZV	NOVO LINO- AL	NOVO LINO- AL	NOVO LINO- AL	12.248.878/0001-20	AL	NOVO LINO	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
251	José Renan Vasconcelos Calheiros	2319	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL	MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL	MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL	12.342.663/0001-73	AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 600.000,00
252	José Renan Vasconcelos Calheiros	2314	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MURICI - AL	MUNICIPIO DE MURICI - AL	MUNICIPIO DE MURICI - AL	12.332.953/0001-36	AL	MURICI	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.250.000,00
253	José Renan Vasconcelos Calheiros	2760	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL	MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL	MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL	35.634.435/0001-72	AL	PARICONHA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 652.436,00
254	José Roberto Oliveira Faro	1211	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Dom Eliseu	Dom Eliseu	00.396.895/0001-25	PA	DOM ELISEU	4	90	Aquisição de equipamento agrícola.	R$ 272.436,00
255	José Roberto Oliveira Faro	1209	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Baião	Baião	00.396.895/0001-25	PA	BAIAO	4	90	Aquisição de equipamento agrícola.	R$ 680.000,00
256	José Roberto Oliveira Faro	2373	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará	Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará	Concórdia do Pará	14.145.791/0001-52	PA	CONCORDIA DO PARA	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$ 495.240,00
257	José Roberto Oliveira Faro	1213	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Goianésia do Pará	Prefeitura Municipal de Goianésia do Pará	Goianésia do Pará	83.211.433/0001-13	PA	GOIANESIA DO PARA	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$ 2.000.000,00
258	José Roberto Oliveira Faro	1215	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Brasil Novo	Prefeitura Municipal de Brasil Novo	Brasil Novo	34.887.950/0001-00	PA	BRASIL NOVO	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$ 2.000.000,00
259	Laércio José de Oliveira	4044	60120002	4274	22000	22101	20ZV	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO E DA PESCA			34.841.271/0001-91	SE	ARACAJU	4	30	- Aquisição de equipamentos.	R$ 1.980.974,00
260	Luis Carlos Heinze	927	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Jari	Jari		01.609.402/0001-50	RS	JARI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 300.005,00
261	Luis Carlos Heinze	934	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Toropi	Toropi		01.539.271/0001-82	RS	TOROPI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 300.003,00
262	Luis Carlos Heinze	918	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Bossoroca	Bossoroca		87.613.014/0001-69	RS	BOSSOROCA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 330.953,00
263	Luis Carlos Heinze	931	60120002	4184	22000	22101	20ZV	São Pedro do Sul	São Pedro do Sul		87.489.910/0001-68	RS	SAO PEDRO DO SUL	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 300.004,00
264	Luis Carlos Heinze	922	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Dilermando de Aguiar	Dilermando de Aguiar		01.609.404/0001-40	RS	DILERMANDO DE AGUIAR	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 300.006,00
265	Luis Carlos Heinze	937	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Tramandaí	Tramandaí		88.771.001/0001-80	RS	TRAMANDAI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 200.001,00
266	Luis Carlos Heinze	925	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Itacurubi	Itacurubi		91.573.048/0001-44	RS	ITACURUBI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 250.002,00
267	Luis Eduardo Grangeiro Girão	1989	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIAÇAO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS - 05.497.601/0001-	TABULEIRO DO NORTE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas e Implementos Agrícolas	R$ 135.850,00
268	Luis Eduardo Grangeiro Girão	1358	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PORANGA	MUNICIPIO DE PORANGA		07.438.187/0001-59	CE	PORANGA	4	40	Construção , Reforma ou Modernização de Mercado Municipal	R$ 1.645.124,00
269	Luis Eduardo Grangeiro Girão	1359	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE RUSSAS	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE - OPTAR -	RUSSAS	34.426.656/0001-92	CE	RUSSAS	4	50	Aquisição de Equipamentos e Implementos	R$ 200.000,00
270	Luiz Cantuária Barreto	2719	60120002	4079	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santana - AP	Prefeitura Municipal de Santana - AP		23.066.640/0001-08	AP	SANTANA	4	40	Construção de duas feiras livres no município de Santana/AP	R$ 4.952.436,00
271	Magno Pereira Malta	1783	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Viana/ES			27.165.547/0001-01	ES	VIANA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 301.000,00
272	Magno Pereira Malta	1782	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Apiacá/ES			27.165.604/0001-44	ES	APIACA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas.	R$ 301.000,00
273	Magno Pereira Malta	1784	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Mimoso do Sul/ES			27.174.119/0001-37	ES	MIMOSO DO SUL	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 301.000,00
274	Magno Pereira Malta	2001	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Ibitirama/ES			31.726.490/0001-31	ES	IBITIRAMA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 301.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2402696319

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

275	Magno Pereira Malta	2000	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Barra de Afonso Cláudio/ES			27.165.562/0001-41	ES	AFONSO CLAUDIO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 301.000,00
276	Magno Pereira Malta	2003	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Alto Rio Novo/ES			31.796.659/0001-20	ES	ALTO RIO NOVO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 174.974,00
277	Magno Pereira Malta	2002	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Presidente Kennedy/ES			27.165.703/0001-26	ES	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 301.000,00
278	Mara Cristina Gabrilli	3563	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	45.116.712/0001-09	SP	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
279	Mara Cristina Gabrilli	3078	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA	CAFELÂNDIA	CAFELÂNDIA	46.186.375/0001-99	SP	CAFELANDIA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
280	Mara Cristina Gabrilli	3611	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS	46.156.477/0001-61	SP	COROADOS	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
281	Mara Cristina Gabrilli	3557	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA	65.712.002/0001-59	SP	ASPASIA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 452.436,00
282	Mara Cristina Gabrilli	3554	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MESOPOLIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE MESOPOLIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE MESOPOLIS	65.712.069/0001-93	SP	MESOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	R$ 500.000,00
283	Mara Cristina Gabrilli	3606	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO	44.558.856/0001-52	SP	PROMISSAO	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
284	Mara Cristina Gabrilli	3571	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUI	46.189.726/0001-15	SP	ITAPUI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
285	Mara Cristina Gabrilli	3548	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS	46.601.944/0001-15	SP	TRES FRONTEIRAS	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
286	Mara Cristina Gabrilli	3631	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA	45.138.088/0001-40	SP	SANTANA DA PONTE PENSA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	R$ 500.000,00
287	Mara Cristina Gabrilli	3613	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	46.634.101/0001-15	SP	BOTUCATU	3	40	Custeio	R$ 500.000,00
288	Marcelo Costa e Castro	3084	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Bela Vista do Piauí			01.612.558/0001-90	PI	BELA VISTA DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 1.000.000,00
289	Marcelo Costa e Castro	718	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí			06.554.166/0001-36	PI	RIO GRANDE DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 400.000,00
290	Marcelo Costa e Castro	619	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí			01.612.583/0001-74	PI	LAGOA DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 600.000,00
291	Marcelo Costa e Castro	3083	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Brejo do Piauí			01.612.567/0001-81	PI	BREJO DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 1.000.000,00
292	Marcelo Costa e Castro	268	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de José de Freitas			06.554.786/0001-75	PI	JOSE DE FREITAS	4	40	Construção de uma agroindústria	R$ 800.000,00
293	Marcelo Costa e Castro	612	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Corrente			06.554.257/0001-71	PI	CORRENTE	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 1.200.000,00
294	Marcelo Costa e Castro	3088	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Anísio de Abreu			06.553.630/0001-70	PI	ANISIO DE ABREU	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 1.500.000,00
295	Marcelo Costa e Castro	3093	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Várzea Branca			41.522.103/0001-07	PI	VARZEA BRANCA	4	40	Construção e estrada vicinal	R$ 1.500.000,00
296	Marcelo Costa e Castro	3086	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itainópolis			06.553.754/0001-55	PI	ITAINOPOLIS	4	40	Construção de uma passagem molhada.	R$ 1.000.000,00
297	Marcelo Costa e Castro	3068	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Buriti dos Lopes			06.554.455/0001-35	PI	BURITI DOS LOPES	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 800.000,00
298	Marcelo Costa e Castro	1946	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Secretaria de Assistência Técnica e Defesa Agropecuária (SADA/PI)	Corrente - PI		49.498.865/0001-19	PI	TERESINA	4	30	Construção de um parque de exposições	R$ 1.000.000,00
299	Marcelo Costa e Castro	727	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Uruçuí			06.985.832/0001-90	PI	URUCUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 1.000.000,00
300	Márcio Miguel Bittar	1489	60120002	4078	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE FEIJO	MUNICIPIO DE FEIJO		04.005.179/0001-20	AC	FEIJO	4	40	Aquisição de Máquinas e equipamentos agrícolas.	R$ 1.980.974,00
301	Marcos Cesar Pontes	2034	60120002	4265	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP	67.160.507/0001-83	SP	VARGEM	4	40	EQUIPAMENTOS/INFRAEST RUTURA	R$ 610.974,00
302	Marcos Cesar Pontes	2032	60120002	4265	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP	56.024.581/0001-56	SP	RIBEIRAO PRETO	4	40	EQUIPAMENTOS	R$ 625.000,00
303	Marcos Cesar Pontes	2029	60120002	4265	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP	45.116.092/0001-08	SP	MERIDIANO	4	40	EQUIPAMENTOS	R$ 300.000,00
304	Marcos Cesar Pontes	2036	60120002	4265	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SP	46.137.410/0001-80	SP	BAURU	4	40	EQUIPAMENTOS	R$ 445.000,00
305	Marcos Ribeiro do Val	3748	60120002	9204	22000	22101	20ZV	MIMOSO DO SUL			27.174.119/0001-37	ES	MIMOSO DO SUL	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$ 400.000,00
306	Marcos Ribeiro do Val	3759	60120002	9204	22000	22101	20ZV	MARILÂNDIA			27.744.176/0001-04	ES	MARILANDIA	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$ 400.000,00
307	Marcos Rogério da Silva Brito	3209	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ji-Paraná			04.092.672/0001-25	RO	JI-PARANA	4	40	obra	R$ 1.980.974,00
308	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	3470	60120002	4275	22000	22101	20ZV	SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS	SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS		00.766.733/0001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	4	40	ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
309	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	2446	60120002	4275	22000	22101	20ZV	PORTO NACIONAL	PORTO NACIONAL		00.299.198/0001-56	TO	PORTO NACIONAL	4	40	ESTRADAS VICINAIS	R$ 5.404.872,00
310	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	2445	60120002	4275	22000	22101	20ZV	ANANÁS	ANANÁS		00.237.362/0001-09	TO	ANANAS	4	40	ESTRADAS VICINAIS	R$ 3.000.000,00
311	Maria Teresa Leitão de Melo	2722	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Cupira			10.191.799/0001-02	PE	CUPIRA	4	40	Construção de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
312	Maria Teresa Leitão de Melo	2718	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de São João			10.146.371/0001-30	PE	SAO JOAO	4	40	Aquisição de retroescavadeira e caminhão basculante	R$ 1.052.436,00
313	Maria Teresa Leitão de Melo	2723	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Macaparana			11.361.888/0001-04	PE	MACAPARANA	4	40	Serviço de Terraplanagem e cascalhamento	R$ 1.000.000,00
314	Maria Teresa Leitão de Melo	2724	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Granito			11.040.888/0001-02	PE	GRANITO	4	40	Recuperação de estradas e recuperação de barragens	R$ 950.000,00
315	Maria Teresa Leitão de Melo	2726	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Buenos Aires			10.165.165/0001-77	PE	BUENOS AIRES	4	40	Projeto de Adequação e reforma de estradas vicinais	R$ 495.240,00
316	Maria Teresa Leitão de Melo	2725	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Granito			11.040.888/0001-02	PE	GRANITO	4	40	Recuperação e manutenção de Barragens	R$ 950.000,00
317	Nelson Trad Filho	3162	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Taquarussu		03.923.703/0001-80	MS	TAQUARUSSU	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário Trator	R$ 128.500,00
318	Nelson Trad Filho	3171	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Aparecida do Taboado		03.563.335/0001-06	MS	APARECIDA DO TABOADO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário Retroescavadeira	R$ 288.000,00
319	Nelson Trad Filho	3166	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Rochedo		03.501.566/0001-95	MS	ROCHEDO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário Trator	R$ 128.500,00
320	Nelson Trad Filho	3072	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Antônio João		03.567.930/0001-10	MS	ANTONIO JOAO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário retroescavadeira	R$ 288.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2402696319

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

321	Nelson Trad Filho	3115	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Corguinho		03.501.525/0001-07	MS	CORGUINHO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário Pá carregadeira	R$ 280.000,00
322	Nelson Trad Filho	3155	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Jateí		03.783.859/0001-02	MS	JATEI	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário Trator	R$ 128.500,00
323	Nelson Trad Filho	3071	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Amambai		03.568.433/0001-36	MS	AMAMBAI	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário Retroescavadeira	R$ 288.000,00
324	Nelson Trad Filho	3112	60120002	4181	22000	22101	202V	Governo do Estado	Festival Internacional da Carne		15.412.257/0001-28	MS	CAMPO GRANDE	3	30	Fomento ao Setor Agropecuário Festival Internacional da Carne	R$ 400.000,00
325	Nelson Trad Filho	3160	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Nova Alvorada do Sul		37.212.719/0001-04	MS	NOVA ALVORADA DO SUL	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário Retroescavadeira	R$ 288.000,00
326	Nelson Trad Filho	3151	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Ivinhema		03.575.875/0001-00	MS	IVINHEMA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste)	R$ 416.500,00
327	Nelson Trad Filho	3161	60120002	4181	22000	22101	202V	Município de Ponta Porã	Ponta Agrotec		03.434.792/0001-09	MS	PONTA PORA	3	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
328	Nelson Trad Filho	3108	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Bandeirantes		03.501.491/0001-42	MS	BANDEIRANTES	3	40	Fomento ao Setor Agropecuário Calcário	R$ 240.436,00
329	Nelson Trad Filho	3149	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Douradina		15.479.751/0001-00	MS	DOURADINA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário Retroescavadeira	R$ 288.000,00
330	Nelson Trad Filho	3147	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Costa Rica		15.389.596/0001-30	MS	COSTA RICA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário Trator	R$ 128.500,00
331	Nelson Trad Filho	3163	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Terenos		03.501.582/0001-88	MS	TERENOS	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário Retroescavadeira	R$ 288.000,00
332	Nelson Trad Filho	3165	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Rio Negro		03.501.558/0001-49	MS	RIO NEGRO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário Trator	R$ 128.500,00
333	Nelson Trad Filho	3159	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Nioaque		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário Trator	R$ 128.500,00
334	Nelson Trad Filho	3121	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Coronel Sapucia		01.988.914/0001-75	MS	CORONEL SAPUCAIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste)	R$ 416.500,00
335	Nelson Trad Filho	3157	60120002	4181	22000	22101	202V	Município de Mundo Novo	População		03.741.683/0001-26	MS	MUNDO NOVO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Ponte (conclusão)	R$ 300.000,00
336	Otto Roberto Mendonça de Alencar	3331	60120002	3795	22000	22101	202V	Município de Salinas da Margarida/BA	Município de Salinas da Margarida/BA	SALINAS DA MARGARIDA/BA	13.743.281/0001-14	BA	SALINAS DA MARGARIDA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
337	Otto Roberto Mendonça de Alencar	3325	60120002	3795	22000	22101	202V	Município de Ibitiara/BA	Município de Ibitiara/BA	IBITIARA/BA	13.781.828/0001-76	BA	IBITIARA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
338	Otto Roberto Mendonça de Alencar	3321	60120002	3795	22000	22101	202V	Município de Jeremoabo-BA	Município de Jeremoabo-BA	JEREMOABO/BA	13.809.041/0001-75	BA	JEREMOABO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais	R$ 1.952.436,00
339	Otto Roberto Mendonça de Alencar	3334	60120002	3795	22000	22101	202V	Município de Ipecaetá/BA	Município de Ipecaetá/BA	IPECAETÁ/BA	13.621.735/0001-84	BA	IPECAETA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
340	Paulo Renato Paim	383	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Canguçu			88.861.430/0001-49	RS	CANGUCU	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 351.436,00
341	Paulo Renato Paim	374	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Porto Lucena			87.613.659/0001-00	RS	PORTO LUCENA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
342	Paulo Renato Paim	375	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Rondinha			87.712.212/0001-80	RS	RONDINHA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
343	Paulo Renato Paim	379	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Bozano			04.216.419/0001-36	RS	BOZANO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
344	Paulo Renato Paim	382	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Toropi			01.539.271/0001-82	RS	TOROPI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
345	Paulo Renato Paim	387	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Tapera			87.613.493/0001-13	RS	TAPERA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
346	Paulo Renato Paim	377	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Ivoti			88.254.909/0001-17	RS	IVOTI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
347	Paulo Renato Paim	384	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Encruzilhada do Sul			89.363.642/0001-69	RS	ENCRUZILHADA DO SUL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 351.000,00
348	Paulo Renato Paim	380	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Rolador			04.203.896/0001-67	RS	ROLADOR	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
349	Paulo Renato Paim	388	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Erebango			92.453.828/0001-13	RS	EREBANGO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 350.000,00
350	Paulo Renato Paim	376	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Carlos Barbosa			88.587.183/0001-34	RS	CARLOS BARBOSA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
351	Paulo Renato Paim	1637	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Terra de Areia			90.256.660/0001-20	RS	TERRA DE AREIA	4	41	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 495.240,00
352	Paulo Renato Paim	385	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Lagoa Vermelha			87.613.626/0001-51	RS	LAGOA VERMELHA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
353	Paulo Renato Paim	389	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Passo do Sobrado			94.577.616/0001-73	RS	PASSO DO SOBRADO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
354	Paulo Renato Paim	386	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Mostardas			88.000.922/0001-40	RS	MOSTARDAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
355	Paulo Renato Paim	381	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Pedro Osório			88.859.962/0001-41	RS	PEDRO OSORIO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
356	Paulo Renato Paim	378	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Fagundes Varela			91.566.893/0001-92	RS	FAGUNDES VARELA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
357	Randolph Frederich Rodrigues Alves	3415	60120002	2919	22000	22101	202V	Governo do Estado do Amapá	Governo do Estado do Amapá		00.394.577/0001-25	AP	MACAPA	4	30	Estradas Vicinais	R$ 4.952.436,00
358	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4078	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Fronteira dos Vales			18.404.954/0001-25	MG	FRONTEIRA DOS VALES	4	40	Equipamento	R$ 500.000,00
359	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4088	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itamarandiba			16.886.871/0001-94	MG	ITAMARANDIBA	4	40	Equipamento	R$ 500.000,00
360	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4117	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Pote			18.404.970/0001-18	MG	POTE	4	40	Equipamento	R$ 652.436,00
361	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4061	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Aguanil			17.888.108/0001-65	MG	AGUANIL	4	40	Equipamento	R$ 500.000,00
362	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4099	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Machacalis			18.404.921/0001-85	MG	MACHACALIS	4	40	Equipamento	R$ 500.000,00
363	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4067	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Capetinga			17.894.031/0001-36	MG	CAPETINGA	4	40	Equipamento	R$ 400.000,00
364	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4113	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Muzambinho			18.668.624/0001-47	MG	MUZAMBINHO	4	40	Equipamento	R$ 500.000,00
365	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4082	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Guarara			17.723.172/0001-96	MG	GUARARA	4	40	Equipamento	R$ 500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2402696319

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

366	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4073	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Estrela do Indaia			18.308.759/0001-00	MG	ESTRELA DO INDAIA	4	40	Equipamento	R$	500.000,00
367	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4104	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Matias Cardoso			25.209.115/0001-11	MG	MATIAS CARDOSO	4	40	Equipamento	R$	400.000,00
368	Rogério Carvalho Santos	1416	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.106.935/0001-07	SE	POCO VERDE	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.052.436,00
369	Rogério Carvalho Santos	1415	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.134.614/0001-08	SE	CAMPO DO BRITO	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
370	Rogério Carvalho Santos	1414	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.113.287/0001-08	SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.150.000,00
371	Rogério Carvalho Santos	1641	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipa			13.098.181/0001-82	SE	ITABAIANINHA	4	40	Pavimentação	R$	495.240,00
372	Rogério Carvalho Santos	1413	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.115.381/0001-04	SE	CANHOBA	4	40	Estradas Vicinais	R$	600.000,00
373	Rogério Carvalho Santos	1410	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.100.995/0001-04	SE	AREIA BRANCA	4	40	Obras de Fomento	R$	1.150.000,00
374	Rogério Simonetti Marinho	2955	60120002	4276	22000	22101	202V	SÃO BENTO DO TRAIRI			08.160.467/0001-00	RN	SAO BENTO DO TRAIRI	4	40	Aquisição de trator agrícola via ATA 2026 DO MAPA	R$	150.000,00
375	Rogério Simonetti Marinho	2951	60120002	4276	22000	22101	202V	EXTREMOZ			08.204.497/0001-71	RN	EXTREMOZ	4	40	aquisição de uma MOTONIVELADORA via ATA do Ministério da Agricultura	R$	490.000,00
376	Rogério Simonetti Marinho	2962	60120002	4276	22000	22101	202V	VERA CRUZ			08.362.915/0001-59	RN	VERA CRUZ	4	40	aquisição de um TRATOR via ATA 2026 do Ministério da Agricultura	R$	140.000,00
377	Rogério Simonetti Marinho	2953	60120002	4276	22000	22101	202V	MARCELINO VIEIRA			08.357.618/0001-15	RN	MARCELINO VIEIRA	4	40	Aquisição de trator agrícola via ATA 2026 DO MAPA	R$	150.000,00
378	Rogério Simonetti Marinho	2931	60120002	4276	22000	22101	202V	ACARI			08.097.008/0001-20	RN	ACARI	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ATA 2026 do Ministério da Agricultura	R$	300.000,00
379	Rogério Simonetti Marinho	2948	60120002	4276	22000	22101	202V	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO			01.612.396/0001-90	RN	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ATA 2026 do Ministério da Agricultura	R$	300.000,00
380	Rogério Simonetti Marinho	2936	60120002	4276	22000	22101	202V	MAJOR SALES			01.612.383/0001-11	RN	MAJOR SALES	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ATA 2026 do Ministério da Agricultura	R$	300.000,00
381	Rogério Simonetti Marinho	2959	60120002	4276	22000	22101	202V	TENENTE LAURENTINO CRUZ			01.612.382/0001-77	RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	4	40	aquisição de um TRATOR via ATA 2026 do Ministério da Agricultura	R$	150.000,00
382	Sérgio de Oliveira Cunha	4263	60120002	2914	22000	22101	202V	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDAD			43.824.560/0001-73	AC	RIO BRANCO	3	50	Fomentar o desenvolvimento agropecuário no Estado do Acre	R$	4.000.000,00
383	Soraya Vieira Thronicke	2290	60120002	4086	22000	22101	202V	Instituto do Desenvolvimento Social - IDS	Estado do Mato Grosso do Sul		01.832.903/0001-00	RJ	MARICA	3	50	Apoio a projetos de capacitação e realização de eventos.	R$	4.952.436,00
384	Tereza Cristina Corrêa	3532	60120002	4279	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul/MS	Nova Alvorada do Sul/MS		37.212.719/0001-04	MS	NOVA ALVORADA DO SUL	4	40	Cobertura da Feira do Produtor	R$	530.974,00
385	Tereza Cristina Corrêa	3527	60120002	4279	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Iguatemi/MS	Iguatemi/MS		03.568.318/0001-61	MS	IGUATEMI	4	40	Máquinas e Equipamentos	R$	350.000,00
386	Tereza Cristina Corrêa	3534	60120002	4279	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Paranaíba/MS	Paranaíba/MS		03.343.118/0001-00	MS	PARANAIBA	4	40	Pontes e Aduelas	R$	1.100.000,00
387	Vanderlan Vieira Cardoso	3669	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Cavalcante		00.396.895/0001-25	GO	CAVALCANTE	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
388	Vanderlan Vieira Cardoso	3556	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Água Fria de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUA FRIA DE GOIAS	4	90	Motoniveladora	R$	543.000,00
389	Vanderlan Vieira Cardoso	3552	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Três Ranchos		00.396.895/0001-25	GO	TRES RANCHOS	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
390	Vanderlan Vieira Cardoso	3674	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Amorinópolis		00.396.895/0001-25	GO	AMORINOPOLIS	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
391	Vanderlan Vieira Cardoso	3553	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Guaraíta		00.396.895/0001-25	GO	GUARAITA	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
392	Vanderlan Vieira Cardoso	3547	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Portelândia		00.396.895/0001-25	GO	PORTELANDIA	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
393	Vanderlan Vieira Cardoso	3676	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Montes Claros de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	MONTES CLAROS DE GOIAS	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
394	Vanderlan Vieira Cardoso	3671	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Teresina de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	TERESINA DE GOIAS	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
395	Vanderlan Vieira Cardoso	3668	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Alexânia		00.396.895/0001-25	GO	ALEXANIA	4	90	Caminhão Basculante Trucado	R$	604.000,00
396	Vanderlan Vieira Cardoso	3663	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Valparaíso de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	690.000,00
397	Vanderlan Vieira Cardoso	3624	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Águas Lindas de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	690.000,00
398	Vanderlan Vieira Cardoso	3551	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Rianápolis		00.396.895/0001-25	GO	RIANAPOLIS	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
399	Wellington Antonio Fagundes	1982	60120002	3805	22000	22101	202V	prefeitura municipal de Curvelandia	prefeitura municipal de Cuverlandia		04.217.647/0001-20	MT	CURVELANDIA	4	40	trator agrícola	R$	128.500,00
400	Wellington Antonio Fagundes	2017	60120002	3805	22000	22101	202V	prefeitura municipal de Indiavaí	prefeitura municipal de Indiavaí		03.239.027/0001-20	MT	INDIAVAI	4	40	trator agrícola	R$	128.500,00
401	Wellington Antonio Fagundes	2013	60120002	3805	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Salto do Ceu	Prefeitura Municipal de Salto do Ceu		15.024.011/0001-89	MT	SALTO DO CEU	4	40	trator agrícola	R$	128.500,00
402	Wellington Antonio Fagundes	1978	60120002	3805	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Brasnorte	Prefeitura Municipal de Brasnorte		01.375.138/0001-38	MT	BRASNORTE	4	40	Aquisição trator agrícola	R$	128.500,00
403	Wellington Antonio Fagundes	2014	60120002	3805	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal	Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal		15.024.011/0001-89	MT	RESERVA DO CABACAL	4	40	trator agrícola	R$	128.500,00
404	Wellington Antonio Fagundes	1985	60120002	3805	22000	22101	202V	prefeitura municipal de rio branco	prefeitura municipal de rio branco		15.023.997/0001-72	MT	RIO BRANCO	4	40	trator agrícola	R$	128.500,00
405	Wellington Antonio Fagundes	2015	60120002	3805	22000	22101	202V	prefeitura municipal de Glória DOeste	prefeitura municipal de Glória DOeste		37.464.955/0001-00	MT	GLORIA D'OESTE	4	40	trator agrícola	R$	128.500,00
406	Wellington Antonio Fagundes	2016	60120002	3805	22000	22101	202V	prefeitura municipal de Porto Esperidião	prefeitura municipal de Porto Esperidião		05.460.358/0001-10	MT	PORTO ESPERIDIAO	4	40	trator agrícola	R$	128.500,00
407	Weverton Rocha Marques de Sousa	3456	60120002	4084	22000	22101	202V	Fernando Falcão			01.612.667/0001-08	MA	FERNANDO FALCAO	4	40	implantação de estradas vicinais	R$	4.952.436,00
408	Wilder Pedro de Morais	2682	60120002	2969	22000	22101	202V	Prefeitura de Turvelândia			25.107.657/0001-83	GO	TURVELANDIA	4	40	Modelização do Parque de Exposições Agropecuárias	R$	980.974,00
409	Wilder Pedro de Morais	2892	60120002	2969	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO			00.396.895/0001-25	GO	MINEIROS	4	90	AQUISIÇÃO DE PA CARREGADEIRA	R$	292.600,00
410	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1848	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO		08.349.094/0001-10	RN	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional	R$	1.000.055,00
411	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1864	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ		01.612.382/0001-77	RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores	R$	402.436,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2402696319

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

412	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3824	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDO	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDO		08.088.247/0001-13	RN	SANTANA DO SERIDO	4	40	COMPRA DE UMA PA CARREGADEIRA	R$ 330.055,00
413	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1846	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS		08.294.670/0001-70	RN	CARNAUBAIS	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional	R$ 200.055,00
414	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3806	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA EQUADOR	PREFEITURA EQUADOR		08.086.225/0001-14	RN	EQUADOR	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS	R$ 200.055,00
415	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1853	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS		08.153.462/0001-50	RN	MARTINS	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais.	R$ 600.055,00
416	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1868	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL		08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais	R$ 479.055,00
417	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3874	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ	PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ		08.348.971/0001-39	RN	MOSSORO	4	40	CÂMARA FRIGORIFICA	R$ 300.000,00
418	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3819	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI		08.097.008/0001-20	RN	ACARI	4	40	IMPLMENTOS AGRICOLAS	R$ 299.835,00
419	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3805	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU		08.349.078/0001-28	RN	PATU	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS	R$ 200.055,00
420	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1854	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ		08.144.784/0001-33	RN	NOVA CRUZ	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais.	R$ 340.670,00
421	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3822	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA		04.214.217/0001-55	RN	JUNDIA	4	40	VEICULO	R$ 400.055,00
422	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	2599	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL		08.158.669/0001-18	RN	CORONEL EZEQUIEL	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional	R$ 200.055,00
																R$	284.059.826,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2402696319

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo II: Indicações retiradas pelos autores (rejeitadas)

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2402696319

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor
1	Carlos Alberto Dias Viana	4008	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG - CNPJ 17.947.581/0001-76		00.396.895/0001-25	MG	MURIAE	4	90	Aquisição de retroescavadeira	R$ 302.400,00
2	Ciro Nogueira Lima Filho	1960	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BOCAINA			06.553.689/0001-68	PI	BOCAINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
3	Ciro Nogueira Lima Filho	1963	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO PIAUÍ			01.613.513/0001-30	PI	PORTO ALEGRE DO PIAUI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
4	Ciro Nogueira Lima Filho	1961	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BURITI DOS LOPES			06.554.455/0001-35	PI	BURITI DOS LOPES	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
5	Ciro Nogueira Lima Filho	1962	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS			06.554.422/0001-95	PI	NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
6	Damares Regina Alves	1800	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado de Agricultura do Distrito Federal			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	4	30	Investimento para a construção de estrutura de apoio e galpões com baias para albergamento de	R$ 1.980.974,00
7	Efraim de Araújo Morais Filho	4369	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	4	40	Execução de Obras	R$ 3.000.000,00
8	Francisco de Assis Rodrigues	3544	60120002	4143	22000	22101	20ZV	Município do Amajari	Município do Amajari		01.614.081/0001-82	RR	AMAJARI	4	40	Fomento ao setor Agropecuário	R$ 4.352.436,00
9	Irajá Silvestre Filho	3746	60120002	4096	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Todos os municípios do Estado do Tocantins		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	3	90	Desenvolver programa para cadeia produtiva no Estado do Tocantins.	R$ 4.952.436,00
10	Jayme Veríssimo de Campos	3011	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Município de Boa Esperança do Norte			58.673.892/0001-71	MT	BOA ESPERANCA DO NORTE	4	40	aquisição de maquinas e equipamentos	R$ 450.000,00
11	Jorge Seif Júnior	2675	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Camboriu			83.102.293/0001-45	SC	CAMBORIU	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.980.974,00
12	Marcos Ribeiro do Val	3739	60120002	9204	22000	22101	20ZV	DORES DO RIO PRETO			27.167.386/0001-87	ES	DORES DO RIO PRETO	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$ 400.000,00
13	Marcos Ribeiro do Val	3767	60120002	9204	22000	22101	20ZV	SANTA MARIA DE JETIBÁ			36.388.445/0001-38	ES	SANTA MARIA DE JETIBA	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$ 400.000,00
14	Marcos Ribeiro do Val	3752	60120002	9204	22000	22101	20ZV	MUQUI			27.082.403/0001-83	ES	MUQUI	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$ 400.000,00
15	Marcos Ribeiro do Val	3754	60120002	9204	22000	22101	20ZV	SÃO MATEUS			27.167.477/0001-12	ES	SAO MATEUS	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$ 400.000,00
16	Marcos Ribeiro do Val	3763	60120002	9204	22000	22101	20ZV	BREJETUBA			01.612.674/0001-00	ES	BREJETUBA	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$ 400.000,00
17	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	2447	60120002	4275	22000	22101	20ZV	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS		00.766.717/0001-49	TO	SITIO NOVO DO TOCANTINS	4	40	ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
18	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4091	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Machacalis			18.404.921/0001-85	MG	MACHACALIS	3	40	Equipamento	R$ 500.000,00
19	Wellington Antonio Fagundes	1980	60120002	3805	22000	22101	20ZV	prefeitura municipal de curvelândia	prefeitura municipal de curvelândia		58.673.892/0001-71	MT	CURVELANDIA	4	40	trator agrícola	R$ 128.500,00
20	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1851	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA		04.214.217/0001-55	RN	JUNDIA	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e	R$ 430.055,00
21	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1855	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS		08.110.439/0001-89	RN	SANTANA DO MATOS	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e	R$ 300.055,00
22	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3801	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR	PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR		13.937.170/0001-49	RN	EQUADOR	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS	R$ 200.055,00
23	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3794	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI		08.097.008/0001-20	RN	ACARI	4	40	IMPLEMTNOS AGRICOLAS	R$ 200.055,00
24	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1858	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ	PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ		08.088.247/0001-13	RN	SANTANA DO SERIDO	3	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e	R$ 300.055,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2402696319

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia dezoito de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença das Senadoras Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Jussara Lima, Margareth Buzetti e dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Beto Faro, Luis Carlos Heinze, Alan Rick e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Laércio Oliveira, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Paulo Paim e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. Item 1 - Projeto de Lei n° 3591, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para reduzir a alíquota da Compensação Financeira pela Exploração Mineral incidente sobre o calcário para uso agrícola." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento da tramitação. Item 2 - Projeto de Lei n° 2500, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, para estabelecer prioridade na aquisição pela administração pública federal de alimentos produzidos por agricultores familiares e por empreendimentos familiares rurais." Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto. Resultado: Adiado. Item 3 - Projeto de Lei n° 801, de 2024 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a doação de alimentos humanos ou animais, por indústrias, estabelecimentos comerciais e assemelhados, a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, sem fins lucrativos bem como, as doações financeiras feitas a entidades de proteção dos animais, sem fins lucrativos." Autoria: Senador Giordano (MDB/SP). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta, acolhendo as Emendas nºs 1-T-CAE, 3 e 4-CAE. E pela rejeição da Emenda nº 2-T. Resultado: Adiado. Item 4 - Projeto de Lei n° 6682, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para prever a possibilidade de exportação de subprodutos do abate de bovinos e de bubalinos quando não houver demanda alimentar no País." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de pauta para atender ao Requerimento 6/2026-CRA de Audiência Pública para instruir o Projeto (item 6 extrapauta). A tramitação do PL 6682/2025 fica suspensa na Comissão, nos termos do artigo 118, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal, aguardando a realização da referida Audiência Pública em data oportuna. Item 5 - Projeto de Lei n° 3761, de 2025 - Terminativo - que: "Cria o Selo Verde Café Amazônia." Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das emendas que apresenta, bem como pela aprovação das Emendas nºs 2, 3, 4 e parcialmente da Emenda nº 1. E pela rejeição da Emenda nº 5. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2-CRA, 3-CRA, 4-CRA, 6-CRA e 7-CRA, esta acolhendo parcialmente a Emenda nº 1. Rejeitada a Emenda nº 5. Item extrapauta 6 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 6, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 6682/2025, que “altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para prever a possibilidade de exportação de subprodutos do abate de bovinos e de bubalinos quando não houver demanda alimentar no País”. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa); representante Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec); representante Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); representante Associação Brasileira dos Frigoríficos." Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PP/MT). Resultado: Aprovado. Item extrapauta 7 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 7, de 2026 que: "Nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, auditoria nas atividades do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) sobre os ritos e procedimentos adotados pelo órgão nas avaliações ambientais dos defensivos agrícolas e sobre a aplicação da Lei no 14.785, de 27 de dezembro de 2023, já que, conforme relatado por Entidades do setor, não estão sendo cumpridas as disposições na nova Lei e estão sendo aplicados dispositivos revogados da Lei 7.802/89." Autoria: Senador Zequinha Marinho (Podemos/PA). Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Chico Rodrigues, Jaime Bagattoli, Luis Carlos Heinze, a Senadora Margareth Buzetti e Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Mais uma vez, boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião está destinada à deliberação de quatro projetos não terminativos e um projeto terminativo, conforme pauta previamente divulgada.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 3591, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para reduzir a alíquota da Compensação Financeira pela Exploração Mineral incidente sobre o calcário para uso agrícola.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Chico Rodrigues para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente Zequinha Marinho, eu gostaria de falar sobre a minha relatoria desse projeto na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

É o Projeto de Lei nº 3.591, de 2019, do Senador Luis Carlos Heinze, que altera a Lei 8.001, de 13 de março de 1990, para reduzir a alíquota da Compensação Financeira pela Exploração Mineral incidente sobre o calcário para uso agrícola.

Eu vou à análise, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fora do microfone.) – Pois não.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Em conformidade com o art. 104-B, inciso XI, do Regimento Interno do Senado, incumbe a esta Comissão a apreciação de proposições pertinentes à tributação da atividade rural.

Por não se tratar de matéria terminativa, cabe a esta Comissão, nesta oportunidade, manifestar-se quanto aos aspectos de mérito do PL n° 3.591, de 2019.

No caso do Brasil, a falta de planejamento, a insuficiência de estoques e os efeitos da guerra na Ucrânia provocaram efeitos imediatos na produção agropecuária brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o estudo "Produção Nacional de Fertilizantes - Estudo Estratégico", da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, de 2020, o país tem alta dependência externa de fertilizantes, com importação de cerca de 60% a 85% do consumo interno, a depender do produto. Em 2018, por exemplo, a dependência externa de fertilizantes do país foi de 76% para o nitrogênio, 55% para o fósforo e 95% para o potássio, mesmo sendo detentor de reservas minerais substantivas.

No mercado internacional de fertilizantes, a Rússia é o segundo produtor de nitrogênio e de potássio e o quarto de fósforo, sendo um importante fornecedor para o Brasil. Adicionalmente, Belarus, país também envolvido no conflito – ante as sanções econômicas impostas pela comunidade internacional – é outro importante parceiro comercial brasileiro com impacto nos custos de produção agrícola, já que exportou, em 2018, em torno de 20% do potássio consumido no país.

Diante dessa realidade, uma análise pragmática para autossuficiência do Brasil no setor, no longo prazo, passa, indubitavelmente, por retomar o processo de produção de fertilizantes, com domínio da capacidade de produção de todos os insumos, reestruturação do sistema produtivo nacional, melhoria do regime tributário, aprimoramento de logística e distribuição dos produtos.

Nesse sentido, o projeto de lei ora em análise está em sintonia com os princípios estruturantes para um novo modelo de produção de fertilizantes no Brasil com vistas ao alcance da autossuficiência.

No caso em tela, a redução da alíquota da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) incidente sobre o calcário para uso agrícola de 1% para 0,2% irá fomentar a produção no Brasil, gerar emprego e contribuir, por certo, com o barateamento do custo de produção agrícola, merecendo, portanto, ser aprovada pelo Senado Federal.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PL nº 3.591, de 2019.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Lido o relatório, a matéria está em discussão. (Fora do microfone.) (Pausa.)

Bagattoli, tudo bem?

Só queria fazer um comentário rápido aqui. Primeiro, cumprimento a ideia do Senador Luis Carlos Heinze e o seu relatório. Um produto tão importante para a agricultura como o calcário... O calcário se destina, para quem não sabe, à correção do solo; os nossos solos são muito ácidos e não adianta você adubar a terra sem antes corrigi-la – o Bagattoli, aqui, é professor disso, porque é um grande produtor rural. E essa fome por arrecadação termina complicando. Eu acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não devia ter nada, não se devia cobrar nada, mas, pelo menos, simbolicamente – não é, Bagattoli? –, fica aí 0,2% para que não se diga que se tirou tudo do Governo para incentivar a agricultura. A agricultura está sempre pagando. Em países lá fora, principalmente na Europa, se o Governo não aportar subsídio, subsídio, subsídio, não há produção. O negócio é inviável, correto? É inviável.

Aqui a gente paga compensação financeira pela exploração de calcário, que é fundamental para a correção do solo, para fazer a produção.

Mas tudo bem, o ideal e o possível nem sempre andam juntos, entre um e o outro há sempre um grande espaço. Mas eu considero já uma redução significativa.

Senador Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de cumprimentar aqui pela autoria desse projeto o Senador Luis Carlos Heinze e também o nosso Relator aqui, o Chico Rodrigues.

Quero dizer para quem não está nos acompanhando, Senador Chico Rodrigues, que o calcário foi a maior evolução que teve para a produção no Brasil e em outros países também. Nós não teríamos produção nenhuma no Cerrado brasileiro se não tivesse acontecido a evolução e a descoberta do calcário, e não é só na exploração. Nós precisamos nos sentar com os governos dos estados, porque tem estados, Senador Zequinha Marinho, que infelizmente não têm a jazida de calcário, que é o caso do Acre, por exemplo. No Estado do Acre – não tem nenhum representante aqui – nem pedra praticamente existe. Se precisasse de pedra para remédio, seria difícil. O Acre talvez seja o único estado do Brasil... Não sou do Acre, sou de Rondônia. Rondônia tem jazidas de calcário, Mato Grosso tem dezenas de jazidas de calcário em exploração, São Paulo – a maioria dos estados –, Minas. Só que não tinha que incidir nem o ICMS, nenhum tipo de imposto de um estado para o outro também. Podia até ter, igual você falou, 0,2% da exploração, um imposto simbólico.

O calcário é essencial hoje para a produção brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Permita-me um parêntese, Senador. O grande problema do calcário talvez não seja o preço da tonelada, mas o frete, e esse frete traz consigo os impostos dele. Quer dizer, para se transportar calcário – calcário agrícola –, não se deveria também cobrar imposto no frete dessa matéria-prima, que é tão importante. Mas aí lá vai... ninguém consegue essa isenção.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E cobra-se o ICMS tanto do calcário quanto do transporte. É aquilo que você falou: uma tonelada de calcário no Mato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grosso custa em torno de R$70; em Rondônia, em torno de R$80, R$85. Se você tiver que levar o calcário lá para o Acre, custa quase R$300...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fora do microfone.) – Só de frete!

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... por tonelada. Então, você vê, são praticamente quatro vezes, cinco vezes. O valor do produto é o valor do frete, além de ainda ter que pagar o imposto. É um absurdo! Esse é o país, esse é o custo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem. (Pausa.)

O senhor é o autor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Fora do microfone.) – Sim, senhor. Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pode falar.

Com a palavra o Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Contra o projeto... (Fora do microfone.). (Risos.)

Senador Zequinha – obrigado, Senador Chico –, pelejamos algum tempo, mas deu certo.

O Bagattoli já vem falando agora sobre a necessidade do calcário. Nessa questão da guerra com o Irã, os fertilizantes, Bagattoli, Chico, estão aumentando, e muito. E quanto mais calcário nós usarmos – o que nós temos em qualquer canto do Brasil, Zequinha –, vai diminuir a quantidade de fertilizantes caros que o Brasil importa. Praticamente 90% dos fertilizantes que nós usamos hoje no Brasil são importados – potássicos, fosfatados e nitrogenados –, e aqui está uma forma de reduzir a quantia de fertilizantes e também potencializar os minerais que nós temos no solo.

Quanto mais calcário com que corrigirmos a acidez, melhor é o aproveitamento do fertilizante que existe no solo e que nós aportamos no solo. Portanto, é importante; e baratearmos o custo para nós é fundamental.

Senador Chico, V. Exa. é agrônomo, Bagattoli é um grande produtor e o Zequinha também é do ramo.

Agora, pela manhã, não sei se a Bárbara está aqui, quanto àquele assunto de crédito de carbono, um daqueles especialistas me disse, Chico, Bagattoli, que esteve na Índia, e o estímulo que o Governo indiano deu aos produtores de lá para fazer irrigação para combater a seca... Eles fazem irrigação hoje em 80 milhões de hectares, 80 milhões de hectares, aqui não chega a 15,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incluindo o arroz irrigado que nós fizemos por inundação no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que irrigam lá 2 milhões de hectares de arroz.

Imagina, políticas públicas, quantos bilhões nós perdemos, Bagattoli, com a seca do Rio Grande do Sul e de outros estados da Federação? Quantos bilhões se perderam e os agricultores devem nos bancos hoje?

Portanto, aqui tem uma solução também de programas públicos que possam ajudar a nossa agricultura. E aqui o calcário é um programa que fortalece a nossa agricultura também.

Obrigado, Senador Chico, parabéns pelo seu relatório.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Encerrada a discussão.

O relatório está em votação.

Os Srs. Senadores, Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento da tramitação.

Parabéns ao autor, Senador Luis Carlos Heinze.

Parabéns ao Relator, Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Exa. inversão de pauta, que eu tenho reunião agora no Palácio, e gostaria que a V. Exa. passasse ao item 5 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Requerimento verbal deferido.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 3761, DE 2025

- Terminativo -

Cria o Selo Verde Café Amazônia.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das emendas que apresenta, bem como pela aprovação das Emendas nºs 2, 3, 4 e parcialmente da Emenda nº 1. E pela rejeição da Emenda nº 5.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Votação nominal.

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

É lá em Rondônia também? (Pausa.)

Sei onde é. Eu vou começar a plantar café no Pará. Eu vi um cara, um capixaba lá, que está fazendo sucesso.

Concedo a palavra ao Senador Chico Rodrigues, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, numa decisão terminativa sobre esse projeto de lei, o PL 3.761, de 2025, do colega Senador Sérgio Petecão, esse projeto cria o Selo Verde do Café Amazônia.

Eu vou já ao relatório, com a autorização de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O.k.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Vamos à análise.

Em conformidade com o art. 104-B, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, incumbe a esta Comissão a apreciação de proposições pertinentes ao planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola e comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal.

Em face de a CRA ser o único colegiado de instrução da matéria, em decisão terminativa, cabe a esta Comissão, nesta oportunidade, manifestar-se quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, regimentalidade e mérito do PL 3.761, de 2025.

No tocante à constitucionalidade, estão obedecidos os requisitos constitucionais que dizem respeito à competência legislativa da União (arts. 22, inciso VIII, e 23 da Constituição Federal); às atribuições do Congresso Nacional (arts. 48, 49, 51 e 52 da Constituição Federal); e à iniciativa em projeto de lei (arts. 61 e 84 da Constituição Federal).

No que concerne à juridicidade, o PL 3.761, de 2025, inova o ordenamento jurídico, ao propor a criação do Selo Verde Café Amazônia, e dispõe de coercitividade, estando, desse modo, consoante com a legislação pátria.

Ademais, o PL está também vazado na boa técnica legislativa de que tratam as Leis Complementares nºs 95, de 26 de fevereiro de 1998, e 107, de 26 de abril de 2001, e atende a todos os outros requisitos regimentais para seu processamento.

No entanto, falta especificação de abrangência no PL 3.761, de 2025, para a emissão do Selo Verde Café Amazônia. Sem uma delimitação de aplicação, o selo poderia ser emitido para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer região do país. Para aprimorar o PL nesse aspecto, estamos propondo emenda para que o selo seja emitido somente para a Amazônia Legal, definida na Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966, com a alteração da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Trata-se, portanto, de delimitação regional à Amazônia Legal.

Adicionalmente, entendemos que, em respeito ao princípio constitucional da separação dos Poderes, de que trata o art. 2º da Constituição Federal de 1988, o Poder Legislativo não deve especificar o órgão emissor do Selo Verde Café Amazônia. Essa posição já é, inclusive, a regra proposta pelo autor, o ilustre Senador Sérgio Petecão, no parágrafo único do art. 4º do projeto de lei.

Em consequência, propomos o ajuste no art. 3º, em seu parágrafo único, e no caput do art. 4º, para uniformizar o entendimento de que o órgão federal competente será responsável pela concessão e fiscalização do futuro Selo Verde – cabe à Amazônia entender que o Selo Verde Café Amazônia é uma realidade –, em uma única emenda, por se tratar de assunto correlato. Entende-se que essa emenda possibilita que a regulamentação detalhe procedimentos e responsabilidades, evitando conflitos institucionais e assegurando efetividade na implantação do Selo Verde Café.

Com respeito ao mérito, entendemos que a criação do Selo Verde Café Amazônia promoverá uma melhoria significativa na produção de café na região; incentivará os produtores a aprimorarem seus sistemas produtivos, com o uso de boas técnicas; apoiará o investimento em sistemas produtivos mais eficientes e sustentáveis; preservará os recursos naturais; contribuirá para a geração de empregos e renda no campo, especialmente entre os pequenos agricultores familiares; e, sobretudo, promoverá desenvolvimento econômico, ambiental e social nos municípios de toda a Amazônia.

Acerca das Emendas nºs 1 a 5, temos as seguintes considerações.

Como destacamos, em respeito ao princípio constitucional da separação dos Poderes, a Emenda nº 1 só pode ser acatada parcialmente no tocante à especificação do órgão da estrutura do Poder Executivo, por meio de regulamento, como já especificado.

A Emenda nº 2, por sua vez, deve ser acatada para excluir a restrição da concessão do selo exclusivamente à modalidade "agroflorestal" e para, adicionalmente, considerar os sistemas produtivos com aplicação de alta tecnologia, clones de alta produtividade e manejo conservacionista praticados na cafeicultura da Amazônia.

A Emenda nº 3, outrossim, deve ser aprovada porque propicia o aumento de leque de tecnologias para aumentar a produtividade, resiliência, conservação de recursos naturais e mitigar gases de efeito estufa, com os eventuais ajustes na redação final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já a Emenda nº 4 deve ser acolhida para especificar o escopo do objetivo inicial do autor, que seria, em nossa visão, o cumprimento de todas as leis ambientais e trabalhistas. A Emenda merece apenas o reparo a ser feito na redação final para exclusão – de um parágrafo – de um ponto e vírgula, que está em excesso.

Por fim, em relação à Emenda nº 5, entendemos que não seria adequado a lei especificar um tipo de tecnologia, a exemplo do citado sistema de Monitoramento, Relato e Verificação (MRV). Essa é uma função para o regulamento que, inclusive, poderá ser adaptado à medida que novas inovações e procedimentos surjam e possam ser aplicados à cafeicultura da Amazônia.

Ante esse cenário, entendemos que a iniciativa da criação do Selo Verde Café Amazônia apresenta grande mérito, moderniza a legislação sobre o tema e deve receber o apoio dos Parlamentares brasileiros para sua aprovação.

Do voto.

Dessarte, opinamos pela aprovação do PL nº 3.761, de 2025, nos termos do art. 233, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, das Emendas nºs 2, 3 e 4 e, parcialmente, da Emenda nº 1, com as emendas oferecidas a seguir, e pela rejeição da Emenda nº 5.

Emenda da CRA:

Inclua-se o seguinte inciso IV ao caput do artigo 2º do Projeto de Lei nº 3.761, de 2025, com os ajustes necessários.

"Art. 2º (...)

IV – desenvolver sua atividade agrícola sustentável na Amazônia Legal, conforme definição da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, com alteração da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. (...) "

Emenda da CRA:

Dê-se ao art. 3º e ao caput do art. 4º do Projeto de Lei nº 3.761, de 2025, as seguintes redações.

"Art. 3º O selo de que trata esta lei será concedido pelo órgão federal competente, mediante solicitação do cafeicultor, conforme regulamento.

Parágrafo único. O órgão federal competente poderá credenciar instituição para certificar os empreendimentos dos agricultores que pleitearem o Selo Verde Café Amazônia e fiscalizar o fiel cumprimento dos critérios que autorizam a sua concessão."

Art. 4º. O selo de que trata esta lei terá validade por 2 (dois) anos, podendo ser renovado indefinidamente, mediante nova avaliação e vistoria do órgão federal competente. (...)"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Sr. Presidente, esse é o relatório que agora apresentamos em relação a esse belo projeto do Senador Sérgio Petecão, do Selo Verde Café Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Relator Senador Chico Rodrigues.

Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Quero aqui parabenizar, neste momento, o autor deste projeto, Senador Sérgio Petecão, e a relatoria do Senador Chico Rodrigues, parabenizar por essa relatoria feita pelo Senador Chico Rodrigues e agradecer pelas emendas que acatou – que eu pedi foram três emendas acatadas dentro desse projeto aí.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, venho aqui manifestar o meu apoio ao Projeto de Lei nº 3.761, de 2025, que institui o Selo Verde Café Amazônia, que busca estimular a produção de café de alta qualidade na Amazônia, com certificação de excelência.

Gostaria de cumprimentar o Senador Sérgio Petecão pela autoria da proposta e o Senador Chico Rodrigues pela condução da relatoria.

Agradeço ao Relator por ter acolhido as emendas que propus para aperfeiçoar o texto: a inclusão de sistemas produtivos com alta tecnologia, clones de alta produtividade e manejo conservacionistas, além do modelo agroflorestal. Todos eles garantem que o selo contemple a realidade da cafeicultura na Amazônia.

Também considero muito correta a decisão de não restringir o órgão emissor do texto da lei, respeitando a competência do Poder Executivo para regulamentar a concessão e a fiscalização da certificação. É importante lembrar que esse selo terá validade de dois anos e exigirá o total cumprimento das leis ambientais e trabalhistas, garantindo a sustentabilidade da produção na Amazônia Legal. Creio que, com essa medida, oferecemos um instrumento para atestar a origem de qualidade do café da nossa região, estimulando o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais.

Com tudo isso, acompanho o voto do Relator para aprovação da matéria.

Que o café da Amazônia conquiste o mundo!

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Senador Chico Rodrigues, hoje, no Estado de Rondônia, na Amazônia, nós somos o quinto produtor de café do Brasil, considerando o café conilon e o café arábica. No café conilon, que se chama Robusta Amazônica, aqui quero parabenizar a Embrapa também, pelo grande empenho que teve, principalmente no meu Estado de Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje alcançamos uma produção de praticamente 70 sacos, em média, por hectare. Nós temos produtores, hoje, em Rondônia, produzindo 120 sacos de café por hectare e isso se deve ao grande sacrifício... Sei dos problemas que a gente enfrenta com os órgãos ambientais. Lá nós temos a Sedam, temos o Ibama – Sedam é o controle do Estado de Rondônia na questão ambiental –, mas a irrigação é de suma importância, Senador Zequinha Marinho, Presidente, para a produção. Por isso, hoje, na maioria da produção de café – em torno de 50 mil hectares – no Estado de Rondônia, nós temos o café irrigado, ou seja, com irrigação para três ou quatro meses, no máximo, durante o ano, porque lá chove... Tem municípios em que chove entre oito e nove meses por ano.

Então, nós temos em torno de 50 mil hectares. Nós somos o terceiro maior produtor de café conilon do Brasil. Digo mais... Se tiver algum capixaba aqui, do Espírito Santo, começou, para Rondônia... Vinha a muda do café do Espírito Santo para Rondônia; hoje, Rondônia manda a muda de volta para o Estado do Espírito Santo.

Então, a tecnologia com que nós avançamos na produção no Estado de Rondônia foi muito grande, e o avanço, hoje, da produção de café. Nós temos conversado com os produtores de café – principalmente com nossos pequenos produtores – e a grande importância disso, Senador Chico Rodrigues, é que 95% do café de Rondônia vem do pequeno produtor, vem da agricultura familiar, vem de produtores que plantam, no máximo, até 10, 12 hectares. Tem produtores de dois hectares, de um alqueire, 2,5 hectares. Então, nós temos essa, que é a grande vantagem que nós temos na produção de café, principalmente no Estado de Rondônia, onde houve uma reforma agrária mais expressiva para os pequenos produtores, já na década de 70.

E eu fico feliz, aqui, em ver que nesse projeto foram acatadas as nossas emendas, principalmente por esse selo ser certificado pelo Mapa, pelo Ministério da Agricultura, e não ser diretamente pelo Ibama – o Ibama, Senador Zequinha Marinho, é mais um órgão fiscalizador de mata, de desmatamento, de outras coisas que... O produtor já tem uma responsabilidade grande com isso. Mas eu fico feliz em saber que outros estados da Amazônia... Amazônia não é só mato; Amazônia, nós sabemos que nós temos a responsabilidade de preservar 80%. Então, se nós temos 80%, os nossos pequenos produtores têm que produzir com garantia, com segurança e com qualidade, e, para isso, precisamos também que os estados se envolvam dentro das secretarias de agricultura, dentro das EMATERs, ajudando mais ainda, cada vez mais, esse nosso pequeno produtor.

Parabéns ao autor, Petecão, e parabéns ao Senador e Relator Chico Rodrigues.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerrada a discussão, em votação o projeto e as emendas, nos termos do relatório apresentado.

Solicito que se prepare a votação para que se possa iniciá-la através do sistema, e eu peço a todos os assessores aqui presentes, cujos Senadores não estão, que mobilizem seus Senadores para que se vote. Somos 14 presentes aqui pelo Plenário Virtual, a fim de que a gente possa votar o relatório do Senador Chico Rodrigues.

A votação está aberta.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Nós vamos dar sequência à pauta de hoje, enquanto o pessoal vai votando ali, e depois, quando tivermos a votação necessária, a gente encerra esse item, está bom? Pedro.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT. Pela ordem.) – Eu tenho um requerimento na mesa, em que a gente está requerendo a realização de uma audiência pública com o objetivo de instruir o PL 6.682, de 2025, que altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para prever a possibilidade de exportação de subprodutos do abate de bovinos e bubalinos quando não houver demanda alimentar no país.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, faremos isso agora, Senadora.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 6, DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 6682/2025, que "altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para prever a possibilidade de exportação de subprodutos do abate de bovinos e de bubalinos quando não houver demanda alimentar no País". Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante Ministério da Agricultura e Pecuária - Mapa;
- representante Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes - ABIEC;
- representante Federação das Indústrias do Estado de São Paulo FIESP;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• representante Associação Brasileira dos Frigoríficos.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PP/MT)

Votação simbólica.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Tudo bem?

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Resultado: aprovado o requerimento.

Retirado de pauta o Item nº 4 para atender ao requerimento.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 6682, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para prever a possibilidade de exportação de subprodutos do abate de bovinos e de bubalinos quando não houver demanda alimentar no País.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Votação simbólica.

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.)

A tramitação do PL 6.682, de 2025, fica suspensa nesta Comissão, nos termos do art. 118 § 4º do Regimento Interno, aguardando a realização desta audiência pública em data oportuna.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 7, DE 2026

- Não terminativo -

Nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja solicitado, ao Tribunal de Contas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da União, auditoria nas atividades do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA sobre os ritos e procedimentos adotados pelo órgão nas avaliações ambientais dos defensivos agrícolas e sobre a aplicação da Lei no 14.785, de 27 de dezembro de 2023, já que, conforme relatado por Entidades do setor, não estão sendo cumpridas as disposições na nova Lei e estão sendo aplicados dispositivos revogados da Lei 7.802/89.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado. (Pausa.)

Gostaria que os senhores assessores ligassem para os seus Senadores, pelo menos para mais dois votos. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira votar, encerro a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Resultado: 8 votaram SIM; 1 votou NÃO.

Aprovado o projeto e as Emendas nºs 2-CRA, 3-CRA, 4-CRA, 6-CRA e 7-C CRA e parcialmente a Emenda nº 1-CRA, rejeitada a Emenda nº 5.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Parabenizo o autor, assim como também o seu Relator.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, agradecendo a todos os senhores e senhoras, assessores, imprensa, Senadores e técnicos aqui da nossa Comissão.

Muito obrigado a todos.

Até a nossa próxima reunião.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 15 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL. DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia treze de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Wellington Fagundes e Zequinha Marinho, reúne-se a Subcomissão Permanente do Bioma Pantanal. com a presença dos Senadores Margareth Buzetti, Tereza Cristina e Nelsinho Trad, e ainda dos Senadores Leila Barros, Plínio Valério, Paulo Paim, Zenaide Maia, Marcos do Val, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Augusta Brito, Soraya Thronicke e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixa de comparecer o Senador Jayme Campos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição dos cargos de direção. **Resultado:** Instalada a Subcomissão e eleito o Senador Wellington Fagundes para a Presidência e a Senadora Tereza Cristina para Vice-Presidência. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Subcomissão Permanente do Bioma Pantanal. n° 1, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater questões pertinentes ao Bioma Pantanal, às ações empreendidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no âmbito do projeto BID Pantanal, bem como as iniciativas adotadas pelo Ministério da Agricultura em relação a tais temas. Convida o Exmo. Sr. Carlos Henrique Baqueta Fávaro, Ministro da Agricultura e Pecuária." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes
Presidente da Subcomissão Permanente do Bioma Pantanal.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente do Bioma Pantanal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 13 de março de 2024.

Objetivos da reunião.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta Subcomissão e à eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente para o período dos trabalhos.

Foi registrada até o momento a indicação do Senador Wellington Fagundes para Presidente e da Sra. Tereza Cristina para Vice-Presidente.

Não tendo sido registrados outros candidatos aos cargos, consulto os membros se concordam em realizar a votação por aclamação. (*Pausa.*)

Senadora Damares, pode ser por aclamação? (*Pausa.*)

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Vice se mexeu ali um pouquinho. (*Risos.*)

Aprovada a proposta, coloco em votação, por aclamação, o nome do Senador Wellington Fagundes para Presidente da Subcomissão Permanente do Bioma Pantanal e o da Senadora Tereza Cristina para Vice-Presidente.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro eleito e convido para tomar assento à Mesa o Sr. Senador Wellington Fagundes, Presidente da Subcomissão Permanente do Bioma Pantanal.

Sr. Presidente, a palavra está com V. Exa. para o discurso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.) – Eu quero agradecer aqui à Senadora Leila Barros, a nossa Presidente desta Comissão, e também aqui ao Senador Zequinha Marinho, que conduziu aqui a eleição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, é claro, quero agradecer também por esta oportunidade a todos os membros desta Comissão também e àqueles que comporão a nossa Subcomissão, a Senadora Margareth Buzetti, a Senadora Tereza Cristina, como Vice-Presidente, ela que acompanhou muito quando tivemos aquele grande problema das queimadas, cinco anos atrás, e sabe como ninguém, foi Ministra da Agricultura, a complexidade que é o nosso Pantanal. E é bom dizer aqui que dois terços do Pantanal mato-grossense ficam no Mato Grosso do Sul e um terço, no Mato Grosso da parte brasileira. Ainda tem, Senadora Damares, um pouco ali na Bolívia, chegando até a Argentina.

Então, é importante para o Mato Grosso do Sul, porque o Pantanal do Mato Grosso do Sul é muito forte na economia do estado. Por isso, eu fico muito feliz de a Senadora Tereza...

O Sr. Zequinha Marinho (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para apartear.) – Um aparte aí só para lembrar. A margem esquerda do Rio Tocantins, já quase chegando no Amazonas, é um verdadeiro Pantanal, ouviu? Lá no Pará.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É isso aí. Com a característica específica, porque o nosso Pantanal é uma região muito nova e uma depressão que tem ali umas características, assim, únicas no Brasil.

Mas a gente pode falar isso depois com mais...

Eu quero agradecer também ao Senador Jayme Campos, que inclusive é Relator do projeto que cria o Estatuto do Pantanal; ao Senador Nelsinho, que também participou muito, no ano passado; e aqui agradeço especialmente ao Senador Zequinha Marinho, porque, como ele falou, lá no Estado do Pará também nós temos condições praticamente idênticas às da Ilha do Marajó, com toda a sua especificidade. Então, o Senador Zequinha, com certeza, vai nos ajudar muito nesse trabalho.

E agradeço ao Senador Jorge Seif, que foi o Ministro da Pesca e que tem um conhecimento muito importante sobre aquilo que a gente pode também desenvolver na economia do Pantanal.

Eu vou aqui abrir, então, para aqueles que quiserem falar. Depois eu faço o meu pronunciamento até para não tomar o tempo de todos vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, aquele vago não está mais vago. Meu partido está me indicando hoje. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Que maravilha!

Então, a Senadora Damares também...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... então, vai ser uma das nossas companheiras para defender o nosso Pantanal. Ela já está de verde.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Já está bem... (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Prontinha para começar a trabalhar!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bem prontinha. (*Risos.*) (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Até parece que ela nasceu no Pantanal.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, ela viveu no Pantanal bastante, porque ela conhece principalmente lá os nossos indígenas.

No Pantanal, além da vida da fauna e da flora, nós temos ali a vida humana: os ribeirinhos, os quilombolas, os indígenas, os proprietários, os fazendeiros, os sitiantes, os donos de hotelarias, pousadas.

E aqui eu quero, Senadora Tereza, já fazer um convite de público a toda a Comissão – à de Meio Ambiente e, é claro, especialmente também à nossa Subcomissão de Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos, na semana passada, a entrega aqui, pelo Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), estava aqui presente também o Presidente da Federação do Comércio de Mato Grosso, que é o Wenceslau Junior, de um convite oficial para que a Comissão de Meio Ambiente estivesse numa visita ao Pantanal para conhecer a realidade e também para que se hospedasse lá no maior *resort* ambiental do Brasil. É uma área de 110 mil hectares, onde estão presentes as universidades, com pesquisa, com toda a estrutura que a Fecomércio oferece para o trabalhador do comércio. Então é um convite para que a gente possa estar lá para conhecer a realidade, principalmente do que aconteceu nas queimadas.

E este ano, Senadora Damares, nós já estamos com uma previsão de seca maior do que a de cinco anos atrás. Inclusive, para hoje, amanhã, essa semana, há uma previsão de calor de mais de 40 graus, podendo chegar a 43 graus, aí nessa flutuação. E o Pantanal está seco.

Aí eu vou deixar a Senadora e Ministra Tereza Cristina falar um pouco mais dessa complexidade que é o Pantanal. Mas vamos marcar a data. E faço questão de V. Exa. também, Senador Kajuru, que é o nosso vizinho goiano ali... Nós temos o Araguaia e o Baixo Araguaia, que têm alguma similaridade também.

Mas hoje nós estamos falando aqui daquilo que é o Patrimônio da Humanidade, que é o nosso Pantanal.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discursar.) – Obrigada, Senador Wellington, Presidente da Subcomissão.

Essa Subcomissão é importantíssima porque vai cuidar e tratar dos assuntos deste bioma, que é um bioma único no mundo, tanto é que é Patrimônio da Humanidade, e que precisa de um olhar especial, de um olhar para que ele continue sendo preservado, mas que também possa trazer desenvolvimento àqueles que lá estão há mais de 200 anos.

Eu queria dizer que eu também sou pantaneira, viu, Senador? Eu, quando criança, vivi no Pantanal, ali na divisa com o Mato Grosso, no Pantanal ali da região de Pedro Gomes, enfim, ali na beira do Rio Itiquira, que é também... Nós temos vários pantanais dentro desse bioma.

Então é muito importante a gente discutir e ter ações às vezes olhando na frente. Como o senhor mesmo colocou, nós hoje estamos vivendo esses dias, pontualmente aqui falando, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma onda de calor de novo, sem precedentes, vinda do Paraguai, e que afeta enormemente o Pantanal. E a gente tem visto aí o Pantanal já começando com algumas queimadas em algumas localidades.

Eu fico muito feliz também de essa Subcomissão ser recebida lá no Mato Grosso, nesse *resort* do Senac, que eu conheço e é uma beleza. Eu acho que vale a pena para todos que puderem ir, porque ali a gente começa a conhecer a realidade do Pantanal do Norte, que fica no Mato Grosso do Norte, mas que se estende para o Mato Grosso do Sul, sendo que 90% desse bioma está no Mato Grosso do Sul.

O meu estado acabou de fazer uma lei estadual para o Pantanal. Nós temos aí o mercado de carbono, que vai ser também uma coisa a que nós vamos ter que estar muito atentos. O Pantanal é um dos que vai ter, nessa ferramenta, talvez, o seu desenvolvimento calcado nisso, com várias ações. Nós estamos aqui, nesta Casa, e já aprovamos no Senado. Foi para a Câmara e está voltando esse marco sobre o mercado de carbono, e o Pantanal vai ser um indutor dessa política que pode trazer avanços, para que a gente possa continuar produzindo no Pantanal, mas preservando esse bioma lindíssimo e importantíssimo para a nossa fauna e a nossa flora.

Então era isso, Presidente. Muito obrigada pela confiança desta Vice-Presidência, nesta importante Subcomissão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu quero, então, aqui agradecer a todos pelo apoio à Comissão, para que a gente instalasse a nossa Subcomissão do Pantanal. Mais uma vez, quero agradecer aqui a todos, porque o nosso bioma Pantanal é tão importante para a vida do planeta, porque ele contribui com o meio ambiente e também a vida na Terra.

O Pantanal é a maior área alagada do planeta, englobando o Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul, parte da Bolívia, do Paraguai, e me parece que um pedacinho da Argentina. É patrimônio da humanidade e também reserva mundial da biosfera. São mais de 650 espécies de aves, 80 de mamíferos, entre eles a onça-pintada, além de 260 tipos de peixes, 50 de répteis e grande diversidade também de insetos, tudo isso muito ameaçado pelas mudanças climáticas e as ações antrópicas, como o assoreamento dos rios, a instalação de usinas hidrelétricas, o esgoto *in natura*, o lixo e outras atividades predadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A instalação desta Subcomissão tem o objetivo maior de colocar, na pauta desta Comissão, as principais questões do bioma, incluindo o Estatuto do Pantanal, que será assunto de audiência pública nas próximas semanas.

Quero lembrar aqui que, em 2020, o bioma foi palco de uma tragédia ambiental, quando incêndios consumiram 4,2 milhões de hectares. Uma pesquisa comandada por várias instituições calcula que, pelo menos, 17 milhões de vertebrados foram consumidos pelas chamas. Além dos animais, os incêndios ameaçaram a vida do homem pantaneiro, que vive em comunhão com a natureza e contribui, há mais de três séculos, para a preservação do bioma. Basta citar que 95% do bioma estão nas mãos, Senadora Damares, da iniciativa privada, com toda a responsabilidade de cuidar do Pantanal. E o bioma registra um nível de 84% de preservação. É o mais preservado entre os seis biomas brasileiros. Mas não podemos estar tranquilos diante desses dados.

Quero aproveitar a ocasião para fazer um alerta sobre a seca extrema que se configura para os próximos anos no Pantanal, como advertem já o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e o Serviço Geológico do Brasil. Os rios que formam o Pantanal estão muito abaixo do nível para esta época do ano. Aqui posso citar o caso do Rio Paraguai, principal formador do Pantanal, que registra o menor nível de água em 124 anos. Na nossa cidade de Cáceres, há uma situação de crise muito grande em toda a região. Relatos de moradores da região são de que a estiagem já pode ser registrada no bioma e a principal preocupação é com os incêndios. Em 2020, mais de 4 milhões de hectares foram consumidos pelas chamas. No ano passado, isso chegou a 1,2 milhão de hectares. O fogo ameaça a vida de todo o bioma, incluindo a sobrevivência do homem pantaneiro, que sempre contribui para a preservação do Pantanal. Pelas medições feitas, o acúmulo de chuva desde outubro é de 450mm na bacia, enquanto o normal é de 1.100mm.

Esse cenário nos preocupa bastante e já estamos adotando algumas medidas para evitar que a nova tragédia ambiental atinja o bioma, como a construção de postos artesianos. Eu estou citando isso no Mato Grosso, e a Senadora Tereza Cristina também, com muitas ações lá no Mato Grosso do Sul, inclusive a lei, que é muito importante. Nós do Mato Grosso ainda precisamos de urgência disso. Ainda há a instalação de unidades do Corpo de Bombeiros – isso em parceria com o Senador Jayme Campos – e também a mobilização de brigadistas, aviões e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminhões-pipa. Registro também o apoio do Governo do Estado, do Governador Mauro Mendes e aqui também da Sema. E não posso deixar de registrar aqui a Marinha do Brasil, o Corpo de Bombeiros tanto de Mato Grosso como o de Mato Grosso do Sul, que têm já um trabalho muito conjunto. Além disso, também registro aqui que foi criada uma unidade do Exército Brasileiro específica para o Pantanal – eu cumprimento aqui o 6º Distrito Naval com sede em Ladário, Mato Grosso do Sul, ali encostado em Corumbá –, com a Embrapa Pantanal, que faz um trabalho brilhante.

Então, eu agradeço muito a todos. Se puderem me trazer aqui o nome ainda do Comandante da Marinha, de Ladário, no 6º Distrito, seria importante citá-lo. E também o Comandante do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso.

Eu registro que, entretanto, as medidas a médio prazo devem resultar de uma presença maior do Estado no bioma e da formulação de políticas públicas que contemplem a exploração sustentável dos recursos naturais do Pantanal, de forma a garantir a sobrevivência das populações que lá vivem, assim como da fauna e da flora.

Eu registro que também nós tivemos, no passado, Senadora Tereza Cristina, no Mato Grosso – eu não tenho certeza se atingiu também o Mato Grosso do Sul, mas esse programa era para Mato Grosso –, um programa apelidado de BID Pantanal, no Governo ainda de Dante de Oliveira. É um grande programa, que, infelizmente, o Governo seguinte resolveu paralisar, mesmo com o recurso sendo, em grande parte, do Governo Federal. Parece-me que 70% era recurso do Governo Federal.

Agora, o Senador Fávaro está também falando na possibilidade de reativar esse programa BID Pantanal. Nomeou até uma comissão para tratar especificamente desse assunto. Eu quero aqui, inclusive, convidar oportunamente o Ministro Fávaro para vir falar como está essa tratativa do programa BID Pantanal, como está, se já tem a carta-consulta, o trabalho que está sendo feito, porque, com certeza, nós vamos ser muito cobrados, Senador Kajuru, inclusive, pelo Governo Federal, pelos estados. E não podemos ser cobrados por omissão, porque isso é muito ruim.

Está aqui previsto já esse novo desastre acontecer tão logo comece o mês de agosto, setembro... É importante que as pessoas saibam que o fogo no Pantanal é natural. No Mato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grosso, nós temos os biomas Pantanal, Amazônia e ainda o que a gente fala lá de nosso Araguaia. Na Amazônia, na floresta, não pega fogo. Já no Cerrado, não é comum, através de raio e outras situações naturais. Até, no tipo de vegetação do nosso Cerrado e do Pantanal, as árvores são todas tortuosas, casca grossa, caem muito as folhas. Isso permite que se faça uma cama de vegetação e, com qualquer raio, vem aquilo ali e queima. E a regeneração do Pantanal é muito forte também, mas quando tem água. Agora, quando não tem água, que é a situação, é muito complexo. Eu poderia falar aqui dos jacarés, enfim, que hibernam, mas a sessão não é para este momento.

Como o Senador Kajuru manifestou interesse em falar, eu passo a palavra ao Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Eu vou ser rápido, meu amigo e respeitadíssimo Senador Wellington Fagundes, nossa Ministra histórica da Agricultura Senadora Tereza Cristina, aqui presente.

Falo da minha alegria por esta Subcomissão.

Daqui pouco, teremos a outra Subcomissão do Meio Ambiente.

Como você bem citou o Rio Araguaia, eu queria trazer uma notícia muito triste. O Rio Araguaia, Senadora Tereza, Senadora Damares, está virando uma piscina de criança. Estão literalmente roubando a água do Rio Araguaia. Eu fiz a denúncia e a rede Record de televisão está apresentando no seu Jornal da Noite, agora e no domingo que vem também. Ela foi lá fazer a matéria. É uma empresa de Limeira, em São Paulo, que montou uma estrutura lá que fica o dia todo roubando, literalmente, a água do Rio Araguaia. Olhem a que ponto nós chegamos. Por isso é que eu acho que a questão do Rio Araguaia precisa ser aqui discutida de uma forma independente, corajosa. O Governador Ronaldo Caiado está à disposição, porque ele ama o Araguaia, como todos nós goianos. É triste essa denúncia, mas é 100% verdadeira, com nomes dados aos empresários. São três bilionários que roubam, diariamente, milhões de água do Rio Araguaia.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senadora Tereza Cristina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Só colaborando rapidamente, o BID Pantanal é muito importante. O Mato Grosso do Sul também tinha uma parcela importante, lá no passado, desse financiamento. Nós temos que lembrar que nós temos o desastre do Taquari, e o Taquari estava inserido dentro desse projeto, com ações para que, enfim, se achasse uma solução, porque ele já invadiu mais de 1 milhão de hectares dentro do Pantanal e alagou porque saiu da caixa, é um rio jovem.

Esse projeto será importantíssimo. Então, é muito boa a ideia de chamar aqui o Ministro para saber como é que está se dando essa proposta, como é que está sendo feita, para ver se esse projeto do BID pode realmente acontecer para resgatar e resolver parte desse problema que é seriíssimo, que aconteceu no Rio Taquari, lá no Mato Grosso do Sul, que é a nossa divisa ali, está próximo às nossas divisas, entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bom, como nós já estamos instalados, a Comissão, e aqui eu já pedi ao Secretário um requerimento, eu já gostaria, então, de colocar em apreciação aqui o primeiro requerimento de convite ao Ministro Fávaro, Ministro da Agricultura, para falar especificamente do Pantanal e, claro, também do BID Pantanal e das ações que estão fazendo.

(É o seguinte o item:

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL. Nº 1, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater questões pertinentes ao Bioma Pantanal, às ações empreendidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no âmbito do projeto BID Pantanal, bem como as iniciativas adotadas pelo Ministério da Agricultura em relação a tais temas. Convida o Exmo. Sr. Carlos Henrique Baqueta Fávaro, Ministro da Agricultura e Pecuária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT))

Aqueles Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos tratar, então, com o Ministério da Agricultura, para ser a primeira reunião da nossa Subcomissão.

Eu quero aqui também registrar, para finalizar... Aliás, Senadora Tereza Cristina, é bom também... Nós vamos falar no momento oportuno, mas, na época da queimada, foi-se muito comentado: o Pantanal pode ter fogo? Não pode ter fogo? O que fazer? Isso nós vamos explicar bastante no momento oportuno, mas me lembro bem de que V. Exa., como Ministra da Agricultura, falou do boi bombeiro. Isso foi, às vezes para alguns, bem interpretado; para outros, não; mas é importante dizer que o Pantanal tem riqueza, tem uma economia forte.

Lembra-se da Segunda Guerra Mundial. Foi o Pantanal que forneceu o charque para aqueles que estavam lá representando o Brasil, inclusive para muita exportação, o charque mato-grossense – Mato Grosso que era um, único, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Então, essa questão...

Inclusive, é importante registrar que a Procuradoria da República entrou com uma representação no Supremo Tribunal Federal para que, enquanto nós não tivéssemos uma legislação pertinente ao Pantanal, o Pantanal fosse regrado, regido pela mesma norma da Mata Atlântica; e o Ministro Marco Aurélio deixou o voto favorável. Isso está lá no Supremo. Imagine, a Mata Atlântica, com a sua característica específica, deve ser realmente preservada. O Pantanal, não! Nós temos que conservar o Pantanal, porque ali existe, principalmente, a pecuária que faz exatamente o pisoteio e faz o equilíbrio do nosso ecossistema. Nós vamos falar isso em momento mais oportuno.

Que bom é ter aqui a Senadora Tereza Cristina, com todo o seu conhecimento, como Vice-Presidente, para nos ajudar nesse trabalho e para o conhecimento também da população brasileira e mundial.

Agora mesmo nós tivemos a repetição da novela Pantanal pela Rede Globo. É muito bom, as pessoas veem a coisa linda, mas nós temos que cuidar da preservação, da conservação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daquilo que é para ser preservado em algumas áreas, mas, principalmente, da conservação, que é o equilíbrio da economia do Pantanal.

E quero aqui agradecer, em nome da CNC, ao Presidente José Roberto Tadros, que é o Presidente da CNC-Sesc-Senac, que já se colocou, então, à disposição. Inclusive, nesse momento da queimada, se não fosse o Sesc Pantanal, com toda a estrutura de alimentação e de alojamento – fechou o *resort* para atender aqueles que estavam lá combatendo o fogo...

Agradeço também ao Coronel Alessandro Borges, que é o Comandante do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso, e ainda ao Almirante Iunis Távora Said, que é o Comandante hoje do 6º Distrito.

Além disso, quero aqui, para encerrar, agradecer à Comissão, em nome do competentíssimo, Secretário Airton, que já me ajudou em outras Comissões; à Mariana; ao Marcus; ao Leife; à Simone; e à Jéssica. Conto muito com o trabalho de vocês, que vão ter que se desdobrar. Além de ajudar aqui a nossa Presidente Leila, também vão ajudar o trabalho da nossa Subcomissão.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, agradecendo a Deus e a todos, para que a gente possa trabalhar muito para o nosso Pantanal. E, quando a gente fala isso, é para trabalhar em função da vida, daqueles que lá vivem e que, com certeza, também ajudam na economia brasileira.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL. DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às doze horas e vinte e seis minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Subcomissão Permanente do Bioma Pantanal. com a presença dos Senadores Nelsinho Trad e Jorge Seif, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Paulo Paim, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Wilder Morais e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Margareth Buzetti, Tereza Cristina e Jayme Campos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Apresentação de diligência externa ao Pantanal**. **Finalidade:** Apresentação do relatório da diligência externa da Comissão de Meio Ambiente ao Pantanal, em 21 e 22 de novembro de 2024, em atendimento ao Req 45/2024-CMA. **Resultado:** Relatório apresentado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões 1 e desta reunião 2, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes
Presidente da Subcomissão Permanente do Bioma Pantanal.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos os brasileiros que nos assistem neste momento pela TV Senado e que nos ouvem também pela Rádio Senado.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente do Bioma Pantanal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de dezembro de 2024.

Objetivo: esta reunião tem o objetivo de apresentar os resultados da nossa diligência externa realizada no Pantanal, entre os dias 21 e 24 de novembro.

Por isso, convido as Sras. e os Srs. Senadores e todas as pessoas que acompanham esta reunião a conhecer o relatório dessa importante diligência e também a assistir ao vídeo que ilustra e sintetiza o que vimos no Pantanal brasileiro.

Senhoras e senhores, autoridades presentes, uma boa tarde mais uma vez.

É com grande responsabilidade e honra que nos reunimos hoje, aqui na Subcomissão do Pantanal, para prestar conta da nossa diligência realizada nos dias 21, 22 e 23 de novembro. Nessa diligência, discutimos um dos maiores desafios ambientais que o nosso país enfrenta que é a preservação do nosso Pantanal, um bioma único que sofre há anos com os impactos das queimadas e da degradação ambiental, mas também com as mudanças climáticas e a crescente pressão sobre seus recursos naturais.

Em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente e de Educação aqui do Senado e também da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, realizamos esse evento principalmente para ouvir as vozes locais, conhecer de perto a realidade de quem vive e preserva essa região e também discutir soluções eficazes para conservar e preservar o nosso grande Pantanal.

O Pantanal, com sua biodiversidade única e importância para o equilíbrio ecológico, enfrenta desafios imensos. Este bioma, que cobre uma vasta extensão de território em Mato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grosso, é constantemente ameaçado por incêndios florestais que destroem não apenas a vegetação, mas também a vida de milhares de espécies animais e impactam diretamente as comunidades que dependem dessa terra para sobreviver.

E aí eu quero aqui dizer de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, até fazendo justiça ao Estado de Mato Grosso do Sul, porque dois terços do Pantanal estão no Mato Grosso do Sul, embora o Mato Grosso do Sul tenha também um terço do tamanho do Mato Grosso. Portanto, o Mato Grosso do Sul tem no Pantanal também uma importância extremamente grande para a economia daquele estado. E para o nosso estado também, é claro, há a importância histórica do nosso Pantanal como um dos maiores produtores, na Segunda Guerra Mundial, de charque, exportando a riqueza do Pantanal, de um modo geral, com o nosso homem pantaneiro. Quando eu falo homem pantaneiro, são os ribeirinhos, os quilombolas, os indígenas e aqueles também proprietários, sejam de pequenas, de grandes ou médias propriedades.

Inclusive é importante citar que 93% do território pantaneiro é de responsabilidade, de propriedade... E cuidar também desse bioma tão importante... Quero também registrar os donos de pousadas, hotéis, enfim, todas as propriedades privadas que lá temos.

Nessa diligência, então, discutimos as ações realizadas pelo Corpo de Bombeiros, que têm sido fundamentais no combate aos incêndios, mas também abordamos a necessidade urgente de mais recursos e equipamentos especializados. Durante essa reunião, foi mencionada a importância de novos investimentos, como a aquisição de helicópteros e de *drones* para monitoramento em tempo real, além de fortalecer as ações de conscientização e educação ambiental, que já impactaram mais de 24 mil pessoas da região.

É preciso reconhecer que o combate aos incêndios no Pantanal não é uma tarefa de um único Governo ou instituição. Ele é, antes de tudo, uma responsabilidade coletiva. Por isso, a Senadora Leila Barros, nossa Presidente, em sua fala, destacou a importância de unir forças entre os diferentes níveis de Governo – Federal, estadual e também municipal –, para promover ações integradas de prevenção e combate aos incêndios. Isso não só no Pantanal. A Senadora Leila se referiu muito também ao Cerrado brasileiro, em todo o Centro-Oeste, inclusive em Brasília, que ela representa muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, a antecipação da proibição do uso do fogo para o mês de junho de 2025 e o aumento na largura dos aceiros são medidas cruciais, que demandam a colaboração de todos os envolvidos. E, é claro, uma definição que nós de Mato Grosso, principalmente o Deputado Avallone, detectou é que essas autorizações sejam feitas pela autoridade do órgão, Ibama ou ICMBio, no estado e não aqui em Brasília, porque quem está lá no estado é que sabe o momento mais adequado, a janela, para poder fazer essa queima autorizada, porque não se pode fazer isso antes das primeiras chuvas. E às vezes as primeiras chuvas ocorrem diferentemente, inclusive no Pantanal – em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul –, mas a gente está falando aqui do Cerrado como um todo. Por isso, a autenticação da proibição do uso do fogo para o mês de junho e todos esses detalhes são extremamente importantes.

Além disso, a discussão sobre a criação do Estatuto do Pantanal, projeto de minha autoria, que tem a relatoria impecável do Senador Jayme Campos, e é apoiado por todos os presentes, é um passo fundamental para garantir uma legislação específica que preserve e proteja este ecossistema tão importante. O estatuto, que visa promover ações de conservação e garantir políticas públicas eficazes, foi aprovado aqui no Senado e já está na Câmara dos Deputados, onde foi aprovada a urgência da matéria, e agora aguarda a designação do Relator pelo Presidente daquela Casa, Arthur Lira.

Outro ponto importante discutido foi a relação direta entre o uso do fogo e a ocupação de terras. Com isso, então, fomos informados de que áreas abandonadas ou mal ocupadas são mais suscetíveis a esses incêndios.

O trabalho em conjunto com o ICMBio e o Ibama se torna ainda mais necessário, e a regulação das queimadas prescritas deve ser uma prioridade para garantir que possamos controlar as queimadas de forma sustentável sem comprometer a saúde do bioma.

A questão do financiamento para essas áreas também não pode ser ignorada. E quero repetir: a questão do financiamento para essas ações não pode ser ignorada; muito pelo contrário, temos que fazer com muita intensidade. Inclusive, aqui aprovamos, agora há pouco, na Comissão de Meio Ambiente, essa questão do combate aos incêndios, ao fogo, e também, claro, vamos fazer as nossas emendas nesse sentido de cuidar do nosso Pantanal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu quero destacar que o Deputado Carlos Avallone, com sua longa experiência e compromisso com a preservação, destacou que é necessário um aporte significativo de recursos, como os R$11 milhões para equipamentos de proteção, R$55 milhões para helicópteros e R$5 milhões para *drones* para garantir que seja o combate aos incêndios cada vez mais eficaz. A falta de recursos, como a Senadora Leila Barros mencionou, compromete não apenas a capacidade de resposta dos bombeiros, mas também a nossa capacidade de planejar um futuro mais seguro para o nosso Pantanal.

Além dos desafios ambientais, abordamos também a desigualdade socioeconômica que persiste na região. A importância de diversificar a economia local, criando alternativas sustentáveis para as comunidades que dependem da pecuária e da agricultura, também foi discutida com grande seriedade.

Foi apresentado também pelo Reitor do Instituto Federal de Mato Grosso, Julio César, um projeto incrível que visa a estabelecer um centro de inovação e educação ambiental em Poconé, uma cidade muito importante do nosso Pantanal, oferecendo, assim, à população local alternativas sustentáveis para melhorar a qualidade de vida e a preservação do bioma. Nesse contexto, eu reforço o quanto é importante o apoio dos institutos federais e também das nossas universidades.

Por fim, eu quero ressaltar a importância de ouvirmos sempre as vozes locais. O que ficou claro é que a preservação do Pantanal exige um esforço conjunto que envolva todas as partes interessadas: governos, instituições ambientais, comunidades locais e também a sociedade civil.

E aí eu quero destacar também o papel do nosso INPP (Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal). Aqui também, mais uma vez, parabenizo o Ministro Marcos Pontes, agora nosso Senador por São Paulo, que foi lá fazer a realização, por parte do Ministério da Ciência e Tecnologia, da instalação definitiva desse instituto.

Agora também quero parabenizar a nossa Ministra, porque, inclusive, está fazendo o chamamento para o concurso de pesquisadores, para poder instalar, não só administrando o INPP, como também ali desenvolvendo as pesquisas. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que ficou claro é que a preservação do ambiental exige um esforço conjunto – como eu disse –, que envolva a todos. Por isso, faço o destaque aqui mais uma vez ao INPP.

E precisamos investir mais ainda em educação ambiental, em tecnologias de combate a incêndios e também em políticas públicas que garantam a sustentabilidade e o bem-estar das pessoas e também da natureza.

Por isso, eu quero agora convidar todos para assistirem a um vídeo que traz um pouco do que foi a nossa diligência no Pantanal.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Como tivemos um problema técnico, vamos recomeçar, então, aqui.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Tudo com calma e com tempo, não é?

Esses problemas técnicos são perfeitamente compreensíveis. A área técnica está agora ali colocando no ponto, para que a gente possa, então, assistir a esse vídeo, que é muito importante, porque ali é a constatação do que lá estivemos vendo, não é?

Inclusive, enquanto aqui já está sendo colocado, eu quero também destacar a presença dos Senadores que lá estiveram, principalmente do Senador Jayme Campos e da Senadora Margareth Buzetti, e destacar também os nossos membros: Tereza Cristina, Jayme Campos, Nelsinho Trad, Zequinha Marinho, Senador Jorge Seif e também Senadora Damares Alves, que participaram e são membros da nossa Subcomissão.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Oi. Voltamos então? O.k.

Eu quero, ainda, aqui registrar e agradecer a todas as pessoas que lá estiveram nesse evento, destacando aqui: a Rita Chiletto, de relações internacionais do Governo de Mato Grosso;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, pela Facmat, o Presidente Jonas Alves de Souza; também o Reitor do Instituto Federal de Educação e Tecnologia, Julio César; a Superintendente do Ibama, Cibele Madalena Xavier Ribeiro; a Superintendente do Ibama de Mato Grosso do Sul, Joanice Lube Battilani; também o Deputado Rodrigo; o Marcelo Feitosa de Andrade, Chefe do Esec Serra das Araras; também pela UFR, o Vice-Reitor, Prof. Dr. Renato Nataniel Wasques, e a Reitora também; da UFR (Universidade Federal de Rondonópolis), o Prof. Dr. Fábio Nobuo Nishimura; pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária, e também o Federal, Valney Souza Corrêa, que é médico veterinário; da Unemat, como eu já disse também, a Reitora Vera Maquêa; ainda o Alexandre Porto, Vice-Reitor da Unemat; o Anderson Amaral, Assessor de Internacionalização da universidade; o Deputado Federal Nelson Barbudo; o Deputado Federal José Medeiros; a Deputada Federal Coronel Fernanda; e os Senadores que aqui já citei.

Quero agradecer também ao Diretor de Comunicação da Assembleia Legislativa, na pessoa do Jaime Fernandes Costa; à Diretoria de TV do Senado e de toda a área de comunicação, na pessoa do Érico da Silveira; à Chefe do Cerimonial da Assembleia, Olga; e a todas as suas assessoras e assessores.

Quero dizer aqui que a nossa Senadora Leila quando falou do cavalo, é do cavalo pantaneiro. É uma raça extremamente valiosa hoje, desenvolvida no Pantanal. O cavalo pantaneiro tem a característica da rusticidade e, principalmente, de o casco conseguir manter-se, por um momento muito longo, de seis meses de enchente no Pantanal, na lida do gado ali, com o movimento... Então aquele casco muito rústico sustenta, ou seja, é resistente a outras doenças, à broca, enfim, a tudo mais.

Quero agradecer ainda, especialmente, a toda a Secretaria da nossa Comissão de Meio Ambiente, em nome do Airton Aragão, que é o nosso Secretário; à Mariana Tavares; ao Leife Montalvão, à Jéssica da Silva, à Simone Mazer, ao Marcus Vitral e também à Bárbara Anjo.

Agradeço também a toda a minha equipe de comunicação. Está aqui a Adriana e o João Lopes, que é o nosso Secretário da área legislativa.

Estou vendo mais alguns aqui. Não vou citar nome, mas está aqui também o Cinésio, que é lá do Mato Grosso, já foi chefe de gabinete e está aqui conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para encerrar, quero dizer que o nosso compromisso com o Pantanal não pode ser passageiro. A cada incêndio, a cada ano e a cada dano ao meio ambiente, nos afastamos mais de uma realidade sustentável, mas com ação coordenada, com políticas públicas eficazes. Por isso, é importante que a gente tenha esse compromisso e esse acompanhamento. Também, com o apoio de todos, podemos reverter essa situação e garantir que o nosso Pantanal continue sendo um dos maiores patrimônios naturais do nosso país e do mundo.

É importante dizer que temos esse compromisso também com a população hoje, porque as queimadas atingem muito, principalmente as crianças das cidades próximas ao Pantanal e também os idosos, inclusive com pessoas perdendo a vida, com problemas pulmonares. E ainda na questão das queimadas, a cinza vai para os rios e, claro, isso também é um outro problema muito sério.

Por isso tudo, a gente precisa também pensar nas futuras gerações. Temos que ter o meio ambiente com uma conservação ideal para que possamos ter qualidade de vida acima de tudo. E conservação é o uso racional do nosso meio ambiente. Claro que a riqueza que Deus nos deu tem que ser utilizada para o bem da população. Falo, por exemplo, da questão das hidrovias.

A Hidrovia Paraguai-Paraná foi o começo da história de Mato Grosso, e não se pode, agora, dizer que não pode ser utilizada uma hidrovia que foi uma realidade no passado. Eu sempre digo que hoje, com a tecnologia existente, não são mais os rios que têm que se adaptar às embarcações, as embarcações podem perfeitamente ser adequadas de acordo com cada hidrovia e com cada região. Com o apoio de todos, podemos, então, reverter essa situação e garantir que o nosso Pantanal continue sendo um dos maiores patrimônios naturais deste planeta.

Eu quero, antes de findar, aprovar as atas, precisamos aprová-las.

Tem todo o ritual da nossa Secretaria, que é: antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu quero submeter à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 1ª Reunião e também desta audiência pública, que acabamos de realizar.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Eu quero, então, agradecer, mais uma vez, a todos que participaram não só desta audiência, mas de todas as audiências, principalmente a parceria com a Assembleia Legislativa, na pessoa do Deputado Avallone, também ao Presidente Botelho, à Deputada Janaina, que lá esteve, a Wilson Santos e a todos os Parlamentares. Então, agradeço a todos os Deputados Estaduais de Mato Grosso e, claro, também aos outros órgãos, como o Tribunal de Contas, na pessoa do Presidente Sérgio Ricardo; enfim, a todas as instituições. O Ministério Público também teve uma participação importante e, claro, terá uma participação mais ainda continuada.

Eu quero, inclusive, dizer que acabei de sair do Supremo Tribunal Federal, onde estive com o Ministro Zanin. É importante dizer que o Supremo Tribunal Federal definiu dando prazo para que o nosso Congresso Nacional delibere sobre uma legislação específica para o Pantanal; caso contrário, o Supremo Tribunal Federal vai ter que fazer o papel do Legislativo, e o papel dele não é legislar.

Por isso, eu agradeço muito à nossa Presidente da Comissão, a Senadora Leila Barros; ao nosso Relator Jayme; e também ao Presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco, não só por ter autorizado que esta nossa audiência fosse transmitida pela TV Senado e pela Rádio Senado, mas também por dar urgência a esse trabalho nosso aqui, votando o Estatuto do Pantanal.

Agradeço ao Deputado Arthur Lira já por aprovar a urgência, mas a nossa expectativa é, se possível, aprovarmos ainda neste ano com a nomeação do Relator, que é o papel dele, para que a Câmara dos Deputados possa votar. Eu agradeço muito ao Deputado Nelson Barbudo, porque tem liderado esse trabalho lá na Câmara dos Deputados.

Nada mais havendo a tratar, eu dou por encerrada a presente sessão, agradecendo e desejando a todos que nos assistem, a toda a população brasileira um bom Natal e um ano novo de venturas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos muito ainda o que fazer, acho que ainda teremos uma sessão na semana que vem, aqui, da Comissão de Meio Ambiente, mas temos ainda que votar muitas matérias aqui no Senado da República.

Infelizmente, o Governo manda de última hora e teremos aqui, de forma pressionada, assoberbada, com pressa, que votar matérias, o que não é o ideal.

Como é que nós vamos votar essas medidas agora? Temos que votar ainda o Orçamento. Hoje nós estamos aqui votando as emendas nas Comissões. Hoje é o último prazo para apresentar as emendas coletivas e também individuais das bancadas. Os Relatores setoriais terão que fazê-lo neste final de semana, apreciar tudo isso. Teremos que votar a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), votar o orçamento e ainda votar outras matérias que estão em pauta.

Principalmente, eu aqui quero destacar a lei da reciprocidade. Não podemos aceitar, como aconteceu, a vinda do Presidente Macron, Presidente da França, aqui no Brasil, que desfilou na praia de Copacabana com o nosso Presidente Lula e depois voltou para lá para os franceses denegrirem a imagem do Brasil dizendo que a carne brasileira não era de qualidade. E olha, a França praticamente não consome carne brasileira, menos de 0,06% é o consumo deles.

Então, o Brasil não depende de exportar carne para a França, mas nós queremos ter relações bilaterais com todos os países. Não vamos aqui denegrir a imagem da França, muito pelo contrário, nós queremos ter uma boa relação, a França é um país importante, claro que nesse aspecto da carne não, mas, olha, nós importamos o quê da França? Perfumes? Importamos, sei lá, bolsas e outros produtos? Nós queremos continuar importando. Mas eu quero parabenizar a atitude aqui também da indústria frigorífica brasileira. Na condição de médico veterinário, conheço muito bem a indústria brasileira e a indústria internacional nessa área, e olha, a indústria brasileira frigorífica, sem dúvida nenhuma, é uma das indústrias de ponta do mundo, de excelência do mundo. E os frigoríficos da indústria brasileira se uniram dizendo não à empresa Carrefour. Se não é para importar, não é para consumir na França, não vamos também vender para eles aqui no Brasil. Então, foi muito importante essa união da nossa indústria para mostrar, acima de tudo, que nós temos que ter soberania. Por isso, o projeto de lei da reciprocidade é extremamente importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também ainda vamos ter que votar essa emenda constitucional dos ajustes e o projeto de lei. Eu já disse isso e quero repetir aqui, nós da oposição vamos votar tudo o que for importante para o Brasil. Agora, votar as coisas com pressa, sem discutir, o Congresso ser apenas um homologador da decisão da Câmara, não dá. Nós somos uma Casa revisora e assim temos que cumprir o nosso papel.

Então, eu quero aqui agradecer a todos e, claro, nessa expectativa de podermos dar respostas a toda a população brasileira. Não queremos que volte a inflação, não queremos o dólar nessas alturas, porque quem mais é prejudicado é o cidadão mais simples, o trabalhador. Inclusive, neste momento, por falta do orçamento, está até faltando remédio, faltando alimento para as nossas crianças nas creches. Isso é inadmissível!

Não havendo nada mais a tratar nesta reunião da Comissão de Meio Ambiente, eu dou por encerrada a reunião, agradecendo a Deus acima de tudo.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 12 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DISCUTIR E ANALISAR O MERCADO DE ATIVOS AMBIENTAIS BRASILEIROS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Jorge Kajuru e Zequinha Marinho, reúne-se a Subcomissão Temporária para discutir e analisar o Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros com a presença do Senador Carlos Viana, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Wilder Morais, Augusta Brito e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sérgio Petecão, Plínio Valério e Jorge Seif. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa (relatório final)**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 53, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 60 (sessenta) dias, discutir e analisar o mercado de ativos ambientais brasileiros no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado o relatório final. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da reunião anterior e desta última reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru
Presidente da Subcomissão Temporária para discutir e analisar o Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências, Deus e saúde, alegrias e vitórias a todos e a todas presentes e àqueles que nos acompanham a partir de agora pelo tripé de comunicação TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado e demais veículos de comunicação.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª e última Reunião da Subcomissão Temporária para discutir e analisar o Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de novembro de 2024.

O item 1 da pauta é rigorosamente o relatório final ao Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 53, de 2023, de minha autoria.

Convido prazerosamente o escorreito Senador paraense Zequinha Marinho para que ocupe a Presidência e, finalmente, depois de um ano de trabalho, entreguemos aqui o relatório final. (*Pausa.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Fique à vontade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o Senador Kajuru, dizendo da satisfação de estar aqui.

Eu acho importantíssima essa questão de ativos ambientais. Nós temos um projeto de lei que disciplina um pouco essa matéria para que ela se torne mais útil, mais adequada à nossa realidade.

Neste momento, com a palavra V. Exa., como autor do requerimento, para apresentar o relatório final, Senador Kajuru, com a apresentação de minuta de indicação ao Poder Executivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, nos termos do art. 73, §2º, que, se aprovado, será submetido à deliberação da Comissão de Meio Ambiente.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Kajuru para a leitura do seu relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Muito obrigado, amigo Senador, rei das PECs, Zequinha Marinho.

Eu confesso, senhoras e senhores, meus únicos patrões, que é com imensa satisfação, depois de um ano de um trabalho árduo, coordenado por uma brasileira – para minha felicidade, afilhada –, filha do músico Ivan Lins, que rodou o mundo inteiro para estudar tudo sobre meio ambiente.

Com toda a equipe, com a Carol, com a Liana, nós chegamos a esse dia fundamental, como bem colocou o Presidente Zequinha Marinho.

Apresento o relatório da Subcomissão Temporária do Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros, criada por meio do Requerimento nº 53, de 2023, de minha autoria. O documento que compartilho é uma versão condensada do relatório completo, cuidadosamente elaborada para destacar alguns pontos de maneira acessível para consultar o relatório na íntegra. Convido todos a visitarem o *site* oficial do Senado Federal, por finesa, todos e todas de nossa pátria amada.

A Subcomissão Temporária do Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros foi criada com o objetivo de discutir políticas e estratégias relacionadas ao mercado de ativos ambientais, explorando o imenso potencial do Brasil nesse setor estratégico, graças à sua vasta biodiversidade e recursos naturais incomparáveis.

Este relatório é fruto de discussões profundamente enriquecedoras, conduzidas com a valiosa participação de especialistas altamente qualificados de diversos setores. Essas discussões ocorreram em três audiências públicas, nas quais foram abordados temas fundamentais como a proteção do clima, a preservação da vegetação nativa e a promoção de uma agropecuária sustentável. Além de pontos discutidos nas audiências públicas, apresento aqui hoje algumas propostas de indicação ao Poder Executivo Federal, ao Tribunal de Contas da União e à Procuradoria-Geral da República com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentação e da implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do mercado de ativos ambientais no Brasil.

Na primeira audiência pública o tema foi proteção do clima e ativos ambientais. O Presidente Zequinha Marinho, atuante, participou de todas elas, e nessa primeira, um dos pontos marcantes foi o debate sobre o programa REDD+ do Tocantins, destacado como um modelo de sucesso por integrar segurança jurídica, benefícios socioambientais e inclusão de pequenos produtores e povos originários. Além disso, cabe ressaltar a discussão sobre a relação entre ativos ambientais e a proteção do clima, incluindo as regras do art. 6º do Acordo de Paris, a análise do Projeto de Lei nº 182, de 2024, que visa a regulamentar o mercado de carbono do Brasil e a avaliação da regulamentação internacional e doméstica para identificar o potencial dos ativos ambientais na proteção do clima e as barreiras existentes.

Na segunda audiência pública, cujo tema foi ativos ambientais voltados à proteção da vegetação nativa, a importância da preservação da vegetação nativa foi amplamente ressaltada, especialmente no Cerrado, onde ela desempenha papel fundamental na segurança hídrica, na biodiversidade e na regulação climática.

Como destacou Elaine Barbosa da Silva, da Universidade Federal de Goiás (UFG), aspas: "É necessário criar créditos que recompensem aqueles que ajudam a preservar o clima e os recursos hídricos do bioma."

A terceira audiência pública, cujo tema foi agropecuária brasileira e ativos ambientais, teve como principais debates a importância da agricultura de baixo carbono e da recuperação de passivos ambientais no contexto do Código Florestal; foco em ativos ambientais, como a Cota de Reserva Ambiental; e a identificação de ativos ambientais e políticas públicas que podem aumentar a renda dos produtores rurais e reduzir as emissões de gases de efeito estufa na agricultura.

Esta audiência pública enfatizou a necessidade de integrar práticas agrícolas sustentáveis à agenda ambiental, com foco na revitalização dos solos e na conservação, assim como o pagamento por serviços ambientais, que foi apontado como um mecanismo crucial para incentivar práticas sustentáveis e assegurar a manutenção da vegetação nativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluiu-se, então, mais uma vez, plenamente, indiscutivelmente, insofismavelmente, ser viável e necessário integrar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental.

Com base nas valiosas contribuições trazidas pelos expositores, apresento aqui agora alguns encaminhamentos ao Poder Executivo, ao Tribunal de Contas da União e à Casa Civil:

1. Reconhecer os benefícios coletivos da preservação ambiental e promover regulamentações que desestimulem o desmatamento e incentivem a conservação;

2. A regulamentação do mercado de carbono deve garantir segurança jurídica, transparência e prevenir fraudes, além de fortalecer políticas públicas e promover a remuneração de comunidades pela conservação ambiental;

3. A regulamentação da lei que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais deve incluir instrumentos para adaptação climática, priorizar modelos regionais sustentáveis e viabilizar a remuneração de produtores rurais pela conservação e recuperação da vegetação nativa.

4. As políticas públicas de incentivo à agricultura de baixo carbono devem aprimorar o crédito rural incentivando práticas sustentáveis e oferecendo benefícios para a preservação da vegetação nativa, além de permitir o uso dessas áreas como garantia para a obtenção, rigorosamente, a obtenção de crédito.

5. Resolver gargalos no mercado de cotas de reservas ambientais, como a falta do módulo CRA no CAR e a superoferta com demanda reduzida, o que compromete sua eficácia. O Governo poderia atuar como demandante, fixando um valor mínimo para os CRAs e remunerando a preservação além do exigido pelo Código Florestal, com financiamento de recursos externos.

6. Priorizar ações contra o desmatamento e restauração ambiental. As políticas públicas devem focar na redução do desmatamento e na restauração de áreas degradadas. Devem fortalecer o sistema de autorizações de desmatamento, apoiar pesquisas sobre a proteção do Cerrado e outros biomas e direcionar recursos internacionais para a preservação, vegetação nativa, com foco na restauração e ganho de escala em todos os biomas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encaminhamento final.

O relatório da Subcomissão do Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros visa contribuir para a construção de um arcabouço legal e institucional sólido para o desenvolvimento do mercado de ativos ambientais no Brasil, conciliando a preservação ambiental com o crescimento econômico e social.

Assim, senhoras e senhores, diante da relevância das propostas apresentadas, essas medidas fortalecerão a posição do Brasil como referência mundial no mercado de ativos ambientais e na preservação de sua rica biodiversidade.

Gostaria, para concluir, de expressar minha sincera gratidão a todos os participantes das audiências públicas da Subcomissão pelo valioso conteúdo compartilhado durante os debates. Foi a partir dessas contribuições que conseguimos, Presidente Zequinha Marinho, elaborar este relatório e apresentar propostas para aprimorar as políticas e estratégias ambientais. Acredito ser possível e bem possível integrar economia e meio ambiente, visando um presente e um futuro mais justo e sustentável para todos.

Agradeço também a todos os que participaram pelo Portal e-Cidadania. Agradeço à minha equipe, Diana Lins, Liana Miranda, Caroline da Luz e Luma Paschoalato; ao Secretário desta importantíssima Comissão – sempre atento, sem ele eu não teria chegado a absolutamente nada no dia a dia e na condução dos trabalhos –, o Airton Aragão Júnior; e, além dele, porque tudo é plural, nada é singular, aos servidores Marcus Vitral, Mariana Tavares e Simone Rodrigues.

Agradeço ainda aos excelentes profissionais e consultores do Senado, o Sr. Habib Neto e o Sr. Ailton Braga.

Presidente Zequinha Marinho, da forma mais objetiva possível, agradecidíssimo, este é o relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador.

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Jorge Kajuru. (*Pausa.*)

Ninguém para discutir.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório, com a minuta de indicação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – *Show*?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – *Show* de bola. Parabéns!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Parabéns a nós! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente Zequinha Marinho, senhoras e senhores, antes de encerrar os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta e da reunião anterior.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro, prazerosamente, encerrada esta reunião, que no nosso meio ambiente e nos ativos ambientais brasileiros terá, evidentemente, a sua participação, a sua marca, a sua digital.

Deus e saúde.

(*Iniciada às 9 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e treze minutos do dia dezessete de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sergio Moro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Chico Rodrigues, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Margareth Buzetti e Damares Alves, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Zenaide Maia, Eduardo Girão e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta, Rogerio Marinho e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 20, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 321 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para vedar a concessão de liberdade provisória, com ou sem o pagamento de fiança, a réu que tenha praticado crime com resultado morte causado a título doloso." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 20 de 2021. **Observação:** Durante a reunião, foi designada relatora "ad hoc" a Senadora Damares Alves. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1722, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, e a Lei nº 9.713, de 25 de novembro de 1998, para reservar 20% (vinte por cento) das vagas dos concursos e dos efetivos das polícias militares ou dos corpos de bombeiros militares para mulheres; altera as Leis nºs 9.266, de 15 de março de 1996, 9.654, de 2 de junho de 1998, e 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, para vedar a limitação de vagas para mulheres nos concursos da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal, respectivamente; e veda a limitação de vagas para mulheres nos concursos das polícias civis ou das polícias penais." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1529, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a Política Nacional de Valorização das Mulheres na Área de Segurança Pública; e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao PL nº 1722/2022, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo), e contrário ao PL nº 1529/2021. **Resultado:** Retirados de pauta, a pedido da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatora. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 249, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a captação de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, em entrevistas ou visitas a presos sobre os quais haja fundada suspeita de envolvimento com organizações criminosas." **Autoria:** Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar n° 41, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislarem sobre questões de Direito Penal e Processual Penal." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido da relatora. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 1, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 74, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Temporária Externa composta de 5 (cinco)membros titulares com a mesma quantidade de membros suplentes para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar diligência oficial e visita in loco à chamada instalação denominada "Estação Terrestre de Tucano", localizada em Salvador/BA, e ao "Laboratório Conjunto China-Brasil para Tecnologia de Radioastronomia", na Serra do Urubu, na Paraíba." **Autoria:** Senador Marcio Bittar (PL/AC), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a reunião, o requerimento é subscrito pelos Senadores Sergio Moro e Damares Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sergio Moro
Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Aprovação da ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião, realizada em 24 de fevereiro.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federa*l.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes na pauta.

A Presidência esclarece que, nesta reunião, por ser realizada em modalidade semipresencial, os Senadores poderão registrar a presença e votar tanto presencialmente quanto por meio do aplicativo Senado Digital.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

1. Ofício 485/2025, da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais, que manifesta apoio à Emenda 8, apresentada à PEC 18, de 2025, que visa a equiparar os direitos previdenciários das forças de segurança pública, policiais civis, federais, rodoviários e guardas municipais aos das forças militares estaduais.

2. Ofício 5.463/2025, da Câmara Municipal de Piracicaba, São Paulo, que encaminha moção de apelo ao Congresso Nacional solicitando a ampliação da Lei Federal 14.064, Lei Sansão, de forma a incluir equinos, moares e outros animais submetidos a maus-tratos, garantindo-lhes a mesma proteção penal prevista para cães e gatos.

3. Ofício 3/2026, Defensoria Pública do Estado de Roraima, que encaminha nota técnica sobre risco de agravamento da crise humanitária na fronteira Brasil-Venezuela e recomendações de medidas preventivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

Informo que foram solicitadas as retiradas dos itens 2 e 3 da pauta pelos Relatores, Senadora Damares Alves e Senador Marcos Rogério, respectivamente.

Aproveitando a presença da Senadora Damares, pergunto-lhe se é isso mesmo, Senadora?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora. *Fora do microfone*.) – Isso, estamos fazendo uns ajustes. O pessoal da polícia está conversando com o...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Itens 2 e 3? (*Pausa.*)

Então, ficam retirados da pauta os itens 2 e 3.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1722, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, e a Lei nº 9.713, de 25 de novembro de 1998, para reservar 20% (vinte por cento) das vagas dos concursos e dos efetivos das polícias militares ou dos corpos de bombeiros militares para mulheres; altera as Leis nºs 9.266, de 15 de março de 1996, 9.654, de 2 de junho de 1998, e 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, para vedar a limitação de vagas para mulheres nos concursos da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal, respectivamente; e veda a limitação de vagas para mulheres nos concursos das polícias civis ou das polícias penais.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relatoria: Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao PL nº 1722/2022, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo), e contrário ao PL nº 1529/2021.

Observações:

1. Em 1/10/2025, as matérias foram apreciadas pela CDH, com parecer favorável ao PL nº 1722/2022, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo), e contrário ao PL nº 1529/2021.

2. As matérias seguirão ao Plenário.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 249, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre a captação de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, em entrevistas ou visitas a presos sobre os quais haja fundada suspeita de envolvimento com organizações criminosas.

Autoria: Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: *1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.*)

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 41, DE 2025

- Não terminativo -

Autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislarem sobre questões de Direito Penal e Processual Penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *1. A matéria seguirá à CCJ.*

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise de uma forma reduzida.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só um minutinho. Vou conceder aqui a palavra, então, por questão de ordem, à Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT. Pela ordem.) – Desculpa, Senadora Damares, mas já foi pedido vista desse projeto?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, não. Primeiro é a leitura do relatório.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Eu gostaria de pedir vista. Eu tenho um projeto similar, mas ele já passou nesta Comissão. Em alguns quesitos, Senadora Damares, esse é muito amplo. Então, eu acho que a gente deveria sentar, vamos sentar eu e você, junto com o Wilder, para a gente melhorar isso, porque eu o acho polêmico demais para passar.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, então a gente podia fazer o seguinte: eu retiro de pauta, não faço a leitura hoje e aí eu faço a adequação com a Senadora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Isso.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Qualquer coisa a gente apensa um projeto ao outro, e a gente não faz a leitura, porque aí a gente melhora separadamente.

Pode ser assim, Margareth?

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Pode, ótimo. Está bom.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então eu peço a retirada de pauta, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só vou fazer uma observação aqui.

Existe um projeto já que foi apresentado pela Senadora Margareth Buzetti, que segue na mesma linha e foi aprovado. Isso não impede, evidentemente, que seja discutido outro projeto. Tenho certeza de que o relatório de V. Exa. deve estar muito bem construído, mas é oportuna realmente essa conformação.

A gente está vendo uma escalada do crime em todo o país, e nós ficamos muito dependentes de uma política robusta do Governo Federal. Às vezes, tem um Governo Federal que é rigoroso contra o crime, como era o caso do Governo anterior, que até destacaria que, quando eu era Ministro, nós éramos muito rigorosos em relação ao enfrentamento da criminalidade comum ou organizada. Agora, este Governo atual tem uma política muito leniente em relação à criminalidade, seja por falas infelizes do Presidente da República, quando o Lula, por exemplo, minimiza furto de celular, quando ele deixa de dar a mensagem necessária do enfrentamento ao crime organizado, ou seja mesmo quando ele permitiu que voltasse toda essa roubalheira que estamos vendo aí no INSS e no caso do Banco Master. E o crime vai crescendo.

Então, talvez uma solução definitiva seja realmente nessa linha desses projetos, de atribuir aos estados, aos 26 estados e ao Distrito Federal, a permissão de legislarem, pelo menos pontualmente, nesta matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até faço uma confissão aqui, Senadora Margareth Buzetti, que conhece muito bem a minha posição: eu fui um pouco cético em relação ao projeto que V. Exa. apresentou, mas talvez seja a hora, realmente, de pensarmos um pouco diferente e buscarmos soluções fora – vamos dizer – da caixa de ferramentas usual. Porque eu vejo, lá no Paraná, o Paraná revoltado, a população paranaense revoltada com a frouxidão da legislação federal. E a gente tenta mudar e a gente consegue mudar alguma coisa aqui, mas, quando fica dependente do Governo Federal e da base do Governo, a gente tem dificuldade.

Nesse último mês, todo o país ficou chocado com o assassinato de uma freira lá num convento, numa pequena cidade.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Estupro e assassinato!

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É.

Vejam, na pequena cidade de Imbaú, no interior do Paraná, o indivíduo invade o convento e mata a pauladas – não vou falar do crime sexual – a freira Nadia, com uma vida dedicada a Deus, uma vida dedicada ao próximo.

E a gente pensa assim: "Ah, mas é um crime aleatório?". Nem tanto, porque ele já tinha diversas passagens pela polícia; e é aquele prende, solta, fica pouco tempo. Isso vai crescendo, e chega a um momento em que o furto de celular, pela falta de freios necessários, se transforma num crime atroz, de grave violência contra a pessoa e um crime de sangue e de morte, bárbaro e atroz como esse.

Então, nós gostaríamos de poder aprovar leis mais rigorosas no Estado do Paraná, assim como acredito que no estado da Senadora Margareth Buzetti também haja essa intenção, e no próprio Distrito Federal. Fugir dessa irrealidade que é a bolha de Brasília, a bolha que envolve, muitas vezes, aqui, alguns membros do Congresso Nacional e membros também do Judiciário Federal, que não são todos, porque tem muitos juízes rigorosos.

Concedo a palavra à Senadora Margareth.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT. Pela ordem.) – Eu lembro bem que, quando eu apresentei o projeto, o senhor ficou bem reticente a ele. Porém, Senador, nós temos que mudar isso, porque nós temos que pensar fora da caixa de Brasília. A realidade de cada estado é diferente, a realidade do Mato Grosso é diferente da realidade daqui de Brasília e vice-versa.

Então, eu apresentei aquele projeto, que está parado na CCJ. Ele não é tão amplo como esse do Wilder, ele é bem menor. Ele concede, em alguns quesitos, em causas penais e processuais penais, a liberdade de o estado poder legislar. Mas eu confesso que estou assustada com o que anda acontecendo no país.

Eu apresentei um projeto, Senador, que está para ser despachado, só sobre crimes hediondos, mas mexendo no cumprimento da pena de crimes hediondos. Só isso. Não vou mexer em pena, não vou mexer em nada, mas no cumprimento da pena, aumentando o cumprimento da pena de crimes hediondos: mínimo de 70 e máximo de 90 – não coloquei cem, porque tem casos em que daí iriam dizer que é inconstitucional. Mas eu acho que se faz necessário nós mexermos no cumprimento da pena de crimes hediondos, porque o que nós estamos vendo é um prende e solta, prende e solta, e a pessoa volta a cometer o mesmo crime que já cometeu.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Então, nós estamos fazendo o quê aqui? Vamos fazer pelo menos a nossa parte.

Obrigada.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Margareth, com relação ao seu projeto e ao do Wilder, que eu estaria relatando hoje, o Senador Moro é um pré-candidato a Governador. E eu conheço o Moro, eu trabalhei com ele; eu não conheço o Moro Senador, eu não conheci o Moro juiz, eu conheci o Moro Ministro da Justiça e Segurança Pública, linha pesada. Pena que tudo o que a gente programou, naquele primeiro ano de Governo lá com o Moro, a gente não conseguiu cumprir; depois veio também uma pandemia que atrapalhou muito. Mas, assim, tanto o Moro como o Wilder e como você são intolerantes com o crime, intolerantes com os bandidos. Então, quando eu vejo o Wilder – que também é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pré-candidato a Governador – interessado numa matéria dessas, eu fico imaginando, Margareth, você Governadora; eu fico imaginando o Moro Governador; o Wilder... Eu ia ter que escolher um desses três estados para morar, porque eu sei que vocês trabalhariam segurança pública, e se a gente desse a liberdade de vocês legislarem. Você não é candidata a Governadora, nem eu. Estou até repensando agora, depois dessa matéria, para pegar uns bandidos aqui em Brasília.

Eu acredito que os Governadores estão cansados também da inércia do Governo Federal, da política de desencarceramento, do passar a mão. As audiências de custódia me causam ira, as audiências de custódia, em muitos casos, me causam uma tristeza tão profunda, vergonha às vezes. A gente aqui nesta Comissão trabalhando, trabalhando, trabalhando, aí você assiste a uma audiência de custódia e estão oferecendo cafezinho para estuprador e assassino.

Então, Senador, eu vou retirar a matéria para a gente aperfeiçoar, mas eu preciso elogiar o Wilder. O Wilder é um homem extremamente corajoso, esse Senador é corajoso. E eu até entendi a proposta dele.

Que o Brasil escolha Governadores intolerantes com o crime, porque agora os Governadores terão uma responsabilidade muito grande, no próximo mandato, de consertar o que não foi feito pelo Governo Federal neste mandato!

Parabéns, obrigada, e então a gente conversa durante a semana. Está bom?

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Senadora Damares, a gente vai discutir conjuntamente, e, se nós acharmos necessário, podemos discutir juntos, Senador Moro? O senhor nos ajudar nesse processo e, se for o caso, nós voltamos com ele na semana que vem?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Obrigada.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, fica retirado de pauta o projeto do item 4.

Item 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 1, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 74, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Temporária Externa composta de 5 (cinco) membros titulares com a mesma quantidade de membros suplentes para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar diligência oficial e visita in loco à chamada instalação denominada "Estação Terrestre de Tucano", localizada em Salvador/BA, e ao "Laboratório Conjunto China-Brasil para Tecnologia de Radioastronomia", na Serra do Urubu, na Paraíba.

Autoria: Senador Marcio Bittar (PL/AC) e outros

Como o Senador não se faz presente, eu subscrevo o requerimento para que nós possamos apreciá-lo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Também o subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Também o subscreve a Senadora Damares.

Vou aqui à justificação.

De acordo com o relatório produzido por Comissão do Congresso dos Estados Unidos, que monitora a atividade estratégica da China, Pequim manteria instalações chinesas em território brasileiro para uso militar. Nesse sentido, assinalou-se a existência do que se suspeita ser uma estação para coleta de dados espaciais na chamada Estação Terrestre de Tucano, localizada na sede da empresa do setor aeroespacial Alya Space, em Salvador, a qual manteria parceria com a empresa chinesa Beijing Tianlian Space Technology, que, por sua vez, comporia a base industrial de defesa do país asiático.

O relatório também menciona o Laboratório Conjunto China-Brasil para a Tecnologia de Radioastronomia, situado na Serra do Urubu, na Paraíba. Tratar-se-ia de parceria, firmada em 2025, entre o Instituto de Pesquisa em Comunicações da Rede de Ciência e Tecnologia Elétrica da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

China e as Universidades Federais de Campina Grande e da Paraíba. O projeto se destinaria à colaboração bilateral em pesquisa avançada em radioastronomia.

Embora não se tenha certeza da natureza dessas instalações e tampouco dos detalhes sobre a parceria com a China, o assunto exige a atenção das autoridades brasileiras, do Poder Legislativo, e deste Senado Federal em particular. Afinal, as instituições chinesas que dela faziam parte poderiam estar desenvolvendo projetos referentes a aplicações tecnológicas mais amplas de sistemas de observação do espaço profundo, o qual chamou a atenção dos norte-americanos. Preocupa-nos, ainda, o uso dual pelos chineses de dados e informações sensíveis eventualmente coletados em território brasileiro.

O Poder Legislativo não pode ficar alheio a essa questão. Precisamos conhecer o que realmente é feito na Estação Terrestre de Tucano e no Laboratório Conjunto China-Brasil. Temos que verificar se as atividades ali conduzidas podem representar algum risco tanto à segurança nacional quanto à segurança pública. Assim, consideramos imperativo que seja criada a Comissão Externa para averiguar o que está realmente se passando.

Conto com o apoio das Sras. e Srs. Senadores para a aprovação do presente requerimento.

Autoria: Senador Marcio Bittar.

Coloco em discussão...

Só um registro aqui: é uma diligência requerida pelo Senador Marcio Bittar a título de cautela e fiscalização, e não cabe a nós fazer o juízo antecipado sobre a natureza dessas atividades. O Senador zelosamente deseja realizar essa vistoria *in loco*.

A meu ver, essa é uma prerrogativa natural do Poder Legislativo. Digo isso para excluir qualquer espécie de impressão equivocada de que haveria aqui alguma demonização das relações entre Brasil e China. A China é um grande parceiro comercial do Brasil e precisa continuar sendo. Então, era apenas essa ressalva.

Coloco em votação.

A votação será simbólica.

Votação do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, que se torna de autoria desta Comissão e seguirá ao Plenário para prosseguimento de sua tramitação, nos termos dos arts. 74, II, e 75, ambos do Regimento Interno do Senado Federal. (*Pausa.*)

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 20, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o art. 321 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para vedar a concessão de liberdade provisória, com ou sem o pagamento de fiança, a réu que tenha praticado crime com resultado morte causado a título doloso.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

Relatoria Ad hoc: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.*

Relatoria do Senador Styvenson Valentim.

Relatoria *ad hoc* da Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, posso ir direto?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só um minutinho.

O relatório é favorável ao projeto.

Observação: a matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Damares para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, primeiro, eu quero agradecer ao Senador Styvenson por me permitir fazer a leitura *ad hoc* desse voto dele maravilhoso. Styvenson é outro de que o crime morre de medo. Esse Senador é brabo. Conheço Styvenson há muito tempo e tenho muito carinho por ele.

Eu vou ler o voto do Styvenson ao relatório do Senador Kajuru. Antes de ler, Senador, eu também preciso fazer aqui uma homenagem ao meu querido amigo Senador Kajuru. O Senador Kajuru está doente, Margareth. A situação física dele é muito séria, mas ele está, neste exato momento, sentado há mais de duas horas, ali na outra Comissão, trabalhando, lutando contra o próprio corpo. É assim que o Kajuru tem feito. É assim que o Senador Kajuru tem contribuído para o Brasil.

Eu precisava falar, antes de ler esse voto, que é sobre um projeto diferente na área do crime, que Kajuru foi o autor do projeto de lei da licença-paternidade. A gente aprovou aqui no Senado um semelhante que veio da Câmara. Mas a gente precisa... Eu quero que todos os pais do Brasil, quando estiverem gozando da licença-paternidade, lembrem-se de Kajuru. Lembrem-se! E as próximas gerações precisam se lembrar do Senador Kajuru, da luta dele pela licença-paternidade. Que honra eu tenho de ser parceira do Senador Kajuru!

Dito isso, Senador Presidente, eu vou direto à análise do projeto, que é extremamente necessário.

Eu informo que a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade caberá à Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao mérito, Presidente, o projeto, ao proibir liberdade provisória para quem responde processo por morte violenta e intencional é conveniente e oportuno.

Valeu, Kajuru!

O parágrafo único proposto para o art. 321 do CPP se refere a réu, isto é, alguém que já responde a um processo penal, pessoa que já foi identificada, investigada, indiciada pela polícia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e denunciada pelo Ministério Público. Trata-se de fato criminoso com fortes indícios de materialidade e de cidadão com fortes indícios de autoria.

E o crime a que se refere o dispositivo é o que tem como resultado uma morte provocada com dolo, intencionalmente, de propósito, por maldade.

Atualmente, parece que a vida humana perdeu seu valor. São frequentes os assassinatos decorrentes de brigas de bar, de casal, de torcida, brigas de trânsito e de vizinhos, por motivos banais – essa semana um homem matou a esposa porque ela estava pintando a unha, viu, Margareth? –, como bate-bocas, ciúmes, consumo excessivo de álcool, manobras imprudentes na condução de carros ou motos e até mesmo times de futebol.

Apenas os entes queridos de quem foi assassinado sentem a verdadeira dor da perda e a revolta pela injustiça sofrida. Uma mãe que perde o filho que criou durante anos com tanto amor, carinho, preocupação e sacrifício. Uma mulher que não verá mais seu marido. Um filho que nunca mais terá seu pai.

Do outro lado está o assassino, que, muitas vezes, tem a ousadia de mentir, de negar o cometimento do crime e de inventar histórias mirabolantes para se justificar, muitas vezes colocando a culpa na vítima, ao invés de reconhecer o erro e assumir as consequências do seu ato nefasto.

No meio de tudo isso, está a lei, que parece ter sido feita para proteger o assassino, e não a vítima.

O mínimo que este Congresso deve fazer pelas famílias das vítimas de homicídios e feminicídios dolosos é lutar para que os assassinos paguem pelos bárbaros crimes que cometeram.

Diante de tudo isso, Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 20, de 2021. Olha o tempo, Margareth! Um projeto desse, de 2021, nós estamos aprovando só hoje – e eu creio que será aprovado por unanimidade.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Eu só faria duas observações, Senadora Damares. Eu vi esse projeto do Senador Styvenson, e nós temos outras disposições do Código de Processo Penal que estabelecem essa vedação de concessão de liberdade provisória ali no art. 310. Talvez – e aqui talvez esteja o pessoal da assessoria do Senador Styvenson presente – fosse interessante, na CCJ, já que ele vai para a CCJ, eventualmente se fazer um ajuste técnico para que, topograficamente, fique no mesmo local. A ideia, evidentemente, é muito válida, muito pertinente.

Existe uma discussão no Supremo Tribunal Federal, porque o Supremo Tribunal Federal já decretou inconstitucional uma norma que vedava a concessão de liberdade provisória em crimes de tráfico de drogas – não vou nem entrar no mérito, acho que o Supremo, mais uma vez, erra na mão ao estabelecer esse tipo de vedação. Mas, na PEC da segurança pública, que foi muito bem relatada pelo Deputado Mendonça Filho, ele colocou expressamente essa possibilidade de o Congresso vedar a concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança, para crimes mais graves. Então, talvez até esse óbice que foi colocado pelo Supremo Tribunal Federal em relação a uma norma dessa natureza seja agora de todo afastado.

Como esse projeto vai à CCJ e há a possibilidade de se fazer um ajuste, talvez, técnico, topográfico, e como existe, inclusive, a probabilidade da aprovação dessa PEC da segurança pública no texto do Mendonça Filho, não no texto do Governo, creio que aqui temos uma boa possibilidade de endurecer a legislação penal sem ter questionamentos da parte de constitucionalidade vindos do Supremo Tribunal Federal. Então, só faço essa observação. E vou pedir até para o pessoal do meu gabinete entrar em contato com o gabinete do Senador Styvenson para discutir essas possibilidades de eventuais ajustes, se for o caso.

Alguém mais para discutir? (*Pausa.*)

Parece bobagem colocar isso na lei, mas teve um caso de uma menina lá, a Júlia... não, Juliana, grávida, assassinada a golpes de martelo no interior de Pernambuco, e o juiz soltou na audiência de custódia com tornozeleira eletrônica. Isso aconteceu no segundo semestre do ano passado. Então, precisa pôr na lei. Não vamos demonizar o juiz porque os juízes também, a grande maioria, são rigorosos contra o crime, mas esses casos fora da curva acabam fazendo com que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenhamos que colocar essas regras absolutas, como foi a questão do estupro da menor de 14 anos, em que lá o juiz disse: "Não, mas pode"; mas, espera aí, na lei diz que não pode, em qualquer circunstância. Então, o que precisa mais? Tem que começar a cumprir a lei – é exatamente isso.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 20 de 2021.

A matéria vai à CCJ.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e um minuto do dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Efraim Filho, Jorge Kajuru, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Eduardo Girão, Wilder Morais, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Esperidião Amin, Margareth Buzetti e Damares Alves, e ainda dos Senadores Weverton, Paulo Paim, Augusta Brito e Marcelo Castro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Styvenson Valentim, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Rogerio Marinho e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 41, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislarem sobre questões de Direito Penal e Processual Penal." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido da relatora. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 249, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a captação de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, em entrevistas ou visitas a presos sobre os quais haja fundada suspeita de envolvimento com organizações criminosas." **Autoria:** Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2588, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para prever que, no caso do crime de furto mediante fraude eletrônica, as penas serão aplicadas em concurso material se a conduta for precedida da subtração de dispositivo eletrônico ou informático." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 2, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Segurança Pública avalie o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA, no exercício de 2026." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a reunião, o requerimento é subscrito pelo Senador Hamilton Mourão. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 3, de 2026** que: "Requer, nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir medidas concretas de enfrentamento à escalada da capacidade operacional de facções criminosas e sua atuação em áreas de baixa presença estatal, com instalação de suposto centro de treinamento da facção em uma área de aldeia indígena, como ocorreu no Mato Grosso." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a reunião, o requerimento é subscrito pelo Senador Hamilton Mourão. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 4, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o enfrentamento de crises políticas, institucionais e de segurança, bem como sobre os impactos dessas situações na garantia de direitos fundamentais e na estabilidade democrática." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Magno Malta (PL/ES). **Resultado:** Aprovado o requerimento, com a inclusão de convite ao Sr. Chris Smith, Membro da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, por sugestão do Senador Eduardo Girão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos, senhoras.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião, realizada em 17 de março.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nesta reunião, por ser realizada em modalidade semipresencial, os Senadores poderão registrar presença e votar tanto presencialmente quanto por meio do aplicativo Senado Digital.

Documentos recebidos.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício nº 2.004, de 2025, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que encaminha notas taquigráficas da 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da referida Assembleia, que teve por objetivo debater o aumento alarmante dos índices de furtos e roubos praticados contra motociclistas, especialmente proprietários de motos de alta cilindrada, bem como discutir estratégias de enfrentamento à criminalidade, dificuldades operacionais, o papel do Judiciário na punição dos envolvidos e a necessidade de ações conjuntas entre os entes de segurança e justiça.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa deste Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Informo a retirada de pauta dos itens 1, 2 e 3, PLP 41, de 2025 e os PLs 249, de 2025, e 2.588, de 2025, respectivamente a pedido dos Relatores Senadora Damares Alves e Senador Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 41, DE 2025

- Não terminativo -

Autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislarem sobre questões de Direito Penal e Processual Penal.

Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 249, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre a captação de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, em entrevistas ou visitas a presos sobre os quais haja fundada suspeita de envolvimento com organizações criminosas.

Autoria: Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2588, DE 2025

- Não terminativo -

Altera o art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para prever que, no caso do crime de furto mediante fraude eletrônica, as penas serão aplicadas em concurso material se a conduta for precedida da subtração de dispositivo eletrônico ou informático.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.)

Vamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 2, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Segurança Pública avalie o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA, no exercício de 2026.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

A autoria é da Senadora Damares Alves e eu subscrevo o presente requerimento.

Senador Eduardo Girão, V. Exa. poderia ler esse Requerimento nº 4?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Posso, claro. Com certeza, meu querido Presidente General Hamilton Mourão.

Peço à nossa sempre atenciosa aí Secretaria para trazer, que eu já faço a leitura aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Vai ficar de leitor de requerimentos hoje, Girão. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Pronto. Está aqui. Obrigado.

Requerimento nº 2, de 2026.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Segurança Pública avalie o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita), no exercício de 2026.

Justificação.

Entende-se ser de elevada relevância institucional que esta Comissão avalie a implementação do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita), instituído pela Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e manutenção de programas especiais de proteção destinados a assegurar a integridade física, psicológica e social de vítimas e testemunhas ameaçadas em razão de sua colaboração com investigações ou processos criminais.

O Provita foi concebido como instrumento essencial para a efetividade do sistema de justiça criminal, na medida em que busca garantir condições mínimas de segurança para que vítimas e testemunhas possam exercer seu direito de colaborar com o esclarecimento de crimes graves, especialmente aqueles relacionados à atuação de organizações criminosas, à violência estrutural, à corrupção e a graves violações de direitos humanos. Trata-se, portanto, de política pública diretamente vinculada à proteção da vida, ao direito de acesso à justiça e à credibilidade das instituições estatais responsáveis pela persecução penal, Sr. Presidente.

A política de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas possui abrangência nacional e atende à demanda de toda a Federação, seja por meio dos programas estaduais de proteção,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja por intermédio do programa federal, implementado em articulação com os entes subnacionais e, em muitos casos, com a parceria de organizações da sociedade civil de direitos humanos. Atualmente, estima-se que o Provita proteja cerca de 500 pessoas em todo o país, entre vítimas, testemunhas e seus familiares, o que evidencia a relevância social da política, ao mesmo tempo em que ressalta a complexidade operacional e a responsabilidade institucional envolvidas na sua execução.

Desde sua instituição, o programa passou a ser implementado por meio de um arranjo federativo descentralizado, que pressupõe coordenação contínua entre União, estados e entidades parceiras, bem como a adoção de protocolos rigorosos de sigilo, segurança, acompanhamento psicossocial e reinserção social das pessoas protegidas. Esse desenho institucional, embora necessário diante das especificidades territoriais e dos riscos envolvidos, impõe desafios significativos no que se refere à governança, à padronização de procedimentos, à sustentabilidade financeira, à qualificação das equipes técnicas e ao monitoramento sistemático da execução da política.

Ao mesmo tempo, observa-se que ainda são escassas as avaliações abrangentes e integradas que permitam aferir, de forma objetiva e sistemática, os resultados concretos do Provita na proteção efetiva da vida e da integridade das vítimas e testemunhas atendidas. A inexistência de indicadores consolidados e de dados sistematizados sobre aspectos como segurança pós-desligamento, reinserção social, estabilidade das medidas de proteção e impactos do programa sobre a efetividade das investigações e processos judiciais dificulta a mensuração da eficácia da política e a identificação de boas práticas e gargalos operacionais.

Por fim, transformações relevantes no cenário da criminalidade, na dinâmica das organizações criminosas e nas formas contemporâneas de violência ampliaram a complexidade dos riscos enfrentados por vítimas e testemunhas. Esse contexto impõe a necessidade de verificar se o desenho institucional do Provita, seus protocolos de atuação e seus instrumentos de proteção permanecem adequados e suficientes para responder às ameaças atuais, bem como se a articulação entre os órgãos de segurança pública, o sistema de justiça e as instâncias gestoras do programa tem se mostrado eficaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desse cenário, revela-se oportuno e necessário que esta Comissão avalie a implementação do Provita. Tal avaliação permitirá examinar, entre outros aspectos, a governança do programa, o grau de cumprimento das disposições legais, a coordenação federativa, a eficiência dos mecanismos de gestão e controle, bem como os resultados concretos alcançados na proteção da vida, da integridade e da dignidade das vítimas e testemunhas protegidas.

A iniciativa contribuirá para o aperfeiçoamento institucional da política, para o fortalecimento da transparência e da *accountability* na gestão de recursos públicos e para a identificação de eventuais ajustes normativos, administrativos ou orçamentários necessários ao aprimoramento do Provita, em consonância com os princípios da eficiência, da proteção integral e do interesse público.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Senador Eduardo Girão a leitura do requerimento oriundo da Senadora Damares Alves, que se encontra em outra atividade.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Anuncio o item 5 da pauta.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 3, DE 2026

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir medidas concretas de enfrentamento à escalada da capacidade operacional de facções criminosas e sua atuação em áreas de baixa presença estatal, com instalação de suposto centro de treinamento da facção em uma área de aldeia indígena, como ocorreu no Mato Grosso.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para a leitura do requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria até pedir a V. Exa. que pudesse subscrever esse requerimento, porque o objetivo é o seguinte aqui.

Eu recebi, e eu acho que o senhor deve ter recebido também, um vídeo mostrando uma suposta área para centro de treinamento de facção em uma aldeia indígena, em Mato Grosso. Então, esse vídeo circulou bastante, deixou muita gente preocupada, cidadãos de bem do país, inclusive, uma das pessoas que ficaram preocupadas é o jornalista Alexandre Garcia. Então, tomei a liberdade de fazer esse requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir medidas concretas de enfrentamento à escalada da capacidade operacional de facções criminosas e sua atuação em áreas de baixa presença estatal, com instalação de suposto centro de treinamento da facção em uma área de aldeia indígena, em Mato Grosso.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• representante do Ministério da Justiça;

• representante da Polícia Federal;

• o Sr. Rogério Greco, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• representante do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC);

• representante do Batalhão Especializado de Policiamento do Interior;

• representante do Ministério da Defesa;

• o Sr. Rodrigo Rodrigues Pimentel, ex-Capitão Bope RJ;

• o Sr. Fernando G. Montenegro, Coronel Veterano das Forças Especiais;

• o Sr. Valter Furtado Filho, Secretário do Mato Grosso;

• representante da Funai.

Se o senhor tiver alguma outra indicação, fique à vontade, Presidente.

A recente operação policial realizada no Estado do Mato Grosso revelou um fato de extrema gravidade para a segurança pública e para a soberania estatal: a existência de um suposto centro de treinamento de organização criminosa instalado em área indígena, utilizado para a capacitação de integrantes em técnicas de sobrevivência na selva e táticas de guerrilha.

Segundo informações divulgadas, os treinamentos eram conduzidos por indivíduos com aparente formação militar, em regiões isoladas de mata, com simulações práticas que evidenciam elevado grau de organização, planejamento e preparo operacional.

Isso me lembrou muito, General, as Farc, no interior da Colômbia, aquelas milícias, aquelas guerrilhas ali.

O episódio não pode ser tratado como um fato isolado, mas sim como um indicativo de um novo patamar de atuação do crime organizado no Brasil, marcado pela adoção de práticas típicas de grupos paramilitares, pela ocupação de áreas sensíveis e pela busca deliberada de ambientes com menor presença do Estado para o desenvolvimento de suas atividades ilícitas. A utilização de território indígena para esse tipo de operação suscita ainda preocupações adicionais.

Nesse contexto, impõe-se o necessário esclarecimento acerca da atuação de órgãos federais responsáveis pela gestão e fiscalização dessas áreas, especialmente a Fundação Nacional dos Povos Indígenas, bem como de outros entes estatais com competência na matéria. A ausência de informações claras sobre o conhecimento prévio ou a atuação preventiva dessas instituições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agrava a preocupação quanto à capacidade de monitoramento e resposta do Estado brasileiro diante da infiltração do crime organizado em territórios estratégicos.

Além disso, o caso ganha ainda mais relevância no contexto internacional, diante de discussões em curso sobre a possível classificação de facções brasileiras, como o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital (PCC), como organizações de natureza terrorista. A constatação de treinamentos com características paramilitares, associada ao acesso a armamentos de elevado poder ofensivo, reforça a percepção de que tais grupos atingiram um nível de sofisticação que exige respostas mais firmes, coordenadas e compatíveis com a gravidade da ameaça que representam.

Diante da gravidade dos fatos, da possível violação da ordem pública em áreas especialmente protegidas e dos riscos à soberania nacional, mostra-se imprescindível a realização da presente audiência pública, a fim de reunir autoridades competentes, especialistas e representantes da sociedade, com vistas ao esclarecimento dos acontecimentos e à formulação de medidas eficazes de enfrentamento ao crime organizado no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Subscrevo esse requerimento também, Senador Eduardo Girão.

Extremamente importantes essas observações e a situação descrita por V. Exa., porque quem conhece o Brasil profundo sabe da vastidão da nossa Amazônia e, principalmente, da ausência do Estado brasileiro em grande parte desses quase 5 milhões de quilômetros quadrados que compõem esse imenso território, e, consequentemente, tudo aquilo que nós Senadores pudermos fazer no intuito de fiscalizar o que realmente está acontecendo é importante.

Então, V. Exa. conta com o meu apoio nesse requerimento.

Anuncio o item meia dúzia da pauta, o último item aqui da nossa reunião, também...

Ah, uma última forma, perdão.

A votação do requerimento será simbólica.

Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Anuncio o item meia dúzia.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 4, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o enfrentamento de crises políticas, institucionais e de segurança, bem como sobre os impactos dessas situações na garantia de direitos fundamentais e na estabilidade democrática.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

Autoria dos Senadores Eduardo Girão e Magno Malta.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão, para a leitura do requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Isso é um problema crônico que a gente vive, especialmente na América Latina.

Eu tive a oportunidade de ir à posse do novo Presidente do Chile, José Antonio Kast. Inclusive, o Senador Flávio Bolsonaro, Presidente desta Comissão, estava junto comigo. E nós tivemos a oportunidade de conversar com a Prêmio Nobel da Paz, a María Corina Machado, e de conversar com a Sra. Jeanine Áñez, ex-Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia – ela que foi presa. A filha dela, que eu tive a oportunidade de conhecer, a Carolina Ribeira Áñez, é ativista de direitos humanos, e, numa visita que eu fiz à Argentina com o Senador Sergio Moro, há dois anos, ela foi levar o drama da família, da mãe que estava presa. E a gente está vendo uma "juristocracia", Presidente, acontecer em vários países. Já não basta a ditadura lá da Venezuela, nós temos na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nicarágua, nós temos em Cuba, passando por também uma situação delicadíssima neste momento.

A gente precisa entender o que está acontecendo lá para até nos prepararmos aqui, porque tem certas situações que não estão muito distantes, não, da ditadura que a gente vive no Brasil, especialmente o regime aqui liderado por alguns Ministros abusadores do STF, com o Governo Lula. É um regime ditatorial.

Então, eu requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater um enfrentamento de crises políticas, institucionais e de segurança, bem como sobre os impactos dessas situações na garantia dos direitos fundamentais e na estabilidade democrática.

Então, olha só quem é que a gente está propondo, Sr. Presidente, para a audiência – inclusive, alguns disseram que, se for aprovado, virão. São os seguintes convidados:

- Sra. Jeanine Áñez, ex-Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia.

- Sra. María Corina Machado, ex-Deputada da Assembleia Nacional da Venezuela, atual Prêmio Nobel da Paz. A gente teve a oportunidade de recebê-la virtualmente, o senhor lembra? O senhor estava do meu lado aqui, também o Senador Sergio Moro, e ela participou de uma audiência aqui há dois, três anos atrás. Ela não pôde vir, ela queria vir, mas não foi permitida pela ditadura. Agora, talvez, a gente consiga trazer a María Corina Machado.

- Sr. Jonathan Hall, membro da Foundation for Human Rights in Cuba.

- Sr. Pedro Urruchurtu, Diretor do Vente Venezuela.

- Sra. Carolina Ribera Áñez, ativista de direitos humanos da Bolívia, que é filha da Sra. Jeanine Áñez.

- Sr. Juan Pablo Chamón, cofundador da Libera Bolívia.

- Sra. Maria Elvira Salazar, membro da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos – foi aquela que levantou a foto do Alexandre de Moraes numa audiência pública lá, falando que era um violador de direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Sra. Maria Fernanda Cabal, Senadora da Colômbia.

- Sra. Patricia Bullrich, Senadora da Argentina, que foi, há pouco tempo, Ministra da Segurança da Argentina.

- Sr. Rojo Edwards, Senador do Chile.

- Sr. Miguel Alfonso Meza, ativista no México.

Eu queria incluir mais um aqui, que não está, que eu lembrei agora, o Deputado Chris Smith. A gente já teve até algumas audiências aprovadas por ele, aprovadas aqui nesta Comissão, mas a gente não chegou a realizar, e, como o assunto trata de direitos humanos, de ditadura também, ele é um dos Deputados do Parlamento americano, Senador, mais longevos lá. Ele tem oito mandatos, uma coisa assim. Ele já esteve no Brasil, eu o conheci antes de sonhar em estar aqui com os senhores; ele veio falar de um tema aqui no Congresso Nacional, em 2005. Então, que ele possa voltar para falar. Ele veio falar, na época, sobre também direitos humanos, questão do aborto, e agora eu queria incluir o nome dele: Deputado Chris Smith, do Partido Republicano. Se eu não me engano, ele é de Illinois.

Justificação.

A presente solicitação tem por objetivo promover um debate qualificado, no âmbito desta Comissão, acerca dos desafios enfrentados por Estados democráticos em contexto de instabilidade política e social, especialmente no que se refere à manutenção da ordem pública, ao respeito às liberdades individuais e à preservação das instituições.

Além disso, a oitiva permitirá aos membros desta Comissão aprofundar o entendimento sobre mecanismos institucionais de resposta a cenários de instabilidade, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas de segurança institucional e para o fortalecimento do Estado democrático de direito em contextos desafiadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Cumprimento V. Exa., assim como o Senador Magno Malta, pela autoria desse requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É sabido e notório que os países aqui da nossa vizinhança passaram por turbulências políticas, fruto de governos que buscaram se perpetuar no poder, utilizando os instrumentos democráticos, mas com perpetuação de poder.

Há o caso específico da Venezuela, que fez uma democracia de fachada para, ao longo dos últimos 27 anos, estar sob o jugo do chavismo.

Na Bolívia, também, com o ex-Presidente Evo Morales, que até hoje se encontra homiziado lá na região do Chapare, e ninguém consegue tirá-lo de lá. Nesse meio-tempo essa senhora, Jeanine Áñez, terminou sendo presa, num processo também nebuloso, como coisas que acontecem aqui no nosso país.

E, óbvio, que há a presença de alguns Parlamentares americanos, da Senadora da Argentina.

Há o Chile, que, seis ou sete anos atrás, passou por uma série de protestos – e foram protestos violentos que ocorreram –, que terminaram sendo devidamente controlados. Tentaram fazer uma nova Constituição e chegaram à conclusão de que a Constituição que foi feita ao final do regime do General Pinochet é o melhor que o Chile tem.

Há também a representante da Colômbia, país que se debate até hoje com guerrilha, com a questão do narcotráfico, assim como o representante do México.

Então, é importante esse requerimento de V. Exa. para a gente poder debater esses assuntos.

A votação será simbólica.

Senador Esperidião Amin, V. Exa. deseja fazer uso da palavra?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Sim. Queria sua anuência para registrar aqui a presença, além da do nosso querido amigo Senador Eduardo Girão, que teve um pequeno tropeço na abertura dos trabalhos da Série B do futebol... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Perdeu para o Avaí? Perderam para o Avaí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, perdeu para o Botafogo...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Ah, bom. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... de Ribeirão Preto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – E de goleada!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele, que costumava ir a Santa Catarina secar o Avaí, quando era cartola-mor do Fortaleza...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Do Fortaleza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... tomou um castigo fora do tempo.

Mas eu queria tomar a liberdade, Presidente, de registrar aqui a presença do Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí, Santa Catarina, que o senhor conhece tão bem, creio eu...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... uma cidade pujante, que é um grande exemplo para o país, e do Procurador-Geral da Câmara de Vereadores, André Bindé.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É nosso conhecido também o André.

Bem-vindos. Bem-vindos à Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero registrar a presença dele e fazer coro aos requerimentos que estão sendo apreciados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Cumprimento, em nome da Comissão de Segurança Pública, os dois visitantes, dois batalhadores das melhores causas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... e nobres representantes de Santa Catarina, estado que nos brinda sempre com gente de valor...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... óbvio que com o apoio do Rio Grande do Sul, senão não funciona! (*Risos.*)

Muito bem, a votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia onze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Zequinha Marinho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Sergio Moro, Zenaide Maia, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Flávio Arns, Angelo Coronel, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Beto Faro, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Eliziane Gama, Augusta Brito, Sérgio Petecão, Weverton e Wellington Fagundes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Davi Alcolumbre, Giordano, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 583, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, para dispor sobre a obrigatoriedade de instalação de tecnologia que permita o acionamento de emergência do número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para ampliar a tutela penal da intimidade sexual." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto. À CCJ. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2758, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para dispor sobre a composição do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Favorável ao projeto com 1 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5106, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever o incentivo à adoção de jogos eletrônicos educativos na prática pedagógica." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002; 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e 10.865, de 30 de abril de 2004, para permitir o desconto de créditos relativos a valores despendidos com investimentos em atividades de adequação e operacionalização da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Servidor Público (PASEP), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/PASEP-Importação) e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 327, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o fornecimento de dados aos candidatos a cargos de direção em condomínios, em agremiações desportistas, em entidades de classe, em sindicatos e em associações diversas; e altera as Leis nºs 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 879, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para qualificar o crime de invasão de dispositivo informático quando houver a obtenção de dados pessoais e criar o crime de sequestro de dados informáticos." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PL/MG). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3305, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.583, de 16 de maio de 2023, para incluir menção à Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância e à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e ao seu Protocolo Facultativo, e para incluir na publicidade de órgãos públicos a promoção dos direitos das pessoas com deficiência, das vítimas de discriminação racial e das pessoas LGBTQIA+." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto. À CDH. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3393, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a digitalização de documentos definidos no Código Brasileiro de Trânsito e a gratuidade de serviços digitais." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Favorável ao projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 5689, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para facilitar o atendimento do consumidor pelos Procons por meio da internet." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2949, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.009, de 2009, e a Lei nº 12.587, de 2012, para permitir o uso de aplicativo ou plataforma de comunicação em rede no transporte remunerado privado individual de passageiros realizado por meio de motocicletas (aplicativo para mototáxi)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido/AP). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 615, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, para garantir autonomia à Autoridade Nacional de Proteção de Dados nos termos que especifica." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 88, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Tabira FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tabira, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*Ad hoc*), substituiu Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo n° 152, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão FM Comunitária de Tracunhaém-PE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tracunhaém, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*Ad hoc*), substituiu Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo n° 247, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão, Cultura e Esportes Sebastião Morais - ACESMO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ingazeira, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo n° 277, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Floresta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Floresta, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*Ad hoc*), substituiu Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo n° 89, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária da Região Central do Município de Betim - ASCORBE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Betim, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo n° 310, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Loyola de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo n° 361, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Antônio Dias para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo n° 555, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 20 - Projeto de Decreto Legislativo n° 585, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ACAC - Associação Comunitária de Apoio à Cidadania para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guarará, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 21 - Projeto de Decreto Legislativo n° 163, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Feminina de Montalvânia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Montalvânia, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 22 - Projeto de Decreto Legislativo n° 307, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Firminense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Senador Firmino, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 23 - Projeto de Decreto Legislativo n° 364, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão e Desenvolvimento Cultural de Mutum - ACORDECUM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mutum, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 24 - Projeto de Decreto Legislativo n° 372, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à Associação de Radiodifusão Comunitária de Cultura e Educação de Barbacena - Arcocebar para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barbacena, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 25 - Projeto de Decreto Legislativo n° 577, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Amigos de Unaí - ACAU para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Unaí, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 26 - Projeto de Decreto Legislativo n° 339, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Filhos e Amigos de Rosário Oeste - AFARO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rosário Oeste, Estado do Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 27 - Projeto de Decreto Legislativo n° 369, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Bairro São José para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carpina, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 28 - Projeto de Decreto Legislativo n° 449, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Chã de Cruz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 29 - Projeto de Decreto Legislativo n° 588, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Vila Rajada para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 30 - Projeto de Decreto Legislativo n° 734, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão para Comunicações Comunitária do Sítio Areias do Município de Correntes (ARCCSAMC) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Correntes, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 31 - Projeto de Decreto Legislativo n° 491, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - RN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 32 - Projeto de Decreto Legislativo n° 534, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vicentina para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vicentina, Estado do Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 33 - Projeto de Decreto Legislativo n° 622, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura São Pedro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ubarana, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 34 - Projeto de Decreto Legislativo n° 682, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Ágape de Ourinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ourinhos, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 35 - Projeto de Decreto Legislativo n° 684, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Comunitária e Social Ajuda Fraterna para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Torrinha, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 36 - Projeto de Decreto Legislativo n° 762, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Tocosmojiense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tocos do Moji, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*Ad hoc*), substituiu Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 37 - Projeto de Decreto Legislativo n° 325, de 2021 - Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Jaguariúna para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 38 - Projeto de Decreto Legislativo n° 396, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Valentim Gentil, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 39 - Projeto de Decreto Legislativo n° 397, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Arte, Cultura e Informação de São Pedro (ACARCISP) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 40 - Projeto de Decreto Legislativo n° 398, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pompeia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pompeia, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 41 - Projeto de Decreto Legislativo n° 434, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Sócio - Cultural Ribeirão Branco para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 42 - Projeto de Decreto Legislativo n° 606, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Simonense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Simão, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 43 - Projeto de Decreto Legislativo n° 349, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores do Bairro Jardim São João para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de General Carneiro, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 44 - Projeto de Decreto Legislativo n° 430, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Guaraniaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaraniaçu, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 45 - Projeto de Decreto Legislativo n° 356, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Mercesana de Integração e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mercês, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 46 - Projeto de Decreto Legislativo n° 527, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão do Vale do Curu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luís do Curu, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 47 - Projeto de Decreto Legislativo n° 704, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Várzea Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Várzea Nova, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 48 - Projeto de Decreto Legislativo n° 368, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Movimentos Populares de Córrego Danta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Córrego Danta, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 49 - Projeto de Decreto Legislativo n° 587, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Santo Inácio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Inácio, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 50 - Projeto de Decreto Legislativo n° 604, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Associação de Convivência Artística e Cultural de Janiópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Janiópolis, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 51 - Projeto de Decreto Legislativo n° 478, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Centro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Girau do Ponciano, Estado de Alagoas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*ad hoc*), substituiu Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 52 - Projeto de Decreto Legislativo n° 539, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Artística Amigos de Tamarana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tamarana, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 53 - Projeto de Decreto Legislativo n° 577, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária do Bairro Santo Antônio FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 54 - Projeto de Decreto Legislativo n° 594, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária do Alto do Ginásio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sertãozinho, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*ad hoc*), substituiu Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 55 - Projeto de Decreto Legislativo n° 601, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Dourado para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dourado, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*ad hoc*), substituiu Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 56 - Projeto de Decreto Legislativo n° 657, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Humaitá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Humaitá, Estado do Amazonas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hamilton Mourão (*ad hoc*), substituiu Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 57 - Projeto de Decreto Legislativo n° 605, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente de Difusão Cultural e Comunitária Betel de Terra Roxa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Terra Roxa, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 58 - Projeto de Decreto Legislativo n° 627, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Pirajuí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pirajuí, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 59 - Projeto de Decreto Legislativo n° 652, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Rádio Comunitária Associação Joni Braga Educação Arte &Cultura Rádio Nova Bofete - RNB - FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bofete, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 60 - Projeto de Decreto Legislativo n° 675, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Imaculada Conceição para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Propriá, Estado de Sergipe." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 61 - Projeto de Decreto Legislativo n° 677, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Sertão FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibimirim, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 62 - Projeto de Decreto Legislativo n° 715, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária São João do Morro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 63 - Projeto de Decreto Legislativo n° 737, de 2021 - Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Coutense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Couto de Magalhães de Minas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 64 - Projeto de Decreto Legislativo n° 324, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural, Artística, Educacional e de Comunicação do Município de Placas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Placas, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 65 - Projeto de Decreto Legislativo n° 448, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Nossa Senhora do Ó para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 66 - Projeto de Decreto Legislativo n° 518, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Riacho das Almas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Riacho das Almas, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 67 - Projeto de Decreto Legislativo n° 717, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Casa da Cultura de Bom Jardim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Jardim, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 68 - Projeto de Decreto Legislativo n° 738, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Manari - PE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Manari, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 69 - Projeto de Decreto Legislativo n° 788, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 70 - Projeto de Decreto Legislativo n° 789, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária A Voz da Liberdade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 71 - Projeto de Decreto Legislativo n° 797, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Machados FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Machados, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 72 - Projeto de Decreto Legislativo n° 851, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores da Vila Brasil e outras Artérias para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pombos, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 73 - Projeto de Decreto Legislativo n° 966, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Glória do Goitá, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 74 - Projeto de Decreto Legislativo n° 969, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Venturosa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Venturosa, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 75 - Projeto de Decreto Legislativo n° 296, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Deus e o Povo do Sítio Cavaleiro Município das Correntes PE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Correntes, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 76 - Projeto de Decreto Legislativo n° 548, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Bom Conselho - FBC para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 77 - Projeto de Decreto Legislativo n° 240, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação das Mulheres Produtoras Sítio Alegre para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itarema, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 78 - Projeto de Decreto Legislativo n° 250, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização ao Centro Cultural de Comunicação de Jaibaras - CCCJ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sobral, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 79 - Projeto de Decreto Legislativo n° 670, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Vale do Groaíras para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Groaíras,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 80 - Projeto de Decreto Legislativo n° 806, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Planalto Timbaúba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Russas, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 81 - Projeto de Decreto Legislativo n° 956, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Amigos do Bairro Santa Tereza para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 82 - Projeto de Decreto Legislativo n° 960, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Coreaú - IRC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coreaú, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 83 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1090, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Cultural de Radiodifusão Valenciana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Valença do Piauí, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 84 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1092, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Redenção FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Redenção do Gurgueia, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 85 - Projeto de Decreto Legislativo n° 439, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Movimento de Ação Comunitária - MAC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Solonópole, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 86 - Projeto de Decreto Legislativo n° 453, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultura e Cidadania de Jardim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jardim, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 87 - Projeto de Decreto Legislativo n° 221, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Moradores de Jaguaretama para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguaretama, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 88 - Projeto de Decreto Legislativo n° 226, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Francisco de Assis Dantas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Penaforte, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 89 - Projeto de Decreto Legislativo n° 233, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Assaré para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Assaré, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 90 - Projeto de Decreto Legislativo n° 250, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Terra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Balsas, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 91 - Projeto de Decreto Legislativo n° 284, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida de Chapadinha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chapadinha, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 92 - Projeto de Decreto Legislativo n° 306, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Protetora do Bairro do Olho D`Água - APROBOD para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luís, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 93 - Projeto de Decreto Legislativo n° 244, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Tigre FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Arroio do Tigre, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 94 - Projeto de Decreto Legislativo n° 444, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Santa Luzia de Difusão Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 95 - Projeto de Decreto Legislativo n° 446, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Amigos de Marcelino Ramos - ACCAMAR para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marcelino Ramos, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 96 - Projeto de Decreto Legislativo n° 450, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Santanense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 97 - Projeto de Decreto Legislativo n° 471, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Contemporânea FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São Valentim, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 98 - Projeto de Decreto Legislativo n° 245, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Terra - Acrat para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Divinolândia de Minas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 99 - Projeto de Decreto Legislativo n° 364, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Cultural, Social e Turística de Vassouras - ACSTV para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 100 - Projeto de Decreto Legislativo n° 768, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cantagalense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 101 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1002, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação e Cultura Liberdade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaíba, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 102 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1006, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Novo Horizonte de Virginópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Virginópolis, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 103 - Projeto de Decreto Legislativo n° 260, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação, Cultura e Desportos de Jaicós para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaicós, Estado do Piauí."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 104 - Projeto de Decreto Legislativo n° 801, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio de Pio IX para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pio IX, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 105 - Projeto de Decreto Legislativo n° 304, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Capimense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Domingos do Capim, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 106 - Projeto de Decreto Legislativo n° 127, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Itaituba – ARCI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaituba, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 107 - Projeto de Decreto Legislativo n° 131, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural dos Amigos e Amigas de Nova Esperança do Piriá - ACANEP para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Esperança do Piriá, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 108 - Projeto de Decreto Legislativo n° 386, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Amigos da Radiodifusão Comunitária de Primavera - ARCOP para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Primavera, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 109 - Projeto de Decreto Legislativo n° 537, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária do Trairão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Trairão, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 110 - Projeto de Decreto Legislativo n° 91, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santarém, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 111 - Projeto de Decreto Legislativo n° 392, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural, Educacional e Ecológica de Capanema para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capanema, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 112 - Projeto de Decreto Legislativo n° 507, de 2023 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Assaí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Assaí, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 113 - Projeto de Decreto Legislativo n° 521, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Nova Rússia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 114 - Projeto de Decreto Legislativo n° 524, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores e Amigos de Serranópolis do Iguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serranópolis do Iguaçu, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 115 - Projeto de Decreto Legislativo n° 526, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Master FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São João do Ivaí, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 116 - Projeto de Decreto Legislativo n° 542, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação de São José dos Pinhais para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 117 - Projeto de Decreto Legislativo n° 550, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Exclusiva Educativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Campo Mourão, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 118 - Projeto de Decreto Legislativo n° 157, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brito Junior de Rádio e TV Educativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Guaratuba, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 119 - Projeto de Decreto Legislativo n° 457, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Princesa do Leste Goiano FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Água Fria de Goiás, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 120 - Projeto de Decreto Legislativo n° 528, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Piracanjuba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Piracanjuba, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 121 - Projeto de Decreto Legislativo nº 692, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação do Bairro Setor Aeroporto de Campos Belos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campos Belos, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 122 - Projeto de Decreto Legislativo nº 635, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário Rádio Regional Navegantes FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 123 - Projeto de Decreto Legislativo nº 1060, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio FM de Nova Olímpia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 124 - Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária do Parque do Lago para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 125 - Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Salto Magessi - ACSM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 126 - Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Sapezal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 127 - Projeto de Decreto Legislativo nº 691, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria/ RN (ACCCSM-RN) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 128 - Projeto de Decreto Legislativo nº 965, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação José Ribamar Lunguinho de Desenvolvimento para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco do Oeste, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 129 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Decreto Legislativo n° 971, de 2021 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio FM Comunitária Cidade Progresso para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pendências, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 130 - Projeto de Decreto Legislativo n° 145, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Santana FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 131 - Projeto de Decreto Legislativo n° 720, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural 3 de Novembro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Quatro Pontes, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*ad* hoc), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 132 - Projeto de Decreto Legislativo n° 352, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Hipolitana FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monsenhor Hipólito, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 133 - Projeto de Decreto Legislativo n° 651, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Educadora Campo Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iacanga, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 134 - Projeto de Decreto Legislativo n° 730, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para Cidadania e Desenvolvimento Social de Monte Azul Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 135 - Projeto de Decreto Legislativo n° 739, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Guaraci para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaraci, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 136 - Projeto de Decreto Legislativo n° 845, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Colina para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Colina, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 137 - Projeto de Decreto Legislativo n° 848, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Agenda - FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaú, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 138 - Projeto de Decreto Legislativo n° 766, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rionovense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Novo, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad* hoc), substituiu Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 139 - Projeto de Decreto Legislativo n° 284, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária A Voz de Cajueiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad* hoc), substituiu Senador Carlos Portinho.**Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 140 - Projeto de Decreto Legislativo n° 809, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Heliodora - ACHÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Heliodora, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 141 - Projeto de Decreto Legislativo n° 833, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Comunidade de Jesus para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 142 - Projeto de Decreto Legislativo n° 863, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Ondas Verdes FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tacuru, Estado do Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*ad* hoc), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 143 - Projeto de Decreto Legislativo n° 430, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Rochedo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rochedo, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*ad* hoc), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 144 - Projeto de Decreto Legislativo n° 227, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Educativa Cidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batayporã, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*ad* hoc), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 145 - Projeto de Decreto Legislativo n° 232, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorização outorgada à Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alcinópolis, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*ad* hoc), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 146 - Projeto de Decreto Legislativo n° 370, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Bairros do Município de Luz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Luz, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 147 - Projeto de Decreto Legislativo n° 872, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Comunicação Beneficente Comunitária Interativa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serra do Salitre, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 148 - Projeto de Decreto Legislativo n° 993, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Universo (Acobeu) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caratinga, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 149 - Projeto de Decreto Legislativo n° 916, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores da Cidade de Oliveira dos Brejinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*ad* hoc), substituiu Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 150 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1041, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Míriam de Amparo Social e Cultural de Bezerros para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bezerros, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*ad* hoc), substituiu Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 151 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1008, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Seara - ACS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 152 - Projeto de Decreto Legislativo n° 223, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Unidos para Comunicação de Pinheiros para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pinheiros, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 153 - Projeto de Decreto Legislativo n°**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

381, de 2022 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Educacional e Cultural de São Gabriel da Palha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 154 - Projeto de Decreto Legislativo n° 402, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rural Jaguarense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguaré, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 155 - Projeto de Decreto Legislativo n° 451, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Votorantim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Votorantim, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 156 - Projeto de Decreto Legislativo n° 456, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Artística Uma Nova Voz para Campinas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campinas, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 157 - Projeto de Decreto Legislativo n° 523, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Sistema Araçá de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Araçatuba, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 158 - Projeto de Decreto Legislativo n° 375, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Dom Cavati para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dom Cavati, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 159 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 57, de 2014 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão do Grande Jatobá - ASCORAJ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos, Estado da Paraíba." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*ad* hoc), substituiu Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 107/2024-CCDD). **ITEM 160 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1051, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Grupo Mutirão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Luís Gomes, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*ad* hoc), substituiu Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 108/2024-CCDD). **ITEM 161 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 41, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Cidade Alta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 109/2024-CCDD). **ITEM 162 - Projeto de Decreto Legislativo n° 176, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Centro Norte de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Colíder, Estado do Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 110/2024-CCDD). **ITEM 163 - Projeto de Decreto Legislativo n° 560, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Vale de São Domingos (Acodac) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vale de São Domingos, Estado do Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 111/2024-CCDD). **ITEM 164 - Projeto de Decreto Legislativo n° 683, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária de Cotriguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 112/2024-CCDD). **ITEM 165 - Projeto de Decreto Legislativo n° 277, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio FM Cláudia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cláudia, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 113/2024-CCDD). **ITEM 166 - Projeto de Decreto**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislativo n° 182, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio FM Cristo Redentor Áudio e Vídeo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 114/2024-CCDD). **ITEM 167 - Projeto de Decreto Legislativo n° 407, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social da Comunidade de Congonhas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Congonhas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 115/2024-CCDD). **ITEM 168 - Projeto de Decreto Legislativo n° 482, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária São Miguel para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 116/2024-CCDD). **ITEM 169 - Projeto de Decreto Legislativo n° 502, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Indianova - FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Indianópolis, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 117/2024-CCDD). **ITEM 170 - Projeto de Decreto Legislativo n° 624, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Serra da Tiririca FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 118/2024-CCDD). **ITEM 171 - Projeto de Decreto Legislativo n° 706, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária A Voz de Quissamã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 119/2024-CCDD). **ITEM 172 - Projeto de Decreto Legislativo n° 708, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Centro Cultural Nossa Senhora da Assunção para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 120/2024-CCDD). **ITEM 173 - Projeto de Decreto Legislativo n° 756, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Mão Amiga para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Italva, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 121/2024-CCDD). **ITEM 174 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1000, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Cristinense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cristina, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 122/2024-CCDD). **ITEM 175 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1086, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio São Thomé para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 123/2024-CCDD). **ITEM 176 - Projeto de Decreto Legislativo n° 310, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio FM Pontapedrense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ponta de Pedras, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 124/2024-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CCDD). **ITEM 177 - Projeto de Decreto Legislativo n° 353, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação - Rádio Comunitária Muaná FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Muaná, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 125/2024-CCDD). **ITEM 178 - Projeto de Decreto Legislativo n° 390, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Taquaritinga do Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 126/2024-CCDD). **ITEM 179 - Projeto de Decreto Legislativo n° 903, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro de Vitória de Santo Antão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 127/2024-CCDD). **ITEM 180 - Projeto de Decreto Legislativo n° 476, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Nova Erechim FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 128/2024-CCDD). **ITEM 181 - Projeto de Decreto Legislativo n° 663, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Salto Veloso para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 129/2024-CCDD). **ITEM 182 - Projeto de Decreto Legislativo n° 506, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Fraternal de Quixadá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Quixadá, Estado do Ceará."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes *ad hoc), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 130/2024-CCDD). **ITEM 183 - Projeto de Decreto Legislativo n° 953, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Escola de Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Beberibe, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad* hoc), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. (REQ 131/2024-CCDD). **ITEM 184 - Projeto de Decreto Legislativo n° 431, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Apuiarés, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes *ad hoc), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. (REQ 132/2024-CCDD). **ITEM 185 - Projeto de Decreto Legislativo n° 447, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Olinda, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes *ad hoc), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 133/2024-CCDD). **ITEM 186 - Projeto de Decreto Legislativo n° 159, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ana Roberto para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Missão Velha, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes *ad hoc), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. (REQ 134/2024-CCDD). **ITEM 187 - Projeto de Decreto Legislativo n° 557, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão de Inconfidentes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Inconfidentes, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 135/2024-CCDD). **ITEM 188 - Projeto de Decreto Legislativo n° 398, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Social de Barra de São Francisco para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra de São Francisco, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. (REQ 136/2024-CCDD). **ITEM 189 - Projeto de Decreto Legislativo n° 292, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pioneira de Água Doce do Norte de Radiodifusão para Promoção da Cultura, Artes e Educação para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Água Doce do Norte, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 137/2024-CCDD). **ITEM 190 - Projeto de Decreto Legislativo n° 654, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jarinu, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 138/2024-CCDD). **ITEM 191 - Projeto de Decreto Legislativo n° 844, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Lima Campense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lima Campos, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 139/2024-CCDD). **ITEM 192 - Projeto de Decreto Legislativo n° 876, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária FM Rio Neves para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Raimundo das Mangabeiras, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 140/2024-CCDD). **ITEM 193 - Projeto de Decreto Legislativo n° 892, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Solidariedade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luís, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 141/2024-CCDD). **ITEM 194 - Projeto de Decreto Legislativo n° 897, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Buriti Bravo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Buriti Bravo, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 142/2024-CCDD). **ITEM 195 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1011, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio São João do Paraíso FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cambuci, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 143/2024-CCDD). **ITEM 196 - Projeto de Decreto Legislativo n° 218, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Escola de Rádio São José do Vale do Rio Preto para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José do Vale do Rio Preto, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. (REQ 144/2024-CCDD). **ITEM 197 - Projeto de Decreto Legislativo n° 234, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Pantaneira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (ad hoc), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 145/2024-CCDD). **ITEM 198**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Projeto de Decreto Legislativo n° 685, de 2021 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à RC FM - Rádio Comunitária de Itambé para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itambé, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado parecer pela prejudicialidade da matéria. **ITEM 199 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1054, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo/RN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado parecer pela prejudicialidade da matéria. **ITEM 200 - Projeto de Decreto Legislativo n° 129, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Guarany FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaetetuba, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado parecer pela prejudicialidade da matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 201 - Projeto de Decreto Legislativo n° 318, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Costa Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 146/2024-CCDD). **ITEM EXTRAPAUTA 202 - Projeto de Decreto Legislativo n° 754, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Salinas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salinas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 147/2024-CCDD). **ITEM EXTRAPAUTA 203 - Projeto de Decreto Legislativo n° 769, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Radiodifusores e Movimento Popular de Rádio Comunitária de Pedro Leopoldo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 148/2024-CCDD). **ITEM EXTRAPAUTA 204 - Projeto de Decreto Legislativo nº 672, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social - Palestina para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palestina, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ 149/2024-CCDD). **ITEM EXTRAPAUTA 205 - Projeto de Decreto Legislativo nº 752, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária - ARC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itapetim, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 206 - Projeto de Decreto Legislativo nº 1047, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Cristã de Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paulista, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 207 - Projeto de Decreto Legislativo nº 554, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 208 - Projeto de Decreto Legislativo nº 762, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Carmelitana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 209 - Projeto de Decreto Legislativo nº 764, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente e Cultural Dona Joaquina de Pompéu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pompéu, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM EXTRAPAUTA 210 - Projeto de Decreto Legislativo nº 795, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunidade Porciúncula para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porciúncula, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 211 - Projeto de Decreto Legislativo n° 281, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Paracambi para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*ad hoc*), substituiu Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 212 - Projeto de Decreto Legislativo n° 840, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Artística e Cultural de Ariranha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ariranha, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 213 - Projeto de Decreto Legislativo n° 200, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Apoio às Entidades de Bocaína para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bocaína, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 214 - Projeto de Decreto Legislativo n° 220, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Educadora de Radiodifusão de Morro Agudo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Morro Agudo, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 215 - Projeto de Decreto Legislativo n° 439, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Rádio Comunitária Super para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 216 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1029, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 217 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1097, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural de Coromandel para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coromandel, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 218 - Projeto de Decreto Legislativo n° 773, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Diógenes Almeida Celestino para executar serviço de radiodifusão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunitária no Município de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*ad hoc*), substituiu Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 219 - Projeto de Decreto Legislativo n° 286, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiofusão Comunitária Alternativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Peritoró, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*ad hoc*), substituiu Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 220 - Projeto de Decreto Legislativo n° 186, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Paranavaí, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Esperidião Amin
Presidente Eventual da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/11

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias apresentadas à Comissão.

Informo que foram solicitadas as seguintes inclusões de itens extrapauta, todos relacionados ao serviço de radiodifusão:

- Projetos de Decreto Legislativo nºs 318, de 2019; 754, 762, 764, 769 e 795, de 2021; e 281, de 2023, de relatoria do Senador Carlos Portinho.

- Projetos de Decreto Legislativo nºs 752 e 1.047, de 2021 e 554, de 2023, de relatoria do Senador Humberto Costa.

- Projetos de Decreto Legislativo nºs 672 e 840, de 2021; 200 e 220, de 2022, e 439, de 2023, de relatoria do Senador Sergio Moro.

- Projetos de Decreto Legislativo nºs 1.029 e 1.097, de 2021, de relatoria do Senador Esperidião Amin.

- Projetos de Decreto Legislativo nºs 773, de 2021, e 286, de 2023, de relatoria do Senador Rodrigo Cunha.

- Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2024, de relatoria do Senador Flávio Arns.

Questiono os Srs. Senadores e Sras. Senadores se podemos realizar a inclusão extrapauta das matérias. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, estão incluídas as matérias como itens 201 a 220 da pauta.

Assim, a pauta passa a ser composta por 11 projetos de lei e 209 projetos de decretos legislativos, totalizando 220 itens.

Os itens 1 a 11, projetos de lei em tramitação não terminativa, serão apreciados em votação simbólica, individualmente. Por sua vez, os itens 12 a 158 e 205 a 290, projetos de decretos legislativos com votos pela aprovação, serão apreciados em votação nominal, em globo.

Por fim, os itens 159 a 204, projetos de decreto legislativo com votos pela apresentação de requerimentos de informações e pela prejudicialidade, serão apreciados em votação simbólica, em globo.

Em virtude da extensão da presente pauta e considerando que sua publicação foi realizada com antecedência superior ao prazo determinado pelo Regimento Interno desta Casa, consulto V. Exas., em especial os Relatores, se, por uma questão de economia processual e racionalização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos trabalhos, podemos realizar a dispensa da leitura dos relatórios dos projetos de decretos legislativos, passando diretamente à discussão e deliberação dos itens. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, esta Presidência dá como lidos os relatórios apresentados dos itens 12 a 220.

Os relatórios foram apresentados, tudo foi tempestivo, tudo foi mais do que o Regimento exige em termos de prazo. Portanto, não havendo objeção, considero que este procedimento está aprovado.

Designo, como Relator *ad hoc*, para os projetos de decretos legislativos em que o Relator original não se encontre presente, o primeiro titular do bloco com presença registrada no painel. Obviamente, quem sois?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Raimundo Nonato. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não é Rolando Lero.

Designo, portanto, o nosso diligente, competente e amigo Senador Mourão.

Questiono ainda V. Exas. se, por uma questão de otimização do fluxo de trabalho, podemos manter aberto o painel para votação em um globo dos itens 12 a 158 e 205 a 220 enquanto procedemos à discussão de seus relatórios e à apreciação dos projetos de lei dos itens 1 a 11 da pauta. Portanto, se trata da otimização máxima possível, moralmente defensável, e agradeço à assessoria por ter trabalhado com criatividade e respeito ao Regimento na consecução desta metodologia útil neste momento do ano legislativo. (*Pausa.*)

Com a aquiescência do Plenário, solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim".

Aqueles que tenham voto contrário a algum projeto incluído na votação em globo, solicito que informe à Secretaria da Comissão para que seja feita a votação individual do item. Ou seja, se uma pessoa quiser votar contra um projeto, manifeste-se e será atendida.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Itens 1 e 7, 2 a 6 e 8 a 11. Estes itens – 1 e 7, 2 a 6 e 8 a 11 – estão sendo retirados de pauta. (*Pausa.*)

Bom, na última forma, os itens 1 e 7 serão mantidos, porque o Senador Fabiano Contarato já comunicou que virá relatar e que fará o relatório *ad hoc* paro o Senador Paulo Paim.

Antes de anunciar o primeiro item, informo que o Senador Randolfe Rodrigues, autor do item 10, Projeto de Lei 2.949, 2024, solicitou sua retirada de pauta. Informo ainda que o Senador Veneziano Vital do Rêgo, Relator dos itens 4 e 5, Projetos de Lei nºs 4, de 2022, e 327, de 2023, solicitou a retirada de pauta de ambos. Igualmente, o Senador Sergio Moro, Relator do item 8, Projeto de Lei 3.393, de 2023, solicitou sua retirada de pauta. Permanecem, portanto, estas mencionadas retiradas de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2758, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para dispor sobre a composição do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Favorável ao projeto com 1 (uma) emenda que apresenta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 5106, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever o incentivo à adoção de jogos eletrônicos educativos na prática pedagógica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Favorável ao projeto.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 4, DE 2022

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002; 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e 10.865, de 30 de abril de 2004, para permitir o desconto de créditos relativos a valores despendidos com investimentos em atividades de adequação e operacionalização da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/PASEP-Importação) e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação).

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao projeto.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 327, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre o fornecimento de dados aos candidatos a cargos de direção em condomínios, em agremiações desportistas, em entidades de classe, em sindicatos e em associações diversas; e altera as Leis nºs 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao projeto.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 879, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para qualificar o crime de invasão de dispositivo informático quando houver a obtenção de dados pessoais e criar o crime de sequestro de dados informáticos.

Autoria: Senador Carlos Viana (PL/MG)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Favorável ao projeto.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3393, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a digitalização de documentos definidos no Código Brasileiro de Trânsito e a gratuidade de serviços digitais.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 5689, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para facilitar o atendimento do consumidor pelos Procons por meio da internet.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao projeto.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 2949, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.009, de 2009, e a Lei nº 12.587, de 2012, para permitir o uso de aplicativo ou plataforma de comunicação em rede no transporte remunerado privado individual de passageiros realizado por meio de motocicletas (aplicativo para mototáxi).

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido/AP)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao projeto.

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 615, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, para garantir autonomia à Autoridade Nacional de Proteção de Dados nos termos que especifica.

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto.)

Anuncio o item... (*Pausa.*)

Mas o Senador Contarato, que anunciou que viria... itens 1 e 7. (*Pausa.*)

Mas vamos aguardar quanto tempo? Quanto tempo? Tem um prazo. Sem prazo, não se trabalha. Sem prazo e sem marco temporal, não se trabalha.

Passamos agora à discussão dos itens 12 a 158 e 205 a 220, projetos de decreto legislativo, com o voto já prolatado pela aprovação e já apresentados os relatórios tempestivamente.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 88, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Tabira FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tabira, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 152, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão FM Comunitária de Tracunhaém-PE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tracunhaém, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 247, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão, Cultura e Esportes Sebastião Morais - ACESMO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ingazeira, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 277, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Floresta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Floresta, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 89, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária da Região Central do Município de Betim - ASCORBE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 310, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Loyola de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 361, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Antônio Dias para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 555, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 585, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ACAC - Associação Comunitária de Apoio à Cidadania para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guarará, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 163, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Feminina de Montalvânia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Montalvânia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 307, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Firminense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Senador Firmino, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 364, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão e Desenvolvimento Cultural de Mutum - ACORDECUM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mutum, Estado de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 372, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Cultura e Educação de Barbacena - Arcocebar para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 577, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Amigos de Unaí - ACAU para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Unaí, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 339, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Filhos e Amigos de Rosário Oeste - AFARO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rosário Oeste, Estado do Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 369, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Bairro São José para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carpina, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 449, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Chã de Cruz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 588, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Vila Rajada para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 30

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 734, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão para Comunicações Comunitária do Sítio Areias do Município de Correntes (ARCCSAMC) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Correntes, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 491, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - RN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 534, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vicentina para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vicentina, Estado do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 622, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura São Pedro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ubarana, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 682, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Ágape de Ourinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ourinhos, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 35

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 684, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Comunitária e Social Ajuda Fraterna para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Torrinha, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 36

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 762, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Tocosmojiense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tocos do Moji, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 37

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 325, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Jaguariúna para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 38

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 396, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Valentim Gentil, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 39

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 397, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Arte, Cultura e Informação de São Pedro (ACARCISP) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 40

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 398, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pompeia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pompeia, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 41

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 434, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Sócio - Cultural Ribeirão Branco para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 42

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 606, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Simonense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Simão, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 43

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 349, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores do Bairro Jardim São João para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de General Carneiro, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 44

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 430, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Guaraniaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaraniaçu, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 45

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 356, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Mercesana de Integração e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mercês, Estado de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 46

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 527, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão do Vale do Curu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luís do Curu, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 47

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 704, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Várzea Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Várzea Nova, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 48

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 368, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Movimentos Populares de Córrego Danta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Córrego Danta, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 49

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 587, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Santo Inácio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Inácio, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 50

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 604, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Convivência Artística e Cultural de Janiópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Janiópolis, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 51

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 478, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Centro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Girau do Ponciano, Estado de Alagoas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 52

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 539, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Artística Amigos de Tamarana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tamarana, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 53

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 577, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária do Bairro Santo Antônio FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 54

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 594, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária do Alto do Ginásio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sertãozinho, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 55

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 601, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Dourado para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dourado, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 56

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 657, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Humaitá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Humaitá, Estado do Amazonas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 57

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 605, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente de Difusão Cultural e Comunitária Betel de Terra Roxa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Terra Roxa, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 58

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 627, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Pirajuí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pirajuí, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 59

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 652, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Rádio Comunitária Associação Joni Braga Educação Arte &Cultura Rádio Nova Bofete - RNB - FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bofete, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 60

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 675, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Imaculada Conceição para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Propriá, Estado de Sergipe.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 61

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 677, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Sertão FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibimirim, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 62

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 715, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária São João do Morro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 63

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 737, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Coutense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Couto de Magalhães de Minas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 64

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 324, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural, Artística, Educacional e de Comunicação do Município de Placas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Placas, Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 65

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 448, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Nossa Senhora do Ó para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 66

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 518, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Riacho das Almas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Riacho das Almas, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 67

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 717, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Casa da Cultura de Bom Jardim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Jardim, Estado de Pernambuco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 68

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 738, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Manari - PE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Manari, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 69

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 788, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 70

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 789, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária A Voz da Liberdade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 71

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 797, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Machados FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Machados, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 72

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 851, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores da Vila Brasil e outras Artérias para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pombos, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 73

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 966, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Glória do Goitá, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 74

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 969, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Venturosa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Venturosa, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 75

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 296, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Deus e o Povo do Sítio Cavaleiro Município das Correntes PE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Correntes, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 76

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 548, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Bom Conselho - FBC para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 77

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 240, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à Associação das Mulheres Produtoras Sítio Alegre para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itarema, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 78

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 250, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ao Centro Cultural de Comunicação de Jaibaras - CCCJ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sobral, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 79

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 670, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Vale do Groaíras para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Groaíras, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 80

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 806, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Planalto Timbaúba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Russas, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 81

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 956, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Amigos do Bairro Santa Tereza para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 82

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 960, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Coreaú - IRC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coreaú, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 83

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1090, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Cultural de Radiodifusão Valenciana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Valença do Piauí, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 84

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1092, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Redenção FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Redenção do Gurgueia, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 85

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 439, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Movimento de Ação Comunitária - MAC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Solonópole, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 86

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 453, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultura e Cidadania de Jardim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jardim, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 87

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 221, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores de Jaguaretama para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguaretama, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 88

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 226, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Francisco de Assis Dantas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Penaforte, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 89

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 233, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Assaré para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Assaré, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 90

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 250, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Terra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Balsas, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 91

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 284, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida de Chapadinha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chapadinha, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 92

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 306, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Protetora do Bairro do Olho D`Água - APROBOD para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 93

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 244, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Tigre FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Arroio do Tigre, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 94

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 444, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Santa Luzia de Difusão Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 95

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 446, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Amigos de Marcelino Ramos - ACCAMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marcelino Ramos, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 96

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 450, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Santanense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 97

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 471, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Contemporânea FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São Valentim, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 98

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 245, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Terra - Acrat para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Divinolândia de Minas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 99

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 364, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Cultural, Social e Turística de Vassouras - ACSTV para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 100

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 768, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cantagalense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 101

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1002, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação e Cultura Liberdade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaíba, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 102

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1006, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Novo Horizonte de Virginópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Virginópolis, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 103

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 260, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação, Cultura e Desportos de Jaicós para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaicós, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 104

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 801, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio de Pio IX para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pio IX, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 105

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 304, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Capimense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Domingos do Capim, Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 106

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 127, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Itaituba – ARCI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaituba, Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 107

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 131, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural dos Amigos e Amigas de Nova Esperança do Piriá - ACANEP para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Esperança do Piriá, Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 108

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 386, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Amigos da Radiodifusão Comunitária de Primavera - ARCOP para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Primavera, Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 109

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 537, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária do Trairão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Trairão, Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 110

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 91, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santarém, Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 111

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 392, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural, Educacional e Ecológica de Capanema para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capanema, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 112

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 507, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Assaí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Assaí, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 113

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 521, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Nova Rússia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 114

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 524, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores e Amigos de Serranópolis do Iguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serranópolis do Iguaçu, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 115

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 526, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Master FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São João do Ivaí, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 116

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 542, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação de São José dos Pinhais para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 117

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 550, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Exclusiva Educativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Campo Mourão, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 118

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 157, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brito Junior de Rádio e TV Educativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Guaratuba, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 119

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 457, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Princesa do Leste Goiano FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Água Fria de Goiás, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 120

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 528, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Piracanjuba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Piracanjuba, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 121

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 692, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação do Bairro Setor Aeroporto de Campos Belos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campos Belos, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 122

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 635, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário Rádio Regional Navegantes FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 123

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1060, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio FM de Nova Olímpia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 124

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 293, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária do Parque do Lago para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 125

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 403, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Salto Magessi - ACSM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 126

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 218, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Sapezal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 127

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 691, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria/ RN (ACCCSM-RN) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 128

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 965, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação José Ribamar Lunguinho de Desenvolvimento para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco do Oeste, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 129

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 971, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio FM Comunitária Cidade Progresso para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pendências, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 130

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 145, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Santana FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 131

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 720, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural 3 de Novembro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Quatro Pontes, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 132

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 352, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Hipolitana FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monsenhor Hipólito, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 133

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 651, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Educadora Campo Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iacanga, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 134

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 730, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para Cidadania e Desenvolvimento Social de Monte Azul Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 135

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 739, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Guaraci para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaraci, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 136

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 845, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Colina para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Colina, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 137

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 848, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Agenda - FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaú, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 138

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 766, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rionovense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Novo, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 139

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 284, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária A Voz de Cajueiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 140

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 809, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Heliodora - ACHÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Heliodora, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 141

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 833, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Comunidade de Jesus para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 142

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 863, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Ondas Verdes FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tacuru, Estado do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 143

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 430, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Rochedo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rochedo, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 144

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 227, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Educativa Cidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batayporã, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 145

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 232, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alcinópolis, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 146

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 370, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Bairros do Município de Luz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Luz, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 147

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 872, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Comunicação Beneficente Comunitária Interativa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serra do Salitre, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 148

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 993, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Universo (Acobeu) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caratinga, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 149

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 916, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores da Cidade de Oliveira dos Brejinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 150

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1041, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Míriam de Amparo Social e Cultural de Bezerros para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bezerros, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 151

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1008, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Seara - ACS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 152

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 223, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Unidos para Comunicação de Pinheiros para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pinheiros, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 153

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 381, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Educacional e Cultural de São Gabriel da Palha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 154

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 402, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rural Jaguarense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguaré, Estado do Espírito Santo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 155

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 451, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Votorantim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Votorantim, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 156

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 456, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Artística Uma Nova Voz para Campinas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 157

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 523, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Sistema Araçá de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Araçatuba, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 158

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 375, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Dom Cavati para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dom Cavati, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação.

EXTRAPAUTA

ITEM 205

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 752, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária - ARC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itapetim, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação.

EXTRAPAUTA

ITEM 206

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1047, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Cristã de Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paulista, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação.

EXTRAPAUTA

ITEM 207

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 554, DE 2023

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação.

EXTRAPAUTA

ITEM 208

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 762, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Carmelitana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação.

EXTRAPAUTA

ITEM 209

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 764, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente e Cultural Dona Joaquina de Pompéu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pompéu, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

EXTRAPAUTA

ITEM 210

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 795, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunidade Porciúncula para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porciúncula, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 211

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 281, DE 2023

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Paracambi para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação.

EXTRAPAUTA

ITEM 212

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 840, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Artística e Cultural de Ariranha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ariranha, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação.

EXTRAPAUTA

ITEM 213

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 200, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Apoio às Entidades de Bocaína para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bocaína, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação.

EXTRAPAUTA

ITEM 214

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 220, DE 2022

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Educadora de Radiodifusão de Morro Agudo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Morro Agudo, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação.

EXTRAPAUTA

ITEM 215

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 439, DE 2023

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Rádio Comunitária Super para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 216

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1029, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação.

EXTRAPAUTA

ITEM 217

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1097, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural de Coromandel para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coromandel, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação.

EXTRAPAUTA

ITEM 218

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 773, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Diógenes Almeida Celestino para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação.

EXTRAPAUTA

ITEM 219

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 286, DE 2023

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiofusão Comunitária Alternativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Peritoró, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação.

EXTRAPAUTA

ITEM 220

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 186, DE 2024

Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Paranavaí, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação.

Em discussão os itens 12 a 158 e 205 a 220 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Reforço que o painel de votação já se encontra aberto para a votação em globo dos itens 12 a 158 e 205 a 220 da pauta.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim".

Temos que alcançar o quórum de 11... de 9, perdão.

Então, Veneziano Vital do Rêgo, Eduardo Gomes, que está na Comissão de Meio Ambiente, Flávio Bolsonaro, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Flávio Arns, que estava comigo lá na reunião dos recicladores, Angelo Coronel, Margareth Buzetti – acaba de votar –, Fabiano Contarato, Damares Alves... (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nós esperamos ardorosamente, aflitamente a sua presença, Senador, seu voto e a sua fala para prolatar o voto dos relatos dos itens 1 e 7. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu só vou declarar antes que estão aprovados os Projetos de Decreto Legislativo nºs 12 a 158 e 205 a 220 da pauta.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Estão apurados os votos: o Presidente não votou; quórum: 9; 9 a 0.

Obrigado aos que votaram.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 583, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, para dispor sobre a obrigatoriedade de instalação de tecnologia que permita o acionamento de emergência do número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para ampliar a tutela penal da intimidade sexual.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos e todas.

Passo direto para a análise.

Em relação ao mérito, a proposição possui objeto louvável: a implementação de duas medidas que visam contribuir para o enfrentamento da violência contra a mulher.

A primeira medida é a previsão em lei de que todos os aparelhos de telecomunicação utilizados na telefonia móvel devem possuir tecnologia que permita o acionamento de emergência do número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher – o Ligue 180.

Não obstante os atos já expedidos pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), entendemos ser importante que disposição sobre essa temática esteja expressamente prevista na lei que dispõe sobre o número telefônico para atender denúncias de violência contra a mulher – a Lei nº 10.714 –, especialmente diante do atual cenário de violência contra a mulher no Brasil, país no qual, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, os crimes de feminicídio, agressões em contexto de violência doméstica, ameaça, perseguição e estupro continuaram crescendo em 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda medida trazida pelo PL é a previsão no Código Penal de que incorrerá na mesma pena prevista para a conduta do *caput* do art. 216-B – que trata do registro não autorizado da intimidade sexual – aquele que registrar, em fotografia, vídeo ou qualquer outra forma, sem o consentimento prévio, qualquer pessoa em cena sensual ou libidinosa, em locais públicos ou privados, ainda que as vítimas façam uso de roupas que não possibilitem a exposição explícita de parte íntima de seu corpo.

Verifica-se que, com essa medida – que está em consonância com a disposição da Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha) de que a violação da intimidade da mulher caracteriza violência –, o PL busca garantir que atos de registro da intimidade sexual de mulheres e homens sem o seu consentimento sejam devidamente punidos. Para isso, traz condutas ainda não abrangidas expressamente pelos tipos penais existentes e fortalece a proteção da intimidade sexual, especialmente das mulheres, que configuram o gênero mais atingido por esse tipo de violência.

Voto.

Em razão do que foi exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 583.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 3305, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.583, de 16 de maio de 2023, para incluir menção à Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância e à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e ao seu Protocolo Facultativo, e para incluir na publicidade de órgãos públicos a promoção dos direitos das pessoas com deficiência, das vítimas de discriminação racial e das pessoas LGBTQIA+.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto.

Designo *ad hoc* o Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Passo direto também à análise.

Assim, muito me alegra ter sob minha relatoria o PL nº 3.305, de 2023, que de modo salutar propõe ampliação do escopo daquela lei.

Ora, ninguém em sã consciência ousará dizer que, no Brasil, estão superados o racismo e as discriminações contra a pessoa com deficiência e contra a população LGBTQIA+. Pelo contrário! A vivência diária do debate público permite constatar que continuam vivas e resistentes nefastas manifestações de racismo, de capacitismo, de homofobia e de transfobia. E essas discriminações se revestem frequentemente de caráter recreativo, o que é muito preocupante. A ascensão das redes sociais deu ainda mais voz e engajamento aos intolerantes.

Em que pese a majoração de tipos penais e a defesa da cidadania promovidas continuamente por este Legislativo e pelas decisões do Poder Judiciário, a discriminação e o preconceito têm resistido.

Assim, ciente da resistência manifestada pela aversão à diversidade, aquela lei promove um ataque ao problema por meio da educação. Ao expandir o acesso a princípios humanistas e iluministas de justiça e de igualdade, é de se esperar que haja contínua regressão de mentalidades intolerantes, que não têm mais espaço em uma sociedade democrática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei nº 14.583, de 2023, não apresenta rol taxativo dos documentos que devem servir de base para a divulgação de direitos humanos. Assim, registrado o inegável mérito desse diploma legal, estamos de acordo que pode haver expansão da lista de documentos nele expressamente citados, de forma a homenagear as vítimas de discriminação racial, as pessoas com deficiência e a população LGBTQIA+, bem como para deixar clara a importância da proteção de seus direitos, incluída sua ampla divulgação.

Em particular, nos parece especialmente feliz a decisão do PL de prever a divulgação de decisões judiciais proferidas em sede de controle concentrado de constitucionalidade, eis que a Suprema Corte brasileira tem se mostrado particularmente humanista e promovedora da paz social em seu passado recente.

Dessa forma, só nos resta concluir que o PL nº 3.305 é altamente meritório e contará com nosso favorável voto.

Voto.

Em razão dos argumentos apresentados, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.305.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passará a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Passamos agora à discussão dos itens 159 a 204.

Projetos de decreto legislativo com votos pela apresentação de requerimento de informações, itens 159 a 197 e 201 a 204; e pela prejudicialidade, itens 198 a 200.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 159

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 57, DE 2014

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão do Grande Jatobá - ASCORAJ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos, Estado da Paraíba.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 160

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1051, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Grupo Mutirão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Luís Gomes, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 161

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 41, DE 2018

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Cidade Alta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 162

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 176, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Centro Norte de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Colíder, Estado do Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 163

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 560, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Vale de São Domingos (Acodac) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vale de São Domingos, Estado do Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 164

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 683, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária de Cotriguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 165

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 277, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio FM Cláudia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cláudia, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 166

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 182, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio FM Cristo Redentor Áudio e Vídeo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 167

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 407, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social da Comunidade de Congonhas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Congonhas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 168

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 482, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária São Miguel para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 169

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Indianova - FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Indianópolis, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 170

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 624, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Serra da Tiririca FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 171

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 706, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária A Voz de Quissamã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 172

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 708, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Centro Cultural Nossa Senhora da Assunção para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 173

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 756, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Mão Amiga para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Italva, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 174

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1000, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Cristinense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cristina, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 175

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1086, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio São Thomé para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 176

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 310, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio FM Pontapedrense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ponta de Pedras, Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 177

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 353, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação - Rádio Comunitária Muaná FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Muaná, Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 178

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 390, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Taquaritinga do Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 179

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 903, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro de Vitória de Santo Antão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 180

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 476, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Nova Erechim FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 181

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 663, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Salto Veloso para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 182

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 506, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Fraternal de Quixadá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Quixadá, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 183

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 953, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Escola de Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Beberibe, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 184

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 431, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Apuiarés, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 185

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 447, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Olinda, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 186

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 159, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ana Roberto para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Missão Velha, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 187

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 557, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão de Inconfidentes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Inconfidentes, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 188

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 398, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Social de Barra de São Francisco para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra de São Francisco, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 189

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 292, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pioneira de Água Doce do Norte de Radiodifusão para Promoção da Cultura, Artes e Educação para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Água Doce do Norte, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 190

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 654, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jarinu, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 191

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 844, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Lima Campense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lima Campos, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 192

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 876, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária FM Rio Neves para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Raimundo das Mangabeiras, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 193

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 892, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Solidariedade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 194

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 897, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Buriti Bravo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Buriti Bravo, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 195

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1011, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio São João do Paraíso FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cambuci, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 196

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 218, DE 2022

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Escola de Rádio São José do Vale do Rio Preto para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José do Vale do Rio Preto, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 197

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 234, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Pantaneira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 198

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 685, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à RC FM - Rádio Comunitária de Itambé para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itambé, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

ITEM 199

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1054, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo/RN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

ITEM 200

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 129, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Guarany FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaetetuba, Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

EXTRAPAUTA

ITEM 201

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 318, DE 2019

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Costa Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

EXTRAPAUTA

ITEM 202

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 754, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Salinas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salinas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

EXTRAPAUTA

ITEM 203

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 769, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Radiodifusores e Movimento Popular de Rádio Comunitária de Pedro Leopoldo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

EXTRAPAUTA

ITEM 204

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 672, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social - Palestina para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palestina, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

A votação será simbólica.

Em discussão os itens 159 a 204 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação os relatórios apresentados.

Os Senadores que concordam com os relatórios permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os relatórios apresentados aos projetos de decreto legislativo, que passam a constituir os pareceres da Comissão, em caráter preliminar, aos itens 159 a 197 e 201 a 204, pela apresentação de requerimento de informações; e pela prejudicialidade dos itens 198 a 200.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, a solidariedade absoluta do Senador Mourão e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e onze minutos do dia onze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Paulo Paim, Flávio Arns, Angelo Coronel, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Hamilton Mourão, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Weverton e Wellington Fagundes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Davi Alcolumbre, Giordano, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 67/2024 - CCDD, de autoria Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Finalidade:** Objetiva, visando à proteção dos consumidores e dos usuários da rede, aferir responsabilidades e providências adotadas por provedores ou empresas que oferecem seus espaços/plataformas virtuais para anunciantes mal-intencionados, que venham a praticar golpes ou fraudes nos consumidores. **Participantes:** Senhor Vitor Hugo do Amaral Ferreira, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor na Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON); Senhor Lucas Marcon, Representante do Instituto de Defesa dos Consumidores (IDEC); e Senhor Henrique Nogueira Teixeira, Representante da Vakinha.com.br. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente Eventual da Comissão de Comunicação e Direito Digital

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/11

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Havendo número legal, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de, visando à proteção dos consumidores e dos usuários da rede, aferir responsabilidades e providências adotadas por provedores ou empresas que ofereçam seus espaços/plataformas virtuais para anunciantes mal-intencionados que venham a praticar golpes ou fraudes nos consumidores, em atenção ao Requerimento nº 67/2024, da CCDD, da nossa autoria, do Senador Zequinha Marinho.

Participará presencialmente o convidado, que tomará assento à mesa, que ainda está chegando, Sr. Vitor Hugo do Amaral Ferreira, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon).

Trazendo alguns esclarecimentos, um em cada quatro brasileiros já perdeu dinheiro em algum golpe digital nos últimos 12 meses, e, das vítimas, nove em cada dez moram em áreas urbanas. É o que revela a pesquisa feita pelo DataSenado, instituto do Senado Federal.

O estudo avalia se as pessoas perderam dinheiro em três tipos de golpe: clonagem de cartão, invasão de contas bancárias e fraudes na internet.

As maiores vítimas desses crimes têm entre 16 e 29 anos, são 27% dos casos. Já os que menos caem em golpe têm entre 50 e 59 anos, que são apenas 14% da população. E, de forma contrária ao senso comum, apenas 16% dos idosos foram vítimas desses crimes. No recorte de gênero, homem e mulher foram igualmente vulneráveis, tanto faz um quanto o outro, tanto homem quanto mulher. Mas se o critério for cor e raça, pretos, pardos e indígenas caíram mais no golpe do que os brancos e amarelos, são 57% nessa questão de cor, de raça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhando o grau de escolaridade, os que têm ensino médio completo lideram a lista das vítimas, com 35% dos casos. Na sequência, ensino superior, fundamental completo e incompleto vêm logo na esteira; 34% dos que caíram em golpes são desocupados ou estão fora da força de trabalho. E a maioria das vítimas ganham até dois salários mínimos.

Essa é uma pesquisa, um trabalho realizado aqui pela Agência Brasil.

Participarão, por meio de videoconferência, os seguintes convidados: Sr. Henrique Nogueira Teixeira, representante do vakinha.com.br e o Sr. Lucas Marcon, representante do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec). Informo também que foram convidados representantes do Instagram e do Google, que não puderam comparecer a esta audiência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todos os dados e com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos. Para o melhor encaminhamento dos trabalhos, a palavra será concedida de modo alternativo entre convidados que participarão presencialmente e no modo remoto.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares que estejam por aqui na hora, inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Bom, como não chegou ainda – está entrando na Casa – aqui o Dr. Vitor Hugo, que vai ser o único expositor presencial, eu quero cumprimentar agora os nossos expositores por videoconferência: cumprimento o Dr. Lucas Marcon, representante do Instituto de Defesa de Consumidores, o Idec; cumprimento também o Dr. Henrique Nogueira Teixeira. É uma satisfação poder tê-los aqui para a gente conversar sobre esse tema sobre o qual a população, muita gente tem nos cobrado, Brasil afora, principalmente no interior do meu Estado do Pará. Lamentavelmente, muita gente usa as plataformas por aí para montar uma empresa fictícia e vender aquilo que não existe, enganando, dando golpe nas pessoas.

Como já foi dito aqui pelos números, um quarto da população brasileira tem sofrido disso. Isso não é pouca gente; é muita gente que tem sofrido golpe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço aos dois amigos que estão aqui na tela e quero, neste momento, em primeiro lugar, conceder a palavra ao Dr. Lucas Marcon, representante do Idec.

Por favor.

O SR. LUCAS MARCON (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Gostaria de desejar meus cumprimentos ao Sr. Presidente, Senador Zequinha, aos demais membros da Comissão e aos participantes.

Em nome do Idec (Instituto de Defesa de Consumidores), eu agradeço a oportunidade de participar dessa audiência para debatermos a proteção dos consumidores, dos usuários da internet, frente aos crescentes casos de fraude e golpes *online*, como o Senador bem colocou, especialmente nos últimos anos, em que a gente vê que houve, ainda mais em contextos de calamidades públicas, uma maior exploração da vulnerabilidade dos consumidores. Então, existe uma exploração da boa-fé dos cidadãos por meio de anúncios fraudulentos que ocorrem diariamente nas plataformas digitais. Isso não só relacionado a calamidades, mas, como o Senador também apresentou, relacionado também a compras digitais. Infelizmente isso se proliferou muito. E muito provavelmente há até uma subnotificação desses dados, porque infelizmente a gente vê na prática: é muito difícil conhecer alguém que não tenha passado por uma situação fraudulenta nos meios digitais.

Então, essas campanhas de arrecadação que acontecem para causas nobres, como foi mencionado no requerimento do Senador, nos casos de rompimento das barragens de Brumadinho e Mariana, os que aconteceram durante a crise da pandemia e de desastres ambientais, como o que aconteceu este ano no Rio Grande do Sul, acabam desviando recursos e lesando doadores bem-intencionados. E o exemplo que eu vou trazer a seguir é o da proliferação de anúncios falsos que aconteceu do Programa Desenrola Brasil também, após o seu término, o que evidencia a gravidade dessa situação que o Brasil vive nos últimos anos. Nesse contexto, o Idec reitera a importância da defesa dos direitos do consumidor, da defesa da proteção contra fraude, da defesa da boa-fé objetiva e da compreensão das responsabilidades que as plataformas digitais têm nessas situações.

No Brasil, a gente tem um excelente marco regulatório, muito robusto, internacionalmente reconhecido, que é o Código de Defesa do Consumidor. Ele é um marco legal fundamental para a proteção dos direitos dos consumidores, que estabelece essa responsabilidade objetiva para os fornecedores de produtos e serviços que ocasionam danos ao consumidor. No ambiente digital,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa responsabilidade se estende às plataformas que intermedeiam as relações de consumo, incluindo a veiculação de anúncios ou de conteúdo patrocinado e impulsionado. Então, nesse ambiente digital, a gente tem uma assimetria de informação entre o consumidor e as plataformas, porque o usuário não tem conhecimento técnico para identificar o que é um anúncio fraudulento, ainda mais com o avanço da tecnologia, que consegue, por exemplo, criar *sites* fraudulentos que simulam ser legítimos, e fica à mercê de promessas enganosas e informações falsas, como a divulgação, por exemplo, de chaves Pix ou QR *codes* para fazer o Pix para arrecadações fictícias e fraudulentas. Então, ainda que o Código de Defenda do Consumidor seja muito avançado nesse sentido e que a gente possua algumas outras legislações que também protegem o consumidor nessa situação, como o marco civil da internet ou a Lei Geral de Proteção de Dados, há um espaço, uma lacuna legislativa, que deixa o consumidor exposto nesse ambiente digital.

Atualmente, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal está analisando a constitucionalidade do art. 19 do marco civil da internet, que trata sobre a responsabilização das plataformas por conteúdos gerados por terceiro. Ainda que esse julgamento tenha uma vertente um pouco mais ampla do que a discussão ora proposta, por incorrer em questões de liberdade de expressão e o direito individual dos usuários com suas postagens, a situação que a gente discute aqui é primordialmente consumerista. Então, é importante diferenciar o conteúdo que é publicado diretamente por usuários daquele que é patrocinado ou impulsionado pelas plataformas, que é o foco da discussão aqui.

Esse segundo caso tem uma clara aplicação da legislação consumerista. Ainda que a legislação não trate diretamente das relações no ambiente digital, é óbvio que é plenamente aplicável quando está caracterizada uma relação de consumo, ainda que não haja contraprestação financeira, situação que já foi pacificada no STF. Então, o Código de Defesa do Consumidor é claro. Quando é caracterizada a relação de consumo, as plataformas devem ser responsabilizadas de forma objetiva e solidária. Isso inclui os anúncios fraudulentos que são divulgados nas redes sociais, mesmo que a escolha específica daquele anúncio a ser direcionado por uma pessoa não seja feita pela empresa, seja feita por um serviço terceirizado.

E o caso que eu comentei do Desenrola Brasil é um estudo de caso chamado O Fim dos seus Problemas, realizado pelo NetLab, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que focou na denúncia dos usuários quanto a anúncios fraudulentos que utilizavam o programa governamental para aplicar golpes em usuários nas plataformas da Meta, como Facebook e Instagram. A pesquisa, que foi feita entre julho e setembro de 2023, identificou mais de 1,8 mil anúncios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fraudulentos na biblioteca de anúncios. E, apesar de a Senacon ter determinado a remoção desses anúncios, só 23% foram efetivamente moderados e removidos pela empresa. Então, nesse contexto, o Idec defende com relação ao julgamento do STF, que o art. 19 seja garantido como constitucional, mas em conformidade, interpretado conjuntamente com o Código de Defesa do Consumidor e com a Constituição Federal.

Sumarizando um pouco as ideias que eu trouxe aqui, a ideia central é que a responsabilidade das plataformas não se limite à remoção de conteúdo após ordem judicial; elas devem ser responsabilizadas por falha na prestação de serviço, como uma falha de segurança que permite a veiculação de anúncios fraudulentos e a publicidade enganosa. Deve-se garantir a responsabilidade objetiva e solidária em casos em que o conteúdo patrocinado ou impulsionado ocasiona danos ao consumidor, já que as empresas se beneficiam financeiramente desses anúncios. Deve-se considerar a criação de perfis falsos para a disseminação de golpes como uma violação de dever de segurança e deve-se exigir maior transparência na moderação do conteúdo, assegurando o contraditório e a ampla defesa para os usuários e assim garantindo a liberdade de expressão. Então, as plataformas têm o dever de implementar medidas preventivas, como a verificação da identidade dos anunciantes e a análise prévia dos anúncios, para mitigar os riscos de fraude ao consumidor.

Então, o Idec reitera a necessidade de aprimoramento legislativo para acompanhar essa constante evolução do mundo digital em que, infelizmente, hoje o brasileiro se encontra em uma posição muito vulnerável, garantindo a segurança jurídica e a efetiva proteção das pessoas.

Com os nossos cumprimentos de praxe, agradecemos novamente a oportunidade de contribuir com esse debate e nos colocamos à disposição para aprofundar essa discussão em momentos posteriores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Muito obrigado ao Dr. Lucas Marcon, representante do Idec, pela sua exposição.

Antes de ouvirmos aqui o Dr. Henrique, eu gostaria de anunciar aqui alguns questionamentos, perguntas feitas pelos nossos internautas, que tiveram acesso à pauta da audiência pública.

Paulo, de São Paulo: "[...] poderia ser criada uma plataforma pública vinculada [...] a centros de ajuda [...] [para atender pessoas que] precisam de [...] [apoio]?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma pergunta dele.

Henrique, do Rio Grande do Sul: "[...] [Como o] consumidor [pode ter certeza] de que as arrecadações solidárias estão [...] [sendo destinadas corretamente]?".

Uma outra pergunta do Jonatha, do Espírito Santo: "Quais [...] [as medidas] [...] [identificam e punem] fraudes em [...] [arrecadações] sem prejudicar [...] [as campanhas] legitimas?".

Outra pergunta vem de São Paulo.

Valmir, lá do Estado de São Paulo: "Por que não [...] [usar] tecnologia[..] *blockchain* para [...] [rastrear e auditar] [...] [transações financeiras em tempo real]?".

Wilson, do Rio de Janeiro: "[...] [Parcerias] entre bancos e governo [...] [poderiam oferecer] aos doadores campanhas verificadas[...] [por] processo administrativo?".

Não entendi muito, mas é a pergunta.

Santa Catarina, o Willians: "[...] [Campanhas poderiam ser registradas] na SECAP do Ministério da Economia [...] como são [...] [as] campanhas comerciais"?

A Joice, do Rio de Janeiro: "As arrecadações deveriam ser centralizadas [...] [em um] canal [único] [...] para facilitar o [...] [rastreamento] e a fiscalização [...]."

Alguns são comentários, outras são perguntas.

É interessante que todo mundo fique atento porque daqui a um pouco mais a gente talvez tenha a oportunidade de comentar sobre elas.

Ouvimos, então, o Dr. Lucas Marcon, do Idec, e, agora, nós já temos aqui a presença do Dr. Vitor Hugo do Amaral Ferreira, mas como ele acaba de chegar... Ainda está cansado? (*Pausa.*)

Bem-vindo.

Vamos ouvir logo o outro expositor remoto, o Dr. Henrique Nogueira Teixeira, representante do vakinha.com.br.

Dr. Henrique, muito obrigado pela sua presença, com a palavra para a sua exposição.

O SR. HENRIQUE NOGUEIRA TEIXEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador, boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço muito a oportunidade de participar dessa nossa conversa aqui e prestar alguns esclarecimentos, com algumas coisas que possam ser interessantes para a discussão.

O Vakinha, como plataforma, existe já há pouco mais de 15 anos. Com a ideia, ele não é uma plataforma de *e-commerce*, é uma plataforma de solicitações de doações, então, o doador não tem necessariamente uma expectativa, não deveria ter uma expectativa de qualquer retorno material na doação, e o nosso processo de auditoria dessas campanhas evoluiu bastante ao longo dos anos.

O que acontece nesse processo é que a pessoa, ao criar uma campanha, produz um cadastro inicial, e a ampla maioria das campanhas são de valores bastante pequenos, olhando valores inferiores a R$1 mil.

No processo interno aqui os recursos serão arrecadados – esse cadastro é verificado em datas-bases, tanto para verificar CPF, nome e a presença dessa pessoa em qualquer listagem proibitiva de participação do sistema financeiro – e o saque eventual dos valores que venham a ser arrecadados ocorre por uma conta bancária do mesmo CPF desse cadastro. Então, essa pessoa também tem que ter sido cadastrada em uma instituição bancária com essa mesma identidade.

Dentro desse contexto, a nossa plataforma também oferece um canal de denúncias ao público, o que nós respondemos com bastante agilidade – o nosso tempo de resposta média é inferior a 24 horas úteis. Então, é muito comum, no caso de uma denúncia crível, nós termos a possibilidade de temporariamente congelar os valores até a campanha denunciada esclarecer o que venha a ser necessário e, caso isso não ocorra, estornar os valores de volta aos doadores e efetivamente encerrar a campanha nesse aspecto.

O contexto que está sendo feito é de, normalmente, pessoas solicitando ajudas para questões relativamente urgentes, de *tickets* de valores relativamente menores, mas existem exceções, existem campanhas grandes de que eu posso falar em outra ocasião. Então, o maior concorrente desse tipo de processo é a pessoa não utilizar uma plataforma e utilizar diretamente uma chave Pix de uma conta bancária, o que nos remove algumas transparências que a plataforma oferece.

A plataforma oferece uma transparência do total arrecadado, a plataforma é uma centralização de informação de quem doou para cada campanha e para onde foi endereçado esse tipo de valor, e por fim, é uma central também de solicitação de informações e de coordenação com órgãos oficiais. Nós, frequentemente, respondemos a ofícios, seja de críticas do Procon ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de alguma investigação sobre uma campanha, e esse também é um ponto mais centralizado de informações, que permite mais agilidade nesse tipo de medida do Estado de investigar os efeitos posteriores.

Separando as funcionalidades do *site*, também é um canal onde as pessoas podem ter certeza de que elas estão se comunicando com um específico doador – é possível trocar mensagens, etc., dentro da plataforma.

Um tipo de fraude que ocorre nesse tipo de solicitação de campanha, que não é uma questão de mercado, é uma adulteração do anúncio de solicitação, que normalmente é vinculado através das mídias digitais, como o WhatsApp e coisas do gênero, alterando a chave Pix destinatária, que, no caso, é claro, não cairia na nossa plataforma, mas em algum lugar que alguém construiu para isso.

A vantagem de se ter uma plataforma antiga, como a vaquinha.com, nisso é que, obviamente, mesmo que alguém crie uma outra plataforma, não terá o nosso nome. Então, quando a pessoa fosse fazer a doação, se ela fosse induzida nessa fraude, ela veria que a doação não estaria indo para nós. Isso provavelmente causaria estranheza, e ela preferiria usar a plataforma. Mas a doação direta por chave Pix é usada amplamente, e uma pesquisa de rede pode facilmente ver isso.

Então, a gente tem um equilíbrio na situação entre ter um processo que permita a boa fiscalização – nós temos um departamento de análise aqui que tanto analisa a qualidade das campanhas, das imagens... Nós produzimos um escore dinâmico que analisa as características das doações, se as doações seguem padrões normais ou atípicos de características, para uma investigação mais aprofundada, *versus* as pessoas sentirem um processo muito, talvez, travado, que as leve diretamente para a chave Pix delas, e aí não haveria controle ou transparência do total arrecadado, que dirá do resto.

Temos tido bastante sucesso nesse tipo de serviço. Algumas campanhas de alto impacto chegaram a mudar um pouco algumas políticas públicas alguns anos atrás. Houve várias campanhas para crianças que sofriam com uma doença chamada... abreviada como AME (atrofia muscular espinhal), que requer um remédio consideravelmente caro, num prazo de tempo bastante curto. E a comoção desse tipo de campanhas, que foram bem-sucedidas – algumas dentro dessa plataforma, várias fora –, também motivou o próprio Governo a incluir esses remédios na lista de remédios aprovados ao SUS. Então, também acaba sendo um mecanismo em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que temas de alto impacto e alta relevância para a população acabam ganhando visibilidade e elementos desse tipo.

Como eu estava falando, em termos de escore e prevenção de fraude, nós temos o procedimento que é chamado de KYC (Know Your Customer), de cadastros. Como eu disse, a ampla maioria das campanhas são de valores menores, mas, conforme a campanha tenha um valor maior, o escrutínio cresce progressivamente, a ponto de ficar bastante avançados, e nós temos também a análise, principalmente quando viável em denúncia, da veracidade do que está sendo anunciado na campanha, por exemplo, se a pessoa de fato condiz com o que está sendo dito ali.

O recurso em si é gasto fora da plataforma, porque nós não somos uma instituição bancária. Então, o beneficiário saca para sua conta bancária e eventualmente irá fazer o uso do recurso arrecadado lá. A prestação de contas, então, na plataforma é voluntária, é amplamente encorajada, mas é um fenômeno que ocorre depois, obviamente, da arrecadação.

Com todos esses anos, nós temos inúmeros casos de sucesso. O nosso histórico mostra uma capacidade muito boa de que as denúncias vêm com bastante agilidade em campanhas mal-intencionadas. E o mais relevante: a impossibilidade de se fazer uma campanha clone, uma campanha parasita de uma campanha real dentro da plataforma é um benefício importante. É uma fraude particularmente comum uma campanha real ser, digamos, clonada para uma chave Pix bancária não vinculada ao beneficiário.

Esses méritos da plataforma têm sido a chave do nosso sucesso por mais essa década. Nós tivemos campanhas bastante expressivas também, principalmente na enchente aqui do Sul, que mobilizaram valores bastante grandes, que estão sendo usados para altíssimo impacto em reconstrução de hospitais e coisas do gênero, mas são coisas atípicas. O usuário-padrão costuma ser um usuário de baixo poder aquisitivo e para campanhas menores, campanhas de alguns milhares de reais.

Eu acho que, com isso, posso concluir as minhas considerações iniciais.

Nós temos, como falei, esse mecanismo de filtragem inteligente, principalmente para campanhas que tenham questões de imagem e alguns elementos assim, e um departamento inteiro de análise antifraude, que analisa as nossas denúncias e os comportamentos anômalos na plataforma, como é possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ouvi as perguntas que o Senador já elencou previamente. Eu creio que a maior dificuldade de uma sofisticação maior desse tipo, não necessariamente de *e-commerce*, mas desse tipo de plataforma solidária, seria que uma elevação do processo de controle possa levar a uma evasão de uso da plataforma. As pessoas vão preferir mecanismos informais e, efetivamente, reduzir o controle efetivo obtido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Gratidão ao Dr. Henrique Nogueira Teixeira, representante aqui da plataforma vakinha.com. Os dois, o Lucas e o Henrique, permaneçam aí para, daqui a pouco, a gente ter mais uma rodada. Os senhores poderão acrescentar qualquer coisa sobre os questionamentos feitos pelos internautas.

Eu quero agora conceder a palavra ao Dr. Vitor Hugo do Amaral Ferreira, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor na Secretaria Nacional do Consumidor. Por favor, Dr. Vitor.

O SR. VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA (Para expor.) – Bom, boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar o Senador, dizer que é uma alegria e sempre uma oportunidade vir ao Senado ou mesmo à Câmara dos Deputados quando a Secretaria Nacional do Consumidor é requisitada para trazer informações que contribuem com a defesa do consumidor, com o protagonismo do direito do consumidor.

E nós temos, nesse caso, de forma pontual, ações e atuações da Secretaria Nacional do Consumidor que merecem aqui não ser só divulgadas, mas também, no âmbito do debate, ser fomentadas como uma prática positiva da secretaria, um alerta aos consumidores na questão que nos é muito cara, que é o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor.

Senador, o Código de Defesa do Consumidor foi instituído, criado, publicado há 34 anos, em 11 de setembro de 1990, mas o movimento político de defesa do consumidor nasce, pelo menos em um dos recortes históricos que podemos apontar, em um discurso do Presidente Kennedy, em 15 de março de 1962. E trago essa informação porque nesse discurso o Presidente Kennedy se reportava à questão de direitos básicos essenciais, aos pilares da defesa do consumidor, de uma defesa do consumidor a ser criada. E vejam que nesses pilares, que são quatro, nós tínhamos lá: a posição da segurança do consumidor, a informação ao consumidor, a liberdade de escolha do consumidor e a participação do consumidor no mercado de consumo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Transcorridos mais de 30 anos da publicação do código, exatos 34 anos, nós ainda estamos falando dos mesmos pontos. Ainda nós falamos de segurança, ainda nós falamos de informação. E o ponto que nos é importante aqui é justamente essa vulnerabilidade do consumidor, essa fragilidade do consumidor num ambiente informacional.

Quando eu deparo com o avanço tecnológico e toda a seara digital em que o consumidor também é posto, nós temos o avanço crescente de fraudes, de golpes de todas as espécies, de todas as formas, que se manifestam nos ambientes digitais de forma pontual. E é importante – e parabenizo mais uma vez pela audiência, por este espaço de debate – que a gente possa estabelecer, pelo menos, parâmetros, que a gente possa aqui pensar questões que indiquem um caminho ou que tragam um outro ponto que é extremamente importante para a defesa do consumidor, que é a transparência.

Então, nós falamos aqui de vulnerabilidade informacional do consumidor, nós falamos de uma informação que precisa ser clara, precisa, ostensiva – e, num tempo digital, num tempo de golpes e fraudes digitai – e nós precisamos falar que essa informação precisa também ser verdadeira. E quando nós falamos de verdade, quando nós falamos de uma informação que precisa ser verdadeira, nós precisamos identificar quem são os atores que precisam proporcionar se não a mensagem verdadeira, o espaço para que ela aconteça. Então, nós temos que, sim, questionar responsabilidades para que chegue ao consumidor essa informação de forma clara, precisa, ostensiva e, repito aqui, verdadeira.

Quando nós falamos de valores menores que são arrecadados – e talvez não fosse a pauta principal –, é importante mencionar ainda que alguns consumidores, que a população brasileira faz repasses em campanhas que são fraudes – os valores repassados podem ser menores, mas as arrecadações têm um volume maior. E nós precisamos também identificar, apurar quem são essas pessoas, com a responsabilidade de entender que essa plataforma digital, no momento em que uma pessoa se cadastra no ambiente que eu tenho e faz uso dela para um golpe, precisa também nos passar informações, apurar a questão, para que a gente possa apurar as responsabilidades daqueles que assim agem.

Nesse sentido, quero trazer um exemplo da Secretaria Nacional do Consumidor que envolve o acidente climático no Rio Grande do Sul, que foi um espaço que teve uma massa de fraude de campanhas que não eram direcionadas, de fato, para o fim a que ali se destinava, o fim anunciado. A Secretaria Nacional do Consumidor editou uma medida cautelar contra uma plataforma de grande repercussão, global, pedindo que todos os anúncios e todas as identificações que nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fossem relatadas, que fossem, pela Senacon, apuradas como fraude fossem retiradas do ar e pudessem ter ali essa campanha encerrada. Acho que nós temos, a partir dessa medida, um bom exemplo para dizer que as ações administrativas e os instrumentos que nós já temos no país são satisfatórios.

Em todas as oportunidades em que venho ao Congresso Nacional, seja ao Senado ou à Câmara dos Deputados, eu tenho repetido, Senador, que nós temos não um dos melhores códigos de defesa do consumidor do mundo, mas, sem falsa modéstia, talvez, nós tenhamos não só um dos, mas o melhor Código de Defesa do Consumidor do mundo.

Nós precisamos entender esse universo, esse espaço, também como uma relação de consumo. O que nos falta, na verdade, é sermos um país sério, que reconhece as suas normas com excelência e cumpre as suas normas com excelência. Então, quando muito se discute da ausência de normas, nós temos, para esse enfrentamento de forma específica, o Código de Defesa do Consumidor. Nós precisamos entender que aqui tem uma relação de consumo, que é uma relação de consumo que se estabelece a partir do acesso à informação. E eu repito, para encerrar, que essa informação precisa ser uma informação clara, precisa, ostensiva e, no ambiente digital que nós vivemos, ela precisa ser, antes de tudo, verdadeira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Obrigado, Dr. Vitor Hugo, da Senacon (Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor).

Uma coisa que foca muito esta reunião... Nós temos o problema das contribuições, etc., mas aqui o maior problema chama-se e-comércio, o comércio através da internet. E os portais acho que só devem aceitar algum tipo de cadastro de empresa que realmente exista e que realmente tenha produto para vender. A gente precisa aprofundar essa conversa aí, porque o cara compra, na maior boa-fé do mundo, um produto, esperando que realmente aquilo aconteça; paga imediatamente através do cartão; e está sendo lesado naquele momento. Isso é um negócio horrível. De que forma... Eu farei uma pergunta agora e eu vou reler aqui as perguntas dos internautas, mas a minha é esta: de que forma a gente teria condições de trabalhar com essas plataformas para que efetivamente diminuísse – não vai acabar, porque a esperteza é demais, mas diminuir – sobremaneira esse tipo de golpe, entendendo que, se acontecer alguma coisa, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cobrar daquela plataforma, aquela plataforma tem condições de identificar aquela pessoa e trazer de volta ao consumidor que de boa-fé comprou?

Deixe-me ler agora aqui, depois vou fazer os comentários. São cinco perguntas e dois comentários aqui.

A primeira pergunta vem do Paulo, também do Estado de São Paulo: "[...] poderia ser criada uma plataforma pública vinculada a [...] centros de ajuda [...] [para atender] pessoas que precisam de [...] [apoio]?". Parece que ele quer sugerir aqui ou pergunta alguma coisa como: "Não, o lugar de contribuir é naquele portal; naquele sim, não é em qualquer um".

O Henrique, do Rio Grande do Sul, pergunta: "[...] [Como o] consumidor [pode ter certeza] de que as arrecadações solidárias estão [...] [sendo destinadas corretamente]?".

O Jonatha, do Espírito Santo, pergunta: "Quais [...] [as medidas identificam e punem] fraudes em [...] [arrecadações] sem prejudicar [...] [as campanhas] legitimas?".

O Valmir, também de São Paulo, diz o seguinte, ou pergunta o seguinte: "Por que não utilizar a tecnologia de *blockchain* para [...] [rastrear e auditar] transações financeiras [em tempo real]?".

O Wilson, do Rio de Janeiro, pergunta: "[...] parcerias entre bancos e governo [...] [poderiam oferecer] aos doadores campanhas verificadas [...] [por] processo administrativo?".

Vamos aqui aos dois comentários.

De Santa Catarina, o Willians comenta o seguinte: "[...] campanhas poderiam ser [registradas] na Secap, do Ministério da Economia, [...] como são [...] [as] campanhas comerciais". Ele está aqui dando seu ponto de vista.

A Joice, do Rio de Janeiro também diz: "As arrecadações deveriam ser centralizadas num único canal de transação [igual àquela pergunta, não é?] para facilitar o [...] [rastreamento] e a fiscalização [...]".

Bom, me permita, Dr. Vitor, voltar aqui aos nossos expositores remotos, com três minutos para cada um, para o Lucas e depois para o Henrique, para, de repente, comentarem sobre as perguntas e os comentários dos internautas e também sobre aquilo que eu acabei de falar, em função da necessidade de que o portal tenha responsabilidade sobre quem cadastra para expor e para vender seus produtos, que realmente a empresa exista, que realmente tenha aquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produto e que seja de qualidade, enfim, como um comércio normal, para que a gente, ao comprar, tenha certeza de que não será ludibriado. Esse é o meu questionamento principal.

Então eu queria chamar de volta aqui o Dr. Lucas Marcon, representante do Idec.

Por favor, Dr. Lucas.

O SR. LUCAS MARCON (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador.

Partindo aqui dos comentários tecidos pelos internautas e participantes remotos, existe a possibilidade de criação de canais que centralizem essas doações. Aconteceu isso no caso do Rio Grande do Sul, em que o Governo do estado, um pouco atrasado, emitiu um Pix direcionado para a população fazer a arrecadação de doações que iriam efetivamente ser destinadas. Mas não há como o consumidor – salvo poucas exceções em que a pessoa posteriormente, quando arrecadada por uma pessoa física ou por uma fundação privada alguma coisa, presta essa transparência – ir atrás dessa informação se não houver esse cumprimento de dever da transparência com a arrecadação, que, enfim, é um dever de boa-fé, mas que não tem uma previsão legal de quem recebe a arrecadação.

Então o que não pode acontecer é uma situação um pouco diferente, no caso das plataformas digitais, no caso do *e-commerce*, em que não pode haver essa transferência de responsabilidade para o consumidor. As plataformas precisam ser responsabilizadas na ocorrência de fraudes e só assim elas vão se aprimorar. E isso é porque a gente sabe que, quando são necessárias medidas que exigem aumento de custos para o setor privado, essas medidas só acontecem quando há uma fiscalização estatal ou quando há excesso de sanções que motivam financeiramente a empresa ou, enfim, a organização a tomar medidas que vão alterar o seu posicionamento e as suas práticas que acabam ocasionando essas sanções. Então, o exemplo que a gente viu foi a alteração de postura dos bancos. Pelo menos o que a gente tem recebido aqui no Idec é uma alteração de postura dos bancos com relação aos golpes digitais, em que eles, num primeiro momento, negavam...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS MARCON (*Por videoconferência*.) – ... para as pessoas que entravam com reclamações de que tinham sofrido um golpe, golpe de cartão de crédito, enfim, a infinidade de golpes digitais a que hoje a população está sujeita. A partir do momento em que muitas pessoas começaram a entrar no Judiciário, o Judiciário começou a reverter o seu entendimento, sendo mais favorável à tese de que há uma responsabilidade objetiva mesmo quando o banco não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pudesse ter tomado alguma medida para prevenir que o cartão de crédito fosse clonado, mas por entender ali que, por exemplo, aquela transação não se encontra no padrão financeiro daquela pessoa, essa movimentação está totalmente dissociada do padrão de consumo da pessoa e nisso tem uma responsabilidade do banco enquanto prestador do serviço financeiro.

Então, para solucionar esse problema na fiscalização digital e de rastreamento, que está muito relacionado aos golpes, só colocando essas medidas para as empresas, seja por meio de fiscalização ou de sanções.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Dr. Lucas.

Passo a palavra agora ao Dr. Henrique Nogueira Teixeira, da plataforma vakinha.com, para seus comentários e considerações finais.

O SR. HENRIQUE NOGUEIRA TEIXEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

O consumidor, no nosso caso, mostra um interesse por transparência, quem busca a nossa plataforma. Ela obviamente tem um custo. Por definição, o que ela oferece é uma transparência e uma capacidade melhor de comunicação com os doadores. Então, existe esse desejo do público, não precisa ser só um processo de fiscalização ou de obrigação, mas eu acho que o ponto mais relevante do que foi levantado é que a agilidade e a velocidade nas comunicações digitais agora tornam o tempo de resposta necessário a uma denúncia ou para impedir um dano muito curto. Então, talvez o mais útil seja que, principalmente nos mecanismos de comunicação, eles sejam mais responsivos em conseguir eliminar ou pelo menos reduzir a velocidade de uma comunicação que está promovendo algo lesivo.

Nós temos alguns exemplos de pessoas que tentavam se passar, inclusive, pela nossa marca, e tivemos dificuldades em derrubar os anúncios fraudulentos disso. Então, o processo talvez que lide com a massa de comunicação, seja em propaganda, seja em comunicação mais espontânea, e até na educação geral da população, é o ponto talvez mais importante. O processo de tentar simplesmente tapar todas as oportunidades de fraude com um rito talvez não seja tão exitoso quanto nós gostaríamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O exemplo da Secap, que alguém fez a... Acho que até a secretaria mudou de nome nos últimos anos. O caso mais comum é que existem inúmeras promoções comerciais que não passam pela Secap e ocorrem na informalidade. Então, o meu temor seria a criação de um procedimento que seria inócuo por ser evadido na sua maioria.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Muito obrigado ao Dr. Henrique pela sua participação.

Eu agora quero chamar aqui o Dr. Vitor Hugo do Amaral Ferreira, da Secretaria Nacional do Consumidor.

E vou acrescentar mais algumas perguntas que chegaram agora nesse mesmo momento, Vitor.

A primeira é querendo saber se você pode informar números atualizados de atendimentos e valores que, de repente, foram devolvidos aos consumidores, pergunta de um amigo aqui presencial.

Do Estado de Minas Gerais, o Jefferson pergunta: "Em caso de fraude comprovada, qual o procedimento para reverter doações ou recuperar fundos?".

Do Rio Grande do Sul, o Fabiano pergunta: "Se já temos instituições fiscalizadas pelo BC que lidam com dinheiro, [...] [não poderíamos] utilizá-las para [...] [arrecadação solidária]?".

De São Paulo também, o Daniel pergunta: "Por que não ter uma plataforma oficial do Governo que identifique e remova os domínios falsos, listando apenas o domínio oficial da doação?".

A terceira menção a esse mesmo assunto, não é?

O Jhymmy, de Minas Gerais: Quais as medidas mais eficazes lançadas pela [...] [Polícia Federal] e Receita Federal para o combate às vaquinhas *online* indevidas [...]?

A Andreza, aqui do Distrito Federal, pergunta, "existe algum plano para a implementação de educação em segurança digital nas escolas?"

Só sobrou para ti agora. Por favor, fique à vontade.

O SR. VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA (Para expor.) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu consigo responder a algumas delas e, sobre outras, eu consigo pelo menos passar aqui o meu entendimento, a minha compreensão sobre o tema.

Primeiro, acho que nós temos como premissa, Senador, entender que as regras que valem para o mundo digital são as mesmas regras que valem para o mundo real. Então, quando muito se fala de não ter uma norma específica para as plataformas digitais, não ter uma norma específica para o comércio eletrônico, não ter uma norma específica para o consumo digital, nós podemos não ter uma norma específica que relate situações pontuais desse universo, desse mundo digital, que nos traz uma série de coisas novas. São vários modelos de negócio, são novas interações dos consumidores com a máquina. Nós estamos falando só de comércio eletrônico, consumo digital, mas podemos ir além: internet das coisas, podemos falar de inteligência artificial – são vários os temas que circulam aqui –, a questão de proteção do consumidor.

Algo a que o Código de Defesa do Consumidor também fez previsão em 1990 foi à harmonização. A defesa do consumidor precisa andar de forma harmônica, nós precisamos ter a compatibilização entre o desenvolvimento tecnológico, o desenvolvimento econômico e a proteção do consumidor. Isso é um princípio da Política Nacional das Relações de Consumo. Então, colocar é em prática esse princípio: o desenvolvimento econômico andar ao lado do desenvolvimento tecnológico e, consequentemente, ao lado da proteção do consumidor.

Então, nós temos normas, sim. Eu falo aqui, que é o meu lugar de fala, meu espaço de fala, pela Secretaria Nacional do Consumidor. Nós temos um Código de Defesa do Consumidor que é, ainda que tenha 34 anos, extremamente oportuno, pertinente e adequado para responder a essas situações. Precisa de atualização sempre, porque a sociedade é muito mais veloz do que a norma que nós temos, mas nós temos condições de interpretar essas normas, que são principiológicas, para adequar à aplicação da realidade que nós temos agora.

Então, acho que esta é uma premissa importante para ser dita: as normas estão aqui e o mundo virtual está sujeito às normas do mundo real. Então, quando nós falamos de fraude, quando nós falamos de práticas abusivas – essas práticas aconteçam em uma loja física ou aconteçam em um ambiente virtual –, se aplica o Código de Defesa do Consumidor nessas situações.

E quando nós falamos de todas essas questões que aqui vieram no debate e também nas perguntas, de forma bastante reiterada, Senador, como a criação de uma plataforma única, uma plataforma de Governo, um lugar onde as pessoas pudessem cadastrar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA – ... credenciar campanhas a partir de um controle de Governo, eu vou dizer que nós não podemos – e isso é muito uma opinião minha – penalizar os bons pelas más condutas. Criar um procedimento que possa engessar, burocratizar ações que são benéficas, que são positivas à população, a meu ver, não seria positivo, porque, às vezes, a demanda de se criar uma campanha arrecadatória de valores para determinadas situações precisa ser urgente, precisa contemplar uma emergência, e talvez criar procedimentos para isso possa impedir que aconteça, pode, inclusive, prejudicar.

Agora, o que nós podemos e devemos ter, no sentido contrário, é que, se estivermos diante de uma campanha que seja uma fraude, de uma campanha que não seja séria, que nós possamos identificar quem são essas pessoas, responsabilizar quem são essas pessoas.

Independentemente de falar da responsabilidade que tem ou não a plataforma, quem se utiliza de uma plataforma que tem amplitude, que tem conhecimento e acesso aos consumidores, seja uma plataforma digital, seja uma rede social, precisa da colaboração, da contribuição dessas plataformas, dessas redes toda vez que, identificado que ali nós estamos diante de uma fraude, saber quem são as pessoas que estão por trás daquele anúncio. E essas informações as plataformas têm o dever de nos passar, porque eu não posso criar uma conta e um perfil de uma rede ou de uma plataforma X, Y, Z sem dizer quem eu sou, que CPF está por trás. Posso ter, inclusive, uma fraude diante da própria plataforma, de alguém que criou aquele perfil utilizando-se de outro CPF. Mas, para poder chegar a essa pessoa, para poder fazer a identificação, a apuração, a investigação, nós precisamos – e essa é a palavra-chave – de colaboração, cooperação. Se o nosso norte aqui são campanhas de contribuição para a colaboração, essa colaboração tem que permear todo esse processo, essa colaboração tem que ser uma colaboração de quem está fazendo a doação, aquele que criou a campanha, que vai, de fato, reverter o dinheiro para colaborar; e, se existir fraude nesse processo, a colaboração também de quem está envolvido, direta ou indiretamente, para a identificação e apuração daqueles que são os responsáveis. Eu acho que essa é a nossa questão principal. Como fazer tudo isso é um segundo passo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Obrigado, Dr. Vitor.

Eu quero aqui dizer que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permita-me rapidamente... Um dos nossos colegas aqui trouxe a seguinte pergunta: "Com a fraude caracterizada, qual é a providência junto aos cartões de crédito?".

Pode voltar à palavra?

O SR. VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA – Eu quero responder a essa, e veio uma outra pergunta anterior e que agora me ocorreu que era da possibilidade, Senador, de educação sobre segurança digital nas escolas.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Também... É verdade.

O SR. VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA – Acho que é um tema de extrema importância que passa também pela resposta a essa última pergunta, porque, na medida em que nós vamos educando, nós vamos sensibilizando, nós vamos formando os nossos consumidores, se o espaço digital é um espaço que ainda nos cerca de um certo medo, de um certo receio, porque nós não conhecemos todo esse universo digital, o conhecimento vem da informação. Então, necessariamente, educar os consumidores, construir uma educação, uma formação digital é essencial.

E, para isso, eu queria deixar registrado aqui mais uma das atividades da Secretaria Nacional do Consumidor, que coordena, há mais de 15 anos, a Escola Nacional de Defesa do Consumidor. A Escola Nacional de Defesa do Consumidor oferece mais de 30 cursos sem custo, cursos *online*. E todos aqueles que fazem o curso são atestados, recebem um certificado da Universidade de Brasília. Entre os nossos cursos – o porquê de eu estar contando isso –, tem cursos que falam sobre a formação, a proteção de dados dos consumidores. É um recorte outro, mas também é um recorte no âmbito digital. Então, nós devemos, sim – não me recordo do nome de quem fez a pergunta –, pois eu acho que é extremamente importante, promover a educação digital para gerar um ambiente mais saudável, para gerar um ambiente mais seguro de defesa do consumidor neste tempo-espaço *online*.

E, quando se pergunta da questão... O senhor pode repetir a última pergunta, que era...?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Do cartão, não é?

O SR. VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA – Era como buscar as orientações, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Com a fraude caracterizada, qual é a providência junto aos cartões de crédito?

O SR. VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA – Identificada a fraude, o primeiro contato do consumidor é com sua operadora de crédito, com a sua instituição financeira para comunicar a fraude e pedir o cancelamento e o estorno. Cada instituição financeira tem alguns procedimentos próprios, mas todos eles seguem as regras gerais já estabelecidas também pela Federação Brasileira de Bancos (Febrabran).

E quero só reportar mais uma vez a excelência da pergunta da Andreza, que mencionava a questão sobre segurança digital nas escolas. Acho que é fundamental. A educação, a formação acaba sendo sempre a resposta de todas as perguntas, porque sempre falamos da necessidade de educar, sempre falamos da necessidade de formar. Quando nós reconhecemos que o consumidor é um sujeito vulnerável, nós temos que suprir de alguma forma a sua vulnerabilidade. Eu acho que um dos grandes caminhos para isso é a educação para o consumo.

E, quando falamos, Senador, sobre consumo, tudo é consumo. Nós estamos consumindo a todos os instantes, a todos os momentos; na nossa vida, no campo físico, no campo real, no campo virtual, no campo digital, nós somos consumidores. E nós precisamos, a partir disso, ter uma formação de como ser um consumidor responsável diante de todo esse universo que o mercado de consumo nos oferta, minimizando, de alguma forma, ainda que impossível na sua totalidade, a nossa vulnerabilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Eu quero agradecer aqui ao Dr. Lucas Marcon, representante do Instituto de Defesa dos Consumidores (Idec). Obrigado pela sua exposição e participação com a gente aqui nesta reunião de audiência pública sobre o tema que estamos abordando.

Quero agradecer de igual forma ao Sr. Henrique Nogueira Teixeira, representante da plataforma vakinha.com, e ao senhor que teve toda a dificuldade de enfrentar o trânsito e tal para chegar até aqui pessoalmente, que é o Dr. Vitor Hugo do Amaral Ferreira, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (Senacon).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos avançar neste tema e vamos ver se a gente deixa a coisa o mais claro possível daqui mais algum tempo com relação aos prejuízos. As informações que a gente tem é que 25% da população que utilizam compras e consomem nessa área são lesadas. Então, isso não é pouca coisa, é muita coisa. Quem compra precisa ter acesso ao que compra, precisa chegar às suas mãos o produto. E a gente precisa puxar um pouco essa questão da plataforma que cadastra, que identifica e que dá condições para que esse povo possa expor seus produtos. Tem que expor produtos que na verdade existam e que podem e devem ser entregues àqueles que compram.

Muito obrigado, Dr. Vitor, pela sua presença aqui.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença e a participação de todos, declarando, assim, encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia onze de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Leila Barros e Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Plínio Valério, Mara Gabrilli, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Carlos Portinho e Teresa Leitão, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Zenaide Maia, Giordano e Bruno Bonetti, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Sérgio Petecão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2014, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para instituir a Semana Nacional do Esporte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos do relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4948, de 2025 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de estádios de futebol e arenas desportivas disponibilizarem locais e condições apropriadas para o atendimento e a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e dá outras providências." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Bruno Bonetti. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 1-CDH, 2-CDH, 3-CDH, 4-CDH e 5-CDH. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 2, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o impacto da alteração do texto da PEC 18 de 2025 (PEC da Segurança Pública), promovida pela Câmara dos Deputados, nos repasse dos recursos provenientes das apostas de quota fixa para a área do esporte - Ministério do Esporte, CPB, COB e demais entidades relacionadas ao esporte previstas na Lei nº 14.790/2023." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 3, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2026 - CEsp seja incluído um convidado." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Antes de iniciada a deliberação da matéria, a Presidente da Comissão, Senadora Leila Barros, subscreveu o requerimento. Nada mais havendo a tratar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encerra-se a reunião às dez horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/11

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de março de 2026.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não, Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Eu pediria a inversão de pauta, porque o Relator do item 2 está dentro do carro esperando para relatar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito.

Eu tenho uma fala inicial, mas eu vou direto ao item 2 e depois, antes de finalizar a nossa sessão, eu faço uso da palavra.

Vamos, então, para a aprovação da ata.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião, realizada em 4 de março de 2026.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para declararem verbalmente. As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participarem remotamente.

Vamos, então, para o item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4948, DE 2025

- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de estádios de futebol e arenas desportivas disponibilizarem locais e condições apropriadas para o atendimento e a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e dá outras providências.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Relatoria: Senador Bruno Bonetti

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas n.º's 1-CDH, 2-CDH, 3-CDH, 4-CDH e 5-CDH.

2. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Eu concedo a palavra ao Senador Bruno Bonetti para a leitura do seu relatório. Bom dia, Senador Bruno.

O SR. BRUNO BONETTI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Presidente e Senadora Leila. Bom dia, Senadores. Bom dia, assessoria.

Enquanto faço a leitura do relatório, é importante registrar que essa proposta foi relatada por mim na Comissão de Direitos Humanos e aprovada, vindo agora para esta Comissão, à qual também agradeço a designação do meu nome novamente para atuar como Relator. Vale lembrar que esse relatório é fruto da análise e da discussão entre as assessorias do autor, Senador Plínio Valério, e a minha assessoria na condição de Relator.

Peço licença para ir diretamente à análise, que se aprovada como matéria terminativa, seguirá para a Câmara dos Deputados, cumprindo, enfim, seu papel nesta Casa Legislativa.

Análise.

Acolhemos a proposição inspirada de incluir os autistas e facilitar que expressem e vivam o esporte sem o constrangimento ou a dificuldade que alguns gatilhos, como sons altos e luzes intensas, podem causar em algumas pessoas com TEA. Salientamos que o custo de sua aplicação é previsivelmente baixo, limitando-se à reorganização de espaços já existentes, com pequenas reformas e fornecimentos de abafadores que têm valor irrisório.

Quanto à capacitação de pessoal, não só antevemos a disposição de organizações civis de colaborar para esse fim, como lembramos que o ônus de incluir não pode pesar mais do que o custo social e particular da exclusão. Trata-se, afinal, do dever de todos – Estado, cidadãos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas – de construirmos uma sociedade inclusiva, derrubando os padrões excludentes que a história nos legou.

Reconhecidos o mérito e a boa fundamentação, temos algumas sugestões para o aprimoramento da proposição. Inicialmente, é necessário corrigir a conta de lugares reservados para que não haja conflito entre comandos da mesma norma sobre o mesmo assunto.

Considerando que nem todos os autistas precisam efetivamente de acompanhantes e que eventos com aglomerações já não costumam atrair interesse de alguns autistas, optamos por estabelecer a reserva de 2% dos lugares em quaisquer estádios e arenas. Vale lembrar que os assentos reservados que sobrarem poderão ser disponibilizados ao público geral nos 10 minutos antes do início do evento, conforme prevê o parágrafo único do art. 3º.

Lembramos, ainda, que a condição de acompanhante não se confunde com a pessoa com deficiência. Por exemplo, o acompanhante não necessita dos abafadores de ruído. Em acréscimo, sugerimos suprimir a expressão "*kit* sensorial", pois a proposição prevê apenas o abafador de ruídos especificamente. Um "*kit* sensorial" dá a entender que contém mais de um item (pode-se pensar em viseiras, por exemplo, para barrar a luz intensa dos refletores utilizados em muitos estádios e arenas).

No mesmo ensejo, além do abafador já previsto, conviria prever a obrigação de impedir a incidência de luzes fortes, como *lasers* e holofotes, focalizadas diretamente sobre a área reservada para autistas, e proibir o uso de sinalizadores e de dispositivos pirotécnicos com brilho muito intenso na sua proximidade ou com estampido.

Com relação à constitucionalidade, observamos que não se pode impor prazo ao Executivo para exercer o seu poder constitucional de regulamentar, sob pena de violar o princípio da separação de Poderes. Além disso, a exigência de regulamento cria norma de eficácia condicionada, o que é indesejável, por limitar a sua plena eficácia, de modo que suprimimos esses trechos.

Sugerimos, ainda, remeter especificamente no art. 88 da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, prevendo que a desobediência no disposto na proposição constitui discriminação contra a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa com deficiência, para que não haja risco de não se aplicar a sanção por causa de uma remissão imprecisa.

Apresentamos, finalmente, uma emenda de redação para suprimir a expressão "e dá outras providências", desaconselhada pela boa técnica legislativa por dificultar a compreensão do alcance da norma.

O voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei 4.948, de 2025, com as emendas de nºs 1 a 5, aprovadas anteriormente na Comissão de Direitos Humanos.

Sendo isso o que tinha para relatar, peço aos meus pares a aprovação do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador Bruno. Parabéns pelo excelente relatório.

Quero parabenizar também o Senador Plínio pela sensibilidade. Um dos pilares do esporte é a inclusão, Senador. E é muito importante a gente ter esses espaços direcionados justamente às crianças que possuem o TEA. E, acima de tudo, essa união que eu sinto claramente em torno da aprovação desse projeto. Então, quero parabenizar o senhor e, claro, terá meu voto extremamente positivo e a sensibilidade realmente. Falta muito dessa atenção com relação ao acesso das pessoas com deficiência aos espaços esportivos.

Então, vou passar a palavra ao senhor.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discutir.) – Presidente Leila, primeiro, já elogiei, e vou elogiar de novo o relatório do Bruno, que é suplente do Senador Romário; e o Bruno acaba de fazer um gol também, a exemplo do Romário. O Bruno, desde o primeiro minuto, se mostrou sensível e colaborou muito; quero elogiar a senhora por ter convocado a reunião extraordinária. Quando eu lhe falei do tema, prontamente, a senhora convocou, dando agilidade. Agora vai para a Câmara Federal e lá também vai encontrar acolhida, porque, como a senhora fala, a inclusão é um dos objetivos do esporte.

Hoje é só elogios à Presidente e ao Relator. Eu me guardo para depois, lá na Câmara. Está bom?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado por tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Isso, vamos acompanhar.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Bruno.

Inclusive, Presidente, se a gente pudesse abrir a votação, porque, pelo visto, o Bruno vai logo perder o sinal.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito. Vamos pedir à Secretaria da Comissão para abrir o painel.

Enquanto isso... Primeiro a discussão. (*Pausa.*)

Acho que não temos mais quem queira discutir, então encerro a discussão.

A votação vai ser nominal.

Em votação, o Projeto de Lei nº 4.948, de 2025, nos termos do relatório apresentado pelo Senador Bruno.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim". E as Senadoras e os Senadores acredito que já possam votar.

O painel está aberto?

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Aberto.

Bom, enquanto isso, enquanto nós estamos em processo de votação, eu vou para os demais itens, que são os requerimentos.

Inclusive, temos um requerimento extrapauta, do Senador Portinho, que eu vou subscrever. A equipe dele está aqui.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 2, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o impacto da alteração do texto da PEC 18 de 2025 (PEC da Segurança Pública), promovida pela Câmara dos Deputados, nos repasse dos recursos provenientes das apostas de quota fixa para a área do esporte - Ministério do Esporte, CPB, COB e demais entidades relacionadas ao esporte previstas na Lei nº 14.790/2023.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Autoria desta Presidência.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

Vamos para o item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 3, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2026 - CEsp seja incluído um convidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ) e outros

Observações: *Durante a reunião a Senadora Leila subscreveu o Requerimento.*

Que seja incluído representante da liga de futebol Forte União.

Autoria é do Senador Carlos Portinho e subscrito por mim.

A votação será simbólica.

Em votação, requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Bom, está aqui ao meu lado o meu Vice-Presidente, Senador Chico Rodrigues. Bom dia, Senador.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. *Fora do microfone.*) – Oi, querida!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pergunto ao Senador se quer fazer o uso da palavra. (*Pausa.*)

Não.

Então, vamos aguardar. Nós estamos em votação nominal do item 3... Do item 2 – perdão –, que é o Projeto de Lei 4.948.

Peço aos membros desta Comissão que possam votar esse importante projeto. (*Pausa.*)

A Senadora Mara e a Senadora Teresa estão pedindo para aguardar, que elas vão votar. (*Pausa.*)

Nós chegamos ao número, ao quórum de votação, e eu vou pedir para a Secretaria abrir o painel, para a gente ver o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – SIM, 6 Senadores; e NÃO nenhum, claro.

Então, quero parabenizar, o projeto está aprovado... Só um minuto.

Então, o resultado: 6 Senadores votaram SIM, então o projeto está aprovado com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5, CDH, e a matéria agora ela será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis e encaminhamento à Câmara dos Deputados.

Parabéns, Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E quero elogiar os que, mesmo distantes, votaram.

A Mara, a Senadora Teresa Leitão, o Portinho, o Girão; todos, mesmo longe, fizeram questão de votar.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E Efraim também... Eu sei que o Efraim está fora também.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Bruno, a Mara, a Teresa Leitão, a Leila Barros, que veio presidir...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – O Portinho... Enfim, parabéns. Senador Plínio, parabéns mesmo pela sensibilidade.

Agora, eu vou passar para o item 1 da pauta e eu vou passar a Presidência, agora, para o nosso querido Senador Chico Rodrigues, para que eu possa fazer a leitura do meu relatório.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) –

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2014, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para instituir a Semana Nacional do Esporte.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação

Não poderia deixar de registrar que, de forma justa, a relatoria ficou com a Senadora Leila Barros aqui na Comissão pela sua experiência, pelo seu conhecimento e, acima de tudo, pela importância estratégica que esse projeto da lei dos esportes encerra.

Portanto, com a palavra, a Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Chico Rodrigues.

Eu vou ao relatório.

Vem a exame da Comissão de Esporte, o Projeto de Lei nº 2.014, de 2025, da nossa querida Deputada Laura Carneiro, que altera a Lei Geral do Esporte, para instituir a Semana

Deputada Laura Carneiro, que altera a Lei Geral do Esporte para instituir a Semana Nacional do Esporte.

O PL possui dois artigos: o primeiro promove a alteração legislativa prevista; o segundo estabelece a entrada em vigor da norma na data de sua publicação.

Na justificação da matéria, a autora destaca os benefícios sociais da prática esportiva e os potenciais impactos positivos por meio da capilaridade promovida com a instituição da Semana Nacional do Esporte.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi aprovada conclusivamente pelas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Senado Federal, a matéria foi despachada à CEsp, a quem caberá a análise terminativa. Não foram apresentadas emendas.

Agora, a análise.

A proposição atende aos requisitos formais de constitucionalidade. Materialmente, o PL está em consonância com a Constituição e apresenta técnica legislativa apropriada.

Adicionalmente, deve-se destacar que não se trata da criação de nova data comemorativa, afinal, o art. 207 da Lei Geral do Esporte já institui o Dia Nacional do Esporte, tratando-se da mesma data em que se celebra o Dia Mundial do Esporte Olímpico, que é o dia 23 de junho. Assim, é desnecessária a observância dos critérios para a criação de datas comemorativas, previstos na Lei nº 12.345, de 2010.

No mérito, o parecer é favorável ao projeto.

O projeto aperfeiçoa a disciplina da Lei Geral do Esporte, que atualmente institui o Dia Nacional do Esporte, ao ampliar a mobilização social em torno do tema mediante a criação da Semana Nacional do Esporte, a ser celebrada na semana que compreender o dia 23 de junho. Com isso, confere-se maior densidade e efetividade à iniciativa legislativa, sem ruptura com a sistemática da lei vigente.

A ampliação da celebração revela-se especialmente adequada porque favorece a realização de ações articuladas e descentralizadas, com maior alcance junto à população. O texto proposto explicita que o Dia Nacional do Esporte e a Semana Nacional do Esporte terão por finalidade incentivar a prática esportiva como instrumento de promoção da saúde, da inclusão social, da educação e da qualidade de vida, além de promover sua valorização em todas as faixas etárias e modalidades.

Trata-se, portanto, de medida que se harmoniza com a compreensão contemporânea do esporte como política pública transversal, com repercussões positivas não apenas no campo do lazer e do rendimento, mas também na formação cidadã e no desenvolvimento humano.

A proposição estimula também a atuação colaborativa entre poder público, instituições de ensino, organizações esportivas e entidades da sociedade civil, por meio de eventos, debates,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campanhas, ações educativas e atividades práticas. Essa modelagem prestigia a capilaridade das ações esportivas e reconhece que a difusão da cultura do esporte depende de esforços coordenados e permanentes, aptos a alcançar realidades regionais e locais distintas.

Além disso, a iniciativa contribui para reforçar o esporte como direito social e como ferramenta de transformação, em consonância com os valores que informam a Lei Geral do Esporte.

Ao instituir uma semana nacional dedicada ao tema, o projeto cria oportunidade institucional bastante relevante para sensibilização da sociedade, disseminação de boas práticas e fortalecimento de políticas públicas voltadas à ampliação do acesso à atividade esportiva.

Por essas razões, a matéria revela-se conveniente e oportuna, razão pela qual seu mérito deve ser reconhecido.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.014, de 2025.

Já parabenizo, claro, a Deputada Laura Carneiro, que teve realmente uma grande ideia, porque a gente só comemorar o Dia Mundial do Esporte, no dia 23 de junho, é algo muito rápido, não dá para a gente, Sr. Presidente, instituir ações que sejam relevantes para mostrar a importância do esporte não só na questão de alto rendimento e formação de grandes atletas, mas, acima de tudo, na sua contribuição em diversas áreas, em diversas políticas, seja na saúde pública, seja no impacto na segurança pública, na promoção da saúde e, acima de tudo, na socialização entre os jovens. Então, quero parabenizar a Deputada Laura Carneiro pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Senadora Leila Barros, V. Exa. tem se destacado de uma forma brilhante aqui como Senadora da República, pelo nosso Distrito Federal.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Oxalá, torcemos para que V. Exa. tenha êxito no pleito do dia 4 de outubro novamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para continuar representando, com a competência que tem representado, o nosso Distrito Federal.

Quero dizer que essa relatoria é recheada de informações relevantes, e V. Exa., após a leitura do relatório, tão bem mostrou como essa ação de transversalidade do projeto vai – sem alterar o Dia do Esporte, pelo contrário – fortalecer, no mesmo mês de junho, na semana do dia 6 de junho, exatamente a prática de esportes em todos os níveis, desde o esporte de alto rendimento ao esporte do cidadão comum, inclusive dos velhinhos como eu, para poder andar nas quadras, obviamente, nos espaços abertos, nas academias abertas, como nós conseguimos implantar no nosso estado, especialmente na nossa capital, em vários bairros. Então, de vez em quando, o velhinho vai andar ali naquele simulador e tal, para exercitar o corpo...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Tomar um solzinho.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Tomar um sol e, às vezes, levar uma chuva, que é agradável também.

Mas, enfim, é uma forma exatamente de devolver cidadania para a sociedade brasileira. Então, a Deputada Laura Carneiro, que foi minha colega em alguns mandatos na Câmara dos Deputados e hoje voltou àquela Casa Legislativa, sempre inspirada em modelos que ela acompanha em todos os lugares por onde anda, como me dizia a Deputada Laura Carneiro, traz esse projeto hoje, que tem na pessoa de V. Exa. a relatoria. E ninguém melhor que V. Exa. para realmente relatar esse projeto com tanta competência e com a precisão cirúrgica nos comentários.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Portanto, gostaria de parabenizar V. Exa. e, novamente, convidá-la para encerrar a sessão, porque eu sou apenas o Vice de V. Exa. na titularidade.

Obrigado. (*Pausa.*)

Vou colocar em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do seu relatório... Já foi feita a leitura.

Em discussão. A matéria está em discussão.

Com a palavra V. Exa., para discutir ou para fazer algum comentário, apenas para arrematar e nós encerramos essa votação.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – É só agradecer mesmo pelas palavras, pela torcida e pelo apoio e, mais uma vez, parabenizar a Laura. No último biênio, a Laura, a Deputada Laura Carneiro, foi Presidente da Comissão de Esporte e fez um belíssimo trabalho naquela Casa. Então, quero parabenizá-la, porque ela encerra um ciclo com mais outro relevante projeto aqui dentro do Congresso Nacional.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Bom, não havendo mais nenhum orador a se manifestar, vamos à votação.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei 2.014, de 2025, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores e Senadoras que votam com a Relatora votam "sim".

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Consulto se todos os Senadores e Senadoras já votaram. (*Pausa.*)

Atingido o quórum, está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Foi verificado o seguinte resultado: Foram registrados 7 votos SIM, nenhum NÃO. Abstenção: NÃO. Quórum total de 8 Senadores na sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o projeto, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Devolvo a Presidência desta reunião à ilustre Senadora pelo Distrito Federal, Presidente Senadora Leila Barros. V. Exa. tem aqui o seu trono.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Senador Chico.

Bom, eu chamo atenção para um tema de grande relevância que constou na pauta de hoje, especificamente o item 3, que trata de requerimento de minha autoria para realização de audiência pública destinada a debater uma alteração promovida pela Câmara dos Deputados no texto da chamada PEC da segurança. Essa alteração traz uma consequência que considero extremamente preocupante para o esporte brasileiro.

Como sabemos, a Lei nº 14.790, de 2023, estabeleceu a destinação de parte das receitas provenientes de apostas de quotas fixas para o financiamento de políticas públicas do esporte, contemplando o Ministério do Esporte, o Comitê Olímpico do Brasil, o Comitê Paralímpico Brasileiro e outras entidades fundamentais do sistema esportivo brasileiro.

Esses recursos foram pensados para fortalecer três dimensões essenciais da política esportiva brasileira. A primeira é a formação esportiva, a segunda é o esporte de alto rendimento e, é claro, para mim, a mais importante, que é a promoção do esporte como instrumento de saúde, inclusão social e cidadania.

Contudo, as alterações aprovadas pela Câmara dos Deputados passaram a prever que 30% desses recursos sejam redirecionados diretamente para a área da segurança pública, reduzindo significativamente os valores destinados às entidades que cuidam do esporte brasileiro.

Eu quero registrar aqui um ponto muito importante: todos nós reconhecemos a necessidade de fortalecer o financiamento da segurança pública no nosso país. Trata-se de um desafio nacional e, é claro, uma prioridade legítima. Entretanto, o Senado Federal já havia aprovado uma solução equilibrada para ampliar esses recursos sem prejudicar áreas sociais estratégicas, propondo aumentar o repasse para a segurança por meio da redução de parcelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinadas a empresas operadoras de apostas esportivas. Infelizmente, essa solução não foi acolhida e o texto aprovado acabou preservando os ganhos das operadoras e transferindo o ônus para as áreas como esporte – pasmem! –, educação, turismo e seguridade social.

Diante disso, lembrando que a PEC está a caminho do Senado Federal, eu considero fundamental já começar a promover um debate aprofundado sobre os impactos dessa alteração. Por isso, propus ouvir nesta Comissão os representantes do Ministério do Esporte, do Ministério da Fazenda, do Comitê Olímpico do Brasil, do Comitê Paralímpico Brasileiro e do Comitê Brasileiro de Clubes. Também temos o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos.

O objetivo é avaliar com responsabilidade os efeitos dessa mudança e, é claro, buscar soluções que preservem o desenvolvimento do nosso esporte nacional, porque é preciso dizer com muita clareza: o esporte, gente, não é gasto; o esporte é investimento. É investimento em saúde, é investimento em educação, em oportunidades para a juventude, em projeção internacional e, acima de tudo, o esporte é um grande braço da segurança pública, não só na área de saúde, na promoção de saúde, mas da segurança pública. Onde tem nessas áreas mais vulneráveis um campo, ali tem um terceiro setor, um projeto social desenvolvido, muitas vezes, por uma liderança daquele território, que desenvolve um projeto que, muitas vezes, salva os jovens do assédio do tráfico, da violência.

O esporte é um grande parceiro, digamos, nessa guerra, no combate ao crime organizado, à violência urbana. O esporte é um grande aliado, assim como a cultura. E reavaliar essa retirada de 30% para o orçamento desses setores, que são fundamentais, que são grandes parceiros na segurança pública, que tratam de prevenção, é a nossa obrigação dentro desta Casa ao fazer este debate.

Então, eu quero também aproveitar para registrar que nós iremos fazer este debate, este debate sério, entendendo a legitimidade da preocupação com relação aos recursos para a segurança pública, mas áreas fundamentais, como já citado aqui, saúde, educação, seguridade social, que não podem ser penalizadas, porque são braços importantes, transversais para a segurança pública.

Elas não podem ser penalizadas porque são braços importantes, transversais, para a segurança pública. Eu gostaria de reforçar isso. Semana que vem, nós vamos começar esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debate. Já peço ao meu Secretário da Comissão, Flávio, que na próxima semana a gente comece esse debate. Não podemos perder tempo.

Era isso, pessoal.

Quero parabenizar os campeões estaduais – foram 13 até o momento. A todos eles... Uma pena que nós tivemos um episódio lamentável, mais uma vez, nas finais de campeonato em Minas Gerais, mas a gente também não pode tirar o brilho da festa das torcidas, dos campeões estaduais. É isso. O futebol e o esporte brasileiro... O Lucas também, mais uma vez, nos enchendo de alegria nos esportes de invernos, no esqui – esqui *slalom*.

Quero agradecer a todos que estiveram conosco na reunião de hoje, e até a próxima quarta-feira. Que seja um bom dia para todos nós. Até mais.

(Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 09 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia quinze de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Plínio Valério, Alan Rick, Eduardo Girão, Carlos Portinho, Wellington Fagundes, Teresa Leitão e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Weverton e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 4, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2026 - CEsp seja incluído um convidado." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 2/2026 - CEsp, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Debater o impacto da alteração do texto da PEC 18 de 2025 (PEC da Segurança Pública), promovida pela Câmara dos Deputados, nos repasses dos recursos provenientes das apostas de quota fixa para a área do esporte - Ministério do Esporte, CPB, COB e demais entidades relacionadas ao esporte previstas na Lei nº 14.790/2023. **Participantes:** Sra. Ana Paula Terra, Diretora Administrativa do Comitê Olímpico do Brasil (COB); Sr. Paulo Losinskas, Diretor Jurídico do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); Sr. João Batista Carvalho e Silva, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP); Sr. Paulo Germano Maciel, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC); Sr. Luís Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti, Gerente Jurídico do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC); Sr. Leandro Lucchesi, Coordenador-Geral de Repasse da Secretaria de Prêmios e Apostas (representante de: Ministério da Fazenda); Sr. Eduardo de Oliveira Manso, Diretor Substituto da Diretoria de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública (representante de: Ministério da Justiça e Segurança Pública); e Sr. Giovanni Rocco Neto, Secretário Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte (SNAEDE) (representante de: Ministério do Esporte). **Resultado:** Audiência pública realizada. Antes de encerrar a Reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/15

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos. Havendo número regimental, eu declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de abril de 2026.

Sras. e Srs. Senadores, autoridades presentes, senhoras e senhores que nos acompanham pelos canais de comunicação e os que estão presentes aqui, no Senado Federal, bom dia.

Declaro aberta esta reunião da Comissão de Esporte do Senado Federal, que hoje realiza importante audiência pública para debater tema sensível e estratégico para o futuro do esporte brasileiro.

Inicio esta fala destacando aquilo que nos move: as conquistas e realizações do esporte nacional que seguem inspirando o país e demonstrando a força do talento dos nossos atletas brasileiros Nos últimos dias, tivemos resultados que enchem o nosso país de orgulho. No *surf*, por exemplo, o país brilhou logo na abertura da temporada do mundial, com uma final 100%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira na primeira etapa da WSL, além da presença de três brasileiros entre os quatro semifinalistas, um feito que confirma o protagonismo do Brasil no cenário internacional da modalidade. Parabéns, portanto, ao Miguel Pupo, campeão da etapa de Bells, na Austrália; ao Yago Dora, que foi Vice-campeão e o atual campeão do mundo em 2025; e ao Gabriel Medina, semifinalista do mesmo torneio e nosso tricampeão mundial.

Pelo jeito, o Brazilian Storm vai continuar protagonizando na temporada de 2026, no nosso surfe mundial.

No tênis, merece mais uma vez destaque o jovem João Fonseca, que segue em ascensão. Após alcançar as quartas de final em Monte Carlo, seu melhor resultado no torneio do tipo Masters 1000, já conquistou duas vitórias no ATP 500 em Munique, novamente atingindo quartas de final e se consolidando como uma das grandes promessas do nosso esporte brasileiro.

No atletismo, esse final de semana nós tivemos aqui o mundial de marcha atlética. Nós destacamos, é claro, o medalhista olímpico Caio Bonfim, que voltou ao pódio com medalha de bronze em competição, primeiro pódio do ano numa competição internacional, e logo aqui em Brasília, cidade do Caio, com a torcida de Brasília, com a família – então quero mandar um abraço afetuoso ao Caio – e ao lado da equipe feminina também, que teve um excelente resultado, reafirmando a tradição brasileira na nossa marcha atlética, que também segue em ascensão com novos valores.

Gente, desculpa, hoje está seco, eu estou sentindo o ar.

Na ginástica rítmica, o Brasil também subiu ao pódio com a Jojo Santos, com medalha de bronze, e a equipe brasileira conquistou a medalha de prata na etapa da Copa do Mundo, no Uzbequistão.

No vôlei de praia, a dupla Carol Solberg e Rebecca protagonizou uma virada emocionante e garantiu presença entre as melhores do torneio internacional, que foi em Saquarema, mantendo o Brasil entre as principais forças da modalidade.

No tae-kwon-do, celebramos a conquista de Angela Azevedo, campeã em competição internacional na República Dominicana enquanto, no ciclismo, o jovem Henrique Bravo se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destacou ao vencer entre os atletas mais jovens no Circuito das Ardenas e terminar entre os dez melhores no geral.

No futebol feminino, a Seleção Brasileira iniciou sua campanha com uma vitória nos amistosos que está promovendo a CBF, reafirmando a força do nosso futebol feminino, que também segue em plena ascensão.

Registro ainda, como curiosidade histórica – isto aí eu deixo para a minha equipe de gabinete e para a Secretaria aqui da Comissão –, símbolo da grandeza do nosso futebol, os 50 anos do recorde de dez gols em uma única partida, marcados pelo Dadá Maravilha, uma marca que atravessa gerações e permanece como parte da nossa memória esportiva nacional.

Esses resultados, queridos amigos, mostram que o esporte brasileiro vive um momento de vitalidade, talento e, principalmente, renovação, mas também evidencio algo essencial: nenhuma dessas conquistas acontece por acaso; elas são frutos de investimento, de planejamento, de políticas públicas e de um sistema esportivo que precisa ser fortalecido continuamente. É exatamente sobre isso que trata a audiência pública de hoje.

Conforme o requerimento apresentado, este Colegiado se reúne para debater os impactos das alterações promovidas pela Câmara dos Deputados na chamada PEC da segurança pública, especialmente no que diz respeito à destinação dos recursos provenientes das apostas de quota fixa para o financiamento do esporte brasileiro.

A legislação vigente garantiu que parte desses recursos fosse destinada ao Ministério do Esporte, ao Comitê Olímpico do Brasil, ao Comitê Paralímpico Brasileiro e outras entidades fundamentais para o desenvolvimento do nosso esporte nacional.

Trata-se de uma conquista importante que fortalece desde a formação de base até o alto rendimento. No entanto, as mudanças propostas preveem a transferência de parcela significativa desses recursos para a área de segurança pública, o que acende um alerta legítimo sobre os impactos desta medida no financiamento do esporte brasileiro.

E aqui é fundamental deixar claro: segurança pública é uma prioridade absoluta do nosso país. Trata-se de uma demanda urgente da sociedade brasileira e que exige, é claro, respostas firmes do Estado brasileiro e desta Casa, mas o desafio que se coloca diante de nós é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justamente encontrar equilíbrio. Precisamos discutir com responsabilidade como assegurar os recursos necessários para a segurança pública, claro, sem comprometer políticas igualmente essenciais, como o esporte, a educação, a saúde e a assistência social. O esporte, sabemos, também é ferramenta de inclusão, de prevenção à violência, de formação cidadã e de transformação social. Investir no esporte é também investir em segurança pública.

Por isso, é esta audiência pública que conta com os representantes do Governo, do ministério aqui, da Fazenda – eu quero agradecer os representantes do Governo aqui –, das entidades esportivas e de diversos setores envolvidos. É uma oportunidade fundamental para qualificar e para a gente deixar de lado as *fake news*, as narrativas, fazer um debate qualificado – e é o que nós estamos propondo aqui, no dia de hoje. Nosso objetivo aqui não é estabelecer disputas entre áreas prioritárias, mas construir caminhos que permitam preservar e fortalecer todas elas.

Que possamos, ao final desse diálogo, avançar em soluções que garantam o financiamento adequado do esporte brasileiro, ao mesmo tempo em que contribuam para o fortalecimento das políticas de segurança pública e das demais áreas essenciais ao desenvolvimento do nosso país.

Com esse espírito de diálogo, equilíbrio e responsabilidade, damos início à nossa audiência pública.

Muito obrigada.

A presente reunião está dividida em duas partes. A primeira será deliberativa, e a segunda, a audiência pública interativa.

Na primeira parte, a presente reunião... Vamos para a deliberativa, perdão.

A presente reunião é destinada à deliberação de requerimento apresentado a esta Comissão.

1ª PARTE

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 4, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2026 - CEsp seja incluído um convidado.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Autoria desta Presidência, e a votação será simbólica.

Em votação requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se contam. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Vamos para a segunda parte, audiência pública interativa.

Esta parte destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o impacto da alteração do texto da PEC 18, de 2025 (PEC da segurança pública), promovida pela Câmara dos Deputados, nos repasses dos recursos provenientes das apostas de quota fixa para a área do esporte – Ministério do Esporte, CPB, COB e demais entidades relacionadas ao esporte previstas na Lei nº 14.790/2023, em atenção ao Requerimento nº 2-CEsp, de autoria desta Presidência.

Participam desta audiência pública os seguintes convidados:

- Sr.Giovanni Neto, Secretário Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte (*Palmas.*);

- Sr. Leandro Lucchesi, Coordenador-Geral de Repasse da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda. (*Palmas.*);

- Sr. Eduardo de Oliveira Manso, Diretor substituto da Diretoria de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justiça e Segurança Pública, acompanhado da Sra. Maria Roseli dos Santos, da Sra. Bruna Maria Siqueira Moreira e do Sr. Luiz Otávio Gouveia (*Palmas.*);

- Sra. Ana Paula Terra, Diretora Administrativa do Comitê Olímpico do Brasil (COB), acompanhada do Sr. Ricardo de Simões Nobres Junior e do Sr. José Carlos Pinheiro (*Palmas.*);

- Sr. Paulo Losinskas, Diretor Jurídico do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) (*Palmas.*);

- Sr. João Batista Carvalho e Silva, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP) (*Palmas.*);

- Sr. Paulo Germano Maciel, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC), acompanhado do Sr. Luiz Felipe Vasconcelos Cavalcante (*Palmas.*);

Como temos sete convidados, nós vamos dividir esta audiência em duas mesas.

Eu convido para tomar o lugar, na nossa primeira mesa, os seguintes convidados: a Sra. Ana Paula Terra, Diretora Administrativa do COB; o Sr. Paulo Losinskas, que é Diretor Jurídico do CPB; o Sr. João Batista Silva, que é o Presidente do CBC; e o Sr. Paulo Germano Maciel, Presidente do CBC. (*Palmas.*)

Sejam todos muito bem-vindos.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que foram utilizadas pelos nossos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos; e, ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem perguntas ou comentários.

Eu passo a palavra agora para a Sra. Ana Paula Terra, Diretora Administrativa do Comitê Olímpico do Brasil (COB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA PAULA TERRA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento a mesa na pessoa da Senadora Leila, a quem agradeço o convite e a sensibilidade do requerimento, que sempre trata as temáticas do esporte, nossa duas vezes medalhista olímpica. Então, conhecendo a estrutura, como se forma o esporte no Brasil, fica fácil também para sugerir pautas que estejam ligadas à importância desse segmento esportivo.

Meu nome é Ana Paula Terra e, como apresentado, hoje eu estou Diretora Administrativa do COB, mas essa é a minha segunda incursão no Comitê Olímpico do Brasil. Num primeiro momento, ocupei a função de Gerente Jurídica, entrei como advogada júnior e concluí minha função, em 2020, como Gerente Jurídica, o que me dá a tranquilidade de descrever para os senhores e senhoras que encontro um COB muito robusto no que diz respeito, Senadora Leila, à sua estrutura de governança, ao modo como realiza os seus controles internos, muito em consequência das mudanças, da modernização que foi feita na sua estrutura de governança lá em 2017, virando para 2018. Eu o encontro muito fortalecido, digamos assim, o que me dá a tranquilidade de vir aqui falar para os Srs. e as Sras. Senadoras sobre o trabalho do COB e como essa PEC nos impacta, como traz a preocupação, opinião que, com certeza, comungo aqui com os meus colegas de mesa. Acho que todos estamos preocupados com o modo, o tratamento, principalmente, que o texto final da PEC 18 vai tocar o esporte.

Nós sabemos já de antemão que as consequências podem ser bastante nefastas, tendo em vista o percentual que está em jogo, Senadora Leila, mas, principalmente, pensando que nós estamos com um ano em curso, já no segundo ano do ciclo olímpico – entidades que se organizam de forma plurianual vão entender a minha preocupação.

O COB estrutura seu orçamento, principalmente nessa gestão atual, pensando em três pilares: um pilar principal que é de resultado positivo; um segundo pilar que trata da manutenção do resultado atual e ampliação dele – e isso está muito nítido quando o Comitê Olímpico do Brasil vai aumentando paulatinamente, ano após ano, o percentual de recurso às entidades esportivas que formam o movimento olímpico... Então as confederações olímpicas têm a tranquilidade de saber que, de acordo com o fluxo de caixa – e para isso a gente precisa de previsibilidade –, podem contar com a ajuda do COB para se entenderem dentro do cenário mundial esportivo e competirem em igualdade com seus pares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa lógica que eu acabei de descrever e que eu encontrei lá atrás quando eu saí, também encontro agora, com muita felicidade, de forma muito mais moderna, eu diria, com muitos controles diferentes dos da minha época. Eu encontro um COB muito amadurecido no que diz respeito aos seus processos e procedimentos internos, o que me dá tranquilidade de pensar na formação desse orçamento atual, que eu descrevi com três pilares – o resultado positivo; a parte estratégica no que diz respeito a contar com a ajuda das confederações para o alcance desses objetivos esportivos; e, num terceiro movimento, a atuação direta do COB, o incentivo financeiro, de fato, ao seu centro de treinamento, ampliação da sua rede de apoio no exterior para os atletas cujas modalidades assim tenham afinidade, ampliação da visão, inclusive do esporte praticado por meninas e mulheres, no que diz respeito a uma estratégia esportiva pensando realmente em gênero, já que há tantas medalhas em jogo aí e há tanto a se galgar ainda no esporte feminino.

Quando eu descrevo essa estrutura, senhoras e senhores, a minha intenção é lembrá-los do momento em que estamos, no segundo ano do ciclo olímpico, que vai terminar lá em 2028 em Los Angeles, mas também exaltar tudo o que nós vivenciamos, aquilo que eu encontrei lá atrás, quando eu disse que ia sair em 2020, e que já estava muito bem estruturado pela modernização das estruturas de governança. Isso só foi possível, lógico, com a vontade política e a boa gestão de seus dirigentes, mas principalmente com as mudanças legislativas que foram acontecendo no país ao longo do tempo. Então, nós vimos o amadurecimento e sucessivas modificações da Lei Pelé, vimos aí os debates com a mudança da forma de olhar, inclusive, essa legislação, quando a gente pensou lá na Lei Geral do Esporte, que se tinha a pretensão de condensar nela todas as legislações. Eu tive o prazer de participar da confecção do anteprojeto e a gente tinha uma visão bem romântica, eu diria – sabe, pessoal? –, no sentido de que, ao final daquele trabalho, a gente teria a tranquilidade de dizer para os operadores de direito e as entidades que eram tocadas pela legislação que elas iam passar a encontrar tudo numa mesma legislação, tudo reunido na Lei Geral do Esporte. Se eu quisesse saber sobre Bolsa Atleta, sobre a Lei de Incentivo, se eu quisesse entender a forma de financiamento pensando nas loterias, eu olharia a Lei Geral do Esporte – cenário para o qual a gente ainda não avançou, mas ainda tem esperança, Senadora Leila, de que a gente avance, principalmente com questões relacionadas a vetos, que eu gostaria de destacar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas me causa um pouco de angústia – e eu tenho certeza de que compartilho essa angústia com os meus pares – quando a gente vê a possibilidade de que esse cenário, que sempre foi possível pela previsibilidade, por a gente olhar a legislação e saber o percentual de cada entidade, seja impactado de forma negativa por uma grandessíssima novidade, um acréscimo da ADCT, trazendo um desconto para o qual nenhum de nós estaria preparado. Então, todo aquele orçamento que eu descrevi aqui, tão bem moldado, em que o Comitê Olímpico do Brasil baseia sua estratégia esportiva, hoje se encontra em risco, Senadora, no sentido de que a lógica construída na PEC, nas modificações trazidas pela PEC, inclusive já traz reflexos para o ano atual. A gente não consegue nem pensar só em médio e em longo prazo; a gente fala do ano de 2026, o que muito preocupa as entidades, nos traz aqui, justifica a nossa presença e nos faz pensar que a política pública de esporte – a Senadora Leila muito bem destacou aqui no introito –, as políticas públicas de esporte, números demonstram o dia a dia dos comitês, dos clubes, das entidades, das federações, vão demonstrar de forma cabal o quanto isso se conecta também com as questões relacionadas à segurança pública no que diz respeito à inclusão social, ao combate à criminalidade, talvez trazendo novas atividades para um público vulnerável e principalmente pensando a médio e longo prazo na forma como os praticantes e cidadãos se veem também como praticantes de esporte.

A grandíssima novidade com a proposta da PEC nos traria aí o infortúnio de repensar toda a proposta idealizada para esse cenário atual, em que o ciclo olímpico de Los Angeles estaria com certeza em risco. Se a proposta é sempre de aumentar a forma como participamos, aumentar o número de finais, aumentar o número de modalidades praticadas pelos nossos atletas de alto rendimento e quem sabe o número de medalhas no quadro, esse cenário deveria ser revisto, se a gente pensar na lógica com que está sendo construída a PEC. As entidades do sistema com certeza comungam dessa angústia que nos traz insegurança jurídica. Eu sempre...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA PAULA TERRA – Eu desde o início destaquei um caráter da legislação que nos trouxe previsibilidade, a capacidade de se olhar a médio e a longo prazo e pensar esse orçamento de forma objetiva, com essas perspectivas esportivas encaixadas aí nesse ciclo de quatro anos. A prosperar essa proposta da PEC 18, de 2025, de fato esse cenário precisaria ser revisitado numa urgência com contingenciamento e inclusive risco de não cumprimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguns compromissos, inclusive com entidades internacionais. A Senadora Leila destacou aqui o Mundial de Marcha Atlética, que aconteceu aqui em Brasília. Isso é um compromisso com a Federação Internacional assumido pela Confederação Brasileira de Atletismo, honrado com recursos das loterias. Sem esse cenário de forma objetiva, em que o COB pudesse sim sinalizar para suas filiadas que é possível participar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA PAULA TERRA – ... de fato todos nós estaríamos prejudicados no que diz respeito a esse orçamento.

Então, deixo aqui o meu apelo e o meu agradecimento, mais uma vez, ao requerimento e à sensibilidade da Senadora Leila, e me coloco à disposição para eventuais perguntas.

Muito obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata pela participação, Ana Paula Terra, que representa aqui o Comitê Olímpico do Brasil.

Vou passar a palavra agora para o Sr. Paulo Losinskas, que é o Diretor Jurídico do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

O SR. PAULO LOSINSKAS (Para expor.) – Exma. Sra. Senadora Leila, Presidente desta Comissão e desta sessão, na pessoa de quem cumprimento todas as demais autoridades aqui presentes; Exmos. Srs. Paulo Maciel e João Batista, Presidentes dos comitês que fazem parte aqui, junto com o COB e com o CPB, dessa estrutura fundamental de manutenção que faz o esporte acontecer aqui no Brasil, em suas pessoas também cumprimento os demais dirigentes esportivos, integrantes de entidades esportivas aqui presentes.

Trago um abraço para todos do nosso Presidente José Antônio. É uma satisfação, nessa oportunidade, poder estar aqui com vocês trazendo a preocupação não só do CPB, mas como a Ana Paula já trouxe aqui, de todo o segmento esportivo para mais uma situação com a qual nós estamos lidando, que é algo que remete talvez a 2018, e que remete a 2019 e que remete a 2020, em que legislações são alteradas e, invariavelmente, nós estamos vendo debates sobre a retirada, ou propostas e ideias de retiradas de recursos destinados ao esporte, que, se não fosse a atuação de membros desta Comissão, desta Casa, que nos abrem esse espaço, a Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leila, o Senador Romário, sempre muito solícitos e muito atentos, se não fosse, a situação talvez estivesse ainda pior.

Quero trazer aqui para vocês alguns cenários, alguns dados que eu creio que são muito importantes para que a gente possa, de fato, avaliar o impacto dessa PEC. E isso nos remete às premissas, inclusive, da inclusão deste repasse de uma parcela do recurso de *bets* para as entidades e para o esporte.

Então, estamos falando de uma parcela que é repassada e que, quando também estivermos aqui nesta Casa em outras oportunidades para poder defender esta inclusão, a premissa básica era que esta previsão legislativa de repasse percentual de recurso de *bets* para as entidades esportivas não significa ou não significava um recurso novo para o esporte, mas significava apenas e tão somente uma compensação diante da iminente e previsível queda nos recursos lotéricos tradicionais. E, para a surpresa de ninguém, os recursos de *bets* começaram a ingressar ano passado, então a legislação só entrou em vigor e começou a valer a partir de 2025, e ao longo de 2025 o que se teve, inclusive chancelado pela própria Loteria Caixa, foi uma queda na arrecadação das loterias tradicionais. Então, as loterias tradicionais, que, desde 2018, sempre experimentaram um aumento, em 2025 caíram o seu percentual de arrecadação. Para os senhores terem uma ideia, a arrecadação que o CPB teve com as loterias tradicionais teve um aumento de 2024 para 2025 de 1,7%; a inflação foi de 4,2% – a inflação oficial.

Nisso eu estou desconsiderando, por exemplo, o aumento das passagens aéreas. Então, aqui é um país continental, muitas competições – a Ana Paula citou – acontecem no exterior, inclusive temos atletas que estão alocados já no exterior e eles precisam se deslocar. Passagens aéreas subiram mais de 20% – em alguns casos, estávamos comentando aqui com o Presidente Paulo Maciel há pouco, em alguns casos, chega a 40%. Nessa atualidade, nós estamos discutindo o custo, por exemplo, em razão da guerra, dos combustíveis para o transporte aéreo, que superam 50% esse aumento, que eventualmente vai ser repassado no custo de passagem.

Então, o aumento na arrecadação das loterias, esse pequeno aumento de 1,7% no ano, a própria Loteria Caixa atribui à mudança do mercado, que é o ingresso das *bets* e também algumas questões aí imprevisíveis sobre acumulação de uma premiação ou outra que acaba atraindo maiores apostadores. Então, aquele recurso que a Caixa já nos repassava diminui, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é o suficiente sequer para cobrir a inflação tradicional. E, nesta visão e nesta perspectiva, os recursos de *bets*, oriundo de *bets*, se tornam, na verdade, uma compensação por esta redução, porque o impacto de *bets* teve este resultado. E agora nós estamos aqui discutindo a retirada, ou eventual retirada, desses recursos, de 30% desses recursos de *bets,* do repasse; ou seja, nós já estamos tendo uma corrosão completa dos nossos recursos que hoje existem para o esporte, e aquilo que veio para compensar esta perda eventualmente também deixará de existir. Então, a simples inflação já corroeria essa nossa arrecadação, já reduziria neste momento de aumento expressivo dos resultados.

Até nos causa uma certa surpresa – e eu tenho certeza de que foi algum equívoco, alguma coisa que passou – esta PEC ter vindo do Executivo, que um mês atrás estava recebendo atletas olímpicos e atletas paralímpicos que conquistaram resultados históricos nos Jogos Paralímpicos e Olímpicos de inverno. Pela primeira vez, o Brasil, que não tem neve, conseguiu conquistar medalhas, tanto no olímpico quanto no paralímpico. Foram recebidos ambos para homenagem e reconhecimento do Presidente da República na oportunidade em que recebeu o Comitê Paralímpico Brasileiro.

Inclusive, comentamos com o Presidente, e ele, de pronto, mostrou uma plena disponibilidade, sobre uma das temáticas dos vetos, que era o veto sobre a isenção de tributação na compra de equipamentos esportivos importados. Este foi um ponto vetado também na legislação, que a Ana Paula citou, na Lei Geral do Esporte, ou seja, quando havia possibilidade de ter um incentivo ou um auxílio ao esporte, foi vetado. Agora, nós estamos voltando a discutir aqui a possibilidade de corte de recursos neste cenário.

Então, um cenário em que a inflação por si só já corrói, a compensação eventualmente sairia. Por isso, é muito importante que a gente esteja aqui discutindo hoje essa PEC para trazer dados – dados. Todas as contas de 2025, de todas as entidades esportivas, estão disponíveis no *site*, foram apresentadas ao Ministério do Esporte, parte delas foi entregue, inclusive, via ofício, ao Ministério da Fazenda. Qualquer um pode consultar e perceber que este aumento de 1,7% que o CPB está falando se reflete em todas as entidades, porque a nossa fonte de receita é exatamente a mesma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é o primeiro ponto que a gente gostaria de deixar muito destacado. Este recurso não é um novo incremento para o esporte; é uma compensação, e a retirada dele não significa deixar de crescer; é a certeza da diminuição do que nós estamos fazendo. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto que a gente tem que trazer – a Senadora Leila também, na abertura aqui, fez essa ponderação – é que o esporte já dá sua contribuição para a segurança pública. Muito nos estranha que, pela segunda oportunidade, objetivamente, seja do esporte que se tenta tirar recursos para destinar à segurança pública.

Em 2018, a Medida Provisória 841, depois alterada pela 846 – ainda bem – fez exatamente este movimento. A origem da Lei 13.756, que é a lei hoje que regula os repasses, é a Medida Provisória 841, em que se criou o Fundo Nacional de Segurança Pública, em 2018, em que 100% dos recursos que eram destinados ao esporte foram retirados e inseridos no Fundo Nacional de Segurança Pública. Por sorte, na época, ou também por conscientização, nós buscamos – nós todas as entidades esportivas e tal – o Poder Executivo, que entendeu que havia cometido um equívoco e logo editou a MP 846, retornando as coisas.

O esporte é um aliado da segurança pública...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO LOSINSKAS – ... na medida em que é uma ferramenta fundamental para evitar problema de violência, problema com drogas no futuro. Então, o esporte é uma medida de segurança pública preventiva que dispensa o gasto com repressão.

E é isto que nós estamos fazendo: nós estamos trocando um gasto de prevenção, de impacto social, por um gasto de repressão. Talvez, se investimentos tivessem feito no esporte com mais ênfase lá atrás, hoje a gente não estaria discutindo a segurança pública como um problema nacional, e de fato o é. É fundamental que a gente tenha que atuar, e hoje nós temos que atuar em duas frentes, tanto na prevenção quanto na repressão. Mas não é tirando da prevenção que nós vamos avançar na repressão. E isso não sou eu que estou dizendo. Eu quero trazer aqui que a Unicef já destaca o esporte...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO LOSINSKAS – ... como um fator de proteção social essencial. A Unesco reconhece o esporte como um direito social, instrumento da promoção da paz e da coesão nacional. O Escritório das Nações Unidas de Combate às Drogas e à Criminalidade tem suas pesquisas demonstrando impacto positivo real na redução da violência juvenil por meio de programas esportivos. Portanto, são entidades internacionais, são estudos e mais estudos que corroboram o que nós estamos dizendo aqui.

E eu quero citar um último exemplo do que esse recurso pode fazer aqui no esporte, da importância dele para o esporte, lembrando, Senadora Leila, que, há nove meses, dez meses, estivemos aqui nesta Casa para falar sobre os vetos da legislação. E, naquela oportunidade, eu destaquei um programa do Comitê Paralímpico Brasileiro, que é o centro de referência, e citei que tinha 75 centros de referência espalhados pelo Brasil inteiro. Então, em 75 locais do Brasil, nós temos instalações esportivas e parcerias com o CPB para pessoas com deficiência praticarem esporte, fazerem sua iniciação. E isso chamou a atenção da Senadora Leila, porque foi ela que, inclusive, me perguntou sobre isso. Hoje, nove meses depois, nós temos 103 e temos uma previsão de chegar, ao final do ano, a 120. Esse programa foi objeto de uma reportagem, uma matéria da *Folha de S.Paulo* na semana passada.

Portanto, é um compromisso público do CPB continuar expandindo e ofertando para as pessoas com deficiência o acesso ao esporte, o ingresso no esporte, mas, para fazer isso, a gente precisa de recursos. Nós temos um planejamento de oito anos, um planejamento para dois ciclos. O planejamento de acesso ao CPB é estruturado dessa maneira. E nós acabamos de fazer esse planejamento estratégico pensando em...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO LOSINSKAS – ... e está lá na matéria da *Folha de S.Paulo,* em 2032, chegar a 550 centros de referência para todo o Brasil, porque um centro de referência em um grande polo, uma cidade maior, acaba atendendo aquelas cidades do entorno. Então, nós temos um cálculo de que, com 550 centros de referência, ou seja, com 10% dos municípios com centros de referência instalados, nós vamos atender 100% do Brasil com acesso ao esporte. Para isso, eu preciso de recursos. Para essas pessoas, as pessoas com deficiência, que não só pela questão do risco de ir para criminalidade, mas também pela estigmatização e pela falta de acesso ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esporte, que é inerentemente, infelizmente, aqui no Brasil, atribuído à pessoa com deficiência, precisamos de recursos, para que isso seja feito. E nós estamos num momento de expansão, buscando essa expansão com um programa para inserção, com um risco de redução. Portanto, finalizando aqui, agradecendo essa presença, queria reforçar que é ilógico enfraquecer o financiamento de quem atua na raiz de um problema, para tentar remediar esse problema depois.

Então, Sras. e Srs. Senadores, o esporte não é um gasto supérfluo, é um investimento estratégico em segurança, em cidadania e em desenvolvimento social. Manter esse financiamento é garantir que nós não vamos precisar gastar, eventualmente, o dobro amanhã na repressão.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Só fazendo uma correção, e eu gosto de fazer justiça: a PEC foi iniciativa do Governo Federal, mas a emenda dos 30% veio da Câmara, de um Deputado, e foi aprovada por aquela Casa. Eu preciso reforçar isso, porque eu, enquanto Senadora, a gente tem Deputados lá que defendem o esporte, e a gente não pode não dar o mérito do trabalho do Governo Federal em trazer novamente o Ministério do Esporte, de fazer o debate. Inclusive os acordos, com relação aos vetos, eu estou diretamente nesse fronte, então vai cair o veto da isenção dos equipamentos, porque isso está acordado com o Governo, e estamos debatendo hoje esses 30%, porque foi a emenda apresentada na Câmara dos Deputados e aprovada pelos Deputados, e chegou agora esse problema enorme para nós aqui do esporte.

É isso.

Desculpa, Paulo, só para reforçar isso, porque, por mais que seja iniciativa do Governo, e eu parabenizo, porque segurança pública é uma temática sensível e hoje está totalmente sendo prioritária para todas as brasileiras e brasileiros, nós sabemos que as Casas podem alterar os textos, então essa alteração do texto veio da Câmara, por isso nós estamos fazendo um debate aqui importante desses 30% das cotas fixas para o esporte, que estão saindo desse recurso.

Obrigada, Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra agora para o Sr. João Batista Carvalho e Silva, que é o Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP).

Seja muito bem-vindo.

O SR. JOÃO BATISTA CARVALHO E SILVA (Para expor.) – Muito bom dia a todas e a todos.

Queria aqui, em nome do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos, o mais novo integrante do Sistema Nacional do Desporto – somos filhos da pandemia, nascemos em 2020 – agradecer à Senadora Leila por esta iniciativa, parabenizá-la, para que a gente possa estar aqui discutindo esse assunto que nos afeta a todos.

Queria me associar aqui à Dra. Ana Paula e ao Paulo Losinskas em suas falas, porque o que afeta o Comitê Olímpico, o que afeta o Comitê Paralímpico, vai afetar também o CBC, o CBCP, o CBDS, o CBDU e toda essa cadeia que promove o esporte aqui no nosso país.

Quero dizer que o CBCP também manifesta todas essas preocupações em relação a essa perspectiva de retirada de recursos e também não nos colocamos contra recursos para a segurança pública. Eu vivo no Estado do Rio de Janeiro e sei o quanto isso impacta a vida das pessoas – a questão da criminalidade desenfreada –, roubando também crianças de suas famílias para o crime; mas, tirar do esporte, não é a solução.

Eu digo isso, assim, com bastante tranquilidade, porque, apesar de muito novo o CBCP, cinco anos – a gente recebe recursos oriundos de loterias desde 2022, nascemos em 2020, mas só em 2022 passamos a receber recursos lotéricos e depois recursos de apostas de quota fixa –, houve um crescimento exponencial do CBCP no cenário do esporte paralímpico nacional. Nós nascemos com 10 entidades e hoje somos 201. Estamos no quarto edital, promovendo e oportunizando possibilidade para que pessoas com deficiência da base, que não estão lá no alto rendimento, possam participar de competições em busca de sua própria inclusão social, porque o esporte, para as pessoas com deficiência e para todos, é uma ferramenta de inclusão excepcional.

Então, eu queria aqui dizer que a possibilidade de retirada, para além daquilo que já foi falado do nosso planejamento para o ciclo paralímpico – nós temos um planejamento para até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2028, para esse ciclo –, impacta diretamente nessa perspectiva de atendermos quem mais necessita, o garoto que está iniciando a sua atividade esportiva com a perspectiva de se incluir socialmente. O Edital nº 3, do CBCP, em seis meses, proporcionou que 3,7 mil atletas com deficiência pudessem participar das mais variadas competições aqui do nosso país, viajando em condições adequadas, se hospedando de maneira adequada. Então, eu venho aqui com a perspectiva de que nós possamos, o segmento do esporte, juntamente com o Senado, com o Poder Executivo, encontrar caminho para a segurança pública que não seja este, extraindo recursos do esporte.

A gente vive de sobressalto. Eu estou aqui, agora, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos, mas estou há 43 anos como militante do movimento das pessoas com deficiência, especialmente na área do esporte. Fui Presidente do Comitê Paralímpico, depois organizei aqui o voleibol e, agora, o CBCP, e nós, vira e mexe, somos pegos de surpresa com uma perspectiva de deixar de fazer aquilo que a gente planeja fazer por conta de uma questão que afeta a todos, mas também a nós.

Então, Senadora, eu não tenho mais muito o que dizer aqui. Associo-me à Dra. Ana Paula, ao Paulo e a todos que fazem o esporte acontecer aqui no nosso país. Quero dizer que nós estamos preocupados, mas também otimistas, porque nós temos aqui o Senado, através da senhora, preocupada com essa questão.

Queria deixar aqui uma outra questão: a PEC também vai afetar diretamente atletas com deficiência, porque ela também tributa em 28% materiais médicos. Por exemplo, atletas com lesão medular – há uma grande quantidade deles aqui no nosso país –, terão um impacto na sonda que devem utilizar para melhorarem as suas condições de saúde para poderem fazer o esporte. Então, eu acho que essa é uma grande preocupação e queria me colocar aqui também, como CBCP, à disposição para essa discussão, porque eu acho que a gente não pode, de maneira nenhuma, deixar que essa coisa possa prosperar e avançar.

Muito obrigado, Senadora, a todos aqui e aos companheiros aqui de mesa, e o CBCP está à disposição. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata pela participação, Sr. João Batista Silva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra agora para o Sr. Paulo Germano Maciel, que é o Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC).

O SR. PAULO GERMANO MACIEL (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora.

Muito obrigado por você estar fazendo isso aqui. Graças a Deus nós temos uma Senadora como a Leila para promover isso aqui. Graças a Deus! Está o nosso amigo ali, já confirmando que é uma verdade. Graças a Deus! A gente vê que em uma audiência dessa com uma pessoa que é envolvida com esporte, é fácil de a gente estar, é fácil de a gente conversar, é fácil de a gente entender o porquê.

O João foi muito feliz, o João, o Paulo e a Ana Terra também foram muito felizes nas suas palavras. E eu continuo dizendo que a segurança complementa... O esporte complementa a segurança pública. então, não tinha razão de ter uma emenda dessa na Câmara, João, para tirar dinheiro do esporte, exatamente daquele setor que pode ajudar muito a segurança nacional. A gente sabe que a segurança precisa de mais verba, claro que precisa, mas, todas as vezes que precisam de verba para algum lugar, estão indo no esporte.

Nós temos três problemas. Dia 28 estaremos juntos, de novo, graças à Senadora, numa audiência pública para cuidar da tributação que também ferrou o esporte. Nós temos aqui a diretora da Lei de Incentivo, a Carol, que está aqui com a gente também vendo essa situação, porque também vamos ter problema lá, João. E isso a gente vê no momento exato que o esporte está caminhando bem, em que o esporte está desenvolvendo no Brasil todo.

Nós temos hoje 2,2 mil clubes já em todo o Brasil, no CBC, Giovanni, que tem nos ajudado muito lá no Ministério dos Esportes, e a gente vê com tristeza isto, eu vejo com muita tristeza estar debatendo aqui uma situação que é tirar dinheiro do esporte, que é o setor que mais precisa hoje – é o setor que mais precisa. A gente viaja o Brasil todo – agora acabei de chegar de Teresina, de um fórum espetacular, a necessidade de ter o esporte ali – e vê lá no interior o pessoal querendo praticar o esporte. E a gente sabe que o esporte, além de trazer só benefícios, forma o cidadão também, né, João? A gente sofre muito.

Quando eu era Presidente do Tijuca, na década de 90, eu sofria muito com isso. Inclusive a Leila jogou alguns jogos lá no ginásio do Tijuca. Nós tínhamos só dois ginásios, que eram o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maracanãzinho e o Tijuca. Às vezes, a gente via aqueles clubes pedindo, pelo amor de Deus, para ter um jogo lá, para que os atletas de escolinha de base vissem aquela evolução, e a gente não tinha condição de fazer.

Hoje, nós disputamos... Inclusive, quero dar os parabéns aqui ao filho da Senadora Leila, que foi o melhor levantador do último CBI Sub-14 – não é, Leila? –, foi considerado o melhor Sub-16. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Sub-17.

O SR. PAULO GERMANO MACIEL – Sub-17. Parabéns a ele. Ele foi um nacional, participando o Brasil todo, entendeu? Ainda bem que você sentiu ali o que é o CBI e o que o CBC hoje vem fazendo.

Essa verba que aqui nós recebemos hoje das *bets* foi um trabalho violentíssimo nosso – né, João? –, uma dedicação muito grande. O Pinheiro – cadê o Pinheiro, do COB, que está aqui também? – viu o trabalho que a gente fazia, João, aquele trabalho louco, pedindo à Leila toda hora. A Leila já não aguentava nem ver a gente: "Leila, pelo amor de Deus, o percentual..". "Eu estou colocando e tal..." Ela nos ajudou muito.

Então, hoje, a gente sabe que o esporte está no caminho certo. Então, realmente é uma insanidade ver uma emenda como essa querendo tirar verba exatamente do esporte. E o esporte agora está evoluindo muito no Brasil. Nós seremos uma potência se a gente seguir como a gente está seguindo.

Eu vou deixar até, Leila, já com a exposição do Paulo, da Ana Terra e do João, que o Felipe... Felipe, você pode fazer uma apresentação? Eu vou pedir aqui... Eu até já combinei aqui de ele fazer uma apresentação mais jurídica, exatamente explicando tudo aqui para vocês, para não me prolongar muito, porque já foi dito tudo aqui que nós queríamos.

Eu quero, antes de tudo, agradecer...

Viu, Felipe? O Felipe é o nosso Diretor Jurídico aqui em Brasília. Então, ele vai fazer uma explanação. Você consegue fazer daí mesmo, Felipe?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUÍS FELIPE VASCONCELOS DE MELO CAVALCANTI – Consigo.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Paulo.

Bom dia, Felipe. É com você. Eu vou pedir à nossa mesa aqui...

O SR. LUÍS FELIPE VASCONCELOS DE MELO CAVALCANTI (Para expor.) – Autorizado? (*Pausa.*)

Obrigado.

Presidente, bom dia.

Eu queria cumprimentar a mesa. Eu não vou me estender aqui nos cumprimentos, porque o Presidente Paulo já fez isso.

Mas, fazendo um recorte jurídico do tema, nós estamos tratando basicamente da PEC 18, de 2025, do art. 139, só para a gente nominar o artigo que trata dessa discussão desses 30%.

Bem, o CBC, como líder do movimento clubístico, como o Presidente falou, com mais de 2 mil clubes aí, também subscreve a previsibilidade que o COB traz, a compensação desses recursos que o CPB traz e, mais do que isso, que o esporte também é segurança pública, o esporte também é segurança, com vários projetos sociais. Quadras e clubes são concorrentes de rua e tráfico – essa é a verdade. E, às vezes, a decisão mais fácil é tirar da prevenção para jogar na remediação, mas nem sempre é a decisão mais acertada. Eu tenho um menino em casa e tento ensinar isso a ele.

Infelizmente, às vezes, as soluções mais fáceis não são as melhores. E agora existe uma importante mudança de lógica. Por quê? Em verdade, está-se privilegiando *bet* em detrimento do esporte. Por quê? O texto constitucional do art. 139, se ele for aprovado, coloca o custeio da *bet* na frente de todos os repasses sociais. Então, na essência, o que é que se passa? Qual é a mensagem que se passa? O que é mais importante? O que é que desconta primeiro? Quem recebe primeiro? É a *bet*. Esse discurso, eu não sei se ele está alinhado com o discurso do Governo, tenho minhas dúvidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu vou além: além da redução dos 30% para o esporte, nós temos uma redução muito mais ampla desse problema. Qual é a redução mais ampla desse problema? Dentro daqueles 12% em que o esporte está ali atendido, também tem educação, a própria segurança pública, esportes, entidades esportivas, seguridade social, turismo e saúde. Não é só o esporte que está perdendo 30%. Isso é importante.

Bem, dito isso, eu não vou me alongar mais nos 30%, porque eu acho que já foi muito bem discutido, muito bem debatido, mas eu também tenho uma segunda preocupação jurídica: uma possível incompatibilidade normativa, considerando a nova metodologia de cálculo que está apresentada. Porque, hoje, na norma, como é que está posto? Prêmio... Desculpe, arrecadação, menos prêmio, menos imposto sobre o prêmio, igual GGR e dali divide. Por outro lado, como é que traz o texto constitucional? Arrecadação, menos prêmio, menos imposto sobre o prêmio, menos custeio de *bet*, dá o novo GGR, em tese. É uma compatibilidade normativa que a gente fica até com uma dificuldade de calcular. Eu não vou me alongar muito nesse tópico, porque eu acredito que a Fazenda depois vai se manifestar; então, vamos aguardar, mas me preocupa muito como é que essa conta vai ser feita e se é possível ser feita essa conta da forma como está posta.

Então, fazendo esse trabalho, se continuar dessa forma, o que é que a gente enxerga juridicamente? Que pode haver uma interpretação de que aqueles repasses previstos na lei de loterias, introduzidos ali pela 14.790, não conversam com a Constituição e que, portanto, perde-se a eficácia da norma. E aí os recursos ficariam suspensos até que fosse corrigido esse cenário. É um prognóstico drástico? Talvez, sim. Pode isso não acontecer? Pode, mas pode também acontecer. Então, eu acho que reduzir o esporte e todos esses setores sociais, de educação, segurança e saúde, que a gente aqui destacou, a uma interpretação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS FELIPE VASCONCELOS DE MELO CAVALCANTI – ... a uma possibilidade de interpretação normativa, por um lado ou por outro, eu acho que é a insegurança jurídica que o esporte sempre tentou combater. E aí nós podemos cair no mesmo erro da MP 841, no mesmo erro de dezenas de vetos ali na Lei Geral do Esporte e aí sucessivamente. Então, enquanto o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esporte sempre está em busca da segurança jurídica, nós estamos sendo agraciados com mais um movimento de insegurança jurídica.

Bem, a gente não discute que a segurança pública é muito importante no país, sobre isso não tem dúvida. Deve ser um setor, sim, observado. A gente sabe que as pesquisas mostram que segurança pública é um dos setores que mais preocupam a sociedade hoje, mas ninguém pode esquecer que o esporte também é segurança. E essa solução que foi dada pela Câmara, lá atrás, já foi rechaçada aqui pelo Plenário, por esta Casa, por este Senado. Quando foi feita uma proposta de reduzir os percentuais sociais com esses recursos das *bets*, a solução que foi encontrada foi outra, pela Casa, e não reduzir esses recursos sociais, mas sim reduzir os recursos que eram repassados lá às *bets*. Se essa vai ser a solução novamente, a gente não sabe, mas eu acho que não pode é o esporte perder mais uma vez e acumular esses sérios problemas que a gente vem acumulando ao longo do tempo.

Bem, Senadora, eram essas as ponderações que eu gostaria de fazer.

O SR. PAULO GERMANO MACIEL – Senadora, eu queria agradecer ao Felipe... agradecer a você, mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Felipe.

O SR. PAULO GERMANO MACIEL – Realmente, eu estava preocupado com essa exposição, estava falando até com o Panzetti – obrigado aí, Panzetti – sobre isso, e eu tenho certeza de que o trabalho que você está desenvolvendo e a preocupação sua com o esporte, eu tenho certeza de que vai chegar a um denominador comum isso aí. Eu confio muito em você.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada. Obrigada, Paulo! (*Palmas.*)

Bom, quero registrar a presença... Primeiro, agradecer aos nossos expositores da primeira mesa e agradecer a presença aqui da nossa Senadora Roberta Acioly, que é a nova integrante aqui da nossa Bancada Feminina e também membro desta Comissão. Ela é Senadora pelo Estado de Roraima e suplente também do nosso querido Senador Mecias de Jesus, que agora está assumindo o Tribunal de Contas lá do estado. Seja muito bem-vinda, Roberta! Vai só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

engrandecer o nosso trabalho, não só no Senado, mas na nossa bancada. Gente, por favor, uma salva de palmas. Tenho certeza de que vai fazer um belo trabalho aqui. (*Palmas.*)

Quer fazer o uso da palavra, Roberta? Fique à vontade. (*Pausa.*)

Não.

Seja bem-vinda!

Gente, eu gostaria só... Antes de concluir essa primeira mesa, eu tenho uma curiosidade de saber... E eu quero até agradecer à minha equipe, porque vocês falaram muito da questão dos cortes dos recursos. Mas, assim, qual é a proporção? Eu queria fazer uma pergunta: qual que é a proporção dos recursos provenientes das *bets* no orçamento total? Se vocês têm, para nós, esse número, em termos de percentual do CBC, CBCP, COB e CPB. Vocês têm uma ideia? Só para a gente ter noção desse impacto? Eu queria passar para a Ana Terra primeiro.

A SRA. ANA PAULA TERRA – Difícil até pensar isso, se hoje a gente tem até uma previsão de arrecadação, mas a gente, por fim, nenhum de nós sabe, afinal, quanto é o GGR, né? Quanto foi formado e qual é o percentual dele em relação às loterias, Senadora. Então, isso dificulta, né? O Paulo falou algo em torno de 20?

O SR. PAULO LOSINSKAS – No CPB, o que nós... O que efetivamente foi repassado... Porque existe também uma segunda discussão, um pano de fundo aqui, talvez não colocado, que é este controle e a certeza de que o que nós recebemos está correto, porque é um percentual relacionado ao GGR. Como nós não temos acesso ao GGR das entidades e recebemos literalmente... A gente gosta de falar literalmente... Cai um Pix na conta lá. Especialmente, nós temos o Escritório Nacional de Rateio, que congrega 40, cerca de 35 a 40 *bets*, das quais hoje quase 90 autorizadas. Dessas 40, cai um Pix só, um... Então, eu não sei se todas elas estão pagando o percentual correto, se está vindo, como está vindo e tal.

O que efetivamente caiu na conta, entre 1º de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025, representou 20% da receita do CPB no ano passado, em 2025, em que nós fechamos as contas.

O SR. PAULO GERMANO MACIEL – Senadora, e a gente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Paulo, obrigada, Ana.

O SR. PAULO GERMANO MACIEL – Senadora, desculpe, a gente não está usando essa verba ainda porque ainda não foi regulamentada. Essa verba ainda está... Agora é que a gente, o Conselho Nacional dos Comitês Esportivos, se reuniu e decidiu usar essa verba, agora, porque até agora não se entendeu qual a origem da verba, se é pública ou se é privada ou se é só de loteria, entendeu? Isso é bom reforçar...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Isso é pauta para outra audiência...

O SR. PAULO GERMANO MACIEL – É outra audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – ... que nós vamos fazer com certeza, nós vamos provocar.

O SR. PAULO GERMANO MACIEL – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Mas, enfim, gira em torno disso, de 20%, de 15% a 20%.

O SR. PAULO LOSINSKAS – Como o percentual que cada entidade recebe tem diferenças, então a participação pode dar diferença, mas está perto disso. Algumas chegam a 25%, então tem aquelas entidades que recebem menos de loteria, onde esse recurso ainda é mais sensível e mais necessário.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Querendo ou não, é um impacto expressivo, de fato, no orçamento.

O SR. PAULO GERMANO MACIEL – Um quarto, seria um quarto, mais ou menos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO BATISTA CARVALHO E SILVA – Aí já há uma questão a ser discutida também, porque para nós lá, para o CBCP, o CBCP, tanto de loterias quanto de aposta fixa, é o que menos recebe percentualmente, mas a aposta fixa significou para nós, em 2025,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproximadamente 80% dos recursos recebidos de loterias. Então, é fundamental que a gente faça essa discussão aqui, porque é a sobrevivência dos clubes paralímpicos no nosso país.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Bom, quero agradecer a essa primeira mesa. Por favor, gente, uma salva de palmas aos nossos primeiros expositores, Ana Paula Terra, Paulo Losinskas, João Batista e Paulo Germano Maciel. (*Palmas.*)

Muito obrigada a vocês, que estiveram conosco nessa primeira mesa. Obrigada. (*Pausa.*)

Bom, eu agradeço a participação dos convidados que compuseram conosco a primeira mesa e solicito que se acomodem na primeira fileira de cadeiras, primeira e segunda, do plenário, a fim de permitir a composição da nossa segunda mesa da nossa audiência pública pelos demais convidados.

Eu convido agora para tomar assento à mesa os seguintes convidados: Sr. Giovanni Neto, Secretário Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte; o Sr. Leandro Lucchesi, que é Coordenador-Geral de repasses da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda; o Sr. Eduardo Oliveira Manso, Diretor substituto da Diretoria de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Gente, por favor, uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Quero agradecer a disponibilidade dos representantes do Governo Federal neste debate conosco aqui no Senado e com as entidades que compõem o nosso sistema esportivo nacional.

Vou pedir a atenção dos representantes das entidades e de todos que acompanham porque agora é a fala do Governo, que eu acho que é muito importante nesse processo para este debate. Lembro que, na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, mas, por favor, fiquem à vontade.

Eu vou passar a palavra agora para o Sr. Leandro Lucchesi, que é o Coordenador-Geral de repasses da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

Seja muito bem-vindo, Sr. Leandro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEANDRO LUCCHESI (Para expor.) – Bom dia, Senadora Leila. A Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda agradece o convite. Eu, especialmente, me sinto muito honrado aqui, do lado de uma medalhista, não podia deixar de tietar aqui.

Bom, vou falar um pouco sobre as apostas de cota fixa, porque, eventualmente, chego a um público que desconhece as tecnicidades dessa atividade. As *bets*, como são conhecidas as apostas de cota fixa, são uma modalidade lotérica, assim como são a Mega-Sena, a raspadinha e outros produtos lotéricos que são explorados pela Caixa. Essa modalidade lotérica é explorada por uma forma de autorização dada à iniciativa privada. Hoje são um pouco mais de 80 – esse número vai crescendo, acaba que eu parei no 80, deve ser 85, por aí – empresas, que exploram mais de 180 marcas de *bets*. Não só a União explora essa atividade, os estados também exploram. Que eu tenha conhecimento, a gente não fiscaliza as ações dos estados, esse tipo de serviço público de loteria dos estados, mas que eu tenha conhecimento são Paraná, Rio de Janeiro, Paraíba, que têm atividade de aposta de cota fixa. Alguns estados estão licitando essas atividades nos últimos meses. Eu confesso que não sei qual é a destinação da arrecadação dos operadores estaduais.

O que é possível explorar? A Lei 14.790 especifica que os agentes operadores de aposta de cota fixa podem explorar, podem colocar como objeto de aposta eventos reais de temática esportiva e eventos virtuais de jogo *online*. Então, fazendo um parêntese, se alguém disser que as *bets* estão criando apostas de eleição, de guerra, de ganhador de atividades culturais como o Oscar, por exemplo, não são as *bets* autorizadas pelo Governo Federal; podem ser operadores ilegais, pura e simplesmente, ou pode ser um novo mercado de previsão. As *bets* autorizadas pelo Governo não podem fazer isso. E a gente, quando fica sabendo que elas estão fazendo, notifica imediatamente e pede para tirar esse tipo de mercado da oferta deles.

A temática esportiva responde... Embora a temática esportiva seja a mais visível do ponto de vista publicitário, com os patrocínios e as propagandas que são feitas, ela responde por um percentual menor da arrecadação em relação aos jogos *online*. A arrecadação, a destinação é independente de quem arrecada. Na verdade, a arrecadação é a arrecadação total, a destinação, a contrapartida social é sobre a arrecadação total.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No ano passado, 2025 – temos já um balanço de 2025 –, temos o registro de 25 milhões de CPFs que se cadastraram em alguma das *bets* autorizadas pela União, o que corresponderia, mais ou menos, a 15% da população adulta brasileira. É um percentual mais alto, mais elevado do que o que se estima que aporte nas modalidades lotéricas exploradas pela Caixa, que não chega a 10%, segundo as estimativas, mas é ainda um número menor do que em outros países. E esse percentual tende a crescer não só à medida que a gente consiga combater o mercado ilegal de *bets*, mas também a aderência da população ao tipo de modalidade lotérica. Sobre o perfil do apostador, 70% são homens, e 90% deles estão entre 24 e 50 anos de idade.

A diferença... Como eu falei, são todas as modalidades lotéricas. A diferença da aposta de cota fixa para as demais é que, como o colega Felipe, do Comitê de Clubes mencionou, a aposta de cota fixa é a única em que a destinação é calculada numa base de cálculo extraída do prêmio, da premiação; para todas as demais modalidades lotéricas, a destinação é calculada com base na arrecadação total. Essa é uma forma, na verdade, de garantir uma competitividade desse tipo de modalidade lotérica, principalmente frente ao mercado ilegal, porque a premiação do mercado ilegal, por definição, é inclusive maior do que a das operadoras autorizadas. Por lei, por norma, por regulamento, aliás, 85% da arrecadação das *bets* retornam como prêmio. Então, tem esse mínimo de 85%, mas, na verdade, se pratica um percentual acima disso, acima de 90%. No mercado ilegal, o percentual é ainda superior, inclusive com bônus, muito mais bônus.

Então, eu entendo a intenção de alterar a ordem da cobrança do percentual, mas isso pode ser contraprodutivo. Inclusive, uma das queixas, digamos assim, da Caixa Loterias é essa. Eles operam de outra forma, ou seja, as destinações são cobradas sobre a arrecadação total, o que faz com que o prêmio seja baixo, mais baixo. E aí, inevitavelmente, há uma demanda menor pelo produto, tanto que, quando eles conseguem agrupar a arrecadação para os prêmios especiais, há uma demanda muito maior, uma explosão de demanda. Tendo em vista, inclusive, a entrada em operação das loterias estaduais – eu confesso que não sei direito como que eles operam –, eu acredito que a concorrência entre *bets* federais e Caixa pode ser até menor do que a concorrência entre as lotéricas estaduais e as lotéricas da Caixa. Está na pauta da agenda regulatória do Ministério da Fazenda uma revisão, dentro do marco legal, evidentemente, da regulamentação das loterias tradicionais da Caixa, para evitar o que o senhor tinha mencionado, essa estagnação, digamos, de arrecadação das loterias da Caixa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O percentual das destinações sociais, hoje 15%, dos quais 3% são repassados hoje para o Funapol, e 12% divididos para uma série de beneficiários. Os que hoje são mais contemplados são esporte, turismo, educação, seguridade social e segurança pública também, inclusive. O Fundo Nacional de Segurança Pública recebe 12,6% dos 12%.

Isto aqui eu já tinha falado.

O panorama do Ministério da Fazenda, do ano passado, informa aqui que tem R$1,6 bilhão para o esporte. O GGR global do ano passado – acho que eu não comentei – ficou próximo a R$37 bilhões. Tendo em vista esses 12%, dos quais 36% são destinados ao esporte, redundou em R$1,6 bilhões para o esporte, R$1,2 bilhões para o turismo, R$600 milhões para a segurança pública e seguridade social. Evidentemente, a gente leu a PEC aprovada na Câmara. A gente teve uma dificuldade de saber como que nós vamos aplicar, como que vão ser esses 30%. Eu acho que é possível; é um pouco mais complicado do que atualmente, mas é possível. Vai ficar mais confuso, mas é possível enxergar um número.

O que não está claro na PEC é o seguinte: ela diz que 30% serão destinados – gradativamente: 10%, 20%, 30% – serão destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública. O Fundo Nacional de Segurança Pública já é beneficiário, hoje, de 12,6%, se não me engano – já são beneficiários, o fundo já é beneficiário.

Por exemplo, a Lei Complementar 224, quando incluiu 3% a mais na destinação social, disse que esses 3% a mais que, na época, eram destinados à seguridade social, não excluíam a previsão dos 10% para a seguridade social, que já existia.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Já existia.

O SR. LEANDRO LUCCHESI – Da mesma forma, a medida provisória, que acabou de ser publicada, que alterou a destinação desses 3% da seguridade para o Funapol...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO LUCCHESI – ... também fala que a destinação do *caput* lá não exclui a do inciso, e a PEC não diz isso. A gente, eventualmente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Vício de origem, né?

O SR. LEANDRO LUCCHESI – Exatamente, não saberíamos se esses 30% já levem em consideração os 12,6%, que já estão previstos, ou não; ou seja, 30% mais os 12,6%.

O SR. PAULO GERMANO MACIEL – Já seria a verba, então?

O SR. LEANDRO LUCCHESI – Perdão?

O SR. PAULO GERMANO MACIEL (*Fora do microfone*.) – Seria a verba, no caso?

O SR. LEANDRO LUCCHESI – Sim, se esses 12% já estariam dentro dos 30% ou se seria um valor a mais. Isso não está claro, de forma alguma.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Vamos aguardar então, eu acho que passando aqui... Nós estamos falando de uma PEC, e PEC tem algo mais complexo, porque não tem vetos, não tem... Passa aqui e já vai para a sanção daqui mesmo. Então realmente a gente vai ter um grande desafio, após todo esse processo, talvez de uma grande repactuação. Enfim, a gente vai ouvir os representantes aqui do Governo, mas a gente vai ter que fazer uma avaliação sobre os impactos disso e os vícios, os vícios que estão na própria PEC – aí eu vou ter que deixar para os advogados aqui, para a Consultoria da Casa –, assim, que trazem grandes problemas em termos de interpretação, porque já bate de frente com outras legislações que a gente já tem aqui na Casa. Enfim, bem conflitante. Há conflito, exatamente. Está bem conflitante.

Bom, você concluiu, Leandro? Desculpa.

O SR. LEANDRO LUCCHESI – Eu queria complementar aqui, porque eu passei pelo mercado ilegal, na verdade, assim, vamos chamar aqui, 80% do trabalho da secretaria hoje é fazer com que, na verdade, a maior parte dos consumidores desse tipo de serviço esteja dentro do mercado regulado. Então a gente tem uma série de iniciativas, iniciativas do ponto de vista cibernético, derrubando *sites*, são quase 30 mil *sites* derrubados em um ano e seis meses, ou seja, 2 mil *sites* mais ou menos por mês. Tem uma parte financeira que é identificar as contas onde estão sendo depositados, transacionados esses recursos das *bets* ilegais hoje no Brasil e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bloquear essas contas. Tanto a Lei Complementar 224 quanto o Marco Legal de Combate ao Crime Organizado trouxeram novas ferramentas, novos instrumentos que vão reforçar esse tipo de atividade de combate ao mercado ilegal, derrubar a publicidade dos operadores ilegais que existem ainda. Também a lei complementar e o marco legal de combate nos dão mais ferramentas para isso.

E, por último, é preciso regulamentar o serviço dos fornecedores das *bets* que hoje estão no Brasil e todas que venham para o Brasil, e que esses fornecedores sejam proibidos de oferecer os serviços deles para o mercado ilegal, porque hoje não há uma proibição clara sobre isso. Quer dizer, também o marco legal recentemente criou esse tipo de infração. Então são essas quatro frentes de combate ao mercado ilegal. A lógica é assim: você escolhe... Não se pode acender uma vela para Deus e para o Diabo. Então o fornecedor vai ter que escolher se ele vai fornecer para o mercado ilegal ou se ele vai ser perseguido no mercado ilegal.

Então, a estimativa... Eu falei outro dia desse número na Câmara, existem estimativas do mercado ilegal brasileiro. Uma, na verdade, é do Instituto Locomotiva que foi, salvo engano, encomendada pelas próprias associações dos operadores, porque eles têm todo o interesse em saber qual é o tamanho do mercado ilegal, mas é uma estimativa de janeiro ou fevereiro de 2025, que fala em 50% – 50% ilegal.

No início deste ano, em janeiro de 2026, uma consultoria bem reconhecida, lá em Barcelona, num evento – na verdade, é uma consultoria que só faz isso, só levanta dados de empresas de jogos no mundo inteiro –, chegou a uma estimativa diferente de 70%. E a tendência é de que, com essas ferramentas e com o trabalho do Governo e de todo mundo, inclusive dos operadores, esse número ilegal vá sendo diminuído e, com isso, a base da arrecadação de tudo isso que a gente está falando aumente. E é um sinal, na verdade, eu quero dizer, de que a regulação funciona.

É isso que eu quero dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Leandro Lucchesi, que é Coordenador-Geral de Repasse da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra agora...

Pode ligar o ar aí para nós. Vou pedir para os nossos expositores aumentarem um pouquinho o tom da voz, porque sem ar não dá aqui dentro, não é, gente?

Então, eu vou passar a palavra para o Sr. Eduardo de Oliveira Manso, que é o Diretor Substituto da Diretoria de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Seja muito bem-vindo, Dr. Eduardo.

O SR. EDUARDO DE OLIVEIRA MANSO (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Leila, muito obrigado pela oportunidade. Na pessoa de V. Exa., eu cumprimento todos os demais integrantes da mesa, demais Parlamentares presentes e demais participantes aqui da audiência pública, que eu acho de extrema relevância.

Todos sabemos que as pautas da segurança pública e do esporte não são concorrentes, elas são complementares. É muito bom que fique claro que, do ponto de vista do Ministério da Justiça e Segurança Pública, especialmente da diretoria do Fundo Nacional de Segurança Pública, que é quem gerencia os recursos oriundos das apostas de cota fixa destinadas ao fundo, a gente não tem a percepção de que são políticas excludentes, muito pelo contrário. A gente acha – acha não, tem certeza – que o esporte é uma prática relevante na sociedade e que inibe o crime ali no seu início.

E a gente ressalta a importância, reconhece todo o trabalho da Senadora Leila, que não só é uma esportista, sempre viveu o esporte, como também uma apoiadora da segurança pública e profunda conhecedora do tema, porque nós a vemos em todas as pautas relacionadas ao tema.

Então, para ficar muito claro, é importante aqui dizer que a gente não quer de forma alguma prejudicar o esporte. Esses 30% foram inseridos por meio de uma emenda. É natural que nós tenhamos interesse no aumento de verbas para a segurança pública, assim como todas as entidades desportivas também têm interesse na manutenção, num possível aumento de verbas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante destacar que o Governo Federal vem criando mecanismos extremamente relevantes para poder aumentar a arrecadação aí. Como o Leandro bem falou, nós hoje temos mecanismos na Lei Antifacção e em outras legislações que vão nos permitir fazer toda uma fiscalização mais aprimorada para aumentar sobremaneira essa arrecadação. A Fazenda, aqui, é a competente para poder falar acerca da arrecadação, mas é importante destacar que os órgãos de segurança pública vão combater duramente todo e qualquer ilícito relacionado à prática de apostas ilegais. Então, nesse contexto, a gente prevê que haja um aumento significativo da arrecadação.

E o que nós vemos na PEC também é um texto que prevê uma mudança gradativa de percentuais para que isso não aconteça de maneira abrupta.

Obviamente, o Senado Federal, com toda a competência que tem, vai discutir profundamente o tema e acho que vai achar uma solução muito razoável para tudo isso. Vai conseguir equacionar ambas as políticas.

E agora eu vou falar um pouquinho para vocês do que tem sido feito com parte desse recurso que nós arrecadamos lá, pelo Fundo Nacional de Segurança Pública, porque é importante destacar aqui também a importância dele e a relevância na sociedade. Nós recebemos, como maior fonte de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, as receitas de loterias. Elas representam hoje 95% de toda a nossa arrecadação para destinar para a segurança pública de todo o país. E que fique claro que o Fundo Nacional de Segurança Pública hoje é o maior instrumento de financiamento das políticas de segurança pública no país. Por quê? Porque muitos estados têm recursos para custeio e praticamente esgotam todos os recursos de segurança pública em folha de pagamento e combustível, manutenção de viaturas. Praticamente não investem nada em novas delegacias para atendimento das mulheres, quartéis, equipamentos para os policiais, equipamentos para os corpos de bombeiros militares. E aí é onde entra o fundo.

O Fundo Nacional de Segurança Pública, para os senhores terem ideia, dispõe de apenas R$1,083 bilhão este ano para repasse de transferência obrigatória de receitas de loterias para todos os estados da Federação e Distrito Federal. Então, há uma política de rateio, disciplinada por portaria, seguindo os critérios legais, para que a gente faça essa distribuição desses valores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para todas as unidades federativas. A parte que fica conosco no Fundo Nacional de Segurança Pública custeia todas as operações coordenadas pela nossa Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência, as operações da Força Nacional de Segurança Pública e toda a integração policial com as forças federais e estaduais.

Então, vejam: com o valor que a gente passa, que é cerca de R$1,083 bilhão este ano, se não houver excesso de arrecadação, para que possamos fazer uma suplementação, a gente tem que ratear isso para 27 estados. Muitos estados dependem quase que exclusivamente desse valor para poder fazer investimento em sua estrutura de segurança pública, ao passo que gastam quase tudo com folha de pagamento.

Nós temos também a parte que fica de administração direta do fundo, que representa hoje pouco mais de R$900 milhões. Com esses R$900 milhões, a gente tem que comprar equipamentos para equipar aqueles estados mais carentes, lançamos editais para poder gerenciar a segurança pública de forma coordenada. Exemplo: a gente faz aqui o custeio das câmeras corporais no sistema de segurança pública para que se dê mais segurança jurídica para os profissionais de segurança pública e também para a sociedade, para evitar quaisquer tipos de abuso e para garantir que a segurança pública seja aplicada da forma correta, dentro da legislação e dentro dos preceitos de segurança cidadã que o Governo tanto prega.

Nós temos também a aquisição de vários equipamentos de menor potencial ofensivo para diminuir a letalidade. O Governo Federal vem se preocupando cada vez mais com isso. Nós temos também o pagamento de licenças para poder equipar os órgãos de segurança pública com equipamentos de extração de dados de mídias, porque o crime organizado avança cada vez mais e a gente tem muita prova dentro dos equipamentos que contêm mídias digitais. A gente sabe da relevância disso. Então, existem hoje vários laboratórios de combate ao crime organizado que se utilizam do pagamento dessas licenças feitas pelo Ministério da Justiça por meio do fundo.

Nós temos também vários equipamentos periciais em todos os estados que garantem que vários crimes sejam elucidados da forma correta, evitando que suspeitos inocentes sejam presos, sejam encarcerados e garantindo a efetiva prestação da Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, nós temos também o efetivo combate à violência contra as mulheres. O Fundo Nacional de Segurança Pública não se limita a fazer apenas um investimento em suas políticas diretas, mas, sim, em todas as políticas transversais. E aí nós falamos de idosos, de crianças, de mulheres...

E uma das políticas mais relevantes que nós temos hoje é a construção da Casa da Mulher Brasileira, que é feita por meio de uma descentralização que o Ministério da Justiça faz para o Ministério das Mulheres. Então, para vocês terem ideia, nós temos mais de R$300 milhões a serem investidos aí só na construção de Casas da Mulher Brasileira, uma política do Governo Federal dentro do Pronasci.

Nós temos outros 30 centros comunitários pela paz, que nós chamamos de Convive, sendo construídos em 30 municípios do Brasil, que vão garantir que o Estado esteja presente naquelas comunidades mais carentes, que tiveram avaliação com altos índices de criminalidade, onde serão oferecidos diversos serviços, entre eles até esporte também, porque o Governo Federal, por meio da Justiça, está preocupado com as questões sociais, não somente com a repressão propriamente dita, e, sim, com a prevenção. Tão relevante quanto o esporte é a prevenção por meio de mecanismos de presença de vários atores do Estado, de várias agências, sejam elas de defesa da mulher, de atendimento psicossocial daquelas crianças carentes e que são vítimas de violência, idosos que são vítimas de violência, às vezes dentro de suas próprias residências.

Então, entendam, nós estamos criando um complexo de atividades que são voltadas para o fortalecimento da segurança pública, e isso vai culminar também com a possibilidade de que crianças, adolescentes e até adultos pratiquem esporte nas quadras previstas ali dentro daquelas comunidades carentes, garantindo que a gente tenha uma política pública consistente, que não seja unicamente de repressão, e, sim, de prevenção.

Então eu queria deixar para vocês aqui a mensagem de que o Governo Federal não indicou qual era a fonte de recursos, não que ela não seja importante, para nós ela é muito importante...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO DE OLIVEIRA MANSO – ... ela é relevante e nós precisamos chegar a um equacionamento para que o esporte não seja prejudicado, para que as ações de segurança pública sejam fortalecidas.

E uma coisa eu posso garantir aos senhores: pelo Ministério da Justiça, nós faremos todo o acompanhamento e a repressão de quaisquer ilícitos relacionados à prática de apostas. Assim como o Leandro bem elencou, a nossa ideia é aumentar sobremaneira essa arrecadação para que nenhuma das entidades hoje dependentes desse recurso seja prejudicada. Entendam que o complexo de políticas públicas, seja esporte, seja saúde, seja educação, tem uma inter-relação total para que nós consigamos alcançar o êxito do Governo Federal na implementação dessas políticas públicas.

Por fim, é importante aqui mencionar que o Governo Federal, por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública, vem desenvolvendo um trabalho espetacular junto aos estados para a execução desses recursos que são transferidos via fundo a fundo.

Como eu disse anteriormente, 50% desses recursos são destinados diretamente para os estados. Houve, em tempos atrás, uma inexecução por parte dos estados, esse cenário é passado. Hoje nós temos uma execução pujante, que cada ano aumenta. A gente tem batido vários recordes, especialmente a partir do ano de 2024, com execução maior que 60% de todos os recursos transferidos desde a implementação dessa transferência fundo a fundo, que sobreveio por conta da Lei nº 13.756, que regulamentou a questão da divisão dos recursos de loterias. O Governo Federal vem buscando, gente, um equacionamento, e queremos mesmo que haja uma discussão ampla aqui nesta Casa. Tenho certeza de que chegaremos a um resultado positivo para todos, para que não haja qualquer tipo de prejuízo à política do esporte e para que também consigamos fortalecer a segurança pública.

Eu aproveito aqui para agradecer a oportunidade à Senadora Leila, a todos os presentes, e não dá para delongar mais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Eduardo Manso, que é o Diretor substituto da Diretoria de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Grata pela fala.

Agora eu vou passar a palavra para o Sr. Giovanni Neto, que é o Secretário Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte, a Snaede, do Ministério do Esporte.

Seja bem-vindo, Dr. Giovanni!

O SR. GIOVANNI ROCCO NETO (Para expor.) – Primeiro, bom dia a todos.

Eu quero agradecer à Senadora Leila pelo convite para estar aqui nesta Comissão, nesta importante Comissão. É a primeira vez que eu estou aqui, então estou muito grato, muito feliz por poder contribuir de alguma forma para o debate.

Cumprimento todos os membros da Comissão, as lideranças do esporte nacional aqui presentes, o CPB, o COB, o amigo Paulo, do CBC, o CBCP, que são parceiros fundamentais na construção da cidadania brasileira.

O intuito aqui é colaborar com o debate sobre a nova arquitetura que foi dada para a PEC 18 e seus reflexos no setor esportivo. A nossa contribuição se fundamenta na responsabilidade da nossa secretaria, que é a Secretaria Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte, de monitorar a sustentabilidade econômica desse ecossistema, especialmente no que tange às fontes de fomento estabelecidas pela Lei 14.790, de 2023.

É fundamental que preservemos a continuidade das políticas de inclusão – e foi muito importante ouvir as entidades falarem aqui do papel que elas exercem com esse recurso –, assegurando que o esporte permaneça como pilar central para o desenvolvimento social e humano do país.

É importante registrar que essa proposta busca conferir *status* constitucional ao Sistema Único de Segurança Pública, iniciativa original que veio do Governo, e dar amparo jurídico à coordenação do sistema pela União, garantindo a integração de dados e eficiência operacional, consolidando as diretrizes já estabelecidas no Plano Nacional de Segurança Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com o avanço do debate lá na Câmara, a redação final incorporou uma emenda com nova estrutura de financiamento ao ADCT, destinando 30% da arrecadação líquida das apostas para o Fundo Nacional de Segurança. Reconhecemos a legitimidade do fortalecimento da segurança pública, mas entendemos ser necessário harmonizar essa nova fonte de receita com o ecossistema já constituído pela legislação anterior.

E aqui eu faço uma defesa do esporte como eixo de defesa social, um dos pontos mais inovadores do texto da atual inserção do conceito da defesa social na Constituição, e, na condição de Secretário Nacional, afirmo: não existe defesa social eficaz sem o esporte. Então, é importante deixar clara aqui essa posição do Ministério do Esporte, do nosso Ministro Paulo Henrique e da nossa Secretaria Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte.

Como já foi dito aqui, o esporte hoje é reconhecido como uma política pública tão essencial quanto a educação e a saúde. A Senadora Leila é um exemplo disso aqui para nós, um orgulho nosso para o nosso país.

Dados da Unesco apontam que, em locais que existem programas de apoio ao esporte para crianças e adolescentes, observa-se uma queda de 30% na criminalidade. O esporte é uma das ferramentas de prevenção primária mais eficientes do Estado. Onde chega a um projeto esportivo de base, a vulnerabilidade juvenil diminui e a influência da criminalidade recua. Além disso, não podemos esquecer que o esporte é um direito garantido pelo Estatuto da Criança e da Adolescente. Portanto, o esporte não deve ser visto como um concorrente da segurança pública. Eu acho que o tema principal é esse, a gente não é concorrente, a posição do Governo é essa. O texto inicial da PEC não foi esse; ele não é concorrente, mas é um braço preventivo estratégico e uma obrigação de proteção integral do Estado.

E aqui, olhando para o impacto orçamentário, quando foram instituídos esses 30% num corte linear, eu acredito que foi uma solução simples para um problema complexo, e não tem solução simples para um problema complexo. O problema da segurança pública no Brasil é complexo, e a gente não vai resolver tirando de outras ações que são importantes do Estado. E já foi dito aqui por mim que a gente não é concorrente e todo mundo... Acredito que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consenso e eu acredito até que quem pensou essa emenda não pensou na consequência dela, na eficácia de como estavam sendo distribuídos os recursos.

Dito tudo isso, Senadora, e sendo bem objetivo aqui – quem me conhece um pouco já sabe qual é o meu perfil é ser pragmático e objetivo nas ações –, eu gosto muito do que você falou no seu discurso inicial, que a política tem que ser pautada por equilíbrio e diálogo. Então, pode ter sido pensado no equilíbrio, mas não teve diálogo, para pensar na consequência de instituir esse corte linear para buscar uma receita para um problema grave, que é a segurança pública no Brasil. Isso também é consenso para todo mundo.

Tem alguns pontos que é importante aqui ressaltar. Eu falo isso em todo lugar que eu vou, Senador, que as casas de apostas se utilizaram do esporte brasileiro para entrar na vida das pessoas, e tem que ter uma contrapartida em relação a isso. E a gente não pode se furtar de falar que vai acabar com as apostas, seja aqui ou em qualquer lugar do mundo. O que a gente precisa fazer é o que o colega Eduardo, do Ministério da Justiça, bem colocou, fazer o enfrentamento ao mercado ilegal, trazer para a legalidade e tratar o problema, que se tornou um problema de saúde pública, porque o Governo anterior não regulamentou no tempo correto. Se isso tivesse sido regulamentado no tempo correto... Pensando lá atrás, quando foram criadas as apostas de cotas fixas no Brasil, foi uma lei de 2018, sancionada pelo Presidente Michel Temer, que criava só aposta esportiva. Ela não criava o cassino *online*, ela não autorizava o cassino *online*. Era só aposta de cota fixa de cunho esportivo.

E ela foi criada lá atrás para gerar receita... Era uma atividade econômica que já atuava no país, sem proteção da integridade esportiva, e isso é uma agenda que está na minha responsabilidade, Senadora – e eu tenho muito orgulho aqui e um agradecimento especial a toda a minha equipe e um trabalho conjunto que nós construímos com o Ministério da Justiça e com o Ministério da Fazenda, que são os três ministérios aqui representados nesta mesa, aqui no Senado Federal –, nós criamos a política nacional de combate à manipulação de resultados, que era para ter sido criada na regulamentação lá atrás quando foram autorizadas as apostas esportivas no Brasil. Quando a gente volta e começa a olhar para o enfrentamento que é todo esse problema no Brasil, é porque não foi tomada atitude lá atrás e ninguém fala disso, ninguém fala disso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feito esse parêntese, o que é importante ressaltar? A origem de como foram criadas as apostas no Brasil, o que ela representa e o papel do esporte nesse contexto. Então, a Lei 13.756, lá de 2018, pega e cria uma repartição do recurso que vai ser arrecadado, do GGR, que é o que arrecadou de aposta e pagou de prêmio. Vamos lá, o que a gente tem lá? Temos 10% para a educação; 13,60% para a segurança pública. Desses 13,60%, 12,60% vão para o Fundo Nacional de Segurança Pública, mais 1% vai para o Sisfron; esporte, 36%, mas aí tem um detalhamento, para o ministério vai 22%, um recurso que no ano passado, Senadora, ficou contingenciado, não chegou à ponta – não chegou à ponta –, por questão orçamentária. Então, você tem essa diferença; e é importante o trabalho de vocês, a gente ressalta isso, e aqui eu estou fazendo uma defesa disso. Aí a gente tem 28% para o turismo; desses 28%, 5,60% vão para a Embratur, 22,40% vão para o Ministério do Turismo; Ministério da Saúde, só 1%.

Então, a gente tem um problema que foi criado lá atrás. Pela falta de regulamentação, criou-se uma endemia de apostas no Brasil, diferente da pandemia, porque o processo pandêmico, que foi o processo da covid, é um processo que você controla e você sufoca; endemia, não, endemia você controla. O que foi criado pela falta de ação do Governo anterior foi criado um processo endêmico na população brasileira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GIOVANNI ROCCO NETO – Então, é importante ressaltar aqui o que é recebido: 0,50%, entidades da sociedade civil; 0,50% para a Funapol; ABDI, 0,40%.

O que eu sugiro aqui, Senadora, até para a gente olhar o problema como um todo e pensar como é que a gente organiza a solução legislativa para isso. Eu fui Consultor Legislativo lá na Câmara, durante três anos. Foi uma das melhores escolas que eu poderia ter. A gente entende que, às vezes, no afã de resolver um problema e criar uma solução, algumas consequências não são olhadas. Então, é a leitura que eu faço, aqui, com relação a isso.

O que a gente vê aqui, como o colega da CBC já comentou, é que tem um conflito de norma. Esse assunto, na minha opinião, não é um assunto que tem que ser tratado em PEC; tem que ser tratado na repartição do recurso, lá numa alteração que teve da Lei 13.756, porque a gente está falando de uma lei de 2018 e a gente já está em 2026, e num contexto completamente diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu aqui trago como provocação, para que esta Casa Alta, que é uma Casa revisora, tenha um olhar cuidadoso e cauteloso nesse conflito de norma, no tratamento desse assunto por PEC, porque vai ser a primeira vez que um setor econômico vai ser agraciado por um projeto de emenda à Constituição, então é muito desproporcional, e o vício de origem de tudo isso. Então, o que eu vejo que a gente tem que trazer como resultado deste debate, desta construção, das consequências que isso tem, é como a gente pega do que já recebe de recurso, no enfrentamento que é feito no mercado legal, porque a consequência é esse recurso subir, então, como que a gente equaciona a participação do que tem aqui, sendo das prioridades que esse próprio mercado exige? Essa é uma realidade.

A China, por exemplo, em 2015, proibiu todas as apostas na China. O que aconteceu? Quem operava apostas na China foi para Singapura e de Singapura ficou operando apostas lá na China. E agora, eles estão com um problemaço lá. Por quê? Porque o mercado não parou, o problema de saúde pública aumentou, a criminalidade também aumentou, e o Estado está tendo que coibir isso. Então, como é que a gente faz as entregas de que a segurança precisa, faz as entregas de que a saúde precisa e não impacta o esporte? Porque, no fim do dia, se não tiver esporte, não tem aposta, essa que é a real, essa que é a real!

Então, a gente tem uma grande preocupação lá, Senadora, com essa questão da integridade do esporte, é determinação do nosso Ministro para cuidar disso com afinco, para cuidar dos atletas, porque 70% a 80% do que a gente vê de aposta hoje, nas casas de apostas, vêm do futebol, e o atleta de futebol recebe até um salário mínimo, não é um salário mínimo, 90% dos atletas de futebol ganham até um salário mínimo. Então, é um complemento de renda e são os mais vulneráveis. A gente tem a preocupação do quê? De que esse recurso venha para proteger o esporte brasileiro, que é o que vai, inclusive, ajudar na segurança. Eu acho que já me alonguei demais, Senadora.

Novamente, agradeço muito, muito mesmo o convite. Pode contar com a gente sempre que precisar para engrandecer o debate, para trazer luz e para construir algo melhor para o nosso país. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Quer complementar? (*Fora do microfone.*) (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Bom, eu quero agradecer ao Giovanni Neto, que representa aqui o Ministério do Esporte, assim como o Leandro Lucchesi e o Eduardo de Oliveira Manso. Todos aqui foram importantes neste debate, assim como a primeira mesa.

Olha, a provocação foi aceita. Eu estava até falando para a minha equipe: vamos fazer o debate, mas é complexo. Como foi feito realmente esse trabalho da PEC, e isso vai trazer um problemaço para a gente. E isso é fato. E eu não vou... Assim, eu tenho certeza de que vou ter outros colegas aqui. Nós temos o Portinho, que sempre está comigo nesse fronte; temos o Romário; temos outros aqui. Nós vamos ter que fazer este debate. Assim, tem setores aqui que são contemplados com mais de 10% e a saúde com 1%, que é duramente afetada, a saúde mental.

O SR. GIOVANNI ROCCO NETO (*Fora do microfone.*) – E no corte linear vai perder também.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E no corte linear vai perder.

Então, é muito esclarecedora a sua fala, assim como a dos demais representantes aqui do Governo Federal. E eu quero agradecer a fala de cada um de vocês. Nós vamos continuar este debate aqui dentro do Senado. A provocação foi feita. Foi aceita porque nós vamos ter que, de repente, apresentar um projeto. Fazer o debate dentro da Casa e rever esses percentuais, até porque, como você falou, essa lei é de 2018, nós estamos em 2026, e nós sabemos, sim, os efeitos que as apostas de cota fixa causaram nos lares das famílias brasileiras.

É claro que, sabiamente, estrategicamente, entender que o esporte era uma grande fonte de divulgação do trabalho e depende do esporte também, para que sobreviva aqui, porque já está enraizado, e a gente não quer atrapalhar essa relação, mas sabemos que duramente afeta os lares, afeta a questão emocional. Setenta por cento dos apostadores são homens, chefes de família e muitos deles apostam escondido das mulheres. Isso tem estudo também. Então, nós vamos ter que fazer este debate responsável dentro da Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já estou ali olhando para a minha assessoria, porque nós vamos chamar a todos, vamos rever esses percentuais. E vamos apresentar, sim, um trabalho para a Casa, para fazermos novamente o debate sobre esses cortes lineares. E esses percentuais são destinados a um ou outros setores que não são afetados como saúde, como esporte, como a segurança pública, como educação, que realmente precisam desses recursos oriundos das apostas de cota fixa.

Amigos, infelizmente, tem alguns questionamentos aqui, mas muitos do que me apresentaram aqui pela minha assessoria foram respondidos. Então, eu acho que eu não vou me alongar nesse sentido. Nós vamos para o encerramento da nossa audiência pública. Mas, antes do encerramento, vamos para a aprovação da ata da última reunião.

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião, realizada em 11 de março deste ano, de 2026.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Bom, mais uma vez, eu quero agradecer esta rica audiência, este rico momento que nós tivemos aqui, de ouvir as entidades, de ouvir o Governo, através do Ministério da Segurança Pública, através do Ministério da Fazenda e, é claro, do Ministério do Esporte, agradecendo ao Governo Federal e às entidades que estiveram representadas aqui pelos excelentes e qualificados expositores.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Boa tarde... Boa tarde ainda não; bom dia e boa quarta para todos. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 835E4BF4007789BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.